

X CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

sociedades desiguais
e paradigmas em confronto



Volume V

Globalização, política e riscos:
Segurança, ambiente e saúde

Manuel Carlos Silva et al. (orgs)
Centro de Investigação em Ciências Sociais (ed)
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho

Globalização, política e riscos:

Segurança, ambiente e saúde

Índice

Globalização e alteroglobalização	1
Integração física e energética na América do Sul.....	1
Políticas públicas brasileiras concernentes aos direitos socioambientais e à proteção do patrimônio natural.....	10
Desafios à Construção de um Projeto Democrático de Sociedade: Entre a Retórica e a Prática.....	20
Os Conselhos Gestores na Modernidade.....	27
Cooperativismo e blocos económicos na globalização.....	33
O Consumo para os Outros: os Presentes.....	43
Celulares e computadores “pessoais”: um estudo sobre usos coletivos de objetos tecnológicos nas camadas populares.....	48
O Fenômeno da Globalização em um estudo comparativo: Luso-Afro-Brasileiro das feiras e mercados.....	58
O Conceito de Lusofonia na Obra de Vamireh Chacon.....	60
Nativos e forasteiros: índios, brasileiros, gringos... Cumuruxatiba no mundo.....	65
Notas para pensar a integração entre desiguais no contemporâneo: Alguns apontamentos.....	73
Parque das Nações: uma perspectiva sobre o espaço e o seu consumo.....	81
Auto-atribuição de responsabilidade socioambiental na esfera do consumo.....	90
A Lógica perversa do consumo, a apatia e depressão como efeitos da globalização.....	99
O Estado da Alteroglobalização em Portugal.....	107
Emancipação na América Latina no Séc. XXI: Movimentos e Lutas nas tessituras de uma Contra-Hegemonia.....	116
Os Jovens e a Internet: novos meios de participação cívica e política.....	127
O Fórum Social Mundial e a Internet: possíveis espaços de articulações globais contra-hegemónicas.....	132
Globalização: uma crítica epistemológica ao argumento "there is no alternative".....	145
El altermundismo como crítica del "pensamiento liberal".....	152
A Amazônia no século XXI: novos dilemas e suas implicações no cenário internacional.....	161
Cidadania, direitos e populações fronteiriças - Tensionando limites.....	171
Jorge Amado: nos territórios livres da fala.....	175
O processo de construção da identidade negra em Teresina a partir da estética africana (re)criada: o caso do grupo afro-cultural Coisa de Nêgo.....	179
A construção de relações com tecnologia e letramento digital em um contexto indígena Yawanawá.....	189
Intersecções dialógicas na globalização: a Internet como espaço de visibilidade e ações dos microgrupos.....	194
Expansão de Negócios: o conhecimento da informação como vantagem competitiva.....	200
Política, relações internacionais e segurança	207
Apontamentos teóricos e hipóteses empíricas na transnacionalização da política hoje no sul do mundo: anotações sobre o Parlamento do Mercosul.....	207
Alguma coisa está fora da Nova Ordem Mundial: Pós-colonialismo e Relações Internacionais.....	215
Cultura e poder: o papel político do Teatro do Oprimido em Moçambique e sua visibilidade internacional.....	227
A Política Europeia de Vizinhaça na região do Magrebe : um novo instrumento para a acção da União Europeia?.....	238
A iniciação de conflito em Angola e o modelo de “Ganância e Reclamações”.....	254
Cooperação Sul-Sul: A Presença Chinesa em África.....	264
Ambiente e Segurança no Darfur: uma Análise Crítica.....	272
O Brasil e a África Lusófona na Nova Agenda de Pequim: o papel do Fórum Macau.....	279
Espaço Afro-Ibero-Latino-Americano: geopolítica e geoestratégia na perspectiva lusófona.....	289
Potencial estratégico da língua na geopolítica de Portugal.....	295
O valor da imagem: análise comparada da construção da imagem nos exércitos brasileiro e português.....	302
A militarização da segurança pública: o emprego do exército como força policial.....	310
Gestão condicional da confiança - A maldição dos recursos e os factores que afectam o conflito.....	316
A Emergência da (in)segurança climática global: o caso da Amazônia Brasileira.....	323
Os estados falidos: novas ameaças e novas oportunidades.....	329
IV Esquadra dos EUA: (in)segurança no Atlântico Sul?.....	334
Islamismo, Fundamentalismo Islâmico e Ocidente.....	346
“Negócios e trapaças: O lucrativo comércio marítimo ilícito de africanos no município de Macaé (1830-1860)”.....	355

Integração Regional e Política Externa: o caso da Amazônia	359
As relações Brasil-Venezuela e o desenvolvimento da Amazônia	366
Conseqüências da interação do Brasil com os países em que mais se empenhou em operações de paz da ONU	375
Riscos, ambiente e saúde.....	388
Métodos de cenários para mitigação de conflitos socioambientais na gestão de recursos hídricos	388
Conservação na Amazônia Brasileira: contribuição ao debate sobre o desafio da participação dos saberes e práticas locais em políticas socioambientais	399
Governança nos países em desenvolvimento: o caso da água em Angola.....	413
O desafio de gestão dos recursos hídricos.....	417
Mapeamento de programas, projectos e acções de educação ambiental na bacia hidrográfica do Paraná III: a gestão das águas como tema central.....	424
Espaços da diversidade e populações em situação de rua: Riscos, ambiente e saúde pública	430
Cuidados de Saúde Primários: continuidades e mudanças em curso.....	437
Recolocação da mulher como sujeito da assistência no contexto do parto: experiência docente assistencial em SALVADOR-BAHIA-BRASIL.....	444
FERRO, “CANGA”, MANGUE: Conservação Ambiental e Exploração Mineral na Amazônia Brasileira	451
Modernidade e identidade na apreensão dos problemas sócioambientais na região metropolitana de Natal-RN/Brasil	462
Anorexia Nervosa reflexo do ambiente ou da sociedade dita desenvolvida	472
Um saber de experiência feito: conhecer e curar com as plantas da terra em Moçambique nos finais do século XIX	479
Do risco ao acidente: que possibilidades para a prevenção?	492
Comportamentos sociais e eficiência energética – Travões e catalisadores da mudança	504
Vulnerabilidades da saúde em Angola: a questão da SIDA	514
Lógicas leigas dos riscos em saúde	525
Discutindo a inteligência cultural diante da percepção socioambiental em contexto de comunidade de aprendizagem	535
O bairro do moinho, Nazaré paulista, São Paulo, Brasil: algumas considerações socio-ambientais sobre riscos e saúde da comunidade	544
Diagnóstico sobre a saúde dos imigrantes em Portugal. O que sabemos até agora?	553
Pobreza e risco de morte prematura na área metropolitana do Porto.....	558
Qualidade de Vida no Contexto Migratório Internacional: um estudo psicossociológico com imigrantes brasileiros.....	568
Autorepresentação e heterorepresentação de condutores de automóveis ligeiros: uma construção de (in)segurança	579
Processos participativos e sustentabilidade local	586
Estudo de viabilidade para a criação de cooperativa de catadores de lixo no Município da Matola, Mocambique.....	598
O saneamento básico na agenda mediática 1970-2000 – estudo de caso	612
Novas tendências na “publicidade verde”? Estudo comparativo de Portugal, França e Itália	622
Sistema conservacionista de produção de tomate em São José do Ubá (RJ/ Brasil) e a conseqüente redução dos riscos ambientais e de saúde	633
Plano de gerenciamento dos resíduos sólidos de serviço de saúde - uma experiência do Hospital Nossa Senhora da Oliveira (HNSO) de Vacaria, RS-Brasil.....	640
Breve caracterização dos reclusos por incêndio florestal e das suas motivações	651
Representação Social e Qualidade de Vida no Contexto Imigratório: um estudo com imigrantes africanos na cidade de João pessoa	655
A doença mental nem sempre é doença: racionalidades leigas sobre saúde e doença mental – um estudo no Norte de Portugal	663
A participação associativa na vivência com doença crónica	671
O Futuro é Agora – Autonomia e Justiça	681
Formação de usuários de serviços públicos de saúde mental para a autogestão de um empreendimento econômico solidário	688
A dádiva no modelo biomédico	699
A educação problematizadora de mulheres no puerpério. Um caminho rumo à cidadania	709
Análise da lógica de desconstrução dos direitos na saúde pública	713
Comportamentos Agressivos e Violentos aos Olhos da Política Criminal Portuguesa	718
A exclusão social do idoso nas sociedades desiguais.....	724

Convergência do Espaço – Tempo e a Autonomia de Jovens na Comunidade da Favela da Mangueira – Rio de Janeiro.....	728
Homicídios no Estado da Bahia, Brasil: uma análise descritiva do fenômeno.....	731
Saúde e vulnerabilidade na adolescência: uma questão da contemporaneidade.....	742
Oficinas de educação ambiental: discutindo temas da agenda 21 com jovens do projeto florir Toledo.....	754

Globalização e alterglobalização

Integração física e energética na América do Sul

Nilson Araújo de Souza
Universidade Ibirapuera e Centro Universitário Belas Artes de São Paulo
araujonilson@terra.com.br

Larissa Araújo Rodrigues
Centro Universitário Belas Artes de São Paulo
larissa.rodrigues@fiesp.org.br

Guilherme Grinsbergs Siepierski
Centro Universitário Belas Artes de São Paulo
gui.siepierski@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar o significado da integração física e energética em curso na América do Sul para o desenvolvimento da região. Parte-se da compreensão de que, contrapondo-se à globalização, o fenômeno preponderante nas relações econômicas internacionais na atualidade é o processo de regionalização, isto é, a formação de blocos econômicos por meio da integração econômica regional.

Já se formaram ou estão sendo formados blocos regionais em todos os continentes. Na América do Sul, os governantes dos doze países firmaram acordo, em maio de 2008, em Brasília, com o objetivo de conformar um único bloco econômico no conjunto da região: a União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

No debate que se trava entre os representantes dos vários países que estão participando desse processo integracionista, a questão central é a seguinte: predominarão as relações de comércio ou a integração produtiva? Ou seja, será implementada a agenda proposta pela CEPAL nos anos de 1950, que priorizava a integração produtiva e a união aduaneira, ou a que a entidade propôs nos anos de 1990, designada de regionalismo aberto, que abre mão da união aduaneira?

Neste trabalho, constata-se que, apesar de haver prevalecido nos processos de implementação do Mercosul e da Comunidade Andina de Nações as relações de comércio, vem-se praticando também a união aduaneira e a integração produtiva, sobretudo por meio da integração físico-energética. Além disso, nos debates recentes e no acordo para a formação da Unasul, predominou a idéia de formação de um mercado comum com base na integração produtiva.

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar o significado da integração física e energética em curso na América do Sul para o desenvolvimento da região. Parte-se da compreensão de que, contrapondo-se à globalização, o fenômeno preponderante nas relações econômicas internacionais na atualidade é o processo de regionalização, isto é, a formação de blocos econômicos por meio da integração econômica regional.

Já se formaram ou estão sendo formados blocos regionais em todos os continentes. Na América do Sul, os governantes dos doze países firmaram acordo, em maio de 2008, em Brasília, com o objetivo de conformar um único bloco econômico no conjunto da região (a União das Nações Sul-Americanas – UNASUL), que resultaria da unificação dos dois outros já existentes (MERCOSUL e Comunidade Andina de Nações), além dos três países que não integram qualquer deles (Chile, Guiana e Suriname).

No debate que se trava entre os representantes dos vários países que estão participando desse processo integracionista, a questão central é a seguinte: predominarão as relações de comércio ou a integração produtiva? Ou seja, será implementada a agenda proposta pela CEPAL nos anos de 1950, que priorizava a integração produtiva e a união aduaneira, ou a que a entidade propôs nos anos de 1990, designada de regionalismo aberto, que abre mão da união aduaneira?

Neste trabalho, constata-se que, apesar de haver prevalecido nos processos de implementação do MERCOSUL e da Comunidade Andina de Nações as relações de comércio, vem-se praticando também a união aduaneira e a integração produtiva, sobretudo por meio da integração físico-energética. Além disso, nos debates recentes e no acordo para a formação da UNASUL, predominou a idéia de formação de um mercado comum com base na integração produtiva.

Nesta pesquisa, baseamo-nos nas teorias integracionistas e na visão do sistema internacional dividido em blocos. Partimos do pressuposto de que, a partir dos anos 1990, está claro o processo de regionalização. Para realizar esta análise, recorreu-se aos estudos sobre a temática da integração regional, bem como às teorias de Relações Internacionais relacionadas a tal fenômeno.

1. A integração regional: teoria e prática

Dois grandes movimentos integracionistas foram vivenciados pelo sistema internacional no período de pós-guerra, e ambos com repercussão na América Latina: um na década de 1950, com resultados menos expressivos, e outro na década de 1980, com mais intensidade (MARIANO, 2004).

No primeiro movimento, na década de 1950, o processo ocorrido na América Latina pode ser entendido através do pensamento da CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe), que coloca a integração daquele período como sendo parte de uma estratégia de desenvolvimento econômico, com base na substituição das importações. Segundo a Comissão, tal estratégia, inserida dentro de um contexto de integração regional, promoveria o desenvolvimento econômico que traria à região uma estrutura produtiva mais eficiente. A formação de um bloco seria necessária, uma vez que intensificaria o intercâmbio comercial na região, ampliando o mercado consumidor e também forçando o aparecimento de indústrias mais eficientes. (BRAGA, 2002).

Naquele período, porém, o processo de integração restringiu-se à esfera comercial, o que, de acordo com Karina Mariano, em seu estudo sobre a integração latino-americana (2004), cria uma tendência para o aumento do protecionismo de certos grupos sociais importantes que não enxergam vantagens na integração, o que dificulta e até mesmo pode chegar a paralisar o processo. As dificuldades encontradas podem ser explicadas, ainda segundo a autora, pela instabilidade democrática e pelo nacionalismo dos governos que não tinham predisposição para ceder nem cooperar. Não podemos ainda descartar a influência externa que a região sofria à época, principalmente dos EUA, que, tendo a América Latina como uma zona de influência muito próxima, não possuíam interesse em impulsionar a integração destes países, já que, quanto mais os mesmos permanecessem distantes uns dos outros, maior seria o poder de influência exercido pelos EUA sobre cada um deles.

No segundo movimento, já na década de 1980, o cenário internacional foi marcado pelo fenômeno da intensificação da internacionalização da economia. Nesse período, as economias latino-americanas sofriam com crises econômicas agudas e foram pressionadas a adotar políticas de liberalização econômica, sobretudo a partir dos anos 1990. Ao mesmo tempo, como mecanismo de auto-defesa e para garantir uma inserção internacional mais autônoma, os países da região buscaram participar em processos de integração regional. Ademais, esse envolvimento aumentaria as possibilidades de influência internacional destes países, além de funcionar como um instrumento de fortalecimento político para que tivessem maior chance de implementar políticas que atendessem aos seus interesses (MARIANO, 2004).

Nessa época, as idéias da CEPAL foram reformuladas e o foco passou a ser a “transformação produtiva com equidade” (CEPAL, 1990), que almejava maior competitividade internacional através de inovações tecnológicas. Já não era mais como na década de 1950, quando o processo constituía uma ponte para a industrialização; era agora uma forma de tornar mais eficiente a estrutura que já se tinha. Essa fase – tipificada pela Comissão como “regionalismo aberto” - não teria sido guiada apenas pelo Estado; teria contado também com grande participação do empresariado que se expandia pela região (BRAGA, 2002).

No período, ao mesmo tempo em que se avançava com o processo de integração, aumentava também a inserção internacional dos países da região, devido às políticas de abertura econômica adotadas. Com isso, criara-se uma contradição entre o fortalecimento da economia regional, resultante da integração, e o aumento de sua vulnerabilidade externa, resultante da maior inserção econômica. Por outro lado, merece destaque o fato do processo de integração ter avançado de acordo com os objetivos e características específicos da região e de não ter apenas reproduzido o modelo europeu, como se costumava fazer anteriormente.

Fato é que nos debates para a formação da UNASUL, no começo dos anos 2000, houve uma inflexão desse “modelo” de regionalismo aberto. A integração regional deixou de ser um processo restrito à esfera comercial e incorporou a integração produtiva, bem como aspectos políticos e sociais, tornando-se objeto de uma política estratégica para a promoção do desenvolvimento e, conseqüentemente, mais próxima das necessidades reais dos Estados da América Latina. Seu novo formato buscava proteger estes países da vulnerabilidade da região causada pelo processo de internacionalização da economia. (MARIANO, 2004) Neste novo formato, as experiências anteriores realizadas na região na área da integração físico-energética passaram a ter um significado estratégico no projeto integracionista.

A despeito dos modelos adotados, atualmente é possível afirmar que a maioria dos países latino-americanos tem adotado políticas externas favoráveis à integração regional e têm freqüentemente levado o tema para discussões intergovernamentais; ao mesmo tempo, ocorre o andamento de inúmeros projetos de cooperação, não apenas comerciais, mas principalmente na área de infra-estrutura e energia. Como exemplo, podemos citar o fato do atual governo brasileiro de Luiz Inácio Lula da Silva, ao retomar a política externa independente, ter conferido peso estratégico para a questão da integração regional. Outro exemplo é a declaração do chanceler chileno, em 2005, sobre o tema da integração, especificamente da integração energética: “tema prioritário para la gobernabilidad nacional y regional” (CARDOZO, 2006).

Com relação às teorias que abordam o tema proposto, é importante destacar que este trabalho não pretende abordar o tema da integração latino-americana através da ótica do processo integracionista europeu. Entretanto, não se pode negar que muitas das teorias de Relações Internacionais tratam do tema a partir deste modelo e se utilizam de conceitos que não são compatíveis com a realidade dos países da América Latina, nem ao contexto histórico que impulsiona o processo de integração da região.

A despeito de apresentarmos a visão dos dois grupos teóricos mais expressivos, os realistas e os idealistas, lembramos que estas teorias não foram especificamente elaboradas para a explicação da integração regional. Elas são, na

verdade, adaptações ao tema, advindas de teorias de relações internacionais mais abrangentes. As duas teorias, apesar de formulações contraditórias, elaboram explicações para um mesmo questionamento: o que impulsiona e como é impulsionada a integração regional?

Para os teóricos idealistas, o processo de integração é o resultado de um movimento ou regra natural do mundo no qual vivemos; analisam o comportamento dos Estados a partir de padrões morais universais. Acreditam na possibilidade de se construir algum arranjo institucional que seja capaz de manter a paz no meio de um estado de natureza, considerando que a cooperação entre nações diminui o risco de conflitos. Desta maneira, todo o processo de integração regional seria um tipo de cooperação entre os Estados na busca de ordenar o contexto internacional visando à manutenção de sua estabilidade. Seria ainda uma estratégia para aqueles países com pouca capacidade individual para a resolução de conflitos. Dentro desta visão, o papel do Estado na esfera internacional é meramente uma ilustração dos movimentos internos a ele, que disputam constantemente entre si o poder de influenciar a política externa. (MARIANO, 2004)

De maneira oposta, para a teoria realista, os valores políticos não seguem uma ordem natural; são construídos através da história e as ações estatais devem ser interpretadas através de seu objetivo maior, que é a questão da sobrevivência do Estado. A teoria possui uma ótica Estado-cêntrica, na qual o Estado é o ator por excelência do sistema internacional, com interesses já definidos e de certo modo até constantes, age de maneira racional em meio a um sistema anárquico que se caracteriza constantemente pela luta em busca do poder (KEOHANE, 1986). Neste pensamento, os atores internos perdem sua importância na influência da política externa. Desta forma, para estes teóricos, a integração não é um movimento natural e sim um arranjo de comunidades políticas apenas.

Ademais, quando falamos de integração na América Latina, não podemos deixar de abordar a teoria da interdependência complexa e seus conceitos de vulnerabilidade e sensibilidade, que parecem tão bem reproduzir a realidade da região. Quanto menor o grau de autonomia de uma região em relação ao sistema internacional, certamente maior será a influência de fatores externos em sua análise. No caso dos países da América Latina, durante as últimas décadas, tornou-se notória sua sensibilidade e vulnerabilidade ante as pressões de acontecimentos internacionais, o que os deixou com uma autonomia limitada, obrigando-os a inclinarem-se para os espaços como os da integração, que seriam espécies de refúgios para que pudessem atingir ou se aproximar de seus objetivos. Este conceito de autonomia de certas regiões perante o sistema internacional nos ajuda a entender o objetivo da integração, já que, quanto menor a autonomia, maior seria o interesse em avançar com o processo e aumentar a cooperação.

Se fôssemos elaborar uma teoria específica para a América Latina, segundo a autora Karina Mariano (2004), certamente esta poderia afirmar que o intuito dos países na integração regional, independente do momento, é o de superar sua posição periférica no sistema internacional e de vencer as pressões externas. Deveria estar presente também a condição de a integração ultrapassar a esfera comercial e ir em direção às esferas produtivas, políticas e sociais, uma vez que, deixando o processo estacionado no âmbito comercial, o mesmo seria logo prejudicado pela formação de elites protecionistas que não veriam vantagens no processo integracionista e acabariam enfraquecendo o mesmo.

2. A integração energética

Considerando que o objetivo por excelência de todas as nações é atingir maior nível de desenvolvimento, a questão energética se torna crucial, pois é um elemento necessário à expansão das economias. Diante desta situação, o interesse em melhor aproveitar os recursos naturais da região é unânime e vem sendo implementado através de políticas públicas de cooperação e de projetos conjuntos entre as nações.

De acordo com um estudo elaborado pela OLADE (2003), as primeiras iniciativas conjuntas de caráter energético consistiram na construção de hidrelétricas em bacias binacionais, como a de Itaipu entre Brasil e Paraguai, a de Salto Grande entre Argentina e Uruguai e a de Yacretá entre Argentina e Paraguai; foram também conexões de sistemas elétricos e exportações de gás da Bolívia e também Argentina. Essas iniciativas, porém, até a década de 1980, não eram consideradas projetos de integração; eram apenas acordos para complementar as economias destes países.

Fato é que o processo de integração energética ocorrido na América Latina até a década de 1980 pode ser relacionado aos regimes militares presentes na região entre as décadas de 1960 e 1980. Apesar de tais regimes adotarem diretrizes que focavam seu auto-abastecimento, priorizando atender suas demandas a partir de recursos advindos de dentro de suas próprias fronteiras, eles davam papel de destaque às questões energéticas, já que a energia era vista como uma das formas de poder que um Estado poderia ter. Sendo assim, muitos projetos iniciados na época, como o de ITAIPU, se desenvolveriam em relações de integração verificadas até hoje.

As obras que de fato puderam ser diretamente ligadas à integração vieram a partir da década de 1980, quando a região pôde observar o fortalecimento de regimes democráticos e a transição da ótica geopolítica para a ótica geoeconômica, que impulsionou a implementação de projetos que realmente promoveriam a integração (HOLANDA, 2001).

Foi em 1994, na primeira Cúpula das Américas, em Miami – onde se iniciaram as negociações para a criação da ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas) –, que o tema energético foi pela primeira vez introduzido dentro de uma proposta de integração. Em 2000, foi acordado durante a primeira reunião de presidentes sul-americanos a criação do IIRSA – Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana, projeto que visa tornar a infra-estrutura regional mais eficiente para assim contribuir para o desenvolvimento econômico e social, bem como impulsionar o processo de integração. Mais recentemente, em 2002, a CAN – Comunidade Andina de Nações – definiu a integração energética como interesse

estratégico do hemisfério e logo em 2003 criou o Conselho de Ministros de Energia, Eletricidade, Hidrocarburetos e Minas, que adotou, como algumas de suas bases, a construção de mercados energéticos integrados e a formação de “clusters” energéticos (CARDOZO, 2006).

Com a mudança de forma da integração ocorrido nos anos de 2000, a integração energética passou a ser um dos instrumentos principais da estratégia integracionistas dos vários governos da região, que passaram a priorizar projetos de cooperação entre suas estruturas estatais, como ocorre entre a Petróleos Brasileiros S.A. e a Petróleos da Venezuela S.A.

Neste sentido, um das reuniões que merece destaque e que pode ser considerada como referência para o tema, tanto por sua especificidade quanto pelo seu caráter recente – que nos dá provas de que o tema tem estado em pauta nas agendas dos atuais governos –, é a 1ª Cúpula Energética da Comunidade Sul-Americana das Nações, realizada em 17 de abril de 2007 em Isla Margarita, Venezuela.

Estavam presentes nesta reunião chefes de Estado, bem como ministros dos 12 países da América do Sul – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Uruguai, Suriname e Venezuela –, o que nos indica a relevância do tema dentro das agendas dos países da região.

Nela, foram discutidos os recursos disponíveis na região e estratégias de utilização dos mesmos, com o objetivo maior de combater a pobreza e os desequilíbrios econômicos ainda presentes na América Latina. O tema da reunião possui grande relevância também na esfera política, quando consideramos uma possível crise energética que “pode atingir grandes dimensões e já causou, no fim do século passado, algumas guerras e golpes de Estado, como há cinco anos na Venezuela, a invasão do Iraque e as ameaças contra o Irã”, como mencionou o atual presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que justificou sua posição baseando-se em alguns dados que indicam que a demanda de petróleo na América Latina crescerá “47%, contra 22% em escala mundial”; disse ainda que, “no caso do gás, os dados são alarmantes, porque o aumento será de 62% no mundo, mas 127% na América Latina” (SINDLAB, 18.04.07).

O Brasil, nessa reunião, possuía um foco principal, que era o de obter o reconhecimento da dimensão e importância do biocombustível na região, por ser uma saída para os países pobres do mundo, como declarou o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que comemorou o resultado das discussões durante a cúpula. O tema, entretanto, gerou à época polêmicas, que foram divulgadas pela mídia sobre um possível desentendimento entre os chefes de Estado brasileiro e venezuelano, acerca do consumo do biocombustível, pois o mesmo poderia prejudicar o setor de alimentos. Outra questão levantada foi a reação negativa do Brasil quanto à criação de uma organização de exportadores de gás¹, apresentada pela Venezuela.

Atualmente, porém, podemos considerar tais especulações da mídia como infundadas, já que Venezuela e Brasil dão andamento a projetos energéticos conjuntos e durante o ano de 2007 o presidente Lula realizou duas visitas ao presidente Chávez, quando foram discutidas possíveis novas cooperações para um futuro próximo. O país governado por Hugo Chávez é também um dos importadores do etanol brasileiro e discute internamente a implementação da mistura de um percentual de etanol à sua gasolina (SINDLAB, 18.04.07).

No meio de opiniões positivas e negativas sobre os resultados obtidos naquele encontro, o que se tem de fato é a declaração assinada pelos governos dos 12 países participantes, que ilustra o consenso dos mesmos em torno de certas questões. Nessa declaração, fica acordado, entre outras coisas, que os países devem impulsionar o desenvolvimento das energias renováveis, que cumprem papel importante na diversificação das matrizes energéticas e na preservação do meio ambiente. Comprometem-se ainda em promover, através de investimentos conjuntos, o desenvolvimento e expansão da infraestrutura de integração energética da região, bem como pesquisas sobre o tema.

Fato importante foi também a criação do Conselho Energético da América do Sul, que será integrado pelos ministros de energia de cada um dos países membros, que apresentaram propostas de estratégias para a integração energética regional. O Conselho realizou no dia 8 de maio de 2008 sua sexta reunião desde sua formação, em abril de 2007. A partir das discussões entre os países membros, foi elaborada a “Declaração do I Conselho Energético da América do Sul”, onde, dentre outras coisas, está prevista a criação de um projeto efetivo para o plano de ação da integração energética regional. Novos temas foram incluídos na discussão, como, por exemplo, os aspectos legais e regulatórios do setor energético, a criação de uma empresa transnacional para atuar na área energética, o desenvolvimento dos biocombustíveis, a questão da segurança alimentar e a questão do meio ambiente.

As negociações iniciadas em Isla Margarita, no início de 2007, continuaram. No dia 23 de maio de 2008, um novo encontro realizado em Brasília, entre os 12 chefes de Estado das nações da América do Sul, resultou na assinatura do Tratado de Fundação da União das Nações Sul-Americanas – UNASUL, que terá uma secretaria permanente em Quito e realizará reuniões periódicas para o acompanhamento dos trabalhos (UNASUR, 27.05.08). A integração produtiva, tendo como eixo a integração físico-energética, é o principal instrumento do novo bloco econômico.

Analisando os resultados da reunião realizada em Isla Margarita, em abril de 2007, sob a ótica das teorias de relações internacionais, apresentadas na primeira seção deste trabalho, podemos observar que este movimento de chefes de Estado a caminho da cooperação regional aparenta possuir um discurso calcado em princípios idealistas, quando nos apresentam este movimento como sendo natural e inevitável diante do contexto no qual estes Estados estão inseridos. Parece que os Estados signatários da declaração acreditam na possibilidade de arranjos institucionais que sejam capazes de manter o

¹ Entre Venezuela, Argentina e Bolívia.

equilíbrio regional, considerando a cooperação como um dos meios de diminuir os conflitos e manter a estabilidade, abrindo ainda a possibilidade para os países com menor capacidade individual de se manterem estáveis no sistema e de adquirirem certas vantagens advindas da própria cooperação.

Entretanto, apesar do discurso parecer baseado em tais princípios idealistas, a análise mais detida permite enxergar que as ações desses mesmos Estados, independente do discurso, são motivadas por um objetivo maior, que é sua própria sobrevivência. Buscam através da cooperação ganhar força internacional, para assim tentar de certa forma balancear os pólos de poder do sistema no qual estão inseridos, para a partir daí conquistarem vantagens que garantam a defesa de seu Estado. Isto é claramente justificado quando nos deparamos, por exemplo, com falas como as do presidente venezuelano Hugo Chaves naquela reunião celebrada em Isla Margarita, quando é citada a alta demanda por combustível que nosso continente encontrará num futuro próximo e as guerras já enfrentadas por alguns países em outros momentos históricos devido às crises energéticas.

Desta maneira, não podemos deixar de considerar que, apesar do discurso aparentemente idealista, os princípios de base das ações em torno da cooperação regional latino-americana podem ser considerados realistas, uma vez que buscam a defesa do Estado e tentam, através da cooperação, influenciar o balanço de poder existente no atual sistema internacional. Os arranjos institucionais são vistos como ferramentas capazes de levarem os Estados a uma posição na qual possam de alguma maneira entrar na briga pela influência internacional, na busca pelo poder, para que então consigam cada vez mais proximidade de seu objetivo maior: sua sobrevivência.

Por sua vez, essas decisões reinsere no contexto contemporâneo as análises e propostas feitas pela CEPAL nos anos de 1950. Sua análise então indicava que a superação do subdesenvolvimento da região implicava a integração regional – naquela época, o caminho do desenvolvimento passaria pela industrialização dos pequenos países agro-exportadores e pelo aprofundamento da industrialização (industrialização pesada) dos países já industrializados, como Brasil, Argentina, México, Chile e Colômbia. No momento atual, a integração energética é parte fundamental desse movimento de aprofundamento da industrialização.

O processo de integração energética na região tem contemplado todas as modalidades de geração de energia: hidroeletricidade, gás, petróleo, biocombustível e energia nuclear.

Dentre as principais iniciativas desenvolvidas na área energética, emplacadas através da cooperação entre as nações latino-americanas, merece destaque a construção da hidrelétrica ITAIPU BINACIONAL. Construída por Brasil e Paraguai através de uma cooperação iniciada na década de 1960, o projeto revisou o passado de conflitos fronteiriços entre os dois países e trouxe o desenvolvimento socioeconômico para a região circundante ao Rio Paraná.

Com a construção da usina não apenas os recursos das indenizações das áreas alagadas foram responsáveis pelo desenvolvimento regional, mas também o enorme contingente de trabalhadores que chegou à região para a construção da obra. Foz do Iguaçu possuía apenas 20 mil habitantes à época e chegou em dez anos a 101.447 mil habitantes. O PIB do Paraguai também aumentou expressivamente, já que em 1975 cresceu 5% e em 1978 chegou a crescer 10,8% (ITAIPU BINACIONAL).

Com relação à matriz energética do gás natural, constata-se que na América Latina a primeira troca de gás ocorreu em 1972, entre Argentina e Bolívia, através do Gasoduto Colpa-Yacuiba. (OLADE, 2003) Segundo a OLADE (Organización Latinoamericana de Energia) e dados recolhidos de consultorias especializadas, já existem em plena operação 12 gasodutos promovendo o intercâmbio energético entre os países da América Latina. A região possui ainda outros gasodutos em construção e também em planejamento (OLADE, 2003).

O Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL), construído através da cooperação entre Bolívia e Brasil, é um projeto de destaque nessa esfera. Impulsionado a partir do esforço do governo brasileiro em aumentar a participação do gás natural em sua matriz energética – de 2% no início da década de 1990 para 12% em 2012 –, levou à assinatura, em 1991, da “Carta de Intenções sobre o Processo de Integração Energética entre Bolívia e Brasil” (HOLANDA, 2001). O gasoduto entrou em operação em 1999, levando gás natural desde a cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra até o Brasil. O trecho por ele percorrido foi planejado de modo estratégico, já que passa por uma região que é responsável por 71% do consumo energético brasileiro, detém 82% da população industrial do país e 75% do PIB (WIKIPEDIA, 26.03.08).

Igualmente relevante é a análise da integração latino-americana resultante de projetos ligados à matriz energética do petróleo, haja vista a atual dependência desse combustível que ainda perdura em âmbito mundial.

Podemos destacar a construção da refinaria Abreu e Lima, desenvolvida por Brasil e Venezuela, já em construção desde setembro de 2007 no estado brasileiro de Pernambuco. Em contrapartida a essa refinaria, Brasil e Venezuela seguem com suas parcerias também em solo venezuelano, com o planejamento de um projeto para exploração e produção de petróleo no Campo de Carabobo 1, na faixa petrolífera de Orinoco.

Notório é que as iniciativas vão além da construção conjunta de empreendimentos, formando também alianças políticas, como é o caso da ALBA (Alternativa Bolivariana para a América), que objetiva, dentre outras coisas, consolidar grandes programas petrolíferos, que podem ser ilustrados pela empresa Petroamérica, que converge em si outras iniciativas regionais como a Petrocaribe, a Petroandina e a Petrosul, todas congregando os países da região.

No âmbito da energia nuclear também se identificam movimentos de cooperação. O mais significativo foi aquele constatado entre Brasil e Argentina, em meados da década de 1980, que revisaria um período de rivalidade e daria impulso a uma relação que mais tarde se consolidaria na forma do MERCOSUL. Algumas iniciativas hoje desenvolvidas são frutos

dessa cooperação, como, por exemplo, a colaboração na construção conjunta de um submarino nuclear e de uma empresa binacional para o enriquecimento de urânio.

A despeito das matrizes analisadas, fato é que estamos diante de uma tendência irreversível em matéria energética: a utilização dos biocombustíveis. Para os países da América Latina, que são em sua maioria carentes de recursos econômicos, a produção de biocombustíveis representa uma oportunidade para seu desenvolvimento e se dá com o intuito de diminuir sua dependência frente aos combustíveis fósseis, que possuem preço muito elevado. Não se pode desprezar que a região tem o maior potencial do mundo para a produção de biocombustíveis, graças a suas condições territoriais e climáticas.

As iniciativas de cooperação para a região têm sido lideradas principalmente pelo Brasil, que desde 2005 tem recebido, principalmente dos países da América Central, pedidos de cooperação técnica na área do álcool combustível. Esses países, em sua maioria, já produzem cana-de-açúcar e agora querem diversificar a utilização de seu cultivo produzindo energia, como o Brasil faz.

3. A integração físico-logística

De acordo com Valery Mc Cornie:

A integração da infra-estrutura física avançou de maneira notável, principalmente no que se relaciona com a rede viária que se estende hoje em dia, praticamente em toda região continental. Efetuaram-se esforços importantes com relação à navegação fluvial, especialmente na Bacia do Prata, e com relação a navegação marítima, essencial para os países insulares da região, e esforços semelhantes estão sendo feitos na Região Amazônica.

Tais esforços de integração de infra-estrutura física manifestaram-se de maneira especialmente vigorosa entre alguns grupos de países, como os integrantes da Bacia do Prata que abrangeram aspectos diversos, como os relacionados com a identificação do potencial de desenvolvimento, com base na utilização racional dos recursos naturais nas respectivas regiões. Manifestaram-se igualmente em atividades comuns de desenvolvimento de zonas fronteiriças (CORNIE, 1982: 202).

No contexto da crescente integração latino-americana, o Brasil tem procurado expandir e aprimorar os laços de cooperação com os países amazônicos: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Particular atenção tem recebido as iniciativas de integração viária, que se revela essencial para dinamizar as respectivas economias e favorecer a aproximação entre suas sociedades. Entre outros exemplos, pode-se mencionar a conclusão do asfaltamento Manaus – BoaVista – Caracas.

A crescente cooperação entre as comunidades existentes nas regiões de fronteira também constitui uma prioridade e envolve um somatório de esforços entre as autoridades nos níveis nacional e local dos diversos países, com vistas a implementação de projetos bilaterais de desenvolvimento fronteiriço. Tem-se buscado, ainda, um maior envolvimento dos respectivos setores privados no processo de progressiva aproximação entre o Brasil e seus vizinhos amazônicos.

Além das iniciativas bilaterais, cabe menção as que se realizam sob a égide do Tratado de Cooperação Amazônica. O Brasil vem procurando promover o fortalecimento institucional deste foro multilateral, criado no final dos anos de 1970 e que mostra a grande vocação para impulsionar o desenvolvimento sustentável da Amazônia mediante a coordenação de ações entre seus oito Estados-partes. (MRE).

Examinaremos nesta seção a Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que é, certamente, o principal projeto de integração física da região. “Esta iniciativa é um processo multisetorial que pretende desenvolver e integrar as áreas de transporte, energia e telecomunicações da América do Sul, em dez anos” (PAIM, 2003: 4).

De acordo com o próprio sítio do projeto, a IIRSA é um plano que almeja estabelecer um diálogo entre as principais autoridades responsáveis pela infra-estrutura nos doze países sul-americanos engajados com o projeto (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Guiana, Suriname, Peru, Equador, Venezuela e Colômbia). Seu principal objetivo é o desenvolvimento da infra-estrutura sob uma visão regional do continente, buscando a integração física entre os países da América do Sul e um desenvolvimento territorial que seja equitativo e ao mesmo tempo sustentável para todos os seus membros.

A iniciativa para a formulação da IIRSA surgiu da Cúpula de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília entre os dias 30 de agosto e 1 de setembro do ano de 2000. Na ocasião, seus participantes estabeleceram a realização de ações conjuntas que impulsionassem o processo de integração política, social e econômica sul-americana, incluindo nesse a modernização da infra-estrutura regional e ações específicas que estimulassem a integração e o desenvolvimento em sub-regiões mais isoladas do continente.

Desde o seu início, foram estipulados sete princípios orientadores que guiariam as ações dos governos e das instituições financeiras do Comitê de Coordenação Técnica (CCT), relacionando os objetivos gerais da IIRSA com outras iniciativas de cada região, que, de acordo com o sítio da IIRSA, são:

Regionalismo aberto: pelo espaço geo-econômico integrado que a América do Sul possui, a necessidade de diminuir as barreiras internas ao comércio se potencializa. Ao mesmo tempo em que a abertura comercial facilita a identificação dos setores produtivos de alta competitividade no mercado mundial, a visão da América do Sul como um bloco econômico que se consolida cada vez mais permitindo uma maior proteção da economia regional perante um mercado global flutuante.

Eixos de integração e desenvolvimento: os eixos de integração e desenvolvimento representam uma referência territorial para o desenvolvimento sustentável amplo da região, sendo que o desenvolvimento harmônico do espaço sul-

americano facilitará o acesso a zonas de alto potencial produtivo que se encontram atualmente isoladas ou mal utilizadas devido ao deficiente sistema de serviços básicos de transporte, energia e telecomunicações que existe atualmente.

Sustentabilidade econômica, social, ambiental e política-institucional: o processo de integração econômica do espaço sul-americano tem por objetivo um desenvolvimento de qualidade superior que somente poderá ser alcançado mediante os quatro elementos da sustentabilidade:

Sustentabilidade econômica proporcionada pela eficiência e competitividade dos processos produtivos.

Sustentabilidade social, proporcionada pelo impacto visível do crescimento econômico sobre a qualidade de vida da população em geral.

Sustentabilidade ambiental, que implica o uso racional dos recursos naturais e a conservação do patrimônio ecológico.

Sustentabilidade político-institucional, que consiste na criação de condições para os diversos agentes públicos e privados da sociedade que possam e queiram ao processo de desenvolvimento e integração.

Aumento do valor agregado na produção: o desenvolvimento e a integração regional não devem ser simplesmente para produzir mais do que já vem sendo produzido, mas também deve ser um processo de melhoramento constante da qualidade e da produtividade dos bens e serviços para que a economia gere cada vez mais riquezas para a sociedade.

Tecnologias da informação: a difusão e o uso das mais modernas tecnologias relacionadas à informática e às telecomunicações suportam uma transformação não só dos sistemas produtivos de cada região, mas também do funcionamento geral da sociedade, incluindo os sistemas educativos, os bens e serviços públicos e a organização da sociedade civil em geral.

Convergência normativa: como parte dos requisitos para viabilizar os projetos de infra-estrutura regional, é preciso vontade política dos governos para promover e facilitar o diálogo entre as autoridades reguladoras e a planificação dos países a fim de lograr determinadas compatibilidades entre as regras que regem e orientam as atuações da iniciativa privada na região.

Coordenação público-privada: os desafios do desenvolvimento e da integração pleiteiam a necessidade de coordenação entre os governos (em seus respectivos níveis) e o setor empresarial privado, incluindo tanto a promoção de associações estratégicas público-privadas para o financiamento de projetos, assim como consultas e cooperação para o desenvolvimento de um ambiente regulatório adequado para a participação significativa do setor privado nas iniciativas de desenvolvimento regional e integração. (IIRSA)

O Comitê de Coordenação Técnica (CCT) é integrado por representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), órgão responsável pela elaboração de um plano de ação para a integração proposta; da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento do Prata (FONPLATA). O BID propicia apoio técnico e financeiro para os países em todos os temas relacionados à IIRSA, contando com uma sede permanente no Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (BID-INTAL) em Buenos Aires.

De acordo com Carrion e Paim, após três meses da criação da IIRSA, portanto dezembro de 2000, o BID apresentou o estudo “Um Nuevo Impulso a la Integración de la Infraestructura Regional en América del Sur”, no qual mostrou, entre outros, alguns problemas que inibiam o comércio intra-regional e alternativas para melhorar o fluxo de mercadorias, assim como a análise da situação da infra-estrutura já existente, suas barreiras não só naturais, mas também econômicas e propostas para desenvolver a integração do continente. Após a análise das propostas apresentadas pelo BID, CAF e FONPLATA, foram definidos os eixos de integração e desenvolvimento que seriam viáveis para a América do Sul (CARRION & PAIM, 2006).

O IIRSA concentra seus esforços, juntamente com as instituições multilaterais e os países envolvidos, em três grandes áreas:

construção de uma visão estratégica de integração física sul-americana: essa é compartilhada entre os doze países que definem os princípios básicos para promover o crescimento econômico sustentável da região, concebendo a integração física como uma condição necessária para o desenvolvimento com uma sustentabilidade ligada a significativas transformações em outras três dimensões-chaves: a competitividade, a qualidade social e a qualidade institucional.

Os eixos de integração e desenvolvimento (EID): os países membros da IIRSA definiram dez eixos de integração e desenvolvimento que se espalham pelo território do continente sul-americano. A partir da identificação de cada realidade econômica, social, ambiental atuais e suas particularidades futuras, são definidos então os requerimentos de infra-estrutura física (transporte, energia e telecomunicações) para cada EID, estimulando o desenvolvimento regional e uma melhor qualidade de vida da população residente na área. Com uma planificação territorial de médio prazo estipulada pelos doze países, foi firmada uma agenda de 335 projetos de infra-estrutura organizados em grupos de projetos de acordo com o impacto para o desenvolvimento sustentável e sua praticidade técnica, institucional, social, ambiental, financeira e política.

Os processos setoriais de integração (PSI): grupos regionais de trabalho foram organizados para promover a harmonização de políticas, planos, marcos legais e institucionais referentes ao uso da infra-estrutura entre os países. Como efeito desses PSI, desenvolveram-se estudos de caráter regional levando em consideração ações de pequeno, médio e longo prazo para os seguintes processos setoriais de integração: tecnologia da informação e das telecomunicações, sistemas operacionais de transporte aéreo, facilitação de passagem nas fronteiras, sistemas operacionais de transporte marítimo, integração energética, sistema operacional de transporte multimodal e instrumentos de financiamento.

Em setembro de 2003, foi realizado em Lima o Seminário Subregional organizado pelo Comitê de Coordenação Técnica da IIRSA, em que estabeleceram três objetivos a serem alcançados (PAIM, 2003: 5):

Apoiar a integração de mercados para melhorar o comércio intra-regional, aproveitando primeiramente as oportunidades de integração física mais evidente;

Apoiar a consolidação de cadeias produtivas para alcançar a competitividade nos grandes mercados mundiais;

Reduzir o custo Sul-América através da criação de uma plataforma logística vertebrada e inserida na economia global.

Em seu relatório, Paim faz enfática crítica à integração dizendo que tal projeto beneficia apenas poucos “poderosos” por meio de um maior escoamento dos recursos naturais dos países sul-americanos para os mercados norte-americanos e europeus. Ainda em seu relatório, alerta sobre a opção dos doze governos de não terem consultado a sociedade civil de seus países por razões estratégicas, tomando todas as decisões em reuniões fechadas e não as divulgando para tornar mais fácil todo o processo de integração.

Carvalho em seu relatório “A Integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA”, em contraposição com a idéia de regionalismo aberto proposta pela IIRSA, retoma a idéia de regionalismo empregada quando as nações mantinham uma política de substituição das importações. O ponto de mudança dessa política, dentre outros, teria sido em 1986, por meio dos acordos entre Estados Unidos e Canadá quando a regulação da economia e do comércio passou a ser negociada bi e multilateralmente. Uma das conseqüências de tal mudança foi, por exemplo, a criação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) (SILVA, 2004: 25)

Carrion conclui que, de todas as mudanças que foram e estão sendo feitas em decorrência da transformação que o sistema internacional sofreu, pode-se dizer que não há uma preocupação com a distribuição de renda e sim com um novo regionalismo dirigido pelo e para o mercado, além de haver um processo de redução do tamanho da organização institucional dos países para uma maior eficiência e operacionalidade da proposta. (CARRION, 2006: 5).

No entanto, esse processo de integração criticado por Paim e Carrion, baseado no regionalismo aberto e na ênfase na esfera comercial, começou a dar lugar a um novo regionalismo, fundado na integração produtiva, tendo como eixo a integração físico-energética, a partir dos debates que deram origem à União das Nações Sul-Americanas.

Na reunião que deu origem à IIRSA no ano de 2000, em Brasília, foram estipulados alguns preceitos básicos que orientariam os planos de ação de cada um dos eixos de integração e desenvolvimento (EID), complementados pelo desenvolvimento de ações e de processos setoriais de integração (PSI), com a finalidade de melhorar a competitividade e promover o crescimento sustentável das regiões escolhidas. Na ocasião, estavam presentes os presidentes das doze nações sul-americanas e seus respectivos ministros do transporte, energia e telecomunicações.

Segundo Paim, os eixos de integração e desenvolvimento predeterminados como áreas de ação da IIRSA foram doze inicialmente, mas posteriormente resumiram-se em dez, que são:

Eixo Andino;

Eixo Andino do Sul;

Eixo Inter-oceânico de Capricórnio;

Eixo da Hidrovia Paraguai – Paraná (Bacia do Prata)

Eixo do Amazonas;

Eixo do Escudo das Guianas;

Eixo do Sul;

Eixo Interoceânico Central;

Eixo MERCOSUL – Chile;

Eixo Peru – Brasil – Bolívia.

Conclusão

Após a análise sobre o processo de integração físico-energética da América Latina, podemos chegar a alguns pontos conclusivos sobre o tema proposto.

Ficou claro que, nas últimas duas décadas, e principalmente na última, os esforços para se colocar em prática o desenvolvimento de projetos de cooperação no âmbito energético foram levados adiante pelos países da região.

É também notório que as estatais à frente do setor de hidrocarbonetos, principalmente no Brasil e na Venezuela, possuem papel crucial na integração energética da região, tanto por adotarem diretrizes que priorizam a integração, como por levarem adiante um processo de internacionalização, que consolidou a presença de ambas quase que na totalidade dos países da região, culminando, conseqüentemente, em diversos projetos, estudos e incremento da relação entre os países.

Após a análise das fontes de energia, é possível afirmar que existem fatores geopolíticos ligados à iniciativa de integração estudada, pois, já que a mesma baseia-se principalmente em recursos naturais, não podemos descartar as potencialidades que são encontradas em mais ou menos quantidade em determinados países. Daí justifica-se o motivo pelo qual Brasil, Venezuela e Bolívia estão presentes na maioria dos tópicos relacionados à energia na região, já que apresentam potencialidades energéticas mais elevadas que os outros países.

Conforme observado, também é notório que a integração promovida pelos recursos energéticos não se dá apenas na construção de obras conjuntas ou nas trocas comerciais. Essa esfera da integração também estreita os laços entre os países, deixando para trás períodos de conflitos e aumenta, entre eles, sua interdependência. Tais fatores podem avançar para o nível de tratados e formação de blocos, reafirmando a tendência ao regionalismo presente em todo o mundo a partir do final da segunda guerra mundial.

Esse argumento se torna ainda mais forte e válido quando verificamos que o movimento que deu forma ao MERCOSUL, por exemplo, se deu em meio à crise política e econômica que abalava os países envolvidos. A crise que por um lado fez com que o processo de integração caminhasse a passos lentos, não impediu, por outro, que o mesmo acontecesse e continuasse, ao seu ritmo, caminhando para seu amadurecimento.

Isso faz com que enxerguemos na recém formada UNASUL o exemplo de uma iniciativa que veio para consolidar os inúmeros interesses convergentes entre os países da região, ainda que os mesmos passem, em determinados períodos, por crises domésticas ou mesmo de relacionamento regional. Isso não impedirá que o bloco avance em seus objetivos, já que os mesmos são reflexos das necessidades dos países que o integram. Mesmo que o bloco ainda não compreenda ou dê ênfase em todas as esferas que podem constar em uma integração regional, tende a ser fortalecido pelas questões energéticas, já que as mesmas também estão diretamente ligadas à esfera econômica, pois são a chave para toda e qualquer cadeia produtiva. A energia é a base para o desenvolvimento das outras esferas.

Fato é que o cenário energético na América Latina é muito promissor. A região é muito rica em petróleo, gás natural, energia hidrelétrica, urânio para energia nuclear e, agora, em biocombustíveis. Fazendo essa consideração e adicionando a ela os fatores políticos, que se encontram favoráveis às iniciativas da integração energética, podemos concluir que a integração colaborará em muito para que tais países possam prosseguir com suas políticas de desenvolvimento socioeconômico, cada um à sua maneira. Se for dada continuidade a tal postura, é possível criar expectativas para que a integração energética evidencie no cenário internacional as potencialidades encontradas nesses países, que culminará em uma aproximação com outras regiões.

Quanto à integração físico-logística, o projeto da IIRSA também tem avançado em alguns dos seus eixos. É possível afirmar que a infra-estrutura física avançou consideravelmente no período, sobretudo na rede viária, em quase toda região continental. Realizaram-se, por exemplo, importantes esforços na navegação fluvial, principalmente na Bacia do Prata; com relação à navegação marítima, essencial para os países insulares da região, e esforços semelhantes estão sendo feitos na Região Amazônica.

Esses esforços integracionistas na infra-estrutura física manifestaram-se, com mais ênfase, entre os países integrantes da Bacia do Prata que abrangeram vários aspectos, dentre eles os relacionados com a identificação do potencial de desenvolvimento, com base na utilização racional dos recursos naturais nas respectivas regiões. Realizam-se também atividades comuns de desenvolvimento de zonas fronteiriças.

Mas o projeto se encontra, atualmente, diante de uma série de impasses que dificultam seu andamento. Um deles, talvez o mais crucial, esteja relacionado com a resistência de grupos ambientalistas. Outro problema é a demora e a falta de pró-atividade por parte não só do governo brasileiro, mas também dos outros governos sul-americanos em investir em soluções eficazes para a implementação da IIRSA.

Com a crescente onda de movimentos contra qualquer tipo de desmatamento ou degradação da natureza de modo geral, as projeções para a conclusão da IIRSA tendem a exceder o prazo inicialmente estabelecido para sua conclusão: dez anos a partir do ano 2000.

Referências bibliográficas

- Braga, M. B. (2002). Integração Econômica Regional na América Latina. Uma Interpretação das Contribuições da CEPAL. In Cadernos PROLAM, Ano 1, vol. 01. São Paulo: USP (pp. 9-30).
- Cardozo, E. (2006). Integración energética y gobernabilidad democrática en la región andina. Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (Ildis).
- Carrion, M. C., Soldatelli, E., & PAIM. (2006). IIRSA – Desvendando os Interesses. Brasil: Núcleo Amigos da Terra.
- CEPAL (1990). Transformação produtiva com Equidade: A Tarefa Prioritária do Desenvolvimento da América Latina e do Caribe. In R. Bielschowsky (Org.), Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal. Conselho Federal de Economia – COFECON. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- Holanda, F. M. B. (2001). O gás natural no Mercosul: uma perspectiva brasileira. Brasília: FUNAG (Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Fundação Alexandre Gusmão).
- IIRSA. <http://www.iirsa.org> (consultado na Internet em 22 de dezembro de 2007).
- ITAIPU BINACIONAL. www.itaipu.gov.br (consultado na Internet em 18 de fevereiro de 2008).
- Keohane, R. O. (1986). Neorealism and Its Critics. Columbia: University Press.
- Mariano, K. L. P. (2004). Nova Visão das Teorias de Integração Regional. Um Modelo para a América Latina. Marília: UNESP/CAMPUS.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). www.mre.gov.br (consultado na Internet em 15 de outubro de 2007).

OLADE. (2003). Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana. La Situación Energética en América Latina. www.iirsa.org (consultado na Internet em 5 de março de 2008).

Paim, S. E. (2003). IIRSA - É esta a integração que nós queremos?. www.natbrasil.org.br/Docs/instituicoes_financeiras/iirsa%202003.pdf. (consultado na Internet em 13 de junho de 2007).

Silva, J. G. C. (2004). A Integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA. Belém: UFPA (Monografia apresentada ao Curso Internacional de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas – FIPAM XVIII, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA)

SINDLAB. (2007). Cúpula Energética cria União das Nações Sul-Americanas. <http://www.sindlab.org/noticia02.asp?noticia=10842> (consultado na Internet em 26 de fevereiro de 2008).

UNASUR – Unión de Naciones Suramericanas. www.comunidadandina.org/sudamerica.htm (consultado na Internet em 27 de maio de 2008).

WIKIPÉDIA. Gás Natural. www.wikipedia.com.br (consultado na Internet em 26 de março de 2008).

Políticas públicas brasileiras concernentes aos direitos socioambientais e à proteção do patrimônio natural

Marcio Henrique Pereira
Universidade de São Paulo (USP)
marciorique@usp.br

Resumo: Pretende-se, nesta abordagem, analisar o vínculo entre sistema jurídico e políticas públicas socioambientais. Entendemos que um direito estatal, permeado pela mundivisão hegemônica ocidental, não compreende as diferenças culturais dos povos autóctones, das populações locais e tradicionais, e nem oferece garantias suficientes ou satisfatórias aos conhecimentos tradicionais e ao patrimônio natural. Por outro lado, a dialética social revela o gigantesco desafio em reverter o processo atual de desenvolvimento capitalista em direção às comunidades tradicionais. A despeito de uma legislação ambiental avançada, o Brasil ainda não logrou sucesso generalizado no âmbito das políticas ambientais. Exemplo disso é o avanço da construção de barragens para os fins de produção de energia, com enormes desafios socioambientais, entre os quais se destacam o desmatamento, a perda significativa da biodiversidade e os deslocamentos populacionais. O direito estatal, como fonte exclusiva de produção jurídica, por conta das intrincadas relações entre os grupos hegemônicos (poderes estatais e elites econômicas e sociais) não apresenta e nem apresentar elementos de uma construção social alternativa que compreenda as urgentes demandas sociais hodiernas. Novos atores sociais (movimentos sociais, ONGs, universidades, ministério público, confissões religiosas, entre outros) interagem em enredamentos a fim de pressionarem e obterem transformações qualitativas no âmbito da política socioambiental. A discussão da conjuntura sócio-política internacional e sua repercussão no âmbito socioambiental é imprescindível. O que assume contornos urgentes ante a destruição planetária e a emergência da fome, precariedade social e desemprego explicitam índices alarmantes.

1. Introdução

O direito estatal, como fonte exclusiva de produção jurídica, por conta das intrincadas relações entre os grupos hegemônicos (poderes estatais e elites econômicas e sociais) não apresenta e nem pode apresentar elementos de uma construção social alternativa que compreenda as urgentes demandas sociais hodiernas. Novos atores sociais (movimentos sociais, ONGs, universidades, ministério público, confissões religiosas, entre outros) interagem em enredamentos a fim de pressionarem e obterem transformações qualitativas no âmbito da política socioambiental. É mister reconstruir o horizonte utópico da democracia participativa¹ a fim de se moldarem soluções alternativas ao sistema capitalista dominante. A atual crise econômica global assinala para a urgência de medidas de controle supraestatais das formas de mercado. A prevalência da racionalidade instrumental da ciência e da técnica, com a conseqüente “colonização do mundo da vida” demonstra-se subsidiária do sistema capitalista. Faz-se premente a formação democrática mediante o exercício de um poder de base eminentemente dialógica². A compreensão das peculiaridades das comunidades autóctones, notadamente as tradicionais, só se dará por empenho de se restabelecer as simetrias comunicativas: quando os sujeitos participantes forem compreendidos em sua própria especificidade e o Estado intervir como mediador em favor da emancipação dos hipossuficientes.

Ao referir à política socioambiental, supõem-se políticas públicas, em que o “publicus”, ou seja, a condição de ser visto e ouvido por todos possa ser efetivamente respeitada - na diversidade de mundivisão e na convergência dos pontos de

¹ Com efeito, “o capitalismo não é criticável por não ser democrático, mas pelo fato de não ser suficientemente democrático”, e a democracia participativa é o máximo de consciência política possível para o capitalismo. É imprescindível desocultar as formas de opressão e dominação [Santos, B. S. (2005), *Pelas mãos de Alice: o político na pós-modernidade*, 10 ed. São Paulo: Cortez, pp. 270-1]

² Cf. Habermas, J. (1987). *Teoría de la acción comunicativa. Racionalidad de la acción y racionalidad social*. Madrid, Taurus; Id., (1987b). *Teoría de la acción comunicativa. Crítica de la razón funcionalista*. Madrid, Taurus; Cf. tb. Arendt, H. (1988). *Da Revolução*. Trad. Fernando Didimo Vieira. Brasília: Ática e Edunb; Id. (1975). *The origins of the totalitarianism*. San Diego: Harcourt Brace.

vista pela construção exigente, dialética e dinâmica do consenso recíproco³. Em outras palavras, é fator imprescindível a consideração da pluralidade subjetiva na perspectiva da emancipação e cidadania.

2. Direitos Socioambientais, Estado e Democracia

Conforme preleciona Boaventura de Sousa Santos, é de extrema relevância a descentralização do princípio do Estado numa sociedade caracterizada pela participação e denúncia das opressões a fim de configurar uma “sociedade-providência” nutrida pelo princípio da comunidade. O Estado não será desprezado e sequer eximido de suas responsabilidades, mas regulado pela pedagogia da emancipação concretizável numa nova cidadania⁴. Assim, necessariamente tangemos a relação entre Estado e Direito. O Direito é geralmente compreendido como produto estatal em prol da harmonia social. A essa idéia vincula-se outra, não menos dogmatizante e pernicioso, que é a noção de completude do ordenamento jurídico, como se o mesmo pudesse dar conta da totalidade das relações sociais, como recorda Norberto Bobbio⁵. O problema do entendimento do ordenamento jurídico como completo em si mesmo é o seu hermetismo. Não se concebe outras fontes que não o Estado e, assim, a codificação vale para todos os casos e circunstâncias. A admissão de outras fontes além do Estado é rejeitada de pronto por afetar o monopólio estatal. Ante uma realidade altamente complexa como a que vivemos, todavia, o Direito não pode bastar-se. As normas oriundas do Estado legiferante não cobrem a diversidade de demandas sociais. Sequer representa a pluridimensionalidade em que se manifesta a sociedade. A complexidade da vida social, na qual se inclui de modo relevante a dimensão política, não se deixa enquadrar nos parâmetros rígidos de uma normatização racional. Esta, aliás, demonstra ser a constatação de Habermas: “parece que a reprodução da vida social é por demais complexa, não se prestando a uma apreensão por parte de figuras normativas rígidas do direito racional”⁶.

Podemos perceber, de fato, que o jurídico é entendido como síntese da complexa interação de interesses, muitas vezes divergentes, e que se perfazem no compromisso consensual de “grupos convergentes”. Mas isso, em verdade, não passa de pretensão.

É, pois, incongruente tomar o direito simplesmente como um “consenso grupal”, qual síntese de interesses divergentes, sem, por outro lado, perceber que o mesmo, paradoxalmente, “acaba por definir-se nos interesses dos grupos dominantes”. O paradoxo aqui não é elemento acessório mas intrínseco à constituição jurídica.

Considerar o direito sem a constatação de sua íntima relação com os grupos que lutam entre si para dizer o direito – que procuram o monopólio legislativo ou de aplicação das normas - é não só uma posição ingênua mas alienante, uma vez que toma a norma de maneira isolada, desarraigada das verdadeiras convulsões sociais e conflitos que a geram e dela sobrevivem⁷. E tampouco o Estado, como aparelho garantidor do direito, é instituição que paira acima do embate de interesses verificados no seio social e dos seus arranjos políticos. Nem sequer se pode afirmar o Estado isento das pressões da sociedade civil.

Essa discussão incide na questão da legitimação, que concerne na busca por qualquer sistema a fim de estabelecer e cultivar a crença na sua legitimidade. Em outras palavras, respeita à necessidade de justificação do poder ou de qualquer vantagem conquistada. Subjaz, pois, uma tensão/atração entre o espaço de poder conquistado, sua aliança com a esfera estatal e a forma como se mantém a crença em sua legitimidade, da qual o direito apresenta-se como elemento privilegiado de justificação e manutenção⁸.

Se é preciso reforçar uma consciência no âmbito jurídico que evidencie não só os direitos individuais, mas também seu caráter coletivo/social, é, ao mesmo tempo forçoso buscar uma concepção de política social desatrelada do imperativo mercadológico. Ou seja, só mediante a desmercadorização da prestação do serviço, operada mesmo por uma “questão de direito”, e, ao mesmo tempo, fazer com que a pessoa se liberte do jugo do mercado, há uma plena cidadania. Com efeito, a emergência dos direitos sociais⁹ modernos implicou num “afrouxamento do status de pura mercadoria. A desmercadorização ocorre quando a prestação de um serviço é visto como uma questão de direito ou quando uma pessoa pode manter-se sem depender do mercado”¹⁰.

Na atual conjuntura, a discussão dos direitos ambientais é indissociável da concepção dos direitos sociais, vistos como modo de conferir autonomia ao cidadão perante as contingências político-econômicas e de não se submeter, sem

³ Público, aliás, deriva do latim *publicus* de *populicus* e *populus* – do povo e povo, respectivamente. Público é, pois, “o que pertence a todo povo, considerado coletivamente, isto é, tido em sua expressão de organismo coletivo” (cf. Silva, P. (2000). *Vocabulário Jurídico*, Rio de Janeiro: Forense, p. 661). O termo é assim significado por Hannah Arendt: “ser visto e ouvido por todos”, mas na perspectiva de que “todos vêem e ouvem de ângulos diferentes” (Cf. Arendt, H. *A condição humana*. São Paulo: Forense universitária, 1981, p. 58-87)

⁴ Cf. Santos, B. S., *ibid.*, p. 276-8)

⁵ Bobbio, N. (1997). *Teoria do ordenamento jurídico*. 10a. ed. Brasília: ed. Universidade de Brasília, p. 120-1

⁶ Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. 1. trad. Flávio B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 69.

⁷ Sobre o tema, há a instigante e apropriada análise encontrada em Bourdieu, P.; Teubner, G. (2000). *La fuerza Del derecho*. Bogotá: Ed. Uniandes.

⁸ Cf. Habermas, J. (2003). *Sobre a legitimação pelos direitos humanos*. In: Merle, J-C.; Moreira, L. *Direito e legitimidade*. São Paulo: Landy editora, pp. 67-82.

⁹ Não nos ocuparemos aqui especificamente da evolução dos direitos sociais, em razão do escopo de nosso trabalho. Recomendam-se para entender melhor sua emergência e evolução as leituras das obras de Pison, J. M. (1998) *Políticas de bienestar: un estudio sobre los derechos sociales*. Madrid: Tecnos. Para a compreensão da evolução dos direitos sociais no Brasil, a obra de Carvalho, J. M. (2004). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

¹⁰ Sping-Andersen, G. (1991). *As três economias políticas do Welfare State*. In: *Lua Nova*, 24. São Paulo: CEDEC, p. 103.

quaisquer outras opções, às forças do mercado. É reduzir, em última instância, o impacto das pressões do capital sobre o humano na sociedade, resgatando sua dignidade primordial.

3. O poder diluído e controlado pela comunidade: as sociedades arcaicas

Para efeito deste tópico, tomamos como objeto principal as conclusões a que chegamos mediante o confronto de duas grandes obras acerca do direito, do Estado e da sociedade e que, ao nosso ver, têm estreita ligação com o tema a que ora nos propomos. Tratam-se das obras de Pierre Clastres, “A sociedade contra o Estado”¹¹ e de Ronald Dworkin, “O império do Direito”¹². São posições muito distintas, às vezes antagônicas, acerca de elementos cruciais de nossa análise. Primam por perspectivas acentuadamente diferentes. A formação dos autores em destaque evidencia, desde logo, um distinto ponto de partida. Dworkin, é eminente filósofo do Direito e Clastres, morto prematuramente num acidente automobilístico, evidenciou-se por um trabalho antropológico de alta qualidade, que transformara conceitos solidificados na ciência e favoreceram formas diversificadas de olhar a realidade antropológica. Por isso, cremos que um confronto de ambos será de valor altamente elucidativo a propiciar critérios bastantes para nossas próprias conclusões. Servir-nos-emos também de outros textos, na qualidade de subsídios ao debate.

A obra de Dworkin, impecável quando concebida no âmbito das interpretações particularizadas e pontuais, é muito favorecida por uma lógica precisa e bem encaminhada, nos moldes das ponderações jurídicas tradicionais. Mas, ao que nos parece, em alguns momentos fundamentais, carece de uma visão holonômica a ser emprestada de outras ciências humanas e sociais. Daí a contribuição decisiva de Clastres. Um exemplo fornecido por Dworkin¹³, acerca de um caso sobre uma barragem obstada pela proteção de uma espécie de peixes endógena de uma determinada região americana – o snail dater – é ilustrativo. O autor tende a assumir uma posição favorável à solução jurídica do caso pela barragem, imbuído de uma ótica de progresso social em detrimento de uma única espécie de “peixinhos”. Todavia, um militante socioambiental, com sutil atenção, percebe a fragilidade deste ponto de vista: desconsidera-se os vínculos vitais do universo e a importância ecossistêmica de qualquer espécie, mesmo que aparentemente insignificante. Emerge, pois, para nós o problema crucial da atual reflexão jurídica e das teorias presentes: um direito destinado a questões particularizadas, atomizadas, que padece de uma visão fragmentada, embora impecável sob o ponto de vista de uma lógica linear, unidirecional. Serve para os casos específicos e concretos, de imediato, mas desserve ao todo, a médio e longo prazos. Um direito assim concebido ainda está fortemente arraigado às premissas de um direito civilista, individualista, com base na propriedade individual e “quase” absoluta, de tradição ocidental e românica. Conceito, que como se demonstrará a seguir com base na obra de Clastres, inexistente no ideal coletivista das sociedades arcaicas.

Ao optar por se deter nos critérios internos de uma crítica às teorias jurídicas tradicionais, parece que Dworkin acaba por desprestigiar aquilo que seria fundamental¹⁴ para um avanço ainda mais significativo da reflexão jurídica: uma teoria “integral” do direito, como ele bem se propõe, necessita da crítica interna (com base na lógica do próprio desenvolvimento interno do direito e na forma em que se sucedem as legislações e decisões jurídicas) e de uma crítica externa (de base eminentemente sociológica e antropológica). A visão holonômica aqui nos parece primordial. Sem ela, subtrai-se do direito os limites de suas origens, os problemas essenciais da nomôgenese e das ideologias influentes no processo legislativo e nos processos decisórios. O autor mesmo parece notar estas incongruências ao apontar a forma moderada do convencionalismo jurídico como uma espécie de negação dele mesmo¹⁵.

Por outro lado, há que se argüir: não se está com uma concepção idealizada de povo, comum às democracias? Para se perceber os sujeitos coletivos de direito é fundamental inserir a questão no bojo da formação sócio-política do ocidente, especialmente derivada da constituição de sociedades de base capitalista. As determinantes estruturais do sistema e suas tendências explicam o porquê de um direito de base individual. A necessidade da propriedade privada e de sua defesa, forjou um aparato jurídico a sustentá-la. No Brasil e na América Latina, a oposição a este modo de legitimação social do sujeito individual deriva, especialmente, do antagonismo dos movimentos sociais, gestados no curso da década de 70, às formas repressivas do Estado e exigiam a instituição de um novo paradigma jurídico¹⁶.

São muitos os elementos presentes na obra de Dworkin que merecem não breves reflexões, mas nos fixaremos na nossa proposta inicial e essencial: a questão dos sujeitos coletivos de direito. A grande contribuição que o autor nos fornece à nossa análise, parece estar centrada em duas ponderações a serem agora destacadas: a primeira delas diz respeito à democracia representativa e/ou participativa, expressa na indagação fundamental: em que sentido somos “autores” das

¹¹ Clastres, P. (2003). A sociedade contra o Estado. trad. Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Naify.

¹² Dworkin, R. (2003) O império do Direito. trad. Jefferson L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes.

¹³ id., ibid. p. 25 e ss.

¹⁴ Em absoluto desqualificamos as valiosas contribuições do autor. Para nós, realmente sua obra significa uma avanço gradual para uma nova abordagem jurídica. O que pretendemos é apenas contribuir para uma visão ainda mais abrangente do direito, sem a qual julgamos impossível uma transformação substancial das práticas sociais. Queremos dialogar com o autor, simplesmente, opondo-lhe alguns das preciosas contribuições advindas de outras ciências. Mas reconhecemos: muitas das contribuições do autor são imprescindíveis porquanto desconstrói uma série de teorias jurídicas em cujo alicerce se viam embasadas práticas jurídicas pouco favoráveis socialmente, como o convencionalismo e o pragmatismo.

¹⁵ id., ibid. p. 156

¹⁶ Cf. Telles, V. S. (1984). A experiência do autoritarismo e práticas instituintes. Dissertação de Mestrado, USP.; Sousa Jr., J. G. (2002). Movimentos sociais – emergência de novos sujeitos: o sujeito coletivo de direito. In: Sousa JR. J. G. Sociologia jurídica: condições sociais e possibilidades teóricas. Porto Alegre: Sérgio A Fabris Editor, p. 3.

decisões políticas de nossos governantes?¹⁷; a segunda grande contribuição, e esta para nós é a contribuição fundamental ao nosso estudo, é a idéia do princípio da integridade associado a uma comunidade política engajada¹⁸. Ambas remetem a noções relativas à cidadania participativa¹⁹.

4. A diversidade, diluição-difusão e multiplicidade do poder como forma de contenção do poder e condição para os sujeitos coletivos

Quanto ao primeiro aspecto, o da participação efetiva nas decisões dos governantes, é sobretudo conveniente considerar que não basta uma base racional para a legitimidade coercitiva do direito como é comum nas teorias jurídicas. Mesmo em Dworkin isto parece presente quando ele se justifica afirmando que “não estamos preocupados, mais exatamente, com a questão empírica de quais atitudes, instituições ou tradições são necessárias para criar e proteger a estabilidade política, mas com a questão interpretativa da natureza do interesse e das responsabilidades mútuas que nossas práticas políticas devem expressar para justificar a pretensão de verdadeira comunidade que parecemos ter”²⁰. Perguntamo-nos, porém: a questão interpretativa pode ser considerada sem a questão empírica? Aquilo que se negligencia não é essencial para analisar a questão do poder de coerção e sua gênese - principalmente pelo viés de sua legitimação? É possível desconsiderar as atitudes individuais e sociais e suas motivações, que se constituem o fundamento ou a expressão dos conflitos presentes, latentes e virtuais inerentes às relações sociais e de poder que são a base empírica a ensejar e justificar o aparelho jurídico? A legitimidade do direito é em si mesma legítima?

O Estado, que gesta o direito, não tem uma única voz²¹. Há dissonâncias. A unicidade – sistema único e coerente – é mais um ideal, um mito do ocidente do que uma realidade. Neste sentido, a análise de Clastres sobre as sociedades arcaicas, particularmente dos quaiaki, é muito elucidativa. O autor mostra como indígenas rejeitam a noção de “uno” ou “um” como a concebemos, sem referência ao múltiplo – este sim princípio universal²² e, conseqüentemente, do Estado e de um direito eminentemente estatal, que é massificante e unificador. Em verdade, estas sociedades encontram mecanismos de regulação do poder (e de rejeição da centralização do poder). Sabe que o poder traz em si a violência (“A sociedade primitiva sabe, por natureza, que a violência é a essência do poder”²³). O poder é da comunidade ou sociedade e não do chefe ou líder tribal. Este serve à comunidade enquanto defende seus interesses. Os nativos afastam o comando e o chefe do poder e da sua instituição. A acumulação, e conseqüentemente o trabalho alienante, é igualmente rejeitada. A atividade produtiva visa à satisfação das necessidades. Visa essencialmente às necessidades de recomposição energética, o que “fundamenta e determina a quantidade de tempo dedicado” à produção de bens:

Isso equivale a dizer que, uma vez assegurada a satisfação global das necessidades energéticas, nada poderia estimular a produzir mais, isto é, a alienar seu tempo num trabalho sem finalidade, enquanto esse tempo é disponível para a ociosidade, o jogo, a guerra ou a festa... Na sociedade primitiva, sociedade essencialmente igualitária, os homens são senhores de sua atividade, senhores da circulação dos produtos desta atividade...A relação política de poder precede e fundamenta a relação econômica de exploração. Antes de ser econômica, a alienação é política, o poder antecede o trabalho, o econômico é uma derivação do político, a emergência do estado determina o aparecimento de classes²⁴

Não estará aí o antídoto da “questão socioambiental” que analisamos de início? A problemática ecológica não encontra seu início e explicação no sistema de exploração e alienação do modo de produção capitalista e industrial? Portanto, não é aqui que poderemos discernir os caminhos de solução?

Parece claro, e até Clastres o reconhece com base na experiência dos tupis, que a descentralidade do poder é qualidade dos pequenos grupos – a comunidade comparece como verdadeira gênese e detentora do poder. Ela recusa ser grande, e para isto recorre a mecanismo de controle como a fissão e a cisão, que podem ser perfeitamente amistosos. A fundação de outra comunidade, o que perfaz a cisão, é a maneira de manterem-se pequenas - que é sinônimo de comunidade primitiva²⁵.

5. Sujeitos coletivos: os princípios da integridade e da comunidade associados

Mas, então, advém a grande pergunta: a forma coletiva de relações de poder, de construção e exercício do direito observada nas pequenas comunidades que compõe as sociedades tribais seria aplicável às grandes e complexas sociedades ocidentais? Como falar de sujeitos coletivos numa configuração geo-econômico-política tendente à globalização?

¹⁷ Cf. Dworkin, R, *ibid*, p. 229 e ss.

¹⁸ Cf. *id.*, *ibid.*, pp. 182; 224; 225; 230 e ss.

¹⁹ Para análise da cidadania participativa e da cultura cidadã, cf. Gohn, M. G (2003). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes; *Id.* (2005). *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez.

²⁰ Dworkin, R, *ibid.*, p. 252

²¹ *cf. id.*, *ibid.*, p. 263-4

²² *cf.* Clastres, *ibid.*, p.187 e ss

²³ *cf. id.*, *ibid.*, p. 172

²⁴ *cf. id.*, *ibid.*, p.214-6

²⁵ *cf. id.*, *ibid.*, p. 251

Aqui temos como subsídio o ponto de convergência entre Clastres e Dworkin - e outros autores comunitaristas. É a vez de considerarmos o segundo elemento apontado em Dworkin: o princípio da integridade associado ao princípio da comunidade. É numa comunidade com espaço de efetivo engajamento que subsiste a gênese e a forma precisa de aplicação do direito como expressão social. É, pois, um direito eminentemente coletivo, tanto na sua origem como na sua consecução. Falar-se em sujeitos coletivos só é possível quando se favorece a diversidade, a diluição-difusão e multiplicidade das formas de poder. Observa-se, pois, que nas sociedades arcaicas a diversidade e multiplicidade funcionam também como forma de contenção do poder. O mesmo se pode esperar da sociedade em que as bases comunitárias são tais que propiciem a constante vigilância das formas únicas e centralizadoras de poder. Quanto mais diversificação, maior a concorrência pelos espaços de poder e maior o controle. Evidentemente, subjaz sempre o risco da fragmentação, da polarização excessiva, da dispersão. Contudo, esta não é a forma dialética das relações sociais?

Cumpra aqui elucidar o princípio da integridade de Dworkin. Este princípio passa pela comunidade, como sujeito de direito. Ouçamo-lo: “Segundo o direito como integridade, as proposições jurídicas são verdadeiras se constam, ou se derivam, dos princípios de justiça, equidade e devido processo legal que oferece a melhor interpretação construtiva da prática jurídica da comunidade”²⁶. A “comunidade personificada”, como quer o autor, com base nos princípios basilares do direito (justiça, equidade e devido processo legal), é a condição de verdade do direito e sua real legitimadora. Cremos que a própria dinâmica e criatividade suscitada pela diversidade e pelas bases comunitárias são capazes de propiciar o novo, de impelir formas de recusa e resistência não só no campo jurídico como também no que concerne a um sistema econômico depreciativo da vida humana, de sua dignidade e de todo o universo circundante que as formas de direito sustentam.

A comunidade certamente não é a panacéia de todos os dilemas sociais. Tampouco é conceito unívoco e isento de ambigüidades. Todavia, somente quando o grupo é sustentado por vínculos mais estreitos, em que subsistem a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição²⁷, é possível uma adesão e engajamento capazes de encontrar formas de enfrentamento dos dilemas socioambientais. Menos que a comunidade só há a indivíduo impotente, mais que a comunidade se depara com a abstração da sociedade e sua distância da pessoa mesma. A comunidade sem engajamento é infecunda. Portanto, a comunidade engajada é a forma possível de integração social, de resistência e de organização para avanços sociais.

É certo que há interesses e direitos respectivos a relacionar com todo o conjunto da sociedade e não só com uma comunidade específica. Os direitos tangentes ao meio ambiente geralmente se situam nesta zona fluida, dispersa. Por isso, são considerados interesses e direitos difusos. Neles é muito mais difícil precisar os sujeitos coletivos com legitimidade para exigirem do Estado, do conjunto da sociedade em geral e dos causadores dos danos em particular as obrigações respectivas. Todavia, é certo também que dizem respeito a todo o tecido social e a cada indivíduo tomado singularmente. E é na comunidade que os problemas são sentidos com maior imediatez. E é ali também que devem ser mais rapidamente verificados os encaminhamentos, a forma mesma de cobrança dos direitos e as soluções. A legitimidade para agir é conferida, não raras vezes, também às associações de gênese comunitária. O art. 5º. da Lei Federal do Brasil n. 7347/85 é ilustrativo neste sentido²⁸. E ademais, a sociedade é fusão e interação entre diversas comunidades. Não uma justaposição de comunidades, cada qual seguindo um ritmo, interesses e modo de vida distintos. Mas, interação, em que as partes em comunicação se transformam no contato umas com as outras, gestando novas formas de existência, sem deixarem de existir totalmente as antigas²⁹.

6. Integração sócio-eco-planetária e a economia da resistência e da recusa

Clastres nos indica com lucidez que as sociedades arcaicas primavam por uma espécie economia de resistência e recusa ou uma não-economia, que não significa em absoluto uma “economia de subsistência” com se dizia outrora. Não se trata de “Inacabamento, incompletude, falta”, mas “positividade, como domínio do meio ambiente natural e do projeto social, como vontade livre de não deixar escapar para fora de seu ser nada que possa alterá-lo, corrompê-lo e dissolvê-lo”, o que as inscreve mais como “sociedades sem economia por recusarem a economia”³⁰.

Há uma coerência nessa reflexão a vincular economia, como a entendemos, e o Estado. O Estado emerge justamente como forma de proteção da acumulação, da privatização dos bens outrora coletivos, da institucionalização do poder e da palavra. Por isso, ao recusarem este modo de economia, as sociedades arcaicas recusam igualmente o Estado. A economia tribal ou as sociedades “sem economia”, se assim pudéssemos denominá-la, não é uma forma de relação com os

²⁶ Dworkin, op. cit., p. 272.

²⁷ Cf. Nisbet, R. A (1998). Comunidade. In: Forachi, M. M. : Martins, J. S.. Sociologia e Sociedade (leituras de introdução à Sociologia). 19a. tiragem. Rio de Janeiro: LTC – livros técnicos e científicos editora.

²⁸ Lei Federal da República Federativa do Brasil, n. 6938, de 31/8/81 – define os instrumentos da PNMA (Política Nacional de Meio Ambiente), institui o SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente) e o CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) e dá outras providências

²⁹ “As interações são ações recíprocas que modificam o comportamento ou a natureza dos elementos, corpos, objetos ou fenômenos que estão presentes ou se influenciam. As interações: 1. Supõem elementos, seres ou objectos materiais, que podem encontrar-se; 2. Supõem condições de encontro, ou seja, agitação, turbulência, fluxos contrários, etc.; 3. Obedecem a determinações/imposições que dependem da natureza dos elementos, objectos ou seres que se encontram; 4. Tomam-se, em certas condições, inter-relações (associações, ligações, combinações, comunicação, etc.), ou seja, dão origem a fenômenos de organização. Assim, para que haja organização, é preciso que haja interações: para que haja interações, é preciso que haja encontros, para que haja encontros, é preciso que haja desordem (agitação, turbulência)” [Morin, E. (1999). O método: II. A vida da vida. 3a. ed. trad. Maria Gabriela de Bragança. Mem Martins: Publicações Europa-América, p. 53.

³⁰ Clastres, op. cit, cf. p. 216-217

bens marcada pela carência, pela falta, na luta incessante de subsistir. Ao contrário, é marcada, como bem nota o autor, pela positividade, por uma integração da sociedade em sua dimensão antrópica com a dimensão eco-planetária. Resiste-se à “alteração, à corrupção, à dissolução” tanto da sociedade como do meio ambiente natural.

Não é este o projeto socioambiental dos grupos de reflexão ecológica hodiernos? Este modo de vida e concepção não pode servir também às comunidades integradas num sistema de globalização contra-hegemônica?

Sem dúvida, reincidentos na pergunta: mas o que serve às pequenas e restritas sociedades primitivas serve às grandes e complexas sociedades internacionais ou mesmo dos grandes Estados nacionais? Podem-se desconsiderar os mui confusos, complicados, inextricáveis e até obscuros traços históricos da formação societária e estatal das sociedades atuais?

O problema é que a questão, posta desta forma, levará evidentemente a uma resposta desfavorável ou quanto muito a uma não-resposta, a uma perplexidade ou a um silêncio. A questão deve ser colocada justamente no sentido inverso para se enxergar um caminho, uma luz no fim do túnel: as sociedades humanas complicadas, multifacetadas, plurais, encontrarão outra forma de se relacionarem com a existência planetária e universal se não se constituírem mecanismos de resistência e recusa de um sistema político-social de base econômica altamente destruidor, corruptor e que dissolve as bases naturais da convivência humana com os demais existentes? Ou de modo mais simples, não será uma economia de resistência e recusa, à semelhança das sociedades “primitivas”, a forma viável para impedir o colapso premente socioambiental?

Assim, encontramos uma resposta positiva. E mais, uma resposta assim em absoluto será simplista se entendermos que a recusa e resistência passa pela expressão comunitária, pelo esforço de emancipação social, pela construção de uma cultura cidadã, pelo empenho de integração, pela emergência da solidariedade e do cuidado, pelo respeito às peculiaridades e diferenças, pela sobreposição do coletivo ao individual, enfim, pela concepção da possibilidade de projetos societários alternativos.

7. Os sujeitos coletivos ante a proteção jurídica do patrimônio natural e da biossociodiversidade

Quando se refere à proteção da biodiversidade, refere-se necessariamente ao patrimônio natural e à sociodiversidade, como termos estritamente relacionados e imbricados. Antes de partirmos propriamente à consideração específica das políticas relativas ao nosso escopo, convém elucidarmos do que estamos nos ocupando especificamente. Como entender a biodiversidade e a sociodiversidade? No caso, são coisas vinculadas?

A proteção à biodiversidade a que nos referimos é justamente àquela relativa ao patrimônio natural, mesmo em seus aspectos genéticos. Por biodiversidade entende-se justamente “a existência, numa dada região, de uma grande variedade de espécies, ou de outras categorias taxonômicas (como gêneros, etc.) de plantas ou animais”³¹. A diversidade biológica foi definida pela Convenção sobre Diversidade Biológica, de 1992, como a “A variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte: compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas”³².

A biodiversidade emerge, pois, como noção complexa, interativa e holonômica, em que as relações são de reciprocidade. Não são apenas as espécies de fauna e flora consideradas em sua rica manifestação. Mas é também esta diversidade considerada em relação ao ecossistema, ao complexo da vida, às interações existentes entre os seres, a gerarem formas diferenciadas de vida e de novas formas de relação e vida. Numa espiral dinâmica, recorrente e dialógica entre os complexos ecológicos e os seres que o compõem, aberta também à emergência, ao novo.

A sociodiversidade, por analogia à biodiversidade, concerne à variabilidade humana cultural, ecológica, étnica e interativa, relativa a um determinado espaço natural, geopolítico e social. A sociodiversidade tem profundo vínculo com o conhecimento tradicional, isto é, aquele gerado, mantido e reproduzido por comunidades tradicionais, assim entendidas aquelas com estilos de vida tradicionais que “pelo fato de conviverem, ao longo de décadas e séculos (e, em alguns casos, até milênios), em estreita interdependência com a natureza e os recursos biológicos nelas encontrados, desenvolveram tecnologia e conhecimentos próprios acerca dos usos e serventias das plantas nativas”³³ e outras formas sustentáveis de utilização dos componentes dos recursos da natureza tais como os “povos indígenas e populações locais (caboclos, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, caiçaras, agricultores familiares...)”³⁴.

Neste quadro, o conhecimento tradicional das populações humanas aparece com um elo desta espiral. Em razão de sua interdependência com o meio natural, constitui-se como um elemento fundamental para a proteção ambiental.

A biossociodiversidade é, portanto, conceito eminentemente complexo, a referir-se ao entrelaçamento da vida num dado ecossistema ou bioma. Congrega a configuração biológica em sua diversidade ao elemento antrópico, a expressar-se na interatividade, na reciprocidade e na retroação. É preciso reconhecer, como o faz a teoria da complexidade, que toda organização viva comporta diversidade, conseqüência das interações eco-organizativas a engendrar especializações. Na integração subsistem mecanismos de subjugação-repressão, como da esfera antropopóia para a esfera bio, mas também de dependência e emergência. O anel é uma contínua espiral entre autoprodução anárquica dos organismos e ao mesmo tempo pela sua organização hierárquica. A defesa da biossociodiversidade é defesa da própria dinâmica complexa da vida.

³¹ Ferreira, A. B. H. (1999) Aurélio XXI – o dicionário da língua portuguesa. 3a. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira, p. 301.

³² Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1992 – Rio de Janeiro). (1997) Convenção sobre diversidade biológica. Brasília: Senado Federal/ Secretaria de Edições Técnicas.

³³ Rocha, A. F. (org). (2003) A defesa dos direitos socioambientais no Judiciário. São Paulo: Instituto Sociambiental, 2003.

³⁴ Id., *ibid.*, p. 429 e p.88 e também Convenção sobre a Diversidade Biológica, *op. cit.*, art. 8.j

Por fim, o conceito de patrimônio natural está intimamente vinculado a esse conceito acima refletido – o de biossociodiversidade. Patrimônio natural é noção dinâmica, de caráter primordialmente jurídico, a considerar o meio ambiente como um bem socialmente protegido, afeto à coletividade. Uma vez que o meio ambiente é “conjunto de relações e interações que condiciona a vida em todas as suas formas”, segundo o disposto no art. 3º, inc. I da Lei Federal do Brasil de n. 6938, de 31/8/1981, a regular a política nacional de meio ambiente (PNMA), é bem socialmente protegido. A proteção ambiental deriva do princípio constitucional estatuído pelo art. 170, inc. VI da Constituição Federal do Brasil de 1988.

O meio ambiente é assim, em razão de seu título jurídico autônomo no bojo da Constituição Federal Brasileira de 1988, bem afeto à comunidade.³⁵ Embora público, não é tutelado exclusivamente pelo Poder Público, a fim de limitar e circunscrever a própria atuação do Estado, tantas vezes lesiva ao meio ambiente. Como patrimônio comum tem uma posição hierárquica de precedência em face dos outros bens e valores quando em conflito com outros bens patrimoniais de base individual ou econômico-industriais, porquanto seja um bem difuso e afeto à coletividade: *res communes omnium!* Os direitos ambientais têm como base de proteção essa nova concepção jurídica, direitos emergentes cuja base é o patrimônio natural, por sua própria natureza, cada vez mais extensos e incisivos. Todavia, como recorda Norberto Bobbio, “uma coisa é falar dos novos direitos e cada vez mais extensos; outra é garantir-lhe uma proteção efetiva”³⁶.

Não há como referir à questão ambiental na atual conjuntura sócio-política sem investigar sua relação com o uso sustentável dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, o papel dos movimentos sociais de base e ONGs militantes na implantação de políticas públicas nesta direção. Por uso sustentável entendemos aqui um conjunto de políticas públicas e processos sociais e administrativos destinados a possibilitar o manejo e utilização dos recursos naturais de modo equilibrado, sem devastação, sem deterioração, mas que permita à natureza a existência normal, com a manutenção dos ciclos naturais de reprodução e reconstituição da biodiversidade, e ao mesmo tempo comporta a noção de desenvolvimento humano e social, sem prejuízo ambiental. Com efeito “a conservação in situ de biodiversidade, além de garantir um meio ambiente equilibrado, constitui uma estratégia de manutenção de recursos naturais para as populações atuais e futuras, contribuindo para a busca da equidade social”³⁷.

Há, então, a premência de políticas públicas para o uso sustentável – conjunto de ações estatais destinadas a legislar, fiscalizar, incentivar o manejo e utilização adequados dos recursos naturais onde se encontram, a fim de se conservarem suas qualidades essenciais bem como o equilíbrio de cada bioma em particular.

Todavia, não se pode associar a imagem de desenvolvimento atrelada ao uso sustentável daquela idéia desenvolvimentista verificada em muitos países periféricos, e particularmente nos estados latino-americanos, nas décadas de 1960 e 1970.

Naquele período histórico, o conjunto de medidas estatais – no mais das vezes confinadas aos regimes ditatoriais implantados – não se incluíam no debate as demandas populares. As reivindicações da sociedade não contavam se não acordassem com o modelo imposto de progresso, que se demonstrou altamente concentrador, com aumento das desigualdades sociais e com graves danos ambientais.

Portanto, atualmente duas tarefas essenciais se impõem no atual quadro geopolítico: “repolitizar o desenvolvimento” e “reinventar a democracia participativa”³⁸. Sob estas duas bandeiras, destaca-se a nova política dos movimentos, particularmente o movimento ecológico. Impõe-se que os que se encontram na base da pirâmide social encontrem seu justo lugar como produtores e participantes da economia e como cidadãos na política.

No Brasil, assim como noutros países em situação similar de desenvolvimento, os movimentos sociais de base juntamente com algumas organizações não-governamentais concebem estratégias locais, provinciais, nacionais e globais de enfrentamento de problemas concretos atinentes à vida das populações. Reivindicam basicamente que os direitos sociais e difusos sejam integrados às agendas políticas de um mundo globalizado e que sejam consideradas as questões colocadas pela sociedade civil, particularmente pelo empoderamento e aprimoramento da cidadania das populações mais pobres. Nisto acabam num enfrentamento direto com o aparelho estatal, muitas vezes submetido a uma lógica política e econômica macroestrutural. Assim, os movimentos desenvolvem seus trabalhos em dupla dimensão: “definem as questões locais invariavelmente em termos translocais”³⁹. Nenhum dos atores sociais, novos ou antigos, podem isoladamente lograr êxito nas suas estratégias socioambientais. Exige-se um forma concatenada de ações, articuladas em redes sociais, a fim de se conseguirem alguns avanços. Os movimentos sociais, as ONGs, as universidades, o ministério público, as confissões religiosas, entre outros, interagem em enredamentos a fim de pressionarem e obterem transformações qualitativas no âmbito da política socioambiental⁴⁰.

³⁵ Leite, J. R. M.; Ayala, P. A. (2002) Direito ambiental na sociedade de risco. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 51-52.

³⁶ Bobbio, N. (1992) A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus.

³⁷ Ramos, A. C. B. et al. (2003). “Mecanismos de proteção ambiental”. In: LITTLE, P. E. (org.). Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Petrópolis, Brasília: IIEB.

³⁸ cf. Sheth, D. L. (2003). Micromovimentos na Índia: para uma nova política de democracia participativa. In: Santos, B.S. (org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p.103

³⁹ Id., *ibid.*, p. 126

⁴⁰ A ineficácia das ações pontuais dos atores quando desenvolvem suas estratégias isoladamente é perceptível quando se tomam cada um dos segmentos sociais em suas ações particularizadas. Somente as redes podem efetivamente conduzir a alguma mudança, haja vista a força dos grupos políticos e econômicos a que se opõem e com os quais se confrontam. No âmbito socioambiental, as ações para terem efeitos estruturais, precisam ser abrangentes – e isso exige uma ação coordenada das redes, na valorização da riqueza da diversidade e das peculiaridades (cf. Pereira, M. H. (2007). As Ongs como mediação político-jurídica nas questões socioambientais ante o processo emancipatório das comunidades. Brasília: UnB – tese de doutorado)

Bastante ilustrativa no âmbito dos desafios socioambientais é a problemática das hidrelétricas - associada, no discurso político hegemônico, à necessidade crescente de consumo de energia por parte da população local. Mais do que falaciosa, a argumentação pretende induzir ao pernicioso conformismo das populações com os nefastos prejuízos socioambientais decorrentes das hidrelétricas e a alteração substancial dos destinatários do uso da água em cada região. A ONU indica que somente nos últimos 50 anos, “entre 40 e 80 milhões de habitantes, quase sempre camponeses e populações originárias, foram atingidos por inundação de suas terras para fins de construção de diques e barragens. Dos 227 maiores rios do mundo, 60% foram barrados por algum dique nesse período e, ainda em 1998, estavam sendo construídos nada menos que 349 diques com mais de 60 metros de altura em diferentes países do mundo, em grande parte financiados pelo Banco Mundial”.⁴¹

Recorde-se que o problema ambiental relativo ao uso da água e seus destinatários é demanda que não se restringe apenas à produção hidrelétrica, muito embora nesta haja uma relação muito estreita e evidenciada. As usinas nucleares e termelétricas também utilizam amplamente a água para resfriamento de suas turbinas. O agravante das políticas embasadas nas usinas hidrelétricas diz respeito ao desvio do curso fluvial natural, aos impactos à cobertura vegetal e à população atingida em decorrência das inundações de suas terras objetivando aos diques e barragens. E é justamente este o sistema adotado de longa data no Brasil. As grandes hidrelétricas marcaram o complexo sistema nacional integrado de energia (Urubupungá, binacional Itaipu, Balbina, Tucuruí, Xingó)⁴² e, mais recentemente, as inúmeras médias e pequenas usinas, de caráter regional, mas com evidente acento de reprodução do mesmo sistema de política de energia elétrica anterior.

Por outro lado, aqui também se nota o vínculo estreito entre as agências financiadoras internacionais, notadamente o Banco Mundial, e o programa de construção de hidrelétricas. No Brasil, a construção das grandes hidrelétricas retromencionadas foi financiada notadamente pelo Banco Mundial⁴³. Assim, há um acentuado esforço internacional de ampliação do parque industrial nos países periféricos e igualmente das práticas monoculturais agrícolas visando ao abastecimento dos países centrais. Novamente o elemento econômico e a expansão do capital configuram-se como mote da crise socioambiental, agora suscitada pela construção de hidrelétricas.

O agravante na política de produção de energia centrada na construção de hidrelétrica é o evidente investimento de capital público que migra paulatinamente para as grandes corporações que controlam o setor no Brasil. Os programas de eletrificação não raras vezes contaram com a participação de capitais estrangeiros: das agências multilaterais financiadoras (notadamente, o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Interamericano para o Desenvolvimento – BID⁴⁴) e também do capital privado das grandes corporações do setor elétrico.

Neste sentido é muito sugestivo o que sucedeu com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social), destinado ao fomento da ampliação da infraestrutura nacional. O BNDES no Brasil “foi convertido num operador local das estratégias de reestruturação e privatização dos setores de infra-estrutura”⁴⁵. E a infraestrutura concernente às hidrelétricas é espaço eminentemente público, ao lado da saúde, da segurança nacional, da educação, do transporte coletivo, da diplomacia⁴⁶. Deste modo, há uma espécie de confusão entre o público e o privado como motriz de uma política macroeconômica a privilegiar o privado. As hidrelétricas comparecem como peças essenciais desta engenhosa configuração sócio-política em vista da obtenção de lucros das empresas sediadas nos países centrais e das grandes corporações existentes nos países periféricos. O capitalismo (que por sua gênese e manutenção se apresenta vinculado ao poder do Estado) é o mesmo que exige que o Estado se abstenha de suas funções precípua e estratégicas - num notável enfraquecimento no campo social - para que manifeste em sua vitalidade quando associado às forças macroeconômicas e o serviço ao capital.

E a situação vai se agravando na medida em que aprofundamos os custos e responsabilizações sociais. A repartição dos benefícios e custos acentua ainda mais as injustiças sociais em conseqüência do descontrole estatal dos benefícios hauridos mediante a maximização de lucros do setor privado. Há um notável paradoxo no âmbito da política energética, porque embora se argumente que é necessária em favor do desenvolvimento social e em prol da coletividade, o que se percebe é que são realizadas “em benefício da maximização dos lucros de grupos privados, a sociedade poderá ser onerada por programas ambientais que, quando as empresas eram estatais, tinha seu custeio coberto por uma fatia dos lucros brutos”.⁴⁷

Se não bastasse, pois, a privatização gradativa da propriedade dos bens relativos àquilo que faz parte da infraestrutura social de responsabilidade pública, há ainda a responsabilização social, e conseqüentemente pública, das mazelas ambientais causadas pelas empresas privatizadas.

⁴¹ Porto-Gonçalves, C. W. (2006) Globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.420

⁴² cf. id., ibid.: p. 422

⁴³ cf. id., ibid., loc. cit.

⁴⁴ Estas instituições lideraram a implementação das práticas hiperliberais decorrentes do “Consenso de Washington” – conjunto de prescrições e diretrizes entabuladas em 1989 no evento ocorrido na capital norte-americana, por força dos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, de inspiração macroeconômica monetarista, cujo principal expoente é a escola da escolha racional liderada por Milton Friedman, a contrapor-se e desacreditar as políticas de pleno emprego de base keynesiana da década anterior. As práticas neoliberais da década de 80 tiveram incisiva repercussão na economia mundial, mediante a ideologia da globalização – enquanto “estratégia de poder das nações industrializadas” e, visivelmente, no contexto latino-americano (cf. Sauer, I. L. (2002). Energia elétrica no Brasil Contemporâneo: a reestruturação do setor, questões e alternativas. In: Branco, A. M.(org). Política energética e crise de desenvolvimento: a antevisão de Catullo Branco. São Paulo: Paz e Terra, p. 135-6; Carvalho, J. F. (2002). Construção e desconstrução do sistema elétrico brasileiro. In: id., ibid. p. 114)

⁴⁵ Sauer, I. L. ibid., p. 137

⁴⁶ Carvalho, J. F., ibid., p. 111

⁴⁷ cf. id., ibid., p. 112

A produção de energia e seu consumo são tema altamente vinculado à questão ambiental. Mesmo as formas mais “limpas” de produção de eletricidade implicam em impactos ambientais. A redução, economia ou aprimoramento dos usos energéticos, por outro lado, redundam em benefício ambiental. Nos países desenvolvidos, os sistemas hidrelétricos são estatais, de responsabilidade das empresas públicas. “Só o Estado pode controlar e assumir a responsabilidade pelo bom uso das bacias hidrelétricas”⁴⁸. Mas o que vale no centro, lamentavelmente não vale na periferia. Ao contrário, a exploração aqui é maximizada, e visa justamente a fortalecer as economias centrais. Uma política energética pública demanda planejamento integrado, operação centralizada, continuidade, análise consistente e monitoramento. Não é, no mais das vezes, a tendência das políticas sociais brasileiras e dos países de economia similares, nitidamente exploratório-exportadora. A maioria das nossas políticas públicas ainda é marcada pelo imediatismo e pela descontinuidade: ações pontuais e imediatas, curativas e não preventivas. A questão energética não é exceção.

Assim o frágil equilíbrio dos biomas nacionais é altamente ameaçado pelos muitos projetos de construção de barragens. A região centro-oeste tem sido palco destas intervenções constantes. A usina prevista para o rio São Marcos, na região sudeste do estado de Goiás, em que nos debruçamos em nossa investigação de doutorado, é protótipo do drama socioambiental iminente. Um das mais bem preservadas zonas do cerrado goiano, e, por conseqüência, do cerrado brasileiro, está prestes a ver boa parte de sua cobertura vegetal inundada pelas águas da represa das águas do rio São Marcos. Uma bem entrelaçada trama social, com lavradores que vivem por gerações em suas terras, com vida modesta mas com abundância de víveres, será atingida pela barragem. Uma rica biodiversidade e sociodiversidade ameaçadas por conta de um projeto malfadado de geração de energia hidráulica. Mas não é a única. Há previsão de um número elevado de barragens (mais de 80) a serem construídas só no estado de Goiás e no distrito federal nas próxima década, por força do caráter acidentado da geografia do planalto central brasileiro, composto de diversas e elevadas quedas d’água com grande potencial energético. Novamente o problema socioambiental está no centro dos conflitos sociais hodiernos. É mister ressaltar que o cerrado brasileiro tem um papel crucial no quadro dos recursos hídricos nacionais. É considerado o “berço das águas”, pois capta água pluvial que abastece nascentes que formam algumas das mais importantes bacias hidrográficas da América do Sul: a Platina, a Amazônica e a do São Francisco, além dos rios Paranaíba, Paraguai e Paraná⁴⁹. “Responde por 14% do fluxo hidrológico do país” e “possui imensos aquíferos, dentre eles o Guarani”⁵⁰. Alterações bioclimáticas na área do cerrado, evidentemente repercutem incisivamente no regime das águas de todo o subcontinente da América Meridional.

E a construção de barragens é foco de tensão social. Emergem problemas por conta da justa insatisfação dos atingidos, da resistência das populações locais quando conscientizadas, da negociação muitas vezes frustradas das indenizações sociais, da má distribuição dos custos sociais e ambientais, da pressão antrópica sobre as zonas urbanizadas do entorno, e, sobretudo, da pressão das corporações do setor elétrico no afã de maximização de lucros em detrimento do meio ambiente e da população local. Ademais, subsistem graves entraves socioambientais nos processos de licenciamento, contestados competentemente pelo ministério público federal, mas negligenciados socialmente por duas razões predominantes: 1) em decorrência das decisões políticas do executivo atropeladas pelos interesses dos grupos econômicos de maior predominância; 2) ou como conseqüência da impropriedade ou morosidade das sentenças judiciais.

8. Conclusão

A política relativa aos direitos socioambientais e ao patrimônio natural do Brasil padece de um mal generalizado nas políticas públicas de meio ambiente na América Latina: subsiste uma lógica de depredação, de destruição, de exploração e de acúmulo capitalista. A idéia propagada da necessidade de desenvolvimento e de progresso subjacente às estratégias governamentais é incapaz de fazer frente ao declínio social e a pobreza decorrentes de uma aparente prosperidade econômica. Os conflitos sociais se agudizam. Inexiste uma compreensão holonômica, integrada e dialógica da relação homem-natureza. As hidrelétricas, por exemplo, dependem das variações climáticas, particularmente do volume das chuvas da região, o que as torna um complicado mecanismo de política enérgica. Assim, a ampliação descuidada e assistemática de construção de barragens com o fim de produção de energia não é só contraproducente em termos sociais, mas também o é em sua dimensão econômica. As repercussões urbanas e rurais são desastrosas, com a desagregação das famílias, desmantelamento do *modus vivendi* das comunidades locais, inchaço das cidades, especulação imobiliária, problemas sanitários, incremento da prostituição, violência e tráfico de drogas, desmatamento, perda significativa da biodiversidade e do patrimônio genético natural, afogamento de árvores, destruição de cobertura vegetal bem preservada, enfim, uma longa trama de conseqüências e devastações socioambientais. O preço a se pagar é alto demais em vista de um benefício proporcionalmente irrelevante, ou quando significativo, a favorecer somente pequeníssima parcela da população, sob a evidente bandeira dos interesses econômicos e especulativos das grandes empresas, muitas vezes corporações internacionais, do setor elétrico.

Urge, pois, implementar a legislação de proteção à natureza e políticas públicas coerentes de macrozoneamento do biomas e das bacias hidrográficas que dele dependem e a observância criteriosa da legislação ambiental no concernente ao

⁴⁸ cf. id., *ibid.*, p. 114

⁴⁹ cf. http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/biomas/bioma_cerrado/index.cfm, 31/8/2009; Sassine, V. J. (2007). Aquecimento global: futuro sombrio para o cerrado. In: *O popular – periódico diário regional do estado de Goiás, caderno cidades*, p. 3 e 4, de 4/2/2007.

⁵⁰ cf. Sassine, V. J. *ibid.* loc. cit.

processo de licenciamento ambiental. Mas é mister, *pari passu*, uma nova concepção jurídico-social de base holonômica e dialógica, alicerçada no princípio da comunidade a fazer frente aos princípios do Estado e do mercado.

Referências

1. Referências bibliográficas

- Arendt, H. (1988). *Da Revolução*. Trad. Fernando Dídimo Vierira. Brasília: Ática e Edunb.
- _____ (1981). *A condição humana*. São Paulo: Forense universitária.
- _____ (1975). *The origins of the totalitarianism*. San Diego: Harcourt Brace.
- Bobbio, N. (1997). *Teoria do ordenamento jurídico*. 10a. ed. Brasília: ed. Universidade de Brasília
- _____ (1992) *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus.
- Braga, M. L. S. (1998). *As políticas desenvolvimentistas e ambientais brasileiras e seus impactos na região dos cerrados*. In: In: Goulart, L. M.; Braga, M. L. S. (Orgs.). (1998). *Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- Bourdieu, P. ; Teubner, G. (2000). *La fuerza Del derecho*. Bogotá: Ed. Uniandes.
- Carvalho, J. F. (2002). *Construção e desconstrução do sistema elétrico brasileiro*. In: Branco, A. M.(org). *Política energética e crise de desenvolvimento: a antevisão de Catullo Branco*. São Paulo: Paz e Terra, (pp. 97-116).
- Carvalho, J. M. (2004). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Clastres, P. (2003). *A sociedade contra o Estado*. trad. Theo Santiago, São Paulo: Cosac & Naify.
- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1992 – Rio de Janeiro). (1997). *Convenção sobre diversidade biológica*. Brasília: Senado Federal/ Secretaria de Edições Técnicas.
- Dworkin, R. (2003) *O império do Direito*. trad. Jefferson L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferreira, A. B. H (coord.) (1999). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 3ª. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.
- Gohn, M. G (2003). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes.
- _____ (2005). *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez.
- Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. 1. trad. Flávio B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____ (1987). *Teoría de la acción comunicativa. Racionalidad de la acción y racionalidad social*. Madrid, Taurus.
- _____ (1987b). *Teoría de la acción comunicativa. Crítica de la razón funcionalista*. Madrid, Taurus.
- _____ (2003). *Sobre a legitimação pelos direitos humanos*. In: MERLE, J-C.; MOREIRA, L. *Direito e legitimidade*. São Paulo: Landy editora, (pp. 67-82).
- Leite, J. R. M.; Ayala, P. A. (2002). *Direito ambiental na sociedade de risco*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Morin, E. (1999). *O método: II. A vida da vida*. 3a. ed. trad. Maria Gabriela de Bragança. Mem Martin (Portugal): Publicações Europa-América, 1999.
- Nisbet, R. A (1998). *Comunidade*. In: Forachi, M. M. : Martins, J. S.. *Sociologia e Sociedade (leituras de introdução à Sociologia)*. 19a. tiragem. Rio de Janeiro: LTC – livros técnicos e científicos editora.
- Pereira, M. H. (2007). *As Ongs como mediação político-jurídica nas questões socioambientais ante o processo emancipatório das comunidades*. Tese de doutorado, UnB (Universidade de Brasília).
- Pisón, J. M. (1998) *Políticas de bienestar: un estudio sobre los derechos sociales*. Madrid: Tecnos.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2006). *Globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ramos, A. C. B. et all. *Mecanismos de proteção ambiental*. (2003). In: Little, P. E. (org.) *Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências*. São Paulo: Petrópolis, Brasília: IIEB, (pp. 167-192).
- Rocha, A. F. (org.) (2003). *A defesa dos direitos socioambientais no Judiciário*. São Paulo: Instituto Sociambiental, 2003.
- Sassine, V. J. (2007). *Aquecimento global: futuro sombrio para o cerrado*. In: ‘O popular’ - periódico diário regional do estado de Goiás: caderno cidades, de 4/2/2007, pp. 3 e 4,.
- Sauer, I. L. (2002). *Energia elétrica no Brasil Contemporâneo: a reestruturação do setor, questões e alternativas*. In: Branco, A. M.(org). *Política energética e crise de desenvolvimento: a antevisão de Catullo Branco*. São Paulo: Paz e Terra, (pp. 117-226).
- Sheth,D. L. (2003). *Micromovimentos na Índia: para uma nova política de democracia participativa*. In: Santos, B. S. (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, (pp.85-132).
- _____ (2005). *Pelas mãos de Alice: o político na pós-modernidade*., 10 ed. São Paulo: Cortez.
- Silva, P. (2000). *Vocabulário Jurídico*, Rio de Janeiro: Forense.
- Sousa Jr. J. G. (2002). *Movimentos sociais – emergência de novos sujeitos: o sujeito coletivo de direito*. In: Sousa Jr. J. G. *Sociologia jurídica: condições sociais e possibilidades teóricas*. Porto Alegre: Sérgio A Fabris Editor.
- Sping-Andersen, G. (1991). *As três economias políticas do Welfare State*. In: *Lua Nova*, 24 (1). São Paulo: CEDEC: 85-116.
- Telles, V. S. (1984). *A experiência do autoritarismo e práticas instituintes*. Dissertação de Mestrado, USP (Universidade de São Paulo).

2. Referências legislativas

Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988

Lei Federal n. 6938, de 31/8/81 – define os instrumentos da PNMA (Política Nacional de Meio Ambiente), institui o SISNAMA e o CONAMA e dá outras providências

3. Referência eletrônica

http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/biomas/bioma_cerrado/index.cfm, de 31 de agosto de 2008

Desafios à Construção de um Projeto Democrático de Sociedade: Entre a Retórica e a Prática

Rosinha Carrion
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
kahlo@terra.com.br

Pedro Costa
Centro Universitário Feevale
pcosta@cpovo.net

Resumo: O uso dos mesmos termos por projetos políticos diferentes, quando não antagonicos, está gerando um estado de confusão semântica, em que é praticamente impossível ao cidadão comum discernir o sentido das propostas às quais adere. Iluminar o sentido do discurso político, em sociedades como a contemporânea na qual a mídia, de “facilitadora do debate e do discurso racional no espaço público, se tornou construtora¹ da opinião pública” (Dupas:2003:31) é, conforme Dagnino (2004) condição de base à construção de sociedades democráticas. O presente artigo tem por objetivo analisar a proposta política subjacente ao Programa “Governança Solidária Local” idealizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a capital da província mais ao sul do Brasil, que se tornou mundialmente conhecida pelo “Orçamento Participativo” e a realização do Fórum Social Mundial. Os dados foram coletados através do método de observação, complementado com a consulta à fontes de dados secundários e a realização de entrevistas semi-estruturadas. A conclusão que se chega, é que o discurso governamental, construído sobre palavras de ordem tais como solidariedade, transparência e participação traz embutida a idéia de “Estado Mínimo”. Ou seja, de um Estado que age sem uma concepção previamente estabelecida de bem estar social, dado que a contrapartida “natural” para o “desenvolvimento” seria a melhoria das condições de vida da população

Introdução

Ainda, que o sentido das palavras não seja dado pela língua - como nos ensina Pêcheau (1988) nunca, como na atualidade, as palavras se tornaram tão destituídas de significado. Projetos políticos portadores de visões de mundo distintas, quando não antagonicas, se valem dos mesmos termos para expressar suas respectivas propostas. A perda do sentido das palavras e a confusão semântica, que daí decorre, estão na origem do fenômeno da “confluência perversa”, que estaria impedindo o cidadão comum discernir a lógica do projetos aos quais adere (Dagnino, 2003)

O campo da Administração Pública Municipal, no Brasil, assim como todo campo no sentido bourdiano (Bourdieu: 1989) do termo, é atravessado pela disputa pelo controle do sentido do discurso, de sorte que palavras como solidariedade, democracia, participação vem sendo apropriadas indiscriminadamente, tanto pelo grupo representativo da corrente liberal, atualmente no controle do Poder Público Municipal na cidade de Porto Alegre, como pela corrente contra-hegemônica, que defende os valores da democracia e autogestão subjacentes ao projeto de uma Economia Solidária.

Dando continuidade à tradição weberiana, Gramsci já apontava que a análise de um projeto político requer que se identifique a intenção subjacente as estratégias de ação. Ou seja, o desnudamento da matriz ideológica que dá sentido a ação.

O presente artigo, que tem por foco a análise do Programa de Governança Solidária Local, em implantação na cidade de Porto Alegre, no sul do Brasil pela Prefeitura Municipal da cidade foi dividido em três partes. A primeira resgata o sentido do termo “governança”, utilizado pelo governo para nominar o referido programa. A segunda descreve o programa, nos termos como ele se auto-apresenta e, finalmente, a terceira traz as conclusões e a análise.

I - Governança um Termo Propício à Confusão Semântica

¹ Grifo do autor

Originário etimologicamente dos vocábulos gregos *kybenan* (incitar, estimular) e *kybernetes* (guia, piloto) e, historicamente associado à noção de “bom governo”², o termo governança é resgatado³, ao final da década de 1989, pelas grandes agências internacionais de ajuda ao desenvolvimento, financiadas pelo Banco Mundial (Hermet: 2005a), para representar o novo padrão de relações sócio-institucionais decorrentes da revisão das relações Estado, sociedade, capital privado.

Para Kazancigil (2005), a governança indicaria um regime de regulação no qual o lugar do político é ocupado pela dominação econômica e o mercado passa a definir e determinar as regras que regem a sociedade.

Já, conforme Milani (1997: 177 apud Comissão sobre a Governança Global: 1995), a noção de governança corresponde “ao conjunto de diferentes processos e métodos através dos quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas gerenciam seus negócios comuns <...> É um processo contínuo de cooperação e de acomodamento entre interesses diversos e conflituais, que inclui as instituições oficiais e os regimes dotados de poderes executivos, assim como os arranjos informais em torno dos quais chegou-se ao acordo, entre as pessoas e as instituições, ou que sejam por elas percebidos como de seu interesse”. Nesse processo um grupo - os controladores - incorporam mecanismos de controle, e de encorajamento, com o objetivo de modificar o comportamento e as orientações dos outros atores – os controlados.

Ainda segundo Milani, o fato de co-existirem, na sociedade contemporânea, múltiplas formas de regimes democráticos, induz a uma pluralidade também das expressões de governança⁴ onde teríamos, sob tais regimes, em um extremo a representação liberal e, no outro, uma “visão democrática da governança” (Milani: 1999:179), a qual teria por atributos:

“o desenvolvimento das identidades dos cidadãos e dos grupos numa ambiente dado <...>; o desenvolvimento das capacidades de ação política no seio dos grupos sociais, dos movimentos cidadãos e das instituições formais; o desenvolvimento de opções políticas e históricas (principalmente no sentido do controle cidadão e da avaliação social dos acontecimentos); a última etapa seria o desenvolvimento de um sistema político capaz de adaptação permanente aos diferentes fatos sociais e históricos (Milani: 1999: 179 apud Wendt: 1994)

Para Hermet (2005:8;9) ainda que não exista uma definição clara, já é possível identificar um conjunto de atributos comuns às situações apontadas como de governança, que seriam: (i) a governança é posicional. Concebida como um modo de gestão de situações complexas, no qual as relações entre os atores é marcada pela horizontalidade; (2) a “boa governança” visa a abolir a distinção público/privado e a incorporação de princípios de gestão privada à administração pública; (3) a crença na mão invisível do mercado; difusão da idéia que as decisões econômicas devem ser tomadas fora do campo da política e que a função do Estado é de agente regulador; (4) os atores centrais dos dispositivos de governança se selecionam entre si por co-aptação, em função de sua posição adquirida, de sorte que o princípio da representação eletiva, conforme a doutrina da soberania popular, não intervém de modo significativo; (5) a governança corresponde a um processo de decisão sempre revogável e provisório; (6) as decisões são o resultado de negociações, de concessões que as partes interessadas se fazem mutuamente, e não de debates públicos; (7) as normas de gestão são fruto da negociação antes que de leis votadas.

Conforme Hermet, é possível que estejamos “entrando discretamente em uma era pós-democrática, que nada nos impede de continuarmos a chamar de democracia e que poderá vir a ser a principal forma de governo legítimo no futuro. (Hermet: 2005:20). Ainda conforme ele, a governança da democracia social teria vindo completar e quase superar a democracia política a partir do momento em que o cidadão estaria se desinteressando do político. E a mídia de “facilitadora do debate e do discurso racional no espaço público, teria via a centralização do discurso público, se tornado construtora⁵ da opinião pública” (Dupas:2003:31).

Todavia, distintamente de Milani, cuja noção de “governança democrática” traz implícita a idéia de processos democráticos de governança, Hermet (2005 b) acusa o resgate do termo governança de:

“na essência, visar abolir a distinção entre o público e o privado <...> reservando ao Estado, ao lado de outras organizações que começam a se formar, o papel de agente de regulação” alertando para que não se confunda “papel” com autoridade regulatória. E, vai além, ao identificar associando ao uso do termo situações nas quais “os atores centrais da governança, renegando a velha hierarquia vertical, que garantia privilégios no seio do Estado soberano, se recrutam e se escolhem entre si, principalmente por cooptação, em função das posições adquiridas ou que venham a conquistar graças a seu talento tático, e a sua identidade ideológica com os atores já atuando no campo. De tal modo que mesmo que seja mantida a prática eleições, o princípio de representatividade eletiva conforme a doutrina da soberania popular não intervém mais que de modo residual e marginal”

² Segundo Hermes et ali (2005) já em 1840, o rei Charles-Albert do Piemonte e Sardenha na tentativa de retirar seu reino da situação de marasmo em que se encontrava apontava a governança, ou “bom governo” como a única alternativa possível.

³ Nas edições de 1986, do Novo Dicionário Aurélio e, de 1988, do Petit Robert (1988), ou seja, já na segunda metade da década de 1980, o termo governança estava de tal modo ausente do imaginário moderno, que era definido, em ambos os dicionários, por uma única palavra, respectivamente “governar” e “governação”.

⁴ Diferenças essas, no modo de regulação da sociedade, que poderiam ser constatadas através da observação de quatro fatores, a saber: (i) o comprometimento das liberdades individuais e das responsabilidades pessoais no exercício dessas liberdades; (ii) a soberania popular e a igualdade política; (iii) o papel reservado à razão individual e coletiva na gestão dos assuntos da sociedade; (iv) a estabilidade e a eficácia dos procedimentos institucionais e de regulação do poder arbitrário. Op. Cit. Milani (1999: 179/180).

⁵ Grifo do autor

II – A Proposta do Programa de Governança Solidária Local (PGSL) em Porto Alegre

Uma primeira conclusão ao iniciarmos a análise do PGSL - que se auto-apresenta com “um novo padrão de relação entre Estado e sociedade por meio da implantação de um novo sistema de governança: a chamada governança solidária local” (PMPOA:2005:04) - é que ele passou por um longo processo de construção seguido de um processo, igualmente, longo de divulgação antes de começar a ser implementado. O Programa foi concebido por uma comissão de técnicos da administração pública municipal, sob a coordenação do mesmo consultor externo, que havia coordenado a comissão responsável pela criação do Programa Comunidade Solidária, que definiu os termos da relação Estado-Sociedade Civil, no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que é quando o Estado brasileiro ingressou no modelo de “Estado Mínimo” proposto pelo Banco Mundial

Concluída a etapa de concepção do programa, ele começa a ser apresentado a representantes de secretarias municipais, de empresas privadas, e, em algumas ocasiões, de associações, cooperativas e organizações não governamentais e universidades de modo a diluir resistências e co-optar a opinião pública.

No vasto material publicitário que acompanha a divulgação deste programa sobressaem palavras de ordem, tais como: inovação; “democracia participativa”; “parceria Governo/sociedade”, “protagonismo social”; “empreendedorismo”; “capital social”, “gestão compartilhada” e “novo sistema de desenvolvimento”. Chama, igualmente, a atenção a tentativa de agregar capital simbólico ao Programa, pelas constantes referências a relação de parceria existente entre o PGSL, de um lado, e a UNESCO, de outro.

Entre os principais passos previstos para a implantação deste projeto constam: o lançamento público da proposta; a capacitação dos agentes animadores iniciais das redes; a constituição das Equipes de Articulação; a construção das Redes de Governança Solidária Local; a realização dos Seminários Visão de Futuro; a confecção dos Diagnósticos dos Ativos e das Necessidades; a elaboração do Plano Participativo; a definição das Metas; a formulação da Agenda de Prioridades; a celebração do Pacto pela Governança Solidária Local. Previsto para ser implantado simultaneamente, em 17 regiões da cidade de Porto Alegre, o primeiro passo dado, uma vez concluída a etapa de divulgação foi a realização da Agenda de Prioridades de cada uma dessas regiões. Participarem desse processo representantes das, sob a coordenação de técnicos indicados pela PMPOA.

No documento através do qual o PGSL é apresentado à sociedade consta uma espécie de glossário, no qual se lê que a referência à governança “é porque baseado na parceria entre governo e sociedade, que estimula a participação social, o protagonismo e o empreendedorismo dos cidadãos e a sua co-responsabilidade na gestão das ações públicas <...> à solidariedade porquanto baseada na cooperação e na ajuda-mútua entre as instituições governamentais – de nível municipal, estadual e federal – e não governamentais e as pessoas que voluntariamente se disponham a participar da iniciativa, em prol do atingimento de objetivos comuns da localidade <...> e, o qualificativo de local associado à imagem das redes, “conquanto intersetoriais e multidisciplinares, têm como base a territorialidade constituída por regiões, bairros e vilas” (PMPOA:2005:04)

Não cabe, aqui, detalhar passo a passo as estratégias de implantação do PGSL, todavia foi possível observar a importância atribuída nos documentos oficiais à questão da participação, assim como à criação de indicadores para o monitoramento do processo. Chama a atenção, ainda, a correlação entre participação, desenvolvimento do capital social e a eficácia de processos de governança, conforme consta no documento “Programa de Governança Solidária Local: Documento de Referência”.

Cabe lembrar que Borges (2003), ao investigar documentos extra oficiais do Banco Mundial na década de 1990, quando o Banco resgata a idéia de governança aponta que a motivação subjacente à valorização da transparência e da participação na governança do desenvolvimento apóia-se na crença que tais procedimentos operariam como instâncias de controle dos governos das frágeis e incipientes democracias “do Sul”, os quais, ainda hoje, são não raro avaliados como incapazes, seja pela ausência de um aparato administrativo consolidado, seja por características intrínsecas da cultura política local, de promoverem políticas públicas eficazes (ARTURI e RIBEIRO:2002). O que significa dizer que tanto a participação, como a transparência assumiriam, sob a ótica do discurso liberal, um sentido meramente instrumental. Isto é, seriam representativas antes do que da intenção de se contribuir para a construção de sistemas políticos democráticos, do desejo de assegurar a eficácia das reformas e dos ajustes propostos pelo ideário neo-liberal.

III - Breve Caracterização da Região do Arquipélago

Habitado inicialmente por índios Guaranis, e numa segunda fase por casais de açorianos que migraram para o sul do Brasil no início do século XIX o território do Arquipélago, que já abrigou um Quilombo, é formado por cerca de 30 ilhas, das quais 4 mais urbanizadas, ainda que de modo muito precário. São elas: Pavão, Pintada, Flores e Grande dos Marinheiros. Foram elas que nos serviram de território para a observação empírica do PGSL.

Utilizado, entre as décadas de 1950 e 1970, como aterro para o lixo domiciliar a área a área é habitada por famílias, que vivem em situação, particularmente precárias. Segundo dados do Observatório POA, a população do Arquipélago apresentou uma variação de 2.634 pessoas (1996) para 5061 (2000), o que corresponde a um crescimento de 92,14, em 5 anos. Considerando-se que a taxa de crescimento real da população, no mesmo período foi de 4,4% verifica-se que a região, é um centro de acolhimento, por excelência de populações em situação de migração. Da população total, 52% são mulheres;

cerca de 22% crianças de zero à 6 anos e, aproximadamente 50 % da população total são crianças e jovens; 31% das famílias têm renda média de até dois salários mínimos; 5% dos homens responsáveis por domicílios, são analfabetos, enquanto outros 5,7% têm, no máximo, um ano de escolaridade (OBSERVATÓRIO, 2007).

Estudos conduzidos no local, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), indicam, ainda, a carência de serviços básicos de infra-estrutura (água; luz; esgoto; creches, escolas, posto de saúde..) e alta vulnerabilidade social. A maioria das residências estão em situação fundiária irregular, e existe, nas 4 ilhas, apenas uma rua pavimentada na Ilha da Pintada. O estudo exploratório do terreno revelou, ainda, forte presença religiosa: católica e umbanda; relação estigmatizada entre as pessoas que habitam as diferentes ilhas; relação histórica com o trabalho de coleta e separação do lixo (aterros e reciclagem); a importância das festas populares, como carnaval, presença de grupos de música, formado por jovens, e de escolas de samba, no local. Identificou-se, igualmente a presença de uma rede com a participação de diferentes segmentos da sociedade local: a “Rede de Atenção a Criança e ao Adolescente”, a qual - apesar do nome - é utilizada para a discussão dos mais diferentes tipos de questões de interesse comunitário.

Existem 5 escolas na região, 4 estaduais e uma municipal; duas unidades básicas de saúde, insuficientes para atender às demandas da população; há um módulo da Fundação de Assistência Social Comunitária (FASC); um Centro Administrativo Regional, que representa a Prefeitura nas Ilhas e uma unidade do Conselho Tutelar. A presença de diferentes instituições religiosas é forte e religiosos de diferentes correntes da igreja (católicos jesuítas, maristas e lassalistas, evangélicos luteranos) transitam no território, no qual existem ainda 12 terreiros de umbanda.

Conforme entrevista realizada com agentes do Centro de Aperfeiçoamento Profissional (CAMP) uma das ONGs “conveniadas” com a PMPOA, para acompanhar localmente o PGSL, existem nas ilhas 33 grupos/ organizações sociais.

As Principais atividades econômicas locais são, a triagem de resíduos sólidos; a pesca, e uma incipiente atividade turística e a presença de pequenos “estaleiros”, para o conserto de barcos. A atividade turística, hoje, está reduzida a parada de barcos de passeios que transitam pela orla do rio Guaíba. Cinco barcos fazem o roteiro. Como atrações locais existe, ainda, o “Almoço na Colônia”, promovido pelo barco Seival (de um morador da Ilha da Pintada), e o centro de artesanato de escamas. Entretanto, nunca o encontramos aberto. Com vistas a tornar o turismo local, uma atividade mais atrativa, representantes comunitários expressam o desejo de regularização do turismo, assim como de poderem centralizar a emissão de ingressos, de embarque e desembarque nas ilhas, de disporem de melhores barcos, e qualificar barqueiros, e de melhorar as condições do almoço oferecido na Colônia Z-5. Intenção de um projeto com a navegação destinado para jovens das ilhas. Quanto ao pescado, é vendido internamente nas ilhas, a cadeia é diretamente do pescador para o consumidor, mas não são grandes quantidades. Principais problemas apontados pelos pescadores: Falta de peixe; poluição industrial; enchentes; falta de fiscalização; areeiras com sucção; pesca esportiva com rede; malha predatória; baixo preço do pescado; roubo do material de pesca (rede); limitação dos equipamentos (barcos); presença de algas; carteiras ilegais. Registra-se também a redução da pesca artesanal dada a redução do pescado, após o desastre ecológico, no Rio dos Sinos, agravado pela ação das empresas que colhem areia para a construção civil no local, assim como pela construção de barragem, o que praticamente extinguiu o pintado, que era um dos principais da região.

No período do “defeso” (entre novembro até janeiro, quando não é permitida a pesca pois é época de reprodução de peixes) agravam-se as condições de vida das famílias que vivem no local. A PMPOA, através do DMLU tenta negociar com os carroceiros e carrinheiros, que habitam o Arquipélago, a instalação de usina de triagem no outro lado do Guaíba (lado da cidade), para diminuir o trânsito de carroças sobre a ponte do Guaíba. A intenção é incorporar 300 carroceiros e carrinheiros, para tal observa-se a tentativa de aproximação da COOPAL e da Associação dos Carroceiros. Entretanto observa-se, igualmente, forte resistência do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Como se pode observar, se trata de uma grande comunidade administrativamente fracionada em 4 micro-zonas. O fato dos serviços médicos, educacionais, de assistência e outros estarem espalhados, um pouco em cada uma das ilhas faz, todavia, com que os habitantes locais transitem de uma ilha para outra. O local deixa, assim de ser um local geográfico para assumir o sentido de rede de relações.

IV - Avançando Conclusões Preliminares

Um primeiro desafio que enfrentamos na pesquisa nas ilhas, foi constatar que informações aparentemente simples de serem obtidas, como o número de associações atuando no território, teriam de ser “garimpadas”, a partir da soma de fragmentos, o que nos alertou também para análise do significado dos aparentes “esquecimentos” das pessoas que entrevistamos. Um segundo desafio foi constatar a impossibilidade de nos atermos a análise do PGSL, em uma das ilhas, na medida em que as relações sociais, as histórias de vida, e o fato dos escassos serviços sociais existentes, estarem distribuídos entre duas das 4 ilhas, obrigava os moradores à deslocamentos. Ou seja, nos levou à compreensão que a divisão administrativa do espaço era destituída de significado, para nosso estudo, e mais que 3, das 4 ilhas formam um único território. Onde construímos uma definição de território, entendido como uma rede de relações sociais.

Por outro lado foi possível perceber, que a ilha do Pavão – uma das quatro ilhas da região onde se observou a dinâmica do PGSL – funcionava como uma espécie de “espaço de passagem”, para onde se dirigem os indivíduos e famílias em processo de migração para Porto Alegre, e que de um modo geral, não possuem laços prévios na cidade. É de todas aquela onde se registram as condições mais precárias e sub-humanas. O estado de esgarçamento do tecido social desta ilha, o

que implicava em por em risco a integridade pessoal dos membros da equipe conduzindo à decisão consensual de não incluí-la em nossa pesquisa.

Pode-se, igualmente, observar que existia uma hierarquia no fato de viver em uma ou outra ilha. Na base, no ponto mais baixo da pirâmide, a Ilha do Pavão, seguida pela ilha das Flores, a primeira posição sendo disputada, entre Ilha Grande dos Marinheiros e Pintada, na medida em que com a emancipação do Município de Eldorado do Sul, perdeu parte de sua área original.

Uma terceira constatação foi que a presença do PGSL se fazia através das organizações “conveniadas”. Ou seja, a atuação não se dava de modo direto, mas através de um processo, o qual em se tratando de empresas privadas, seria denominado de “terceirização”. Com o que se evidenciava a visão do Estado Mínimo, subjacente à ação do governo municipal. O Estado na posição de facilitador, de articulador político, estimulando as parcerias com empresas, e contratando organizações não governamentais, para que atuarem diretamente no terreno.

Constatada também, como já referido, a impossibilidade de trabalharmos com a noção física de território, o que significava que deveríamos trabalhar, pelo menos com as três ilhas mas persistindo a necessidade de delimitar o campo, ou “palco” para observação do PGSL decidimos iniciar pelo estudo de uma das redes “territoriais”. A escolha recaiu sobre a rede de Apoio à Criança e ao Adolescente, por ser considerada, pelas lideranças locais a rede mais significativa atuando no território; por contar com a participação de representantes dos diferentes grupos e lideranças comunitárias; de Organizações Sociais laicas e religiosas, bem como de ONGs representando o PGSL. Por outro lado, apesar da denominação de “rede de apoio à criança e ao adolescente”, conforme havíamos sido informados, e pudemos constatar, ela é um espelho da comunidade. Nela, são debatidas as demandas gerais da comunidade, a criança e o adolescente, na realidade, o tema aglutinador. Trata-se de uma antiga, com mais de 16 anos, que surgiu da necessidade da comunidade ter um fórum para debater as demandas locais. Como afirma uma líder comunitária, “apenas 1/3 da nossa pauta é voltado para a questão da criança e do adolescente”.

Por participarem da rede vários agentes que atuam no arquipélago, se torna difícil descrever todos os seus participantes. Há um número incontável de agentes que atuam ou atuaram no território, sendo que muitos o fazem de forma esporádica e desarticulada. Muitos agentes realizam ações pontuais sem continuidade, de modo que nem os participantes mais ativos da rede sabem realmente quem são todos os agentes em atuação no arquipélago. Segundo a fala de uma participante, as comunidades pobres das ilhas sempre conviveram em um cotidiano de falta de acesso aos direitos básicos. A rede é “composta por sujeitos que não têm acesso a seus direitos e que precisam ser escutados e valorizados para que produzam e construam alternativas coletivas para suas dificuldades”.

Através da observação das reuniões da Rede da Criança e do Adolescente constatou-se que membros desta rede e, principalmente algumas lideranças comunitárias mais atuantes, estavam disputando entre si, a proximidade com os agentes da municipalidade, que agem localmente em nome do PGSL. Os membros desta rede, conforme relatos de habitantes locais estariam sendo pressionados, pela Secretaria Municipal de Governança Solidária Local, a debaterem exclusivamente questões associadas à questão da criança e do adolescente, deixando de debater os problemas gerais da comunidade, como vinha ocorrendo na gestão do prefeito anterior. Conforme o depoimento de uma das participantes: “a gestão anterior foi quem trouxe toda essa questão da descentralização, agora parece que a coisa inverteu”. Ainda segundo o relato desta entrevistada antes da introdução do PGSL os participantes da Rede eram estimulados a utilizarem o espaço para o debate do conjunto de assuntos de interesse da comunidade, situação esta que teria se alterado, radicalmente.

“Houve uma mudança, querendo ou não, houve uma mudança, e a comunidade acaba pagando por isso”. Os agentes da prefeitura, segundo essa depoente “dizem o que fazer, e nós temos que fazer”. Segundo essa liderança, “o problema deste governo é que eles têm a tendência de querer tocar o povo que nem boi, vamos pra cá, vamos pra lá. Tem que ser como eles querem”. Um primeiro aspecto que chama a atenção, quando se analisa a fala desta entrevistada é a divisão da dinâmica da rede, em dois momentos distintos: na gestão anterior da Prefeitura de Porto Alegre, na qual o poder esteve com o Partido dos Trabalhadores que se manteve no governo por quatro mandatos consecutivos, de 4 anos e, na gestão atual, a primeira do Partido Popular Socialista (PPS) de tendência neo-liberal no governo da Cidade de Porto Alegre.

Ou seja, ela divide a história da rede, e o tipo de relações entre seus membros, em um primeiro momento, que corresponde ao período do poder deposto, no qual as relações sociais teriam se baseado em valores como a solidariedade, a reciprocidade e a autogestão subjacentes ao projeto político da Economia Solidária e, no momento atual, que corresponde à implantação do PGSL, no qual a referência à Economia Solidária, é substituída pela referência à expressão “Economia Social”. A diferença fundamental, entre esses dois momentos, seria a substituição da idéia de desenvolvimento, pela via da valorização do trabalho auto-gerido e da solidariedade, por um projeto político que associa “desenvolvimento”, à idéia de inserção no mercado, fundamentado na competição e no individualismo.

As duas lógicas, em disputa no interior da rede impondo, cada uma delas sua visão de mundo: as lideranças comunitárias identificadas com o ideário da economia solidária buscando legitimar a visão de uma rede como um espaço público de debate democrático nos moldes do discurso da economia solidária, enquanto representantes das sub-secretarias, buscavam legitimar o que eufemisticamente, denominavam de “Rede de Governança Solidária Local”. A rede servindo, assim, como arena para a disputa de poder. Os agentes se utilizando de seus respectivos capitais, para imporem suas respectivas visões de mundo.

Por outro lado, conforme foi também possível constatar através das entrevistas e da participação nas reuniões da rede Criança e Adolescente, que mesmo as relações entre os agentes que defendem a lógica da economia solidária são

intercaladas por momentos de solidariedade e de disputa e de conflito, em função da disputa de interesses, entre suas respectivas organizações e grupos. Pois, como relata uma liderança local: “São várias as questões aqui: a questão do carroceiro, das licitações dos trabalhadores da COOPAL, a questão dos galpões, que está ligada diretamente ao lixo, a questão dos pescadores”. Há, portanto, uma multiplicidade de interesses e objetivos em disputa e que não raro entram em conflito. Conflitos esses que os representantes do governo, por seu papel de mediadores entre o povo, e o Estado, não raro manipulam. Verifica-se, assim, a existência de um jogo de interesses no interior da rede, em que as lideranças independentemente do projeto político que as move, agem de modo “instrumental” desconsiderando inclusive compromissos previamente assumidos. Ou seja, quando há interesse em agir solidariamente, se age, mas quando é vantajoso agir individualmente se vai por esse caminho.

Outro fato gerador de conflito, no interior da rede, é a questão da centralização e da perpetuação das lideranças no poder das entidades e da própria rede. Fato observado nas reuniões da rede, que também representa uma preocupação de determinadas lideranças, como mostra o relato: “Hoje existe, na comunidade, a busca das lideranças para garantir seus espaços”. Ou como o relato de outro entrevistado: “Essa é a preocupação maior, e não só da nossa comunidade, é uma preocupação da maioria das comunidades e nos próprios movimentos sociais. Tem que ter mais envolvimento, principalmente do jovem”. Tanto nas entrevistas quanto na observação das reuniões, foi possível constatar essa característica nas lideranças comunitárias presentes. Há, por parte destas, a tendência de se perpetuarem no poder e de se legitimarem cada vez mais no campo. Há pouco espaço para a participação de novas lideranças e até da própria comunidade. Os líderes centralizam em si as demandas da comunidade. Como relata um entrevistado, “algumas lideranças, que presidem entidades antigas, que não se abrem, têm a preocupação de perder espaço”. Não só as lideranças comunitárias não abririam espaço para a renovação como buscariam ampliar cada vez mais o seu espaço, apesar do discurso recorrente sobre a necessidade de novas lideranças. Há uma grande concentração de poder nas mãos dos líderes comunitários, impedindo a participação direta da comunidade e o surgimento de novos líderes. Fato esse que foi possível observar também entre as lideranças ligadas à economia solidária. Por outro lado, a existência, entre os agentes participantes da rede, de interesses diversos e também de quantidades desiguais de capitais gera um ambiente potencialmente conflituoso. Pode-se observar, nas falas dos agentes, que a história da rede está permeada de situações de disputa. “Existiam inúmeros conflitos, das lideranças não se suportarem, completamente fragmentadas, alguns anos atrás, lideranças da Ilha da Pintada não podiam vir para cá”

Como conclusão preliminar, que se pode avançar - e problematizando a visão poética das redes oferecidas por Martinho (2003) e Mance (2002), segundo os quais, as relações entre os atores que delas participam seriam baseadas na solidariedade e na isonomia - é, que, apesar do emprego de adjetivos, tais como democracia, participação, desenvolvimento, o PGSL não está conseguindo assegurar a participação da base, dos invalidados socialmente, no processo que deseja emancipador. E, em certo sentido, é como se novamente retornássemos à constatação de estudos anteriores, há um longo caminho a percorrer, quando se trata de construir a cidadania dos brasileiros em situação de vulnerabilidade social.

V- Considerações Finais

A conclusão que se chega é que o Programa Governança Solidária Local, em implantação em zonas econômica e socialmente mais desfavorecidas da cidade de Porto Alegre, é um projeto no qual o Governo assume o papel de “promoter” do desenvolvimento. Ou seja, o Governo como o ator que coordena o processo de identificação de potenciais da comunidade, que disponibiliza sua rede de contatos e coloca em interação, para a constituição de “parcerias”, representantes da sociedade civil; do setor privado e de agências de financiamento. O trabalho de motivação política da comunidade para a proposta do governo e de acompanhamento das reuniões locais é entregue a Organizações Não Governamentais, com as quais é feito convênio. Já a supervisão da coordenação ficaria à cargo do próprio governo municipal. O que se pode observar, é que neste processo de divisão do trabalho, a participação da comunidade é uma participação “atrelada”. Isto é, uma participação que é convocada uma vez o Estado tendo definido o que deve ser feito; quem deve fazer o que e etc.

Quanto à solução para a situação de pobreza - conforme a realidade da população local - ela seria encontrada através a decorrência da inexistência de uma “adequado” sistema de governança. A partir do que a responsabilidade do Estado seria a de conceber e apoiar a formação da rede de apoio à comunidade e de implementação desse programa. As soluções, conforme esta concepção, estariam no local. Ou seja, próximo dos pobres, os quais deveriam ser apoiados; “capacitados”; ter seu “capital social desenvolvido” para poderem conduzir seu próprio processo de desenvolvimento. Ao Estado caberia, de um lado, “qualificar” esse processo e, de outro, auxiliar a formação de rede de apoio (com a participação de empresas privadas, de organizações sociais, de voluntários). Ou seja, desenvolver as competências dos pobres, e dotá-los de instrumentos de gestão, e apoiar, o desenvolvimento deste processo coordenar esse processo oferecer

Ainda que a idéia, em si, das comunidades, e dos pobres serem os principais responsáveis por seu próprio desenvolvimento, seja muito interessante, o problema é que a pobreza não é apenas uma questão de insuficiência de renda, a extrema carência modela a subjetividade, “desqualifica” (Paugam: 2003) estigmatiza produzindo o que Goffman (1982) denomina de identidade deteriorada. Situação essa que se agrava em sociedades como a brasileira, que é atravessada por um ethos transclassista (Souza: 2006) que naturaliza as desigualdades, o que induz o pobre a se culpabilizar por sua condição de miséria.

“para aqueles que portam no corpo o signo visível de suas desvantagens sociais, a cidade, é um espelho que auto-reflete sua condição marginal, pois ao estarem circulando fora dos seus espaços de origem, são identificados, não mais como cidadãos, mas como objetos que precisam ser observados e controlados”. (Cassab:2002 apud Souza e Passarelli:2006: 121)

Conforme Queiroz (1996:295), a forma mais perversa de exclusão na sociedade contemporânea decorre da dificuldade, de acesso ao mercado de trabalho. “Seria contrário aos fatos sustentar que não existe um vínculo constante entre esta exclusão e a construção de uma identidade negativa”⁶. “Os pobres, na maioria dos casos, não tem direito a reclamar, o que o torna o objeto da atividade do grupo, e distante de tudo, o que o faz viver como um corpus vile ao sabor da vontade do todo” (Simmel: 1998).

Para Souza (2006), o enfrentamento das situações de pobreza em países de economia periférica, no qual parte da população vive em situação de “sub-cidadania” – dado que o direito a ter direitos não é reconhecido - exige, primeiramente, o desnudamento do processo de naturalização das desigualdades, que modela a percepção de direitos, interfere na auto-estima e nas possibilidades de expressão (Souza: 2006).

O PGSL seria, assim, um programa de Gestão da Cidade, que aposta na forma organizacional rede como a estrutura ideal para a gestão das relações Estado Sociedade, dentro uma visão de Estado Mínimo, apoiado em uma representação simplificada de pobreza.

Essa não é todavia a interpretação de seu idealizador, o Deputado Busatto⁷. Defendendo-se da crítica, no sentido que o Governança Solidária corresponderia a um modo sofisticado de re-introduzir na prática de governo a concepção de “Estado Mínimo”, de base neoliberal, ele redargue:

“a concepção de Governança Solidária se inscreve no âmbito da democratização do poder Local, com o objetivo de promover o empoderamento das comunidades e redes sociais locais e desenvolver novas arquiteturas públicas de cogestão entre sociedade e governo, para atender aos desafios da inclusão social e da sustentabilidade”. Em uma crítica velada ao Orçamento Participativo (OP) o deputado Busatto insinua que sua proposta de Gestão Cidade (PGSL) iria além da “democratização dos recursos públicos do orçamento, na direção de um processo de governo local, compartilhado com a comunidade local, que passa a assumir protagonismo quanto aos rumos e destino do desenvolvimento da sociedade local” (BUSATTO, 2005a, p. 01).

Todavia, a pesquisa continua, e quem sabe na análise da dinâmica de novas redes, atuando no Arquipélago, novos horizontes venham a se delinear.

BIBLIOGRAFIA REFERIDA.

- ARTURI, Carlos; OLIVEIRA, Renato. Introdução. In: MILANI, Carlos ; ARTURI, Carlos ; SOLINÍS, Germán. Democracia e Governança Mundial : Que regulações para o século XXI? Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2002. (p.p. 11-29).
- BORGES, André. Governança e Política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18. N. 52. 2003. (p.p. 125-138)
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Difel, 1989.
- CASSAB, M. Les jeunes pauvres et la ville: une relation dangereuse. In: AMORIM, M. Images et discours sur la banlieue. Paris. Érés. 2002.
- DAGNINO, Evelina. Construção Democrática, Neoliberalismo e Participação: os dilemas da confluência perversa. In: Política e Sociedade. N.05 – Out. 2004. (p.p. 139-164).
- DUPAS, Gilberto. Tensões contemporâneas entre o Público e o Privado. São Paulo. Paz e Terra. 2003.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a identidade deteriorada. Rio de Janeiro. Zahar. 1975.
- HERMET, Guy. Introduction. In : HERMET, Guy; KAZANCIGIL, Ali; PRUD’HOMME Jean François (Orgs.). La Gouvernance : un concept et ses applications. Paris. Karthala. (p.p. 5-14). 2005a.
- HERMET, Guy; KAZANCIGIL, Ali; PRUD’HOMME, Jean-François. La Gouvernance : un concept et ses applications. Paris. Karthala. 2005b.
- HERMET, Guy. La gouvernance serait-elle le nom de l’après-democratie ? l’inlassable quête du pluralisme limité. In : HERMET, Guy; KAZANCIGIL, Ali; PRUD’HOMME, Jean-François (Orgs.). La Gouvernance : un concept et ses applications. Paris. Karthala. 2005. (p.p. 17-47).
- KAZANCIGIL, Ali. La Gouvernance et la souveraineté de l’Etat. In: HERMET, Guy; KAZANCIGIL, Ali; PRUD’HOMME, Jean-François (Orgs.). La Gouvernance : un concept et ses applications. Paris. Karthala. 2005. (pp. 49-64).
- MANCIE, Euclides André. Redes de Colaboração Solidária. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL DE POA. Porto Alegre. Prefeitura Municipal De Porto Alegre. Gabinete do Prefeito Secretaria Do Planejamento Municipal. 2004
- MARTINHO, Cássio. Redes e desenvolvimento local. Disponível em: <<http://www.rebea.org.br/rebea/arquivos/redesdlcassiom.pdf>>. Acesso em 05 novembro 2006.

⁶ Grifo dos autores.

⁷ A Secretária Municipal de Coordenação Política e Governança Local, foi criada em 2005....

MARTINHO, Cássio. Algumas Palavras sobre Rede. In: SILVEIRA, Caio Márcio; COSTA REIS, Liliane da (orgs.). Desenvolvimento Local, Dinâmicas e Estratégias. Rede DLIS/RITS, 2001.

MARTINHO, Cássio. Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF, 2003.

MILANI, Carlos. La Globalisation des Organisations Internationales et le Débat sur la Gouvernance. In : Beaud, M.; Dollfus et ali (Orgs.) Mondialisation : les mots et les choses. Paris, Karthala. 1997. (p. p. 169-185).

OBSERVATORIO. <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/> Consultado em 03 maio 2007.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Milênio. ONU, Nova Iorque, 2000..

PAUGAM, Serge. L'exclusion l'état des savoirs. Paris. Éditions la Découverte.1996.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso. Campinas, Pontes, 1988.

PNUD. Human Development Report. Nova York. ONU, 1997.

PROJETO POLÍTICA NACIONAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL. Setembro de 2006. Disponível em: <http://dowbor.org/06dlfinal.pdf>. Acessado em: 07 julho. 2007.

QUEIROZ, Jean-Manuel. Exclusion, identité et désaffection. In: PAUGAM, Serge (Org.) L'exclusion l'état des savoirs. Paris. Éditions la Découverte, 1996. (p.p. 295-310)

RAWLS, John. Théorie de la Justice. Paris, Seul, 1987.

REIS, José. Uma epistemologia do território. In: Estudos sociedade e agricultura. Rio de Janeiro, v.13, no.1, 2005 (p.p. 51-74).

REIS, Elisa; SCHWARTZMANN, Simon. Pobreza e Exclusão Social: aspectos sócio-políticos. Trabalho preparado por solicitação do Banco Mundial. <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/exclusion.pdf>. Consultado em 04/07/2007.

RIST, Gilbert. Le développement: histoire d'une croyance occidentale. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1996.

SIMMEL, Georg. Les pauvres. Paris. PUF. 1998.

SOUZA, Jessé. A Gramática Social da Desigualdade Brasileira. In: Souza, Jessé (Org.) A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira. Belo Horizonte. UFMG. 2006. (p.p. 23-53)

http://www.unesco.org.br/areas/dsocial/areastematicas/inclusaosocial/index_html/mostra_documento.

<http://site.ebrary.com/lib/ufrgs/Top?channelName=ufrgs&cpage=1&f00=text&frm=smp.x&hitsPerPage=10&id=10077043&layout=search&p00=gest%E3o+social&sch=%A0%A0%A0%A0A0Buscar%A0%A0%A0%A0&sortBy=score&sortOrder=des>

<http://hrcaastro.wordpress.com/2007/09/26/brasil-registra-menor-indice-de-pobreza-dos-ultimos-15-anos/>. Consultado em 02/02/2008.

Os Conselhos Gestores na Modernidade

Aline Ferreira
Universidade Federal Fluminense
eu.alinesilveira@hotmail.com

Viviane Lopes
Universidade Federal Fluminense
viviane_uff@hotmail.com

Alessandro Franco
Universidade Federal Fluminense
alemelofranco@hotmail.com

Graziella Rocha
Universidade Federal Fluminense
grazielladoo@hotmail.com

Lubia Badaró
Prefeitura Municipal de Natividade, Rio de Janeiro
badaro5@hotmail.com

Resumo: Este artigo busca compreender o advento da Modernidade e sistematizar as transformações das subjetividades ocorridas a partir daí, refletindo sobre a construção de identidades coletivas e a relação indivíduo/sociedade para traçar suas possíveis influências na interação dos indivíduos com os recentes espaços de democracia participativa surgidos no Brasil, a partir da criação dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas.

Palavras-Chave: Conselhos, Modernidade, Subjetividade e Identidade.

APRESENTAÇÃO

A nova realidade democrática do Brasil pode dar a impressão de que a sociedade agora concorre em igualdades de condições na participação das políticas públicas e que os Conselhos Gestores podem estar conseguindo efetivar de fato as funções a eles destinadas. No entanto, esses canais de participação paritária surgiram em meio a uma época onde a sociedade vem sofrendo transformações radicais tanto nas relações sociais estabelecidas quanto nas suas subjetividades.

Sem dúvida, também nesse meio democrático os efeitos de instabilidade provocados por uma Modernidade demanda cada vez mais da capacidade reflexiva dos atores face ao redemoinho moderno.

Para entender esse fenômeno transformador de identidades e subjetividades, das relações do eu e do nós e traçar suas possíveis influências na interação dos indivíduos com os recentes espaços de democracia participativa surgidos no Brasil, o presente trabalho buscará caracterizar de uma forma mais acurada a Modernidade, buscando sistematizar as transformações das subjetividades nas sociedades complexas, refletindo sobre a construção de identidades coletivas e a relação indivíduo/sociedade.

A MODERNIDADE E SUAS CARACTERÍSTICAS

As mudanças de costumes, as novas formas de interação dos sujeitos e de suas construções identitárias, as crises nas relações sociais e os riscos apresentados pelas sociedades complexas nos levam a refletir sobre a Modernidade para buscar possibilidades de construção de projetos coletivos nos espaços preparados para esse fim, ou seja, os colegiados.

Nessa linha de análise encontramos Gilberto Velho (Velho, 1994) que define o projeto como uma conduta organizada do sujeito (que pode ser um indivíduo, um grupo ou uma categoria social) para atingir fins específicos, numa dimensão bastante consciente da ação social, onde a noção de projeto está intimamente ligada à idéia de mudança e transformação.

Os projetos, como as pessoas, mudam. Ou as pessoas mudam através de seus projetos. A transformação individual se dá ao longo do tempo e contextualmente. A heterogeneidade, a globalização e a fragmentação da sociedade moderna introduzem novas dimensões que põem em xeque todas as concepções de identidade social e consistência existencial, em termos amplos. (VELHO, 1994:48)

As transformações sociais na Modernidade, principalmente fomentadas pela chegada da industrialização no processo produtivo e da transformação do trabalho numa atividade cada vez mais independente de quem a executa, onde o sujeito sofre a perda do principal parâmetro de formação da sua individualidade e do poder de controle sobre o próprio tempo e espaço vêm ocasionando também modificações profundas tanto nas subjetividades e identidades do sujeito quanto nas interações estabelecidas nas suas relações sociais (GIDDENS, 2002: 32).

Salienta-se que nesse trabalho o termo Modernidade será empregado na perspectiva de Giddens que o utiliza para se referir às instituições e modos de comportamentos estabelecidos depois do feudalismo na Europa, mas que se tornaram mundiais em seu impacto no séc. XX. Ou seja, ao mundo industrializado e as suas decorrentes transformações nas relações sociais.

Giddens expõe que a modernização substituiu as formas de sociedades tradicionais que eram baseadas na agricultura e que esse processo de modernização influenciou em quatro grandes grupos de “complexos institucionais da modernidade”, tornando-se a base de todo o processo: o poder administrativo, o poder militar, o capitalismo e a industrialização.

Uma característica mais geral da modernidade é a ascensão da organização, ou seja, o controle regular das relações sociais dentro de distâncias espaciais e temporais indeterminadas. Mas, o que distingue as organizações modernas não é tanto o tamanho ou seu caráter burocrático, e sim a possibilidade e necessidade de Monitoramento Reflexivo.

O seu extremo dinamismo não só no ritmo da mudança social, mas na amplitude e profundidade com que ela afeta práticas sociais e modos de comportamento é outra característica da era moderna. A separação de tempo e espaço; o desencaixe das instituições sociais e a reflexividade são os três elementos principais que influenciaram o caráter dinâmico da vida social moderna.

Essa noção moderna de tempo vai dar andamento a uma sensação entre os indivíduos de que o mundo está encolhendo, além de que as antigas distâncias entre comunidades são suprimidas na medida que passam a colocar em sintonia o seu senso de tempo.

Para Giddens a modernização e a modernidade são baseadas em um processo no qual a idéia fixa e estreita de “lugar” e “espaço” são gradualmente destruídas por um cada vez maior conceito de “tempo universal”, que funcionaria como uma chave para o processo de desencaixe das relações sociais dos contextos locais e de sua rearticulação através de partes indeterminadas do espaço-tempo.

A confiança na Modernidade se apresenta de acordo com Giddens como uma “insegurança ontológica”, onde a maioria dos aspectos da atividade social e das relações com a natureza estão susceptíveis a serem revistos à luz de novo conhecimento ou informação, por mais que antigos conhecimentos pareçam estar consolidados.

Desta forma, é existencialmente perturbadora para indivíduos comuns a relação entre modernidade e a dúvida radical, onde a segurança global dentro de um mundo inseguro habitam a mesma órbita, num clima constante de tensão e insegurança, onde o homem moderno gravita entre a crença de um amanhã seguro ou de uma catástrofe evidente.

Também refletindo sistematicamente sobre as grandes mudanças ocorridas na esfera da vida social, Georg Simmel expôs que “os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica de vida” (SIMMEL, 1983:11).

Em sua reflexão, o autor compara a luta que o homem primitivo travava com a natureza para preservar a sua existência física com a luta que o homem moderno é obrigado a travar para preservar, em decorrência do contexto urbano em que vive, a sua autonomia e individualidade, resistindo às forças sócio-culturais e históricas que querem nivelá-lo e uniformizá-lo.

Ao analisar os efeitos da vida na metrópole, Simmel procura constatar como a personalidade se acomoda nos ajustamentos às forças externas. Para o autor, a base psicológica do tipo metropolitano de individualidade consiste na intensificação dos estímulos nervosos, resultante da alteração brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores.

Como a mente do homem é estimulada pela diferença entre a impressão de um dado momento e a que a precedeu, ambientes rurais e das cidades pequenas que propiciam impressões duradouras, regulares e habituais, que são apenas ligeiramente diferentes uma das outras, gastam menos consciência do que percepções em ambientes repletos de imagens inesperadas e súbitas, que estão em constantes mudanças, tais como na metrópole. Em suma, a metrópole exige do homem uma quantidade de consciência diferente daquela exigida pela vida rural.

Através da comparação entre esses dois estilos de vida é possível perceber que a dinâmica da cidade pequena se fundamenta mais sobre relacionamentos profundamente sentidos e emocionais que se enraízam nas camadas mais inconscientes do psiquismo e crescem sem grande dificuldade num ritmo constante de aquisição ininterrupta de hábitos.

Já, o intelecto, que é a mais adaptável das forças interiores, se situa nas camadas mais altas do psiquismo, nas camadas transparentes e conscientes. Para se acomodar à mudança e aos contrastes de fenômenos ele não exige qualquer choque ou transtorno interior.

No entanto, devido ao ritmo frenético dos acontecimentos da vida metropolitana, a mente mais conservadora só consegue se acomodar mediante esses transtornos interiores. Por isso, o tipo metropolitano de homem desenvolve um órgão que o protege das correntes e discrepâncias que ameaçam sua ambientação externa. Ele deixa de reagir com a emoção (o coração) e passa a reagir com a mente (a cabeça) através de uma consciência elevada e da predominância da inteligência.

A reação aos fenômenos metropolitanos é transferida para o intelecto, já que este é menos sensível e bastante afastado da zona mais profunda da personalidade. A intelectualidade se destina, então, a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da metrópole.

Simmel afirma, também, que a economia monetária está intimamente vinculada ao domínio do intelecto. Eles partilham uma atitude que vê como trivial o lidar com homens e coisas, a denominada Atitude Prosaicista.

Tal como o dinheiro e o comércio que reduz toda a qualidade e individualidade à questão do valor de troca, nas Relações Racionais apenas a realização objetiva e mensurável é de interesse. O homem metropolitano, intelectualmente sofisticado, é indiferente a toda a individualidade genuína, porque dela resultam relacionamentos e reações que não podem ser exauridos com operações lógicas. Ele negocia até com as pessoas com que mantém intercâmbio social.

As Relações Emocionais íntimas entre pessoas, por sua vez, são fundadas na individualidade e no inevitável conhecimento que ela produz. Proporciona um tom mais cáldo de comportamento que vai além do mero balanceamento objetivo de serviços e retribuições.

Na economia das trocas diretas e da produção doméstica da cidade pequena, o produto deve servir aquele cliente específico que solicita a mercadoria. É necessário que o produtor conheça os gostos e preferências do consumidor.

Já a produção da metrópole é voltada para o mercado e seus compradores inteiramente desconhecidos. Através dessa anonimidade, os interesses de cada parte adquirem um caráter impiedosamente prosaico.

Como os relacionamentos e afazeres do metropolitano são habitualmente tão variados e complexos que, sem a mais estrita pontualidade nos compromissos e serviços e a integração das atividades e relações mútuas, toda a estrutura se romperia e cairia num caos inextricável, a mente humana se tornou mais e mais calculista. Pontualidade, calculabilidade e exatidão são introduzidas à força na vida, através de um esquema que vem de fora, favorecendo a exclusão daqueles traços e impulsos irracionais e instintivos que vêm de dentro.

Os mesmos fatores que assim redundaram numa forma de vida pautada na exatidão e na precisão minuciosa, redundaram também em uma estrutura da mais alta impessoalidade e promoveram uma subjetividade altamente pessoal.

A metrópole acaba por favorecer um fenômeno psíquico chamado por Simmel de Atitude Blasé, que é resultante dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos e da intensificação da intelectualidade metropolitana. A agitação dos nervos por um tempo longo e até o seu ponto de mais forte reatividade fazem finalmente com que eles cessem completamente de reagir. Da mesma forma, as rápidas e contraditórias mudanças, através das impressões menos ofensivas, forçam reações violentas que estiram os nervos brutalmente em uma e outra direção, fazendo com que suas últimas reservas sejam gastas. Se a pessoa permanece no mesmo meio, eles não dispõem de tempo para recuperar a força. Surge assim a incapacidade de reagir a novas sensações, ou seja, a Atitude Blasé, usada como uma forma da pessoa se autopreservar, acomodando-se ao conteúdo e à forma da vida metropolitana.

Outra fonte que flui da economia do dinheiro também se junta a essa fonte fisiológica da atitude blasé é o Embotamento do Poder de discriminar, ou seja, o significado e valores diferenciais das coisas são experimentados como destituídos de substância.

Com o embotamento do poder de discriminar, objeto algum merece preferência sobre o outro e o dinheiro torna-se o nivelador que expressa todas as diferenças qualitativas das coisas e arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade. A equivalência em dinheiro pode ser tão diminuta a ponto de torná-la imperceptível. Esse estado de ânimo é o fiel reflexo subjetivo da economia do dinheiro completamente interiorizada.

Dando prosseguimento à argumentação de Simmel, o autor deixa claro que como o indivíduo metropolitano tem que autopreservar a sua existência por si mesmo, ele necessita adquirir um comportamento social negativo. Essa atitude mental dos metropolitanos um para com o outro é chamada de Reserva (vista pelos moradores de cidades pequenas, como uma atitude fria e desalmada), pois do contrário, ou seja, reações interiores fortes e relação positiva com os outros, ficaria completamente atomizada e abalada psiquicamente.

O aspecto interior dessa reserva exterior não é só a indiferença, mas também, uma leve aversão, uma estranheza e repulsão mútuas, que redundarão em ódio e luta no momento de um contato mais próximo.

Toda a organização interior de uma vida comunicativa extensiva repousa sobre uma hierarquia variada de simpatias, indiferenças e aversões, breves, longas ou permanentes. Como a nossa atividade psíquica reage à impressão de outra pessoa, tanto a sensação de indiferença seria anti-natural quanto a sensação de uma sugestão mútua indiscriminada seria insuportável. O que nos protege da indiferença e da sugestibilidade indiscriminada é a sensação de Antipatia, pois a antipatia latente e o estágio preparatório do antagonismo prático efetuam as distâncias e aversões sem as quais esse modo de vida metropolitano não poderia ser absolutamente mantido. O que aparece no estilo metropolitano de vida diretamente como dissociação, na realidade, é apenas uma de suas formas elementares de socialização.

Em suma, essa Reserva acaba por conferir ao indivíduo da metrópole uma qualidade e quantidade de liberdade pessoal impossível em outras condições.

A vida de cidade pequena na Antiguidade e na Idade Média erigiu barreiras contra o movimento e as relações do indivíduo no sentido do exterior e contra a independência individual e a diferenciação no interior do ser individual. Essas barreiras eram tais que, diante delas, o homem moderno não poderia respirar. Simmel expõe que a primeira fase das formações sociais históricas inicia-se com a formação de pequenos agrupamentos que em virtude da necessidade de autopreservação, tornam-se unidos, coerentes e fechados contra as influências e perigos do convívio com outros círculos vizinhos, estranhos ou antagônicos, e, por isso, só permitem aos seus membros individuais um campo estreito para o desenvolvimento de qualidades próprias e movimentos livres, responsáveis. A partir desse estágio, o desenvolvimento social procede simultaneamente em duas direções diferentes, mas correspondentes. À medida que o grupo cresce, a unidade do grupo se afrouxa e a rigidez da demarcação original contra os outros é amaciada através de relações e conexões mútuas e, também, o indivíduo ganha liberdade de movimento, muito para além da primeira delimitação ciumenta.

Desta forma, é válida a seguinte conexão: os conteúdos e formas de vida mais extensivos e mais gerais estão intimamente ligados aos mais individuais.

No entanto, quanto menor é o círculo e mais restritas são as relações com os outros grupos, mais os limites do individual são dissolvidos e controladas as condutas de vida. Por isso, o homem metropolitano é livre em um sentido espiritualizado e refinado, em contraste com a pequenez e preconceitos que atrofiaram o homem de cidade pequena. Essa liberdade individual não deve ser entendida apenas como mera liberdade de mobilidade e eliminação de preconceitos. O ponto essencial dessa liberdade é que podem seguir as leis da sua própria natureza, onde a particularidade e incomparabilidade do ser humano são expressas na elaboração de um modo de vida. Apenas esse caráter humano inconfundível pode provar que esse seu modo de vida não foi imposto por outros.

Ressalta-se, no entanto, que não é apenas o tamanho imediato da área e o número de pessoas que fizeram da metrópole o local da liberdade. E, sim, tornou-se a sede do cosmopolitismo através da transcendência dessa extensão visível, a sua extensão funcional para além de suas fronteiras física. A cidade consiste em seus efeitos totais, que estendem para além de seus limites imediatos e é independente até das mais eminentes personalidades individuais.

Sobre a individualidade, Simmel coloca que com a divisão do trabalho no grupo aumentado, o indivíduo também adquire uma individualização específica.

Como a cidade também oferece uma variedade altamente diversificada de serviços, a concentração de indivíduos e sua luta por consumidores compelem o indivíduo a especializar-se para que não possa ser substituído por outro, para encontrar uma fonte de renda que ainda não esteja exaurida e para que possa buscar atender novas e diferenciadas necessidades do consumidor. Não obstante, a diferenciação, o refinamento e o enriquecimento das necessidades do público conduzem ao crescimento das diferenças pessoais no interior desse público.

Há uma série de causas óbvias subjacentes ao processo de transição para a individualização de traços mentais e psíquicos que a cidade ocasiona em proporção a seu tamanho. Simmel aponta que a pessoa precisa enfrentar a dificuldade de afirmar sua própria personalidade, por isso se volta para diferenças qualitativas para atrair a atenção do círculo social e, ainda, que a pessoa é tentada a adotar as peculiaridades mais tendenciosas, isto é, as extravagâncias especificamente metropolitanas do maneirismo, capricho e preciosismo, uma forma de ‘ser diferente’ e de sobressair de forma notável.

A razão mais profunda pela qual a metrópole conduz ao impulso da existência pessoal mais individual é o desenvolvimento da cultura moderna caracterizada pela preponderância do que se poderia chamar de o ‘Espírito Objetivo’

sobre o 'Espírito Subjetivo'. A busca de um aperfeiçoamento objetivo, voltado para coisas e poderes, significa a distância de valores e espiritualidade, uma forma de morte da personalidade do indivíduo que desaloja as genuínas colorações e as características de incomparabilidade pessoais. Em decorrência, o indivíduo apela para o extremo no que se refere à exclusividade e particularização, para preservar sua essência mais pessoal. Ele tem de exagerar esse elemento pessoal para permanecer perceptível até para si próprio.

Em síntese, existiriam duas formas de individualismo: A independência individual, concernente ao indivíduo preso a vínculos de caráter político, agrário, corporativo e religioso para a liberdade de movimento do indivíduo em todos os relacionamentos sociais e intelectuais, além da elaboração da própria individualidade, onde os indivíduos liberados de vínculos históricos agora desejam distinguir-se do outro. O "ser humano geral" busca a unicidade e insubstituibilidade qualitativa do homem.

Para Simmel, a metrópole é a arena que apresenta as condições peculiares, as oportunidades e os estímulos para o desenvolvimento dessas duas maneiras de conferir papéis aos homens, favorecendo o seu desenvolvimento psíquico.

A Modernidade também é encarada a partir da "função fraterna" tanto na constituição do sujeito quanto nas formações sociais próprias da democracia, onde devido à falência da função paterna, os semelhantes se unem através de recreações revolucionárias e atuam na legitimação da autoridade e no funcionamento das instituições.

Assim, a emergência da sociedade moderna implicaria a instauração do igualitarismo dos agentes sociais, que se conjugariam, pois, numa associação de iguais. Esse igualitarismo foi concebido a partir da figura do irmão, de forma que a ordem social seria necessariamente uma ordem fraternal, na modernidade, bem entendido. Seria esta a diferença maior entre as sociedades pré-modernas e a moderna, já que naquelas a fraternidade não se identificaria com o laço social, existindo hierarquias de diversas ordens em ação. A fraternidade implica, pois, a igualdade dos agentes sociais, representada pelo valor idêntico e permutável entre as figuras dos irmãos (BIRMAN, 2000:199).

Sobre a questão identitária, Roger Chartier (1990) vê a construção das identidades sociais como um resultado sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou resistência, que cada comunidade produz de si mesma.

Stuart Hall afirma que as imagens da mídia atendendo a um mercado global e os sistemas de comunicação mundialmente interligados vêm influenciando a vida social através da inculcação de estilos e lugares, tornando as identidades cada vez mais desvinculadas ou desalojadas de tempos, lugares, histórias e tradições.

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido em si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito (HALL, 2002:09).

Castells (2003) expõe que existem duas grandes tendências conflitantes que moldam o mundo de hoje: a globalização e a identidade. As novas identidades surgem em contrapartida para desafiar a globalização em busca de um mundo melhor.

Como a Identidade é a fonte de significado e experiência de um povo, com base em atributos culturais relacionados que prevalecem sobre outras fontes, a sua construção depende da matéria prima proveniente da cultura obtida, processada e reorganizada de acordo com a sociedade. Castells aponta três formas e origens de construção de identidades: Primeiro o autor fala da identidade introduzida pelos dominantes para expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais. A esse tipo de identidade ele chama de Identidade legitimadora, uma identidade que dá origem a uma sociedade civil, com organizações e instituições. Haveria também uma Identidade de resistência criada por atores contrários a dominação atual, produtora de resistências com princípios diferentes ou opostos a sociedade, formando um tipo de resistência coletiva às opressões sofridas. Por fim, ele explicita a Identidade de projeto, produzida quando os atores, usando a comunicação, constroem uma nova identidade para redefinir sua situação na sociedade. As Identidades de projeto produzem sujeitos, atingindo seu significado pela sua experiência. A sociedade em rede, desta forma, produz novas identidades e trás a tona novas formas de transformações sociais.

Manuel Castells também traça um perfil do fim do século XX e início do novo milênio discutindo o surgimento de um novo paradigma social, o informacionalismo, do qual resultariam uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede, uma nova economia, a informacional global, e uma nova cultura, a cultura da virtualidade real.

O conjunto de tecnologias da informação com as quais lidamos na Modernidade estão transformando o próprio tecido social, permitindo a formação de novas formas de organização e interação social através das redes de informação eletrônicas.

Como a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo (CASTELLS, 2003:214)

Esse novo paradigma tecnológico cria novas possibilidades e altera os processos da economia, política, relações sociais e culturais. As mudanças vivenciadas na atualidade fazem emergir uma nova configuração resultante das interações,

também novas, entre as diferentes dimensões das atividades humanas. As maneiras de fazer e mesmo de ser e pensar da humanidade da ‘Sociedade em Rede’ - em constante mutação - são alteradas pela evolução tecnológica.

Castells argumenta que com o enfraquecimento dos sindicatos de trabalhadores principalmente por sua incapacidade de representar os novos tipos de trabalhadores da Sociedade em Rede, de atuar em novos locais de trabalho e funcionar em novas formas de organização que têm a possibilidade de reunir mão-de-obra para projetos e tarefas específicas em qualquer lugar, a qualquer momento, e de dispersá-la com a mesma facilidade, a sociedade ficou dividida, fragmentada, como na maior parte da história humana, entre vencedores e perdedores do contínuo processo de negociação desigual e individualizada. Portanto, para ele, as sociedades estão ficando aparentemente dualizadas, com uma grande camada superior e também uma grande camada inferior, crescendo em ambas as extremidades da estrutura ocupacional e encolhendo no meio, em ritmo e proporção que dependem da posição do país na divisão do trabalho e de seu clima político.

O autor também se propõe a analisar as conseqüências em nossas culturas que a realidade virtual pode trazer. A multimídia, estende o âmbito da comunicação eletrônica para todo o domínio da vida: de casa a trabalho, de escolas a hospitais, de entretenimento a viagens. Ela capta em seu domínio a maioria das expressões culturais em toda a sua diversidade. Seu advento é equivalente ao fim da separação e até da distinção entre mídia audiovisual e mídia impressa, cultura popular e cultura erudita, entretenimento e informação, educação e persuasão. Todas as expressões culturais, da pior a melhor, da mais elitista a mais popular, vem juntas nesse universo digital que liga, em um supertexto histórico gigantesco, as manifestações, passadas e futuras da mente comunicativa. Com isso, elas constroem um novo ambiente simbólico. Fazem da virtualidade nossa realidade.

O novo sistema de comunicação, baseado na integração em rede digitalizada de múltiplos modos de comunicação, tem capacidade de inclusão e abrangência de todas as expressões culturais e transforma radicalmente o espaço e o tempo, as dimensões fundamentais da vida humana.

Considerando o espaço, Castells coloca que localidades ficam despojadas de seu sentido cultural, histórico e geográfico e se reintegram em redes funcionais ou em colagens de imagens, ocasionando um espaço de fluxos que substitui o espaço de lugares.

Já o tempo é apagado no novo sistema de comunicação já que passado, presente e futuro podem ser programados para interagir entre si na mesma mensagem.

O espaço de fluxos e o tempo intemporal são as bases principais de uma nova cultura, que transcende e inclui a diversidade dos sistemas de representação historicamente transmitidos: a cultura da virtualidade real, onde o faz-de-conta vai se tornando realidade.

CONSIDERAÇÕES

Como foi visto, a Modernidade com suas características de transtornos e crises vem alterando a subjetividade e criando novas identidades. Nesse interim, tendo em vista as sociedades complexas, também o funcionamento dos Conselhos Gestores não é tão simples como pode parecer, estando sujeito a obstáculos e incompreensões.

Quando se trata do exercício do direito de participar da ‘coisa pública’, as legislações pressupõem uma clara ruptura com a passividade e o alheamento que, historicamente, marcaram a atuação da grande maioria da sociedade. Na verdade, estamos diante de uma realidade nova, de um novo fascinante desafio, que é a ocupação pela cidadania dos espaços políticos que a nova lei lhe reserva.

Diante da modalidade contemporânea de desamparo, dúvidas e ansiedades e, também, da possibilidade de perversão do laço social que se abre onde aparentemente falta o ‘pai’, é necessário que os Conselhos Municipais efetivem de fato seu papel na formulação das políticas públicas, importando, pois, que os colegiados não se limitem a uma representação superficial, numa falsa democracia e sim, desenvolvam a competência política para atuar com um efetivo comprometimento, contribuindo para o sucesso da própria democracia participativa, que indubitavelmente importa na efetivação do próprio regime democrático.

BIBLIOGRAFIA

- BIRMAN, J. (2000) Insuficientes, um esforço a mais para sermos irmãos. In: Função Fraternal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- CASTELLS, M. (2003) A Sociedade em Rede. In: A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (2003) O Poder da Identidade. In: A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, São Paulo: Paz e Terra.
- CHARTIER, R. (1990) A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.
- GIDDENS, A. (2002) Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Zahar.
- HALL, S. (2002) A Identidade Cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A.
- KEHL, M. R.. (2000) Função Fraternal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.
- SIMMEL, G. (1983) A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio (org.) O fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar.

Cooperativismo e blocos económicos na globalização

Ana Cristina Brito Arcoverde
Universidade Federal de Pernambuco
ana.arcoverde@gmail.com

Creusa da Silva Melo
Universidade Federal de Pernambuco
creusadmelo@gmail.com

Leonidas Leal da Silva
Universidade Federal de Pernambuco
leoangelinelblu@gmail.com

Resumo: Este trabalho objetiva refletir a inserção do cooperativismo solidário num contexto de Globalização. A crise do capitalismo mundial vem provocando dentre outros impactos: reestruturação dos estados nacionais e formação de blocos económicos para atender seus interesses. Cabe ao cooperativismo buscar fortalecer suas bases procurando adaptação como sugere Monteagudo (2001), formar um mercado económico cooperativo. Tomando como referência, perspectivas e autores que tratam da temática. O consenso é difícil quanto ao entendimento da gênese da globalização e sua dinâmica. Ianni (1996) serve de base para iniciar uma análise deste fenómeno, que em sua perspectiva, reflete, mundialmente, a lógica capitalista: “um todo complexo, desigual, contraditório e dinâmico, totalidade aberta ou propriamente histórica, mas irreversível”. Blocos económicos surgem nesta dinâmica com carácter político, mas opcional para os Estados quanto à decisão de se engajar em determinado acordo económico. O Cooperativismo pensado nos princípios solidários; da autogestão, encontra-se no dilema: confronta-se com a globalização, se propondo alternativo ao capitalismo, mas necessita sobreviver com autonomia à construção dos blocos económicos que têm como características primordiais: fortalecimento do processo de acumulação e extração da mais-valia. Refletir sobre a formação de um mercado cooperativo como possibilidade na defesa do trabalho livre da exploração é o desafio que se impõe.

Introdução

Este trabalho apresenta reflexões sobre o cooperativismo solidário no contexto da globalização e traz consigo como proposta a necessidade da formação de um mercado cooperativo como reação e possibilidade de realização do trabalho livre da exploração do capital. Parte-se do suposto de que a “concentração do capital vem acompanhada pela concentração de decisões, de propriedades, de conhecimentos e do domínio da tecnologia”. Schneider¹

O pensamento cooperativo moderno emergiu no ocidente europeu simultaneamente à revolução industrial (séc. XIX) e nos marcos do capitalismo como meio de defesa económica dos trabalhadores. No capitalismo a cooperação limita-se à produção, e nesta os trabalhadores não participam igualmente do consumo da distribuição, e muito menos do lucro.

Sob a influência dos chamados socialistas utópicos (Owen, King, Fourier, Gide, Buchez, Blanc) a cooperação funda-se no entendimento do homem em sociedade na qual procura construir outra maneira de processar a economia tendo pôr base o trabalho e a distribuição equitativa do excedente produzido. Afasta-se da acumulação individual do dinheiro via exploração do trabalho do outro e preocupa-se com o aprimoramento do ser humano, sendo assim, os defensores do sistema de cooperação defendem-no como sendo o mais adequado, participativo, democrático e justo para atender às necessidades e os interesses específicos dos trabalhadores, desenvolvendo-os de forma integral pôr meio coletivo. A lógica da cooperação, da reciprocidade e igualdade exprime valores – adesão livre, controle democrático, participação económica igualitária, autonomia, treinamento e formação/informação, cooperação entre cooperativas - fundamentais do ser humano numa sociedade que nega e ultrapassa a sociedade lucrativa, atribuindo-lhe capacidade transformadora.

As cooperativas estão histórica e contraditoriamente inseridas no contexto do capitalismo e da atual globalização que impõe suas regras e traz conseqüências tanto negativas, como positivas para os trabalhadores. No campo social estas são muito mais nefastas, haja vista a permanência do aumento do desemprego, a precarização dos contratos de trabalho, a desmobilização dos sindicatos e capacidade de organização da classe, entre outros. Conforme coloca Schneider, “Por um lado, as cooperativas geram empregos, por outro, elas são um contrapeso à concentração de riquezas”.

Nesta perspectiva as cooperativas não podem perder o seu foco de atuação e objetivo social e económico de quando e para quê foram criadas. Ao se adaptar à política internacional de mercado se encontram no grande desafio de permanecer

¹ Schneider, José Odelso. Globalização, Desenvolvimento Local Sustentável e cooperativismo. Disponível em: <<http://www.neticoop.org.uy/IMG/pdf/dc0380.pdf>> acesso em: 05/05/08

lutando por questões primordiais para a classe trabalhadora como o emprego, a distribuição de renda, a justiça social, o desenvolvimento local e conservação de direitos básicos à vida e à democracia.

É evidente que dentro da ótica neoliberal sob a qual vivemos, percebe-se que as necessidades do capital estrangeiro e seus objetivos são diferentes e, ou contrários à perspectiva do cooperativismo internacional, buscando incessantemente e prioritariamente o lucro em lugares cada vez mais distintos. Por esta razão o desenvolvimento local e regional é muitas vezes influenciado por iniciativas que só visam a cooptação de recursos humanos e naturais, não estando, portanto o cooperativismo livre dessas determinações.

O Cooperativismo desde seu surgimento, se apresenta como organizador das economias de muitos países, posteriormente daqueles mais pobres. Surge como reação e resposta ao desemprego, à falta de trabalho, à pobreza extrema, sendo considerado desde então como terceira via para o desenvolvimento econômico-social.

Com base naquele entendimento, vimos realizando pesquisas no âmbito das cooperativas, especificamente aquelas inseridas na proposta da Economia Solidária, no Estado de Pernambuco, que nos possibilitam explorar alguns resultados já obtidos nos últimos anos sobre a situação em que se encontram quanto aos princípios que norteiam esses empreendimentos, às relações de trabalho estabelecidas, à forma como estas cooperativas se organizam, como se dá a tomada de decisões no interior do empreendimento, como essas conseguem financiamentos, entre outros aspectos. A intenção é verificar o grau de desenvolvimento do cooperativismo em Pernambuco e sua capacidade frente ao desemprego do trabalho. As cooperativas estudadas estão bem distribuídas no território e inseridas nas cinco meso-regiões do estado, sendo a amostra inicial para análise constituída de 57 cooperativas, tendo em vista o estágio de construção do mapeamento dos empreendimentos.

Um pouco da história do Cooperativismo

Ao cooperativismo propriamente dito antecederam experiências precursoras, como as aldeias cooperativas de New Harmony de 1825, Harmony Hall de 1828 e Queens Wood de 1836, todas inspiradas no socialismo associacionista. Owen introduziu inovações sociais na sua empresa de fiação de New Larnark, trouxe trabalhadores para residirem perto da fábrica, construiu escolas e lojas que vendiam à preço menor, reduziu a jornada de trabalho e aumentou os salários. Como um dos socialistas utópicos, e filantropos do cooperativismo, Owen considerava o homem produto do meio social onde vivia e para modificá-lo era necessário reformar o próprio meio social de forma pacífica e eliminar o lucro e a concorrência.

Essas idéias muito influenciaram a formação da sociedade cooperativa de Rochdale, e com base nelas foi elaborado um plano para acabar com a pobreza reunindo pessoas sem proventos e sustentadas pela beneficência das paróquias em aldeias cooperativas onde pudessem em comunidade produzir e consumir seus próprios produtos trocando o excedente com outras aldeias cooperativas. Para ele o Estado e a Igreja deveriam ajudar com o capital inicial para que essas pessoas pudessem prover o seu próprio sustento. A idéia era a construção de uma sociedade na qual a solidariedade, a cooperação e a fraternidade substituíssem o individualismo, a exploração e a competição.

O Cooperativismo, ontem como hoje, permanece fato e movimento, inerente à natureza humana, às relações que os homens estabelecem entre si para o alcance de objetivo comum. As idéias – auxílio mútuo, união de esforços, operar junto com o outro, contidas no cooperativismo, decorrem da própria vida em sociedade.

Como doutrina o cooperativismo existe há mais de dois séculos e vem fundamentando teoricamente a cooperação, especialmente com finalidade econômica. O surgimento do cooperativismo está diretamente relacionado com os problemas sociais decorrentes do desenvolvimento do capitalismo e do liberalismo.

Os descaminhos e iniquidades gerados pelo liberalismo – concentração de renda, mau uso do avanço tecnológico, desemprego, degradação da qualidade de vida das pessoas – negam não somente a condição humana, mas o solidarismo como corrente de pensamento, deformando-a e, ou reduzindo-a a uma expressão puramente assistencial, pois centrada na ação assistencialista. Solidarismo, sinônimo de solidariedade é, no entanto, um conceito amplo e de interpretação polissêmica. Em seu conteúdo, consiste proposição de forma coletiva de atuação segundo a qual todos, independentemente da situação em que se encontra, podem (e devem) participar do esforço conjunto, contribuindo com o que estiver ao seu alcance para o bem estar social. Portanto, perpassa um sentimento coletivo que indica a dependência recíproca de todos os membros da sociedade na qual se estabelecem relações multilaterais de cooperação – nisto consistindo sua força e compromisso com a mudança pelos protagonistas.

Autores como Rossi (2007), Singer (1999) dentre outros, são unânimes em afirmar que fatores como o retrocesso das forças produtivas no feudalismo, transição da servidão à simples produção de mercadorias no renascimento comercial, exclusão social e crescimento da pobreza e dos pobres expulsos da produção monopolista, revolução capitalista, surgimento do liberalismo, introdução de inovações tecnológicas, etc. provocaram reação da classe operária para solucionar por meio da ajuda mútua, da solidariedade e da igualdade aqueles problemas sociais e econômicos que os atingiam.

Para os socialistas utópicos, como Owen, Fourier, Simon, a criação de organizações mais igualitárias era uma forma de melhorar o meio sócio-econômico. Acreditavam eles, que os ideais de fraternidade e justiça social seriam a razão e possibilidade da vontade humana reformar a evolução econômica, buscando construir uma sociedade mais equitativa por meio de associações voluntárias ou realizar modificações na organização industrial e do trabalho ou, ainda, mudar o regime de trocas.

Tanto Owen como Fourier influenciaram a elaboração dos princípios e do pensamento cooperativo, além das experiências inspirarem várias realizações cooperativas dos séculos XIX e XX. É exemplar a cooperativa de Rochdale

(1844), inicialmente um armazém cooperativo de consumo, organizado por 28 tecelões para por via da ajuda mútua e eliminação de inter-mediadores e atravessadores para reduzir o preço dos alimentos.

Contemporâneo e crítico de Owen, Fourier entendia que a ordem social dependia de leis intelectuais e morais a serem seguidas pelos homens em sociedade. Essas leis deveriam proporcionar liberdade às paixões e desejos humanos e assim levar à organização de uma sociedade perfeita. A indústria deveria ser conduzida pelo falanstério, espécie de associação autônoma na qual vivia certo número de pessoas em regime comunitário com infra-estrutura física, economia doméstica, moral, administrativa, auto-suficientes criando um ambiente cooperativo que eliminasse a competição. Para Rossi (2008,39) o grupo falanstério representou alternativa radical à sociedade burguesa, e de certa forma antecipatória da cooperativa de produção e consumo. Há registros de que a propriedade foi transformada em acionária com dividendos repartidos em doze frações sendo 4 para o capital, 5 para o trabalho e 3 para o talento de modo a que o trabalho fosse mais atraente e produtivo. A inter-relação entre os interesses do capital, do trabalhador e do consumidor faz com que o acionista societário reúna em sua pessoa todos os interesses opostos.

Singer, em *Uma utopia militante: repensando o socialismo* (1999, p.99) reconhece em Rochdale a matriz de todas as cooperativas modernas e do cooperativismo como uma nova etapa da história do movimento operário de confronto e adaptação ao capitalismo. A proposta era audaciosa, pois da formação de um capital proveniente da compra e venda de gêneros alimentícios forneciam alojamento a preço de custo, asseguravam trabalho aos operários desempregados, combatiam o alcoolismo, reorganizavam a produção em pequenos núcleos multiplicando-os e emancipando o operariado.

É neste sentido que se pode falar da organização dos 28 tecelões de Rochdale, que em 21 de dezembro de 1844, fundam a sociedade dos probos pioneiros de Rochdale, que entre outros objetivos almejavam “a formação de um capital para a emancipação do proletariado por meio da economia conseguida pela compra em comum de gêneros alimentícios”. (ROSSI, p.41). A iniciativa cooperativa dos trabalhadores que se caracterizava pela criação de um armazém tinha oito regras para o seu bom funcionamento quais sejam: auto-governo democrático; livre adesão e demissão dos sócios; divisão do excedente para re-investimento e distribuição das sobras para os sócios conforme o valor de suas compras; compra e venda à vista; qualidade dos produtos produzidos sem adulteração; aperfeiçoamento dos sócios; neutralidade política e religiosa da sociedade cooperativa. (idem, 42-43).

A cooperativa de Rochdale sobreviveu às duas grandes guerras, extrapolou os limites da Grã-Bretanha, tornou-se símbolo e modelo do cooperativismo moderno e contemporâneo, e demonstrou, como afirma Singer, excepcional capacidade de adaptação às oportunidades e riscos da economia de mercado sem abrir mão de princípios socialistas na organização das atividades econômicas.

Uma outra referência importante na história do cooperativismo foi a Escola de Nîmes, na França, fundada em 1886 por Boyve, Fabre e Gide. Esse último professor de economia política em Montpellier, tornou-se um dos mais destacados líderes do cooperativismo liberal de consumo. Com Gide e com a Escola de Nîmes, finalmente as idéias cooperativistas foram sistematizadas de modo que a partir de então se passou a falar de doutrina cooperativista.

Do grupo de debates *La solidarité ou sociedade de economia popular* proliferaram congressos e destes o discurso-programa do cooperativismo. Gide condenava o regime salariado e afirmava que o fim último do cooperativismo era a abolição da luta de classes por meio da superação do salariado, dos intermediários do comércio e dos patrões da produção. Com base nos ideais de justiça e solidariedade ele nos legou as linhas gerais ou as doze virtudes do cooperativismo, a saber: Viver melhor através do auxílio mútuo; Pagar a dinheiro por dívida é escravidão; Poupar sem sofrimento e sem sacrificar a satisfação das necessidades; Suprimir parasitas e, ou intermediários; Combater o alcoolismo; Interessar as mulheres nas questões sociais, pois elas como cuidavam do lar e fazem as compras devem conhecer os problemas do consumo e das cooperativas de consumo; Educar economicamente o povo para desenvolver a aptidão à auto-gestão econômica e política; Facilitar a todos o acesso à propriedade; Reconstruir uma propriedade patrimônio coletivo; Estabelecer o justo preço, remunerando o trabalho na produção, direção e intelectual; Eliminar o lucro capitalista criando preocupação como a satisfação de necessidades dos homens apenas, e Abolir os conflitos pela fusão dos inimigos.

No pós-guerra o movimento cooperativo mais uma vez se faz reação forte aos problemas sociais – desemprego elevado, pobreza, ditadura - na região basca espanhola levando a tradição de ajuda mútua entre os camponeses como base do surgimento do hoje conhecido complexo de Mondragón. O cooperativismo da região de Mondragón é hoje um dos mais fortes e desenvolvidos em todo o mundo.

Em meados do século XX, Arizmendi funda uma escola para formação profissional de jovens desenvolvendo e transformando num dos pilares da experiência uma daquelas virtudes - a educação das pessoas voltada à transformação da realidade sócio-econômica. O lema era “devemos primeiro formar pessoas para depois formarmos cooperativas”. Em torno desse lema-princípio e dos demais princípios da doutrina cooperativista, em 1956 é formada a primeira empresa associativa, Talleres ULGOR, que vem a se transformar em cooperativa de trabalho associado, com diversidade de categoria de sócio. Hoje, produzem sua própria tecnologia, seu crédito, sua seguridade, e constituíram uma organização coletiva de cooperativas ou inter-cooperação entre cooperativas.

No que guarde os limites de Mondragón, decorrentes do seu espantoso crescimento, da contradição pela inserção no mercado capitalista e acomodação ao sistema capitalista, o cooperativismo chega aos nossos dias, como reafirma Rossi: uma forma de organização da produção que tem os valores da inclusão e da solidariedade como base para que os sujeitos, trabalhando com autonomia, recuperem “um padrão mínimo de rendimento capaz de lhe propiciar vida digna” (ROSSI, 2008, p.17) é assim que o cooperativismo é tratado por ela:

“Um movimento social e econômico com um potencial emancipatório que lhe confere a capacidade de servir de instrumento de resgate da cidadania econômica e social daqueles indivíduos [] que no atual estágio do capitalismo financeiro revitalizado pela lógica de mercado trazida pela globalização econômica neoliberal, vivem à margem da possibilidade de inclusão e desenvolvimento”. (idem). Grifos nossos.

Conforme Jamur (1999) a solidariedade pode se apresentar nas formas: tradicional, moderna e atual. Em sua forma tradicional, a solidariedade que é restrita e natural, é constituída a partir das matrizes do estoicismo e do cristianismo primitivo. Na primeira, a descoberta da consciência individual (ou de si) se cristaliza, faz do “eu” o centro do comportamento humano e se afirma como filosofia e moral do individualismo, a partir do qual se torna consciência de si no mundo – de seu pertencimento à comunidade humana.

No Cristianismo primitivo, a solidariedade está centrada na noção de identificação, do ego com a universalidade da pessoa de Cristo, portanto ultrapassando as hierarquias sociais e não abandono do homem ao acaso. A comunhão, afirma Jamur (idem), não resulta da extensão ou da convergência de consciências individuais, mas de uma identidade de ser a ser, de uma igualdade de todos e de cada um diante do pecado e do julgamento do Além; o “nós” cristão precede à idéia que o homem e a mulher fazem da sua individuação no grupo, ou na sociedade de pertencimento, é uma solidariedade infinita do qual estão excluídas qualquer materialidade ou demonstração racional. Nas duas matrizes, a noção tradicional de solidariedade é do mundo ideal com forte componente moral e individualista.

Nas modernas formas, solidariedade aparece vinculada à esfera do Direito e vinculada à idéia de acordo entre as partes, para dever ou ter direito a uma obrigação, de cada um pelo todo. A mutualidade de mandato e obrigação é estabelecida mediante contrato, sendo a solidariedade forma de garantia. Mas, adverte Jamur (ibidem), só ganha sentido quando se concretiza entre seres humanos concretos. É distinta da tradicional por designar relações reais, construídas socialmente, relações de reciprocidade com sentido e valor humano, social e cultural. Implica finalmente cooperação de cada um e de todos ao mesmo tempo.

A dinâmica das cooperativas faz penetrar no ânimo e na vida de seus participantes, princípios que buscam a transformação do homem pelo próprio homem, a conquista do direito de ser livre, de trabalhar e administrar sua cidadania. Torna-se imprescindível neste ponto aprofundar as discussões sobre o cooperativismo que a nosso ver exerce papel relevante na melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos seus adeptos bem como das comunidades locais onde as cooperativas se inserem. Como reafirma Schneider (ibidem):

“Na cooperativa [os sócios] exercitam a democracia e decidem coletivamente sobre os destinos do excedente gerado pela empresa Enquanto tais, os associados priorizam também a reaplicação da maior parte dos excedentes gerados pela cooperativa dentro do próprio município ou da Região”.

A cooperação caracteriza um determinado tipo de ação realizada por sujeitos e pode assumir conteúdos e sentidos diversos, por vezes contrários e, ou opostos ao seu significado originário. Cooperação pode ser utilizada tanto no prisma do individualismo liberal, quanto no do coletivismo centralizador, e ainda para denominar processos e ou pessoas jurídicas que nada tem a ver com a substância mesma de cooperação, como é exemplar o uso fantasia do termo para designar uma organização, associação, coletivo de trabalhadores, ou de profissionais liberais.

Na verdade cooperação tem etimologia latina (1488). Permeia todo e qualquer tipo de sociedade, mas qualifica-se e objetiva-se diferentemente nas sociedades em função de sua história, formação social, economia, política, cultural, etc. Cooperar é operar em conjunto, agir junto com o outro ou alguém, reunir esforços no sentido de um fim comum. Se sociologicamente falando objetiva-se quando das interações sociais marcadas pela reciprocidade – que sejam exercidas ao mesmo tempo - entre as pessoas e grupos tendo por finalidade associar atividades, prestar auxílio mútuo, etc., no plano econômico é forma de organização e ação econômica através das quais pessoas ou grupos com interesses comuns se associam, constitui um “nós” em torno da atividade econômica para vantagens comuns e, ou mútuas.

É nesse sentido que falamos de cooperativas e no princípio de cooperação cuja essência reside na materialização da participação igualitária numa obra comum. As relações que se estabelecem entre os cooperados são baseadas na igualdade, reciprocidade, solidariedade, e por isso mesmo cada um tem e assume importância igual ao outro quanto à participação, aos direitos, gestão e ganhos.

Cooperativismo e Globalização

Atualmente, nos deparamos com inúmeros fatos ocorridos nos quatro cantos do globo, notícias veiculadas em diversos meios de comunicação que nos trazem um panorama sobre a situação econômica, política e social de vários países de forma indistinta. Tal experiência nos aproxima e nos familiariza com um fenômeno complexo que interfere em nossas vidas de forma direta e, ou indireta, o chamado de globalização.

Segundo alguns autores, o processo de globalização se estabelece intensamente a partir dos anos 80, para outros este processo é antigo, cuja origem remonta há mais de cinco séculos. Assim, temos que:

“A globalização não é um estado completamente novo, mas um processo de longa duração, cuja origem remonta às primeiras viagens dos exploradores europeus, e que só se acelera e se aprofunda na era contemporânea (...) instituições sociais e povos podem não ser conscientes da globalização e nem por isso são menos afetados por ela (...) indivíduos,

organizações sociais e comunidades se vêem forçados a estabelecer contatos mais próximos e a reconhecer dependências mútuas...” (Gomez, 2000, p.134-135).

Existem inúmeros termos que são sinônimos para globalização, alguns dos mais utilizados são, mundialização, financeirização do capital, internacionalização da economia, e entre os mais recentes temos Mac'Donaldização. Todos esses termos vinculam ou deixam evidente o fato de que num cenário globalizado a economia exerce papel fundamental nas relações estabelecidas entre países e povos, ou de como a globalização está articulada com o ideário neoliberal, e o redimensionamento da divisão internacional do trabalho, como marcos importantes da expansão capitalista.

Para alguns autores a globalização não implica automaticamente num processo positivo ou negativo, e não se dá de forma homogênea em todo lugar, ou seja, enquanto em alguns locais houve um maior acesso a novas tecnologias, informações e bem-estar, em outros tais benefícios ainda são tímidos ou quase nulos ou até se deu de uma forma mais drástica a ponto de ser visualizado como negativo.

A cada dia mais e mais países buscam a integração e a busca pelo poder de comprar, vender e permutar seus produtos e serviços, vinculando desenvolvimento social com o crescimento econômico, porém procurando proteger seus interesses criando barreiras comerciais, insumos e outros tipos de taxações para não cederem espaço demais à especulação financeira, que pode de forma inesperada afundar e desestabilizar suas economias, já que uma crise em um país qualquer do globo afeta de modo geral a economia. Contudo, pode-se afirmar que mesmo com todas as proteções impostas pelos países no plano econômico, efeitos negativos em determinados setores da economia ainda poderão ser sentidos, contribuindo para a agudização de expressões da questão social.

No final do século XX, mais precisamente nos anos 90, quando a globalização das economias ganha impulso e as práticas neoliberais se estabelecem com maior força na economia de vários países, inclusive no Brasil, cresce a quantidade de mão-de-obra ociosa e o nível de desemprego, não é de se estranhar, portanto, que neste mesmo período tenha ocorrido um avanço nas práticas cooperativas em âmbito nacional.

Podemos afirmar que as mudanças provocadas pela globalização, de fato, não vêm significando melhores condições de vida para as sociedades territoriais, ao contrário: constituem mais uma etapa do processo de acumulação do capital com prioritários e significativos investimentos na área financeira em detrimento da social. Tanto que o saldo ou impacto concreto dos investimentos no início do século atual não seria aumento do desemprego (192 milhões de desempregados no mundo, em 2005, OIT, 2006), em escala global e nacional, e ampliação das desigualdades sociais, a nível nacional. Esses impactos expressam necessariamente um processo de globalização estruturalmente excludente. À medida que globaliza o capital ou o processo de acumulação, globaliza e acumula no âmbito nacional pobreza, miséria, exclusões, desigualdades sociais.

É de se reforçar que, historicamente, espaços mais nítidos deixados ou conquistados frente aos avanços e retrocessos da reorganização do capitalismo vêm junto com os seus impactos sendo paulatinamente preenchidos por alternativas mais humanas, como é o caso do cooperativismo que vem se consolidando como reação e contra-tendência ao e no capitalismo com novo liberalismo.

Diante deste cenário, o cooperativismo encontra-se num paradoxo e, ou dilema, tendo em vista que não há como fugir ao processo de expansão de um mundo globalizado, visto que é um processo irreversível. As propostas do cooperativismo vão de encontro ao que é empregado pelas formas tradicionais de produção e comercialização capitalistas, bem como de seus princípios, as necessidades do capital estrangeiro e seus objetivos são diferentes e, ou contrários à perspectiva do cooperativismo internacional.

Confirmando de certa forma o que Rossi (2008), Singer (1999) afirmam: não é necessário isolar-se do meio econômico capitalista para desenvolver formas de produção capitalista para desenvolver formas de produção e distribuição sob princípios socialistas opostos e, ou diferentes dos da cooperação capitalista.

Uma das alternativas propostas, como via de solução para um fortalecimento do cooperativismo internacional, justamente encontra-se na busca por expansão de suas iniciativas e atividades, e formação de uma rede de cooperativas como reação à tendência de integração dos mercados, formação de blocos econômicos, porém como oposição, como contra tendência e reafirmação dos princípios solidários, principalmente os de ajuda mútua, auto-gestão e cooperação.

De outra forma, na busca de parcerias e formação de redes de empreendimentos que compartilhem dos mesmos ideais do cooperativismo, como forma efetiva de combate à exploração exacerbada do capital.

Cooperativismo e Blocos Econômicos

Com o avanço da globalização econômica, financeira, comercial e cultural o cenário proposto pelos empregadores é o da competitividade, tanto entre as empresas quanto internamente entre seus funcionários. Nesse caminho, a necessidade de se impor em um mercado sem fronteiras fez com que fosse substituído o trabalho humano (considerado em termos desqualificado) pela eficiência, perfeição e confiança da alta tecnologia. Enxugam-se assim os quadros de funcionários de diversas empresas e mesmo do setor público, num movimento de redução de custos e maximização de lucros, o que de imediato gera o aumento da massa de desempregados e mão-de-obra reserva do capital.

Conscientes ou não de como se articula a dinâmica da globalização, os Estados-Nações são levados a buscar e estabelecer parcerias e relações de interesse, cooperação e ajuda principalmente no âmbito internacional, devido à

dependência econômica e financeira entre os países, cada qual sai em busca do seu igual para estabelecer as parcerias mais promissoras.

O resultado dessas ações é a formação dos chamados blocos econômicos que são considerados processos sempre passíveis de análises e novas alianças dependentes de decisões de governos e Estados. De acordo com Albuquerque²

“O surgimento de um bloco econômico nem sempre significa vantagens imediatas a seus componentes, que, por vezes, precisam criar condições de competitividade com os demais e para que isso ocorra é necessário que o próprio governo adote medidas de incentivo ao desenvolvimento, evitando, assim, que no momento da abertura comercial as empresas locais não tenham condição de sobreviver à entrada das concorrentes, além de criar uma situação social insustentável, com elevação do nível de desemprego, redução salarial, perdas de benefícios e outros”.

Os primeiros blocos econômicos iniciaram-se a partir da experiência pioneira de alguns países europeus que hoje formam a imponente União Européia. Em 1945, com a Europa devastada pela guerra, o panorama internacional apresentava apenas duas superpotências, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o primeiro representando o capitalismo e o segundo o socialismo real. Configurava-se assim o início de um mundo bipolarizado, caracterizado pela chamada Guerra Fria e o jogo de intrigas causador do crescimento bélico entre leste-oeste.

Alguns anos depois, fatos como o fim dos regimes comunistas na Europa oriental e a queda do Muro de Berlin (1989) marcaram o fim da Guerra Fria e anunciou o esfacelamento da União Soviética que, em 1991, perdeu alguns países membros, os quais eram responsáveis por quase 70% de sua população total. As repúblicas que formavam a ex-União Soviética junto com a atual Federação Russa, transformam-se na Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Restou apenas uma única superpotência mundial os Estados Unidos (EUA), que paulatinamente para garantir seu poderio transformou-se na “polícia do mundo”.

Em 1987, os países europeus, com o objetivo de enfrentar a economia americana e aprofundar seus laços de união, instituíram no Tratado de Roma (1957) a Comunidade Econômica Européia (CEE), e a Comunidade Européia de Energia Atômica (Euratom). A União Européia nasceu com o Tratado de Maastricht (1992), posteriormente ratificado no dia 01 de novembro de 1993, pelos doze membros da Comunidade Européia³, com o objetivo de eliminar todas as barreiras alfandegárias entre os países. Contudo, mesmo antes de existir a CEE, países como Luxemburgo, Bélgica e Holanda (Neederlands), formavam o tratado de livre comércio e cooperação conhecido pelas iniciais destes países, o BENELUX.

Alguns passos dados pelos países da UE, na direção da unificação total e fim de restrições foram feitos com sucesso, como foi o caso da moeda única. Mas ações como a criação de uma constituição unificada encontrou sérias barreiras da população, comprovando que especificidades regionais ainda são um grande contraponto de uma universalização de interesses entre países que vivem uma realidade não apenas de cooperação, livre comercialização, fluxo irrestrito de pessoas entre fronteiras, como de inserção na dinâmica do processo de globalização.

Esta realidade exige do Estado, entre outras coisas, um comprometimento com o desenvolvimento sustentável da sua população diferente daquele empreendido pelo mercado que na fase atual busca incessantemente os superlucros e as melhores formas de minimizar suas perdas, portanto não tendo preocupação com os aspectos social e ambiental sustentável.

Com relação à atuação do Estado, “sua vinculação a um bloco econômico vai significar uma ampliação, não só em sua balança comercial, mas na condição de vida de seu povo”. (idem). É possível pensar a partir dessa relação Estado x Blocos econômicos, numa proposta viável à organização e reprodução dos trabalhadores, que seria como defendido por alguns autores como, por exemplo, Monteagudo (2006), a formação de um mercado cooperativo no qual seja possível a vivência de valores diferenciados daqueles defendidos e implementados pelo interesse capitalista. Um Bloco cooperativo capaz de enfrentar as investidas do mercado de capital competitivo e desigual que não vise só o lucro, mas também o bem-estar da população que alimenta o mesmo.

O Bloco Econômico Cooperativo dentre outras coisas estaria bem mais apto frente aos demais blocos tradicionais quanto ao emprego de ações firmadas por parcerias e redes sociais, já que desde sua gênese segue os princípios solidários, da ajuda mútua, da elevação do homem ao patamar de indivíduo-cidadão não coisificado. Proporcionaria o estabelecimento de práticas coerentes com as necessidades de cada um dos seus participantes, trazendo benefícios prementes na área social, podendo também contribuir, pelo desempenho de suas ações, como importante reprodutor de estratégias políticas que possibilitem a transformação social.

Cooperativas de trabalho

De acordo com Silva (2005), uma cooperativa funciona de forma democrática, atuando como mediador das pendências sociais e como disciplinador do seu crescimento e conforme as características do local onde se desenvolve, pode ter maior ou menor penetração na comunidade, ou seja, pode envolver e mobilizar em diferentes níveis os sujeitos inseridos e dada localidade.

² Tércio Waldir de Albuquerque. Entendendo a Globalização e sua influência nos Blocos Econômicos. Disponível em: <http://www.mt.trfl.gov.br/judice/jud13/entendendo.htm>. Acesso em: 12/12/07.

³ Os doze países que constituíam a Comunidade Européia eram Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal e Espanha.

A dinâmica das cooperativas faz penetrar no ânimo e na vida de seus participantes, princípios que buscam a transformação do homem pelo próprio homem, igualdade, reciprocidade, cooperação, solidariedade, solidarismo, autogestão, e a conquista do direito de ser livre, de trabalhar e administrar sua cidadania.

Uma das formas mais comuns de cooperativas existentes no Brasil compreende as chamadas Cooperativas de Trabalho, Silva utilizando a definição de Bulgarelli (1998) para cooperativas de trabalho, aponta que estas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio da criação de uma sociedade democrática coletiva. São aquelas, de acordo com o mesmo autor, cujo quadro social é constituído de trabalhadores de qualquer ramo de profissão, inclusive profissionais liberais, que se reúnem com a finalidade de colocar suas habilidades profissionais à disposição do mercado mediante a prestação de serviço.

As cooperativas de trabalho não se limitam à mão-de-obra operária (proveniente das massas falidas) ao contrário, são todos trabalhadores autônomos, juridicamente distintos de trabalhadores subordinados e empregados, e se reúnem em cooperativas de trabalho.

O segmento das cooperativas de trabalho no Brasil cresceu a partir de 1960 e atualmente está em grande expansão, como observado em Silva, principalmente no Estado de São Paulo. O crescimento pode ser verificado através dos dados da OCESP (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo), que em março de 2000 apontavam a existência de 283 cooperativas de trabalho no estado de São Paulo, em 1991 este número não era superior a 31 unidades no estado⁴.

Em âmbito nacional podemos observar que a distribuição de cooperativas de trabalho por região vem demonstrando uma maior concentração na região sudeste, em especial no Estado de São Paulo. Observa-se também o número elevado de cooperados sócios que diretamente influenciam no número de empregos gerados por esse segmento. Como demonstra a tabela abaixo:

Região	Número total de cooperativas	Número total de cooperados	Número total de empregados
Norte	55	717	158
Nordeste	197	5.152	438
Sul	283	10.036	823
Sudeste	857	195.371	4.160
Centro-Oeste	524	86.589	1.416
Total	1.916	297.865	6.993

Fonte: OCB – Jun./2001

As sociedades cooperativas podem adotar por objeto qualquer gênero e serviço, operação ou atividade, devendo seus associados trabalhar com autonomia, não sendo permitida a caracterização de qualquer tipo de subordinação entre os associados, ou seja, deve haver a autogestão, todos são donos e respondem pelo empreendimento.

Atuam as cooperativas de trabalho com estrutura semelhante a uma empresa particular capitalista, mas diferentemente não visam o lucro e possuem princípios distintos, além disso, normalmente oferecem serviços mais baixos que os praticados no mercado tradicional, agregando valores ao produto de suas atividades como: feito à mão, reciclado, produzido por determinado grupo conhecido regionalmente por desenvolver atividades artísticas e culturais, etc.

O ramo de cooperativas de trabalho cobre um amplo leque de atividades e estas cooperativas são de tamanhos e perfis variáveis, por esta razão podem interferir de diversas formas na economia local, fator que gera mudança na vida dos que se encontram inseridos nestes empreendimentos em busca de uma alternativa viável de enfrentamento ao desemprego.

Encaixam-se basicamente em três tipos de operação: prestação de serviços a particulares: cooperativas de construção, de marcenaria, de limpeza de terrenos; produção e comercialização de bens: cooperativas de costureiras, doceiras, de artesanato, e fabricação de produtos populares; prestação de serviços públicos: possuem estrutura semelhante as do primeiro tipo, com a diferença de trabalharem em áreas de limpeza e obras públicas, prestação de serviços técnicos especializados para prefeituras, por exemplo.

O cooperativismo de trabalho é abrangente, pois os integrantes de qualquer profissão podem se organizar em cooperativas deste tipo. Ligadas à ocupação profissional destacam-se entre as mais conhecidas aquelas da área de saúde constituídas por médicos, ou por dentistas que prestam serviços a coletividade; as de transporte, tendo como setor mais desenvolvido as cooperativas de táxis, prestando serviço organizado e seguro a população e atendendo aos cooperados com abastecimento de combustível e outros serviços necessários a profissão; e entre outras se destacam as cooperativas de artistas, garçons, carregadores, estivadores, vigilantes, contabilistas. De acordo com Silva (2005), possui esse segmento um instrumento capaz de construir a conscientização e a organização das diversas categorias profissionais, de forma a desenvolver mais amplamente o cooperativismo.

Em âmbito regional, o cooperativismo desenvolve-se em Pernambuco desde o século XIX, ligado principalmente ao setor de consumo, como forma de superação das dificuldades políticas, econômicas e sociais presentes à época e que

⁴ Fábio Fernandes da Silva, importância das cooperativas de trabalho no combate ao desemprego estrutural.

atualmente ainda reproduzem-se diante do quadro de reestruturação do capital em sua busca incessante pela maximização dos lucros. Na década de 40, o cooperativismo ligado ao setor agropecuário começa a se proliferar no Estado tendo em vista principalmente as potencialidades econômicas da região e as políticas oficiais dos governos que privilegiavam esse ramo de atividades (FREIRE et al 2005).(livro globalização excludente)

Segundo dados levantados pela OCEPE⁵, em 1995 as cooperativas agropecuárias passam a representar 47,9% do total de cooperativas estaduais, reduzindo seu percentual no ano de 2002 para 31%, devido principalmente ao aumento no número de cooperativas de serviços, onde se inserem as cooperativas de trabalho, fato provocado pelo desaquecimento da economia, terceirização de serviços prestados públicos e privados, bem como do aumento do desemprego no final da década de 1990 (Idem).

O cooperativismo de trabalho no Estado de Pernambuco ainda não dispõe de dados quantitativos disponíveis de forma sistematizada e consistente, devido a poucos estudos sobre a temática na região. Os únicos dados que podemos empregar, de forma geral, são aqueles referentes ao número de empreendimentos totais no Estado, e a quantidade de cooperativas em toda sua diversidade, disponibilizados nos sites da OCB/PE e do Ministério do Trabalho SIES.

Assim, podemos verificar através das instituições já citadas que o as cooperativas em Pernambuco, entre 2005 a 2007, perfazem aproximadamente 586 unidades, num total de 1526 empreendimentos mapeados⁶.

A cooperativa de trabalho é regida pela lei Cooperativista 5.764, que instituiu a Política Nacional do Cooperativismo em 16 de dezembro de 1971, normatizando o cooperativismo como de interesse coletivo. É mencionado também na C.L.T. – Consolidação das Leis do Trabalho e pela Constituição Federal de 1988, onde recebem apoio.

Há o incentivo por parte do governo para criação de cooperativas de trabalho no país com o intuito de prestarem serviços terceirizados a pequenas e micro empresas, bem como para os associados assumirem a massa falida de empresas em risco de fecharem as portas. Por parte do empresariado, a mão-de-obra contratada nessas cooperativas auxilia na redução de custos, pois cooperativas possuem encargos apenas com a contribuição previdenciária de seus participantes, a qual incide na remuneração dos cooperados.

É comum encontrarmos empresas que buscam diminuir seus impostos através da formação de novas cooperativas, demitem seus funcionários sem justa causa inserindo-os logo após, com o discurso do empreendedorismo, em suas cooperativas parceiras e, ou terceirizadas com a finalidade de contratar os seus serviços com o trabalho prestado pelos seus antigos funcionários.

O processo de globalização para todos os setores produtivos do Brasil, nos últimos anos vem levando a expulsão de um elevado contingente de trabalhadores formais de seus postos de trabalho. Diante desse quadro, vemos o quanto é importante o aparecimento de cooperativas realmente comprometidas com a reprodução social de seus participantes e com os princípios que regem as cooperativas solidárias, tendo como meio fortalecedor do prosseguimento de suas atividades a relação estabelecida com outros empreendimentos que atuem na economia solidária.

Outro fator importante para ser levado em consideração pelas cooperativas é a tendência a produzir e oferecer bens e serviços muito próximos aos padrões de referência da produção e oferta de bens da economia globalizada, além é claro dos impactos da globalização sobre o trabalhador participante dos empreendimentos, e sobre o próprio empreendimento, configurando-se em novos desafios para a sobrevivência dos mesmos.

Cooperativas em Pernambuco

A partir dos dados obtidos em pesquisa realizada nos anos de 2006-2007, observamos certa concentração espacial referente às regiões do Estado de Pernambuco. Das 57 cooperativas pesquisadas, 57,75% encontram-se no Recife e Região Metropolitana 21% no Agreste, 10,5% no Sertão, 7% Zona da Mata e 3,5% na região do São Francisco, como demonstra a tabela 01. A maioria das cooperativas (50, 75%) surgiu na década de 90, num contexto de Reforma de Estado e de ajustes econômicos com impactos no mercado de trabalho e aumento do desemprego.

Tabela 02 – Localização geográfica das cooperativas		
Localização geográfica	Frequência	Percentual (%)
Recife e Região Metropolitana	33	57,75
Mesoregião do Sertão	06	10,5
Mesoregião Agreste	12	21
Zona da Mata	04	7
São Francisco	02	3,5
Total	57	100

Fonte: Pesquisa direta sobre o terreno, 2006.

⁵ Atualmente (desde 2007), OCB/PE - Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Pernambuco.

⁶ Relatórios Regionais, Estaduais e Municipais. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>

A procedência dos trabalhadores participantes das cooperativas é bastante diversificada. Verificamos um número representativo de autônomos (17,5%), desempregados (14%), empregados (12,5%) agricultores (10,5%), agropecuaristas (10,5%) trabalhadores do setor informal etc.

No que concerne aos princípios norteadores das cooperativas, a cooperação aparece sozinha ou aliada a outros princípios como: igualdade, solidariedade e liberdade em 22,75% das cooperativas. Mencionam, também a existência de respeito, união, fidelidade e responsabilidade. Entretanto, pode-se dizer que 17,5 % não conseguem definir ou perceber princípios que embasam a relação dos participantes nas cooperativas.

Na tabela abaixo identificamos que, 68,25% das cooperativas têm estrutura administrativa com diretoria; seguido das que possuem uma administração conjunta entre diretoria e conselho, perfazendo 19,25% do total; as outras formas de estruturas somadas totalizam 12,25% (gerentes, coordenadores, sem estrutura definida). Vemos, o que poderia ser uma ação não condizente com os princípios que devem reger as cooperativas e a uma não-atuação de organização autogestionária, em que todo o grupo deve tomar parte na tomada de decisões, terem direito a voz e voto, sendo o que se realiza no empreendimento é a atuação de um pequeno grupo, verticalizando a tomada de decisões. Essa afirmativa é, no entanto oposta ao resultado verificado na tabela posterior, que diz respeito à tomada de decisões.

Estrutura administrativa	Frequência	Percentual (%)
Conselho	02	3,5
Coordenadores	01	1,75
Não tem estrutura definida	02	3,5
Diretoria e conselho	11	19,25
Diretoria	39	68,25
Diretoria, conselho e gerentes	01	1,75
Conselho, gerentes e coordenadores	01	1,75
Total	57	100

Fonte: Pesquisa direta sobre o terreno, 2006.

Nos resultados obtidos temos que, 35% das tomadas de decisões são tomadas em reuniões e assembleias; 33,25% se realizam em assembleias, já para 22,75%, as decisões acontecem em reuniões, o restante das alternativas somam 8,75% e configuram outras formas de decisões. Em parte, o que está sendo aplicado beneficia as cooperativas, pois as assembleias aparecem em percentual representativo, estas preferencialmente devem ser feitas toda vez que se verifica a necessidade de decisões importantes ou quinzenalmente. Porém, percebemos que as decisões acatadas em reuniões são um fator negativo para os participantes das cooperativas, pois podem manifestar interesses particulares e/ou o não interesse geral dos cooperados.

Tomada de decisões	Frequência	Percentual (%)
Individualmente ou em conselho	01	1,75
Assembleias	19	33,25
Através de conversas	01	1,75
Individualmente	01	1,75
Não tem	01	1,75
Reuniões	13	22,75
Reuniões e assembleias	20	35
Reuniões, assembleias e planejamento	01	1,75
Total	57	100

Fonte: Pesquisa direta sobre o terreno, 2006.

Nas cooperativas, a divisão de tarefas preferencialmente deve ser feita pelos próprios sócios, não sendo positiva a terceirização. A partir do momento que um empreendimento contrata um serviço terceirizado, corre o risco de não corresponder mais aos princípios presentes cooperativismo, principalmente se este for realizado por tempo indefinido e for desenvolvido diretamente nos meios de produção, comercialização ou administração do empreendimento, a exemplo das cooperativas mistas.

A tabela abaixo mostra que, 63% ou 37 das cooperativas possuem divisão de tarefas; 36%, 20 aproximadamente afirmam não possuir nenhum tipo de divisão de tarefas. Esta divisão de tarefas deve ser distribuída levando-se em consideração o nível técnico-educacional do indivíduo em realizar determinada tarefa, como acontece em qualquer tipo de

negócio, porém os sócios devem ter em mãos os meios objetivos que lhes proporcionem o conhecimento nas demais áreas ou setores dos empreendimentos.

Divisão de Tarefas	Frequência	Percentual (%)
Sim	37	63
Não	20	36,75
Total	57	100

Fonte: Pesquisa direta sobre o terreno, 2006.

Quando perguntados sobre a possível limitação da divisão de tarefas nas suas responsabilidades, 32,4% dos trabalhadores responderam que a divisão de tarefas não limita a responsabilidade, 62% aproximadamente informaram que sim, a divisão limita a sua responsabilidade e 5,4% não souberam informar a respeito da questão.

A divisão de tarefas nas cooperativas e na economia solidária de um modo geral não deve ser fator limitador para as atividades desenvolvidas pelos sócios. Deve existir uma ajuda mútua entre os associados e/ou cooperados a fim de tornar possível uma relação de cooperação, tanto internamente quanto externamente, possibilitando que as informações, produtos e serviços viabilizem o setor como atividade sócio-econômica. A informação do que ocorre dentro da cooperativa ou associação deve ser repassada entre todos num nível satisfatório, gerando no caso de problemas, rápidas resoluções.

Na distribuição dos ganhos grande parte dos empreendimentos, 43,75%, o faz conforme a produção individual, o que mostra a presença de uma forma capitalista de organizar e produzir. Para 29,75% a produção é diferenciada, este percentual corrobora com a afirmativa de que existe influência capitalista nas cooperativas. Não devemos, porém, deixar passar despercebido que as cooperativas competem muitas vezes com empresas formais e que negociam sua produção num mercado capitalista. Não esquecendo que segundo Santos, a remuneração se torna um incentivo à produtividade, além do que pode vir a introduzir nos empreendimentos a competição entre os trabalhadores (SANTOS, 2005).

O fato de encontrarmos cooperativas com distribuição dos ganhos diferenciada pode nos levar a considerar que as mesmas deixam de colocar em prática um de seus princípios, porém se esta distribuição for acordada com antecedência em assembléia, e se os fatores que propiciam a aceitação desses ganhos diferenciados considerarem a necessidade de cada participante, a mesma não se torna negativa. Com os dados obtidos percebemos que 12,25% dos trabalhadores são remunerados pela função exercida; 3,5% igualmente, de acordo com o tempo de trabalho e depende da participação; pelo contrato estabelecido previamente temos 1,75%, e não informado totalizam 7% nessa perspectiva podemos dizer que não existe na prática o princípio da divisão de ganhos conforme a necessidade de cada trabalhador fugindo, dessa maneira da prática do cooperativismo.

Conclusão

Como visto na história do cooperativismo, às revoluções sociais capitalistas seguiram-se reações dos trabalhadores no combate às tendências destrutivas e concentradoras do capitalismo. Às ondas de crise, sobretudo no setor econômico, a sociedade se mostrou combativa por meio de organizações mais eqüitativas e includentes de população rejeitada pelo sistema capitalista dominante.

Às crises atuais do fenômeno da globalização neoliberal comparece mais uma vez o cooperativismo como possibilidade de construção de uma sociedade menos desigual. Agora reunindo em redes, inter-cooperativas, e em mercado cooperativo as cooperativas de trabalho e das demais áreas de organização do trabalho e produção para enfrentar tal como os Estados o fizeram os grandes Blocos econômicos.

Tentando analogia entre as características do cooperativismo e das relações de trabalho estabelecidas no modo de produção capitalista com as que são encontradas nas cooperativas de Pernambuco, pode-se fazer algumas reflexões a título de síntese das 57 cooperativas estudadas:

No regime de produção ou trabalho efetuado não prevalece a satisfação de necessidades dos cooperados; a divisão de tarefas acontece na maioria das vezes e é vista como um fator que limita sua responsabilidade, portanto, os participantes não realizam seu trabalho em conjunto em uma perspectiva de coletivo. O controle do empreendimento e a tomada de decisão não acontecem em uma grande parcela das cooperativas através das assembléias, forma esta que possibilita que todos os cooperados exerçam o seu direito ao voto e possa decidir de forma igualitária. Portanto, mesmo que a cooperação tenha sido mencionada associada a outros princípios como igualdade, solidariedade e liberdade, em grande parte das cooperativas pesquisadas, o fato é que na prática estes princípios parecem não se materializarem.

Pode-se afirmar que nas cooperativas pesquisadas as relações de trabalho que são estabelecidas não se igualam às relações de trabalho estabelecidas no modelo de produção vigente, mas sofrem influências do sistema capitalista, no qual está inserida e acaba por reproduzir em suas práticas o que é contrário as características do cooperativismo.

Acreditamos que o cooperativismo articulado com outras iniciativas, instituições e movimentos sociais que se preocupam com o desenvolvimento social, individual e local pode contribuir de forma satisfatória e eficaz na construção de

respostas mais efetivas aos efeitos negativos da globalização e fortalecimento da classe trabalhadora no enfrentamento das contradições inerentes à exploração do capital sobre o trabalho. E a formação de um bloco cooperativo é condição primordial para que esses objetivos e a satisfação de necessidades sejam alcançados.

Entendemos que o cooperativismo se vivenciado verdadeiramente no que tem de melhor, os seus valores e princípios, pode ser com certeza, instrumento de emancipação da classe trabalhadora, frente à barbárie imposta pela produção capitalista que tem os seus princípios assentados na produção de mercadorias que só visam o mercado; separação entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores; conversão da força de trabalho em mercadoria sob a modalidade do trabalho assalariado e na extração da mais valia sobre o trabalho cedido ao detentor dos meios de produção como estratégia para a ampliação incessante do valor investido na produção, sendo a mais-valia finalidade direta e móvel determinante da produção, cabendo à circulação garantir a realização do lucro e a reposição ampliada do capital.

Referências

- Albuquerque, T. W. Entendendo a Globalização e sua influência nos Blocos Econômicos. <http://www.mt.trf1.gov.br/judice/jud13/entendendo.htm>. (Consultado na internet em 12 de dezembro de 2007).
- Gómez, J. M. (2002). Política e democracia em tempos de globalização in: Gentili, P. (Org.) Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis - Vozes -
- Ianni, O. (1991). A questão social, In: São Paulo em Perspectiva, v. 5, n.1. São Paulo: SEADE.
- Jamur, M. (1999). Solidariedade (s). In: Revista O social em questão, Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Serviço Social. (v.4).
- Monteagudo, R. M. T. (2001). Revisão dos Princípios Cooperativistas. Doutrina Econômica da Cooperação e a Globalização da Economia. São Paulo: Ed. Escritor.
- Oliveira, F. de. Cooperativismo e associativismo de trabalho: a emergência das economias sociais na nova ordem globalizada. Disponível em: www.vucapinhoiro.com/vucapage/associat.htm (Consultado na internet em 05 de maio de 2008).
- Rios, G. (1989). O que é cooperativismo. São Paulo: Brasiliense.
- Schneider, J. O. Globalização, Desenvolvimento Local Sustentavel e cooperativismo. Disponível em: <http://www.neticoop.org.uy/IMG/pdf/dc0380.pdf> (Consultado na internet em 05 de maio de 2008).
- Silva, F. F. Importância das cooperativas de trabalho no combate ao desemprego estrutural. <http://www.univap.br/biblioteca/hp/Mono%202001%20Rev/012.pdf> (Consultado na internet em 05 de maio de 2008).
- Singer, P. S. (2003). André, R.. A Economia Solidária no Brasil, A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto.
- Singer, P. (2000). Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas. 4ª ed., São Paulo: Contexto.
- Rossi, A. C. S. (2008). Cooperativismo à luz dos princípios constitucionais. 4ª Edição. Curitiba: Juruá.

O Consumo para os Outros: os Presentes

Alice Duarte
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
alice_duarte@otmail.com

Resumo: Tendo em mente a investigação por mim realizada no âmbito do consumo pessoal e familiar cujo universo empírico abrangeu um conjunto de 24 agregados familiares pertencentes à “classe média”, atenderei em particular às práticas de consumo em termos da sua utilização para a criação e manutenção das redes de sociabilidades dos informantes. O consumo para os outros na forma de presentes será documentado em termos do papel instrumental dos bens de consumo enquanto complementos do mundo relacional dos sujeitos. Efectuando um levantamento exaustivo das situações de oferta e troca de presentes, mais e menos ritualizadas, é possível alcançar uma imagem sistematizada sobre quem são as pessoas ligadas pelos rituais de troca e como é que os itens de consumo ligam entre si as pessoas que os compram e as pessoas que os recebem como presentes.

Introdução

As actividades de consumo e as práticas dos actores sociais com elas relacionadas têm suscitado, na última década, uma incontornável proliferação de análises e contextualizações fazendo emergir o consumo como uma das mais proficuas áreas de estudo, não apenas na Antropologia mas também em várias outras disciplinas sociais (Duarte, no prelo). Apesar de tal desenvolvimento reforçar a percepção crescente da necessidade de pesquisas empiricamente suportadas, nem sempre a intensificação destas tem acompanhado o incremento daquele. No presente texto, tendo por base uma investigação que recorreu à realização de entrevistas extensivas semi-estruturadas em articulação com uma significativa componente etnográfica, procuro salientar alguns dos resultados alcançados quanto ao papel instrumental desempenhado pelos bens de consumo na consolidação e desenvolvimento das relações interpessoais dos actores sociais.

Em termos amplos, a investigação tinha por objectivo documentar o processo de consumo enquanto meio instrumental de expressão e comunicação dos actores sociais, elucidando sobre as construções de valor e de sentido inerentes aos seus processos de apropriação de mercadorias. A possibilidade de conceber o processo de consumo como meio instrumental de objectificação de ideias radicadas e constituintes de estruturas de significado domésticas e privadas pressupõe a subscrição conjunta de dois pontos prévios fundamentais: o reconhecimento da natureza social da mercadoria e da possibilidade de relações singulares e simbólicas entre pessoas e coisas, mesmo nas sociedades de economia de mercado. Concretizada sobre um universo empírico formado por 24 agregados domésticos pertencentes à “classe média”,¹ a pesquisa beneficiou da adopção de um dispositivo metodológico articulado cuja componente etnográfica sustentou a efectivação de prolongados e repetidos contactos com os informantes, bem assim como a sua consideração não como indivíduos isolados mas enquanto membros das respectivas unidades familiares, através do que foi possível um mais efectivo acesso às experiências subjectivas de consumo das pessoas e uma compreensão contextual dos sujeitos que as viviam e concretizavam. O carácter qualitativo e intrusivo das observações realizadas permitiu, entre outras coisas, o levantamento exaustivo dos contextos de troca e oferta de presentes, dos mais recorrentes aos mais esporádicos, em que as famílias participavam. Subscrito o pressuposto básico de que as pessoas se socorrem da sua cultura material para se auto-expressarem, o levantamento de todas as ocasiões de troca e oferta de presentes, bem assim como dos bens efectivamente dados e recebidos em cada uma daquelas ocasiões, constitui um manancial de informação importante para se equacionar a utilização dos bens de consumo enquanto mediadores de relacionamentos sociais e afectivos.

Atendendo ao ciclo completo anual de presentes e, nomeadamente, ao circuito alargado de presentes natalícios, pretendo aqui abordar os bens de consumo em termos da sua capacidade para corporizar fluxos de sociabilidade. Não se trata de insistir ou atestar a existência de um “sistema de dádivas” também na nossa sociedade, mas, antes, ultrapassando decididamente qualquer oposição entre “mercadoria” e “presente”, centrar a análise interpretativa sobre os próprios bens de consumo enquanto complementos relacionais dos sujeitos. Os “presentes” como categoria de bens em circulação aqui considerados abrangem todas as coisas trocadas pelas famílias, quer enquanto unidades domésticas, quer pelos seus membros a título mais individual, dentro e fora dessas unidades. Os contornos da categoria de “presente” assim definida são muito amplos, devendo ficar entendido que dela estão excluídas apenas as suas variantes não materiais, como ofertas em trabalho ou sob qualquer outra forma imaterial. Quanto aos relacionamentos interpessoais, eles foram abordados na sua dimensão relacional corrente e consideradas quer as redes de sociabilidades familiares, cujo funcionamento regular coloca os indivíduos e os agregados em contextos mais ou menos definidos de obrigações mútuas, quer as redes de laços sociais mais dependentes de lógicas de electividade como os círculos de amizade, de vizinhança e profissionais corporizadores da categoria “amigos”.

Na análise que se segue atendo à dinâmica da troca de presentes dentro de um universo empírico constituído no interior da classe média, procurando tornar explícito e sistematizado quem são os sujeitos que participam nessa circulação de bens e como é que tais bens são usados para criar e fortalecer as ligações entre esses sujeitos.

Sistema Familiar de Troca de Presentes

Numa visão panorâmica dos laços sociais mobilizadores de rituais de troca, surge como notória a preponderância absoluta das relações familiares. A esfera de sociabilidade que mais utiliza ou se torna manifesta pelo recurso ao mecanismo da troca de presentes é, sem dúvida, a familiar. Contrariando algumas vozes apocalípticas que profeciam o fim das relações familiares ou mesmo da família e, antes, em concordância genérica com Pahl (1995: 179) e a sua opinião de que “as relações familiares estão agora (...) mais fortes do que em qualquer altura do passado”, posso atestar a actualidade da família como rede de obrigações e afinidades sociais expressa pela circulação de presentes.²

Ao nível do consumo para os outros, uma das mais consistentes tendências a assinalar é a importância da família como origem e destino dos presentes. Uma elevada proporção das prendas trocadas ou oferecidas tem como destinatários os familiares, cujo grau de parentesco como que os distribui em círculos concêntricos cada vez mais afastados de troca. O primeiro desses círculos, que apresenta o nível mais intenso de trocas, abrange os membros da família elementar, nele se evidenciando como destinatários privilegiados os filhos e os cônjuges. No círculo seguinte é transposta a família nuclear mas, no essencial, apenas em virtude da dissolução parcial da unidade doméstica pelo movimento de constituição de novos lares por parte dos descendentes. Em função disso, ainda que residentes agora em espaços distintos, alguns dos parentes abrangidos são os mesmos – pais, filhos e irmãos – mas surgem também outros novos: os cônjuges dos filhos e os netos, os cônjuges dos irmãos e seus descendentes e os ascendentes do respectivo cônjuge. Este segundo círculo pode atingir uma dimensão significativa e nele os destinatários privilegiados – para além dos filhos, em relação aos quais é possível afirmar tenderem a beneficiar de tal estatuto durante toda a vida dos respectivos ascendentes – são, agora, os netos, bem assim como, a alguma distância, os pais e as irmãs. O terceiro círculo é formado por tios e primos em extensão diversa, em relação aos

¹ Trata-se de um universo empírico constituído por selecção a posteriori de entre um conjunto mais alargado de indivíduos inicialmente contactado, verificando-se a retenção apenas dos agregados cuja posição na estrutura social fosse classificável como “classe média” de acordo com a tipologia classificatória de classes de J. F. de Almeida (et al., 1990) e simultaneamente satisfizessem dois outros critérios estabelecidos: manterem uma ligação clara em termos de residência e forma de estar com o meio urbano e, em termos de ocupação profissional, ligação ao sector terciário.

² Para Portugal, diversos estudos de Sociologia da Família têm atestado, ao mesmo tempo, as mutações significativas desta unidade social e o seu dinamismo adaptativo (Nunes de Almeida, 1993; Wall, 1994; Guerreiro, 1996).

quais é assinalável uma intensidade de oferta variável. Em termos globalmente abrangentes é clara a relevância dos dois primeiros círculos referidos e, mormente, da importância da família elementar no sistema familiar de troca de presentes

Destacando as principais categorias de parentes implicados na circulação de bens como presentes, é de salientar a recorrência absolutamente dominante dos pais – em relação a filhos de todas as idades – surgirem como os grandes disponibilizadores de presentes. O padrão francamente dominante dos pais como dadores e dos filhos como receptores assimétricos de presentes faz-se sentir a propósito de situações quer mais formais, como os aniversários e o Natal, quer mais esporádicas e ocasionais de oferta.³ Em simultâneo, porém, os filhos presenteiam os pais desde muito tenra idade, antes de deterem qualquer autonomia financeira ou, até, de serem capazes de obter por si o presente, o que significa que o próprio comportamento de oferta aos ascendentes surge como fazendo parte do processo de socialização quotidianamente ministrado pelos pais.⁴ De um modo geral, espera-se que os filhos assinalem com presentes o Natal, o aniversário dos ascendentes e os Dias da Mãe e do Pai e, em geral, eles fazem-no.

Apresentando algum contraste com o acabado de notar, entre os irmãos não existem normalmente presentes durante a infância, mas eles podem também começar a surgir ainda antes da autonomia financeira dos implicados, com recurso aos mealheiros ou aos pais como financiadores das prendas de Natal e aniversário que podem começar a surgir pelo fim da adolescência. Quando as diferenças de idade, ou outras razões, fazem com que uns participem já da vida activa e outros não, estes tendem a ser contemplados de forma especialmente atenciosa, sobretudo se aqueles não têm ainda excessivos encargos familiares. Entre irmãos já adultos e com as respectivas famílias elementares constituídas, as possibilidades parecem ser muito variadas, sendo, contudo, identificável como recorrência significativa a maior permanência e importância dos presentes entre irmãs, por contraste quer com os dos irmãos do sexo masculino, quer entre irmãos de sexos diferentes. Uma outra recorrência ao nível das trocas de presentes entre irmãos e cunhados é, por vezes, a reorientação das ofertas para a geração subsequente, sobretudo para os sobrinhos-netos quando estes passam a existir, em detrimento dos seus avós ou pais, o que deve ser entendido como uma tática de extensão das relações familiares a mais uma geração sem que tal implique o aumento de encargos financeiros.

Outra categoria principal de parentes implicados no sistema familiar de troca de presentes são os cônjuges cujas ofertas apresentam a particularidade de uma tendência reforçada para os presentes mútuos. Entre a generalidade dos casais a prática do presente esporádico ou ocasional é quase inexistente, tendendo a dominar os momentos de oferta mútua. A contra-oferta simultânea – não apenas pelo Natal, como para a generalidade dos outros parentes, mas também em várias outras ocasiões, datas especialmente comemorativas ou relevantes para o casal – potencia (e também indicia) uma espécie de ansia em retribuir ou a necessidade de afirmar uma reciprocidade equilibrada que, em si mesmo, pode ser olhada como um reforço simbólico da ligação entre os dois cônjuges. O retorno simultâneo, pelo que nele está implícito de reciprocidade, torna-se aqui mais importante porque é um meio de declarar o carácter mútuo das relações existentes. Em função disso, a troca de presentes entre cônjuges comporta uma ansiedade ou tensão latente que está ausente da troca de presentes entre os outros membros da família nuclear. Nomeadamente em relação à data do aniversário de casamento ou a outras datas igualmente significativas apenas para o casal e que, portanto, não podem ser lembradas por nenhuma azáfama de compras mais geral, a ansiedade manifesta-se logo a propósito de saber se o outro não irá esquecer tais datas. Mais do que em qualquer outro contexto de troca de presentes, sobre tal esquecimento ficará a pairar a possibilidade do facto poder ser entendido como desinteresse na relação comum.

No seu conjunto, a análise das práticas de sociabilidade por intermédio da circulação de presentes demonstrou que os círculos familiares se apresentam como o foco destacado da origem e do destino de presentes, o que deve ser entendido como um mecanismo que permite aos laços familiares auto-reproduzirem o seu próprio reforço. Em paralelo, tal circulação de presentes entre familiares é um meio de estruturação da intimidade dos parentes através da sua distribuição pelos três círculos concêntricos distintos. A participação activa no circuito familiar alargado de presentes, abrangendo potencialmente parentes dos dois círculos mais exteriores, é um mecanismo utilizado como meio de afirmação e comunicação de que se constituiu uma nova unidade familiar que passará a alimentar autonomamente aquele circuito de troca de presentes.⁵ Aqui, tanto mais quanto nos aproximamos do círculo central, a reciprocidade não é, nem precisa ser, estritamente simétrica.

Em termos de tendências globais, surgem, então, como muito reduzidas as situações em que outras pessoas ombreiam lado a lado com os membros da família como destinatários de presentes. A possibilidade disso acontecer parece limitar-se à pessoa do par amoroso, sobretudo quando lhe é dedicada uma atenção apaixonada.⁶ Mesmo os mais jovens, ainda sem autonomia financeira, que reduzem os seus presentes aos membros da respectiva família elementar, se têm namorada/o, essa é a única pessoa também presenteada, elevando-a ao nível dos pais e irmãos. A universalidade do par amoroso como destino de presentes – nomeadamente, pelo aniversário, Natal e Dia dos Namorados – e o facto de, muitas

³ A tendência dos pais como os grandes disponibilizadores de presentes pode deixar de se verificar apenas aquando da existência de flagrantes condicionantes sócio-económicas ou quando os pais, sem serem demasiado débeis em termos financeiros, foram, contudo, francamente ultrapassados pelos descendentes em termos da melhoria das condições materiais de vida, sendo neste caso verificável alguma reorientação a favor dos netos.

⁴ Como Godbout (1992: 61) defende, a criança não é destino unilateral de presentes dado, desde cedo, participar na sua oferta aos membros da sua família elementar.

⁵ Pelo contrário, os jovens adultos, mesmo se já activos profissionalmente mas quando ainda não autonomizados da sua unidade familiar, tendem a não participar activamente naquele circuito familiar alargado, presenteando apenas os membros da sua família elementar, embora recebam presentes de outros parentes cuja contra-oferta fica, contudo, a cargo dos pais.

⁶ Por par amoroso pretendo referir-me aos “namorados” entendendo estes como as pessoas cujos relacionamentos afectivos não foram, por qualquer meio, tornados laços institucionais.

vezes, apenas ele e os parentes mais próximos serem presenteados permite perceber que se procede a uma equiparação afectiva entre um e os outros e que, por outro lado, isso é em grande parte concretizado e expresso pela idêntica atenção dispensada à obtenção dos respectivos presentes, todos entendidos como identicamente merecidos. O padrão genericamente difundido do par amoroso ser sempre contemplado com presentes, muito provavelmente até, com múltiplos presentes, todos alvo de atenção cuidada, evidencia de forma clara o correlativo desempenho destes como meios de corte amorosa. De forma especial, neste caso, procura-se que os presentes escolhidos possam cativar/ligar o outro, não apenas através das suas características mais evidentes ou concretas, mas, sobretudo, pelas suas potencialidades sugestivas através das quais se procura remeter para apropriações particulares especialmente significativas para as duas pessoas em questão.

Os Amigos como Destinatários de Presentes

Ainda que em termos gerais não possam, de modo algum, ser colocados lado a lado com os membros da família, os amigos constituídos como categoria sócio-afectiva significativa tornam-se, também eles, destinatários regulares de presentes. Ao nível destas redes de sociabilidade como origem e destino de presentes torna-se saliente que a troca é geralmente simétrica e assente numa reciprocidade estrita e tendencialmente imediata. Ou seja, neste caso, constata-se que o grau de reciprocidade da troca reproduz o modelo da reciprocidade equilibrada de Sahlins (1972), caracterizada pela inexistência geral de fluxos unidireccionais. De forma recorrente, as ocasiões de oferta tendem a resumir-se ao Natal e/ou respectivos aniversários.

Especificando um pouco mais, é detectável uma clara clivagem entre os mais velhos, que corporizam uma muito fraca incidência de redes de amizade implicando a distribuição de presentes por elas, e os mais novos, designadamente os sub35, entre os quais é notória a emergência dos “amigos” como categoria significativa em termos dessas práticas relacionais. A este nível, parece, portanto, confirmar-se o defendido por Allan (1996) quanto ao facto de, em paralelo com a família, estarem surgindo outras redes de sociabilidade baseadas na amizade. No que diz respeito a presentes natalícios, embora não sendo possível excluí-los totalmente das práticas de qualquer um desses subgrupos etários, é assinalável ainda assim uma considerável diferença entre os mais novos e os mais velhos já que, mesmo não corporizando em nenhum dos casos especial exuberância, os presentes dos primeiros por comparação com os dos segundos surgem, normalmente, numa proporção de quatro ou cinco para um. Mas relativamente às prendas de aniversário, o contraste é ainda mais flagrante porque os mais velhos, pura e simples, tendem a não presentear as suas relações extra-familiares em tais ocasiões. Por outro lado, esta fraca incidência das relações de amizade entre os mais velhos e a sua especial debilidade quando traduzida em termos de troca efectiva de presentes, em contraste com o subgrupo mais jovem para quem os amigos emergem como categoria capaz de suscitar práticas de consumo voltadas para os outros, são recorrências que denunciam a interligação de tais tendências com a melhoria geral, nas últimas décadas, das condições materiais de vida da sociedade portuguesa, cujas anteriores mais diminutas folgas financeiras não permitiriam significativos relacionamentos sociais de cortesia, como por exemplo, a troca de presentes.

Em termos abrangentes e considerando de modo amplo as várias redes relacionais intervenientes na vida dos actores sociais, surge como legítimo defender que a oferta de presentes é um meio fundamental através do qual as pessoas procedem à actualização, regular ou mais esporádica, das suas redes de sociabilidades. Em estreita articulação com isso, a troca e oferta de presentes surgem normalmente associadas a situações, acontecimentos e momentos tidos como agradáveis, felizes e gratificantes que merecem ser assinalados ou comemorados.

Matizes Relacionais e seus Reflexos nos Presentes Oferecidos

As práticas de consumo olhadas em termos da sua utilização ao serviço da construção de sociabilidades surpreendem pela intrincada mistura de sentimentalismo e pragmatismo. Sentimentos como o amor, o carinho, a gratidão surgem expressos por intermédio de bens materiais e tal possibilidade exige a concretização de múltiplos actos práticos suportados por doses efectivas de trabalho concreto e imaginação. O objecto constituído como presente a oferecer tem subjacente à sua aquisição um trabalho de consumo (Miller, 1987) que, levando em linha de conta o futuro destinatário e o próprio dador bem como a relação que os une a ambos, concretiza a sua apropriação e correlativa transmutação de objecto anónimo no presente de uma pessoa específica. Tal processo tem subjacente a observância de um extenso leque de tarefas que se estendem pelo conceber o que seja um presente adequado à situação e sujeito em questão, cruzar informações diversas que constantemente devem ser actualizadas sobre os gostos, desejos e necessidades dos presenteados, percorrer espaços comerciais e lojas específicas, ponderar em termos definitivos a selecção a efectuar, assegurar a adequação do respectivo embrulho e fazê-lo chegar atempadamente ao destinatário. Todas estas ponderações levam a cabo um efectivo trabalho de apropriação que não só transforma objectos anónimos produzidos em massa em bens singulares como, através da sua individualização em função do respectivo destinatário, os capacita como meios de manutenção e reforço das relações sociais e sentimentais dos sujeitos envolvidos. A cansaça, os esforços não regateados, o trabalho efectivo são, então, componentes flagrantes e incontornáveis das actividades de consumo orientadas para os outros e do princípio geral identificado de individualização de cada presente. Perante o grau de dificuldade que parece estar subjacente à obtenção de bens de consumo para oferecer na forma de presentes, quase poderíamos duvidar de que o contexto de fundo é o da “sociedade de consumo” e correspondente abundância de bens.

Importa fazer compreender que a tarefa de compreensão e sistematização das propriedades significativas dos presentes beneficiou da consideração do seu ciclo anual em todas as famílias e em relação a cada um dos seus membros, prestando atenção à lista de presenteados bem assim como aos presentes efectivamente dados e recebidos. De uma forma destacada, os presentes de Natal facilitaram o acesso a material etnográfico relevante. Dado o seu característico circuito alargado de troca de presentes em que, ao mesmo tempo, se presenteiam múltiplas pessoas e se é por elas presenteado, o ritual de Natal torna mais fácil perceber as direcções e os sentidos das trocas efectuadas e a diversidade de modos pelos quais os presentes são tornados meios de manutenção e reforço das relações sociais e sentimentais dos informantes.

Um qualquer indivíduo a presentear não existe para o dador como ser isolado, mas, antes, como um dos elementos componentes das suas redes relacionais, nas quais todos os seus contactos sociais e privados aparecem dispostos ao longo de uma hierarquia de importância afectiva, cujos patamares fazem sentido, sobretudo, quando pensados comparativamente entre si. É consoante a posição relativa que cada destinatário ocupa nessa hierarquia de afectos que é definido o género de presente julgado adequado e também os esforços tidos como justificados para a sua obtenção. Ou seja, os esforços disponibilizados na obtenção dos presentes variam em função das relações afectivas e sociais estabelecidas pelo dador com cada um dos destinatários particulares dos seus presentes.. Tais esforços incluem o zelo, a energia e o tempo dispendidos na procura e selecção dos presentes, mas também o respectivo empenho monetário. No seu conjunto, os esforços concretizados para cada presente reflectem o empenhamento diferenciado que cada relacionamento exige para se manter ou renovar. Um nível elevado de esforços indica geralmente que as pessoas destinatárias de tais presentes são tidas como merecedoras de especial atenção afectiva, amorosa ou social. É neste sentido que as relações existentes entre as pessoas são, de facto, mediadas pelos objectos comprados e oferecidos. Os presentes e todo o trabalho a que a sua obtenção obriga objectificam os sentimentos que ligam as pessoas implicadas em cada relação concreta. Na medida em que bens materiais e sentimentos surgem como intercomunicáveis, uns como expressão dos outros, é que é legítimo afirmar que as relações são actualizadas pelos presentes trocados.

Na impossibilidade de explicitar aqui, com o desejável pormenor, todos os trabalhos de individualização de presentes pelos quais as mercadorias disponibilizadas no mercado são transformadas em objectos singulares capazes de ligar dador e destinatário, centro a atenção apenas sobre o mecanismo da sua diferenciação em termos financeiros em função dos correspondentes matizes relacionais simbolizados. Os presentes natalícios apresentam-se como uma boa ocasião para, através deles, se perceber as relações existentes entre a hierarquia de importância dos presenteados e o escalonamento financeiro das respectivas prendas, sendo que o padrão identificado tem a sua aplicabilidade validada em todas as redes de sociabilidade consideradas, ainda que a sua compreensão analítica tenha sido facilitada pela distribuição diferenciada de presentes na família, entre os três círculos concêntricos de parentes.

O valor financeiro total dispendido é dependente de vários factores entre os quais devem necessariamente ser atendidos a situação socio-económica geral e específica da família e o número de pessoas contempladas.⁷ Mas para lá de toda a variabilidade, verificou-se a existência de um princípio de aplicação universal: os membros da família distribuídos pelos três círculos concêntricos de parentes recebem presentes cujo valor financeiro aumenta da periferia para o centro. Para lá de todas as variações, em todos os agregados considerados, o dispêndio financeiro por pessoa presenteada é sempre decrescente desde os elementos da família nuclear aos parentes mais afastados. Explicitando mais ou menos abertamente o escalonamento financeiro estabelecido, as pessoas são sempre guiadas por valores limites de despesa na aquisição das suas prendas. Tal escalonamento não só existe como, de forma consciente, vai sendo actualizado e ajustado às relações familiares e sociais dos sujeitos. Entretanto, constata-se a constância dos parentes mais afastados – bem assim como, dos amigos menos queridos – serem contemplados com presentes de menor valor financeiro e do valor limite estabelecido para essas categorias de pessoas ser religiosamente cumprido. Por contraste extremo, os membros da família elementar recebem sempre presentes de maior valor financeiro e, na maioria dos casos, não só o seu valor limite não é rigorosamente definido como o que foi estabelecido tende sistematicamente a ser ultrapassado.

Perante a preponderância absoluta destas tendências é de todo legítimo reconhecer e fazer notar o papel dos presentes como veículos de afectos capazes de expressar sentimentos privados. Repetindo as ligações detectadas por Caplow (1982 e 1984) e Cheal (1987), também entre os informantes a maioria dos presentes de Natal – e não só – circula no interior das redes familiares, com destaque para o círculo da família imediata; e também entre eles é constatável a tendência da troca desigual, em quantidade e valor, entre pais e filhos cujas preocupações menos pronunciadas com a reciprocidade são relacionáveis com a proximidade afectiva existente entre eles. Uma tal utilização do sistema familiar de troca de presentes constitui uma demonstração clara do desempenho destes como meios de expressão de amor e carinho. Mas para além disso, os padrões identificados tornam igualmente saliente que a troca de presentes – entre familiares, mas também entre amigos – é um meio de estruturação da intimidade das pessoas envolvidas, sendo possível referenciar uma estrita correspondência entre o escalonamento de valores monetários dispendidos nos presentes oferecidos e a respectiva hierarquia de afectos. Ou seja, mesmo sem interrogar os objectos em si, é constatável que tais objectos materiais são postos ao serviço da expressão de afectos e sentimentos pelo recurso ao seu valor diferenciado de custo no mercado. O mais elevado apreço sentido por uma pessoa encontra correspondência bastante directa no preço mais elevado do presente escolhido para ela. Neste sentido, é

⁷ No universo de pesquisa puderam ser encontradas famílias cujos presenteados não atingiam a dezena até outras cujos contemplados ultrapassavam as 80 pessoas, assim como casos de despesa em presentes natalícios, desde os 80 aos 2700 euros; tudo isto entrecruzado com rendimentos pessoais e familiares quer similares quer díspares.

legítimo afirmar não apenas que a compra e troca de presentes servem a manifestação de afectos, mas também que o ordenamento desses afectos surge reproduzido pelo valor nominal diferenciado dos presentes comprados.

Em termos analíticos é fundamental que se reconheça esta possibilidade do próprio valor relativo dos bens de consumo no mercado poder servir o seu processo de apropriação e, por seu intermédio, se expressarem não só afectos mas também gradações nesses afectos. Os objectos oferecidos tornam-se objectificações de fluxos de sociabilidade e sentimentos, também deste modo. Compreender isto, permite deixar de identificar o desejo de ser presenteado e/ou a ambição de receber “bons presentes” como comportamentos “interesseiros”, impróprios do espírito de gratuidade reinante entre familiares e amigos. Muito pelo contrário, receber (e dar) é um meio de confirmação de que se faz parte de uma rede relacional; e receber presentes melhores – seja qual for o sentido, inclusive em termos monetários – pode contribuir significativamente para a certeza de se ser amado.

A ligação bastante linear estabelecida pelos informantes entre a hierarquia de importância dos seus presenteados e o escalonamento monetário das respectivas prendas, faz-se sentir também na perseguição de uma estrita equivalência financeira a propósito de pessoas diferentes mas entendidas como situadas no mesmo patamar de afecto ou carinho. A regra é bastante clara: se o dispêndio financeiro é justificadamente variável segundo a profundidade das relações existentes, relações equivalentes em termos afectivos exigem absoluta equivalência financeira. As pessoas empenham-se nesse esforço tanto quanto na tradução das mudanças relacionais ocorridas em correspondentes mudanças nos presentes que as simbolizam.

Como nota final desejo deixar reiterada a imagem da circulação de presentes como veículo de sociabilidades. Os presentes trocados pelas pessoas e o subjacente trabalho de apropriação realizado é algo intrinsecamente implicado na consolidação das redes relacionais das famílias e dos indivíduos, algo inequivocamente apropriado e incorporado pelo idioma das sociabilidades. Enquanto tal, o processo multifacetado das práticas de consumo para os outros ganhará em termos da sua compreensão ampliada se equacionado como sucedâneo próximo de outros actos de cuidar.

Bibliografia Referida:

- Allan, G. (1996). *Kinship and Friendship in Modern Britain*. Oxford: Oxford University Press.
- Almeida, J. F., Costa, A. F., & Machado, F. L. (1990). Estudantes e amigos: trajetórias e redes de sociabilidade. *Análise Social*, nº 105-106: 193-221.
- Caplow, T. (1982). Christmas Gifts and Kin Networks. *American Sociological Review*, vol. 47: 383-392.
- (1984). Rule Enforcement Without Visible Means: Christmas Gift Giving in Middletown. *American Journal of Sociology*, 89/6: 1306-1323.
- Cheal, D. (1987). “Showing them you love them”: Gift Giving and the Dialectic of Intimacy. *Sociological Review*, 35: 150-169.
- Duarte, A. (no prelo). *A Antropologia e o Estudo do Consumo: Revisão Crítica das suas Relações e Possibilidades*. Etnográfica.
- Godbout, J. T. & Caillé, A. (1992). *L'Esprit du Don*. Paris: Éditions La Découverte.
- Guerreiro, M. das D. (1996). *Famílias na Actividade Empresarial : PME Em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Miller, D. (1987). *Material Culture and Mass Consumption*. Oxford: Basil Blackwell.
- Nunes de Almeida, A. (1993). *A Fábrica e a Família – Famílias Operárias no Barreiro*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.
- Pahl, R. (1995). *After Success. Fin de Siècle Anxiety and Identity*. Cambridge: Polity Press.
- Sahlins, M. (1972). *Stone Age Economics*. London: Tavistock.
- Wall, K. (1994). *La Fabrication de la Vie Familiale*. Genebre: Université de Benêve.

Celulares e computadores “pessoais”: um estudo sobre usos coletivos de objetos tecnológicos nas camadas populares

Carla Barros
Escola Superior de Propaganda e Marketing
barros.carla@uol.com.br

Resumo: O estudo tem como objetivo investigar os usos de aparelhos celulares e computadores em um grupo pertencente às camadas populares da cidade do Rio de Janeiro. Através de uma abordagem antropológica e de uma metodologia do tipo etnográfica, procura-se a especificidade cultural das apropriações de objetos materiais tecnológicos em espaços públicos e privados. O foco do artigo recai sobre os usos de celulares e computadores e suas articulações com questões como sociabilidade, apropriações coletivas, inserção social e ciclo de vida dos objetos. A relativização do modo de consumo “individual” dos bens se faz necessária para a compreensão dos significados da materialidade e da constituição da subjetividade no contexto cultural analisado. Tanto no caso de computadores como de celulares, foi possível observar usos como navegações coletivas no primeiro caso e circulação de aparelhos usados no segundo, apropriações que reforçam os vínculos sociais com os pares, sejam eles familiares ou amigos. O computador no espaço doméstico aparece ocupando lugares

intermediários, ora de passagem, ora nas fronteiras entre os espaços, sugerindo uma equivalência na apropriação do objeto por todos os membros da família. Seu uso na casa também costuma ser compartilhado com amigos, de modo semelhante ao que se verifica nas lan houses, espaços muito frequentados e onipresentes em comunidades populares da cidade.

1. Introdução

O objetivo do presente artigo é investigar os usos de aparelhos celulares e computadores em um grupo pertencente às camadas populares da cidade do Rio de Janeiro. Através de uma abordagem antropológica e de uma metodologia do tipo etnográfica, procura-se a especificidade cultural das apropriações de objetos materiais tecnológicos em espaços públicos e privados. O foco do artigo recai sobre os usos de celulares e computadores e suas articulações com questões como sociabilidade, apropriações coletivas, inserção social e ciclo de vida dos objetos.

Pouco tem se estudado, até o presente momento, sobre os modos pelos quais grupos pertencentes às camadas populares se inserem e criam significados no domínio das novas tecnologias. Mesmo que não tenham computadores em seus lares, por exemplo, podem interagir intensamente com esse meio em diversos espaços cotidianos, como é o caso das lan houses.

O estudo tem como orientação principal a abordagem antropológica do consumo. Desde autores seminais como Marcel Mauss (1974) e Thorstein Veblen (1965), passando por Mary Douglas (1979), Marshall Sahlins (1979), Colin Campbell (1987) e Daniel Miller (1987, 2004), para citar apenas alguns dos mais importantes estudiosos, o campo da Antropologia do Consumo vem se constituindo a partir da crítica às análises economicistas, utilitaristas e reducionistas desse fenômeno. A preocupação nessa arena de debates sempre foi a de mostrar o consumo como um fato social total, um código, um índice simbólico e um grande sistema classificatório, ao mesmo tempo em que se procurava relativizar a idéia de universalidade do “homem econômico” e da própria noção de indivíduo, através da realização de diversos estudos etnográficos.

2. Metodologia

O método escolhido no presente estudo foi o de “inspiração etnográfica” ou quasi-etnografia (Elliott e Jankel-Elliott, 2003), onde busca-se o entendimento da lógica de escolha e os significados atribuídos ao consumo da tecnologia computador, dentro de contextos determinados e a partir dos próprios atores. O grande interesse despertado pela etnografia no campo de pesquisas do consumidor tem levado a uma série de adaptações que procuram reduzir o tempo de permanência em campo, enquanto se mantém os princípios do método, como a observação direta dos fenômenos sociais em contexto e a procura do “ponto de vista nativo” (Geertz, 1978), através da observação participante e da realização de entrevistas em profundidade.

A “observação participante” colocada em prática no trabalho de campo antropológico (Malinowski, 1978; White, 2005) pressupõe: observar e participar intensamente do cotidiano do grupo estudado, estando presente em todos os eventos possíveis, dos mais “comuns” e banais até os mais excepcionais e “ritualizados”. Através deste trabalho de longa convivência e observação, o antropólogo poderá obter acesso aos códigos, símbolos e linguagens culturais que dão sentido à vida social do grupo pesquisado. Ao lado da observação do modo de vida do grupo pesquisado, o trabalho se completa com a realização de entrevistas individuais em profundidade. A permanência em campo por tempo prolongado se associa ao trabalho com múltipla fonte de dados, o que enriquece a análise, ao permitir que a realidade social seja percebida em seus vários contextos.

Na pesquisa de “inspiração etnográfica”, o pesquisador não chega a fazer uma imersão total junto ao grupo estudado, vivendo na comunidade e participando intensamente do seu dia-a-dia por um tempo prolongado, como na etnografia tradicional. De modo alternativo, procura-se criar uma agenda de pesquisa que contemple um período longo de campo em que sejam realizadas visitas periódicas que mantenham o contato entre pesquisador-pesquisado de modo a permitir com o tempo a construção de uma relação que envolva confiança e ética, como no modelo tradicional.

A pesquisa em campo ainda está em andamento e foi iniciada no segundo semestre do ano de 2007, sendo desenvolvida na comunidade de Vila Canoas, com cerca de 4.000 moradores, localizada no bairro de São Conrado, na cidade do Rio de Janeiro. As visitas ao local têm sido semanais, com alternância de dias e finais de semana. A pesquisa abrangente procurou um entendimento sobre as apropriações da tecnologia computador em espaços públicos e domésticos da comunidade. Em relação aos primeiros, foi feito um mapeamento dos acessos pagos e gratuitos à tecnologia computador, o que inclui iniciativas do poder público, de ONGs e lan houses.

Os dados coletados na pesquisa feita nas lans são, primordialmente, resultado de observação participante e de conversas informais: a pesquisadora se conectava à Internet enquanto observava o que acontecia no espaço. Além disso, foram feitas entrevistas individuais com os atendentes e tiradas fotos dos usuários. Já nas casas dos informantes foram feitas entrevistas individuais em profundidade, enquanto que os dados relativos a celulares são fruto de observação, conversas informais e entrevista individual.

3. Apropriações da Tecnologia Computador nas Lans Populares

3.1. O fenômeno das lan houses populares

As lan houses se tornaram o local mais utilizado para o acesso à internet no país, segundo relatório divulgado em 2008 pelo CGI (Comitê Gestor da Internet no Brasil), a partir de dados coletados em 2007 (Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil). O uso de centros públicos de acesso pago saltou de 30% em 2006 para 49% em 2007, passando à frente do domiciliar, que se manteve estável em 40%. Esses centros são o principal local de uso da internet para as classes C, D e E. A pesquisa mostrou ainda que o acesso à rede em centros públicos gratuitos, como telecentros, ainda é modesto, tendo passado de 3% para 6%, de 2006 para 2007. Assim, os dados revelam que a inclusão digital da população de menor renda tem sido feita, em grande parte, pelas lan houses. São espaços que cobram entre R\$ 1 e R\$ 2 por hora de uso, e que têm atraído para si muito mais pessoas que o poder público com seus programas de telecentros e acesso gratuito.

Fazendo um mapeamento dos espaços que oferecem acesso público e privado à Internet na comunidade de Vila Canoas, temos: como espaços públicos pagos, duas lan houses; como espaços públicos gratuitos, a iniciativa da ong Para ti, que mantém dois locais de acesso, que são a própria escola Para ti e a Biblioteca. Para promover acesso de banda larga à Internet em casa, existem dois negócios prósperos que atendem, cada um, a cerca de oitenta famílias. O mais antigo deles funciona há seis anos em uma loja na comunidade, cobrando R\$ 80,00 a instalação e R\$ 30,00 pela manutenção do serviço; o outro, funcionando há cinco anos, é administrado na própria casa do responsável.

Em Vila Canoas, o cenário encontrado parece repetir o que ocorre em diversos bairros populares. As duas lan houses estão sempre com muito movimento, sendo comum filas de espera nos finais de semana. Os telecentros comunitários – que podem ser financiados e mantidos pelo Estado, pela iniciativa privada e/ou por ongs – representados na comunidade pelas iniciativas da ong Para ti em parceria com o CDI, e a Biblioteca, têm um movimento bem menos frenético que o das lan houses.

Na comunidade estudada as lan houses disponibilizam em média 10 computadores e encontram-se abertas todos os dias da semana, funcionando via de regra das 9hs às 23hs e com horários estendidos nos finais de semana; cobram R\$ 1,50 e R\$ 2,00 por hora de uso. Algumas fazem o chamado “viradão” (ou “corujão”) de sábado, que é o uso entre 0:00 e 7:00 pelo preço de R\$ 10,00. O espaço das lan houses também é oferecido para festas de aniversário de meninos, que podem levar seus convidados para compartilhar algumas horas jogando em rede, ao custo de R\$ 10,00 por pessoa. Os maiores fluxos são à noite e nos finais de semana. Nesse último caso, são comuns as filas de espera, que chegam a ser de dez pessoas por computador. Durante a semana, de dia, o público mais habitual é o de jovens estudantes, especialmente à tarde após a escola; à noite e nos finais de semana existe uma maior diversificação, com a frequência de pessoas de idades mais variadas. Muitos dos meninos entram sozinhos, mas logo encontram sua “turma” na lan; quanto às meninas, é bastante comum que já cheguem em grupo.

As navegações mais habituais nesses espaços acontecem nos sites de relacionamento, com destaque absoluto para o Orkut e o MSN (para ambos os gêneros), e no universo dos games (especialmente para o gênero masculino). São comuns cartazes nas paredes das lan houses, demonstrando a enorme popularidade do primeiro site, como: “Fazemos seu Orkut” ou “Tiramos fotos para o Orkut”. Também é habitual o acesso para fins profissionais, especialmente para a procura de emprego. Em alguns casos, o usuário conta com a ajuda do atendente da lan house para a elaboração ou envio do currículo. Algumas lans anunciam ainda “pesquisa” e impressão de trabalhos escolares.

Nos locais estudados, o público mais característico das lans é o jovem, entre oito e vinte anos. Os meninos costumam a ficar pelo menos uma hora conectados, se ocupando na maior parte com os games e dedicando um tempo menor para a navegação no Orkut e MSN. As meninas ficam, em média, menos tempo online; muitas vezes, em menos de meia hora conseguem navegar pelos sites de relacionamento – como dito, o Orkut é o que reina absoluto na preferência local, chamando a atenção seu enorme grau de difusão e prestígio jentre os informantes - para ver e “postar” as novidades e alimentar seus rede de relacionamentos. O “clima” entre os adolescentes da navegação nos sites do Orkut e nas mensagens instantâneas (ou bate-papo instantâneo) do MSN é em boa parte de manutenção dos laços de sociabilidade já existentes e de procura de namoros virtuais. Os pretendentes ou namorados/namoradas podem ter sido conhecidos on line, ou na vida “real”. Os jovens são intensamente movidos pela possibilidade de manter o contato pelas redes, ler e mandar recados nos orkuts, blogs e fotologs, marcar encontros, trocar registros, compartilhar impressões com os amigos novos e antigos da comunidade, construindo uma memória sentimental coletiva que cobre potencialmente todos os momentos da vida cotidiana.

3.2. A lan como espaço de encontro: a sociabilidade do “clube local”

As duas lans houses de Vila Canoas, abertas há mais de um ano, têm atrativos diferentes para seus públicos. A Planeta Naboo fica no lado externo da comunidade, na rua principal, e é um ambiente claro, por não ter portas. O nome veio da admiração de um dos donos pela saga Guerra nas Estrelas – trata-se do nome de um dos planetas do filme. A lan disponibiliza oito computadores para seus usuários e cobra R\$ 2,00 a hora, com a promoção de uma hora grátis após três horas de uso. A casa oferece também o “corujão”, de 0:00 às 9:00, com um preço fixo de R\$ 12,00 e “café da manhã incluído”. O “corujão”, um evento especial da lan, costuma a receber pessoas de fora, principalmente das favelas da Rocinha e de Rio das Pedras. A lan é especializada em games relacionados ao universo RPG online. A “febre” – expressão usada por alguns atendentes das lans - do momento é o jogo World of Warcraft (WoW), um dos maiores sucessos do mercado mundial de games. Nas paredes da lan, encontram-se pôsteres de personagens do WoW, além de outros dos universos da saga Guerra nas Estrelas e de histórias em quadrinhos.

Na lan que se situa no meio das ruelas da comunidade, a Intergames, os preços são menores do que na Planeta Naboo – R\$ 1,50 a hora – e o horário vai de 9:00 às 0:00, sendo que às quintas, sextas e sábados se estende até as três horas

da manhã. A entrada da lan é feita por uma porta escura e o ambiente interno tem pouca iluminação, como é típico em outros espaços. Aqui as atrações principais são os jogos considerados mais “violentos”, como o Counter-Strike, ao lado do jogo de corrida de “carros supersônicos” Need for Speed. O popular Counter-Strike (CS) é um jogo de “tiro em primeira pessoa”, de equipes, que exige uma intensa comunicação entre os participantes, onde terroristas enfrentam contra-terroristas.

Nos deteremos um pouco mais nas formas de sociabilidade encontradas nas lans. Simmel (1983), em seu trabalho clássico, apresenta uma abordagem formalista da sociabilidade – um dos modos de “sociação” - onde as partes estabeleceriam relações tecidas pela cordialidade e amabilidade. Sua peculiaridade seria o fato de apresentar-se livre de conteúdos, autônoma, como uma forma de convivência com o outro e para o outro. Aqui o importante é estabelecer laços, já que o fim é a própria relação. Sem interesses práticos, a sociabilidade teria como marca a interação lúdica, onde o prazer de um depende do outro. A noção de sociabilidade para Simmel prevê uma relação entre iguais, onde a simetria prevalece, mesmo que possa haver diferenciações entre os sujeitos em outros contextos.

No contexto da pesquisa, as lans se configuram como um espaço de encontro, especialmente entre a juventude local. Os pais, em geral, gostam de ver os filhos nas lans, por ficarem protegidos dos “perigos” da rua. Nos fins de semana, a área que inclui a lan Planeta Naboo e o bar ao lado, torna-se um espaço de lazer familiar, como uma espécie de clube local aberto:

Nos fins de semana, os pais vem pro bar aqui do lado, enquanto os filhos ficam aqui dentro. Aí eu fico de baby sitter, né? De vez em quando eles vem e perguntam: ‘como é que tá aí?’ Eles empurra a criança pr’ aqui, né? É positivo pra eles. (atendente da lan Planeta Naboo)

Na lan Intergames, um recado na parede mostra como o espaço também é usado para divulgar eventos de lazer da comunidade: “Grande excursão pro Sítio do Tucano. R\$ 35,00, falar com a Debora. Direito a almoço e churrasco”.

A circulação de pessoas nas lans é grande durante todo o dia – uns passam apenas para ver o que há, quem está jogando, conversar um pouco e, se der, voltar mais tarde. Não necessariamente entra-se na lan para acessar a Internet. Muitos vão apenas para encontrar os outros, em um repetido ritual de sociabilidade – entre os jovens, é “de lei” dar uma passada na lan. Eventualmente, aniversários - de meninos, no caso - são comemorados na lan, sem que se feche a casa para o evento, o que é possível, mas não habitual. O aniversariante, na Planeta Naboo, ganha duas horas de navegação grátis.

Vários frequentadores têm computador em casa, mas preferem ir regularmente às lans. Por um lado, justificam pelo lado “técnico” – o jogo fica muito “pesado” para um computador caseiro, de configuração mais limitada. Além disso, na lan é “mais animado”, com muitos jogando e interagindo não só online, mas também ao vivo. Existem alguns heavy users nas lans, que vão diariamente e ficam horas a fio jogando, especialmente na Planeta Naboo – são os “viciados” no WoW. Segundo o dono, esses têm “tempo aberto”, ou seja, não é dado um tempo de uso determinado a priori. O tempo “vai correndo” direto, e no final do mês é feito um acordo de pagamento, onde o cliente ganha bônus em forma de horas para jogar no futuro, como em um programa de fidelização.

O ambiente das lans é de muita conversa e brincadeiras, devido à importância das atividades lúdicas nesses espaços, como jogos e músicas. Muitas frases são repetidas ao longo do dia, como “tem tempo (no computador)?” ou “quanto você tem de life (vida do personagem)? Jogadores dão dicas, ajudam-se mutuamente, mas também fazem muitas provocações, como, por exemplo, quando alguém demora para “evoluir” - avançar de nível no jogo – ou tem um desempenho fraco na disputa. Nesse último caso, um menino de 8 anos jogando Counter-Strike na lan Intergames ironizava o amigo: “Aí, Tiago, teu time é muito fraco. Eu tô de bandido e ainda tô te ganhando”. Em um momento posterior, Tiago contra-atacou: “Sou o primeiro”, ao que Bruno, o amigo provocador, deu o revide: “Você é o primeiro (em tom de deboche)? Só se for o primeiro do teu time, o batalhão dos fracos”. As provocações podem ser simplesmente para incitar a competitividade com o outro durante o jogo, como observado na corrida de carros Need for Speed, em que um dos três jogadores anunciava para um dos amigos: “Eu sou teu pesadelo!”. Nesses momentos de brincadeiras e provocações, a lan se configura como um ambiente mais tipicamente masculino, em que a interação entre os jovens lembra o que Radcliffe-Brown (1959) chamou de “relações jocosas”, onde se verifica uma combinação de amizade e antagonismo. Trata-se de um modo de “desrespeito consentido”, que pode chegar a níveis significativos de agressividade – o que em outro contexto social poderia gerar hostilidade e conflito aberto – mas, ali, nada deve ser “levado a sério”, porque “faz parte” do jogo.

Procurando compreender o tipo de sociabilidade que se apresenta nas lans, vemos que elas se revelam, ao mesmo tempo, como espaços de individualização (jovens encontram-se fora do espaço doméstico e dos “olhares” paternos e maternos; casais, em separado, frequentam o espaço no Orkut, conhecendo novas pessoas) e de criação de comunidades - pode ser observado um reforço de laços com os pares que já fazem parte da rede de sociabilidade dos usuários, bem como um espaço para novos relacionamentos.

Ressaltando esse último ponto, é importante perceber que enquanto o espaço da Internet proporciona, por um lado, o disfarce, a criação de outras vidas e o estabelecimento de novos relacionamentos, como acontece nos populares chats e no caso do Second Life, por outro, evidencia-se a importância de sites como o Orkut, onde o que vale primordialmente é o reforço de laços com os pares. As “postagens” no Orkut, blogs (diário virtual) e fotologs (espécie de diário virtual em que as fotos predominam) referem-se em boa parte a comentários e fotos sobre eventos ocorridos com amigos de escola ou da vizinhança, com pessoas com as quais acabou de se ver ou falar de outro modo, reforçando os vínculos já existentes. Potencialmente, os meios digitais servem de memória escrita e visual de tudo que acontece no cotidiano dos jovens pesquisados. A convivência nos games também alimenta a sociabilidade em outros espaços, como fica claro no caso de

Paulo, que gosta muito de jogar o Dota - uma variação do jogo Warcraft original – tendo criado uma página no Orkut para aficionados como ele. Não gosta da idéia de um ambiente “sem controle”, onde poderia entrar gente que ele conhece apenas superficialmente: “Fiz pra fechar, para reunir os amigos, tem que ter gente que eu tenha visto pelo menos uma vez”. Esse caso exemplar mostra a primazia da sociabilidade que junta familiaridade e interesses afins – como no Orkut dos “realmente” amigos, cujos limites são controlados, para não se descaracterizar com pessoas não conhecidas, apresentadas por terceiros.

Esse cenário de sociabilidade leva a uma perspectiva que vai de encontro às formulações de Miller e Slater (2004) sobre a inadequação de se fazer uma distinção a priori entre vida on-line e off-line, comum na pesquisa sobre Internet. Os autores, que estudaram as relações vividas em cibercafés de Trinidad, acreditam que essa distinção não deveria ser estabelecida como um ponto de partida metodológico e analítico de pesquisa; ao contrário, a referida distinção é bastante contingencial, já que em alguns contextos as pessoas estabelecem em suas vidas contornos nítidos para cada uma dessas esferas, enquanto que para outras, a distinção não é relevante ou nem chega sequer a ser estabelecida.

O material etnográfico levantado em campo pela atual pesquisa mostra essa gama de possibilidades, em que se configuram diversos modos de viver as relações on-line e off-line, não fazendo sentido se supor que seja significativo para todos os atores sociais uma clara distinção entre os dois mundos, em termos das relações possíveis de serem criadas e sustentadas. Para alguns, as relações on-line seriam fundamentalmente uma extensão da vida off-line, como uma possibilidade de aprofundar os vínculos já existentes com os pares. Nesse modo, a Internet aparece como um modo de adicionar (Almeida e Eugênio, 2006), de repetir e reforçar o que já foi dito por outros meios - que incluem o contato face a face – junto ao grupo de amigos que constituem a rede de convivência mais familiar e cotidiana da pessoa. Nas palavras de um freqüentador da lan Intergames: “Vim ver meu Orkut. Gosto de mandar uns recados pra família, é bom”. Isso não expressa necessariamente uma aversão a novos contatos, mas sim uma clara ênfase na alimentação e reforço da rede de sociabilidade já constituída. Essa intensa sociabilidade também é alimentada com torpedos - as mensagens via celular - muito populares também.

Outros atores já demonstram uma maior abertura para novos conhecimentos no mundo virtual, acreditando que “verdadeiras” relações possam surgir dessa forma de contato. Para um terceiro grupo, existe uma clara distinção entre o conhecimento on-line e off-line; para esses, a descrença é grande quanto à possibilidade de que a virtualidade se constitua em um caminho legítimo de se construir relações duradouras, por supostas características dissimuladoras, que seriam constitutivas do meio em si.

Todas essas possibilidades convergem para um aspecto já levantado por Vianna (1997), onde o autor se coloca contra a idéia de que a utilização da Internet seria como um modo de compensação frente ao enorme enfraquecimento dos laços tradicionais de sociabilidade na era pós-moderna. Ao contrário dessa visão e partir de seus dados etnográficos, Vianna argumenta de que haja, na verdade, um “excesso de comunidade” – ou seja, os atores pertencem a inúmeros grupos heterogêneos, como é característico da experiência urbana, e utilizam a Internet como mais um meio para aplacar essa “fome” de relacionamentos, ampliando suas redes de convivência. Almeida e Eugênio (2006) também ressaltam que a sociabilidade juvenil na rede revela aspectos que podem ser compreendidos à luz da sociologia de Sérgio Buarque de Holanda (1995) e sua interpretação da cordialidade brasileira como a redução do indivíduo a um “viver nos outros”.

Como dito, vários freqüentadores têm computador em casa, mas preferem ir à lan house para fazer um programa em grupo, seja para jogar em rede ou mesmo acessar o Orkut ao mesmo tempo em que os amigos também navegam no site. Os grupos de jovens permanecem se comunicando entre si, seja quando estão no Orkut, conversando sobre as novidades encontradas e sobre o que estejam atualizando naquele momento, seja quando estão jogando em rede. Outros jovens ficam em volta, circulando pelo espaço e observando os amigos acessarem. Além das dicas, os comentários sobre o jogo podem ser de incentivo (“dá pra tu matar (o monstro), dá pra tu matar!”) e de reforço de pertencimento ao grupo WoW (“eu tenho essa capa aqui, ó”, diz um menino apontando para a tela). A importância da conversa, em todas as situações listadas, on line ou off line, é central. Como destacou Simmel (1983), no campo da sociabilidade, o ato de conversação seria o único caso em que o propósito reside nele mesmo, se constituindo no modo mais elevado de reciprocidade. O falar com o outro, nesse contexto, é um jogo que não está voltado para algum conteúdo, mas para, fundamentalmente, tecer relações. Trata-se do “falar por falar”, diferente do que ocorre na vida “real”, onde a interação é guiada pelos interesses de cada um e pela necessidade de se comunicar e buscar um entendimento sobre algo específico.

3.3. Navegação coletiva

Johnson (2005) já chamara atenção para a complexidade dos videogames; os jogos de estratégia online do tipo MMORPG, em especial, requerem um aprendizado que não se dá de uma só vez, como é o caso do xadrez, em que todas as regras são conhecidas de antemão. Nesse caso, aprende-se jogando e re-definindo estratégias a todo o momento.

No contexto do universo estudado, essa aprendizagem ganha um importante ingrediente de um forte compartilhamento coletivo. O uso dos computadores nas lans chama atenção em um aspecto específico – além dos usuários estarem conectados e interagirem com pessoas online, existe uma grande interação com as pessoas que estão na lan, de um modo muito bastante amplo. No espaço da lan house os jovens, estejam de frente ao computador ou não, se comunicam intensamente trocando “dicas” sobre as melhores estratégias e ações a serem tomadas no jogo, como nas palavras de um menino apontando para a tela e orientando um amigo: “Se precisar de money, usa isso aqui, mas não usa agora não”. O “ensinamento” é passado de alguém que tenha mais “expertise” no jogo que os outros, papel que é tomado alternadamente por múltiplos atores – os atendentes da lan e os jogadores mais experientes. Vale ressaltar que o jogador mais experiente

pode ser alguém mais novo que o iniciante, mesmo uma criança, o que cria a possibilidade dos mais jovens terem mais status e prestígio que os mais velhos no ambiente do jogo. O aprendizado gira em torno de dicas sobre a lógica geral do jogo, seu passo a passo, as melhores estratégias a serem adotadas, sobre o significado de palavras e expressões em inglês e ainda sobre a melhor forma de manusear o mouse e os teclados, a fim de se alcançar maior rapidez nas batalhas. De certo modo, existe aqui um contraponto com a idéia original de “computador pessoal” – nas lan houses vemos máquinas coletivas, funcionando em um mundo colaborativo.

Como já falado, existe uma grande troca com as pessoas que circulam pelo ambiente, que dão sugestões sobre como se proceder no jogo. Mas, mais do que isso, é comum que a navegação seja realmente compartilhada, quando alguém toma o mouse de quem está a frente do computador, e navega durante um certo tempo. Essa cena é habitual nos jogos de estratégia de RPG on line como o WoW, quando um jogador que tem algum expertise a mais ajuda o outro durante algum tempo, enquanto que esse permanece sentado em frente ao computador, para depois retomar o mouse, como em uma cena observada em que um menino pediu a ajuda de outro: “Kiko, vem aqui porque os poderes não estão aparecendo”. Kiko se aproxima, pega o mouse e resolve o problema, devolvendo depois o controle do jogo ao amigo. Esse tipo de compartilhamento do computador, que configura uma navegação coletiva, acontece habitualmente sem que o outro demande; basta que a pessoa que toma o mouse da outra tenha conhecimento de alguma artimanha do jogo para que sua intervenção seja justificada. Podem ser duas, três ou quatro pessoas ao redor de um mesmo computador, com uma “oficialmente” controlando o jogo, outra, de mais expertise, tomando o mouse em alguns momentos para jogar, e as outras falando sobre o jogo e dando dicas. Os que ficam ao redor do computador costumam a circular pela lan, acompanhando, fazendo comentários e/ou interferindo no jogo de outras pessoas. E outros momentos, será sua vez de estar na frente do computador, comandando o jogo. É o que podemos chamar de “computador pessoal compartilhado”.

Nesse ambiente de grande interação, chama atenção a presença nas lans de crianças ainda não alfabetizadas circulando, que começam a ter desde cedo uma grande familiarização com a ambiente digital, podendo fazer ali suas primeiras incursões. Nas palavras de um informantes sobre seu filho de 5 anos: “Ele não sabe ler, mas sabe entrar no Orkut. As meninas (amigas mais velhas) colocam as fotos pra ele”.

Muitas expressões em inglês são usadas nas conversas dentro da lan, como “quanto você tem de life?”. ou “estou com 471 de gold, dá pra comprar uma adaga boazona”, relacionadas ao jogo WoW. Esse jogo, por exemplo, além de ser complexo, tem suas instruções dadas em inglês. Os usuários das lans jogam com pessoas que falam inglês, mesmo sem entender parte do que é dito online” life?”v . Dois deles relataram que tem melhorado seu desempenho nas aulas de inglês na escola e que costumam perguntar à professora sobre o significado de algumas palavras e expressões relacionadas ao game. Algumas palavras surgidas nos games passam a incorporar o vocabulário corrente, como “nub” (“iniciante”) ou “quitar” (abandonar, desistir do jogo). Na Internet, os mais experientes fogem dos “nubies e dos “quitters” nas salas destinadas ao WoW; na palavra de um deles: “aqui só tem ‘pró’ (profissional), sem quiter nem nubie”.

Outra possibilidade de compartilhamento de um mesmo computador ocorre quando várias pessoas se sentam em torno de uma que toma a frente da navegação do Orkut. Nesse caso, as que observam dão opiniões sobre que páginas visitar, o que postar, o que deletar, etc. Em uma dessas cenas típicas observada, uma adolescente com uniforme de escola pública navegava ao lado de uma criança e uma mulher mais velha. Essa última fazia pedidos a toda hora – como “ih, tira ele daí, deleta, deleta...” (pedindo para tirar o recado postado por um rapaz). A criança em certo momento sentou no colo da estudante e colocou o fone no ouvido. Depois a mais velha tomou o fone para si e ficou cantando alto a música de um clipe do Youtube, outro site extremamente popular nas lans, enquanto a estudante permanecia à frente do computador, comandando a navegação compartilhada. Por fim, a estudante começa a ler alto uma carta-poema amorosa, postada por um rapaz, sendo a leitura feita conjuntamente, em voz alta, pela sua acompanhante mais velha. Em outro momento de observação, um grupo de meninas adolescentes entrava no Orkut, procurando atualizar suas páginas e ir na de amigas para ver as novidades. A interação é uma constante durante a navegação – ao mesmo tempo em que se está em frente ao computador, a atenção muda eventualmente de foco para o que as amigas estão fazendo. Nessa experiência coletiva, são sugeridos rumos para a navegação (“vamos entrar no Orkut da minha prima agora”) e ações para checar seus relacionamentos (“vou entrar no Orkut dele pra ver se ele tá namorando”). É comum que as meninas naveguem em média, um tempo menor que o dos meninos; muitas vezes, em menos de meia hora é possível dar uma passada no Orkut e no MSN, sempre demonstrando muito entusiasmo para ver as novidades relativas aos atuais ou aos desejados relacionamentos amorosos.

As pessoas que circulam pelos espaços das lans estão inseridas, como visto, em múltiplos ambientes de trocas de informações e aprendizagem, convivendo com pessoas diferenciadas. São os mais experientes (podendo ser mais velhos ou não) ensinando iniciantes, ou os atendentes das lans auxiliando na navegação do MSN, Orkut ou games.

3.3. O computador no espaço doméstico

O computador no espaço da casa aparece ocupando lugares intermediários, ora de passagem, ora nas fronteiras entre os espaços, sugerindo uma equivalência na apropriação do objeto por todos os membros da família e uma tensão entre o uso coletivo, a vigilância dos pais, por um lado, e o espaço autônomo dos filhos, por outro. Os pais dizem que entre as principais motivações na compra de computador está a de manter os filhos em casa:

Ele (filho quando tinha 18 anos) vivia na casa dos amigos, até de madrugada, ficava em lan house. Então a gente resolveu comprar pra ver se ele parava mais dentro de casa. A gente trouxe ele pra dentro, agora ele tá tempo todo em casa. (Mãe, 45 anos).

Seu uso na casa também costuma ser compartilhado com amigos, de modo semelhante ao que se verifica nas lan houses. Na chegada da pesquisadora para entrevista na casa de Manuela, sua amiga Aline via as novidades no Orkut da primeira. Aline não tem computador em casa, e usa habitualmente o de Manuela. Outro informante, Lucas (18 anos), relata que os amigos estão sempre em sua casa, ao redor do computador:

Meus amigos, mesmo quem têm computador, vem prá cá direto. Todo mundo vem pra cá, e diz 'Deixa eu ver meu Orkut aí'. O pessoal da escola também vem direto, não pra fazer trabalho, mas pra ficar à toa.

Tiago (17 anos), por sua vez, conta que o fluxo de pessoas querendo usar o computador era tão grande em sua casa que demandava certa organização de sua parte:

Amigos que não tem computador, eu chamo eles pra cá pra não ficar pagando lan house. Antigamente vinham mais, tinha hora marcada. Alguém falava: 'vou na tua casa tal hora', aí eu falava, 'tal hora tem nequinho lá, vai outra hora ou então aparece lá, de repente você consegue'... Como eu não fico o tempo todo, eles entravam quando queriam. Aí eu digo, o computador aqui em casa é abençoado, todo mundo que vem aqui acessar depois compra.

A navegação no ambiente doméstico toma, assim, as características de um ato de compartilhar o uso do computador com quem não possui o bem – além dos amigos poderem usar, existe a possibilidade da navegação compartilhada nos moldes vistos nas lans, quando um jovem entra no Orkut do amigo ou dele próprio, e começam a fazer atualizações em conjunto. Sarti (1996), entre outros, já havia ressaltado a importância das redes de solidariedade e reciprocidade entre os pobres urbanos. A família, nessa perspectiva, era constituída não só daqueles com os quais se tinha laços de sangue, estendendo-se também à vizinhança. Eram aqueles que retribuíaam ao que se dava, ou aqueles com quem se tinha obrigações; eram as redes de obrigações delimitavam os vínculos. No caso da pesquisa, o hábito de permitir ao outro o uso do computador doméstico revela uma faceta dessa rede de solidariedade que reforça os laços de reciprocidade comuns no universo estudado.

Quando se analisava o uso do Orkut e MSN nas lans na seção anterior, chamou-se atenção para a importância da alimentação, através desses meios, dos vínculos com os pares. Nas entrevistas feitas nos domicílios, esse ponto ficou ainda mais claro. No discurso dos informantes, apareceu a tendência a se privilegiar o contato com as pessoas já conhecidas, como nas palavras de Priscila (12 anos) - "Todas as pessoas que eu falo na Internet eu já conheço" - ou de Aline (19 anos):

Não, não gosto (de conhecer gente nova através da Internet). Não tem necessidade, a gente já conhece tanta gente, pra que que eu vou me dar ao trabalho de tentar conhecer? Porque realmente conhecer a gente não conhece. Você, assim, meio que acredita no que as pessoas estão dizendo, mas você não sabe a verdade como é. Então eu nem entro em sala de bate-papo, assim, eu não gosto muito... Eu fotografo em qualquer lugar, aqui em Canoas, quando eu saio... Não é pelos lugares, é pelas pessoas (mostrando algumas fotos que estão postadas no seu Orkut). MSN e Orkut também são legais pra falar com seus amigos que estão longe. Eu mesma tenho meus amigos que moram perto da casa do meu pai na Baixada, que tem um tempão que a gente não se vê.

No discurso da informante transparece uma desconfiança com a possibilidade de amizade "verdadeira" surgida a partir do contato na rede, que se evidencia também em outros casos, como o de Manuela (17 anos) que diz não ter conhecido ninguém através da Internet, só se comunicando virtualmente com quem "conhece pessoalmente" ou ainda, em outros depoimentos:

O amigo do dia a dia tá comigo, sabe o que eu faço, o que eu não faço, sabe o que eu gosto, sabe o que eu não gosto. Já amigo de Internet não faz nem idéia do que eu gosto do que eu não gosto. (Lucas, 18 anos)

Eu não acredito nesse negócio de fazer amigo pela Internet. Eu conheço uma garota que tava apaixonada por um moleque, sem nunca ter visto! (Fala em tom de surpresa). Eu falava, 'mentira, garota!'. Pô, uma pessoa que eu conheci na Internet, vai mudar minha vida toda?! Não tem como ser amigo de uma pessoa assim, entendeu? (Tiago, 17 anos)

É a idéia da Internet como lugar do disfarce, o que pode ser ameaçador para constituição de relações confiáveis, percepção essa que também surge nas palavras de Dândalo, da lan Planeta Naboo:

Eu não adiciono ninguém no MSN se eu não conhecer pessoalmente, eu não gosto. Primeiro que na Internet todo mundo é feliz, né? Então é muita hipocrisia. E minha mãe? Falou que era uma morena linda, não que ela seja feia, mas pela Internet... Tem que ver a foto que ela usa no Orkut, é de outra pessoa, nem sei quem é. Minha mãe já derrubou uns quatro aí, partiu uns 4 corações....

O que chama mais atenção nos relatos, no entanto, é o uso do Orkut e MSN para o fortalecimento das relações cotidianas, como mais um lugar que se soma ao contato face a face ou de recuperação de antigos contatos:

(Para que você usa o MSN?)

Pra marcar de sair, pra contar alguma coisa que aconteceu que você tem que contar o mais rápido possível. (Por que o mais rápido possível?) Tem que contar, tem que contar antes que alguém conte. E ninguém vê. É só você e a pessoa, você pode contar mais reservado. (Aline, 19 anos)

Eu pego foto da escola, fico lembrando, e fico procurando nas comunidades essas pessoas que eu já estudei junto pra ver se tão lá, se eu consigo achar. Consegui contato com a minha professora da primeira série, e ela fez Orkut por causa de mim. Entrei na comunidade da escola e deixei lá no tópico, pra ver se ela tinha Orkut. Aí uma outra professora viu, que tem contato com ela ainda e falou, 'tem um aluno te procurando', aí ela fez o Orkut e até colocou no 'quem sou eu': sou uma professora, fiz o Orkut só por causa de um aluno, o Tiago, que tá me procurando. Ela foi minha professora na primeira série, foi a melhor professora que eu já tive. (Tiago, 17 anos)

No discurso dos pais, por sua vez, também se verifica essa ênfase na localidade e familiaridade, como se evidencia no depoimento:

Eu gosto de Orkut, de MSN, de descobrir meus familiares distantes. Eu pesquisei, descobri, falo com alguns. Foi através de uma prima, eu comecei a perguntar.. Meus parentes são muito afastados, aí fomos descobrindo pelo Orkut, parentes que eu nunca tinha visto. A gente vai marcar de se encontrar. (Mãe, 50 anos)

O Orkut é apropriado em várias situações dentro de um sentido de compartilhar com o outro, seja, por exemplo, no caso do vídeo musical preferido de uma adolescente de 14 anos que está no Orkut da mãe, seja no caso da turma de futebol da Associação, cujo presidente, de 47 anos, declara: São os meninos que mexem no meu Orkut, que fazem tudo, avisam das partidas de futebol, tudo ;eu nem sei mexer.

4. Celular, localização e laços sociais

Os usos e as apropriações em relação à posse de aparelhos celulares é o segundo ponto a ser analisado no artigo. Do mesmo modo que na análise anterior relativa aos computadores, procura-se aqui compreender a relação entre os indivíduos e esses objetos a partir da inserção dos primeiros em um contexto social específico. O uso de celulares se inscreve em uma lógica cultural que deve ser identificada a fim de se compreender como se constituem as redes sociais existentes no universo dos informantes e como o uso do aparelho se relaciona com outras práticas sociais.

Em muitas das casas na comunidade estudada não existe telefone fixo, sendo os celulares o modo privilegiado de comunicação com o outro. Eventualmente, um celular pode ser compartilhado com outros membros da casa, o que leva a um primeiro e possível afastamento da idéia de "aparelho pessoal". O sistema majoritariamente adotado por segmentos populares é o chamado "pré-pago", que, como o nome indica, é pago antes da sua utilização através de um cartão, não havendo, portanto, uma conta mensal. A adesão maciça da população de baixa renda a esse modo mais econômico leva à associação imediata do uso do cartão com uma situação econômica menos privilegiada. Uma reveladora ironia em relação a esse tipo de consumo aparece com o surgimento de um dos mais populares ringtones disponíveis no mercado – o "tem um pobre ligando pra mim", cantado por uma voz feminina e suave – que é acionado quando a pessoa recebe uma ligação a cobrar. A grande utilização desse ringtone evidencia, de modo explícito e humorado, uma das maneiras pelas quais a sociedade relaciona sujeitos, localizações sociais e modos de uso de objetos e serviços.

É comum que uma pessoa com pouco crédito ligue para outra apenas para notificá-la que quer ser contactada e então aguardar pelo telefonema, já que mesmo sem crédito o celular com sistema pré-pago continua recebendo chamadas. Estratégias similares acontecem em outros contextos de baixa renda, como o estudado por Miller e Horst (2006) – na Jamaica, revelam os autores, a empresa que comercializa celulares percebeu esse tipo de comportamento e, aproveitando o modo de comunicação local, lançou o "call me", para que os usuários que não tinham mais crédito pudessem ligar para trinta pessoas pedindo que retornassem o contato. Parte dos jamaicanos vive em função do dinheiro que recebem de outras pessoas. A circulação de dinheiro é o resultado dos relacionamentos com outras pessoas, e o celular entra nesse contexto como sendo algo essencial, funciona em níveis diferentes, especialmente no familiar. As pessoas vêem o telefone como uma parte importante da rede, e precisam ter certeza que sua rede está funcionando com o máximo de pessoas possível, o que tornava as ligações muito rápidas.

Voltando ao contexto estudado, existe um intenso mercado paralelo de venda e troca de celulares, o que mostra um sistema de circulação e perpetuação do objeto dentro da mesma comunidade. Os aparelhos são freqüentemente doados, trocados e/ou vendidos a pessoas próximas, parentes ou vizinhos. Além desse circuito mais próximo, sabe-se que também existe em comunidades de baixa renda um mercado mais "anônimo" de vendas de celulares que inclui aparelhos roubados de proprietários das camadas médias e altas da população; no entanto, na comunidade estudada não foi observado esse tipo de transação.

Uma grande atenção é dirigida aos modelos de celulares pelo grupo pesquisado: eventualmente, um morador da comunidade adquire um modelo mais "moderno" - categoria nativa - se tornando alvo de muitos comentários; os celulares são tema de várias conversas, que revelam graus de satisfação e aspirações; costuma-se também observar com muito interesse os últimos lançamentos que circulam pela cidade, especialmente no Rio de Janeiro, que tem como característica uma grande proximidade entre grupos de condições sócio-econômicas bem distintas. A atração por celulares e sua importância nos processos de objetificação não são novidade, inclusive em outros contextos sociais de camadas médias e altas (Millwer, 1987; Miller e Horst, 2006; , Silva, 2007). O que chama atenção, no caso, é a apropriação do celular como indicativo de inclusão social, como possibilidade de "estar dentro" da sociedade de consumo, ou de possibilidade de sinalização do melhor que essa mesma sociedade pode oferecer.

Em outro trabalho da autora do presente artigo (Barros, 2007), sobre o consumo de empregadas domésticas, também em um contexto de camadas populares, já fora possível observar uma grande preocupação com modelos de celulares – o tema era comum nas conversas, quando apareciam comentários sobre determinadas pessoas e seus respectivos aparelhos. Algumas das histórias coletadas diziam respeito a adolescentes que ficavam envergonhadas quando tinham modelos antigos, baratos, pesados ou com design tido como ultrapassado – os chamados “tijolões”.

Assim, usar um celular, especialmente os modelos mais “modernos”, implica em uma lógica de pertencimento, de sair da invisibilidade social a que estariam relegados sendo unicamente “pobres”. “Ser consumidor” - e nesse contexto, ser consumidor de um determinado celular – significa superar a condição de “pobreza”. Outros estudiosos de camadas populares, como Duarte (1986), haviam identificado o trabalho como forte elemento de identidade social, oferecendo dignidade moral aos indivíduos, que se percebem como pobres e trabalhadores, o que os distinguiria não só dos que “pobres de verdade”, os que nada teriam - nem trabalho nem casa - mas também dos “ricos”. Além do trabalho, pode-se perceber que a dimensão do consumo surge nesse contexto como se tivesse a propriedade de proporcionar pertencimento e inclusão na sociedade de consumo abrangente, definindo os sujeitos como pobres e consumidores. Enquanto em outros grupos sociais de camadas médias e altas chama atenção o aspecto de construção de identidades e afetividades que reforcem a singularidade dos indivíduos (Silva, 2007), no contexto popular estudado é essa outra dimensão que se evidencia – a de estar habilitado a participar da sociedade de consumo, conhecendo suas regras e agindo como atores sociais que, através do ato de consumir, têm a potência de atenuar as diferenças sociais existentes no universo social brasileiro.

Nos deteremos agora sobre o caso de um informante em particular, “seu” Francisco, por ter contornos reveladores para o que se está discutindo nessa seção. “Seu” Francisco tem 51 anos e é porteiro de um prédio na Zona Sul da cidade, área que concentra os segmentos da população de maior poder aquisitivo. Leva sempre consigo dois celulares – um, que tem orgulho em mostrar, que chama de “poderoso” porque “tem muito recurso”, mas que não faz ligações no momento, por um problema com a operadora que ele pretende resolver em breve. Na tela principal desse aparelho está a foto de sua sobrinha – “ela foi criada por mim”, diz ele. A foto tem um efeito – “fui eu que coloquei” – que faz com que pequenos corações caiam sobre a foto, como uma chuva ininterrupta. Além disso, o celular armazena muitas fotos de familiares, do Rio e do Ceará, seu estado natal, além de vídeos de momentos de lazer. “Seu” Francisco se mostra entusiasmado com os muitos recursos do aparelho, as várias alternativas de ringtones, o despertador que usa eventualmente, a navegação na Internet. Sua admiração pelo modelo vem em parte pela tecnologia disponibilizada, vista como bem “moderna”: “Ele é igual a computador, na hora de iniciar, ele tem que reconhecer tudo, olha só”. Como um objeto que carrega parte da memória familiar, com fotos e vídeos de familiares e amigos, pode ser compartilhado como um instrumento pessoal e coletivo de evocação dos momentos vividos entre os pares, reforçando os vínculos afetivos: “Esse aqui não sai de mim; minha mulher também adora ele”.

Além desse aparelho, “Seu” Francisco tem sempre consigo um segundo celular, “simples”, que faz as chamadas telefônicas, e em relação ao qual ele demonstra pouco entusiasmo:

Eu queria comprar um melhor, mas não dá. Tenho que ficar com esse “perna curta”...

(“Perna curta?”)

É, “perna curta”, faz pouca coisa (tem poucos recursos).

“Seu” Francisco associa “modernidade” com design - os mais atuais tem tecnologia e também são “bonitos”, ficando distantes dos antigos “tijolões”. Perguntado sobre o que considera um celular “bonito”, responde que são os com flip ou os “que deslizam”. Os dois aparelhos de celular carregam juntos vários planos da vida de “seu” Francisco – suas memórias familiares, seus assuntos profissionais e seu senso de localização social frente a seus pares e à sociedade abrangente.

5. Conclusões

As práticas ligadas ao meio computador revelam diversos aspectos do universo social estudado, como a apropriação dos espaços das lan houses como um clube local, as práticas de navegação coletiva e a importância do reforço dos vínculos sociais já existentes nas redes de relacionamento virtuais.

O estudo apresentou, a partir de dados etnográficos, uma investigação sobre a interação de um grupo popular com a tecnologia computador em ambientes de lan houses, que são o local de maior acesso à Internet no país. Mesmo quando não têm computadores em suas casas, os pesquisados mostram uma familiaridade com certos aspectos da vida digital, especialmente devido à grande frequência nas lan houses.

Os resultados da pesquisa mostram a apropriação desses espaços como um clube local, bem como práticas de navegação coletiva que revelam a importância do reforço dos vínculos sociais já existentes nas práticas relacionadas às redes de relacionamento virtuais.

As navegações mais habituais acontecem nos sites de relacionamento, com destaque para o Orkut e MSN, ao lado do universo dos games. Nas lan houses surgem “máquinas coletivas”, funcionando em um mundo colaborativo, já que é comum que vários usuários fiquem em torno de um mesmo computador, trocando idéias sobre a navegação e eventualmente alternando o controle do mouse. De certo modo, poderíamos falar que existe aqui um contraponto com a idéia original de “computador pessoal”.

Os achados mostram que enquanto o espaço da Internet proporciona, por um lado, o disfarce, a criação de outras vidas e o estabelecimento de novos relacionamentos, evidencia-se no contexto estudado que a apropriação de sites como o Orkut mostram uma possibilidade de reforço de laços com os “conhecidos” – vizinhos e amigos. As “postagens” no Orkut, blogs e fotologs referem-se, em boa parte, a comentários e fotos sobre eventos ocorridos com amigos de escola ou da vizinhança, reafirmando os vínculos já existentes. Potencialmente, os meios digitais servem de memória escrita e visual de tudo que acontece, especialmente no cotidiano dos jovens das comunidades, o que leva a um olhar de investigação sobre o entorno sócio-cultural em que os grupos estão inseridos, sem que se faça dicotomias a priori em relação às vidas off-line e on-line.

Esse comportamento observado permite, enfim, um questionamento da idéia de que a utilização da Internet seria como um modo de compensação frente ao enorme enfraquecimento dos laços tradicionais de sociabilidade na era pós-moderna. A forte presença dos grupos populares dentro das lan houses pode revelar mais um aspecto da busca por inclusão e pertencimento através do consumo no universo cultural desses segmentos sociais, já revelada em outros trabalhos (Canclini, 2001; Barros, 2007).

No que tange ao uso de aparelhos celulares, observa-se que a diferenciação de sujeitos proporcionada pelas apropriações do objeto apontam para um consumo de “pertencimento” e “inclusão”, além de uma prática que se encontra fortemente referida ao reforço dos vínculos familiares através, por exemplo, da utilização do aparelho como espaço para armazenamento da memória familiar.

Conforme já observou Barbosa (2004), o consumo, quando estudado no Brasil, aparece muito mais dentro de uma ótica de “perdas e ausências”, do que em uma perspectiva de “ganhos e mudanças positivas” (p. 62). A pouca exploração do tema do “consumo popular” em estudos acadêmicos, especificamente, implica na existência de um enorme universo de análises a ser desenvolvido nessa área de conhecimento. O presente estudo procurou indicar que um caminho possivelmente fértil para análise seria o que estuda as apropriações de objetos tecnológicos segundo códigos culturais marcados pela familiaridade e localidade, a partir de uma perspectiva de comparação relacional - e nunca substantiva - com outras camadas sociais. A relativização do modo de consumo “individual” dos bens parece ser importante para a compreensão dos significados da materialidade e da constituição de subjetividades no contexto cultural analisado

Referências bibliográficas

- Almeida, M.I., & Eugênio, F. (2006). O espaço real e o acúmulo que significa: uma nova gramática para se pensar o uso jovem da Internet no Brasil. In: Nicolaci-da-Costa, A. M. Cabeças digitais: o cotidiano na era da informação. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola.
- Barbosa, L. (2004). Sociedade de Consumo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Barros, C. (2007). Trocas, hierarquia e mediação: dimensões culturais do consumo em um grupo de empregadas domésticas. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ.
- Campbell, C. (1987) The romantic ethic and the spirit of modern consumerism. Oxford: Blackwell Publishers.
- Canclini, N. G. (2001). Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. 4ªed. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Douglas, M., & Isherwood, B. (1979). The world of goods: towards an anthropology of consumption. Middlesex: Penguin,.
- Duarte, L.F. (1986). Da vida nervosa (nas classes trabalhadoras urbanas). Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- Elliott, R., & Jankel-Elliott, N. (2003). Using Ethnography in Strategic Consumer Research. Qualitative Market Research; vol. 6, n. 4.
- Geertz, C. (1978). A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar.
- Holanda, S. B.(1995). Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Johnson, S. (2005). Surpreendente!: a televisão e o videogame nos tornam mais inteligentes. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Malinowski, B. (1978). Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores).
- Mauss, M. (1974). Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e antropologia. São Paulo: EPU.
- Miller, D. (1987). Material culture and mass consumption. Oxford: Blackwell.
- _____, & Slater, D. (2004). Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. In: Horizontes antropológicos. Porto Alegre: ano 10, nº 21, jan/jun., 41-65.
- _____, & Horst, H. (2006) The Cell Phone: an Anthropology of Communication. Oxford; Berg.
- Radcliffe-Brown, A. R. (1959). Structure and function in primitive society. London: Cohen and West.
- Sahlins, M. (1979). Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro: Zahar.
- Silva, S. (2007) “Eu Não Vivo Sem Celular”: Sociabilidade, Consumo, Corporalidade e Novas Práticas nas Culturas Urbanas. Anais do XXX Intercom.
- Simmel, G. (1983). idade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: Moraes Filho, Evaristo (Org). Simmel. São Paulo: Ática.
- Veblen, T.(1965). A teoria da classe ociosa. São Paulo: Pioneira.
- Vianna, H. (1997). Fragmentos de um discurso amoroso carioca e quase virtual. In: _____ (org). Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Whyte, W. F. (2005). Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

O Fenômeno da Globalização em um estudo comparativo: Luso-Afro-Brasileiro das feiras e mercados

Giovanna de Aquino Fonseca Araújo¹
Faculdade do Vale do Ipojuca/Universidade do Minho
giovannaaquino@ig.com.br

Juliana de Aquino Fonseca Doronin²
Universidade Eduardo Mondlane
julianadoronin@ig.com.br

Resumo: Sabemos que o fenômeno da Globalização no Brasil e no mundo não se trata de algo contemporâneo. Tendo em vista já na História antiga da humanidade as relações estabelecidas entre os mundos: Oriental e Ocidental. Relação essa que perdurou durante todos os momentos clássicos da historiografia mundial, européia, africana e americana evidenciada sobretudo diante dos processos de colonização (séculos XV e XVI) e neocolonização nos séculos XIX e XX. Outrossim, objetivamos com o presente trabalho apresentar o fenômeno da globalização evidenciado nas feiras luso-afro-brasileiras², diante das mercadorias comercializadas, das linguagens, e sobretudo diante dos processos de sociabilidade e de identidades múltiplas. Haja vista percebermos as feiras desde a Era medieval e no momento contemporâneo como um verdadeiro mosaico de espaços de sociabilidade, onde a relação estabelecida entre tempo, agentes sociais e processos, concorre para que à vida citadina carregue grande diversidade e riqueza de possibilidades plurais de rituais, comportamentos, normas e limites de uso e apropriação do território urbano. Historicamente, as feiras adquiriram uma importância muito grande que ultrapassa seu papel comercial, transformando-se, em muitas sociedades, num entreposto de trocas culturais e de aprendizado, onde pessoas de várias localidades congregavam-se estabelecendo laços de sociabilidade. Nosso trabalho terá como referencial teórico os seguintes autores: LOPES, Carlos; RAU, Virgínia; E.P. Thompson; SMITH, Anthony D.; Eric Hobsbawn; ARIÉS, Philippe; Michael de Certeau; CASTELLS, Manuel; ELIAS, Norbert; GARCIA; CASTRO, Armando; APPIAH, Anthony K.; LAINS, Pedro; PINTO, VIEIRA, Sulamita; SERRÃO, Joaquim Veríssimo; TAYLOR, Charles; GIDDENS, Anthony, HALL, Stuart, SILVA TADEU, Tomaz, dentre outros.

Iniciaremos nosso texto por definir o conceito de feiras, como sendo uma das instituições mais curiosas do período medieval³. Local de concentração econômica, no que concerne a distribuição de mercadorias vendáveis a partir de produções muitas vezes realizadas domesticamente. É o que diz Ferreira Borges, vejamos: “Feira-mercado grande, público, em que se vende toda a casta de mercadorias em tempo certo, uma ou mais vezes por ano (...) as feiras são um meio de instigar a abertura de estradas e comunicações, de introduzir a civilização e de igualar a necessidade de riqueza dos povos⁴”. Apesar das feiras terem importância a partir do reconhecimento econômico e comercial, também sabemos que se constituem em um locus de relações sociais e culturais que dão suporte a convivência daqueles que transitam por esses espaços.

Na Europa, e na América as feiras surgiram dando lugar as primeiras aglomerações, as cidades propriamente ditas, inicialmente tidas como povoados e vilas, e posteriormente cidades. É o que diz Weber (1979) apud Vedana⁵ (2004, p.11), o aparecimento das “[...]cidades está relacionado estreitamente com as feiras, que representavam o embrião de uma nova aglomeração humana a partir da atividade comercial”.

Historicamente, as feiras adquiriram uma importância muito grande que ultrapassa seu papel comercial, transformando-se, em muitas sociedades, num entreposto de trocas culturais e de aprendizado, onde pessoas de várias localidades congregavam-se estabelecendo laços de sociabilidade. Notadamente em relação às feiras em estudo⁶, comungamos com a idéia de que na atualidade, mesmo buscando a manutenção, conservação de algumas tradições⁷, é quase impossível que elas se mantenham vivas, no decurso do tempo, sem alterações. Porém o curioso é que neste mesmo período, com o capitalismo periférico se instalando numa velocidade acentuada, e os supermercados luxuosos, e higienizados, as feiras continuam a existir com características múltiplas, mas mantendo a idéia de espaço local de perambulações à procura de compras, vendas, trocas, consumo, paquera, prazer, sociável, como entretenimento, diversão, diálogos, amizades, furtos, vícios, enfim, polissêmicas sociabilidades. Lugar onde se evidenciam os encontros, as tradições, as conversas, as compras, vendas e permutas, enfim das múltiplas territorialidades, sejam econômicas, políticas ou culturais, tecidas em mudanças que se misturam, se dissolvem, se transformam, no dia-a-dia, nas reproduções sociais, políticas e capitalistas da vida cotidiana. Dessa maneira, a feira se institui, antes de tudo, em um espaço de mobilidades comerciais e sociais onde, por meio das diversificadas transformações ocorridas nela, desde a localização

1- A autora é graduada em História, Especialista em Teoria e Metodologia do Ensino de História, Mestre em Ciências da Sociedade (UEPB) e Doutorado em Idade Contemporânea, pela UMINHO- Braga, Portugal. Atua no ensino superior na FAVIP- Faculdade do Vale do Ipojuca, em Caruaru-Pe, Brasil.

2- A co-autora é graduada em Serviço Social e especialista em Doenças infecto-contagiosas parasitárias e Promoção à Saúde do Homem, Uem- Brasil.

3- Ver SERRÃO (1960): 539

4- Ver Ferreira Borges, apud: ALVES, Jorge. Feiras e mercado interno na História Contemporânea: algumas notas avulsas. In: Actas do 3 Encontro de História. Vetores de desenvolvimento econômico as feiras da Idade Média à Época Contemporânea. Câmara Municipal de Vila do Conde, 2005

5- Ver VEDANA Viviane. “Fazer a feira”: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Eatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre/RS.

6- Nos referimos no nordeste do Brasil, especialmente a Feira central de Campina Grande-PB e a feira de Caruaru-Pe (ambas do nordeste) em Portugal, as feiras localizadas na região norte, em especial a de Ponte de Lima, Braga, Vila do Conde e Barcelos e na África, em Luanda (Angola) o Mercado de Roque Santeiro, como a maior feira ao ar livre do continente africano.

7- Considerando a feira como tradição, no sentido utilizado por Hobsbawn, da invenção da tradição pelos brasileiros e lusitanos em consonância com outros atores sociais dos países circunvizinhas, bem como dos visitantes.

geográfica aos produtos comercializados, além das formas de fazer a feira: atos, gestos, performances corporais, movimentos e dizeres, fomentados pelos atores sociais que freqüentam e transitam pelos labirintos das feiras.

Tais dinâmicas, ergue-se uma rede de sociabilidades vivenciadas pelos agentes sociais no âmbito dos territórios construídos e reconstruídos.

Contudo percebemos que diante do fenômeno da globalização, fenômeno que data desde o período da antiguidade com as primeiras viagens marítimas e a relação estabelecida entre os lugares, diante da expansão do Império Romano. No entanto, tal fenômeno passa a “repercutir” no momento atual, diante das novas tecnologias e da abertura de mercado que se deu no mundo pós guerra fria, e diante do processo de redemocratização das Nações.

Traçando um paralelo entre globalização e identidades nacionais, percebemos que ao mesmo tempo em que a globalização rompe fronteiras, encurta distâncias, aproxima culturas, assim com todo esse crescente movimento de expansão dos países desenvolvidos sob a invasão dos Subdesenvolvidos diante dos neocolonialismos ainda presentes no início do século XXI entre o Ocidente e o Oriente, verificamos que ocorre a contestação no presente, buscando justificativa para passado, ou seja, constatamos que com a globalização os atuais conflitos estão concentrados nessas fronteiras onde a identidade nacional é questionada e contestada.

Em relação às feiras em estudo a noção espaço-tempo revela-se fundamental para nortear o estudo dos processos de transformações ocorridas nesses lugares no momento contemporâneo. Este modo de abordar o assunto implica no conhecimento da dinâmica da evolução do espaço urbano municipal inserido em um contexto mais amplo de transformações do capitalismo, e notadamente no período atual da efervescência da globalização e neoliberalismo.

Segundo Castells⁹ (1999), constata-se nas três últimas décadas do século XX, o surgimento de um novo capitalismo baseado em tecnologias da informação, o autor destaca a atribuição dada à tecnologia da informação, na atualidade a necessidade de se fazer presente em todas as ações humanas, colaborando com a constituição da dinâmica da economia, da sociedade e da cultura, sem atribuir-lhe a condição de determinação das relações sociais.

Com o capitalismo novas ferramentas se fazem presentes a cada dia, objetivando um rápido e crescente processo de flexibilidade, na medida em que ocorre à aplicação de novas tecnologias na organização da produção, possibilitando aumento dos lucros, redução dos custos da produção (custos com mão-de-obra), aumento da produtividade, ampliação do mercado e aceleração do giro do capital. Ou seja, Neste sentido, exige-se um processo de modernização condizente com a realidade desta reestruturação produtiva.

Em relação a este mercado atual, que “dita”, o que deve ser comercializado, a que custo, com qual lucro, a quem e por quem deve ser comercializado, a forma de mão-de-obra, a matéria prima a ser empregada, etc. Objeto do mundo capitalista, queremos lembrar que, nem sempre fora desta maneira a economia, e para tanto gostaríamos de abordar neste texto a teoria da Nova Sociologia Econômica, referenciada por Karl Polanyi¹⁰, onde percebe-se que, na maior parte da história, a satisfação da subsistência era estruturada por laços de parentesco (kinship), pela religião ou outras práticas culturais que tinham muito pouco a ver com o modelo de economia formal, no qual indivíduos maximizam ganhos econômicos através do comportamento competitivo. Os mercados existiam, fosse na Europa ou na América, mas desempenhavam um papel residual, e não determinante nem hegemônico. Trazendo esta teoria para o nosso objeto empírico, ou seja, as feiras verificamos que, embora as feiras tenham tido sua origem na Idade Média, se prolongando a época moderna, com o advento do capitalismo, consideramos que não se tratava deste capitalismo efervescente e pujante da década de 1980, uma vez que no princípio, ou até mesmo na primeira metade do século XX, as relações sociais de compadrinamento, eram mais valorizadas, as igualdades entre as classes, e o sentido de humanidade, se fazia mais presente.

8- Ver BRUM, Argemiro. Globalização e Regionalização. In: O desenvolvimento Econômico Brasileiro. 18 Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

9- Ver CASTELLS, Manuel (1999)

10- Ver Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social (social embeddedness). In: Artigo publicado na Revista Econômica, UFRJ . V. 3. n° 2. Dezembro de 2001

Um aspecto comum, nas feiras tanto na América e na África diz respeito ao mercado informal que emprega milhares de comerciantes, ambulantes que provêm o sustento da família, perpassando de geração para geração. Nessa direção um fato interessante em relação aos feirantes do nordeste do Brasil e do Norte da África diz respeito ao formato de informalidade, os brasileiros e os africanos vivem em meio a toda a insegurança gerada pelo ofício que possuem, não são “obrigados” pelo poder público em grande mediada e contribuírem com a previdência social, sobretudo aqueles que se localizam no interior dos mercados nas feiras.

Uma questão bastante semelhante diz respeito à diversificação de mercadorias, são produtos dos mais variados que encontramos nessas feiras em estudo, notadamente com o advento da globalização e a abertura de mercado verificamos um crescente quantitativo de objetos importados de outras localidades que transitam nas feiras com o propósito de serem comercializados. Entretanto verificamos a presença de determinadas mercadorias de maneira mais abundante de algumas regiões do que de outras. No caso específico do nordeste do Brasil, verificamos produtos brasileiros, da América Latina, bem como chineses e norte americanos. Já no caso do mercado de Roque Santeiro os produtos são geralmente da região norte africana, bem como do Líbano, da Índia e da China. São produtos de utilidade doméstica, vestuário, alimentação, calçados, higiene pessoal, acessórios, flores, etc. Um detalhe em relação a feira de Roque Santeiro que diverge das demais em estudo, diz respeito a pouca presença de artigos de artesanato, já que diferentemente das feiras do nordeste do Brasil, não recebem muitos turistas.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Elpidio de. História de Campina Grande. C. Grande: Livraria Pedrosa, 1964.
- ALVES, Jorge. Feiras e mercado interno na História Contemporânea: algumas notas avulsas. In: Actas do 3 Encontro de História. Vetores de desenvolvimento econômico as feiras da Idade Média à Época Contemporânea. Câmara Municipal de Vila do Conde, 2005
- BAUMAN, Zigmund. “Modernidade e Ambivalência”. Rio de Janeiro. Zahar Ed., 1999
- BRUM, Argemiro. O desenvolvimento Econômico Brasileiro. 18 Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. “A sociedade em Rede” São Paulo: Paz e Terra, 1999
- COELHO, Maria Helena da Cruz. As feiras em tempos medievais. In: Actas do 3 Encontro de História. Vetores de desenvolvimento econômico as feiras da Idade Média à Época Contemporânea. Câmara Municipal de Vila do Conde, 2005.
- COHEN, Mário. Roque Santeiro melhora saneamento básico In: <http://www.angolapress-angop.ao/noticia.asp?ID=423516> acesso em 15 de Março de 2008
- DOMINGUES, José Maurício. Teorias Sociológicas no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- Giddens, Anthony. As consequências da Modernidade. São Paulo: editora UNESP, 1991.
- PAZERA Jr., Eduardo. Feiras camponesas na Paraíba: aspectos geohistóricos. Resumos. 39a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. SBPC, Julho 1987. In: Suplemento de Ciência e Cultura (39):7
- RAU, Virgínia. Feiras Medievais portuguesas. Subsídios para seu estudo. Lisboa: Editorial Presença, 1981
- SERRÃO, Joaquim. (direção). Feiras. In: Dicionário de História de Portugal. Vol. II. Livraria Figueirinhas/Porto, 1960
- VEDANA Viviane. “Fazer a feira”: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre/RS;
- VINHA, Valéria da. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social (social embeddedness). In: Artigo publicado na Revista Econômica, UFRJ . V. 3. nº 2. Dezembro de 2001

O Conceito de Lusofonia na Obra de Vamireh Chacon

J. M. de Barros Dias*

Resumo: Pernambucano, de nascimento, brasileiro universalista pela vocação, Vamireh Chacon sintetiza em três dos seus livros aquele que é o seu entendimento do conceito de lusofonia. Referimo-nos a O Humanismo Ibérico, publicado em 1998, e O Futuro Político da Lusofonia, saído do prelo em 2002. Ilumina o conceito de lusofonia, em Vamireh, uma plêiade de textos reflexivos que se espraiam do ensaio à epístola. Culmina a concepção chaconiana da lusofonia uma obra dada a conhecer em 2005: A Grande Ibéria.

Vamireh Chacon pretende, em O Humanismo Ibérico, pôr em relevo o esforço de continuidade cultural orgânica que visou actualizar o renovável da Idade Média no Renascimento. As traves-mestras de tal pensamento, matricialmente ibérico – que não iberista – propõem-nos uma civilização incluyente, não excluyente.

Já em O Futuro Político da Lusofonia, Vamireh aponta os caminhos concretos e práticos que, doravante, devem presidir à comunidade de países falantes da língua portuguesa. Vamireh Chacon aponta o perigo de, actualmente, o capital sem rosto nem pátria visar, na esfera das ultimidades, o domínio global precisamente na esfera da cultura.

* Universidade de Évora / CEFi – Centro de Estudos de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, gouvim@hotmail.com.

Situados em A Grande Ibéria, procuraremos pôr em evidência a miscigenação que esteve presente na antiga Ibéria pensinsular e será o húmus da Nova Ibéria. Congregando lusófonos e hispanófilos, esta Ibéria será a continuação, no plano espiritual, da obra mundializadora iniciada por portugueses e espanhóis nos séculos XV/XVI. A lusofonia, em Vamireh Chacon, tecer-se-á desde uma matriz pluricultural e policêntrica, aberta ao mundo como aspiração e desejo.

Primeiras considerações

Nascido no Recife, em 1934, Vamireh Chacon obteve a licenciatura em Direito, pela Universidade Federal de Pernambuco e em Filosofia, pela Universidade Católica de Pernambuco, tendo concluído o doutoramento em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco; efectuou o pós-doutoramento na Universidade de Chicago. Professor assistente, adjunto e titular na Universidade Católica de Pernambuco, transferiu-se para a Universidade de Brasília, onde foi decano e director do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, até ao ano da sua jubilação, ocorrida em 2005.

Vamireh Chacon sintetiza em três livros aquele que é o seu entendimento de um dos conceitos-chave da sua obra, o conceito de lusofonia. Referimo-nos a O Humanismo Ibérico, publicado em 1998, e O Futuro Político da Lusofonia, saído do prelo em 2002. Ilumina o conceito de lusofonia, em Vamireh, uma plêiade de textos reflexivos que se espraia do ensaio à epístola. Culmina a concepção da lusofonia, no nosso autor, uma obra dada a conhecer em 2005: A Grande Ibéria.

Vamireh Chacon pretende, em O Humanismo Ibérico, pôr em relevo o esforço de continuidade cultural orgânica que visou actualizar o renovável da Idade Média no Renascimento. As traves-mestras de tal pensamento, matricialmente ibérico – que não iberista – propõem-nos uma civilização incluyente, não excluyente.

Já em O Futuro Político da Lusofonia, Vamireh aponta os caminhos concretos e práticos que, doravante, devem presidir à comunidade de países falantes da língua portuguesa. Vamireh Chacon adverte-nos ante o perigo de, actualmente, o capital sem rosto nem pátria visar, na esfera das ultimidades, o domínio global, precisamente na esfera da cultura.

Relativamente à obra A Grande Ibéria, o seu autor procura pôr em evidência a miscigenação que esteve presente na antiga Ibéria pensinsular europeia e que será o húmus da Nova Ibéria. Congregando lusófonos e hispanófilos, esta Ibéria será a continuação, no plano espiritual, da obra mundializadora iniciada por portugueses e espanhóis nos séculos XV/XVI. A lusofonia, em Vamireh Chacon, tecer-se-á desde uma matriz pluricultural e policêntrica, aberta ao mundo como aspiração e desejo.

Reflexões sobre o humanismo ibérico

Vamireh Chacon traça, em O Humanismo Ibérico, as traves-mestras dos itinerários mentais percorridos pela Península Ibérica, desde a Idade Média, e pelos mundos por aquela criados desde o Renascimento. A inspiração vameriana é indubitável. Ela remonta a Gilberto Freyre, num primeiro plano. É, também, a dos filósofos do amor, uma constelação de pensadores na qual, contemporaneamente, pontificaram autores de grande vulto, de entre os quais é legítimo salientarmos Francisco da Gama Caeiro, Afonso Botelho, Eduardo Abranches de Soveral, Joaquim Veríssimo Serrão, J. V. de Pina Martins, António Braz Teixeira e José Esteves Pereira. De entre todos sobressai, em alto relevo, a obra de Gilberto Freyre.

Vamireh é claro ao dissecar o conceito de “América Latina”. O autor esclarece que o conceito “foi inventado pelos franceses, em oposição às projecções dos Estados Unidos na área, quando Charles Calvo defendeu a intervenção de Paris no México através do arquiduque austríaco Maximiliano assim colocado no trono, enquanto Washington empenhava-se contra ele através de outras tantas ajudas financeira e militar ao presidente Benito Juárez” (CHACON, 1998: 11).

A lenda negra, que tanto tem ocupado os teóricos do pensamento dominante é, em Vamireh Chacon, alvo de algumas das suas reflexões pertinentes. De acordo com o autor, cabe sublinhar que a leyenda, ou lenda, negra foi “criada por certos anti-ibéricos animados de início por motivos religiosos protestantes e liberais, em seguida internalizada pela autodesestima de ibéricos e ibero-americanos diante do maior avanço tecnológico e económico anglo-germânico e mesmo latino, francês e italiano –, aquela infausta lenda foi que criou o mito da danação de Portugal, Espanha, Brasil e países de língua castelhana, por supostas hereditariedades culturais tornadas até genéticas desde a Inquisição à Contra-Reforma renegadoras da modernidade” (CHACON, 1998: 19).

Vamireh Chacon apresenta, em O Humanismo Ibérico, uma linha de evolução do pensamento que, em todo, não coincide com a matriz epistemológica que vingou com o experimentalismo, tornado paradigma dominante a partir do Renascimento. Àquilo que, de lidimamente original, Vamireh encontra nos autores portugueses, e mais tarde nos autores brasileiros, Sampaio Bruno designou como cavaleiros do Amor, em livro inconcluso à data da sua morte (BRUNO, 1960).

Na verdade, Vamireh Chacon desoculta, em O Humanismo Ibérico, o sentido profundo da portugalidade. Foi a expansão portuguesa um assunto que só teve a ver com a conquista de terras alheias? Foi a dilatação do Império um devaneio de comerciantes? Ou foi tudo isso algo que obedeceu a um outro tipo de intencionalidade? De entre os autores que Vamireh põe em relevo permitimo-nos salientar alguns. Pedro Hispano, médico, o único papa português, com o nome de João XXI, deu à luz as, durante muito tempo, famosas Summulae Logicales. O autor pernambucano também foca a sua atenção em Pedro da Fonseca, glória do pensamento português em finais do século XVI, ainda hoje justamente celebrado pelos seus Commentariorum in Libros Metaphysicorum Aristotelis Stagiritae. Também o padre Serafim de Freitas, autor da disputada tese sobre o mare clausum, exposta no De Iusto Imperio Lusitanorum Asiatico encontra eco em Vamireh Chacon. Outro tanto

acontece com Luís António Verney, O Barbadinho, figura preeminente do Iluminismo luso, nesse que foi “o menos ibérico dos séculos da modernidade” (CHACON, 1998: 103).

Poderíamos focar a nossa atenção em alguns outros autores. Em Santo António de Lisboa, nomeadamente na dimensão ético-antropológica do seu pensamento, em D. Duarte e na sua teoria do Estado, exposta no Leal Conselheiro ou, ainda, em Diogo Homem, autor de um Atlas Universal que, ainda nos nossos dias, apresenta uma minúcia e beleza mais impactantes do que qualquer fotografia de satélite. O humanismo ibérico, tanto quanto o entendemos, culminará nessa Civilização de Iniciados que terá como tarefa o instaurar da Revolução. Ela está concebida como “todo o esforço contra a guerra, a escravatura, a tirania, a exploração do homem pelo homem; a Revolução é toda a doutrina e todo o acto que encaminha para a paz; que dê aos homens a liberdade, a igualdade, a fraternidade” (BRUNO, 1960: 53).

Assim, “por curtos momentos sublimes, os mudos (pelo terror político e religioso) readquirirão no recinto sagrado a fala, os cegos (pelo fanatismo e pela superstição) verão a luz (da verdade política e religiosa). Eles constituirão uma irmandade, por degraus sucessivos ascendendo na posse da lenta plenitude da Razão, suavemente obedecendo, suavemente mandando, usufruidores duma liberdade que coexiste com a obediência, crescente segundo avançam os graus de iniciação e consoante cada vez mais cada qual progride na aquisição perfeita dos escondidos mistérios” (BRUNO: 1960: 118).

3. Lusofonia e futuro

A meditação vamiereana sobre a Lusofonia ganha contornos poderosos nesta hora de incerteza quanto ao futuro do Ocidente. Desde logo, o autor começa por esclarecer a ausência de novidade na novidade que é a globalização que estamos a viver: “Enquanto preparações e realizações antecipatórias, as globalizações de Atenas, Macedónia e Roma nos mundos conhecidos e hegemónicos da época foram interrompidas pelo longo período de ajustamento medieval, quando a queda do Império romano e as invasões bárbaras levaram muito tempo para se ajustarem em novas unidades sociais” (CHACON, 2002: 30). Assim, depois do esplendor civilizacional dos séculos XV/XVI, “as globalizações ibéricas foram desafiadas pela holandesa, vencidas pela inglesa no auge da Revolução Industrial do longo reinado da Rainha Vitória, em contraponto com a francesa, só aceita enquanto não ameaçava a hegemonia britânica” (CHACON, 2002: 30).

Actualmente, “o término da bipolaridade Estados Unidos-União Soviética – que, aliás, nunca foi total –, [...] possibilita ainda maior realismo às relações internacionais. Desmoronou-se a União Soviética, mas permanece a Rússia de antes e depois, com suas projecções de sempre sobre o Mediterrâneo Oriental através do Mar Negro, o próprio Índico, pelo Irão e Afeganistão, sob cíclica pressão, redescobriu-se a importância do Ártico para mais curtas rotas de transporte aéreo, e abriu-se o Pacífico por Vladivostoque” (CHACON, 2002: 31).

Fazendo a prospectiva geo-estratégica do Brasil, Vamireh anota: “O peso político internacional do Brasil não corresponde ao seu peso económico, por falta de outro projecto nacional; os anteriores mais importantes no século XX (os das presidências de Vargas, Kubischek e Geisel), aconteceram em fases de preparação, ainda não de desencadeamento de energias. A ênfase política reivindicatória concentrou-se em seguida na distribuição de renda, claro que necessária para firmar a base também do mercado interno realimentador de mais poupanças e investimentos; porém os planos dos políticos pararam aí” (CHACON, 2002: 32).

Outro tanto se deve afirmar quando pensamos no Brasil enquanto global trader e global player. “O Brasil tem vocação de global trader pela sua própria posição geográfica: ibero-americana nas fronteiras terrestres platina e amazónica, e oceânica universal” (CHACON, 2002: 34-25).

Neste sentido, escreve Vamireh, o Mercosul não se constituiu para amarrar o Brasil – e os demais Estados integrantes do Tratado... – às pês estritas da América do Sul e Central. Com efeito, “na linha do comércio Sul-Sul, uma das suas linhas, existe a possibilidade de maior aproximação, até integração, com a África, de início sub-atlântica, isto é, África Austral, União-Africana mais sua área de influências (Namíbia, Lesoto, Malawi, Suazilândia, Zâmbia, Zimbabwe, Botswana), e Angola e Moçambique, onde estão encravadas” (CHACON, 2002: 35). Por outro lado, a articulação do Mercosul com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, formalizada através da Declaração de Lisboa, poderá possibilitar o encontro fecundante do “espaço luso-tropical e hispânico (ibérico, desde a Hispânia romana), no sentido dado por Gilberto Freyre. Espaço terrestre já marcado pelos bandeirantes e pelas reflexões de Mário Travassos, e os espaços marítimo e aeronaval atingindo a África e a última fronteira brasileira e mundial, a Antártida” (CHACON, 2002: 35). Se o Brasil se configura no espaço físico da América do Sul, ele também se expande geo-estrategicamente, de maneira necessária, a todo o amplexo continental americano. Neste sentido, há a delimitação de uma área de influência que, para o Brasil, “não é questão de vaidade e sim de utilidade; no máximo, uma simbiose, mesmo assim com inevitáveis centros de decisão, de preferência equitativos, senão juntos” (CHACON, 2002: 35). Estaremos, assim, ante a articulação ou a ante a integração do Brasil em blocos político-económicos já formados na Ibero-América e na África Austral? Talvez venha a ocorrer um misto de articulação e de integração, embora, na opinião de Vamireh Chacon, elas porventura só venham a ter lugar no plano económico.

Para o Brasil poder vir a concretizar-se como Estado transnacional ele necessita, a um tempo, “não só de um projecto político interno e internacional, mas também de um projecto económico, social, educacional, inclusive científico-tecnológico” (CHACON, 2002: 36) que vise alcançar a “projecção externa dos transbordamentos das energias internas desencadeáveis” (CHACON, 2002: 36). Em ordem a atingir um tal desiderato, o Brasil “terá de em tudo isto de investir muito e bem” (CHACON, 2002: 36). Neste sentido, a dimensão ságica do destino brasileiro fica patente quando Vamireh

Chacon escreve: “O desafio à cultura e civilização brasileira é, em síntese e conclusão, a de tornar-se ou não a Nova Roma no seu espaço e no seu tempo, como quer [...] Darcy Ribeiro, actualização do Quinto Império entrevisto e desejado pelo jesuíta António Vieira” (CHACON, 2002: 37).

Se assim é, talvez esta presunção não seja descabida: “O Brasil é a realização e continuação do sonho imperial português” (CHACON, 2002: 32). Deste modo, o excesso de Estado e o défice de consciência nacional, no Brasil, afiguram-se como um dos problemas centrais para o futuro imediato do país¹. Com efeito, numa época em que o capital se tornou anónimo e sem referências nacionais, é no plano da cultura que o futuro das Pátrias se joga. Vamireh Chacon intuiu certamente o problema. Outro tanto fizera, há alguns anos atrás, Mischa Titiev. O autor foi peremptório, ao escrever: “Sempre que os valores da biologia e da cultura colidem, o homem geralmente dá preferência aos valores culturais, até se aproximar do ponto em que estes possam causar a extinção de indivíduos ou sociedades” (TITIEV, 1992: 15).

Embora se tenha pretendido, no auge do delírio neo-liberal, desterritorializar e a-temporalizar os seres humanos em processo de globalização, sabemos que “um homem que não é daqui ou dali, nem desta época ou de outra, que não tem sexo nem pátria, é uma ideia, enfim. Quer dizer, é um não homem” (UNAMUNO, 1967: 110)². Temos, portanto, que o centro da vida é ocupado, em qualquer ponto geográfico do planeta, pelo “homem de carne e osso, o que nasce, sofre e morre – sobretudo morre –, o que come, e bebe, e joga, e dorme, e pensa, e quer: o homem que se vê e a quem se escuta, o irmão, o verdadeiro irmão” (UNAMUNO, 1967: 110)³.

Não podemos considerar a Comunidade dos Países de Expressão Portuguesa (CPLP), na sua configuração e praxis actuais, como sendo a expressão consumada da lusofonia, pois esta experiência de integração, “até agora não é sequer zona de livre comércio. Os investimentos brasileiros, tanto quanto os portugueses e outros, ali [no Brasil] e em toda parte são directos e independentes entre si. Além disso, dos PALOPs o que mais interessa ao Brasil é Angola riquíssima em minérios (CHACON, 2008). Por outro lado, sublinhe-se, em todo esse caminho que urge construir, actualmente, “o que temos, Brasil e Portugal, de mais importante diante da previsível diminuição do comércio recíproco, é a lusofonia e o intercâmbio cultural, cuja relevância nunca deve ser subestimada, ora reforçada pelo recente Acordo Ortográfico” (CHACON, 2008). Aqui e agora, rasgando o futuro em prospectiva, temos os espaços culturais e uma herança comum que, se assim o quisermos, é preciso reinventar.

4. Um projecto a realizar: a Grande Ibéria

Do que já afirmámos é de reter a recuperação implícita, por Vamireh Chacon, da proposta norteadora da sociedade cultural Renascença Portuguesa: a *traditio* é a base da *revolutio*. Com efeito, só sabendo quem fomos poderemos saber quem iremos ser. Isto é válido para cada um de nós. Isto é válido para a família a que pertencemos, como o é para o país que nos viu nascer. Tradição, de *tradere*, equivale a “entrega”, é aquilo que se passa de um a outro, trans, um conceito que é irmão dos de transmissão e de transladação. Não pode ter esperança quem não tem recordações: é o caminho percorrido que nos dá forças para percorrer o que falta. Podemos, contudo, rejeitar a herança; podemos aceitá-la, criticando-a; podemos, ainda, aceitá-la sem qualquer tipo de crítica. Não defendemos, contudo, que os povos sejam tábuas rasas que, sem memória de nada, criem tudo a cada momento do seu existir.

A Grande Ibéria em que Vamireh medita é, afinal de contas, uma constelação euro-afro-americana (CHACON, 2005: 244). Nela, o Brasil será a sua síntese superior. Retomando a proposta de José Vasconcelos, o professor emérito da Universidade de Brasília escreve: “Tanto cruzamento de imigrantes – latinos em geral e ibéricos em especial – é mais um motivo para a básica latino-ibero-americanidade também do Brasil, ademais da língua portuguesa neolatina e do Direito Romano estruturador da sua sociedade e do seu Estado, em meio a outras influências europeias, africanas e orientais desde o berço da nacionalidade, pelo intercâmbio de colónias portuguesas entre si e com o mundo, como demonstra Gilberto Freyre em *O Novo mundo nos trópicos*” (CHACON, 2005: 244-245).

Lembremos, aqui, a raça cósmica, tal como José Vasconcelos a teorizou. A proposta de uma síntese entre a “hispanidade” e a “lusitanidade”, então concretizada a partir da Argentina e do Brasil, foi levada a cabo no livro *La Raza Cósmica*.

Tendo por base reflexiva a verificação da mestiçagem realizada em todo o Centro e Sul do continente americano, o filósofo de Oaxaca propõe-nos “a raça definitiva, a raça síntese ou raça integral, feita com o génio e com o sangue de todos os povos e, portanto, mais capaz da verdadeira fraternidade e dotada de uma visão realmente universal” (VASCONCELOS,

¹ Vamireh Chacon adianta, acertadamente: “No Brasil, as pesquisas de Oliveira Viana a Raimundo Faoro o demonstram, o Estado precedu a nação, uma desvantagem pela ainda hoje insuficiência desta naquele, porém uma desvantagem pela ainda hoje insuficiência desta naquele, porém uma desvantagem quando a nação passa a encontrar o Estado a ela receptivo e moldável. O Estado brasileiro, então, pelo seu tamanho e território e, ainda, a sua interacção com a nação através da sociedade civil organizada, visando consumir-se num império bráscico não apenas sonhado, a organizar-se, enquanto tal, desde os precusores e proclamadores da sua independência política em 1822.

O Brasil, para consumir-se não apenas internamente e por seu transbordamento, precisa de encontrar-se externamente consolidado a partir da sua fronteira terrestre e oceânica, fronteiras directas, imediatas; as amplas são e serão as da sua própria economia-mundo irradiando dos seus centros económicos, financeiros, científicos, tecnológicos, políticos, culturais, mesmo militares, até onde as suas forças puderem estender-se.” (CHACON, 2002: 44).

² “Un hombre que no es de aquí o de allí, ni de esta época o de la otra; que no tiene ni sexo ni patria, una idea, en fin. Es decir, un no hombre” [tradução nossa].

³ “hombre de carne y hueso, el que nace, sufre y muere – sobre todo muere –, el que come, y bebe, y juega, y duerme, y piensa, y quiere: el hombre que se ve y a quien se oye, el hermano, el verdadero hermano” [tradução nossa].

1976: 30)⁴ que, para lá das raças branca, vermelha, negra e amarela, necessárias à manutenção da(s) América(s), teria a capacidade de aplicar “a lei dos três estados: o material, o intelectual e o estético” (VASCONCELOS, 1976: 52-53)⁵. Seria por seu intermédio que se chegaria, “na América, antes de em alguma outra parte do globo, à criação de uma raça feita com o tesouro de todas as anteriores, a raça final, a raça cósmica” (VASCONCELOS, 1976: 53)⁶.

Se defendemos que néscio é quem cuida que outro não cuida, também sabemos, pelo menos desde Gilberto Freyre, que o combate civilizacional é, em última instância, o autêntico kulturkampf. Num opúsculo que Vamireh Chacon cita profusamente, *Uma Cultura Ameaçada: A Luso-Brasileira*, o sociólogo de Apipucos adverte-nos, em pleno ano de 1940, numa hora sombria para o devir mundial:

“Não perigos de nações contra nações – estes são transitórios – nem de Estado contra Estado – estes são ainda mais superficiais; e sim os perigos de culturas contra culturas; sim, as ameaças de imposição violenta da parte dos grupos tecnicamente mais fortes a grupos tecnicamente ainda fracos, de valores de cultura e de formas de organização social, dentro das quais os povos menores se achatariam em vassallos dos vencedores, ou por serem mestiços, ou por serem considerados corruptos, ou por isto, ou por aquilo” (FREYRE, 1940).

Ante os perigos que, então, espreitavam o porvir do Brasil e do mundo que os portugueses criaram, Gilberto Freyre é peremptório no que concerne à materialização do futuro para o espaço lusófono: “Profunda mas dentro das tradições fundamentais da nossa cultura e sem violência, antes em harmonia, com os valores, as constantes, os sentimentos, pelos quais nos temos livrado de revoluções a esmo e da anarquia de culturas no espaço continental – a América Portuguesa – que é nosso dever resguardar de imperialismos ethnocentricos para a continuação da vasta experiência de democratização étnica e social que aqui se processa desde os primeiros dias da colonização lusitana. Resguarda-a de imperialismos de qualquer espécie, mesmo o apenas doutrinário; resguarda-a de qualquer espécie de intromissão imperialista no íntimo de sua vida e no essencial de sua cultura, nunca renunciando nós o princípio e o método de democratização das nossas sociedades – na Europa, na África, na Ásia, nas Ilhas, e não apenas no Brasil – pela miscigenação, pela mistura das raças, pelo intercuro entre as culturas. Princípio e método que são a maior contribuição portuguesa e brasileira para o melhor ajustamento das relações entre os homens” (FREYRE, 1940).

Actualmente, mergulhados numa crise aguda de valores e de perspectivas civilizacionais, impõe-se uma configuração ontologicamente diferente daquela que tem prevalecido no mundo, norteador por uma superpotência unipolar, desde o fim da Guerra Fria. As designações podem ser várias. Aquilo que ela será já está intuído. Vamireh Chacon designa-a como Grande Ibéria. Nela, “amplo e profundo espaço ibérico e ibero-americano, para as inteligências e os interesses, com ponto focal em Santiago de Compostela; Grande Ibéria e não Pan-Ibéria, pois respeitando a autonomia e interdependência das suas partes; Grande Ibéria, elogio de outro amanhecer ou elegia de outro crepúsculo, são as sucessivas gerações que decidem por suas consciências e conveniências, merecendo as conseqüências.

A maior e melhor cidadania é a de cidadão do mundo, que completa e culmina todas as cidadanias” (CHACON, 2005: 354).

Bibliografia

- Bruno, S. (1960). *Os Cavaleiros do Amor – Plano de Um Livro a Fazer*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Chacon, V. (1998). *O Humanismo Ibérico. A Escolástica Progressista e a Questão da Modernidade*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Chacon, V. (2002). *O Futuro Político da Lusofonia*. Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo.
- Chacon, V. (2005). *A Grande Ibéria. Convergências e Divergências de uma Tendência*. São Paulo: Editora UNESP.
- Chacon, V. (2008). *Carta ao Autor*, Brasília [texto dactilografado e manuscrito, 14.06.2008].
- Freyre, G. (1940). *Uma Cultura Ameaçada: A Luso-Brasileira*, in BIBLIOTECA VIRTUAL GILBERTO FREYRE, http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/opusculos/uma_cultura_ameacada.htm [accedido em 14.11.2008].
- Titiev, M. (1992). *Elementos de Antropologia Cultural*, 7.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Unamuno, M. de (1967). *Obras Completas*, Vol. VII. Madrid: Escelicer.
- Vasconcelos, J. (1976). *La Raza Cósmica. Misión de la Raza Iberoamericana. Argentina y Brasil*. 4.^a ed., México: Espasa-Calpe Mexicana.

⁴ “la raza definitiva, la raza síntesis o raza integral, hecha con el genio y con la sangre de todos los pueblos y, por lo mismo, más capaz de verdadera fraternidad y de visión realmente universal” [tradução nossa].

⁵ “la ley de los tres estados: el material, el intelectual y el estético” [tradução nossa].

⁶ “en América, antes que en parte alguna del globo, a la creación de una raza hecha con el tesoro de todas las anteriores, la raza final, la raza cósmica” [tradução nossa].

Nativos e forasteiros: índios, brasileiros, gringos... Cumuruxatiba no mundo¹

Helena Ponce Maranhão
IPHAN/MINC (pesquisadora aposentada) e Nosso Espaço: projeto comunitário, cultural e museológico de Cumuruxatiba – Prado/BA (colaboradora)
hspm@rjnet.com.br

Resumo: A comunicação proposta intenta problematizar significações, representações, inter-relações das categorizações enunciadas em seu próprio título, a partir da perspectiva desses vários ‘tipos’ de moradores que estão em cotidiana interação no espaço geográfico e contexto sociocultural de Cumuruxatiba (denominação de origem indígena refere-se ao intenso fenômeno de variações das marés característico desta área).

Localidade situada na municipalidade de Prado, Estado da Bahia, Brasil. Município com 28.920 habitantes e área territorial de 1.665 km². Além de seis povoados, conta com um distrito: a Vila de Cumuruxatiba (distante 32 quilômetros da sede municipal e com aproximadamente 5.000 habitantes). Comunidade originalmente de pescadores, conta hoje com atividades voltadas ao turismo; próxima a aldeias Pataxós e abrangida na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau.

A pesquisa (em desenvolvimento) contempla: desde a dualidade categorial exclusivamente apartada figurada nos opositivos “nativos” e “forasteiros” – formas de autodenominação de cada grupo em tela; até gradações, nuanças, matizes (nelas mais ou menos contidas, dependendo das representações interpessoais quanto aos interlocutores: “índios”, “brasileiros”, “gringos” etc.). As quais vão se modelando contextual e socialmente, delimitando assim várias relações e diferenciações (discursivas e interativas) internas às modalidades distintas supracitadas e que delineiam, por sua vez, reconhecimentos de particularidades estabelecendo fronteiras de inclusão e/ou exclusão em relação ao grupo ao qual os sujeitos estão creditando identificações.

Questões que também sugerem complexidades do local no global e vice-versa. Tais confrontos socioculturais sinalizariam a latência de conflitos nos quais a desigualdade econômica persistiria como pedra angular?

Nota de introdução

Intenta-se problematizar significações, representações, inter-relações das categorizações enunciadas no próprio título, a partir da perspectiva desses vários ‘tipos’ de moradores que estão em cotidiana interação no espaço geográfico e contexto sociocultural de Cumuruxatiba.

A pesquisa (em desenvolvimento) contempla: desde a dualidade categorial exclusivamente apartada figurada nos opositivos “nativos” e “forasteiros” – formas de autodenominação de cada grupo em tela; até gradações, nuanças, matizes (nelas mais ou menos contidas, dependendo das representações interpessoais quanto aos interlocutores: “índios”, “brasileiros”, “gringos” etc.). As quais vão se modelando contextual e socialmente, delimitando assim várias relações e diferenciações (discursivas e interativas) internas às modalidades distintas supracitadas e que delineiam, por sua vez, reconhecimentos de particularidades estabelecendo fronteiras de inclusão e/ou exclusão em relação ao grupo ao qual os sujeitos estão creditando identificações.

Questões que também sugerem complexidades do local no global e vice-versa. Tais confrontos socioculturais sinalizariam a latência de conflitos nos quais a desigualdade econômica persistiria como pedra angular?

Cumuruxatiba: das narrativas ou versões (informações preliminares)

Localidade situada em Prado, Estado da Bahia, Brasil. Município com 25.429 habitantes² e território de 1.665 km²³. Além da sede municipal, conta com um único distrito: a Vila de Cumuruxatiba (32 quilômetros da cidade de Prado e aproximadamente 5.000 habitantes). Municipalidade que ainda abrange, administrativamente, seis povoados: Guarany, Palmares, Limeira, São Francisco e Corumbau. Prado e adjacências (situados no extremo sul da Bahia) estão classificados enquanto áreas de proteção e preservação ambiental.

Seguem tópicos informações em vista de preliminar contextualização histórica, sociocultural, ambiental etc⁴.

Quanto a narrativas do Descobrimento do Brasil tem sido registrado: partindo-se de Cumuruxatiba é possível novamente percorrer o caminho feito pela esquadra portuguesa em 1500 e que acabou levando-na até (um) Porto Seguro.

Conta-se, pois: no dia 21 de Abril esta frota encontrou ervas marinhas, o que sinalizava a proximidade de terra. Em 22 de abril, foi divisado o Monte Pascoal (assim chamado devido à comemoração da Páscoa). Ao pôr do sol deste mesmo dia, Cabral fundeu a esquadra, sob seu comando, próximo à costa, ou seja, mais precisamente na altura da foz do Rio Cahy

¹ Helena Ponce Maranhão: socióloga e cientista política (PUC/RJ); mestre em Ciência Política (IUPERJ); doutora em Educação (UFRJ) – hspm@rjnet.com.br

² Dados recém-atualizados. 28.920 habitantes – informação anteriormente registrada no resumo – concerne à estimativa da população no ano 2000 (cf. IBGE).

³ Cf. IBGE – Contagem da população 2007 (www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1) – consultado em novembro de 2008

⁴ Cf. www.brasilchannel.com.br/municipios; www.cidadebrasileira.brasilecola.com/bahia/historia-prado; www.pradobahia.com.br/historia; www.pradoturismo.com.br/PradoBahiaHistoria (consultados em 2006 e agosto 2008); Carta de Caminha (1500); Enciclopédia Delta Larousse; Extratos de versões colhidas dentre habitantes de Cumuruxatiba.

(localizado nas imediações de Cumuruxatiba). Os navios tentaram se aproximar da terra e lançaram âncoras à distância de meia légua da costa. Mas, os navegadores não puderam aportar porque os arrecifes característicos desta região impediam.

Não obstante, é apenas na Barra do Rio Cahy que estes recifes começam a se afastar ou desaparecer. Logo, usando pequenos barcos, os portugueses chegaram até a praia. O capitão Nicolau Coelho vai a terra, entra em contato e troca presentes com os índios.

Moradores de Cumuruxatiba costumam ponderar: cabe ainda reconhecer a importância desta localidade nos fatos acima relacionados. Pois, foi nesta área do município de Prado, próxima da Vila de Cumuruxatiba (mais exatamente na Barra do Rio Cahy, tendo ao fundo o Monte Pascoal) que os portugueses fizeram o primeiro contato com os Tupiniquins. Em comparação a outros municípios e locais da chamada Costa do Descobrimento (por exemplo, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabralia etc.)⁵, reivindicam, pois, maior visibilidade ou destaque nas narrativas inaugurais da colonização dessas terras que vieram a ser nomeadas Brasil. Não só por serem o primeiro lugar avistado pelos conquistadores lusitanos, mas também onde se deu o primeiro contato com os índios.

Por outro lado, a ocupação do território onde está situado o município de Prado teve origem numa aldeia de índios, descendentes dos Aimorés, que se estabeleceram, antes de 1755, na margem norte do Rio Jucuruçu. Em 1755, este primeiro agrupamento foi elevado à categoria de Vila por Carta Régia. Em 1795, por força de Alvará Régio, a freguesia recebeu o nome de Nossa Senhora da Purificação do Prado. Ao ser desmembrada de Caravelas, adotou a denominação de Vila Nova de Prado. A Vila obteve foros de cidade pela Lei Estadual nº 129, de 02 de Agosto de 1896.

O município de Prado tem dentre suas principais atividades econômicas: pecuária, agricultura, extrativismo mineral, pesca e turismo. Em termos ambientais, possui o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica do Nordeste (bem como restingas, mangues, recifes de corais); dispõe de grande potencial pesqueiro e de recursos hídricos (tais como: rios Jucuruçu, Corumbau e Cahy; riachos de Imbassuaba, Japara Mirim, Japara Grande, da Paixão, da Palmeira, do Peixe Grande, Peixe Pequeno, Campinho etc. – que desaguando nas praias ficaram também algumas delas conhecidas por estes mesmos nomes).

Quanto à Vila de Cumuruxatiba (denominação de origem indígena refere-se ao intenso fenômeno de variação da maré característico da área): embora sendo originalmente comunidade formada por pescadores, conta hoje com atividades voltadas às oportunidades turísticas (com picos sazonais de visitação, especialmente no verão e no período entre julho e setembro – época de avistagem de baleias jubartes). Tem em seu entorno aldeias indígenas Pataxós, fica contida na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau e está próxima aos Parques Nacionais do Descobrimento e Monte Pascoal. Em termos de educação escolar, a rede pública atende, nesta localidade, ensino fundamental e médio.

Índios do Extremo Sul Baiano: breves apontamentos

Os povos indígenas que habitavam a área atualmente conhecida como Extremo Sul Baiano foram personagens marcantes desde a notória Carta de Pero Vaz de Caminha⁶. A descrição etnográfica contida na Carta permite supor que esses índios eram do grupo Tupi, ou mais precisamente Tupiniquim. Eles viviam praticamente na costa, não estendendo seus domínios muito para o interior, que era território de outras etnias identificadas pelos portugueses pela designação Tupi genérica de Aymoré (cf. Sampaio, 2000).

Ao encerrar o século XVI, quase não havia Tupiniquins livres na atual costa baiana – ou seja, tinham sido submetidos ao poder do colonizador. Em meados do século XIX, a maioria da população indígena sobrevivente vivia junto às vilas coloniais costeiras situadas desde Santa Cruz de Cabralia até Porto Alegre, atual Mucuri. Em razão da tentativa de submetê-la ao serviço dos regionais fora levada para esta área (cf. *ib.*). Ou seja, a fim de prestar trabalho aos demais grupos socioculturais que, desde a colonização, ocuparam o sul baiano.

Em 1861, o presidente da Província da Bahia determinou a concentração compulsória de toda a população indígena da região numa mesma aldeia, a ser estabelecida no ponto médio daquela costa, junto à embocadura do rio Corumbau. Esta é a origem da atual aldeia de Barra Velha (cf. *ib.*).

É plausível supor que Barra Velha abrigou, desde de seu início, não apenas índios Pataxós, mas também Maxacalis e, possivelmente, Botocudos, bem como “descendentes” de Tupiniquins e kamakãs-Meniã. A respeito desta diversidade original, o etnônimo Pataxó prevaleceu provavelmente por ter sido deste o maior contingente, além de estar a aldeia situada em território por tradição reconhecido como Pataxó (cf. *ib.*).

Entre 1861 e 1951 são muito escassas as referências sobre a aldeia de Barra Velha e os índios Pataxós. Tal carência de informações viria a ser rompida, em 1951, por um episódio dramático, bastante noticiado pela imprensa de Salvador, que tem, possivelmente, origem em fatos ocorridos alguns anos antes⁷ (cf. *ib.*).

Em 1949, o então líder Pataxó, chamado Capitão Honório, após ter conhecimento do decreto de criação do Parque Nacional do Monte Pascoal – situado em terras tradicionalmente ocupadas por agrupamentos destes indígenas – empreendeu

⁵ Cumuruxatiba (tal qual a cidade de Prado) integra, hoje, a zona litorânea denominada Costa das Baleias.

⁶ Datada de 01/05/1500 e sendo narrativa inaugural da ocupação pela Coroa Portuguesa dessas novas terras conquistadas, pode-se considerá-la como primeiro documento a traçar a História do Brasil.

⁷ Por ocasião da criação pelo Decreto 12.729 (19/04/1943) do Parque Nacional de Monte Pascoal, as primeiras equipes técnicas visitaram a área, estabelecendo contato direto com os Pataxós.

viagem ao Rio de Janeiro na expectativa de obter, por intercessão do Marechal Rondon⁸, os direitos de sua etnia a essas terras (cf. ib.).

Conta-se que Capitão Honório retornou da capital com promessas de intervenção do Serviço de Proteção ao Índio. Todavia, nenhuma presença efetiva deste órgão junto aos Pataxós foi registrada nos anos seguintes (cf. ib.).

Entretanto, Honório e seus companheiros travaram conhecimento com dois indivíduos (segundo relatos de identidade misteriosa) que vieram até a aldeia e a pretexto de demarcar os limites de suas terras estimularam os indígenas a saquearem o pequeno comércio vizinho ao povoado de Corumbau. Tal fato desencadeou violenta reação policial, ocasionando ainda perseguições aos Pataxós. Esse trágico episódio, marcante na memória grupal, tem sido percebido pelos índios como um mal entendido que provocou a perda de suas terras. Iniciou-se assim sua dispersão pela região (cf. ib.).

Ainda segundo Sampaio (op. cit.): “Nesta versão nativa, o Parque de Monte Pascoal seria originalmente destinado aos índios, para que estes, com suas terras asseguradas, pudessem ‘viver como antigamente, nus, caçando e tirando mel pelas matas’. O ‘fogo de 1951’ teria fornecido o pretexto para que governantes inescrupulosos - após as mortes de Rondon e Getúlio Vargas, ‘protetores dos índios’ - distorcessem o objetivo original, entregando o Parque para um órgão - o atual IBAMA⁹ - que, a partir dos anos sessenta - e após as arbitrariedades policiais sofridas pelos Pataxó nos anos cinquenta - assumiria a tarefa de ‘perseguir os índios e tomar suas terras, como vem fazendo até hoje’”.

O Parque Nacional do Monte Pascoal¹⁰ foi, enfim, implantado em 1961 (hoje sob a direção do IBAMA) e incorporou quase todo o território ocupado tradicionalmente pelos Pataxós que viviam em Barra Velha.

Desde 19 de Agosto de 1999 – um dia após a assinatura da Portaria 685 emitida pela FUNAI e que possibilita a redefinição dos atuais limites da Terra Indígena de Barra Velha: centenas de pessoas, ou seja, homens, mulheres e crianças, das várias aldeias indígenas da região ocuparam a sede do IBAMA no Parque Nacional do Monte Pascoal, assumindo o controle da área que passaram a denominar: Terra Pataxó do Monte Pascoal¹¹.

Em comunicado, divulgado no dia 27 de agosto de 1999, os caciques manifestaram à nação brasileira seu posicionamento a respeito do quanto caberia a sociedade nacional compreender e fazer para potencializar o resgate não apenas de identidades étnicas como a Pataxós, mas também de sua própria identidade e da diversidade cultural que compõe o Brasil. Declararam também: as terras tradicionalmente ocupadas e reivindicadas são inegociáveis.

Firmaram ainda o compromisso de que a Terra Pataxó do Monte Pascoal destina-se a plena preservação, não sendo possível qualquer desmate ou degradação ambiental de sua floresta. E anunciaram: devemos iniciar a recuperação das nossas aldeias em volta do Monte Pascoal; pretendemos, pois, envolver todos os órgãos responsáveis, entidades ambientalistas interessadas em nossas propostas indigenistas e setores do governo verdadeiramente dispostos a nos ajudar, na preservação do meio ambiente e na auto-sustentação do povo Pataxó.

Persiste, assim, em gradual processo esse desenrolar e outros...

3.1 Aldeias e sua gente em Cumuruxatiba

No extremo sul da Bahia, existem atualmente 17 aldeias Pataxós¹². Nas imediações de Cumuruxatiba localizam-se as seguintes aldeias: Tibá, Tauá, Pequi, Cai (Cahy ou Kaí), Alegria Nova.

Segue breve descrição dessas aldeias, de seus moradores e suas narrativas¹³.

Na aldeia Tibá vivem 35 famílias cadastradas¹⁴. Ocupam, majoritariamente, residências fixas, poucas saem da área onde habitam, apenas circulam entre a vila e a aldeia. Predominam, neste grupo, as famílias: Braz, Ferreira, Alves, Conceição, Santos, Cruz, Santana e Fragoso. Dentre esses moradores, a maioria nasceu próximo aos seguintes rios: do Sul, do Peixe, Cai, Imbassuaba, Pixane, Corumbau, e Ribeirão (localizados na região de Cumuruxatiba ou de Barra Velha).

Quanto às retomadas, os Pataxós têm orientado para áreas situadas no Parque Nacional do Descobrimento. Em 2003, aconteceu a primeira ocupação, a da Aldeia Tibá, que teve lugar num local que antes da implantação deste Parque

⁸ Como é sabido, notabilizado por seu envolvimento e influência na problemática indianista no Brasil. “A partir de 1908, Rondon propôs que fosse criada uma agência indigenista do Estado brasileiro tendo por finalidades: a) estabelecer uma convivência pacífica com os índios; b) garantir a sobrevivência física dos povos indígenas; c) estimular os índios a adotarem gradualmente hábitos ‘civilizados’; d) influir ‘amistosamente’ na vida indígena; e) fixar o índio a terra; f) contribuir para o povoamento do interior do Brasil; g) possibilitar o acesso e a produção de bens econômicos nas terras dos índios; h) empregar a força de trabalho indígena no aumento da produtividade agrícola; i) fortalecer as iniciativas cívicas e o sentimento indígena de pertencer à nação brasileira” (Lima, 1987). Quando o governo federal criou, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios (substituído, em 1967, pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI), Cândido Mariano da Silva Rondon foi seu primeiro diretor. “Rondon criticou as práticas de extermínio bem como de uma assimilação dirigida e acelerada (como faziam algumas missões religiosas), defendendo ao contrário um tratamento humanitário aos silvícolas (...) Em uma perspectiva geopolítica, os índios (...) eram conceituados como ‘os primeiros brasileiros’ e viviam sob uma tutela direta do estado” (Oliveira, s/d – http://br.geocities.com/esp_cultural_indigena/texto2.htm – consultado em agosto 2008).

⁹ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.

¹⁰ Outra área de preservação de remanescentes de Mata Atlântica nesta região é o Parque Nacional do Descobrimento (criado em 1999) e que dista cerca de 50 km de Cumuruxatiba; está, portanto, mais perto desta Vila do que o Parque Nacional do Monte Pascoal.

¹¹ Cf. Nota Pública da ANAI (Associação Nacional de Ação Indigenista): reocupação do Monte Pascoal pelos Pataxós resgatará direito indígena e por fim a 38 anos de ilegalidade de Parque Nacional (01/09/99); Carta do Monte Pascoal (manifesto do Conselho de Caciques Pataxós de 27/08/99); Nota do CIMI (Conselho Indigenista Missionário): o Monte Pascoal, os Pataxós e os 500 anos do Esmagamento (25/08/99); Portaria 685/99 (18/08/99) do Presidente da FUNAI: “(...) para realizar estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Corumbauzinho e revisão de limites da Terra Indígena Barra Velha (...)”. In: <https://listhost.uchicago.edu/pipermail/ant-bra/1999-September/000005.html> (consultado em setembro de 2008). Estes registros e os que se seguem baseiam-se nestas referências.

¹² Situadas nos municípios de: Prado, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Itamarajú. Estas informações e as que serão apresentadas neste subitem estão em <http://patax.blogspot.com/> (consultado em setembro de 2008).

¹³ Apresentação baseada em: Sotto-Maior (2006) a partir de <http://patax.blogspot.com/> (consultado em setembro de 2008).

¹⁴ Segundo Sotto-Maior (op. cit.).

chamava-se Brasília. O líder foi o cacique ZC (TM)¹⁵, acompanhado de ZB, que desde desta retomada tornou-se cacique deste grupo, e mais 20 Pataxós.

Dentre as atividades de sustento, os moradores de Tibá utilizam farinha (construída com apoio da FUNAI) para feitura de: farinha de puba¹⁶ (cuiuna de caboclo), farinha de guerra ou de mandioca (fina para venda externa), tapioca¹⁷ e bolo de tapioca (enrolado em folha de patioba¹⁸). Cultivam roças de mandioca, melancia, banana, feijão, milho, mamão e outras árvores frutíferas da região. A água que os abastece vem do rio do Peixe, onde também pescam. O cacique afirma que não caçam na área do Parque, a não ser que não tenham o que comer. Caso isso aconteça, encontram: tatu, paca e alguns tipos de pássaros.

Para os pataxós da Tibá, os mais velhos do grupo representam a segurança na transmissão oral de ensinamentos quanto ao uso de plantas com finalidades curativas, à transmissão da língua¹⁹ e rituais que ainda resistem na memória grupal. Este é o caso da índia ZA²⁰ que repassa constantemente seus conhecimentos a todos os membros de sua aldeia: “Ela sempre brigou para nós usarmos o tupsai²¹ e mostrarmos nossa cultura, e não ter vergonha de ser índios” (depoimento de filha de ZA)²².

Nesta aldeia existe uma escola indígena (construída pela própria comunidade) que conta com um professor (mantido pela Prefeitura de Prado).

Na Aldeia Tauá, existem 43 famílias cadastradas²³, sendo que 31 nela residem e 12 moram no Povoado de Veleiro. A maioria deste grupo não quer sua inclusão nos limites da Terra Indígena de Comexatiba, embora solicite a regularização (por parte de FUNAI) da área onde habitam como terra dominial. Esta aldeia, cercada por grandes fazendas, é uma posse de aproximadamente 10 tarefas. O cacique WA apresentou guia de recolhimento de impostos para o INCRA²⁴, que estava em nome do índio CE (residente nesta aldeia). A terra é insuficiente para o grupo de 31 famílias moradoras, portanto, a maioria busca ocupação junto aos fazendeiros da região e, por isso, temem as represálias dos mesmos²⁵.

Na aldeia Pequi, vivem 17 famílias (todas nela residem). As retomadas iniciaram em 2003, sendo que a primeira foi numa área de antiga ocupação indígena (o Pequi²⁶) e pode-se considerá-la situada numa região de perambulação de pataxós entre o Parque Nacional de Monte Pascoal e o Parque Nacional do Descobrimento. Conforme informações dos índios, eles foram expulsos após ocupação realizada por empregados do então proprietário deste local que reivindicam. E segundo o cacique ZC (TM): o sítio localizado na boca da Barra do Rio Caí, hoje na mão de dois fazendeiros, era de posse de seus avós nascidos em Barra Velha e Prado.

No lugar onde existe a fazenda Santa Rita²⁷ (ou seja, subindo o Rio Caí e a oeste da fazenda do Sr. V) concentram-se várias passagens relativas a pataxós que ali viveram durante décadas.

Por exemplo, D. JU conta: até 2002 morava ainda no mesmo local, mas que já estava cercado por fazendas, ou seja, não dispunha mais do espaço que antes tinha para suas roças e muito menos da liberdade de pescar na beira do rio. Nesse mesmo ano, hospedou em sua casa um grupo pataxó, vindo de Mata Medonha e que procurava um local para abrir suas roças. Entretanto, para os fazendeiros essa ação representava uma retomada gerando, pois, um clima de ameaças que culminou, segundo seu relato, na invasão da sua casa, espancamento e tortura de seu marido²⁸. Foram então expulsos de sua casa, obrigados a assinar documentos de venda das terras e receberam a guisa de “pagamento” R\$ 1.000,00. Conta ainda que após vários pedidos desesperados, o fazendeiro deu-lhe um “barraco” na vila de Guarani – próxima a Itamaraju, mas sem “um palmo de terra para plantar”.

Aldeia Pequi (antiga Serra Verde) foi também formada a partir da retomada de uma área no Parque Nacional do Descobrimento²⁹. As casas são de taipa, algumas cobertas de madeira (paraju, louro, arapati), outras de sapê ou de telha em folha e as roças, ao redor das casas, são pequenas (no máximo uma tarefa). Utilizam a água do rio do Peixe.

¹⁵ Enquanto Sotto-Maior (op. cit.) na sua descrição nomeia individualmente seus entrevistados, opta-se, nesta exposição, por registrar apenas por extenso os nomes de família e quanto às pessoas propriamente ditas usar-se-á somente iniciais maiúsculas para sua indicação no decorrer deste texto.

¹⁶ Ou puva ou ainda farinha d'água, produzida com a mandioca amolecida, fermentada na água.

¹⁷ Comida tipicamente brasileira, de origem indígena (feita com amido ou fécula extraído da mandioca) também conhecida como polvilho, goma ou beiju, que ao ser espalhada numa chapa aquecida se coagula, e vira uma única massa.

¹⁸ Origem tupi (pat'owa): pa'ti, espécie de palmeira; 'owa', folha.

¹⁹ Ou seja, o que restou de termos empregados em seu vocabulário. Uma vez que as línguas dos vários grupos sob o etnônimo Pataxó Hähähãe não estão mais operativas, salvo por vocábulos lexicais. A língua pataxó persistiu até (por volta de) 1938, quando Curt Nimuendaju encontrou falantes estabelecidos na Reserva Caramuru-Paraguçu. Wied-Neuwied, F. Martius, B. Douville, C. Nimuendaju e Maria Aracy Lopes da Silva bem como Greg Urban coligiram, em distintos períodos, vocabulários entre pataxós setentrionais ou Hähähãe, mas apenas o primeiro recolheu entre os chamados pataxós meridionais (situados no sul da Bahia). Nimuendaju observou: não obstante o seu vocabulário divergissem muito daquele que Wied-Neuwied tomou de um grupo pataxó na Vila do Prado, em 1816, ele acreditava tratar-se de vocabulários de uma mesma etnia (cf. <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo-ha-ha-hae/918> - consultado em janeiro de 2009).

²⁰ Com mais de 70 anos, viveu os episódios de Barra Velha (entre o final dos anos 40 e início dos 50) que suscitou a dispersão de pataxós pelo extremo sul bahiano.

²¹ Vestimenta ou saia feita de tucum (fibra de uma palmeira com o mesmo nome).

²² Entrevista realizada em outubro de 2005 (cf. Sotto-Maior, op. cit.).

²³ Apresenta-se dados populacionais indicados por Sotto-Maior (op. cit.).

²⁴ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

²⁵ Segundo Sotto-Maior (op. cit.): “... Para se ter idéia da pressão provocada pelos proprietários das redondezas, no dia da reunião junto ao Pataxó da Aldeia Tauá, ouvimos tiros de espingarda na direção do centro da Aldeia, e mais alguns no sentido da porteira”.

²⁶ Próxima a localidade chamada “Come quem leva” que está fora dos limites do Parque Nacional do Descobrimento

²⁷ Atualmente de posse do Sr. N.

²⁸ E em consequência disso, este sofre de problemas sérios de saúde, inclusive que o impossibilitam de trabalhar.

²⁹ Realizada há um ano e 6 meses aproximadamente (este relato tem como referência temporal o ano de 2006).

Plantam abacaxi, mamão, mandioca, banana, cana de açúcar e coco e criam galinha para consumo. Preparam-se para trabalhar com apicultura. Pescam nos rios Imbassuaba e Caí, assim como numa represa conhecida por “Só não Vou” (2 horas de caminhada da aldeia) os seguintes tipos de peixes: Beré, Traíra, Jundiá, Robalo.

A farinha existente é de adobe, coberta de madeira e com a prensa de Ipê (montada pela comunidade e com apoio da FUNAI), nela fabricam farinha de puba e de guerra (ou de mandioca). Fazem também tapioca e bolo de tapioca. Parte da farinha que não é consumida é vendida nos mercadinhos da vila de Cumuruxatiba, bem como o excedente de frutas.

Quanto à atividade de caça relataram: estão impedidos por estarem em terras do Parque Nacional do Descobrimento. Ainda nesse resistem espécimes como: anta, tatu, porco do mato, cotia, quati, macaco, saruê (gambá), veado, bem como mutum, macuco e vários pássaros da região.

Pequi é majoritariamente formada pela família do cacique BAA, nascido em Barra Velha, mas viveu na TI³⁰ Mata Medonha por 17 anos. Saiu de lá devido a divergências e levou consigo vários familiares. Buscou apoio nas terras de D. JU e tentou instalar-se em área próxima ao rio Caí, num local conhecido como antigo Pequi³¹. Segundo relato: “enfrentaram a revolta dos fazendeiros e resolveram passar a ocupar uma área nos limites do Parque”. Ademais, recentemente grande área próxima à aldeia queimou durante três dias. Juntos com os agentes do Previ-Fogo (IBAMA), procuraram combater o incêndio³² (cf. Sotto-Maior, op. cit.).

Na aldeia Caí estão cadastradas 73 famílias. Mas apenas 17 famílias possuem residência fixa na aldeia, pois sendo retomada nos limites do Parque do Descobrimento, muitas temem construir sua casa e serem retiradas por força de uma liminar. Portanto, 56 famílias (a maioria) vivem na Vila de Cumuruxatiba.

A área ocupada é utilizada para agricultura de subsistência. Plantam feijão, milho, mandioca, melancia, abacaxi, mangaba, banana, caju etc. Tal qual as demais aldeias, as casas são de taipa com cobertura de sapé, sendo que algumas ainda estão cobertas de plástico preto desde a ocupação. Este grupo construiu uma escola de taipa, que é mantida pela Prefeitura do Prado. Recebem também assistência médica da FUNASA³³.

TM é ainda a maior liderança e conta com o apoio de sua mulher JOI – líder espiritual versada em ervas medicinais e rituais do grupo pataxó relacionados à cura. Mas, devido a problemas de saúde, aquele entregou a função de cacique a OR, que acompanha o grupo desde o início da ocupação e é também professor na Aldeia.

A aldeia Alegria Nova é também área retomada nos limites do Parque Nacional do Descobrimento, próxima ao rio do Sul e córrego Três Capangas (segundo informantes, onde se abastecem de água para beber).

Nesta aldeia moram 16 famílias³⁴ que residem em 12 casas. São, majoritariamente, nascidas nas imediações dos rios Gibura, Caí, do Sul, Corumbau e Palmares, que estão incluídos na área reivindicada pelos pataxós.

A família do Sr. GI (63 anos) e D. RA (75 anos) é uma das principais. Ele é irmão do cacique da TI Mata Medonha, nasceu em Barra Velha e viveu 13 anos na aldeia Boca da Mata, saindo de lá por pressão do IBDF³⁵. Em 1955, mudou-se para região do rio Caí onde “abriu posse”, perto da área que atualmente pertence Parque Nacional do Descobrimento.

Quando casou com D. RA foi morar próximo ao rio do Sul, em terra da família dela (com aproximadamente 80ha, segundo documentação do INCRA) e esta era cercada de grandes fazendas, até que a BRALANDA³⁶ comprou uma área do Sr. MAH e passou a pressioná-los a vender. Como não aceitaram as propostas, foram expulsos, em 1974, sob a alegação de que estavam em terras que a empresa havia adquirido.

Ainda segundo informantes: tal expulsão teve apoio de agentes da polícia de Prado e as famílias indígenas foram obrigadas a fugir numa noite chuvosa. E conforme relatou o Sr. GI: “Lá tinha roça de tudo quanto é tipo, tinha 30 tarefas de mandioca, 5 hectares de café, banana, cacau, laranja, etc”. Contou também que a BRALANDA “mandou queimar 3 casas e uma farinha”.

Por ora, estes são alguns dos relatos que tocam aspectos das relações entre os grupos que se auto-identificam como índios pataxós e os demais segmentos que convivem no espaço sociocultural e geográfico de Cumuruxatiba e seu entorno.

Contexto socioeconômico do município de Prado e distrito de Cumuruxatiba: dados elementares e outras questões preliminares...

Em Cumuruxatiba, a pesca, a construção civil e o turismo (predominantemente sazonal³⁷) são as principais fontes de ocupação e, portanto, renda de sua população. Por ser economicamente área que congrega populações empobrecidas, formadas por ‘nativos’ (expressão usada pelos nascidos nesta localidade para se auto-referirem) e/ou descendentes de índios e africanos, existe contingente localmente significativo de pessoas inscritas no Programa (governamental) Bolsa Família³⁸.

³⁰ Terra Indígena.

³¹ Atualmente, propriedade do Sr. N.

³² Sua causa está sendo apurada.

³³ Fundação Nacional de Saúde.

³⁴ A maior parte pertence às famílias: Conceição, Brito e Machado.

³⁵ Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (extinto em 1989), substituído pelo atual IBAMA.

³⁶ Brasil Holanda de Indústria S/A, empresa acusada de grilagem e com processos jurídicos em decisão: (cf. www.nossacara.com/ler.php?doc=3319; www.jornalradar.com/ler.php?doc=2631 – notícias de 07 e 08/07/2008 – consultados em novembro de 2008).

³⁷ Maior fluxo de turistas no verão.

³⁸ Coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, este programa beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00). Com respeito às famílias incluídas, estas ficam comprometidas a: manter as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola, cumprir o calendário de vacinação para as crianças entre 0 e 6 anos e

Esta nota continua na página seguinte

No município de Prado 2.895 famílias³⁹ são atendidas. Caso se considere o total de 6.944 famílias nele residentes⁴⁰, este número representa 41,69%, (aproximadamente 42%), ou seja, quase a metade das famílias⁴¹ nesta municipalidade está incluída no programa Bolsa Família. É plausível supor que tal estimativa reflita o real depauperamento de sua população.

Estes dados parecem esclarecer a tensão anteriormente apresentada no que diz respeito ao acesso a terra do ponto de vista daqueles grupos que se querem reconhecer indígenas e que, no passado, eram referidos como caboclos. Assim como remetem também ao extenso problema fundiário que valida movimentos como o MST⁴², presente nesta área. No entorno de Cumuruxatiba, existem tanto terras que o INCRA propõe a reforma agrária ou de destinação a assentamentos rurais, quanto questões em andamento envolvendo a demarcação de terras indígenas (como exposto no item anterior).

O substrato destas demandas é evidentemente a condição de pobreza da população, identifique-se esta como “índia”, “negra”, “branca”. Aliás, condiria mais apropriadamente, quando se considera a formação histórico-demográfica da sociedade brasileira, reconhecê-la como culturalmente mestiça ou híbrida. Como já vem de longe proposto por Freyre (1933), Ribeiro (1970; 1980; 1995) e, mais recentemente Canclini (1998; 2000) que, dentre outros, ao discutir o contexto latino-americano, a contemporaneidade e sua complexidade sociocultural, resgata e atualiza a noção de hibridização, anteriormente abordada por Freyre em seu clássico e célebre estudo *Casa Grande e Senzala*⁴³.

Ademais, no contexto latino-americano ponderar sua composição populacional e sociocultural supõe acionar concepções quanto à “mestiçagem” (cf. Maranhão, 2004; 2007). E não apenas sobre a produção de fenótipos a partir de cruzamentos genéticos, mas, com respeito à mescla de hábitos, crenças e formas de pensamento em suas múltiplas e transversais temporalidades (cf. Canclini, op. cit., 2000). Portanto, por “hibridação” quer se nomear “mesclas” nas quais elementos étnicos e religiosos – enfim, culturais (cf. Maranhão, op. cit.) – combinam-se e estão complexamente integrados sob contemporâneos processos sociais e econômicos que, por sua vez, interligam-se às atuais tecnologias e seus produtos (cf. Canclini, *ibidem*).

Por seu turno, as reconstituições identitárias que, hoje, fazem a visibilidade de auto-reconhecimentos (tais como “indígena” ou “negro”) de grupos, que já foram historicamente misturados por aspectos nacionais culturalmente hegemônicos, podem estar respondendo, especialmente no contexto em tela, a estratégias políticas em busca do acesso ao meio de produção ou ainda patrimônio econômico que a propriedade ou até posse da terra propicia. Logo, aqueles culturalmente caboclos (friso culturalmente, pois não se trata de raça – noção histórica e cientificamente equivocada e que se deseja radicalmente ultrapassada) estão, em vários casos, reinventando, por assim dizer, contextuais adesões identitárias.

Claro que essas re-identificações são úteis e até válidas no âmbito daqueles encontros políticos para obter recursos limitados ou que foram apenas apropriados por outros segmentos sociais. Mas não se pode crer que, especialmente nas últimas três décadas, na sociedade brasileira emergiram com tamanha intensidade e em extensas camadas socioculturais ditas incorporações étnicas. Tais adesões são especiais atributos dos grupos atuantes ou politicamente interessados, mas não fazem parte integralmente consolidada do acervo identitário de muitos sujeitos que apenas delas lançam mão em situações determinadas por suas necessidades imediatas ou mediatas. E muito menos (isto é, fazem parte do acervo identitário) de outros tantos que sequer se reconhecem nelas porque se entendem singelamente “brasileiros”. Não foi assim que a invenção nacional propagou, ensinou ou fixou?

Sujeitos esses que, na verdade, são pobres (antes de qualquer outra qualificação)⁴⁴, vivem em áreas rurais, seguem sendo excluídos do acesso a terra e buscam alcançar algum recurso para seguir sobrevivendo... Eis a real questão: pobreza e desigualdade!

Por outro lado, as problemáticas recém-arroladas sinalizam a pertinência de refletir com respeito à noção de caboclo na perspectiva de sua adequada e crítica retomada. Sei que para alguns tal proposição apresentar-se-ia discutível porque pareceria anacrônica. Mas, na medida que sejamos capazes de criticamente entender que essa noção está, desde de sua origem, impregnada de sentidos ou significações culturais, que certamente precisam ser deslindados e renovadamente elaborados (desconstruir para reconstruir). Uma vez que compreendamos como cultura cabocla no Brasil a que se produziu, mormente, devido à mistura, mestiçagem ou miscigenação das vertentes culturais européias, indígenas e africanas.

Por ora, ficam anotadas estas preliminares ponderações que serão reexaminadas no desenrolar desta investigação.

Apenas Cumuru para ‘nativos e forasteiros’: mais fragmentos descritivos

a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação. Quanto aos tipos de benefícios: básico (R\$ 62,00), pago a famílias extremamente pobres com renda mensal até R\$ 60,00 por pessoa (inclusive famílias que não tenham crianças, adolescentes ou jovens); Variável (R\$ 20,00), pago a famílias pobres com renda mensal até R\$ 120,00 por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes até 15 anos (cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, R\$ 60,00); Variável Vinculado ao Adolescente (R\$ 30,00), pago a famílias (incluídas no PBF) que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola (cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, R\$ 60,00). (cf. www.mds.gov.br/bolsafamilia - consultado em novembro de 2008).

³⁹ Dados relativos out. 2008 colhidos em: www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/lista-de-beneficiarios (consultado em novembro de 2008).

⁴⁰ Cf. www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1: domicílios particulares – municípios vigentes em 2001 (consultado em novembro de 2008).

⁴¹ Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, no ano 2001 (cf. www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2001/notastecnicas.pdf p.4 de 26 – consultado em novembro de 2008): “Classificaram-se os domicílios como particulares quando destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento fosse ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência”.

⁴² Movimento dos Sem Terra.

⁴³ Conforme já mencionei em outras oportunidades (Maranhão, 2004; 2007): Freyre (1933), em sua notória interpretação sobre a formação do Brasil, já se refere à sociedade nacional como “híbrida”.

⁴⁴ Ou seja, fazem parte de grupos socioculturais que foram, historicamente, empobrecidos e continuam sendo...

Por se tratar de pesquisa em desenvolvimento, a atual etapa se caracteriza mais por um prévio arrolar de questões que foram não apenas impressionisticamente suscitadas, mas também pela oportunidade de empreender a estratégia da observação participante, uma vez que estou morando, há mais de dois anos, em Cumuruxatiba.

Vale, portanto, comentar algumas observações e situações proximamente vividas (neste lócus mais que investigativo, porque de bom estar) e estas apontam para tensão interativa entre “nativos e forasteiros” e/ou “índios, brasileiros, gringos”.

Cabe logo afirmar: o termo “nativo” é de uso bem corrente entre os que nasceram em Cumuru – ou seja, não se designam como de Prado ou de Cumuruxatiba. Por exemplo, costumam assim se nomear, quando em conversa com os de “fora”, estes ao contarem de onde vêm (ou onde nasceram), acabam espontaneamente perguntando ao interlocutor: se este é nascido na localidade ou não? A resposta vem com um certo ar de orgulho: “eu sou nativo!”. E sugere não apenas sentimento de pertença, mas outrossim de posse em relação ao lugar.

Pois, na medida que se aprofunda este contato (entre os de “fora” e os da “vila”) chega, em alguns casos, até parecer que “forasteiros” fossem, por assim dizer, quase invasores de um território que tais “nativos” imaginariam como somente seu...

Conforme apresentado no subtítulo deste item: “nativos” e “forasteiros” costumam chamar Cumuruxatiba de apenas Cumuru. Mas, se a auto-referência “nativo” é amplamente compartilhada pelos naturais desta vila; não acontece o mesmo dentre os referidos “forasteiros” que nela moram: uns dentre estes assim se categorizam mas apenas usam esta expressão entre si, nunca a empregam na frente dos “nativos”, enquanto outros também de “fora” apenas situam a cidade ou o estado federativo onde nasceram – ou seja, não se apelidam “forasteiros”.

Por outro lado, parcela significativa do professorado que atua nesta localidade é oriunda de outras cidades do país – ou seja, são de “fora” ou “forasteiros”. Em especial, na única escola que oferece educação média. E tal fato se deve a baixa escolarização da população local que apenas, nas duas últimas décadas, teve acesso escolar restritamente ofertado⁴⁵. Em várias oportunidades de conversação com alguns professores/as foi recorrente o comentário que seus “alunos/as não teriam projetos ou interesse de conhecer ou trabalhar em outros lugares” para além de Cumuruxatiba. Tal opinião vem com certo tom de reprovação e pode-se assim sintetizá-la: “os jovens de Cumuru são, em geral, acomodados porque gostam de viver num lugar no qual todos os conhecem desde pequenininhos”. Aliás, alguns moradores procedentes de cidades regionais próximas (Itamaraju, por exemplo) e que vieram para esta vila em busca de trabalho ou ocupação (tais como: serviços domésticos, caseiros, jardinagem etc.) parecem partilhar da mesma opinião e de modo mais categórico: “esse pessoal daqui, esses nativos, não tem perspectivas e nem querem...”.

Além dessas categorias (“nativos” e “forasteiros”) amplas e diferenciadoras, esses ‘tipos’ de moradores usam uma referência comum e distintiva que concerne aos “veranistas” (aqueles que têm casas de veraneio) e “turistas” (os que se hospedam nas pousadas locais).

No caso da população “nativa” que tem poucos recursos econômicos, esses veranistas são também mais uma possibilidade de renda para o período da baixa estação. Uma vez que ficam “cuidando das casas” ou “tomando conta” durante todo ano, como dizem; e em alguns casos sua remuneração é poder alugá-las no período de baixa estação e ganharem este aluguel pela tarefa de “cuidar”. Já que no verão o preço do aluguel é bem mais alto (mais ou menos R\$ 150,00 por dia), os proprietários quando alugam não dispensam este valor, mas durante a baixa estação este varia entre R\$ 100,00 a R\$ 400,00 e assim remuneram os que “cuidam” de suas casas no resto do ano.

Dentre os “nativos” aparecem certas diferenciações: existem os que se consideram também “índios” e os que se definem como não “índios”. A primeira vista pode-se achar trivial. Mas sendo a aparência fenotípica similar, a adesão identitária é, porém, distinta. E essas diferenciações importam do ponto de vista dos “nativos” que não se identificam como “indígenas” críticas ou avaliações negativas com respeito aos que se reconhecem pataxós.

Da mesma forma, estes que se entendem “apenas nativos” as fazem em relação aos moradores de assentamentos rurais e ligados ao MST. As opiniões, por eles, emitidas têm igual teor na apreciação de ambos os grupos (índios ou pataxós e aqueles ligados ao MST) e se resumem de modo geral assim: “eles querem ganhar terra sem trabalhar para conseguir...” ou “eles não gostam de trabalhar”.

Com respeito à questão da demarcação de terras indígenas (em andamento nesta área) aparecem comentários entre os próprios “nativos” criticando outros dentre eles que se identificam, nesta disputa, como “índios” mas somente para ter possibilidade de obter propriedade.

Eis o que contou uma antiga moradora de Cumuruxatiba (pertencente à família tradicional dessas cercanias), nascida na Barra do Cahy, com mais ou menos 65 anos e que tem também recordações da violenta ação policial sobre os pataxós de Barra Velha bem como os que provieram desta Aldeia. Relatou, pois: “nossa família acolheu lá em Barra do Cahy alguns deles e tiveram que fugir até durante a noite, até as crianças... Foi assim que vieram pra cá⁴⁶... Nós temos parentes índios, até ajudamos alguns nesta época... Mas agora com esta coisa de terra, eu não vou colocar um colar de índio e dizer

⁴⁵ Segundo relato de uma ex-diretora de escola em Cumuruxatiba: desde meados dos anos 60, havia uma escola (de primeira a quarta séries do 1º Grau) com uma única classe e um professor/a residente; e, por volta dos anos 80, esta vila passa a contar com mais duas escolas cobrindo, porém, as mesmas séries. Em 2000, numa das escolas existentes estendeu-se à oferta de escolarização até o ensino médio.

⁴⁶ Cumuruxatiba.

que eu sou índia como muitos estão fazendo por aqui...⁴⁷ Eu tenho a minha terrinha e por isso eu ganho a aposentadoria por que nós temos roça, aqui perto, aí pro lado do Rio do Peixe, eu e meu marido... Mas eu não vou dizer que sou índia, como estes outros fazem. Até também quando mata um, foge pra dentro do parque, para aldeia, pra reserva, porque assim não pode ser preso porque é índio, se cadastrou prá poder receber terra que estão dando para os índios...”

Quanto aos acampados do MST que vivem na vizinhança da vila e também buscam ocupação nas fazendas próximas a Cumuru, os “nativos” costumam atribuir, quando ocorrem furtos em casas da localidade, a estes, dizendo: “é gente que vem de fora, como estes sem terra, que rouba... Antigamente não acontecia aqui...”

Por fim, acrescento mais uma observação que sugere ou até explícita a tensão entre os ditos “nativos” com respeito aos “forasteiros” (em geral, mais abastados economicamente e com maior escolarização) e que procedem de vários lugares do Brasil (sobretudo, baianos de cidades vizinhas, mineiros, capixabas; além de paulistas, cariocas, gaúchos etc. – estes em comparação com aqueles são minoritários) e do mundo (argentinos, suíços, franceses, estadunidenses, ingleses, etc.).

Uma “nativa” que, além de cabeleireira na localidade⁴⁸, prestava serviços domésticos a um casal “forasteiro” para assim contar com remuneração permanente; e ao se desentender com a patroa, alterou-se e aos gritos dizia: “eu sou nativa com muito orgulho! Vocês não são daqui porque não voltam pra lá? Se lá as pessoas trabalham melhor porque vocês não ficam por lá? Não é porque eu seja nativa, pobre, analfabeta, eu não sou analfabeta e suja...”

Esta pessoa supracitada pertence, por casamento, a uma família antiga nesta localidade, faz parte assim de um grupo que tinha uma posição social diferenciada em relação aos bem mais pobres de Cumuru. Integraria, por assim dizer, uma ‘classe média local’; entretanto, sua situação, como de outros na mesma posição, ficou desfavorecida com a chegada desses de “fora” e que têm maiores recursos econômicos que os mais bem posicionados na vila.

Precisam, pois, auferir algum ganho trabalhando para os “forasteiros”, mas existe a tensão que também está ligada ao fato que alguns destes provêm de regiões mais ricas do país e de cidades mais equipadas em termos de serviços de consumo e de equipamentos urbanos. O que aguça a curiosidade dos locais mas, ao mesmo tempo, deixa-os inseguros supondo que seriam desvalorizados por serem da “roça, um lugar que não tem quase nada...”

Assim, ainda comentava a cabeleireira na função de doméstica: “o pessoal tem pouco dinheiro vai lá cortar o cabelo, eu corto e dizem que depois pagam, mas todo mundo é conhecido aqui, então fica difícil... E também aqui não acontece nada e, por isso, as mulheres não têm nem vontade de se arrumar, pois não tem para onde ir. Não é como cidade grande, como São Paulo, Rio, Salvador, que as pessoas tem pra onde ir por isso as pessoas se arrumam mais, gastam mais com roupa, fazendo o cabelo, pintando o cabelo...”

Entretanto, nessas nuances de diferenciações, previamente mencionadas, aparecem, por assim dizer, certas convergências entre “nativos” (“índigenas ou não”) e “forasteiros” quando o sujeito considerado é estrangeiro, ou seja, “gringo”. Tal distinção não importa necessariamente interação conflitada ou depreciação da pessoa em questão.

Todavia, em contextos nos quais se pondera sobre interesses de grupos empresariais multinacionais, nesta região, com empreendimentos que cercam, por exemplo, o acesso a áreas de praia, ou até pessoas “não nativas” que poderiam invadir espaços entendidos como de uso comum, tais categorizações emergem – “gringo” e “de fora”. Especialmente na primeira situação citada, a identificação contraposta é a “nacional” agregando assim os que se reconhecem como “nativos, índios, brasileiros” frente aos mais estranhos nesse espectro identitário – “gringos”. Mas, na segunda, o auto-reconhecimento “nativo”, sem distinção entre “índio e não índio”, é acionada como se fosse expressão de certo antagonismo face aos “invasores forasteiros” – sejam “brasileiros ou gringos”.

Enfim, ficam, por ora, estas preliminares anotações para serem aprofundadas no desenrolar desta pesquisa, na busca deslindar interfaces (mais ou menos) nuançadas e subjacentes nas categorizações arroladas e nas relações interativas que estão nelas sinalizadas...

Referências bibliográficas citadas

- CAMINHA, Pero Vaz de (1500). Carta a El Rei D. Manuel, edição de referência: São Paulo: Dominus, 1963.
- CANCLINI, Nestor Garcia, (1998). Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução Ana Regina Lessa e Heloisa Pezza Cintrão, São Paulo, EDUSP.
- _____, (2000). Notícias Recentes sobre Híbridação. Seminário Artelatina. Entrevista ao Jornal da UFRJ, ano 2, n 10 (nov.).
- FREYRE, Gilberto, (1933). Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt (edição mais recente: 36ª, Record, 1999).
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. (1987). Sobre Indigenismo, Autoritarismo e Nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil. In: João Pacheco de OLIVEIRA (org.), Sociedades Índigenas e Indigenismo no Brasil (1 ed.), Rio de Janeiro/São Paulo, UFRJ/Marco Zero (p. 149-214).
- MARANHÃO, Helena S. Ponce. (2004) Brasis Brasileiros: metáforas e descrições. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Educação, UFRJ (256 pp).

⁴⁷ É comum o uso de colares de contas (feito de sementes de plantas) entre “nativos” que se reconhecem “índios”, cumprindo assim uma marca de identificação. O que acaba estabelecendo certo modismo dentre alguns turistas e “forasteiros-moradores” que o adotam também como mero adorno.

⁴⁸ Tem um pequeno salão de beleza na frente de sua casa e contou que “puxou o dom de cortar cabelo de seu avô que era índio”.

_____. (2007). Das imagéticas nacional-brasileiras e suas versões: identidades e diferenciações nas representações de normalistas em formação superior. *Revista Educação & Cultura Contemporânea*, vol. 4, n. 7, pp. 20-52.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (s/d). “Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito”. http://br.geocities.com/esp_cultural_indigena/texto2.htm (consultado na Internet em 20 de agosto 2008).

RIBEIRO, Darcy, (1970). *Os Índios e a Civilização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____. (1980). *Os Brasileiros: Teoria do Brasil*. Petrópolis, Vozes.

_____. (1995). *O Povo Brasileiro: a Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo, Editora Companhia das Letras.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. (2000). Breve História da Presença Indígena no Extremo Sul Baiano e a Questão do Território Pataxó do Monte Pascoal. XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum de Pesquisa 3: Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação.

SOTTO-MAIOR, Leila Silvia Burger. (2006). Estudos de Fundamentação Antropológica necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena de Comexatiba (Cahy/Pequi). FUNAI.

Referências de sites consultados na Internet e citados

www.brasilchannel.com.br/municipios
http://br.geocities.com/esp_cultural_indigena/texto2.htm
www.cidadebrasileira.brasile scola.com/bahia/historia-prado
www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1
www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2001/notastecnicas.pdf
www.jornalradar.com/ler.php?doc=2631
<https://listhost.uchicago.edu/pipermail/ant-bra/1999-September/000005.html>
www.mds.gov.br/bolsafamilia
www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/lista-de-beneficiarios
www.nossacara.com/ler.php?doc=3319
<http://patax.blogspot.com/>
www.pradobahiaabrasil.com.br/historia
www.pradoturismo.com.br/PradoBahiaHistoria
<http://piib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo-ha-ha-hae/918>

Sites consultado

<http://catalogos.bn.br/redememoria/spi.html>

Notas para pensar a integração entre desiguais no contemporâneo: Alguns apontamentos

Muleka Mwewa
Universidade Federal de Santa Catarina – CNPq
Université Paris 1 – Panthéon Sorbonne – NOSOPHI
afromuleka@yahoo.fr

Resumo: A partir de algumas notas discutimos a integração social entre desiguais que são igualados na Cultura Popular no contemporâneo para fins de globalização. Esta discussão tem como referencial teórico Stuart Hall e Nestor Canclini, em especial. Coloca-se uma necessidade de se criar espaços que contemplem as manifestações culturais tidas como subalternas, porém sem essencialismos. Para Garcia Canclini este espaço pode ser proporcionado pela globalização e através da indústria cultural. Stuart Hall, por outro lado, vê este espaço nas Lutas Sociais. Porém, o primeiro argumento teria como ressalva o processo unilateral, em alguma medida, em que se dá a globalização que cada vez mais engloba todos na indústria cultural através do consumo. O espaço de Lutas só pode ser requerido quando possibilita vislumbrar uma sociedade mais equânime e a história tem vacilado em nos mostrar tal sociedade. Argumentamos que enquanto esta necessidade, da busca por outros espaços, se colocar exige-se um redirecionamento dos pressupostos culturais nos quais se alicerça a formação cultural amplamente divulgada.

Palavras-Chave: Stuart Hall – Garcia Canclini – Sociedade – Ponto de Inflexão – Cultura Popular

I

A reflexão desenvolvida neste texto faz parte de uma pesquisa mais ampla que está ainda em curso com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq-Brasil). O recorte que fizemos para esta comunicação pretende oferecer alguns subsídios para a discussão, a partir de Stuart Hall e Nestor Garcia Canclini,

da integração social e cultural pretendidas para os considerados “desiguais”.¹ Estes, se pensados a partir da cultura em termos hallianos, podem ser igualados para fins de compartilhar os valores culturais. Tal igualdade está longe de estabelecer uma relação que prescindia de conflitos. Portanto, a mesma é pensada em termos de Garcia Canclini que pressupõe uma relação equânime para fins de negociações culturais. Em outros termos, os nossos referenciais teóricos se complementam ao reivindicarem uma igualdade que permita o estabelecimento de conflitos entre grupos que desfrutem dos mesmos direitos de ação. Diante da necessidade de se criar um espaço que contemple as manifestações consideradas subalternas, porém sem essencialismos, Canclini argumentaria que este espaço pode ser proporcionado pela globalização, apesar de muitas vezes, está ser fruto de um processo unilateral, ao englobar todos na indústria cultural que dita o “quê” e “o como” devemos nos portar diante da cultura produzida em escala industrial e convertida em produto a ser consumido, portanto “[...] um número muito substancial de trabalhadores deve estar incluído entre os receptores desses produtos”, através do consumo muitas vezes incentivado pelos meios de comunicação de massa, que em última análise, legitimam tal indústria, concluiria Hall (2003, p. 253).

Pensemos, em relação ao imperialismo popular, sobre a história e as relações entre o povo e um dos principais meios de expressão cultural: a imprensa. [...] a efetiva inserção em massa de uma audiência desenvolvida e madura de classe trabalhadora num novo tipo de imprensa comercial popular. [...] Isso exigiu um[a] reorganização geral da base de capital e da estrutura da indústria cultural. (HALL, 2003, p. 251).

Claro está que este consumo não se dá no mesmo nível em todas as camadas sociais onde ocorre. As necessidades são outras e diferentes, assim como a possibilidade de saná-las, porém são igualmente oferecidas pelas “indústrias culturais”, na expressão de Garcia Canclini, mesmo quando concebemos que “[...] las prácticas de los pueblos originarios revelán cuantas veces las diferencias culturales en vez de sostenerse como absolutas, se insertan en sistemas nacionales y transnacionales de intercambios para corregir la desigualdad social” (CANCLINI, 2006, p. 49). Não basta legitimar tal integração sem considerar o quanto é limitado o transnacionalismo desta, integração, se pensada a partir das populações periféricas, salienta o autor.

Desta forma, manter-se somente na observância desta limitação pode confirmar a igualdade pressuposta pela integração transnacional quando pensada pelos países centrais que nos igualam na inércia das nossas ações diante do seu avanço triunfal. O diálogo, a negociação e o conflito possíveis, só se dão a partir da conjugação de uma igualdade no momento da relação, mesmo quando sabemos que esta pode se dar somente entre iguais que desfrutem do mesmo patamar de ação na relação - porém com diferentes instrumentos, os quais se igualam na necessidade de intercâmbio que os força a uma querência muitas vezes recíproca na excelência da relação prototípica.

Enquanto esta necessidade colocar-se, exige-se um redirecionamento dos pressupostos culturais (ou sociais), os quais validam seus valores divulgando-os amplamente. A alternativa na cultura popular, que não deve ser tomada como idílica, como aponta Hall (2003), tem-se demonstrado um tanto quanto castrante tal como a da cultura estabelecida, em certa medida, ao possuir esta última como referência². A cultura chamada popular, por si só, não se configura na panacéia das mazelas vivenciadas pelas populações a quem é atribuída.

[...] as “transformações” situam-se no centro do estudo da cultura popular. Quero dizer, com isso, o trabalho ativo sobre as tradições e atividades existentes e sua reconfiguração, para que estas possam sair diferentes. [...] a transformação é a chave de um longo processo de “moralização” das classes trabalhadoras, de “desmoralização” dos pobres e de “reeducação” do povo. A cultura popular não é, num sentido “puro”, nem as tradições populares de resistência a esses processos, nem as formas que as sobrepõem. É o terreno sobre o qual as transformações são operadas. No estudo da cultura popular, devemos sempre começar por aqui: com o duplo interesse da cultura popular, o duplo movimento de conter e resistir, que inevitavelmente se situa em seu interior. (HALL, 2003, p. 248-249)³.

É importante empreendermos relações e ações no interior da cultura popular, que visem à superação e problematização dos limites nela presentes. Pensar em e na cultura popular requer um rigor prático e intelectual para não enclausurá-la na permanente conformação ao lugar ao qual é delegada. Na sociedade emerge hodiernamente uma exigência pela equidade nas relações sociais e culturais, pois, do ponto de vista da América latina,

acumulamos desde los años setenta y ochenta, por primera vez en América latina, un conjunto de estudios sociológicos, antropológicos y comunicacionales sobre las artes, las culturas populares y los medios masivos que permiten plantear, con más rigor y más datos, los vínculos entre ofertas culturales, consumo y movimientos sociales. Pero este avance académico ocurre en medio de una incertidumbre socioeconómica y política acerca de la viabilidad del continente. (CANCLINI, 2002, p. 38-39).

A busca pelo diálogo cultural que, aliás, sempre foi realizada em certa medida, porém coloca-se uma emergência de intensificá-la, por se mostrar tão necessária. Desde que este diálogo se dê de forma a estabelecer um intercâmbio para os agentes da relação. Por outro lado, a cultura amplamente divulgada tem mostrado o seu limite ao integrar os sujeitos em certas sociedades, pois não conseguiu nos livrar da desigualdade muitas vezes promovida a partir da sua organização. A

¹ Pessoas, comunidades e países com valores próprios que se diferenciam de forma paralela entre si, e se tornam desiguais na medida em que se exige deles o mesmo nível de abstração diante das problemáticas que os afligem em diferentes níveis.

² A esse respeito, consultar Mwewa (2004, 2005a e 2006) sobre a análise da constituição do universo da capoeira e as relações que esta estabelece na sociedade administrada.

³ Ver Adorno (2000, p. 282).

busca, portanto, não é pela cultura amplamente divulgada ou pela considerada “marginalizada”, mas sim pelas possibilidades de realização da tão requerida liberdade por sociedades que as concebem enquanto mecanismos para suas relações. Assim, é possível dizer que, a cultura que abre mão de propagar ainda pode confirmar possibilidades de se pensar o sujeito a partir de outras bases no contemporâneo tendo a si mesma como referência.

Para entender a cada grupo hay que describir cómo se apropia de y reinterpreta los productos materiales y simbólicos ajenos: las fusiones musicales o futbolísticas, los programas televisivos que circulan por estilos culturales heterogéneos, los arreglos navideños y los muebles “early american” fabricados en el sudeste asiático. (CANCLINI, 2006, p. 21).

No sujeito, esta compreensão referenciada por Canclini não abre mão dos conflitos existentes no interior das relações estabelecidas com “los productos materiales y simbólicos”, pelo contrário: estes conflitos devem ser intensificados para poder proporcionar sua superação e vislumbrar outras possibilidades de relacionamento. Sem correr o risco de pensar “[...] as formas culturais como algo inteiro e coerente: ou inteiramente corrompidas ou inteiramente autênticas, enquanto que elas são profundamente contraditórias, jogam com as contradições, [...] no domínio do ‘popular’” (HALL, 2003, p. 255-256).

Esta relação, contraditória, quando se dá entre os diferentes sujeitos “heterogéneos”, é mais exacerbada nas configurações sociais onde se exige que todos tenham um pouco de domínio de tudo, sem considerar, conforme afirma Canclini, que “los estados y las legislaciones nacionales, las políticas educativas y de comunicación que ordenaban la coexistencia de grupos en territorios acotados son insuficientes ante la expansión de mezclas interculturales” (Canclini, 2006, p. 14). Sem esta consideração continuamos amontoados em busca de espaços que não existem, pois já foram oferecidos para os que mais se igualam na reafirmação contínua do Narciso⁴. Portanto,

a dominação cultural tem efeitos concretos – mesmo que estes não sejam todo-poderosos ou todo-abrangentes. Afirmar que essas formas impostas não nos influenciam equivale a dizer que a cultura do povo pode existir como um enclave isolado, fora do circuito de distribuição do poder cultural e das relações de força cultural. Não acredito nisso (HALL, 2003, p. 255).

II

Sem cair num relativismo que também não nos ajuda a entendermos em profundidade os dilemas que a contemporaneidade nos coloca, lembramos que estes dilemas demandam pensar em relações que conflituam a partir do diálogo em busca da afirmação subjetiva. Assim, concordamos com Canclini quando este autor afirma que “el relativismo exacerbado de la ‘acción afirmativa’ oscurece los dilemas compartidos con conjuntos más amplios, sea la ciudad, la nación o el bloque económico al que nos asocia el libre comercio” (CANCLINI, 2006, p. 22), pois, conforme conclui o autor, “la vigilancia de lo políticamente correcto asfixia, a veces, la creatividad lingüística y la innovación estética” (CANCLINI, 2006). Quando os sujeitos se mostram atentos a outros espaços (o do popular, por exemplo), esta vigilância pode ter uma dimensão diferenciada quando compreende que “[...] o povo versus o bloco do poder: isto, em vez de ‘classe contra classe’, é a linha central da contradição que polariza o terreno da cultura” (HALL, 2003, p. 262).

Neste sentido, o caminho encontrado para abranger os que por ventura insistem em permanecer nas margens foi a chamada globalização que na sua maior parte de forma unilateral. Importam-se produtos, pessoas, idéias etc., e exportam-se enlatados e fórmulas para introduzir-nos (de forma vigiada) no mercado globalizante a partir da indústria cultural, como atesta Canclini (2006). Com ele concordaria Hall quando explica que “não se trata apenas de uma mudança nas relações culturais entre as classes, mas do novo relacionamento entre o povo e a concentração e expansão dos novos aparatos culturais” (HALL, 2003, p. 252-53, grifo nosso). Reafirma-se, assim, o uso que pode ser feito da indústria cultural, ela em si pode configurar-se num Cíclope com quem devemos travar uma luta, pois o que está em jogo, em última instância, é a vida5 nossa e dos nos iguais. E sim, é com os seus gestores/mentores que devemos nos manter resabiados. A partir de Canclini podemos dizer que estes permanecem em

[...] la estética de los sectores medios” constituindo-a “por la industria cultural y por ciertas prácticas, como la fotografía, que son características del ‘gusto medio’. El sistema de la ‘gran producción’ masiva se diferencia del campo artístico de élite por su falta de autonomía, por someterse a demandas externas, principalmente a la competencia por la conquista del mercado” (CANCLINI, 2006, p. 65).

A autonomia atribuída ao “campo artístico de élite”, por exemplo, é pensada pelo autor quando este compreende de forma ríspida que “las prácticas culturales de la burguesía tratan de simular que sus privilegios se justifican por algo más noble que la acumulación material”. (CANCLINI, 2006). O problema é que este noble ao qual a elite se refere sempre é legitimado por esta em detrimento de outros nobles que podem ser reivindicados pelos que estão em outros setores aquém da acumulação material. Não é com o acesso ao consumo que atingirão tal nobreza justificada pela elite.

É necessário reivindicar pela escuta (no sentido de auscultar) de outras vozes que falem de um lugar não convencional. Mas, “escrever a história da cultura das classes populares exclusivamente a partir do interior dessas classes, sem compreender como elas constantemente são mantidas em relação às instituições da produção cultural dominante, não é viver o século vinte” (HALL, 2003, p. 253). Assim, nos mantemos atentos ao dito de Andaré, personagem de Mía Couto, ao

⁴ A esse respeito, ver a interpretação de Canclini (2006, p. 153) sobre Narciso.

⁵ Refirimo-nos à luta travada por Odiseu contra o cíclope Polifemo, no canto 9 da Odisseia (HOMERO, 2007). Encontra-se esta passagem a partir da linha 365.

se referir ao processo de libertação colonial do seu país, quando diz que se “esses que sonhavam ser brancos segurassem os destinos do país. Proclamavam mundos novos, tudo em nome do povo, mas nada mudaria senão a cor da pele dos poderosos. A panela da miséria continuaria no mesmo lume. Só a tampa mudaria.” (COUTO, 2003, p. 98).

Sendo assim, verificar onde se localiza o conflito com os que sempre proferem os discursos hegemônicos e legitimados é condição para uma nova escuta, portanto

en la medida en que el especialista en estudios culturales o literarios o artísticos quiere realizar un trabajo científicamente consistente, su objetivo final no es representar la voz de los silenciados sino entender y nombrar los lugares donde sus demandas o su vida cotidiana entran en conflicto con los otros (CANCLINI, 2006, p. 166).

Por si só, este “nombrar los lugares” não se configura em garantia par excellence desta voz não imprimir também à barbárie ou à sua outra face, apenas, expressada por outros atores e autores que por ventura aspiram, também, por uma nova colocação ou mestiçagem (mistura) para o exercício de carrasco com os igualmente fragilizados.

Para Hall (2003, p. 257), “outras coisas deixam de ter um alto valor cultural e são apropriadas pelo popular, sendo transformadas nesse processo. O princípio não consiste dos conteúdos de cada categoria [...]. Mas consiste das forças e relações que sustentam a distinção e a diferença [...]”. Pois, como diria o marido da personagem Carlota em *Vozes Anotecidas* (COUTO, 1987, p. 83), “o poder de um pequeno é fazer os outros mais pequenos, pisar os outros como ele próprio é pisado pelos maiores”, ou seja, é no maltrato dos outros que nos reconhecemos fortes, porém continuamos fracos diante do maltrato dos que são realmente fortes. Em outras palavras, é necessário compreendermos os dramas sociais tecendo aquilo que nos distancia conjuntamente.

Uma alternativa em Canclini, com a qual concordamos, existe na interculturalidade que “busca encontrar la forma de trabajar conjuntamente [...] las diferencias, las desigualdades y la desconexión” (CANCLINI, 2006, p. 45). A partir da interculturalidade o autor destaca dois assuntos:

Uno es la necesidad de hablar de sujetos interculturales, o sea entender la interculturalidad amplia, propia de un mundo globalizado, como un factor constituyente, decisivo, en la configuración actual de la subjetividad. La segunda cuestión tiene que ver también con la globalización, pero sobre todo con los enfoques pos-modernos y con las condiciones tecnológicas y culturales que ahora vuelven extremadamente móvil, fluctuante, y por eso dudosa, la formación y la permanencia de los sujetos (CANCLINI, 2006, p. 160).

Portanto, a interculturalidade também se coloca a questão da formação da subjetividade a partir das relações que o sujeito conecta na sociedade por meio da cultura. Estas não se mantêm somente no nível do discurso e sim o extrapolam, com ações que buscam uma relação mais autônoma entre os sujeitos e do sujeito para consigo mesmo, porém sem garantias.

III

Neste sentido, uma pergunta faz-se necessária: a partir de que mecanismos conectivos culturais podemos nos relacionar com o outro? Por exemplo, como se “conectar” a uma pessoa, imaginemos, que nasceu no Congo, ex-colônia Belga, que tem duas línguas maternas (Swahili e Francês, considerando como língua materna aquela na qual nossa mãe nos falava quando crianças), mora no Brasil desde a adolescência e, na idade adulta, realiza estudos em Paris, dentre outros países europeus. É cada vez comum, na contemporaneidade, nos relacionamos com pessoas que vivem esta realidade nas grandes metrópoles como São Paulo, Lisboa, Barcelona, Madrid, Paris, dentre outras⁶.

No entanto, conforme afirma Hall, “a escolha individual, embora recoberta pelo fino verniz de um comunitarismo, não pode fornecer os elos de reconhecimento, reciprocidade e conexão que dão significado a nossas vidas enquanto seres sociais” (Hall, 2003, p. 88). Inúmeras pessoas são rechaçadas por nações organizadas a partir de pequenos grupos sociais que “organiza[n] la distribución (desigual) de todos los bienes materiales y simbólicos” (CANCLINI, 2006, p. 63). O autor afirma que “[...] la conexión y la desconexión con los otros son parte de nuestra constitución como sujetos individuales y colectivos. Portanto, el espacio inter es decisivo” (CANCLINI, 2006, p. 26), para que perguntas do tipo: qual a cultura que se sobressai no espaço inter-, sejam nefastas. Por não serem pertinentes ao compreendermos que a mobilidade intersubjetiva é cada vez mais favorecida na contemporaneidade, porém sem a mesma apreciação por todos, pois existem aqueles que ainda se encontram numa situação inter/mediária⁷. Portanto, pensar nas identidades forjadas neste espaço é entender, segundo Hall (2006, p. 65) que “as identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas”. Há de se tomar cuidado para não confundir uma situação de necessidade de transitar (na qual se pode configurar uma identidade, enquanto discurso), com um mero nomadismo, sem desconsiderar, é claro, os entraves culturais deste último. Podemos compreender este nomadismo, porém, na especificidade que o difere com a situação à qual nos referimos ao falarmos do espaço inter a partir de Canclini, quando este autor diferencia as situações que muitos desempregados e adolescentes considerados “fracassados” enfrentam nos centros urbanos, onde são forçados a mudar (migrar) quase que permanentemente.

⁶ A esse respeito, sugerimos consulta à discussão que Hall (2003, p. 90) evoca quanto às diferentes possibilidades de se “ser britânico”.

⁷ Ver Hall (2003, p. 62-68).

Será que este fracasso é porque não se adaptaram à sociedade da forma como esta está organizada? Se assim for, podem ser tomados como físcia da busca da liberdade, assim como preconiza Adorno em relação à Obra de arte. Ou não souberam funcionalizar os seus mecanismos (da sociedade da forma como esta organizada)? Qualquer uma que seja a resposta, ela torna este lugar do “fracasso” reticente de reformulação para pensar a não adaptabilidade requerida por uma sociedade que transforma todos em peças que funcionalizam a gigantesca engrenagem. Quando se muda o enfoque, talvez não seja um fracasso pessoal fracassar na atual sociedade. Para Horkheimer e Adorno (1985, p. 143), “a cultura sempre contribuiu para domar os instintos revolucionários, e não apenas os bárbaros. A cultura industrializada faz algo a mais. Ela exercita o indivíduo no preenchimento da condição sob a qual ele está autorizado a levar essa vida inexorável”.

Assim, “no es lo mismo estar sin trabajo que sin escuela o sin familia o sin comunidad nacional” (CANCLINI, 2006, p. 171), é preciso levar em conta esta condição para definir o espaço do discurso. Tomamos o termo ‘comunidade’ no sentido tomado por Hall, ou seja, no sentido que esse termo “reflete precisamente o forte senso de identidade grupal que existe entre esses grupos (jovens, mulheres de diferentes origens que vivem no mesmo país). Entretanto, isso pode ser algo perigosamente enganoso” (HALL, 2003, p. 65). Ao considerarmos este espaço, do “entretanto” (transitório), temos que levar em conta alguns pressupostos a partir dos quais ele é reclamado.

Esta consideração deve vir com a leitura das necessidades daqueles que obscuramente preparam os discursos a serem propagados. A crítica de Johnson (2004) dirigida a Adorno⁸, por exemplo, quando este analisa o slogan da propaganda da cerveja britânica Watneys – “o que nós queremos é Watneys” - deve ser matizada, no sentido de não analisarmos apenas o fato e sim aquilo que o propicia. Segundo Johnson,

Adorno não se interessa, por exemplo, pelo significado da Watneys (ou de qualquer outra bebida alcoólica) no contexto das relações sociais – indexadas pelo pronome ‘nós’ – de um bar. A possibilidade de que os bebedores possam ter suas próprias razões para consumir um dado produto e de que o beber tenha um valor de uso social é deixada de lado. [...] O problema com a análise de Adorno e talvez com as abordagens produtivistas em geral está não apenas em que elas inferem o texto-tal-como-lido do texto-tal-como-produzido, mas que, também, ao fazer isso, elas ignoram os elementos da produção em outros momentos, concentrando a “criatividade” no produtor ou no crítico (JOHNSON, 2004, p. 56-64).

Neste momento faz-se importante retomarmos algumas teses de Horkheimer e Adorno (1985), tal como apontado em relação à indústria cultural. A partir delas é possível perceber que Adorno se refere aos mecanismos de subjetivação desconhecidos pelos consumidores daquilo que os fazem “exigir” - no caso, tal cerveja - pois o “nós” ao qual Johnson reclama é minuciosamente pensado para passar a idéia de coletividade que na verdade só os coletiviza na marcha fúnebre ao encontro dos pressupostos colocados pelos responsáveis, outrora pela propaganda Nazista, pois, “não se consegue mais perceber nas palavras a violência que elas sofrem” (JOHNSON, 2004).

Pensar naquilo que nos leva a exigir esta nova configuração do social é importante para não exigirmos, por exemplo, o direito a participar na indústria cultural como proclama Canclini, sem considerarmos, aí sim, os mecanismos aos quais ela veicula. Nem tudo aquilo que é promovido pelas indústrias culturais deve ser considerado nocivo, como em certa medida fazem os frankfurtianos, porém se considerarmos que a indústria cultural, também, divulga, num verdadeiro processo de democratização da cultura, como argumentam seus “advogados”, a sua outra face, qual seja, a sujeição dos seus consumidores obnublada pela euforia da pronuncia do “nós”, “na atualização do ópio do povo”, como diria Hall (2003).

Na indústria cultural, a individualidade é ilusória não apenas por causa da padronização do modo de produção. Ela só é tolerada na medida em que sua identidade incondicional com o universal está fora de questão.

Da improvisação padronizada em jazz até os tipos originais do cinema, que têm de deixar a franja cair sobre os olhos para serem reconhecidos como tais, o que domina é a pseudo-individualidade. O individual reduz-se à capacidade do universal de marcar tão integralmente o contingente que ele possa ser conservado como o mesmo. [...] As particularidades do eu são mercadorias monopolizadas e socialmente condicionadas, que se fazem passar por algo de natural.” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 144-145).

Concordamos, assim, com Hall, em relação à inclusão de “um número substancial de trabalhadores que está incluído na recepção dos produtos da indústria cultural” (HALL, 2003, p. 253), nesse sentido o autor afirma que

se as formas e relações das quais depende a participação nesse tipo de cultura comercialmente fornecida são puramente manipuláveis e aviltantes, então as pessoas que consomem e apreciam esses produtos devem ser, elas próprias, aviltadas por essas atividades ou viver em um permanente estado de ‘falsa consciência’. Devem ser uns ‘tolos culturais’ (HALL, 2003, p. 253).

Portanto, parece-nos que esta outra face passa despercebida para Johnson e Canclini. Um, pelo enaltecimento de um coletivo previamente fabricado, sem considerá-lo manipulável; outro, por almejar, na indústria cultural, uma instância integradora livre do solapamento das liberdades individuais e coletivas.

⁸ Eis a passagem a que Johnson se refere ao criticar Adorno: “A marca da cerveja é apresentada como um slogan político. Este outdoor nos faz compreender a natureza atualizada da propaganda, que vende seus slogans da mesma forma que vende seus produtos [...] o tipo de relação que é sugerido pelo outdoor, pelo qual as massas fazem de uma mercadoria que lhes é recomendada o objeto de sua própria ação é, na verdade, encontrado, outra vez, no padrão de recepção da música ligeira. Elas têm necessidade daquilo que lhes foi apresentado como necessidade – na verdade, elas o exigem” (ADORNO, 1978, p. 292).

É na ranhura entre aquilo que é reivindicado por Garcia Canclini e algumas especificidades conceituais sobre a cultura como a compreende Hall que se localizam alguns dos conflitos do popular. A necessidade de um adentramento das culturas marginalizadas (dos países terceiros ou periféricos) no mercado global por meio da indústria cultural, como espaços de ação específicos para fazer frente ao solapamento cultural dos países hegemônicos (centrais), não é uma matemática tão facilmente exequível. Mesmo se o papel destas culturas for reformulado, pode residir aí a dificuldade que deve ser enfrentada. Segundo Canclini,

dada la dimensión de las acciones necesarias para reformular el papel de las industrias culturales en el espacio público transnacional, se requieren programas en los que se coordinen actores nacionales en el interior de cada país para reconocer su diversidad, y con organismos internacionales (OEA, CEPAL, SELA, Convenio Andrés Bello, etcétera). (CANCLINI, 2002, p. 74).

Por outro lado, se pensarmos com Hall, quando este atesta o lugar da marginalidade como um local privilegiado da fala, também não enfrentamos o problema da exclusão a partir das implicações com as quais ela é apresentada no contemporâneo, apontadas por Canclini. Mais ainda, privilegiar só uma certa produção cultural e tratar como resíduos os que são oriundos de outros âmbitos, como faz Adorno, também não nos ajuda a estabelecer relações que a mesma contemporaneidade requer, mesmo em se tratando da produção cultural em si e, de uma forma geral, a pensada por ele, a partir dos avatares da indústria cultural.

Não pretendemos desfazer esta tensão, entre a produção cultural e a cultura produzida pela indústria cultural, pois ela nos oferece subsídios para pensar de forma fidedigna os conflitos atualizados nas relações sociais.

Neste sentido, em alguma medida, as questões aqui levantadas vão ao encontro das reflexões balizadas nas estratégias sociais, ao se referirem à organização interna da obra de arte (ADORNO, 2000). Nesta, o conflito se configura em uma busca que se torna constante e necessária, a exemplo dos conflitos existentes na busca da cultura popular por espaços a ela negados. Seguindo a mesma linha de reflexão pensamos que, na medida em que as relações entre os sujeitos, em diferentes sociedades, necessitam de concretização, a busca de uma nova configuração sócia se torna permanente a partir do espaço inter. É pensar, na nova configuração, para a elaboração de outras condições para o relacionamento estabelecido na sociedade no qual não seja necessário um espaço privilegiado tal qual o vivenciado historicamente, até por que todos os espaços são mutáveis na *dynamique historique*. Dinâmica esta que se configura na condição necessária para se pensar na possibilidade de se oferecer condições mínimas para o exercício da liberdade, em uma demonstração de autonomia propiciável pelas novas condições sociais a serem elaboradas. Um espaço no qual a tradução cultural sugerida por Homi Bhabha (BHABHA, 1997, apud HALL, 2003) faça-se permanente. Ou seja, híbrido onde a síntese é permanentemente refutada. Em outras palavras, quando pensamos no híbrido significa pensar que se trata de “um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade” (HALL, 2003, p. 74). O híbrido, portanto, negativiza a dialética, não no sentido de negá-la, mas sim de deixá-la inconclusa. Segundo Homi Bhabha (apud Hall, 2003, p. 75), o hibridismo significa um

momento ambíguo e ansioso de [...] transição, que acompanha nervosamente qualquer modo de transformação social, sem a promessa de um fechamento celebrativo ou transcendência das condições complexas e até conflituosas que acompanham o processo [...] [ele] insiste em exibir [...] as dissonâncias a serem atravessadas apesar das relações de proximidade, as disjunções de poder ou posição a serem contestadas; os valores éticos e estéticos a serem ‘traduzidos’, mas que não transcenderão incólumes o processo de transferência. (BHABHA, 1997, apud HALL, 2003, p. 75).

De certa forma este espaço, do híbrido, é pensado por Canclini como o espaço globalizado, porém para “[...] garantizar el desarrollo conjunto de la humanidad, la diversidad cultural y el reconocimiento de las minorías comienzan a ser vistos como requisitos para que la globalización sea menos injusta y más incluyente” (CANCLINI, 2006, p. 203). Esta relação, entre o espaço do híbrido e o globalizado, anuncia-se, ainda, na violenta pobreza do antagonismo estabelecido na nossa sociedade, o qual é mascarado pelo discurso democrático de inclusão, somente na esfera do consumo e nas ações de ajuda humanitária localizadas, as quais são democráticas realmente, pois todos, nestas esferas, podem consumir ou ver as suas necessidades consumidas pelas inúmeras ONG’s (organização não governamental).

Estas, quando não fazem um sério trabalho de ajuda humanitária, ajudam mutuamente na reprodução da miséria alheia, pois só assim fazem-se pertinentes. É possível perceber esta pertinência na inércia e o situacionismo de algumas entidades que se dedicam a fabricar misérias na sociedade brasileira, por exemplo.

IV

O espaço globalizado necessita configurar-se num espaço de luta, onde os globalizados e os que pretendem assim tornar-se se enfrentam a partir da explicitação daquilo que os diferencia e os coloca muitas vezes em pólos tão extremos. Tal extremidade prova a constituição de uma massa amorfa, para a qual se faz ainda necessário elaborar novos mecanismos de adestramento social, os quais acabaram sendo chamados de globalização, a mesma que nos permite comer uma autêntica feijoada brasileira, em Paris, feita por um cozinheiro japonês, num restaurante turco, ou ouvir Mozart enquanto realizamos nossa caminhada matinal nas avenidas de Copacabana, como poderia dizer Stuart Hall.

Esse espaço, assim, deve ser pensado a partir das reivindicações de Canclini, porém conjugado com o instrumental teórico dos Estudos Culturais. Segundo Norma Schlman (2004, p. 197), “os Estudos Culturais buscam investigar de forma

intensiva os significados da experiência humana [...], procurando também examinar de forma sistemática as práticas institucionais, a estrutura da sociedade [...] e os movimentos políticos contemporâneos”⁹. Ou seja, tais estudos dedicam-se ao “trabalho intelectual sério e crítico” que fornece ao pensamento “suas orientações fundamentais, suas condições de existência” (Hall, 2003, p. 131). Esse trabalho intelectual, contudo, deve se disponibilizar a analisar as problemáticas sociais na sua profundidade de forma sistemática, para que o compromisso se mantenha em trazer a luz do dia àquilo que realmente importa e funcionaliza a complexidade pretendida na pesquisa social.

Esta, por sua vez, deve ir além de produções ocasionais, as quais muitas vezes pulverizam as verdadeiras questões na incessante produção acadêmica que se reduz no pensamento contingencial. Não que a análise do fato, pontualmente apresentada, por sua contingência, não seja válida, pois muitas vezes esse pensamento vem a público por meio de ensaios, e o ensaio, como observa Adorno (2003, p. 35), “corrige o aspecto contingente e isolado de suas intuições na medida em que estas se multiplicam, confirmam e delimitam, em seu próprio percurso ou no mosaico de suas relações com outros ensaios, mas não na abstração que deduz suas peculiaridades”. Portanto, o problema da contingência pode estar localizado em fazer desta forma de pensar uma regra geral na sistematização assistemática - como requer o ensaio - da reflexão que demanda o objeto, pois, ao pensar a partir de (e com) este instrumental estilístico, temos de refutar a observação de Canclini, ao se referir a certo aligeiramento das produções no âmbito dos Estudos Culturais:

Los estudios culturales [...] se parecen, a veces, a una puerta giratoria. No digo que no haya cambios mientras se da vueltas. Se puede entrar derridianamente y salir homibhabhaiano, empezar logocéntrico y dar el giro hacia el desconstruccionismo, pasar del análisis textual de la puerta al debate sobre la performatividad de sus biselados (CANCLINI, 2006, p. 122).

O autor, porém, reconhece a saída das “ortodoxias teóricas y las rutinas de pensamiento” efetuadas por estes estudos ao investigarem os temas sociais sem os cerceamentos teóricos, próprios dos Especialistas, que beiram muitas vezes o dogmatismo religioso. Fiéis a um deus, com minúscula, tão onipresente quanto o com Maiúscula. Ao reproduzirem este circuito de fidelidade, “la tarea de los estudios culturales no há mejorado sustituyendo los datos con intuiciones, ni deslizándose por el ensayo en vez de desarrollar investigaciones sistemáticas” (CANCLINI, 2006, p. 123). Em contrapartida, podemos matizar esta crítica a partir de Adorno, quando este prima pelo “ensaio como forma”, em contraposição à sistematização especialista daquilo que caracteriza o objeto, pois, como afirma o autor,

[...] o espírito, irrevogavelmente modelado segundo os padrões da dominação da natureza e da produção material, entrega-se à recordação daquele estágio superado, mas que ainda traz a promessa de um estágio futuro, a transcendência das relações de produção enrijecidas. Assim, o procedimento especializado se paralisa justamente diante de seus objetos específicos (ADORNO, 2003, p. 24).

Por outro lado, Adorno assevera suas críticas sobre a dimensão à qual o ensaio não pode sucumbir. Segundo este autor, o ensaio “não deve [...] agir como se tivesse deduzido o objeto, não deixando nada para ser dito. [...] O ensaio pensa em fragmentos, uma vez que a própria realidade é fragmentada; ele encontra sua unidade ao buscá-la através dessas fraturas, e não ao aplicar a realidade fraturada” (ADORNO, 2003, p. 35). Neste sentido, Canclini também reconhece que um caráter dos estudos culturais “da mayor apertura y densidad intelectual es atreverse a manejar materiales conexos, que no eran considerados conjuntamente para hablar de un tema” (CANCLINI, 2006, p. 123). Mas, qual seria a tarefa de uma guinada metodológica para os Estudos Culturais como esta a que se refere Canclini? Se ainda hoje, na academia, nos relacionamos a partir das nossas vinculações teóricas (ou seja, existe o grupo dos foucaultianos, que beira a foucaultistas, dos frankfurtianos, que beiram aos grandes clássicos futebolísticos...), ao nos classificarmos de maneira filial a determinadas sistematizações teóricas da problemática filosófica e social amputamos o que seus autores teriam de mais crítico e os circunscrevemos de forma circunstancial¹⁰. Tais sistematizações nos ajudam a pensar um objeto se assim este o necessitar. Portanto, as análises dos Estudos Culturais pretendem redirecionar a forma como nos relacionamos com os referenciais teóricos, redimensionando-nos, assim, ao privilégio que o objeto exige, percebido na relação deste como referencial do

⁹ Para esta citação de Schlman omitimos a palavra britânica que ela originalmente utiliza (na versão traduzida) referente aos Estudos Culturais naquele país, por entendermos que tais estudos não se limitam a analisar somente “a estrutura da sociedade Britânica”, mas sim a estrutura de diferentes sociedades a partir dos seus sujeitos.

¹⁰ Vejamos o exemplo do pensamento de Foucault: ao desenvolver um sistema reflexivo sobre os processos de dessubjetivação do sujeito empreendidos pelos aparatos de estruturação social, nos oferece elementos discursivos de análise crítica da sociedade que não pretendem a unanimidade para se manterem incisivamente críticos. É o que podemos perceber a partir da idéia da ambivalência sobre o corpo que o autor desenvolve. Assim, uma das possibilidades de pensar a ambivalência do corpo, por exemplo, é no ato sexual, que ao mesmo tempo em que nos dá plaisir nos aproxima a um corpo com certa enfermidade a partir das reações fisiológicas que tal ato propicia (o corpo convulsivo, por exemplo) (FOUCAULT, 1984, p. 167). No Estado, quando é instaurado o estado de exceção, somos submetidos a um ato de violência para nos proteger (FOUCAULT, 1984, p. 135, 140). Neste mesmo sentido, é possível dizer que a “ditadura” da democracia, em alguma medida, se aproxima do processo de retenção de esperma ou do coito interrompido, que causa certa violência ao corpo para o bem deste (FOUCAULT, 1984, p. 144, 146). Se pensarmos que a democracia, aparentemente, deveria proteger o corpo social, a eliminação da violência causada pela atividade sexual, como coloca Foucault, protegeria o corpo físico. É possível dizer que les corps em Foucault, acima especificado, têm uma conotação aproximada ao Estado no qual a exceção virou regra em Agamben. É a esse ensemble que Foucault se refere comme une bio-politique de la population. Pois, segundo este autor, “les disciplines du corps et les régulations de la population constituent les deux pôles autour desquels s’est déployée[manifestar-se] l’organization du pouvoir sur la vie” da população (FOUCAULT, 1976, p. 183). O corpo biológico – natural – feminino, por exemplo, no qual a não fecundidade do útero abre caminho para as regras, se configura no corpo social onde a exceção virou règle. Ao contrário do primeiro, onde a ausência de regras muitas vezes anuncia vida, no segundo tal ausência é, em alguma medida, o princípio do seu fim, pois o torna vulnerável. Como lembram os frankfurtianos, uma sociedade totalmente livre, desregrada, fomenta a barbárie. É preciso algum cerceamento para que possamos viver em harmonia. Sublimar nossa natureza, em alguma medida, nos permite conviver com a natureza dos outros.

inquisidor para responder melhor aos questionamentos que aquele suscita. Isto é, “apenas a infração à ortodoxia do pensamento torna visível, na coisa, aquilo que a finalidade objetiva da ortodoxia procurava, secretamente, manter invisível” (ADORNO, 2003, p. 45). O referencial teórico não é escolhido aleatoriamente de antemão, como comumente o fazemos, ele é posto em diálogo com o objeto para melhor compreendê-lo e fazê-lo falar sem espancamentos. Em última análise, o objeto é que deve indicar qual referencial teórico o faz falar numa sedução recíproca.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor Wiesegrund. Teoria Estética. Lisboa: Edições 70, 2000.
- _____. Dialectique négative. Paris: Payot, 2007.
- _____. Filosofia da nova música. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. Indústria cultural e sociedade. Trad. Júlia Elisabeth Levy et all. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). Comunicação e indústria cultural. São Paulo: Edusp, 1978, p. 287-295.
- _____. Mots de l'étranger et autres essais: Notes sur la Literature II. Paris. Éditions de la maison des sciences de l'homme, 2004.
- _____. Palavras e sinais: Modelos críticos 2. Trad. Maria H. Ruschel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- _____. Prismas: crítica cultural e sociedade. São Paulo, Editora Ática, 1a Ed. 2a Impressão, 2001.
- _____. Televisão, consciência e indústria cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). Comunicação e indústria cultural. São Paulo: Edusp, 1978, p. 347-354.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad. Barcelona: Ed. Gedisa, 2006.
- _____. Latinoamericanos buscando lugar en este siglo. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- _____. Culturas Híbridas. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- _____. A globalização imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- COUTO, Mía. Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. Vinte e Zinco. Lisboa. Editora Caminhos, 1999.
- EAGLETON, Terry. A idéia de cultura. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.
- FANON, Frantz. Peau noire, masques blancs. Paris: Éditions du Seuil, 1971.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 7ª ed. Trad. Tomaz T. da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro. Editora: DP&A editora, 2002.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. (Trad. Tomaz T. da Silva; Guacira L. Louro) 7 a ed. Rio de Janeiro, 2002.
- _____. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine la Guardia Resende...[et all]. Belo Horizonte: Edição UFMG; Brasília: representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- _____. A questão multicultural. In: Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine la Guardia Resende...[et all]. Belo Horizonte: Edição UFMG; Brasília: representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- _____. Quando foi o pós-colonialismo? Pensando no limite. In: Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine la Guardia Resende...[et all]. Belo Horizonte: Edição UFMG; Brasília: representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- _____. Estudos culturais: Dois paradigmas. In: Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine la Guardia Resende...[et all]. Belo Horizonte: Edição UFMG; Brasília: representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- _____. Significação, representação, ideologia: Althusser e os debates pós-estruturalistas. In: Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine la Guardia Resende...[et all]. Belo Horizonte: Edição UFMG; Brasília: representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- _____. Estudos culturais e o seu legado teórico. In: Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine la Guardia Resende...[et all]. Belo Horizonte: Edição UFMG; Brasília: representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- _____. Para Allon White: Metáforas de transformações. In: Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine la Guardia Resende...[et all]. Belo Horizonte: Edição UFMG; Brasília: representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- _____. Notas sobre desconstrução do “popular”. In: Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine la Guardia Resende...[et all]. Belo Horizonte: Edição UFMG; Brasília: representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- _____. O problema da ideologia: o marxismo sem garantias. In: Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine la Guardia Resende...[et all]. Belo Horizonte: Edição UFMG; Brasília: representações da UNESCO no Brasil, 2003.

- . A relevância de Gramsci para o estudos de raça e etnicidade. In: Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine la Guardia Resende...[et all]. Belo Horizonte: Edição UFMG; Brasília: representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- . Que “negro” é esse na cultura negra? In: Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine la Guardia Resende...[et all]. Belo Horizonte: Edição UFMG; Brasília: representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- . Reflexões sobre o modelo de codificação/decodificação: Uma entrevista com Stuart Hall. In: Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine la Guardia Resende...[et all]. Belo Horizonte: Edição UFMG; Brasília: representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- . Codificação/decodificação. In: Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine la Guardia Resende...[et all]. Belo Horizonte: Edição UFMG; Brasília: representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- . A formação de um intelectual diaspórico: Uma entrevista com Stuart Hall, de Kuan-Hsing Chen. In: Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine la Guardia Resende...[et all]. Belo Horizonte: Edição UFMG; Brasília: representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- SOVIK, Liv (Org.). Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine la Guardia Resende et all. Belo Horizonte: Edição UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.
- HOMERO. Odisséia. Vol. 1: Telemaquia. Tradução do grego, introdução e análise de Donald Schüler. Porto Alegre, RS: L&PM, 2007.
- _____. Odisséia. Vol. 2: Regresso. Tradução do grego, introdução e análise de Donald Schüler. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.
- _____. Odisséia. Vol. 3: Ítaca. Tradução do grego, introdução e análise de Donald Schüler. Porto Alegre, RS: L&PM, 2007.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- JOHNSON, R. O que é, afinal, Estudos Culturais. In: DA SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). O que é, afinal, Estudos Culturais. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 07-131.
- JIMENEZ, Marc. La querelle de l’art contemporain. Paris: Gallimard, 2005.
- MOURÃO, Artur. [Apresentação]. In: ADORNO, T. W.; MOURÃO, Artur (Org.). Teoria Estética. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 9-10.
- PROUST, Marcel. Un amour de Swann. Paris: Éditions Gallimard, 2006.
- ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. 16ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e política. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- WILLIAMS, Raymond. Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Parque das Nações: uma perspectiva sobre o espaço e o seu consumo

Maria Assunção Gato
 CRIA (Centro em rede de investigação em Antropologia)
 saogato@iol.pt

Resumo: Se nas ditas sociedades pós-modernas o consumo tende a tornar-se “espectacular” e a assumir cada vez maior protagonismo na produção do espaço e na respectiva espacialização das relações sociais, um dos principais objectivos parece ser a construção de determinados estilos de vida, que tanto podem representar níveis de conforto, bem estar e qualidade de vida, como marcar diferenças entre indivíduos ou respectivos grupos sociais através das auto-imagens construídas, dos bens que se exibem e dos gostos com que se combinam. A composição de estilos de vida torna-se, assim, intrínseca aos padrões de consumo dos sujeitos, e estes tornam-se elementos importantes nas suas produções identitárias e respectivos reposicionamentos sociais. No caso concreto do Parque das Nações pressupõe-se que é, sobretudo, o consumo do espaço habitacional que permite o acesso e a partilha de elementos de distinção social e que promove a actuação desses elementos na construção de uma identidade pessoal e social que, em última instância, também é espacial: primeiro, porque este projecto de regeneração urbana continua a ter características únicas no contexto urbano português; segundo, porque habitar neste espaço é um elemento de identificação social ao nível interno e de diferenciação para com o exterior; terceiro, porque o marketing territorial exercido sobre este espaço apela às suas componentes simbólicas e estéticas que, por sua vez, parecem servir de base às representações que os sujeitos fazem de si e do seu quotidiano. Como principal suporte empírico deste artigo adoptou-se um conjunto de 20 entrevistas semi-directivas realizadas junto de 20 unidades familiares residentes no Parque das Nações¹.

Palavras-Chave: Consumo, espaço, identidades, prestígio, distinção social, estilos de vida.

¹ As 20 unidades familiares foram seleccionadas de acordo com o método da amostragem em “bola de neve” (Burgess, 1997) e entrevistadas entre Outubro de 2007 e Junho de 2008.

Da Expo'98 (Re)nasceu cidade

No Verão de 1998, a zona oriental de Lisboa foi palco da última exposição mundial do século XX. À semelhança de muitas outras exposições Internacionais e Universais que foram acontecendo noutras capitais mundiais, também esta foi o “desígnio nacional” que desencadeou uma enorme operação de regeneração urbana e social em 330 hectares de terreno ao longo de 5 quilómetros de frente de rio. A inclusão do recinto da Expo'98² numa vasta área de terreno a urbanizar numa mega-operação imobiliária permitiria, na perspectiva dos responsáveis, custear os encargos da Exposição na sua totalidade e transformar aquele território, que sempre foi excêntrico, numa nova centralidade urbana, relativamente autónoma e multifuncional, ligada à cidade por várias infra-estruturas viárias e de transportes públicos. Para isso também contribuiriam factores como a localização³, alguns equipamentos de excepção e a valorização espacial resultante quer de uma infraestruturização técnica⁴ sem precedentes em Portugal e de algumas soluções arquitectónicas inovadoras à época⁵, quer de uma carga simbólica exclusiva e intrinsecamente ligada ao evento que esteve na génese daquele projecto urbano.

Uma década passada sobre a Expo'98 sabe-se que ela não teve, obviamente, um “custo zero”, mas os 330 hectares de frente ribeirinha representaram um sucesso de vendas e o projecto urbano encontra-se praticamente concluído, continuando expectantes sobretudo alguns lotes destinados a equipamentos de competência pública (como escolas, centro de saúde ou igreja). Assim e em 10 anos apenas, o Parque das Nações conseguiu preencher um “vazio urbano”⁶ e transformar radicalmente uma área que, não obstante a privilegiada presença do rio Tejo, sempre se viu sujeita a ocupações urbanas menos nobres – como é o caso da indústria e actividades portuárias – que lhe imprimiam uma imagem de poluição e degradação. É certo que este novo território “conquistado” ainda não se coseu com a cidade que ficou nas suas costas, mas já é inegável o contributo que ele permitiu dar à reafirmação da cultura do espaço público, com impactos directos e visíveis em muitos programas de regeneração urbana espalhados pelo país⁷.

Não obstante ter adquirido uma nomeação oficial distinta do evento que o promoveu, aquele território continua a ser conhecido no exterior e maioritariamente designado pelos residentes por Expo, confirmando-se que a sua identidade está intrinsecamente associada a uma memória festiva e que esta funciona simultaneamente enquanto fundamentação para o seu simbolismo estético. Com o fim do evento Expo'98 foram abolidas as portas de acesso, mas entrar e sair continua a ser uma sensação que integra a percepção que se tem daquele espaço, que continua a demarcar-se em todos os aspectos do tecido envolvente devido aos prolongados adiamentos das operações de reconversão urbana nele previstas, formando uma espécie de “ilha” com uma imagem e vivência própria. É isso que se sente ao entrar no Parque das Nações pelo acesso central que desemboca na complexa rotunda da Gare do Oriente/Centro Comercial Vasco da Gama, encimado pelas emblemáticas torres de S. Gabriel e S. Rafael que, em breve, terão ao lado outro edifício exclusivo da autoria de um conhecido arquitecto internacional. Com efeito, aquele desfile de formas arquitectónicas algo apoteótico, em conjunto com o constante e intenso movimento de veículos e pessoas, acaba imprimindo àquela área um certo pulsar de centro urbano e uma vivência de constante celebração, que concorre de perto com o antigo recinto da Expo'98.

Por contraste, quando se entra pelos extremos Sul ou Norte, depara-se com aquilo que poderia ser uma vivência tranquila de um qualquer dormitório de área suburbana, não fora o simbolismo de algumas referências espaciais que o pontuam⁸, o enquadramento cenográfico do Tejo e a qualidade do espaço público. Durante a semana, a zona Sul transmite a sensação de área residencial despovoada e nem o comércio existente permite colmatar essa ausência de vida por entre as simétricas ruas dos vários quarteirões, que sempre se animam mais um pouco ao fim da tarde, quando os residentes regressam a casa. Apesar do seu uso predominantemente residencial, a zona Norte consegue apresentar uma vivência de rua um pouco mais dinâmica e constante que aquela observada a Sul. Tal realidade não deve ser indissociável do facto de se tratar de uma zona superior em área construtiva e consequentes densidades, de apresentar um maior nível de consolidação pela antiguidade e ritmo construtivo, e de contar com a presença de pontos comerciais que marcam os percursos quotidianos de alguns residentes, sendo certo que na zona Norte o comércio tem acompanhado de uma forma mais equilibrada o crescente número de residentes ao longo da última década, enquanto que a Sul a oferta comercial não só é mais recente como menos diversificada e mais escassa.

Em oposição a uma vivência diária que, de tão tranquila quase contraria a centralidade que se quis imprimir a todo o conjunto urbano do Parque das Nações, está a elevada quantidade de visitantes que se espalha por todo aquele território ao fim-de-semana. A metamorfose espacial é demasiado evidente e, ao mesmo tempo que os espaços verdes e de lazer se enchem de movimento e de animação, os espaços de circulação ficam completamente atravancados devido à desmesurada quantidade de automóveis. Nestas alturas, o efeito atractivo exercido por aquele território pressupõe a obrigatoriedade dos

² O recinto da Expo'98 representa cerca de 60 hectares dos 330 hectares contemplados pelo projecto urbano.

³ O Parque das Nações reparte-se pelos concelhos de Lisboa e Loures e é delimitado a Poente pela actual linha de caminho-de-ferro do Norte, a Sul pela Avenida Marechal Gomes da Costa, a Norte pela foz do rio Trancão e a Nascente pelo Rio Tejo.

⁴ Galeria técnica que suporta todo o território ao nível da recolha de todo o tipo de lixos, fornecimento de calor e frio, água, electricidade, gás e telecomunicações.

⁵ Como é o caso de alguns edifícios que aplicam tecnologias bio-climáticas, revestimentos exteriores invulgares e peças amovíveis, formas e materiais fora do comum.

⁶ Nos domínios da Arquitectura e do Urbanismo é corrente considerar os “vazios urbanos” enquanto manchas de “não-cidade” e que se podem reportar a áreas industriais decadentes ou desactivadas, áreas marginais à estrutura urbana consolidada ou, manchas territoriais de ligação entre municípios que permaneceram sem definição.

⁷ Como é o caso dos programas POLIS.

⁸ É o caso da antiga torre de refinaria da Galp, que funciona como memória do uso industrial daquele espaço e a figura do Gil, a mascote da Expo'98 que continua a receber toda a gente de braços abertos, na zona Sul. A Norte, para além da referência da ponte e torre Vasco da Gama, são os próprios edifícios em conjunto com os enquadramentos exteriores que marcam o território.

residentes partilharem o seu espaço público com muitos visitantes de diferentes estratos sociais e de diferentes nacionalidades. No fundo, aquilo que se destaca de entre as inúmeras especificidades deste território é, precisamente, o conflito social que resulta desta utilização e partilha do espaço público. O Parque das Nações apresenta qualidades que atraem um conjunto interclassista e intergeracional de visitantes maioritariamente provenientes das áreas urbanas e suburbanas do seu entorno e, ao mesmo tempo, a sua oferta habitacional foi concebida para satisfazer estratos sociais específicos que, na sua maioria, não correspondem ao perfil social das pessoas que utilizam o espaço público. Com efeito, a urbanização do Parque das Nações destaca-se dos territórios envolventes, não só por ter sido construída de raiz e de acordo com características que a distinguem em termos cenográficos e de qualidade de espaço público, mas também pela selectividade social resultante da promoção imobiliária.

Atrás de alguns projectos habitacionais com elevados padrões de qualidade foram surgindo outros oferecendo menos qualidade a troco de custos mais controlados que, no conjunto, deram resposta aos desejos e às necessidades de um vasto grupo de residentes que tende a classificar-se de acordo com uma classe que designam por “média-alta” e que reconhece neste espaço condições de promoção social. Através de indicadores como o grau de instrução ou a profissão, é perceptível a grande homogeneidade social que caracteriza estes residentes, ainda que se faça a distinção entre aqueles que residem na primeira linha junto ao rio e os que residem atrás dela. De certa forma, aquilo que mais os diferencia é uma maior capacidade financeira para suportar os elevados custos de uma habitação com “acabamentos de luxo” e com vista para o rio Tejo. De resto, poder-se-á encaixar todo o grupo naquela que é a controversa e indefinível classe média portuguesa, admitindo que recentes processos de mobilidade social possam complexificar esta leitura ao nível das representações sociais produzidas nos discursos dos próprios residentes.

Com efeito, estes processos de mobilidade que estarão por detrás de uma recente melhoria das condições de vida de muitos residentes – ou a emergência de um certo “novo riquismo” na sequência dos breves anos de pujança económica da década de 90 – não permitem falar da presença de uma elite social no Parque das Nações, mas talvez de uma tentativa de elitização e de demarcação social através do consumo do espaço residencial, empreendido por parte de novas fracções dentro da vasta e heterogénea classe média. Essa é uma das ideias que transparece nos discursos das 20 unidades familiares entrevistadas, permitindo estabelecer correspondências não só entre as representações de classe e as representações espaciais à escala interna, mas também entre as identidades sócio-espaciais e as problemáticas resultantes do confronto com uma alteridade que lhes é próxima fisicamente, mas que eles procuram afastar socialmente. Dito por outras palavras, o que está por detrás dos discursos destes residentes entrevistados são as ambivalências de um espaço urbano construído de raiz com objectivos de se diferenciar e de proporcionar essa demarcação social aos seus residentes, mas que tanto reflecte as contradições inerentes ao jogo negocial das representações de classe, como é o reflexo do latente conflito social intrínseco à sua condição de subúrbio de qualidade.

Assim sendo, pode-se dizer que o Parque das Nações corresponde a um espaço urbano concebido para ser uma “nova centralidade de elite” na cidade de Lisboa, mas que se localiza numa zona periférica que se funde com o município de Loures. Apesar de ter qualidades excepcionais, não é uma urbanização de luxo e as elevadas densidades construtivas não só dissolvem algumas produções arquitectónicas mais originais, como contribuem para lhe imprimir uma imagem algo banalizada de subúrbio. Também não é um mega-condomínio privado mas a sua gestão continua a ser assegurada pela empresa Parque Expo S.A. e, através dela, pelo Estado português devido ao incumprimento administrativo por parte dos municípios de Lisboa e Loures. Objectivamente, trata-se de uma produção espacial bastante valorizada, sobretudo pelos residentes que, entretanto, se vêem confrontados não só com a proximidade de áreas suburbanas desprestigiadas, mas também com a sua própria condição de suburbanos a residir na zona do Parque das Nações pertencente a Loures.

Em termos de projecto, não se poderá dizer que o Parque das Nações respondeu integralmente às necessidades físicas da cidade-metrópole de Lisboa. Mas quanto à imagem e projecção à escala da metrópole, do país⁹ e até mesmo fora deste, são inegáveis as marcas de progresso e inovação que lhe são atribuídas e que ajudam a definir uma nova cultura urbana e respectivos estilos de vida, num espaço destinado ao consumo onde se sobrevalorizaram as dimensões estéticas, estilísticas (Bourdieu, 1979; Featherstone, 1991; Lury, 1997) e lúdicas para diferenciar zonas, usos, habitantes e utilizadores. Em suma, é da articulação das características deste território com as acções e percepções dos sujeitos que o consomem e dele se apropriam que surgem as especificidades e as ambivalências que convertem o Parque das Nações num interessante caso de estudo, quer enquanto lugar identitário, quer como objecto principal de consumo ou como símbolo de prestígio social.

Dinâmicas espaciais e sociais de diferenciação interna

A centralidade urbano-metropolitana que se pretendeu dar ao Parque das Nações logo no arranque de todo o projecto é, actualmente, um exemplo de como a conversão de áreas periféricas e sem qualquer uso urbano as pode levar a adquirir um estatuto de centralidade devido ao efeito de atracção que exercem, quer em relação às populações, quer em relação a um variado conjunto de actividades económico-culturais. É obvio que para esta posição foi vital a concentração de

⁹ É o caso de várias semelhanças de soluções propostas pelos programas POLIS ao nível dos espaços públicos e o papel interventivo da empresa Parque Expo S.A. nesses programas.

diversos sistemas de mobilidade, bem como a localização de alguns equipamentos “âncora”¹⁰ e, não obstante o uso quase exclusivo do transporte privado entre os residentes deste território, os transportes públicos asseguram uma permanência de visitantes que em muito contribui para o seu estatuto de “nova centralidade urbana”.

A qualidade de vida que o Parque das Nações proporciona aos seus residentes parece ser o grande denominador comum entre a opção de ali residir e o entendimento que é feito desse significado. No essencial, trata-se de uma qualidade de vida suportada por condições de centralidade urbana e de acesso às mesmas, com o respectivo reconhecimento da situação de conforto e funcionalidade que delas se retira. Mas em paralelo, existe um rio como cenário, espaços públicos de qualidade que convidam ao passeio, manchas verdes e percursos que proporcionam passeios de bicicleta e a prática de outras actividades desportivas, um centro comercial que satisfaz todas as necessidades de bens mais “básicos” e outros espaços comerciais que complementam um vasto leque de outras necessidades de consumo. No conjunto de todas estas propriedades, sublinha-se neste espaço a sua capacidade de encantamento e de envolvimento num ambiente mágico que proporciona felicidade e que acaba por lhe dar um cunho tão especial que não se reconhece em nenhum outro lugar.

“Sentimos que estamos dentro da cidade com aquela sensação de estar num espaço de férias” (Afonso) – “Aí é que está a magia disto tudo! ... Sentimos que vivemos dentro da cidade mas fora da cidade...vivemos numa redoma de vidro dentro da cidade, é um pouco isso.” (Artur)

Neste caso, a “magia” atribuída ao Parque das Nações parece exemplificar o que alguns autores (como Bourdieu, 1979; Featherstone, 1991; Lury, 1997) definiram por estetização e estilização da vida e do quotidiano e que um vasto leque de autores de entre os quais Zukin (1995), Sieber (1993, 1999), Rutheiser (1999) ou Cooper (1993, 1999) vêm tratando como paisagens pós-modernas ou lugares “a-geográficos”, através dos exemplos dos parques temáticos, centros comerciais, frentes ribeirinhas ou cidades olímpicas. A ideia que prevalece no conjunto destas referências é a da recriação de espaços envolvidos em ambientes mágicos e de encantamento, que visam produzir uma sensação de bem-estar que ajuda a criar um “sentido de lugar” (Featherstone, 1997), ou uma identidade social que enquadre a forma como se deve ser e agir nestes lugares cenográficos (Zukin, 1995). No fundo, o reconhecimento da “magia” do Parque das Nações é um bom exemplo de como se podem conjugar as diferentes referências espaciais tratadas por estes autores num só território, ou seja, a reconversão de uma antiga zona industrial num pedaço de cidade voltado para um cenário de rio, que proporciona oportunidades de integração (no espaço e no tempo) de novas “classes” urbanas, garantindo-lhes condições de segurança e felicidade em espaços de lazer aprazíveis e em diálogo com um desfile de formas arquitectónicas evocativas (como as torres em forma de velas suportadas num centro comercial “navio”, edifícios em forma de barcos, fachadas onduladas e flutuantes, entre outras) que lhe imprimem um toque de originalidade.

Todavia, existe um aspecto inerente ao espaço que, não obstante alguma desvalorização intencional, se revela bastante importante na avaliação da sua qualidade de vida e que é o prestígio social que lhe está associado. Admite-se que, num primeiro momento, o prestígio surge através da própria concepção do projecto urbanístico e da promoção imobiliária, socialmente dirigida, que o comercializa. Mas num segundo momento, pode-se dizer que ele é reconhecido e negociado enquanto elemento identitário do espaço e do grupo social que dele se apropria, em contraponto com o exterior.

“É uma zona (é inegável dizer-se) com algum prestígio...associada a esse prestígio porque realmente é uma zona um bocadinho acima da média, tem coisas com bom gosto, tem espaços verdes, tem alguma segurança, alguns equipamentos perto e pode-se desfrutar de um espaço que está perto de Lisboa, mas todas as pessoas que aqui vêm admiram-se pela calma que aqui se vive.” (Luís)

Contudo, verifica-se que esta negociação do prestígio social associado ao espaço também ultrapassa questões como a formação académica dos residentes, as suas capacidades económicas ou as próprias qualidades excepcionais do território para se centrar em “pré-juízos” ou na depreciação de grupos sociais com base em características estereotipadas, como será o caso dos “novos ricos”. Assim sendo, é admitido que o Parque das Nações possui algum prestígio social, mas não é admissível – para uma boa parte dos entrevistados – que esse prestígio justifique, por si só, a escolha de ali residir e que possa ser usado como factor de distinção social. Daí a manifesta necessidade de demarcação de muitos residentes relativamente a um uso “abusivo” ou “reprovável” do prestígio inerente ao espaço e que, em termos práticos, se traduz numa demarcação inter-classista para com certos comportamentos culturais e simbólicos, mas não necessariamente com a auto-classificação de prestígio.

“(…) Aqui há pessoas que, enfim, têm a mania porque ‘viver na Expo’, acho que para essas pessoas viver na Expo dá-lhes estatuto social e pensam que os outros os podem valorizar mais porque moram na Expo...” (Gil)

“Muitas das pessoas que vêm de fora compram casa aqui porque eu acho que fora de Lisboa também há o conceito de que a Expo é prestigiante. Há muita gente que (...) se tiver capacidade financeira, compra casa aqui (...) se calhar também para terem o prestígio social que pensam que se pode obter aqui.” (Sandra)

“Eu moro aqui e acho que não é pelo prestígio... apesar de perceber que há algumas pessoas que dizem isso, não é bem pelo prestígio, é mais pelo conforto que eu sinto em morar aqui.” (Sílvia)

Entretanto, não deixa de ser interessante verificar que muitos dos entrevistados negociam indirectamente a noção de prestígio e associam-se a ela através da referência a “vizinhos” famosos, como é o caso de ministros, músicos, jogadores de futebol ou outras figuras públicas. Mas também é ao nível das relações de vizinhança que se demonstra como é que a

¹⁰ Como a Gare Intermodal de Lisboa, o Centro Comercial Vasco da Gama, o Pavilhão Atlântico, o Casino de Lisboa, o Oceanário ou a Feira Internacional de Lisboa.

reconhecida homogeneidade social, educacional e económica dos residentes do Parque das Nações falha em termos de expectativas de comportamento (coincidindo na questão dos lixos e no desrespeito pelo espaço público), provando-se que, afinal, também existem residentes que não correspondem à construção identitária associada àquele espaço:

“Aqui no prédio há 2 médicos, 2 economistas, 1 professor...predominam aqui os médicos, engenheiros, advogados...são profissões liberais...Mas, por exemplo, e a propósito dos lixos, não se percebe como é que os médicos não são sensíveis à questão da separação dos resíduos. No outro dia até houve um grande incêndio na conduta do lixo (...) e aí, mais uma vez me apercebi que as pessoas do prédio não separam o lixo. Eu acho isto absolutamente incompatível com o estatuto social... com o ser médico, com o ser professor, que são profissões que deviam estar sensibilizadas para estes valores e não estão e isso eu acho grave.” (Elsa)

Desta forma, apesar de se reconhecer que a compra de uma casa no Parque das Nações é, por si só, um factor determinante na selecção dos residentes – auto-classificados como “elite”, “classe média-alta” e até mesmo “alta” – e esse factor legitimar a pertença ao grupo, ele vai perdendo relevância ao nível da construção e partilha de uma identidade de proximidade, uma vez que os comportamentos observados nos vizinhos não correspondem ao padrão cultural expectável de quem possui uma formação académica e uma profissão com alguma projecção social e estatutária. Daqui tanto transparece a inexistência de códigos comuns de relacionamento social, como o conflito em torno de códigos de conduta devido à falta de cumprimento das regras que alguns consideram ser as mínimas de civilidade e educação.

Paralelamente a esta demarcação identitária apoiada em comportamentos que se recriminam – por não corresponderem ao que muitos entendem como representativos dos capitais culturais e económicos do grupo (Bourdieu, 1979), nem ao respeito por um espaço público considerado especial – surgem dinâmicas distintivas espacializadas, que têm por base as três diferentes zonas que constituem este território. De uma forma geral, a leitura que os entrevistados fazem do território coincide com a sua divisão em zonas mais ou menos oficializadas e que são a zona Norte, o Centro e a zona Sul. Dentro das zonas Norte e Sul ainda é possível destringir uma faixa paralela ao rio onde se localizam as habitações de 1ª linha, identificadas como as casas melhores e mais caras do Parque das Nações.

Em breves traços, verifica-se que quem está localizado nos dois extremos do território tende a dividi-lo em duas zonas bem distintas e, dentro delas, a 1ª linha de rio. Já quem se localiza ao centro acrescenta a sua zona às restantes distinções territoriais percebidas. Entretanto, uma das principais evidências observadas é a valorização das características da zona de pertença comparativamente às restantes e, simultaneamente, a sua eleição como a melhor zona do Parque das Nações para se viver, à excepção da posição mais neutra dos residentes da zona Central, que se dividem entre a beira rio, a zona Norte e a sua própria zona.

Quem vive a Norte equilibra a densidade de construção da sua zona e a altura da mesma com um espaço público que, ao ser mais amplo, acaba dissolvendo essa densidade. Mas a principal vantagem que se atribui à zona Norte – e que a maior parte dos residentes apresenta para justificar a sua preferência em detrimento da zona Sul – é o Parque Urbano do Tejo e Trancão. Para além dos espaços verdes, salienta-se a existência de serviços e de um comércio variado, bem como a vivência de rua ou de bairro, que se associa a um maior relacionamento social entre as pessoas. Da zona Sul diz-se que é mais pequena e de construção muito condensada, com problemas de circulação e estacionamento e que não tem espaços verdes nem comércio. Em contrapartida, reconhece-se que a Sul as casas são mais caras, um facto que é incompreensível perante a ausência de espaços verdes, de comércio, de estacionamentos e da presença de uma Marina que nunca funcionou.

Ao Centro são perceptíveis as vantagens e as desvantagens das três zonas distintas e, apesar de não haver uma posição unânime que elege a zona Central como a melhor para se viver, é unanimemente partilhada a ideia que o posicionamento ao centro resulta bastante vantajoso no quotidiano dos seus residentes pela proximidade a tudo. Quem vive a Sul salienta aspectos como o sossego, a calma, a baixa volumetria dos edifícios e a homogeneidade do espaço construído, para defender as vantagens da sua zona perante a confusão e a densidade de betão que atribuem à zona Norte. À reconhecida ausência dos espaços verdes contrapõe-se o prestígio e o elitismo associado à proximidade da Marina. Admite-se que talvez seja por isso que as casas são ali mais caras e, na consequência disso, os residentes são tidos como socialmente mais homogêneos, não se verificando a mistura de pessoas e de “classes” que se atribui à zona Norte. A Sul reconhece-se que o pouco comércio existente é pouco interessante, mais caro e sem qualidade, para além de ser frequentado maioritariamente pelos empregados das obras de construção civil ainda ali em execução e pelas empregadas domésticas dos residentes. Em contraponto, o comércio da zona Norte é também frequentado por residentes da zona Sul que nele reconhecem qualidade a preços mais vantajosos e facilidades de estacionamento. Na percepção da zona Norte destacam-se ainda duas características interessantes que, ao invés de se oporem, parecem surgir como complementares dada a diferença de escalas, por um lado, e as diferentes apropriações espaciais que essa diferença promove, por outro, e que são: a equiparação daquele espaço a uma concepção de cidade pela densidade de construção e altura da mesma e a apreensão de uma vivência de bairro num dos seus quarteirões.

“Na zona Norte há a mistura de muita gente, as casas também são mais baratas, tirando as da linha da frente...Digamos que uma maior mistura de classes sociais. Aqui na zona Sul também há várias classes sociais mas um bocado de elitismo, morar na Marina...há aqui um maior elitismo e fazem questão de dizer que moram na Expo, mas na zona Sul para não haver confusões, porque a zona Norte é diferente.” (Gil)

“Na parte Sul cobram mais pelos andares do que na parte Norte. As casas são mais caras porque, dizem eles que é uma zona mais nobre. Eu não acho nada, não tendo zonas verdes para mim já não serve...mas não sei porque dizem que é uma zona mais nobre (...) talvez porque aqui metade é Loures e metade é Lisboa.” (Beatriz)

“Há a zona Sul e a zona Norte e estas duas diferenças são marcantes... Quando dizem «Ahh!...moras no Parque das Nações mas em que zona? Zona Sul ou zona Norte?» por uma razão simples! A zona Norte pertence à câmara de Loures e a zona Sul pertence à câmara de Lisboa... Nós pertencemos à freguesia de Stª Maria dos Olivais e há aqui... não é bairrismo, mas há uma diferença...” (Afonso).

Através dos excertos acima apresentados, torna-se igualmente perceptível uma outra questão que se prende directamente com as representações espaciais das identidades colectivas e que é a pertença ao concelho de Lisboa ou ao concelho de Loures. É sabido que o território definido como Parque das Nações mantém-se oficialmente dividido pelos dois concelhos vizinhos, apesar de continuar sob a gestão da empresa Parque Expo que, entretanto, tem envidado esforços no sentido da constituição de uma sociedade tripartida¹¹ que assuma a responsabilidade de gerir aquele território. Mas enquanto isso não acontece, ele continua dividido e, para além da diferença de preço em certos serviços públicos ou em impostos imobiliários, pode-se dizer que essa divisão é flagrante ao nível das representações identitárias e espaciais. É um facto que os residentes posicionados a Sul ou ao Centro pertencem oficialmente ao concelho de Lisboa e que este problema da divisão territorial se focaliza na zona Norte. Contudo, quando confrontados com a hipótese de poderem optar por um dos dois concelhos, Lisboa reuniu 16 respostas (em 20¹²) e Loures apenas a de um entrevistado que, não obstante já pertencer àquele concelho, manifesta um profundo desagrado pelo mau funcionamento do município de Lisboa, nomeadamente, pelo abandono dos respectivos espaços verdes. Nos poucos casos de unidades familiares localizadas no território de Loures também se verificou a sobreposição do espaço de pertença com o espaço de referência, ou seja, o lugar com o qual os entrevistados se identificam e o lugar que lhes serve de referência nas suas identificações e que continua a ser Lisboa.

“Eu continuo a achar que vivo em Lisboa, embora o meu município actual de residência seja Loures. Para mim isto não faz sentido (...). Se eu nos Olivais estava em Lisboa e aqui estou a 5 minutos dos Olivais, em que é que isso diferencia o meu modo de vida? Em nada! Eu continuo a trabalhar em Lisboa e a utilizar as mesmas coisas de quando vivia nos Olivais. Penso que para a maioria dos residentes que utiliza os serviços, tem o emprego, os filhos na escola... toda a sua vida se desenrola na cidade de Lisboa.” (Dora)

“Quando tenho que escrever a minha morada, não é Lisboa mas Moscavide ou Loures, não mudei o meu cartão de eleitor porque sinto-me mais próxima de Lisboa do que de Loures. A mim, Loures não me diz nada.” (Rosa)

“Nós estamos a viver aqui e já pertencemos a Loures, não pertencemos a Lisboa. Mas consideramo-nos lisboetas na mesma” (Mateus) – “Eu considero que moro em Lisboa, embora pertença à freguesia de Moscavide e ao concelho de Loures. Eu digo «eu vou ali à Almirante Reis» e não «eu vou a Lisboa.»” (Maria) – “Para efeitos de votação e Centro de Saúde, a nossa residência ainda se mantém a anterior.” (Mateus).

Nas restantes unidades familiares localizadas no território de Lisboa tornou-se tão evidente o agrado por essa pertença legítima, quanto a necessidade de demarcação identitária face a Loures. Quanto às justificações apresentadas, elas vão da simples lógica territorial às complexas questões simbólicas e identitárias que não sendo fáceis de justificar, são defendidas com convicção.

“Pertença a Lisboa! Isso aí!... aliás, também devo dizer que um dos motivos que me levou a vir para aqui [localização dentro do Parque das Nações] foi também o pertencer à cidade de Lisboa (...). Tenho uma ligação afectiva muito grande a Lisboa apesar de não ser de cá e, quando estive no outro apartamento [no Parque das Nações mas na parte de Loures], o ter que me deslocar a Loures para ir ao notário ou às finanças era qualquer coisa que para mim... (...). Para mim é a questão simbólica porque eu não tenho nada a ver com Loures! Nada! Rigorosamente nada! Nem com Sacavém, nem gosto de Sacavém... e não é a questão elitista... gosto de Moscavide (...). Vou todos os Sábados de manhã a Moscavide ao Mercado (...). Portanto, para mim e para o meu marido isso foi determinante – «Nós não queremos ficar a pertencer ao concelho de Loures porque não temos rigorosamente nada a ver com aquilo» e não é uma questão elitista porque gosto imenso de Moscavide.” (Sara)

Mas em paralelo, também se sublinha a questão do prestígio, que sendo reconhecido na cidade capital, é completamente recusado a Loures, um subúrbio “desprestigiante” e que não raras vezes é associado a estigmas sociais devido aos vários bairros sociais inter-étnicos ali existentes:

“Eu lá queria pertencer ao concelho de Loures?! Que horror!... Loures é subúrbio e então se falarmos em prestígio... Se eu moro na Expo, a que propósito iria pertencer ao concelho de Loures?! Nem morta!!!... Eu pertenço ao concelho de Lisboa, obviamente!” (Ana)

“Existe de facto aquela questão de ‘ser de Lisboa’ ou ‘ser de Loures’ e para mim – tenho que ser honesto – faz um bocadinho de diferença e acaba por ser a questão do prestígio.” (Vasco)

“Acho que para algumas pessoas daqui, pertencer a Loures é factor de algum desprestígio. A pessoa ouve comentários do tipo «Ah! Aqueles devem estar na zona de Loures!» para censurar alguns comportamentos e, às vezes até nem estão, são da zona de Lisboa.” (Beatriz)

O excerto acima apresentado permite confirmar a existência de uma imagem colectiva associada a Loures que parece dever-se menos às características urbanísticas daquele município do que aos estereótipos dos seus residentes. Como contraponto, sublinha-se o prestígio de “ser de Lisboa” e joga-se com essa referência espacial não só para marcar a divisão

¹¹ A proposta ainda em discussão é que o território do Parque das Nações venha a ser gerido por uma Sociedade que integre a empresa Parque Expo e os municípios de Lisboa e Loures.

¹² Três dos entrevistados afirmaram ser essa opção indiferente, desde que o resultado fosse ao encontro das suas reivindicações.

administrativa do Parque das Nações mas, sobretudo, para reforçar a auto-classificação social dos residentes, à escala interna. Se a escolha de residir no Parque das Nações atendendo à questão do prestígio não é um motivo reconhecido como legítimo pela maioria dos entrevistados, residir no Parque das Nações que “é de Lisboa” confirma-se abertamente como um factor de promoção social, não só em relação aos vizinhos “suburbanos” da parte de Loures, mas também em relação a um percurso de vida que, no caso de alguns entrevistados, passou por Loures e por outros “subúrbios”. Assim, apesar do Parque das Nações ser um território homogêneo a nível do projecto urbano e dessa homogeneidade ser reconhecida pela população residente, torna-se evidente a repercussão que a clivagem administrativa acaba por ter ao nível das identidades colectivas, bem como os diferentes contextos e escalas em que o prestígio social é negociado dentro do mesmo grupo. Desta forma, confirma-se a existência de um processo de distinção social baseado numa classificação estatutária do local de residência, em duas escalas distintas: o Parque das Nações em bloco, por oposição a outras áreas de Lisboa; a parcela territorial do Parque das Nações integrada na cidade de Lisboa, por oposição à que pertence ao concelho de Loures.

A conflitualidade do espaço público

Sendo o Parque das Nações um espaço urbano construído de raiz e apenas com uma década de existência, ainda não é possível avaliar com segurança alguns parâmetros de consolidação urbana. Contudo, os resultados do trabalho empírico realizado levam a supor que aquele território dificilmente ganhará uma vivência social resultante de uma apropriação colectiva dos espaços públicos. Na base desta ideia reside o facto de se ter verificado que, não obstante a elevada valorização do espaço e respectivas qualidades, ele é alvo de uma apropriação individualizada por parte da maioria dos residentes entrevistados. Por outro lado, é possível apurar que, se muitos dos residentes admitem não usufruir do espaço tanto quanto gostariam, também evitam partilhá-lo com quem o visita, de um modo geral. Assim sendo, poder-se-á falar não só em apropriações individualizadas, mas também em apropriações socialmente diferenciadas e temporalmente condicionadas no Parque das Nações, por via do inevitável confronto com os visitantes do fim-de-semana.

Com efeito, é perante a “invasão” do espaço público por parte dos “outros” que se assiste ao surgimento de uma consciência de grupo definida por identidade colectiva (Centlives et al, 1986) que, podendo indiciar um efeito de maior entrosamento social entre os residentes e destes com o seu espaço, parece, no entanto, demasiado focalizada em manter distâncias e diferenças que se estabelecem face aos outros que vêm do exterior. Como resposta a esta realidade, a partilha de um sentimento de “invasão” concorre com uma espécie de atitude de condescendência ante a inevitabilidade da perda periódica do espaço público. A solução encontrada pela maioria dos entrevistados é o evitamento da partilha do seu espaço público e do confronto com os “outros” que o invadem, especialmente nas tardes de Sábado e Domingo.

“Não estava à espera que isto fosse um sítio tão central, podia continuar um sítio que não fosse ocupado por tudo o que é concerto, por tudo o que é manifestação...é quase como o Terreiro do Paço...e agora vêm para aqui também para a Expo e a pessoa sente-se um bocado invadida com o som, com o barulho e isso tira-nos um bocadinho a privacidade e a calma, durante o fim-de-semana! Porque durante a semana é fantástico! (...), a vida ao fim-de-semana podia ser mais calma e há a invasão dos outsiders, dos estrangeiros...”. (Rita)

“[No fim-de-semana] Aproveito mais as manhãs e os finais de tarde para passear aqui na zona. A seguir ao almoço não tanto e acho que já é uma defesa natural que a gente tem por causa da confusão que existe na rua.” (Sílvia)

“Para andar de bicicleta, os dois, a altura preferida é ao fim-de-semana, mas de manhã. De manhã é ótimo e à tarde é impossível. Aos Sábados e Domingos de manhã é mesmo para nós, as pessoas que há por aqui são as que moram aqui, pais com filhos que vão andar de bicicleta. A partir da hora do almoço é que começa a confusão, os restaurantes todos cheios e a tarde é para essa gente que vem para aqui.” (Artur)

O excerto acima apresentado permite atestar que, em primeiro lugar, a “invasão” espacial provocada pelos “outros” – os visitantes – desencadeia a presença de uma consciência colectiva, que se traduz por um “nós”, formada pelos residentes do Parque das Nações. Em segundo lugar, os residentes não só partilham esse sentimento de invasão do seu espaço, como recorrem à mesma estratégia tácita de evitamento dos “outros”, que descrevem como membros de classes mais baixas e que distinguem quer pelos comportamentos entendidos como “mais populares”, quer pela imagem exterior (roupas e penteados), contribuindo todos estes elementos para sublinhar as diferentes posições de classe entre os visitantes e os residentes do território em análise. Neste caso, verifica-se que a caracterização dos “outros” é o contraponto daquela que parece ser a imagem que os residentes construíram sobre si próprios – indivíduos com formação académica, de estratos sociais médio-superiores, bem vestidos, discretos e educados.

Quanto à proveniência, os “outros” são, maioritariamente, os visitantes residentes no concelho vizinho de Loures, representados de acordo com duas lógicas aparentemente contraditórias: por um lado, são os que “vêm de fora” de Lisboa (denotando-se aqui um reforço da inclusão dos entrevistados na cidade-metrópole pela exclusão dos “outros” que pertencem aos subúrbios); por outro, são os que vêm “ali” de locais muito próximos. Trata-se de uma proximidade geográfica que, de acordo com os dados observados e recolhidos, parece ampliar não só a demarcação social dos residentes face aos visitantes, como também a demarcação espacial do Parque das Nações face ao concelho de Loures, não obstante ter-se verificado que as construções identitárias da zona Norte reflectem a divisão administrativa ali existente. Se esta divisão administrativa é usada para estabelecer clivagens sociais na zona Norte, tal como se verificou atrás, é expectável que perante a localização demasiado próxima de todo o território face ao concelho de Loures, essas clivagens assumam maior expressividade e contribuam para justificar a demarcação identitária entre o “nós” e os “outros”, bem como o evitamento do confronto e da

partilha do espaço público com os “invasores”. No fundo, esta utilização do espaço público por parte dos visitantes provenientes dos bairros de Loures permite confirmar a localização suburbana do Parque das Nações, ainda que a maior parte dos entrevistados recorra ao prestígio de “ser de Lisboa” para negociar a sua demarcação identitária.

Com efeito, parece estar-se perante uma produção espacial que pode ser desmontada à luz da concepção de Lefebvre (1986) e que denota um conflito latente entre a posse¹³ “privatizante” que é exercida por parte dos residentes e a apropriação periódica efectuada por um determinado grupo de visitantes. A este conflito não será alheio o facto do Parque das Nações ter sido produzido para satisfazer os desejos de consumo residencial de estratos sócio-económicos mais privilegiados, nem a ambiguidade de muitos espaços de embasamento e contíguos aos edifícios residenciais, que são de propriedade e gestão privadas mas de utilização pública. Daqui resulta a manifestação de um sentimento de prejuízo por parte dos residentes face à perda da generalidade do espaço público, por via da utilização “apropriante” que é feita pelos visitantes (sobretudo os provenientes do concelho de Loures), bem como o condicionamento da sua vivência de acordo com esse uso.

“[os visitantes] Prejudicam o sossego. Queremos estar sentados numa esplanada sossegados e não é possível porque aquilo parece uma feira. Perdemos aquela sensação de estar no sossego.” (Artur)

“Prejudicar talvez seja um termo um bocado forte, mas por vezes [os visitantes] acabam por condicionar a minha vivência porque, se eu não for andar de bicicleta até às 13 horas, também já não vou porque aquilo está cheio de gente.” (Ana)

“Não é pelo facto deles cá estarem que nos prejudica. Mas de facto, se durante a semana tudo fala no mesmo tom, quando vêm para aqui os visitantes ao fim-de-semana ouve-se por aí muita asneira e termos menos próprios (...), o que estraga um bocado a imagem que se tem deles porque, de resto, são pessoas como as outras e têm tanto direito de cá andar como nós.” (Vasco)

No contexto da progressiva tendência de privatização dos espaços públicos no âmbito de operações de valorização e de “re-esteticização” urbanas, Zukin (1995) sugere a conjugação do poder cultural com os outros tipos de poder, entre os quais, o poder da imagem que os espaços transmitem através dos seus símbolos materiais, indo ao encontro de Lefebvre e da dialéctica tridimensional dos seus conceitos espaciais; prática social, representação do espaço e espaço de representação. Segundo Zukin, Lefebvre pretenderia transmitir a diferença entre o espaço físico da experiência social comum e aquele que é manipulado pela interpretação simbólica, admitindo a autora que algumas práticas espaciais estão a ser transformadas por novas condições materiais – tais como o “comercialismo”¹⁴ que se sobrepõe ao espaço público, as exclusões tácitas e a “guetização” – que se mantêm, não obstante uma linguagem de inclusão e fusões culturais.

Estabelecendo o paralelismo destes pressupostos com o Parque das Nações, é possível perceber os efeitos sociais decorrentes da manipulação da imagem que se criou daquele território. Se é no plano do vivido e da apropriação quotidiana que o espaço se abre a novas possibilidades (Lefebvre, 1986), foi no plano da produção e da concepção espacial que aquele território adquiriu um estatuto social que permite, em certa medida, falar de uma auto-guetização. Com efeito, o objectivo da diferenciação é-lhe inerente, tanto em termos de espaço construído, como em termos do grupo social pretendido. Mesmo que não se entenda a população residente como uma elite (cultural, social, política e económica), as narrativas dos entrevistados permitem perceber que é nessa categoria social que muitos deles se percebem, por oposição à maioria dos visitantes periódicos que os “invadem”. Mas ao nível da negociação do prestígio social daquele espaço, não deixa de ser interessante perceber a demarcação de muitos entrevistados para com uma categoria de residentes que podem ser chamados de “novos-ricos”, um rótulo negativo aplicado a quem tem hábitos de consumo distintivos para se mostrar aos outros.

Entretanto, também será pertinente considerar que a desvalorização social, económica e cultural que é dirigida aos visitantes que vêm das proximidades tem um duplo efeito: por um lado, reforça a consolidação e o reconhecimento social entre os residentes através da partilha de um “espírito de grupo”, por outro, confirma a valorização do seu espaço, não só enquanto objecto identificador e negociável de prestígio e de distinção social, mas também enquanto objecto de desejo e cobiça entre os “outros” que dele se vão apropriando pelo uso ocasional. Assim, admite-se que o Parque das Nações apresenta dificuldades em se conciliar com a utilização metropolitana dos seus espaços públicos, não obstante a quantidade e qualidade dos mesmos se apresentar como uma aposta ganha e como um dos legados mais expressivos de toda a operação de regeneração urbana realizada.

Conclusão

Em síntese, confirma-se a existência de um conflito intrínseco ao Parque das Nações que tem a ver com a sua localização e, provavelmente, com a questão da promoção social dos habitantes e que ganha contornos mais nítidos na partilha do espaço público. Esse conflito passa pelo facto dos bairros suburbanos de Loures funcionarem como espaços de referência, na medida em que representam tudo aquilo que os residentes do Parque das Nações não querem ser. No entanto, a proximidade impõe-se, não só através da partilha do espaço público, como também pela partilha da mesma identidade suburbana. Daí a premente necessidade de demarcação, que tanto pode passar pelas representações sociais por estratos, como

¹³ Lefebvre (1986) refere-se ao conceito de apropriação do espaço no sentido do seu uso e utilização opondo-lhe o inseparável conceito de dominação, associado à posse ou consumo do espaço. É na esfera da vida quotidiana que estes conceitos referentes a dois espaços se manifestam e inter-agem, sendo este jogo de forças contrárias salutar à manutenção do equilíbrio social.

¹⁴ Commercialism no original.

pelos estilos de vida, apoiados na negociação do prestígio social. No fundo, pode-se considerar que o Parque das Nações corresponde a um pedaço de cidade com características de bairro suburbano que, em certa medida, pretende afirmar-se como uma centralidade de “elite”, passando a gestão desta ambivalência interna por tentar manter uma distância social relativamente à realidade espacial que lhe está próxima.

Por outro lado, admite-se que a qualidade de vida que os residentes dizem obter naquele espaço não será condição exclusiva da situação social, cultural e económica do grupo no qual se revêem. A “magia” e as características cénicas atribuídas ao espaço em análise também contribuem para a sua estetização e estilização (Bourdieu, 1979; Featherstone, 1991; Lury, 1996). Dito por outras palavras, as circunstâncias excepcionais de concepção, a situação geográfica de beira-rio, as soluções urbanísticas e arquitectónicas, bem como a monumentalidade arquitectónica e a carga simbólica associada ao Parque das Nações permitem reconhecer nele a manipulação de dimensões que ampliam o significado de ali habitar e o estatuto de distinção social associado ao seu consumo. A questão do prestígio é disso um bom exemplo, uma vez que não só é reconhecido como uma característica inerente ao espaço e ao grupo dos residentes, como é negociado ao nível da construção identitária e da diferenciação destes face aos visitantes, nomeadamente, aos oriundos de Loures, com quem se partilha a mesma situação de suburbanidade.

Este protagonismo que os espaços de pertença revelam ao nível das construções identitárias, tanto de um lado como do outro, é sintomático da estreita relação que existe entre determinadas formas espaciais e efeitos sociais particulares (Rémy e Voyé, 1994). Disso faz prova a imagem desvalorizada que se constrói sobre os “outros”, que tanto podem ser os visitantes das proximidades como os próprios residentes que se localizam no território pertencente ao concelho de Loures. À questão das escalas espaciais sobrepõe-se um emaranhado de critérios classificatórios e distintivos, que tanto serve as necessidades internas de partilha de códigos identificativos do grupo com o seu espaço, como os códigos representativos dessa realidade exteriorizável. Daí que não seja de estranhar que, mesmo em sociedades urbanas que exemplificam o individualismo e a fragmentação da pós-modernidade contemporânea, o espaço se mantenha enquanto suporte de referência ao grupo que o produz, requerendo atenções redobradas sobre as contínuas negociações culturais que sustenta, bem como quadros conceptuais que alcancem a sua crescente complexidade analítica. Afirma-se então a necessidade de considerar os novos contornos que se impõem aos códigos de significação utilizados pelo grupo, como é o caso do consumo e o seu significado social com vista à distinção. É esse o pressuposto que serve de base à concepção do espaço Parque das Nações enquanto objecto principal de consumo, integrado num sistema mais vasto de escolhas que remetem para a composição de estilos de vida, também eles considerados como códigos sociais classificatórios e distintivos, convertendo capitais económicos em simbólicos e vice versa. No fundo, o Parque das Nações encaixa naquilo que Jackson e Thrift (1995) definem por “lugares”¹⁵ de consumo, ou seja, espaços escolhidos enquanto representativos e como representações das formas de consumo das novas classes médias, vendo-se nelas uma certa liderança em termos de definição de estilos de vida.

Assim, se no âmbito do quadro conceptual dos estudos relativos ao consumo são os objectos que se tornam centrais nos processos de composição identitária e de diferenciação social, a breve problematização que se procurou apresentar sobre o espaço do Parque das Nações permite confirmá-lo enquanto objecto privilegiado de consumo, juntamente com a amplitude da sua expressão simbólica ao nível das representações sociais. Com efeito, é da posse e consumo do espaço residencial (num primeiro plano) e da vivência temporalmente definida dos espaços públicos (num plano complementar) que a consciência colectiva retira boa parte da sua consistência identitária, não obstante as vicissitudes inerentes à variação de escalas e a sua relação intrínseca com a categorização do território e de quem o habita e dele se apropria.

Bibliografia citada

- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction: critique sociale du jugement*, Paris: les éditions de Minuit.
- Burgess, R. G. (1997). *A Pesquisa de Terreno: uma introdução*, Oeiras: Celta.
- Centlives, P. et all (1986). *Les Sciences Sociales face à L'Identité Régionale: Cinq approches*, Switzerland: Haupt.
- Cooper, M. (1993). *Access to the waterfront: transformations of meaning on the Toronto Lakeshore* In R. Rotenberg & G. McDonogh (eds), *The Cultural Meaning of Urban Space*, Connecticut: Bergin & Garvey.
- Cooper, M. (1999). *Spatial Discourses and Social Boundaries: re-imagining the Toronto waterfront* In S. M. Low (ed.), *Theorizing the City: the new urban anthropology read*”, New Jersey: Rutgers University Press.
- Featherstone, M. (1991). *Consumer Culture and Postmodernism*, London: Sage Publications.
- Featherstone, M. (1997). *Culturas Globais e Culturas Locais* In C. Fortuna (org.) *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras: Celta.
- Lefebvre, H. (1986) [1974] *La Production de L'Espace*, Paris: Anthropos.
- Jackson, P.; Thrift, N. (1995) *Geographies of consumption* In Daniel Miller (ed.), *Acknowledging Consumption: a review of new studies*, London: Routledge.
- Lury, C. (1997). *Consumer Culture*, Cambridge: Polity Press.
- Rémy, J.; Voyé, L. (1994) [1992] *A Cidade: rumo a uma nova definição?* Porto: Afrontamento.

¹⁵ Sites, no original.

- Rutheiser, C. (1999). Making place in the nonplace urban realm: notes on the revitalization of downtown Atlanta In Setha M. Low (ed.), *Theorizing the City: the new urban anthropology reader*, New Jersey: Rutgers University Press.
- Sieber, R. T. (1993). Public access on the urban waterfront: a question of vision In R. Rotenberg; G. McDonogh (eds), *The Cultural Meaning of Urban Space*, Connecticut: Bergin & Garvey.
- Sieber, R., T. (1999). Intervenção nas frentes de água das cidades americanas In V. M. Ferreira e F. Indovina (orgs.), *A Cidade da Expo'98: Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?*, Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Zukin, S. (1995). *The Cultures of Cities*, Oxford: Blackwell.

Auto-atribuição de responsabilidade socioambiental na esfera do consumo

Fatima Portilho
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
faportilho@uol.com.br

Resumo: Este trabalho pretende analisar os discursos, as práticas e os dilemas enfrentados por consumidores engajados em formas de consumo social e ambientalmente responsável, baseando-se em uma pesquisa qualitativa com consumidores da cidade do Rio de Janeiro/RJ. Consideramos estes consumidores como um grupo social que, por diversas razões, age e participa na esfera pública mais através do “consumo responsável” do que através das formas tradicionais de participação via movimentos sociais institucionalizados. Trata-se de pessoas que se auto-identificam como atores importantes no processo de mudança social e ambiental e que se auto-atribuem responsabilidades e deveres. A conclusão da pesquisa, discutida à luz de algumas teorias sociológicas e antropológicas sobre consumo, além da Sociologia do Risco e da Teoria da Modernização Reflexiva, revela que, através de suas práticas de “consumo responsável”, estes consumidores constroem e reforçam uma cosmologia, um modo específico de habitar o mundo, um estilo de vida e uma identidade coletiva comprometida com valores políticos e éticos, uma visão sobre a natureza e uma determinada forma de apropriação dos recursos naturais. Mais do que uma prática auto-centrada voltada para o bem-estar e a saúde pessoal (egotrip), o engajamento no consumo responsável parece se vincular principalmente à auto-atribuição de comprometer e responsabilidades tanto com relação à “natureza” quanto às “culturas tradicionais” (ecologicotrip).

Palavras-chave: politização do consumo; ambientalização do consumo; alimentos orgânicos; responsabilidade socioambiental

1. Introdução – A construção do “consumidor responsável”

O presente trabalho faz parte e dá continuidade a um interesse acadêmico que tem por foco principal analisar e compreender o que tem sido chamado de “ambientalização e politização do consumo”, ou seja, a percepção e o uso das práticas de consumo como forma de materializar valores e preocupações ambientais e sociais. Esta percepção e esta nova forma de uso social do consumo¹ podem ser compreendidas dentro de um processo mais amplo de ambientalização da sociedade, em que diferentes segmentos da sociedade, assim como diferentes disciplinas científicas, incorporaram e resignificaram, em diferentes ritmos e graus, o ideário ambientalista. Leis (1999) identifica, em cada década, um novo segmento social aderindo às preocupações ambientais: na década de 50 estas preocupações estavam restritas aos meios científicos e na década de 60 surgem os movimentos sociais; a partir da década de 70 entra em cena os setores estatais e, na década de 80, principia o ecologismo dos setores econômicos, que se consolida na década de 90. Conforme procurei demonstrar anteriormente², a preocupação com os impactos ambientais dos padrões e níveis de consumo ganhou força a partir da década de 90, a partir de um deslocamento discursivo da questão ambiental, de uma preocupação com os “problemas ambientais relacionados à produção” para uma preocupação com os “problemas ambientais relacionados ao consumo”³, o que levou à ambientalização e politização da vida privada e a um maior protagonismo dos consumidores.

Com isso, a participação na esfera pública e a ação política passam a ser vividas também através do consumo, muitas vezes em detrimento das formas tradicionais de participação (partidos políticos, sindicatos, eleições, manifestações, movimentos sociais institucionalizados etc.). Temos, como consequência, a construção de uma nova categoria – o “consumidor responsável” – que manifesta grande envolvimento com a questão ambiental, se auto-identifica como um ator social importante e se auto-atribui responsabilidades e deveres com relação à mesma⁴.

¹ Por usos sociais do consumo entendo as diversas funções e usos que o consumo assume, tais como reprodução material e simbólica, construção, fortalecimento e marcação de identidades, distinção social, comunicação, pertencimento, cidadania e sociabilidade. Recentemente, um novo uso social do consumo parece ter ganhado destaque: a participação na esfera pública e a ação política através do engajamento em práticas de consumo responsável. Vale lembrar, no entanto, que alguns estudos históricos identificam o uso do consumo como forma de ação política já no século XIX, tais como Blee (1985), Frank (1991) e Ferreras (2001).

² Portilho (2005).

³ Este deslocamento coincide e pode ser explicado a partir de uma mudança do princípio estruturante e organizador da sociedade, da produção para o consumo, conforme analisado por diversos autores, como Giddens (1991), Eden (1993), Canclini (1996), Heller & Fehér (1998), Halkier (1999), Bauman (2000) e Paavola (2001). Assim, se os estilos de vida burguês e proletário centravam-se no desempenho na esfera do trabalho, nas sociedades contemporâneas o centro de atividades fundamentais tornou-se o lazer e o consumo. Com isso, o nível e o estilo de consumo se tornam a principal fonte de identidade, pertencimento cidadania e participação na vida coletiva, além de esfera privilegiada para a análise e compreensão das sociedades contemporâneas.

⁴ Isto teria provocado uma aliança, às vezes conflitante, entre os movimentos ambientalistas e os movimentos de defesa dos consumidores (Portilho, 2006).

No entanto, não vou considerar aqui os movimentos de consumidores, tema aliás que ainda carece de problematizações e análises consistentes, dentro do quadro teórico dos movimentos sociais⁵. Ao contrário, o interesse deste trabalho é analisar os consumidores propriamente ditos, ou seja, aqueles atores sociais “não-organizados”⁶ que se situam entre o anonimato e a vontade de exercer um papel político, entre as preocupações cotidianas da esfera privada e a vontade de participar de uma esfera pública mais ampla, negociando os custos e benefícios desta participação⁷. Trata-se de pessoas que, por diversas razões, usam o consumo como forma de ação política e, em alguns casos, não parecem se interessar pela participação em movimentos institucionalizados, evitando explicitamente esta forma de participação.

Ao contrário de algumas interpretações, não considero os consumidores como indivíduos atomizados, fragmentados, hedonistas e auto-interessados. Afinal, mesmo não sendo possível considerá-los como um grupo social organizado, os consumidores pesquisados compartilham um conjunto de discursos, práticas, habilidades e cosmovisões relacionadas a um determinado estilo de vida, um modo de habitar o mundo e uma determinada forma de apropriação de recursos naturais⁸. Para além dos movimentos sociais organizados, interessa analisar aqui o uso do consumo como prática política que incorpora, de diferentes maneiras, preocupações e valores em prol do meio ambiente e das condições sociais.

A ambientalização e a politização do consumo, expressas em propostas como consumo verde, sustentável e responsável, me parecem ambíguas, apresentando limites e possibilidades⁹. Por um lado, podem ser analisadas como uma forma de privatização da política, ou despolitização, na medida em que fortaleceriam mecanismos de mercado no enfrentamento de questões coletivas, favorecendo o declínio da esfera pública. No entanto, se considerarmos tais propostas como uma possibilidade de emancipação do sujeito, fortalecendo o interesse e a participação individual na esfera pública, estas práticas podem ser compreendidas como parte de uma nova cultura de participação política.

Considero, ainda, que o consumo não deve ser automaticamente compreendido como sinônimo de consumismo, materialismo, individualismo, luxo, consumo conspicuo e práticas hedonistas, combinado com uma visão de consumo como patologia que deve ser tratada por psicólogos. Esta me parece uma abordagem mais próxima de representações jornalísticas e de senso comum, incorporada inadvertidamente por certas análises acadêmicas.

Miller (2002) mostra que o consumo e o ato de comprar costumam ser associados ao “ato de gastar, de preferência gastar dinheiro em grande quantidade” (p.82). Embora isso possa realmente ocorrer em algum shopping center, o ato de fazer compras não pode ser analisado de forma universalista, abstraído de seus contextos culturais: “no dia-a-dia, enquanto muitas pessoas imaginam as delícias das compras não-voltadas ao abastecimento, fora de viagens de férias, poucas delas realmente gastam seu tempo dessa forma” (p.178). Um certo mito ocidentalista também contribuiria para nos representar como uma “sociedade de desejos ilimitados como parte dessa oposição entre a autenticidade de nobres selvagens e a nossa superficialidade inautêntica” (p.85). Miller entende o consumo, ao contrário, como prática cotidiana de aquisição e abastecimento do lar com bens necessários à reprodução material e simbólica.

Independentemente destes debates teóricos, a ambientalização e politização do consumo através de estratégias como o “consumo responsável”, tem sido rapidamente difundidas no Brasil, a exemplo de outros países, e podem ser observadas em fatos como (a) a criação de ONGs voltadas especificamente para esta temática¹⁰; (b) a constante publicação de reportagens sobre consumo “responsável” em diversos veículos de comunicação de massa¹¹; (c) a elaboração de programas de “Educação para o Consumo Consciente”, seja na esfera governamental, não-governamental e empresarial¹²; (d) a elaboração, no plano internacional, do Processo Marrakech, visando a apoiar e fortalecer iniciativas nacionais e regionais que acelerem as mudanças em direção a padrões de produção e consumo mais sustentáveis¹³; e, ainda, (e) o fortalecimento de diversos movimentos sociais que têm na atuação no mercado sua principal estratégia política, como os movimentos de economia solidária, comércio justo e slow food, entre outros¹⁴.

Os exemplos citados tornaram-se tão evidentes que obrigam sociólogos e antropólogos a repensar os conceitos de sociedades e culturas de consumo. Afinal, ao incorporar valores como solidariedade e responsabilidade, as práticas de

⁵ O que designamos genericamente por “movimentos de consumidores” pode, talvez, ser subdividido em alguns grupos, com objetivos e ações às vezes bem diferentes: (a) os movimentos de defesa dos direitos dos consumidores, ou consumerismo, que surge como reação à situação de desigualdade entre fornecedores e consumidores, buscando construir a noção de direitos dos consumidores; (b) os movimentos anticonsumo, vinculados à crítica à “sociedade de consumo” e ao sentimento de fraca auto-realização via posse de bens materiais; e (c) os movimentos sociais que constroem uma nova cultura de ação política e novas demandas por reconhecimento e redistribuição no mercado, tais como os movimentos de economia solidária, comércio justo etc. Portilho (2006).

⁶ Os consumidores, na concepção olsoniana são descritos como grupo latente, ou seja, um conjunto de indivíduos que têm interesses comuns, mas não necessariamente atuam como grupo organizado, dotado de mecanismos de decisão e ação coletiva (Olson, 1971). Mas se admitirmos a ideia de que os membros de um grupo latente podem querer manifestar seus sentimentos de insatisfação com uma situação vigente e de vínculo a um grupo ou rede social e se, como Hirschman (1983), sublinharmos a importância dos sentimentos de pertencimento e identidade, podemos considerar a possibilidade de que, ao traduzirem insatisfações pessoais (“como foram tratadas por uma empresa”, “defeitos em um produto”, “propagandas abusivas ou enganosas”, “insatisfação com a Sociedade de Consumo”, “processos produtivos poluentes” etc.) em questões públicas, os atores se engajam em ações coletivas, reivindicando a substituição de certas regras, leis e políticas existentes por outras novas (ou ainda o cumprimento das já existentes). Assim, formular, expressar, justificar e reivindicar uma insatisfação a torna coletiva e pública (Heller & Féher, 1998).

⁷ Paavola (2001) e Portilho (2005).

⁸ Portilho (s.n.).

⁹ Portilho (2005).

¹⁰ Alguns exemplos brasileiros de ONGs criadas com esta finalidade são o “Instituto Akatu para o Consumo Consciente” e o “ICONES – Instituto para o Consumo Educativo Sustentável do Pará”, entre outros.

¹¹ Revista o Globo (2007); Revista Veja (2007); Revista Época (2005); Revista Vida Simples (s/); Folha de São Paulo (s/d).

¹² Na esfera federal, pode-se citar como exemplo um programa de Educação para o Consumo Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o IDEC (Instituto de Defesa do Consumidor). MA/MEC/IDEC (2005).

¹³ Portilho & Russo (2008).

¹⁴ Wilkinson (2006) e Mascarenhas (2007).

consumo deixaram de ser usadas apenas como uma forma de reprodução das estruturas sociais e de busca por identidade, diferenciação social e status, conforme as abordagens clássicas de autores como Pierre Bourdieu e Mary Douglas¹⁵, para serem usadas também, e cada vez mais, como uma nova forma de ação política e participação na esfera pública, conforme algumas abordagens mais recentes como as de Néstor Garcia Canclini e Bente Halkier¹⁶.

Neste contexto, o ato de comprar “se transformou num meio de conferir objetividade a certos valores” (Miller, 2002:79). Com a ambientalização e politização do consumo, as escolhas diárias, não só de compras, passaram a envolver materializações cotidianas de valores políticos, morais e ecológicos, além de um dos principais meios para o exercício concreto da solidariedade e da ética da responsabilidade, em que os indivíduos sentem-se diretamente responsáveis por melhorar o meio ambiente e a vida de outras pessoas.

Desta forma, considerando a expansão do discurso e das práticas de consumo responsável, o objetivo deste paper é desenvolver uma reflexão preliminar sobre o processo de auto-atribuição de responsabilidades nas experiências da vida cotidiana.

A politização e ambientalização do consumo, através da auto-atribuição de responsabilidades e da construção do “consumidor responsável”, será aqui examinada através do engajamento no consumo de alimentos orgânicos¹⁷. Esta escolha se deve à significativa visibilidade política das escolhas alimentares, devido aos riscos sociais, ambientais e para a saúde percebidos na produção e no consumo de alimentos industrializados. Barbosa (2007) ressalta as mudanças no campo de estudos sobre alimentação e hábitos alimentares que, para além das análises nutricional, sanitária, simbólica, social e histórica, incorpora uma dimensão ética, política e ideológica, relacionando os hábitos de consumo alimentar e os locais e formas de aquisição e preparo dos alimentos à preservação ambiental e à solidariedade com os pequenos produtores locais. Desta forma, a escolha alimentar deixa a esfera privada (preferências individuais, hábitos culturais, recomendações nutricionais e médicas) e ganha uma dimensão ética e política que busca assumir a responsabilidade sobre suas consequências ambientais e sociais.

A opção pela alimentação orgânica será considerada aqui como uma ideologia alimentar que faz parte da conformação de sentimentos de pertencimento de seus adeptos a uma comunidade “imaginária” que adota um determinado estilo de vida e expressa dessa forma suas identidades, seus valores, suas utopias e seus modos de habitar o mundo.

No entanto, a tradução e a materialização de valores e preocupações ambientais e sociais em práticas de “consumo responsável” têm sido interpretadas como comportamentos individualistas e despolitizados. Além disso, têm sido analisadas, ainda, como uma transferência de responsabilidades do Estado e do mercado para o consumidor individual, identificando-o como o principal agente da responsabilidade ambiental, o que aliviaria suas próprias responsabilidades.

Segundo estas análises, governos e empresas estimulariam os consumidores a materializar seus valores e atitudes em prol do meio ambiente através mais da estratégia de “votar com a carteira” do que de ações políticas tradicionais, tais como votos, protestos, manifestações políticas, boicotes etc. Muitas empresas, de fato, passaram a se interessar em captar o poder de compra desses consumidores ambientalizados, percebendo-os como um novo nicho de mercado. Para Pepper (1999), a responsabilidade do consumidor não passa de uma falsa consciência ambiental, produzida pela Nova Direita, perpetuando alguns de seus mitos, como a carência e inoperância da regulação Estatal e a negação de uma genuína identidade coletiva.

O problema com estas abordagens é que adotam uma postura teórica universalizante sobre o consumo, sem distinguir os múltiplos significados e usos sociais do mesmo entre os diferentes grupos sociais, além de negligenciarem a percepção dos agentes sociais sobre seus próprios atos¹⁸. Nestes casos, a crítica social e a posição moral do pesquisador parecem prevalecer sobre a pesquisa empírica e a análise da realidade concreta.

Ao contrário de analisar aqui a possível transferência de responsabilidades, me parece que a melhor forma para explicar e compreender o “consumo responsável” é analisar, através de dados empíricos, o processo de auto-atribuição de responsabilidades por parte dos consumidores que se engajam nesta prática.

O campo escolhido para estudo foi a Feira Orgânica e Cultural da Glória, no Rio de Janeiro/RJ, espaço que frequentei semanalmente durante o segundo semestre de 2007 e início de 2008 para realizar uma pesquisa qualitativa através das seguintes formas de coleta de dados: observação participante, conversas informais, entrevistas qualitativas semi-estruturadas e acompanhamento de alguns frequentadores da feira em suas rotinas de compra semanal. Esta última estratégia é importante para observar os entrevistados durante o ato de compra, o que mostra o modo como realmente compram em contraste com seus discursos sobre as compras¹⁹.

Considero que a feira orgânica se apresenta, aos seus frequentadores, como um espaço em que é possível conferir objetividade²⁰ a valores, utopias, insatisfações, ansiedades e a um abstrato desejo de autonomia e participação na esfera pública. Trata-se, portanto, conforme discutido em um trabalho anterior²¹, de um espaço de sociabilidades.

¹⁵ Douglas & Isherwood (1990) e Bourdieu (1999).

¹⁶ Canclini (1996) e Halkier (1999).

¹⁷ Os alimentos orgânicos fazem parte de uma ideologia alimentar que combina recomendações nutricionais e médicas com valores éticos, ideológicos, políticos e ecológicos, funcionando como reação às ansiedades e desconfianças com relação aos riscos percebidos na alimentação moderna.

¹⁸ Barbosa (2004).

¹⁹ Miller (2002).

²⁰ Miller (2002).

²¹ Portilho (s.n.).

2. Auto-atribuição de responsabilidade

Nas sociedades contemporâneas, segundo Alexander (1995), as formas de ação política penderiam em direção a práticas na esfera individual. Isso se explicaria por um certo desgaste tanto das ações radicais-coletivistas, que predominaram até o fim dos anos 70, quanto das teorias pós-modernas da fragmentação do indivíduo e do fim das grandes narrativas revolucionárias, predominantes na década de 80. Ao contrário, as teorias sociais contemporâneas, denominadas por ele de neo-modernas, identificam uma certa deflação nos movimentos radicais-coletivistas que estariam sendo substituídos por ações romântico-individualistas na vida privada, mais realistas e pragmáticas. Isso enfatizaria a ação de indivíduos reais e não de sujeitos históricos coletivos (nação, classe social, movimentos sociais etc.). As narrativas atuais – emancipatórias, românticas e heróicas – parecem conectadas a uma ampla variedade de ações na esfera do mercado.

Eden (1993) e Herculano (1995) explicam a auto-atribuição de responsabilidades em militantes ambientalistas recorrendo ao arquétipo do herói, “o ser histórico, que representa o Espírito e enxerga a verdade de seu tempo”²². No entanto, conforme exposto acima, não estou considerando como objeto de análise deste paper a atitude de militantes ambientalistas, mas de consumidores “comuns”, muitos dos quais inclusive se recusam ao papel de militantes e à participação em movimentos institucionalizados. No entanto, mesmo não se identificando como militantes ou ambientalistas, estes consumidores parecem adotar uma ação do tipo “heróica”.

Alguns depoimentos dos consumidores entrevistados apontam nesta direção, mostrando, por um lado, o descrédito e a desconfiança em ações coletivas e movimentos institucionalizados e, por outro, uma dedicação e, em alguns casos, entusiasmo e devoção, por ações tipicamente realizadas na esfera do consumo:

Não [participo de outras atividades em prol do meio ambiente], não gosto... não confio nessas ONGs. Nunca fui militante, nunca me envolvi em manifestações essas coisas, não me interessa por essas ações. Em casa separo o lixo, mas não sei se é juntado ou não pelo porteiro nem pela Comlurb. Nós tomamos cuidados com a torneira e com a luz acesa. Não usamos muito o carro no dia-a-dia... nós só temos um carro, usamos mais álcool, porque é mais barato e porque é menos poluente. Meu marido queria comprar outro carro, mas eu não quis. Então, a gente reveza, um fica com o carro e o outro anda de metrô ou ônibus.

Nunca fiz doação [para ONGs ou associações ambientalistas], nem participei de manifestação, campanha, passeata [em prol do meio ambiente]. Mas separo o lixo. Sexta feira passa o reciclado aqui...

A ação coletiva já é mais difícil... teria que me juntar com outras pessoas...

Nunca participei de nenhuma ONG... mas dou o maior apoio... [risos]

Boicote [às empresas poluidoras] eu nunca participei, porque nunca me convidaram, porque se tivessem me convidado eu participaria!

Como os recursos econômicos para “participar com a carteira” são mal distribuídos na sociedade, não seria adequado enfatizar ações individuais de consumidores em detrimento de ações coletivas. Halkier (1999) lembra, no entanto, que os significados e possibilidades de participação nas atividades políticas organizadas, através do canal convencional da “voz”, são igualmente mal distribuídos entre os grupos sociais e que, portanto, a ênfase nas ações via atividades de consumo na vida diária poderia ativar grupos de cidadãos que não têm recursos políticos ou que não desejam participar, via voz, na esfera pública, embora não deva substituir a participação política tradicional.

Apesar da desconfiança, descrédito ou desinteresse por ações coletivas presentes nos depoimentos dos entrevistados, observa-se uma forte crença na responsabilidade e no papel dos consumidores; uma crença na possibilidade de se opor à lógica dominante, afirmando-se como sujeito que age e escolhe. Nesse sentido, as práticas de consumo parecem se constituir, para os entrevistados, como um campo privilegiado de ações e reivindicações:

Acho que o consumo é uma arma poderosa. Então, se você consumir conscientemente, você pode fazer uma diferença bem legal pra vidas das pessoas, principalmente pras pessoas mais próximas de você. Não que você não vá fazer uma diferença grande pra criança que tá trabalhando por dez centavos por dia lá na fábrica pirata na China. Claro, você pode não comprar [produto] pirata pensando nisso. Mas eu acho que... dentro do seu estado, principalmente... se você consumir produtos locais, você vai evitar gasto de combustível forte no transporte de alimento, você vai ajudar as pessoas dentro do seu estado, vai gerar renda pro seu estado, vai gerar imposto pro seu estado, vai gerar investimento pro seu estado. Eu acho que isso melhora a vida de todo mundo...

Eu acho que o consumo é uma arma poderosa. Se consumíssemos mais conscientemente, se investíssemos nosso dinheiro em coisas que fossem render pra gente que precisa, ao invés de comprar sei lá, vestidos de 2 mil dólares de Jean Paul Gutierre, o mundo seria um lugar melhor, pra usar um clichê...

O consumidor é o principal [responsável], eu acho que o consumo acaba ditando as políticas. Por exemplo, se todo mundo parar de comprar os produtos convencionais, então as pessoas vão ser obrigadas a fazer orgânico. É como a história do boicote aos ônibus lá, então eu não vou poder sentar na frente? Vou ter que sentar atrás? Então não vou

²² Herculano (1995:06).

mais. E todo mundo parou de andar de ônibus. E o que que eles fizeram? [Mudaram a lei] e todo mundo pode andar em qualquer lugar. Eu acho que o consumidor é o mais importante...²³

E é uma coisa recente, eu não lembro de ter visto na minha adolescência empresas preocupadas em ser ambientalmente corretas. E hoje em dia isso é muito comum. Desconfio que é um resultado da pressão dos consumidores. Acho que os consumidores [fazem] diferença.

Se cada um fizer a sua parte... acho que os consumidores têm um papel importante... tem conseqüências concretas para a melhoria ambiental.

Ah, eu acho que [a alimentação orgânica] é a salvação desse mundo, né. A alimentação orgânica é uma forma... um propósito muito interessante.

Todos os meus atos são para um mundo melhor... separo o lixo... escapa, né?, alguma coisa ou outra...

Estes depoimentos exemplificam o que Canclini (1996) chama de “consumidores da oposição”, ou o que mais recentemente se convencionou chamar de “consumidores-cidadãos”²⁴. Os entrevistados parecem buscar uma forma de autonomização e politização da esfera privada, reapropriando conhecimentos e competências perdidos para a esfera dos peritos e especialistas²⁵.

Vivida como uma forma de ação política na esfera privada, a auto-atribuição de responsabilidades pode ser compreendida como conseqüência de alguns fatores que têm transformado práticas locais e experiências sociais nas últimas quatro ou cinco décadas, como a globalização, a destradicionalização e a reflexividade social.

Giddens (1996) ressalta que “nossas atividades cotidianas são cada vez mais influenciadas por eventos que acontecem do outro lado do mundo. De modo oposto, hábitos dos estilos de vida locais tornaram-se globalmente determinantes. Dessa forma, minha decisão de comprar um determinado artigo de vestuário tem implicações não só para a divisão internacional do trabalho, mas também para os ecossistemas terrestres” (p.13).

Na ordem social pós-tradicional, perdemos as referências dadas pelas tradições e temos que decidir e escolher, por nós mesmos, “na condição de indivíduos e humanidade coletiva, o que é a natureza e como devemos organizar nossas vidas em relação a ela” (Giddens, 1996:59). Com isso, os indivíduos precisam se acostumar a refletir e filtrar as informações sobre todos os aspectos rotineiros da vida cotidiana, tomando decisões com base nessas reflexões e conhecimentos. Ao incorporar a reflexividade social a auto-atribuição de responsabilidades poderia ser interpretada como uma importante forma de renovação da ação política contemporânea. O relativo crescimento da liberdade de escolha dos consumidores é conectado a uma busca pela emancipação, identidade pessoal e autonomia na esfera privada, apontando para novas formas de ação política.

Emancipação significa liberdade em vários sentidos: em relação à tradição, aos grilhões do passado, aos dogmas religiosos, ao poder arbitrário, às restrições da pobreza ou privação material etc. A política emancipatória é, portanto, uma política de construção de oportunidades de vida e autonomia de ação. A partir dos fenômenos da destradicionalização e do desaparecimento da natureza, diagnosticados por Giddens, novas preocupações se juntam às políticas emancipatórias tradicionais, dando origem às chamadas políticas de vida, que apontam para um padrão de engajamento relacionado às lutas sobre como devemos viver, como indivíduos e como humanidade, num mundo que era determinado pela tradição e pela natureza e que agora se encontra, cada vez mais, submetido às decisões humanas.

De forma semelhante, Beck (1997) enfatiza que, em contraposição à descrença nas instituições políticas tradicionais (partidos, sindicatos, eleições, manifestações, movimentos sociais etc.), surge um renascimento não institucional do político, em que distintas áreas sociais passam a se constituir como uma nova cultura política, denominada por ele de subpolíticas. Assim, se o conceito de política significava, na modernidade clássica, deixar a esfera privada para dedicar-se à pública, surge agora a necessidade de permitir a invasão do político na esfera privada de forma que as experiências que eram consideradas declínio ou morte da política possam ser pensadas como reposicionamento do político. Para Beck, “na sociedade de risco global, a privacidade – como a menor unidade concebível do político – contém dentro de si a sociedade mundial” (p.61). Esta nova qualidade do político se fortalece justamente com a expansão da preocupação ecológica com os riscos associados ao desenvolvimento tecnológico:

O frango eu evito mais do que a carne, por causa dos hormônios. Dizem que não tem... mas tem até soda cáustica no leite... Eu fico assustada. A frase clichê: a que ponto chegamos, né? Estão envenenando o leite que as criancinhas bebem... por dinheiro... foi chocante, assim, principalmente porque ... no leite? Não sei, o leite me remeteu a mamadeira, a bebê (...), então fiquei mais tocada.

Uma das coisas principais é o cuidado do corpo. E o cuidado do corpo é um pilar, assim, da questão ética. Então o que gente come também é importante. Aí, eu comecei a ler também a coisa de qual é a melhor alimentação. E dentre as mil coisas que eu li, aparecia a questão dos agrotóxicos. E então aí vem aquela discussão: a vitamina está pertinho da pele das frutas, das verduras e dos legumes, né?, mas o agrotóxico também. Então se você se cuidar [tirar a casca] para evitar o agrotóxico, desperdiça o melhor do vegetal, né? E aí como faz?

²³ Refere-se ao famoso boicote aos ônibus, empreendido nos EUA na década de 50, pelo fato de que os negros só podiam sentar nos bancos traseiros dos ônibus. Após Sara Parks ter sido agredida por sentar-se em um dos bancos da frente, o Reverendo Martin Luther King iniciou um movimento de boicote aos ônibus. Este evento ficou conhecido como um marco, não só da luta por direitos civis, mas também na luta pelos direitos do consumidor.

²⁴ Portillo (2005).

²⁵ Halkier (1999).

Apesar dos dilemas enfrentados e de um certo sentimento de confusão e dúvidas com relação às informações científicas, presentes nos depoimentos acima, os consumidores entrevistados demonstram um alto grau de informação e interesse por temas como consumo alimentar e meio ambiente:

Estou sempre buscando informações sobre alimentação. (...) Por exemplo, tô olhando um jornal, se passa alguma coisa sobre alimento, eu paro pra ler. Porque me interessa.

Uma coisa que eu sempre vejo é onde o produto foi produzido. Sempre leio o rótulo. Sempre leio o rótulo pra ver onde foi produzido e pra ver as químicas e afins, pra ver se tem glúten se não tem. Então sempre leio o rótulo.

Tudo isso pode ser visto como uma forma de não desmerecer a vida privada como espaço de reivindicações e lutas por direitos e autonomia²⁶. Giddens (1997), por exemplo, aponta para a necessidade de uma interação dialética entre as dimensões pessoal e coletiva, já que a vida privada não é uma simples dimensão residual da coletiva, mas uma esfera ativa que comporta reações de tal forma que as mudanças no seu interior também afetam as instituições globalizadas da modernidade.

Trata-se de uma possibilidade de recomposição das esferas pública e privada, abrindo novos espaços de negociação entre a vida individual e a coletiva e, dessa forma, ampliando as maneiras de fazer política e de existir enquanto sujeito político.

E a gente tem que negociar algumas coisas. Renunciar a umas e negociar outras...

Schwartz (1998) sugere que a auto-atribuição de responsabilidades acontece quando há ausência de outros agentes sociais que assumam a responsabilidade e/ou quando há uma possibilidade individual de escolher comportamentos.

Em sua pesquisa com jovens consumidores dinamarqueses, Halkier conclui que os estímulos e exigências para um consumo “ambientalmente responsável”, extremamente comuns nos países altamente desenvolvidos, são vivenciados por eles de três maneiras diferentes: (a) alguns rejeitam as responsabilidades ambientais, alegando que essas são uma responsabilidade de outros atores (Estado, empresas, ONGs etc.); (b) alguns negociam essas exigências com outras que fazem parte da sua experiência cotidiana e, finalmente, (c) outros as integram totalmente na vida diária. Para a autora, estas diferentes reações relacionam-se às diferentes formas como as pessoas interpretam e conectam novos fenômenos à vida diária. Nesse sentido, os consumidores parecem lidar com dilemas diários relacionados às suas responsabilidades sociais e ambientais, respondendo diferentemente a esses dilemas.

Por outro lado, a auto-atribuição de responsabilidades pode significar também um aumento da autoridade dos consumidores sobre sua vida diária, já que buscam se apropriar de conhecimentos e competências perdidos para os especialistas. Ao perceber o significado e as conseqüências de suas ações no meio ambiente e em outros grupos sociais, os consumidores podem aumentar os sentimentos de cidadania e pertencimento a uma “comunidade imaginária” que ajuda a fazer com que suas práticas se tornem mais úteis e significativas em relação à melhoria do meio ambiente.

Assim, quando os consumidores lidam com dilemas diários relacionados a exigências por considerações ambientais no consumo, eles estão participando na formação de experiências relacionadas aos conflitos ambientais e políticos sobre que atores e instituições devem ser responsáveis por diferentes problemas e soluções. Isso aparece numa clara desconfiança com relação à atuação das empresas:

Mas acho que não é o valor deles [das empresas], não é uma ideologia deles. Estão seguindo o fluxo, porque é uma demanda da sociedade. A sociedade tá valorizando isso (...). Não é o valor principal deles, entendeu? Eu acho que o valor deles é outro. É lucro. Se eles tão vendo que isso tá dando lucro, então eles tão fazendo isso. Isso dá lucro porque as pessoas, por exemplo, se você é um ecochato, e você tem um banco que refloresta a Mata Atlântica e outro que não, você vai escolher o banco que refloresta a Mata Atlântica. Então visa lucro, visa cooptar um certo tipo de consumidor, que tá preocupado com um certo tipo de questão.

Eu vi um anúncio de [um banco] na televisão: “tenha cheque especial e ajude a reflorestar a Mata atlântica”. Tem muito isso ultimamente. Eu acho legal, mas eu desconfio. Eu acho que é uma coisa secundária pra elas [as empresas]. Eu acho que deveria ser prioritária pro Estado e pra quem consome. E aí o que que acaba acontecendo? As empresas vão atrás... que eu acho que de repente é isso que tá acontecendo. As pessoas estão ficando mais ambientalmente responsáveis então [as empresas] têm que ser também.

Fora os consumidores, [o principal ator] é o Estado. Porque o capital tá preocupado com o capital.

Eu tenho visto assim, tá na moda, eco não sei o que... Não tem nada de eco, né?, responsabilidade ambiental, responsabilidade social... As empresas tão fazendo isso, mas eu acho que pra elas é uma coisa secundária, porque tá na moda.

²⁶ Canclini (1996), Giddens (1996), Heller & Fehér (1998) e Halkier (1999).

No caso dos consumidores responsáveis analisados aqui, observa-se que a auto-atribuição de responsabilidades parece estar relacionada a maior possibilidade de intencionalidade na escolha de comportamentos e à identificação de obrigação moral por determinadas ações²⁷.

O ato de selecionar e adquirir mercadorias, portanto, não pode ser compreendido como um ato individual e individualizante. Ao contrário, o consumo se relaciona, segundo Miller (2002), a duas formas de alteridade. Na primeira, o consumo expressa uma relação entre quem compra e para quem se compra, em geral a família. Na segunda, expressa uma relação cosmológica que transcende qualquer utilidade imediata, pois assume a forma “não de sujeito ou objeto, mas dos valores aos quais as pessoas desejariam se dedicar” (p.27).

Em sua etnografia sobre o ato de compra, Miller (2002) mostra que na seleção de mercadorias, os consumidores desenvolvem e imaginam as relações sociais e os valores que mais lhes importam. Neste sentido, o papel daquelas pessoas responsáveis pelas práticas de abastecimento dos lares, normalmente as mulheres²⁸, está relacionado com a seleção de mercadorias “educativas, edificantes e, num sentido vago, moralmente superiores” (p.32).

As compras, para Miller, são portanto atos de amor e responsabilidade para com os membros da família: “comprar não apenas reflete o amor, como também é um modo maior de ele se manifestar e reproduzir” (Miller, 2002:32). A seleção de mercadorias está, portanto, relacionada às relações sociais e aos valores mais importantes para a pessoa responsável por esta tarefa. No entanto, continua o autor, “o amor não deve ser isolado como algo oposto a preocupações sociais mais amplas” (p.40), o que nos permite ampliar a idéia de responsabilidade para com outros grupos sociais e com uma idéia abstrata de “mundo”, “natureza” e “planeta”. O argumento de Miller gira em torno da idéia de que as escolhas de consumo podem revelar que “um sentimento mais amplo de humanidade luta por expressar-se numa estrutura cuja natureza fundamentalmente opressiva (...) os subjugaria” (p.41).

Os depoimentos dos consumidores entrevistados demonstram isso:

Ao invés de dar dinheiro para o monocultor, eu vou dar dinheiro pro lavrador, pobre que tá lá sustentando a família, vendendo alface. E eu me sinto mais feliz e melhor fazendo isso. Em saber que eu não to enchendo o bolso de um capitalista qualquer, tô ajudando as pessoas a sobreviverem da terra, e não precisarem vir pras cidades pra ficar subempregados, e morando mal, e passando dificuldades. Eu sei que agindo assim, consumindo dessa forma, eu ajudo eles a se sustentarem no campo.

Acho legal comprar direto com o produtor na Feira da Glória. Sei que estou ajudando aquele produtor.

Eu acho que todo mundo ali [na feira] é muito igual, com o mesmo propósito... de uma vida melhor, a saúde e a saúde do mundo também, né? Ah... acho que a saúde do mundo é... tudo muito ligado ao planeta, né? Atmosfera, a água, a terra... o orgânico não polui a terra, o ar e a água, é isso.

Evidentemente, outros fatores do contexto social de um indivíduo, como renda, escolaridade e mobilidade social, estimulam ou inibem a auto-atribuição de responsabilidade. Mas o próprio Eden alerta que apenas fatores socioeconômicos não são suficientes para explicar a auto-atribuição de responsabilidade ambiental, permanecendo a necessidade de outros estudos e pesquisas que identifiquem essa dinâmica em diferentes contextos sociais.

Para Eden (1993)²⁹, a auto-atribuição de responsabilidades está ligada também à percepção da eficácia da ação individual e à percepção sobre a possibilidade de algum controle que o indivíduo possa manter sobre o resultado de seu comportamento. Assim, onde pouco controle é percebido, o indivíduo teria pouca crença na eficácia do seu comportamento, porque seu esforço parece inútil; onde forte controle é percebido o indivíduo teria uma crença mais forte na eficácia de seu comportamento. Logo, a percepção da eficácia reforçaria a auto-atribuição de responsabilidade. Como consequência, comportamentos pró-ambiente seriam particularmente identificáveis em grupos privilegiados que têm amplo escopo de escolhas e poucas restrições orçamentárias para as mesmas. Isto possibilitaria uma mudança nas prioridades econômicas em favor dos aspectos ambientais das escolhas, tornando qualquer sacrifício financeiro pessoal mais suportável.

Assim, o contexto social de um indivíduo afeta suas possibilidades de escolha de comportamentos que, por sua vez, são afetadas pelo conhecimento quanto às consequências deste comportamento e, ainda, se outras pessoas ou atores sociais são vistos como igualmente responsáveis.

Acho que a diferença [de preço] pra mim é menor do que é pra outras pessoas.

[O que mais dificulta é] o preço. Mas eu acho que vale a pena, investir. Porque é outra coisa, a planta nasce com outro...

Compro porque posso. Mas é uma dificuldade para quem não pode comprar esses produtos; tem que comprar só convencionais mesmo. Mas acho que vale o preço, porque os produtos são bem melhores.

²⁷ Na pesquisa de Eden (1993), a responsabilidade por ações pró-meio ambiente descrita pelos respondentes está ligada ao dever e obrigação moral. Os ativistas entrevistados se baseiam numa obrigação moral para justificarem seus comportamentos responsáveis, independente do efeito percebido ou do impacto real de suas ações.

²⁸ Barbosa (2007); Miller (2002).

²⁹ Nesta pesquisa, o autor examina especialmente a percepção dos indivíduos sobre sua responsabilidade e a tensão produzida entre esta percepção e o comportamento propriamente dito. O autor analisa comportamentos relacionados ao “consumo verde” e à participação em grupos ambientalistas.

Essa coisa do preço é uma barreira realmente pras pessoas consumirem. Porque a variação de preço é muito grande, do produto convencional para o produto orgânico.

Na pesquisa com os consumidores da Feira da Glória, ouvi relatos que justificam a opção pelo consumo de alimentos orgânicos, apesar do seu alto preço: ao se engajarem nesta ideologia alimentar, os consumidores assumem este gasto maior como um “investimento” na saúde, já que acreditam que vão economizar com remédios:

Mesmo sendo mais caro vale a pena, porque eu acabo gastando menos dinheiro com remédio depois...

Eu compro, eu compro... eu invisto na minha alimentação.

Vejo muitas pessoas com poder aquisitivo alto que não tem essa preocupação em comprar um produto melhor, de maior qualidade.

Segundo algumas pesquisas, como aquelas empreendidas por autores como Halkier (1999), Eden (1993) e Paavola (2001), esta estratégia pode ter levado, de um lado, à excessiva racionalização do cotidiano e, de outro, à também excessiva culpabilização e responsabilização do consumidor.

Os consumidores responsáveis entrevistados parecem evitar esta excessiva culpabilização e responsabilização quando afirmam “não serem radicais”:

Consumo orgânicos, mas não sou radical. E nem sempre eu posso ir à feira [orgânica] no sábado, ou porque tô viajando ou tenho algum compromisso. Então, comprar na Feira da Glória é muito restrito, porque tem que ser somente naquele dia, naquele horário. Aí, quando não dá pra ir lá, eu compro orgânicos no supermercado, que oferece mais comodidade de horário.

Eu tomo assim... porque também não pode ser tão radical porque, por exemplo, tem pessoas lá na Feira da Glória que eles chegam a um ponto assim que nem leite... nada que vem de animais, tudo bem é uma ética deles, tá certo, é coerente, coerência é coerência, mas num ponto que a coerência é fundamentalismo. Então, também eu não sei se eu corro o risco de ser fundamentalista. Porque eu conheço por exemplo, uma pessoa que foi chegando a essa coisa de não tomar nem leite, nem ovo, nada de origem animal, e ela fica tão restrita que a algum a um ponto, que não sei se vai conseguir sobreviver se ficar sem dinheiro, por exemplo, e aí a gente já fala de uma outra questão que é a sobrevivência.

A gente come carne, assim, eu vou comer farinha sem farelo sim também, sabe, mas eu busco um equilíbrio nas coisas. Se eu vou tomar coca-cola? Tá, eu vou tomar se for em algum lugar. Por ex nos fomos numa confraternização, só havia guaraná e coca-cola, as duas são porcarias, né, porque as duas têm corantes com não sei o que, não sei o que. Aí eu tomei coca-cola, não vou morrer porque tomei coca-cola uma vez. Agora, eu vou comprar coca-cola? Nunca jamais. Nunca jamais você vai ver uma coca-cola nesta geladeira, sabe? Então eu vou estar com esse mundo, mas eu vou ter que negociar certas coisas, pra também poder sobreviver. Isso quer dizer que eu vou fazer o possível para continuar isso? Não. Eu vou fazer o possível para beneficiar, quem se beneficia com isso.

Toda essa discussão indica que as profundas modificações em curso transformam e reconfiguram as formas de sociabilidade, identidade e ação política. Do mesmo modo, a hipótese da politização e ambientalização das práticas de consumo reelabora a cultura de luta e ação política, reconfigurando as relações entre as esferas pública e privada. A atividade de consumo e o próprio papel do consumidor podem oferecer importantes possibilidades de constituição de sujeitos sociais ativos e de retorno do cidadão. Deveríamos considerar o campo do consumo como uma necessária extensão das novas práticas políticas que surgem no centro da modernidade reflexiva.

Nesta perspectiva, a atividade de “sair para fazer compras” pode ser vivida como uma “prática cultural oposicional”, enquanto o ato de compra em si pode se transformar em “empoderamento e aumento de auto-estima”.

Talvez seja necessário considerar a possibilidade de uma mudança na forma de compreender as ações políticas contemporâneas. Assim, se as ações na esfera do consumo eram interpretadas como estando “nas bordas” das arenas políticas clássicas, hoje nos parece que caminham na direção de se estabelecerem como uma das formas centrais de ação política na modernidade contemporânea.

As abordagens teóricas aqui consideradas e os dados coletados, nos levam a refletir sobre uma possível limitação das teorias convencionais sobre mudança social e ação política como exclusividade de movimentos sociais organizados e institucionalizados.

Cabe perguntar se será possível combinar a luta política na esfera coletiva com as novas formas de exercício da cidadania e ação política na esfera do consumo, promovendo uma nova força emancipatória.

3. Conclusões

Considerando o exposto, gostaria de finalizar estas reflexões preliminares enfatizando que o engajamento em práticas de “consumo responsável” parece vivido e experimentado, por seus adeptos, como práticas políticas e de ampliação da autonomia. Trata-se de uma forma de tomada de decisão e escolhas de agentes com valores plurais, e muitas vezes ambíguos, que agem a partir de experiências, conhecimentos, identidades e valores socialmente construídos.

A simples ida à Feira da Glória se apresenta, aos seus frequentadores mais assíduos, como uma forma de materializar um desejo abstrato de contribuir para a busca de alternativas à produção agroindustrial e para a solidariedade e responsabilidade com relação aos impactos sociais e ambientais de suas opções de consumo.

Ao contrário de considerá-los, apressadamente, apáticos, individualistas e despolitizados, trata-se de um grupo social que se auto-atribui responsabilidades pela coletividade, compreendida como a família, o local em que vivem, outros grupos sociais, a “natureza”, o “planeta”. Ao fazer isso, trazem o comprometimento e a ação política para as rotinas cotidianas da vida privada. A análise dos dados coletados em campo me leva a concluir que a forma como vivem e experimentam o “consumo responsável” não pode ser explicada através da abordagem da privatização da política, mas ao contrário da politização da vida privada.

Apesar da diversidade de valores e práticas, os consumidores que se auto-atribuem responsabilidades parecem possuir em comum a confiança tanto na importância e eficácia de suas ações, quanto na importância da escolha alimentar para a manutenção da saúde pessoal e do “mundo”. A auto-atribuição de responsabilidades, através da adesão ao consumo de alimentos orgânicos em uma feira certificada, se apresenta como uma forma de materializar e dar concretude a valores, ideologias, sonhos e utopias. Uma forma de materializar um desejo de agir de forma renovadora no mundo em que está inserido, conectando as esferas pública e privada.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDER, J. (1995). Modern, ante, post, and neo: how intellectuals have coded, narrated, and explained the “crisis of our times”. In: J. Alexander. *Fin-de-siècle social theory: relativism, reduction, and the problem of reason*. London/New York: Verso, pp.07-64.
- BARBOSA, L. (2004). *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (2007) Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. *Revista Horizonte antropológico*. Porto Alegre, v. 13, n. 28, .
- BECK, Ü. (1997). A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: A. GIDDENS et al. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, pp.11-71.
- BLEE, K. M. (1985). Family patterns and the politicization of consumption. *Sociological Spectrum*. Vol. 5, Nº 4, pp.295-316.
- BOURDIEU, P. (1999). *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. London: Routledge.
- CANCLINI, N. G. (1996). Consumidores e cidadãos - conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ.
- DOUGLAS, M. & ISHERWOOD, B. *El mundo de los bienes: hacia una antropología del consumo*. México: Grijalbo, 1990.
- EDEN, S. E. (1993). Individual environmental responsibility and its role in public environmentalism. *Environment and planning*. Vol. 25, pp. 1743-1758.
- FERRERAS, N. O. (2001). *No país da cocanha: aspectos do modo de vida dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp/IFCH/ Departamento de História.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Caderno Vitrine. Sessão Dúvidas Éticas*. Vários números.
- FONSECA, M. F. A. C. (2005). *A institucionalização do mercado de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA.
- FRANK, D. (1991). Food wins all struggles: Seattle labor and the politicization of consumption. *Radical History Review*. Nº 51, pp. 65-89.
- GIDDENS, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp.
- _____. (1996). *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: UNESP.
- _____. (1997). *A vida em uma sociedade pós-tradicional*. In: A. GIDDENS et al. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista.
- HALKIER, B. (1999). Consequences of the politicization of consumption: the example of environmentally friendly consumption practices. *Journal of Environmental Policy and Planning*. 1:25-41.
- HELLER, A & FEHÉR, F. (1998). *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HERCULANO, S. (1995). *O campo do ecologismo no Brasil: entre o heroísmo e a cidadania*. XIX Encontro Anual da ANPOCS (GT Ecologia e sociedade). Caxambu: ANPOCS.
- HIRSCHMAN, A. (1983). *De consumidor a cidadão: atividade privada e participação na vida pública*. São Paulo: Brasiliense.
- LEIS, H. R. (1999). *Modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes.
- MASCARENHAS, G. C. C. (2007). *O movimento do comércio justo e solidário no Brasil: entre a solidariedade e o mercado*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA.
- MILLER, D. (ed.) (1998). *Material cultures: why some things matter*. Chicago: The University of Chicago Press.
- _____. (2002). *Teoria das compras. O que orienta as escolhas dos consumidores*. São Paulo: Nobel.
- MMA/MEC/IDEC (2005). *Consumo sustentável: manual de educação*. Brasília: CI/MMA/MEC/IDEC.
- OLSON, Mancur. *The logic of collective action - public goods and the theory of groups*. New York: Schocken Books, 1971.

- PAAVOLA, J. (2001). Towards sustainable consumption: economics and ethical concerns for the environment en consumers choices. Review of social economy. Vol. LIX, nº 2, pp. 227-48.
- PORTILHO, F. (2005). Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. São Paulo: Cortez.
- ____ (2006). Ambientalização do Consumo: Alianças entre Movimentos Ambientistas e Movimentos de Defesa dos Consumidores. Paper apresentado no GT1 do III Encontro Nacional da ANPPAS. Brasília.
- PORTILHO, F & RUSSO, F. Processo Marrakech - O consumo sustentável visto pelos organismos internacionais. Paper apresentado no GT13 do IV Encontro Nacional da ANPPAS. Brasília, 2008.
- PORTILHO, F. (s.n.). Sociabilidade, confiança e consumo na feira de produtos orgânicos. In: L. BARBOSA; L. VELOSO & F. PORTILHO. Usos sociais do consumo: cosmologias, imaginários e sociabilidade. Rio de Janeiro, Mauad (no prelo).
- PEPPER, D. (1999). Ecological modernisation or the 'ideal model' of sustainable development? Questions prompted at Europe's periphery. Environmental Politics. Vol. 8. Nº 4, Winter, pp.1-34.
- REVISTA ÉPOCA (2005). Militantes do consumo – por que suas compras podem ajudar a salvar o planeta (matéria de capa). Revista Época. N. 392, 21 de novembro, pp.92-8.
- REVISTA O GLOBO (2007). Mobilização pelo futuro – histórias de gente que resolveu fazer a sua parte para frear o aquecimento global (matéria de capa). Revista o Globo. Ano 3, N.132, 04 de fevereiro, pp. 18-23.
- REVISTA VEJA (2007). Salvar a Terra – como essa idéia triunfou (matéria de capa). Revista Veja. Ano 40, N. 42, 24 de outubro, pp. 86-96.
- REVISTA VIDA SIMPLES. Vários números.
- RUCINSKI, J. & BRANDENBURG, A. (2002). Consumidores de alimentos orgânicos em Curitiba. Paper apresentado no GT Agricultura, Consumo Alimentar e Meio Ambiente do 1º Encontro da ANPPAS. Indaiatuba.
- SCHWARTZ, S. H. (1998). Words, deeds and the perception of consequences and responsibilities in action situations. Journal of Personality and Social Psychology. N.19, pp.232-42.
- WILKINSON, J. (2006). The mingling of markets, movements and menus: the renegotiation of rural space by NGOs, social movements and traditional actors. Paper apresentado no workshop internacional "Globalisation: social and cultural dynamics. Rio de Janeiro, MINDS/BNDES.
(<http://www.minds.org.br/arquivos/wilkinsontheminglingofmarkets.pdf> - consultado na Internet em janeiro de 2008).

A Lógica perversa do consumo, a apatia e depressão como efeitos da globalização

Rita Maria Manso de Barros

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
ritamanso@globo.com

Francisco Ramos de Farias

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/PPGMS)

Resumo: Discute-se a impulsividade, considerando a tríade: consumidor, ato de consumir e objeto de consumo, no cenário das múltiplas ofertas da contemporaneidade, disponibilizadas como vias à satisfação. O efeito da impulsão desmedida ao consumo concorre para o estado de apatia, esvaziamento subjetivo e incremento das formas de depressão. Com a denominação novos sintomas, temos modalidades de sofrimento que põem em xeque as diretrizes da clínica psicanalítica idealizada no início do século XX. Essas modalidades de sofrimento exigem outro olhar pois se tratando de ações da ordem do vício ao consumo temos uma reversão a ponto de o consumidor ser totalmente adestrado e dominado pelo objeto do consumo, cuja expressão seria os ruídos da pulsão de morte. Certamente temos de lançar mão do conceito de gozo, na tentativa de articular a auto-destrutividade do sujeito ao conceito de mal, diante da posição do discurso científico de que os limites podem ser facilmente ultrapassados. Nesse sentido, convoca-se a psicanálise a se posicionar em relação a essas novas modalidades de produções subjetivas bem freqüentes no cenário atual. Tratando-se da diversidade de formas clínicas mescladas pela indiferença e apatia, insurgem, com bastante intensidade, os fenômenos depressivos, dificilmente debelados com os instrumentos clínicos disponíveis, pois se trata da repetição insistente diferente daquela que decorre de uma representação recalçada. Assim, deve-se interrogar o sujeito que não responde pela passagem ato sem ter qualquer noção da causa desencadeadora de tal ação

1. O indiferente cotidiano

Discute-se, nesse ensaio, a impulsividade no consumo, o vício e o esvaziamento subjetivo bem como seus efeitos mais diretos agrupados no âmbito da experiência contemporânea sob a rubrica de novos sintomas. Dentre estes se destacam: a apatia com que o homem atual reveste suas vivências e a depressão como a possível resposta aos efeitos da globalização, especialmente, no processo em que os limites são praticamente ignorados aliado à efemeridade da experiência. No intuito de abordarmos densa questão, lançamos mão de operadores teóricos de campos diversos, mas sobretudo focalizemos o âmbito da experiência clínica da psicanálise, campo de saber que é convocado para problematizar a posição ética do sujeito na atualidade frente ao desejo diante da imperiosidade do consumo. Além disso, procuramos pensar o lugar desse campo de

saber, tendo como pano de fundo o estado atual da cultura na contemporaneidade ou, como alguns preferem chamá-la, na pós-modernidade, era marcada por ações de cunho impulsivo.

Acreditamos que muitas são as formas de negociação que o homem empreende para lidar com as agruras do presente cotidiano que tem como matriz uma lei tirânica e, até certo ponto inegociável. As respostas decorrentes da negociação do sujeito ganham cores diferentes em nomenclaturas como bulimia, anorexia, alcoolismo, toxicomania, depressão entre outras formas de adoecimento bem freqüentes na cultura atual. Em todas, além do caráter impulsivo, tem lugar ocorrências do âmbito da ação. Aliás, “trata-se de formas de padecimento que podem ser consideradas patologias do ato, tanto na sua vertente de inibição quanto de realização” (Gondar, 2001, p. 27).

Iniciemos com a inquietante indagação: como dissolver a monotonia do consumo no sujeito cujo incremento de angústia se escoia pela impulsividade? Em princípio, ressaltamos que a diversidade do consumo (existem vários objetos a serem consumidos, mas em todos o que está em pauta é o imperativo categórico: consuma!), sombreia uma espécie de monotonia que pode ser pensada em termos de uma posição de sujeito na estrutura e também um corpo necessário para instaurar uma espécie de economia de gozo. Da diversidade que aponta para a singularidade, parece que o sujeito nada quer saber, neutralizando de maneira ilusória pela crença de que o consumo traz felicidade. Estamos diante da ferocidade superegógica pela qual o sujeito tenta consumir de forma impulsiva, evitando qualquer meio de saber próprio de sua divisão subjetiva.

A impulsividade entendida como patologia do ato, pode ser considerada como a modalidade de produção subjetiva (por mais apagada que seja), na qual o sujeito parece estar sendo abandonado pela palavra, visto tal alternativa conduzi-lo ao território silencioso onde experimenta, de forma contundente, o inexpressável sobre o que nada há para dizer. Assim comparecem à clínica determinados sujeitos que, aparentemente, não formulam uma demanda de mudança por não se sentirem acossados pelo sintoma como modalidade de prejuízo em suas vidas. Assim produz um tipo de experiência que torna a vida insuportável sem o recurso impulsivo de um dado objeto. Tal objeto idolatrado vislumbra para o sujeito o acesso a um tipo de gozo indiferenciado em que prevalece a sensação de plenitude num estado de fusão. Provavelmente, interessa ao sujeito um recurso que pacifique sua relação com o objeto de consumo, ou seja, tem interesse de que o clínico possa garantir meios de sustentar a impulsão. Desse modo, recorre à clínica, não para pedir ajuda, mas para tentar restaurar um estado anterior.

Este tipo de demanda parece não estar assentado numa falta, ou seja, articulado a um tipo de vazio que impulsiona o sujeito a buscar algum recurso por meio do saber. Tudo ocorre como se a única alternativa possível fosse o decaimento do sujeito devido ao seu engajamento em situações que se traduzam em excesso de gozo. O vazio estruturante é vivido como o demasiadamente cheio, pondo assim o maior obstáculo no empreendimento das estratégias clínicas, uma vez a posição do sujeito é a de quem possui um saber sobre um mundo maravilhoso e secreto, mas sobremodo, um saber indizível que somente pode ser compartilhado no ritual do consumo voraz. A impulsividade adotada como caminho imediato para a felicidade se traduz pelo querer superar, a todo custo, um limite de modo a se ter acesso ao proibido. Mas disso decorre que quanto mais o sujeito se aproxima desse objeto disponível, mais tem reduzido a sua condição desejante. Tal redução é bastante perigosa, pois culmina no anestesiar por completo o sujeito, confinando-o num estado apático. Este estado de apatia requer uma espécie de dique de significação para fazer aparecer lampejos de subjetividade, sendo esse o pórtico de entrada da clínica que enfrenta duas ordens de dificuldades: a) O sujeito, na sua indiferença, não se mostra em conflito entre os ideais do Eu e as exigências pulsionais. Tudo leva a crer que o sujeito vive um tipo de unificação produzida por um tipo de gozo desmedido. Isso quer dizer que não se observa, no sujeito, nenhuma disposição a renúncia. b) O objeto, por sua vez, reveste de emblemas atrativos de gozo, sem alusão à castração, seguindo os ditames da ciência moderna do que resultou um mercado comum e o imperativo de consumir como os efeitos diretos do novo laço social que produzindo marcando uma nova posição do sujeito com o saber.

O novo cenário apresentado ao mundo pela eficácia da técnica criou todas as condições ideais para que o sujeito se enuncie sem o colorido de seu desejo formulado na aparência de ausência de conflitos. Eis o modo como afirma sua condição subjetiva. Esse empreendimento de alto custo subjetivo atende a finalidade de alcançar a espécie de universalidade promulgada nos dias atuais. Mas isto, sem dúvida, conduz o sujeito à sua autodestruição ao invés de representar uma alternativa viável de singularidade. O esvaziamento da subjetividade pelo nivelamento da singularidade conduz às formas marcantes de patologias do ato, como a resposta mais direta a um imperativo ao qual o sujeito sequer vislumbra a possibilidade de questionar. Ou seja, não vê outra alternativa, a não ser a obediência cega àquilo que é da ordem de uma impossibilidade. Obviamente, na condição de cumprir um imperativo que ordena o impossível de ser realizado, o sujeito responde, de forma impulsiva, com a passagem ao ato. Eis o impasse com o qual se depara o sujeito no presente cotidiano: a exigência de uma modalidade de gozo sem qualquer esboço de renúncia. Há somente a exigência de gozo impossível diante da qual a única saída do sujeito é a destruição. Seja a sua ou de quem encarna um tipo de injunção cruel e obstinada. Diante de tais circunstâncias, não é oferecido lugar ao desejo de modo que, na aparência, o sujeito fica petrificado, paradoxalmente, numa espécie de dinamismo desenfreado.

Somente podemos entender a adoção da postura impulsiva como a forma última de recusa empregada pelo sujeito para não obedecer às injunções. Certamente esta recusa é realizada de forma vazia, estando excluídos os argumentos e atos que poderiam servir de barreiras às imperiosidades das exigências.

Os comentários que se seguem foram inspirados pelo filme *Trainspotting* (1). Este título, que apareceu em português como “Sem limites”, faz referência a um lugar por onde os trens passam. Nesse lugar não há outra coisa a fazer a

não ser drogar-se para ver a vida passar como se fosse um trem. O título em português é restritivo no sentido em que aponta tão somente para o caráter avassalador da droga, no caso a heroína, sem atentar para o fato de que a droga é o meio de entorpecimento encontrado para se buscar uma modalidade de satisfação plena, idealizada como possível, e desse modo sustentar, na forma mais precária e destrutiva, o chamado viver.

O filme conta a história de jovens da classe trabalhadora, sem trabalho, sem perspectiva de futuro, que buscam na droga heroína uma forma de se alienar desta realidade. Não difere muito da realidade brasileira a não ser pela droga à qual têm acesso. Em nosso país, a cocaína, o crack ou o álcool são as drogas privilegiadas. Para alguns o filme é maçante, repetitivo. Pensamos que tenha sido mesmo esta a intenção de seu diretor: passar a idéia da ausência de horizontes, da repetição do mesmo, da absoluta falta de saída, da indiferença do outro, da impossibilidade da criação do novo e da violência que essa mistura gera. Apesar deste coquetel Molotov existencial, o filme trata destas questões com uma relativa leveza e humor sutil. Para nós, espectadores, não deixa de fazer minar o horror.

Então, para caracterizar o nosso cotidiano, seremos obrigados a recorrer a uma trilogia que certamente nos espanta: a impulsividade no consumo, o vício e o esvaziamento subjetivo. É sobre esta trilogia que desenvolvemos nossos argumentos para pensar o lugar da psicanálise, tendo como pano de fundo o estado atual da cultura (Lyotard, 1986) na contemporaneidade ou, como alguns preferem chamá-la, na pós-modernidade.

2. A impulsividade no consumo

Iniciemos situando o consumo no campo de uma racionalidade que se norteia tanto por parâmetros econômicos quanto por não deixar de ter uma relação muito estreita com o panorama sociopolítico. Sabemos seguramente que consumir faz parte de um sintoma social em função do qual o sujeito participa de um cenário, disputando no mercado, com seus semelhantes, aquilo que a sociedade pós-moderna produz e coloca à disposição do homem. A sociedade pós-moderna não somente produz os bens de consumo como também os mecanismos e os métodos de consumi-los. Desse modo, tudo o que é produzido é justificado como estritamente necessário. Essa justificativa se dá pelos mecanismos de sedução que conduzem o sujeito a ser atraído de forma incontrolável para os bens consumíveis.

Contudo, devemos prosseguir na análise desta questão com certa prudência para não esquecermos que o sujeito não é totalmente passivo nesse processo, uma vez que o solo propício para o consumo já se encontra nele: a vontade de consumir. Os mecanismos que levam à exacerbação do consumo somente dão corpo a esta característica do sujeito (a vontade de consumir) sem, no entanto tê-la criado.

Sabendo dessa tendência para o consumo, que em dadas circunstâncias impele o sujeito a consumir de forma impulsiva, tudo o que é produzido parece estar justificado sem que sejam medidas as conseqüências. Uma vez que o sujeito busca incessantemente, frente ao estado de desamparo que se acentua com o final do milênio, uma forma de diferenciar-se simbolicamente, o que o consumo desmedido oferece é uma ambigüidade no que concerne à diferenciação do sujeito no interior dos grupos em que circula. Vale destacar a velocidade (2) com que os produtos de consumo aparecem e desaparecem, e também o excesso em termos de quantidade que parecem ter um efeito nefasto no sujeito no sentido da tentativa de preencher todos os vazios, a ponto de colocá-lo num estado de sufocamento, aniquilamento e angústia insuportáveis. Dito em outras palavras, não há tempo para que seja elaborada a relação do sujeito com um bem e muito menos com sua perda, já que é a efemeridade aquilo que impera de forma contundente: tudo é descartável e algumas coisas, às vezes, são recicláveis.

O consumo impulsivo já assumiu proporções tão gigantescas e incontornáveis que não restaria outra opção ao sujeito senão consumir, o que nos leva a pensar numa espécie de ritual no consumo de bens como forma de demarcar limites identificatórios e preservar, até certo ponto, um mínimo de privacidade e individualidade. Não obstante, o sujeito, ao ser tomado pelo consumo, acaba por seguir uma direção oposta à diferenciação, tornando-se tão igual aos demais modelos ditados pelo consumo como condições ideais e, por isso mesmo, torna-se um sujeito extremamente vazio e aniquilado. Como encontrar uma saída para enfrentar as conseqüências dos monstros que são produzidos pela ciência, eficazmente utilizada pelo discurso capitalista?

Levantar uma questão como essa é lembrar de uma particularidade dos nossos tempos. Tudo indica que estamos vivendo numa época em que o nosso desejo parece estar muito bem regulado e ajustado aos acontecimentos, de modo que se falamos numa impulsividade em relação ao consumo é de fundamental importância salientar que não podemos ser ingênuos em pensar que essa ação desmedida e excessiva do homem para o consumo seja tão somente o resultado de algo de natureza irracional. Baudrillard nos alertou para não cairmos nesse engodo (Baudrillard, 1981).

Ora, se sabemos que o consumo, enquanto uma das modalidades de sintoma social, faz parte da matriz relativa àquilo que denominamos cidadania, é provável que ele seja uma das formas encontradas pelo sujeito de pertencimento ao tecido social. Poderíamos mesmo nos encorajar a dizer que a posição do sujeito seria a seguinte: “consumo para existir e para dar sentido à minha vida e vivo visando quase que exclusivamente ao consumo”. É neste ponto que encontramos toda a ambigüidade do consumo para o sujeito, pois além de ser demasiadamente massificador, representa possivelmente a última esperança de o homem reafirmar sua singularidade num cenário em que a ciência, com seu tecnicismo, e o discurso capitalista, com uma maior sofisticação e produção de bens, abalaram limites que até então eram intocáveis. De que limites falamos? Em primeiro lugar, sabemos que a ciência na atualidade diversificou não somente a produção de bens na tentativa de oferecer objetos que representassem adequações para todos os tipos de necessidades, como também pretendeu adentrar no sujeito para lhe oferecer tentativas de saídas contra circunstâncias inevitáveis, como a morte e o desfalecimento do corpo.

Além disso, a aplicação máxima do discurso capitalista representou, por outro lado, uma facilidade na aquisição de bens que até então era negada ao sujeito já que não tinha condições para obtê-los.

Que o cruzamento do capitalismo com a ciência facilitou o alcance de determinados bens não podemos duvidar. Tomemos a droga heroína como uma ilustração. Essa droga, a partir de uma fórmula precisa e muito bem estudada, foi, durante muito tempo, de difícil acesso pelo seu alto valor. No entanto, a ciência produziu instrumentos para que essa produção fosse barateada com a finalidade de que a droga pudesse atingir a um maior contingente de consumidores, o que efetivamente ocorreu. Mas em que ponto residiria o engodo? Para pensar em uma resposta poderíamos começar situando a questão da escolha. O sujeito pensa que escolhe seus carros, seus apartamentos, suas roupas, seus roteiros de turismo e outras tantas coisas, mas não tem a menor noção de que tudo já se encontra previamente escolhido e determinado, sendo oferecida apenas a ilusão de que há escolhas. O máximo que cabe ao sujeito é optar por uma ou por outra via que são igualmente idênticas, sendo o diferencial criado e divulgado pela mídia como se realmente existisse já que as “atividades de lazer, a arte e a cultura de modo geral são filtradas pela indústria cultural: a recepção é ditada pelo valor de troca à medida que os valores e propósitos mais elevados da cultura sucumbem à lógica do processo de produção e do mercado” (Featherstone, 1995).

Mas devemos aqui nos alertar para não apresentar somente uma visão pessimista, pois se o consumo faz parte dos mecanismos que respondem pela cidadania, consumir é de alguma forma estabelecer trocas, firmar laços sociais e fazer parte de um contexto que é marcado por uma determinação surgida em função da revolução que nos chega e que mal sabemos ainda de seus efeitos: a revolução da informática. Com isso queremos salientar que não realçamos somente a perspectiva coisificante do consumo, embora saibamos que esta é, na maioria das vezes, o que vigora. Isto porque, em razão do consumo, o sujeito promove uma organização de seu mundo ou tenta a ponto de se ver refletido naquilo que se materializou quando consumiu.

O consumo poderia muito bem ser pensado como uma modalidade de exercício da cidadania do final do século XX, uma forma de tentar recuperar as perdas subjetivas causadas pelos grandes massacres ocorridos na primeira metade deste século. Provavelmente, em decorrência de todas as transformações decorrentes dos efeitos nefastos dos regimes totalitários que tiveram sua hegemonia neste século, o sujeito espera encontrar no consumo um ideal: a liberdade. Liberdade para que possa exercitar sua condição de livre arbítrio e também exercer seus direitos de cidadão, quer dizer, colocar em pauta o exercício da identidade-alteridade.

É claro que o consumo pode oferecer este tipo de alternativa como também pode colocar o sujeito num circuito repetitivo onde impera somente a reprodução. Mas não devemos esquecer que por mais impulsivas e mais alienantes que sejam as formas de consumo há nelas um ponto de extrema importância a ser destacado: o consumidor encontra-se implicado naquilo que consome e, desse modo, pode sair do circuito reprodutivo apelando para o mecanismo que o colocaria em direção à criação. Esta seria a pretensão. Se é alcançada ou não só podemos saber se tivermos condições de avaliar o que se passa ao nível subjetivo. Estamos com isso destacando uma função positiva do consumo e também assinalando que o consumo representa muito mais do que meramente uma pura distorção da realidade, uma vez que o sujeito, ao consumir, ainda que de forma impulsiva, está antes de mais nada fazendo um apelo, um pedido de proteção, de amparo e de suporte. Sendo assim, o consumo é o mais poderoso aliado na regulação das relações entre os sujeitos no contexto contemporâneo, o que nos leva a pensar numa cultura do consumo na qual determinados sujeitos organizam-se em pequenos grupos em função de uma dada forma de consumir ou mesmo em razão de um dado produto.

Mas não seria descabido salientar que o consumo não nos oferece a paz perpétua (um dos nomes da felicidade) tão esperada neste final de milênio. Certamente somos constantemente tentados a nos enganar em relação às mágicas promessas que nos impõem como imagens-signo de felicidade. Estas promessas nos chegam cotidianamente através de todos os meios de comunicação: retardamento da velhice, fim da questão da impotência sexual, alívio imediato para a depressão, esta última sendo a forma de mal-estar mais freqüente de nossos dias. O que queremos apontar é que essas imagens-signo são apenas parcialmente potentes no que diz respeito à minimização de nossas frustrações, pois não conseguem de nenhum modo entorpecer a grave dor de existir, o desamparo que faz parte do nosso destino trágico e inexorável, para o qual as defesas que dispomos são quase sempre ineficazes. É certo que os avanços tecnológicos modificam a estética, criando novos padrões de *modus vivendi*, promovendo novos ideais, além de prometer caminhos de realização em sonhos e devaneios como é bastante veiculado pela publicidade, que em alguns casos assume proporções que beiram a destrutividade. Este reino da falsa felicidade oferecida como um bem autêntico faz o sujeito desembocar num círculo vicioso em que quanto mais tem mais busca, e quanto mais dispõe de bens mais estes perdem seus valores de troca.

3. O vício

Não estaríamos assim tão longe de pensar encontrar-se aí uma das mais marcantes tendências do homem que é o vício. Aliás, não é somente o vício que nos fascina, mas os mecanismos que sustentam-no e exercem em nós atração irresistível a ponto de sequer pensarmos em controlá-los, mesmo porque, a maior parte das vezes, nem dispomos de condições para este fim. Poderíamos mesmo dizer que vícios têm-los todos.

Nesse campo, e mais precisamente do vício de consumir, panorama tipicamente contemporâneo, principalmente quando o que está em jogo é um excesso oferecido como forma de tamponamento da falta estruturante do sujeito, nos deparamos com as mais intrigantes perplexidades. Estas últimas, longe de serem somente vistas como formas de adoecimento psíquico, trazem a marca de um tempo em que se assiste à banalização e à naturalização de formas de violência, à negação da

insuportabilidade da dor, à desvalorização crescente da vida, à tênue ligação nos laços de fraternidade e ao estranhamento do homem frente ao seu semelhante. Este estranhamento se dá em razão de preconceitos raciais e religiosos acirrados que quase sempre acabam em confrontos mortais, valendo-se da eficácia do tecnicismo da ciência e do poderio advindo da expressão máxima do capitalismo.

O que nos aponta o vício, senão uma narrativa quebradiça e entrecortada, fruto do esfacelamento de uma vida sem perspectivas e sem projetos? Quer dizer, de uma vida em que se apagam os limites entre o passado e o futuro, dando-nos, em certo sentido, uma vivência de imutabilidade e de perda. Não seria então o vício o pórtico que nos levaria a um tipo de aprisionamento? Dito em outras palavras: no vício o sujeito se encontra preso e confinado nas malhas de sua própria existência, vivida de uma forma arbitrária, sem ter no entanto qualquer dimensão de responsabilidade acerca do seu próprio viver ou do viver do semelhante. O fascínio desta forma específica de obter “felicidade” é a intoxicação pelo uso de substâncias químicas, drogas, que modificam o estado do organismo (Tarré de Oliveira, 1996). O vício seria comparável a uma grande correnteza que ao fazer parte dela o sujeito não consegue mais detê-la, a ponto de oferecer-se a todo tipo de sacrifício, não somente em termos da autodestrutividade como também da destruição do semelhante. Esta correnteza assume proporções de tal natureza que representa o aprisionamento e aniquilamento do sujeito dando-lhe a falsa impressão de liberdade e inclusive liberdade de escolha. A busca de liberdade através do consumo impulsivo, transformado em vício, ao invés de possibilitar uma consolidação em termos de laço social, somente produz um tipo de fragmentação dos frágeis vínculos que, a duras penas, são tempestivamente mantidos. Em tais circunstâncias encontramos o sujeito diante de si mesmo enquanto aquele que se retrata como uma interioridade feita em pedaços, sendo a exterioridade corpórea apenas uma aparência. Não estaríamos diante da lógica da fragmentação, tão presente na contemporaneidade, representando a vida como uma série de acontecimentos estanques e aparentemente atemporais?

A fragmentação é um dos mais poderosos conceitos utilizados pelos teóricos da pós-modernidade para explicar a subjetividade atual. Ela consiste na existência dos opostos, das contradições sem que se exija uma solução. Tudo é atenuado, des-afetado, o conflito é amortecido, nada é radicalizado no sentido lato, levado até suas raízes, suas bases. Perde-se o sentido de vida em comunidade mas alcança-se o anonimato, a velocidade. O sentimento dominante é o de perda dos referenciais teóricos: científicos, artísticos, políticos, religiosos. Na era das incertezas nada mais é seguro do que o efêmero. Multiplicam-se calamidades e profetas, perde-se a crença exacerbada em um futuro (Rouanet e Maffesoli, 1994). Daí a busca exagerada por experiências de saturação, que possam demarcar alguma diferença marcante entre um antes e um depois, como a que proporciona a droga. Mas para não ficarmos presos a um cenário pessimista, é preciso que se entenda que a relação entre moderno e pós-moderno não é nem de ruptura total nem de continuidade linear, ela corresponde muito mais a um momento de transição. Além disso, como diz Souza Santos, “a fragmentação maior e mais destrutiva foi-nos legada pela modernidade” (Souza Santos, 1997). A modernidade impunha uma racionalidade única, universal; a pós-modernidade denuncia o fracasso desse projeto já que não se deixa mais iludir pelos metarrelatos que buscavam explicar o mundo de forma totalizada. A crítica pós-moderna sabe que o maior inimigo está dentro de nós, ao contrário do que pensa a crítica moderna, e apenas os sujeitos podem alterar o rumo da vida no planeta, ainda quando são alterados por ela.

No universo pós-moderno do consumo excessivo, o sujeito faz parte de um grupo de personagens que não se dispõe a representar um papel diferenciado: todos representam o mesmo papel. Os personagens que saem de cena são os mesmos que entram, caracterizados como aqueles que não têm história e tampouco referenciais. Somente poderíamos pensar esta questão em termos da falta de uma anterioridade construída por um passado que tenha qualquer significação e por uma esperança projetada para as incertezas de um futuro. Se por um lado, falta uma dimensão de prosperidade, por outro os laços de uma herança, mesmo cultural, não são eficazes para servirem de suporte ao sujeito. Talvez seja este o motivo pelo qual o vício geralmente é vivido de forma furtiva, anônima e também fragmentada em que apenas temos corpos que se tocam e se misturam, sem que a palavra seja um fator preponderante, pois a palavra poderia representar uma tipo de ameaça frente a indiferenciação e mistura dos corpos que têm lugar nesses rituais. Em outras palavras: o vício encerra um tipo de segredo, de mistério que deve ser mantido intacto, inviolável, num tipo de contexto que deve se manter a todo custo imutável. Daí a exigência do silêncio, para não se correr o risco da abertura para outras dimensões, pois esse espaço que se constrói para além e para aquém da palavra é uma forma de gozo somente sustentada por uma lei selvagem que, por ser imperativa ao sujeito, ordena-lhe a descida aos lugares fúnebres num repetido jogo de sombras, onde fica numa posição flutuante sem pertencimento, tentando realizar a todo custo um impossível: a satisfação imediata do desejo.

Quando tudo passa há um retorno à superfície, o que faz o sujeito se voltar para uma miragem de si mesmo, sendo apenas isto o que lhe resta: uma imagem longínqua e distorcida de si próprio. É desse modo que o sujeito vai-se esvaziando, na crença de estar cada vez mais se preenchendo, ou seja, a busca de uma afirmação tem como contrapartida uma espécie de soterramento simultâneo num tipo de túmulo que sistematicamente aumenta de profundidade, túmulo escavado no próprio sujeito. O consumo de substâncias entorpecentes é então o lugar comum desse tipo de experiência que na contemporaneidade é representada pela experiência do vício.

Há três décadas o uso de drogas era visto como uma abertura para novas possibilidades, como uma forma de negação frente a valores estabelecidos e também uma espécie de libertação de um poder autoritário, aniquilador e aprisionante que somente se ocupava do enquadramento do sujeito e de seu pensamento. O drogar-se, para a geração dos anos sessenta, a geração do pós-guerra, representava uma forma de dizer não aos ideais fossilizados de uma antiga sociedade. Parecia ser uma revolta pacífica e não a promoção de uma desordem. O que se pretendia era tão somente uma mudança de mentalidade, de costumes, e enfim de relações sociais dirigidas como advertência aos homens do poder, numa reivindicação

de respeito e direitos. Poderíamos mesmo nos aventurar a admitir que o contexto se caracterizava por uma revolta da esperança, pois se acreditava na política, na ação coletiva, nos programas e nos projetos. O consumo de drogas era, por assim dizer uma tentação que tinha sobretudo um sentido poético, utilizada pelos jovens frente ao medo de ser totalmente engolidos pelo sistema. De igual maneira pode ser pensada a violência que era muito mais uma espécie de mito utilizado para se exercer pressão pela democracia.

O cenário dos anos noventa é bastante diferente. Tudo indica que o lugar ocupado pela violência e pelo uso de drogas representa algo desesperador quando comparado ao contexto das três últimas décadas, pois não mais se tem esperanças na política, nem na ciência pelos monstros que tem produzido, e se vive a efemeridade com sua marca mais assustadora: o desvencilhamento muito rápido dos objetos. Não somente o desemprego, como também a falta de opções de vida diante de tantas falsas alternativas contribuem para agudizar o mal-estar de nossos dias: a depressão, o desespero e a angústia por não mais ter-se tempo de vivenciar o nosso próprio desamparo e nosso estado de carência enquanto vazio estruturante. Tudo se encontra devidamente preenchido ou prestes a sê-lo. O mercado dispõe de todos os tipos de objetos oferecidos como adequados a qualquer tipo de carência. Quer dizer: é prometido um fim para os estados de desamparo já que se produzem os mais diversificados e aperfeiçoados tipos de objetos, desde a fabricação de um utensílio até os métodos de inseminação artificial. Vemos mulheres tornando-se cobaias nas mãos dos médicos, grandes Outros da inseminação, sem questionaram-se, como faria a psicanálise, se é este mesmo seu desejo (Chatel, 1995). A medicina contenta-se com a fome porque esta é conveniente à sua vontade de comer.

4. Esvaziamento subjetivo

A que custo enfrentar a “catástrofe do nosso cotidiano”, conhecida como esvaziamento subjetivo, face às inúmeras opções disponíveis e que, por serem tantas, acabam por produzir uma espécie de aniquilamento e angústia? Contudo, o “vazio do sentido, a derrocada dos ideais não levaram, como se poderia esperar, a mais angústia, a mais absurdo, a mais pessimismo” (Lipovetsky, 1989, p. 35), mas a um surto de apatia da massa. Para ela as categorias de plenitude e decadência, de afirmação e negação, de saúde e de doença são incapazes de dar conta. É um sentimento de indiferença que conduz a desmobilização da massa, muito longe do absurdo ou do desespero, como se todos se lixassem para o que ocorre às suas voltas. Neste cenário, é possível ao sujeito encontrar meios de garantir e afirmar sua singularidade?

Acreditamos que tocamos aqui num ponto bastante crítico. Se outrora o homem buscava diferenciar-se, no atual contexto, embora parta de um discurso em nome de uma afirmação em direção à individualização, não pode e nem consegue escapar ao medo sempre presente quando o que está em jogo é a diferença. Daí então o cuidado de tudo seja tão igual, pois assim não haveria ameaças. É como se o homem buscasse gozar do seu semelhante, mas como um interior de si mesmo indiferenciado. Quer dizer, o apelo ao diferente esvai-se na busca de uma exigida igualdade que tem na repetitividade do vício o seu expoente máximo. Querendo ou não, todo o esforço empreendido pelo sujeito no sentido de diferenciar-se através do vício seria apenas uma forma de aprisionamento e de lançamento ao infinito de uma maneira incessante e também incontrolável, em que desfalecem todos os balizamentos que sustentariam minimamente condições diferenciadoras. O vício seria então fazer o que todos fazem para tentar ser diferente. O que se consegue com isso é a manutenção de uma igualdade desconhecida, mas que é oferecida como algo promissor para o sujeito no sentido da busca de meios asseguradores de sua singularidade.

O medo que outrora era vivido ante a ameaça de o sujeito ser engolido pelo sistema é vivido nos anos noventa em termos da possibilidade de exclusão. Fazer parte do sistema, estar integrado já não representa nenhum tipo de ameaça, mesmo que para isso se tenha aberto mão do espaço de singularidade em relação ao pensar. Aliás, até mesmo o pensamento sofre a interferência dos objetos produzidos que parecem ditar o seu padrão. O drogar-se adquiriu um sentido de entorpecimento e não mais de revolta, ou seja, uma danoção que controla e direciona o pensar do sujeito e suas ações. Não se trata de rebeldia ou de abertura para o novo e sim da busca ilusória de um êxtase, mesmo que para isso sejam adotadas as medidas de submissão, de submetimento e a prática freqüente da violência que pelas ocorrências constantes produzem dezenas de mortos colocados no âmbito social como objetos descartáveis, quase sempre como uma espécie de lixo atômico para o qual não é pensado nenhum tipo de reciclagem. A violência não é mais um ato militante como se caracterizava nos anos sessenta, tendo-se tornado, como também ocorreu com a droga, uma aventura perigosa. Trata-se de um jogo jogado sem nenhuma regra que encontra um certo “patrocínio” através da cobertura dada pela mídia, seja pelos noticiários, seja pelo trabalho cinematográfico em que se tem a difusão de “gangs” como ilustrações exemplares e até mesmo referências. Basta que pensemos no cinema americano e situemos as ruas de Los Angeles para sabermos que as “gangs” são uma referência. No Brasil não é desconhecida a menção feita aos vários “comandos” divulgados como a matriz padrão da violência, do tráfico de armas e do comércio de drogas. Não devemos esquecer que há toda uma produção musical que também se encarrega da difusão da violência e do drogar-se como circunstâncias naturais. Basta para isso que nos reportemos às letras do gênero musical “rap” em que são exaltadas as armas de fogo e o consumo de drogas. A que atribuir essa tamanha transformação? Poderíamos admitir que o sujeito, no mundo contemporâneo, é fortemente atingido por um tipo de desencantamento representado pelo fim das esperanças em dias mais prósperos, além da acentuada crise dos grandes sistemas de pensamento que imperaram na primeira metade deste século. Sendo assim, o entorpecimento, a violência desenfreada e a desvalorização do semelhante podem muito bem estar representando o antídoto para esse desencanto tão marcante devido a angústia que assola o homem frente as incertezas da virada do século e também do milênio. Não estaríamos vivendo diante da

possibilidade de uma dupla perda de identidade? Não estaríamos nos sentindo obrigados a buscar novos modelos identificatórios sem deles nada saber? Não adotaríamos uma identidade globalizada meramente por falta de parâmetros que nos levem a pensar numa outra? Não estaríamos nos sentindo, no maior engano possível, senhores e mestres de nós mesmos, uma vez que o erotismo e o entorpecimento nos leva a uma sensação de poder?

O que podemos pensar frente a essas indagações (e outras tantas) é que o caráter impulsivo do vício, a propagação da violência, o sexo vivido como vício, a droga sendo usada como um jogo sem regras, a banalização da dor e a ruptura dos laços de fraternidade encontram-se presentes na vida cotidiana do chamado homem contemporâneo. Não estamos propondo que haja nisso uma espécie de condenação ou mesmo a presença de forças do mal e sim que há uma ligação estreita entre entorpecimento, consumo excessivo e *modus vivendi* configurado em termos de poder e que, às vezes, não se distancia muito do chamado delírio de autonomia. A sociedade pós-moderna acentua o individualismo ao modificá-lo por meio da lógica narcísica do “seja você mesmo”, enaltecendo o “ego”, tendo como conseqüências a multiplicação das tendências autodestrutivas e a promoção de um tipo de personalidade cada vez menos capaz de afrontar as exigências da realidade.

A positivação maciça dessas particularidades da vida contemporânea estaria provocando uma exacerbação do poder pessoal e um desconhecimento da existência dos limites, tendo como resultado o esvaziamento subjetivo. Esse é encoberto pela tão promulgada e pretendida identidade absoluta que não passa de um recrudescimento mórbido do narcisismo, divulgado como uma camisa de força para o sujeito, como uma ordenação de que tem que ser dono de si mesmo, concorrendo para o aparecimento de verdadeiros rompantes de poder pessoal, sem qualquer mediatização possível e submetimento às leis que regem o funcionamento social.

Castoriadis (1992) chama o momento atual da cultura de a época do conformismo generalizado, caracterizada, sobretudo, pela evanescência do conflito, social, político e ideológico a partir dos anos 50, dando um peso crescente ao individualismo. Um exemplo disto pode ser visto no racismo, que cresce perigosamente na atualidade. O racismo é uma transformação ou um descendente especialmente violento e exacerbado, uma especificação monstruosa, de uma característica empiricamente universal das sociedades humanas. Freud o incluía no que chamou de “narcisismo das pequenas diferenças”. Para Castoriadis (1992, p. 32), trata-se, “em primeiro lugar, da aparente incapacidade de constituir-se como si mesmo, sem excluir o outro; em seguida, da aparente incapacidade de excluir o outro sem desvalorizá-lo, chegando, finalmente, a odiá-lo”. Os outros são iguais a nós, os outros são inferiores. Mas nos dizem (e passamos a querer) que devemos ser nós mesmos e que, para isso, vale destruir tudo que nos impeça de executar esta máxima. Com uma subjetividade esvaziada de valores sociais, onde o conflito encontra no consumo formas de se amortecer, o outro se constitui como descartável, inoportuno, odiável, destrutível. O outro é responsabilizado pela infelicidade do desemprego, da falta de moradia, pelo time que perdeu, enfim, pelo desamparo. O esvaziamento subjetivo do sujeito pós-moderno parece tê-lo privado da capacidade crítica e reflexiva sobre seus atos, ao mesmo tempo que aponta, como nunca, para as conseqüências deles.

5. O encastelamento no vazio de existir: felicidade?

No mundo de hoje, da pressa, da informatização, da globalização, os humanos têm, cada vez mais, procurado saídas para seus sofrimentos em terapias alternativas, em drogas, em seitas e religiões. São promessas que se valem do estado atual da cultura para vender a salvação em reais ou a cura em florais. Rápido e barato como está sendo considerada a vida. No mundo atual — quer vivamos o declínio do modernismo ou o ingresso na pós-modernidade —, o útero pode ser alugado, a cor da pele alterada, o coração doado, um rim vendido, o sexo biológico trocado. A tecnociência supõe o corpo como uma rede de informações, ordenado e programado. Substâncias químicas e leis biológicas reduzem o homem a ser um corpo mudo, mas se este corpo se manifesta então se convoca a rede de informações bioquímicas para amordaçá-lo. Aliás, não é outro o motivo que leva os órgãos de informação a trabalharem não pela memória, mas pelo esquecimento: o que hoje se lê, amanhã se esquece (Jameson, 1993).

O que se chama comumente tendência para o consumo podemos, enquanto psicanalistas, chamar o aproveitamento do desejo humano para fins outros que não a sua realização. A realização do desejo, de forma súbita, corresponde à definição de felicidade dada por Freud em *O Mal-estar na cultura*. Relembremo-la:

O que chamamos felicidade no sentido mais restrito provém da satisfação (de preferência, repentina) de necessidades represadas em alto grau, sendo, por sua natureza, possível apenas como uma manifestação episódica. Quando qualquer situação desejada pelo princípio do prazer se prolonga, ela produz tão somente um sentimento de contentamento muito tênue. Somos feitos de modo a só podermos derivar prazer intenso de um contraste, e muito pouco de um determinado estado de coisas (Freud, 1929/1976, p. 95).

Para obter esta satisfação repentina, o homem utiliza várias técnicas de afastamento do sofrimento. Freud enumerou-as: o uso de substâncias químicas, o aniquilamento das pulsões, a arte, a alienação, o amor, a estética e o trabalho (3). Não vem ao caso retomarmos uma à uma mas apenas realçar que, talvez apenas com exceção do trabalho, para todas Freud apresenta senões enquanto modalidades exclusivas de obtenção de felicidade, não se devendo depositar todas as expectativas de felicidade em uma única técnica. De qualquer modo, sabemos que Freud tinha para si, no início (1895), que o compromisso ético da psicanálise era transformar o sofrimento neurótico em infelicidade comum. Era tudo o que podia prometer ao homem de sua época. E não era pouco. O conceito de mal-estar (*Unbehagen*) que Freud quis inicialmente chamar de infelicidade (*Unglück*), diz respeito ao antagonismo irremediável entre as exigências pulsionais e as restrições

impostas pelo processo civilizatório. Este impõe uma perda da felicidade pela exigência de renúncia constante à satisfação pulsional e, em consequência, produz uma intensificação do sentimento de culpa (Freud, 1929/1976, p. 160). O próprio Freud chega a afirmar que as religiões não desconhecem tal motivação uma vez que propõem formas de redimir os sujeitos de seus pecados. A questão é que muitas propostas terapêuticas prometem eliminar este desconforto que é estrutural, e fazendo assim, negam uma fundamental descoberta freudiana. Como o ser humano só evitar todo o caminho que tome tempo na satisfação pulsional, as substâncias químicas, no mundo da velocidade, são as que respondem com mais presteza a esta tendência. Seguindo o pensamento freudiano, o drogar-se é a forma mais eficaz de alcançar este estado súbito de satisfação, que contrasta com o anterior, e que se denomina felicidade.

Lacan (1988) afirmava que aquilo que os pacientes demandam à psicanálise é a felicidade. Mas como a felicidade, naquele momento histórico (1959/60), tinha-se tornado um fator de política, a etapa prévia para qualquer sujeito alcançá-la implicava na satisfação das suas necessidades básicas: alimentação, moradia, educação, saúde; tudo que poderia reverter do trabalho valorizado e justamente remunerado. Nesta época, o marxismo ainda era porta-voz de uma poderosa promessa de felicidade, desde que se cumprissem as etapas prévias e necessárias da passagem pelo socialismo. Esse sonho, ao que as evidências do mundo globalizado insistem em indicar, acabou. O ideal da inexorabilidade da história com a vitória do proletariado sobre os porcos burgueses naufragou. Onde buscar a felicidade do mundo utópico, mesmo sabendo que ela não é sinal de impossibilidade, mas apenas de um lugar outro?

Mesmo sendo um homem de seu tempo, como todo criador, Freud foi além dele. Seu pensamento é perfeitamente cabível, mais do que nunca, aos dias atuais, com toda a carga subversiva que o acompanha. Como explicar o grande ataque que a psicanálise continua sofrendo da farmacologia, a indústria do narcotráfico legalizado? Já foi bastante difundido pela mídia a intenção da ciência quando chamou o Prozac de “pílula da felicidade”. Difundiu-se menos as seqüelas deixadas com a sua retirada: de depressão leve a tentativas de suicídios. Desta forma, a ciência segue a técnica do drogar-se como meio colocado ao alcance de qualquer mão para cessar a angústia, dando a isso o nome de felicidade. Para alguns esta é a idéia fundamental da contemporaneidade: a felicidade. As imagens identificatórias da felicidade orientam e dividem nosso cotidiano: propriedade privada, viagens, família, distrações, roupas entre outras (Benasayag, 1992, p. 53). Ícones da sociedade de consumo servem para paliar a angústia, atribuir um sentido à existência, e são os mesmos em Paris, no Rio de Janeiro ou em Moscou. Entretanto, o homem só busca estas imagens na tentativa de preencher o vazio de sua existência deserta de ideais.

A cultura pós-moderna abre caminho entre os escombros da sociedade pós-industrial. Vários ideais do modernismo mostraram-se incapazes de dar conta da expectativa humana de alcançar a felicidade: do comunismo ao avanço da tecnologia. Entre ruínas vemos surgir os temas que alimentam a problemática pós-moderna, e entre eles se destaca fundamentalmente a incredulidade - que poderíamos equivaler à idéia de desamparo da psicanálise. Diante da incredulidade, este modo de desilusão, podemos ver que a felicidade não é nem projeto, nem futuro, mas interrupção do tempo, interrupção sobre a imagem, estado mítico que sofre o maciço alarde dos meios de comunicação de massa. Esta idéia corresponde como um anel ao dedo numa época de visão estática de uma realidade imutável e cristalizada. Então o que faz com que as pessoas fiquem satisfeitas na medida em que podem evitar a infelicidade? Justamente aquilo que se converteu na ideologia dominante: evitar o pior.

Aniquilamento, desinvestimento, desafetamento. Existem inúmeros nomes do deserto 4): Hiroshima, apartheid, camada de ozônio, Aids, angústia, Bósnia, genocídios, campos de extermínio, envenenamento de ursos pela poluição no Pólo Norte etc. Também desertificado, o homem contemporâneo assiste a tudo como se nada o afetasse, mas às vezes sofre em sua impotência. Na maioria das vezes a idéia de felicidade é tomada como um bloco de cimento que por esta peculiaridade lida mal com o desejo, sempre móvel. Então, pode a idéia de felicidade produzir outra coisa que alienação e abastamento do desejo? O sujeito humano, enquanto sujeito desejante e de falta, pode alienar seu desejo em proveito das necessidades criadas pela sociedade de consumo sem deixar, nesta manobra de renúncia, a essência do que o constitui enquanto sujeito? O mundo da ficção se converte na vida verdadeira, enquanto no mundo do cidadão, espectador alienado, nunca acontece nada. O mundo regido pela idéia unidimensional de felicidade condena-o a representar um papel de extra, já não há como ser herói em sua própria vida. Como uma criança, ele não deve envolver-se com os assuntos de adultos. Produz-se a infantilização e a impotência, já que a realidade espetacular, ou a vida convertida em espetáculo, põe no mesmo nível as aventuras amorosas de uma princesa e a guerra do Golfo. Tudo é igual, tudo, em especial, está muito distante. Para Benasayag, “opera-se uma potente e perigosa retirada ou retração narcísica, e a felicidade, em sua natureza irracional e inquestionável, se converte em causa suficiente (e única) para justificar os atos dos homens e das mulheres” (Benasayag, 1992, p. 9).

O sistema dominante conta com a convicção do cidadão espectador de que a vida social e política, sobretudo, não lhe concerne, ele não tem nada a ver com isso ou isso não lhe diz respeito. O dinheiro iguala a tudo, mas não a todos: uns são emergentes, outros aristocratas. Um real na mão de um mendigo não é o mesmo que um real na mão de um Monteiro de Carvalho. Como modificar tal estado de coisas? Seria preciso, antes de mais nada, ler e estudar para questionar o excesso de informação separando os pontos de não sentido. Seguindo esta seara é também preciso precaver-se contra a armadilha da urgência, para diferenciar-se do coelho de Alice, sempre apressado, pois não se pode passar a ator por uma passagem ao ato contra-fóbica. Devemos poder pensar na criação de novos laços sociais já que, como “numa caricatura da dialética “luto e melancolia”, tudo ocorre como se tivéssemos perdido o objeto do nosso amor, do nosso interesse, da nossa razão de viver” (Benasayag, 1992, p. 9). Isso talvez dimensione a dor e o estado de indiferença, o ar “blasé” do homem pós-moderno. Quando tudo já foi perdido nada mais há a perder.

Ora, quando lidamos com a cultura do consumo desmedido estaríamos no reino da falsa felicidade oferecida como um bem autêntico. O homem procura, no consumo, medidas paliativas para lidar com o desamparo tão terrível de não ver suas necessidades básicas (alimentação, moradia, educação, saúde) serem realizadas. Mas, como sabemos, mesmo quando estas necessidades são atendidas, resta ainda (sempre resta algo) que o conduz à insatisfação. Consumir parece entorpecer este plus que incomoda, fustiga, inquieta.

Por fim, poderíamos dizer que o homem contemporâneo parte em busca da unidade, da unificação da experiência, da ausência de conflitos e da não diferença recorrendo a santos, demônios, deuses e líderes. Mas à medida que avança não pode escapar do odor de seus restos nem das marcas de seus passos: libere-se e morra são pois os odores dos pensamentos que lhe atormentam. Diante da impossibilidade de unificar as experiências díspares e contraditórias, o sujeito se encastela ignorando-as através da busca de um poder absoluto e massacrador, em que somente importa a ausência de conflitos e a negação da finitude. É como se o sujeito se inclinasse para além do vazio e enquadrasse forçosamente o abismo, para sustentar a esperança de que a vida não tenha nunca um fim. É então essa busca de eternidade e de um gozo lançado ao infinito que encontramos no nosso mundo contemporâneo, em que o sujeito quer a todo custo garantias de imortalidade, mesmo que seja pelo entorpecimento ou pelas formas mais cruéis de violência. Entre Deus e a ciência, sempre podemos encontrar outra coisa que indique-nos que a vida é mais que um momento fugaz e vazio entre a pulsão e a sua satisfação.

Quando o desejável era impossível foi entregue a Deus; quando o desejável se tornou possível foi entregue à ciência; hoje, que muito do possível é indesejável e algum do impossível é desejável temos de partir ao meio tanto Deus como a ciência. E no meio, no caroco ou no miolo, encontramos-nos, com ou sem surpresa, a nós próprios (Souza Santos, 1997, p. 106).

Notas

- (1) O filme é baseado na novela de Irvine Welsh, com roteiro de John Hodge e direção de Danny Boyle. Provocou enorme polêmica no Festival de Cannes de 1996. Entre os atores destaca-se Robert Carlyle, que vimos recentemente em “Ou tudo ou nada”, história de ingleses desempregados que, para ganhar dinheiro, fazem striptease.
- (2) Ver a este respeito a interessante teoria de Paul Virilio em que propõe que o humano está subjogado, cada vez mais, à vertigem da aceleração.
- (3) Já tratamos desta questão em outro texto, aprofundando em relação às características traçadas por Freud em relação a expectativa de felicidade humana.
- (4) Estamos usando a feliz expressão de Lipovetsky no capítulo II, A indiferença pura, do livro já citado.

Referências Bibliográficas

- Barros, R. M. M. (1997) *Psicanálise e pós-modernidade*. Tempo Psicanalítico. 29.
- Baudrillard, J. (1981). *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Benasayag, M. (1992). *Crítica de la felicidad*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Castoriadis, C. (1992). *A encruzilhada do labirinto III: O mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Chatel, M-M. (1995) *Mal-estar na procriação*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico.
- Featherstone, M. (1995). *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel.
- Freud, S. (1929/1976) *O mal-estar na cultura*. Rio de Janeiro: Imago.
- Jameson, F. (1993). *O pós-modernismo e a sociedade de consumo*. In: (org.). *O mal-estar no pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gondar, J. (2001). *Sobre as impulsões e o dispositivo analítico*. *Ágora*. 4(2).
- Lacan, J. (1988). *A Ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lipovetsky, G. (1989). *A era do vazio*. Lisboa: Antropos.
- Liotard, J-F. (1986) *O Pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Rouanet, S. P. & Maffesoli, M. (1994). *Moderno e pós-moderno*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Souza Santos, B. (1997). *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- Tarré de Oliveira, G. (1996). *Do gozo em ato ao ato do analista: uma abordagem psicanalítica da toxicomania*. In: *Freud, o interesse científico de uma filosofia inquieta*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Virilio, P. (1996). *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade.

O Estado da Alteroglobalização em Portugal¹

¹ Este artigo será também publicado, em Itália, no livro “Una Altra Europa” coordenado pelo Prof. Antimo Farro (Universidade de Roma “La Sapienza”).

Marinús Pires de Lima
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
marinus.pires.lima@ics.ul.pt

Cristina Nunes
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
cristina.nunes@ics.ul.pt

Resumo: A construção de espaços transnacionais de contestação colectiva contra as instituições financeiras e políticas regionais e mundiais, despertou novas discussões teóricas dos temas da globalização e dos movimentos sociais.

A problemática teórica acompanhará os contributos de Alain Touraine e no percurso da análise dos fenómenos empíricos, proceder-se-á à combinação de técnicas de recolha de informação quantitativas e qualitativas.

Apesar da sua grande fluidez e de envolverem uma pluralidade de actores apostados em afirmar a sua subjectividade, as lutas altermundialistas não podem ser consideradas como novos movimentos sociais: carecem de objectivos claramente definidos e não manifestaram, ainda, capacidade suficiente para determinar, com precisão, os seus adversários.

1. Enquadramento teórico e metodológico

A recente construção de espaços transnacionais de contestação colectiva contra as instituições financeiras e políticas regionais (União Europeia, Área de Comércio Livre entre as Américas) e mundiais (Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e G8), despertou a introdução de novas discussões teóricas no âmbito dos temas da globalização e dos movimentos sociais.

Actualmente, está-se a constituir uma rede de pesquisa internacional, entre vários países da Europa (Alemanha, Espanha, França, Reino Unido, Itália e Portugal). A sua finalidade é analisar, no campo das ciências sociais e particularmente da Sociologia, os “movimentos sociais”, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e as mais diversas associações da sociedade civil que têm participado activamente nos processos de formação dos protestos colectivos de rua (desde Seattle até à manifestação pacifista global contra a guerra no Iraque) e de criação dos fóruns sociais alternativos (mundiais, regionais e nacionais).

O projecto “Movimentos Colectivos Face à Globalização”, a decorrer no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, integra-se nesta parceria de investigação e inclui o Brasil (país anfitrião de quatro Fóruns Sociais Mundiais).

A novidade e a contemporaneidade da temática, aliadas ao facto de as investigações se encontrarem, presentemente, numa fase inicial dificultam a disponibilidade de novas conceptualizações teóricas. Contudo, existem 2 tradições sociológicas (a norte-americana e a europeia), que poderão ser relacionadas com o estudo das novas formas de acção colectiva no actual contexto de globalização.

A teoria da Mobilização de Recursos (Tilly, 1978), emergente nas décadas de 60/70 nos EUA, analisa os movimentos sociais como grupos de pressão organizados, excluídos dos processos de tomada de decisão políticos, que accionando estratégica e racionalmente determinados recursos – financeiros, técnicos e humanos –, aspiram a aceder aos órgãos de poder político com o objectivo de satisfazerem os seus interesses particulares.

Na Europa, o estudo dos movimentos sociais ficou, nas últimas décadas, fortemente marcado pela sociologia da acção desenvolvida por Alain Touraine (1992, 2000, 2005) e pelos seus colaboradores Michel Wieviorka (2003a, 2003b), François Dubet (1994) e Antimo Farro (2003). Na perspectiva accionalista, o conceito de movimento social não pode ser confundido com um simples protesto popular ou com meros comportamentos colectivos que mobilizam mecanismos estratégicos para atingirem determinados fins. Só podemos considerar a existência de um movimento social constituído se se conjugarem 3 princípios: Identidade (I), Oposição (O) e Totalidade (T). Os actores envolvidos na construção da acção comum têm de partilhar uma identidade assente em relações de solidariedade (I); esta identidade construída opõe-se a um ou mais adversários sociais, com quem mantém uma relação conflitual sobre as orientações sociais e culturais dominantes no funcionamento das sociedades (O) e é necessária a criação de propostas alternativas que conduzam às mudanças sociais desejadas (T).

No processo de pesquisa em curso no ICS, a problemática teórica acompanhará os contributos de Alain Touraine e as análises recentes de Antimo Farro (2003) e de Michel Wieviorka (2003a, 2003b, 2007) sobre as acções alterglobalistas. No percurso da análise dos fenómenos empíricos, proceder-se-á à combinação de técnicas de recolha de informação quantitativas (inquérito por questionário aplicado aos actores individuais e colectivos do Fórum Social Português) e qualitativas (entrevistas realizadas aos interlocutores privilegiados portugueses presentes no FSM, análise dos eventos de protesto [protest event analysis] baseada em artigos da imprensa nacional e estrangeira e em documentos de suporte electrónico).

1.1. Movimentos alterglobalização: a emergência de novas formas de acção colectiva?

A partir da década de 60, com o aparecimento de novos actores colectivos, encetou-se, na Sociologia, um processo de produção teórica e empírica intensivo sobre a acção colectiva, actualmente consagrada como um objecto de pesquisa e um campo do saber sociológico legítimos. À semelhança do que ocorreu nos idos anos 60, com o despontar dos movimentos

feministas, ecologistas e pacifistas, a emergência das iniciativas de contestação ao modelo de globalização neoliberal despertou um ciclo de debates sobre a renovação e reconstrução dos quadros analíticos utilizados na compreensão e explicação dos fenómenos de mobilização colectiva.

Ao analisarmos os novos protestos colectivos em torno da globalização distinguem-se sobretudo três características: a pluralidade das identidades nos actores participantes, a importância da afirmação da subjectividade de cada um dos actores individuais e colectivos e a fluidez das formas de organização que corporizam os relacionamentos entre os diversos actores (Farro, 2003).

A pluralidade das identidades colectivas está presente no espectro das mobilizações e das campanhas alterglobalização (Wieviorka, 2003b): desde os chamados movimentos da juventude (ligados à cultura dos movimentos squatters e das organizações de media alternativos), aos “novos movimentos sociais” [na acepção de Touraine (1989)], aos sindicatos de trabalhadores industriais e às organizações agrárias e de camponeses, até às Organizações Não Governamentais (ONGs) que actuam a nível mundial sobre temas tão variados como os direitos do homem, o comércio justo ou a regulação das transacções económicas mundiais (Wieviorka, 2003a).

A transposição dos modos de funcionamento das novas tecnologias da informação e comunicação, e nomeadamente na Internet, para os modelos de acção colectiva, conduz a repensar profundamente os conceitos sociológicos utilizados na explicação e compreensão dos movimentos sociais do presente.

Mas se é verdade que as formas de organização e as relações construídas dentro dos movimentos sociais são, mais do que no passado, descentralizadas, não-vinculativas e espontâneas, também é verdade que estas designações escondem, obscurecem e tornam mais difícil o processo de compreensão e de desocultação das dinâmicas de liderança e das relações e lutas de poder que se estabelecem.

Por outro lado, termos como “fluidez” e “subjectividade” são cada vez mais utilizados no estudo dos movimentos sociais para designar, respectivamente, o tipo de relações construídas entre os actores e a afirmação da identidade pessoal no desenrolar das iniciativas alterglobalização. Mas em torno destes conceitos existe todo um campo de análise por explorar, principalmente no que diz respeito ao envolvimento da identidade pessoal na formação das identidades grupais e às dinâmicas de interacção dialécticas que se estabelecem entre o sujeito individual e o sujeito colectivo. É tempo de as teorias dos movimentos sociais recuperarem um tema que tem sido, muitas vezes renegado e esquecido.

2. Fórum Social Mundial: O impulsionador do Fórum Social Português

Em Janeiro de 2001, com a realização do 1º FSM² (por contraposição ao Fórum Económico Mundial de Davos [FEM]), às acções de contestação colectivas de rua, uniram-se os espaços de debate e reflexão alternativos. Sob o lema de “Um Outro Mundo é Possível”, milhares de Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos, políticos e cidadãos anónimos dos quatro cantos do mundo reuniram-se pela primeira vez em Porto Alegre – a Capital do Estado do Rio Grande do Sul no Brasil – para discutirem criticamente as consequências económicas, sociais e ambientais causadas pela globalização neoliberal e encontrarem propostas alternativas que promovam uma globalização ética e solidária.

O FSM é o expoente máximo do encontro mundial da diversidade social e cultural. O facto de este espaço se assumir como um campo de (inter)acção abrangente e diversificado, onde não se adoptam posições e documentos vinculativos a todos os participantes, e como um processo descentralizado onde se integram outros locais de dinamização da acção colectiva (manifestações, fóruns nacionais e regionais) permite a confluência de “movimentos sociais” com características e objectivos distintos - indígenas, ecologistas, feministas, homossexuais, camponeses, agricultores, sindicalistas, representantes de comunidades religiosas, organizações de desenvolvimento humanitário, movimentos políticos, jovens, intelectuais e trabalhadores.

Portanto, o FSM é um local onde os “movimentos sociais” e as ONGs podem simultaneamente dar a conhecer as suas lutas nacionais e regionais por uma globalização solidária e estabelecer ligações, através das suas afinidades identitárias e temáticas, com outros actores colectivos ao nível das acções e reivindicações a desenvolver.

Existem propostas que têm sido amplamente mediatizadas e difundidas como a taxa Tobin (defendida pela ATTAC), a anulação da dívida externa dos países mais pobres, a democratização das instituições financeiras mundiais ou a sua substituição por outras instâncias, a introdução de direitos laborais e sociais (core labour standards) nos países mais pobres, entre outras. No entanto, a concepção de vínculos formais ou informais em torno e pela defesa destas causas, nunca será da responsabilidade do FSM, mas apenas das suas entidades promotoras. Se o FSM avançasse com propostas alternativas globais violaria um dos seus princípios constitutivos: dar voz à pluralidade e à diversidade social e cultural.

Nas duas primeiras edições (2001 e 2002), o FSM conseguiu afirmar-se como o opositor legítimo do FEM. Em 2003, com a presença do recém-eleito presidente do Brasil (Luís Ignácio “Lula” da Silva) e com a sua transmissão da mensagem de Porto Alegre a Davos – por uma globalização solidária e pela paz no mundo – o FSM adquiriu ainda uma maior projecção mediática internacional. Por outro lado, apesar de os diferentes significados políticos, sociais e culturais que envolvem as acções dos “movimentos sociais” presentes em Porto Alegre, neste ano a chamada sociedade civil não-

² Analisa-se sucintamente a evolução dos FSMs. A pertinência desta breve análise encontra-se no facto de o FSM ter-se constituído como o principal factor propulsor das iniciativas alterglobalização em Portugal.

governamental uniu-se em torno de um objectivo comum: protestar pacificamente contra a emergência de uma intervenção militar anglo-americana no Iraque e alertar a opinião pública mundial para as consequências dramáticas e devastadoras desta guerra.

Com o propósito de descentralizar e de mundializar o FSM, em 2004 este realizou-se na Índia. Esta deslocação teve a finalidade de integrar neste processo as organizações que devido à falta de recursos económicos se têm visto impossibilitadas de viajar até ao Brasil.

Depois desta breve passagem pelo continente asiático, o FSM (2005) regressa ao Brasil e à sua cidade Natal. Este ano, um dos objectivos principais dos seus organizadores foi o de atender às críticas dirigidas aos mecanismos de funcionamento do evento. O facto de certos actores colectivos lamentarem que as características do FSM mais elogiadas – a não-hierarquização das organizações e a democratização dos processos de participação – não têm vindo a ser rigorosamente exercidas, conduziu a que se avançasse com novas formas de organização. Deste modo, os responsáveis pela organização do FSM adoptaram uma metodologia baseada em práticas mais horizontais e fluidas. Estas foram desenvolvidas através de uma consulta-temática realizada através de um questionário, disponível on-line, onde foram inquiridas 1863 organizações. Tal auscultação teve como finalidade antever os temas que os diferentes participantes gostariam de ver debatidos no FSM, assim como possibilitar redes de contacto mais próximas entre os actores que se dedicam à defesa das mesmas causas. Outra das mudanças levadas a cabo para democratizar os modos de participação no FSM foi a de alargar as práticas organizacionais auto-gestionadas, circunscritas nos FSMs anteriores às oficinas e seminários, aos grandes acontecimentos, nomeadamente às conferências e palestras.

Para além destas alterações estratégicas, há ainda que salientar que o FSM continuou a crescer em todos os níveis de participação. A sua manifestação de encerramento, com a adesão de 200.000 pessoas, foi a mais participada de sempre.

Em 2006, a realização do FSM experimentou um novo rumo: pela primeira vez, realizou-se simultaneamente em diferentes regiões do mundo – Bamako (Mali), Caracas (Venezuela) e Karachi (Paquistão). Em 2007, o FSM realizou-se no Quênia, na cidade de Nairobi, com o intuito de discutir os problemas inerentes ao continente africano e de oferecer às organizações africanas a oportunidade de participarem in loco no maior encontro dos actores altermundialistas

3. O despontar das iniciativas portuguesas em torno da globalização neoliberal: o caso do Fórum Social Português

Em Portugal, as iniciativas colectivas alterglobalização despoletaram por influência da realização do Fórum Social Mundial (FSM). Após a segunda edição do FSM, as organizações sociais e políticas portuguesas começaram a reflectir sobre a possibilidade de se organizar um espaço, a nível nacional, onde os diferentes actores colectivos se pudessem reunir para discutir criticamente as consequências económicas, sociais e ambientais causadas pela globalização neoliberal e encontrar propostas que promovessem uma globalização ética e solidária.

Tendo em vista estes objectivos, o processo de preparação do Fórum Social Português (FSP) iniciou-se, em Maio de 2002, na cidade de Lisboa, num primeiro encontro plenário que serviu sobretudo para informar e despertar os actores colectivos portugueses para as mobilizações e fóruns sociais alternativos alterglobalização. Assim, com o intuito de adaptar à realidade portuguesa o modelo de funcionamento do FSM, explicaram-se às organizações portuguesas, até à data pouco participativas nas acções de contestação à globalização neoliberal, os seus modos de construção e organização. Com base nos princípios orientadores do FSM, concebeu-se uma proposta de modelo do FSP, iniciou-se a escolha dos temas que deveriam ser debatidos e formaram-se três grupos de trabalho (um responsável pela organização do evento, outro pela concepção do programa e um terceiro encarregado por estabelecer os contactos e por mobilizar o maior número de organizações possível). Nesta reunião, decidiu-se ainda que, para alargar o processo de participação a todo o país, seria necessário criar, a nível nacional, grupos de contactos regionais e fóruns distritais que teriam a função de mobilizar e incluir as associações e as ONGs distanciadas fisicamente dos locais de preparação do FSP.

4. A programação e a participação no FSP

Depois de um esforço e empenho colectivos por parte das associações e ONGs para desenvolver uma dinâmica de acção e reflexão conjuntas, realizava-se, na sociedade portuguesa, em Junho de 2003, a primeira grande iniciativa alterglobalização. Sob o lema de que “um outro mundo e um outro Portugal são possíveis”, feministas, ecologistas, homossexuais, agricultores, sindicalistas, grupos de defesa dos direitos humanos, associações contra a especulação financeira e pela regulação dos movimentos de capitais, jovens e intelectuais reuniam-se não só com o intuito de dar continuidade ao processo iniciado em Porto Alegre, mas também de glocalizar os protestos contra o neoliberalismo e de procurar construir uma “alterglobalização”.

O FSP aspirava assim a colmatar as falhas da democracia representativa, fortalecendo e aprofundando a democracia participativa, e a constituir-se simultaneamente como um local inovador onde os “movimentos sociais” e as ONGs pudessem dar a conhecer as suas lutas nacionais e locais por uma globalização solidária e estabelecer ligações, através das suas afinidades identitárias e temáticas, com outros actores colectivos ao nível das acções e reivindicações a desenvolver.

Ora para cumprir estes objectivos foi necessário esboçar um plano de programação venerador da diversidade e multiplicidade temáticas que tivesse em conta a complexidade das especificidades da sociedade portuguesa no actual contexto de globalização neoliberal e a sua natureza multifacetada. Tal tarefa implicou conceber e desenvolver um número

grandioso de eventos e de actividades de reflexão analítica que, por conseguinte, abarcaram e proporcionaram espontânea e criticamente a discussão das múltiplas intersecções e relações de todas as dimensões da vida em sociedade. Para as organizações responsáveis pela programação do FSP, era impreterível tratar e debater a imensa variedade de conteúdos temáticos com base na sua multidimensionalidade, porque no mundo globalizado em que vivemos não faz sentido pensar isoladamente, separar e destrinçar o social do político, o económico do cultural, o local do regional, o regional do global, etc.

Ambicionando corporizar a pluralidade dos axiomas estabelecidos, as entidades organizadoras dividiram a programação oficial em três campos de discussão: conferências, mesas de diálogo e controvérsias e oficinas³. Nas conferências, desenharam-se três eixos de discussão temáticos que, decorrendo em simultâneo, se segmentaram em várias matérias⁴:

- Democracia, cidadania, direitos e serviços públicos (as políticas neoliberais e a degradação da democracia; sexualidades emancipatórias em sociedades patriarcais: resistindo ao sexismo e à homofobia; o exercício dos direitos sociais, políticos, económicos e sociais).

- Trabalho, economia, globalização e desenvolvimento sustentável (agricultura, pescas e a sociedade. Globalização. Segurança e soberania alimentares; trabalho, empresa, direitos e imigração; desenvolvimento sustentável).

- A defesa e a promoção da paz, da solidariedade e da luta contra a guerra (neoliberalismo, exploração e guerra; uma outra Europa, um outro mundo é possível; as cores da esperança: a solidariedade e a cooperação).

Esta multiplicidade e abrangência temáticas possibilitaram a convergência de 237 actores colectivos, de todas as regiões do país, que se dedicam e actuam em áreas de intervenção distintas. Contudo, a diversidade de temas e causas tratadas no FSP não foi sinónimo de uma participação heterogénea nos níveis social e cultural: a desejada participação alargada, por parte dos organizadores, de todas as camadas sócio-económicas não foi cumprida, já que, considerando os dados do inquérito aplicado aos participantes no FSP⁵, aderiu fundamentalmente um público jovem (53.9% dos indivíduos que participaram no FSP possuíam idades compreendidas entre os 19 e os 35 anos), com formação superior (76% dos inquiridos do sexo feminino possuem o grau de ensino superior contra 71,5% dos inquiridos sexo masculino) e desempenhavam maioritariamente actividades profissionais qualificadas. Segundo os mesmos dados, o número de inquiridos do sexo feminino foi superior aos do sexo masculino, respectivamente 51,6% e 48,4%. No que diz respeito à variável idade, os homens apresentaram uma idade média superior à das mulheres: 42, 5 e 36,8 anos.

5. Um novo espaço de dinamização da acção colectiva?

A realização do FSP constituiu-se como um momento importante para a História dos “movimentos sociais” e da acção colectiva em Portugal, porque, pela primeira vez, um conjunto alargado de ONGs, associações e sindicatos propôs-se desafiar a crença de que a sociedade portuguesa vive imbuída de uma apatia generalizada face aos problemas sociais e políticos e que, devido a tal característica, os actores colectivos portugueses dificilmente se conseguiriam organizar para construir uma acção de contestação e reflexão conjuntas. Neste sentido, a concretização do FSP permitiu desmistificar esta ideia e demonstrar que, apesar das inúmeras contrariedades, existem organizações portuguesas bastante activas, que procuram acompanhar e participar nos espaços transnacionais de contestação aos processos de globalização neoliberal.

Por outro lado, o FSP serviu também de agente dinamizador das actividades de alguns actores sociais e políticos. Este foi o caso das associações de defesa dos direitos sexuais, que encontraram nesta iniciativa alterglobalização um espaço de acção emancipatório onde puderam afirmar a sua subjectividade identitária e expor publicamente as suas características e diferenças não reconhecidas e discriminadas pela sociedade em geral. Foi talvez devido a estes factores que, apesar de terem sido apenas 7 as organizações pertencentes ao movimento LGBT a associar-se formalmente ao FSP (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais), as 20 oficinas organizadas pelo movimento LGBT foram das mais participadas e com maior afluência.

Esta adesão ultrapassou as próprias expectativas das associações LGBT, que, em geral, consideraram que o FSP possibilitou uma ampla divulgação dos seus projectos. Esta visibilidade foi tanto maior se se considerar que o movimento

³ Realizaram-se 10 conferências, 12 mesas de diálogo e controvérsias e 105 oficinas. A selecção dos conferencistas foi da responsabilidade dos organizadores do FSP. As mesas de diálogo e controvérsias e as oficinas são organizadas pelos próprios proponentes. Nas oficinas auto-gestionadas discutiram-se, entre outros temas, o Acordo Geral de Comércio e Serviços (AGCS), a imigração, a homofobia, o genoma humano, o desemprego, as pescas, a agricultura biológica, etc. O programa do FSP integrou ainda espectáculos e oficinas culturais (música, teatro, dança, gastronomia, exposições).

⁴ Houve também a preocupação por parte das entidades organizadoras de adaptar os assuntos discutidos no FSP às preocupações da sociedade portuguesa. Assim, deu-se prioridade ao debate de temas como a precariedade no emprego e os baixos salários, o desemprego, a privatização do sistema de saúde e os problemas do ensino em Portugal.

⁵ Estes dados são o resultado de um inquérito aplicado no FSP pelo CIDAC e foram retirados do livro “Um Outro Mundo é Possível...Mas não será fácil!”. Segundo os dados publicados, foram inquiridos 288 indivíduos para um universo de 1880 participantes, considerando apenas a população inscrita oficialmente no FSP.

LGBT se deparou com fortes resistências por parte de algumas organizações relativamente à sua inclusão no processo de constituição do FSP. No entanto, esta oposição inicial foi sendo progressivamente ultrapassada. De tal forma que as organizações LGBT começaram a estabelecer parcerias com uma grande diversidade de associações, destacando-se os diálogos pioneiros com os sindicalistas, os ambientalistas e as feministas. O maior exemplo desta articulação, e talvez do início de uma dinâmica de luta concertada, foi, sem dúvida, a adesão anual da CGTP à marcha LGBT do dia do orgulho Gay⁶. A par de estas acções, a crescente dinamização das associações LGBT tem vindo a proporcionar, junto dos órgãos de comunicação social e da opinião pública em geral, uma maior mediatização e discussão dos temas relacionados com a igualdade de direitos e de oportunidades, nomeadamente de questões como o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adopção de crianças por parte de casais homossexuais. A recente alteração na lei espanhola, no sentido da permissão jurídica do casamento entre indivíduos do mesmo sexo, assim como a tentativa por parte de duas mulheres de nacionalidade portuguesa de contraírem matrimónio em território nacional conduziu ao relançar das discussões políticas em torno destes assuntos por parte do BE e da Juventude Socialista (JS), que pretendem apresentar na Assembleia da República um projecto que prevê a alteração da lei portuguesa.

Importa sublinhar que é no domínio da vida sexual que se tem verificado alguma movimentação por parte das mulheres, nomeadamente em relação à despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG). Desde 1974 que o Movimento Democrático das Mulheres (MDM) e o Movimento de Libertação das Mulheres (MLM) reivindicam com outras organizações a contraceção e o aborto livres e gratuitos. Mas foi preciso chegar a 1984 para que fossem votadas as leis sobre Educação Sexual e Planeamento Familiar e sobre a exclusão de ilicitude em alguns casos da IVG. Em 1996, a questão surge de novo com a apresentação de três projectos-lei na Assembleia da República, em que é aprovado um projecto que alarga os prazos da IVG.

No entanto, a legislação portuguesa é das menos liberais na Europa, com a agravante que o referendo ao aborto não é aprovado em 1998. Dada a situação dramática que este processo mantém, admitiu-se como provável que a Assembleia da República viesse em 2007 a convocar um novo referendo. Em 2007, apesar da larga abstenção, o Sim à campanha do referendo ganha amplamente ao Não, que despenalizará a IVG e permitirá uma nova legislação da A.R.

Mas se é verdade que o FSP contribuiu para a dinamização dos modos de construção e funcionamento de determinados tipos de acção colectiva, possibilitando a aproximação e o encontro de actores distintos, também é verdade que as diferenças identitárias provocaram fortes divergências. Estas assomaram ao longo de todo o processo de preparação do FSP e intensificaram-se aquando da realização da assembleia dos “movimentos sociais” e da manifestação de encerramento.

A assembleia dos “movimentos sociais”, inspirada no modelo programático do FSM⁷, surgiu da iniciativa de algumas organizações⁸ que pensaram ser importante criar, no FSP, um espaço onde os “movimentos sociais” se pudessem reunir para aprovar linhas estratégicas de intervenção comuns. O objectivo principal era o de ratificar uma declaração onde pudessem expressar as suas preocupações sociais, ambientais e culturais, concertar as suas acções face à globalização neoliberal e, por último, construir um calendário de datas que simbolizassem a luta contra todo o tipo de desigualdades⁹.

Se no que diz respeito a alguns temas globais, como por exemplo, a oposição à guerra no Iraque e à luta pela (re)conquista de novos direitos sociais e culturais os actores participantes no FSP encontraram facilmente orientações e referências de intervenção comuns, não sucedeu o mesmo com questões mais específicas como a referência explícita a algumas datas de actuação contra o neoliberalismo ou à realização do próximo FSP (em relação a esta questão houve algumas associações que se opuseram à marcação de uma data).

No entanto, as diferenças entre organizações de índole reformista – que defendem a conversão do neoliberalismo num modelo socialmente mais justo e igualitário –, e as de orientação revolucionária – que anseiam pelo fim do paradigma de desenvolvimento económico vigente e a criação de um “novo” modelo político e económico –, manifestaram-se fundamentalmente em relação à utilização de determinados termos e expressões na declaração da assembleia dos “movimentos sociais”. Os chamados actores reformistas rejeitaram a inclusão, neste documento final, da palavra anti-capitalismo, por a considerarem demasiado radical para as suas convicções ideológicas, e propuseram a expressão capitalismo neoliberal.

No que concerne à manifestação de encerramento do FSP, os organizadores pretendiam que esta se constituísse como uma iniciativa “dinâmica, reivindicativa, alegre e como um momento alto de confraternização, solidariedade e confiança de todos os que lutam pela paz, pelos direitos, por uma nova ordem internacional e por uma democracia de

⁶ Segundo um dirigente da CGTP, o objectivo desta marcha também é sindical, porque é contra todas as discriminações na sociedade e no local de trabalho.

⁷ Tal como acontece no FSM, a prossecução da assembleia dos movimentos sociais foi da inteira responsabilidade das organizações proponentes.

⁸ Primeiros signatários do apelo à convocatória da Assembleia dos Movimentos Sociais: Acção Jovem para a Paz; Associação Luso-Senegaleza; ATTAC-Portugal; CGTP-IN; Fenprof, Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio; Liga Operária Católica; Movimento Democrático das Mulheres (MDM); Não-Te-Prives; Rede Lilás; Secretariado Coordenador das Associações de Imigrantes; Solidariedade Imigrante; SOS Racismo; União das Mutualidades Portuguesas.

⁹ Neste calendário, foram incluídos, entre outros, os seguintes dias de comemoração: dia internacional da mulher; dia internacional da luta camponesa; dia mundial da luta contra o racismo; dia do orgulho lésbico, gay, bissexual e transexual; dia mundial pela erradicação da pobreza.

qualidade em Portugal¹⁰. Se a intenção de levar a cabo uma manifestação onde estivesse representada a diversidade de identidades através da festividade, em parte, foi concretizada, já não se pode afirmar o mesmo do desígnio de realizar um desfile onde se evidenciassem os momentos de cooperação e colaboração entre os seus intervenientes. Ao invés, durante o cortejo, não só se consolidaram as contendas entre os participantes, como se evidenciaram as fragilidades estruturais dos “movimentos sociais” portugueses e a sua dependência face às formas institucionais de participação cívica, nomeadamente das preconizadas pelos partidos políticos¹¹. O acentuar dos conflitos deveu-se sobretudo ao facto de o PCP ter infligido o acordo estabelecido para as forças políticas de desfilar no final da manifestação. Ao contrário dos restantes partidos políticos de esquerda (Bloco de Esquerda e Partido Socialista), que permaneceram no fim da manifestação como uma forma de demonstrar que o FSP era acima de tudo um espaço de reflexão e debate pertencente às organizações sociais e políticas não-partidárias, o PCP optou por preencher o espaço destinado aos “movimentos sociais”, enchendo-o com as suas bandeiras e palavras de ordem. Com esta atitude, a manifestação acabou por se desdobrar em duas: uma composta pelos militantes

¹⁰ Cfr. Documento aprovado no último plenário de preparação do FSP em: www.forumsocialportugues.org/org/shtml/doc/fsp-apelo.shtml

¹¹ Não é por acaso que a mesa de diálogo e controvérsias onde se discutiram as relações entre os partidos políticos e os movimentos sociais foi a que registou um maior nível de participação com uma assistência de cerca de 400 participantes.

Bibliografia

- CASTELLS, M. (2002). *A Sociedade em Rede*. Lisboa: ed. Fundação Gulbenkian.
- DUBET, F. (1994). *Sociologie de l'expérience*. Paris: Seuil.
- FARRO, A. (2000). *Les mouvements sociaux*. Québec: Presses de l'Université de Montreal.
- FARRO, A. (2003). *Le tournant italien*. In M. Wiewiorka (Dir.), *Un autre monde...* Paris: Éditions Balland, (pp. 177-194).
- GOHN, G. (Org.), (2003). *Movimentos Sociais no Início do Século XXI – Antigos e Novos Atores Sociais*. Petrópolis: Vozes.
- HELD, D., & MCGREW, A. (Eds.), (2001). *The Global Transformations Reader*. Cambridge: Blackwell Publishers.
- LIMA, M. P. et alii (1992). *A Acção Sindical e o Desenvolvimento*. Lisboa: Ed. Salamandra.
- LIMA, M. P., & NUNES, C. (2003). *Movimentos colectivos na era da globalização*. *Janus 2004 – Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público/UAL, 40-41.
- MCDONALD, K. (2002). *From Solidarity to Fluidarity: social movements beyond collective identity – the case of globalisations conflicts*. XIV Congresso Mundial de Sociologia, Brisbane, Julho.
- MENDES, J. M., & SEIXAS, A. M. (2005). *Ação colectiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002)*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 99-127.
- NUNES, C. (2004). *Movimentos Alterglobalização: A Emergência de Novas Formas de Acção Colectiva?*. Tese de licenciatura não publicada, Lisboa, ISCTE.
- PUREZA, J. M., & FERREIRA, A. C. (Orgs.), (2002). *A Teia Global – Movimentos Sociais e Instituições*. Porto: Edições Afrontamento.
- REBELO, J. (coord.), (2003). *Novas Formas de Mobilização Popular*. Porto: Campo das Letras.
- SANTOS, B. S. (Org.), (2001). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, B. S. (2005). *A crítica da governação global: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 7-44.
- SEOANE, J., & TADDEI, E. (Orgs.), (2001). *Resistências Mundiais – De Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes.
- TILLY, C. (1978). *From Mobilization to Revolution*. New York: Random House.
- TOURAINÉ, A. (1984). *O Retorno do Actor*. Lisboa: I. Piaget.
- TOURAINÉ, A. (1992). *Critique de la modernité*. Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, A., & KHOSROKHAVAR, F. (2000). *La recherche de soi. Dialogue sur le Sujet*. Paris: Fayard.
- TOURAINÉ, A. (2005). *Un nouveau paradigme. Pour comprendre le monde d'aujourd'hui*. Paris: Fayard.
- WIEVIORKA, M. (2003a). *Os movimentos antimundialização*. José Rebelo (coord.), *Novas Formas de Mobilização Popular*. Porto: Campo das Letras, (pp. 17-38).
- WIEVIORKA, M., (Dir.), (2003b). *Un autre monde...* Paris: Éditions Balland.
- WIEVIORKA, M., (Org.), (2007). *Le printemps du politique. Pour en finir avec le déclinisme*. Paris: Robert Laffont.

1. Os números da participação no FSMII:

	2001	2002	2003	2004	2005	2006 ¹¹	2007
Países presentes	117	131	156	117	151	n.d	n.d
Países representados por organizações	n.d ¹¹	87	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Organizações inscritas	n.d	4.909 2.386 nacionais/ 2.523 internac.	5.171	1.653	6.872	2.500	n.d
Delegados	4.079 2.570 nacionais/ 1.509 internac.	12.474	20.763	n.d	n.d	19.000	n.d
Participantes credenciados	20.000	51.000	100.000	74.126	155.000	53.000	100.000
Participantes (por sexo-em %)	n.d	M-57/F-43	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Ouvintes credenciados	n.d	35.000	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Participantes no Acampamento da juventude	2.000	15.000	25.000	2.723	35.000	n.d	n.d
Participantes no Acampamento das nações indígenas	700	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Jornalistas credenciados	1.870 1.484 nacionais/ 386 internac.	3.356 1.866 nacionais/ 1.490 internac.	4.094 2.131 nacionais/ 1.963 internac.	3.200	n.d	4.900	n.d

comunistas e a outra pelas mais diversas organizações. O FSP terminaria assim em tensão e sem conseguir superar as dificuldades que se vieram a realçar durante todo o seu processo de construção.

6. Fórum Social Português: que futuro?

Depois do desfecho conflitual descrito anteriormente, os actores colectivos portugueses ainda se reuniram para fazer o balanço do FSP e tentar agendar a data da sua segunda edição. Inicialmente, apesar das dissenções existentes, ainda se conseguiu alcançar o consenso de que, devido às debilidades dos “movimentos sociais” portugueses, não se justificava uma edição anual, ficando assim o primeiro quadrimestre de 2005 como o período de realização provável do próximo FSP. Contudo, este nunca se chegaria a consumir nesta data porque se afloraram novamente os desentendimentos em relação a esta questão. Os actores envolvidos no FSP voltavam-se assim a dividir: uns continuavam a defender a realização da segunda edição em 2005, outros contestavam esta decisão e propunham, em substituição do FSP um pequeno encontro temático contra a globalização neoliberal. Esta última proposta acabaria por vencer, mas desencadearia a saída de muitas organizações que não se reviam em tal decisão.

Este encontro, intitulado “resistências e alternativas”, acabou por se concretizar, em Maio de 2004, na cidade de Évora, com uma participação muito reduzida da população portuguesa e circunscrita fundamentalmente aos militantes e activistas das organizações participantes. Após estas experiências conturbadas, os actores colectivos envolvidos no encontro temático prepararam-se novamente para (re)iniciar o processo de construção do segundo FSP.

Este realizar-se-ia somente em 2006, na cidade de Almada, com uma afluência muito menor quer dos “movimentos sociais”, quer dos cidadãos portugueses em geral. Estima-se que, em 2003, estiveram presentes cerca de 237 organizações e que, em 2006, este número baixou consideravelmente para 100. Estes níveis de fraca participação deverão ser objecto de reflexão para pensarmos o estado da alterglobalização em Portugal.

7. Conclusões

Importa salientar algumas características do estado da alterglobalização em Portugal.

É clara a capacidade crescente de os actores sociais funcionarem em “rede”, assumindo uma forma de participação horizontal, democrática e transparente, o que lhes dá uma dimensão global e uma articulação com os diferentes níveis (local, regional, nacional e internacional).

Por outro lado, se a acção de organizações (nomeadamente, os partidos políticos e a ATTAC) e as campanhas (por exemplo, em torno da contestação da guerra do Iraque e da discriminação dos homossexuais) existem, o atributo mais relevante é o da mobilização – que se pode considerar a maior força do FSP – (Wieviorka, 2003a). A pluralidade dos temas é a prova disto: educação multicultural, direitos humanos, luta contra o racismo e o sexismo, direitos reprodutivos das mulheres, paz, desenvolvimento local, etc.

A nível mundial, a alterglobalização, para além da sua crescente capacidade de mobilização, situa-se politicamente à esquerda, como o evidenciou Wieviorka (2007).

Este autor chama também a atenção para a sua carga de utopia, bem como o recurso à competência técnica, indispensável à possibilidade de oposição às propostas das grandes organizações internacionais, governos e grandes empresas multinacionais.

No entanto, encontra ainda dificuldades na articulação entre a acção a nível político-institucional mundial e aquela que se desenvolve a nível das identidades locais (autóctones, mulheres, regiões, ecologia, experiências subjectivas, etc.). Estamos de acordo com aquele autor, quando ele sublinha a necessidade de não descurar o Estado-nação e a dimensão europeia, numa economia competitiva e numa sociedade solidária e defensora dos valores do ambiente.

Importa agora dedicar alguma atenção às características históricas e actuais da sociedade portuguesa, que explicam os atributos de fragilidade dos “movimentos sociais” e da sociedade civil. Eles são relativamente recentes e dependentes.

Com efeito o regime político salazarista durou quase 50 anos (1926-1974). A industrialização e a introdução da organização científica do trabalho foram muito tardias, parciais e desarticuladas comparativamente com outros países europeus (Lima, 1992). Além disso, a organização racional do trabalho foi introduzida num contexto de repressão típica do regime corporativo, em que as greves e os movimentos da sociedade civil eram proibidos ou muito condicionados.

Se analisarmos, por exemplo, o tipo de consciência dominante nos operários, verificamos que as suas referências se centram mais nas questões do desenvolvimento do que nas do trabalho. Acresce que a implantação sindical nos locais de trabalho (fábricas, oficinas) é ainda hoje relativamente frágil.

Há também uma sobreposição da dimensão política em relação à social (relações na produção). A centralidade do Estado, a polarização no governo e nos problemas da internacionalização económica, alguma subordinação às forças e partidos políticos dão uma configuração própria ao movimento sindical.

Não há em Portugal uma elite importante de operários qualificados, semelhante à dos países mais industrializados, em que essa elite foi o suporte de um movimento operário central. A debilidade dos actores sociais é patente na sociedade civil. Há mais um desejo de movimento social do que uma acção articulada, eficaz e forte.

A desarticulação da identidade, da oposição e da totalidade é evidente: diferenciação entre as consciências tradicionais comunitárias, as políticas e as novas consciências, dificuldade em encontrar interlocutores, projectos alternativos pouco claros (Lima, 1992).

Se, por um lado, os sindicatos ganham importância como actores institucionais (acordos de concertação, participação em órgãos de consulta sobre matérias importantes), perdem força na defesa dos interesses operários no local de trabalho.

E estas conclusões são transponíveis para outros “movimentos sociais” mais recentes: movimentos femininos, ecológicos, juvenis, pacifistas, regionais, de consumidores, etc.

Daí a dificuldade de elaborar uma estratégia clara, relativamente a um objectivo comum, ambição que também não parece ao alcance de cada um dos agrupamentos, atendendo a que todos eles se compõem de tendências contraditórias.

Mas os dilemas permanecem. As características da sociedade portuguesa evidenciam a relativa debilidade e imaturidade dos “movimentos sociais” e da sociedade civil nas suas relações com os partidos políticos e os sindicatos. Além disso, a dimensão defensiva prevalece sobre a ofensiva.

Também as orientações radicais coexistem dificilmente com as reformistas.

Não tem sido também fácil a capacidade de autonomização em relação aos partidos políticos. Esta afirmação não implica que defendamos um fundamentalismo antipartidos, que tornaria impossível a articulação entre democracia participativa e democracia representativa. Acresce que a orientação que privilegia a horizontalidade das redes não é compatível com tradições burocráticas clássicas.

Apesar destas limitações, podemos defender que as orientações dominantes já são por uma outra globalização e não já só contra a globalização. E começa também a emergir uma orientação que consideramos fundamental, que privilegia valores e práticas como a solidariedade, a fluidez, a subjectividade, a acção directa, os fluxos comunicativos, a vida quotidiana e a reflexividade (globalização contra-hegemónica – Santos, 2005).

Em qualquer caso, o estado da alterglobalização em Portugal ainda não ultrapassou as características de movimento histórico ou político, não tendo ainda atingido a significação de movimento social, porque não se transitou ainda da função crítica das manifestações ao seu possível significado positivo.

Cronologia dos Movimentos Alterglobalização

Chiapas (Julho/Agosto 1996): 3000 mil pessoas participam no “1º Encontro Intergaláctico pela humanidade e contra o neoliberalismo”.

Seattle (Novembro 1999): 50 mil manifestantes contra a cimeira da OMC. Devido à exposição mediática do evento, Seattle é considerado o marco cronológico dos protestos da globalização.

Porto Alegre (Janeiro/Fevereiro 2001): Por oposição ao Fórum Económico Mundial de Davos, realiza-se, na mesma data, o FSM onde se reúnem 20 mil pessoas de 117 países para discutirem propostas alternativas à globalização hegemónica e neoliberal.

Génova (Julho 2001): 150 mil manifestantes nas ruas de Génova contra a reunião dos G8. A cidade italiana transformou-se num violento campo de batalha do qual resultaram um morto e vários feridos.

Porto Alegre (Janeiro/Fevereiro 2002): A 2ª edição do FSM recebe 51 mil participantes de 131 países. O aumento exponencial no número de participantes é aclamado como um verdadeiro sucesso.

Florença (Novembro 2002): No 1º Fórum Social Europeu discutem-se os problemas da Europa. O FSE terminou com uma longa marcha pela paz e contra a guerra, na qual participaram, segundo a organização, 1 milhão de pessoas.

Porto Alegre (Janeiro 2003): Este ano, a cidade de Porto Alegre acolheu 100 mil pessoas durante os dias do FSM. O espaço do encontro global dos “movimentos sociais” voltou a crescer exponencialmente ao nível do número de participantes e dos eventos realizados.

Manifestação Global pela Paz (Fevereiro 2003): Em várias cidades do mundo, milhões de pessoas protestam pacificamente contra a anunciada guerra no Iraque. Em Lisboa, estima-se a presença de 80 mil pessoas.

Lisboa (Junho 2003): Realizou-se o Fórum Social Português. Pela primeira vez, os “movimentos sociais” reuniram-se para reflectir sobre os processos de globalização neoliberal no contexto da sociedade portuguesa.

Paris (Novembro 2003): Na 2ª edição do FSE, 50.000 participantes debatem a construção de uma outra Europa. Foram discutidos, entre outros, os temas da imigração, da constituição europeia e do comércio internacional.

Bombaim (Janeiro 2004): Este ano, o FSM deslocou-se até à Índia. Num país de dimensões continentais, marcado pela ausência de reconhecimento da igualdade de direitos dos dalits (casta considerada socialmente inferior na sociedade indiana e alvo de forte discriminação), “movimentos sociais” de diferentes regiões do mundo dão continuidade aos debates e reflexões iniciados em Porto Alegre por uma globalização alternativa.

Porto Alegre (Janeiro/Fevereiro 2005): O FSM Regressa ao Brasil e à sua Cidade Natal. Mais uma vez, alterglobalistas de todo o mundo reúnem-se para discutir e propor caminhos sociais, económicos, políticos e culturais alternativos à actual conjuntura mundial neoliberal.

Évora (Maio 2005): Realizou-se um encontro, denominado resistências e alternativas, onde participaram apenas alguns dos actores colectivos presentes no primeiro FSP.

Caracas/Bamako/Karachi (2006): Este ano, o FSM adquire um carácter policêntrico, ou seja, realiza-se em três cidades de diferentes continentes (americano, africano e asiático). O objectivo principal desta organização descentralizada é o de globalizar as dinâmicas de reflexão e de contestação à globalização neoliberal.

Almada (2006): As inúmeras controvérsias e divisões existentes entre as organizações que construíram o primeiro FSP conduziram a que, ao contrário do que estava previsto inicialmente, a segunda edição só se realizasse passados 3 anos. Neste segundo Fórum, os níveis de participação quer das organizações sociais e políticas, quer dos cidadãos portugueses desceram consideravelmente. Como consequência o fórum não conseguiu alcançar a expressão mediática obtida em 2003.

Nairobi (2007): Realiza-se a 7ª edição do FSM. A escolha do continente africano para a realização deste evento prende-se, sobretudo, pelo facto de este transportar as principais preocupações das organizações altermundialistas. Desta forma, os temas ligados à dívida externa dos países mais pobres, da fome e da doença, nomeadamente da epidemia SIDA que assola todo o continente africano, foram amplamente discutidos.

Emancipação na América Latina no Séc. XXI: Movimentos e Lutas nas tessituras de uma Contra-Hegemonia

Alba Maria Carvalho

Universidade Federal do Ceará/ Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra

albapcarvalho@gmail.com

Resumo: Nos circuitos do capitalismo mundializado, em tempos contemporâneos de crise estrutural do capital, a América Latina ocupa um lugar-chave pela sua enorme biodiversidade. A mercantilização dos recursos naturais constitui estratégia fundamental para a acumulação do capital a médio prazo. A predatória expansão capitalista avança e universaliza a subordinação do trabalho ao capital, em dinâmicas peculiares. Os distintos grupos humanos são afetados por essa mundialização do capital, tanto pela destruição ambiental, como pela submissão à lei do valor. É nos territórios indígenas onde se encontra oitenta por cento da biodiversidade latino-americana, colocando-os, então, no centro das atenções, na ótica do capital. Assim, os povos indígenas estão atingidos em suas possibilidades de vida e nas suas autonomias como nações pela exploração capitalista de seus territórios e pela destruição da biodiversidade. Neste cenário de globalização neo-liberal, em tempos de “pós-Consenso de Washington”, os movimentos sociais indígenas afirmam sua força no continente latino-americano, (re)criando processos emancipatórios em curso. E, estes movimentos chegam ao poder pela via da democracia, tendo como alternativa emblemática a Bolívia, com um presidente da etnia aymara. A América Latina vive uma fase histórica de polarização, verificando-se uma “nova contra insurgência”, liderada pelos Estados Unidos, tendo, como uma de suas estratégias, a criminalização dos movimentos sociais, sobretudo, os movimentos indígenas. Tais movimentos encarnam um imaginário radicalizado que se espraia para as forças progressistas do Continente. O potencial emancipatório dessas experiências de luta dos povos indígenas precisa ser compreendido e revelado, na perspectiva da (re)invenção da emancipação ou de uma alterglobalização.

Pensar a emancipação social no século XXI exige uma análise do capitalismo contemporâneo, buscando compreender a lógica que o preside, os elementos novos e peculiares de sua processualidade, suas tendências e perspectivas. Estou convicta que o desvendamento do capitalismo e as configurações da emancipação são duas faces de um mesmo objeto que se impõe como imperativo do nosso tempo histórico. Assim, na análise da temática em pauta, parto dos delineamentos da civilização do capital na contemporaneidade, circunscrevendo sua expansão ilimitada e destrutiva e a crise estrutural que ora experimentamos no presente. Desenvolvo, a seguir, reflexões fundantes sobre o desafio da (re)invenção da emancipação na contemporaneidade, resgatando elementos de um diálogo crítico Karl Marx, István Mészáros e Boaventura de Sousa Santos, que estou a construir, convencida de sua potencialidade na ampliação do pensamento crítico emancipatório. Com base nestes aportes de carácter mais geral, a constituir o contexto teórico-histórico imprescindível na análise da questão latino-americana no século XXI, adentro na discussão sobre a América Latina, focando-a nos circuitos mundializados do capital e configurando tessituras de uma contra-hegemonia a instituir-se no Continente, a partir de lutas, movimentos e governos progressistas democraticamente conquistados. No âmbito desses processos de disputa hegemónica no cenário latino-americano, aponto o potencial emancipatório das lutas dos povos indígenas, privilegiando o imaginário de ruptura, consubstanciado em textos constitucionais de refundação do Estado, com referências à Bolívia e ao Equador.

1. A civilização do capital na contemporaneidade: expansão destrutiva nos marcos da crise estrutural

As minhas reflexões sobre a civilização do capital tem, como pressuposto, uma tese central nas análises de István Mészáros (2002): a distinção entre capital e capitalismo. De fato, Mészáros, em sua renovação da análise marxiana, a atualizar nexos categoriais, tem, como um dos eixos centrais, a concepção de capital e capitalismo como fenômenos distintos. O capital antecede ao capitalismo e é a ele também posterior.

O capitalismo é uma das formas possíveis de realização do capital, uma de suas variantes históricas. A rigor, o capitalismo é a forma historicamente específica em que o capital, como sistema orgânico global, garante sua dominação nos

últimos três séculos – XVIII/XIX/XX – e primórdios do séc. XXI, consubstanciado como produção generalizada de mercadorias. O capitalismo encarna a lógica da mercantilização universal, com a proeminência do valor de troca.

Assim – sustenta Mészáros – como existia capital antes da generalização do sistema produtor de mercadorias – capitalismo – do mesmo modo pode-se presenciar a continuidade do sistema após o capitalismo pela constituição do que ele denomina como “sistema do capital pós-capitalista”.

Para Mészáros, o capital é um sistema poderoso e abrangente de metabolismo social – sistema de metabolismo social do capital – que tem seu núcleo formado pelo tripé capital/trabalho assalariado/estado. São três dimensões fundamentais e interrelacionadas, sendo impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende este sistema. Não basta, portanto, eliminar um ou mesmo dois dos pólos do sistema do capital. É preciso eliminar os seus três pólos. É esta uma chave analítica para pensar a emancipação em uma perspectiva para além do capital. Com base nesta distinção capital/capitalismo, Mészáros (2002; 2007b) explicita que hoje se tornou mais óbvio do que nunca que o alvo da transformação socialista não pode ser somente o capitalismo, se quiser um sucesso duradouro; deve ser próprio sistema do capital.

Em verdade, este entendimento do capital/capitalismo como fenômenos distintos permite compreender a questão do “socialismo real do séc. XX”. Ricardo Antunes enfatiza que esta tese de Mészáros tem uma força explicativa que contrasta com tudo o que se escreveu até o presente sobre o desmoronamento da URSS.

O desafio é desvendar o capitalismo como uma forma sócio-histórica do sistema do capital que vem se desenvolvendo, ao longo de séculos, com diferentes momentos ou fases, configurando distintas “formas capitalistas”. Para tanto, é preciso ampliar o olhar para ver o que foi silenciado, constituído como “não existente”.

Uma via analítica para ampliar a compreensão do capitalismo ao longo da História é configurada por Boaventura de Sousa Santos (2006), ao vincular capitalismo/colonialismo, na sua crítica à modernidade ocidental capitalista e colonialista, enfatizando que a violência matricial do colonialismo nunca foi incluída na auto-representação da modernidade ocidental porque o colonialismo foi concebido como missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental.

Assim, as formas de domínio capitalistas de subordinação do trabalho ao capital associam-se às formas de violência do colonialismo que expropria, submete e dizima povos originários e escraviza povos de outras etnias. Nesta perspectiva, esta vinculação capitalismo/colonialismo, nas tessituras da modernidade ocidental, circunscreve um pressuposto de reflexão que amplia/alarga o horizonte de análise do capitalismo, permitindo perceber a hibridação do domínio do capital com a opressão do colonialismo, intensificando a lógica destrutiva na civilização do capital. A rigor, possibilita uma compreensão ampliada das formas e padrões de sociabilidade capitalista, revelando violências silenciadas e dando voz a sujeitos invisibilizados que sofreram a imposição da não-existência.

Ao longo dos séculos, o modo de reprodução do capital é movido por contínua e irreprimível auto-expansão. É uma lógica irrefreável e incontrolável de expansão do capital como fim em si, orientada e dirigida para a acumulação. Ignora e desconhece a satisfação das necessidades humanas.

Mészáros sustenta que o sistema do capital não tem limites para a sua expansão, tornando-se, então, incontrolável e essencialmente destrutivo. Em verdade, o capital impõe sobre a sociedade sua lógica expansionista cruel e irracional, independentemente do carácter devastador de suas consequências.

Esta lógica expansionista incontrolável e destrutiva bem se revela na “tirania do imperativo do tempo do capital”. De fato, a auto-expansão do capital – definida como “necessária expansão do capital” – é alcançada por meio do “trabalho excedente”, “sobretalho”, explorado ao máximo, encarnando um tempo de trabalho sob o domínio da lógica do capital. Este tempo do capital é cego a quaisquer dimensões do desenvolvimento do indivíduo. Só reconhece como legítimo o imperativo da acumulação e dos vínculos monetários. Em verdade, o tempo do capital desconhece, ignora quaisquer significados referentes ao desenvolvimento humano, ao bem estar da humanidade, ao bem de viver.

Avalia Mészáros que “talvez a maior acusação contra a nossa ordem social dada, é que ela degrada o fardo inescapável do tempo histórico significativo – ou tempo de vida tanto dos indivíduos como da humanidade – à tirania do tempo reificado do capital, sem levar em conta as consequências” (2007:33). Tal degradação do tempo é fortemente sentida e vivida no cenário contemporâneo. Deparamo-nos, hoje, com a aceleração do tempo, a hiperatividade dos dias atuais, que bem se traduz na disseminada ideia de que, hoje, as pessoas não tem tempo. A filósofa Olgária Matos (2007;2008), em uma instigante visão sobre estas mutações do tempo, sustenta que esta hiperatividade, nos tempos atuais, significa fazer muitas coisas com nenhum sentido e que as pessoas querem matar o tempo porque não sabem o que fazer com o tempo livre...E afirma a filósofa que, no mundo contemporâneo, a impressão que dá é que existe um “não-tempo”, uma experiência do “tempo que não passa”, porque ele não se faz mais com experiências... Hoje não temos mais tempo para essa tessitura coletiva das experiências, dos sonhos, das expectativas. O tempo de expectativa, tempo de futuro está totalmente desaparecendo, na medida em que não existe mais a idéia do tempo longo, do que vai acontecer... Fala-se de futuro como “mercados futuros”, o futuro virou mais um valor de troca. Instaura-se o mau estar decorrente dessa dissolução do futuro: o mau estar na contemporaneidade (Matos, 2008).

Olgária Matos (2007), avança na explicação da hiperatividade ao sustentar que, na atualidade, o tempo é preenchido de coisas, é um tempo inteiramente espacializado. Ao resgatar-se a ótica marxiana vê-se que uma das formas mais perversas de alienação é a alienação do tempo em que se deixa de ser senhor do próprio tempo, passando a ser determinado pelo tempo das coisas e não se escolhe a própria vida. É a exacerbação da tirania do tempo do capital!

Na contemporaneidade – mais precisamente nas últimas décadas do século XX e primeira do século XXI – o sistema do capital acirra contradições, antagonismos e a própria lógica de aparação, materializando-se este acirramento em processos crescentes de exclusões, descartabilidades, discriminações.

Nos circuitos de inimaginável desenvolvimento científico – tecnológico, ciência e tecnologia são estreitamente limitadas pelas determinações fetichistas do capital. Efetiva-se – no dizer de Mészáros (2006) – uma crescente “tecnologização da ciência”, diretamente determinada pela intensificação das contradições do sistema de capital. Assim, sob a égide das forças produtivas cibernético-informacionais, no cenário da “sociedade do espetáculo”, o capital promove transformações no seu padrão de acumulação e nas suas formas de valorização, configurando o momento contemporâneo de “Mundialização do capital com dominância financeira” (Chesnais, 1996; 2003). Afirma-se, como marca do tempo presente, a mistificação do dinheiro, um “deus” insaciável e sem limites (Benjamin, 2004). A acumulação de riqueza abstracta – acumulação rentista – é por definição, um processo sem limites. O fetichismo particular do dinheiro é levado à sua forma extrema, nos marcos da “financeirização da economia”.

Esta lógica da financeirização imprime o ritmo de valorização do capital na esfera produtiva: com a mediação da ciência e da tecnologia, passa-se “a produzir intensa e loucamente para se consumir mais loucamente e se consumir loucamente para se produzir mais loucamente” (Benjamin, 2004). É uma expansão ilimitada em que o capital prescinde da presença física e do próprio “saber” e do próprio “fazer” do trabalhador.

Neste contexto contemporâneo de “tecnologização da ciência”, acirra-se e torna-se mais visível a contradição fundamental assinalada por Marx, nos Grundrisse: a crescente substituição do trabalho vivo de homens e mulheres (trabalho humano direto) pelo trabalho morto, objetivado nas máquinas (MARX, 1971). As chamadas “máquinas inteligentes” que, hoje, se mostram imprescindíveis ao capital. A tecnologia parece ter assumido uma forma independente de vida, com vontade própria e poder incontestável de tomada de decisão. O sujeito humano real fica à mercê de determinações desumanas. Logo, a marca, por excelência, do capitalismo do final do século XX / início do século XXI é a emergência de um crescente contingente de “trabalhadores supérfluos”, tentando equilibrar-se no “fio da navalha” das exclusões e inclusões precárias (Carvalho & Guerra, 2006). É o que Zigmunt Bauman (2005) define como “produção do refúgio humano”: seres humanos refugiados, como produto inevitável da nossa sociedade.

Assim, no atual momento, a expansão capitalista avança parecendo não ter limites. No âmbito de uma economia mundial unificada, universaliza a subordinação do trabalho ao capital, agudizando contradições, em dinâmicas peculiares, em diferentes partes do mundo. Distintos coletivos humanos são afetados por essa expansão do capital, tanto pela submissão à lei do valor, como pela destruição ambiental. São exemplares a situação de determinados coletivos atingidos por esse sistema expansionista incontrolável e destrutivo do capital: os povos indígenas na América Latina, atingidos em suas possibilidades de vida e na sua autonomia como nações pela exploração capitalista de seus territórios e pela destruição da biodiversidade; os pequenos camponeses, deslocados pelas empresas transnacionais do agronegócio, constituindo as primeiras vítimas da privatização da saúde, da água, de electricidade...

Em verdade, a tendência destrutiva do capital acentua-se nos processos de mundialização, não poupando nada, nem ninguém. A ordem estabelecida do capital produz a destruição do tempo livre, das pessoas, da natureza, da cultura, da educação, da vida. A rigor, torna redundante a vida de crescente contingente humano que se torna descartável para o capital. Institui a “cultura do descartável”, como um “modo de ser contemporâneo”. No seu padrão predatório de acumulação, investe contra a natureza, gestando uma crise climática mundial, com manifestações realmente brutais... Na avaliação de François Chesnais (2008), no contexto da crise 2007/2008, tais manifestações desta crise climática vão combinar-se com a crise do capital enquanto tal, fazendo-nos entrar numa fase em que se coloca realmente uma “crise da humanidade!”...

Esta civilização mundializada do capital, em sua lógica ilimitada de expansão, gestas novas formas de domínio social: são formas de dominação cada vez mais abstractas, impessoais, perversamente sutis, mas objetivamente generalizadas. É um padrão de dominação abstracta que envolve toda a sociedade, impondo-se às diferentes “personas do capital”: capitalistas, detentores dos meios de produção, ou seja, das “condições de trabalho” e trabalhadores, proprietários da força de trabalho, isto é, das “condições para o trabalho” (Oliveira, 2006). Em verdade, é um metabolismo social que faz sentir seu peso, seu poder, seu domínio, disseminando a lógica da mercantilização. É uma força estrutural que se apresenta como alheia aos indivíduos e a todos aprisiona. Tal força metabólica impõe modos de vida, define formas de sociabilidade contemporânea.

Nas formulações da “Teoria Crítica Radical”¹, define-se essa forma de dominação como “dominação sem sujeito”. O pesquisador Aécio Oliveira esclarece que se trata do poder de um metabolismo social que a todos aprisiona e no qual predomina um dos aspectos da mercadoria, o valor de troca. Tudo se mercadoriza, na lógica da mercantilização universal. E, afirma ele, que esta “dominação sem sujeito” manifesta-se por meio de práticas das pessoas ou das classes sociais, e das estruturas organizadas e adequadas para dar vazão à produção e à realização do valor. Pode-se dizer que se trata da forma de dominação mais perversa da história a qual se dissemina como uma coerção silenciosa e uma divisão social do trabalho que

¹ A Teoria Crítica Radical foi elaborada a partir da constituição da revista Krisis na Alemanha, através de seus editores e colaboradores internacionais: Robert Kurz, Anselm Jappe, Roswith Scholz, Dieter Heideman, dentre outros. A revista deu origem ao Grupo Krisis, dela herdando a sua denominação. Devido a divergências, articulistas como Kurz e Jappe retiraram-se do Krisis, formando um novo agrupamento designado por ele de Êxít. A expressão “Teoria Crítica Radical” foi resgatada pelo Instituto de Filosofia da Práxis – com sede em Fortaleza – CE – para caracterizar as reflexões críticas do grupo Krisis e de Moishe Postone, como forma de diferenciá-las das demais teorias críticas. Aqui, amplio a categorização “Teoria Crítica Radical” para todos aqueles que pensam uma emancipação social para além do capital, com base nas teorizações marxianas, com especial destaque para István Mészáros.

opõe os seres humanos nos mais diversos níveis da hierarquia socioeconômica, inerente ao modo de produzir da sociedade capitalista” (Oliveira, 2006). É a lógica abstrata do capital como imposição para viver no sistema de capital.

Estas novas formas de dominação social tem um forte impacto sobre o trabalho, constituindo o “novo e precário mundo de trabalho”. A rigor, o mundo do trabalho está perpassado de tensões, de desmontes, de flexibilizações, de exclusões que se expressam numa extrema vulnerabilidade: é o fantasma do desemprego estrutural, com um crescente contingente de trabalhadores sobrantes, postos à margem da reprodução do sistema do capital, incapazes de vender si mesmo como força de trabalho, enveredando por caminhos de uma economia marginal; é a precarização do trabalho e da própria vida; é uma grave quadro de instabilidade, de insegurança, de desproteção social. E mais ainda: estas formas de dominação abstracta apropriam-se de “corações e mentes” dos trabalhadores, alienando sua subjetividade, transformando sujeitos em objectos. É a explicitação da lógica destrutiva do capital sob o mundo do trabalho que tem, como contraface, as violências que grassam na vida social, em um contexto de insegurança de toda a ordem. Compreender/desvendar/destrinchar estas formas atuais de dominação do capital constitui um desafio do nosso tempo, na perspectiva de enfrentá-las em distintas alternativas de luta, delineando caminhos e vias de emancipação. (Carvalho, 2007;2008a)

Em verdade, é um desafio central do “fardo do nosso tempo histórico” – no dizer de Mészáros (2007) – desvendar este momento de civilização do capital, marcado por esta expansão mundializada incontrolável, ilimitada, predatória. É o que, brilhantemente, faz István Mészáros, ao destrinchar o caráter imperativo e destrutivo das positivamente atuais do capital, reescrevendo “O Capital dos nossos dias”.

Ao adentrar neste momento contemporâneo da civilização do capital, Mészáros (2002; 2006; 2007a; 2007b) afirma que estamos a viver na era de uma crise histórica sem precedentes que começamos a experimentar há mais de três décadas. Sua severidade pode ser medida pela sua natureza e amplitude, pelo seu próprio espectro. De fato, não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo, mais ou menos extensa, como as vividas no passado. Em verdade, é uma crise estrutural, profunda do próprio sistema do capital, afetando, pela primeira vez, em toda a História, o conjunto da Humanidade.

Na avaliação de Mészáros, esta crise estrutural profunda encarna uma novidade histórica, manifesta em quatro aspectos principais: seu caráter universal, não se restringindo a uma esfera ou ramo particular; seu alcance verdadeiramente global, no sentido mais literal e ameaçador do termo; sua escala de tempo extensa, contínua, permanente, em lugar de limitada e cíclica; o seu modo de se desdobrar, ou seja, a sua modalidade de desenvolvimento é subreptícia, rastejante. A rigor, esta crise revela, de maneira aguda, a incontrolabilidade e a destrutividade do sistema de capital.

Avalia Mészáros que, simultaneamente, estamos a viver a crise estrutural da política: as formas e instituições tradicionais da política, inclusive os partidos políticos e o Parlamento, já não são capazes de assegurar, nos seus próprios domínios, os requisitos reprodutivos do capital. De fato, sua crítica à política e ao Estado Moderno desdobra-se em crítica aos Sindicatos e aos Partidos, explicitando o desafio de forjar novas formas de atuação capazes de articular as lutas sociais.

E, adentrando na avaliação deste momento contemporâneo de crise, Mészáros antevê um futuro sombrio e ameaçador para a civilização do capital, na medida em que a complexa máquina de gestão da crise se rompa, se quebre, levando, então, a convulsões veementes e violentas. Logo, o “espectro desta crise estrutural ronda o mundo”, como desafio da atualidade histórica. E, avalia Mészáros que esta crise, com seus perigos para a sobrevivência da Humanidade, impõe algumas mudanças fundamentais para garantir que a Humanidade sobreviva e tenha futuro.

Boaventura de Sousa Santos (2002), no âmbito de sua crítica à modernidade ocidental, reconhece que o modelo civilizacional do capitalismo está em crise, constatando-se que a sujeição à mercadorização parece atingir o seu limite. Buscando configurar a dimensão desta crise – uma crise final ou crise de ciclo – delimita que estamos numa crise final, afirmando que precisamos de “outro modelo de civilização”.

Neste contexto de crise estrutural, a instabilidade e a insegurança são expressões de época. A crise americana de 2007/2008, que golpeia intensamente o centro da riqueza e do poder, a espriar-se pelo mundo revela, com dureza, esta insegurança e instabilidade como marca do sistema do capital do século XXI.

Impõe-se para nós uma tarefa urgente e inadiável: compreender esta crise e as mudanças e redefinições que estão a emergir a partir de tal crise na civilização do capital!...

Muito se fala da crise, transformada em fenômeno mediático que adentra o cotidiano, a perpassar a nossa imaginação. Aqui, vou fazer algumas “pontuações provocadoras”, a partir de reflexões e discussões de determinados “decifradores” que, a meu ver, abrem vias de reflexão e debate.

Em primeiro lugar, como sustenta Chomsky (2008), faz-se necessário desmontar mitologias relacionadas à crise, inserindo-a no contexto do sistema do capital e sua expansão ilimitada, incontrolável. Neste sentido, é reveladora a tese de Chesnais (2008) que a crise é a expressão dos limites históricos do sistema capitalista. Diz ele: “o capitalismo tentou romper seus limites históricos e criou um novo 1929, ou pior” (Chesnais, 2008:1). Argumenta ele que a crise atual é comparável à de 1929, mas ocorre num contexto totalmente novo.

Assim, Francisco Louçã (2008) sustenta que a “crise financeira não é financeira”, configurando a “primeira crise global”. Tal indicação remete-nos às configurações de Mészáros sobre a crise estrutural do sistema do capital que estamos a viver: caráter universal; alcance verdadeiramente global...

O que esta crise significa no sistema do capital? – eis uma outra dimensão-chave do debate...

Chesnais defende que, a partir de 2007, produziu-se uma ruptura que deixa para trás uma longa fase de expansão do capital...

Chomsky fala do final de uma era de liberalização financeira, indicando modificações significativas na era do neoliberalismo. Muitos advogam que esta crise marca o fim do neoliberalismo. Boaventura Santos (2008) configura a emergência de uma globalização pós-neoliberal.

2. O desafio da (re)invenção da emancipação no tempo presente: em busca de alternativas para além do capital.

A expansão ilimitada e essencialmente destrutiva do capital, neste momento de “mundialização com dominância financeira”, nos circuitos de uma crise estrutural, a atingir o conjunto da Humanidade, coloca em questão a exigência de mudanças estruturais para garantir a própria sobrevivência desta Humanidade no tempo presente. Nesta perspectiva, impõe-se, como imperativo histórico, o “Socialismo do século XXI”.

A “pedra de toque” é a questão que, hoje, desencadeia reflexões e discussões: “que revolução e que socialismo estão a delinear-se “no” e “para” o séc. XXI?” – é a exigência d desafio da (Re)Invenção da Emancipação em nosso tempo histórico.

E, de imediato coloca-se, em discussão, uma outra questão a configurar um elemento-chave de nossa reflexão: a potencialidade do pensamento marxiano em apontar alternativas para além do capital. De fato, esta questão é de extrema atualidade neste momento de “renascimento de Marx”.

Os circuitos recentes da História mostram a importância de Marx para análise do mundo atual, a delimitar fecundas vias explicativas para o desvendamento das configurações do sistema do capital. É incontestável a recuperação da crítica da economia política de Marx no contexto da atual crise da sociedade capitalista, como um caminho para entender a natureza do desenvolvimento do capitalismo, em suas contradições (Hobsbawn, 2008).

A questão em pauta é a potencialidade da obra de Marx em delinear alternativas para superação do sistema do capital, na perspectiva da emancipação humana. É esse o dilema analítico / desafio político que remete aos Grundrisse (1971), produzido por Marx entre 1857 e 1858, na condição de "laboratório categorial", onde delinea, em linhas gerais, sua construção analítica. Martin Nicolaus, em um texto referencial, intitulado "Marx, o desconhecido", publicado no volume I dos Grundrisse (1971), deixa claro a potencialidade explicativa desta produção de Marx, tardiamente vinda a público e considerada o "elo perdido" no interior da produção marxiana, no sentido de elucidar dilemas analíticos, suscitados ao longo de suas obras, particularmente em O Capital. Dentre esses dilemas, destaca-se o do “caminho para a revolução”. Nesta perspectiva, resgato, nos Grundrisse, três categorias que, numa articulação dialética, apontam indicações na perspectiva de superação do sistema do capital, consubstanciando, assim, delineamentos básicos da "revolução em Marx":

- Contradição fundamental
- Tempo livre/ tempo disponível
- Indivíduo Social.

Mais especificamente, o movimento da contradição central na “substituição do trabalho vivo por trabalho objetivado” delinea “o capital como contradição em processo” que, hoje, está a acirrar-se. Logo, é no acirramento desta contradição que estão as bases para a derrocada do sistema fundado no valor-dissociação. E, Marx, nos Grundrisse, explicita a chave-analítica no sentido da configuração da "sociedade para além do capital", passando pela articulação "tempo disponível e emergência do indivíduo social”. O processo implica o domínio pela massa trabalhadora da ciência e da tecnologia e do seu próprio trabalho, da sua própria força produtiva geral, conquistando o tempo disponível, tempo para o desenvolvimento pleno do indivíduo, rompendo com a imposição do tempo do capital. Este tempo disponível passa a reger a vida social, constituindo-se a base para o emergir do indivíduo social, ou seja, a existência do indivíduo como corpo social, em uma sociedade não mais baseada na exploração do trabalho. (Carvalho, 2008b)

Em verdade, é esta uma indicação básica, geral a constituir uma via de reflexão. Encontro em István Mészáros, um delineamento de caminhos, a partir da inspiração marxiana. De fato, Mészáros escreve O Capital de nossos dias e, na sua crítica demolidora ao sistema do capital, vai delineando marcos na construção da emancipação. É um mapeamento de rumos a oferecer pistas para a alternativa socialista. Aqui, destaco, como marcos norteadores (Carvalho, 2008b):

- A partir da sua tese de distinção entre capital e capitalismo, a ruptura radical com o sistema de sociometabolismo do capital e não apenas com o capitalismo. Sustenta que o sistema orgânico do capital, imerso em uma crise estrutural, com manifestações cada vez mais irracionais e perigosas para o futuro da humanidade, precisa, necessariamente, ser substituído por outro sistema orgânico, instituindo uma ordem socioreprodutiva alternativa socialista, a exigir um processo social inevitavelmente complexo.

- Transformação do tempo na perspectiva do tempo livre: efetivar a destruição da tirania do tempo do capital - cego a todas as dimensões do tempo diversas da dimensão relativa ao tempo de trabalho excedente, explorado ao máximo; construir a emancipação do tempo-livre. Em verdade, Mészáros enfatiza o potencial emancipatório positivo do tempo livre, produtivamente desenvolvido da humanidade, uma vez submetido ao uso criativo pelos indivíduos sociais. A perspectiva na construção da nova ordem seria uma contabilidade do tempo radicalmente alterada, voltada ao desenvolvimento humano qualitativo, ao bem viver. De fato, em Mészáros, o modo alternativo de controle sociometabólico - proporcionado pelo socialismo em sua forma mais revolucionária-igualitária - requer uma contabilidade do tempo inteiramente diferente, no trânsito “da tirania do tempo de trabalho necessário à emancipação do tempo disponível...”

- A igualdade substantiva como fundamento na constituição da ordem socioreprodutiva alternativa socialista: a realização da igualdade substantiva, oníbrange - independente do tempo que possa levar - é uma condição

absoluta para a criação de uma ordem alternativa historicamente sustentável. E a plena realização da igualdade substantiva é uma tarefa histórica de imensa dificuldade, exigindo a superação radical das hierarquias de exploração estabelecidas há milhares de anos e não apenas de sua variedade capitalista. Na ordem social alternativa socialista, o desenvolvimento sustentável, fundado na “economia racional” é impossível fora de uma sociedade de igualdade substantiva.

- Controle da ordem social pelos “produtores livremente associados”: é necessário um sistema em que os “produtores associados” se tornem o sujeito/objeto da sociedade. Em verdade, sustenta Mészáros que as ameaças contra a humanidade, emanadas do sistema sociometabólico do capital, só serão extirpadas em uma ordem social controlada pelos “produtores livremente associados”.

- Um amplo, radical e extraparlamentar movimento social de massa como exigência para a transformação socialista. Destaca que qualquer tentativa de superar o sistema do metabolismo do capital que se restrinja à esfera institucional e parlamentar está fadada ao fracasso, tendo em vista que a lógica do capital estrutura seu metabolismo e seu sistema de controle no âmbito extraparlamentar. Sustenta que o processo de auto-emancipação do trabalho não pode restringir-se ao âmbito da política e, assim, o grande desafio é forjar novas formas de atuação capazes de articular intimamente as lutas sociais, eliminando a separação entre ação-econômica e ação político parlamentar.

- Na concepção anticapitalista de Mészáros, a ruptura radical com o sistema de sociometabolismo do capital é impossível num só país, sendo pois tal alternativa, necessariamente, global e universal. Avalia que frente à irresolubilidade da crise estrutural do capital, a encarnar o espectro da destruição global, a alternativa socialista coloca-se como um imperativo atual. Hoje, no planeta, a disputa não se dá mais entre “socialismo ou barbárie”, mas entre “socialismo ou extinção”. A rigor, na sua ótica, a única forma de evitar a destruição global da humanidade, produzida pelo sistema do capital – tendência já visível – é colocar em pauta a atualidade histórica da alternativa societal socialista.

O diálogo crítico com Boaventura de Sousa Santos permite uma ampliação de horizonte, questionando a natureza e os sentidos da emancipação, articulando às formas de domínio do capital a dimensão do colonialismo e suas violências materializadas em opressões e discriminações. É a hibridação das formas de dominação do capitalismo e do colonialismo. (Carvalho, 2008b)

Na sua crítica demolidora da racionalidade moderna, Boaventura abre a discussão da riqueza infindável da experiência social e do gigantesco desperdício desta experiência pela incapacidade e limites da “razão indolente”. Assim, no pensamento emancipatório de Boaventura Santos uma concepção fundante é a da experiência social como elemento constitutivo da reinvenção da emancipação. É nesta perspectiva de resgate e visualização de experiências emancipatórias que configura a emergência de uma “outra globalização, uma globalização alternativa, a partir de baixo”, globalização contra-hegemônica, constituída pelas redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que, nos diferentes cantos do globo, se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a opressão, a descaracterização, a marginalização produzidas pela globalização hegemônica.

Avançando nesta direção da contra-hegemonia, Boaventura Santos delinea processos do movimento que denomina “cosmopolitismo subalterno”, ressaltando que, apesar do seu caráter embrionário, circunscreve uma real promessa, encarnada em iniciativas e movimentos. A rigor, o cosmopolitismo subalterno consiste num vasto conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra a exclusão econômica, social, política e cultural, gerada pela globalização neoliberal - como mais recente encarnação do capitalismo global – animados por um “ethos redistributivo”, no seu sentido mais amplo, implicando a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos, com critérios de inclusão que vão além dos horizontes do capitalismo global. Encarnam projetos emancipatórios baseados, simultaneamente, no princípio da igualdade e no princípio do reconhecimento da diferença.

Na sua crítica desta indolência da razão moderna, Boaventura Santos enfatiza a concepção de tempo e as formas de apreensão da temporalidade a produzir o desperdício da experiência num duplo processo contrai o presente, transformando-o em instante fugidivo, restringindo-o na sua riqueza; expande o futuro de forma indefinida. A rigor, a compreensão do mundo e a forma como esta compreensão cria e legitima o poder social vincula-se a concepções do tempo e a formas de apreensão da própria temporalidade.

Assim, Boaventura Santos propõe, como exigência da construção emancipatória, neste momento contemporâneo de transição, uma outra racionalidade, que efetive uma trajetória inversa na apreensão do tempo: expandir o presente e contrair o futuro, criando assim, o espaço-tempo necessário para valorizar a inesgotável experiência social em curso no mundo de hoje, evitando o gigantesco desperdício da experiência que sofremos hoje em dia... Logo, a questão do tempo e das transformações nos processos da temporalidade revela-se como uma questão-chave nas tessituras da emancipação no pensamento de Boaventura de Sousa Santos.

Nessa perspectiva, propõe três alternativas no exercício desta racionalidade: a “Sociologia das Ausências” a ampliar e expandir o domínio das experiências sociais já disponíveis; a “Sociologia das Emergências” a expandir o domínio das experiências sociais possíveis; A Tradução como processo político capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis sem destruir sua identidade, incidindo tanto sobre saberes, como sobre práticas sociais e seus agentes.

No âmbito do seu pensamento emancipatório em aberto, sempre inacabado e sem pretensão de qualquer fechamento, Boaventura Santos propugna o Socialismo do Século XXI, afirmando ser este um desafio ao pensamento político progressista, a constituir uma “questão em aberto”. Avalia que o socialismo do séc XXI, por enquanto, define-se

melhor “pelo que não é do que pelo que é”: não quer ser igual ao socialismo do séc XX, cujos erros e fracassos não quer repetir. E, afirma a exigência de um debate profundo sobre tais erros e fracassos para que seja credível a vontade de evitá-los.

Ao avançar no delineamento dos contornos deste Socialismo do Século XXI, sustenta que “nas condições do tempo presente, parece mais difícil que nunca implantar o Socialismo num só país mas, por outro lado, não se imagina que o mesmo modelo se aplique em diferentes países” (SANTOS, 2007b). Nesta perspectiva afirma sua tese de que não haverá Socialismo e, sim, “Socialismos do séc XXI” que terão, em comum, reconhecerem-se na definição de “Socialismo como democracia sem fim” – Eis aqui, uma questão central a ser devidamente circunscrita no âmbito das análises político-sociais de Boaventura Santos: a vinculação Socialismo/Democracia. Antes de mais nada, cabe explicitar de que Democracia está a falar Boaventura Santos quando define “Socialismo como Democracia sem fim”.

Adentrando em seu pensamento, fica claro que Boaventura Santos, ao definir “Socialismo como Democracia sem fim” pressupõe uma radicalização da democracia, na perspectiva da ampliação radical de participação da população, na superação das desigualdades, exclusões e discriminações que permeiam o capitalismo global. Em entrevista recente, no Peru, Boaventura Santos, ao considerar a contra-hegemonia em curso na América-Latina, reafirma esta radicalização da democracia em todas as dimensões da vida, desde a cama até ao Estado – como dizem as feministas – com as gerações futuras e com a natureza.

A construção deste diálogo crítico Marx / Mészáros / Boaventura, a assumir a Emancipação como fio condutor, revela-se uma via privilegiada de ampliação do pensamento crítico, como exigência de nosso tempo. Ao revisitar, especificamente, o pensamento de Mészáros e Boaventura de Sousa Santos vejo, com clareza, o potencial teórico-conceitual dos seus trabalhos a oferecer um manancial de instrumentos para delinear caminhos na tessitura de uma contra-hegemonia emancipatória, neste tempo histórico da civilização mundializada do capital, em sua lógica ilimitada e incontrolável de expansão, essencialmente destrutiva a impor o “socialismo como exigência histórica do nosso tempo”. E, vejo a possibilidade de articular caminhos trilhas e pistas circunscritos nas elaborações destes dois pensadores que assumem o “fardo do nosso tempo histórico” fazendo da teoria um espaço para devassar o passado recente, compreender o presente em curso, com o olhar no futuro para além desta civilização essencialmente destrutiva do capital. Assim, tendo como fio condutor de investigação a “Reinvenção da Emancipação no Séc XXI” configuro, como eixos temáticos na construção do diálogo crítico, três questões-chave que circunscvem vias de reflexão que estou a trabalhar nesta empreitada analítica senão vejamos!

Primeira questão – Natureza da ruptura circunscrita na perspectiva da emancipação: sentidos e direções da transformação.

Segunda questão – Processos emancipatórios na contemporaneidade: eixos mobilizadores, alternativas de luta e encaminhamentos estratégicos

Terceira questão – Configuração da nova ordem social: delineamentos da alternativa socialista (Carvalho, 2008b).

3. Emancipação na América Latina no século XXI: tessituras de uma contra-hegemonia

No tempo presente – século XXI – ao se refletir sobre caminhos da Emancipação Social - no sentido de delimitar vias de confronto e/ou de tensionamentos com o sistema do capital, a configurar alternativas de enfrentamento com as suas atuais formas de domínio - a América Latina desponta como uma referência. Segundo Noam Chomsky (2008) – uma das maiores expressões do pensamento crítico nos EEUU – a América Latina encarna, hoje, uma das principais mudanças na ordem mundial. É emblemática a disputa pela hegemonia na Bolívia, no confronto entre forças progressistas - gestadas nos Movimentos Sociais e materializadas no Governo Evo Morales - e elites bolivianas na defesa intransigente e violenta de seus privilégios, com a concordância e apoio dos EEUU.

Neste sentido, cabe, aqui, retomar a tese de Boaventura de Sousa Santos (2000; 2004; 2006), da Reinvenção da Emancipação a partir do Sul. Sustenta ele que a potencialidade da (Re)Invenção da Emancipação está no Sul, concebido não como mero conceito geográfico, mas, sim, como uma demarcação sócio-política, relativa aos países que são atingidos pelo neocolonialismo do sistema do capital, nos marcos da globalização neoliberal.

E, no âmago, do Sul, o que a América Latina nos revela em termos de (Re)Invenção da Emancipação? Qual a novidade histórica que o continente latino-americano está a circunscrever neste nosso tempo de mudanças e redefinições?

A América Latina está a viver, hoje, não apenas uma “época de mudança”, mas uma “mudança de época”, nas palavras de Rafael Correa, presidente do Equador. A rigor, o continente latino-americano vivencia um contexto marcado pela esperança e por uma despertar global da consciência e da auto-estima, assumindo processos políticos de luta pela autonomia, tomando, em suas próprias mãos, o seu destino. Sustenta Noam Chomsky (2008) que “a América Latina deixa de ser o quintal dos EEUU”. De fato, o continente latino-americano está começando a superar seus problemas internos e sua subordinação em relação aos Estados Unidos!...

Nestes percursos de conquista de soberania e autonomia, a América Latina encarna a determinação de encontrar uma alternativa à globalização neoliberal, colocando-se como uma referência histórica nas lutas de emancipação no século XXI. Analistas falam de “espelho latino-americano”...

A Agência de Informação Frei Tito para a América Latina – ADITAL² – na sua missão histórica de levar a agenda social latino-americana à mídia internacional, acompanha, dia a dia, ao longo de meses e anos, este novo período político da América Latina, divulgando fatos, situações e eventos, registrando avanços e conquistas, tensões e embates. É um resgate vigilante e permanente das tessituras de uma contra-hegemonia, dando “visibilidade às ações libertadoras que o Deus da Vida faz brotar nos meios populares” (ADITAL, 2000).

Na busca de desvendar potencialidades e limites, perspectivas e desafios nesse cenário de “mudança de época” da América Latina, a ADITAL, em artigo de Dezembro de 2006, contextualiza esse novo momento no âmbito dos processos emancipatórios na região latino-americana, nos últimos 200 anos que, nas suas especificidades, tiveram, como denominador comum, o caráter regional e o potencial de ruptura com a ordem colonialista e imperialista. A avaliação da ADITAL é que este novo período político em curso é a quarta onda emancipatória na América Latina nos dois últimos séculos, destacando três outros processos históricos: lutas pela independência no século XIX, entre os anos de 1810 e 1830; ascensão do nacionalismo no século XX, nos anos 1930-1940; onda inaugurada pela revolução cubana de 1959, com grande impacto político-ideológico sobre a região, gerando condições para realizar a tarefa proposta por Mariátegui, no Peru, em 1928, de pensar um “socialismo indo-americano”.

Na análise da ADITAL (2006), esta onda emancipatória atual – final do século XX/século XXI – apresenta de novo o fato de conseguir reunir, ao mesmo tempo, condições econômicas, políticas e ideológicas para gerar um projeto de emancipação de escala regional. E, destaca que “diferentemente de outros continentes, e de outros momentos em nossa região, hoje temos nas Américas espaços muito amplos de convergência, articulação e construção de lutas comuns” (ADITAL, 2006:5).

Em verdade, ao adentrar nas tessituras deste momento político de mudanças e redefinições que se convencionou chamar de “virada à esquerda na América Latina” – marcado pela emergência de um bloco heterogêneo de governos progressistas de diferentes matizes e com distintas perspectivas, a encarnar forças políticas diferenciadas – constata-se que este tempo de lutas de emancipação institui-se e afirma-se no contexto de esgotamento do modelo de ajuste nos marcos do “Consenso de Washington” e da insatisfação popular, face ao acirramento de desigualdades, apartações e exclusões, decorrentes das políticas neoliberais (Carvalho, 2006). A rigor, “é no cenário de desastres desse modelo de ajuste que essa ‘virada à esquerda’ vai-se efetivando, encarnando a insatisfação e o desejo de mudança das populações latino-americanas, atingidas por diferentes dimensões da questão social que se complexifica e se agrava nos últimos 20 anos, expressa na vulnerabilidade do trabalho, fundamento da pobreza que se amplia e se acirra pelo continente” (Idem: 144-145). De fato, na década de 90 e anos 2000 emergem, no cenário latino-americano, novos atores sociais que não se ajustam às estruturas tradicionais da esquerda política. Um amplo e pujante movimento social varre todo o continente, em novas bases sociais e organizativas. Irrompe um vigoroso movimento indígena e camponês, desenvolvendo importantes lutas, como marcos da onda emancipatória do final do séc. XX/séc. XXI. Especificamente, no Equador e na Bolívia, poderosos movimentos de base colocaram em xeque as elites dominantes e os poderes e instituições que as sustentam (Zibechi, 2002). Tais forças políticas garantem a emergência e afirmação de “governos de esquerda”.

A expansão ilimitada e destrutiva do capital, nos processos de ajuste da América Latina, nos últimos 30 anos, fez emergir uma ordem mais injusta, mais instável e mais violenta, regida pela unipolaridade do imperialismo norte-americano. É, justamente, contra esta ordem do capital mundializado – a exacerbar sua tendência destrutiva, com manifestações brutais para as populações latino-americanas – que esta onda emancipatória difunde-se na América Latina no século XXI. Tem-se, hoje, em curso, no Continente, uma Radicalização das forças progressistas, com destaque para os movimentos indígenas em vários países: Bolívia/México/Equador/Peru/Colômbia...

Hoje, nos circuitos da Mundialização do Capital, a acirrar a lógica da mercantilização, em dinâmicas peculiares pelas distintas partes do mundo, a América Latina ocupa um lugar-chave pela sua enorme biodiversidade, transmutada em mercadoria na expansão sem limites do sistema do capital. De fato, a existência de amplas reservas de recursos naturais de todo o tipo, em distintos países da América Latina, confere ao Continente uma condição privilegiada nas estratégias de acumulação do capital, a médio, prazo, pela via da mercantilização de recursos naturais. Essa mercantilização atinge, sobretudo, os povos indígenas que, ao longo do desenvolvimento capitalista, sofreram as violências do colonialismo. E, hoje, são afetados por essa expansão ilimitada e predatória do capital mundializado... Oitenta por cento da Biodiversidade latino-americana está em territórios indígenas!... A rigor, a América Latina é uma peça-chave nas estratégias econômicas atuais das empresas transnacionais e dos governos do Norte Global (Santos, 2008c).

Neste cenário de ofensiva do capital mundializado, em suas políticas de mercantilização, emergem e ganham força movimentos sociais, de diferentes perfis e formatos, em suas lutas para afirmar a soberania dos países sobre os recursos naturais, defender a preservação da biodiversidade e os direitos dos povos originários, notadamente os povos indígenas. Tem-se uma guinada na conjuntura latino-americana, com processos de articulação das esquerdas, em sua grande heterogeneidade,

² ADITAL: Agência de Informação Frei Tito para a América Latina. É uma agência de notícias, sediada na cidade de Fortaleza, no nordeste do Brasil, que nasceu, nos anos 2000 para levar a agenda social latino-americana e caribenha à mídia internacional. A sua produção de notícias destina-se aos jornalistas da mídia mundial (escrita, radial, televisiva, online) e a todos os setores da sociedade civil.

A ADITAL tem como proposta estimular um jornalismo de cunho ético e social, favorecendo a integração e a solidariedade entre os povos. Desvenda para o mundo a dignidade dos que constroem a cidadania, dando visibilidade às ações libertadoras que o Deus da Vida faz brotar nos meios populares. Faz conhecer o protagonismo dos atores sociais que são fonte de informação e democratizadores da comunicação. A escolha do nome de Frei Tito de Alencar – morto em 1974, vítima da ditadura militar implantada no Brasil em 1964 – é uma homenagem a todas as pessoas que lutam em defesa da vida e da dignidade humana.

com governos, democraticamente eleitos e sustentados em fortes movimentos sociais, a assumir posturas de confronto explícito com interesses do capital, enfrentando a ordem até então unipolar do império norte-americano. Em verdade, a América Latina entra em nova etapa de luta emancipatória: da resistência ao modelo neoliberal da década de 90 à fase de construção de alternativas e da disputa por uma nova hegemonia dos anos 2000.

Em suas análises sobre o atual cenário latino-americano, Boaventura de Sousa Santos (2008b; 2008c) avalia que, no tempo presente, estamos entrando em uma fase histórica de polarização: de um lado, a ofensiva do capital em políticas de mercantilização, buscando o livre acesso aos recursos naturais e a continuidade de privilégios das elites. Do outro, as forças progressistas do Continente incorporadas em movimentos – com destaque para os movimentos indígenas – a encarnar um imaginário radicalizado, a difundir-se, cada vez mais, compartilhado por pessoas e organizações, não podendo mais as forças dominantes cooptá-lo com suas propostas de proteção social. Assim, destaca Boaventura Santos (2008c) está em curso na América Latina uma nova contra-insurgência articulada pelos Estados Unidos, misturando estratégias da Aliança para o Progresso com uma política de criminalização dos movimentos sociais. Esse processo de criminalização é ainda mais forte contra as comunidades indígenas, como se vê no Peru, no Chile e na Bolívia. Desse modo, revela-se, com clareza, neste século XXI, uma América Latina Bipolar.

Para onde aponta esse novo momento da América Latina? Quais as indicações desta mudança de época latino-americana, na perspectiva da (Re)Invenção da Emancipação Social no século XXI? – eis a questão central da análise.

Em verdade, esta onda emancipatória contemporânea encarna a construção de uma nova hegemonia. A rigor, é a construção de uma contra-hegemonia em curso, no Continente, na articulação entre Movimentos Sociais e Governos de Esquerda. Os Movimentos Sociais, em vários países, aumentam sua pressão, exigindo avanços na política econômica e nas políticas públicas. Povos indígenas e camponeses se articulam e se fortalecem, implementando experiências novas de vida e de trabalho socializado. Especificamente, as lutas dos povos indígenas mostram sua força, na defesa da propriedade comunitária e ancestral e dos direitos ao bem viver, nos marcos de um imaginário radical de afirmação de identidades. Organizações como a Confederação Andina de Organizações Indígenas, a Confederação Nacional de Comunidades Afetadas pela Mineração do Peru e a Confederação Nacional de Ayllus e Margas, a Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador são um perigo para o status quo (Santos, 2008c). Governos de Esquerda - como o da Bolívia, da Venezuela e do Equador - confrontam-se com a ordem imperialista e colonialista, assumindo projetos de refundação do Estado, apontando, precisamente, para formas muito mais amplas de democracia, capazes de fazer avançar projetos emancipatórios (Sader, 2008).

Inegavelmente, a disputa hegemônica que se acirra neste contexto de uma “América Latina Bipolar”, bem circunscreve o novo papel que a América Latina vem desempenhando no mundo, nos marcos desta “virada a esquerda”, a congregar movimentos sociais e governos. István Mészáros, quando de sua visita ao Brasil, em 2006, avalia que tal avanço da esquerda no cenário latino-americano “é uma tendência em desenvolvimento concreto de verdadeira e grande importância”. Afirma que “na presente conjuntura, de transformações históricas de longo alcance, as potenciais implicações do avanço da esquerda na América Latina, nas nossas previsões ‘globalizantes’, são universais, muito além das fronteiras do continente”. Não obstante, alerta que, ao se falar sobre as esperançosas perspectivas, “não podemos exagerar a importância de alguns êxitos eleitorais”, argumentando que o decisivo é o “componente social” das mudanças que seguem o sucesso político... E, sustenta que, “dadas as condições de globalização necessária, essas conquistas da esquerda somente podem ser consideradas potencialmente duradouras, o que poderia ser ‘generalizado’ no curso correspondente, isto é, ‘sustentável socialmente, como uma alternativa viável em escala global adequada’” (2006: 6, 7).

Em verdade, esse novo tempo de disputa de hegemonia indica que a fase de dominação semicolonial dos EUA sobre a América Latina está sendo derrotada em todo o Continente. Boaventura Santos enfatiza que os processos políticos na América Latina estão pondo em questão o controle territorial continental que os EUA precisam para garantir o livre acesso aos recursos naturais do Continente. Trata-se de uma ameaça à segurança nacional dos EUA...” (2008a:1). O Relatório “Tendências Globais 2020” do Conselho Nacional de Informação dos EUA explicita, com clareza, que as reivindicações territoriais dos movimentos indígenas “representam um risco para a segurança regional” e são um dos “fatores principais que determinarão o futuro latino-americano”. Afirma textualmente o Relatório: “No início do século 21, há grupos indígenas radicais na maioria dos países latino-americanos, que em 2020 poderão ter crescido exponencialmente e obtido a adesão da maioria dos povos indígenas(...) Esses grupos poderão estabelecer relações com grupos terroristas internacionais e grupos antiglobalização(...) que porão em causa as políticas econômicas das lideranças latino-americanas de origem europeia.”

Assim, os EUA, imerso na estupidez da “era Bush”, no contexto da “guerra global contra o terrorismo”, institui uma estratégia continental para enfrentar as forças políticas progressistas que ameaçam o seu controle territorial sobre a América Latina, respaldado nos governos da Colômbia e do Peru. A rigor, como bem explicita Boaventura Sousa Santos (2008a) – ao analisar, em Março de 2008, a incursão do Exército colombiano em território do Equador – a verdadeira ameaça não são as Farc e, sim, as forças progressistas e, em, especial, os movimentos indígenas e camponeses. Assim, a estratégia está delineada: transformar os movimentos indígenas na próxima geração de terroristas, os “terroristas do séc XXI”

Tal estratégia encarna-se na política de criminalização dos movimentos indígenas na América Latina, articulada pelo Estados Unidos, em aliança com os governos da Colômbia e do Peru, tentando desestruturar e arrefecer o potencial emancipatório destes movimentos. Instituem-se perseguições e violências contra as suas formas de organização e de luta, com a militarização dos territórios indígenas, prisões e assassinatos de lideranças.

Um móvel central das lutas indígenas é a defesa dos recursos e riquezas naturais em seus territórios, enfrentando a ofensiva de mercantilização. As Leis de Mineração constituem objeto de embates e confrontos de interesses, nesta expressão contemporânea da luta de classes. É o caso recente – Janeiro de 2009 - da Lei de Mineração do Equador, em acirrada disputa, com efetiva atuação do movimento indígena a denunciar a efetiva exclusão de comunidades afetadas pela mineração e o aumento do poder das transnacionais na região. As organizações indígenas e ambientais propugnam a construção de uma Lei de Mineração que garanta direitos, regulando a atividade mineira existente no país. A luta é no sentido de efetivar mudança do modelo de desenvolvimento extrativista, de modo a priorizar o ser humano e a natureza.

Inegavelmente, no atual contexto de bipolaridade da América Latina, neste século XXI, destaca-se o potencial emancipatório dos movimentos indígenas a encarnar uma imaginação utópica de ruptura com a lógica de apartação do sistema do capital. Com efeito, as comunidades e organizações indígenas têm desenvolvido distintas concepções de direitos, autonomia, desenvolvimento, sustentabilidade, fora das lógicas tradicionais da democracia. Concebem a natureza em um horizonte mais rico, mais amplo e mais profundo, circunscrito na noção de Pacha Mama, implicando cosmovisão e harmonia. Acima de tudo, buscam o Sumak Kawsay, a filosofia do bem viver. Proclamam direitos da natureza, na perspectiva de um novo regime de desenvolvimento. De fato, é uma radicalização da Utopia Democrática que institui processos emancipatórios a confrontarem-se com a perspectiva do capital, ampliando horizontes na constituição de ordens sociais alternativas.

Este imaginário radicalizado dos movimentos indígenas funda uma nova época na América Latina, que se expressa, hoje, sobremodo, na Bolívia e no Equador, com diferente projeto político de país, outra forma de cultura, de convivência, de territorialidade, de institucionalidade do Estado. É o reconhecimento e a afirmação da plurinacionalidade que circunscreve a unidade na diversidade, como base de refundação do Estado a materializar-se nas novas Constituições da Bolívia e do Equador, construídas em meio a embates e confrontos. Com efeito, Bolívia e Equador vivenciam processos de transição políticos e culturais a provocar enfrentamentos entre aqueles que não podem esquecer e os que não querem lembrar (Santos, 2008e).

Boaventura de Sousa Santos (2008e) explicita que o reconhecimento da plurinacionalidade na América Latina é um ato de pós-colonialismo que rompe com o colonialismo que não terminou com as independências, confrontando com o profundo racismo que perpassa as sociedades latino-americanas.

As novas Constituições Políticas da Bolívia e do Equador reconhecem as raízes milenárias, na pluralidade de rostos e culturas, forjadas por distintos povos, instituindo o Estado Plurinacional. É a conquista de uma luta histórica dos movimentos indígenas que se afirmam na cena pública.

Explicita a “Nueva Constitución Política del Estado” da Bolívia, aprovada em Dezembro de 2007, em seu “Preâmbulo”:

“...Dejamos en el pasado el Estado colonial, republicano e neoliberal. Asumimos el reto histórico de construir colectivamente el Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, que integra y articula los propósitos de avanzar hacia una Bolivia democrática, productiva, portadora e inspiradora de la paz, comprometida con el desarrollo integral y con la libre determinación de los pueblos.”

Afirma a “Constitución de la Republica del Ecuador”, aprovada, por ampla maioria, em referendo popular, em 28 de Setembro de 2008:

“Art.1 – El Ecuador es un Estado constitucional de derechos y justicia, social, democrático, soberano, independiente, unitario, intercultural, plurinacional y laico. Se organiza en forma de república y se gobierna de manera descentralizada”

Ao avaliar este tempo histórico presente de construção de uma contra-hegemonia no cenário latino-americano, cabe enfatizar que, dentre as rachaduras da ordem do capital na contemporaneidade, a da América Latina é a que mais incorpora elementos emancipatórios. Os indícios são claros de que o auge do imperialismo norte-americano já passou. A crise de 2008/2009 abalou o unilateralismo no exercício do poder imperial. Tem-se, em curso, no continente latino-americano, o exercício da Política – a Grande Política, na formulação Gramsciana – nas lutas emancipatórias que viabilizam a convergência entre movimentos indígenas, camponeses, de bairros, de mulheres, de ambientalistas, apontando para a conformação de novos atores políticos. Articulações continentais e mundiais emergiram e/ou se fortaleceram nessa conjuntura de disputa hegemônica.

Em verdade, o tempo presente revela a exigência de uma nova ordem social. Um novo projeto ou novos projetos ainda não estão suficientemente delineados. Fica claro que a alternativa ou as alternativas impõem a ruptura radical com o sistema do capital e sua lógica de exploração e apartação. Como bem delimita o Presidente do Equador Rafael Correa, em entrevista exclusiva, em Cuba, nesse Janeiro de 2009, “não é com mais capitalismo, com mais neoliberalismo, com mais mercados que se solucionarão os problemas da América Latina” (ADITAL, 2009).

O horizonte é o Socialismo ou Socialismos do século XXI que se configura como imperativo histórico do nosso tempo!

Referências Bibliográficas

ADITAL (2000) Quem somos. http://www.adital.com.br/site/conteudo_imp.asp?ref=quemsomos&lang=PT (consultado na Internet em 2 de Agosto de 2008)

_____ (2006) América Latina. Integração e lutas de emancipação. <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=ES&cod=25733> (consultado na Internet em 17 de Agosto de 2008)

_____ (2009). Entrevista exclusiva com o Presidente do Equador em Cuba. http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=36818&lang=PT (consultado na Internet em 14 de Janeiro de 2009)

Antunes, Ricardo (2002) Para além do capital e de sua lógica destrutiva. Revista Espaço Acadêmico, 14 <http://espacoacademico.com.br/014/141meszaro.htm> (consultado na Internet em 30 de Julho de 2008)

_____ (2007), István Mészáros e sua ardorosa Defesa da Humanidade. (ult, 119, 10-11)

Benjamim, Cesar (2004). Atualidade de Marx. <http://www.espacoacademico.com.br> (consultado na Internet em 7 de Abril de 2007)

Bauman, Zigmunt (2005). Vidas Desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores

Carvalho, Alba Maria Pinho de (2006). Transformações do Estado na América Latina em tempos de ajuste e resistências: Governos de Esquerda em busca de alternativas. In A.N. Carleial (org.), Projetos Nacionais e Conflitos na América Latina. Fortaleza: Edições UFC, Edições UECE, UNAM (pp. 117-151)

_____ (2007) Experiências Emancipatórias em tempos de crise e transição: potencialidades da utopia democrática. Fortaleza, Projeto de pós-doutoramento, apresentado ao Centro de Estudos Sociais – CES - da Universidade de Coimbra

_____ (2008). A luta por Direitos e a Afirmação dos Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Revista de Ciências Sociais, 39(1), 16-26)

_____ (2008b). Marx e Marxistas no Séc. XXI - Diálogo Crítico com o pensamento de Boaventura de Sousa Santos na busca de Alternativas para além do Capital. Congresso Internacional Karl Marx. Lisboa: Instituto de História Contemporânea – IHC

Carvalho, Alba Maria Pinho & Guerra, Eliana Costa (2006) Tempos contemporâneos: trabalhadores supérfluos no fio da navalha da lógica do capital. I Encontro Internacional, Trabalho e Perspectivas de formação dos trabalhadores. Fortaleza

Chesnais, François (1996). A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã

_____ et al. (2003) Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xamã

_____ (2008). O Capitalismo tentou romper seus limites históricos e criou um 1929, ou pior. Herramienta

Chomsky, Noam (2008). América Latina está deixando de ser quintal dos EUA – Entrevista a Agencia de Prensa Alternativa Humanista “Sur” (Apah) da Bolívia <http://br.groups.yahoo.com/groups/coletivotribo> (consultado na Internet em 01 de Dezembro de 2008)

Hobsbawn, Eric (2008) Entrevista - A crise do capitalismo e a importância atual de Marx. <http://www.cultra.pt/conteudos.php?id=64> (consultado na Internet em 15 de Outubro de 2008)

Houtar, François (2008). Um Socialismo para o Século XXI. http://adital.org.br/site/noticia_imp.asp?cod=36110&lang=PT (consultado na Internet em 18 de Julho de 2007).

Louçã, Francisco (2008). Turbulência no capitalismo tóxico. A primeira crise global. Congresso Internacional Karl Marx. Lisboa

Marx, Karl (1971). Elementos Fundamentales para la critica de la economia política (Grundrisse). vol 1 e 2, Espanha, Ed. Siglo Ventiliuno

Mattos, Olgaria (2007). Entrevista - É preciso reconquistar o tempo. Caros Amigos Especial

_____ (2008). O mal-estar na contemporaneidade: performance e tempo. Revista Eletronica de Jornalismo Científico – SBPC. <http://comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=38&id=459> (consultado na Internet em 8 de Dezembro de 2008)

Mészáros, István (2002). Para além do Capital. Rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo Editorial

_____ (2003). O século XXI – socialismo ou barbárie. São Paulo: Boitempo Editorial

_____ (2006). Entrevista István Mészáros – Margem Esquerda. <http://www.historianet.com.br/conteudo/depult> (consultado na Internet em 30 de Junho de 2007)

_____ (2007a) Entrevista a Revista Cult – Um Anticapitalista Excepcional Cult 119, 12-15

_____ (2007b). O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial

Oliveira, Aécio Alves de (2006). Para uma socioeconomia política de transição: possibilidades e limites da economia solidária. Tese de doutoramento, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Universidade Federal do Ceará). Fortaleza – Ceará

Sader, Emir (2008) Editorial Dos momentos del pensamiento social latinoamericano Critico Y Emancipacion 1 (1) 9-20

Santos, Boaventura de Sousa (2000) A crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da experiência, São Paulo, Cortez Editora

_____ (2004) Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado, São Paulo, Cortez Editora

_____ (2006) A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política, São Paulo, Cortez Editora

_____ (2007a) “Para além do pensamento Abissal”, Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra n.º 78, pp. 3-46

_____ (2007b) Socialismo do século XXI. Folha de São Paulo (7 de Junho 2007), Tendências e Debates

_____ (2008a) Estratégias Continental. Folha de São Paulo (12 Março 2008), Tendências e Debates

_____ (2008b) Entrevista a Raphael Hoetner. Latinoamérica bipolar. <http://lavaca.org/seccion/actualidad/1/1708.shtml> (consultado na Internet em 13 de Junho de 2008)

_____ (2008c) América Latina bipolar: os movimentos se movem. http://www.ecoblogue.net/index.php?option=com_content&task=view&id=1773&Ite... (consultado na Internet em 27 de Agosto de 2008)

_____ (2008d) O Impensável aconteceu. Folha de São Paulo (26 de Setembro de 2008). Tendências e Debates

_____ (2008e) “Descolonização” da América Latina exige reconhecimento dos direitos indígenas, Identidades, Racismo e Discriminação <http://www.socialismo.org.br/portal/identidades-racismo/203-artigo/396-descolonizacao-da-america-latina-exige-reconhecimento-dos-direitos-indigenas-> (consultado na Internet em 14 de Janeiro de 2009)

Zibechi, Raul (2002). Os índios e o poder estatal. Depois da Bolívia, o Equador. http://resistir.info/ecuador/depois_da_bolivia_ecuador.html (consultado na Internet em 14 de Janeiro de 2009)

Os Jovens e a Internet: novos meios de participação cívica e política

Ana Bela Ribeiro

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

anaribeiro3@gmail.com

Isabel Menezes

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

imenezes@fpce.up.pt

Resumo: A participação cívica e política está em crise, no duplo sentido em que está em recessão e em expansão (Menezes, 2007), pois ao mesmo tempo que diminui a incidência de formas de participação convencional, surgem novas formas de participação, nomeadamente fazendo uso das novas tecnologias da informação.

Apresentamos aqui os resultados de um estudo no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, partindo da análise das três fases do European Social Survey, passando pela discussão com jovens através dos Grupos de Discussão Focalizada e terminando com a dinamização de um blogue.

Entendemos que, hoje em dia, os jovens utilizam várias ferramentas dos média, especialmente a Internet, e que estão à vontade com as novas tecnologias da informação, no geral. Assim, tentámos perceber quais os hábitos de consumo dos média por parte dos jovens e se os utilizam para o exercício da sua cidadania. A Internet, mais especificamente, enquanto meio de duas vias, permite aos jovens fazerem-se “ouvir” e os blogues constituem uma ferramenta útil na participação cívica e política, o que democratiza, cada vez mais, este meio de comunicação.

Introdução

Vivemos, sem dúvida alguma, numa sociedade que Castells (2002:605) denominou de “Sociedade em Rede” e o crescente acesso aos meios de comunicação, em especial a Internet, vem cimentar este conceito, pois “o conjunto das mudanças experimentadas a todos os níveis, do económico ao político, do social ao cultural – e a que se foi chamando de «globalização» por uns, de «sociedade da informação» por outros, «de novo paradigma da comunicação» por outros ainda – foi de tal maneira poderoso que provocou uma alteração do contexto em que se desenvolvem as actividades humanas” (Cardoso, Costa, Conceição & Gomes, 2005).

A participação cívica e política conhece hoje novas formas, nomeadamente através da Internet. Este meio de comunicação surge assim como um renovado veículo de participação, especialmente entre os jovens, a quem se deve grande parte do seu sucesso. Assim, ao mesmo tempo que assistimos à diminuição da participação pelas formas convencionais, assistimos também à expansão das novas formas de participação, podendo afirmar que “a participação cívica e política está em crise, no duplo sentido em que está em recessão e em expansão” (Menezes, 2007).

Participação Cívica e Política através da Internet

De acordo com Machado Pais (2005), que menciona um estudo europeu, a juventude europeia está descontente com as formas tradicionais de participação política e com a impessoalidade das formas de cidadania praticadas, para além do decréscimo de confiança nas instituições, o que leva a um crescente absentismo eleitoral, sendo o voto a forma mais visível e o exemplo máximo de participação.

Os jovens desempenham um papel significativo nas questões de cidadania e de participação. Eles fazem voluntariado, fazem parte de grupos desportivos, de grupos religiosos, ... e, segundo Putnam (cit. por Menezes, 2003:441) “o envolvimento cívico tem a ver, não só com questões políticas, mas também com a ligação que as pessoas têm à sua comunidade”. Assim, podemos ver que existem múltiplas formas de participação na sociedade e na comunidade. Para além desta participação dos jovens ser fundamental em qualquer sociedade, aquelas podem ser decisivas nas escolhas futuras destes, uma vez que “as experiências de participação durante a adolescência e a juventude parecem ser um bom indicador do envolvimento político na idade adulta” (Verba, 1995 cit. por Menezes, 2003:432).

Ramonet afirma que é inegável “a função indispensável da comunicação de massas em democracia” e continua dizendo que “a informação continua a ser essencial para uma boa evolução da sociedade, e sabemos que não é possível existir democracia sem uma boa rede de comunicação e sem o máximo de informação livre.” (1999:25). Hoje em dia, os média desempenham um papel central nas sociedades democráticas, estando também ligados à nossa participação enquanto cidadãos. Segundo Sílvia João (2005:29), o papel que os média representam “está inextrincavelmente relacionado com o exercício do poder, quer por parte das instâncias do poder, quer por parte do cidadão”.

De acordo com Gillmor (2005), assistimos hoje à “transformação do jornalismo, de um meio de comunicação de massas do século XX até algo mais profundamente cívico e democrático” (p. 14), uma vez que o cidadão comum pode hoje fazer-se ouvir, ou ler, através da Internet. Não queremos com isto dizer que qualquer um de nós possa ser jornalista, ou praticar jornalismo, só por ter acesso à rede, mas a realidade é que a Internet nos dá uma visibilidade que não tínhamos antes. Este meio de comunicação permite-nos um diferente contacto com o mundo, incomparável a qualquer outro meio de comunicação. Admitimos a sua maior democraticidade, sendo um meio de duas vias, ou seja, para além de podermos receber informação através da Internet, podemos também enviar, o que não acontecia com mais nenhum outro meio de comunicação até então. Para além deste duplo sentido comunicacional da Internet, temos também a relação alcance/tempo deste meio de comunicação. A Internet cobre uma rede a nível mundial em tempo real, o que até ao aparecimento deste meio de comunicação era impensável, “pela primeira vez, a Internet permite-nos dispor de comunicações de muitos para muitos e de alguns para alguns, o que tem vastas implicações para os antigos receptores e para os produtores de notícias, na medida em que a diferença entre as duas categorias começa a tornar-se difícil de estabelecer” (Gillmor, 2005:42).

A participação cívica e política pode, não só acontecer nas ruas, nas comunidades, no espaço físico, mas também através dos média, mais especificamente, através da Internet. Esta oferece uma panóplia de formas através das quais nos podemos expressar. Existem e-mails, fórum temáticos, blogues, comunidades como o hi5, salas de conversação como o Messenger (MSN), e mais recentemente um site dedicado exclusivamente à assinatura de petições, entre outros.

O Estudo

Os objectivos do estudo

Este estudo foi feito para uma dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, e o seu principal objectivo foi o de entender de que forma os jovens participam, cívica e politicamente, na sociedade civil através da Internet. Explorámos as questões de cidadania e de que forma é importante a participação cívica e política nas sociedades democráticas; tentámos ainda perceber quais os hábitos de consumo de média dos jovens na sociedade actual e qual o papel que a Internet, particularmente, assume na vida destes jovens; se os jovens acham pertinente participar na sociedade através dos média, mais especificamente através da Internet, e se o fazem.

Numa primeira fase do estudo tentámos contextualizar a realidade portuguesa, dos jovens entre os 15 e os 25 anos, através da análise de algumas questões do European Social Survey (ESS). Seguidamente fizemos uma sessão de Grupos de Discussão Focalizada com jovens entre os 16 e os 18 anos, em que explorámos as potencialidades de diversas ferramentas da Internet, e dos média em geral, e partilharam as suas experiências de consumo dos média e de participação na sociedade civil. Foram ainda realizadas uma segunda e terceira sessões de Grupos de Discussão Focalizada, mas com um outro grupo. Este grupo era constituído por jovens que se viram envolvidos num caso de enorme exposição mediática, também ele devido a uma inadequada utilização de alguns instrumentos dos média.

Para finalizar, fizemos um blogue, logo após a sessão de Grupos de Discussão Focalizada com o primeiro grupo, em que a principal finalidade era a de participar cívica e politicamente através da Internet, pondo em prática o que foi discutido na sessão.

Análise do European Social Survey

Iniciámos então o estudo pela análise das três fases (2002, 2004 e 2006) do European Social Survey (www.europeansocialsurvey.org), para Portugal. Seleccionámos as respostas de jovens entre os 15 e os 25 anos de idade e cerca de 30 questões relacionadas principalmente com o consumo dos média e a participação cívica e política.

Uma das questões seleccionadas questiona os jovens sobre a frequência com que utilizam a Internet, para fins pessoais, em casa ou no trabalho. Atentando no gráfico 1, podemos ver que nos itens de resposta “todos os dias” e “não tem acesso à internet, nem em casa nem no trabalho” há um aumento e um decréscimo, respectivamente. Verificamos ainda que entre 2002 e 2006 os jovens passaram a ter mais acesso à internet (em 2002 quase 40% não tinha acesso à internet e este número decresceu para os 20% em 2006, portanto para metade), e que vai aumentando também o número de jovens que têm acesso diário. Em 2002 apenas cerca de 10% dos jovens tinham acesso diário à internet, número que aumentou consideravelmente (até aos 35%) em 2006. Pensamos que este facto se deve ao aumento de servidores de Internet, o que aumenta a concorrência, diminuindo os preços e melhorando as condições de acesso, o que contribui para o alargamento de acesso e democratização deste meio de comunicação.

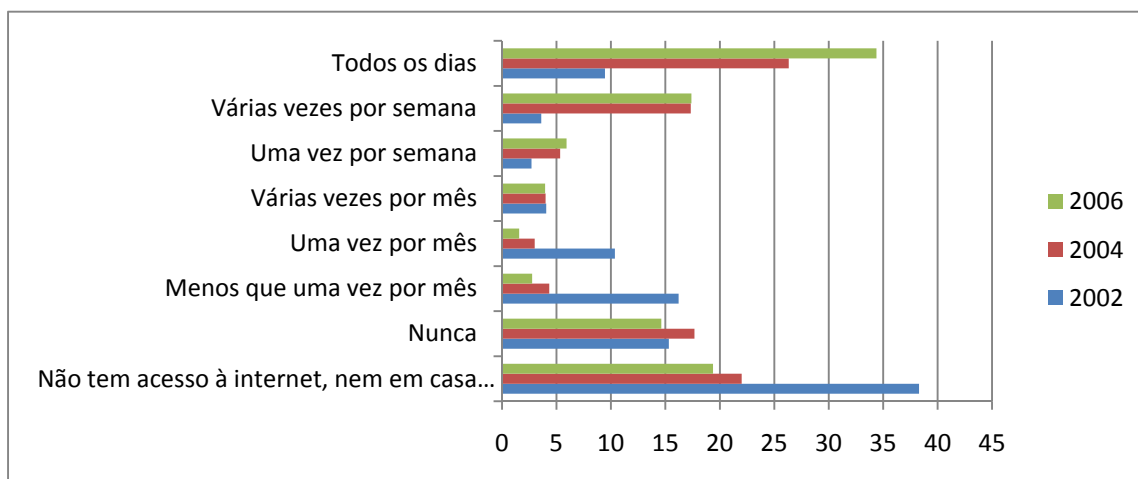


Gráfico 1 – Resultados do ESS (2002, 2004, 2006) à questão: Com que frequência utiliza a internet, ou o e-mail para fins pessoais, em casa ou no trabalho?

Outra questão analisada foi a que nos mostra o gráfico 2, em que os jovens foram inquiridos acerca do seu interesse pela Política. Podemos ver que existe um certo equilíbrio entre as respostas dos itens “nenhum interesse” e “algum interesse”, com percentagens entre os 30% e os 35%. Podemos ainda verificar que 2004 foi um ano particularmente desinteressante relativamente às questões ligadas à política, para os jovens portugueses. Na nossa óptica, isto denota alguma insatisfação, o que acreditamos ter-se devido à instabilidade política que se fez sentir no nosso país, nesse ano. Para terminar, reparamos que apenas uma média de 5% de jovens, nos três anos, mostra “muito interesse” em política.

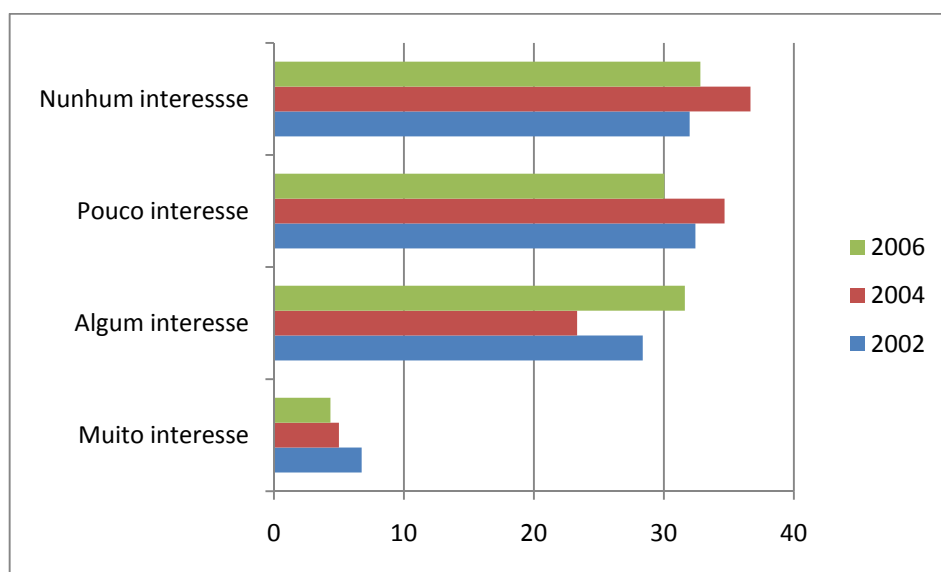


Gráfico 2 – Resultados do ESS (2002, 2004, 2006) à questão: De um modo geral, qual é o seu interesse pela política?

Grupos de Discussão Focalizada

A análise do ESS foi a base para uma sessão de Grupos de Discussão Focalizada (GDF) com um grupo de jovens cujas idades estavam compreendidas entre os 16 e os 18 anos de idade. Nesta sessão discutimos, em linhas gerais, os seus hábitos de consumo dos média (com particular incidência na Internet) e de participação cívica e política.

A primeira questão que colocámos a este grupo foi se tudo o que é publicado/emite nos média é efectivamente verdade e se os média influenciam, de alguma forma, as suas opiniões. Os jovens responderam simplesmente que: “Não. (...) Porque há várias coisas que são inventadas”.

No que diz respeito ao consumo dos média, inquirimos os jovens relativamente aos instrumentos dos média que utilizam, sendo que a televisão e a Internet estão entre os meios de comunicação mais utilizados por este grupo de jovens. No entanto, revelam não utilizar estes meios de comunicação para ouvir ou ler notícias: “ouço notícias assim de vez em quando, mas, por exemplo, se estiver a dar notícias na televisão não olho, só ouço às vezes”. Relativamente à Internet, os jovens utilizam-na sobretudo para:

“trabalhos da escola e jogar”

“conversar com os amigos”
“criar amizades”
“adquirir informação”

Estes jovens demonstraram ainda ter pouca consciência acerca do alcance da rede e das suas potencialidades e perigos. Quando lhes perguntámos se não tinham receio de colocar fotografias nas páginas pessoais e de conhecer pessoas novas através da Internet, responderam com outra questão: “de quê?”, afirmando que sabiam proteger-se contra esses perigos. Estes jovens revelaram ainda um dado curioso, que foi o de terem mais receio em fazer compras pela Internet do que conhecer pessoas: “fazer compras pela Internet, acho que é um bocado preconceito, pelo menos falo pela minha parte... porque uma pessoa tem sempre aquele receio de fazer compras pela Internet (...) eu tenho assim um receio porque acho que... porque às vezes vamos a certos sites e para comprar alguma coisa temos que escrever o código...”.

Notámos ainda que estes jovens não têm hábitos de participação na sociedade civil, reduzindo a sua participação à reciclagem do lixo, em casa. São ainda jovens pouco interessados na vida Política do nosso país, revelando um discurso um pouco contaminado, se assim lhe pudermos chamar, falando sobre estas questões com um tom de sarcasmo:

“eles lá a falar um para cada lado, ninguém se entende”

“trinta e tal pessoas sentadas numa sala circular todos assim [faz gesto de aborrecimento, a olhar para o ar]”

Quando perguntámos aos jovens de que forma achavam que poderiam participar cívica e politicamente através da Internet, eles responderam que os blogues seriam uma boa ferramenta: “podemos fazer-nos ouvir porque a Internet está ligada a todo o mundo”. No entanto revelaram ainda que “o facto de ter grandes textos às vezes desmotiva”, o que reparámos ser uma preocupação para eles, uma vez que repetiram este facto várias vezes, dizendo que, para eles, um blogue “deve ter pouca coisa escrita, só o essencial... senão uma pessoa olha para aquilo e passa logo à frente, nem dá atenção”.

Com o segundo grupo de jovens fizemos duas sessões de Grupos de Discussão Focalizada. Este grupo de jovens foi, como já referimos, ele próprio alvo de uma grande exposição mediática nos meios de comunicação, devido, na nossa óptica, a uma falta de educação para os média. A sua iliteracia mediática, se assim lhe pudermos chamar, e a sua ingenuidade fizeram com que um vídeo, “publicado” num sítio de partilha de vídeos na Internet, elevasse este acto a um mediatismo para o qual não estavam preparados.

Com este grupo de jovens utilizámos o mesmo guião e o mesmo quebra-gelo, com notícias bizarras. Relativamente à credibilidade da informação nos meios de comunicação, estes jovens também responderam prontamente que:

“Nunca!!”

“Nem sempre”

“Não! Temos que pesquisar várias coisas, cruzar informação...”.

Perguntámos aos jovens se haveria um meio de comunicação mais credível do que os outros ao que responderam que sim, “a televisão”, mas com a salvaguarda de apenas “os directos” serem credíveis, por não haver manipulação. Ainda relativamente à televisão, estes jovens acham que “é para entreter, mais do que para dar informação”, o que consideram ser “reflexo de uma sociedade fútil e egocêntrica”.

Estes jovens consideram que “o objectivo [dos média] são as audiências, é vender”.

Este grupo também utiliza muito a Internet, em especial o Messenger, o Hi5, os blogues e o YouTube. Adicionam no Messenger pessoas que não conhecem, embora admitam que “com os desconhecidos há pouca interacção, não se dá informações pessoais”.

Utilizam muito o telemóvel e enviam mais mensagens escritas do que fazem chamadas, tendo grande parte dos jovens aderido a tarifários em que conseguem falar gratuitamente entre si, e admitem sentirem-se “perdidos” sem o este meio de comunicação. Os jovens admitem ainda que os pais utilizam como estratégia de castigo o retirar o telemóvel.

Relativamente à exposição mediática deste grupo de jovens eles consideram que o tratamento do caso pela comunicação social foi exagerado. Os jovens responderam que:

“Não se calavam.”

“Invadiram a nossa privacidade.”

“Aumentaram a situação, fizeram um escândalo!”

“Houve perseguição por parte dos jornalistas.”

“Queriam entrevistas à força...”

“Manipularam a informação.”

Ainda durante estas sessões tivemos a oportunidade de ouvir estes jovens, ainda muito sensibilizados, contar algumas histórias de perseguição, tanto nas suas casas como na escola, tentando os jornalistas infiltrarem-se nas vidas destes jovens em busca de uma notícia. Houve depoimentos chocantes e era notória a revolta destes jovens e a falta de protecção que tiveram relativamente à comunicação social.

O Blogue

Da sessão de Grupos de Discussão Focalizada com o primeiro grupo nasceu um blogue, o Corpo d’Intervenção (<http://corporodintervencao.blogspot.com/>). O nome partiu da ideia de que enquanto grupo, corpo, iríamos intervir cívica e

politicamente na sociedade através de uma nova ferramenta da Internet, os blogues. Achámos que seria uma forma eficaz de nos fazermos ouvir, uma vez que o acesso à Internet é cada vez mais democrático e os jovens se sentem bastante à vontade com este meio de comunicação. O nosso mote era uma frase de Maggie Kuhn: “Speak your mind, even if your voice shakes”, que em português quer dizer: diz o que pensas, mesmo que te trema a voz.

De acordo com Manuel Pinto, no prefácio do livro *Weblogs, Diário de Bordo*, de Elisabete Barbosa e António Granado (2004:5), “[os blogues] vão muito além de uma moda (...), poderemos dizer que (...) a ideia que está na concepção dos blogs é «revolucionária» e de um alcance individual e cívico repleto de potencialidades. Desde logo, porque abre terreno para a democratização do acesso à palavra, ao espaço público, ao enriquecimento da conversação social”. E continua, mais à frente, dizendo que sendo “diversa nos seus géneros e tipologias, a blogosfera constitui um instrumento e um espaço de registo e de informação, de comentário e de opinião, de crítica e de escrutínio da vida pública, de memória e de manifestação de criatividade e engenho pessoais, de estruturação e de redes e comunidades de interesses e conhecimentos”.

No blogue, optámos por utilizar uma linguagem informal, recorrendo ainda a imagens e cartoons, tendo estes mais impacto, diferentes leituras, interpretações, e podendo despoletar vários tipos de discussão, sempre com temas actuais e polémicos. Isto porque, para além de informar, queríamos ainda criar discussões acerca dos temas da actualidade. Semanalmente, tínhamos ainda uma sondagem com questões semelhantes às do ESS e dos Grupos de Discussão Focalizada, cujos resultados eram sempre publicados.

O objectivo principal inicial era que os jovens que participaram na primeira sessão de Grupos de Discussão Focalizada publicassem e comentassem no blogue, ficando nós apenas a mediar. No entanto estes jovens nunca participaram no blogue, pelo que tivemos que contar com a participação de outros jovens. Alguns que descobriram o blogue e outros a quem fomos publicitando e pedindo a colaboração.

Terminado o estudo, terminou também a dinamização do blogue, embora o link ainda continue activo para possíveis consultas.

Discussão

A Internet, no geral, e os blogues, no particular, são, na nossa opinião, um novo meio de participação na sociedade civil. A ligação que os jovens têm, hoje em dia, com a Internet e com as novas tecnologias da informação facilitam esta participação.

Se pensarmos no alcance que a Internet tem e na sua crescente democratização, visto que grande parte dos jovens têm acesso diário, consideramos que este novo meio tem um enorme potencial no que diz respeito à participação cívica e política, onde os jovens pode fazer-se ouvir, sem censura. A Internet assume um papel de destaque nesta nova sociedade, pois “embora não seja a sua fonte, a internet, é um elemento fundamental para o desenvolvimento da sociedade em rede, pois constitui o meio de comunicação através do qual se constituem novas redes de relações para as pessoas e as actividades” (Cardoso, Costa, Conceição & Gomes, 2005:14).

Os blogues vieram complementar uma oferta que já existia na Internet através das salas de conversação e dos e-mails, por exemplo. Assistimos à comunicação em tempo real, para lugares distantes. Hoje temos uma voz diferente na Internet, através dos blogues. Uma voz por muito entendida como quase jornalística, mas que nós entendemos como fundamental numa democracia. Hoje em dia qualquer um de nós se pode fazer ouvir através dos blogues, “certamente, os weblogs não serão a única forma de alcançar este nível mas são um excelente meio, já disponibilizado e de simples acesso e execução” (Barbosa e Granado, 2004:59).

Bibliografia

- Barbosa, Elisabete e GRANADO, António (2004) *Weblogs, Diário de Bordo*. Porto: Porto Editora
- Baudrilard, Jean (1981) *Simulacros e Simulação*. Lisboa: Relógio D'Água
- Bourdieu, Pierre (1997) *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta
- Bourdieu, Pierre (1998) *Contrafogos*. Oeiras: Celta
- Cardoso, G.; Costa, A.; Conceição, C. & Gomes, M. (2005) *A Sociedade em Rede em Portugal*. Porto: Campo das Letras
- Castells, Manuel (2002) *A Sociedade em Rede – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura (volume I)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Gillmor, Dan (2004) *Nós, os Média*. Queluz de Baixo: Editorial Presença
- Hague, Barry N. & Loader, Brian D. (ed.) (1999) *Digital Democracy, Discourse and Decision Making in the Information Age*. London: Routledge
- João, Sílvia (2005) *A influência do desenvolvimento moral e dos contextos de vida de estudantes universitários, na literacia mediática e na tolerância face a minorias*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Pais, José Machado (2005) *Jovens e Cidadania*. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 49, 2005, pp.53-70
- Menezes (2003) *Participation Experiences and Civic Concepts, Attitudes and Engagement: implications for citizenship education projects*. *European Educational Research Journal*, volume 2, number 3

Menezes, Isabel (2006) *Facts or Just News? – European Youth and Media Literacy as a Challenge to Civic Education*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
Menezes, Isabel (2007). *Participação Cívica e Política. Relatório da disciplina (não publicado) apresentado para efeitos de Provas de Agregação em Ciências da Educação*. Universidade do Porto.
Ramonet, Ignacio (1999) *A Tirania da Comunicação*. Porto: Campo das Letras

O Fórum Social Mundial e a Internet: possíveis espaços de articulações globais contra-hegemónicas

Júlia Benzaquen
Universidade de Coimbra - Faculdade de Economia - Centro de Estudos Sociais
juliafb82@yahoo.com.br

Resumo: No trabalho, apresento o contexto de globalização em que surge e se desenvolve o Fórum Social Mundial (FSM). Ao falar dos protagonistas do FSM trago elementos para pensar o conceito de movimentos sociais de uma outra forma, de uma maneira mais ampla. Ao discutir o conceito de rede, uma metáfora muito utilizada pelos sociólogos para explicar as articulações entre os movimentos sociais, proponho, através de Mc Donald (2006), a metáfora do FSM ou de outros espaços de articulação como “música”. Exploro então os potenciais da Internet como instrumento e como “nova esfera pública” de articulação global entre sujeitos contra-hegemónicos. Falo do FSM na Internet analisando a sua página eletrónica. Nessa análise chego à conclusão de que não há a crença na Internet como uma nova esfera pública, por parte dos gerenciadorees dessa página eletrónica. O que não significa que as entidades e instituições que fazem parte do FSM pensem a mesma coisa.
Por fim, analiso as mudanças temáticas do FSM. As mudanças temáticas (não só mudanças de temas, mas aquilo que deixa de ser denominado tema e passa a ser objetivos, por exemplo) implicam um processo de transformação do FSM e de abertura desse espaço. Toda análise é feita a partir da página eletrónica do FSM e da leitura de teóricos e ativistas que defendem esse espaço.

1. Introdução

A maneira que os movimentos comunicam suas lutas e que a mídia convencional retrata esses movimentos são fundamentais para que a sociedade em geral se identifique ou não com esses sujeitos. A relação entre movimentos sociais e mídia nem sempre é ressaltada: “Comunicação e mídia desempenham um enorme papel nas trajetórias dos movimentos. Estranhamente, porém, grande parte da literatura sobre movimentos sociais não trata a questão da comunicação e dos meios de comunicação”¹ (Downing, 2001: 26).

O Fórum Social Mundial (FSM) é um importante espaço de integração dos sujeitos contra-hegemónicos a nível global. A Internet será outro elemento de análise, na medida em que a entendo como uma importante ferramenta midiática que permite a articulação. No trabalho tento trabalhar com duas idéias centrais. A primeira idéia é a ampliação do conceito de movimentos sociais e a maneira de analisar as articulações entre esses sujeitos. A segunda idéia é que a Internet, para além de ser ferramenta é um espaço (assim como é o FSM) de articulação de sujeitos contra-hegemónicos.

Para desenvolver essas duas idéias sinto a necessidade de no decorrer do texto fazer algumas outras discussões. Assim apresento o contexto de globalização em que surge o FSM e explico o que é o FSM. Ao falar dos protagonistas do FSM trago elementos para pensar o conceito de movimentos sociais de outra forma, de uma maneira mais ampla. Ao discutir o conceito de rede, uma metáfora muito utilizada pelos sociólogos para explicar as articulações entre os movimentos sociais, proponho, através de Mc Donald (2006), a metáfora do FSM ou de outros espaços de articulação como “música”.

Exploro então os potenciais da Internet como instrumento e como “nova esfera pública”. Falo do FSM na Internet analisando a sua página eletrónica. Nessa análise chego a conclusão de que não há a crença na Internet como uma nova esfera pública, por parte dos gerenciadorees dessa página eletrónica. O que não significa que as entidades e instituições que fazem parte do FSM pensem a mesma coisa.

Por fim, analiso as mudanças temáticas do FSM o que reforça a primeira grande idéia do texto (novas formas de pensar os movimentos sociais e as suas articulações). As mudanças temáticas (não só mudanças de temas, mas aquilo que deixa de ser denominado tema e passa a ser objetivos, por exemplo) implica em um processo de transformação do FSM e de abertura desse espaço. Isso consolida o FSM como um espaço de movimentos sociais contra-hegemónicos muito mais diverso.

É preciso deixar claro, desde já, que toda análise sobre o FSM é feita a partir de sua própria página eletrónica e da leitura de teóricos e ativistas que defendem esse espaço.

2. O Fórum Social Mundial

¹ Minha tradução.

2.1 Origens

As desigualdades, a nível mundial, vêm se acentuando nas últimas décadas, aumentando os periféricos ou subalternizados e fortalecendo, o que aparece como um “consenso hegemônico”. O aumento das desigualdades é fruto de uma lógica hegemônica, estabelecida em linhas gerais no Consenso de Washington. O Consenso de Washington é um conjunto de medidas formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras baseadas em Washington, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, e que se tornou a política oficial do FMI em 1990, quando passou a ser “receitado” para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento. Esse consenso dita regras sociais, culturais, econômicas e políticas. Santos (2001) enumera alguns desses consensos: o estado fraco, a democracia liberal, o primado do direito e do sistema judicial.

Essas idéias “consensuais” debatidas e fortalecidas no Fórum Econômico Mundial provêm de uma lógica colonial, que homogeneiza o globo e invisibiliza outras lógicas e outras realidades. Segundo Santos (2007), a história do colonialismo no mundo está marcada por uma linha abissal que separa de maneira radical o “deste lado da linha” e o “outro lado da linha”. O “deste lado da linha” correspondente a um mundo do Norte², que tenta se instituir como padrão global ao invisibilizar o “outro lado da linha” ou impor seus parâmetros e normalizações para o “outro lado”. Isso é feito através dos perversos processos de “localismos globalizados” e de “globalismos localizados” (Santos, 2001).

Desde o século XVI a hegemonia ideológica da ciência, da economia, da política e da religião do Norte vem sendo disseminada e muitas vezes imposta em todo o globo. Ainda hoje quando pensamos nas homogeneizações trazidas pela globalização, os padrões partem do mundo ocidental, a globalização aparece como ocidentalização ou americanização. Assim o consenso parte de um local dominante e se mascara de consenso global. Dessa maneira, a globalização hegemônica se caracteriza pelo “localismo globalizado” e o “globalismo localizado”:

O localismo globalizado implica a conversão da diferença vitoriosa em condição universal e a conseqüente exclusão ou inclusão subalterna de diferenças alternativas (...) o globalismo localizado consiste no impacto específico das condições locais produzido pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem dos localismos globalizados.

(Santos, 2001:71).

Essa globalização é um processo dirigido não por consenso, mas por coerção. Dessa maneira, os aspectos negativos da expansão econômica estão aumentando, gerando um crescimento dramático da desigualdade social e um igualmente dramático crescimento nas destruições ambientais. Mesmo assim, as elites insistem em que não há alternativa para o capitalismo globalizante, que a economia livre de mercado é o único caminho que vale a pena seguir. No entanto, cada vez mais vemos manifestações de resistência ao império (Strangelove, 2005).

Algumas dessas resistências que ficaram mais conhecidas pelas repercussões que tiveram na mídia foram: as manifestações de novembro de 1999 contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle; as manifestações em Praga contra a reunião do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial em setembro de 2000; e as manifestações contra a reunião do G8 em Gênova de julho de 2001. Para além desses eventos pontuais tem-se assistido a articulações diversas dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil, naquilo que Santos (2001) chamou de globalização contra-hegemônica. A globalização contra-hegemônica é outra forma de globalização, que fomenta uma luta global contra todas as formas de opressão geradas ou intensificadas pela globalização hegemônica.

A idéia de globalização contra-hegemônica se aproxima com aquilo que se vem chamando de movimentos sociais alterglobalização, no sentido que esses movimentos advogam uma outra globalização, diferente da neoliberal e hegemônica. O conceito de movimentos sociais alterglobalização é fluído até mesmo dentre os ativistas, como diz o Professor Tejerina (2005: 20): “[...] o global e a alterglobalização constituem um território em disputa, em redefinição e certas formulações dele encontram-se nos movimentos alterglobalização, pelo que resulta muito insatisfatório qualquer tentativa unidimensional de coisificação”.

O termo alterglobalização ou altermundialização surge fruto de uma crítica feita ao conceito de antiglobalização. Pela interpretação da palavra, os movimentos antiglobalização seriam contrários a qualquer tipo de globalização. Na verdade, o termo antiglobalização designa os que se opõem aos aspectos capitalista-liberais da globalização.

Mais tarde surgiu o termo "altermundialistas" proposto pela Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC), ligada ao jornal "Le Monde Diplomatique". Esse termo teve origem no lema "Um outro mundo é possível" e na idéia de "globalizemos a luta contra a globalização". Há autores que deixaram de usar o termo "antiglobalização" para adotar "altermundialista".

Dessa maneira, não se trata mais de uma simples e sistemática contestação dessa globalização (o que seria uma antiglobalização), mas de uma análise perspectiva crítica, bem como da experimentação de novas propostas, de novos modelos de organização econômica, social, política e cultural. Trata-se, por vias e meios, de globalizações muito diferentes da "globalização" dominante – apresentada como fato inelutável e autônomo – de fomentar "um outro mundo possível" mais justo, mais equitativo e menos caótico.

² Falar em um mundo dividido em Norte e Sul não se limita a uma questão geográfica. A história do capitalismo é que permite pensar nesses termos, pois pela história foi o Norte global (um Norte auto-definido e auto instituído pelas cartografias construídas nesse Norte) que colonizou o Sul. O Norte é o oposto do Sul, que é o sofrimento sistêmico causado pelo capitalismo.

Dessa maneira existem formas alternativas de encarar a globalização e são essas práticas que permitem pensar em emancipação social. Santos (2001) fala do cosmopolitismo³ e do patrimônio comum da humanidade⁴ como formas de globalização de resistência ou contra-hegemônicas e que aqui poderíamos chamar de alterglobalização. No entanto, essa outra globalização não possui uma lógica “consensual” como a pretendida pela globalização hegemônica.

[...] a globalização contra-hegemônica [...] é internamente muito fragmentada na medida em que assume predominantemente a forma de iniciativas locais de resistência à globalização hegemônica. Tais iniciativas estão enraizadas no espírito do lugar, na especificidade dos contextos, dos atores e dos horizontes de vida localmente constituídos. Não falam a linguagem da globalização e nem sequer linguagens globalmente inteligíveis. O que faz delas globalizações contra-hegemônicas é, por um lado, a sua proliferação um pouco por toda a parte enquanto respostas locais a pressões globais - o local é produzido globalmente - e, por outro lado, as articulações translocais que é possível estabelecer entre elas ou entre elas e organizações e movimentos transnacionais que partilham pelo menos parte dos seus objetivos.

(Santos, 2001: 80-81).

É com intuito de fortalecer essas articulações translocais que surge o Fórum Social Mundial. O FSM surge de uma busca de respostas aos desafios da construção de "um outro mundo", ou uma outra globalização, uma globalização contra-hegemônica, em que a economia estivesse a serviço do ser humano e não o inverso.

Economistas e outros universitários contrários ao neoliberalismo já vinham realizando, na Europa, encontros que chamavam de Anti-Davos. O que se pretendia, no entanto, era mais do que isso. Propunha-se realizar um outro encontro, de dimensão mundial e com a participação de todas as organizações que vinham se articulando nos protestos de massa, voltado para o social – o Fórum Social Mundial.

(Whitacker, 2001 – site do FSM acedido em julho de 2008).

O primeiro FSM em 2001 foi organizado por oito instituições brasileiras⁵ e com o apoio da Prefeitura de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul. No primeiro FSM foi definida a Carta de Princípios e composto o Conselho Internacional do FSM. Desde então acontecem reuniões anuais (com exceção de 2008 – que foi definido não ter um evento centralizado, mas uma semana de mobilização e ação global), que proporciona a divulgação das lutas e ações dos movimentos sociais. Segundo Whitacker (2004), a grande novidade do FSM é ser um espaço livre para intercomunicação entre quem está na mesma luta ou não; e que façam as articulações que são necessárias e dinâmicas.

Todos os encontros surpreenderam os organizadores ao ter mais números de participantes do que esperado. Além disso, o aumento na participação foi significativo, o que demonstra adesão da idéia por parte dos movimentos. A tabela que se segue foi construída a partir dos dados disponíveis na página eletrônica do FSM.

Tabela 1

Ano	Local	Número total de participantes	Delegados	Países representados	Imprensa credenciada
2001	Porto Alegre	+ ou – 20.000	4.700	117	1.870
2002	Porto Alegre	+ de 50.000	12.274	123	3.356
2003	Porto Alegre	+ ou – 100.000	+ ou – 20.000	123	+ de 4.000
2004	Mumbai	74.126	*	117	+ ou – 3.200
2005	Porto Alegre	+ ou – 155.000	*	151	6.823
2006	Caracas	80.000	19.000	*	4.900
	Bamako	10.000	*	*	*
	Karashi	30.000	*	*	*
2007	Nairobi	75.000	*	*	*
2008	Ainda não estão disponível os resultados da semana de mobilização e ação global				

* Dados não encontrados.

Além disso, é preciso dizer que o FSM gerou vários outros fóruns. Os exemplos que aparecem na página do FSM são os chamados Fóruns “Regionais” e os Fóruns “Temáticos”. Os Fóruns Regionais são realizados de acordo com um espaço específico: em um país (como exemplo o Fórum Social Brasileiro), região de um país (o Fórum Social Nordestino – da região Nordeste do Brasil), de um estado (Fórum Social de Pernambuco) e até mesmo Fóruns Sociais de cidades. Esses espaços seguem a “metodologia e os critérios políticos estipulados pela Carta de Princípios do FSM e têm como objetivo

³ “Trata da organização transnacional da resistência de Estados-nação, regiões, classes ou grupos sociais vitimizados pelas trocas desiguais de que se alimentam os localismos globalizados e os globalismos localizados, usando em seu benefício as possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial em transição, incluindo as que decorrem da revolução nas tecnologias de informação e de comunicação” (Santos, 2001: 72-73).

⁴ “Trata-se de lutas transnacionais pela proteção e desmercadorização de recursos, entidades, artefatos, ambiente considerados essenciais para a sobrevivência digna da humanidade e cuja sustentabilidade só pode ser garantida à escala planetária” (Santos, 2001: 75).

⁵ As instituições são: ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais; ATTAC - Ação pela Tributação das Transações financeiras em Apoio aos Cidadãos; CBJP - Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB; CIVES - Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania; CUT - Central Única dos Trabalhadores; IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sócio Econômicas; CJG - Centro de Justiça Global; MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

aproximar o Fórum Social Mundial da realidade dos movimentos e entidades sociais nas diversas regiões do mundo e vice-versa”⁶. O site traz os seguintes exemplos de Fóruns Regionais: Fóruns Sociais Europeu, Pan-Amazônico, Américas e o Asiático.

Já os Fóruns temáticos se organizam a partir de temas-chave que são fundamentais para aprofundar questões específicas. Alguns deles são coordenados pelo Conselho Internacional e possuem o apoio do escritório do FSM em São Paulo, já outros se organizam autonomamente, mas sob o mesmo espírito do FSM. Os que foram organizados com o apoio do Conselho Internacional foram: Fórum Social Temático Argentina e Fórum Social Temático Palestina (ambos em 2002) e o Fórum Social Mundial Temático: Democracia, Direitos Humanos, Guerra e Narcotráfico, ocorrido na Colômbia em 2003. Alguns exemplos de Fóruns não organizados pelo Conselho Internacional são: o Fórum Mundial de Educação, Fórum Social das Migrações, Fórum Social Mundial da Saúde, Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social, Fórum Mundial da Informação e Comunicação, entre outros.

Esses espaços são importantes por capilarizar o FSM, sendo possível ele chegar em diversas realidades e atender a diferentes demandas. Assim, nessa seção discutiu-se o contexto de surgimento do FSM como um espaço contra-hegemônico de aglutinação de diferentes manifestações que aconteceram em resposta a organizações e encontros que representam a globalização hegemônica.

2.2 O que é

Para falar a respeito do Fórum Social Mundial (FSM), é preciso explicar, além de sua origem, o que é o FSM. Após o FSM de 2001, foi proposta pelo Comitê Organizador, constituído pelas oito instituições brasileiras já mencionadas, o estabelecimento de uma Carta de Princípios para o FSM no sentido de criar uma identidade para esse fenômeno. A carta foi discutida no FSM de 2002 e até hoje é base para os vários Fóruns relacionados ao FSM. Na Carta o FSM aparece como um espaço contrário à globalização hegemônica e a favor de uma diversidade de formas de conceber esse “outro mundo possível” que encontra no FSM um espaço para o diálogo e para a articulação.

Um importante teórico e ativista do FSM, o Professor Boaventura de Sousa Santos, define o FSM da seguinte forma:

Na sua definição mais ampla, o FSM é o conjunto de iniciativas de troca transnacional entre movimentos sociais e organizações não-governamentais onde se articulam lutas sociais de âmbito local, nacional ou global, travadas (de acordo com a Carta de Princípios de Porto Alegre) contra todas as formas de opressão geradas ou agravadas pela globalização neoliberal. Na prática, o FSM é o conjunto de fóruns – mundiais, temáticos, regionais, sub-regionais, nacionais, municipais, locais – que se organizam de acordo com a Carta de Princípios.

(Santos, 2006: 415).

Dessa maneira, o FSM não se restringe aos encontros retratados na Tabela 1. Além dos vários tantos outros Fóruns Regionais e Temáticos que já mencionei, é preciso considerar ainda as atividades de planejamento e preparação para esses espaços e as reflexões e ações que surgem a partir do encontro de diversas instituições e atores, que aconteceria dificilmente se não fosse o “processo FSM”. Chamo de “processo FSM” todo o conjunto dessas atividades.

Assim o FSM pretende não se considerar um sujeito histórico privilegiado, como foi entendido o proletariado numa tradição marxista. O FSM se esforça para valorizar a diversidade ao não conferir prioridade a nenhum ator social específico dessa globalização contra-hegemônica. Mecanismos de valorização da diversidade é a grande relevância (no decorrer dos anos do FSM, cada vez mais) das atividades auto-gestionadas. Outra metodologia que favorece a diversidade é a inexistência de documento único final do encontro. Têm-se assim muitos documentos finais em nome das entidades que participam, mas não em nome do FSM. Dessa maneira, a grande novidade do FSM “consiste na celebração da diversidade e do pluralismo, na experimentação e também na democracia radical” (Santos, 2006: 416).

O slogan do FSM é “um outro mundo é possível”, mas acredito que pela ênfase da diversidade que se encontra no FSM, talvez seria melhor dizer “outros mundos são possíveis”. Na aspiração por “um mundo em que caibam muitos mundos”, os Zapatistas ligavam as suas batalhas locais, de indígenas camponeses, a uma luta que deveria irmanar o conjunto da humanidade. Deste modo, o FSM une através da afirmação da diferença e de um “contra quem” ou “inimigo” em comum: a globalização hegemônica.

No entanto, é preciso dizer que nem todos os movimentos contra-hegemônicos reconhecem o FSM como um espaço legítimo. Muitos movimentos e organizações da África, Ásia, Américas indígena e negra não se reconhecem no FSM. Isso porque o FSM muitas vezes trabalha com categorias (sociedade civil, democracia, desenvolvimento – só para alguns exemplos) que não fazem nenhum sentido para essas populações que também resistem e lutam contra os efeitos perversos de uma globalização hegemônica. Muitos dos movimentos que participam no FSM reconhecem e pretendem se incluir em uma lógica de “contrato social”, na lógica “deste lado da linha” de regulação e emancipação. No entanto, muitos dos atores que estão “do outro lado da linha” não estão no “contrato social” e nem desejam se incluir nele. Esses sujeitos para além de serem contra-hegemônicos e resistentes são insubmissos.

Outra coisa que é preciso considerar é que muitos movimentos acham que o FSM é dominado pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs). Para os movimentos isso seria uma grande contradição, na medida em que as ONGs não

⁶ Todas as citações que aparecem sem a referência foram retiradas do site do FSM: www.forumsocialmundial.org.br, acessado em julho de 2008.

fariam nada além do que as funções do Estado (prestar assessorias nas áreas de educação e saúde, por exemplo) e assim serviriam para uma lógica neoliberal, além de minarem as “reais” resistências ao status quo. Para aprofundar essa discussão é preciso delimitarmos os conceitos de movimentos sociais, ONG e de “real” resistência. Tentarei na próxima seção falar de um conceito alargado de movimentos sociais que permite minimizar, em certa medida, essa possível contradição do FSM.

Mesmo não acreditando em alguns dos itens da Carta de Princípios do FSM e fazendo fortes críticas ao FSM, alguns movimentos participam desse espaço, não de maneira institucionalizada, ou seja, não se inscrevem no evento, mas estão na margem do evento por considerarem que como o FSM congrega diversos atores é um importante espaço para “ventilarem” as suas idéias. Assim, os anarquistas argentinos vão ao FSM para deslegitimá-lo e para divulgar as suas próprias idéias, por exemplo. O que para mim reforça o caráter agregador de diversidades do FSM, pois mesmo aqueles que não acreditam no FSM o reconhecem como um espaço importante de veiculação de idéias contra-hegemônicas e de construção de possíveis parcerias para ações diversas, até mesmo para luta contra o FSM.

2.3 Os protagonistas

O FSM se caracteriza por ser um espaço de encontro de atores contra-hegemônicos. O FSM não pretende dar receitas únicas de forma de congregação da diversidade. Ele permite a criação de alianças entre esses atores. Mas quem são esses atores? São movimentos sociais, ONGs, redes, grupos, comunidades, indivíduos?

Nesse trabalho, me interessa saber a natureza institucional do movimento ou organização social dos sujeitos que fazem parte do FSM, visto que farei uma reflexão sobre o conceito de movimentos sociais e redes. Primeiro é importante dizer, que nem todos que vão ao FSM estão ligados a uma instituição. De acordo com uma pesquisa feita (Ibase, 2005), o percentual das respostas referente à participação em movimentos ou organização social foi a seguinte: sim (55,4%) e não (44,1%) e não sabe ou não respondeu (0,5%). Aqueles que responderam sim caracterizaram a sua instituição, de acordo com categorias definidas pelos pesquisadores, assim: ONG (33,8%), Movimentos Sociais Populares (28,5%), Sindicato e associação de classe (15,0), partido político (11,30), outro (11,3). Dessas pessoas as áreas de atuação que apareceram a partir de uma lista também pré-determinada foram: educação (23,9%), assistência social (21,9%), combate à discriminação (19,5%), arte e cultura (18,7%), organização popular/ participação popular (18%), direitos humanos, sociais, culturais e ambientais (17,3%), meio ambiente (15,7%), agricultura e questões agrárias (15,2%), defesa e promoção de direitos (14,5%), políticas públicas/ orçamento público (14,1%). Assim, fica visível a pluralidade de naturezas institucionais e temáticas dos sujeitos que estão ligados a uma instituição, sem contar com os “independentes”.

No sentido de perseguir os objetivos que considero mais forte do FSM, a aliança da diversidade contra-hegemônica, penso que o FSM deve adotar uma definição alargada do termo movimentos sociais que possibilite abarcar as pluralidades de participação (pessoas ligadas ou não a uma entidade), institucional e temática. Passo então a fazer uma discussão sobre o conceito de movimentos sociais.

Muitos coletivos que estão “do outro lado da linha” não são considerados enquanto movimentos sociais, se adotarmos a definição dos grandes sociólogos que trataram do tema. Só para exemplificar, uma das grandes referências no tema o teórico Touraine (1998), possui uma concepção etnocêntrica, que não ajuda na ampliação do conceito:

Embora esperamos que o povo se revolte contra uma dominação e uma exploração intoleráveis, só a elite intelectual e política poderá interpretar o sentido da História, submeter as práticas sociais à razão e realizar o progresso. Quanto mais subdesenvolvida é a sociedade, mais as forças endógenas de modernização são fracas, mais o poder destas elites dirigentes que falam em nome de um povo dividido será ditatorial e se colocará ao serviço de interesses particulares, os de um partido, de uma classe, de uma etnia, de um chefe supremo. Assim, o movimento social estará sempre subordinado a uma ação e a uma consciência vindas do exterior.

(Touraine, 1998: 128).

A partir desta citação fica explícita uma visão preconceituosa e equivocada dos movimentos sociais nos ditos países “subdesenvolvidos”⁷ ou de realidades que estão “do outro lado da linha”. Não é que não existam movimentos sociais “do outro lado linha” ou que eles estejam “subordinados a uma consciência vinda do exterior”. Os atores coletivos contra-hegemônicos estão em toda parte do globo e de uma maneira muito significativa nas realidades do Sul, justamente por ser no Sul que estão as populações que mais sofrem com os efeitos perversos da globalização hegemônica. As pessoas do Norte (e dentre elas estão as elites econômicas e muitos dos intelectuais dos países do Sul) é que não enxergam esses sujeitos enquanto movimentos sociais. Na verdade, o termo movimentos sociais surge na voz de teóricos do Norte e em um contexto do Norte e por assim o ser não é completamente aplicável em outros contextos. No entanto, pode ser extremamente frutífero se entendermos os movimentos sociais de uma maneira mais ampla.

Downing (2001), através da análise de Arato e Cohen distingue três formas pelas quais os movimentos sociais foram pensados na Sociologia. A primeira entende os movimentos sociais como atores coletivos irracionais, que agem por terem sido incitados, uma multidão desgovernada. A segunda forma pensa os movimentos sociais como completamente racionais, tendo alguns autores (por exemplo, Dussel 2007) inclusive que dizem que “o momento de autoconsciência do povo é o movimento social”. A terceira forma de definir seria aquilo que ficou conhecido por Novos Movimentos Sociais (NMS).

⁷ Escobar (1995) faz uma interessante reflexão a respeito de como a idéia de desenvolvimento foi inventada a partir de interesses bastante específicos. A homogeneização em países subdesenvolvidos ou do Terceiro Mundo, para esse autor é um equívoco, que serve a uma lógica de exploração contínua.

Essa nova forma de chamar tenta superar a dicotomia racional e irracional, no entanto, no meu entendimento, ela cria outra dicotomia entre velho e novo e assim não favorece um conceito alargado.

E qual seria a novidade dos NMSs? Segundo Santos (2005: 258):

A maior novidade dos NMSs é que constituem tanto uma crítica à regulação social capitalista, como uma crítica à emancipação social socialista, como foi definida pelo marxismo [...] Nestes termos, denunciar novas formas de opressão implica denunciar as teorias e os movimentos de emancipação que as omitiram, que não estiveram atentos a elas, ou que até mesmo compactuaram com elas.

Penso que o conceito de NMS merece ser analisado, no entanto, não significa que com as novas opressões, as velhas questões estejam superadas. As questões trabalhistas (representada pelos sindicatos), são vistas como velhas questões, mas são bastante contemporâneas e merecem atenção. Também é preciso dizer que as reivindicações que alguns sociólogos classificam como NMSs, são muito mais antigas do que as reivindicações sindicais (“velhos movimentos”), só que não eram vistas enquanto movimentos sociais. Para um exemplo, existem as revoltas escravas no Brasil, que congregam uma multiplicidade de formas de resistências: fugas, suicídios, abortos, quilombos, entre outros (Águas, 2008). Assim busco aqui não a distinção entre velhos e novos movimentos sociais.

Para além de ser infrutífero distinguir os movimentos sociais no tempo, também o é no espaço. Nos países do Norte esses NMSs aparecem com preocupações de uma “classe média” que reivindica questões de gênero e ambientais, por exemplo. O perfil dos sujeitos que participam dos movimentos alterglobalização se enquadra nessa nova “classe média”, quando as pesquisas são feitas em contextos do Norte:

A caracterização social dos ativistas alterglobalização entrevistados aponta para algumas diferenças em relação às tradicionalmente atribuídas quer aos membros do movimento operário, quer aos dos novos movimentos sociais. Face a estes, o seu perfil acentua mais a sua juventude, o seu maior nível de formação educativa, um maior contato com as novas tecnologias da informação, uma presença mais acentuada de mulheres e uma menor exposição à precariedade laboral.

(Tejerina, 2005: 27).

Manifestantes de 20 a 24 anos formam o maior grupo etário, e são responsáveis por quase 36 por cento da amostra. Mais de um terço da amostra tem mais de 30 anos, e mais de 20 por cento tem mais de 40. Além disso, 52 por cento dos entrevistados são do sexo masculino, 48 por cento, do sexo feminino. Na maioria os manifestantes são altamente educados. Sessenta por cento quer frequentar ou concluiu o ensino superior, e quase 25 por cento estão matriculados ou já terminaram a graduação.⁸

(Adler e Mittelman, 2004: 197).

A semelhança da caracterização desses sujeitos aparecer em uma pesquisa na Europa e em uma outra pesquisa nos Estados Unidos, não é por acaso. Acredito que se forem feitas pesquisas em realidades do Sul esse perfil muda consideravelmente, principalmente se aquilo que for considerado enquanto “ativista alterglobalização” seja traduzido para o contexto do Sul, no qual muitos sujeitos se engajam em ações de resistência, de insubmissão e contrárias à globalização hegemônica mas não se auto-denominam enquanto “ativistas alterglobalização”.

É assim que não acho pertinente a distinção entre novos e velhos movimentos sociais e nem movimentos do Norte e movimentos do Sul. O que é necessário é contextualizar os movimentos sociais e é partir desse contexto espacial e temporal é que surgem as suas reivindicações, que são relevantes para uma globalização contra-hegemônica. Partindo dessa lógica não há lutas sociais secundárias, como alguns marxistas afirmam, mas sim lutas contextuais e que fazem sentido e são importantes justamente a partir dos seus contextos específicos.

O que o FSM pretende potencializar é o reconhecimento recíproco dessas diversas lutas contextuais e favorecer espaços de articulação e fortalecimento das lutas. O que persiste como crítica ao FSM e à defesa das lutas contextuais é a dúvida de se através de ações pontuais é possível a transformação profunda e radical. É possível a articulação dessas lutas contextuais em uma grande luta global, que não seja totalitária e que elimine a globalização hegemônica? Se não é possível uma única luta global será possível a eliminação da globalização hegemônica através de ações pontuais? Essas são perguntas que não tenho respostas. Quaisquer que sejam os caminhos que as maneiras mais diversas de responder estas perguntas apontem, a inclusão de sujeitos contra-hegemônicos, antes desconsiderados, no conceito de movimentos sociais fortalece a luta contra-hegemônica. Ao dar espaço a todos esses sujeitos o FSM só tem a contribuir para a eliminação da lógica de globalização hegemônica.

2.4 O FSM como rede ou como “música”?

Ao alargar o conceito de movimentos sociais é preciso também rever as formas pelas quais as articulações entre os diferentes movimentos foram definidas. Um dos conceitos que têm bastante força nas teorias sociológicas é o conceito de rede. Dentre as muitas definições para esse conceito, trago a de Mance (2000), teórico brasileiro que ultimamente escreve bastante sobre as redes e mais especificamente as redes de economia solidária:

Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em

⁸ Minha tradução.

equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos.

(Mance, 2000: 57).

Esse mesmo autor fala em diferentes tipos de articulação em rede e para explicar esses tipos sugere uma representação gráfica. Normalmente, em uma rede são definidas funções e distribuídas responsabilidades. É importante tentar perceber o que o FSM entende como rede.

Nos textos presentes na página eletrônica do FSM o termo “rede” aparece diversas vezes. O conceito de rede aparece como protagonista do FSM ao ser colocado ao lado dos movimentos sociais, ONGs e outras organizações da sociedade civil. Rede também aparece como metodologia do FSM, no oitavo item da Carta de Princípios:

O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo.

O potencial do FSM para articular em rede é por ser considerado que ele maximiza o que une e minimiza o que divide (Santos, 2006). Assim, o FSM além de agregar redes seria em si uma rede ao adotar a estrutura de rede como metodologia. Além disso o “processo FSM”, que descrevi anteriormente, seria em si uma rede e não eventos isolados. Os encontros anuais do FSM são espaços importantes na estruturação da rede do “processo FSM”.

Assim as diferentes unidades da rede do FSM estão interligadas por canais de trocas de fluxos de informação e de materialidade. A vantagem desse tipo de configuração é que se algum dos elos da rede deixa de se identificar com ela ou “morre” (alguma instituição que deixa de existir, por exemplo) a rede continua. Com essa estrutura também é difícil o FSM se tornar um “alvo” de ações hegemônicas que visem destruí-lo, pois acaba por se constituir em múltiplos e infinitos alvos.

No entanto, acredito que a definição do FSM como rede ou SPIN não é suficiente. A imagem de uma rede é muito bem sucedida ao quebrar o entendimento de um fluxo vertical, de uma estrutura piramidal. No entanto, as teorias que conheço e os gráficos aqui apresentados dão a impressão de que em uma rede os pontos (no caso da rede do FSM os pontos são os seus protagonistas) são homogêneos e estáticos. Segundo Mc Donald (2006) a imagem da rede não nos permite pensar os movimentos ou as pessoas (que na estrutura de rede são os pontos) como subjetividades. Assim as teorias de rede limitam o pensamento criativo a respeito dos movimentos e ações contemporâneas. A rede é uma estrutura sem corpo.

Ao falar sobre o conceito de movimentos sociais, Mc Donald (2006) relata como muitas das teorias sociológicas entendem esses atores com um forte poder de representação. Nesse sentido, em um movimento um indivíduo é facilmente substituído. Em contraponto com essa visão o autor enfatiza o fazer e não a representação. A partir dos três movimentos que estudou (os zapatistas, um movimento chinês de cura, e um movimento islâmico), diz:

Nenhum destes movimentos é construído em torno de estruturas de representação e de delegação, e nenhum deles é uma expressão de um processo de deliberação racional. O que se repete constantemente é o fato de que esses movimentos estão envolvidos em um fazer, onde os sentidos estão no cerne da ação.⁹

(Mc Donald, 2006: 214).

É partindo dessa idéia que Mc Donald enfatiza a importância da corporalidade (embodiment). O corpo como realidade biológica é uma concepção moderna, o corpo, nesse contexto, precisa ser entendido também como uma subjetividade e uma transcendência. Assim, os movimentos são melhores compreendidos quando se considera que deles fazem parte pessoas e não quando são entendidos como um daqueles pontos dos gráficos apresentado ou como coletividades homogêneas. O movimento em si pode ser entendido como uma inter-subjetividade. Ao ser assim o movimento sente, sofre, imagina, sonha, deseja e cria.

Mc Donald (2006) discute ainda o conceito de social que adjetiva o termo movimento. Poovey (apud Mc Donald) diz que a idéia de social pressupõe a junção de vários particulares, então é fruto de uma racionalidade que individualiza, que muitas vezes não faz sentido em algumas culturas que só entende o indivíduo coletivamente. Mc Donald sugere então chamar não movimentos sociais, mas “experience movements” ou “movimentos de experiência”. Segundo o autor: “mas mais do que o isolamento da mônada liberal e sua capacidade de sociabilidade, as formas de experiência pessoal que temos encontrado só pode ser construída através de tradições, culturas, memória e subjetividades religiosas”¹⁰, p. 226.

A articulação de diversos “experience movements” é melhor explicada através da metáfora da música do que da metáfora da rede. Falo em metáforas, pois o trabalho dos cientistas sociais é tentar explicar a complexidade do mundo, que só é passível de explicação através de metáforas, visto que se o mundo social fosse reproduzido fielmente em uma teoria, ela não seria uma teoria, mas sim a própria realidade. É nesse sentido que as palavras são tão importantes, as palavras não são as coisas, mas servem para ordená-las.

Com a ajuda da discussão feita por Mc Donald penso o FSM como música e não rede:

Ritmo e música exigem tempo e um corpo sensitivo de uma forma que a rede não. Ritmo e música ajudam-nos a pensar em formas de ação que não são representacional, ao mesmo tempo em que sublinha que a intersubjetividade corporal

⁹ Minha tradução.

¹⁰ Minha tradução.

deve ser central para qualquer tentativa de repensar os movimentos. Música tem estrutura, mas ao contrário da rede, é constituída através de experiências corporais¹¹.

(Mc Donald, 2006: 219).

Essa discussão sobre ritmo e música em Mc Donald é feita com a ajuda dos estudos sobre a dança Maori da Nova Zelândia do autor Turetzky. Dessa maneira, o ritmo ou a música é vista como um evento estruturado por presença, ausência e repetição. Na música várias notas (na nossa metáfora sociológica movimentos ou indivíduos) aparecem com acentos e durações diferenciadas. É importante dizer ainda que tanto a música como o FSM entendido enquanto tal pode produzir alegria, raiva, tristeza. A música convida ou repele.

A música requer não só síntese das notas, mas também individualidades. Outras metáforas vindas da música são interessantes também. O termo polifonia vem da teoria musical e implica a autonomia de várias vozes em um coro. Assim o FSM pode ser entendido como uma polifonia na qual os diferentes sujeitos que dele fazem parte são autônomos, mas estão em coro contra a globalização hegemônica. Alguns momentos paradigmáticos, de forte aliança entre esses atores, podem ser entendidos como uníssonos estratégicos e contextuais. Na verdade esses momentos de uníssono são caracterizados por uma fugacidade e fragilidade enorme.

Além disso, a idéia de música tem a vantagem com relação à idéia de rede ao enfatizar o tempo. A rede aparece como uma “utopia de tempo homogêneo e de um mundo sem fronteira” (Mc Donald, 2006: 218). As teorias sobre globalização são normalmente sincrônicas, falam do mundo contemporâneo sem dar grande relevância para a historicidade. Nesse trabalho utilizo muito a idéia de globalização, mas pretendo fazer isso através de uma perspectiva Pós-colonial. O pós-colonialismo agrega uma questão temporal e histórica fundamental. A idéia de pós (depois) e de colonização são elementos fundamentais para entender o Pós-colonialismo. O pós-colonialismo surge nos estudos literários e algumas críticas que são feitas a essa corrente é por ela ser demasiado culturalista e deixar as questões econômicas e políticas de lado. Entendo, no entanto, o Pós-colonialismo como um campo de reflexão que pretende escutar os Outros invisibilizados e para fazer isso é fundamental resgatar a história de dominação e exploração. O pós-colonialismo também é extremamente frutífero ao realizar estudos comparados, o que permite diferentes olhares e desconstruções dos modelos dominantes de entender as sociedades.

O pós-colonialismo ao valorizar outras vozes, também está em busca de conceitos e metáforas que melhor expliquem a realidade. Dessa maneira, o conceito de música permite outras interpretações para o FSM, que o conceito de rede não possibilita. A Internet enriquece o conceito de música ao permitir trocas de informação simultâneas, o que evidencia o “corpo”, ou seja, o fazer, as emoções, as crenças, dos sujeitos que se relacionam entre si. Na próxima seção, discutirei mais detidamente a Internet.

3. A Internet

Além de através de encontros presenciais, como os diversos Fóruns, os movimentos acharam formas criativas de comunicar as suas preocupações e de contestar as corporações e os arranjos econômicos globais. Os movimentos sociais e as outras vozes contra-hegemônicas são configurações de força e de poder que lutam para dar visibilidade aos seus problemas. É necessário pensar como essas diversas vozes podem se fazer ouvir, através dos meios de comunicação de massa, como são distorcidas pelos mesmos e quais outros meios de comunicação as utilizam. É nesse sentido que dedico essa seção ao estudo da Internet que acredito que seja além de um instrumento-canal de comunicação que facilite essas articulações, pode também ser considerada como uma esfera pública.

Segundo Strangelove (2005), a respeito da Internet existe uma visão utópica (de trazer melhorias significativas ao sistema capitalista ou de superá-lo) e uma visão de normalização (a Internet como um instrumento de manutenção do status quo). A Internet nem é o domínio ilimitado da resistência, nem mais um passo para um domínio inevitável da expressão pública pela globalização hegemônica. Fazendo as devidas ressalvas para não cair em uma concepção utópica, o autor defende a Internet como tendo um caráter subversivo no contexto do capitalismo e do seu sistema midiático.

Expressões ilimitadas (unconstrained) e sujeitos não-censurados estão criando um novo tipo de espaço público, que se encontra na Internet. Esse novo público está aprendendo a fugir e a resistir ao controle social, aprendendo novos métodos de ação de massa, e desenvolvendo novas técnicas de produção cultural e comunicação de grupo. Para criar uma economia simbólica alternativa, expressões ilimitadas, resistências e as capacidades de arquivo da Internet (que é um sistema de memória) foram combinados (Strangelove, 2005).

Dessa maneira, Strangelove (2005) diz que a Internet é mais subversiva do que colaborativa. A Internet é subversiva, e talvez inerentemente o é, não simplesmente pelo que é, mas por causa do contexto em que aparece. Esse contexto cria condições de injustiça. Essa condição gera o impulso de resistir. A mídia comercial reafirma o capitalismo e a democracia como ferramentas da evolução moral e cultural. Essa mídia, coloca o dissenso como trivial, marginal, ineficiente, aliado com o terrorismo e violência.

Bennet (2003) define o contexto contemporâneo no sentido de explicar o surgimento das redes de ativistas globais que desafiou o poder da mídia de massa e que muito vem usando a Internet. As condições que possibilitaram aos ativistas o uso de novas mídias para comunicar a mensagem dos seus protestos através de fronteiras geográficas e midiáticas foram três:

¹¹ Minha tradução.

1. vivemos um momento em que as identidades assumem diversas narrativas¹²; 2. temos a percepção de que os complexos problemas escaparam a regulação dos governos e das nações e isso requer que a escala das atividades de protesto alcancem maior abrangência espacial e temporal; 3. a possibilidade da mídia fazer com que as mensagens viajem entre tempo e espaço e alcancem grandes públicos com identidades que estão abertas para diversas experiências.

Esses fatores levaram com que a Internet, assim como o FSM, passasse a ser um espaço privilegiado de articulações da globalização contra-hegemônica. A Internet é bastante diferente do FSM por ser um meio virtual que tem as suas peculiaridades, no entanto, a Internet também pode ser entendida como uma grande “música” e não simplesmente uma “rede”, ou como foi dito anteriormente como um canal que conecta a rede do “processo FSM”.

Assim e contraditoriamente, além de ser o grande novo espaço de atividade de consumo e de propaganda comercial, a Internet está provando ser uma grande ameaça à globalização hegemônica. Essa ameaça não está no centro do espaço cibernético, mas em suas margens. Existem esforços para reduzir a liberdade de comunicação na Internet, mas as novas tecnologias (softwares de blog, por exemplo) fazem ser mais fácil que nunca publicar na Internet.

Com a Internet vê-se uma mudança substancial na habilidade da audiência que passa a ser não mais uma mera receptora, mas sim produzir e disseminar produtos culturais multimídias. Quem era só receptor da mídia agora está produzindo e isso é um aspecto revolucionário. “Se a audiência for redefinida como usuários da mídia e não como consumidores, como ativos e não acríticos, como diversas (audiências) e não como homogêneo, assim o termo é capaz de ser libertado de grande parte da sua bagagem puramente de marketing”¹³ (Downing, 2001: 8).

Além dessa mudança significativa da audiência ativa em relação a outros meios de comunicação, como por exemplo, o jornal e a televisão, a Internet possibilitou as pessoas a organizar ações políticas de forma a ultrapassar limites de tempo, espaço, identidade e ideologia, resultando na expansão e coordenação de movimentos que não ocorreriam de outra forma. A Internet simplesmente melhorou a velocidade e trouxe baixos custos para a comunicação entre os diferentes sujeitos contra-hegemônicos. Mesmo aqueles que não têm acesso à Internet, de alguma forma foram atingidos por ela, na medida em que participam em mobilizações que só foram possíveis de organização através do uso da Internet, por exemplo.

A rede de ativistas usa a nova mídia digital para coordenar as suas atividades. Ativistas globais viram como se comunicar entre si abaixo do radar da mídia de massa, mas também como passar a sua mensagem através dos canais midiáticos de massa. As novas tecnologias de comunicação possibilitaram a ocorrência da resistência em novos termos temporais e espaciais. A Internet foi importante não só na organização de protestos simultâneos, ela contribuiu para a imagem global desses eventos (Bennet, 2003).

Além desse fator agregador de contra-hegemonia, pode-se pensar na Internet como sendo propiciadora de uma fragmentação desses sujeitos que reforçam as suas próprias visões do mundo ao buscar sites e blogs que sejam só do seu interesse. Essa evidência é esparsa, falha e contraditória, segundo Strangelove (2005). Segundo o autor, o intenso debate conduzido nos blogs sugere que a Internet produz precisamente o oposto da fragmentação. Na verdade, acredito que essa suposta “fragmentação” nada mais é do que o emergir de novos atores contra-hegemônicos, que sempre existiram, mas estavam ocultos pelas mídias de massa e inclusive por alguns movimentos sociais. Blogs e sites que reforçam o protagonismo da mulher, do negro, do indígena, do islâmico e de tantos outros “invisibilizados”, não leva a fragmentação, mas sim ao reconhecimento da diversidade, a valorização da mesma e a possibilidade de construção de alianças entre essas infinitudes de “identidades narrativas” por terem algo em comum: serem oprimidas e sofrerem com práticas hegemônicas.

Muito do que se vem fazendo na Internet pode ser entendida como uma “mídia radical”. Segundo Downing (2001: 16): “Mídia radical nesses cenários tem a missão não só de fornecer dados para um público marginalizado pela mídia convencional, mas de explorar novas formas de desenvolvimento de uma perspectiva questionadora dos processos hegemônicos e aumentar o sentimento de confiança do público em seu poder para elaborar mudanças construtivas”¹⁴.

A Internet ajuda a construção do “processo FSM”, além de divulgá-lo. A Internet também permite a articulação global dos atores contra-hegemônicos, ou seja, esse instrumento e-ou “nova esfera pública” possui um grande potencial, como o FSM. Na próxima seção verei como o FSM se apresenta nesse espaço, através da análise da página eletrônica do FSM.

4. O FSM na Internet

Na Internet existem páginas eletrônicas que facilitam mais ou menos a construção e a consolidação de práticas e discursos emancipatórios, sem falar nos inúmeros sites que estão a serviço da manutenção da atual ordem social. A construção de um tipo ideal de site emancipador, corresponde a definição weberiana de “tipo ideal”, visto que existirão aproximações e distanciamentos desse modelo, mas nunca a coincidência satisfatória com todos os requisitos.

A partir do discutido nesse trabalho até agora, penso que um dos critérios para um tipo ideal de site emancipador seria ter uma lógica plural ou pelo menos aceitar o diferente, visto que uma concepção de emancipação que se considera a

¹² Hall (1996) pensa identidade não como algo que estabiliza e garante coerência e unidade ao indivíduo, mas como um conceito construído através de narrativas, de representações, de saberes. Assim, a identidade é vista como produzida historicamente, institucionalmente e com estratégias enunciativas específicas.

¹³ Minha tradução.

¹⁴ Minha tradução.

única possível, pode se tornar totalitária e excludente. Se pensarmos na Internet como uma nova esfera pública, como o sugerido por Strangelove (2005), as vozes que aparecem em um site emancipador devem transcender às vozes daqueles que o construíram e assim incluir a voz do internauta. O site precisa facilitar e estimular a participação cidadã daqueles que o visitam. Essa participação, para ser ideal, necessita ultrapassar o espaço da Internet e ter conseqüências na mobilização política e social e até mesmo alterar o cotidiano dessa pessoa.

Ressaltei aqui, de maneira aligeirada, duas condições, que considero imprescindíveis, para definir um tipo ideal de site emancipador: várias vozes e participação. Na análise do site do FSM que se segue apontarei alguns outros critérios que estão relacionados a estas duas condições e que ajudam a aperfeiçoar a construção de um “tipo ideal” de site.

Antes de analisar a página eletrônica do FSM é preciso retomar que o “processo FSM” vai além dos encontros presenciais dos vários Fóruns e das articulações e ações que surgem antes e depois desses encontros; o “processo FSM” também inclui aquilo que acontece na e a partir da página eletrônica do FSM. A partir de uma rápida visita, já é possível chegar à mesma conclusão feita depois de uma análise cuidadosa, de que o site do FSM não aposta na Internet como ferramenta de agregação da contra-hegemonia. O site do FSM é apenas um espaço de informação dos eventos presenciais do “processo FSM”. Na verdade, acredito que o site reduz e limita muito o “processo FSM” ao estar muito centrado apenas nos eventos organizados através do Conselho Internacional e dar pouco espaço para os outros Fóruns. O site não potencializa as interações virtuais. Dessa maneira, entendo que os administradores do site do FSM não entendem a Internet como uma nova esfera pública e se por acaso acreditam nisso, pensam que não é no site do FSM que essa esfera pública terá voz.

A interação da página eletrônica do FSM com o internauta é praticamente nula. Existe a possibilidade de se cadastrar no boletim do FSM para receber informações freqüentes a respeito do FSM. Há também contatos com os comitês de organização e e-mails de contato e endereço da sede do FSM em São Paulo. Na seção “como participar” do site, as informações são referentes ao participar do evento em si (mais particularmente às edições anuais do Fórum Social Mundial) e não em ações outras que possam ser organizadas via a Internet. Não há a possibilidade, que existe em alguns outros sites contra-hegemônicos de fóruns (ou espaços onde os internautas exponham e debatam as suas opiniões). Não há também possibilidade de organizar petições e abaixo assinados, muito freqüentes em outros sites, via Internet endereçados a grandes empresas capitalistas, Estados ou Instituições Internacionais que estejam violando os direitos humanos, por exemplo. O site do FSM não traz apelos e estratégias de luta e é difícil, por exemplo, encontrar os próprios “murais de propostas” que foram construídos nos eventos anuais.

A análise aqui feita se restringe ao site oficial do FSM (www.forumsocialmundial.org.br). Cada um dos Fóruns que existiram e que estão sendo construídos possuem uma página eletrônica diferente, que aqui não foram analisadas, mas apenas visitadas no sentido de buscar informações. Existem também outras páginas eletrônicas que subsidiam a página principal analisada. O site [wsf TV](http://wsfTV.net) (www.wsfTV.net) é um exemplo de página eletrônica na qual os internautas possuem um elevado protagonismo, na medida em que os vídeos podem ser além de assistidos postados por qualquer visitante do site.

Percebe-se que o site analisado é atualizado praticamente diariamente. O site do FSM, ao contrário do [wsf TV](http://wsfTV.net) é muito estático, não há imagens nem áudios. A apresentação gráfica é simples o que ajuda a encontrar o que se procura, mas por outro lado, todas vezes que tentei utilizar a ferramenta de busca dentro do site (para pesquisar o que tem na página a respeito de um determinado tema) não funcionou.

Há muitos textos de intelectuais e jornalistas a respeito do FSM e temas correlatos, como análise de conjuntura, por exemplo. Para se acessar a esses textos o site está estruturado de forma parecida com os instrumentos de busca de uma biblioteca universitária, no entanto, não é eficiente, o que acaba tornando extremamente difícil e confuso procurar um texto que tenha a temática contra-hegemonia, por exemplo. Esse tipo de disposição para buscar os textos não é familiar a muitos atores contra-hegemônicos. Além disso, o FSM parece ser elitista ao só disponibilizar textos de intelectuais e jornalistas renomados, dessa maneira não se têm acesso a outras vozes, a textos de militantes, por exemplo. O site reforça assim a invisibilidade daqueles que não tiveram acesso a Universidade, por exemplo.

Os temas que aparecem na página inicial são aqueles relacionados à organização dos próximos FSM, à explicação sobre o que é o FSM e à memória do que aconteceu nas outras edições do evento. No site aparecem também notícias de quando vai se realizar Fóruns regionais e temáticos, mas não permite entrar diretamente em alguns links desses eventos, obrigando o internauta a procurar no Google, por exemplo, o caminho para ter mais informação a respeito. Além disso, o site tem pouco acesso à links diferentes de outros movimentos sociais, redes, ONGs, etc. Assim é um site sem rosto, pois os movimentos não aparecem, as pessoas não aparecem, não há fotos.

A linguagem utilizada é formal e impessoal, mas não é de difícil acesso. Todo o site está disponível em quatro diferentes línguas: português, castelhano, inglês e francês, o que favorece o internacionalismo. Muitos outros sites do “processo FSM”, como por exemplo o [wsf TV](http://wsfTV.net), estão disponíveis apenas em inglês.

Bennet (2003) entende que através da Internet é possível estabelecer interações com a mídia convencional que permita a visibilização de protestos e ações contra-hegemônica. O site do FSM não aparece apostar nisso, pois nas seções “sala de imprensa” e “FSM na mídia” apenas aparecem e-mails para contatos.

Assim, a página eletrônica do FSM não utiliza e explora todos os potenciais que a Internet oferece. Ao se limitar a ser um espaço de informação, perde a intensidade de interações e ações que poderia gerar. Dessa forma, o FSM poderia maximizar as possibilidade de um importante instrumento e espaço de articulação global, que é a Internet.

5. Uma análise dos temas do FSM no decorrer do tempo e nos espaços

A análise dos temas do FSM ao longo do tempo e em diferentes espaços é feita somente através das informações que encontrei na página eletrônica do FSM¹⁵. Essas informações são a respeito dos eventos anuais retratados na Tabela 1 e não o “processo FSM” como um todo. A simples lista de temas já permite algumas considerações relevantes a respeito da afirmação do FSM como um possível espaço de articulação contra-hegemônica, mesmo com as limitações apontadas a respeito do seu site.

E por que é importante uma análise temporal e espacial? Pela necessidade da historicidade dos estudos sobre globalização, que como já foi dito, muitas vezes são estudos sincrônicos. Além disso, os processos globais se adaptam aos locais onde esses processos são percebidos e vividos.

A Tabela 1 ajuda a visualizar os espaços onde foram realizadas as diferentes edições do FSM. Em 2001, 2002, 2003 e 2005 foram realizadas em Porto Alegre e a edição de 2009 será em Belém do Pará no Brasil. Logo depois do primeiro FSM foi constituído o Conselho Internacional do FSM “para tornar possível a articulação do processo FSM em nível internacional”. Mesmo assim o FSM ainda é visto por muitas entidades como um fórum mais brasileiro do que mundial. Percebe-se um esforço para superar essa idéia. São iniciativas que vão nesse sentido: a realização das edições de 2004 em Mumbai - Índia; de 2006 policêntrico (Caracas – Venezuela, Bamako – Mali e Karachi – Paquistão) e de 2008 o que foi chamado de “Processo FSM” (diferente do que estamos chamando “processo FSM” iniciando com letra minúscula) de ações locais disseminadas no globo.

É interessante perceber como ao longo do tempo não só os temas mudam, mas a própria idéia de “tema” é transformada. Passa de temas (em 2001, 2002 e 2003), para eixos temáticos e transversais, em 2004. Amplia ainda mais para espaços temáticos e eixos transversais, em 2005. Em 2006, no FSM policêntrico (Caracas, Karachi e Bamako) retorna a idéia de eixos temáticos e transversais nos dois primeiros locais e em Bamako não específica. Já em 2007 ao invés de tema passa a ser objetivo, o que na minha visão empodera o FSM como um espaço de ação e de propostas concretas e não apenas discussões.

Ao analisar os temas em si, vemos que o FSM começa com temáticas específicas dos movimentos antiglobalização dentro de um paradigma moderno. No FSM esse perfil do Norte (presente no sul geográfico brasileiro – Porto Alegre) vai se alterando no decorrer do tempo, principalmente a partir das realizações do FSM em outros espaços, o que implica realidades diferentes.

Os FSM de 2001 e 2002 tiveram os mesmos quatro temas. Para exemplificar o perfil do Norte dos movimentos presentes nesses primeiros FSMs ressalto o terceiro tema: “A afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos”, que é claramente termos que não fazem sentido para vários grupos quilombolas brasileiros, só para dar um exemplo. No FSM de 2003, há a mudança de temas, mas persistem os termos do Norte. Os três temas em que eles aparecem são: Desenvolvimento democrático e sustentável; Poder político, sociedade civil e democracia; e Ordem mundial democrática, luta contra a militarização e promoção da paz. A idéia de democracia presente nos três não está presente em tradições indígenas brasileiras, por exemplo. Não quer dizer que nessas tradições não existem práticas que consideramos como práticas democráticas, como por exemplo a decisão através do voto, mas é preciso traduzir o termo democracia para incluir outras realidades.

Na verdade, qualquer tema que for eleito: democracia ou ubuntu¹⁶, por exemplo, são conceitos que precisarão ser traduzidos para os diferentes contextos dos diferentes sujeitos contra-hegemônicos globais. A crítica que faço aqui é no sentido de alertar o FSM a não transformar idéias e éticas ocidentais em verdades que deverão ser impostas universalmente. O FSM não pode cair na armadilha de homogeneizar o mundo a partir do Ocidente como faz a globalização hegemônica. Isso não quer dizer que considero a democracia e todas as outras idéias e éticas ocidentais como irrelevantes ou hegemônicas, o que estou defendendo é a necessidade de reflexão e contextualização de todas idéias contra-hegemônicas, como a idéia de democracia e de ubuntu.

A grande mudança do FSM de 2004 decorre, a partir da minha interpretação, de ter sido o primeiro FSM a ser realizado não em Porto Alegre. O IV Fórum aconteceu em Mumbai na Índia. O FSM 2004 não foi mais organizado em tema, mas em eixos temáticos e transversais. São entre os eixos transversais que aparecem grandes inovações temáticas: Regimes de castas e racismo e exclusões sociais; e Sectarismo religioso, políticas de identidade e fundamentalismo (comunalismo). A discussão a respeito de regime de castas é muito própria da Índia. Também é a primeira vez que aparece a questão da religião, que em contextos do Norte, era vista como alienante ou o “ópio do povo”.

Para além dessas mudanças temáticas, uma importante transformação no FSM de 2004 foi a redução do número dos eventos organizados centralmente e a ampliação das atividades das organizações participantes (eventos auto-organizados). Com o maior número de atividades propostas e auto-geridas pelos participantes há um aumento da diversidade temática abrangida, o que contribui para articulações contra-hegemônicas mais amplas.

¹⁵ Segue em anexo a lista completa dos temas do FSM no tempo e no espaço.

¹⁶ Ubuntu é uma ética ou ideologia da África do Sul que foca nas alianças e relacionamento das pessoas umas com as outras. A palavra vem das línguas Zulu e Xhosa. Ubuntu é tido como um conceito tradicional africano.

Esse aumento da diversidade pode levar à fragmentação e ao desconhecimento de atividades parecidas que aconteçam paralelamente e não dialoguem entre si, dificultando assim as alianças. Mas pelos benefícios que a pluralidade traz, é importante correr esse risco, mas estar atento a ele e tentar saná-lo.

Foi na tentativa de evitar a fragmentação que a preparação do FSM de 2005, que voltou a acontecer em Porto Alegre, contou com um planejamento das atividades auto-geridas. Na verdade, esse planejamento tentava fazer um levantamento das atividades e fazer com que os proponentes de atividades parecidas pudessem entrar em contato antes do FSM 2005 e aglutinar aquilo que fosse possível. “Deseja-se, claramente, evitar repetições e redundâncias. É contra-producente para nossas lutas, e frustrante para as milhares de pessoas que se deslocam ao FSM, o fato de o debate de certos temas centrais estar pulverizado em dezenas de atividades sem nexos entre si. A aglutinação (fusão ou coordenação) de atividades é, porém, um processo voluntário e auto-organizado”.

Além disso, no FSM de 2005 foi a primeira vez em que os temas, agora chamados de “espaços temáticos”, o que amplia mais ainda do que “eixos temáticos”, foram definidos a partir de uma consulta dos participantes do FSM e não pelo Conselho Internacional e nem pelo Comitê Organizador do FSM. A partir desse FSM, também cria-se o importante mecanismo de “mural de propostas”, no qual todas as propostas de ação surgidas no FSM, ficam disponíveis. No entanto, como já foi dito, os vários “murais de propostas” construídos desde então não são de fácil acesso na página eletrônica do FSM.

Pela primeira e única vez o FSM de 2006 foi policêntrico, acontecendo nos três continentes do Sul: Caracas – Venezuela (América Latina), Karachi - Paquistão (Ásia) e Bamako - Mali (África). A programação também foi construída de maneira participativa. Cada evento teve sua própria metodologia e programação. No FSM em Caracas destaco o eixo-temático: “Recursos e direitos para a vida: alternativas ao modelo civilizatório depredador”; que demonstra uma consciência do efeito perversos de ideologias desenvolvimentistas que buscam “civilizar” o Sul do mundo. No FSM em Karachi, não é por acaso que os eixos transversais são idênticos aos eixos transversais do outro FSM realizado na Ásia, que foi o da Índia.

O FSM 2007 de Nairobi traz dois grandes avanços que contribuem com a efetivação das lutas e contesta as críticas feitas ao FSM ao ser caracterizado como um espaço onde se discute muito e não se encaminha nada. O primeiro avanço é a transformação de temas, eixos temáticos ou espaços temáticos para objetivos. A organização do FSM em torno de objetivos traz um caráter de aliança em torno de ações e práticas que precisam ser tomadas para se atingir tais objetivos. Ao definir objetivos não significa delimitar “um outro mundo possível” de maneira totalizadora como foi feito em algumas experiências do socialismo, mas sim delinear projetos em comum que precisam ser adotados para “outros mundos possíveis”.

A metodologia de construção do FSM 2007 foi marcada pela realização de uma consulta ampla sobre ações, campanhas e lutas em que estão envolvidas as organizações participantes do FSM. A partir dessa consulta, realizada entre junho e agosto de 2006, foram definidos os nove objetivos gerais em torno dos quais foram organizadas as diversas atividades do FSM 2007.

O segundo ponto de avanço do FSM em Nairobi foi “a definição de um quarto dia de atividades voltado para a apresentação e socialização das propostas de ações resultantes das reflexões durante as atividades auto-gestionadas realizadas nos dias anteriores”. Esse quarto dia permite a adoção de encaminhamentos, que antes não eram possíveis.

Através do que li, não entendi, porque em 2008 não teve um FSM, mas sim aquilo que ficou conhecido como “Processo 2008”:

O Conselho Internacional do Fórum Social Mundial definiu que, em janeiro de 2008, não haverá um evento centralizado do processo FSM. O que vai haver é uma semana de mobilização e ação global, marcada por um dia de visibilidade mundial em 26 de janeiro de 2008.

Nesse “Processo 2008” o site da wsf tv aparece como importante ferramenta. Na verdade a Internet como um todo seria chave no planejamento e na divulgação posterior dessa atividade, que pretendia acontecer de maneira difusa em todo o mundo, mas tendo uma articulação global por acontecer ao mesmo tempo e por ser planejada e avaliada em conjunto através da Internet e atingindo conseqüentemente outros espaços da mídia convencional. Pelo que pude perceber o “Processo 2008” não teve nenhuma grande cobertura na mídia convencional e no site do FSM, além da wsf tv, não existe maiores referências sobre esse momento.

O FSM 2009 a ser realizado em Belém no Brasil adotou a mesma metodologia de consulta sobre os objetivos de ação feita em Nairobi. A consulta proposta pelo Conselho Internacional do FSM buscava ampliar ou adequar os objetivos de ação para o evento de 2009. Foram feitas adições aos objetivos definidos originalmente para o FSM 2007, que refletem uma consciência mais clara das necessidades das lutas contra-hegemônicas.

Esse FSM, pelo lugar onde acontecerá, discutirá bastante a questão da Pan-Amazônia. Composta por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, além da Guiana Francesa, a Pan-Amazônia é conhecida pela riqueza da maior biodiversidade do planeta e pela força e tradição dos povos e das entidades que constroem um movimento de resistência na perspectiva de um outro modelo de desenvolvimento.

O FSM 2009 Amazônia será guiado por três diretrizes estratégicas: - ser efetivamente um espaço onde se constroem alianças que fortalecem propostas de ação e formulação de alternativas; ser hegemônico pelas atividades auto-gestionadas; e possuir um claro acento pan-amazônico.

http://www.fsm2009amazonia.org.br/wsf_2009.php

O terceiro ponto levará a uma das grandes novidades do FSM em sua 8ª edição, um dia inteiro dedicado à temática panamazônica. Nesse dia, as vozes, os povos e as lutas da região serão levados ao mundo, representado pelos mais de 150

países que participam do FSM. O Dia da Pan-Amazônia será constituído de diversas atividades, como testemunhos, conferências, mesas –redondas, além de celebrações, mostras culturais e alguns grandes eventos, todos centrados no eixo: “500 Anos de Resistência Afro-Indígena e Popular”. Outra grande novidade desse momento da programação é que diferente dos demais dias do FSM, nos quais todas as atividades são auto-gestionadas, a agenda do dia 28 será direcionada pelo Conselho do Fórum Social Pan-Amazônico e o Comitê Local de Belém, que no decorrer da preparação, deverão colher o máximo de sugestões dos povos da Pan-Amazônia e suas organizações.

Ao analisar os temas do FSM no decorrer do tempo e do espaço corrobora com a idéia de que os movimentos antiglobalização ou alterglobalização são plurais. A análise das temáticas tratadas no FSM demonstra uma crescente conscientização e inclusão dessa diversidade. Acredito que ao invés de imobilizar, a pluralidade de idéias e ações que defendem emancipações contra-hegemônicas diversas deve levar a necessidade constante de reinvenção. É assim que ao invés de enxergar a pluralidade de concepções de emancipação social como fragilidade encaro como fortaleza.

6. Considerações finais

Nessas considerações finais é preciso retomar as principais idéias do texto apresentadas na introdução; revisitar o texto como um todo; ressaltar os limites do texto; e sugerir futuras pesquisas e ações políticas que possam ser vislumbradas a partir do que foi aqui apresentado.

Na introdução do texto falo em duas idéias centrais, que seriam hipóteses de trabalho: a necessidade de ampliação de conceitos (de movimentos sociais e de articulações) para entender a contra-hegemonia e a potencialização da Internet, que de instrumento passa a ser caracterizada como “nova esfera pública”. Nesse momento de conclusão, penso que a segunda idéia se insere na primeira e é um desdobramento dela, visto que é uma ampliação não só do conceito, mas também das possibilidades concretas da Internet. Nesse sentido, a primeira idéia não possui um sentido meramente acadêmico de representar a realidade complexa com melhores metáforas científicas. A ampliação do conceito serve também a um ideal político de inclusão de atores contra-hegemônicos e de articulação desses sujeitos, assim de hipótese passa a ser proposição.

Como em todo trabalho científico, para corroborar ou refutar as hipóteses apresentadas é preciso marco teórico, campo de pesquisa e análise. O marco teórico do trabalho foram as discussões a respeito do conceito de globalização, movimentos sociais, rede, música como conceito de aglutinação de sujeitos sociais e o estudo da Internet como esfera pública.

O FSM aparece ao longo do texto como o campo de pesquisa, o empírico. A análise desse empírico é feita a partir de materiais encontrados na Internet e de bibliografia referente, o que é um grande limite dessa pesquisa, visto que não fui a nenhum encontro do FSM. Assim o que escrevo é referente ao que li e não ao que vivi.

No decorrer do trabalho apresento o FSM, o seu histórico e me foco na última seção do texto na análise temporal e espacial dos temas tratados nos FSM. Essa última análise constata a ampliação dos interesses, das formas de ação, e dos perfis dos sujeitos contra-hegemônicos em um espaço paradigmático de aglutinação global da contra-hegemonia, que é o FSM.

No texto, sugiro a caracterização de um “tipo-ideal” de site emancipador e ao analisar a página eletrônica do FSM, verifico que este site se limita a ser um espaço de repasse de informação. Dessa maneira, surge a primeira sugestão política do trabalho, endereçada aos administradores do site do FSM, que é torná-lo mais interativo e assim mais coerente com a filosofia do FSM.

Os organizadores do FSM também precisam estar atentos aos processos de tradução de conceitos, como o exemplo que foi apresentado no texto sobre o termo “democracia”, no sentido de facilitar a ampliação da pluralidade e da possibilidade de articulação da diversidade contra-hegemônica. Dar mais força às ações e deliberações conjuntas é outra urgência, para que a pluralidade não se torne fragmentação.

Como sugestão de pesquisas futuras sobre o tema, penso que seria muito interessante uma pesquisa desenvolvida por quem viveu algum momento do “processo FSM”. Uma análise qualitativa com o foco em articulações que foram fomentadas no FSM, de qual maneira foi possível tal articulação, quem são os seus proponentes e quais foram os seus resultados concretos.

Por fim, reafirmo a importância do FSM e da Internet como importantes espaços que possibilitam articulações globais contra-hegemônicas e que esses espaços precisam ser avaliados, valorizados e aperfeiçoados.

Referência Bibliográfica

- Adler, G. & Mittelman, J. H. (2004). Reconstituting ‘Common-Sense’ Knowledge: Representations of Global Protests. *International Relations*, Vol. 18 (2), 189-211.
- Águas, C. L. P. (2008). *Revoltas escravas como movimento social – Trabalho de conclusão do seminário: Conhecimentos, Sustentabilidade e Justiça Cognitiva no âmbito do Programa de Doutorado em Pós-Colonialismos e Cidadania Global da Universidade de Coimbra – CES/FEUC.*
- Bennet, W. L. (2003). *New Media Power. The Internet and Global Activism.* In N. Couldry & J. Curran (eds.), *Contesting Media Power. Alternative Media in a Networked World*, Lanham: Rowman and Littlefield (pp.17-37).

- Downing, J. D. H. et al (2001). *Radical Media. Rebellious Communication and Social Movements*. Thousand Oaks: Sage, caps 1 a 4 (pp.1-55).
- Dussel, E. (2007). *20 teses de política*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais; São Paulo: Expressão popular.
- Escobar, A. (1995). *Encountering Development: the making and unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University.
- Hall, S. (1996). Introduction: Who needs 'identity'?. In S. Hall e P. du Gay (orgs.), *Questions of Cultural Identity*. London: Sage.
- Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2005). http://www.forumsocialmundial.org.br/download/relat_pesquisa_fsm2005_PORT.pdf (consultado na Internet em setembro de 2008)
- Mance, E. A. (2000). *Revolução das redes, colaboração solidária como uma alternativa pós- capitalista*. Curitiba: Vozes.
- McDonald, K. (2006). *Global Movements. Action and Culture*. Malden, MA: Blackwell, caps. 1, 5, 10 (pp. 3-40;84-107; 211-226).
- Santos, B. de S. (2001). Os processos da globalização. In B. de S. Santos (org.), *Globalização – Fatalidade e Utopia*. Porto: Afrontamento, (pp. 31-106).
- Santos, B. de S. (2005). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 10ª ed., São Paulo: Cortez, (pp. 187-233; 256-280).
- Santos, B. de S. (2006). A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. In B. de S. Santos, *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento, (pp. 371-400).
- Santos, B. de S. (2007). Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78.
- Strangelove, M. (2005). *The Empire of Mind. Digital Piracy and the Anti-Capitalist Movement*. Toronto: Toronto University Press, cap. 7 e conclusão (pp. 199-231).
- Tejerina, B. (2005). O movimento pela justiça global na Espanha: ativistas, identidade e cartografia política da alterglobalização. In *Anais do XXV Congresso ALAS (Associação Latina Americana de Sociologia)*, Porto Alegre, ago. 2005.
- Whitacker, F. (2000). Fórum Social Mundial: origens e objetivos. http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=origem_fsm_por (consultado na Internet em julho de 2008).
- Whitacker, F. (2004), Conferência em dvd no programa "Grandes Cursos" da TV Cultura do dia 8 de janeiro de 2004. www.forumsocialmundial.org.br

Globalização: uma crítica epistemológica ao argumento "there is no alternative"

Brena Paula Magno Fernandez
 Universidade Federal de Santa Catarina
 brenafernandez@hotmail.com

Resumo: Existe no cerne da epistemologia tradicional uma forte tendência à aceitação da tese de que não existem alternativas à ciência hegemônica – baseada em leis, na causalidade, na linguagem matemática e na neutralidade axiológica. Paralelamente, no âmbito econômico, a queda do muro de Berlim e o fim do "socialismo real" da União Soviética foram comemorados pela direita como sinais inequívocos do fim do comunismo e como prova do lema thatcheriano: "There is no alternative". Assim, estaria consagrada a versão segundo a qual não existem alternativas econômicas no mundo contemporâneo, que não a globalização do capitalismo, por intermédio do projeto econômico-político neoliberal. Entendemos que tanto a crise ambiental, como o acirramento das desigualdades sociais estão entre as conseqüências de um determinado tipo de conhecimento científico, tecnicamente aplicado sob condições socioeconômicas muito específicas, e que as condições propícias para essas crises acentuaram-se sensivelmente no atual período neoliberal. O presente trabalho procura argumentar que, se esse tipo de alegação pretende reivindicar algum tipo de respaldo científico, ele precisa passar pela prova do teste empírico. No caso da economia, estes testes remetem ao crivo da história, i.e., remetem a uma investigação criteriosa sobre quais foram os resultados práticos da implementação de medidas de política-econômica de cunho neoliberal (em termos de crescimento econômico, contenção da taxa de inflação e redução das desigualdades sociais) durante as três últimas décadas.

Palavras-chave: Construção de Alternativas, Epistemologia Crítica, Globalização.

Quando pensamos nas ciências naturais, e mais particularmente no caso da Física, chegamos rapidamente à conclusão de que a ciência moderna é, inegavelmente, uma das empresas de maior sucesso prático de que historicamente se tem notícia, e isso em dois sentidos importantes. Em primeiro lugar, por fornecer os subsídios teóricos que, ao serem implementados no nível tecnológico, possibilitam o aparecimento e a disseminação de inovações inimagináveis em sociedades anteriores. Além disso, em decorrência do fato desse desenvolvimento ter precedido o advento do capitalismo industrial, acarretou também como conseqüência indireta um incremento na produção de riquezas materiais sem antecedentes históricos.

Para além de suas conseqüências pragmáticas e econômicas, a ciência foi também responsável por transformações profundas, que vieram a moldar o nosso “moderno” senso de realidade. A atmosfera científico-tecnológica que hoje nos rodeia é tão ostensivamente presente em todos os aspectos de nosso cotidiano, que nos é extremamente difícil tomar consciência do modo como essa cosmovisão impacta sobre a nossa maneira de encarar e nos posicionar frente à natureza e, em última instância, frente à própria vida, como um todo.

Uma das impressões mais freqüentes que temos, quando pensamos na ciência, é o caráter de “a-historicidade” e, peculiarmente, uma certa sensação de “inevitabilidade” que suas descobertas nos transmitem. O próprio vocábulo “descobrir” – tirar a cobertura, revelar algo que já existia e que estava oculto –, remete a essas sensações. A ciência “descobre” coisas, ao passo que outras atividades, também tipicamente humanas, como as artes, a música e a literatura, por exemplo, “inventam”, “criam” – dão existência a algo que antes não havia. Assim, geralmente somos levados a pensar que, se Beethoven tivesse morrido quando menino, suas sinfonias jamais teriam existido, enquanto que, se Newton tivesse sofrido o mesmo infortúnio, um outro viria, e fatalmente as leis de Newton hoje teriam apenas outro nome. Essas sensações de “a-historicidade” e “inevitabilidade” relacionadas às descobertas científicas, e, conseqüentemente, ao próprio devir da ciência, fazem parte de nossa herança cultural moderna e, enquanto tais, possuem uma história que pode ser resgatada.

Podemos identificar alguns marcos decisivos na formação dessa nossa maneira de perceber o mundo, esculpida pela ciência. Em 1623, por exemplo, Galileu publica uma das obras primas da literatura barroca – *Il Saggiatore*. Nas páginas desse livro, encontra-se o grande pilar metafísico da ciência moderna: a idéia de que a natureza traz em seu interior uma ordem e uma harmonia intrínsecas, convicção essa imortalizada na célebre passagem:

a filosofia está escrita nesse grandíssimo livro que está continuamente aberto diante de nossos olhos (refiro-me ao universo), mas não se pode entender sem antes aprender a entender a língua e conhecer os caracteres, nos quais está escrito. Ele está escrito em linguagem matemática, e os caracteres são triângulos, círculos e outras figuras geométricas, de maneira que sem tais meios é humanamente impossível entender qualquer palavra; sem tais recursos é como caminhar inutilmente por um labirinto escuro. (GALILEI, apud. ROSSI, 1997, p. 167. O grifo é nosso).

A ciência moderna parecia ter descoberto que os fenômenos do mundo material, bem como suas entidades constituintes, existem e apresentam uma ordem subjacente que independe de qualquer interação, seja com as experiências, seja com as práticas humanas. Passa-se a supor, desde então, que todos os objetos e entidades constituintes do mundo material (ou do mundo dos “fatos puros”) são caracterizáveis em termos quantitativos, que todas as suas interações, regidas por leis, e que todas essas leis são passíveis de tradução para equações matemáticas. Remonta, portanto, a Galileu a ascendência desse valor metafísico sobre o desenvolvimento da ciência moderna e, conseqüentemente, a propagação da tese, ainda hoje extremamente atual, da ciência “livre de valores (sociais)”.

Podemos depreender imediatamente duas conclusões da influência desse valor metafísico. A primeira delas situa-se no nível cognitivo: comportando-se o mundo de modo legaliforme e sendo o homem um ser racional, a compreensão dos fenômenos naturais é algo acessível ao intelecto humano. Por esse motivo, parece “inevitável” que, cedo ou tarde, fenômenos cujo comportamento ainda se desconheça venham a fazer parte do cabedal de conhecimentos científicos já acumulados.

A segunda conclusão é de ordem prática: espera-se que pessoas “razoáveis” (enquanto seres dotados de racionalidade) moldem suas escolhas, ações e comportamentos de acordo com os resultados obtidos pelas pesquisas científicas. Isto porque, supostamente, esses resultados são “neutros”. Independem, portanto, das perspectivas valorativas que possam ser mantidas por quaisquer dos grupos de pessoas razoáveis. A sensação de “inevitabilidade” revela-se aqui em sua faceta pragmática: uma vez obtido o conhecimento, parece-nos simplesmente “irracional” não agir em consonância com aquilo que nos informam os resultados da ciência.

No sentido puramente teórico, por outro lado, a ciência, num primeiro momento, representa a eliminação do contingente, do irrepitível, do histórico e do acidental na explicação dos fenômenos, tanto no âmbito de seus princípios epistemológicos, quanto no que concerne às suas regras metodológicas. Significa também a eliminação da casualidade e sua substituição pela causalidade. Conhecimento científico é causal e determinístico – mesmas causas, mesmos efeitos – os acontecimentos passados, se seguirem seu próprio curso, se repetem no futuro, inexoravelmente.

Se por um lado o projeto civilizatório instaurado pela Filosofia das Luzes dissemina a cosmovisão científica (que a razão e o método científico são as únicas fontes de conhecimento válido, rejeitando qualquer concepção de mundo derivada do dogma e da superstição), por outro, propaga-se também, e simultaneamente, a idéia de que conhecimento científico, em si mesmo, engendra poder sobre a natureza (Bacon). Esse é o segundo valor presente quando do nascimento da ciência moderna: a partir das contribuições baconianas, firma-se a convicção de que, através da combinação entre ciência e desdobramentos tecnológicos, esse poder estaria vinculado ao desenvolvimento material de toda a humanidade.

Ao homem coube a dupla tarefa, a partir da chamada revolução científica, portanto, de desvendar os “segredos” dessas engrenagens causais previsíveis para, de posse desses conhecimentos, intervir no curso dos acontecimentos futuros, moldando-os de acordo com seus interesses e expectativas. Hoje em dia entendemos com clareza ainda maior que esse saber científico, e portanto teórico, muito freqüentemente logra desdobrar-se num saber-fazer, que é do âmbito prático das tecnologias. Estas tornaram-se as aliadas mais poderosas da ciência, no esforço de dominar racionalmente a realidade, seja ela física, biológica ou social. Eis a segunda parte do legado científico do século XVII, do qual somos herdeiros.

Conhecimento e domínio, saber e poder, ciência e controle: em linhas gerais, a relação estreita entre esses dois objetivos, tão diversos, mas ao mesmo tempo tão próximos, é a preocupação fundamental que comanda o desenvolvimento

deste texto. No cerne dessa relação, os valores ocuparam uma posição fundamental no século XVII, e ocupam ainda hoje. Porém, a diferença que se faz sentir no mundo contemporâneo é que “acostumados a habitar o espaço aberto e consolidado pela ciência moderna, cujas raízes remontam a Francis Bacon, René Descartes e Galileu Galilei, os particulares valores de ordem metafísica e social que modelaram aquele espaço ‘naturalizaram-se’ a tal ponto que ‘esquecemos’ estarem as estratégias de pesquisa nele desenvolvidas necessariamente vinculadas àqueles valores”. (REGNER, 2000, p. 125).

De fato, esse processo de “naturalização” do conhecimento científico dissemina o entendimento de que a ciência logra desenvolver uma metodologia que exclui os valores dos momentos cruciais de suas práticas. Essa abordagem é bem conhecida e endossada e constitui, hoje, em uma espécie de “senso comum”, em três níveis: no auto-entendimento da comunidade científica, na noção do “senso comum esclarecido” acerca da ciência, assim como no entendimento defendido pela ortodoxia em filosofia da ciência. Segundo defende esse último grupo, qualquer papel desempenhado por valores (morais, sociais) constitui uma espécie de “intrusão” de subjetividade, que ameaça a possibilidade de objetividade científica. Já que juízos de fatos (ou resultados dos conhecimentos científicos) não podem ser inferidos de valores, inversamente, não poderíamos esperar que a ciência ajudasse-nos a resolver os problemas éticos mais fundamentais da humanidade.

É neste sentido que deve ser entendida a alegação de que existe no cerne da epistemologia tradicional uma forte tendência à aceitação da idéia de que não existem alternativas à ciência hegemônica – baseada em leis, na causalidade, caracteristicamente expressa em linguagem matemática e axiologicamente neutra. Em que pesem a atual crise ambiental e suas catastróficas repercussões humanas e sociais, o discurso científico dominante aferra-se à tese segundo a qual o “progresso” (ou, para usar um termo mais atual, o “desenvolvimento”) técnico-científico é não somente desejável como inevitável, já que – segundo se supõe – a tecnociência, no futuro, solucionará virtualmente todos os problemas do presente, inclusive aqueles por ela mesma desencadeados.

Por outro lado, no âmbito econômico a queda do muro de Berlim e o fim do “socialismo real” da União Soviética foram comemorados pela direita como sinais inequívocos do fim do comunismo no mundo moderno e como prova do lema thatcheriano: “There is no alternative”. Assim, estaria consagrada a versão segundo a qual, de fato, não existem alternativas econômicas no mundo contemporâneo, que não a globalização do capitalismo, por intermédio do projeto econômico-político neoliberal.

Entendemos que problemas como a crise ambiental e o acirramento das desigualdades sociais estão entre as consequências de um determinado tipo de conhecimento científico, tecnicamente aplicado sob condições socioeconômicas muito específicas – e características da modernidade –, e que as condições propícias para essas crises acentuaram-se sensivelmente no atual período neoliberal.

Em ambos os casos acima mencionados paira no ar uma certa sensação de “inevitabilidade” – já que “não há alternativas”. Essa idéia constitui o essencial da força (simbólica) dos discursos dominantes – tanto do neoliberalismo como da ciência – e tem como principal consequência promover, num primeiro momento, um estado generalizado de paralisção e de aceitação de suas teses seja pela promessa, seja pela ameaça nela implícitas.

O presente trabalho está voltado para uma discussão sobre essas supostas “inevitabilidades”, procurando argumentar que, se esse tipo de alegação pretende reivindicar algum tipo de respaldo científico, ele precisa passar pela prova do teste empírico. No caso da economia, estes testes remetem ao crivo da história, i.e., remetem a uma investigação criteriosa sobre quais foram, de fato, os resultados práticos da implementação de medidas de política-econômica de cunho neoliberal (em termos de crescimento econômico, contenção da taxa de inflação e redução das desigualdades sociais) durante as três últimas décadas. Depois procuraremos argumentar que, diferentemente do que insistem os discursos oficiais, as alternativas – tanto econômicas quanto científicas – já existiram no passado e existem ainda hoje, ocupando por ora as brechas do sistema dominante.

A alegação legitimadora do neoliberalismo tem sido que, com a implementação de suas políticas, um padrão de vida melhor se difunde por toda a população de um país. E, podemos acrescentar, por extensão, para toda a população do planeta, já que a prática de governança e a reestruturação dos Estados sob diretrizes neoliberais são parte integrante e imprescindível do projeto da “globalização”.

De fato, a idéia teórica que embasou o êxito histórico da implementação do neoliberalismo foi a de que uma economia de mercado seria a única capaz de possibilitar uma sociedade dinâmica e que, apesar de no curto prazo premiar alguns – aqueles que trabalham mais, poupam mais e são mais competentes – e punir outros – que trabalham menos, gastam mais e, em última instância, são, ou incompetentes, ou indolentes –, no longo prazo premiaria a todos, já que, em tese, a grande maioria melhora. Isto porque a racionalidade do sistema propiciaria uma situação de correção homeostática das distorções eventualmente geradas e abriria novas oportunidades, gerando uma sociedade mais justa.

Essa idéia, aliás, era já um dos argumentos mais fundamentais do liberalismo econômico clássico defendido por Adam Smith, em fins do século XVIII: o argumento da mão invisível, que garantia uma coincidência de interesses entre os âmbitos individual e público e afirmava o caráter espontaneamente beneficente da ordem capitalista.

O argumento da mão invisível foi mantido e refinado pela escola econômica que sucedeu aos clássicos: a corrente neoclássica. Esta escola (que posteriormente também se tornaria conhecida como “Escola Marginalista”¹) surge como teoria

¹ O termo “marginalismo” tem origem no cálculo diferencial, introduzido e amplamente difundido por esta abordagem. Matematicamente, o princípio da utilidade marginal decrescente (sobre o qual se baseia todo o mecanismo de formação e variação dos preços no modelo neoclássico) é expresso pela segunda derivada – negativamente inclinada – da função utilidade.

econômica elaborada simultânea e independentemente por três autores, no final do século XIX: Carl Menger (*Die Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*, de 1871), William Jevons (*The Theory of Political Economy*, 1871) e Léon Walras (*Éléments d'Économie Politique Pure*, de 1874). Essa teoria define o valor dos bens (e conseqüentemente seus preços) a partir de um elemento subjetivo – a utilidade –, ou a capacidade que os bens, as mercadorias e os serviços possuem para satisfazer as necessidades humanas. Essa foi uma tentativa de resolução do problema da determinação dos preços através da teoria do valor-trabalho, de seus antecessores (a Escola Clássica de Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill e Karl Marx).

A partir da nova perspectiva teórica instaurada pela escola neoclássica, a metáfora mais conhecida da ciência moderna – a máquina – é incorporada à explicação do funcionamento dos sistemas econômicos: a Economia é uma máquina que produz mercadorias. Suas partes constituintes (ou “partículas básicas”) são as firmas, os consumidores e os governos. Importante a ressaltar aqui é um dos pressupostos fundamentais dessa abordagem: a idéia de que o mercado efetivamente tende ao equilíbrio, ou seja, ele é um mecanismo que funciona: ao ser eventualmente perturbado por causas exógenas, fatalmente voltará a se re-acomodar em torno a um novo equilíbrio.

Com relação às suas perspectivas epistemológicas, a abordagem neoclássica foi a primeira a assentar-se sobre os mesmos elementos que, presumivelmente, garantiriam o rigor na formulação das verdades científicas na física clássica: a analiticidade, o primado da causalidade e do determinismo mecanicista, o caráter nomológico na construção das teorias, o formalismo e, por fim, a matematização, para citar alguns dos mais relevantes. Uma teoria desse tipo – positiva – possui como motivação principal a descrição e a explicação dos fenômenos econômicos a partir da descoberta das leis que os regem (como, por exemplo, a lei da oferta e demanda, ou a lei de Say), num nítido paralelo com as leis da física. Nesse sentido, a Economia foi a ciência social que mais de perto seguiu o ideal de cientificidade da abordagem materialista /descontextualizada e livre de valores sociais.²

No que tange ao rigor e à estrutura formal, a síntese neoclássica melhor formulada é a Teoria Geral dos Preços, de Léon Walras³. Esse modelo é formado por um complexo sistema de equações simultâneas destinadas a representar as relações gerais entre preços e quantidades de todas as mercadorias produzidas e comercializadas em determinada Economia. Suas equações foram concebidas de tal forma que, se estivéssemos em condições de encontrar valores para todas suas variáveis, poderíamos calcular os preços e quantidades de todo e qualquer bem num dado momento.

Segundo a perspectiva neoclássica, haveria uma tendência ao equilíbrio geral de preços, que seria obtido no momento em que, no agregado econômico, as quantidades ofertadas e demandadas de todos os produtos se iguallassem. E isso só poderia ocorrer a partir de uma situação de concorrência, num mercado competitivo. Daí a construção de um modelo matemático do equilíbrio geral como um sistema de equações, onde há uma interdependência de preços, da procura e da oferta.

Ao descrever o funcionamento da Economia através da noção de livre mercado, o sistema de preços forneceria todas informações relevantes aos agentes, ou seja, indicaria o que (e em qual quantidade) os proprietários de recursos deveriam produzir auferindo o maior lucro possível, e também o que (e quanto, dadas suas preferências) os consumidores deveriam consumir, pagando o menor preço possível. Na distribuição da produção total, a “utilidade total líquida” de todos os agentes econômicos seria, deste modo, alcançada. Em outras palavras: o comportamento interesseiro-maximizador de cada indivíduo conduziria, em última análise, ao “bem-comum”.

Tendo em vista que, segundo os preceitos da teoria neoclássica os preços se formam no mercado e a dinâmica de alocação de recursos tende a ocorrer de forma ótima – através da lei da oferta e demanda e da tendência ao equilíbrio geral dos mercados –, eles também justificam a restrição do raio de ação do Estado ao mínimo imprescindível (como a provisão de defesa, segurança, justiça e a garantia da propriedade). Essa proposta serviu como fundamento teórico para as políticas liberais no século XIX (como o livre-cambismo imposto pela Inglaterra e a livre concorrência de capitais e mercadorias no regime monetário do padrão ouro) e, em boa medida, foi a ideologia que impulsionou o capitalismo comercial e manufatureiro em expansão.

Ocorre que, com o desenvolvimento da economia capitalista e a formação dos monopólios no início do século XX, tornou-se cada vez mais evidente que os princípios do liberalismo neoclássico entravam em choque com a nova realidade econômica, que passou a basear-se na concentração de renda e da propriedade. Essa defasagem acentuou-se com as crises cíclicas do capitalismo, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial, e com o colapso econômico motivado pela crise financeira de 1929.

Uma resposta a esse cenário crítico surgiu com a abordagem keynesiana. Vale lembrar que, no ano de 1935, com a publicação da obra seminal de Keynes, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, foram lançadas as bases teóricas para aquilo que hoje nós entendemos como o “Estado do bem-estar Social” (Welfare State). Ao contrário do que pregava a então dominante corrente neoclássica com relação às leis gerais de equilíbrio macroeconômico, Keynes acreditava que não havia qualquer tendência interna no capitalismo que conduzisse ao pleno emprego. Ao invés disso, sustentava que houvesse um desemprego estrutural ao sistema. O modelo keynesiano toma por base a existência de uma correlação positiva

² Os limites e conseqüências dessa abordagem supostamente livre de valores sociais foram tratados em Fernandez (2006a).

³ Em sua primeira e principal obra – *Éléments d'Économie Politique Pure* –, publicada em duas partes: a primeira em 1874 e a segunda em 1877. Uma versão condensada, intitulada *Abrégé des Éléments d'Économie Politique Pure*, foi publicada em 1883 com objetivos claramente didáticos, e encontra-se traduzida para o português sob o título *Compêndios dos Elementos de Economia Política Pura*.

entre o nível de emprego e a dimensão da demanda agregada por produtos e serviços, o que conduz à conclusão de que o pleno emprego poderia sim ser assegurado, desde que se mantivesse o dispêndio monetário total a um nível apropriado.

Assim, diante dos desafios do capitalismo monopolista e das perturbações e ameaças ocasionadas pelo agravamento do conflito social, o Estado precisou começar a atuar como uma força compensatória do sistema. Significa dizer que, para que o pleno emprego pudesse ser assegurado, o Estado precisaria intervir diretamente na Economia como empreendedor (e empregador), garantindo a geração de inúmeros novos postos de trabalho. Essa é uma concepção de Estado socialmente intervencionista e que, direta e indiretamente, desempenha um papel redistributivo muito importante. Indiretamente, uma vez que o Estado do Bem-Estar Social cria empregos, gerando conseqüentemente renda, e diretamente na transferência de recursos aos menos favorecidos, como seguro social, seguro desemprego, auxílios diversos para moradia, crianças, etc.

Por conta desse cenário internacional, os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial até o final da década de 1960 marcam um período de hegemonia absoluta do modelo keynesiano de política econômica, que teve por meta o combate à recessão e ao desemprego extensivos.

Entretanto, uma nova reviravolta ocorrida em fins da década de 1970 fez com que os princípios que orientaram a síntese keynesiana viessem a entrar em crise, em especial a idéia de que desemprego e inflação eram fenômenos mutuamente excludentes. Como se sabe, a década de 1980, que se tornaria conhecida como a “década perdida” – sobretudo por conta da recessão de 1978-82 – produziu uma situação econômica inusitada a nível mundial: a estagflação – mistura de estagnação econômica e inflação. Esse episódio gerou uma enorme ofensiva contra o princípio keynesiano, comandada pelos teóricos neoliberais. Sua principal crítica era a de que a intervenção estatal gerara um aumento acentuado na inflação (em decorrência do aumento nos déficits públicos), situação esta que, no longo prazo, teria acarretado um efeito colateral ainda mais perverso que o desemprego que inicialmente se desejava combater – uma piora acentuada na distribuição de renda da população como um todo. Além da crítica à geração de sucessivos déficits orçamentários, os neoliberais voltaram-se também contra o crescimento absoluto do Estado nesse período, ressaltando o problema do crescimento exagerado da burocracia, bem como o engajamento social do Estado per se. Em última instância, o que entrou em jogo foi o próprio caráter do Estado, assim como o sentido do gasto público.

As diretrizes de política-econômica, neoliberal colocadas em prática a partir da década de 1980 (em especial nos Governos Thatcher e Reagan), representaram, deste modo, uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo atual. Como a escola liberal neoclássica, também os neoliberais acreditam que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais, cuja mola mestra é o mecanismo de preços de mercado.

Contudo, essa versão atualizada do liberalismo passou a defender o “disciplinamento da economia de mercado” a fim de garantir-lhe a sobrevivência. Segundo passaram a sustentar seus proponentes, para que o mecanismo de preços existisse ou pudesse existir, seria imprescindível assegurar a estabilidade financeira e monetária, pois sem isso o movimento dos preços tornar-se-ia viciado. O disciplinamento da ordem econômica deveria, portanto, ser efetuado pelo Estado com o intuito de oferecer garantias que viabilizassem a livre-concorrência através de mecanismos variados, como, por exemplo, políticas econômicas de ajuste cambial, fiscal, monetário e de renda.

Três instituições financeiras mundiais, criadas no pós Segunda Guerra, foram as responsáveis pela elaboração e implementação das regras de política-econômica do capitalismo global: o Banco Mundial, concebido originalmente para financiar a reconstrução da Europa, o FMI, para garantir a estabilidade do sistema financeiro internacional, e a OMC (organização mundial do comércio), cujo papel declarado seria o de impedir as guerras comerciais, favorecendo, assim, o “livre comércio”. Essas instituições são hoje responsáveis pela difusão, a nível global, de todo um conjunto de programas e políticas econômicas de cunho neoliberal, que sustentam, por exemplo, o controle privado e a desregulamentação das Economias, a remoção das restrições ao livre fluxo do capital através das fronteiras, a produção para o lucro no mercado globalizado, a redução do papel e das responsabilidades dos governos, no que tange especificamente aos aspectos sociais, mas não no que diz respeito às políticas econômicas, com suas diretrizes cambiais, monetárias e fiscais.

1.3 A Epistemologia subjacente ao neoliberalismo

Muito embora a hegemonia ideológico-política do neoliberalismo tenha iniciado sua ascensão nas décadas de 1970/80, a maior parte do trabalho de legitimação e fundamentação epistemológica da doutrina já havia sido realizada entre as décadas de 1940 e 1960. É bastante comum que se encontre na literatura referências ao “nascimento simbólico” do neoliberalismo tomando como marcos históricos a publicação da obra *O Caminho da Servidão*, de Friedrich von Hayek, em 1944, bem como a fundação, por ele, da “Sociedade Mont Pèlerin”, na cidade de mesmo nome, na Suíça, em 1947.

Entretanto, seus trabalhos que nos interessam particularmente nesse momento, conforme adiantamos, são aqueles em que sua epistemologia é o foco (ver principalmente Hayek 1942, 1943a, 1943b, 1944, 1955, 1963 e 1964).

Podemos dizer que uma das “teses fortes” de sua proposta é a idéia de que existe uma distinção fundamental e irreduzível entre duas classes de fenômenos: no primeiro grupo estariam aqueles que ele denomina de fenômenos de regularidades simples ou estruturas essencialmente simples (a física e alguns de seus ramos aplicados, como, por exemplo, a astrofísica), enquanto que o segundo grupo seria formado pelos fenômenos de regularidades complexas ou estruturas essencialmente complexas (típicos das ciências biológicas e sociais). A partir dessa distinção, Hayek elabora sua Teoria dos Fenômenos Complexos (*Theory of Complex Phenomena*), a fim de estabelecer as características e peculiaridades epistemológicas da Economia, enquanto fenômeno social.

A particularidade dos fenômenos complexos, em contraposição aos fenômenos simples, concentrar-se-ia em três pontos principais:

(1) Em primeiro lugar pelo grande número de variáveis distintas, conectadas entre si, que se fariam necessárias para a formulação matemática do problema a ser investigado. Podemos aqui falar de um excesso de condições iniciais. Em suas palavras:

The number of separate variables which in any particular social phenomenon will determinate the result of a given change will as a rule be far too large for any human mind to master and manipulate them effectively. (Hayek, 1942: p. 290).

(2) Além disso, nosso acesso a essas magnitudes seria problemático, no sentido de que não estaríamos aptos a assegurar, via observação, a presença de todos os elementos que compõem nossos sistemas dedutivos. Isto é, não estaríamos aptos a substituir por constantes numéricas todas as variáveis relevantes nos modelos. Dada essa limitação intrínseca, surge a possibilidade de exclusão involuntária dos elementos mais importantes para a explicação e, principalmente, para a previsão dos eventos em questão.

The situation is different, however, where the number of significantly interdependent variables is very large and only some of them can in practice be individually observed. The position will here frequently be that if we already knew the relevant laws, we could predict that if several hundred specified factors had the values $x_1, x_2, x_3, \dots, x_n$, then there would always occur $y_1, y_2, y_3, \dots, y_n$. But in fact all that our observation suggests may be that if x_1, x_2, x_3 , and x_4 , then there will occur either (y_1 and y_2) or (y_2 or y_3), or some similar situation – perhaps that if x_1, x_2, x_3 , and x_4 , then there will occur some y_1 and y_2 between which either the relation P or the relation Q will exist. There may be no possibility of getting beyond this by means of observation, because it may in practice be impossible to test all the possible combinations of the factors $x_1, x_2, x_3, \dots, x_n$. (Hayek: 1955, p. 8. Grifo nosso).

(3) Por fim, sabemos ainda que o arranjo específico das variáveis em questão é não trivial. Isso significa que os dois problemas apontados anteriormente não respondem bem ao tratamento standard para contorná-los que usualmente é utilizado na física, que é o recurso às técnicas estatísticas.

While statistics can successfully deal with complex phenomena where these are the elements of the population on which we have information, it can tell us nothing about the structure of these elements. It treats them, in the fashionable phrase as “black boxes” which are presumed to be the same kind but about whose identifying characteristics it has nothing to say. (Hayek: 1964, p. 340).

Sem dúvida, o problema maior, tendo em vista as questões apontadas nos três itens acima, se traduz diretamente na impossibilidade teórica da previsão de eventos discretos nessas áreas⁴.

É por esse motivo que, não em decorrência da nossa falta de informações, mais sim devido à informação que temos de que aquilo que sabemos é muito pouco para obter sucesso em nossas intervenções práticas, os cientistas sociais e, em particular, os economistas deveriam se abster da recomendação de qualquer forma de intervenção, mesmo em condições propícias, ou seja, quando a teoria lhes informa que tais intervenções serão benéficas. Essa é a principal consequência pragmática (política) que Hayek extrai de sua epistemologia. E essa repulsa contra o “controle econômico” das sociedades, ele dirige não somente contra o keynesianismo – seu alvo mais imediato naquele momento –, mas também contra todo o projeto histórico do socialismo.

Poderíamos dizer então que, segundo a proposta de Hayek, dado o caráter tipicamente complexo do fenômeno econômico, o estoque de conhecimento (teórico) à disposição de qualquer indivíduo (ou grupo) será sempre deficiente em relação à totalidade de consequências que suas ações se revelarão capazes de produzir, ex post factum. Chamemos esse déficit cognitivo de “ignorância”. Consideremos também que uma parcela da totalidade de consequências que as ações são capazes de produzir será de efeitos indesejáveis e – talvez – extremamente nefastos. Chamemos a essa parcela de “consequências não intencionais de ações humanas intencionais”. Hayek também insiste veementemente sobre a necessidade do economista teórico – dada sua ignorância e os riscos sociais que esta ignorância é capaz de ocasionar – abster-se da recomendação de intervenções de política-econômica pontuais.

Para Hayek, em qualquer sociedade o grau de eficiência de um sistema econômico dependerá de sua capacidade de otimização do conhecimento existente, e esse conhecimento (digamos, tácito) encontra-se disperso entre uma infinidade de agentes econômicos, membros da sociedade. Dada a total impossibilidade (teórica) de se canalizar esse montante de informações para uma autoridade central, um sistema não planejado (e, portanto, “não consciente”) será sempre, nesse

⁴ Essa impossibilidade e suas implicações foram desenvolvidas mais extensivamente em Fernandez (2002). Uma de suas decorrências mais fundamentais, entretanto, é a proposta de Hayek de que, dada essa impossibilidade, a economia deveria dedicar-se ao desenvolvimento de teorias que almejassem as previsões de padrões de eventos. E o melhor exemplo de teoria desse tipo seria a Teoria do Equilíbrio Geral de preços, de Walras.

sentido, mais eficiente do que um sistema planejado. Desta forma, a indeterminação aparece aqui como um *sine qua non* para a maior eficiência econômica do sistema como um todo, como podemos notar na passagem que segue:

Indeed, any social processes which deserve to be called “social” in distinction to the action of individuals are almost *ex definitione* not conscious. In so far as such processes are capable of producing a useful order which could not have been produced by conscious direction, any attempt to make them subject to such direction would necessarily mean that we restrict what social activity can achieve to the inferior capacity of the individual mind. (Hayek: 1944, p. 31).

É importante aqui observar que a mesma indeterminação inerente a toda ordem social, que tem como uma de suas principais conseqüências não autorizar predições específicas (e conseqüentemente intervenções pontuais) na economia, teria, segundo Hayek, conseqüências benéficas no sentido de aumentar a eficiência do sistema como um todo. No trecho que segue Hayek, como ocorre em diversos outros momentos, faz sua defesa política do Liberalismo:

The fact that much more knowledge contributes to form the order of a market economy than can be known to any one mind or used by any one organization is the decisive reason why a market economy is more effective than any other known type of economic order. (1963, p. 262).

Nesse momento chegamos a uma questão bastante delicada: por um lado, conforme assinalamos, é em virtude do limitado estoque de conhecimento consciente ou explícito que os atores econômicos não podem fazer previsões de eventos específicos, e nem tampouco controlar as conseqüências indesejadas de suas ações. Essa limitação vale – ou deveria valer – tanto para os atores ordinários (consumidores e produtores) quanto para os atores privilegiados (economistas e governo).

Por outro lado, o “controle econômico” (de tipo intervencionista) que a epistemologia de Hayek tanto repele, sub-repticiamente penetra em seu próprio sistema, na medida em que ele procura não apenas convencer sobre a força causal (e o caráter virtuoso) da hipótese da ordem espontânea, mas também justificar todo tipo de intervenção estatal voltada para a restauração da “espontaneidade” interrompida⁵.

Essa atitude de Hayek em relação ao papel da intervenção governamental e, em última instância, também em relação ao “controle econômico” é ambígua. Cabe aqui indagar: como decidir entre intervenções “benéficas” e “nefastas” sem que se estabeleça, a priori, a possibilidade epistêmica de qualquer intervenção? Esse seria um primeiro paradoxo – teórico – que a epistemologia do neoliberalismo precisaria responder.

Depois, resta ainda o paradoxo prático: o neoliberalismo reivindica a necessidade de “restaurar a ordem perdida”, ou “disciplinar a economia de mercado” e os mecanismos de política econômica que foram criados com esta finalidade encontram-se respaldados por sua epistemologia. Essa situação foi denominada de “intervenção antiintervencionista” (Oakeshott, 1974) e de “intervenção ativamente passiva” (Prado, 2005). Seria legítimo denominá-la, alternativamente, “controle socioeconômico”?

Com relação aos riscos sociais, após três décadas de experiências desse tipo, e para além dos paradoxos teórico e prático, a implementação das políticas neoliberais possui implicações ainda mais perturbadoras. Alguns dessas conseqüências sociais, que podem ser remetidas às políticas econômicas do neoliberalismo são, por exemplo: o aumento da dívida nacional na maior parte dos países pobres, a perda da soberania nacional, à medida que políticas são impostas pelas instituições internacionais, o aumento da pobreza e da dilaceração social, a venda do patrimônio nacional a proprietários estrangeiros, a diminuição dos serviços sociais e das oportunidades educacionais para os pobres, o trabalho sub-remunerado e o acesso negado à terra para agricultura em pequena escala, as pressões crescentes sobre o meio-ambiente e a crescente homogeneização cultural, dentre outros. O que a epistemologia neoliberal tem a dizer sobre esses “efeitos colaterais” indesejados?

Considerações finais

As últimas décadas testemunharam uma série de contradições entre as promessas que, por um lado, são feitas em nome da ciência (natural e social – econômica) e esses “riscos sociais” ou “efeitos colaterais” indesejados, não calculados e muitas vezes nefastos, que são decorrentes da aplicação desse conhecimento obtido dentro do paradigma das estratégias de pesquisa “padrão” – hegemônicas. Colocar a descoberto essas contradições equivale a não permitir que se outorgue impropriamente a autoridade da ciência a resultados que não passaram pelos rigores dos testes empíricos (conduzidos a partir de estratégias de pesquisa que, em princípio, sejam capazes de detectá-los).

Acreditamos que a Epistemologia tem muito a contribuir nesse sentido, pois, se for possível demonstrar que existe a viabilidade de que teorias alternativas (i.e. heterodoxas no sentido de não se enquadrarem na abordagem da ciência padrão) sejam, a um tempo, cientificamente legítimas e autenticamente neutras (incorporando uma pluralidade de valores sociais que correspondam ao leque de valores existentes em uma sociedade), então podem estar lançadas as bases para a fundamentação

⁵ Sobre essa questão ver principalmente Hayek, 1960: cap. 15 e o Pós-Escrito.

metodológica e epistemológica de projetos econômicos (e políticos) com objetivos antagônicos ao atual modelo neoliberal, o que repercutiria sobre o próprio sentido das políticas de governo.

Referências Bibliográficas:

- Anderson, P. (1995): Balanço do neoliberalismo. In: Sader, E. & Gentili, P. (Org.) Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (pp. 9-23).
- Bordieu, P. (1998) Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bordieu, P. (2001) Contrafogos 2: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Cupani, A.; Fernadez, B. (2005): O desenvolvimento cientificista da economia moderna e suas implicações (epistemológicas, metodológicas e pragmáticas). In: Leis, H. (Org.). Impactos da Modernidade na condição humana. Florianópolis: Insular, (pp. 187-216).
- Fernandez, B. (2002): Popper, Hayek e a (im)possibilidade de predições específicas em ciências sociais, *Análise Econômica*, 20 (37), 129-149.
- Fernandez, B. (2006a): Retomando a discussão sobre o papel dos valores nas ciências: a teoria econômica dominante é (pode ser) axiologicamente neutra?. *Episteme*, 11(23), 151-176.
- Fernandez, B. (2006b): Ciência, tecnologia e dominação: o legado da crítica frankfurtiana. In: BRÜSEKE, F.; Serrano, A. (Org.). Paradigmas da modernidade e sua contestação. Florianópolis: Insular, (pp. 93-121).
- Fernandez, B. (2007) Ciência, tecnologia, capitalismo e suas interações dialéticas. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 4(63), 457-483.
- Hayek, F. (1942) *Scientism and the Study of Society – Part I*, *Economica*, 9 (35), 267-291.
- Hayek, F. (1943a): *The Facts of the Social Sciences*. In: HAYEK, F. *Individualism and Economic Order*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Hayek, F. (1943b). *Scientism and the Study of Society – Part II*, *Economica*, 10 (37), 34-63.
- Hayek, F. (1944): *Scientism and the Study of Society – Part III*, *Economica*, 11 (41), 27-39.
- Hayek, F. (1952) *The counter-revolution of science: studies in the abuse of reason*. Chicago: Liberty Press.
- Hayek, F. (1955) *Degrees of Explanation*. In: Hayek, F. *Studies in Philosophy, Politics and Economics*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Hayek, F. (1960) *The constitution of liberty*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Hayek, F. (1963) *The Economy, Science and Politics*. In: Hayek, F.. *Studies in Philosophy, Politics and Economics*. London: Routledge & Kegan Paul, 1967.
- Hayek, F. (1964) *The Theory of Complex Phenomena*. In Bunge, M. (Org.) *The Critical Approach to Science and Philosophy*. London: The free Press of Glencoe.
- Hayek, F. (1974): *The Pretense of Knowledge*. In Hayek, F. *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*. London and Henley: Routledge & Kegan Paul.
- Jevons, W. (1871): *The theory of political economy*. London: Macmillan, 1979.
- Moraes, R. (2001) *Neoliberalismo. De onde vem, para onde vai?* São Paulo: Editora SENAC.
- Keynes, J. M. (1935): *The general theory of employment, interest and money*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- Menger, C. (1871): *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre. Gesammelte Werke, Bd. 1*, Tübingen.
- Oakeshott, M. (1974) *Rationalism in politics and other essays*. London: Methuen.
- Polanyi, K. (1944) *The great transformation*. New York: Farrar & Rinehart
- Prado, E. (2005) *Pós-grande indústria e neoliberalismo*. In: Prado, E. *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Ed. Xamã, (pp. 117-143).
- Regner, A. (2000): *Ciência e valores: retomando o fôlego da questão*, *Episteme*, 10, 125-134.
- Rossi, P. (1997): *O nascimento da ciência moderna na Europa*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- Wallerstein, I. (2002) *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Walras, L. (1883): *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Abril Cultural.

El altermundismo como crítica del "pensamiento liberal"

Israel Sanmartín
Becario Postdoctoral EHESS (GAHOM-París)
isanmartin@cesga.es

Resumo: En la comunicación explicaremos el desarrollo del pensamiento altermundista, sus fases, su ideario, sus autores y sus propuestas y como ha ido evolucionando en relación al llamado "pensamiento único liberal" que ha sido fundamental para el desarrollo de la

globalización. El pensamiento único liberal lo estudiaremos en los elementos ideológicos e intelectuales que han influido en su desarrollo: la “nueva derecha”, la “tercera vía” y el neoconservadurismo. También nos detendremos en sus fases, ideario, evolución y desarrollo. Una vez terminado esto, analizaremos los dos pensamientos por separado y también en conjunto estudiando sus similitudes y confluencias, para acabar con la exposición de un programa propositivo alternativo a los dos donde presentaremos la posibilidad de desarrollar un pensamiento complejo, poliédrico, no teleológico, en debate, contingente y no determinista.

1- Los movimientos antiglobalización

Todos los procesos de los años 90 llevaron al surgimiento de los movimientos sociales contra la globalización, que comenzaron en Seattle¹. Un auténtico movimiento a lo “Robin Hood”² diverso, variopinto, poliédrico, pero con el fin común de luchar contra la exclusión, contra ese Cuarto Mundo y contra la falta de legitimación política democrática de la globalización³. Estos movimientos antiglobalización, llevaron a su vez a la creación del Foro Mundial Social de Porto Alegre⁴. Este Foro representa una oportunidad para el Tercer Mundo y para ese Cuarto Mundo y una ocasión de hacer la transición hacia una sociedad de la información global con la participación de todos, pero en otro contexto. La globalización económica ha llevado a la expropiación de la persona humana y sus derechos fundamentales; a la sociedad como razón de ser como sistema organizativo; al trabajo como creación de valor; a lo social y sus funciones de identidad; a lo político en su papel de regulación; a lo cultural y su variedad; a la ciudad y su función de espacio de comunidades; a la democracia y sus valores de libertad, igualdad y solidaridad⁵. Todo ello llevó a repensar otro modelo de globalización entendido para todos los habitantes del planeta y en su ecosistema. Un modelo basado en no renunciar a las ideas, no temer estar en contra de la corriente política dominante (como ahora el neoliberalismo) y no aceptar como inamovible ninguna institución, para entre todos, apropiarnos de nuestro futuro.

A mediados de los años 90 comenzaron a desenvolverse los primeros movimientos antineoliberales y, en cierta medida contra el modelo que trataba de imponer Estados Unidos, donde la difusión del capitalismo a su estilo acabaría por ayudar a extender la democracia de estilo norteamericano. Primero fue Chiapas y las manifestaciones de Francia⁶, y finalmente los movimientos antiglobalización, que desde Seattle en 1999 saltaron al escenario mundial logrando el fracaso de la llamada “Ronda del Milenio”. Este proceso cristalizó, primero, en el Foro Social Mundial de Porto Alegre⁷ que se desarrolló en Brasil como oposición al Foro Económico Mundial de Davos y donde se empezaron a esgrimir ideas para una globalización alternativa, y ha continuado en Gottemburgo, Barcelona, Salzburgo, Génova, Argentina, y en las movilizaciones por la paz tras la guerra de Irak, así como en otros Foros Sociales Mundiales. Realmente estos grupos, como ha señalado Susan George, se debieran denominar “globalizadores alternativos”, puesto que pretenden otra globalización⁸. Asimismo han hecho resurgir una nueva izquierda alternativa y un nuevo pensamiento crítico o alternativo que se había adormecido tras la caída del Muro de Berlín y de la implosión soviética. Estos grupos llevan más de una década trabajando en cuestiones relacionadas con la economía mundial y tienen en común su rechazo al capitalismo y al modelo neoliberal. Por tanto, sus enemigos son las multinacionales y las grandes organizaciones económicas y políticas internacionales.

En otro sentido, la globalización ha ayudado a unificar también sus protestas. En el proceso de formación de estos movimientos de resistencia se pueden observar cuatro fases⁹:

1) Hay unos movimientos iniciales de protesta que comienzan en Canadá en 1988 y que se van repitiendo a lo largo de las diferentes reuniones de las grandes instituciones económicas internacionales, aunque con poca repercusión y realizados por pequeños grupos de protesta¹⁰.

2) Hasta mediados de los 90 la oposición crítica a la globalización se dedicó a identificar, describir y comprender los fenómenos como “neoliberalismo” y “globalización”. En esta fase se desenmascaró el “gobierno oculto de planeta” constituido por el FMI, la OCEDE, el BM, y la OMC, constatándose que la aplicación sistemática de las políticas neoliberales en todo el planeta había agravado las desigualdades.

3) Fase de Protestas. Chiapas, Francia y organizaciones como ATTAC y las batallas de Seattle, Washington, Praga, Okinawa, Niza, Barcelona, Gottemburgo, Génova, y las movilizaciones en favor de la paz en la guerra de Irak¹¹.

¹ Para más información consultar: Roma, Pepa, Jaque a la globalización. Cómo crean su red los nuevos movimientos sociales y alternativos, Grijalbo, Barcelona, 2001.

² Ver Beck, Ulrich, “El poder de la impotencia”, El País, 29 de enero de 2001, 11.

³ Para un desarrollo de este concepto, ver: Ver Beck, Ulrich, “El poder de la impotencia”, 11; y Beck, U., ¿Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización, 182-189.

⁴ Por la misma senda de Porto Alegre siguió la Tercera Conferencia de Economistas celebrada en La Habana del 29 de enero al 2 de febrero. Ver Le Monde Diplomatique, nº 65, marzo 2001, 2.

⁵ Ver François Houtart y François Polet (Coords), El otro Davos. Globalización de resistencias y de luchas, Editorial Popular, Madrid, 2001, 54-55.

⁶ Ver Sempere, Joaquim, “Movilizaciones masivas en Francia”, Mientras Tanto, Invierno 96, nº 64, 125-137.

⁷ Donde el Partido de los Trabajadores lleva a cabo un interesante experimento de democracia participativa. Ver “Dossier: nuevas formas de participación política”, El Viejo Topo, nº 146-147, diciembre 2000, 38-67. La historia de este Foro se remonta a 1998 cuando la organización “Public Citizens” consiguió un ejemplar del Acuerdo Multilateral de Inversiones (AMI) que era una auténtica “Constitución Mundial del Capital”. Ahí comenzó el escándalo.

⁸ Ver Ortega, Andrés, “Los no resignados”, El País, 16 de julio de 2001, 8. Para constatar esto ver Albert, Michael, “The movements against neoliberal globalization from Seattle to Porto Alegre”, Znet, Julio/Agosto 2001.

⁹ Ver Ramonet, Ignacio, “El consenso de Porto Alegre”, El País, 12 de febrero de 2001.

¹⁰ Taibo, Carlos, Movimientos antiglobalización, qué son, qué quieren, qué hacen, Catarata, Madrid, 2007

4) Fase de proposiciones, donde aparece el Foro Social Mundial de Porto Alegre, donde se reunieron unos 12.000 participantes con 120 países representados, más de 800 ONG, 400 talleres de reflexión y decenas de intelectuales de talla internacional (Samir Amin, Armand Mattelart, Eduardo Galeano, Walden Bello, etc)¹²

Algunas de las propuestas son: 1) supresión de deuda externa para que los países del Sur jueguen un papel más importante; 2) aplicación de la Tasa Tobin en los mercados de divisas para suprimir los paraísos fiscales; 3) aumento de ayuda al desarrollo para que no se adopte el modelo del Norte ecológicamente insostenible; 4) aumento de inversión en escuelas, alojamiento y sanidad; 5) precaución en las manipulaciones genéticas y freno a la actual privatización de la vida; 6) ratificación y aplicación del protocolo de Kioto; 7) reforma democrática del BM y de la OMC; 8) cambio de las reglas en el comercio internacional para terminar con prácticas como el dumping.

Las ONG y los movimientos críticos con la globalización son diversos y contradictorios con todo tipo de reivindicaciones ecologistas, localistas, indigenistas, marxistas, etc¹³. Se pueden agrupar en cinco grandes categorías¹⁴:

1) las organizaciones centradas en la asistencia a poblaciones empobrecidas que no plantean ninguna acción sobre las causas que generan esa pobreza;

2) los violentos. Estos movimientos antiglobalización han convivido con un minúsculo sector que ha utilizado la violencia. Ésta, sin embargo, vino de la policía en Seattle en 1999 donde agredió a manifestantes pacíficos. Aunque sí ha habido violentos en Gotenburgo, Barcelona o Génova, donde la policía mató a un manifestante. Estas acciones violentas han sido asociadas al llamado “bloque negro”, que se definen como anarquistas, desprecian lo líderes y no se identifican como organización. Se inspiran en los grupos radicales alemanes de los ochenta conocidos por sus batallas callejeras contra la policía. Desde determinados sectores se ha aprovechado esta situación para criminalizar a la antiglobalización. En Barcelona policías de paisanos han actuado como provocadores. Los violentos son una minoría pero pueden crear un desequilibrio en las manifestaciones¹⁵;

3) organizaciones que se movilizan de manera puntual o sectorial contra algunos de los efectos flagrantes y perniciosos de la globalización pero sin llegar a cuestionar el proceso en su conjunto;

4) ONG y movimientos sociales que demandan que se avance hacia otra globalización;

5) grupos que plantean una confrontación radical con el sistema y rechazan el modelo económico y las instituciones que lo rigen.

Todos estos colectivos comparten una crítica común a la forma en que se está llevando a cabo la globalización. Hasta ahora sólo se han beneficiado aquellos que disponen de bienes y acceso a educación. En el mismo sentido, estos grupos aspiran a otro tipo de globalización que sea equitativa y sitúe en su centro al ser humano y el pleno cumplimiento de sus derechos fundamentales, que no se base en la concentración de poder, que esté abierta a modelos sociales y culturales diferentes al occidental, que incluya a los empobrecidos y que promueva la justicia social y dignidad. Por tanto, las manifestaciones de estos grupos son en realidad la única forma que tienen los ciudadanos para expresar la protesta por las consecuencias de la globalización¹⁶. Hay un alejamiento de los ciudadanos de las principales decisiones que se toman en su nombre, lo que indica debilidad de la democracia y falta de calidad de la misma. Los ciudadanos, por tanto, no se sienten representados por quienes se reúnen, cada vez más aislados, y marcan tendencias.¹⁷

Estos movimientos ocupan el vacío dejado por cierto tipo de política de izquierda y ha supuesto el descrédito definitivo de “enjuagues” liberales como la “Tercera Vía”¹⁸. Además de defender los intereses de los sectores sociales que representan, aceptan compartir una misma visión global, y se movilizan vía Internet para llevar a cabo acciones comunes en cualquier lugar del planeta¹⁹ Hasta ahora el panorama internacional estaba dominado por el mercado y el gobierno. Ahora hay un tercer actor, que pide un papel igualitario en el terreno internacional²⁰. Ha surgido un “contrapoder global” en una lucha de todos los pueblos contra las transnacionales y el capital financiero²¹. Todo se ha logrado gracias a la alianza entre intelectuales críticos de izquierda y los movimientos sociales alternativos, aunque no hay que olvidar la combinación de divergencias en la cumbre²² y resistencias en la base²³. Este nuevo sujeto social muestra que hay, por lo menos, dos

¹¹ Pastor, Jaime, Qué son los movimientos antiglobalización, Rba, Barcelona, 2002.

¹² Para ver su ideario completo ver: “Porto Alegre”, Viento Sur, nº 55, marzo 2001

¹³ Para una mayor caracterización de esos grupos, ver: Castells, Manuel, “Globalización y antiglobalización”, El País, 24 de julio de 2001, 11-12.

¹⁴ Carreras, Ignasi, “ONG y movimientos críticos con la globalización”, El País, 26 de julio de 2001, 12.

¹⁵ Ver Ana Romero, Entrevista a Ignacio Ramonet, EL Mundo, 22 de julio de 2001 6-7; El País, 29 de julio de 2001, 4-5; y Estefanía, Joaquín, “Flores venenosas”, El País, 26 de junio de 2001.

¹⁶ Dahrendorf, Ralf, “Los de Seattle”, El País, 16 de julio de 2001, 11.

¹⁷ Estefanía, Joaquín, “Las formaciones G”, Suplemento Domingo, El País, 29 de julio de 2001, 8; Beck, Ulrich, “El poder de la impotencia”, El País, 29 de enero de 2001, 11-12.

¹⁸ La izquierda alternativa ya había alcanzado buenos resultados en Francia, Holanda y Dinamarca durante 1998. Ver Viento Sur nº 38, junio 1998, 33.

¹⁹ Ramonet, Ignacio, “¡Protestarios del mundo, uníos!”, El País, 24 de julio de 2001, 17.

²⁰ Rifkin, Jeremy, “Un nuevo actor en la escena global”, El País, 4 de julio de 2001, 11.

²¹ Egireun, J., “Porto Alegre. Otro mundo es posible”, Viento Sur, nº 55, marzo 2001.

²² Un ejemplo de apoyo a los grupos antiglobalización desde la cumbre es Pascal Lamy, comisario de comercio europeo. Ver El País, 8 de julio de 2001, 52.

²³ Romero, Miguel, “Seattle, ¿hemos ganado?”, Viento Sur, nº 48, enero 2000, 118.

mundializaciones, la del capital internacional y la de los pueblos, que intentan recuperar el poder del que se le ha privado con la expansión neoliberal²⁴, puesto que capitalismo sin reglas a corrompido desde dentro el mercado y la sociedad.

Más allá de virtudes y defectos, estos grupos han puesto de manifiesto que el TINA (there is not alternative)²⁵ se empieza a superar práctica y teóricamente mediante lo siguiente²⁶: a) generalización de una crítica, cada vez mejor fundamentada, contra la globalización capitalista y sus efectos sociales, culturales y políticos; b) la percepción, sobre todo en América Latina, que las resistencias se empiezan a organizar política y programáticamente; c) el surgimiento de un sujeto político internacional socialmente heterogéneo, políticamente plural y culturalmente diferente; d) estos sucesos suponen un encuentro entre la izquierda y el pensamiento crítico²⁷, uno de cuyos resultados es el libro de Toni Negri y Michael Hardt²⁸, un intento de reinención del marxismo.

Estos movimientos antiglobalización surgieron como oposición tanto a la globalización como al “el pensamiento único” pero maridados al llamado “pensamiento alternativo”, en torno a la determinadas publicaciones (Le Monde Diplomatique), determinados medios en Internet (Znet, Indymedia o Rebellion)²⁹, autores (Ramonet, Chomsky, Petras, Negri, Klein o incluso el subcomandante Marcos³⁰, etc.) y las propuestas de los propios grupos antiglobalización, que ya han sido plasmadas en algunos libros para plantear una alternativa al universo liberal y capitalista que se han implantado desde los años 80. La alianza entre intelectuales críticos de izquierda y los movimientos sociales alternativos han hecho cristalizar ese “pensamiento alternativo”³¹.

Este “pensamiento alternativo” hizo aflorar un nuevo compromiso del intelectual, donde además de ejercer críticamente su profesión tiene que estar comprometido desde y con su tiempo, con lo que pasa a su alrededor, aunque tiene que ser un compromiso desde y como un proyecto profesional³² no únicamente un compromiso político. El neoliberalismo y el “pensamiento único” hicieron que muchos intelectuales hayan claudicado ante los encantos del mercado³³. De esta forma, se impuso una vuelta al compromiso de numerosos académicos en diversos lugares del mundo con las causas sociales y políticas vinculadas a la defensa de valores universales de educación y salud, justicia e igualdad, paz y democracia. Esta actitud fue fundamental para contrarrestar otros compromisos académicos con los grandes poderes económicos y políticos mediáticos y editoriales. Se trata, por tanto, de un compromiso diverso, crítico y con anhelos de futuro, con la función de combatir los mitos que fomentan el racismo, la intolerancia, los abusos, etc. La relación del intelectual con la realidad pasa por su análisis en un contexto temporal continuo³⁴. Tal y como hicieron y hacen los neoconservadores y los defensores del “pensamiento único”, los intelectuales críticos no sólo han de denunciar, conceptualizar y ofrecer alternativas al mundo en el que vivimos, sino que se han de comprometer, pero no en el sentido “militante” que sacrificó no pocas veces la rigurosidad en favor del servicio a un partido, ideología o causa, causándoles problemas de credibilidad, cuando no de viabilidad a medio y largo plazo. El objetivo es lograr una crítica con el tiempo que se vive y con la labor intelectual. En este sentido, la relación de los intelectuales con la sociedad fortalece a ambos siempre que se cumplan unas reglas mínimas de ética y profesionalidad³⁵, con el fin de pensar en el compromiso como responsabilidad intelectual³⁶. En ese sentido, ayuda al nuevo compromiso de los intelectuales el nuevo compromiso ético que se ha desarrollado desde los grupos antiglobalización con el intento de crear el impulso para un mundo nuevo con una globalización diferente y en los recientes acontecimientos tras el 11 de septiembre y la guerra de Irak con la reacción de muchos intelectuales y el impulso de ciertos grupos pacifistas surgidos tanto en los propios EE.UU como fuera de allí.

En definitiva, el intelectual tiene que aceptar que su actividad interviene históricamente, y cuando lo hace tiene que plantearse si controla esa intervención, aunque esa capacidad de control se le escapa, ya que no suele ser propietario del medio de intervención. En ese momento, es cuando debe plantearse de que una parte de su saber y de su práctica debe reservarla para una función crítica, ayudando a la vertebración de una sociedad civil y dando a los movimientos sociales un carácter de avanzada científica-técnica indispensable³⁷.

2. El altermundismo

²⁴ En inglés se utiliza el término “empowerment”. Ver “El foro social mundial”, Mientras Tanto, nº 80, primavera 2001, 22-24.

²⁵ Famosa frase de Margaret Thatcher sobre el capitalismo y posteriormente desarrollada por teóricos como Fukuyama.

²⁶ Ver Monereo, Manuel, “De Porto Alegre a Porto Alegre”, El Viejo Topo, nº 150, marzo 2001, 11-15.

²⁷ Ver Beltrán, Luis, “Crisis de la izquierda y pensamiento crítico”, El Viejo Topo, nº 136, enero 2000, 38-44.

²⁸ Michael Hardt and Toni Negri, Empire, Harvard University Press, 2000.

²⁹ En ese mismo contexto surge Historia a Debate y la publicación de los seis volúmenes de sus actas y la creación en marzo de 1999 de su página web (<http://www.h-debate.com>), donde se desarrollan debates y se genera pensamiento crítico.

³⁰ Ver Talens, Manuel, “La izquierda, las marionetas y el subcomandante”, El País, 24 de marzo de 2001.

³¹ Manuel Monereo y Miguel Riera, Porto Alegre. Otro mundo es posible, 7.

³² En esa situación es modélica la postura de Historia a Debate con su “academia solidaria” Ver <http://www.h-debate.com/Spanish/academiasolidaria/menu.htm>

³³ Marichal, Juan, “La desaparición del intelectual”, El País, 18 de abril de 1998, 11.

³⁴ AA.VV., “Manifiesto Historia a Debate”, Hablemos de historia, nº1, 116-128.

³⁵ Ver Barros, Carlos, “El retorno de la historia”, 164-167.

³⁶ Para más bibliografía ver: Said, W., Representaciones del intelectual, Paidós, Barcelona, 1996.

³⁷ Vázquez Montalbán, Manuel, Panfleto desde el planeta de los simios, Crítica, Barcelona, 1995.

La única ideología alternativa que podía mostrar una explicación total para poder diseñar un nuevo paradigma al fundamentalismo liberal era el socialismo, y por su puesto que lo hizo. Al lógico batacazo que siguió su situación tras los acontecimientos de los años 1989-91, la izquierda y el pensamiento alternativo se fueron rearmando. Diferentes foros, asociaciones, ONG's, publicaciones, trataban de sacudir el dominio del capitalismo. Así, alrededor de la conformación de una sociedad civil global empezaron a juntarse funcionando en red a través de Internet. Las nuevas tecnologías y la globalización les facilitaron considerablemente la cuestión, tanto para bien como para mal, puesto que lentamente se convirtieron en la voz crítica, alternativa y de protesta de la "globalización realmente existente" que favorecía el intercambio entre los países poderosos y marginaba a los pobres, al Sur y propiciaba una división del trabajo internacional. Esos grupos comenzaron una actividad de protesta a mediados de los 90 tanto en Francia como en Chiapas y diferentes causas indígenas a mediados de los 90, aunque fue en Seattle en 1999 donde iniciaron su actividad de cara al exterior de una forma continuada. Desde ese momento, allí donde había reuniones de las instituciones "supranacionales neoliberales" (como denominan ellos al FMI, BM, G7, etc.) -Génova, Barcelona, Washington, etc.-, allí se presentaron. Como apuntaba Naomi Klein, los nuevos movimientos sociales y las diversas asociaciones como ATTAC y el Foros Social Mundial era posible otro mundo y eso era el fin de la Historia porque había una alternativa³⁸. Klein pensaba que había dos globalizaciones una de menos de 30 países cuyo núcleo duro es el G-7 y el 11% de la población mundial y el 70% del Producto bruto mundial y el resto.

Como argumentaba Callinicos, el enemigo de esta izquierda no es la globalización sino el capitalismo global. Las instituciones centrales del capitalismo global son las corporaciones multinacionales, los Estados capitalistas más importantes y las instituciones internacionales que reflejan sus intereses. La defensa de los recursos del medioambiente, el desafío al capitalismo y los modelos alternativos de sociedad nacerán de los movimiento anticapitalistas, teniendo en cuenta que superar al capitalismo requiere una transformación revolucionaria de la sociedad³⁹.

Especial incidencia tuvo el movimiento con motivo de la guerra de Irak, favoreciendo el movimiento pacifista mundial. Estos grupos todavía no conformados en un partido político pero a cuyas ideas ya empiezan a ser permeables los partidos occidentales y latinoamericanos más progresistas, defiende una mayor democratización en todos los ámbitos, justicia social, relaciones multilaterales entre los países, diálogo N-S, etc. Algo que, se podría realizar con el proyecto de un nuevo marco, una "nueva modernidad" que sustituya el paradigma actual por uno nuevo.

Con todo esto, hubo un momento que los grupos antiglobalización pasaron de ser movimientos de protesta a formalizar un gran programa propositivo para la conformación de una alternativa a la "globalización realmente existente", es el momento en el que se convierten en movimientos altermundistas. Su argumentario se basa en unas proposiciones seculares, cívicas y universalistas que han estado sustentadas al amparo de la sociedad civil global surgida como oposición a la globalización y a la actuación de sus agentes internacionales (FMI, Banco Mundial y las formaciones "G") y de los grandes países. Esta sociedad civil global⁴⁰, denominada hasta ese momento antiglobalización surgió como consecuencia de la articulación de la protesta mundial contra el llamado "neoliberalismo" en lo económico y por las actuaciones tanto políticas como sociales realizadas bajo la influencia de la llamada globalización tras la caída del Muro de Berlín y la desintegración del llamado "socialismo real". Su articulación intelectual gira en torno a los llamados Foros Sociales Mundiales que se empezaron a realizar en Porto Alegre (Brasil) y se han ido repitiendo en otros lugares posteriormente (M. Monereo y M. Riera, 2001).

El principal medio de comunicación del "altermundismo" es Internet donde tienen toda una serie de publicaciones a su disposición (Znet, Rebellion, etc.), aunque sería un movimiento incomprensible si no se citara el apoyo de la revista Le Monde Diplomatique y el grupo ATTAC (hoy en día dividido en cuanto a si quedarse como un movimiento intelectual o desplazarse a la arena política). En cuanto a los autores que se pueden relacionar con los fines de la Historia progresistas, podemos citar a Toni Negri⁴¹, Naomi Klein⁴², Noam Chomsky⁴³, Alex Callinicos⁴⁴, J. Zerzan⁴⁵, J. Stiglitz, Dieterich, R. Passet⁴⁶ y F. Houtart⁴⁷, entre otros.

Haciendo un aclarado de ideas, podemos simplificar que su ideario descansa en una serie de ideas fuerza que ejercen de auténticos configuradores y motores de su propuesta. De tal forma, el altermundismo representa un punto de unión entre el propio pensamiento alternativo y la izquierda tradicional. Y de esa confluencia han salido algunas ideas interesantes como la defensa de los derechos humanos y la democracia participativa (o directa) frente a la representativa. Tangencialmente, el movimiento altermundista ha reunido una sociedad civil global articulada en favor de una globalización

³⁸ Klein, Naomi, "A Fete for the End of the End of History", The Nation, March 19, 2001, <<http://www.commondreams.org/view01/0303-04.htm>>, [consulta 3 de junio de 2002].

³⁹ Callinicos, Alex, *Contra la Tercera Vía. Una crítica anticapitalista*, Crítica, Barcelona, 2002.

⁴⁰ Vidal Beneyto, José, *Hacia una sociedad civil global*, Taurus, 2003.

⁴¹ Michael Hardt and Toni Negri, *Empire*, Harvard University Press, Harvard, 2000.

⁴² Klein, Naomi, *No logo. El poder de las marcas*, Paidós, Barcelona, 2001.

⁴³ Chomsky, Noam, 11/09/2001, RBA Barcelona, 2001.

⁴⁴ Callinicos, Alex, *Contra la Tercera Vía. Una crítica anticapitalista*, Crítica, Barcelona, 2002.

⁴⁵ Zerzan, John, "La catástrofe del postmodernismo", Pimienta negra, 7 de julio de 2002, <http://usuarios.lycos.es/pimientanegra/zerzan_posmodernismo.htm>, [consulta 8 de julio de 2002].

⁴⁶ Passet, René, *La ilusión neoliberal*, Editorial Debate, Madrid, 2001.

⁴⁷ François Houtart y François Polet (Coords), *El otro Davos. Globalización de resistencias y de luchas*, Editorial Popular, Madrid, 2001.

diferente y no en contra de la globalización realmente existente, y representa el surgimiento de un sujeto político internacional socialmente heterogéneo, políticamente plural y culturalmente diferente.

En otro orden de cosas, el programa altermundista, plantea la desaparición de los paraísos fiscales y por la imposición de la llamada “Tasa Tobin” a las transacciones económicas internacionales. En el mismo sentido, alientan una nueva relación Norte/Sur y una supresión de los aranceles de los productos agrícolas, así como la potenciación del denominado “comercio justo” y la imposición del desarrollo sostenible con el fin de frenar el dominio de las grandes empresas multinacionales⁴⁸.

En cuanto a las relaciones internacionales avalan el multilateralismo, la legalidad internacional, la reforma de las grandes instituciones internacionales (defienden la integración del BM, FMI y OMC en la ONU) y una democracia de hecho y más cercana en ellas. En el mismo sentido, creen en la constitución del Tribunal Penal Internacional⁴⁹.

Reivindican la recuperación por parte de los Estados del ámbito de decisión de las cuestiones económicas, y exigen una democracia económica y no una concentración económica: piden el traspaso de poder en la toma de decisiones del ámbito global al local. Al mismo tiempo, reclaman la gestión de recursos comunes como el agua, etc. Incluso algunos autores proponen la desglobalización⁵⁰ o el cambio de paradigma económico.

En conclusión, abanderan la reivindicación de sustituir una sociedad de consumidores por una de ciudadanos. Con ese fin, alimentan la idea de una ciudadanía y un salario universal garantizado. Apelan a la falta de legitimidad de las grandes Instituciones Internacionales y del gobierno corporativo global, y creen, en definitiva, en la fuerza de la sociedad civil global pero siempre al amparo de Internet como medio de comunicación alternativo⁵¹ Ediciones B, Barcelona, 2004.

Además de este ideario, ofrecen un diagnóstico de la situación actual mundial, según la cual la globalización sería una suerte de “estadounización” del mundo, y que representaría en realidad la globalización de la pobreza (aparición del Cuarto Mundo) puesto que más de 1300 millones de personas sobreviven con menos de un dólar al día, y donde 1100 millones de personas carecen de agua potable.

3- Un análisis historiográfico de las aportaciones altermundistas

Cambiando de tercio, y dejando aparte los planteamientos políticos de este pensamiento altermundista, veamos lo que nos ofrecen desde un punto de vista más teórico:

Creen en un fin de la Historia determinado y ponen todo en función de ese objetivo, tanto por parte de los diferentes organizadores que pueden ejercer de motores de la Historia como por los sujetos que lo puedan llevar a cabo, como por los propios acontecimientos. A pesar de esto, consideran que no hay una dirección previa para la Historia porque entienden que los humanos (tanto individual como colectivamente) tienen que construir esa dirección. Pese a estas premisas, en la práctica, sí creen en la importancia de los individuos y del sujeto social pero siempre como ejecutores de un plan establecido previamente que llevaría a una supuesta emancipación y la cumplimentación de un fin predeterminado: una sociedad determinada con un régimen político concreto, etc.

En otro sentido, el altermundismo advierte que es necesario reconducir el determinismo de la historia con la historia, con el sujeto social y con el compromiso con los valores. Es importante este punto puesto que muestra el reconocimiento de la pluralidad de fines y de motores que pueden operar en la Historia, así como la identificación con unos valores determinados. En otro sentido, el proyecto intelectual altermundista supone, en cierto sentido, una presentación del pasado como el futuro, cuestión nada deseable⁵².

En contraposición a al pensamiento único liberal, no están asociados a grandes acontecimientos. Son proyectos que se realizan al amparo de la historia y bajo su influencia, aunque en algunos casos sea de manera dirigida y predeterminada. En referencia a este punto, como se ha enunciado más arriba, en muchos casos, los proyectos teleológicos progresistas desmienten los grandes acontecimientos, generalmente de forma colectiva, que se asocian a los cambios, como mayo de 1968 con el “fin de las ideologías”, las protestas altermundistas en referencia al “fin de la Historia” y al “choque de civilizaciones”.

Por tanto, los organizadores externos del altermundismo son la justicia social, los derechos sociales, la igualdad económica y la participación política. Todos ellos son motores mucho más recomendables que el reconocimiento, la ideología o las identidades, pero caen en los mismos errores de sacrificar todo el desarrollo de la historia y de los acontecimientos, así como la acción humana, en su favor. Aunque, pese a esto, los fines de la historia progresistas responden y son más sensibles tanto a cambios externos como internos (historia, acontecimientos, movimientos sociales, etc.) y siempre son optimistas, ya que buscan un futuro mejor, aunque sea con los sacrificios hasta aquí expuestos.

Por último, plantean una Historia Mundial y Universal no eurocéntrica y más dialogante con otras realidades no occidentales. No tratan de imponer una cultura y son respetuosas con “el otro”, tratando de integrar tanto a Oriente con Occidente como el Norte con el Sur.

⁴⁸ Kingsnorth, Paul, Un no, muchos síes. Viaje al epicentro del movimiento de resistencia a la globalización, Ediciones del Bronce, Barcelona, 2004.

⁴⁹ Curran, Giorel, 21st Century Dissent. Anarchism, Antiglobalization and Environmentalism, Palgrave Macmillan, New York, 2006.

⁵⁰ Bello, Walden, Desglobalización. Ideas para una nueva economía mundial, Icaria, Barcelona, 2004.

⁵¹ Ver Fernández Buey, F., Guía para una globalización alternativa,

⁵² Casadei, Rodolfo, Los mitos de la nueva izquierda: las profecías incumplidas de la antiglobalización, Encuentro, Madrid, 2005.

3.1. El ejemplo decolonial en América Latina

Las denominaciones geográficas ocultan el hecho de que la división de los continentes y de las estructuras geopolíticas son constructos imperiales de los últimos 500 años. La Tierra no fue creada y dividida en cinco continentes desde sus inicios por un ser divino. América, el cuarto continente, se anexó a los tres que la Cristiandad había imaginado y que San Agustín señaló en La Ciudad de Dios según el diseño, consciente o no, de una ideología y una concepción historiográfica y teórica imperialista y colonizadora.

El punto de partida de esto son las ideas de Walter Mignolo sobre la idea de América Latina. Inicialmente la discusión que propone el intelectual de origen argentino se circunscribe a cómo nació la “idea” de América Latina con el objetivo de separar el nombre del subcontinente de la imagen cartográfica que tenemos de él. El problema es que eso sólo se queda en una mera intención y lo que nos propone Mignolo es, además de eso, una discusión identitaria sobre “América Latina”. Con este punto de partida, nos desmarcamos del debate que propone originalmente Mignolo y nos acercamos al descubrimiento de la intencionalidad de todo lo que propone, es decir, al último sentido de sus argumentos, con lo que lo podríamos denominar la “trampa mignolo”, es decir, disfrazar de no identitario todo su argumentario para, en base a toda una serie de conceptos identitarios como raza, civilización, lengua, cultura, etc. presentarnos la discusión como algo relacionado con la modernidad/postmodernidad, con la sociología de la cultura y con los Cultural Studies⁵³.

Pese a esto, coincidimos con Mignolo en la idea de buscar los cimientos coloniales/imperiales de la “idea” de América Latina para desentrañar la geopolítica del conocimiento desde la perspectiva de la colonialidad, la contrapartida de la modernidad que no se ha contado ni ha sido reconocida.

Walter Mignolo⁵⁴ ofrece una clave epistemológica nueva al entender que el concepto de lo latino es sólo fruto de la mentalidad de una ciencia colonizada y no pensada autónomamente. Asimismo defiende una descolonización de la modernidad eurocéntrica, además de esbozar ideas como que no hay modernidad sin colonización; que la colonización y descubrimiento del siglo XVI hace crear el componente colonial de la modernidad; que la modernidad es un proceso donde occidente va hacia el dominio del mundo; que hay una evidente relación entre Capitalismo, colonización y modernidad; y que la idea de América y Latinoamérica ha sido mantenida sin la matriz colonial.

Todo esto supone efectuar una crítica del universalismo eurocéntrico y de la neutralidad de los valores occidentales impuestos globalmente, así como de las estrategias de construcción de hegemonías ideológicas e intelectuales en el campo de las ciencias humanas y sociales. Lleva también a escudriñar el proceso mismo de reproducción del capitalismo histórico que ha demostrado ser un sistema geoeconómico y geopolítico que no ha dejado de reproducir una desigualdad de enunciación estructural, además de económica y política, que se ha reproducido hasta nuestros días. Por otro lado, el proyecto de la modernidad está viciado por la introyección del proyecto colonial que hace que esa enunciación lejos de ser universal sea violentamente excluyente.

Estas ideas son las que trataremos en este trabajo, y han sido desarrolladas por Walter Mignolo principalmente en los textos *The Idea of Latin America* y en *Local Histories/Global Designs Coloniality or Subaltern Knowledges and Border Thinking*,

4. El pensamiento único liberal

Gracias a la convergencia de la Nueva Derecha y el neocoservadurismo ha surgido una defensa del capitalismo democrático, de la democracia liberal y del liberalismo, y la lucha contra el Estado como prioridad, la defensa de mercado y regreso a la sociedad civil. Así ha aflorado lo que Ignacio Ramonet (y otros) han definido como “pensamiento único”.

Desde la caída del Muro de Berlín los ciudadanos se han sentido atrapados por una especie de “doctrina pegajosa” que imperceptiblemente envuelve todo razonamiento rebelde, lo inhibe, lo perturba, lo paraliza y acaba ahogándolo. Esta doctrina se ha denominado por parte de Ignacio Ramonet como “pensamiento único”⁵⁵, que según él, “es la traducción en términos ideológicos y con pretensión universal de los intereses de un conjunto de fuerzas económicas, en particular del capital internacional. Sus principales fuentes son las grandes instituciones económicas y monetarias (Banco Mundial, Fondo Monetario Internacional, organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE), Organización Mundial del Comercio, Comisión Europea, Bundesbank, Banco de Francia, etc.), que mediante su financiación enrolan al servicio de sus ideas a través de todo el planeta a numerosos centros de investigación, universidades y fundaciones, los cuales, a su vez, perfilan y difunden la buena nueva”⁵⁶.

Este pensamiento es retomado y reproducido por los principales órganos de información económica propiedad, en algunos casos, de (*The Wall Street Journal*, *The Financial Times*, *The Economist*, *Far Eastern Economic Review*, la agencia

⁵³ Aquí seguiremos algunas de las conclusiones fruto de los seminarios que celebramos con el profesor Claudio Canaparo en la Universidad de Exeter, en el Reino Unido.

⁵⁴ Sobre todo en *The Idea of Latin America*, Blackwell Publishing, Oxford, 2005, y *The Darker Side of the Renaissance Literacy, Territoriality and Colonization* (1995); *Local Histories/Global Designs. Coloniality; o Subaltern Knowledges and Border Thinking*, Princeton University Press, 2000.

⁵⁵ Ver *Le Monde Diplomatique*, enero de 1995. Hay una reproducción en RAMONET, Ignacio, “El pensamiento único”, *Mientras Tanto*, n°61, pp. 17-19. Pero ver sobre todo: Ver también KAHN, Jean François, *La pensée unique*, Fallard, Paris, 1995.

⁵⁶ RAMONET, Ignacio, *Un mundo sin rumbo. Crisis de fin de siglo*, p.111. También ver Noam Chomsky e Ignacio Ramonet, *Cómo nos venden la moto*, Icaria, Barcelona, 1995.

Reuter, etc.). Después, las facultades de ciencias económicas, periodistas, ensayistas, políticos, retoman los preceptos de estas ideas y mediante los grandes medios de masas lo difunden, “sabiendo con certeza que, en nuestras sociedades mediáticas, repetición equivale a demostración. El primer principio del pensamiento único es tan sólido que un marxista distraído no lo cuestionaría: lo económico predomina sobre lo político”. La repetición de sus ideas le confiere tal fuerza intimidatoria que ahoga cualquier tentativa de reflexión libre, y convierte en muy difícil la resistencia contra este nuevo oscurantismo. Sus presupuestos son una mezcla de las ideas económicas de la Nueva derecha y los postulados culturales, sociales y de política exterior del neoconservadurismo.

El “pensamiento único” se ha desarrollado al calor de las grandes potencias y las instituciones internacionales que pilotan la globalización. Además, surgió como producto de la fusión de las ideas de la llamada Nueva derecha con las del neoconservadurismo (Strauss).

Bajo el apelativo Nueva derecha se suelen designar las opciones políticas conservadoras que han servido para sustentar los gobiernos de Reagan y Thatcher.

A pesar de las diferencias, hay puntos de vista comunes para la Nueva derecha de Estados Unidos y Reino Unido. Para empezar, tienen su origen intelectual en los años posteriores a la Segunda Guerra Mundial en los textos de Friedrich Hayek, especialmente en el libro *The Road to Serfdom*⁵⁷. El nacimiento de este pensamiento constituyó una reacción contra el Partido Laborista inglés y el New Deal norteamericano, es decir, una oposición teórica primero (con estos autores) y política después (Thatcher y Reagan) contra el Estado intervencionista y de bienestar. La Nueva derecha sostiene que el centro de la civilización moderna es el mercado y cree en el individualismo económico y en el contexto del Estado mínimo como pivotes fundamentales en el desarrollo de la democracia, donde el orden de la sociedad subyace de la coordinación espontánea e inintencionada de muchos individuos que actúan por motivos propios.

Por su parte, el neoconservadurismo introdujo en la Nueva derecha todo ese sentimiento beligerante y nacionalista en política exterior e intentó reafirmar o retornar toda una serie de conceptos morales y éticos en cuestiones culturales y de educación, además de subrayar el anticomunismo estadounidense (aunque consideraron en su justa medida los cambios que venían sucediéndose en Rusia). Estas ideas neoconservadoras junto con los programas sociales y de política interior neoliberales dieron “cuerpo” al pensamiento de esa Nueva derecha. Pero aunque hayan sido bien tratados por las administraciones republicanas y hayan recibido mucho dinero de ellas, los neoconservadores son un grupo más complejo y poliédrico que estas breves líneas. Su origen judío y trotskista son sólo algunos ejemplos de lo difícil de su conceptualización.

El neoconservadurismo es más bien una doctrina social orientada para la solución de problemas políticos que no tiene unidad en sí misma sino que le viene dada por lo que es criticado. Nació en una secuencia específica de hechos históricos y se define por tales. El nexo común de los intelectuales que se califican como tales es su anticomunismo y su antiestalinismo dentro de los movimientos radicales estadounidenses, así como por su filiación comunista en las filas del Partido Demócrata estadounidense. Por tanto, es una tendencia intelectual de reacción puesto que no nace del conservadurismo existente sino que se produce dentro del movimiento intelectual liberal (en jerga americana).

5. La necesidad de abandonar las explicaciones teleológicas

Con todo lo explicado hasta aquí se puede decir que es necesario abandonar las explicaciones teleológicas, puesto que están sustentadas en gran medida por el desarrollo de la historia hacia un fin, que no se abandona por entender y reconocer la pluralidad de fines, ya que éstos pueden desarrollarse paralelamente, es decir, que necesitamos una explicación que pueda hacer convivir esos diferentes fines y todas sus explicaciones, y lo que sobra en esa exposición es precisamente el término “fines”.

La concepciones teleológicas son reflejo de una crisis social y se muestra con expresiones como el propio “fin de la Historia”, “fin de la prehistoria”, “lo post- meta” o la historia real (expresa la necesidad de una transición hacia una nueva sociedad libre de antagonismos). Por otro lado, suele ser una justificación de una sociedad existente y del desarrollo alcanzado en algún país determinado como el más completo y racional. Y por último, es una condición necesaria para crear sistemas filosóficos o teorías absolutas⁵⁸.

Para un estudio consistente de estas concepciones, hay que diseccionar los diferentes planos de la afirmación “fin de la Historia”: a) finitud: determinación y limitación del proceso; b) finalidad: orientación, sentido, destino anunciado; c) finiquitación: realización, perfección. Para Hegel-Kojève-Fukuyama la historia se divide en prehistoria, historia y posthistoria⁵⁹.

Hay que evitar argumentar y definir la “H”istoria en relación a su fin, de tal forma que sólo tenga una o varias orientación(es) y término(s). Se debe de sustituir el fin por objetivos, que en ningún caso sean fijos y multidireccionales. Por tanto hay que salir del dilema establecido entre el fin y el principio de la Historia. Lo único que hacen los constructos

⁵⁷ Pero también en Raymon Aron, Isaiah Berlin y John Rawls. Ver: HAYEK, F., *The Road to Serfdom*, George Routledge & Sons, Londres, 1994. ARON, R., *Introduction à la philosophie de l'histoire. Essai sur les limites de l'objectivité historique*, Gallimard, Paris, 1948. RAWLS, John, *A theory of Justice*, Cambridge/Mass, 1971.

⁵⁸ RACHKOV, P.A., “The End of History as a sociosophical problem”, *Russian Studies in Philosophy*, Vol. 33, No. 2, 1994, pp. 9--14.

⁵⁹ LEFEBVRE, Henri, *La violencia y el fin de la historia*, Ediciones siglo Veinte, Buenos Aires, 1973, pp. 46-47.

teleológicos es privilegiar una historia particular. Así no se puede establecer la posibilidad y practicabilidad de la sociedad del futuro por ejemplos particulares del momento (algunos se refieren a la evolución ideológica pero debería hablar de elaboración ideológica, puesto que construye mediante un falso cientificismo la necesidad de un proceso discursivo sujeto a la predictibilidad, que en realidad puede ser tachado de anacrónico). La teoría y la práctica; la filosofía y la realidad están íntimamente relacionadas y ambas se retroalimentan. Por tanto, la evolución histórica e “H”istórica está abierta a un proceso que nunca acaba y que está lejos de ser la democracia liberal.

Las explicaciones teleológicas se deben de definir por: 1) se ha de referir a los hechos, a los materiales históricos, a la historia efectiva, a materiales fechados; 2) tiene que tomar como sujeto a la humanidad; 3) la humanidad no puede quedar absorbida en procesos cósmicos sobrehumanos; 4) debe de considerar el cambio histórico causado por uno o varios factores racionales, rechazando las leyes generales que todo lo explican; 5) es necesario que deje de estar vinculada “militantemente” a la defensa de algún modelo de sociedad o de Estado⁶⁰.

Se debe de construir una Historia Universal menos eurocéntrica y occidentalista. No es normal que muchos de los beneficiarios de un sistema social que genera desigualdades no sean conscientes de los vínculos reales entre su bienestar y la miseria de los demás. El esquema modernizante ya no sirve para conceptualizar lo que está sucediendo en este tiempo en que se hace imposible situar a la humanidad entera en una línea única de progreso hacia su emancipación.

Con todo esto, se impone el impulso de una nueva modernidad para abandonar las explicaciones teleológicas por otras más contingentes, con lo que pasaríamos del fin de la Historia a los fines de la Historia, y a su vez éste por el de los objetivos de la Historia, con el objeto de pensar con varias ideas y la vez, y de una manera dialógica y compleja.

Las denominaciones geográficas ocultan el hecho de que la división de los continentes y de las estructuras geopolíticas son constructos imperiales de los últimos 500 años. La Tierra no fue creada y dividida en cinco continentes desde sus inicios por un ser divino. América, el cuarto continente, se anexó a los tres que la Cristiandad había imaginado y que San Agustín señaló en La Ciudad de Dios según el diseño, consciente o no, de una ideología y una concepción historiográfica y teórica imperialista y colonizadora.

6. Hacia un pensamiento dialógico y pluriversal

Con todo lo visto hasta aquí ha quedado claro que es necesario el abandono de las concepciones teleológicas de la historia sustentadas en un fin que condiciona y ejerce de auténtico organizador de la Historia, tanto en la concepción postmoderna como en la conservadora y la progresista. Por tanto, sería conveniente sustituir la idea de fines de la Historia por la de objetivos o metas, que deben de ser móviles, plurales y cambiantes, así como abandonar la necesidad de motores de la Historia únicos e incorporar variedad y cambio de organizadores de la Historia dependiendo del momento y la necesidades. Además de estas ideas fuerza, también podemos concluir que:

- No hay un fin de la Historia predeterminado y éste no está guiado por un sujeto inmanente, ni la racionalidad de la historia determina su finalidad. Es necesario el rechazo teleológico.

- Los motores de la historia deben de ser plurales y adaptados a cada momento: la acción política común, los movimientos sociales, los seres humanos, las naciones, los Estados...

- La historia universal debe de ser un diálogo entre Oriente y Occidente y debe entenderse en sentido amplio - incluyendo la ecología y los animales-

- Los fines de la Historia sólo son constructos narrativos que entrelazan diferentes cuestiones y acontecimientos tejidos alrededor de unos motores de la historia interesados y limitados, pero que no los relacionan entre sí. Es momento de buscar la explicación y el porqué del entrelazamiento de unas situaciones y cambios con los otros.

- Se debe de superar la idea de Gunder Frank en relación a las cuestiones de centro/periferia por la de una integración total, donde Oriente-Occidente y Norte-Sur sean considerados y pensados como uno, aunque siga habiendo diferencias.

- Hay que considerar que el presente siempre abarca el futuro y el pasado y no intentar presentar el presente como futuro (postmodernos y conservadores) o el presente como pasado (progresistas). La relación pasado/presente/futuro tiene que estar siempre presente y es clave en la construcción de nuevas alternativas.

- La teoría y las grandes reflexiones filosóficas no deben de imponerse a la historia, sino que debe de haber un equilibrio entre la teoría, la historia y la política, con el fin de lograr unas explicaciones globales, inter e intradisciplinarias y con la necesidad de pensar con varias ideas a la vez

- No hay un proceso único llamado Historia, sino que la Historia son varios procesos y plurales. Se debe huir de esas argumentaciones dogmáticas y que lo engloban todo, puesto que la realidad es compleja y poliédrica.

- Se debe de buscar un reequilibrio entre democracia y liberalismo o socialismo, donde hay que considerar que existen varios socialismos y varios liberalismos.

- Debemos de considerar siempre por encima de otras circunstancias las obras de los humanos, aunque no debemos de dejar de pensar en las cuestiones contingentes relacionadas con la naturaleza o con determinados acontecimientos.

⁶⁰ PÉREZ HERRANZ, Fernando M., “Historia e historia; en torno al propuesto fin de la historia”, *Anales de la Universidad de Alicante. Historia contemporánea*, nº 10-11, 1993-94, pp. 169-174.

- Se debe de buscar una armonía entre la historia, la política y la filosofía en las construcciones teóricas.
- La Historia no tienen una meta prefijada, sino que se va construyendo día a día, al calor de la acción humana, de los acontecimientos, de las ideologías y de la multiplicidad de motores e ideas que intervienen en la realidad.
- Todo esto nos lleva al abandono del pensamiento teleológico por uno contingente, y a la eliminación de la palabra “fin” y su sustitución por otras como “objetivo” o “meta”, con el objetivo de la construcción de una nueva modernidad.

A Amazônia no século XXI: novos dilemas e suas implicações no cenário internacional

Violeta Refkalefsky Loureiro Loureiro
 Universidade Federal do Pará
 violeta.loureiro@ig.com.br

Resumo: Aponta ângulos novos no estudo da fronteira econômica, estabelecendo uma linha demarcatória conceitual que distingue a fronteira do passado recente e uma nova fronteira, já visivelmente estruturada na realidade, embora pouco estudada: a Amazônia como uma fronteira de commodities. É que, enquanto as várias mudanças se processavam e revelavam-se como ângulos fecundos a estudar, passou quase despercebido que estava em gestação o vir a ser de uma nova natureza da região, agora como fronteira de commodities. Ela se gestou no interior das transformações recentes que alteraram a natureza e a escala da produção regional (com a implantação de siderúrgicas; assim como a produção de dendê, soja, palma, gado, madeira, etc em larga escala), a origem social dos produtores (investidores de agronegócios) e o destino global da produção. O estudo analisa os impactos dessa nova fronteira sobre o desmatamento, as condições de sobrevivência das populações tradicionais da Amazônia e dos direitos humanos das mesmas, especialmente, índios e caboclos. Hoje a Amazônia é uma fronteira de commodities aberta e voltada para o mundo. E como tal, está mais sujeita às injunções do mercado mundial que da conjuntura interna do país; daí a dificuldade do Estado brasileiro em agir como dirimidor dos conflitos de interesses das populações tradicionais frente às pressões do grande capital nacional e internacional na produção de commodities para o mercado global.

1 DOIS MOMENTOS DISTINTOS NA HISTÓRIA RECENTE DA AMAZÔNIA BRASILEIRA COMO FRONTEIRA ECONÔMICA

1.1 A FRONTEIRA NOS ANOS 70/80 - CARACTERÍSTICAS DOMINANTES

Penso que a problemática da fronteira amazônica pode ser melhor entendida se analisada sob dois momentos distintos, como os que seguir proponho: o primeiro, abrangendo os anos 70 e 80 e o segundo dos anos 90 aos dias atuais. Cada um deles apresenta determinadas características que se destacam sobre as demais, embora algumas delas persistam nas duas fases, com maior ou menor ênfase numa delas.

Alguns enfoques teóricos no estudo da fronteira

A partir dos anos 70, a Amazônia como fronteira, tornou-se um tema importante e constante na pauta de estudos e debates acadêmicos e políticos do país. Como decorrência, marcos teóricos fundamentais para a reflexão sobre a questão foram definidos, embora o tema já tivesse sido abordado antes. Darcy Ribeiro, focalizou a questão da fronteira no Brasil sob a ótica da expansão da “civilização” empurrando e confrontando-se com culturas e terras indígenas razão pela qual o autor denominou esses movimentos de frentes de expansão agrícola 1.

Essas frentes agrícolas eram formadas, predominantemente, por pequenos produtores rurais que nelas desenvolviam seu trabalho com base na agricultura familiar. A fronteira era assim, o lugar onde tradicionalmente, a existência de condições concretas de terra e trabalho possibilitava, e facilitava a permanente expansão do campesinato² no país. Dessa forma, o campesinato avançava sobre as fronteiras alargando-as incessantemente, enquanto houvesse caminhos para alcançar novas terras. Na Amazônia, o processo vinha acontecendo desde os anos 60³ e, mais acentuadamente, a partir dos anos 70⁴.

Para se instalar na região os colonos (migrantes ou não), abriam estradas, limpavam igarapés⁵ e terrenos onde faziam roçados, construía suas casas, defendiam o lote e a vizinhança contra ataques de gente e de animais. Ao prepararem a terra iam construindo a história do lugar e uma história familiar e pessoal, própria de cada um no novo lugar. Paralelamente,

¹ RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização* – a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis : Vozes, 1970, p.25.

² HEBETTE, J.; ACEVEDO MARIN, R. . *Etat et appropriation sociale de l'espace*. La colonisation à Ariquemes. Rondônia ; Belo Horizonte : IGU, 1982.

³ VALVERDE, O.; DIAS, C. . *A Rodovia Belém-Brasília*. Rio de Janeiro : FIBGE, 1967; FOWERAKER, Joe. *The Struggle for Land*. A political economy of the pioneer frontier in Brazil from 1930 to the present day. Cambridge : Cambridge University Press, 1981. MENDES, Armando Dias. *Amazônia: Terra e Civilização*. Variações em torno de uma trajetória de 60 anos – 1942-2002. In: Amazônia e seu Banco. Manaus. Valer ; BASA, 2002.

⁴ THERRY, Hervé. *Routes transamazoniennes et reorganization de l'espace*: le cas de Rondônia. Cahiers d'Outre-Mer, Paris, v. 34, n.133, 1987; VIEIRA, Ima Célia G. et al. *Diversidade Biológica e Cultural da Amazônia*. Belém, MPEG, 2001; SCHMINK, M.; WOOD, C. (Orgs.). *Frontier Expansion in Amazonia*. Gainesville : CLAS.University of Florida, 1982. FOWERAKER, Joe. *The Struggle for Land*. A political economy of the pioneer frontier in Brazil from 1930 to the present day. Cambridge : Cambridge University Press, 1981.

⁵ Cursos d'água estreitos e longos que cortam, aos milhares, as terras da Amazônia.

construíam-se a si mesmos como pessoas e comunidades unidas no exercício cotidiano e incansável de fixarem-se no novo lugar de vida e trabalho. Daí porque entendo que a fronteira é, também o lugar onde se processa a tentativa utópica de construção e reconstrução da história, segundo a ótica dos que nela se instalam⁶.

Outros autores enfocaram mais detidamente as políticas públicas de ocupação da fronteira, o avanço do capital nacional⁷, ou as ações governamentais de colonização⁸ a maioria enfatizando os fracassos das mesmas, os movimentos sociais delas decorrentes⁹ ou os danos ambientais acarretados por essa ocupação¹⁰. E, embora raros autores tenham feito um registro explícito sobre este ponto, parece ter havido sempre um consenso entre os estudiosos da fronteira sobre a constatação de que a Amazônia é a última fronteira do país¹¹.

Segundo José de Souza Martins¹², a fronteira é o lugar do conflito, o lugar do confronto, da disputa por território, terra, recursos naturais, possibilidades de vida e trabalho. E ainda, a fronteira é o lugar da convivência simultânea de tempos históricos diferentes dos diversos personagens que vivem ou buscam a fronteira: do tempo lento e da vida sem pressa de quem estava lá (índio ou não) antes da chegada do estranho; do tempo angustiado de quem chega procurando se fixar na nova terra e conseguir nela melhores condições de vida; do tempo nervoso do empresário que investiu capital na fronteira e quer um rápido retorno, sem índios e colonos a lhe atrapalharem.

Como é ainda inteiramente outro o tempo histórico do pistoleiro que mata índios e camponeses a mando do patrão e do grande proprietário de terra: seu tempo é o do poder pessoal da ordem política patrimonial e não o da sociedade igualitária e democrática que atribui à instituição neutra da justiça a decisão sobre os litígios entre os seus membros. A bala de seu tiro não só atravessa o espaço entre ele e a vítima. Atravessa a distância histórica entre seus mundos, que é o que os separa¹³.

A estrada e o conflito demarcando o itinerário da fronteira

A fronteira acompanhava, nos anos 70/80, de uma certa forma, o percurso das grandes estradas que iam sendo abertas a partir de então na região. Uma característica então freqüente na fronteira era a marcha do campesinato alargando suas áreas de sobrevivência e produção. Mas sua ação, em contrapartida, ia convertendo o lote por ele aberto num fértil espaço para a acumulação do novo capital que, gradativamente, se apropriava da terra e do trabalho que o colono incorporara nela. Ambos, colono e empresário seguiam o curso da estrada. De toda forma, a fronteira era então, um espaço privilegiado de reprodução do campesinato.

Uma oposição básica geradora de conflitos

O que se constata, analisando os diversos surtos de avanço da fronteira, é que os estudos ressaltavam uma oposição persistente no que concerne ao uso da terra. Ela se estabelecia entre a terra de trabalho - defendida por trabalhadores sob formas diversas de organizações e movimentos, entidades de defesa dos direitos humanos, etc; e a terra de negócios - objeto de lucro ou de especulação, reserva de valor, exploração de recursos, fonte de captação de financiamentos, motivo de grilagem; mas também de resistência, conflito e morte.

Nos anos 70, quando Octavio Ianni publica seu estudo sobre a realidade dilacerada da expansão da fronteira amazônica, destaca como elemento fundamental para a compreensão do contexto da fronteira, a luta pela terra¹⁴. De fato, desde então o conflito permaneceu invariável como problemática da fronteira, penalizando marcadamente os pequenos produtores, apesar da incessante resistência sustentada pelos movimentos sociais de trabalhadores rurais, apoiados por associações ou instituições de diversos tipos. Esta característica tem sido a triste e trágica marca da Amazônia como fronteira de expansão da economia e da sociedade. Os conflitos decorreram desde as primeiras décadas de abertura das estradas, no meu entendimento, da ausência do Estado na região e, sobretudo, da incapacidade histórica deste, quando acionado, de se posicionar face aos interesses antagônicos dos distintos grupos sociais na fronteira. E de dar conta, através de seus sistemas institucionalizados, de questões que colocam frente à frente os interesses das camadas pobres do campo, das populações

⁶ Sob esta ótica é feito o estudo de LOUREIRO, Violeta. *Estado, Bandidos e Heróis: utopia e luta na Amazônia*. Belém, Cejup, 1997, ao estudar a formação de 36 pequenas comunidades rurais no nordeste do Pará, em direção ao Maranhão e os conflitos decorrentes da luta desses migrantes nordestinos pela terra no novo lugar, disputando-a com grandes empresas nacionais e estrangeiras que chegaram depois deles, com a intenção de explorar a terra.

⁷ Cf. VELHO, Octavio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro : Zahar, 1972.

⁸ COSTA, José M. M. da. *Ocupação, Integração e Desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de Ação Federal*. In: Mendes, A. (Org.) *Amazônia e seu Banco*. Manaus : Valer ; BASA, 2001; LOUREIRO, Violeta R. *Amazônia: Estado, Homem, Natureza*. Belém : Cejup, 1992; PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: o ante-ato da destruição*. Belém : Grafisa, 1977; IANNI, Octávio. *Colonização e Contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis : Vozes, 1979; LÉNA, P. ; OLIVEIRA, A. (Orgs) *A Fronteira Agrícola 20 anos depois*. Belém: CEJUP ; MPEG, 1992

⁹ ALMEIDA, Alfredo Wagner de. *Universalismo e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia*. In: D'INCAO, M. A ; Maciel, I. *A Amazônia e a crise da Modernização*. Belém : MPEG, 1995.

¹⁰ FEARNESIDE, P. (1987). *Frenesi do Desmatamento no Brasil: a Floresta Amazônica Irá Sobreviver?* In: *Homem e Natureza na Amazônia / Hombre y Naturaleza en la Amazonia*, Tubingen; BURSZYTYN, Marcel. *Novas institucionalidades e Gestão do Meio ambiente*. In: FELDMANN, Fábio. *Rio + 10 Brasil - uma Década de Transformações. Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Climáticas e Meio Ambiente*. MMA/ISER, 2002.

¹¹ Após o esgotamento de outras fronteiras econômicas no sul, sudeste e parte do centro-oeste em fases anteriores.

¹² MARTINS, José de Souza. *Fronteira – a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo : Hucitec, 1997.

¹³ MARTINS, José de Souza (1997), op.cit. p. 159.

¹⁴ IANNI, Octávio. *A Luta pela Terra*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978

tradicionais (índios, caboclos, quilombolas¹⁵ e outros) e os privilégios de que o capital e seus detentores usufruem historicamente¹⁶.

A conjuntura, as políticas nacionais e o movimento da fronteira - interdependências

Nas primeiras décadas de expansão da fronteira amazônica a terra de trabalho era ocupada pelos antigos moradores e por migrantes pobres que o governo federal estimulava, através de suas ações políticas. Da mesma forma, a terra de negócios era ocupada por empresários financiados com dinheiro público ou influenciados por políticas nacionais voltadas para a região. Entendo que, para todos - naturais, migrantes, novos empresários ou aventureiros -, a fronteira se movia, na época, predominantemente, em função de alterações na conjuntura interna e das políticas públicas do país. De um lado políticas estimuladoras de novos capitais para a região atraíam empresários; de outro, a prolongada recessão pela qual passou o país durante os anos 80 e 90, expulsava populações pobres, que depositavam na região suas últimas esperanças de melhores condições de vida. Em ambas as situações, ainda que precariamente, o Estado tinha algum conhecimento sobre os empreendimentos que financiava ou informações sobre os grandes empreendimentos que aí se instalavam; quem ocupava o espaço ou dele se dizia dono, embora o controle da área tenha sido sempre difícil e ineficaz.

Do eixo principal das grandes estradas abertas nos anos 70 e 80, a fronteira se foi abrindo em vários pontos da região e tomando várias direções. Das margens das grandes estradas, incontáveis ramais laterais são abertos por prefeituras, fazendeiros, madeireiros, especuladores, colonos, etc. Eles vão rasgando as matas laterais e transformando a estrada num estranho desenho, denominado popularmente de “espinha de peixe” ou “espinhela de peixe”, face ao traçado que as dezenas de estradas vicinais riscam a mata.

1. 2 UMA RUPTURA HISTÓRICA E O SURGIMENTO DE UMA NOVA FRONTEIRA

Nos anos 90, as políticas econômicas neoliberais intensificariam os incentivos à exportação e, nelas os recursos naturais da Amazônia teriam um papel fundamental. Assim sendo, a pecuária na região amplia suas áreas, acelera-se a abertura de áreas para pastos (antecedida pela exploração madeireira voltada para a exportação); e melhora seu padrão de qualidade, com vistas a atender os requisitos de novos mercados. Consolida-se o parque siderúrgico com novos empreendimentos e a produção de grãos adentra nos espaços amazônicos. A ruptura se completa e a fronteira passa a apresentar um perfil distinto do anterior.

O que pretendo destacar aqui são os novos aspectos que a Amazônia como fronteira assume atualmente. Entendo que a transformação básica reside no fato de que, cada vez mais velozmente a fronteira amazônica se transforma numa fronteira de commodities voltada para o mercado internacional. O processo tem início com três produtos: madeiras, ferro e alumínio em lingotes.

Exportação de madeiras, a expansão da pecuária e o cultivo de grãos - o aumento do desmatamento

Em 1960 a Amazônia era responsável por apenas 3% da produção nacional de madeiras mas, em apenas 30 anos (em 1990), a região já contribuía com 27 % para a produção nacional e nesse número o Pará era responsável por 23,53%¹⁷, tornando-se o maior produtor do país. Neste interregno, várias estradas federais, estaduais e vicinais haviam sido abertas na região.

Pelas estradas, os madeireiros penetram pelas estradas vicinais (algumas com mais de 100 km de extensão) abertas pelos agricultores ou por eles mesmos e extraem as espécies florestais mais importantes. Depois de sofrer a seleção das madeiras nobres e outras de algum valor comercial no mercado interno, e já empobrecida pela retirada das melhores espécies, aí então a terra recebe outra destinação – converte-se em pastagem. A frente de exploração de madeira segue avançando pela floresta nativa e deixando para trás a terra, que agora é destinada à pastagem. Posteriormente, depois de esgotada como pastagem, passa, mas isto já nos anos 90, a integrar o estoque de terras do agronegócio (soja, palma, e outros produtos destinados ao mercado exterior). Este é o ciclo perverso do desmatamento. Na passagem das estradas fundam-se vilas que, rapidamente se vão convertendo em cidades, embora sem infra-estruturas, em meio à mata; e, às margens das estradas vão-se instalando a exploração madeireira e a pecuária.

A exploração desordenada de madeira foi-se tornando cada vez mais expressiva e, gradativamente, foi mudando o ponto focal das atividades econômicas nesses novos espaços abertos na fronteira. Este se distanciou paulatinamente da agricultura familiar dos anos 70 e 80, desviando-se para a exploração das madeiras e estabelecendo um novo uso para a terra. Mas, o resultado desse novo processo permanece o mesmo – a penetração em terras de índios e quilombolas, a expulsão do produtor familiar de seu lote, a concentração e a reconcentração de renda por fazendeiros e grupos econômicos. A terra (própria ou grilada) vai sendo cada vez mais incorporada ao mercado, sendo vendida até mesmo no exterior, via Internet, ou outros meios. Torna-se produto de venda, revenda e especulação, mas também elemento de vida e morte na fronteira. O INCRA comunicou recentemente à Advocacia Geral da União - AGU a aquisição de 33 mil propriedades na Amazônia, após

¹⁵ Descendentes de negros escravos que durante o regime escravocrata refugiaram-se nas matas e que até hoje permanecem de forma mais ou menos isolada da sociedade nacional, vivendo em quilombos ou mocambos.

¹⁶ Na tipologia de conflitos proposta por LOUREIRO (1992), em todas as categorias de conflito, o Estado teve dificuldade ou foi incapaz de equacionar as situações-problemas geradoras, evitando que o conflito fosse deflagrado.

¹⁷ IBGE. Censo Agropecuário 1960, Rio de Janeiro, [1961] e IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1989. Rio de Janeiro, [1990].

1988 e registradas em nomes de estrangeiros (especialmente da Malásia, Alemanha, Inglaterra e Japão), algumas com enormes dimensões e com indícios flagrantes de fraude.

A fronteira se abre em várias direções e atinge o coração da floresta

Diferentemente dos anos 70 e 80, quando o governo abria as estradas, hoje é o grande capital que abre estradas clandestinas, ou que aproveita da abertura de estradas pelo capital ilegal que realiza o contrabando de madeira, ouro e outros recursos. Desta forma, a floresta é rasgada em várias direções simultaneamente e alcança as terras de margens, nascentes e o interflúvio de grandes rios amazônicos – como o Xingu e o Tapajós, colocando em risco a perenidade dos mesmos.

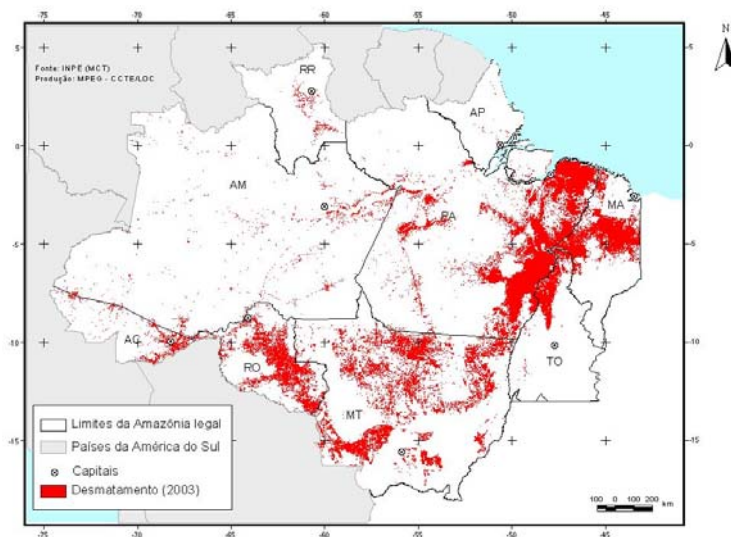
Assim, cada uma das novas frentes de entrada na floresta aponta para frentes de gente, terras, capital e conflito, que se vão intensificando à medida que penetram áreas muito novas, caracterizadas pelo isolamento físico, pela ausência do Estado e pela presença do capital ilegal. As atividades predominantes neste imenso espaço são a exploração madeireira, a mineração e a garimpagem, além de atividades ilegais ligadas ao tráfico de ouro, diamante, drogas e ao contrabando de ouro.

Abundante em recursos naturais, a Amazônia brasileira vem sendo palco de conflitos de toda a ordem pela posse da terra e dos recursos naturais e neles são ameaçados ou mortos em conflitos pequenos produtores, agentes de pastoral, religiosos e membros de entidades não-governamentais que a estes conferem seu na luta pela terra de trabalho. Outros atores sociais como agrimensores, fazendeiros, trabalhadores-escravos, “gatos”, peões¹⁸, grileiros, fraudadores de papéis, matadores de aluguel, pilotos de pequenos aviões que aterrissam em campos de pouso clandestinos, garimpeiros, contrabandistas, madeireiros etc, compõem o quadro de personagens que se enredam em conflitos que, às vezes, tomam proporções impensáveis, envolvendo centenas de pessoas.

Essas mudanças alteraram o perfil, o movimento e as direções que a fronteira assume. É que agora, ela se abre simultânea e clandestinamente em várias direções e nelas operam novos atores sociais que exercem sobre a mesma um grande poder e um forte controle, aproveitando-se da amplitude da fronteira, da ausência do Estado e da certeza de impunidade.

A Amazônia na roda de fogo

As estradas, ao invés de terem representado um sólido caminho para a melhoria geral das condições de vida na região, foram abrindo, simultaneamente, uma chaga de conflitos sociais e desmatamento. O chamado arco do desmatamento é um claro e trágico exemplo do que pretendo mostrar (ver mapa do INPE/2005). Trata-se de uma extensa área desmatada em forma de meia-lua que se estende desde o sudeste e sul do Pará, o norte dos Estados de Tocantins e Mato Grosso e se projeta em direção a Rondônia e Amazonas.



O arco do desmatamento.

Fonte: INPE- Instituto de Pesquisas Espaciais- PRODES - Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia, 2005.

Neste imenso traçado, denominado de “arco do desmatamento”, que abrange 174 municípios, predominam as atividades da pecuária, a siderurgia, com a respectiva produção de carvão vegetal (por pequenos produtores) para as produtoras de ferro-gusa. Constituem os principais produtos minerais exportados os seguintes, por valor: alumina (US\$ 154,5 milhões no 1º. Quadrimestre/2005, – crescendo de 71% comparando-se o 1º quadrimestre de 2004 e o de 2005; ferro-gusa-

¹⁸ Peões - trabalhadores arregimentados por “empreiteiros”, os chamados “gatos”, para trabalhar por empreitada ou temporada e sem carteira ou qualquer contrato de trabalho assinado. Atuam, em especial, em desmatamentos.

US\$ 95,8 milhões; minério de cobre – US\$ 73,4%; caulim – US\$ 68,3 milhões; bauxita – US\$ 59,4 milhões; manganês – US\$ 31,8 milhões; silício – US\$ 15,9 milhões no mesmo período¹⁹. Além da pecuária e da siderurgia, deve-se mencionar o plantio da soja, do dendê e outros produtos destinados ao exterior, seja através da exportação formal, seja através do contrabando.

Além de provocar danos ambientais incalculáveis, os impactos sociais não são menores. Conflitos com os índios proliferam, colocando em risco a sobrevivência cultural desses grupos ameaçados de perderem a terra e a cultura mais que secular. Em Roraima, por exemplo, grandes produtores que cultivam arroz em terras dos índios Macuxi, Patamona, Wapixana, Ingaricó e Taurepang²⁰.

As várias frentes abertas na mata, apresentam todas elas um grande dinamismo em atividades econômicas predominantemente ilegais, vão atraindo e arrastando consigo gente (trabalhadores sem-terra, aventureiros de todo o tipo, migrantes em geral, grileiros, fazendeiros e marginais) e, junto com as pessoas e seus sonhos ou interesses - o conflito.

O capital (legal e ilegal) assume a liderança da ocupação nas novas frentes abertas na fronteira

Neste contexto, o conflito assume a forma de uma relação social inevitável.

A fronteira não é mais o locus privilegiado do campesinato – agora as commodities têm a prevalência sobre ele

Um ângulo que me parece constituir-se numa mudança significativa havida nos aspectos econômico, social e político das novas frentes da fronteira, é o fato de que esta vem deixando de ser, predominantemente, o lugar do campesinato para ir-se tornando um espaço onde predomina o capital desde as primeiras fases de sua abertura. Novos e grandes empreendimentos instalam-se em frentes diferentes na fronteira e, em todas elas, o capital vem apresentando uma visibilidade maior do que os pequenos produtores.

Face às dificuldades e à complexidade da vida na fronteira, o campesinato utiliza-se de vários recursos e estratégias de sobrevivência. A carência material e o isolamento dos colonos desembocam no fato de que, ao lado dos grandes empreendimentos, eles também provocam desmatamentos, embora de menor monta. É que, diante de qualquer das inúmeras dificuldades com que se deparam (seja na esfera da produção, da saúde, das finanças, etc), esses pequenos produtores lançam mão da mata com a qual contam no fundo do seu lote e, valendo-se dela como se fora um pequeno estoque de capital disponível, entregam para os extratores de madeira as espécies de valor comercial em troca de dinheiro, da melhoria da estrada vicinal ou de outro benefício qualquer. Se um dos mais freqüentes recursos é a venda das madeiras disponíveis no lote, o passo seguinte é a venda do próprio lote, o que vem levando à concentração cada vez maior de renda e de terra.

A Amazônia tem sido a última fronteira econômica para a qual milhões de brasileiros têm acorrido nas últimas décadas, com vistas a fugir da persistente crise econômica do país, buscando um destino melhor (o que, infelizmente, poucos encontram)²¹. Nos anos 70, quando a população da região era de 4.197.038 milhões de habitantes, a migração para a Amazônia foi estimulada pelos governos militares²². A abertura de novos mercados para a pecuária nos anos 90 resultou num processo de modernização da antiga pecuária dos anos 70/80, com a melhoria genética do rebanho, visando atingir o mercado mundial. À siderurgia, à madeira e à pecuária, mais arde somaram-se os grãos (especialmente a soja) e as oleaginosas. Simultaneamente, como estratégia para conter a inflação, o governo federal aumentou os juros durante décadas seguidas, o que desacelerou a economia, elevou os índices de desemprego e provocou novas correntes migratórias. Como decorrência das políticas recessivas e do estímulo às exportações, a partir de meados dos anos 80 e 90 a região voltou a ficar submetida a uma forte pressão migratória, agora espontânea e disseminada pelo espaço regional; o processo submete os recursos naturais a um grande desgaste natural, já que a população atingiu no ano 2000 o total de 12.893.561 habitantes somente nos estados integralmente amazônicos.

Assim, conforme mencionado anteriormente, no final do século XX a fronteira volta a crescer, impulsionada pelos grandes negócios e não mais pelo campesinato em seu histórico movimento; embora, em certa medida, as migrações tenham persistido, seja pela procura de emprego nos desmatamentos, na extração madeireira, na abertura de estradas e caminhos, na produção de carvão para siderurgia com madeira nativa ou em outras atividades – clandestinas ou não.

Assim sendo, uma mudança importante é a que se deu no eixo econômico e, evidentemente, no perfil da fronteira – quando esta se desvia cada vez mais da produção familiar e se volta para a produção de commodities e para a exploração ilegal de madeiras e minérios. A expansão da fronteira que se processa a partir de meados dos anos 90 apresenta uma conotação bem particularizada: ela se articula diretamente, e mais intensamente, com o mercado internacional, através das madeiras, dos minérios, do gado, da soja, da palma, do dendê e do arroz. Hoje, a exploração de recursos naturais da Amazônia é impulsionada pelo mercado mundial e, muito menos, pela conjuntura nacional.

¹⁹ Fonte: Jornal O LIBERAL, Belém, p. 3., 2 de junho/2005. cad. Painel.

²⁰ Na Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, área com 1.678.800 hectares, onde predominam campos naturais. Neste último ponto plantadores de arroz procedentes do Rio Grande do Sul, há alguns anos haviam iniciado o plantio de arroz em larga escala. Recentemente, entretanto, o Governo Federal estabeleceu a criação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, na fronteira com a Venezuela. Em 2005 o Governo Federal homologou a reserva e estabeleceu prazo para a retirada dos fazendeiros, face às pressões de entidades não-governamentais de proteção aos direitos dos índios.

²¹ Nordestinos pobres, bem como sulistas com algum capital, continuam migrando, agora, principalmente em direção a Roraima, uma das últimas fronteiras da região, onde as famílias chegam às centenas a cada semana. Ocorre que Roraima é um estado da Federação com grandes reservas indígenas (dos ianomâmi, dos waimiri-atroari, dos macuxi e outros povos), pelo que, os conflitos de terra/território no novo lugar de destino dos migrantes tem convertido aquele estado num espaço de pressão e conflitos graves e muito freqüentes.

²² IBGE. Censos Demográficos dos anos 70, 80, 91 e 2000 dos 7 estados integralmente amazônicos: Amapá, Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins.

A fronteira é revigorada pelo mercado internacional e se volta especialmente para ele

De meados dos anos 80 ao início dos anos 90 a expansão da fronteira amazônica havia diminuído seu ritmo (exceto nas áreas que acompanhavam o itinerário da rodovia PA-150, no Pará). Mas retoma seu ritmo nos anos 90, expandindo-se com uma força inesperada, movida pela procura das commodities regionais pelo mercado internacional, face à elevação dos preços das mesmas no mercado mundial. O que se percebe é que, gradativamente, nas novas áreas abertas na fronteira, os empresários, especuladores e aventureiros do capital, vêm chegando e se instalando na fronteira antes dos colonos. E mais - são eles que abrem, por conta própria, grande parte das estradas vicinais para poder avançar sobre os recursos naturais. Não esperam mais que o poder público lhes abra as estradas; fazem-nas eles próprios nas vastas terras que consideram como terra de ninguém²³. Assim sendo, o capital avança independentemente da ação e dos investimentos do Estado, em relação ao qual ele apresenta grande autonomia. Diferentemente do passado, quando o capital esperava que o Estado abrisse a estrada, hoje a lucratividade das atividades produtivas desenvolvidas na fronteira (legais ou mesmo ilegais, como o narcotráfico) tornam a estrada aberta pelo governo um elemento secundário. Os novos agentes da fronteira encarregam-se de fazê-la eles próprios.

A marca da ruptura histórica - de fronteira interna a fronteira do mercado mundial ou das matérias-primas do passado às commodities do presente

A ruptura no bojo da qual se desenha o novo perfil da fronteira tem como elementos propulsores um de caráter interno - as condições do país e as novas políticas já referidas; e outro, decorrente da conjuntura internacional - o aumento do preço das commodities no mercado mundial. A principal delas - o ferro, cujo maior produtor mundial encontra-se na Amazônia (Pará) - apresentou uma subida de preço verdadeiramente surpreendente: do final dos anos 80, quando a tonelada do ferro gusa era vendida a US\$70/t, o preço ascendeu a US\$ 200/ t em 2005, o que significa um aumento de quase 300% num período de menos de 20 anos. O aumento dos preços das commodities no mercado internacional deve-se a vários fatores, especialmente àqueles ligados ao elevado custo de energia elétrica nos países centrais, aos problemas ambientais gerados pela sua produção (que enfrenta uma legislação mais rigorosa nos países desenvolvidos), à ausência de grandes extensões de terras disponíveis e baratas naqueles países e até a problemas de mercado, como no caso do ferro - devido à oferta insuficiente do ferro chinês frente à demanda internacional.

Através das commodities (madeira e minérios e mais recentemente a moderna pecuária, a soja, o dendê, a palma e outros produtos) exportadas pelos estados amazônicos, com especial destaque para os quatro primeiros produtos e nos estados do Pará, Mato Grosso e Tocantins, a fronteira deixa de ser uma fronteira que se movia, basicamente em decorrência da conjuntura nacional, para mover-se em decorrência dos impulsos do mundo e seu mercado global. Assim, a expansão da fronteira apresenta uma certa independência em relação às oscilações do mercado interno, já que a grande motivação para sua expansão é, agora, o mercado internacional. Ela passa a oscilar, na medida em que a demanda e os preços desses produtos variam no mercado internacional. São eles que vêm influenciando na abertura de novos espaços de produção aceleradamente nela abertos e dificultando as ações de fiscalização e controle.

Este dado é importante para se compreender porque do final do século XX aos dias atuais a fronteira amazônica volta a ter uma dinâmica vigorosa, independentemente da crise econômica do país ter-se estendido até o início do presente século. Seu movimento descola-se do mercado local e do campesinato pobre que antes para ela migrava; agora, cresce independentemente dele. São os grandes negócios que passam a mover a fronteira e não mais o pequeno produtor familiar que, neste novo contexto, fica obscurecido, tentando sobreviver nos interstícios do movimento e das pressões do capital internacional. Além de mudar o perfil da fronteira, essas novas atividades econômicas vêm impondo também, uma mudança radical na ação dos atores sociais que aí atuam e na relação de força entre eles e deles com o Estado. A articulação da fronteira ultrapassa o espaço preferencialmente interno do país e passa agora a acontecer através da expansão dos negócios ligados ao mercado global; e agora, mais do que nunca o Estado está interessado na valorização do capital, abandonando o colono à sua (quase sempre) má sorte.

No meu modo de entender a questão, quando em meados dos anos 80 desenvolvia-se o pólo siderúrgico, a situação era analisada como no conjunto dos grandes projetos que se implantavam na região. Na prática, poucos se aperceberam que não se tratavam apenas de grandes projetos e sim da mudança de natureza da fronteira amazônica. Esta nova natureza é consolidada nos anos 90, quando as políticas neoliberais passaram a priorizar as exportações, com vistas a aumentar os saldos na balança comercial e assim, fazer face à dívida nacional.

Os novos mercados e a perspectiva de aumento dos lucros estimularam o capital privado (legal e ilegal) a produzir suas próprias infra-estruturas: Assim, ele rasgou caminhos na mata, abriu pistas de pouso, construiu trapiches e outros elementos que, ainda que precariamente, conferiram grande autonomia ao capital privado, que passou a dispensar, em grande parte a ajuda governamental e dando-lhe auto-confiança para seguir em frente e burlar a fiscalização por vários meios.

2 A AMAZÔNIA DAS “MODERNAS” COMMODITIES: UM LEQUE DE CONSEQÜÊNCIAS INDESEJÁVEIS

O aumento do desmatamento

²³ Somente o Estado do Pará conta, aproximadamente, com 60 mil km de estradas ilegais ou abertas irregularmente, o que significa quase 30 vezes a extensão da rodovia Belém-Brasília. Estudo divulgado no programa *Bom Dia Pará* (TV-Liberal, 23.08.2005).

O crescimento da produção das commodities, exploradas de forma altamente predatória (mesmo nos empreendimentos siderúrgicos ditos “modernos”), tem acarretado, de imediato, algumas conseqüências graves. A primeira delas e a mais visível é o desmatamento para a extração de madeiras, para a formação de pastos em áreas de floresta nativa e a produção de carvão vegetal para as siderúrgicas. Estima-se que só no Pará existam atualmente (2005), pelo menos 20.000 produtores de carvão vegetal, fornecendo material para as produtoras de ferro-gusa do Pará e Maranhão²⁴, sendo que o Pará produz ¼ do carvão vegetal brasileiro. E este imenso pólo siderúrgico continua em franca e rápida expansão, conforme se menciona noutra parte deste trabalho. Somente entre 2004 e 2005 a produção/exportação de ferro aumentou em 39,4% e continua em expansão. Impressiona, sobretudo, a velocidade com que o desmatamento vem ocorrendo²⁵.

Os dados oficiais do desmatamento na Amazônia, divulgados pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente em publicação relativa aos anos de 1995-97 mostram que em agosto de 1996 já haviam sido destruídos 517.069 km² da Amazônia Legal, dos quais 364.869 km² após janeiro de 1978. Esta imensa extensão de áreas devastadas supera a soma das superfícies dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (491.231 km²)²⁶.

Produzir na Amazônia sem replantar é lucro certo e estimula a expansão dos negócios

O preço do ferro na Europa, no momento, é em torno de 2,5 vezes o preço do mesmo no Brasil. É preciso destacar que se o ferro brasileiro é altamente competitivo no mercado mundial de minérios, deve-se isto, principalmente, ao fato de que as guseiras que operam no Pará (onde se situa a mina) adquirem madeira, quase exclusivamente de área mata nativa, portanto, a custo próximo de zero.

No Pará, em plena área de mata, agora desmatada, situa-se a maior jazida de ferro do mundo e também a maior empresa produtora de ferro gusa do país., novos projetos de siderurgia foram concebidos e outros encontram-se em fase de implantação. A empresa é responsável por 92% do fornecimento de ferro no país, dos quais 80% destinam-se ao mercado internacional²⁷.

A mineração e a siderurgia, ao lado dos bancos, têm sido os setores mais lucrativos da economia brasileira durante os últimos anos. Apesar dos lucros extraordinários, as guseiras alegam que os custos de um reflorestamento integral das madeiras utilizadas se elevariam a ponto do produto não mais se tornar competitivo no mercado mundial. Segundo elas, reflorestar corresponderia a perder mercado ou sair dele, devido à elevação do preço; e para o país, significaria desacelerar um dos poucos setores de atividade que vêm garantindo lucros no mercado global. E o reflorestamento das áreas desmatadas, quando existe é residual, não cobrindo minimamente as necessidades das mesmas. O carvão é produzido e tem circulado livremente para fora da região, sem certificado e autenticação de origem (se de floresta nativa ou plantada).

Assim sendo, além das conhecidas restrições próprias aos projetos siderúrgicos (alta concentração de capital, baixo nível de emprego, pouca internalização de benefícios, reduzida articulação com a economia local, etc), a extração de minérios vem desenhando, desde a segunda metade dos anos 80, um cenário cada vez mais preocupante quanto à produção de carvão vegetal²⁸. Mas, além de todos os problemas que isto acarreta, ele retira da Amazônia uma das suas características mais singulares – a sua biodiversidade.

Fraude em autorização de desmatamento ou triangulação na compra de carvão para disfarçar a responsabilidade ambiental

Outro aspecto importante a considerar é que o total de áreas autorizadas para desmatamento pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais – IBAMA, por si só, já atinge uma grande extensão mas, além disso, as áreas efetivamente desmatadas correspondem a várias vezes a área oficialmente permitida para tal. Desmatamentos em terras públicas, em terras de pequenos produtores familiares, em terras de índios e quilombolas e em terras privadas são muito comuns²⁹. As áreas autorizadas pelo IBAMA para desmatamento corresponderam, em geral, a menos que 5% da área total desmatada, o que significa que o desmatamento se caracteriza basicamente pela ilegalidade. Este é um elemento importante, que desmente a falácia de que a produção madeireira gera benefícios sociais ou que ele se dá como decorrência da pobreza da população.

O desmatamento não distribui renda; ao contrário, concentra-a mais ainda.

²⁴ As empresas produtoras de ferro gusa empregam o carvão vegetal como fonte de energia (apesar de estarem próximas de uma das maiores hidrelétricas do mundo, a hidrelétrica de Tucuruí, de terem energia barata e lucros extraordinários) e como elemento termo-redutor na fusão de minerais.

²⁵ O desmatamento, segundo dados do INPE, foram os seguintes, para os anos anteriores a 1994/1995, nos quais o desmatamento foi apurado: 1977/1988 : 21.130 km² (estimativa por ano no decênio) ; 1988/1989 : 17.860 km² ; 1989/1990 : 13.810 km² ; 1990/1991 : 11.113 km² ; 1991/1992 : 13.786 km² ; 1992/1994 : 14.896 km² (média anual no biênio).

²⁶ CÂMARA, Almirante Ibsen de Gusmão. Revista “A Lavoura”, Rio de Janeiro, encarte da SOBRAPA - Sociedade Brasileira de Proteção Ambiental, set, 2003.

²⁷ Em 2005 a CVRD e suas afiliadas na região bateram recordes na produção de ferro, bauxita, alumina, alumínio, manganês e caulim (PINTO, Lúcio Flávio. Decifra-me ou te devoro. *Jornal Povoal*, Belém, n. 366, p. 2, abr. 2006). A COSIPAR (subsidiária da CVRD), uma das maiores siderúrgicas da Amazônia implantará uma siderúrgica que fabricará o aço em 2007, com um investimento de US\$ 88 milhões; pretende aumentar sua produção de ferro a partir de 2005 e multiplicar por 10 sua produção até 2009; o porto de Vila do Conde (em Barcarena, no Pará) deverá ser transformado em porto internacional de produtos siderúrgicos. A USIPAR está em implantação próximo ao citado porto e pretende produzir 3 milhões de toneladas de ferro-gusa e 2 milhões de toneladas de aço até 2009. (Informações obtidas junto à assessoria de comunicações das empresas). A produção de diamante foi de 19.309 kg, o ouro atingiu 17.765.471 kg em 2002 (ALMANAQUE ABRIL CULTURAL, 2002. São Paulo : Editora Abril, 2003).

²⁸ Segundo dados do anuário 2003 da Associação Brasileira de Carvão Vegetal - ABRACAVE, cada guseira com uma produção de 500 toneladas/dia, consome por dia uma área de 35 ha de floresta.

²⁹ NEPSTAD D.; VERÍSSIMO A.; MOUTINHO P. ; NOBRE C. Empobrecimento oculto da floresta Amazônica. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, v. 27. n. 157, 2000 .

No caso da exploração madeireira, nos moldes em que ela vem se processando na região, não há uma participação dos pequenos produtores na renda gerada, nem mesmo quando estes vendem madeira do seu lote para madeireiras, a fim de obter algum dinheiro líquido. Isto porque as principais atividades produtivas da Amazônia, em termos de renda, e que são objeto de políticas públicas, geram renda individual ou altamente concentrada (e à custa de um patrimônio que é social mas cuja exploração, além de predatória, não é socializada - a natureza amazônica). É também nas áreas onde se dão os grandes desmatamentos que se registra a maior incidência de trabalho escravo.

Mesmo nas serrarias os empregos gerados são poucos, porque a madeira é apenas beneficiada primariamente e os salários são extremamente reduzidos, raros passando do salário mínimo legal. Além dos salários muito baixos, as condições de trabalho nas serrarias são, geralmente, sofríveis, desrespeitando a dignidade humana e colocando em risco a saúde e a vida dos que nela trabalham. Não há, portanto, qualquer relação causal direta entre desmatamento e pobreza na Amazônia ou ainda – desmatamento e melhoria da vida social. O que é evidente é a relação desmatamento e concentração de renda. Na verdade, não há uma oposição entre conservação da natureza e desenvolvimento, conforme argumentam grupos empresariais e governamentais, quando alegam que sustar o desmatamento significaria sustar o processo de crescimento econômico.

Trata-se de uma atividade que extrai seus lucros da super-exploração do trabalho humano (inclusive do trabalho de crianças), do esgotamento e da predação da natureza; e, sendo uma atividade que se exerce, principalmente à margem da legalidade, o Estado se vê impedido de recolher os impostos devidos e de exercer um efetivo controle sobre ela.

3 AS COMMODITIES E O AVANÇO DA FRONTEIRA SOBRE TERRAS DE GRUPOS INDÍGENAS

Na Terra do Meio concentram-se inúmeros grupos e terras indígenas, a saber: as Terras Indígenas Cachoeira Seca, Kararaô, Arara, Baú, Kaiapó (parte dela), Mekrañotire, Panará (parte no Pará e parte em Mato Grosso), Caiabi, Curuá, Xipaia, Munduruku, Sai Cinza e outros grupos situados em terras menores como Pimental, São Luís do Tapajós, Praia do Índio e Praia do Mangue (as duas últimas muito próximas da zona urbana da sede do município Itaituba) 30. Além dos grupos indígenas registam-se Áreas de Proteção Ambiental-APA, Reservas Extrativistas-RESEX e Florestas Nacionais-FLONA: APA São Félix do Xingu, as RESEXs Munducânia, Riozinho do Anfrísio, Curuá-Iriri, Xingu; o Parque Nacional Serra do Pardo; as FLONAs Nacional do Tapajós e de Altamira.

No caso da rodovia Santarém- Cuiabá (BR-165), os madeireiros e grileiros vêm ameaçando os índios Parakanã e criando dificuldades para que a FUNAI realize seus trabalhos de demarcação e outros serviços na área, que já sofreu, recentemente, uma redução considerável. Em Óbidos, no Pará (Calha Norte do rio Amazonas) as terras dos índios Zoé (da terra indígena Tumucumaque e Paru d'Este) vêm sofrendo desmatamentos e os índios são ameaçados por madeireiros³¹.

No Amapá os madeireiros entram em terras indígenas pela BR-156, que liga Macapá ao Oiapoque, já que a mesma faz limite com os povos Galibi Marworno, Karipunas e Palikur. Ainda no Amapá, o eixo da rodovia Perimetral Norte (que no Amapá liga a capital à Serra do Navio) corta terras dos Waiãpi e, quando beneficiada, propiciará, também, a entrada de madeireiros³².

Além disso, desde fins dos anos 80 empresas madeireiras entravam em terras indígenas (como a dos Apiterewa-Parakanã e outros) para extrair madeira e, em alguns casos, o ouro. Nos anos 90, para agravar ainda mais a já conflitiva situação, o próprio INCRA doou terras indígenas dos Apiterewa-Parakanã, reconhecendo e legitimando terras invadidas e apropriadas por fazendeiros, marginais e aventureiros e também, destacando terras indígenas para trabalhadores rurais, arregimentados às pressas, com a finalidade de simular um projeto de assentamento, quando a situação foi denunciada³³. E ainda: apesar do caos social e fundiário já instalado no lugar, grandes empresas se preparam para a exploração de minerais na área, como o níquel, prevista para os próximos anos.

Os índios da região vêm, há séculos e, mais intensamente nas últimas décadas, enfrentando problemas de toda a ordem, desde os mais antigos como a contaminação por doenças e outros, dos quais resulta até a morte física, quando não a morte cultural de alguns desses povos. Nestas zonas de fricção, no dizer de Boaventura de Souza³⁴, o que está em jogo é o encontro entre direitos humanos enquanto específica concepção cultural da dignidade humana e outras concepções que com ela rivalizam, como aquelas decorrentes da lógica do mercado, especialmente do mercado internacional, ao contraporem-se às culturas indígenas, nos confins da mata.

Este é o dilacerante conflito em que se acha envolvida a região, sua população e sua natureza, face ao novo perfil e à nova natureza da Amazônia como fronteira de commodities.

4 DAS CONTRADIÇÕES DO GOVERNO BRASILEIRO

O governo brasileiro enfrenta uma contradição interna difícil de equacionar: de um lado, estimula o aumento das exportações, especialmente de grãos, com vistas ao equilíbrio das contas nacionais e a um esperado desenvolvimento do país,

³⁰ Consulta direta aos técnicos, arquivos e mapas da FUNAI-Belém, 2005.

³¹ Denúncia do prefeito de Óbidos ao jornal *O LIBERAL*, Belém, p.5, 30 de maio de 2005, cad. Atualidades.

³² Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá.

³³ Conforme denúncia da Comissão Pastoral da Terra/Marabá, 2001; PINTO, J. N., op. cit.

³⁴ SANTOS, Boaventura de Souza. Poderá o Direito Ser Emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, no. 65, p. 3-77, p.46, maio/ 2003.

conforme a expectativa de setores empresariais, governamentais e científicos³⁵. Em contrapartida, procura combater os danos ambientais decorrentes da produção de commodities para os mercados dos países centrais. O crescimento das exportações é um fato novo e importante na economia do país que, há décadas vinha exibindo números insignificantes de crescimento. É preciso considerar que o Pará, devido à produção de minérios para exportação, foi um dos poucos estados brasileiros a apresentar saldo positivo na balança comercial, mesmo durante o longo período de recessão da economia dos anos 90.

Ainda que o perfil das empresas mineradoras não facilite a internalização de benefícios na região (e até contribua, de uma certa forma, para o aumento das disparidades regionais do país), a produção de minérios interessa enormemente à economia nacional, face à sua participação no equilíbrio das contas nacionais. É tão importante o papel delas neste campo que, desde o governo Fernando Henrique Cardoso, uma lei federal³⁶ estabeleceu a chamada “desoneração das exportações” de produtos semi-elaborados, como os minerais, visando, pela isenção da maior parte dos impostos estaduais a pagar, baixar o preço final e tornar os minérios competitivos no mercado internacional. Disso resultou que, para facilitar as exportações e equilibrar a balança comercial houve uma redução drástica na arrecadação dos impostos cobrados em nível estadual, os quais ainda internalizavam alguns poucos benefícios à região³⁷. É importante destacar que os recordes de produção de grãos e de minerais, que tanto vêm contribuindo para o aumento das exportações e para o saldo na balança comercial são acompanhados pelo aumento do desmatamento.

Como forma de controle do desmatamento os governos (federal³⁸ e estaduais da região) têm procurado criar unidades de conservação ambiental na região, já que leis de combate ao desmatamento mais rigorosas, se aplicadas mais extensamente ao conjunto da região enfrentariam forte oposição no Congresso³⁹. Embora não haja qualquer garantia de que a criação de áreas protegidas consiga sustar o ritmo do desmatamento, uma vez que a fiscalização tem sido sempre insuficiente para tal, trata-se de um esforço louvável dos governos⁴⁰.

Mas, também neste plano os governos enfrentam suas próprias contradições. É que, ao longo de 4 séculos de ocupação da Amazônia (a partir do século XVII), nos períodos do Brasil Colonial, Império e posteriormente República, foram distribuídos títulos de terra os mais diversos, sem que os anteriores fossem cancelados. Disso resultou uma sobreposição fantástica de títulos de sesmarias, registros de paróquias, de aforamentos, de ocupação, de posse, de cessão de uso, de propriedade, terras confiscadas pelo Governo Federal e depois devolvidas aos estados e vários outros, sendo que alguns deles concedidos pelos governos centrais e outros pelos regionais. Ao longo dos séculos esta situação nunca foi regularizada e organizada, gerando conflitos de toda a ordem.

Além disso, os cadastros de terras dos órgãos federais (FUNAI, INCRA, IBAMA e outros) não se conectam uns com os outros, meso pertencendo à mesma esfera de governo, e muito menos, com os cadastros dos órgãos de terra estaduais. Este fato provoca novas sobreposições em cima das anteriores, agora envolvendo unidades de conservação criadas por instituições diferentes, dando a elas usos distintos e, na maior parte dos casos, usos antagônicos. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, perto de um terço das áreas de conservação sofrem problemas de sobreposições e, na maior parte dos casos, os usos legalmente permitidos por um ato legal é incompatível com aqueles autorizados pelo ato legal de outra instituição sobre a mesma da área. Trata-se, portanto, de um enorme caos fundiário do qual os fraudadores tiram grande proveito.

Estas incoerências das ações governamentais têm criado inúmeros problemas e tensões locais porque, com muita frequência, os usos definidos pelo dispositivo legal de uma instituição, ao criar uma unidade de conservação numa determinada área, contradiz os usos permitidos pelo ato legal da outra instituição, quando cria um outro tipo de unidade de conservação em cima da mesma área, já coberta por dispositivo legal anterior; além disso, essas ações conflitam com o modo de vida de populações tradicionais que aí viviam antes das unidades de conservação serem estabelecidas⁴¹. E ainda: frequentemente, os modos de vida das populações tradicionais são incompatíveis com os usos estabelecidos pelos dispositivos legais da ou das instituições que criam as unidades de conservação. Assim é que os governos não conseguem resolver o problema do desmatamento e ainda criam conflitos com as populações tradicionais.

Por outro lado, há também uma contradição no âmbito internacional. O governo brasileiro enfrenta pressões e críticas externas (procedentes dos países centrais) para a redução imediata do desmatamento nas terras amazônicas; mas, se é justamente do exterior que provêm as mais sérias pressões no âmbito ambiental, é de lá que vem, também, o maior impulso

³⁵ O que alimenta esse avanço é o preço internacional do grão, em alta histórica. Neste ano, calcula-se que o complexo da soja (grãos, farelo e óleo) será responsável por até 14% do total das exportações brasileiras. “A soja pode ser o carro-chefe do desenvolvimento do Pará”, acredita Emeleocípio de Andrade, pesquisador da Embrapa. Em: A floresta que virou soja. Revista Época, n. 310, abril de 2004.

³⁶ A chamada Lei Kandir.

³⁷ Foi instituído um fundo de compensação por perdas para os estados na situação do Pará, mas este ainda não se constitui numa fonte de renda compensador.

³⁸ Programa de Áreas Protegidas, do Ministério do Meio Ambiente – MMA.

³⁹ Em julho de 2003 foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, com a finalidade de estudar e propor medidas visando a redução dos índices de desmatamento mas, após um ano de existência, os índices não se reduziram expressivamente.

⁴⁰ Cf. FERREIRA, Leandro Valle et al.. O Desmatamento na Amazônia e a Importância das Áreas Protegidas. In: *Estudos Avançados* – 53. S.P., USP, 157-166. 2005

⁴¹ A exemplo, a terra indígena Yanomami, como outras, estava protegida pela Constituição de 1988 (que ratificava o que constituições anteriores já haviam garantido), como terra de posse imemorial. Mas, 1989 havia sido invadida por quase 40 mil garimpeiros, de forma que em 1990 foram autorizadas 3 reservas garimpeiras para uso por cooperativas de garimpeiros; posteriormente estas foram canceladas. No final dos anos 90 um decreto presidencial definia a extensão das áreas da terra indígena, mas o decreto ignorou e nem equacionou o fato de que dentro delas já haviam sido criadas anteriormente duas florestas nacionais e um parque nacional, unidades de uso incompatível com a vida indígena. Isto porque, embora o parque seja de uso restrito, a floresta nacional permite a exploração madeireira e mesmo, segundo interpretação da Justiça, não é incompatível com a pesquisa e lavra de minérios.

para que o Brasil produza as commodities, que tanto contribuem para o sucesso da economia aqueles mesmos países. E é também graças à produção dessas commodities nos países periféricos que os países centrais podem gozar de uma melhor condição ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão necessária a que se chega é a de que o Estado vivencia algumas contradições fundamentais que se colocam à sua frente e que assumem conotações distintas. A primeira delas implica em prosseguir na via que estimula a produção de commodities com vistas ao equilíbrio das contas nacionais, mas à custa do sacrifício das camadas pobres que se embrenham nas fronteiras, dos grupos indígenas que há séculos aí se refugiaram do contacto e dos ataques dos “civilizados”. Isto significa que o modelo de exclusão social que sempre caracterizou a sociedade brasileira se instalará no coração da Amazônia, com toda a violência e o caráter predatório que a solidão da fronteira permite. E ainda – o novo/velho modelo revestido da modernidade das commodities, aumenta a dependência interna e externa do país, ao engajar a região num mercado globalizado altamente competitivo, através de alguns poucos produtos semi-elaborados. Esta inserção que se processa sob uma condição, cada vez mais dependente do mercado internacional, torna a economia da região mais vulnerável às oscilações cíclicas desse mercado. Além disso, ela continua sendo pouco racional, já que não focaliza outras alternativas de exploração mais equilibradas socialmente e mais compatíveis com a biodiversidade da natureza da região.

Referências

- Almanaque Abril Cultural, 2002. (2003) São Paulo: Editora Abril.
- Almeida, Alfredo Wagner de. Universalismo e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, M. A ; Maciel, I. (1995). A Amazônia e a crise da Modernização. Belém : MPEG, ANDRADE, Emeleocípio. A floresta que virou soja. In: Revista Época, n. 310, 04 de 2004.
- Bursztyn, Marcel. (2002). Novas institucionalidades e Gestão do Meio ambiente. In: Feldmann, Fábio. Rio + 10 Brasil - uma Década de Transformações. Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Climáticas e Meio Ambiente. MMA/ISER.
- Câmara, Almirante Ibsen de Gusmão. (2003). Revista “A Lavoura”, Rio de Janeiro, encarte da SOBRAPA - Sociedade Brasileira de Proteção Ambiental, set.
- Costa, José M. M. da. (2001) Ocupação, Integração e Desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de Ação Federal. In: Mendes, A. (Org.) Amazônia e seu Banco. Manaus: Valer; BASA.
- Fearnside, P. (1987). Frenesi do Desmatamento no Brasil: a Floresta Amazônica Irá Sobreviver? In: Homem e Natureza na Amazônia / Hombre y Naturaleza en la Amazonia, Tubingen.
- Ferreira , Leandro Valle et al. (2005). O Desmatamento na Amazônia e a Importância das Áreas Protegidas. In: Estudos Avançados – 53 . S.P.,: USP, 157-166.
- Foweraker, Joe. (1981) The Struggle for Land. A political economy of the pioneer frontier in Brazil from 1930 to the present day. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hebette, J. ; Acevedo Marin, R. (1982). Etat et appropriation sociale de l'espace. La colonisation à Ariquemes. Rondônia ; Belo Horizonte : IGU.
- Ianni, Octávio. (1978). A Luta pela Terra. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1979). Colonização e Contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes.
- IBGE. Censos Demográficos dos anos 70, 80, 91 e 2000.
- _____. [1990] Censo Agropecuário 1960, Rio de Janeiro, [1961] e IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1989. Rio de Janeiro.
- Léna, P. Oliveira, A. (Orgs). (1992). A Fronteira Agrícola 20 anos depois. Belém: CEJUP/ MPEG.
- Loureiro, Violeta R. (1992). Amazônia: Estado, Homem, Natureza. Belém: Cejup.
- _____. (1997) Estado, Bandidos e Heróis: utopia e luta na Amazônia. Belém, Cejup,
- Pinto, Lúcio Flávio. (1977). Amazônia: o ante-ato da destruição. Belém: Grafisa.
- _____. (2006). Decifra-me ou te devoro. Jornal Pessoal, Belém, n. 366, p. 2, abr.
- Martins, José de Souza. (1997) Fronteira – a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec.
- Mendes, Armando Dias. (2002). Amazônia: Terra e Civilização. Variações em torno de uma trajetória de 60 anos – 1942-2002. In: Amazônia e seu Banco. Manaus. Valer ; BASA.
- Nepstad D; Veríssimo A.; Moutinho P; Nobre C. (2000). Empobrecimento oculto da floresta Amazônica. Ciência Hoje. Rio de Janeiro, v. 27. n. 157.
- O Liberal. (2005). Belém, p. 3., 2 de junho/2005. cad. Paineis.
- O Liberal. (2005). Belém, p.5, 30 de maio de 2005, cad. Atualidades.
- Ribeiro, Darcy. (1970). Os Índios e a Civilização – a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, p.25.
- Santos, Boaventura de Souza. (2003). Poderá o Direito Ser Emancipatório? Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, no. 65, p. 3-77, p.46, maio.
- Schmink, M.; Wood, C. (Orgs.) (1982). Frontier Expansion in Amazonia. Gainesville : CLAS.University of Florida.

- Therry, Hervé. (1987). Routes transamazoniennes et reorganization de l'espace: le cas de Rondônia. Cahiers d'Outre-Mer, Paris, v. 34, n.133
- Valverde, O.; Dias, C. (1967). A Rodovia Belém-Brasília. Rio de Janeiro: FIBGE.
- Velho, Octavio Guilherme.(1972). Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Rio de Janeiro: Zahar.
- Vieira, Ima Célia G. et al.(2001). Diversidade Biológica e Cultural da Amazônia. Belém, MPEG.

Cidadania, direitos e populações fronteiriças - Tensionando limites

Vera Nogueira
Universidade Católica de Pelotas
vera.nogueira@pq.cnpq.br

Helenara Fagundes
Universidade Católica de Pelotas
helenara.voy@terra.com.br

Flúvia Bastos
Universidade Católica de Pelotas
maninharb@hotmail.com

Resumo: Este trabalho discute os direitos sociais e a cidadania face aos processos de regionalização e globalização das formações societárias, com incidência desigual entre países e em especial sobre a população migrante e de fronteira. Apresenta a contradição entre a ênfase atual conferida aos Tratados sobre os Direitos Humanos, do qual decorre o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e às tendências restritivas da cidadania derivadas das novas formas de acumulação do capital. Discute a posição de autores afirmando a instituição de uma nova referência de cidadania - a cidadania econômica – fruto da desnacionalização e desterritorialização – enquanto outros que sinalizam para a exigência e possibilidade de se ampliar o conceito de cidadania vinculado aos Estados Sociais Democráticos de Direito, desvinculando-o do conceito de nacionalidade. A seguir expõe como os países desenvolvidos intensificam o controle migratório e as barreiras para ingresso e proteção social acentuando a exclusão. Resgata a mesma situação com os habitantes das linhas de fronteira. Nesse sentido, dois conjuntos populacionais citados são preferencialmente determinantes de uma revisão quanto à cidadania. As áreas de fronteira são os espaços territoriais onde coexistem: a confluência das distinções quanto ao atendimento às condições existenciais básicas; os limites dos direitos pensados em relação aos Estados Nacionais decorrentes da emergência de ações e pactos inovadores colocando em evidência o fenômeno da desnacionalização, como os acordos vicinais e áreas de livre-fronteira. Concluindo, apresenta as possíveis estratégias não convencionais apontadas pela literatura para subsidiar atores profissionais e políticos ligados ao tema. Palavras-chave: Globalização, direitos sociais, fronteiras.

Introdução:

Os processos transnacionais, ou o que vem sendo designado como globalização, seja de ordem econômica, política e cultural repõem constantemente, em instâncias acadêmicas, profissionais, empresariais e no plano da vida cotidiana, o debate sobre o papel e a função do Estado, especialmente em relação aos direitos sociais, econômicos e culturais. Reconhecidamente ocorreu um leque de alternativas constantes das agendas das agências multilaterais de financiamento e fomento e a mobilização do grande capital para a reestruturação das economias nacionais com a finalidade de integração ao mercado global. O que significou um ataque frontal aos direitos sociais, com repercussão distinta em países mais ou menos avançados e em democracias frágeis, impactando de forma diferenciada as áreas urbanas e as zonas fronteiriças.

Algumas circunstâncias, nomeadamente o abandono dos governos face às necessidades básicas da população, a ruptura de barreiras de proteção aos países menos integrados ao mercado mundial, tendo como consequência a transferência da estabilidade aos indivíduos são os efeitos visíveis identificados nos países sob o impacto da modernização econômica. Esta situação coloca sérios desafios não unicamente à vigência dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - DESC, mas também os direitos civis e políticos, considerados de forma unânime como fundamentais, se encontram sob fortes riscos de supressão em alguns casos conforme assinala Canto (2005).

Os questionamentos que levaram a construção deste trabalho foram em parte motivados pelas referências de Saskia Sassen (2007) e Manuel Canto Chac (2005), as quais também sustentam, em parte, as argumentações nele contidas.

Estado nacional versus processos globais – o falso paradoxo

Paralelamente a situação acima descrita um aspecto a ela vinculado e pouco refletido é o desenho inovador da relação e interação entre o nacional e o global nas duas últimas décadas. Isso se deve à que tanto os Estados nacionais sofreram uma forte alteração em suas funções, ampliando seu potencial de regulação sobre o campo econômico e social. Igualmente as formações globais atuais são diversas das existentes no passado, como pontua Sassen (2007), discordando de

atores que as apresentam como similares aos processos globais da época dos grandes impérios. Em sua argumentação a autora marca as distinções normativas entre duas formações globais emergentes, tomando como exemplo o mercado de capitais e o regime internacional de direitos humanos. Ambas são formações emergentes e exibem institucionalidades e sistemas de relações totais ou parcialmente novas, ou seja, uma subculturas, pautas formais ou informais, princípios normativos, atores sociais e dinâmicas peculiares de poder. Torna-se difícil, assim, tratar os fenômenos da globalização e suas conseqüências de forma unívoca. Mesmo em países com processos históricos similares, as formas de posicionamento das elites políticas e as exigências estruturais encaminham posições distintas em relação aos ordenamentos e regulações sociais. É necessário explorar essa diversidade para apreender as relações que fenômenos globais constroem com os Estados nacionais no sentido de identificar os padrões de interação no campo social passíveis de alterar situações de desigualdade, tanto entre os países como no interior de cada um deles.

Sassen (2007) afirma que um primeiro passo nesse sentido é considerar a desestabilização da hierarquia de escala centrada no Estado-nação, a qual não se confunde com as espacialidades do passado. Hoje, as espacialidades transfronteiriças aparecem a partir de territórios espacialmente definidos em termos de um marco nacional e uma institucionalidade sedimentada sob a autoridade do Estado-nação. Desta maneira a participação dos países nos sistemas globais é condicionada pelos dois itens acima mencionados – a existência de uma escala nacional e de um comando do Estado - o que, de imediato, explica as diferenças e os limites de integração, além das condições específicas econômicas, sociais e culturais. As tecnologias de informação e comunicação, a globalização da produção das grandes empresas e o envolvimento crescente dos Estados nestes processos constrói outras escalas que vão além do nacional, concretizadas em múltiplas práticas e atores e formas transfronteiriças de cooperação e conflito, em espaços internacionais densamente articulados. São as redes empresariais globais, as ONGs de diversos matizes e organismos internacionais estatais e não estatais que dão origem as esferas públicas transfronteiriças. Estes mesmos organismos estabelecem articulações diferenciadas entre o local e o global, com interdependência mútua, conformando novas práticas e inovações institucionais nos distintos campos de ação, tanto econômicas como sociais. Assim, tanto as matrizes discursivas das instituições internacionais são traduzidas e adequadas aos espaços locais, como as culturas locais assim alteradas influenciam as comunidades epistêmicas globais. As práticas e condições locais articuladas com a dinâmica global não podem ser preteridas, assim como as conexões transfronteiriças entre localidades onde ocorrem repetidas vezes situações de violação de direitos humanos, os problemas ambientais, a mobilização comunitária em torno de certas causas, etc (SASSEN, 2007). O global e o nacional não se excluem e qualquer análise sobre processos sociais, incluindo não só os relacionados aos DESC como os que acentuam as desigualdades entre os países não pode descurar dessa interconexão. As dinâmicas dos movimentos de regionalização e as formações globais, como mencionado anteriormente, por sua vez, demandam um novo reordenamento aos Estados nacionais, impondo desafios jurídicos, administrativos e institucionais a compatibilização de demandas nacionais com as regionais e globais, em termos de direitos sociais e responsabilidades em sua garantia.

Outros autores têm chamado a atenção para as conseqüências contraditórias da globalização,

En un proceso contradictorio, la globalización debilita y al mismo tiempo fortalece a las sociedades civiles nacionales. Las afecta al exponerlas a localismos y fragmentaciones defensivas cuando debilita el espacio de deliberación y negociación en lo público-político. Al mismo tiempo, las fortalece porque expone otros derechos, las universaliza y les ofrece la posibilidad de garantías universales que van más allá del Estado-nación (VALENTE, 1999).

A mesma autora enfatiza como as dinâmicas globais também geram seus signos e temas, tornando-os de interesse universal e criando um novo significado adotado interfronteiras. Em sua apreciação a globalização abre a possibilidade de grupos excluídos, de cidadanias restritas se organizarem em nível transnacional para defesa de seus interesses. Neste aspecto parece desconsiderar a forte assimetria entre os grupos e regiões tornando débil uma articulação de caráter transnacional, a despeito da existência de ferramentas possíveis de proceder a alteração de poder. Estas assimetrias vêm sendo discutidas no âmbito das agências internacionais de fomento e de direitos humanos, tendo no sistema ONU, uma alavanca poderosa, em que pese as suas debilidades e limitações atuais (VALENTE, 1999). Vem possibilitando a criação de uma normatividade institucional frente aos Estados-nação que é mais moral que efetiva, ainda que o discurso sobre direitos humanos com caráter universal retorne ao cenário atual. O discurso dos direitos humanos universais tem a faculdade de organizar consensos em associações organizativas da sociedade civil espalhando-se do nível nacional para o internacional. Entretanto não se desconsidera que tais iniciativas localizam-se em países medianamente desenvolvidos, como conseqüência das conferências mundiais sobre o tema da cidadania social, direitos universais e das minorias, expressos em documentos adotados pelos Estados-nação.

Cada una de ellas ha dejado documentos o plataformas de acción con recomendaciones que los gobiernos en su mayoría han suscrito, comprometiéndose para su aplicación, y también ha generado un conjunto de movimientos e iniciativas a fin de garantizar el cumplimiento de los compromisos adquiridos. Si bien esta exigencia de «rendición de cuentas» está inicialmente centrada en los niveles nacionales, su concreción fue posible por las articulaciones internacionales de los diferentes movimientos sociales. La diversidad de movimientos ecológicos, de derechos humanos, feministas, de salud, de desarrollo, etc. que interactuaron activa y muchas veces conflictivamente con los gobiernos, fueron claves para los resultados de las conferencias (VALENTE, 1999, p. 133).

Os desafios das novas desigualdades e os Direitos Sociais

As desigualdades, em função das novas práticas globais e das conexões transfronteiriças têm seu espectro ampliado não unicamente em termos numéricos, mas igualmente qualitativos. Os novos carecimentos, no dizer de Bobbio (1992), nascem em função de mudanças nas condições sociais e quando o desenvolvimento técnico permite satisfazê-lo, quando se tornam presentes novas exigências e demandas. Ou, dito de outra forma, o desenvolvimento das tecnologias, a transformação das condições econômicas e sociais, a ampliação dos conhecimentos e a intensificação dos meios de comunicação, vêm produzindo mudanças na organização da vida humana e nas relações sociais. A partir de então, criam-se condições favoráveis ao nascimento de novos carecimentos e, portanto, para novas demandas de liberdade e de poderes, deste fato decorre o surgimento de novos direitos. Ou seja, as inovações tecnológicas e o progresso nos campos científicos, relacionados às condições e qualidade de vida tornam as diferenças mais aguçadas, marcando de forma diversa as formações societárias. Convivem lado a lado zonas com alta densidade tecnológica e progresso material ao lado de áreas degradadas onde inexistem qualquer dispositivo decorrente das descobertas da ciência e do patamar civilizatório alcançado no mesmo espaço. Tal acentua o empobrecimento da população residente e migrante derivado das imposições da inserção das economias nacionais nos espaços globais (baixos salários, desemprego, trabalho informal). É a época dos movimentos migratórios em larga escala aos países afluentes, buscando as grandes cidades. A economia urbana especialmente apresenta uma tendência à polarização entre as atividades financeiras ou que produzem bens econômicos altamente especializados e valorizados e atividades industriais e dos serviços, sumamente desvalorizadas e reduzido ou nenhum valor agregado. Identificam-se ainda as formas de produzir bens e serviços para a sobrevivência da população de baixo poder aquisitivo, com a presença da informalidade, dos baixos salários, da insegurança laboral e geralmente a cargo das mulheres e migrantes. A preferência pelas mulheres e migrantes ocorre pelo fato de constituírem uma força de trabalho que facilita a imposição dos salários baixos em consequência da falta de poder político e impossibilidade de vocalização das demandas. Residem em precárias condições nas periferias das grandes metrópoles.

Esta nueva geografía de los centros y los márgenes que se evidencia en las grandes ciudades, tanto de países desarrollados como de naciones en vías de desarrollo, no sólo contribuye a reforzar las desigualdades existentes, sino que pone en marcha todo un espectro de nuevas dinámicas de la desigualdad (SASSEN, p. 151, 2007).

Em relação aos direitos sociais a perspectiva assinalada amplia o campo analítico em face da apreensão da intercessão entre o nacional e o global, influenciando igualmente as funções e o papel do Estado e da sociedade civil.

As cidadanias em debate

Se anteriormente a preocupação estatal, no plano dos direitos, era unicamente a garantia no espaço territorial, na atualidade tem que se haver com os desafios de novas cidadanias, ou cidadanias em construção, onde os limites e as formas de intercessão no plano global são fluidos e incertos. Emergem identidades transfronteiriças que conformam cidadanias não mais derivadas da idéia de nação, de pátria e vislumbra outro patamar de garantia de direitos, ou seja,

...el ciudadano, quién pareciera ya no poder reconocerse a partir de reivindicar su pertenencia a una comunidad política nacional, sin excluir al mismo tiempo a todos aquellos que no pertenecen a ella, ni formular reclamos de derechos a los entes internacionales, de quienes cada vez más depende su vida cotidiana, dado que lo gobiernan sin que exista un Estado internacional a quien reclamarle el respeto a una más imaginada que real ciudadanía mundial (CANTO CHAC, p. 13, 2005).

No espaço territorial das fronteiras internacionais, seja linha, área ou faixa de fronteira, e especialmente nas denominadas cidades gêmeas, o questionamento sobre cidadania e direitos sociais é ampliado por duas razões – são regiões usualmente distantes dos circuitos nacionais e espelham as similitudes e as contradições entre os países. As áreas de fronteira são os espaços territoriais onde coexistem: a confluência das distinções quanto ao atendimento às condições existenciais básicas; os limites dos direitos pensados em relação aos Estados Nacionais decorrentes da emergência de ações e pactos inovadores colocando em evidência o fenômeno da desnacionalização, como os acordos vicinais e áreas de livre-fronteira. Inova-se, assim, no plano jurídico internacional, onde os Estados nacionais abrem mão de sua independência territorial, substituída por um estatuto distinto. As medidas de proteção para os cidadãos destes novos espaços transfronteiriços marcam fortemente este estatuto. Materialmente são identificadas as carteiras vicinais ou cartão de residência, que acabam pressionando os limites nacionais.

Em decorrência, a interação habitual, nos diversos planos da vida cotidiana altera a percepção dos residentes em duas dimensões relacionadas à categorização da cidadania. A primeira é que se diluem os limites entre os países, instituindo-se, no plano simbólico um espaço comum que é designado simplesmente como fronteira, onde todos são os cidadãos da fronteira. A segunda, frontalmente diversa é a marca da igualdade/diferença, especialmente nos casos de assimetrias econômicas e sociais severas ou quando a definição da cidadania serve para garantir direitos sociais em situações de escassez, gerando uma posição de confronto. Nestes casos a linha de fronteira volta a ser demarcatória dos limites territoriais e conseqüentemente da marca de cidadania nacional. Identifica-se uma dualidade de concepção sobre quem é ou não nacional podendo ser utilizado o conceito de cidadania ambivalente de Javier Noya (2004), a partir da categoria igualdade. A atribuição de cidadania contém outro aspecto que acentua a complexa situação da população fronteiriça: a atribuição do estatuto de cidadão a partir do local de nascimento ou da ascendência.

Convivendo com as identidades transfronteiriças mantêm-se as demandas de cidadania social ancoradas no critério de Estado-nação submetido à lógica nacional-global. Esse fato o torna, inúmeras vezes, preso de duas ordens de racionalidades no trato dos direitos, impactando negativamente sua intervenção e orientado de forma transversa a relação cidadania e direitos e repondo a relação entre ambos nos marcos atuais.

Outro problema para a cidadania e para a democracia, na lógica neoliberal, é que, dentro do quadro jurídico-político conhecido até hoje, os Direitos Humanos somente se realizam de maneira indivisível, dentro de territórios nacionais e sob os olhares das instituições vinculadas ao Estado. Desta forma, trata-se de uma cidadania incompleta. Os Direitos Humanos, tão mencionados e difundidos mundialmente, acabam por parecer-se com um discurso que legitima iniquidades, que se agravam com os efeitos da própria globalização (ALVES, 2000).

Alves (2000), cita que:

É difícil apontar com precisão as causas que influem nesse estado de coisas. Nas discussões sociológicas fala-se da natureza da “nova cidadania”, definida pela capacidade de consumo, sob risco de exclusão; da substituição, nas sociedades pós-modernas, da ética pela “estética”, que eternamente satisfeito porque a produção se encarrega de gerar novas “necessidades”; a descrença generalizada na política como campo de luta social; a falta de comunicação interpessoal na sociedade tecnológica pós-industrial, levando o indivíduo atomizado a buscar identificações imaginárias para compensar a perda de vínculos tradicionais; da falta de utopias seculares com sentido teleológico para a realização de esforços sociais coletivos de maior envergadura (ALVES, 2000, p. 198).

Simultaneamente ao fenômeno acima referido, e talvez provocado pelo mesmo e intensificado devido às pretensas abolições fronteiriças e os intensos processos migratórios, o debate sobre os direitos volta à cena, envolvendo tradicionais e novos atores políticos que se localizam tanto em espaços nacionalizados como globalizados. O debate anunciado se volta aos recorrentes três níveis relacionados à geração e vigência dos direitos: a sua natureza ou tradição intelectual, um sistema institucional que dê conta de sua garantia e sujeitos que os demandem (CANTO, 2005). Novos aportes têm adensado essa polêmica, sob os ângulos: econômicos, culturais e políticos, buscando responder as inquietudes das estruturas societárias atuais. Uma primeira questão nessa linha é quando se discutem os direitos é sua classificação na ordem legal e na sua materialidade. Conforme sinaliza Rabotnikof (2005, p. 29), em certos círculos e de forma estratégica, “derechos humanos, derechos de ciudadanía y derechos económicos, sociales y culturales resultan ser términos intercambiables, o precisiones más o menos útiles al interior de un ‘lenguaje de los derechos’ que se ha convertido en el lenguaje de los movimientos sociales y de las nuevas demandas de reconocimiento que aparecen en la escena pública”. Estas similitudes não se sustentam no campo teórico, seja jurídico ou político, pois existem distinções políticas que orientam a forma de instituir programas especialmente as de corte social exigidas pelas reformas reducionistas da atuação dos Estados nacionais. A autora reconhece o papel fundamental desempenhado pela linguagem dos direitos como campo articulador das reivindicações que mobilizaram parcelas da sociedade civil em meados do século passado, ampliando a cidadania social.

As agendas do debate sobre a cidadania e suas dimensões incluem o problema das dimensões da cidadania, dos direitos a ela associados e o requisito de pertença se torna mais agudo quando colocado em confronto com a hoje discutida relação com os alcances da comunidade política (Rabotnikof, 2005). A autora esclarece que falar de direitos de cidadania significa ir mais além das relações individuais alcançando o terreno político, com a exigência de afinar e institucionalizar mecanismos de participação sedimentando o sentido identitário, no plano jurídico formal e substancial.

Os direitos de cidadania devem ser entendidos em um duplo sentido,

ya que (al menos desde Kant) no se deben confundir “legalidad” y “moralidad”: como exigencias ético-políticas generales y particularizables a la vez que como exigencias jurídico-políticas concretas y universalizables. Interpretamos, por una parte, las exigencias ético-políticas como derechos potenciales (y los derechos, por tanto, como exigencias ético-políticas satisfechas)(6). Por su parte, concebimos las exigencias jurídico-políticas como expectativas (positivas y negativas) adscritas a los sujetos, personas y ciudadanos, según normas de Derecho que rigen la acción política constitucional; en cualquier caso, hay que entender que, como mínimo, los derechos de ciudadanía han de ser subsumidos bajo los derechos fundamentales (7) positivizados en los tratados internacionales.

A alteração na linguagem dos direitos nos últimos anos vem revestida de sentido humanitário, reiterando-se a relevância dos direitos humanos na medida em que subsumem os sociais, os políticos e culturais. A Conferência de Viena, ao propor a substituição da abordagem tripartite dos direitos, incorre em um risco não conceitual, mas político. Em sociedades onde os direitos sociais são conquistas recentes, inovações mesmo até em termos constitucionais, esta substituição pode causar mais danos que benefícios. Ou seja, enquanto direitos sociais estão inscritos formalmente nos instrumentos jurídicos, podendo ser acionados nos fóruns competentes. Já os direitos humanos são formalizados no direito internacional, dependendo de aprovação interna para sua operacionalização. Outra consequência será o direcionamento dos direitos humanos em termos estritamente individuais, deslocando as possibilidades de formação de demandas coletivas, reduzindo o potencial de luta política provocadas por situações de classe ou segmentos de classe, faixas etárias ou situações de gênero.

Em contrapartida, poderá ser usada a nova nomenclatura como instrumento estratégico em situações de carências extremas. Torna-se necessário superar o discurso dos direitos humanos apenas em circunstâncias de violações severas e subumanas, como exemplo, os abusos dos sistemas prisionais, do trabalho escravo, de confinamentos aleatórios e sem julgamento.

Conclusão

A cidadania e a igualdade, como uma prática discursiva ou ideal a ser seguido através de procedimentos democráticos vem perdendo sua capacidade aglutinar as forças sociais com capacidade de manter ou impor modelos de desenvolvimento mais adequados para transpor a barreira das desigualdades de distintas ordens e construir os direitos sociais. A idéia de uma cidadania social como construção democrática monitorada pelos Estados nacionais passa para um segundo plano, em vista das pressões para redução de investimentos em políticas sociais, solapando a possibilidade de redução das desigualdades econômicas e sociais. O debate acadêmico em torno desse tema é intenso e merece um olhar mais aprofundado qualificando posições dos partidários ou críticos do Estado de Bem Estar. Para Pierson (2001) mais do que as alterações econômicas globais incidindo sobre os fundamentos do Estado de Bem Estar, são principalmente as transformações sociais e econômicas das democracias desenvolvidas que exercem pressão sobre as políticas sociais. Os direitos sociais, em que pesem as conquistas até hoje, são as únicas garantias na direção de uma sociedade mais justa e igualitária, presentes nos níveis local, nacional, regional e global.

Bibliografia

- ALVES, J.A.I. (2000) Os directos humanos como tema global. São Paulo: Editorial Perspectiva.
- CANTO CHAC, M. (Org.) (2005). Derechos de ciudadanía. Responsabilidad del Estado. Barcelona: Icaria.
- GUERRA, J. e UTRAY, P. (2006) Los derechos de ciudadanía en la España actual. Revista Internacional de Filosofía Política, (28), 62-109, Madrid.
- PIERSON, P. (2001). The New Politics of the Welfare State. Oxford: Oxford University Press.
- RABOTNIKOF, N. Ciudadanía y Derechos. In CANTO CHAC, M. (Org.) (2005) Derechos de ciudadanía. Responsabilidad del Estado. Barcelona: Icaria.
- SASSEN, Saskia. (2007). Una sociología de la globalización. Buenos Aires: Katz
- VALENTE, Virginia (1999), Ciudadanías globales y sociedades civiles. Pistas par el análisis. Revista Nueva Sociedad, (163), 126-138, México.

Jorge Amado: nos territórios livres da fala

Marcos Aurelio dos Santos Souza
UESB
marcosuesb@gmail.com

Vilbeginia Monteiro Santos
Universidade do Estado da Bahia
vilbeginia@hotmail.com

Braulino Pereira Santana
Universidade Federal da Bahia
brausp@hotmail.com

Lidia Nunes Cunha
Universidade de Lisboa
lidiacunha@hotmail.com

Marisa Aurea de Sa Falcao
Universidade Federal da Bahia
marisafalcao@terra.com.br

Valéria Lessa Mota
UESB
valeria.lessa.mota@hotmail.com

Resumo: Este trabalho visa a articular diferentes noções de território nas tênues fronteiras disciplinares da história, da linguística, da literatura, da comunicação etc. Escapando do clássico e redutor sentido geográfico proporemos “topografias” abertas do mundo, que desconstróem o sentido de território, como lugar fechado ou como espaço seguro do nacionalismo ou do discurso nacional. Lançando mão, para isso, de idéias como desterritorialização e reterritorialização, variação linguística, espaço ficcional, poética da relação, saberes nômades

etc., estudaremos o mundo lusófono como um espaço aberto ao jogo dos deslocamentos e das diferenças culturais, que abalam e minam tentativas de homogeneização e unicidade, inerentes à idéia de territorialização.

A obra de Jorge Amado tem sido alvo das mais diversas críticas. Sua literatura tem despertado diferentes opiniões, desde as relacionadas ao seu engajamento político e social à sua forma “desleixada” e “informal demais” de tratar o léxico, através da literatura. Este ensaio demonstra que muitas vezes os críticos desse autor ignoram as possibilidades produtivas de articulação do léxico, que a obra de Jorge Amado manipula, ao optar por uma escrita que se aproxima da oralidade, e da língua em seu funcionamento cotidiano e informal. Jorge Amado assim se aventura nos territórios livres da fala, das variantes e da criatividade lingüísticas, produzindo uma literatura que causa desconforto àqueles que, por preconceito lingüístico, não reconhecem seu valor singular.

Palavras-chave: língua portuguesa, Jorge Amado, preconceito lingüístico.

Ao longo de décadas, crítica e público se mobilizaram em torno da obra de Jorge Amado (JA), escritor brasileiro natural de Itabuna, cidade ao sul do estado da Bahia, pedaço de terra conhecido antigamente (até começo dos anos 90) como região cacauceira da Bahia, alcunha para a qual contribuiu o próprio Jorge Amado, com histórias ambientadas em fazendas de cacau, ou em arraiais na zona de plantio da fruta que está na origem do tão cobiçado chocolate.

A lançamentos de romances do ficcionista, comparecia muita gente, pessoas ávidas por um autógrafo, ansiosas à espera há meses de mais uma história saída da cabeça incansável do autor. Guardadas as proporções de mais de quarenta anos, algo semelhante às hordas de adolescentes da classe média da globalização, amanhecendo em filas para comprar o mais novo Harry Potter.

O lançamento de “Dona Flor e seus dois maridos”, em meados de 1966, por exemplo, foi cercado por rituais a que o autor amava se dedicar: entrevistas em jornais, noites de autógrafos, conferências. Jorge Amado era pop.

A avidez de consumo do público correspondia à avidez, por vezes detratada por vezes bajulatória, do ambiente crítico, inicialmente jornalístico, mas com o passar do tempo, também assimilado academicamente, e sua obra sofreu investidas críticas, que, para fins objetivos deste artigo, podemos dividir em dois aspectos: a) escandalosas e polêmicas; e b) totalizantes e apaixonadas.

A crítica não sabe o que fazer com a obra. O público sabe. Os primeiros textos, inocentes, com frases curtas e edificantes, encontraram um público à altura, e uma crítica laudatória, comprometida com os ideais do materialismo dialético. Sua recepção é contaminada por ondas. O multiculturalismo e os estudos culturais são os investimentos mais recentes. E investimentos dessa ordem costumam parecer privilegiar a fragmentação, em termos discursivos; e o afã politicamente correto, em termos ideológicos.

Reconhece-se a obra de Jorge Amado como o lado ficcional do projeto da miscigenação, realimentando mitos como a mestiçagem, o estoicismo diante da pobreza, o elogio da resignação diante dos problemas sociais ao exaltar a preguiça, a sensualidade, a alegria acima das dificuldades, a suposta doçura afro-lusitana, o culto ao prazer; romantizando a lida dura das figuras que retratou, amaciando a luta de classes. Enquanto a sua contraparte antropológica foi inaugurada supostamente com Casa-Grande e Senzala, de Gilberto Freire.

Entre uma recepção laudatória e detratada da obra, o cantor Caetano Veloso encontra um ponto de equilíbrio: “Jorge tinha um estilo exuberante e, no início, claramente demagógico, mas a força da escrita dele não vem de uma possível adição de magia a personagens rudes. Essa não é a marca da boa ficção. Jorge não nos iludia sobre a rudeza dos seus tipos. Muitas vezes, a magia deles vinha exatamente disso”.

Esse escopo enxerga Amado ainda comprometido com duas coisas: a) Com um modelo identitário. Modelo de mestiçagem baseado na noção de “as três raças tristes” – índio, branco e negro; e suas gradações – mameluco, cafuzo e mulato e b) Com um modelo de militância. A força da mensagem ideológica dos primeiros textos, apropriada por militantes comunistas, contribuiu para seu reconhecimento internacional, sobretudo na Europa e na América Latina. A trilogia “Ásperos Tempos”, “Os Subterrâneos da Liberdade” e “Agonia da Noite” é emblemática como um panfleto. Ali é difícil encontrar pessoas vivendo suas vidas, mas personagens empunhando suas causas.

Em plenos anos oitenta, o autor, como se o tempo tivesse parado, ainda acreditava em estéticas vindas da época da colonização das terras sem dono do sul da Bahia, a partir do final século XVI, a mistura de raças: “A informação do mameluco chegava tão a propósito que o Coronel Boaventura Andrade sobressaltou-se” ou “(...) deixa o cafuzo avançar para que o resto da tropa se coloque sob mira certa.”(TC)

O uso de termos como mameluco e cafuzo, apropriados como estereótipos, sem limpeza de terreno semântica, instiga multiculturalistas a enquadrar a obra como uma narrativa de fundação identitária baseada na suposta convivência pacífica e harmoniosa do povo brasileiro em termos étnico-raciais, alimentando o mito de um Brasil miscigenado; pois em primeiro plano estariam os conflitos relacionados à posse da terra, nesses termos, à luta de classes.

Veja que há nichos intocáveis: as ondas passam ao largo de canônicos como João Cabral de Melo Neto, Graciliano Ramos, Machado de Assis, Clarice Lispector e João Guimarães Rosa.

A sede por classificar o autor a qualquer custo ora o empurrou para as páginas do movimento modernista nos livros didáticos de literatura que circulam pelas escolas brasileiras, ora como autor de romance regionalista, em contraposição àqueles de prosa universalista (apesar de que todo texto de ficção é regionalista), ora incluído na prosa pós-1930 (apesar de não sabermos o que isso exatamente significa).

As investidas críticas em torno de uma obra de arte ajudam a “abraçá-la”, estabelecendo entornos de potência, uma espécie de campo de força, causando com ela uma fricção de tal forma, que uma obra não se mantém sem o seu pacote crítico. E como apontamos, poderíamos dividir, para fins específicos deste trabalho, as críticas sobre a obra amadeana em

dois painéis, já assinalados parágrafos acima: a) a recepção escandalosa e polêmica (que aproxima crítica de público); e b) o conluio totalizante e criacionista (que distancia público de crítica).

Uma recepção escandalosa e polêmica geralmente é narcísica. Ela é escandalosa pois o crítico chama atenção mais para si, impõe a si mesmo como modelo e a obra é tomada apenas como pretexto.

A melhor colheita desse tipo de fortuna do pacote crítico à obra do autor itabunense pode ter como ícones, dentre tanto detratores, nomes como Gilberto Felisberto Vasconcelos, Marilene Felinto e Walnice Nogueira Galvão; quanto bajuladores, e aqui sobressaem nomes como Roberto Da Mata e Jorge de Sousa Araújo.

Nesses termos, apontamos como a crítica-escracho mais ferina, já puída hoje em dia, que desabou sobre o escritor baiano, aquela empreendida nos anos setenta pela professora da USP Walnice Nogueira Galvão, uma espécie de vedete acadêmica, hoje decana sorridente e bem articulada da canônica uspeana.

Ela escreveu um artigo avassalador em 1973 "Amado: Respeitoso, Respeitável", que está no livro "Saco de Gatos". Analisa o romance "Tereza Batista Cansada de Guerra", lançado nessa época. A Sra. Galvão detonou o livro, numa suposta ousadia 'revolucionária' com tintas neo-feministas. Posicionando-se como uma justiceira, Sra. Galvão ousou enfrentar o cordão de isolamento sanitário em torno do ficcionista: "o escritor baiano estava no auge do sucesso de público e boa parte da crítica o respeitava". Ela avalia que Jorge Amado, atiçado pelo gosto do público, se entregava à pornografia. Com jeito de moça normalista pudica, acusando o autor de ser uma espécie de cronista da baixaria, e com uma certa lógica escandalosa, via sadismo, voyeurismo, pedofilia e exibicionismo em Teresa Batista.

Como se um romance guardasse projetos demiúrgicos transcendentais, objetivos explícitos, bandeiras tipo mudar a realidade ou redenção do leitor; como se fosse possível homogeneizar um público e ir ao encontro do seu gosto médio: um romance como um produto buscando seus consumidores. Sinto que não há muito o que fazer com esse tipo de crítica. Ela é polêmica pois é possível polemizar com ela.

Poderíamos polemizar com Sra. Galvão nestes termos: um livro pode ser apropriado como consumo em sua faceta utilitária. Para Paul Johnson, uma narrativa pode ser um antídoto contra o que nos deixa pra baixo ou nos ofende, um entorpecente. Se a Sra. Galvão enxerga o público amadeano como querendo escapismo barato, num livro barato, de preferência grosso, cujas amarras de enredo são fechadas sem pontas soltas, e se a Sra. Galvão enxerga em Jorge Amado um autor que só consegue oferecer isso, talvez ela esteja com a razão. Agora, quem julga o escapismo como algo inferior no jogo da relação obra / público, ou quem aposta em ficção como sociologizante, fundante do "pensamento crítico", fundante de qualquer pensamento, o artigo da Sra. Galvão é datado, e suas lentes de viúva do realismo socialista e/ou do feminismo de gênero estão embaçadas hoje em dia.

É preciso lembrar algo que está na base da fruição de uma obra de arte, que se perdeu em algum momento da crítica altamente especializada feita nas academias, ou no trato pedagógico de um poema ou de um romance nas escolas: quando alguém se lembra que tem em casa um romance pra ler, é como se tivesse um compromisso com a diversão.

É o que Daniel Piza diz em entrevista recente: "(...) as escolas estão mais preocupadas em 'socializar' do que em transmitir conhecimento prazeroso, aquilo que se chamava 'educação liberal'. Muita gente pensa que arte é terapia, é confissão, é modo de ocupar os jovens com lazer em vez de deixá-los à mercê do crime. Não: artes e idéias são formas de intensificar a vida, de multiplicar nossas opções, de ir além da vidinha apoiada sobre as muletas emprego & família... Quando olho para meus livros, CDs e DVDs, penso: quanta coisa boa para (re)viver!"

Ela é escandalosa, pois: a) é possível ao crítico se ancorar no trabalho alheio e encontrar um sentido de mercado para o que escreve; um crítico é público e consumidor também; e, b) é possível ser um crítico influente, reivindicar para si cânones, destruir reputações, resenhar os amigos, blindar uma causa, fazer do que escreve um negócio, inapetente para contar as suas próprias histórias.

A polêmica adulatória, proselitista, expressa nestas palavras de Benedito Veiga – Jorge Amado, "(...) à procura de outros modos de leitura do Brasil, emprega, como tipo de narrativa, a novela carnavalesca, onde escritor, público leitor e personagens trocam continuamente de posição e abre espaço para os fatos da vida e da sociedade. Suas personagens são os marginais, os sem mercado de trabalho, tendo como opção suas relações de amizade. Jorge Amado, nesse momento, procura dar espaço para que a obra literária, num país de analfabetos como o Brasil, venha a tornar-se um instrumento de transformação social" – compõe um painel laudatório, solene, promíscuo, no afã de extrair intenções e alcances da obra, e acaba por idolatrá-la, como faz Roberto DaMatta:

Ao racional, a obra "[...] responde com o carnavalesco; ao jurídico e partidário, ele contrapõe o pessoal, o singular e o milagroso; ao materialismo formalista e retórico, ele ataca com o informal e o misterioso; à vida definida como fórmula econômica, ele apresenta o mundo como uma complicada teia de relações pessoais que sustenta a esperança nas boas amizades e encontros onde se pode celebrar a relação pela relação".

Já uma recepção totalizante e criacionista pode ser inspirada nos escritos de gente como Luís Milton Hatoum, Luís Carlos de Assis Rocha e Wilson Martins.

Há preconceitos contra a obra de Jorge que morrem e renascem, a partir das ondas temáticas presentes em academias de Letras. Mas há preconceitos que resistem ao tempo, expressos nestas palavras de Milton Hatoum: "Algumas críticas à linguagem (...) são válidas". Fazem coro a essa visão de Hatoum: a) Luís Carlos de Assis Rocha: "O descuido com a língua ainda incomoda"; e b) Wilson Martins: "(...) ele adotou a fórmula da novela picaresca, antes impensável, na era do realismo socialista – mas o picaresco em Jorge Amado, no que se distingue do seu protótipo literário, confina com a

pornografia aberta, com o vocabulário chulo...”. Desconfiamos que essa visão purista sobre o uso da linguagem do autor de “Suor” pode estar associada a uma percepção equivocada de léxico, e ao lugar da oralidade na literatura. Desconfiamos que por trás dessa desqualificação recorrente de uma suposta pornografia aberta, desse suposto descuido com a linguagem, dessa denúncia de um vocabulário chulo está o preconceito lingüístico a que são relegadas as variantes da língua portuguesa falada em regiões distantes dos grandes centros tomados como padrão ideal de uso da língua portuguesa. Desconfiamos ainda que o não reconhecimento da coragem, da ousadia e do pioneirismo de Jorge Amado ao escrever “aquelas coisas” pode estar associado à concepção beletrista de língua escrita. Críticos de literatura talvez tenham “faltado” às aulas de sociolingüística.

Se escolhas lexicais de um autor como Guimarães Rosa, muitas vezes vistas como transgressoras aos padrões gerais de criação lexical em língua portuguesa falada no Brasil são louvadas e objeto de encantamento, as escolhas lexicais em Jorge Amado são constantemente desqualificadas como fáceis ou pouco criativas. Do ponto de vista da organização do léxico, contudo, a criatividade lingüística de Jorge Amado é admirável, e aqui não vamos exaustivamente recompor um amplo painel desse aspecto, mas vamos esboçar alguns recursos a que lança mão o autor para compor a sua “engenharia” lexical.

Antes disso, vamos apresentar noções sobre léxico, e sua força na produção de um discurso, seja ele literário ou não-literário.

O léxico é tradicionalmente definido como o conjunto de palavras de uma língua, assim como o conjunto de características e propriedades dessas palavras, incluindo ainda a capacidade de relacionar essas palavras na composição das frases de uma língua. É uma espécie de banco de dados, um depósito de elementos de designação, fornecendo as unidades básicas de composição. Nesses termos, o léxico é um sistema de classificação e de comunicação. É temerário acusar Jorge Amado de descuido formal, pelo menos em termos não pontuais, nem tampouco de pornográfico ou chulo, pois o tratamento lexical, sobretudo nas obras de maturidade (pós Gabriela Cravo e Canela), acusa escolhas lexicais e composição de frases com maestria. E tomamos a obra “Tocaia Grande: a face obscura” como laboratório para visualizarmos o trabalho com o léxico do autor baiano em duas perspectivas: (I) a da seleção lexical, e (II) a da incorporação da oralidade.

I. Jorge Amado tem um projeto de tratamento do léxico. Em termos de seleção lexical, podemos observar estratégias, como as que seguem: a) Enumeração de sintagmas de mesma categoria e b) o jogo com o léxico para uma engenhosa composição discursiva:

“(...) o Coronel Boaventura ativara alianças, fizera promessas, proferira ameaças, azeitara molas emperradas nos cartórios, e, como de hábito, se locupletara no macio leito, no cálido colo de Adriana...” (TC)

A enumeração cumpre dupla função discursiva – atenção para a seqüência de itens verbais no mais-que-perfeito do indicativo, e uma divisão de tarefas bem definida; a personagem faz duas coisas: a) trabalha, quando ativa alianças, faz promessas, profere ameaças e azeitava molas; e b) descansa: quando se locupleta em macio leito.

“Foram escritos artigos laudatórios, recordando, com a ênfase e a retórica necessárias, os feitos do Coronel e do Doutor, páginas de civismo, lições da História, exemplos para as gerações vindouras. Tudo como manda o figurino, para gáudio dos notáveis, da intelectualidade, da juventude – esperança da Pátria –, enfim de todos os que são capazes de reconhecer e aplaudir o heroísmo e o devotamento dos ínclitos antepassados à causa pública.” (TC)

A escolha dos itens lexicais que compõem este parágrafo é fundamental para articular a ironia do narrador sobre o ambiente e os personagens onde a trama se desenrola. Os itens em maiúsculas (Coronel, Doutor, História e Pátria) e as míni-hipérbolos (laudatório, ênfase, retórica, feitos, gáudio e notáveis) não conseguem esconder que um ambiente sórdido, lamacento e coberto de sangue humano é, na verdade, aquilo que está sendo exposto.

Ênfase no conjunto aberto do léxico:

“Ao atingir a curva do rio, Natário olhou para trás relembando; sorriu contente. Não recordava, no entanto, o tiroteio, os corpos caídos, Berilo de cabeça destampada, Coroinha capado, picado de faca, o coração fora do peito. Conduzia nos olhos e na memória a visão da paisagem noturna, sob o temporal: as colinas e o vale varridos pela chuva, o rio de ventre crescido como se estivesse prenhe, quanta formosura!” (TC)

Além de ser definido como um conjunto fechado de itens/palavras, o léxico é também um conjunto aberto. Reproduzimos e reconhecemos novos seres, objetos e representações – assim, o léxico é um conjunto aberto em que novos seres, objetos e relações são designados, sistema dinâmico sempre em expansão. Os pares que seguem:

/olhar para trás/ e /relembando/; /o tiroteio/ e /os corpos caídos/; e a dicotomia /o rio de ventre crescido como se estivesse prenhe, quanta formosura!/ e / Não recordava, no entanto, o tiroteio, os corpos caídos, Berilo de cabeça destampada, Coroinha capado, picado de faca, o coração fora do peito/ em que imagens de beleza e grandeza se misturam a sangue e carnificina num mesmo parágrafo é característica estilística do autor.

A organização discursiva do léxico:

Por organização discursiva do léxico, propomos a capacidade inventiva para fragmentar o narrador em variadas vozes: “Coincidência, sem dúvida, não havia outra explicação. Ainda bem, pois se Natário adivinhasse pensamento alheio, não restaria escolha ao Coronel senão mandar liquidá-lo. O que seria uma lástima: cabra de tanta competência não se encontrava vagando nas estradas. Natário servia ao Coronel Boaventura há mais de quinze anos, com uma lealdade repetidas vezes posta à prova: nas lutas passadas, por duas ocasiões lhe salvara a vida.” (TC)

No fragmento acima, vemos o discurso do Narrador se fragmentar, como se ele tivesse a capacidade ubíqua de estar em vários lugares ao mesmo tempo. O narrador julga a eficiência do capataz /o que seria uma lástima/; o narrador se confunde com o Coronel /coincidência, sem dúvida, não havia outra explicação/.

Apreensão da expansão do léxico

O léxico se expande numa comunidade de fala, ampliando seu acervo, renovando o vocabulário para atender a necessidades sociais de variados processos e atividades humanas. E a ficção, quando não está na vanguarda, antecipando tendências, jogando com o sistema, como é o caso de ficcionistas como João Guimarães Rosa e José Cândido de Carvalho, abre suas páginas para acolher a expansão, muito antes das gramáticas e dos dicionários. Jorge Amado está nesse segundo estrato, apreendendo as tendências experimentadas por comunidades de fala.

“(…) a água não bastava para limpar a pele do suor e da lembrança do cagão.” (TC)

“Na fumaça da candeia ele a enxergara debaixo de outro, se ofendera, já não a queria de xodó.” (TC)

“Jamais dera mostras de ciúme, não a guardara exclusiva para si em mancebia.” (TC)

Como não se trata de um narrador unidimensional, seria produtivo aceitar inserções lexicais como as que aparecem nas sentenças acima mais como inclusivas – por contemplar um nível estrutural de fala que não circula em determinados estratos de uso da língua, como os livros didáticos, por exemplo – e menos como linguagem chula ou celebração à pornografia.

II. A oralidade, estratégia discursiva de comunicação incontornável na obra do ficcionista baiano, é um outro projeto de tratamento lexical que perpassa variados períodos de textos. A oralidade é uma espécie de fantasma lingüístico. Ausente da escola há décadas e banida das gramáticas há séculos, é incorporada pela Lingüística como a base fundante da linguagem articulada. Vamos assumir a oralidade como uma modalidade do sistema com suas peculiaridades e dimensões próprias, baseadas em variadas estratégias, e vamos assumir algumas delas aqui: a perspectiva funcional da língua; o tópico como perspectiva na dosagem de relevância de informações.

Perspectiva funcional da língua: diferente da narrativa do fluxo de consciência, em que o narrador caudalosamente sufoca as sentenças numa perspectiva cognitiva; uma sentença de Jorge Amado “flagra” a língua em uso, como se o narrador estivesse formulando as sentenças no calor dos acontecimentos, como se o ouvido estivesse nas ruas onde o próprio narrador auscultaria, e não com os ouvidos voltados para dentro, voltados para si. O narrador dinamiza o ato comunicativo. É o que acontece na alternância de turnos dos fragmentos abaixo: “– É que nem um conto da carochinha. Até chorei...” (TC) “– Me mijei de rir no pedaço da mulher com o macaco. Esse turco ladrão astucia cada uma...” (TC)

O tópico, regulagem da relevância de informação da sentença, estratégia típica do discurso oral, não encontra nas gramáticas e na tradição um lugar para se acomodar no ensino da língua. Na obra, é um recurso constante: “Tricas de Bacharel, o Coronel Boaventura as odiava.” (TC)

Jorge Amado arma controvérsias, e a obra está longe de ganhar unanimidade de que gozam ícones máximos das letras brasileiras, como Drummond ou Graciliano. Os investimentos críticos a que aloquei neste artigo como polêmicos focam suas forças analíticas em aspectos de recepção externos à obra, como de que forma foi amparado por comunistas no início da carreira, sua rejeição quando da aliança feita com ACM ou o atendimento a um suposto gosto médio do público. Os investimentos críticos alocados como totalizantes lançam suas lentes para aspectos internos à obra, seu suposto descuido formal com a língua como a grande bandeira desse tipo de análise.

Propomos que acusar a obra de “desleixo” formal é preconceito com variantes lingüísticas populares, e uma obsessão normativa gramatical atuando em por meio desse tipo de crítica tenta desqualificar a obra justamente pelo que ela tem de mais produtivo e rico – a incorporação da variação dialetal portuguesa no Brasil, geralmente não contemplada pelo padrão e excluída dos livros didáticos, da mídia e das escolas. Excluir variantes lingüísticas é excluir as pessoas.

O processo de construção da identidade negra em Teresina a partir da estética africana (re)criada: o caso do grupo afro-cultural Coisa de Nêgo

Artemisa Odila Candé Monteiro
Universidade Federal da Bahia – CEAO - POSAFRO
pretadeguinebissau@yahoo.com.br

Resumo: Neste trabalho, discuto o processo de construção da identidade negra em Teresina a partir da estética africana recriada, estabelecendo relações com estratégias do poder no movimento negro na atual conjuntura política que teve início no Governo Wellington Dias, do PT, em 2003. Desta forma descrevo a origem e a trajetória do movimento negro nas décadas de 80 no estado até a consolidação do Coisa de Nego, em 1990, como entidade negra de grande importância, nesse processo. Analiso o modo como o Grupo Afro-Cultural Coisa de Nego surgiu e desenvolveu suas ações de militância e estratégias na reversão da imagem do negro em Teresina, através da idealização das festas da beleza negra até a sua participação no poder estatal. A noção da identidade está intrinsecamente ligada, neste trabalho, com a

estética corporal e aos demais sinais diacríticos, que serviram de suportes simbólicos na reconstrução da nova identidade negra ligada a uma África idealizada e mítica. Neste sentido, o apelo à África como referência política na nova construção identitária, e a inserção dos negros na política, forjaram a maior visibilidade deste grupo no Estado do Piauí.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da minha dissertação de mestrado, que é fruto da minha experiência como estudante viabilizada pelo convênio cultural firmado entre a Guiné-Bissau e o Brasil, desde fevereiro de 2001. O que chamou a minha atenção no Brasil e, em especial, em Teresina, foram as manifestações culturais consideradas africanas, no caso movimento negro do Estado do Piauí, sobretudo, a propagação de uma estética negra assumida como africana pelo Grupo Afro-Cultural Coisa de Nêgo. Visto que a estética proposta é bastante diferente da vigente em vários países africanos, como Guiné-Bissau, Senegal, Gâmbia, Guiné-Conacri, dentre outros. A estética negra teresinense, através do trançado de cabelo, roupas coloridas e adereços, visa uma auto-identificação com o ser afro-teresinense¹, desconsiderando, contudo, as diferenças e as variedades étnico-culturais existentes na África. Em 2002, por estar inserida no Núcleo de Pesquisa sobre Africanidades e Afrodescendência da UFPI-IFARADÁ, tive acesso às reuniões, palestras e organizações dos movimentos negros no Estado do Piauí. Fazer parte do núcleo de pesquisa me aproximou, ainda mais, das narrativas construídas sobre a África no universo dos movimentos negros e das representações simbólicas apropriadas pelos mesmos. Além disso, as discussões teóricas sobre a reconstrução da identidade africana nos movimentos negros foram significativas nas minhas participações em simpósios, encontros e seminários, o que colaborou para o aprofundamento e reelaboração dos conceitos a serem utilizados no processo de investigação.

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de representação da África, no que tange ao discurso da afirmação identitária a partir da estética corporal. Interessa-me também compreender por que se torna necessária a estetização do corpo a partir de uma imagem positiva da África, e por que o movimento negro em Teresina reivindica uma estética africana para a sua representação política. E de qual África? Será que o uso de panos coloridos, cabelos trançados e acessórios, também considerados afro, criam desconforto à sociedade branca teresinense? Como, e por que a África serve de intermediação entre os integrantes do grupo e a construção da sua realidade social?

Os negros e as negras piauienses, em especial os do Grupo Afro-Cultural Coisa de Nêgo, procuraram construir um elo com o continente africano que fosse visível através do corpo e de uma estética africana idealizada. Ao assim procederem, encontraram formas de afirmação da identidade negra e de busca por inclusão social e política nas quais o corpo e a estética se tornaram instrumentos prioritários. Assim, passou a ser cada vez mais comum o uso disseminado de “amarrações”, denominadas turbantes, de panos coloridos (tecidos escolhidos de acordo com os gostos particulares) e de trancinhas rastafáris. As colorações variadas dos turbantes, notadamente em vermelho, amarelo e preto, coincidentemente representam, na maioria das vezes, as cores das bandeiras de alguns países africanos, ao passo que as trancinhas rastafáris, cujo uso é característico da Jamaica², tendem a se confundir nesse panorama colorido, passando-se, de maneira geral por africanas.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa de campo, constatei também que as cores declaradas africanas têm significados nas religiões afro-brasileiras, isto é, são inspiradas pelas cores dos orixás. Por essa razão as expressões religiosas afro se destacam, com grande relevância, na estética e no cotidiano desses sujeitos, através de significados de cores de roupas, panos de costa, fios de conta, e os demais acessórios que representam e preservam a cultura negra a partir do elo ressignificado com a “mama África”. Neste sentido, meu foco incide em investigar uma parte significativa deste processo presente nas práticas e discursos sobre a estética negra no Grupo Afro-Cultural Coisa de Nêgo, o que defini como a africanização da aparência.

1- AFRICANIZAÇÃO DAS APARÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DE NOVA IDENTIDADE NEGRA EM TERESINA

A África, dantes tão vilipendiada pelo olhar racista, passa a ser celebrada como um continente mítico, alçada à estatura de Mãe África, cujos genes culturais teriam se perpetuado essencialmente em todos os seus descendentes espalhados pelas Américas a partir do tráfico de escravos negros no início da Era moderna.

Célia Maria Marinho de Azevedo

O processo de (re) construções e/ou recriações da identidade negra no Brasil, definidas como “novas identidades”, não pode ser entendido sem considerarmos as “estruturas transnacionais que se desenvolveram e se articularam em um sistema de comunicação global, constituído por fluxos que transportam imagens, idéias e símbolos negros por todo o

¹Incorporo o uso dessa expressão, nesta dissertação, para designar os descendentes dos africanos em meio às ressignificações das diversas práticas culturais.

²Vale ressaltar que alguns países africanos usam símbolos produzidos na diáspora, tal como o uso de “rasta”, para simbolizar a resistência do povo negro, apropriada pela indústria cultural africana (de países como Senegal, Gâmbia, Nigéria, Guiné-Bissau, etc.), que hoje são considerados centros de referência da produção e reprodução de produtos sintéticos, e, assim, são confundidos pela militância negra como originários da África. Portanto, cabe enfatizar que, no que concerne à estética, sem dúvida a África é a referência para penteados. Mas são cabelos naturais, não artificiais, que suscitaram, ao longo dos anos, a admiração da beleza africana, antes da influência dos rastafáris da Jamaica.

Atlântico”, o que leva Gilroy (1993) a referir-se ao Atlântico Negro. Não podemos deixar de mencionar, também, como fator importante desse processo de (re)construções e ressignificações da identidade negra, a experiência da diáspora³. A (re) construção ou fortalecimento da identidade é entendida por alguns autores como uma tentativa de retorno ao passado histórico (HALL, 1997), enquanto outros destacam a afirmação da diferença e da pertença étnico-racial (WOODWARD,2000). Para Agier (2001, p.1), os sentimentos da perda de identidade são compensados pela procura ou recriação identitárias em novos contextos. Assim ocorre com o uso de africanidades, isto é, o uso de costumes, crenças e tradições africanas, que são recriados e ressignificados no contexto diaspórico, tornando-se o que Lévi-Strauss definiu como “abrigo virtual” (LÉVI-STRAUSS apud AGIER, 2001, p. 03). Neste caso, o ponto de partida da busca de identidades coletivas ou individuais leva em conta que somos sempre o “Outro de alguém, ou o Outro de um Outro”.(MUNANGA,2004).

Segundo Sansone (2003), seria mais do que necessária a ascendência africana ou a experiência de discriminação para fazer com que as pessoas se tornassem “negras” ou afro-brasileiras. Nesse processo, a mitificação⁴ da África pelos movimentos negros é parte importante da reflexão acerca da natureza do preconceito que vigora no Brasil, já que foi necessário buscar uma imagem positiva da ascendência africana no processo de afirmação de pertencimento étnico-racial. Essa necessidade possibilitou a idealização da África como uma referência prioritária na construção da identidade, fazendo com que se construísse uma África simbólica e mítica pela memória social, com ênfase em determinados ícones de sua representação. Assim, os símbolos étnicos, tais como roupas coloridas, cabelos trançados, cores fortes, colares, e expressões de religiosidade tornaram-se marcas de africanidade na sociedade brasileira.

Para Souza (2002), com vistas ao fortalecimento da auto-estima, na urgência de reconfiguração de um discurso identitário altivo para os afro-descendentes, são escolhidos marcos simbólicos, entre aqueles ligados à história das culturas africanas, bem como ensejada a participação do negro na construção do Brasil.

Esta relação torna-se evidente nos trechos das entrevistas abaixo:

Ela é a célula mãe, e a gente pra reconstruir essa nossa identidade temos que recorrer a essa matriz. É impossível não ter a África como base. Não podemos falar de nada que envolve o negro, a cultura, a religião, a saúde, se a gente não tomar isso como referência, tem que ser um ir e vir constante. Tem que ter esse estudo, esse conhecimento, porque é ela que norteia. Porque mesmo aquelas pessoas que não têm a consciência disso, quando passam à prática racista elas vivenciam isso. (S.T.46 anos).

Ou seja,

A gente se sente a própria África, eu acho que a África é a própria negritude..., por causa da discriminação e essa coisa toda, eu acho que a gente, muitas vezes se sente parte da África, a nossa comunidade se senti Africana.. Sentir um povo, um povo alegre é um povo que tem jinga de corpo, é um povo dançante, é um povo alegre. O negro já tem essa tendência de ser alegre, onde o negro chega já é uma alegria a mais, então eu acho que é isso, a gente se sente essa África, essa contigiação do povo africano com a gente porque é através da negritude, da discriminação, da música, da arte, essa coisa toda, que sentimos essa necessidade (A. B., 43 anos).

Assim,

A África pra nós, é como berço da Humanidade, como mãe do mundo. Ela nos traz muito a refletir, lutar para que essa reflexão, ela tenha um resultado positivo em nossas mentes. Então, é por isso que a gente trabalha essa questão da África como referência como tudo pra nós. África é ostentada através de seus tecidos, de seus cabelos, de seus olhares, de seu brilho, de sua alegria, do seu vestuário o patamar alto, o grande patamar de ser rei ou rainha, príncipe, ou princesa dentro de um continente tão maravilhoso que nem a África (G. Q.38 anos).

Nesta direção, a África é idealizada e recriada como símbolo cultural e referência política na afirmação da identidade negra no Piauí, e, de modo geral, no Brasil. Assim, Femi Ojo-Ade diz:

[...] percebe-se que o passado e o presente estão combinados numa projeção ao futuro, para a sobrevivência do povo como parte simultaneamente integral e particular da humanidade [...] A África não é só um passado que os negros podem esquecer, e a qual se referem, mas é um presente, uma presença significando continuidade útil a todos os africanos do mundo. A África seria então o ponto de apoio à luta pela verdadeira liberdade do povo da diáspora (OJO - ADÊ, 1999, p.43).

Nesse sentido, torna-se necessário situar a África no contexto em que está sendo tratado, concebendo esse passado como referência na construção de um presente, com possibilidades de dinâmica cultural, portanto sujeito as recriações. Assim, devemos levar em conta que a “cultura não é algo dado, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados, nisso é preciso perceber a dinâmica, a produção cultural” (CUNHA, 1986, p. 101).

³São “comunidades minoritárias expatriadas” dispersas a partir de um centro original, que mantém uma memória, visão ou mitos sobre o seu lar original, e acreditam que não são totalmente aceitas no país para o qual foram levadas. Elas enxergam seu lar ancestral como um local de possível retorno, e acreditam que sua consciência e sua solidariedade são prioritariamente definidas através da relação continuada com a terra-mãe original. (SAFRAN apud PINHO, 2004).

⁴ Com base em SANTANA 2006,p.6 apud Theodoro “[...] mito é o discurso em que se fundamentam todas as justificativas da ordem e da contra-ordem social negra. Está intimamente ligada ao universo do simbólico, que representa a ordem ou organização do meio que circunda o homem [...] na cultura negra, os mitos são indicadores de caminhos e meios para a aquisição, ou transformação da realidade”. É nessa concepção de mito como forma de representação de uma realidade social, que interpretamos, nesta dissertação, a mitificação da África como símbolo de transformação da condição do negro brasileiro.

Dessa forma, as ligações com a África se tornam possíveis a partir de uma busca tênue entre um passado histórico africano em grande medida desconhecido, transportado e mediado pela colonização, de forma dispersa, nos porões dos navios negreiros, e um presente marcado pela globalização, que nos chega através da mídia e outras formas de comunicação, de uma África de pobreza, porém de grande diversidade cultural, riqueza, guerras e conquistas. De fato, no que se refere ao continente africano, sabe-se que existem diversas culturas que estão sendo constantemente construídas e reconstruídas. Portanto, quando se fala de “tradição africana” não se deve generalizar, como recomenda Amadou Hampaté Bâ:

Não há uma África, não há um homem africano, não há uma tradição africana válida para todas as regiões e todas as etnias, há numerosas diferenças, desde os deuses, símbolos sagrados, proibições religiosas e costumes sociais delas resultantes, que variam de uma região para outra, de uma etnia a outra, às vezes, de aldeia para aldeia “(BÂ, 2003, p.14).

Ou seja, até dentro do mesmo país, de uma mesma nacionalidade, diferenças étnicas e distintos traços culturais são notórios. Vale ressaltar, ainda, que toda e qualquer identidade, seja ela individual ou coletiva, é múltipla e inacabada, pois sempre “é experimentada mais como uma busca do que um fato”. Assim como na diáspora, as práticas culturais africanas são particulares e *sui generis* em cada local, sendo recriadas conforme o contexto e as especificidades de cada cultura pré-existente à chegada dos africanos. Podemos, pois, dizer que, no Brasil, as práticas culturais africanas reelaboradas estão sujeitas à combinação com práticas culturais indígenas e européias, o que quer dizer que muitos símbolos e signos são recriados no contexto diaspórico.

Nesse processo, consideramos a identidade africana (re)construída nas Américas, em especial no Brasil, como sendo recriações de tradições africanas dispersas, transportadas pelos(as) africanos(as) escravizados(as) de diferentes partes do continente, e que construíram uma identidade étnica sem fronteiras no novo mundo, não obstante se reconheçam como “nações diáspóricas”, cujas fronteiras étnicas africanas⁵ perderam a importância. Para Eric Hobsbawm, sempre haverá disponível, no passado, um repertório de práticas e comunicações simbólicas para a elaboração de novas tradições: ... “as novas tradições podiam ser prontamente enxertadas nas velhas; outras podiam ser inventadas com empréstimos fornecidos pelos depósitos bem supridos do ritual, simbolismo e princípios morais oficiais”. (HOBSBAWN,1997, p.14) É o caso da referência africana no Brasil, ou seja, uma África recriada que os próprios “africanos e africanas” desconhecem⁶, porém que não surgiu do vazio, mas sim de uma experiência resultante do regime escravocrata, que foi enxertada nos fragmentos culturais africanos e incorporada por outros valores e sentidos de outras influências diaspóricas.

Nessa mesma direção, Manuela Carneiro da Cunha aponta para a alteração de sentidos de símbolos extraídos numa determinada tradição, a fim de (re)construir a identidade étnica na diáspora. Para a autora:

O uso dos símbolos e de signos dados para promover significações novas ou não oficiais, seja pela ambigüidade dos primeiros ou pelo rearranjo dos últimos, pois o significado de um signo não é intrínseco, mas função do discurso em que se encontra inserido e de sua estrutura a construção da identidade étnica extrai assim, da chamada tradição, elementos culturais que, sob a aparência de serem idênticos a si mesmos, ocultam o fato essencial de que fora do todo em que foram criados, seu sentido se alterou. Em outras palavras a etnicidade faz da tradição ideologia, ao fazer passar o outro pelo mesmo, e faz da tradição um mito na medida em que os elementos culturais que se tornaram “outros” pelo rearranjo e simplificação a que foram submetidos precisamente para se tornarem diacríticos, se encontram por isso mesmo sobrecarregados de sentido (CUNHA, 1986, pp. 101-102).

Seguindo essa linha de pensamento que situa a tradição como ideologia e como mito, é que concebemos, nesta dissertação, as práticas culturais africanas recriadas pelo Grupo Afro-cultural Coisa de Nêgo, em Teresina, como africanização da aparência. De fato, a identidade aparente oculta o fato de esta se basear em tradições recriadas, e, por isso, não idênticas às originais, cujo sentido se alterou na experiência diáspórica. Estamos, assim, perante dois contextos diferentes, distantes geograficamente, porém enveredados pela interconexão entre a história e o mito.

Como sugere Anderson (1989), a nação não é apenas uma entidade política soberana, mas “comunidades imaginadas”. Deveríamos perguntar como são imaginadas a África continental e suas práticas culturais nos movimentos negros, em particular nos movimentos negros piauienses? Não apenas em relação à questão da negritude, mas no que se refere à recriação das “identidades étnicas” no tocante à estética, onde há uma África mitificada e idealizada no discurso e práticas dos atores sociais piauienses? Cabe-nos lembrar que não podemos negar aos negros e negras da diáspora o “elo umbilical” com o continente africano, muito menos suas re-identificações simbólicas com as culturas “africanas”. Entretanto, precisamos compreender o processo dessa reconstrução da África à brasileira, cujos elementos culturais se tornaram “outros” pelo rearranjo e simplificação a que foram submetidos. Precisamos, também, por outro lado, analisar os fatores que motivaram uma idealização positiva da África, à qual se atribuiu funcionalidade sócio-racial e política, tal como ocorre no grupo Coisa de Nêgo. Vale assinalar, contudo, que um dos fatores que tem contribuído para a uniformização da cultura

⁵ Entretanto, isso não significa dizer que em face da perda de importância das fronteiras étnicas africanas na diáspora, não haja diferença entre os grupos étnicos provenientes das diversas partes da África, pois para Fredrik Barth, por exemplo, as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, frequentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes. Assim, a interação em um sistema social como este não leva ao desaparecimento em face da mudança e aculturação; as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato inter-étnico e interdependência dos grupos(BARTH, 1998, pp.2;3).

⁶ Nas várias conversas que mantive com colegas de diferentes países africanos, observei, muitas vezes, reação de indignação perante as práticas culturais ditas Africanas no Brasil: “essa não é a minha África, nem o meu País!”.

africana no Brasil resulta de equívocos cometidos no processo colonial⁷ quanto às atribuições dos nomes dos escravizados a partir dos portos de embarques, estes interpretados como pertença identitária de cada sujeito capturado nas diferentes regiões da costa africana, isto é, como um registro de identificação original dos escravizados.

De fato, eram-lhes atribuídos nomes de “nações genéricas”⁸ que, todavia, não apagaram as suas identidades étnicas.

Desse modo, podemos afirmar que o processo colonial contribuiu para a construção da homogeneização da cultura africana nas Américas, desde os primeiros contatos, nos portos de embarque, até o navio negreiro, dado que a identificação da procedência se tornava, para os colonizadores, a forma mais fácil de agrupamento dos escravos, a exemplo dos africanos que embarcavam no porto da antiga Costa da Mina, na África ocidental, designados, independentemente do seu país e da sua pertença étnica, “minas”, devido à referência ao porto de embarque, designação que, por sua vez, passou a significar nação no contexto da diáspora. Assim se formaram nações culturais dentro de uma nação territorial, como produto da colonização. Esse mesmo expediente vigorou no campo afro-religioso, por exemplo, na Bahia, onde as várias nações africanas (Nagô, Jeje, Mina, Angolas, etc.) são tratadas como culturas específicas de determinados grupos étnicos africanos, que “servem de arsenal cultural para selecionar traços que servirão de sinais diacríticos para exibir a afiliação a um grupo” (CUNHA, 1986, p.94).

Reportamo-nos à Bahia, nesta reflexão, dentro de um esforço comparativo com outros processos de reconstrução da identidade, a partir da África. Além disso, a Bahia é considerada, por outros movimentos negros no Brasil, em particular o Coisa de Nêgo, como uma referência expressiva da cultura africana “pura”, além de ser um dos estados brasileiros com maior população negra, e, sem sombra de dúvida, onde mais se recriaram e preservaram práticas culturais africanas. Portanto, a Bahia tem servido de inspiração para outras entidades negras fora do estado, em especial o Ilê Aiyê, Malê de Balê e Olodum, que constituem marcos na formação de outros grupos relacionados aos movimentos negros contemporâneos. Nunca é demais lembrar, contudo, que as fronteiras étnicas no continente africano têm importância e significados sociocultural e político, e são bem demarcadas; teoricamente, cada etnia tem sua terra e sua região. Já nas Américas, as pessoas trazidas da “África” conviveram, mesmo que nunca tivessem entretecido relações anteriores. Isso nos reporta, mais uma vez, aos achados de Manuela da Cunha, quando argumenta que a cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, que se acrescenta às outras, enquanto se torna cultura de contrastes (CUNHA, 1999). Por outro lado, na mesma linha de pensamento, Barth (1998) propõe a substituição de uma concepção estática da identidade étnica por uma concepção dinâmica. Para ele, a interação em um sistema social como este não leva ao seu desaparecimento por força de mudança e aculturação; as diferenças culturais podem persistir apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos. É neste sentido que devemos entender as recriações dos costumes africanos na diáspora, em especial no Brasil, no bojo de tradições culturais diversas.

É verdade que o elo escravocrata ainda liga a “África com todos aqueles que quiseram apropriar-se dela e a ela ligar-se” (PINHO, 2004). Assim, ela se tornou uma idealização para os seus descendentes, dando sentido político à criação de novas identidades. Nessas condições, são forjadas identidades no interior de movimentos negros, a exemplo do Grupo Afro-Cultural Coisa de Nêgo, sob a égide, muitas vezes, de uma africanização das aparências. Neste caso, com base em Mendes (2003), podemos, então, dizer que a africanidade, no Brasil, serve para dar força aos negros(as), possibilitando articulações mais amplas e consistentes para suas lutas. Por outro lado, a ênfase costuma incidir sobre a suposta existência de uma espiritualidade africana reportada ao passado, como um mito de criação. Assim, contemporaneamente, os atores sociais rememoraram e vivenciam fatos e efeitos produzidos pelos antepassados africanos.

A gente costuma dizer que tudo que a gente faz é da África, a questão da espiritualidade e aí a gente aprende muito na umbanda, a gente tá conversando com preto velho, a gente sabe que ele tá vindo de Aruanda, da África, e o ensinamento que ele nos passa é muito importante, a nossa dança, nossa capoeira – que não aquela da academia, mas aquela que de fato se identifica com quem é negro. Traz todo aquele molejo, malícia, gingado que é do negro e da negra, que era feito lá na senzala como espaço de dança e exaltação aos deuses, mas trazia a questão das energias positivas (A.A., 32 anos).

É desse modo que o movimento negro re-valoriza a ascendência africana e articula várias estratégias de organização, que, no caso em questão, alcança o campo da elaboração e aplicação de políticas públicas através da construção de uma identidade estratégica (Cuche, 2002) em torno da questão da negritude, visando preservar as tradições, o que, evidentemente, tem ensejado um intenso processo de recriação e invenção daquilo que se imagina como sendo africano. Por outro lado, percebe-se que estas recriações culturais ligadas ao continente africano buscam estabelecer conexões com uma suposta originalidade africana, através de representações, em geral focalizadas nos símbolos que remetem à estética, música, indumentárias e religiosidades.

⁷ De fato, essas “nações” resultaram de agrupamentos impostos a diversos povos e a distintas ordens de categorias políticas, linguísticas e culturais que foram unificadas, primariamente, para propósitos do tráfico de escravos. Os estudos de Maria Inês Cortes de Oliveira reforçam que essas “nações” africanas, tal como ficaram conhecidas no Novo Mundo, não guardavam, nem no nome nem em sua composição social, uma correlação com as formas de auto-adscrição correntes na África (OLIVEIRA, pp., 1995-96).

⁸ Pode-se argumentar, por esse motivo, que o repertório das classificações étnicas na América não passa de “atribuições” impostas do exterior aos grupos africanos, e que terminariam por colar-se aos mesmos como rótulos. Segundo esta perspectiva é que tem sido enfocada a atribuição dos nomes étnicos aos grupos africanos na América, considerando-se os nomes de nação como sendo as formas pelas quais os diferentes grupos ficaram conhecidos em tal região ou país, sem questionar a lógica que presidiu tal processo. Todavia, diversos elementos estão a indicar que a maioria dos nomes étnicos que se referiam a grupos numérica e culturalmente representativos acabou por se transformar em formas auto-adscriativas introjetadas, individual e socialmente, em torno das quais foram elaboradas as alianças grupais, organizadas as estratégias matrimoniais e a vida religiosa, redefinidas, assim, as relações que os diversos grupos africanos mantinham entre si e com os demais grupos que integravam aquele sistema interétnico. (OLIVEIRA, 1995-96, p. 177).

Convém mencionar que as religiosidades tornaram-se parte importante das demonstrações públicas de identidade e de orgulho dos membros do Grupo Afro-Cultural Coisa de Nêgo, fato que não se verificava nos primeiros anos de sua criação. Desta forma, a África tida como a matriz cultural que abarca comportamentos, ações e pensamentos dos (as) negros (as) fora do continente, como aqueles (as) que compõem o Grupo Afro-Cultural Coisa de Nêgo, que, ultimamente, têm estabelecido um vínculo forte com as religiosidades afro, como forma de fortalecer e legitimar uma “nova identidade negra”.

[...] instituições e tradições de diversas culturas transplantadas da África para o Brasil permanecem existindo em todo o seu brilho e vitalidade. Algumas dessas culturas deixaram sua marca indelével na face cultural brasileira; outras conservaram intacto todo um sistema de pensamento simbólico, de teologia e cosmologia. Nenhuma das expressões culturais se rendeu passiva ou facilmente à tentativa, sutil ou violenta, da destruição colonizadora. Entre elas mesmas, as culturais africanas mantiveram um complicado jogo, uma interação por vezes sutil; a qualidade e a dimensão da reciprocidade que mantinham variava segundo as diferentes condições da vida escrava e das características respectivas de cada cultura (NASCIMENTO, 2002, p.100-101).

Desse modo, a África tem existido como uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1989), para o Grupo Afro-Cultural Coisa de Nêgo, que tenta, através de vários e distintos símbolos recriar e perpetuar o mito da mãe África, através do corpo, cabelos trançados, roupas, coloridas e brancas, maquiagem, etc.

2. CORPO, CABELO E INDUMENTÁRIAS COMO SÍMBOLOS DA AFRICANIDADES NO COISA DE NÊGO

O corpo é um dos mais notáveis espaços de representação e expressão de uma cultura. Os cabelos são memoráveis distintivos de identidade étnica, de inclusão social e, especialmente, de revelação da luta pela liberdade. Pelos direitos de igualdade e cidadania. O negro quando assume o seu cabelo de negro assume também o seu papel na sociedade como pessoa negra.

Raul Lody.

Nas Ciências Sociais existem diversos estudos que apontam para a configuração do corpo como símbolo cultural - interpretado de formas diferentes conforme os contextos culturais - mediante a utilização de códigos de identidade e alteridade que facilitam a identificação cultural dos indivíduos, e nos possibilitam uma melhor compreensão de uma determinada cultura. “Nas sociedades em que a raça é um dos aspectos que estrutura as relações sociais de poder, o cabelo e a cor da pele são os sinais mais visíveis da diferença e possuidores de forte conotação negativa” (KOBENA apud GOMES, 2006, p.4). Neste trabalho, o corpo será analisado além da perspectiva biológica. Trata-se de descrevê-lo a partir da dinâmica, cultural e social, produzida por sua inserção num determinado grupo cultural. Rodrigues (1986) postula que o corpo humano, como qualquer outra realidade do mundo, é socialmente concebido, e que a análise de sua representação social oferece uma via de acesso à estrutura de uma sociedade particular. Cada sociedade elege um certo número de atributos que configuram o que é e como deve ser o homem, tanto do ponto de vista intelectual ou moral quanto do físico.

Lina Maria Vargas afirma que cada povo define seus parâmetros de beleza corporal de acordo com os traços físicos de seus membros, pois é através desses parâmetros que se convencionam o que é belo ou não.

[...] Esse imaginário coletivo interiorizou o estereótipo que concebe os “negros” como preguiçosos pela natureza e incapazes de assumir tarefas intelectuais de governar e administrar. A apropriação destes estereótipos tem permitido manter o status quo de dominação branca e com pertença europeizantes. (VARGAS, 2003, p. 130-131)

No que concerne às políticas adotadas na reelaboração de símbolos da nova identidade negra, há um outro destaque, ou seja, o cabelo crespo como signo da negritude – a ‘naturalidade’ do cabelo, descartando a possibilidade de alisamento por este se aproximar do propagado ideal da branquura.

A gente tem como característica forte a nossa beleza natural, então pra gente é interessante mostrar que a estética está sempre associada à questão da auto-estima, da identidade negra, de se assumir como pessoa negra com cabelos naturais e crespos. A África é o matriz, o berço da negritude, lá a gente vê tudo: o cabelo, a vestimenta. Nos serve de inspiração. A trançinha é nossa identidade, é nossa característica realmente, porque é com trançinhas que conseguimos incomodar e marcar a diferença (H.R. 37 anos).

No entanto, este não é um ponto consensual, para outra entrevistada, o cabelo negro pode ser usado de várias formas e, apesar do seu valor simbólico na construção da identidade negra, ele também pode ser alisado.

Eu hoje posso fazer uma escova, mas eu faço porque quero ficar diferente, não é um padrão meu do dia-a-dia, não me sinto bem... É, mas boto trança ou não, aliso ou não, nem por isso deixo de sentir mais negra ou menos negra. Você precisa tá bem com você mesmo, porque não adianta você botar trança só porque eu estou de trança... Então se seu estar bem significa você estar de cabelo alisado, você alisa o cabelo. Então acho que a beleza permite isso. (A.A, 32 anos)

Alguns estudos têm sido realizados sobre a importância do cabelo crespo na auto-afirmação da identidade negra, entre os quais destacamos o de Ângela Figueiredo:

Na classificação brasileira, as pessoas que se definem pertencentes a um grupo, por exemplo, a cor morena, tem a cor associada ao tipo de cabelo, o seu diferenciador. Do mesmo modo, aquelas que definem sararás ou Parmalat, são

pessoas de “pele clara” que, por isso, não se sentem negras. Mas não se consideram brancas por terem o cabelo crespo (FIGUEREDO, 1994, p.40).

Desta forma, cabelo crespo e corpo foram eleitos como símbolos da negritude devido à dinâmica das relações raciais brasileiras, engendrando símbolos “sine qua non” da afirmação da identidade negra no Brasil. Conforme Pierre Bourdieu, as características de diferenciação construídas sobre o corpo também são fatores de distinção identitária, diferença afirmada contra aquilo que está mais perto, que representa a maior ameaça (BOURDIEU apud MOTT, 1985, p. 68). O cabelo crespo constitui, assim o primeiro signo da identidade negra, por parte de sujeitos negros, seguido pelo corpo e demais sinais diacríticos.

Assim, as representações criadas pela produção cultural negra e desenvolvidas pelos movimentos negros a partir do elo imaginário com a África, criam significados que servem como elementos e/ou símbolos fundamentais para a (re)construção das identidades negras afro-referenciadas, ao mesmo tempo em que interferem na dinâmica da cultura política. Nesse sentido, emerge uma nova identidade negra centrada na “naturalidade” dos cabelos crespos e trançados africanos, como se hoje não existisse o uso de cabelos soltos e/ou alisados no continente africano. Ali, cabe assinalar, não só o cabelo como também a língua, costumes, etc. constituem categorias de identificação e pertença étnica identitária do indivíduo.

De todo modo, é necessário admitir que algumas pesquisas sobre o alisamento de cabelos no continente africano apontam para a assimilação de valores estéticos europeus, resultante do processo de colonização que força, sobremaneira, a maioria das negras a manipular os cabelos sem, todavia, pretenderem ser brancos, ou parecerem brancos. Por outro lado, há que considerar que no continente africano existem especificidades culturais étnicas o que não permite o uso único de um padrão estético, isto é, que todos, por exemplo, trancem os cabelos, já que as singularidades étnicas permitem a expressão da diferença.

Em se tratando de negros(as) brasileiros(as), estudos de Figueiredo (1994) e Gomes (2006) destacam o cabelo ao natural como referência de africanidade. Ambas apontam para um tipo de discurso que recai sobre a naturalidade, como reconhecimento da origem africana. Do mesmo modo, para o movimento negro piauiense, cabelos crespos significa romper com o padrão de colonização cultural de alisar os cabelos, e outras práticas estéticas ocidentais. Para várias entrevistadas, no decorrer desta pesquisa, alisar os cabelos é considerado como forma de fugir da sua origem africana de cabelo natural, “já que é negro, porque não usar as nossas origens como referência na (re) construção da estética?”(F.A.,22 anos).

No entanto, para outras, alisar cabelos é mais uma forma de realçar a beleza. Verifica-se, em muitos depoimentos, a ênfase na construção de um tipo negro, que valoriza, particularmente, a estética corporal, permeada de cores fortes (vermelho, verde, amarelo) e maquiagem. Esse é o(a) negro(a) considerado(a) consciente!

[...] quando a gente assiste na televisão e vê os africanos com aqueles penteados naturais lindos dá vontade de estar lá e viver naquele paraíso [...] Não estamos contra os cabelos alisados, chegou a hora de valorizar os nossos, a nossa origem racial....Quem usa cabelos lisos não tem consciência da sua pertença!(A.A.,32 anos).

Mas, os cabelos crespos, trançados, etc., não constituem uma única opção entre as meninas negras. Nas entrevistas coletivas que realizei com a população juvenil do Grupo Afro-Cultural Coisa de Nêgo, percebi que quando o assunto é cabelo crespo não há consenso. Apesar de reconhecer o valor que o cabelo traduz na afirmação identitária, há também a possibilidade de uso de cabelos relaxados, cacheados e soltos, o que não significa, necessariamente, querer ser branca. O fato é que no grupo existem algumas meninas de pele mais clara e cabelos mais soltos, com poucas tranças por causa da textura do cabelo. Assim, o uso de relaxamento no cabelo constitui uma das formas mais práticas em relação ao trançar, mas, em compensação, elas utilizam outros modos para realçar traços da identidade negra, através da maquiagem com cores fortes e adereços, itens que na concepção dos sujeitos ajudam a reafirmar a negritude. Fragmentos de entrevistas com jovens do Coisa de Nêgo sobre a importância do cabelo na nova identidade negra falam dessa realidade:

Eu acho que o cabelo faz parte da nossa cultura, nossa raiz. O nosso cabelo, nossa vestimenta fazem parte da nossa cultura, e é um estilo. Não adianta ser magrinha ou gordinha, você tem que se identificar com o seu povo e criar seu estilo [...] É se gostar, se assumir, e pronto. É se olhar no espelho e ver que ninguém é melhor que você. (F.A, 22anos).

Desta forma, a naturalidade do cabelo é associada à origem africana, isto é, a África é tomada como centro do processo de criação de identidades negras na diáspora, através das cores fortes, dos cabelos trançados, das roupas coloridas, e da religiosidade, que representam, assim, o signo da negritude. Mitificada e idealizada por parte de comunidades negras, a África está presente na criação e recriação de culturas negras em diferentes tempos e espaços. Manuela Carneiro da Cunha argumenta que:

A tradição cultural serve, por assim dizer, de “porão”, de reservatório onde se irão buscar, a medida das necessidades do meio, traços culturais isolados do todo, que servirão essencialmente como sinais diacríticos para uma identificação étnica, portanto, a tradição cultural seria, assim, manipulada para novos fins, e não uma instancia determinante (CUNHA, 1986, p. 87).

Ou seja, o(a) negro(a) brasileiro(a) precisa reportar-se à África como origem de sua pertença étnica e racial, e também como inspiração de suas recriações culturais, fato importante para a construção da negritude e para se opor às práticas racistas que lhe afetam socialmente.

Quanto à (re)construção de costumes e estilos “afros”, percebe-se uma articulação da estética com a política como suporte nas mediações culturais identitárias, em meio a um padrão único imposto de beleza européia. A África passou a entrar no contexto da moda e da referência identitária para os negros e as negras brasileiros(as), porém com signos absorvidos de outros elementos transnacionais selecionados localmente, que funcionam como um decodificador identitário para os(as) negros(as). Assim, o corpo negro e os demais sinais diacríticos constituem símbolos e significados para a compreensão da identidade negra, construída na experiência marcada pela discriminação, preconceito e exclusão social, e recuperada de uma forma positiva.

O corpo e o cabelo, ao serem eleitos como mais relevantes sinais diacríticos na reconstrução da nova identidade, provavelmente por constituírem as marcas de exclusão do negro ao longo do tempo, hoje funcionam como itens de inclusão através da estética e estilo afro, baseados numa África idealizada e símbolo da referência da ancestralidade. O corpo, particularmente, constitui importante espaço de permutações simbólicas, palco para a organização da subjetividade e das relações de afetividade e de contato social (GIL e COSTA apud SOUZA, p.88).

A inspiração na África como símbolo para a construção das identidades negras não constitui um caso específico dos movimentos negros brasileiros, pois essa referência, no plano mundial, explodiu nos anos 1960, nos Estados Unidos, e mais tarde, expandiu-se, para outros pontos da diáspora, na forma dos ideais do Black is Beautiful. Esse movimento inverteu o sinal dos símbolos corporais associados aos negros (pele escura, cabelo crespo, glúteos avantajados) até então vistos como estigmatizantes. Um dos expoentes deste movimento de resgate da auto-estima negra, Stockley Carmichael afirmou na época:

Vamos assumir esses traços que, por essa razão, passarão a ser visto como bonitos! Vejam esse cabelo, que pode ser penteado de mil maneiras diferentes! Vejam a cor dessa pele! Afinal de contas, as branquinhas vão à praia para bronzear-se e tentar ficar da nossa cor. E a roupa que se usa? Vamos pensar nas roupas: por que não as coloridas? Na América, é cool, é bom a gente vestir ton-sur-ton. Na África não se usa o ton-sur-ton, a gente anda vestida com uma variedade de cores, com uma infinidade de desenhos. Por que, então, não vamos assumir que essas coisas são bonitas? (MONTES apud PINHO, 2004, p.87).

Temos, hoje, no Piauí, um discurso semelhante, tal como por um depoente do Coisa de Nêgo, ao ressaltar a importância do corpo, cabelo e roupas como símbolos de africanidade:

[...] Eu acho que a gente deve lutar pra afirmar a nossa estética. Então, porque não lutar por nossa raça, nossas características de negro? O nosso cabelo, por exemplo, ele é lindo, podemos usá-lo de várias formas. Eu acho que é porque faz parte da nossa cultura, nossa raiz! O nosso cabelo, nossa vestimenta fazem parte da nossa cultura, e, é um estilo (F.A.22 anos).

Fica claro nessas falas, e em muitas outras citadas, a visão substancializadora do uso de cabelo natural, que reforça o elo com a África e com a busca incessante de uma origem africana. Ao longo do texto, temos destacado alguns fatores que, no caso brasileiro, apontam para a recriação de uma imagem simbólica da África que tanto sentido faz para os afro-descendentes do movimento. O corpo, o cabelo e as roupas coloridas, como já reiterado, foram escolhidos como expressão estética e identitária negra nos movimentos negros teresinense, fazendo parte de uma estratégia política cultural de promover a reversão dos seus significados, com o fim de criar uma pedagogia de auto-afirmação. Entretanto, essa reversão de significados não atingiu, plenamente, o segmento negro. Constata-se que a maioria dos (as) negros (as) vivem em conflito em relação aos seus traços fenotípicos, notadamente o corpo e o cabelo, considerados marcas que definem a beleza e, ou a fealdade, assim como a pertença étnico/racial dos indivíduos.

Vejam os depoimentos de membros do Coisa de Nêgo no tocante à auto-afirmação negra, a partir da inserção no movimento:

Eu não me identificava como negra, eu me identificava como morena, aí a partir dos catorze anos(14) quando entrei na coisa do negro, eu me defino como negra a partir do momento que entrei na coisa de negro, mas não me assumia como negra, achava que eu era morena. A partir do momento que conheci a historia do negro, fui gostando e me assumindo como tal. (F. A, 22 anos)

Ou ainda,

Assumi-me como negra há quatro anos atrás, ao entrar na coisa do negro. Pra mim, a beleza negra começa no cabelo, na roupa, e na maquiagem. Quando entra de black, todo mundo se vira para olhar, porque chama a atenção, é diferente. Pois o crespo, o trançado é como origem do negro. O cabelo influi muito na nossa auto-estima, na nossa estética. Ele é o principal no nosso corpo(V.S, 24 anos).

Diz outra entrevistada,

Quando a gente é criança, a mãe amarra, quando a gente é adolescente a solução é alisar, então a solução é essa. É como se pra gente não tivesse saída. A nossa saída, a única que a gente tem, pra estar no padrão de beleza é alisar o cabelo, e na realidade o nosso cabelo não precisa ser alisado, precisa ser cuidado como qualquer outro tipo de cabelo e, isso não impede que você trance. A gente questiona a valorizar o cabelo, porque cada cabelo é um cabelo: crespo, enrolado, é um cabelo, e cada um tem que se adequar àquilo que exatamente o cabelo pode aceitar. Então nosso cabelo é muito mal-tratado com a química, e tem gente que diga que quem alisa o cabelo não é negra, e geralmente o que acontece com a mulher negra é isso; que ao entrar na adolescência tem que alisar o cabelo. Então a gente valoriza o cabelo, ensinando pras crianças que temos que valorizar o nosso cabelo(H.R, 37 anos).

Movidos pelo desejo de reverter a situação do negro e seus valores estéticos, os intelectuais⁹ negros(as) dos movimentos negros podem ser considerados intelectuais orgânicos, de acordo com o conceito gramsciano, isto é, aqueles que se colocam a serviço de classes ou empreendimentos para organizar interesses, para disputar e obter expansão dos espaços de poder, no caso sob exame mediante a criação de uma estética da negritude.

Dessa forma, através do estímulo dos intelectuais negros(as) e ativistas, dos movimentos negros reconfiguraram o perfil estético, possibilitando que os(as) negros(as) se transformem em ícones de beleza negra. Neste sentido,

A configuração de uma estética negra calça-se na indumentária colorida que evoca tecidos e modelos de origem africana, nos toques de tambores, no ritmo ijexá, nos penteados criados com a utilização de conchas, búzios, tranças e turbantes que, juntos, forjam e compõem num quadro evocativo de uma ligação mítica e simbólica com as tradições dos países africanos, que deslizam e ecoam como canto de afirmação identitária(SOUZA, 2002, p. 91).

Nesse âmbito, o corpo e o cabelo são transformados em emblemas étnicos. Por outro lado, os “objetos da cultura negra” significam mais do que apenas uma expressão estética, ou seja, uma forma de exaltar a identidade política e outros cânones de padrão estético na sociedade teresinense. Portanto, a reivindicação de uma identidade negra e a ação política são mecanismos de inserção que os componentes do Coisa de Nêgo adotaram para romper com a política eurocentrada no Estado do Piauí. Dessa forma, no caso dos sujeitos do Coisa de Nêgo, a motivação político-partidária constitui pano de fundo para a concretização do grupo. Essa identidade, ao aliar-se com a política, busca reafirmar a história e reivindicar direitos de cidadania. Essa identidade cultural africana é construída como um modo de ser e de situar no mundo.

Inspiramos na nossa ancestralidade, na história dos nossos ancestrais, a gente sempre busca saber um pouco da sabedoria dos pretos velhos, da sabedoria da nossa história da África mesmo, de alguns elementos que a gente possa estar analisando e que nos identifica com a nossa história. Então isso fez com que a gente montasse um padrão e assumisse essa estética. Mas no dia que ce ta bem, você bota um vermelho de Iansã, um amarelo de Oxum, ou então junta amarelo, o vermelho, o preto e sai na rua. Então tem muito a ver com o dia a dia (A.A., 32 anos)

O curioso, aqui, é a representação da África para jovens militantes, tendo-se em conta que nunca visitaram qualquer país africano:

É um berço da civilização negra. Lá esconde muitos mistérios, é um encanto... A África tem muita riqueza e muita pobreza... Com todas as suas dificuldades, a África é um lugar maravilhoso. Agente se identifica como se fossemos de lá, um povo só(J.L., 22 anos).

Por outro lado, mesmo entre adultos do grupo, permeia a mesma concepção sobre o continente africano:

A África é própria matriz, a própria mãe, que é o desabrochar de nossa consciência, de nossa formação, do nosso ser negro e negra.. É o umbigo que nunca foi cortado, pois nós continuamos irmãos, afiliado..., mas na realidade falar da África é tocar fundo na nossa alma. É impossível pensar diferente. Eu alimento o sonho de conhecer um país da África, vai ser o encontro de mim comigo mesmo, vai ser a maior emoção da minha vida, vou me sentir completa. Mas assim, ela é a célula mãe e a gente pra reconstruir essa nossa identidade temos que recorrer a essa matriz. É impossível não ter a África como base(S.T. 46 anos).

É bem verdade que as relações com a África não foram cortadas, pois estão presentes nas heranças culturais africanas, em algumas práticas e costumes do povo brasileiro, como, por exemplo, pedir a benção aos mais velhos, expressões comuns entre os dois continentes, a culinária, a fé numa crença comum (a referência aos ancestrais), entre tantos aspectos que são guardados e recriados, nos dois contextos.

Para Sansone (2003), parecer africano, ou soar africano é que torna as coisas africanas. Quanto ao retorno ao passado histórico africano como suporte para a (re) construção da identidade negra em Teresina, a África parece ser protegida através de padrões tidos como de “autenticidade cultural”, um retorno à pátria-mãe, onde os valores de cultura negra supõem-se perpetuados. Esse tipo de reflexão remete à problemática da suposta homogeneidade cultural africana, não obstante se trate de um continente com mais de 53 países que se encontram em constante dinâmica cultural, sendo portanto portadores da mesma tradição ou costumes.

No que refere à identidade africana reconstruída na diáspora, Stuart Hall afirma:

Não podemos voltar ao início e retornar a uma identidade perdida. Pode parecer triste, mas não é possível ‘voltar para casa’ porque aquele que sai nunca mais volta do mesmo modo que saiu. Essas fragmentações identitárias, conflitos e recriações são gerados através do processo diaspórico, onde não podemos eleger um único elemento constituinte de identidade de um determinado segmento étnico-racial. Pois sempre haverá símbolos transitáveis de um grupo diaspórico para outro (HALL, apud PINHO, 2004, p. 14).

⁹ O conceito de intelectual aqui usada, não se remete apenas àqueles que lidam com produção de idéias escritas e publicadas. Considero intelectual de acordo com Hooks(1995), além do conceito ocidental sexista e racista, sobretudo aqueles que estão fora do meio acadêmico tradicional, mas que dominaram outros tipos de saberes além da ciência, que são portadores de tradição e referências culturais, como por exemplo, os anciãos africanos, que quando morrem são considerados “biblioteca queimada”, no sentido de que são portadores de conhecimentos não escritos, portanto, são considerados intelectuais. E os grandes personalidades de destaque nos movimentos negros, que resistiram à opressão e recriaram suas próprias identidades.

Evidentemente, a África também se apropria dos símbolos e repertórios da diáspora, isto é, tem lugar uma circularidade cultural através das distintas imagens criadas, como rastafarianismo, estilos de músicas, etc., que são usados pelos diversos sujeitos africanos contemporâneos, com sentidos diversos: os contextos de utilização do “rastafári” pelo africano, por exemplo, são diferentes daqueles(as) negros(as) diáspóricos.. A diáspora usa os repertórios como signos de negritude, de uma reafirmação da pertença étnico-racial, o que não acontece com o africano, já que ele conta com outros signos como decodificadores de sua origem étnica.

No seu ensaio intitulado Na casa do meu Pai - a África na filosofia da cultura, Appiah (1997) faz uma crítica à mitificação criada em torno da África., preconizando que precisamos situar a África no contexto real da sua existência, nem num passado nostálgico, muito menos num presente utópico, mas apreendê-la com todos os problemas que um continente submetido ao tráfico de pessoas, durante séculos, enfrenta no processo de reconstrução. Por outro lado, vale a pena repetir que uma das formas pelas quais as identidades reivindicam é por meio do apelo a antecedentes históricos.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. In: MANA, v. 7, n° 2, p. 7-33, out. 2001.
- ALVAREZ Vargas. M. de Lina. Cuerpo, Cabello, Cabeza Y Rostro o el Aspecto Estético. In: Poética del Peinado Afrocolombiano. Bogotá: Paz Interior, 2003.
- ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ática, 1989.
- APPIAH, Kwame. Na Casa de Meu Pai: África na Filosofia da Cultura. Rio de Janeiro: Contra Ponto, 1997.
- BÂ, Amadou Hampâté. O menino Fula. Tradução: Xima Smith de Vasconcelos. Rio de Janeiro: Pallas Athema; Casa das Áfricas, 2003.
- CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade: A Era da Informação – Economia, Sociedade e Cultura. V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- COWLES, Gregory. Paisagem africana. In: Revista Biblioteca entre Livros. Edição Especial N. 6, Duetto Vozes da África.
- CUCHE, Denis. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 2002
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DAOLIO, Jocimar. Da Cultura do Corpo. Campinas: Papyrus, 1995.
- DEL PRIORE, Mary. Corpo-a-corpo com a mulher: Pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Senac, 2000.
- FIGUEREDO, Ângela. Beleza Pura: Símbolos e Economia ao redor do Cabelo do Negro. Monografia de Graduação em Ciências Sociais, UFBA, Salvador, 1994.
- _____. Cabelo, cabeleira, cabeluda e descabelada: Identidade, consumo e manipulação da aparência entre os negros brasileiros. In: XXVI Reunião da ANPOCS, 2002.
- GILROY, PAUL. O atlântico negro: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes; Centro de Estudos Afro-Asiáticos; 2001.
- GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: D&A. 2003.
- _____. Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HOBSBAWM, Eric & RANGER. A Invenção das Tradições. In: Tradições inventadas – Finalidades e objetivos. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- LODY, Raul Giovanni da Motta. A Influência da Estética Africana. In: Revista Biblioteca entre Livros. Edição Especial, n. 6, Duetto Vozes da África. 2006.
- MAUSS, M. Técnicas corporais. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Edusp, 1974.
- MUNANGA, K. Construção da Identidade Negra no Contexto da Globalização. In: Vozes Além da África: Tópicos sobre identidade negra, literatura e histórias africanas. Juiz de fora: UFJF, 2006.
- _____. O que é Africanidade. In: Revista Biblioteca entre Livros. Edição Especial. N. 6, Duetto Vozes da África.
- NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo. Petrópolis: Vozes, 2002
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. O sortilégio da cor: identidade raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.
- OJO-ADE, Femi. O Brasil: Paraíso ou Inferno para os Negros? Subsídios para a Nova Negritude. In. BACELAR, Jéferson & CAROSO, Carlos. Brasil: Um País de Negros? 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1999.
- OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. Viver e morrer no meio dos seus - Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. Revista USP, 28, dez./fev.1995-96, p.175-193.
- _____. Tradição e oralidade: a Bahia como espaço de recriação da memória africana. mimeo.[S.l.: s.d.].
- PINHO, Patrícia de S. Reinvenções da África na Bahia. São Paulo: Annablume, 2004.
- RODRIGUES, J.C. Tabu do corpo. 4. ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- SANSONE, Lívio. Da África ao afro. Usos e abusos da África na cultura popular e acadêmica brasileira durante o último século In: Negritude Sem Etnicidade: O local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador: Edufba; Pallas, 2003.

SOUZA, Florentina. Discursos identitários afro-brasileiros: o Ilê-Aiyê. In: FIGUEIREDO, Maria do Carmo Lanna; FONSECA, Maria Nazareth Soares (orgs.) Poéticas afrodescendentes. Belo horizonte: PUC-Minas, 2002.

WOORDWARD, K. Identidade e diferença. Uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. (Orgs.). Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

A construção de relações com tecnologia e letramento digital em um contexto indígena Yawanawá

Marilda Cavalcanti
Universidade Estadual de Campinas
marilda.cavalcanti@gmail.com

Resumo: No mundo globalizado atual, o acesso à tecnologia e à informação parece ser tomado como um dado universal. No entanto, mesmo levando em consideração a discussão sobre questões da exclusão digital, é fácil esquecer-se que há também um abismo entre aqueles que vivem em um mundo grafocêntrico e aqueles que fazem parte de um mundo onde a tradição oral é o cotidiano. No contexto indígena que vou focalizar, por exemplo, tanto o letramento (como entendido no chamado “Ocidente”) quanto o letramento digital são questões periféricas. Vem daí a necessidade de problematizar (e pluralizar) o conceito de letramento para que se possa, de um ponto de vista que foge do “estabelecido”, levar em consideração aspectos sociais e antropológicos diversos no contexto investigado. Nesta comunicação, o contexto da pesquisa é o acesso a Internet e ao correio eletrônico em uma aldeia Yawanawá (Acre) possibilitado através de um projeto piloto sob a responsabilidade de uma organização não governamental. A pesquisa aplicada, de cunho etnográfico, é parte de um projeto maior. Os dados, aqui recortados para análise, são provenientes de entrevista com a pessoa indígena responsável pelo estabelecimento de elo entre o mundo da aldeia e a sociedade envolvente e dominante. Ela é parte do grupo que testa o acesso a correio eletrônico e Internet na comunidade Yawanawá, no Estado do Acre, na região noroeste da Floresta Amazônica, Brasil. A análise dos dados indica que ocorrem formas de apropriação (de Certeau, 1990) da tecnologia e informática como um recurso.

Introdução

Em projetos/textos anteriores, meu interesse de pesquisa esteve voltado para questões relativas à construção do conceito de escola e ao lugar da escrita em sociedades não-grafocênticas por professores indígenas de diversas etnias em um curso de formação continuada de professores (no caso, um contexto indígena multiétnico). Nesta apresentação, focalizo as representações sobre o letramento digital através do olhar de uma professora indígena sobre sua aldeia. Nesses projetos, o letramento (ou melhor, o conceito plural de letramento como práticas sociais) está na base das perguntas de pesquisa, levando-se em consideração, como sublinhado em Cavalcanti & Silva (2007: 219), que:

“No Brasil, como em outros lugares do mundo Ocidental (no sentido usado por Said, 1978 e também Venn, 2000), a escrita rege a vida da escola. Isso é feito de forma naturalizada, invisibilizando assim uma parcela da sociedade, ou seja, minorias lingüísticas e maiorias tratadas como minorias¹ no país. Como indicado por Cavalcanti (1999), na escola brasileira, nunca houve, de fato, espaço para as crianças que falam um português que não seja o padrão, que podem ter problemas com a escrita em uma língua diferente da que falam/sabem. Nessa parcela da população estão [entre outros] os índios, os descendentes de imigrantes, os habitantes de cidades de fronteira e os surdos como minorias lingüísticas.”

Contexto e metodologia de pesquisa

De 1993 até 2007, atuei como docente voluntária e pesquisadora em um curso de formação de professores indígenas na região noroeste da Amazônia brasileira, próxima às fronteiras da Bolívia e do Peru. O curso, organizado por uma ONG laica nacional (brasileira), atendia cerca de 30 professores de 07² etnias diferentes pertencentes a duas famílias lingüísticas, Pano e Aruak. Dentre essas etnias aí representadas está a etnia Yawanawá, foco do estudo aqui apresentado. Esse curso, realizado no Centro de Formação dos Povos da Floresta, localizado a 12 km do centro da cidade de Rio Branco, Acre, é o foco de pesquisa etnográfica que desenvolvi durante esse período. Nessa jornada etnográfica, o que mais chama a atenção é a relação desses professores com questões de letramento. Nessa metodologia (etnográfica), o desenho de pesquisa é flexível e há possibilidade de mudanças e adaptações que se façam necessárias, por exemplo, na geração de registros (Mason, 1997 e Erickson, 1986).

Enfatiza-se que o cenário focalizado, ou seja, esse universo indígena (assim como também outros universos de minorias no Brasil e de maiorias minoritizadas, por exemplo, o alunado de escolas públicas no país) é bastante distante das imagens de tecnologia pasteurizada e asséptica veiculadas em propagandas de televisão e em revistas de informática. No caso

¹ Cf Cavalcanti (1999).

² Asheninka, Jaminawa, Katukina, Kaxinawa, Manchineri, Shawãdawa, Yawanawá.

do curso de formação de professores, o acesso a Internet é realizado via satélite e é muito vulnerável às instabilidades climáticas. Os computadores, por sua vez, sofrem bastante com a umidade da região amazônica onde chove muito e faz muito calor. Com isso em mente, convida-se o leitor a pensar/entrar nesse espaço do curso de formação continuada de professores indígenas, ou seja, o Centro de Formação dos Povos da Floresta, que é extremamente agradável e funcional, onde as salas de aula – espaços de construção e intercâmbio de aprendizagem e de conhecimento - não tem paredes, mas tem um teto, o que as torna excepcionalmente arejadas.

Em relação aos participantes da pesquisa e sua relação com a tecnologia, dentre os professores indígenas tanto há aqueles que sabem um pouco de informática e tem familiaridade com o computador e com o acesso a internet quanto há aqueles que, à época do trabalho de campo, eram iniciantes ou não tinham qualquer conhecimento sobre o assunto. Da mesma forma, em relação ao letramento nas aldeias, há pessoas com diferentes graus de alfabetização e há também pessoas que são bi- ou trilingües em línguas indígenas e não sabem ler ou escrever.

O trabalho de campo envolveu a manutenção de diário da pesquisadora e a elaboração de diários pelos professores indígenas que à época estavam se preparando para realizar a segunda edição de uma pesquisa etnográfica em suas salas de aula. Envolveu ainda entrevistas realizadas pela pesquisadora com esses mesmos professores.

Nos últimos trabalhos de campo, foi o letramento digital que se apresentou como um recorte de interesse para a pesquisa e isso é traduzido na seguinte pergunta de pesquisa que direciona o estudo aqui apresentado: Que representações são construídas em relação à tecnologia e ao letramento digital, especialmente o acesso a internet e correio eletrônico?

O arcabouço teórico para a análise de dados

A análise dos dados foi realizada tendo como ponto de partida um trânsito teórico transdisciplinar (Signorini & Cavalcanti, 1998) dentro da vertente Indisciplinar (Moita Lopes, 2006) da Linguística Aplicada e com um olhar muito atento para situações-limite que, neste caso³, tem foco no contexto indígena.

O arcabouço teórico com o qual venho trabalhando dentro da área de Linguística Aplicada é multifacetado, e toma como ponto de partida leituras em perspectivas póscoloniais (Bhabha, 2001, Hall, 2003, Spivak, 1994), levando em consideração as visões sociológicas de Bauman (2004) e de Sousa Santos (2004). Cabe aqui uma citação de Sousa Santos (2004, ms) para desenhar o panorama que direciona o trabalho que ora se propõe: “A perspectiva pós-colonial parte da idéia de que, a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis. Daí o interesse desta perspectiva pela geopolítica do conhecimento, ou seja, por problematizar quem produz conhecimento, em que contexto o produz e para quem o produz.”

Na leitura que faço da perspectiva teórica póscolonial, há espaço para busca permanente de desestabilização e problematização tanto de conceitos teóricos como de procedimentos metodológicos. Essa perspectiva, explicitada em Cavalcanti (2006), está relacionada à metareflexão sobre teorização e metodologia de pesquisa que acontece simultaneamente ao (processo de) fazer pesquisa. Para exemplificar este ponto, faço referência à pesquisa de professores indígenas (Ver Katukina, A.B. et al, 1999-2000, Cavalcanti, 2001, 2006) no Acre. Nessa pesquisa que incluiu a atuação desses professores como pesquisadores realizando etnografia de sala de aula, os chamados "instrumentos" de pesquisa (no caso, o diário de campo em suas diversas formas) estiveram no centro da discussão e, conseqüentemente, da problematização metodológica e como decorrência mereceram discussão específica e ajustes.

Alinhada ao pensamento de Hall (2003:377), tomo como pressuposto que “A objetividade da pesquisa em ciência social está sempre entre aspas: é a aspiração à teoria, mas como tal é algo que pára antes da prática teórica. Toda pesquisa é teorizada, mas não é teoria com T maiúsculo: a teoria é a atividade de teorizar, de continuar pensando, em vez do ponto final da produção de um modelo teórico último.”

Tomo também como pressuposto, desta vez em decorrência de leituras de Spivak (1994 entre outras datas), que se deve ter um olhar constante e persistente sobre verdades e (grandes) narrativas construídas e naturalizadas tanto por parte da sociedade envolvente e dominante como por parte de ações afirmativas de grupos “minoritários”.

Os contextos de diversidade focalizados na pesquisa são tomados como espaços transculturais (de hibridismo e tradução cultural) da/na sociedade dominante. O transculturalismo, visto como diferença cultural, é apresentado como “tradução” (Hall, 2001). Segundo Hall (2003: 74), hibridismo é um “processo de tradução cultural”, envolvendo negociação e mudança, que nunca se completa. Para Bhabha (2001/1994), o hibridismo deve ser visto como valorização da diferença cultural.

Tendo como foco a língua(gem) nas práticas discursivas, para a análise de dados, dentro de um viés de sensibilidade póscolonialista, elegi como conceitos principais (a) o letramento e letramento digital; b) representações e (c) apropriação.

Letramento⁴, como práticas sociais, é apresentado como um conceito plural complexo que extrapola a letra, a palavra, ou que se refere à escrita “além das palavras” (Cavalcanti, 2006). Para analisar essas práticas, o cenário da

³ Meu projeto de pesquisa mais recente abrange também outros contextos que incluem desde a migração (r)urbana, passando também pelos contextos de surdez e escolarização, de escolarização em zona rural de descendentes de imigrantes alemães, de escola(rização) em zona rural, de formação de professores em contexto multilingüe.

diversidade é analisado através da lente da diferença, como proposto por Hall (1997, 2003) e Bhabha (2001/1994). Esse conceito plural abrange também o cenário digital e as interfaces hipermediáticas. Está, sim, relacionado à letra, à palavra, ao discurso, mas vai muito além disso.

Em relação a representações, alinho-me à discussão de Silva (2003:70). O autor, com base em Woolard (1997) e em Hall (1997), em uma discussão dentro do âmbito dos Estudos Culturais, afirma que

“(...) a representação é entendida como práticas de significação e sistemas simbólicos por meio dos quais se produzem significados que nos posicionam como sujeitos. (...) Pode ser compreendida, além disso, como um processo pelo qual os membros de uma determinada cultura utilizam a língua para produzir significados específicos.”

Ainda segundo o autor (pág. 71), “o problema da representação não parece ficar delimitado pelas questões de delegação⁵/denominação/descrição da alteridade.” Nesse sentido, Skliar cita Hall (1997:9) para quem a representação pode ser apresentada como “um processo de tradução que facilite a comunicação cultural sempre que, antes, se reconheça a persistência da diferença e do poder entre os diferentes falantes dentro de um mesmo circuito cultural.”

Uso o conceito de apropriação de De Certeau (1996/1994) para fazer referência à subversão de dentro, por exemplo, de algum uso planejado ou mesmo imposto pela sociedade ao Outro parte de um grupo politicamente ou socialmente minoritário.

A preparação para a análise de dados e também os procedimentos iniciais de leitura, releitura dos registros e de elaboração de asserções são realizados com base nas orientações de pesquisa etnográfica de Erickson (1986). O arcabouço teórico utilizado depende sempre das leituras e interpretações que o pesquisador constrói para as asserções elaboradas. Isso implica dizer que se (re)constrói uma perspectiva teórica dentro de uma visão pós-colonialista de ciência e pesquisa, e dentro dessa visão, recorre-se a leituras situadas de teorias que, em princípio, sejam compatíveis e relevantes para a análise. Nesse caminho de pesquisa em constante ebulição, conceitos teóricos e/ou metodológicos são desestabilizados via problematização/discussão, re-leituras de posições anteriormente definidas são realizadas. Não há, portanto, no arcabouço teórico uma teoria única à qual se deva lealdade.

A construção de representações sobre letramento digital

Antes de construir respostas para a pergunta de pesquisa, é necessário apontar que a entrevista com a professora Yawanawá que ficou como responsável pelo acesso a Internet na aldeia foi retomada por ela como ponto de reflexão para a elaboração de um diário retrospectivo que veio a fazer parte de sua preparação para fazer pesquisa dentro das atividades do curso de formação continuada. E é, então, o diário parcialmente apresentado a seguir, e não a entrevista que focalizo. Essa mudança, conforme apontei anteriormente é compatível com a flexibilidade do desenho de pesquisa adotado.

Diário retrospectivo – Professora Yawanawá (janeiro de 2004)

Na minha aldeia todos estavam cientes e ansiosos para ver esse dia chegar. Nem todos acreditavam que um dia poderia ter em nossa aldeia um computador com internet. Na verdade o que é mesmo esse negócio de internet, de onde veio isso? Será que é homem-máquina? Dizem que podemos ver tudo lá de dentro, como é mesmo que funciona isso? Na verdade era uma pergunta e dúvida que todo mundo fazia, sem saber realmente o que era esse negócio que estava vindo para a aldeia e que seria como se fosse mais uma pessoa a se instalar na aldeia que ficaria ali no meio de todos. E todos estavam curiosos para conhecê-lo, para ver logo ele chegar na aldeia.

(...)

“o computador foi ligado à noite, às 07h00 da noite do mês de agosto de 2003. (...) ‘O computador já está ligado. Venham aqui.’ Todos ficaram assustados, pararam de comer e todos correram para perto do computador para vê-lo. Então, o meu irmão (...) foi o primeiro a acessar a internet e ele falou:

- Pessoal, estamos conectados com o mundo lá fora. Vocês não imaginam o quanto isso é importante para nós Yawanawá! É uma conquista que estamos vivendo hoje, agora, nesse momento!

(...)

Na minha aldeia temos o computador como a internet como uma criança muito frágil que nasceu agora, temos que ter muito cuidado com ela para ela não cair e quebrar, temos ainda medo de mexer em algum botão e não saber colocar tudo de volta. Ainda estamos nos adaptando com essa máquina que é o computador.

(...)

Queremos muito saber usar ele, aprender mais sobre ele, descobrir mais sobre ele para que ele possa nos ajudar para que ele possa servir para o nosso próprio benefício. Estamos pensando, estudando, analisando formas para que possamos usar o computador, para que ele possa nos ajudar nos nossos trabalhos, que ele possa ser mais uma pessoa que possa somar e contribuir para nosso trabalho.

(...)

⁴ O termo letramento, usado no Brasil, deve ser equivalente ao termo literacia usado em Portugal.

⁵ Delegação – quem tem autorização para representar a quem; Denominação – quem tem autorização para nomear quem; Descrição – quem define a outriedade.

Atualmente o computador está sendo usado assim: Tem uma menina (...) [que] fica o dia todo, de 8h00 até às 11h00 da manhã e 1h00 até 4h00 da tarde. Ela recebe todos os recados e passa para a aldeia e [responde as mensagens];
.Também nós professores quando estamos viajando sempre queremos saber notícia e receber notícias da aldeia.

O foco do diário está em uma data considerada marcante para essa aldeia Yawanawá, ou seja, o momento de chegada da internet e do correio eletrônico, dentro de um projeto piloto para somente duas aldeias de etnias⁶ diferentes. É importante acrescentar nesse ponto que no curso de formação continuada não havia aulas de informática. Elas somente entraram no currículo em 2005.

Na introdução que a professora Yawanawá faz das falas na aldeia, o primeiro ponto que chama a atenção é a ansiedade em relação à chegada do computador/Internet: “Na minha aldeia todos estavam cientes e ansiosos para ver esse dia chegar. Nem todos acreditavam que um dia poderia ter em nossa aldeia um computador com internet.”

Nas falas reproduzidas, nota-se a curiosidade oriunda do ouvir falar sobre uma novidade que não se sabe muito bem como funciona e uma primeira representação do computador como pessoa: “homem-máquina”. Essa personificação é repetida ora o computador como “uma criança muito frágil que nasceu agora, temos que ter muito cuidado com ela para não cair e quebrar...” ora como um adulto “uma pessoa que possa somar e contribuir para nosso trabalho”, “como se fosse mais uma pessoa a se instalar na aldeia que ficaria ali no meio de todos”.

Um outro ponto que pode ser destacado é a representação do computador como algo difícil de entender e que é assumido como um desafio: “temos ainda medo de mexer em algum botão e não saber colocar tudo de volta. Ainda estamos nos adaptando com essa máquina que é o computador”, “Queremos muito saber usar ele, aprender mais sobre ele, descobrir mais sobre ele para que ele possa nos ajudar para que ele possa servir para o nosso próprio benefício. Estamos pensando, estudando, analisando formas para que possamos usar o computador, para que ele possa nos ajudar nos nossos trabalhos, que ele possa ser mais uma pessoa que possa somar e contribuir para nosso trabalho.”

Nas orações finais desse excerto de diário, tem-se como ponto alto uma instância de apropriação (de Certeau, 1996/1994) dessa máquina. Em outras palavras, fica estabelecido que o acesso ao correio eletrônico seja feito em moldes que lembram o funcionamento de um posto telefônico na zona rural ou em vilarejos: uma única pessoa é responsável pelo uso do computador e pela abertura da correspondência. Passa o conteúdo da mesma para o destinatário que lhe dita a resposta a ser enviada. É importante apontar que há um único notebook em funcionamento, portanto, nada mais natural que uma única pessoa fosse responsabilizada por seu uso. Além disso, a ideia dessa utilização pode ser proveniente da comparação com o uso do rádio amador ou mesmo do conhecimento e utilização de telefone em postos telefônicos. Não há posto telefônico na aldeia em questão, mas os aparelhos de telefone celular existentes são usados coletivamente em uma rede solidária em que as pessoas se ajudam, ensinam e aprendem. Isso é parte do modo de viver, da cultura dessa etnia.

Essa rede social solidária dá o gancho para contrapor essa aproximação a Internet na aldeia Yawanawa, com o que ocorreu no ano seguinte, em 2005, no curso de formação de professores. Nesse ano, pela primeira vez, há aulas de informática em resposta a um pedido dos professores indígenas. É importante registrar que tanto na edição dos cursos de formação continuada de 2005 (como no de 2007), essas aulas foram oferecidas fora do horário regular de atividades didáticas com um professor que desconhecia o contexto indígena.

Antes de as aulas começarem, a ansiedade de todos era visível: não falavam sobre outra coisa. Como parte da instrumentação dos professores indígenas para o trabalho de campo em uma pesquisa coletiva, de cunho etnográfico que examina a educação escolar indígena nas várias comunidades/etnias, solicitei aos professores, como pesquisadores, que escrevessem diários de campo e diários retrospectivos sobre essas aulas nas quais participaram como alunos. Nessas aulas, os professores, em pequenos grupos, tiveram aulas de informática com um professor que desconhecia o contexto indígena. A oportunidade para a geração de registros, nesse caso, apareceu, portanto, casualmente, durante o período em que ministrei aulas (metodologia de pesquisa) em um dos períodos de trabalho de campo no Acre.

Nesses diários, no discurso desses professores, as representações sobre o letramento digital estão relacionadas a um desejo de familiarizar-se com a tecnologia (um desejo certamente comum a outros grupos não-indígenas) que se apresenta como o interesse em conhecer mais, em saber usar o computador, em acessar a internet. Para isso, envolveram-se com a participação nas aulas como com a observação das aulas assim como com a observação do trabalho de outros usuários fora do horário de aulas.

Esses diários mostram as primeiras aproximações ao acesso à tecnologia e à informação nesse cenário do curso de formação continuada para professores indígenas no Acre. Elas revelaram um caminho marcado por saltos geométricos (e não aritméticos e graduais), de alguma forma semelhante à relação extremamente positiva estabelecida pelos professores na sua relação com matemática e ciências (conforme anotações do trabalho de campo).

Embora haja várias entradas nos diários dos professores indígenas sobre sua preocupação em relação à dificuldade encontrada no uso do computador, o que realmente acontece é que eles enfrentaram o desafio com o apoio de uma rede solidariedade de seus companheiros de curso que já sabiam mais. Há um processo intenso de compartilhamento de informação entre eles, algo que já se sabia, mas que nesse momento ficou muito mais evidente. Nessa mesma linha, o ritmo de trabalho que eles construíram e suas formas próprias de trabalhar colaborativamente ficou enfatizada. Em outras palavras, o

⁶ A outra aldeia contemplada pelo projeto piloto era da etnia Asheninka.

desafio foi enfrentado e eles abraçaram essa empreitada, investindo nesses contextos híbridos que exploram outras formas de letramento. E nessas outras formas, encontraram imagens iconográficas que foram essenciais nessa escalada de aprendizagem muito mais rápida talvez do que eles próprios antecipavam.

Referências Bibliográficas

- Bauman, Zygmunt (2004/2000) *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Bhabha, Homi (2001/1994) *O Local da Cultura*. Tradução de Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Cavalcanti, Marilda C. (1996) “Collusion, resistance and reflexivity: Indigenous teacher education in Brazil” *Linguistics and Education*, 8/2:175-188. (Re-publicado em M. Martin-Jones & M. Heller, orgs, 2000, *Voices of Authority*, ABLEX.)
- _____ (1998) *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: Questões e Perspectivas*, co-organização com Inês Signorini, Campinas, SP, Brazil, Mercado de Letras, (215 págs).
- _____ (1999) “Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias lingüísticas no Brasil”. *Revista D.E.L.T.A.*, 15, Número especial, 385-418.
- _____ (2001) A pesquisa do professor como parte da educação continuada em curso de magistério indígena no Acre in A.B. Kleiman (org.) *A Formação do Professor: Perspectivas da Linguística Aplicada*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- _____ (2004) ‘It’s not writing by itself that is going to solve our problems’: Questioning a mainstream ethnocentric myth as part of a search for self-sustained development. *Language and Education*, 18/4: 317-325.
- _____ (2006) Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em Linguística Aplicada: implicações éticas e políticas in L.P. Moita Lopes (Org.) *Por uma lingüística aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola (233-252)
- _____ & César (2004) Repensando questões sobre o conceito de língua. Trabalho apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, de 16 a 18/09/2004.
- _____ & Bortoni-Ricardo, S.M. (2007) Introdução in M.C. Cavalcanti & S.M.Bortoni-Ricardo (Orgs) *Transculturalidade, Linguagem e Educação*. Campinas: Mercado de Letras.
- _____ & Silva, Ivani R. (2007) “Já que ele não fala, podia ao menos escrever...” O grafocentrismo naturalizado que insiste em normalizar o surdo in A.Kleiman & M.Cavalcanti (orgs) *Lingüística Aplicada – Suas faces e interfaces*. Campinas: Mercado de Letras.
- _____ & Mendes (em preparação) *Letramentos e a construção de identidades étnicas*.
- César, América L. & Cavalcanti, Marilda C. (2007) Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio in M.C. Cavalcanti & S.M.Bortoni-Ricardo (orgs) *Transculturalidade, Linguagem e Educação*. Campinas: Mercado de Letras.
- de Certeau, M. (1996/1994) *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes.
- Erickson, F. (1986) *Qualitative methods in research on teaching* in M.C. Wittrock (org) *Handbook of Research on Teaching*. New York: MacMillan.
- Hall, S. (1997) *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A
- Hall, S. (2003) Reflexões sobre o modelo de codificação/decodificação – Uma entrevista com Stuart Hall in *Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais/Stuart Hall*. Org.: L. Sovik,; Tradução Adelaine Resende et al. Belo Horizonte: EDUFMG e UNESCO.
- Katukina, B. A., Kaxinawá, A. D., Kaxinawá, E. M., Kaxinawá, J. M, Kaxinawá, J.P.L., Lima, A.P., Luiz, F., Manchineri, J.S., Pinhanta, I.S., Sabóia, M, Sales, N., Samuel, J.S., Vinnaya, A.L (1999-2000) O que é educação escolar diferenciada em algumas escolas indígenas do Acre: Ashaninka, Katukina, Kaxinawá, Manchineri, Shawãdawa e Yawanawá? Projeto de pesquisa elaborado durante o XIX curso de Fomação de Professores Indígenas do Acre nas aulas de Iniciação à Pesquisa.
- Lopes da Silva, A. (2000) A Educação Indígena entre diálogos interculturais e milenares: Introdução in A. Lopes da Silva e M.L. Ferreira orgs) *Antropologia, Historia e Educação*. Sao Paulo: Global.
- Mason, Jennifer (1997) *Qualitative Researching*. Thousand Oaks: Sage.
- Mendes, Jackeline R. (2001) *Ler, escrever e contar: práticas de numeramento-letramento dos Kayabi no contexto de formação de professores índios do Parque Indígena do Xingu*. Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP.
- Mignolo, Walter (2000) *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Mew Jersey: Princeton university Press.
- Moita Lopes, L.P. (2002) *Identidades Fragmentadas: A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras.
- Signorini, I. & Cavalcanti, M.C. (1998) Introdução. In I. Signorini & M.C. Cavalcanti (Orgs) *Lingüística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras.
- Skliar, Carlos (2003) *Pedagogia (improvável) da Diferença – e se o outro não estivesse aí?* Tradução de Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Sousa Santos, Boaventura (2004) Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro. Conferência de abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, Portugal, de 16 a 18/09/2004.

Spivak, Gayatri (1994) Can the subaltern speak? In P. Williams & L. Chrisman (Orgs) Colonial Discourse and Post-Colonial Theory. Nova York: Columbia University Press: 66-111.

Street, B. (1993) Introduction: the new literacy studies in B. Street (org.) Cross-cultural Approaches to Literacy. Cambridge.

Intersecções dialógicas na globalização: a Internet como espaço de visibilidade e ações dos microgrupos

Michele Dacas
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
midacas@hotmail.com

Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
holgonsi@yahoo.com.br

Resumo: Sob uma reflexão norteada pelas contradições produtivas do contexto globalizado, nosso trabalho objetiva analisar a internet e suas possibilidades na constituição das relações de poder que dão sentido à esfera de diálogo público contemporânea. Percebemos esta esfera pública como sendo marcada por condições de visibilidade midiática que enuncia vozes privilegiadas pelo alcance comunicativo das mídias tradicionais. Neste contexto, compreendemos a internet como um dispositivo midiático flexível, que, ao propiciar exercícios de autonomia para autorias diversas, para manifestações e contestações de todas as ordens, amplia a visibilidade dos microgrupos de poder e possibilita ações contra-hegemônicas. Nesse sentido, ao privilegiarmos a relação existente entre os microgrupos e a internet, situamos as intersecções dialógicas como fluxos sociopolíticos na globalização, os quais colocam em confronto hegemonias e contra-hegemonias através de conexões “glocalizadas” e desterritorializadas. Nossa análise se constrói perpassando categorias e conceitos como: micropolíticas, esfera pública, visibilidade, democracia dialógica e cidadania ampliada. Tendo por base os pressupostos centrais levantados aqui, concluiremos que, da relação entre globalização, internet e microgrupos de poder, resulta uma democracia dialógica entre os microgrupos, entre estes e a sociedade global e também com a política tradicional, ressignificando profundamente o entendimento de participação política, de espaço público e de exercício da cidadania na contemporaneidade. Defendemos a importância interdisciplinar desta temática em um momento de questionamento de estruturas, processos e conceitos pelo qual passam todas as ciências, em especial as Ciências Humanas e Sociais.

Palavras-chave: globalização, internet, microgrupos, intersecções dialógicas

1. As conexões glocalizadas e as intersecções dialógicas na esfera pública contemporânea

As novas nuances da sociedade contemporânea marcam rupturas na dinâmica constituinte das estruturas tradicionais. Essas nuances são resultantes da relação entre o sistema social e o técnico em vigor em determinada época. Podemos afirmar, então, que características peculiares da atual sociedade como segmentação, presencionismo e efemeridade entre outras, estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e ao processo de globalização.

Da transição de uma realidade dogmática, estabelecida por noções como o individualismo, o progresso a tecnocultura e a linearidade, vemos o alvorecer de uma realidade conduzida pelas heterogeneidades vetorizadas pelas novas tecnologias de comunicação e informação (NTCIs). Esse quadro corresponde a configuração da cibercultura a partir da década de setenta, e que, segundo Lévy (1999), expressa o desenvolvimento de técnicas materiais e intelectuais, práticas, atitudes e valores em sincronia com as tecnologias digitais.

Utilizamos o termo cibercultura significando portanto, este “desenvolvimento em conjunto” com o ciberespaço como um modelo de redes de comunicação informatizadas. Diferencia-se da tecnocultura no que diz respeito à relação entre a técnica e a vida social, pois a tecnocultura trata de um projeto centralizado, onde a tecnologia é extrínseca a vida social¹ e surge como propósito de dominação e exploração, resultando em um modelo de comunicação de massa.

Essa ênfase no aspecto comunicacional revela a relação do homem com o mundo, bem como a configuração das nuances que manifestam as características da sociedade contemporânea. Essa relação homem-mundo se desenvolve sob o aspecto da linguagem, onde o ciberespaço, sob o ponto de vista das novas tecnologias, implica em uma evolução dela. Dessa evolução vemos a transição de um modelo de comunicação de massa para o modelo das redes de comunicação informatizadas, que traduz o desenvolvimento da relação homem-mundo através da linguagem.

No modelo de comunicação de massa a linguagem se autonomisa, ela representa o mundo, segundo Lévy (1993), é uma comunicação que não constitui uma comunidade, mas que se dirige a várias, e o paradigma é a televisão. Na comunicação contemporânea a linguagem é fluida pelas redes digitais de informação que conduzem a uma estrutura

¹ Sobre este aspecto, é interessante a análise de Lévy (1999), principalmente em seu primeiro capítulo quando o mesmo aborda a discussão sobre a questão do “impacto” da tecnologia.

comunicativa perpetuada de forma rizomática, que segundo Lèvy (1993) movimentam-se de forma transversal e vertical, aleatória e associativa, onde o paradigma é a internet.

Assim, para o entendimento e reflexão sobre as novas configurações das estruturas contemporâneas como o espaço de debate público, debateremos em específico, a relação entre o atual contexto globalizado e as possibilidades abertas pela internet. Possibilidades que se referem à flexibilidade de produção, circulação e recepção da informação. Trata-se de um composto hierárquico complexo, hipertextual, emaranhado móvel e abundante, que tornam complexas as interações entre governo, sociedade e mídia.

Isso porque a transição de uma sociedade massificada para uma sociedade informacional, regida pelas novas tecnologias, concebe não apenas heterogeneidades em relação às fontes de sentido que circulam nos espaços públicos mediados, como também, tornam interagentes todos aqueles que tem acesso a estes dispositivos². Os receptores passam a ser interagentes a partir do momento em que adquirem o poder de filtrar e buscar o conteúdo que interessa, devido à interatividade da internet.

Privilegiamos, nesse sentido, as interseções dialógicas como fluxos sociopolíticos na globalização, produzidas pela relação existente entre microgrupos de poder e a internet. Através da conectividade de visões de mundo que tornam o espaço público um tanto mais construído por regras móveis de colaboração criativa e inteligência coletiva. Essas interconectividades resultam, conforme Lévy (1993; 1999) em um universo onde se misturam fontes de sentido sempre mais heterogêneas.

À inter-relação entre essa diversidade de vozes na esfera pública contemporânea denominamos “interseções dialógicas”. Vozes que se interpenetram através de mídias como a internet, não implicando, necessariamente, em igualdade de participação ou consenso. Os microgrupos, por meio de conexões “glocalizadas” e desterritorializadas pelo ciberespaço, evidenciam hegemônias e contra-hegemonias mais amplas, tanto em termos de espaço como de possibilidades. Concretiza-se desta forma, a globalização do local e a localização do global.

Consideramos esse fenômeno de “glocalização” como pressuposto da ubiqüidade, característica da comunicação contemporânea que posiciona os signos da cultura, imagens, textos e sons em algum lugar e ao mesmo tempo em toda parte. Dessa forma, as interseções dialógicas em uma esfera pública mediada representam acima de tudo interseções de mundo, pois a zona de realidade passa a ser constituída conforme o alcance dos horizontes que podem se conectar.

Assim, a inserção dos microgrupos de poder através da internet na esfera pública contemporânea, condiciona a projeção global de questões localizadas, como também, organiza localmente, demandas políticas e socioculturais desterritorializadas (ou dispersadas globalmente) destas inúmeras formações coletivas. Formações cujas ações projetadas na rede tanto são determinadas por impulsos políticos, como também dizem respeito, conforme Giddens (1996), às subjetividades e aos anseios quotidianos.

Nossa idéia da internet (e, portanto, do ciberespaço), como pressuposto de uma nova esfera pública na contemporaneidade, embasa-se em duas características desse dispositivo midiático, por nós consideradas centrais: a flexibilidade e a interatividade. Essas características da internet possibilitam maior participação de atores sociais não institucionalizados, e, portanto, ampliam as possibilidades de formação de micropolíticas. As redes de informação contribuem para um modelo de comunicação onde não só a produção e circulação de mensagens detêm menor controle, mas também as recepções das mensagens podem ocorrer de forma multidirecionada e personalizada.

Assim, na sociedade da informação vemos o tecer de uma esfera pública não localizada, composta pelos fluxos sociopolíticos da globalização, fragmentada em “ágoras democráticas desterritorializadas” (LEVY, 1999). Nesse sentido, enunciações de várias ordens refletem as dinâmicas complexas das relações sociais que se instituem por posições de hegemonia e ações de contra-hegemonia movimentadas em um terreno de compressão espaço-temporal.

Isso se deve ao fato de que as práticas sociais e políticas, na sociedade atual, estão sendo reestruturadas de acordo com o entrecruzamento de conflitos argumentativos entre indivíduos ou grupos em contextos espaçotemporais distintos. Neste espaço, mecanismos de desengate reconfiguram a política globalizada sob pontuações não mais localizadas, mas difusas no limiar entre o específico e o generalizado.

Esse contexto configura o espaço de fluxos, que aqui é referido ao mundo das comunicações, sendo gerado por mecanismos de desengate (GIDDENS, 1991), entre eles, a compressão espaço-temporal e a desterritorialização. Esses mecanismos possibilitam conexões entre os níveis local, regional e global. Essa reestruturação é consequência da intensificação dos fluxos de naturezas diversas, de tal forma que, o que estava distante agora se torna próximo.

Na sociedade contemporânea, constituída cada vez mais como um espaço de fluxos, fatores como a desterritorialização, a compressão espaçotemporal e o aumento da reflexividade, em suas contradições, favorecem a visibilidade e a legitimação dos “novos” grupos e suas vozes, e conseqüentemente, impulsionam o exercício da contra-hegemonia.

Dessa forma, os atuais movimentos contra-hegemônicos, ou as ações dos microgrupos de poder estão relacionados com as novas configurações sociopolíticas da revolução tecnológica, as quais também marcam as demandas de uma sociedade globalizada. Pois, a circulação de discursos que conflitam poderes e contra-poderes, além de reestruturar a esfera

² Os dispositivos são lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem os textos. O dispositivo é uma matriz, que impõe as suas formas aos textos, não um suporte. É ele que comanda a duração e a extensão do produzido, inscrevendo-se, portanto, como uma condição de produção do discurso. (PERUZZOLO, 2002, p. 149)

pública atual, restringe ou favorece a democracia dialógica entre os novos movimentos sociais e a política institucionalizada no processo global.

Sob este aspecto, o pressuposto da internet como alternativa tecnológica de mediação e configuração de discursos heterogêneos torna-se contribuinte para a construção de uma democracia dialógica na sociedade da informação. A internet configura uma esfera pública midiaticizada como arena de negociação de sentidos que reflete as inter-relações estabelecidas entre sociedade – mídia – governo. Entendemos que a democracia dialógica

“não é a mesma coisa que uma situação ideal de discurso (...). O potencial para a democracia dialógica está, em vez disso, presente na difusão da reflexividade social como uma condição tanto das atividades diárias como da persistência de formas mais amplas de organização coletiva. Em segundo lugar, a democracia dialógica não é necessariamente orientada para a obtenção de consenso (...). A democracia dialógica pressupõe apenas que o diálogo em um espaço público fornece um modo de viver com o outro em uma relação de tolerância mútua.” (GIDDENS, 133, 1996).

Em acordo com Giddens (1991), percebemos nessa arena de negociação de sentidos a intensificação dos fluxos de comunicação, sob o intercâmbio de trocas de informação, e a condução do rearranjo espaço-temporal que dilui fronteiras. De tal forma, as relações entre o efeito global e a ação dos microgrupos de poder que configuram as intersecções dialógicas em uma esfera pública interpelada pelas novas tecnologias, colocam em evidência mundos, culturas e interesses diversos, através da interconexão de diferentes modos de vida. Essa dinâmica entre as práticas sociais e as novas tecnologias desloca universos socioculturais por intermédio das conexões de políticas de contexto visibilizadas na internet, como também potencializam a capacidade de conscientização dos indivíduos.

As interconectividades, a ampliação do fluxo de informações e as mobilidades diversas no tempo-espaço (através dos fluxos de pessoas), ao mesmo tempo em que tencionam, também convergem as diferenças socioculturais. Suposição dialógica, que não só amplia as possibilidades discursivas e as vozes no espaço público, como também, permite a capacidade de reelaboração da vida social pelos sujeitos. Segundo Giddens (1996) essa característica é uma força integrante das transformações globais, reconhecida como reflexividade, a qual, ao intensificar nossos olhares sobre as questões que nos pressionam cotidianamente, reconstrói nossos posicionamentos frente às decisões e as escolhas.

Diante disso, evidenciamos a relação entre o atual contexto globalizado e as possibilidades abertas pela internet para as novas configurações das estruturas contemporâneas como o espaço de debate público. Destacamos, então, as contradições produtivas da informação interconectada em rede e sua influência na projeção de interesses diversos e na organização de microgrupos sociais e políticos, por meio das possibilidades de circulação discursiva destes na internet. Estas relações complexas estabelecidas entre os microgrupos e a internet, favorecem as possibilidades interativas e com elas as posições de contra-hegemonia.

Sob este aspecto, as novas configurações sociopolíticas e o surgimento de mídias mais alternativas são incidentes recíprocos, e também produtos da demanda global. Entendemos que profundas transformações podem ocorrer através da circulação de saberes reflexivos e oposicionais que caracterizam a sociedade em rede. Assim, os novos movimentos sociais e políticos, inseridos na sociedade em rede, atuam na cena política colocando seu discurso em circulação no ciberespaço e manifestando sua visão de mundo para além dos limites de suas localidades.

Embora salientemos as contradições produtivas da internet quanto dispositivo midiático, reconhecemos e não negamos suas contradições não-produtivas, ou seja, ao mesmo tempo em que insere novas vozes no espaço público, também exclui grande parte dos indivíduos da participação na sociedade globalizada. Sob esta ótica, a contra-hegemonia está condicionada às possibilidades e à qualidade política do acesso.

2. Internet: mudança de paradigmas na esfera interativa

Compreendemos a internet como um dispositivo midiático flexível, um conjunto de redes que, assim como outras mídias em suas determinadas épocas, está revolucionando a comunicação entre os sujeitos. Pela internet o homem passa a trocar informações sob variadas formas, proporcionando conexões instantâneas e planetárias.

A internet, antes de ser uma inovação tecnológica centralizada, ela é sim, uma apropriação social, ainda em fase de popularização, porém com significativa absorção no cotidiano dos sujeitos na atualidade. Percebemos as possibilidades inúmeras na realização de tarefas diárias como transações comerciais, correio eletrônico, revistas, cinema, vídeos, música e fóruns de discussão através da web.

A internet configura o ciberespaço planetário regido pela liberdade de conteúdo e navegação e direcionada pelo fluxo das informações que circulam na rede. Enfatizamos assim, entre tantas possibilidades de apropriação social na rede, os exercícios de autonomia para autorias diversas e para manifestações e contestações de todas as ordens. Estas questões, ao dotarem de independência as fontes de emissão em relação às mídias clássicas, evidenciam o potencial descentralizador da internet. Relacionadas diretamente com a interatividade e o hipertexto, configuram uma esfera de diálogo público contemporânea, marcada não apenas por condições de visibilidade midiática que enuncia vozes privilegiadas pelo alcance comunicativo das mídias tradicionais, mas também por amplas possibilidades de ações contra-hegemônicas.

Antes de buscarmos entender a mudança de paradigmas provocada pela internet enquanto mídia que interpela a esfera pública contemporânea necessitamos uma breve reflexão sobre este conceito. Isso nos levará a uma reflexão norteada pelas contradições produtivas do contexto globalizado que legitimam a internet quanto um espaço de diálogo público.

A esfera pública, assim como as demais estruturas, foi se modificando conforme a dinâmica da vida social e também conforme a sua relação com a tecnologia, esta enquanto extensão do homem em sua ânsia de se comunicar. Dessa forma, os meios de comunicação tiveram um papel central na configuração da esfera pública, na modernidade com a invenção da imprensa e formação dos públicos leitores, e posteriormente, na homogeneização dos públicos como as mídias de massa.

Habermas (1984) nos coloca diante da formação da esfera pública burguesa, que passa da representatividade do príncipe, de um sistema absoluto de governo onde impera a autoridade direta do estado sobre a sociedade civil, para uma esfera mais dinâmica, que se dissocia do poder público. Porém, a esfera pública burguesa é seletiva, embora a partir dela surja a idéia de igualdade, pois se torna um fórum de pessoas privadas a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a sociedade.

Essa legitimação se dá pela convergência com a opinião pública que era formada na época do jornalismo literário por uma elite que revolucionou as estruturas políticas, sociais e culturais, criticando outra elite mais dura, a aristocrática. Esse quadro foi conseqüência da movimentação econômica do século XIX pelo capitalismo, e também ocasionou a transição do jornalismo literário para os serviços públicos de mídia, devido ao avanço tecnológico em decorrência da competição e busca por lucros.

Habermas (1984) argumenta que a partir do século XX, com o desenvolvimento das novas mídias, a função política da esfera pública, anteriormente rica em confrontos argumentativos, se torna homogeneizada pela função de propaganda e por uma opinião pública forjada. Com o crescimento das novas mídias (televisão, cinema, rádio) a orientação passa a ser para o consumo.

Dessa forma, segundo Habermas (1984) a publicidade perde sua função crítica que seguia o mandamento democrático do agir publicamente em favor da função demonstrativa. Logo, as discussões públicas surgem de instâncias privilegiadas que passam a legitimar seus interesses em um espaço público restrito, porém de amplo alcance. Assim, Habermas (1984) afirma que ocorreu uma redução na participação política na esfera pública, pois a configuração dela se tornou uma tarefa das mídias e a corrente opinião que se forma nela é no sentido dos grupos mais elevados para as minorias.

Para Habermas (1984) uma esfera pública dominada pela mídia é construída por grupos privilegiados através de um marketing político direcionado a consumidores apolíticos, resultantes de uma cultura de consumo. Nesse sentido os meios de comunicação são meros transmissores de propaganda a serviço da manipulação de interesses.

É reconhecido o perigo apresentado por Habermas em relação à preponderância dos meios de comunicação no espaço de debate público. Porém, como o próprio autor admitiu em uma obra posterior, o público não é mero receptor e a esfera pública não está simplesmente submetida a uma dinâmica imposta pela mídia.

Sabemos que o poder de publicizar as mídias condiciona a esfera pública à dualidade visibilidade-invisibilidade, e que assim como em outras fases da sociedade, o dispositivo midiático ocupa um papel central na sociedade globalizada devido ao avanço das novas tecnologias. Conforme afirma Gomes (2006), muitas transformações sociais criaram ou remodelaram a esfera pública, mas esta permanece assegurada como o espaço do debate ou do conflito argumentativo. Na contemporaneidade, a esfera pública adquire para si mesma as características do reordenamento espaço-temporal, ou seja, ela não é mais localizada. A esfera pública contemporânea é difusa e extensiva a todos que têm acesso e estão disponíveis e capacitados para discutir questões globalizadas.

Nesse aspecto a esfera pública é fragmentada, podendo se constituir de várias formas e por variados atores. Ela se coloca como o próprio debate, a própria circulação de informações, atribuindo um lugar de destaque à mídia como interface a diversas práticas sociais. Nesse sentido, num contexto globalizado, permeado por inovações tecnológicas, refletimos sobre a internet enquanto configuração e mudança de paradigma para a esfera pública contemporânea.

A formação do ciberespaço possibilitou a interação comunicativa entre indivíduos e grupos, e através desta interação a livre circulação de idéias promove o debate entre distantes sobre os mais variados assuntos e interesses. Como a sua popularização é muito recente, a complexidade da internet não predispõe certezas quanto às implicações que a interação ciberespacial poderá causar à sociedade.

Porém o potencial mediático da internet pode vir a contribuir em muito, para práticas sociais que em suas mais variadas razões, obtém, através dela, um meio de promover ações conjuntas e organizadas em larga escala. Através da rede, os indivíduos podem exercer a autonomia, tanto sobre seus processos de criação, como também nas experimentações de um novo tempo-espaço comprimido. Isso coloca a internet como um dispositivo midiático mais flexível entre as mídias que conduzem o cenário público, flexibilidade esta, ampliada por suas características hipertextuais³ e de interatividade, as quais mudam a antiga configuração de um público homogêneo, por exemplo.

Segundo Lèvy (1999), a internet configura o ciberespaço que é um hipertexto mundial interativo com conexão imediata, na velocidade de um simples click no mouse. A característica do hipertexto confere um rearranjo espaçotemporal,

³ Tecnicamente o hipertexto é uma forma de organização da informação possibilitada pelos avanços da informática, traduzindo-se em um conjunto de nós, ligado por conexões, permitindo a exploração através de um processo de "leitura-navegação" não-linear e associativo, descentralizado e rizomático. (LÉVY, 1999)

pois, a concepção da informação por meio de nós, links, redes e multilinearidade, estipula uma conexão descentralizada e rizomática em relação ao espaço, e imediatista e simultânea em relação ao tempo. Essa reorganização espaço-tempo possibilita a comunicação entre distantes em tempo real, fator que coloca a internet como uma importante mídia para a configuração de uma esfera pública mais condizente com as demandas da sociedade global.

Justificamos nossa idéia porque a internet, além de proporcionar condições de visibilidade, assim como outras mídias, também proporciona maior flexibilidade, autonomia e possibilidades interativas. Em se tratando de internet estamos falando em interatividade digital realizada por esse tipo de nova tecnologia, mas que não está desvinculada de possibilidades de uma maior interação social.

Os atuais desdobramentos do processo de evolução tecnológica estão alterando a relação homem-tecnologia no sentido de se colocar também em evidência a interação social, do que exclusivamente a interatividade técnica. Ao tomarmos a tecnologia como inerente ao social, visualizamos a mesma impulsionando processos interacionais, através dos quais as pessoas são engajadas em ações em um complexo contexto comunicacional. Assim, a interação ocorre de forma ativa em um diálogo constante entre os agentes.

Segundo Giddens (2005), como exemplo dessa interação para fins de debate público por meio da internet, temos os movimentos que aumentaram sua capacidade de coordenar campanhas internacionais conquistando adesão para além de suas fronteiras. Portanto, a internet configura um dispositivo de visibilidade midiática para produção discursiva de práticas sociais contra-hegemônicas, em especial as micropolíticas.

A internet, então, diversifica a participação de atores sociais na esfera pública midiática, pois a sua possibilidade contra-hegemônica consiste no confronto da flexibilidade e autonomia da inserção dialógica das micropolíticas na internet, com práticas e discursos hegemônicos que também por ela e por outras mídias mais tradicionais circulam. A internet, devido ao seu poder de conceder visibilidade, também se institui como um dispositivo de negociação de sentidos que coloca em movimento, diferentes atores e grupos sociais que se organizam discursivamente para firmarem seus interesses.

Nesse aspecto, reconhecemos que os dispositivos midiáticos ocupam um papel central na sociedade globalizada configurando uma esfera pública condicionada pela dualidade visibilidade-invisibilidade, hegemonia-contra-hegemonia. Porém, evidenciamos o diferencial da internet porque nas práticas discursivas investidas nela os atores sociais são os sujeitos do processo de interação comunicacional de produção-circulação e consumo de sentidos, tornam-se autores e não meros espectadores como ocorre em espaços públicos mais tradicionais de visibilidade midiática.

A disputa contra-hegemônica da fala revela a competição por parte dos atores sociais para firmarem sua visão de mundo na sociedade, residindo neste aspecto a importância de mídias como a internet para propiciar visibilidade àqueles que não dispunham de privilégios em mídias tradicionais. Mídias com maior flexibilidade são fundamentais para organização e circulação dos modos de ver e de dizer o mundo daqueles grupos e vozes excluídos da política e de suas vias de participações tradicionais.

Nesse sentido, a internet se configura como uma mídia que torna possível a circulação de um discurso contra-hegemônico, onde microgrupos de poder podem mostrar suas concepções de realidade, conferindo a elas, por meio da referencialidade tecida no seu discurso, o efeito de verdade que surge “da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas” (CHARAUDEAU, 49:2006).

Além disso, a categoria da interação se apresenta com um maior potencial, colocando a internet como um dispositivo diferenciado para o favorecimento da interpelação e do estabelecimento de relações com o receptor na intenção de captá-lo e agir sobre ele.

Destacamos isto, pelo fato das micropolíticas se colocarem em relação com outros grupos ou sujeitos. Esse fator também torna peculiar o compartilhamento de valores e reconhecimento das visões de mundo na internet sob a percepção do receptor/usuário, pois este busca a informação de acordo com o seu interesse. Desde já predispõe-se que o discurso em jogo movimentará relações sociais constituídas por sujeitos pretensos ao assunto, mesmo que refutáveis ou não a temática exposta.

Esses fatores somados ao caráter de inteligência coletiva da internet trazem o desaparecimento das instâncias tradicionais legitimadoras do discurso, ou seja, emissor e receptor. A abertura/liberdade para criação, as amplitudes da interação, e a flexibilidade para relações proporcionada pelo hipertexto, tornam a internet um espaço de debate público bastante peculiar. Isto nos leva a afirmar que a internet reflete a diversidade discursiva da contemporaneidade, e o entrecruzamento de contextos, em inúmeros sentidos, por ela favorecido, diminui fundamentalismos na vida em sociedade.

Dessa forma, a internet enquanto esfera pública não prima pela busca de consenso, mas pela dialogia. De longe deixamos de perseguir o ideal fundante da esfera pública burguesa de bem comum e igualdade de participação. Pensamos que na sociedade globalizada, a riqueza democrática não reside em encontrarmos verdades absolutas por meio de consensos, mas de celebrar a variedade e a diversidade dos atores sociais manifestando sua realidade e sua visão de mundo. Nesse sentido, os saberes sobre os acontecimentos do mundo encontram por meio da internet uma alternativa frente aos filtros convencionais da mídia e da política institucionalizada.

Exemplificando nossa análise, e articulando os conceitos até aqui trabalhados, tomamos aqui o Fórum Social Mundial. Este movimento expressa sua causa publicamente através de encontros presenciais e articulação em rede. Seus atores rompem fronteiras sociabilizando uma variedade de informações através de diálogos independentes de espaços territoriais, e em condições de tempo real.

O FSM é caracterizado pela diversidade e relação entre interesses locais e globais, e, através dele estão conectados movimentos provenientes de diversas partes do planeta. O fórum constitui-se como:

(...) Um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. (<http://www.wsf2008.net.br>).

A versão em 2008 trouxe para a sua página na internet um discurso contra-hegemônico à política econômica global e à mídia convencional, sendo os olhares da mídia hegemônica condicionados por lógicas e finalidades próprias de informação e entretenimento. Isto conduz a um embate sobre o formato das notícias, pois os fatos relatados pelas mídias ao mesmo tempo em que informam tem que serem atrativos para conquistar audiência.

Exemplo desta lógica são as coberturas, feitas pela grande mídia, que deixaram de lado o aspecto político do FSM, focando a rebeldia e a desordem como os propósitos discursivos do movimento, conforme afirma Eckerkrantz (in MAIA: 2006) em estudo realizado sobre este aspecto. A contra-hegemonia à cobertura da mídia dominante fica mais explícita no site da ação global do dia 26, na janela “centro de mídia” na qual um texto direcionado aos jornalistas demonstra a preocupação do enunciador⁴ com a cobertura fiel das mídias, designando uma informação ao enunciatário⁵ jornalista.

Nesse discurso encontramos a passagem que refere à seguinte frase: “esse formato transporta o FSM 2008 para o território da comunicação, conferindo uma grande responsabilidade às mídias alternativas, que

respeitam o processo FSM” (<http://www.wsf2008.net.br>). Percebemos a preocupação em transmitir um olhar do fórum sob uma perspectiva de quem o faz e participa. Além de advertir contra informações como a de fóruns anteriores onde a parte serviu como totalidade pelas lentes da grande mídia.

É importante ressaltar que os aspectos até aqui apresentados dizem respeito às modalidades dos dados internos do contrato midiático proposto por Charaudeau (2006), ou seja, as características semiológicas. A frase “Construa um outro mundo possível: comece a planejar a sua atividade para o Dia de Ação Global em 26 de Janeiro”, que aparece tanto no boletim quanto no site, revela o objetivo central do enunciador em convocar os enunciatários para participar e aderir as causas do movimento.

Percebe-se através do site que é estabelecida uma relação de contra-poder, uma informação independente de instituições midiáticas convencionais, e também uma preocupação com a verossimilhança, que podemos compreender como o ponto de vista do próprio movimento. O FSM 2008 elabora sua discursividade em torno da importância de serem articulados movimentos e ações para fazerem frente às instituições políticas e econômicas que detêm o poder de decisão com influência mundial. “Conectado suas atividades locais às temáticas globais de superação do “mundo de Davos” (o mundo da globalização neoliberal, da guerra, do racismo, colonialismo, patriarcado e dos desastres ambientais)” (<http://www.wsf2008.net.br>).

É importante ressaltar e especificar as peculiaridades do dispositivo de encenação do FSM 2008, pois como ele é todo mediado pela internet, confere-se um caráter de muita interatividade. Pela internet pode haver tanto mais interferências das instâncias de recepção, quanto melhor articulação da instância de produção. Supomos assim, que o saber transmitido pelo site do FSM 2008 é predominantemente representativo, pelos diversos movimentos que ali são mencionados.

3. Considerações finais

Reafirmamos aqui as diferenças da internet em relação às mídias tradicionais. Estas diferenças residem em seus traços modelares, ou seja, uma linguagem em rede que estabelece uma lógica temporal e estética marcada pela articulação não-linear de textos, imagens e sons. E suas características como flexibilidade, hipertextualidade e interatividade, são decisivas em práticas contra-hegemônicas que se manifestam neste novo tempo-espaço.

A internet, como uma mídia de maior flexibilidade, possibilita o exercício de autorias diversas, contribuindo, no sentido da dialogia, para o enriquecimento da esfera pública contemporânea. Salientamos que a relação desta flexibilidade com seu caráter mais interativo, proporciona visibilidade a uma ampla diversidade de interesses em um novo espaço público, mas sempre marcado pelo seu ideal fundante que é o bem comum e a igualdade de participação.

Não afirmamos que as informações, as trocas e os debates que circulam neste novo espaço, expressem maior credibilidade ou comprometimento com a veracidade dos fatos. Constatamos isto sim que, as novas características da internet por nós aqui analisadas, tornam o diálogo mais complexo, emaranhando vozes distantes, diferentes, e tradicionalmente excluídas. Relacionado a isto, e ao se constituir como um lugar de produção por excelência, acreditamos que este dispositivo amplie as condições de/para reflexividade, fator que contribui para que o cidadão reveja constantemente as perspectivas de sua realidade devido às maiores possibilidades de escolha e de interpretação.

⁴ É exercido como um fazer persuasivo. (PERUZZOLO 2002, p. 190)

⁵ É um fazer interpretativo, cabendo a este a decisão do que fazer em seguida com a leitura que faz. (PERUZZOLO, 2002, p. 190)

Porém, não podemos esquecer que estes aspectos produtivos/democráticos, encontram obstáculos como a efemeridade constituinte do ciberespaço, e a questão do acesso. Estes aspectos, não nos permitem classificar a internet no âmbito de um fazer democrático de alta intensidade. Porém, o que salientamos aqui é a relação desta flexibilidade com seu caráter mais interativo, o que proporciona visibilidade a uma ampla diversidade de interesses em um novo espaço público, mas sempre marcado pelo seu ideal fundante que é o bem comum e a igualdade de participação.

No que tange à efemeridade, esta implica limites porque a velocidade e a instantaneidade das interações por meio da internet dificultam uma adesão engajada e sólida nas questões que por ali circulam. Mesmo assim, o ciberespaço configura de forma específica um espaço de diálogo público na contemporaneidade.

Já no que diz respeito à problemática do acesso em contextos de pobreza e exclusão social, destacamos como um grande obstáculo, de cunho sociopolítico, para efetivação de intersecções dialógicas democráticas. Mas esta contradição não invalida nossa idéia central, ou seja, que a internet aumenta exponencialmente as possibilidades de participação cidadã no debate político, constituindo-se, portanto, como um espaço de contra-hegemonia na contemporaneidade.

Assim, ao tomarmos a internet como espaço de visibilidade e ações dos microgrupos, estamos querendo destacar suas potencialidades para ampliação dos lugares de produção discursiva, dando-se assim um novo sentido à esfera pública, uma vez que se abrem maiores condições para a construção de uma democracia dialógica e para exercícios contra-hegemônicos.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- Beck, U.; Giddens, A.; Lasch, S. (1997) *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP.
- Castells, M. (1999) *A Sociedade em Rede. A era da informação, economia, sociedade e cultura*. Vol 1. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Charaudeau, P. (2006) *O discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- Costa, S. (2006) *Teoria crítica, democracia e esfera pública, concepções e usos na América Latina*_In *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*. Belo Horizonte: UFMG,
- Giddens, A. (1991) *As conseqüências da modernidade*, São Paulo: UNESP
- _____. (2005) *Sociologia*, 6ª ed, Porto Alegre: Artmed.
- _____. (1996) *Para Além da Esquerda e da Direita*. São Paulo: UNESP.
- Gill, R. (2006) *Análise de discurso*. In Bauer, M. Gaskell, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*, Petrópolis: Vozes.
- Habermas J. (1984) *Mudança estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Ianni, O. (1995) *A sociedade global*, Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Lemos, A. (2004), *Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea*, Porto Alegre: Sulina.
- Lévy, Pierre. (1993) *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro : Ed. 34.
- _____. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- Maffesoli, M. (1997) *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina.
- Peruzzolo, A. (2006) *A comunicação como encontro*, São Paulo: EDUSC.
- _____, (2002) *A estratégia dos signos, quando aprender é fazer*, Santa Maria: UFSM.
- Pinto, M. (2002) *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*, São Paulo: Hacker
- Thompson, J. B. (1998) *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes.]
- www.forumsocialmundial.org.br e www.wsf2008.net (consultado na internet em 13 de agosto de 2008)

Expansão de Negócios: o conhecimento da informação como vantagem competitiva

Tércia Pereira de Araújo Lima
Turismóloga e Mestranda do curso de Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo.
Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo - Brasil.
tercinhajp@gmail.com

Resumo: Tendo em vista a forte dinâmica que rege o mercado mundial resultante da globalização que influencia, não só as tendências e mudanças das organizações, mas, principalmente, influi diretamente nas atividades exercidas pelo trabalhador, o presente estudo, tem como finalidade, discutir a questão da competitividade no mercado de trabalho do ponto de vista empresarial com enfoque no mercado de serviços, especialmente, nos restaurantes. O trabalho resulta de uma pesquisa de campo que permitiu a constatação de que, realmente, a base da competitividade de uma empresa depende da qualificação e capacitação de sua mão-de-obra. Dentro do modelo econômico mundial que presenciamos, é o domínio do conhecimento da informação, que torna uma empresa mais ou menos competitiva no mercado. É devido às

constantes mudanças na economia global que as empresas e, principalmente as pessoas – foco da competitividade – precisam se adaptar rapidamente a essas transformações que se consegue com a busca do conhecimento e gerenciamento das informações. São essas mudanças as responsáveis pela busca de novas formas de estratégia para competir no mercado. No setor de serviços, em especial, no segmento de alimentação essa competição se torna muito mais complexa, visto o crescimento acelerado e desordenado desse tipo de comércio.

Palavras-chave: Globalização; Gerenciamento da informação; Serviços; Competitividade

INTRODUÇÃO

O forte processo de globalização que vivenciamos na atualidade está fazendo com que muitas empresas comecem a repensar nas suas formas de estratégia competitiva. Isso está ocorrendo graças às rápidas mudanças ocorridas no mercado. Essa nova mudança é a grande responsável pela preferência e exigência de profissionais extremamente qualificados que sejam capazes de criar e produzir produtos e serviços altamente de qualidade e que, acima de tudo, sejam competitivos.

Atualmente, quase todas as empresas e profissionais estão dependentes de resultados gerados por equipamentos e sistemas que garantam ao profissional maior agilidade, precisão, controle e todas as outras variáveis que os empresários buscam incansavelmente para atingir o ápice.

No setor de serviços em especial no segmento de alimentação essa competição se torna muito mais complexa visto o crescimento desordenado no comércio de alimentos. Esse segmento sofreu muitos impactos com a globalização e os que não conseguiram acompanhar esse desenvolvimento acabaram sumindo do mercado.

Sendo o conhecimento da informação, hoje, o grande trunfo para se alcançar a vantagem competitiva no mercado, este estudo tem como objetivo expor a importância da informação dentro de organizações do segmento de serviços, em especial, os restaurantes, foco deste estudo.

DESENVOLVIMENTO

Nas últimas décadas do século passado pode-se dizer que houve um verdadeiro “boom” no que tange ao surgimento de estabelecimentos de alimentação. Isso foi ocasionado num primeiro momento em decorrência do aumento pela procura de refeições fora do lar por causa da inserção da mulher no mercado de trabalho. A ida aos restaurantes deixou de ser apenas uma alternativa de lazer nos fins de semana passando a ser de grande necessidade no dia-a-dia. Com essa demanda maior as tendências do mercado no setor de serviços mudaram e as exigências passaram a ser baseadas na busca pela qualidade a baixo custo, em função do melhor preço, da lucratividade e da competitividade. (OLIVEIRA e CAMPOS, 2006).

Devido à alta competitividade do mercado é exigido da empresa um esforço extraordinário em criar estratégias para permanecer no mercado, principalmente, de forma competitiva. Por causa dessa exigência e competição acirrada, algumas organizações despertaram para o uso e exploração da Inteligência Analítica que significa um tipo de “estratégia de mercado baseada em informações” conforme conceitua Morris e Fairbank (1980 apud DAVENPORT e HARRIS, 2007, p. 49).

Num mercado altamente competitivo como é o caso do segmento de serviços, especificamente, o setor de restaurantes, o sistema de informações tem que ser preciso e atualizado, já que as empresas do ramo de serviços, de acordo, Fitzsimmons e Fitzsimmons (2005), nascem no mercado através da criatividade e iniciativa de um empreendedor com base nas necessidades não atendidas no mercado. Portanto, é necessário que os empregados estejam bastante bem informados sobre o que se passa no mundo fora da organização. Eles precisam ter acesso rápido às informações que são fundamentais na prática de sua função para com isso poder minimizar custos sem deixar de oferecer qualidade nos produtos e serviços prestados aos clientes.

Enquanto o sistema de informações e a gestão do conhecimento são parte integrante e fundamental para o crescimento dos negócios, ainda existem organizações que não acreditam ou preferem não se entregar a esse tipo de tecnologia. No entanto, esse tipo de empresa está fadado ao fracasso, visto que, elas não acompanharão o crescimento e desenvolvimento do mercado e, o que é pior, estarão cedendo seus lugares aos concorrentes.

Muitas empresas do setor de serviços em especial os restaurantes fecham as portas ainda cedo, porque canalizam suas atenções fora do objetivo proposto. Na verdade não há um planejamento por parte dos donos desses estabelecimentos que em muitos casos são completamente despreparados entendendo pouco ou quase nada sobre o tipo de comércio que está administrando.

Acompanhar as rápidas mudanças que ocorrem no mercado competitivo torna-se cada vez mais difícil para as empresas do segmento de serviços que segundo Fitzsimmons (2005), competem em um ambiente econômico difícil.

Concomitante com a idéia de Fitzsimmons e Fitzsimmons (2000 apud OLIVEIRA e CAMPOS, 2006), a maior parte dos casos de insucesso nas indústrias de serviço se devem ao descuido com a qualidade, negligência com as necessidades dos clientes e a atenção voltada somente à orientação financeira a curto prazo. Outro fator que em muito colabora com o insucesso de estabelecimentos desse setor é a alta rotatividade ocasionada pela mão-de-obra, na sua maioria, desqualificada e despreparada para trabalhar nesse tipo de comércio.

E para tentar superar essas dificuldades e alcançar a vantagem competitiva sobre os seus concorrentes as empresas estão buscando respostas no uso do conceito de Gestão do Conhecimento aliado a prática da Inteligência Analítica que para Davenport e Harris (2007, p. 51), esta “reside no centro da capacidade da empresa de constantemente superar seus concorrentes e sustentar sua vantagem competitiva”, enquanto aquela é para Rossatto (2002, p. 7) “um processo estratégico

contínuo e dinâmico que visa gerir o capital intangível da empresa e todos os pontos estratégicos a ele relacionados e estimular a conversão do conhecimento”.

Esses dois novos conceitos introduzidos no mercado tornaram-se o diferencial na obtenção da vantagem competitiva graças ao impacto que as informações causam e sua relevância no processo de tomada de decisões dentro da organização. Em suma manter um gerenciamento integrado de informações é realmente difícil, porém, quem consegue, atinge a excelência organizacional, objetivo de toda empresa.

O segmento de restaurante e, por conseguinte da hospitalidade, sempre, exigirá maior qualidade e baixo custo para o cliente. Enquanto, há alguns anos o desafio era simplesmente produzir bens e serviços, hoje, o desafio é superar as expectativas dos clientes, uma vez que, o nível de fidelização destes a uma empresa reflete diretamente nas vendas e na competitividade perante os concorrentes.

Para esses setores conseguirem alcançar esses objetivos a organização tem que estar diretamente ligada à tecnologia que é responsável pelas informações que são passadas e obtidas pelos empregados. Todavia, uma empresa que conta com um bom sistema de informação tem, conseqüentemente, maior poder de barganha e, por tal, é mais competitiva alcançando maior fatia de mercado.

Contudo, mesmo que possua a empresa, uma excelente vantagem tecnológica, mas se não dispuser de profissionais gabaritados que é uma outra ferramenta, também imprescindível para o perfeito funcionamento da organização, nada disso fará sentido. Além de qualificados os empregados têm que saber acompanhar o avanço tecnológico e buscar o conhecimento necessário através de informações para o seu próprio crescimento profissional e, principalmente, o crescimento da empresa que se consegue através da otimização dos resultados, minimização dos custos e garantia da qualidade dos produtos e serviços oferecidos aos clientes.

A noção de direção que os funcionários devem ter implicará numa competitividade única sobre algo específico no mercado como explica Prahalad e Hamel (2005). Para estes autores o conhecimento sobre o que ocorre dentro e fora da organização é fundamental para as empresas que buscam alcançar a competitividade. O conhecimento e o domínio das informações são responsáveis por aquele tão sonhado “passo a mais” dos empregados, dentro da empresa, que só é possível quando eles sabem em que direção estão seguindo.

Para ratificar a importância da informação dentro de uma organização do setor de serviços, Teixeira (2000) afirma que uma maior ou menor competitividade pode ser avaliada sob alguns itens que considera de maior relevância dentro de uma empresa que são: pessoas, processos, tecnologia e informações.

- Informações - Segundo Teixeira (2000) o uso correto dessa ferramenta, pelas empresas, é uma das formas de se competir bastante importante, pois ter informações atualizadas sobre clientes, fornecedores, concorrentes e mercado é fundamental para obter vantagem competitiva. A gestão do conhecimento baseada em informações tem um papel fundamental no quesito estratégias competitiva.

O termo estratégia remete a formas de se buscar um melhor posicionamento da empresa no mercado visando melhores resultados num futuro que pode ser, dependendo do tipo e interesse da empresa, no mesmo dia ou a seis meses, por exemplo. Porter já afirmava desde 1989 que o uso da estratégia objetiva estabelecer uma posição competitiva perante a concorrência. Mas para alcançar a vantagem competitiva no mercado o plano estratégico tem que ser bem formulado e executado seguindo orientações que devem ser passadas a todo o quadro funcional da organização, caso contrário, cada gerência segue um caminho diferente e o resultado final acaba sendo um desastre.

- Pessoas - Dentro de uma organização as pessoas compõem o foco maior da vantagem competitiva já que são elas que detêm todo o conhecimento seja de processos de negócios, mercado atuante e conseqüentemente sobre os clientes (Teixeira, 2000).

Uma empresa que desenvolve um banco de talentos, que serve para mapear as competências de todos os seus colaboradores, como é o caso da TIM Celular Sul, (exemplo citado no livro: Gerenciando conhecimento. Teixeira, 2000, p. 75), é muito mais competitiva no mercado devido a colocação certa de cada empregado no lugar correto dentro da organização. Isso somente ocorre quando a empresa tem a preocupação em conhecer o perfil de cada pessoa que pertence a organização. Essa forma de determinadas organizações agirem, além de tornar a empresa mais competitiva reduz custos, principalmente, com recrutamento e treinamento, uma vez que cada pessoa estará ocupando posições adequadas ao seu conhecimento, dentro da organização.

- Tecnologia - Quanto ao conhecimento pelo uso da tecnologia, Teixeira (2000) assegura que ela tem que ser muito bem empregada dentro da empresa, caso contrário, torna-se uma despesa a mais. “Gestão do Conhecimento como qualquer outra novidade, corre o risco de se tornar apenas mais uma fonte de gastos em software e equipamentos para as empresas, sem gerar novas vantagens competitivas” (TEIXEIRA, 2000, p. 79). Quando bem empregada a tecnologia, além de incrementar a produtividade, garante a qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Conforme, Montenegro (2003 apud OLIVEIRA e CAMPOS, 2006) alguns estabelecimentos fornecedores de alimentos estão investindo em tecnologia com o intuito de diminuir os custos e tentar aumentar os lucros.

- Processos - O conhecimento sobre a dinâmica dos processos de negócios da empresa e, como são realizados, devem ser passados para todos os colaboradores para que eles possam estar atualizados em relação ao que ocorre na empresa e no mercado. Esse conhecimento faz toda a diferença na competitividade, principalmente, se analisarmos empresas que trabalham com prestação de serviço como é o caso dos restaurantes. (TEIXEIRA, 2000).

A Andersen Consulting, por exemplo, é uma empresa de sucesso, do segmento de serviços, que disponibiliza a todos os funcionários via internet/intranet, em qualquer lugar do mundo durante as 24 horas do dia, as informações sobre os processos e projetos da empresa para seus clientes. Esse tipo de ação facilita, dinamiza o trabalho e a elaboração de propostas tornando a empresa muito mais competitiva. (TEIXEIRA, 2000).

Um caso oposto ao citado anteriormente ocorreu com uma empresa subsidiária brasileira de uma organização transnacional de alimentos que:

a certa altura, optou por terceirizar a manutenção de seus sistemas de informação. Uma das maiores dificuldades encontradas nesse processo de transição foi no momento em que a equipe da empresa teve que passar à empresa prestadora de serviços o seu sistema de informação que, vale salientar, havia pouca documentação existente sobre os processos de negócio e os sistemas de informação a eles relacionados. A transição para o outsourcing de manutenção de sistemas foi muito mais lenta, cara e difícil, pela deficiência no mapeamento do conhecimento sobre os processos da empresa. A situação ainda se agravou com a demissão de vários técnicos especialistas durante a transferência dos sistemas para a empresa terceirizada. (TEIXEIRA, 2000, p. 78).

O que realmente aconteceu nesse último exemplo foi que determinadas vantagens competitivas da empresa, intrínsecas aos seus processos particulares de negócios e refletidas na estrutura particular dos seus sistemas, ficaram perdidas no decorrer do processo de transição.

Muitas vezes o fracasso das empresas se dá pela falta de liderança e ausência de direção. E nesse caso Prahalad e Hamel (2005, p. 149) afirmam corretamente quando dizem que “os meios, e não os fins, é que são limitados”.

Um outro caso de sucesso ocasionado graças ao uso da Inteligência Analítica é o da Marriott International, como explica o executivo sênior, que tornou-se um líder analítico quando passou a focar suas decisões em fatos e indicadores baseados na cultura corporativa e em sua doutrina. (DAVENPORT e HARRIS, 2007). São poucas as organizações que no Brasil tomam decisões com base na Inteligência Competitiva. (TEIXEIRA, 2000).

O conhecimento sobre os processos de negócios impulsiona o aperfeiçoamento dos processos e conseqüentemente na aplicação de inovações tornando esse conhecimento uma vantagem competitiva para a empresa.

Como em todo segmento a ordem é inovar, o objetivo desse novo conceito de competitividade no mercado – Inteligência Analítica - é fazer com que a empresa revele novas oportunidades e as explore antes que os concorrentes as perceba. E por se tratar de um conceito ainda novo, Davenport e Harris (2007), afirmam inexistir estudos acadêmicos que relacionem a abordagem analítica ao desempenho do negócio como um todo. Mas eles acreditam que à medida que esse conceito vai se firmando e se tornando mais conhecido no mercado as empresas vão se tornando mais analíticas.

O uso da Inteligência Analítica deve ser aplicada criteriosamente, ser bem executada e continuamente renovada para que uma organização consiga se manter no mercado competitivamente obtendo resultados satisfatórios.

Se para Teixeira (2000) a vantagem competitiva deve ser analisada sob fatores como pessoas, processos, tecnologia e informação. Para Davenport e Harris (2007, p. 57, 58) existem 5 fatores que fazem da abordagem analítica uma fonte de vantagem competitiva, que são:

Difícil duplicação – uma coisa é copiar os aplicativos de TI de outra empresa ou seus produtos e atributos relacionados; outra coisa é replicar os processos e a cultura.

Únicas - Não há um único caminho correto a ser seguido para se tornar um líder analítico e a forma como cada empresa utiliza a inteligência analítica é singular e única em relação à sua estratégia e o seu posicionamento de mercado.

Adaptáveis a muitas situações - Uma organização analítica pode cruzar fronteiras internas e aplicar as capacidades analíticas de formas inovadoras.

Melhor que a concorrência - Mesmo nos setores nos qual expertise analítica e os dados consistentes são comuns e disponíveis, algumas organizações são simplesmente melhores em explorar as informações do que outras.

Renováveis - Qualquer vantagem competitiva precisa ser um alvo móvel, com aprimoramentos e reinvestimentos contínuos. A Inteligência analítica é particularmente adequada a inovação e renovação contínua.

Com base nos dados, acima, muitas empresas tradicionais estão encontrando formas inovadoras de aprimorar os produtos físicos e também os serviços pela incorporação da inteligência analítica.

A alta competitividade no mercado acabou customizando muitos produtos e nesse caso, algumas empresas estão partindo para oferecer produtos e atendimentos personalizados, uma vez que os consumidores estão, também, cada vez mais exigentes e individualistas. Pode-se dizer que os clientes estão buscando a sua identidade no consumo de determinados bens e serviços. “É mais fácil o adolescente se identificar com a Nike ou a Benneton do que com seu bairro [...]” (TEIXEIRA, 2000, p. 83).

Na realidade a vantagem competitiva está cada vez mais embasada no individualismo, ou seja, na análise e exploração comercialmente dos interesses de cada consumidor. Como conceitua Leonard M. Fuld (apud TEIXEIRA, 2000 p. 87): “inteligência competitiva é o resultado da análise de informações e dados coletados, que irá embasar decisões”. O fluxo de informações é a base dos processos de inteligência competitiva.

Existem inúmeras formas de se competir no mercado e o modelo de inovação, seja de produtos ou serviços, é uma das formas de estratégias competitivas usadas por muitas empresas para alcançar a vantagem competitiva no mercado. O

curioso é que algumas empresas, principalmente, as mais tradicionais consideram esse modelo como o ideal para prever os resultados nas lutas competitivas.

De acordo Christensen e Raynor (2003) existem duas categorias distintas que se referem a esse modelo de competitividade: a inovação sustentadora e a inovação disruptiva. A primeira destina-se a melhores produtos, vendáveis a preços mais altos, a clientes mais atraentes, enquanto que a última tem como desafio comercializar produtos mais simples e mais convenientes, vendáveis a preços mais baixos, a clientes menos atraentes (CHRISTENSEN e RAYNOR, 2003, P. 44).

Visto isso, percebe-se que é mais vantajoso, para as empresas tradicionais, o uso da inovação por circunstâncias sustentadoras face a vitória frente a concorrência. Já as empresas estreantes (entrantes) tendem a conquistar mercado e derrubar uma empresa tradicional usando o modelo de inovação através de circunstâncias disruptiva. Com isso fica nítido, então, o porquê das empresas emergentes escolherem esse tipo de modelo, pois, é atacando as veteranas por meio de “rupturas” que as entrantes conquistam mercado tornando-se competitivas (CHRISTENSEN e RAYNOR, 2003).

“Enquanto as atuais líderes setoriais quase sempre triunfam nas batalhas pela inovação sustentadora, disrupções bem-sucedidas têm sido lançadas com mais frequência pelas empresas estreantes” (CHRISTENSEN e RAYNOR, 2003, p. 47). Corroborando com o autor mencionado anteriormente, ao contrário da inovação sustentadora (usada pelas empresas tradicionais), as disruptivas não procuram oferecer melhores produtos aos clientes e sim, lançam novos produtos e serviços que não são tão bons quanto os até então disponíveis. As empresas que usam da inovação disruptiva para entrar no mercado atraem os clientes através de produtos e/ou serviços mais simples e conseqüentemente mais econômicos, no entanto, convenientes a uma fatia de mercado que é menos exigente. É por isso que modelar uma idéia de negócios como uma disrupção é estratégia eficaz para vencer os concorrentes tradicionais.

A inovação por meio de circunstancias sustentadora também tem sua importância e esse modelo faz com que as empresas sustentadoras freqüentemente ignorem as ameaças e oportunidades disruptivas até o fim do jogo. Esse tipo de inovação consiste basicamente em produzir sempre produtos e serviços melhores.

Mas é importante lembrar que essa não é uma maneira viável de construir novos negócios de crescimento acelerado. A exemplo pode-se citar o caso da IBM e Kodak - descrito no livro “O crescimento pela inovação: como crescer de forma sustentada e reinventar o sucesso” – no qual o autor fala das tentativas frustradas dessas duas últimas empresas em desbancar a Xerox colocando no mercado fotocopiadoras de alta velocidade. Apesar de bem maiores que a Xerox elas não conseguiram superar esta última. A competição no mercado baseada na inovação sustentadora pela IBM e Kodak fracassou. A Canon, que entrou no mercado através da inovação pela disrupção, quando, introduziu no mercado as copiadoras de mesa, foi a empresa que derrubou a Xerox’ (CHRISTENSEN e RAYNOR, 2003, P. 55).

A Southwest Airlines é outro exemplo de um disruptor também citado no mesmo livro. Na verdade ela até pode ser chamada de um disruptor híbrido, como denomina Christensen (2003), porque mirou clientes que não eram usuários de aviões e atraiu clientes de baixo mercado da rede de valor de grandes empresas da aviação.

“A disrupção é fonte básica de crescimento”. (CHRISTENSEN e RAYNOR, 2003, P. 62). Contudo, é preciso muito cuidado com esse tipo de inovação, pois as empresas que usam da estratégia da disrupção para entrar forte no mercado podem, também, sofrer esse mesmo processo usado por outra empresa amanhã.

A intenção da inovação como estratégia é fazer com que o funcionário se entusiasme e saiba pelo que está lutando e que não seja uma simples satisfação como explica Prahalad e Hamel (2005). E mais a frente esses autores completam dizendo: “os desafios empresariais são os meios operacionais para se organizar a aquisição de novas vantagens competitivas” [...] “o objetivo é desafiar os gerentes a se tornarem mais criativos”. (PRAHALAD e HAMEL, 2005, p. 155 e 167).

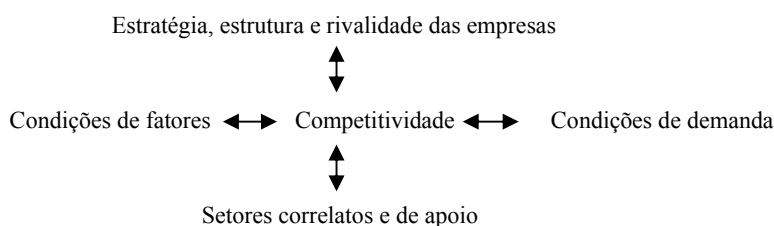
Alguns exemplos de empresas que entraram no mercado através do modelo de inovação disruptiva são citados no quadro abaixo:

Estratégia de disrupção e empresas	
Empresa ou produto	Descrição
Google	O Google e seus utilitários de busca de internet estão rompendo catálogos de todos os tipos, inclusive as Páginas Amarelas.
McDonald's	O setor de fast-food tem sido um disruptor híbrido, tornando tão barato e conveniente o hábito de comer fora que desencadeou uma grande onda de crescimento na indústria de “refeições fora de casa”. As primeiras vítimas foram os restaurantes familiares. Na última década, o advento das “food courts” empurrou os restaurantes fast-food no mercado acima. Evidentemente, restaurantes caros e românticos ainda prosperam no alto mercado.
Agências de viagem on-line	Viabilizada pela emissão eletrônica de passagens, as agencias de viagem on-line, como a Expedia e a

	Travelocity, provocaram rupturas tão intensas em suas concorrentes de tijolo e argamassa, com serviço integrais, como a American Express, que muitas empresas de aviação reduziram drasticamente as altas comissões que costumavam pagar às agencias de viagem.
e-mail	O e-mail é um serviço postal disruptivo. O volume de comunicação por cartas convencionais despencou, sobrando para os serviços de correios basicamente revistas, contas e lixo postal.

Fonte: CHRISTENSEN, Clayton e RAYNOR, Michael. O crescimento pela inovação: como crescer de forma sustentadora e reinventar o sucesso (P. 73).

Porter (1999) acredita que a vantagem competitiva depende fundamentalmente de inovações, melhorias do progresso tecnológico, da percepção das mudanças e necessidades do mercado e constante aperfeiçoamento dos produtos e serviços. O diamante de Porter, ilustrado a seguir, bem como seu detalhamento, mostra muito bem os itens que afetam a vantagem competitiva no mercado:



Detalhamento dos Componentes do Diamante de Porter

Características dos fatores de produção: condições fundamentais dos fatores de produção:
 recursos humanos – disponibilidade, habilidade, produtividade, custo da mão-de-obra qualificada;
 recursos naturais – disponibilidade, acessibilidade e custos de produção (terra, água, minerais, madeira, energia);
 estoque de conhecimentos – disponibilidade e utilização de conhecimentos científicos, técnicos, administrativos,
 etc.;

capital – disponibilidade e custos do capital financeiro (poupança) para financiar o investimento (formação de capital).

Os itens acima “determinarão o fluxo de comércio”. (PORTER, 1999, p. 184)

Características da demanda interna: são fatores fundamentais.

- os padrões comportamentais do consumidor no mercado interno (e semelhança com comportamento do consumidor externo a fim de gerar excedente exportável);
- a segmentação da demanda – a estrutura da demanda por cada tipo de produto, força a reação e adaptação do setor produtivo, inovação e desenvolvimento tecnológico;

• a dimensão da demanda – o tamanho e o crescimento da demanda geram investimento e economias de escala.

Fornecedores: existência de fornecedores eficientes (de matérias, materiais secundários e serviços) capazes de:

- aumentar (em vez de reduzir) competitividade das atividades de exportação;
- inovar (em vez de manter imutáveis) seus sistemas de produção de bens e serviços; conquistar o mercado externo para produtos complementares.

“O fluxo de informação e o intercâmbio técnico aceleram o ritmo da inovação e da melhoria”. (PORTER, 1999, p. 190)

4- Estratégia, estrutura e rivalidade empresarial: condições nacionais que determinam as características organizacionais e administrativas das empresas nacionais e a natureza da concorrência (rivalidade) doméstica, bem como:

- práticas administrativas adequadas ao ramo industrial. “Nenhum sistema gerencial é de aplicação universal”. (PORTER, 1999, p. 190)

• atitudes nacionais relativas a autoridade, normas de relacionamento social e interpessoal e padrões de comportamento profissional (resultantes do sistema educacional, religioso e social) que determinam capacidade de empreendimento, invenção e capacitação;

• habilidades lingüísticas e culturais necessárias a uma visão global;

• concorrência (rivalidade interna) de preço, qualidade, dimensão que levam à inovação e eficiência produtiva. “A rivalidade doméstica é o mais importante em razão do poderoso efeito estimulante sobre os demais”. (PORTER, 1999, p. 192)

• papel do governo (através de políticas governamentais que determinam ou contribuem para os “quatro” vértices do diamante).

Fonte: http://www.members.tripod.com/jaleite/cofinter/cof_visual/2c_competitividade.pdf. Acesso em: 03 nov 2008.

A intenção de Porter ilustrando o diamante é mostrar como as empresas devem enfrentar a competitividade de acordo ao que o mercado exige. Contudo, é importante lembrar, que além do uso de inovações como forma de competitividade os empresários também tem que dominar a gestão do conhecimento da informação, bem como, devem saber transformá-la em estratégias de competição, pois assim estarão garantindo um espaço no mercado competitivo.

METODOLOGIA

A realização da pesquisa que é de caráter qualitativo se deu através de entrevista individual que:

é uma conversação que dura normalmente entre uma hora e uma hora e meia. Antes da entrevista, o pesquisador terá preparado um tópico guia, cobrindo os temas centrais e os problemas da pesquisa. A entrevista começa com alguns comentários introdutórios sobre a pesquisa [...] (BAUER e GASKELL, 2002, p. 82).

Esta entrevista foi feita com um chef de cozinha de renomada empresa no setor de prestação de serviços do segmento de alimentos na cidade de São Paulo.

Foram elaboradas sete perguntas que nortearam a entrevista que fluiu como uma conversa de acordo, com o conceito citado acima, pode-se assim dizer. A entrevista foi agendada previamente em local e horário conveniente ao entrevistado. Foram passadas antecipadamente as informações exatas, ao entrevistado, sobre o que realmente interessava a pesquisadora.

A empresa que será tratada na pesquisa como “empresa Alfa” presta serviços a indústrias fornecendo refeições. Ela conta com mais ou menos 900 unidades no Brasil e exterior. Possui ao todo cerca de 500 colaboradores, no Brasil, incluindo, também, nesse número os gestores aqui tratados como chef’s e nutricionistas.

A idéia que motivou o dono dessa empresa a seguir por esse caminho foi a vontade de inovar, de mudar “a cara” das refeições servidas naquele ambiente. E assim começou a crescer e expandir-se cada vez mais.

Sempre atento as mudanças e preferências da clientela quase nunca os perdia. E, por isso, criou um Livro de Sugestões e um Painel de Satisfação para os clientes opinarem a respeito do serviço oferecido pela empresa Alfa. Com base nessas opiniões ele criava e inovava os seus serviços sempre de acordo a cada unidade que servia.

Quando já ocupava o segundo lugar no ranking de melhor empresa do mesmo segmento e ainda não satisfeito com os resultados resolveu implantar nos refeitórios o conceito de hotelaria no que diz respeito a beleza e requinte. Então, trocou as cubas por travessas de inox, as louças, talheres e demais utensílios e treinou os seus colaboradores para decorarem o ambiente e, principalmente, os pratos, pois como afirma o chef entrevistado: “as pessoas comem primeiro com os olhos”. Atualmente a Alfa ocupa o primeiro lugar no ranking de melhor empresa e já conquistou mercados fora do Brasil expandindo-se pela América Latina.

A empresa Alfa entra no mercado usando da inovação disruptiva, ou seja, ela capta seus clientes com os melhores pratos a preços mais baixos mesmo que isso no início signifique prejuízo. Todavia, o dono da Alfa tem a certeza de que futuramente terá só lucro, pois a medida que ele vai conquistando a fidelização do cliente ele vai moldando o cardápio de acordo a necessidade da clientela. Com isso ele tem lucro garantido a médio prazo, garante o entrevistado.

O dono da empresa Alfa trabalha dessa forma porque ele acredita na importância do conceito da hotelaria dentro de restaurantes institucionais pelo fato de criar um melhor ambiente. Então, ele reforma as cozinhas institucionais deixando-as parecidas com os restaurantes comerciais a fim de não perder clientes e de oferecer um ambiente de alimentação agradável.

Quanto ao quesito inovação, para o entrevistado, esse é um item que não falta no cardápio da empresa, já que “ela cresceu graças as inovações” afirma o chef de cozinha da empresa Alfa.

O atendimento e a inovação são itens considerados relevantes pela empresa Alfa para não perder seus clientes. Estreitar os laços entre clientes e empresa contratada reforça ainda mais essa idéia. Para exemplificar, o entrevistado citou um exemplo muito comum na empresa onde o chef de cozinha não deve ficar o tempo todo “escondido” dentro da cozinha ele tem que ter contato com o cliente externo.

A finalidade da empresa Alfa é sempre satisfazer o cliente. O lema da empresa é: Não perder!

Para o entrevistado a falta de concorrência nesse tipo de mercado ajudou muito no crescimento da empresa, uma vez que seu principal concorrente também presta outros serviços além do fornecimento de refeições a indústrias como é o caso da “Alfa”.

Entretanto vale salientar que o dono da “Alfa” é uma pessoa empreendedora e como todo bom empreendedor enxerga o futuro, tem senso de direção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão do conhecimento da informação é fundamental no mercado competitivo atual, uma vez que, o objetivo da inteligência competitiva é tornar a tomada de decisões mais ágil, promovendo a racionalização do uso do tempo e das fontes de informação, além da redução de custos.

Para as empresas alcançarem a competitividade se faz necessário a formação de uma boa equipe de trabalho que tenha além de habilidades técnicas o conhecimento e capacidade para pensarem estrategicamente sobre os objetivos e metas da organização. No entanto, fatores como a escassez de conhecimento, a falta de uma cultura de treinamento, a ausência de conhecimento sobre tecnologia e a precária infra-estrutura para inovação tecnológica e de conteúdo tornam a empresa em desvantagem competitiva no mercado.

Atualmente, percebe-se que é fundamental para o crescimento e desenvolvimento da organização no mercado competitivo que o conhecimento da informação esteja unido ao domínio da tecnologia de informação, uma vez que esta, quando, bem usada é a grande chave para se chegar até àquela.

As estratégias de uma empresa devem ser criadas e renovadas em cima de análises e avaliações contínuas sobre as informações referente as quatro forças que segundo Porter regem o mercado competitivo, que são: concorrentes; condições de fatores e de demanda; setores correlatos e de apoio.

Então, pode-se considerar que a vantagem competitiva de uma organização depende muito do seu sistema e gerenciamento do conhecimento e da informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bauer, M. W. & Gaskell, G. (2002) Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes
- Christensen, C. M. (2003) O crescimento pela inovação: como crescer de forma sustentada e reinventar o sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier
- Davenport, T. H. & Harris, J. G. (2007) Competição analítica: vencendo através da nova ciência. Ed. Campus/ Elsevier
- Fitzsimmons, J. (2005) A administração de serviços: operações, estratégias e tecnologia da informação / James A. Fitzsimmons, Mona J. Fitzsimmons; tradução Jorge Pitter. – 4 ed. Porto Alegre: Bookman
- Leite, J. A. Comércio e finanças internacionais. http://members.tripod.com/jaleite/cofinter/cof_visual/2c_competitividade.pdf (consultado na internet em 03 de novembro de 2008)
- Oliveira, L. H. & Campos, B. M. (2006) Porter e a competitividade dos restaurantes self-services: um estudo exploratório. Seminários em Administração FEA-USP. SEMEAD. Anais...São Paulo: IX SEMEAD, http://www.administradores.com.br/producao_academica/porter_e_a_competitividade_dos_restaurantes_selfservices_um_estudo_exploratorio/431. (consulta na internet em 02 de novembro de 2008)
- Porter, M. Vantagem (1989) competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Elsevier – 27ª. reimpressão
- Porter, M. (1989) Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Elsevier – 27ª. reimpressão
- Prahalad. C. K. (2005) Competindo pelo futuro: estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã / C. K. Prahalad & Hamel, G.; tradução de outras palavras – Rio de Janeiro: Elsevier
- Rossatto, M. A. (2002) Gestão do conhecimento: a busca da humanização, transparência, socialização e valorização do intangível. Rio de Janeiro: Inteciência
- Teixeira F, J. (2000) Gerenciando conhecimento: como a empresa pode usar a memória organizacional e a inteligência competitiva no desenvolvimento de negócios. Rio de Janeiro: Ed. Senac

Política, relações internacionais e segurança

Apontamentos teóricos e hipóteses empíricas na transnacionalização da política hoje no sul do mundo: anotações sobre o Parlamento do Mercosul

George Coutinho
Universidade Estadual do Norte Fluminense
georgecoutinho@gmail.com

Resumo: Tem sido problemática obrigatória nas ciências sociais contemporâneas o debate sobre as conseqüências do processo de aumento dos fluxos materiais e simbólicos pelo globo nas últimas décadas, inclusive acerca da questão específica da práxis política nos chamados contextos “pós-nacionais”. Neste paper ambiciono sumarizar vertentes teóricas entusiásticas ou céticas deste fenômeno visando extrair daí questões analíticas relevantes para discutir, em caráter não finalístico, a experiência constituinte do Parlamento do Mercado Comum do Sul na América Latina sob a ótica de marcos normativos fundamentais para a realização de um espaço público transnacional deste quilate: a solidariedade, a legitimidade e a identidade.

Discursos anti e pró cosmopolitismo - Sobre narrativas e interpretações acerca da contemporaneidade

“Nosso sistema de valores desenvolveu-se numa época em que a atmosfera e os oceanos pareciam recursos ilimitados, e as responsabilidades e os danos eram de modo geral claros e bem definidos. Se alguém batesse em alguém, estava claro quem tinha feito o quê. Em nossos dias, os problemas do buraco na camada de ozônio e das mudanças climáticas trouxeram à tona uma nova e estranha espécie de assassinato. O nova-iorquino que põe desodorante nas axilas usando um aerossol que contém CFCs ajuda a matar por câncer de pele, muitos anos mais tarde, pessoas que vivem em Punta Arenas, no Chile. Quando você dirige seu carro, você pode estar liberando o dióxido de carbono que faz parte de uma fatídica cadeia causal que leva às inundações em Bangladesh. Como podemos mudar nossa ética para levar em conta essa nova situação?” (Singer, Op. Cit., 26).

A epígrafe de Peter Singer que inaugura este paper ilustra de forma quase anedótica os dilemas normativos da contemporaneidade. O incremento substantivo de reflexividade, em muito decorrente do crescimento do sistema científico, com a conseqüente popularização da ciência, e também mediante as novas configurações sócio-espacio-temporais, nos coloca desafios constantes lembrando que justamente determinados acordos institucionais que fundamentam a autocompreensão moderna podem estar com seus dias contados. A emergência da transnacionalidade como problema é a maneira pela qual se expressa esta novidade na sociologia política contemporânea.

Desde 1995, precisamente a partir da publicação de *Democracy and The Global Order* do cientista social britânico David Held¹, inicia-se paradigmaticamente a constituição do campo de “estudos cosmopolitas” na sociologia em que são buscadas sistematicamente saídas globais para problemáticas igualmente globais. Diante do processo de globalização sistêmica, como afirma Vandenberghe (2006), dialeticamente, a resposta humanista para as dificuldades e constrangimentos impostos pela mundialização financeira tem sido a aposta em uma nova sociedade paramentada por um aparato transnacional vinculado a sentimentos de solidariedade necessariamente situados para além das fronteiras dos Estados-Nacionais. Uma das grandes polêmicas nesta via é a recusa do próprio conceito de Estado-Nação que seria hoje um conceito “zumbi” (Beck, 2003), inadequado para interpretar os novos fenômenos e profundamente atrelado ainda supostamente a um tipo de “nacionalismo metodológico” de pouco valor heurístico. Problematizaremos esta questão adiante.

Autores como Costa (2003; 2004), Giesen (2001) e Maus (2006) tornam-se críticos diretos do que entendem como uma falsa solução para os problemas transnacionais. Explicitamente Costa e Giesen atacam de forma contundente todos os esforços daqueles que apostam em uma sociedade cosmopolita, desqualificando o que entendem ser forçosa e equivocada esta leitura que só se sustenta se for embasada em uma proposta de ruptura paradigmática encetando uma pretensa “segunda modernidade”. Outra vertente, como podemos identificar com Vandenberghe (Op. Cit.), delineia uma via conciliatória onde apresenta a proposta de reelaboração de um Estado-Nacional que seja permeado pelas reivindicações das diferentes redes de ação transnacionais em uma construção contra-hegemônica e crítica ao “globalismo” sistêmico vigente.

A despeito de considerarmos a globalização como “um dado e um fato”, como atesta Vandenberghe, nos cabe fazer algumas ponderações acerca dos desafios para uma interpretação sociológica deste fenômeno também político onde enfatizaremos os entraves realmente existentes e arquitetaremos algumas questões, momentaneamente teóricas, provisórias e com preocupações normativas, para a elaboração de uma saída compreensiva e também propositiva para este. O momento é o de averiguar tentativas e testar hipóteses que possam referendar, abdicar ou mesmo reconstruir em outras escalas as soluções cosmopolitas para o futuro da humanidade.

Primeiramente temos por premissa que as acelerações sócio-espacio-temporais incontestavelmente ocorrem, intensificando-se enormemente a partir da década de 1970. A grande crise mundial do petróleo, ocorrida entre 1973/1974 deflagra movimentos que poderiam ser chamados de “crise de legitimação” (Cf. Habermas, 1999) ou desorganização do capitalismo em suas estruturas regulatórias e produtivas (Cf. Offe, 1984 ; 1989) e, ainda, uma profunda convulsão no sistema de produção/reprodução sócio-metabólica do capital (Cf. Mészáros, 2002). Como resposta a estes imperativos sistêmicos, em meio às dificuldades econômicas da década posterior, na década de 1980 vemos a prática de questionamento das premissas de legitimação do Welfare State², como aquelas apresentadas por Pierre Rosanvallon (1998), mas, também o farto uso de tecnologia operando uma profunda re-significação das estruturas produtivas³.

Harvey (1998) descreve a sociedade atual como dominada pela efemeridade mediante o incremento tecnológico na comunicação e nos transportes que permitem o “encolhimento do mundo” possibilitando uma apoteose de consumo. A flexibilização do trabalho é decorrente do aumento da velocidade de giro do capital realizando movimentações no campo cognitivo que simulam percepções envoltas em um pretenso ar de cosmopolitismo, como os locais de consumo temáticos aos quais operam uma artificial aproximação com realidades situadas em pontos distantes do globo. Todavia a pós-modernidade, como é classificado o tema presente pelo autor, é fundada em formas de interação e socialização alicerçadas sob cópias, nunca sobre os originais (sociabilidades e artefatos genuínos), algo que alcunha de “disneyficação” do mundo.

¹ E é o autor, junto de Anthony McGrew, David Goldblatt e Jonathan Perraton que neste momento, pela *London School Of Economics*, mantém estudos acerca da mundialização, em que variáveis culturais, militares, econômicas, de migrações e ambientais, sem esquecer daqui dos fatores políticos legais, são requisitados visando atestar, de maneira veemente, que há uma globalização em curso. Maiores detalhes em www.polity.co.uk/global.

² Não se trata exatamente de uma novidade a crítica em si ao *Welfare State* como um contra-peso desmobilizador para as energias emancipatórias (Cf. Marcuse, 1968). Todavia, ressalta-se que a crítica agora se dá sob uma nova conjuntura histórica, motivada enormemente pela responsabilização do Estado como um dos protagonistas da crise econômica que desencadeara (Cf. Rosanvallon, 1998) exigindo uma reconceituação “filosófica” deste mesmo aparato.

³ Esta compressão do proletariado fabril justifica o movimento de “Adeus” iniciado por André Gorz (1982).

Boaventura de Sousa Santos (2006) de maneira similar, detectando o aumento de intensidade dos influxos comunicativos diagnostica o surgimento da uma “redópolis”, ou, o aumento de interações tendo por medium a Internet que faz com que não se restrinja mais a circulação de informação sequer a limites continentais. Ambos autores também identificam o surgimento de “cidades globais” atuando 24 horas por dia onde concentram-se os centros gerenciais que comandam fortemente postos de trabalho espalhados pelo mundo com seus executivos fisicamente distanciados.

Estes movimentos de redução de distâncias e manipulação da temporalidade não são exatamente novidades quando nos situamos diante da emergência da modernidade. Brunkhorst (2007) nos relembra a observação de Tomaso Campanella, no século XVII, de que a bússola, o bacamarte e a imprensa escrita já seriam demonstrações inegáveis da redução de distâncias e operariam revoluções incontornáveis no cotidiano mundial. Com Giddens (1991) recordamos que os movimentos estruturais de estabelecimento da modernidade, que explicam os seus processos inexoráveis de secularização inclusive (Cf. Mannheim, 1976), envolvem uma dessacralização do tempo e da natureza operando então o seu movimento de racionalização fazendo com que caminhemos para uma relação dúbia com formas de tradição que nos constituem enquanto coletividade.

Giddens (1997), ainda, determina que o lugar da tradição, em um contexto de dominação racional-legal (Cf. Weber, 2004), opera-se como um recurso de rotinização de práticas na modernidade “simples” onde são elaborados, discursivamente e institucionalmente, mecanismos de “reencaixe” para as operações de “desencaixe” realizadas pelos indivíduos em interações nas instituições modernas. Em suma, poderíamos resumir que a modernidade é, como celebra Berman (1986), o espaço da negação e da reinvenção desde o seu nascedouro. Este movimento de negação, desestabilização e re-estruturação da vida moderna é propiciado pelo mecanismo da reflexividade (Cf. Giddens, 1991) que sugere o ato contínuo de exame das práticas sociais, individuais e coletivas, o que explica o movimento constante de complexificação societária.

O fenômeno chamado “globalização” então pode ser compreendido como a aceleração de intensidade de fluxo de elementos sociais (em um sentido amplo) plasmado em uma nova dinâmica espaço-temporal promovida por demandas e recursos objetivos historicamente determinados não havendo necessariamente o contingenciamento desta dinâmica pelas tradicionais fronteiras nacionais. Todavia o caráter de novidade do fenômeno não deve ocultar seu caráter de continuidade visto que procuramos apresentar, concordando com Giddens (1991) e Harvey (1998), que a em si mesma modernidade constitui-se comprimindo realidades sócio-espaço-temporais.

Diante destes movimentos, cabe trazer a tona duas questões políticas e teóricas que demarcam o presente momento nos arredores da ressurgência do debate cosmopolita. Primeiramente, em consonância com os estudos pós-coloniais, caberia questionarmos se após o espraiamento da cultura material do capitalismo, atingimos algum tipo de homogeneização simbólica que permita um nível de intersubjetividade de fato pós-nacional. E é justamente sob este ponto que corretamente o já citado Sérgio Costa concentra justificadamente suas críticas.

Em segundo plano, e em decorrência desta primeira grande questão, se hoje temos, após a descolonização africana e a falência do socialismo realmente existente, um número jamais visto de territórios organizados sob a égide institucional do que entendemos por formatos de regulação atinentes aos Estados-Nacionais constitucionais individuais (dominação burocrática, instituições impessoalizadas, reivindicação de universalismo de procedimentos), nos cabe descobrir se isto é realmente suficiente para apostarmos em uma metalinguagem política que possibilite um projeto institucional transnacional.

Diante destas duas grandes questões temos posicionamentos que podem ser resumidos em mais duas proposições analíticas possíveis. O primeiro deles referenda como saída inelutável erigirmos cada vez mais formas de institucionalidade transnacionais como possível saída, inclusive, não só para os dilemas provocados pela circulação de informação, pessoas e mercadorias. Reivindica-se também, nesta perspectiva, perscrutar soluções para as fragilidades dos Estados-Nacionais e mesmo do fazer político hodierno.

Em outro hemisfério há os “opponentes” ao projeto cosmopolita, ao menos como este tem se apresentado até o presente momento, onde não busca-se elaborar exatamente um corpus teórico sistemático sobre a política transnacional mas, sim, constituir um alerta político teoricamente informado. A crítica é contundente pois procura realçar as profundas assimetrias dos Estados-Nacionais “realmente existentes” e acentua a reivindicação teórica de que se a modernidade atinge um número considerável de pessoas no mundo atualmente, isto não ocorre sem a exigência de concessões que são feitas aos espaços nacionais resultando em uma pluralidade de “modernidades” (Cf. Eisenstadt, 2001). Este ponto só nos sugere que possivelmente o vínculo “cultural” strito sensu não seja o mais indicado para balizar projetos de integração transnacionais, o que nos levaria às saídas de integração sistêmicas. Em suma, tentarei unir uma via de integração não culturalista re-escalada quando discutirei sobre Parlamento do Mercado Comum do Sul, ou melhor dizendo, tentarei uma via alternativa e de síntese entre os entusiastas do cosmopolitismo contemporâneo e os céticos.

De toda maneira é consensuado que a política contemporânea vive sob a égide do paradoxo (Hartmann & Honneth, 2006). Como apontam Hartmann e Honneth, o momento contemporâneo presencia, justamente após o Welfare State nos países centrais, constantes derrotas após o sucesso de suas opções civilizatórias. Especificamente os autores asseveram que o capitalismo contemporâneo conseguiu fazer com que o aparato de proteção social europeu pudesse retroceder, justamente em um momento em que este atingia sobremaneira a um maior número de cidadãos. Acreditamos que este insight teórico possa ser útil com relação a debatermos duas grandes realidades políticas que assistimos no momento macro. Uma destas é a chamada terceira onda de democratização, sistematizada por Huntington (1994). A segunda é o sucesso, numericamente, da forma de regulação, já mencionada, que é a via estatal nacional (Brunkhorst, Op. Cit.).

Huntington analisa que a democracia representativa liberal, decorrente dos movimentos democráticos ocorridos em todo mundo desde a revolução dos Cravos, em 1974, passando pela dissolução dos regimes autoritários na América Latina e,

finalmente, após os ocorridos no Leste Europeu nos anos de 1989/1990, apresenta-se como um formato político vitorioso incontestado. De fato, numericamente hoje temos eleições regulares e multipartidárias como nunca foi visto na história mundial. A grande questão é que este quadro numericamente impressionante deu margem a um tipo de crítica que, sem dúvida, apresenta a demanda por busca por mais participação, como forma de criticar a dicotomia governantes e governados consagrada pela própria democracia representativa. As obras de Offe (1984), Habermas (1997; 2002), Sousa Santos (2002; 2005) e Wood (2003) podem ser compreendidas como uma resposta possível à percepção da democracia como projeto inacabado⁴ em que a popularização de um determinado procedimento não torna-se suficiente ante às demandas vigentes.

O outro evento, posicionado na mesma lógica paradoxal, é o que Brunkhorst (Op. Cit.) irá chamar de “globalização” dos Estados-Nacionais. Mais uma vez numericamente temos a prevalência do Estado-Nação como arquitetura “vencedora” na organização de territórios. Da mesma maneira que, sob estes, temos o parâmetro normativo das Constituições Nacionais de onde decorre a regulamentação destas mesmas sociedades. Paradoxalmente, seguindo a trilha proposta por Honneth e Hartmann, é amplamente discutível o real poder de mando destas Constituições em um mundo transnacional, composto por agências multilaterais que muitas vezes determinam, em caráter decisivo, os destinos de povos e nações inteiras colocando em xeque a soberania destes. Talvez, com Vandenberghe, ensaios transnacionais regionalizados podem ser a saída e a proteção, paradoxalmente, dos Estados-Nacionais.

Enquanto fuga destes dois paradoxos, dos limites intrínsecos à democracia representativa liberal e a fragilidade e crise do “constitucionalismo”, que podemos interpretar o retorno do debate cosmopolita. A proposta do cosmopolitismo coaduna com a retomada das teses de Immanuel Kant (1789) que, em seu opúsculo de 1795 procura delinear um telos para a sociedade já almejada por outros tratados modernos⁵ que seria a realização de uma vivência pacífica entre diferentes nações. Resumidamente, ignorando a vastidão dos pontos centrais da teoria kantiana, podemos afirmar que o mote do opúsculo é a proposição de uma Liga das Nações, em um sentido federalista onde há o respeito pela autonomia dos atores onde o objetivo é a abolição da guerra e a negação do “princípio selvagem” atinente a qualquer processo de nation-state building. A obra, curta mas complexa, representa a aplicação da filosofia moral kantiana para um espaço macro social.

Giddens (1999), especificamente em sua intervenção política na Terceira Via, após David Held (Op. Cit.) lançar a pedra fundamental do novo cosmopolitismo, ambiciona a proposição de uma nova maneira de organizar as sociedades na realidade “pós-tradicional”. Para Giddens, e também para Beck (Op. Cit.), vivenciamos uma era de consolidação do projeto moderno. Mesmo a crítica pós-moderna seria uma forma de exacerbação da capacidade reflexiva da modernidade (cf. Giddens, 1991).

A modernização reflexiva para Giddens em seus desafios exige a ruptura com os marcos institucionais fundados no Estado-Nação e a consolidação de uma democracia cosmopolita. Afinal, “divisas são linhas precisas no mapa” (Giddens, 1999: 142), preceitos organizativos, portanto que podem de devem ser relativizados. Faz-se necessário um novo patamar cognitivo, tecnológico e cultural comum a acompanhar a globalização das relações de mercado. Eis que a democracia cosmopolita requer nações cosmopolitas, um Estado-Nação de novo tipo em que “tem que ter agora um sentido diferente do que tinha em gerações anteriores” (Ibidem.: 146) abrindo espaço para “uma construção mais aberta e reflexiva da identidade nacional” (Id: Ibid.). Na prática, urge um novo consenso internacional.

“O mundo já não está dividido entre dois blocos de poder militarizados. As fronteiras entre as nações foram quase em toda parte fixadas e reconhecidas por consenso internacional. Numa era da informação, o território não importa tanto aos Estados-nações quanto no passado. Conhecimento e capacidade competitiva contam muito mais que recursos naturais, e a soberania tornou-se mais vaga ou múltipla.” (Ibid.: 152).

Os argumentos “étnicos, religiosos, patrióticos que criam limites intransponíveis e impossibilitam qualquer forma de entendimento” (Habermas, 1995:7) devem ser superados. Segundo Costa (2003; 2004) e Giesen (2001). Habermas parece aderir, em seu diagnóstico de época (Zeitdiagnose), ao paradigma da inevitabilidade da modernização reflexiva. De fato, em “Facticidade e Validade”⁶ (1997), na “Constelação Pós-Nacional” (2001) e na “Era das transições” (2003), Habermas realiza um jurisdical turn no qual o direito é um medium neutro no processo de organização societária, possibilitador de uma institucionalização segura de princípios ético-discursivos que fundamentam a democracia contemporânea.

“O princípio do discurso só pode assumir a figura de um princípio de democracia, se estiver interligado com o médium do direito, formando um sistema de direitos que coloca a autonomia pública numa relação de pressuposição recíproca.” (Habermas, 1997: 165).

Habermas dedica-se a defender que uma meta-linguística constitucional é plausível dado que a base discursiva e de validação das orientações de conduta podem ser as mesmas para todas as nações que já tenham aderido a uma organização constitucional. O patriotismo constitucional (Habermas, 2002: 135) servirá para conferir a unidade política necessária que

⁴ Maiores detalhes desta interpretação podem ser vistos em Miglievich Ribeiro e Coutinho, 2006.

⁵ Notadamente o evento histórico conhecido como “Tratado de Paz de Westfália”, de 1648, que marca o fim da “Guerra dos Trinta Anos” que, dentre outras façanhas, é tipo pelos estudiosos do direito internacional conquanto um dos grandes marcos do reconhecimento do marco regulatório da *soberania nacional* legítima.

⁶ Usamos a versão brasileira (1997) na qual o tradutor traduziu “*Faktizität und Geltung. Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und demokratische Rechtsstaats*” como “Direito e democracia: entre facticidade e validade” ainda que os analistas e comentadores da obra habermasiana refiram-se a esta pela tradução direta do título original alemão “Facticidade e Validade”.

resguardasse o sujeito privado de direitos ante a multiplicidade de apelos culturais, preparando-o, enfim, para o futuro exercício cotidiano de uma democracia cosmopolita através da implementação de inéditos mecanismos de interação pós-nacionais. Importa, na leitura contra-fática habermasiana, que a potencialidade exista.

A reflexividade, como um dos mais interessantes traços da modernidade, agudiza-se na segunda modernidade, eis que alguns teóricos a designaram modernização reflexiva. Mas, tal paradigma não é pouco criticado. De um lado, seus críticos vêem prevalecer uma noção de acontecimentos históricos que parece fugir da alçada humana com um forte conteúdo de inexorabilidade, paradoxalmente, o inverso da reflexividade humana. De outro lado, tal modernização parece ganhar uma dimensão excessivamente normativa cujo aparato instrumental analítico descritivo é tido como impróprio ou frágil.

Klaus-Gerd Giesen (Op. Cit.), na análise da globalização, constata, a partir de fenômenos empíricos pinçados comparativamente confrontados com a bibliografia da “segunda modernidade”, a insuficiência explicativa das teorias que associam a globalização ao fenômeno democratizante. Para ele, o paradigma da modernização reflexiva oculta a ideologia da terceira via como único meio possível de formação da vontade política contemporânea, numa intencional minimização do papel do Estado e das políticas públicas. Sua crítica dirige-se não apenas a Giddens mas também a Habermas que adere, segundo Giesen, a este corpus analítico ao defender a transnacionalização de uma práxis que envolva algo próximo a um poder cosmopolita. Giesen pondera que as posturas pró-segunda modernidade incorrem em propostas que somente asseguram a continuidade, de maneira irretocável, das profundas disparidades entre sul-norte. Em seu eurocentrismo, Habermas endossaria uma democracia cosmopolita com alto déficit sociológico visto que o novo formato político não possui suas bases em Estados de Direito suficientemente sedimentados a ponto de se poder anunciar canais internacionais de representação e participação democráticos. Para Giesen, a miopia habermasiana não o permite reconhecer que o Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo, ou o Banco Mundial são edificados de maneira não equânime, cumprindo, se tanto, agendas distintas (Giesen, Op. Cit.: 89). Mesmo as ONGs transnacionais mostram-se insuficientes em qualquer influência na maneira de se conduzir a política mundial. Giesen não nega a formação de uma sociedade civil transnacional, mas questiona a possibilidade desta se constituir em fonte do direito cosmopolita (Ibid.:91).

Maus (2006) é também enfática na crítica à chamada democracia cosmopolita pois, a seu ver, o declínio do Estado-Nacional significa nada menos que o declínio da idéia de democracia. Partindo da noção republicana de Kant para defender as fronteiras do Estado-Nacional, deliberacionista como Habermas e defensora do ideário nacional como “plebiscité de tous les jours” (Ibid.: 468), é crítica em face da noção de monopólio da violência (Estado) em escala global, supondo tratar-se de uma perigosa arrogância a dos grupos que defendem algo parecido. Ainda, não compreende que, mesmo com tamanha massificação dos novos meios informacionais, possa no momento existir algo como uma esfera deliberativa global:

“Petições ou protestos urbanos de massa tem ao menos a chance de colocar um ponto de debate na agenda política. Não é óbvio, entretanto, onde o caráter coercitivo de transmissão de informação para um parlamento mundial poderia se sustentar: enquanto mensagens emperram os escritórios dos parlamentos nacionais, bilhetes eletrônicos para um parlamento mundial seriam mais fáceis de ignorar – para não mencionar a sobrecarga de informações a qual, por si só, poderia atralhar uma petição global enquanto direito.”⁷ (Ibid: 473 – A tradução é minha)

Maus reconhece que a noção de povo é pré-política, embora tal noção ressurgja, com algum paroxismo, com fôlego na contemporaneidade, ignorando a aparente inevitabilidade da modernização reflexiva e da globalização. Ao mesmo tempo, está atenta aos que para ela são os indesejáveis etnonacionalismos que, se podem ser resistências legítimas a um projeto de civilização que também soube negar a civilidade em sua ânsia de dominação, trazem, por sua vez, uma pretensão de autenticidade justificadora de novos etnocentrismos, como constata mediante a inclusão do direito da autodeterminação dos povos (Ibid.: 475). Desta feita, é cética em relação a qualquer viabilidade de uma esfera pública global, em sua análise, equivalente à “eliminação da esfera pública em si mesma” (Ibid.: 477. Tradução minha), logo, também em face da pretensa democracia cosmopolita. Aposta suas fichas na reabilitação da crítica ainda que nos “modestos” limites dos Estados-Nacionais para que, então, reabilitadas as esferas públicas nacionais e, complementarmente, consolidados os direitos internacionais, seja possível enfrentar a dificuldade já assinalada por Habermas de compatibilização entre direitos fundamentais e soberania nacional.

Por fim cabe assinar adicionar mais um conceito que se não nega peremptoriamente o movimento dos influxos comunicativos, materiais e simbólicos em profusão da contemporaneidade, os coloca sob o crivo de um certo tipo de realismo político: o conceito de espaços públicos transnacionais.

O conceito é proposto pelo cientista social dinamarquês Thomas Olesen (2005) e visa realizar uma análise descritiva das relações de poder dentro das estruturas de poder transnacionais, a partir de um conjunto de redes hierarquizadas, pois, como procura atestar, há “nós” presentes nas estruturas de redes com acessos a mais recursos do que outros. Portanto, a noção de espaço público transnacional que guia este paper irá também enfocar este caráter agonístico e não homogêneo existente nos espaços públicos transnacionais realmente existentes visando compreender as reações aos limites da prática constitucionalista (Brunkhorst, Op. Cit.), as possíveis inovações neste campo e os testes a serem feitos sobre os dilemas de edificação de práticas cosmopolitas na periferia.

⁷ “Mass petition or mass street protests have at least a chance of putting an issue on the political agenda. It is not obvious, however, where the coercive character of transmitting information to a world parliament would lie: while message clog the offices of a national parliament, electronic missives to a world parliament would be easier to ignore – not to mention the information overload which, in itself, a global right of petition would obviate.” (*Texto Original*).

Resumidamente apresentamos aqui um breve resumo das posições pró e contra projetos de cosmopolitismo contemporâneo, os reconhecendo enquanto resposta no campo da sociologia e da filosofia política, às demandas fáticas da globalização “realmente existente”. Nosso objetivo foi mais o de assinalar os exageros entusiásticos ante os filtros do real. Todavia não é nossa intenção abdicar totalmente do corolário cosmopolita contemporâneo. Possivelmente este, com pretensões mais modestas, pode ser fundamental nas estratégias de enfrentamento justamente de seu maior empecilho: as assimetrias persistentes entre os diferentes países do globo. Em uma nova escala, não mais global dado que as já mencionadas assimetrias inviabilizam qualquer isonomia discursiva entre os agentes, experiências cosmopolitas possíveis regionais podem ser críveis, realizáveis. E é nesta via que interpretamos o fenômeno político do Parlamento do Mercosul, desde que abandonemos o senso comum culturalista, conforme veremos na próxima seção.

Sobre o Parlamento do Mercosul – considerações para um projeto regional de integração transnacional na periferia do capitalismo

O Parlamento do Mercosul (doravante ParlaSul) completará ao término de 2008 dois anos de existência, contando até o mês de outubro do corrente ano⁸, treze Sessões Plenárias⁹, setenta e dois parlamentares plenos – dezoito de cada país constituinte (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) – mais nove membros venezuelanos que detêm voz mas não votam¹⁰. Estes parlamentares atuam em dez diferentes comissões¹¹ e o ParlaSul já realizou a primeira de suas eleições diretas de maneira que cada país membro, no futuro próximo, tenha seus representantes escolhidos por seus respectivos eleitores nacionais¹². Nota-se logo que este é um dos aparatos de engenharia política transnacional atuantes no mundo que envolve uma série de questões complexas em diversos campos, encontrando paralelo conceitualmente, juridicamente e filosoficamente somente com o Parlamento da União Européia, o que sugere que ainda tenhamos um longo e fértil caminho de debates sobre o tema dadas as suas peculiaridades e seu ar de novidade.

Todavia o paralelo puro e simples com o Parlamento Europeu é provisório e espinhoso comparativamente mediante as inúmeras idiossincrasias encontradas em cada uma destas experiências estruturalmente diferenciadas. Certamente para o Cone Sul serão necessárias soluções próprias, mediante suas proporções.

O ParlaSul, por exemplo, situa-se no lugar que podemos chamar de “periferia da modernidade”¹³, representa um bloco econômico historicamente muitíssimo recente¹⁴, com um número incomparavelmente menor de países-membros (4 no Mercosul e 27 na União Européia¹⁵), e, notadamente, um aporte consideravelmente menor de circulação de riquezas. Todavia atualmente aqui reeditamos no espaço público, guardadas as especificidades e contextualizando localmente, questões que de maneira ou de outra perscrutaram as últimas décadas do debate Europeu. Dentre estas questões assinalo o que chamarei de persistência dos argumentos naturalistas e substancialistas no Cone Sul (Cf. Habermas, 2002).

O filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, aqui reabilitado nesta seção, em polémica diante de grandes questões contemporâneas como o ressurgimento do nacionalismo ou mesmo com determinadas interpretações oriundas das chamadas “teorias do reconhecimento”, especificamente aqui em controvérsia com o filósofo canadense Charles Taylor, enfatiza a necessidade premente de pensarmos separadamente políticas de Estado e identidades Nacionais. Ora, Habermas argumenta que justamente no Estado, dado o seu substrato jurídico/constitucional moderno, é possível recepcionarmos, na vigência do Estado Democrático de Direito, demandas provenientes das atuais sociedades complexas que são em si mesmas plurivocais, multifacetadas e constituídas por diferentes atores sociais atuantes na esfera pública.

Prosseguindo, o argumento posto ao lado da identidade nacional guarda uma potencialidade essencialista, anti-universalista e eminentemente particularista pois reivindica para si um espaço de atuação que “naturaliza” a sua própria diferença e se auto-significa em contraste com o outro, não poucas vezes negando a este outro qualquer direito real de alteridade (Cf. Giddens, 2001) quando derivado em sua variante nacionalista.

⁸ Este paper foi elaborado no mês de novembro de 2008, na primavera brasileira.

⁹ A XIV Sessão Plenária ocorrerá em 03 de novembro de 2008.

¹⁰ A Venezuela não é participante do bloco do Mercosul em sua completude estando até o momento ainda em processo de associação.

¹¹ “Assuntos Jurídicos e Institucionais; Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários; Assuntos Internacionais, Interregionais e de Planejamento Estratégico; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte; Trabalho, Políticas de Emprego, Previdência e Economia Social; Desenvolvimento Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo; Cidadania e Direitos Humanos; Assuntos Interiores, Segurança e Defesa; Infra-Estrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca; Orçamento e Assuntos Internos”. (Disponível em http://www.parlamentodelmercosur.org/index1_portugues.asp# - acesso em 29 de outubro de 2008).

¹² Os membros paraguaios diretamente eleitos tomaram posse no início do segundo semestre de 2008. O Uruguai realizará suas eleições com previsão para o ano de 2009 e o Brasil o fará em 2010. A Argentina tem a previsão de realizar suas eleições diretas para o ParlaSul ainda neste ano de 2008.

¹³ Decididamente os conceitos de centro e periferia, relacionalmente construídos, ainda necessitam de maior formalização conceitual. Todavia, por fugir do escopo deste artigo, prefiro deixar esta questão aberta, embora que sugiro momentaneamente que uma via sistêmica de entendimento possa ser um saída segura, na medida em que processos de complexificação e/ou maior ou menor diferenciação funcional da sociedade possam nos dar pistas sobre afinal o que venha a ser centro ou periferia na contemporaneidade. Certamente o *parti-pris* econômico é insuficiente para pensarmos centro/periferia e, ainda, em realidades multiculturais argumentos substancialistas, calcados em algum tipo de essencialismo cultural, terminam por falsear a realidade por simplificá-la em demasia.

¹⁴ Se as “raízes” realmente existentes da União Européia encontram-se alguns anos após o momento pós 2º Grande Guerra, visivelmente com a assinatura do hoje célebre “Tratado de Roma” (1957), o Mercado Comum do Sul provém de uma experiência ainda historicamente muito recente, bilateral e na década de 1980, em um contexto do Cone Sul imediatamente após a derrocada das experiências autoritárias.

¹⁵ O Parlamento Europeu conta hoje com 785 parlamentares eleitos por sufrágio universal representando uma população de 374 milhões de cidadãos europeus. Dados disponíveis em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Parlamento_Europeu (acesso em 30 de outubro de 2008).

De um lado a construção da poderosa idéia de identidade nacional conferiu “ligadura” para a sedimentação dos Estados-Nacionais modernos, indubitavelmente uma das formas de reencaixe coletivo (Cf. Domingues, 2004) institucional mais bem sucedidos de sociedades em franco processo de destradicionalização. Por outro, na busca por projetos de integração transnacionais, hoje as identidades nacionais são empecilho se apresentadas como parâmetro de validação da ação política nas “constelações pós-nacionais” (Cf. Habermas, 2001). Não se aplica aqui, levemente, que estas diferenças simplesmente “desapareçam”, algo certamente tão improvável quanto impossível, mas, que se forem levadas adiante como critérios de validação de políticas de integração certamente estas últimas não avançarão. O argumento “culturalista” faz com que o debate eminentemente político, econômico e jurídico retroceda.

O que defendo neste é a irrelevância de argumentos substancialistas que supostamente confeririam a solidez necessária para o projeto de integração regional. Há o argumento de que dada a artificialidade de qualquer idéia de “identidade” latino-americana, os projetos de integração transnacionais seriam em si mesmo abortados, dado que não encontraríamos neste continente um solo comum intersubjetivo “substantivo”. Em virtude da precariedade do “sentimento” latino-americano, forjado em narrativas célebres como a de Eduardo Galeano (1983), que forçosamente buscam alicerçar uma noção de comunidade de destino coletivamente partilhado, argumenta-se que ocorre em substituição um “estado de natureza” hobbesiano praticamente insuperável entre as nações da América Latina. Ou seja, substitui-se um argumento substancialista, de teor culturalista, por outro, a da aposta normativa não tematizada do que seriam supostamente “em si” os Estados-Nacionais latino-americanos, enquanto que na verdade a via a ser obtida pelo ParlaSul pode ser alicerçada prescindindo destes argumentos.

Retomando o ParlaSul, neste momento, em uma ótica pós-nacional, este guarda o potencial de ser uma instrutiva e seminal experiência de como re-elaborar os marcos que conferiram o sucesso dos Estados-Nacionais em sua exigência de realização fática (Cf. Anderson, 2008): o ParlaSul pode nos auxiliar a pensarmos uma via de solidariedade comum, de legitimidade e de identidade civil compartilhada. A integração a ser buscada, dado que o Mercosul em sua fase amadurecida envolverá a circulação de bens, serviços e pessoas, deve ser cidadã e não identitária. Em verdade, dado o grau de sedimentação das identidades coletivas particulares, eu diria que a integração identitária para além de prescindível é também irrelevante dado que esta não nos fornece parâmetros discursivos satisfatórios para a realização de marcos consensuais ampliados.

Medidas de repercussões sistêmicas para o setor produtivo, como fim da tributação sobre a circulação de mercadorias entre os países do bloco devem ter maior destaque e ser objeto de detida atenção nas discussões do ParlaSul, por exemplo. Ou mesmo um “Plano Estratégico para a Superação das Assimetrias”, como anunciado pelo chanceler Celso Amorim na 12ª Sessão Ordinária do ParlaSul, além da manutenção do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), são proposições que no médio/longo prazo certamente poderão fornecer elementos de integração importantes para o Cone Sul na medida em que tendencialmente a atuação dos Estados-Nacionais caminham para cada vez uma maior associação em blocos econômicos de maior ou menor complexidade¹⁶.

Não nos cabe aqui discutir que ainda institucionalmente há alguma timidez dos Parlamentos Transnacionais em plano mundial, recebendo o epíteto de “irrelevantes” (Cf. Malamud & Sousa, 2005). Nossa análise se preocupa com as potencialidades de aprendizados políticos proporcionados por esse tipo de engenharia institucional transnacional para a reinvenção contemporânea de parâmetros de solidariedade que excedam o quadro dos Estados-Nacionais. Propostas como a do senador brasileiro Paulo Paim (PT-RS) de unificação dos “salários mínimos” entre os países do bloco, ou mesmo a busca por uma legislação trabalhista e previdenciária compartilhadas, direcionam-se para uma integração cidadã não substancialista e sim nos marcos oferecidos pelo Estado Democrático de Direito.

Encaminhando para o término desta seção, o fato do ParlaSul ter se posicionado em diferentes ocasiões recentes, enquanto resposta provisoriamente consensuada transnacional à questões candentes como as últimas turbulências institucionais na Bolívia, a possibilidade de ruptura da normalidade democrática no Paraguai ou da reativação da chamada Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos, atuando no Atlântico Sul, nos sugere a possibilidade de que este seja mais um ator institucional atento ao que acontece no Cone Sul, incluso aí a fiscalização perene dos direitos humanos em escala transnacional. Por tudo isto, certamente o ParlaSul é mais do que meramente um tipo exótico de wishful thinking.

Considerações finais – quando e onde é desejável discutir o cosmopolitismo em novas escalas

O que tentamos fazer, coerentemente com a nossa proposta, foi sumarizar as proposições cosmopolitas contemporâneas em um tom conciliatório. Sem dúvida as bases tecnológicas para a realização de ambiciosos planos cosmopolitas futuros estão aí postas. A grande questão é que estes devem ser mais claros, e igualmente ambiciosos, na busca pelo enfrentamento das assimetrias reais que ainda permitem o prosseguimento de práticas próximas a um “estado de natureza hobbesiano” em escala transnacional, com os atores atuando nitidamente em uma via de dominação.

A grande questão é que a “intuição cosmopolita” apresentada particularmente por autores como Jürgen Habermas, se devidamente “calibrada” com a compreensão da persistente inevitabilidade hoje dos Estados-Nacionais, como apontaria

¹⁶ Wanderley (2002: 65) apresenta 23 tratados e/ou pactos, associações e acordos transnacionais desenvolvidos (e dissolvidos) entre a década de 1950 e a década de 1990 em rigorosamente todos os continentes, o que nos permite inferir que trata-se de uma tendência forte e incontornável a da busca por saídas pós-nacionais mesmo que prevaleça predominante, ainda, o caráter estritamente comercial destes arranjos.

Frédéric Vandenberghe (Cf. 2006), pode ser interessadamente reabilitada para o enfrentamento progressista das assimetrias acima mencionadas. Trazer o debate cosmopolita para o aperfeiçoamento institucional dos espaços públicos transnacionais “realmente existentes” nos leva a observarmos com entusiasmo experiências como o do Parlamento do Mercosul. Momentos como o da defesa discursivamente informada do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, o Focem, reforçam nossa tese na busca por abandonarmos o senso comum da exigência de um “passado comum”. A América Latina, e particularmente os países que constituem o Cone Sul, não precisam de um sentimento pré-político de “pertença coletiva”. Há a necessidade sim de mecanismos de integração sistêmicos, de políticas públicas, que enfrentem as atrozes assimetrias materiais onde a cultura deve vir a reboque, e não como locomotiva.

Há uma sociabilidade transnacional emergente na periferia do capitalismo com o ParlaSul. Este, ao criar um espaço de resolução e convergência discursivamente informado, dinâmica esta privilegiada no espaço da representação parlamentar, pode levar à maior reflexividade na participação dos países membros do Mercado Comum do Sul na medida em que o argumento do “mais forte” não é tão simples de ser levado adiante, dado que permite a crítica da legitimidade destas decisões. Nestes termos, a reinvenção da solidariedade, da legitimidade e da identidade, elementos que constituíram o processo de constituição dos Estados-Nacionais (Cf. Anderson, Op. Cit.), pode sim ser apontado como uma nova compreensão acerca da condição mesma periférica onde situam-se estes países.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, B.(2008). Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras.
- BECK, U. (2003). Liberdade ou capitalismo – Ulrich Beck conversa com Johannes Willms. São Paulo: Editora Unesp.
- BERMAN, M. (1986). Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras.
- BRUNKHORST, H. (2006). Constitutionalism and crisis: the world society between democratic and hegemonial cosmopolitanism. Vorlesung- Paper. Universität Flensburg, Berlin, Sommer, 2007.
- COSTA, S. (2003). Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18, n.53, p.19-32.
- _____. (2004). Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. In: Tempo social: revista de sociologia da USP. São Paulo: V. 16, n.2, p.73-100.
- DOMINGUES, J. M. (2004). Ensaios de sociologia: teoria e pesquisa. Belo Horizonte: EDUFMG.
- EISENSTADT, Samuel N. (2001). Modernidades múltiplas. In: Sociologia, problemas e práticas. Lisboa: n.35, p.139-163.
- GALEANO, Eduardo (1983). As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GIDDENS, A. (1991). As conseqüências da modernidade. São Paulo: Editora UNESP.
- _____. (1997). A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: _____, BECK, Ulrich & LASH, Scott. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora UNESP, p.73-133.
- _____. (1999). A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2001). O Estado-Nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: EDUSP.
- GIESEN, K.-G. (2001). Habermas, a segunda modernidade e a sociedade civil internacional. In: Novos estudos. São Paulo: Cebrap, p.87-96.
- GORZ, A. (1982). Adeus ao proletariado. Rio de Janeiro, Forense.
- HABERMAS, J. (1995). Entrevista a Sergio Paulo Rouanet e Bárbara Freitag. In: Caderno Mais! Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, p.5-10.
- _____. (1997). Direito e democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, (vol. I).
- _____. (1999). A crise de legitimação no capitalismo tardio. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. (2001). A constelação pós-nacional: ensaios políticos. São Paulo: Litera Mundi.
- _____. (2002). A inclusão do outro. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. (2003). Era das transições. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HARVEY, D. (1998). Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, (7ª edição).
- HARTMANN, M. & HONNETH, A. (2006). Paradoxes of capitalism. In: Constellations. Oxford: Blackwell Publishing, Vol. 12, n. 1, p.41-58.
- HELD, D. (1995). Democracy and the global order: from the modern state to cosmopolitan governance. Cambridge: Polity Press.
- HUNTINGTON, S. P. (1994) A terceira onda: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática.
- KANT, Immanuel (1989). À paz perpétua. Porto Alegre: L & PM Editores.
- MALAMUD, A. & SOUSA, L. (2005). Parlamentos supranacionais na Europa e América Latina: entre o fortalecimento e a irrelevância. In: Contexto Internacional. Rio de Janeiro: PUC-RIO, vol. 27, n.2, p.369-409.
- MANNHEIM, K. (1976). Ideologia e utopia. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MARCUSE, H. (1968). A ideologia da sociedade industrial. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- MAUS, I. (2006). From nation-state to global state, or the decline of democracy. In: *Constellations*. Oxford: Blackwell Publishing, vol. 13, n. 4, p.465-484.
- MESZÁROS, I. (2002). Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da Unicamp.
- RIBEIRO, A. M. M. & COUTINHO, G. G. (2006). Modelos de democracia na era das transições. In: *Civitas: revista de ciências sociais*. Porto Alegre: Edipucrs, p.12-38.
- OFFE, C. (1984). Problemas estruturais do estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____ (1989). Capitalismo desorganizado – transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense.
- OLESEN, T. (2005). Transnational publics: new spaces of social movement activism and the problem of global-sightedness. In: *Current Sociology*. Sage Publications, vol 3, n. 3, p.419-440.
- ROSANVALLON, P. (1998). A nova questão social – repensando o Estado providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.
- SANTOS, B. S. & AVRITIZER, L.. Democratizar a democracia. In: SANTOS, B. de S. (org) (2002). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (2005). O fórum social mundial: manual de uso. São Paulo: Cortez.
- _____ (2006). A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez.
- SINGER, P (2004). Um só mundo: a ética da globalização. São Paulo: Martins Fontes.
- VANDENBERGHE, F. (2006). The state of cosmopolitanism. Durban. Paper apresentado no XVIth Congresso Mundial de Sociologia.
- WANDERLEY, L. E. (2002). Mercosul e sociedade civil. In: São Paulo em perspectiva. n.16, p.63-73.
- WEBER, M. (2004). Economia e sociedade. Brasília: EDUNB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2º Vol..
- WOOD, E. M. (2003). Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo.

Alguma coisa está fora da Nova Ordem Mundial: Pós-colonialismo e Relações Internacionais

Caio Simões de Araújo
Universidade do Minho
caitcho@hotmail.com

Resumo: A consolidação do “internacional” enquanto realidade de solidez sociológica possibilitou o desenvolvimento de um corpo teórico próprio voltado às especificidades deste espaço. A Teoria das Relações Internacionais, anteriormente voltada ao papel do Estado e limitada à abordagem liberal ou realista, hoje sofre um processo de alargamento e de aprofundamento, em decorrência da complexificação de seu objecto teórico. De facto, a partir dos anos 90, teorias tão diversas como o feminismo o construtivismo e o neoliberalismo voltam-se ao “internacional”, criando assim um vasto leque de interpretação. Embora venha ganhando cada vez mais espaço dentro da Academia, os Estudos Pós-Coloniais encontram-se marginalizados nos debates teóricos das Relações Internacionais, sendo praticamente ignorados enquanto uma abordagem. Não obstante, o arcabouço teórico do Pós-Colonialismo pode e deve ser incorporado à Teoria das Relações Internacionais devido ao seu potencial crítico e à sua capacidade de interpretação de fenómenos marginalizados pelas teorias tradicionais. Ao emprendermos uma profunda leitura da literatura pós-colonial, no interior da qual destacam-se os trabalhos pioneiros de Edward Said, Gayatri Spivak e Homi Bhabha, vemos como os conceitos de orientalismo, subalternidade e tradução cultural são importantes na compreensão das dinâmicas mundiais e de seus processos de transformação. Da mesma forma, o pós-colonialismo situado de Boaventura de Souza Santos nos ajuda a localizar e historicizar as questões de forma a impedir que o pós-colonialismo torne-se uma imperialismo académico.

Alguma coisa está fora da ordem
Fora da Nova Ordem Mundial¹
(Caetano Veloso)

0. Introdução

O século XX foi o palco de profundas transformações ao redor do globo. Estas mudanças, multifacetadas, de carácter político, económico e social, ocorridas com uma rapidez sem precedentes na história do mundo, estão inseridas em um processo mais amplo de reconfiguração da ordem mundial, acentuado sobretudo nas últimas décadas e ancorado na vertiginosa compressão do espaço-tempo (Harvey, 1993), na nova divisão internacional do trabalho, na transnacionalização

¹ Trecho da canção *Fora da Ordem*, de Caetano Veloso, encontrada no álbum *Circuladô* de 1992.

da produção e do consumo, na fragmentação e disseminação das culturas, no multiculturalismo (o que quer que este signifique), na diluição das fronteiras e na pretensa multipolaridade de um mundo até então imperial e, depois, bipolar. Não obstante existam diferentes narrativas a respeito das temporalidades históricas dos processos de interacção globais, é preciso reconhecer a Descolonização da África e da Ásia como um momento profundamente marcante do ponto de vista geopolítico, pois assinala uma drástica mudança no cenário internacional. A libertação de mais da metade da população mundial do domínio directo dos países imperiais europeus e a diáspora dos povos do Terceiro Mundo que, irónica e obviamente, reproduziram as rotas coloniais, demandou uma reflexão profunda sobre as vívidas consequências dos regimes coloniais e sobre a natureza então desconhecida dos fenómenos ainda a emergir no período que se chamou “pós-colonial”. A partir de então, uma série de análises e discursos voltados a este novo mundo surgido dos escombros do colonialismo começaram a tomar corpo e a desenhar uma corrente teórica.

Embora tenha alcançado as mais diversas áreas das Ciências Sociais e das Humanidades, o Pós-Colonialismo foi durante muito tempo ignorado no âmbito das Relações Internacionais, estando ausente nos debates teóricos, nas grades curriculares e nos manuais e revistas especializados. Esta desconcertante falta de diálogo entre o Pós-Colonialismo e, sobretudo, a Teoria das Relações Internacionais (TRI) pode ter tido duas razões fundamentais: por um lado, a presente resistência por parte dos Estudos Pós-Coloniais em transcender as limitações do “culturalismo” que lhe é próprio e ocupar-se mais directamente de temas da Economia Política Internacional, sem a qual não conseguirão se articular em uma crítica do capitalismo global (Dirlik, 1994); por outro, a recusa por parte do establishment das TRI, de postura eminentemente proteccionista e conservadora, em reconhecer uma abordagem que, epistémica e politicamente, subverte a maior parte, senão a totalidade, de seus pressupostos centrais. Nesta primeira década de século XXI, no entanto, a conjuntura tem se alterado de ambos os lados. Por um lado, a difusão do Pós-Colonialismo nas ciências sociais, bem como o engajamento de teóricos provenientes de diversas áreas, promoveu, a nosso ver, um amadurecimento do argumento, que cada vez mais tem promovido uma articulação entre questões identitárias, simbólicas e de representação e, ao mesmo tempo, uma intersecção entre as categorias de raça, género e classe (Chowdhry, Nair, 2002). Por outro lado, já começa a despontar no seio das próprias Relações Internacionais um conjunto crítico de académicos, linhas de pesquisa e publicações que vem a localizar o Pós-colonialismo e todas as questões que levanta entre preocupações relevantes ao campo.

No entanto, embora um certo debate já se faça presente, a crítica pós-colonial em TRI se encontra em posição marginal, permanecendo em larga medida ignorada pelo mainstream da área. Neste artigo, tentaremos explorar, ainda que de maneira cautelosa e introdutória, as potencialidades e dificuldades de um possível diálogo entre Pós-Colonialismo e Relações Internacionais. Embora reconheçamos que estamos nos movendo em um terreno pantanoso, no qual a maioria das questões somente começa a se definir e, portanto, se encontram em constante mutação, nos arriscaremos a indicar alguns pontos diacríticos que tem marcado e, futuramente, marcarão ainda mais a aproximação entre estas duas áreas do saber. Para tanto, procuraremos apontar algumas questões centrais a uma sociologia crítica do conhecimento para o campo das Relações Internacionais, buscando evidenciar questões políticas que subjazem sua teorização e que são frequentemente ignoradas. Em um segundo momento, traçaremos um panorama geral do Pós-Colonialismo e das principais questões levantadas por esta abordagem. Por fim, concluiremos que o contacto entre crítica Pós-Colonial e as Relações Internacionais envolve uma reconfiguração radical destas enquanto corpus teórico e prática política sustentada em três orientações principais: a revisão radical da história (n)das RI; uma sociologia crítica das RI, pautada na subversão dos conceitos centrais de poder e de Estado-nação; e o giro epistemológico na geopolítica dos conhecimentos.

1. Arautos (disciplinares) do Internacional: desenvolvimentos teóricos nas Relações Internacionais

O estudo das relações internacionais não é absolutamente recente. Ao contrário, e furtando-nos a problematização da própria denominação da disciplina², que admite algumas ambiguidades e falsas leituras, escritos e considerações sobre o “internacional” são recorrentes na história, nas ciências políticas e em outras ciências sociais. Com efeito, A Guerra do Peloponeso, de Tucídides, é recuperada por muitos teóricos como uma obra paradigmática para este campo de estudos. Além disso, é clara e notória a influência directa de autores como Nicolau Maquiavel ou Thomas Hobbes para a teorização moderna do internacional e suas dinâmicas políticas. Não obstante essas observações iniciais, foi somente ao longo das décadas de 50, 60 e 70 do século XX que as Relações Internacionais conseguiram se destacar enquanto uma área autónoma da Ciência Política, passando a possuir sua própria história (Hoffmann, 1977), ou, como diríamos, na esteira dos críticos pós-modernos, sua própria narrativa de si mesma.

Embora os intelectuais do campos sejam relutantes em admitir as influências não-académicas actuaentes em sua teorizações, preferindo ignorar sua própria sociologia do conhecimento (Halliday, 1994: 21), o estudo das Relações Internacionais esteve estreitamente interligado à realidade da política internacional, tendo suas origens no período logo posterior à Primeira Guerra Mundial, emergindo com o claro objectivo de prevenir sua recorrência. Como aponta Halliday (1994), foi neste período em que se estabeleceram, na área académica, as primeiras cadeiras e departamentos relativos à matéria, em Alberystwyth, LSE e Oxford, e no mundo não-académico, o Royal Institute of International Affairs, voltado a

² Para uma apreciação crítica do “Internacional” em Relações Internacionais, ver: **Halliday, F. (1994). *Rethinking international relations*. London: Macmillan.**

formular e a guiar a condução de políticas públicas, tendências seguidas de perto por instituições universitárias norte-americanas e pelo Council on Foreign Relations criado nos EUA.

Como afirma Hoffmann (1997), o estudo moderno das relações internacionais nos EUA coincidiu e ligou-se profundamente a preocupação, tanto política quanto acadêmica, de como o país deveria conduzir sua hegemonia internacional em oposição a uma insurgente ameaça soviética, de forma que, nos momentos iniciais do desenvolvimento da disciplina na década de 50, durante os 60 e até meados dos 70, os acadêmicos das Relações Internacionais forneceram as bases teórico-científicas para uma “nova diplomacia norte-americana” (Hoffmann, 1997: 223) de tendências imperiais, e instalaram os estudos estratégico-militares e seus subprodutos no centro das preocupações analíticas do campo. Desde então, a conceitualização da força e do poder, suas dinâmicas e mutações, preocupações tipicamente norte-americanas, tornaram-se o coração mesmo da Teoria das Relações Internacionais, então praticamente reduzida a uma monocultura Realista que desde então e durante um longo tempo passou a deter o monopólio do discurso na área.

A própria narrativa hegemônica da gênese da disciplina reflecte esse domínio realista, uma vez que a vaga liberal que tomou a teorização das Relações Internacionais nas primeiras décadas do século XX e que esteve inclinada ao direito internacional e sua disposição em mudar o sistema mundial pela via institucional-legal, recebeu a alcunha, amplamente difundida e aceite, de “idealista”. Além disso, a abordagem Liberal no período foi, e tende ainda a ser, considerada ingênua, de pouca relevância científica, tendo sido culpada pelo atrasado com que as Relações Internacionais emergiram como ciência social. Ao britânico Edward Carr coube a tarefa de, em sua obra fundacional *Twenty years of Crisis*, inaugurar o tratamento científico, objectivo e empírico de um contexto político então definido como uma luta por poder incompatível com proposições normativas. No entanto, foi somente nos Estados Unidos que emergiam como superpotência no Pós-Segunda Guerra Mundial que as Relações Internacionais estabeleceram-se como disciplina sob os princípios do realismo político de Hans Morgenthau e seu *Politics Among Nations*. Determinado a construir uma ciência empírica, sóbria, que se opusesse às “utopias liberais”, Morgenthau (1985) buscou identificar regularidades que pudessem dar alguma previsibilidade ao comportamento dos Estados, baseando-se principalmente nos conceitos de poder e de interesse nacional. Segundo Hoffmann, foi precisamente a arrogância teórica de Morgenthau em estabelecer os princípios irrefutáveis da Política Internacional e sua argumentação, em muitos momentos, cambaleante e tosca, o que incendiou o debate e provocou uma série de leituras voltadas a reagir e “by reacting, criticizing, correcting, refuting, to biul on [his] foundations” (1977: 218). Assim, o campo de estudo erigiu-se enquanto tal, e em certa medida continua a fazê-lo, em relação, ou contraposição, ao Realismo, nomeadamente em sua versão norte-americana.

A discrepância entre o desenvolvimento teórico das Relações Internacionais levado a cabo nos EUA, sem referentes em qualquer outro país do mundo, não é explicada apenas por sua posição central no sistema-mundo, embora a sociologia do conhecimento deixe claro que este é um aspecto fundamental. Hoffmann (1977) também aponta, por exemplo, a disposição das elites políticas norte-americanas em olhar para além de suas fronteiras nacionais e incentivar este tipo de estudos. Para este autor, o desenvolvimento das Relações Internacionais como disciplina nos Estados Unidos deveu-se à união de três factores: intelectuais, políticos e institucionais (Hoffmann, 1977: 218-227). Em primeiro lugar, predisposições intelectuais, relativas à ideia, difundida na academia norte-americana, de ciência positiva, aplicada ou, para usar um termo foucaultiano, ortopédica, assente em uma ideologia do progresso das ciências sociais voltadas a servir às esferas de poder, sendo de alguma forma “úteis” aos interesses nacionais de seu país de origem. Em segundo lugar, as circunstâncias políticas já referidas, nomeadamente a posição dominante e imperial dos EUA após 1945, o que estimulou a fecundidade dos cientistas políticos, atraídos pelo super-poder norte-americano e pelas possibilidades práticas e teóricas que oferecia. Em terceiro lugar, as oportunidades institucionais, relativas à uma dada peculiaridade do contexto norte-americano, no qual uma insistente promiscuidade entre a academia e as esferas de poder se traduzia na alocação de intelectuais em cargos públicos/burocráticos, departamentos governamentais ou em think tanks, aproximando-os das tendências internacionalistas do país enquanto potência e forçando a teorização de questões que lhe fossem pertinentes. Além disso, deve-se ressaltar a acção catalisadora do próprio dinamismo das Universidades e do conhecimento muitas vezes pragmáticos produzido no país com um vigor quase fabril. Neste terreno, pôde florescer e impor-se o Behaviorismo³, abordagem de cariz técnico-cientificista que se mostrou dominante no estudo das Relações Internacionais nos EUA desde os anos 50 até a década de 70 (Alker; Biersteker, 1995).

Embora o chamado Segundo debate das Relações Internacionais, entre as abordagens então chamadas “Tradicionalistas”, Realismo e Liberalismo, e a nova vaga Behaviorista tenha introduzido preocupações ao redor das metodologias a serem utilizadas no campo, não trouxeram contribuições significativas para o alargamento de sua substância, que continuou, em larga escala, presa aos ditames iniciais do Realismo. Segundo Bull (1995), foi só em fins da década de 70, com o movimento pacifista global, o colapso de Bretton Woods, a percepção de uma crescente interdependência entre as economias nacionais e certos movimentos políticos contestatórios em parte do Terceiro Mundo, que a sobrerepresentação de preocupações com dinâmicas de poder e força começam a dar lugar a outras questões, ligadas sobretudo à emergência da economia política internacional. Esta abertura do campo teórico, intensificada principalmente na década de 80, assente no reconhecimento de preocupações que antes haviam sido marginalizadas pelas formulações estritas do Realismo, tal como os estudos para paz, as análises de política externa e a revigorada importância da economia política internacional, “tends to

³ Hoffman define os Behavioristas como “the champions of a science of international affairs [who] have, on the whole, declared their independence from philosophy and their allegiance to objective empiricism” (1995: 233).

dissipate the idea that the subject has a central corpus of ideas, in relation to which any new work must take its bearings” (Bull, 1995: 204).

No mesmo sentido, Halliday (1994) afirma que após uma fase “proteccionista”, ligada à persistência, muitas vezes redutoras, dos intelectuais em produzir o (re)conhecimento da área enquanto autónoma, recentemente as Relações Internacionais estão se abrindo à contribuição de outros campos de saber que não estiveram tradicionalmente ligados à sua órbita teórica. Com efeito, desde finais dos anos 80 e, sobretudo, com as discussões levantadas pelo “Terceiro Debate” das Relações Internacionais, que introduziu na área os Estudos Críticos, o Construtivismo, o Pós-Modernismo e o Feminismo, temos assistido à emergência de uma série de preocupações, contestações e (des)construções que até então haviam sido excluídas do campo teórico da disciplina. No entanto, apesar de reconhecermos que em larga escala houve uma abertura das RI a diferentes anseios, olhares e vozes, é preciso ressaltar que ainda “most American general theory courses do not do justice to the world-wide variety of substantively and politically significant approaches to international relations” (Alker; Biersteker, 1995: 253), preferindo fazer eco ao Realismo e reduzir-se às suas preocupações tradicionais, ainda que readequadas aos novos tempos. Fora dos EUA, se faz sentir a dependência teórico-estrutural construída ao longo de décadas e que coíbe a teorização independente ou, se quisermos, não-hegemônica, das Relações Internacionais, então atadas em nível global à linguagem do poder, do Estado-nação e do interesse nacional⁴.

Halliday (1994) já apontou que talvez entre todas as ciências sociais as RI foram as que mais se mantiveram afastadas do Marxismo e das questões de género, advindo daí uma série de problemas debilitantes, como a incapacidade em problematizar criticamente tanto as relações Norte-Sul e as estruturas globais de exploração quanto o sexismo/machismo existente, implícita ou explicitamente, na teorização do campo. Neste ensaio, indicaremos que, da mesma forma e talvez por motivos similares, as RI também são a área das ciências sociais que até agora se mostram mais impermeáveis/indiferentes à abordagem Pós-Colonial. Esta distância torna-se cada vez mais prejudicial em um mundo organizado em uma “Nova Ordem Mundial” majoritariamente não ocidental, onde as assimetrias de poder e de riqueza não só não diminuem como aumentam, em que novos actores, não-estatais ou subnacionais, começam a se fazer presentes e a impor novas necessidades, em que os povos e governos do Sul criam novas articulações que não se subscrevem à lógica hegemônica das relações internacionais. Devido a predominância teórica anglo-saxã e, mais precisamente, norte-americana, a disciplina se construiu ao redor de muitos conceitos, pressupostos e preocupações tipicamente ocidentais e que fazem muito pouco sentido em outros contextos, países e regiões que agora se inserem activamente no âmbito político e analítico das Relações Internacionais (Hoffmann, 1995: 236-7). Neste sentido, e como veremos a seguir, o Pós-Colonialismo pode ser um instrumento essencial, teórica e politicamente, para identificar e teorizar a grande quantidade de actores, dinâmicas e urgências que tem estado fora, absoluta e absurdamente fora, das concepções hegemônicas da Nova e das anteriores “Ordens” Mundiais.

2. Caliban caminhando pelo mundo: a abordagem Pós-Colonial

Em sua peça *A Tempestade* Shakespeare narra a aventura colonial de Próspero, duque de Milão, em suas incursões por uma ilha fictícia, na qual explora, domina e coloniza os nativos, representados pela figura de Caliban, anagrama para canibal. Esta imagem, tomada como metáfora paradigmática da aventura colonial europeia, foi recuperada e problematizada por uma série de académicos ligados a então incipiente teoria pós-colonial nos estudos literários. Actualmente, as contribuições do Pós-Colonialismo já se inserem no restante das humanidades e nas ciências sociais, estando presente em áreas tão diversas como as artes plásticas ou os estudos sociológicos de comunidades imigrantes na Europa ou nos Estados Unidos, por exemplo. Recuperaremos a imagem de um “Caliban caminhando pelo mundo” para indicar essa disseminação da Crítica Pós-Colonial bem como para indicar seu interesse crescente pelas questões de ordem global, ponto ao qual se voltará adiante.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2001), desde seu surgimento no final dos anos 70, pode-se identificar o termo “Pós-Colonialismo” como admitindo duas acepções principais. Em um primeiro sentido, o “pós-colonial” é o período histórico que se inicia após a independência das colónias, de forma a abarcar uma série de “análises económicas, sociológicas e políticas sobre a construção dos novos Estados, (...) sua inserção no sistema mundial, as rupturas e continuidades com o sistema colonial, (...) questões de neocolonialismo” (Santos, 2001: 30), entre outros temas. Em sua segunda acepção, o Pós-Colonialismo seria “um conjunto de práticas (...) e de discursos que desconstruem a narrativa colonial, escrita pelo colonizador, e procuram substituí-la por narrativas escritas do ponto de vista do colonizado, [utilizando] privilegiadamente a exegese textual e as práticas performativas para analisar os sistemas de representação e os processos identitários” (Santos, 2001: 30). Iniciados no final dos anos 70 por “intelectuais étnicos” (Ahmad, 1994: 167) oriundos do Terceiro Mundo e emigrados, em sua maior parte, para os Estados Unidos, estes então incipientes Postcolonial Studies floresceram nos estudos culturais e literários, para, mais tarde, alcançarem as ciências humanas e sociais. É significativo notar, por exemplo, que *Orientalism*, de Edward Said, um estudo interdisciplinar que combina a análises literárias, culturais e políticas, seja considerado por muitos como a obra fundadora do Pós-Colonialismo.

⁴ Em relação às Ciências Sociais em geral, é grande o número de teóricos já se dedicaram a revelar as complexas redes simbólicas, epistêmicas e políticas que subjazem à construção do conhecimento. Slater (2000), por exemplo, aponta que embora teóricos do Norte possam dar-se ao luxo de desconhecer ou ignorar teorias provenientes do Sul global se prejuízo à legitimidade de suas formulações, o mesmo não acontece com suas contra-partes do Sul, cuja teorização estaria sempre ligada, por concordância, rejeição ou oposição, à teoria social do Norte.

Após três décadas da primeira edição de *Orientalismo*, em 1978, e a teoria Pós-Colonial alargou-se, recebeu a contribuição de inúmeros intelectuais e consolidou-se como uma abordagem crítica vigorosa e de grande relevância para as ciências sociais e humanas contemporâneas. Por outro lado, a difusão do conceito, sua fashionização⁵, sem uma avaliação adequada da grande complexidade que lhe é própria levou muitas vezes a uma aplicação indiscriminada e errônea. Sem falar nas discussões suscitadas pelas ambiguidades do termo em si, as conceitualizações do Pós-Colonialismo podem mudar substancialmente de autor para autor, de modo a constituir um corpus teórico complexo, múltiplo e, muitas vezes, contraditório. Embora reconheçamos a grande diversidade característica dos Estudos Pós-coloniais, para os fins deste artigo faz-se necessária uma tentativa de sistematização das problemáticas e proposições centrais levantadas por esta corrente de pensamento. Para tanto, privilegiaremos os escritos de Edward Said, Gayatri Spivak, Homi Bhabha, Stuart Hall, Fernando Coronil e Boaventura de Souza Santos, autores que, para nós, são indispensáveis para a conceitualização do Pós-Colonialismo.

Para Boaventura, um dos fundamentos teóricos principais da abordagem Pós-Colonial é a diluição da fronteira entre a crítica e a política (2001: 31). Reconhecendo as intrincadas relações de saber-poder⁶ subjacentes a toda prática acadêmica, o Pós-colonialismo propõe uma crítica, um saber, que seja consciente de sua função política, a qual seja opor-se radicalmente à assimétrica distribuição global do poder e todas as injustiças que acarreta. Neste sentido, o intelectual pós-colonial deve trabalhar activamente na implosão dos discursos coloniais/ocidentais hegemônicos que, sobretudo através do discurso da modernidade, naturalizam as desigualdades entre os países, classes, raças e povos (Bhabha, 1994: 171). Da mesma forma, ao ligar a marginalização dos grupos e discursos subalternos ao seu silenciamento⁷, Spivak localiza na fala a condição *si ne qua non* para subversão da subalternidade. Para esta teórica, trabalhar na emergência desta fala, deste discurso, exige uma actividade política que em muito transcende o discurso da academia, marcando um claro comprometimento do crítico pós-colonial para com os “subalternos da terra”. Ao privilegiar a subalternidade enquanto lugar de enunciação de onde o pós-colonial pode emergir, esta perspectiva se assenta na premissa de que as margens e as periferias são os loci ou os locais de enunciação privilegiados para identificar e subverter as estruturas de poder e de saber (Santos, 2004).

Outro ponto apresentado pelo Pós-Colonialismo é a recusa de essencialismos, sejam eles de origem política, social, étnica ou outra qualquer. A crítica dos regimes coloniais nos mostra como o poder e o discurso colonial construíram-se a partir do recurso a uma “violência epistêmica” (Spivak, 1988) que construiu o sujeito colonizado enquanto o Outro (Other) do colonizador. Por outro lado, o colonizador e, em sentido mais amplo, o Ocidente, constrói a si mesmo de forma relacional, como o Mesmo (Self) a partir do qual o resto do mundo é subalterno/subalternizado (Said, 2007). A recuperação das obras seminais de Franz Fanon e Albert Memmi⁸, para muitos os predecessores da crítica pós-colonial, ajudam a perceber que esta construção da diferença entre colonizador e colonizado está inscrita em um processo “dialecticamente destrutivo e criativo” (Santos, 2001: 32), em um jogo de espelhos e inter-identidades em que ambos já estão tão intrincados um no outro que a superação da hierarquia proveniente da diferença advém tanto de um processo de crítica e de desconstrução da relação dicotômica (Santos, 2001, 2006).

A recusa pós-colonial destas oposições binárias a partir das quais os discursos coloniais construíram todas as formas de racismo impede a utilização de “linhas puristas de policiamento da identidade” (Sohat; Stam, 2006: 79), buscando, ao contrário, identidades complexas, multifacetadas e, sobretudo, híbridas. A ideia de hibridismo, amplamente desenvolvida nos estudos de Stuart Hall, subverte os binarismos políticos, de forma a demonstrar que “os ‘efeitos de fronteira’ não são ‘gratuitos’, mas construídos; conseqüentemente, as posições políticas não são fixas, não se repetem de uma situação histórica a outra, nem de um teatro de antagonismos a outro, sempre ‘em seu lugar’” (Hall, 2003: 104). O reconhecimento deste “espaço híbrido” desestabiliza as representações hegemônicas, nos confrontando com uma realidade politicamente complexa e ambígua, em que o posicionamento dos atores precisa ser visto de maneira relacional e inserido em relações de poder não apenas hierárquicas como, também, transversais⁹.

Esta multiplicidade de relações de poder advém do reconhecimento de que estamos a lidar com uma realidade extremamente complexa, produto de um mundo em que “o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória” (Santos, 2004: 8). Com efeito, grande parte da vitalidade do Pós-Colonialismo enquanto teoria reside em sua disposição para pensar “as continuidades e discontinuidades do poder” (McClintock, 1995, apud Hall, 2003: 106) em suas diversas ofensivas globais. Neste sentido, embora muitos afirmem que o prefixo “pós” sugira uma ruptura com o período histórico anterior, indicando uma superação do colonialismo, está claro que a acepção aqui defendida do que constitui o Pós-Colonial pressupõe

⁵ Com esse conceito buscamos indicar a generalização e recepção acrítica do termo e do conceito de Pós-Colonialismo nos círculos acadêmicos, tanto no centro como na periferia do sistema mundial.

⁶ Tal percepção levou Edward Said a afirmar, em seu *Orientalismo*: “Meu interesse aqui é sugerir que o consenso liberal geral de que o ‘verdadeiro’ conhecimento é fundamentalmente apolítico (e, inversamente, que o conhecimento manifestadamente político não é conhecimento ‘verdadeiro’) confunde as circunstâncias políticas altamente organizadas, embora de forma obscura, que prevalecem no momento em que o conhecimento é produzido” (Said, 2007: 38).

⁷ Relação que aparece na paradigmática pergunta de Spivak: *Can the subaltern speak?* Ver: Spivak, G. C. (1988). *Can the subaltern speak?* In Nelson, C e Crossberg, L. (eds.) *Marxism and the Interpretation of Culture*. Londres: Macmillan.

⁸ Podemos citar como obras paradigmáticas para os Estudos Pós-Coloniais “Os condenados da Terra”, de Fanon, e “O Retrato do Colonizador precedido pelo Retrato do Colonizado”, de Memmi.

⁹ Para Ella Sohat, por exemplo, “the ‘post-colonial’ also forms a critical locus for moving beyond anti-colonial nationalist modernizing narratives that inscribe Europe as an object of critique, toward a discursive analysis and historiography addressing decentered multiplicities of power relations (for example, between colonized women and men, or between colonized peasantry and the bourgeoisie)” (Sohat, 1992: 328).

não só a revisão crítica do passado contado em termos da modernidade ocidental, mas também a identificação de um presente ainda permeado por uma série de discursos, práticas e relações políticas que confluem na perpetuação da distribuição assimétrica do poder e da riqueza em nível global.

Por outro lado, o Pós-Colonialismo envolve em seu âmago a crítica dos pressupostos epistemológicos em que se assenta o discurso da Modernidade e, portanto, da superioridade europeia. Spivak (1988), por exemplo, situa a subalternidade como produto de incisivas relações de “violência epistêmica”, pautada na imposição colonial de uma ordem científica e de um sistema legal. Se pensarmos, com Hall, que “a expansão, exploração, conquista, colonização e hegemonia imperial [constituem] a ‘face mais evidente’, o exterior constitutivo, da modernidade capitalista europeia”, então percebemos que a celebração da ciência moderna se inscreve em uma relação de poder pautada na diferença colonial entre aqueles que “pensam, logo, existem” e aqueles que não existem a não ser enquanto objecto de dominação¹⁰.

Por fim, é importante referir que a própria consolidação da crítica Pós-Colonial enquanto um “corpo teórico” pode facilmente resultar em cristalizações generalizantes que incorreriam nos mesmos essencialismos e generalizações que esta corrente tenta combater. Na raiz deste problema, reside o facto de que o Pós-Colonialismo, em sua versão mais difundida, é uma abordagem desenvolvida, em linhas gerais, por intelectuais oriundos de antigas colónias britânicas e que, portanto, pensam a “questão colonial” da forma como foi formulada, aplicada e experimentada na órbita do Imperialismo Inglês. Não é preciso dizer que, embora possa ser concebido como um “sistema” de características fundamentais compartilhadas, o Colonialismo não se impôs de maneira homogênea nos vários contextos históricos e sociais inscritos sob seu domínio. Nesse sentido, o Imperialismo inglês é tão particular e guarda tantas especificidades quanto qualquer outro modelo de relações coloniais. Ignorar ou não conferir a importância devida a estas manifestações particulares deste mesmo processo pode incorrer em uma série de erros conceituais catastróficos para o próprio fortalecimento da abordagem Pós-Colonial, na medida em que sua absolutização poderia levar a um “imperialismo cultural” (Santos, 2001) que só pode ser contra-producente.

Embora suas origens remontem, predominantemente, ao mundo de fala inglesa, “el post-colonialismo tiene contribuciones para hacer en el análisis de las realidades sociales, culturales y políticas de cualquier parte del mundo, especialmente cuando el tópico es sobre asimetrías de poder” (Ribeiro, 2005: 45). De maneira a não perder de vista as potencialidades analíticas e políticas da abordagem Pós-Colonial e, ao mesmo tempo, buscando problematizar sua aplicabilidade, Boaventura de Sousa Santos (2001) propõe um pós-colonialismo situado, que leve em conta a enorme especificidade de cada contexto histórico onde vários colonialismos distintos floresceram, de forma a compreender as também grandes particularidades dos contextos pós-coloniais.

A discussão apresentada até aqui pode fornecer, ainda que de forma reduzida, um panorama geral das principais proposições e pressupostos da crítica Pós-Colonial. Uma elaboração mais detalhada e completa foge aos desígnios deste artigo, e se reservará a outro momento. Por enquanto, basta indicar que a disseminação da crítica Pós-Colonial para outras áreas do conhecimento provocou efeitos não só nestas áreas que afectou mas também em seu próprio corpo teórico. Como podemos perceber, o movimento dos estudos literários para disciplinas como Sociologia, História ou Ciências Políticas, levaram a uma maior ênfase nas estruturas assimétricas de poder, em escala local e global, e (des)continuidades históricas, embora a dimensão identitária continue a ser fundamental. A partir dessas observações, deveremos avaliar, então, em que sentido os pontos levantados podem ser convertidos em um poder/saber útil a uma formulação teórica e uma prática política emancipatória das Relações Internacionais.

3. Caliban e o a fortaleza ocidental: Relações Internacionais como Muro do Império

Após a apresentação geral do Pós-Colonialismo, devemos agora problematizar a relação entre esta abordagem e a Teoria das Relações Internacionais. Como já se disse, estes dois campos do saber, durante demasiado tempo, se mantiveram praticamente intocáveis um ao outro. Por um lado, isso pode ser explicado pelo facto de o Pós-Colonialismo ser, em sua origem, uma abordagem eminentemente culturalista, cujos teóricos em sua maioria são oriundos dos estudos literários e humanísticos, de forma que “têm sido relutantes em romper as barreiras disciplinares (e até pós-disciplinares) necessárias ao avanço do argumento” (Hall, 2003: 125). Como se afirmou, embora isto tenha ocorrido no princípio do emergir Pós-Colonial, no fim dos anos 70, actualmente a disseminação desta vertente nas Ciências Sociais tende a diminuir as incompatibilidades em relação às TRI. Além das barreiras disciplinares, apontaremos como uma dos maiores impeditivos do contacto entre Pós-Colonialismo e TRI a constituição das últimas como uma fortaleza ocidental, como um muro do Império que tem negado (re)conhecer a própria colonialidade de sua condição.

Para entendermos este argumento, é preciso ressaltar que os primeiros estudos específicos sobre “o internacional” tiveram lugar na Inglaterra, durante a década de 20, chegando aos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Em ambos os países, o massivo investimento governamental na criação de institutos de investigação altamente estruturados e na contratação de proeminentes intelectuais incentivou o rápido desenvolvimento deste campo de estudos. Desde então, existe no estudo das relações internacionais uma hegemonia da tradição anglo-saxã, o que acarreta alguns efeitos incrivelmente importantes e convenientemente ignorados. Em decorrência de sua proeminência na área,

¹⁰ Nesse sentido Boaventura aponta para o caso da Lei colonial, que não fazia diferenças entre os recursos materiais da colónia e os sujeitos colonizados (Santos, 2007).

os anglo-saxões elaboraram hipóteses, formularam teorias e definiram os conceitos que se universalizaram, tais como aqueles que lhe são específicos, ou seja, criaram o léxico das Relações Internacionais (...) [Justamente por isso] e por reunirem o maior número de centros de pesquisa, os acadêmicos anglo-saxões definem o nível de excelência da análise e impõem os termos do debate (Gonçalves, 2003: 3).

Por outro lado, o facto de haver dado seus primeiros passos na Inglaterra Imperial e, mais tarde, se consolidado enquanto disciplina nos Estados Unidos, já então uma superpotência de tendências neocolonialistas, embebe a teorização mesma das relações internacionais em uma rede complexa de discursos e práticas imperiais e neocoloniais. Neste sentido, e em um contundente argumento que liga economia política, conhecimento e poder, Gonçalves afirma que “o estudo moderno das Relações Internacionais afigurou-se, às elites norte-americanas e inglesas, como tarefa indispensável ao entendimento do mundo em mudança e, desse modo, à manutenção do poder que detinham” (2003: 3). Nesse sentido, Alker e Biersteker (1995) afirmam que a Escola Realista se preocupou em teorizar maneiras de assegurar a ordem mundial sob o jugo de uma grande potência ou uma coalizão delas, focalizando o respeito às suas soberanias e aos seus interesses nacionais. Na mesma medida, com a diferença de apelarem a uma metodologia técnico-científica, os behavioristas estiveram realista e conservadoramente interpretando a ordem mundial da perspectiva de um poder hegemónico (Alker, Biersteker, 1995: 250). Possivelmente esta promiscuidade entre as Teorias dominantes das Relações Internacionais e discursos e práticas imperiais esteja na raiz tanto da resistência dos críticos Pós-coloniais em voltarem-se à área, preferindo tratar “both international relations and strategic studies with disdain” (Darby, 2006: 52), quanto na desconcertante, e cada vez mais debilitante, ignorância dos teóricos das RI em relação a crítica Pós-Colonial.

Por outro lado, a primeira década do século XXI marca as primeiras publicações e intersecções de facto entre Relações Internacionais e Pós-Colonialismo. Neste sentido, devemos apontar os trabalhos pioneiros de Geeta Chowdhry e Sheila Nair (2002) na compilação *Power, Postcolonialism, and International Relations: Reading Race, Gender, and Class*, de Branwen Gruffydd Jones (2006) e seu *Decolonizing International Relations*, bem como a obra de Kevin C. Dunn e Timothy M. Shaw (2001) e sua re-introdução crítica da África nas Relações Internacionais e a crítica de Siba N. Grovogui (1996) em relação ao racismo no Direito Internacional. Da mesma forma, deve-se ressaltar como marco simbólico a publicação do manual *Theories of International Relations: Discipline and Diversity*, de 2006, compilado por Timothy Dunne, Tim Dunne, Milya Kurki e Steve Smith, que traz um capítulo destinado à abordagem Pós-Colonial nas Relações Internacionais pela primeira vez em uma publicação de TRI de grande amplitude. Escrito por Siba N. Grovogui, o capítulo merece destaque por evidenciar a colonialidade implícita à teorização e aos discursos hegemónicos em Relações Internacionais, apontando para a necessidade de avaliar as complexas relações entre saber, poder, cultura e identidade, bem como ressaltando o potencial crítico do Orientalismo de Said para o entendimento da política mundial (Grovogui, 2006). De maneira similar, Geeta Chowdhry e Sheila Nair (2002) apontam que a crítica pós-colonial das Relações Internacionais deve passar pela análise do poder da representação, pela intersecção entre gênero, raça classe e capitalismo global e, por fim, por questões de reconstrução (recovery), resistência e agência (agency) (2006: 15).

Na perspectiva que vimos defendendo, o debate trazido pelo Pós-Colonialismo no seio da TRI é um imperativo ético e político, uma vez que a teorização que se tem operado nos últimos anos não só tem produzido interpretações simplistas e, muitas vezes, equivocadas, como tem contribuído activamente para a formulação de políticas externas de tendências neocoloniais e para a manutenção das assimetrias globais. Nesse sentido, Boaventura de Souza Santos afirma que, embora tenha desaparecido enquanto relação política, o colonialismo ainda existe como relação social, em nível local e global, e “continua a impregnar alguns aspectos da cultura, dos padrões de racismo e de autoritarismo social e mesmo das visões dominantes das relações internacionais” (grifo nosso) (Santos, 2004: 26). Reverter este quadro através da crítica Pós-Colonial começaria com a diluição da diferença entre crítica e política existente na TRI, se traduzindo na recusa em aceitar a perspectiva das teorias positivistas, que advogam pelo conhecimento racional, objectivo e neutro e, desta forma, apagam os traços profundamente políticos da própria teorização que produzem para a manutenção das injustiças do sistema mundial. Por outro lado, é preciso estabelecer uma relação directa entre teoria e prática, privilegiando os saberes que, mais do que interpretar a realidade, possam ajudar a transformá-la. A crítica pós-colonial envolveria, então, pensar as relações internacionais de perspectivas que levem à reinvenção da emancipação social e à criação de projectos alternativos à globalização em curso. Como já indicamos anteriormente, proporemos a descolonização das Relações Internacionais enquanto teoria baseada em três orientações: a revisão radical da história (n)das RI; uma sociologia crítica das RI, pautada na subversão dos conceitos centrais de poder e de Estado-nação; e a viragem epistemológica na geopolítica dos conhecimentos que tem marcado o campo.

3.1. Revisão radical da História (n)das Relações Internacionais

É preciso rever a história das Relações Internacionais enquanto campo de estudo, reconhecendo que sua constituição nos Estados Unidos sob a égide da Escola Realista significou uma coincidência entre o estabelecimento do campo enquanto disciplina do ponto de vista académico e sua domesticação enquanto saber disciplinar no sentido foucaultiano. Assim, a TRI emergiu como um sistema de saber-poder que envolvia tanto a delimitação e preservação canônica de um conjunto de pressupostos, temas e preocupações, quanto a existência de um certo grau de variação e especialização que permitisse a distribuição dos teóricos entre os vários níveis das estruturas de poder. Branwen Jones, por exemplo, revela como a auto-construção (self-construction) das RI enquanto campo de estudo moderno envolveu, de um lado, a ignorância do contexto imperial no qual a disciplina e suas questões chave emergiram e, de outro, o atrelamento

consciente a uma herança canónica que remontava ao pensamento clássico europeu, da Grécia Antiga ao Iluminismo (2006: 3). Da mesma forma, narrativa que identifica o liberalismo político como “idealismo” marca o período em que a noção disciplinar das “coisas como elas são” estava constituindo o Realismo no centro e como o centro das Relações Internacionais, sobrepujando e prevenindo o aparecimento de abordagens que pudessem contestar o status quo (Der Derien, 1995: 4). Este saber-poder disciplinar esteve na base do determinismo geográfico¹¹ e na recusa em aceitar enquanto válidas certas teorizações que apareciam em outros contextos, como é o caso, apontado por Bull (1995), da doutrina da não-violência de Gandhi ou da teoria do imperialismo de Lênin.

Por outro lado, é preciso expurgar a história das relações internacionais de seu carácter eurocêntrico, belicista e assentado em uma “monocultura temporal” (Santos, 2004: 39). Com efeito, a história das interações globais não é a história europeia e muito menos das guerras europeias. Com efeito, grande parte do mundo não se inscreveu na ideologia progressista da modernidade que dá o tom das narrativas mestras que estão na base dos debates hegemónicos sobre temas fundamentais como a globalização e o desenvolvimento. Neste sentido, faz-se necessária uma história que evidencie as continuidades e descontinuidades do poder e envolva a recuperação de certas temporalidades e narrativas subalternas que têm sido sistematicamente silenciadas pelo peso de discursos triunfalistas sobre uma pretensa “Aldeia Global” ou uma Nova Ordem Mundial. Este imperativo advém da premissa, cara ao Pós-Colonialismo, de que as margens ou periferias são os loci privilegiados a partir dos quais se pode subverter o poder. Partindo também deste princípio, Vandana Shiva encontrou uma maneira clara e contundente de confrontar o discurso hegemónico da globalização, apresentando uma descrição alternativa do processo no modo como ele foi, e ainda é, experimentado no Sul:

A globalização ocorreu em três ondas. A primeira foi a colonização da América, da África, da Ásia e da Austrália pelos poderes europeus durante 1.500 anos. A segunda impõe a ideia ocidental do ‘desenvolvimento’ durante a era pós-colonial das últimas cinco décadas. A terceira onda da globalização, desencadeada há aproximadamente cinco anos, é conhecida como a era do “livre comércio” (2000: 130).

De maneira similar, Branwen Jones (2006) promove uma crítica contundente do Eurocentrismo existente na história das relações internacionais, do qual um dos efeitos mais perversos é a desconcertante identificação da história do sistema internacional com a história interna da Europa, em uma narrativa que ao mesmo tempo rasura a complexidade do “global”, tomando-o como europeu, e, por outro lado, ignora a importância do imperialismo para a construção histórica da política mundial tal como a conhecemos. Nesse sentido, Jones afirma que

The long history of imperialism – in its economic, political, institutional, cultural, and legal dimensions – is arguably more significant to the form of the current international system and the states that make it up than Europe’s internal political developments. Imperialism is foundational to the origins, form, and normative basis of international organizations and international law, to the prevailing inequalities in power relations between states and the position of states in the highly uneven and exploitative international system, as well as to national and regional structures and relations, cultures, and languages, in all regions, formerly colonized and metropolitan. It appears then that imperialism is the inextricable from the very foundations of modern international relations and world order (2006: 4).

Embora ainda estejam por ser estudadas e definidas com maior clareza, as (des)continuidades entre os modelos coloniais e imperiais e suas contra-partes no capitalismo financeiro, quaisquer que sejam elas, se inscrevem em uma dinâmica mundial de re-articulação da matriz de poder colonial para o novo período de domínio “global”. Neste sentido, Beier (2002) afirma que historiografias alternativas que revelem estruturas sociais racializadas e sexualizadas podem ajudar a mostrar a necessidade de uma cosmologia alternativa das RI. Esta historicidade crítica é fundamental em um campo em que existe uma clara dominância de estudos centrados no presente (Hoffman, 1995) e que apenas utilizam o campo histórico de maneira simplista e muitas vezes equivocada. Nesse sentido, é também preciso subverter a própria noção de história existente nas Relações Internacionais em sua versão hegemónica, para a qual “history is the laboratory of the social sciences, the source of the material by which general propositions may be verified or falsified” (Bull, 1995: 183). Esta visão instrumentalista, que vê na história uma arma de prestígio argumentativo e recupera eventos historicamente situados para sustentar, muitas vezes, a-histórica e acriticamente, proposições presentes de carácter universalista, mascara e se esquece da necessidade de historicizar nossa própria condição e os conceitos que criamos. A precariedade desta posição teórica é apontada por Halliday, ao afirmar que “the extraordinary misrepresentation by IR of the (...) the Cold War (...), is a remarkable case of ideological occlusion, the erection of a body of knowledge serving not to illumine but to obscure a historical process” (1994: 21).

3.2. Sociologia Crítica das Relações Internacionais

O ponto de partida para uma sociologia crítica das Relações Internacionais situa-se na identificação e na subversão do carácter eurocêntrico e estatocêntrico que vem se desenvolvendo na matéria até então. O tom universalista e celebratório que permeia a maior parte dos debates contemporâneos sobre as estruturas, dinâmicas e instituições da “sociedade global” reside em pressupostos que tomam a globalização hegemónica enquanto regra e deixam pouco espaço para a identificação de seu eurocentrismo e dos constrangimentos e estruturas de poder que lhe são subjacentes. As novas teorias da

¹¹ O monopólio do discurso dos intelectuais provenientes do mundo anglo-saxão na teorização da área criou alguns efeitos perversos e que dificilmente são reconhecidos, como por exemplo a ligação bizarra, sugerida por Hoffmann (1997), entre o reconhecimento ou rejeição de certas contribuições teóricas pelo *establishment* e a origem nacional de seu autor, em uma espécie de determinismo geográfico que só foi contra-producente e levou à consolidação de um *corpus* teórico autoritário e monocultural.

interdependência, por exemplo, tal como formuladas por Keohane e Nye (1997), partem claramente do centro do sistema-mundo e fazem muito pouco sentido em outros contextos. Como já indicaram os críticos marxistas, o paradigma da interdependência aplica-se aos países ocidentais de capitalismo avançado, e se transferido ao âmbito das relações Norte-Sul tende a dissimular, acriticamente, as assimetrias de poder e riqueza inerentes às estruturas de um sistema de matriz imperial (Halliday, 1994: 15). Uma sociologia crítica indicaria, ao contrário, que as dinâmicas globais não se dão da mesma forma e na mesma intensidade em todos os espaços, mas antes obedecem a lógica de uma geometria de poder (Massey, 2007) que actua activamente na manutenção de relações assimétricas entre centro e periferia do sistema mundial.

Por outro lado, a persistência por parte das TRI em continuar tomando o Estado-nação como seu actor central ocasiona uma série de problemas analíticos, entre os quais a automática exclusão ou desvalorização de outros actores que não se inscrevem em sua órbita e que não obstante já não podem ser ignorados. O próprio conceito de Estado-nação é problemático pois refere-se a uma realidade, em grande medida, própria do Ocidente moderno. Tratar todos os Estados-nação do mundo como unidades unitárias e que compartilham as mesmas características de suas contra-partes ocidentais só pode ser um erro. Slater (2000), por exemplo, nos mostra como o Estado territorial que está no centro das teorias geopolíticas e dos debates nas áreas da segurança, defesa e estratégia, é implicitamente ocidental, não se referindo aos Estados do Sul, nos quais se sente de maneira pungente a coercitividade do poder externo.

Para o caso latino-americano, Anibal Quijano (2000) afirma que o Estado-nação nunca se concretizou. Ao contrário, aponta que, neste caso, as sociedades coloniais estavam constituídas, basicamente, por uma minoria oligárquica que descendia diretamente dos colonizadores brancos e detinham a quase totalidade dos recursos de produção importantes contra uma grande maioria de despossuídos, negros, índios e mestiços (2000: 85). A construção do Estado-nação latino-americano no período pós-independência foi liderada por uma elite branca europeizada que, reconstituindo o padrão colonial de dominação, promoveu um colonialismo interno (Santos, 2001), usou da “violência legítima” para sufocar e eliminar focos de resistência que pudessem criar alternativas ao seu “projecto nacional”, em vias de implementação. Segundo Quijano, esta situação paradoxal que une Estados independentes e sociedades coloniais, e que pode se identificar não só na América Latina mas também em outros contextos, nas quais a estrutura de poder ainda se organiza em uma matriz colonial (2005: 235), dá origem à Colonialidade do poder como princípio fundacional das relações sociais no período pós-colonial. Por sua vez, este conceito indica um tipo de relação social hierárquica de matriz colonial, pautada na idéia de raça e de racismo como constituinte das múltiplas estruturas hierárquicas do sistema mundial (Quijano, 1993). Em termos práticos, esta colonialidade do poder que acompanhou a prática política das elites latino-americanas explica o facto de seus interesses serem muito mais afins aos das elites europeias do que aos da grande maioria das populações negras, indígenas e mestiças, então sistematicamente excluídas do poder político e da detenção de meios de subsistência. É interessante notar como esta perspectiva fornece uma interpretação inovadora de uma das ideias mais recorrentes nas Relações Internacionais. O poder, que até então havia sido conceptualizado pelas TRI do ponto de vista do Império, agora é subvertido pelo sujeito subalterno, que ao finalmente falar do poder pode verbalizar o que até então só conhecia na prática de séculos de dominação: sua colonialidade. Mais uma vez, torna-se necessário reconhecer que o fim do colonialismo enquanto relação política não produziu seu fim enquanto relação social, não só no interior dos Estados-nação como também em nível global.

Por fim, a mesma necessidade de espacialização que referida para o Pós-Colonialismo deve ser proposta para as Relações Internacionais, não na esteira de uma tradição de estudos de área da estratégia, mas como forma de evitar os erros conceituais que podem emergir ao tratar-se como globais/universais teorizações que são ocidentais/localizadas. Deve-se buscar uma abordagem, já proposta por Halliday (1994), que una os níveis internacional, local, transnacional e, acrescentamos, translocal. Em sentido similar, Gustavo Lins Ribeiro afirma, para o caso latino-americano, a necessidade de procurar “partir de nuestra posición única [para então] producir narrativas críticas en sintonía con nuestras localidades, en diálogo heteroglósico con los discursos de otras localidades del mundo globalizado” (Ribeiro, 2005: 45).

Uma sociologia crítica que esteja atenta a estas questões e que se preocupe em subverter as concepções hegemónicas de globalização, Estado e poder, abriria espaços/caminhos para uma nova ontologia do internacional, integrando a enorme multiplicidade de actores e dinâmicas que não tem acesso ou não se inscrevem no âmbito do poder político do Estado-nação e que, por isso, tem sido ignorados e excluídos da sociologia hegemónica das relações internacionais. Neste novo panorama, teriam uma importância renovadas os novos movimentos sociais, os media, o crime organizado e as corporações transnacionais, entre outros. Por outro lado, essa sociologia crítica também deve assumir como central a conceptualização de temas que até agora tem estado escandalosamente ausentes do debate teórico das RI, tais como a exclusão e o racismo.

3.3. Geopolítica dos conhecimentos e a Viragem Epistemológica

Segundo Alker e Biersteker, aquilo que chamaram de provincianismo (parochialism) e que é característica da maior parte dos cursos académicos e teorias das relações internacionais dominantes nos EUA, produz um ambiente teórico no qual “the questions asked, the values assumed, the issues addressed, and the debates considered (...) have been nearly addressed from within the narrow confines of a single epistemological tradition” (1995: 253). Partindo deste pressuposto, a descolonização dos discursos dominantes nas Relações Internacionais implica o reconhecimento desta monocultura epistemológica e a superação das assimetrias de poder que correspondem a ela, nomeadamente uma injustiça cognitiva até agora ignorada. Com efeito, foi a intricada e profunda conexão entre relações coloniais de poder e epistemologia nos sistemas cognitivos modernos o que muito contribuiu para que, após as independências, o colonialismo ainda se mantivesse enquanto

relação social (Santos, 2004). Boaventura de Sousa Santos (2005a: 76) afirma que o pensamento moderno, ao reconhecer o conhecimento científico como única forma de conhecimento válido, acabou por desprezar ou destruir formas não-científicas de saber e, assim, contribuiu para marginalizar grupos sociais que só possuíam estas formas de conhecimento. Esta subalternização de amplas camadas populacionais que não dispunham durante o período colonial, e ainda não dispõe agora, do conhecimento científico, filosófico, ou teológico, é algo que precisa-se ter em conta para uma nova formulação da emancipação social, baseada também na emancipação do saber. Neste sentido, é preciso considerar que a análise dos regimes coloniais e pós-coloniais não pode se esquecer que a injustiça social global está atrelada de forma visceral a uma injustiça cognitiva global (Santos, 2007: 78)¹².

A expressão “geopolítica do conhecimento” é cunhada por Enrique Dussel para descrever o processo histórico pelo qual o ego cogito cartesiano (“Penso, logo existo”) teria sido precedido, desde a expansão colonial europeia, pelo europeu ego conquistus (“Conquisto, logo existo”) (Dussel, 1977). Mignolo (2005) retoma e desenvolve o conceito com dois objectivos. Primeiro, para afirmar que a epistemologia da diferença colonial, que sustenta essa geopolítica do conhecimento está também na base da distribuição desigual do poder. Para Mignolo (2005), um “paradigma da novidade” (paradigm of newness), a partir do qual a América foi narrada como “Descoberta” pelos poderes europeus, marca a diferença colonial/imperial que articulou não só a produção do conhecimento mas também das subjectividades subalternas. Segundo, o termo é também recuperado para propor uma crítica radical da modernidade que esteja assente em experiência geopolíticas subalternas e em memórias de colonialidade (Mignolo, 2000). Para o autor, a Teoria da Dependência, a Teologia/Filosofia da Libertação, e, poderíamos acrescentar, o Feminismo, o Construtivismo e o Pós-modernismo, subvertem a geopolítica do conhecimento apenas de maneira parcial, na medida em que representam uma diversidade/alternativa constituída no próprio interior da epistemologia moderna, de forma a serem ainda “molded by the hegemonic rethoric of modernity and the hidden logic of coloniality working through it” (Mignolo, 2005: 114). Um outro pensamento, verdadeiramente crítico e alternativo aos pressupostos de uma Colonialidade do saber, requereria uma mudança nos termos, nas demandas e nas questões apresentadas.

Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos propõe uma Epistemologia do Sul assente em três orientações, a saber, “aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul, aprender a partir do Sul com o Sul” (Santos, 2001: 38). Este reconhecimento epistémico, político e ontológico do Sul, “entendido como metáfora do sofrimento humano sistémico causado pelo capitalismo global” (Santos, 2001, 38), se inscreve como uma subversão radical da geopolítica do conhecimento, na medida em que objectiva promover a reinvenção da emancipação social de forma a transcender a teoria social crítica proveniente do Norte bem como as práticas sociais e políticas que lhe estão subjacentes, concebendo o Sul como resistência à dominação do Norte, e identificando os elementos que ainda estão de alguma forma imunes ou ainda sobrevivem à esta dominação (Santos, 2004). O reconhecimento e a busca desta Epistemologia do Sul tornam-se, assim, fundamentais para novas formulações que permitam reinventar a emancipação social de uma perspectiva radicalmente crítica. Nos termos indicados por Fernando Coronil, a resistência à colonialidade do poder dissimulada em uma Nova Ordem Mundial envolve a dialéctica entre localización y globalización [que] al descentralizar las epistemologías de Occidente y al reconocer otras alternativas de vida, producirá no sólo imágenes más complejas del mundo, sino modos de conocimiento que permitan una mejor comprensión y representación de la vida misma (Coronil, 2000: 107).

Para Boaventura (2005b), um dos melhores exemplos para representar este processo de reinvenção da emancipação social através de uma tentativa de formular epistemologias alternativas do sul é o Fórum Social Mundial (FSM). Tanto o FSM como movimentos sociais translocais sugerem a emergência de um novo internacionalismo crítico articulado a resistências locais. Por um lado, estes fenómenos representam a luta pelo poder de formular alternativas à uma certa Colonialidade Global (Grosfoguel, 2008). Por outro, promovem a subversão do discurso mundial-triunfalista da globalização hegemónica, indicando, ao contrário, a existência de variados mundos e temporalidades articuladas e subalternizadas por uma mesma “Ordem Mundial” (Quijano, 2000).

A ignorância das TRI em relação a estas questões só mostra sua falta de plasticidade para se adequar a um mundo mais e mais complexo. Por outro lado, o reconhecimento da crítica pós-colonial pelas RI só poderia acarretar uma radical “descolonização” das últimas em termos epistemológicos e ontológico. Embora teorias tão distintas como o Construtivismo, o Pós-Modernismo, a Teoria Crítica e o Feminismo critiquem o conhecimento racional-moderno-patriarcal do positivismo, o fazem de dentro dos limites conceituais da modernidade (ou pós-modernidade) ocidental. Ao contrário, a busca por uma Epistemologia do Sul, como vimos, pela primeira vez contesta toda a estrutura cognitiva a partir da qual as Relações Internacionais, e a própria modernidade/colonialidade, têm se constituído.

4. Qual o Pós-Colonialismo possível para as Relações Internacionais?

Theories that are available are almost exclusively Western in origin and perspective, can they convey an adequate understanding of a world political system that is predominantly non-Western?

(Bull, 1995: 209)

¹² Com efeito, Mignolo afirma que “beyond the spheres of the inter-state system and the transnational flows, the struggle for life is becoming a struggle for knowledge and the liberation (or decolonization) of subjectivities controlled by the state and the market (and, of course, the church)” (2005: 101)

Embora possamos assumir que o realismo e o neo-realismo, embora dominantes, já não detém o monopólio discursivo, intelectual e institucional das Relações Internacionais (Halliday, 1994: 12), a disciplina continua a ser discutida e definida nos termos de uma epistemologia ocidental, e mais precisamente anglo-saxã, mesmo quando se trata de abordagens críticas que, ao que parece, ainda não despertaram para a questão colonial. A persistente, e, ao que parece, inabalável, hegemonia da geocultura anglo-saxã no cenário teórico das Relações Internacionais implica a delimitação de um Cânone, e, por conseguinte, a sistemática subalternização ou exclusão de saberes e práticas alternativas que se afastem ou subvertam as directrizes desenhadas pelo establishment. Portanto, as disputas teóricas próprias da Academia, a que se tem chamado “debates”, envolvem a delimitação política do campo de estudo da disciplina, do que é pertinente, aceitável e “central” às Relações Internacionais. Para além de criar um “núcleo conceitual irreduzível” de questões a partir das quais preocupações outras são consideradas periféricas, os debates teóricos não apenas delimitam a possibilidade mesma da emergência e declínio de teorias como também se constroem, basicamente, sobre uma disputa de poder – o poder de definir o que são e, muitas vezes pela negativa, isto é, o que não são, as Relações Internacionais.

Ao fugir à regra das representações, da política e da ciência hegemónica, o Pós-Colonial é excluído não só teórica mas também institucionalmente, uma vez que não aparece nos currículos universitários, nas publicações especializadas ou na maioria dos institutos e centros de pesquisa, estando apenas muito recentemente representado em publicações que não obstante permanecem periféricas. A distância, imaginada em termos teóricos e imposta em termos institucionais, entre Pós-Colonialismo e Relações Internacionais, é e tende cada mais ser prejudicial sobretudo para as últimas. Não obstante o enorme volume de críticas possíveis aos Estudos Pós-Coloniais, não podemos deixar de reconhecer, com Dirlik, que “Postcoloniality represents a response to a genuine need, the need to overcome the crisis of understanding produced by the inability of old categories to account for the world” (Dirlik, 1994: 352). Se podemos identificar uma crise decorrente da necessidade de renovação crítica nas ciências sociais como um todo, ela será de muito maior impacto para as Relações Internacionais, cuja teorização é ainda hoje limitada por um corpus teórico autoritário ainda amarrada a conceitos e preocupações típicos da Guerra Fria. Se não se submeter a um completo processo de renovação, as RI tendem cada vez mais a verbalizar questões complexas a partir de vocabulários simplistas. Neste sentido, o Pós-colonialismo abre possibilidades de resistências aos discursos dominantes através de contra-narrativas próprias, vindas de baixo e atentas a recuperação da voz subalterna e à sua política (local e global) de silenciamento (Chowdhry; Nair, 2002: 26).

Não queremos indicar aqui que toda a tradição académica que vem se desenvolvendo na área deva ser descartada ou combatida, ou ainda substituída por um Pós-Colonialismo absolutista construído na oposição, na exclusão e na subalternização de seu Outro, o que representaria uma mudança nos termos mas não nas estruturas de opressão. Buscamos antes pontuar a existência de uma necessidade premente, uma urgência, em liberar o campo de sua monocultura, reconhecendo este Outro que está fora, completamente fora da Nova Ordem Mundial e que se materializa nos milhares de subalternos do Sul e do Norte, nos despossuídos que batem à porta dos benefícios da globalização e são barrados diante do muro do Império, nos que não tem acesso aos fluxos globais a não ser através das dolorosas redes de migração ilegal ou enquanto objecto de tráfico humano, nos que estão cada vez mais paralisados de medo e de fome em um mundo cada vez mais tomado em louco movimento. É preciso re-fundar as Relações Internacionais sobre outras bases, sobre uma diversidade epistemológica, sobre várias epistemologias do sul que conduzam não há uma emancipação social absoluta – mas a uma diversidade de emancipações. É preciso re-avaliar o preço que pagamos em nossa fúria por conquistar autonomia, em rejeitar a antropologia, a sociologia, as humanidades e tantos outros saberes como meios de chegar à isso: as Relações Internacionais. É preciso reconhecer que a tão ardentemente buscada acumulação de conhecimento significou a acumulação de apenas um modelo de conhecimento e a exclusão de várias tradições humanas, caladas muitas vezes com a força da pedra e da bala. É urgente reconhecer, com Halliday, que a diversidade já não pode ser reconhecida como uma fraqueza, mas como a força das Relações Internacionais (Halliday, 1994: 1).

Esta reconstrução radical da TRI sob o signo pós-colonial não só envolve disputas de poder e autoridade mas, e talvez, sobretudo, uma dimensão identitária. Embora a maioria dos teóricos se recuse a reconhecer a subjectividade inerente à sua acção, tida como fraqueza analítica desde o nascimento do objetivismo na ciência moderna, problematizar as Relações Internacionais enquanto campo teórico, questionar os seus pressupostos construídos sobre bases coloniais, é também investigar “the manner and meaning of the construction of a collective identity, of an international theory with [a core] against which peripheral theoretical difference were to be constituted” (Der Derian, 1995: 3). Durante muito tempo, aqueles que teorizaram as relações internacionais o fizeram do ponto de vista do Império, do lugar daquele para o qual o global representava a ampliação e difusão generalizada de sua própria natureza, sua civilização que então poderia suplantar, triunfalmente, os selvagens, bárbaros, primitivos, e, mais tarde, subdesenvolvidos. O exercício de imposição da diferença colonial hierárquica não apenas definiu os debates, em forma e conteúdo, como também estiveram na base da construção de uma identidade colectiva igualmente pautada no mesmo tipo de relação dicotômica e, portanto, forjada na relação de dominação de classe, género e, sobretudo, raça. Com efeito, esta a dicotomia colonial ainda hoje subjaz a maior parte dos

discursos e práticas envolvendo os direitos humanos, a governança global, as políticas de imigração, e tantas outras questões que cada vez mais ganham peso na área. Pós-colonizar as Relações Internacionais, e mais precisamente sua Teoria, será necessariamente desconstruir não só um corpo teórico como também uma mente colectiva, sendo assim um processo doloroso, ambivalente, que requererá “to change the way we are” (Darby, 2007), uma redefinição de nossos desejos e de nossa identidade, pois nos parece necessário afirmar, com Boaventura, que “seja como for, (...) durante bastante tempo todos os nossos estudos, qualquer que seja o tema, serão também estudos identitários” (Santos, 2004: 45). Devemos assumir, então, de uma vez por todas, que a delimitação de caminhos teóricos pressupõe um entendimento de nós mesmos e de nosso Outro, do sentido de nossa dor, do nosso estar no mundo e, finalmente, nosso anseio por mudá-lo.

Bibliografia

- Ahmad, A. (1994). *Orientalism and after*. In Williams, P e Chrisman, L (comps.) *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Alker, H., Biersteker, T. (1995) [1984]. *The Dialectics of World Order: Notes for a Future Archeologist of International*. Em: Der Derian, J. (Ed.). (2005). *International Theory: Critical Investigations*. Londres: Macmillan, (pp. 242-276).
- Beier, J. M. (2002). *Beyond hegemonic state(ment)s of nature: indigenous knowledge and non-state possibilities in international relations*. In Chowdhry, G.; Nair, S (ed.). *Power, Postcolonialism, and International Relations: Reading Race, Gender, and Class*. Londres: Routledge, (pp. 82-114).
- Bhabha, H. K. (1994). *The Location of Culture*. Londres: Routledge.
- Bull, H. (1995) [1972]. *The Theory of International Politics, 1919-1969*. Em: Der Derian, J. (Ed.). (2005). *International Theory: Critical Investigations*. Londres: Macmillan, (pp. 181-211).
- Carr, E. H. (2001). *The Twenty Year Crisis 1919-1939: An Introduction to the Study of International Relations*. Basingstoke: Palgrave.
- Coronil, F. (2000). *Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo al globocentrismo*. In: Lander, E. (2005). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, Colección Sur Sur, (pp. 87-111).
- Chowdhry, G.; Nair, S (ed.) (2002). *Power, Postcolonialism, and International Relations: Reading Race, Gender, and Class*. Londres: Routledge.
- Darby, P (ed.) (2007). *Postcolonizing the International: working to change the way we are*. Honolulu: University of Hawai'i Press.
- Der Derian, J. (1995). *Introduction: Critical Investigations*. Em: Der Derian, J. (Ed.). (2005). *International Theory: Critical Investigations*. Londres: Macmillan, (pp. 1-11).
- Dirlik, A. (1994). *The Postcolonial Aura: Third World Criticism in the Age of Global Capitalism*. *Critical Inquiry*, 20, (pp.328-356).
- Dunn, K. C.; Shaw, T. M. (ed.) (2001). *Africa's Challenge To International Relations Theory*. Nova Iorque: Palgrave.
- Dunne, T.; Dunne, T.; Kurki, M.; Smith, S. (eds.) (2006). *Theories of International Relations: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press.
- Dussel, E. (1977). *Filosofia de Liberación*. México: Edicol.
- _____. (2005). *Europa, modernidade e eurocentrismo*. In: Lander, E. (2005) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, Colección Sur Sur , (pp. 55-70).
- Gonçalves, W. da S. (2003) *Relações Internacionais*. http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf (consultado na Internet em 14 de Julho de 2008).
- Grosfoguel, J. (2008). *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março 2008, (pp. 115-147).
- Grovogui, S. N. (1996) *Sovereigns, Quasi-Sovereigns, and Africans: Race and Self-Determination in International Law*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- _____. (2006). *Postcolonialism*. In Dunne, T; Dunne, T.; Kurki, M.; Smith, S. (eds.). *Theories of International Relations: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press, (pp. 229-246).
- Hall, S. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Haliday, F. (1994). *Rethinking international relations*. Londres: Macmillan.
- Harvey, D. (1993). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- Hoffman, S. (1995) [1977]. *An American Social Science: International Relations*. Em: Der Derian, J. (Ed.). (2005). *International Theory: Critical Investigations*. Londres: Macmillan, (pp. 212-241).
- Holanda, S. B. (1987). *Raizes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Jones, B. G. (ed.) (2006). *Decolonizing International Relations*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Keohane, R.; Nye, J. (1977). *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little Brown.
- Massey, D. (2007). *Imaginando a Globalização: geometrias de poder de tempo-espaco*. <http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed03/artogo05.pdf> (Consultado na Internet em 30 de Agosto de 2008).

- Mignolo, W. (2000). *Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. (2005). *The Idea of Latin America*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Morgenthau, H. J. (1985). *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.
- Quijano, A. (2000). El fantasma del desarrollo en América Latina. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Volume 6, Issue 2, (pp.73-90).
- _____. (1993). Raza, Etnia y Nación en Mariátegui: Cuestiones Abiertas. In Roland Morgues (org.). *José Carlos Mariátegui y Europa: El Otro Aspecto del Descubrimiento*. Lima: Empresa Editora Amauta S.A., (pp. 167-187).
- _____. (2005) Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: Lander, E (2005) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, Colección Sur Sur, (pp. 201-246).
- Ribeiro, G. L. (2005). Post-Imperialismo: para una discusión después Del post-colonialismo y del multiculturalismo. In Mato, D. (comp.) (2005) *Cultura, Política y Sociedad: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, (pp. 41-67).
- Said, E. (2007). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso.
- Santos, B. de S. (2001). Entre o Prospero e o Caliban: Colonialismo, Póscolonialismo e inter-identidade. In Ramalho, I; Ribeiro, A. S. (orgs.) (2001) *Entre ser e estar – Raízes Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Afrontamento, (pp. 23-85).
- _____. (2004). Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para além de um e outro. http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf (consultado na Internet em 23 de Julho de 2008).
- _____. (2005a). *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez Editora.
- _____. (2005b). *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez Editora.
- _____. (2006). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento.
- _____. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 79, (pp. 71-97).
- Shiva, V. (2001). *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Shohat, E.; Stam, R. (2006) *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Slater, D. (2000). Repensando as espacialidades dos movimentos sociais. Questões de fronteiras, cultura e política em tempos globais. In Alvarez, S.; Dagnino, E. e Escobar, A. (org.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak? In Nelson, C e Crossberg, L. (eds.) *Marxism and the Interpretation of Culture*. Londres: Macmillan.
- _____. (1993). *Outside in the Teaching Machine*. Londres: Routledge.
- Walker, R. B. J. (1993). *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wallerstein, I. (2004). *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham, North Carolina: Duke University Press.
- Waltz, K. (1979). *Theory of International Politics*. Nova Iorque: McGraw-Hill.
- Wendt, A. (1992). Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. *International Organization*, 46(2), pp. 391-425.

Cultura e poder: o papel político do Teatro do Oprimido em Moçambique e sua visibilidade internacional¹

Elizabete Sanches Rocha
 Universidade Estadual Paulista
 bsanches@netsite.com.br

Resumo: Desde 2001 o Grupo de Teatro do Oprimido de Maputo atua em diferentes regiões de Moçambique, respeitando suas várias línguas tradicionais e etnias. Concebida nos anos 1970 pelo dramaturgo brasileiro, Augusto Boal, esta estética hoje se encontra em mais de setenta países em todos os continentes, contribuindo nas lutas por emancipação social. A idéia de opressão, porém, para cada cultura e região, ganha sentido específico. Para Boal, todo teatro é político e guarda o poder de seduzir e de revelar as origens de nossos conflitos, apontando caminhos para sua resolução. O palco pode estar nas ruas, nas casas, em centros comunitários, enfim, onde houver interessados em atuar e em transformar realidades. Para Huntington, em O choque de civilizações, as diferenças culturais são o principal motivo de conflitos no século XXI. Pelo trabalho do TO, porém, pode-se perceber a cultura por outro prisma e reconhecer o que Joseph Nye, em O paradoxo do poder americano, chama de soft power, referindo-se ao poder suave que a cultura exerce nas relações internacionais. É possível, ainda,

¹ Agência financiadora: Fundação para o Desenvolvimento da UNESP – FUNDUNESP.

evocar a idéia de uma “cidadania multicultural”, na linha do que afirma Boaventura de Sousa Santos, em Reconhecer para libertar, ao evidenciar a necessidade de uma “Teoria da Tradução” das culturas em nome do respeito às diferenças e do convívio pacífico entre os povos. A partir de tais reflexões, pretende-se aqui demonstrar alguns resultados de nossa pesquisa atual sobre a internacionalização do Teatro do Oprimido, sua presença em Moçambique e as intersecções entre cultura e poder.

De todas as artes e ciências, a ciência e a arte soberana é a Política, porque nada lhe é estranho. A Política tem como objeto de estudo a totalidade das relações da totalidade dos homens. Portanto, o maior bem, cuja obtenção significará a maior virtude, é o bem político ... e o Bem Político é a Justiça!

Augusto Boal

Introdução

Muito se fala atualmente sobre o mundo em pedaços no qual se vive, sobre o poder dos meios de comunicação na configuração das relações humanas contemporâneas, sobre o surgimento de atores internacionais que colocam em xeque a hegemonia dos Estados e provocam uma revisão de muitos dos conceitos legitimados acerca das relações internacionais e da ordem mundial. O fenômeno cultural, muitas vezes, surge como um tema abordado por diferentes caminhos: legítima forma de poder, aparato do Estado capaz de forjar o imaginário nacional, mecanismo para se conseguir manter a hegemonia, bem como forma de cisão e de conflitos sociais. A despeito da dificuldade inerente ao tema, uma vez que, quando se trata de cultura, está-se lidando com um processo longo de construção de sentidos, há possibilidades reais de alargamento do debate rumo a uma reflexão em torno de seu papel em um contexto tão difuso como o que se apresenta nesse século XXI. Cabe, portanto, discutir teoricamente os avanços no âmbito desta temática, – que é tratada por especialistas das mais diferentes áreas de origem – bem como demonstrar possibilidades reais de trocas culturais existentes atualmente, com vistas à emancipação. Tratar de tais questões exige um olhar não somente para as experiências de intolerância cultural mundo afora, das quais há tantos exemplos. É preciso buscar o que tem sido realizado sob a égide de um paradigma pacificador e, até certo ponto, utópico, se forem consideradas as dificuldades que são encontradas sempre que se deseja atuar em uma lógica contrária à do capital e à do consumo – não só de bens e de serviços, mas de gostos e de afetos. No âmbito preciso da disciplina relações internacionais, as principais correntes de pensamento não apostam muito em tentativas emancipatórias. É, fundamentalmente, na direção contrária a este ceticismo ou “realismo” que se pretende empreender os esforços neste espaço de reflexão.

Desde 2001, o Grupo de Teatro do Oprimido de Maputo atua em diferentes regiões de Moçambique, respeitando suas várias línguas tradicionais e etnias. Concebida nos anos 1970 pelo dramaturgo brasileiro, Augusto Boal, esta estética hoje se encontra em mais de setenta países em todos os continentes, contribuindo nas lutas por emancipação social. A idéia de opressão, porém, para cada cultura e região, ganha sentido específico. Para Boal, todo teatro é político e guarda o poder de seduzir e de revelar as origens de conflitos, apontando caminhos para sua resolução, sem, contudo, negá-los ou forjar uma situação apática, em que não existiria a necessidade da contradição. Para Boal, socraticamente, é preciso sempre lidar em termos dialéticos com as realidades internas e externas que se revelam como desafios. O palco – local privilegiado para o exercício dialógico – pode estar nas ruas, nas casas, em centros comunitários, enfim, onde houver interessados em atuar e em transformar realidades. Para Huntington (1997), porém, em O choque de civilizações, as diferenças culturais são o principal motivo de conflitos no século XXI. Pelo trabalho do TO, por outro lado, pode-se perceber a cultura por um prisma libertário e reconhecer o que Joseph Nye (2002), em O paradoxo do poder americano, chama de soft power, referindo-se ao poder suave que a cultura exerce nas relações internacionais. Ao refletir sobre a atuação do Teatro do Oprimido, é possível, ainda, evocar a idéia de uma “cidadania multicultural”, na linha do que afirma Boaventura de Sousa Santos (2003), em Reconhecer para libertar, ao evidenciar a necessidade de uma “Teoria da Tradução” das culturas em nome do respeito às diferenças e do convívio pacífico entre os povos.

Diante de tais observações introdutórias, cabe considerar de maneira mais acurada a questão relativa à formação das identidades e ao papel da cultura no contexto atual, com vistas a explorar analiticamente as arestas deixadas pelas várias abordagens existentes a respeito de tal problema, sobretudo, na interação cultura/poder/identidade.

Sobre cultura e identidade no contexto das sociedades em rede

Malgrado se discuta e se escreva, contemporaneamente, com alguma ênfase e frequência, partindo de diferentes campos do conhecimento, sobre a temática cultural e suas interfaces, o conceito de cultura continua bastante controverso e digno de uma reavaliação. Sabe-se que até o advento de uma antropologia capaz de cuidar do cultural não mais em termos de valoração positiva da erudição e valoração negativa do popular, predominava a idéia segundo a qual era possível e desejável dividir o fenômeno cultural entre elevado e inferior, entre alta cultura e baixa cultura. A partir do século XX – apesar de ainda se manter, ao menos no nível do senso comum, a idéia segundo a qual existem pessoas que têm cultura e outras que não a possuem – assistiu-se ao advento de uma concepção menos elitista e segregacionista de cultura. Passa a ser aceitável considerar que povos até então julgados inferiores, pertencentes à categoria dos “bárbaros” e não dos “civilizados”, pudessem ser possuidores e produtores de valores, crenças, objetos de arte, línguas, que expressassem não um olhar menor sobre o mundo, mas uma legítima compreensão e uma interpretação social, apesar de distintas do olhar predominante dos

considerados povos adiantados. Inicia-se, portanto, um promissor período de investigações acerca do cultural, desmistificando conceitos construídos e sustentados epistemologicamente, como o consenso em torno da existência de um Estado de Natureza². Esta constatação, considerada empírica, mas, na realidade, conceitualmente construída, pôde ser sustentada por conta de uma série de validações argumentativas ao longo dos séculos, capazes de fundamentar epistemologicamente uma concepção de mundo que se fortaleceu com a conquista da América. Para Beate Jahn (2004, p. 29):

The Spaniards thus made an ontological assumption – all human beings had to have reason – on the basis of their religious belief. In the state of nature, all human beings were universally endowed with the potential for reason. But this potential needed to be developed and, thus, cultural differences could be explained either because this development had not yet taken place (the state of nature), or because the process of development had come to a halt (Índia, for instance, was considered as a stagnant culture), or because a culture was based on an incorrect understanding of the laws of nature (a false culture).

Portanto, o conceito de cultura permaneceu protegido em uma espécie de armadura capaz de justificar uma visão de mundo medieval/renascentista fundamentada na crença na superioridade dos povos europeus em relação ao Outro que se apresentou no contexto das conquistas marítimas. Para se compreender o diferente, foi preciso lançar mão do já conhecido. E nada melhor que cobrir tais desafios com o manto aparentemente incontestável, quase dogmático, da crença na existência de um Estado de Natureza. Para Hobbes (2000, p. 99), “a Condição Humana ... é a da Guerra de uns contra os outros ... e não havendo algo que o homem possa lançar mão para ajudá-lo a preservar a própria vida contra os inimigos, todos têm direito a tudo, inclusive ao corpo alheio.” O diferente, o inimigo, deve ser eliminado para a sobrevivência e mesmo para a existência do Eu. A identidade passa a ser compreendida, por esta premissa, como um fenômeno necessariamente originário da exclusão e não da agregação. Em termos da disciplina relações internacionais, não é exagerado dizer que seu mainstream se vale até hoje dessa visão de mundo que respondeu as dúvidas e acalmou os ânimos do homem medieval/renascentista em busca de respostas sobre o Outro e, é claro, sobre si mesmo.

Como anteriormente já foi dito, o século XX guarda mudanças significativas em relação a tais conceitos em torno do elemento cultural. Lentamente, as novas direções das correntes de pensamento vão criando fissuras na concepção tão amplamente difundida e defendida acerca do papel da cultura nas relações internacionais. Ainda assim, porém, é fato que este debate encontra controvérsias muito instigantes e, entre elas, há uma discussão relevante sobre o próprio conceito ou definição – se é que se permite usar este último termo – de cultura. Assim é que Volker Depkat (2004, p. 178) expõe com clareza os impasses desta questão, em termos conceituais propriamente ditos:

The definition of “culture” remains a controversial issue. The term itself is not only highly disputed and means different things to different people; it also has different connotations in different national frameworks. Curiously, cultural studies experts have not been particularly interested in defining its objects. I want to sketch out two layers of the term and their analytical implications: first, culture as products of art; second, culture as systems of meaning that make sense out of the world in which people live.

Como se vê, não se trata de um conceito definido, mas antes de um conjunto de significações, por assim dizer, acerca do fenômeno cultural. Mas não se pode negar que, embora, segundo o autor, o ponto central para os especialistas nos estudos culturais não esteja na delimitação precisa do termo, contemporaneamente a clássica visão segundo a qual a cultura poderia representar, na verdade, um grau de desenvolvimento ou de estagnação de grupos sociais não encontra respaldo entre os estudiosos provenientes das mais diversas áreas de especialização dentro das ciências humanas: “Nesse duplo conjunto de acepções, deixou de ter sentido o legado categorial do século XIX, subsistente até hoje, da oposição entre cultura e barbárie” (Martins, 2007, p. 43). Cabe, portanto, marcar esta percepção – que se considera aqui como um indubitável avanço nas reflexões sobre este tema – ainda que não esteja se buscando o exato sentido de cultura. Nesse mesmo caminho, é importante lembrar a condição cultural em tempos de fragmentação social. Ao final e ao cabo, a pergunta que se coloca parece ser outra. Não mais o questionamento acerca de qual seria a definição de cultura – que se poderia, com Geertz (1978, p. 58), considerar como sendo uma rede de significados compartilhados, – mas o ponto principal residiria em como compreender o fenômeno cultural no contexto de um tempo cada vez mais efêmero e de um espaço cada vez mais delimitado pelas não-fronteiras da informação instantânea, de “um mundo em pedaços”, usando as próprias palavras do autor (Geertz, 2001, p. 191). Há indicadores, portanto, de que há muito mais a se discutir contemporaneamente sobre cultura do que se poderia pensar em termos tão-somente de delimitação conceitual. Na realidade, talvez se esteja falando da impossibilidade mesma de uma rigorosa definição de cultura no contexto atual:

A visão da cultura, de uma cultura, desta cultura, como um consenso em torno de elementos fundamentais – concepções comuns, sentimentos comuns, valores comuns – parece muito pouco viável, diante de tamanha dispersão e desarticulação; são as falhas e fissuras que parecem demarcar a paisagem da identidade coletiva. Seja o que for que define a identidade no capitalismo sem fronteiras e na aldeia global, não se trata de acordos profundos sobre questões profundas, porém de algo mais parecido com a recorrência de divisões conhecidas, argumentos persistentes ou

² Para Hobbes (2000, p. 97), “Os povos selvagens de vários lugares da América, com exceção do governo de pequenos Grupos, cuja concórdia depende da concupiscência natural, não possuem um Governo geral e vivem em nossos dias (1.651) da forma embrutecida acima referida.”

ameaças permanentes, e com a idéia de que, haja o que mais houver, de algum modo é preciso manter a ordem da diferença. (Geertz, 2001, p. 219).

Apesar desta constatação, manter “a ordem da diferença” não constitui tarefa simples nem fácil para estudiosos e para as pessoas comuns que circulam pelo mundo todos os dias em contato e em conflito permanentes com os Outros mais diversos em termos culturais. Para os Estados, que buscam a manutenção ou a conquista de suas solidez e hegemonia em um cenário anárquico – como revela a metáfora do jogo de bilhar – e em busca de uma espécie de balança ou equilíbrio de poder, talvez seja mesmo impensável lidar com o diferente sem que este seja um inimigo em potencial. No que tange, particularmente, às relações internacionais, como disciplina, parece haver certo consenso em torno do que Huntington (1997, p. 18) afirmou sobre o inevitável choque das civilizações na nova ordem mundial. Para o autor, seguindo as bases do pensamento hobbesiano, “os inimigos são essenciais para os povos que estão buscando sua identidade e reinventando sua etnia e as inimizades que têm um potencial mais perigoso estão situadas cruzando as linhas de fratura entre as principais civilizações.”

Pensar as culturas ou, conforme a terminologia adotada por Huntington (1997), as civilizações, em termos de necessários e inevitáveis conflitos irreconciliáveis, apresenta algumas especificidades e alguns efeitos que pode ser relevante explorar. Quando se trata da formação e da manutenção de identidades, sejam elas individuais ou de grupos, claro está que elementos diferentes são postos em jogo. É assim que se aprende desde sempre a ser: não sendo o Outro. Do ponto de vista de Huntington (1997, p. 20), também é inquestionável que “Nós só sabemos quem somos quando sabemos quem não somos”. Mas o autor acrescenta: “quando sabemos contra quem estamos”. A pergunta que se coloca é a seguinte: será sempre, necessariamente, pelo processo de rejeição, de combate ao Outro, que a identidade poderá lograr sua existência? Esta seria a única possibilidade de identificação do Eu diante do Outro?

Para Martins (2007, p. 41), “A consciência da diferença, necessariamente decorrente da contemplação do outro, pode derivar para a assimilação, para o contraste, para a rejeição. No entanto, o fiel do processo decisório é a consciência da diferença.” Sem entrar nas particularidades de cada processo e nos seus efeitos na formação identitária e na reconfiguração dos valores compartilhados pelo grupo, devem-se salientar os caminhos diversos que pode tomar o processo de formação de identidades. Se é certo que a identidade de rejeição se apresenta como um processo bastante comum na história cultural, não é menos correto afirmar que a assimilação e o contraste – ambos com seus resultados igualmente violentos e nocivos, embora em diferente grau e a se operar de modo mais sutil – também são componentes efetivos nos diversos processos de formação de identidades.

Cumprir investigar, por meio da motivação sugerida pela afirmação de Huntington, as possibilidades reais da emersão de identidades capazes de suplantar este paradigma epistemológico segundo o qual o homem é mesmo o lobo do homem. Tome-se, como ponto de partida, outra asserção do autor:

Odiar é humano. Para sua autodefinição e motivação, as pessoas precisam de inimigos: concorrentes nos negócios, rivais nas realizações, adversários na política. Elas naturalmente desconfiam daqueles que são diferentes e que têm a capacidade de lhes causar prejuízo e as vêem como ameaças. A resolução de um conflito e o desaparecimento de um inimigo geram forças pessoais, sociais e políticas que fazem surgir outros ... a tendência do ‘nós’ contra ‘eles’ é, na arena política, quase universal. (Huntington, 1997, p. 160).

Generalizar de tal modo a tendência do comportamento e dos sentimentos humanos pode ser arriscado. Se odiar é humano, é razoável considerar a possibilidade de que amar também o seja, ainda que se tenham mais exemplares da capacidade humana de aniquilamento do Outro ao longo da História, do que propriamente de colaboração ou diálogo fraternos. Independentemente, porém, das escolhas sociais que, historicamente, a humanidade tem feito, é evidente que a capacidade de amar seja, potencialmente, um componente humano. Se para Maquiavel (2006, p. 102), o príncipe deveria ser temido para bem governar, é legítimo repensar sobre o poder de um governante que não seja temido, mas amado. O mesmo princípio pode se aplicar às diferenças culturais. Elas não precisam ser – como se isso fosse algo estabelecido aprioristicamente – apenas objeto de cisão, mas também de aproximação entre diferentes grupos sociais, malgrado suas inevitáveis particularidades e idiossincrasias. Não se pode tomar como natural o que é social e construído. Assim como a noção de Estado de Natureza resultou de um processo de construção argumentativa ao longo dos séculos, de modo a atender a visão de mundo européia e “civilizada” dos conquistadores, é preciso cuidar para que certas “verdades” acerca do diferente não sejam tomadas como algo posto, ainda que estejam bem fundamentadas em correntes de pensamento já há muito legitimadas. É útil lembrar, a esse respeito, o que afirma Jahn (2004, p. 31):

It is the abstraction from empirical realities embodied in this ontological assumption of the state of nature, its use as a purely theoretical and logical device, which hides the fact that its validity was based on a concrete empirical reality. Only when we trace the concept back to its historical origins can we uncover its meaning and dismantle its claim. For what we find there is that the assumption of a universal state of nature identified with reason and morality was not derived from empirical evidence; on the contrary, it was a culturally peculiar concept derived from religious belief, and only subsequently read back into Ameridian societies.

Para a mesma autora, o poder da cultura reside justamente no fato de ser perfeitamente possível se construírem conceitos aceitos e validados ao longo do tempo com a capacidade de se criar uma verdade posta e quase dogmática acerca do tema. No caso específico da noção de Estado de Natureza, não há dúvida de que tal construção serviu e vem servindo a

um paradigma de pensamento estabelecido e que deseja manter sua hegemonia: “Whether and how human beings use their ‘knowledge’ about the world depends on a political and moral decision, which is in no way dictated by de ‘facts’ themselves.” (Jahn, 2004, p. 36).

Com a capacidade de construção e consolidação de idéias e conceitos, as formações culturais também guardam o poder de forjar identidades, conforme os interesses que estejam em jogo. É no mínimo instigante pensar nas razões que levaram a equação cultura/poder a ocupar um exíguo espaço na agenda da disciplina relações internacionais, se for considerado com clareza e sem mistificações o alcance de ações culturais das mais diversas formas ao longo da História. Segundo Depkat (2004), não há como negar o papel exercido pela cultura no debate acerca do imperialismo estadunidense, por exemplo. O autor salienta a relevância explícita que, contemporaneamente, é dada ao tema, apesar de este ter sido um assunto velado até muito recentemente, embora colocado em prática na política externa, com eficiência, tendo em vista o alcance do American way of life, particularmente a partir de 1945, no imediato pós-guerra:

Defining culture as product of art in the broadest sense can lead to debates about cultural imperialism and the attempts of one nation to impose its cultural goods as well as its ideology and way of life on another country. This becomes particularly obvious in the numerous studies on the role of U.S. cultural diplomacy after 1945 and its effect on the minds of people abroad. Scholars writing in the early postwar period deplored the absence of an aggressive U.S. cultural foreign policy. But more recent studies have retraced a deliberate effort on the part of American policymakers to spread American culture in Europe to secure the American influence, manipulate consumers abroad, and expand the national market. (Depkat, 2004, pp. 178-179).

Um dos conhecidos autores a chamar a atenção para a importância em se investir mais no alcance da cultura estadunidense, a fim de aumentar sua influência mundo afora e de manter sua hegemonia, é Joseph Nye (2002). Para ele, assim como explica Depkat (2004), o poder brando, soft power, norte-americano já exerce um papel importante na difusão dos valores nacionais. Cabe estimular mais este poderio, valorizando sua capacidade de conquista pela sedução e não pela coação. Obviamente, trata-se de um olhar consoante ao atual quadro evidenciado por Depkat (2004). Se antes este fator era considerado em termos secundários pelos policymakers, agora é absolutamente recomendável que a política externa seja marcada por menos arrogância, segundo Nye (2002, p. 16), e mais consideração ao sutil poder cultural³. Para Nye (2002, p. 37), “Se eu conseguir levá-lo a querer fazer o que eu quero, não precisarei obrigá-lo a fazer o que você não quer. Se os Estados Unidos representarem valores que os outros queiram adotar, a liderança nos custará menos.” O poder brando, portanto, guarda a capacidade de sedução e de atração. Nesse principal ponto reside sua eficiência em tempos em que se valoriza mais o bem-estar e menos as baixas advindas das guerras (Nye, 2002, p. 32): “As sociedades pós-industriais aspiram mais ao bem-estar que à glória e não toleram baixas elevadas, a menos que a sobrevivência esteja em jogo.” Nesse sentido, cabe salientar, portanto, que, embora se esteja falando de um elemento que é parte integrante da política, a cultura sempre foi tratada – não de modo ingênuo, mas proposital – como um acréscimo, um adendo, pelas principais teorias das relações internacionais. Tal abordagem, do ponto de vista da antropologia mais recente, é absolutamente contrária à própria compreensão do conceito de Homem: “A cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela – a principal base de sua especificidade.” (Geertz, 1978, p. 58). Para Jahn (2004, p. 28), trata-se de algo deliberado: esconde-se o real poder da cultura, transformando-a de parte integrante das teorias em um simples anexo:

Culture is “part and parcel” of traditional international relations theory and what appears as “amnésia” does not indicate an absence of the concept but rather its invisibility, for it constitutes the “other” to the central concept on which international relations theory is built: the concept of the state of nature.

O que não se pode negar, porém, é que esta discussão não ocupou nunca a periferia das decisões políticas, de fato. Ela nunca foi, realmente, posta de lado, porque se trata de uma importante ferramenta para o poder político. Não revelar este poder, todavia, torná-lo invisível, não significa que ele não tenha sido explorado com grande êxito⁴. Para Depkat (2004, p. 179), “Culturally constructed mental maps ... run through every fibre of the social economic, and political fabric ... actually produce entities like nation-states and notions of the other; they constitute the morphology of international relations”. Nesse sentido, cabe repensar o papel atribuído à cultura por Huntington (1997). É preciso refletir sobre o quanto parece útil, para se manter determinada hegemonia, simplificar o problema cultural em termos de gerador de conflitos. Huntington (1997, p. 18) ilumina bem o debate ao afirmar que “a cultura conta e a identidade cultural é o que há de mais significativo para a maioria das pessoas.” Daí em diante, porém, esta asserção será fundamentada em argumentos que sempre colocarão a identidade cultural como matriz de conflitos. O alerta para que o mundo ocidental se proteja de possíveis ataques vindos do mundo não-ocidental, especialmente dos muçulmanos, revela, na realidade, a expectativa de que este Outro atinja um modo de vida civilizado, laureado pelo chamado desenvolvimento, sempre nos moldes ocidentais. E o mais importante: a própria rejeição que o autor atribui aos não-ocidentais em relação ao mundo ocidental se justifica em termos de ressentimento (Huntington, 1997, p. 113). Em outras palavras: as diferenças culturais e a superioridade ocidental provocariam um desejo nos não-

³ O presidente norte-americano recentemente eleito, Barack Hussein Obama, sinaliza para uma valorização efetiva do poder da diplomacia e dos valores culturais em sua política externa, o que ajuda a compreender, em parte, a enorme euforia mundial em torno de seu futuro governo.

⁴ Ver, por exemplo, Edward Said (1995), a respeito do poder da cultura na formação do imaginário e da identidade das colônias, especialmente da Índia sob o domínio inglês.

ocidentais de atingir o mesmo patamar de poder. Para Huntington (1997, pp. 157-158), parece estar claro que, para evitar os conflitos, o diferente deve se tornar igual.

Na chamada sociedade em rede (Castells, 1999, p. 17), não é de se supor que as culturas se isolem em seu conjunto próprio de significados compartilhados. Ao contrário, o que se assiste é ao surgimento de uma rede cada vez maior de contatos entre os diferentes, mundo afora, encontros facilitados, obviamente, pela agilidade da informação em tempo real. Com as novas tecnologias da informação, é de se esperar que os desafios também se potencializem, ao mesmo tempo em que as proximidades também se intensifiquem. Dialecticamente, porém, é limitador analisar um fenômeno como este, capaz de encurtar as distâncias e o tempo, tomando apenas o aspecto possível dos choques e dos conflitos entre culturas distintas. É razoável também pensar na abertura fornecida pelos atuais mecanismos mundiais de comunicação, que são potencialmente capazes de gerar possibilidades de um conhecimento, até bem pouco tempo, impensado entre os mais diferentes rincões do mundo. Para Huntington (1997, p. 69), porém, consoante à mesma linha de raciocínio acerca da necessidade de se detectar quem é o inimigo principal do Ocidente na contemporaneidade, as comunicações mundiais representam o grande poder ocidental em relação aos não-ocidentais. O que, para ele, inevitavelmente, causa sentimentos de inferioridade e de ressentimento – combustíveis para futuros conflitos:

As comunicações globais são uma das mais importantes manifestações contemporâneas do poderio ocidental. Contudo, essa hegemonia ocidental estimula políticos populistas em sociedades não-ocidentais a condenar o imperialismo cultural ocidental e a convocar seus públicos a preservarem a sobrevivência e integridade de suas culturas autóctones. Desse modo, o grau em que as comunicações globais são dominadas pelo Ocidente é uma das principais fontes de ressentimento e hostilidade não-ocidentais contra o Ocidente.

Importante se faz tomar a reflexão de Martins (2007) a respeito do elemento cultural nesse contexto que privilegia a interconexão de idéias e de cosmovisões, certa fusão entre elementos autóctones e contribuições exógenas, encontros estes inevitáveis dadas as características da chamada sociedade em rede. Para o autor (Martins, 2007, p. 29), não há dúvida sobre o caráter específico que toma a cultura em tempos de intensas trocas, beneficiadas, sobretudo, pela informação rápida, o que torna, de certo modo, “a cultura ... uma incógnita na cena internacional contemporânea.” Isso porque um clássico conceito antropológico – o conjunto de valores, crenças, costumes e manifestações artísticas de um povo, sua maneira de viver – já não é suficiente para abarcar o fenômeno cultural na atualidade. Longe, porém, de abordar tal desafio seguindo a linha de Huntington (1997), é possível refletir sobre a questão cultural na contemporaneidade e o lugar que ocupa na sociedade em perspectiva mais ampla, não reducionista ou dicotômica. Martins (2007, p. 29), ao se debruçar sobre a temática, ilumina o problema demonstrando não o aspecto de uma necessidade de luta pela sobrevivência cultural de determinados grupos em relação a outros, como fica explícito na afirmação de Huntington (1997, p. 69), mas realizando uma abordagem que busca a compreensão do fenômeno em suas várias arestas. De fato, torna-se bastante simplista uma avaliação que condene, de certa forma, o atual estágio das comunicações ocidentais por despertar sentimentos de inferioridade nos que, por vários motivos, não compartilham de tal poder. É útil lembrar, aqui, o que Santos (2003, p. 442) reflete sobre as diferentes formas de atribuição de sentidos nas diferentes culturas. O autor usa o exemplo do sentido atribuído à dignidade humana, que assume significações bem distintas conforme o lugar cultural do qual parte sua interpretação. O mesmo pode ser dito do “poderio ocidental” representado pelas comunicações. O que de fato é motivo de orgulho para o Ocidente, respeitando sua lógica desenvolvimentista, não o é, necessária e obrigatoriamente, para os não-ocidentais. Então, pensar as comunicações, o elemento cultural inserido nessas redes de informação, como potenciais causas de ressentimento nos Outros, pode ser visto como bastante ingênuo, para não dizer, etnocêntrico. Voltando ao que Martins (2007, p. 29) esclarece sobre o fenômeno cultural contemporâneo, é útil citar:

Inspirado em Manuel Castells, Mathews indica que há, na sociedade moderna da informação, uma espécie de hipermercado global da cultura, em cujo âmbito identidades e distinções se conformam e, eventualmente, se opõem. Tanto no contexto nacional como no internacional, a cultura segue três vertentes: a individual, a coletiva e a pública ou estatal. As três vertentes estão mergulhadas em um sistema de circulação de idéias e de produtos chamado mercado. Por intermédio da informatização da sociedade – o que inclui os meios de comunicação social clássicos, como a imprensa, o rádio, a televisão e o cinema –, pode-se constatar que concorrem com os elementos particulares da autoafirmação os elementos globais que circulam a bordo desses meios e que inspiram adesões ou rejeições.

Como se pode depreender da citação acima, conforme diferentes autores, trata-se de uma circulação de idéias e de cosmovisões única na História e que pode ser inspiradora de uma conformação, uma reconfiguração cultural, em cujo seio residem fatores não somente de rejeição do diferente, mas também um amálgama resultante desse remodelamento proporcionado por algo que mais parece um hipermercado global. Evidentemente, os conflitos são um componente importante de tal fenômeno e devem ser considerados. Sua simplificação, todavia, não ajuda muito na compreensão do remapeamento cultural. Antes, serve muito à mistificação de um fenômeno social múltiplo e idiossincrático em sua origem.

Malgrado todas as revisões realizadas durante o século XX em relação ao que se entendia por cultura, por barbárie ou por civilização, chama a atenção a maneira como são colocadas afirmações que tentam explicar a origem privilegiada de choques, que podem resultar em conflitos bélicos, tomando como base as diferenças culturais ou entre a civilização ocidental e os Outros. Vale a pena, para efeitos de clareza, novamente citar Huntington (1997, p. 28):

Aqueles que têm uma herança cristã ocidental estão fazendo progresso na direção do desenvolvimento econômico e da política democrática. Nos países ortodoxos as perspectivas de desenvolvimento econômico e político são incertas. Nas repúblicas muçulmanas, as perspectivas são sombrias.

Daí a insistência do autor na idéia segundo a qual apenas culturas com aspectos comuns podem realizar alguma integração de cunho econômico, por exemplo. Quanto a este ponto, deve ser salientado que fatores culturais comuns podem ser facilitadores, evidentemente, nas trocas comerciais e políticas. Não há dúvida quanto a isso e as tentativas integracionistas, como o Mercosul e a União Européia, dão claras demonstrações nesse sentido, apesar das dificuldades que também enfrentam e das gigantescas diferenças culturais que ambos demonstram em sua constituição. O ponto principal reside em outro aspecto levantado por Huntington: sua crença no inevitável choque entre as culturas diferentes. Para abordar esta questão de outro ponto de vista, é relevante tomar novamente algumas considerações de Santos (2003, p. 442) acerca da incompletude das culturas. Para o autor, não há culturas completas. A incompletude é fato inerente ao fenômeno cultural. A dificuldade de se identificarem as fissuras existentes em todas e em cada cultura está justamente no fato de não se conseguir – nem se esforçar para – olhar com certo distanciamento, em perspectiva, o Outro. Para Santos (2003, p. 442), “A idéia de completude está na origem de um excesso de sentido de que parecem sofrer todas as culturas e é por isso que a incompletude é mais facilmente perceptível do exterior, a partir da perspectiva de outra cultura.”

Seguindo este caminho reflexivo, Santos (2003, p. 444) propõe o que ele denomina hermenêutica diatópica, que consiste em um procedimento interpretativo fundamentado no diálogo e no respeito entre culturas diferentes, com o objetivo não de torná-las completas, posto que isso seria impossível, – e representaria uma espécie de mutilação – mas de ampliar o mútuo reconhecimento para facilitar o processo de aproximação. É bom lembrar que o conflito é um componente necessário desses encontros culturais, como também é preciso que haja a diferença para o estabelecimento da identidade. Mas tal choque não precisa ser motivo de cisão, obrigatoriamente. Muito menos de iniciativas bélicas. A diferença também pode ser estímulo para aprendizado e colaboração.

Santos (2003) fornece vários estudos de caso capazes de exemplificar o caminho percorrido por experiências de trocas bem-sucedidas no campo cultural – aparentemente irreconciliável. Para tal, o autor toma o exemplo do entendimento que se tem da dicotomia religioso/secular no seio do hinduísmo, para revelar que até mesmo os significados atribuídos a estes conceitos não coincidem em termos de Ocidente/Oriente:

Por exemplo, o que conta como secular em uma sociedade em que existem várias culturas não-ocidentais pode ser considerado religioso quando visto da perspectiva de qualquer dessas culturas ... nem mesmo no Ocidente a secularização foi alguma vez plenamente atingida. O que conta como secular é o produto de um consenso ... Além disso, as raízes judaico-cristãs dos direitos humanos – a começar, nas primeiras escolas modernas do direito natural – são demasiado visíveis para serem ignoradas. Em face disto, a própria distinção entre o secular e o religioso deve ser submetida à hermenêutica diatópica. (Santos, 2003, p. 445).

Ao discutir as limitações dos direitos humanos, Santos (2003) toma esta questão como parte de uma longa discussão sobre a validade das verdades construídas socialmente e postas como algo empírico. Vale recordar o que já se debateu aqui sobre a noção de Estado de Natureza. Para Santos, portanto, é preciso verificar as arestas existentes no caminho de encontros entre diferentes cosmovisões. E a isso serviria um exercício pautado pela hermenêutica diatópica. Exigir ou requerer que no plano da cosmovisão hinduísta se compreenda a divisão entre secular e religioso do mesmo modo que o fazem os ocidentais é negar a existência de uma pluralidade de significações em uma igualmente pluralidade de culturas. É requerer uma completude inexistente.

O autor segue demonstrando as incompletudes e as conseqüentes visões desencontradas tanto do mundo hinduísta quanto do judaico-cristão. Para uma compreensão, que talvez seja possível definir como holística, sustentada pelos hindus, “os direitos humanos são incompletos na medida em que não obedecem à ligação entre a parte (o indivíduo) e o todo (o cosmos) ...” (Santos, 2003, p. 446). Já do ponto de vista ocidental, “o dharma também é incompleto, dado seu viés fortemente não-dialético a favor da harmonia, ocultando assim injustiças e negligenciando totalmente o valor do conflito como caminho para uma harmonia mais rica.” (Santos, 2003, p. 446).

Santos (2003, p. 451) conclui afirmando que “A hermenêutica diatópica exige uma produção do conhecimento ... baseada em trocas cognitivas e afetivas que avançam por intermédio do aprofundamento da reciprocidade entre elas.”

Percepções acerca dos sentidos atribuídos a poder

De acordo com Martins (2007, pp. 25-26), não se pode ainda considerar a existência de uma sociedade internacional, apesar das legítimas tentativas na direção de seu estabelecimento e malgrado a “transnacionalidade evidente das culturas”. Para o autor, cabe uma reflexão atenta sobre os sentidos atribuídos a poder, cuja conceituação “é tão antiga quanto a tradição organizacional que precede a esse sistema ...” Desde a Antigüidade Clássica, vocábulos como poder, potência, força, autoridade, pertencem ao campo semântico da política, conforme lembra Martins (2007, p. 25). A interpretação de poder, durante a era moderna, contudo, vai se moldando pela “identificação com a instituição estatal e, em seguida, com a pessoa do soberano individual ...” Conforme o autor (Martins, 2007, p. 27):

Essa superposição simplificadora é estratégica para os projetos de hegemonia interna das dinastias reinantes, no processo – sobretudo europeu – de centralização monárquica. O poder assim concebido ocupa espíritos críticos como Hobbes

e Pufendorf, para os quais a dimensão moral do poder e de seu exercício é crucial. Sendo o poder uma faculdade indelegável, e não compartilhável, seu controle pelo critério moral seria indispensável.

Para Joseph Nye (2002, p. 38), é evidente que há um entrelaçamento entre as várias formas de manifestação tanto do hard quanto do soft power. Todavia, segundo o autor, o poder brando não depende do poder bruto para promover mudanças significativas na sociedade e na política ou mesmo para manter uma ordem estabelecida, malgrado a ação das formas clássicas de poder: “Mas o poder brando não é o mero reflexo do bruto. No século XIX, o Vaticano não se viu privado dele por ter perdido os Estados papais na Itália.”

É relevante tomar esta observação de Nye (2002), a fim de cotejá-la com o que Huntington (1997) elabora a respeito das possibilidades reais do poder brando na arena política. Para ele, o soft power está sempre na dependência das ações do hard power, apesar de reconhecer que a cultura conta – sobretudo, como se viu, na geração de novos conflitos mundo afora. Discordando de Nye (2002), o autor não acredita na possibilidade de que o poder brando seja tão importante quanto o poder duro de comando. Para Huntington (1997, p. 111):

O poder suave só é poder quando se apóia numa base de poder duro. Aumentos no poder duro econômico e militar produzem maior auto-confiança, arrogância e crença na superioridade da cultura própria ou do poder suave próprio, em comparação com os de outros povos. Decréscimos de poder econômico e militar conduzem à dúvida sobre si mesmo, a crises de identidade e a tentativas de encontrar em outras culturas as chaves para o êxito econômico, militar e político.

De acordo com as considerações expostas acima, podem-se destacar duas acepções principais de soft power: a primeira – mais próxima do conceito clássico de poder entre os politólogos – considera a persuasão e o convencimento como formas possíveis de conseguir o que se deseja, mas prioriza o poder de coação como ferramenta para se alcançar o que se almeja, colocando claramente o soft power em um segundo plano, dependente do hard power; a segunda acepção encontra respaldo em autores, como Nye (2002), por exemplo, que avançam na discussão, ao entender o soft power de modo mais profundo e amplo, como sendo um efetivo e independente poder informal, por assim dizer, que reside nos meios de comunicação social, nos organismos não governamentais, nos movimentos sociais, entre tantos outros exemplos que o próprio autor cita (Nye, 2002, p. 40):

Mas o poder brando não está nas mãos do governo no mesmo grau que o bruto ... Pelo contrário, boa parte dos recursos do poder brando está separada do governo americano e só corresponde parcialmente aos seus propósitos. Por exemplo, no período da Guerra do Vietnã, a política governamental e a cultura popular conflitavam. Hoje em dia, as empresas americanas populares e os grupos não governamentais desenvolvem o seu próprio poder brando, que pode coincidir ou colidir com as metas externas da política oficial.

Nesse sentido, apesar de operar na mesma lógica hobbesiana adotada por Huntington (1997), Nye (2002) contribui para o aprofundamento das reflexões em torno da cultura como poder. Para o autor (Nye, 2002, p. 40), o soft power não se limita ao aspecto cultural, pois se encontra nas mais variadas formas de expressão da capacidade de exercer a vontade do Eu sobre o Outro: “Os valores que o nosso governo representa em seu comportamento interno (por exemplo, a democracia), nas instituições internacionais (ouvindo os outros) ... também afetam a preferência dos demais.” Desse modo, malgrado esteja preocupado com o paradoxo americano, ou seja, como os Estados Unidos conseguirão manter sua hegemonia em um mundo globalizado, o autor colabora com as reflexões que consideram a cultura não exclusivamente forma de fragmentação. Para Nye, não há dúvida, é pela cultura que se podem operar com sucesso as novas relações sociais: nacionais e internacionais.

O Grupo de Teatro do Oprimido de Maputo: poder político e visibilidade internacional

As reflexões de Manuel Castells (1999) acerca da formação de identidades na era da informação podem contribuir para iluminar o que se passa com a experiência do Grupo de Teatro do Oprimido no caso específico de Moçambique. Para o autor (Castells, 1999, p. 24), há três formas principais de identidade a ocupar espaço significativo nas sociedades contemporâneas: a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade de projeto. Há um claro entendimento, para este autor, de que as atuais formas de resistência são guiadas por uma lógica que respeita as características do tempo atual. Assim, os meios de comunicação de massa, a instantaneidade dos contatos pessoais e entre organizações – governamentais ou não – moldam um novo padrão de valores e de expectativas. Como Geertz (2001), Castells (1999) também vê uma intensidade nas trocas culturais que realizam uma mudança no próprio paradigma de formação cultural e, conseqüentemente, identitário.

Vale a pena explorar melhor os três tipos de identidade acima mencionados. A identidade legitimadora tem como principal característica o fato de ser introduzida institucionalmente, forjando uma estrutura racionalizada, um conjunto de organizações que também pode ser denominado de sociedade civil. Não seria errôneo afirmar que a chamada identidade nacional encontra respaldo justamente neste aspecto legitimador descrito por Castells (1999, pp. 24-25).

A chamada identidade de resistência se localiza nas vozes de atores sociais periféricos, desprivilegiados e descontentes, que buscam efetivamente sobreviver pautando-se por normas e princípios diferentes dos estabelecidos e devidamente legitimados, social e politicamente. (Castells, 1999, pp. 24-25).

Por outro lado, a identidade de projeto pode ser compreendida como a materialização, propriamente dita, de uma intencionalidade e de uma luta logradas a partir da identidade de resistência. Em outras palavras, quando se atinge um contexto em que se possa falar em identidade de projeto, isso significa que os atores sociais conseguiram construir,

efetivamente, “uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.” (Castells, 1999, p. 24). Para o autor (Castells, 1999, p. 24), um bom exemplo desta conquista seria o “feminismo que abandona as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram.”

Para tratar, especificamente, da experiência do Teatro do Oprimido em Moçambique, é importante fundamentar alguns conceitos que orientam a compreensão que esta estética apresenta sobre determinadas questões, como a identidade, que aqui já foi bastante explorada de acordo com diferentes visões. Para Boal (2003, p. 52):

Nossa identidade é feita pelo que somos e pelo que são os outros, e que nos permite ser o que somos, em nossa relação com eles. Sou pai porque tenho filhos; homem porque existem mulheres. Na globalização, porém, isola-se o indivíduo para que perca esta parte essencial da sua identidade: as diferenças. Isola-se o indivíduo para que perca sua individualidade.

É possível apreender, a partir desta citação, o caminho percorrido pelas reflexões de Boal (2003), que são muito consoantes à visão crítica de um mundo fragmentado, que já foi enfatizada por tantos teóricos, entre os quais, alguns aqui mencionados, como Castells (1999) e Geertz (2001). Trata-se de uma estética que tem em suas raízes a principal preocupação com aquela parte da sociedade que não foi agraciada pelas conquistas e pelos bônus advindos da globalização, com sua redução de tempo e de espaço. Importa, antes, ao Teatro do Oprimido, encontrar formas pacíficas, pelas técnicas teatrais, de resistência à lógica opressora de um sistema social que não foi pensado nem formatado para atender a todos. É bom lembrar o paradigma hobbesiano já tratado neste espaço. Sem esgotar as possibilidades presentes na Estética do Teatro do Oprimido, uma vez que este não é o objetivo deste trabalho, para efeitos de maior compreensão do universo ético e estético com o qual ele opera, porém, é relevante citar Boal (2003, p. 150) uma vez mais:

Uma sessão de Teatro do Oprimido sempre tem caráter subjuntivo: e se fosse assim? Como seria se assim fosse? Além de subjuntivos, somos socráticos: com perguntas, temos que fazer com que cada sentenciado descubra verdades. Como Sócrates fazia com seus alunos: perguntava. Ao responder, os alunos descobriam o que, no íntimo, já sabiam.

Operando sempre de forma dialógica, esta estética não se limita a um conjunto de técnicas (Boal, 2003, p. 146) – embora haja uma diversidade de orientações específicas conforme cada sessão, uma vez que o trabalho pode ser realizado em setores muito específicos da sociedade, como em penitenciárias públicas, por exemplo. Antes de se caracterizar por um conjunto de ferramentas, o TO fundamenta suas bases em princípios éticos que têm como principal premissa humanizar os homens. Desse modo, onde quer que ele esteja sendo desenvolvido, o objetivo e a matriz filosófica são os mesmos. A emancipação, portanto, passa não somente pelos setores sociais, mas antes pelo microcosmo individual. Por essas razões, o TO é largamente adotado não somente por homens e mulheres de teatro, mas por pedagogos, psicólogos, professores e até mesmo por algumas correntes mais contemporâneas que envolvem os estudos para a paz⁵.

Feita esta pequena introdução aos princípios da Estética do Teatro do Oprimido, cabe desenvolver alguns aspectos sobre o caso selecionado para demonstrar que cultura não pode ser abordada apenas como elemento de dissuasão, mas também enquanto forma de autoconhecimento e de manifestação de autonomias identitárias. Cultura aqui está sendo compreendida não somente em sua vertente artística, ou seja, como manifestação estética. De fato, o TO pode e deve ser pensado também por essa via. Contudo, o que se destaca é o sentido de cultura como elemento próprio da condição humana, para muito além de suas formas materializadas em objetos de arte, como o teatro. A cultura vista como parte integrante do homem, não como uma extensão de sua experiência. Para efeito de esclarecimento, vale a pena citar Geertz (1978, p. 61):

Para obter a informação adicional necessária no sentido de agir, fomos forçados a depender cada vez mais de fontes culturais – o fundo acumulado de símbolos significantes. Tais símbolos são, portanto, não apenas simples expressões, instrumentalidade ou correlatos de nossa existência biológica, psicológica e social: eles são seus pré-requisitos. Sem os homens certamente não haveria cultura, mas, de forma semelhante e muito significativamente, sem cultura não haveria homens.

Portanto, “A arte faz parte da cultura. A cultura é o ser humano, é o que há de humano no ser, é aquilo que o distingue dos outros animais.” (Boal, 2003, p. 100). É exatamente a partir de tal compreensão, de tal perspectiva sobre o fenômeno cultural, que se faz produtiva a reflexão acerca do papel político exercido pelo Teatro do Oprimido nas várias experiências mundo afora e, no âmbito deste trabalho, especialmente em Moçambique.

O Grupo de Teatro do Oprimido de Maputo⁶, que atua desde 2001, hoje conta com mais de 2000 pessoas tanto na capital de Moçambique quanto nas regiões do interior do país. O GTO Maputo, como é conhecido, tem o UNICEF e outros organismos como parceiros. O Ministério da Cultura do Brasil, por exemplo, em 2006, oficializou o GTO Maputo como sendo Ponto de Cultura, dentro do Programa Institucional Cultura Viva, do governo brasileiro. Para além, todavia, de um possível apoio material ou institucional advindo de fontes internacionais ou nacionais, o que deve ser destacado aqui é o

⁵No âmbito do Master of Arts in Peace, Development, Security and International Conflict Transformation, UNESCO Chair for Peace Studies, University of Innsbruck, Innsbruck, Áustria, o Teatro do Oprimido foi usado como disciplina obrigatória do curso, dentro do V módulo, chamado Culturas de Paz, período de verão 2008. Esse módulo de culturas de paz tem o objetivo de colocar os alunos em contato com práticas como constelação familiar, respiração holotrópica, ai ki do, Teatro do Oprimido, para que se conheçam diferentes práticas que abordam a temática da paz.

⁶Para maiores leituras e para um melhor conhecimento do trabalho exercido pelo GTO Maputo, acessar sua página na Internet.

papel que vem sendo executado pelo grupo, por meio de diferentes atuações – desde oficinas teatrais nas regiões mais remotas de Moçambique até sua atuação na conscientização do povo moçambicano quanto a sua relevância dentro de um sistema-mundo fragmentário, como já se argumentou. As premências nacionais são das mais diferentes ordens. Em Moçambique, malgrado seja considerado pelos organismos internacionais, principalmente pelo Banco Mundial, como um país promissor, levando em conta todos os conflitos pelos quais passou no século XX, há discrepâncias sociais muito graves e uma histórica carência de um posicionamento identitário positivo, por assim dizer. Alvim Cossa, curinga⁷ do GTO Maputo, explica com clareza a necessidade de se atuar em um nível também simbólico, pelo TO, uma vez que uma das principais dificuldades encontradas no contexto social e cultural moçambicano é justamente a forma como as pessoas se autodefinem ou se percebem. Um sentimento de pertencimento à terra e de orgulho nacionalista, segundo Alvim, é essencial para que se efetue qualquer espécie de trabalho emancipatório junto à população mais desprivilegiada do país, o que, infelizmente, forma a grande maioria:

Entrevistadora: É possível afirmar que, pelo trabalho do GTO, há um fortalecimento da identidade e da auto-estima da população mais carente, apesar desta mesma população ainda estar inserida em uma sociedade tão desigual em termos econômicos? Explique por quê.

Alvim Cossa: Podemos afirmar sem reservas. O povo moçambicano é muito passivo, porém chegamos a uma fase em que faltava apenas alguém que acendesse o rastilho que desencadearia a explosão. O Teatro do Oprimido fez o trabalho. Montou-se [sic] estrados, colocou-se [sic] diante da população os seus próprios dilemas, o povo levantou e trouxe o seu eu, colectivo e individual, trouxe o sentimento pelos factos do dia a dia. O povo, através do Teatro, começou a exigir.

Alunos e professores discutem juntos a escola, homens e mulheres discutem a relação. Governantes e governados discutem estratégias, através do Teatro o povo conseguiu uma brecha para dizer BASTA!!! (Rocha, 2008).

Ainda de acordo com alguns elementos trazidos pela experiência e pela percepção do próprio grupo, é importante destacar alguns dados esclarecedores sobre o papel exercido pelo TO em Moçambique em relação ao poder em suas variadas formas:

Entrevistadora: Você considera as atividades do Grupo de Teatro do Oprimido em Maputo como sendo uma forma de poder? Se sim, como ele se materializa?

Alvim Cossa: Sim é uma forma de poder! Vivemos num país onde as idéias exactas devem ser as do Partido, grande percentagem do povo não é escolarizado, não existe um equitativo acesso a fontes de informação. O Teatro do Oprimido abre espaços para a igualdade, todos podemos ao mesmo tom e mesmo podium apresentar nossas idéias. É fascinante ver homens, mulheres, velhos e crianças, buscando a oportunidade de se fazer ouvir, algo possível apenas no Teatro. Teatro do Oprimido é um poder que exalta o ser humano na sua plenitude. O povo ganhou um instrumento para participar no processo sem as inibidoras barreiras dos formalismos das reuniões. (Rocha, 2008).

Resistir ao que é imposto como única realidade parece ser o principal papel exercido pelo TO em Moçambique. Como o sentido de opressão ganha contornos muito distintos a depender do país, dos grupos sociais, do ambiente histórico e cultural, enfim, das idiossincrasias de cada cultura, vale lembrar que em Moçambique um dos maiores problemas enfrentados pela maior parte da sociedade, como salientam os próprios curingas, é a falta de informação. A escola não chega para todos. Os meios de comunicação social são muito precários ou simplesmente não existem nas regiões mais interiores. As diversas etnias e línguas tradicionais compõem um mosaico cultural, envolvido por uma série de elementos que inibem qualquer processo de emancipação dos mais carentes em termos sociais. É nesse contexto que o combate à SIDA se estabelece como uma das principais frentes de batalha para uma conscientização, principalmente entre os jovens, acerca da importância da preservação do corpo, da saúde, bem como da relevância em se construir uma sociedade pautada não por preconceitos de toda ordem, mas por mais solidariedade entre os que sofrem, na maior parte das vezes, as mesmas formas de opressão. Nesse sentido, tanto aqueles que são soropositivos quanto os que os discriminam integram uma sociedade que precisa se cuidar. O TO explora tais questões com bastante profundidade, através da montagem de peças criadas pela própria população, a partir de seu cotidiano. Uma outra representante do trabalho realizado em Moçambique e importante voz feminina, Zainabo Ferreira Raja, confirma o papel do TO na abertura de possibilidades reais de mudanças no comportamento das pessoas:

Entrevistadora: É possível medir os resultados sociais advindos da presença do Teatro do Oprimido em Moçambique, desde 2001? Como?

Zainabo Ferreira Raja: Passo a citar alguns exemplos advindos do TO:

- no centro do país, o distrito da Maganja da costa aumentou a frequência da rapariga nas escolas devido à presença do TO.
- Pais e líderes comunitários conscientes sobre a importância da ida, permanência e sucesso escolar da rapariga e não só. (Rocha, 2007c).

⁷ Curinga é o nome dado ao coordenador das oficinas de Teatro do Oprimido, espécie de mediador dos conflitos apresentados e explorados no âmbito das peças representadas. Para uma leitura mais aprofundada sobre as características do TO, consultar os artigos intitulados História, política e cultura: o Teatro Brasileiro tecendo os fios de um pensamento de resistência rumo à construção de um Internacionalismo Solidário, e Teatro e história: cultura e política brasileiras sob o prisma da Estética do Teatro do Oprimido.

Com relação a resultados diretos e indiretos a partir do trabalho do Teatro do Oprimido, há que se destacar, ainda, conquistas em torno da criação não somente de uma nova consciência, mas também de espaços públicos capazes de refletir a mudança de perspectiva da sociedade. Nesse sentido, o senhor Alvim Cossa enumera algumas vitórias já concretizadas:

Entrevistadora: O GTO Maputo já obteve alguma conquista política, direta ou indireta, resultante de suas ações em Moçambique? Por exemplo: alguma lei foi criada por sugestão ou reivindicação que surgiu nas discussões das peças representadas? Ou já houve alguma mudança nas políticas públicas por causa da atuação do GTO?

Alvim Cossa: Nosso trabalho está em fase ainda muito embrionária, contudo nos sentimos honrados em ter tomado a liderança do movimento nacional pela valorização do Teatro. Foi criada agora a Escola Superior de Teatro, a sala maior de espetáculos, que outrora servia apenas a shows comerciais será transformada a partir do próximo ano em TEATRO NACIONAL. Não são conquistas directas, porém são resultados do trabalho realizado em várias frentes tendo sempre o GTO como líder do processo.

O funcionamento legislativo em Moçambique é coisa ainda muito nova para todos nós, mas, estamos em crer que algo maior sucederá. Fizemos parte do movimento pela Infância que culminou com a aprovação e promulgação da Lei de proteção da criança. Fizemos parte do movimento não à violência doméstica que também culminou com a aprovação da nova Lei da Família.

Directamente nada ainda temos a reivindicar como ganho político, mas fazemos parte de um grande movimento que logrou ganhos. O Teatro do Oprimido actuou sempre como ferramenta que desperta a consciência do indivíduo, convocando-o à cidadania. (Rocha, 2008).

Lembrando a importância que Joseph Nye (2002) atribui à cultura, como soft power, claro está que o Teatro do Oprimido em Moçambique está a exercer uma efetiva forma de poder, dialogando tanto com instituições governamentais através de parcerias, sobretudo, na área da Educação, quanto com instituições internacionais, como o UNICEF. Seus resultados podem ser avaliados, sobretudo, pelo aumento de uma consciência identitária capaz de mover setores imobilizados, estagnados pela descrença e ausência de informação. A sociedade reflete uma perspectiva de futuro em direção a um novo formato – mais crítico, mais justo. O que Castells (1999) denomina de identidade de resistência pode ser encontrado em Moçambique, pelo trabalho realizado pelo GTO Maputo. Se estas ações poderão concretizar o que Castells (1999) chama de identidade de projeto, mudando as raízes estruturais da sociedade moçambicana, o tempo e o trabalho realizado pelo Teatro do Oprimido dirão. Mas as pistas atuais indicam positivamente para tal transformação.

Atualmente, o Grupo de Teatro do Oprimido de Maputo tem ganhado uma visibilidade cada vez maior não somente dentro do próprio país. Há pelo menos duas pesquisas sendo concluídas por empresas privadas e por organismos internacionais⁸, a fim de responderem, pautadas por estatísticas, às mudanças de conscientização e de qualidade de vida no país, diretamente proporcionadas pelo impacto do Teatro do Oprimido. Como afirma Alvim Cossa (Rocha, 2008), são conquistas embrionárias, mas capazes de fazer toda a diferença no contexto de um país com profundas feridas sociais, muitas ainda abertas.

O caso abordado neste artigo é bem emblemático, no sentido da constante necessidade de interpretação, diálogo entre universos de sentidos diferentes, quando se trata de operar não pelo hard power, mas pelo soft power. Em outras palavras, é preciso operar no sentido de uma hermenêutica diatópica, como já se viu com Santos (2003).

Do ponto de vista dos debates envolvendo as relações internacionais, sobretudo no que diz respeito ao que se discutiu na primeira seção deste trabalho acerca da cultura como elemento necessariamente condutor de conflitos, o que se dá em Moçambique – mas não só, pois o TO se encontra hoje em mais de 70 países, inclusive em zonas de conflitos, como a Palestina, por exemplo – contraria a noção segundo a qual é preciso se proteger do inimigo, do diferente, preservando sua própria identidade em detrimento dos Outros. A dinâmica do TO vai, diametralmente, na direção oposta a esta crença. O que é feito em Maputo, por exemplo, é um resgate, um renascimento identitário, partindo do que se tem de melhor no país: sua gente. E, nesse caso, a cultura importa. O diferente, instalado no próprio seio da nação, suas várias línguas, seus costumes e crenças, seus medos e suas expectativas – que tantas vezes não coincidem com a perspectiva de quem também é moçambicano, mas não compartilha da mesma cultura, vivendo em regiões muito distantes em termos de interpretação do mundo – é um desafio para o Grupo de Teatro do Oprimido de Maputo. Mas não configura um problema. O TO é capaz, pela arte, pelo valor simbólico da cultura, de atrair os diferentes para o mesmo objetivo: a tentativa de resolução dos problemas, sejam quais forem, conforme as próprias possibilidades de cada grupo, respeitando sua cosmovisão. Se o desrespeito à mulher, a ausência de vivência escolar e a larga contaminação pelo HIV são alguns dos mais preocupantes desafios para a sociedade em geral, independentemente da região, para cada grupo há de se realizar um trabalho distinto, pois as ansiedades diante do tema – a opressão – se manifestam de formas específicas. Assim, o TO se metamorfoseia, sem perder sua essência.

No âmbito de um impacto internacional, o GTO Maputo foi reconhecido como estratégia viável para os países em desenvolvimento, pela Organização das Nações Unidas, como salienta Alvim Cossa (Rocha, 2008). Há de se lembrar que tanto o governo de Moçambique quanto o do Brasil já perceberam o potencial desta ação, capaz de gerar mudanças profundas

⁸ Citando Alvim Cossa (Rocha, 2008): “Dentro de semanas uma grande empresa de prestígio internacional divulgará os resultados da avaliação de impacto do trabalho realizado pelo GTO em Moçambique. A Ernest & Young está a terminar essa avaliação, os dados são encorajadores, contudo prefiro esperá-los para fornecer com certezas. Temos falhas, mas o de positivo suplanta as dificuldades.”

no olhar para si e para fora do país. Claro está que não se pode, estrategicamente falando, negligenciar este trabalho. Os governos de ambos os países já perceberam isso.

Leviatã, o Deus Mortal, de Hobbes (2000, p.126), no contexto do século XXI, está cada vez mais sendo obrigado a abrir espaço para novos deuses, para novas formas de organização social, com inéditos e, muitas vezes, inusitados, atores sociais. É claro que o que se apresenta no âmbito da pesquisa, objeto deste artigo, não assume ares conclusivos. Mas os dados levantados até então evidenciam que em Moçambique a cultura – compreendida não só como manifestação artística, mas também como conjunto simbólico a criar o imaginário de grupos sociais – tem exercido um papel decisivo na reconstrução e na auto-afirmação identitária do país. Se para Huntington (1997, p. 118) a configuração das sociedades que emergem no pós-guerra fria não é muito auspiciosa, justamente pelas identidades que passam a ganhar espaço e a lutar por um lugar no mundo, a experiência de internacionalização do Teatro do Oprimido demonstra o contrário. O que, é claro, não nega que os conflitos de fato continuarão acontecendo e que o pano de fundo essencial da cultura sempre permeará estas relações. A questão que se impõe é outra: é possível pensar neste mundo em pedaços não apenas considerando sua fragmentação e a cultura a funcionar como motor para isso. Há caminhos sendo abertos no sentido não de tentar colar tais pedaços – o que soaria falso e seria infrutífero – mas na direção de se criar uma percepção sobre o Outro – e sobre as dificuldades existentes para lidar com o diferente – de forma mais humanizada, no sentido que Boal (2003) atribui ao termo. O aniquilamento do Outro não precisa continuar sendo a regra. Afinal, é necessário, como já se viu neste trabalho, desconstruir o mito da existência de um Estado de Natureza hobbesiano. Leviatã – com toda carga semântica variada que inspira – é uma criação humana. E se a humanidade é capaz de conceber suas próprias possibilidades do viver e suas escolhas políticas, é perfeitamente concebível a idéia, segundo a qual a cultura poderá ser mais largamente desenvolvida como elo de união e de aprendizado entre as mais distintas identidades que se apresentem mundo afora. Isso compõe o leque das possibilidades humanas. O Grupo do Teatro do Oprimido de Maputo, ao menos, vem demonstrando isso na prática. Despertar a atenção para um ponto importante da agenda de discussões das relações internacionais, tantas vezes negligenciado ou tornado invisível, como já se discutiu anteriormente, constitui principal ambição deste artigo. Jogar luz sobre a escuridão de um ceticismo e de um “realismo” dogmáticos talvez pareça pouco, mas pode ser decisivo no caminho de construção de uma percepção que seja capaz de enxergar aquela parcela do Eu que sempre se encontra presente no Outro.

Referências

- Boal, A. (2003). O teatro como arte marcial. Rio de Janeiro: Garamond.
- Castells, M. (1999). O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra.
- Depkat, V. (2004). Cultural approaches to international relations – a challenge? In J. C. E. Gienow-Hecht & F. Schumacher, Culture and international history. New York: Berghahn Books, (pp. 175-197).
- Geertz, C. (1978). A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2001). Nova luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Zahar.
- Grupo de Teatro do Oprimido. (2008). Maputo. <http://www.gtomaputo.com/> (consultado na Internet em 31 de Outubro de 2008).
- Hobbes, T. (2000). Leviatã ou a matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Ícone.
- Huntington, S. P. (1997). O choque de civilizações. E a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Jahn, B. (2004). The power of culture in international relations. In J. C. E. Gienow-Hecht & F. Schumacher, Culture and international history. New York: Berghahn Books, (pp. 27-41).
- Maquiavel. (2006). O príncipe. São Paulo: Martin Claret.
- Martins, E. C. R. (2007). Cultura e poder. São Paulo: Saraiva.
- Nye, J. S. (2002). O paradoxo do poder americano. Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: Unesp.
- Rocha, E. S. (2007a). História, política e cultura: o teatro brasileiro tecendo os fios de um pensamento de resistência rumo à construção de um internacionalismo solidário. Perseu: História, Memória e Política, 1 (1), 287-312.
- _____. (2007b). Teatro e história: cultura e política brasileiras sob o prisma da Estética do Teatro do Oprimido. In Simpósio Nacional de História, 24., São Leopoldo, RS. Anais.... São Leopoldo: Ed. UniSinos. 1 CD-ROM.
- _____. (2007c). [Entrevista com Zainabo Ferreira Raja, curinga do Grupo de Teatro do Oprimido de Maputo].
- _____. (2008). [Entrevista com Alvim Cossa, curinga do Grupo de Teatro do Oprimido de Maputo].
- Said, E. W. (1995). Cultura e imperialismo. São Paulo: Cia das Letras.
- Santos, B. S. (2003). Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In B. S. Santos (Org.), Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (pp. 427-458).

A Política Europeia de Vizinhança na região do Magrebe : um novo instrumento para a acção da União Europeia?

Resumo: A Política Europeia de Vizinhança foi lançada em 2003 e é fundada na ideia que uma nova relação deve ser instaurada com os Estados fronteiriços com o objectivo de evitar, por um lado, a criação de uma nova fronteira na Europa após o Alargamento que estava previsto para 2004 e, por outro lado, os riscos gerados pelos fossos importantes em termos de desenvolvimento económico. Os atentados de 11 de Setembro propulsaram as preocupações securitárias para o primeiro lugar das prioridades da UE e desviaram a sua atenção para a agenda exterior. O alargamento despertou para um sentimento de interdependência relativamente aos “novos vizinhos” por causa dos conflitos (abertos ou gelados) e das ameaças consideradas como desafios de “soft security”. A UE tentou matizar as consequências dos sucessivos alargamentos ao aprofundar as suas relações com os Estados que rodeiam as suas fronteiras e, em particular, com o Mediterrâneo. Também a região do Magrebe começou a destacar-se, nomeadamente por causa da crise argelina iniciada nos anos 1990 e a sua subsequente exportação para a UE através dos ataques no território francês. Que mais valia pode a Política Europeia de Vizinhança ter em comparação com o Processo de Barcelona? Que instrumentos esta política oferece à UE para se afirmar na região enquanto actor para externalizar os seus valores e a sua estabilidade? A relação entre a UE e o Magrebe oscila entre presença e actorness, e neste último caso, a UE deve estar consciente da necessidade de coerência na sua acção.

A Política Europeia de Vizinhança (PEV) foi lançada em 2003 com a comunicação da Comissão “Wider Europe”¹. A Política de Vizinhança é fundada na ideia que uma nova relação deve ser instaurada com os Estados fronteiriços com o objectivo de evitar, por um lado, a criação de uma nova fronteira na Europa após o Alargamento que estava previsto para 2004 e, por outro lado, os riscos gerados pelos fossos importantes em termos de desenvolvimento económico, assim como os vários conflitos existentes. Os atentados de 11 de Setembro propulsaram as preocupações securitárias para o primeiro lugar das prioridades da UE e desviaram a sua atenção para a agenda exterior. O alargamento despertou para um sentimento de interdependência relativamente aos “novos vizinhos”. A maior parte dos desafios securitários estão concentrados na periferia da UE, tanto os conflitos (abertos ou gelados) como as ameaças consideradas “soft security” (imigração clandestina, crime organizado ou ainda ameaças ambientais). A globalização e a transnacionalização das ameaças conduziram a uma mudança gradual nos conceitos de segurança interna e externa particularmente desde o início da década de 1990. Numa perspectiva de segurança interna, esse processo gerou novas fronteiras entre insiders e outsiders. Consciente dessas transformações, a UE tentou matizar as consequências dos sucessivos alargamentos ao aprofundar as suas relações com os Estados que rodeiam as suas fronteiras e, em particular, com o Mediterrâneo. Também a região do Magrebe começou a destacar-se, nomeadamente por causa da crise argelina iniciada nos anos 1990 e cuja situação permanece grave e a sua subsequente exportação para a UE através dos ataques no território francês².

Desde os anos 1980, os Estados europeus fecharam as suas fronteiras à imigração, realçando a questão da imigração ilegal. Esses problemas políticos já tinham sido tomados em consideração na altura da Conferência de Barcelona, em 1995, pela inclusão da necessidade de cooperação na luta contra o terrorismo³ e na imigração ilegal.⁴ O Processo de Barcelona permitiu abordar algumas questões regionais estratégicas, mas muitos desafios comuns permanecem no domínio da segurança, tomada num sentido alargado, exigindo uma abordagem global no seu tratamento. A Política de Vizinhança surge num momento em que os limites do Processo de Barcelona se tornaram cada vez mais evidentes. Nesta comunicação, numa primeira parte, trataremos de forma mais desenvolvida as questões de imigração e de luta contra o terrorismo na região do Magrebe e tentaremos compreender por que razão estes temas são perigosos para a estabilidade da região e da UE assim como a maneira como esta pode agir enquanto actor na região através da “governança externa”. Numa segunda parte, veremos concretamente o que a UE tem feito na região especialmente através da Política Europeia de Vizinhança. Que mais valia pode a Política Europeia de Vizinhança ter em comparação com o Processo de Barcelona? Que instrumentos esta política oferece à UE para se afirmar na região enquanto actor e para externalizar os seus valores e a sua estabilidade? A cooperação desenvolve-se efectivamente entre os países da região e a UE a nível multilateral? ou constata-se uma preferência pelas relações bilaterais por parte dos Estados terceiros?

I - A UE e o Magrebe: “governança externa” e securitarização

A – A segurança societal e política

¹ Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento. (2003). *Wider Europe— Neighbourhood: A New Framework for Relations with our Eastern and Southern Neighbours*, COM(2003) 104 final, Bruxelas, 11 de Março.

² Em 1995 e 1996.

³ A definição de terrorismo adoptada nesta comunicação é a seguinte: “a utilização ilícita ou ameaça de utilização da força ou da violência contra as pessoas ou propriedades com o intuito de coagir ou intimidar governos ou sociedades, muitas vezes para atingir objectivos políticos, religiosos ou ideológicos. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/100-20/10020gl.htm>

⁴ Nesta comunicação, imigração designa “a entrada de estrangeiros num país com o objectivo de lá viver e trabalhar; e a imigração ilegal é a entrada ilegal de imigrantes num Estado mas também aqueles que ficam para além da validade dos seus vistos ou aqueles que não conseguiram a renovação das suas autorizações de trabalho/residência. A lista inclui também os trabalhadores sazonais que não voltaram para os seus países no fim dos seus contratos ou candidatos ao asilo cujo pedido tenha sido negado”; Tapinos, G. (1999). *Immigration et marché du travail. L’Observateur de l’OCDE*, 219.

De acordo com o antigo comissário das Relações Externas, Chris Patten, « os parceiros do Mediterrâneo, e os do Magrebe em particular, são os países com os quais partilhamos a nossa cultura, história e comércio há já milhares de anos. A Parceria da UE com os países do Mediterrâneo representa então uma das maiores prioridades das relações externas da União»⁵. Todavia, força é de constatar que as altas expectativas geradas pelo Processo de Barcelona foram defraudadas, especialmente no que respeita aos dois fenómenos estudados, pois apesar de constarem da Declaração de 1995, só se começou a discutir mais seriamente e sistematicamente esses assuntos nos anos 2000, parecendo minorar de forma descuidada a abertura das fronteiras do pós Guerra Fria.

Essa abertura de fronteiras conduziu a uma união indissolúvel da segurança interna e externa. Depois de 1989, vários novos elementos foram adicionados ao discurso securitário na Europa: ambiente, imigrantes, conflitos étnicos, criminalidade organizada transnacional e terrorismo (Buzan e Waever, 2003: 356). De acordo com Buzan e Waever, esses assuntos não eram nenhuma novidade mas começaram a ser encarados como problemas para a segurança no pós Guerra Fria (Buzan and Waever, 2003: 356). De facto, depois da Guerra Fria, a agenda da segurança ficou fragmentada em múltiplas preocupações ligadas entre si (Buzan and Waever, 2003:352) – soft security- e afastadas da pura dimensão militar – hard security⁶. As fronteiras contemporâneas, produtos das construções sociais e dos quadros cognitivos, são o resultado da emergência de novas comunidades de segurança que erigem novas fronteiras entre insiders e outsiders⁷. A criação de um conceito de “cidadania europeia” no Tratado de Maastricht assim como a integração do aquis dos Acordos de Schengen no Tratado de Amesterdão⁸ permitindo a criação de um “Espaço europeu de Liberdade, Segurança e Justiça”, realça mais profundamente a noção de espaço europeu e de fronteiras externas de UE.

No âmbito desta comunicação, orientamos a nossa atenção para a securitarização⁹ do fenómeno da imigração que, de acordo com Ole Waever (teorizador da “segurança societal”) tem sido encarado mais claramente como uma ameaça à sociedade (europeia) desde o final da Guerra Fria. Sociedade é uma questão de identidade, a auto concepção das comunidades e dos indivíduos identificando-se como membros da comunidade (Waever, 1998:119). As ameaças à sociedade conduziram a uma externalização parcial do seu tratamento e a sociedade torna-se um novo objecto de segurança. De facto, o fenómeno de “de-territorialização” das ameaças, assim como a re-conceptualização da noção de fronteiras acompanharam a transformação do conceito de segurança em termos nacionais, assim como em termos europeus. Seguindo a tipologia¹⁰ da securitarização sugerida por Waever e Buzan, há uma distinção entre imigração entendida como imigração legal ligada aos movimentos globais e a imigração ilegal associada ao crime organizado em geral. Na verdade, os autores falam de “pacote padrão” que sugere que os imigrantes são a causa desses problemas (Buzan and Waever, 2003: 359).

Tomaremos também em conta a segurança política que está relacionada “com a estabilidade organizacional dos Estados, sistemas de governo e ideologias que dão aos governos e Estados a sua legitimidade” (Waever, 1998:119). De facto, de acordo com a decisão-quadro de 13 de Junho de 2002 (2002/475/JAI) relativa à luta contra o terrorismo adoptada pelo Conselho de 13 de junho de 2002, os actos terroristas podem ter vários objectivos entre os quais “obrigar indevidamente um Governo (...) a cometer um acto ou a abster-se de cometer um acto, ou –destabilizando seriamente ou destruindo as estruturas política, constitucional, económica ou social, de um Estado(...)”. É claro, esta definição deve ser entendida como sendo válida para actos terroristas perpetrados em solo europeu assim como em países do Magrebe¹¹.

Como já foi referido, utilizamos nesta comunicação uma definição alargada do conceito de segurança, seguindo a proposta da escola de Copenhaga e, nesse sentido, devemos atentar para a Estratégia Europeia de Segurança apresentada por Javier Solana em Dezembro de 2003¹², particularmente se tomarmos em conta que a PEV inspira-se nessa Estratégia¹³. Considerando a natureza multidimensional das causas de instabilidade, uma abordagem global ajustada ao contexto Mediterrânico inclui as fontes internas de insegurança como o sub-desenvolvimento económico e o desemprego, em

⁵ Comissão Europeia. (2002). *Union Européenne-Maghreb : 25 ans de coopération 1976-2001*. Direcção Geral da Relações Externas, Unidade Magrebe.

⁶ Esses autores alargaram o conceito de segurança a 5 sectores: militar ou sector tradicional da segurança, segurança ambiental, segurança económica, segurança “societal” e finalmente a segurança política. Buzan B. & Waever O. & de Wilde, J. (1998). *Security: a New Framework for Analysis*. Boulder e London: Lynne Rienner, 121.

⁷ « Groups of “like-minded” nations, such as the member states of the EU, are more and more conscious of an external frontier marking them off from the others », Anderson, M.& Bort, E. (2001). *The Frontiers of the European Union*. New York : Palgrave citado em Wolff S. (2007). *La dimension méditerranéenne de la Politique de Justice et Affaires Intérieures. Cultures et Conflits*, 66 (Verão), 77.

⁸ Tratado de Amesterdão, artigo 1, n°3.

⁹ “(...) securitisation is the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a special kind of politics or as above politics. Securitization can thus be seen as a more extreme version of politicization, Buzan, Waever & de Wilde, op.cit., p 23.

¹⁰ Eles distinguem dez argumentos de securitarização: a integração europeia como uma necessidade para não voltar para um passado marcado por vários conflitos e um segundo contrário ao primeiro, isto é a integração vista como uma ameaça à identidade nacional; essas duas organizam a totalidade do campo da segurança. Depois, os autores consideram também os conflitos locais, os conflitos étnicos, a instabilidade na Rússia e no Mediterrâneo, a globalização e os imigrantes, o terrorismo, o crime organizado internacional, o tráfico de droga e a migração ilegal são vistos como um pacote; segurança ambiental; terrorismo global, conflitos regionais, doenças infecciosas e finalmente a tradicional securitarização Estado-a-Estado. Buzan, B. & Waever, O. (2003). *Regions and Powers: The structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press.

¹¹ Mais uma vez, Buzan e Waever fazem uma distinção entre terrorismo, parte desse “pacote padrão” que liga implicitamente terrorismo e imigração e terrorismo global como sendo uma ameaça do ambiente extra-europeu.

¹² Solana, J. (2003). *A secure Europe in a better World: European Security Strategy*. Brussels. 12th December 2003.

¹³ El Houdaigui, R. (2004). *Le dialogue sur la sécurité dans la Politique européenne de Voisinage : vue du Sud*. In P.G. Xuereb (ed), *The European Union and the Mediterranean : The Mediterranean's European Challenge volume V*. European Documentation and Research Centre: University of Malta, 104, <http://www.fscpo.unict.it/EuroMed/EDRC5/euneighbours03.pdf>

particular na classe mais jovem¹⁴. Assim, em primeiro lugar, o Alto Representante para a PESC aponta para o Terrorismo, pois:

“põe vidas em risco, implica custos avultados, procura abalar a abertura e a tolerância das nossas sociedades e representa uma crescente ameaça estratégica para toda a Europa. (...) A Europa é simultaneamente um alvo e uma base para o terrorismo: há países europeus que foram designados como alvo e sofreram atentados. Foram descobertas bases logísticas de células da Al Qaeda no Reino Unido, em Itália, na Alemanha, em Espanha e na Bélgica. Torna-se indispensável uma actuação concertada a nível europeu”. (Javier Solana, 2003:3)

E, como foi igualmente referido por Javier Solana, “Nenhum país é capaz de enfrentar totalmente sozinho os complexos problemas que hoje em dia se colocam” (Javier Solana, 2003:1). No que diz respeito a questão da imigração, a Estratégia Europeia de Segurança também a considera como sendo uma dimensão do crime organizado transnacional. É vista como uma ameaça interna à segurança da UE, mas também tem uma importante dimensão externa: tráfico transfronteiriço de drogas, mulheres, migrantes ilegais e armas representam uma grande parte das actividades dos gangs organizados (Javier Solana, 2003:4).

B – A externalização

No que diz respeito à segurança externa, desde o fim da Guerra Fria, a UE tem adoptado uma abordagem de inclusão. Esta “política de inclusão” (Smith citado em Lavenex, 2004:680) está bastante bem ilustrado com o Pacto de Estabilidade para a Europa do Sudeste que comporta a perspectiva de adesão à UE. Apesar da perspectiva de adesão não ser oferecida aos países do Mediterrâneo, a lógica da política de inclusão pode explicar a acção da UE no Mediterrâneo através do Processo de Barcelona. No entanto, muito são os críticos que apontam para a falta de eficácia da acção da UE e o fracasso do Processo de Barcelona que não conseguiu conter e, ainda menos, inverter as disparidades económicas entre os países do Norte e os do Sul apontadas como factor de risco e de instabilidade para o espaço euro-mediterrânico.

Face ao ceticismo quanto à capacidade de acção da UE enquanto actor na cena internacional, através da PEV, a UE procura responder às questões inerentes à sua vontade de tornar-se um actor na política externa. A visão inclusiva preconizada visa integrar a Vizinhança nas políticas comunitárias para poder partilhar com ela os benefícios das quatro liberdades do Mercado comum¹⁵, mesmo sabendo que a livre circulação de pessoas no espaço euro-mediterrânico ainda está longe de ser uma realidade. Mas como pode essa nova política contribuir para a transformação dos Estados vizinhos numa zona de prosperidade e de estabilidade sem ter recurso à adesão, o seu instrumento de política externa mais eficaz já que permitia a utilização da condicionalidade?

Em contraste, desde meados dos anos 1980, a abordagem da segurança interna tornou-se cada vez mais exclusiva e defensiva. Como já foi mencionado anteriormente, a amálgama crescente entre segurança interna e externa tem como consequência indirecta a externalização da segurança interna visto que a origem externa das ameaças tornou-se mais evidente. Podemos assim observar um security continuum¹⁶.

Neste contexto, o fenómeno de externalização reflecte uma forma de “governança externa” (Lavenex, 2004) e o seu objectivo é, em primeiro lugar, servir os objectivos de política externa, nomeadamente a estabilização da Vizinhança da União. Em segundo lugar, essa estabilização pode mais facilmente permitir a criação de um Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça. Ao examinar a iniciativa “Wider Europe” para os Vizinhos Europeus de Leste e do Sul, Sandra Lavenex afirma que a UE pretende expandir o *acquis communautaire* aos Estados terceiros sem lhes oferecer uma integração no sistema institucional da UE. A dinâmica subjacente à expansão das fronteiras legais da UE é a tentativa de ganhar o controlo sobre os desenvolvimentos políticos através da governança externa. (Lavenex, 2004:681). Por conseguinte, a “governança externa” ocorre geralmente em assuntos de soft security como no âmbito de Justiça e Assuntos Internos.

A perspectiva da governança permite concentrar-nos no papel da UE como “potência civil” e ao mesmo tempo permite realçar a dimensão prescriptiva inerente à política externa baseada nessa extensão parcial das regras (Lavenex, 2004: 685). De facto, nos anos 1990, o fim da bipolaridade colocou o acento nos assuntos de soft security e até no caso do terrorismo, a utilização de instrumentos militares permanece uma excepção. Ademais, Sandra Lavenex (2004) afirma que o aparecimento da “governança externa” é motivado pela percepção da interdependência. A proximidade geográfica da região do Mediterrâneo, e do Magrebe em particular, assim como as fronteiras internas europeias abertas justificam essa percepção de interdependência e de dependência mútua. A “governança externa” também é o resultado do papel institucional da UE, isto é, a própria concepção da Europa das suas tarefas e responsabilidades (Holsti 1970 cited in Lavenex, 2004: 686) e das suas capacidades, pois a UE pode agir apenas se os assuntos forem considerados europeus e se a acção é esperada pelos governos nacionais ou ao nível europeu (Lavenex, 2004:687). No caso da Justiça e Assuntos Internos, a Comunidade Europeia só obteve a capacidade de agir internacionalmente nalguns aspectos – imigração, asilo, vistos (Schengen) e cooperação judicial em matéria civil- depois da ratificação do Tratado de Amsterdão¹⁷. No que diz respeito à luta contra o

¹⁴ Idem, p3

¹⁵ Não nos esqueçamos que a Argélia, apesar de membro do Processo de Barcelona, recusou-se em participar na PEV.

¹⁶ Conceito forjado por Didier Bigo e citado em Anderson, M. & Apap, J. (2002). Changing Conception of security and their implications for Justice and Home Affairs Cooperation. *CEPS Policy Brief*, 26, (Outubro).1.

¹⁷ Todavia, não podemos olvidar que se a CE tem competências para agir em termos de imigração ilegal e controlo de fronteiras, já não é o caso para o campo da imigração legal.

terrorismo, a sua competência é muito fraca, essencial e conscientemente orientada para os aspectos políticos, tendo os Estados membros monopolizado a dimensão operacional.

Tal como foi declarado por Alain Leroy: "La Méditerranée n'est pas notre passé, elle est notre futur". Por outras palavras, em conjunto com os laços históricos com a região, a transnacionalização das ameaças e a proximidade geográfica também requerem uma atenção particular por parte da UE.

II- UE, potência civil na região do Magrebe: os limites do Processo de Barcelona e o lançamento da política de Vizinhança

Tal como já foi referido, depois da Guerra Fria e com o fim de ameaças militares latentes, as questões de soft security começam a preocupar os decisores europeus, em particular as ameaças provenientes da sua vizinhança mais próxima. Convém contudo estabelecer uma distinção fundamental entre dimensões objectiva e subjectiva da segurança. De facto, a percepção de uma região do Magrebe como fonte de desafios para a segurança da UE – actor securizador- é uma dimensão subjectiva da segurança visto que “os objectos referentes” – a sociedade da UE e o seu modo de vida- “must establish security legitimacy in terms of a claim to survival” (Waever, Buzan and De Wilde, 1998:39). Neste contexto, esta comunicação não pretende considerar objectivamente a região do Magrebe como fonte de insegurança, mas a sua situação interna e os graves acontecimentos na região conduziram à classificação subjectiva do Magrebe como fonte de insegurança.

O Processo de Barcelona veio institucionalizar de forma definitiva as relações euro-mediterrânicas, iniciativa portadora de grande esperança para a estabilidade da região. Contudo, nos primeiros anos após o lançamento, a desilusão instalou-se, visto que o diálogo político euromediterrânico teve sempre um desenvolvimento limitado. A complexidade e a sobreposição dos problemas gera uma leitura clara das causas da conflitualidade na região. Por um lado, a imigração e o terrorismo islâmico suscitam por vezes medos irracionais na Europa e dificultam o diálogo; por outro lado, os Estados da margem sul reagem por vezes desproporcionalmente face às iniciativas tomadas pelos Estados do Norte (El Houdaigui, 2004: 17). A PEV foi lançada apenas no início de 2005, após a elaboração dos planos de acção¹⁸ mas a situação da bacia do Mediterrâneo pouco ou nada mudou. Na verdade, é necessário lembrar que a UE defendeu sempre que a interdependência económica entre as duas margens permanece a única garantia de estabilidade sustentável no Mediterrâneo. Contudo, o fosso económico não diminuiu e a situação social continua instável e até mesmo dramática nalguns casos.

Para compreender por que razões a região do Magrebe tem sido vista como uma ameaça para a Europa, é importante considerar o seu principal desafio: o sub-desenvolvimento. Essa realidade permanecerá enquanto cinco desafios não forem ultrapassados: a necessidade de modernizar o sector da agricultura; a necessidade de lançar ou reforçar os sectores industriais através da escolha e da utilização de tecnologias apropriadas para o uso doméstico, mas também para ser competitivo no mercado mundial; O baixo nível de educação e de formação dos jovens, representando a maioria da população¹⁹, é também considerado como um problema grave, pois a maioria está desempregada mesmo tendo um curso superior. Este desafio constitui uma parte da profunda crise social e é importante evitar o aprofundamento do fosso entre as classes privilegiadas e populares assim como as consequências políticas subjacentes a essa situação. Esses quatro desafios podem explicar um quinto, mais recente, e considerado já por Javier Solana na Estratégia Europeia de Segurança: “a alienação” dos jovens que reivindicam uma posição na sociedade e, quando estão desiludidos, engrossam as fileiras do islamismo radical.

A - Securitização da imigração e o crescimento da ameaça terrorista

O Magrebe faz parte da vizinhança próxima da União Europeia e os desafios acima referidos justificam a necessidade de migração, nomeadamente em direcção da UE. A população imigrada na Europa é estimada a 2,5 milhões de pessoas²⁰. No que diz respeito à distribuição geográfica, aproximadamente 2 em cada 3 imigrantes do Magrebe na Europa vivem em França²¹.

Nos anos 1970, grande parte dos tradicionais países de acolhimento começaram a fechar as suas fronteiras à imigração económica²². No caso da França, o objectivo era o de “imigração zero”. Uma das consequências deste fecho foi o aumento das imigração ilegal. Num contexto de um crescimento da população descontrolado, de pobreza e de extremismo político e religioso, imigrantes ilegais provenientes do Magrebe começaram a ser encarados pelos políticos, os media e o público como uma ameaça para os seus empregos, os seus estilos de vida e para a identidade mesma do Estado nação. Quanto mais os decisores e os políticos apelavam para a necessidade de restringir e controlar a imigração, mais os imigrantes

¹⁸ Foi também em Setembro de 2005 que entrou em vigor o Acordo de Associação entre a Argélia e a UE.

¹⁹ Em 2002, 61,7% das mulheres marroquinas são analfabetas, contra 40,3% para as mulheres argelinas e 36,8% para as mulheres tunisinas. Na região em geral, a taxa de analfabetismo é menor entre os homens e Marrocos tem a taxa mais alta com 36,6%. Kateb, K. (2004). Des populations à l'étroit dans un vaste territoire. *Questions internationales*, 10, Paris : La Documentation Française. novembre-décembre, 40.

²⁰ 1,8 milhões em 1981

²¹ Desde 1981, quando 78,4 % dos migrantes do Magrebe viviam em França, podemos notar uma diversificação dos destinos incluindo para Estados não europeus (EUA e Canadá), dependendo do país. Os Marroquinos foram os primeiros a dirigirem-se para outros destinos (Espanha, Itália, Bélgica...) Um em cada 2 Marroquinos vive em França, representando em 2005 474000 pessoas. Entre 1999 e 2004-2005, corresponde a uma descida de 6.3%. Régnard, C. (2006). *Immigration et Présence étrangère en France en 2005. Rapport Annuelle de la Direction de la Population et des migrations*. Paris : La Documentation Française.

²² O regroupamento familiar não era ainda prática corrente.

já instalados eram definidos como um problema e os que estavam a chegar, a maior parte ilegais, eram olhados como ameaçadores (Collinson, 1996:40). Há uma progressiva securitarização do fenómeno de imigração e este facto é bem visível em França com o Jean-Marie Le Pen, o líder do Front National, que coloca a questão da imigração no centro da sua campanha para as eleições presidenciais já em 1988 e, se em 1995 reuniu 15% dos votos (Collinson, 1996:42), em 2002, conseguiu chegar à segunda volta com o Jacques Chirac. Similarmente, na Itália, a Lega Norte e a ala de extrema direita Alleanza Nazionale tornaram-se uma importante força política no início dos anos 1990 principalmente por causa da sua posição anti-imigração. No passado dia 15 de Abril, Silvio Berlusconi foi reeleito nas eleições legislativas e afirmou a sua implicação na luta contra a imigração ilegal no lançamento de uma campanha contra a insegurança, o que levou ao envio de soldados, em Agosto passado, em várias grandes cidades italianas para reforçar a segurança.

A Espanha é um dos países mais afectados. Os acontecimentos do verão de 2005 em Ceuta e Mellila foram considerados o culminar de uma crise depois da qual Rabat fechou a sua costa norte e a Espanha, ajudada por Frontex²³, reforçou as suas patrulhas marítimas. Actualmente o problema principal parece vir da Argélia. De facto, os Argelinos não tinham por hábito ir directamente para Espanha. Passavam normalmente por Marrocos. Agora que as fronteiras estão fechadas, eles não têm escolha e precisam de alcançar a costa nas suas harraga. A imigração ilegal proveniente da Argélia está a alcançar proporções dramáticas e atinge todas as classes sociais, sendo cada vez mais difícil para as autoridades ignorar o problema como fizeram até agora²⁴.

Quando falamos de imigração clandestina proveniente da região do Magrebe, não podemos esquecer os imigrantes da África subsariana. As pessoas originárias do Mali, da Nigéria, do Congo são cada vez mais numerosas nas suas tentativas de atravessar o Saara de forma a alcançar as cidades Mediterrânicas. Os países do Magrebe tornaram-se países de trânsito e cada vez mais países de destino final porque os migrantes subsaarianos não são capazes de atravessar e são obrigados a ficar em Marrocos²⁵, Argélia ou Líbia e também por esses países estão empenhados na repressão da imigração ilegal devido à assinatura de acordos de readmissão assinados com Estados membros individuais.

Quanto à questão do terrorismo, se o fenómeno encontrava-se confinado a zonas definidas durante os anos 1990, o terrorismo regional afectou seriamente vários Estados membros na UE como o Reino Unido, a Espanha ou a França. Em 1995 e 1996, esta última foi atingida por vários ataques terroristas em Paris, ligados à situação interna na Argélia e constitui de alguma forma um sinal daquilo que vamos conhecer como “terrorismo islâmico”.

Mas o terrorismo global é de facto recente. As distâncias são abolidas, as informações alcançam todas as regiões do mundo e as repercussões da crise regional são cada vez mais fortes. O desalento das populações confrontadas com consideráveis dificuldades económicas e sociais, como referido anteriormente, tem sido um viveiro para terroristas, especialmente entre os jovens à semelhança do jovem de 15 anos que se fez explodir em Dellys no passado dia 8 de setembro de 2007, matando 30 pessoas; Os terroristas manipularam os sentimentos de injustiça virando-os contra o mundo ocidental que culpavam da situação da região e manipulando a mensagem do Islão com o objectivo de impôr uma leitura rigorosa e violenta da religião muçulmana. Portanto, a ameaça do terrorismo pode ser considerada sob dois ângulos: uma ameaça directa para a Europa porque foi vítima de vários ataques e uma ameaça indirecta quando os ataques são perpetrados em Marrocos, Argélia ou Tunísia e ameaçam a segurança de toda a região. De facto, o terrorismo mudou e essa mutação deu origem a um terrorismo inspirado pelo radicalismo islâmico com um alcance global, que atacou indistintamente os Estados ocidentais e nações arábicas com meios de destruição originais.

Através do seu vasto discurso, o terrorismo islâmico pode alcançar para além do núcleo do seu público original e até seduzir Ocidentais convertidos²⁶. Esta é a expressão da capacidade em ultrapassar as barreiras étnicas e culturais em nome da irmandade universal. Além disso, o discurso terrorista consegue reconciliar os terrorismos político e ideológico juntando as capacidades das duas formas de terrorismo. O terrorismo político é utilitarista. Ele utiliza a violência como um meio tático de acção. O terrorismo ideológico expressa-se pela recusa existencial do mundo, assim excluindo qualquer possibilidade de diálogo ou dissuasão.

Depois do 11 de Setembro, vários ataques terroristas ocorreram no Magrebe começando em Abril 2002 com uma explosão nos arredores de uma sinagoga na Ilha de Djerba, causando 21 vítimas²⁷. Mas, de facto, foi apenas a partir de 2003 que as verdadeiras preocupações apareceram, no seguimento de cinco ataques suicidas em Marrocos contra um restaurante espanhol, um hotel e um centro social judeu em Casablanca, nos quais foram contabilizadas 45 vítimas entre as quais os

²³ Agência de controlo das fronteiras da União

²⁴ Não há estatísticas oficiais mas de acordo com as estimativas, cada semestre há cerca de 400 tentativas colectivas de passagem ilegal das fronteiras, a maior parte falha por causa da marinha e dos esforços da polícia. Cembrero, I. (2007). Les nouvelles routes de l'émigration clandestine (El País). *Courrier International* 866, 7 a 13 de Junho, 44.

²⁵ Em Novembro de 2003, Rabat promulgou a lei 02-03 relativa às migrações irregulares. Inspirada do direito francês, esse texto privilegia a dimensão repressiva, mesmo se protege da expulsão as mulheres grávidas e os menores. Do ponto de vista operacional, Rabat opta pela criação do melhor de uma direcção encarregue das migrações e da vigilância das fronteiras no seio do Ministério do Interior, dotada de uma dezena de milhares de homens.

²⁶ Esta mudança é marginal mas, mesmo assim, o exemplo mais significativo foi o da cidadã belga Muriel Degauque, a primeira Europeia a cometer um ataque suicida em nome do “jihad” a 9th de Novembro 2005.

²⁷ A responsabilidade pelo ataque foi confirmada pelo porta-voz de Al Qaeda, Al-Qaïda, Souleiman Abou Ghaïth, no dia 23 de junho, numa declaração feita no canal de televisão Al-Jazira. O terrorista que conduzia o camião armadilhado chamava-se Nizar Nawar, cuja a família vivia em França.

doze kamikazes. Surpreendentemente, os ataques de 11 de Março, 10 de Abril e 16 de Maio de 2003 foram todos perpetrados por jovens provenientes do mesmo bairro de Casablanca - Sidi Moumen²⁸.

A Argélia também não foi poupada por essa nova vaga de actividades terroristas pós 11 de Setembro. Desde Dezembro 2006, havia rumores indicando que o GSPC²⁹ (O Grupo Salafista para a Predicação e o Combate) era o novo representante oficial de Al-Qaeda na região do Magrebe e que estava prestes a perpetrar vários ataques no Magrebe e na Europa ocidental. No dia 25 de Janeiro de 2007, o GSPC anunciou que tinha mudado o seu nome para passar a chamar-se Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI). Em Janeiro e Fevereiro de 2007, várias acções menos importantes foram realizadas nos três Estados do Magrebe, mas essencialmente na Argélia. O ataque de 11 de Abril e os dois do 11 de Dezembro 2007 foram os mais violentos e levantaram a questão da facilidade de acesso aos explosivos³⁰. De facto, explosivos “caseiros” feitos de componentes químicos fáceis de obter no Mercado negro aparecem como um desafio de primeiro plano. (Anexo 2)

No entanto, depois dos ataques do 11 de Setembro, também ocorreram outros ataques na Europa e uma associação entre imigração e terrorismo foi estabelecida, não só nos EUA³¹ mas também na Europa. O facto é que a figura do terrorista foi erradamente associada à do imigrante e, muitas vezes, ao imigrante ilegal conduzindo a um endurecimento das leis de imigração e da repressão. Porém, como foi demonstrado nos ataques de Madrid em 2004 e nos de Londres de 2005, e contrariamente ao que aconteceu nos Estados Unidos onde os kamikazes entraram no território com a intenção de perpetrar atentados terroristas, os autores eram residentes legais no país como era o caso para os Marroquinos que já viviam legalmente em Espanha há vários anos³² ou, no caso dos atentados de Londres, onde os três responsáveis eram cidadãos britânicos de origem paquistanesa do Yorkshire³³.

B - A acção da UE: A Política Europeia de Vizinhança

1 – A UE: potência civil...

Como foi referido em Abril de 2002 por Javier Solana, “uma Europa mais eficaz no campo da política externa requiere que identifiquemos claramente os nossos interesses comuns, que tenhamos uma mensagem clara e consistente e que tenhamos instrumentos que possam apoiar esta mensagem”³⁴.

O principal desafio para a UE tem sido, e continua a ser, a tradução da sua presença em verdadeira acção. Ora, antes de analisar o que a UE tem feito na região do Magrebe, torna-se necessário reflectir sobre os vários desafios com os quais a UE é confrontada para tornar-se num actor global completo, sendo mais fácil para a UE exercer influência a nível regional. Podemos dividir os principais inconvenientes em três grupos: institucional, instrumental e ideal (Marsh e Mackenstein, 2005: 253).

Nas relações externas, a UE depara-se com várias limitações em projectar uma identidade coerente por causa do sistema de pilares do TEU e do processo constante de reforma institucional, da batalha pelas competências. No que diz respeito à primeira dificuldade, a UE tem muitos líderes mas tem falta de liderança. Se por um lado a criação da figura do Sr. PESC aumentou a visibilidade da UE nas relações internacionais, por outro, a existência de um comissário para as relações externas, de um presidente da comissão e de outros comissários cujas pastas têm uma importante dimensão exterior, assim como de um Conselho Europeu e de presidências rotativas tornam a representatividade da UE muito confusa. A criação da figura do Alto Representante no Tratado de Lisboa introduz poucas mudanças, pois só pode agir com base em decisões unânimes dos 27 Estados-membros, além de que a pertença simultânea ao Conselho e à Comissão poderá gerar uma certa confusão em termo de interesses institucionais. Ademais, há sempre a tentação para alguns Estados membros de destacar-se com acções mais individuais em certas áreas do globo. No que diz respeito à actual estrutura de actividades da UE, o sistema de pilares formalizado em Maastricht constitui uma dificuldade acrescida para a acção da UE³⁵. Na verdade, assiste-se a uma divisão artificial das actividades externas da UE; em segundo lugar, para cada pilar, existem variados actores e

²⁸ Esse bairro de latas não mudou desde 2003. Um programa para melhorar as condições de habitação, fonte de ilegalidade e terrorismo devia ter sido lançado no seguimento dos atentados de 2003. Esse bairro é um bom exemplo de como a miséria pode radicalizar a população. A maioria dos jovens tiveram de abandonar os seus estudos por falta de recursos financeiros e visto serem encarados como marginais, também não conseguem arranjar emprego. Os políticos perderam a sua credibilidade, o que aconteceu também com o Partido Justiça e Desenvolvimento (PJD) e o partido Al-Adl-Wal-Ihsane que previamente era capazes de mobilizar esses jovens. A repressão dos services de segurança tem sido a única resposta para conter a ameaça terrorista e muitos dos que foram presos foram radicalizados no meio penitenciário, Amar A. & Chadi T. (2007). Sidi Moumen, la fabrique de kamikazes. , *Courrier International* 859, 19 a 25 Abril, 13.

²⁹ Esse grupo nasceu da divisão do GIA (Groupe Islamique Armé). Em 1998, o grupo propôs parar os ataques contra os civis para passar a concentrar a sua acção nas forças de segurança. Após a eliminação do seu líder histórico Hassan Hattab, a liderança do movimento foi assumida por by Abdelmalek Droudel.

³⁰ De facto, nos últimos ataques, os serviços de segurança declararam terem sido utilizados cerca 800 quilos. Contudo, o Estado argelino legislou no sentido de regular e melhorar a produção, o armazenamento, o transporte e a posse de explosivos. Parece que essas medidas mostraram os seus limites visto que os terroristas conseguem abastecer-se de armas e explosivos *via* a enorme fronteira com os países do Sael, conhecida por ser uma inesgotável reserva de armas.

³¹ Promulgação do Patriotic Act

³² A ideia de planificar os ataques de 11 de Março começou a aparecer no meio de um pequeno grupo de islamistas, a maior parte Marroquinos, depois da captura de vários membros das células de Al Qaeda no seguimento do 11 de Setembro nos Estados Unidos. O projecto tornou-se mais sério depois de a intervenção militar da Espanha no Iraque ter sido decidida por José Maria Aznar.

³³ Convertidos que foram radicalizados na Europa estiveram envolvidos nos atentados falhados na Dinamarca e em Londres, Europol, EU Terrorism Situation and Trend Report 2007 TE-SAT 2007, p 3.

³⁴ Solana, J. (2002). Europe's place in the World : The Role of High representative. *Discurso em Estocolmo*. 25 de Abril 2002.

³⁵ O Tratado de Lisboa ainda não entrou em vigor, mas mesmo se esse tratado acaba com a estrutura de pilares, a verdade é que o sistema de decisão em matérias de política externa correspondentes ao 2º pilar permanece o da unanimidade (geralmente concretizado através do consenso).

procedimentos decisórios que afectam a rapidez de resposta da UE aos acontecimentos internacionais e prejudicam a coordenação interpilares dos instrumentos de relações externas. A persistência da estrutura de pilares preconizada pela grande maioria dos Estados membros, desejosos de manter a sua soberania no campo da política externa, afecta seriamente a credibilidade e a eficiência da UE enquanto actor internacional, pois é necessário conciliar vinte e sete conjuntos de interesses nacionais em vez de criar um sistema para uma gestão eficaz das relações internacionais da UE.

As competências são igualmente um factor chave na limitação da eficácia da UE em política externa. A acção externa da UE é marcada por uma constante batalha por competências, tanto entre Estados membros e as diferentes instituições da CE como entre as próprias instituições CE. As constantes mudanças de competências geram uma certa confusão junto de terceiros que devem compreender o sistema decisório da UE e manter canais apropriados de diálogo e cooperação.

Como já foi referido anteriormente, de acordo com Sandra Lavenex (2004:681), as mudanças nos limites territoriais da governança da UE e as escolhas das políticas que desenvolveram uma dimensão externa são condicionadas por dois factores: percepções de interdependência e capacidades e papéis institucionais. De facto, a consciência de interdependência com o Magrebe está presente desde o princípio da própria CEE. Na Comunicação da Comissão que precedeu o lançamento do Processo de Barcelona, essa interdependência estava claramente afirmada³⁶. Os domínios nos quais a UE deveria poder intervir estão claramente identificados apesar de ser evidente que a Comissão antecipou as suas competências no campo da imigração, já que nessa altura, essa questão pertencia ao terceiro pilar. Apesar de ter sido mencionada na Comunicação a situação na Argélia, o terrorismo não foi individualizado já que ainda não tinha ocorrido nenhum atentado na Europa ou noutros países do Magrebe. Todavia, o texto final da Declaração de Barcelona incluíram aquelas prioridades – primeiro e terceiro cestos no que respeita ao terrorismo. A imigração foi também incluída no terceiro cesto, apesar de só ter adquirido competências para agir a nível internacional nas matérias de Justiça e Assuntos internos depois da ratificação do Tratado de Amesterdão³⁷, no qual um dos maiores objectivos era o da construção de um “Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça”. O Conselho Europeu de Tampere realçou a necessidade para a “UE de utilizar todas as suas competências e instrumentos de uma forma integrada e coerente com o objectivo de construir esse espaço de Liberdade, Segurança e Justiça. Por conseguinte, deverá utilizar todas as novas possibilidades de acção externa oferecida pelo tratado de Amesterdão, inclusive as estratégias comuns e acordos assinados pela CE ao abrigo do artigo 38 do Tratado UE” (Presidency, 1999, parágrafo 60).

Devemos então considerar os instrumentos que a UE utiliza para promover o dito “Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça”, enquanto se encontra confrontado com os desafios da imigração e do terrorismo islâmico provenientes do Magrebe. A definição da UE enquanto “potência civil” parece bastante apropriado para qualificar a sua capacidade de acção no Norte de África como actor de segurança. De facto, de acordo com a definição de Duchêne uma “Potência Civil” deve ser capaz de exercer a sua influência sobre Estados, organizações regionais e globais, corporações internacionais e outros organismos transnacionais, através de instrumentos diplomáticos, económicos e legais³⁸. No entanto, a definição de Duchêne não está completa porque apenas destaca os meios e os fins da Potência Civil, mas um elemento suplementar deve ser tomado em conta para uma maior precisão: a persuasão³⁹. As “Potências civis” recorrem ao soft power, à persuasão e atracção e não à coerção ou “cenouras e paus”(Smith, 2004:4) o que é bastante pertinente considerando que a condicionalidade não pode ser usada com os países vizinhos.

No que diz respeito aos meios, Karen E. Smith (2004) elaborou no seu artigo “Still Civilian Power EU?” uma classificação dos instrumentos utilizados por uma “potência civil” que ela dividiu em três grandes categorias: diplomáticos⁴⁰, económicos e culturais⁴¹. Contudo, este artigo destacaremos as duas primeiras categorias mesmo se valores culturais da Europa estão subjacentes na sua acção. É claro que, na primeira categoria, não podemos considerar a perspectiva da adesão e da condicionalidade associada. O conceito de “potência civil” permite-nos ultrapassar a estrita distinção entre as dimensões doméstica e externa porque aquela visa “ domesticar as relações entre Estados, incluindo aquelas entre os seus próprios Estados membros e aquelas com Estados exteriores às suas fronteiras” (Duchêne cited in Lavenex, 2004: 684).

2 - ...no Magrebe. Qual é o contributo da PEV?

³⁶ “ A paz e a estabilidade da região são uma grande prioridade para a Europa (...)A Comunidade e os parceiros mediterrânicos partilham muitas áreas de interdependência (...) Os interesses da Europa na região são variados, como os sectores do abastecimento de energia, a migração, o comércio e o investimento (...) Se as pressões migratórias não forem convenientemente geridas através de uma cooperação planificada com os países implicados, estas poderão facilmente gerar fricções, que prejudicam tanto as relações internacionais como as próprias populações imigrantes”. European Commission. (1994). *Communication from the Commission to the Council and the European Parliament on Strengthening the Mediterranean Policy of the European Union: Establishing a Euro-Mediterranean Partnership*, COM (94) 427 final, Brussels, 19 October, 5-6.

³⁷ As matérias de imigração, vistos, asilo e cooperação judiciária em matéria civil passaram do terceiro para o primeiro pilar.

³⁸ Citação in Ifestos, P. (1987). *European Political Cooperation: Towards a Framework of Supranational Diplomacy?*. Aldershot: Gower, 62

³⁹ Karen E. Smith distingue um quarto elemento - a legitimidade e controlo democrático, mas não é aqui considerado.

⁴⁰ Nos instrumentos políticos podemos destacar os acordos bilaterais com Estados terceiros, estratégias comuns, declarações, *démarches*. Contudo, também se desenvolveram instrumentos mais constrangedores como as posições comuns e acções conjuntas, introduzidos no Tratado de Maastricht, assim como a suspensão de relações diplomáticas. Quanto aos instrumentos económicos, podemos destacar os acordos comerciais, ajuda ao desenvolvimento, a suspensão de acordos preferenciais, embargos, protecionismo cultural, sanções económicas

⁴¹ De acordo com David Baldwin, para além dos instrumentos económicos e diplomáticos, um Estado também tem meios militares e a propaganda, mas como a UE não é um Estado, K. Smith apenas considera as duas primeiras categorias. Para mais informações, ver Smith, K. E. (1997). *Paradoxes of European Foreign Policy. The Instruments of European Union Foreign Policy*, *EUI Working Paper*, RSC nº97/68, 1- 2.

As relações entre a CE e a região do Mediterrâneo são quase tão antigas quanto a própria CE⁴². A partir de 1972, na Cimeira de Paris, os chefes de Estados e de Governos decidiram adoptar uma abordagem de conjunto nas relações de cooperação com os países ribeirinhos do Mediterrâneo. Em Abril de 1976, foram concluídos três acordos de cooperação com a Argélia, Marrocos e Tunísia. O envelope global concedido para o período 1976-1991 atingiu 1.615 milhões de euros entre os quais 504 milhões de euros para a Argélia, 653 milhões de euros para Marrocos e 458 milhões de euros para a Tunísia⁴³.

A iniciativas multiplicaram-se até ao lançamento do Processo de Barcelona⁴⁴. As relações externas da UE apontam para uma preferência distinta para o multilateralismo e para a cooperação interregional. Os dispositivos multilaterais fornecem mecanismos mais fortes através dos quais ela pode promover as suas normas e os seu modelo de integração como modelo para outras regiões com o objectivo de desenvolver a prosperidade e ultrapassar os conflitos regionais e a instabilidade (Marsh e Mackenstein, 2005: 62). Contudo, a PEV aparece como uma nova bilateralização das relações com os Estados participantes. Por conseguinte, não desenvolveremos neste comunicação a dimensão regional da cooperação com o Magrebe, fazendo apenas breves referências a documentos chave.

Como já foi referido, a PEV procura evitar a criação de novas clivagens entre a UE alargada e os seus vizinhos e oferecer-lhes a possibilidade de participar em diversas actividades da UE no quadro de uma cooperação política, securitária, económica e cultural reforçada”. Ao privilegiar as relações bilaterais, a PEV espera facilitar os avanços concretos, inclusive no seio de Estados divididos por conflitos. Os planos de acção (válidos por 3 ou 5 anos) assinados no âmbito da nova política de vizinhança podem tomar em consideração as circunstâncias particulares e integrar acções que visam reforçar a confiança. Os planos são elaborados em concertação com os Estados parceiros e seguidos por órgãos estabelecidos pelos acordos de parceria, de cooperação ou de associação, com um necessário exame periódico. De acordo com Romano Prodi, a situação podia ser resumida por “Tudo excepto as instituições”.

Existem uma estrutura e temáticas idênticas em cada país, mas os níveis de exigência são diferentes. O funcionamento da PEV depende principalmente da “boa vontade” dos Estados parceiros, pois a ambição de um plano de acção repousa sobre a vontade de aproximação à UE, gerando diferenças bem evidentes entre parceiros da PEV, consoante se trata de: indústria, comércio e serviços, transportes, energia, ambiente, mercado interno, investigação e inovação, assuntos sociais e migrações⁴⁶; diálogo económico, cooperação alfandegária, agricultura e pescas (apenas para a Tunísia), direitos do Homem (dependendo do caso) ou diálogo político.

Temos de fazer aqui uma ressalva : o Acordo de Associação⁴⁷ com a Argélia só entrou em vigor em 2005. Dado as grandes dificuldades que as autoridades tiveram para “vender” a nível nacional esse acordo⁴⁸e, apesar de elegível para a PEV, não se trata de uma prioridade para o Estado. Além do mais, o aquis do Processo de Barcelona e dos Acordos de Associação celebrados nesse âmbito não podem ser dissociados da Política de Vizinhança. Independentemente da sua não pertença à PEV, o facto é que no último relatório da Comissão⁴⁹; a Argélia é incluída e os seus progressos são analisados à semelhança dos Estados participantes. Nesse sentido, a Comissão parece convencida que a adesão da Argélia à PEV é apenas uma questão de tempo. Enquanto Estado chave da região do Magrebe, não poderíamos deixar de atentar para a cooperação euro-argelina. O Acordo é visto como um acordo “post-Tampere” e contém um capítulo detalhado sobre a cooperação em matéria de Justiça e Assuntos Internos. As migrações incluem o movimento das pessoas (art 83), a cooperação na prevenção e controlo da imigração ilegal e obrigação de readmissão de acordo com a qual as duas partes comprometem as duas partes a readmitir os seus nacionais ilegais (Art 84). Um artigo individual (Art 90) é dedicado ao terrorismo constituindo uma disposição bastante original porque constringe individualmente o Estado, mesmo se as medidas a serem tomadas não são específicas à Argélia – implementação da resolução 1373 das Nações Unidas, a necessidade de trocar informações, juntar a experiência de meios e práticas para combater o terrorismo. Em termos concretos, a UE quer concentrar a sua acção na reabilitação de infraestruturas que foram danificadas pelos ataques terroristas, pretende incentivar os investimentos e a criação de empregos de longa duração nas regiões fortemente afectadas pelo terrorismo. O eixo de reabilitação beneficiou de 4.4M € entre 1999 e 2002⁵⁰. Três programas para a reabilitação das zonas atingidas por ataques terroristas, a reforma da formação profissional e o desenvolvimento socio-económico da região do Nordeste da Argélia beneficiaram de 140 M€ entre 2002 e 2004. O diálogo sobre a política a seguir é tratado nos vários grupos de trabalho, comités e sub-comités com base no Acordo

⁴² No caso mais específico do Magrebe central (Argélia, Marrocos e Tunísia), as primeiras tentativas de aproximação feitas por Marrocos e a Tunísia no sentido de assinar acordos de associação ocorreram em 1963, mas foram necessários seis anos (1969) para que fossem assinados acordos de comércio preferenciais (Marsh e Mackenstein 2005:185). Nessa altura, a Argélia reconstruiu-se lentamente após uma violenta guerra civil que terminou em 1962.

⁴³ Comissão Europeia, op cit

⁴⁴ 1991 marca o nascimento de uma quarta geração de protocolos financeiros (1991-1996). Representa uma das componentes da Política Mediterrânica renovada (PMR), cujas as orientações foram estabelecidas pelo Conselho de Dezembro 1990. Durante este período, o montante total concedido aos Estados do Magrebe eleva-se a 1.072 milhões de euros, ou seja uma progressão de 73% em relação aos 3º protocolos financeiros. A Argélia recebeu 350 milhões de euros, Marrocos beneficiou de 438 milhões e a Tunísia 284 milhões de euros.

⁴⁵ Ucrânia, Moldávia e Israel

⁴⁶ Comité que já estava previsto nos Acordos de Associação

⁴⁷ Decisão do Conselho de 18 de Julho de 2005 relativa à celebração do Acordo Euro-mediterrânico que cria uma associação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República Argelina Democrática e Popular, por outro

⁴⁸ Entrevista DG RELEX F/4, desk officer Argélia, 5 de Fevereiro 2008, Bruxelas

⁴⁹ Comissão Europeia. (2008). Communication de la Commission au Parlement et au Conseil : Mise en œuvre de la Politique Européenne de Voisinage en 2007 , COM (2008) 164, Bruxelles, 3 Avril 2008

⁵⁰ A França é um dos maiores contribuidores com um investimento de 40M€ em vários sectores como o reforço do Estado de Direito e a Educação.

de Associação assinado com esse Estado. A Argélia deseja aprofundar o diálogo com a União somente em certas áreas: comércio, diversificação da economia, justiça, polícia e imigração. Em 2006, a Argélia já cooperava em matéria de polícia e justiça com a UE, mas pretendia aprofundar a questão da imigração legal. Contudo, a Argélia não deseja negociar nenhum Plano de Acção num futuro próximo, em particular por causa da sua componente « direitos do Homem e democracia ».

A Tunísia é o país com o qual as relações contratuais com a UE são as mais antigas, sendo a primeira a ter assinado um Acordo de Associação em 1995. No caso de Marrocos, o Acordo foi assinado em 1996. Nenhum dos acordos menciona a questão do terrorismo ou crime organizado, apesar do branqueamento de capitais e o tráfico de drogas aparecerem como grandes preocupações. A protecção dos direitos dos “migrantes instalados” é abordada, mas as medidas contra a discriminação não são detalhadas. O diálogo bilateral também é orientado para a imigração ilegal e para as condições de regresso dos imigrantes em situação irregular. No entanto, visto que na altura a CE não tinha competências, as disposições visavam coordenar as políticas nacionais e por isso, nenhuma acção comum é esperada ao nível europeu com aqueles países⁵¹.

Foi previsto nos Acordos de Associação um comité “Assuntos sociais e Migrações”, mas só foi criado em 2003, indicando um certo atraso para a Tunísia cujo o Acordo entrou em vigor logo em 1998⁵². O estabelecimento de um sub-comité “Justiça e Segurança” veio a posteriori e, se para Marrocos houve já várias reuniões, no caso da Tunísia, houve vários cancelamentos e a primeira reunião só ocorreu em Abril deste ano⁵³. Aquele sub-comité trata de questões como o terrorismo, o branqueamento de dinheiro, a cooperação policial e judiciária e o tráfico humano, o que reflete a posição particular da Tunísia: essas questões são consideradas assuntos internos a mesmo se a Tunísia coopera internacionalmente na luta contra o terrorismo, na imigração clandestina e tráficos, a cooperação tem diminuído desde 2005 e a UE não é encarada como a esfera indicada para tratar dessas questões.

Fontes da Comissão⁵⁴ declararam que a maior parte da cooperação na questão da imigração é bilateral, ou seja, cada Estado prefere desenvolver uma cooperação bilateral com os Estados membros mais importantes para eles. É o caso para a Tunísia que mantém uma boa relação com a França e a Itália. Mesmo se a Tunísia não é um país de trânsito de massa, continua atractivo para os migrantes saarianos.

O Plano de Acção inclui as vertentes seguintes: económica, política, sectorial, troca/mobilidade entre povos e serviu um ponto de ancoragem da cooperação no domínio económico e social. Em 2007, 103 M € de ajuda comunitária foram concedidos à Tunísia para os objectivos prioritários do Plano de Acção⁵⁵. O ano de 2007 foi marcado por uma intensificação do diálogo UE-Tunísia nos diferentes sub-comités e grupos de trabalho. Contudo um problema persiste, a aplicação da vertente política, « direitos do Homem » e « governança ». A negociação para a implementação do sub-comité « direitos do Homem, democracia e governança » ainda não foi constituído. A Comissão deseja alargar o diálogo ao conjunto das domínios previstos pelo Acordo de Associação, inclusive Justiça e Assuntos Internos. No seguimento dos confrontos no início de 2007⁵⁶, a Tunísia reforçou os seus meios para a luta contra o terrorismo. Alguns progressos foram registados na cooperação com alguns Estados Membros e também ao nível regional. Contudo, o nível de cooperação judiciária e policial entre a Tunísia e os Estados Membros permanece insuficiente. De uma forma geral, o diálogo nos domínios de Justiça e Assuntos Internos está no seu início, com a primeira reunião, já referida, do sub-comité “Justiça e Segurança” em 2008. Se em 2007 a Tunísia intensificou os seus esforços para o controlo das fronteiras e a luta contra a imigração clandestina, o diálogo e a cooperação sobre a imigração ilegal e de trânsito permanecem insuficientes e no caso da readmissão, praticamente inexistente⁵⁷. O diálogo sobre as questões de imigração legal é uma prioridade para a Tunísia⁵⁸, mas as conversações sobre a criação de um observatório das migrações na Tunísia não parecem avançar⁵⁹.

No que diz respeito a Marrocos, a situação é diferente (Anexo 1). O Estado está mais interessado em cooperar apesar da situação ser ligeiramente diferente quando se tratam dos nacionais de países terceiros. Por exemplo, em 2003, um programa para o Controlo das Fronteiras de um montante de 40M € foi elaborado com o objectivo de “estabelecer uma maior segurança nas fronteiras internacionais que diminuirá o crime transfronteiras e a migração ilegal⁶⁰, mas o programa para desenvolver as regiões do Norte, fonte de 40% da emigração para a UE com um orçamento previsto de 70 milhões € parece não ter sido executado. O principal objectivo era o de desenvolver a região e tentar evitar o êxodo da população para as cidades ou para fora do país ao criar empregos a curto-prazo. O Programa MEDA reprogramou, para o período de 2006-2008, 67 625 000 € (apoio orçamental) para a gestão do controlo de fronteiras e atribuiu igualmente 5 milhões de euros para um “Apoio institucional à circulação das pessoas” cujo o beneficiário é a Agence Nationale pour la Promotion de l’Emploi

⁵¹ Interview DG RELEX- F/4, desk officer Marrocos, 6 de Fevereiro 2008, Brussels

⁵² No caso de Marrocos, o Acordo entrou em vigor em 2000.

⁵³ Houve vários cancelamentos, o ultimo datando de Fevereiro de 2008.

⁵⁴ Entrevistas EuropeAid, 11 de Março e 17 de Março 2008 (por telefone), 27 de Março 2008 Bruxelas, Entrevista DG RELEX F/4, op.cit.

⁵⁵ Para o período 2007-2010, 300 m € são concedidos ao abrigo do Instrumento da Política Europeia de Vizinhança.

⁵⁶ Confrontos armados entre as forças de segurança e um grupo que o governo acusou de pertencer ao movimento salafista. Terão morrido 13 pessoas.

⁵⁷ Comissão Europeia, Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão acompanhando a: Comunicação da Comissão ao Conselho e Parlamento Europeu. (2008) “A implementação da política europeia de vizinhança em 2007: relatório sobre a Tunísia”. SEC(2008)401, Bruxelas, 3 de abril 2008, 12.

⁵⁸ Para o período 2008-2010, a Agence nationale pour l’Emploi et le Travail Indépendant (ANETI) beneficia de um financiamento AENEAS – para o qual não foi possível apurar o montante- para uma assistência técnica e financeira para uma melhor informação sobre as oportunidades de imigração profissional na UE.

⁵⁹ idem

⁶⁰ Implementação da lei marroquina sobre a polícia de fronteiras; estabelecimento de uma polícia de fronteiras convenientemente equipada e treinada; implementação de sistemas de segurança de fronteiras eficazes integradas com sistemas de polícia nacional.

et les Compétences (ANAPEC). Mesmo se o programa de controlo de fronteiras mostrou alguns efeitos positivos, a cooperação espano-marroquina tem sido realçada frequentemente como uma peça importante do puzzle. Os acontecimentos de Ceuta e Mellila no verão de 2005 criaram uma abordagem completamente diferente das questões migratórias. A cooperação foi reforçada entre os dois Estados e o número de migrantes provenientes de Marrocos desceu consideravelmente (cerca de 90%)⁶¹.

O plano de Acção para Marrocos foi adoptado no dia 27 de Julho 2005 por 5 anos. 654 Milhões € foram concedidos para o Programa Indicativo Nacional 2007-2010. O programa contém cinco prioridades: sector social⁶², direitos do Homem e governança⁶³, reforço institucional⁶⁴, modernização económica⁶⁵ e ambiente. No domínio das migrações, as trocas de informações sobre a imigração legal continuam nomeadamente no âmbito do grupo de trabalho Migrações e Assuntos Sociais. Apesar de três novas sessões de negociação em 2007, foram poucos os progressos registados no que respeita ao acordo de readmissão comunitário, apesar das negociações já durarem há cinco anos. Não houve mais discussões sobre a questão dos vistos, mas esta questão é claramente uma prioridade tanto para Marrocos como para a Argélia e talvez menos para a Tunísia. Na verdade, se Marrocos encontra-se disponível para abordar a questão da imigração legal, a Argélia, quando convidada a sessões de reflexão sobre imigração legal e circular, não está interessada em participar, argumentando que essas iniciativas favorecem o Brain Drain⁶⁶. Contudo, em Novembro de 2007, uma lei foi promulgada para os bilhetes de identidade biométricos e as autoridades lançaram os preparativos para a introdução de passaportes biométricos em 2008⁶⁷. No que diz respeito à cooperação em matéria de criminalidade organizada, esta desenvolveu-se principalmente na área da luta contra o terrorismo, tendo o Estado sido vítima mais uma vez. Foram registados progressos na implementação do plano de Acção da cooperação anti-terrorista entre a UE e Marrocos através da realização de acções de formação e assistência técnica, agindo de harmonia com o Código de Conduta Euro-Mediterrânico de Contra-Terrorismo adoptado em Novembro de 2005. A cooperação bilateral foi reforçada com vários Estados membros no contexto da emergência do Grupo Al Qaeda no Magrebe Islâmico⁶⁸.

Não poderemos fechar esta secção sem referir, apesar de não ser um feito da Política Europeia de Vizinhança, dois avanços consideráveis nas matérias de luta contra o terrorismo e de imigração no âmbito do Processo de Barcelona e, por isso, abrange os três Estados do Magrebe. A organização da Conferência Ministerial das Migrações sob presidência portuguesa, no Algarve, a 18 e 19 de Novembro 2007 era já esperada desde 2002. Foi considerado um evento de grande importância para a Parceria Euro-Mediterrânica porque, pela primeira vez, os três pilares da Abordagem das Migrações (imigração legal, luta contra imigração ilegal, migração e desenvolvimento) eram tratadas de forma equilibrada e para os quais se estabeleceram propostas. A Comissão disponibilizou de imediato 5 M € sob a etiqueta do programa EuroMed Migration II⁶⁹ para reforçar a gestão das migrações e o controlo de fronteiras. Como foi confirmado por um funcionário do Secretariado do Conselho, as negociações foram complexas e difíceis. O obstáculo mais evidente foi a falta de posição comum entre os Estados do sul. Foi difícil chegar a um consenso no seio do Grupo Árabe.⁷⁰ Agora, como irá evoluir a questão? Haverá um Albufeira II? Logicamente, deverá haver uma continuação, mas visto as dificuldades de organização da primeira, a segunda reunião não deverá ocorrer num futuro próximo⁷¹.

No que concerne a questão da luta contra o terrorismo, já referimos a adopção do Código de Conduta Euro-Mediterrânico contra o terrorismo em Novembro de 2005, mas qual é a sua mais-valia para a cooperação euro-magrebina? A adopção do Código não deve ser sobre-estimada porque “ não tem valor legal, tem sim um valor político e simbólico, é um compromisso para lutar juntos contra uma ameaça⁷²”. A cooperação operacional é bilateral e é de conhecimento geral que, a maior parte das acções na luta contra o terrorismo perdem a sua eficiência quando são multilateralizadas. Todavia, a UE pode ser vista como um enquadramento “facilitador” porque pode centralizar a informação mas não pode coordenar operações visto que se trata de uma competência dos Estados-membros⁷³.

Torna-se necessário realçar certos problemas internos que impõem sérios limites à acção e visibilidade da UE enquanto actor internacional. Apesar de a UE ser o primeiro doador, há um debate aceso entre os actores do desenvolvimento (DG Desenvolvimento, ONGs...) e os actores da segurança para determinar o que pode ser financiado com a ajuda para o desenvolvimento. Há uma grande resistência em utilizar o orçamento do desenvolvimento para financiar o reforço das

⁶¹ Entrevista DG RELEX F/4, op.cit.

⁶² Iniciativa nacional de desenvolvimento humano que visa reduzir a pobreza e a luta contra a exclusão social; alfabetização, educação, reforma do sistema de segurança social e de saúde)

⁶³ Apoio ao Ministério da Justiça e Direitos do Homem

⁶⁴ Reforma da administração pública, programa de apoio ao Plano de Acção

⁶⁵ Investimento e exportação de produtos industriais, formação profissional, agricultura, melhoria das estradas e energia

⁶⁶ Entrevista DG RELEX F/4, officer para assuntos JAI Argélia e Líbia, 5 de Fevereiro 2008, Bruxelas.

⁶⁷ Comissão Europeia. (2008). Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão acompanhando a Comunicação da Comissão ao Conselho e Parlamento europeu sobre a Implementação da Política Europeia de Vizinhança em 2007: relatório sobre Marrocos, SEC(2008)398, Bruxelas, 3 de abril 2008, 14-15.

⁶⁸ Idem, p 15

⁶⁹ Euromed Migration I atribuiu 2 M€ entre 2004 e 2007

⁷⁰ Entrevista DG Justiça, Liberdade e Segurança, unidade 2B, 7 de Fevereiro 2008, Bruxelas

⁷¹ Entrevista Secretariado Geral do Conselho, Direcção H -Unidade 1B, 1 de Abril 2008, Bruxelas.

⁷² Entrevista Ministério Negócios Estrangeiros 28 de Novembro 2007, Paris.

⁷³ Entrevista DG Relex A/4, Officer de Segurança, 6 de fevereiro 2008, op.cit.

capacidades da luta contra o terrorismo. Por conseguinte, a CE não pode financiar projectos com a etiqueta “luta contra o terrorismo” então a Comissão tenta atribuir uma etiqueta mais vasta aos projectos como: boa governança, reforço Estado de direito, reforço das capacidades de segurança...Um bom exemplo: O programa de twinning de controlo das fronteiras em Marrocos para 40M € (PIN 2002-2004) ou o Programa de Jumelagem entre Marrocos e Espanha para apoiar o desenvolvimento de um Centro de Intelligence Financeira e um Sistema contra o Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo. Todavia, o Instrumento de Estabilidade (2007-2013), gerido pela Comissão considera especificamente entre os seus objectivos a luta contra o terrorismo⁷⁴. Ademais, a natureza descentralizada da gestão dos programas de assistência da Comunidade confere uma imagem fragmentada da acção da comunidade aos países beneficiários.

Considerações finais

A região do Magrebe constitui realmente uma fonte de novos desafios de segurança para a UE. Desde 1995, as preocupações de segurança estão presentes nas relações euro-magrebina e foram amplificadas após os atentados de 11/09. Infelizmente, estamos perante um círculo vicioso: a instabilidade daqueles países mina o seu desenvolvimento económico; as pessoas com dificuldades económicas e sociais (mas não somente os mais pobres) aspiram deixar os seus países; esse mal-estar social também favorisa a radicalização e o recrutamento por parte de grupos terroristas.

A transnacionalização das ameaças, geralmente ligadas à soft security e a ratificação do Tratado de Amesterdão deram à CE a possibilidade de agir como actor internacional através da inclusão de políticas internas nas suas relações externas por um lado e, por outro, pelas expectativas dos próprios Estados membros que também desejam uma acção externa europeia comum com o objectivo de melhorar a sua segurança. A acção da UE nessa região é claramente característica de uma “potência civil”, pois utiliza essencialmente instrumentos políticos, económicos, mas também culturais, não recorrendo aos instrumentos militares. Contudo, existem limites à eficiência da sua acção. Com efeito, foram celebrados ambiciosos Acordos de Associação e Planos de Acção com os Estados do Magrebe, mas no que diz respeito às questões que aqui analisamos, a CE deparou-se com uma limitação nas suas competências, remanescentes quanto à luta contra o terrorismo e ainda presente na vertente da imigração legal. Como consequência, assiste-se a uma cooperação bilateral entre Estados Membros e Estados magrebina. De alguma forma, também encontramos uma certa competição entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e os Ministérios do Interior no seio da União: há uma tensão entre as promessas diplomáticas que seguem uma lógica de inclusão e uma lógica mais exclusiva e restritiva que caracteriza o comportamento dos funcionários dos Ministérios da Administração Interna que, por vezes, necessitam limitar as promessas diplomáticas. Por conseguinte, a UE não tem nenhuma verdadeira compensação a oferecer e as preocupações securitárias são a face visível da sua acção. Além disso, necessitamos considerar que a agenda e as prioridades dos próprios Estados do Magrebe podem não corresponder às europeias. Embora a UE esteja disposta a ajudar aqueles países a adoptarem uma abordagem global das migrações e a reforçar as capacidades dos Estados terceiros para a luta contra o terrorismo, os resultados são escassos porque o grau de cooperação e de boa vontade é diferente de país para país.

Finalmente, após um balanço da PEV no Magrebe, podemos constatar que a Argélia não está interessada em participar nessa política. Se a Comissão considera que a PEV deve tratar o conjunto das questões existentes nas relações com os seus parceiros como a promoção do Estado de direito, questões JAI... e não apenas as questões económicas, a verdade é que a PEV torna mais evidente os interesses selectivos da Tunísia e dá uma imagem de “bom aluno” a Marrocos, apesar de mostrar uma certa resistência à conclusão de um acordo de readmissão comunitário; Os Planos de Acção têm contudo a característica de serem negociados entre as partes tornando-os talvez mais realistas o que poderá levar a uma eventual melhoria na utilização dos fundos do Instrumento Europeu de Vizinhança e de Parceria. De acordo com uma comunicação da Comissão, são evidentes ainda os limites da PEV no que respeita à mobilidade e migrações: os procedimentos de obtenção de vistos devem ser facilitados, a gestão das migrações melhorada e para isso os Estados do Magrebe devem assinar os acordos de readmissão e cooperar de forma ainda mais estreita na luta contra a imigração ilegal.

Em guisa de conclusão, a relação entre a UE e o Magrebe oscila entre presence e actorness, e neste último caso, a UE deve estar consciente da necessidade de coerência na sua acção: a vontade para agir não deve ser concretizada à custa dos valores que a UE quer promover na região.

Anexo I

Programas no âmbito das Migrações para o Magrebe

⁷⁴Entrevista EuropAid E/4 , 28 de Março 2008, Bruxelas. O problema apareceu por causa de um projecto de controlo das fronteiras nas Filipinas financiado pela Comissão de forma a ajudar o Estado a aplicar a Resolução 1373 da ONU. O Parlamento Europeu considerou que este projecto não tinha bases legais e recorreu ao Tribunal Europeu de Justiça que decidiu em favor do Parlamento.

2008	<p>Programa AENEAS</p> <p>1) Promoção dos princípios e dos valores humanitários de luta contra os actos de racismo e de xenofobia relativa aos migrantes de racismo e de xenofobia relativa aos migrantes Parceiro principal : Fédération Internationale des Sociétés Nationales de la Croix Rouge et du Croissant Rouge ; Outros Parceiros : Croissant Rouge Marocain, Association Marocaine d'Etudes et de Recherches Sur Les Migrations (AMERM) Regiões alvo : Norte, Oriental, e centro de Maroc. Duração : 24 meses Contributo UE : 720 000 €</p> <p>2) Criação de um ambiente favorável permitindo aproveitar os efeitos positivos da migração para o desenvolvimento da região oriental de Marrocos Parceiro principal : Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH; Outros Parceiros : Agence pour la Promotion et le Développement Economique et Social de la Préfecture et des Provinces de la Région Orientale du Royaume Regiões alvo : Região Oriental Duração : 36 meses Contributo UE : 1 199 537 €</p> <p>3) Migrações da mulheres de Marrocos para a UE : a Warp Yarn for the Development Parceiro principal : Soletterre Strategie di Pace ONLUS ; Outros Parceiros : IRS Istituto di Ricerca Sociale, University of Milan, Province de Milan, Region de Lombardie, Université Hassan I, National School for Trade and Management, Morocco's Ministry for Tourism, Craftsmanship and Social Economy Regiões alvo : Settat Settat Duração: 36 meses Contributos UE : 562 000 €</p> <p>4)- Formar imigrantes qualificados para trabalhar na UE e regressar aos seus países de origem Parceiro principal : Oviedo Official Chamber of Commerce, Industry and Navigation ; Outros Parceiros : IFOA : Training and services centre of Italian Chambers of Commerce, Chambres de commerce de Oviedo, las palmas, Santa Cruz de Tenerife, Agadir, Cap Vert, Dakar Regiões alvo : Marrocos, Senegal, Cabo Verde, Espanha e Itália Duração : 36 meses Contributo UE : 600 000 €</p>
2006-2008	<p>Programa MEDA</p> <p>1 – Gestão do controlo de fronteiras Organismos beneficiários: Ministério do Interior Regiões : Marrocos Duração : 3 ans Contributo UE : 67 625 000 € (apoio orçamental)</p> <p>2 - Apoio institucional à circulação das pessoas Organismos beneficiários: Agence Nationale pour la Promotion de l'Emploi et les Compétences (ANAPEC) Regiões alvo : Marrocos Duração : 36 meses Contributo UE : 5 000 000 €</p>
	<p>Programa AENEAS</p> <p>5 – Luta contra imigração ilegal e tráfico de seres humanos através da participação das famílias vítimas de emigração clandestina, associações organizadas da sociedade civil e das instituições locais. Organizações beneficiárias : Movimento Laici America Latina Regiões Alvo : Chaouia Ouardigha, Tadla Azilal (Marrocos), Províncias Cueno, Verone, Mantou, Modene (Itália), provincia de Sevilha (Espanha) Duração : 36 meses Contributos UE : 914 028,24 € (90%)</p> <p>6 - “Barcelona – Tangier Programme” Programa de cooperação e co-desenvolvimento com Marrocos para a</p>

2007	<p>formação de menores empenhados ou que consideram empenhar-senem processo de migração em solitário Organizações beneficiárias : secretariado para a Imigração, região da Catalunha Regiões alvo : Tanger Duração : 36 meses Contributo UE : 1 012 313,00 € (64,91%)</p> <p>7 – Partilhar experiência para uma melhor vida de migrante Organizações beneficiárias : Italian Ministry of Labour and Social Policies- General Directorate for Immigration Regiões alvo : Marrocos, Egipto e Itália Duração : 18 meses Contributos UE: 519 333,2 € (75,73 %)</p> <p>8 – Reforço e Integração do Centro de Acolhimento dos Migrantes numa dinâmica local e regional Organizações beneficiárias : Secours catholique / Caritas France Regiões Alvo : Marrocos, Médio oriente / África do Norte Duração : 36 meses Contributo UE : 686 719,15 €</p> <p>9 – Gestão do Asilo e da migração no Norte de Africa e protecção melhorada para os candidates ao asilo e refugiados nos Mashrek Organizações beneficiárias : UN High Commissioner for Refugees (UNHCR) Regiões Alvo : Marrocos, Médio oriente / África do Norte Duração : 24 meses Contributo UE : 4 000 000 €</p>
2006	<p>10 – Acompanhamento na melhoria das condições de acolhimento e protecção dos menores de 14 anos provenientes do território da comunidade de Madrid Organizações beneficiárias : Direction Générale d’immigration, de la coopération pour le développement et du volontariat de la communauté de Madrid Regiões Alvo : Wilaya de Tanger e Wilaya de Marrakech Duração : 36 meses Contributo UE : 1 999 999 €</p> <p>11- Reforço do compromisso operacional e da colaboração regional dos actores da sociedade civil sobre a gestão dos fluxos migratórios de trânsito no Magrebe Organizações beneficiárias : Comitato Internazionale per lo sviluppo dei Popoli Regiões Alvo : Argélia, Marrocos, Tunísia e Líbia Duração : 36 meses Contributo UE : 1 328 120 €</p> <p>12- Programa de gestão integral da imigração sazonal entre a província de Benslimane e a província de Huelva Organizações beneficiárias : Câmara de Cartaya Regiões Alvo : Marrocos, Argélia, Tunísia Duração : 36 meses Contributo UE : 1 196 000 €</p> <p>13 –Promoção de uma migração responsável através de circuitos legais na região de Tadla Azilal-Maroc Organizações beneficiárias : MLAL Progettomondo Regiões Alvo : Marrocos (Azilal e Beni Mellal) Duração : 33 meses Contributo UE : 868 214,4 €</p>

2005	<p>14- « ALBAMAR »apoio integrado para o retorno de migrantes na Albânia e em Marrocos Organizações beneficiárias : Coopi- Cooperazione internazionale Regiões Alvo : The towns of Turin and Milan in Italy, and the regions of origin of the Moroccan and Albanian communities there, namely the provinces of Khouribga and Beni Mellal, respectively in the region of Chaouia-Ourdigha and Tadla-Asilal, in Morocco and the provinces of Tirana and Shkodra in Albania Duração : 36 meses Contributo UE : 1 334 576 €</p> <p>15 –Gestão Conjunta da migração de trânsito do Mediterrâneo Organizações beneficiárias : IOM Regiões Alvo : Dez países da União Europeia : Itália, Malta, França, Espanha, Portugal, Austria, Alemanha, Holanda, Bélgica e Reino- Unido ; Os cinco países da União do Magrebe Árabe: Tunísia, Líbia, Argélia, Marrocos e Mauritânia; seis países da África subsariana: Camarões, Gana, Mali, Níger, Nigéria, Senegal. Duração : 36 meses Contributo UE : 1 619 111,16 €</p> <p>16 – Reforçar a participação da sociedade civil Organizações beneficiárias : EMHRN Regiões Alvo : Marrocos, Tunísia, Egipto, Jordânia, Síria, Palestina, Líbano e Líbia Duração : 27 meses Contributo UE : 535 599 €</p> <p>17 - Sea Horse Organizações beneficiárias: Guardia Civil Regiões Alvo: Marrocos, Mauritânia, Cabo-Verde, Senegal Duração : 36 meses Contributo UE : 2 000 000 €</p> <p>18 – Estratégias de Redução da Pobreza da Migração Internacional Organizações beneficiárias: World Bank Regiões Alvo: Argélia, Marrocos, Tunísia e possivelmente o Egipto Duração : 36 meses Contributo UE : 926 350 €</p> <p>19 - SEAHORSE-Network Organizações beneficiárias: .Guardia Civil : Ministério do Interior –Espanha Regiões Alvo: Marrocos, Mauritânia, Senegal, Cabo Verde (Espanha, Portugal) Duração : 2 anos Contributo UE : 2 000 000 €</p>
2004	<p>20 - Projecto piloto integrado de desenvolvimento socio-económico local de uma região com forte potencialidade migratória em Marrocos Organizações beneficiárias: The International Organization For Migration – BE Contributo UE : 1 054 999,46 €</p> <p>21 - Programa de co-desenvolvimento a favor de Marrocos (Turismo rural e criação de PMEs) Organizações beneficiárias: Agence Française de Développement Contributo UE : 1 500 000,00 €</p>

Fonte: Delegação da CE em Rabat

Bibliografia

Fontes Primárias

Comissão Europeia. (2008). Comunicação da Comissão ao Conselho e Parlamento Europeu “A implementação da política europeia de vizinhança em 2007: relatório sobre a Tunísia”. SEC(2008)401, Bruxelas, 3 de abril 2008.

Comissão Europeia. (2008). Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão acompanhando a Comunicação da Comissão ao Conselho e Parlamento europeu sobre a Implementação da Política Europeia de Vizinhança em 2007: relatório sobre Marrocos, SEC(2008)398, Bruxelas, 3 de abril.

Council of the European Union. (2000). European Union priorities and policy objectives for external relations in the field of justice and home affairs, doc 76R3/00 LIMITE JAI 35, Brussels, 6th of June.

Commission Européenne. (2002). Union Européenne-Maghreb : 25 ans de coopération 1976-2001. Direcção Geral da Relações Externas, Unidade Magrebe.

Commission Européenne. (2006). Rapport de Suivi PEV Tunisie.(COM(2006) 726 final). Brussels, 4th december

Commission Européenne. (2006). Rapport de Suivi PEV Maroc. COM(2006) 726 final). Brussels, 4th December

Conférence Euro-Méditerranéenne (2005). Sommet Euro-méditerranéen organisé à l'occasion du 10è anniversaire du Partenariat euro-méditerranéen à Barcelone, 27 et 28 novembre 2005 - Code de conduite euro-méditerranéen en matière de lutte contre le terrorisme. 15075/05 (Presse 328), 28 Novembre.

Council of the European Union. (2000). European Union priorities and policy objectives for external relations in the field of justice and home affairs, doc 76R3/00 LIMITE JAI 35, Brussels, 6th of June.

Council of the European Union. (2002). Council Framework Decision on Combatting Terrorism, 2002/475/JHA. 13th of June.

European Commission. (1994). Communication from the Commission to the Council and the European Parliament on Strengthening the Mediterranean Policy of the European Union: Establishing a Euro-Mediterranean Partnership, COM (94) 427 final, Brussels, 19th of October.

European Commission, Euromed Partnership Algeria: Strategy Document 2002-2006 and National Indicative Programme 2002-2004.

European Commission, Euromed Partnership Tunisia: Strategy Document 2002-2006 and National Indicative Programme 2002-2004

European Commission, Euromed Partnership Morocco: Strategy Document 2002-2006 and National Indicative Programme 2002-2004

European Commission, Euromed Partnership Algeria: National Indicative Programme 2005-2006

European Commission, Euromed Partnership Morocco: National Indicative Programme 2005-2006

European Commission, Euromed Partnership Tunisia: National Indicative Programme 2005-2006

European Commission. (2003). Communication of the Commission to the Council and the Parliament Wider Europe—Neighbourhood: A New Framework for Relations with our Eastern and Southern Neighbours, COM(2003) 104 final, Brussels, 11th of March

European Commission, 16th of May 2007, Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on circular migration and mobility partnerships between the European Union and third countries, COM/2007/0248 final.

European Commission. (2006). ALGERIA - European Neighbourhood Partnership Instrument (ENPI) Strategy Paper 2007-2013 & National Indicative Programme 2007-2010, http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/enpi_csp_nip_algeria_en.pdf (consultado na Internet no dia 2 de Fevereiro 2008)

European Commission. (2006). MOROCCO - European Neighbourhood Partnership Instrument (ENPI) Strategy Paper 2007-2013 , http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/enpi_csp_morocco_en.pdf (consultado na Internet no dia 2 de Fevereiro 2008)

European Commission. (2006). TUNISIA - European Neighbourhood Partnership Instrument (ENPI) Strategy Paper 2007-2013 & National Indicative Programme 2007-2010, www.enpi-programming.eu/wcm/dmdocuments/Tunisia_strategy_paper_and_NIP_summary.pdf (consultado na Internet no dia 2 de Fevereiro 2008)

European Commission. (2005). Communication from the Commission on a strategy on the external dimension of the area of freedom, security and justice, COM(2005) 491 final, Brussels, 12th of October.

European Council. (1999)Conclusions of Tampere European Council, 15 and 16 October, http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/ec/00200-r1.en9.htm (consultado na Internet no dia 2 de Maio 2007)

European Council. (2000). Common Strategy of the European Council on the Mediterranean Region”, 2000/458/CFSP. Bruxelas, 19th of June.

Euro-mediterranean Conference Barcelona Declaration, 27-28 November 1995.

Euro-Mediterranean Agreement establishing an association between the European Communities and their Member States, of the one part, and the Republic of Tunisia, of the other part (1998). Official Journal L 097 , 30/03/1998, 0002 - 0183

Euro-Mediterranean Agreement establishing an Association between the European Community and its Member States, of the one part, and the People's Democratic Republic of Algeria, of the other part - Annexes - Protocols - Final Act - Declarations (2000)

Euro-Mediterranean Agreement establishing an association between the European Communities and their Member States, of the one part, and the Kingdom of Morocco, of the other part – Annexes-Protocols-Final Act- declarations (2000).

Euro-mediterranean Conference. (2005). 10th ANNIVERSARY EURO-MEDITERRANEAN SUMMIT Barcelona, 27 and 28 November 2005 – Chairman’s Statement, 15073/05 (Presse 326)

Euro-mediterranean Conference. (2007). First Euromediterranean Ministerial Meeting on Migration. Algarve, 18 e 19 Novembro.

EU/Morocco Action Plan, http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/action_plans/morocco_enp_ap_final_en.pdf (consultado na Internet no dia 12 de Abril 2007)

EU/Tunisia Action Plan, http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/action_plans/tunisia_enp_ap_final_en.pdf (consultado na Internet no dia 12 de Abril 2007)

Europol (2007). EU Terrorism Situation and Trend Report 2007 TE-SAT 2007, 10th of April, www.europol.europa.eu/publications/EU_Terrorism_Situation_and_Trend_Report_TE-SAT/TE-SAT2007.pdf , (consultado na Internet no dia 15 de Maio 2008)

Entrevistas

Entrevista Ministério Negócios Estrangeiros 28 de Novembro 2007, Paris.

Entrevista DG RELEX F/4, offícer para assuntos JAI Argélia e Líbia, 5 de Fevereiro 2008, Bruxelas. Entrevista DG RELEX F/4, desk officer Argélia, 5 de Fevereiro 2008, Bruxelas

Entrevista DG RELEX- F/4, desk officer Marrocos, 6 de fevereiro 2008, Bruxelas

Entrevista DG Relex A/4, Offícer de Segurança, 6 de fevereiro 2008, Bruxelas.

Entrevista DG Justiça, Liberdade e Segurança, unidade 2B, 7 de Fevereiro 2008, Bruxelas

Entrevistas EuropeAid, 11 de Março 2008 com geo-coordenador Argélia (por telefone)

Entrevista 17 de Março 2008 com geo-coordenador Tunísia (por telefone)

Entrevista, 27 de Março 2008 Bruxelas, Entrevista DG RELEX F/4, Bruxelas

Entrevista EuropeAid E/4 , 28 de Março 2008, Bruxelas.

Entrevista Secretariado Geral do Conselho, Direcção H -Unidade 1B, 1 de Abril 2008, Bruxelas.

Fontes Secundárias

Amar A. & Chadi T. (2007). Sidi Moumen, la fabrique de kamikazes. *Courrier International*, 859, 19 - 25 Abril.

Anderson, M. & Bort, E. (2001). *The Frontiers of the European Union*. New York : Palgrave,

Anderson, M. & Apap, J. (2002). Changing Conception of security and their implications for Justice and Home Affairs Cooperation. *CEPS Policy Brief* , 26, (Outubro).

Benfodil, M. (2007). 1400 harragas ont rejoint l’Italie en 2007. *El Watan*, 11 de Novembro 2007, www.elwatan.com/?page=article_pdf&id_article=80300 (consultado na Internet no dia 12 de Abril 2008)

Buzan, B. & Waever, O. (2003). *Regions and Powers: The structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press.

Buzan B. & Waever O. & Jaap de Wilde. (1998). *Security: a New Framework for Analysis*. Boulder e London.: Lynne Rienner.

Cembrero, I. (2007). Les nouvelles routes de l’émigration clandestine (El País). *Courrier International*, 866, 7 a 13 de Junho.

El Houdaigui, R. (2004). Le dialogue sur la sécurité dans la Politique européenne de Voisinage : vue du Sud. In P.G. Xuereb (ed), *The European Union and the Mediterranean : The Mediterranean’s European Challenge volume V*. University of Malta: European Documentation and Research Center.

Ifestos, P. (1987). *European Political Cooperation: Towards a Framework of Supranational Diplomacy ?.*, Aldershot: Gower.

Kateb, K. (2004). Des populations à l’étroit dans un vaste territoire. *Questions internationales*, 10, Paris : La Documentation Française. novembre-décembre.

Régnard, C. (2006). Immigration et Présence étrangère en France en 2005. *Rapport Annuelle de la Direction de la Population et des migrations*. Paris : La Documentation Française.

Solana, J. (2003). *A secure Europe in a better World: European Security Strategy*. Brussels. 12 Décembre 2003.

Smith, K. E. (1997). Paradoxes of European Foreign Policy. *The Instruments of European Union Foreign Policy*”, EUI Working Paper, RSC n°97/68.

Tapinos, G. (1999). Immigration et marché du travail. *L’Observateur de l’OCDE*, 219.

Wolff S. (2007). La dimension méditerranéenne de la Politique de Justice et Affaires Intérieures. *Cultures et Conflits*, 66 (Verão), 77-99.

A iniciação de conflito em Angola e o modelo de “Ganância e Reclamações”

Ricardo Sousa
 Centro de Estudos Africanos - CEA - ISCTE
ricardorps2000@yahoo.com

Resumo: O artigo subjacente a esta apresentação analisa as quatro iniciações ou intensificações (1961, 1975, 1992 e 1998) do conflito em Angola à luz do modelo de “Ganância e Reivindicações”. Conclui que o modelo é relevante na explicação das dinâmicas de conflito sendo os principais factores identificados: as fontes de financiamento de governos hostis e recursos naturais, o capital específico de guerra, o vácuo do poder repressivo, a coesão social, a reivindicação política hegemónica, os custos de oportunidades de potenciais soldados e o antagonismo étnico. Conclui-se adicionalmente que são necessárias duas dimensões extra, não captadas no modelo, para poder totalmente explicar as dinâmicas existentes. Uma dimensão é a das relações internacionais e regionais no que se refere às diferentes fases de intensidade na guerra-fria, Leste-Oeste, e às dinâmicas subordinadas e independentes de actuação de outros actores regionais ou ideológicos, principalmente Cuba, África do Sul e em menor grau República Democrática do Congo. Outra dimensão relaciona-se com o papel da liderança nos grupos etno-linguísticos estabelecidos em movimentos ou partidos, especificamente o papel de Holden Roberto na iniciação de conflito em 1961 e 1975, em alguma medida o de Agostinho Neto em 1975 e o papel de Jonas Savimbi em 1992 e 1998 e José Eduardo dos Santos em 1998. Finalmente justifica-se que o conflito se tenha iniciado numa sociedade fraccionada sem hegemonia como a Angolana, e contrariamente à previsão do modelo, pela combinação dos factores de legado colonial e pelo próprio facto de a falta de hegemonia legitimar que cada uma das três principais elites dos grupos étnicos tivessem pretensões ou aspirações de poder exclusivas sobre o seu território, que nos moldes da independência, acabou por significar controlar a capital. Este resumo apresenta as conclusões da análise realizada.
Palavras chave: Angola, Conflito, Independência, MPLA, UNITA, FNLA

Introdução

O modelo de “Ganâncias e Reclamações” (Greed and Grievances) desenvolvido por Collier e Hoeffler (2004) procura explicar o início e intensificação do conflito em duas vertentes: as oportunidades para enriquecimento e as reivindicações socio-económicas, subdividindo cada uma num conjunto de factores constitutivos a que estão associados variáveis macro-económicas de medição. Concretamente as oportunidades podem derivar: a1) da possibilidade de financiamento através de recursos naturais, remessas das diásporas ou apoios de governos hostis; a2) dos baixos níveis de rendimentos alternativos existentes para os potenciais soldados (logo baixos custos de recrutamento); a3) do capital específico da guerra acumulado, como por exemplo equipamento militar, conhecimento e organizações de guerra; a4) da falta de um governo forte militarmente, de um terreno propício para rebeldes (florestas ou montanhas) ou de populações muito dispersas geograficamente; e a5) da coesão social e da facilidade de factores étnicos e religiosos facilitarem a formação e manutenção de grupos. As reivindicações podem derivar: b1) de ódio religioso ou étnico entre grupos; b2) da repressão política; b3) da exclusão política de grupos; e b4) da desigualdade económica.

A aplicação deste modelo ao universo de conflitos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial permitiu concluir, sobretudo no caso das guerras civis, que o motivo principal que os origina é o desejo de obter proveitos económicos. Ou seja, a capacidade de organizar e manter uma rebelião é essencial para a ocorrência de episódios de conflito. Os principais factores que estão na origem destes conflitos relacionam-se assim com as oportunidades económicas ligadas à existência de recursos naturais, às remessas das diásporas ou ao custo de recrutamento de soldados e de capacidade de beligerância. Este último aspecto é medido em termos da vantagem militar no terreno ou capital de guerra (medido como tempo desde o último conflito).

Analisa-se neste artigo as iniciações e intensificações do conflito entre 1961 e 2002 em Angola (de acordo com a classificação de Gleditsch e outros, 2002¹) subdividindo-se esse período em quatro sub-períodos, onde a natureza e as condições do conflito se alteram significativamente:

O primeiro decorre entre 04/02/1961 com o início da guerra pela independência e 27/07/1974 após a revolução em Portugal;

O segundo decorre entre 11/11/1975 com o início da guerra civil e termina com os acordos de Bicesse em Maio de 1991 que foram seguidos pelo processo de eleições de 1992;

O terceiro período decorre entre a intensificação do conflito após as eleições de Setembro de 1992 e termina em 1995 altura em que o conflito diminui significativamente (1996 e 1997 são os únicos anos sem classificação de conflito neste período);

O último decorre entre 12/03/1998 quando se reinicia o conflito e 04/04/2002, altura em que este termina².

¹ Gleditsch e outros (2002) (*Uppsala*) classificam “conflito” como “uma incompatibilidade contestada relativamente a um governo e/ou território com o uso da força entre as duas partes, onde pelo menos uma destas é o Estado ou Governo, e resultante daí pelo menos 25 mortes em combate”. (Todas as classificações utilizadas no texto e datas de início/intensificação de conflito têm esta fonte a não ser se explicitado em contrário). Todas as traduções são da responsabilidade do autor.

Os períodos apresentados (subdividindo os dados) coincidem significativamente com os períodos de Sambanis (2004b, 2004c) e Collier e Hoeffler (2004) com algumas *nuanças* de um ano para a guerra civil derivadas do nível de violência considerado. Para Sambanis e Collier e Hoeffler, o segundo período termina em Maio de 1991, ano dos acordos de paz de Bicesse (apesar de tecnicamente tanto 1991 como 1992 serem considerados como com conflito tal como em Gleditsch e outros (2002)); o terceiro período termina em 1994 para Sambanis e este autor considera 1995 como um ano onde a violência foi bastante limitada (logo não classificado como em conflito) e para Collier e Hoeffler o conflito iniciado em Setembro de 1992 é contínuo até 2002; para Sambanis o quarto período inicia-se em 1997 devido à maior violência verificada nesse ano.

² O artigo não analisa o conflito em Cabinda que decorre em paralelo e com dinâmicas próximas mas em muitos casos próprias.

O artigo segue um princípio cronológico apresentando seguidamente cada um dos quatro momentos³ de iniciação ou intensificação do conflito. Esta apresentação somente tratará das conclusões da análise não se podendo, por motivos de tempo, caracterizar os antecedentes aos acontecimentos e os principais actores envolvidos assim como uma análise em detalhe à luz do modelo mencionado. A apresentação termina com uma conclusão e algumas sugestões para futura investigação.

1) O início da guerra da independência em 1961

A 4 de Fevereiro de 1961 inicia-se um conflito pelo território de Angola opondo Portugal e movimentos nacionalistas. Este conflito iria ter uma baixa intensidade (entre 25 e 999 mortes directamente relacionadas com combate num determinado ano)⁴ em todos os anos até ao cessar-fogo a 27 de Julho de 1974. O conflito será sempre interno e extra-sistémico, ou seja, ocorre entre um Estado e um grupo não estatal fora do seu território (esta sendo a classificação para as guerras de independência de Gleditsch e outros (2002)).

Observando esta fase à luz do modelo proposto para esta análise, as perspectivas de apoios, políticos e económicos, de governos estrangeiros, só possíveis num ambiente político internacional específico (impensável vinte anos antes ou mesmo três anos antes da independência da RDC), contribuíram decisivamente para a iniciação do conflito, essencialmente de reivindicação de representação política. Este conflito veio a constituir-se em dois moldes.

Um molde urbano identificado como mestiço ou crioulo e Mbundu, cujas reivindicações eram principalmente de representação política e contra as desigualdades económicas (vis a vis colonos brancos da administração pública). Este movimento, ainda sem uma estrutura funcional apurada e quando tenta mobilizar as populações rurais da zona do algodão, onde existiam igualmente reivindicações, não consegue criar um ímpeto insurreccional significativo.

Um segundo molde mais rural que ganha forma numa vasta região composta por populações dispersas que partilham a mesma identidade, os Bacongo, e que possuem reivindicações económicas semelhantes relativamente a questões de política agrícola e de mão-de-obra. O facto de a liderança deste grupo se situar em Léopoldville e de a RDC se ter tornado recentemente independente, contribuem significativamente para uma tese de difusão, onde a origem dos insurreccionais e agitadores estaria nos membros Bacongo que existem tanto na zona norte de Angola com no país vizinho.

Neste ponto também se poderia adicionar uma perspectiva segundo a qual o conflito é iniciado contra a dominação político e económica de uma minoria de colonos brancos (domínio étnico), mas, como anteriormente argumentado, esta situação é antiga e não havia dado lugar a um permanente e significativo processo de conflito e contestação, necessitando de outros e novos factores para surgir no espectro político.

A limitação das fontes de financiamento dos movimentos (no plano internacional não iriam ser aumentadas significativamente e internamente não encontravam recursos que os pudessem financiar decisivamente) em combinação com a resposta do Estado Português que se reafirma colonial e reforça o aparato de poder militar, respondendo ao mesmo tempo às reivindicações das populações, conduzem ao fracasso, a curto prazo, da insurreição. A sobrevivência dos movimentos nacionalistas fica-se a dever, no período que se inicia, em grande parte, ao apoio de países vizinhos como a RDC e o Congo Brazzaville.

Este é de entre os quatro períodos o que menos se adequa ao modelo identificado. Apesar de ter sido em zonas com reivindicações económicas onde a insurreição germina, esta parece ter essencialmente surgido através de uma consciência política nacionalista de uma elite emigrada num contexto internacional favorável.

2) O início da guerra civil internacional em 1975

Pouco mais de três meses após o dia 25 de Abril de 1974, data em que a revolução dos cravos derruba o regime do Estado Novo em Portugal, o conflito pelo território de Angola termina com a constituição a 27 de Julho de 1974 da junta governativa em Angola. Esta tem como missão preparar a independência que iria ser marcada para o dia 11 de Novembro de 1975, aniversário dos quatrocentos anos da fundação de Luanda (George, 56, 2001).

No entanto, na mesma data da independência, inicia-se a guerra civil. Este é um novo conflito classificado como uma incompatibilidade pelo governo entre diversos actores, com uma intensidade de guerra (pelo menos 1.000 mortos

³ Procurou-se seguir a metodologia de análise que se encontra documentada em Sambanis (2004a) e em Collier e Sambanis (2005). Adicionalmente a análise foi estruturada de acordo com uma série de princípios ou delimitações que importa realçar: a) a principal “lente” utilizada é a de conflito e só depois a de sistema político ou económico; b) procura-se entender as dinâmicas relacionadas com a iniciação de conflito, e menos de duração ou finalização; c) embora se olhe para o fenómeno de conflito de uma forma não homogénea, não se descodificam em detalhe outras dimensões, como sejam a intensidade do conflito, o tipo de violência ou sua localização; d) na medida em que se trata de um só caso recorrem-se mais a medidas qualitativas e se necessário a dados quantitativos cronológicos e menos a comparações com outros países; e) procura-se evidenciar as ligações existentes entre as quantificações macro-económicas subjacentes ao modelo e as dinâmicas micro do caso em estudo; f) sensível às limitações das bases de dados existentes e respectivas análises quantitativas, este estudo foca-se no princípio subjacente a uma determinada variável e não aborda as válidas melhorias e ajustamentos à codificação de eventos socio-económicos que poderiam por si só melhorar a capacidade de previsão do modelo; g) finalmente, e tratando-se de uma investigação sobre Angola através de fontes secundárias, importa referir que sobre Angola existem “poucos factos consistentes, mas antes somente disputadas versões da realidade” ao mesmo tempo que “um só se pode relacionar com Angola, com alguma dignidade, através de experiência própria” (Potgieter, 255, 2000).

⁴ Outra fonte, *Correlates of War* (COW), estima que 55.000 pessoas tenham morrido por causas directamente relacionadas com a guerra, incluindo cerca de 8.000 Portugueses entre 1961 e 1975 (Sarkees, 2000).

directos em combate num determinado ano). O conflito é interno, internacionalizando-se entre 1975 e 1990, e com um único interregno entre 1995 e 1998 (Gleditsch e outros, 2002) até à data em que termina, em Abril de 2002.

Desta forma, e perspectivando os eventos de acordo com o modelo, a intensificação do conflito foi o resultado do acumular de um conjunto de oportunidades baseadas numa reivindicação inultrapassável, a da pretensão exclusivista dos grupos (MPLA e FNLA por todo o território através da capital Luanda e UNITA pelo Sul) baseada em identificações de diversa ordem (relacionadas com a identidade étnica, práticas económicas, educações religiosas, espaços regionais e cidades de referência).

Relativamente às oportunidades de conflito, estas foram nesta fase principalmente derivadas do tempo de luta pela independência, da falta de uma entidade repressiva e da possibilidade de financiamento. Nomeadamente há que referir:

- As oportunidades derivadas de um capital específico de guerra, acumulado ao longo de 14 anos de insurreição, onde se criaram as competências e processos de gestão e financiamento de organizações de guerra. Apesar de tanto o MPLA como a UNITA serem pequenos movimentos nesta altura, já se encontravam constituídos e eram suficientemente representativos para serem considerados nos Acordos de Alvor, juntamente com o mais estabelecido FNLA, como os únicos três movimentos com legitimidade para contestar o poder em Angola.

- As oportunidades derivadas de um vácuo de poder na administração do território a diversos níveis: ao nível simbólico, a partir do momento em que não é uma força contestatária que vence, mas o poder em vigor que se auto-proclama extinto. Não existe assim uma força que esteja legitimada para a detenção do poder requerendo-se, forçosamente, um processo de transição propenso à competição. Ao nível prático, na medida em que apesar de se apresentar como mediador no processo de transição, Portugal, devido à natureza descolonizadora da revolução de Abril, cria, na prática, um vazio de poder em Angola que se traduz na incapacidade de conter os desafios que cada grupo vai desencadeando. Não existe a vontade, ou possibilidade da força ainda vigente, em manter a ordem, o que se traduziu na anulação dos Acordos de Alvor em Agosto, sem qualquer plano substituto, e de facto entregando-se o poder em Luanda ao MPLA. O espaço de poder de violência repressivo é abandonado e deixado aos actores que se posicionam para o ocupar.

- As oportunidades de financiamento por recursos e apoios externos. Por um lado a existência de recursos, principalmente petróleo, que nesta altura (pós choques petrolíferos de 1973) constituía um importante “prémio” para os vencedores e assim também para os seus apoiantes. Por outro lado, a fase particular da guerra-fria, pós guerra Israelo/Árabe, em que os Soviéticos se tinham retirado e perdido posicionamento no médio oriente, era conducente a que, acima de tudo, esta superpotência, demonstrasse algum interesse em testar a determinação Americana (o que veio a provar-se um desafio ganho contra o Congresso e não contra a Administração) ajudada pela disponibilidade Cubana em providenciar o meio humano, o mais complicado de assegurar. Aqui o período específico da guerra-fria foi importante na predisposição - ou incapacidade - das superpotências acordarem uma solução de desanuviamento.

Importa agora explicar porquê que é que a reivindicação política passa da independência para uma reivindicação que implica pretensões hegemónicas da parte dos três partidos. Nesta explicação ter-se-à em conta as características, coesão e peso relativo de cada um destes partidos em Angola.

Em primeiro lugar, importa analisar como é que o baixo fraccionamento, combinado com a falta de domínio étnico, poderão até ter contribuído para o conflito nesta fase, contrariamente ao previsto pelo modelo. De acordo com o modelo, quando existe um maior fraccionamento etno-linguístico (existência de vários grupos) e se evita a hegemonia de um grupo a probabilidade de iniciação de conflito diminui significativamente. Este é o caso de Angola onde existem três grupos com pesos na população próximos, nenhum com um peso que o torne hegemónico e todos incapazes de estabelecer até à independência uma aliança dominante, mas no entanto, sem conseguirem encontrar uma solução negociada para a disputa política⁵.

Apesar de parte da explicação para esta incapacidade política, que resvala numa dinâmica de conflito, ter seguramente raízes na generalizada falta de participação política durante o Estado Novo, inexistência de um processo de transição progressivo de capacitação política dos Angolanos e sua preparação para uma sociedade plural democrática. Aliado a um legado Português de centralismo, autoritarismo, burocracia ou analfabetismo (Swiss Peace, 2007). Parecem poder existir adicionalmente outros factores conducentes a uma formulação política hegemónica com bases étnico-regionais.

De certa forma poderá ter sido exactamente a falta de hegemonia de um grupo que criou as condições políticas para que cada grupo tivesse, ou pudesse ter, pretensões hegemónicas de poder. Em termos práticos, o facto de os próprios partidos serem muito reduzidos à data da independência, não possuindo uma sólida base de apoio onde se pudessem legitimar, transforma a contenda essencialmente numa disputa alimentada por uma elite política (mesmo no caso do FNLA onde a sua estrutura era produto do apoio de Mobutu). De salientar que outros grupos étnicos minoritários existentes em Angola estão ausentes desta contenda na sua forma político-militar.

⁵ No período imediatamente a seguir aos Acordos de Alvor as propostas de cada grupo não convergiam na pluralidade democrática. O FNLA, que era a força mais forte, nunca apresentou propostas concretas de governo alternativas ao modelo em negociação, pressupondo-se que considerava que iria conseguir ter o poder nesse processo. A UNITA foi a que mais se bateu pelas eleições (fruto do seu peso populacional e ser a mais fraca militarmente) e por um sistema mais federal, de forma a lhe dar o poder nas suas zonas regionais. O MPLA advogava um sistema de lista única entre os três partidos para escrutínio eleitoral (Spikes, 1993).

Esta construção política vai, naturalmente, procurar uma legitimação ao nível dos eixos principais de coesão social, no que se refere aos elementos comuns de etnia, região/cidade, religião, cultura e economia. Nesta construção virtual de legitimidade, uma componente adicional para a reivindicação exclusiva de poder poderá ser um simbolismo regional/étnico associado aos reinos do Congo, Ndongo e Ovimbundu, correspondentes às três etnias maioritárias.

Desta forma a cada região/étia corresponde um pólo de concentração numa cidade, que constituía assim um símbolo de referência. A partir do momento que cada grupo se vê compelido a competir por Luanda, o FNLA e o MPLA fazem-no mais determinadamente, uma cidade que já havia pertencido tanto ao reino do Congo como do Ndonga, e a UNITA mais por aceitação do simbolismo do jogo político do que fisicamente pela força das armas. Quando o MPLA ganha a contenda adquire não só a capital política do país (com acesso institucional às suas riquezas) como também a cidade de referência para o seu grupo.

Passada a data de independência, este simbolismo (e prémio) deixa de existir, mas a reivindicação de uma capital para o grupo continua. Assim tanto o FNLA como a UNITA não se revêm nesta capital e formulam a sua referência noutras áreas, o FNLA em Leopoldville (tal como tinha feito antes da independência) e a UNITA no Sudeste de Angola. No entanto Leopoldville pertencia a outro espaço político e, rapidamente Roberto cai em desfavor deste poder, sem espaço para reemergir. Contrariamente Savimbi irá ter a capacidade e espaço político de se legitimar e construir um “quase-estado” com a respectiva capital. É esta relação entre a liderança, com assento numa capital, e as bases de legitimação que precisa, que poderá explicar não só as pretensões à hegemonia do FNLA e MPLA como o renascer da UNITA e o desaparecimento do FNLA.

Os Bacongo são o único grupo presente nos países vizinhos: a RDC e Congo Democrático. Assim este povo tem uma cidade de referência que, por motivos políticos a FNLA e os povos do Norte de Angola é Léopoldville (e não a concorrente Brazzaville). É nesta cidade que o FNLA é criado, é para esta cidade que migram os povos do Norte de Angola, e é nesta cidade que Roberto é aceite pelo poder político aí vigente (na altura, 1970, Mobutu). Para este povo a sua cidade de referência, ao nível das demonstrações de identidade cultural, comércio e poder económico e militar, assim como de representação política, é nesta fase Leopoldville. É só quando a aposta em tomar Luanda é perdida e depois Mobutu e Neto chegam a um acordo político (após as segundas invasões Shaba de 1978), que esta representação simbólica é formalmente rejeitada por Mobutu, o “padrinho” do FNLA, ficando assim determinado que não só o fim do apoio à FNLA, como o repatriamento de centenas de milhares de Bacongo angolanos refugiados na RDC. Roberto e a FNLA não terão, a partir daí, espaço político e físico (além de outros requisitos) de afirmação.

Iria ser a partir desta data e durante as duas décadas seguintes que, progressivamente, os Bacongo emigrados iriam começar a regressar a Angola, e muitos a Luanda onde se estabelecem como comerciantes. Nesta perspectiva, pode-se considerar que este processo constituiu um contributo importante no processo de afirmação de Luanda como a capital política e económica de um Estado-Nação.

Contrariamente, para Savimbi existe um espaço simbólico, aglutinador, por preencher o que, juntamente com outros factores (tais como carisma, capacidade de organização, financiamentos, entre outros) permitiu o seu surgimento em 1966 e o seu renascimento após a independência. É através destes eixos étnicos/regionais que a UNITA se vai edificar nos anos 80 e 90 e chegar a ter a “sua” capital na Jamba e depois Huambo.

Adicionalmente Savimbi aparenta nunca ter tido verdadeiras pretensões de tomar Luanda (somente por breves períodos viveu lá) sendo a sua preocupação recorrente assegurar o controle da região do seu grupo, que também possuía uma fonte de riqueza (os diamantes) que lhe permitia manter o que veio a ser um “quase-Estado”.

Finalmente, esta ordem “natural” das coisas, em que cada grupo tem um espaço e uma cidade de referência é, em alguma medida, aceite num entendimento implícito entre o MPLA e UNITA durante alguns períodos da guerra. Esta atitude pode contribuir para explicar o facto de durante certos períodos da guerra (na década nos anos 80 e 90) a existência daquilo que alguns observadores consideravam de passividade entre as duas forças na continuação do conflito. Normalmente atribuída ao interesse que cada grupo tem em não se democratizar e continuar com a falta de transparência e negócios proveitosos da guerra, parte da passividade pode ser justificada pela aceitação de cada grupo beligerante dos espaços de influência do outro.

De entre os três partidos o MPLA seria o movimento com mais afirmação político-ideológica (por exemplo com pretensões em quebrar com as autoridades tradicionais), com um projecto de país que sai desta configuração étnica/regional, apesar de não deixar de se legitimar através dela. No entanto, este ainda não seria o factor mais importante pois o MPLA era, nesta altura, ainda uma amálgama de orientações políticas de esquerda pouco coesa.

Concluindo, procura-se aqui salientar como nesta fase existiu um factor contributivo para o conflito relacionado com uma competição por uma representatividade (simbolizada numa capital) em moldes tradicionais, regionais, e de etnia, marcada por diferentes religiões e economias, que poderá ter estado nas causas da inevitabilidade da contenda por Luanda. Aqui fala-se de competitividade étnica, mas não do factor de ódio entre etnias (outro factor do modelo), pois este parece não ter sido significativo nesta fase pois são escassos os episódios de violência étnica neste período.

O principal episódio de violência étnica acontece em 1961 quando a luta pela independência explode, em que os Bacongo atacam a trabalhadores migrantes assimilados, Ovimbundu e Mbundu na região norte. Aqui há a frisar três aspectos importantes: o já mencionado factor choque com que se esperava amedrontar os Portugueses (à imagem do realizado na RDC), o facto de serem os “estrangeiros”, leia-se que não são da região, os que são atacados independentemente da tribo a

que pertencem e também o facto de estes trabalhadores migrantes contribuírem para a diminuição dos salários pagos na região.

Outro evento étnico ocorreu na disputa de Chipenda em 1974 quando formula a sua reivindicação não só no plano político mas também étnico, desta feita contra o excesso de mulatos na liderança do MPLA. O último evento deriva deste e ocorre em 1975 quando, em plena escalada militar, o MPLA expulsa de Luanda primeiro Chipenda (que era um Ovimbundu e principal perigo político para Neto) e o seu grupo e depois os Ovimbundu e Bacongo. Novamente o factor étnico é subordinado do político.

3) O fracasso do processo de paz de 1991 e eleições em 1992

Em Maio de 1991 assinam-se os acordos de Bicesse e inaugura-se um período de relativa paz que se manteria até ao anúncio dos resultados das eleições de Setembro de 1992, altura em que este conflito (e não um novo conflito, com novas configurações) se reinicia⁶.

A década de 90 iniciou-se com uma série de factores que pareciam favorecer a paz: o conflito passou a ser essencialmente interno pois o envolvimento directo das forças externas terminou no contexto de um entendimento entre as superpotências para a prossecução de uma solução negociada; no MPLA a ideologia que sustentava a orientação de uma economia planeada estava desacreditada e existia abertura para uma aproximação a uma economia de mercado ao mesmo tempo que se reconhecia a impossibilidade de derrotar militarmente a UNITA. A UNITA, tal como anteriormente, apostava que uma solução eleitoral lhe daria uma vitória e estava coesa e segura à volta da sua liderança. Os restantes actores não se apresentavam com força suficiente para moldar o rumo dos acontecimentos. A população ansiava pela paz, depois de uma guerra que tinha produzido 400.000 refugiados e entre 650.000 e 800.000 deslocados internos (MRP, 2005 e Hodges, 22, 2001).

No entanto a UNITA era uma organização significativamente diferente do MPLA e tinha consolidado a sua identidade e identificação ao estabelecer-se como “quase-Estado” no seu território (Bakonyi e Stuvøy, 2005). O MPLA caminhou na direcção de uma reconciliação com a UNITA e com a comunidade internacional, fruto da crise financeira em que se encontrava, tendo no entanto relutância em abandonar o modelo centralizado vigente. As eleições eram um requisito para a credibilidade do MPLA e a UNITA considerava que poderia ganhar, pelo menos a presidência. Tal não acontecendo voltou imediatamente à lógica militar segundo a qual, é a partir de uma boa posição no terreno que se podem ganhar benefícios nas negociações, e não através do jogo político negocial. Por outro lado, o não reconhecimento imediato pelos EUA do novo governo angolano facilitou a impunidade do desafio à democracia.

É na sequência da acumular da pobreza e privações e com as expectativas goradas de um processo de paz falhado que ocorrem dois incidentes étnicos significativos neste período. O primeiro ocorreu a 30 de Outubro de 1992 quando o MPLA distribuiu armas à população e lança um ataque contra pessoas Ovimbundu e Bacongo em Luanda onde cerca de 6.000 a 20.000 são mortas (números variam consoante as fontes) (James, 2004). Esta fica conhecida como a “Guerra dos Três Dias” ou “Batalha por Luanda” (MRP, 2005). Nesta fase, também nas zonas rurais, ambas as forças armam as populações em suplemento das suas tropas regulares (Hodges, 75, 2001). Passados poucos meses, a 22 de Janeiro de 1993, dá-se o segundo acontecimento na “Sexta-feira Sangrenta” onde militares, polícia nacional e civis massacraram civis, principalmente Bacongo (mas também alguns Ovimbundu) em várias cidades no que aparenta ser uma tentativa de limpeza étnica⁷. Apesar do governo condenar o massacre, não autoriza a comemoração desta data pelos Bacongos em 1994 e 1995 (MRP, 2005).

O conflito viria a conhecer a sua fase mais abrangente, com a guerra a chegar às cidades e técnicas de combate mais nocivas visando a destruição dos sistemas administrativos de estado.

Este reinício do conflito, em 1992, ou a incapacidade de atingir a paz, relaciona-se sobretudo com a oportunidade de financiamento através de recursos (petróleo e diamantes) combinado com a reivindicação de um modelo de “tudo ou nada” em que se excluía o perdedor.

A oportunidade de financiamento através do petróleo para o MPLA e dos diamantes para a UNITA determina significativamente a predisposição para o conflito, principalmente da UNITA mas indirectamente também para o MPLA. Para a UNITA esta predisposição é mais directa na medida em que perde as eleições e como tal via-se em vias de perder o controle sobre o seu território (a lei da descentralização não havia sido promulgada) e sobre a sua fonte de receita económica (diamantes). Para o caso do MPLA não é possível determinar qual teria sido a sua resposta se tivesse perdido as eleições, no entanto o facto de ter configurado um modelo de “tudo ou nada” presidencialista, aponta para o facto de não perspectivar a derrota e de não tencionar partilhar o poder quando ganhasse. Esta predisposição para a hegemonia é essencialmente alimentada e possibilitada pela existência de uma fonte de financiamento segura, o petróleo de Cabina, que torna os detentores do poder de Luanda imunes a pressões políticas de grupos.

⁶ Não se pretende fazer aqui uma análise do processo de paz em si, mas seguir o modelo já apresentado.

⁷ Enquanto algumas fontes apontam para entre 4.000 e 6.000 mortos (MRP, 2005) outras referem cerca de 40 mortos entre os Bacongo por supostamente pessoas do Zaire (no imaginário ligado aos Bacongo e Mobutu) terem ajudado a UNITA em ataques no Norte ou ainda despoletados num contexto de ressentimento do papel fundamental dos comerciantes Bacongo no mercado informal (Hodges, 28, 2001).

Assim o modelo governativo vigente na altura das eleições, presidencialista sem descentralização, contribui para que um factor essencial tenha sido aquilo que no modelo de “Ganância e Reivindicação” se designa por “reivindicação de exclusão política de um grupo”. Efectivamente, apesar de ter assento parlamentar, no pós-eleições, a UNITA era praticamente excluída das fontes de poder executivo nacional e local.

Os restantes elementos de oportunidade referem-se ao típico desenvolvimento que décadas de conflito geram num país. Milhares de pessoas que não conheceram outro trabalho que não seja combater ou ganhar sustento através de diversas actividades económicas ligadas ao conflito. Um acumular de material bélico que constitui um activo através do qual se conseguem retornos fáceis e rápidos. A destruição da economia e uma pobreza generalizada que não oferece grandes alternativas de rendimento para os jovens desempregados. E, finalmente, uma coesão social de identificação de grupo através do qual se assegura a sobrevivência, se constroem práticas socio-económicas distintas em cada território e se constroem os mitos de edificação de um povo para manter o grupo unido em confronto.

4) O reinício da guerra civil em 1998

Após dois anos de “quase-paz”, o conflito que se arrasta desde 1975, reinicia em 1998, com uma intensidade de guerra do tipo interno (a partir de 1999 será internacionalizado com o envolvimento da Namíbia) e só terminará no dia 12 de Março de 2002 após o assassinato de Jonas Savimbi.

Procurar identificar os principais factores associados com o reinício do conflito em 1998 é complexo. Aparentemente foi no contexto da continuada falta de cumprimento das estipulações dos acordos que o MPLA decide declarar que o processo está terminado, optando pela guerra num contexto social específico e frente a uma UNITA que não conseguia transformar-se num partido “de Luanda”.

Por um lado a UNITA havia sido relutante e sempre tardia na implementação dos acordos, mas é precisamente poucos meses depois de tomar acento parlamentar e governativo que a cisão ocorre. Aparentemente a comunidade internacional apostou em acelerar o processo de fragmentação da UNITA, já em curso, através da implementação de sucessivas sanções que já haviam sido eficazes para se chegar aos acordos de Lusaka. No entanto, a desintegração não era suficiente para colocar Savimbi em causa ou o convencer a colaborar e, tal como anteriormente, este mantém-se fora de Luanda nas suas zonas de influências, numa lógica de continuação de um duplo Estado, apesar das suas estruturas de “quase-Estado” se estarem a desintegrar.

Por outro lado, o MPLA não conseguia fechar os acordos de reforma económica numa fase em que a economia estava extremamente debilitada. Apesar das receitas do petróleo serem críticas e suficientes à manutenção do sistema patrimonial que rodeava o presidente, sucessivas iniciativas de cariz populista e restrições às liberdades cívicas apontam para preocupações com a crise económica e com o descontentamento da população, provavelmente também resultado da estratégia de “implosão social” seguida pela UNITA pós 1992. Ao mesmo tempo, a comunidade internacional havia passado a década de 90 a criticar e pressionar o MPLA por uma maior transparência, maior respeito pelos direitos humanos e justiça. Isto numa época em que a intensidade da guerra tinha diminuído e, apesar da UNITA não colaborar activamente, o MPLA podia ser mais responsabilizado nestas matérias. Assim, o envolvimento em conflitos externos pelo MPLA como forma de encerrar bases da UNITA no estrangeiro, poderá ter sido um passo no caminho do reinício do conflito. Numa altura em que o MPLA estava socialmente e economicamente pressionado reinicia o conflito, ao mesmo tempo que a UNITA dava importantes passos políticos, se bem que lentamente, e se encontrava progressivamente mais fraca militarmente.

Desta forma e especificamente para o MPLA os factores identificados para 1992 continuam presentes. As oportunidades de financiamento do petróleo, dos baixos níveis de rendimentos alternativos existentes para potenciais soldados, o alto capital de guerra acumulado conjuntamente com um certo ódio que se desenvolveu pela UNITA (de que são exemplo os eventos étnicos pós eleições) contribuíram para o reiniciar do conflito. Mas nesta fase poderão ter estado também em causa factores ligados à sobrevivência política do MPLA e uma perspectiva de que a debilidade da UNITA, que politicamente estava fraccionada e militarmente aparentava poder ser vencida fruto do progressivo sufocar das suas fontes de rendimento, permitiria uma vitória final.

A UNITA por sua vez procurou manter até ao último instante o seu Estado dentro de um Estado, com as suas especificidades económicas e sociais. O facto de a UNITA ser financiada por diamantes e o MPLA por petróleo oriundo de um enclave, foi importante na medida em que progressivamente aumentou consideravelmente os recursos do MPLA (com uma fonte segura) e diminuiu os da UNITA (com uma fonte insegura) repercutindo-se na sua capacidade militar. Naturalmente a manutenção das zonas dos recursos e suas receitas era determinante para o sucesso da contenda, mas não aparenta ter sido a sua motivação. Permitiu sim que o conflito se arrastasse e reacendesse, reforçando a perspectiva de que os recursos eram um meio necessário e não um fim no conflito. Por exemplo, muito provavelmente nesta fase do conflito poderá ter estado em causa que a liderança da UNITA teria mais a ganhar financeiramente em se mudar para Luanda e aceitar o modelo de Estado do que se manter na resistência e isso é corroborado pela sua fragmentação e surgimento da UNITA-Renovada.

Finalmente esta beligerância da UNITA, que se fragmenta para continuar a lutar, reforça a possibilidade da importância da liderança, neste caso de Jonas Savimbi, e do papel que esta pode ter na prossecução de soluções políticas ou não. No reacender do conflito de 1998 começou a ser evidente que este conflito estava dependente da capacidade militar liderada por Jonas Savimbi.

Conclusão

De uma forma geral o modelo de “Ganâncias e Reivindicações” tem de uma capacidade explicativa para a iniciação do conflito em Angola nos diferentes períodos.

O início de conflito em 1962 será aquele que menos é explicado pelo modelo, em parte devido às variáveis que utiliza para cada uma das dimensões e outra devido à lógica subjacente ao início do conflito. Foi com base nas dimensões económicas mas não dependentes delas, que as reivindicações políticas contra o domínio colonial ocorrem. Esta lógica de descolonização que alimenta o ímpeto insurreccional, tanto na cidade como no campo, é essencialmente dependente de factores externos regionais e internacionais.

O conflito de 1975 reveste-se de um conjunto de dimensões de ordem externa e de liderança relevantes, onde aspectos económicos começam a surgir. Aqui o principal factor foi a alteração da política no país colonizador que veio a conduzir a um vácuo no poder durante o processo de transição, combinado com um fraccionamento social sem hegemonia, onde as lideranças começam a assumir um papel relevante. Os aspectos económicos surgem essencialmente através da existência de recursos com peso nas exportações e que constituiriam importantes fontes de rendimento para os vencedores (mesmo que só após a vitória) mas que funcionam essencialmente, nesta fase, como promotores do envolvimento de forças estrangeiras no contexto geopolítico da guerra-fria. Assim, os recursos foram um dos aspectos críticos, sendo que uma dimensão unidimensional da guerra-fria é insuficiente para captar as circunstâncias específicas de competição mais intensa entre potências nesta fase.

O conflito de 1992 aparenta ser o resultado de um acumular do peso dos recursos (petróleo e diamantes) na economia, da pobreza e dos anos de guerra combinado com um processo eleitoral que previa a hegemonia política e económica de um grupo. A partir desta fase os aspectos de liderança são críticos sendo que Jonas Savimbi (e a liderança que simboliza) terá assumido um papel fundamental no reinício do conflito.

Finalmente, o reinício do conflito em 1998, continua a dever-se aos aspectos económicos relacionados com o peso dos recursos na economia, a pobreza e os anos de guerra, mas nesta fase poderá ter existido no MPLA uma necessidade de afirmação e determinação na prossecução de uma solução para a disputa pela guerra em virtude do constante arrastar do processo político pela UNITA e da determinação de Jonas Savimbi em não aceitar uma solução política.

Assim as duas dinâmicas mais presentes, e que são menos captadas pelo modelo, são as das relações internacionais e a de liderança.

Relativamente às relações internacionais, esta procura ser captada principalmente através da variável de “Guerra-fria”, o que se revela insuficiente tendo em consideração que:

a) Existem alterações nas condições em que se desenrola a guerra-fria.

Na disputa Leste-Oeste, por exemplo, antes e depois da emenda Clark ser aprovada e rejeitada, existem repercussões directas nas possibilidades de financiamento esperado, percepcionado e realizado aos rebeldes. Neste sentido poderá existir uma dimensão de internacionalização do conflito político partidário de um país para a esfera internacional e países periféricos fruto do seu papel dominante. Este foi o caso, por exemplo, do sucessivo apoio dado a Jonas Savimbi⁸.

Na disputa Sino-Soviética principalmente nas décadas de 60 e 70, que poderá ter estado na base da intensificação do apoio Soviético ao MPLA em 1975, onde a China decide não acompanhar a escalada de envolvimento e publicamente relega essa função nos EUA.

Ou ainda nas correntes políticas adoptadas pelas principais potências, neste caso de apoio à descolonização (independentemente de outras disputas) após a segunda guerra mundial, mas acima de tudo no início dos anos 60 em África.

b) a vizinhança regional e as afinidades políticas poderão constituir factores político regionais ou simbólicos com alguma independência relativamente às relações internacionais.

A redução dos aspectos internacionais à guerra-fria subvaloriza o papel que os agentes locais ou os processos regionais possam ter tido e simplifica uma dimensão política que está longe de ser homogénea e como tal permeável a desvios e influências resultantes de dinâmicas de actuação local e regional.

Tal foi o caso, em grande parte, do início do conflito após a independência da RDC, que ocorre num período de independências generalizado no continente. Poder-se-á argumentar que foi na debilidade dos países colonizadores no pós-guerra que as condições efectivas para que a descolonização se desenvolveram, em face do inevitável crescimento dos sentimentos nacionalistas nas colónias. Assim, as superpotências emergentes procuram, também elas, aproveitar os “ventos da mudança” na medida das suas possibilidades e interesses face a uma consciência nacionalista que era um facto independente da sua vontade.

Outro exemplo foi as incursões Shaba, que apesar de terem influenciado indirectamente as condições do conflito em Angola, configuraram soluções de acordos locais (Mobutu e Neto) de sentido oposto ao pressuposto na Guerra-Fria.

⁸ Savimbi viaja a primeira vez aos EUA em 1981 e ainda nesse ano volta aos EUA e é recebido por oficiais da administração Reagan. Em 1986 Savimbi é recebido oficialmente em Washington pelo presidente Reagan e encontra-se também com o Secretário de Estado da Defesa e de Estado. Em 1988 Savimbi viaja até aos EUA e encontra-se com o candidato à presidência (e vice-presidente George W. Bush). Em 1991 Savimbi viaja até aos EUA e encontra-se com o presidente.

Finalmente, o papel dos principais agentes internacionais com tropas no terreno, Cuba e África do Sul, apesar de alicerçados num esquema de “guerra-fria” e com ligações directas a cada uma das super-potências, actuaram com motivações e benefícios próprios alterando o conflito.

c) a forma como as relações internacionais se interligam com as fontes de financiamento e como estas têm um papel decisivo, principalmente após o final da guerra-fria.

O papel dos recursos e sua inter-relação com conflito tem sido amplamente estudado na literatura, mas importa aqui referir apenas como os dois recursos que marcam este conflito, petróleo e diamantes, constituem a partir de 1989 uma fonte indispensável para os dois grupos e a forma como um terceiro poder político tem, ou não, a capacidade de se imiscuir no mundo empresarial, procurando cortar o financiamento que alimenta as partes beligerantes.

Este foi o caso das ameaças não concretizadas pela administração Reagan em proibir a exploração de petróleo em Cabinda por empresas Americanas, o que ficou a dever-se a que caso se retirassem as empresas Americanas iriam simplesmente ser substituídas por outras, não tendo assim o efeito desejado sobre o governo do MPLA. Ou o caso, após a guerra-fria, onde uma iniciativa concertada ao nível político com a ONU consegue progressivamente minorar a capacidade da UNITA transaccionar diamantes e assim diminuir o seu potencial de financiamento.

A segunda dinâmica, de liderança, é um dos aspectos mais significativos do estudo de caso de Angola que o modelo testado não consegue captar. Conclui-se que o papel que a liderança tem na sua inter-relação com o grupo no conflito se revela fundamental.

Na descrição realizada apresentaram-se as lideranças individualizadas, no entanto, qualquer dos quatro principais líderes, é o topo de uma estrutura de poder política, económica e militar, nestes casos, significativamente autocráticas e centralizadas, mas dependentes de uma elite e rede de poder. Assim, Neto necessitou de redefinir o partido de forma a consolidar a sua liderança no MPLA; José Eduardo dos Santos desenvolveu uma nomenclatura económico-militar assente no petróleo; Savimbi baseia-se na estrutura de chefes tradicionais, sistema patrimonial de diamantes e estrutura militar, e Roberto na sua pertença à elite de Mobutu.

De entre estas quatro lideranças, duas tiveram um papel particular nas iniciações de conflito: Jonas Savimbi foi ou personificou, eventualmente também fruto das circunstâncias, a inevitabilidade do conflito após a independência de diferentes formas; Holden Roberto terá sido, em moldes distintos, a figura que simbolizou o período antes da independência. Ambos extremamente associados aos seus grupos étnicos de apoio.

Já com reconhecidas capacidades de liderança quando esteve no FNLA e negociou com o MPLA nos anos 60, parece ser uma determinação messiânica aquilo que conduz Savimbi a optar por começar um processo do “nada” e a criar de raiz e sem significativos apoios internacionais a UNITA na década de 60. Com um pequeno grupo nacionalista, pouco representativo, em 1975 é só após a independência que Savimbi consegue montar uma estrutura socio-económica que no seu auge rivalizou com o próprio Estado. Após o final da guerra-fria e das eleições de 1992, deve-se sobretudo à capacidade instalada da UNITA a sua existência fora do modelo de Estado. Também nesta altura é uma incapacidade de assumir um papel secundário que conduz Savimbi ao reinício do conflito. Mesmo os períodos de paz, ou quase-paz, mais se assemelham a fases de reorganização ou gestão do status quo onde Savimbi não assume um lugar na capital - Luanda.

Com o benefício de uma perspectiva histórica pode-se constatar a importância de Savimbi quando o conflito só termina depois da sua morte. Com base nesta informação e recuando no tempo desde 2002 parece que o único momento em que se poderia ter conseguido um acordo com Savimbi terá sido em 1975 se uma solução federalista tivesse sido seguida antes da UNITA montar um “quase-Estado” e eventualmente em 1992 se uma solução descentralizada tivesse sido seguida apesar de nessa altura parecer ser virtualmente impossível submeter o líder Savimbi a uma qualquer outra autoridade.

Holden Roberto, por seu lado, representa um certo factor externo, representativo do primeiro ímpeto nacionalista do continente, muito, ligado a Mobutu a partir de 1970. Desde o início do processo de independência da RDC que a libertação do povo Baongo estava no pensamento dos líderes nacionalistas, e Holden Roberto surge como um “natural” líder de um movimento que rapidamente se transforma de regionalista em nacionalista e Pan-Africano, de acordo com as orientações políticas da altura. Assim, muito associado a movimentos políticos emergentes em Léopoldville, a Roberto falta-lhe a determinação, capacidade ou possibilidade de ter um movimento independente e a isso se pode ficar a dever a sua apropriação por Mobutu que o acaba por expulsar do país em 1987 (Spikes, 320, 1993). A falta de financiamento não terá sido o principal factor neste processo de desaparecimento do FNLA pois os EUA mudaram o seu apoio do FNLA para a UNITA.

Apresenta-se aqui uma hipótese de que Roberto, ou um outro líder Baongo, não reemerge pós-Quifandongo principalmente porque este povo está repartido por três países e tem como sua capital, de referência Leopoldville. Não existe o espaço simbólico para ocupar e assim o potencial aglutinador de recursos humanos e materiais para consubstanciar um partido. Naturalmente outras questões relacionadas com a inexistência de recursos valiosos na região ou de líderes com o perfil necessário são também importantes neste processo. Tal como referido, progressivamente este factor entra em erosão com a afirmação do Estado-Nação e integração dos emigrados Baongo na economia Angola.

Finalmente, ao nível do MPLA a liderança inicial de Agostinho Neto foi crítica, no sentido em que transformou o partido heterogéneo num grupo coeso politicamente e deixou um caminho construído para José Eduardo dos Santos. Não deixa de se poder atribuir à liderança de Agostinho Neto parte da iniciativa beligerante que ocorre em Luanda na intensificação do conflito em 1975, (possivelmente ajudado pelos Portugueses), se bem que parecia existir uma

inevitabilidade na tentativa do FNLA em tomar a cidade. Por outro lado, apesar de assumir um partido uno em 1980 não deixa de ser mérito de José Eduardo dos Santos o ter mantido um partido e governo sem desafios internos violentos à sua liderança.

Apesar de durante este processo existirem alguns momentos em que soluções negociadas de partilha de poder estiveram em jogo (supostamente proposta após as eleições de 1992 pelo MPLA ou considerada em 1994 nos acordos de Lusaka) tais soluções nunca se efectivaram. Além das diferentes dimensões dos grupos (económicas, regionais, religiosas, étnicas, linguísticas) o nível simbólico que as respectivas lideranças adquirem, em particular na UNITA (e aqui quase com uma dimensão mística), consubstanciam-se numa posição e dimensão social relativa que só em muito excepcionais circunstâncias essas lideranças estão disponíveis para, ou em condições de, partilhar.

Por fim este estudo de caso sugere que existe um conjunto de outras dimensões de análise que apresentam potencial explicativo a considerar para futuras investigações.

Um que ficou sub-identificado são as dinâmicas de Angola “vis a vis” outros casos semelhantes. Uma análise comparativa salientando, por exemplo, diferenças no legado da colonização ou características dos povos da região, com outros países que também passaram por um processo de independência poderiam ajudar a relativizar factores identificados e eventualmente identificar novos.

Outra dimensão é o caso de dinâmicas nos partidos ou movimentos em disputa e sua necessidade de sobrevivência política que poderá ter estado entre as motivações do MPLA reiniciar o conflito em 1998. Adicionalmente outra área de interesse relaciona-se com o número de gerações desde a independência e como diferentes perspectivas da liderança que se desenvolvem, não só em resposta ao contexto internacional e regional (por exemplo pós-colonial, pós guerra-fria) mas igualmente relacionadas com a maturação da independência. Neste sentido poderá analisar-se até que ponto se altera o molde “étnico” de formulação política, as perspectivas de poder exclusivo ou inclusivo emergem, ou a diferença entre novas e estabelecidas democracias.

Bibliografia

- Africano, Manuel António (1995) *L'UNITA et la 2e Guerre Civile Anglaise*, Points de Vue Concrets, L'Harmattan
- Bakonyi, Jutta and Stuvøy, Kirsti (2005) “Violence & social order beyond the state: Somalia & Angola”, *Review of African Political Economy*, 32:104, 359 - 382
- Birmingham, David (2006), *Empire in Africa – Angola and its Neighbors*, (Revisto) Athens: Ohio Univ. Press
- (1999), *Portugal and Africa*, Palgrave Macmillan
- Bower, Mike, Phil Williams, Royal Institute of International Affairs (1988), *Superpower Detente: a Reappraisal*. Sage
- Collelo, Thomas (1991) ed. *Angola: A Country Study*. Washington: GPO for the Library of Congress <http://countrystudies.us/angola/>
- Collier, Paul and A. Hoeffler: “Greed and grievance in civil war.”, *Oxford economic papers*, 56, 2004, 563-595
- Collier, Paul and Nicolas Sambanis (Ed.) *Understanding Civil War*, World Bank 2005
- Cramer, Christopher (2005) *Civil War is not a Stupid Thing*, London: Hurst & Company
- Fauriol, George A. e Eva Loser (1990), *Cuba: The International Dimension*, Transaction Publishers
- Ferreira, Manuel Ennes (2006) “Angola: Conflict and development, 1961-2002”, *The Economics of Peace and Security Journal*, Vol. 1, No.1 http://www.epsjournal.org.uk/pdfs/eps_v1n1_ferreira.pdf
- (2002) *Nacionalização e confisco do capital português na indústria transformadora de Angola (1975-1990)*, *Análise Social*, vol. Xxxvii, nº162, pp.47-90 <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218731429R4tDL7zf7Wc57TP6.pdf>
- George, Edward (2005) *The Cuban Intervention in Angola, 1965-1991 - From Che Guevara to Cuito Cuanavale*, Routledge, UK
- Gervase, Clarence-Smith (1985) *The third portuguese empire 1825-1975 : a study in economic imperialism*, Manchester : Manchester University Press
- Gleditsch, Nils Petter; Peter Wallensteen, Mikael Eriksson, Margareta Sollenberg & Håvard Strand, (2002) “Armed Conflict 1946–2001: A New Dataset.” *Journal of Peace Research* 39(5): 615–637
- Heywood, Linda (1998) “Towards an Understanding of Modern Political Ideology in Africa: The Case of the Ovimbundu of Angola”, *The Journal of Modern African Studies*, 36 (1), pp. 139-167
- Hodges, T (2001), *Angola from Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism*, Indiana University Press/James Curry
- Hewitt, J. Joseph (2005) “A Crisis-Density Formulation for Identifying Rivalries” *Journal of Peace Research* 42(2):183-201
- James, W. Martin (2004), *Historical dictionary of Angola*, Ed. W. Martin James
- LeoGrande, William M (1998), “From Havana to Miami: U.S. Cuba policy as a two-level game”, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Spring
- Mateus, Dalila Cabrita e Álvaro Mateus (2007), *Purga em Angola*, Edições ASA
- Maxwell, Kenneth (2004) “Working Paper n.º 2 The United States and the Portuguese Decolonization (1974 – 1976)”, David Rockefeller Center for Latin American Studies, Harvard University, November 2004
- Messiant, Christine (2006) *L'Angola colonial, histoire et société. Les prémisses du mouvement nationaliste*, P. Schlettwein Publishing Switzerland

- MRP (2005) Minorities at Risk Project "Minorities at Risk Dataset." College Park, MD: Center for International Development and Conflict Management. Retrieved from <http://www.cidcm.umd.edu/mar/> on: [Julho 2008]
- Oliveira, Ricardo Soares (2007), Oil and Politics in the Gulf of Guinea, C. Hurst & Co
- Parker, Karen, Anne Heindel, and Adam Branch (para Humanitarian Law Project/International Educational Development and Parliamentary Human Rights Group [UK]), "Armed Conflict in the World Today: A Country By Country Review" Primavera 2000 http://130.94.183.89/parker/2000reports.html#_Toc486401422
- Pacheco, Carlos (1997), MPLA : um nascimento polémico, Ed. Vega
- Péclard, Didier (1998) "Religion and Politics in Angola – the church, the colonial state and the emergence of Angolan nationalism 1940-1961.", Journal of Religion in Africa, XXVIII, 2
- Potgieter, Jakkie: "Taking Aid From the Devil Himself." UNITA's Support Structures. In: Cilliers; Dietrich: Angola's War Economy, 2000 (pp. 255-273), p. 255. <http://www.iss.co.za/Books/Angola/13Potgieter.pdf>
- Rodrigues, Luis Nunes (2004) "Orgulhosamente Sós"? Portugal e os Estados Unidos no início da década de 1960, Comunicação apresentada ao 22º Encontro de Professores de História da Zona Centro, Caldas da Rainha, Abril de 2004 <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=8&ida=140>
- Sambanis, Nicolas (2004a), "Using Case Studies to Expand Economic Models of Civil War", Perspectives on Politics, June, Vol. 2 No.2
- (2004b) "What is Civil War? Conceptual and Empirical Complexities of an Operational Definition", Journal of Conflict Resolution, Vol. 48, No. 6, December 2004
- (2004c) "Civil War Coding Notes" <http://pantheon.yale.edu/~ns237/index/research.html#Civil>
- Stuvøy, Kirsti (2002), "War Economy and the Social Order of Insurgencies - An Analysis of the Internal Structure of UNITA's War Economy", Arbeitspapier Nr. 3 / 2002, Universität Hamburg - IPW
- Saney, Isaac (2005) "The Story of How Cuba Helped to Free Africa", Morning Star, November 4
- Sarkees, Meredith Reid (2000). "The Correlates of War Data on War: An Update to 1997", Conflict Management and Peace Science, 18/1: 123-144.
- Schneidman, Witney W., (2004) Engaging Africa: Washington and the Fall of Portugal's Colonial Empire. New York: University Press of America
- Spikes, Daniel (1993), Angola and the politics of intervention : from local Bush war to chronic crisis in Southern Africa, Jefferson, N.C.: McFarland and Company
- Staar, Richard Felix (1991), Foreign Policies of the Soviet Union, Pub. Hoover Press
- Swiss Peace (2007), FAST Analytical Framework Angola (May 2007)
- Wright, George (2001), A destruição de um País – A política dos Estados Unidos para Angola desde 1945, Ed. Caminho

Cooperação Sul-Sul: A Presença Chinesa em África.

Carmen Amado Mendes
Universidade de Coimbra
carmen.mendes@fe.uc.pt

Daniela Nascimento
Universidade de Coimbra
danielan@fe.uc.pt

Resumo: Actualmente, a presença chinesa em África é caracterizada por duas tendências principais. Por um lado, a procura desesperada de recursos naturais para sustentar o crescimento económico leva os líderes chineses a assinar contratos com líderes africanos que garantam o fornecimento desses mesmos recursos. Por outro, através da sua presença em África, a China tenta evitar o reconhecimento de Taiwan como Estado soberano pelos países africanos e obtém aliados nas organizações internacionais, como por exemplo nas Nações Unidas, nomeadamente quando tenta evitar interferências externas no Tibete e no Xinjiang. Pequim atinge estes objectivos através do recurso ao soft power e a princípios diplomáticos específicos que incluem a não-ingerência nos assuntos internos dos outros Estados. Para os líderes africanos, esta abordagem é particularmente bem vinda, funcionando como forma de escapar às sanções ocidentais e ao controlo sobre as questões de direitos humanos, obtendo com facilidade linhas de crédito e infra-estruturas em troca de recursos naturais. Além disso, a hostilidade de muitos governos africanos às pressões democráticas e humanitárias ocidentais parece seguir o alinhamento chinês nestas matérias. Assim, a China parece ser o parceiro perfeito para alguns líderes africanos nas suas estratégias de ignorar a agenda de desenvolvimento ocidental, baseada na boa governança e no respeito dos direitos humanos.

Introdução

Actualmente, a presença chinesa em África é motivada por duas dinâmicas principais, uma de índole económica e outra de índole política. Por um lado, a procura desesperada de recursos naturais para sustentar os actuais índices de crescimento económico leva os líderes chineses a assinar contratos com líderes africanos que garantam o fornecimento desses mesmos recursos. Por outro, através da sua presença em África, a República Popular da China (RPC) tenta evitar o reconhecimento de Taiwan como Estado soberano pelos países africanos e obtém aliados nas organizações internacionais, como por exemplo nas Nações Unidas, nomeadamente quando tenta evitar interferências externas no Tibete e no Xinjiang. Pequim atinge estes objectivos através do recurso ao soft power e a princípios diplomáticos específicos que incluem a não-ingerência nos assuntos internos dos outros Estados. Por soft power entendemos a capacidade de influenciar pela persuasão e não pela coerção, ou seja, todas as actividades que ultrapassam o domínio da segurança, como sejam a ajuda humanitária, a cultura, a diplomacia bilateral e multilateral e o próprio investimento económico¹.

O uso destes instrumentos não é novo na política externa chinesa. Antes da assinatura dos tratados que a China considera “desiguais” (século XIX), o Império do Meio dominava o sudeste asiático através de um sistema tributário, recorrendo ao soft power: os ideais confucionistas e o comércio funcionavam como elemento de atracção². Mais tarde, desde o seu estabelecimento em 1949 até à viragem pragmática motivada pelas reformas económicas adoptadas no final dos anos 70, a RPC procurou mobilizar o Sul, numa tentativa clara de assegurar o reconhecimento diplomático (em detrimento de Taiwan) e a liderança do comunismo a nível internacional. Uma das formas utilizadas para conseguir esta mobilização foi a criação de afinidades a partir do legado comum de humilhação colonial e experiência de libertação, partilhados pela China e restantes Não Alinhados. Ao anunciar os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica (respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência mútua nos assuntos internos, igualdade e benefício mútuo), a RPC lançava as bases para questionar as normas de relacionamento aceites pela comunidade internacional, desafiando a ordem vigente.

Hoje a China usa mais uma vez os seus ideais e a sua capacidade de atracção económica para gerir os seus interesses, nomeadamente em África. Mantendo-se fiel aos princípios da Coexistência Pacífica, nomeadamente à tradicional postura de não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, Pequim vem dando cartas no relacionamento com países que temem sanções internacionais, colhendo importantes contrapartidas energéticas. Para os líderes africanos, esta abordagem é particularmente bem vinda, funcionando como forma de escapar às sanções ocidentais e ao controlo sobre as questões de direitos humanos e boa governação, obtendo com facilidade linhas de crédito e infra-estruturas em troca de recursos naturais. Além disso, a hostilidade de muitos governos africanos às pressões democráticas e humanitárias ocidentais parece seguir o alinhamento chinês nestas matérias. Assim, a China parece ser o parceiro perfeito para alguns líderes africanos nas suas estratégias de ignorar a agenda de desenvolvimento ocidental, baseada na boa governação e no respeito pelos direitos humanos.

Este artigo está dividido em duas partes. A primeira analisa a influência de factores internos na formulação das prioridades da política externa chinesa em África e nos meios utilizados para a sua implementação. A segunda debruça-se sobre as dinâmicas desta política no Sudão, um estudo de caso ilustrativo dos contornos da presença chinesa em África, questionando até que ponto o relacionamento entre os dois países é mutuamente benéfico.

O papel de África na política externa chinesa

A política externa chinesa em África é alimentada por fortes motivações económicas e políticas internas: assegurar o acesso a recursos energéticos para garantir os actuais níveis de crescimento económico e evitar o reconhecimento de Taiwan como Estado soberano por forma a alimentar o nacionalismo chinês, um dos factores de unidade nacional. De facto, para garantir a estabilidade política interna, uma das grandes prioridades do Partido Comunista Chinês (PCC), os líderes chineses recorrem ao nacionalismo, servindo-se sobretudo da questão de Taiwan. O nacionalismo, entendido como defesa dos interesses nacionais, alia as componentes ideológica e histórica, apoiando-se na legitimidade da China recuperar das “humilhações” passadas e respectiva recusa em aceitar a subordinação a potências responsáveis pelos tratados que considera “desiguais”. Assim, os factores ideológico e histórico têm levado os líderes chineses a incutir um carácter cada vez mais nacionalista à ideologia comunista e a recorrer cada vez mais ao nacionalismo como fonte de legitimidade do PCC. O factor ideológico, enquanto instigador do nacionalismo, tem sido usado como elemento de unificação nacional e para garantir a sua manutenção do PCC no poder, prevenindo eventuais contestações a um regime não legitimado nas urnas³.

Manipulado para consumo interno, o nacionalismo pode ser percebido como positivo ou negativo na formulação da política externa chinesa. Por um lado, leva os líderes chineses a uma grande ponderação, por forma a assegurar à China o lugar de potência respeitada na cena internacional. Nesta perspectiva, o nacionalismo pode ser visto como factor estabilizador a nível interno e até externo, uma vez que fomenta nos líderes chineses comportamentos ponderados, elevando o seu país ao estatuto de actor responsável na cena internacional⁴. Nesta perspectiva, criaram-se algumas expectativas no

¹ Kurlantzick, J. (2006). China's Charm: Implications of Chinese Soft Power. *Policy Brief*. Carnegie Endowment for International Peace, 47, Junho (p.1).

² Terril, R. (2005). What Does China Want? *Wilson Quarterly*, XXIX (4), Outono (p. 52).

³ *Ibidem* (p. 54).

⁴ Shen, S. (2007). Redefining Nationalism in Modern China – Sino-American Relations and the Emergence of Chinese Public Opinion in the 21st Century. Basingstoke: Palgrave-Macmillan.

ocidente sobre os contributos positivos da presença chinesa em África e têm surgido pressões sobre a China, nomeadamente em relação à situação no Darfur, como veremos na próxima secção.

Por outro lado, a necessidade de “acenar” com a bandeira nacionalista no plano interno, garantindo a unidade e estabilidade de um regime autoritário inseguro, leva a China a uma atitude assertiva no plano externo: o “legítimo” direito a pôr fim às humilhações passadas explica em parte a estratégia de recuperação de territórios perdidos e justifica a posição adoptada em relação à questão de Taiwan. Consumada a reunificação dos territórios de Hong Kong e Macau (1997 e 1999), Taiwan é o objectivo último da política de reunificação nacional chinesa, revestindo-se de grande simbolismo em termos internos. Para a China, a integridade territorial é actualmente o factor político, económico e social prioritário. Apesar de não temerem uma invasão territorial, os líderes chineses estão conscientes da delicadeza da questão de Taiwan e da permanência de conflitos no seu território. A atitude de mão firme também é visível nas políticas de controlo do Tibete e do Xinjiang⁵, regiões em que a ameaça de fragmentação territorial continua bem presente, como se verificou com as manifestações a favor da independência da província tibetana que ocorreram na região a poucos meses dos Jogos Olímpicos de Pequim (2008), para grande embaraço das autoridades chinesas. Em suma, parte da assertividade chinesa na cena internacional é motivada por alguma insegurança no seu regime autoritário⁶.

Os problemas separatistas e independentistas que afectam a China estão bem presentes na dimensão política da presença chinesa em África, em geral, e no Sudão, em particular. Em primeiro lugar porque, como já foi referido, através desta presença, Pequim procura isolar Taipé na cena internacional (recorde-se que quatro dos países que reconhecem a República da China em Taiwan estão em África – São Tomé e Príncipe, Gâmbia, Suazilândia e Burkina Faso). O continente africano tem sido, precisamente, alvo da disputa entre “as duas Chinas” pelo reconhecimento diplomático. Em segundo lugar, a RPC procura obter aliados nas organizações internacionais, como por exemplo na Assembleia Geral das Nações Unidas, nomeadamente quando tenta evitar interferências externas em questões que considera internas. Ao aplicarem em África o princípio da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, os líderes chineses procuram ganhar legitimidade na defesa de que este mesmo princípio seja respeitado no caso chinês por parte da restante comunidade internacional.

Do ponto de vista económico, a presença chinesa em África deriva de outra prioridade, o crescimento económico, que também tem funcionado como fonte de legitimidade do PCC a nível interno, quer porque melhorou substancialmente o nível de vida de parte da população, quer porque é motivo de orgulho e alimenta o nacionalismo⁷. A nível externo, este crescimento é a base para a ascensão a grande potência em termos internacionais⁸. Ora a manutenção dos actuais níveis de crescimento económico, resultando no interesse em assegurar o acesso a recursos energéticos a nível internacional. Assim, o segundo tipo de motivações internas da política externa chinesa são de cariz realista. Já sugeria Friedrich Ratzel (cf.: *Leis do Crescimento Espacial dos Estados*, 1895) que o “apetite” do Estado aumenta na proporção do seu poder e que a necessidade de recursos justifica o expansionismo para o aumento do “espaço vital”. O crescimento económico chinês aumentou o seu “apetite” pela influência e controlo e levou à procura desesperada de recursos⁹. Um dos grandes desafios internos da China é, precisamente, a insuficiência de recursos energéticos¹⁰, tornando a recuperação de territórios (que Pequim defende que lhe pertencem) ricos nestes recursos um dos objectivos da política externa chinesa. Taiwan e as várias ilhas no Mar Amarelo, no Mar do Sul da China e no Mar da China Oriental¹¹, para além do seu valor intrínseco proporcionam o aumento das águas territoriais ricas em recursos naturais. É ainda neste âmbito que se insere a expansão da política externa chinesa para áreas tradicionalmente consideradas marginais, como África e América Latina.

Quer o nacionalismo quer o crescimento económico alimentam, assim, estratégias contraditórias na política externa chinesa. Por um lado, exigem uma atitude assertiva, para legitimar o lugar do PCC no poder e para garantir a obtenção de recursos naturais que alimentem a máquina da economia chinesa. Por outro, exigem um grande pragmatismo e contenção, para assegurar o papel da China enquanto actor internacional responsável e motivo de orgulho e para garantir a estabilidade regional essencial à economia. Consequentemente, os meios utilizados por Pequim para atingir os objectivos da sua política externa têm variado. Rodeada de um forte pragmatismo, a política externa chinesa tem sido essencialmente caracterizada por uma diplomacia económica cada vez mais activa, escudada em conceitos securitários que procuram transmitir uma imagem pacífica (“ascensão pacífica”, “desenvolvimento pacífico”), bem como em princípios nacionalistas defensivos (“uma China única” e de “não-ingerência nos assuntos internos dos outros Estados”).

Feita esta contextualização sobre a formulação da política externa chinesa, vamos de seguida ver o seu processo de implementação em África, em particular no Sudão. A falta de transparência do processo de tomada de decisão num sistema político fechado, como é o chinês, dificulta o conhecimento das verdadeiras intenções do regime e limita a análise da sua política externa. No entanto, podemos usar como ponto de partida o relatório apelidado de “Modernização da China 2008”, apresentado em finais de Janeiro de 2008 pela Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS). Esta Academia é o centro de

⁵ Terril, *op. cit.*, (p.52).

⁶ Friedberg, A. (2007). China’s Strategic Objectives in Asia, in Swaine, M. (Ed.), *Reframing China Policy*, Fifth Debate, Carnegie Endowment for International Peace, 20 de Abril.

⁷ Terril, *op. cit.*, (p.54).

⁸ Zhao, S. (2005). Nationalism’s Double Edge. *Wilson Quarterly*. XXIX (4), Outubro, (p.82).

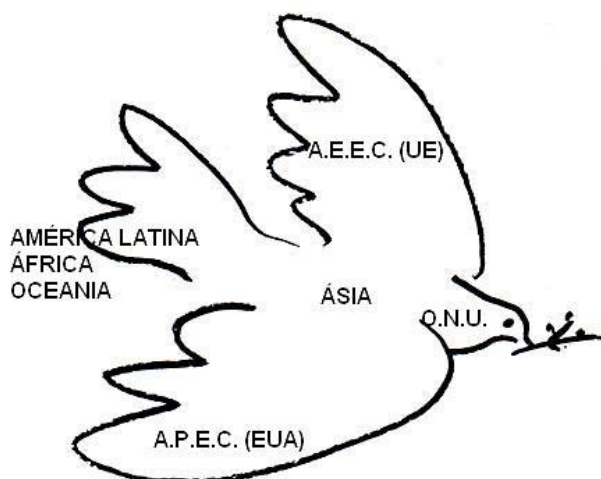
⁹ Friedberg, *op. cit.*

¹⁰ Zheng, Bijian (2005). China’s ‘Peaceful Rise’ to Great-Power Status. *Foreign Affairs*. 84 (5), (p.21).

¹¹ Terril, *op. cit.*, p.58.

investigação chinês mais importante na área das ciências sociais, órgão hierarquicamente dependente do Conselho de Estado e consultado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros aquando da tomada de decisão em relação a novas políticas. Segundo o Director do Centro para o Estudo da Modernização da China da Academia, Professor He Chuanqi, autor do estudo, a estratégia sugerida no relatório foi criada com base na experiência internacional dos últimos 300 anos e na história e realidades da modernização internacional da China e “apela à construção de um ambiente internacional favorável à modernização da China e à cooperação de todos os Estados membros numa base de benefício mútuo”¹².

Figura 1: Representação gráfica da “Estratégia da Pomba da Paz”



O estudo foi divulgado pelos meios de comunicação oficiais do Governo chinês e desenvolve uma nova estratégia internacional: a “Estratégia da Pomba da Paz”¹³. Distribuindo as áreas de intervenção da política externa chinesa pelo corpo de uma pomba, seguindo uma lógica de prioridades, a estratégia indica que a ONU é a prioridade máxima (aparece na cabeça da pomba), seguida da Ásia (corresponde ao peito); a Europa e os Estados Unidos aparecem em pé de igualdade (colocados cada um numa asa) e a América Latina, África e Oceania aparecem em último plano (na cauda da pomba). Se quiséssemos representar esta metáfora visualmente resultaria em algo semelhante à figura 1.

Segundo He Chuanqi, o facto da América Latina, África e Oceania estarem representadas na cauda da pomba não significa que sejam insignificantes para Pequim. Muito pelo contrário: a cooperação com as regiões ajuda a China a encontrar um equilíbrio na sua relação com o ocidente e o oriente¹⁴. Também para He Wenping, Directora da Secção de Estudos Africanos da CASS, a localização destas regiões na base da política externa chinesa não lhes retira importância: “não se pode ter uma boa estrutura se faltar a base”¹⁵. Até porque o estudo destaca que a China só deve investir em relações com países que tenham alguma das seguintes características: “ser inovador, ter muitos recursos, ter uma grande população, ter cultura, ser amigável, ou estar nos arredores da China”, o que é o caso de muitos países das referidas regiões.¹⁶

A verdade é que a cooperação Sul-Sul é cada vez mais visível e Pequim tem mostrado um interesse crescente nestas regiões, em parte devido à sua política energética de diversificação dos países de importação dos recursos naturais. Com a sua postura de não-ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, a China tem concedido crédito e infra-estruturas apenas exigindo em troca recursos naturais, por oposição às condições impostas pelos países ocidentais na questão de Direitos Humanos. O reforço da presença de empresas chinesas no sector energético da América Latina e África Subsahariana é, então, particularmente bem vinda nos países que mais sofrem sanções ocidentais.

A China no Sudão: uma parceria mutuamente benéfica?

Como vimos, a presença chinesa em África tem-se pautado por interesses assumidamente políticos e económicos, mantendo-se à custa de um relacionamento muito próximo com elites governativas despotas e corrupta. Ao longo dos anos

¹² Xinhua (2008). Chinese thinktank initiates ‘Peace Dove Strategy’. 29 de Janeiro, in http://news.xinhuanet.com/english/2008-01/29/content_7515266.htm (consultado na internet em 30 de Janeiro de 2008).

¹³ CASS (2008). China’s Modernization 2008. Janeiro.

¹⁴ Wentzel, Marina (2008). Para China, América Latina não é prioridade. *BBC Brasil*, 30 de Janeiro.

¹⁵ He Wenping (2008), declarações proferidas após a conferência “China’s African Policy: Driving Force and Features”, *China in the Developing World – VIII Conference*, IO-ISCSP, Gulbenkian, 18 de Junho.

¹⁶ Wentzel, *op. cit.*

90, a China aumentou a sua ajuda aos Governos africanos e serviu-se da sua retórica sobre respeito mútuo pela soberania e pela diversidade, um discurso que caiu bem num continente avesso aos reflexos e tendências neocoloniais das potências europeias. Desta forma, a hostilidade que muitos dos líderes africanos parecem ter relativamente a pressões democráticas e desenvolvimentistas externas e, sobretudo, representativas de uma certa hegemonia ocidental que roça por vezes o neocolonialismo, parece, assim, ser ultrapassada quando se trata de ponderar os custos e benefícios da presença chinesa, mais flexível, menos intrusiva e economicamente mais vantajosa.

Algo paradoxalmente, um dos factores que tem ajudado claramente a esta facilidade de relacionamento, num contexto internacional caracterizado por um comércio cada vez mais regulado e atento às práticas violadoras de direitos humanos na esfera interna, tem sido o facto de a China fazer da insensibilidade aos abusos de direitos humanos e do princípio de não interferência uma marca fundamental da sua política externa, assumindo antes uma política de respeito pela 'diversidade cultural' e pela soberania dos Estados. Nos últimos anos a China tem sido mesmo acusada de ignorar as violações de direitos humanos dos governos que lhe têm garantido acesso ao petróleo e aos recursos que tanto necessita para o seu crescimento. A China tem reagido, obviamente, negando essas acusações e assume-se como um país responsável, que no plano internacional defende a paz, a cooperação e o desenvolvimento. Relativamente às críticas de que tem sido alvo em virtude do seu apoio ao Governo sudanês, acusado de crimes de guerra no Darfur, a China assume igualmente que têm promovido a paz e a estabilidade no Sudão de forma consistente, desempenhando um papel construtivo¹⁷.

No caso concreto do Sudão, essa é uma política extremamente benéfica e atractiva, vingando claramente o princípio de não interferência nos assuntos internos do Estado, apesar das muitas pressões internas e externas que a China vai sofrendo como, aliás, ficou provado com os vários boicotes aos Jogos Olímpicos realizados em Pequim em Agosto último. De facto, a referência aos Jogos Olímpicos de Pequim como os 'jogos olímpicos do genocídio' em virtude da continuidade dos intensos laços comerciais e económicos da China com o Sudão e a sua relutância em intervir para resolver o conflito no Darfur, tem suscitado um intenso debate em torno da diferença de abordagens entre a China e o resto do mundo relativamente a este conflito e das repercussões que essa diferença poderá ter em termos de resolução pacífica e sustentável do mesmo.

Os recursos provenientes do petróleo (80% dos rendimentos do governo e mais de 90% dos recursos do Sul), as obras de infra-estrutura apoiadas pelo investimento chinês (para escoamento do petróleo para as regiões de Port Sudan e Mar Vermelho), e a geografia das possibilidades de novas explorações petrolíferas no Sul do Darfur tornam bastante claro que o petróleo é cada vez mais um factor central para compreender e antever as dinâmicas de paz e conflito no Sudão assim como o interesse chinês no maior país do continente africano¹⁸.

Uma vez que o motor do envolvimento chinês em países africanos tem sido claramente o acesso privilegiado a recursos fundamentais para continuar o seu crescimento económico acelerado, nomeadamente petróleo e gás, é na procura de parceiros que garantam condições privilegiadas de acesso a recursos petrolíferos em África que a China tem apostado, permitindo que as três principais companhias energéticas chinesas – China National Petroleum Corporation¹⁹ (CNPC), Sinopec (China Petroleum & Chemical Corporation) e China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), comprassem dezenas de concessões de petrolíferas e de gás em países africanos. Neste contexto, o Sudão, que é considerado o país africano com mais recursos petrolíferos por explorar, tem sido uma aposta fundamental para a continuidade e reforço da presença chinesa em África.

A primeira exportação de petróleo do Sudão em Agosto de 1999 foi um ponto de viragem na complexa guerra civil do país. O petróleo é agora um importante obstáculo à paz duradoura e as exportações de petróleo têm sido usadas pelo governo para obtenção de armas e munições que têm permitido intensificar a guerra e desenvolver a indústria petrolífera.²⁰ As grandes reservas de petróleo, que estão localizadas quase totalmente no sul, ocupando um terço do país, permitem ao Sudão tornar-se um produtor à escala do Brunei ou da Colômbia. Apesar de não ser considerado um mega-produtor potencial do nível da Arábia Saudita ou do Iraque, os recursos petrolíferos podem ser uma dádiva para o país com os níveis de pobreza do Sudão, em que o produto interno bruto ronda os U.S. \$ 424²¹.

Os rendimentos do petróleo têm afectado, não só as políticas do país, mas também o funcionamento do próprio Estado. Oficialmente, o SPC é parte do Ministério da Energia e Minas mas, na prática, funciona de forma autónoma e é o departamento mais poderoso no Ministério, supervisionando as companhias envolvidas na movimentação, marketing e distribuição de petróleo, incluindo as três refinarias estatais. Graças ao petróleo, o Sudão tornou-se em 2006 uma das

¹⁷ *Sudan Tribune* (2006). China denies accusation of violating human rights in oil business. 27 de Abril de 2006. <http://www.sudantribune.com/print/15304> (consultado na internet em 18 de Outubro de 2008).

¹⁸ Cepik, M.; Oliveira, L. (2007). "Petróleo e guerra civil no Sudão". *Radar do Sistema Internacional* (Maio de 2007), disponível em <http://rsi.cgee.org.br/documentos/4242/1.PDF>, consultado em 28 de Janeiro de 2009.

¹⁹ A CNPC, a companhia petrolífera controlada pelo Governo chinês, detém cerca de 40% da companhia sudanesa Greater Nile Petroleum Operating Company (GNPOC) que, por sua vez, controla duas das mais importantes explorações de petróleo na província ocidental do Upper Nile.

²⁰ Expansion of oil development has continued to be accompanied by the violent displacement of the agro-pastoral southern Nuer and Dinka people from their traditional lands atop the oilfields. The large-scale exploitation of oil by foreign companies operating in the theatre of war in southern Sudan has increased human rights abuses there and has exacerbated the long-running conflict in Sudan, a conflict marked already by gross human rights abuses—two million dead, four million displaced since 1983—and recurring famine and epidemics. Human Rights Watch (2003). *Sudan, Oil and Human Rights*, pp.36, available at <http://www.globalpolicy.org/security/issues/sudan/2003/2003hrwrep.pdf>, January 28, 2009.

²¹ Human Rights Watch (2003). *Sudan, Oil and Human Rights*, pp. 45, available at <http://www.globalpolicy.org/security/issues/sudan/2003/2003hrwrep.pdf>, January 28, 2009.

economias africanas com maiores taxas de crescimento, apesar de pouco investimento ter sido direccionado para os serviços públicos e das disparidades terem crescido a um ritmo assustador²².

Neste cenário, e actualmente, a CNPC da China, a Petronas da Malásia, a ONGC indiana e a Total francesa são as maiores petrolíferas a operar no Sudão. Juntas constituem a Greater Nile Petroleum Operating Company (GNPOC), controlada da seguinte forma: 40% CNPC, 30% Malásia, 25% indiana, 5% restantes. Mas apesar da relativa diversidade de empresas petrolíferas no território, a Organização Mundial do Comércio calculou que em 2004 mais de 64% do total de exportações sudanesas tiveram como destino a China, e assim tem permanecido.

De acordo com o relatório do Parlamento Europeu (Agosto 2007) sobre a política energética chinesa na África Subsaariana, entre 2000 e 2005 a China foi a fonte mais importante de Investimento Directo Estrangeiro no Sudão. Durante o mesmo período, a CNPC dirigiu mais de quatro mil milhões de USD para o mercado sudanês. Para além da exploração de petróleo, a China também está envolvida noutras áreas. A Petroleum and Natural Gas Exploration and Development Corporation, uma empresa de exploração de gás chinesa, implementou uma exploração de polipropileno (uma substância química) em Cartum. Os chineses também detêm uma percentagem de 50 por cento na empresa química sudanesa Chemical Industry Company e detêm na totalidade a companhia sudanesa Petrochemical Trade Project²³, na área da petroquímica.

Enquanto muitos países ocidentais cortaram relações económicas e políticas com o Sudão, em condenando o Governo pelos muitos atropelos aos direitos humanos e ao apoio a actividades terroristas²⁴, a China apostou num envolvimento crescente com Cartum, sobretudo no sector petrolífero. Com a proibição imposta às empresas petrolíferas americanas de operarem no Sudão em virtude de embargos e a dificuldade de entrada de companhias europeias, o domínio no acesso a petróleo está, claramente, nas mãos de companhias chinesas. Estima-se que cerca de seis por cento das importações de petróleo chinesas provêm do Sudão, um número que Pequim já afirmou querer aumentar rapidamente, contando para isso com o quase incondicional apoio e aval das autoridades sudanesas²⁵. Perante estes números é fácil perceber que o Sudão representa claramente o maior investimento externo chinês. Em contrapartida, as empresas de construção chinesas têm contribuído para a construção de importantes infraestruturas, tais como barragens, redes de telecomunicações, redes ferroviárias, pontes ou aeroportos²⁶.

A emergência e o carácter de companhias das economias asiáticas emergentes destacou-se em particular no Sudão e no resto de África, face à sua clara ignorância dos pedidos das ONGs internacionais, levantando preocupações sérias no que diz respeito aos esforços internacionais pela transparência e pelo respeito dos direitos humanos. Os interesses políticos e económicos de Estados fortes são barreiras formidáveis para ultrapassar a crescente pressão internacional sobre governos africanos repressivos ricos em recursos e é óbvio que o comportamento estratégico das companhias de petróleo chinesas em relação ao Sudão é comandado por esses mesmos interesses. A crescente procura na China de recursos energéticos e a consequente forte influência da CNPC no Sudão, bem como o relacionamento amigável entre Cartum e Pequim, aumentam a incerteza da guerra civil, uma vez que têm limitado e atrasado os esforços regionais e internacionais.

Deste modo, Governo sudanês, que vive actualmente um conflito violento e é alvo de condenação internacional pela sua conduta e inércia no Darfur, encontrou na China um importante apoio, não apenas para desenvolver o seu sector petrolífero mas também para manter a sua impunidade no palco internacional. De facto, à medida que os interesses económicos dominam a relação, a preocupação de ambos em não se envolver em questões éticas e políticas mais sensíveis e complexas aumenta, permitindo a consolidação de uma relação quase simbiótica entre estes dois países que parecem partilhar uma mesma visão das suas políticas internas e externas. Com ela, o Sudão consegue um importante escudo protector face às muitas críticas e acusações da comunidade internacional, garantido pelo direito de veto chinês no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), ao mesmo tempo que a China ganha capacidade de dissuasão sobre Cartum no que diz respeito não apenas à exploração de petróleo, mas também à autorização de forças de paz híbridas ONU/União Africana (UA) no Darfur. Esta postura chinesa permite a Pequim consolidar a sua presença em África e o acesso a recursos fundamentais para o seu crescimento económico e, ao mesmo tempo, ir ganhando margem de manobra na sua afirmação política no sistema internacional, tentando fugir assim às críticas de inércia e participação nas violações de direitos humanos que Cartum tem cometido na sua acção relativamente ao conflito no Darfur²⁷.

Com esta estratégia, a China tem dado passos tácticos no sentido de convencer o Governo sudanês a cumprir as suas obrigações internacionais e a satisfazer os pedidos da comunidade internacional. Há, por exemplo, que reconhecer o papel importante que Pequim teve ao convencer Cartum a aceitar a presença das forças de manutenção de paz da ONU no

²² Woodward, P. (2008). "Politics and oil in Sudan", in Omeje, Kenneth (ed.). *Extractive Economies and Conflicts in the Global South: Multi-regional Perspectives on Rentier Politics*. Aldershot, Publishers: Ashgate, pp. 112.

²³ European Parliament (2007). *Chinese Resources and Energy Policy in Sub-Saharan Africa*. (Policy Department External Policies) Brussels: European Parliament.

²⁴ Na década de 90, o Governo de Cartum acolheu e protegeu Osama Bin Laden e foi, por isso, acusado de conspiração terrorista e alvo de sanções várias, passando igualmente para a lista de Estados pária.

²⁵ Estima-se que treze das quinze primeiras empresas estrangeiras instaladas no Sudão sejam chinesas. Servant, J. C. (2005). *La Chine à l'assaut du marché africain*. *Monde Diplomatique*, Maio. <http://www.monde-diplomatique.fr/2005/05/SERVANT/12218> (consultado na internet em 18 de Outubro de 2008).

²⁶ Schiller, B. (2005). The China Development Model, *Open Democracy*, 20 de Dezembro, http://www.opendemocracy.net/democracy-china/china_development_3136.jsp (consultado na internet em 18 de Outubro de 2008).

²⁷ Mensah, C. (2008). China's Foray into Africa: the geopolitical and geoeconomic implications of the new Afro-centric foreign policy. Comunicação apresentada na 2nd World International Studies Conference, Ljubljana, 23-26 de Julho, (p.13).

Darfur²⁸. Ainda assim, a falta de progresso em conseguir pôr fim ao genocídio no Darfur parece reflectir claramente a relutância que Pequim tem em colocar a pressão necessária sobre Cartum para que tome medidas sérias para resolver a crise²⁹. A China parece, assim, ter também algum interesse na continuação de um certo nível de violência e instabilidade no Sudão, uma vez que isso permite afastar outros investidores estrangeiros. Como contrapartida, a China garante do Presidente Bashir o incondicional apoio à política de “uma China única” e, conseqüentemente, a sua oposição a qualquer tentativa de separação de Taiwan³⁰.

Apesar de os planos de investimento e de ajuda chineses parecerem atractivos para os parceiros africanos, assim como o poder de veto da China no Conselho de Segurança da ONU, a questão essencial neste debate é saber se esta cooperação ‘sul-sul’ será assim tão progressiva, menos egoísta e mutuamente mais vantajosa do que a relação mais comum e hegemónica ‘norte-sul’³¹. De acordo com alguns especialistas, esta parceria poderia ser muito mais vantajosa se os países africanos estabelecessem condições, nomeadamente acordos justos e uma gestão adequada dos capitais gerados³². É um facto que grande parte dos benefícios do envolvimento chinês vai directamente para o Governo sudanês e não para a população sudanesa, não apenas porque se trata de um Governo ditatorial, corrupto e centralizador, mas também porque a China leva a sua própria mão-de-obra. Aquela que poderia ser uma oportunidade de criação de empregos locais não passa, portanto, por beneficiar directamente os sudaneses. Os rumores que correm são, inclusivamente, que da estratégia chinesa faz parte o envio de mão-de-obra chinesa, composta essencialmente por prisioneiros, responsáveis pela construção dos pipelines e de importantes infra-estruturas petrolíferas, agrícolas e outras³³. Além disso, os produtos chineses baratos estão a chegar aos mercados africanos, permitindo às pessoas fazer uso das novas tecnologias e economizar em despesas básicas, mas criando enormes dificuldades às indústrias africanas, com falências de fábricas que agravam o desemprego, sobretudo no sector têxtil, devido à concorrência desleal causada pelo dumping social e ambiental³⁴. Este é um cenário particularmente comum e preocupante no Sudão, e que questiona claramente os benefícios reais desta parceria China-Sudão, do ponto de vista da população sudanesa.

Assim, ao contrariar e frustrar os esforços tendentes a associar a ajuda ao desenvolvimento aos direitos humanos, à democracia e à boa governação, os empréstimos chineses têm igualmente dificultado e reduzindo a elegibilidade dos Governos africanos para financiamentos de instituições financeiras internacionais³⁵, o que poderá comprometer bastante a capacidade e as perspectivas alternativas e sustentáveis de desenvolvimento no Sudão. Ao mesmo tempo é importante perceber que, individualmente, nenhum país pode ditar o curso das acções ao Governo sudanês. De facto, Cartum não confia em Pequim mais do que confia na administração norte-americana ou outra qualquer e tende também a impor alguns limites ao envolvimento chinês no seu território, não se deixando intimidar, por exemplo, por atitudes e declarações mais assertivas dos líderes chineses, no sentido de tomar medidas mais fortes para resolução definitiva do conflito no Darfur ou para que coopere com a investigação do Tribunal Penal Internacional e que responsabiliza directamente o Presidente Bashir por crimes contra a humanidade. Apesar de tudo, não restam dúvidas de que a China tem assumido um papel cada vez maior no Sudão, tendo ajudado o maior país africano a quebrar mais de uma década de isolamento no sistema internacional, comprando e importando o seu petróleo e vendendo armas ao Governo de Cartum. Além disso, Pequim já demonstrou a sua influência, por exemplo ao desempenhar um papel importante em convencer o Presidente Bashir a aceitar uma força híbrida ONU-UA e que está actualmente no Darfur. Ao manifestar o seu apoio por este tipo de missão, não exclusivamente da ONU (que Cartum nunca aceitaria), a China está também a sublinhar a sua oposição a missões e acções de tipo militar e que contrariem a soberania e vontade dos Estados.

Conclusão

Como se pode verificar, África tem-se assumido como uma janela de oportunidade para o país mais populoso do mundo e com uma economia em rápido crescimento. A política externa chinesa, esculpida por fortes motivações internas (estabilidade política e crescimento económico) e caracterizada por uma diplomacia económica cada vez mais activa, quer no plano bilateral quer multilateral, por forma a assegurar as suas prioridades. Através de uma posição híbrida, ora valendo-se do soft power (envolvimento diplomático e capacidade de atracção económica e cultural), ora recorrendo ao hard power (trocas militares, venda de armas e afirmação enquanto potência militar), a China tem procurado reforçar a sua posição no

²⁸ International Political Economy Zone (2007). <http://ipezone.blogspot.com/2007/07/china-in-sudan-positive-view.html>, 27 de Julho. (consultado na internet em 18 de Outubro de 2008).

²⁹ Ibidem.

³⁰ *China Daily* (2007). Chinese President wraps up Africa tour. 11 de Fevereiro. http://www.chinadaily.com.cn/china/2007-02/11/content_806503.htm (consultado na internet em 18 de Outubro de 2008).

³¹ Melville, C. & Owen, O. (2005). China and Africa: a new era of “south-south cooperation. *Open Democracy*, 8 de Julho. <http://www.opendemocracy.net/debates/article.jsp?id=6&debateId=131&articleId=2658>. (consultado na internet em 18 de Outubro de 2008).

³² Parlamento Europeu (2008). Relatório do Parlamento Europeu sobre a política da China e o seu impacto em África. Estrasburgo, 23 de Agosto (p. 24).

³³ Wilson, P. (2001) Anonymous interview, *apud* HRW Report (2003). *China's Involvement in Sudan: Arms and Oil*. <http://www.hrw.org/reports/2003/sudan1103/26.htm> (consultado na internet em 18 de Outubro de 2008).

³⁴ Parlamento Europeu (2008), *op. cit.* (p. 24).

³⁵ Ibidem.

mundo e consolidar os seus interesses e aspirações estratégicas globais como potência económica emergente; ao mesmo tempo, tem tentado garantir que os actores que com ela competem não comprometem os seus interesses e ganhos em África.

Pequim tem recorrido ao multilateralismo no âmbito regional como uma forma de exercer esse soft power, de índole não só económica mas também cultural e civilizacional, e no plano internacional como um meio de atingir um mundo multipolar, alterando a actual hierarquia do sistema internacional, marcadamente unipolar. Ao apresentar-se perante os outros Estados como defensora de relações “win-win” e com uma postura de não interferência nos assuntos internos, em contraste com a postura norte-americana (e ocidental) de desrespeito pela soberania e de imposição de sanções, a China conquista facilmente os países sujeitos ao escrutínio internacional e é vista como um modelo pelo mundo em desenvolvimento, nomeadamente naqueles a quem dá crédito e investe em troca de recursos naturais.

Como a “Estratégia da Pomba da Paz” revela, África está na base da estrutura definida para a política externa chinesa. Apesar de para muitos a influência política da China em África ser muitas vezes sobrestimada, tendo em conta as políticas muitas vezes pouco populares e desleixadas, a par de uma relutância chinesa genérica em envolver-se demasiado nos assuntos internos de outros Estados³⁶, parece não haver dúvidas de que a China está no Sudão e em África, por muito tempo e planeando essa estadia de forma muito cuidadosa. No actual contexto económico e político internacional, Pequim tornou-se um jogador sofisticado, capaz de usar recursos complexos para mobilizar outros actores na persecução do seu objectivo de transformação do sistema internacional em direcção ao multipolarismo e uma distribuição de poder mais adequada para acomodar o seu papel como actor global emergente³⁷.

Os líderes chineses parecem estar, assim, claramente empenhados em não abalar a boa relação com o Governo sudanês, que lhes tem permitido acesso quase ilimitado às reservas petrolíferas do país, assim como uma participação de cerca de 50% nas principais companhias petrolíferas sudanesas. Neste sentido, as vantagens económicas desta parceria são óbvias e pesam no jogo político que se vai desenrolando no plano internacional, nomeadamente no que diz respeito à resolução do conflito no Darfur por meios de um envolvimento militar internacional ou à decisão tomada pelo Procurador Geral do Tribunal Penal Internacional de indiciar pessoalmente o Presidente Bashir por crimes contra a Humanidade cometidos no Darfur, condenada publicamente por Pequim.

Neste contexto, os interesses geoeconómicos chineses em África estão intrinsecamente ligados à visão militar e estratégica que a China tem de um mundo pós-Guerra Fria, defendendo a sua posição no sistema internacional e nos principais fora políticos e económicos, como a ONU ou a Organização Mundial do Comércio (OMC), afirmando-se frequentemente por uma clara oposição ao domínio unilateral norte-americano. Mas este modelo de desenvolvimento chinês, que evita qualquer envolvimento nos assuntos internos de Estados soberanos, causa uma enorme preocupação para as Organizações Não Governamentais (ONG's), instituições financeiras e outros actores internacionais que procuram estimular e promover a transparência e os direitos humanos em países em desenvolvimento. A grande preocupação é que, ao não deixar que nada interfira na sua política de afirmação global, Pequim feche os olhos às actividades menos lícitas e éticas das suas empresas expatriadas, mesmo que internamente comece a tomar medidas de responsabilização, luta contra a corrupção, protecção do ambiente e condições de trabalho. Numa fase em que o paradigma de desenvolvimento ocidental parecia sofrer importantes mudanças rumo a um uso mais sensível e ponderado da condicionalidade política da ajuda, mais favorável a processos de paz, o tipo de envolvimento e intervenção chineses parecem, assim, contribuir para um infeliz retrocesso num movimento que defende a centralidade dos princípios de respeito pelos direitos humanos, transparência e boa governação nos processos de transição em países em desenvolvimento, nomeadamente em África.

³⁶ Waal, A. (2008). China and Sudan: Defining the turning point. *Sudan Tribune*, 24 de Fevereiro. <http://www.sudantribune.com/spip.php?article26089> (consultado na internet em 2 de Março de 2008).

³⁷ Contessi, N. P. (2008). China-led multilateralism in Africa and the Arab world: is it soft balancing? Comunicação apresentada na 2nd Global International Studies Conference, Ljubljana, 23-26 July, p.33.

Ambiente e Segurança no Darfur: uma Análise Crítica

Maria Raquel Freire
Universidade de Coimbra
rfreire@fe.uc.pt

Paula Duarte Lopes
Universidade de Coimbra
pdl@fe.uc.pt

Daniela Nascimento
Universidade de Coimbra
danielan@fe.uc.pt

Resumo: Face à identificação política do Darfur como o primeiro conflito violento resultante de alterações climáticas, este artigo analisa o caso do Darfur no quadro do processo de securitização ambiental, discutindo as dinâmicas que lhe estão subjacentes na situação actual. O artigo argumenta que a relação ambiente-segurança deve ser analisada na fronteira entre a esfera doméstica e internacional e que a não securitização das políticas ambientais em relação ao Darfur tem sido um obstáculo conceptual e operacional fundamental à paz. Deste modo, a internalização desta relação dialéctica na política e na acção é aqui considerada um passo essencial para responder às causas mais profundas do conflito violento no Darfur.

The root of the Darfur conflict is a struggle over controlling an environment that can no longer support all the people who must live on it.

Ambientalista Wangari Maathai, Prémio Nobel da Paz 2004

Introdução

Os temas ambientais têm sido crescentemente associados a questões de segurança. Das guerras de água do século XXI até questões de auto-suficiência nacional e efeitos de spill-over resultantes de migrações incontroladas, as preocupações ambientais foram incorporadas nas agendas de segurança. Este processo, em particular após o final da Guerra Fria, tem sido discutido e teorizado no quadro de securitização desenvolvido pela Escola de Copenhaga, sendo que tradicionalmente estas não eram pensadas como questões de segurança. A securitização do ambiente altera as dinâmicas nacionais relativas às políticas ambientais, uma vez que estas se tornam tema de segurança, com todas as implicações que esta categorização excepcional implica. A securitização do ambiente, ou de qualquer outro tema, altera não só as políticas, mas também os instrumentos e pessoal disponíveis para responder a esta nova “ameaça à segurança”.

Muitos, contudo, como Daniel Deudney¹, têm criticado a ligação entre ambiente e segurança. O perigo da securitização é a militarização de todos os aspectos da vida social. Além do mais, a eficácia dos militares na protecção e conservação do ambiente é altamente questionável. Uma vez que o ambiente é um ecossistema altamente complexo, “proteger” o ambiente através do controlo do seu acesso e uso, que pode fazer sentido de um ponto de vista teórico e talvez também administrativo, é ilógico do ponto de vista ecossistémico. De facto, há demasiadas variáveis e conexões para uma abordagem militar eficaz de modo a prever e controlar todas as possibilidades. Pode trazer alívio momentâneo, mas no médio e longo prazo, o problema não será resolvido, gerido de forma eficiente ou mesmo mitigadas as suas consequências.

Outros, como Thomas Homer-Dixon², apresentaram provas que indicam que esta ligação pode fazer sentido a nível interno, mas não internacionalmente. Não há qualquer registo de um conflito internacional violento de cariz ambiental. O ambiente tem sido um factor agravante em alguns casos, mas nunca o despoletador ou causa para a violência. Internamente, contudo, encontramos exemplos de violência local relacionados com o acesso e uso de determinados recursos ambientais. Por isso, em algumas circunstâncias, e para alguns assuntos, as dinâmicas ambientais afectam as preocupações e políticas tradicionais de segurança. Além do mais, estas dinâmicas internas têm o potencial de se multiplicarem além fronteiras e criar preocupações de segurança em países vizinhos, tornando-se um assunto de segurança internacional.

O Darfur foi identificado como o primeiro conflito violento resultante de alterações climáticas.³ Vários têm admitido a ligação entre a crise no Darfur e a pressão ambiental, incluindo o Secretário Geral das Nações Unidas.⁴ A questão,

¹ Deudney, 1999, in Deudney & Mathew (Org.), 187-219.

² Homer-Dixon, 1999. Ver também Barnett & Adger, 2007, 639-655; Kaldor, 2007.

³ Baldauf, 2006; Borger, 2007b; Nascimento, 2007.

contudo, é que o Darfur não é só resultado de uma disputa típica por recursos. Esta luta, que existe em tantos outros contextos, tem sido seriamente agravada “por um clima em mudança”.⁵ As raízes do conflito recuam à seca na zona norte do país que se agravou devido à mudança climática⁶ e consequente migração das populações do norte para a região do Darfur. Sem uma política interna definida para a gestão da situação, os Darfurianos tiveram de partilhar os seus recursos ambientais com uma população em crescendo. Em ecossistemas frágeis, qualquer aumento nos níveis de consumo humano pode perturbar o equilíbrio do ecossistema, especialmente se acompanhado de uma escalada nas condições de escassez ambiental devido à alteração climática.⁷ Consequentemente, a ausência de uma abordagem de gestão ambiental a par de um mecanismo regulador dos fluxos migratórios resultou numa sobre-exploração dos recursos ambientais do Darfur, nomeadamente água e terra arável, ameaçando as vidas dos Darfurianos, quer dos agricultores do sul quer dos imigrantes vindos do norte. Esta situação tem sido exacerbada pela abordagem violenta que as populações do norte adoptaram na tentativa de garantir acesso aos recursos, recorrendo mesmo à força, e levando à deslocação forçada de Darfurianos do sul por forma a facilitar a sua primeira estratégia.

Neste contexto, este artigo começa por apresentar o quadro teórico de ligação entre ambiente e segurança e as críticas que resultaram desta abordagem. Discute em particular o processo de securitização do ambiente e os diferentes argumentos a favor e contra. Face à identificação do Darfur como o primeiro conflito violento derivado de alterações climáticas, o artigo analisa o caso do Darfur no quadro da securitização ambiental, discutindo as dinâmicas implicadas na situação actual. O artigo defende que a relação ambiente-segurança deve ser analisada na fronteira entre a esfera doméstica e internacional e que a não securitização das políticas ambientais em relação ao Darfur tem constituído um obstáculo conceptual e operacional fundamental à paz. Deste modo, a internalização desta relação dialéctica na política e na acção é aqui considerada um passo essencial para responder às causas mais profundas do conflito violento no Darfur.

O nexu ambiente-segurança

A excessiva concentração na segurança militar ao longo da Guerra Fria excluiu outras áreas de segurança das agendas políticas. Apesar da sua existência, estas áreas eram simplesmente consideradas irrelevantes num contexto onde o enfoque sobre a militarização prevalecia. O final da rivalidade bipolar e as mudanças sistémicas após o colapso da União Soviética permitiram que estas várias áreas de segurança tivessem uma expressão diferente nas políticas e nas acções. A proposta dos sectores de segurança da Escola de Copenhaga reflecte bem este alargar e aprofundar do conceito de segurança e os múltiplos entendimentos implicados na sua complexidade.⁸ Ao reconhecer um quadro de análise multi-nível, os autores expandem as variáveis explanatórias para incluir os sistemas e as unidades. Além do mais, nestes níveis de análise diferenciados, a agenda de segurança emerge como proposta diversificada, onde os sectores identificados permitem um olhar agregado sobre segurança. Estes incluem segurança militar, segurança política, segurança económica, segurança societal e segurança ambiental.⁹ A última é definida como se referindo “à manutenção da biosfera local e planetária como o sistema de apoio essencial sobre as quais todas as acções humanas dependem”.¹⁰ Na base desta conceptualização está a necessidade de alcançar desenvolvimento sustentável.¹¹

Esta inclusão de temas ambientais no quadro de securitização permite um olhar diferenciado sobre as implicações e consequências das dinâmicas ambientais em cenários de conflito, como no caso do Darfur. Além do mais, permite a análise do modo como as questões ambientais são gradualmente securitizadas, ganhando nova expressão nas agendas político-securitárias. Assim, e aprofundando o conceito de securitização, Buzan, Waever e de Wilde defendem que a segurança é “uma prática auto-referencial, porque é nesta prática que um assunto se torna um assunto de segurança – não necessariamente porque existe uma ameaça real, mas porque o assunto é apresentado como tal ameaça”.¹² Assim, a securitização ocorre quando um assunto é movido do ambiente das “políticas normais”.¹³ “A definição exacta e os critérios de securitização são constituídos pelo estabelecimento intersubjectivo de uma ameaça existencial com relevo suficiente para ter efeitos políticos substanciais”.¹⁴

Num processo de securitização há os objectos referentes, aqueles referidos pelo actor de securitização como constituindo uma ameaça, e os actores funcionais, aqueles que influenciam as decisões no processo, mas não são actores de

⁴ Moon, 2007; Borger, 2007.

⁵ Borger, 2007.

⁶ Estudos recentes sobre alterações climáticas incluem o Sudão, e especificamente a zona norte do Sudão, como uma das regiões do mundo mais afectadas pela persistência das secas. Estes prevêem também que a situação se deteriore de acordo com as tendências de alteração climática actuais. Ver por exemplo UNDP (2007). Para uma crítica da ligação entre alterações climáticas e a crise no Darfur ver Kevane & Gray, 2008.

⁷ Ver nota 2.

⁸ Buzan, Waever & de Wilde, 1998.

⁹ Buzan, 1991, 19-20.

¹⁰ *Ibid*, 20.

¹¹ Buzan, Waever & de Wilde, 1998, 8.

¹² *Ibid*, 24.

¹³ *Ibid*.

¹⁴ *Ibid*, 25.

securitização. Nesta fórmula, é “sempre uma escolha política securitizar ou aceitar uma securitização”.¹⁵ Deste modo, implica para a sua operacionalização o reconhecimento de autoridade ao actor de securitização, e o entendimento generalizado do assunto como uma ameaça. Isto sublinha a necessidade de uma proposta convincente capaz de mobilizar uma audiência.¹⁶

Quando as regras são violadas e esta violação é tolerada com base num argumento convincente de urgência de segurança face a uma ameaça existente, estamos perante um caso de securitização. Isto significa que a análise da retórica política e do discurso, a par de interações políticas e do contexto internacional onde estas têm lugar, são elementos relevantes no processo de securitização. A reversão do processo é o regresso do assunto securitizado às “políticas normais” definido como processo de des-securitização. E esta é “a opção óptima de longo prazo, uma vez que significa não ter assuntos formulados como ‘ameaças contra as quais dispomos de contra-medidas’ mas movê-los para além desta sequência ameaça-defesa, para a esfera pública ordinária”.¹⁷ Contudo, a re-securitização de um assunto pode ocorrer sempre que este seja retomado na sua dimensão de excepcionalidade através de um acto de securitização.

No caso do Darfur é possível identificar todos estes elementos na equação de securitização – objectos referentes, actores de securitização, actores funcionais –, apesar dos actores políticos no país permanecerem descomprometidos com o processo de securitização dos problemas ambientais. Olhando de modo particular os recursos ambientais, a não inclusão do que se tornou um tema central de segurança na agenda política tem constituído um obstáculo enorme à resposta às causas profundas do conflito no Darfur. A implicação que resulta deste distanciamento é o tratamento das questões ambientais como “políticas normais” e, desse modo, a ausência desses temas da agenda política do Estado. Assim, a elite política permanece focada nos factores étnico-políticos e faccionais como variáveis explanatórias para o conflito. Este tratamento do conflito mantém a instabilidade a um nível elevado, com as “estradas de Khartoum (...) invadidas por uma combinação de medo e raiva – medo do que possa acontecer e raiva quanto às alegadas intrigas e compromissos quebrados”.¹⁸ Ou seja, desacordos políticos faccionais claramente se sobrepõem a preocupações ambientais.

Contudo, a ligação entre segurança e ambiente não é linear. Daniel Deudney chama a atenção para a apropriação abusiva que poderá resultar de um processo de securitização, através de uma resposta militarizada.¹⁹ Isto é, no entanto, uma situação extrema. No caso do Darfur, isto podia significar uma distorção do problema – recursos ambientais escassos – permitindo abusos e politização do poder. Mais uma vez, a problemática ambiental permaneceria secundária face a argumentos elitistas de controlo de poder. Além do mais, face à natureza das questões ambientais, estas em geral atravessam fronteiras e exigem uma abordagem partilhada comum. Este carácter transnacional reforça a relevância da segurança ambiental, não só tendo impacto doméstico, mas também consequências internacionais. Nesta linha, Homer-Dixon avança com uma proposta sobre exemplos de violência local relacionados com o acesso e uso de certos recursos ambientais.²⁰

Escassez ambiental e violência

Thomas Homer-Dixon²¹ tem investigado a relação entre escassez ambiental e conflitos violentos, concluindo que a mesma é positiva. O autor e a sua equipa concluem que a escassez ambiental pode levar a ou exacerbar situações violentas.²² Homer-Dixon define escassez ambiental como “escassez de recursos renováveis, tais como pasto, florestas, água fluvial, e cardumes”.²³ Esta escassez resulta de um aumento da procura e/ou uma diminuição da oferta destes recursos e/ou a sua distribuição desigual. Estas alterações podem levar a pobreza endémica, migrações em grande escala, tensões sociais crescentes e, consequentemente, a um enfraquecimento das instituições sociais e políticas, tornando-as frágeis e portanto mais vulneráveis a situações de instabilidade. E é esta instabilidade que pode despoletar violência ou exacerbar um conflito violento já existente. No Darfur, estas dinâmicas são facilmente identificáveis. Primeiro, no Norte, assistiu-se a uma diminuição da oferta de produtos alimentares devido a uma seca persistente, resultante de alterações climáticas, que determinaram uma migração em massa para a parte Sul do Darfur. Aqui, a oferta também tinha diminuído devido a alterações climáticas, e a situação foi agravada devido ao aumento da procura resultante dos migrantes do Norte. Este contexto foi ainda exacerbado pelo recurso à violência para garantir o acesso e a utilização de recursos em declínio, criando um sistema de distribuição desigual baseado apenas no uso bruto da força.

Thomas Homer-Dixon clarifica que esta relação entre escassez ambiental e violência não é directa, ou seja, escassez ambiental não é uma condição necessária nem suficiente para despoletar violência. A relação entre escassez ambiental e conflitos violentos é composta por uma relação causal a dois tempos.²⁴ A escassez ambiental interage com condições económicas, sociais e políticas, as quais, por sua vez, determinam o desenvolvimento pacífico ou violento do

¹⁵ *Ibid.*, 29.

¹⁶ *Ibid.*, 25.

¹⁷ *Ibid.*, 29.

¹⁸ Natsios, 2008, 86.

¹⁹ Deudney, 1999, in Deudney & Mathew, 187-219.

²⁰ Homer-Dixon, 1999.

²¹ *Ibid.*; Homer-Dixon & Blitt, 1998; Homer-Dixon 1991, 76-116.

²² Homer-Dixon & Blitt, 1998.

²³ Homer-Dixon, 1999, 8.

²⁴ *Ibid.*, 7.

conflito em questão. O autor identifica cinco tipos de conflitos violentos²⁵, apesar de concluir que os tipos de conflitos violentos devido a escassez ambiental mais prováveis são tensões étnicas devido a população migrante e a diferenças sociais exacerbadas por situações de escassez ambiental,²⁶ contexto semelhante ao do Darfur, e “lutas sociais (incluindo insurgência, banditismo, e golpes de estado) causadas por escassez ambiental que afectam a produtividade económica e, por sua vez, as vidas das pessoas, o comportamento das elites, e a capacidade dos estados conseguirem responder a estas demandas em mutação”.²⁷ Homer-Dixon especifica ainda que estes tipos de dinâmicas terão lugar essencialmente em países em desenvolvimento, uma vez que estes estão menos preparados para fazer face a estas alterações e as superarem de forma pacífica.

Torna-se também crucial analisar a outra ponta deste processo: as causas da escassez ambiental. Quais são os factores que podem resultar num aumento da procura ou numa diminuição da oferta de recursos ambientais ou num exacerbar da sua distribuição desigual? Estes factores incluem população crescente, devido a natalidade ou a migração; diminuição de recursos devido a degradação ambiental e a dinâmicas naturais ou induzidas pelo ser humano, tais como as alterações climáticas; e regimes de afectação de recursos que determinam ou propiciam uma distribuição desigual destes recursos.²⁸ Os relatórios mais recentes sobre alterações climáticas apresentam cenários que incluem estes factores, reforçando as probabilidades da relação entre escassez ambiental e conflitos violentos. O Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 reconhece que será impossível atribuir directamente qualquer evento específico a alterações climáticas, identificando, no entanto, “mecanismos de transmissão” através dos quais as alterações climáticas podem contribuir indirectamente para o exacerbar e despoletar de conflitos violentos.²⁹ As alterações climáticas podem resultar na diminuição de produção agrícola e/ou da disponibilidade de recursos hídricos, criando escassez ambiental. Este processo pode levar a uma pressão crescente sobre recursos existentes, desafiando os seus sistemas de afectação, e/ou despoletando migração em massa para outras regiões, as quais, por sua vez, também vão aumentar a pressão sobre os recursos dessas regiões. Estas dinâmicas levam claramente a situações de escassez ambiental. O Relatório reconhece, tal como Homer-Dixon, que “nenhum dos factores individuais operará isoladamente. Estes vão interagir com processos sociais, económicos e ecológicos mais amplos”.³⁰ A análise da crise no Darfur através desta grelha de leitura contribui para “o desatar dos nós de um crise complexa”.³¹

Uma das regiões mais vulneráveis expostas a escassez ambiental identificada em todos os relatórios sobre este tema é África, mais precisamente, a África Sub-saariana. As causas destas situações complexas são claramente identificadas nos relatórios de avaliação do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) como incluindo “desigualdades estruturais, má gestão de recursos, estados predatórios”, “distribuição da terra e a sua escassez”.³² O Sudão é explicitamente mencionado quer no Relatório de Desenvolvimento Humano quer no relatório do IPCC. O Relatório de Desenvolvimento Humano inclui especificamente o Sudão no grupo de países onde se considera que “a alteração de padrões climáticos tornar-se-á despoletadora de conflitos”, mas que esta dinâmica já está em curso “no âmbito de um declínio de pluviosidade de longo prazo” durante os últimos 40 anos.³³

O caso do Darfur

Como foi analisado antes, a escassez ambiental é cada vez mais vista como contribuindo para a existência de conflitos violentos em muitas partes do mundo em desenvolvimento. Estes conflitos são provavelmente sinal de uma eclosão de violência nas próximas décadas que podem ser induzidas ou agravadas pela escassez.³⁴ Como veremos mais tarde, o Darfur pode ser considerado um exemplo muito claro desta tendência.

As origens do conflito no Darfur

A tragédia humana no Darfur já não é novidade. Desde que começou em 2003 até hoje, a situação dramática na região não se alterou significativamente. Após alguma euforia motivada pela recente aceitação de uma força militar híbrida (composta por soldados das Nações Unidas e da União Africana)³⁵, responsável pela manutenção da paz na região, as

²⁵ “Disputas como resultantes directas de degradação ambiental local”; “confrontos étnicos derivados de migração e de diferenças sociais profundas devido a escassez ambiental”; “confrontos civis (...) causados por escassez ambiental”; “guerra inter-estatal induzida por escassez, por exemplo, de água”; e “conflitos entre o Norte e o Sul (...) devido à mitigação de, adaptação a, e compensação por problemas ambientais globais”. *Ibid*, 5.

²⁶ *Ibid*, 5.

²⁷ *Ibid*, 5.

²⁸ Ver também Chalecki, 2002.

²⁹ Os mecanismos de transmissão identificados são a produção agrícola e a segurança alimentar, stress hídrico e insegurança, aumento dos níveis da água do mar e exposição a desastres climáticos, ecossistemas e biodiversidade e saúde humana. UNDP, 2007, 9-10.

³⁰ *Ibid*, 10.

³¹ Moon, 2007.

³² Boko, 2007, in van der Linden & Hanson, 443.

³³ UNDP, 2007, (p. 92). De novo, para uma crítica à ligação entre padrões de pluviosidade e conflito violento ver Kevane & Gray, 2008.

³⁴ Yanacopolus & Hanlon, 2006, 88.

³⁵ A 31 de Julho de 2007, o Conselho de Segurança da ONU adoptou a Resolução 1769, autorizando o envio de uma força militar híbrida composta por cerca de 20.000 tropas e mais de 6.000 efectivos policiais e civis que substituiriam as insuficientes forças de manutenção da paz da União Africana, e que entrou

Esta nota continua na página seguinte

promessas de paz e o real compromisso das partes beligerantes parecem cada vez mais vazias. De facto, com uma deterioração significativa da situação humanitária no Darfur e os muitos impasses num complexo processo de paz envolvendo as principais partes beligerantes e os altos representantes da comunidade internacional, e com vários acordos de paz assinados e violados, a crise parece estar longe de resolvida. A violência no Darfur agravou-se quando grupos rebeldes da região tentaram retirar alguns dividendos da paz negociada entre o governo sudanês e os rebeldes do sul relacionados com partilha de poder e riqueza³⁶. Nessa altura, vários relatórios de organizações humanitárias chamavam a atenção para massacres e deslocamentos forçados das populações do Darfur, e perpetradas pelas milícias armadas apoiadas pelo governo – janjaweed –, tendo sido igualmente denunciados confrontos entre os dois principais grupos rebeldes da região – Sudan Liberation Movement/Army (SLM/A) e o Justice and Equality Movement (JEM) –, que contestavam décadas de marginalização política e socio-económica por parte do governo central.³⁷

Num quadro mais amplo, a actual crise tem parte das suas raízes nos conflitos e disputas históricas sobre recursos e poder que têm persistido no Darfur. Em tempos uma das mais prósperas regiões do Sudão, o Darfur foi progressivamente sujeito a uma clara negligência política e económica pelos sucessivos governos e regimes, e em particular pelo governo ditatorial e sectário de Beshir, no poder desde 1989.

Durante o período colonial, os britânicos procuraram governar o território co-optando as lideranças tradicionais, um grupo étnico de cada vez, atribuindo uma terra (tribal homeland) a cada grupo e concedendo-lhes jurisdição sobre os assuntos civis do território. Tratava-se de administração básica, garantindo apenas serviços médicos e educativos mínimos³⁸, limitados aos membros de determinadas elites privilegiadas. Esta situação levou à substituição de relações sociais fluidas e de fronteiras étnicas, até então tradicionais e comuns no território, por uma forma estrita e rígida de ‘administração nativa’. A independência formal do Sudão em 1956 não alterou a situação de forma significativa e as elites governativas foram substituídas apenas para se continuar uma estratégia de negligência relativamente ao Darfur. Com o Acordo de Addis Abeba de 1972³⁹, o governo central delegou as responsabilidades sobre serviços básicos às autoridades da região, mas não as relativas à angariação e redistribuição de rendimentos, com os recursos a serem retidos e distribuídos pelo governo.⁴⁰ Durante este tempo, o governo central continuou a não garantir ao Darfur os recursos materiais e financeiros necessários para lidar com as deslocamentos e alívio das fomes, constantes na região. Havia também abolido as estruturas de administração tribais, cujas autoridades tinha usado para negociar e regular os movimentos sazonais e temporários de pessoas e gado.

Para além da degradação ambiental, as fraquezas do governo e a manipulação do tecido étnico da região produziram gradualmente uma mudança significativa na natureza do conflito, com a etnicidade a tornar-se um importante factor de mobilização.⁴¹ Ao catalogar este conflito como tribal e, por isso, inevitável, os vários governos sudaneses (em especial o actual) reforçaram esta visão e continuaram a política de total negligência política e socio-económica de uma das regiões mais pobres e áridas de África, recorrendo a uma estratégia militar violenta contra os rebeldes. O problema é que para além de ser um país marcadamente multi-étnico e multi-religioso, o Sudão é também um dos países africanos mais racistas, com relações sociais assentes em leis profundamente discriminatórias. Esta complexidade geográfica, étnica e religiosa também contribuiu para uma clara complexidade política alimentada por um governo central que favorece claramente os grupos Árabes pró-governo e que apenas pretende manter o poder e o status quo. Deste modo, a estratégia governamental de dividir para reinar, a repressão e a marginalização política, social e económica de largos sectores da população sudanesa, assim como uma visão profundamente fundamentalista do Islão aplicada cegamente a todo o país, contribuíram para uma crescente instabilidade e profundo descontentamento de muitos grupos que encontraram na rebelião armada a única forma de contestação e resistência às políticas governamentais. Como resultado, as interpretações e justificações dominantes para o conflito no Darfur tendem a centrar-se na oposição entre Árabes e Africanos que competem pelo acesso aos recursos cada vez mais escassos e pelo poder político e económico.

Na nossa perspectiva, contudo, esta é uma interpretação demasiado simplista que desvia a atenção das múltiplas e muito mais complexas causas e variáveis que estão na origem deste conflito. Apesar do Darfur (e o Sudão como um todo) acolher uma grande variedade de grupos étnicos, também é verdade que estas distinções se foram tornando menos destacadas e importantes, em resultado de séculos de casamentos inter-grupais e relações fluidas entre os vários grupos étnicos. Neste sentido, é nossa assumpção que o conflito actual deve ser lido e interpretado num quadro muito mais amplo e profundo de instabilidade e violência que tem afectado o Sudão (e o Darfur) pelo menos desde a independência. Como bem refere Gérard Prunier:

formalmente no território no início de 2008. Existem ainda mais de 9.000 tropas no terreno, incluindo 7.000 efectivos militares e 1.200 polícias que trabalham com a UA, assim como soldados e polícias das NU que tinham sido enviados para o Darfur como parte da missão da UA no Sudão (AMIS).

³⁶ O longo processo de paz entre o Norte e o Sul do Sudão culminou com a assinatura do Acordo Geral de Paz em Janeiro de 2005. É inclusivamente assumido que a decisão da Frente de Libertação do Darfur de alterar o seu nome para Exército de Libertação do Sudão em Março de 2003, com o objectivo declarado de ganhar maior protagonismo e apoio internacionais, foi claramente influenciado pelo rápido rumo das negociações entre o governo sudanês e os rebeldes do Sul. Johnson, 2004, ix.

³⁷ Na altura, foram divulgados vários relatórios sobretudo de organizações humanitárias e de direitos humanos, que alertavam para a situação dramática no Sudão. Ver, por exemplo, ICG, 2004a; Amnesty International, 2002; Amnesty International, 2003.

³⁸ Prunier, 2004.

³⁹ Para mais informação sobre o acordo de paz de Addis Abeba consultar <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/1251910/history-of-the-Sudan/24324/The-Addis-Ababa-Agreement#> (consultado na Internet em 5 de Maio de 2008).

⁴⁰ Johnson, 2006, in Kaarsholm, 92.

⁴¹ King & Osman, 2004, 11-22.

à medida que exploramos os diferentes níveis causais desta complicada guerra, apercebemo-nos de que se trata de uma história profundamente triste sobre as lutas de povos resilientes, pobres mesmo de acordo com os standards sudaneses, que se voltaram uns contra os outros devido a um ambiente proibitivo, uma longa história de negligência política e um governo nacional repressivo.⁴²

O factor ambiental

Para além desta marginalização e negligência política e económica, o Darfur tem também sido frequentemente afectado por secas intensas e recorrentes que foram destruindo, em certas áreas irreversivelmente, uma parte importante da sua actividade agrícola e pastorícia. De acordo com alguns modelos computacionais recentes, sugere-se que os padrões de chuva em África são influenciados, não pela sobre-exploração das terras praticada pelas populações da região, mas antes pelo aumento das temperaturas dos oceanos, o que reflecte o aquecimento global e o aumento do efeito-estufa na atmosfera.⁴³ As implicações do aquecimento global são, por isso, bastante abrangentes. Para além das consequências económicas e ecológicas, existe ainda a perspectiva de que se os efeitos do aquecimento global se tornarem mais vastos e severos, poderão levar à emergência de mais conflitos, à medida que grupos que coexistiram até agora comecem a ter um sentimento de urgência relativamente ao acesso a recursos de água e terra que escasseiam.⁴⁴

A acrescentar a esta complexidade política e geográfica do Sudão em geral e, do Darfur em particular, o declínio acentuado das chuvas durante os anos 1970 levou à erosão de solos e à depleção de terras de cultivo na região do Darfur.⁴⁵ Este processo de desertificação afectou primeiro o norte do Darfur, mas avançou progressivamente para sul. Os pastores nómadas do norte deslocaram-se para sul em grandes números, intensificando o processo contínuo de desertificação e causando crescente discórdia inter-tribal. Em virtude da deterioração das condições ambientais, os movimentos de gado de sul para norte foram limitados e as áreas de pastorícia dos animais foram transformadas em áreas de cultivo, como fonte alternativa de rendimento para os agricultores.⁴⁶ Esta situação foi ainda agravada pelo movimento de refugiados provenientes do Chade⁴⁷, em que muitos povos nómadas armados se deslocaram para o Darfur durante os confrontos no Chade.⁴⁸

As ameaças à coexistência pacífica e à coesão social das comunidades do Darfur e a subsequente competição entre nómadas e sedentários acabou por criar tensões sociais e a emergência de conflitos relativamente violentos em torno de recursos. De facto, um dos relatórios do International Crisis Group refere mesmo que durante as últimas três décadas, os conflitos 'tradicionais' por recursos ou gado ocorreram tanto no seio das principais tribos Árabes e não-Árabes como entre elas.⁴⁹ Novamente, o escalar da violência é frequentemente atribuído ao subdesenvolvimento da região e à estratégia deliberada do governo sudanês para enfraquecer os sistemas tradicionais de administração das várias regiões e que sempre ajudaram à resolução das disputas e problemas entre as tribos do Darfur.⁵⁰

Parece, contudo, que a escassez de água, desflorestação, desigualdade na distribuição dos recursos disponíveis e a falta de um processo de securitização interno destas questões, têm contribuído cada vez mais para a agudização do conflito no Darfur. De acordo com o mais recente relatório do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, conclui-se que o conflito no Darfur tem sido motivado por processos de alterações climáticas e degradação ambiental que ameaçam despoletar uma série de novas guerras em África a menos que algo seja feito para conter este processo.⁵¹

A securitização das políticas ambientais no Darfur

A seca continuada que afecta o norte do Sudão tem tido duas grandes consequências directas e que contribuíram para o conflito no Darfur. Em primeiro lugar, a seca forçou as populações a deslocarem-se para sul, alterando significativamente a demografia no Darfur. Actualmente existem cerca de 2.4 milhões de deslocados internos no Darfur⁵², exacerbando a pressão sobre recursos que já são escassos. Em segundo lugar, esta seca determinou também uma mudança nos modos de vida das populações do norte, que se viram forçadas a passar de nómadas a sedentárias e dedicadas à agricultura, em busca de melhores condições de vida, mudança esta que, por sua vez, levou a uma crescente pressão sobre as terras de cultivo. Estas dinâmicas interagiram com a já existente desigualdade de distribuição de recursos resultante de má gestão, má governação, corrupção e o uso de repressão violenta através de milícias armadas, agravando ainda mais a escassez

⁴² Prunier, 2004.

⁴³ Borger, 2007.

⁴⁴ *Ibid.*

⁴⁵ King & Osman, 2004w, 12.

⁴⁶ *Ibid.*, 15-16.

⁴⁷ Johnson, 2006, 93.

⁴⁸ Durante décadas, tanto o governo do Sudão como o do Chade foram apoiando rebeldes activos contra os outros ao longo da fronteira. No entanto, os ataques aos civis do Chade acelerou dramaticamente aquando de um ataque a Adré, no leste do Chade em Dezembro de 2005, levado a cabo por rebeldes do Chade com bases no Darfur e apoiados pelo governo do Sudão. Os Janjaweed atacaram aldeias no Chade e mataram civis deliberadamente, em particular das tribos Masalit e Dajo. Devido aos ataques no Chade e ao saque de bens e animais, os civis que viviam ao longo da fronteira terrestre com o Darfur foram forçados a abandonar as suas aldeias. Human Rights Watch Report, 2006.

⁴⁹ ICG, 2004b, 5.

⁵⁰ *Ibid.*

⁵¹ United Nations Environment Programme, 2007.

⁵² *Ibid.*, 9.

e a pobreza. A combinação de uma população crescente, diminuição de recursos disponíveis e a sua distribuição desigual constituíram ‘mecanismos de transmissão’, agravando claramente o já violento conflito no Darfur.

Apesar da existência de uma ameaça identificável – a escassez ambiental –, os potenciais actores de securitização, nomeadamente ao nível da tomada de decisão, assim como os agentes funcionais com capacidade para influenciar o processos de securitização, não têm agido em conformidade. Tal significa que a relação ambiente-segurança não é reconhecida nem trabalhada, constituindo um obstáculo fundamental à identificação das causas mais profundas do conflito no Darfur. Além disso, e seguindo o quadro de securitização da Escola de Copenhaga, no Sudão não existe uma audiência consciente desta relação e que esteja preparada para mobilizar ou ser mobilizada. Ainda assim, existem actores internacionais que reconhecem esta ligação. Por exemplo, no seu Relatório sobre Alterações Climáticas e Segurança Ambiental, a União Europeia reconhece que “as alterações climáticas devem ser vistas como multiplicadoras de ameaças, exacerbando tendências, tensões e instabilidade já existentes. O desafio fundamental é que as alterações climáticas ameçam sobrecarregar os estados e regiões já considerados frágeis e propensos ao conflito”.⁵³ Esta conclusão reflecte a necessidade de internalizar as ameaças ambientais como sendo questões de segurança. Apesar de existirem actores internacionais de securitização nesta matéria, e apesar de todas as dinâmicas já referidas e explicadas, a escassez ambiental ainda não é considerada um elemento vital para a equação de segurança no Sudão. A situação no Sudão é ainda avaliada e interpretada em grande medida numa perspectiva de política de poder. As preocupações de segurança parecem ser, assim, uma não questão para as autoridades políticas no país.

Conclusão

Neste cenário, o futuro do Darfur permanece incerto. Parece, contudo, claro que uma solução duradoura e sustentável do conflito armado terá de envolver a capacidade de reconhecer e responder às causas múltiplas e mais profundas da violência e, ao mesmo tempo, garantir que todas as partes estão verdadeiramente empenhadas na paz. O reconhecimento e reposta a estas causas mais profundas e complexas no Darfur assenta no igual reconhecimento do papel que a escassez ambiental desempenha neste contexto, implicando o alargar e aprofundar das causas identificadas além da comumente usada narrativa de conflito étnico. Isto não significa que a dimensão étnica deva ser ignorada. Significa apenas que os confrontos étnicos e a política de poder são apenas uma parte da explicação da violência. No Darfur, a escassez ambiental exacerba as fracturas étnicas, que se associaram ao acesso desigual aos recursos e crescente pressão sobre os mesmos, levando a uma agudização das tensões e dos conflitos. Neste sentido, a internalização da relação segurança-ambiente na política e na acção é fundamental. Assume-se, assim, que a securitização da escassez ambiental parece ser cada vez mais uma peça essencial no incompleto processo de paz do Sudão.

Referências

- Amnesty International (2003). Sudan: Looming crisis in Darfur. <http://www.amnesty.org/en/library/info/AFR54/041/2003/en> (consultado na Internet em 5 de Maio de 2008).
- Amnesty International (2002). Sudan: Alarming increase in executions in Darfur Region. <http://www.amnesty.org/en/library/info/AFR54/011/2002/en> (consultado na Internet em 5 de Maio de 2008).
- Baldauf, S. (2006). Africans are Already Facing Climate Change. *The Christian Science Monitor*, 6 Novembro.
- Barnett, J. & Adger, N. (2007). Climate Change, Human Security and Violent Conflict. *Political Geography*, 26(6), 639-655.
- Borger, J. (2007a). Climate change could lead to global conflict, says Beckett. *The Guardian*, 11 Maio.
- Borger, J. (2007b). Scorched. *The Guardian*, 28 Abril.
- Buzan, B.; Waever, O. & de Wilde, J. (1998). *Security: A New Framework for Analysis*. London: Lynne Rienner Publishers.
- Buzan, B. (1991). *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. 2ª ed. Boulder: Lynne Rienner, (pp. 19-20).
- Chalecki, E. L. (2002). *Environment Security: A Case Study of Climate Change – Research Paper*. Oakland: Pacific Institute for Studies in Development, Environment, and Security.
- Deudney, D. & Mathew. R. (Org.), *Contested Grounds: Security and Conflict in the New Environmental Politics*. New York: State University of New York Press.
- European Union Commission and Secretary-General/High Representative (2008). *Climate Change and International Security - Annex, Paper from the High Representative and the European Commission to the European Council*, 7249/08.
- Homer-Dixon, T. (1999). *Environment, Scarcity, and Violence*. Princeton: Princeton University Press.
- Homer-Dixon, T. & Blitt, J. (1998) (Org.), *Ecoviolence: Links Among Environment, Population, and Security*. New York: Rowman & Littlefield Publishers.
- Homer-Dixon, T. (1991). On the Threshold: Environmental Changes as Causes of Acute Conflict, *International Security*, 16(2), 76-116.

⁵³ European Union Commission and Secretary-General/High Representative (2008). *Climate Change and International Security - Annex, Paper from the High Representative and the European Commission to the European Council*, 7249/08, 2.

- Human Rights Watch Report (2006). Darfur Bleeds: Recent Cross-Border Violence in Chad. <http://www.hrw.org/backgrounder/africa/chad0206/chad0206.pdf> (consultado na Internet em 5 de Maio de 2008).
- ICG-International Crisis Group (2004a). Sudan: Now or Never in Darfur. Africa Report 80, 23 Maio.
- ICG-International Crisis Group (2004b). Darfur Rising: Sudan's New Crisis. Nairobi/Brussels: Africa Report 76.
- Johnson, D. H. (2004). The Root Causes of Sudan's Civil Wars. Oxford: The International African Institute in association with James Currey.
- Kaarsholm, P. (Org.), Violence, Political Culture and Development in Africa. Oxford: James Currey Publishers.
- Kaldor, M. (2007). Unilateral destruction: To secure energy for the future, tackle climate change and end violence in oil rich areas, a cooperative approach is now required. The Guardian, 4 Julho.
- Kevane, M. & Gray, L. (2008). The Darfur Conflict is Not a Climate Crisis. Santa Clara University.
- King, M. & Osman, M. A. (2004). Executive Summary. Environmental Degradation as a Cause of Conflict in Darfur. Addis Ababa: University for Peace.
- Moon, B. (2007). What I Saw in Darfur: Untangling the Knots of a Complex Crisis. The Washington Post, 14 Setembro.
- Nascimento, A. (2007). Darfur: The first climate change conflict of the 21st Century? MediaGlobal, 27 Setembro.
- Natsios, A. S. (2008). Beyond Darfur: Sudan's slide toward civil war, Foreign Affairs, 87(3), <http://www.foreignaffairs.org/20080501faessay87306/andrew-s-natsios/beyond-darfur.html> (consultado na Internet em 4 de Agosto de 2008).
- Parry, M. L.; Canziani, O. F.; Palutikof, J. P.; van der Linden, P. J. & Hanson, C. E. (Org.), Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report, G. (2004). Tragedy in Darfur: On understanding and ending the horror, Boston Review, Outubro/Novembro.
- Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press.
- U.N. leader: Darfur slaughter triggered by global warming. More violent conflict on horizon due to climate change, he says. WorldNetDaily, 18 Junho 2007.
- UNDP- United Nations Development Programme (2007). Human Development Report 2007/2008: Fighting Climate Change: Human solidarity in a divided world. New York: Palgrave Macmillan.
- UNDP - United Nations Development Programme (2007). Human Development Report 2007/2008: Fighting climate change: Human solidarity in a divided world. New York: United Nations Development Programme.
- United Nations Environment Programme (2007). Sudan: post-conflict environmental assessment. Nairobi: United Nations Environment Programme.
- van der Linden, P. J. & Hanson, C. E. (Org.), Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press.
- Yanacopolus, H. & Hanlon, J. (2006) (Org.). Civil War, Civil Peace. Oxford: James Currey Publishers.

O Brasil e a África Lusófona na Nova Agenda de Pequim: o papel do Fórum Macau

Carmen Amado Mendes
Universidade de Coimbra
carmen.mendes@fe.uc.pt

Sofia Gaspar
Universidade de Coimbra
sofiagaspar3@gmail.com

Resumo: A manutenção dos actuais níveis de crescimento económico tem levado a República Popular da China a investir no aprofundamento das relações com países ricos em recursos naturais, nomeadamente alguns países lusófonos, criando em Macau o Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Esta comunicação vai analisar o papel da Região Administrativa Especial de Macau na aproximação da China aos países de língua oficial portuguesa, a nível económico, político e cultural. Argumentar-se-á que o referido Fórum se tem revelado um instrumento de grande importância na aproximação de Pequim a alguns dos seus maiores fornecedores de recursos energéticos. Para além disso, será referido o contributo chinês para a criação de um novo conceito de ajuda ao desenvolvimento, desvinculado de quaisquer constrangimentos impostos pelos dadores ocidentais. O facto da China conceder crédito e investimentos em infra-estruturas apenas exigindo em troca o fornecimento de recursos, torna-a um parceiro privilegiado de alguns países que temem sanções internacionais, reflectindo-se na importância que estes países atribuem ao Fórum Macau.

Introdução

A República Popular da China (RPC) está em fase de definição da sua posição no Sistema Internacional. O seu peso internacional cresce na exacta medida do que a sua força económica e para que consiga manter estes níveis de

crescimento económico acelerado, a China necessita de assegurar fontes de abastecimento energético. Por outro lado, Pequim quer aumentar a sua influência no mundo e para isso adoptou uma nova forma de política externa, onde se relaciona com grupos países que agrupa por afinidades culturais e/ou geográficas, como é o exemplo do Fórum de Cooperação Comercial e Económica entre a China e os Países de Língua Portuguesa (chamado Fórum Macau, por ter sede em Macau), o Fórum China/África ou o Fórum de Cooperação sino/árabe.

O que com este trabalho se pretende aferir é de que forma o Fórum Macau tem contribuído para a aproximação da China aos países de língua portuguesa. Assim, a hipótese que se tentará provar ao longo desta exposição é que o Fórum Macau é um mecanismo criado com dois propósitos centrais: primeiro, utilizar o legado comum de aculturação portuguesa de Macau e dos restantes países de língua portuguesa para que assim se esbatam as acentuadas diferenças geográficas e culturais entre este grupo de países e a China, aproximando-os através da construção de uma identidade comum; segundo, elevar o estatuto da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), diversificar a sua economia muito dependente do sector do jogo e por fim, provar o sucesso do modelo de Deng Xiaoping “um país, dois sistemas”.

1. Relação China/Mundo em Desenvolvimento: que Conteúdo?

Esta análise argumenta que a relação entre a China e o mundo em desenvolvimento, tal como a conhecemos hoje, é um resultado das interacções entre ambas as partes desde a criação da República Popular da China (RPC) em 1949. Esta relação envolve então dois vectores centrais: o económico e o político-cultural.

Do ponto de vista económico, os interesses chineses para com os países em vias de desenvolvimento prendem-se fundamentalmente com dois motivos centrais: primeiro, a procura de recursos naturais que satisfaçam as necessidades de crescimento e modernização internos. Segundo, a expansão do mercado da China, que exporta para o continente africano e para outros países que partilhem a mesma condição de subdesenvolvimento os seus produtos, desde têxteis a equipamento electrónico a preços muito competitivos quando comparados com os produtos made in Ocidente.

Em termos políticos, a relação não é de menor importância para Pequim. Nela podemos identificar duas dimensões: a resposta chinesa à hegemonia política e cultural do Ocidente no mundo e o isolamento de Taiwan na Comunidade Internacional, ponto quente na agenda de política externa da RPC – note-se que quatro dos vinte e quatro Estados que reconhecem a Ilha Formosa são africanos (São Tomé e Príncipe, Gâmbia, Suazilândia e Burkina Faso). Na primeira dimensão, reacção à liderança ocidental, encontramos três factores. Primeiro, induzida pela crítica e embargo de armas impostos pelos Estados Unidos e pela Europa na sequência do massacre de Tiananmen (1989), a China tentou encontrar parceiros não ocidentais (Tull, 2006: 460), que não lhe apontassem o dedo perante a sua conduta em matéria de (des)respeito de Direitos Humanos. O segundo factor diz respeito à procura de um bloco de aliados que apoie Pequim, por exemplo na Assembleia Geral das Nações Unidas: atente-se que cada um destes países representa um voto nestes fora internacionais. O terceiro factor consiste na expansão e consolidação do soft power chinês, como alternativa ao norte-americano, face à crescente ascendência que a RPC tem sobre estes países.

Na intersecção dos vectores económico e político-cultural que compõem esta relação, podemos ainda identificar outra motivação da China: a tentativa de exportação do seu modelo de desenvolvimento como caminho a seguir pelos seus congéneres, em contraponto aos modelos preconizados pelo Ocidente e pelas instituições de Bretton Woods, cujos registos de sucesso nestes países têm sido desastrosos.

1.1 Evolução histórica da relação sino-africana

Retrospectivamente podemos verificar que a relação com África não é um dado novo na política externa de Pequim. De facto, desde a criação da República Popular da China, em 1949, podemos identificar dois momentos distintos nesta relação: um primeiro momento onde se assiste a uma aproximação chinesa de cariz marcadamente político, sob a alçada ideológica de Mao Tsé Tung; e um segundo momento, em que Deng Xiaoping foi mentor, marcado por uma relação que privilegia os aspectos económicos em detrimento dos político-ideológicos da fase a montante (Meidan, 2006: 76). Assim, esta análise passará a designar doravante o primeiro momento (1949-1980) de fase revisionista, em que Pequim se apresenta ao mundo subdesenvolvido com uma alternativa à bipolaridade da Guerra Fria, e o segundo momento (década de 80 até aos nossos dias) de fase de adaptação pragmática ao contexto interno e externo, onde a RPC se desvincula da abordagem ideológico/revolucionária, dando primazia ao vector económico.

Durante a fase revisionista, três motivos principais presidiam à formulação da política chinesa para com o então chamado Terceiro Mundo. Em primeiro lugar, obter o reconhecimento diplomático dos países do Sul, angariando apoios para substituir Taiwan enquanto representante da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Segundo, unir o Terceiro Mundo contra as duas superpotências da Guerra Fria rivalizando com a União Soviética a liderança do comunismo internacional. Terceiro, mobilizar e organizar os países subdesenvolvidos na criação de uma nova ordem internacional no âmbito da teoria dos Três Mundos de Mao Tsé Tung: Estados Unidos, União Soviética e o Terceiro Mundo constituído pelos três A – Ásia, África e América (Alves: 2007: 119). Ainda nesta fase revisionista, dois importantes passos foram dados pela RPC na prossecução da sua política externa. Por um lado, o estabelecimento dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica (respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência mútua nos assuntos internos, igualdade e benefício mútuo). Por outro, a participação chinesa na Conferência de Bandung em 1955, que deu origem ao

Movimento dos Não Alinhados. Neste contexto, a China utilizou o legado comum de humilhação colonial e experiência de libertação para criar afinidades com este grupo de países.

Durante a década de 80, período de adaptação pragmática, assiste-se a uma certa introspecção por parte do Governo Central Chinês, que passou a destacar com prioridade o desenvolvimento e modernização internos. Assim, a política externa da China para com o África distanciou-se da sua anterior abordagem ideológico-revolucionária, passando a estar ao serviço do percurso chinês face à modernização (Alves, 2007: 119-120). Em 1996, o então Presidente Jiang Zemin, no seu tour por África proclama as bases da nova fase da relação sino-africana: amizade sólida, igualdade soberana, não intervenção, desenvolvimento mutuamente benéfico e cooperação internacional (Alden, 2005: 147). Grosso modo, podemos então afirmar que depois da Guerra Fria se assiste a uma consolidação do interesse chinês no Terceiro Mundo, que se prendia com matérias marcadamente económicas.

Daqui podemos concluir que a política externa da China em África evoluiu sempre de forma a servir os seus interesses na altura em que era formulada. Sob o jargão da cooperação mutuamente benéfica (win-win) a RPC, ao longo das diferentes fases da sua existência, foi tirando vantagens desta relação. Longe de ser “natural”, uma vez que a China e os países do continente africano não são aliados com afinidades e empatias natas, a relação sino-africana foi construída à medida que ia servindo os interesses de ambas as partes. Importa, de facto, salientar que esta relação não favorece apenas a parte chinesa; pelo contrário, pode ser vista como mutuamente benéfica, sendo que os países africanos também dela retiram vantagens, como as oportunidades de negócio e investimento, a promoção da estabilidade dos seus regimes, muitos dos quais ostracizados pelo Ocidente, e o estabelecimento de importantes parcerias com Pequim (Alden, 2005: 153).

1.2 Alguns apontamentos a respeito da evolução das relações sino-brasileiras

As relações diplomáticas entre o Brasil e a China são já bastante antigas; note-se que já no ano de 1881 foi assinado entre estes dois Estados o “Tratado de Amizade, Comércio e Navegação Sino-Brasileiro”. Efectivamente, na América Latina, apenas o Peru estabeleceu relações oficiais com a China (1875) antes do Brasil. O início das interacções entre os dois países dá-se com a imigração de chineses para o Brasil para que lá se estabelecesse o cultivo do chá, tendo sido de Macau que partiu a primeira colónia de chineses para o Rio de Janeiro, entre 1812 e 1819, por iniciativa da Coroa Portuguesa (Baoyu, 2006: 141-142). Em meados do século XIX, o Brasil, por motivos de deficit de mão-de-obra para trabalhar na produção de café, resultante da abolição do tráfico negreiro em 1850, estabelece (em vão) contactos com a Dinastia Qing para a vinda de mão-de-obra da China para o Brasil. O Brasil reconhece a República da China cerca de um ano depois do seu estabelecimento por Sun Yatsen em 1911 e não reconhece a RPC fundada por Mao Tsé Tung em 1949, continuando a relacionar-se com a República da China em Taiwan, face ao alinhamento com Washington no contexto da Guerra Fria (Villela, s.d.: 2-3). As relações diplomáticas com a China continental são restabelecidas em 1974 pelo Presidente brasileiro Ernesto Geisel e, quase duas décadas depois, em 1993, os dois países assinaram uma parceria estratégica (Baoyu, 2006: 147).

Actualmente, as relações entre a China e o Brasil definem-se em três vectores centrais: o político, o económico/comercial e o da ciência e tecnologia. Em termos económicos, a relação entre Brasília e a Pequim é bastante expressiva: atente-se que o volume de transacções comerciais entre a China e o Brasil totalizaram no ano de 2007 o valor de 23.367 milhões de milhares de dólares americanos, representando este valor um incremento de cerca de 42.55% relativamente ao ano anterior (HKTDC, 2008). O Brasil é o maior parceiro comercial da China na América Latina no grupo de países de língua portuguesa; a China é o seu maior parceiro comercial depois dos Estados Unidos e da Argentina. Além disto foram criadas importantes joint-ventures entre empresas chinesas e brasileiras, como por exemplo da Embraer com a AVIC II (sector da produção de aviões), da Companhia do Vale do Rio Doce com a Baogang Steel (sector metalúrgico) e da Petrobras com a sua homóloga chinesa Sinopec e Sinochem (sector petrolífero) (Masiero, 2006: 255-256). Na área científica e tecnológica, a cooperação entre a China e o Brasil enquadra-se no âmbito do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, assinado entre as duas partes em 1982. Nesta área os dois parceiros têm cooperado a nível de desenvolvimento de satélites, Chinese-Brazilian Terrestrial Resources Satellite (Chinese Government, 2006), tecnologias da comunicação e informação, assim como na área da biotecnologia, a exemplo (People’s Daily Online, 2001).

Do ponto de vista político, a relação sino-brasileira caracteriza-se por alguma convergência das posições de ambos os actores no que concerne a questões de paz e segurança mundiais, de protecção ambiental, desenvolvimento sustentável e sistema comercial internacional (Fujita apud Masiero, 2006: 255). Consideremos os seguintes excertos de discursos proferidos por Lula da Silva e de Hu Jintao:

“A parceria estratégica sino-brasileira está fundamentada na crença de que temos interesse comum na busca de um mundo multipolar e pluralista. Estamos convencidos de que somente através do diálogo e da cooperação poderemos responder ao desafio de promover a paz e combater o terrorismo, de preservar o meio ambiente e assegurar o desenvolvimento e o bem-estar para todos” (Silva, 2004).

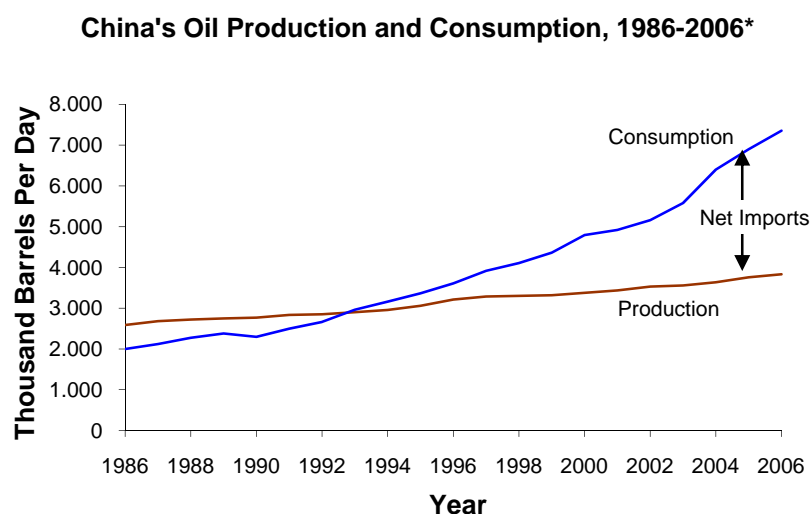
“We two countries cooperate closely with each other and support each other in international affairs and are committed to pushing forward the establishment of a fair and reasonable international political and economic new order” (Hu, 2004).

Daqui conseguimos antever uma certa convergência entre as duas partes no desejo de construir uma nova configuração do Sistema Internacional (multipolar) reconhecendo, por sua vez, a importância de unirem esforços rumo a esse objectivo. Em suma, a relação sino-brasileira caracteriza-se por uma percepção mútua das suas semelhanças, em termos de fase de desenvolvimento, e pelas complementaridades e partilha de interesses.

1.3 A explosão económica do Dragão: conseqüentes dependências

Há cerca de dez anos atrás as ruas de Pequim estavam inundadas de transeuntes que se deslocavam de bicicleta. Hoje em dia, em virtude do acelerado crescimento económico chinês que desembocou na melhoria do nível de vida de alguns, estas mesmas ruas estão entupidas com o tráfego automóvel e os seus céus cobertos por uma enorme nuvem cinzenta que denuncia a industrialização acelerada da cidade. Actualmente, estima-se que a RPC importe cerca de 40% das suas necessidades em abastecimento de petróleo (dados referentes ao ano de 2005). Estes números estão com uma tendência para aumentar, sendo que em 2020 se prevê que a China tenha que satisfazer 60% do seu consumo de petróleo no exterior (Hurst, 2006: 3). Na verdade, depois dos EUA, a RPC apresenta-se como o segundo maior consumidor de petróleo, sendo responsável por cerca de 40% da procura mundial deste recurso (Cooker, 2007: 29). Enquanto a figura 1 nos mostra a amplitude das necessidades de importação de petróleo da China, tendo em conta a sua produção e necessidade de consumo, o gráfico 2 indica que ela será, em 2030, o segundo maior consumidor energético, antecedido apenas pela procura agregada dos países da OCDE.

Figura 1: Produção e Consumo de Petróleo da RPC, 1886-2006

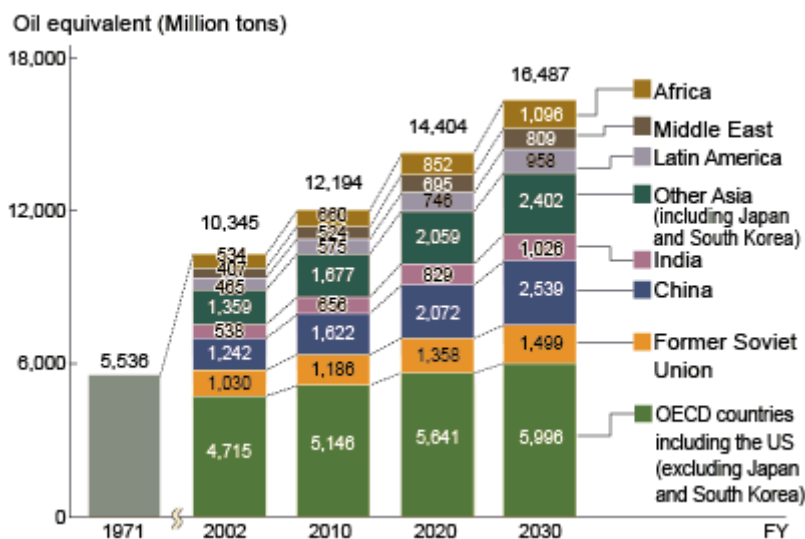


Source: EIA *International Petroleum Monthly*

*2006 is Jan-Aug only

Fonte: Energy Information Administration (2006) "Country Analysis Briefs: China". Energy Information Administration, <http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/China/Oil.html> [18 de Agosto de 2008].

Figura 2: Projeções da Procura Energética Mundial



Fonte: Toshiba (2007) "Reliable Energy Supplies and Mitigation of Climate Change". Toshiba, <http://www.toshiba.co.jp/csr/en/highlight/energy2006.htm> [consultado na Internet em 15 de Agosto de 2008].

Entre 1998 e 2003, cerca de 60% das importações de crude para a RPC provinham do Médio Oriente. No entanto, devido às crescentes vagas de instabilidade nessa região, a China não se tem poupado nos esforços de diversificar os seus fornecedores energéticos, aproximando-se de outras regiões como a Rússia, Cáspio, Américas e África. É neste

enquadramento que o continente africano surge como uma região de importância estratégica vital para os interesses chineses: em 2005, cerca de 30% das suas exportações de crude vieram deste destino (Hurst, 2006: 4). Por outro lado, a China tem a necessidade de escoar a sua imensa produção, geralmente composta por bens de baixo preço e pouca qualidade, e o mercado africano, composto por 783.7 milhões de pessoas, e o sul-americano, por sua vez com 518.3 milhões de pessoas, das quais a grande maioria auferem de baixos rendimentos, são mercados bastante favoráveis para a China.

1.4 Alinhar a magnificência económica com maior influência política

A China tem sabido muito bem catalisar os antagonismos entre as elites governativas de alguns países subdesenvolvidos, principalmente africanos, e o Ocidente em seu próprio benefício. De facto, estas diferenças entre o continente negro e o Ocidente abriram-lhe uma janela de oportunidade para se estabelecer como parceiro incondicional destas elites, que agradecem os belos edifícios governamentais oferecidos por Pequim, o perdão das dívidas e as linhas de crédito em condições muito vantajosas. Vejamos as palavras de Hon Mwai Kibaki, Presidente e Comandante das Forças Armadas da República do Quênia durante a Cimeira de Novembro de 2006 do Fórum de Cooperação Sino/Africano:

“We welcome the decision by the Chinese Government to not only open its market wider, but also to accord zero-tariff treatment to more exports from the least developed African countries (...) I wish to pay tribute to the Chinese government for the development assistance it continues to extend to African countries and its decision to use its considerable influence to advance the objective of debt relief for Africa.”

Desde a cisão das duas Chinas (RPC e República da China - Taiwan) que o mundo em desenvolvimento tem servido de campo de batalha pelo reconhecimento internacional. Em 1971, a RPC herda o assento como legítimo representante chinês nas Nações Unidas e desde então o reconhecimento diplomático de Taiwan tem vindo a diminuir. O continente africano, composto por mais de 50 países, representa uma frente de confrontação entre a China e Taiwan pelo reconhecimento internacional. Ambos os actores se aproveitam da situação de subdesenvolvimento destes países africanos, concedendo crédito e ajuda ao desenvolvimento em troca do reconhecimento diplomático (Looy, 2006: 3).

1.5 Instrumentos ao serviço da relação China com o mundo em desenvolvimento

Pequim tem materializado os supra referidos objectivos económico e político/culturais para com o Terceiro Mundo através do recurso a quatro instrumentos fundamentais: o comércio, a ajuda pública ao desenvolvimento, o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e a criação de fora transregionais. Sumariamente, analisemos então o que nos mostra a evolução desta relação através de indicadores referentes a cada um destes instrumentos. Em relação ao comércio, como podemos anuir, a partir da análise da tabela da Figura 3, as regiões onde o volume de transacções com a China é mais expressivo são, por ordem de importância, Ásia, Europa, América do Norte, América Latina, África e Oceânia. Mas se atendermos à evolução do crescimento das transacções comerciais, vemos que o continente africano, a América Latina e a Oceânia são as regiões que mais crescem de importância nas pautas comerciais de Pequim. Só por si, isso é revelador da tendência de aproximação comercial entre estas várias zonas do mundo, duas das quais: África e América Latina, constituídas na sua maioria por países em vias de desenvolvimento.

Figura 3: Transacções Comerciais entre a China e o Resto do Mundo, por Regiões, Janeiro a Junho de 2008

Região	Volume de transacções comerciais	Taxa de evolução relativamente ao período homólogo anterior
América do Norte	17,429,801	12.7
América Latina	6,612,829	49.7
África	5,313,858	65.6
Ásia	66,682,278	23.6
Europa	24,302,735	28.6
Oceânia	3,035,952	36.3
Total	123,380,001	25.7

Fonte: Ministry of Commerce of People's Republic of China (2008) "Total Import & Export Value by Country (Region) (2008/01-06)". Ministry of Commerce of People's Republic of China, <http://english.mofcom.gov.cn/article/statistic/ie/200808/20080805719430.html> [18 de Agosto de 2008].

No que diz respeito à ajuda pública ao desenvolvimento, a China apresenta-se aos países em vias de desenvolvimento na condição de maior país subdesenvolvido do mundo (Kurlantzick, 2006: 2) dizendo que, por partilhar da mesma condição, quer ajudar a alavancar os seus parceiros rumo ao desenvolvimento. Embora os valores da ajuda ao desenvolvimento não sejam totalmente revelados pelas autoridades chinesas, estima-se que a RPC seja actualmente um dos maiores dadores para Ásia, América Latina e principalmente para África. Apesar dos números oficiais do China Statistical Yearbook de 2003-2006 remeterem o valor da ajuda no ano de 2005 para os 9.5 milhões de dólares, o valor real pode rondar

os 1.5 a 2 milhares de milhões (Lancaster, 2007: 3). Tendo como exemplo África, dos anos 60 até aos anos 80, o montante de ajuda ao desenvolvimento concedida pela China a este continente rondava já a importância de 100 milhões de dólares por ano. No entanto, em comparação com outros dados, esta ajuda chinesa era ainda muito modesta (Aderinwale, 2007: 6). O novo Fórum China/África (2000) veio abrir um novo capítulo na ajuda ao desenvolvimento chinesa para África: centenas de acordos de cooperação para assistência económica aos países africanos foram aprovados e dívidas no valor de 10 biliões de dólares foram perdoadas por Pequim (Aderinwale, 2007: 6).

Uma particularidade da ajuda chinesa é o facto de ser politicamente incondicional, sendo imposto como único constrangimento o reconhecimento da política da “China Única”, cuja implicação é a não existência de relações diplomáticas destes Estados com Taiwan. Esta ajuda tende a favorecer as elites governativas dos países receptores mais do que a ajuda Ocidental, que tem a si vinculada uma agenda moral e de redução da pobreza (Tull, 2006: 467). Nesta matéria vale ainda a pena frisar o cada vez maior envolvimento da China em missões de paz das Nações Unidas: em 2004, a RPC enviou cerca de 1,400 soldados seus para que integrassem um total de nove missões em África (Tull, 2006: 463).

Quanto ao Investimento Directo Estrangeiro, segundo o China Daily Online, a América Latina tornou-se, em 2005, o principal destino para o IDE, referindo que desde Janeiro a Novembro de 2004, Pequim investiu na América Latina cerca de 889 milhões de dólares, que representam uma fatia de 49.3% da quantia total de IDE chinês (2005). Em África, apesar dos valores de IDE não serem tão expressivos (segundo dados da UNCTAD de 2007 a China destina apenas 3% do seu investimento para África) estima-se que cerca de 650 a 750 empresas chinesas estejam agora estabelecidas em aproximadamente 48 países de África. O sector mais atractivo é o petrolífero, sem dúvida, mas outros há que têm atraído os investimentos de empresas chinesas, como é o caso dos sectores das pescas, mineiro, indústrias manufactureiras e de construção de infra-estruturas (Aderinwale, 2007: 6). Os principais destinos deste IDE em África são o Sudão, a Argélia e a Zâmbia, todos países muito ricos em recursos naturais (UNCTAD, 2007).

As relações de Pequim com o mundo em desenvolvimento, em geral, vivem o seu melhor momento de sempre. A prova disso é que no espaço de menos de uma década a China estreitou as suas relações com este grupo de países de várias formas, entre as quais, pelo meio da criação de fora de cooperação transregionais entre Pequim e grupos de países com afinidades culturais e ou geográficas. No ano de 2000, Pequim criou o Fórum de Cooperação China/África que reúne trianualmente, contando com a participação de 45 países africanos. Em 2006, o China’s African Policy foi publicado e nele o Governo chinês traça as linhas que orientarão as relações entre o Império do Meio e o continente africano:

Sincerity, equality and mutual benefit, solidarity and common development-these are the principles guiding China-Africa exchange and cooperation and the driving force to lasting China-Africa relations (Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China, 2006).

Da mesma forma, e segundo o mesmo princípio, a China iniciou em 2004 um Fórum de Cooperação entre a China e os países árabes. Os objectivos formais deste Fórum são enriquecer as relações entre a China e este grupo de países, consolidando e aumentando o espectro da cooperação mutualmente benéfica nas áreas política, comercial e económica, ciência e tecnológica, cultura, educação e saúde. Segundo o Chefe de Estado chinês, Hu Jintao, esta relação é guiada pelos seguintes quatro princípios fundamentais:

“to promote political relations on the basis of mutual respect, to forge closer trade and economic links so as to achieve common development, to expand cultural exchanges through drawing upon each other’s experience, and to strengthen cooperation in international affairs with the aim of safeguarding world peace and promoting common development” (People’s Daily Online, 2004).

Estes dois fora e o Fórum Macau, objecto de estudo da próxima secção, representam também importantes instrumentos para a concretização da política externa chinesa para com o mundo em desenvolvimento nos dois níveis de análise que identificámos: económico e político-cultural. Se pelo lado económico promove as trocas comerciais e de investimento entre ambas as partes, institucionalizando canais para que estes tomem lugar, politicamente, estes fora são um meio de promover as relações e a influência chinesa nos países em desenvolvimento. Como diz um responsável chinês: “o Fórum Macau não é um organismo que se restrinja à cooperação económica, pelo contrário, é uma situação análoga à dos Jogos Olímpicos: são desporto mas têm enormes repercussões culturais e políticas” (Entrevista 1, 2008).

2. Breve Apresentação do Fórum Macau

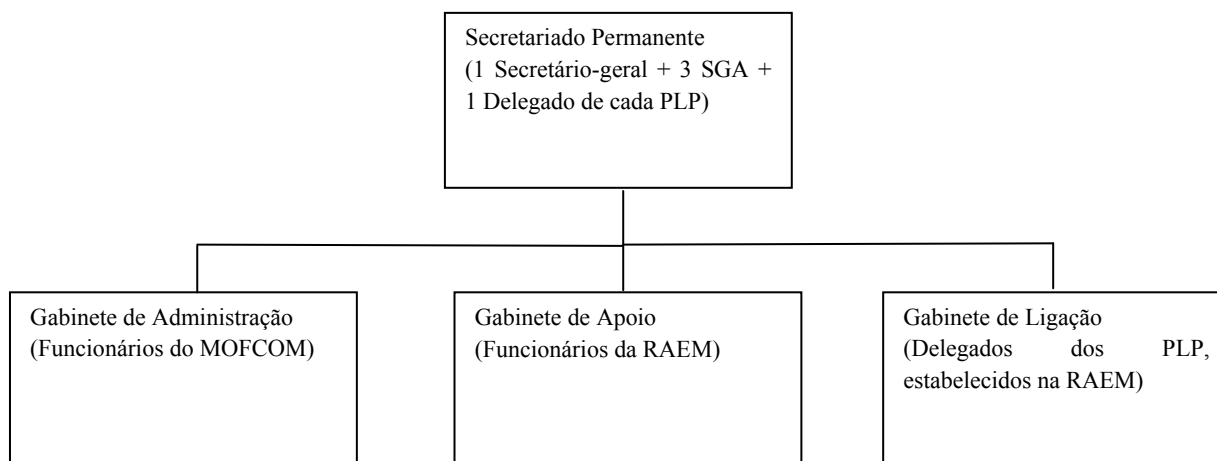
A criação do Fórum para a Cooperação Comercial e Económica entre a China e os Países de Língua Portuguesa, designado por Fórum Macau (por ter o seu Secretariado Permanente em Macau), em 2003, representa mais um passo que consolida a relação entre a China e o mundo em desenvolvimento e com o continente africano em particular. Deste Fórum de cooperação fazem parte a RPC e sete países de expressão portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste), tendo São Tomé e Príncipe o estatuto de observador, por ter relações diplomáticas com Taiwan. Estes países partilham com Macau o legado da administração colonial portuguesa, a língua, alguns traços culturais e heranças legais e administrativas. Na página oficial deste Fórum os seus objectivos são resumidos como:

“O Fórum é um mecanismo da cooperação de iniciativa oficial sem carácter político, que tem como tema chave a cooperação e o desenvolvimento económico e tem por objectivo reforçar a cooperação e o intercâmbio económico entre a República Popular da China e os Países de Língua Portuguesa, dinamizar o papel de Macau como plataforma de ligação a

esses países e promover o desenvolvimento dos laços entre a República Popular da China, Macau e os Países de Língua Portuguesa” (Fórum Macau, 2003).

A estrutura do Secretariado Permanente do Fórum de Macau pode ser representada pelo esquema da Figura 4. Do Secretariado Permanente fazem parte um Secretário-geral (designado pela RPC), 3 Secretários-gerais adjuntos (um nomeado pela RPC, outro pelo Governo da RAEM e o terceiro escolhido por ordem alfabética dentro do grupo dos países de língua portuguesa) e um delegado de cada país membro do Fórum. Ao Secretariado Permanente cabe a função de garantir a execução e cumprimento dos Planos de Acção e todas as decisões tomadas durante as Conferências Ministeriais, assim como servir de órgão permanente do Fórum de Macau.

Figura 4: Estrutura Orgânica do Secretariado Permanente do Fórum de Macau



A estrutura apresenta três gabinetes distintos: o Gabinete de Administração composto por funcionários do Ministério do Comércio da RPC, o Gabinete de Apoio, composto por colaboradores do Governo da Região Administrativa de Macau e por fim o Gabinete de Ligação, onde estão representados os delegados de todos os países de língua portuguesa. Cada um destes gabinetes está sob a coordenação directa do Secretário-geral adjunto correspondente, o que significa que: o Secretário-geral adjunto da RPC organiza o gabinete de Administração, o Secretário-geral adjunto da RAEM coordena o Gabinete de Apoio e, por fim, o Secretário-geral adjunto dos Países de Língua Portuguesa (PLP) comanda o Gabinete de Ligação.

As competências dos três Gabinetes estão distribuídas da seguinte forma: Gabinete de Administração – toma a seu cargo os trabalhos quotidianos do Secretariado Permanente e a ligação com os países participantes; Gabinete de Apoio – auxilia as actividades do Secretariado, garantindo-lhe os recursos financeiros, administrativos e logísticos necessários à prossecução das suas actividades; Gabinete de Ligação – tem a seu cargo os contactos entre os assuntos do Fórum Macau e os PLP.¹ O Secretariado Permanente do Fórum funciona permanentemente em Macau e trianualmente ocorrem encontros ministeriais onde são discutidos e aprovados por consenso os Planos de Acção, que determinam as áreas de cooperação a explorar e o caminho que o Fórum deve seguir.

2.1 Fórum Macau: Porta de entrada da China na África de expressão portuguesa

Tendo em conta, por um lado, as relações económicas e comerciais bastante expressivas e duradouras entre a China e o Brasil e, por outro, a irrelevância económica de Lisboa para a China, conclui-se que o objectivo chinês com a criação do Fórum Macau era uma mais estreita aproximação de Pequim aos países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste (Alves, 2005: 1168). Mas qual é a relevância deste Fórum no contexto das relações sino-africanas, dado que todos os PALOP estão já representados no Fórum China-África criado em 2000? Podemos ter em conta vários factores. Em termos de dimensão, é fácil de perceber a diferença de escala entre o Fórum Sino-Africano que conta com a participação de cerca de 50 países e o Fórum Macau, do qual fazem parte oito países. As negociações no Fórum Macau são mais restritas e por isso mais ágeis. No que diz respeito aos temas de cooperação, enquanto o Fórum Sino-Africano trata um leque vasto de questões, desde questões políticas, económicas, comerciais, educação e segurança (China View, 2006), o Fórum Macau é por definição um Fórum de cooperação económica e comercial. A seguinte declaração de um responsável chinês é bastante clara a esse nível:

“O Fórum Sino-Africano é temporário e composto por um grupo demasiado grande (...) E tem algumas desvantagens relativamente a Macau, entre as quais: não se repete com tanta frequência; é mais difícil encontrar pontos

¹ Segundo o estipulado no Regulamento de Funcionamento do Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau).

comuns, pois um grupo tão extenso tem interesses muito diferentes. Com os PLP a relação é mais quotidiana: não é tão político como o Sino-Africano” (Entrevista 1, 2008).

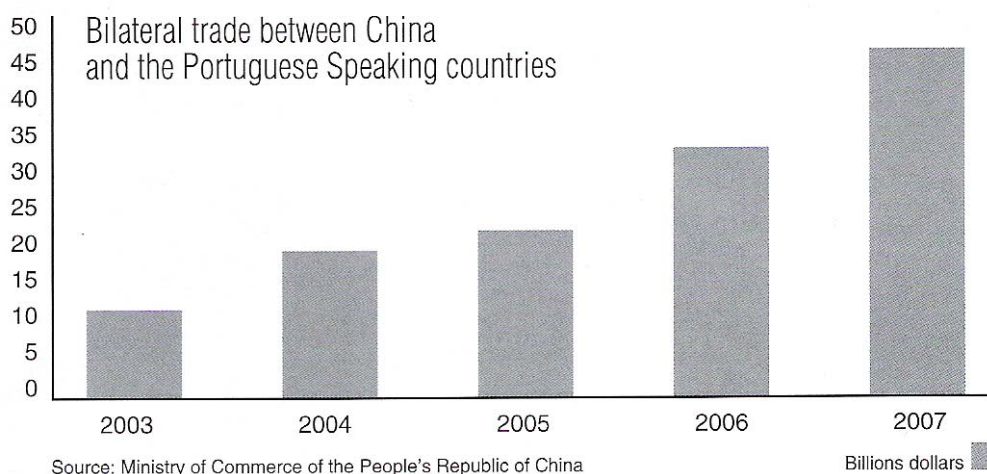
O factor Macau tem que ver justamente pela iniciativa chinesa de aproveitar em seu benefício todo a herança que Portugal deixou neste território no Delta do Rio das Pérolas, que o ligam por afinidades de vária ordem, cultural, linguística e legal, por exemplo, às ex-colónias portuguesas. Assim, os líderes dos PLP sentem-se quase em ambiente familiar: comunicam em português, encontram jornais, estações de rádio e de televisão em português... Enfim, há uma percepção de diminuição do enorme distanciamento cultural, linguístico e geográfico entre estes e a China, o que facilita as interações. A existência de um Secretariado Permanente em Macau, por sua vez, faz com que o contacto permanente entre todas as partes seja “rotinizado”, criando assim as bases para a construção de confiança, conhecimento e facilitação de negócios e contactos entre os PLP e a China. Por outro lado, o Governo chinês entendeu que desempenhar este papel de plataforma entre a China e os PLP era favorável à diversificação da economia de Macau, muito dependente do sector do jogo, elevando a imagem internacional de Macau. Adicionalmente, esta plataforma mostra ao mundo e a Taiwan o prestígio e o sucesso de que podem gozar as Regiões Administrativas da RPC dentro do enquadramento do modelo “um país, dois sistemas”.

Relativamente a Portugal, a língua portuguesa é a base de construção deste grupo de países; no fundo, é o denominador comum entre as partes, que assim se agrupam para negociar com a China, que pretende “aproveitar as vantagens da dinâmica da cooperação de grupo” (Entrevista 1, 2008). Além disso, a RPC quer que Portugal “ganhe a face” com a criação do Fórum de Macau, premiando-o pelo facto de o processo de transição de Macau ter decorrido num tom relativamente ameno:

“A imagem de Portugal é então muito amigável para a RPC: nunca houve guerras entre nós e o processo de negociação de Macau decorreu em tom amigável. Não houve muitos obstáculos impostos por Portugal na questão de Macau e isso merece uma retribuição: Portugal ajudou a China e a China retribuiu” (Entrevista 1, 2008).

A China utiliza assim uma estratégia onde tenta aproveitar a história da ocupação portuguesa em Macau em seu benefício próprio e, simultaneamente, em prol da RAEM e dos próprios PLP. Como mostra o gráfico da Figura 5, as trocas comerciais entre a China e os PLP, desde o ano de criação do Fórum Macau (2003) quintuplicaram. Todavia, é extremamente difícil mensurar o real contributo do Fórum Macau no crescimento das mesmas, ou seja, não existe modo de averiguar se sem a criação do Fórum estas transacções não teriam aumentado da mesma forma. Assim, consideramos que as verdadeiras intenções da China com a criação do Fórum são uma aproximação política e cultural a estes PLP através da construção de uma suposta identidade partilhada, assente no denominador comum a este grupo de países que é a língua portuguesa. Ao diminuírem as barreiras culturais e linguísticas, há uma maior probabilidade de se aproximarem as partes, que em contacto permanente criam um ambiente favorável, não só aos negócios, mas à aprendizagem mútua e espaço para influência. Numa palavra, o Fórum é de carácter comercial e económico, mas com intenções que ultrapassam estes campos, extravasando para os domínios político e cultural.

Figura 5: Evolução do Comércio entre a China e os Países de Língua Portuguesa



Fonte: Matias, José Carlos (2008). Cementing Sino-Luso Relations. Macau Business, 1 (54), 24-27.

2.2 Fórum Macau: que contributo para a aproximação entre Pequim e Brasília?

Estas duas potências emergentes na cena internacional actual, têm-se vindo a destacar como líderes nas respectivas regiões geográficas em que se inserem e dada a percepção comum de uma certa complementaridade de interesses, o Brasil e a China têm encontrado muito espaço para a cooperação e entendimento comum na arena internacional. As declarações de Hu Jintao no Seminário de Cooperação Económica e Comercial Sino-Brasileiro são claras a esse respeito

“... both China and Brazil boast a huge market and vast potential of development. The high complementarities between the two economies provide large room for bilateral economic and trade cooperation” (Ministry of Foreign Affairs of People’s Republic of China, 2004).

O seu homólogo brasileiro, o Presidente Lula Inácio da Silva, é também bastante explícito na importância que confere à relação bilateral aqui em análise

“Brasil e China são hoje parceiros indispensáveis. Ao comemormos 30 anos de relações diplomáticas, celebramos também uma relação de amizade que chega à sua maturidade... A parceria estratégica sino-brasileira está fundamentada na crença de que temos interesse comum na busca de um mundo multipolar e pluralista” (2004).

O Brasil, dentro dos PLP, é o maior parceiro comercial e político da China. Segundo representantes do Governo brasileiro em Pequim, o Brasil não precisa do Fórum Macau para negociar ou para estreitar as relações com a China. Isso demonstra a razão pela qual o Brasil foi um pouco reticente à iniciativa chinesa de criação do Fórum e porque motivo não existe no Secretariado Permanente do Fórum de Macau um delegado brasileiro destacado para o efeito. Mas uma coisa também é certa, o Brasil não quer estar fora desta organização. Prova disso é o facto de ser um dos seus membros fundadores e ter marcado presença nas duas Conferências Ministeriais até agora realizadas, reconhecendo algum interesse na institucionalização das relações entre a China e os Países de Língua Portuguesa no Fórum Macau: por um lado, desenvolve dinâmicas de cooperação de grupo, ou trilateralmente entre as partes envolvidas, e, por outro, aumenta a importância brasileira, ou as credenciais, se quisermos, relativamente a Pequim.

Não obstante, segundo representantes do Governo brasileiro, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa tem maior importância cultural e simbólica do que comercial e o Fórum é algo redundante relativamente à cooperação que se processa entre a China e o Brasil, já bastante densa e expressiva (Entrevista 2, 2008). Destas declarações conseguimos depreender que as relações entre Brasília e Pequim são independentes das dinâmicas do Fórum Macau: estes dois actores negociam e relacionam-se directamente sem necessitar de intermediação. Os seus principais mecanismos de comunicação são a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação instaurada em 2004, que se divide depois em várias sub-comissões temáticas (MRE do Brasil, 2004), e o Diálogo Estratégico criado em 2007 (Embaixada RPC, 2007), onde se processa a troca de informação a nível político. Estes instrumentos revelam uma institucionalização já bastante acentuada da relação sino-brasileira, em matérias políticas, económicas e outras. O Fórum Macau é, então, um mecanismo complementar ao relacionamento bilateral entre estas duas partes, sendo que o seu contributo para esta relação mais simbólico do que mensurável em termos de aumento de volume de trocas ou de aproximação política. Mesmo a parte chinesa reconhece que: “as relações da China com o Brasil e Portugal não necessitam da plataforma de Macau. No fundo os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste são a razão de ser da plataforma de Macau” (Entrevista confidencial 1, 2008).

Conclusões

Com este trabalho procurámos analisar o contributo do Fórum Macau para as relações entre a China e os Países Africanos de Língua Portuguesa e o Brasil. Este Fórum surge para a maioria dos países africanos como um complemento às relações bilaterais destes países com Pequim, ao passo que para Brasília é um mecanismo até algo redundante, em virtude da profundidade e amplitude do actual relacionamento sino-brasileiro.

Sendo assim, este artigo argumentou que os principais objectivos chineses com a criação e dinamização do Fórum Macau passam pela aproximação política e cultural aos PLP, quer através da cooperação económica e comercial, quer através da promoção de contactos regulares entre as partes. Outro dos objectivos identificado é a promoção da RAEM a nível internacional, bem como a diversificação da sua economia muito assente na indústria do jogo. Na perspectiva dos dirigentes chineses, isto dará um contributo importante para mostrar o sucesso da política “um país, dois sistemas”, divulgando uma imagem de credibilidade da RPC e conquistando apoios para a aplicação do modelo a Taiwan – objectivo último da política de reunificação chinesa.

Por fim, numa hábil estratégia de soft power, a China usa as suas melhores armas – a promoção da economia e do comércio – para ganhar espaço no sistema internacional, através da cooperação com os países em vias de desenvolvimento.

Referências

- Aderinwale, Ayodele (2007). Africa-China Relations: Issues and Challenges”. http://www.almba.eu/files/bsn-article_africa-china-relations-issues-and-challenges.pdf (consultado na Internet a 10 de Agosto de 2008).
- Alden, Chris (2005). China in Africa. *Survival*, 47(3), 147-164.
- Alves, Ana (2005). Macau: uma Ponte entre a China e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. *Administração*, 69 (XVIII), 1163-1173.
- Alves, Ana (2007). The Resurgence of China’s third World Policy in the 21st Century. *Daxiyangguo*, 11, 115-126.
- Baoyu, Zhang (2006). Relações entre a China e o Brasil e o papel de Macau nessas relações. In MAPEAL & IIM (eds.) *Macau Puente entre a China y America Latina*. Macau: Tipografía Welfare Lda..
- China Daily Online (2005). Half of China's overseas investment falls in Latin America. http://english.peopledaily.com.cn/200501/07/eng20050107_169920.html (consultado na Internet a 12 de Novembro de 2008).

China View (2006). FOCAC exhibition showcases China-Africa cooperation. http://news.xinhuanet.com/english/2006-11/03/content_5287030.htm (consultado na Internet a 14 de Novembro de 2008).

Chinese Government's Official Web Portal (2006). China, Brazil strengthen relations. http://www.gov.cn/misc/2006-08/29/content_372510.htm (consultado na Internet a 10 de Novembro de 2008).

Embaixada da República Popular da China no Brasil (2007). Parceria Estratégica entre a China e o Brasil. <http://www.embchina.org.br/por/szxw/t319567.htm> (consultado na Internet a 14 de Novembro de 2008).

Entrevista 1 – Representante Chinês no Gabinete de Ligação da RPC em Macau (2008). (Realizada em Macau a 16 de Outubro).

Entrevista 2 – Funcionário da Embaixada Brasileira em Pequim (2008). (Realizada em Pequim a 30 de Outubro).

Fórum Macau (2003). Sobre o Fórum. <http://www.forumchinapl.org.mo/pt/aboutus.asp> (consultado na Internet a 11 de Agosto de 2008).

HKTDC (2008). China-Brazil trade volume hits US\$23.367 bln in 2007. http://emerging.hktdc.com/content.aspx?data=emergingmkt_content_en&contentid=1000938&src=BNT_CentralSouthAme&w_sid=194&w_pid=1401&w_nid=13506&w_cid=1000938&w_idt=1900-01-01&w_oid=343&w_jid= (consultado na Internet a 10 de Novembro de 2008).

Hu, Jintao (2004). Hu Jintao Addresses the Brazilian Parliament. <http://www.fmprc.gov.cn/eng/topics/huvisit/t170363.htm> (consultado na Internet a 12 de Novembro de 2008).

Hurst, Cindy (2006). China's Oil Rush in Africa. <http://fmso.leavenworth.army.mil/documents/chinainafrika.pdf> (consultado na Internet a 12 de Julho de 2008).

Kibaki, Hon. Mwai (2006). Speech by His Excellency Hon. Mwai Kibaki, c.g.h., m.p., President and Commander-in-chief of the Armed Forces of the Republic of Kenya during the Forum on China Africa Cooperation Summit, Beijing, China, 5th November, 2006. <http://www.statehousekenya.go.ke/speeches/kibaki/nov06/2006051101.htm> (consultado na Internet a 12 de Novembro de 2008).

Kurlantzick, Joshua (2006). Beijing's Safari: China's Move into Africa and its Implications for Aid, Development, and Governance. http://www.carnegieendowment.org/files/kurlantzick_outlook_africa2.pdf (consultado na Internet a 5 de Julho de 2008).

Lancaster, Carol (2007). The Chinese Aid System. <http://www.cgdev.org/content/publications/detail/13953> (consultado na Internet a 12 de Novembro de Novembro de 2008).

Looy, Judith van de (2006). Africa and China: A Strategic Partnership?. Leiden: African Studies Centre.

Masiero, Gilmar (2006). Brasil e China: Desafios de uma Parceria Estratégica. In MAPEAL e IIM (eds.) Macau Puente entre a China y America Latina. Macau: Tipografia Welfare Lda..

Meidan, Michael (2006). China's Africa Policy: Business Now, Politics Later. *Asian Perspective*, 30 (4), 69-93.

MRE do Brasil – Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil (2004). Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. http://www2.mre.gov.br/dai/b_chin_80_5299.htm (consultado na Internet a 14 de Novembro de 2008).

Ministry of Commerce of People's Republic of China (2008). Total Import & Export Value by Country (Region) (2008/01-06). <http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/statistic/ie/200808/20080805719430.html> (consultado na Internet a 18 de Agosto de 2008).

Ministry of Foreign Affairs of People's Republic of China (2004). President Hu Jintao Attends China-Brazil Economic and Trade Cooperation Seminar. <http://www.fmprc.gov.cn/eng/topics/huvisit/t170357.htm> (consultado na Internet a 10 de Novembro de 2008).

Ministry of Foreign Affairs of People's Republic of China (2006). China's African Policy. <http://www.mfa.gov.cn/eng/zxxx/t230615.htm> (consultado na Internet a 10 de Agosto de 2008).

Ministry of Foreign Affairs of Republic of China (2008). Diplomatic Allies. <http://www.mofa.gov.tw/webapp/ct.asp?xItem=32618&CtNode=1379&mp=6> (consultado na Internet a 14 de Novembro de 2008).

People's Daily Online (2001). China, Brazil Sign MOU on Scientific Cooperation. http://english.peopledaily.com.cn/english/200104/19/eng20010419_68098.html (consultado na Internet a 10 de Novembro de 2008).

People's Daily Online (2004). Hu Jintao and Arab League leader meet to boost ties. http://english.peopledaily.com.cn/200401/31/eng20040131_133582.shtml (consultado na Internet a 12 de Novembro de 2008).

Silva, Lula Inácio (2004). Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar com o Presidente da China, Hu Jintao. http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalle3.asp?ID_DISCURSO=2503 (consultado na Internet a 10 de Novembro de 2008).

Tull, Denis M. (2006). China's Engagement in Africa: Scope, Significance and Consequences. *Journal of Modern African Studies*, 44 (3), 459-479.

UNCTAD (2007). Asian foreign direct investment in Africa: United Nations Report points to a new era of cooperation among developing countries. <http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=8172&intItemID=4431&lang=1> (consultado na Internet a 12 de Novembro de 2008).

Villela, Eduardo V. M. (s.d.). As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês. <http://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF> (consultado na Internet a 13 de Novembro de 2008).

Espaço Afro-Ibero-Latino-Americano: geopolítica e geoestratégia na perspectiva lusófona

André Barbosa
Universidade do Minho
andretavaresbarbosa@gmail.com

Resumo: A criação de um espaço Afro-Ibero-Latino-Americano – ou seja, um espaço de concertação político-diplomática entre os países lusófonos e hispanófonos – é uma proposta viável e adequada ao actual contexto internacional, marcado não somente por um choque de civilizações, mas sobretudo por uma verdadeira glotopolítica, ou geopolítica da língua.

Tal espaço seria dotado de um enorme potencial geopolítico e geoestratégico. Com efeito, seu carácter pluricontinental e pluriocênico permitiria o controle das principais rotas marítimas internacionais e de pontos estratégicos em termos militares e defesa. Sua característica física conferir-lhe-ia projecção em termos de recursos energéticos e de produção alimentar – principais causas da actual crise económica internacional. Por fim, este espaço representaria um foro de confluência de diversas organizações regionais, configurando-se em uma verdadeira plataforma interinstitucional.

Além de potencializar o papel geopolítico e geoestratégico de seus integrantes, o espaço Ibero-Afro-Latino-Americano acarretaria benefícios especificamente direccionados para a lusofonia e para os países lusófonos. Para a lusofonia de uma forma geral, este espaço contribuiria para a superação dos desafios internos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por meio da redefinição do paradigma, da natureza e da prioridade desta organização; ainda, fortaleceria a diplomacia cultural da lusofonia face à anglofonia e à francofonia em África; e, por fim, auxiliaria na “desatlantização” da CPLP, ao deslocar seu eixo de actuação para o Oceano Pacífico. Relativamente aos países lusófonos individualmente considerados, este espaço contribuiria para o fortalecimento e impulsionamento de suas aspirações em matéria de política externa.

Introdução

O presente trabalho visa a apresentar, em linhas gerais, o espaço Afro-Ibero-Latino-Americano e a sua importância e implicações para a lusofonia. Nesse sentido, inicia-se o estudo pela reanálise da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – em termos de paradigma, natureza, prioridades e desafios internos – pressuposto estritamente necessário para a criação do referido espaço. Em seguida, discorre-se sobre o espaço em si mesmo, com particular ênfase em sua importância geopolítica e geoestratégica. Por fim, pretende-se apresentar uma série de benefícios que decorreriam para os países e povos de língua portuguesa caso este espaço Afro-Ibero-Latino-Americano venha a materializar-se.

O pressuposto para a criação do espaço: a reanálise da CPLP

A criação de um espaço Afro-Ibero-Latino-Americano depende de uma reanálise da CPLP, a qual envolve uma clarificação de seu paradigma, de sua natureza, de sua prioridade e a superação de seus desafios internos.¹

A questão fulcral da CPLP – origem provável da maioria de seus problemas - prende-se com a definição do seu paradigma. Genericamente, pode-se indicar três possíveis paradigmas: (i) a lusofonia – entendida sinteticamente como espaço cultural em que a língua portuguesa é o denominador comum (Martins, 2004); (ii) o lusotropicalismo – conceito desenvolvido pelo sociólogo brasileiro, Gilberto Freyre, que ressalta a singularidade do resultado da miscigenação entre colonizador e colonizados (Bárbara, 1999/2000); e (iii) a lusofilia – em que a preponderância caberia a Portugal, no papel de antigo colonizador, e consistiria numa espécie de tentativa de recolonização/neocolonização, adaptado às características do mundo actual (Tolentino, 2004).

A superação dos dilemas que a CPLP actualmente enfrenta (que em breve serão referidos) – e, consequentemente, o fortalecimento e sustentabilidade da organização a longo prazo – passam pela firme escolha do primeiro paradigma. Diferentemente dos outros dois paradigmas, a lusofonia assenta na língua portuguesa e não na colonização de Portugal, eliminando, desta forma, eventuais estigmas e ranços decorrentes da colonização (Santos, 2003)

¹ Tendo em vista que o trabalho cinge-se à perspectiva lusófona sobre a criação de tal espaço, deixaremos de considerar os pressupostos a serem preenchidos pelas entidades hispanófonas para a constituição de tal espaço.

Além disso, na medida em que a língua portuguesa é um elemento de equalização dos Estados Membros da CPLP, o primeiro paradigma acaba por valorizar o facto desta organização ser um projecto comum (logo, de responsabilidade partilhada), adoptado por Estados soberanos e independentes (fruto, portanto, da livre vontade política) (Tolentino, 2004). Com efeito, como recorda Boschi (2000), a CPLP supera a lógica “5+1” e o chamado “Espírito de Bissau” – que regiam as relações de cooperação entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) e estavam impregnadas de uma lógica assistencialista e desigual – e os substitui por uma lógica igualitária ($1+1+1\dots=8$).

A afirmação da lusofonia enquanto força motriz da CPLP permite, por sua vez, definir mais precisamente a natureza da organização. Ou seja, se é uma comunidade político-cultural ou, então, uma comunidade económica. Sendo a língua portuguesa a pedra angular da lusofonia, a CPLP afirma-se, então, enquanto comunidade eminentemente político-cultural (Boschi, 2000). Esta ideia é reforçada pelos próprios objectivos gerais da CPLP, consubstanciados no art.3º de seus estatutos, em que o carácter político-cultural é muito mais enfatizado que o aspecto económico: (i) concertação político-diplomática para o reforço da sua presença nos fóruns internacionais; (ii) cooperação económica, social, cultural, jurídica e técnico-científica; (iii) materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa.

Isto não impede o desenvolvimento de uma vertente económica na CPLP; significa, contudo, que a CPLP não é mais um projecto de integração económica, de criação de um mercado comum ou de uma área de livre comércio; significa, também, que o desenvolvimento de qualquer expressão económica no seio da organização é consequência de sua base político-cultural (Mourão, 2000; Pereira, 1999; Tolentino, 2004).

Desta forma, exime-se a organização de uma possível “culpa” pela falta de intensificação do relacionamento económico entre os Estados Membros da CPLP (Bárbara, 1999/2000). Mais ainda, permite reduzir as expectativas geradas em torno da CPLP (Santos, 2003) e, assim, atenuar, pelo menos parcialmente, as críticas generalizadas dirigidas à organização (Tolentino, 2004).

A reanálise ora em questão implica também na reconfiguração das prioridades da CPLP. Em virtude do exposto até agora, seria expectável que o objectivo de promoção e difusão da língua portuguesa fosse o mais destacado. Contudo, para efeitos de uma maior valorização geopolítica e geoestratégica da CPLP – pressuposto necessário para a criação do referido espaço – deve-se enfatizar a concertação político-diplomática.

Em outras palavras, o papel desempenhado pela CPLP que deve ser enfatizado num eventual espaço Afro-Ibero-Latino-Americano é o de confluência de diversas organizações regionais, das quais seus Estados Membros fazem parte (Moco, 2000). Nomeadamente, entre Mercosul (integrada pelo Brasil), União Europeia (Portugal), Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Angola e Moçambique), Comunidade Económica dos Países da África Central (Angola e São Tomé e Príncipe) e Comunidade Económica dos Estados de África do Oeste (Cabo Verde e Guiné Bissau).

A CPLP tornar-se-ia, assim, um fórum de potencialização de convergências e de administração de divergências, em que o português seria o elemento unificador da inserção regional de cada Estado Membro (Mourão, 2000) e, ainda, um “substrato operacional à formação de alianças estratégicas” (Boschi, 2000, p. 295).

Este processo de reanálise da CPLP transforma-a: de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa em uma Comunidade de Povos da Língua Portuguesa (Boschi, 2000; Neves, 2000). Não se trata de uma mudança meramente nominal, mas sim qualitativa. Ancorada na lusofonia (e, portanto, na língua) e tendo uma base eminentemente cultural, a CPLP não pode adoptar como critério de pertença os Estados, mas a língua portuguesa. Deve, pois, abrir-se àquelas comunidades e povos em que a identidade lusófona ainda permanece – mesmo que de forma residual. Tal seria o caso de Goa, Damão, Diu, Macau e também das comunidades lusófonas (brasileiras, cabo-verdianas, portuguesas, etc.) presentes em países não lusófonos, como Estados Unidos da América (EUA), Canadá, França, Alemanha, Suíça, Luxemburgo, África de Sul, dentre outros (Neves, 2000).

Definidos o paradigma, a natureza e a prioridade da CPLP, a tarefa de superação de seus desafios internos torna-se bastante facilitada. Isto porque a organização deixa de centrar-se em si mesma, assumindo como vocação a abertura à interacção com outros espaços regionais, sem, no entanto, desagregar-se, uma vez que a lusofonia consolida-se como unidade identitária. Além disso, a soberania, igualdade e liberdade políticas – valores nos quais se assenta a CPLP – estimula a criação de um contexto de confidence building entre seus Membros e refreia uma possível interferência nos relacionamentos regionais e/ou bilaterais dos mesmos (Neves, 2000).

Entre os desafios a serem superados, destaca-se, inicialmente, o mútuo receio entre Portugal e os PALOPs. Com efeito, Portugal sempre se manteve reticente em adoptar uma postura mais pró-activa relativamente à CPLP, com medo de deixar transparecer uma atitude neocolonizadora, em que supostamente pretendesse manter sua singularidade enquanto diluía-se na Europa; por outro lado, os PALOPs nem sempre demonstraram entusiasmo com a CPLP justamente por temerem esta neocolonização por parte de Portugal (Santos, 2003).

Também os provincianismos de Brasil e Portugal é outro obstáculo a ser superado. Por um lado, Portugal sofria de uma “europeíte aguda” (Neves, 2000, p.15), como que “por ser e para ser europeu, Portugal tivesse de deixar de ser luso e lusófono e como se não fosse a lusofonia o grande e específico peso de Portugal na balança da Europa e do Mundo” (Neves, 2000, p.11); por outro, o Brasil subvalorizava a CPLP por esta não lhe ser útil em sua afirmação como potência regional e potência global emergente (Neves, 2000). No entanto, a reanálise aqui realizada permite à CPLP encontrar seu nicho específico dentro da política externa de cada um dos dois países, sem prejudicar suas outras prioridades de agenda. Desta forma, Portugal, por um lado, pode investir na organização sem colocar em risco sua opção europeia e o Brasil, por outro,

não pode prescindir da CPLP no seu projecto de afirmação internacional – ou seja, “sem Brasil não haverá lusofonia, mas sem lusofonia não haverá Brasil que valha a pena” (Neves, 2000, p.11).

Em suma, a CPLP deve ser uma comunidade aberta e dinâmica, em que a “identidade lusófona não pode significar isolamento, imutabilidade ou refúgio em situações ou defeitos atávicos” (Neves, 2000, p. 14). Simultaneamente, deve ser uma e coesa em termos identitários, em que “a lusofonia crítica e ecuménica aqui referida não só não exclui nenhuma das outras dimensões (espanhola, europeia, mercosulista, africana, asiática, mundial) como as implica e enriquece a todas e por todas pode e deve ser incluída e enriquecida” (Neves, 2000, p. 14).

Apenas assim a CPLP deixará de ser uma “mitideologia” (Neves, 2000) – ou seja, um misto entre mitologia e ideologia que quer remontar a um passado saudosista – para se tornar uma entidade de resultados práticos e benéficos para seus Membros e, em última análise, apta a dar seu contributo para o espaço Afro-Ibero-Latino-Americano.

Espaço Afro-Ibero-Latino-Americano: considerações geopolíticas e geoestratégicas

Inicialmente, cumpre especificar o que se entende por espaço Afro-Ibero-Latino-Americano, bem como justificar a criação de um tal espaço e descrever, em linhas gerais, sua eventual constituição institucional.

Trata-se, essencialmente, do conjunto de países e povos lusófonos e hispanófonos, oriundos, portanto, da Península Ibérica (Espanha e Portugal), da América Latina (exceptuam-se os países anglófonos e francófonos das Caraíbas), da África (além dos PALOPs, temos a Guiné Equatorial, de colonização espanhola)², da Oceania (Timor Leste) e da Ásia (Goa, Damão, Diu e Macau).

A associação entre países e povos lusófonos e hispanófonos, dada a proximidade linguística e até mesmo cultural entre a lusofonia e a hispanofonia (Neves, 2000), aliada a uma “unidade na dualidade” no âmbito da Península Ibérica, que vem marcando a actuação de Portugal e de Espanha no sistema internacional contemporâneo (Telo e Gómez, 2000), é considerada consequência natural desses factos.

Além disso, tal associação potencializaria o papel e o desempenho tanto da comunidade lusófona quanto da comunidade hispanófona (sobretudo da lusofonia em África, como será referido mais adiante) em um contexto de choque – não mais de civilizações, como preconizava Samuel Huntington – mas sim de línguas, consistindo em uma verdadeira “geopolítica da língua” ou “glotopolítica” (Palmeira, 2006).

Por fim, considera-se que, em termos institucionais, o espaço Afro-Ibero-Latino-Americano não deverá ser constituído à semelhança de outras organizações internacionais – ou seja, dotado de inúmeras regras e órgãos; não se considera, igualmente, que tal espaço seja concorrente ou até mesmo excludente das entidades que actualmente representam a lusofonia (CPLP) e a hispanofonia (sobretudo, Secretaria Geral Ibero-Americana – SEGIB e Organização dos Estados Iberoamericanos – OEI).

Pelo contrário, advoga-se que o espaço Afro-Ibero-Latino-Americano seja um ponto de confluência destas e de outras organizações, relativamente flexível e informal, e que vise primordialmente à concertação político-diplomática entre os países lusófonos e hispanófonos. Obviamente, algum grau de permanência será necessário, pelo que a criação de um Secretariado seria adequada para coordenar e monitorar as iniciativas específicas a serem desenvolvidas no seio de cada organização incluída no âmbito desse espaço. Neste caso, as decisões de mais alto nível seriam tomadas no âmbito de Cimeiras a serem realizadas periodicamente e aquelas referentes a um determinado sector específico, no âmbito de reuniões ministeriais igualmente periódicas.

A breve definição do espaço, supra referida, já identifica suas duas características essenciais, determinantes para a sua importância geopolítica e geoestratégica, quais sejam: (i) carácter multicontinental; e (ii) carácter multioceânico. Com efeito, a hispanofonia e a lusofonia, juntas, estão presentes nos cinco continentes. Num contexto de globalização, ou seja, de intensificação das interacções intercontinentais (Keohane e Nye, 2004), em que o poder projecta-se em termos globais (Slaughter, 2004), fazer parte de um espaço pluricontinental pode facilitar a actuação dos países de língua espanhola e portuguesa no sistema internacional contemporâneo, assim como atrair para este espaço a atenção de outros Estados interessados em assumirem um papel de liderança desse sistema.

Além de presentes nos cinco continentes, a hispanofonia e a lusofonia marcam presença em uma grande quantidade de mares e oceanos. Desde o mar Mediterrâneo (Portugal e Espanha) ao Oceano Índico (Moçambique), passando pelo mar das Caraíbas (América Central), Oceano Atlântico – em suas vertentes Norte (Portugal) e Sul (Brasil, Guiné Equatorial e PALOPs, com excepção de Moçambique) e, finalmente, pelo Oceano Pacífico (países hispanófonos sul e centro americanos, México e Timor).

Este carácter multioceânico do espaço Afro-Ibero-Latino Americano confere-lhe uma importância geopolítica e geoestratégica extremamente relevante, sobretudo por duas razões: (i) controle das principais rotas marítimas mundiais; e (ii) domínio de pontos estratégicos em termos de acções militares e de defesa.

Quanto ao primeiro aspecto, refere-se, em primeiro lugar, o domínio do Atlântico Sul. Considerado como a porção do Oceano Atlântico situado abaixo da linha do Equador (Pereira, 1999), o espaço Afro-Ibero-Latino-Americano controlaria

² A Guiné Equatorial obteve sua independência de Espanha em 1968. Actualmente, tem status de observadora na CPLP e desenvolve estreitas ligações com os países de língua portuguesa, em especial os PALOPs, tendo, inclusive, manifestado interesse em adoptar o português como língua oficial – ao lado do espanhol e do francês (Agência Lusa, 2007).

suas vertentes oriental (África – Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe) e ocidental (América do Sul - Brasil e Argentina) (Berbém, 2004). Ademais, dominaria o eixo Natal-Dakar, principal elo de ligação entre as duas vertentes do Atlântico Sul, uma vez que a presença da Guiné Bissau, de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe acarreta uma proeminência no controle do tráfego marítimo no Golfo da Guiné (Berbém, 2004). A importância do Atlântico Sul decorre (i) de seu papel de principal rota de abastecimento dos países desenvolvidos (nomeadamente, Europa e EUA) de produtos agrícolas e matérias-primas oriundas das Américas do Sul e Central e de África austral e (ii) de ser ponto de passagem para outros oceanos – nomeadamente, para o Pacífico e para o Índico (Berbém, 2004; Pereira, 1999). Em segundo lugar, ainda no âmbito do Oceano Atlântico, destaca-se o controle de inúmeros elos de ligação com o Oceano Pacífico, nomeadamente os Estreito de Drake e de Magalhães e o Cabo Horn (Chile), o Canal do Panamá e o Estreito de Yucatán (México) (Berbém, 2004).

Além disso, o espaço Afro-Ibero-Latino-Americano controlaria outros elos de ligação entre mares/oceanos, em especial: (i) o Estreito de Gibraltar (Espanha), porta de entrada para o Mar Mediterrâneo, a partir do Oceano Atlântico (Telo e Gómez, 2000); (ii) a transição entre o Oceano Atlântico e o Índico, na medida em que Angola e Moçambique são importantes postos de paragem e abastecimento nesta rota (Berbém, 2004); (iii) a transição entre o Oceano Pacífico e Índico, devido ao posicionamento estratégico de Timor

Quanto ao segundo aspecto – vale dizer, o domínio de pontos estratégicos em termos de acções militares e de defesa – cumpre observar que as diversas ilhas e arquipélagos pertencentes à hispanofonia e à lusofonia (Açores e Madeira, em Portugal; Canárias e Mallorca, na Espanha; Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, em África; Fernando de Noronha, no Brasil, entre outras) exercem um papel quer de “ferrolhos” ou de “sentinelas” – no sentido de defesa dos respectivos continentes (em especial do europeu) e de instrumentos em uma eventual acção militar intercontinental (Berbém, 2004; Pereira, 1999).

Neste contexto, destaca-se a existência de uma base militar dos EUA nos Açores (base das Lajes), vital para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, conforme sua sigla em inglês) (Berbém, 2004). Recorda-se, também, que a ilha de Fernando de Noronha foi utilizada como base militar aliada, durante a 2ª Guerra Mundial (Pereira, 1999). Refere-se, ainda, que, em um eventual alargamento da NATO para o Atlântico Sul, São Tomé e Príncipe poderá a vir a exercer um papel estratégico (Berbém, 2004). E, por fim, menciona-se que o conjunto de arquipélagos que constitui a chamada “Macaronésia” (O Expresso, 2005) – Cabo Verde, Madeira, Canárias e Açores – pode exercer papel preponderante na defesa do continente europeu (e também da África ocidental) de ameaças externas.

A importância geopolítica e geoestratégica do espaço Ibero-Afro-Americano é reforçada em virtude do potencial desses países em termos de recursos energéticos e minerais e de produção agrícola.³

Consoante dados da Comissão Económica da ONU para a América Latina e Caribe (CEPAL), as reservas petrolíferas da Iberoamérica (Península Ibérica mais América Latina) correspondiam, em 2007, a 9% do total mundial, o que equivale a mais de 116 mil milhões de barris (reservas provadas). A estas cifras deve ser somada a recente descoberta de jazidas na Bacia de Santos, no Brasil – campos Tupi e Carioca – cujos potenciais podem chegar a 8 mil milhões e 33 mil milhões de barris, respectivamente (não contabilizados nos números acima apresentados) (Valor Económico, 2008). Deve-se considerar, ainda, os 500 milhões de barris estimados para Timor Leste (Gomes e Teles, 2002), os 1,1 mil milhões de barris da Guiné Equatorial e os 8 mil milhões de barris em Angola⁴ (Guía Mundial de la Energía, 2007), além da recente descoberta de petróleo em São Tomé e Príncipe. Desta forma, as reservas petrolíferas do Espaço Afro-Ibero-Latino-Americano alcançam, no mínimo, os 166 mil milhões de barris. A título de comparação, a Arábia Saudita – maior reserva petrolífera do mundo – possuía, em 2007, reservas provadas de 262 mil milhões de barris (Guía Mundial de la Energía, 2007).

Em termos de gás natural, a região ibero-americana detém 4% das reservas mundiais, num total de 196 mil milhões de pés cúbicos. A esta cifra devem ser somados os 3,4 mil milhões de pés cúbicos de reservas estimadas em Timor Leste (Gomes e Teles, 2002), bem como as reservas de Moçambique, Guiné Equatorial e Angola (4,5 mil milhões, 1,3 mil milhões e 1,62 mil milhões, respectivamente) (Guía Mundial de la Energía, 2007). No total, o Espaço ora em estudo teria aproximadamente 208 mil milhões de pés cúbicos de reservas de gás natural. Novamente a título exemplificativo, a Rússia – maior reserva de gás natural do mundo – possui um potencial de 1.680 mil milhões de pés cúbicos (Guía Mundial de la Energía, 2007).

Além disso, no que se refere à produção agrícola, a região ibero-americana é responsável por 24,3% da produção mundial de cobre (em que o líder é o Chile), 19,9% da produção mundial de zinco e 15,4% da produção mundial de estanho (produtos em cuja produção a Bolívia ocupa as primeiras posições). Em termos de produção agrícola, a Iberoamérica respondeu por 12% da produção agrícola mundial de 2005, destacando-se a produção de soja (44,7% do total mundial), de frutas e vegetais (11,6% da produção mundial) e de milho (12,8% do total) (CEPAL, 2007).

³ Devido à óbvia inexistência de dados relativos ao espaço em questão, tentar-se-á, na medida do possível, conjugar dados de organizações e países individualmente considerados. Será dada maior importância aos dados da Secretaria Geral Ibero Americana (SEGIB) por esta organização congregar o maior número de países pertencentes ao espaço e porque os países mais relevantes em termos de produção agrícola e industrial do espaço se encontram quer na Península Ibérica, quer na América Latina.

⁴ Em todos os casos, trata-se de reservas provadas.

Por fim, um último aspecto geopolítico e geoestratégico a se ressaltar do espaço Ibero-Afro-Latino-Americano é o seu papel de plataforma interinstitucional, ou seja, de local de interação entre entidades regionais das quais os países lusófonos e hispanófonos fazem parte.

Esta característica já está presente na CPLP, como referido neste trabalho. Contudo, a associação aos países hispanófonos amplifica esta peculiaridade, na medida em que torna disponível para a interação diversas outras organizações – de carácter cultural, económico ou político. No âmbito político-cultural destacam-se a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e a Cultura, que conta com 23 Membros; a já mencionada SEGIB, com 22 Membros; a União Latina, que conta com 37 Membros – embora envolva países de língua francesa e italiana, os lusófonos e hispanófonos predominam; e, finalmente, a Organização dos Estados Americanos, que engloba todos os países do continente americano, com excepção de Cuba; no âmbito político-económico referem-se, dentre outras, a Comunidade Andina – projecto de integração económica que envolve Bolívia, Colômbia, Equador e Peru; o Mercado Comum Centro Americano (Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador); a Cooperação Económica para a Ásia e o Pacífico (em virtude da participação do Chile, México e Peru) e o Acordo de Livre Comércio da América do Norte e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (ambas por causa da presença do México).

A importância para a lusofonia

A importância da associação dos povos lusófonos com os hispanófonos evidencia-se em dois níveis: (i) comunitário, ou seja, considerando-se a CPLP como um todo; (ii) individual, vale dizer, para cada Estado Membro da organização.

No primeiro nível, podem-se apontar três principais benefícios para a CPLP decorrentes da criação de um espaço Afro-Ibero-Latino-Americano, quais sejam: (i) superação de seus problemas internos; (ii) fortalecimento de sua diplomacia cultural face aos países anglófonos e francófonos, especialmente em África; (iii) “desatlantização” de sua actuação.

O primeiro benefício já fora referido no âmbito deste trabalho. A CPLP apenas pode projectar-se externamente de forma efectiva se, internamente, mostrar-se minimamente harmónica e coesa; o potencial geopolítico e geoestratégico de uma associação com os países de língua espanhola pode estimular a reorganização necessária da CPLP, a fim de que este pressuposto para a criação de um espaço Ibero-Afro-Latino-Americano seja mais rapidamente cumprido.

O segundo benefício prende-se com o facto de que, em África, os países de língua portuguesa vêm sendo ameaçados por uma política de expansão linguístico-cultural perpetrada pelos países anglófonos e francófonos (Boschi, 2000, Palmeira, 2006). Neste contexto, em certa medida, insere-se a adesão de Moçambique à Commonwealth e de Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde à Organização Internacional da Francofonia (Palmeira, 2006).

Em virtude disso, a afirmação da língua portuguesa e da lusofonia tornam-se instrumentos de resistência a essa tentativa de expansão (Folgoa, 2002) e representa, portanto, um exercício de diplomacia cultural (Mourão, 2000) ou de glotopolítica (Palmeira, 2006). Exemplos históricos não faltam desta resistência por meio da língua não faltam. O último deles é o de Timor Leste. Com efeito, neste país o português foi adoptado como língua oficial, a despeito de apenas uma parcela reduzida da população o falar, por ter sido um dos principais elementos caracterizadores da resistência timorense face à ocupação indonésia. Em última análise, a resistência cultural e linguística à dominação alheia é inerente à identidade lusófona (Santos, 2000). Assim ocorreu com os celtibéricos – personalizados na figura de Viriato – em relação ao Império Romano; com o condado portugalense – liderado por D. Afonso Henriques – face ao reino de Castela; e também com os líderes e heróis das independências das antigas colónias portuguesas – desde D. Pedro I, no Brasil (D. Pedro IV para Portugal), até Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, entre outros (Santos, 2000).

O terceiro benefício relaciona-se com o facto de que, por razões geográficas, como era de se esperar, a CPLP centrou suas acções e prioridades estratégicas no Atlântico sul (Berbém, 2004; Pereira, 1999). A criação de um espaço Afro-Ibero-Latino-Americano introduz uma dimensão relacionada com o Oceano Pacífico na agenda de actuação da CPLP, permitindo-lhe expandir a sua presença e influência em termos globais e, igualmente, desenvolver novos projectos, iniciativas e oportunidades em termos políticos, culturais e até mesmo económicos.

O segundo nível dos benefícios para a lusofonia de uma concertação com a hispanofonia – vale dizer, o dos países lusófonos individualmente considerados – consiste, na verdade, em um fortalecimento e impulsionamento das aspirações que os países de língua portuguesa já possuíam.

No caso de Portugal, isto representa a consolidação de uma política externa baseada na língua e no fortalecimento de seu papel de interlocutor com o mundo em desenvolvimento (América Latina e África, sobretudo) – traço distintivo de sua actuação no seio da União Europeia e principal fonte de suas vantagens comparativas em termos diplomáticos e geopolíticos dentro desta organização (Berbém, 2004; Folgoa, 2002; Pereira, 1999).

Para o Brasil, uma associação entre países lusófonos e hispanófonos poderia auxiliar na consolidação de seu papel de líder regional latino-americano e de potência global em ascensão (Berbém, 2004; Pereira, 1999), na medida em que as suas aspirações dentro do sistema internacional – assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, ocupação de postos chave em organizações internacionais, etc. – poderiam vir a ser apoiadas por um maior número de países. O mesmo ocorre em relação a Angola, que poderia ver reforçado seu papel de eventual líder regional africano.

Para os PALOPs, por sua vez, a existência de um espaço Afro-Ibero-Latino-Americano potencializaria ainda mais o carácter distintivo que a participação na CPLP lhes traz na interação com os blocos regionais a que pertencem, além de

representar eventuais benefícios económicos (Folgôa, 2002), ao lhes abrir as portas de novos mercados (neste caso, dos países latino americanos de língua espanhola). Ademais, potencializaria a participação desses países no sistema internacional e, sobretudo, permitiria uma diversificação das fontes de ajuda ao desenvolvimento de que beneficiam, hoje concentradas essencialmente em Portugal (Santos, 2003).

Por fim, Timor Leste – à semelhança dos PALOPs – poderia vir a ser mais ouvido no sistema internacional e, em consequência, fortalecer-se-ia em sua luta por manter a autonomia face à Indonésia e a Austrália.

Conclusão

Em suma, o espaço Afro-Ibero-Latino-Americano é, em termos genéricos, algo viável e adequado, e, em termos específicos, importante para os países lusófonos. Sua viabilidade está condicionada a dois factores: (i) à reconfiguração interna da CPLP, em termos de paradigma, natureza, prioridades e desafios; e (ii) à obediência a uma lógica de compatibilidade – não excludente, relativamente flexível e informal – entre as diversas organizações a que os Estados Membros deste Espaço pertencem, a fim de que tal Espaço possa exercer plenamente o seu papel de plataforma interinstitucional e de foro de concertação político-diplomática.

O espaço Afro-Ibero-Latino-Americano é também adequado ao actual contexto do sistema internacional, marcadamente interdependente. Como se pôde demonstrar neste trabalho, ao tentarem actuar conjuntamente no cenário político-diplomático internacional, os países lusófonos e hispanófonos tomam consciência de que, juntos, detêm um potencial geopolítico e geoestratégico inestimável.

Por fim, este espaço é benéfico para os países e povos de língua portuguesa pois, por diversas razões, lhes permite projectarem-se de maneira mais eficaz no sistema internacional, valorizando-se mutuamente e potencializando suas aspirações nacionais, regionais e globais.

Bibliografia

- Agência Lusa. (2007). Guiné Equatorial vai adoptar língua portuguesa como oficial. 02 de Julho. <http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=9074> (consultado na internet em 04 de Maio de 2008).
- Bárbara, A. M. (1999/2000). Dinâmicas e tendências da lusofonia. *Janus*, 99/2000. http://www.janusonline.pt/1999_2000/1999_2000_3_1_10.html (consultado na internet em 24 de Abril de 2008).
- Berbém, A. (2004). Geopolítica da segunda lusofonia. *Janus*, 2004. http://www.janusonline.pt/2004/2004_2_2.html (consultado na internet em 24 de Abril de 2008).
- Boschi, C. C. (2000). CPLP: passado histórico, comunidade contemporânea. In Neves, F. S. (org.), *A globalização societal contemporânea e o espaço lusófono: mitideologia, ralidade e potencialidade*. Lisboa: Editora Universidade Lusófona, (pp 291-301).
- CEPAL. (2007). Espacios Iberoamericanos: comercio e inversión. http://www.eclac.org/publicaciones/xml/8/30378/2007_SEGIB_Espanol_Completo_web.pdf (consultado na internet em 01 de maio de 2008).
- Folgôa, C. (2002). A projecção da lusofonia. *Janus* 2002. http://www.janusonline.pt/portugal_mundo/port_2002_3_2_18_b.html (consultado na internet em 24 de abril de 2008).
- Gomes, R. A. & Teles, M. G. (2002). O Timor Gap e a economia de Timor Leste. *Janus* 2002. http://www.janusonline.pt/2002/2002_2_19.html (consultado em 02 de Maio de 2008).
- Guía Mundial de la Energía. (2007). Ranking año 2006 – reservas de gas. http://países.enerclub.es/ranking1/Reservas%20de%20gas--59/Energy%20Information%20Administration--50/billones%20de%20pies%20c%FAbicos%20%28gas%20natural%29--ener_billPcub%28gn%29/2006/index.html#175--Timor%20Oriental (consultado na internet em 04 de maio de 2008).
- Guía Mundial de la Energía. (2007). Ranking año 2007 – reservas de petroleo. http://países.enerclub.es/ranking1/Reservas%20de%20petr%F3leo--54/Energy%20Information%20Administration--51/miles%20de%20bariles%20%28reservas%20provadas%29--ener_milmibb%28proved%29/2007/index.html#7--Arabia%20Saud%ED (consultado na internet em 04 de maio de 2008).
- Keohane, R. & Nye Jr., J. (2004). Globalization: what's new? What's not? (So what?). In Nye Jr., J., *Power in the Global Information Age: from Realism to Globalization*. Londres: Routledge, (pp 191-200).
- Martins, M. de L. (2004). Lusofonia e Lusotropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. <http://hdl.handle.net/1822/1075> (consultado na internet em 28 de Abril de 2008).
- Moco, M. (2000). A CPLP e os seus objectivos estratégicos. In Neves, F. S. (org.), *A globalização societal contemporânea e o espaço lusófono: mitideologia, ralidade e potencialidade*. Lisboa: Editora Universidade Lusófona, (pp. 303-307).
- Mourão, F. (2000). A CPLP: a base linguística e a base material. In Neves, F. S. (org.), *A globalização societal contemporânea e o espaço lusófono: mitideologia, ralidade e potencialidade*. Lisboa: Editora Universidade Lusófona, (pp 95-107).

- Neves, F. S. (2000). Para uma crítica da razão lusófona: 11 teses sobre a CPLP. In Neves, F. S. (org.), *A globalização societal contemporânea e o espaço lusófono: mitideologia, ralidade e potencialidade*. Lisboa: Editora Universidade Lusófona, (pp 9-20)
- O Expresso (2005). O Atlântico dos pequeninos. 1º de outubro.
- Palmeira, J. (2006). *O poder de Portugal nas Relações Internacionais*. Lisboa: Prefácio.
- Pereira, P. E. M. (1999). *Comunidade de Países de Língua Portuguesa: uma realidade geopolítica*. Tese de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica Lisboa, Lisboa. <http://www.caecplp.org/biblioteca/COUNIDADE%20DE%20PAÍSES%20DE%20LÍNGUA%20PORTUGUESA,%20UMA%20REALIDADE%20GEOPOLÍTICA.pdf> (consultado na internet em 20 de Abril de 2008).
- Santos, P. S. (2000). Do espaço de portugalidade à identidade lusófona. In Neves, F. S. (org.), *A globalização societal contemporânea e o espaço lusófono: mitideologia, ralidade e potencialidade*. Lisboa: Editora Universidade Lusófona, (pp. 267-271).
- Santos, L. A. (2003). Portugal and the CPLP: heightened expectations, unfounded disillusions. In Lloyd-Jones, S. & Pinto, A. C. (eds.), *The last empire: 30 years of Portuguese decolonization*. Bristol: Intellect <http://hdl.handle.net/1822/3079> (consultado em 24 de Abril de 2008). Pp----
- Slaughter, A. (2004). *A New World Order*. Princeton: Princeton University Press.
- Telo, A. J. & Gómez, H. de la T. (2000). Portugal e Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos. Lisboa: Cosmos.
- Tolentino, A. C. (2004). A CPLP na encruzilhada. *Janus* 2004. http://www.janusonline.pt/2004/2004_2_1.html (consultado na internet em 24 de Abril de 2008).
- Valor Económico. (2008). Diretor da ANP anuncia megacampo e cria confusão. 15 de abril. <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=424051> (consultado na internet em 04 de maio de 2008).

Potencial estratégico da língua na geopolítica de Portugal

José António Palmeira

Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais - Universidade do Minho
 palmeira@eeg.uminho.pt

Resumo: A geopolítica de Portugal liga-o a três “grandes espaços”: União Europeia (UE), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A geoestratégia portuguesa segue uma política de “geometria variável” que lhe permite, por exemplo, ser mais influente no espaço europeu devido ao seu vínculo ao espaço lusófono, onde pontificam potências emergentes, como o Brasil e Angola. Num mundo cada vez mais globalizado e aberto, Portugal usa o seu “universalismo” para servir de ponte entre espaços geopolíticos, ao mesmo tempo que se liberta da dependência de uma única hierarquia de potências. A língua portuguesa, comum a oito Estados, reunidos na CPLP, é uma expressão desse universalismo, e como tal tem um potencial estratégico de que Portugal se serve para alcançar os seus objectivos na era global.

Palavras-chave: Geopolítica, estratégia, língua portuguesa

Introdução

A VII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) aprovou a Declaração de Lisboa, em Julho de 2008, considerando o idioma comum aos oito Estados membros um elemento estratégico a potencializar internacionalmente. A decisão foi tomada sob proposta de Portugal – que assumiu a presidência da organização na referida cimeira -, Estado que antes aprovara o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. O Instituto Camões, na dependência do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, sob a alçada da CPLP, são duas das instituições vocacionadas para a defesa e a promoção da língua portuguesa no mundo.

O presente artigo visa equacionar o potencial estratégico da língua na geopolítica de Portugal, a partir da análise à orientação seguida em matéria de política externa. Sendo o português um idioma com expressão universal e estando o sistema internacional cada vez mais globalizado, com uma matriz anglo-saxónica, em que medida a língua de Camões pode potencializar a diplomacia portuguesa? Será o actual modelo da CPLP o mais consentâneo com esse objectivo, ou entidades como a Commonwealth e a Organização Internacional da Francofonia - com ênfase maior na cooperação económica e cultural, respectivamente - ajustar-se-ão melhor a esse desiderato? Estas são questões às quais se procura dar resposta, retomando o autor reflexões que anteriormente expressou noutros artigos.

1. A geopolítica

A geopolítica é uma metodologia de análise que evidencia a influência do espaço (geográfico) na determinação do poder dos Estados nas relações internacionais. Sem o determinismo que lhe era atribuído pelos autores clássicos, a

geopolítica mantém hoje a sua validade, embora o seu significado seja por vezes banalizado dada a frequência com que a expressão é utilizada.

A geopolítica moderna libertou-se do complexo “imperialista” que a identificava com a Escola de Munique que na primeira metade do século vinte inspirou e “legitimou” o expansionismo alemão. Também se esvaneceu a disputa de supremacia entre os poderes terrestre, marítimo e aéreo. Sobrevive, no entanto, a teoria dos grandes espaços, antes concebida na base de um modelo de pan-regiões, cada uma com um Estado-director e interligados num eixo para controlo do poder mundial.

Os grandes espaços têm hoje tradução nas organizações internacionais, onde os Estados cooperam num plano intergovernamental, podendo também delegar soberania numa estrutura supranacional (com se verifica com a União Europeia). A cooperação pode ter um carácter geral ou especializado e uma dimensão global ou regional, sendo nestas que melhor se evidencia a diversidade geopolítica.

Embora a tese dos Estados-directores seja rejeitada pelos Estados cooperantes, a verdade é que a experiência demonstra que rara é a organização internacional onde não existe uma hierarquia de potências. Aliás, quando uma liderança não se vislumbra, como é o caso da União Africana, o organismo revela maior dificuldade de afirmação.

Um dos melhores exemplos dessa hierarquia é dado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde cinco Estados - China, Estados Unidos da América (EUA), França, Reino Unido e Rússia) são membros permanentes e têm direito de veto. Embora não assumida, conhece-se a supremacia dos EUA no seio da Aliança Atlântica, em grande medida ditada pela sua superioridade militar, ou do eixo franco-alemão na União Europeia, em parte mercê do seu maior potencial económico.

Num sistema internacional com estas características - e mais complexo pela emergência de novos actores, não estatais e transnacionais, com diferentes legitimidades - a função de um Estado de pequena/média dimensão torna-se mais exigente.

A competitividade dos Estados mede-se pela sua capacidade de influenciar a rede (ou parte dela) em que se transformou o sistema internacional, seja no plano regional ou global. A globalização tem uma marca acentuadamente anglo-saxónica, não só no plano económico e financeiro mas também nos mercados ditos culturais. Poucos Estados são capazes de, por si só, alcançar os seus objectivos estratégicos, daí o recurso à cooperação bilateral e multilateral como forma de os materializar.

2. Geopolítica de Portugal

A geopolítica de Portugal liga-o a três “grandes espaços”: União Europeia (UE), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Pelo seu grau de integração e pelo seu carácter supranacional - no pilar da união económica e monetária - a UE é o vínculo geopolítico mais forte. No entanto, esta realidade não menoriza, antes valoriza, as restantes alianças, uma vez que Portugal maximiza o seu poder em cada uma delas mercê da sua ligação às restantes, através de uma política de “geometria variável”.

Um dos exemplos mais recentes desse exercício geoestratégico ocorreu durante a presidência portuguesa da União Europeia, no segundo semestre de 2007, marcada pela realização da primeira cimeira UE-Brasil e da segunda cimeira UE-África. A primeira cimeira entre europeus e africanos já havia sido organizada durante uma presidência portuguesa da UE, em 2000, juntamente com a primeira cimeira UE-Índia.

O Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) são uma prioridade da política externa do Estado português que vê na CPLP não só um espaço de cooperação lusófona mas também um instrumento de valorização no seio da União.

Criada em 1996, depois de saradas as feridas da descolonização - tardia (no tempo) e apressada (na execução) - e enterrada a Guerra Fria, a CPLP tem funcionado ao sabor das vicissitudes internas dos seus Estados membros. Guerras civis em alguns dos PALOP e menor empenhamento do Brasil nas questões internacionais comprometeram os objectivos ambiciosos da organização. A pacificação em Angola e a mudança de paradigma no Brasil, projectam estes países como potências regionais e candidatos a um maior protagonismo no sistema internacional contemporâneo.

Portugal, Brasil e Angola são os principais motores da CPLP. Portugal, pela estabilidade política e integração num “grande espaço” (UE) que é um actor global do sistema internacional e outro (OTAN) que apresenta as mesmas características no âmbito da segurança. O Brasil, por se tratar de uma potência regional (Mercosul), o quinto maior país do mundo, com elevados recursos humanos e naturais, é potencial candidato a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Angola, como potência regional emergente ao nível da África Austral e da União Africana, dispõe igualmente de recursos naturais importantes que lhe têm propiciado um significativo crescimento económico. Estes três Estados formam dentro da CPLP um “triângulo estratégico” capaz de maximizar as potencialidades de cada um.

No caso português, o aprofundamento da comunidade lusófona dá-lhe mais poder no âmbito da UE, onde o País é periférico e tem uma demografia pouco significativa. Isso é relevante, por exemplo, para a defesa da língua portuguesa num cenário de criação de línguas de trabalho na UE, dado o argumento de Portugal de que a União é um actor global e a língua portuguesa é a terceira mais falada no Ocidente e língua de trabalho de organizações com as quais a UE se relaciona.

Por outro lado, Portugal é Atlântico e esta é outra especificidade importante que o diferencia de outros Estados europeus. Em termos de segurança global, e face ao alargamento do conceito estratégico da OTAN para operações “fora-de-área”, o Brasil e Angola são relevantes em termos de Atlântico Sul.

Pelas razões aduzidas, Portugal aposta no aprofundamento político da CPLP, dado o interesse do País em diversificar a sua política de alianças e não ficar dependente de uma única hierarquia de potências. O reforço do pilar lusófono é ainda mais necessário numa altura em que se acentuam os efeitos de uma crise financeira e económica global.

3. Língua portuguesa

A língua portuguesa representa 17 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) português, revelam as conclusões preliminares de um estudo - encomendado pelo Instituto Camões ao ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), em 2007¹. Segundo o investigador José Paulo Esperança Pina, o valor encontrado é “superior em dois pontos base ao de Espanha”, país que em 2003 realizou um estudo com base em métodos que foram agora aplicados à língua portuguesa.

A língua portuguesa é o terceiro idioma mais falado no Ocidente e o sexto a nível mundial. Com cerca de duzentos milhões de falantes, dispersos por todos os continentes, o português é língua oficial de oito Estados e o principal cimento da CPLP, organização que protagoniza uma geoestratégia lusófona no quadro de uma globalização de matriz anglo-saxónica. Portugal investe na lusofonia cuja dimensão o valoriza na União Europeia e na Aliança Atlântica.

O português é língua materna ou oficial de cerca de 3,8 por cento da população mundial, numa área de 10 milhões e 500 mil quilómetros quadrados que corresponde a cerca de oito por cento do mundo habitado². O Instituto Camões projecta que, com a evolução demográfica, o número de falantes do português aumente para 286 milhões, em 2025, e para 336 milhões, em 2050³.

O Observatório da Língua Portuguesa estimou, em 2007, o número de falantes de português como língua materna em 204.654.678. Este valor foi calculado a partir de uma população de 235.807.886, correspondente aos oito Estados membros da CPLP, e entra em linha de conta com o facto de em muitos desses países a percentagem de falantes de português ser minoritária. Os casos mais flagrantes são a Guiné-Bissau (5 por cento), Timor-Leste (6 por cento) e Moçambique (6,5 por cento). Angola e Cabo Verde apresentam percentagens de 40 por cento e São Tomé e Príncipe surge numa posição intermédia, com 20 por cento. Brasil e Portugal são os únicos casos onde o número de falantes é quase coincidente com o da população.

Cálculo de Falantes de Português como Língua Materna nos países CPLP (7 de Julho de 2007):

Países CPLP	WB, 2004	CPLP	INE	V. considerado	Percentagem c.	Falantes LM
Angola	15.900.000	13.900.000		14.900.000	40%	5.960.000
Brasil	186.400.000	186.770.562	189.222.071	187.464.2117	99,7%	186.901.818
Cabo Verde	506.800	511.000		508.900	40%	203.560
Guiné-Bissau	1.600.000	1530.000		1.565.000	5%	78.250
Moçambique	19.800.000	19.400.000	19.888.701	19.696.234	6,5%	1.280.255
Portugal	10.600.000	10.544.200	10.549.424	10.564.541	96%	10.141.960
S. Tomé e Príncipe	156.500	162.000		159.250	20%	31.850
Timor Leste	975.500	924.000		949.750	6%	56.985
TOTAL				235.807.886		204.654.678

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

WB - The World Bank Group

INE - Institutos Nacionais de Estatística (no caso, Brasil, Moçambique e Portugal)

V. considerado: valor considerado relativo à população do país

Percentagem c.: Percentagem calculada de falantes de Português como Língua Materna

LM: língua materna

Fonte: Observatório da Língua Portuguesa⁴

¹ Instituto Camões (2008). Língua representa 17% do PIB em Portugal. http://www.instituto-camoes.pt/index2.php?option=com_content&task=view&id=100... (consultado na Internet em 22 de Novembro de 2008).

² Alves, Dário Castro (1999). Glotopolítica, Línguas do Mundo, Lusofonia e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Anglofonia. Russofonia. *Cultura*, XI. Lisboa: CHC/UNL.

³ Público (2001). Números do Instituto Camões. 5 Fevereiro de 2001.

⁴ Observatório da Língua Portuguesa (2007). <http://www.observatoriopl.com/cgi-bin/main?mmod=page&pg=148> (extraído da Internet em 22 de Novembro de 2008).

Angola é o país africano onde a língua portuguesa se encontra melhor implantada. Segundo Jorge Couto, verifica-se mesmo “uma crescente afirmação do português na SADC [Comunidade de Desenvolvimento da África Austral] e no Mercosul [Mercado Comum do Sul], que está a irradiar para os países limítrofes”⁵.

A língua é um importante instrumento de aproximação entre os povos, como o demonstra a especial ligação entre o Norte de Portugal e a Galiza (uma das dezassete comunidades autónomas de Espanha). A afinidade linguística é a principal razão apontada para esse facto⁶. Com efeito, num congresso sobre a situação da língua portuguesa no mundo, realizado em Lisboa, em 1983, ficou sublinhado que “o galego e o português são normas cientificamente reconhecidas do mesmo sistema que engloba as comunidades linguísticas luso-brasileiro-africanas”⁷. No ano seguinte, em Ourense, o I Congresso da Língua Galego-Portuguesa reafirmou que “as duas formas do galego e do português constituem um mesmo sistema linguístico, uma mesma língua”⁸.

Um número estimado em vinte e cinco mil pessoas manifestou-se, no dia 18 de Maio de 2008, em Santiago de Compostela, em defesa da língua galega. “O que nós exigimos, acima de tudo, é o reconhecimento da condição internacional da nossa língua que é falada por centenas de milhões de pessoas no mundo, quer como língua nativa, como é o caso dos galegos, quer como língua oficial de oito Estados”⁹, afirmou, nessa ocasião, Alexandre Banhos Campo, um dos mentores da iniciativa.

O português também perdura oficialmente em Macau, Região Administrativa Especial da República Popular da China, estatuto que adquiriu em 1999 (20 de Dezembro), culminando mais de 400 anos de soberania portuguesa. Esta cidade do Oriente – conhecida pelos seus casinos – acolheu, em Outubro de 2006, a primeira edição dos Jogos da Lusofonia¹⁰.

Ainda há vestígios do idioma português noutras comunidades asiáticas, como em Malaca (Malásia) e em Goa - um dos 25 estados da União Indiana, onde, quarenta anos depois da perda da soberania portuguesa (1961), metade dos membros do governo estadual sabiam falar português¹¹.

O Instituto Camões, criado em 1992 – sucedendo ao Instituto de Cultura e Língua Portuguesa -, está sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros e tem como função promover a língua e a cultura portuguesas no mundo. A internacionalização do português está nas prioridades do Governo de Lisboa e tem por base um estudo coordenado pelo filólogo Carlos Reis que dá conta do interesse crescente pela aprendizagem da língua¹².

A um escritor lusófono, o português José Saramago, foi atribuído, em 1999, o Prémio Nobel da Literatura, um ano depois de dois outros lusófonos, os timorenses D. Ximenes Belo (então Bispo de Díli) e José Ramos Horta (actual Presidente da República de Timor-Leste), terem sido agraciados pela academia sueca com o Prémio Nobel da Paz, em reconhecimento do seu papel na libertação daquele território.

Alguns portugueses ocupam, actualmente, cargos com relevância internacional. São os casos de José Manuel Durão Barroso (presidente da Comissão Europeia), António Guterres (Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados) e Jorge Sampaio (Alto-Representante das Nações Unidas para o Diálogo das Civilizações). Diogo Freitas do Amaral presidiu à Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 1995, ano do cinquentenário da organização, e o embaixador José Cutileiro foi secretário-geral da União da Europa Ocidental (UEO), entre 1994 e 1999. Ainda no espaço lusófono, o então chefe de Estado de Moçambique, Joaquim Chissano, presidiu à União Africana, entre 2003 e 2004.

4. Geoestratégia lusófona

Instituída em 1996 (17 de Julho), em Lisboa, com o intuito de promover “a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum”¹³, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é um espaço geopolítico que envolve oito Estados de diferentes continentes: Um europeu (Portugal), um sul-americano (Brasil), cinco africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e um da Ásia/Oceania (Timor-Leste)¹⁴.

Conferência de Chefes de Estado e de Governo, Conselho de Ministros, Comité de Concertação Permanente e Secretário Executivo são os principais órgãos da CPLP que prossegue “a concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fóruns internacionais; a

⁵ Couto, Jorge (2001). Língua Portuguesa: Perspectivas para o Século XXI. *Instituto Camões*. <http://www.instituto-camoes.pt>.

⁶ A tradição cultural galaico-portuguesa viu frustrada, em 2005, pela UNESCO, a sua classificação como Património Imaterial da Humanidade.

⁷ Tápia, Bieito Seivane et al. (1997). *Galiza Portugal - Uma Só Nação*. Lisboa: Nova Arrancada, (pp. 79-100).

⁸ Ibidem.

⁹ RTP (2008). Galiza: 25 mil pessoas em defesa da língua galega contra ofensiva do castelhano. <http://www1.rtp.pt/noticias/?article=346847&visual=26&tema=5> (consultado na Internet em 19 de Maio de 2008).

¹⁰ A primeira edição dos Jogos da Lusofonia teve a participação de cerca de 1500 atletas, em sete modalidades desportivas, oriundos dos oito países de língua oficial portuguesa e de Macau - que tem selecções a disputar algumas competições internacionais, como aconteceu no último Campeonato do Mundo de Hóquei em Patins.

¹¹ Público (1999). Governo de Goa fala português. 4 Dezembro de 1999.

¹² Expresso (2008). Está na moda aprender português. 5 Julho de 2008.

¹³ Declaração Constitutiva da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, <http://www.cplp.org>.

¹⁴ A Guiné Equatorial e a Ilha Maurícia, desde 2006, e o Senegal, desde Julho de 2008, têm o estatuto de Observadores Associados. A Indonésia poderá solicitar estatuto semelhante.

cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico; a materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa”¹⁵.

A CPLP reforçou a sua operacionalidade com a criação de uma Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (2002) e uma Assembleia Parlamentar (2007). Já antes haviam sido instituídos um Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa – que desde 2000 coordena exercícios militares conjuntos (Felino) – e um Centro de Análise Estratégica, com sede em Maputo (Moçambique).

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa, com sede na Praia (Cabo Verde) e dirigido pela linguista angolana Amélia Mingas, foi criado em 1989, pelos países lusófonos reunidos em São Luís do Maranhão (Brasil). Tem entre os seus objectivos a concretização do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, cuja primeira versão foi assinada em Lisboa, em Dezembro 1990. O acordo foi ratificado por Portugal, Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e a sua entrada em vigor, em 2009, facilita o propósito anunciado pelos chefes de Estado e de Governo da CPLP, na cimeira de Lisboa, em 2008 (25 de Julho), de tornar o português uma das línguas oficiais das Nações Unidas (ao lado do árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo).

O cimento que liga os Oito é, sobretudo, a língua portuguesa, falada ou entendida em percentagens variáveis, consoante o país, mas também o lastro histórico de uma vivência conjunta (durante o colonialismo) que hoje se manifesta nalguma miscigenação cultural, com reflexo nas migrações e na difusão internacional de canais televisivos lusófonos¹⁶.

Adriano Moreira constata que “em toda a parte, aquilo que avulta como menos vulnerável, e como cimento mais forte, é realmente a língua, e, com ela, se a capacidade existir e a vontade não faltar, o veículo cultural capaz de disputar o seu espaço e de o fazer crescer”¹⁷. Yves Marek, por ser seu turno, sublinha “a emergência nas relações internacionais do fenómeno cultural [que] adquiriu recentemente dignidade geopolítica”¹⁸ e dá o exemplo da política francesa de francofonia como “um projecto essencialmente político”¹⁹. Isso já havia sido admitido por Zbigniew Brzezinski quando, em 1990, considerou que o factor militar iria “perder a sua importância, com a desaparecimento da ameaça soviética”, a favor do “sucesso económico” e da “influência cultural”, dando o exemplo dos Estados Unidos da América cujo poder “é, em grande parte, o seu domínio no mercado mundial das comunicações”, uma vez que “oitenta por cento das palavras e imagens que circulam no mundo provêm dos Estados Unidos”²⁰.

O “espaço lusófono” tem potencialidades para ser uma “marca” (de origem portuguesa) no mercado global do sistema internacional, assim os (oito) Estados que o representam consigam convergir em políticas que, para além da defesa e promoção da língua comum, passem pela institucionalização de uma cooperação alargada a outros domínios de interesse mútuo. Portugal, o Brasil e Angola apresentam-se, face ao seu potencial regional, manifesto ou latente, como os mais capazes de funcionar como dinamizadores de um tal projecto.

José Aparecido de Oliveira, antigo embaixador do Brasil em Portugal e um dos principais impulsionadores da CPLP, considera que “no campo do processo de regionalização e globalização, é possível pensar num enlace triangular envolvendo os espaços regionais do Mercosul, da União Europeia e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, centrado em interesses reais e complementares dos três potenciais parceiros regionais”²¹.

Eduardo Lourenço cita o ex-presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, quando este advertiu que “o facto de usarmos a mesma língua não significa que tenhamos a mesma cultura”²². Lourenço considera que «só para nós portugueses, a lusofonia e a mitologia da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa é imaginada como uma totalidade ideal compatível com as diferenças culturais que caracterizam cada uma das suas componentes”²³. A sua convicção é a de que “os três anéis, a que podem assimilar-se as relações de Portugal com África e Brasil no domínio cultural, relevam não só de temporalidades diversas, como explicitam modelos culturais de funcionamento diferente, determinados pelo jogo subtil entre as similitudes e as dissemelhanças que caracterizam as relações entre eles”²⁴.

Aparecido de Oliveira sublinha o facto de a CPLP ter sido criada “numa fase pós-colonial, o que lhe confere a vantagem de afastar uma postura de subordinação cultural a qualquer dos seus membros”²⁵. Esse não é, no entanto, um entendimento generalizado. Por exemplo, o escritor angolano Carlos Pacheco opina que a lusofonia “não passa de um projecto historicamente adulterado, sem nenhuma simbiose com o imaginário dos angolanos e dos moçambicanos”, sendo “quando muito, um mito para Portugal e as suas elites, reflexo talvez de um saudosismo pela perda do Império”²⁶. Outro escritor, António Tabucchi, contestou (no jornal Monde, durante o Salão do Livro de Paris, em 2000) “a política da lusofonia que utiliza a frase de Pessoa ‘a minha pátria é a língua portuguesa’ como ‘uma marca de dentífrico para conquistar mercado’,

¹⁵ Artigo 3º dos Estatutos da CPLP.

¹⁶ A Rádio Televisão de Portugal (RTP) tem uma emissão internacional (RTP-Internacional) e uma específica para África (RTP-África)

¹⁷ Moreira, Adriano et al. (1999). *A Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa*. Sintra: Atena/IAEM, (p. 26).

¹⁸ Marek, Yves (1999). *La dynamique des ensembles géo-linguistiques et culturels*. *Revue Française de Géoeconomie*, 10.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ Mattelart, Armand (1997). *A Comunicação-Mundo – História das Ideias e das Estratégias*. Lisboa: Instituto Piaget, (p. 189).

²¹ Oliveira, José Aparecido de et al. (1999). *A Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa*. Sintra: Atena/IAEM, (p. 41).

²² Lourenço, Eduardo (1999). *A Nau de Ícaro, seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, (p. 167).

²³ *Ibidem*, (p. 179).

²⁴ *Ibidem*, (p. 168).

²⁵ Oliveira, José Aparecido de et al. *op. cit.*, (p. 41).

²⁶ Pacheco, Carlos (2000). Lusofonia e regimes autoritários em África. *Público*. 3 Fevereiro de 2000.

tornando-a ‘ignóbil’²⁷. As próprias comemorações dos 500 anos da descoberta do Brasil, em Porto Seguro, no ano 2000, foram mal recebidas por alguns sectores daquele país sul-americano que evocaram a conotação “colonialista” do evento.

A CPLP, segundo a terminologia de Olivier Dollfus - usada para classificar a Commonwealth e a Organização Internacional da Francofonia (OIF) – inserir-se-ia nos “clubes de nostalgia”²⁸. Mas há autores, citando Pascal Boniface, que justificam a criação dessas comunidades com base numa espécie de determinismo: “os impérios podem desaparecer, porém permanece deles alguma coisa, uma aspiração difusa para a unidade: a própria União Europeia [...] seria a herdeira de Carlos Magno”²⁹.

De acordo com José Carlos Venâncio, a lusofonia deve ser “um projecto político e estratégico protagonizado por aqueles que, falando e revendo-se, em termos identitários, na língua portuguesa, procuram fortalecer a sua base negocial num mundo globalizado”³⁰. José Aparecido de Oliveira concebe-a como uma comunidade fundada sobre a unidade da língua e um projecto de geopolítica e de geoeconomia. Dário Castro Alves acrescenta que “ao lado da geopolítica, poder-se-ia mesmo pensar numa glotopolítica [...] como a doutrina, prática ou disciplina que compendiar e estudaria as relações de um Estado ou de uma nação com os demais, no plano regional como no plano multilateral amplo, do ponto de vista da situação da sua língua como instrumento de presença e posicionamento na comunidade internacional”³¹.

Adriano Moreira propõe um “entendimento lusotropical dos valores actuais da globalização da Nova Ordem”, considerando a lusofonia “a mais importante componente da herança cultural lusíada espalhada pelo mundo” e a Igreja Católica “a instituição mais presente em todo o património comum deste espaço”³².

Num estudo sobre a CPLP no contexto da globalização, Adelino Torres e Manuel Enes Ferreira concluem que as vantagens da existência desta organização “decorrem menos do económico do que do conjunto, assaz impreciso, aliás, dos factores socioculturais e linguísticos, na medida em que estes facilitam diálogos cruzados, com incidências em vários planos, incluindo o da economia”³³.

O mesmo trabalho revela que, em termos económicos, Portugal ocupa um “papel central” no espaço intra-CPLP, dado que, apesar da primazia dada à integração europeia, “nunca deixou de olhar para as suas ex-colónias como um importante prolongamento estratégico, embora de “segunda linha”, na vertente económica”³⁴.

Há complementaridades entre os países lusófonos que, devidamente aproveitadas, através de uma colaboração mais intensa e de estratégias comuns, podem gerar externalidades positivas. O aprofundamento da cooperação nos mais diferentes domínios - incluindo o estabelecimento da “cidadania lusófona” (caso a reciprocidade de direitos seja compatível com a cidadania da União Europeia), a criação de uma força militar conjunta capaz de intervir em operações de manutenção de paz e a instituição da assembleia parlamentar da CPLP35 -, reforça a posição de cada um dos membros da CPLP ao nível do respectivo bloco regional e permite-lhes, sempre que seja do seu interesse, actuar concertadamente nos fora internacionais.

Portugal e o Brasil contam-se entre os 22 Estados membros da Comunidade Ibero-Americana, uma entidade ainda pouco institucionalizada, dado assentar num modelo de cimeiras (desde 1991) que se tem revelado pouco produtivo para o conjunto dos países de línguas portuguesa e espanhola que a integram.

Os países lusófonos e hispanófonos fazem igualmente parte da União Latina, onde também pontificam Estados francófonos e de línguas italiana e romena, num total de 37. Trata-se de uma organização que, apesar da sua longevidade (a sua convenção data de 1954), não tem conseguido impor a latinidade num mercado cultural cada vez mais competitivo e dominado pelo modelo anglo-saxónico.

Três Estados da CPLP – Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe – integram a Organização Internacional da Francofonia que reúne um total de 55 Estados membros e 13 observadores. Instituída em 1998, com sede em Paris, a OIF tem como antecedentes a Agência de Cooperação Cultural e Técnica (1970), a I Cimeira da Francofonia (1986) e a Agência Intergovernamental da Francofonia (1996), reunindo Estados que representam cerca de 500 milhões de pessoas de cinco continentes.

Um outro país da CPLP – Moçambique – aderiu à Commonwealth cujas raízes remontam a 1931 e que integra 53 Estados que albergam cerca de 30 por cento da população mundial. Consolidada em 1965 com uma estrutura permanente e presidida, simbolicamente, pelo monarca inglês, a comunidade criada em torno de países nascidos do antigo império britânico é um caso de longevidade.

²⁷ Público (2000). A lusofonia é “uma marca dentífrica”. 19 Março de 2000.

²⁸ Dollfus, Olivier (2000). *La nouvelle carte du monde*. Paris: PUF, (p. 28).

²⁹ Boniface, Pascal (1997). *Dicionário de Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano, (p. 188).

³⁰ Venâncio, José Carlos (2000). Lusofonia, pós-nacionalismo e criatividade literária. Conferência proferida na Universidade do Minho (UM), em 30 de Novembro de 2000, no âmbito do colóquio “Lusofonias – Polifonias”, promovido pelo Centro de Estudos Humanísticos da UM.

³¹ Alves, Dário Castro (2000). *Luso-Brasilidades nos 500 Anos*, Cascais: Eurorape, (p. 110).

³² Moreira, Adriano (1999). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, (pp. 473-474).

³³ Torres, Adelino & Ferreira, Manuel Enes (2001). A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: Problemas e perspectivas. In Adriano Moreira (coord.), *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina, (p. 29).

³⁴ *Ibidem*, (p. 25).

³⁵ No V Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, realizado em Luanda, em Abril de 2006, foi proposta a revisão dos estatutos da CPLP no sentido da institucionalização de uma assembleia parlamentar da organização (“Jaime Gama propôs criação de Parlamento da CPLP”, *Expresso*, 8 Abril de 2006).

A maior consolidação da Commonwealth, quando comparada com a OIF, cujo número de membros é semelhante, é em grande medida atribuída ao facto de a cooperação económica ser uma das bases da sua coesão. Com efeito, a OIF, embora mais recente, enveredou sobretudo pela cooperação cultural, caminho que de resto também está a ser seguido pela CPLP.

O universalismo da língua portuguesa é um importante argumento da política externa de Lisboa, não só no seu relacionamento com os países que a adoptaram como oficial, mas também no contexto de outros “grandes espaços”, como o da União Europeia e o da Aliança Atlântica.

O facto de a UE se apresentar como um espaço aberto ao mundo (global), e não fechado como uma fortaleza, favorece os interesses de Portugal que sempre cultivou o universalismo e tem nesta característica um dos seus principais trunfos na era global.

No prisma económico, o interesse da UE em cooperar com mercados regionais como o Mercosul (onde pontifica o Brasil) ou a SADC (que inclui Angola e Moçambique), releva o papel de Portugal que é parceiro desses Estados na CPLP.

A Comissão Europeia reafirmou o seu “compromisso” com o multilinguismo na UE, frisando que “é a diversidade que faz da União Europeia aquilo que ela é: não um cadinho no qual as diferenças se esbatem, mas uma casa comum, na qual a diversidade é celebrada e onde as nossas muitas línguas maternas constituem uma fonte de riqueza e uma via aberta para uma maior solidariedade e compreensão mútua”³⁶.

No entanto, numa altura em que a UE tem 27 Estados membros e 23 línguas oficiais e em que se fala de “directórios”, de “Europa a várias velocidades” e da necessidade de contenção orçamental, não admira que, mais dia menos dia, se coloque em cima da mesa a possibilidade de criação de línguas de trabalho nas instituições comunitárias³⁷. Nesse cenário, o principal argumento a que Portugal poderá recorrer para tentar garantir a presença da sua língua nesse núcleo restrito será a universalidade do português – língua de trabalho em organismos internacionais como a Organização dos Estados Americanos; União Africana; Países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP); União Latina; União Económica e Monetária Oeste-Africana; Mercosul; SADC – e o facto, já referido, de a UE ser um bloco geopolítico com vocação global e não apenas regional.

No que concerne à Aliança Atlântica, da qual Portugal é membro fundador (1949), as mudanças ocorridas no sistema internacional com o fim da Guerra Fria e a proliferação de um terrorismo transnacional - com particular repercussão nos atentados de Nova Iorque (2001), Madrid (2004) e Londres (2005) -, fizeram a organização rever o seu conceito estratégico e alargar os seus interesses a outras zonas do globo, a começar pelo Atlântico Sul. Nas suas margens pontificam, como potências regionais, o Brasil e Angola, sendo também de destacar, pela sua importância geoestratégica, o arquipélago de Cabo Verde, e pelo seu potencial petrolífero, o arquipélago de São Tomé e Príncipe.

Relativamente aos restantes países de língua oficial portuguesa, a Guiné-Bissau está numa situação de ponte entre as Áfricas árabe e negra, enquanto que Moçambique é um importante aliado da África do Sul, nas margens do Índico. Por seu turno, Timor-Leste localiza-se num corredor oceânico entre o Índico e o Pacífico e tem no petróleo do Mar de Timor uma das suas riquezas naturais, que partilha com a Austrália.

As guerras civis em Angola e Moçambique, a sucessão de golpes militares na Guiné-Bissau e a instabilidade política em São Tomé e Príncipe, fragilizaram estas antigas colónias portuguesas que em 1975 ascenderam à independência, na sequência da mudança de regime operada em Portugal em 1974 (25 de Abril). Os seus problemas internos, agudizados pela Guerra Fria, até finais da década de oitenta, limitaram a sua acção externa e atrasaram o processo da criação da CPLP que apenas se institucionalizou em 1996, por impulso do Brasil. Este país, que é o que maior potencial apresenta de entre os Oito, não se tem empenhado totalmente no aprofundamento da organização, facto a que não será estranha a sua característica de subcontinente, mais fechado sobre a sua própria realidade do que interessado nas grandes questões internacionais.

Em termos globais, a estratégia lusófona visa objectivos como ajudar a colocar o Brasil entre os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tal como, no passado, se orientou, com sucesso, para a independência de Timor-Leste (2002), face à ocupação pela Indonésia (1975) deste território sob administração portuguesa.

Conclusão

Num mundo cada vez mais globalizado, a fronteira entre a política interna e a política externa dos Estados é cada vez mais ténue. No sistema internacional de poderes que funciona em rede e onde vigora a “lei dos mais forte”, seja ele público ou privado, as alianças que os Estados estabelecem entre si servem para potencializar a sua influência e otimizar os seus ganhos através de uma política de “geometria variável”. Daí a importância da diversificação das relações e da participação em “grandes espaços”, tenham eles carácter económico (como o Mercosul) ou político-cultural (como a CPLP).

O “espaço lusófono” tem potencialidades para ser uma “marca” no mercado global, assim os (oito) Estados que o representam consigam convergir em políticas que, para além da defesa e promoção da língua comum (a terceira mais falada no Ocidente e um idioma global, utilizado em cinco continentes), passem pela prossecução de uma cooperação alargada a outros domínios de interesse mútuo.

³⁶ “Um novo quadro estratégico para o multilinguismo”, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Conselho Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, COM (2005) 596 final, Bruxelas, 22 Novembro de 2005.

³⁷ Público (2004). Multilinguismo é o grande quebra-cabeças da UE alargada. 8 Junho de 2004; PCP alerta para fim do português na União Europeia. 25 Outubro de 2004.

A experiência de organizações congêneres, como a Commonwealth e a OIF, demonstra que a cooperação económica – subdesenvolvida na CPLP – gera mais sinergias do que a cooperação cultural, o que recomenda um maior investimento do espaço lusófono na primeira dessas componentes. Naturalmente que não são exclusivas, dado que se potencializam mutuamente.

O Brasil, Portugal e Angola apresentam-se, em face do seu protagonismo regional (ao nível da América Latina, União Europeia e África Austral, respectivamente), como os mais capazes de funcionar como “motor” da CPLP - sem esquecer a importância geoestratégica de Cabo Verde, na fronteira entre o Atlântico Norte e Sul; de São Tomé e Príncipe, na rota do petróleo; da Guiné-Bissau, na transição entre a África Árabe e Negra; de Moçambique, pelas suas relações privilegiadas com a África do Sul e Austral; de Timor-Leste, na ligação entre os oceanos Índico e Pacífico.

A comunidade lusófona aspira a que o Brasil ascenda a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, numa futura reformulação deste órgão. O Brasil e Angola são dois países fundamentais para a segurança do Atlântico Sul, o que os torna potenciais cooperantes de uma Aliança Atlântica – de que Portugal é membro fundador – cada vez mais “mundializada”, com a introdução no seu conceito estratégico da possibilidade de intervenções “fora-de-área”, o que lhe permite actuar para além do Atlântico Norte.

Num cenário internacional de incerteza e de globalização das ameaças (como o terrorismo), a diversificação da política de alianças confere aos Estados um grau maior de autonomia de decisão, dado que não ficam dependentes de uma única hierarquia de potências.

A língua de Camões e o projecto político alicerçado na lusofonia e com expressão na CPLP têm um potencial estratégico de que Portugal se serve para maximizar o seu poder no sistema internacional e materializar os seus objectivos geopolíticos.

Bibliografia

- Alves, Dário Castro (1999). Glotopolítica, Línguas do Mundo, Lusofonia e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Anglofonia, Russofonia, Cultura, XI. Lisboa: CHC/UNL.
- Couto, Jorge (2001). Língua Portuguesa: Perspectivas para o Século XXI. Instituto Camões. <http://www.instituto-camoes.pt>.
- Dollfus, Olivier (2000). La nouvelle carte du monde. Paris: PUF.
- Lourenço, Eduardo (1999). A Nau de Ícaro, seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia. Lisboa: Gradiva.
- Marek, Yves (1999). La dynamique des ensembles géo-linguistiques et culturels. Revue Française de Géographie, 10.
- Mattelart, Armand (1997). A Comunicação-Mundo – História das Ideias e das Estratégias. Lisboa: Instituto Piaget.
- Mateus, Maria Helena Mira (2001). Mais Línguas, Mais Europa: Celebrar a diversidade linguística e cultural da Europa. Lisboa: Colibri.
- Moreira, Adriano (1999). Teoria das Relações Internacionais. Coimbra: Almedina.
- Moreira, Adriano (2001). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, José Aparecido de et al. (1999). A Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Sintra: Atena/IAEM.
- Pacheco, Carlos (2000). Lusofonia e regimes autoritários em África. Público (3 Fevereiro de 2000).
- Palmeira, José (2006). O Poder de Portugal nas Relações Internacionais. Lisboa: Prefácio.
- Palmeira, José (2006). Xeoestraxia lusófona na era global. Tempo Exterior, 12. Pontevedra: Igadi.
- Stock, Maria José & Montargil, Filipe (2006). Spill-over: Um Novo Quadro Estratégico para a Política de Língua Portuguesa no Mundo. Actas do II Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política. Lisboa: Bizâncio.
- Tápiá, Bieito Seivane et al. (1997). Galiza Portugal - Uma Só Nação. Lisboa: Nova Arrancada.
- Torres, Adelino & Ferreira, Manuel Ennes (2001). A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: Problemas e perspectivas. In Adriano Moreira (coord.), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Coimbra: Almedina.

O valor da imagem: análise comparada da construção da imagem nos exércitos brasileiro e português¹

Lauriani Albertini
Universidade Federal de São Carlos
lalicso@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como intenção principal apresentar uma análise comparada entre as Forças Armadas Brasileira e Portuguesa. A partir de pesquisas de campo recentemente realizadas nos Exércitos de Brasil e Portugal, tomo como ponto de partida para a análise o fato de que um desses exércitos vivencia efetivamente um estado de guerra (PT) enquanto o outro (BR) não participa ativamente de nenhum conflito

¹ Texto preliminar, favor não citar.

desde 1945 – ainda que tome parte em missões de paz. A intenção primeira é mostrar como essa diferença de “estado de guerra” se reflete na relação que esses Exércitos constroem com o mundo civil e, em outro nível, entender se – e como – essas relações também se projetam em dimensões “internas” dessas Forças Armadas. Assim, o intuito da comparação é buscar revelar as permanências e divergências entre os dois exércitos, no que diz respeito a seu relacionamento com a sociedade civil e revelar como cada um procede a sua comunicação social. Com isto, procuro evidenciar não só as diferenças, mas também as semelhanças estruturais entre dispositivos militares que se encontram em momentos distintos – mas que outrora já estiveram conectados. Espera-se com isso empreender um maior Exercício de sistematização e análise da postura com o mundo “externo” civil/acadêmico que esses atores têm efetuado no cenário contemporâneo brasileiro e português, aprofundando assim o entendimento geral da dinâmica contemporânea daquilo que se coloca como “relações militares - civis”.

Introdução²

O presente texto tem como intenção principal levantar algumas questões que dão continuidade a análise sociopolítica das relações militares-civis, especialmente no que tange a observação dos aspectos “internos” à sua relação com a sociedade civil, inicialmente propostas na minha pesquisa de doutorado ainda em andamento. Entretanto, inclui-se aqui uma perspectiva comparada entre as Forças Armadas Brasileira e Portuguesa levando em conta o fato de que as Instituições militares dos dois países tiveram importante peso na história política “nativa”.

Nesse sentido, pretende-se apontar uma análise inicial de dados dessa pesquisa³ comparando as relações militares-civis das Forças Armadas Brasileira e Portuguesa a partir de pesquisas de campo recentemente realizadas nos Exércitos desses países, tendo como ponto de partida o fato de que um desses exércitos vivencia efetivamente um estado de guerra (Portugal) enquanto o outro (Brasil) não participa ativamente de nenhuma guerra desde 1945 – ainda que tome parte em missões de paz. Isto é, espera-se verificar se essa diferença de “condição belicosa” reflete-se também na relação que esses exércitos constroem com o mundo civil e, em outro nível, busca-se ainda revelar com esta comparação os fenômenos estruturais (como hierarquia e disciplina) que aproximam esses Exércitos e os fenômenos autóctones que distinguem cada uma das Instituições.

De maneira mais específica, como o problema central da pesquisa é revelar as interfaces de relacionamento dos militares com o mundo civil, elegemos os órgãos responsáveis pela comunicação social no Exército Brasileiro (o Centro de Comunicação Social - CCOMSEX) e no Exército Português (a Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo - RCRPP) como objetos de análise e comparação. Pois, entre outros elementos, é a partir destes canais que se torna visível o *modus operandi* dos militares numa série de direções que concernem especificamente à montagem de suas estratégias de relacionamento com aquilo que eles compreendem como a sociedade em geral, bem como transparece sua visão de mundo construída “para dentro” da corporação. O intuito da comparação é então ver as permanências e divergências entre os dois Exércitos, para estabelecer uma primeira análise contrastiva em relação ao próprio Exército Brasileiro.⁴ O intuito da comparação é buscar revelar as permanências e divergências entre os dois Exércitos, no que diz respeito ao objeto da pesquisa e revelar como o Exército Português procede a sua comunicação social.

Assim, tomando em conjunto tanto a estrutura institucional quanto os procedimentos de comunicação social de cada um dos Exércitos em questão, espera-se empreender um maior exercício de sistematização e análise da postura com o mundo “externo” civil/acadêmico que esses atores têm efetuado no cenário contemporâneo brasileiro e português. Entendê-los em momentos de “normalidade democrática” pode significar, inclusive, uma maior compreensão de mecanismos para nós - civis - obscuros de outros períodos, uma vez que Brasil e Portugal tiveram ditaduras.

A construção da Mentalidade Militar e a relação com o "mundo de fora"

O aspecto singular ou funcional dos militares tem sido, freqüentemente, comentado em termos da “mentalidade militar”. Para Huntington (1996), mentalidade militar pode ser definida como “ética profissional” e, nesse sentido, consiste de valores, atitudes e perspectivas inerentes ao desempenho da função militar e que se deduzem da natureza dessa função.⁵ Segundo esse autor, a função militar é desempenhada por um técnico de profissão pública burocratizada, especialista na administração da violência e responsável pela segurança militar do Estado e, um valor ou uma atitude só faz parte da ética profissional militar se for deduzido ou derivado da especialização, da responsabilidade e da organização peculiares da profissão militar. Seguindo essa linha, a ética militar enfatiza a imutabilidade, a irracionalidade, a fraqueza e a maldade humana; o militar vê a supremacia da sociedade sobre o indivíduo; dá importância à ordem, à hierarquia e a divisão das funções; aceita o Estado-nação como forma mais alta de organização política e reconhece a permanente probabilidade de guerra entre Estados nacionais; ressalta a importância das relações de poder entre as nações e previne quanto aos perigos que ameaçam a segurança do Estado, bem como a indesejabilidade das políticas belicosas e de aventura; considera a guerra como

² Esta pesquisa conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (FAPESP).

³ Este trabalho comparativo é fruto de um estágio de aproximadamente dois meses (dezembro de 2007 à fevereiro de 2008) que fiz no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) em Lisboa (Portugal) com a supervisão da professora Helena Carreiras, a quem estendo meus mais sinceros agradecimentos.

⁴ Poderia ser qualquer Exército: decido pelo português por supostamente ter similaridades histórico-organizacionais, mas que hoje obviamente se distanciaram.

⁵ Vale ressaltar que, a mentalidade é, pois, definida por Huntington abstratamente como um tipo ideal à maneira de Weber, em termos do qual as crenças de homens e grupos reais podem ser analisadas.

um instrumento da política e exalta a obediência como a maior das virtudes do militar. “Desse modo a ética militar é pessimista, coletivista, historicamente influenciada, orientada para o poder, nacionalista, militarista, pacifista e instrumentalista em sua visão da profissão militar (...) O homem da mentalidade militar é, por essência, o homem de Hobbes”.⁶ É notável, contudo, que tal visão está escorada sobretudo numa imperiosa "necessidade de Estado", passando por cima da especificidade da maneira pela qual esses fatos são elaborados entre militares.

Nesse sentido, de acordo com Celso Castro, a profissão militar representa um “caso-limite” sociológico, que contribui para uma grande coesão ou homogeneidade interna da corporação (“espírito de corpo”), mesmo que freqüentemente ao preço de um distanciamento entre os militares e o mundo civil. Isso ocorre devido à intensidade do processo de socialização profissional militar, combinado ao fato de que esse processo ocorre em relativo isolamento ou autonomia. Segundo Castro, ao escreverem sobre a construção de uma identidade militar, vários autores⁷ a definem antes por seus elementos exteriores, traços, regras e comportamento do que pelos modos de articulação do sentido, que são a própria condição de existência desses elementos. De acordo com este autor, a instituição militar apresenta uma armadilha para o pesquisador, que, por possuir um recorte morfológico extremamente claro (“muros vigiados, uniformes e muitas outras barreiras simbólicas e físicas evidentes”) muitas vezes leva à tentação de analisar os militares apenas pela sua atuação mais evidente, no plano da "grande política". Assim, “O desafio é perceber não ‘o que é’, mas ‘como é’ essa identidade, quais são seus mecanismos simbólicos”⁸.

Tomando como base a idéia da formação de uma "identidade militar", o componente fundamental de sua visão de mundo é uma clara distinção entre as características atribuídas ao mundo militar, o “aqui dentro”, e as atribuídas ao mundo civil, ou o “lá fora”. O termo pejorativo usado informalmente entre militares quando se referem aos civis – “paisanos” – já indica que as características negativas e positivas são atribuídas, respectivamente, aos civis e aos militares. Ou seja, “a mensagem que se transmite é a de que em geral os militares são não apenas diferentes dos civis, mas que também são melhores: uma elite, fundada sobre princípios éticos e morais corretos e são”.⁹ Deste modo, a carreira militar é, portanto, representada como uma “carreira total”, projetando na realidade um conjunto coerente tanto de relações sociais “internas” ao mundo militar como uma visão, não necessariamente monolítica, mas certamente fundada sob valores iguais, do “mundo de fora”.

Seguindo a mesma linha, Leirner acrescenta que a hierarquia é o elemento chave pra se entender a mentalidade militar e para se entender a separação entre quem é e quem não é militar. Para este autor, ser um militar significa ocupar um lugar dentro desta hierarquia; significa que se está imerso numa rede de relações com regras próprias, sujeito a regras diferenciadas em relação aos civis. Significa, principalmente, que se está num lugar que estabelece regras sociológicas que o separam do resto da sociedade.

“A hierarquia é a fronteira desta distinção: ao mesmo tempo que ela indica quem é ‘de dentro’ e quem ‘é de fora’, ela é o registro das regras de conduta dos militares. E, em todo exército, de onde quer que seja, temos esta hierarquia do ‘tipo’ militar; além disso, todo exército tem como princípio vital a noção de que esta hierarquia não pode ser quebrada, pois isto significa o fim da instituição”.¹⁰

Nesse sentido, de acordo com Leirner, a hierarquia opera no registro de um “fato social total” para os militares. Isto é, ela ao mesmo tempo representa um princípio formador de uma identidade coletiva que estabelece uma fronteira clara com o mundo “de fora” (ou os “paisanos”, como já foi apontado por Castro) e estrutura as relações internas aos próprios militares. De maneira análoga, ela opera ao mesmo tempo na base da organização militar – demarcando a divisão de trabalho; os ganhos salariais subseqüentes; a divisão espacial no interior de organizações militares; a divisão temporal durante a carreira; os aspectos cotidianos como moradia, lazer e em grande medida e o acesso a casamentos prescritos de acordo com a hierarquia – bem como nas representações coletivas – uma “visão de mundo hierárquica”: a percepção do “mundo de fora” segue critérios homólogos à sua organização interna.

Se de fato tais mecanismos simbólicos e sociológicos fazem efeito no modo pelo qual os militares classificam, ordenam e situam a realidade, é preciso entender na filigrana como eles processam sua relação com esta. Deste modo, os órgãos responsáveis pela comunicação social podem significar um objeto privilegiado para analisar comparativamente essa relação, uma vez que eles extravasam para a sociedade civil o modus operandi militar e representa um "espelho" do modo pelo qual eles interpretam suas relações internas e externas. O Estudo dos centros de comunicação social, portanto, pode revelar ao mesmo tempo o modo pelo qual os militares (brasileiros e portugueses) idealmente codificam, processam e negociam sua identidade com a sociedade, o que certamente rebate novamente numa temática política, porém partindo de seus dados "interiores".

⁶ HUNTINGTON, 1996: 97.

⁷ Em seu texto, Celso Castro faz alusão aos seguintes autores: Janowitz (1967), Masland e Radway (1957), Berger e Luckman (1978), Dornsbuch (1955), Vidich e Stein (1960), Mills (1975), Doorn (1975), Carvalho (1978), Barros (1978) e Goffman (1974).

⁸ CASTRO, 2004: 81. Vale notar que em sua pesquisa sobre o processo de socialização profissional a que são submetidos os cadetes do Exército Brasileiro (EB) da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Castro aponta que os cadetes vivem um processo de socialização profissional durante o qual devem aprender os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar; o curso da AMAN é apontado pelo autor como um ritual de passagem que tem por objetivo obliterar a identidade civil anterior e desenvolver nos indivíduos o “espírito militar”.

⁹ CASTRO, 1990: 41.

¹⁰ LEIRNER, 2001: 86.

A estrutura institucional

a) A Comunicação Social no Exército Brasileiro

O Exército Brasileiro (EB) passou a se preocupar com a comunicação social com o término do governo de Getúlio Vargas, devido à atmosfera de maior liberdade decorrente da Constituição de 1946. Conseqüentemente, surgiu a necessidade de maior relacionamento com os civis, levando à criação da Divisão de Relações Públicas do Gabinete do Ministro da Guerra, em 1951. Com o passar do anos essa Divisão modificou-se e adotou diversas denominações: Serviço de Relações Públicas (1962), Comissão Diretora (1964), Centro (1971) e Assessoria (1975). Entretanto, sua maior alteração ocorreu em 1981, com a criação do centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX), “fruto de conceito mais abrangente de Comunicação Social e da necessidade de uma estrutura mais adequada à nova sociedade e aos novos meios de comunicação” (Exército Brasileiro, CCOMSEX: Plano de Comunicação Social do Exército Brasileiro, 2005, p. 12). Também o CCOMSEX ampliou-se em um sistema com características próprias e muitas vezes distintas das do meio civil: Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEX), criado em 1991 e atualizado em 1998. Este sistema tem como finalidade principal a realização coordenada e integrada do conjunto de atividades de comunicação social, seu órgão central é o CCOMSEX.¹¹

Segundo o próprio Exército, o CCOMSEX tem por missão planejar, orientar, coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades de Comunicação Social do Exército, além de contribuir para a “plena integração da Força à sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que fortalece o espírito de corpo de nossas tropas, multiplicando seu poder de combate”¹². É ainda missão do CCOMSEX “fazer residir, em cada um dos integrantes do EB, a mentalidade de que a Comunicação Social é instrumento gerador de motivação, fator multiplicador do poder de combate, incentivador da coesão e grande ferramenta facilitadora da ação de comando”.¹³

De acordo com o Plano de Comunicação Social do EB os principais produtos do CCOMSEX - “aqueles com que as diversas organizações militares podem contar ou neles se inspirar para desenvolver a Comunicação Social nas suas áreas de atuação” - são: 1) Noticiário do Exército (NE), impresso e eletrônico é voltado especialmente para o público interno, passando atualmente por adequações para o público externo; 2) Revista Verde-Oliva (VO), divulga as principais atividades do EB, tendo como matérias principais assuntos de interesse profissional, cultural e da história da Instituição; 3) Videorevista do Exército (VRE) e Videorevista do exército Digital (VRED), meios audiovisuais produzidos a fim de divulgar as atividades de interesse da Força para os públicos interno e externo; 4) Informativo do Exército (INFORMEX), transmite a palavra oficial do EB sobre assuntos de interesse do público interno, sendo produzido com base em fatos concretos e confirmados; 4) Homepage do Exército, endereço eletrônico da Força com enorme potencial (em outubro de 2000 atingiu mais de um milhão de acessos)¹⁴; 5) Exército Brasileiro em Revista; 6) Recrutinha, revista destinada a público infantil interno e externo; 7) Rádio Verde-Oliva FM. O CCOMSEX, por intermédio da Seção de produção e Divulgação, produz também filmetes de propaganda institucional para divulgação em televisão (semana do soldado, admissão às escolas militares, incorporação do novo contingente de recrutas, etc).

Desta maneira, acreditamos que o cerne da pesquisa é o CCOMSEX, uma vez que esse Órgão também é o responsável pelas “relações públicas” com o mundo acadêmico. Assim, tomar esses veículos da própria “mídia militar” nos parece ser uma boa porta de entrada para entender o universo interno de suas relações com a sociedade.

b) A Comunicação Social no Exército Português

Assim como o Exército Brasileiro, o Exército Português também possui um órgão responsável pela comunicação social (equivalente ao CCOMSEX do EB): a Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo (RCRPP). De acordo com o chefe da RCRPP do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército Português a Força Terrestre através da sua Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo “planeia, assegura e coordena as actividades de comunicação interna e externa de relações públicas e protocolo do Exército, de acordo com as orientações do Chefe do Estado Maior do Exército”. No site do Exército Português (EP) é possível encontrar um breve “historial” que explica a posição Institucional que esta Repartição ocupa:

“Nos termos do artigo 10º da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei nº 61/2006, de 21 de Março, o Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército é o órgão de apoio directo e pessoal do Chefe do Estado-Maior do Exército, incumbindo-lhe, também, prestar consultadoria jurídica e apoio contencioso ao Comando do Exército, bem como planejar, assegurar e coordenar as actividades de comunicação, relações públicas e protocolo do Exército. O Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) compreende: a Assessoria Jurídica, a Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo, a Repartição de Cooperação Militar e Alianças; e a Repartição de Assuntos Gerais”.¹⁵

¹¹ Vale dizer que, no Exército Brasileiro as unidades são divididas em funções orgânicas em todas as suas instâncias; há uma divisão de atribuições no interior das unidades e dentro dessas atribuições existe a de comunicação social (5ª Seções) que se encarrega da imagem e comunicação com o mundo civil: o CCOMSEX.

¹² Revista Verde Oliva. Ano XXXII, nº186. Out/Nov/Dez 2005: 32-34.

¹³ Plano de Comunicação Social do Exército, Biênio 2007-2008, p.34.

¹⁴ Esta *homepage* tem diversas paginas com matérias, tais como: “O seu Exército”, “Sala de Imprensa”, “Serviços”, “Novidades”, “Mídias”, “Nossa História”, *links* e email, “Ingresse no Exército”, “Fale Conosco” e “Resenhas”. Esta última é uma seção de informação pública onde são elaboradas resenhas diárias contento as principais notícias de interesse para o EB veiculadas pelos principais veículos da mídia, tais como O Globo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e Correio Braziliense.

¹⁵ www.exercito.pt. Acessado em 15/08/07.

Ainda de acordo com o chefe da Repartição, esta é constituída por: chefe da Repartição: quem desempenha as funções de porta-voz do Exército; Secção de Comunicação e Relações Públicas: à qual incumbe preparar e difundir a informação interna e externa, bem como coordenar e apoiar as atividades de relações públicas do Exército Português; a Secção de Protocolo: encarregada de assegurar as actividades protocolares do Exército Português; a Secção de Apoio: que assegura o apoio administrativo às atividades da Repartição.

Assim, acreditamos que a RCRPP, assim como o CCOMSEX, é uma boa porta de entrada para entender o universo interno das relações dos militares com a sociedade pois, este órgão além de ser responsável pela comunicação social é também responsável pelas "relações públicas" com o mundo académico.

Perspectivas comparadas: uma visão preliminar

De início é possível estabelecer uma comparação primária entre os Exércitos Brasileiro e Português no que concerne a comunicação social. De uma maneira geral, estruturalmente e idealmente, o CCOMSEX e a RCRPP são bastante semelhantes nas suas estratégias de comunicação com o mundo externo e também de reafirmação dos laços com o público interno – uma vez que é função desses órgãos: a comunicação não apenas com os civis, mas também a comunicação com o público interno como forma de motivação do orgulho Profissional; do conhecimento da Organização; mentalidade pró-comunicação social; coesão; espírito de corpo; missão; honra; disciplina; camaradagem; patriotismo; enfim ideais inerentes ao ethos militar.

Os dois Exércitos utilizam um plano de ação com diretrizes, missão e atividades muito próximas centrado no uso da “mídia militar”, como jornais, revistas, intranet e internet além de atividades culturais e desportivas, visitas aos quartéis; homenagens/festividades/solenidades; reuniões/seminários/ciclos de estudos. Enfim, tratam-se de atividades de comunicação social usadas como estratégia de aproximação que buscam sempre a eliminação do “distanciamento”¹⁶ que existe entre as Instituições e a sociedade civil bem como a construção não apenas de uma nova e positiva imagem desses Exércitos, mas também de uma (nova) relação de confiança junto aos civis.

É importante ressaltar que as evidências coletadas durante a etnografia¹⁷ têm demonstrado que essa é a principal preocupação dos respectivos comandos, e é também a principal tarefa especialmente do CCOMSEX; mas também em alguma medida da RCRPP: construir e reforçar uma boa imagem da Força e fazer-se conhecer a partir do seu próprio ponto de vista.

Assim, para usar um termo nativo, mantendo uma “mentalidade pró-ativa”, essas Instituições tentam “se fazer conhecer” através:

- De incentivos ao relacionamento e intercâmbio dos militares com a população (no caso do Brasil isso é mais abrangente e explícito especialmente na constante aproximação dos militares com o mundo académico através de congressos, palestras promovidas pela Força e viagens à Amazônia);

- Campanhas institucionais de divulgação da imagem do Exército (principalmente nas camadas jovens e isso é especialmente importante para o Exército Português já que lá não tem serviço militar obrigatório) com slogans muito parecidos. Vejamos por exemplo o caso da Instituição portuguesa: “Força, Determinação e Excelência”; “Um Exército Participativo”; “Modernidade e Prontidão Operacional”; “Escola para a vida”; “Abertura e Proximidade”; “Competência e Inovação”. E agora a brasileira: “Braço Forte, Mão Amiga”; “Exército Brasileiro você pode confiar”; “Exército levando a paz do Brasil para o mundo”; “Exército: brasileiro igual a você”; “Soldado, nossa força nossa gente”, etc;

- parcerias com a imprensa, entre outros.

O relacionamento dessas Forças com a imprensa e os “cuidados” que esse relacionamento demanda devido ao passado ditatorial é um ponto de aproximação entre o CCOMSEX e a RCRPP bem interessante. A pesquisa preliminar parece demonstrar que militares dos dois países têm uma imagem muito negativa dos jornalistas e acreditam que esses têm uma predisposição natural para agir preconceituosamente em relação ao Exército. O jornalista é freqüentemente descrito por oficiais dos dois países como um profissional que vive de intensa concorrência e de instabilidade, que explora os resquícios e os ressentimentos de uma parcela da sociedade quanto ao período dos governos militares, bem como o ambiente da sociedade civil de questionamento das instituições militares. Trechos de depoimentos de oficiais dos dois Exércitos evidenciam o que estou tentando demonstrar:

- Oficial do Exército Brasileiro: “a resistência às mudanças de opinião e a agressividade para com a autoridade constituída são atitudes comuns de jornalistas, que os levam a: procurar as contradições da autoridade em seus depoimentos;

¹⁶ Esse distanciamento parece ser oriundo de governos militares, que tanto Brasil quanto Portugal tiveram. Entretanto, é preciso ponderar esse distanciamento: ele é mais em relação a certos setores da assim chamada “sociedade”, pois, ao menos no BR, boa parte da “sociedade” não guarda qualquer rancor em relação ao regime militar; de outro lado, Portugal parece ter um ressentimento mais aprofundado.

¹⁷ No caso do Exército Brasileiro a pesquisa etnográfica foi realizada (e ainda está em andamento) em várias organizações militares como no Quartel General de Brasília, no Centro de Estudos de Pessoal (Rio de Janeiro), na Academia Militar das Agulhas Negras (Resende, RJ), no Comando Militar do Sudeste (São Paulo), no Comando Militar da Amazônia (Manaus), entre outros. Em Portugal a pesquisa de campo foi realizada no Estado Maior do Exército Português, nos dois campus (Lisboa e Amadora) da Academia Militar Portuguesa, no Instituto de Defesa Nacional e Ministério da Defesa português - viabilizados através de contatos possibilitados pelas professoras Helena Carreiras (ISCTE) e Isabel Ferreira Nunes (subdiretora do Instituto de Defesa Nacional) a quem gostaria de estender meus agradecimentos.

jogar com os depoimentos de diferentes autoridades de diferentes áreas em busca de possíveis atritos; e focalizar gestos, cacoetes ou fotografar as autoridades em situações inusitadas, com as quais venham a ser expostas ao ridículo.”

- Oficial do Exército Português: “O jornalista na procura da notícia, fazem de tudo para obtê-la, se não as conseguem publicam o que têm. Às vezes, não detêm conhecimento profundo sobre o assunto ou a fonte geradora da notícia também desconhece, limitando-se a especular sobre os fatos. Desconhecem o Exército e a profissão militar. Quando elaboram as reportagens o fazem com estereótipos e preconceitos adquiridos durante suas formações profissionais. Vêm o militar como autoritário, conservador, discreto, reservado, avesso a declarações, em síntese, hostil à imprensa. E tendem a perceber as coisas sempre da mesma forma”.

Além dessas semelhanças, ainda há os fatos de que: 1) estruturalmente, na Cadeia de Comando, os dois Centros tem a mesma subordinação, isto é os dois são ligados ao gabinete do Estado Maior;¹⁸ 2) Esses centros são chefiados por oficiais do Quadro do Estado Maior¹⁹; e o Chefe desses Centros figura como porta-voz oficial da Instituição e esse é um cargo de confiança do Comandante do Exército.

Entretanto, apesar das variadas semelhanças na forma como cada Instituição conduz seu relacionamento com a sociedade civil, o que mais chamou a atenção durante a realização das pesquisas de campo foram aqueles dados que distinguem as duas Forças Terrestres, ou seja as diferenças de conduta dos oficiais de cada um desses países.

Vejam os exemplos de como se trata a imprensa. Apesar das recomendações serem muito semelhantes²⁰, a prática é outra. Os oficiais brasileiros encarregados em dialogar com a mídia parecem ser, pelo que eu pude observar, muito mais cuidadosos e muito mais atentos as regras de conduta do que os oficiais de Portugal. Os brasileiros, ainda que não estabeleçam essa relação de forma totalmente proveitosa, reconhecem a importância da mídia como formadora de opinião e tentam pelo menos encarar-la como um “mal necessário” por assim dizer. Diferentemente dos oficiais portugueses que parecem desconsiderar esse papel da mídia. Um fragmento do depoimento de um oficial português que trabalhou na RCRPP vários anos evidencia bem isso:

“seria muito fácil para o Exército se comunicar com a mídia porque em toda Portugal existe apenas quatro jornalistas que cobrem questões ligadas as Forças Armadas, mas que, no entanto, esses são desmotivados a procurar a RCRPP devido a enorme dificuldade de se obter informações de “uma máquina lenta como o Exército Português. A mentalidade dos militares de comunicação social é fazer propaganda, especialmente de recrutamento, do que responder as questões da imprensa. As relações públicas são tratadas de forma muito burocrática/apartada, não parece que há uma preocupação do oficial dessa área com aquilo que vai sair na imprensa. A máquina não funciona bem, ela emperra está a entender? Se um jornalista tem pressa em obter uma informação ele que espere, ora! Um militar jamais será chateado pelo seu superior por não responder alguém da mídia que o procure... Eu mesmo que já trabalhei lá quando preciso saber de alguma coisa muitas vezes não consigo, imagine quem é de fora. Militar da RCRPP tem outra preocupação, que na sua maioria é sempre protocolo (cerimonial/ritual). Disseram que ia ter uma grande modernização e mudança no Exército Português que iria abranger essa área... mudaram lá uns nomes e todo mundo ficou feliz, mas pra mim não mudou nada”.

Um segundo exemplo a ser citado é a pobreza de material institucional do Exército Português. O CCOMSEX possui uma ampla gama de material produzido pelo próprio Exército que funciona efetivamente como instrumentos de comunicação social: filmes institucionais, documentários, inserções na TV e rádio, a TV Exército, a Rádio Verde-Oliva FM, enfim produtos que atingem o público interno mas também que tem alcance junto ao público externo. O Exército Português não tem praticamente nada, quase nenhum instrumento que funcione na interação com os civis. Os grandes instrumentos de comunicação da Força que me foram apontados foram o balão de ar quente e a “mesa alemã” que é a equipe de cadetes ginastas que fazem apresentações esporádicas de salto sobre o cavalo. Durante a realização da pesquisa um oficial me disse a seguinte frase: “há dois tipos de militares no EP, o que são mandados a se comunicar com os civis e os outros que acham que propaganda não é coisa de militar, daí você imagina como a situação é complicada”.

Antes de finalizar apenas uma ressalva. Não pretendo com essas observações preliminares afirmar que o relacionamento com os civis de um Exército é melhor ou pior que outro, e sim apenas deixar essas observações como “apontamentos” de uma pesquisa que ainda está em fase intermediária e que, portanto, carece ainda de maiores ajustamentos. Vale ainda ressaltar que a utilização de análise comparada (aqui privilegiada como metodologia de pesquisa) como abordagem investigativa em estudos com militares já mostrou ser um recurso metodológico eficaz, contribuindo significativamente para elucidação de fatores não tratados por outros estudos.²¹

Referências Bibliográficas

¹⁸ Deve-se dizer que essa provavelmente é uma disposição de grande parte dos exércitos, ao menos dos ocidentais.

¹⁹ No caso brasileiro o chefe é sempre um General, já no caso português pode ser um Tenente-Coronel.

²⁰ *Como agir frente a uma crise:* a) O que fazer - dizer a verdade (dando resposta à 3 perguntas essenciais: O que aconteceu?, Porquê?, O que está sendo feito?); Falar apenas de fatos confirmados; Centralizar o fluxo de Informação; Mostrar interesse / preocupação; Estabelecer confiança; Introduzir fatores emocionais; Demonstrar compromisso na resolução do problema, Difundir o positivo; Permanecer calmo; Atualizar a informação. b) O que não fazer - o que é mais importante nessas situações: Se calar; Emitir opiniões pessoais; Exagerar ou subestimar; Irritar-se com perguntas hostis; Ser evasivo; Especular sobre possíveis causas ou responsáveis; Dar declarações *in off*; falar palavras de cunho negativo (como revolução) e nunca confiscar anotações, filmes ou quaisquer equipamentos dos jornalistas.

²¹ Ver, por exemplo, os trabalhos de Charles Moskos, Helena Carreiras e Maria Carrilho de análise comparativa das Forças Armadas Europeias.

- AGÜERO, F.; HURTADO M., LOURDES e FLOREZ FLORES, J. MIGUEL. *Educación Militar em Democracia Aproximaciones al Proceso Educativo Militar. Serie Democracia y Fuerza Armada, N° 3: Instituto de Defensa Legal. IDL. Lima, 2005.*
- ARENDRT, H. *Da Violência*. Brasília: Ed. UnB, 1985.
- BARROS, Alexandre de Souza Costa. *The Brazilian Military: Professional Socialization, Political Performance and State Building*. Chicago: The University of Chicago. Tese de Doutorado, 1978.
- BEN-ARI, Eyal. 2004. Review Essay: the military and militarization in the United States. *American Ethnologist*, 31(3): 340-348.
- BERGER, Peter & Thomas Luckmann. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BITTENCOURT, L. E. B. *Relacionamento da Instituição com a Imprensa*. *Revista Marítima Brasileira*, 2º T/2003.
- CAFORIO, Giuseppe (org.). *The Military Profession in Europe*. *Current Sociology*, vol. 42, number 3, winter 1994.
- CAPELATO, M. H. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1988.
- CaARREIRAS, Maria H. C.. *Juventude e Serviço Militar*. In *Democracia e Defesa - Sociedade, Política e Forças Armadas em Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1994
- _____. *Women in the Portuguese Armed Forces: from Visibility to Eclipse*, *Current Sociology* 5, 50 (2002): 687 - 714.
- _____. *Gender and the Military A Comparative Study of the Participation of Women in the Armed Forces of Western Democracies*. Thesis submitted for assessment with a view to obtaining the Degree of Doctor of the European University Institute. Florence, March 2004.
- CARRILHO, M. *Democracia e Defesa - Sociedade, Política e Forças Armadas em Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1994
- CARVALHO, José Mauricio de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. *História Geral da Civilização Brasileira* 9. São Paulo: Difel, 1978.
- _____. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- _____. *Forças Armadas e Política, 1930-1945*. In “A Revolução de 30”, seminário realizado pelo CPDOC/FGV. Brasília: UNB, 1983.
- CASTRO & D'ÁRAUJO (org). *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001
- CASTRO, C. *A Instituição Militar no Brasil: um ensaio bibliográfico*. *BIB* 19, primeiro semestre, 1985.
- _____. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- _____. *O Espírito Militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar de Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- _____. *Os Militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- _____. *Os Militares e os Outros – Amazônia, defesa nacional e identidades sociais*. XXVII Encontro Nacional da ANPOCS. Minas Gerais, 2003.
- _____. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- CLASTRES, Pierre, 1978, *A Sociedade Contra o Estado*, São Paulo, Martins Fontes.
- CLASTRES, Pierre. 1980, *Arqueologia da Violência*, In *Guerra, Religião e Poder*. Lisboa,
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- COHEN, Ronald. 1984, *Warfare and State Formation: wars make states and states makes wars*, in R.B. Ferguson (ed.), *Warfare, Culture and Environment*, Orlando, Academic Press.
- CORTÊS, Marcos Henrique Camilo. *A Defesa Nacional Diante do Pós-Modernismo Militar*. *Revista A Defesa Nacional*, Ano LXXXVIII – Nr 792. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 2002.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas*. <http://www.ndu.edu/chds/journal/PDF/2003/dAraujo-essay.pdf>, acessado em maio de 2007.
- DOORN, Jacques van. *The Soldier and Social Change*. Beverly Hills e Londres: Sage, 1975.
- DORNSBUCH, Sanford M. *The Military academy as na assimilating institution*. *Social Forces* XXXIII, mai, 1995.
- DUARTE, Celina R. *Imprensa e democratização no Brasil*, In: *Dados*, 26(2): 181-195, 1983.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, Vol. 1, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990 [1939],
- ELIAS, Norbert. *A Busca da Excitação*, Lisboa, Difel, 1992.
- FEAVER, Peter D. y Richard H. Kohn. Eds. *Soldiers and Civilians: The Civil-*
- FEAVER, Peter. *Armed Servants: Agency, Oversight, and Civil-Military Relations*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- FICO, Carlos. *Reinventado o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, 1997.
- FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRANZINI, Fernando. *Relación Prensa-Fuerzas Armadas: varios enfoques para comprender una relación compleja*. In: *Research and Education in Defense and Security Studies*. Brasília, 2002.

- GARCIA, Jaime. *El Militar Postmoderno em América Latina*. Publicado na Revista eletrônica Segurança e Defesa do Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa, Washington, DC, 2002.
- GAT, Azar A history of military thought. From the Enlightenment to the Cold War. Oxford/New York, 2001. p.494-514.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- HARDT & NEGRI, M. & A. *Império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.
- _____. *Multidão – guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2005.
- HUNTER, Wendy. *Eroding military influence in Brazil: politicians against soldiers*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1997.
- JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: estudo social e político*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.
- JESSUP, C., *Breaking Ranks: Social Change in Military Communities*. London, Brassey's, 1996.
- LEFORT, Claude. 1979. *As Formas da História*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. 1999. *Desafios da Escrita Política*. São Paulo, Discurso Editorial.
- LEIRNER, P. C. *Meia-Volta Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV/Fapesp, 1997.
- _____. *O Sistema da Guerra: uma leitura antropológica dos exércitos modernos*. Tese de doutorado, FFLCH/USP. São Paulo, 2001.
- MARTINS FILHO, J. R. & ZIRKER, D. *The Brazilian Military and The New World Order*. In: *Journal of Political and Military Sociology*, 24 (Summer), 31-35, 1996.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O Debate sobre a Função das Forças Armadas no Brasil Pós-Guerra Fria*. In: *Encontro Nacional de Estudos Estratégicos – Universidade de São Paulo*, 2., São Paulo, 1995a.
- Military Gap and American National Security*. Cambridge: MIT Press,
- MASLAND, John & Lawrence Radway. *Soldiers and scholars: military education and national policy*. Princeton: Princeton UP, 1957.
- MILLS, Charles W. *A elite no poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MOLINA FLORES, Alberto. *Los Médios de Comunicación Social y las Fuerzas Armadas*. In: *REDES – Research and Education in Defense and Security Studies*. Brasília, 2002
- MOSKOS, Charles C. *Armed Forces in a Warless Society*. *Forum International*, 13: 2-10. 1992.
- MOSKOS, Charles C., WILLIAMS, John Allen & SEGAL, David R., *The Postmodern Military: Armed Forces After the Cold War*, New York, Oxford University Press, 2000.
- MOSKOS, Charles e Frank Wood, eds. *The Military: More Than Just a Job?* Washington, D.C.: Pergamon-Brassey's, 1988.
- MOSKOS, Charles e Harries-Jenkins, G. *Armed Forces and Society*. *Current Sociology*, vol. 29, number 3, winter 1981.
- MOSKOS, Charles. *A New Concept of the Citizen-Soldier*. *Orbis* (Philadelphia, Pa) 49, no 4, fall 2005. p. 663-76.
- _____. *From Institution to Occupation: Trends in Military Organization, Armed Forces and Society* 4, 1978, 41-50.
- MOTA, Jeová. *Formação do oficial do Exército. Currículos e regimes na Escola Militar, 1810- 1944*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1976.
- ROSAS, Coronel Ivan Carlos Weber. *As Forças de Defesa na Região e a Segurança Interna*. Colégio Interamericano de Defesa, Departamento de Estudos, Fort Lesley J. McNair, Washington, DC, abril de 2004. <http://library.jid.org/en/mono43/Rosas.doc>, acessado em maio de 2007.
- SCHMITT, Carl. *O Conceito do Político*. Petrópolis: Ed. Vozes, p. 43-105, 1992.
- SOARES, Samuel Alves. *Marcha moderada: as estratégias de uma abertura por contenção*. Campinas: *Premissas*, 17 (18), 1998.
- SODRÉ, N. W. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- TAKASHASHI, Emília Emi, *Homens e Mulheres em campo – um estudo sobre a formação da identidade militar*. Mimeo, Tese de Doutorado em Educação. Unicamp, Campinas, 2002.
- TEIXEIRA, M. A. *Fuerzas Armadas, Sociedad u Política de Defensa em Brasil*. In: *Seminário Hacia las Fuerzas Armadas Del año 2000*. Buenos Aires: mimeo, marzo, 1994.
- VALDEBENITO, O. L. G. *El Soldado Profesional Versus El Soldado Ocupacional*. *Air & Space Power Journal - Español* Otoño Trimestre 1993. <file:///F:/Textos%20internet/EL%20SOLDADO%20PROFESIONAL%20VERSUS%20EL%20SOLDADO%20OCUPACIONAL.htm>, acessado em junho de 2007.
- VIANA, Lobo. *Reminiscência da lendária Escola Militar da Praia Vermelha, em 1878-1885*. In Francisco de Paula Cidade. *Cadetes e alunos militares através dos tempos*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1961.
- VIDICH, Artor & Stein, Moarice. *The dissolved identity in military life*. In A. J. Vidich, M. R. Stein & D. M. White (orgs.). *Identity and Anxiety*. Nova York/Londres, Free press of Gleonce/Collier-MacMillan, 1960.
- WILLEY, Darry E. *A Conexão entre os Militares e a Mídia: para melhores e para pior*. In: *A Defesa Nacional*, 86 (756): 60-69 (jan/fev/mar/abr), 2000.

A militarização da segurança pública: o emprego do exército como força policial

Aline Prado Atassio
Universidade Federal de São Carlos
alineatassio@yahoo.com.br

Name: Amanda Pinheiro Mancuso
Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"
mancuso_amanda@yahoo.com.br

Resumo: O presente texto procura discutir a utilização das Forças Armadas (FFAA) na segurança interna, definida no Artigo 144 da Constituição Federativa do Brasil. O objetivo primordial é compreender se a aplicação da medida de caráter emergencial que coloca nas ruas oficiais do exército no combate ao tráfico de drogas, repressão de agitações, de movimentos sociais bem como de outros eventos de caráter contestatório onde a integridade nacional, a lei e a ordem possam estar comprometidas, sob a definição da Carta Maior, pode ser caracterizada como um momento de implantação de um estado de exceção. Assim, nosso objetivo é promover uma discussão político-jurídica sobre o Art. 144 e suas implicações, tendo o estado de exceção como paradigma de governo, e considerações sobre uma possível banalização da violência que está implicada na utilização das FFAA como força policial.

Introdução

Nos últimos anos, vimos aumentar no país discussões sobre o que se convencionou chamar de crise de segurança nacional¹. O aumento do crime organizado, dos seqüestros, do narcotráfico, do contrabando de armas são tomados como expoentes dessa crise, resultado de uma crise social mais profunda e arraigada na história do país. A disseminação dessa idéia de crise levou os últimos governantes, com destaque para Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luís Inácio Lula da Silva, a adotarem as Forças Armadas - em especial o Exército - como reforço nos casos onde a força policial não foi considerada suficiente. Muitas vezes partiu da sociedade civil a demanda no sentido de envolver mais diretamente as FFAA na área de segurança pública. O fato de tanto a segurança pública quando a defesa nacional encontram-se associadas no mesmo capítulo da constituição sugerem que o aumento das tensões na ordem da segurança pública – que cabe preferencialmente ao aparato policial – pode requerer a utilização do instrumento de repressão mais forte do Estado: as FFAA.

O Art. 142 da Constituição Federal prevê que

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Entretanto, como discute Zaverucha, o artigo não define à qual campo pertence esta ordem, isto é, se ela é social, política e moral. Segundo o autor, o termo “ordem” é usado em vários sentidos na Constituição² e, o que é mais delicado quando se reconhece o fato de que ordem não é um conceito neutro: “a noção de (des)ordem envolve julgamentos ideológicos e está sujeita a estereótipos e preconceitos sobre a conduta (in)desejada de determinados indivíduos” (2005, p.64).

Além disso, a constituição de 1988 “preservou o vínculo umbilical da Segurança Pública com a Defesa Nacional” (Oliveira, 2005, p. XXIX) de forma que a convulsão da primeira inspira o emprego em caráter emergencial das FFAA. Isto é, o Exército é utilizado como polícia nacional de reserva, algo que fere os preceitos institucionais, além de diferir substancialmente da maioria dos países que vivem sob o regime democrático. Como afirma Zaverucha:

Em vez de separar as forças responsáveis pela ordem interna da responsável pela ordem externa, bem como de fazer valer o preceito de que, em tempos de paz, as tropas militares federais são forças de reserva das Polícias Militares e em tempos de guerra, o inverso [...] optou por favorecer a autonomia das Forças Armadas. Ou seja, manteve o controle parcial do Exército sobre as PMs, alegando que o governo necessitaria de todas as suas forças para controlar os contestadores da ordem social. Tal situação faz com que o Brasil se diferencie de outros países democráticos que possuem polícias militares. Neles, tais polícias são controladas pelo Ministro do Interior, da Justiça ou da Defesa. Contudo, não são forças auxiliares do Exército, mas de reserva” (ZAVERUCHA, 2005, p. 61).

Nesse sentido, podemos identificar resquícios do regime militar brasileiro na constituição de 1988, em razão de nosso processo de distensão “lenta, gradual e segura”. Com isso, os indivíduos que buscam espaço para contestação e expressão política, no sentido arendtiano, são considerados perigos para o Estado e para a ordem social. O Estado arroga-se o

¹ “O conceito de Segurança Nacional está tradicionalmente relacionado a situação na qual a existência, a independência, a soberania e a integridade do Estado estão sob ataque externo. Isso implica um ataque físico sobre o território, a população e as propriedades do Estado. Defesa Nacional, por seu turno, é uma política governamental que engloba uma série de medidas e instrumentos para assegurar a segurança nacional” (Santos, 2004, p.118).

² “O termo ordem é usado em vários momentos sentidos na Carta Magna. No seu preâmbulo (“ordem interna e internacional”); no art. 5º, XLIV (“ordem constitucional”); no art. 43, III, e no *caput* dos arts. 136 e 144 (“ordem pública e social”); no *caput* do art.170 (“ordem econômica”) e no *caput* do art. 193 (“ordem social”) (ZAVERUCHA, 2005, p. 64).

papel de decidir sobre o direito à vida de muitos que, marginalizado pela estrutura econômico-social, tentam de alguma forma fazer-se ouvir. Exemplo dessa situação pode ser visto na utilização das FFAA em ações contra movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), sob a justificativa de que os métodos utilizados por estes movimentos não são legítimos, uma vez que incluem a invasão de áreas rurais produtivas e improdutivas e organismos governamentais em áreas urbanas (Oliveira, 2005).

A conjuntura nacional e internacional de fim dos anos 80 e início dos anos 90 disseminou a visão de que os militares estariam passando por uma crise de identidade que, em termos gerais, refere-se a uma indefinição sobre quais seriam o papel e a missão das Forças Armadas dentro da chamada nova ordem mundial. Nesse contexto, desenvolvia-se no campo internacional um panorama de discussão sobre “Novas Ameaças”, que tinha como componente principal a pressão exercida pelos EUA sobre os países da América Latina no sentido de um envolvimento mais efetivo de suas Forças Armadas em operações de combate aos chamados ilícitos transnacionais, com destaque para o problema do narcotráfico (FUCILLE, 1999:18-22). Internamente, o fim da ameaça do inimigo interno culminou na adoção das FFAA no exercício de tarefas “subsidiárias”, assumindo muitas vezes papel de polícia. A ambigüidade do papel das FFAA, descrito pela constituição como o de “defender a pátria, garantir os poderes constituídos e se solicitadas por qualquer um deles, garantir também a lei e a ordem” (Art.144) garante que os militares, se estão preparados para enfrentar ameaças externas, o estão também para intervir no campo interno.

Assim, a ambigüidade do papel das FFAA postulado pela própria Constituição aliada à idéia de crise de segurança pública permitem que o tema da utilização do Exército na segurança interna venham a tona. A preservação da ordem pública, do patrimônio e da integridade dos cidadãos são argumentos utilizados para a intervenção do governo federal na determinação do emprego das FFAA em ações internas. O afastamento da sociedade civil da arena de discussões sobre defesa externa contribui ainda mais para essa situação, uma vez que a última guerra em que o Brasil esteve envolvido com seus vizinhos foi a do Paraguai, há mais de 100 anos. Desta forma, a utilização da ação militar dentro da ordem pública pode ser entendida como meio de caracterizar um estado de exceção, principalmente quando somada a outros fatores.

A utilização das Forças Armadas na Segurança Pública: Estado de Exceção?

No Brasil, o preceito constitucional que juridicaliza situações nas quais o Exército pode ser utilizado em ações de segurança interna³, fruto do processo de abertura política negociado entre militares e sociedade civil, ainda gera polêmica entre políticos, estudiosos do assunto e militares. Apesar dos múltiplos aspectos que podem ser abordados nessa questão, procuramos neste trabalho discutir essas atuações como características do estabelecimento do Estado de Exceção.

Segundo Giorgio Agamben (2004), a grande dificuldade na discussão sobre o estado de exceção está na sua própria fragilidade teórica, resultado da situação limite em que se encontra: entre a política e o direito. Por ter origem relacionada com situações de guerra civil, insurreição e resistência, o estado de exceção caracteriza-se como “uma resposta imediata do poder estatal aos conflitos internos mais extremos” (AGAMBEN, 2004, p.12). Entretanto, esse seu elemento político que define como resposta à uma situação política dificulta ainda mais sua definição jurídica, pois como afirma o autor: “as medidas excepcionais encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito, e o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (AGAMBEN, 2004, p.12). Nesse sentido, o estado de exceção é uma suspensão da ordem jurídica, definida por uma situação política. O ponto central da discussão de Agamben é que o estado de exceção tornou-se recurso dominante dos governos democráticos contemporâneos.

A origem do termo remonta à França do início do século XVIII, estando essa origem ligada à situação de guerra. Entretanto, o que diferencia o estado de guerra do estado de sítio, instituída no decreto de 8 de julho 1791 da assembleia constituinte francesa, é o grau de predominância da autoridade militar. O estado de guerra seria o momento em que “a autoridade civil deve agir em consonância com a autoridade militar” (Agamben, 2004, p.16) e o estado de sítio seria onde todas as funções de autoridades civis no sentido de segurança e ordem interna passariam a obedecer ao comando militar e estariam sob responsabilidade militar. O ponto que o autor pretende destacar dessa digressão histórica é o fato de que, nas democracias contemporâneas, perdeu-se a distinção entre o estado de sítio político e o fictício. Ou seja, perdeu-se a relação direta entre a situação efetiva de ameaça ou uma situação “imaginada” ou “sentida” por muitos como de ameaça. Assim, “os dois modelos acabam, com o tempo, convergindo para um único fenômeno jurídico que chamamos de estado de exceção” (AGAMBEN, 2004, p.17).

Na constituição vigente no Brasil, que data do período de redemocratização pós-regime militar (1988) não há referências ao estado de exceção, mas sim, ao estado de sítio, definido pelo artigo 137 como a medida a ser aplicada em caso de “comocção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa” e quando da “declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira”. Para que se decrete estado de sítio, o presidente da república, comandante-em-chefe das Forças Armadas, deve pedir autorização ao

³ Conforme os artigos 142 e 144 da Constituição Federal, especificamente o Decreto n.3.897/01, de 24 de agosto de 2001, onde se lê: “quando empregadas para a garantia da lei e da ordem, as Forças Armadas desenvolverão ‘as ações d polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Policias Militares (art.3º)’” (Oliveira, 2005).

congresso nacional, após a comprovação da ineficácia do Estado de Defesa (art. 136, 137). A aprovação do estado de sítio deve ocorrer com maioria absoluta e há obrigatoriedade de indicação, por parte do presidente, de seu tempo de duração, bem como da especificação das garantias constitucionais que serão suspensas.

Contudo, no caso brasileiro não encontramos definida pela Constituição Federal a principal característica do estado de exceção: a abolição provisória da distinção entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, já que o presidente da República não pode passar sobre o Congresso Nacional e depende deste para aprovação do próprio estado de sítio. Igualmente, é vetada ao presidente a promulgação de leis, bem como a extinção de direitos que não estejam explicitados quando no momento do pedido de aprovação do estado de sítio.

Porém podemos encontrar prerrogativas do estado de exceção, tal como definido por Agamben, na mesma Constituição Federal, no seu Título V, denominado Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. O capítulo que trata do tema da Segurança se concentra no Art. 144, donde se identifica o conjunto de órgãos aos quais o constituinte encarregou a preservação da ordem pública, das pessoas e do patrimônio: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Neste capítulo não há referência às Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), pois à ela é dedicado outro capítulo (Art. 142) do mesmo título. Entretanto, neste capítulo, sob a prerrogativa da “defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”, prevê-se a utilização das Forças Armadas em situações que, em princípio, não seriam de sua competência.

A participação das Forças Armadas em ações de segurança pública, dentro dos precedentes destacados, aconteceu sempre em espaço de tempo determinado e em situações excepcionais, principalmente naquelas em que se julga a incapacidade das demais instâncias de segurança (polícia) na contenção de crises internas. Entretanto, torna-se cada vez mais recorrente no discurso de autoridades e da própria sociedade civil propostas de utilização mais freqüente do emprego das Forças Armadas em situações que não são de sua competência Constitucional. Nessas situações, como o artigo que define a utilização das Forças Armadas como força de polícia é reiterado por uma medida de emergência, quanto mais freqüentes são essas situações, mais próximos estamos da situação descrita por Agamben onde a exceção se torna a regra. Ou seja, o meio excepcional pode se tornar paradigma de governo, uma técnica freqüentemente utilizada e que, não obstante seu caráter transitório, pode se transformar em dispositivo duradouro, cuja justificativa primeira pode ser a garantia do sistema democrático de governo, sem que nisto pese o viés autoritário ou excepcional da medida: “[...] é provável que o uso dos poderes de emergência constitucional se torne a regra e não a exceção” (apud AGAMBEN, 2005, p.21).

Para termos a exata medida de quão problemático é o texto constitucional que normatiza a intervenção das Forças Armadas na segurança interna, podemos fazer uma analogia entre as palavras de Rossiter, citado em Agamben (2005, p.22), “nenhum sacrifício pela nossa democracia é demasiado grande, menos ainda o sacrifício temporário da própria democracia” com a declaração do ministro do governo de Fernando Henrique Cardoso, general Alberto Cardoso:

Jamais vamos deixar que se instale o estado de anarquia no país. E estamos mobilizados para que não fique nem a sensação de que vivemos em anarquia com saques sendo mostrados na TV a todo instante. [...] Essa sensação de anarquia não é boa para o povo, para os flagelados, para os movimentos ou para a democracia. (In: OLIVEIRA, 2005, p.201, grifo nosso).

Na declaração do general Alberto Cardoso - que fala como ministro, mas principalmente como militar - fica explícito que, a fim de manter aquilo que definem como “ordem” e “democracia”, medidas extremas podem ser adotadas, ainda que isso signifique investir contra movimentos sociais legítimos e cidadãos em exercício dos seus direitos. Assim como na constituição alemã, a proteção da “democracia” tornou-se regra no Brasil⁴ (AGAMBEN, 2005, p.30).

A utilização do exército como força policial pode estar juridicamente amparada na Constituição Federal. Contudo, nas perspectivas sociológica e política, ela não deixa de ser uma situação de anomia que tenta se inscrever na ordem jurídica. Como destaca Agamben, como pode ser compreendida na ordem legal um estado que se caracteriza por uma situação anômica de suspensão (parcial ou total) do ordenamento jurídico? A resposta para esse paradoxo, discute o autor, está na opinião recorrente que coloca o fundamento do estado de exceção como produto do estado de necessidade: “a necessidade age aqui como uma justificativa para uma transgressão em um caso específico por meio de uma exceção” (AGAMBEN, 2004, p.41) e, nesse sentido, necessidade é surge com o poder de tornar lícito o que é ilícito.

Assim, as situações que se apresentam diante dos cidadãos no Brasil os fazem partilhar do sentimento da necessidade do emprego das Forças Armadas como força policial: o tráfico de drogas, o crime organizado e movimentos sociais que parecem fugir ao controle do estado por violar princípios dos direitos civis como a propriedade privada. Porém, o próprio tráfico de drogas, o crime organizado e os movimentos reivindicatórios nascem de necessidades não atendidas pelo estado: são materiais, em primeira instância: educacionais, de saúde, entre outras. Movidos pela necessidade, esses indivíduos entram na ilegalidade.

Como resposta às situações de instabilidade, o estado reage à máxima de que a necessidade não está subjugada à lei. Como afirma o autor, “mais do que tornar lícito o ilícito, a necessidade age aqui como justificativa para uma transgressão

⁴ A palavra democracia, muito utilizada por governantes de todos os escalões, nunca é definida conceitualmente por aqueles que a utilizam. Nesse sentido, numa sociedade repleta de conceitos-fetichismo (para utilizar o conceito desenvolvido por Humberto Eco para explicar a pós-modernidade) a democracia tornou-se apenas mais um vocábulo vazio nos discursos políticos. A palavra é usada muitas vezes como sinônimo de liberdade, igualdade, justiça e direitos sociais. Contudo, na sociedade brasileira, desigual e injusta, ela encontra-se na sua forma minimalista, representada apenas pelo direito de todos os cidadãos ao voto, muito próxima à perspectiva democrática tradicionalmente creditada à Schumpeter.

em um caso específico por meio de uma exceção” (AGAMBEN, 2004, p.41). Aplicando a lei através do art. 144, o estado busca restabelecer “a lei e a ordem”, entendo que existem situações em que há necessidade de maior repressão para o controle da situação pública, trazendo então o exército às ruas. Dessa forma, o próprio art. 144 surgiu do vislumbre futuro da necessidade, que legitima a utilização do dispositivo de defesa externa em situações de segurança interna. Observando casos empíricos, como por exemplo, quando o exército foi empregado no combate ao tráfico de drogas e armas nos morros do Rio de Janeiro, em maio de 2004, fica evidente que a necessidade que prevalece não é aquela que leva aqueles marginalizados pela lógica da sociedade de mercado à procurar meios de se integrar a esse sistema, mas a necessidade do estado de manutenção da “lei e da ordem”. Embora seja a previsão da aplicação da lei contra a ilegalidade, o estado de exceção moderno busca “incluir na ordem jurídica a própria exceção, criando uma zona de indiferenciação em que fato e direito coincidem” (AGAMBEN, 2004, p.42).

Por isso, não obstante o caráter legal da medida que colocou nos morros oficiais do exército, ela vigora sob uma zona cinzenta, de incerteza e indecisões, onde as linhas de força entre legalidade e ilegalidade não são nítidas. De um lado o Estado, legalmente imbuído do poder de repressão; de outro os traficantes que agem fora da lei. Por outro lado, em situações de normalidade, a segurança pública é um serviço que deve ser garantido pelo estado a todos os cidadãos através das forças policiais, que tem por meio de atuação a investigação, o inquérito e ações punitivas como resultado final. Entretanto, a utilização das Forças Armadas em tarefas de segurança pública subverte essa lógica, pois não é para isso que as tropas são treinadas. Suas ações estão fundamentalmente voltadas para técnicas de enfrentamento em situações de conflito armado, pautado na relação amigo-inimigo.

Assim, no Brasil, quando o exército é empregado em tarefas policiais, deparamo-nos com uma medida constitucional que transita entre o autoritarismo e a arbitrariedade. Embora os direitos civis não sejam suspensos, tampouco limite-se a atuação do poderes constitucionalmente instituídos, o Estado vale-se de toda sua capacidade repressiva para coibir a ilegalidade e os movimentos contestatórios legais. A prerrogativa da garantia da lei e da ordem dadas às Forças Armadas em situações excepcionais, diante de sua total indefinição, abre ao Estado a brecha para a aplicação de um estado de exceção. Como define Agambem (2004, p.48):

O estado de exceção apresenta-se como a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento, com o objetivo de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal. A lacuna não é interna à lei, mas diz respeito à sua relação com a realidade, à possibilidade mesma de sua aplicação. É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção, ou seja, criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor.

No caso brasileiro, a situação apresenta-se ainda mais delicada, pois a exceção se camufla, sem, entretanto, deixar de existir, pois o texto constitucional prevê a aplicação das forças armadas como suporte às forças policiais em casos excepcionais, semelhante à instalação do estado de exceção. Porém, o que temos assistido nos mostra cada vez mais a utilização da excepcionalidade como regra. O chamamento público pela participação das Forças Armadas em esferas que extrapolam sua competência, nos apontam o desconhecimento dos cidadãos sobre o significado dessa excepcionalidade. Nesse sentido, a violência real e simbólica implícita no art. 142 nos leva também a questionar a dimensão que atingiu a banalização da violência, do mal e da vida.

A violência advinda do emprego das FFAA como força de polícia: uma discussão a luz da teoria arendtiana

O emprego das Forças Armadas em forças-tarefa corresponde a medidas de caráter autoritário, não obstante sua legalidade constitucional, pois institui um modo de dominação baseado na racionalidade do Estado em impor sua superioridade sobre os agentes sociais e infligir a “destruição do político” (Souki. In: Keinert, 2005, p.13), com a “radicalização da experiência de destituir os indivíduos como sujeitos políticos e, desse modo, retirar do humano aquilo que o faz ser humano, isto é, a capacidade de agir” (Keinert, 2005, p.14). Ao limitar o direito de livre expressão, de associação, de reunião e de manifestação com a ameaça do emprego da violência extrema, o Estado brasileiro retirou dos cidadãos a chance de lutar pela criação de espaços públicos.

Ao desprover os cidadãos de sua aptidão de criar e recriar o mundo, a medida política que visa a aplicação das Forças Armadas como força repressiva na segurança interna tem implicações que vão além do campo jurídico. As Forças Armadas não são forças treinadas para o exercício da segurança interna, mas sim para o combate de inimigo externo. No exercício dessa função, as técnicas e procedimentos adotados requerem o uso da violência para além da utilizada pela polícia.

Como destaca o Gen. Synésio Fernandes, membro do Estado-Maior do Exército, em depoimento onde procura explicar as situações nas quais as Forças Armadas são chamadas para ação interna, os integrantes das Forças Armadas não são treinados para a intimidação, mas para executar os inimigos:

Em princípio essas ações não são de responsabilidade militar, mas as Forças Armadas são chamadas para cumpri-las. Outro exemplo: diante de um distúrbio urbano de grandes proporções, do qual o sistema policial não consegue dar conta, um governador solicita apoio ao presidente da República. De qual instrumento dispõe o presidente? Ele dispõe das Forças Armadas e por vezes as emprega para cuidar do controle da segurança pública. Efetivamente, esta não é uma atividade militar das Forças Armadas, porque não somos treinados para tanto, e não queremos fazê-lo. O militar é treinado para aniquilar o adversário e este é o nosso treinamento militar. Assim, fica difícil exercer uma atividade policial (OLIVEIRA, 2005, p.211, grifos nossos).

Portanto, fica explícito que também sob o ponto de vista do exército, a utilização de soldados das Forças Armadas para o exercício de atividades policiais representa risco à população. Resta-nos a questão: se é de conhecimento público que a utilização das Forças Armadas como força policial tem como resultado o exacerbamento da violência, porque ainda empregá-la em tais situações? Ou ainda, essa violência é necessária e eficaz? Algumas elucidações sobre o uso abusivo da violência podem ser encontradas nos vários textos de Hannah Arendt e uma das hipóteses que levantamos aqui é que a violência segue banalizada na atualidade. Dessa situação decorre que, mesmo cientes das consequências de sua utilização, sociedade civil e governo utilizam-na com pouca restrição.

Arendt, em suas reflexões sobre poder e violência, propôs que a violência se realiza na ausência causada pela desarticulação da instância pública de discussão e argumentação. Para Arendt, “apesar de democráticas, as sociedades contemporâneas vêem cada vez mais distante a possibilidade da criação de espaço público, a partir do qual referências compartilhadas poderiam ser construídas” (Keinert, 2005, p.14). Assim os laços políticos e comunicativos entre os agentes estariam fragilizados, abrindo as portas para a entrada da violência.

Um exemplo que pode ilustrar a falta de diálogo entre sociedade civil e governos foi o fato ocorrido no Brasil em novembro de 1999, quando 200 assentados do Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) ameaçaram invadir a fazenda do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em Buritis - MG, caso o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não liberasse os recursos para custeio e investimentos em plantio. Os sem-terra haviam saqueado, dias antes, um caminhão que saía da Córrego da Ponte com sacos de adubo e sementes de soja (Folha de São Paulo, 20/11/1999).⁵ Como forma que controlar os distúrbios e coibir o avanço da violência pelo MST, o governo optou pelo emprego das forças do exército e, assim, combater uma possível ameaça violenta com violência. Para tanto, o contingente da Polícia Militar de Minas Gerais presente no local foi reduzido de 95 para 20 homens, numa demonstração de que, a partir daquele momento, o problema deixava de ser social e civil passava a ser militar, mais precisamente, de defesa interna.

O desfecho não foi violento⁶ no sentido físico, contudo, identificamos a utilização da violência simbólica como arma utilizada com forma de pressionar, por ambos os lados, o adversário. Isso implica dizer que, caso o diálogo não estivesse sido estabelecido, a violência física seria utilizada, produzindo mortes. Neste ponto podemos recorrer ao conceito arendtiano de “banalização do mal” para uma análise mais específica do ocorrido.

Os sem-terra, aos olhos do governo, são como seres descartáveis, - o homo sacer de Agambem - cujas mortes, se não fosse pela repercussão da mídia e os azares da oposição - não significariam mais do que as mortes da chacina do Eldorado dos Carajás (Carta Capital, julho de 2007) e provavelmente o caso teria desfecho semelhante, sem grandes implicações para os agentes envolvidos em nome do Estado. Isto porque estes sujeitos são seres sem lugar de reconhecimento perante a sociedade civil e a justiça, pois muitas vezes não obstante serem sujeitos políticos e, portanto portadores de direitos, não sabem que o são ou/e não encontram vias de acesso a esses direitos.

O mal é banalizado, pois se exerce sem que haja um motivo ideológico ou perverso para a prática do ato. De tal forma, como discutido por Arendt em Eichmann em Jerusalém (2000), o executor do mal, aquele que realiza a ação de matar, não consegue pensar sobre a sua prática como algo mal, e sim – surpreendentemente - apenas como o cumprimento de uma ordem estabelecida por instâncias superiores e, portanto, não passíveis de questionamento. A morte de pessoas torna-se apenas um procedimento burocrático.

A lógica que opera no campo militar difere, por princípio, das lógicas dos outros campos, de forma que existem “leis” específicas para o campo militar, e entre elas está a obediência à disciplina e à hierarquia, que é um dos princípios formadores do *habitus*⁷ coletivo da instituição, estabelecendo as fronteiras entre os militares e os civis “e estrutura as relações internas dos militares (Leirner, 2003, p.3)⁸.

Ao conhecermos um pouco mais a fundo o *habitus* daqueles que compõem o exército, notamos que a subserviência a níveis superiores, ou seja, o respeito à disciplina e à hierarquia são os pilares de sustentação da instituição. O *habitus* contém em si o *ethos* - variável importante para compreendermos melhor o processo de socialização militar e suas formas de percepção do mundo - e que corresponde a normas e valores morais que regulam a conduta cotidiana de maneira inconsciente e servem para reforçar o dever de cumprimento das ordens e dos regimentos, a necessidade de executar as leis e defender o

⁵ Disponível em <http://www.folhaonline.com.br>. Acesso em 13/08/2007.

⁶ Os sem-terra não chegaram a ocupar a fazenda, retiraram acampamento que haviam instalado em frente a propriedade do presidente e aceitaram negociar. Entretanto, a negociação só aconteceu após o envio das tropas do exército.

⁷ “Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duradouras e transponíveis, estruturas estrutura dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o controle expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente “reguladas” e “regulares”, sem ser em nada o produto da obediência a regras e sendo tudo isso, coletivamente orquestrada sem ser o produto da ação organizadora de um maestro.” (Bourdieu, 2004).

⁸ “De maneira análoga, ela (a hierarquia) operava ao mesmo tempo na base da organização militar - demarcando a divisão de trabalho; os ganhos salariais subsequentes; a divisão espacial no interior de organizações militares; a divisão temporal durante a carreira; os aspectos cotidianos como moradia, lazer e em grande medida o acesso a casamentos prescritos de acordo com a hierarquia - bem como nas representações coletivas - uma “visão de mundo hierárquica”: a percepção do “mundo de fora” seguia critérios homólogos à sua organização interna, como pode ser observado, por exemplo, pelo critério de *universidade* que eles possuíam (Leirner, 1997b)” (Leirner, 2003).

país. Sendo assim, é impensável para um integrante das Forças Armadas a desobediência de ordens superiores, ainda que não concorde com elas⁹, pois está cumprindo seu dever burocrático.

É desta forma que o mal adquire uma dimensão trágica, pois a “banalidade do ato, como Arendt a tematiza, permite que as forças de destruição se reproduzam, sem que se possa percebê-las como tais” (Keinert, 2005, p.83).

As intervenções realizadas por movimentos sociais possuem grande força política, pressionando os governos, parlamentares e o presidente a colocarem em pauta questões que muitas vezes são simplesmente ignoradas. A dissolução do espaço público onde estes atores poderiam realizar debates, reivindicações e exercer a sua capacidade política, tem como resultado a perda do próprio mundo, encarado ainda como um abandono, por parte das autoridades, da humanidade de que são dotados. A ameaça dos movimentos sociais aos governos contrapõe e expõe diferentes formas de pensar que contestam a lógica do poder do Estado. Isso gera instabilidade dentro do governo que, com medo do arrefecimento do seu poder, apela para a violência. “A violência aparece onde o poder está em risco mas, deixada a seu próprio curso, ela conduz à desaparecimentos do poder (Arendt, in: Keinert, 2005, p.87). Desta forma, a medida violenta pode voltar-se contra o próprio governo ou também contra os movimentos sociais que a utilizaram, pensando assim garantirem maiores poderes de barganha¹⁰.

Considerações finais

No Brasil, o artigo 142 da Constituição Federal estabelece um paradoxo tal como discutido por Agamben no “estado de exceção”. Isso porque, o referido artigo prevê a possibilidade de utilização das Forças Armadas no controle de conflitos internos em casos excepcionais, através do dispositivo da “garantia da lei e da ordem”. Entretanto, como definir a necessidade dessa excepcionalidade diante da própria indefinição do que seja a lei e a ordem? Como decorrência disso, o que era pra ser excepcional torna-se regra e é cada vez mais freqüente ouvirmos discursos de autoridades públicas e da própria sociedade civil chamando pelo emprego das Forças Armadas na contenção de distúrbios que são de responsabilidade das forças policiais. Assim, como afirma Agamben, instala-se a exceção como um paradoxo da lei, pois a própria lei prevê as situações de sua suspensão. Contudo, quando isso acontece, o que era para ser excepcional acaba por se transformar em regra utilizada constantemente pelos governos democráticos, que estão amparados juridicamente pelo dispositivo de exceção, perdendo-se o limite entre a exceção e a regra.

Relativamente à utilização da repressão pelas Forças Armadas transformar-se em paradigma de governo, essa possibilidade se coloca abertamente, afinal, ao menor sentimento de ameaça, seja por grupos ilegais como o Primeiro Comando da Capital (PCC), seja por movimentos sociais como o MST, governantes despertam as possibilidades desta utilização. A justificativa da defesa da democracia, conceito esvaziado após infinita utilização nas mais variadas situações e para legitimar medidas de caráter múltiplos que vão do populista ao autoritário, é também utilizada para explicar o emprego das FFAA nas ruas, morros, fazendas, segurança e policiamento de cidades em períodos movimentação intensa, como ocorreu no ECO-92. Não obstante sua institucionalidade, a medida é arbitrária, autoritária e excludente. A intervenção é violência, mas violência organizada jurídica e politicamente.

A ausência de espaços públicos e arenas de discussão onde os cidadãos possam exercer seu papel político, a desvalorização da política como idéia de agir, de dever do cidadão, assim como a banalização da violência causada pelo declínio do exercício do poder que aniquila a capacidade de reinvenção do mundo levou os governantes do país a adotarem as Forças Armadas em tarefas de segurança pública, amparados pelo argumento do aumento da criminalidade e do descrédito da população em relação ao desempenho das instâncias policiais.

Como uma bola de neve, o aumento da violência e da repressão do Estado trás consigo o aumento da violência por parte dos movimentos civis, que, novamente, são reprimidos com mais vigor, até que não reste mais alternativas a não ser a eliminação daqueles que, exercendo sua política, pensam diferente, contestam e exigem um espaço público para debater suas reivindicações. Os temas de segurança pública acabam se transformando em questões de segurança nacional.

A força-tarefa, utilizada a partir de 2002 pelo governo federal contra o narcotráfico e o crime organizado, em especial no Rio de Janeiro, que inclui as Polícias Estaduais, a Polícia Federal e a área tributária, com o apoio logístico das Forças Armadas, inclusive da Inteligência Militar, poderia ser evitada se houvesse interesse por parte dos governantes na unificação das polícias civis e militares e na adequação destas aos cumprimentos de uma segurança pública efetiva, o que cessaria com a utilização do Exército em casos de segurança interna. O perigo que a militarização da segurança pública pode acarretar é expressivo: os militares vêem aumentados e fortalecidos seus poderes em um momento onde o poder e controle civil parecem debilitados. Além disso, as próprias Forças Armadas são expostas e desprofissionalizadas, visto que, ao invés de treinadas para exercer a função secular (defesa contra inimigo externo), passam a realizar o papel da polícia.

O conflito entre comunidade política e corpo de cidadãos enfatiza a desigualdade crescente não apenas socialmente, mas também a possibilidade de participar da política. A banalização da violência do Estado demonstra o caráter político da

⁹ Há casos em que a ordem pode ser questionada mas o oficial deve, antes de desobedecê-la, levá-la à conhecimento de superiores gerais da guarnição onde serve, para, enfim, receber o parecer que indica se sua reclamação procede ou não. Caso a resposta superior seja negativa, o oficial, a fim de não cumprir pena por desacato a autoridade, deve cumprir o mandado ainda que discorde dele. Quando a ordem parte do presidente da república, comandante-em-chefe das FFAA a desobediência pode acarretar o desligamento do militar da carreira.

¹⁰ O caso citado neste trabalho como exemplo do uso da violência e da banalização do mal (invasões MST) são dotados de um caráter político forte e assim, encaixam-se no ensaio escrito por Arendt nos finais dos anos 60 quando a autora se pôs a pensar sobre os movimentos de esquerda daquela década que usavam a violência como forma de tentativa de resolução dos conflitos políticos, já que os canais de comunicação eram inexistentes.

violência, que surge quando há ausência da política, e nos lugares onde há perda da capacidade de criar e recriar o mundo e a produção do homem. A produção de homens matáveis, homo sacer passíveis de execução demonstra que “a violência pode não ser interpretada como uma questão social passível de ajustes, mas com uma questão que diz respeito ao social (na acepção arendtiana), na medida em que este expressa uma ausência” (Keinert, 2005, p.105).

Referências Bibliográficas

- AGAMBEM, Giorgio. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. São Paulo, Editora Brasiliense, 2004.
- CERQUEIRA, Carlos M. Nazareth. “Questões preliminares para a discussão de uma proposta de diretrizes constitucionais sobre segurança pública”. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 6, n.22, 1998. pp.139-182.
- CONSTITUIÇÃO da República Democrática do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 31ª edição. São Paulo, Saraiva, 2003. (Coleção Saraiva de legislação).
- KEINERT, Fabio Cardoso. O Social e a Violência no Pensamento de Hannah Arendt. Dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, Agosto de 2005.
- LEIRNER, Piero de Camargo. “Profissão Militar, Estado e Democracia: Uma Discussão Conceitual”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Anpocs, 2003.
- OLIVERIA, Eliézer Rizzo de. Democracia e Defesa Nacional: A Criação do Ministério da Defesa no Governo FHC. Barueri, SP: Manole, 2005.
- RANCIÈRE, Jacques. O Desentendimento: Política e Filosofia. São Paulo, Ed. 34, 1996.
- SANTOS, Maria Helena de Castro. “A Nova Missão das Forças Armadas Latino-Americanas no Mundo Pós-Guerra Fria: o caso do Brasil”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, no.54, fevereiro de 2004.
- ZAVERUCHA, Jorge. FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002). Rio de Janeiro, Record, 2005.

Gestão condicional da confiança - A maldição dos recursos e os factores que afectam o conflito

Ricardo Sousa
Centro de Estudos Africanos - CEA - ISCTE
ricardorps2000@yahoo.com

Resumo: A apresentação revê a literatura relacionada com a “maldição dos recursos” e em particular o modelo de “cobiça e queixas” (greed and grievance), salientando os factores relevantes e identificando quais os mais determinantes para o despoletar de um “episódio de conflito”. A “maldição dos recursos” é um termo geralmente utilizado para descrever o falhanço de países ricos em recursos naturais em beneficiarem da sua riqueza. A análise é organizada em seis categorias de factores: ambiente externo, governação, economia, social, geografia e história.

A apresentação é feita com base num artigo em desenvolvimento resultado de um curso sobre “A Maldição dos Recursos” realizado entre 20 e 24 de Junho de 2005 na Noruega, organizado conjuntamente pelo Departamento de Economia da Universidade de Ciência e Tecnologia da Noruega (NTNU), Centro para o Estudo da Guerra Civil do Instituto Internacional de Investigação sobre a Paz (PRIO) e pela rede Nórdica da Política Económica de Governação e Conflito. O apresentador agradece aos organizadores, apresentadores e participantes no curso. Por sua vez a apresentação neste congresso só foi possível graças ao apoio do projecto “Pobreza e Paz nos PALOP” orientado por Cristina Rodrigues e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/AFR/64207/2006), no contexto do qual está a ser aplicado este modelo de análise a Angola.

Ambiente Externo

Operando num ambiente determinado por mercados e acordos internacionais, pelo comportamento de indústrias específicas, pelas condições económicas regionais e globais e pelas relações internacionais, os países enfrentam uma série de factores que estão em grande medida (e em particular para países em vias de desenvolvimento) fora do seu controle. Os factores mais relevantes identificados são:

- a) Mercados internacionais no que se refere à deterioração das condições de troca dos produtos do sector primário em relação a produtos manufacturados e instabilidade dos seus preços que podem pelo menos conduzir à diminuição dos sistemas sociais estatais e à desestabilização do sistema político (Mendoza, 1997 e Ross, 1999);
- b) Acordos internacionais, tais como as medidas relacionadas com o TRIM, GATT e TRIPS e a sua relação com iniciativas para a paz (Wade, 2003 e Bó e Bó, 2005);

c) Indústria humanitária (os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e “economia paliativa” - Reinert, 2005), indústria de armamento (proliferação de pequenas armas - Commission for Africa Report, 2005) e indústria de recursos naturais (e o papel dos diamantes aluviais e petróleo no financiamento de conflito);

d) Condições económicas e políticas regionais (tanto no que se refere à paz e conflito como a efeitos multiplicadores de “boas” políticas - Easterly e Levine, 1995); e

e) Relações internacionais e geopolítica (tal como as do período da guerra fria e pós-guerra fria).

De uma forma mais geral tanto o paradigma de desenvolvimento como a prática da indústria humanitária têm mudado regularmente durante as últimas décadas¹. Pelo menos academicamente pode ser afirmado que até aos anos setenta as preocupações prendiam-se com o capital físico de um país ou “hardware”, nos anos oitenta e início dos noventa o paradigma dominante foram os programas de ajustamento estrutural do “Washington Consensus” que procuraram a implementação de políticas económicas liberais. No final dos anos noventa a doutrina predominante foi o “New Institutionalism”, que procurou responder aos desafios da pobreza directamente através de investimentos sociais e a definição de um novo papel para o estado, e finalmente, a actual atenção dada ao “software” da economia, nomeadamente as instituições, alfândegas, leis e coesão social necessárias à criação e manutenção de mercados (Birdsall e Subramanian, 2004). No entanto, parece existir um desfasamento entre os centros de produção e aplicação de teorias de desenvolvimento, quer seja na academia, política, instituições ou indústria de desenvolvimento.

Esta evolução de paradigma aumenta por acréscimo de factores num quadro de referência onde as preocupações da teoria do desenvolvimento são bem delimitadas, por exemplo, “em economia internacional (comércio, investimento, e hoje – acima de tudo? - mercado de capitais), macroeconomia (taxas de câmbio, juro, investimento e poupança, emprego, produtividade), e política social (saúde, educação)” (Bernstein, 2006: 55). E em que a estas preocupações poderão ser adicionadas as “reformas do estado, o (re)desenho e gestão das instituições públicas, claros e devidamente implementados direitos de propriedade, democratização, sociedade civil e fontes de capital social, crédito de pequena dimensão, gestão de organizações não-governamentais (ONG), desenvolvimento (ambientalmente) sustentável, mulheres/género e o desenvolvimento, crianças e desenvolvimento, refugiados e desenvolvimento, emergências humanitárias e intervenções, e resolução pós-conflito (entre outros exemplos)” (Bernstein, 2006; 55).

Por outro lado a configuração das relações políticas podem promover e manter muitos dos esforços de paz e desenvolvimento de um estado e definem o nível de influência de um país. Por exemplo, a associação de um país a uma organização regional pode permitir um significativo avanço nesta direcção. Easterly e Levine (1995) identificam que o melhoramento das políticas por somente um país pode aumentar significativamente o seu crescimento, mas que se os países vizinhos actuarem concertados os efeitos no crescimento são muito maiores. Outros agrupamentos, quer sejam heranças do passado ou outras, parecem funcionar ambigualmente. Se por um lado podem beneficiar a segurança e influência de um país ao mesmo tempo que permitem acesso a mercados de trabalho, capital e serviços, por outro lado implicitamente perpetuam associações não-óptimas que poderão ser prejudiciais no longo prazo. O prazo de tais relações e a maneira como são nutridas precisa ser avaliada cuidadosamente caso-a-caso, de forma a não desconstruir equilíbrios de poder sem antes possuir alternativas próprias, sustentáveis e substantivas. Soluções óptimas ou melhoradas só são preferenciais se efectivamente funcionarem.

Todos os factores referenciados nesta apresentação podem ser relacionados de alguma forma com a “modernização” e frequentemente associada globalização, conceitos demasiado abrangentes e indefinidos em muitos aspectos. Não analisando esses fenómenos aqui, uma importante consideração a ter em conta é o nível de mudanças que esta dinâmica de “modernização” requer das pessoas. Lidar com a mudança é uma característica humana, mas a tolerância à mudança e às suas tensões inerentes está dependente de vários factores. Entre esses é a percepção que cada indivíduo ou grupo tem das suas capacidades para lidar com a mudança, como percebem o seu posicionamento durante o processo de mudança e no futuro perspectivado. Apesar de mudanças positivas nas condições de vida serem em princípio facilmente aceites, este poderá não ser o caso. Exemplos podem ser encontrados entre os actores que atribuem maior importância às suas condições relativas do que às condições absolutas. Para estas pessoas, tanto o ritmo ou uma qualquer componente da mudança poderá ser inaceitável, sendo percebido como algo que não pode ser subtraído do processo geral de mudança.

Finalmente e no que se refere às condições políticas regionais e globais, a literatura encontra evidência que países vizinhos podem ter uma influência significativa na paz de um país, tanto ao nível político como através de incursões de rebeldes (Collier, Hoeffler e Soderbom, 2001), e que a actual configuração da geopolítica mundial afecta a natureza do conflito. Enquanto, por um lado, menos guerras se iniciaram durante os anos 90 (somente 11 se iniciaram, de um conjunto de 79 grandes conflitos que ocorreram entre 1970 e 1999) (Collier e Hoeffler, 2004), por outro lado a duração média dos conflitos aumentou durante os anos 1980s (Collier, Hoeffler e Soderbom, 2001). Também os mecanismos de financiamento mudaram tendo os diamantes aluviais assumido um papel cada vez mais determinante na iniciação de conflito após o fim da guerra-fria (Lujala, Gleditsch e Gilmore, 2005). Fearon (2005; 19) afirma que “é razoável, tanto ao nível teórico como anedótico, pensar que a disponibilidade de financiamentos para possíveis rebeldes afecta a probabilidade de guerra civil num país. No entanto, ainda é desconhecido se o financiamento de rebeldes é um “constrangimento crítico” que varia de lugar

¹ Apesar de significativos melhoramentos em eficácia e eficiência poderem ainda ser encontrados se responsabilidade e transparência forem generalizadas na indústria.

para lugar, ou que é facilmente satisfeito caso outras condições se verifiquem (como por exemplo fraco governo central com pouca presença rural, alterações súbitas das condições de vida – queixas (grievances) - fruto de alterações das políticas governamentais, ou a prevalência de jovens masculinos desempregados). De facto ainda sabemos pouco sobre as fontes de financiamento de rebeldes. Quanto vem de doações locais e “impostos revolucionários”, quanto vem de governos estrangeiros ou empresas ou quanto vem das diásporas?”.

Governança

Países ricos em recursos naturais desenvolvem processos específicos que interagem não só com o planeamento socioeconómico mas também com o conflito, nomeadamente:

1) No que se refere ao tipo de regime: a) têm mais probabilidade de serem menos democráticos, porque esses países costumam ser menos responsáveis perante a população e usam as rendas para “comprar” apoio político (Damania e Bulte, 2002); b) gastam mais fundos com o sector da defesa (Ross, 2001); c) desenvolvem elites que atrasam a transição para a democracia (Wantchekon, 1999, em Jensen e Wantchekon, 2004); d) são mais sujeitos a ter mais corrupção (Treisman, 2000, em Robinson, 2003); e usam a discricção governativa para a distribuição de rendas (Jensen e Wantchekon, 2004);

2) No que se refere a instituições: a) têm menos pressões (tanto da elite governativa como da população) para desenvolver instituições eficazes (Ross, 1999); b) em países com baixos níveis de rendimento podem desenvolver sistemas estatais de repressão de rebeliões fracas (Fearon e Laitin, 2003);

3) No que se refere à qualidade das políticas: a) preferem políticas “igualitárias de consumo no curto prazo” a “políticas de desenvolvimento”; b) optam por políticas que não se enquadram no paradigma de desenvolvimento da altura; c) ficam aquém na vontade de desenvolver a agência governativa necessária para pôr em marcha reformas estruturantes pois os factores que as condicionam estão fora do controlo dos países.

De qualquer forma, por exemplo Gelb (1988) conclui que é difícil determinar a relação entre o sistema político e a eficiência política a partir do uso que é feito das rendas. Recentemente Aslaksen e Torvik (2005) acrescentaram que um factor determinante pode ser os retornos comparativos entre uma situação de conflito e de democracia, em que “os países não vão passar o teste da democracia se a sua riqueza de recursos naturais é suficientemente grande, a produtividade do trabalho suficientemente baixa, a concorrência política suficientemente forte ou os políticos com perspectivas suficientemente de curto prazo”(p.16). Adicionalmente o desafio institucional está em reverter o ponto de equilíbrio, onde “somente países com instituições vocacionadas para a apropriação de rendas são cativos da maldição dos recursos enquanto os países com instituições vocacionadas para a produção conseguem evitar a maldição dos recursos.” (Mehlum, Moene e Torvik, 2005: 16).

A alteração de uma tendência negativa para positiva é dependente de variados factores além dos controlados pelo governo, e caso esses factores não estejam alinhados, a escolha racional para um político poderá ser continuar com os “negócios ou política” habitual, em vez de uma política de desenvolvimento, porque o ponto de alteração de padrão não parece alcançável.

Analisando o que podem ser considerados os requisitos para esta alteração de equilíbrio, Robinson (2003) salienta a economia do “New Institutionalism”, o porquê e o quê que se espera que os governos e instituições internacionais providenciem. Nomeadamente, é reconhecido que os governos (com apoio e encorajamento do Banco Mundial) precisam investir em serviços para os pobres. Bó e Bó (2005) explicam porque que estas e outras políticas, que pareceriam contra-produtivas numa sociedade sem atritos, podem ser as opções apropriadas em sociedades que enfrentam conflito social.

Economia

No desenvolvimento económico, os países ricos em recursos naturais enfrentam não só os desafios de integração na economia mundial, modernização e estratégias de desenvolvimento (por exemplo “pró-pobre” ou estado rendeiro), mas também a gestão cuidadosa da “doença Holandesa”, a materialização das relações industriais a montante e jusante das indústrias de recursos naturais e a gestão do efeito de voracidade associado à volatilidade das receitas (em que quando ocorrem ganhos temporários nas receitas existe um mais que proporcional aumento da redistribuição e apropriação ilegal dessas rendas).

Igualmente saliente na literatura são os estados rendeiros ou estados-petróleo (que podem ser considerados como uma forma particular de um estado rendeiro), que não embarcam num processo de industrialização. Existem diferentes definições de um estado rendeiro: “um estado rendeiro é caracterizado por uma alta dependência em rendas externas produzidas por um grupo reduzido de actores. As rendas são tipicamente geradas da exploração dos recursos naturais, não da produção (trabalho), investimento (juros) ou a gestão do risco (lucro). Um estado rendeiro tende a ser autónomo, mais desligado e menos responsável, porque não precisa de cobrar impostos - Beblawi e Luciani (1987), Mahdavy (1970)” (Jensen e Wantchekon, 2004: 817); e “(...) uma economia rendeira (em que o território está à venda ou para arrendar). Numa economia rendeira, a receita é proveniente da provisão de serviços e/ou da sua retenção a parceiros indesejados” (Ward, 1989: 242). Cada vez mais receita interna não é realizada através da produção, mas através de várias actividades não-produtivas. Estas incluem ajuda, remeças do estrangeiro, dividendos de investimentos estrangeiros, licenças, taxas; receitas alfandegárias, taxas da terra e piscatória, arrendamento, empréstimos e pagamentos. A receita também é gerada através da provisão de serviços conhecidos como receitas invisíveis incluindo o turismo, banca, paraísos fiscais, finanças, bases

militares, casinos, docas para iates, espaço para pistas espaciais, re-transporte, bandeiras de conveniência, abrigos, local para despejo de resíduos, filatelia, e outros itens colecionáveis (Baldacchino, 1993: 40). Em vez de se concentrar na exportação de produtos com muita concorrência como o café e o açúcar, as exportações poderão ser produtos extraordinários como selos, conchas exóticas, artesanato e trabalhadores migratórios. Esta abordagem poderá tornar alguns pequenos estados vulneráveis a oportunidades de lavagem de dinheiro e re-transporte de drogas” (Fahey, 2000: 25).

Juntamente com estes processos existe a gestão da concorrência política pela apropriação de recursos e rendas e a vertigem de se ser apanhado numa competição violenta, com especificidades nas relações da dependência de diferentes tipos de exportações de recursos naturais e conflito (apesar de tais relações poderem ser explicadas diferentemente e poderem não ser encontradas em outros estudos). Exemplos dessas relações são que: a) o petróleo aumenta o risco do início de conflito (Fearon, 2005; Ross, 2004); este risco aumenta com a dependência de petróleo (Collier e Hoeffler, 2004) e em países de baixo rendimento (Blattman, 2005), particularmente no caso de conflitos separatistas (Ross, 2004); b) diamantes facilmente exploráveis aumentam o risco do início de conflito étnico e a sua duração (Lujala, Gleditsch e Gilmore, 2005); c) estudos de caso sugerem que drogas (cocaína, ópio e marijuana) e madeira podem ser associadas com a duração de conflito (Ross, 2004); e d) tanto o início como a duração de conflito são muito relacionados com o aumento na quantidade de alguns produtos da agricultura, especialmente o café, algodão e (em países de baixo rendimento) cacau, enquanto outros produtos da agricultura parecem não ser relacionados com conflito (Blattman, 2005).

Finalmente, o uso de parte das receitas para a distribuição directa às populações parece ter efeitos económicos negativos e positivos no curto prazo², mas igualmente o potencial para desencadear um fenómeno social generalizado de preguiça, onde “homens de um terreno farto e fértil são frequentemente efeminizados e cobardes; enquanto que, contrariamente, um país estéril cria homens moderados por necessidade, e consequentemente cuidadosos, vigilantes e industriais (Jean Bodin, 1576, em Warner e Sach, 1995, e Ross, 1999).

Uma análise que ultrapassa o problema da endogeneização (utilizando para isso dados de precipitação) associada a muitos destes estudos foi realizada por Miguel, Satyanath e Sergenti (2004), onde foi identificada que a relação entre o crescimento do PIB e a incidência de guerra civil é muito forte (neste caso em países pouco industrializados e com poucos sistemas de irrigação): um decréscimo de 5% na taxa anual de crescimento económico aumenta a probabilidade de um guerra civil (mais que 25 mortes por ano) se iniciar no ano seguinte em mais de 12% (que corresponde a um aumento na probabilidade de guerra para mais do dobro). Outras variáveis, tais como o nível do PIB per capita, democracia, diversidade étnica e estatuto de exportador de petróleo, não apresentam uma relação igualmente robusta para a África Subsaariana.

Blattman (2005) também conclui que: a) o aumento dos preços de produtos primários estão associados com menos violência, enquanto que a descida de preços com mais violência; b) a relação inversa entre os preços e a violência decresce com os níveis de rendimento; c) exportação de petróleo está associada com baixos níveis de conflito em países de rendimento médio, e em média mais conflito em países de baixo rendimento, entre outros. Adicionalmente “tanto os modelos teóricos como a evidência empírica sugerem que, permanecendo tudo igual, baixos custos de oportunidade em termos de salários no mercado de trabalho deve aumentar a probabilidade que um individuo se envolva em actividades do tipo de rebelião ou crime” (Bó e Bó, 2005: 2).

Adicionalmente, desigualdade é raramente identificada estatisticamente como significativa na explicação de conflito³, o que poderá significar que a afirmação de Amartya Sen que “a relação entre desigualdade e rebelião é efectivamente uma” fica por verificar⁴. Isto poderá dever-se a um caso de custos de oportunidade das queixas absolutas e relativas. O custo de oportunidade relativamente a combater é baixo quando existe muito pouco ou demasiado a perder. Normalmente, com muito pouco a perder (tendo virtualmente nenhum controle sobre a existência), a violência é canalizada através de rebeliões, e com demasiado a perder (quando se tem virtualmente todo o controle sobre a existência) a violência é canalizada através do estado ou forças paramilitares. Existe um ponto de “equilíbrio” em que um tipo de “guerra subtil” acontece. Nestes casos, tanto as queixas absolutas e relativas são mantidas equilibradas com algum nível de violência, crime ou repressão (provavelmente classificada como um episódio de paz), correspondendo ao nível específico das queixas sociais e acordos institucionais de um país.

O início de mais conflito violento (o “equilíbrio” é quebrado, movendo-se para uma situação de episódio de conflito) – “guerra aberta” – resulta de uma infeliz combinação de diferentes factores, tais como a pobreza, choques de rendimentos, a viabilidade financeira em lutar, o potencial de coesão de grupo, a instabilidade do poder político, um fraco sistema estatal ou a capacidade de um individuo ou grupo para formalizar, especular, ou capitalizar nestes factores⁵. Neste caso, a situação pode escalar para níveis mais elevados de violência (por exemplo golpes de estado, guerra civil ou movimentos de secessão) até que uma vitória ou acordo é conseguido (regressando a uma “equilíbrio de guerra subtil”), ou mesmo para um estado de “equilíbrio em guerra aberta”, que só pode ser quebrada se existirem mudanças na viabilidade

² Ver Gelb (1988) para aspectos macroeconómicos e Ross (2004) sobre as dificuldades na gestão de tais sistemas.

³ O modelo de Bó e Bó (2005) é no entanto compatível com a observada positiva correlação entre crime e desigualdade, apesar de a teoria também prever que uma redução da desigualdade sem afectar os incentivos para realizar actividades produtivas poderá não diminuir o conflito (tais como os programas sociais de redistribuição que unicamente providenciam quantias em dinheiro).

⁴ Sen “*On Economic Inequality*” (1973: página inicial) em Collier e Hoeffler (2004: 572).

⁵ O último destes factores é menos conhecido, algo que Soros atribui aos menos estudados efeito dos factores económicos - “doença Holandesa e flutuações no preço dos produtos – nas condições políticas (Soros, em Humphreys, Sachs e Stiglitz (ed.), 2007).

militar e financeira do combate. Collier, Hoeffler e Soderbom (2001) identificaram que “tanto a paz como a guerra civil são estados bastante persistentes” (p.5). Existe no entanto um outro tipo de “equilíbrio”, na forma de uma “paz subtil”, intuitivamente com menos desigualdade, em que a probabilidade de rebelião é virtualmente nula e em que o nível de violência estatal (por exemplo medido em violações de direitos humanos e civis) e violência não-estatal (crime) decresce significativamente (tal como pode ser constatado em alguns países industrializados, apesar de outros factores poderem também ter os seus efeitos)⁶.

O aliviar das tensões de “paz subtil” em países em desenvolvimento significaria o aumento dos custos de oportunidade de lutar, necessariamente através da diminuição das queixas relativas (por exemplo decréscimo dos níveis de corrupção ou actividades rendeiiras) e queixas absolutas (por exemplo melhoramentos no Índice de Desenvolvimento Humano ou decréscimo na percentagem da população a viver a baixo da linha da pobreza).

Sociais

De entre os factores sociais, uma interessante conclusão é que sociedades que são caracterizadas por diversidade étnica e religiosa são mais seguras que sociedades homogéneas, desde que evitem o domínio por uma das etnias (Collier, Hoeffler e Soderbom, 2001). O domínio étnico, juntamente com o fraccionamento social, está associado ao início de conflito (Collier e Hoeffler, 2004). A etnia parece principalmente influenciar o risco de guerra (étnica) em países com diamantes aluviais, especialmente em países pobres (Lujala, Gleditsch e Gilmore, 2005; Ross, 2004). Uma pesquisa recentemente realizada em África (Miguel e Prosser 2006) identificou que apenas 41% de 24.000 inquiridos identifica o grupo étnico como a sua principal associação de grupo e que a fonte desta identificação étnica se encontra na competição por empregos nos sectores não tradicionais e na proximidade a eleições nacionais.

Ao nível da educação, o registo no ensino secundário foi identificado como associado com a redução tanto da iniciação como da duração de conflito e as diásporas com a iniciação. Outras variáveis, tais como saúde e alojamento, não produzem resultados significativos em alguns dos testes, apesar de a mortalidade infantil ser regularmente referida como um importante indicador de um actual ou potencial “estado frágil”.

Surpreendentemente, diásporas foram identificadas como estatisticamente significantes em relação com o reinício de conflito, e deverá ser salientado que os resultados não são relacionados com a intensidade do conflito (Collier e Hoeffler, 2004). A hipótese é que as diásporas são uma fonte de financiamento para movimentos rebeldes, mas não é claro como e porquê que diásporas, nomeadamente refugiados de uma guerra civil a viver em países industrializados, têm a capacidade ou interesse em financiar movimentos rebeldes nos seus países.

Geografia

Existem condições geográficas específicas, nomeadamente a existência de florestas (Collier, Hoeffler e Soderbom, 2001), que favorecem a actividade dos rebeldes e determinam as suas estratégias para ganhar controlo sobre os recursos. O clima, e em particular a precipitação, foi considerado estatisticamente relacionado com conflito nas sociedades da África Subsaariana, operando os seus efeitos através das condições económicas que provoca, de acordo com o estudo de Miguel, Satyanath e Grenti (2004) referido anteriormente.

Adicionalmente a existência de meios de comunicação não é sublinhado na literatura, à parte do possível efeito que as estradas podem ter na capacidade militar em reprimir rebeliões. A comunicação de informação, nomeadamente o nível de penetração da informação em áreas remotas, poderá ter alguma relevância na medida em que alguns estudos identificam que a concentração de populações decresce a probabilidade de conflito. A ideia é que pessoas pobres são normalmente menos bem informadas (Robinson, 2003), pelo que se violência organizada está a ser preparada, a informação geral e percepções de queixas e oportunidades serão vitais para o sucesso do processo de recrutamento.

Igualmente relevante é o tipo e distribuição dos recursos naturais e as possíveis “estratégias” para ganhar o seu controle (nomeadamente envolvendo conflito) dependendo do seu valor. Estratégias pelo controle dependerão do nível de presença do estado na região, a concentração de recursos, se são saqueáveis ou facilmente obstruídos, e os retornos do seu controle, determinados pelo rácio valor para peso ou pelos custos tecnológicos do processo de extracção⁷.

História

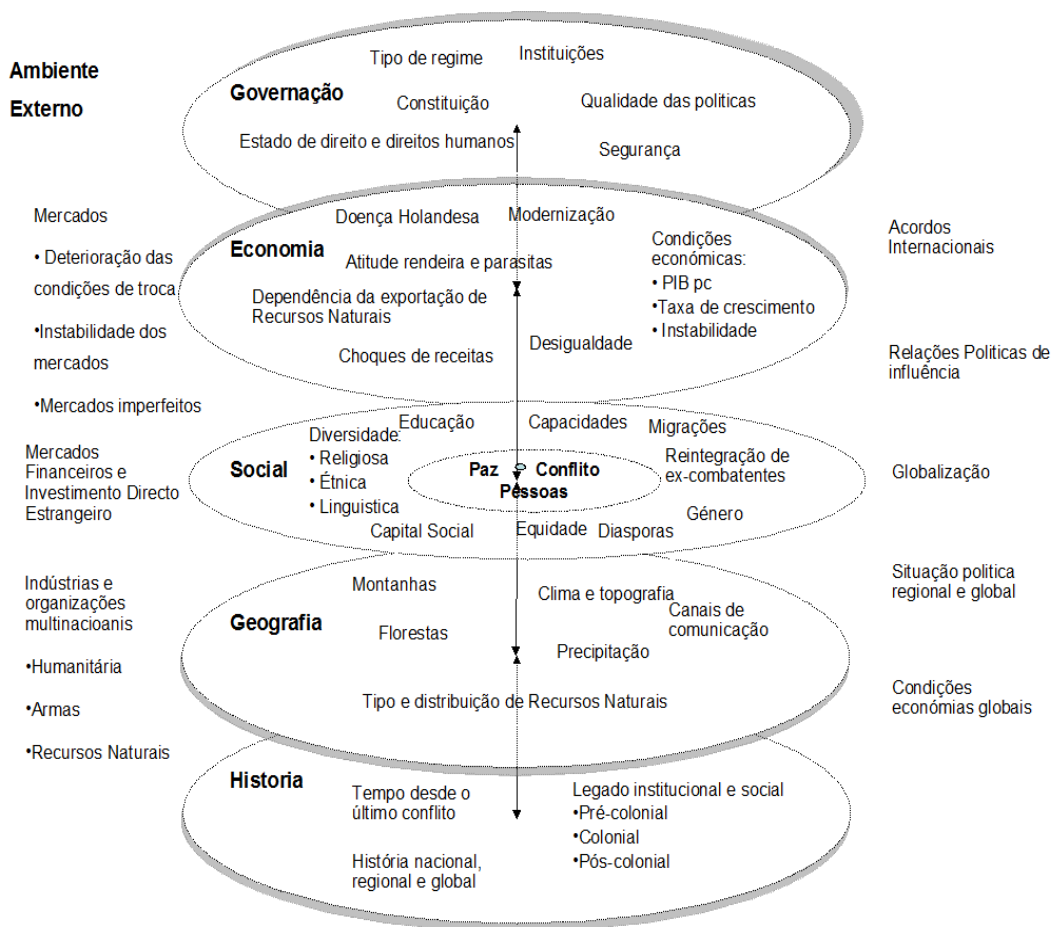
De entre os factores históricos, o tempo que decorreu desde o último conflito é o mais importante factor para prever o reinício de conflito, explicado principalmente pela depreciação do capital de conflito humano e físico, tais como o ódio e equipamento militar.

⁶ O modelo de Collier e Hoeffler (2004) “prevê que um país hipotético com todas as piores características encontradas na amostra tem uma quase certeza de guerra civil, enquanto um com todas as melhores características teria um quase negligenciável risco de guerra civil” (p. 580).

⁷ Ver Le Billon (2001) para uma análise dessas dinâmicas.

Apesar do tempo desde que o último conflito ocorreu ser o factor mais relevante para prever o reinício de conflito, é frequentemente a não quantificável narrativa das sociedades que tende a determinar processos a decorrer.

Figura 1 – Principais factores associados com a paz e conflito em países ricos em recursos naturais ou dependentes de exportações de recursos naturais



Resumindo as dinâmicas críticas do processo de conflito:

O principal motivo para o conflito violento parece ser a necessidade de ter controlo no contexto de pobreza (medido pelo PIB pc neste estudo). Em tais casos, existem duas situações extremas em que as pessoas estão mais inclinadas ao conflito violento: a) pessoas que têm quase nenhum controle sobre os seus recursos de sobrevivência, vivendo em situações de pobreza, e que podem fazer parte de, por exemplo, actividades rebeldes; e b) pessoas que têm quase controle total sobre os recursos de sobrevivência, tais como elites em sistemas autoritários, que podem participar em revoluções mas também envolverem-se em golpes de estado. Esta relação é simbiótica.

A análise realizada por estes grupos/indivíduos para acção é determinada:

> Por factores temporais e de tendência – 1) dependendo da instabilidade no controlo ou volatilidade das receitas dos recursos, por exemplo no que se refere a choques negativos dos preços de produtos da agricultura, que resultam tanto no aumento da pobreza e instabilidade do sistema político; e 2) dependente das expectativas para o futuro, por exemplo na evolução positiva ou negativa continuada da economia; e

> Pela viabilidade do conflito, nomeadamente quanto poderá ser ganho no caso de uma rebelião ou golpe de estado, determinado por: 3) financiamentos domésticos e internacionais durante o conflito; 4) a capacidade de manutenção de um grupo de conflito; 5) a probabilidade de fracasso (resistência do estado ou probabilidade de morte); e 6) os espólios da vitória.

Bibliografia da apresentação

Aslaksen, S. & Torvik, R. (2005). A theory of civil conflict and democracy in rentier states. artigo não publicado.
 Baldacchino, G. (1993). Bursting the bubble: the pseudo-development strategies of microstates. *Desenvolvimento e Mudança*, 24(1), 29-51.

- Beblawi, Hazem & Luciani, G. (eds.). *The rentier state: Nation, state and the integration of the Arab world*. Londres: Croom Helm, 1987.
- Bernstein, H. (2006). *Studying Development/Development Studies*. *Estudos Africanos*, 65, 1, Julho
- Blattman, C. (2005). *Commodities and conflict: a re-examination of the facts*. artigo não publicado, Março (resultados preliminares).
- Birdsall, N & Subramanian, (2004). A. *Saving Iraq from its oil*. *Relações Internacionais*, Julho/Agosto.
- Bó, E. Dal & Bó, P. Dal (2005). *Workers, warriors and criminals: social conflict in general equilibrium*. Conferência Anual de Investigação Jacques Polak, FMI, Novembro.
- Collier P. e Hoeffler, A. (2004). *Greed and grievance in civil war*. *Artigos de Oxford sobre Economia*, 56, 563-595.
- Collier, P., Hoeffler, A. & Soderbom, M. (2001). *On the Duration of Civil War*. Preparado para o grupo de investigação sobre o desenvolvimento do Banco Mundial, Universidade da Califórnia, Centro Irvine, Centro para os Estudos Globais da Paz e Conflito, Sessão de Trabalho sobre Guerras Civis e Transições Pós-Conflito, Maio 18-20.
- Commission for Africa Report: *Our Common Interest*, Março 2005.
- Damania, R & Bulte, E. (2003) *Resources for sale: corruption, democracy and the natural resource curse*. Mimeo, Universidade de Adelaide.
- Easterly, William e Levine, R. (1995) *Africa's Growth Tragedy, a retrospective, 1960-89*. Artigo em desenvolvimento de Investigação e Política 1503, Banco Mundial.
- Fahey, S. (2000). *The future of East Timor: threats and opportunities for economic development of a small island state*. Artigos resumo – RIAP, Vol. 3, No. 2, Julho.
- Fearon, James D. (2005). *Primary commodities exports and civil war*. *Jornal de Resolução de Conflitos*
- Fearon, James D. & Laitin, David D. (2003). *Ethnicity, Insurgency, and Civil War*. *Revisão de Ciência Política Americana*, 97, Março, 75-90.
- Gelb, A. (1988) *Summary/conclusion chapter in: Oil Windfalls: blessing or curse?* Editora da Univesidade de Oxford – Capitulo 9.
- Humphreys, M., Sachs, J., & Stiglitz, J., (eds.) (2007) *Escaping the Resource Curse*. Columbia University Press, Nova Iorque.
- Jensen, N. e Wantchekon, L. (2004) *Resource wealth and political regimes in Africa*. *Estudos Políticos Comparados*, Setembro.
- Le Billon, P. (2001). *The Political Ecology of War: Natural Resources and Armed Conflicts*. *Geografia Política* 20(5), 561-584.
- Lujala, P., Gleditsch, N.P., & Gilmore, E. (2005) *A diamond curse? Civil war and a lootable resource*. *Jornal de Resolução de Conflito*, Vol. 49, 538-562.
- Mahdavy, H. (1970) *Patterns and problems of economic development in rentier states: The case of Iran*. Em M.A. Cook (Ed.), *Studies in the economic history of the Middle East* (p. 428-468). Oxford: Editora da Universidade de Oxford.
- Mendoza, E.G. (1997) *Terms-of-Trade Uncertainty and Economic Growth*. *Jornal de Economia do Desenvolvimento*, 54, Dezembro.
- Mehlum, H., Moene, K.O. & Torvik, R. (2005). *Cursed by resources or institutions*. *Artigos em Desenvolvimento No. 10/2005*, Departamento de Economia, Universidade de Ciência e Tecnologia da Noruega.
- Miguel, E., Satyanath, S., & Sergenti, E. (2004). *Economic shocks and civil conflict: an instrumental variables approach*. *Jornal de Política Económica*, 112, 725-753.
- Miguel, E. & Prosner Daniel N. (2006). *Sources of Ethnic Identification in Africa*. (artigo não publicado) 26 Janeiro.
- Reinert, Erik S. (2005). *Development and Social Goals: Balancing Aid and Development to Prevent 'Welfare Colonialism'*. artigo preparado para a conferência da ONU sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Nova Iorque, Março 14 e 15.
- Robinson, J.A. (2003) *Politician-Proof Policy?* Artigo de preparação do Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2004.
- Ross, M. (2004). *What do we know about natural resources and civil war?* *Jornal de Investigação sobre a Paz*, 41, 337-356.
- (2001) *Does oil hinder democracy?* *Política Mundial* 53, 325-361.
- (1999) *The Political Economy of the Resource Curse*, Editora da Universidade de Johns Hopkins.
- Treisman, D. (2000) *The Causes of Corruption: A Cross-National Study*. *Jornal de Economia Pública*, 76, 399-457.
- Wade, R.H. (2003). *What strategies are viable for developing countries today? The World Trade Organization and the shrinking of 'development space'*. *Programa de Estados em Crise, LSE*, Artigo em Desenvolvimento No. 31.
- Wantchekon, L.(1999) *Why do resource abundant countries have authoritarian governments?* Universidade de Yale, Centro Leitner, Artigo em Desenvolvimento No. 99-12, New Haven, CT: Universidade de Yale.
- Ward, R.G. (1989) *Earth's empty quarter? The Pacific Islands in a Pacific Century*. *Jornal de Geografia*, 155(2), 235-46.
- Warner, A.M. & Sach, J.D. (1995). *Natural resource abundance and economic growth*. NBER Artigo em Desenvolvimento N. 5398.

A Emergência da (in)segurança climática global: o caso da Amazônia Brasileira

Alberto Teixeira da Silva
Instituto de Filosofia de Ciências Humanas Universidade Federal do Pará
alberts@superig.com.br

Resumo: A agenda da segurança internacional com o fim da guerra fria e derrocada do socialismo histórico tem se alargado de forma significativa para incorporar novos temas e distintas problemáticas. Parece ter se esgotado a visão unidimensional da segurança estratégico-militar que prevaleceu no sistema bipolar pós-segunda guerra mundial. As formas clássicas de resolução dos conflitos pela via armamentista e intimidação bélica já não são suficientes para explicar e resolver os impasses contemporâneos. A segurança tornou-se uma questão multifacetada abrangendo um leque de dimensões: política, militar, social, ambiental, energética, alimentar e tecnológica. Riscos e efeitos devastadores derivados do aquecimento global, perda de diversidade biológica, desertificação, violência, marginalidade, exclusão social, lixo urbano, degradação dos recursos hídricos, enfim, um conjunto de situações caóticas expõe uma crise mundial sistêmica e projeta desequilíbrios perturbadores que já ameaçam a paz no contexto das relações internacionais. Este trabalho analisa a inserção da Amazônia no contexto turbulento da emergente (in)segurança climática, focando reflexões que propiciem conscientização pública para o enfrentamento deste fenômeno transnacional/global.

Palavras-chave: Amazônia, (in)segurança climática, mudanças globais.

Introdução

A Amazônia está no epicentro das grandes preocupações regionais, nacionais e transnacionais e globais. Não por acaso, suscita questionamentos e disputas calorosas, reacendendo debates controversos sobre a afirmação da soberania brasileira, presença incontrolada de múltiplos atores e os desafios crescentes de compatibilizar eficiência econômica, justiça social, prudência ecológica e gestão democrática, enfim, a quadradura do círculo do desenvolvimento sustentável.

Esta região dos trópicos úmidos constitui, sem dúvida, objeto de investigação e deslindamento diante de suas estruturas históricas débeis que projetam novos impasses e situações de insegurança. A pesquisa científica constitui esforço de elucidação sobre questões relevantes e decisivas para a compreensão dos processos multidimensionais que atingem a Amazônia no limiar do século XXI. A ampla variedade de temas suscitados pelo problema da segurança numa região de fronteira do capitalismo global, marcada por profundas assimetrias e conflitos, projeta análises e configurações significativas sobre o subcontinente amazônico no cenário das transformações e políticas de integração forjadas pelos blocos e arranjos de governanças na América do Sul.

A Amazônia tem sido alvo emblemático de debates no âmbito da segurança nacional, como território tencionado por forças endógenas e exógenas. A globalização está erodindo a soberania dos Estados, expondo vulnerabilidades num contexto da nova arquitetura da (in)segurança na América do Sul. Este trabalho propõe uma reflexão sobre a Amazônia no cenário da (in)segurança mundial contemporânea, abordando sua inserção no contexto da emergente crise climática como aspecto relevante e crucial na agenda política do século XXI.

No contexto da sociedade pós-industrial, mudanças substantivas conformam novas percepções e paradigmas num mundo em franca ebulição de idéias, dilemas e projetos civilizatórios. Diante das complexas dimensões da globalização – econômica, política, social, tecnológica, cultural e ambiental - desafios inadiáveis e ameaças sistêmicas como a pobreza, desigualdade, estagnação econômica, corrupção, violência e catástrofes climáticas; cresce a importância de estudos e pesquisas sobre processos contemporâneos na formação de padrões de estabilidade, desenvolvimento e paz, como condição do progresso e bem estar das sociedades humanas.

O fim da bipolaridade e o contexto pós-guerra fria resultaram numa ordem multipolar de interdependências globais e agendas multifacetadas que tencionam o conceito de segurança para além do enfoque tradicional de estudos estratégico-militares. A noção de defesa nacional centrada na visão estadocêntrica no marco da soberania territorial mostra-se insuficiente para garantir situações de estabilidade e desenvolvimento. O fato é que o processo de globalização tem promovido mudanças paradigmáticas e se alargado para incorporar temas emergentes e substantivos das relações internacionais contemporâneas.

A segurança militar continua central, mas não é a única a ser garantida (BUZAN apud MESSARI, 2004). Emergem ameaças e desafios que afetam a segurança internacional, mostrando que novas configurações planetárias – interdependência econômica, velocidade tecnológica e informacional e desequilíbrios ecológicos, irão conduzir políticas de segurança para outras esferas não exclusivamente militares (BRIGAGÃO, 1996: 152). Com efeito, conflitos ambientais transfronteiriços decorrentes do processo combinado de crise de escassez e crescente mercantilização da natureza estão hoje no centro das políticas de governança mundial, conformando incertezas no curso da nova geopolítica global tensa e turbulenta. Em consequência da concentração da riqueza, aumento da miséria e degradação da natureza, abissais desigualdades se alargam em escala mundial.

Não há como desconhecer a gravidade dos problemas ambientais – conjunto de fenômenos regionais, nacionais e transnacionais, que estão minando a capacidade de renovação dos ecossistemas e colocando em jogo a sobrevivência do planeta. Os riscos e efeitos devastadores derivados das mudanças climáticas, perda de diversidade biológica, desertificação,

lixo urbano e degradação dos recursos hídricos, compondo uma pauta extensa de questões planetárias, são objeto de intensas discussões nos fóruns de governos, sociedade civil, corporações empresariais e instituições multilaterais.

Dentro do cenário mais abrangente de segurança global multidimensional (VILLA, 1999), a Amazônia tem papel de destaque pela importância crucial dos recursos naturais que abriga, conformando territórios de sociobiodiversidade, serviços ambientais e climáticos absolutamente decisivos para a segurança transnacional. Uma contribuição estratégica do Brasil no contexto da segurança humana consiste no aproveitamento de suas vantagens comparativas (recursos hídricos, biodiversidade, multiculturalismo, energias renováveis, etc.), subordinando o crescimento da economia ao modelo de sociedade igualitária, onde sejam forjados novos padrões de sociabilidade humana pautada na democratização dos espaços públicos e satisfação das necessidades básicas da população.

A Amazônia brasileira representa 70% da Amazônia sul-americana, detém a maior bacia hidrográfica do mundo e concentra 20% de toda a disponibilidade de água doce do planeta. As florestas tropicais brasileiras são consideradas imensas fronteiras de megabiodiversidade, patrimônio incalculável de recursos de flora e fauna: insumos para experimentos na área de biotecnologia e banco genético estratégico no campo da pesquisa científica global. A constituição multicultural do povo brasileiro é um forte apelo histórico e simbólico na afirmação da identidade étnica no plano da diplomacia mundial. Recursos oriundos da biomassa e fontes energéticas renováveis colocam o Brasil como uma das lideranças do novo modelo de convivência entre nações e civilizações.

As prioridades de segurança humana e coletiva norteiam-se pelo conceito mais amplo de segurança multidimensional numa teia de ameaças conectadas: conflitos entre países, guerras civis, tráfico de drogas, atentados terroristas, pobreza, calamidades sociais e degradação ambiental. No contexto dessa agenda multifacetada, a Amazônia tem papel de destaque pela importância estratégica dos recursos naturais que abriga, conformando espaços de sociobiodiversidade e serviços climáticos absolutamente decisivos para a segurança transnacional e global. Desvendar essa teia de relações é um dos desafios dos pesquisadores que estudam relações internacionais e questões de segurança na Amazônia continental.

Da segurança interestatal à segurança global

O debate sobre segurança está no cerne das relações internacionais. Deste as primeiras formulações teóricas e metodológicas na primeira metade do século XX com o Realismo Político até os tempos recentes acelerados pela globalização notadamente com a perspectiva da Interdependência; preocupações sobre os elementos constitutivos, conceitos, variáveis e dinâmicas sobre a temática da segurança dominam as discussões nas relações internacionais contemporâneas. O realismo político compreende as relações internacionais como sendo determinada pelo uso do poder e da força. Este paradigma possui raízes remotas, podendo-se identificar suas origens já nas obras de Nicolau Maquiavel (*O Príncipe*) e Thomas Hobbes (*Leviatã*). Hobbes influenciou sobremaneira essa doutrina, pois para ele a sociedade internacional encontra-se em “estado de natureza”, na medida em que se reconhece a ausência de uma autoridade acima dos Estados, uma autoridade supranacional, para além da esfera interestatal, que possa garantir a segurança de seus membros e a estabilidade do sistema.

Através de Edward Carr (*The Twenty Years Crisis 1919 – 1939*) e Hans Mongenthau (*Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*), o realismo moderno formulou a mais contundente crítica ao liberal-idealismo, apontando que o primado das relações internacionais consiste no uso da força, nos meios violentos e conflituosos para equacionar as demandas de defesa dos governantes, definidos a partir de uma política de poder e visão estratégica de segurança nacional.

Por outro lado, os teóricos da Interdependência, notadamente Robert Keohane e Joseph Nye (*Transnational Relations and World Politics* e *Power and Interdependence: World Politics in Transition*), criticam o conceito de segurança internacional baseado na relação entre Estados soberanos, que se movem pelo cálculo do interesse nacional, como forma de salvaguardar questões de segurança interna; mostrando que essas concepções são limitadas para a compreensão dos dilemas da segurança na complexidade do mundo atual. A agenda da segurança contemporânea reflete um conjunto de mudanças no horizonte de uma percepção de segurança coletiva mais ampla, para além dos fundamentos de defesa territorial dos Estados-Nação. Busca-se agora dar conta de uma agenda multicêntrica de poder no redemoinho das rápidas e profundas transformações do sistema global.

O paradigma da política internacional fundado no domínio exclusivo dos Estados está sendo tencionado por novas configurações de políticas de governança baseadas numa multiplicidade de agendas e atores. No contexto da globalização multidimensional e emergência de arenas multifacetadas como meio ambiente, migrações, direitos humanos, criminalidade; potencializada pela velocidade das inovações tecnológicas, formação de redes (*networks*), surgem novos desafios cognitivos e busca de referenciais que reorientem perspectivas interpretativas na apreensão dos fenômenos contemporâneos.

O cenário atual das relações internacionais molda-se nos arranjos sistêmicos da política para além da clássica abordagem interestatal. Agora se inicia uma era pós-política internacional, na qual os atores estatais são obrigados a partilhar o cenário e o poder global com organizações internacionais, companhias transnacionais, além de movimentos políticos e sociais de escopo transnacional/global (BECK, 1999; ROSENAU, 1990). Isso não quer dizer que o Estado deixou de ser o ator mais importante e influente, mas agora não são os únicos no palco das decisões mundiais.

Como assinalou Villa (1999) na sua formulação de segurança global multidimensional. “Global porque a interdependência e transnacionalização dos novos fenômenos de segurança permite ao conceito abranger significados não apenas localizados, mas planetários. Multidimensional porque não se constitui só de conteúdo estratégico-militar, mas de

outros conteúdos transnacionais, como explosão demográfica, desequilíbrios ecológicos e migrações internacionais, que fazem com que a segurança internacional seja encarada sob diferentes ângulos” (VILLA, 1999: 99/100).

A segurança ambiental adquire importância, pois implica na segurança vital da biosfera, na perspectiva de regulação sustentável dos recursos naturais, cooperação entre Estados e servir para mobilizar as populações em torno dos objetivos de proteção (RIBEIRO, 2001; LE PRESTRE, 2000). Vai perdendo sentido a diferenciação entre high politics (agenda estratégico-militar) e low politics (agenda econômica, social e ecológica), considerando que a interdependência crescente no contexto da sociedade global vai minando as fronteiras nas agendas de governo, fazendo com que os objetivos de uma ampla segurança humana se entrelacem (SARFATI, 2005).

Segurança climática global: ameaças ambientais, sociais e políticas

No contexto paradigmático da segurança ambiental e desequilíbrios ecológicos (RIBEIRO, 2001; BRIGAGÃO, 1996), a ONU reconhece que o fenômeno das mudanças climáticas está se tornando num dos maiores dramas ambientais da história contemporânea e compromete a paz e segurança planetária. “O meio ambiente é muito importante para a paz porque, quando nossos recursos se tornarem escassos, entraremos em guerra” (MAATHAI apud TRIGUEIRO, 2006: 255). Não por acaso o assunto freqüenta diariamente sites, revistas, jornais, redes virtuais e mobiliza ações e campanhas no mundo inteiro. Mudanças climáticas estão associadas às mudanças estruturais do capitalismo e representam uma questão de segurança internacional e global. (VIOLA & LEIS, 2001; BARROS-PLATIAU, 2007). Numa perspectiva sistêmica, para além da questão ambiental, as mudanças climáticas representam uma síntese das principais dimensões da realidade contemporânea do sistema internacional, da economia política global (VIOLA, 2008).

Mudanças do clima moldadas por uma cadeia complexa de fenômenos intensificados pela revolução industrial, no final do século XVIII, estão minando a capacidade de suporte dos ecossistemas terrestres, através do aumento dos gases estufa provenientes das economias desenvolvidas, que adotam modelos produtivos altamente intensivos em energia não-renovável e estilos de consumo suntuário. Aumento dos níveis dos mares, ciclones, tufões, furacões, secas, enchentes, queimadas; enfim, um conjunto de situações turbulentas expõe uma crise mundial sistêmica e projeta desequilíbrios perturbadores que já ameaçam a segurança dos povos.

Estas mudanças fazem parte de um conjunto de transformações globais que esgotam progressivamente o estoque de recursos naturais, minando a capacidade de renovação dos ecossistemas e modelando o futuro das sociedades num ritmo alucinante, balizadas pela racionalidade instrumental do crescimento e maximização do lucro: o mainstream econômico neoliberal. A lógica da acumulação capitalista alheia aos constrangimentos e impactos socioambientais, desencadeia um turbilhão de externalidades traduzidas em custos que são internalizados pelo conjunto da sociedade. A apropriação indiscriminada e irresponsável do capital natural dilapida o patrimônio público e impede o acesso coletivo aos bens de usufruto coletivo.

A conclusão é notória desde a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, sigla em inglês), em 1988, pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e a assinatura da Convenção-Quadro das Mudanças Climáticas na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92).

Sucessivos estudos divulgados no âmbito dos organismos multilaterais e instituições governamentais embasam consenso científico que o padrão energético dependente de combustíveis fósseis (petróleo, carvão, gás natural), o fordismo fossilista (ALTVATER, 1995), juntamente com a devastação das florestas, está interferindo diretamente nos ciclos vitais da biosfera de modo caótico. Forjam um impasse societário de caráter multicivilizacional, que ignora fronteiras, territorialidades, culturas e raças.

O fato é que as últimas décadas do século XX entraram para a história, como período marcado por alterações profundas na dinâmica do capitalismo mundial, revoluções cumulativas que fizeram emergir uma civilização de danos globais, desencadeando múltiplas e crescentes mudanças: políticas, sociais, econômicas, ambientais, culturais e tecnológicas. A gigantesca acumulação de riquezas tem produzido desigualdades sociais alarmantes entre indivíduos e nações, dilapidando a base de recursos naturais disponíveis no planeta.

Apesar do desencantamento do mundo, a célebre metáfora da jaula de ferro que aliena e subjuga o homem moderno anunciados por Max Weber e a espoliação do trabalhador pela máquina capitalista denunciado por Karl Marx, os clássicos da sociologia não teceram análises dos efeitos perversos do capitalismo industrial em relação ao meio ambiente. Como observa Michael Löwy, “(...) Se encontra, amiúde, em Marx ou Engels (e ainda mais no marxismo ulterior), uma tendência a fazer do ‘desenvolvimento das forças produtivas’ o principal vetor do progresso (...)” (LÖWY, 1999: p. 93/94).

Na verdade, “Preocupações ecológicas nunca tiveram muito espaço nas tradições de pensamento incorporadas na sociologia e não é surpreendente que os sociólogos hoje encontrem dificuldades em desenvolver uma avaliação sistemática delas” (GIDDENS, 1991: 17). Diante dos desafios da crise ecológica, a teoria social contemporânea esta repensando não só relações da sociedade com a “natureza”, mas os determinantes estruturais da distribuição dos males trazidos pela modernidade reflexiva – a sociedade de risco.

A intensificação das mudanças climáticas na contemporaneidade revela de forma visceral a emergência de uma sociedade de risco. O sociólogo alemão Ulrich Beck expõe que essa construção societal pensada até suas últimas

conseqüências, manifesta uma sociedade de risco global, pois seu princípio axial, seus desafios, são os perigos produzidos pela civilização que não pode delimitar-se socialmente, nem no espaço, nem no tempo (BECK, 2006).

A crítica da sociedade industrial vem acompanhada da crítica da modernidade no contexto da globalização neoliberal, que potencializa as forças do mercado, não internaliza os custos ambientais e ignora os limites biofísicos. Os efeitos desestruturadores da lógica do capital sobre a natureza, transformada e recriada, na perspectiva da mercantilização e apropriação privada de bens (fruto do progresso material, domínio da técnica e da ciência), traz em seu bojo a pobreza e a destruição ambiental em escala mundial. O maior responsável pelos prejuízos ecológicos globais é um sistema que se globalizou globalizando a exploração da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Apesar da prosperidade econômica trazida para muitos, a sociedade capitalista, com o boom das economias industrializadas, tem se mostrado insustentável como paradigma planetário. O padrão de consumo norte-americano, o chamado *american way of life*, é o exemplo da impossibilidade de reprodução do crescimento material para os demais países e culturas. O crescimento econômico chinês acelerado, alucinante e escravo do carvão é uma bomba prestes a explodir. A crise ecológica sem precedentes espelha a falência do projeto de modernidade construída na perspectiva do crescimento econômico sem limites e num estilo de desenvolvimento que tem se revelado ecologicamente depredador, socialmente perverso e politicamente injusto (GUIMARÃES, 1992).

A recusa da modernidade insustentável sugere a mutação para um novo paradigma, ou seja, “a humanidade precisa fazer a transição para uma economia sustentável – que respeite os limites físicos inerentes ao ecossistema mundial e garanta que este continue funcionando no futuro. Se não fizermos essa transição, podemos ser punidos não apenas com crescimento deseconômico, mas com uma catástrofe ecológica que reduziria sensivelmente nosso padrão de vida” (DALY, 2005: 92).

Segundo o Relatório Brundtland, publicado em 1987, sob os auspícios da ONU, desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. O ideário da sustentabilidade assume um papel central na reflexão em torno das dimensões do desenvolvimento e alternativas de formulação de políticas públicas.

O anúncio bombástico do documento preliminar apresentado em fevereiro, em Paris, mostrando cenários turbulentos, instabilidades econômicas, perdas humanas e materiais, causou frisson nos veículos de mídia, circuitos de poder e mercados financeiros. O documento afirmou que o aquecimento do sistema climático é inequívoco. A grande novidade é a redução das incertezas quanto à causa do fenômeno: segundo os especialistas, existem 90% de chance de que as atividades humanas sejam o principal fator de aquecimento global desde 1950.

O relatório mostra ainda que, num cenário otimista, a temperatura média do planeta, em 2100, deve ser 3° C superior aos níveis pré-industriais, e o mais preocupante é que os resultados disso devem perdurar por séculos. Os cientistas estão convencidos de que haverá um rastro de perdas humanas e materiais, cujas conseqüências são imprevisíveis na configuração da geopolítica mundial (IPCC, 2007). O alarde serviu para dar visibilidade aos que há muito tempo vem questionando o modelo de sociedade vigente. A denúncia dos ambientalistas dos perigos da poluição atmosférica na década de 1980 metamorfoseou-se numa questão sistêmica promotora de desequilíbrios transnacionais.

A Amazônia na arena da segurança climática global

A dinâmica das sociabilidades humanas está sendo afetada pela insegurança trazida pela modernidade reflexiva derivada dos riscos tecnológicos e sociais: degradação ambiental, lixo e usinas nucleares, urbanização desenfreada, violência, criminalidade e miséria. Reina uma sensação de perplexidade no bojo de revoluções ininterruptas que moldam transformações radicais e aceleradas no ventre da globalização que promete integração e progresso, mas que impõem de forma brutal desigualdades entre civilizações, países e indivíduos; cultua padrões de produção e consumo insustentáveis e banaliza valores e princípios éticos fundamentais.

Não há como disfarçar o tremendo mal estar da sociedade moderna, diante da irreversibilidade das ameaças e conseqüências sombrias cada vez mais reflexas do atual paradigma de desenvolvimento perdulário e consumista. O influente e renomado cientista James Lovelock, pioneiro nas denúncias dos problemas ambientais globais tem afirmado que a raça humana está condenada e a era dos extremos climáticos veio para ficar. A revolução fossilista que embalou o desenvolvimento das forças produtivas e o industrialismo, já deixou marcas fatais e definitivas na aventura dos humanos no planeta terra.

A questão das mudanças climáticas está contemplada, de forma singular, na agenda da segurança mundial, com importante papel da ONU na construção de diálogos e consensos possíveis, constituindo capítulo crucial na pauta de responsabilidades de caráter planetário. Países que mais se beneficiaram com o padrão produtivista e destruíram suas florestas deveriam assumir custos financeiros bem maiores e reduzir suas emissões de forma mais agressiva, especialmente os Estados Unidos, responsáveis por 30% das emissões globais de GEE (gases do efeito estufa).

Apesar de representar avanço na cooperação multilateral, o Protocolo de Quioto precisa ser repensando à luz das novas exigências de mitigação, adaptação, pesquisa, educação, capacitação e disseminação, preconizadas pelos cientistas do IPCC. Investimentos públicos e privados referenciados por processos tecnológicos limpos e eficientes, democratização do conhecimento, ajuda humanitária aos “refugiados ambientais”, são decisões políticas necessárias e urgentes para o fortalecimento dos mecanismos de governança climática.

Países em desenvolvimento também devem responsabilidades, inclusive com metas de redução de emissões. Segundo previsto no Protocolo de Quioto, somente os países do anexo I (desenvolvidos) têm compromisso de metas/redução dos GEE. O Brasil, pela influência que exerce junto ao G-77 (principal aliança de países emergentes), poderia assumir a liderança desse bloco na construção de modelos energéticos alternativos, baseados na utilização de fontes renováveis (energia solar, eólica, biomassa), além do desafio maior de zerar o desmatamento ilegal na Amazônia.

O Brasil é o maior produtor mundial de etanol obtido da cana-de-açúcar e tem fantástica diversidade de oleaginosas (soja, dendê, mamona, girassol, algodão, canola, pinhão manso, etc.), no contexto singular de uma megacivilização florestal. A conservação da floresta em pé, proteção da diversidade biológica e sócio-cultural e aproveitamento inteligente dos serviços ambientais são trunfos decisivos desse país tropical projetar-se como player estratégico no tabuleiro da crise ecológica mundial.

A questão da Amazônia no debate das mudanças climáticas passa pelo posicionamento do governo brasileiro no contexto mais abrangente das negociações internacionais. O discurso oficial da representação brasileira tem freqüentemente oscilado entre uma visão comprometida com mudanças substantivas no plano institucional (vale lembrar que o Brasil propôs a criação Mecanismo de desenvolvimento limpo – MDL, dentro do Protocolo de Kyoto) e atitudes que revelam desinteresse e indecisão na tomada de posições mais firmes que envolvam metas de redução de suas emissões.

A responsabilidade brasileira é absolutamente perceptível no contexto das mudanças climáticas globais. Embora disponha de base energética relativamente limpa - a matriz elétrica brasileira é composta por 84% de produção hidrelétrica, 4% de biomassa, 4% de gás natural, 4% de diesel e óleo combustível, 3% nuclear e 1% de carvão, o Brasil é o 4º maior emissor do planeta, quando são levados em consideração os gases lançados na atmosfera pela ação dos desmatamentos e queimadas na Amazônia.

Com efeito, o Brasil tem sido pressionado pela comunidade internacional pelo agressivo desflorestamento praticado na Amazônia, que equivale a 75% no conjunto das emissões nacionais. As florestas representam arenas privilegiadas de conflitos e pressões endógenas e exógenas que tornam vulneráveis os argumentos brasileiros nas negociações internacionais. Países desenvolvidos acusam o governo brasileiro de incapacidade em conter a destruição da floresta, colocando em xeque a fragilidade da soberania exercida na região e reacendendo o debate da internacionalização.

A Amazônia possui um papel estratégico no ciclo do carbono planetário, sendo considerada uma das regiões mais vulneráveis do ponto de vista das influências das mudanças climáticas (NOBRE ET AL., 2007). Pesquisas coordenadas pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/INPE) e divulgadas pelo Ministério do Meio Ambiente, através do estudo “Mudanças Climáticas Globais e seus Efeitos sobre a Biodiversidade”, aponta que a Amazônia pode virar cerrado ao longo do século XXI.

Outras pesquisas baseadas no modelo climático de Centro Hadley do Reino Unido projetam cenário de savanização (CANDIDO ET AL., 2007). Embora se reconheça a necessidade de ampliar corpo de conhecimentos científicos mais consistentes para a região, a verdade é este cenário atrai preocupações planetárias e certamente representa uma grande ameaça para as populações tradicionais e ribeirinhas, sobretudo os segmentos mais sensíveis que dependem diretamente dos corredores hídricos e da biomassa.

Segundo os estudos do Experimento de Grande Escala Biosfera-Atmosfera – LBA (The Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazônia), a floresta amazônica absorve uma quantidade gigantesca de carbono, realizando um serviço ambiental extremamente importante. “As florestas Tropicais são reservatórios gigantes e voláteis de carbono, e para efetivamente controlar o aquecimento global será preciso que elas permaneçam praticamente intactas. As florestas tropicais também agem como grandes condicionadores de ar transformando a energia solar em vapor d’água. (NEPSTAD ET AL., 2005)

Após várias tentativas e pressões do governo e sociedade civil brasileira, a Conferência de Mudanças Climáticas (COP-3), realizada em Bali (Indonésia), sinalizou a inclusão das florestas tropicais na governança climática. Ficou definido um mecanismo de redução de emissões - REDD (Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation) – que passará a vigorar a partir de 2012 como instrumento legal da Convenção-Quadro das Mudanças Climáticas, assim como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

A segurança climática do planeta ameaçada pelo modelo fossilista e desequilíbrios ecossistêmicos depende da Amazônia e vice-versa. Contudo, mesmo que o desmatamento seja interrompido, as emissões desmedidas do crescimento econômico irão afetar a maior floresta tropical do planeta. A segurança ambiental e climática moldada nos conflitos pela apropriação dos estoques ecológico-sociais e ameaças sistêmicas do desenvolvimentismo constitui uma das principais preocupações dentro das estratégias de defesa e valorização da Amazônia.

O Brasil como potência ambiental global, precisa assumir o compromisso ético com as futuras gerações e fazer opção por um modelo de segurança centrado em políticas públicas, capazes de estabelecer estratégias inteligentes de defesa que promova inclusão social, através de cadeias produtivas economicamente viáveis e sustentáveis. Pelas potencialidades intrínsecas da maior fronteira de recursos naturais do planeta, a Amazônia é certamente um espaço estratégico para repensar uma política nacional de desenvolvimento sustentável, além dos serviços ambientais vitais (seqüestro de carbono, ciclos hidroquímicos, etc.) que proporciona para a governança climática regional, nacional e global.

Considerações finais

Uma observação atenta da moldura das relações internacionais contemporâneas, não pode ignorar que o sistema internacional fundado a partir do Tratado de Westfálen (1648), que consagrou o papel fundamental dos Estados, está hoje abalado pelas mudanças rápidas decorrentes da emergência de fluxos de poder, finanças, acordos comerciais, tecnologias, migrações, agendas e novos atores, que influenciam e tencionam os parâmetros políticos clássicos. O sistema interestatal monopolizado pelas relações entre Estados Nacionais e as estratégias de poder pelo uso da força militar e preocupações geopolíticas centradas na segurança nacional já estão sendo corroídas pelo novo mapa de segurança e defesa moldada em políticas públicas e inserção efetiva dos movimentos sociais.

O cenário mundial configura a passagem do sistema internacional para um sistema global. A segurança contemporânea deixou de ser compreendida na ótica restrita do realismo radical, que preconiza o uso da força militar e poder entre os Estados para a resolução dos grandes conflitos contemporâneos. A segurança climática como aspecto relevante da segurança ambiental tem sido considerada uma dimensão relevante com o agravamento da crise ecológica civilizacional para a compreensão das ameaças e turbulências no mundo atual.

Nas entranhas das relações de poder e da retórica dos países que se dizem defensores da proteção ambiental, ainda reina um déficit de iniciativas de acordos mais consequentes para a reversão progressiva deste cenário de caos e turbulência. Apesar da vontade de cooperar, os países ainda norteiam suas ações a partir de posições de maximização do interesse nacional (VIOLA, 2003).

O aquecimento global é o maior desastre ambiental da história da civilização e entrou de forma definitiva na agenda da segurança mundial. O impasse científico acabou. Preocupações sobre mudanças climáticas estão na ordem do dia da política, sociologia, economia, geografia, ecologia, comunicação, academia, governos, mercados e instituições sociais. A sociedade fossilista que vitaminou o crescimento industrial é perniciosa e suicida.

A ideologia desenvolvimentista ainda é hegemônica e os países parecem não querer abdicar de padrões de bem estar ditados pelos valores da pós-modernidade capitalista, ainda que todos saibam o tamanho do débito com a vida na biosfera. Longe de manchetes sensacionalistas e miragens apocalípticas que pregam o fim do mundo, o caos climático exige um pacto civilizatório orientado para uma sociedade sustentável, através de esforço transnacional de governos e iniciativas dos múltiplos movimentos da sociedade civil: do local ao global. A Amazônia está no “olho do furacão” das consequências ambientais e sociais advindas da poluição global e do modelo predatório e insustentável ainda hegemônico na região. Resta saber até quando resistirá.

Bibliografia

- ALTVATER, E. O Preço da Riqueza. São Paulo: UNESP, 1995.
- BARROS-PLATIAU, A. F. A segurança climática global e o papel do Brasil. 31º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 2007.
- BECK, U. O que é globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BECK, U. La sociedad del riesgo global. Madrid: Siglo XXI, 2006.
- BRIGAGÃO, C. Segurança ecológica da Amazônia: novos desafios. In: PAVAN, C. (Org.) Uma estratégia latino-americana para a Amazônia. Brasília: Min. Do Meio Amb., dos Rec. Hídricos e da Amaz. Legal; São Paulo: Memorial, 1996. 3v.
- CANDIDO, L. A. et al. O clima atual e futuro da Amazônia nos cenários do IPCC: a questão da savanização. *Ciência & Cultura*, São Paulo, v. 59, n. 3, 2007.
- DALY, H. Sustentabilidade em um mundo lotado. *Scientific American*, ano 4, Nº 41, 2005.
- GIDDENS, A. As Consequências da Modernidade. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- GUIMARÃES, R. O novo padrão de desenvolvimento para o Brasil: inter-relação do desenvolvimento industrial e agrícola com o meio ambiente. In: VELLOSO, J. P. R. (Org.) A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Livraria Nobel S.A. 1992.
- IPCC. Climate change: The Physical Science Basis. Summary for Policymakers. Paris, 2007.
- LE PRESTRE, P. (2000) *Ecopolítica Internacional*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.
- LÖWY, M. De Marx ao ecossocialismo. In: GENTILI, P. & SADER, E. (Orgs.) Pós-Neoliberalismo II. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- MESSARI, N. Existe um novo cenário de segurança internacional? In: GÓMEZ, J. M (Org.). América Latina y el (des)orden global neoliberal. Buenos Aires: Clacso, 2004.
- NEPSTAD, D. C. et al., A Amazônia em Clima de Mudança: Reduzindo as emissões de Carbono resultantes de desmatamento e degradação florestal em grande escala. IPAM, WHRC, UFMG. 2005.
- NOBRE, C. A. et al., Mudanças climáticas e Amazônia. *Ciência & Cultura*, São Paulo, v. 59, n. 3, 2007.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Efeito estufa e capitalismo. *Revista ECO-21*. Ano XVI, Nº 119, Outubro, 2006.
- RIBEIRO, W. C. A ordem ambiental internacional. São Paulo: Contexto, 2001.
- ROSENAU, J. Turbulence in world politics. A theory of change and continuity. Princeton: Princeton University Press. 1990.
- SARFATI, G. Teoria de relações internacionais. São Paulo: Saraiva, 2005.
- TRIGUEIRO, A. Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo: Globo, 2005.

- VIOLA, E. As complexas negociações internacionais para atenuar as mudanças climáticas. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.) Meio ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Sextante. 2003.
- VIOLA, E. O xadrez do mundo. Revista Página 22. Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP/FGV. Nº 16, fevereiro. São Paulo: Vox Gráfica e Editora. 2008.
- VIOLA, E. & LEIS, H. Brazil and global governance: the case of climate change. In: HOGAN, D. J. & TOLMASQUIM, M. T. (Org.) Human dimensions of global environmental change: Brazilian Perspectives. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2001.
- VILLA, R. A. D. A segurança global multidimensional. Revista de Cultura e Política. Lua Nova. Nº 46. São Paulo. 1999.

Os estados falidos: novas ameaças e novas oportunidades

Reginaldo Nasser
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
regmatar@uol.com.br

Thiago Zati
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
t.zati@hotmail.com

Manoela Miklos
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
mamiklos@hotmail.com

Resumo: Após os ataques terroristas de 2001, as Nações Unidas responderam com uma série de resoluções do Conselho de Segurança em que foram estabelecidas novas obrigações para os Estados membros. No nível regional, as organizações regionais e demais instituições redefiniram suas ações com importantes diferenças de concepção, objetivos e graus de institucionalização, adaptando suas legislações nacionais e internacionais à nova conjuntura. As resoluções concederam uma ampla margem de ação à organização permitindo tomar medidas relacionadas com várias características do fenômeno terrorista e realizá-las com maior rapidez, já que a formação de consensos pode ser muito mais rápida no seio do Conselho.

O caso do terrorismo, por suas características transnacionais, requer a cooperação de vários atores implicados, obrigando-os a encontrar um consenso sobre um fenômeno que é difícil de alcançar devido às diferentes percepções de segurança que os Estados têm desenvolvido o que dificulta a coordenação de estratégias conjuntas. Devido à sensibilidade que as questões de direito geram em termos de soberania e segurança nacional, os Estados têm alcançado distintos níveis de compromisso com legislação internacional reduzindo a margem de ação conjunta.

Os países têm suas doutrinas de segurança nacional; há níveis diferentes de evolução institucional interna em matéria de segurança nacional, e há diferentes perspectivas sobre as cooperações binacional, sub-regional e hemisférica. Tomar-se-á como exemplo a América do Sul, o que permitira observar os distintos enfoques e leituras existentes do terrorismo na região e possíveis ações contra-terroristas.

Após o final da Guerra-Fria formou-se um amplo consenso em relação à avaliação de que os Estados falidos tornaram-se o principal problema de natureza humanitária para a ordem internacional, mas os atentados do 11 de setembro mostraram uma nova dimensão: que os EUA e as grandes potências eram extremamente vulneráveis às ameaças provenientes dos mais diversos grupos terroristas obscuros alojados em estados falidos¹. (Fukuyama, 2005: 124)

No dia 20 de setembro de 2001, numa mensagem ao Congresso, o presidente George W. Bush determinava qual seria o rumo de sua doutrina de defesa a partir de então: “A partir desse dia, toda nação que continue a dar abrigo ou suporte ao terrorismo será considerada pelos Estados Unidos como um regime hostil” (White House, 2001). Como esse terrorismo se constituía em redes transacionais, procurou-se então situá-lo num território, e para isso foi elaborada uma explicação que estabelecia uma íntima conexão entre grupos terroristas e Estados, e ou locais (ungoverned spaces), que, de algum modo poderiam dar sustentação às suas ações, ou que se mostrasse incapaz de se contrapor a eles Operou-se então uma estratégia que inseriu o fenômeno do terrorismo transnacional dentro das fronteiras do Estado, tornando possível uma ação militar nos

¹ Atualmente são vários os institutos de pesquisa e organizações não governamentais que se valem do conceito de Estados Falidos. De uma forma geral o conceito se aplica quando o aparato estatal falha no cumprimento de funções básicas como as de garantir o império da lei, a segurança pública e a justiça. A organização “The Fund for Peace” www.fundforpeace.org é uma das mais consultadas sendo que divulga desde 2005 um ranking de países classificados em quatro categorias – sustentável, em situação moderada, com sinal de advertência e em situação de alerta – com base em 12 indicadores sociais, econômicos e políticos. O conceito é bastante polêmico. Um dos maiores críticos da política externa norte-americana, Noam Chomsky, reivindicou igualmente a expressão “failed state”, mas com vistas a designar a condição atual dos Estados Unidos e o “perigo” que ele representa hoje para o mundo. “Failed states”, segundo Chomsky, seriam de fato os Estados que não protegem seus cidadãos da violência e mesmo da hipótese da destruição, e consideram-se a si próprios fora do alcance do direito doméstico e internacional. (Chomsky, 2006).

moldes convencionais. Portanto, a novidade do 11 de setembro não estaria tanto no ato terrorista em si mesmo, mas na percepção da ameaça já que os principais problemas de segurança não estariam mais localizados nos Estados considerados mais poderosos, e sim naqueles Estados em crise ou que entraram em colapso.

Os EUA, a partir daquele momento, como disse o vice-presidente dos EUA Cheney, passaram a olhar para a segurança mundial de uma maneira completamente nova. Tratava-se de um inimigo bem equipado, sem compromisso em defender qualquer população ou território, um inimigo que "não poderia ser dissuadido, contido ou apaziguado". (Cheney, 2003) No documento de Segurança Nacional de 2002 (NSS, na sigla em inglês): a administração Bush assumia definitivamente que a questão dos "Estados fracassados" já não poderia ser vista apenas sob o prisma dos direitos humanos e do subdesenvolvimento.

Os eventos de Setembro de 2001 nos ensinaram que estados fracos, como o Afeganistão, podem representar uma grande ameaça aos nossos interesses nacionais tal como os estados poderosos. A pobreza não torna pessoas pobres em terroristas e assassinos. Todavia, a pobreza, as instituições frágeis, e a corrupção podem produzir estados fracos vulneráveis às redes terroristas e aos cartéis de drogas dentro de suas fronteiras. (ver documento A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América 2002).

Na avaliação de grande parte dos políticos e analistas internacionais no ocidente, o caso do Afeganistão, um Estado em colapso, em que o governo do Talebã dava suporte a uma organização terrorista demonstrava o preço do fracasso da negligência e da ausência de instituições estatais e serviu de modelo para formulação de um verdadeiro paradigma na área de segurança internacional: quanto mais fraco um Estado, maior a possibilidade de se converter em base para a ação terrorista global e, conseqüentemente, mais perigoso ele se torna para a ordem internacional.

Bush viu a Guerra do Afeganistão como a evidência comprovadora de sua perspectiva em relação ao futuro das novas guerras. Em discurso no Capitólio, em Dezembro de 2001 declarou que "o conflito no Afeganistão nos ensinou, muito mais a respeito do futuro dos nossos militares, do que uma década de painéis de excelência e simpósios de centros de estudos". Esse novo momento, de acordo com o governo dos EUA, levaria as grandes potências a um consenso e não a uma disputa para controlar os Estados fracassados. Os esforços para combater o terrorismo configuravam numa área natural para a cooperação das grandes potências. Durante a Cúpula de maio de 2002 em Moscou foi assinada uma Declaração Conjunta pelos dois países (EUA e Rússia) para a edificação de uma nova estrutura estratégica, principalmente no que se referia às questões transnacionais tais como: terrorismo, tráfico de drogas e o crime organizado.

O presidente dos EUA julgava que

A comunidade internacional tem sua melhor chance desde a ascensão do estado-nação no século 17 para construir um mundo em que grandes poderes compitam em paz em vez de continuamente se preparar para a guerra. Hoje, as maiores potências do mundo se encontram do mesmo lado — unidas pelos perigos comuns de violência terrorista e caos. Os Estados Unidos se basearão nesses interesses comuns para promover a segurança mundial. Nós estamos também crescentemente unidos por valores comuns. A Rússia está no meio de uma transição esperançosa, alcançando seu futuro democrático e de parceira contra o terror. Líderes chineses estão descobrindo que liberdade econômica é a única fonte de riqueza nacional. Em tempo, descobrirão que liberdade política e social é a única fonte de grandiosidade nacional. A América encorajará o avanço da democracia e abertura econômica em ambas as nações, porque essas são as fundações de estabilidade doméstica e ordem internacional. Nós vamos resistir fortemente à agressão de outras grandes potências — ao passo que damos as boas-vindas a suas buscas por prosperidade, comércio e avanço cultural (National Security, 2002)

O que pretendemos chamar a atenção em nosso artigo é que uma das conseqüências do perigo da falência estatal resulta, não apenas do fato de que ele pode servir como um refúgio seguro para os terroristas, mas que, diferentemente da previsão inicial do governo Bush que influenciou a maioria dos pesquisadores em relações internacionais, pode também conduzir as grandes potências a uma intensa disputa por áreas ricas em recursos naturais. Embora, o fim da guerra-fria nos permitisse minimizar a possibilidade de rivalidades entre as grandes potências, não há nenhuma garantia de que isso venha se manter atualmente. Os Estados falidos oferecem imensas oportunidades de expansão econômica e política para as grandes potências, exacerbando a rivalidade entre elas, estendendo suas áreas de influência e controle sobre cada um desses territórios, a fim de garantir sua hegemonia.

A queda do Muro de Berlin e os ataques terroristas do 11 de setembro representaram, respectivamente, o início e o fim de um longo período de transição em que o papel dos EUA no mundo ainda era incerto. Os policy-makers norte-americanos procuravam uma teoria que pudesse compreender e indicar os caminhos nessa nova ordem internacional em construção. Foram várias as doutrinas estratégicas elaboradas durante esse período. Alguns chegaram até a profetizar que as nações e suas Forças Armadas não teriam um papel importante a desempenhar num mundo interdependente em que os mercados globais interligados por novas tecnologias iriam superar as condicionantes da geopolítica. Já outros vislumbravam novas funções para as Forças Armadas norte-americanas num mundo onde imperam as guerras civis e as novas ameaças. (Rice, 2003)

Mas independentemente das diferentes perspectivas anunciadas, o fato é que os EUA mantiveram seu ímpeto intervencionista realizando ações militares no Golfo (1991), Somália (1992-94), Haiti (1994), Bósnia (1995), Kosovo (1999), Afeganistão (2001) e Iraque (2003), revelando novos aspectos da ordem mundial em construção. Diferentemente das Guerras no Iraque (1991 e 2003) que representam um indiscutível valor econômico e político para comunidade internacional, as demais intervenções foram efetuadas em áreas fora dos chamados interesses estratégicos tradicionais das grandes

potências. Outro dado que chama a atenção é que essas intervenções foram realizadas em locais em que, de alguma forma, estavam envolvidos estados que revelavam sua incapacidade de controlar seu território dentro dos parâmetros estabelecidos pelo estado de direito, manifestando instabilidade crônica. (Record, 2002)

Em alguns locais como Afeganistão, Somália e Haiti as organizações terroristas e criminosas aproveitaram a corrupção e o caos decorrente da decadência do Estado para se expandirem e, muito embora, já funcionasse como um chamado de alerta para a comunidade internacional, os desafios que esses estados representavam ainda não eram de natureza estratégica comparável à queda da URSS. Os países desenvolvidos não viram nesses acontecimentos uma séria ameaça aos seus interesses e mesmo quando decidiam pela intervenção a justificativa se inseria mais na dimensão humanitária.

Durante os anos 1990s, os republicanos criticaram duramente a política externa do governo Clinton, mais especificamente em relação ao que chamavam pejorativamente “assistencialismo humanitário”, questionando os limites da universalidade das intervenções que se realizavam em nome dos direitos humanos. Os objetivos das intervenções humanitárias, de acordo com Kissinger, além de serem mal definidos e dirigidos para os mais diversos locais, eram equivocados e contraproducentes, não só porque não sustentavam os interesses nacionais dos EUA, mas também porque desconsideravam os contextos históricos dos países em crise. O cerne desta segunda crítica é que essas ações militares foram realizadas em locais e situações onde praticamente inexistia o Estado-Nação. A Somália, observava Kissinger, é “um conjunto de tribos beligerantes”; o Haiti, é governado por “uma série de ditadores e dirigentes corruptos, durante mais de um século”; a “Bósnia, foi um impossível estado multi-étnico”, como foi, de diferentes maneiras, Kosovo (Kissinger 2001, 265). Em sua avaliação a conseqüência inevitável era que, depois de interromper e mediar os conflitos, os interventores seriam obrigados a assumir o compromisso de reconstruir a nação (nation-building), sem nenhuma perspectiva de se retirar algum dia. E foi justamente esse projeto de nation-building do governo Clinton que Bush denunciou logo no início da campanha presidencial em 2000:

Eu não penso – disse Bush- que nossas tropas devam ser usadas para aquilo que se convencionou chamar nation-building... devemos ter algum tipo de forças armadas para promover nation-building? Absolutamente, não. (<http://www.debates.org/pages/trans2000b.html>)

Na verdade, cabe observar que o governo Clinton não advogava apenas razões humanitárias como queriam ver os republicanos. A possibilidade de grupos terroristas internacionais utilizarem armamentos de destruição em massa para realizarem atentados fundamentava o perigo do terrorismo catastrófico e levou as autoridades americanas a analisar quais seriam seus principais patrocinadores, chegando à conclusão de que se tratava dos rogue states. O qualificativo de rogue foi amplamente utilizado durante a administração Clinton com o objetivo de identificar os estados que violavam a legalidade internacional, sobretudo em matéria de não proliferação nuclear, e que de alguma maneira patrocinavam, direta ou indiretamente, os grupos terroristas. Mas a principal característica que estes estados compartilhavam entre si era sua condição de regimes políticos que manifestavam animosidade em relação aos EUA em distintos âmbitos regionais. (Michael Mann, 2006:265).

De acordo com o conselheiro de segurança nacional, durante o primeiro governo Clinton, Anthony Lake, os EUA teriam a responsabilidade especial de desenvolver uma estratégia para conter, neutralizar, e mediante pressão seletiva, transformar os estados “párias” ou “fora da lei” (rogue-states), em membros da comunidade internacional.. (Lake, 1994). Desde o final da primeira Guerra do Golfo os EUA iniciaram esta política de contenção sob o ponto de vista do desenvolvimento da nova Estratégia de Segurança Nacional².

Após a queda da União Soviética que muitos analistas consideram como o momento unipolar também foi o início de uma era caracterizada pela percepção de que havia novas ameaças à paz e à segurança mundial. Desaparecido o inimigo comunista, o discurso sobre a segurança nacional norte-americana passou a focar os “rogue states”: Iraque, Irã, Líbia e Coreia do Norte. Neste cenário, a política de containment/deterrence que caracterizou o sistema internacional, durante todo o período da guerra fria, foi substituída pela política do Engagement/Enlargement que se explicitou em um discurso do presidente Clinton, em 1996, conclamando os Estados Unidos a assumirem a liderança, e a organizar as forças da liberdade e progresso, conduzindo as energias da economia global para a prosperidade, por meio do reforço dos ideais democráticos e da intensificação da segurança nacional. Sem rivais à altura, o objetivo primordial da política exterior dos Estados Unidos era preservar seu status quo. (Litwak, 2000:49)

Em discurso de campanha, proferido, em 1999, na Escola Militar da Carolina do Sul, Bush declarou que o propósito das forças armadas norte-americanas era “dissuadir, lutar e vencer as guerras”, enfatizando sua oposição ao emprego das forças americanas em missões de manutenção de paz ou de nation-building prometendo uma rápida retirada das tropas americanas do Kosovo e da Bósnia, como frisado por suas palavras: “Não seremos permanentes mantenedores da paz, separando partidos em conflito. Este não é o nosso propósito ou motivação”. Em outro trecho deste discurso declarou: “Enviar nossos militares para missões de natureza vaga, sem objetivos e intermináveis, constitui método rápido para o corrompimento do moral.” A determinação do então candidato Bush de evitar as chamadas “Operations Other Than War (OOTW)” teve como contrapartida o seu incentivo na promoção de um processo de transformação militar que se baseava na tecnologia de informação, e na capacidade por ela assegurada, de ataque de precisão a longa distância. (Woodward, 2002:110)

² consultar o documento “A National Security Strategy of Engagement and Enlargement” publicado em 1994.

Entendemos que apesar das divergências iniciais do governo Bush em relação às orientações estratégica do governo anterior, a ameaça do novo terrorismo fez com que a Casa Branca reconsiderasse suas teses iniciais agregando novas explicações. Inicialmente, foram definidas como ameaças as organizações terroristas de caráter global e os Estados que lhes davam suporte, encaixando-se imediatamente nessa categoria as relações entre o Al Qaeda e o Afeganistão sob o regime do Talebã. Definida a ameaça, o próximo passo, expresso na doutrina, se refere à estratégia mais apropriada para combatê-la, e é no discurso de 1º de junho de 2002, em West Point, que tal estratégia foi claramente formulada. Um ponto de fundamental importância aqui é a conclusão oficial de que os conceitos de dissuasão e contenção adotados em relação à União Soviética durante a Guerra Fria já não seriam mais adequados para lidar com os Rogue States e as organizações terroristas de caráter global. O "eixo do mal" passava a ser composto, não apenas pelos Rogue States, como queria Clinton, mas também pelos os Estados falidos ou em processo de desintegração.

Mas restavam ainda algumas dúvidas quanto ao modo de combater esse novo terrorismo, pois se é resultado de uma associação global entre organizações não estatais e rogue states, como consequência da multiplicação de territórios desgovernados, então, apenas uma política de intervenção militar preventiva poderia derrotá-lo. No entanto a questão que muitos especialistas militares já se colocam é: Por que os Estados Unidos, tendo obtido tanto sucesso em suas recentes guerras no Iraque e Afeganistão, encontraram imensas dificuldades em assegurar a paz e o processo para o estabelecimento de regimes políticos estáveis? A natureza das operações militares americanas, conduzidas em ambos os países multiplicou os obstáculos existentes ao invés de eliminá-los, reduzindo muito as chances de serem alcançados os objetivos políticos que motivaram ambas as guerras. Onde estaria a razão para este insucesso? Apesar de a nova visão estratégica contemplar a destruição das forças armadas inimigas e a eliminação da sua capacidade de ação, não se atentou, devidamente, para o momento do pós-guerra. As ações decorrentes do "new American way of war" vêem o inimigo como um alvo, e acreditam que, quando todos ou a maioria dos alvos forem atingidos, o inimigo inevitavelmente render-se-á, e assim, os objetivos terão sido alcançados. É de grande importância a forma pela qual o inimigo é derrotado, e como estará o país inimigo após cessar a guerra. Os Estados Unidos desenvolveram e implementaram um método de guerra que pode produzir vitórias fáceis, contata Kagan (KAGAN, 2004), mas que não assegura, necessariamente, o alcance dos objetivos políticos para os quais a guerra foi empreendida.

Esse fato fez com que as ações que visam reconstruir estados que emergem de conflito não fossem vistas como parte de uma "política externa assistencialista", uma crítica que os realistas primavam por empregar contra os liberais, mas que deveria ser uma prioridade de segurança nacional. O tema entrou em voga em Washington. Foram criados vários grupos de pesquisas, uma nova agência no Departamento de Estado e dezenas de iniciativas no Congresso. Pois se o principal desafio dos Estados fracassados é causado por um colapso da ordem interna, logo a solução mais condizente, à primeira vista, seria a reconstrução das instituições estatais e a restauração da autoridade e da ordem. Para lidar com os Estados fracassados, de forma mais racional, os Estados Unidos e seus aliados precisariam planejar e coordenar as suas estratégias sobre a melhor forma de reconstrução dos Estados (Eizenstat & Porter & Weinstein, 2005)

As guerras dentro dos estados fracassados assumem características muito diferentes das guerras tradicionais e revelam uma mistura de conflitos (terrorismo, guerrilha, guerra urbana e crime organizado) com grande potencial para provocar verdadeiros desastres humanitários e todos os tipos de ameaças à paz e à segurança internacionais.

Consideramos, contudo que é preciso recuperar, a explicação da Tradição Realista sobre a razão do fracasso dos Estados cujo principal argumento é de que o colapso da autoridade e do poder, em última análise, e a incapacidade de um Estado ou de um grupo de Estados para se tornar um ator internacional está, em grande medida, intimamente ligada às ações das grandes potências. Em primeiro lugar, ao intervir diretamente ou indiretamente na política interna de um Estado, as grandes potências tornam-se muitas vezes responsáveis por seu enfraquecimento ou ruptura. Em segundo lugar uma vez que o Estado é fraco, ou apresentou graves problemas, a sua existência fica sob influência das grandes potências que poderão mantê-lo em sua condição de fragilidade ou, em outros casos, até mesmo propiciar sua desintegração. Na verdade a existência de um estado fracassado permite uma oportunidade para a ação das grandes potências, expandindo sua esfera de influência sobre as regiões em que se localiza. Em outros casos, as grandes potências podem chegar a lutar avidamente pelos despojos do Estado fracassado por causa das oportunidades econômicas que proporciona. (Grygiel, 2006)

Um dos principais problemas de fundamentação teórica elaborada pelo mainstream diz respeito à ausência de uma reflexão sobre as razões históricas ou estruturais decorrentes da implementação de estratégias políticas e econômicas dos países mais desenvolvidos que condicionam os Estados a uma situação de fragilidade. Moore (2005) enumera cinco fontes de vulnerabilidade que são de responsabilidade das grandes potências: disponibilização de lugares convenientes para ocultar dinheiro pilhado; a segurança proporcionada pelas grandes potências de maus governantes de países que fornecem recursos naturais valiosos; a facilidade com que combatentes podem conseguir armamentos que alimentam as guerras civis; a enorme fortuna que pode ser gerada mediante a venda de commodities, como petróleo, diamantes, drogas ilegais em mercados de países ricos; e, por fim, a disposição de grandes empresas para subornar as autoridades nos países pobres.

Em outras palavras a questão dos Estados falidos também está intimamente associada a uma disputa exacerbada entre as grandes potências, como causa ou consequência de sua fragilidade, e, portanto, a possibilidade de soluções multilaterais, na melhor das hipóteses, é limitada.

Apesar de uma série de crises humanitárias que tem afligido a África onde, de acordo com classificação da Fund for Peace estão 7 dos 10 Estados considerados mais frágeis do mundo, com péssimas pontuações nas áreas de injustiças coletivas e direitos humanos cujos governos não controlam grandes zonas de seu território; o continente também oferece grandes

oportunidades econômicas e ultimamente tem sido objeto de atenção por parte dos militares e policymakers norte-americanos. Embora o território africano seja cada vez mais controlado por oligarquias, senhores da guerra e mercenários financiados e protegidos pelo governo está se tornando impossível para os EUA controlar os movimentos armados que obstaculizam a ação das empresas transnacionais. Desde 2006 que o Pentágono começou a desenvolver operações militares em alta escala por todo o território africano, principalmente nas regiões com recursos energéticos e minerais chaves para a economia mundial, criando unidades especializadas dedicadas à instrução e treinamento de tropas especializadas para o combate ao terrorismo. Uma possível desestabilização da Nigéria, um estado fracassado segundo as avaliações realizadas pelas agências norte-americanas, colocaria em sério risco as abundantes reservas de petróleo desse país que atualmente é responsável pelo abastecimento de 10 por cento do petróleo importado pelos EUA.³

O relatório de 2006 do Council on Foreign Relations, *More Than Humanitarianism*, co-presidido por Anthony Lake⁴ e Christine Todd Whitman,⁵ manifestou-se, de uma forma geral, pela adoção do “alargamento da grande estratégia americana para a ocupação da África”, pois avaliou-se que ali os EUA se defrontam com três grandes desafios: terrorismo, segurança energética e a crescente influencia chinesa no continente que triplicou o comércio ao longo dos últimos cinco anos, retendo ativos energéticos e fechando importantes acordos comerciais. Portanto, a sucessora de uma estratégia de contenção, deve ser uma estratégia de alargamento, ampliando o papel dos militares americanos numa nova linha de frente de batalha como pode ser verificado com a criação, no início de 2008, do novo comando militar para o continente africano (Africom)⁶. Com isso a estratégia dos EUA na África responde a um duplo objetivo, geopolítico-militar e econômico: vigiar e controlar as fontes energéticas africanas, assim como seus sistemas de distribuição mundial (oleodutos e rotas). Claro que, no momento, um confronto direto entre as grandes potências é pouco provável, mas é certo que os EUA têm manifestado um forte impulso de controlar os “vazios de poder” devido à presença de recursos naturais, localização estratégica ou prováveis ameaças à sua segurança.⁷

O Estado falido, portanto, tem se transformado numa instituição conveniente para ação das grandes potências em que a privatização do uso da força com repercussões, nos níveis internacional e interno (segurança pública) como consequência da cessão do monopólio do uso da força por parte do próprio estado. Uma das consequências é que Estados e empresas se associam no intuito de acumular riquezas através da exploração de recursos naturais mesclando as categorias tradicionais: civil/militar e privado/público, gerando atores híbridos que trabalham freqüentemente com redes informais que favorecem a corrupção e a criminalidade.

De qualquer modo, o fato é que, contrariamente à previsão manifesta no documento de Segurança Nacional dos EUA, em 2002, as maiores potências do mundo não se encontram necessariamente do mesmo lado unidas pelos perigos comuns de violência terrorista e caos. Na verdade, o perigo atual se encontra justamente no fato de que as grandes potências (EUA, Rússia e China) estão se envolvendo demasiadamente nesses conflitos internos seja por meio da disputa por recursos, seja no apoio militar que proporcionam às diversas facções em luta.

Bibliografia:

- Cheney, D. (July 24, 2003). *On The Continuing War On Terror*. The American Enterprise Institute Washington, D.C
- Eizenstat, S., Porter, J. E. & Weinstein, J. (January/February 2005). *Rebuilding Weak States*. Foreign Affairs.
- Gaddis, J. L. (2005). *Surprise, security and the american experience*. Harvard University Press: Cambridge.
- Grygiel, J. (March 2006) *Great Powers and Failed States: Two Views*. SAIS – The Johns Hopkins University Washington: DC ISA.
- More Than Humanitarianism: A Strategic US Approach Toward Council on Foreign Relations (CFR).(2005). Independent Task Force, 56.
- Kagan, F. (April 19, 2004). *Post-Conflict” During and After War*. Defense Science Board Task Force on Transition To and From Hostilities.
- Kissinger, H. (2001). *Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the 21st Century*. NY: Simon & Schuster.
- Krasner, S. e Pascual, C.. *Addressing State Failure*. Foreign Affairs, 84 (4).
- Lake, A. (March-April 1994). *Confronting Backlash States*. Foreign Affairs 73(2).
- Mann, M. (2006). *O Império da Incoerência: a Natureza do Poder Americano*. Record.
- Moore, M. *Rich world, poor world State-Building: governance and world order in the 21st Century*. <http://bostonreview.net/BR29.6/moore.html> (consultado na Internet em 21 de Maio de 2007).
- Litwak, R.(2000). *Rogue States and U.S. Foreign Policy*. Containment after the Cold War. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, pag. 49.
- Record, J. (Summer 2002). *Collapsed Countries, Casualty Dread, and the New American Way of War* Parameters (pp. 4-23).
- Rice, S. E. (February 2003). *The New National Security Strategy: Focus on Failed States*. Policy Brief, #113.

³ Council on Foreign Relations, *More Than Humanitarianism*, April 2006, 33–34.

⁴ conselheiro de segurança nacional de Clinton de 1993 a 1997

⁵ chefe da agência ambiental americana no governo Bush (EPA, na sigla em inglês)

⁶ Council on Foreign Relations, *More Than Humanitarianism*, 24, 133; 2006

⁷ Para Gaddis (2005: pp17-19) há uma longa tradição na política externa dos EUA que se inicia com John Quincy Adams e que baseia na possibilidade do uso da preempção não apenas para proteção das fronteiras americanas, mas também com a finalidade de preencher vácuos de poder em territórios que representavam perigos para os Estados Unidos, na medida em que esses se tornavam vulneráveis à de outras potências.

Woodward, B.(2002). Bush at War. Simon e Schuster. US Government.
(September 2002) The National Security Strategy of the United States of America.. Government Printing Office.
Washington, DC: U.S. White House. President Bush delivers
graduation speech at West Point. <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/06/20020601-3.html> (consultado na Internet em 01 de junho de 2002).
White House. Address to a Joint Session of Congress and American People. Washington, 20/11/2001.
<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html> (consultado na Internet em 20 de novembro de 2001).
White House. President Delivers State of the Union Address. Washington, 29/01/2002.
<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html> ((consultado na Internet em 29 de janeiro de 2002).

IV Esquadra dos EUA: (in)segurança no Atlântico Sul?

Claudio Rogerio de Andrade Flôr
Universidade Federal Fluminense e Escola de Guerra Naval
claudio.rogerio@egn.mar.mil.br

Resumo: Em julho de 2002, ano seguinte aos atentados do Onze de Setembro ocorridos nos EUA, o governo George W. Bush publicou a National Strategy for Homeland Security para o enfrentamento da ameaça terrorista. Essa estratégia tem seus alicerces na lei, na ciência e tecnologia, num sistema compartilhado de informações e na cooperação internacional. Nos anos de 2005 e 2007, ocorreram dois encontros - International Seapower Symposiuns – onde vários acadêmicos e militares participam de debates sobre possíveis iniciativas comuns no campo da estratégia marítima. No mês de abril de 2008 é recriada a IV Frota subordinada ao comando naval do U. S. Southern Command. Em agosto desse mesmo ano, militares de seis regiões do mundo e representantes das mais variadas organizações governamentais ou não participam de um Jogo de Guerra no Naval War College, sob o título Global 08, para identificarem uma estratégia comum voltada para segurança marítima global.

Considerando-se que os níveis de segurança pessoal, nacional e internacional permeiam as dimensões política, militar, social, econômica e ambiental, qual seria o impacto dessa nova agenda cooperativa na segurança dos países lindeiros do Atlântico Sul? O que pode estar oculto nessa proposta estadunidense?

Introdução

Este texto tem a pretensão de confrontar idéias entre o autor e o leitor. Espero que o leitor não estranhe o emprego da primeira pessoa do plural ao longo da leitura. Ela se deve à crença de que professores, escritores, familiares, colegas, amigos e inimigos de muitas maneiras e sob vários ângulos influenciaram o autor que, como todo ser humano, tem a capacidade de errar em suas interpretações. Dessa forma, pretendemos refletir sobre a criação da IV Esquadra dos Estados Unidos da América.

Antes de enfrentarmos o mar de dúvidas, apresentaremos nosso entendimento sobre alguns conceitos teóricos que, acreditamos, irá auxiliar na consistência de nossas conclusões. Na seqüência, buscaremos identificar as vulnerabilidades norte-americanas relacionadas à pergunta motivadora e a forma como os EUA pretendem reduzi-las por meio de suas estratégias. Para tal, ampliaremos nossa pesquisa em torno de ameaças, impactos sofridos e o objetivo da política desse país. Com essa compreensão, voltaremos o nosso foco para a atual configuração do poder marítimo estadunidense e sua capacidade de projeção desse poder a partir do mar sobre as terras do Caribe e da América Latina. No entanto, essa possível sensação de insegurança para esses países é abrandada ao percebermos que alguns deles são convidados para participar do Global 08, um jogo de guerra com propósitos cooperativos de alcance mundial, mas coerente com os interesses dos EUA.

Insegurança, Centro de Gravidade, Cooperação e Dissuasão

Para investigarmos a (in)segurança no Atlântico Sul necessitamos, primeiramente, entender o atual significado dessa sensação⁸ no mundo globalizado. Aproveitaremos a definição de Walling (2008) que considera a globalização como sendo um fenômeno no qual há um rápido aumento no movimento de bens, serviços, migrações, informações e idéias envolvendo todos do planeta. Naturalmente, essa mutação acelerada e persistente pela qual passa o mundo, dificulta a sua compreensão e, simultaneamente, gera impactos na concepção do conceito de segurança dos Estados que compõem esse sistema globalizado. Assim, esse conceito se expandiu nas dimensões política, militar, econômica, social e ambiental, pelo menos, se aplicando de modo interconectado nos níveis individuais, grupais, nacionais, regionais e mundiais (Till, 2007).

No entanto, a sensação de segurança compreende ainda três fatores importantes que podem ser extraídos do aforismo de Thomas Hobbes no qual o “homem é o lobo do homem”. Se acreditamos nessa máxima, podemos dizer que o homem é uma ameaça, é vulnerável a essa ameaça e que ela tem a propriedade de poder causar danos ao homem. O foco no

⁸ Partiremos da premissa que segurança ou insegurança é uma sensação que tem sua origem primária no instinto de sobrevivência do ser humano.

instinto da sobrevivência por parte de Hobbes foi em parte contestado pelo discípulo dele John Locke que observou a predominância do instinto da solidariedade em determinadas situações. Locke imaginou que a partir de um consenso, uma regra acordada entre os atores, haveria a possibilidade de se contrapor a ameaça de um homem ou grupo de homens, capaz de causar dano à propriedade, liberdade e igualdade de outros homens que são vulneráveis às ações dos primeiros. Sumariando, no âmbito dos dois filósofos associados aos instintos nos quais exploram tem-se três fatores comuns: ameaça, vulnerabilidade e dano. A matriz abaixo pode ilustrar nossa idéia a um nível estatal relacionando quatro das cinco dimensões mencionadas de modo a tipificar os Estados.

Tipo de Estado		Quanto à coesão sócio-política ⁹	
		Fraco	Forte
Quanto ao seu poder. ¹⁰	Fraco	Altamente vulnerável à maioria dos tipos de ameaças	Particularmente vulnerável às ameaças militares
	Forte	Particularmente vulnerável às ameaças políticas	Relativamente invulnerável à maioria dos tipos de ameaças

MATRIZ 1 – Tipos de Estado segundo Buzan

Fonte: Buzan, 1991, p. 114.

Entendidas as dimensões, os níveis e os fatores que influenciam a segurança, vamos ao nosso segundo ponto que auxiliará a investigação dessa sensação no mundo globalizado. No século XIX, Carl von Clausewitz apresentou, dentre outros, dois conceitos de centro de gravidade (CG) e da “trindade” povo, exército e governo. ¹¹ O CG é entendido como o centro formado voluntariamente de que tudo depende e, por essa razão, é contra ele que deve ser desferido o golpe.¹² Naquela época, o CG dogmático era o exército. Este deveria ser vencido para se derrubar o CG de um país. No entanto, o foco nesse elemento da “trindade” se estendeu para os outros elementos. A comparação de duas iniciativas letais ocorridas em séculos diferentes contra um mesmo país nos permite exemplificar essa assertiva.

Discriminação	Ataque do Japão (07 dez. 1941)	Ataque terrorista (11 set. 2001)
Alvo	Base militar e navios de guerra dos EUA em Pearl Harbor	Símbolos do poder econômico, militar e político (este alvo não foi atingido) dos EUA.
Meio empregado no ataque	Força militar aeronaval com cerca de 15.000 militares distribuídos em 30 navios e 400 aeronaves, aproximadamente.	Grupo terrorista com 12 homens usando como armas 4 aeronaves comerciais com passageiros.
Dano causado (nº de vítimas) ¹³	2.413 (grande maioria de militares)	2.973 (grande maioria de civis)

QUADRO 1 – Comparação entre os ataques japonês e terrorista aos EUA

Os dois fenômenos tiveram como semelhança a surpresa, a liberdade de ação e a iniciativa do ataque, importantes princípios de guerra utilizados por combatentes em suas ações de emprego da força contra inimigos. As diferenças marcantes podem ser retiradas do objetivo de cada ataque, voltado para atingir a crença do CG de cada época. Enquanto os japoneses focaram alvos militares, os terroristas conseguiram atingir o povo, causaram algum dano ao Pentágono e tentaram atingir a sede do governo dos EUA, ou seja, buscaram causar impacto nos três elementos que compõem o CG identificado por Clausewitz.¹⁴

⁹ Buzan relaciona Estados fracos ou fortes à coesão sócio-política que depende da idéia de Estado, sua base física e da expressão institucional dele. Esses fatores vão influenciar a percepção que o Estado dá, por exemplo, a sua segurança nacional. Para o Estado com forte coesão sócio-política a segurança nacional se relaciona a ameaças e interferências externas. No Estado fraco a idéia de Estado e suas instituições são contestadas internamente com violência, por isso a segurança nacional se volta para dentro de suas fronteiras. São Estados onde há ausência de consenso político, com grupos controlando seus próprios territórios, contestando o governo central e os outros grupos com o emprego da força (Buzan, 1991, pp. 97 a 101).

¹⁰ O poder é relativo a outros Estados em função da capacidade econômica e militar de cada um (Ibid. p. 97).

¹¹ O povo está associado à violência original desse elemento, à paixão e à cegueira do impulso natural. O exército e o seu comando reflete a amplitude do confronto, a importância do domínio do jogo das probabilidades e do acaso, e a livre atividade humana. O governo se apresenta como o emprego da razão pura visando seus objetivos políticos (Clausewitz, 1976, p. 89).

¹² Ibidem, p. 726.

¹³ (Alves, 2007 apud Boot, 2006, pp. 246 a 360)

¹⁴ Outro ponto a observar é o custo dos empreendimentos japonês e terrorista. Em termos de vidas humanas e bens materiais, podemos afirmar que o segundo foi extremamente menor que o primeiro para um resultado 23% maior em número de vítimas. Ou seja, a relação custo/benefício foi extremamente favorável no caso da iniciativa terrorista se comparada com a japonesa sessenta anos antes.

Podemos ainda associar essas duas tristes experiências sofridas pelo povo estadunidense ao nosso primeiro ponto. Olhando para a Matriz 1, consideremos que os EUA estavam fortes quanto à coesão sócio-política e eram a maior potência econômico-militar, isso não os imunizou ao ataque do 11 de Setembro. Essa combinação de fatos favoráveis não impediu uma redução no número de vítimas e, o que é pior, na natureza delas, todas civis. Daí, advém a dicotomia da (in)segurança que procura expressar a dupla sensação que reflete o predomínio da segurança sobre a insegurança ou vice-versa.

Nosso terceiro ponto vem da Teoria dos Jogos, mais especificamente do Jogo Dilema dos Prisioneiros. Relembrando que esse jogo também é denominado Cooperação versus Auto-interesse, podemos tirar da Matriz abaixo algumas conclusões.

Recompensas ¹⁵		O ladrão 2 confessa?	
		Sim	Não
O ladrão 1 confessa?	Sim	-2, -2	0, -4
	Não	-4, 0	-1, -1

MATRIZ 2 – Jogo o dilema dos prisioneiros
Fonte: Fiani, 2006, p. 111.

Cumpramos observar que, esse tipo de jogo é considerado não-cooperativo porque parte-se da premissa que os dois ladrões não podem se comunicar, o que os impede de estabelecerem compromissos que pudessem ser garantidos.

O jogo tem a participação de três atores: os dois ladrões e a polícia. Os ladrões têm somente duas linhas de ação: podem confessar à polícia - não cooperando com o outro ladrão -, ou podem não confessar à polícia – cooperando com o outro ladrão. Extraímos da matriz que quando os dois confessam ou não confessam, ambos ficam reclusos por dois ou um ano, respectivamente. No entanto, se um decide não confessar e outro opta por confessar, o ladrão que confessa fica livre, ou seja, tem a maior recompensa possível que é a liberdade. O outro, por sua vez, tem a pior recompensa qual seja a de quatro anos de detenção. Em suma, podemos concluir dizendo que se eles pudessem se comunicar e estabelecer um compromisso a melhor recompensa para os dois seria um ano de cadeia, desde que os dois cumprissem o combinado, ou seja, não confessassem.¹⁶

Diferentemente do Jogo Dilema dos Prisioneiros não-cooperativo, os atores estatais podem estabelecer acordos e garantias entre si de modo a participarem de um jogo do tipo cooperativo. No entanto, um dos atores poderá se inclinar na busca da maior recompensa que o motive ao descumprimento do acordo prévio. Nesse caso, como vimos, os dispostos a cooperar terão as piores recompensas. A história é rica em exemplos nos quais o auto-interesse se sobrepõe à cooperação firmada em acordos internacionais. Podemos sintetizar tudo o que foi apresentado até aqui, em um gráfico teórico que mostre a relação entre a (in)segurança, o auto-interesse e a cooperação.

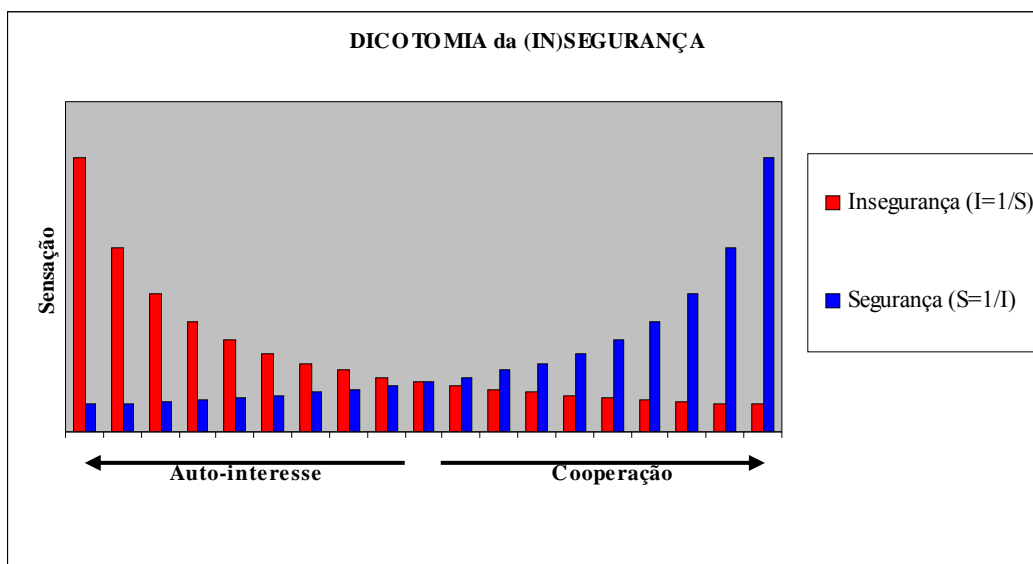


GRÁFICO 1: Dicotomia da (in)segurança

¹⁵ A primeira e segundas recompensas referem-se aos ladrões 1 e 2, respectivamente. Assim, as recompensas 0, -4 estão relacionadas: 0 ao ladrão 1, e -4 ao ladrão 2.

¹⁶ No caso dos ladrões, a recompensa negativa expressa os anos que ficarão presos. Como convenção, utiliza-se o valor da primeira recompensa – mais a esquerda – para o ladrão um, conseqüentemente o valor mais a direita refere-se à recompensa do ladrão dois. Assim, considerando-se a linha mais acima e a coluna mais a direita que apresenta os valores de recompensa 0 e -4, o valor 0 (liberdade) se refere ao ladrão um e o valor -4 (quatro anos de detenção) ao ladrão dois. Essa matriz é uma adaptação da figura 3.10 (Fiani, 2006, p.111).

Consideremos a sensação da insegurança composta dos três fatores mencionados anteriormente como ameaça, vulnerabilidade e dano. O gráfico nos permite vislumbrar a lógica da cooperação entre atores internacionais como sendo um possível indutor na crença de ausência de ameaça entre eles, pois, como vimos, predomina o instinto da solidariedade.¹⁷ No entanto, existe a possibilidade de um deles não cumprir a regra consensual na expectativa de uma recompensa maior do que a estabelecida pelo comum acordo. Resumindo, uma máxima cooperação está associada a uma sensação de segurança máxima e insegurança mínima. De modo contrário, a busca pelo auto-interesse nos induz ao instinto da sobrevivência com o crescimento e redução da sensação da insegurança e segurança, respectivamente.

Finalmente, um quarto importante conceito nos confrontos internacionais, vem a ser a dissuasão. Entendemos, inicialmente, a eficácia de uma dissuasão como dependente da leitura, credibilidade, que o potencial/eventual inimigo faça das forças armadas do oponente.¹⁸ Em outras palavras, o poder militar de um Estado deverá ser uma ameaça crível e suficientemente severa para desestimular os que ousarem atacar o seu povo ou território. Uma síntese do estudo realizado por Hovi nos ajuda a elucidar essa questão. A matriz abaixo sintetiza a capacidade do poder militar de um Estado.¹⁹

Quanto à ameaça de um poder militar dissuasório		A ameaça é crível?	
		Sim	Não
A ameaça é suficientemente severa?	Sim	Efícaz; não precisa ser concretizada	Inefícaz e não é concretizada
	Não	Inefícaz e é concretizada	Inefícaz e não é concretizada

MATRIZ 3: O poder dissuasório
Fonte: HOVI, 1998, p. 28.

Se sairmos da dimensão militar, podemos estender esse conceito de dissuasão para as outras dimensões - política, econômica, social e ambiental. No confronto não-militar entre Estados, iniciativas que resultem em bloqueios comerciais impedindo a comercialização de medicamentos ou alimentos necessários ao povo de um país, podem condenar gerações à desnutrição e aumento da mortalidade infantil, por exemplo. Seria considerarmos a “diplomacia como a continuação da guerra por outros meios” nas palavras de Chu en Lai. Em suma, no confronto entre Estados a humanidade convive com medidas letais tanto na paz como na guerra e é na paz que sempre antecede uma possível guerra que a dissuasão tem condições de comprovar sua eficácia.

EUA: vulnerabilidades e iniciativas estratégicas

O terrorismo é um fenômeno social antigo, no entanto não parece haver dúvida de que o 11 de Setembro apresentou ao mundo globalizado a existência dessa ameaça com capacidade de causar danos maiores do que as forças empregadas em guerras convencionais. A primeira resposta norte-americana para esse desafio foi a invasão do Afeganistão numa investida militar, usufruindo do seu direito de autodefesa com ampla aprovação mundial, com o propósito de eliminar Osama Bin Laden e sua organização terrorista Al Qaeda. Dois anos depois, num segundo momento, os EUA decidiram por invadir o Iraque sob alegação da existência de armas de destruição em massa, o que nunca ficou comprovado, e do apoio do governo do ditador Sadam Hussein a grupos terroristas. Neste caso houve uma clara violação da soberania de um Estado do sistema internacional. A falta de um consenso internacional quanto às duras medidas da proposta estadunidense não impediu a intervenção militar. Como sabemos, os EUA se mantêm nessas duas frentes de combate até os dias atuais.

Vários documentos estratégicos norte-americanos foram e continuam sendo lançados buscando orientar o enfretamento adequado de modo a eliminar a ameaça terrorista. No pós-11 de Setembro, o governo do Presidente George W. Bush aprovou os documentos National Strategy for Homeland Security (NSHS) e a National Security Strategy (NSS) publicadas em julho de 2002 e março de 2006, respectivamente.²⁰ Os objetivos estratégicos apontados na NSHS são:

- Prevenir ataques terroristas dentro dos EUA;
- Reduzir a vulnerabilidade norte-americana ao terrorismo; e
- Minimizar os danos e sua recuperação após um ataque.

Além disso, a NSHS apresenta quatro fundamentos visando atingir a melhor situação do país em termos de segurança. São eles: lei, ciência e tecnologia (C&T), compartilhamento de informações e sistemas, e cooperação

¹⁷ A crença na inexistência de ameaça faz com que a vulnerabilidade e o dano percam o sentido.

¹⁸ Inimigo no sentido tradicional de força armada de outro Estado.

¹⁹ Segundo esse autor, para que uma ameaça seja eficaz ou efetiva ela deve: a) ser relevante, causando impacto (dano) ao inimigo; b) ter credibilidade, ou seja, o inimigo tem que acreditar na ameaça; c) conter de forma explícita ou não uma promessa de que a ação do ameaçador não se concretizará caso o ameaçado ceda; d) ser clara, mostrando o que o ameaçador deseja do ameaçado. No nosso caso, os itens c) e d) são reescritos como: c) conter de forma explícita ou não uma promessa de que a ação dissuasória militar não ocorrerá caso o Brasil não seja atacado; e d) ser clara no sentido de fazer com que o inimigo entenda as consequências a que estará sujeito caso ataque o povo ou o território brasileiro (Hovi, 1998, pp. 11 a 30).

²⁰ Outras estratégias derivadas são: National Strategy to Combat Weapons of Mass Destruction (dez/2002), National Strategy for Combat Terrorism (fev/2003), The National Military Strategy of the USA (2004) e National Defense Strategy of the USA (mar/2005). (The White, 2002, p. vii).

internacional.²¹ Este último fundamento sinaliza a necessidade de um tipo de solidariedade para atingir os objetivos estratégicos apontados na mesma publicação. Concomitantemente, ele não significa uma cooperação no campo da C&T, p. ex., tão necessária ao desenvolvimento de muitos países. Será que a redução da desigualdade econômica entre os Estados não poderia ser uma forma de aumentarmos a segurança global? Provavelmente, sim. Como vimos, a segurança econômica é uma das dimensões da segurança que, neste caso, estaria no nível mundial. No entanto, essa visão possivelmente utópica não se coaduna com a tradição da política externa estadunidense. Como transcrito na NSS, “nossa [EUA] abordagem é idealista em relação aos nossos objetivos nacionais, e realista na forma de alcançá-los” (The White, 2006, p. ii).

Essa concepção de auto-interesse se manifesta claramente no documento *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*, (Navy, 2007) 22 ao verificarmos a descrição de como o Poder Naval norte-americano, integrado a outros elementos do poder interno e externo dos EUA, será aplicado para garantir o tipo de vida estadunidense e garantir a manutenção de um sistema global interconectado por meio do qual os EUA prosperam. Esse é, naturalmente, um dos porquês da existência do maior aparato bélico conhecido no mundo atual sendo a garantia do estilo de vida norte-americano uma extensão da missão primária de qualquer força armada, qual seja, a defesa do povo e do território de seu país.

A integração de elementos do poder externo compreende parceiros com interesses comuns para conter ameaças. A estratégia de cooperação expressa que esses elementos são: governos e organizações internacionais, não-governamentais e do setor privado²³ que, cooperando entre si, podem se contrapor a ameaças não-tradicionais como terroristas e extremistas, proliferadores de armas de destruição em massa, traficantes – de armas, drogas e pessoas – e outros ilícitos. Especificamente quanto à cooperação nas operações marítimas, esse documento aponta as possibilidade de alianças formais – Organização do Tratado do Atlântico Norte -, assim como, de alianças informais a serem criadas a partir da iniciativa de Parceria Marítima Global.²⁴

No início do século XX, os EUA também se utilizaram de segurança cooperativa, denominada “naval consortium”, para manter suas linhas de comunicação oceânicas abertas. Entretanto, Mahan advertiu que seu país poderia necessitar de um “grande porrete” para garantir o livre uso do mar para seu auto-interesse (Wailling, 2008, pp. 130 a 139). Hoje, como no passado, as demandas por segurança nos EUA associadas à iniciativa de parceria global denotam a necessidade de se reduzir vulnerabilidades estadunidenses que podem ser ameaçadas por atores tradicionais ou não. Ou seja, o país de maior poder econômico-militar não está imune ao tráfico de drogas, p. ex., que gera um impacto à economia de mais de USD 240 bilhões por ano, com um crescimento anual da ordem de 5% (Stavridis, 2007, p. 19).

Então, é lícito se supor que esse desperdício poderia estar sendo canalizado para atender necessidades com foco para o padrão de vida norte-americano. O questionamento interno parece ser simples. A maior potência econômico-militar de todos os tempos está capacitada a garantir o tipo de vida do seu povo e garantir a manutenção de um sistema global interconectado por meio do qual os EUA prosperam? A resposta é não. Então, para que seja mantido o auto-interesse estadunidense só resta a cooperação ao estilo azul-vermelho, cores mais expressivas da bandeira do país, ou seja, apelar para a solidariedade (azul) com um “grande porrete” para garantir a sobrevivência (vermelho). Logicamente os políticos e estrategistas desse país estão certos. Afinal, a sobrevivência e a cooperação são as faces de uma mesma moeda, todavia só os que sobrevivem podem cooperar. No entanto, parece válido afirmar que eles desejam sobreviver no padrão de vida que julgam adequado, não havendo, a princípio intenção de cooperação.

A vulnerabilidade norte-americana nos parece muito clara. Os EUA como detentores do maior PIB estão inseridos em um mundo interconectado no qual 90% do comércio internacional e 2/3 do petróleo trafegam por linhas de comunicação oceânicas (Navy, 2007). O controle dessas linhas é vital para se reduzir as vulnerabilidades que se apresentam como sendo as demandas necessárias a manter o padrão de vida norte-americano e a manutenção de um sistema global interconectado por meio do qual os EUA prosperam.²⁵

Podemos validar essa percepção, se associarmos o PIB mundial ao comércio marítimo o crescimento dessa modalidade de transporte ao longo dos últimos anos, conforme ilustram o Gráfico 2 e 3.

²¹ Em outubro de 2007, foi apresentada a atual NSHS que apresenta quatro objetivos sendo os três primeiros semelhantes à estratégia anterior. São eles: impedir e interromper ataques terroristas; proteger o povo americano, a infra-estrutura crítica e os recursos-chaves; responder e recuperar-se dos incidentes que venham a ocorrer; e continuar a reforçar os fundamentos para assegurar o sucesso no longo prazo. (The White, 2007, p.1).

²² Publicada em Outubro de 2007.

²³ Várias são as organizações privadas que trabalham para o governo norte-americano. Uma delas é a *Blackwater Security Consulting* (Scahill, 2008).

²⁴ Global Maritime Partnership

²⁵ Não atendidas essas demandas, o governo enfrentará dificuldades no campo social em face de uma possível redução do padrão de vida e/ou da prosperidade. Nesse caso, os CG que podem ser atingidos são governo (razão) e povo (paixão).

Indices for world economic growth (GDP), OECD industrial production and world seaborne trade
(volume), 1994-2007
(1994 = 100)

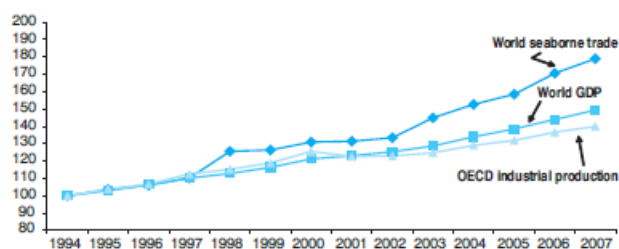


GRÁFICO 2: Relação entre o comércio marítimo e o PIB mundiais
Fonte: UNCTAD26, 2008, p.3

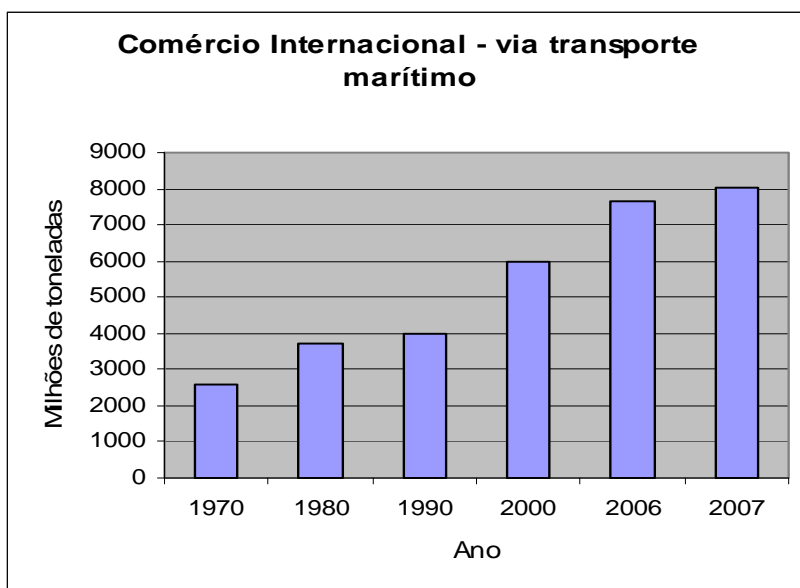


GRÁFICO 3: Crescimento do Transporte Marítimo
Fonte: UNCTAD, 2008, p.6.²⁷

Concomitantemente, há um crescimento de ilícitos que ameaçam essa atividade marítima. O roubo armado e a pirataria que têm como alvos os navios mercantes de cargas ou passageiros são exemplos do recrudescimento desse fenômeno, conforme ilustra o Gráfico abaixo que aborda o período de 1984 a 2007.

²⁶ United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). Review of Maritime Transport, 2008.

²⁷ Para 2007, os dados são preliminares.

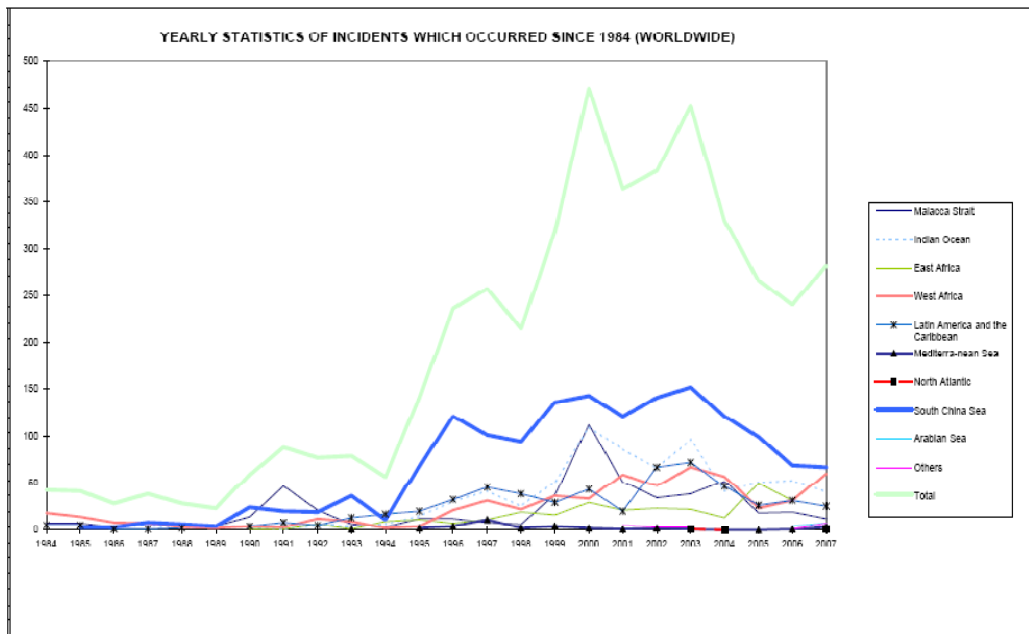


GRÁFICO 4: Pirataria e roubo armado em navios
 Fonte: IMO, 2008²⁸

Refletimos sobre ameaças não-tradicionais, porém qual ou quais seriam as possíveis ameaças tradicionais? Antes de responder esse questionamento, vamos efetuar uma breve análise da Tabela abaixo que apresenta o crescimento econômico de alguns países nos últimos anos.

Região/país	2005	2006	2007	2008 ²⁹
Mundo	3,4	3,9	3,8	2,9
Economias desenvolvidas				
EUA	3,1	2,9	2,2	1,4
Japão	1,9	2,4	2,1	1,4
União Européia				
Alemanha	0,9	2,9	2,5	2,0
França	1,9	2,2	2,1	1,6
Itália	0,0	1,7	1,5	0,5
Reino Unido	1,9	2,8	3,0	1,7
Economias em desenvolvimento				
China	10,4	11,1	11,4	10,0
Índia	8,8	9,2	9,7	7,6
Brasil	3,2	3,7	5,4	4,2
África do Sul	5,1	5,4	5,1	4,1
Economias em transição				
Federação Russa	6,4	6,7	8,1	7,5

TABELA 1: Crescimento econômico mundial com base no PIB
 FONTE: UNCTAD, 2008, p.2.

Certamente, o crescimento chinês sobressai diante do restante. Numa comparação dos EUA com a China, podemos observar que o crescimento desse Estado superou o crescimento norte-americano em 235% (2005), 282% (2006), 418% (2007) e a estimativa da UNCTAD é de 614% para 2008. Logicamente, o PIB dos EUA é mais de quatro vezes superior ao da China, porém isso não invalida a comparação anterior caso as elevadas taxas de crescimento chinesas se mantenham por

²⁸ International Maritime Organization. MSC.4/ CIRC.115 de 2008.

²⁹ Valores estimados.

muito tempo.³⁰ Paralelamente, há o aumento progressivo dos gastos militares chineses desde a última década passada.³¹ Ou seja, há um crescimento econômico-militar do país mais populoso do mundo.

A China é um país pobre em recursos naturais e consome hoje entre 25% a 40% do ferro, aço, alumínio e cimento produzidos no mundo (Cardoso, 2008). Outros aspectos mais específicos que merecem destaque são as relações da China com a América Latina (AL) e Caribe. Os acordos comerciais bilaterais China-Cuba foram multiplicados por quatro no período de 2004 a 2007 (Folha, 2008). O comércio com a AL cresceu dez vezes desde 2000 (Sá, 2008) e os maiores parceiros são Brasil, México, Chile e Argentina (Lopes, 2008). Desse modo, é lícito concluir que, em um mundo globalizado com recursos naturais finitos, há uma ameaça ao padrão de vida e prosperidades estadunidense quando a disputa por esses recursos for maior.

Para fazer frente às ameaças tradicionais ou não que possam causar danos ao seu auto-interesse, os EUA estabeleceram seis tarefas básicas para o seu poder marítimo³² dividido em termos regionais e globais. Os primeiros focam locais de elevada tensão ou procuram demonstrar o poder marítimo, ou seja, mostrar a pretensões desafiadores que a esquadra é capaz de ser severa nos danos que possa causar. As tarefas dessas esquadras regionais são:

- a) limitar os conflitos da região;
- b) dissuadir guerras maiores; e
- c) vencer guerras ou cooperar para vencer guerras em uma campanha militar.

Uma análise desse ponto seria a disposição para uma seqüência lógica de escalada de um conflito que pudesse vir a ameaçar os interesses vitais. Seria, p. ex., mostrar o “porrete” para não ter que limitar os conflitos, limitá-los para não ter que dissuadi-los, dissuadi-los para não necessitar vencê-los, e finalmente vencê-los, pois o auto-interesse estadunidense deverá ser atendido. Especificamente no caso de dissuasão, pressupõe-se o emprego de três modos de guerra: convencional, não-convencional e nuclear. Conclui-se que a sensação do ator não-estadunidense regional que não seja aliado - formal ou informal - é de insegurança.

As esquadras globais são configuradas conforme as necessidades. Suas tarefas são:

- d) contribuir para a defesa em profundidade da pátria estadunidense; e
- e) fomentar e apoiar a relação de cooperação com parceiros internacionais;
- f) prevenir e mitigar desordens e crises.

Dois pontos devem ser realçados. Inicialmente que as esquadras globais são montadas em função da necessidade de emprego ou demonstração de força para atender missões específicas. Em outras palavras, o número e os tipos de navios com as suas tripulações e seus armamentos são definidos em função do objetivo a atingir e da razão maior que o definiu. Em segundo lugar, a tarefa de prevenir e mitigar desordens e crises expressa o novo conceito para enfrentar novas ameaças, qual seja o compromisso que a estratégia assume com a guerra preventiva. Há uma crença declarada de que prevenir guerras é tão importante quanto vencê-las (Navy, 2007, p. 4).

Para atender essa preferência e construir sua integração,³³ a Estratégia Cooperativa para o século XXI estabelece também seis capacitações. Primeiro as forças navais devem estar na vanguarda, operando nos ambientes onde possam ser militarmente empregados e conhecendo os potenciais inimigos. A segunda é a deterência no sentido global, regional e transnacional por meio de forças convencionais, não-convencionais e nucleares, já mencionadas. A terceira se apresenta como o controle do mar com o seu domínio, assim como, dos espaços sobrejacente e cibernético. A quarta refere-se à capacitação de sua força marítima projetar e manter um poder combatente sobre um território. A quinta é criar e manter a segurança nos mares, considerada como essencial para mitigar pequenas ameaças tradicionais ou novas que possam acarretar guerras. Finalmente, assistência humanitária e resposta a desastres naturais como forma de construir um bom relacionamento entre países.³⁴

De todas essas capacitações, a que nos chama mais atenção é a projeção de poder de combate sobre terra. Essa prática tem sido usual, pelo menos, desde 2004.³⁵ As forças norte-americanas atacam a Al Qaeda onde se acredita que seus militantes operam ou se abriguem. Esses fatos estão amparados na decisão unilateral estadunidense.

Para antecipar ou prevenir (grifo nosso) atos hostis de nossos [EUA] adversários, os Estados Unidos irão, se necessário, agir preemptivamente no exercício do nosso inerente direito de autodefesa. (The White, 2006, p. 18)

Esse significado da expressão “prevenir” torna-se claro. Porém, os EUA vão mais além: divulgam suas estratégias, mostram o “porrete” azul-vermelho e alertam. A partir de uma visão unilateral, o governo norte-americano poderá determinar a invasão de qualquer território, caso acredite na existência de uma rede da Al Qaeda atuando ou se abrigando nele. Na realidade, não é bem assim. A maior potência econômico-militar não parece disposta a atuar em países como China e Rússia, p. ex.. Ousar militarmente contra esses países acarretará danos que irão comprometer o padrão de vida e a prosperidade nos

³⁰ Em 2007, o PIB dos EUA e China foram, respectivamente, USD 13,8 trilhões e USD 3,2 trilhões (World, 2008).

³¹ Enquanto os gastos militares norte-americanos apresentaram ligeira queda na década de 1990, as despesas chinesas similares apresentaram uma taxa de crescimento constante. Para uma época de incontestável hegemonia dos EUA, poderia ser interpretado por esta potência como um sinal de desafio futuro. Isso pode ser uma das razões, da elevação dos gastos em 1999 (Flôr, 2008, pp. 25 a 27).

³² Entendido como a integração da Marinha, dos Fuzileiros Navais e da Guarda Costeira dos EUA.

³³ Integração dos combatentes da Marinha, do Fuzileiros Navais e da Guarda Costeira.

³⁴ Esta capacitação parece ser uma forma sutil de projetar poder sobre terra.

³⁵ O presidente George W. Bush aprovou ataques à rede terrorista em vários países. Cerca de 15 Estados sofreram ataques dos EUA, entre eles: Síria, Paquistão, Iêmem e Arábia Saudita. (Mazzetti, 2008).

EUA. A recompensa como resultado de um ato militar preemptivo, nesse caso, não será satisfatória em termos racionais (Clausewitz) e só resta estabelecer regras (Dilema do Prisioneiro Cooperativo), buscando uma sensação de segurança maior que a da insegurança. Ou seja, cooperar mostrando a cor azul do “porrete”.

Comando Sul e ativação da IV Esquadra

Em 1943, o auto-interesse dos EUA determinou a criação da IV Esquadra para atender suas necessidades e atuar nas vulnerabilidades vitais do esforço de guerra alemão. Em 1950, ela foi desativada e suas tarefas foram transferidas para a II Esquadra. Em 12 de julho de 2008, foi reativada. A IV Esquadra fica subordinada ao Comando Sul, um dos componentes do Comando Unificado dos EUA.³⁶ A área de responsabilidade desse Comando pode ser vista na Figura abaixo:



FIGURA 1: Área do Comando Sul dos EUA
Fonte: Southern Command, 2008

O Chefe de Operações Navais norte-americano, Almirante Gary Roughead, declarou em abril de 2008, antes da reativação, que essa iniciativa “expressa o reconhecimento da imensa importância da segurança marítima na parte sul do Hemisfério Ocidental” (Gragg, 2008).

Qual é essa importância? A resposta veio do comandante do Comando Sul, Almirante James Stavridis, ao qual a 4ª Esquadra está diretamente subordinada. Cerca de 50% das exportações da América Latina (AL) são direcionadas para os EUA que exportam 40% de seus produtos para a AL. Além disso, a AL supre 1/3 da energia importada pelos EUA. De 2004 para 2005, o comércio na região aumentou em 23% e a tendência é manter esse crescimento para 2006 (Stavridis, 2007, p.18). Os desafios da região são:

[...] múltiplos e complexos, incluindo o terrorismo transnacional, contrabando de narcóticos, tráficos ilícitos inclusive de seres humanos, crime internacional, pobreza, desigualdade, corrupção, gangues urbanas, movimentos radicais, grupos ilegalmente armados, migrações em massa, desastres naturais e crises humanitárias. (Stavridis, 2007, p.18)

Podemos observar que esses desafios se confundem com algumas das novas ameaças mencionadas anteriormente, incluem outras e os desastres naturais. No entanto, Stavridis (2007, p.19 apud Cirino, Elizondo e Wawro, 2004) vai mais adiante ao dizer da existência de “espaços sem governo” - territórios -que existem devido ao isolamento geográfico, a

³⁶ O Comando Unificado do Departamento de Defesa é estruturado por nove Comandos. O mundo está dividido em áreas de responsabilidade para cada um dos cinco Comandos Regionais (Norte, Sul, Central, Europeu e Pacífico). Os outros quatro Comandos são: de Forças Conjuntas, de Operações Especiais, de Transporte e Estratégico (United, 2008).

corrupção, “estados fracos” ou “estados falidos”, ou “estados cúmplices”. Mas, conforme o mesmo comandante afirma no seu artigo, o trabalho do Comando Sul não é lançar mísseis Tomahawk, mas lançar idéias. Logicamente, a intenção de lançar idéias não prescreve o lançamento de mísseis, até porque um militar profissional jura obediência aos seus superiores. Portanto, esse discurso “azulado”, inserido dentro do auto-interesse estadunidense, não significa a ausência de mísseis Tomahawk nos paióis dos navios a ele subordinados que trafegam área delimitada pela Figura 1.

Deixando de lado as idéias e palavras, podemos identificar algumas demonstrações da IV Esquadra – mostrar o “porrete”- para que ela não seja obrigada a prevenir ou mitigar desordens e crises. Estaríamos misturando as tarefas de esquadras globais com regionais? Parece que não. Inicialmente, essa Esquadra não possui navios, mas conta com cérebros habilitados para planejar e identificar soluções para problemas que envolvam o emprego do poder marítimo dos EUA.³⁷ Sob esse ângulo, ela é regional. No entanto, quando os meios materiais se apresentam da forma adequada e atendendo às necessidade dos planejadores, ele se torna global.

Parece lícito afirmar que se observarmos os meios recentemente empregados nos exercícios UNITAS38 no ano de 2008 podemos tirar algumas conclusões. Nos exercícios ocorridos no Atlântico Sul foram utilizados dois porta-aviões nucleares, vários navios de guerra que se destinam a proteger os primeiros e com capacidade de lançar mísseis contra alvos marítimos, submersos ou não, e alvos terrestres, além de um navio da Guarda Costeira norte-americana e fuzileiros navais.³⁹ Temos então, uma força marítima integrada com seus três componentes, navios da Marinha e da Guarda Costeira com Fuzileiros Navais, capazes de realizar demonstrações militares no “estado da arte”, capazes de projetar poder sobre terra e se habilitando em exercícios UNITAS que em latim significa unidade, harmonia e acordo, nos embalando na idéia de cooperação. Cooperação para atingir os objetivos estadunidenses.

Global 08: jogando com parceiros

Em 2008, dando continuidade aos Simpósios Internacionais de Poder Naval realizados na Navy War College em 2005 e 2007, ocorreu um jogo denominado Navy Title X War Game ou simplesmente Global 08 com o propósito de, a partir de uma visão interna, identificar capacitações, capacidades e riscos associados à Estratégia Marítima dos EUA, assim como, as concepções necessárias para a implementação dessa Estratégia (Breen, 2008).

O exame quanto à implantação da Estratégia Marítima ocorreu a partir de uma perspectiva regional e global inserida em quatro alternativas futuras (2020/2025) que foram geradas por duas variáveis: rivalidades e extremismos. A Matriz abaixo sintetiza essa abordagem.

Cenários alternativos futuros		Fonte de rivalidade	
		Colaborativa	Competitiva
Extremismo	Com poder e combativo	Futuro “A” “United We Stand”	Futuro “B” “Global Chaos”
	Sem poder e passivo	Futuro “C” “Made in East Ásia”	Futuro “D” “Tri-Polar”

MATRIZ 4: Cenários futuros (2020/2025)

Fonte: Global 08

Para responder aos questionamentos futuros foram estabelecidas sete células compostas de 15 a 20 jogadores de várias habilitações por célula⁴⁰, sendo seis regionais e uma global.

Fazendo a correspondência de cada célula com os Comandos Regionais, teremos o seguinte Quadro (United, 2008):

Célula regional	Comando Regional
Oriente Médio e Ásia Central	USCENTCOM
Europa	USEUCOM
America do Norte	USNORTHCOM
Ásia do Pacífico	USPACOM
América Latina e Caribe	USSOUTHCOM
África	Autorizada a criação em 2007

QUADRO 2: Relação entre células do jogo e comandos regionais

³⁷ Em 2007, eram cerca de 1.500 pessoas dedicadas a formular planos e liderar cerca de 7.000 militares e civis no prédio do Comando Sul sediado em Miami (Stavridis, 2007, p.19).

³⁸ São exercícios nos quais participam forças navais das marinhas latino-americanas com a Marinha dos EUA. Esses exercícios começaram a ocorrer em 1959. (Ibid, p.20)

³⁹ Um dos porta-aviões, o CVN Eisenhower pertence ao Grupo de Destrução nº 8 que congrega cruzadores e escoltas. Para maiores detalhes quanto aos meios empregados sugerimos a página oficial do Comando Sul, <http://www.southcom.mil/AppsSC/factFiles.php?id=52>.

⁴⁰ Os jogadores eram de diversas origens como: de forças conjuntas dos EUA, de Estados, de agências do governo dos EUA, de organizações multinacionais, de organizações não-governamentais, da academia de polícia dos EUA, da indústria de defesa e de recursos naturais/energéticos dos EUA.

Os jogadores que representavam seus Estados foram inseridos nas células correspondentes às regiões as quais seus Estados pertencem. As alternativas futuras jogadas por cada célula estão discriminadas no Quadro abaixo:

Futuro	Célula
“A”	Oriente Médio / Ásia Central
“B”	América do Norte
“C”	Ásia do Pacífico / América Latina e Caribe
“D”	África / Global

QUADRO 3: Cenários jogados pelas células

Resumindo, esse jogo possibilitou um confronto de idéias dos seus participantes de várias origens e habilitações, buscando identificar pontos comuns regionais e globais, em determinados cenários futuros a fim de atender os objetivos mencionados. Todavia, é interessante observarmos dois aspectos. Primeiramente, a sinalização de que a América Latina e Caribe, área de responsabilidade do Comando Sul, está inserida em uma perspectiva de rivalidade com colaboração e um extremismo sem poder e passivo, onde há o domínio dos produtos chineses no mercado global. Em segundo lugar, a célula da África jogou com a célula global um cenário de rivalidade do tipo competitivo com um extremismo sem poder e passivo.

O que pode significar a expressão tri-polaridade desse último cenário? É possível que seja a entrada do ator China, nesse continente rico em matérias-primas, onde já estariam presentes a os EUA, o Japão e a União Européia. Em 1989, os chineses sinalizaram de modo simbólico suas intenções quando da visita oficial de um navio de treinamento deles aos EUA. O nome desse navio era Zhang He, almirante eunuco que comandou uma esquadra no século XV (Zajek, 2008). Com poderio naval chinês em ascensão é possível que um confronto de interesses na África entre esses três atores, sendo que a China não é um aliado formal ou informal.

Conclusões

Não há dúvidas dos objetivos estadunidenses e de sua disposição em atendê-los. No caso dos atores internacionais do Atlântico Sul, também prisioneiros que são do mundo globalizado, pois não há como sair dele, o dilema na escolha de linhas de ação parece de simples entendimento. A maior potência econômico-militar quer cooperar para atender aos seus interesses e, além do “porrete” que faz questão de continuar exibindo, ela se expressa publicamente e nomeia as ameaças que podem motivá-la iniciar uma guerra preventiva no legítimo direito de autodefesa, segundo sua própria interpretação. Há duas opções básicas. Primeiramente, o Estado que não cooperar nas condições estabelecidas identifica uma possível recompensa negativa elevada, qual seja a de ter o seu território invadido. O que desejar cooperar deverá se sujeitar aos interesses estadunidenses barganhando um acordo com recompensas negativas mais brandas. Como vimos no jogo Dilema dos Prisioneiros, um deles pode deixar de cumprir o acordo, porém no caso em lide somente o mais forte poderá, teoricamente, não cumpri-lo. Os Estados fracos na concepção de Buzan, mais uma vez irão vislumbrar uma recompensa negativa pior do que a anterior.

Outro ponto que merece destaque é a unilateralidade da visão de ameaças. Praticamente todos os ilícitos podem ser interpretados como causadores de impacto ao auto-interesse norte-americano. Talvez, no mundo interconectado, haja realmente um dano elevado para os EUA. No entanto, o fenômeno também é social. Se a desigualdade é motivadora de desordens internas em um Estado, as desigualdades regionais e internacionais também o são. A disparidade entre as riquezas dos Estados pode ser a razão de alguns problemas internos e não só a corrupção. Ao longo da nossa reflexão, parece adequado se concluir que os Estados podem ter inimigos internos identificados como as novas ameaças nomeadas pelos EUA. No entanto, o que deve ser aceito é o fato de que esses Estados têm potenciais irmãos praticando ilícitos que devem ser reprimidos pelos instrumentos de segurança internos. O potencial inimigo é todo e qualquer Estado que deseja, por qualquer motivo, invadir outro. Nesse caso, a maior recompensa dos que defendem sua pátria é a honra de poder morrer lutando pelo seu povo e território. Os sul-vietnamitas procederam assim, os afegãos e iraquianos parecem propensos a continuar se insurgindo contra o poderio norte-americano.

Pudemos também verificar que as duas regiões Caribe/América Latina e África ficaram por mais de meio século afastadas de esquadras norte-americanas regionais. Isso não significa que os EUA não tivessem esquadras prontas para intervir ou ameaçar o emprego da força visando seus interesses. A questão é que inexistiam pessoas envolvidas em planejamento militar regional no caso da AL e Caribe. A situação atual é diferente e no caso africano, está sendo criado um comando regional específico. Em suma, o Atlântico Sul está se armando com os meios de uma super potência capaz de conduzir guerras nucleares, convencionais e não convencionais. Esse tipo de decisão enseja uma perspectiva de confronto por recursos naturais finitos. O que acontece em outras regiões do mundo, ao que parece, está se transferindo para os dois continentes banhados pelo oceano Atlântico. O crescimento chinês carente também dos mesmos recursos naturais pode estar sendo visto como uma ameaça ao padrão de vida e prosperidade estadunidense.

Conclui-se que há um aumento da insegurança não só dos países lindeiros do Atlântico Sul como também de toda a América Latina e Caribe. A ameaça que se apresenta do norte - os EUA - tem a capacidade de destruir de várias formas várias Américas Latinas fazendo uso de sua capacitação nas guerras nuclear, convencional e não-convencional. No entanto, como acreditamos, existe uma fraca percepção de segurança. Esse sentimento pode ser ampliado a partir de uma iniciativa visando a união da América Latina. União em todas as dimensões possíveis, quais sejam, as: social, política, econômica,

ambiental e militar. Desse modo, num mundo interconectado do qual todos os Estados são prisioneiros, a cooperação a nível regional com a possibilidade futura de inserção do continente africano, pode suplantar a máquina de guerra dos EUA que atende a única dimensão no nível internacional. É possível que os EUA continuem vulneráveis enquanto só mantiverem iniciativas militares voltadas para atender o tipo de vida e prosperidade norte-americana, fruto de crenças e visões míopes dos formuladores da política norte-americana. Por outro lado, as iniciativas anti ameaça estadunidense dependem da racionalidade dos políticos que lideram os Estados com “espaços sem governo” mencionados por Stavridis. A eles caberá a responsabilidade pela omissão ou implantação de iniciativas inadequadas à realidade dos fatos presentes e perspectivas futuras.

Por fim, não podemos nos abstrair da certeza de que o homem é imperfeito e será sempre o lobo do próprio homem.

Referências

- Alves, Vágner C. (2007). Política externa dos Estados Unidos: evolução e perspectivas. In: Estados Unidos: presente e desafios. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - II CNPEPI, 2007. Rio de Janeiro: Palácio do Itamaraty.
- Boot, Max (2006). War made new: technology, warfare and course of history, 1500 in today. New York: Gotham Books.
- Breen, Matthew (2008). Naval War College Hosts ‘Global 08’ War Game. <http://www.nwc.navy.mil/pao/news/global08.aspx> (Consultado na Internet em 1 de novembro de 2008).
- Buzan, Barry (1991). People, states and fear: an agenda for international security studies in the post-cold war era. 2nd ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Cardoso, Eliana (2008). As flores do mal. Valor, 27 de Novembro de 2008, p. A2.
- Cirino, Julio; Elizondo, Silvana. e Wawro Geoffre (2004). Latin America’s Lawless Areas and Failed States: An Analysis of The New Threats. Naval Esar College Newport Paper 21 Latin American Security Challenges: A Collaborative Inquiry from North and South.
- Clausewitz, Carl (1976). Da Guerra. Trad. Teresa Barros Pinto Cardoso. Lisboa: Perspectivas e Realidades.
- Fiani, Ronaldo (2006). Teoria dos jogos. 2 ed. ver. E atual. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Flôr, Claudio R.(2008). Two Approaches to Security. In: Taylor, Paul D. Perspectives on Maritime Strategy. <http://www.nwc.navy.mil/press/newportpapers/documents/NP31.pdf> (Consultado na Internet em 28 de Outubro de 2008).
- Folha de S.Paulo (2008). Ambições e China sela acordos e reforça ajuda a Havana. 19 de Novembro de 2008, p. A10.
- Gragg, Alan (2008). Historic 4th Fleet Returns: Gets Home in Mayport. <http://www.southcom.mil/AppsSC/news.php?storyId=1062> (Consultado na Internet em 24 de Setembro de 2008).
- Hovi, Jon (1998). Games, threats and treaties: understanding commitments in international relations. London: Biddles Ltd.
- International Maritime Organization (IMO). Reports on acts of piracy and armed robbers against ships. Annual report- 2007. MSC.4/CIRC.115 de 10 de Abril de 2008. http://www.imo.org/includes/blastDataOnly.asp/data_id%3D22585/115.pdf (Consultado na Internet em 20 de Setembro de 2008).
- Lores, Raul J. (2008). Comércio sobe, mas promessas chinesas de investimento custam a sair do papel. Folha de S. Paulo, 19 de Novembro de 2008, p. A10.
- Mazzetti, Eric S. Ordem de 2004 autoriza ataques secretos dos EUA. Artigo do New York Times. Folha de S. Paulo, 11 de Novembro de 2008, p.A10.
- Navy. A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower. Outubro de 2007. <http://www.navy.mil/maritime/MaritimeStrategy.pdf> (Consultado na Internet em 24 de Julho de 2008).
- Sá, Nelson (2008). Ambições. Folha de S. Paulo, 19 de Novembro de 2008, p. A8.
- Scahill, Jeremy (2008). Blackwater: a ascensão do exército mercenário mais poderoso do mundo. Trad. Claudio Carina e Ivan Kuck. São Paulo: Companhia das Letras.
- Southern Command (2008). Area of focus. <http://www.southcom.mil/AppsSC/pages/aoi.php> (Consultado na Internet em 24 de setembro de 2008).
- Stavridis, James (2007). Sailing in southern Waters: a new wind. Proceedings, Maio 2007, pp. 16 a 21.
- The White House. National Strategy for Homeland Security. Julho de 2002. <http://whitehouse.gov/homeland/book/> (Consultado na Internet em 17 de Abril de 2007).
- _____. The National Security Strategy. Março de 2006. <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss/2006/> (Consultado na Internet em 24 de Julho de 2008).
- _____. National Strategy for Homeland Security. Outubro de 2007. <http://whitehouse.gov/homeland/book/> (Consultado na Internet em 24 de Julho de 2008).
- Till, Geoffrey (2007). A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower: a view from outside. In: RUGHER, William B.. Defense Strategy and Forces: Setting Future Direction. Newport: Naval War College, 2007, (pp. 113 a

124).

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). Review of Maritime Transport, 2008. United Nations, New York and Geneva.

United States Department of Defense (2008). Command Structure. <http://www.defenselink.mil/specials/unifiedcommand/> (Consultado na Internet em 24 de setembro de 2008).

Walling, Karl F. (2008). Why a conversation with the country? http://www.ndu.edu/inss/Press/jfq_pages/editions/i50/28.pdf (Consultado na Internet em 12 de Outubro de 2008).

World Bank (2008). Gross Domestic Product 2007. <http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP.pdf> (Consultado na Internet em 20 de Outubro de 2008).

Zajek, Olivier (2008). A China quer os mares. Le monde Diplomatique. Setembro. <http://dipl.uol.com.br/2008-09,a2602> (Consultado na Internet em 10 de novembro de 2008).

Islamismo, Fundamentalismo Islâmico e Ocidente

Marli Barros Dias

CEFi - Centro de Estudos de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa

sofiaher@hotmail.com

Resumo: A nossa comunicação pretende abordar os cinco pontos seguintes: 1.º Nota Introdutória; 2.º Islão: breve caracterização; 3.º Islão vs. fundamentalismo islâmico; 4.º Os fundamentalistas islâmicos e o Ocidente; 5.º Considerações finais.

No que se refere ao 1.º ponto, cabe referir que as rivalidades e oposições entre os fundamentalistas islâmicos e o Ocidente têm-nos conduzido a um mundo pautado pela insegurança e pelo medo.

Analisaremos uma temática que corresponde, hoje, a um dos grandes problemas da actualidade com dimensão global. Tanto os fundamentalistas como o Ocidente debatem-se nas suas verdades e seguem um caminho que está cada vez mais distante do consenso e do diálogo.

Em relação ao 2.º ponto, vamos tratar de caracterizar o Islão no sentido de percebermos melhor como são orientadas as convicções e as práticas islâmicas tendo como base originária a Al-Ikhwan Al-Moslemoon (Irmandade Muçulmana).

Ao tratarmos o 3.º ponto, reflectiremos acerca das diferenças do Islão, que foi adulterado. A partir dessa adulteração surgiu o fundamentalismo, com Al-Wahhab.

Quanto ao 4.º ponto, mostraremos o Ocidente como principal alvo do terrorismo e o desejo de o Islão se impor através da violência, imposta por organizações terroristas como a Al-Qaeda.

No 5.º ponto, concluiremos com a necessidade de uma meditação profunda diante de um mundo que vive a incerteza e o medo do dia seguinte. A paz não parece ser fácil diante da rivalidade entre os fundamentalistas islâmicos e o Ocidente.

1. Nota Introdutória

Ao contrário do que muitos possam pensar, a definição do termo fundamentalismo tem origem ocidental, isto é, “fundamentalista é um conceito que deriva de um movimento do conservadorismo Protestante norte-americano traduzindo uma Maioria Moral” (COSTA, 2001: 17).

Como podemos perceber, a palavra conservadorismo orienta-nos e, de imediato, remete-nos para um pensamento segundo o qual conservar é manter ou fazer manter algo e para isso, muitas vezes, não importam os meios nem as consequências. Pois, isto é hoje o fundamentalismo islâmico frente ao Ocidente, que é o seu maior rival e oponente.

As rivalidades e oposições entre os fundamentalistas islâmicos e o Ocidente têm-nos levado a vivermos num mundo pautado pela insegurança e pelo medo, onde o fantasma do terror parece rondar os quatro cantos do mundo e, no momento, parece não haver escapatória.

Deixou de ser novidade, embora ainda choque a população mundial, os meios de comunicação de massa divulgarem com certa frequência atentados em várias partes do planeta perpetrados pelos fundamentalistas islâmicos. Em muitos casos, o Ocidente retalia, o que faz crescer a ira fundamentalista e cada vez mais pessoas pagam com a vida os despropósitos do terror e das rivalidades inúteis.

Se os fundamentalistas são extremistas e radicais que não medem as consequências e não se importam com os seus alvos, porquê o Ocidente, que se diz humanitário e quer o bem da população muçulmana, não busca a paz? Este deve ser um ponto de reflexão tendo em vista que estes mesmos muçulmanos, constituem o maior número de vítimas.

É suposto que o Ocidente tenha que lutar contra o terror, mas também o é que tenha que respeitar as diferenças culturais e religiosas e não querer impor a cultura, a democracia, modo de vida e demais valores ocidentais, como se fossem fundamentais e melhores do que a cultura e valores de outros povos, pois isto se constitui também em fundamentalismo.

Os fundamentalistas rejeitam todos os valores ocidentais. O Ocidente é o inimigo, o verdadeiro “império de Satã”. E, para combater o inimigo, divulgar a sua fã com o intuito de converter o infiel, estes fundamentalistas islâmicos valem-se

da violência sem se preocuparem com os seus alvos e encontram-se respaldados na lei islâmica: “Os fundamentalistas querem ressuscitar um passado glorioso e voltar ao ensinamento do islã” (www.melhorsobre.blogspot.com).

Tendo por base o Corão, ou Alcorão, os fundamentalistas parecem acreditar ou acreditam no “vale tudo” para verem cumpridos os ensinamentos do Profeta Maomé. Acreditam numa revolução armada para se imporem aos regimes políticos que não estejam guiados pela lei islâmica, que julgam ser perfeita e à qual dão uma conotação divina.

Organizam-se através de facções terroristas e executam acções violentas e criminosas em nome de Alá. Têm uma visão limitada e radical do homem, que concebem como muçulmanos e não-muçulmanos, sendo que esta última concepção implica na definição do inimigo. Pois, para eles, só existe o muçulmano e o não-muçulmano.

Aqui não vamos tratar de “santos” e “inocentes”, mas de uma temática que corresponde, hoje, a um dos grandes problemas da actualidade com dimensão global. Tanto os fundamentalistas como o Ocidente parecem debater-se nas suas verdades e seguem um caminho que parece cada vez mais distante do consenso e do diálogo, condição necessária para se chegar à paz.

Porém, se de um lado o Ocidente não tem nada que o impeça o diálogo, os fundamentalistas recusam-se a tal. Segundo terroristas da Al-Qaeda, eles não dialogam porque não são um Estado e isto só será possível quando atingirem o objectivo de formarem o califado.

Neste contexto, desenvolve-se a intolerância, o desrespeito, o medo e a ambição. Parece que o mundo se dividiu, se fragmentou. Nota-se o desenrolar de uma crise em que o Islão e o Ocidente são protagonistas. Mas a qual Islão se refere, se há vários? Esta questão e tantas outras serão desenvolvidas no decorrer deste trabalho. Será dada uma visão do Islão desde as suas diferenças até a formação, estrutura e pensamento das organização terrorista fundamentalistas internacional, Al-Qaeda, a qual tem como base filosófica o pensamento oriundo da Irmandade Muçulmana.

A análise de toda a problemática que envolve o Ocidente e o fundamentalismo islâmico, cuja implicação gera para além de um problema social, um problema sociológico, será feita com o objectivo de não apenas descrever, mas procurar compreender e analisar toda esta religião e/ou ideologia sem perder de vista as implicações do Ocidente e no Ocidente bem como no próprio mundo islâmico. Assim, será possível uma maior e melhor análise das causas e das consequências no mundo actual.

2. Islão: breve caracterização

O fundamentalismo islâmico configura-se como um dos principais problemas da actualidade. Baseando-se numa doutrina religiosa, ele tem o propósito de cumpri-la na íntegra. O islamismo radical tem provocado, também, sérios problemas sociais, pois baseia-se numa concepção radical e extremista do islamismo e procura obter a supremacia sobre os diferentes pensamentos em relação ao próprio islamismo, que se diferencia quanto à concepção pela própria comunidade muçulmana.

Surgem as rivalidades, a radicalização da doutrina e, como consequência, surgem a violência e a incompatibilidade em relação aos valores de grupos significativos de pessoas. Isto acaba por provocar o caos social, surgem os antagonismos, os massacres e, conseqüentemente, piora a situação económica, social e política dos próprios muçulmanos face ao medo, a violência e ao terror.

As constantes e repetidas acções dos grupos islâmicos fundamentalistas têm levado o mundo a pensar, a investigar e reflectir tal situação não só no âmbito de um problema localizado, mas como um problema sociológico grave, cuja dimensão é mundial, onde não só um grupo, mas o mundo corre riscos eminentes, não pela religião islâmica, mas pela interpretação fundamentalista que dela se faz.

O Islão surgiu no século VII, na Península Arábica, e é uma religião monoteísta baseada nos ensinamentos do Profeta Maomé. Para esta religião, o primeiro Profeta foi Adão e o último, Maomé. Para o muçulmano, o Islão surgiu desde a criação do homem e difundiu-se pelo mundo duzentos anos após a morte do seu grande Profeta, Maomé. Ela expandiu-se pelo Oriente Médio, Norte de África, Península Ibérica, antiga Pérsia e Índia. Mais tarde chegou à Anatólia, aos Balcãs e à África Subsariana.

O Islão propagou-se mediante conquistas e ocupações, o que levou a uma posterior assimilação ideológico-cultural mas, também, através de mercadores e missionários. Os recentes movimentos migratórios do Islão foram em direcção à Europa e ao continente americano. Actualmente, o islamismo é a religião que mais cresce no mundo. A cada ano que passa, são mais 16% de fiéis e o número de seguidores já é superior ao do cristianismo e conta com 20% dos habitantes do planeta sendo que mais da metade está na Ásia. Nos Estados Unidos da América são quase quatro milhões de muçulmanos e quase metade deles são negros.

De acordo com o Departamento de Estado dos Estados Unidos, até ao ano de 2010, “a população muçulmana do país deverá superar a população de judeus, fazendo com que o islamismo seja a segunda maior fé depois do Cristianismo”. Actualmente, existem cerca de seis milhões de norte-americanos muçulmanos.

Como podemos observar, o islamismo tem se propagado constantemente, mas isto não equivale dizer que todos esses milhares de muçulmanos espalhados pelo mundo sejam fundamentalistas, pois o Islão não tem o mesmo sentido e nem tem uma única concepção. Segundo Pier Giovanni Donini, o “islão dogmático, tolerante, culto, popular, militante e um islão por assim dizer, biográfico, em que as pessoas só se lembram de que são muçulmanas por ocasião das principais festividades tradicionais” (DONINI, 2008: 17).

Neste sentido, cabe a reflexão no sentido de não generalizar o Islão, o qual é caracterizado pela simplicidade de sua mensagem. Para conseguir a salvação basta acreditar num único Deus, rezar cinco vezes por dia voltado para Meca, fazer o jejum anual no mês de Ramadão, pagar dádivas rituais e se possível, fazer uma peregrinação à Meca. Para os seguidores do Islão, este é visto como “um modo de vida que inclui instruções que se relacionam com todos os aspectos da actividade humana, sejam eles políticos, sociais, financeiros, legais, militares ou intemporais. A distinção ocidental entre o espiritual e temporal é, em teoria, alheia ao islão” (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Islamismo>).

O Islão ensina seis crenças principais que são: a crença em Alá (Allah), o único Deus existente; a crença nos Anjos, os quais foram criados por Alá; a crença nos livros sagrados tais como a Torah, os Salmos e o Evangelho. O Alcorão, ou Corão, é o último e completo livro sagrado, o qual é constituído pela colectânea dos ensinamentos revelados por Alá ao Profeta Maomé; a crença em vários profetas enviados à humanidade, onde Maomé é o último; a crença no julgamento final, onde as acções de cada indivíduo serão avaliadas e a crença na predestinação, ou seja, Alá tem conhecimento de tudo e tem o poder de decidir sobre o que vai acontecer a cada pessoa.

Além destas crenças, o Islão possui cinco pilares, que correspondem aos cinco deveres básicos de cada muçulmano. Estes cinco pilares são: A recitação e aceitação do credo (Chahada ou Shahada); orar cinco vezes ao longo do dia (Salat ou Salah); pagar esmola (Zakat ou Zakah); observar o jejum no Ramadão (Saum ou Siyam); fazer a peregrinação a Meca (Haj) se tiver condições económicas.

A estes cinco pilares, ou os cinco deveres dos muçulmanos, Pier Giovanni Donini, chama-nos a atenção por tratar estes dos aspectos sociais do Islão. Segundo o autor, “o aspecto social ou comunitário é, pelo contrário, bem visível na oração, ou salat, que, uma vez por semana, sexta-feira ao meio-dia, se deve fazer em comum, numa mesquita: é a ocasião do encontro (e para os muçulmanos que vivem em países não muçulmanos, para se encontrarem), portanto, um momento não só religioso, mas também político” (DONINI, 2008: 212).

“Esse aspecto social é ainda mais visível na esmola, ou zakat, que não é um acto voluntário de caridade, como na tradição cristã, mas uma verdadeira obrigação jurídica tendente, na origem, a garantir a solidez da comunidade: a esmola constitui o reconhecimento de um direito que os pobres têm aos bens de quem vive melhor do que eles, como determina o Corão (Sura LXX, 22-25). Trata-se, portanto, de um verdadeiro imposto, regulado pela lei com fórmulas precisas” (DONINI, 2008: 212).

À luz do acabado de expor, o muçulmano fundamentalista procura seguir ponto por ponto os ensinamentos do Corão. Traça uma forma de vida que está submetida ao livros sagrado, de modo a não estar vinculado aos valores ocidentais, que rejeita veementemente. A educação por exemplo, realizada nas madrassas, não consiste no estudo da História ou da Matemática ou informática, mas com o propósito de decorar e interpretar o Corão.

Isto é realizado em duas etapas, ou seja, os rapazes mais novos, com a idade que corresponde aos primeiros anos de escola, passam quatro a oito horas por dia, sempre na mesma posição, sentados no chão e com pernas cruzadas, a decorar o Corão em língua árabe original. Os estudantes mais velhos, cuja a idade corresponde ao ensino secundário e universitário, seguem cursos de oito anos, cujo o objectivo, é a interpretação do Corão e da Hadith (narração da vida e palavras de Maomé).

Os estudantes das madrassas são de famílias pobres e estas escolas acabam por transformar-se em verdadeiras “fábricas de guerrilheiros”. No Paquistão, por exemplo, as madrassas são “financiadas por paquistaneses ricos e muçulmanos devotos e politizados de diversos países do Golfo Pérsico” (Seleções do Reader’s Digest – www.selecoes.pt).

Islão vs. fundamentalismo islâmico

Embora não se possa generalizar, pois como já foi dito anteriormente, o Islão não é o mesmo para todos os muçulmanos o que equivale dizer que, em relação à educação, nem todo o muçulmano ou filhos de muçulmanos estudam nas madrassas ou recebem o mesmo tipo de educação, pelo contrário, muitos deles chegam até sair de seus países e realizarem estudos no Ocidente.

Para os fundamentalistas, as madrassas atendem de modo eficiente os propósitos para os quais vivem e lutam, pois gostam de ver o Corão ser interpretado na íntegra e rejeitam as inovações. Foi justamente a partir da percepção da adulteração do Islão, que surge o fundamentalismo. Isto aconteceu a partir de Al-Wahhab, o qual estudou intensivamente o Corão e a “Hadith” ministrado pelo pai e pelo avô em língua árabe. Este, viajou para Meca, fez grande peregrinação e estudou o direito e a teologia islâmicos. Mas, foi a sua viagem ao Iraque e ao Irão que o impressionou com a adulteração do Islão.

Influenciado pelos escritos de Taqi Al-Din ibn Taymiyyah (1263-1328), Al-Wahhab passa a defender a aplicação do Corão na íntegra, “cujo apelo ia no sentido da rejeição das práticas islâmicas inovadoras, afim de se aplicar somente doutrinas originais do Islão” (COSTA, 2001: 19).

Em meados do século XVIII surgiu, na Arábia Central, o “Movimento Religioso do Islão” criado por Muhammad bin Abd al Wahhab, chamado Wahhabismo e tornou-se a religião oficial da Arábia Saudita. Este movimento, de cunho conservador, acabou por plantar as sementes do fanatismo e alienação islâmica. Acreditava que o Islão estava corrompido e repudiava tudo que estivesse fora da ortodoxia muçulmana.

Observa-se que o fundamentalismo tem raízes profundas, não nasceu de um momento para o outro, mas foi construído a partir dos radicalismos e intolerâncias daqueles que comungam de ideias e formas de vida diferentes. Não

aceitam nada que contraria o Islão e procuram por todos os meios e esforçam-se para que os muçulmanos se voltem para o caminho do Islão. Rejeitam as inovações no Islão e defendem-no na sua forma pura.

De acordo com Helder Santos Costa, “os fundamentalistas islâmicos não são personalidades estranhas à acção política violenta. Muitos são autênticos revolucionários, em termos temperamentais, particularmente quando as suas convicções religiosas estão a ser abaladas por medidas políticas que procuram modernizar e secularizar a sociedade” (COSTA, 2001: 18).

É notório que para um fundamentalista islâmico, o diálogo, consenso ou até mesmo o bom senso, não correspondem a óptica de como ele vê e concebe o mundo. A crença de que é possível dialogar para conceber a paz, parece desaparecer quando se trata de radicais extremistas que não medem e nem temem as consequências para atingirem os seus objectivos. Podemos verificar isto nas palavras do xeque Hassan Al-Banna, que diz o seguinte:

“É da natureza do Islão dominar, não ser dominado, impor a sua lei a todas as Nações e fazer alastrar o seu poder ao planeta inteiro.”

“O punhal, o veneno e o revólver... Estas são as armas do Islão contra os seus inimigos.”

Como se pode observar, as palavras do xeque Hassan Al-Banna demonstram um carácter violento e intolerante diante de quem não comunga do mesmo modo de pensar o Islão. É evidente que esta postura severa quanto à aplicação do Islão se alimenta de um radicalismo extremo para ver ou fazer cumprir aquilo que julga ser correcto. Impõe-se uma verdade absoluta e inquestionável.

Com esta postura radical, o xeque Hassan Al-Banna criou em 1928, no Cairo, Egito, a Al Ikhwan Al-Muslimoon – a Irmandade Muçumana –, a qual nada mais é do que uma organização político-religiosa fundamentalista. A Irmandade Muçumana prega a volta à Shari’ah, que é “um conjunto de regras de conduta” aplicável aos muçulmanos¹. Neste sentido, parte do pressuposto de que somente a “providência divina” é capaz de levar os muçulmanos à felicidade e para isso, o muçulmano deve evitar a democracia e viver em conformidade com a doutrina inspirada por Deus (Shari’ah).

A organização da Irmandade Muçumana encontra-se centrada em três objectivos principais que são: em primeiro lugar, opor-se às “tendências seculares das nações islâmicas”, retornar aos ensinamentos do Corão e rejeição as tendências ocidentais e rejeitam a “corrente mística contemplativa do islão” (Sufi). A Irmandade tem o seguinte lema:

“Alá é o nosso objectivo.

O mensageiro é o nosso líder.

O Corão é a nossa lei.

Jihad é o nosso caminho.

Morrer no caminho de Alá é a nossa maior esperança”².

Para atingir os objectivos pretendidos ou determinados segundo a Irmandade Muçumana, a “palavra de ordem” parece ser a Jihad, que literalmente não significa “Guerra Santa”, mas luta. Mas esta luta não se dá a partir de uma vontade colectiva, mas sim, a partir da vontade individual e pessoal na busca e conquista da fé perfeita. É na busca de se atingir os objectivos da Irmandade, que surgem os seus seguidores, os Mujahidin, os quais são “combatentes” ferozes na luta para ver os seus objectivos realizados.

Na verdade, os fundamentalistas islâmicos são violentos e estão dispostos a tudo, inclusive, a valer-se do terrorismo para colocar em prática os ensinamentos do Corão de acordo com a sua leitura e interpretação do mesmo, bem como, lutar com determinação contra os seus adversários, os quais muitas vezes, nada mais são do que aqueles que não têm a mesma fé ou ainda, não interpreta o Corão da mesma maneira, nem concebe a religião islâmica também, de mesmo modo.

É impressionante, mas parece que basta não ser muçulmano para ser inimigo. Os islamitas radicais não têm a mínima tolerância em relação às outras religiões e, de modo desmedido e sem limites, insitam ao ódio e apontam adversários, mesmo que estes nem sequer saibam que o são. Eles conclamam a “Guerra Santa” e semeiam o ódio e a violência e parece não se importarem com o impacte junto dos seus alvos. Acusam, julgam e decretam a sentença de acordo com a sua visão. Isto pode ser verificado mais uma vez através das palavras de Al-Banna. Ele diz o seguinte:

“Terras muçulmanas foram atropeladas e a sua honra manchada. Adversários seus tomam conta dos seus negócios e os ritos das suas religiões deixam de se estender apenas aos seus próprios domínios, para não falar da sua impotência em espalhar as convocações (abraçar o islão). Deste modo, tornou-se uma obrigação individual, à qual não há escapatória, de cada muçulmano preparar o seu equipamento, decidir-se a participar na jihad, e preparar-se para ela

¹ “A significant part of the Shari’ah tenets consists of rules and principles”, MUSLIM BROTHERHOOD, “The Principles of The Muslim Brotherhood”, <http://www.ikhwanweb.com/Article.asp?ID=813&LevelID=2&SectionID=116> (Acedido em 24.06.2008).

² “Allah is our objective.

The messenger is our leader.

Quran is our law.

Jihad is our way.

Dying in the way of Allah is our highest hope.”, *Muslim Brotherhood Movement*, <http://www.ummah.net/ikhwan/> (Acedido em 25.06.2008).

até que a oportunidade seja oportuna e Deus decrete uma matéria que é certo que será completada...” (http://pt.wikipedia.org/wiki/Irmandade_Isl%C3%A2mica).

Como vemos, as ideias e acções contra o “adversário”, ou “inimigo”, são levadas ao extremo pelos fundamentalistas islâmicos, onde não há limites de nacionalidades quanto ao chamado à aplicação desta interpretação do Corão e das acções que esta mesma interpretação requer para pôr em prática a concepção fundamentalista no mundo para coordenar todos os aspectos da sociedade e “quebrar” o paradigma de Estados laicos.

Hoje, o “inimigo” mais evidente do Islão é o Ocidente. O objectivo de cada fundamentalista é combater o infiel e lutar contra a aculturação feita pelo Ocidente. Para eles, “os costumes ocidentais resultam da perversão. A modernidade é o império de Satã, que utiliza instrumentos sedutores (a música, a bebida, as boas roupas, os automóveis caros, etc.) como uma maneira de conspurcar a pureza dos verdadeiros muçulmanos” (conversasdexaxa4.blogspot.com).

Eles têm como ideal político, a implantação uma “República Islâmica”, de matriz teocrática, que se apresenta como tradução literal da Shari’ah e se encontra inspirada na vontade do Profeta. Pretendem romper com tudo que lhes pareça ocidental inclusive as com as vestimentas femininas, as quais deverão usar o chador ou a burka bem como não deverão receber instrução, nem ser atendidas por médicos homens. O ensino, independentemente do nível escolar, deve dar prioridade ao religioso e as leis comuns devem receber as “regras corânicas” tais como “o açoite ou lapidação para os adúlteros, execuções públicas acompanhadas de chibatadas, etc.” (conversasdexaxa4.blogspot.com).

O fundamentalismo religioso prega e segue a determinação de rejeitar a racionalidade e crê que somente o poder de Deus é capaz de conduzir as pessoas no caminho correcto. Jamais assumem compromissos que afectem a sua crença e “julgam estar na verdade e consideram-se autênticos discípulos religiosos. Em consequência, tratam os outros homens como inimigos” (melhorsobre.blogspot.com).

Os islamitas radicais sacrificam as suas vidas pela sua crença. Estão dispostos a matar aquele que se opõe à sua religião e que não está no “caminho certo.” Abarcam a verdade e dizem ser pecadores todos os homens que não comungam da mesma fê ou religião. Rejeitam e desrespeitam as instituições democráticas, os direitos e valores humanos e procuram impor de modo fanático, às outras pessoas, a sua concepção religiosa, mesmo que para isto tenham que se valer de recursos e métodos violentos.

A forma severa como os fundamentalistas têm conduzido e levado a cabo as suas acções, tem despertado a atenção e a crítica da comunidade internacional em relação a lei islâmica, a qual viola os direitos humanos fundamentais. Pois sem nem uma piedade, eles aplicam a ridda, isto é a pena capital por apostasia, as penas corporais (hudúd) e mantêm três desigualdades, as quais consistem na “superioridade do homem sobre o escravo, do muçulmano sobre o não-muçulmano, do homem sobre a mulher” (www.acidigital.com).

Toda a estrutura do fundamentalismo islâmico está alicerçada numa interpretação severa do Corão e isto tem permitido a prática de acções violentas e o surgimento de organizações terroristas capazes de provocar o medo, a insegurança e a violência no mundo. Como já foi dito anteriormente, o fundamentalismo islâmico rejeita e combate os valores e o modo de vida ocidentais e é no Ocidente que tais organizações terroristas têm o seu inimigo comum.

Actualmente, a organização terrorista que mais está em evidência é a Al-Qaeda (A Base), que foi fundada em 1988 pelo activista radical e fundamentalista Osama bin-Laden e ganhou forte evidência através dos media, a partir de 11 de Setembro de 2001, quando os Estados Unidos sofreram fortes ataques terroristas contra alvos civis, por parte desta organização. O balanço final das vítimas aponta para 3234 mortos e 24 desaparecidos.

A Al-Qaeda tem como inspiração filosófica os escritos de Sayyid Qutb, pensador oriundo da Irmandade Muçulmana, que inspirou a maioria dos movimentos militantes islâmicos no Médio Oriente na actualidade. Através dos seus escritos, ele “defende uma revolução islâmica armada para a sobreposição de todos os regimes não guiados pela lei islâmica, e reitera a expulsão de milícias e empresas ocidentais de todos os países muçulmanos” (http://pt.wikipedia.org/wiki/Al_Qaeda).

A Al-Qaeda procura cumprir todos os princípios acima descritos e tem como objectivo a criação de um califado, um Estado islâmico pautado pelo Corão e, ainda, pretende a conversão do mundo ao islamismo. Esta organização islâmica é internacional e tem uma cadeia de comando organizada do seguinte modo: Bin-Laden é o emir, eleito pelo “conselho shura”, depois, surgem os comités, o comité militar, o comité de negócios e dinheiro, o comité legislativo e o comité de estudos islâmicos/fatwah. Cada um desses comités tem atribuições e responsabilidades específicas.

Actualmente, não é possível afirmar se a Al-Qaeda mantém esta mesma estrutura organizacional, pois no momento isto é desconhecido. Mas sabe-se que ela possui células “colaborativas e independentes”, que tem o propósito de diminuir a influência não-islâmica sobre os assuntos islâmicos e que países ocidentais continuam a ser alvos da Al-Qaeda, como afirmou o número dois desta rede terrorista, Ayman Al Zawahiri, em 22 de Abril de 2008, segundo a Folha Online:

“Acreditamos que qualquer país que participou da agressão contra os muçulmanos deve ser castigado.”

3. Os fundamentalistas islâmicos e o Ocidente

O Ocidente continua a ser alvo dos terroristas e os ataques por estes cometidos parecem não cessar, mesmo que metade das vítimas seja dos seus países. Conforme O Globo Online, que divulgou os resultados do Centro Nacional Contra o Terrorismo dos Estados Unidos, os ataques terroristas entre os anos de 2006 e 2007, foram num total de 14.570 em 2006 e

14.499 em 2007. Embora tenha reduzido o número de ataques em 2007, o número de vítimas fatais foi superior ao ano anterior. Em 2006, foram 20.872 vítimas fatais contra 22.685, em 2007. Nestes ataques incluem-se civis, crianças e mais de 50% de muçulmanos.

Ao analisarmos a Al-Qaeda, percebemos que a mesma possui uma estrutura descentralizada e que o perigo não vem de um único inimigo, pois ela possui células colaborativas que estão espalhadas pelo mundo e que têm inimigo em comum e uma forte componente ideológica. Como disse Omar Bakri Mohammed, líder do “Londonistão” e teórico da Al-Qaeda na Europa, em Abril de 2004 à revista Pública,

“A Al-Qaeda é por natureza uma entidade invisível, não é um Estado, por isso não pode dialogar com um Estado. O seu projecto é derrubar os governos corruptos dos países muçulmanos, substituí-los por governos islâmicos e reconstituir o califado.”

Como disse o mesmo líder terrorista, a Al-Qaeda “é uma lenda” e os seus seguidores cumprem fielmente as regras por ela estabelecidas. Nestas regras inclui o facto de, se um terrorista está instalado num país e sob a protecção deste, não pode preparar nenhum ataque terrorista sobre o mesmo, pois existe um “pacto de segurança”. O que não vale para muitas células, as quais têm missão suicidas e nem sempre respeitam a integridade do país onde se encontram a viver, pois muitos deles são “free-lancers” e discordam do “pacto de segurança.”

Para estas células, as pessoas são recrutadas e ficam em “células adormecidas”, comportam-se normalmente e ficam à espera de uma missão, que é apenas uma, pois são todas suicidas, o que impossibilita a polícia infiltrar-se na organização. Cada célula tem um orçamento, mas muitos “free-lancers” conseguem o dinheiro para os ataques através da falsificação de cartões de crédito, de passaportes e tráfico.

A Europa também se encontra na zona de risco e alvo dos terroristas da Al-Qaeda. Isto é tanto mais relevante pela proximidade de algumas regiões europeias com o Médio Oriente como por exemplo, o Sul da Europa e os Balcãs, cujas fronteiras são permeáveis. De acordo com nota do Correio do Brasil, “a melhora da segurança interna dos Estados Unidos ‘aumentou o risco de que a Europa se torne um objetivo direto’ segundo o IISS” – Instituto Internacional de Estudos Estratégicos.

É visível a oposição entre a ideologia ocidental e a ideologia fundamentalista islâmica e segundo Hobsbawm, “a globalização da ‘guerra contra o terror’ desde Setembro de 2001 e a revitalização da intervenção armada estrangeira por parte de uma grande potência, denunciando formalmente em 2002 as (até agora) aceites regras e convenções do conflito internacional, transformou a situação para pior” (HOBSBAWM, 2008: 124).

Neste contexto de violência e oposição ideológica, onde parece não haver respeito para com as diferenças religiosas e culturais e o mundo caminha a passos largos para um abismo em que, se não houver medidas preventivas e imediatas, a humanidade poderá vir a estar mergulhada, numa confusão e sofrimento jamais vistos. Trata-se de dois lados e dois abismos, onde de um lado está o Ocidente e do outro os radicais fundamentalistas islâmicos. Mas quem tem razão? Será que há um “santo” nesta história? Ao que parece, nenhum tem razão e há ausência de bom senso de ambos os lados e também não parece haver “santo”, mas leões a quererem apanhar a sua “presa.”

Hoje, há muitas informações a respeito desse assunto, mas indubitavelmente, há pouca reflexão e crítica a respeito do mesmo. Parece que ainda, para muitas pessoas, este assunto é alheio a ela ou ao país em que vive e que isto é “coisa” apenas dos Estados Unidos. Ao que parece, o ocidental não identificou-se como parte integrante do Ocidente. Talvez, motivado pelo apelo cada vez maior pelo ter, pelo produzir, deixou de lado e esqueceu-se de que é necessário ver o mundo não a partir de uma óptica individualista, mas colectiva e mais além de uma concepção meramente economicista.

No Ocidente, o desenvolvimento económico debilitou substancialmente a religião, enquanto que no mundo islâmico a economia, a política e a cultura estão vinculados à consciência religiosa como unidade indissolúvel. No Ocidente, o valor e a importância do sagrado parecem ter enfraquecido frente ao desenvolvimento económico, científico e tecnológico, enquanto que, para o muçulmano, a defesa daquilo que ele julga sagrado, torna-se no reflexo dos ensinamentos de Maomé, na lei inviolável e intolerante a quem a rejeita ou não a reconhece.

Vivemos, neste início de século XXI, um dilema entre estas duas ideologias, onde cada uma representa a sua verdade e quer impor-se de qualquer maneira. Estabelece-se uma relação truncada num mundo interligado e interdependente. “Parecem também reflectir uma crise nos sistemas tradicionais de autoridade, hegemonia e legitimidade no Ocidente, bem como a sua derrocada no Oriente e no Sul, juntamente com uma crise nos movimentos tradicionais que afirmavam oferecer uma alternativa aos sistemas em vigor” (HOBSBAWM, 2008: 126).

Dilacera-se a esperança de um porvir movido pela consensualidade. Isto porque também trata-se, para além de uma questão religiosa, de uma disputa de poder e domínio económico e cultural de um sobre o outro.

Chegou o momento em que o Ocidente, para continuar a realizar as suas conquistas e avanços económicos, científicos e tecnológicos e, concomitantemente, poder olhar para um futuro de realizações, tem que olhar também para o mundo islâmico, do qual depende em boa medida a continuidade de seu progresso, pois é nesse mesmo mundo islâmico que encontra-se a matéria-prima propulsora e necessária da “desenvolvida” civilização ocidental. Lá encontra-se o petróleo.

Ironicamente, no momento em que o Ocidente está interligado em rede, onde as informações fluem facilmente e com muita rapidez, ainda não pode dizer que consegue controlar totalmente, as informações e garantir total segurança aos seus cidadãos. O exemplo disso, foram os atentados de 11 de Setembro de 2001, onde terroristas fundamentalistas destruíram os símbolos do capitalismo da maior potência económica mundial e mostraram que o Ocidente também há fragilidades.

O Ocidente fala, divulga e advoga o ideal de igualdade mas, ao mesmo tempo, não parece respeitar o direito de ser e querer ser diferente quando trata-se de áreas de interesses económicos e procura, a qualquer custo, impor a sua cultura e o seu modo de vida, como sendo correctos. Por outro lado, a “diferença” reage e através de sua verdade religiosa e radical, também quer se impor no mundo e transformar a humanidade em seguidora de sua fé. É na verdade, um combate ideológico que infelizmente, não tem ficado apenas no plano das ideias e tem causado o medo, o terror e a morte de muitos de seres humanos.

Será que não estamos tratando de dois fundamentalismos? É necessário que façamos uma reflexão diante de tal situação, pois se o Ocidente é o inimigo do Islão, temos o dever de reflectir sobre as causas dessa intolerância para com o Ocidente a fim de evitar consequências mais trágicas do que aquelas em que a humanidade já foi vítima. Não trata-se meramente de encontrar o responsável, mas de racionalizar a situação no sentido de encontrarmos as causas reais e evitar uma possível catástrofe.

O que não se pode negar é que há um impasse entre Ocidente e o fundamentalismo islâmico. Trata-se de duas ideologias divergentes, onde cada uma busca as suas razões e para isto, muitas vezes, não medem as consequências. A lei islâmica é acusada pelos ocidentais de provocar o atraso económico e social no mundo islâmico, porém eles não querem o modelo capitalista e rejeitam as democracias ocidentais.

De acordo com Pier Giovanini Donini, “a experiência levada a cabo pela revolução islâmica no Irão propunha-se demonstrar que existe uma via islâmica para o desenvolvimento económico diferente quer da via do capitalismo, quer da via do socialismo; um dos slogans que tiveram maior sucesso durante e após a revolução dizia o seguinte: ‘Nem Ocidente, nem Oriente: apenas Islão’” (DONINI, 2008: 215).

Não restam dúvidas de que o mundo islâmico rejeita os valores ocidentais e está disposto a levar a sua cultura e a sua religião ao Ocidente, partindo do pressuposto de que ele está correcto quanto ao seu modo de vida, pois segue e cumpre os ensinamentos do Profeta e do Corão, aos quais é fiel e está disposto a tudo para fazer cumprir o que diz o Livro Sagrado.

Diante de tudo isto observam-se ameaças quase constantes dos fundamentalistas islâmicos ao Ocidente e, por vezes, o confronto sangrento e directo. Porém, uma guerra não será capaz de resolver este choque ideológico e civilizacional. Isto vale para ambos os lados, ou seja, tanto para os ocidentais quanto para os fundamentalistas islâmicos.

A guerra “contra o terror” será suficiente para fazer voltar a paz e a segurança ao Ocidente? Ao que parece não, pois se analisarmos desde o princípio, conseguimos perceber que esta “guerra contra o terror”, tem, também, um outro objectivo e como diz Eric Hobsbawm, os perigos desta guerra “não vêm dos bombistas suicidas muçulmanos”. E ainda, de acordo com o autor, os Estados Unidos inventaram um inimigo para legitimarem “a expansão e uso do seu poder global” (HOBSBAWM, 2008: 126).

Isto tem ocorrido através da “máxima publicidade” após o 11 de Setembro de 2001 e tem promovido cada vez mais o medo e a insegurança que assolam a população ocidental e tem servido de manipulação ideológica na conquista de apoios à guerra, a qual não será suficiente para pôr fim aos terroristas islâmicos, pois mesmo que morram todos os líderes do fundamentalismo islâmicos, este continuará a existir e se sobreviver um único muçulmano que comunga desta ideologia, ela reerguer-se-á.

Uma guerra para destruir o terror tende somente a agravar a situação e até levar a um conflito generalizado. Pois, ao que parece, quem está a favor de um, está contra o outro e é visto como inimigo mortal e isto vale para ambas as partes, as quais não sabem ou não querem respeitar as diferentes posições ou o não envolvimento neste conflito.

A proporção que uma guerra desta natureza pode tomar pode ser incalculável, uma vez que os muçulmanos estão espalhados pelo mundo e, muitas vezes, são até de nacionalidades ocidentais. Esta questão exige várias perguntas e a reformulação da maneira como lidar com a situação. Como esboçámos acima, não existe um único Islão, mas vários e com várias concepções diferentes. O povo muçulmano não está restrito a um único espaço geográfico. Então, a guerra contra o terror será contra qual Islão? Contra qual muçulmano? Todos os muçulmanos serão mortos?

Provavelmente há quem responda rapidamente a estas três questões com uma única palavra: fundamentalistas. Ou seja, o interlocutor responderia que somente contra o Islão fundamentalista e os seus seguidores se faria a guerra e somente estes seriam mortos. Mas como identificar o Islão e todos os seus seguidores? Esta constitui a tarefa mais difícil e praticamente impossível, mas isto poucos ou ninguém que comanda as operações de ataque contra o Islão, nos dizem.

Como escreve Maxime Rodinson, “os muçulmanos têm imagens diferentes do Islão de acordo com as camadas, categorias ou classes sociais às quais pertencem, de acordo com o tipo de educação que receberam, a tendência à qual aderem e mesmo de acordo com o seu carácter individual” (RODINSON, 1997: 208).

Uma guerra diante de tais dificuldades em localizar o “inimigo” provocaria uma perseguição racista e teria que acabar com todos os muçulmanos existentes na face da Terra; junto com estes, muitos não-muçulmanos também morreriam, pois os ataques contra o terror seriam generalizados e o mundo seria alvo de mais uma carnificina que, provavelmente, seria pior do que a II Guerra Mundial.

O mundo entraria em colapso diante de uma violência generalizada e impiedosa. Isto lembra uma história bíblica quando Herodes manda matar todas as crianças que tinham a mesma idade de Jesus, como meio de não haver escapatória para o Messias. Aí estaria marcado o retorno da Lei de Talião, “Olho por Olho, Dente por Dente”, pois o outro lado reagiria de mesma maneira.

Este impasse entre o Ocidente e os fundamentalistas islâmicos só será ultrapassado mediante medidas pacíficas e através do diálogo, mas este parece estar bem distante. Por um lado, os terroristas não aceitam o diálogo sob a alegação de

que não são um Estado e, portanto, não dialogam com Estado nenhum e isto só será possível quando eles conseguirem cumprir com o objectivo de restaurar ou formar um califado, tornando-se um Estado islâmico. Também não sabemos até que ponto o Ocidente está disposto a este diálogo.

Cumpra-se a tarefa eminente de respeito mútuo entre as duas partes. Cada uma delas tem como tarefa o respeito e a aceitação da cultura, do modo de vida e de tudo aquilo que distingue os povos envolvidos neste contexto de rivalidades. Isto talvez pusesse fim às concepções que defendem que o Ocidente quer somente o domínio onde tem interesses geo-estratégicos, estando então os muçulmanos livres para seguir o caminho que julgam ser o mais correcto.

Sem a vontade do diálogo não é possível paz e cada vez mais vamos defrontando com um mundo que nos parece bipolar. As missões de paz parece que não são suficientes para aplacar a fúria dos extremistas e pôr fim a uma luta sangrenta que tem tirado milhões de vidas inocentes.

Hoje, o terror não tem fronteiras, está internacionalizado e “possui uma lógica essencialmente inversa, enquanto tornou-se extremamente complexo, usando as armas, instituições e recursos do inimigo para proveito próprio: armas de destruição em massa, sistema financeiro internacional, noções de julgamento justo e direitos humanos, liberdade de ir e vir, entre outras; por outro lado também tornou-se irracional e desequilibrado. Hoje, o objetivo do terrorismo internacional, que cada vez torna-se mais uniforme, é a destruição completa do ocidente e dos valores e instituições nele inseridos” (Ratio Pro Libertas – www.rplib.com.br).

As várias facções terroristas parecem estar interligadas. Se hoje não há provas exactas quanto a isto, este facto também não se pode negar. Basta analisarmos a realidade para percebermos que ela têm um inimigo em comum, isto é, o capitalismo e o Governo norte-americano. Estes dois pontos, capitalismo e Governo norte-americano, podem ser simplificados por Ocidente.

Uma outra questão que deve ser posta em evidência. Hoje em dia, o terrorismo não pode ser interpretado como o foi ao longo das décadas de Setenta e Oitenta do século XX, ou seja, eram considerados terroristas os grupos de extrema esquerda como “as Brigadas Vermelhas italianas, o Exército Vermelho alemão e vários grupos latino-americanos” (<http://usinfo.state.gov>). Hoje, os terroristas têm uma nova postura que se distingue do passado e parecem ser mais agressivos e violentos e contam com os meios de comunicação e a tecnologia a disposição.

Não podemos crer que é impossível pôr fim ao descalabro que parece querer assombrar o mundo. Antes de sermos ocidentais ou islamitas somos seres humanos e não podemos estar à mercê das decisões que, muitas vezes, são tomadas a partir de ambições desmedidas de potências ocidentais e outras, por terroristas extremistas que querem fazer valer, através da força, a sua fé e o modo de vida que escolheram e aplicá-los ao mundo, como se fossem, eles também, os enviados de Deus para salvar os hereges.

Para o senso comum, o terrorismo remete-se somente aos Estados Unidos. Aí encontra-se uma falha muito grande de capacidade de análise, onde a pessoa individualiza o problema e não identifica este num plano maior, no qual ela também está inserida. Esse plano é o mundo ocidental ou islâmico.

Na perspectiva dos individualismos vai-se definindo uma postura, também ela individualista e alheia a toda a problemática em que estamos envolvidos, onde ninguém está isento das consequências que poderá sofrer no futuro.

Neste momento, ignorar os factos ou simplesmente optar por um dos lados sem reflectir, pode ser um erro incorrigível. É o momento de olharmos o mundo com mais atenção e repudiar aquilo que fere o direito à livre escolha e à manutenção dos costumes e cultura de cada povo. Isto não vale somente em relação ao ocidente.

O Ocidente condena vários aspectos do Islão como, por exemplo, a poligamia, mas na prática, e embora a lei proíba, ela existe entre nós. Não cabe ditar regras, mas exercer o bom senso em relação aos costumes e tradições alheias, as quais podem ser inaceitáveis de acordo com o modo de vida ocidental, mas coerente e legítima para o muçulmano que vive na tradição do Islão.

Segundo Maxime Rodinson, “o mesmo indivíduo pode obedecer a critérios de juízo ético muito diversos, segundo os domínios, ou segundo os períodos da sua vida. Mas a legitimação pela tradição muçulmana raramente é abandonada e ainda mais raramente contestada” (RODINSON, 1997: 168).

Fica clara, portanto, a necessidade do respeito em relação à escolha que cada indivíduo tem o direito de fazer. Isto revela a prioridade em aceitar as escolhas que nem sempre são as mesmas em todo o mundo e se, o indivíduo tem o direito de viver segundo as leis do Islão, ele também não pode ser intolerante com os valores ocidentais tais como a democracia e o multiculturalismo, entre tantas outras.

Em certas ocasiões, a ideologia ou o modo de vida que parece aprisionar e ser desumano, pode representar mais do que uma opção, e ser a esperança em algo mais grandioso e capaz de promover o progresso e a felicidade humana. O direito de fazer a opção ou seguir uma tradição, é legítimo e, ao mesmo tempo, é ilegítimo usar o critério da imposição e da verdade absoluta para ver aceite uma opção e uma tradição de escolha individual.

As barreiras intransponíveis que se colocam no tocante às negociações de paz e ao fim das rivalidades entre o Ocidente e os fundamentalistas islâmicos, cabe referir que as mesmas passam pela falta de coerência quando da tentativa de cada uma das partes tentar fazer valer a sua ambição e vontade, as quais são ilegítimas se partirmos do ponto de vista de que cada indivíduo constitui a sua cidadania a partir do cumprimento da lei, a qual lhe garante o direito à liberdade até onde não ferir a liberdade e o direito do outro.

As ameaças que povoam o mundo são causadoras da dor provocada pelo medo do terror. Mas será que este medo só está presente no Ocidente? Praticamente ninguém fala do medo e da dor que pessoas de países muçulmanos têm vivido. Eles

também vivem o terror e, mais do que os ocidentais, têm sentido de modo mais constante o medo, o horror e a dor de perder a sua casa, os seus entes queridos. Sem dúvidas, são as principais vítimas do terror, quer sejam islamitas, quer sejam ocidentais.

Diante de tudo isto, talvez tenhamos que voltar, pelo menos nós ocidentais, à prática de alguns valores cristãos, ou seja, à humildade, à capacidade de compreensão, à serenidade e ao amor. Somente valores humanitários e pacíficos serão capazes de fechar este ciclo de violência e estabelecer a harmonia, onde todos possamos viver sem o medo da destruição e a garantia de podermos vislumbrar um futuro menos incerto e a confiança de um porvir que não mata, mas permite planear e lutar por uma vida melhor.

4. Considerações finais

Após o 11 de Setembro de 2001, quando os Estados Unidos sofreram os ataques terroristas, o mundo ficou chocado e passou a falar mais claramente sobre terrorismo e fundamentalismo islâmico. Os meios de comunicação de massa, disponibilizaram e disponibilizam uma série de informações em torno do assunto, o qual tornou-se uma séria problemática dos tempos actuais, mais o que pouco se vê é uma análise contundente sobre a questão que muitas vezes não sai do campo do senso comum e dos “achismos.”

Estamos diante de factos que não só nos assustam, mas também parecem comprometer a civilização em que vivemos, cabe neste momento, analisar e debruçar-se sobre a necessidade de uma ruptura “radical” com a concepção de mundo que nos é posta e procurar com firmeza e requinte de carácter uma postura mais coerente perante culturas, religiões, costumes e modos de vida diferentes e assim, garantir o direito a vida a que todos nós seres humanos temos, independentemente de raça, de nacionalidade ou de religião.

É impossível pensar um mundo próspero e civilizado quando ainda se faz a guerra por religião e duas correntes de pensamento, ocidental e fundamentalista islâmica, se defrontam de modo bárbaro e promovem o medo, o sofrimento, a dor e a morte além da insegurança e insurgimento cada vez maior do perigo de uma guerra sem fim que ronda o nosso mundo que já viu tanto “banho de sangue.”

Não é e nunca foi o momento de o Ocidente e os fundamentalistas pedirem clemência um ao outro, porque isso não é necessário, o que se torna imprescindível é uma abertura para o diálogo, pois a impossibilidade de dialogar tem sido um entrave a negociações que poderiam dar um outro rumo a este confronto civilizacional.

A radicalização violenta por parte dos fundamentalistas já fez milhares de mortos em todo mundo. Mas o Ocidente não sai isento desta responsabilidade porque pode não ter acções literalmente terroristas, porém através de retaliações tem contribuído de modo significativo neste contexto de violência e tentativa de impor o seu modo de vida a povos que o rejeitam porque têm uma tradição que parece estar acima de tudo e nela querem continuar.

A democracia, a liberdade religiosa, o sentido de igualdade de género e tantos outros, são bons e essenciais para nós, ocidentais, mas isto não tem o mesmo significado para uma cultura como a muçulmana. A própria democracia, que nós tanto apreciamos, às vezes torna-se difícil pô-la em prática quando discordam de nós, parece esquecemos o direito que o outro tem de ser diferente.

Para os seguidores convictos do Corão, o modo de vida e valores ocidentais são inconcebíveis e impraticáveis. A própria lei está fundamentada e sedimentada em princípios religiosos rígidos, os quais garantem a salvação eterna e justificam a prática de acções violenta em nome de Alá. Isto, pelo menos, o Ocidente já sentiu na pele, ao vivenciar, através de diversos atentados, o quanto os fundamentalistas islâmicos levam a sério as suas convicções.

Esta é a forma de os fundamentalistas lutarem contra as injustiças no mundo e para tanto valem-se de organizações terroristas como a Al-Qaeda, assim como de várias células espalhadas no planeta. Na forma como concebemos o mundo e a justiça, isto não se justifica, pois trata-se de uma postura radical e extremista capaz de tirar vidas, mas agir da mesma maneira é que compromete cada vez mais a possibilidade da paz.

Hoje, não podemos saber, com exatidão, qual é o muçulmano fundamentalista ou não, eles estão espalhados pelo mundo, e não temos o direito de os perseguir, pois “quantificar é sempre difícil, um belo diagrama de barras que nos diga com clareza quantos são os muçulmanos moderados e quantos são os extremistas, quanto os rigoristas e quantos são capazes de beber um copo de vinho ou de serveja sem sentirem culpados, ainda não está disponível, mas toda a gente vê, e há muito tempo, que o extremismo e o terrorismo denominados islâmico causaram mais vítimas no interior do ‘Islão’ do que no exterior” (DONINI, 2008: 225).

Vivemos um mundo de incertezas e de insegurança frente ao terror, mas isto não equivale à perseguição a um povo: “o melhor a fazer seria tentar perceber, não alterar o comportamento hostil com bombas inteligentes” (DONINI, 2008: 225).

Talvez as próprias bombas inteligentes sejam um símbolo do poderio ocidental e não só americano. Não podemos nos furtar do facto de que o Ocidente também é sedento de poder e tem interesses estratégicos poderosos no Médio Oriente. É das reservas petrolíferas desta parte do mundo que o capital ocidental necessita para se manter, avançar e impor o seu domínio. Portanto, não podemos ver a questão somente de um lado. Há necessidade de uma análise profunda e capaz de chegar à origem do desentendimento entre os fundamentalistas islâmicos e o Ocidente. Não podemos ser cegos diante dos factos pois, ao que parece, o Ocidente tem uma parcela de responsabilidade significativa nesta história.

Não vale a pena apenas procurar responsáveis, pois estamos diante de uma situação em que os dois lados reclamam ser as vítimas inocentes e ambos querem impor o seu modo de vida, a sua cultura e, ainda, regenerar o mundo de maneira que

todos os seres humanos sigam pelo caminho do bem. Na verdade, entre o Ocidente e os fundamentalistas islâmicos há um impasse quando deveria haver o diálogo, condição básica para o consenso e estabelecimento da paz.

6. BIBLIOGRAFIA

6.1. Fontes bibliográficas

- BURGAT, F. (1999). *Islamismo Aí ao Lado?*. Lisboa: Instituto Piaget, trad. do francês por Ana Rabaça.
- CORLETT, J. A. (2003). *Terrorism. A Philosophical Analysis*. Dordrecht-Boston-Londres: Kluwer Academic Publishers.
- COSTA, H. dos S. (2001). *O Revivalismo Islâmico*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Centro de Estudos Islâmicos da Universidade Técnica de Lisboa.
- DONINI, P. G. (2008). *O Mundo Islâmico. Do Século XVI à Actualidade*. Lisboa: Editorial Presença, trad. do italiano por Maria Jorge Vilar de Figueiredo.
- FELDMAN, N. (2008). *The Fall and Rise of the Islamic State*. Princeton-Nova Iorque: Princeton University Press.
- HOBSBAWM, E. (2008). *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Lisboa: Editorial Presença, trad. do inglês por Miguel Romeira.
- HUNTINGTON, S. (2001). *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. 2.^a ed., Lisboa: Gradiva, trad. do inglês por Henrique M. Lajes Ribeiro.
- MOHAMMED, O. B. (2004). “O Terror é a Linguagem do Século XXI”, Pública.
- RODINSON, M. (1997). *O Islão Político e Crença*. Lisboa: Instituto Piaget, trad. do francês por Vasco Casimiro.

6.2. Sítios web com interesse geral

- AC DIGITAL (2008). O Islã. <http://www.acidigital.com/> (Consultado na Internet em 05 de Julho de 2008).
- AL-IKHWAN AL-MUSLIMOON [Irmandade Muçulmana] (2008). “The Principles of The Muslim Brotherhood”, <http://www.ikhwanweb.com/Article.asp?ID=813&LevellID=2&SectionID=116>.
- CONVERSAS DE XAXA (2008). A Política do Fundamentalismo Islâmico (Fundamentalismo Islâmico). <http://www.conversasdexaxa4.blogspot.com/> (Consultado na Internet em 05 de Julho de 2008)
- DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA (2008). Combate a Mentalidade Terrorista. (<http://usinfo.state.gov>). (Consultado na Internet em 07 de Julho de 2008)
- CORREIO do BRASIL. www.correiodobrasil.com.br (Consultado na Internet em 07 de Julho de 2008)
- FOLHA – ONLINE (2008). Países ocidentais ainda são alvo da Al Qaeda, diz número dois da rede. www.folha.com.br
- INSTITUTO DA CULTURA ÁRABE (2008). <http://www.icarabe.org/> (Consultado na Internet em 24 de Agosto de 2008)
- LIBANOSHOW.COM (2008). Portal da Cultura Árabe. www.libanoshow.com (Consultado na Internet em 15 de Agosto de 2008)
- JOSEPH. J. M. (2007). Islamismo: Fundamentalismo Islâmico. www.melhorsobre.blogspot.com (Consultado na Internet em 27 de Outubro de 2008)
- O GLOBO ONLINE (2008). <http://oglobo.globo.com> (Consultado na Internet em 25 de Julho de 2008) RATIO PRO
- LIBERTAS (2008). www.rplib.com.br (Consultado na Internet em 25 de Julho de 2008)
- GOLDEBERG J (2008). Como se faz um terrorista. www.seleccoos.pt (Consultado na Internet em 14 de Novembro de 2008)
- TERRA – EDUCAÇÃO (2008). O Islamismo. <http://educaterra.terra.com.br> (Consultado na Internet em 28 de Julho de 2008)
- WIKIPEDIA (2008). Al Qaeda. <http://www.wikipedia.org/> (Consultado na Internet em 20 de Agosto de 2008)
- WIKIPEDIA (2008). Islamismo. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Islamismo> Consultado na Internet em 20 de Agosto de 2008)
- WIKIPEDIA (2008). Irmandade Islâmica. http://pt.wikipedia.org/wiki/irmandade_Isl%C3%A2mico (Consultado na Internet em 20 de Agosto de 2008)

“Negócios e trapaças: O lucrativo comércio marítimo ilícito de africanos no município de Macaé (1830-1860)”

Josane Rodrigues Boechat. Aluna da Pós-graduação do Mestrado em História Social da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO/Niterói
sofista@terra.com.br

Resumo: A pesquisa propõe estudo acerca do tráfico ilegal e suas implicações na primeira metade do século XIX, no município de Macaé. Chama a atenção para os navios que atuavam nessa atividade ilegal, que foram autuados no tráfico de contrabando de africanos negros boçais vindos da África.

Assim, a pesquisa propõe averiguar a prática do tráfico ilegal da cidade de Macaé, a rota do tráfico ilegal, do contrabando e pirataria de africanos, na influência da economia do comércio negreiro com a província, a incidência com o que ocorria o desembarque de contrabando

de negros africanos no território da província, dos traficantes residentes na província ou imediações, as apreensões feitas na costa do município, seja por navios da polícia da marinha brasileira ou inglesa, como, quantos navios e quem dos traficantes foram apreendidos como suspeitos por contrabando e pirataria. Os desembarques clandestinos se processam nos portos, nas praias desertas, com a colaboração muitas vezes da população litorânea.

Interessa, também, nesse estudo dar conta dos sujeitos envolvidos nessa prática ilegal, na região do município de Macaé. Vários foram os barcos suspeitos de tráfico, contrabando e pirataria nas imediações da cidade de Macaé como o navio brigue escuna Tentativa e o iate Rolha e da Garoupeira Santo Antonio Brilhante, de tantos outros foram apresados e removidos em depósito para a Casa de Correção da Corte para inquérito e responder ao processo-crime de tráfico, contrabando e pirataria.

Palavras-chave: tráfico. Escravidão. Escravos

A comunicação tem por objetivo demonstrar pela análise do período do comércio ilegal de africanos vindos através do Atlântico para o Brasil.

O trabalho ainda não está concluído estando em fase de construção, mas desvela desde já um complexo sistema legal onde processava uma emaranhada rede. Implicava numa sociedade conivente, por um país agro-exportador expressamente representado por uma demanda de mão-de-obra escravista. A tudo isso, somava-se ao comércio, através do contrabando de africanos. A partir fim do tráfico legal pelas Leis de 1831¹ (BETHELL, 1976, p.76) e 1850² impedindo sua negociação livre dificultando seu trânsito, portanto implicando a um comércio ilegal.

Assim, o nascente país que despontava Brasil, mantido por uma economia escravista dependente, já com uma permanência de quase 300 anos, passa a sofrer sanções por parte das autoridades brasileiras também pela política inglesa que interpõe de modo abrangente dificultando o comércio transatlântico.

A essa dificuldade somam-se acordos Brasil – Inglaterra regida por decretos, artigos e leis fundamentando aos ingleses e brasileiros a levar a cabo e por fim ao comércio transatlântico de escravos feito, a partir dos apresamentos de navios que comercializavam com a Costa d'África, carga humana.

Deste modo, o Brasil torna grande provedor no contrabando de africanos, que são embarcados e trazidos da Costa d'África sendo então, desembarcados muito deles nas praias desertas e afastadas ao longo do litoral brasileiro em cidades litorâneas implicadas na manutenção do tráfico e ao abastecimento não só do próprio local do ocorrido desembarque dos africanos, mas também no intercâmbio do comércio interno do país.

Com isso, os navios negreiros que faziam o tráfico com a África levando na ida para o continente negro, produtos brasileiros como cachaça, fumo, cacau, e tantos outros artigos, sua volta ao continente brasileiro era abastecido por um carregamento de africanos para manutenção da escravidão.

Assim, o processo-crime do Iate Rolha e da Garoupeira Santo Antonio Brilhante com a apreensão por contrabando, tráfico e pirataria de africanos negros é o tema de estudo e propõe acerca do tráfico ilegal e suas implicações na primeira metade do século XIX, no município de Macaé.

A rota do tráfico ilegal, do contrabando e pirataria de africanos, na influência da economia do comércio negreiro com a província, a incidência com o que ocorria o desembarque de contrabando de negros africanos no território da província, dos traficantes residentes na província ou imediações, as apreensões feitas na costa do município. Os desembarques clandestinos se processam nos portos, nas praias desertas, com a colaboração muitas vezes da população litorânea.

Tem por sua estrutura uma divisão que se apresenta por Ofícios do escrivão, na nomeação por este mesmo receber impedimento para fazer parte do processo como também da designação do Dr. Auditor Geral da Marinha encarregado de fazer junto a Comissão, a Corte, o Ministério dos Negócios e da Justiça, a Marinha de Guerra Imperial³.

Sendo assim, dá-se prosseguimento ao processo a partir de ofícios por meio do escrivão determinado e de despachos de Avisos feitos em Cartórios, tudo por ordem do Dr. Auditor Geral. As intimações e de comparecimentos para auto de perguntas mais diligências. Devidas Cartas Ofícios são outro meio de se fazer à mediação e deferência do caso em questão. Não só de relatórios são deferidos as questões, mas no ato de remoções e de transferências como também o ato de se fazer um relatório constando de uma lista ou rol, perfazendo uma relação dos africanos apreendidos constando o mesmo de vários itens na apresentação e reconhecimento, na distinção dos africanos, seja por marcas ou mesmo de sua etnia até mesmo pela sua idade e sexo. A relação é feita constando às referências que possibilitam o reconhecimento e o registro dos africanos apreendidos. A relação é utilizada na transferência dos africanos quando em depósito das instituições públicas ou privadas, e no reconhecimento dos africanos, como é anexado um resumo da lista ou rol de africanos.

A transferência em depósito tanto dos africanos quanto a tripulação é mais outro apêndice que consta dos processos no tramite do mesmo para que este possa ser transparente, evidente e específico para o entendimento daqueles que o venha lê-lo. A Casa de Correção emite um ofício do montante recebido em depósito, incorporado ao processo, dirigido ao Doutor Auditor Geral da Marinha.

¹ Diogo Antonio Feijó, padre liberal, responsável pela aprovação do projeto de Barbacena, (com algumas emendas) tornando lei em 7 de novembro de 1831. Feita em obediência a um compromisso do Brasil com a Inglaterra a fim de extinguir o tráfico de escravos, libertava os africanos chegados ao Brasil após sua assinatura.

² Lei nº. 581, de 4 de setembro de 1850 – Lei Eusébio de Queirós - Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Em 4 de setembro de 1850 foi sancionada a lei que, depois de uma sucessão de medidas inócuas, determinou o fim do tráfico de escravos no Brasil. A lei tomou o nome de seu proponente, o então ministro da Justiça Eusébio de Queirós.

³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ).

As juntadas são cartas ofícios, citando avisos, relatórios ou mesmo referências atualizando e acrescentando ao processo fatos ocorridos a que venha esclarecer ao processo-crime. Acrescenta algum novo episódio, evento ou uma passagem, engrossando o processo-crime.

Os ofícios de aviso são cartas referidas de uma instituição ou repartição a outra na qualidade de esclarecer ou incorporar com fatos que serão incorporados no decurso do processo-crime como sendo mais um fator de justificar ou então de reafirmar o ato cometido.

Além desses tópicos da estrutura do processo como item, temos o inquérito de perguntas e diligências que são feitas à tripulação, mestres e passageiros da embarcação apreendida e também a tripulação do navio apresador como de testemunhas sem deixar de mencionar os próprios africanos.

A lista de objetos é mais um recurso do processo. Listando e descrevendo os itens encontrados a bordo da embarcação apresadas, demonstra nos artigos arrolados a justificativa da certeza da apreensão do navio.

Diligências de perguntas e respostas são argumentos ou mais, para formalizar o crime de contrabando, tráfico e pirataria de africanos novos. São alegações, inquirindo, aos envolvidos, aqueles que se encontravam no momento da apreensão da embarcação estando a bordo ou não; caracteriza-se por indagações a cerca da investigação; com intenção de provar o crime ou refutar o mesmo.

Passa-se então, a serem feitos inquirições a testemunhas as quais podem ser a tripulação e passageiros das embarcações apresadas e também do navio apresador na qualidade de poder fazer um acareamento das respostas dadas por ambas as testemunhas. Assim, se ouve tantas quantas testemunhas forem necessárias para se ter uma visibilidade geral das respostas e poder fundamentar as questões e se chegar então a uma conclusão.

O auto de inventário judicial, arrecadação e depósito dos pertences do iate feito na presença de um membro da tripulação e mais testemunhas na qualidade de assegurar a veracidade do mesmo, elemento de valorizar os objetos encontrados procedendo ao inventário e de desocupação formulando bases para delegar ao inquérito um fator positivo ou negativo do apresamento.

Com isto, são feitos uma lista dos objetos encontrados que venham incriminar ou reabilitar o mesmo. Constituindo de averiguação em demonstrar a criminalidade ou não nos aspectos que venham indicar sua culpabilidade como referência às escotilhas fechadas ou com grades, os mastros reais em outras redes enfim, peças que fazem parte do navio, possibilitam realçar o envolvimento do mesmo no tráfico. Desse modo ficam sob juízo do depositário delegado para esse fim.

No mesmo dia em que foi feita a apreensão do iate Rolha no porto de Macaé, foi também apresado nas imediações do litoral indo, em direção a Cabo Frio, uma garoupeira de nome Santo Antonio Brilhante, sendo interceptada pelo mesmo vapor de guerra Urânia e constatado a presença de quatro africanos a bordo. Portanto essa embarcação foi redirecionada seu destino para o porto de Macaé, onde os negros africanos encontrados a bordo da garoupeira foram incluídos, no rol com os africanos do iate Rolha.

Assim, tão logo uma relação feita dos africanos contrabandeados no iate Rolha e na Garoupeira Santo Antonio Brilhante, distinguindo nesse documento cada qual, fazendo uma contagem, pela sua origem como nação e marcas étnicas e constando as idades presumíveis, o local proveniente de seu embarque ou mesmo de seu apresamento na Costa da África, para então que se faça à denúncia pública e a remoção dos mesmos para a Casa de Correção juntamente da tripulação, tanto o mestre, a tripulação e até mesmo o passageiro passam por toda a segurança necessária e de recomendação a uma fortaleza em que a bordo de um navio de guerra, pelo Doutor Auditor. Somente em último caso serão conduzidos para a Cadeia do Arsenal. Fica a tripulação na obrigação de serem responsáveis durante o julgamento pela sua manutenção dos africanos.

Essa relação acusa nessa listagem 95 africanos do sexo feminino entre elas 27 mulheres adultas e 78 mulheres muitos jovens estando na faixa etária de 8 a 12 anos de idade, constando também 117 africanos do sexo masculino dentre eles 29 homens e 96 jovens em idades que variavam entre 10 a 15 anos. O total de indivíduos apreendidos foi de 221 entre africanos e tripulação, todos destinados a Casa de Correção em depósito.

Interessa, também, nesse estudo dar conta dos sujeitos envolvidos nessa prática ilegal, bem como dos destinos e cotidianos dos africanos negros apreendidos na região do município de Macaé. Destacaram-se em Macaé os traficantes: Victorio Emmanuel Paretto (italiano), José Bernardino de Sá (português), Joaquim Ferramenta, José de Souza Velho, Francisco Domingues de Araújo. Assim, aumentando o preço abusivamente, enriqueciam, justificando as dificuldades encontradas para transportar os africanos, sendo um dos maiores negócios da época.

A proibição do tráfico veio aumentar abusivamente o preço dos escravos trazidos da África, justificada pela dificuldade para o transporte, e assim, os traficantes sediados no litoral brasileiro, tornavam-se cada vez mais ricos, fazendo do tráfico ilegal um negócio altamente rentável da época: O tráfico ilegal mostrava-se tão intenso que consta a entrada no país (...) 3.000 africanos desembarcados ilegalmente em 1851, em barracões e em armazéns no município de Macaé, informado por Charles Hamilton James, embaixador inglês.⁴

Torna-se notório, o tráfico ilegal, não só em Macaé, mas, nos arredores, de Cabo Frio, São João da Barra, Cabo de São Tomé, Ponta de Búzios, Itapemirim, Paraty, Marambaia, Angra dos Reis; mantinham elementos de ligação, escolhendo locais de desembarque, e estabelecem as praias desertas e de pequenos barcos para ter contato com os navios negreiros, passam a adotar sistemas de comunicação como códigos, avisos e sinais costeiros, para a sua própria segurança.

⁴ OSCAR, João. *Escravidão & Engenhos*: Campos; São João da Barra; Macaé; São Fidélis. RJ: Editora Achhiamé. 2000. pp.78

A terra fluminense⁵ foi um viveiro de escravos, tendo sido aqui introduzidos por vários pontos de entrada, de onde seguiam a outros locais, podendo ser por via fluvial ou por picadas feitas nas matas, os que se destinavam ao interior do Brasil chegando até Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, uma relação com o contrabando e comércio inter-regional.

O mínimo e o máximo exigido é que o julgamento aconteça num prazo de duração de 8 meses. O processo em média: 6 meses para a abertura do processo; 37 dias para que as comissões venham dar suas sentenças; 70 dias para que a sentença fosse executada nos casos de navios condenados; 28 dias antes que os escravos por ventura encontrados fossem libertados até então permaneciam a bordo.

No final do inquérito a embarcação é julgada e considerada “boa presa”, devido à embarcação apresentar um número tal de apetrechos indicando ser um navio devidamente aparelhado ao tráfico de africanos. É disposto um veredicto e uma sentença que muitas vezes a venda em leilão do navio é necessária para cobrir o pagamento do tramite do julgamento como também pelo crime de tráfico, contrabando e pirataria do qual foram acusados e julgados formalizando a contravenção.

Bibliografia e Fontes Primárias

Fontes primárias:

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Microfilme

AN — 114 — 2001 — AGM;

AN — 115 — 2001 — AGM;

Manuscritos

Série Justiça

IJ6 — 468 — Africanos. 1834 — 1864.

IJ6 — 469 — Africanos. 1824 — 1864.

IJ6 — 470 — Africanos. 1840 — 1868.

IJ6 — 471 — Africanos livres. 1834 — 1864.

IJ6 — 472 — Tráfico de africanos. Navios suspeitos. 1838 — 1860.

IJ6 — 480 — moeda falsa e tráfico de africanos. 1836 — 1864.

IJ6 — 481 — Moeda Falsa. 1855.

IJ6 — 510 — Moeda falsa e tráfico de africanos.

IJ6 — 521 — Tráfico de africanos — 1853 — 1865.

IJ6 — 522 — Tráfico de africanos. 1841 — 1865.

IJ6 — 523 — Africanos livres. 1833 — 1864.

IJ6 — 525 — Africanos 1831 — 1864.

IJ6 — 15 — Tráfico de africanos.

IJ6 — 16 — Africanos livres.

IJ1 — 450 — Africanos. Carta de emancipação.

IJ1 — 974 — Ministério da Marinha ao Ministro da Justiça.

IJ1 1067 — Ministério da Justiça — 1877.

Série Guerra

Códices — 807 — v.7 — Diversos — 1840;

Códices — 807 — v.2 — Diversos — Império — 1839;

Códices — 807 — v.15 — Diversos — Portos — Brasil.

Caixas Topográficas — Escravos — 2627, 1, 3; 2627, 1, 2; 2627, 2, 28;

Caixas Topográficas — Inventários — 2635, 4, 23.

Referências Bibliográficas:

BARROS, Aidil J.Paes & LEHFELD, Neide A de Souza. Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BETHELL, Leslie. A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869. Rio de Janeiro: EDUSP / Expressão e Cultura, 1976).

CASADEI, Thalita de Oliveira. Os escravos na terra fluminense. RJ: Ed. Parceria Editorial, 2000.

DIÁRIO OFICIAL. ministério público federal. Procuradoria Regional da República da 1ª Região. Coordenadoria para erradicação das formas contemporâneas de escravidão e para questões indígenas. Diário Oficial. Lei nº. 581, de 4 de setembro de 1850 — Lei Euzébio de Queirós. Estabelece medidas para repressão do tráfico de Africanos neste Império. Em 4 de setembro de 1850 foi sancionada a lei que, depois de uma sucessão de medidas inócuas, determinou o fim do tráfico de escravos no Brasil. A Lei tomou o nome do seu proponente, o então ministro da Justiça Euzébio de Queirós.

OSCAR, João. Escravidão & Engenhos: Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis. RJ: Editora Achiamé, 1998.

⁵ CASADEI, Thalita de Oliveira. Os escravos na terra fluminense. Ed. Parceria Editorial. 2000. p. 24.

PARADA, Antonio Alvarez. Tráfico de negros africanos no litoral do nosso Estado. “S.D.”

RODRIGUES, Jaime. O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas, SP: Editora da UNICAMP/CECULT, 2000. (Coleção Várias Histórias).

Integração Regional e Política Externa: o caso da Amazônia

José Cauby Soares Monteiro Monteiro
Universidade Federal do Pará
caubymonteiro@uol.com.br

Resumo: Este trabalho se propõe analisar o lugar que a Amazônia ocupa na formulação da política externa brasileira (PEB). A magnitude das ações infra-estruturais que surgiram na Região, a divulgação dos impactos de tais ações no ecossistema e, concomitantemente, a pressão dos movimentos ambientalistas nacionais e internacionais induziram os operadores de políticas na Região a considerarem os impactos ambientais do desenvolvimento econômico na Amazônia sem, todavia, abandonar suas preocupações tradicionais com defesa, segurança e território. Com pouco sucesso, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), firmado em 1978, tentou constituir-se num marco institucional de governança dos países amazônicos. Retomado em 1995, o TCA passou a denominar-se de Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), e, a partir de 2002, estruturou-se como uma secretaria geral. Trinta anos depois seus resultados são escassos. Atualmente o novo papel internacional desempenhado pela Venezuela na América do Sul e seu ingresso provável no MERCOSUL, a permanência da questão colombiana e a retomada das preocupações ambientalistas nas relações internacionais configuram um cenário mais complexo de atuação da PEB em relação à Amazônia em que meio ambiente, segurança e desenvolvimento ainda são temas desconexos.

1. Introdução

Não obstante pretender esboçar uma relação entre processos de cooperação regional e políticas externas dos países amazônicos, dado o grau de assimetria entre estes Estados, em que o Brasil se destaca tanto em termos territoriais (em torno de 70% da Amazônia sul-americana) quanto de iniciativa e capacidades (capabilities), e, evidentemente, a ordenação que minha pesquisa obedece e o estágio em que ela se encontra, deixarei propositadamente de lado neste paper considerações teóricas e interpretativas sobre os temas da cooperação e da política externa brasileira (PEB) para me voltar à busca de teorias das relações entre política doméstica e sistema e segurança internacionais adequadas ao caso amazônico. Neste primeiro momento ainda não me definirei explicitamente por nenhuma approach, particularmente aquelas concernentes às teorias de segurança internacional. Ao longo do texto e já nesta introdução argumentarei porque política doméstica e segurança (securitização) se sobrepõem à questão da cooperação, daí porque serão apresentadas não apenas em primeiro lugar, mas exclusivamente neste momento.

Em 1994 quando finalizei meu estudo sobre a Cabanagem (1835-1840) surpreendeu-me as diversas dimensões internacionais desta revolta desde a participação de mercenários europeus (que geralmente desertavam para o lado dos cabanos) até aos diversos incidentes diplomáticos com os Estados Unidos, Inglaterra, França e países limítrofes, passando pelas propostas de separatismo sugeridas aos cabanos ou da solicitação verbal (mas registrada pelos embaixadores) de intervenção estrangeira pelo regente Feijó. Estou convencido, portanto, de que, ainda hoje, a história da Amazônia brasileira, mais do (ou tanto) que suas congêneres sul-americanas, tem sido a história de sua inserção internacional através de um forte controle e mediação, primeiro do Estado português, e, depois, do Estado nacional brasileiro. Política doméstica e sistema internacional, portanto, têm-se apresentado imbricados neste processo. Mais contemporaneamente, por exemplo, poder-se-ia registrar o mesmo considerável grau de internacionalização para um assunto considerado “doméstico” (“segurança nacional”, mas exclusivamente de “ordem interna”) como a história soterrada pelo segredo da “raison d’état” do terror estatal, como é o caso da Guerrilha do Araguaia.

Tudo isto me levou a enfrentar a interpretação de três construções ou “invenções”, não no sentido de serem únicas e exclusivamente produtos da imaginação dos atores, mas, parte da realidade destes agentes por eles reconstruída ou reconstituída. Na ordem inversa em que estas construções se hierarquizam, podemos afirmar que a terceira delas diz respeito ao desenvolvimento, não apenas estritamente econômico, mas também como bem estar social para a maioria da população, e a segunda se refere à segurança regional (tanto no âmbito nacional ou internacional), ou seja, à criação ou à existência de ameaças internas e externas, isto é, defesa nacional e securitização variegada, e, finalmente, a primeira construção, a mais popularizada pela mídia, que se refere à questão ambiental. Colocadas propositadamente nesta ordem inversa e separadas umas das outras, verifica-se que se trata de uma evidente inversão de prioridades em que mulheres e homens estão em último lugar, soberania e território em segundo e a “natureza” (ecologia ou ambientalismo) em primeiro. Na verdade, como num passe de mágica o segundo lugar (segurança) acaba se impondo sobre os outros dois!

Se por um lado o peso da política doméstica na questão amazônica levou-me, num nível abstrato, às sugestões teóricas de Putnam (1992), Milner (1997) e Gourevitch (2002), por outro lado, o processo de securitização das questões amazônicas, por ser central tanto no discurso como nas ações dos atores, e, pelo fato da desarticulação temática também se expressar na análise teórica, levou-me, com a preocupação e a cautela necessárias, uma metodologia de pesquisa da

problemática da securitização para superar a desconexão analítica das questões amazônicas. Essa busca foi ao encontro de autores como Buzan e Wæver que elaboram uma “estrutura da segurança internacional” através de tipos ou modelos nos quais a dinâmica da regionalização da securitização constitui uma “teoria de segurança regional” centrada em “complexos de segurança”; e, também, em Kolodziej que identifica quatro níveis de análise (interestatal, sistêmico, de atores transnacionais e domésticos).

2. Política doméstica e sistema internacional

Fred Halliday observou em 1994 que as “relações internacionais (RI) têm ocupado um lugar desconfortável, freqüentemente marginal, no estudo e no ensino das ciências sociais” (2007: 15), embora simplificadamente o objeto de análise das RI, para este autor, seja bastante claro, abrangendo “três formas de interação: [1] as relações entre os Estados, [2] as relações não-estatais ou relações transnacionais (através de fronteiras) e [3] as operações do sistema como um todo, dentro do qual os Estados e as sociedades são os principais componentes” (2007: 15).

Na primeira metade da década de 1990, após o fim da Guerra Fria e das grandes transformações mundiais, políticas e econômicas, mudanças institucionais no sistema internacional e no interior dos Estados, já percebidas desde a década de 1970, tornaram-se mais evidentes. Fukuyama desde 1989 já afirmava que o surgimento dos movimentos reformistas na então União Soviética e na Europa Oriental, além da propagação da cultura do consumo em escala mundial, marcava a vitória do Ocidente, isto é, do mundo capitalista. Era o fim, no sentido hegeliano, do que se entendia por história ou para alguns críticos (José Arthur Giannotti) o “fim da picada”. Halliday acentuava que: “Agora que se tornou moda destacar a difusão do ‘internacional’ e a destituição da especificidade nacional pela ‘globalização’, esta dimensão, antes negligenciada, tornou-se propriedade de todos: a exclusão deu lugar à promiscuidade” (2007: 16).

Nem tanto ao mar nem tanto a terra ou nem a exclusão e nem a promiscuidade, mediante os conceitos de estado, governo e instituições políticas tal como eles se apresentam nas teorias de relações internacionais e de ciência política é possível superar a dicotomia analítica entre sistema internacional versus política doméstica para melhor entender por que em algumas abordagens - não apenas na tradição teórica realista ou neo-realista ou naquelas caudatárias da ideologia da globalização - as instituições políticas domésticas e suas ações são consideradas irrelevantes ou já determinadas no âmbito internacional fortalecendo assim o argumento da irrelevância da política interna para o jogo da política internacional.

Todo o sucesso do processo de internacionalização não significou que houvesse entre as teorias de relações internacionais um consenso que aceitasse o sistema internacional como fator determinante do comportamento estatal ou, ao contrário, conferisse à política doméstica exclusivamente este papel explicativo: neo-realistas, neoliberais e construtivistas (para ficar apenas nas mais importantes teorias do mainstream) até hoje ainda estão longe de qualquer acordo. Independente de quando estabelecer um marco inicial a esta polêmica, tal debate já possui algumas décadas e acumula um conhecimento importante sobre a matéria para além da disputa exclusivamente teórica.

Após 30 anos da publicação de seu próprio artigo (1978) e 20 anos do artigo de Robert Putnam (1988)¹, Peter Gourevitch (em 2002) fez um balanço dos nexos analíticos entre política doméstica e relações internacionais em que ressalta a “segunda imagem reversa” de inspiração waltziana no estudo de 1954. De acordo com Gourevitch, a primeira imagem (indivíduo) se expressa pela psicologia individual; a segunda imagem (o Estado) se caracteriza pelas instituições e estruturas socioeconômicas e a terceira imagem é caracterizada pela anarquia, Waltz, entretanto, reafirma enfática e metodologicamente de forma mais refinada depois, na clássica obra de 1979 (2002), que o estudo das relações internacionais enquanto tal, infenso de uma análise reducionista, só é possível no nível sistêmico (Waltz, 2002). Para Gourevitch, não obstante, há três maneiras de enfrentar o que ele chama de “endogenia” das dimensões doméstica e internacional da política.

O primeiro nível seria o sistêmico que mantém constante a política doméstica e explora a variação na arena internacional (não apenas o realismo e o neo-realismo, mas também o institucionalismo neoliberal e o construtivismo sistêmico procedem este tipo de análise).

O segundo nível mantém o sistema relativamente constante ao mesmo tempo em que se observam os aspectos da política doméstica os quais dão a forma como um país responde ao ambiente internacional, ou seja: a complexidade do sistema internacional e o desacordo entre países permitem uma política doméstica de escolha entre alternativas.

E em um terceiro nível de análise procura-se explorar as interações (1) de níveis (sistema e unidade) e (2) de países entre si e forças internacionais:

“Esta abordagem enfatiza a interação estratégica de todos estes elementos. Países avaliam uns aos outros em suas respectivas situações políticas domésticas; atores derivam suas preferências de padrões de influências, envolvendo outros autores e a política interna de outros países. Instituições, interesses e idéias internamente aos países estão constantemente influenciando os mesmos fatores em outros países” (Gourevitch, 2002: 310).

Tal proposta metodológica, acredito, atenderia tanto a complexidade quanto as limitações da situação amazônica que identificamos no âmbito de suas relações internacionais, isto é, constrangimentos estruturais e políticas domésticas desfavoráveis à cooperação, mesmo que se analisasse apenas o Brasil como ator principal.

¹ “The second image reversed: international sources of domestic politics” “Diplomacy and domestic politics: the logic of two level games” ambos publicados na revista “International Organizations”, respectivamente nos n.os 32 e 42.

3. Teorias de segurança

Por sua vez, as teorias acerca da segurança internacional, vis-à-vis às teorias de relações internacionais, podem provavelmente proporcionar aos estudos de defesa e segurança da Amazônia uma perspectiva analítica mais inovadora e menos ideológica.²

Vamos adotar inicialmente o conceito de segurança que nos é fornecido por Robinson:

“Segurança implica em ausência de ameaça. Tal afirmação tanto pode ser vista como uma noção absoluta – ou se está seguro ou não se está, ameaças existem ou não existem – ou como uma condição relativa – variando-se os graus de segurança, mais ou menos proteção das ameaças. Pode-se também ver a segurança em termos objetivos e subjetivos, isto é, como uma avaliação de quantas ameaças pessoas e instituições efetivamente se deparam e qual o grau de proteção que elas realmente possuem contra estas ameaças em contraposição ao quanto elas se sentem seguras” (2008: 1).

Inspirado na noção de Gallie, Steve Smith enfatiza que segurança é inerentemente um conceito contestado (e contestável) onde “nenhuma definição neutra é possível”. Este autor também não vislumbra “nenhum significado neutro do conceito” (2005: 27). Mas a partir daí teríamos que discutir os dois passos de Ken Booth (o segundo é corolário do primeiro): o aprofundamento e a ampliação do conceito de segurança assim como a “politização da segurança” e a “securitização da política” (2005: 14) o que não é o objetivo deste texto.

Securitização, por sua vez, é o movimento que direciona a política para além das regras do jogo estabelecidas e constitui os temas num tipo especial de política ou acima da política e “é um ato de discurso [speech act]”, isto é, “o processo de securitização é o que em teoria da linguagem chamamos de ato de discurso” (Buzan, Wæver & Wilde, 1998: 23, 26; Robinson, 2008: 187). Para ser bem sucedida a securitização exige três componentes (ou passos): 1) ameaças existenciais, 2) ação emergente e 3) efeitos sobre as relações interunitárias da quebra voluntária de regras (Buzan, Wæver & Wilde, 1998: 26). A proposta de uma “estrutura da segurança internacional” através de tipos ou modelos tais como: padrão, centrado (superpotência, grande potência, potência regional e institucional), grande potência e supercomplexos, nos quais a dinâmica da regionalização da securitização exerce uma influência ponderável em estudos de regionalização na medida em que este arcabouço analítico constituiria uma “teoria de segurança regional” centrada em “complexos de segurança”.

3.1. Securitização em diferentes níveis de análise

No livro de 1998, Buzan, Wæver e Wilde (p 165) apresentam quatro possibilidades (dominante, subdominante, insignificante e não-securitização) de securitização dos setores (militar, ambiental, econômico, societal e político) em quatro dinâmicas espaciais (global, não-regional/subsistêmica, regional e local).

O setor militar é predominantemente securitizado no plano regional e têm uma securitização subdominante no âmbito local, já nos níveis global e subsistêmico a securitização não é significativa. A questão ambiental sofre securitização dominante nas dinâmicas global e local, mas no plano regional o processo é subdominante e no nível sistêmico não é significativa. O setor econômico é predominantemente securitizado no âmbito global, mas é subdominante no nível regional e insignificamente securitizado nos níveis sistêmico e local. Questões sociais ganham uma securitização dominante no nível regional, subdominante no plano global, não-significativa no espaço local e não são securitizadas no nível subsistêmico. O setor político é predominantemente securitizado no plano regional, de forma subdominante no âmbito global, não-significativa no nível local e não é securitizado no espaço subsistêmico.

Deste modo, no plano global, questões econômicas e ambientais ganham destaque, em segundo lugar questões políticas, em terceiro militares e sociais. Na dinâmica não-regional/subsistêmica todos os setores são securitizados de forma subdominante, com exceção do setor político que não é securitizado, o que significa dizer que o grau de securitização é baixo. De todas as dinâmicas o espaço regional é o mais securitizado (três dos cinco setores são securitizados); na dinâmica regional questões militares, sociais e políticas são predominantemente securitizadas e as questões ambientais e econômicas o são de forma subdominante, o que corrobora a tese dos autores da regionalização da segurança/securitização. Na dinâmica local apenas a questão ambiental é predominantemente securitizada, os setores militar e societal são securitizados de forma subdominante e nos setores econômico e político a securitização não é significativa.

3.2. Tipos de complexos de segurança

Existem quatro tipos de complexos de segurança: padrão, centrado, grande potência e supercomplexos. O complexo de segurança centrado apresenta quatro formas: superpotência, grande potência, potência regional e a institucional.

No tipo padrão a polaridade é determinada por potências regionais. O Oriente Médio, a América do Sul, o Sudeste Asiático, o Chifre e o Sul da África seriam exemplos do tipo padrão de complexo de segurança.

O tipo centrado possui quatro formas:

“Superpotência” com unipolaridade centrado em uma superpotência, no caso, os Estados Unidos, o exemplo obviamente é a América do Norte.

“Grande Potência” também unipolar centrado em uma grande potência, o exemplo é o CEI, e potencialmente o Sul Asiático

A terceira forma é inexistente (Potência regional) que também seria unipolar centrado numa potência regional.

² A tese de Adriana Aparecida Marques num enfoque construtivista é uma contribuição renovadora neste sentido (Marques, 2007).

Na forma institucional a região adquire institucionalmente a qualidade de ator o exemplo é a União Européia.

O tipo “Grande Potência” com bi- ou multipolaridade com as grandes potências como pólos regionais, tem como exemplo a Europa pré-1945 e o Leste Asiático.

O tipo “Supercomplexos” possui nível inter-regional forte de dinâmicas de segurança decorrentes do transbordamento (spillover) de grandes potências em direção a regiões adjacentes e apresenta como exemplo o Leste e o Sul Asiático.

3.3. As dimensões da segurança e a segurança internacional vista a partir do Estado

Kolodziej identifica quatro níveis de análise: interestatal, sistêmico, de atores transnacionais e doméstico. As teorias substantivas (realismo, neo-realismo, institucionalismo liberal, liberalismo clássico e neo-marxismo) são testadas nos quatro níveis precedentes de análise pelas teorias de segurança de críticas metodológica e social (comportamentalismo e construtivismo).

Quais são os limites e as possibilidades de uma análise estatocêntrica? Kolodziej relaciona quatro níveis de análise com os atores e os escopos de suas conexões.

No âmbito interestatal os atores principais são os Estados e as organizações intergovernamentais (OIGs). Os Estados estabelecem relações bilaterais e multilaterais objetivando alcançar as funções de segurança e bem-estar entre eles. A ONU e OTAN são exemplos dessas OIGs. As permutas entre os atores são coercitivas.

No nível sistêmico o Estado é o ator principal e o alcance das relações entre os atores é de expectativa de violência ou ameaças coercitivas para solucionar diferenças interestatais; as permutas dos atores também são coercitivas.

Há um terceiro nível de análise caracterizado pelas dimensões sociopolíticas e econômicas da atuação de atores transnacionais e pelos seus papéis na sociedade civil internacional. Nesta esfera temos dois tipos de atores: econômicos e sociopolítico-culturais. O primeiro é formado pelos Estados, atores econômicos, incluindo corporações multinacionais, OIGs e organizações não-governamentais (ONGs) e o alcance das relações entre os atores inclui mercados globalizantes e difusão de tecnologia e inovação, as permutas dos atores são voluntárias e não-coercitivas. O segundo tipo é constituído por Estados, OIGs, ONGs, grupos e indivíduos e seus escopos de relações incluem programas humanitários: intercâmbios educacionais e culturais, ataques terroristas, etc.

O quarto nível de análise é o âmbito doméstico formado por Estados, indivíduos, grupos, associações, corporações e atores transnacionais e seus escopos de relações incluem quatro campos de atuação: 1) O Estado como ameaça às liberdades civis e aos direitos humanos; 2) o Estado como protetor; 3) regimes e seus impactos nos interesses de segurança de outros estados; e 4) regimes e segurança internacional. As trocas entre atores é um mix de coerção e não-coerção.

Em todos estes níveis os Estados desempenham papéis diferenciados com maior ou menor importância e sofrem graus de contestação também distintos. Por maior ou menor que seja a presença do Estado ela é sentida por todos os demais atores que atuam nas diversas dimensões da segurança e da segurança internacional.

3.4. Comparando Paradigmas de Segurança

Sem levar em conta os estudos críticos de segurança (em inglês CSS), Kolodziej apresenta dois conjuntos de escolas de pensamento: um primeiro que ele chama de “teorias substantivas” e um segundo que denomina de “críticas sociais e metodológicas às teorias de segurança” onde a ausência dos CSS se constitui numa lacuna evidente já que o(a) autor(a) da escola crítica conjuntamente com as perspectivas feministas foram os que mais contribuíram para uma apreciação crítica e muitas vezes radical das teorias de segurança, aliás, o próprio Kolodziej é avaliado positivamente no estudo de Steve Smith (2005) por defender um conceito mais ampliado de governança do que aquele existente à época da Guerra Fria para tratar as questões variadas de segurança assim como situá-la no contexto dos seus fundamentos sociais e políticos (Smith, 2005: 56). Ambas as obras, a coletânea de Booth onde se encontra o capítulo de Smith e o livro de Kolodziej, foram publicados em 2005, talvez o diálogo tenha sido retomado em alguma publicação mais recente.

Kolodziej considera quatro níveis de análise: interestatal, sistêmico, de atores transnacionais e doméstico. As teorias substantivas (realismo, neo-realismo, institucionalismo liberal, liberalismo clássico e neo-marxismo) são testadas nos quatro níveis precedentes de análise pelas teorias de segurança de críticas metodológica e social (comportamentalismo e construtivismo).

O autor identifica em cada teoria estudada seis características: 1) atores principais; 2) variáveis principais; 3) expectativas de comportamento dos atores; 4) principais níveis de análise; 5) métodos selecionados e 6) implicações normativas (todas relacionadas a conflitos armados). Mas o teste fundamental das teorias é explicar a ascensão e o fim da Guerra Fria, porém este não é um teste simples já que, como o próprio autor reconhece, “não há explicação simples para a inesperada destruição de uma superpotência e o abrupto fim da Guerra Fria” (Kolodziej, 2005:104).

4. Amazônia: da decadência ao desenvolvimentismo (regionalização e internacionalização)

Militares, diplomatas, burocratas, políticos profissionais, ecologistas, empresários “ao lado” ou assimetricamente “acima” e cultural, política e socioeconomicamente se contrapondo às várias categorias de grupos sociais de excluídos e semi-incluídos, que formam a grande maioria da população regional amazônica, compõem conjuntamente os ouvintes e

oradores do babélico diálogo de surdos que menos no passado, pouco no presente e incertamente no futuro se fizeram (fazem ou farão) ouvir, mas se entenderam muito pouco de fato em suas ações e discursos.

Os agentes estatais e empresários sempre se comunicaram e se articularam melhor e privilegiadamente em relação aos demais atores regionais. Em primeiro lugar, obviamente, por possuírem os meios importantes que os poderes políticos e econômicos lhes proporcionam. Em segundo lugar, porque se beneficiaram da legitimidade que suas ações recebiam nacionalmente como necessárias à defesa e preservação da soberania e integridade territorial de uma região “ameaçada internacionalmente”, isolada e empobrecida, embora rica de recursos naturais “cobiçados”.

A PEB, neste caos aparente de superposições reais ou fictícias, tem reagido erráticamente em relação à Amazônia, ao sabor da cultura estatal prevalente ou do regime político existente ou das pressões internacionais (ou dos três fatores conjuntamente), mas atende prioritariamente às diretrizes que a opinião pública articulada aos atores políticos, estatais e empresariais estabelece como aceitável aos interesses nacionais. Mesmo assim, desde o final da década de 1980, tal pensamento dominante sobre a Amazônia brasileira tem enfrentado contestações fortes de coalizões nacionais e internacionais que acabam por acentuar como consequência das ações governamentais o caráter não só errático, mas predatório do Brasil em relação à Região (Kolk. 1996).

Com pouco sucesso, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), firmado em 1978, tentou constituir-se num marco institucional de governança dos países amazônicos. Retomado em 1995, o TCA passou a denominar-se de Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), e, a partir de 2002, estruturou-se como uma secretaria geral. Trinta anos depois seus resultados são escassos. Atualmente o novo papel internacional desempenhado pela Venezuela na América do Sul e seu ingresso provável no MERCOSUL, a permanência da questão colombiana e a retomada das preocupações ambientalistas nas RI configuram um cenário mais complexo de atuação da PEB em relação à Região e aos demais países amazônicos em que a questão ambiental, segurança e desenvolvimento ainda são temas desconexos. O quadro que se desenhou no pós-guerra fria para América do Sul e as novas tendências políticas no continente indicavam que a velha solução lampedusiana nas palavras leopardianas de que “é preciso que alguma coisa mude para que tudo continue como está” se aplicavam cada vez menos ao caso da Amazônia brasileira e à própria Amazônia Sul-Americana. Tudo continua “igual e diferente ao mesmo tempo”!

O falido Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), como referido acima, apesar de tentar traduzir a idéia de um Pacto Amazônico, constituiu tão-somente um marco institucional e referencial muito frágil de “governança” dos países amazônicos, diante da gigantesca tarefa de fundar as bases de um desenvolvimento regional integrado, com crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental que possibilitasse integração física e administração de problemas comuns, objetivos obviamente ainda não alcançados e de remota consecução.

Em qualquer critério que seja adotado para definir a Pan-Amazônia - geográfico, ecológico, internacional (OTCA) ou demográfico - o Brasil detém entre 60% a 77% desta região internacional, portanto, poderemos, para esta exposição, continuar a limitar-nos aos estudos sobre a Amazônia Brasileira nos quais, infelizmente, o exame das implicações internacionais foi deixado na sombra, tanto nos seus âmbitos socioeconômicos e ecológicos quanto nos políticos e culturais, principalmente quando se fazia mister analisar sistemas, atores, instituições, ações e racionalidades cuja compreensão não se coadunava com as explicações fortemente estruturalistas e ao mesmo tempo “internalistas” que foram elaboradas para interpretar esta Região.

A importância que a Amazônia, no caso brasileiro, adquiriu para o modelo de desenvolvimento econômico e suas consequências para ação diplomática e internacional do Brasil dos governos militares até hoje exigiu a criação de uma infraestrutura, que foi concomitante ou antecedeu à implementação de políticas de colonização, com a implantação de grandes projetos econômicos de exploração vegetal e mineral, construções de estradas, geração de energia elétrica e redes de telecomunicações que levaram ao agravamento da questão indígena, fundiária e ecológica e à reformulação da importância geopolítica da região. Todas estas transformações foram acompanhadas ou resultantes da intervenção do Governo Federal nos governos estaduais e municipais, nos assuntos fundiários, econômicos e ambientais. As consequências dessas ações foram analisadas, por exemplo, em relação à questão da propriedade da terra, apenas como um processo de contra-reforma agrária e de militarização das questões fundiárias. Falou-se até mesmo economicamente num processo de acumulação primitiva de capital, através da aliança entre o Estado e as grandes empresas. Sem uma identificação do modelo de políticas de desenvolvimento adotadas, sem o exame das contingências endógenas e exógenas e dos limites e consequências que tais políticas poderiam acarretar à Região.

Há, entretanto, na Amazônia, outrossim, uma situação política complexa constituída de redes de relações, conflitos e interações entre atores locais, nacionais e internacionais, das grandes empresas nacionais, estatais e transnacionais, com forte presença do governo federal comparativamente aos governos municipais e estaduais, baixo grau de desenvolvimento econômico, fraca densidade e concomitantemente má distribuição populacional, convivendo com meândricas peculiaridades ecológicas e geopolíticas - mais de 12.000 km de fronteiras internacionais (Coelho, 1992: 14) - abrangendo uma área que corresponde a mais da metade do território nacional (Amazônia Legal). Por outro lado, desde a década de 1970, a Região tem passado por transformações demográficas, ecológicas, econômicas, políticas e sociais que exibiram ao mundo e ao País um dos exemplos regionais e uma das faces mais adversas (em termos sociais, étnicos, econômicos e ecológicos) da modernização conservadora brasileira, processo ainda em curso que envolve tanto fatores nacionais quanto condicionantes

internacionais³, além do agravamento dessa situação pela continuada dependência de uma economia voltada para o mercado externo, exportadora de matérias-primas minerais e vegetais, cujos preços enfrentam constantes oscilações com viés de baixa que tornam o equilíbrio econômico regional extremamente fragilizado.

A divulgação, de um lado, de estudos científicos acerca dos impactos ambientais dos grandes projetos no ecossistema amazônico e, de outro lado, a pressão dos movimentos ambientalistas nacionais e internacionais obrigaram não apenas os policymakers, mas também os estudiosos da Região a se deterem sobre os aspectos ecológicos e sociais do desenvolvimento capitalista na Amazônia, mais precisamente sobre o chamado “desenvolvimento sustentável” (Kolk, 1996) em que o desafio consiste precisamente em que todos sejam beneficiados com o desenvolvimento, que as alternativas de sustentabilidade, além da maximização dos serviços ambientais; da mesma forma elevem o padrão de vida das populações regionais e, por consequência, promovam o desenvolvimento regional e nacional dos países amazônicos, via proteção e social e promoção de políticas sociais, premissas que contrariam o desenvolvimento capitalista periférico e constituem uma ideologia desenvolvimentista com uma roupagem “politicamente correta”, mas correspondem de fato a uma realidade pouco alvissareira. Aparece ser muito mais uma idéia difusa e às vezes também confusa de busca de uma harmonia entre desenvolvimento econômico, proteção ambiental e políticas sociais à população: o melhor dos mundos possíveis para um dos piores existentes neste mundo.

Esta mudança, a partir de 1992, favoreceu a proposição de ações coletivas de gestão integrada. A questão da segurança também passou a merecer relevância mais real e menos ideológica, ma non troppo, consequência dos alinhamentos advindos da nova ordem mundial pós-guerra Fria e afirmação das políticas de governança interestatais ou nas palavras de Kolodziej: “estas [estratégias não coercitivas] podem produzir melhores resultados com menor custo material para recursos valiosos e objetivos pretendidos do que a força e a violência” (2005: 17).

A internacionalização da Amazônia, um tema polêmico e recorrente na questão da segurança, ressurgiu na década de 1980 (é uma ave fênix) e permanece até hoje⁴, recorrendo-se a uma peculiar e conhecida “teoria da conspiração” empregada no discurso de defesa da região pelas forças armadas e por parcela considerável da opinião pública que resumidamente consiste na seguinte operação ideológica embora nela não se esgote:

“(…) com a introdução dos direitos humanos e do meio ambiente na agenda internacional, pareceu aos militares que o futuro da Região estava novamente ameaçado, agora agravado pela intenção (mais aparente que real) das grandes potências de legitimar o ‘direito de ingerência’, ou seja: legitimar um pretensão ‘direito’ auto-outorgado por elas, para ser exercido conforme seus próprios interesses e ditames do realismo político (...)” (Cavagnari Filho, 2002: 1).

O viés desenvolvimentista autoritário de um crescimento a qualquer custo definiu uma agenda inadequada à relação do desenvolvimento com proteção ambiental e criou uma path dependence que marca e envia a formulação de políticas.

Como já afirmei anteriormente a PEB reage erráticamente ao sabor das pressões internacionais, mas atende prioritariamente às diretrizes que opinião pública articulada aos atores estatais e empresariais estabelece como aceitável aos interesses nacionais. Mesmo assim, desde o final da década de 1980, tal pensamento dominante sobre a Amazônia brasileira tem enfrentado contestações fortes de coalizões nacionais e internacionais que acabam por acentuar como consequência de suas ações o caráter errático da ação internacional do Brasil em relação à Região e sua ineficácia.

5. Considerações Finais

Encontrar o lugar que a Amazônia ocupa nas relações internacionais do Brasil e dos demais países amazônicos vis-à-vis ao processo de securitização das questões amazônicas, à política doméstica e às políticas internacionais poderia propiciar a identificação das dificuldades internas e externas ao Brasil e às demais nações amazônicas para deslanchar um autêntico processo de integração regional, que nos ajudasse a compreender porque, quando estas dificuldades são somadas às limitações de países em desenvolvimento, a possibilidade de cooperação e integração fica muito reduzida e os problemas do isolamento se avolumam.

Diria, interpretando livremente Wendt (1999), que embora não se esteja no âmbito de uma cultura anárquica puramente hobbesiana e mais distante ainda de cultura kantiana, mesmo assim entre amigos e inimigos, até a rivalidade lockeana é mal administrada ou construída pelos atores internacionais na Região.

A adesão da Amazônia à independência brasileira em agosto de 1823, a Cabanagem em 1835/1840 e o boom da borracha (1850) que chegou até a República não constituem eventos que tenham ameaçado seriamente a soberania nacional sobre o território amazônico, aliás, uma das dimensões da obra de Rio Branco foi a arbitragem bem sucedida dos litígios fronteiriços na Amazônia. Esta ação garantiu que nem mesmo o período que antecede a 2ª Grande Guerra apresentasse desafios diplomáticos significativos para o Brasil na gestão da soberania territorial amazônica. O mesmo não se pode afirmar para o período pós-2ª Guerra, particular e crescentemente nas três últimas décadas do século XX, período em que fantasmas, visões e visagens ou miragens ocultam ou representam realidades internacionais e culturas nacionais complexas e

³ “The internationalization of the environmental debate has had a substantial impact on Brazilian politics and influenced policy-making on the Amazon in various ways. In its turn, this had led to an intensification of relationships between international and national actors and produced changes in the position and behaviour of the World Bank and NGOs in particular.” (Kolk, 1996, p 300).

⁴ “Governo inglês divulga plano para privatizar a Amazônia”, Folha de São Paulo, 03-10-2006; “Amazônia: Desmentido de David Miliband”, O Liberal, 05/10/2006; e Celso Amorim, Sergio Rezende e Marina Silva “A Amazônia não está à venda”, IN: Folha de São Paulo, 09-10-2006.

desconexas, na verdade construções e imagéticas, mas expressas em práticas dos atores internacionais não de todo desprezíveis que precisam ser interpretadas ou reinterpretadas ou até mesmo simplesmente desmi(s)tificadas.

Atualmente com o novo papel internacional desempenhado pela Venezuela na América do Sul com seu possível ingresso no Mercosul (se não ocorrer o veto Parlamento brasileiro ou a desistência da candidatura) e a retomada das preocupações ambientalistas nas relações internacionais, configura-se um cenário mais complexo de atuação da PEB à Amazônia em que questões ambientais e de desenvolvimento econômico serão obrigadas a se integrarem a ações de segurança que ainda têm de responder à permanência da questão colombiana.

Neste esforço teórico precisamos refinar os conceitos ou definições de segurança internacional, soberania, território ou territorialidade, e principalmente de política externa e da conexão entre política doméstica e sistema internacional e o contexto e elaboração dos processos securitários. Mesmo que os antidotos contra a ideologia sejam mais ideológicos do que a própria ideologia, não importa: em princípio nenhuma contribuição argumentativamente válida deve ser descartada.

6. Referências bibliográficas

- Antiquera, Daniel de Campos (2006). *A Amazônia e a política externa brasileira: análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002)*. Campinas: dissertação de mestrado em relações internacionais, Unicamp-Unesp- PUC/SP.
- Biersteker, Thomas J (2002). *State, Sovereignty and Territory*. IN: Carlsnaes, Walter; Risse, Thomas & Simmons, Beth A. (Ed.). *Handbook of International Relations*. London: Sage.
- Booth, Ken (Editor) (2005). *Critical Security Studies and World Politics*. London: Lynne Rienner.
- Borges, Fábio (2006). *Amazônia e economia da droga: conflitos colombianos e interesses brasileiros (1985-2005)*. São Paulo, Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” Unesp-Unicamp-PUC-SP, maio.
- Buzan, Barry & Ole Wæver (2003). *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge Press.
- Buzan, Barry, Ole Wæver & Jaap de Wilde (1998). *Security: A New Framework for Analysis*. London: Lynne Rienner.
- Buzan, Barry (2004). *From International to World Society? English School and the Social Structure of Globalisation*. Cambridge: Cambridge Press.
- Carlsnaes, Walter; Risse, Thomas & Simmons, Beth A. (Ed.) (2002). *Handbook of International Relations*. London: Sage.
- Castro, Celso (org.) (2006). *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: FGV.
- Cavagnari Filho, Geraldo Lesbat (2002). *Introdução à defesa da Amazônia*. <http://www.unicamp.br/nee/art4.htm>. (acesso em 15-11-2006).
- Cervo, Amado Luiz; & Bueno, Clodoaldo (2002). *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UNB.
- Coelho, Pedro Motta Pinto (1992). *Fronteiras na Amazônia: Um espaço integrado*. Brasília: Funag.
- Costa, Thomaz Guedes da (2000). *Brazil's SIVAM: as it monitors the Amazon, will it fulfill its human security promise?* ECSP report issue 7.
- Domask, Joseph J (1998). *Evolution of the Environmental Movement in Brazil's Amazonia*. Paper prepared for delivery at the meeting of the LASA, September.
- Duarte, Lílian C. B (2003). *Política externa e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..
- Evans, Peter B. Harold K. Jacobson & Robert Putnam (1993). *International bargaining and domestic politics: double-edged diplomacy*.
- Fearon, James & Wendt, Alexander (2002). *Rationalism versus Constructivism: A Skeptical View*. IN: Carlsnaes, Walter; Risse, Thomas & Simmons, Beth A. (Ed.). *Handbook of International Relations*. London: Sage.
- Fukuyama, Francis (1992). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Furniel, Ana Cristina da Matta (1993). *Amazônia - a ocupação de um espaço: internacionalização x soberania nacional*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado - IRI/PUC-Rio.
- Gomes, Gustavo Maia & José Raimundo Vergolino (1997). *Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia (1960/1995)*. Brasília: IPEA (textos para discussão n.o 533), dezembro.
- Gourevitch, Peter (2002). *Domestic politics and international relations*. IN: IN: Carlsnaes, Walter; Risse, Thomas & Simmons, Beth A. (Ed.). *Handbook of International Relations*. London: Sage.
- Guimarães, Samuel Pinheiro (org.) (1995). *Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século*. Brasília: IPRI/FUNAG.
- Halliday, Fred (2007). *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: EDUFRGS.
- Jervis, Robert (1983). *Security regimes*. IN: Krasner, Stephen D. (Ed.). *International Regimes*. Ithaca: Cornell Univ. Press.
- Jönsson, Christer (2002). *Diplomacy, Bargaining and Negotiation*. IN: Carlsnaes, Walter; Risse, Thomas & Simmons, Beth A. (Ed.). *Handbook of International Relations*. London: Sage.
- Keohane, Robert & Milner, Helen (Editors) (1996). *Internationalization and Domestic Politics*. New York: Cambridge U. P..
- Kilka, Marcelo de Vargas (2006). *Intervenção ecológica (?): uma análise de risco para os países signatários da organização do tratado de cooperação amazônica*. Santa Maria/RS: dissertação de mestrado apresentada ao curso de mestrado em integração sul-americana da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

- Kolk, Ans (1996). *Forests in International Environmental Politics: International Organizations, NGOs and the Brazilian Amazon*. Netherlands, International Books.
- Kolodziej, Edward A (2005). *Security and International Relations*. New York: Cambridge U. P.
- Krasner, Stephen D. (Ed.) (1983). *International Regimes*. Ithaca: Cornell Univ. Press.
- Krasner, Stephen D (1983). Structural cause and regimes consequences: regimes as intervening variables. IN: Krasner, Stephen D. (Ed.). *International Regimes*. Ithaca: Cornell Univ. Press.
- Lourenção, Humberto J (2006). O sistema de vigilância da Amazônia (Sivam): velhas controvérsias, novos desafios. IN: Castro, Celso (org.). *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: FGV.
- Lovejoy, Thomas (2005). Uma perspectiva científica. IN: *Política Externa*, vol. 14, n.º 1, junho/julho/agosto.
- Manduca, Paulo César (2006). As relações Brasil Venezuela: desenvolvimento e segurança da fronteira norte. Paper apresentado no IV Encontro da ALACIP, Campinas.
- Marcovitch, Jacques (2005). A Amazônia real e seus desafios. IN: *Política Externa*, vol. 14, n.º 1, junho/julho/agosto.
- Marques, Adriana Aparecida (2007). *Amazônia: pensamento e presença militar*. São Paulo: tese de doutoramento em ciência política, FFLCH/USP, departamento de ciência política.
- Milner, Helen (1997). *Interests, Institutions and Information: Domestic Politics and International Relations*. New Jersey: Princeton U. P.
- Monteiro, José Cáuby Soares (1994). *Rebeldes, Deschapelados e Pés-descalços: Os Cabanos no Grão Pará (1835-1840)*. Belém: dissertação de mestrado NAEA-UFPA.
- Nascimento, Durbens Martins (2000). *A Guerrilha do Araguaia: paulistas e militares na Amazônia*. Belém: dissertação de mestrado NAEA-UFPA.
- Nascimento, Durbens Martins (2006). Projeto Calha Norte: a Amazônia segundo a política de defesa nacional. IN: Castro, Celso (org.). *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: FGV.
- Oliveira, Henrique Altemani de & Lessa, Antônio Carlos (org.) (2006). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. Vol. I e II. São Paulo: Ed. Saraiva.
- Oliveira, Henrique Altemani de (2005). *Política externa brasileira*. São Paulo: Editora Saraiva.
- Pinheiro, Leticia (2004). *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..
- Pontes Kassius Diniz da Silva (2005). *Euclides da Cunha, o Itamaraty e a Amazônia*. Brasília: Funag
- Ribeiro, Nelson de Figueiredo (2005). *A Questão Geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Brasília: Senado Federal.
- Robinson, Paul (2008). *Dictionary of International Security*. Cambridge: Polity Press.
- Román, M (1998). *The implementation of international regimes: The case of the Amazonian Cooperation Treaty*. Uppsala, Sweden: Uppsala University.
- Rosenau, James N. & Czempiel, Ernest-Otto (Org.) (2000). *Governança sem Governo: Ordem e Transformação na Política Mundial*. Brasília: Ed. UNB.
- Sedrez, Lise Fernanda (1998). *A meeting of minds: coalitions, representations and American non-governmental organizations in the Brazilian Amazon*. A Thesis Submitted to the Faculty of New Jersey Institute of Technology in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Master of Science in Environmental Policy Studies Department of Humanities and Social Sciences, may.
- Silva, Marcelle Ivie da Costa (2004). *Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)*. Campinas: dissertação de mestrado em relações internacionais, Unicamp-Unesp- PUC/SP, dezembro.
- Smith, Steve (2005). The Contested Concept of Security. IN: Booth, Ken (Editor). *Critical Security Studies and World Politics*. London: Lynne Rienner.
- Tulchin, Joseph S., & Heather A. Golding (editors) (2002). *Environment and security in the Amazon Basin*. www.wilsoncenter.org (acesso em 15-11-2006)
- Waltz, Kenneth (2002). *Teoria das Relações internacionais*. Lisboa: Gradiva.
- Wendt, Alexander (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge UP.

As relações Brasil-Venezuela e o desenvolvimento da Amazônica

Paulo Manduca
 UNICAMP
 manduca@unicamp.br

Resumo: As relações Brasil-Venezuela assumiram o caráter estratégico nos últimos anos por vários fatores. Neste trabalho são destacados três pontos: a) primeiro tem a ver com o processo de integração econômica. Visto pelo aspecto do processo de integração regional, a Venezuela significa a possibilidade de se injetar nova dinâmica ao Mercosul e recondicionar o processo de integração no subcontinente. Importante destacar que a busca de meios de desenvolvimento em comum (sinergia) e a oposição à ALCA selam uma aliança que, pelo menos por enquanto, vem permitindo uma certa unidade política entre os dois países. b) o segundo diz respeito à dinâmica de fronteira que

permite o desenvolvimento regional de parte significativa do espaço amazônico. Assim, a intensificação das relações entre o Brasil e a Venezuela está possibilitando uma nova dinâmica econômica que favorece, sobretudo as comunidades da região ao mesmo tempo em que favorece a superação de problemas antigos como os garimpos ilegais e as invasões em terras indígenas; c) as questões de segurança são um outro aspecto de suma importância e extremamente delicado uma vez que a chamada diplomacia ad hoc do presidente Chávez e a corrida armamentista promovida por ele acendem um sinal de alerta nos setores ligados à Defesa da Amazônia uma vez que podem levar à ampliação do cenário de conflito colombiano para outras áreas da região.

Palavras-chave: Amazônia, integração regional, desenvolvimento sustentável, Defesa, Brasil, Venezuela

Introdução

Este ensaio versa sobre a situação de uma parte significativa do complexo amazônico. A área da tríplice fronteira norte do Brasil, onde o país faz divisa com a Venezuela e com a Guiana é onde se desenvolve uma redefinição do padrão de ocupação da região, com conseqüências no modelo econômico aplicado e nas relações com as comunidades indígenas autóctones.

Dadas as especificidades desta região amazônica – caracterizada por ser uma área estrategicamente sensível, pelos constrangimentos do isolamento geográfico em relação ao resto do país, pelo cerceamento das atividades tradicionais e pela indefinição do status das terras indígenas, – Roraima está em uma situação de definição de qual caminho pode tomar no sentido de conciliar as expectativas exógenas com as potencialidades presentes para gerar um desenvolvimento articulador dos aspectos Defesa, social, indígena e ambiental.

O trabalho parte da exposição dos constrangimentos e das posições dos atores locais uma vez que há uma série de sinais contraditórios emitidos por instâncias diferentes do poder público para a região e isso é uma das causas dos problemas econômicos e sociais que, por sua vez, estão na origem dos conflitos locais.

Há duas premissas que orientam este trabalho: a primeira é de que as situações que disparam os gatilhos dos conflitos estão essencialmente ligados à indefinição de um modelo de desenvolvimento regional que dê alternativas à população não indígena local; a segunda é de que a intensificação das relações do Brasil com seus vizinhos, particularmente com a Venezuela, é antídoto contra uma série destes problemas à medida que os projetos mais viáveis para o desenvolvimento daquela região passam pelo que acontece do outro lado da fronteira e a ação coordenada dos países é essencial para evitar que haja atividades predatórias de grupos que utilizem a região de fronteira para dissimular suas atividades e inviabilizar eventuais punições.

Nas últimas duas décadas observa-se uma maior presença do governo federal do Brasil na região. As operações da Polícia Federal são exemplo do empenho brasileiro em resolver a situação local, mas, sem uma contrapartida no sentido de se criarem alternativas econômicas para o desenvolvimento local assim como a falta de definição do status e da abrangência das terras indígenas, o uso da força apenas se torna um outro componente dos conflitos locais. A superação dos problemas crônicos da região aponta para a aplicação de desenvolvimento que possa dar vazão às demandas por emprego e renda dentro de um modelo de desenvolvimento econômico correto.

As boas relações com os vizinhos particularmente com a Venezuela estão permitindo avanços significativos neste campo. Avanços que vão da cooperação na vigilância da fronteira ao fornecimento de energia elétrica. Os acordos assinados em 1994 inauguraram um período positivo nas relações de fronteira, mas a guinada da política externa venezuelana promovida pelo governo atual – com a adesão ao Mercosul, a priorização das parcerias com os vizinhos do sul e a busca de relações preferenciais com o Brasil, geram uma oportunidade única de desenvolvimento local dos dois lados da fronteira.

A agenda dos dois países reflete e dá vazão a esta expectativa. Brasil e Venezuela mantêm uma intensa agenda de visitas e de conversações bilaterais nestes últimos 10 anos. Atualmente as diplomacias negociam os termos de um acordo bilateral que representa o aprofundamento daqueles assinados em 1994.

Vale destacar que o exercício da liderança brasileira e o protagonismo da Venezuela tem colocado os dois países em algumas situações de competição. O Brasil se caracteriza pela busca da estabilidade política regional, ambiente que favorece sua posição de liderança. A Venezuela lidera um movimento que questiona os modelos político e econômico vigentes. Estas diferenças se manifestam no processo de integração regional, nas relações da região com os Estados Unidos, na política energética etc. Em alguns momentos observam-se constrangimentos nas relações bilaterais, mas em nenhuma situação até agora ocorreu qualquer descontinuidade. Pelo contrário, o processo de aproximação da Venezuela com o Brasil é constante. É no tocante à Defesa que as diferenças são potencialmente geradoras de maiores problemas, pois, a política militar de Chávez e a militarização do Estado venezuelano são razões de preocupação para o Brasil pelo risco de trazer instabilidade para uma região do continente que já é bastante sensível.

Roraima e a região da fronteira norte do Brasil

O desenvolvimento da Amazônia, não de toda a Amazônia, mas da parte do Brasil voltada para o norte na região de Roraima, depende de uma ação afirmativa e coordenada entre os países que fazem fronteira naquela região: Brasil, Venezuela e a Guiana.

O estado brasileiro de Roraima tem 958 km de fronteira com a Venezuela (N e NO) e 1.922 km de fronteira com a República Cooperativista da Guiana (L) e faz parte do que é considerada a Amazônia Setentrional que conta com cerca de

17% do território nacional (ou mais ou menos 1,4 milhão de km quadrados) distribuídos entre os Estados de Roraima e do Amapá e partes dos Estados do Amazonas e do Pará. A Amazônia setentrional faz 7,4 mil km de fronteiras (com o Peru, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa). A população total, esparsa por esse imenso território, é de cerca de 2,7 milhões de pessoas onde vivem cerca de 25% dos indígenas brasileiros.

Roraima é um estado da federação brasileira alçado a esta condição pela Constituição de 1988. Até então, Roraima tinha o status de território federal.

Localizado nesta área estrategicamente sensível encravado na fronteira com dois países e com um histórico de disputas territoriais, a característica principal da região é o isolamento. Os rios não são suficientemente navegáveis para se constituírem em um meio de comunicação e há dependência total da malha aérea e da única rodovia que liga a região com o resto do país – a BR-174.

Nos anos de 1990, normas mais rígidas do Banco Mundial impediram que grandes projetos de geração de energia aproveitando os recursos hídricos da região amazônica fossem implementados, de forma que, até 2001 (ano em que iniciou importação da energia da hidrelétrica de Guri/Venezuela) a energia elétrica consumida no estado era produzida por geradores à base de derivados de petróleo. O agravante é que o consumo per capita de Boa Vista está entre os mais altos do país em função e fatores climáticos. As temperaturas médias anuais na região variam entre 23,4 e 32,4 graus Celsius. Os combustíveis que moviam tanto os geradores de energia elétrica quanto os veículos eram transportados por aviões ou via terrestre pelo longo percurso rodoviário desde Manaus tornando o custo da energia consumida em Boa Vista – a capital do estado – na mais cara do país. Os custos envolvidos nesta operação tinham que ser absorvidos pelo governo federal que, aliás é responsável por grande parte do custeio do estado de Roraima.

Neste contexto, os custos da energia eram proibitivos para se promover atividades econômicas com uso intensivo de energia e mesmo pra a expansão das atividades urbanas e dos serviços públicos.

A população do Estado era de cerca de 324 mil habitantes em 2000.¹ O grande processo de ocupação ocorreu em duas vias: uma pelo planejamento e incentivo oficial através de projetos e outro espontâneo sob o efeito de atração dos garimpos, principalmente de ouro. Dos programas oficiais com impacto na região destacam-se a criação da Zona Franca de Manaus (em 1967) e o Poloamazônia (1974-1977). Este último previa o desenvolvimento de pecuária e de agro indústria com objetivo de exportar para outros países.²

Mas foi o garimpo que assumiu o maior destaque na dinâmica de ocupação local enquanto que o Poloamazônia minguava sem resultados concretos. Dentre outros motivos da falência dos programas estão a descontinuidade das ações governamentais referentes a esses projetos, a falta de mercados consumidores e ausência de infra-estrutura que permitisse atividades mais sofisticadas e mais intensivas.

Na visão predominante no regime militar brasileiro, o fluxo de pessoas para a região, ainda que sem o controle do governo, era melhor que o vazio demográfico. Em 1980 Roraima tinha cerca de 78.000 habitantes. A população cresceu quase cinco vezes em 20 anos e ainda que por caminhos tortos, isso respondia às preocupações militares que utilizam o lema "ocupar para não entregar".

Na década de 1990, a atividade garimpeira continuou importante gerador de dinâmica econômica local, com impactos importantes em Boas Vista, onde o capital do garimpo se concentrava. Foi então que a região entrou na agenda política do resto do país e Roraima passou a receber sinais contraditórios do Estado brasileiro, seja o governo central; do estadual; da Justiça ou de outros atores estatais como o Exército e a FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Tais sinais contraditórios não apontaram as alternativas econômicas para garantir a subsistência da população da fronteira nos moldes tradicionais que, aliás, foram se tornando cada vez mais reduzidas.

Nos anos de 1990, portanto no primeiro governo civil eleito desde o golpe militar de 1964, estas atividades mineradoras foram sendo paulatinamente desincentivadas pelo governo federal em resposta à pressões domésticas e internacionais. Assim, os governos desde então se viram obrigados a combater os garimpos ilegais que não respeitavam nem as fronteiras políticas nem as terras indígenas ou qualquer critério de sustentabilidade ambiental.

As reservas indígenas e as alternativas econômicas para Roraima

As questões ambiental, indígena ou de segurança estão articuladas com a dinâmica das relações entre Brasil, Venezuela e Guiana e a maior ou menor integração política e econômica tem reflexos diretos no nível de tensões da região.

A demarcação de terras indígenas é uma das faces do problema. As disputas entre agricultores e indígenas pelas terras são corolário de disputas entre setores de Estado/governo em torno do modelo de ocupação econômica da região e a disputa principal se dá entre o Exército e a FUNAI.

Dados do governo do estado apontam que, da área total do Estado (224.298,98 km²) as áreas de reservas indígenas ocupam 46,37% ou cerca de 104.018 km². Há várias áreas de parques ambientais e pequenas reservas indígenas no Estado. Mas há duas grandes áreas indígenas contínuas, que são foco das disputas: a reserva Yanomami com 9.419.108 hectares foi homologada pelo decreto do presidente Fernando Collor em 25 de maio de 1992 e a reserva Raposa/Serra do Sol que, ocupa

¹ dados da Rede Brasileira para o Desenvolvimento dos Municípios disponível em <http://muninet.org.br/index.php/content/view/27.html>

² Veja <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02mono0104.htm>

uma terra que é considerada pela FUNAI (em laudo de 1993) a terra ancestral de cinco outros povos: os macuxi, os ingarikó, os patamona, os wapichana e os taurepang. Esta última tem área de 1.743.089 hectares e localiza-se no nordeste do Estado de Roraima na fronteira com a Venezuela. Raposa Serra do Sol foi homologada em 2005 pelo presidente Lula da Silva, ocasião em que o governo federal iniciou o processo de retirada da população não indígena da reserva, o que levou ao conflito de resistência dos agricultores com atividades naquelas terras apoiados pelo governo do Estado. Este conflito vem exigindo a permanência de forças policiais federais para evitar novos confrontos até que a contestação sobre a legalidade do ato de criação da reserva seja julgada pela Corte Suprema. Há duas ações judiciais foram ajuizadas no Supremo Tribunal Federal que, por liminar, suspendeu a retirada dos agricultores. No julgamento ora suspenso, já houve o pronunciamento do ministro Carlos Ayres Britto, o relator do processo, cujo voto foi totalmente favorável aos índios.³

A Amazônia particularmente a região de Roraima — é uma região á deriva no que se refere a um projeto nacional articulado de desenvolvimento. Ainda que o Exército e a FUNAI (respectivamente as organizações responsáveis pela Defesa e pela política indigenista) tenham um comportamento tradicional pautado nas suas próprias burocracias especializadas, o Estado brasileiro como um todo se recente de um projeto global para a região. Isso tem levado a uma disputa constante entre diversos atores políticos estatais e não estatais. O poder local milita pela expansão das atividades econômicas e para tanto é necessário o direito de exploração e de passagem pelas áreas em disputa com os indígenas e pelas áreas sob proteção ambiental. A FUNAI tem sido intransigente na defesa da política de reservas amplas que possam garantir a autonomia das culturas dos povos indígenas enquanto que os militares se opõem historicamente à política de reservas, mais ainda quando elas estão em áreas sensíveis para a segurança nacional. Outras instâncias do poder de Estado, como o Poder Judiciário, têm sido acionadas quando da iminência de se consolidar a demarcação. Outros atores importantes são algumas Organizações Não Governamentais de defesa ambiental e de defesa de direitos indígenas. Comumente classificadas como aliadas de alguma conspiração antinacional, mas elas se caracterizam por exercer pressão sobre o sistema político no âmbito federal em apoio às iniciativas da FUNAI e do Ministério do Meio Ambiente.

A contestação à política indigenista do governo federal também é manifestada por largos setores das Forças Armadas. No caso do Exército, o General Augusto Heleno (comandante militar da Amazônia sediado em Manaus) classificou de “lamentável e caótica” a política indigenista do governo durante uma conferência no Clube Militar em abril de 2008, fato que teve grande repercussão na imprensa. Vale destacar que o Exército deu mostras de que se recusaria a participar das operações federais para a retirada dos agricultores da área de Raposa/Serra do Sol caso fosse oficialmente solicitado. O governo contornou a situação que tinha um potencial de se transformar numa crise nas relações civis-militares convocando a Polícia Federal e a Força Nacional mas impôs ao General Heleno algumas restrições de expressão pública de suas opiniões.

Os argumentos largamente utilizados para justificar esta afirmativa são razões de risco à segurança nacional à medida que tais áreas localizadas em faixa de fronteira poderiam gozar de um status de autonomia que dificultaria a presença do Estado na região.

Ainda que não sejam perceptíveis nem imediatas, a visão militar sobre os riscos à integridade territorial brasileira na região não podem ser vistas como caricatura de uma visão fora de época. A história recente está cheia de exemplos que legitimam o discurso militar quanto aos riscos à integridade e à soberania nacional brasileira sobre a Amazônia. É da natureza dos militares brasileiros tais preocupações dado o papel que a instituição assumiu na história do país desde a República. Neste sentido, é uma reação absolutamente natural dos militares brasileiros aos discursos de líderes mundiais que defendiam abertamente alguma forma de intervenção internacional na região. O presidente da França François Mitterrand foi um dos primeiros a se pronunciar ainda nos anos de 1980, defendendo a tese de que a internacionalização da Amazônia seria a forma de garantir a sua preservação. Mitterrand disse em 1989: "O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia" (Paris, 1989). Na mesma linha, o líder Russo Mikail Gorbachev disse: “O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes” (Moscou, 1992). Discursos neste mesmo tom são atribuídos ao Primeiro Ministro Britânico John Major (1990-1997) e a Madeleine Albright, a Secretária de Estado norte-americana durante o segundo governo Clinton, entre outros, numa campanha aparentemente orquestrada para introduzir este debate nos fóruns internacionais.

Naturalmente o governo brasileiro reagiu a estas idéias tanto com meios diplomáticos quanto com os meios militares. Na primeira linha, o governo processou uma guinada na sua política de ocupação da região. No campo militar, a defesa da região passou a ser a prioridade da Defesa Nacional, com a conseqüente reestruturação das Forças Armadas e a redistribuição das unidades militares pelo território nacional.

O evento internacional mais recente que corrobora os temores dos militares brasileiros sobre a Amazônia é a questão da autonomia do Kosovo apoiada pelos Estados Unidos, pela França, Inglaterra entre outros. O apoio internacional à secessão de uma província da Sérvia acendeu novo sinal vermelho para uma eventual conspiração internacional para a internacionalização da Amazônia que poderia passar pela autonomia das terras indígenas, particularmente de grupos étnicos trans-fronteiriços. A questão comumente colocada pelos militares no debate a respeito é de como se comportaria a comunidade internacional ou, mais precisamente as potências, no caso hipotético de os Yanomamis, em uma eventual condição de refratários a qualquer controle pelo do Estado brasileiro, requisitassem reconhecimento nacional à ONU?

³ Documento disponível em <http://www.socioambiental.org/inst/esp/raposa/?q=node/308>

Ora, apesar de se reconhecer a validade dos argumentos dos setores refratários à demarcação das terras tal como o decreto do presidente Lula, é preciso observar que há um problema adjacente e até dissimulado na posição defendida pelos militares. O Exército jamais concordou com a política de reservas indígenas e sempre defendeu a incorporação dos índios ao resto da população como forma de eles poderem ser beneficiários do desenvolvimento econômico e social a que o resto da população tem acesso. A idéia do nacional, neste sentido não pode admitir identidades específicas dentro da nação. Assim a política de reservas é entendida ao mesmo tempo como uma política de segregação à medida em que excluiria os indígenas dos benefícios de estarem integrados, mas seria também a manutenção de uma identidade autônoma da identidade étnica/nacional.

Ironicamente há algo de incontestado na afirmação do comandante militar da Amazônia com respeito à descontinuidade da política indigenista naquela região. Essa descontinuidade vem afetando os programas de saúde indígena, a demora na homologação das reservas e, sobretudo, as dificuldades do governo em manter as terras já demarcadas livres de invasões e de atividades predatórias tais como o garimpo.

Um divisor de águas neste sentido foi o que ficou conhecido como o Massacre de Haximu (ou Massacre de Yanomami) em 1993 no lado brasileiro da fronteira com a Venezuela. Tratou-se de um confronto entre índios de garimpeiros armados. A enorme repercussão nacional e internacional do fato levou o governo a intensificar o combate ao garimpo e a realizar várias e várias operações da Polícia Federal para retirar os garimpeiros das terras indígenas.

Estas operações, no entanto tinham eficiência muito baixa já que os garimpeiros eram levados à Boa Vista e uma vez soltos, eles retornavam aos garimpos. Como os agentes públicos do Estado de Roraima tinham muito pouca disposição e recursos para coibir mais incisivamente tais atividades dadas as ramificações locais dessas atividades e de seus operadores.

As operações da Polícia Federal eram inócuas. Mas alguns avanços muito significativos foram alcançados à medida que as atividades que se desenvolviam em simbiose com o garimpo foram combatidas em Boa Vista, tais como casas de comércio de ouro. Agentes recrutadores de mão de obra ou de equipamentos. O efeito também foi sentido com o passar dos anos com a redução das atividades econômicas com a desarticulação do garimpo, mas com o efeito colateral de crescimento dos bolsões de pobreza em Boa Vista. O problema era que esta população estava em situação de cooptação para outras atividades ilegais.

Com a atividade mineradora em declínio e a falta de condições para o setor industrial na região, o estado concentrou-se nas atividades agrícolas tradicionais: a policultura de frutas, de grãos (soja) e, sobretudo a criação de gado em grandes propriedades aproveitando a vegetação característica da região.

Neste processo, a região onde mais tarde foi definida a reserva de Raposa/Serra do Sol, havia sido ocupada e os agricultores desenvolveram ali a cultura irrigada de arroz. Os arroteiros são o centro da resistência à demarcação definida pela FUNAI. Mas muitas outras lideranças locais são resistentes à política indigenista do governo federal. O senador por Roraima Augusto Botelho foi uma das lideranças políticas que contestam no Supremo Tribunal Federal (STF) a demarcação da Terra Indígena/Raposa Serra do Sol em área contínua. Ele é do mesmo partido do presidente Lula. Em entrevista à imprensa, ele se diz convicto de que está em jogo na disputa pela terra algo além de direitos antropológicos.

“Eu afirmo e provo que todas as reservas indígenas em Roraima foram feitas sempre em cima de província mineral de cassiterita, ouro ou diamante. E, para mim, existe uma intenção velada de retirar parte do Brasil da gente, de mudar a mentalidade das pessoas para se formar uma nação indígena, que criaria um Kosovo aqui dentro”.

Na ação, Botelho contesta o laudo de demarcação e a forma como ele foi produzido por não ter havido consulta prévia às lideranças e à sociedade de Roraima: “Decisão feita por burocrata e antropólogo não é uma forma democrática. Existem dúvidas quanto à lisura do laudo”. O senador diz que é favorável a que os índios tenham suas terras, mas que isso deve ser feito preservando o direito de outros roraimenses ao trabalho uma posição que reflete bastante as expectativas dos seus eleitores.⁴

O papel militar

Parcialmente encravado entre a Venezuela e a Guiana, Roraima é um Estado de considerável importância geopolítica.

O Exército brasileiro tem um papel histórico na defesa, na promoção da ocupação da região e, não raramente, na assistência aos moradores de toda a área de selva.

Nos últimos quarenta anos as preocupações militares na região estavam concentradas no risco de que os grupos guerrilheiros colombianos expandissem suas áreas de atuação para além das fronteiras com a Venezuela e com o Brasil. A tensão na região deriva principalmente da presença das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) nas proximidades da fronteira da Colômbia com Brasil e da Colômbia com a Venezuela. O foco maior das preocupações do Exército brasileiro é a região conhecida como Cabeça de Cachorro (o mapa descreve o contorno que lembra esta figura) no município São Gabriel da Cachoeira (850 km de Manaus). Lá foi registrado em 2006 um incidente no qual soldados

⁴ Entrevista disponível para consulta em http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=454323

brasileiros trocaram tiros com guerrilheiros em Cucuí, a 150 km de São Gabriel. Esta região que engloba a fronteira com a Colômbia e a Venezuela, o Exército brasileiro concentra 9.600 de seus 25.751 homens na região amazônica.

O estado de Roraima está no centro da região abrangida pelo Projeto Calha Norte do Exército. Trata-se de um projeto de concepção militar dos anos de 1980 focados na ocupação do arco da fronteira norte do Brasil concebido como resposta à eventuais tentativas de violação de fronteira e de contestação da soberania nacional naquela área. Sob o princípio de que o vazio da presença do Estado pode levar à perda da soberania, princípio, aliás, que lembra muito o *uti possidetis*, - princípio jurídico largamente utilizado para conformar a fronteira nacional tal como ela se constitui hoje. Assim, o projeto prevê a vivificação da região da fronteira com a instalação de unidades militares que seriam pioneiras da presença mais ampla do Estado bem como a instalação de atividades econômicas que devem dar sustentação para as ocupações humanas novas e antigas na região.

O projeto Calha Norte, portanto está ancorado no princípio de que a garantia da integridade territorial é a presença do Estado, mas esta só é de fato possível com a ocupação social e econômica da fronteira. Daí o estreito vínculo entre Defesa e desenvolvimento econômico na visão militar sobre a Amazônia. Portanto, o vazio de atividades econômicas é o vazio do poder de Estado.

No decorrer das últimas duas décadas as Forças Armadas brasileiras promoveram uma redistribuição de seus efetivos que historicamente se concentravam no sul e no sudeste do país para as regiões amazônicas. Com efeito, a Amazônia passou a ser o centro das preocupações de Defesa do Brasil substituindo as preocupações com a Argentina que, desde a criação do Mercosul integrou os países do cone sul-americano e desarticulou a antiga rivalidade. O projeto Calha Norte e o SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) são representativos da nova Política de Defesa do Brasil.

Sintomaticamente, é por intermédio do projeto Calha Norte que se produz um estudo sistematizado das potencialidades econômicas da região e elabora-se o planejamento do desenvolvimento de Roraima. O Ministério da Defesa e o Governo do Estado de Roraima com o apoio técnico de uma universidade (a FGV) realizaram estudos de viabilidade econômica do Estado, estudo este que levou ao “Plano estratégico de desenvolvimento regional - Roraima 2001-2010”.

O Plano definiu as atividades potencialmente realizáveis na região com vistas a gerar uma dinâmica econômica positiva com as seguintes metas:

Ocupação seletiva e desenvolvimento sustentável: é este, em síntese, o propósito do direcionamento estratégico formulado no estudo. Subsídios para uma Estratégia de Desenvolvimento da Amazônia Setentrional., área de atuação do Programa Calha Norte - PCN, que tem como horizonte a presente década (2001-2010) e visa a três grandes objetivos.

I . A ordenação do processo de ocupação humana regional, que deve ser descontínuo, pontual, realizando uma desconcentração concentrada da população e das atividades produtivas. Deve evitar pressões antrópicas que possam sobrecarregar o meio ambiente e buscar a preservação e conservação dos recursos naturais - o ecodesenvolvimento. II . A aceleração do crescimento, de modo economicamente sustentado e ambientalmente sustentável.

III . O avanço do desenvolvimento humano, com igualdade de oportunidades, mais bem-estar, menos pobreza e melhor distribuição de renda.

E as atividades econômicas apontadas são as seguintes:

Extrativismo e agropecuária, vistos integralmente como atividades complementares, ambientalmente sustentáveis e econômica e socialmente sustentadas;

2) agribusiness, compreendido como cadeias produtivas que, partindo dos produtos do extrativismo e da agropecuária, evoluam, articuladamente, para o beneficiamento industrial e a comercialização nos mercados regional, nacional e mundial;

3) mineração e indústria, contemplando a extração e a industrialização das reservas minerais que se revelem economicamente viáveis, respeitados os constrangimentos ecoambientais e os direitos das populações indígenas sobre as áreas reservadas, bem como o desenvolvimento de bioindústrias;

4) turismo, essencialmente o ecoturismo tropical;

5) outros serviços, em especial o comércio e, nas maiores cidades, os chamados serviços modernos, intensivos em conhecimento.⁵

Apesar da racionalidade do Plano, seus pontos frágeis são 1) A relação escala de produção versus investimentos em infra estrutura de transportes pois o custo do transporte cresce na proporção inversa da escala de utilização da malha (quanto mais se usa mais barato fica o custo), assim, seria excessivamente caro transportar produtos em baixa escala de Roraima para o resto do país ou para fora da região; 2) No campo agrícola, o Plano aponta para cultivo de produtos desarticulados com as demandas da região o que faz com que os mercados consumidores estejam em geral fora da região. Seria mais eficiente articular as potencialidades locais ao mercado regional, ao sul a cidade de Manaus e ao norte a Venezuela e a Guiana, aproveitando as demandas venezuelanas por produtos alimentícios que, por conta do distanciamento entre Colômbia e Venezuela, deixaram de ser fornecidos por aquele país.

Para concluir, vale ressaltar a ausência do Ministério das Relações Exteriores (MRE) entre as instituições que promovem o planejamento do desenvolvimento local ao passo que é justamente a área de Estado. De qualquer forma vale ressaltar que é a Política Exterior e não a de Defesa a responsável pela maior parte dos avanços na dinâmica econômica da

⁵ trecho retirado do documento. <http://www.amazonia.org.br/arquivos/22246.pdf>

região. A seguir são delineados os resultados que a política externa tem alcançado com a Venezuela com impactos diretos na região da fronteira norte.

A relações Brasil Venezuela

As relações Brasil-Venezuela entraram em uma fase positiva de desenvolvimento a partir do encontro de La Guzmania, em 4 março de 1994, no qual os presidentes Itamar Franco e Rafael Caldera assinaram os mais importantes acordos e compromissos da história entre os dois países até então. La Guzmania pavimentou o caminho e levou ao atual estágio das relações Brasil-Venezuela. Já mesmo em 1994, na XLIX assembléia geral da ONU, o presidente Caldera anunciou apoio ao pleito do Brasil em obter cadeira permanente no Conselho de Segurança. Uma demonstração importante, pois a Venezuela acabava de tomar partido em uma disputa na qual o México e a Argentina se contrapunham à candidatura brasileira.

Nos governos Fernando Henrique no Brasil e de Rafael Caldera na Venezuela observou-se uma intensíssima agenda de reuniões e encontros e visitas presidenciais decorrentes dos compromissos assumidos em La Guzmania. Com efeito, o presidente Caldera visitou Brasília 1994 e 1996, enquanto que o presidente Fernando Henrique visitou Caracas em 1995. Em La Guzmania, foram criados o MPC (Mecanismo Político de Consulta) e a Coban (Comissão Binacional de Alto Nível) presidida pelos chanceleres e integradas por diversos ministros de Estado. Em 1994, o Coban realizou 6 encontros e ocorreram 7 MPC além de diversos grupos de trabalho setoriais (dentre eles: GTs de comércio e integração; de transporte; de energia; de agricultura; de comunicação e desenvolvimento de fronteira).

As iniciativas que geraram os acordos de La Guzmania estavam em grande medida limitadas ao âmbito das relações fronteiriças. Isso não é pouco uma vez que um dos grandes problemas do Estado brasileiro sempre foi em relação à efetiva dinâmica econômica que levasse a uma auto-suficiência da região amazônica. No caso do Estado de Roraima, o isolamento, as dificuldades de transporte e o alto custo dos insumos constituem-se em um impedimento para o desenvolvimento local. Daí o impacto extremamente positivo dessas primeiras medidas na dinâmica econômica de Roraima com conseqüências também na área segurança, de meio-ambiental e indígena.

Destacam-se a seguir os resultados do acordo de La Guzmania:

Comércio: O GT de comercio e integração levou a assinatura do acordo de complementação econômica e o acordo de proteção aos investimentos diretos. No comércio propriamente dito observou-se o incremento de 130% no comércio bilateral entre 1993 e 1997. Chegando a US\$1,8 bilhão com déficit constante para o Brasil em razão da importação de petróleo e derivados. Nesse item, a Venezuela tornou-se o principal fornecedor de petróleo e derivados ao Brasil substituindo a Arábia Saudita neste posto. Em 1997, a Arábia Saudita havia reduzido sua participação no quadro de fornecedores de petróleo do Brasil em 15% e a Venezuela havia ampliado em 13% a sua participação neste mesmo quadro.

Assinatura de memorando de entendimento e cooperação entre Petrobrás e PDVSA foi o embrião da idéia que mais tarde evoluiu para um projeto de parceria das empresas petrolíferas estatais para a operação conjunta em diversos projetos.

Convênio de entendimento técnico entre empresas do setor elétrico (Eletrobrás e Edelca) e do setor de telecomunicações (Telaima e CANTV) com vista a parcerias nesses setores.

No tocante à melhora da infra-estrutura, destaca-se a assinatura de contrato entre a Eletronorte e eletrobrás e a venezuelana Edelca para fornecimento de energia elétrica para região de Boa Vista e o compromisso de pavimentação da BR 174 no trecho que liga Manaus à fronteira com a Venezuela, passando por Boa Vista e possibilitando o acesso até a Caracas.

Desenvolvimento da região de fronteira – neste item é preciso ter em mente que em uma região tão carente quanto Roraima, as iniciativas mesmo que consideradas limitadas acabam tendo grande importância relativa em função do impacto que causam na economia local. Se esse impacto é positivo ele tem potencial para ampliar a dinâmica das relações bilaterais gerais. A assinatura de diversos protocolos, sobretudo nos trâmites aduaneiros e de imigração possibilitaram uma dinâmica local de comércio e turismo com impacto positivo para os moradores de Roraima. As facilidades concedidas à população daquele Estado em adentrar o território venezuelano sem nenhum embaraço de imigração ou alfândega até a cidade de Santa Elena, possibilitam o abastecimento de produtos comprados do comércio local a preços bastante inferiores aos praticados no Brasil, mas o maior dos benefícios foi no tocante a redução de gastos na geração energia que, até a chegada da energia da Edelca, era obtida pelos geradores a óleo diesel que, por sua vez, era abastecido com óleo levado pra lá de avião.

Por outro lado, a importância estratégica das relações com o Brasil foi incorporada pelas forças políticas venezuelanas, tanto que os dois candidatos com chances nas eleições de 1998 (que escolheram o sucessor de Caldera - Hugo Chávez e Henrique Salas) anunciaram que o Brasil seguiria sendo prioridade na política externa.

No final de 1998, os presidentes Fernando Henrique e Rafael Caldera, encontraram-se na fronteira, por ocasião da inauguração (23/11/1998) do asfaltamento da rodovia BR 174. Era o fim do mandato de Caldera e em seu discurso, o presidente da Venezuela fez apelos para que o colega brasileiro se empenhasse em realizar a união de toda a América do Sul. Fernando Henrique respondeu que "Hoje nos sentimos cada vez mais sul-americanos. O que foi um sonho "bolivariano" é um hoje um sentimento que toma conta de nós".⁶

⁶ MRE - Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Inauguração da Pavimentação da Rodovia BR-174 Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalle.asp?ID_DISCURSO=1261 Acessado em 08/03/2007.

O ambiente de amizade entre os dois países favoreceu a resolução dos problemas de fronteira de forma rápida, amigável e construtiva. O primeiro deles, a demarcação da fronteira que havia sido acordado no Tratado de Amizade e Limites de 1859 carecia em 1998 de retificação. A demarcação das fronteiras foi realizada pela comissão mista Brasil-Venezuela. Em 1998, com 62 anos de existência, a comissão se viu obrigada a realizar adensamento dos marcos de fronteira em função das incursões de garimpeiros brasileiros por território venezuelano.

O garimpo foi um complicador das relações de fronteira nos anos 90. O garimpo de diamantes feito de forma ilegal e com grande impacto sobre o meio ambiente. O governo Collor havia iniciado o processo que levaria à demarcação da reserva indígena no norte do Estado de Roraima (a Venezuela já havia consolidado a reserva para a mesma etnia Yanomami do outro lado da fronteira.) o que colocou na ilegalidade total a atividade de garimpo. No entanto o governo federal não havia conseguido ainda deter o garimpo, ainda mais que as lideranças locais (Boa Vista) se opunham à determinação de Brasília em frear o garimpo e proteger a terra indígena. Na verdade isso acabou se refletindo negativamente na dinâmica econômica de Boa Vista.

Entre 1997 e 1998 uma série de operações da Polícia Federal na região tentou por fim às invasões dos garimpeiros. Foram 4 operações no período sendo que a última acabou com a detenção de 750 garimpeiros. Em 1997 a PF viu-se em situação inusitada. A prática das operações de remoção dos garimpeiros resumia-se em leva-los até Boa Vista e libera-los sem ao menos indiciamento. Neste ano, a PF resolveu proceder ao indiciamento e a detenção provisória dos garimpeiros. Como a casa de detenção de Boa Vista ficou logo lotada, a PF utilizou um ônibus para manter prisioneiros uma parte dos garimpeiros. Coisa que despertou a indignação de lideranças políticas e dos magistrados locais. Neste meio tempo ocorreu um conflito entre garimpeiros e indígenas que acabou em um massacre de índios. Em meio a uma indignação internacional deu-se a apuração que, de maneira não usual nessas situações, transcorreu de forma amigável, sem trocas de acusações entre os governos.

As transformações locais em função dos resultados avançados dos acordos de La Gusmania (1992) tem sido resultados dos investimentos em infra-estrutura resultante desses acordos sobre a dinâmica local. Mas os debates e a divulgação de informações sobre a região nos últimos tempos estão condicionados pelas questões relacionadas às reservas indígenas particularmente em relação à demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, contestada no Supremo Tribunal Federal. O impasse na região e o clima de conflito por outro lado, tem um efeito potencial muito negativo para a dinâmica de fronteira e para o fluxo de comércio entre os dois lados. Além disso, eventos tais como pequenos incidentes relacionados ao comércio ilegal de combustíveis e a escassez de produtos alimentícios no lado venezuelano que gera demanda por produtos do lado brasileiro são os outros pontos observados.

Há na agenda dos presidentes um encontro para esse final de mês de junho de 2008, programado para agilizar a adesão da Venezuela ao MERCOSUL e para a criação de uma “zona de integração e desenvolvimento” na fronteira, que inclui “área de controle integrado” previsto para facilitar o trânsito tanto de bens quanto de pessoas.

Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez assinaram, em junho último em Caracas, na Venezuela, 21 acordos nas áreas energética, industrial, agrícola, tecnológica, ambiental e de educação.

Entre as iniciativas com impacto esperado para a região da fronteira: os dois países acertaram a troca de energia entre as usinas hidrelétricas de Guri, na Venezuela, Tucuruí, no Pará e Belo Monte, também no Pará. Esse projeto ainda depende da construção de uma linha de transmissão entre os dois países. A Venezuela vai fornecer ao Brasil uma linha de conexão por fibra ótica para ampliar o acesso à internet de alta velocidade no Norte do país. Os presidentes Lula e Chávez se comprometeram a trabalhar juntos para conservação do meio ambiente, da região amazônica e para fortalecer a economia da fronteira entre os dois países. Outro acordo visa garantir a segurança das aeronaves que circulam na região de fronteira.

Na sua primeira viagem internacional depois da reeleição, o presidente Lula foi a Venezuela. Os presidentes Chávez e Lula se encontraram na Ciudad Guayana na Venezuela em novembro de 2006 para a inauguração. A segunda ponte sobre o Rio Orenoco foi construída com tecnologia e financiamento brasileiros. A ponte rododiferroviária tem 3.156 metros de comprimento e foi construída em seis anos pela empresa brasileira Odebrecht, com um custo de US\$ 1,28 bilhão sendo que parte do financiamento foi concedida pelo BNDES sob um mecanismo de apoio às exportações brasileiras de bens e serviços. O complexo viário também inclui 166 Km de rodovia que segue para sul ligando-se à rodovia BR174 na fronteira com Roraima e de lá com o Estado do Amazonas e é uma das três grandes obras da empresa na Venezuela onde atua desde 1994. As outras empreitadas são duas linhas de metro em Caracas, também com financiamento parcial do Brasil.

No campo da Defesa, a percepção corrente é que a Venezuela não tem o potencial para figurar entre os adversários do Brasil, assumindo o papel que a Argentina teve no decorrer do século XIX e quase todo o século XX como principal foco de tensões regionais. A Venezuela gera alguma incerteza pela instabilidade que representa. Instabilidade política aliada à militarização do Estado e aparecimento de milícias ligadas ao grupo político no poder bem como a proximidade deste grupo com grupos guerrilheiros da Colômbia.

No que se refere aos investimentos maciços em armamentos, há duas ordens de questões às quais os formuladores de política de defesa e as forças armadas brasileiras estão atentas: Primeiro: se os investimentos realizados contribuem para alterar o status estratégico da Venezuela equiparando-a à do Brasil e a compra de submarinos e de aviões caças altamente sofisticados tem este potencial. Neste caso, percebe-se a movimentação dos militares preocupados em manter a superioridade estratégica do Brasil na região. Vale destacar a recente visita do presidente Lula ao complexo de Aramar, onde se desenvolve o projeto nuclear da Marinha que culminará com a construção de submarino de propulsão nuclear, como uma resposta a estes anseios. Na ocasião, o presidente garantiu os recursos necessários para a finalização do projeto. A segunda ordem de questões

é sobre as armas leves que o governo venezuelano vem adquirindo da Rússia, são 100 mil rifles Kalashnikov. Uma quantidade muito superior às necessidades das Forças Armadas Nacionais venezuelanas. Ora, dado o grau de incertezas que pairam sobre o futuro do movimento bolivariano ao final do governo de Hugo Chávez, o temor generalizado é de que parte dessas armas pare nas mãos de milícias e de guerrilheiros e que um novo foco de guerra civil apareça e que este cenário contamine a fronteira do Brasil com a Venezuela e com a Colômbia.

Conclusão

O desenvolvimento da fronteira norte do Brasil é o antídoto para os problemas originados na ocupação desorganizada da região. Somente com a gestão de alternativas de emprego e renda para os habitantes de Roraima que se podem evitar as crises sociais que geram instabilidade a esta região já bastante sensível. O problema está em como realizar este processo com critérios de sustentabilidade e de forma pacífica neste complexo cenário de interesses diversos.

A resolução e a definição da questão indígena é um dos pontos fundamentais que condiciona toda e qualquer reflexão a este respeito. A tendência é que a consolidação das reservas indígenas que somado às reservas ambientais devem levar a uma redução das atividades potencialmente geradoras de desenvolvimento econômico. O risco iminente é a instabilidade social que pode advir disso pela falta de empregos e pela redução das possibilidades econômicas da região.

A região que atraiu população em decorrência da mineração de ouro e diamantes e que viu esta atividade minguar por imposição do governo federal enfrenta um segundo desafio com a iminente redução das áreas disponíveis para atividades agrícolas, as atividades de maior impacto na economia local atualmente. A diminuição das terras disponíveis potencializa as dificuldades já existentes decorrentes da infra-estrutura deficiente e do isolamento de Roraima.

Deve-se destacar o mérito dos agentes políticos no planejamento do desenvolvimento da região. Mas parte significativa dos meios de para sua viabilização estão fora da alçada dos agentes locais. Neste cenário as relações com os países vizinhos assumem o caráter de essencial, pois são capazes de minimizar vários dos problemas encontrados pelas populações locais. Neste contexto destaca-se o potencial das relações com a Venezuela.

Desde os acordos de La Guzmania em 1994, este processo já avançou consideravelmente. A abertura da região de fronteira até Santa Elena de Uairén o que permite aos moradores de Boa Vista transitarem livremente até Santa Elena, o acesso aos portos do Caribe, o fornecimento de energia elétrica para Roraima (A interligação do sistema ao sistema Guri, fato ocorrido no dia julho de 2001), causaram impacto extremamente positivo na economia local. Assim como as boas relações entre as unidades militares de fronteira e o combate articulado a atividades clandestinas em terras indígenas.

Com o afastamento entre Caracas e Bogotá e o déficit na oferta de produtos alimentícios na Venezuela, Roraima é candidata a prover parte desses produtos desde que haja um planejamento local para isso.

A Venezuela é um grande mercado consumidor potencial para os produtos alimentícios como carne, leite, grãos e frutas cultivados em Roraima e que teriam muito pouca competitividade se para disputar mercados mais distantes. Por outro lado, o acesso a itens de consumo como combustíveis e energia elétrica e o acesso aos portos do caribe podem permitir algumas atividades da agroindústria incluindo a criação intensiva de gado, o incremento do turismo e outras atividades de menor escala.

O desafio da implementação de qualquer modelo de desenvolvimento local que leve à estabilização e à resolução dos conflitos está fortemente ligado como a articulação com os vizinhos, em especial com a Venezuela e, quanto maior a integração com o vizinho, menores as dificuldades estruturais deste Estado isolado da união.

Referências bibliográficas

- Bier, S. (2005) Conflict and Human Rights in the Amazon: The Yanomami. <http://www.american.edu/ted/ice/yanomami.htm> (Consultado na Internet em 10 de Outubro de 2008)
- Cervo, A. L. (2001). O Eixo Venezuela-Brasil. Meridiano 47 no. 13, mês 7.
- Diniz, E (1994). O Projeto Calha Norte: antecedentes políticos. Dissertação de Mestrado – USP
- Guimarães, S. P. (1995). Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século. Brasília: IPRI/FUNAG.
- Lourenção, H. J. (2003) A Defesa Nacional e a Amazônia: o sistema de vigilância da Amazônia (Sivam). Campinas. Dissertação Mestrado UNICAMP.
- Machado, L. (2000) O. Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. Revista Território 8: 9-29. <http://www.igeo.ufjf.br/fronteiras/pdf/liafront.pdf> (consultado da Internet em 10 de Outubro de 2008)
- Mendible, A. (2002). Venezuela/Brasil: Balance histórico de sus relaciones frente al nuevo milenio. Carta Internacional n.o 117.
- Nascimento, D.M. (2005) Projeto Calha Norte: política de defesa e segurança hemisférica na governança contemporânea. Tese de doutorado, Belém. UFFPA.
- Pinto Coelho, P. M. (1992). Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado. Brasília: IPRI/FUNAG.
- Villa, R. A. D. (2004). Política externa na administração Hugo Chávez.. Política Externa. v. 13, p. 99-119.
- Vizentini, Paulo Fagundes Venezuela e Brasil na Política Internacional: Cooperação Bilateral e Inserção Mundial. Contexto Internacional no. 1, mês 1-6, ano 1996, pág. 121-142.

Conseqüências da interação do Brasil com os países em que mais se empenhou em operações de paz da ONU

André Panno Beirão Beirão
Escola de Guerra Naval /Universidade Federal do Rio de Janeiro
andrebeirao@webdomain.com.br

Resumo: O final da dicotomia bipolar da Guerra-Fria redundou no recrudescimento de tensões latentes em diversas regiões. Na África eclodiram conflitos, a maior parte, intra-estatais. A ONU, conclamada a se fazer presente como “guardiã da segurança internacional”, conseqüentemente, desencadeou diversas Operações de Paz. Algumas Operações deixaram transparecer suas fragilidades (como na Somália e Ruanda), outras tiveram melhores resultados, ainda que lentamente (como em Angola e Moçambique). À época, o Brasil há muito já não se engajava de forma contundente em Operações de Paz e houve opção política de se dedicar maciçamente às OMP em países que representassem suas prioridades. Desde então, o Brasil tem buscado crescer seu papel nestas Operações. Principalmente após ter deixado patente suas prioridades, quais sejam: continente americano (vide MINUSTAH, no Haiti), a África (vide as participações em Moçambique, Angola e, mais recentemente, na Costa-do-Marfim e no Sudão) ou em países da Comunidade lusófona, mesmo que distantes (vide seu empenho na reconstrução da paz no Timor Leste). Passado algum tempo de algumas destas operações, pode-se depreender que o Brasil aumentou substancialmente os laços de identificação sócio-cultural com a maioria destes países em que houve maior empenho. Da memória da “guerra” surgiram identificações tanto entre Governos quanto entre os povos que permitiram uma aproximação na paz. Ainda que alguns destes processos ainda estejam em andamento, já se pode perceber o crescimento na troca de experiências e no intercâmbio econômico entre o Brasil e estes países.

1. Introdução:

O final da era bipolar anunciou uma nova ordem mundial baseada no direito internacional e na cooperação entre as nações. Talvez fosse a grande oportunidade da Organização das Nações Unidas reativarem o sonho de Imanuel Kant da Paz Perpétua. O mundo cosmopolita de Estados soberanos que através da cooperação e interação resolveriam suas pendências parecia renascer. O privilégio ao direito internacional parecia evidente e assim os conflitos deveriam naturalmente extinguir-se. Não foi o que se efetivou. “Para grande espanto dos observadores, inúmeros conflitos que haviam atravessado toda a segunda metade do século XX mantinham-se acesos e provocando imensa dor”.¹

Segue o historiador relatando que vários conflitos que não haviam cessado durante a Guerra Fria passaram a ser denominadas como guerras esquecidas ou guerras sem fim por se tratarem de conflitos de longa duração, sem grandes perspectivas de resolução, redundando em grande número de massacres, mortos e refugiados. Em regra, durante a Guerra Fria, estes conflitos, na maioria das vezes de fundamentação local, foram potencializados pelo amplo conflito mundial entre Ocidente e Oriente, fruto do financiamento, abastecimento e treinamento de cada um dos lados adversários: soviéticos e norte-americanos.

Com o fim do conflito latente da era bipolar e a retirada da União Soviética, como parceiro estratégico e fomentador de uma das partes, grande número de conflitos menores tendeu a ter solução negociada, como no caso de Angola, Moçambique, Iêmen e Namíbia. Contudo, outros conflitos, com raízes bem mais profundas, permaneceram como guerras abertas, assumindo um caráter ainda mais brutal. A retirada soviética, em especial da África, fez com que muitas regiões fossem consideradas pelos norte-americanos como sem valor estratégico ou mesmo inúteis, não valendo grande esforço em envolvimento político-financeiro em tais conflitos locais.

Em alguns conflitos a falta de ‘fomentadores antagônicos’ fez com que sua intensidade e vigor arrefecessem, transformando-se em guerras lavrais (ou adormecidas), com baixa intensidade bélica, mesmo porque, o fornecimento de armas e treinamento se ausentou da cena de ação. Em outros casos, as partes envolvidas conseguiram fontes alternativas de abastecimento, buscando na criminalidade internacional uma parceria para a continuidade de seu esforço de guerra. Cita Francisco Carlos: “o contrabando de diamantes ou ouro (como na Libéria e em Serra Leoa), a produção de drogas (como na Colômbia e no Afeganistão), o roubo do petróleo (como na Guiné e no Iraque), a lavagem de dinheiro e a triangulação do tráfico de armas (como na Chechênia e no Afeganistão), os seqüestros de estrangeiros (como no Iêmen) assumiram o papel de financiadores da guerra em curso”.²

Assim, mesmo superada a Guerra Fria, de onde pareciam emergir as causas da guerra, os conflitos continuaram a causar um grande número de vítimas, explicitando a importância de causas locais das guerras e a inexistência de um poder nacional único e forte para controlar o conjunto do território. Também demonstravam a incapacidade de lidarem com as implicações internacionais de base de seus conflitos – como o tráfico internacional. O mundo pareceu clamar por supervisão internacional e, conseqüentemente, o direito internacional, os Organismos Internacionais (tanto a ONU quanto os regionais) e

¹ Silva, F. C. Teixeira da. (Coord.) et al. *O século sombrio: guerras e revoluções do século XX*, 2004.

² *Idem*, p. 21-22.

as ONG passaram a ter forte apelo a intervirem na pacificação das rivalidades. Em alguns casos, a guerra acaba por minar de forma tão intensa as estruturas do Estado-nação (como foi, por exemplo, o caso da Somália destruída em três entidades estatais inoperantes e carentes de legitimidade), levando o país à completa falência. Foram dos escombros das guerras sem fim que emergiram os países falidos ou países inúteis, conforme uma formulação estratégica norte-americana, e que servem largamente de base de operações para o novo terrorismo mundial.³

Com o final da era bipolar o contexto estratégico das Nações Unidas quanto às suas OMP também teve que sofrer mudanças substanciais e o CSNU começou a agir mais ativamente para promover suas resoluções de paz, especialmente em conflitos regionais. As OMP destinadas a conflitos interestatais começaram a perder claramente sua preponderância. A grande operação no Camboja no começo de 1992 fora designada para reconstruir o estado cambojano propriamente dito. Simultaneamente, operações eclodiram em quase todo o continente africano – Angola, Moçambique, Somália, Ruanda, Serra leoa e Libéria e, completando o ciclo, novamente no Congo - onde Estados quase colapsados conviviam com enormes conflitos internos. Assim, as OMP pós-Guerra Fria apareceram para confirmar o predominante modelo de conflitos intra-estatais.

Com o final da era bipolar o contexto estratégico das Nações Unidas e do mundo veio confirmar o supramencionado aumento de incidência de conflitos intra-estatais. Do quadro acima vemos que, das 50 OMP autorizadas pelo CSNU, apenas quatro podem ser claramente identificados como conflitos oriundos de Estados distintos. A grande maioria das beligerâncias ocorriam intrafronteiras e de grupos insurretos.

A transformação da ordem mundial refletia-se também no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

... um novo clima de entendimento entre os membros permanentes tirava a Organização da paralisia que caracterizara sua história desde os primeiros tempos do pós-guerra. A pronta condenação russa à invasão do Kuwait pelas tropas do Iraque, em agosto de 1990, seguida de apoio às resoluções propostas pelos Estados Unidos para a formação da ampla coalisão que restabeleceria a soberania kuwaitiana, apontava para uma reformulação do limitado papel que, até então, vinha sendo desempenhado pelas Nações Unidas no trato da segurança mundial.⁴

A crise de expectativas dos Estados em relação à ONU, nos anos 1980, transmutou-se numa crise de credibilidade nos anos 1990.

O Brasil desde a fundação da ONU sempre buscou não se omitir em relação ao seu papel de Estado-membro que busca auxiliar à Organização em cumprir seu papel de salvaguarda da segurança internacional. No entanto, sua participação, nem sempre foi tão engajada como hoje em dia.

Na realidade, o Brasil participa de Operações de Paz desde os anos 30, sob os auspícios da extinta Liga das Nações, precursora da ONU. A tradição brasileira no campo da política externa de auxiliar na manutenção da paz e da resolução de controvérsias é mais antiga ainda, fazendo parte da extensa lista de contribuições da diplomacia brasileira. No entanto, o presente trabalho versa sobre a participação brasileira em OMP sob a égide da ONU, em especial pós-1988, portanto apenas comentarei brevemente, para fins comparativos futuros, a inserção brasileira neste ambiente anterior a 1988.

No alvorecer da ONU, o Brasil participou com diplomatas e militares, da Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB), criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas para monitoramento fronteiriço e de assistência a refugiados durante a guerra civil grega, no período de 1947 a 1951. Porém, como tal Comissão não é classificada pela própria ONU como sendo uma OMP, não consta nos arquivos do MRE como esta sendo a primeira participação em OMP da ONU.

Foi entre os anos de 1957 a 1967 que o Brasil, efetivamente, iniciou sua trajetória de Membro participante de OMP da ONU. A contribuição mais significativa nesse período foi com o envio de importante contingente militar para o Sinai e Faixa de Gaza no âmbito da Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I). No entanto, até o ano de 1987, a ONU desenvolveu apenas 13 OMP marcada pela imobilidade resultante da bipolaridade capitalismo (EUA) x socialismo (URSS). Ainda assim, o Brasil fez-se representar em seis dessas operações.

A participação brasileira aumentou substancialmente pós-1988. Resta evidente, e já enfocado, que a própria ONU mudou completamente de postura após o mesmo período, porém, mesmo considerando que a maior participação brasileira fosse mera consequência do aumento do número de OMP desenvolvidas pela ONU, tal assertiva não é aceitável. De 1948 à 1987 a ONU desenvolveu 13 OMP e o Brasil (em maior ou menor quantitativo), fez-se representar em seis delas, ou seja, cerca de 46% de participação. No período de 1987 ao final de 2007, a ONU desencadeou 50 OMP e o Brasil fez-se presente em 27 delas, ou seja, cerca de 54% de participação.

Assim, além do imenso incremento de OMP pela ONU, o Brasil aumentou percentualmente sua colaboração e, mais que isso, buscou participação mais efetiva com assunção de responsabilidades e mandatos sem precedentes.

As causas desta nova postura da política externa brasileira serão mais bem abordadas a seguir, no entanto, resta ainda a análise que, além do aumento percentual supramencionado, há diversos pronunciamentos dos Presidentes, Chanceleres e Diplomatas em Fóruns Globais sobre a necessidade de o Brasil fazer-se mais presente no cenário internacional. Defendem que, há necessidade para pleito de maior influência na ONU, o Brasil integre e assuma papéis mais relevantes em

³ Klare, Michael. *Rogue States and Nuclear Outlaws*. Nova York: America's Search for News Foreign Policy, Hill and Wang, 1995.

⁴ Pereira, Antônio Celso A. A Reforma das Nações Unidas e o Sistema Internacional Contemporâneo, In: Medeiros, A. P. Cachapuz de. (Org.), *Desafios do Direito Internacional Contemporâneo*. Brasília: FUNAG, 2007: 22.

um maior número de Operações de Paz. Na abertura da II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – “O Brasil e o Mundo que vem aí” – em 05 e 06 de novembro de 2007, o Chanceler brasileiro, Emb. Celso Amorim declarou:

O Brasil participa tradicionalmente de operações de paz, uma das atividades mais visíveis e importantes das Nações Unidas. Na primeira grande operação de paz da ONU, a UNEF-I, que separou israelenses e egípcios no Suez, entre 1957 e 1967, colaboramos com um batalhão de infantaria de 600 soldados. No total, o Brasil já participou de mais de 30 missões e cedeu cerca de 17 mil homens. Atualmente, participamos de 10 das 18 operações de paz da ONU.⁵

Resta claro que a decisão política brasileira de se manter atuando mais fortemente nas OMP foi incrementada pós-1988, época em que o país também sofria grandes reformulações em seu cenário interno, pois se reestruturavam as instituições no processo de redemocratização do país e era promulgada nova lei maior do país – a Constituição de 1988.

De todas as participações brasileiras em OMP, passadas e ainda ativas, algumas destacarei, na análise deste trabalho, pela influência política-legal-militar que redundaram. Não que tais participações tenham sido maiores em quantitativo ou mais importantes pelo cenário em que estiveram inseridas, mas pelas conseqüências que trouxeram ao país.

As quatro OMP que destaco são (pela ordem cronológica de ativação), ONUMOSZ (dez/1992 a dez/1994), UNAVEM III (fev/1995 a jun/1997), a seqüência de operações desencadeadas no Timor Leste – UNTAET-UNMISSET-UNMIT (respectivamente, out/1999 a maio/2002, maio/2002 a maio/2005 e ago/2006 até o presente) e, por fim, MINUSTAH (jun/2004 até o presente).

A busca de inserção internacional brasileira, fazendo uso de OMP, não ocorreu de forma aleatória. Coincide com as prioridades de atuação da Política Externa brasileira; ou seja, há claro enfoque no continente americano (vide a atual Operação MINUSTAH, no Haiti), na África (vide as participações em Operações atuais no Sudão e Costa-do-Marfim) e nos países da Comunidade lusófona (vide seu empenho na reconstrução da paz no Timor Leste, em Angola e Moçambique). No caso específico destes dois últimos países citados, há especial relevância, pois, serviram de ponto de inflexão na opção de maior participação em OMP e aglutinavam duas das prioridades brasileiras: países lusófonos e do continente africano. Ao longo do presente trabalho, pretendo ratificar essa opção brasileira de forma contundente.

Cabem então as questões: a atuação sob a égide da ONU, nesses países (e secundariamente nos demais) serviu para aumentar laços de identificação sócio-cultural? Influenciaram a atual relação bilateral com o Brasil? Possibilitou aumento de intercâmbio em diversas áreas, em especial, na econômica e comercial? Ou seja, da “memória destas guerras”, surgiu aproximação na paz? Um pouco do subsídio das respostas às questões propostas decorrem da própria experiência participativa que tive como oficial da Marinha do Brasil que esteve nestes países durante as Operações de Paz, outro tanto, decorre de estudos posteriores na área de Política Externa brasileira.

2. As prioridades da Política Externa brasileira e a opção por Operações de Paz da ONU:

A opção para análise da postura brasileira que motivou esse incremento participativo foi feita a partir de citações de pronunciamentos oficiais em diversos fóruns da própria ONU e que servem como fundamento do recorte temporal adotado.

Desde 1989 o Brasil fez questão de demonstrar à comunidade internacional que, após intensas discussões internas que culminaram com a promulgação de sua nova Carta Magna em 1988, houve a opção legislativa constitucional do Brasil de cooperar com a paz entre as nações e o fomento à integração, ao multilateralismo e ao desenvolvimento dos povos.

Neste mesmo ano, fazendo uso da tradição da ONU de conceder ao Brasil o direito de proferir o discurso inaugural das Sessões anuais da Assembléia Geral das Nações Unidas, o então Presidente do Brasil, José Sarney fez discurso destacando esta opção brasileira:

As novas circunstâncias internacionais – em particular a atenuação da confrontação política e ideológica – certamente abrem oportunidades a uma utilização mais efetiva da ONU. Mas isto não deve significar um retorno puro e simples a um excessivo domínio das superpotências sobre a Organização. A ONU seguramente não pode dispensar o consenso entre as superpotências como base para uma atuação eficaz. Em muitos casos, porém, esse consenso não será bastante. A contribuição de outros Estados-membros pode ser necessária e até indispensável para que a Organização possa agir de forma efetiva e responsável, como uma verdadeira instituição internacional.⁶

Até o ano de 1992, o Brasil parecia uníssono na busca de maior inserção no cenário internacional, mas ainda não havia optado por assumir posturas contundentes na sua participação em OMP. No período 1988 – 1991, o Brasil participou de cinco OMP, quatro no continente africano (UNAVEM I, ONUCA, MINURSO – ativa até hoje e UNAVEM II) e uma no continente americano (ONUSAL), no entanto, em todas elas a participação não contou com grandes efetivos e com grande engajamento político. Foram enviados apenas observadores militares, policiais, pequenos destacamentos médicos (UNAVEM II e ONUSAL) e observadores eleitorais para a ONUSAL. Vê-se, portanto, que a participação quantitativa em OMP já aumentava em relação ao período pré-1988 (13 participações de 1947 a 1987), porém ainda não havia se optado fazer uso deste instrumento de política externa para respaldar a aspiração brasileira de maior inserção no cenário internacional.

Ainda no ano de 1992, por ocasião da abertura da XLVII Sessão Ordinária da AGNU, o então Chanceler brasileiro Celso Lafer (de 13 de abril a 5 de outubro), sob o Governo do Presidente Itamar Franco que assumira após o impeachment do

⁵ Amorim, C. O Brasil e o Mundo que vem aí, 2007.

⁶ Sarney, J. Discurso de abertura da XLIV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 1989 in Corrêa, L. F. de S., Org., *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006*, Brasília: FUNAG, 2007: 514

ex-Presidente Collor, fez seu discurso ratificando a postura anterior, porém inserindo o ingrediente das Operações de Paz na sua argumentação.

O Brasil, como no passado, dispõe-se a contribuir de maneira ativa e construtiva para esse exercício, levando em plena conta o equilíbrio institucional entre os órgãos das Nações Unidas previsto na Carta de São Francisco. A determinação do Brasil em implementar o princípio da responsabilidade coletiva reflete-se concretamente na sua participação freqüente em operações de paz das Nações Unidas.⁷

Em 31 de agosto de 1993, a poucos dias da abertura da Sessão anual da AGNU, tomou posse como Ministro de Relações Exteriores do Brasil, o Emb. Celso Amorim. Em seu discurso, Amorim, volta a citar as OMP, porém destaca, pela primeira vez, a intenção formal do Estado de aumentar sua participação, como se comprova abaixo.

A história recente demonstra que, a despeito de alguns problemas sérios e persistentes, as operações de paz da ONU são importantes para a superação de situações conflituosas, muitas vezes antigas, complexas e delicadas. Espera-se das Nações Unidas que contribuam, com sóbria eficácia, a preservar a paz e a segurança onde elas estejam ameaçadas. O Brasil, que já participa com expressivo contingente de observadores militares nas operações de paz da ONU, pretende ampliar sua atuação neste campo, e já estuda maneira de fazê-lo.⁸

A partir deste ano (1993), tornou-se contumaz a associação do pleito brasileiro de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em especial quanto aos seus Membros-Permanentes, à participação efetiva brasileira em Operações de Paz. Não coincidente com tal associação, a postura participativa brasileira realmente incrementou-se de forma consistente. No ano de 1994 o Brasil enviou seu maior contingente, desde Suez, à OMP instituída em Moçambique (ONUMOZ).

Os reflexos da busca por maior inserção no cenário internacional já começavam a surgir. No campo interno, a economia começava e se estabilizar e o forte crescimento parecia demonstrar que a retomada da ascensão era iminente. As prioridades estratégicas nacionais haviam sido formalmente estabelecidas na publicação da primeira versão da Política de Defesa Nacional – PDN, em 1996. O referido documento apresentou quais as prioridades nacionais no campo da Defesa e extrapolava para as prioridades estratégicas internacionais que afetavam os interesses nacionais. No seu item 2.7, na análise do quadro internacional, o documento dispunha o seguinte:

Para o Brasil, país de diferentes regiões internas e diversificado perfil, ao mesmo tempo amazônico, atlântico, platino e do Cone Sul, a concepção do espaço regional extrapola a massa continental sul-americana e inclui, também, o Atlântico Sul.⁹

Acrescento ainda o disposto no item 2.10:

O fortalecimento do processo de integração proporcionado pelo MERCOSUL, o estreitamento de relações com os vizinhos amazônicos – desenvolvido no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica –, a intensificação da cooperação com os países africanos de língua portuguesa e a consolidação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul – resultado de uma ação diplomática positiva e concreta – conformam um verdadeiro anel de paz em torno do País, viabilizando a concentração de esforços com vistas à consecução de projeto nacional de desenvolvimento e de combate às desigualdades sociais.¹⁰

Resta evidente a opção pela priorização do enfoque regional com o estabelecimento da área considerada vital a essas aspirações, quais sejam o continente americano (priorizando a América do Sul devido à Comunidade Amazônica e ao MERCOSUL), o Atlântico Sul, incluindo aí toda a costa ocidental africana (priorizando os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP). Ou seja, a visão de “busca de maior inserção no cenário internacional” agora começava a configurar um viés de integração regional e natural ascensão nesses blocos considerados prioritários.

Pela primeira vez, pós-1988, o Estado brasileiro formalizava as suas prioridades estratégicas na área de Defesa e o documento supradestacado vem corroborar a opção de interligação das prioridades: ascensão internacional, integração regional (como meio de auxílio em conquistá-la) e a participação nas Operações de Manutenção da Paz (sob a égide de Organismos Internacionais).

Nos anos subseqüentes, a participação brasileira em Operações de Paz aumentou substancialmente, tanto em termos de maior número de operações quanto em emprego de contingentes maiores. A prioridade estabelecida nos países do continente africano concretizou-se, pois após o empenho em Moçambique, o Brasil engajou-se de forma substancial na operação UNAVEM III, em Angola. Ambos os países, além de satisfazerem a priorização brasileira no seu entorno regional, eram membros da CPLP, ou seja, representavam o ambiente propício ao aumento das responsabilidades e de engajamento propalado pelo Ministro Amorim desde 1993. No final da década de 1990, a situação política e de conflito no Timor Leste agravou-se com o pleito de sua independência. Apesar deste remoto país asiático não fazer parte do entorno regional prioritário do Brasil, o crescimento econômico (e, por conseguinte, as oportunidades de maior intercâmbio) da região

⁷ Lafer, C. Discurso de abertura da XLVII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 1992 in Corrêa, L. F. de S., Org., *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006*. Brasília:FUNAG, 2007: 556.

⁸ Amorim, C. L. N. Discurso de abertura da XLVIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 1993 in Corrêa, L. F. de S., Org., *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006*. Brasília:FUNAG, 2007: 577.

⁹ BRASIL, Política de Defesa Nacional, Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DEFES.HTM, acesso em 29/jun./2006.

¹⁰ Idem: Ibidem.

mereceram especial atenção do governo brasileiro. Além disto, o referido país, sendo ex-colônia portuguesa na Ásia e parte da CPLP, fez com que o Brasil decidisse intervir¹¹ na solução do conflito.

O Governo Fernando Henrique, durante seus dois mandatos, manteve a mesma linha de ação até então apresentada, no tocante à busca de maior inserção no cenário internacional, alinhamento de suas prioridades e maior engajamento nas OMP.

Nos anos subseqüentes, a participação brasileira em Operações de Paz aumentou substancialmente, tanto em termos de maior número de operações quanto em emprego de contingentes maiores. A prioridade estabelecida nos países do continente africano concretizou-se, pois após o empenho em Moçambique, o Brasil engajou-se de forma substancial na operação UNAVEM III, em Angola. Ambos os países, além de satisfazerem a priorização brasileira no seu entorno regional, eram membros da CPLP, ou seja, representavam o ambiente propício ao aumento das responsabilidades e de engajamento propalado pelo Ministro Amorim desde 1993. No final da década de 1990, a situação política e de conflito no Timor Leste agravou-se com o pleito de sua independência. Apesar deste remoto país asiático não fazer parte do entorno regional prioritário do Brasil, o crescimento econômico (e, por conseguinte, as oportunidades de maior intercâmbio) da região mereceram especial atenção do governo brasileiro. Além disto, o referido país, sendo ex-colônia portuguesa na Ásia e parte da CPLP, fez com que o Brasil decidisse intervir¹² na solução do conflito.

O ano de 2002 iniciou-se com a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 1 de janeiro. Já em seu discurso de posse no Congresso Nacional, neste mesmo dia, a tônica daquela que viria a ser a viga mestra de sua política externa foi demonstrada.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. [...] O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina. [...] Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento; a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros. [...] Reafirmaremos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. [...] Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.¹³

Vê-se claramente que não houve uma guinada considerável nos rumos até então traçados para a nossa política externa. Houve uma citação explícita à aproximação com os maiores países em desenvolvimento, até então não propalada de forma clara e reafirmou as prioridades estratégicas já esplanadas. Os anos que se seguiram ratificaram seu discurso de posse, no entanto, talvez pelas oportunidades que tenham surgido, talvez por maior empenho ou condições favoráveis, algumas prioridades foram mais enfocadas que outras. Destaco o impulso ao MERCOSUL, as diversas parcerias que o Brasil estabeleceu com os maiores países em desenvolvimento (como, por exemplo, com a criação do G-4, IBAS, G-20, dentre outros) e a aproximação com o continente africano.

Por ocasião da abertura da LVIII Sessão da AGNU, em setembro de 2003, o Presidente reafirmou as prioridades supramencionadas em seu discurso de posse.

A reforma da ONU tornou-se um imperativo, diante do risco de retrocesso no ordenamento político internacional. É preciso que o Conselho de Segurança esteja plenamente equipado para enfrentar crises e lidar com as ameaças à paz. Isso exige que seja dotado de instrumentos eficazes de ação. O Brasil está pronto a dar a sua contribuição. Não para defender uma concepção exclusivista da segurança internacional. Mas para refletir as percepções e os anseios de um continente que hoje se distingue pela convivência harmoniosa e constitui um fator de estabilidade mundial. O apoio que temos recebido, na América do Sul e fora dela, nos estimula a persistir na defesa de um Conselho de Segurança adequado à realidade contemporânea.¹⁴

No entanto, é na abertura da Sessão da AGNU de 2005 que o Chanceler Celso Amorim faz o balanço mais preciso das realizações, prioridades e expectativas do Governo Lula no campo da política externa em relação ao objeto deste estudo.

O Brasil está comprometido em reforçar a aliança estratégica com o principal parceiro em nossa região – a Argentina – e em construir uma América do Sul próspera, integrada e politicamente estável, a partir de nossa experiência no MERCOSUL. [...] continuaremos a buscar incessantemente. A Comunidade Sul-Americana de Nações, fundada em Cuzco, Peru, no ano passado, será um fator de fortalecimento da integração de toda a América Latina e do Caribe. Nosso esforço de estabelecer alianças com outros países e regiões estende-se além do horizonte regional. A criação do IBAS – grupo que compreende a Índia, o Brasil e a África do Sul – aliou três democracias da África, Ásia e América Latina, desejosas de

¹¹ A opção pelo termo “intervir” não é mero acaso. Efetivamente, o Mandato concedido pelo CSNU à Operação a ser desempenhada no Timor Leste (UNAMET – junho de 1999) caracterizava o típico emprego de *Peace Enforcement*. Assim, ruiu por terra o argumento da não-participação brasileira em Operações com caráter intervencionista. A situação política em questão foi prontamente avaliada pelo Congresso Nacional que autorizou incontestemente ajuda brasileira à Operação pelos fortes laços culturais existentes.

¹² A opção pelo termo “intervir” não é mero acaso. Efetivamente, o Mandato concedido pelo CSNU à Operação a ser desempenhada no Timor Leste (UNAMET – junho de 1999) caracterizava o típico emprego de *Peace Enforcement*. Assim, ruiu por terra o argumento da não-participação brasileira em Operações com caráter intervencionista. A situação política em questão foi prontamente avaliada pelo Congresso Nacional que autorizou incontestemente ajuda brasileira à Operação pelos fortes laços culturais existentes.

¹³ Silva, L. I. Lula da. Discurso do Senhor Presidente da República na Sessão de Posse, no Congresso Nacional, em 1º de janeiro de 2002. In: Silva, L. I. L. da et al. *A política externa do Brasil*, Brasília: IPRI/FUNAG, 2003:40 – 43.

¹⁴ Silva, L. I. Lula da. Discurso de abertura da LVIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 2003 in Corrêa, L. F. de S., Org., *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006*. Brasília:FUNAG, 2007: 703.

estreitar os vínculos econômicos, políticos e culturais entre si e suas regiões. Empenhamo-nos, junto com outros países, a formar o G-20, que colocou os países em desenvolvimento no centro das negociações agrícolas da Rodada de Doha. [...] Fortalecer os laços com a África tem sido uma antiga aspiração brasileira. Nenhum outro governo no Brasil perseguiu esse objetivo com a determinação do Presidente Lula. O comércio e a cooperação entre o Brasil e a África cresceram de forma significativa. O diálogo intensificou-se. Temos contribuído para a consolidação da paz e da democracia em países como Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. [...] A mesma solidariedade inspira a participação do Brasil nos esforços de paz das Nações Unidas no Haiti. O envolvimento do Brasil, bem como de outros países latino-americanos, no Haiti não tem precedentes tanto em termos de presença de efetivos militares quanto de articulação política. Animam-nos três objetivos principais: 1) a criação de um ambiente de segurança; 2) a promoção do diálogo entre as forças políticas, com vistas a uma verdadeira transição democrática; e 3) o efetivo apoio internacional para a reconstrução social e econômica do Haiti. O Haiti será, possivelmente, o primeiro caso-teste para a Comissão de Construção da Paz.¹⁵

Desde este pronunciamento, até eventos mais recentes, a experiência e os resultados obtidos pela Missão-Haiti são constantemente utilizados como referência a essa assunção de papel protagonista no teatro internacional. Por ocasião da II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – O Brasil no mundo que vem aí – realizada em 5 e 6 de novembro de 2007, no Itamaraty, o Chanceler Celso Amorim, em seu pronunciamento de abertura do evento voltou a enfatizar essa participação:

O Brasil participa tradicionalmente de operações de paz, uma das atividades mais visíveis e importantes da ONU. [...] Estamos no Haiti, dando nossa contribuição para o êxito da MINUSTAH, juntamente com outros países latino-americanos. [...] O êxito da operação de paz no Haiti e de outras tantas como em Angola, Moçambique e Timor Leste, em que também participamos, não significa que a ONU deva continuar como está. O sentimento preponderante entre os Estados-Membros é de que a organização necessita de reforma.¹⁶

Assim, encerrando o recorte temporal adotado neste trabalho, vê-se claramente a evolução da política externa brasileira no tocante a participação em OMP. Nossa participação aumentou progressiva e expressivamente após 1989, não apenas em termos quantitativos, mas também qualitativos, entendida como aumento de responsabilidades e engajamento nas missões. Note-se também, certa associação nas citações mencionadas entre a maior participação brasileira nestas missões com a argumentação subsidiária ao pleito de assento permanente no CSNU. Esta associação ficou mais patente após o engajamento brasileiro na missão no Haiti.

3. Análise da participação brasileira nas OMP de maior envergadura (ONUMOZ – UNAVEM – UNTAET – MINUSTAH):

Após a participação de um Batalhão do Exército em Suez (1957 a 1967), a Operação ONUMOZ foi a primeira no período de maior engajamento brasileiro nessas operações da ONU (pós-1988) em que o Brasil teve maior envolvimento. À época, o Presidente brasileiro Itamar Franco havia assumido compromisso de se empenhar na reconstrução da paz em Moçambique, país ex-colônia portuguesa, da África Sub-saariana com o qual o Brasil pretendia estreitar laços¹⁷. Nesta OMP o Brasil contribuiu com observadores militares e policiais até 1994. De junho a dezembro de 1994, o Exército manteve em Mocuba uma Companhia de pára-quedistas reforçada de 170 e a Marinha manteve semelhante contingente nas proximidades de Beira, o que representou relevante esforço de mobilização, re-equipagem, transporte e logística das Forças Armadas brasileiras. O Gen. Div. Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva exerceu o comando da ONUMOZ de fev/1993 a fev/1994. Além disso, 15 observadores eleitorais (TSE e Itamaraty) foram cedidos para supervisionar as eleições de outubro de 1994 e o Professor Walter Porto, assessor do Presidente do Congresso Nacional brasileiro, serviu como juiz eleitoral. Assim, vê-se que o engajamento nessa operação envolveu diversos setores nacionais e representou um marco de maior preparação para as OMP vindouras.

A operação UNAVEM III, desencadeada a partir de fevereiro de 1995 também teve grande envolvimento brasileiro. O então Presidente da República brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, também externou o desejo de auxílio a Angola por questões estratégicas e de laços comuns (também ex-colônia portuguesa e da África Sub-saariana atlântica, portanto na área considerada de grande interesse para o Brasil)¹⁸. Nesta OMP o Brasil empregou o maior contingente até então, mais de 4.200 homens, de Infantaria do Exército (800 homens), de engenharia da Marinha e do Exército (200 homens) e dois postos de saúde avançados com médicos das três Forças. Forneceu ainda 40 oficiais para comporem o Estado-Maior da Operação, além de observadores militares e policiais. Diante dos números expostos, reta claro que as lições aprendidas (mobilização, re-equipagem, transporte e logística das Forças Armadas brasileiras) foram fundamentais para o sucesso da Missão assumida pelo país.

A seqüência de operações desencadeadas no Timor Leste (também ex-colônia portuguesa, só que na Oceania) – UNTAET-UNMISSET-UNMIT (respectivamente, out/1999 a maio/2002, maio/2002 a maio/2005 e ago/2006 até o presente) –

¹⁵ Amorim, C. L. N. Discurso de abertura da LX Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 2005 in Corrêa, L. F. de S., Org., *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006*. Brasília: FUNAG, 2007: 754.

¹⁶ Amorim, C. L. N. *O Brasil no mundo que vem aí*. Brasília: FUNAG, 2008: 18 – 20.

¹⁷ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, *A inserção internacional do Brasil: a gestão do Ministro Celso Lafer no Itamaraty*. Brasília: FUNAG, 1993.

¹⁸ Lafer, Celso. *Mudam-se os tempos: diplomacia brasileira - 2001/2002*. Brasília: IRPI/FUNAG, 2002.

também foi iniciada durante a Presidência brasileira de Fernando Henrique Cardoso e, assim que os conflitos foram desencadeados após a declaração de Independência do Timor Leste da Indonésia, o Brasil predisps-se se engajar em alguma Operação desencadeada pela ONU para auxiliar o novo país que surgia. Esta missão teve um caráter temporal de necessidade de mobilização muito forte e teve a característica de ter sido autorizada nos moldes de Força Multinacional, ou seja, com Mandato da ONU, respaldado no capítulo VII de sua Carta, dando maiores poderes de ‘intervenção’ e uso da força aos contingentes da primeira OMP, caracterizava-se como uma OMP de imposição da paz (peace enforcement). O Brasil participou desde o estabelecimento da OMP (UNTAET – out/1999) com oficiais de ligação e observadores policiais. Teve forte papel durante o processo eleitoral, inclusive com transferência de experiência das juntas eleitorais e, assumiu diversos compromissos de intercâmbio e de reestruturação estatal e institucional que perduram até o presente e que justificam a permanência brasileira nesta OMP de consolidação da paz (peacebuilding).

A operação MINUSTAH, desencadeada desde 2004 no Haiti, merece especial destaque por sua envergadura política e de engajamento. A crise haitiana arrasta-se por duas décadas e embora suas motivações tenham origem essencialmente interna – luta pelo poder, desrespeito aos princípios básicos da democracia representativa e do Estado de Direito, violência política e mafiosa, recorrente crise econômica – suas repercussões são transversais provocando um aumento da fragilidade do tecido social que poderia desembocar em guerra civil e desestabilizar o Caribe. O Brasil compartilhou das conclusões do CSNU e decidiu por auxiliar a reintegração do Haiti na comunidade dos Estados democráticos das Américas¹⁹.

Na triste condição de país mais pobre do Novo Mundo – único a integrar a lista dos países menos avançados – PMA, segundo critérios das agências de desenvolvimento das Nações Unidas – o Haiti e seus dilemas apresentaram-se com imensa complexidade e o Brasil, diante do desafio de fazer-se presente e imponente no cenário internacional, aceitou a difícil tarefa de chefiar a Operação. A cooperação internacional deveria operar em quatro planos: segurança (auxílio às polícias e Forças Armadas), reconstrução da infra-estrutura (comunicações, energia, saneamento, saúde e agro-negócios), refundação do Estado e pacto de garantias e liberdades democráticas.

Desde o primeiro mandato de 2004, o Brasil assumiu esta missão e, desde então, já enviou ao país mais de 10.000 boinas azuis brasileiros (militares, policiais e civis). Os esforços financeiros, logísticos e operacionais das Forças Armadas brasileiras é o maior desde a II Guerra Mundial.

Enfim, não resta dúvida, até mesmo pela reedição de Mandatos da ONU reiterando a autoridade brasileira na Operação, que o Brasil tem alcançado resultados dentro do esperado dos quatro planos citados. A segurança interna melhorou segundo os relatórios dos Contingentes, o processo de reestruturação do Estado, com eleições e instituições parece iniciar a percorrer o longo caminho à redemocratização, a infra-estrutura do ainda encontra-se deficiente, mas esforços pontuais dos contingentes com os chamados Quick Impact Projects - QIP (Projetos de Impacto Rápido) e busca de engajamento político de novos parceiros (em especial no Continente) parece apontar para melhorias. Quanto ao cumprimento do pacto de garantias e liberdades democráticas, apenas a readequação de estabilidade e crescimento em todos os pontos citados podem apontar nesta direção; assim, diante das perspectivas, parece que também tende a desfecho satisfatório, apesar de ainda ser especulativo.

Certo fica que o Brasil realmente optou por nova inserção no desempenho de suas funções na ONU, o contínuo aumento de efetivos empregados, o maior comprometimento financeiro em participar destas Operações e os riscos e oportunidades políticas da busca por este protagonismo servem para ratificar que, pós-1988, um novo papel tem sido almejado pelo país.

4. Conseqüências das OMP da ONU em Moçambique na relação bilateral Brasil-Moçambique:

O processo de paz em Moçambique desenvolveu-se de forma bem distinto do ocorrido em Angola. As Nações Unidas, ONU, vinham de uma derrota diplomática de Angola, onde as eleições foram um julgamento popular que forçou a UNITA a regressar para as matas, mergulhando o país numa terrível guerra civil.

Em Angola, a ONU estava desprovida de forças para interposição ou de intervenção. Tanto o governo de Luanda quanto a UNITA dispunham intactos, até às eleições, dos seus artefatos bélicos. Esta experiência inglória interessava, sobretudo, à ONU que não se repetisse em Moçambique. Para permitir uma transição “pacífica e ordeira”, a ONU e as potências ocidentais desenharam a estratégia de relegar a RENAMO para a condição de derrotada artificial, proclamando a Frelimo e seu candidato vencedores da conveniência. Esta versão fala-se nos corredores das chancelarias em Maputo. Assim foi estabelecida a ONUMOZ que encerrou suas atividades em fevereiro de 1995.

Como já relatado na análise da participação brasileira neste processo de peacekeeping, o Brasil teve, pela primeira vez desde sua decisão de engajar-se com vigor nas operações de paz em suas prioridades estratégicas, um papel de destaque nesta proveitosa OMP. Até mesmo, pela primeira vez, o Force Commander, posto máximo de comando das operações militares no terreno foi desempenhado por um brasileiro (Gen. Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva, de fevereiro de 1993 à fevereiro de 1994).

¹⁹ Seitenfus, R. *De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz*. Disponível em: http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Steinfus_-_De_Suez_ao_Haiti.pdf. Acesso em 11/07/2008.

É bem verdade que apesar do envio do maior contingente de militares desde a Segunda Guerra Mundial ao exterior ainda não foi baseado em buscar laços contínuos após o conflito. No entanto, a identificação cultural, aliada às mesmas raízes de colônia portuguesa ensejou ambiente propício a um maior estreitamento de relações entre o Brasil e Moçambique que, nos dias atuais, possibilitaram essa aproximação hoje desejada por ambos os governos.

A aproximação cultural já era mesmo anterior ao processo de paz que redundou na ONUMOZ no início da década de 90. Desde 1985 as telenovelas brasileiras já eram assistidas nos poucos televisores disponíveis à população de baixa renda. A música e a literatura brasileira também geraram influências sobre essas expressões culturais moçambicanas. O autor moçambicano Rogério Manjate assumiu essa nítida influência ao afirmar: “escrevi o conto Jorgina e o Mar, inspirado na poesia de José Craveirinha e também nas músicas do Chico Buarque e a eles dedico: a sensibilidade, a forma genial como o Chico trata as prostitutas na sua música.”²⁰

Há, no entanto, um certo afastamento ainda latente entre o Brasil e Moçambique, talvez pela não vizinhança marítima de outras colônias portuguesas ou mesmo por consequência da maior identificação ocorrida no período da Guerra Fria entre Moçambique e a ex-URSS. Prova disto é que, em recente visita do Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva à Moçambique, ele mesmo reconheceu como sendo ainda “acanhada” a presença de empresas brasileiras em Moçambique e desafiou os empresários do seu país a aumentares a presença no país, notadamente em áreas do conhecimento onde a tecnologia brasileira possa ajudar o crescimento moçambicano, como por exemplo, na área de biocombustíveis.

Em seu discurso ao final de seminário com empresários dos dois países em 17 de outubro, durante sua visita protocolar a Moçambique, Lula afirmara:

Já temos um memorando de cooperação entre os nossos governos e entre a Petrobras e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) de Moçambique. Empresas brasileiras estão prestando consultoria na área do etanol. Para que isso se materialize é fundamental uma associação mais intensa entre agentes econômicas dos dois países. (...) A minha presença aqui sublinha o caráter estratégico indissolúvel que os nossos governos estão determinados a imprimir nessa parceria bilateral.²¹

Perante empresários, Lula da Silva disse ter encontrado em Moçambique “um país em grande transformação” e considerou ser fundamental a constituição de parcerias entre países emergentes perante o “clima de profunda incerteza que marca a cena econômica e financeira internacional”.

A opção estratégica de aproximação Brasil – Moçambique tornou-se mais evidente após a posse do atual presidente brasileiro que, em pouco mais de sete anos de mandato, já realizou nove viagens ao continente africano, todas acompanhado de grande comitiva de empresários brasileiros. Nesta última visita, Lula deixou clara a opção da parceria comercial que deseja estabelecer com Moçambique, baseada em maior reciprocidade (e não imperialismo) ao afirmar:

O comércio com a África praticamente quadruplicou desde 2002, chegamos próximos dos 20 mil milhões de dólares, oito por cento das nossas exportações. Se fosse um só país, a África seria o nosso quarto parceiro comercial. Mas ainda enfrentamos o problema do desequilíbrio da balança comercial (...) precisamos identificar formas de aumentar as exportações de Moçambique para o Brasil e de aumentar os investimentos brasileiros geradores de empregos e renda.²²

A última afirmação do Presidente parece ratificar a preocupação em não concretizar uma “neocolonização” em Moçambique pelo gigantismo da economia brasileira. Deixou patente uma vertente filantrópica e solidária ao cobrar de seus assessores explicações para a demora na construção da fábrica de medicamentos anti-HIV que havia prometido instalar, em sua última visita oficial, em 2007.

Assim, a imagem deixada pelo país em sua participação na operação ONUMOZ parece ter perdido a continuidade no período de consolidação das instituições e de privatizações ocorrido entre 1994 e 1999. Agora, há toda uma nova estrada a percorrer, porém as bases culturais e sociais podem ser fundamentais nesse processo de reaproximação econômico sob influência da grande identidade existente entre os dois países de histórias próximas.

5. Conseqüências das OMP da ONU em Angola na relação bilateral Brasil-Angola:

A relação bilateral Brasil - Angola é bem mais antiga que se possa pensar. Eles têm relações desde o século XVI. A colonização portuguesa tornou o português idioma comum a ambos, na expansão mercantilista portuguesa, o Brasil produzia a cana-de-açúcar e Angola fornecia a mão de obra escrava. Os primeiros povos escravizados no Brasil saíram de Luanda e Benguela e foram levados para Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

No entanto, esta relação vai muito além da identificação lingüística e do passado de exploração portuguesa. Apesar de cada um dos países, nesses séculos, terem seu processo de desenvolvimento diferenciado, os dois apresentam desafios semelhantes: a má distribuição da riqueza que resulta em desigualdade social, a construção de um estado democrático eficiente e íntegro, com um sistema de justiça que promova e defenda os direitos da população e a construção de um modelo político social e cultural genuíno.

Como afirmado anteriormente, o engajamento brasileiro em OMP, a partir da UNAVEM III, demonstra uma retomada de interesse brasileiro em estreitar laços com seu parceiro de colonização portuguesa do outro lado do Atlântico.

²⁰ Manjate, Rogério. Disponível em: http://www.palavrarte.com/entrevistas/entrev_rogeriomanjate.htm. Acesso em 22/10/2008.

²¹ Pólo, Marco. Brasil – Moçambique: Lula desafia empresários brasileiros a apostar em Moçambique. Disponível em: <http://www.nosrevista.com.br/2008/10/17/brasil-mocambique-lula-desafia-empresarios-brasileiros-a-apostar-em-mocambique.html>. Acesso em: 22/10/2008.

²² Idem.

Apenas exemplificando quão grande foi esse engajamento brasileiro, após o maior efetivo enviado à ONUMOZ em Moçambique, dois anos antes e, para se ter uma idéia da magnitude do esforço realizado pelas tropas brasileiras em prol da missão de paz, segue-se um resumo das atividades por elas desenvolvidas:

- os batalhões de Infantaria realizaram cerca de 8.000 missões de patrulhas, percorrendo, com suas viaturas, cerca de 650.000 km; efetuaram mais de 1.500 missões de escolta de autoridades e comboios civis; fizeram a segurança, o cadastro e o controle de quatro áreas de aquartelamento; e estabeleceram seis bases de operações;
- a Engenharia brasileira percorreu mais de 2.800 km de estradas, realizando melhoramentos, construções e reparações; construiu seis áreas de aquartelamento e oito helipontos; lançou 11 pontes de diferentes tipos; e desativou 1.218 minas terrestres;
- os Postos de Saúde realizaram, cada um, mais de 3.200 atendimentos médicos e cerca de 2.500 atendimentos odontológicos, além de 350 cirurgias diversas. Em média, foram efetuados 570 procedimentos laboratoriais e 1.060 exames radiológicos por mês.²³

A partir do início de 1997, o Posto de Saúde do Exército, seguindo orientação da ONU, passou a atuar nas ações humanitárias, aumentando significativamente seus trabalhos e o esforço médico. O repatriamento do contingente brasileiro da UNAVEM III novamente implicou o trabalho conjunto das Forças Armadas; o regresso de todo o pessoal e de todo o material foi realizado por navios da Marinha e aeronaves da Força Aérea.

A OMP UNAVEM III, em Angola, teve, para as tropas brasileiras, um saldo de quatro baixas fatais: três soldados do primeiro contingente foram vitimados por malária contraída na área da missão, embora o óbito de um deles tenha ocorrido após o retorno ao Brasil, e um Fuzileiro Naval do último contingente foi morto durante uma emboscada realizada contra um comboio de viaturas brasileiras.

Com o fim da UNAVEM III, apesar da retomada das hostilidades entre as partes, o Brasil apoiou ainda a nova missão da ONU naquele país com um contingente militar de saúde composto por quinze profissionais oriundos do Comando Militar do Sul. Entre março e outubro de 1999, esse contingente atuou em prol da Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA).

Em 2002 e no início de 2003, o Brasil continuou apoiando as ações de paz da ONU em Angola, atuando, com um coronel e dois tenentes-coronéis do Exército Brasileiro, na Missão das Nações Unidas em Angola (UNMA), responsável por monitorar o fim das hostilidades naquele país e o definitivo cumprimento, pelas partes em luta, das disposições do Protocolo de Lusaka.

Com os números supramencionados, resta evidente que houve contínuo empenho brasileiro em atuar na reconstrução da paz no solo angolano. No entanto, mais que ações militares e seus desdobramentos, parece que um novo período de identificação cultural e social se reiniciou.

Este ano mesmo, em 2008, ocorreu mais uma visita do Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva a Angola, nesta ocasião, o embaixador do Brasil em Angola, Afonso Cardoso, apontou a cultura como um dos principais elos entre os dois países. Falando à imprensa, logo após a cerimônia de lançamento do livro "Capoeira", no Centro de Formação de Jornalistas (Cefojor), em Luanda, o diplomata adiantou que, apesar da vertente econômica ser forte nas relações entre os dois Estados, é o lado cultural que mais tem sobressaído na cooperação bilateral:

É na cultura que os dois povos mais se entendem. É um fato que temos comprovado com a vinda de artistas brasileiros em Angola e a ida de angolanos ao Brasil. Todos eles são bem recebidos e os seus produtos são bem entendidos e consumidos.²⁴

Segundo o diplomata, o bom entendimento deve-se, principalmente, ao fato dos dois povos falarem a mesma língua e terem uma história comum. "São dois povos com história comum e que se entendem perfeitamente", adiantou Afonso Cardoso.

São constantes as citações midiáticas da influência televisiva brasileira em Angola. Termos típicos do português falado no Brasil têm sido incorporados ao dia-a-dia angolano. Até mesmo denominações de locais em Luanda foram dados em homenagem a essa intensa programação televisiva, em especial pelas telenovelas brasileiras (Vide a homenagem feita à novela Roque Santeiro, grande sucesso no Brasil e em Angola).

Em outubro de 2008, mais um capítulo desse interesse de estreitamento de laços entre os países foi reiniciado. Por ocasião da visita do Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva em Angola, em 18 de outubro, anunciou o reforço de US\$ 1 bilhão em financiamentos para empresas brasileiras investirem no país africano. Segundo ele, a decisão é fruto da relação histórica entre os dois países e dos bons resultados econômicos que os angolanos têm apresentado nos últimos tempos.

Por ocasião da abertura do encontro com o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, declarou o presidente brasileiro:

Nossos créditos ajudaram o país a se modernizar. Hoje, mais do que nunca, o Brasil redobra essa aposta. Por isso, anunciei nova ampliação de US\$ 1 bilhão desta linha de crédito. [continuou ainda:] Tomei essa decisão, pois confio na capacidade de as empresas brasileiras ajudarem a encontrar soluções apropriadas a Angola.²⁵

²³ BRASIL, Comando do Exército. A participação da ONU em solo africano. Disponível em: <http://www.cmne.eb.mil.br/haiti/documentos/soloafriano.pdf>. Acesso em: 15/08/2008.

²⁴ ANGOLA, Angola Press. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/lazer-e-cultura/Cultura-apontada-como-principal-elo-entre-Brasil-Angola,4796663-2a5a-4c3f-a495-95e83d6f8c41.html. Acesso em 07/11/2008.

O Chefe de Estado brasileiro lembrou que financiamentos brasileiros possibilitaram, por exemplo, a construção da Hidrelétrica de Capanda, "o mais importante projeto de infra-estrutura do país". Mais tarde, em entrevista coletiva concedida na residência oficial da Embaixada do Brasil em Angola, Lula foi questionado a respeito da injeção de US\$ 1 bilhão no país, tendo em vista o fato de Angola ser considerado por alguns como um dos países com alto nível de corrupção. Ele respondeu que não poderia negar um empréstimo. E acrescentou: "O que é mais importante na relação Brasil-África é que o Brasil tem o poder extraordinário de contribuir, de ajudar esse continente. É impressionante como as pessoas gostam do Brasil. E não é possível que só um oceano nos separe". Lula reforçou que, para o governo brasileiro, a África não representa um espaço a ser colonizado, mas um parceiro.

Nesse sentido, ele destacou o aumento do comércio entre o Brasil e Angola que, segundo ele, ultrapassou US\$ 1 bilhão em julho deste ano. "Desde minha última vinda [em 2003], nosso comércio aumentou quase cinco vezes, com exportações angolanas anuais de US\$ 460 milhões. Angola é o terceiro maior fornecedor africano do Brasil e quarto maior importador de produtos brasileiros na África", afirmou, em discurso com o presidente angolano.

Portanto, a citação do investimento anunciado não teve um caráter meramente de divulgação de um empréstimo ou de uma relação comercial; significava mais, significava o coroamento de uma parceria estratégica entre os países. O próprio site de Angola, no Brasil, faz questão de ressaltar essa parceria em diversos aspectos e, demonstra o quanto os empresários brasileiros têm visto este país africano como excelente opção de investimento e crescimento. Há no site uma extensa relação de empresas brasileiras que se encontram atualmente estabelecidas em solo angolano.

Ainda nesta visita protocolar brasileira, Lula investimentos de Angola no Brasil, citando como exemplo a empresa Somoil, que venceu a disputa para explorar petróleo e gás na Bacia do Recôncavo, na Bahia, tornando-se a primeira companhia petrolífera angolana a trilhar o caminho da internacionalização. Há substanciais intercâmbios em áreas também de desenvolvimento tecnológico, como por exemplo, na área de Tecnologia de Informação desde 2005.

Desta forma, resta evidente a aproximação cultural-social-econômica iniciada entre Brasil e Angola com a opção brasileira em se engajar na consolidação da paz naquele país. A parceria estratégica imaginada na década de 1990 parece começar a colher seus frutos já na inicial década do século XXI.

6. Conseqüências das OMP da ONU no Timor Leste na relação bilateral Brasil - Timor Leste:

Como já descrito anteriormente, a opção brasileira de se fazer mais presente nas Operações de Paz da ONU, como instrumento de desenvolver sua estratégia de maior inserção internacional, coincide com o processo de redemocratização do Brasil pós-1988. No entanto, tal ação só veio a se tornar mais efetiva na década de 1990, com a definição das prioridades da Política Externa brasileira na América Latina, na África e nos países da comunidade lusófona. Vimos nas análises pós-operações em Moçambique e Angola que houve, de certa forma, continuidade temporal entre ambas. A primeira desenvolveu-se no período 1993 a 1995 e a segunda de 1995 a 1997.

Dois anos após as duas grandes participações no continente africano, em países da comunidade lusófona, iniciou-se o grande conflito pró-independência do Timor Leste, em outubro de 1999. A princípio, esta distante ex-colônia portuguesa na Ásia pode parecer que ao fazia parte do entorno estratégico delineado pela política externa brasileira e determinado na Política de Defesa Nacional editada em 1996. No entanto, os laços culturais e a vontade política em prestigiar a CPLP fizeram o Brasil tomar uma postura até então inimaginável. Os riscos de ocorrência de um massacre em massa, de um povo ainda desprovido de proteção, redundou na grande decisão política brasileira em se engajar em uma missão da ONU tipicamente de Imposição da Paz. Ou seja, o apreço à prevalência dos direitos humanos, previsto na Carta Constitucional brasileira, falou mais alto ao Poder Legislativo que o apreço ao princípio da não-intervenção também previsto no mesmo dispositivo constitucional.

O engajamento político brasileiro foi tamanho que, pela primeira vez (e talvez, também, em conseqüência do desempenho amplamente satisfatório nas duas grandes participações anteriores em países lusófonos), foi escolhido para a função de mais alto nível em uma OMP (o Enviado Especial do Secretário Geral, a quem estão subordinados todos os contingentes, militares ou não de uma operação) um brasileiro: o Embaixador Sérgio Vieira de Melo.

As conseqüências na relação bilateral e o sucesso alcançado nas diversas fases das operações de paz desenvolvidas no Timor tornaram a decisão brasileira facilmente agregada pela Política Externa como tendo um grande acerto do Brasil.

Comentários proferidos pelo Embaixador do Brasil em Dili, por ocasião do término de missão do Contingente Brasileiro na Missão de Apoio das Nações Unidas no Timor-Leste (UNMISSET), encaminhados ao Comandante do Exército Brasileiro, pelo Diretor do Departamento de Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, Major-Brigadeiro-do-Ar Carlos Augusto Leal Velloso, deixa claro a posição do Itamaraty de orgulho pela decisão tomada. A Embaixada do Brasil em Dili, em comunicação datada de 27 de maio de 2005, transmite os seguintes comentários sobre o Contingente Brasileiro, à luz do término da missão em Timor-Leste:

O Contingente Brasileiro, com o término do mandato da UNMISSET, partiu no início da semana. As tropas, desde sábado dia 20, começaram a ser embarcadas. (...) Compareci em todos os 7 embarques para apresentar minhas despedidas,

²⁵ Pimentel, Carolina. Lula anuncia mais US\$ 1 bilhão em financiamentos para Angola. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/10/18/materia.2007-10-18.6055580904/view>. Acesso em 22/10/2008.

assim como autoridades militares, numerosos companheiros de farda e alunos da Escola Duque de Caxias, cujo prédio foi todo recuperado por soldados brasileiros, em suas horas de folga.

Foram momentos de emoção, aos quais devo sublinhar as manifestações espontâneas de pessoas no aeroporto, que cumprimentavam e aplaudiam os brasileiros. Sem dúvida nenhuma, o prestígio de que goza o Brasil, sua imagem de país alegre e solidário, deve-se em grande parte, à atuação profissional e ao comportamento exemplar dos 1200 militares que aqui serviram, ao longo dos últimos seis anos.

Permito-me registrar, a propósito do reconhecimento deste país pelo Brasil, em particular pelos soldados, o emocionado discurso proferido pelo presidente Xanana Gusmão, na recepção que ofereci ao Contingente, no último dia 19.

Falando de improviso, não poupou elogios aos militares e ao povo brasileiro. Recordou, com muita simpatia, inúmeros episódios, quer dos soldados que se ocuparam de sua segurança pessoal, quer de suas viagens ao Brasil. (...) O Contingente Brasileiro recebeu as justas homenagens pelo dever cumprido, com o respeito e a admiração que souberam conquistar em Timor-Leste.²⁶

Presentes desde 1999, tropas brasileiras conquistaram os timorenses com simpatia e solidariedade. A responsabilidade pela segurança no país já cabe aos 1,3 mil homens da FDTL, cujo efetivo deve crescer para 3,5 mil. Escolta de comboios, investigações, perícias criminais, segurança de autoridades e controle de fronteiras estão entre as principais tarefas do contingente brasileiro. Mas os militares também reconstruíram escolas, ensinaram capoeira e fizeram atendimento médico. Hoje, quando vêem a bandeira do Brasil numa farda, os timorenses gritam: “Brasileiro, amigo. Ronaldo, Roberto Carlos”.

O Brasil é o país com o maior número de militares no Timor e o único a aumentar seu efetivo após o arrefecimento das hostilidades. As forças de paz estão deixando o país, mas o Brasil foi autorizado pela ONU a ficar, a pedido do comandante das Forças de Defesa do Timor Leste (FDTL), Taur Matan Ruak, que declarou: “Os soldados brasileiros têm um relacionamento especial com os timorenses. São afetivos e bem preparados”.

O embaixador Kywal de Oliveira foi um dos primeiros brasileiros a pisar no Timor Leste. Acompanhou a independência e a instalação da mais nova democracia do mundo da extrema Ásia. Depois de quatro anos morando em Dili, a capital timorense, Kywal deixou o país em agosto de 2004 e declarou:

A OMP no Timor Leste é uma missão muito bem sucedida, onde os militares brasileiros granjearam enorme simpatia e admiração, não só do povo timorense, mas também dos colegas de farda de outras nacionalidades. O que tenho de destacar em matéria de aproximação institucional é a cooperação técnica, sobretudo em matéria de educação informal e saúde. Cito três projetos de cooperação, sendo que a jóia da coroa é um centro de educação técnica organizado pelo Senai, com cursos profissionalizantes de seis meses. O centro tem 250 alunos. Os professores são locais, mas os brasileiros supervisionam. Entre os outros projetos, há o Alfabetização Solidária, do governo federal, e o telecurso, desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho.²⁷

Assim, resta evidente que a participação brasileira nestas OMP (uma vez que a ONU alterou o status da missão e sua denominação por diversas vezes) não se limitou a uma participação militar, nem somente humanitária. Visou uma aproximação duradoura que permitisse um estreitamento de laços culturais e econômicos com o nascente Estado asiático.

7. Conseqüências das OMP da ONU no Haiti na relação bilateral Brasil-Haiti:

Resta inequívoco engajamento político brasileiro no processo de paz ainda insipiente no Haiti. A operação MINUSTAH, instituída pelo Conselho de Segurança em meados de 2004, atribuiu ao Brasil uma responsabilidade até então não assumida pelo Estado e por suas forças armadas em termos de Operações de Paz. Já ocorrera em outras oportunidades termos o Force Comander brasileiro em uma OMP, mas, desta vez, mais que apenas ter a nacionalidade do mais alto cargo militar da Operação, o Brasil assumiu a chefia da missão como um todo. A ONU, desta forma, implicitamente transferiu ao Brasil a missão de coordenar os esforços dos povos democráticos da América Latina e, desta forma, auxiliarem o governo haitiano a construir sua paz e suas instituições.

Já foi relatado o tamanho contingenciamento de meios e esforços levados a cabo pelo Brasil nesta operação que, por ainda estar ativa, não permite uma análise conclusiva sobre seus sucessos e fracassos. No entanto, a despeito de ingerências mais coercitivas de alguns países que chegaram a criticar o Brasil pelo excesso de negociação e, até mesmo, hesitação no uso da força que o Mandato lhe confere, preferiu o diálogo e a construção da paz de forma menos traumática à já sofrida população de uma das nações mais pobres do mundo.

O esforço militar brasileiro foi, sem dúvida, o maior feito desde a Segunda Guerra Mundial. Porém, o esforço político-humanitário também pode ser considerado sem precedentes. Desde pequenos gestos (porém de enorme risco e complexidade) como a partida de futebol entre a admirada seleção de futebol oficial brasileira, com seus ídolos e prestígio, até às inúmeras visitas e viagens oficiais de comitivas de políticos e de empresários sondados pelo Governo brasileiro para lá desenvolverem projetos de ajuda ao país, todo o esforço tem sido feito para consolidar a paz e as instituições haitianas.

²⁶ Guerreiro, Antônio José. Disponível em: <http://www.timorcrocodilovoador.com.br/brasil-exercito-missaopaz.html>. Acesso em 09/07/07.

²⁷ Góis, Fabiola. Correio Brasiliense. A ONU vai, mas o Brasil fica. Disponível em: <http://www.timorcrocodilovoador.com.br/brasil-fabiola4.htm>. Acesso em 29/10/2005.

Até mesmo perante o próprio Conselho de Segurança, o Brasil solicitou autorização para aumentar seu contingente militar exclusivamente com engenheiros militares para auxiliarem a reconstrução da infra-estrutura do país. Assim, tendo em vista que o presente trabalho predispõe-se ao estudo das conseqüências pós-OMP; a análise do caso Haiti ainda pode representar risco de estar contaminada pelas ações em curso e mascararem o que, somente o tempo histórico poderá ratificar. Desta forma, limito a insinuar as grandes possibilidades do Brasil, nesta Operação também, conseguir auferir os frutos que alcançou de parceria social e econômica com os países em que mais se empenhou nas décadas passadas.

8. Considerações finais

O final da era bipolar é, sem dúvidas um ponto de inflexão na atuação da ONU para solução de conflitos internacionais. Enquanto no período 1948-1987 a ONU instituiu apenas 13 Operações de Paz, após o ano de 1989 já foram instituídas mais de 50 destas operações, a maioria delas de natureza intra-estatal.

A atuação brasileira nestas OMP também coaduna com o recorte temporal abordado. Não apenas pela perda de espaço da dicotomia leste-oeste da Guerra Fria, mas principalmente, por reestruturação interna de suas instituições. O processo de redemocratização por que passou o país influenciou os rumos de sua política interna e externa e, dessa maneira, o Brasil passou a focar as Operações de Paz sob a égide da ONU como um excelente tabuleiro para aumentar sua inserção nos diversos fóruns de decisão do panorama internacional. O apressado pelo multilateralismo foi retomado com vigor. As prioridades da política externa brasileira foram formalmente estabelecidas e o maior engajamento brasileiro em quatro Operações de Paz em Moçambique, Angola, Timor Leste e Haiti só vêm ratificar esta opção.

Os princípios constitucionais brasileiros de respeito aos assuntos internos dos países e apreço aos direitos humanos foram exercitados, sem engessamentos, como forma do país poder ajudar sem ser intervencionista ou demasiadamente duro em suas ações. As conseqüências dessa opção pela aproximação com os países onde operou restaram evidentes no considerável aumento de intercâmbio social, cultural e econômico que se instaurou após os processos de paz terem alcançado níveis mais estáveis nestes países. Angola, pode-se dizer, virou um grande aliado estratégico brasileiro no continente africano. Moçambique, apesar de menor grau de influência, também tem demandado grande esforço do governo brasileiro para ser outro importante parceiro. Até mesmo países onde o Brasil pouco atuou em Operações de paz, mas que também viveram o mesmo processo de afirmação de instituições e de independência, como a Namíbia, também têm sido alvo deste maior intercâmbio. A aproximação com o distante e novo país – Timor Leste – é inequívoca; assim como a simpatia lá deixada pela colaboração brasileira. Por fim, o Haiti, país tão cheio de carências materiais, tem sido o maior esforço brasileiro em matéria de operações de paz desde sempre. Há fortes indícios de que o sucesso até o momento da operação liderada pelo Brasil também deva consolidar uma parceria frutífera entre os dois países.

Há, no entanto, dúvida que pode permear essas conclusões irrefutáveis quanto ao caráter voluntário e recíproco dessa parceria estratégica. O gigantismo brasileiro pode ser superficialmente encarado, nessa relação, como uma certa forma de imperialismo ou de neocolonialismo. A refutação a essa argumentação decorre de que as ações empreendidas pelo Brasil, durante o conflito, de forma alguma fizeram uso da força exagerada. Mais ainda, a parceria tem se frutificado sob a demanda do próprio povo destes países, que vê o Brasil como um potencial aliado; que vive ou viveu problemas sociais semelhantes. Assim, o enlace tem se dado fruto de prioridade de ambas as nações (sob o sentido epistemológico do termo) e não apenas dos Governos destes países.

Há controvérsias quanto ao futuro das Operações de Paz capitaneadas pela ONU. Há quem argumente que seus altos custos e engessamento redundariam no decréscimo destas em detrimento de ações capitaneadas por organismos regionais. Não é o que os dados comprovam. A cada dia a ONU é conclamada a solucionar novos conflitos. Aconteceu recentemente na Geórgia, no Sudão e, mais recente ainda, no Congo. Desta forma, a história vem comprovar a validade do aprendizado com passados de sucesso ou de fracasso para auxiliar e subsidiar novas empreitadas.

REFERÊNCIAS

Amorim, C. L. N. Discurso de abertura da LX Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 2005 in Corrêa, L. F. de S., Org., O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006. Brasília:FUNAG, 2007: 754.

_____. O Brasil no mundo que vem aí. Brasília: FUNAG, 2008: 18 – 20.

_____. A política externa do governo Lula: O Brasil no Cenário Mundial. Conferência. Dvd. I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Brasília: IRPI/FUNAG, 2006.

_____. A diplomacia multilateral do Brasil: Um tributo a Rui Barbosa. In: O Brasil e o Mundo que vem aí. Brasília: FUNAG, 2007.

_____. Discurso de abertura da XLVIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 1993 in Corrêa, L. F. de S., Org., O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006. Brasília:FUNAG, 2007: 577.

ANGOLA, Angola Press. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/lazer-e-cultura/Cultura-apontada-como-principal-elo-entre-Brasil-Angola,4796e663-2a5a-4c3f-a495-95c83d6f8c41.html. Acesso em 07/11/2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal,

Centro Gráfico, 2007.

_____. Política de Defesa Nacional, Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DEFES.HTM, acesso em 29/jun./2006.

_____. Ministério das Relações Exteriores, A inserção internacional do Brasil: a gestão do Ministro Celso Lafer no Itamaraty. Brasília: FUNAG, 1993.

_____. Comando do Exército. A participação da ONU em solo africano. Disponível em: <http://www.cmne.eb.mil.br/haiti/documentos/soloafriano.pdf>. Acesso em: 15/08/2008.

_____. Presidência da República. Política de Defesa Nacional. Brasília: Senado Federal, 2005.

Cardoso, F. Henrique. A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do presidente da república. Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI. Brasília, v. 44, n.1. 2001.

Fontoura, P. R. Campos Tarrisse. O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas. Brasília: Instituto Rio Branco, FUNAG, 1988.

Góis, Fabíola. Correio Brasiliense. A ONU vai, mas o Brasil fica. Disponível em: <http://www.timorcrocodilovoador.com.br/brasil-fabiola4.htm>. Acesso em 29/10/2005.

Guerreiro, A. J. Disponível em: <http://www.timorcrocodilovoador.com.br/brasil-exercito-missaopaz.html>. Acesso em 09/07/07.

Guimarães, Samuel P. Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional. 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

_____. Desafios brasileiros na era dos gigantes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Klare, Michael. Rogue States and Nuclear Outlaws. America's Search for News Foreign Policy, Nova York: Hill and Wang, 1995.

Lafer, Celso. Mudam-se os tempos: diplomacia brasileira - 2001/2002. Brasília: IRPI/FUNAG, 2002.

_____. Discurso de abertura da XLVII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 1992 in Corrêa, L. F. de S., Org., O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006. Brasília:FUNAG, 2007: 556.

_____. A inserção internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. O Brasil e a crise mundial: paz, poder e política externa. São Paulo: Perspectiva, 1984.

Lampreia, Luiz Felipe P.. A Política Externa Brasileira. São Paulo: FUNDAP, 1989.

Manjate, Rogério. Disponível em: http://www.palavrarte.com/entrevistas/entrev_rogერიოmanjate.htm. Acesso em 22/10/2008.

Nour, Soraya. A paz perpétua de Kant: filosofia do direito internacional e das relações internacionais. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Carta das Nações Unidas de 26 de junho de 1945. São Francisco: Disponível em: < <http://www.un.org/abaoutun/charter>>. Acesso em: 12 dez 2007.

_____. Relatório Brahime. São Francisco: Disponível em: <http://www.un.org/abaoutun/propchanges>. Acesso em: 12 dez 2007.

_____. Resolução S/RES/1645 do Conselho de Segurança. De 20 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.un.org/depts/dhl/res/ress1645.htm>. Acesso em: 12 dez 2007.

Pereira, Antônio Celso A. A Reforma das Nações Unidas e o Sistema Internacional Contemporâneo, In: Medeiros, A. P. Cachapuz de. (Org.), Desafios do Direito Internacional Contemporâneo. Brasília: FUNAG, 2007: 22.

Pettit, Yves. Droit International du maintien de la paix. 1ère. ed. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 2000.

Pimentel, Carolina. Lula anuncia mais US\$ 1 bilhão em financiamentos para Angola. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/10/18/materia.2007-10-18.6055580904/view>. Acesso em 22/10/2008.

Pólo, Marco. Brasil – Moçambique: Lula desafia empresários brasileiros a apostar em Moçambique. Disponível em: <http://www.nosrevista.com.br/2008/10/17/brasil-mocambique-lula-desafia-empresarios-brasiliros-a-apostar-em-mocambique.html>. Acesso em: 22/10/2008.

Rebelo, A., Fernandes, L. & Cardim, C. H. (organizadores). Seminário Política Externa do Brasil para o século XXI. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

Sarney, J. Discurso de abertura da XLV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 1989 in Corrêa, L. F. de S.,Org., O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006, Brasília: FUNAG, 2007: 514.

Silva, F. C. Teixeira da. (Coord.) et al. O século sombrio: guerras e revoluções do século XX, Rio de Janeiro: Elsevier,2004.

Silva, L. I. Lula da. Discurso Presidente da República na Sessão de Posse, no Congresso Nacional, em 1º de janeiro de 2002. In: Silva, L. I. L. da et al. A política externa do Brasil, Brasília: IPRI/FUNAG, 2003:40 – 43.

_____. Discurso de abertura da LVIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 2003 in Corrêa, L. F. de S., Org., O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006. Brasília:FUNAG, 2007: 703.

Seitenfus, R. De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz. Disponível em http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Steinfus_-_De_Suez_ao_Haiti.pdf. Acesso em 11/07/2008.

Riscos, ambiente e saúde

Métodos de cenários para mitigação de conflitos socioambientais na gestão de recursos hídricos

Ana Rosa Baganha Barp
Universidade Federal do Pará
anabarp@ufpa.br

Rafael Caldeira Magalhães
Universidade Federal do Pará
rafaelcm@ufpa.br

Francisco das Chagas de O. Cacela Filho
Universidade Federal do Pará
cacela@ufpa.br

Resumo: Os mecanismos de gestão constituem um tema central da problemática dos recursos hídricos e da forma como cada sociedade se organiza para fazer face às suas necessidades quantitativas e qualitativas da água, no curto e no longo prazo. Este artigo tem o objetivo de focar a discussão sobre os métodos de planejamento, especialmente a construção de cenários de recursos hídricos, envolvendo análises sociais, econômicas, territoriais e fisiográficas na resolução de conflitos pelo uso da água. Pretende-se com este estudo, aprofundar metodologias integradas de cenarização, pois o futuro é uma construção social e para estabelecer o referencial de um cenário prospectivo pode-se utilizar determinadas ferramentas de análise estrutural, análise de atores sociais e análise morfológica. No campo da fisiografia é permitida a realização de investigação sobre as variáveis tendências baseadas em um conjunto de dados comparados, sobrepostos e avaliados de maneira integrada apontando diversas projeções de situações para uma determinada área de estudo. Aborda-se nesta comunicação uma experiência prática, através do “Projeto Água e Cidadania para o Desenvolvimento Local Sustentável das Bacias Hidrográficas de Rondon do Pará”, constituindo-se como uma proposta inovadora de gestão de recursos hídricos no âmbito local, tendo como principal resultado o aperfeiçoamento dos instrumentos para mitigação de divergências sobre o uso múltiplo da água, alicerçada na participação da sociedade, integrando a bacia hidrográfica com a gestão ambiental.

Introdução

A gestão integrada de bacias hidrográficas, em particular a gestão da água, se sustenta especialmente na capacidade das organizações públicas e privadas de tomar decisões e desenhar estratégias para alcançar objetivos pré-determinados por e para um grupo relativamente grande de atores que dependem e compartilham um mesmo recurso e território. As decisões do grupo de gestão, materializadas em estratégias de ação, se apresentam na forma de planos.

O reconhecimento e a avaliação dos principais problemas referentes à água que afetam a sociedade e sua relação com os recursos naturais podem resultar em uma ação gradual e progressiva focalizada no planejamento, gestão e desenvolvimento sustentável de recursos hídricos.

Segundo Barp (2004), a gestão da água é concebida através de métodos organizados, cujo objetivo principal é solucionar os problemas concernentes ao uso e ao controle dos recursos hídricos, atendendo, dentro de suas limitações econômicas e ambientais e considerando os princípios de justiça social, à demanda de água pela sociedade, a partir das disponibilidades limitadas, previstas em estudos de investigação e diagnóstico.

Várias são as ferramentas e métodos utilizados no campo do planejamento e gestão de recursos hídricos, como instrumentos de suporte à tomada de decisão, orientadas para a gestão contínua e integrada e o uso racional desses recursos. Há uma diversidade de atores e agentes que, de uma forma ou de outra, estão envolvidos nessa questão e que atuam no processo decisório, uma vez que a utilização dos corpos d'água envolve interesses múltiplos.

O diagnóstico/inventário dos recursos hídricos é considerado suporte físico-lógico para avaliação da degradação ambiental nas bacias hidrográficas. A aquisição e o tratamento dos dados serão executados utilizando os métodos convencionais de pesquisa como observações, cotejos de campo, interpretações de imagens de satélite e fotos convencionais, passando pela elaboração de mapeamentos temáticos e sua edição por geoprocessamento e as análises da situação dos recursos hídricos (XAVIER e ZAIDAN, 2004).

O princípio dos usos múltiplos da água foi fundamentado como uma das bases da Política Nacional de Recursos Hídricos do Brasil, instituída pela Lei nº 9.433/97, onde os diferentes setores usuários de recursos hídricos passaram a ter igualdade de direito de acesso à água (ANA, 2006).

A bacia hidrográfica pode ser entendida como uma área definida topograficamente, drenada por um curso d'água ou um sistema conectado de cursos d'água tal que toda vazão efluente seja descarregada através de uma saída (VILELA e

MATTOS, 1975); ou um conjunto das áreas com caimento superficial para determinada secção transversal de um curso d'água, medidas em áreas de projeção horizontal (GARCEZ, 1967).

A bacia hidrográfica estabelece os limites geográficos da ocorrência dos efeitos hidrológicos e da sinergia dos impactos. Ela caracteriza os efeitos de montante para jusante, porém grande parte das reações causa-efeito extrapola os limites da bacia, criando conflitos com a administração social, econômica e política. Funcionam como unidades fundamentais para mensuração dos indicadores geomorfológicos, para a análise da sustentabilidade ambiental baseadas nas características do geossistema e o elemento sócio-econômico (CHRISTOFOLETTI, 1999).

O crescimento populacional e o desenvolvimento econômico implicam diretamente em impactos negativos sobre os recursos hídricos, prejudicando seus usos diversos e sua disponibilidade, que tende a se reduzir em decorrência da degradação do ambiente, ocasionando conflitos pela utilização da água. Quando ocorre uma divergência na utilização das águas, em que são envolvidos pelo menos dois grupos usuários com preferências distintas, há ocorrência de disputas em torno da utilização dos recursos hídricos (VIEIRA e RIBEIRO, 2005).

Um conflito não é algo dado em si, existente, mas sim estabelecido nas relações sociais, enfatiza Barbanti Jr (2002). Considerando a análise etnográfica, um conflito socioambiental específico – usos múltiplos da água – “inicia com a identificação do foco central do conflito: o que realmente está em jogo” (LITTLE, 2004). Seguindo esta linha de raciocínio, um conflito, em alguns casos, poderá se apresentar em várias dimensões, movimentos ou fenômenos complexos. Os conflitos pelo uso da água podem, então, ser enquadrados nos chamados conflitos socioambientais, que envolvem disputas entre grupos sociais em torno do meio natural. Essas divergências ocorrem quando determinado recurso hídrico não atende às múltiplas finalidades que poderia suprir em virtude da não maximização de sua utilização (LANNA, 1995).

A gestão de recursos hídricos tem passado por um período de reformulação de seus procedimentos de avaliação e de desenvolvimento de técnicas matemáticas de suporte à decisão. Observa-se que há certa diferença entre uma abordagem tradicional de seleção de alternativas, baseada na análise custo-benefício, e uma análise mais abrangente, que considera múltiplos objetivos. Trata-se da análise multiobjetivo, cujas técnicas têm-se revelado de grande apoio à decisão, particularmente em problemas de interesse público. Esse tipo de análise consiste na otimização de vários aspectos e interesses de diferentes grupos, cada um com objetivos e valores próprios, freqüentemente conflitantes (BARBOSA, 1997).

Os cenários inserem-se nesta perspectiva de análise, pois buscam construir estimativas de representações do futuro incerto, assim como rotas que levam até essas representações, e como este pode ser influenciado pelas decisões feitas hoje. Os cenários integrados são importantes ferramentas para o planejamento regional sustentável, pois possibilitam combinar uma grande quantidade de conhecimento quantitativo e qualitativo, e conduzirem os resultados de uma análise global de forma clara e acessível (DÖLL, MEDIONDO e FUHR, 2000). Com esses perfis é possível analisar as tendências dominantes e as possibilidades de ruptura no ambiente em que estão localizadas as organizações, instituições, atores sociais.

A abordagem central deste artigo é estudar metodologias de construção de cenários inseridas no campo de pesquisa do mapeamento físico integrado com o mapeamento estratégico, cuja finalidade é de mitigar conflitos socioambientais e otimizar a gestão de recursos hídricos em bacias hidrográficas. Desta forma, é possível aglutinar análise de dimensões sociais, econômicas, físicas, territoriais e ambientais com o propósito de construir cenários com a utilização de metodologias informacionais, tanto da prospectiva quanto da fisiografia.

Esta teoria aplica-se no âmbito do Projeto “Água e Cidadania para o Desenvolvimento Local Sustentável das Bacias Hidrográficas de Rondon do Pará”. É coordenado pelo Grupo de Pesquisa em Recursos Hídricos da Amazônia, vinculado à Universidade Federal do Pará, Brasil. O objeto da proposta fundamenta-se em construir um processo de avaliação dos recursos hídricos das bacias hidrográficas do município de Rondon do Pará, de teor participativo e com a utilização de softwares que adote uma abordagem interdisciplinar analisando a literatura especializada de diversas fontes científicas, à luz da realidade local, visando o fortalecimento do desenvolvimento local sustentável com enfoque na água e cidadania, com envolvimento da comunidade na busca da integração do aperfeiçoamento do planejamento e gestão dos recursos hídricos, a gestão municipal urbana e a gestão ambiental.

Área de Estudo

A área de estudo é a bacia hidrográfica do Rio Ararandeuá no município de Rondon do Pará, localizado na mesorregião Sudeste Paraense, Brasil, afluente à bacia hidrográfica do Rio Capim, na área chamada de Arco do Desmatamento da Amazônia. Possui 40.924 habitantes, sua economia local é sustentada pela indústria extrativa de madeira e pela pecuária (figura 1).

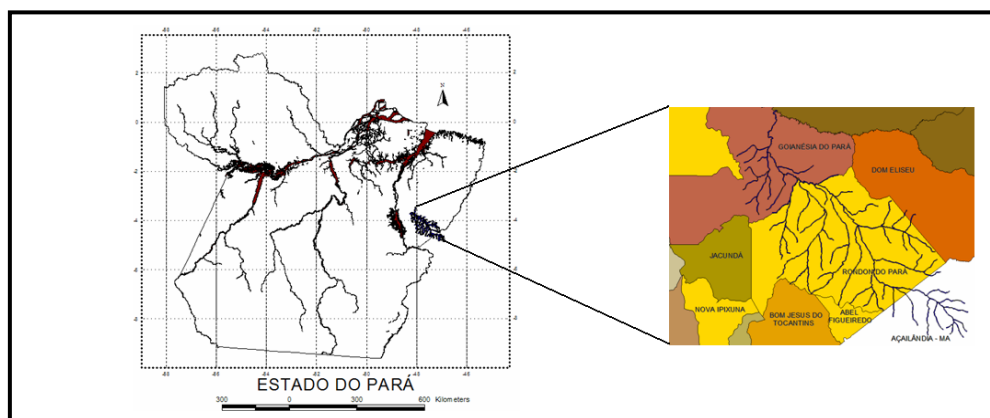


Figura 1 – Localização da bacia do rio Ararandeuá no Estado do Pará - Brasil

A bacia do Ararandeuá possui uma área total de 10742,62 km², sendo que 9.714,08 km², correspondendo 90 % da bacia, localizam-se no estado do Pará e 1028,54 km², correspondendo a 10% da bacia hidrográfica, estão no estado do Maranhão (MA).

O rio Ararandeuá nasce no estado do Maranhão no município de Açailândia a uma altitude aproximada de 400 metros. Os principais afluentes do rio Ararandeuá são pela direita o rio Santa Lúcia e rio do Ouro e, pela esquerda, os maiores e mais numerosos, que são os rios Água Azul, Pitinga, Surubiju e Dourado, além dos igarapés Garrafão e Sete Voltas.

O município de Rondon do Pará reúne as principais características econômicas, administrativas, políticas, sociais, ambientais e territoriais da bacia hidrográfica do rio Ararandeuá. Ressalta-se que os municípios de Goianésia do Pará e Açailândia-MA possuem importância relativa para o presente estudo, haja vista que pouco abrangem da área total da bacia, não configurando elementos suficientes para o estabelecimento das análises para a construção de cenários. Entretanto, deve-se ter atenção para o fato do município de Açailândia conter fragmentos de nascentes da referida bacia hidrográfica. Além disso, a sede administrativa do município de Rondon do Pará é banhada pelo rio Ararandeuá. A partir desta constatação, tal estudo versará importantes descrições sobre a dinâmica municipal, aproximando reflexões entre a gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental, onde priorizar-se-á a descrição dos elementos ambientais, das atividades produtivas e a relação com as alterações no sistema hídricos e finalmente a análise dos interesses dos atores sociais, constituídos como variáveis do processo metodológico.

A geologia do município é representada, em sua maior expressão, pela Formação Barreiras (60% da área), constituída por sedimentos clásticos, mal selecionados, variando de siltitos a conglomerados, com amarelo e vermelho como cores predominantes, compondo os materiais formadores dos solos latossolo amarelo distrófico e argissolo amarelo; e pela formação Itapecurú (35% da área), constituída quase que exclusivamente por arenitos de cores diversas, predominando cinza, róseo e vermelho, finos, argilosos, com estratificação cruzada e silicificações, formadores dos argissolos vermelho amarelo e gleissolo hápico, com presença de cascalhos e pedras localizados em relevo ondulado e forte ondulado. Percebe-se a importância desta caracterização geológica neste estudo, na qual agrava-se a relação existente com o nível de impactos de erosão e sedimentação na bacia hidrográfica, além de favorecer a atividade de exploração mineral, principalmente para a construção civil.

A cobertura vegetal, vocacionada para a atividade madeireira, está composta por duas formações florestais bem distintas, a floresta equatorial subperenifólia e a floresta equatorial higrófila de várzea. O primeiro tipo (subperenifólia) cobre a maior parte da região do município. Todavia, em determinadas áreas, esta formação tem sido substituída através de processos antrópicos por revestimento florístico do tipo “capoeiras latifoliadas” com várias idades, resultante do processo da exploração extrativista madeireira. Já o segundo tipo de formação florestal (higrófila), regionalmente conhecida como “mata da várzea” é pouco representativa na área estudada.

O IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - de Rondon do Pará em 1991 estava em 0.615, tendo aumentado para 0.685 em 2000, índices inferiores à taxa estadual, que estava em 0.663 e 0.720 nos respectivos anos. O município ocupava o 43º lugar no ranking estadual em 1991, tendo caído para a 55ª posição em 2000. Os dados do ano 2000 apontam para uma taxa de 75,70% de alfabetização de adultos; 71,38% de frequência escolar; 66,78 anos de esperança de vida ao nascer; e índices de 0.696 de longevidade, 0.743 de educação e de 0.617 de renda, com R\$ 156,81 de renda per capita. A perda do poder aquisitivo da população e a diminuição de sua renda per capita são contrastantes com todos os investimentos sociais feitos pelo Poder Público nos últimos anos, que geraram a melhoria dos índices sociais e educacionais que compõem o IDH e o IDH-M.

A administração pública direta atualmente é constituída pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão; Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Urbanismo; Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária; e, Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

A economia local ainda é sustentada basicamente pela indústria extrativa de madeira e pela pecuária. Este setor agropecuário representa 49,3% do Produto Interno Bruto Municipal. A agricultura é incipiente, constatando-se a produção de

culturas anuais, cujos principais produtos são: arroz, feijão e milho; e culturas permanentes, tendo como principais produtos a pimenta-do-reino, o coco, o café e o cupuaçu. Foi a partir da necessidade de estimular alternativas econômicas que a administração municipal implantou o viveiro para reposição florestal, com uma produção média de 70.000 mudas de espécies florestais e frutíferas ao ano, distribuídas gratuitamente a produtores rurais e utilizadas para plantio e reposição na área urbana.

A madeira, que mantém em atividade 24 serrarias, 08 fábricas de compensados e 27 movelarias, é um produto cada vez mais escasso, fato que tem ocasionado a desativação de vários estabelecimentos, ou seu deslocamento para outras cidades, contrapondo com a pecuária, que cresce cada vez mais. No ano de 1996, a quantidade produzida de madeira em tora (m³) foi de 993.600 toneladas. Já o carvão vegetal, para o mesmo período, teve uma quantidade produzida de 10.800 toneladas. No ano 2000, a quantidade de madeira em tora produzida foi de 349.580 toneladas. Por sua vez, o carvão vegetal contribuiu com 29.600 toneladas. Para o ano de 2005, a quantidade produzida de madeira em tora foi de 218.869 toneladas.

Em 2005, o rebanho bovino contava 360.598 cabeças, em mais de 900 propriedades cadastradas. Existe, ainda, um rebanho considerável de 6.645 eqüinos, 3.187 muares, 11.290 suínos, 2.491 caprinos, 4.527 ovinos.

Aqui cabe ressaltar que modelo de pecuária adotado na região, como em toda a Amazônia, é o extensivo, sem controle de desmatamento, de queimadas ou respeito aos limites legais de desmatamento, gerando além da destruição dos recursos florestais à contaminação, erosão e assoreamento dos cursos d'água na região. Além disso, esses dados mostram que, longe de representar uma diminuição da pressão sobre os recursos naturais, o que tem ocorrido é o avanço da pecuária extensiva e o agravamento da crise social nas áreas urbanas.

É importante ressaltar que grandes embates sociais sob a ótica da reforma agrária foram realizados em Rondon do Pará. Um dos fatos que comprovam esta observação foi o assassinato, no ano 2000, do sindicalista José Dutra da Costa (conhecido como Dezinho), uma das principais lideranças da região e, na época presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará. Este crime, até a atualidade não teve o julgamento finalizado. A viúva de 'Dezinho', Maria José Dias Costa, é a atual presidente do referido sindicato, e também está ameaçada de morte por fazendeiros da região.

Apesar da diminuição da quantidade de madeira produzida, uma atividade de grande expressividade na bacia do rio Ararandeuá e o carvoejamento.

Os dados do DETER – Detecção do Desmatamento em Tempo Real (MMA, 2008) confirmam que o município de Rondon do Pará (e consequentemente a bacia hidrográfica do rio Ararandeuá), está na lista dos 36 municípios que respondem por 50% do desmatamento do bioma amazônico. Entre agosto de 2006 e julho de 2007, o município de Rondon do Pará foi o 9º município que mais desmatou no Estado do Pará. A metodologia utilizada neste estudo foi o Sistema PRODES, que usa imagens de satélite com resolução espacial entre 20 e 30 m (satélites LANDSAT e CEBERS).

O matadouro municipal registra uma média mensal de 470 bovinos e 170 suínos abatidos. O abate de animais ovinos e caprinos é informal, constatando-se, também, que existe em larga escala o abate informal de bovinos, em desrespeito às normas sanitárias. A estrutura física e higiênica desse logradouro público é precária, contribui para a degradação ambiental do rio Ararandeuá e não segue os padrões sanitários legais.

O abastecimento de água na sede é administrado pela Prefeitura através da autarquia municipal Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, que gerencia o fornecimento e manutenção do sistema, assim como também administra suas receitas. O sistema de abastecimento do SAAE atende 60% da população. Do restante da população, 25% são supridos por microssistemas comunitários e 15% não têm cobertura de serviço. A rede de distribuição, no geral, é incompatível com as normas técnicas. A Prefeitura, no entanto, tem realizado investimentos para combater essa situação, através da execução de parte do projeto geral de abastecimento de água da sede, com projeção de atendimento de 90% da população até o ano de 2019. Os bairros já beneficiados com a compatibilização do sistema são: Parque Elite 60%, Bela Vista 80%, Recanto Azul 50%, Uberaba 90%, Guanabara 80% e Centro 30%. Estão em fase de execução os serviços para atender os bairros Gusmão 80% e Vila Miranda 80%.

Na zona rural, o abastecimento de água é através de microssistemas administrados pela Prefeitura e pelas próprias comunidades, sendo que não há recolhimento de taxas e a manutenção do sistema é encargo do Poder Público Executivo. Esta cobertura é estendida à cerca de 30% da população. Nos últimos anos, houve investimentos já concluídos nas localidades de Santa Helena, Vila Palestina e estão em fase de conclusão os projetos do Km 56 e 69 da BR 222.

Inexiste o esgotamento sanitário tanto na zona urbana, quanto na rural. A pequena rede de drenagem de águas pluviais existente não coleta água de todas as bacias existentes, restringindo-se à coleta dos pontos críticos de linhas d'água, que são sete: seis no centro da cidade, e um, no bairro Gusmão.

Por falta de rigor na fiscalização, muitos moradores acabam canalizando as fossas domésticas para essas galerias de redes de drenagem, o que resulta na poluição do rio Ararandeuá, que margeia a sede do Município. Outro grave problema que ameaça a existência desse importante curso d'água é a exploração mineral desenfreada representada pela extração de areia e seixo, o que vem provocando sérios danos ao meio ambiente.

Material e Métodos

Como o futuro é uma construção social, segundo a definição de Godet (1993), os atores sociais devem ocupar uma posição central na construção de cenários. De um modo geral, cada cenário configura e expressa um determinado quadro hegemônico com o predomínio de uma aliança de atores em torno de um dado projeto. É este projeto político que oferece e assegura a sustentação política dos cenários, especialmente importante quando se trata de cenários de macro-sistemas para o planejamento intersectorial. O futuro depende fortemente da capacidade dos atores constituírem um projeto dominante, assumindo a condução do Estado e conferindo a ele capacidade de intervenção e, principalmente, definindo suas prioridades e formas de atuação nas áreas social, econômica, ambiental, regional, diplomática ou científico e tecnológica.

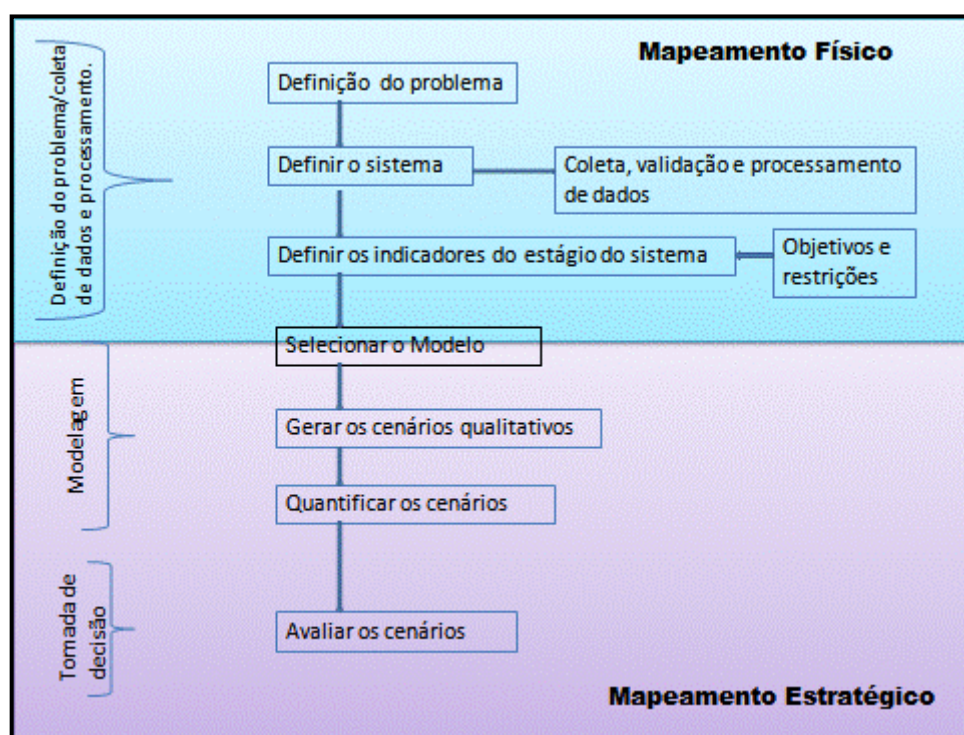
Ribeiro (2001) salienta que quando se utiliza o planejamento por cenários é dado um passo à frente das tradicionais metodologias de planejamento, visto que é integrado às incertezas na construção do futuro, bem como capta a riqueza e a variedade de possibilidades, organizando-as em narrativas de fácil visualização e entendimento – ao invés de armazenar somente grandes volumes de dados estatísticos sobre o assunto em discussão. Além de levar em conta essas características, o autor refere-se à utilização do planejamento por cenários para: identificar possíveis oportunidades de atuação; testar a estratégia em múltiplos cenários; monitorar a execução da estratégia; pesquisar mudanças no ambiente para determinar as estratégias que deverão ser adaptadas ou alteradas para a sobrevivência da organização; reduzir as incertezas com relação à capacidade da liderança em promover ajustes; incrementar a qualidade do pensamento estratégico (reduzindo pensamentos rotineiros).

Segundo Peres e Mendiondo (2004) “a falta de planejamento tende a condicionar a limitação do próprio crescimento urbano”. Com isso os problemas ambientais têm sido cada vez maiores, produzindo impactos ambientais de forte relevância à sociedade humana: aumento de resíduos sólidos; inundações em áreas habitacionais; saúde da população cada vez mais prejudicada; entre outros.

De acordo com Faria (2004);

“Cenários são imagens alternativas de futuro ricas em indicadores para contribuir na tomada de decisões. Esse instrumento, baseado em um conjunto de dados comparados, sobrepostos e avaliados de maneira integrada aponta diversas projeções de situações para uma determinada área de intervenção tendo em vista a solução de um problema ou a melhora de uma condição presente impactante”.

Considerando que a meta do desenvolvimento sustentável requer, por um lado, do planejamento dos recursos hídricos, no qual as medidas e projetos de gerenciamento não só são analisadas com relação a uma viabilidade econômica e tecnológica, ou ainda relativo aos aspectos tecnológicos, ecológicos, econômicos e sociais - isto declina à uma análise integrada do sistema hídrico. Por outro lado, “um planejamento dos recursos hídricos que leva em conta a equidade entre as gerações – idéia central do desenvolvimento sustentável – é apoiado através da geração de cenários” (DÖLL, MEDIONDO e FUHR, 2000). Baseada nesta afirmativa, a figura 2 elucida o processo metodológico relativo as fases constituintes da modelagem quali-quantitativa proposta, que possibilitarão a construção e avaliação de cenários integrados prospectivos, como subsídio ao planejamento dos recursos hídricos sustentáveis relacionado à gestão integrada de bacia hidrográfica.



Sendo:

Mapeamento Físico, constituído da:

Etapa 1: Identificar e delimitar a área do problema (causas do problema);

Etapa 2: Definir o sistema hídrico, incluindo desenvolvimento da população, atividades agro-industriais, fisiografia da bacia hidrográfica, tipo de solo, a resolução e a extensão espaço-temporal (decidir em quais anos os cenários serão desenvolvidos e quais unidades espaciais os cenários serão calculados);

Etapa 3: Definir os indicadores do estágio do sistema hídrico (os indicadores podem ser simples variáveis – variáveis-chave - que são calculadas por um modelo matemático ou pela combinação das saídas de vários modelos ou por inventário, incluindo explicitamente quais são as suas resoluções temporais e espaciais);

Mapeamento Estratégico, composto por:

Etapa 4: Gerar os cenários qualitativos:

análise estrutural;

análise dos atores, e

análise morfológica.

Etapa 5: Quantificar os cenários,

Etapa 6: Avaliar os cenários.

A modelagem computacional quali-quantitativa de um sistema hídrico passa a ser um recurso metodológico o qual permite estudar distintos cenários de intervenção e, conseqüentemente, avaliar os impactos potenciais identificados, com o auxílio de técnicas de análise multi-criteriais a partir da aplicação comparativa de diferentes alternativas. Levy (1999) conceitua as metodologias informacionais como sendo as tecnologias que amplificam, exteriorizam e modificam numerosas funções cognitivas humanas como: memória (banco de dados, hiperdocumentos, arquivos digitais), imaginação (simulação), percepção (sensores digitais, telepresença, realidade virtual) e raciocínio (inteligência artificial, modelagem de sistemas complexos).

Serão apresentadas neste contexto algumas ferramentas computacionais utilizadas para o mapeamento estratégico e mapeamento físico de um sistema hídrico (bacia hidrográfica). No âmbito da prospectiva, centra-se atenção em três módulos o mapeamento estratégico, que serão descritos neste trabalho: análise estrutural (MICMAC), análise de atores (MACTOR) e análise morfológica (MORPHOL). Todas essas ferramentas foram desenvolvidas pelo Laboratoire d'Innovation, de Prospective Stratégique et d'Organisation – LIPSOR, Paris-França. Já para o mapeamento físico, será aplicado o software ARCVIEW GIS, que constrói o Sistema de Informação Geográfica (SIG) associado à técnica de geoprocessamento e o software Watershed Modeling System – WMS, que constrói modelos físicos de bacia hidrográfica, simulações hidrológicas e propiciam análise da degradação de recursos hídricos através de cenários.

Mapeamento Físico

A modelagem é uma técnica utilizada para representar e buscar prognósticos às condições em que o meio está sujeito, através disso é possível mitigar seus impactos (TUCCI, 2000). Inicialmente os modelos hidrológicos são construídos a partir dos dados de entradas (coordenadas geográficas, delimitação das bacias hidrográficas, rede de drenagem, tipo e uso do solo, valores Cuper Number “CN”, curva de nível, precipitação), esses dados podem ser digitalizados em software ou importados.

Posteriormente as simulações hidrológicas podem ser geradas com informações relevantes para o meio hídrico: mapa tridimensional, mapas de alertas prováveis a locais de inundação, delimitação automática das bacias hidrográficas e sub-bacias, declividades e gráficos hidrológicos podem ser analisados.

A simulação e o Sistema de Informação Geográfica (SIG) são usados para identificar a fonte de poluição, analisar os efeitos da poluição no uso do solo e estudar a bacia hidrográfica (CHANSHENG 2002).

O programa WMS gera um modelo físico de bacia hidrográfica interagindo dados pluviométricos (chuva) e fluviométricos (vazão) com dados morfológicos (uso e tipo do solo, rede de drenagem, curva de nível) proporcionando situações onde, através de cada uso do solo e respectivo fator de saturação do solo podem-se prever, de acordo com intensidades e durações de chuvas, as diferentes condições para heterogeneidade da bacia hidrográfica, no que diz respeito à infiltração e ao escoamento superficial. Smemoe et al (2003) utilizaram o software WMS, na determinação dos parâmetros Cuper Number - CN para identificar o escoamento superficial.

Diante do cenário de escassez de recursos hídricos, se faz necessário considerar a influência do uso e tipo do solo na geração do escoamento superficial para usos atuais e futuros em bacias hidrográficas.

O método desenvolvido pelo Serviço de Conservação do Solo (SCS), órgão do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América (USDA) é um modelo hidrológico do tipo chuva-vazão muito utilizado para estimar o CN e também a distribuição e o volume do escoamento superficial de uma área (CARVALHO et al, 2007). A classificação

hidrológica dos solos é importante para estimativa da vazão no exutório da bacia hidrográfica e análise dos cenários físicos construídos no software WMS.

O mapa pedológico e de uso do solo da bacia hidrográfica do rio Ararandeuá foi disponibilizado pelo Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM. Com a superposição dos mapas os grupos hidrológicos encontrados na bacia hidrográfica do rio Ararandeuá, obtive-se um mapa numérico com valores de “CN” para toda a bacia.

Os dados de precipitação e a rede de drenagem contendo rios principais e secundários, também foram inseridos no contexto, esses dados estão disponíveis gratuitamente no endereço eletrônico da Agência Nacional de Águas – ANA (<http://hidroweb.ana.gov.br/>).

Delimitação da área de contribuição da bacia hidrográfica do Rio Ararandeuá

Para realizar a delimitação da área de contribuição da bacia em estudo, foi utilizado o Modelo Digital de Elevação – MDE do terreno disponibilizado gratuitamente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA no endereço eletrônico <<http://www.relevobr.cnpem.embrapa.br>>, provindo do Shuttle Radar Topography Mission (SRTM) (Figura 3). Esta imagem possui resolução espacial de 90 metros e variação entre as cotas de 0,5 metro. As imagens obtidas para o estudo foram as seguintes: S 04-W 048, S 04-W 049, S 04-W 050, S 05-W 048, S 05-W 049, S 05-W 050, S 06 -W 048, S 06-W 049 e S 06-W 050.

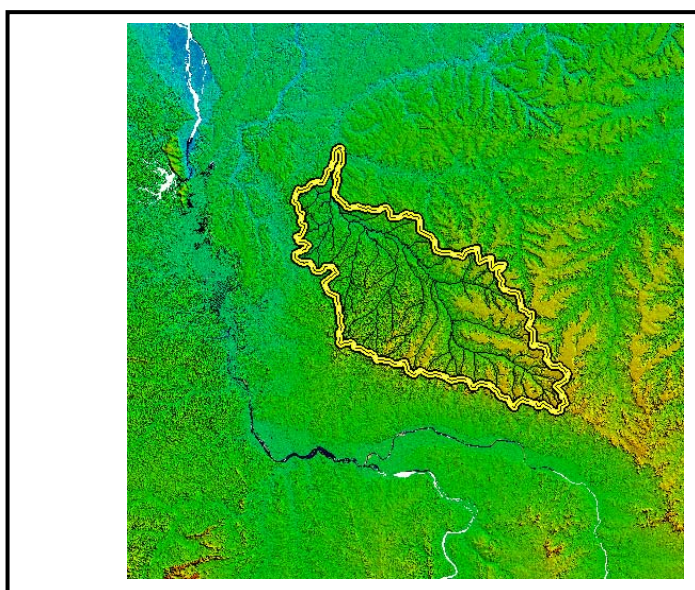


Figura 3: Imagem MDE da Bacia do Rio Ararandeuá, Brasil.

A partir do MDE, pode-se delimitar a bacia hidrográfica utilizando o software Watershed Modeling System – WMS 8.1, onde foram aplicados os seguintes passos: seleciona-se o menu DRAINAGE (drenagem) e o comando COMPUTE TOPAZ FLOW com o objetivo de direcionar corretamente o fluxo, posteriormente escolhe-se a ferramenta CREATE POINT OUTLET onde pretende-se indicar ao programa o exutório da bacia, finalmente escolhe-se o menu DRAINAGE e o comando DEM->Streams Arcs que automaticamente o WMS descreve a rede de fluxo com o ponto de saída e assim, obtém o polígono que delimita a área de drenagem da bacia do Rio Ararandeuá.

Classificação do tipo e uso do solo

O estudo e mapeamento dos solos são essenciais para o enquadramento dos grupos hidrológicos e gerar o modelo da bacia hidrográfica e obter o entendimento das simulações hidrológicas geradas no WMS.

Na classificação original do solo, o SCS reuniu os solos dos Estados Unidos em quatro grandes grupos baseando-se na premissa de que os perfis de solo com características semelhantes (espessura, textura, conteúdo de matéria orgânica, estrutura e grau de expansão) responderão de forma semelhante a uma chuva de grande duração e intensidade considerável, ou seja, conforme a capacidade de infiltração e produção de escoamento, sendo a cada um deles atribuído uma letra A, B, C ou D. (CARVALHO et al, 2007).

Para este trabalho utilizou-se o mapa pedológico disponibilizado pelo SIPAN e a classificação dos solos de acordo com os grupos hidrológicos indicado pelo (SCS) dos Estados Unidos.

Solo A: solos que produzem baixo escoamento superficial e alta infiltração. Solos arenosos profundos com pouco silte e argila.

Solo B: solos menos permeáveis do que o anterior, solos arenosos menos profundo do que o tipo A e com permeabilidade superior à média.

Solo C: solos que geram escoamento superficial acima da média e com capacidade de infiltração abaixo da média, contendo percentagem considerável de argila e pouco profundo.

Solo D: solos contendo argilas expansivas e pouco profundas com muito baixa capacidade de infiltração, gerando a maior proporção de escoamento superficial.

Este trabalho não objetivou classificar o solo de forma mais criteriosa, pois para obter os grupos hidrológicos é necessário considerar “a profundidade, a textura, o gradiente textural entre o horizonte superficial e sub-superficial, a porosidade dos solos e a atividade da argila que quanto mais alta maior o grau de expansão do solo” (CARVALHO et al, 2007).

Os poluentes resultantes do escoamento superficial para Alencar et al (2006) “são constituídos de acordo com sedimentos, nutrientes, agroquímicos e dejetos de animais. Nos Estados Unidos da América admite-se que 50% a 60% de carga poluente que contaminam lagos e rios, respectivamente, são provenientes da agropecuária”. Observa-se na área em estudo atividade econômica principal a extração de madeira e a pecuária originando grandes problemas ambientais nos corpos d’água do rio Ararandeuá.

O cálculo do escoamento superficial foi realizado por unidade de área da bacia a partir de uma conhecida precipitação P. Para conhecer a variável “S” foi necessário utilizar o método SCS, o “curver number” (número da curva de escoamento superficial) “CN”. Este parâmetro representa o cruzamento de valores entre o uso do solo com o tipo do mesmo para gerar os grupos hidrológicos, com isso é possível encontrar a variável “S”, e calcular o escoamento superficial no programa WMS. Estas curvas foram numeradas de 0 a 100 e “S” (equação 1) está relacionado ao “CN” por;

$$S = \frac{25400}{CN} - 254 \quad \text{equação 1}$$

Estabelece o valor de CN numa escala de 1 a 100. Esta escala mostra as condições do solo, variando de uma cobertura muito impermeável (limite inferior) até uma cobertura completamente permeável (limite superior) (TUCCI e BERTONI, 203).

Mapeamento Estratégico

a) Análise Estrutural

A análise estrutural, através da utilização do método MICMAC (Matriz de Impactos Cruzados – Multiplicação Aplicada a uma Classificação), tem como objetivos: reduzir a complexidade do sistema (pois a prospectiva parte do complexo para o simples), detectar as variáveis-chaves (hierarquizando-as) e detectar os atores na origem da evolução das variáveis-chave. Em síntese, consiste em elaborar uma imagem do estado atual do sistema, constituído pelo ambiente (político, econômico, ambiental, dentre outros) que o envolve. Segundo Alvarenga e Carvalho (2007) esta delimitação do sistema e a subsequente determinação das variáveis-chave permite colocar em evidência uma hierarquia das variáveis (motrizes e dependentes), confirmar (ou não) as intuições iniciais e eventualmente levantar, para outras variáveis, questões que, de outra forma, não teriam sido colocadas.

Foram identificadas três fases fundamentais da análise estrutural: a primeira etapa consiste em recensear o conjunto das variáveis que caracterizam o sistema estudado e o seu ambiente (externo e interno). Com relação à fase intermediária (descrição das relações entre as variáveis), dentro de uma abordagem sistêmica, uma variável só existe através das relações que mantém com as outras variáveis. Assim, a análise estrutural procura identificar as relações existentes entre as variáveis, utilizando um quadro de dupla entrada denominado matriz de análise estrutural. A fase que finaliza o método (identificação das variáveis-chave) consiste em identificar as variáveis essenciais à evolução do sistema através de classificações diretas e indiretas.

Outra informação gerada pelo MICMAC é a classificação de variáveis, que podem ser: Motrizes: são variáveis de força, que regem os acontecimentos futuros; Dependentes: são aquelas que sofrem influência das variáveis motrizes; seu comportamento vai depender do desempenho das motrizes; de Ligação: variáveis que, ao mesmo tempo, têm alta motricidade e alta dependência, ou seja, têm ao mesmo tempo capacidade de influenciar e serem influenciadas pelo sistema; Independentes: são aquelas de baixa motricidade e baixa dependência, que acabam por não influenciar o sistema.

As forças motrizes são o insumo para a realização da análise estrutural, e devem advir da análise das variáveis relevantes levantadas na etapa anterior. A metodologia consiste em realizar a análise das relações existentes entre essas variáveis, por meio da matriz de relacionamentos, obtendo como um dos resultados o conhecimento daquelas variáveis que mais afetam o sistema (variáveis motrizes).

Uma vez conhecendo como as variáveis (ou aspectos) relacionadas aos recursos hídricos se comportam no sistema, parte-se para a definição das Incertezas Críticas. Essa definição é qualitativa, realizada com os atores sociais locais. As Incertezas Críticas são aspectos que afetam muito os recursos hídricos na bacia hidrográfica estudada e que apresentam alta incerteza quanto ao seu comportamento futuro.

O preenchimento da matriz é possível por meio das informações coletadas pelo diagnóstico, reconhecimento do sistema e o estudo aprofundado da área, sendo realizado pelo analista. As variáveis escolhidas podem ser observadas na tabela 1.

Tabela 1 – Representação das variáveis do sistema estudado

Domínio da Variáveis	Variáveis	Representação da variáveis
Atividades produtivas	Extração Vegetal	Ext_Veg
	Pecuária	Pec
	Mineração	Min
Alterações ambientais no sistema hídrico da Bacia	Desmatamento	Desm
	Erosão e sedimentação	Ers_Sdm
	Degradação de nascentes	Deg_nas
	Impactos da Urbanização	Imp_Urb
Gestão Hídrica e Ambiental	âmbito Nacional	Âmb_Nac
	âmbito Estadual	Âmb_Est
	âmbito Local	Âmb_Loc

A matriz é preenchida da linha para a coluna em que é indicada a influência que a variável da linha exerce nas variáveis da coluna. A diagonal principal é sempre nula uma vez que não considera a influência da variável nela mesma.

Após o preenchimento da matriz, somam-se os valores das linhas e das colunas. O valor das linhas indica a força que essa exerce no sistema, ou seja, quanto maior o valor, maior é a motricidade da variável. O valor das colunas indica o grau de dependência da variável, quanto maior o valor, maior é a influência que essa variável recebe do sistema.

Define-se, então, os pontos médios de motricidade (PM), dado pela média entre os maior valor de motricidade (VM) e o menor valor de motricidade (vM), como indicado na equação 2. Da mesma forma, é determinado o ponto médio de dependência (PD) dado pela média do maior valor de dependência (VD) e pelo menor valor de dependência (vD), como indicado na equação 3.

$$PM = [(VM) + (vM)] / 2 \quad \text{equação 2}$$

$$PD = [(VD) + (vD)] / 2 \quad \text{equação 3}$$

Variáveis com valores de motricidade acima de PM são consideradas de alta motricidade e variáveis com valores abaixo de PM são consideradas de baixa motricidade. Da mesma forma, variáveis com dependência acima de PD são consideradas de alta dependência e abaixo desse valor são consideradas de baixa dependência. Com esses valores das variáveis e dos pontos médios, é possível plotar o mapa de motricidade e dependência.

b) Análise de Atores

Análise de atores sociais procura avaliar as relações de força entre esses e estuda suas convergências e divergências dada uma configuração de um conjunto de objetivos estratégicos, os quais descrevem ou determinam essa situação de futuro. Constitui-se como uma ferramenta importante dentro da perspectiva da metodologia integrada de Godet (1993). A ferramenta “Atores, Objetivos, Relações de Força” – MACTOR – configura-se em dois elementos principais: relação entre ator-ator e relação ator-objetivos. É importante ressaltar que essas análises são bastante relativas, pois o resultado do jogo de forças é indeterminado, dependendo precisamente do objeto de análise, isto é, do poder e das posições dos atores.

A percepção dos conflitos e alianças deve ser uma preocupação constante. O processo pode também contribuir para uma maior participação e reflexão estratégica por parte dos diferentes atores, sendo desejável a realização de entrevistas a esses atores objeto de análise.

A primeira fase do método é construir o quadro das estratégias dos atores. A construção deste quadro diz respeito aos atores que comandam as variáveis-chave obtidas na análise estrutural: é justamente o jogo destes atores ‘motores’ que explica a evolução das variáveis comandadas. As informações recolhidas sobre os atores devem contemplar as finalidades, objetivos, projetos em desenvolvimento (e de intenção futura), suas motivações políticas e meios de atuação.

A segunda fase identifica os desafios estratégicos e os objetivos associados. Neste caso, é importante realizar as entrevistas referidas anteriormente e uma reunião conjunta com os atores sociais definidos no sistema.

A terceira fase se preocupa em posicionar os atores em função dos objetivos e identificar as convergências e divergências. Trata-se de descrever, através de uma matriz “atores x objetivos” a atitude de cada ator, na atualidade, em

relação a cada objetivo, indicando seu acordo (+), desacordo (-1) ou neutralidade (0), da mesma forma como no exemplo da matriz de análise estrutural. Esta matriz permite visualizar grupos de atores em convergência de interesses, identificar atores potencialmente ameaçados e analisar a estabilidade do sistema. É possível estabelecer grafos para representar tais relações.

A quarta fase serve para hierarquizar para cada ator as suas prioridades de objetivos. Para aproximar o modelo à realidade, convém ter em consideração igualmente a hierarquia dos objetivos para cada ator. Avalia-se, assim, a intensidade do posicionamento de cada ator por meio de uma escala específica.

A quinta etapa consiste em avaliar as relações de força dos atores. Constrói-se uma matriz das influências diretas entre atores a partir do quadro estratégico dos atores, valorizando os meios de ação de cada ator.

A sexta fase integra as relações de força na análise das convergências e divergências entre os atores permitindo observar a deformação das alianças e conflitos potenciais, tendo em conta as hierarquias dos objetivos e das relações de força entre os atores.

A última fase do MACTOR serve para formular as recomendações estratégicas e as questões-chave para o futuro. Ajuda, por exemplo, a testar possibilidades de evolução das relações entre atores, a emergência e o desaparecimento de atores, as mudanças de papéis, dentre outros.

Para a situação deste estudo de caso, são definidos como atores de maior relevância para a gestão de recursos hídricos do Rio Ararandeuá: Poder Público Executivo (Prefeitura Municipal e Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará); Setor Produtivo (fazendeiros pecuaristas, donos de serraria e exploradores de minérios); Organizações Não-Governamentais; Movimento Social (sindicato de trabalhadores rurais); Representantes de comunidades não organizadas formalmente; Professores de Escolas Públicas; Poder Público Legislativo (Câmara de Vereadores); Poder Público Judiciário (Ministério Público).

A partir de informações sistematizadas colhidas em campo, através de entrevistas junto aos atores sociais interessados no sistema, define-se a matriz de forças entre atores, matriz de influência direta (MDI). Essa matriz estabelece o nível de influência que cada ator tem com relação aos outros. Para isso, deve-se conhecer bem a dinâmica e o comportamento desses atores dentro do sistema estudado. Nesse caso, também são definidos pesos para indicar o nível de influência que um ator exerce em outro. Para isso, também é necessário conhecer bem o comportamento dos atores e ter um histórico das ações que esses atores têm tomado com relação aos recursos hídricos.

A partir de interações entre os atores x atores e atores x objetivos, é possível estabelecer matrizes de influência direta e indireta, gráficos de motricidade e dependência. Tal aplicativo apresenta relações de aliança e conflitos para cada objetivo, na forma de um histograma que, quando apresentado em ordem decrescente de possíveis conflitos, são consideradas as menores diferenças em módulo entre os valores a favor e em contrário para cada objetivo. Esse histograma é chamado de histograma de posicionamento dos atores.

c) Análise Morfológica

A análise morfológica (metodologia na base do software MORPHOL) clarifica e simplifica e elaboração de cenários a partir das evoluções possíveis/prováveis das variáveis-chave (identificadas na análise estrutural), refletindo o comportamento dos atores (estudado na análise de jogos dos atores). O princípio fundamental é a decomposição do sistema estudado em subsistemas ou componentes, sendo que as componentes devem ser as mais independentes possíveis e cobrir a totalidade do sistema estudado. Cada componente pode ter diferentes configurações, existindo tantas soluções possíveis quanto combinações de configurações. Este espaço dos possíveis também se denomina “espaço morfológico”.

A análise morfológica tem sido empregada para desenvolver cenários e modelar cenários em laboratório; desenvolver estratégias alternativas; análise de risco; relacionar entradas e saídas em sistemas políticos complexos; desenvolver modelos para analisar posições dos atores; avaliar diferentes estruturas organizacionais; apresentar e compreender sistemas complexos através de modelos visuais.

Para o entendimento do processo analítico, será apresentada na tabela 2 a decomposição do sistema, utilizando o conjunto simplificado de variáveis, para o caso específico da área de estudo.

Tabela 2 – Definição do espaço morfológico

Domínio Variáveis	Variáveis	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Atividades produtivas	Extração Vegetal	Grande crescimento	médio crescimento	estagnado
	Pecuária			
	Mineração			
Alterações ambientais No sistema hídrico da Bacia	Desmatamento	forte impacto ambiental	médio impacto ambiental	pouco impacto ambiental
	Erosão e sedimentação			
	Degradação de nascentes			
	Impactos da Urbanização			
Gestão Hídrica e Ambiental	âmbito Nacional	Bem estruturado e atuante	pouco estruturado e pouco atuante	
	âmbito Estadual			
	âmbito Local			
Atores sociais	Setor Produtivo	Consciente	Conivente	

	Sociedade Civil	Organizada e atuante	Desarticulada	
--	-----------------	----------------------	---------------	--

A análise morfológica permite um varrimento sistemático do campo dos possíveis. Para não ser submerso pela combinatória, é necessário aprender a navegar no interior do espaço morfológico, graças a critérios de preferências ou restrições de escolha permitidos pelo software MORPHOL. No caso da construção de cenários, a partir das etapas anteriores do método integrado (análise estrutural e análise de jogos de atores), são definidas as incertezas críticas e as hipóteses do sistema estudado.

Considerações Finais

Com a Política Nacional de Recursos Hídricos, de 8 de janeiro de 1997, o Brasil inaugura um novo modelo de gestão da água, considerando, de forma prioritária, a participação da sociedade na tomada de decisões acerca do gerenciamento dos recursos hídricos. A Lei das Águas é clara e objetiva na definição das diretrizes gerais de ação, às quais se referem à indispensável integração da gestão da águas com a gestão ambiental. Outros avanços confirmam o caráter de bem essencial à vida, eis que, em situações de escassez, o uso prioritário é o consumo humano e de animais, devendo a gestão dos recursos hídricos proporcionar sempre o uso múltiplo das águas.

O presente trabalho se propôs a mostrar que o planejamento dos recursos hídricos no âmbito do desenvolvimento sustentável se pauta por ações interligadas de forma sistêmica e que o método de Mapeamento Físico associado ao Mapeamento Estratégico, aplicados na construção e avaliação de cenários integrados prospectivos, podem contribuir para a viabilização do desenvolvimento e, conseqüentemente, como subsídio aos tomadores de decisão.

Este texto procurou identificar alguns elementos que constituem um debate bastante atual sobre conflitos socioambientais, especificamente aqueles relacionados aos usos múltiplos da água. Procurou-se mostrar, ainda que com brevidade, as linhas centrais de argumentação da estrutura metodológica que contribuirá para o entendimento da construção dos cenários prospectivos. Essas metodologias serão divididas em duas estruturas de mapeamento (físico e estratégico) para efeito de aglutinação de seus principais argumentos e avaliações - cenarização. Um cenário não faz predições do futuro nem pode ser qualificado pela sua probabilidade. Os cenários são imagens alternativas do futuro. Embora não conclusiva, permite contribuir um pouco mais para as discussões sobre modelos de planejamento e a gestão integrada dos recursos hídricos em sistemas amazônicos. Em particular, espera-se ter evidenciado que a mitigação de conflitos por múltiplos usos da água depende de um enfoque interdisciplinar na construção de um método informacional, que consiga agregar elementos presentes na quase totalidade das situações conflituosas.

Por fim, este trabalho apenas constitui em uma proposta metodológica de um ‘mapeamento’ dos elementos principais para estruturar as ações estratégicas em torno da bacia hidrográfica. Pretende-se dar seqüência a este trabalho, através da elaboração dos outros passos da metodologia do marco lógico, para que com isso, tenha-se um material completo, com resultados calibrados e validados, que possam auxiliar na formulação de políticas públicas locais.

Agradecimentos

Este trabalho contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio da concessão de bolsa de estudo de pós-graduação em nível de mestrado; e faz parte do projeto de pesquisa “Água e Cidadania para o Desenvolvimento Local Sustentável das Bacias Hidrográficas de Rondon do Pará” financiado e certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), coordenado pelo Grupo de Pesquisa Recursos Hídricos da Amazônia (GRHAMA) do Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Pará - Brasil.

Bibliografia

- ALENCAR, D. B. S. de; SILVA, C. L. da & OLIVEIRA, C. A. da S. (2006). Influência da precipitação no escoamento superficial em uma microbacia hidrográfica do Distrito Federal. Eng. Agríc., Jaboticabal, v. 26, n. 1. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69162006000100012&lng=pt&nrm=iso. (Consultado na Internet em 23 de Março de 2007).
- ALVARENGA, A. & CARVALHO, P. S. (2007). A escola francesa de prospectiva no contexto dos futures studies – da Comissão do Ano 2000 às ferramentas de Michel Godet. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Documento de Trabalho 01.
- Agência Nacional de Águas. Política Nacional de Recursos Hídricos (2006). <http://www.ana.gov.br/GestaoRecHidricos/UsosMultiplos/default.asp>. (Consultado na Internet em 04 Abril de 2006).
- BARBANTI JR, O. (2002). Conflitos socioambientais: teorias e práticas. Anais do I Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Dimensões sócio-políticas da Sustentabilidade. 6 a 9 Novembro de 2002. Indaiatuba, São Paulo, ANPPAS, 1-20.

- BARBOSA, P. S. F. (1997). O emprego da análise multiobjetivo no gerenciamento dos recursos hídricos brasileiros. *A Água em Revista*, 1(9), 29-35.
- CARVALHO, R. G.; FILHO, W. M. M & VENDRAME, F. I. (2007). Utilização de sistema de informações geográficas para o mapeamento do potencial de retenção de águas pluviais no município de São José dos Campos – SP. *Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, Florianópolis, Brasil, 21 a 26 de Abril 2007, INPE, 3453-3460.
- CHANSHENG, H. (2007). Integration of geographic information systems and simulation model for watershed management. *Environmental Modelling & Software*, Michigan, EUA. <http://www.sciencedirect.com/>. (Consultado na Internet em 27 de Março de 2007).
- CHRISTOFOLETTI, A. (1999). Modelagem de sistemas ambientais. São Paulo: Edgar Blücher.
- DÖLL, P.E.; MEDIONDO, M. & FUHR, D. (2000). Desenvolvimento de cenários como uma ferramenta para o planejamento regional. *Anais do Workshop SRH –WAVES (Water Availability, Vulnerability of Ecosystems and Society in the Northeast of Brazil)*, Fortaleza,
- FARIA, S. A. de & FARIA, R. C. de. (2004). Cenários e perspectivas para o setor de saneamento e sua interface com os recursos hídricos. *Eng. Sanit. Ambient., Rio de Janeiro*, 9(3). http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-41522004000300006&lng=pt&nrm=iso. (Consultado na Internet em 23 de Março de 2007).
- GODET, M. (1993). Manual de prospectiva estratégica: da antecipação à ação. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- KARAMOUZ, M.; SZIDAROVSKY, F. & ZAHRAIE, B. (2003). *Water resources systems analysis*. New York: Lewis Publishers.
- LANNA, A. E. (1995). Gerenciamento de Bacia Hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (coleção Meio Ambiente).
- LÉVY, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34,
- LITTLE, P. E. (2004). A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. *Anais do II Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Justiça ambiental, conflito social e desigualdade*. 26 a 29 de maio de 2004, Indaiatuba, São Paulo, Brasil.
- Ministério de Meio Ambiente (2008). MMA divulga lista dos municípios que mais desmataram em 2007. www.mma.gov.br/noticias. (Consultado na Internet em 24 de Janeiro de 2008).
- PERES, R.B. & MENDIONDO, E.M. (2004). Desenvolvimento de cenários de recuperação como instrumento ao planejamento ambiental e urbano - Bases conceituais e experiências práticas. In *Seminário NEUR/CEAM*, Brasília, DF. A questão Ambiental e Urbana: Experiências e Perspectivas, Brasília: NEUR/CEAM/UnB (pp.1-20).
- RIBEIRO, M. P. M. (2001). Planejando por cenários: uma ferramenta para a era do conhecimento. *Revista Científica das Faculdades SPEI*, 2(2), pp. 20-26.
- SMEMOE, C. M & NELSON, J. (2003). Spatial averaging of land use and soil properties to develop the physically-based green and ampt parameters for HEC-1. *Environmental Modelling & Software*, California, EUA. <http://www.sciencedirect.com/> (Consultado na Internet em 27 de Março de 2007).
- TUCCI, C. E.M. & BERTONI, J. C. (orgs.). (2003). *Inundações urbanas na América do Sul*. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos.
- TUCCI, C.. E. M.(org.) (2000). *Avaliação e controle da drenagem urbana*. Porto Alegre: UFRGS.
- VILLELA, S.; MATTOS, A. (1975). *Hidrologia aplicada*. São Paulo: Mcgraw-Hill do Brasil.

Conservação na Amazônia Brasileira: contribuição ao debate sobre o desafio da participação dos saberes e práticas locais em políticas socioambientais

Benilde de Nazaré Lameira Rosa
 Universidade Federal do Pará - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
 bnlrosa@ufpa.br

Maria José Silva Aquino
 Universidade Federal do Pará - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
 mjasa@ufpa.br

Resumo: Aborda-se nesta comunicação as representações e as relações com o meio ambiente entre pescadores artesanais, cujas atividades produtivas se dão em uma Unidade de Conservação – Área de Proteção Ambiental da Costa de Urumajó -, criada em 1998, localizada no município de Augusto Corrêa, no litoral do nordeste paraense. O foco será dado no processo de constituição deste território no qual se coloca em causa o significado da participação dos pescadores e de seus saberes. A visão e as práticas produtivas dos pescadores serão aqui confrontadas a restrições advindas de reordenamento territorial, informado pelo saber científico, com fins à proteção do meio ambiente. À luz da noção de habitus, transita-se pelo “ser” e “fazer-se” pescador, em um contexto marcado por iniciativas de proteção ambiental informadas na perspectiva de uma sociedade e de um ambiente em risco. Objetiva-se, portanto, demonstrar a necessidade do diálogo efetivo

entre os saberes científico e outros saberes, com vistas à instituição de políticas públicas ambientais na Amazônia capazes de se contrapor a uma lógica econômica, social e política excludente, que não confere valor à sociobiodiversidade. Exemplo disto identifica-se na dificuldade de elaboração e implementação do plano de manejo da APA em questão. Passados 10 anos de sua criação, este instrumento ainda não está sendo utilizado, sequer foi elaborado, o que afeta a sustentabilidade de uma Unidade de Conservação enquanto política socioambiental. A necessidade de não se desperdiçar as experiências sociais traduzidas em saberes e fazeres localmente situados, de desinvisibilizá-las, condição talvez para que o paradigma da conservação orientado pela razão científica moderna, não naufrague.

Palavras-Chaves: Representação, Política Socioambiental, Saber Científico, Saberes e Práticas Locais, Amazônia Brasileira

Do problema e da abordagem

Neste estudo, discutem-se as relações com o meio ambiente – práticas e saberes relacionados aos pescadores artesanais, cujas atividades produtivas se dão em uma Unidade de Conservação - a APA da Costa de Urumajó - localizada no município de Augusto Corrêa, no litoral do nordeste do Estado do Pará (Amazônia – Brasil). Para tal considera-se a princípio a reconstrução do processo de constituição desta APA, no qual a participação dos pescadores e de seus saberes efetivamente não se deu.

Assim, objetiva-se, colocar em relevo a visão, as práticas e o instrumental de trabalho, contidos nas atividades dos pescadores que, desde 1998, passaram a se relacionar com restrições advindas de reordenamento territorial, informado pelo saber científico, com fins à proteção do meio ambiente. A questão central a mobilizar coloca-se na ausência do diálogo entre os saberes científico e local com vistas à instituição de políticas públicas ambientais e a possível relação desta distância com as dificuldades para que o Plano de Manejo da APA não tenha sido ainda elaborado, mesmo passados nove anos de sua criação, o que provavelmente afeta a sustentabilidade dessa instituição enquanto política socioambiental. Quer-se, portanto, destacar a significância do saber e fazer local para o êxito do projeto conservacionista eminentemente orientado pelo saber científico, especialmente, da área das Ciências Naturais.

A partir da noção de risco (Beck, 2001) empreendeu-se aqui a uma análise da constituição da APA da Costa de Urumajó, tendo como pressuposto que a instituição de políticas públicas ambientais reconhece a condição de riscos, ambiental e social que se impõem. Em Bourdieu (2005a, 2005b) através da noção de habitus, transitou-se entre o ser e fazer-se pescador na APA para perceber a dinâmica das relações que a ele se impõe nos variados aspectos da vida social. Como por exemplo, nos referentes à constituição da UC e no trabalho, através dos arranjos que se constituem na prática na perspectiva de fazer-se, recriando-se nessa dinâmica para permanecer ou simplesmente ser pescador em essência.

Na Sociologia das Ausências de Souza Santos (1995, 2004, 2006), buscou-se referencial para desmistificar a ausência de racionalidade dos saberes locais, através da percepção das representações e práticas desenvolvidas na atividade da pesca artesanal, traduções também de racionalidade. A intenção, portanto, é visualizar as representações e relações locais, no âmbito das atividades pesqueiras em área protegida cuja instituição prescindiu da participação dos pescadores, agentes diretos do ser e fazer-se naquela área, identificar a diversidade de olhares sobre uma mesma realidade o que não está sendo levado em consideração quando a questão é a conservação da “sociobiodiversidade” na Amazônia, termo tão caro às justificativas científicas com base nas quais se decretam a criação de Unidades de Conservação.

Onde, de como se justifica: ameaça à natureza em área de manguezais

A APA da Costa de Urumajó está localizada no município de Augusto Corrêa, nordeste paraense, abrangendo 306,17 km (Lei Municipal N° 04/98 de Augusto Corrêa).





Fonte: Schories, D. & Gorayeb, I.(Editores). (2001). A biodiversidade e a comunidade de pescadores na ilha de Canela-Bragança. CD ROM.

No seu entorno localizam-se sete vilas do município de Augusto Corrêa, cuja atividade produtiva da maioria da população é a pesca artesanal, definida em nosso estudo, conforme analisam Furtado (1987, 1993, 1997) Maneschy (1995) Leitão (1995, 1997) Loureiro (1995) Mello (1985), Lima (1997), Adrião (2003) e Maués e Motta Maués (1999) dentre outros, como aquela caracterizada por uma produção autônoma ou em parte dependente de relações sociais que implicam uma série de aspectos socioeconômicos e culturais particulares de cada contexto, em geral denominadas como “parceria”, o uso de tecnologia simples, num tempo próprio e a propriedade de todo ou parte dos instrumentos de trabalho e uma produção em parte dirigida para o mercado, objetivando não o lucro em si, mas e principalmente, a recursos para a manutenção familiar, além de ser um trabalho desenvolvido com base no saber local e constituído no cotidiano de suas atividades. Assim Coroa Comprida, Perimirim, Aturiaí, Ponta do Urumajó, Porto do Campo, Arai e Nova Olinda constituem localidades marcadas pelas atividades pesqueiras dentro da APA da Costa do Urumajó.

Em Nova Olinda, com 4.000 habitantes, maior e mais antiga vila, com maior número de pescadores atuantes na área, é clara a distinção entre pescadores e agricultores, aqueles que se dedicam integralmente à pesca, não gostam e não trabalham na atividade agrícola, enquanto os agricultores fazem da atividade da pesca um complemento para a alimentação familiar. Segundo seu Olivar, pescador artesanal que mora em Nova Olinda:

Eu sei fazer de tudo, mas eu vivo da pesca, eu gosto de pescar, agora trabalhar na lavoura não é comigo. Meu pai tinha roça, ele trabalhava na maré também, mais tinha roça e quando chegava a época de ir pra roça não era bom, eu trabalho desde a idade de dez anos [...] A pesca também é lazer, quando o sol tá quente a gente se joga na água. (agosto de 2005).

Em 1981, foi criada no Brasil uma nova modalidade de Unidade de Conservação¹, (UC) a Área de Proteção Ambiental (APA), que mais tarde vai integrar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC):

Definida segundo o SNUC: Art 15-A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Sua principal diferença em relação a outras categorias é a busca de conciliação entre o desenvolvimento e a proteção ambiental, “a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais”. (art. 8º. da Lei Federal 6902/81). A constituição dessas UC’s na categoria de APA’s possibilitou visualizar uma nova forma de conciliação das atividades humanas em geral e a ação de proteção ambiental na busca da sustentabilidade, do uso racional dos recursos, conciliando desenvolvimento econômico e a capacidade de suporte da natureza. A idéia central, portanto, é conservar e não preservar. Essa diferenciação está assim traduzida no SNUC - Sistema Nacional de Unidades de conservação de acordo com a classificação das unidades de conservação.

A APA da Costa de Urumajó foi criada em 1998, num cenário político regional favorável, onde uma diversidade de fatos se comunga com um cenário nacional e internacional num processo de favorecimento a ações reconhecidas como conservacionistas. De meados da década de 80 à década de 90 leis foram instituídas com base no argumento científico do risco ambiental. Na pauta nacional e regional, destacou-se no período o discurso do desenvolvimento sustentável e a criação de unidades de conservação.

¹ Art. 2º do SNUC (lei nº 9985/2000) - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

¹ - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

A Ilha Felipa, localizada dentro da APA, apresenta uma população de guarás, pássaro costeiro que está na lista oficial de animais em extinção, também presente na Ilha de Canelas/Bragança (Schories & Gorayeb, 2001). Abrange estuários², baías, ilhas, praias e funciona como área de reprodução de peixes.

A população que sobrevive através do uso dos recursos naturais da APA tem como atividades a pesca, principal atividade, a caça de aves costeiras e outras espécies animais além da extração vegetal e a “apanha” de crustáceos. Segundo relato de pescadores locais, a “apanha” de caranguejo ocorre em maior quantidade em virtude da entrada, nos manguezais da APA, de tiradores das localidades do Araí – uma das vilas de Augusto Corrêa. Existe nessa localidade duas cooperativas de beneficiamento da carne desse crustáceo, além dos moradores do Treme em Bragança, outro município do nordeste paraense, que também segundo os pescadores e o Secretário de Meio Ambiente, tiram caranguejo na APA.

Refletindo acerca das inter-relações dos diversos segmentos sociais envolvidos, em maior ou menor grau, nesse processo de instituição da APA da Costa de Urumajó, evidenciamos que essa iniciativa foi compartilhada pela poder público local, representado pela Prefeitura Municipal, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente na época através da Diretoria de Meio Ambiente e Câmara de Vereadores em consonância com Instituições de Pesquisa, particularmente o Museu Paraense Em MPEG e a UFPA, através do convênio que resultou no relatório de sustentação para decretação legal da UC, através do fomento do Banco da Amazônia – BASA.

Os trabalhos realizados nesse processo envolveram dirigentes da Associação agropesqueira de Nova Olinda e pessoas da comunidade, em geral contactados por técnicos e pesquisadores para colaborar, visto que conheciam a área e serviam de “guia” no processo de reconhecimento e estudo dos aspectos ambientais e como facilitadores no acesso aos ambientes e populações, ou ainda, como fonte de informações com referência as atividades humanas desenvolvidas naquele lugar.

Não podemos deixar de observar que interesses pessoais ou de grupos, geraram também uma aproximação junto aos propositores da APA. Diante dos trabalhos iniciais, a Associação, por exemplo, de acordo com que relatam os próprios pescadores, embora não conte com um grande número de pescadores associados, estando mais voltada para as questões agrícolas, ganhou uma maior representatividade, por exemplo, junto aos mesmos, que passaram a recorrer ao seu presidente como mediador de suas denúncias acerca dos problemas ambientais vivenciados e que eram sentidos como problemas para sua atividade produtiva. A Associação foi na pessoa de seu presidente, um elemento primordial para a legitimação da proposta de criação da APA. As denúncias - de tipos de pesca predatória, proibidas por acordos de pesca; de caça de filhotes de guarás que servem de isca na pesca; de pesca industrial da lagosta que avança a área costeira - somaram para a deliberação de constituir a UC. O que não pode se confundido com uma opção da população local ou dos pescadores para o lugar. Não percebemos como uma iniciativa dos locais, mas como uma necessidade sentida pelos técnicos e pesquisadores a partir de um conjunto de fatores como a percepção do ambiente ainda não degradado, de uma rica biodiversidade por se tratar de área costeira e estuarina, pela riqueza da flora e fauna locais, por fatores antrópicos, a partir de um olhar dirigido por valores e paradigmas distintos em relação a população local, que participou desse processo como coadjuvante, sem opinar ou ser ouvido, para além do que estava colocado como mais urgente naquele momento – a conservação ambiental.

Ser e fazer-se pescador na APA da Costa de Urumajó

Uma das primeiras questões a serem pensadas, apresenta-se como a constituição do lugar, sustentado numa cultura local e na formação de uma identidade. Esse lugar no que se refere à APA, constitui-se como espaço de trabalho e, portanto, de um aspecto imprescindível para organização de toda a vida social.

Nova Olinda tem uma divisão clara no seu território a partir da organização do trabalho. O trabalho agrícola fica segundo os moradores nas “colônias” ou “centros” – locais mais internos, mais distanciados, onde a pesca se faz em nível de subsistência. E o trabalho pesqueiro, que é realizado na área onde incide desde 1998 a APA. Caracterizada por ser uma área costeira e estuarina, ambiente de rios, furos, igarapés e manguezais sendo, portanto, um local de grande piscosidade e tradicionalmente usado como lugar de trabalho pelos pescadores das vilas do município e particularmente de Nova Olinda.

Analisar a APA da Costa de Urumajó sob a noção de lugar requer pensá-la como espaço geográfico marcado pela ação, vivências e representações dos grupos que lá vivem seu cotidiano, mesmo que marcados pelas inter-relações que ocorrem com outras representações que se estabelecem sobre o mesmo espaço. Para Yáziği “a personalidade do lugar tem sido entendida como relações sociais, instituições, arquitetura, urbanismo e toda a cultura material, costumes e vários outros itens que se repetem em todas as partes” (2002, p. 29).

Nesse sentido, podemos compreender a APA como o lugar das pessoas que ali desenvolvem suas atividades produtivas, é um local transitório, o local de trabalho, onde podem ficar por certo período de tempo: meses, semanas e mesmo apenas o horário de duas ou três marés. É o local de moradia fixa para poucos, como é o caso do Seu Marreta que deixou a sua residência na sede de Nova Olinda para viver no Camarau-Açú. Em dezembro de 2006 completou um ano que “não pisa em terra”. Em geral, é perceptível que ocupa papel central na vida cotidiana desses trabalhadores, visto que a organização social dos pescadores da Vila de Nova Olinda é imbricada de forma direta com esse espaço. Temos dois lados de uma mesma moeda, de um lado o local de trabalho - a água - e de outro a vila propriamente dita, o local onde residem os

² Ecossistemas costeiros onde a água salgada do mar é diluída pela água doce fluvial, caracterizado por conter um significativo patrimônio de biodiversidade.

pescadores e seus familiares - a terra. É a essa distinção que os pescadores fazem referência, uma separação entre a água enquanto local de trabalho e a terra, local fixo de moradia, que compõem o lugar dos pescadores. Aqui temos clareza de que esse lugar também “pertence” a outras comunidades vizinhas em virtude de ser o local de pesca de outras vilas como o Araí, Perimirim, Porto do Campo e Aturiaí que a ele estão ligados pelo sentimento de pertencimento, pelo compartilhamento de ideais, valores, ações e representações.

É comum ouvirmos dos pescadores referências ao lugar, ao sentimento de pertencimento. Segundo um pescador local, em relação ao uso de formas de pesca proibidas por pescadores de outras vilas:

Teve uma reunião que era pra nos cultivar esse rio, porque esses tipos de pescaria é proibida, eu concordo com ele por que nos moradores daqui, mas só uma coisa, então cada qual fica tomando conta do seu rio, nos não temos apoio e não temos um capataz³ pra gente denunciar, então nós não temos rede de apoiar, não temos zangaria, mas vem gente lá do Urumajó⁴ vem colocar aqui no nosso rio, então como a gente vai cultivar nosso rio? Então não adianta. Como a gente vai cultivar o rio pra deixar crescer o peixe, então eles estão destruindo o nosso local, que dizer se amanhã a gente precisa, não tem. (Seu Nonato ex-pescador de zangaria, julho de 2006)

O lugar onde hoje incide a APA é parte da identidade dos pescadores locais. É o lugar de trabalho, é referência importante, onde trabalham, se divertem e vivem em parte, onde se tornaram pescadores em virtude também do próprio contato com um ambiente que propicia e encaminha para a atividade da pesca, há uma historicidade nessa incorporação de valores e princípios condicionados pelos aspectos naturais e sociais do lugar que constituem-se como o pensar, o sentir e o ser pescador. As pessoas do lugar são em geral naturais da microrregião bragantina, em grande parte de Nova Olinda mesmo ou vilas vizinhas, possuem assim uma história no local e partilham com seus familiares da atividade pesqueira a várias gerações.

A área, que a partir de 1988 denomina-se como APA da Costa do Urumajó, é antes de tudo, antes de tornar-se uma unidade de conservação, o espaço da pesca realizada pelos pescadores artesanais dessas localidades, que apresenta uma consistência das relações sociais de trabalho, parentesco, compadrio e amizade em virtude da tradição, da continuidade dessas relações marcadas por fortes laços de ajuda mútua, solidariedade e reciprocidade - o dar, receber e retribuir.

Nessa historicidade do ser pescador a gerações, tendo como elemento constitutivo dessa identidade o sentimento de pertencimento a um lugar determinado, demarcam-se, na APA, relações de submissão às determinações da natureza. Assim o ritmo da natureza é determinante na organização social dos pescadores que atuam na APA da Costa do Urumajó. A escolha dos locais para a instalação dos ranchos não se dá de forma aleatória, os ranchos são erguidos próximos de pontos piscosos, percepção adquirida no fazer cotidiano. Buscam a companhia de outros pescadores próximos, parentes, amigos ou compadres, os ranchos são divididos pelos parceiros de pesca.

Uma característica peculiar deste lugar é o fato dos pescadores deslocarem seus ranchos conforme o movimento da areia. O movimento natural de surgimento de novos bancos de areia e desaparecimento de outros, leva os pescadores locais a deslocarem-se, construindo novos ranchos e localizando novos pontos piscosos ou ainda, continuam pescando nos bons locais de pesca já localizados quando os novos ranchos não se tornam tão distantes. Esse deslocamento é quase obrigatório pelo desaparecimento dos bancos já formados, localmente chamados “praias”. A formação desses bancos de areia é analisada por oceanógrafos, particularmente para entender o seu processo de desaparecimento e reaparecimento, trabalhos como de Hoefel (2003) estão voltados para entender o destino da areia nesse movimento e como as praias são reconfiguradas.

³ Capataz – Representante da Colônia de Pescadores nas Vilas.

⁴ Urumajó – Como a população local chama a sede do município de Augusto Corrêa em alusão à antiga denominação municipal.



Foto: Maria Jose da Silva Aquino, 16/12/2006.

Tais alterações em decorrência de fenômenos naturais implicam uma série de questões se pensarmos do ponto de vista sociológico, a organização dos grupos sustentada numa relação sócio-espacial, o que sugere o próprio entendimento de lugar.

Cada lugar é, a sua maneira, o mundo. Mas, também cada lugar irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais [...] O território compartilhado impõe a interdependência como práxis, e essa ‘base de operação’ da ‘comunidade’ no dizer de Parsons constitui uma mediação inevitável para o exercício dos papéis específicos de cada qual (SANTOS, 2006, p. 315, 319)

O que ocorre, contudo, com os pescadores no espaço da APA, diferencia-se por não se caracterizar como alteração da constituição da vila ou das moradias fixas. Fenômenos de mudança e deslocamentos de vilas de pescadores já foram observados por Furtado (1882) em consequência da erosão marinha. Semelhante situação ocorreu com outra vila de pescadores de Augusto Corrêa, a Coroa Comprida. Parte da população dessa vila se deslocou para um novo local, onde se constituiu a vila do Perimirim em virtude desse mesmo fenômeno. O que chamamos de movimento da areia, caracteriza-se pela formação de novos bancos de areia e desaparecimento de outros, como o que está ocorrendo com o Porto Velho e o Lombo do Muruci, bancos de areia utilizados como pontos de parada dentro da APA, onde são construídos ranchos, condicionando a mudança de local dos ranchos enquanto ponto de apoio para o trabalho da pesca, que exige do pescador a permanência ou afastamento dos pontos identificados como piscosos, incidindo sobre as condições de trabalho.

Nessa relação de trabalho que se firma num processo de submissão do homem em relação à natureza observamos que para os pescadores locais, o desaparecimento desses lugares se dá pela existência de seres “invisíveis” ou “encantados”. Para os moradores de Nova Olinda, por exemplo, o desaparecimento das praias está associado ao desaparecimento dos seres “donos” do lugar, ao “abandono” do local por seus protetores. As pressões ecológicas são representadas através do abandono desses seres antropomorfos, como o Ataíde, a Ataíde⁷, os avós do lugar, as donas ou donos do lugar, que têm como papel a proteção daquele ambiente. São seres que, para além da forma humana, possuem a capacidade de se fazer respeitar pelos poderes sobre – humanos e pelo poder de punição que exercem, portanto a manutenção do lugar, especialmente em seus aspectos naturais, está confiada a eles. O que justifica o desaparecimento ou degradação dos ambientes ao desinteresse ou “abandono” desses seres.

As explicações míticas para fenômenos naturais e sociais que geram impactos ambientais são representações sociais que, segundo Bourdieu (2005b: 62), são formas de exprimir a lógica interna do sistema, nesse sentido perceber as manifestações mitológicas locais, fazer a interpretação dessas manifestações, indica uma necessidade e as formas que os pescadores locais têm de encontrar mecanismos de proteção para o seu lugar, diante das alterações que percebem em seu meio como ação do próprio homem e da sua própria inabilidade de fazê-lo.

⁷ O Ataíde é uma figura masculina mítica, muito conhecido na região bragantina, considerado o protetor dos manguezais. Em Nova Olinda faz-se referência também a Ataíde, uma figura em forma de mulher que assedia os homens nos ranchos, liberando para os que a aceitam o uso dos recursos naturais em fartura.

⁸ Movimento periódico das águas do mar, pelo qual elas se elevam ou se abaixam em relação a uma referência fixa no solo. É produzido pela ação conjunta da Lua e do Sol, e, em muito menor escala, dos planetas; a sua amplitude varia para cada ponto da superfície terrestre, e as horas de máximo (preamar) e mínimo (baixa-mar) dependem fundamentalmente das posições daqueles astros. (Dicionário eletrônico Aurélio)

Outro aspecto que percebermos de forma muito nítida na organização da vida cotidiana da população local é que o tempo da natureza condiciona e determina o tempo social. A organização de diversas atividades sociais é estabelecida pelo horário que a maré impõe à atividade produtiva. Então, de forma direta o tempo local é determinado pela maré⁸. Segundo Souza Santos em “A Gramática do Tempo” (2006) essa divisão temporal em um tempo global, único, o “tempo linear” que se impõe como ritmo da modernidade ocidental não é sequer a forma predominante de concepção de tempo nem a mais praticada, dentre tantas outras como “o tempo circular, o tempo cíclico, o tempo glacial” (2006, p. 109).

As relações de dominação mais resistentes são as que assentam nas hierarquias entre temporalidades e essas continuam hoje a ser constitutivas do sistema mundial. São essas hierarquias que reduzem tanta experiência social à condição de resíduo. As experiências são consideradas residuais porque são contemporâneas de maneira que a temporalidade dominante, o tempo linear, não é capaz de reconhecer. São desqualificadas, suprimidas ou tornadas ininteligíveis por serem regidas por temporalidades que não se encontram incluídas no cânon temporal da modernidade capitalista ocidental. (SOUZA SANTOS, 2006, p. 109)

Partindo dessa idéia de Souza Santos (2006) de que “as sociedades são constituídas por diferentes tempos e temporalidades e de que diferentes culturas geram diferentes regras temporais” podemos entender que o tempo do trabalho na pesca na APA da Costa do Urumajó respeita o tempo da maré, então não há dia ou noite para o trabalho, e o descanso ocorre entre a vazante e a enchente⁹, ou seja, se dá entre as marés, no tempo em que esperam a maré encher e novamente vazar. As refeições, também chamadas nos ranchos de “merenda”, ocorrem nesse momento, quando já despescaram a produção daquela maré, então é hora da merenda, quando providenciam o avuado¹⁰, sempre consumido com farinha, e em alguns casos com limão e pimenta, nesse tempo também providenciam arrumar apetrechos da pesca enquanto outros jogam cartas, dominó e escutam rádio ou outra atividade de lazer, como o próprio banho nas águas locais.

A organização do tempo em terra, na vila de Nova Olinda, também segue esse ritmo da maré, o ritmo da vida cotidiana se altera continuamente de acordo com o movimento das marés, não há uma alteração no fazer, mas sim nos horários. Quando indagados sobre o horário de saída para a pescaria no dia seguinte, normalmente os pescadores param para pensar e dizem: “amanhã a maré tá enchendo umas cinco horas, essa é a hora boa pra sair”, numa correlação entre o tempo natural adequado para suas atividades de trabalho e o tempo cronometrado moderno.

Pudemos no período da pesquisa de campo observar que esse movimento da maré altera diariamente o ritmo dos pescadores no horário da saída para a pesca, que vai se alternando conforme esse movimento, chegando até a saírem na madrugada. Nesses períodos os pescadores ficam continuamente nos ranchos, em virtude da dificuldade de meios de locomoção, já que o principal meio de transporte e pesca são as canoas a vela e a remo, os chamados “cascos”.

Perceber as relações de trabalho na pesca é compreender um dos elos centrais na organização social local. Uma diversidade de relações decorre da organização e da dependência que se cria no mundo do trabalho na pesca, assim como reforçam os laços sociais estabelecidos. Essas relações sustentam-se na amizade, compadrio, bases familiares, hierarquias e divisões. Formam assim, um todo onde as relações estão imbricadas, umas condicionando as outras, constituindo uma rede de relações complexas e particulares.

A pesca artesanal na APA se caracteriza pela presença de relações de produção baseadas na parceria. Ao observarmos a realidade local, podemos identificar duas formas bem visíveis de organização, tendo como referência à localização da atividade da pesca. A pesca artesanal localizada em rios, igarapés, lagos - nas “águas de dentro” - ou como localmente definidas a “pesca de dentro” e a pesca costeira – a “pesca das águas de fora”, assim definidas em virtude respectivamente, da proximidade relativa dos rios, furos e igarapés da “terra” e pela distância dessa em relação à costa marítima.

A maioria dos pescadores da APA atua na “pesca das águas de dentro”, são donos de seus instrumentos de trabalho como o casco, a rede, o espinhel, sendo em alguns casos fornecidos em parte pelo atravessador - aquele que adquiriu os instrumentos necessários, como o bote (embarcação a motor) e passa a comercializar a produção dos pescadores, mantendo com eles uma relação de dependência através de contrato verbal. O atravessador fornece os produtos necessários para a despesa¹¹ do pescador e revende a produção. É considerado localmente como ‘patrão’.

É importante salientar que atravessadores ou atravessadores/marreteiros, são pessoas com fortes laços sociais na localidade e geralmente ex-pescadores, portanto, são hábeis e entendem da pesca, além de se identificarem como pescadores.

A pesca costeira, que ocorre nas “águas de fora”, é localmente chamada de pescadeira, em virtude do tipo de peixe capturado, a pescada amarela na fase adulta, que tem destino diferenciado, atendendo os mercados de Bragança e Belém. Ocorre geograficamente nos limites da APA, após o Camarau-açú, última ponta de terra antes do mar aberto.

A “pesca das águas de fora” para ser executada demanda uma infraestrutura maior, botes a motor, gasto com óleo diesel, redes adequadas para suportar a força das águas. Essas condições são reunidas pelo atravessador/marreteiro com os

⁹ Enchente da maré - Fase da maré entre a baixa-mar e a preamar seguinte. O movimento inverso compreende a vazante da maré.

¹⁰ Peixe “avuado” – peixe fresco, lavado na própria água de onde foi capturado, assado apenas com sal diretamente sobre a brasa e consumido imediatamente. A expressão avuado simboliza a simplicidade e rapidez do preparo, sem maiores requintes.

¹¹ Composta de café, farinha, tabaco, leite, cigarro, cachaça, sal para o processo de salga de parte do pescado e material para conserto dos apetrechos de pesca ou mesmo parte dos apetrechos, como linhas e espinhel, água potável adquirida na fábrica de gelo situada no porto de Nova Olinda, além do gelo acondicionado em isopor, quando decidem passar o final de semana nos ranchos para pescar.

quais os pescadores artesanais formam uma “parceria ou sociedade”, onde a figura do “patrão” é mais presente economicamente.

O que podemos observar nessas relações de produção pesqueira é que existe de um lado o pescador direto, detentor de um saber, de uma “razão prática” (Bourdieu, 1996), com mínimas condições para a realização da atividade pesqueira, em parte invisibilizados pelas políticas públicas voltadas para a região conforme analisa Leitão (1995). E de outro, ex-pescadores, na condição de atravessadores e marreteiros, que transitam de uma condição a outra, visto que acumularam o mínimo em termos de instrumentos de trabalho, e condições para atuar nas outras etapas até o escoamento da produção para outros mercados, acumulando um certo poder econômico. Essa situação os coloca em condições de extrair um determinado lucro sobre o trabalho dos pescadores diretos, submetidos a essas relações de trabalho pela própria necessidade de se manterem enquanto produtores diretos – pescadores – que não têm condições próprias para criar melhores condições de produtividade do trabalho e conseqüentemente de vislumbrar melhores condições de vida, sem submeter-se a tais relações com esses outros agentes.

Dentre os tipos de pesca, o curral é a modalidade de pesca visivelmente mais utilizada na APA. Ocorrendo a presença de currais tanto nas “águas de dentro” quanto na área costeira, apenas que os pescadores da costa ficam por mais tempo nos ranchos, em virtude mesmo da distância entre o local da pesca e as moradias fixas, e pela necessidade da despesa dos currais.



Foto: Maria Jose da Silva Aquino, em 16/12/2006.

Dentre os pescadores da localidade são fortes os laços de compadrio e amizade, fortalecidos a gerações em virtude da tradicionalidade das relações que indicam uma identidade, um compartilhamento de idéias e valores. Segundo Bourdieu (2005b) perceber o jogo, as trocas materiais e simbólicas, é compreender aquela realidade através dos atos de seus agentes sociais. (p.69)

Nesse sentido, pudemos observar que as relações de amizade e lealdade implicam em parte, na necessidade de trocas materiais imbricadas em trocas simbólicas, particularmente entre os pescadores e o “patrão”, com quem esses mantêm relações de compadrio. Por vezes o “patrão” é padrinho de diversos filhos de pescadores e estabelece relações diversas de favor que condicionam a manutenção das relações materiais ou econômicas - pescador e atravessador, fortalecidas na sustentação dos laços da relação de compadrio.

Essas relações simbólicas e materiais condicionam umas às outras. No local priorizam relações econômicas entre compadres, considerado um parente não consanguíneo. Em Nova Olinda, na vila ou nos ranchos na APA, os pescadores costumam se cumprimentar por “cumpadre”, essa relação se estende para pessoas de fora. Essa relação de compadrio sustenta uma certa conformidade da organização social, para além das relações diretas de consangüinidade, fortalecendo a unidade do grupo.

O olhar do pescador – pesca e ambiente

A pesca artesanal está organizada de várias formas a materializar diferentes usos dos recursos naturais. Essas variadas formas de organização da pesca são definidas a partir do tipo e de como os instrumento de pesca são utilizados.

Nesse sentido, e de acordo com os dados do relatório que subsidiou a instituição da APA, realiza-se nessa área, a pesca de espinhel usando de 250 anzóis a 800 ou mais, com aproximadamente 80 pescadores dentro da área, sendo os peixes mais comuns o bandeirado, o cangatá e a arraia. E a pesca de curral, sendo um total de 29 currais distribuídos na APA da seguinte forma: Baía do Burununga dois (02), de proprietários de Augusto Corrêa; nove (09) na Baía do Camará-Açú, de

proprietários de Nova Olinda; na Ponta da Ligeira dois (02), de proprietários do próprio local; na praia do Camará-Açú quatro (04), sendo dois (02) currais de proprietários do local e dois (02) de Nova Olinda; em Porto Velho dois (02) currais de proprietários de Nova Olinda; sete (07) do Outro lado da mesma praia, sendo cinco (05) de proprietários residentes do Araí e dois (02) de Nova Olinda e do lado esquerdo da Ponta do Mandarité três (03) de proprietários da sede de Augusto Corrêa.

Contudo, uma maior complexidade foi revelada pelos pescadores em relação à atividade da pesca no local, se comparada à referência acima citada. Outros tipos de pesca podem ser observados dentro da área. Algumas formas são peculiares do local, enquanto outras já não utilizadas em outras localidades amazônicas permanecem sendo desenvolvidas pelos pescadores que atuam na Área de Proteção ambiental da Costa de Urumajó, como podemos ver a seguir, observando as implicações do uso dos instrumentos em relação aos recursos naturais, indicadas pelos próprios pescadores:

A pesca de curral - O grande número de currais por toda a extensão da APA indica que essa modalidade é uma das mais utilizadas para a captura do pescado, hoje somando um número bem maior que o apontado à época pelo relatório enunciado acima. O curral independente do tipo constitui-se em uma armadilha fixa, composta por uma ou duas fileiras de varas formando o que localmente é chamado de “espia”, servindo para condicionar o deslocamento dos peixes na água para um segundo compartimento do curral, formado por uma cerca de varas em formato variado conforme o tipo – Casco de Siri, Coração e Enfia. Desse cercado mais largo, a sala, que o pescado adentra durante a enchente passa para um reservatório recoberto por tecidos de redes, denominado localmente de chiqueiro, de onde não consegue sair. Os pescadores reconhecem que o tamanho da malha é prejudicial e alguns afirmam que abrem os chiqueiros quando não estão “rancheados”, ou seja, estão em terra e não fazem a despesa.

É perceptível que o uso de malhas “miúdas” se dá pela ausência de opções de material. Em geral os tecidos de rede utilizados nos currais já são restos de outras formas de pesca, muitos lançados ao mar como lixo por embarcações e reciclados pelos pescadores artesanais – restos de redes, cordas plásticas e de náilon.

Pesca da Cachaça branca - O timbó e o cunambi são espécies vegetais nativas que possuem propriedades tóxicas. Nas localidades do entorno da APA, principalmente nas “colônias” são cultivadas com o fim de serem aplicadas no processo da pesca de subsistência, muito embora no porto de Nova Olinda exista um atravessador que recebe peixe capturado com essa técnica, segundo informação dele mesmo, o que indica que ela ocorre também com fins mercantis.

A pesca com timbó e cunambi ocorre dentro do ambiente da APA em corpos d’água mais interiores, em igarapés e furos, de acordo com esse mesmo atravessador que recebe o pescado dessa modalidade. Visualizamos assim através da fala de vários pescadores, uma moral, valores claramente difundidos de que essa pesca é prejudicial para o conjunto dos moradores por trazer diversos problemas, mas esse pensamento comum na localidade não se dá apenas e unicamente pela questão ambiental, é principalmente oriundo das conseqüências sociais e à saúde humana que daí decorre em relação aos pescadores locais.

Assim enumeram como problemas, ameaça à saúde, principalmente de mulheres de “resguardo”, pessoas com inflamações, a vida do gado e outros animais domésticos, aos peixes de toda espécie e tamanho e ainda ao próprio curso d’água e leite, que segundo eles, ficam contaminados e precisam de muito tempo para voltar ao que eram antes do depósito do sumo das plantas. Localmente conhecido como cachaça branca, o timbó é assim denominado em virtude do seu beneficiamento, ou seja, a raiz do timbó é batida e o sumo é retirado e engarrafado para posterior uso, encontrado em plantações e facilmente visualizado na localidade denominada Trevinho, no início do ramal que dá acesso a Nova Olinda.

A pesca de rede “apoitada”¹² - É uma modalidade de captura que ocorre mais no verão quando o pescado torna-se mais escasso. A denominação “apoitada” refere-se quando a rede cujo tamanho da malha é de quatro a três cm é fixada atravessando de margem a margem o furo, igarapé ou rio, fundeada por poitas ou pesos, em geral de chumbo. A rede é fixada aproximadamente de dez em dez braças por “bodes” – poitas que fundeiam a parte inferior da rede - e a parte superior fica elevada por bóias submersas que têm por finalidade manter a rede distendida sob a água, não sendo portanto visível nem na vazante. apenas são visíveis as duas bóias das extremidades da rede, que ficam sobre a água o que facilita a localização e a sua retirada.

Segundo pescadores artesanais de Nova Olinda, os laços de dependência entre o pescador e o “patrão” (atravessador) condicionam em parte o uso dessa técnica quando por outras formas não adquiriram o pescado, para não aumentar as dívidas ou para não ficar devendo a despesa, justificando assim o referido uso da técnica pela necessidade, embora reconheçam os tipos menos seletivos e os danos na maioria das vezes identificados pelas expressões “afugentar” e “estragar”, no caso da pesca com rede “apoitada”. A rede “apoitada” configura-se como um método pouco seletivo por ser utilizada em áreas localmente denominadas como “pesqueiros” ou “lajeiros”, ou seja, nas partes mais profundas que com a vazante formam canais, (onde os peixes vão em busca de alimentação ou vão “mariscar”) não havendo seleção dos tipos nem quantidade de peixes, posto que pode ficar “apoitada” por várias marés.

Cacuri - É realizada de forma semelhante à pesca de rede “apoitada”, localizando-se em cursos d’água menores, como furos, canais e igarapés. Nesse caso a rede, geralmente de náilon e malha “miúda” é fixada de uma margem a outra do curso d’água onde a vazante possibilita o escoamento quase total da água, ficando com as extremidades presas no mangal. Fixada por varas enterradas no leito, cujo conjunto é chamado de estacada, a rede é fixada nessas estacas na meia – maré -

¹² Poita - Corpo pesado que se usa nas pequenas embarcações, em vez de âncora, para fundear. (Dicionário Eletrônico Aurélio) Na região a poita é o peso utilizado para fundear a rede até o leito do rio, igarapé ou furo.

quando a maré está enchendo- ficando presa em baixo em ganchos improvisados em cada estaca no leito do curso d'água e em cima é amarrada por “enviras” – cipós usados para amarrar, podendo ser também utilizado material sintético como fios de náilon. Essa estruturação impede o deslocamento total de qualquer espécie, sendo que numa das extremidades fica o cacuri¹³ ou curralzinho para aprisionar o pescado.

No caso desse tipo de pesca, a legislação e os acordos de pesca do município indicam a proibição, muito embora não se veja rejeição por parte dos pescadores em relação a tapagem dos furos e igarapés. Somente ocorrendo quando usada em paralelo ao timbó.

Zangaria- Essa modalidade de pesca ocorre dentro da área, nas proximidades do Camarau-açú, segundo pescadores locais, nas proximidades do Baixio¹⁴ do Solzinho e do Peixe Podre, com rede de proprietários moradores da sede de Augusto Côrrea. Ocorre sempre na maré de quarto – na lua minguante –segundo suas explicações, nesse período a maré está mais lenta para secar, as águas ficam com menos movimento, o que se faz necessário visto que a zangaria fica posicionada no meio do curso d'água e em virtude de sua extensão - na faixa de 700 braças, cada braça corresponde a 1,5m - pode ser arrancada pela força das águas. Sendo também um período difícil para a captura do pescado, justificando de acordo com os pescadores assim o seu uso.

Para cada uma ou duas braças de rede é colocada uma estaca para servir, como na tapagem, de apoio para a rede, verticalmente da borda inferior até a superior. A zangaria é colocada com a maré seca, margeando o curso d'água, no sentido de meia lua, suas extremidades ficam localizadas na “croá”¹⁵ e sua extensão alcança o meio do curso d'água ou como dito no local a “meia maré”. Sua posição deve obedecer ao sentido da vazante para que a abertura em forma de meia lua possa aprisionar o pescado que se movimenta, circula o calabouço (posição das extremidades da rede que são fixadas no formato de caracol) e permanece aprisionado na enchente, é despescado na vazante quando a “croá” volta a aparecer. A zangaria obedece a uma marcação, ou seja, há a necessidade de um saber muito peculiar que permite compreender o movimento da maré para o posicionamento adequado da rede, trabalho geralmente realizado pelo arraz – chefe da turma, também chamado “patrão”, é também quem recebe a produção.

A pesca de zangaria é proibida pelo IBAMA e censurada pela população pesqueira do local, são diversas as denúncias de que essas redes ao permanecerem na região do Camarau-açú impedem o deslocamento dos cardumes para as áreas mais internas, o que ocasiona o desaparecimento do pescado, em virtude do aprisionamento das mais variadas espécies e tamanhos de peixes numa quantidade a deixar que se estraguem mortos sobre as águas por falta de condições de carregamento, mesmo havendo nesses casos doação para os pescadores artesanais que por ali passam em seus cascos.

Espinhel - O espinhel branco: O espinhel configura-se como um dos tipos de pesca menos agressivos, em relação aos recursos naturais, em virtude da seletividade sobre as espécies a serem capturadas, de acordo com o tamanho do anzol e a própria quantidade a ser capturada. Composto por uma corda central ou linha mestra estendida horizontalmente no curso d'água, onde são fixadas outras cordas distribuídas de forma regular em toda a sua extensão, cuja extremidade inferior de cada uma prende um anzol. Para cada trinta anzóis aproximadamente, um peso (pedra) é acrescentado para facilitar a descida do material na água e a cada 150 anzóis em média, uma bóia (isopor ou cabaça) fica na extremidade superior.

A pesca de espinhel depende da numeração, ou seja, do tamanho do anzol – quanto menor a numeração maior e mais resistente e apropriado para peixes maiores - que se adequa ao tipo de peixe e é utilizado de acordo com a safra das espécies. Produzem bandeirado, cangatá, corvina, arraia e pescada.

Os pescadores de espinhel consideram a pesca “apoiada” muito prejudicial para sua atividade, tanto por se localizarem sobre os “pesqueiros”, causando o desaparecimento do mesmo, como pelo “estrago” de pescado, inclusive da sardinha que serve de isca para esses pescadores, além do próprio espinhel que pode ficar preso na rede submersa nas águas.

O espinhel branco é utilizado no verão - período de maior escassez do pescado - durante a maré de quarto, é encontrad principalmente a partir de setembro, é uma forma mais agressiva ambientalmente por localizar-se sobre os “lajeiros”, especialmente de pescada e mero. É denominado de espinhel branco em virtude do material utilizado para formar as cordas que sustentam os anzóis – o grilon 180 que é transparente e mais resistente.

Segundo pescadores locais, a pesca de espinhel é mais “trabalhosa” pelo perigo que apresenta em acidentes, como são citados casos ocorridos, pelo preparo do material, incluindo iscas.

Diálogo entre diferentes: pontos e contrapontos sobre pesca e ambiente – Os saberes científico e local

É assim que se constitui o ser e fazer-se pescador da APA da Costa de Urumajó, identidade, tradição no lugar e saber local são os pilares constitutivos da organização social que demandam representações acerca dessa realidade.

Quanto as representações dos pescadores artesanais da APA da Costa de Urumajó, em relação a atividade produtiva e o uso dos recursos naturais e das conseqüências ambientais, podemos indicar que embora exista uma relação de respeito, há uma uniformidade de pensamento e de conduta desses pescadores no sentido da preocupação com a própria produção -

¹³ Cacuri – espécie de armadilha, semelhante ao chiqueiro do curral, em menor porte, de forma cônica que serve para manter aprisionado o pescado que se deslocou na direção da tapagem.

¹⁴ Baixio – bancos de areia onde a água do mar ou rio ainda atinge.

¹⁵ “Croa” - localmente denomina as margens

esse é o habitus, as “disposições duráveis” - no sentido da produção das condições materiais de reprodução social, a produção da própria existência, a sua manutenção com uma identidade própria – como pescador.

Para eles os territórios ali disponíveis bem como seus recursos são como uma extensão da própria vida, eles não concebem como algo separado ou que compõe um campo sobre o qual eles não têm direito ou direitos limitados. O meio ambiente é o ambiente da vida deles e, portanto não é concebido de forma separada. As preocupações ambientais são aquelas que dizem respeito direto à própria existência, não há uma preocupação com o meio natural em si e para si.

No contraponto dessa situação, a APA como uma instituição, constitui-se como algo ainda muito distante do cotidiano dos pescadores, eles demonstram não alcançar o sentido dessa estrutura legal. As representações desses pescadores não estão ligadas nem a APA nem a natureza por si, o elemento de referência compõe-se deles mesmos e as necessidades que estão colocadas a partir de suas interações tanto sociais quanto com a natureza. Na fala dos pescadores locais é perceptível que se sentem incomodados - mudam de assunto ou demonstram a falta de domínio sobre a APA mas evidenciam seus conhecimentos sobre os recursos naturais e os “estragos” locais - com o fato de não terem domínio sobre algo que diz respeito ao ambiente deles.

Viver a problemática ambiental para eles é viver a partir de suas experiências enquanto pescadores, a fala é determinada pela sua posição social, o campo da pesca é o seu domínio por excelência. Essa experiência é quem dita os novos caminhos para continuar desempenhando suas atividades na pesca. Há uma maleabilidade no comportamento desses pescadores, a própria criatividade subentendida no conceito de habitus toma o seu caminho, desvia-se, retornando ou não a ele de acordo com o que a realidade lhes impõe:

Rede de camarão pega muito peixe pequeno, estraga muito, depois das barcas de camarão e lagosta acabou o peixe, os pescadores passaram a acompanhar as barcas para aproveitar os peixes que eles jogavam fora, só interessa pra eles o camarão [...] As barcas saíram, o IBAMA mandou embora, uns cinco anos depois o camarão entrou em extinção, ficou pouco [...] a rede de arrasto - o puçá - pega todo tamanho. (Seu Olivar, pescador de Nova Olinda)

Nesse sentido, alguns tipos artesanais de pesca embora reconhecidos como predatórios e de baixa seletividade, identificados através de expressões como “estrago”, “pega tudo”, “de todo tamanho”, não são condenados no todo, os pescadores locais reconhecem os danos ambientais mas explicam o uso como a única alternativa encontrada por muitos, inclusive manifestando conhecimento sobre a falta de políticas públicas e incentivos.

São formas de produzir a vida a partir da natureza, ou seja, suas técnicas são caminhos encontrados para trabalhar de acordo com o “tempo” do peixe, as intempéries da natureza, o reconhecimento dos pontos piscosos, a influência da lua, o movimento da areia e as marés, além das adversidades sociais, o que já não acontece com a pesca comercial, conforme definem Isaac e Barthem (1995). Os pescadores se referem à entrada de barcos e redes, bem como ao aumento de pescadores com suas novas técnicas como prejudiciais as suas atividades.

No contraponto dessas experiências e representações, especialistas envolvidos na instituição da APA, tiveram como principal motivação a conservação dos aspectos bióticos e abióticos da natureza. Uma outra racionalidade acerca desse ambiente se constitui, a partir das percepções do saber científico e de seus paradigmas. É perceptível que esse novo olhar que se faz sobre essa área instituída como UC é distinto das representações do homem local.

Técnicos da prefeitura e especialistas em meio ambiente foram motivados pelas paisagens naturais, particularmente pela presença dos guarás naquela área, inicialmente pensando a ação negativa do homem local sobre esses recursos, conforme relata o pesquisador Inocêncio Gorayeb em entrevista realizada em março de 2007:

Em virtude do trabalho na Ilha de Canelas, e da grande visibilidade dada, inclusive pela mídia, o prefeito de Augusto Corrêa nos procurou, quer dizer, o que ele queria nos indicar era: - Olha nós também temos guarás...

O guará foi muito usado por mim como bandeira e deu bastante resultado. Na costa de Viseu, fica localizado um grande ninhal de guarás, numa tarde de junho, muitos guarás ficavam voando por cima da vila no ir e vir e os pescadores ficavam no trapiche conversando e as crianças deitavam no chão e balavam os guarás e os pescadores riam e eu estava assistindo aquilo, eu convoquei uma reunião com os pescadores, ia nas casas com as mulheres e conversava com eles sobre isso, era preciso demonstrar que os guarás de outros lugares estão desaparecendo, quem é o guará, onde existiu e onde não tem mais, que ele é uma riqueza.

A ausência de percepção do modo local de representar e agir no uso dos recursos naturais ocasionou uma dificuldade de diálogo entre os saberes local e científico, o que é percebido na própria dificuldade das pessoas do local em representar aquele ambiente como um espaço para ser conservado num sentido para além do sentido local, ou ainda entender o porquê das limitações legais de seu uso¹⁶. Reflete-se também na ausência no relatório, de descrição de formas de atividades humanas locais que denotam outros usos dos recursos naturais, como já demonstrado nesse trabalho.

A inserção dessa nova racionalidade sobre a realidade local, sem uma troca mais detalhada de experiências e percepções gera certa inoperância pela falta de adaptação e entendimento do novo e diferente que se impõe. A UC se impõe às pessoas do local de forma abstrata e distante, sem um entendimento claro do seu significado e finalidade, posto que não atende as suas necessidades mais imediatas.

¹⁶ O sentido de conservação próprio do saber local, de acordo com as suas relações míticas, está ligado a manutenção dos recursos naturais do lugar para uso, ou seja, somente faz sentido conserva-los para o uso no exercício cotidiano da vida. Assim, se tem a representação dos protetores dos lugares que permitem o uso a partir do estabelecimento de regras de punição para as desobediências que vão desde o desaparecimento do lugar, até a morte dos desobedientes. Há, portanto, forças superiores que “legislam” a favor da conservação dos recursos naturais para o bem do próprio homem.

Interna a essa discussão subjaz as relações de poder e de controle, como afirma Souza Santos (2006) sobre a ciência e o conhecimento local. A proposta do autor em foco é pensar os elementos dicotomizados pela razão científica fora dessas articulações e relações de poder que os une de forma assimétrica.

Configuram-se nesse caso, dois saberes hierarquizados: o saber local – acumulado na prática, que permite um domínio sobre o ciclo da natureza, a influência da lua, a percepção do tempo das espécies, o uso devido e indevido dos recursos naturais, formas próprias de manejo dos recursos, produto da relação direta do homem com a natureza ao transformá-la para atender suas necessidades. Quer sejam para a subsistência quer sejam para fins comerciais. E o saber científico – sustentado na experimentação, na técnica, em paradigmas que são expressão de outras formas de ver e interpretar a realidade ambiental e social.

Para Souza Santos, (1995) para além da primeira ruptura epistemológica - onde a ciência se afasta do senso comum objetivando a sua constituição como um “sistema de novos conceitos e de relações entre conceitos”, inventando um “novo código de leitura do real” (p.34). Há uma necessidade do reencontro através da “segunda ruptura epistemológica”

A dupla ruptura procede a um trabalho de transformação tanto do senso comum como da ciência. Enquanto a primeira ruptura é imprescindível para constituir a ciência, mas deixa o senso comum tal como estava antes dela, a segunda ruptura transforma o senso comum com base na ciência constituída e no mesmo processo transforma a ciência. Com essa dupla ruptura pretende-se um senso comum esclarecido e uma ciência prudente.

Assim, no que se refere a APA da Costa de Urumajó, pensarmos a relação do pescador local e o uso dos recursos naturais a partir de seus habitus, indica uma tentativa de percepção do olhar local como recurso que considera as experiências de vida desses agentes diretos, criando perspectivas de planejamento e ação sustentadas numa “nova forma de relacionamento entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento” (Souza Santos, 2006, p.108)

Esses entraves que se constituem entre os saberes manifestam-se, como no caso em análise, na APA da Costa de Urumajó, em limitações no processo concreto de existência dessa UC. Em 2008, completam-se dez anos de existência da unidade sem que se tenha um plano de manejo instituído que coadune os interesses do paradigma científico da conservação com as formas locais de manejo, com vistas a uma sustentabilidade planejada.

Entre os pescadores locais, enuncia-se uma forma de organização social para o trabalho referida como parceria. Nesse universo da pesca a parceria é uma estratégia de sobrevivência das formas tradicionais do ser pescador na área que incide a UC – o pescador artesanal. A criação de UC's na modalidade de APA's sugere que sustentados no saber científico/técnico a conservação se institua para o bem - estar sócio-ambiental. Contudo, a distância que se impõe entre essas populações com seu saber local, a inexistência de organização política que os represente, resultante de um processo de exclusão mais ampla em relação as autoridades científicas e políticas responsáveis pela criação dessas unidades sustenta a inoperância das mesmas em relação aos seus objetivos quer sejam ambientais quer sejam sociais.

Repensar as relações com essas populações, enquanto agentes primordiais desse processo de conservação sugere pensar em alternativas de parceria entre os saberes local e científico com vistas a sobrevivência, numa duração contínua, dessa proposta de unidades de conservação para a realidade amazônica, que nunca foi um “vazio demográfico” e cujas populações acumularam um saber sustentado na suas práticas, que não pode ser marginalizado conforme afirma Souza Santos (1995, p. 15) :

E por essa via vai ganhando para o diálogo eu/nós-tu/vós o que agora não é mais que uma relação mecânica eu/nós–eles/coisas [...] visam compreender a prática científica para além da consciência ingênua ou oficial dos cientistas e das instituições de ciência, com vista a aprofundar o diálogo dessa prática com as demais práticas de conhecimento de que se tecem a sociedade e o mundo.

Considerações finais

Pensar a questão ambiental a partir de atividades tradicionais da população amazônica é uma tarefa que se coloca como uma condição sine qua non dentro de um contexto no qual a cada dia, novas UC's são criadas na região, como solução a problemas postos em pauta por movimentos sociais a identificarem populações atingidas em suas organizações econômico-sociais e culturais, principalmente. Este olhar, assim como, também, as políticas públicas executadas parecem sustentar-se, ou pelo menos remetem, a certa consciência da existência dos riscos produzidos por uma lógica social cuja visão de mundo correspondente tem na natureza, ou meio ambiente, algo a ser dominado, controlado, utilizado.

Assim, entende-se que as relações entre o saber científico e o saber local na constituição de uma UC podem ser reveladoras das assimetrias existentes entre os que produziram conhecimento a justificar a proteção ambiental sobre determinado território e os que retiram daquele meio o seu sustento. Por essa razão, coloca-se em relevo as representações dos pescadores locais sobre a pesca na APA da Costa de Urumajó, no município de Augusto Corrêa.

Tornou-se necessário compreender-se em especial, nesse ser e fazer-se, como os pescadores vivenciam e percebem sua atividade produtiva em relação ao uso dos recursos naturais e como se dá a organização sócio-política e econômica desse segmento social. Fatores essenciais da constituição da identidade do pescador artesanal local. Percebemos em que contexto se deu o processo de criação da APA da Costa de Urumajó, tornou-se imprescindível para nosso estudo no sentido de abrangermos como esse segmento lida com regras, perspectivas e ordenamento territorial de cujo processo de institucionalização não participaram efetivamente.

Os pescadores, como agentes sociais da maior atividade desenvolvida naquele ambiente, estão, ainda hoje, à margem de processos decisórios referentes a esta UC. A APA, enquanto representação destinada à conservação ambiental a partir do paradigma científico, não foi resultado de uma mobilização social dos habitantes locais, que a seu modo sentiam e sentem os problemas ambientais, mas isso concretamente não foi considerado para efeito de inserção desses agentes no processo de discussão e implantação da APA.

Informações dos pesquisadores e técnicos que atuaram na área e da população local indicam que o trabalho realizado junto, particularmente, aos pescadores, tomou parte deles como informantes, quer seja sobre o ambiente local, seus recursos e localização dentro daquela área limitada, quer a respeito das modalidades de pesca e uso de instrumentos, para efeito de suas análises. O que, ainda conforme análise dos dados do relatório que subsidiou a criação da APA, deixou muito a ser pensado no que se refere à pesca, posto a grande variedade de tipos de pesca que ali ocorre e que não foram observados à época da instituição da APA.

Nosso estudo ao colaborar com essa perspectiva da análise social torna mais evidente o quanto se faz necessária a colaboração das ciências humanas e sociais no processo de implantação de políticas públicas ambientais, conforme afirma Diegues (1994) em referência a necessidade de estudos interdisciplinares na constituição de unidades de conservação, quando nelas incide a permanência das populações locais, como é o caso em análise.

É importante ressaltar também, a necessidade de inserção desse segmento – os pescadores - num futuro plano de manejo a ser constituído para a área, considerando o saber e o fazer que se colocam como essenciais para o manejo dos recursos na APA, visto as peculiaridades daquele ambiente tão bem conhecidas por eles, assim como não pode ser pensado de forma a deixá-los à margem de um processo cujos resultados são impensáveis sem eles.

A instituição da APA decorreu de um diálogo entre as instituições de pesquisa, técnicos da Prefeitura e autoridades políticas que se mobilizaram e conseguiram certo apoio de algumas organizações da sociedade civil local, como Associações Agropesqueiras, procedendo à criação da APA da Costa de Urumajó. Mas, ao que tudo indica a relação dos pescadores artesanais com o meio ambiente e com a política ambiental de UC's, ainda é de pouca relevância na dinâmica conservacionista. Mesmo em tempos receptivos ao discurso de sustentabilidade no manejo dos recursos naturais no qual se defende, tanto em estudos científicos quanto em práticas políticas, a participação dessas populações amazônicas, ditas tradicionais, como imprescindíveis para que essa política de unidades de conservação se efetive de modo a que os diretamente atingidos pelas restrições daí advindas reconheçam e se reconheçam como ativos nesses processos.

Nesse sentido, buscou-se compreender como se organizam os pescadores da APA a partir de sua organização social - não apenas no uso – em relação aos recursos naturais, ma também na relação de poder da natureza sobre o homem local, determinando o seu tempo, seu lugar, seu trabalho e, a partir disso, suas relações interpessoais de amizade, compadrio e, em particular, parceria, sem a qual a pesca artesanal não teria os subsídios necessários para se manter, o que colocaria em risco a própria existência desse grupo social.

A parceria enquanto principal forma de organização do trabalho na pesca artesanal, analisada em contextos diversos por estudiosos da região amazônica, constitui-se na APA da Costa de Urumajó como um mecanismo necessário para que a pesca aconteça, visto o uso comum de instrumentos necessários à atividade que são associados pelos pescadores/proprietários. Percebe-se que a parceria também é uma representação presente em outras formas de organização das relações de produção na pesca. São mecanismos ou arranjos que os pescadores engendram como formas de responder a situações diversas que vão se constituindo enquanto organização social do trabalho na pesca. Conforme a noção de habitus, em Bourdieu (2005a, 2005b), as pré-disposições duráveis encaminham esses pescadores na busca de alternativas práticas que permitam a manutenção daquela organização social. Assim, definem a parceria e se relacionam para além da relação de parceria entre iguais – entre pescadores. São relações de “parceria ou sociedade” com os atravessadores/marreteiros, que são em geral donos de parte ou da totalidade dos instrumentos de trabalho, o que pode ser analisado como uma “parceria” assimétrica entre estes, resultando, também, numa divisão desigual da produção, onde aos donos dos instrumentos de trabalho corresponde a propriedade de 50% da produção pesqueira, o que, em parte, condiciona por parte dos pescadores a representação de patronato, localmente denominado “patrão”.

Esse processo de relações de trabalho que se originam das relações estabelecidas com a sociedade circundante e seu modelo de ordenamento social diferenciado, conforme já analisado em Lima (1997), vão gerando perspectivas e mudanças na atividade da pesca. Portanto, cabe referir habitus, no sentido apresentado por Bourdieu (2005a, 2005b), como sistema de disposições, tendências, predisposições. Nestas, as representações sociais enquanto percepções de realidades estão a informar práticas, neste caso as dos pescadores locais. Entender o ser e fazer local, quando a eles são colocadas novas e diferentes situações, diante das quais efetivamente precisam dar respostas na intenção de resguardar a identidade de pescador diante das disputas que se instalam, quer relativas a essa nova estrutura desenhada para o lugar - UC, quer sejam disputas que se impõem para além dessa estrutura, entre as formas de uso dos recursos naturais.

Como então pensar a problemática ambiental e social em unidades de conservação Ao se adotar a alternativa da viabilidade de conservar os recursos naturais considerando as populações que habitam esses espaços, não se pode deixar de pensá-los como agentes nessa caminhada. Assim, propusemo-nos ao final desse estudo analisar como se dá esse contraponto entre práticas e saberes originados em racionalidades distintas que inevitavelmente se cruzam nesse processo, quer seja como parceiros em condições de igualdade das suas racionalidades ou quer seja como parceiros assimétricos, onde a razão científica se sobrepõe através de seus métodos e de sua verdade. Ou seja, como ciência e saber local dialogam na APA da

Costa de Urumajó. A forma assimétrica dessa relação está indicada no último item desse trabalho, ao que indicamos novas formas de entender e pensar essa relação conforme analisa Souza Santos (2006, p. 110):

Embora em todas as lógicas de produção de ausência a desqualificação das práticas vá de par com a desqualificação dos agentes, é nesta lógica que a desqualificação incide prioritariamente sobre os agentes, e só derivadamente sobre a experiência social (práticas e saberes) de que eles são protagonistas [...] A sociologia das ausências confronta-se com a colonialidade, procurando uma nova articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença e abrindo espaço para a possibilidade de diferenças iguais – uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos.

É suposto que os pescadores assimilaram em parte a discussão ambiental científica, “traduzida” a partir de suas vivências, mas isso não caracterizou a incorporação desses valores, capazes de alterar-lhes o habitus, em seu aspecto estruturado, enquanto em seu aspecto estruturante – o fazer-se pescador na APA, moldou-se de forma a adequar a atividade para a manutenção de sua vida cotidiana, não alterando, contudo, os instrumentos e formas de pesca, mas sim na forma de lidar ou encobrir através de subterfúgios próprios, a atividade pesqueira, para não haver conflitos aparentes com as regras legais estabelecidas e sentidas como punição. Aqui cabe salientar que paralelo à política pública de unidades de conservação – sustentada no SNUC, é necessário pensar políticas públicas de incentivo a pesca artesanal, visto que no caso em análise não se trata de insubordinação as regras estabelecidas para o lugar, mesmo não tendo participação no estabelecimento das mesmas (APA), mas da ausência de instrumentos adequados para a prática pesqueira, ou seja, para a realização do trabalho – base de sustentação da organização da vida local.

Torna-se necessário nesse processo empenhar-se no sentido de práticas sustentadas em certo acordo, a envolver cientistas, organizações locais, poder público, necessário à elaboração e implementação do Plano de Manejo, instrumento que, em sua aplicação conferirá em boa medida o caráter socioambiental que se deseja imprimir à dinâmica de conservação da Amazônia.

Referências:

- Adrião, D. G. S. (2003). Pescadores de Sonhos: Um olhar acerca da mudança nas relações de trabalho e na organização social entre famílias dos pescadores diante do turismo balnear em Salinópolis – PA. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado.
- Alcântara Neto, C. (S/D). Biomas Ecossistemas e Recursos Ambientais: Ecossistemas paraenses e sua biodiversidade. Apostila do IESAM, s/d.
- Aquino, M. J. S. (2003). “A Casa de nossos Gens”: Um estudo sobre ONGs Ambientistas na Amazônia. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, Tese de doutorado.
- Augusto Corrêa. Governo municipal. Lei Municipal Nº 1352 /98 de Augusto Corrêa – Institui a “Área de Proteção Ambiental da Costa de Urumajó” e dá outras providências.
- Becker, B. A Amazônia pós ECO-92 : Por um desenvolvimento Regional Responsável. In: BURSZTYN, M. (org.) Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- Beck, U. (2001). La Societé et le Risque. Sur la voie d’une autre modernité. Paris: Alto/Aubier.
- Bourdieu, P. (2005a.). A Economia das Trocas Simbólicas. 6ª ed., São Paulo: Perspectiva.
- _____. (2005b). O Poder Simbólico. 8ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (1996). Razões Práticas: Sobre a teoria da ação. Campinas/SP: Papirus,
- Brasil. Presidência da República. Lei 6.902/81 – Institui as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.
- Brasil. Presidência da República. Lei 9.895/2000 - Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- Brasil. Presidência da República. Lei Nº 8.287/91 –Dispõe sobre a concessão do benefício do Seguro –desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso.
- Cabral, N. S. (2002). Desenvolvimento da pesca artesanal no nordeste paraense: políticas públicas, capital social e participação. Belém: UFPA/NAEA. Dissertação Mestrado.
- Castro, E. (2000). Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais In: Diegues, A. C. Etnoconservação: Novos Rumos para a Proteção da Natureza. São Paulo: Hucitec, NUPAUB-USP
- Côrte, D. A. (1997). Planejamento e Gestão de APA’s. Enfoque Institucional. Brasília: Ed. IBAMA.
- Diegues, A. C. (1994). O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Nupaub.
- Furtado, L. F. G. (1987). Currulistas e Redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará. Belém: MPEG.
- _____. (1997). Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida da Amazônia In: Amazônia, desenvolvimento, sócio-diversidade e qualidade de vida. Belém, UFPA/NUMA, 1997.
- Furtado, L. F. G. & Quaresma, H. D. (2002). Gente e Ambiente: no mundo da pesca artesanal. Belém: MPEG,.
- Furtado, L. F. G. & Leitão, W. & Mello, A. B. F. (1993). Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: MPEG
- Leitão, W. Pesca e políticas públicas. Boletim do MPEG. série. Antropologia. 11(12) 1995.
- _____. (1997). O Pescador Mesmo. Dissertação de mestrado/depto de Antropologia/ Mestrado em Antropologia/UFPA, Belém.

- Lima, D. M. (1997). Equidade, Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Biodiversidade: Algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. In: Castro, E. & Pinton, F. (Orgs.). Faces do Trópico Úmido: Conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Belém: UFPA/NAEA.
- Maneschy, M. C. A. (1995). Ajuruteua: Uma comunidade pesqueira ameaçada. Belém: Ed. UFPA.
- Mpeg/Fadesp/Basa. (2002) “APA Costa de Urumajó” CD-ROM.
- Meio ambiente – Uso de caçoeiras pode prejudicar o Pará. Diário do Pará, Belém. Disponível em [www. Diariodopara.com. Br/cidades/Ci_01.asp](http://www.Diariodopara.com.Br/cidades/Ci_01.asp) acessado em 14/06/07.
- Nery, A. C. (1995). Traços da tecnologia pesqueira de uma área de pesca tradicional na Amazônia – Zona do Salgado – Pará. Boletim do MPEG.série. Antropologia. 11(12).
- Pará. Governo do Estado. Lei Nº 5887/95 - Lei Ambiental do Estado do Pará.
- Pará. Governo do Estado. Lei Nº 6713/05 - Lei de Pesca do Estado do Pará.
- Rosa, B. N. L. (2007).Somos Parceiros?: representações e relações sociais na pesca em unidades de conservação – em foco a APA da Costa de Urumajó. Dissertação de Mestrado. PPGCS/UFPA.
- Schories, D. & Gorayeb, I.(Editores). (2001).A biodiversidade e a comunidade de pescadores na ilha de Canela-Bragança. CD ROM.
- Sant’anna. R. (2003). Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Reflexões antropológicas sobre a elaboração de uma lei ambiental. Dissertação de Mestrado/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia/ UFRJ.
- Souza Santos, B. (2006). A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez.
- Veríssimo, J. (1970). A Pesca na Amazônia. Belém: UFPA.
- Yásigi, E. (2002). Ampliando o conceito de lugar In: A alma do lugar –Turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: ed. Contexto, 2002.
- Wagley, C. (1977). Uma comunidade amazônica: estudo do homem. Tradução de Clotilde da Silva Castro. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Nacional.

Governança nos países em desenvolvimento: o caso da água em Angola

Álvaro Pereira
 NESO/LNEC
 apereira@lnec.pt

Resumo: Angola, ao exibir elevadas taxas de crescimento económico, tem desencadeado apressadas análises que iludem a complexidade da sociedade angolana e os bloqueios com que se confronta. Este dado de desempenho económico não pode ser desligado de outros indicadores, sob pena de se enviesar a leitura cultural, socioeconómica e política do país.

Com efeito, convém lembrar que as dificuldades de acesso a água potável enfrentada por uma sociedade, ou seja, o grau de condicionamento que representa para a saúde, vida pessoal, social e económica dos seus membros, constitui um poderoso indicador sobre o nível de desenvolvimento dessa sociedade. E a água em Angola ainda é, apesar do enorme potencial hídrico, de uma abundante ilusão.

A incapacidade do sistema institucional responder às necessidades básicas de consumo de água tem originado a proliferação descontrolada de um sector informal, com fortes repercussões nos indicadores de desenvolvimento do país e na persistência de graves problemas de saúde pública. Esta insuficiência contribui para atirar o país para a cauda do índice de desenvolvimento humano (161.ª posição, num universo de 177 países) (PNUD, 2006).

A comunicação incidirá sobre a governança da água em Angola, em particular o papel do sistema institucional na sua gestão, tendo em conta o contexto regional - a África Austral - com tradução institucional e territorial na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

A comunicação procura, ainda, demonstrar a importância estratégica em se valorizar e consolidar redes técnico-científicas no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Este objectivo pressupõe, no caso, a capacidade de se montar projectos de investigação-acção, que ajudem a estabilizar modelos de gestão integrada dos recursos hídricos, incorporando dimensões locais de natureza ambiental, cultural, económica e social. Poder-se-á, deste modo, encontrar respostas mais adequadas às dificuldades existentes no planeamento e na gestão dos recursos hídricos?

I. Introdução:

Defende-se a ideia de Angola poder ser apresentada como um tipo ideal para discutir a governança nos países em desenvolvimento. Esta opção de natureza metodológica decorre do país reunir um conjunto de requisitos que permite sustentar essa hipótese e é, aqui, discutida a partir dos paradoxos que a governança da água protagoniza.

A discussão sobre a governança da água em Angola assenta, essencialmente, na apresentação dos problemas de acesso à água potável e no debate sobre o papel do sistema institucional na superação do paradoxo - abundância de recursos hídricos versus dificuldade de acesso à água.

Entende-se que as dimensões de governação que o caso da água em Angola suscita são transversais aos problemas de governação em geral e resultam, em grande parte, de um ethos que atravessa diferentes domínios da vida cultural, económica-social e política¹.

II. Angola como um tipo-ideal de análise

Apresentar Angola como um tipo ideal de análise da governação dos países em desenvolvimento, decorre do facto do país reunir um conjunto de características que o torna modelar em termos analíticos.

As potencialidades que o país encerra e as vulnerabilidades que exhibe não podem ser desligadas de uma história recente muito marcada por um prolongado conflito militar devastador que, como se sabe, alimentou-se de voracidades e perversidades de natureza interna, regional e mundial. Em todo o caso as idiosincrasias de Angola não decorrem apenas dessa história recente, devem também ser perscrutadas num ethos cultural e político que se foi moldando, reflectido nas dinâmicas sócio-económicas e nos quadros de vida que conformam o país hoje.

Destacaremos três dimensões que emergem como marcas identificadoras desse ethos: urgência na construção do Estado social, persistência de mecanismos informais/tradicionais e início de um processo de integração regional.

À necessidade de construção do Estado social, leia-se reclamação por instituições eficazes que contribuam para a satisfação de padrões de vida associados, em regra, a sociedades demo-liberais e de democratização do consumo, como sejam a garantia de igualdade de direitos individuais, o acesso a equipamentos e serviços sociais (justiça, saúde e educação), a possibilidade de usufruir de bens de consumo e de níveis aceitáveis de conforto. Esta exigência esbarra, contudo, no desprezo social a que estão votadas as instituições estatais. Desprezo em parte decorrente de um estigma de ineficácia que lhes é associado, mas muito ancorado numa predisposição, ou habituação, de valorização ou de aceitação tácita, de um modus operandi informal e instrumentalizado das instituições.

Estes dois pólos – persistência de mecanismos informais e desprezo ou descrédito das instituições - alimentam-se mutuamente, dificultando a afirmação destas no papel que lhe é exigido enquanto instrumentos de acção do Estado. E, com se sabe, este caldo sócio-cultural amplifica a margem de discricionariedade e de arbitrariedade. Terreno fértil para a permanência e o desenvolvimento de mecanismos informais e/ ou “tradicionais” a que famílias e empresas dificilmente podem escapar. Há, ainda, que contar com o pressuposto do enfraquecimento do Estado associado à integração regional que, do ponto de vista cultural e político, emerge como uma inevitabilidade algo prematura².

O ethos atrás referido, e a incongruência que transporta, encerra um risco de desestruturação social. Este risco pode ser camuflado, no curto prazo, por uma dinâmica de crescimento económico, típica de situações de pós-guerra e assente na conjuntura, mas não deixará de ter reflexos na coesão social e económica da sociedade.

O carácter modelar de Angola, em termos analíticos, decorre ainda do país apresentar um grau considerável de efervescência, apesar de parecer cristalizar-se num sistema político de tipo patriarcal. Assistir-se-á, certamente, a uma tensão entre permanências e rompimentos. O resultado desta tensão passará, antes de mais, pelas prioridades e pelo perfil da acção governativa³; em particular nos domínios da educação e do ambiente. Passará, ainda, pela disponibilidade de aperfeiçoamento do Estado de direito, onde a efectiva autonomia do poder judicial joga um papel decisivo.

O que torna o caso da água em Angola interessante, e porventura paradigmático, do ponto de vista metodológico é, antes de mais, estarmos em presença de um recurso natural (renovável) de grande potencial endógeno. Apesar desta abundância o seu acesso tem sido muito difícil e fonte de diversos bloqueios, só explicáveis pelo facto de ser atravessado pelas contradições do ethos que moldam o país, geradoras de disfunções na sua governação. A interrogação que ressalta, neste contexto, é a de saber que tipo de configurações institucionais podem ter um papel relevante na promoção de usos sustentáveis da água.

III. O problema da água em Angola: das dificuldades de acesso aos desafios institucionais

Angola surge, no contexto regional, com alguma margem de manobra em matéria de recursos hídricos, embora com assimetrias no interior do seu território. Com efeito, o país dispõe da segunda maior disponibilidade de água doce renovável anual da Região ((SADC et al, 2002) e o mais recente estudo conhecido aponta para um “escoamento anual calculado (...) em torno de 140 km³” (Sweco Groner, 2005). Em todo o caso as perspectivas para 2025 exigem que a situação seja objecto de atenção.

O crescimento demográfico que o País assiste, apesar da alta taxa de mortalidade infantil e da baixíssima esperança de vida à nascença, não deixará de exercer pressão sobre os recursos hídricos, contribuindo para uma baixa da

¹ A literatura angolana, a par de uma produção ensaística mais recente, deve ser tida como fonte incontornável na apreensão deste ethos. Importa ainda clarificar a natureza destas permanências o peso da dimensão tradição, a ambiguidade com a modernidade e o referencial a partir da qual é fecundo equacionar um rompimento: com um quadro de valores? um padrão de governação? um modelo de desenvolvimento?

² É certo que ainda distante do quotidiano da generalidade da população. Angola, aliás, tem tomado medidas que visam retardar o impacto do processo de integração económica em curso.

³ Isto não significa um desprezo pela importância da chamada sociedade civil, significa apenas que esse papel far-se-á sentir, preferencialmente, na capacidade de influenciar a definição deste perfil e acção governativas. De facto, não é despiciente o papel que pode representar a acção de uma imprensa livre, se tiver expansão nacional, das igrejas e das universidades.

disponibilidade hídrica per capita. Um outro dado relevante remete para o facto de Angola registar, paradoxalmente, um dos mais baixos padrões de consumo de água da Região. Os dados publicados pelo PNUD, em 2006, apontavam para um consumo médio, por dia, no período 1982-2002, de 30 litros de água. Nas zonas rurais e peri-urbanas esse consumo podia baixar para 5 litros, segundo dados divulgados pelo Ministério da Energia e Águas de Angola⁴.

As estimativas diárias per-capita de consumo de água nas sedes de Província para 2004, apresentadas na referida “Caracterização do Sector das Águas em Angola”, revelavam uma situação longe dos níveis mínimos preconizados pela Organização Mundial de Saúde. As quatro capitais de Província com níveis mais preocupantes eram Mbanza Congo (5 litros), N’dalantando (9 litros), Ondjiva (9 litros) e Huambo, a segunda cidade do País, (15 litros). As situações mais favoráveis registavam-se no Dundo (50 litros), Benguela (44 litros) e Luanda, a capital, (37 litros).

Em finais de 2006 os consumos médios diários de pessoas que viviam em bairros da “periferia” de Luanda, segundo diversas fontes, rondavam os 15 l/pessoa/dia, mas representavam um peso significativo no orçamento familiar. O mesmo não se pode falar de quem tinha água em casa. Como defendemos noutra lugar (Pereira, 2008) estes privilegiados praticamente não pagavam água, dado o deficiente ou inexistente serviço de cobrança.

O cenário acima descrito tem vindo a registar alterações, face aos investimentos em infra-estruturas de abastecimento de água, e poderá conhecer substanciais melhorias se os programas anunciados forem de facto concretizados.

Enquanto os efeitos destes programas não se fizerem sentir, uma parte muito considerável da população continuará a recorrer a chafarizes, à compra de água distribuída por carros cisterna e a outros expedientes, nomeadamente ligações clandestinas à rede, para se abastecerem de água. Não há, como se presume, garantias de controlo de qualidade das fontes de captação, das condições de acondicionamento e da sua distribuição. A venda a retalho nas ruas de Luanda e noutras localidades ilustra bem esse risco.

O desenlace expectável deste panorama reflecte-se nas doenças de transmissão hídrica e causadas por condições insalubres. O relatório do PNUD de 2006 lembrava que “durante o primeiro semestre de 2006, uma das mais graves epidemias [de cólera] a afectar a África Subsariana nos últimos anos registou, por mês, mais de 400 óbitos em Angola”.

O que ressalta da situação angolana é o paradoxo em que o país tem estado mergulhado: exibir das mais altas taxas de crescimento económico do mundo a par de um muito precário acesso à água potável, apesar do grande potencial hídrico de que o país dispõe. Esta inépcia tem originado a proliferação descontrolada de um sector informal a preços que representam grande esforço de natureza pessoal e económica para uma parte considerável da população. Resultam daqui fortes repercussões nos indicadores de desenvolvimento do país e na persistência de graves problemas de saúde pública, como ilustram os recorrentes surtos de cólera e uma taxa de mortalidade infantil de 133,5‰ (African Development Bank, 2006).

Um dos grandes desafios que se coloca às instituições que cuidam da água é a de contribuir para que a gestão dos recursos hídricos seja entendida numa perspectiva mais global e prospectiva, por parte do público e dos poderes económicos e políticos, conferindo-lhe capacidade de decisão relativamente às principais opções de desenvolvimento.

A complexidade inerente à gestão dos recursos hídricos tem desencadeado um longo debate, tendo desembocado num consenso quanto à necessidade de se adoptar uma gestão integrada dos recursos hídricos. Apesar de múltiplos (des)entendimentos que esta proposta suscita é tributária de três princípios básicos⁵: o ecológico (marcado por preocupações ambientais à escala das bacias hidrográficas), o institucional (fortemente inspirado nos pressupostos da subsidiariedade) e o económico (assente nas leis da oferta e da procura) (PNUD, 2006).

A publicação da “Lei de Águas”⁶, em 2002, constituiu um passo importante na edificação do sistema institucional de gestão da água em Angola. Ficou consagrado o princípio da gestão integrada e a adopção da bacia hidrográfica como unidade principal de planeamento e de gestão de recursos hídricos. A participação dos utilizadores, a obrigatoriedade da coordenação intersectorial - nomeadamente entre a gestão da água, o ordenamento do território e a política ambiental - e o respeito por obrigações resultantes de compromissos internacionais – em particular em bacias partilhadas - são considerados pressupostos fundamentais na gestão preconizada para os recursos hídricos.

Lembre-se que no contexto da SADC vigora um Protocolo relativo aos Cursos de Água Partilhados da SADC. Este Protocolo entrou em vigor em 2003, e está enformado pelos princípios da “Convenção das Nações Unidas sobre a Lei de Usos Não-Navegáveis dos Cursos de Água Internacionais”, que põe o “enfoque nos cursos de água e não nos Estados com cursos de água e apela para o estabelecimento de comissões de bacia” (SADC Today, 2005).

Uma lei da água é por definição um instrumento central na sua gestão, mas não é garante da resolução dos problemas. Aspectos de ordem cultural e política, a par de outros de natureza operacional, não a colocam no centro da governação da água em Angola. A sua não regulamentação, passados mais de seis anos, bem como a não criação de estruturas técnico-administrativas são disso demonstrativo. O mesmo acontece com outros instrumentos de planificação e de gestão previstos e calendarizados num plano estratégico para o sector⁷, para vigorar no período de 2004-16. Este documento identifica constrangimentos, define metas ambiciosas e apresenta acções a desenvolver. Resume ainda “objectivos globais e

⁴ “Caracterização do Sector das Águas em Angola” publicada com a Resolução do Conselho de Ministros nº 10/04, de 11 de Junho de 2004.

⁵ Estabelecidos na Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente, realizada em Dublin, em Janeiro de 1992.

⁶ Lei da Assembleia Nacional nº 6/02, de 21 de Junho, que revogou a “Lei de Águas do Ultramar”, que estava em vigor desde 1946.

⁷ Aprovado ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros nº 10/04, de 11 de Junho de 2004.

estratégicos”, em linha com os “Objectivos do Milénio”, quer em relação ao abastecimento de água e saneamento, quer em relação ao modelo de gestão.

Apesar dos investimentos e programas em curso adensam-se dúvidas relativamente à exequibilidade do referido plano estratégico. Em todo o caso o documento prevê a possibilidade de avaliação durante o seu plano de vigência que, presume-se, permitirá aferir as possibilidades de se cumprirem as metas traçadas ou de se introduzirem os ajustamentos necessários.

A incapacidade do sistema institucional responder às necessidades básicas de consumo de água repercute-se nos indicadores de desenvolvimento do país e na persistência de graves problemas de saúde pública. Impera, ainda, um sector informal assente em “esquemas” de toda a ordem que constitui, certamente, um dos maiores desafios ao sistema institucional. A interrogação que se coloca é a de saber até que ponto conseguirá contribuir para alterar o estado do sector, garantindo que as populações acedam, de modo continuado, à água potável, sem necessitarem de mobilizar recursos de tempo e financeiros que ultrapassem padrões aceitáveis.

Note-se que este sector enfrenta diversos constrangimentos, nomeadamente: (i) grande carência de infra-estruturas e de equipamentos ligados ao abastecimento de água e ao saneamento básico e (ii) forte concentração de populações, bem como fenómenos de acelerada, e não planeada, urbanização a ela associada, nos principais centros urbanos.

Ressalta daqui e da pesquisa que sustenta esta análise que a gestão dos recursos hídricos em Angola reúne um conjunto de oportunidades e de riscos que importa ter em conta, por constituírem elementos reveladores do ethos angolano, em que assenta a hipótese metodológica de considerar o caso angolano um tipo ideal de análise.

V. Considerações finais: onde fica(o lugar d) a dimensão institucional?

O papel das instituições⁸ emerge, no plano interno como nas relações externas, como muito relevante: na regulação e na arbitragem de conflitos de uso, na monitorização da procura e da oferta de água e, de um modo geral, na promoção de usos eficientes dos recursos hídricos. Neste sentido as instituições afirmam-se como instrumentos sociais de redução das incertezas, sendo a garantia de disponibilidade de uso quotidiano desses recursos, do tratamento de águas residuais e da prevenção e mitigação de desastres associados à água. Claro que estes pressupostos dependem do tipo e do nível de estruturação das sociedades e, como se sabe, esta função social das instituições é mais dificilmente assegurada em países ditos em desenvolvimento. Em parte fruto da vulnerabilidade e, por vezes, juventude dos seus aparelhos burocrático-administrativos, mas também decorrente de traços sócio-culturais e contingências históricas

Como promover uma capacitação institucional que contribua para alterar os dados que temos vindo a fazer referência? E responder a compromissos internacionais, nomeadamente os firmados no âmbito da SADC? Note-se que a existência de bacias hidrográficas partilhadas e os problemas de escassez, que alguns países da Região enfrentam, obriga a uma crescente cooperação regional.

Uma das grandes dificuldades de governação dos recursos reside na obtenção de arranjos institucionais que encaixem a acção de multi-actores e a participação activa do público. Uma participação assente no entendimento de se ser titular de um bem comum. Tarefa muito exigente, sobretudo em contextos urbanos de forte desvantagem social, mas crucial, uma vez que as instituições pouco conseguem sem que os actores individuais ajam com um sentido colectivo, conscientes da importância de encarar os recursos numa lógica de longo prazo e não apenas em função das necessidades imediatas.

De todo o modo, o desafio maior com que as sociedades africanas porventura mais se confrontam, talvez remeta para a necessidade de ultrapassagem de instâncias culturais e políticas muito cristalizadas, sintetizado de uma forma crua pelo historiador de origem congoleza, Elikia M'Bokolo: “Africa contenta-se em ter chefes, quando o que necessita é de estruturas” (Público, 16/11/2007).

Erigir essas estruturas pressupõe que se repense as suas configurações: diagnosticando bloqueios locais e equacionando estruturas e tipos de administração que melhor se adequem a esses contextos. Cremos tratar-se de um dos grandes desafios que se coloca à governação em geral e aos países em desenvolvimento em particular, de que o caso da água em Angola é paradigmático: a necessidade de estabelecer uma relação de confiança entre as instituições e a população. Esta confiança é regra geral minada quando se consagram princípios e direitos sem tradução prática ou a formulação de metas irrealistas.

Referências bibliográficas

African Development Bank (2006). *Gender, Poverty and Environmental Indicators of African Countries*. Tunis: ADB.
Carvalho, R. D. (1999). *Vou lá visitar pastores – exploração epistolar de um percurso angolano em território Kuvale (1992-1997)*. Lisboa: Edições Cotovia.
Correia, F. N. (1994). *Políticas de Gestão de Recursos Hídricos – Novas Abordagens e Integração Contextual*. Lisboa: LNEC.

⁸ O conceito instituição é muito amplo e mobilizado para diferentes níveis de análise. Aqui remete-se para quadros normativos e regulamentares, estruturas e organizações técnico-administrativas.

- Earle, A. (2001); *The Role of Virtual Water in Food Security in Southern Africa* (Occasional Paper nº33). SOAS. London: University of London.
- Guedes, A, M. (2005); *Sociedade Civil e Estado em Angola – O Estado e a Sociedade Civil sobreviverão um ao outro?* Coimbra: Almedina.
- Macamo, E. (s/d); *Black Gold, Social Change and Reflexivity: Sociology avant la lettre in Mozambique* (doc. Policopiado). Bayreuth University.
- SADC, IUCN, SARDC, IBRD (2002); *Defining and Mainstreaming Environmental Sustainability in Water Resources – A Summary*. Maseru and Harare and Washington DC: SADC
- Sweco Groner (2005); *Avaliação Rápida dos Recursos Hídricos de Angola - Relatório Final*. Luanda: DNA.
- Pereira, A. (2008). *De que vale tanta água: riscos e oportunidades na gestão dos recursos hídricos em Angola*, Actas da Conferência Internacional “Água em África: Hidro-Pessimismo ou Hidro-Optimismo”. Porto: CEAUP/iversidade do Porto.
- Pereira, A (2008). *Governança da Água em Angola: o peso das configurações institucionais e territoriais*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- PNUD (2006). *A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial a água; Relatório do Desenvolvimento Humano*. New York: ONU (PNUD)
- Turton, A. & Ashton P (2004); *An Assessment of Strategic Issues in the Policy Field Relating to Water Resource Management in Southern Africa*, Proceedings of the Workshop on Water and Politics: Understanding the Role of Politics in Water Management. Marseille: WWC.

O desafio de gestão dos recursos hídricos

Eugênia Aparecida Cesconeto
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP doutoranda Serviço Social
eugeniacesconeto@uol.com.br

Resumo: A gestão dos recursos hídricos centra-se em desafios públicos postos à coletividade quanto às frágeis condições de sustentabilidade dos mesmos. Assim este artigo busca destacar as ações do Comitê de Bacia Hidrográfica da Paraná III, localizada no Estado do Paraná - Brasil, este é composto por 33 (trinta e três) membros titulares e respectivos 33 (trinta e três) suplentes, sendo 13 (treze) representantes do Poder Público, 13 (treze) representantes dos Setores Usuários de Recursos Hídricos e 7 (sete) representantes da Sociedade Civil. As ações foram propostas através das comissões técnicas em defesa dos usos múltiplos das águas, enfatizando a relevância de práticas prudentes e de estímulo ao reuso, destacando cinco (5) grandes eixos temáticos: Saneamento Ambiental e Uso de Recursos Hídricos; Reposição Florestal e Biodiversidade; Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Gestão Territorial e Licenciamento Ambiental; e Agropecuária Sustentável. A água é uma das mercadorias da natureza mais preciosas do século XXI e desponta como um dos maiores desafios em seu gerenciamento sustentável, em especial no Brasil. Pois, acredita-se que é por meio dos espaços representativos e dialógicos de troca de conhecimentos e experiências que gradativamente estaremos construindo atitudes ambientais positivas e integradas que venham favorecer o enfrentamento dos graves problemas sócio-ambientais, sobretudo, quanto à recuperação e à proteção dos recursos hídricos na Bacia do Paraná III em mais de 8.000 Km² de extensão que percorrem os 28 municípios localizados na região oeste-paranaense e adjacências, em prol da garantia ampliada de vida entre as espécies e de sustentabilidade dos recursos naturais.

Palavras - Chave: Questão Sócio-Ambiental, Recursos Hídricos, Gestão Ambiental

Introdução

O presente artigo destaca as ações do Comitê de Bacia Hidrográfica do Paraná III localizada no Estado do Paraná – Brasil, as propostas das comissões técnicas em defesa dos usos múltiplos das águas como bem público universal, enfatizando a relevância de práticas de reuso. Pois, destaca-se que o problema do acesso à água potável tem implicações essenciais nas negociações atuais e futuras sobre a governabilidade planetária, em sua capacidade de integração de ações comuns na implementação das políticas ambientais e na consecução das metas coletivas para o desenvolvimento dos assentamentos humanos. Isto porque a água é uma das mercadorias da natureza mais preciosas do século XXI e desponta como um dos maiores desafios em seu gerenciamento sustentável, em especial no Brasil.

A população da Terra tem crescido e como consequência tem-se o aumento do consumo de água, isto significa que a cada 21 anos, o seu aproveitamento se multiplica, mas o volume de água disponibilizado para o consumo permanece o mesmo. Hoje, metade da população dos países pobres sofre de doenças relacionadas à água poluída, cujo número aproxima-se de 40 mil crianças mortas a cada dia que, em sua maioria, são vítimas de diarreias e outras doenças veiculadas pela água. (Roesler, 2002, p.153).

Pode-se dizer que os impactos negativos da urbanização sobre o ciclo hidrológico culminam na perda das potencialidades de uso da água. Entre elas podemos citar: consumo de água, impermeabilização do solo, despejo de efluentes, queda no nível de recarga dos lençóis, aumento da vazão instantânea dos rios, córregos e ribeirões, rebaixamento do nível dos lençóis subterrâneos, queda na vazão de estiagem, destruição dos suportes e zonas de abrigo, aumento da carga orgânica dos rios, aumento da concentração de poluentes, eutrofização e diminuição da biodiversidade aquática e perda das potencialidades de uso da água.

O Brasil possui cerca de 8% da água doce disponível no planeta, há um desperdício que envolve desde a captação até o uso final das residências e indústria, na ordem de 40%, um índice extremamente elevado, se considerarmos que 45 milhões de brasileiros não têm acesso aos serviços de água tratada e que 96 milhões de brasileiros não contam com serviços de esgoto sanitário. Um dado crítico dentro das estatísticas aponta que, 51% da água consumida no país vêm dos rios e 92% dos esgotos sanitários e industriais são lançados in natura nestes mesmos rios. Questiona-se: O planeta pode ficar sem água potável muito antes que se imagina?

A ONU lançou no dia mundial da água, 22 de março de 2005, a campanha para a década e cujo lema foi: “Água para a vida, a água para todos”. A intenção das Nações Unidas nessa direção é de reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas sem acesso a água potável ou ao saneamento básico. Todos os dias, 22 mil pessoas morrem por doenças transmitidas por água contaminada, como febre tifóide, cólera e diarreia. Em dados do Banco Mundial é possível dimensionar ainda mais o quadro dramático e preocupante levantado pela ONU e que reflete os grandes desafios da gestão dos recursos hídricos na atualidade (SEMA/IAP, 2005).

A água potável ou não é um elemento fundamental para a sobrevivência humana e das demais espécies vivas do ecossistema. Em pleno século XXI, a água limpa e de qualidade, é um direito que está fora do alcance de muitos habitantes do planeta Terra. Em todo o Globo, mais de um bilhão de pessoas não tem acesso à água tratada e, quase 2,5 bilhões vivem sem saneamento básico, conforme dados divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente em 2005.

Os dados divulgados levam a crer que mais de 80% das doenças e mortes em países em desenvolvimento estão relacionadas à falta de abastecimento de água potável. Isso é a possibilidade de escassez de água num futuro muito próximo nos levam a pensar mais criticamente nos padrões de consumo de água potável e saneamento, em modelos produtivos – industriais, agrícola, geração de energia elétrica, pesqueiros de águas interiores, desenvolvimento urbano-rural, crescimento populacional, degradação das mananciais e a alteração do ciclo hidrológico (secas e enchentes) devido à urbanização, ao desmatamento, entre outros fatores, lembrando que a água é um bem vital – um direito de todos.

Estima-se que 80 países sofrem pela ameaça direta à saúde da população e às economias regionais; e que 40% da população mundial não tem acesso à água potável nem à infra-estrutura sanitária. Isto possibilita visualizar a gravidade das estatísticas que denunciam que um em cada dois habitantes que vivem em países em desenvolvimento sofre de enfermidades causadas pela má qualidade da água.

Em um dado mais assustador ainda, cerca de cinco milhões de pessoas morrem anualmente por contaminação da água. A América Latina, com 19 países, conta apenas 8,5% da população mundial, com 440 milhões de habitantes, mas possui 30,8% das águas superficiais e 46,1% das florestas tropicais do planeta. Contudo, estima-se que 20% dessa população (1 bilhão de pessoas) ainda não têm acesso à água potável. Considera-se que a água e sua distribuição será o centro de crescentes conflitos internos e de intensas negociações pela paz, pois a escassez e mau gerenciamento provocam correntes migratórias internas e externas. Considera-se assim que, do total de água existente no mundo, 97% são águas salgadas, 2,5% são água doce e apenas 0,3% vêm de rios e lagos. A maior parte, 68,9% está concentrada em geleiras e nas calotas polares, enquanto 0,9% encontra-se em outros reservatórios, como aquíferos subterrâneos (Roesler, 2002).

No caso de recurso de múltiplos usos e, mais ainda, de usos vitais como da água, a necessidade de uma exploração racional se impõe com muito mais vigor, justificando amplamente a convivência de um planejamento detalhado. Este planejamento deve levar em conta a questão da qualidade do recurso, uma vez que, quanto maior for a quantidade de impurezas existente, maior será o custo do seu beneficiamento. Se, por um lado, “a questão é complexa, em função dos vários padrões de qualidade exigidos para diferentes usos, por outro, o planejamento racional de sua utilização é sobremaneira facilitado pelo fato de se tratar de um recurso tão freqüentemente presente na superfície da Terra, a ponto de ser tomado como referencial geográfico (oceanos, mares, bacias hidrográficas) para o reconhecimento de áreas físicas e políticas de nossos territórios” (Porto, 1991, p.10).

A água é importante como ambiente para a vida. E constitui-se elemento vital não só à natureza de um modo geral, como todas as atividades desenvolvidas pelo homem suprindo as necessidades ligadas aos processos biológicos (alimentação e higiene), e outros usos como (produção industrial, irrigação, geração de energia, navegação, pesca e laser, evacuação e diluição de esgotos, controle de enchentes, refrigeração de máquinas, pesca, aquicultura, entre outros), e que passam a demandar, em decorrência dos usos e dos conflitos societários, a redefinição das condições ecológicas e a interpretação da gestão das políticas ambientais. O entendimento sobre a produção hídrica implica correlacionar esse uso múltiplo como o escoamento anual médio dos rios que deságuam no oceano. Em território brasileiro o índice atinge a marca de 257.790 m³/s.

A gestão dos recursos hídricos toma uma dimensão pública com a realização em 1977 da Conferência de Mar del Plata, e dez anos depois o Brasil começava a pôr em prática uma de suas recomendações fundamentais, ou seja, as diretrizes gerais da política de recursos hídricos. Apesar da existência da Portaria Interministerial n°90, de 29 de março de 1978, que criou o Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas, com a atribuição de classificar os cursos d’água da União, estudar de forma integrada e acompanhar o uso racional dos recursos hídricos federais com o objetivo de obter o melhor aproveitamento múltiplo de cada bacia, minimizando os efeitos nocivos ao meio ambiente.

A Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH) manifestou-se pela Carta de Salvador (1987), aprovada durante a realização do VII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, sobre a necessidade premente da criação de um sistema nacional de recursos hídricos e do aperfeiçoamento da legislação pertinente, de modo a congregar o uso múltiplo dos recursos hídricos, a gestão descentralizada e participativa, a criação do sistema nacional de informações de recursos hídricos e desenvolvimento tecnológico e a capacitação do setor. A ação de mobilização continua em 1987, com a produção da “Carta

de Foz do Iguaçu”, ou seja, esse documento delinea os princípios básicos que deveriam ser seguidos no estabelecimento da Política Nacional de Recursos Hídricos, tais como a gestão integrada, o reconhecimento do valor econômico da água e a gestão descentralizada e participativa. Esse processo possibilitou a revisão do Código das Águas de 1934, que disciplinava até recentemente os usos dos recursos hídricos no Brasil.

Os órgãos incumbidos do cumprimento das medidas preventivas de proteção do meio ambiente, inclusive, a manutenção da qualidade e do uso racional dos recursos hídricos são principalmente os que compõem a Secretaria do Meio Ambiente, da Presidência da República, instituída pela Lei nº 8028, de 12 de abril de 1990 e regulamentada pelos Decretos nº 99.244, de 10 de maio de 1990, e o decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, que regulamentou as Leis nº 6.902, de 27 de abril de 1981, diz respeito a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, e nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 que cria a Política Nacional do Meio Ambiente.

A Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos que estabelece a água é um bem de domínio público e de uso múltiplo, devendo-se assegurar prioridade básica, em situações de escassez, ao consumo humano e de animais. Além disso, outros fundamentos importantes: a bacia hidrográfica como unidade territorial para implementação da política, bem como a necessidade de se integrar com a gestão ambiental e a do uso do solo. E a Lei nº 9.984/00 que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), essa transformou-se em uma estrutura pública de regulamentação e controle dos múltiplos usos da água. A implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos permitiu, entre outras conquistas, a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos sob a coordenação da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e com o apoio técnico da ANA.

O Ministério do Meio Ambiente estabeleceu sua nova estrutura através do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, a antiga Secretaria de Recursos Hídricos, atual Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), ampliou suas atribuições e passou a integrar os procedimentos de gestão dos Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. A SRHU atua como secretaria-executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e é composta por 3 departamentos de Recursos Hídricos (DRH), de Ambiente Urbano (DAU), de Revitalização de Bacias (DRB) tendo como destaque as seguintes atribuições, conforme dados do Ministério do Meio Ambiente (www.mma.gov.br/2008) :

Propor a formulação da Política Nacional dos Recursos Hídricos, bem como acompanhar e monitorar sua implementação, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000;

Propor políticas, planos e normas e definir estratégias nos temas relacionados com: a gestão integrada do uso múltiplo sustentável dos recursos hídricos; a gestão de águas transfronteiriças; a gestão de recursos hídricos em fóruns internacionais; a implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; o saneamento e revitalização de bacias hidrográficas; entre outros;

Acompanhar a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos;

Coordenar, em sua esfera de competência, a elaboração de planos, programas e projetos nacionais, referentes a revitalização de bacias hidrográficas;

Monitorar o funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

Planejar ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos das secas e inundações no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

Desenvolver ações de apoio aos Estados, na implementação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e na implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos;

Desenvolver ações de apoio à constituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica;

Promover, em articulação com órgãos e entidades estaduais, federais e internacionais, os estudos técnicos relacionados aos recursos hídricos e propor o encaminhamento de soluções;

Coordenar e executar as políticas públicas decorrentes dos acordos e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil na área de sua competência;

Propor, coordenar e implementar programas e projetos na sua área de competência.

As ações e o planejamento da política nacional de recursos hídricos pautam-se no conhecimento das potencialidades dos recursos hídricos, desenvolvidas pelos poderes públicos para controlar os problemas referentes às interações entre urbanização, o saneamento e o ciclo da água, que por serem gerais visam controlar os efeitos e não as causas dos problemas ambientais. O que tem demonstrado ainda um certo imobilismo na proteção dos recursos naturais em especial dos hídricos. Novas formas de articulação entre as lideranças regionais do Estado, dos municípios e da sociedade civil, como os conselhos municipais, os consórcios intermunicipais e os comitês de bacia hidrográfica, têm sido implementados com o objetivo de superar e/ ou enfrentar os desequilíbrios ambientais.

A Gestão Ambiental por Bacia Hidrográfica

A bacia hidrográfica pode ser entendida como uma unidade de planejamento integrada em sua concepção de gestão de recursos hídricos no meio ambiente. “É uma área de grande superfície, formada por um conjunto de terras por onde corre um rio principal e seus afluentes, incluindo cabeceiras ou nascentes, divisores de água, cursos d’água principais, afluentes e subafluentes, entre outros”. É também o espaço que recolhe a água das precipitações pluviais, de acordo com as

características fisiográficas e ecológicas do solo, armazena e distribui as águas. As bacias hidrográficas têm papel primordial na sobrevivência do homem no planeta e orientam os programas e projetos ambientais (Vieira, 2006, p. 19).

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e a Agência Nacional de Águas (ANA) definiram as 12 principais regiões hidrográficas brasileiras: Amazonas, Tocantins – Araguaia, Atlântico NE Ocidental, Parnaíba, Atlântico NE Oriental, São Francisco, Atlântico Leste, Atlântico Sudoeste, Paraná, Paraguai, Uruguai, Atlântico Sul (www.ana.gov.br/2008).

A gestão ambiental por bacia hidrográfica tende a se complexificar com a escassez de água e pela inconstância de sua reposição pelos ciclos hidrológicos, refletindo na organização da vida humana e das demais espécies, dos processos de desenvolvimento agrícola, urbano e industrial e de acesso comum à água potável. Para o efetivo gerenciamento dos recursos hídricos envolvendo a sociedade, o modelo atual procura aplicar a gestão descentralizada e participativa para as definições de uso, ocupação do solo e a solução de conflitos por meio dos comitês de bacias.

A Região Hidrográfica do Paraná possui uma área de 879.860 km² (10% do território nacional) e abrange os estados de São Paulo (25% da região), Paraná (21%), Mato Grosso do Sul (20%), Minas Gerais (18%), Goiás (14%), Santa Catarina (1,5%) e Distrito Federal (0,5%). A vazão média da região corresponde a 6,4% do total do País. Essa região originalmente apresentava os biomas de Mata Atlântica e Cerrado, e cinco tipos de cobertura vegetal: Cerrado, Mata Atlântica, Mata de Araucária, Floresta Estacional Decídua e Floresta Estacional Semidecídua. O uso do solo na região passou por grandes transformações ao longo dos ciclos econômicos do País (agropecuária, pastagens, lavoura, parque industrial), que ocasionaram um grande desmatamento (PNRH, 2006).

O Rio Paraná possui uma extensão de 2.570 km até sua foz, que somados aos 1.170 km do próprio rio Parnaíba, seu afluente principal, totalizam 3.740 km, sendo o terceiro rio mais extenso das Américas. A Região Hidrográfica do Paraná é subdividida em seis unidades hidrográficas: Grande, Iguaçu, Parnaíba, Paranapanema, Paraná e Tietê. A Região Hidrográfica apresenta vazão média correspondente a 6,5% do total do País (PNRH, 2006).

Destaca-se a Bacia Hidrográfica do Rio Paraná III que segundo a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (2007), constitui-se uma bacia peculiar em termos de uso e conservação dos recursos hídricos nos 29 municípios de sua abrangência direta na região oeste e no Estado do Paraná. Sua área de drenagem de 8.000 Km² contribui para o potencial energético da maior hidrelétrica do mundo e passa a desafiar o coletivo dos atores sociais no planejamento e gestão do uso múltiplo ou social dos recursos hídricos e naturais, além dos limites do reservatório da Itaipu Binacional¹ tanto no lado brasileiro como paraguaio. Uma realidade geopolítica e de gestão ambiental que reflete as conseqüências e responsabilidades nacionais e internacionais, como a poluição sem fronteiras; a degradação dos ecossistemas; e o uso dos recursos naturais disponíveis.

Os municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Paraná III são: Altônia, Cascavel, Cêu Azul, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guairá, Itaipulândia, Matelândia, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha do Itaipu, Toledo, Terra Roxa e Vera Cruz do Oeste (www.sema.gov.br/2007).

A gestão dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná III centra-se em desafios públicos postos à coletividade quanto às frágeis condições de sustentabilidade dos recursos hídricos no Planeta Terra no início do Século XXI, bem como das práticas individuais imprescindíveis para se assegurar à gestão ambiental integrada desse recurso natural, a água, como um direito humano e bem público, finito e vulnerável, segundo o que preconiza a Organização das Nações Unidas (ONU) em 2005, as políticas ambientais brasileiras e a Agenda 21.

Na dimensão de cuidado e proteção das condições de sustentabilidade dos recursos naturais localizados na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná III, destaca-se as ações de monitoramento dos processos produtivos regionalizados, dentre eles a intensificação da suinocultura na região² e o seu conseqüente potencial poluidor; a forma intensiva da atividade agropecuária, que exige o uso de agrotóxicos; a concentração da população no meio urbano; sistemas de tratamento dos recursos hídricos e dos resíduos sólidos; infra-estrutura de saneamento urbano e rural dentre outros elementos que contribuem para a fragilização da perenidade dos recursos naturais e da qualidade ambiental na região ora delimitada como foco de análise.

Uma vez que o conjunto de ações e interferências diretas e indiretas sobre a qualidade da água de um manancial caracteriza um estado geral que recebe a denominação de poluição das águas. A palavra “poluição” deriva do latim *polluere* que significa manchar, sujar. No entanto, o termo contaminação, costuma ser empregado, como sinônimo de poluição, especialmente pelos países de língua espanhola da América Latina. Este provém da palavra latina *contaminare*, cujo significado é misturar ou também infectar, sujar, manchar. O seu uso com o sentido de “infectar por contato” é muito consagrado pela literatura médica e microbiológica. Por isso, alguns autores aplicam o vocabulário somente aos efeitos diretos de contágio através da água e não aos aspectos dinâmicos, ecológicos, da poluição. (Porto, 1991, p.14).

¹ O Lago Binacional de Itaipu formado em 1982, com orla de 1.350 Km² e largura média de 7 Km vêm assegurando estrategicamente a produção de energia elétrica para o Brasil (em torno de 25%) e para o Paraguai (em torno de 95%), estimada em 14.000 MW. O lago binacional acompanha o território limítrofe brasileiro localizado no extremo oeste do Paraná, composto por 15 municípios: Guairá, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Missal, Itaipulândia, Diamante do Oeste, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Santa Terezinha de Itaipu, Santa Helena e Foz do Iguaçu. (Roesler, 2002).

² A suinocultura em Toledo ver Roesler, M.R.v.B. & Cesconeto, E. A. A produção de suínos e as propostas de gestão de ativos ambientais: o caso da região de Toledo – Paraná. In: Informe GEPEC nº 2, vol. 7. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

Para subsidiar as ações de conservação da qualidade das águas, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos têm utilizado os instrumentos de outorga e licenciamento das atividades potencialmente poluidoras, como estratégia geral, implantou um sistema de monitoramento da qualidade das águas, baseado no conceito de cargas poluentes, e que estes possibilitem usar as informações existentes, complementando-as de modo a adequar a rede de coleta às necessidades de representatividade, seleção de variáveis e frequência amostral, de modo a possibilitar o efetivo controle e redução das cargas poluentes geradas na área de drenagem da Bacia hidrográfica do Rio Paraná III.

A diversidade de exigências constitui a causa evidente de conflitos quando uma mesma fonte de água é utilizada para fins diversos como é o caso da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná III. “Por outro lado é evidente que, prestando-se a água a uma multiplicidade de usos, os recursos hídricos devem ser objeto de cuidadoso planejamento de maneira a permitir o seu uso múltiplo permanente. De um ponto de vista puramente qualitativo, pode-se intuir que a condição natural do curso d’água constitui a condição mais favorável ao uso”, por reduzir custos e investimentos nas formas de tratamento a fim de estabelecer o padrão de qualidade exigido a determinados usos, isso quer dizer que há divergências instituídas quanto ao padrão de qualidade para os diversos fins (Porto,1991).

Assim a política hídrica do Estado do Paraná em 2003, com vistas a conservação dos ecossistemas aquáticos e a melhoria das condições ambientais dos corpos d’água delineou os alvos principais de sua ação, são eles:

- a) Adequação da rede amostral existente de qualidade das águas de modo a que ela represente a área de drenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná III;
- b) Complementar o plano amostral existente de modo a agregar indicadores válidos e sensíveis da redução da carga poluente no âmbito das sub-bacias hidrográficas, com especial enfoque nas intervenções corretivas previstas para a atividade da suinocultura, no âmbito do projeto de ativos ambientais;
- c) Instalação de estações de amostragem automática da qualidade da água;
- d) Estimar a significância da contribuição das cargas pontuais e difusas na carga poluente total;
- e) Correlacionar a presença de poluentes com seus efeitos sobre a comunidade aquática;
- f) Possibilitar a geração de cenários de qualidade final das águas baseadas nas atividades de outorga e licenciamento de atividades poluidoras;
- g) Capacitação técnica local; e
- h) Divulgação dos resultados às instituições interessadas e a população em geral (www.sema.gov.br/2007).

A gestão integrada tem por finalidade implementar um sistema de investigação e monitoramento da qualidade das águas na qualidade de vida da população, que seja capaz de usar as informações existentes, complementando-as de modo a adequar a rede de serviços públicos. Os recursos hídricos e a preocupação com seu gerenciamento assumem uma característica peculiar que resulta do valor econômico e de todos os seus usos competitivos, então como benefício econômico deve ser compartilhado no processo de desenvolvimento equilibrado e saudável ambientalmente (Roesler & Cesconeto, 2007).

O gerenciamento integrado dos recursos hídricos deve ser participativo, envolvendo o poder público, usuários, planejadores, e iniciativa privada na discussão ética do acesso aos recursos hídricos como um direito humano fundamental ao bem público. Assim as práticas de conservação, monitoramento, recuperação e reúso dos recursos hídricos, segundo Tundisi (1990), em um futuro próximo deverão desenvolver-se paralelamente aos avanços técnicos e metodológicos propostos pela ciência.

No Estado do Paraná a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA), funciona como Agência Estadual de Águas, que conjuntamente com os 17 Comitês de Bacias Hidrográficas é responsável pela gestão das políticas públicas, disciplinando e regulando os usos, e, cobrando dos usuários das águas pelo seu aporte de consumo ou pelo exercício de atividades degradadoras da sua qualidade, pautando-se na Lei Estadual nº 12.726, de 26 de novembro de 1999, que criou o fundo estadual de recursos hídricos e constituiu o sistema de gerenciamento e disciplinamento dos diversos usos de água no território paranaense.

O destaque será para os aspectos regimentais do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná III, constituído por 29 municípios, que foi instituído pelo Decreto nº 2924 do Governo do Paraná, publicado no Diário Oficial nº 6722 de 05/05/2004, cuja plenária é integrada por membros representantes do Poder Público, dos Usuários e da Sociedade Civil, e que nesse momento encontra-se em fase de implementação das Comissões Temáticas, caminhando para a aplicação das diretrizes e prioridades observadas no Plano de Bacia Hidrográfica, conforme prevê o Regimento Interno do Comitê, que foi aprovado na reunião ordinária do dia 07 de abril de 2005, ocorrida na cidade de Cascavel, Estado do Paraná - Brasil, as orientações do Conselho Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, e as determinações do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), aprovado no mês de janeiro de 2006.

Acredita-se que é por meio desses espaços representativos de troca de conhecimentos e experiências de gestão de recursos hídricos que se expandem no contexto societário brasileiro e mundial que gradativamente estaremos construindo atitudes ambientais positivas e integradas que venham favorecer o enfrentamento dos graves problemas sócio-ambientais, sobretudo, quanto à recuperação e à proteção dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Paraná III localizada na região oeste-paranaense e adjacências, em prol da garantia ampliada de vida entre as espécies e de sustentabilidade dos recursos naturais (Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná III, 2005).

Os problemas mais graves na área de recursos hídricos se referem: a) aos dados e às informações insuficientes ou não acessíveis para uma avaliação mais aprofundada dos recursos naturais; b) à inexistência ou reduzidas práticas de gestão

de usos múltiplos e integrados dos recursos hídricos; e) à base legal insuficiente para assegurar a gestão descentralizada; d) ao manejo inadequado do solo na agricultura; e) à distribuição injusta dos custos sociais associados ao uso intensivo da água; f) à participação inexpressiva da sociedade na gestão, com excessiva dependência nas ações governamentais; g) à escassez de água natural ou causada pelo uso intensivo dos recursos; h) à disseminação de uma cultura da abundância dos recursos hídricos; i) à ocorrência de enchentes periódicas especialmente nos grandes centros urbanos brasileiros (Roesler, 2002, p.158).

Uma característica que marca a Região Hidrográfica do Paraná, a qual faz parte a Bacia Hidrográfica do Paraná III e que seu uso principal é o energético, ou seja, a região possui a maior capacidade instalada de energia do País (59,3% do total nacional), assim como a maior demanda (75% do consumo nacional). Existem 176 usinas hidrelétricas na região, com destaque para Itaipu, Furnas, Porto Primavera e Marimbondo. Não existe disponibilidade de novos aproveitamentos hidrelétricos de grande porte nos rios principais, ocorrendo atualmente uma tendência de desenvolvimento de projetos de pequenas centrais hidrelétricas em rios de menor porte (PNRH, 2006).

O uso energético demanda quantidades de água muito maiores que o abastecimento das cidades ou qualquer outros usos, como para o uso energético não há necessidade de um padrão rigoroso de qualidade (desde que não seja excessivamente corrosiva) ele é conflitante com outros usos. Pois, o crescimento industrial e a elevação do nível de conforto e modernidade exigem um crescimento desproporcional do fornecimento de energia em relação ao crescimento demográfico. Daí a prioridade que tem merecido, em geral, o fator energia no planejamento das bacias hidrográficas, portanto, conciliar usos distintos requer a delimitação de prioridades, através de um rigoroso planejamento.

As Ações do Comitê da Bacia do Paraná III

O Decreto Estadual nº 2924, de 05 de maio de 2004, no Capítulo I, trata da Constituição do Comitê da Bacia do Paraná III, sendo este um órgão colegiado vinculado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, a serem exercidas em sua área de atuação e jurisdição, compreendidas pelas bacias dos rios Boiçi, Matias Almada, Guabiroba, Passo Cuê, Ocoí, São João, São Vicente, São Francisco Falso Braço Sul, São Francisco Falso Braço Norte, São Francisco Verdadeiro, Branco, São Cristóvão, São Luis, Guaçú, Zororó, Salamanca, Capivara, Taturi e o Córrego do Meio e todos os seus afluentes, compreendendo uma área total de 8.389,31 KM². A unidade de gestão de recursos hídricos envolve, total ou parcialmente, 28 municípios do Estado do Paraná.

Quanto às competências do Comitê e que constam no Capítulo III, destaca-se do seu texto regimental conforme legislação específica, notadamente as definidas pelo Art. 40º da Lei Estadual nº 12.726/99 e Art.5º do Decreto Estadual nº 2.315, de 18 de Julho de 2000: I – promover o debate de questões relacionadas aos recursos hídricos e articular a atuação de órgãos, entidades, instituições e demais pessoas físicas e jurídicas intervenientes, realizando, obrigatoriamente, oficinas, encontros e seminários destinados ao fortalecimento da participação social e comunitária na gestão dos recursos hídricos; II – arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; III – aprovar proposta do Plano de Bacia Hidrográfica de sua área territorial de atuação e a correspondente aplicação dos recursos financeiros disponíveis, com destaque para valores arrecadados com a cobrança pelo direito de uso de recursos - a) ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/PR, para efeitos de sua compatibilização com diretrizes supervenientes de natureza estadual e, quando couber; b) ao Comitê de Bacia de maior abrangência territorial, em cuja área de atuação estiver inserido, para efeitos de mútua compatibilização entre suas propostas de Plano de Bacia Hidrográfica; VI – zelar pela compatibilização e integração entre o Plano de Bacia Hidrográfica e os planos setoriais de esgotamento sanitário, de resíduos sólidos e de drenagem, referentes às áreas urbanas inseridas em sua área territorial de atuação, inclusive para efeitos de vinculação com o processo de concessão de outorgas relativas às respectivas intervenções setoriais, dentre outras competências.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná III é composto por 33 (trinta e três) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 13 (treze) representantes do Poder Público (União 1, Estado 6, Municípios 6), 13 (treze) representantes dos Setores Usuários de Recursos Hídricos (Abastecimento de água e diluição de efluentes urbanos 3, Hidroeletricidade 1, Captação industrial e diluição de efluentes industriais 4, Agropecuária e irrigação, inclusive piscicultura 3, Drenagem e resíduos sólidos urbanos 1, Lazer, recreação e outros usos não consultivos 1) e 7 (sete) representantes da Sociedade Civil (Organizações não governamentais 2, Entidades de Ensino e Pesquisa 2, Entidades Técnico Profissionais 1, Comunidade Indígenas 1, Área de Proteção Ambiental 1). O Capítulo VII trata das Atribuições dos Membros do Comitê e do Plenário do Comitê, estabelecendo no Art 12 que o desempenho das funções de membro do Comitê é considerado serviço de relevante interesse público, e não será remunerado sob qualquer título.

Das proposições definidas pelas Câmaras Técnicas com vistas à construção de diretrizes do Plano de Ação da Bacia do Paraná III, cinco (5) grandes eixos temáticos foram constituídos: Saneamento Ambiental e Uso de Recursos Hídricos; Reposição Florestal e Biodiversidade; Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Gestão Territorial e Licenciamento Ambiental; e Agropecuária Sustentável. Destaca-se do eixo temático Saneamento Ambiental e Uso de Recursos Hídricos o foco dado à relevância do reúso das águas pluviais no âmbito da bacia hidrográfica do Paraná III.

O eixo Saneamento Ambiental e Uso de Recursos Hídricos apresenta como destaque as seguintes ações: levantar a localização e o tipo de captação dos recursos hídricos e as vazões utilizadas na área da bacia; levantar as demandas dos usos de recursos hídricos pelos sistemas urbanos, industriais e de atividades agropecuárias; levantar os sistemas de irrigação existentes na bacia; avaliação da qualidade de água dos recursos hídricos segundo a Resolução nº 357/05 do CONAMA;

identificação dos atuais e futuros usos dos aquíferos Guarani e Serra Geral; identificar as potencialidades de captação de águas pluviais para reúso para fins múltiplos; avaliação do potencial e dos usos dos rios da bacia para a geração de energia; proceder um levantamento das atuais estações de medição fluviométrica na bacia e os locais onde se fazem necessárias a instalação de novas estações de medição; e levantar a sedimentometria dos recursos d'água presentes na bacia.

Uma prática de reúso de águas pluviais para atendimento diário de consumo hídrico estimado em 15 mil litros/dia, foi identificada no âmbito de atuação do Comitê da Bacia do Paraná III, ela está sendo implementada pela Empresa São Jorge Truck Center Ltda, localizada no município de Toledo - Paraná, que conta com aproximadamente 104.000 habitantes, no entanto, o reúso não exclui do condomínio a necessidade de assegurar a disponibilidade de água potável por meio de poço artesiano para outras necessidades, dentre elas, o abastecimento e oferta de água potável para consumo humano, preparo de alimentação, dentre outros usos múltiplos. A experiência tem sido difundida como uma forma de motivação as novas atitudes ambientais, conscientes, éticas e de sustentabilidade na gestão dos recursos hídricos integrados na Bacia do Paraná III.

As informações referentes a Empresa São Jorge Truck Center Ltda que é destaque no âmbito da Bacia do Paraná III na iniciativa de reúso de águas pluviais, são de autoria de Roesler & Parizotto (2008), divulgadas no site www.rebor.org.br/ENCBH/25outubro/sala08, a empresa foi criada no ano de 1988 na cidade de Toledo, Estado do Paraná, conta com aproximadamente 55 funcionários e terceirizados, atendendo em média mais de 600 pessoas na área construída de 2.500 m², e congrega 15 empreendimentos numa área condominial de 5.200m², dentre eles serviços de Restaurante e Churrascaria, Auto-Peças, Tapeçaria, Barbearia, Auto-Elétrica, Transportadora, Direção Hidráulica, Balanceamento de Pneus e Alinhamento a Laser, Px Rodoar VDO, Som, Posto Autorizado VDO-Tacógrafos, Tanques, Turbinas, Válvulas, Pinturas, Intercooler, Vidros TEMPLEX, Central de Fretes, Óleos, Filtros e Lubrificantes, Escapamentos, Montagem de Acessórios.

A empresa tem investido na coleta de águas pluviais desde 2004, com capacidade de armazenamento estimado em 100.000 litros, ou seja, 60.000 litros = 60m³ captados e armazenados no pátio e 40.000 litros = 40m³ captados e armazenados em barracões adjacentes, que são distribuídos e aproveitados em usos variados nos empreendimentos. Além do uso interno, os recursos hídricos depositados nas caixas d'água ficam disponíveis para suprimento de demandas externas, como por exemplo, o Corpo de Bombeiros de Toledo que tem cadastrado a empresa como fornecedora de água pluvial. Outras demandas são atendidas desde que justificadas, exemplificando-se as solicitações escolares e empresariais apresentadas em tempos de estiagem, ou em períodos de serviços temporários nestas instalações e que não necessitam de água potável. A empresa mantém em funcionamento um poço artesiano e sistema de entrada (registro) de água distribuído pela SANEPAR, empresa paranaense responsável pelo abastecimento e saneamento básico local, considerando que a sua demanda/mês gira em torno de 120.000 litros = 120m³. Objetiva ampliar a coleta de águas pluviais no condomínio, bem como intensificar o sistema em outras instalações empresariais administradas pela família, tanto em área urbana industrial quanto em área rural.

Em termos de investimento, o custo do sistema de coleta de águas pluviais implantado gradativamente desde 2004 é insignificante na visão do empresário frente aos benefícios ambientais e éticos gerados para a proteção dos níveis de sustentabilidade dos recursos hídricos no município de Toledo e na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná III, e que podem ser promovidos por outras iniciativas empresariais, comerciais, agrícolas e dos demais cidadãos a partir de suas próprias residências.

Considerações Finais

Um projeto de gestão ambiental faz com que os anseios e vontades das comunidades aconteçam na prática e que as diferenças sociais possam ser reduzidas com ações educativas que corrijam as distorções existentes no entendimento em relação ao meio ambiente pautado nos princípios da cidadania planetária, uma vez que, somos todos responsáveis pela intensificação da luta pela justiça social. Nosso modelo de civilização e de desenvolvimento, calcado em padrões tecnológicos e econômicos inconseqüentes, conquistados a qualquer preço e dentro de ambições insustentáveis de consumo, mostra-se incompatível com a sua própria continuidade e condições de proteção dos recursos naturais. Se outros caminhos mais sensatos não forem deslumbrados e desbravados em projetos e programas de gestão ambiental sustentável, levar-nos-á inevitáveis crises globais e danos ambientais, dentre elas de acesso aos recursos hídricos de qualidade e de condições acessíveis a toda a população mundial e aos seres vivos. A alternativa para essa difícil questão sócio-ambiental será uma mudança profunda nos padrões e costumes de consumo dos povos, demandando grandes esforços coletivos.

Em geral, a adoção de quaisquer medidas preventivas visando à proteção dos recursos hídricos é fortemente questionada e repelida pelos proprietários de terra na bacia, que vêem comprometido o seu direito de propriedade; ou pelo próprio poder público, que não dispõe de outras áreas para expansão do seu município, para realização de seus planos habitacionais e crescimento geral da cidade; no entanto, não podemos nos deixar levar pelas condições impostas por um outro setor da sociedade é preciso avaliar a condição geral e o bem comum. Pois, toda e qualquer ação pública que envolve vários setores sociais que fazem usos dos recursos hídricos requer cuidadoso estudo e estabelecimento de prioridades no planejamento e utilização da mesma para que tenha seu uso prolongado e garanta a qualidade de vida da população.

Assim, pode-se dizer que o comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná III tem desempenhado um papel fundamental no processo de informação e dinamização de novas atitudes frente aos recursos hídricos disponíveis na região co-relacionando as atividades naturais e humanas que influem na qualidade e na preservação dos mesmos. Porém, como todo processo carece de aperfeiçoamento e desenvolvimento para tornar-se algo permanente e parte integrante das ações dos diversos setores da sociedade, que pautando-se na Lei das Águas terá os instrumentos necessários à plena eficácia de suas

ações, quais sejam: os planos de recursos hídricos, neles incluídos os Planos Nacional, dos Estados e de Bacias Hidrográficas; os sistemas de informações respectivos; o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os seus usos preponderantes; bem como a outorga e a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

O comitê de bacia passa a ter como desdobramentos de sua ação a discussão, apresentação e negociação com os órgãos públicos envolvidos a viabilidade de enfrentamento dos problemas que direta ou indiretamente afetam os recursos hídricos da sua região de abrangência, como a falta de oportunidade de geração de renda, falta de participação, desenvolvimento sem a preocupação sócio-ambiental, destruição de mangues ou nascentes, falta de gestão compartilhada, falta de informação, falta de infra-estrutura e recursos humanos para a fiscalização, ocupações irregulares, domínio sobre áreas protegidas, entre outros. Portanto, a proteção dos recursos hídricos deixa de ser uma mera atitude visando à preservação de seus usos mais imediatos para se tornar um processo de manutenção do equilíbrio natural dos ecossistemas, e consequentemente da vida.

Referência Bibliográfica

- Almeida, J. R. ; et al. (2004). Política e Planejamento Ambiental. 3ª ed. Rio de Janeiro: Thex Ed.
- Beer, I. A. (Tradução). (2003). A abordagem do Gênero na Gestão da Água: Lições extraídas ao redor do Globo Terrestre. Aliança do Gênero e da Água (GWA - Gender and Water Alliance). Instituto Ipanema.
- Brasília. (2005). Resolução nº 357/05 do CONAMA, usos das águas. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA.
- Brasília. (2006). Plano Nacional de Recursos Hídricos. Ministério do meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília: MMA.
- Cascavel. (2005). Regimento Interno do Comitê da Bacia do Paraná III. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná/ Escritório Regional de Toledo.
- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro). (2001). Agenda 21. – Curitiba: IPARDES.
- Paraná. (1999). Lei Estadual nº 12.726, de 26 de Novembro de 1999. Política Ambiental do Estado do Paraná, Curitiba.
- Paraná. (2004). Decreto Estadual nº 2924, de 05 de maio de 2004. Publicado no Diário Oficial nº 6722. Curitiba: Secretaria Estadual do Meio Ambiente.
- Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH/2006). <http://www.mma.gov.br/2008>. (consultado na Internet em julho 2008).
- Porto, Rubem La Laina (Org.). (1991). Hidrologia Ambiental. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Associação Brasileira de Recursos Hídricos.(Coleção ABRH de Recursos Hídricos, v.3).
- Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná III (2005). Aprovado na reunião ordinária de 07 de abril de 2005 (Ata 02/2005 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná III). Disponível na SEMA/IAP: Toledo, 2005.
- Roesler, M. R. v. B. & Cesconeto, E. A . ; et al. (2005). Indicadores ambientais: processo de conhecimento e de enfrentamento as questões ambientais. In: II Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. Cascavel: UNIOESTE, (Anais).
- Roesler, M.R.v.B. (2002). Costa Oeste do Paraná e a hidrelétrica Binacional de Itaipu: um estudo sobre a gestão ambiental nos municípios lindeiros. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- SEMA/IAP (2005). Folder. Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Instituto Ambiental do Paraná. Curitiba - Paraná: SEMA/IAP.
- Sousa Júnior, W. C. (2004). Gestão das Águas no Brasil: reflexões diagnósticos e desafios. Instituto Internacional de Educação do Brasil. São Paulo: Petrópolis.
- Toledo. (2005). Plano Municipal de Educação. Secretaria Municipal de Educação. Toledo: SME.
- Vieira, A. R. (Coord.) (2006). Bacia Hidrográfica e corredores de Biodiversidade: Guia de apoio ao educador. São Paulo: Instituto Supereco, 2006. (Programa de Educação Ambiental Planejando a nossa paisagem corredor de biodiversidade da Serra do Mar).
- <http://www.ana.gov.br/2008>. (consultado na Internet em setembro de 2008).
- <http://www.mma.gov.br/2008>. (consultado na Internet em setembro de 2008).
- <http://www.rebor.org.br/ENCBH/25outubro/sala08>. (consultado na Internet em setembro de 2008).
- <http://www.sema.gov.br/2007> . (consultado na Internet em agosto de 2007).

Mapeamento de programas, projectos e acções de educação ambientalna bacia hidrográfica do Paraná III: a gestão das águas como tema central

Franciele Margarida Doré¹
UNIOESTE
franhdore@gmail.com

Marli Renate von Borstel Roesler²
UNIOESTE
mroesler@certto.com.br

Resumo: A partir de um olhar crítico e cuidadoso sobre a capacidade de proteção, recuperação, reposição sustentável dos recursos naturais e da preservação de todas as formas de vida, buscamos com esta pesquisa de iniciação científica mapear programas, projetos e ações voltadas à gestão das águas, no território da bacia hidrográfica do Paraná III, envolvendo gestores públicos, grupos sociais e outras organizações civis que atuam na implementação da política ambiental e com ações de educação ambiental formal e informal. A Bacia do Paraná III, como unidade de planejamento abrange 28 municípios e uma área de 8710,01 km², de importante relevância para o Estado do Paraná e seu entorno com outros estados brasileiros e de fronteira com os países Paraguai e Argentina. A região da Bacia do Paraná III é muito rica em biodiversidade por concentrar ecossistemas variados, além de abarcar diversidades sociais e culturais, com destaque aos aldeamentos indígenas, colônias de pescadores, de unidades de proteção integral, áreas com maior e menor concentração populacional urbana e rural e com índices regionais de desenvolvimento humanos variáveis e problemáticos. O estudo em questão estará desde o seu início disponibilizando informações aos atores sociais envolvidos na pesquisa, fomentando-se debates, diálogos, novos estudos, comprometidos com a efetivação da educação ambiental crítica, ética, transformadora e emancipatória, comprometida eticamente com a promoção da “cidadania planetária e sustentável, começando pelos seus territórios.

Palavras-chave: Meio ambiente, gestão de recursos hídricos, educação ambiental

1 Introdução

A partir de referências das diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos, de 2005, busca-se no Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/UNIOESTE 2008-2009), investigar formas de implementação da Política Nacional dos Recursos Hídricos (PNRH) com ênfase em ações educativas nos Municípios que compõem a bacia hidrográfica do Paraná III, os quais são: Altônia, Cascavel, Céu Azul, Diamante D’Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guairá, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Vera Cruz do Oeste. Sobretudo, visando-se uma maior integração entre as mesmas nos municípios desta bacia, bem como aproximar a relevância das iniciativas a partir de interpretações dos fundamentos e princípios da Política Nacional de Educação Ambiental (Roesler, M. & Doré, F., 2008, p. 3).

Tomamos como relevante introduzir o conceito de meio ambiente que segundo Dias (apud Roesler, 2007, p.286), é o conjunto de fatores físicos, biológicos e químicos que cercam os seres vivos, onde ao mesmo tempo em que os influenciam são influenciados por eles. No artigo 3º da Política Nacional do Meio Ambiente, meio ambiente é assim definido: “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Brasil, 1991). Já os recursos Ambientais caracterizam-se centralmente como sendo toda “a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora”, também dentro do artigo 3º da Política Nacional de Meio Ambiente.

A Bacia do Paraná III, como unidade de planejamento abrange uma área de 8710,01 km² (Instituto de Terras Cartografia e Geociências), de importante relevância para o Estado do Paraná e para a Região em que os municípios se encontram. A região da Bacia do Paraná III é muito rica em biodiversidade por concentrar ecossistemas variados, em seu limite oeste. Além de abarcar duas aldeias indígenas sendo: Ava-Guarani Ocoí e Tekohá Añetete, contando ainda com a unidade de proteção integral, localizada no Município de São Pedro do Iguaçu, esta área é conhecida de relevante interesse ecológico da Cabeça do Cachorro (Paraná, 200_?).

A região de abrangência da Bacia do Paraná III sofreu intensas mudanças com a construção da barragem de Itaipu Binacional a qual cobriu grandes extensões de várzeas e parte do que podemos considerar um arquipélago fluvial. A região sudeste da Bacia apresenta formações transitórias de Floresta com Araucária. Da mesma forma a região Noroeste consiste originalmente na transição de Florestas do Paraná com a Savana do Mato Grosso de Sul (Paraná, 200_?).

¹ Acadêmica da 3ª série do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Bolsista do Programa PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - UNIOESTE – Projeto: “Mapeamento de Programas, Projetos e Ações de Educação Ambiental voltado a Gestão das Águas no Território da Bacia do Paraná III” (Aprovado pelo CEP/UNIOESTE – PARECER n. 253/2008– CEP e-mail: franhdore@gmail.com)

² Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da UNIOESTE. Coordenadora do programa de extensão: Ação socioambiental e formação e educação em educação ambiental da Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – SEIPAS – Ano 2008-2010. Pesquisadora do GEPEC/UNIOESTE. Coordenadora do projeto de Iniciação Científica – PIBIC/UNIOESTE: E-mail: marliroesler@hotmail.com; marliroesler@unioeste.br.

A Bacia Hidrográfica é delineada ao norte pela área de proteção ambiental – APA Federal das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná e pelo Parque Nacional de Ilha Grande e ao sul pelo limite do Parque Nacional do Iguaçu, onde está registrada a maior biodiversidade de organismos desta bacia (Paraná, 200_?).

Conforme coloca Pompeu (apud Sousa Junior, 2004,75) cabe a cada país em seu ordenamento jurídico demarcar a extensão jurídica das águas de seu território. Segundo o autor “no Brasil a Constituição Federal de 1998 praticamente publicizou todas as águas ao reparti-las entre União e os Estados, sem deixar espaço para as águas municipais”. Por isso deve haver uma fiscalização da sociedade civil para detectar se os Municípios estão desenvolvendo projetos e ações que visem à preservação, proteção e sustentabilidade das águas da Bacia do Paraná III como nas demais bacias hidrográficas, para Roesler

A Bacia Hidrográfica, como ecossistema e unidade de planejamento integrado em sua concepção de gestão de recursos hídricos no meio ambiente, é o espaço que recolhe água das precipitações pluviais, energia radiante e, de acordo com as características fisiográficas, ecológicas e ecológicas do solo armazena, distribui e transforma a água e a energia nos mais complexos e variados recursos naturais (Roesler, 2007, p.279).

Pois se sabe que a água tem um enorme valor econômico, social e cultural em toda a sociedade. Devido a este fato é importante a manifestação dos órgãos públicos, neste caso das Secretarias de Meio Ambiente e de Educação (ou afins da coordenação de projetos) nos municípios que fazem parte da Bacia Hidrográfica do Paraná III, em relação à efetivação da Política de Educação Ambiental a que venham atender as demandas e desafios a proteção e sustentabilidade dos recursos hídricos – da água. Porém não de forma isolada a necessidade de proteção dos demais recursos naturais, e da intencionalidade das Políticas Públicas.

Sendo este um projeto de pesquisa em execução, ou em sua fase inicial de estudos teóricos e coleta de dados empíricos, quer-se aqui apresentar os meios que serão utilizados para alcançar os resultados esperados. Discutir o projeto PIBIC/UNIOESTE em questão, visando conhecer e mapear os programas, projetos e ações de Educação Ambiental voltado a Gestão das águas no território da Bacia do Paraná III, e quais são as organizações que trabalham ações de educação ambiental.

2 A IMPORTÂNCIA DO MAPEAMENTO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO DAS ÁGUAS

A presente pesquisa de iniciação científica PIBIC/Unioeste está voltada a um estudo exploratório, onde se objetiva mapear programas, projetos e ações de Educação Ambiental para a gestão das águas na Bacia do Paraná III. Além disso, torna-se um estudo teórico aproximativo ao entendimento das diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos (2006); da Agenda 21 Global (Capítulo 18, da “proteção da qualidade e do abastecimento de dos recursos hídricos: aplicação de critérios integrados no desenvolvimento, manejo e uso dos recursos hídricos); das deliberações das Conferências Nacionais de Meio Ambiente (I, II e III); das ações do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná III; da Política Nacional do Meio Ambiente; da Política Nacional de Educação Ambiental; das ações do Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais (ProFEA); dos princípios constitucionais – Art. 225 do Meio Ambiente, buscando-se a compreensão das mesmas e na sua aproximação às ações implementadas pelas prefeituras municipais e demais órgãos atuantes na região/território do estudo.

Por ser o Serviço Social uma profissão que se propõe a intervir/trabalhar com questões sociais e ambientais integradas, de forma interdisciplinar, concebe-se o estudo da gestão das águas como uma expressão das mesmas, por ser um fenômeno intimamente ligado às condições de qualidade vida, e de direito humano e coletivo à água. Em especial, se tomarmos como referência que a contribuição dos profissionais do Serviço Social ante o desafio da sustentabilidade se efetiva e se constrói no compromisso pessoal na vivência e transmissão de valores e comportamentos mais sustentáveis, e que afeta mudança de estilo de vida individual e coletivo (Reigota apud. Gómez; Aguado; Pérez; Orgs, 2005),

Como diz Reigota (apud. Gómez; Aguado; Pérez; Orgs, 2005,p.7), o Serviço Social tem uma longa história de intervenção na qual visa atender as camadas mais excluídas de nossa sociedade. O comprometimento da profissão com a justiça social leva a buscar novos aliados e a estabelecer cumplicidades visando à construção de conhecimentos para sociedades sustentáveis. A experiência acumulada pelos assistentes sociais com as camadas marginalizadas da sociedade é de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisas e práticas interventivas na perspectiva da educação ambiental como educação política. “A aproximação dos/das assistentes sociais com o campo da educação ambiental não só é bem vinda como também é necessária e pertinente” (Reigota, apud. Idem, 2005,p.8).

Por haver hoje uma grande preocupação em relação ao uso, conservação e preservação da água e por estarmos vivendo em um momento de grandes mudanças climáticas e avanços técnicos e científicos faz-se necessário um maior cuidado com a gestão pública dos recursos hídricos. Isso pode ser efetivado de acordo com o PNRH, tendo em vista também a importância da educação ambiental no que diz respeito à preservação e manutenção dos recursos hídricos nos municípios componentes da Bacia do Paraná III.

A disponibilidade hídrica no Brasil é extremamente desigual, sendo que a Região Norte tem a maior concentração de água do Brasil cerca de 68%, contudo representa apenas 7% da população brasileira. As regiões Sudeste e Sul onde se concentra a maior parcela da população brasileira somando 60%, e tem a menor disponibilidade de água apenas 13% (Paraná, 2004, p. 7).

Segundo dados da Lei 9.433/97, que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, a bacia hidrográfica é definida como unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos” (2008:01). Devido a isso a necessidade de estar se verificando quais são as ações educativas desenvolvidas pelas prefeituras. Entende-se assim necessária uma pesquisa de modo exploratória onde se configura que

Explorar é tipicamente a primeira aproximação de um tema e visa criar familiaridade em relação a um fato ou fenômeno. Quase sempre se busca essa familiaridade pela prospecção de materiais que possam informar ao pesquisador a real importância do problema, o estágio que se encontram as informações já disponíveis a respeito do assunto, e até mesmo revelar ao pesquisador novas fontes de informação (Santos, 2002, pp. 26-27).

A pesquisa em questão priorizará dessa forma o levantamento de dados bibliográficos iniciais sobre o tema da política nacional de educação ambiental em vigor, possibilitando o gradual entendimento e aproximação das informações coletadas com a execução das próprias diretrizes ampliadas das políticas ambientais, dentre elas as voltadas aos recursos hídricos. Ou seja, tomando-se aqui por exemplo, o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que se configura “como um conjunto estratégico de ações interinstitucionais, instrumentos de política, informações e ferramentas de apoio à decisão, ações de comunicação social, fontes de financiamento (...)” (Paraná, 2006, p.95). “A gestão dos recursos hídricos deve se dar [assim] de forma integrada, descentralizada e participativa, considerando as diversidades sociais, econômicas e ambientais do País” e regiões (Brasil, 2008,p.01).

De acordo com exposto na Agenda 21, Capítulo 18, o

(...) grau de desenvolvimento dos Recursos Hídricos contribui com a produtividade econômica e o bem estar social nem sempre é apreciado, embora todas as atividades econômicas e sociais dependam muito do suprimento e da qualidade da água (Conferência, 2001, p.149).

Assim tem-se um cenário indicando que “as demandas de água estão aumentando rapidamente, (...), [e] a fragmentação das responsabilidades pelo desenvolvimento entre organismos de recursos hídricos entre organismos setoriais se está constituindo (...)” (Conferência, 2001, p. 149).

Para se compreender os objetivos da Agenda 21 e como estão sendo efetivados em nossa região, é relevante se aproximar estudos/mapeamentos dessa realidade e das intervenções socioambientais de proteção dos recursos hídricos locais em curso. Percebendo-se também a necessidade de verificar como se desenvolve na Bacia do Paraná III, a política de Gestão dos Recursos Hídricos fomentada pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos e os espaços participativos para as práticas de Educação Ambiental. A Educação Ambiental como apresenta Nelton Friedrich na apresentação do Caderno de Educação Ambiental vol. 01 (200_?:06), “[...] [é] o termo [que] [...] nos remete à aprendizagem ligada a processos de proteção, conservação, recuperação e monitoramento sócio-ambiental, uma vez que a sustentabilidade só é possível com o cuidado do meio ambiente acompanhado de justiça social”.

E ainda como disposto no texto da Política Nacional de Educação Ambiental em seu artigo 1º

Entende-se por educação ambiental os processos por meios dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Cress, 2007, p.239).

Por isso é imprescindível a formação acadêmica em educação ambiental, seja formal ou informal, por meio de da articulação de atividades de ensino, pesquisa e extensão e a capacitação de coletivos educadores para que seja possível o exercício da cidadania sustentável nos municípios integrantes da bacia hidrográfica do Paraná III.

De acordo com dados informativos do Dia Mundial da Água, divulgado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos [200_?], a água é um direito humano por ser um elemento essencial para a sobrevivência humana “por proporcionar dignidade à vida dos indivíduos, por atender às necessidades básicas como higiene e saneamento. [E um bem público], por ser um bem indispensável para a manutenção da vida”, por isso deve ser mantida como um bem público. E neste sentido

A Lei de Recursos Hídricos se baseia no princípio de que a água é um bem de domínio público, porém é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico. Estabelece também que em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; e que a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas (Pesch, 2001, p. 1).

Então torna-se necessário o conhecimento de como os programas, projetos e ações são implementadas, respeitando as diferentes opiniões, interesses, limites e possibilidades para o desafio da educação ambiental voltada à gestão das águas, em sua luta maior de apoiar a formação de pessoas na luta pela qualidade ambiental e de vida. Ou seja, de podermos transformar o triste quadro nacional e mundial de exclusão do direito humano a água, e ações prioritizadas em territórios sustentáveis.

Conforme dados do jornal O Estado de São Paulo (2008, p.1),

Hoje 1,2 bilhão de pessoas sofrem com a escassez de água. Outros 2,6 bilhões de pessoas não dispõem de coleta de esgoto adequado. Nesse cenário, e com a progressiva piora do acesso aos recursos naturais provocada pelo aquecimento global, a Organização das Nações Unidas alerta para o risco de conflitos armados pelo controle de mananciais, tanto entre nações como de grupos rivais num mesmo país.

O jornal o Estado de São Paulo ainda aponta que a ONU declarou 2008 o ano do saneamento. Mostra que conforme dados da Organização Mundial da Saúde - OMS,

6% de todas as doenças são causadas por consumo de água inadequada, falta de coleta de esgoto e de higiene. (...) [então] A OMS apela para que novos investimentos sejam feitos para cumprir os Objetivos do Milênio, que prevêm que até 2015 o número de pessoas sem esgoto tratado caia à metade (O Estado de São Paulo, 2008, p. 1).

No Brasil a situação é muito preocupante, pois pouco mais de 48% da população dispõe da coleta de esgoto, e de tudo o que é recolhido apenas 32% é tratado. Conforme informações do jornal O Estado de São Paulo (2008, p.1), estes dados foram coletados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. E ainda aponta dados de um Estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas com o Instituto Trata Brasil, “indica que o ritmo em que o sistema tem se expandido nos últimos anos, o país só será capaz de cumprir a meta da ONU de coleta de esgoto tratado em 56 anos” (O Estado de São Paulo, 2008, p. 1)

Diante do exposto é necessário que na região em que se pretende estudar seja feito um mapeamento para se perceber como estão sendo efetivadas estas metas da ONU. Pois não é apenas importante se ter uma região rica em Recursos Hídricos, mas que esta riqueza em recursos hídricos, conforme quadro abaixo seja apropriada para o consumo humano e também de acesso qualitativo as necessidade dos outros animais. Dimensionando-se o quanto é necessário que se defenda o uso social e racional da água, e demais recursos naturais.

Destacamos também que o grau de relevância de se fazer um mapeamento das ações de educação ambiental desenvolvidas na região da Bacia do Paraná III, remete a compreender o que é sustentabilidade e sustentável, que são termos, que estão imbricados a Educação Ambiental, então conforme o site wwf, “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro” (WWF, 2008, p.1).

Para Roesler (2008, p. 291), uma forma de compreender Sustentabilidade é pelo seu oposto. Quando alguém expressa “esta situação é insustentável”, está denunciando que atingiu o seu limite crítico. É uma situação de desespero que todos nós queremos evitar. Para a autora

[...] a sustentabilidade implica em uma equação entre as demandas ambientais e as necessidades de desenvolvimento dos assentamentos humanos. O desenvolvimento não pode ser feito a qualquer custo e ritmo, comprometendo irresponsavelmente o espaço e aos recursos das cidades e dos campos (Roesler, 2008, p.291).

3 A METODOLOGIA DO ESTUDO

Para realizar este estudo buscou-se definir como metodologia uma abordagem de modo exploratório, que segundo Santos (2002, p.26), é uma forma de explorar que é tipicamente a primeira aproximação de um tema que busca inicialmente um aprofundamento no conhecimento teórico bibliográfico, para então buscar-se desenvolver atividades investigativas que venham desvendar dados importantes para a percepção da política de educação ambiental que está sendo desenvolvida nas Prefeituras dos Municípios componentes da Bacia do Paraná III, junto as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Educação de cada Município respectivamente e/ou em parcerias.

Procurando com isso conhecer quais são os programas, projetos e ações de educação ambiental voltadas à gestão das águas, área de abrangência, impactos desejáveis e cidadãos envolvidos nas ações educativas.

Para tanto será feito um estudo bibliográfico voltado para a política de Educação Ambiental e ao que se refere à Gestão da Água na Bacia do Paraná III. Para a realização deste estudo foi elaborado um questionário a ser aplicado às Prefeituras/Secretarias de Meio Ambiente e de Educação e/ou parceiros com o propósito de identificar/mapear os programas, projetos e ações de Educação Ambiental desenvolvidas no território pesquisado e seu alcance. Na efetivação da pesquisa se priorizará contatos telefônicos, participação em reuniões do Comitê da Bacia do Paraná III, participação em encontros do Coletivo Educador e visitas às Prefeituras Municipais, órgãos, grupos sociais, empresas, e outros, envolvidos na execução das políticas de recursos hídricos e de educação ambiental.

Com isso objetiva-se atingir a sensibilização dos órgãos responsáveis pela administração dos recursos hídricos da região, versando-se a sustentabilidade dos recursos hídricos – da água, na luta pela qualidade ambiental e de vida.

Tendo como questões norteadoras para o desenvolvimento do estudo:

Quais são os programas/projetos e ações na área da educação ambiental em execução pela prefeitura municipal e ou órgão representativo? Envolve parcerias/ com quem? Quando iniciaram?

Como estão organizados os programas/projetos e ações de Educação Ambiental na Gestão das Águas, e com quais referências e regulamentações (exemplo: Leis, Documentos, Leituras de Políticas Ambientais) a Prefeitura/Secretaria/Empresa ou Órgão parceiro trabalha? Público alvo e o alcance das ações?

As ações locais estão vinculadas a programas, projetos e ações federais, estaduais e regionais? De que forma? Recebem recursos?

Qual é a concepção dada para as atividades de educação ambiental pelo órgão gestor? Como foi definida e de que forma está institucionalizada como política pública?

A Prefeitura/Secretaria/Empresa ou órgão parceiro se orienta nas diretrizes dos documentos: Agenda XXI Global (em especial, do capítulo 18); Lei nº 9.795/99 que dispõe sobre a Educação Ambiental, Lei nº 9.433/97 - institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; nas deliberações das Conferências Nacionais de Meio Ambiente dentre outros documentos e acordos estratégicos e programas nacionais (ProFEA) para definição e implementação das ações educativas? Em que medida?

Quais as Leis, normas, e regulamentos que são observadas na Gestão dos Recursos Hídricos no(s) Município(s)?

Quais são as Secretarias, entidades, Conselhos entre outros que existem no Município e ou região para a efetivação da Política de Educação Ambiental e de Recursos Hídricos? Como se articulam na execução das ações educativas?

O que dificulta a realização de programas/ações/projetos de Educação Ambiental, e das ações educativas voltadas a Gestão das Águas?

Que implicações estes programas/ações/projetos de Educação Ambiental na Gestão das Águas tem na proteção dos recursos naturais, preservação da água e qualidade de vida da população?

Como ocorre a participação da população na proposição, planejamento e execução dos programas/projetos e ações educativas?

Como os programas, projetos e ações de educação ambientais são avaliados em seu alcance na integralização das políticas públicas municipais?

Espaço aberto para comentários e inclusão de questão não pontuadas.

Estas questões foram retiradas do roteiro de entrevista do Projeto de iniciação científica: Mapeamento de Programas, Projetos e Ações de Educação Ambiental voltado a Gestão Das Águas no Território da Bacia do Paraná III.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Através dos objetivos desta pesquisa busca-se o mapeamento de programas, projetos e ações organizadas a partir de informações fornecidas pelas Prefeituras Municipais, dentre outros órgãos e colaboradores, localizados no território da bacia do Paraná III. Com isso objetiva-se disponibilizar um banco de dados na SEIPAS sobre iniciativas de Educação Ambiental voltadas à gestão das águas, sua diversidade e alcance. Potencializado para o fomento de novos estudos e pesquisas, bem como sua utilização em atividades de ensino, pesquisa e extensão, de interesse da UNIOESTE e da comunidade externa. Que se torne também um material relevante para os círculos de aprendizagem para a sustentabilidade fomentados pelo ProFEA.

Os objetivos da pesquisa a serem alcançados conforme projeto institucionalizado são: Estudar a legislação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Nacional e Estadual); a Política Nacional de Educação Ambiental; as diretrizes da Agenda 21 Global (Capítulo 18); as Diretrizes das Conferências Nacionais do Meio Ambiente (em especial voltadas a Gestão de Recursos Hídricos e educação ambiental). Igualmente se proceder um estudo da institucionalização das ações do Comitê de Bacia do Paraná III, das ações municipais da Política Nacional de Educação Ambiental e do Programa Nacional de Formação de Educadoras (ES) Ambientais (ProFEA) com alcance regional.

Potencializar os estudos teóricos e da pesquisa exploratória em ensaios teóricos, para que posteriormente possam ser utilizados para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social (TCC em 2009); e de se disponibilizar tais informações na Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – SEIPAS, vinculada ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas e ao Curso de Serviço Social da UNIOESTE/Toledo, ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná III, ao Coletivo Educador da Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu (Programa de Formação em Educação Ambiental - ProFEA) para orientação das ações e de novas proposições formativas.

5 CONCLUSÃO

Para que se conclua o trabalho em questão em 2009 é necessário um longo caminho de estudos teóricos e de diálogos com gestões ambientais municipais, um caminho de aprendizagem da formação acadêmica em curso, e que objetiva potencializar o processo na integralização do ensino, pesquisa e extensão. Um caminho ou uma caminhada necessária e imprescindível para a apreensão do tema que se visa pesquisar – A educação ambiental voltada à gestão dos recursos hídricos na bacia do Paraná III. Espera-se que ao concluir a pesquisa os objetivos aqui propostos sejam alcançados, e que estes possam contribuir de forma positiva para novas iniciativas nos municípios onde se realizará a pesquisa, e também a fomentar novos estudos e pesquisas, bem como sua utilização em atividades de ensino, pesquisa e extensão, de interesse da UNIOESTE e da comunidade externa. Que se torne também um material relevante para os círculos de aprendizagem para a sustentabilidade fomentados pelo ProFEA, e SEIPAS – Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade, e demais espaços formativos, formais e informais, comprometidos com as questões socioambientais, com a defesa da água como direito humano e bem coletivo, com a implementação integrada das Políticas Nacionais do Meio Ambiente, de Educação Ambiental, de Recursos Hídricos e com a Agenda 21 Global, e demais Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

- Brasil. (2007). Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. Coletivos Educadores para territórios sustentáveis. Brasília; MMA.
- Brasil. (2006). Ministério do Meio Ambiente. Caderno da Região Hidrográfica. Brasília: MMA.
- Brasil. (1981). Ministério do Meio Ambiente. Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/1981-006938-pnma/politica_nacional_do_meio_ambiente.htm> (consultado na Internet em 28 de agosto de 2008).
- Ceará. (2007). Comitê das Bacias hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza. Educação Ambiental na Gestão das Águas. Fortaleza.
- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1992: Rio de Janeiro). Agenda 21. Curitiba: IPARDES, 2001.
- Cress - Conselho Regional de Serviço Social (Paraná). (2007). Lei nº 9.795/99 – Dispõe sobre a Educação Ambiental. Legislação Social: cidadania, políticas públicas e exercício profissional. 2º Ed. Atualizada. Curitiba, p. 239 – 244.
- O Estado de São Paulo. (2008). Um Planeta em busca de água potável. O Estado de São Paulo. Edição especial. 20/03/2008.
- Paraná. (200_?). Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Água direito humano e bem público. Panfleto informativo.
- Paraná. (2004). Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Água direito humano e bem público. Curitiba.
- Paraná. (200_?). Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Bacia do Rio Paraná III. Panfleto informativo.
- Instituto de Terras Cartografia e Geociências. (200_?). Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia (Curitiba, Pr.). Bacias Hidrográficas do Paraná. Curitiba, 1 mapa. Escala 1: 1220.000.
- Itaipu Binacional. (200_?). Tratado de Educação Ambiental: para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Cadernos de Educação Ambiental. Série Documentos Planetários. Vol. 2. Foz do Iguaçu : L3 Comunicação.
- Itaipu Binacional. (200_?). A Carta da Terra: Valores e Princípios para um Futuro Sustentável. Série Documentos Planetários. Vol. 1. Foz do Iguaçu : L3 Comunicação.
- Reigota, Marcos. (2005). In: Gómez, J. A., Dominguez, A. O. V., & Pérez, A. G. (Orgs.). Prefácio. Serviço Social e meio Ambiente. Tradução de Silvana Cobucci Leite; prefácio e rev. Técnica de Marcos Reigota. São Paulo, Cortez.
- Roesler. Marli Renate von Borstel. (2007). Gestão Ambiental e Sustentabilidade: a dinâmica da Hidrelétrica Binacional de Itaipu nos Municípios Lindeiros. Cascavel: EDUNIOESTE, 2007.
- Roesler. M. R. v. B., & Doré, F. M. (2008). Mapeamento de Programas, Projetos e Ações de Educação Ambiental voltado à Gestão das Águas no Território da Bacia do Paraná III. Projeto de Pesquisa Aprovado na CONEP, parecer nº 253/2008-CEP.
- Santos, Antonio Raimundo dos. (2002). Metodologia Científica: a construção do conhecimento. 5º Ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Paraná. (2006). Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Recursos Hídricos. In: Síntese Executiva. Brasília.
- Sousa Junior Wilson Cabral de. (2004). Gestão das Águas no Brasil: Reflexões, Diagnósticos e desafios. São Paulo: Peirópolis.

Referências Eletrônicas:

- Brasil. Ministério do Meio Ambiente. A Região Hidrográfica do Paraná. Disponível em: < <http://pnrh.cnrh-srh.gov.br/> . (consultado na Internet em 12 de março de 2008).
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Divisão Hidrográfica Nacional. Disponível em:<<http://pnrh.cnrh-srh.gov.br/>>(consultado na Internet em 12 de março de 2008).
- Pesch Olavo. Cobrança da água no Paraná começa no ano que vem. O Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.sefloral.com.br/agua008.htm>> (consultado na Internet em 12 de março de 2008).
- WWF. O que é desenvolvimento sustentável? Disponível em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/index.cfm>(consultado na Internet em 21 de Agosto de 2008).

Espaços da diversidade e populações em situação de rua: Riscos, ambiente e saúde pública

Maria da Penha Vasconcelos
Universidade de São Paulo
mpvascon@usp.br

Edemilson Antunes de Campos
Universidade de São Paulo
edicampos@usp.br

Rubens de Camargo Ferreira Adorno
Universidade de São Paulo
radorno@usp.br

Resumo: O objetivo desta comunicação é o de apresentar os múltiplos usos que a rua e os demais espaços públicos oferecem às populações em situação de rua, por meio de uma análise da situação de vulnerabilidade, considerando particularmente a urbanização, a constituição de novos valores sócio-culturais e a modernização contemporânea. Para tanto, realizou-se uma etnografia da região central cidade de São Paulo-Brasil, considerando os modos de ser e de viver dessa população bem como a delimitação sócio-espacial, os múltiplos usos do solo no espaço da cidade e suas práticas de sociabilidade. A reflexão sobre as chamadas populações vulneráveis são recorrentes na história social da saúde e doença, nas diversas sociedades. A partir da reflexão proposta pelas ciências sociais, reforça-se a idéia de que essas populações também fazem parte da própria dinâmica urbana, a partir de suas necessidades concretas, nas quais se somam fatores de ordem natural, como as condições climáticas, e fatores de ordem econômica, social, política e cultural. Nesse sentido, esta pesquisa enfatiza que as políticas públicas devem levar em conta em suas ações essa nova fisionomia da cidade, na qual essas populações adquirem uma nova visibilidade, definindo uma dinâmica urbana que vai além da tradicional oposição entre a casa e a rua.

Introdução

As cidades são os centros mais dinâmicos das sociedades atuais, concentrando em seu interior a escolha de um local para passar a noite e se abrigar da chuva até conseguir algum uma variedade imensa de fenômenos e processos sociais. Elas são os espaços nos quais as contradições das sociedades contemporâneas tornam-se mais evidentes. Uma questão que vem ganhando visibilidade nas últimas décadas é o da ocupação territorial, por parte das populações que fazem da rua e dos espaços públicos um local de moradia e suas implicações para a saúde pública.

Em suas formas de ocupação, os chamados moradores de rua conferem um significado próprio ao espaço público da cidade, demarcando e hierarquizando as relações que mantêm entre si, com as instituições e com a população em geral. Nesse contexto, a situação dessa população apresenta-se como um fenômeno social fundamental, na medida em que faz parte da própria dinâmica urbana, definindo estratégias de sobrevivência, que vão desde dinheiro para prover suas necessidades de alimentação, deslocamento e higiene pessoal, o que sinaliza para uma espécie de “economia da pobreza”.

Os moradores de rua têm sido estudados sistematicamente dentro do referencial da exclusão socioeconômica, que aponta tanto a possibilidade de inclusão a partir do trabalho, como pelo resgate dos valores da cidadania, por meio da constituição de um sujeito de direitos (Snow e Anderson, 1998). Trata-se, enfim, de analisá-los dentro do binômio inclusão/exclusão, de modo que a satisfação de suas necessidades materiais e sociais só podem ser pensadas no resgate, particularmente, dos direitos sociais.

Ora, a análise das formas de ocupação do espaço público por essas populações, aponta também para diferentes possibilidades de criação de laços e vínculos sociais, que promovem a construção de referências identitárias. A permanência em um determinado local de moradia implica em reconhecer o território, seus frequentadores, seus moradores, suas formas de garantir o sustento diário, o que gera tensões próprias à dinâmica urbana.

Nesse sentido, vê-se que a cidade se organiza a partir das tensões e conflitos que emergem das diferenciações sociais, de classe, étnicas, geracionais, simbólicas entre os diferentes grupos sociais, entre os quais, encontram-se os moradores de rua. A observação dessas populações permite estabelecer os contornos de uma “economia da vida”, na qual se mesclam aspectos materiais e simbólicos na produção da vida social.

Essa comunicação toma a saúde pública como um campo fértil de reflexões sobre as tensões próprias à dinâmica urbana e suas conseqüências sociais. Seguindo essa linha, nosso objetivo é o de apresentar os múltiplos usos que a rua e os demais espaços públicos oferecem às chamadas populações em situação de rua, considerando particularmente a urbanização, a constituição de novos valores sócio-culturais e os processos sociais na sociedade contemporânea, a partir do relatório de trabalho de campo realizado na cidade de São Paulo junto às populações que fazem da rua seu local de moradia.

A rua como campo de estudos

Este trabalho baseia-se em pesquisa iniciada em outubro do ano de 2005, com apoio do DECIT/Ministério da Saúde, com o objetivo de discutir um modelo de atenção à saúde para a população em situação de rua na cidade de São Paulo, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Realizou-se uma pesquisa etnográfica entre os meses de abril e agosto de 2006, nas regiões do Centro e do bairro de Pinheiros da cidade de São Paulo, áreas delimitadas para a pesquisa, registrando as ocorrências e particularidades de cada uma delas em relação aos “diversos usos” da rua, tais como: dormitório, local de moradia, coleta de descartes etc, que caracterizam o universo das populações em situação de rua.

Este trabalho insere-se no âmbito das pesquisas sociais desenvolvidas em torno dos fenômenos da vulnerabilidade, marginalidade, precariedade, heterogeneidade e desigualdade social, que fazem parte da dinâmica urbana contemporânea (Canclini, 2007; Mallimaci e Salvia, 2005; Girardhi et al, 2005). Sua contribuição está na adoção de uma estratégia metodológica baseada na noção de simetria entre o pesquisador e as pessoas pesquisadas. A noção de simetria implica em trabalhar com os chamados nativos, não apenas como objetos do conhecimento, mas sim como sujeitos que colaboram ativamente na elaboração da pesquisa e de seus resultados. Sua visão da realidade em que vivem não é considerada apenas como um conjunto de informações, mas é parte constitutiva da própria realização da pesquisa.

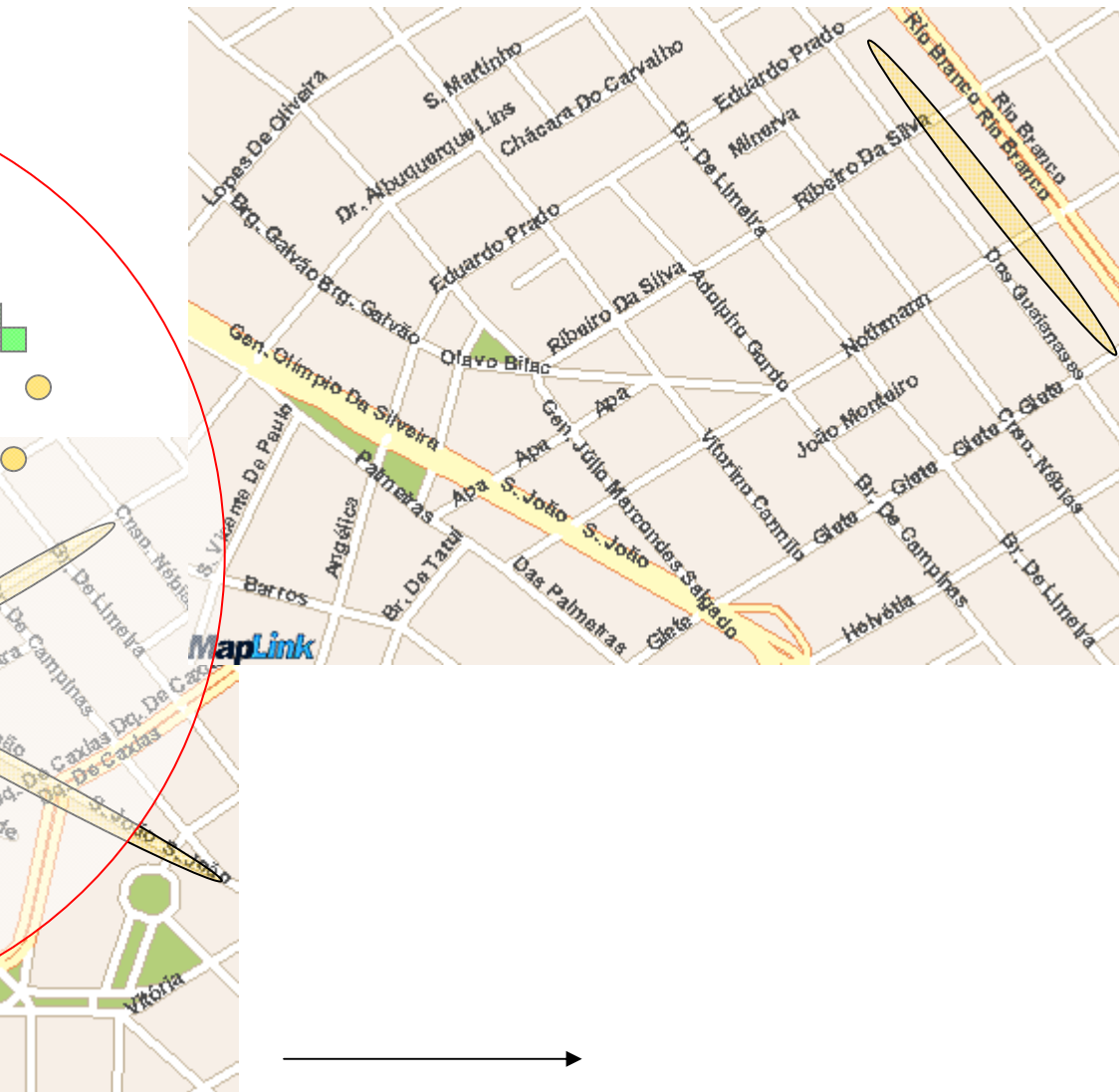
Essa participação se deu na definição das ruas e outros locais onde se desenvolveria a pesquisa de campo, a escolha de cada circuito (Magnani 2000), bem como a análise conjunta das observações feitas em campo. Tomou-se o cuidado de se guardar as especificidades de cada ponto de vista – do pesquisador e do pesquisado –, preservando, assim, a dimensão antropológica presente na relação social analisada.

Os “circuitos” da população de rua

A observação da situação de campo permitiu visualizar a lógica da ocupação do espaço urbano pela população de rua, que se subordina à dinâmica de circulação urbana ligada à sua própria economia para prover sua subsistência, tais como: o comércio alimentar que permite receber a doação de alimentos, as edificações que servem como proteção contra as intempéries climáticas e mesmo para pernoite, setores de serviços que possibilitam a permanência no local durante toda a noite e locais onde há uma circulação financeira que permite receber donativos e “esmolas”.

Essa observação permitiu visualizar a “mancha urbana” na qual se definem os circuitos da população em situação de rua (Magnani, 2000), isto é, os percursos traçados por essa população cuja dinâmica expressa uma permanência e a construção vínculos entre esses moradores e a população domiciliada e os comerciantes locais.

Na figura abaixo, encontra-se o exemplo de um circuito construído a partir das observações de campo.

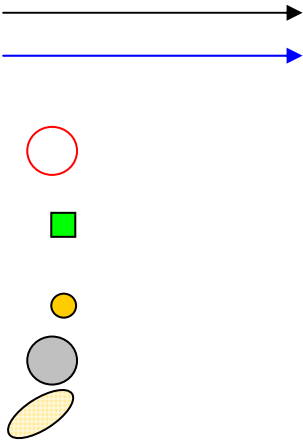


le moradores de rua

o em situação de rua

Filantrópicas.

rua



“Quem pesquisa quem?”: Relação entre o pesquisador e o pesquisado

Devido as características da população estudada, tais como sua intensa mobilidade, utilizou-se também da metodologia de captura e recaptura, usualmente utilizada nas ciências biológicas para estimar e identificar a prevalência de enfermidades em populações não humanas. Essa metodologia consiste na realização de abordagem e contagem dos indivíduos da população estudada, localizados em determinado território e em períodos diferentes, a fim de se obter uma estimativa do total de indivíduos existentes. Essas populações que “escapam” das instituições, de endereços fixos e/ou apresentam alta mobilidade em espaços geográficos.

Foram constituídas quatro equipes de pesquisa, formadas por ex-albergados de distintas qualificações (agente comunitário, web designer e grafiteiro, vendedor e uma antropóloga, como supervisora do trabalho de campo). As atividades foram realizadas sempre em duplas, a escolha dessa estratégia de abordagem das pessoas na rua levou em consideração os riscos que o meio oferecia aos pesquisadores e ainda a necessidade de conhecimento das diferentes áreas para eventuais substituições em caso de ausência de um dos investigadores.

A estratégia ofereceu oportunidade para percorrer os diferentes circuitos com especificidades para aqueles considerados de mais alto risco, tal como uma área na região central da cidade, na qual observa-se uma circulação intensa do comércio de drogas ilícitas, particularmente o crack, na chamada “Cracolândia”, na qual se utilizou a estratégia de visita em dupla de pesquisadores, com experiência em locais com essas características e que já tinham feito abordagem nessa área.

Durante a pesquisa de campo, um aspecto que chamou nossa atenção foi o da relação entre o pesquisador e o pesquisado, em “campo aberto” (Brandão, 1994), isto é, em locais sem delimitação espacial precisa, cujas fronteiras são construídas a partir da própria lógica da pesquisa.

Em uma das visitas ao campo, o pesquisador foi procurado por um dos moradores de rua, que solicitou um exame para identificação de tuberculose. Após a realização do exame, quando indagado sobre como poderia ser encontrado para a devolutiva do resultado do exame, ele respondeu: “Você não precisa me encontrar. Eu te encontro. É só Você vir para o Anhangabaú. Eu conheço Você. Essa já é a terceira vez que Você vem aqui”.

Ora, fica claro que a relação entre o pesquisador e o pesquisado não é definida a priori a partir da relação sujeito/objeto. Essa relação adquire novos contornos dentro da dinâmica do trabalho de campo, no qual o pesquisador e o pesquisado estabelecem uma relação de troca, que fundamenta a pesquisa. Da mesma forma que o pesquisador tem sua estratégia de abordagem, os indivíduos também desenvolvem uma forma própria de interação e de participação na investigação.

Com isso, explicita-se uma relação de reciprocidade entre o pesquisador e o pesquisado, na qual este último tem uma autonomia em relação ao pesquisador, que define o momento da troca de informações.

“A população em situação de rua”

A população estudada é formada por homens e mulheres em diferentes cursos de vida, tentando dar conta da sobrevivência em condições sociais e econômicas adversas. Predominam os homens adultos, negros ou pardos com baixa escolaridade e qualificação profissional precária. Mulheres, bebês, crianças, jovens e idosos, constituem minoria e são aqueles que apresentam maior fragilidade em relação aos riscos que a rua oferece.

Essas pessoas vivem e dormem sob viadutos, embaixo de pontes, praças e calçadas, em meio a uma população de ratos, pombos e insetos. Esse ambiente oferece riscos de contrair alguma doença contagiosa, de sofrer algum acidente, de morte violenta e de agressões físicas.

É assim que, a população de rua desenvolve uma maneira particular de se relacionar com a cidade, dentro de uma lógica regida por uma “economia da vida”, na qual se mesclam os aspectos materiais e simbólicos na produção da vida social. Assim, observou-se que a população de rua, de um lado, apropria-se daquilo que é considerado lixo ou descartável pela população domiciliada e pelos comerciantes, tais como eletrodomésticos, produtos eletrônicos, mobiliários. Com isso, a população de rua garante e retoma sua inserção na sociedade de consumo, beneficiando-se da lógica do supérfluo próprias

sociedades
capitalistas
atuais.



Figura 2 – Objetos descartados apropriados pelo morador de rua

Por outro lado, essa população também passa a ser “consumidora” desses produtos descartáveis, estabelecendo por meio deles um comércio de troca e venda (Lavinias, 2000). Nesse sentido, observa-se o surgimento de um “novo” ator social e econômico, que se vale dessas trocas econômicas como forma de garantir sua visibilidade e seu reconhecimento social.

O universo das pessoas que vivem nas ruas é muito mais dinâmico e rico do que faz parecer à primeira vista. Muitos se aproveitam de espaços públicos (oficiais, como o Centro Cultural São Paulo, ou privados, como as unidades do SESC) para se informar, assistir a espetáculos, visitar exposições de arte; outros desenvolvem uma capacidade de observação e análise da realidade que os cerca, a qual pode colocá-los em situação de risco, por saberem demais sobre certos assuntos.

É importante ressaltar que o espaço da rua não é homogêneo, sendo permeado por diversas estratégias de sobrevivência e de defesa contra agressões do ambiente e da vida na rua. Exemplo disso é o que entre as mulheres, os mais jovens e os idosos que muitas vezes enfrentam dificuldades para se protegerem nas ruas.

Uma leitura da cidade por meio da população de rua

A pesquisa junto à população de rua possibilita uma nova leitura sobre a cidade, feita a partir desses atores que vivem marginalizados e em condições de risco permanente. Assim, se a rua é o espaço por excelência da experiência moderna, com sua pluralidade de personagens que habitam a paisagem urbana, ela também foi compreendida como o espaço de passagem, de circulação e do anonimato, no qual muitas vezes perdemos nossas referências identitárias.

Em nossa pesquisa, observou-se a maneira como a população de rua cria as condições de possibilidade para sua reprodução física e social. Nascimentos e mortes, tratamentos e convalescença de doenças, casamentos e uniões afetivas, laços de amizade e uma rede de proteção e reconhecimento por parte dos moradores e comerciantes da região, são dimensões rituais da vida social, que marcam uma forma de “pertencimento” na região em que habitam.

Com efeito, é possível analisar a situação da população de rua seguindo o modelo do “rito de passagem”, nos moldes definidos por Van Gennep e retomados por Turner (1974: 116-117), ao apresentar as três fases que caracterizam esses ritos:

A primeira fase (de separação) abrange o comportamento simbólico, que significa o afastamento do indivíduo ou de um grupo, quer do ponto fixo anterior na estrutura social, quer de um conjunto de condições culturais (um “estado”), ou, ainda, de ambos. Durante o período “liminar”, de intermédio, as características do sujeito ritual (o “transitante”) são ambíguas; ele passa através de um domínio cultural que tem poucos, ou quase nenhum, dos atributos do passado ou do estado futuro. Na terceira fase (reagregação ou reincorporação), consuma-se a passagem. O sujeito ritual, seja ele individual ou coletivo, permanece num estado relativamente estável mais uma vez, e em virtude disto, tem direitos e obrigações perante os outros, de tipo claramente definido e “estrutural”, esperando-se que se comporte de acordo com certas normas costumeiras e padrões éticos, que vinculam os incumbidos de uma posição social a um sistema de tais posições.

Assim, no trabalho de campo observou-se que muitos dos moradores de rua se encontram nessa condição por terem perdidos os vínculos familiares e profissionais, por rupturas afetivas e perdas pessoais. Com isso, o morador de rua vive um processo de desregramento e de intenso sofrimento, no qual ele rompe com as regras de sociabilidade que caracterizavam sua história de vida até então. Trata-se das perdas das identidades sociais de “pai”, “mãe”, “esposo(a)”, “trabalhador(a)”, que garantiam uma ordem moral e simbólica no interior da qual orientava sua experiência de vida. Enfim, o morador de rua se destaca de sua matriz social, vivenciando um processo de separação, passando a ocupar um estado intermediário, caracterizado pela marginalidade e pelo estigma (Goffman, 1988).

Depois de algum tempo vivendo na rua, aprendendo seus códigos e seu repertório para enfrentar os riscos desse ambiente e as possibilidades de sobrevivência, alguns moradores constroem um circuito que permite estabelecer interações, vínculos, fundamentais na construção de uma relação de permanência na comunidade.

A rua torna-se um espaço de fusão entre as práticas privadas e públicas, no qual esses moradores assumem uma posição liminar. Eles constroem uma ordem no espaço da rua, regido por uma lógica relacional, interagindo com outros atores que vivem na mesma região, comerciantes, moradores, prestadores de serviço etc.

Nessa fase de liminaridade, observa-se que alguns moradores se utilizam de códigos de seu passado, que permanecem ainda que de forma residual (Martins, 2008), mesmo sabendo que as regras que norteiam esse novo ambiente

são de outra natureza. Alguns deles chegam a reproduzir no espaço da rua, a organização da casa, expressa na escolha de utensílios, de móveis, de objetos de decoração, evidenciando uma reconstrução subjetiva e de novos parâmetros relacionais.

Nesse sentido, é evidente os riscos que as ações da administração pública oferecem, quando expulsam essa população de seus pontos de fixação, através do recolhimento de seus pertences e documentos, que são na maioria das vezes jogados dentro de caminhões e levados para um depósito, onde são incinerados.

Essa é uma prática muito temida e sofrida para os moradores de rua, na medida em que perdem as condições sociais e relacionais, construídas em um quadro de intenso sofrimento psíquico, que minimamente garantiam o processo de reconstrução subjetiva.

Observou-se também que, alguns moradores de rua, para fazer frente aos riscos representados por ações tanto do poder público quanto de xenofobia, são levados a buscarem algumas “áreas protetoras”, tais como: pronto-socorros, serviços abertos 24hs e bairros onde há uma maior tolerância à sua permanência.

Essas áreas assumem um sentido de abrigo para o morador de rua, onde ele pode encontrar uma proteção aos riscos que vivencia no ambiente da rua. É nesse ambiente que se opera a passagem, na qual o morador de rua vivencia a “reincorporação”, assumindo certas atitudes e padrões de comportamento que se diferenciam da situação vivida anteriormente.

Aqui, também pode-se estabelecer uma diferenciação entre a rua concebida como “abrigo protetor” e os albergues, locais mantidos por instituições conveniadas com a Prefeitura do Município de São Paulo, para abrigar os moradores de rua. Esses espaços são geridos por organizações sociais, civis ou religiosas, possuindo vagas temporárias e provisórias, cuja liberação é fiscalizada pelo Poder Público, considerando a demanda das pessoas que se encontram nas ruas.

Para se candidatar a uma vaga, o morador de rua deve se apresentar ao albergue em horários determinados, exigindo-se normalmente que ele esteja sóbrio, que obedeça às regras de convivência e em algumas instituições que tenha documentos. A vaga fixa pode ser obtida desde que o albergado mantenha a frequência ao pernoite, não se envolva em brigas, o que dificulta a convivência e participe das atividades coletivas da instituição.

Com isso, aqueles que têm problemas relacionados ao uso do álcool, que faltam ou perdem os horários de entradas e estão mais vulneráveis aos conflitos interpessoais, perdem a possibilidade de conquistar uma vaga fixa no albergue.

Alguns trabalhadores, tais como os catadores de materiais recicláveis, que eventualmente trabalham em horários diferentes daqueles aceitos pelo albergue, usam esse espaço para pernoite, entre um dia e outro de trabalho.

Mas, por que muitos indivíduos preferem continuar nas ruas a ir para um albergue? Por que os moradores de rua muitas vezes rejeitam o albergue como local de acolhimento, preferindo continuar nas ruas?

A resposta a essas questões conduz a uma reflexão sobre os sentidos que a rua assume para o morador de rua. Com efeito, diferentemente do espaço institucionalizado do albergue, a rua, em muitos casos, possibilita a reconstrução da experiência vivida, por meio de uma rede de relações que integra o indivíduo a uma matriz social na qual ele pode reconstruir sua subjetividade. Enquanto o albergue “despersonaliza” e “individualiza”, na rua, o morador ainda pode reconhecer-se como pertencente a uma rede social, que garante ao indivíduo o suporte relacional necessário para sua reconstrução subjetiva.

A população que vive nas ruas também nos ensina a redimensionar a noção de “risco”, que passa a ser concebida como uma categoria sociocultural e não apenas como variável epidemiológica. Assim, viver nas ruas implica em uma avaliação da magnitude dos “riscos” que esse ambiente oferece, o que só pode ser avaliado a partir dos códigos sociais próprios ao contexto sociocultural no qual a população que vive nas ruas está inseridas.

Os riscos são, assim, colocados em perspectiva e relativizados dentro do contexto no qual a população de rua está envolvida. Risco e ambiente são, assim, dimensões que se interpenetram delineando os contornos do campo da saúde pública, sendo atravessados pelos códigos sociais, situacionais e relacionais que envolvem a população de rua.

Essa população cria soluções para os desafios cotidianos, a partir de uma resposta refletida e significativa sobre o mundo em que vive. Em uma época de profundas transformações socioeconômicas na sociedade, que redefinem as relações de trabalho bem como os valores que orientam a construção subjetiva dos indivíduos, é importante atentarmos para os modos de vida e para os múltiplos usos que a rua oferece a uma população estigmatizada, mas que é capaz de reinventar-se a si mesma e ressignificar sua experiência vivida.

Considerações finais

A pesquisa social junto às populações em situação de rua na cidade de São Paulo – Brasil permitiu constatar a complexidade que envolve essas populações e seus modos apropriação do espaço público das grandes metrópoles urbanas.

Com efeito, os chamados moradores de rua constituem um grupo que vive em uma condição liminar às margens da sociedade capitalista, recriando soluções para enfrentar os riscos que o ambiente da rua oferece.

A aparente “desordem” na qual estão envolvidos, revela um campo de tensão paradoxal, anunciando novas necessidades e possibilidades de relação com o espaço da cidade e sobre a própria sociabilidade urbana.

A partir de uma releitura da literatura socioantropológica que busca dar conta da ambigüidade que caracteriza os grupos e as situações liminaridade, tal como observados por Turner (1974), em suas análises sobre rituais de passagem, e Da Matta (1979), em suas análises sobre o carnaval como ritual sintético da sociedade brasileira, esta pesquisa enfatiza o modo como as populações em situação de rua adquirem uma nova visibilidade, definindo uma dinâmica urbana que vai além da tradicional oposição entre a casa e a rua.

Referências

- BRANDÃO, C. R. (1994). Somos as águas puras. Campinas – SP: Papirus.
- CANCLINI, N. G. (2008). Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. 7ª. ed, Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- DA MATTA, R. (1979). Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro: Rocco.
- GOFFMAN, I. (1988). Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Lisboa: LTC.
- LAVINAS, L. et alli. (2000). “Combinando compensatória e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil. Texto para Discussão no. 748, Rio de Janeiro: IPEA.
- MALLIMACI, F. e SALVIA, A. (2005). Los nuevos rostros de La marginalidad.: La supervivência de los desplazados. Buenos Aires: Biblios,
- MAGNANI, J. .G. (2008). Na metrópole: textos de antropologia urbana. 3ª. ed. São Paulo: EDUSP.
- MARTINS, J. S. (2008). Aparição do demônio na fábrica, a origens sociais do eu dividido no subúrbio, São Paulo: Editora 34.
- SNOW, D. e ANDERSON, L. (1998). Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis-RJ: Vozes.
- TURNER, V. (1974). O processo ritual: estrutura e antiestrutura. (trad.) Nancy Campi de Castro, Petrópolis: Vozes.

Cuidados de Saúde Primários: continuidades e mudanças em curso

Lurdes Teixeira
Centro de Investigação em Tecnologias da Saúde
lurdesteixeira@clix.pt

Resumo: O Serviço Nacional de Saúde (SNS) tende a materializar-se em duas peças: o hospital e o centro de saúde (CS), consideradas as pedras angulares da arquitectura conceptual e organizacional do SNS. Note-se, contudo, que um e outro têm funções distintas: ao hospital compete intervir na doença, prestando cuidados de saúde diferenciados e especializados e ocupando um lugar de retaguarda; enquanto que o CS oferece cuidados de saúde primários, devendo manter uma estreita e vigilante relação com as populações e implementar programas de promoção da saúde e prevenção da doença, assumindo, assim, um lugar primordial na rede de cuidados de saúde.

Porém, na realidade organizacional estas posições tendem a inverter-se, destacando-se o hospital com uma função de primazia na estrutura global dos cuidados e na preferência dos utentes.

Estando o SNS a sofrer reformas que pretendem (re)colocar os cuidados de saúde primários (CSP) no centro do sistema dos serviços de saúde, discutimos o actual quadro de reestruturação político-organizacional do SNS. Coloca-se em análise a Unidade de Saúde Familiar (USF) enquanto (novo) modelo organizacional, proposto para recentrar os CSP no sistema global de saúde e para potenciar o acesso do cidadão à Medicina Geral e Familiar.

Passadas mais de três décadas sobre a criação do CS e mais de duas sobre a criação da especialidade de Medicina Geral e Familiar, questiona-se se as mudanças em curso produzirão uma (re)credibilização do Médico de Família e catapultarão os CSP para a posição primordial que as políticas lhe reconhecem.

Introdução

Desde a década de setenta que as prioridades político-legais para o sector da saúde em Portugal atribuem uma função primordial aos cuidados primários e uma posição fulcral ao Centro de Saúde (CS) na estrutura global dos cuidados. Todavia, o sistema de saúde tem sido descrito como profundamente hospitalocêntrico. Esta posição de supremacia do hospital tem vindo a remeter os cuidados primários para lugares ditos marginais, em clara contradição com as orientações políticas nacionais e internacionais.

Em 2005 inicia-se (mais) uma nova reforma dos serviços de saúde. Chamada de “A Reinvenção dos Cuidados de Saúde Primários”, a reestruturação preconizada reafirma a centralidade dos cuidados primários e propõe-se reorganizar todo o sector para uma “recentragem do sistema de saúde português nos cuidados de saúde primários” (Campos, 2006). A reforma compreende a reconfiguração dos CS através da criação de Unidades de Saúde Familiare (USF) e de Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES). Começou com a implementação das USF - constituídas a partir de pequenas equipas multi-profissionais que se auto-organizam com base na contratualização de um conjunto básico de serviços –, e prosseguirá com a criação dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) – estruturas organizacionais que agregam vários centros de saúde, de acordo com a sua distribuição geográfica a densidade demográfica, e outras unidades funcionais, dispendo de autonomia administrativa para decidir e implementar soluções.

Face a este quadro de mudança no sector dos CSP apresenta-se uma comunicação onde se procura colocar em discussão: 1) o conceito de cuidados de saúde primários, as diversas acepções teóricas e a resistência do sistema de saúde português em implementar políticas verdadeiramente assentes naquele que é considerado o pilar básico do sistema de saúde; 2) a reforma e a implementação das USF; 3) as inquietações dos profissionais e as perplexidades geradas pela reforma.

Estas dimensões de análise, entre outras, fazem parte de um projecto de investigação de doutoramento, ainda em curso, do qual resulta este texto. Tratando-se de um estudo de caso não permite qualquer extrapolação para caracterizar a reforma que está a decorrer em todo o país, mas possibilita ângulos de análise e de discussão sobre um caso: o de um centro de saúde que, no início da pesquisa, integrava duas USF e que actualmente se está a transformar, ele próprio, numa nova USF, originando uma situação peculiar – a transformação de um centro de saúde em três USF, bem ilustrador da profunda mudança que o sector está a atravessar.

Cuidados de Saúde Primários: de Alma-Ata à actualidade

Ao longo do século XX os progressos da medicina surgem associados ao hospital, ao recurso a dispositivos tecnológicos cada vez mais sofisticados e ao desenvolvimento das especialidades médicas. Os hospitais são lugares privilegiados para o exercício da medicina e a imagem amplamente dominante dos cuidados de saúde (Sakellarides, 2001). Mas na segunda metade deste século um conjunto diverso de factores desencadeia um movimento de novas abordagens para a saúde e novas propostas para a organização dos serviços prestadores de cuidados.

Por um lado, os serviços curativos tornam-se cada vez mais dispendiosos – dada a introdução e generalização das tecnologias; por outro lado questiona-se a eficácia dos actos médicos. Illich (1975), no seu ensaio sobre os Limites para a Medicina, vem chamar atenção para os efeitos iatrogénicos da medicina. O termo iatrogenia é largamente usado ao longo da obra com diversas finalidades: para referir as consequências indesejáveis da intervenção clínica, dos medicamentos, dos médicos e dos hospitais, tanto a nível do indivíduo como a nível social. Na sua aceção social do conceito, Illich coloca a ênfase nos elevados custos da medicina hospitalar, em grande parte devido à invasão farmacêutica, uma indústria em grande expansão em consequência da intensa prescrição medicamentosa feita pelos médicos.

A obra apresenta um conjunto de considerações sobre a prática e organização médicas, questiona o papel da medicina nas sociedades modernas e afirma a sua impotência quanto à redução da morbilidade global. Inicia-se um período em que se repensam e reformulam conceitos de saúde e de doença, modelos de cuidados de saúde e os próprios progressos científicos. Se, por um lado, se reconhecem os inúmeros progressos médicos, e que tal contribuiu largamente para a melhoria da saúde humana, por outro lado, admite-se que não foram capazes de tratar outras tantas doenças, nomeadamente aquelas que viriam a contribuir para a alteração do padrão de morbilidade – as doenças crónicas e psicológicas (Macdonald, 1993). Este conjunto de factores e a constatação da complexidade humana fez-nos compreender a necessidade de um novo modelo para a saúde (idem). Esse novo modelo centra-se nos cuidados de saúde primários – cuidados generalistas prestados por profissionais formados para estabelecerem um primeiro contacto com os cidadãos e com eles manterem uma relação de continuidade, satisfazendo todas as necessidades de cuidados (Mechanic, 1983). A principal diferença entre cuidados primários e especializados não está no “que se faz”, mas na “forma como se faz” (idem, 411).

Associada a estes conceitos entra igualmente em voga a defesa de uma medicina holística por oposição ao modelo biomédico, cada vez mais identificado como uma visão redutora da doença ao funcionamento biológico dos órgãos. É a redescoberta do ser humano e dos aspectos sociais e culturais da saúde e da doença (Mauksch, 1976).

O grande impulso para a introdução de novos conceitos para a saúde ocorre com a conferência de Alma-Ata, sobre cuidados de saúde primários, realizada a 12 de Setembro de 1978, no Cazaquistão, ex-URSS. Esta conferência reconhece não só a importância deste tipo de cuidados como a necessidade de se constituírem como o pilar fundamental de qualquer sistema de saúde. “O seu sentido como filosofia emancipadora e de democratização da saúde é iniludível e continua a ser de grande actualidade” (Sakellarides, 2001, 102), sendo frequentemente reconhecida como um marco importante na reconceptualização dos sistemas de saúde e um momento de viragem no status quo da organização dos cuidados de saúde nos países ocidentais, onde o domínio e o poder conquistado pelos médicos, ao longo do século XX, têm evitado o questionamento das práticas e dos modelos de prestação de cuidados. Todavia, a falência do modelo médico tornou-se evidente nos últimos 30 ou 40 anos¹.

Uma das razões do fracasso da medicina curativa foi a difusão da analogia do corpo uma máquina e do médico a um engenheiro, sendo, por isto, incapaz de responder à complexidade humana. Ao focar-se essencialmente nas dimensões de tratamento e cura, perspectiva a doença como uma entidade objectiva. O corpo é visto como uma máquina complexa ou a combinação de várias máquinas, capazes de serem compreendidas pela inspecção microscópica. Mas esta assumpção provou-se falsa. Este modelo de “engenharia médica” ignora as dimensões sociais influentes nos estados de doença. “É uma visão de túnel que precisa de ser alargada” (Macdonald, 1993, 34).

É neste contexto que surge um movimento em prol da saúde comunitária e se preconiza que a mudança deve ser no sentido de incluir os Cuidados de saúde Primários (CSP) na base de todos os sistemas de cuidados. O conceito CSP pretende representar mais do que uma nova abordagem aos cuidados de saúde. Coloca a ênfase na promoção da saúde e na articulação entre os outros profissionais de saúde e a comunidade. Embora por vezes descritos como periféricos ao sistema de saúde, os cuidados primários são muito mais do que um complemento aos serviços de saúde e muito mais do que cuidados médicos. São uma reorientação dos serviços de saúde, em torno das necessidades das populações. Esta reorientação terá grandes

¹ Para Macdonald (1993) o sistema médico do século XX falhou não só nos países ocidentais, como enquanto modelo que foi seguido nos países do terceiro mundo. Por muitos lados vigorou o princípio “west is best” e mostrou-se desadequado às necessidades de saúde das populações. O maior erro ocorre quando se investe em tecnologia para cuidados secundários e terciários, quando a maioria das doenças poderia ser tratada com cuidados ao nível da comunidade (Macdonald, 1993, 19).

consequências na afectação dos recursos, nas prioridades, no planeamento e nas atitudes dos profissionais e mudará a maneira como se pensam e se praticam no mundo os cuidados de saúde (Macdonald, 1993). Parte-se do princípio que “a prevenção é melhor que a cura” (Macdonald, 1993, 64), mas na realidade os serviços têm estado centrados no tratamento. São mais reactivos do que proactivos. Mesmo quando adoptam estratégias de prevenção, partem da convicção de que estas consistem na vacinação contra a doença. Não existindo dúvidas sobre a importância das campanhas de vacinação, os seus efeitos são limitados, como bem é evidenciado pela doença SIDA.

Sendo certo que Alma-Ata representou um marco de viragem no pensamento sobre saúde, é menos certo que tenha provocado uma verdadeira mudança nas práticas dos profissionais e nos modelos de organização dos sistemas de saúde.

Outras conferências se seguiram, todas partindo e mantendo o essencial de Alma-Ata. A última Conferência Internacional realizou-se em Burkina Faso, de 28 a 30 de Abril de 2008, da qual resultou a Declaração de Ouagadougou. Nela se reafirma igualmente os princípios de Alma-Ata e se exprime a necessidade de os Estados-Membros e das comunidades acelerarem as medidas destinadas a melhorar a saúde das populações. A Declaração exorta ainda os Estados-Membros a actualizarem as suas estratégias e planos nacionais de acordo com a abordagem dos CSP. (Declaração de Ouagadougou, 2008).

Também a Carta Europeia dos Sistemas de Saúde, que resultou da Conferência Ministerial Europeia da Organização Mundial de Saúde², vem reconhecer que os CSP são essenciais para a promoção da saúde e deverão criar uma plataforma de interface com os restantes serviços de saúde, as comunidades e as famílias, constituindo-se como um espaço intersectorial e interprofissional de cooperação e promoção da saúde (Carta Europeia dos Sistemas de Saúde, 2008).

No ano em que se completam três décadas sobre a realização da Conferência de Alma-Ata, a Conferência de Ouagadougou, bem como os representantes ministeriais para a saúde, continuam a reconhecer os CSP como a abordagem mais adequada para o desenvolvimento de sistemas de saúde equitativos e eficazes na prestação de cuidados aos cidadãos. Porém, nem sempre a latitude do conceito que Alma-Ata preconizava se concretizou numa mudança efectiva das práticas de cuidados. Assim também terá acontecido em Portugal, onde a ênfase na importância dos CSP é ainda anterior a Alma-Ata, mas onde a realidade organizacional tende a manter-se alicerçada na medicina hospitalar.

1.1. Cuidados de Saúde Primários em Portugal

A história dos Cuidados de Saúde Primários (CSP) no nosso país tende a confundir-se com a história do centro de saúde (CS), apresentando, ainda, fortes associações à criação e evolução da especialidade de clínica geral. Com os CS, porque foram estes os organismos criados com a vocação para a prática deste tipo de cuidados; com a especialidade de clínica geral porque foram os médicos de família os grandes impulsionadores dos CSP.

De facto, podemos considerar que política dos CSP é lançada com a reforma da saúde de 1971, quando são criados os centros de saúde. A partir daí os diversos dispositivos político-legais preconizam uma política de saúde centrada nos CSP, sendo estes considerados como um elemento-chave e a base do Sistema Nacional de Saúde nas últimas, quase, quatro décadas. Esta é, claramente, a grande linha teórica que atravessa os discursos de diferentes órgãos e responsáveis políticos.

Uma breve análise aos documentos oficiais recentemente produzidos evidencia a continuidade dos discursos. O Plano Nacional da Saúde 2004/2010 afirma a função deste sector como “fio condutor” para a obtenção de ganhos em saúde, “orientado pela promoção da saúde e pela prevenção da doença” e no capítulo respeitante aos CSP reconhece existir um número significativo de portugueses sem médico de família, bem como insuficiências em vários domínios dos CS: “pouca participação dos cidadãos na vida dos CS, ausência de sistema de informação adequados, necessidade de descentralização/desconcentração, necessidade de diversificação público/privado e a necessidade de prestar formação aos profissionais devidamente adequada aos CSP” (Plano Nacional de Saúde 2004/2010, 153). Reconhece, ainda, que é nos CS que mais se tem evoluído em termos de uma cultura de rigor e de avaliação de qualidade e propõe uma maior participação do cidadão na vida dos CS.

O âmbito e a aplicação do conceito têm evoluído com o tempo, mas, no essencial, mantém-se a ênfase na sua função de porta de entrada dos cidadãos nos sistemas de saúde, de proximidade com as comunidades e nas actividades de prevenção da doença. Além destas funções, é ainda reconhecido que os CSP são a base do Sistema Nacional de Saúde e constituem parte integrante do desenvolvimento económico e social da comunidade Biscaia et al. (2006, 23). Os CSP são ainda definidos como cuidados de proximidade, de primeiro contacto das estruturas de saúde com os cidadãos, e são praticados numa vertente holística. Estão disponíveis e acessíveis quando necessários e acompanham global e longitudinalmente todo o processo de saúde-doença. Orientam-se para a promoção da auto-responsabilização e autonomia dos cidadãos nas suas decisões e acções, coordenando, sempre que necessário, as suas interacções com outras estruturas ou profissionais de saúde (Biscaia et al., 2006, 21).

Do breve traçado apresentado resulta inequívoco que o reconhecimento da centralidade dos CSP nos sistemas de saúde é defendido pelos diversos organismos nacionais e internacionais. Porém, na estruturação dos serviços na realidade organizacional do sistema de saúde português nem sempre os discursos se materializam em decisões efectivas e, menos ainda, em acções que efectivem essa função primordial que todos reconhecem aos CSP. Quer ao nível da realidade da

² Esta Conferência, da qual Portugal fez parte, decorreu em Taillan, na Estónia, entre 24 e 27 de Junho de 2008.

prestação de cuidados quer das condições sócio-profissionais têm-se evidenciado algumas clivagens entre a importância atribuída e o lugar assumido aos/pelos CS. Os CS tendem a ocupar lugares periféricos ao hospital e os profissionais de medicina geral e familiar e de enfermagem não dispõem dos atributos de prestígio e poder acumulados pelos profissionais do hospital, como têm vindo a notar alguns trabalhos de investigação.

1.2. As políticas e as práticas

Os centros de saúde (CS) foram criados em 1971, pelo Decreto-Lei nº 413/71 de 27 de Setembro – Lei Orgânica do Ministério da Saúde e Assistência – que, no seu Artigo 16º, ponto 2, enuncia o que deverá entender-se por cuidados primários (que incluem uma vasta lista de cuidados – da prevenção da doença à promoção da saúde, cuidados de tipo ambulatorio, de clínica geral, materno-infantil e de planeamento familiar, entre outros), e no Artigo 42º refere que “são serviços prestadores de cuidados primários os centros comunitários de saúde”. São os chamados “Centros de Saúde de Primeira Geração”. Associados ao que então se entendia por saúde pública, incluíam actividades como vacinação, vigilância da saúde da grávida e da criança, saúde escolar e ambiental (Branco e Ramos, 2001). O tratamento da doença aguda e os cuidados curativos em geral ocupavam um espaço diminuto (*idem*), permanecendo em larga medida entregues aos postos clínicos dos Serviços Médico-Sociais (Simões, 2004). O que na prática e segundo Biscaia et al (2006) levou a que se mantivesse a separação entre Centros de Saúde e Postos dos Serviços Médico-Sociais, pertencentes às Caixas de Previdência.

Em 1983 são criados os centros de saúde integrados (Decreto-Lei nº 93 de 22 de Abril de 1983), reunindo num só organismo os antigos centros de saúde e os ex-serviços médico-sociais, integrando já o médico de Clínica Geral, cuja carreira havia sido criada em 1982.

No início dos anos noventa é publicada, logo em 1990, a Lei de Bases da Saúde (Lei nº 48/90 de 24 de Agosto) e, em 1993, o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde (Decreto-Lei nº 11/93 de 15 de Janeiro).

Ao longo da década de noventa foram experimentados novos projectos de reorganização dos CSP, os projectos Alfa, o Regime Remuneratório Especial e o Projecto “Tubo de Ensaio”. Todos têm por base o princípio da afectação da remuneração a critérios de desempenho e serviram como primeiro laboratório para ensaiar novos modelos de organização dos cuidados primários. As, actualmente em implementação, USF foram gizadas a partir do modelo do Regime Remuneratório Especial.

Os “Projectos Alfa” iniciam-se em 1996, na Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, visando estimular soluções organizativas que, partindo da iniciativa dos profissionais, aproveitassem melhor os recursos existentes no centro de saúde (Biscaia et al, 2006). Ao desafio responderam 30 grupos, 21 iniciaram funções. Branco e Ramos (2001, 7) consideram que “foram um primeiro impulso para descongelar o monólito burocrático do SNS e libertar as ideias e iniciativas já latentes no terreno”. Baseava-se na constituição de uma equipa multiprofissional, com um compromisso de acção, assente em dois princípios fundamentais: a acessibilidade e a qualidade dos cuidados. As avaliações destes projectos “permitiram argumentar e justificar a necessidade de novos modelos remuneratórios” (Conceição et al, 2005, 46). Nesta sequência, surge o Regime Remuneratório Especial (RRE) que virá a ser criado em 1998 para médicos da carreira de Clínica Geral (Decreto-Lei nº 117/98 de 5 de Maio). É assim criado um modelo legal que faz depender uma parte da remuneração dos profissionais de critérios explícitos de desempenho. Em 2006 existiam 18 grupos a trabalhar em RRE.

Ainda em 1998, é criado, no Porto, o projecto “Tubo de Ensaio”, através de um protocolo realizado entre o Departamento de Clínica Geral da Faculdade de Medicina do Porto e a Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN). Neste projecto, o Departamento de Clínica Geral da Faculdade de Medicina do Porto comprometia-se a assegurar cuidados para 20 mil utentes e a realizar o ensino de estudantes internos de Medicina Geral e Familiar. A ARSN custeava os cuidados por uma “capitação” por cada pessoa inscrita (Hespanhol e Pinto, 2005).

Em 1999 são criados os “centros de saúde de terceira geração”, através do Decreto-Lei nº 157/99 de 10 de Maio. São atribuídas personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira de maiores dimensões a estes “novos” centros de saúde (Simões, 2004), permitindo uma maior adaptação do CS às especificidades das populações locais. No entanto, esta “terceira geração” dos centros de saúde nunca foi concretizada, “em parte devido às resistências, especialmente das SRS (Sub-Regiões de Saúde) que veriam o seu poder transferido para os próprios centros de saúde” (OPSS, 2008, 104).

Em 2003, o Decreto-Lei nº 60/2003, de 1 de Abril cria a Rede de Cuidados de Saúde Primários, Rede esta que nunca virá a ser implementada na prática.

Como refere o Relatório da Primavera de 2008 (OPSS, 2008, 105), desde a criação dos CSP, no início da década de 70, que os cuidados de saúde primários

“apresentam falhas ao nível dos seus modelos de gestão e organização, o que tem tido consequências negativas, não só em termos de prestação de cuidados mas, e sobretudo, a um nível mais macro, que incide sobre a evolução do sistema de saúde.”

Ao longo das últimas décadas foram várias as reformas, e as tentativas de reforma, dos CSP, sem que, todavia, tenham tido o sucesso esperado (OPSS, 2008). Em 2005 inicia-se nova reforma na saúde, cuja chave directriz são os CSP (European Observatory on Health Systems and Policies, 2007). São eles o objecto da maior transformação com a implementação das USF e a reconfiguração dos centros de saúde através da criação dos Agrupamentos de Centros de Saúde.

2. A reforma em curso

A reforma inicia-se em 2005, com a mudança de governo e com o, então, Ministro da Saúde António Correia de Campos. Os CSP são, desde o início, os grandes protagonistas da reforma: nos discursos políticos e na agenda mediática. O país não assiste passivamente: criam-se movimentos de cidadãos contra o encerramento de Serviços de Atendimento Permanente e de maternidades. Politizam-se as reivindicações e o sector envolve-se em polémicas de vária natureza. Os serviços de saúde e, em particular, os CSP, surgem quase diariamente nos noticiários do país.

A reforma, chamada de “A Reinvenção dos Cuidados de Saúde Primários”, reafirma a centralidade dos cuidados primários e preconiza a reestruturação do centro de saúde através da criação de Unidades de Saúde Familiares (USF). Para a implementação da reestruturação dos CSP foi constituída uma unidade de Missão para os Cuidados de Saúde Primários (Resolução do Conselho de Ministros nº 157/2005, de 12 de Outubro), o que nas palavras de Biscaia (2006, 73) representa entregar a missão de mudança “a profissionais do terreno”.

Em 2006 é publicado o Despacho Normativo nº 9/2006, de 16 de Fevereiro para “regulamentar os termos e os procedimentos conducentes ao lançamento e implementação das USF”. As USF assentam em “equipas multiprofissionais, constituídas por médicos, enfermeiros, administrativos e outros profissionais de saúde” (Despacho Normativo nº 9/2006). Têm autonomia organizativa, técnica e funcional e estão integradas em rede com outras unidades funcionais do centro de saúde. Neste Despacho diz-se ainda que as candidaturas são feitas, sob apresentação voluntária dos profissionais, à Missão para os Cuidados de Saúde Primários.

Em 2007 é publicado o Decreto-Lei nº 298, de 22 de Agosto, onde se reafirma que a reforma dos CSP é um “factor chave de modernização” levada a cabo com o objectivo de “recentrar o sistema de saúde nos CSP”. Salienta-se, ainda, que um estudo recente concluiu que um modelo organizativo semelhante ao do Rendimento Remuneratório Especial permitirá “consideráveis reduções de custos”, já que

“equipas multiprofissionais motivadas, portadoras de uma cultura de responsabilização partilhada, com práticas cimentadas na reflexão crítica e na confiança recíproca, constituem o principal activo e a mais-valia estratégica das USF e, conseqüentemente são os intérpretes mais qualificados para conduzir a reforma dos CSP” (Decreto-Lei nº 298/2007)

O governo deixa, assim, bem claro o reconhecimento da centralidade dos CSP no sistema global de cuidados de saúde e atribui às USF o papel de condutoras da reforma que está a implementar. A este desiderato responderam os profissionais, na fase inicial (até Maio de 2006 tinham dado entrada 101 candidaturas) com mais de 100 candidaturas, número que deixava o, então, ministro Correia de Campos agradavelmente satisfeito: “100 era a meta mínima. Agora... se chegarmos ao final do ano com 300, muito melhor! Tomáramos nós ter 300” (Médico de Família, 2006).

Em 2007, o Relatório da Primavera do OPSS (2007) chamava precisamente atenção para a escassez de candidaturas (particularmente na faixa interior do país) e para a morosidade nos processos de homologação, fazendo o seguinte balanço: “a meta das 100 USF até Dezembro de 2006 não foi cumprido (...), e o compromisso de até 31 de Março se publicar a lei dos novos centros de saúde não aconteceu (idem, 2007, 74).

Em Agosto de 2008 o número almejado por Correia de Campos, de 300 USF, ainda não tinha sido atingido. Mais de 2 anos após o a abertura das candidaturas, o número de USF estava muito aquém do desejado. Em 14 de Novembro de 2008 havia 255 processos de candidatura entregues na MCSP, 189 aceites e 144 USF em funcionamento (MCSP, 2008).

O Relatório da Primavera (OPSS, 2008, 135) vem novamente chamar a atenção, em Junho de 2008, para a forma incongruente de abertura das USF, sublinhando que esta “inconsistência não é saudável para um bom desenvolvimento da reforma”. Mas Correia de Campos (2008, 104), já depois de ter abandonado o cargo de Ministro da Saúde, escreve “esta revolução silenciosa das USF era o maior passo de aumento da qualidade, alguma vez concretizado nos cuidados primários.”

As USF têm por missão a prestação de cuidados de saúde personalizados à população de uma determinada área geográfica (com um mínimo de 4.000 e um máximo de 18.000 indivíduos), assente num plano de acção do qual consta o compromisso assistencial, formalizado anualmente entre o coordenador da USF e o centro de saúde, os objectivos, os indicadores e metas a atingir nas áreas de acessibilidade, desempenho assistencial, qualidade e eficiência (Decreto-Lei nº 298/2007, artº 6º). Aos profissionais aplica-se um regime de suplementos, associado à lista de utentes ponderada, quanto às suas características, contratualização anual de actividades específicas de vigilância a utentes mais vulneráveis ou de risco.

Os centros de saúde são também objecto de reestruturação. No documento da Missão para os Cuidados de Saúde Primários (MCSP, 2008), afirma-se que haverá diminuição das estruturas administrativas, introdução de um novo modelo de gestão e a organização de serviços de suporte. Para Luís Pisco, coordenador da MCSP, se 2006 foi o ano das unidades de saúde familiar, 2007 é o ano dos centros de saúde” (MCSP, Linhas de Acção para os Cuidados de Saúde Primários, 2005).

E será em 2007 que a Unidade de Missão para os Cuidados de Saúde Primários produz um documento, intitulado “Proposta para a Reconfiguração dos Centros de Saúde” onde apresenta recomendações pormenorizadas sobre a reorganização dos CS, que, conforme se defende, deverá obedecer a um duplo movimento: a constituição de pequenas equipas em unidades funcionais autónomas e prestadoras de cuidados de saúde às populações e a agregação de recursos e estruturas de gestão (Missão para os Cuidados de Saúde Primários, 2007). Ao resultado do agrupamento e das estruturas dos

actuais CS atribuem a designação de Agrupamentos dos Centros de Saúde (ACS)³, criados com base em critérios de ordem demográfica e geográfica.

Mas, só em 2008 é publicado o Decreto-Lei nº 28 de 22 de Fevereiro, criando os Agrupamentos de Centros de Saúde em moldes e princípios semelhantes aos das recomendações propostas pela MCSP. Os ACES são definidos como serviços de saúde, com autonomia administrativa, constituídos por várias unidades funcionais que agrupam um ou mais centros de saúde e que têm por missão garantir cuidados de saúde primários às populações. Afirma-se que este Decreto-Lei “possa, finalmente, dar estabilidade à organização de prestação de cuidados de saúde primários, permitindo uma gestão rigorosa, equilibrada (...) e, acima de tudo, prevê-se a melhoria no acesso aos cuidados de saúde (Decreto-Lei nº 28/2008).

Sobre a implementação da reforma, o Relatório da Primavera de 2008 (OPSS, 2008, 134) refere que ao

“ao longo do ano de 2007 assistimos pela parte do Ministério da Saúde, traduzido na actividade da MCSP, a um empenho na criação de mais USF, o que é de valorizar, tendo em consideração o modelo organizacional em causa, o processo de contratualização em curso e o potencial de resultados esperados. Assistimos também ao desenvolvimento do quadro legislativo de apoio aos vários modelos de USF previstos e à preparação legislativa dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES).

É reconhecido também pelo Observatório “o esforço desenvolvido pela MCSP no sentido de proporcionar um quadro formativo aos elementos que constituem as USF e aos futuros quadros dirigentes dos ACES” (idem), bem como os passos importantes na área dos sistemas de informação.

No entanto, este Relatório critica a publicação tardia do Decreto-Lei nº 28/2008 que regulamenta a criação dos ACES. “Na realidade, apesar da importância desta peça para a concretização da reforma dos cuidados de saúde primários, surge apenas dois anos e cinco meses após a constituição da MCSP” (OPSS, 2008, 137).

3. Da reforma: perplexidades emergentes

A implementação das Unidades de Saúde Familiar (USF) tem, inevitavelmente, gerado mudanças e produzido impactos de natureza diversa na realidade organizacional e profissional dos cuidados de saúde primários. De igual modo, também os atrasos na progressão da reforma têm provocado repercussões diversas. Da pesquisa que vimos realizando, que, sublinhamos, não permite, nem pretende, extrapolar análises para o sector dos CSP, emergem realidades quotidianas onde se adensa um clima de incerteza.

Por um lado, no Centro de Saúde (CS), as expectativas e as dúvidas quanto à distribuição dos cargos de chefia dos novos agrupamentos têm deixado os órgãos que exerçam o poder em suspenso e em suspense – aguarda-se para se perceber as mudanças, aguarda-se para conhecer as novas faces do poder, aguarda-se para se concretizarem expectativas profissionais, gerem-se aspirações pessoais, jogam-se desempenhos, discursos, participações públicas e passividades assumidas até que se desenhem definitivamente as novas configurações destes organismo e se estabeleçam as regras de funcionamento dos serviços. Por outro lado, começa a reinar um clima de conflitualidade latente entre profissionais do CS e da USF. Os primeiros falam de “doentes de primeira” e “doentes de segunda”, respectivamente os doentes do centro de saúde e da USF, criticando desta forma o sistema de “lista fechada” dos médicos da USF. Ou seja, todos os doentes que não puderem integrar a lista de doentes dos médicos da USF serão obrigatoriamente encaminhados para o CS. E é aqui que os médicos questionam: “mas porque é que eu tenho de ver todos os doentes que aqui acorrem e eles [os médicos da USF] não? Se eles até ganham mais por isso!” (Ent. médico de CS) Além disto, médicos e enfermeiros do CS criticam a vertente exclusivamente assistencialista do modelo de funcionamento da USF. Os médicos porque o perspectivam como um modelo que coarctará a prática holística dos cuidados de saúde, os enfermeiros porque o consideram como meramente curativo. Uns e outros queixam-se igualmente de tratamento desigualitário. Dizem-se, também eles, profissionais “de segunda”. Porque “se dá tudo às USF e a nós nada. Pediram as obras e um mês depois, estão prontas. Os enfermeiros [do CS] pedem material e não vem. Para a USF vem logo tudo” (Ent. médico-director de CS).

Os profissionais da USF produzem discursos mais positivos. Reconhecem a funcionalidade, valorizam a organização e o planeamento das actividades diárias e a resposta mais atempada às solicitações dos doentes. Estão agradados com a compensação remuneratória, mas sublinham, sempre, não ser esse o principal factor motivador para o desempenho. Sublinham a articulação e a intersubstituição profissional. Note-se, porém, que concorrem para a intersubstituição estratégias e lógicas de interesse pessoal, visíveis na adaptação dos horários dos turnos de enfermagem. À sexta-feira um enfermeiro efectua um turno de 12 horas, o que lhe permite gozar um dia de folga por mês (Diário de Campo – USF).

No quotidiano, para além da participação semanal em reuniões de serviço, observa-se a redução das funções de enfermagem a actos curativos e as dos médicos a consultas de clínica geral, em moldes e timings semelhantes aos do CS. Dizem-se assoberbados de trabalho. Pressionados pela necessidade de cumprirem objectivos e de se encontrarem em permanente avaliação por parte da Missão para os Cuidados Primários (MCSP). Face à apertada vigilância informática da MCSP, surgiram estratégias para adequar a realidade dos cuidados às exigências deste organismo. É o exemplo dos tempos

³ A sigla vulgarmente mais utilizada é ACES, que, embora não correspondendo às iniciais da designação “Agrupamento de Centros de Saúde”, apresenta maior facilidade de pronúncia na linguagem oral, surgindo sob esta forma em diversa literatura, incluindo no próprio Decreto-Lei nº 28/2008. Neste trabalho adoptamos a designação ACES.

de espera dos doentes. De acordo com o regulamento da USF, o doente não deverá esperar mais de 30 minutos pelo atendimento. Face a esta imposição, o sector administrativo exerce o controlo dos tempos de espera através do registo de chegada dos doentes. “Quando o doente chega e isto está um bocadinho atrasado, a gente pede para ele esperar um bocadinho e só fazemos o registo quando a doutora nos diz” (Diário de Campo – USF).

“As USF recolocaram o cidadão no centro do sistema (...) pode marcar-se uma consulta pelo telefone ou pela Internet, com a garantia de que se é atendido em período não superior a 30 minutos de espera (Campos, 2008, 103).” Nós, que temos mergulhado na densa realidade social dos quotidianos de prestação de cuidados primários, não estamos certos que o cidadão esteja a ser recolocado no centro do sistema.

Notas finais

A importância dos CSP para o sistema de saúde português é reconhecida por todos desde há mais de três décadas. Contudo, o conceito nunca foi cabalmente implementado, particularmente nas vertentes de prevenção da doença e de promoção da saúde, resumindo-se estas às consultas de clínica geral, de índole essencialmente curativa e assistencialista. De igual modo, o centro de saúde nunca assumiu o lugar que as orientações políticas e a ordem legislativa lhe conferia, vivendo uma longa descoincidência entre o lugar atribuído e o lugar possuído na hierarquia simbólica das estruturas de saúde.

A actual reforma parte, como as anteriores, da afirmação da importância dos CS e da necessidade de estes cumprirem as funções para que foram criados: a de “porta de entrada” das populações no sistema de cuidados, mantendo com estas uma estreita e permanente vigilância dos seus estados de saúde. Os discursos dos políticos afirmam e reafirmam diariamente os CSP como basilares ao nosso sistema de saúde e os CS como os núcleos centrais de toda a estrutura organizacional. Mas a realidade teima em resistir a uma máquina que permanece profundamente hospitalocêntrica.

O número de USF em funcionamento está muito aquém do proposto pelo governo. Tomadas como a medida fulcral para desenvolver a reforma, pouco vieram trazer de novo aos cidadãos. Ressalte-se a facilidade de marcação das consultas, a acessibilidade dos doentes ao seu médico de família ou enfermeiro, e a intersubstituição profissional que evita que o doente possa ficar sem consulta por ausência do médico. No que diz respeito a promoção da saúde e prevenção da doença parecem nada apresentar, para além do acompanhamento dos doentes em consultas de medicina geral e familiar. Note-se ainda que o sistema de “carteira de doentes” veda o acesso indiscriminado dos doentes ao médico de família. Completo o número de doentes contratualizado, o médico não incorpora nenhum outro doente.

Os ACES tardam em ser implementados, criando quotidianos de trabalho marcados pela incerteza profissional. Médicos, enfermeiros e administrativos desconhecem para onde vão, o que vão fazer, o que vai mudar, o que vai permanecer, quem vai dirigir e governar as organizações onde trabalham. Esta indefinição, que já se verifica há cerca de dois anos, tem paralisado o sector e obstaculiza qualquer processo de (re)centração do sistema de saúde nos CSP.

Bibliografia

- ARLIAUD, M. & ROBELET, M. (2000), “Reformes du système de santé et devenir du «corps médical»”, *Sociologie du Travail*, nº 42, 91 – 112.
- BISCAIA, A. (2006), “A reforma dos cuidados de saúde primários e a reforma do pensamento” *Revista Portuguesa de Clínica Geral*, Vol. 22 nº 1, pp. 67 – 79.
- BISCAIA, A. et al. (2006), *Cuidados de Saúde Primários em Portugal: Reformar para novos sucessos*, Vale de Lobos, Padrões culturais editora.
- BUNGENER, M. & BASZANGER, I. (2002), “Médecine générale, le temps des redéfinitions”, in Isabel Baszanger et al, *Quelle Médecine voulons-nous?*, Paris, La Dispute État des Lieux.
- BRANCO, A., & RAMOS, V. (2001), “Cuidados de Saúde Primários em Portugal”, *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, Volume Temático, pp. 5 – 12.
- BROCLAIN, D. (1994), “La médecine générale en crise?”, in Pierre Aiach, & Didier Fassin., *Les Métiers de la Santé: enjeux de pouvoir et quête de légitimité*, Paris, Atropos, pp. 121 – 160
- CALNAN, M. & GABE, J. (1991), “Recent developments in general practice: a sociological analysis”, in Jonathan Gabe, Michael Calnan & Michael Burry, *The Sociology of Health Service*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 140 – 161.
- CAMPOS, A. (2006), “Prefácio”, *Linhas de Acção Prioritária para o Desenvolvimento dos Cuidados de Saúde Primários*, Lisboa, Grupo de Missão para os Cuidados de Saúde Primários, disponível em www.mcspp.min-saude.pt.
- CAMPOS, A. (2008), *Reformas da Saúde. O fio condutor*, Coimbra, Almedina.
- CARAPINHEIRO, G. & HESPANHA, M. (1992), *Articulação entre cuidados primários e cuidados hospitalares: uma análise sociológica*, Relatório final (policopiado).
- CARAPINHEIRO, G. & PINTO M. (1987), “Políticas de saúde num país em mudança: Portugal nos anos 70 e 80”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº 3, pp. 73 – 109.
- CARAPINHEIRO, G. & CÔRTEZ, S. (2000), “Conflitualidade e mudanças face a novos cenários globais: o caso dos sistemas de saúde português e brasileiro”, *Revista Crítica de ciências Sociais*, CES, nº 57/58, pp. 259 – 289.
- CARAPINHEIRO, G. (2006), “A saúde enquanto matéria política”, in Graça Carapinheiro, (Org.), *Sociologia da Saúde: estudos e perspectivas*, Coimbra, Pé de Página Editores, pp. 137 – 164.

- CARREIRA, H. (1996), “As políticas sociais em Portugal”, in António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960 – 1995*, Lisboa, ICS, pp. 375 – 498.
- Carta Europeia dos Sistemas de Saúde (2008), Conferência Interministerial Europeia da Organização Mundial de Saúde, Estónia.
- Declaração de Alma-Ata (1978), Conferência Internacional sobre Cuidados de Saúde Primários, Alma-Ata, URSS.
- Carta de Ouagadougou, 2008, Conferência Internacional sobre cuidados de Saúde Primários e Sistemas de Saúde em África, Burkina Faso.
- CONCEIÇÃO, C. et al (2005), “Os grupos Alfa e a adesão ao Regime Remuneratório Experimental”, *Revista de Clínica Geral*, nº 21, pp. 45 – 59.
- European Observatory on Health Systems and Policies (2007), “Portugal: Health system review”, *Health systems in transition*, vol. 9, nº 5.
- FREIDSON, E. (1988), *Professional Powers: a study of the institutionalization of formal knowledge*, Chicago, University of Chicago Press.
- FREIDSON, E. (1994), *Professionalism Reborn-Theory, Prophecy and Policy*, Cambridge, Polity Press.
- HESPAHOL, A. & Pinto, A. (2005), “O regime remuneratório: Tubo de ensaio”, *Arquivos de Medicina*, Vol. 19, nº 3, pp. 113 – 120.
- ILLICH, I. (1975), *Limites para a Medicina*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- Jornal Médico de Família* (2006) disponível em www.mcsp.min-saude.pt.
- MACDONALD, J. (1993), *Primary Health Care: medicine in its place*, Londres, Earthscan Publications.
- MAUKSCH, O. (1976), “A social science for conceptualizing family health”, in Magdalena S. et al, *Health, Medicine and society*, Warsaw-Poland, Polis Scientific Publishers, pp. 281 – 297.
- MECHANIC, D. (1983), “Physicians”, in David Mechanic., *Handbook of Health, Health Care and the Health Professions*, Londres, The Free Press, pp. 432 – 454.
- Missão para os Cuidados de Saúde Primários (2006), *Linhas de Acção para os Cuidados de Saúde Primários*, em WWW.mcsp.min-saude.pt.
- Missão para os Cuidados de Saúde Primários (2007), *Proposta para a reconfiguração dos Centros de Saúde*, em WWW.mcsp.min-saude.pt
- Observatório Português para os Sistemas de Saúde (2007), *Luzes e Sombras: a governação em saúde*, Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra.
- Observatório Português para os Sistemas de Saúde (2008), *Sistema de Saúde Português: riscos e incertezas*, Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra.
- Plano Nacional da Saúde 2004/2010 (2004), Lisboa, Ministério da Saúde.
- RAMOS, V. (1987), “O ressurgimento da medicina familiar”, *Revista Crítica de Ciências Sociais, CES*, nº 23, pp. 157 – 168.
- SEKELLARIDES, C. (2001), “De Alma-Ata a Herry Potter: um testemunho pessoal”, *Revista Portuguesa de Saúde Publica*, Volume temático, pp. 101 – 108.
- SIMÕES, J. (2004), *Retrato Político da Saúde – Dependência do percurso e inovação em saúde: da ideologia ao desempenho*, Coimbra, Almedina.

Recolocação da mulher como sujeito da assistência no contexto do parto: experiência docente assistencial em SALVADOR-BAHIA-BRASIL.

Isa Maria Nunes
 Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia/UFBA
isam@ufba.br

Resumo: No Brasil, as políticas públicas dirigidas ao redirecionamento do modelo de assistência à mulher no parto tem estimulado a adoção das práticas obstétricas baseadas em evidências científicas e na humanização, com ênfase na autonomia, cidadania e direitos reprodutivos das mulheres. Nesse sentido, o Grupo de Estudo sobre Saúde da Mulher da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia – Brasil, criou o Espaço de Parto Alternativo – EPA, em parceria com uma Maternidade pública de Salvador – Bahia - Brasil, com o objetivo de implementar assistência à mulher e ao recém-nascido no parto normal e no pós-parto imediato visando a redução da medicalização e o resgate da fisiologia do parto, com atuação efetiva de enfermeiras obstétricas e estudantes de Enfermagem. O projeto foi elaborado e implementado com base em vasta literatura sobre o assunto e está em andamento desde outubro de 2006 sob a responsabilidade de docentes e discentes desta Escola e de uma equipe interdisciplinar da Maternidade. Diante do uso das condutas não farmacológicas de alívio da dor, a realização de massagens e exercícios de relaxamento e a presença de um acompanhante de sua escolha. As mulheres atendidas no projeto até o momento, relataram sentirem segurança, proteção e ajuda no transcurso do trabalho de parto com os indicadores estabelecidos para a avaliação do projeto também apontam o alcance dos principais objetivos. Conclui-se que o EPA, além de garantir humanização e acolhimento, é uma iniciativa que recoloca a mulher como sujeito da assistência no parto, reduzindo a relação desigual que permeia o contexto dessa assistência.

INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA

A mobilização e articulação lideradas pelas mulheres desde os anos 80 garantiram que o texto constitucional incorporasse direitos que representam significativo avanço na luta pela plena cidadania. Na prática, essas garantias se traduzem na criação de instrumentos normativos que ampliam o acesso a serviços estruturados para garantir acolhimento, condutas que proporcionam bem estar, possibilidade de analgesia no parto normal e garantia da presença da família. Mesmo assim, as usuárias do SUS, ainda vivenciam o trabalho de parto em meio a um sofrimento evitável, que pode ser atribuído, na maioria das vezes, à desinformação sobre sua evolução e as condutas que serão, pelo afastamento das pessoas de sua confiança, e por não conhecerem os profissionais que irão atendê-las. Por outro lado, estes mostram-se pouco atentos ou preparados para uma relação mais horizontal com as mulheres e mais voltados para o diagnóstico, a detecção de desvios e a intervenção.

A equipe que trabalha em centro obstétrico assistindo as mulheres no trabalho de parto lida pessoas saudáveis, internadas em um hospital para vivenciarem o parto e o pós-parto imediato em condições, a princípio fisiológicas, mas cujo cuidado pressupõe o reconhecimento das especificidades e diferenças que caracterizam essa assistência. A hospitalização para o parto costuma criar a sensação de impotência e perda do domínio da mulher sobre si mesma. Elas não desejam depender das pessoas, mas, pela contingência da situação em que se encontram, são obrigadas a aceitar o que lhes é oferecido e isso é um sentimento incômodo que pode produzir, por exemplo, submissão e retraimento, dificultando “a criação de um vínculo mais profundo com a gestante, transmitindo-lhe confiança e tranquilidade” (BRASIL, 2001, pp. 38), o que requer esforço permanente de todos os setores da sociedade envolvidos com a questão.

Outras peculiaridades demonstradas pelas parturientes dizem respeito às reações de nervosismo, agitação e medo diante das condutas impostas pelos profissionais e pelas rotinas da unidade, do atendimento ou não às orientações que recebem e, por vezes na dificuldade para estabelecer contato imediato com o recém-nascido após o parto. Tais manifestações emocionais costumam ser interpretadas, pelos profissionais, como distúrbios de comportamento, o que evidencia a dificuldade destes em reconhecerem as peculiaridades da vivência do trabalho de parto e pós-parto para a mulher e do seu processo de adaptação à internação hospitalar.

Nessa perspectiva, o acolhimento, aspecto essencial da política de humanização, implica na recepção e responsabilização pela mulher, desde sua chegada na unidade de saúde, escutando suas queixas, permitindo-lhe expressar suas preocupações e angústias buscando garantir-lhe atenção resolutiva (Brasil, 2006).

Acompanhar a evolução do trabalho de parto requer que os profissionais obtenham e forneçam informações e preparem a mulher para vivenciarem esse processo da maneira mais calma, confortável e segura possível, o que uma relação interpessoal que seja capaz de

“perceber suas necessidades e sua capacidade de lidar com o processo do nascimento. Permite, também, “relações menos desiguais e menos autoritárias, à medida que o profissional, em lugar de assumir o comando da situação, adota condutas que tragam bem-estar e garantam a segurança para a mulher e o bebê”.(Brasil, 2001, pp. 10).

A medicalização do corpo da mulher que teve notável desenvolvimento a partir do século XVIII fortaleceu a idéia da gestação, parto e puerpério como processos patológicos que exigem permanente vigilância controle (médico, de preferência), justificado “através de uma racionalidade moderna e científica, visam ao entendimento e conseqüente intervenção nesse corpo como estratégia social” (Vieira, 2002, pp. 24). Deriva desse entendimento a busca incessante por desenvolver recursos complexos para atender à função reprodutiva

Ademais, apesar de toda a evolução tecnológica da saúde, os resultados do estudo desenvolvido por Almeida (2005) demonstram que, também o cuidado à mulher no período pós-parto, não vem se dando de forma satisfatória, ocorrendo de forma fragmentada, com base em relações desiguais, autoritárias, permeadas pela iniquidade de gênero na assistência à saúde das puérperas nos ambientes hospitalares.

Há que se investir e insistir, também, para que a assistência esteja sustentada na vontade de profissionais e de gestores da saúde para garantir a redução das sucessivas intervenções que fazem parte das rotinas das maternidades e seus procedimentos-padrão, que vão desde a raspagem dos pêlos pubianos ao corte e à sutura no períneo, passando por lavagens intestinais, rompimento artificial das membranas e outros artificios que induzem e/ou aceleram o trabalho de parto.

Nesse sentido, entra em jogo também a diversidade de modelos de cuidados implementados nos serviços, conduzidos mais pela autoridade de médicos e médicas obstetras e suas formas de trabalhar de que pelo privilegiamento da fisiologia e pela noção do trabalho em equipe. Essa ação coletiva pressupõe um consenso mínimo no que se refere aos objetivos e instrumentos de trabalho usados pelos profissionais de saúde que atendem a essa especial clientela.

O notável apelo aos valores humanos imbricados na atenção à saúde remetem à formação básica de cada categoria profissional, as quais respondem com maior ou menor adesão à possibilidade de atuar de maneira diferente, aberta para agir orientadas por paradigmas mais condizentes com as demandas do mundo atual, da saúde e das mulheres.

Dentre as ações dirigidas para o fortalecimento da capacidade técnica e humanística dos profissionais que trabalham nas maternidades encontram-se, por exemplo, a implementação de estratégias para a humanização da atenção obstétrica e neonatal e a incorporação das práticas baseadas em evidências científicas.

Nesse contexto, a enfermeira obstetra vem sendo identificada como uma profissional que pode atuar de forma resolutiva e autônoma sobre assistência no parto normal sem distócia, contando para isto, com nítido apoio do governo federal, através de portarias específicas e respaldadas pelo conselho profissional. Em algumas realidades pontuais no país, há experiências de atuação rotineira das enfermeiras obstetras, nos ambientes de atenção ao parto normal, no setor público. São exemplo disto, as 14 Casas de parto e/ou Centros de Parto Normal criados em alguns hospitais (Hospital de Itapeverica da Serra/SP e Hospital Sophia Feldman/BH), além de maternidades onde a assistência no parto normal por enfermeiras já está incorporada à rotina de atendimento (Maternidade Leila Diniz e Maternidade Herculano Pinheiro, no Rio de Janeiro).

Nas maternidades públicas de Salvador-Bahia, a prática obstétrica dirigida para o trabalho de parto permanece centrada no profissional médico e ainda promove o isolamento da mulher, a permanência prolongada no leito e a pouca ou nenhuma flexibilidade das rotinas hospitalares, confirmando a percepção de Vieira (2002, pp.38), quando afirma que “a rigidez das normas médicas traduz a necessidade intensa de ordenar e organizar a medicalização do corpo feminino”, um corpo que ao reproduzir-se, mostra-se incapaz e produtor de riscos. A medicalização transformou-se numa prática consolidada e culminou com a despersonalização das mulheres, tendo como fundamento o saber, a cientificidade e o avanço da medicina moderna.

Assim entendida, a gestação, enquanto processo potencialmente patológico gera crescente utilização de procedimentos e recursos tecnológicos, ampliando a hegemonia do saber médico sobre os outros profissionais, especialmente nos espaços hospitalares (Nunes, 2005). Em que pese o controle dos riscos e a correção de complicações, vantagens atribuídas à hospitalização da mulher para o parto, tal medida afasta alguns componentes naturais do processo da parturição, substituindo-os pelo olhar uniforme sobre as mulheres e pela ânsia de intervir, com condutas que incorporam riscos adicionais, expressos, inclusive, nos indicadores dessa assistência. A taxa de mortalidade materna, por exemplo “configura-se, entre os indicadores socioeconômicos, como o índice que é capaz de melhor traduzir o status da condição feminina.” (Serruya, S. J.& Cecatti, J. G.& Lago, T. G., 2004, pp. 1284)

Abandonar rotinas que subjuguem a mulher em trabalho de parto, no modo de funcionamento do hospital substituído-as pela adoção de práticas que privilegiam o acompanhamento de sua fisiologia, equivale à perda do controle unilateral do processo da parturição e a modificação das referências do papel dos profissionais de saúde no contexto dessa assistência. Embora as evidências científicas atuais apontem a pertinência e a viabilidade de se promover modificações no modelo médico tradicional de assistência ao parto, abrir mão de alguns procedimentos implica perda de poder.

Pensar na divisão desse poder e do controle sobre esse momento exige a re colocação dos atores no cenário, situando a mulher em condições de, pelo menos, negociar o que se pretende fazer ou não fazer na condução do parto, significa empoderá-la. Entretanto, para Yung (1993), isto só será possível mediante mudanças nas práticas de socialização, nas instituições legais, políticas e religiosas e nos sistemas de pensamentos que contribuem para a posição desigual da mulher nas estruturas de poder existentes.

A estrutura da assistência à saúde reproduz a desigualdade nas relações de poder entre profissionais e clientes, e, no contexto do ciclo gravídico puerperal, a forma e o lugar onde é atendida revela a face perversa das diferenças sociais oriundas das distorções no acesso à distribuição da renda nas diferentes regiões do Brasil. “os dados socioeconômicos disponíveis já indicam que a maioria das negras encontram-se abaixo da linha da pobreza, exibindo a seguinte situação: taxa de analfabetismo é o dobro das brancas; são majoritariamente chefes de família sem conjuge e com filhos; por razões sociais ou de discriminação, as mulheres negras têm menor acesso aos serviços de saúde de boa qualidade, à atenção ginecológica e à assistência obstétrica – seja no pré-natal, parto ou puerpério...” (Brasil, 2001, pp. 7)

As desigualdades regionais na assistência à saúde se refletem também na possibilidade de acesso das gestantes a um modelo de cuidado humanizado no ciclo gravídico-puerperal. As mulheres que dispõem de planos de saúde ou pagam diretamente por serviços de saúde escolhem onde e por quem desejam ser acompanhadas na gravidez, tendo grandes chances de serem facilmente atendidas em suas necessidades. Nesse contexto, o trabalho de parto ocorre em ambientes organizados para promover conforto, facilitar a participação ativa da família e a liberdade da gestante fazer escolhas, inclusive sobre a via de parto e a data em que ele vai ocorrer. Contraditoriamente, é a possibilidade de escolha que tem levado as mulheres a se submeterem a cesarianas, por vezes, desnecessária.

Constata-se que as questões que perpassam a atenção prestada à mulher durante o trabalho de parto e no parto no SUS precisam ser analisadas e reavaliadas amplamente, de modo a possibilitar a reunião de elementos capazes de subsidiar mudanças necessárias para o alcance da melhor qualidade possível, nessa assistência.

Está claro que “a força fundamental para a concretização das mudanças necessárias está no compromisso político com as premissas filosóficas do SUS e com as mulheres. Esse compromisso, no entanto, deve-se traduzir no trabalho constante de avaliação e readaptação da assistência.” (Serruya, S. J.& Cecatti, J. G.& Lago, T. G., 2004, p. 1288). É no contexto dessa realidade que se insere a Experiência Docente Assistencial de implementação do Espaço de Parto Alternativo - EPA.

O ESPAÇO DE PARTO ALTERNATIVO – EPA

Diante do exposto e considerando o papel da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia- EEUFBa na proposição e apoio a iniciativas reconhecidamente êxitosas, em confluência com o interesse da Maternidade Tsylla

Balbino da Secretaria de Estado da Saúde-MTB/SESAB, cientes do papel histórico e da responsabilidade social na prestação de assistência obstétrica e capacitação de profissionais nessa área em nosso estado, criaram-se as bases necessárias para, por meio de esforço coletivo, avançar na mudança do modelo de assistir à mulher no trabalho de parto, parto e puerpério em nossa cidade.

Essa iniciativa fortalece o papel da instituição, uma vez que, por meio de propostas deste tipo, “universidade e instituições da sociedade interagem, elaboram seus projetos e, em vista dessa interação, comprometem-se mutuamente”, conforme Pazeto (2005, pp. 494). Nessa perspectiva, a equidade tanto na saúde quanto nas relações de gênero dever ser o alvo primordial das políticas públicas e programas de saúde, envolvendo não só os poderes públicos, mas a participação da sociedade, como garantia fundamental dos direitos das mulheres, enquanto cidadãs, de forma justa, livre e solidária.

A parceria entre a EEUFBA por intermédio do Grupo de Estudos sobre Saúde da Mulher-GEM com a Maternidade citada, se concretiza com a presença de docentes e discentes um dia na semana em caráter de extensão universitária e vincula-se à possibilidade de desenvolvimento das atividades do projeto e representa apoio permanente e decisivo na implementação das mudanças em andamento.

A iniciativa tem sido orientada de forma a permitir:

que a mulher/família ocupe posição central nesse processo com valorização e resgate da força feminina e do seu papel ativo, bem como o estímulo à participação paterna;

que a mulher vivencie o parto numa relação que privilegia o relaxamento, a confiança, a informação correta, o contato contínuo com acompanhante;

que se multiplique entre estudantes e profissionais da Maternidade a visão de que a assistência ao parto pode ser prestada respeitando-se a fisiologia e reduzindo as intervenções ao mínimo necessário e estabelecendo relação mais horizontal.

O processo de implantação do EPA teve início em julho de 2006. A implantação/implementação ocorreu em cinco etapas: a primeira foi a elaboração da proposta preliminar e submissão às instâncias de aprovação da Universidade e da Maternidade; na segunda foram resolvidas as questões de definição do espaço, das reformas necessárias e providências de materiais necessários; na terceira ocorreu a sensibilização e capacitação dos profissionais juntamente com a seleção de estudantes de Enfermagem da EEUFBA, para atuarem como voluntários nessa atividade de extensão; na quarta foram elaboradas as rotinas e os protocolos e a discussão dos tipos de registro necessários para a prestação da assistência prevista, bem como da avaliação da mesma; a quinta etapa correspondeu ao início dos atendimentos no novo espaço, em outubro de 2006.

O funcionamento ficou estabelecido para os dias de terça-feira devido, principalmente a excelente aceitação da equipe de médicos obstetras e pediatras plantonistas deste dia da semana. A presença de enfermeira/docente e estudantes voluntárias do projeto foi definida para o horário das 7:30 às 18:30, ficando a assistência fora deste horário sob a responsabilidade exclusiva da equipe de profissionais da própria maternidade. Após as etapas de reforma e organização do espaço, foi possível ativar um leito para assistência diferenciada. Os equipamentos/móveis necessários foram adquiridos pela direção da maternidade conforme as especificações para a assistência pretendida, contando-se inclusive com colchonetes, bola suíça, aparelho de som e cds de músicas suaves para relaxamento, barras de apoio nas paredes, chuveiro com água morna e demais itens de higiene, cosméticos e adereços para uso das mulheres.

Após as etapas de negociação e sensibilização dos profissionais para compreensão da proposta e das bases do projeto, reforma e organização do espaço físico e suprimento do equipamentos e materiais necessários, foi ativado um leito de pré-parto para assistência diferenciada, com base no protocolo estabelecido para o encaminhamento de parturientes para o EPA. O primeiro atendimento no EPA ocorreu em outubro de 2006, depois vieram os demais atendimentos, todos prestados de maneira integrada pela equipe multiprofissional. Para serem inscritas no projeto as parturientes eram inicialmente avaliadas no pré-parto geral para verificação dos antecedentes obstétricos e das condições de evolução do trabalho de parto, tarefa esta realizada em conjunto pela enfermeira/docente com a equipe médica. Decidida a possibilidade de transferência para o EPA, conversávamos com a parturiente sobre a existência deste espaço e a convidávamos para ocupá-lo. Todas que foram convidadas aceitaram. Em seguida o serviço social era acionado para entrar em contato com a família solicitando a presença do/a acompanhante que a parturiente escolhesse. Nos dias atuais, o projeto funciona no dia de quinta-feira, e a parturiente continua sendo direcionada para EPA por meio de encaminhamento da/o médica/ou médico obstetra do plantão deste dia.

MODELO DE ASSISTÊNCIA DESENVOLVIDO NO PROJETO

Para serem inseridas no projeto as parturientes são avaliadas inicialmente no pré-parto geral para verificação dos antecedentes obstétricos e das condições de evolução do trabalho de parto, tarefa esta realizada em conjunto pela enfermeira/docente com a equipe médica. Decidida a possibilidade de transferência para o EPA, conversamos com a parturiente sobre a existência deste espaço e a convidamos para ocupá-lo. Em seguida, o serviço social é acionado para entrar em contato com a família solicitando a presença da(o) acompanhante de sua escolha. A parturiente é então transferida para o EPA por meio de encaminhamento da(o) médica(o) obstetra. Em todas as fases do trabalho de parto e pós-parto imediato, a assistência prestada na maior parte do tempo por enfermeiras obstetras, incluindo docentes da EEUFBA e estudantes de

enfermagem voluntárias(os), com apoio da equipe auxiliares de enfermagem, de médicas(os) obstetras, pediatras plantonistas e demais profissionais da instituição. No EPA, as parturientes são assistidas com a adoção de práticas consideradas úteis para a evolução do trabalho de parto e que valorizam o protagonismo da mulher, nesse cenário, como:

- tratamento da parturiente, da filha(o) pelo próprio nome;
- utilização das roupas próprias da mulher ou da maternidade, conforme sua preferência;
- não realização de raspagem dos pelos e de lavagem intestinal;
- uso de ocitocina, episiotomia somente se necessário;
- realização de exercícios respiratórios com acompanhamento e exercícios pélvicos com e sem a bola sob supervisão;
- realização de massagens relaxamento e oferta de banho morno ou ducha à vontade;
- estímulo a caminhar, agachar e adotar posições confortáveis nos colchonetes ou na cama;
- oferta de dieta líquida sem resíduos conforme aceitação e prescrição;
- sugestão de música suave e de relaxamento, conforme preferência, inclusive durante o parto;
- acompanhamento da evolução do trabalho de parto através de partograma evitando-se o toque vaginal, com solicitação de avaliação médica quando necessário;
- parto em posição de escolha da mulher privilegiando a verticalização;
- respeito às reações emocionais da mulher sem restrições a choro, gemido, grito ou qualquer tipo de manifestação de prazer ou desprazer;
- garantia da presença de acompanhante de sua escolha em todo o processo, com participação na assistência, inclusive na laqueadura do cordão;
- informação e orientação permanente da mulher e acompanhante;
- estímulo ao aleitamento materno na primeira hora, sempre que possível;
- prestação dos cuidados imediatos à criança no mesmo espaço envolvendo a mãe e acompanhante;
- permanência no EPA até uma hora após o parto observando a adaptação ao pós-parto imediato;
- visita à puérpera e à criança antes da alta hospitalar com avaliação das condições de ambos e fornecimento de orientações para o auto cuidado e o cuidado da criança;
- visita domiciliar e encaminhamentos da puérpera e da criança a unidade de saúde, se necessário;
- realização de registros individualizados, com ênfase nas práticas adotadas e respectivos resultados, garantido a documentação adequada tanto para a assistência quanto para a pesquisa, utilizando-se o prontuário além de outros impressos criados especificamente para o acompanhamento do projeto.

2.2 AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO PRESTADO NO ESPAÇO DE PARTO ALTERNATIVO – EPA.

Avaliação do atendimento prestado no EPA tem sido realizada por meio de indicadores quantitativos relacionados à utilização de práticas consideradas úteis, conforme abaixo:

Avaliação com indicadores de processo. N = 23			
Indicador	Número	Percentual	
Uso de dieta líquida	13	56,52	
Estímulo a deambulação	23	100,0	
Conduta não farmacológica de alívio da dor	23	100,0	
Parto em posição não horizontal	20	86,95	
Episiotomia	14	60,86	
Laceração de 1º grau	5	21,73	
Laceração de 2º grau	1	4,34	
Períneo íntegro	4	17,39	
Presença de acompanhante	6	26,08	
Acompanhante cortou cordão	2	8,69	
RN com Apgar acima de ≥ 8 no 5º minuto	22	95,65	
RN sugou na 1ª hora pós-parto	8	34,78	
Rn assistido por pediatra	19	82,60	
Delivramento até 30 após o parto	23	100,0	

-Além dos indicadores acima, a participação de enfermeiras obstétricas e de estudantes de enfermagem (70% dos partos) nos cuidados de maneira resolutiva reafirmam a importância desse projeto para a formação acadêmica.

Da maneira como está organizado, o cuidado prestado no âmbito do projeto privilegia o papel central da parturiente, uma vez que, dessa forma,

a mulher não participa apenas com desejos e expectativas, mas com sua capacidade e habilidades individuais disponíveis para aquele parto. Portanto, é imprescindível ouvi-la e efetivamente, considerar as suas demandas. Ser protagonista do próprio parto significa ter o papel mais relevante no acontecimento: ter uma função ativa, expressar-se, decidir, tomar parte. (LAGO, 2003, PP.18)

Até outubro de 2008, vinte e três mulheres foram assistidas pelo projeto. A avaliação realizada sobre o mesmo apresentada informações quantitativas e qualitativas obtidas a partir dos registros e dos depoimentos obtidos com algumas mulheres atendidas nesse espaço e com estudantes e profissionais envolvidas. Preservando a identidade, foram atribuídos pseudônimos às depoentes.

Relatos de mulheres assistidas no EPA

“Durante o parto eu não pude comer nada, mas beber eu pude, diferente do meu outro parto que quase me mataram de sede, dessa vez não eu bebi água, até tomei suco para me fortalecer mais, porque eu estava sem comer nada um bom tempo, gostei de poder beber alguma coisa me senti melhor de verdade. Outra coisa que eu gostei foi de poder andar e tomar banho, porque ficar na cama o tempo todo dói muito a coluna dói tudo e andar relaxa, melhora mesmo, o banho me fazia relaxar também, eu me sentia mais calma apesar das dores que eram muitas o banho e a caminhada me fazia relaxar muito” (Lua)

“Eu tive um tratamento ótimo, porque nem todas as pessoas podem ter o tratamento que eu tive, fiz exercício com bola, pude escolher onde ficar e se queria ficar deitada, se na cama ou no colchão, teve massagem, todo mundo me tratou bem, tomei bastante líquido, tomei banho e foi bom, as pessoas foram bastante atenciosas.” (Estrela)

“Me deu muita segurança, quando me falaram que alguém poderia ficar comigo durante o meu parto tive uma surpresa grande, fiquei feliz por minha mãe estar comigo, ter uma cara conhecida é bom, não que tenham me tratado mal, mas é bom demais, minha mãe ficou comigo o tempo todo, eu fiquei mais segura sim, mesmo sendo o meu quarto filho a gente fica com medo não é, mas com minha mãe do meu lado e com o tratamento de vocês me fizeram ter mais segurança e perder o medo.” (Sol)

“Foi ótimo realizar esses exercícios, usei a bola, massagem, fiz caminhadas, tomei banhos, pude me deitar nos colchonetes, elas saíram comigo pra dar uma caminhada e isso tudo me fez eu me sentir bem, tranqüila, teve o som que ajudou para eu relaxar, teve tudo, um bom atendimento, me trataram super bem, foi ótimo, e isso tudo facilitou o meu trabalho de parto porque eu me senti bem, me senti mais a vontade.” (Brisa)

Relatos de profissionais da maternidade

“a mulher se sente protegida, com o apoio da família. É um fato novo e especial e a mulher se sente recompensada” (enfermeira).

“acho uma proposta ótima, principalmente para as adolescentes, pois ajuda a reduzir a ansiedade e a sensação de solidão, de insegurança e age sobre o psicológico da gestante, facilitando a evolução do trabalho de parto” (Assistente social).

“eu vi a mulher entrando em contato com o seu corpo com tranqüilidade, segurança. Acho que o EPA resgata a participação da família na assistência. (Fisioterapeuta)

“acho muito bom. Como sugestão poderia ver a possibilidade de o projeto estar atuando mais dias da semana, assim serão atendidas um maior numero de mulheres” (Funcionária da higienização).

Relatos de estudantes de Enfermagem voluntárias do EPA

“eu me sinto uma pessoa muito útil e capaz de tudo cada vez que saio do EPA, pois vejo que posso fazer algo de diferente por pessoas que nunca esperariam por um atendimento mais humanizado em um hospital do SUS, que ainda é visto por muitos como um local de mau atendimento. É importante saber que as ações desenvolvidas no EPA não são coisas fora da realidade”. (Fada)

“o projeto representa na verdade a concretização de um ideal de assistência prestada à mulher no seu trabalho de parto e parto, onde a necessidade da parturiente é atendida da melhor forma possível e a prestação da assistência passa a ser individualizada e específica para cada mulher”. (Princesa)

“nessa assistência somamos o conhecimento do profissional, atendendo a critérios para um parto seguro, além de acrescentar técnicas de relaxamento, atentando sempre para o desejo da parturiente, orientando-a, fazendo assim com que o medo com relação ao parto seja no mínimo atenuado”. (Rainha)

“esse é modelo que valoriza a mulher como um ser participativo no processo do parto deixando para traz a idéia de que o parto é um processo patológico onde a mulher é considerada apenas uma paciente recebendo cuidados”. (Maga)

“além de estar de acordo com a política vigente, o Projeto EPA visa ir além, propiciando acolhimento, conforto, segurança e assegurando à mulher o legítimo papel de sujeito que tem sentimentos e preferências”. (Anja)

A mulher em trabalho de parto, percebe em seu corpo sinais e sintomas significativos, e crê que seu sofrimento não vai acabar a não ser que seja ouvida e obtenha respostas aos seus questionamentos. Sua autonomia depende de que as demais pessoas envolvidas permitam-lhe ter o controle da situação e ser respeitada em suas escolhas.

Os depoimentos confirmam que o atendimento às parturientes inseridas no projeto EPA resgata o parto, enquanto evento social na perspectiva da sua capacidade de transformar pessoas e ações. Dessa forma, o fenômeno do parto na vida dessas mulheres, favorece a transcendência para uma realidade superior na constatação de seus direitos como pessoa, no pleno exercício para a sustentação de sua dignidade e cidadania.

CONTRIBUIÇÕES E PERSPECTIVAS

Conclui-se que as pessoas envolvidas no projeto percebem que estão participando de um momento especial e mostram-se dispostas a contribuir para a superação da omissão e da mesmice, do agir impessoal e mecânico pela valorização da posição da mulher. Multiplica-se entre docentes e discentes a percepção da parte que lhes cabe na responsabilidade de fazer com que essa experiência contribua para:

- fomentar maior horizontalidade na relação entre usuária / estudantes / profissionais;
- garantir às mulheres de baixa renda o direito a um atendimento diferenciado no tocante à ambiência e conforto; à liberdade de fazer escolhas; à possibilidade de celebração ou não desse momento e do acesso às práticas baseadas em evidências científicas;
- promover o estímulo à participação e responsabilização paterna;
- substituir a intervenção pela interação;

Outra característica no desenvolvimento do projeto é a oportunidade que estudantes e profissionais tem para exercitar o comportamento ético de respeito ao outro, aliado ao cuidado técnico-científico e solidário, que se diferencia porque acolhe o modelo de cuidado diferente, singular, imprevisível, incontrolável, com o reconhecimento de seus limites.

Para o desenvolvimento de uma assistência mais igualitária, humanizada e com equidade, é necessário que o desenvolvimento do pensamento e das ações das pessoas envolvidas - usuárias e profissionais do serviço – estejam voltados para a transformação, habilitando-as a explorar questões que estão relacionadas à dinâmica de sua sociedade. Reconhecemos, contudo, que o alcance desse patamar requer mudanças comportamentais e um planejamento em longo prazo, mas que precisa de um marco inicial.

Novos desafios vêm se apresentando para a equipe do projeto, principalmente no que se refere a buscar ajuda nos conhecimentos de outras áreas e de integrar profissionais que ajudem a avançar para o cuidado transdisciplinar. Outros passos do projeto, já em andamento, incluem a ampliação do atendimento nesse modelo para um maior número de mulheres e a vinculação do EPA ao pré-natal da maternidade, com reforço às atividades com grupos de gestantes no pré-natal, além da capacitação de profissionais para a implementação desse modelo de assistência no cotidiano da maternidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do parto, a forma como se estabelecem essas relações tanto podem acentuar a desvalorização da capacidade feminina na medida em que são impostas sucessivas intervenções ou podem também reforçar esse potencial quando permite-se que a mulher em trabalho de parto tenha liberdade para fazer escolhas, tomar decisões e expressar seus sentimentos diante dessa experiência.

Enquanto possibilidade de mudança nos cenários onde ocorrem os cuidados às mulheres em trabalho de parto, parto e pós-parto, entendemos que o EPA vem atingido os objetivos propostos e progressivamente ampliando seu raio de ação, mediante o relato das mulheres atendidas, que referiram terem sentido “segurança, proteção e ajuda” no transcurso da assistência.

O modelo de assistência que norteia essa experiência inclui o fortalecimento da autonomia, autodeterminação e participação das mulheres em suas relações com os serviços de assistência à saúde, capacitando-a para enfrentar e sobrepor-se às formas institucionalizadas de submissão. Trata-se de um agir que pressupõe relações humanas baseadas na equidade e no mútuo reconhecimento dos papéis dos múltiplos sujeitos da ação, mas reconhecendo-se a centralidade da mulher.

A iniciativa do EPA vem sendo liderada com autonomia por enfermeiras obstétricas e compartilhada por uma equipe multiprofissional, o que vislumbra a prestação de assistência com mais qualidade e menos iniquidade. Acreditamos que o projeto EPA desencadeou um amplo processo de transformação, cabendo agora persistir e ampliar essa prática para outros espaços da assistência obstétrica, com a adesão crescente de profissionais e gestores da saúde além da academia. Com essa iniciativa estamos construindo um modelo que estará, certamente, mais voltado para os interesses da protagonista do parto.

Entendemos que tal iniciativa proporciona acolhimento e recolocação da mulher nos contextos e cenários da assistência no parto, possibilitando-a sentir-se como sujeito do processo, com capacidade para interferir ativamente em permanente interação com as pessoas que estão à sua volta.

4. REFERÊNCIAS

- Almeida, M. S. (2005). Assistência de enfermagem à mulher no período puerperal: uma análise das necessidades como subsídios para a construção de indicadores de gênero. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2001). Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher./ Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Área técnica de Saúde da Mulher.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2006). Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico./Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Área técnica de Saúde da Mulher.
- Lago, T. D. G. (2003). Prefácio. In A. T. Nogueira & C. Lessa (org), Mulheres contam o parto. São Paulo: Itália Nova Editora.
- Nunes, I. M. (2005). O processo de trabalho hospitalar na assistência à mulher no parto normal – uma visão multiprofissional. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Pazeto, A. E. (2005). Universidade, Formação e Mundo do Trabalho: superando a visão corporativa. Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em educação. Rio de Janeiro.
- Serruya, S. J. & Cecatti, J. G. & LAGO, T. G. do. (2004). O Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento do Ministério da Saúde no Brasil: resultados iniciais. Cad. Saúde Pública, set-out., 1281-1289.
- Vieira, E. M. (2002). A medicalização do corpo feminino. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- YUNG, K. (1993). Planning development with women. London: Macmillan.

FERRO, “CANGA”, MANGUE: Conservação Ambiental e Exploração Mineral na Amazônia Brasileira

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
horacioantunes@uol.com.br

Maria José da Silva Aquino
Universidade Federal do Para - UFPA
mjaq@uol.com.br

Resumo: Discute-se neste trabalho ações governamentais públicas federais, e da iniciativa privada, na conservação, exploração e exportação de recursos naturais no “Mosaico de Carajás” – conjunto de áreas protegidas localizado no sudeste do Pará - e na Ilha do Maranhão, município de São Luís. Representações e práticas que constituem o campo ambiental são aqui abordadas a partir das situações em que são criadas ou demandadas áreas protegidas na Amazônia, envolvendo o IBAMA, órgão federal da gestão ambiental criado no final dos anos 1980, e a Companhia Vale do Rio Doce, estatal privatizada e, hoje, autodenominada Vale. Considerando este subuniverso de disputas, mas também de acordos e parcerias, marcados por interesses “estranhos” à preocupação com a conservação e/ou preservação ambiental, o objetivo é refletir sobre as contradições presentes na política ambiental, orientada, possivelmente, pelos interesses da manutenção de condições adequadas ao monopólio da exploração mineral privada em território público, o que, de certo modo, desacelerou o ritmo do desmatamento no “Mosaico de Carajás”, mas, ao mesmo tempo, ameaça extensas áreas de manguezais na Ilha do Maranhão, bem como, o modo de vida de “populações tradicionais”. Remeteremos, portanto, a relação entre os diversos interesses que se imbricam no campo ambiental à Modernidade, na qual, nas últimas décadas do século XX, colocam-se entre outros a interpretação da sociedade de risco - acirramento das contradições e dos perigos previstos - e do desenvolvimento sustentável como solução aos impasses sociais e ambientais que se nos apresentam.

Introduzido a discussão, apresentando as questões

As relações de disputa e parceria estabelecidas entre uma grande empresa mineradora, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)¹, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), atualmente desmembrado no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade², serão aqui discutidas tomando-se como referência espacial cinco Unidades de Conservação (UC) localizadas, em bloco, no sudeste do Pará, na Província Mineral de Carajás, e a solicitação/processo de criação de uma modalidade de Unidade de Conservação, a Reserva Extrativista do Taim, no Município de São Luís, capital do Maranhão.

No Brasil, as UC são regidas pela Lei Federal nº 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e instituiu dois tipos de unidades de conservação: 1) de proteção integral e 2) de uso sustentável. As Unidades de Uso Sustentável têm como objetivo “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” e são compostas por sete categorias: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional (FLONA); Reserva Extrativista (RESEX); Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). As Unidades de Proteção Integral têm por objetivo básico “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” e são compostas por cinco categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2000, pp 13-16. Grifos nossos, para destacar as modalidades de unidade de conservação que aparecem no presente trabalho).

A Lei que criou o SNUC foi resultado de disputas e negociações entre, principalmente, partidários e não-partidários da antropização, respectivamente, socioambientalistas e conservacionistas. Duas posições ambientalistas, identificadas por Sant’Anna (2003), cujos interesses, encontram-se traduzidos nesse aparato legal que representa um dos movimentos na direção da construção de condições para a execução de uma política federal para o meio ambiente no Brasil. Assim, obteve-se uma lei, o SNUC, sem, contudo, contemplar a diversidade de meios naturais e interesses sociais relacionados. Modelos de unidades de conservação, como as Reservas Indígenas e os “mosaicos”, por exemplo, ficaram de fora, um dos problemas apontados na lei por uma das ativistas participantes do “processo SNUC”, integrante do Instituto Socioambiental, ONG sediada em São Paulo (Sant’Anna, 2003, p. 4).

A criação ou planejamento das Unidades de Conservação aqui apresentadas articulam-se ao conjunto de medidas de desenvolvimento destinadas à exploração do potencial minero-metalúrgico da Amazônia Oriental, denominado Programa Grande Carajás (CARNEIRO, 1989, 1995 e 1997; MENDONÇA, 2006; MONTEIRO, 1995 e 1997), que surgiu a partir do planejamento elaborado pelo regime ditatorial instalado a partir de 1964, no sentido da industrialização e consequente modernização do país e que previa a integração da Amazônia a sua dinâmica econômica (BUNKER, 1988; CARDOSO E MULLER, 1977; SANT’ANA JÚNIOR, 2004).

A orientação dos governos era dada por uma visão de integração econômica e de modernização via subsídios a grandes empreendimentos agropecuários, madeireiros e mineradores e a implantação de infra-estrutura rodoviária (Hall, 1991). O sudeste do Pará é área emblemática no que se refere as transformações na paisagem, natural e social, provocadas por tais políticas de desenvolvimento para a Amazônia. O acelerado desmatamento e os conflitos sociais na área são objetos de preocupação há pelo menos trinta anos. A própria CVRD admitiu, nos anos 1980, que o carvão vegetal respondia por 50 a 70% da energia consumida pela siderurgia instalada na região, atividade que, certamente, para lá foi transferida em virtude da escassez desse insumo em Minas Gerais (Hall, 1991).

O Programa Grande Carajás foi concebido para garantir a exploração e comercialização das ricas jazidas de minério localizadas no sudeste do Pará. Para tanto, além da implantação das minas e das condições para seu funcionamento, dentre as medidas tomadas destacam-se a construção da Estrada de Ferro Carajás, que liga as minas ao litoral maranhense, e a construção do Complexo Portuário de São Luís, composto pelos portos do Itaquí, administrado pelo Governo do Estado do Maranhão, da Ponta da Madeira, administrado pela Vale, e Porto da Alumar, administrado pela própria Alumar (Consórcio de Alumínio do Maranhão)³.

O Mosaico, a exploração e a conservação

Das UC do sudeste do Pará, um conjunto definido pelo IBAMA como o “Mosaico de Carajás”, três foram criadas pelo Governo Federal em 1989 e duas em 1998. Três modalidades de UC – APA, REBIO e FLONA - ali se apresentam. São elas: Área de Proteção Ambiental do Igarapé-Gelado, Floresta Nacional de Carajás, Floresta Nacional de Itacaiúnas, Floresta

¹ A Companhia Vale do Rio Doce foi criada pelo Governo Federal brasileiro, como Empresa Estatal, em 1942. Em 1997, foi privatizada e, desde 2007, passou a ser divulgada pelo nome fantasia Vale (www.vale.com/vale, consultado na Internet em 19 de outubro de 2008).

² O IBAMA foi criado em 22 de fevereiro de 1989, pela Lei n. 7.735, que reuniu quatro órgãos federais que, até então, geriam meio ambiente e recursos naturais no Brasil. Eram eles: Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), Superintendência da Pesca (SUDEPE), Superintendência da Borracha (SUDHEVEA) e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Atualmente, o IBAMA tem como principais atribuições: exercer o poder de polícia ambiental; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental; e executar as ações supletivas de competência da União (www.ibama.gov.br, consultado na Internet em 12 de outubro de 2008). Recentemente, através da lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, o IBAMA sofreu um desmembramento e foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, cuja principal atribuição institucional é administrar as Unidades de Conservação Federais (www.icmbio.gov.br, consultado na Internet em 12 de outubro de 2008).

³ As empresas Alcoa, Rio Tinto Alcan, BHP Billinton formam a Alumar. (www.alumar.com.br, consultado na Internet em 03 de março de 2006).

Nacional do Tapirapé-Aquiri e Reserva Biológica do Tapirapé. De acordo com Amarílio Fernandes, Engenheiro Agrícola, gestor da FLONA Itacaiúnas,

... são cinco unidades, quatro com o mesmo objetivo e uma com objetivo diferenciado, que é a REBIO. Ela tem o objetivo de preservação; é uma área onde não se admite nenhum tipo de exploração dentro dela. É uma área bem restrita mesmo. Até a visitação é regulada, você tem que estar envolvido numa pesquisa para receber autorização para entrar. As outras, não. São Unidades de Conservação voltadas para o desenvolvimento sustentável, que permitem uma exploração e uma utilização de seus recursos naturais. Como são áreas federais, cabe ao IBAMA, por ser um órgão federal, fazer a gestão delas (entrevista realizada no IBAMA, Parauapebas (Pa), em 20/05/2005).

Ao Mosaico, além das Unidades de Conservação, deve ser acrescentada a Reserva Indígena Kaiapó-Xicrin do Rio Catete que, em função do modo de vida típico dos povos indígenas que a compõem, caracteriza-se por alto grau de conservação ambiental.

Quadro 1: Composição, Criação, Gestão do Mosaico de Carajás

UC	Decretos/criação	Gestores (20/05/2005)
APA do Igarapé Gelado	97.718, de 05 de maio de 1989.	Leonardo
REBIO do Tapirapé	97.719, de 05 de maio de 1989.	Raimundo Façanha Guedes
FLONA do Tapirapé-Aquiri	97.720, de 05 de maio de 1989.	Fabiano Gumier Costa
FLONA do Itacaiúnas	2.480, de 02 de fevereiro de 1998.	Amarílio Fernandes
FLONA de Carajás	2.486, de 02 de fevereiro de 1998.	Viviane Lasmar Pacheco
Terra Indígena Xicrin do Cateté	384, de 24 de dezembro de 1991	FUNAI

Fonte: Pesquisa de Campo (Maio de 2005).

Note-se que as cinco unidades de conservação aqui referidas foram criadas antes da lei 9.985 que instituiu, em 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Ao observarmos o mapa do mosaico considerando as UC criadas em 05 de maio de 1989, é de se pressupor que os interesses da exploração mineral da área em boa medida pesaram nas ações ambientalistas do governo. A REBIO do Tapirapé, a APA do Igarapé Gelado e a FLONA do Tapirapé-Aquiri, criadas antes da privatização da CVRD, circundam mais ao norte a área onde se concentrava e ainda se concentra as atividades de pesquisa e lavra mineral, e faz divisa mais a sudoeste com a Reserva Indígena Kaiapó-Xicrin do Rio Catete (Dec. 384, de 24 de dezembro de 1991). Um convênio (005/88)⁴ celebrado entre a CVRD e a extinta Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) já havia oficializado o apoio integral da empresa à implantação e à proteção das FLONA e das outras unidades de conservação do mosaico.

De acordo com Fabiano Gumier Costa, biólogo, gestor da FLONA Tapirapé-Aquiri, antes da criação dessas UC, a presença dos índios Xicrin perambulando por essas áreas coletando castanhas era fato comum. Nos anos 1970, época de intensificação dos trabalhos de sondagem mineral na área, à estatal CVRD foram concedidos, pelo Governo Federal, alvarás de pesquisa (1972, 1975 e 1977), principalmente no que é hoje a FLONA de Carajás. Até o momento a coleta de castanhas pelos índios, segundo o informante, é intensa. Ao IBAMA “compete controlar para que os índios não ponham brancos para coletar para eles”. As relações entre o povo Xicrin e a CVRD não têm sido das mais amistosas. Os índios, há vinte anos, vêm acusando a mineradora de invadir suas terras. Por outro lado, os índios são acusados de favorecer as ações de madeireiros. Embora a presença indígena seja bem anterior ao início das atividades de exploração mineral, a parte que lhe cabe na distribuição dos poderes político e econômico tem sido extremamente desfavorável à garantia de seus interesses numa área onde

A flora é da região amazônica. Muitos castanhais nas cinco unidades. Nas margens do rio Itacaiúnas têm muitos castanhais que ainda são explorados pelos índios hoje. Descem pelo [rio] Itacaiúnas e pelo [rio] Cateté, que cai no Itacaiúnas e entra na terra indígena. Eles transitam até os limites da FLONA Carajás e da FLONA Tapirapé – Aquiri. É uma região também chamada de Caldeirão onde existem sítios arqueológicos que comprovam a presença humana nessa região há bastante tempo. E a castanha é uma razão importante para essa presença na região (Fabiano G. Costa, IBAMA, 20/05/2005).

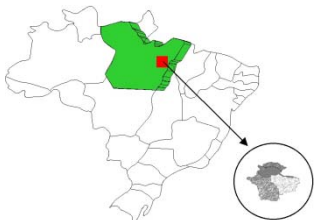
Observações à situação das populações indígenas diante dos chamados grandes projetos a constar em Vítimas do Milagre – O Desenvolvimento e os Índios do Brasil, publicado em 1977 nos Estados Unidos e traduzido em português em 1978. Assim como em Cardoso & Muller (1977), neste livro, o autor, Shelton H. Davis empreendeu análise que se tornou referência sobre as controvérsias da política de desenvolvimento para a Amazônia empreendida pelo governo federal. Questões ambientais, desrespeito aos direitos humanos, grupos econômicos e políticos beneficiários deste processo de modernização são aspectos evidenciados pela pesquisa realizada por este antropólogo da Universidade de Harvard. Apenas para não se perder de vista esforços de crítica ao modelo de desenvolvimento em realização na Amazônia retomados de algum modo pelos gestores das UC em Carajás quase trinta anos depois. Algo bem sintomático da hegemonia de percepções e práticas às quais as ações e o discurso do desenvolvimento sustentável têm buscado contrariar ainda que muito distante de se colocar como alternativa de difusão ampla.

⁴ Cf. DECRETOS nos. 97.718, 97.19 97.720, de 05 de maio de 1989 (www2.ibama.gov.br/unidades, consultado na Internet em 03 de março de 2006).

Com a criação das UC, iniciou-se um processo de restrição no uso desse espaço. No primeiro momento, assentado claramente na razão do capital segundo a lógica desenvolvimentista-modernizante da exploração mineral exportadora, executada por uma empresa estatal. No segundo momento, já privatizada, a CVRD continuará usufruindo do monopólio, pois sobre o território em que desenvolve suas atividades legalmente incidirá o estatuto de unidades de conservação restrita e sustentável. Uma identidade ambiental foi imposta pelo Estado na área a partir de 1989, a de UC de uso sustentável, no caso das FLONAS e APA, e a de preservação permanente, no caso da REBIO. Tais iniciativas governamentais ambientais significam, do ponto de vista dos gestores, antes de qualquer preocupação com a devastação da biodiversidade, a salvaguarda dos interesses do setor mineral, hoje privados, na área, pois, ainda segundo Fabiano G. Costa,

... em 1989 a gente teve a criação dessas três unidades de conservação – a APA do Igarapé Gelado, a REBIO do Tapirapé e a FLONA Tapirapé – Aquiri. São as três do mosaico (indicando no mapa) ... e a gente vê claramente que quem fomentou a criação dessas três unidades foi a CVRD, na época, estatal. Não foi iniciativa de movimento ambiental ou social, não foram comunidades que brigaram por isso, uma mobilização que reivindicou a implantação dessas unidades de conservação. Foi mesmo uma iniciativa do minerador. A gente pode ver mesmo pelo mapa que com a criação das três primeiras unidades foi preservado um cordão verde, um maciço florestal enorme em torno das grandes jazidas dentro da FLONA Tapirapé-Aquiri e da, hoje, FLONA Carajás, espantando a turma toda. Também houve um processo de desapropriação na época; foi relativamente pequeno e calmo porque o pessoal foi indenizado com recursos vindos da própria estatal. Havia gente dentro das FLONAS e da REBIO e esse pessoal teve que sair, mas sem muito conflito (IBAMA, Parauapebas-PA, 20/05/2005).

Figura 01: Mosaico de Carajás e Reserva Indígena Xicrin



Fonte: Plano de Manejo da FLONA de Carajás – STCP/2003; e <http://mosaicocarajas.tripod.com/index.html> (Consultado na Internet em 03 de março de 2006).

Sem considerar a terra indígena mencionada, o mosaico de UC, visualizado anteriormente, cobre ao todo 761.662,70 hectares, em área contínua, onde predomina a vegetação composta de árvores de grande porte (15 a 20 m de altura), chamada de Floresta Ombrófila Aberta e Densa. Na FLONA Carajás, contudo, ocorre a chamada Savana Metalófila, também conhecida como floresta de “canga”, indicadora da presença de ferro, mas também um bioma que acolhe, de acordo com os especialistas, espécies endêmicas em quantidade significativa.

Quem protege o quê?

Quando consideramos a distância entre a criação de órgãos para executar a política ambiental e as condições de fato de gestão de um espaço com as dimensões acima referidas, é plausível supor que tal política é muito mais protetora do ferro do que da biodiversidade, aqui simbolizado pela “Canga”, ecossistema prezado pelos engenheiros florestais e biólogos, gestores das unidades de conservação aqui referidas. Duas vezes protetora: quando restringe o uso à mineração, praticamente; e ao prover o capital privado de um lucro simbólico extraordinário, incrementando a competitividade da indústria mineira na Amazônia, inserindo-a entre os agentes do desenvolvimento comprometidos ambiental e socialmente. Esses compromissos são certificados através, por exemplo, da Série ISO⁵ 14000, credenciais visadas pelas empresas, especialmente as que concorrem no mercado internacional. Nesse sentido, convém lembrar: no setor minero-metálico, a Vale é uma das empresas líderes do mundo, presente em 14 países de quatro continentes; portanto, precisa estar em conformidade com normas sócio-ambientais (www.vale.com/vale (Consultado na Internet em 19 de outubro de 2008). O que pode significar essa observação a normas sócio-ambientais? Reger-se pelos princípios do chamado desenvolvimento sustentável, no caso de uma empresa que explora recursos naturais não-renováveis (ferro, bauxita, cobre, caulim)? Em Silva e Drummond (S/D, p. 5)⁶ é discutida essa equação de difícil solução entre as variáveis competitividade econômica, respeito ambiental e promoção do desenvolvimento social, no caso do setor minerador na Amazônia (representado pelo MRN, ALBRAS, ALUNORTE e Vale). Portadoras das tais certificações, vê-se, de acordo com os autores referidos, que a contrapartida dessas empresas para aquisição desses documentos não envolve avaliação de desempenho ambiental; reconhecer os princípios e normas ambientais através da apresentação de planos de prevenção, mitigação e melhoria das condições sociais e ambientais dos espaços nas quais atuam é o suficiente.

As questões criadas com a indenização de posseiros e a pressão na zona de amortecimento (faixa de 10 km em torno das UC) continuam sem solução, pois os recursos para tal não foram ainda disponibilizados ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Raimundo Façanha, gestor da REBIO do Tapirapé, relata que toda zona de amortecimento dessa unidade encontra-se impactada por posseiros, num processo iniciado em 1997 e 1998. De fato, é possível entender a instituição das áreas de conservação já como zonas de amortecimento, protetoras da atividade mineradora. O caso da FLONA do Itacaiúnas, criada em 1998, numa área já bastante devastada pela exploração da madeira e pela pecuária, indica essa direção, uma vez que, quase uma década depois, não se obteve recursos para um trabalho de reflorestamento no local. Fabiano Gumier Costa assim se referiu ao caso da FLONA do Itacaiúnas:

Em 1998, ela foi criada, os limites ainda estavam sendo definidos, e não havia pessoal do IBAMA para geri-la. Só em 2002, com a chegada do Amarílio, é que a FLONA Itacaiúnas passa a ter um gestor. Então, ela já tinha várias fazendas lá dentro, era muito antropizada, quando a área foi definida como unidade de conservação. Área de floresta nativa só havia onde os obstáculos naturais impediram desmatar para botar gado. Até hoje a gente questiona a criação dela, porque deu mais problemas para o IBAMA resolver do que propriamente fazer conservação (IBAMA, 20 de maio de 2005).

Até 2007, a estrutura do IBAMA no Pará contava com três gerências – Belém, Marabá e Santarém. As instalações do IBAMA em Parauapebas, apóiam a gestão das UC, sendo subordinadas à gerência de Marabá. Como informaram os gestores entrevistados, no estado do Pará, existem uma direção executiva, escritórios regionais e as unidades de conservação. Aos escritórios regionais compete a fiscalização. Centros de pesquisa do IBAMA no Pará não existem. Da perspectiva dos gestores entrevistados, essa fiscalização é um desafio, pois a responsabilidade e a autoridade sobre as áreas são muito assimétricas. Nas palavras de Fabiano G. Costa,

Quando a gente constata um ilícito ambiental, a gente pode, dentro das sanções administrativas previstas, apreender bens e equipamentos (caminhões, tratores, motosserras), produtos e subprodutos florestais e multar. Isso é o que a gente pode fazer. É montado um processo administrativo relativo à sanção administrativa, pecuniária (multa). É montado também um processo criminal, que encaminhamos ao Ministério Público. Aí, de acordo com o previsto na lei ambiental, decide-se se vai ter prisão, apreensão definitiva dos bens para leiloar e tentar reparar os danos (replanteio de florestas, despoluição de rios, recuperação de área de proteção permanente em beira de rio), tudo isso é atribuição judicial que a nós não compete. Muitas vezes quando vamos fazer uma operação, a polícia nos acompanha, para a nossa própria segurança e, também, se for o caso, efetuar alguma prisão. O que tem acontecido muito, na região Norte toda (Pará, Mato Grosso...) é operação conjunta – IBAMA, Polícia Federal e Ministério do Trabalho. Muitas vezes os crimes estão associados – trabalho escravo, desmatamento, implantação de grandes fazendas, grilagem. Já aconteceram várias, em São Félix e outros lugares. Até hoje, eu não participei de nenhuma aqui. Muitas vezes elas chegam, são articuladas, sem a gente ficar sabendo. É para não vazar informação. Já encontrei colegas em Marabá, pegando avião para Brasília depois de ter participado de operações contra trabalho escravo em São Félix do Xingu, libertando 200 trabalhadores. Aí, nesses casos, acontece prisão. É outro tipo de crime e as autoridades policiais estão lá e podem efetuar prisões em flagrante (IBAMA, 20/05/2005).

Amarílio Fernandes que, como Fabiano Costa, se qualificou para o exercício da fiscalização ambiental e possui portarias federais autorizando-o à aplicação de multas e outros, complementa informando sobre a caracterização e os procedimentos em relação a crimes ambientais.

⁵ Sediada em Genebra, na Suíça, a International Organization for Standardization Organization (ISO) é uma rede que integra órgãos padronizadores de 156 países. A ISO se identifica como uma organização não-governamental que, no início do século XX, começou com a instituição de uma padronização no setor eletrotécnico (<http://www.iso.org/iso/en/aboutiso/introduction/index.html#two>, consultado na Internet em 22 de janeiro de 2006). A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é filiada a ISO.

⁶ Artigo disponível em <http://www.ebape.fgv.br/radma/doc/GEM/GEM-004.pdf>, consultado na Internet em 20 de janeiro de 06.

O crime ambiental, o ilícito ambiental, por si só, não é passível de prisão. Toda pena para esses crimes é inferior a quatro anos. Só um artigo que prevê cinco anos. Isso significa que o juiz tem que decidir por uma pena alternativa. A pena prisional acontece quando o crime ambiental é praticado envolvendo porte de armas, tráfico de animais, formação de quadrilha, trabalho escravo. Muitas vezes quem comete esses crimes são empresas. A gente não pode prender uma empresa, uma pessoa jurídica também, não é? Não cabe prisão domiciliar e outras penas (IBAMA, 20/05/2005).

Ainda assim, interessa aqui ressaltar que, embora as condições de trabalho sejam consideravelmente adversas ao pleno exercício da gestão das UC em Carajás, a presença dos gestores imprime uma dinâmica que demonstra interesse e compromisso dos 8 funcionários ali alocados com o trabalho para o qual foram designados – cobrir uma área de 761.662,70 ha, quase 800.000,00 ha, o que demanda insistência, estabelecimento de compromissos com a Vale, aproximação com populações locais para controle dos ilícitos, em especial as queimadas, e assim por diante. Fabiano G. Costa relata alguns caminhos por ele percorridos:

Entre as nossas atividades aqui, sempre o que é mais falado é o serviço de fiscalização. Na verdade, apesar dos números, é o que surte menos efeito. Acabou de sair uns números aí. De 2002 para 2003, foram desmatados em torno de 22.000 km²; de agosto de 2003 até agosto de 2004, 26.000 km², mesmo com essa tecnologia toda, acompanhamento do desmatamento por imagens geoprocessadas fornecidas por satélite ..., com o poder de visualizar movimentos de antropização e perda de cobertura vegetal. A cada quinze dias, é possível produzir atualizações dessas imagens, ver as coisas acontecendo e não se pode segurar. Primeiro que essas imagens ficam lá em Brasília, não é socializado aqui. As imagens que temos aqui foi conseguida após um dia de busca em Brasília quando estive lá pela última vez. Com um CD virgem na mão, no centro de monitoramento ambiental, foi um dia todo para conseguir copiar as imagens e trazê-las para cá. Assim, as imagens que nós temos das florestas aqui do Mosaico de Carajás e entorno são de 27 de julho de 2003. Então, a gente não sabe realmente como está o quadro agora. A gente tem das idas a campo, de sobrevôos. Na nossa rotina de fiscalização, de idas a campo, pelo que a gente já vivenciou, pela transmissão de informações feita pelos que já estavam aqui, pois o Amarílio e eu chegamos aqui há dois anos, dois anos e meio, por concurso, a gente já sabe dos pontos do Mosaico mais susceptíveis. Isso em função da presença próxima de assentamentos, de localização de vilarejos onde existem serrarias. Então, a gente já fica de olho com a ajuda de pessoas das comunidades que nos comunicam quando começam alguma bagunça. Esses contatos, essa confiança com essas pessoas, que se tornaram nossas parceiras, começaram noutras ações que o IBAMA desenvolveu nos locais onde essas pessoas estão. Então elas nos falam quando acontece de entrarem nas áreas protegidas com motosserras e passam a montar “esplanadas” lá dentro. Com o apoio da Guarda Florestal da CVRD, a gente chega até esses locais. Na hora de entrar no mato, montar acampamento, para apurar as denúncias, segurar os caras, enquanto chega a polícia, nós temos tido esse apoio da Vale, o que ajuda muito a segurar um pouco isso. E, tem outras posturas que a gente procura tomar com essas comunidades que estão em volta das unidades de conservação. Em 2003, houve um incêndio aqui em Carajás, foram queimados 800 ha. A gente conseguiu trazer muita gente do IBAMA de Brasília, diretores de proteção de ecossistemas, da área de florestas, veio todo mundo (ôba-ôba). Então, a gente conseguiu amarrar alguns compromissos, até com a própria Vale, de dar apoio financeiro a um programa de prevenção a incêndios florestais nesses Projetos de Assentamentos no entorno e dentro do próprio Mosaico. A gente vem executando desde essa época cursos de queima controlada nas comunidades e vilarejos. Ao todo, em 10 comunidades, a gente formou grupos de queima controlada. Porque, aqui, queimada é ferramenta agrícola. Enxada para eles é uma piada diante de extensões tão vastas. Então, a gente conseguiu passar para eles algumas técnicas básicas de queimada controlada, procurando evitar queimar mais do que eles precisam para realizar a agricultura. Esse é um trabalho contínuo que a gente vem fazendo com eles. Ao mesmo tempo, todas as vezes em que ficamos com eles nas comunidades, temos a oportunidade de, através de informações dos nossos parceiros, nos inteirmos das movimentações de madeireiros. A gente volta já com estratégias para enfrentar o ilícito ambiental que está acontecendo. A gente conseguiu, também, através do Conselho Consultivo – fórum em que a sociedade participa na gestão do IBAMA. O objetivo é fazer gestão participativa de unidades de conservação com as prefeituras dos municípios em que existem unidades de conservação, com as populações que vivem nas unidades. Hoje nós temos o Conselho Consultivo da REBIO, da FLONA Carajás e da Tapirapé-Aquiri (IBAMA, 20/05/2006).

Os gestores reconhecem que, mesmo com o conselho consultivo, forma de aproximar mais a sociedade das questões ambientais, muitos compromissos estabelecidos com o empreendedor minerador terminam por ser esquecidos devido à falta de força política do IBAMA frente aos argumentos econômicos. É por essa razão que recorrem aos conselhos consultivos, visando à construção de bases políticas para respaldar ações mais severas do IBAMA, assim como à construção de uma gestão ambiental participativa.

Entre os entrevistados, apresentou-se como consensual a opinião contrária à imposição pelo IBAMA de plano de manejo para as FLONAs, que consiste em executar e selecionar, através de licitação, os exploradores dos recursos, sem contar com a participação de outros segmentos sociais estabelecidos na área. Para o grupo, a prática de gestão compartilhada, que permite a difusão da existência da Unidade de Conservação junto às comunidades, substituirá a tendência autoritária anterior. Para Fabiano Costa, é uma prática conservacionista eficaz, pois,

Uma apreensão de madeira que a gente fez, próxima a REBIO, 1200 toras, foi com o apoio de gente da comunidade envolvida nessa coisa de Conselho Consultivo, no trabalho contra o fogo ... Quando a gente vai lá, o pessoal nos recebe bem, solta foguete, mata boi... Quando eles vão à Marabá, relatam os fatos. Alguns têm celular e se comunicam com a gente (IBAMA, 20/05/2006).

Nesse trabalho de gestão, em virtude da quantidade insuficiente de funcionários para realizar o controle sobre áreas tão extensas, eles, os gestores, enfatizam, também, a formação de equipes de FLONA para solucionar os problemas nas UC, independentemente da responsabilidade da área estar na mão de um único administrador. Assim, no cotidiano, as coisas funcionam muito mais na base da lógica da prática, do que conforme uma lógica jurídica, codificada. Longe de abordar as dificuldades dos funcionários do IBAMA como banais, as práticas aqui relatadas podem também apontar para o exercício de um habitus, mais do que para condutas expressamente reguladas (BOURDIEU, 2004). Ainda que o momento não exija, acreditamos ser interessante registrar uma observação pertinente feita pelo autor referido acima.

A análise do senso prático vale muito além das sociedades ágrafas. Na maior parte das condutas cotidianas, somos guiados por esquemas práticos, isto é, “princípios que impõem a ordem na ação”(principiū importans ordinem ad actum, como dizia a escolástica), por esquemas informacionais. Trata-se de princípios de classificação, de hierarquização, de divisão, que são também princípios de visão, em suma, tudo o que permite a cada um de nós distinguir coisas que outros confundem, operar uma diacrisis, um julgamento que separa (BOURDIEU, 2004, p. 99).

A siderurgia, o mangue e as ameaças ao modo de vida

Na outra ponta de seus investimentos, relacionada mais diretamente com a transformação industrial dos minérios e com seu transporte, a partir de 2001, a Vale, em conjunto com o Governo Federal, o Governo Estadual do Maranhão e a Prefeitura Municipal de São Luís-MA, anunciou seu interesse em implantar, nas proximidades do Complexo Portuário de São Luís, um pólo siderúrgico composto por três grandes usinas siderúrgicas, com capacidade de produção de oito milhões de placas/ano cada, e uma gusaria. Para realização do empreendimento, a Vale já estaria em negociações com grupos empresariais estrangeiros, tais como Baosteel Shanghai Group Corporation (chinês), Arcelor (francês), Pohang Steel Company-Posco (sul-coreano) e ThyssenKrupp (alemão), sendo que as possibilidades de parceria, estariam, então, mais adiantadas com os dois primeiros.

O planejamento de um pólo siderúrgico para São Luís constitui-se em desdobramento do Programa Grande Carajás, pois seria composto de usinas siderúrgicas destinadas ao beneficiamento em larga escala da produção do minério de ferro obtido no sudeste do Pará. Este empreendimento teria a vantagem adicional de minorar os custos com transporte, pois se localizaria proximamente ao Complexo Portuário de São Luís. Além disso, todo o projeto poderia contar com a disponibilidade de energia elétrica advinda das hidrelétricas do Rio Tocantins (Tucuruí, já em funcionamento e instalada no sul do Pará, e de Estreito, em construção na divisa do Maranhão com o Tocantins), das respectivas redes de transmissão para São Luís e de mão-de-obra abundantes e baratas (FORUM CARAJÁS, 2006).

Para a implantação do pólo siderúrgico, foi previsto a desapropriação de uma área de 2.471,71 hectares, o que implicaria no impacto direto sobre uma vasta extensão de manguezais e no deslocamento compulsório⁷ de seus moradores e/ou daqueles que a utilizam de forma produtiva. Estes moradores são estimados em mais de 14.400 pessoas, distribuídas em doze povoados (Vila Maranhão, Taim, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, São Benedito, Vila Conceição, Anandiba, Parnuaçu, Camboa dos Frades e Vila Madureira).

Com o debate em torno da instalação do pólo, as lideranças de várias organizações sociais dos moradores ameaçados de deslocamento confirmaram a perspectiva de que, devido à proximidade daquela área com o Complexo Portuário de São Luís e com a Estrada de Ferro Carajás, a mesma esteja recorrentemente na meta de empreendimentos industriais.

Desde o início da década de 1980, em função da construção de grandes indústrias minero-metalúrgicas (como o consórcio ALCOA/ALUMAR, a Vale), de sucursais administrativas de indústrias petrolíferas (como a PETROBRÁS), do Terminal da Estrada de Ferro Carajás e do Complexo Portuário de São Luís, vários povoados foram deslocados e o modo de vida (CÂNDIDO, 1987) daqueles que permaneceram sofreram impactos significativos, o que é maximizado pela ameaça recorrente de novos deslocamentos.

Na disputa mais recente pelo controle e uso da área em questão, algumas associações de moradores de localidades em vias de serem deslocadas, capitaneadas pela Associação de Moradores do Taim, solicitaram ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT)⁸, que desse andamento ao pedido de constituição da Reserva Extrativista que havia sido demandada, através de abaixo-assinado, no ano de 2003. Segundo Alberto Catanhede Lopes, mais conhecido como Beto⁹, a demanda pela Reserva Extrativista é anterior ao debate em torno do projeto do pólo siderúrgico, pois as discussões realizadas pelas organizações sociais dos moradores em torno do tema ocorrem desde 1997 (entrevista realizada em 24/03/2007, por Ana Caroline P. Miranda, Maiana R. S. Maia e Rafael B. Gaspar). A RESEX, para

⁷ Segundo Almeida (1996, p. 30), deslocamento compulsório é “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”.

⁸ O Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT) constituía-se em um órgão integrado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, em 2007, o CNPT está, atualmente, integrado a este novo órgão federal. Criado através da portaria nº 22 de 10/02/1992, tem a finalidade de promover a elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas por grupos sociais classificados como populações tradicionais, através de suas entidades representativas, e/ou indiretamente, através dos órgãos governamentais constituídos para este fim, ou ainda, por meio de organizações não-governamentais. www.icmbio.gov.br e www.ibama.gov.br (Consultados em 12 de outubro de 2008).

⁹ Liderança no Povoado do Taim, dirigente nacional do MONAPE (Movimento Nacional de Pescadores) e do GTA (Grupo de Trabalho Amazônico).

as lideranças locais, corresponde ao anseio de regularizar o uso e controle do território¹⁰ ancestralmente ocupado e a manutenção das possibilidades de reprodução social do grupo.

O IBAMA, desta forma, atendendo à demanda local e seguindo a legislação ambiental brasileira, abriu o processo de implantação da RESEX do Taim. A demanda pela RESEX do Taim configura-se, atualmente, como um dos desdobramentos conflituosos que surgiram da mobilização crescente dos povoados ameaçados pela instalação do pólo siderúrgico, confrontando organizações sociais dos moradores, a Vale e setores do Estado. A área proposta para a Reserva fica na porção sudoeste da Ilha do Maranhão, abrangendo os povoados Cajueiro, Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros e Taim; parte da Vila Maranhão e a Ilha de Tauá-Mirim, na qual localizam-se os povoados Amapá, Embaubal, Jacamim, Portinho e Tauá-Mirim.

Figura 02: Mapas da Resex do Taim, da Ilha do Maranhão e do Nordeste Brasileiro



Fontes: IBAMA, 2007 e <http://www.google.com.br>

Parte dos moradores da área disputada para instalação do pólo siderúrgico, através de suas associações e lideranças, reivindica a condição de “população tradicional”¹¹, argumentando que praticam a pesca, coleta de mariscos, agricultura familiar; mantendo uma relação sustentável com os recursos ambientais, mantêm suas próprias formas de organização comunitária e ocupam ancestralmente a área, constituindo um modo de vida e uma cultura próprios. Na área em questão, constituiu-se um território marcado por um modo de vida peculiar (cultura, sociabilidade, trabalho) adaptado às suas condições ecológicas, predominando economia polivalente, ou seja, agricultura, pesca e artesanato, constatando-se um calendário sazonal anual, conforme os recursos naturais explorados, normalmente, sob o regime familiar de organização do trabalho. A vasta extensão de manguezais, a relativa conservação dos recursos naturais e a convivência produtiva com os mesmos sem provocar impactos ambientais relevantes são os principais argumentos para justificar a criação da RESEX do Taim.

¹⁰ Adotamos, aqui, a noção de território como sendo o espaço socialmente construído (LITTLE, 2002).

¹¹ Segundo a lei que criou o SNUC, as RESEX devem ser destinadas para o uso direto, através de plano de manejo, de populações tradicionais. O Decreto Presidencial nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, apresenta a seguinte definição normativa: “população tradicional: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais; que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

O processo de instalação da Reserva cumpriu as fases, legalmente previstas, de elaboração de laudos biológicos e sócio-econômicos e de consulta pública à população, visando verificar se a demanda pela Reserva corresponde, efetivamente, à vontade dos agentes sociais envolvidos. Atualmente, encontra-se em uma das últimas fases previstas, que é o exame do processo por parte do Ministério do Meio Ambiente, após o que, dependerá apenas da sanção do Presidente da República. No entanto, existe uma forte pressão por parte dos setores empresariais que atuam na área (dentre eles a Vale), para que o Presidente não assine o decreto de criação da RESEX, pois esta, além de contrariar o interesse de instalação de novos empreendimentos, seria um instrumento legal para forçar a adequação dos empreendimentos já instalados a procedimentos mais atinentes à conservação ambiental, em função da zona de amortecimento que seria por força de lei, também, criada.

A Canga, o Mangue e o Ferro – da proximidade e da distância entre conservacionistas exploradores e protetores

Interesses bem diferentes sobre a “canga” e o mangue são, por um lado, os da Vale e, por outro, os dos órgãos ambientais e dos representantes das “populações tradicionais”.

No Mosaico de Carajás, a atuação do IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, visando à fiscalização e à proteção ambiental da área, garante, contraditoriamente, em certa medida, a presença, sem perturbações, das atividades mineradoras de uma única empresa e a Vale, de seu lado, percebe na floresta de “canga” a indicação de um solo a ser explorado, o que é justificado economicamente pela necessidade de crescimento e desenvolvimento via exportação de matéria prima. Os argumentos dos fiscais do IBAMA, biólogos e engenheiros florestais, preocupados com o desaparecimento das florestas de “canga”, colocam uma situação de risco iminente para o ecossistema como um todo se as atividades mineradoras continuarem se expandindo sem a preocupação efetiva em recuperar as áreas já degradadas, o que, mesmo se fosse levado a efeito com total empenho, a contar com as técnicas agroflorestais desenvolvidas até o momento, seria praticamente impossível. Como fazer brotar a mesma floresta em toda a sua diversidade de um solo do qual foram retiradas características correspondentes a certo conjunto faunístico e florístico? Se isso fosse viável, certamente já estaria sendo executado e a Vale lucrando fábulas com a sua imagem de exploradora de recursos naturais não-renováveis sem impacto ambiental. Ao mesmo tempo, na outra ponta do Projeto Grande Carajás, contando com apoio de técnicos do CNPT, as chamadas populações tradicionais lutam pela instalação de uma RESEX, na busca de garantir seu modo de vida, o que implica, necessariamente, na conservação do manguezal. A Vale, no entanto, utiliza seu poder de influência política para criar obstáculos à RESEX, pois pretende garantir as condições para instalação de grandes projetos industriais, o que levaria, fatalmente, além do deslocamento das populações locais, à destruição do mangue.

A diferença entre os objetivos do IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e da Vale em relação à floresta de “canga” - o primeiro quer protegê-la e com isso garantir a permanência de todo o ecossistema; o segundo quer, também, protegê-la, como condição para explorar o ferro do subsolo que a sustenta e, por isso, precisará avançar contra ela - ocorre apesar de estabelecido, desde abril de 1997, um convênio entre as duas instituições, visando, através de um plano de manejo, à proteção e à conservação da FLONA Carajás e das UC adjacentes a ela. No entanto, em situações de pressão da exploração madeireira ilegal na área das UC, ou da coleta do jaborandi (*Pilocarpus Jaborandi* – espécie abundante na área, utilizada pela indústria farmacêutica), logo temos a oportunidade de observar ações de parceria entre as duas instituições. Nesses casos, a CVRD participa com certa efetividade da fiscalização em toda a área do “mosaico”, colocando à disposição dos fiscais do IBAMA, seus helicópteros, operando conjuntamente à guarda florestal da companhia e aos fiscais do IBAMA. Essa ação conjunta tem contribuído para certo controle do desmatamento no “mosaico” de UC de Carajás, assim como para a coleta manejada do jaborandi, constituindo-o como remanescente de floresta, resistindo, ainda, no sudeste do estado do Pará, onde as atividades madeireira e de pecuária já reduziram significativamente as áreas de floresta. Tal redução é considerada como resultante direta das ações governamentais para o desenvolvimento da Amazônia, empreendidas na região com mais vigor desde os anos 1960.

Sem desconsiderar a importância de outras atividades econômicas de grande porte na região, é indiscutível a contribuição da atividade mineradora para a transformação das condições ambientais. Ainda que se realizando na forma de enclave e, portanto, sem incrementar uma cadeia produtiva capaz de gerar ocupações remuneradas compatíveis com o rápido aumento da população nas áreas onde se instala, atraídas pelas obras de infra-estrutura, a exploração mineral possui alta capacidade de transformação, o que está de acordo com a inversão intensiva de capital que tal atividade exige. Observe-se Parauapebas, município hoje com mais de 100.000 habitantes, que começou a se formar em resposta às necessidades de apoio às atividades da CVRD no início dos anos de 1980 e que, em 2005, completou dezessete anos de emancipação de Marabá. Parafaseando Caetano Veloso, tal fato é exemplo “da força da grana que ergue e destrói coisas belas”. No entanto, ao contrário de Marabá, no município de Parauapebas, próximo a 800.000 ha de áreas protegidas pelo governo federal e tendo, paradoxalmente, como principal atividade econômica a exploração mineral, “a feia fumaça que sobe ainda não apagou as estrelas”.

Para compreender a possibilidade de parceria entre IBAMA e CVRD no Mosaico de Carajás, é preciso resgatar o contexto de criação dessas unidades de conservação – entre 1989 e 1998. No final dos anos 1980, década dos chamados “Grandes Projetos” na Amazônia, contava-se já com uma pressão internacional movida pelos interesses dos ambientalistas e das organizações da sociedade civil envolvidas com a causa ambiental, mas também preocupadas com a justiça social e a necessidade de fortalecimento de processos democráticos de participação. O apoio internacional à causa ecológica, que vinha se ampliando desde os anos 1970, traduzia-se na publicação do Relatório Brundtland (*Our Common Future*) em 1987, na

realização da Conferência das Nações Unidas Para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92), no Brasil, objetivando-se, também, naquele momento, na criação de organismos federais para a proteção ambiental e na execução do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PP/G-7)¹².

Nessa dinâmica, lugar destacado é alcançado pela Amazônia ao ser percebida como reserva de biodiversidade e laboratório de políticas ambientais, percepções determinantes na criação de órgãos ambientais e na implementação de políticas de proteção e conservação do meio ambiente pelo governo brasileiro (Aquino, 2003). Parecia realmente que se inauguravam percepções e práticas na Amazônia contrárias à orientação desenvolvimentista-modernizante que, até então, tinha prevalecido nas ações governamentais e privadas na região, embora, naquela altura os apelos ecológicos já se fizessem ouvir com certo alarde. Desde fins da década de 1960, os ecologistas nos países centrais conquistavam espaço divulgando a degradação do meio ambiente e os riscos a que este estava submetido sob a pressão dos interesses econômicos e de uma visão de mundo na qual a dominação da natureza pelo homem é um valor. São daquele momento os relatórios do Clube de Roma (1968), a Conferência das Nações Unidas realizada em Estocolmo 1972 etc. (McCormick, 1992).

No entanto, esse mesmo Estado, diante da privatização da CVRD e das implicações da quebra de monopólio das atividades mineradoras da companhia em Carajás, procurou resolver a questão com a criação das FLONA Carajás e Itacaiúnas, através, respectivamente, dos Dec. 2.486 e 2.480, ambos de 02 de fevereiro de 1998. Nesse caso, é possível supor a estreita ligação entre as injunções da iniciativa privada sobre o governo para garantir continuidade à CVRD como exclusiva mineradora na região, apesar de sua privatização em 1997. Por essa via, solucionou-se a presença de uma atividade privada em terras da União. Desse modo, faz-se necessário discutir, também, os interesses da iniciativa privada, que percebe o meio ambiente, antes de tudo, como fonte de recursos a serem explorados pelo capital, determinando ações dentro de uma política federal de conservação da natureza. O caso chama a atenção quando é observado nos termos do Regulamento das Florestas Nacionais, em que esses espaços são áreas de domínio público, bens da União, administrados pelo IBAMA, inalienáveis e indisponíveis, em parte, ou no todo, destinados a promover o manejo dos recursos naturais, principalmente o madeireiro, garantir proteção de recursos hídricos, belezas cênicas, desenvolvimentos da pesquisa, entre outros (Decreto nº 1.298, de 27 de outubro de 1994).

O caso da FLONA Carajás, única floresta nacional brasileira a abrigar oficialmente atividades mineradoras desde 1983, traz desafios e questões quanto à: 1º) capacidade de gerência do IBAMA, em cuja unidade administrativa situada em Parauapebas-PA, conta apenas com 8 gestores para controlar o acesso dos 800.000 ha. das UC referidas; 2º) possibilidade de uma empresa privada, com as atividades de mineração com grande capacidade de transformação da paisagem, contribuir, para a proteção ambiental, uma vez que só agora inicia timidamente algumas ações de recuperação de áreas degradadas pela exploração do minério de ferro. São projetos que, de acordo com os especialistas da CVRD, visam à recuperação de solo nas montanhas de rejeitos produzidos na maior mina de ferro a céu aberto do mundo. Esperam, assim, poder reconstituir as condições adequadas ao reflorestamento, o que pode até ser conseguido, mas, certamente, não será possível retornar às condições florestais complexas iniciais, dada as alterações do solo com a retirada do minério de ferro. A construção de barragens para conter e decantar a água utilizada na usinagem do ferro é outra medida levada a efeito pela companhia para minimizar a degradação ambiental que acompanha a mineração.

No entanto, é indiscutível, que o cinturão criado pela institucionalização das áreas de conservação em torno da área focal das atividades mineradoras, nas FLONA Carajás e Tapirapé-Aquiri, constitui iniciativa de certo modo favorável à permanência de condições ambientais interessantes do ponto de vista da conservação de recursos genéticos e da biodiversidade, o que, certamente, somente foi conseguido em virtude da pressão advinda dos interesses de um grande grupo econômico na área e não em virtude da pressão dos interesses ambientalistas por si só.

No caso da solicitação da criação da RESEX do Taim, os interesses conflitantes são mais evidentes. A possibilidade de colaboração entre a Vale e órgãos ambientais aliados das “populações tradicionais” não se configura, pois o que existe é uma clara disputa pelo controle e uso de um território, carregada de significados diferentes para cada agente social envolvido no processo.

Confrontam-se, assim, lógicas de apropriação diferenciadas, seja dos grupos sociais dos povoados em questão, seja dos grupos que gerenciam os grandes projetos de desenvolvimento ou daqueles que se aliam aos mesmos, conduzindo esse cenário de disputas para um “conflito ambiental”, entendido como resultante dos diferentes modos de significação do território, a partir das diferentes categorias, representações e atores sociais que buscam legitimidade (ACSELRAD, 2004). Na medida em que este conflito ambiental tem um de seus pilares na resistência de grupos sociais, que visam garantir o uso e controle de seus territórios ancestrais e que, para tanto, incorporam em sua luta e em seus discursos a questão ambiental, como instrumento de universalização de sua luta particular, podemos identificar um processo de “ambientalização” de um conflito social (LEITE LOPES, 2004).

¹² O PP/G-7 nasceu do interesse dos países do G7 (Grupo dos 7 países mais ricos do mundo) em apoiar a proteção das florestas tropicais. Em função desta intenção, uma comissão de ministros do governo brasileiro, o Banco Mundial e a Comunidade Européia, em três encontros, elaboraram uma proposta de programa. Finalmente, em dezembro de 1991, numa reunião em Genebra, os representantes do G-7 aprovaram o programa e se dispuseram a financiá-lo, através do RFT, um fundo fiduciário sob a responsabilidade do Banco Mundial. Para a primeira fase de execução do programa ficou acordado um volume de recursos da ordem de US\$ 250 milhões, sendo 10% financiados pelo governo brasileiro. A coordenação do programa no Brasil passou a existir pelo Decreto nº 563 (05/06/92), que assim instituiu as responsabilidades: o Ministério do Meio Ambiente opera como Secretaria Executiva; os projetos do programa são executados pelas seguintes secretarias técnicas: Ministério da Justiça/FUNAI; MMA/IBAMA e MMA/Secretaria de Coordenação da Amazônia (Aquino, 2003).

O projeto inicial do pólo siderúrgico operou com a noção de que a Amazônia brasileira é um grande vazio demográfico e cultural, provocando a invisibilidade de agentes e grupos sociais localizados nas áreas de interesse estratégico para grandes projetos de desenvolvimento. A reação de parte dos moradores demonstra que os mesmos não aceitam essa condição de invisibilidade e reivindicam um assento nas mesas de negociação cujas decisões interferem diretamente em seu modo de vida.

Os processos aqui estudados combinam a mineração e a criação de UC, seus favorecimentos e limites à implementação efetiva de uma política federal ambiental. As disputas e parcerias entre os atores – IBAMA/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Vale e “populações tradicionais” – precisam ser compreendidas a partir da visualização dos atores presentes em um campo (BOURDIEU, 1984), o ambiental, na Amazônia, a partir dos anos 1980. No final dos anos 1980, a difusão da idéia de desenvolvimento sustentável alcança subuniversos sociais os mais diferenciados. Passa-se, nesses, a compartilhar, em maior ou menor medida, pelo menos em tese, da crença na possibilidade do desenvolvimento sustentável (FERNANDES & GUERRA, 2003). Porém, compartilhar dessa crença não pode ser interpretado como sinônimo de um único interesse mobilizando os atores em jogo, cujo contexto pode ser o do risco da sociedade moderna, no qual parece ainda mais aguçar-se o dilema entre conservar/proteger e explorar a natureza (LARRÈRE & LARRÈRE, 1997). Risco aqui se refere ao entendimento posto por Beck (1986) e Giddens (1991) acerca das características mais atuais da modernidade, cujos perigos e ameaças podem até ser previstos e sua probabilidade calculada, mas ainda não puderam ser evitados, dada à prevalência de uma lógica sócio-cultural incompatível com uma visão de natureza, meio-ambiente e ecossistema, seja qual for a representação do conjunto das outras formas de vida, além da humana, pautada em valores eminentemente individualistas, antropocêntricos e humanistas (EHRENFELD, 1992).

Referências

- Acserald, H. (2004a). *As Práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll.
- Acserald, H. (2004b). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll.
- Almeida, A. W. B. (1996). *Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização*. Travessia. maio/agosto. 30-35.
- Almeida, M. W. B. de & Cunha, M. C. (2001). *Populações tradicionais e conservação ambiental*. In: Capobianco, J. P. R., et.al. (org.) *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, (pp. 92-107).
- Alves, E. J. P.; Sant’Ana Júnior, H. A. & Mendonça, B. R. (2007). *Projetos de Desenvolvimento, Impactos Sócio-Ambientais e a Reserva Extrativista do Taim*. *Ciências Humanas em Revista*. v. 5 Número Especial, 29-40.
- Aquino, M. J. S. (2003). “A Casa dos Nossos Gens”: um estudo sobre ONGs Ambientalistas na Amazônia. Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/UFRJ. Tese de Doutorado, xvi, 342 il. In: www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa/doutorado_teses.html
- Beck, U. (1986). *La Societé du Risque*. Paris: Alto Aubier.
- Bourdieu, P. (2004). *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- Brasil (2000). *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC: lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Brasília: MMA/SBF.
- Brasil. (2000). *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC: lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Brasília: MMA/SBF.
- Bunker, S. G. (1988). *Underdeveloping the Amazon; Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Cândido, A. (1987). *Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades.
- Cardoso, F. H. & Müller, G. (1977). *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Carneiro, M. D. S. (1989). *Estado e empreendimentos guseiros no Programa Grande Carajás*. In: Castro E. & Marin, R. A. (Org.). *Amazônias em tempo de transição*. Belém: UFPA/NAEA/ARNI/CELA, (pp. 151-192).
- Carneiro, M. D. S. (1997). *Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira*. In: Coelho, M. C. N. & Cota, R. G. (Org.). *10 anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: UFPA/NAEA, (pp. 223-250).
- Carneiro, M. D. S. (1995). *Relações de trabalho, propriedade da terra e poluição urbana nas atividades de carvoejamento para a produção de ferro-gusa em Açailândia*. In: Gonçalves, F. (Org.). *Carajás: desenvolvimento ou destruição?* São Luís: CPT/Estação Gráfica, (pp. 107-134).
- Ehrenfeld, D. (1992). *A Arrogância do Humanismo*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Davis, S. H. (1978). *Vítimas do Milagre – O Desenvolvimento e os Índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Fernandes, M. & Guerra, L. (2003). *Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: UNAMAZ/UFPA.
- Forum Carajás. (2006). *Informe 2005 DHESC - Pólo Siderurgico no Maranhão*. www.forumcarajas.org.br/documentos. Consultado na Internet em 20 de agosto de 2006.
- Giddens, A. (1991). *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp.
- Hall, A. L. (S/D). *Amazônia – Desenvolvimento Para Quem? Desmatamento e Conflito Social no Programa Grande Carajás*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- IBAMA. (2007). Laudo Sócio-Econômico e Biológico para Criação da Reserva Extrativista do Taim. São Luís: CNPT/MA. Mimeo.
- Larrère, C. & Larrère, R. (S/D). Do Bom Uso da Natureza – por uma filosofia do meio ambiente. Lisboa: Editora do Instituto Piaget.
- Little, P. E. (2002). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm. Consultado na Internet em 29 de agosto de 2007.
- Lopes, J. S. L. (Coord.). (2004). A “ambientalização” dos conflitos sociais; participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ.
- Mccormick, J. (1992). Rumo ao Paraíso: história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Mendonça, B. (2006). Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço. São Luís: UFMA. Monografia de Graduação.
- Monteiro, M. (1995). Sidero-metalurgia e carvoejamento na Amazônia Oriental brasileira. In: Ximenes, T. (Org.). Cenários da industrialização na Amazônia. Belém: UNAMAZ/UFPA/NAEA, (pp. 49-104).
- Monteiro, M. (1997). A siderurgia e a produção de carvão vegetal no corredor da Estrada de Ferro Carajás. In: Coelho, M. C. N. & Cota, R. G. (Org.). 10 anos da Estrada de Ferro Carajás. Belém: UFPA/NAEA, (pp. 183-222).
- Sant’Ana Júnior, H. A. (2004). Florestania: a saga acreana e os Povos da Floresta. Rio Branco-AC: EDUFAC.
- Sant’Anna, R. (2003). Populações humanas em unidades de conservação. Boletim Rede Amazônia. Ano 2, nº1, 117-123.
- Sant’Anna, R. de. (2003). Sistema Nacional de Unidades de Conservação: reflexões antropológicas sobre a elaboração de uma lei ambiental. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSA. Dissertação de Mestrado, 132 p.
- Silva, M. A. R. da & Drummond, J. A. (2005). As Certificações Sócio-Ambientais São Instrumentos Eficazes Para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável Local e Competitividade da Indústria Mineira na Amazônia? www.ebape.fgv.br/radma/doc/GEM/GEM-004.pdf. (Consultado na Internet em 20 de janeiro de 2006).
- <http://mosaicocarajas.tripod.com/index.html> (Consultado na Internet em 03 de março de 2006).
- www.alumar.com.br (Consultado na Internet em 03 de março de 2006).
- www.cvr.com.br (Consultado na Internet em 14 de janeiro de 2006).
- www.ebape.fgv.br (Consultado na Internet em 20 de janeiro de 2006).
- www.forumcarajas.org.br/documentos (Consultado na Internet em 20 de agosto de 2006).
- www.ibama.gov.br (Consultado na Internet em 12 de dezembro 2005 e 12 de outubro de 2008).
- www.icmbio.gov.br (Consultado na Internet em 12 de outubro de 2008).
- www.iso.org (Consultado na Internet em 22 de janeiro de 2006).
- www.mosaicocarajas.tripod.com/index.html (Consultado na Internet em 03 de março de 2006).
- www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm (Consultado na Internet em 29 de agosto de 2007).
- www.vale.com/vale (Consultado na Internet em 19 de outubro de 2008).
- www2.ibama.gov.br/unidades (Consultado na Internet em 03 de março de 2006).

Modernidade e identidade na apreensão dos problemas sócioambientais na região metropolitana de Natal-RN/Brasil

Zoraide Pessoa
 Universidade Estadual de Campinas
 zoraidesp@yahoo.com.br

Resumo: As regiões metropolitanas são frutos do modelo de sociedade ensejado pela modernidade, que conformam à complexidade contemporânea atual, exacerbando relações sociais, ampliando condições de vulnerabilidade e risco, comprometendo a qualidade de vida e a sustentabilidade das populações que vivem nessas regiões. São também nos espaços metropolitanos que a apreensão dos problemas ambientais se dá de forma parcial, sem uma identificação das causas e possíveis ações de controle. Essa parcialidade na apreensão da problemática ambiental se dá em virtude da ausência de uma identidade metropolitana construída por parte da população e dos gestores públicos. Este trabalho, objetiva discutir como a identidade metropolitana na Região Metropolitana de Natal (RMN), localizada no nordeste brasileiro, pode contribuir para a apreensão dos seus problemas socioambientais. Partimos do pressuposto que a identidade metropolitana é uma construção da modernidade, que possibilita a efetivação de novas identidades, decorrente da fragmentação do mundo contemporâneo. Metodologicamente, o trabalho se apresenta como um estudo exploratório junto à população da RMN e revisão literária da modernidade contemporânea. Sobre a identidade na RMN pode-se afirmar que não esta totalmente construída, pois os moradores não se vêem metropolitanos, ao mesmo tempo em que a identidade de municípios se sobrepõe na definição e orientação dos papéis sociais que assumem na sociedade. Contudo, fazer parte da RMN, os torna modernos, embora em sua maioria os municípios sejam poucos dinâmicos em sua estrutura urbana, social e econômica. Entretanto, as suas populações não atuam como sujeitos metropolitanos, não conferindo sentido aos papéis sociais demandados pelas identidades construídas. Se não existem sujeitos metropolitanos construídos não há identidades metropolitanas definidas.

Palavras Chaves: Regiões Metropolitanas, Identidade e Vulnerabilidade Socioambiental, Sociologia Ambiental.

Introdução

A modernidade é sem dúvida um tema recorrente e amplamente discutido na teoria social e explicado sob diversas perspectivas de análise no interior das ciências sociais, bem como as conseqüências que a modernidade vem produzindo em modelos de sociedade cada vez mais urbano-industriais, tecnológicas e globalizadas. Entre as conseqüências produzidas pela modernidade estaria a crise ambiental contemporânea, bem como os riscos produzidos por ela e que vem conformando um mundo em descontrolado (Giddens,2007).

Diferentemente do fecundo debate existente sobre modernidade, a temática ambiental somente nas últimas décadas passou a ocupar um lugar de mais destaque nas ciências sociais, sendo discutida tangencialmente até meados de 1970. Somente com a expansão do movimento ambientalista no final dos anos sessenta e a difusão global da questão ambiental, as ciências sociais, particularmente a sociologia se vê obrigada a inserir de forma mais substantiva as discussões em torno da relação natureza e sociedade. Passou-se a observar que a reprodução social é determinada não apenas pelos processos históricos sociais mais também por determinantes biofísicos que constituem aspectos essenciais a serem considerados em qualquer análise das sociedades modernas. Sociedades modernas que são cada vez mais complexas, como interações ambientais e conseqüências mais profundas e diversificadas do que observadas no início da modernidade no Século XVII com a instauração do modo de vida próprio em contraposição à vida tradicional.

Giddens (1991), ao definir o que é modernidade, afirma que se refere ao estilo, costume de vida ou organização social, e que se tornarão mais ou menos mundiais em sua influência. O mesmo autor aponta também que a modernidade se caracteriza pela descontinuidade e não homogeneidade em suas formas de desenvolvimento, pelo desvencilhamento das formas tradicionais na ordem social e do deslocamento do tempo do espaço (Giddens, 2007). Latour (1994) também considera que o sentido da modernidade passa necessariamente pela idéia de passagem de tempo e que é a base para a constituição do moderno.

Ao considerar a modernidade por Giddens (1991) e Latour (1994) e que a ela, esta subjacente a idéia de deslocamento, de ruptura, de velocidade na passagem regular do tempo e no espaço, poderíamos afirmar que estaríamos vivendo para além da modernidade, num processo de transição reconhecido sob varias denominações, como: pós-modernidade, sociedade da informação, sociedade do consumo, sociedade pós-industrial, sociedade do risco e etc. Assim, seja qual for à modernidade que estamos analisando não podemos deixar de considerar nesse processo de transição a problemática ambiental e a complexidade social marcada pelo desencaixe entre o moderno e o tradicional.

Sendo assim, podemos apontar que as regiões metropolitanas são fruto do modelo de sociedade ensejado pela modernidade, que conformam à complexidade contemporânea atual. Nas metrópoles, que não possui um modelo homogêneo de constituição, a complexidade provoca a exarcebação das relações sociais, tendo como conseqüência a ampliação das condições de vulnerabilidade e risco, bem como o aprofundamento das questões socioambientais que comprometem a qualidade de vida e sustentabilidade das populações que vivem nessas regiões. São também nos espaços metropolitanos que a apreensão dos problemas ambientais se dá de forma parcial, sem uma identificação dos mesmos, relativos às causas e possíveis ações de controle sobre os mesmos. Essa parcialidade na apreensão da problemática ambiental ocorre em virtude da ausência de uma identidade metropolitana construída por parte da população e dos gestos públicos.

Assim sendo, este artigo¹ faz parte de uma análise exploratória sobre a temática proposta, está estruturado em duas partes de discussão. A primeira parte, objetiva discutir como a questão ambiental foi incorporada pela sociologia ambiental como temática de estudo e na segunda parte, discorre como a identidade metropolitana na Região Metropolitana de Natal (RMN) pode contribuir para a apreensão dos seus problemas socioambientais, partindo do pressuposto que a identidade metropolitana, é uma construção da modernidade, que possibilita a construção de novas identidades, decorrentes da fragmentação do mundo contemporâneo.

1- Modernidade, questão ambiental e metropolização

A questão ambiental emergiu no final do Século XX e decorreu da percepção das conseqüências advindas do modelo de sociedade vigente, caracterizado pela exploração humana progressiva e intensa dos recursos naturais sob o ideário da modernidade. Modernidade que colocou em dúvida a continuidade de todas as formas de vida no planeta, assentada na constituição de um grau de vulnerabilidade e risco muito maior que a sociedade de classe como contradição do capital pensada por Karl Marx no Século XVIII supôs. Giddens (2007, p. 44) “aponta que os riscos de hoje não são exclusivos da sociedade urbano-industrial, tecnológica e globalizada, eles sempre existiram, porém o que os tornam distintos é que o equilíbrio entre os riscos e os perigos foi alterado”. Desse contexto de crítica a modernidade e o modelo de sociedade desenhando por ela, nasce à questão ambiental, que se traduz pela emergência de problemas socioambientais decorrentes da degradação generalizada dos recursos naturais que pode pôr em risco a sustentabilidade das formas de vida no planeta.

Os problemas decorrentes da problemática ambiental como as mudanças ambientais globais, poluição, desmatamento, erosão dos solos e consumo não são plenos de resolução pela instrumentalização técnica na sua exclusividade.

¹ O presente artigo é parte da Tese de doutorado (Identidade Metropolitana e Desigualdades Socioambientais na Região Metropolitana de Natal-RN/Brasil) de Zoraide Souza Pessoa, orientado por Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa, em desenvolvimento no Doutorado Ambiente & Sociedade – NEPAM-IFCH-UNICAMP/Brasil.

Além disso, essas questões apontam para a necessidade de se pensar a relação do ser humano com a natureza, por se viver hoje uma sociedade de risco (Beck, 2006), a qual é uma consequência da modernidade (Giddens, 1991) e que levou a uma crise civilizatória (Leff, 2006).

O discurso em torno da crise ambiental nas últimas décadas se ampliou substancialmente, sendo compreendido, sobretudo, pela inter-relação com os processos de reprodução da sociedade moderna, explicado a partir de abordagens diversas e processos de internalização distintos pelas ciências seja ela natural, social ou ambiental.

No campo das ciências sociais, e em particular a Sociologia, a temática ambiental somente foi introduzida no centro de suas discussões mais propositivamente, porém de forma especializada com a composição de uma subárea de produção do pensamento social, que vem, desde o final dos anos de 1970, legitimando o debate sobre a crise ambiental que é a sociologia ambiental (Hannigan, 1995).

Entretanto, a incorporação do debate ambiental pelas Ciências Sociais, deu-se apoiado inicialmente, nos trabalhos de Dunlap e Catton, ao promoverem uma nova internalização da análise social sobre os problemas ambientais marcando os primeiros trabalhos realizados pela sociologia ambiental (Buttel, 2001).

A sociologia ambiental emerge em meio à difusão da questão ambiental e na esteira da mobilização do movimento ambiental com o objetivo de recolocar a discussão natureza e sociedade no interior da teoria social que se manteve marginal tanto no pensamento clássico como nas abordagens teóricas mais contemporâneas (Buttel, 2000; Hannigan, 1995). Segundo Hannigan (1995), o debate natureza e sociedade foi tangencial na sociologia clássica de Durkheim, Marx e Weber, por outro lado houve o desenvolvimento de estudos isolados sem um acúmulo considerável que sustentasse a criação de um campo teórico próprio (Ferreira, 2006).

Nesse sentido, a sociologia ambiental, é uma subdisciplina da sociologia que “estuda as relações entre os grupos sociais e as sociedades com os seus ambientes biofísicos” (Buttel, 2000, p.29). O mesmo autor aponta ainda que “a distinção principal entre a sociologia ambiental e a sociologia convencional é o fato de a primeira ao contrário da segunda, reconhecer que, além das variáveis puramente sociais, as variáveis biofísicas também afetam a estrutura e a mudança sociais” (Buttel, 2001, p.12).

O desenvolvimento inicial da sociologia ambiental se concentrou na escola sociológica norte-americana, difundindo-se depois para os centros de produção de conhecimento sociológico pela Europa e América Latina no final dos anos de 1990. Pode-se dizer que a primeira linhagem de estudos da sociologia ambiental se deu pelo domínio da abordagem explicativa dos fenômenos biofísicos produzidos pela escola norte-americana de 1970 a 1990. As análises sociológicas contidas nesses estudos tinham como ênfases três aspectos principais que seriam primeiramente que os processos de degradação são intrínsecos as sociedades modernas; segundo a exaltação do papel desempenhado pelos movimentos ambientalista na solução dos problemas ambientais; e por terceiro o papel institucional do estado na definição da política ambiental.

Segundo Paehle (1989) esses primeiros estudos da sociologia ambiental, vão ficar demarcados como a corrente dos ecologistas radicais, por estar fortemente influenciados pelo movimento ambiental conservador. Buttel (2000), também compartilha que tais estudos receberam muitas críticas devido ao caráter conservador e por não considerarem as teorizações dos processos de melhoramento ambiental e apresentarem uma visão reducionista do papel do Estado na promoção das políticas ambientais, bem como enfatizarem o movimento ambientalista como único ator social capaz de responder à problemática.

Mas é a partir da década de 1990, que a sociologia ambiental, sobretudo, fora do âmbito da escola norte-americana, passa a ser influenciada por abordagens explicativas que dão ênfase a análise da modernidade e suas contradições. Essas abordagens vão se assentar na discussão da modernização reflexiva, que parte da idéia da necessidade da própria modernidade de analisar e perceber os problemas decorrentes de seu próprio desenvolvimento baseado na racionalidade, tecnificação das relações sociais e que incidem sobre a relação natureza e sociedade. Essa corrente de pensamento vai se desenvolver na Europa, particularmente na Alemanha e Holanda, com os estudos da sociedade de risco (Beck, 2006) e da modernização ecológica (Mol, 1997).

Hoje, a sociologia ambiental está mais consolidada e assenta seus estudos em três perspectivas teóricas explicativas da problemática ambiental contemporânea, que seriam: a modernização ecológica, a perspectiva social construtivista e a sociedade de risco.

A modernização ecológica está amparada principalmente nos trabalhos desenvolvidos por Spaargaren e Mol, que defendem a necessidade de relacionar a variável ambiental ao caráter transformador das sociedades modernas. Esta perspectiva teórica se assenta na idéia de que é através de uma transformação na matriz industrial-tecnológica e na instalação de uma reforma ambiental que se tornará possível intervir na crise ambiental e responder a ela (Mol, 1997).

A perspectiva social construtivista, está ancorada nos trabalhos de Hannigan e Yearley de forma mais consistente. Esse viés teórico, parte da crítica aos precursores da sociologia ambiental por terem imprimido um viés normativo em suas análises com a idealização do movimento ambientalista. Para os social-construtivistas, segundo Yearley (1996), a crise ambiental é globalizada, contudo defende que é necessário a disseminação de estudos de casos, observando a especificidade de cada caso e situação.

No contexto brasileiro e sul-americano, pode-se apontar que não há uma determinação teórica própria na sociologia ambiental, sendo fortemente influenciada tanto pela abordagem norte-americana como a européia. No âmbito brasileiro em particular, conforme destaca Ferreira (2006) nas discussões realizadas pela sociologia ambiental são perceptíveis o diálogo

entre as perspectivas teórica social construtivista, modernização ecológica como também a sociedade de risco. Todavia, Ferreira (2003) chama atenção que é necessário recolocar essas abordagens teóricas da sociologia ambiental quando se analisa o contexto brasileiro e latino-americano dado às especificidades históricas de formação desses territórios.

Assim sendo, não restam dúvidas, que as discussões em torno da questão ambiental ampliaram-se tanto no sentido de compreensão como de inserção no interior das ciências sociais, com o desenvolvimento e consolidação da sociologia ambiental. Contudo, explicar a problemática ambiental contemporânea vem exigindo análises interdisciplinares, por isso, entre as abordagens teóricas e discursivas que constituem hoje a sociologia ambiental, a sociedade de risco proposta por Beck (2006) é a que mais vem permitindo um diálogo maior no interior da teoria social.

Para Beck, “a sociedade de risco seria um produto da modernidade que atingiu seu estado de desenvolvimento máximo com o sistema mundial industrial” (Beck, 2006, p. 12-13). Nessa direção de raciocínio posta por este autor, vê-se que o sistema mundial industrial que se materializou na globalização atual, difere das suas outras faces, pela especificidade da questão ambiental que lhe acompanha e que, também, a constitui. “Pois até os anos de 1960, a dominação da natureza era solução, base do desenvolvimento como progresso e modernidade das sociedades, mas, a partir desse período, que se explicitaria como questão ambiental” (Porto-Gonçalves, 2006, p. 51).

Nesse sentido, a globalização disseminou um estilo de vida, o “american way of life”, como modelo de sociedade para todo o mundo e com isso disseminou também a crise ambiental. Estilo que foi exclusivamente ocidental, mas que agora é de todos e globalizado. Por isso, Leff (2006), afirma que a crise ambiental expressaria a falha principal do modelo de civilização da modernidade e que a sociedade americana assumiu como o seu estilo próprio. Ou seja, “a degradação ecológica seria a marca dessa crise de civilização, de uma modernidade fundada na racionalidade econômica e técnico-científica com os valores supremo do projeto civilizatório da humanidade” (Leff, 2006, p. 223-224).

Leff (2006) indica ainda que esse projeto civilizatório seja baseado numa racionalidade fundada na mercantilização da natureza e no caráter concentrador de poder que segrega a sociedade, aliena o indivíduo e subordina os valores humanos ao interesse econômico e instrumental. Na perspectiva apontada por ele, “existe a necessidade de instauração de uma racionalidade capaz de integrar os valores da diversidade cultural, os potenciais da natureza, a equidade e a democracia como valores que sustentam a convivência social, como princípios de uma nova racionalidade produtiva, em sintonia, com os propósitos da sustentabilidade” (Leff, 2006, p. 235).

Essa nova racionalidade seria o que ele chama de “racionalidade ambiental”, que se “baseia em uma crítica a modernidade e que visa à valorização de outros princípios de produtividade e convivência entre a sociedade e a natureza” (Leff, 2006, p. 236). Todavia, ao entender a questão ambiental como sendo social, Leff (2001) diz que a conscientização das pessoas e das sociedades somente será possível através da introdução de mudanças via adoção de novos valores, que penetram com dificuldade nas consciências coletivas e individuais.

A lentidão e a dificuldade na adoção de novos valores pela sociedade e os indivíduos se justificaria em decorrência do fato de que mesmo reconhecendo o caráter social da problemática ambiental contemporânea, persistem visões parciais de explicação baseadas numa abordagem tecnicista e naturalista de enfrentamento da mesma, que dominou o debate ambiental num primeiro momento e que influencia bastante os direcionamentos de compreensão da questão ambiental.

Para os teóricos da modernização reflexiva, essa lentidão na adoção de novos valores, se dá pelo não reconhecimento de que a questão ecológica ultrapassa a preocupação com o ambiente, por ser penetrada e reordenada pela vida social (Beck, Giddens & Lash, 1997). Nessa perspectiva, a crise ecológica atual e os seus efeitos não é um problema do mundo que nos cerca, um chamado problema ambiental exclusivamente como defendem os naturalistas, mas, sim uma crise institucional profunda da própria sociedade industrial. “Essa crise institucional da sociedade industrial leva a conformação da sociedade de risco, na qual a sociedade torna-se reflexiva, ou seja, ela se torna um tema e um problema dela mesmo” (Beck, 1997, p.19). Em outro trabalho, Beck aponta ser “a crise ambiental fruto da primeira modernização, racional e industrial e a sociedade de risco seria inerente à segunda modernidade” (2002, p.02).

Assim sendo, pode-se afirmar que Beck e sua crítica à modernidade baseada na sociedade industrial, com sua visão pessimista e catastrófica, em certo sentido, inaugurou uma nova compreensão da questão ambiental, na qual todos estão sujeitos aos riscos (Giddens, 2007). Ou seja, “na modernidade avançada, a produção social da riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social dos riscos” (Beck, 2006, p.29).

Nessa perspectiva, a divisão da riqueza se dá no interior da sociedade de classe, de forma legítima e desigual, tem problema similar na sociedade de risco, mas com foco diferente, e que recai sobre como minimizar e/ou evitar os riscos e perigos sistemáticos produzidos pelo processo avançado de modernização de modo que não a obstrua nem ultrapasse os limites do suportável (Beck, 2006).

Risco, nessa perspectiva, assume a conotação de possível autodestruição da vida na terra e de todas as formas de manifestação (Beck, 2006, p.2002). As conseqüências dos riscos não estariam ligadas ao lugar de surgimento, exclusivamente, pois ultrapassam as fronteiras e atingem a todos sem distinção de classes, por ser global. Ou seja, ocidentais ou não, industriais ou não, ricos ou pobres só diferem de lugar, sendo necessário à instalação e construção de um novo marco explicativo da sociedade de risco global que não mais é exclusivamente ocidental.

Por isso, para Beck (2002) a análise dos problemas ambientais e das situações de risco requer um enfoque interdisciplinar, em virtude dos riscos se constituírem hoje numa força política com capacidade mobilizadora superior às questões de desigualdades associadas à condição de classe, raça e gênero. Além disso, Beck também “critica o reducionismo em volta da análise dos problemas ambientais baseados em explicações feitas através de categorias e formulas próprias das

ciências naturais quase sempre considera o ser humano como ser orgânico e não o considera dentro dos aspectos sociais e culturais” (2006, p.36).

Assim sendo, a consideração do humano como sendo não apenas orgânico, mas social e cultural seria um dos caminhos para se pensar meios, formas e mecanismos de trabalhar a problemática ambiental na dimensão metropolitana. Já que seus territórios são complexos, tanto no dimensionamento físico territorial como na estruturação social, política, econômica, ambiental e cultural em decorrência de uma identidade metropolitana não construída em sua totalidade em muitos casos.

A expansão das áreas metropolitanas no Brasil, ocorrida nos últimos 30 anos aprofundam as relações em todos os níveis de atuação e de ação tanto dos sujeitos individuais e coletivos, como dos mecanismos políticos, governamentais e institucionais, mas principalmente dos níveis de degradação ambiental e social. Em virtude de ser nesses espaços onde a racionalidade econômica funda-se na exploração da natureza e dos indivíduos, em função do caráter concentrador do poder que segrega a sociedade, aliena os indivíduos e subordina os valores humanos ao interesse econômico e instrumental de reprodução do capital.

Além disso, ao observamos o aumento das populações, fortemente concentradas nas áreas metropolitanas e que leva a expansão de fenômenos, como pobreza, segregação residencial e violência dentre outros, aumentando os conflitos sociais. A ampliação dos conflitos sociais se evidencia em decorrência da estrutura do crescimento populacional desordenado e concentrado bem como de suas inter-relações com a questão ambiental no âmbito do território brasileiro (Hogan, 1995; Martine, 1996).

Para estudiosos da questão urbana, com base no caso brasileiro, tais processos de concentração populacional e tensão dos conflitos socioambientais nas áreas metropolitanas se dão em decorrência de um modelo de urbanização peculiar, que segundo Santos (2005) é fragmentado, caótico e diferenciado regionalmente. Tal processo de urbanização diferenciado provoca a vulnerabilidade e risco socioambiental, ampliando com isso a expansão das cidades formais coexistindo com as informais (Menegat, 2004).

Esse aceleração da urbanização e do crescimento demográfico somado a degradação ambiental e as tensões sociais provocadas pelo aprofundamento das desigualdades ampliam as condições de vulnerabilidade e exposição aos riscos socioambientais por parte significativa de sua população. Segundo Ferreira, “o aprofundamento das desigualdades somadas à crise do Estado, resultou para uma parcela da população brasileira, em uma vida urbana, como sinônimo de desemprego, miséria, violência, favelas, congestionamentos e poluição” (2006, p.81).

Nesse sentido, de tendência de multiplicação das aglomerações nos territórios urbanos, com a formação de cidades médias e grandes, como também de regiões metropolitanas vai implicar necessariamente em mudanças na gestão urbana. Ferreira (2003) sugere que as mudanças na gestão urbana se darão tanto no se aspecto de planejamento como no de amparo político, requerendo modelos de gerenciamento integrado às atividades que aumentem a qualidade de vida da população e preserve o equilíbrio ambiental.

Todavia, essa perspectiva de gerenciamento integrado no espaço metropolitano se torna mais complexo, sobretudo no contexto brasileiro, em que a formação das regiões metropolitanas, é quase sempre fruto de arranjos políticos/institucionais federais e estaduais sem um acompanhamento de um planejamento urbano e ambiental norteador dessas áreas.

Dado o contexto peculiar brasileiro de formação das regiões metropolitanas, estas apresentam, na atualidade, fortes tensões sociais e ambientais marcadas pela ampliação da desigualdade, condicionando a formação de territórios vulneráveis, segmentados e segregados, resultando no agravamento da questão ambiental e social de toda ordem e amplitude (Ribeiro, 2004).

Ribeiro (2005) aponta que as características das cidades e o padrão de desigualdade prevalente na sociedade brasileira apresentam estreita conexão, ampliando as desigualdades sociais mais ainda com a globalização e os impactos da reestruturação produtiva ao produzir novos mecanismos de vulnerabilização de segmentos da população que vive nas áreas urbanas, em especial, nas áreas metropolitanas, com a quebra dos laços de integração social, tornando-os sujeitos aos riscos que são comuns a todos (Beck, 2002). Essa suscetibilidade ao risco ocorre devido à condição de isolamento social em que vivem essas populações segmentadas e ao baixo nível das estruturas de oportunidades que acessam na perspectiva discutidas por Kaztman (2005) como também pela condição de sua pobreza nos espaços urbanos brasileiros.

A pobreza que, na década de 1970, fora pontuada como um dos elementos da degradação ambiental e objeto de estudos e ação de organismos internacionais, na definição de instrumentos de medição e tratamento persiste como uma questão central e agravadora das problemáticas socioambientais urbanas metropolitanas. Dado que a possibilidade de ativos acessados por grande parte da população metropolitana é restritiva em virtude da grande heterogeneidade desses espaços, tornando-os vulneráveis e com baixa estrutura de oportunidades que, segundo Kaztman (1999), se refere a probabilidade de acesso a bens, a serviços e/ou desempenho de atividades que a população pobre, segmentada e segregada pode oportunizar.

A vulnerabilidade, nessa perspectiva, estaria associada às desvantagens sociais que produzem e, ao mesmo tempo, são reflexos e produtos da pobreza (Hogan e Marandola JR, 2006). Seria a vulnerabilidade na perspectiva de Kaztman (1999) o desajuste entre os ativos e a estrutura de oportunidades, provenientes da capacidade dos atores sociais de aproveitar oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos e melhorar sua situação, impedindo a deterioração em três principais campos: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais.

No território metropolitano a vulnerabilidade está ligada à ampliação de fenômenos como favelização das cidades e empobrecimentos da população decorrente da ausência de condições estruturais que possibilitem condições de vida menos desiguais. As condições de desigualdade da população obriga a pensar a sustentabilidade metropolitana e a busca, construção de instrumentos e mecanismos que possam minimizar esses riscos e os perigos provenientes da vulnerabilidade que atinge essas populações nos territórios metropolitanos.

Jacobi (2004) indica que o enfrentamento dos problemas ambientais no contexto urbano metropolitano brasileiro vem se dando através de processos lentos em contraposição à situação de aceleração dos riscos ambientais que estão sujeitos à população que vive nas metrópoles. Em geral, as regiões metropolitanas brasileiras, apresentam problemas comuns, tais como:

“Redução de suas áreas verdes, decorrentes da verticalização residencial; erosão dos solos provocando a impermeabilização destes, provocando áreas críticas e suscetíveis a riscos ambientais; poluição de toda ordem; baixa qualidade da oferta do abastecimento de água; expansão da produção de resíduos ampliados pelo consumo concentrado” (Jacobi, 2004, p.171-178).

Aliados aos problemas apontados por Jacobi (2004) há também os problemas de natureza social, como pobreza, desemprego e violência que torna um desafio à gestão das áreas metropolitanas no Brasil. Regiões metropolitanas que devido à ausência de uma regulação política com mecanismo de governança metropolitana bem definido, exigem cada vez mais a mobilização da sociedade e o fortalecimento das organizações sociais, comunitárias e institucionais para a formulação de parcerias. Pois, somente com o fortalecimento dessas parcerias é que se dará ampliação dos níveis de consciência e, conseqüentemente, proposição de ações mais efetivas e menos pontuais no tratamento da questão socioambiental metropolitana. O fortalecimento dessas parcerias com a participação de diversos atores sociais, exigirá dos governos o direcionamento das políticas de gestão pública, em particular, das políticas públicas ambientais, que se reorientem também para a gestão dos problemas metropolitanos, estabelecendo uma nova lógica do fazer política.

Contudo, para se estabelecer uma nova lógica do fazer política e assim promover meios que venham a diminuir os riscos socioambientais nas regiões metropolitanas se faz necessário a construção de sujeitos metropolitanos que passem a identificar os problemas ambientais e atuar sobre eles, através da adoção de uma nova postura pelos indivíduos na relação natureza e sociedade. Ou seja: “o enfrentamento da questão ambiental requer a reapropriação social da natureza por parte dos indivíduos com uma mudança de postura e adoção de uma nova ética comportamental”. (Leff, 2006, p.113).

De certa forma, pode-se apontar, no plano das mudanças efetivas de comportamento, que a crise socioambiental constitui um item ainda marginal na agenda de preocupações cotidianas da maior parte da população do planeta, o que dificulta a reapropriação social da natureza proposta por Leff.

Assim sendo, a redução das desigualdades e das condições de vulnerabilidade socioambiental decorrente da sociedade de risco que é global, local, e também metropolitana, exige que as populações que vivem nas regiões metropolitanas atuem como sujeitos. Porém, para se tornarem sujeitos é necessário que a identidade metropolitana seja construída e assumida pelos indivíduos, possibilitando uma mudança de comportamento em relação à crise ambiental contemporânea.

Nesse sentido, iremos explorar no tópico seguinte como a identidade na RMN vem sendo construída e como recai na apreensão dos seus problemas socioambientais.

2- A Construção da identidade na região metropolitana de Natal

Identidade metropolitana é uma construção da modernidade, decorrente da fragmentação do mundo contemporâneo e que interfere nas formas de organização espacial, social e de vida das pessoas que vivem nelas, provocando situações de vulnerabilidade e risco socioambiental que não são apreendidos em sua totalidade pelos indivíduos metropolitanos. A parcialidade na apreensão da problemática ambiental se dá em virtude dos indivíduos metropolitanos apresentarem mais de uma identidade, que são definidas por subjetividades distintas, seja pela população que vive nessas áreas, seja pelos gestores públicos.

O indivíduo metropolitano passa a ter mais de uma identidade que é definida por formas de subjetividade próprias que caracterizam suas ações. Isso ocorre, na medida em que o indivíduo passa a ter referências de lugar distintas, provocando a coexistência de duas identidades, uma que é metropolitana e outra que é municipal. Tais identidades muitas vezes se confluem, em outros momentos são distintas e determinadas por subjetividades próprias algumas vezes.

As identidades, a metropolitana e a municipal, são acionadas quando são necessárias, mantendo-se separadas e em alguns momentos como se fosse uma só identidade. A formação da identidade metropolitana se constitui numa nova, na medida em que as áreas metropolitanas são frutos da expansão dos processos de urbanização iniciados na modernidade e que se amplia na contemporaneidade entendida muitas como pós-modernidade, modernidade tardia (Hall, 2005) modernidade reflexiva (Giddens, 2002), segunda modernidade (Beck, 1995; 2006), modernidade fluída (Bauman, 2001).

Bauman (2001) compreende a contemporaneidade a partir da percepção da modernidade, como sendo líquida, na qual os indivíduos se caracterizam por relações fluídas. Para ele, “a modernidade, ao exigir a individualização, o faz como condição social e se assenta sobre os papéis que cada um desempenha” (Bauman, 2001, p.41).

A modernidade também é definida pela apreensão de duas fases de si mesma, uma que se define como sendo a racionalização da tradição e a outra como reflexiva, ou seja, a racionalização da racionalização, no olhar de Beck (1995). Seria no interior dessa segunda fase da modernidade que se constituiria a sociedade de risco, “a qual é composta pela dissolução da família tradicional nuclear, pela reconfiguração do mundo do trabalho e pela emergência da crise ecológica”, (Beck, 2006, p.111). Hall (2005), parte do pressuposto que as identidades que estabilizaram o mundo social pela modernidade, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades, fragmentando o indivíduo. “Essas novas identidades, decorrem de um processo de mudança estrutural que está transformando as sociedades modernas no final do Século XX, que fragmenta as paisagens, as culturas de classe, de gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que definia os indivíduos sociais” (Hall, 2005, p.09).

Tal mudança estrutural, na percepção de Hall (2005), faz com que as identidades modernas se tornem descentradas, deslocadas ou fragmentadas. Essa fragmentação das identidades faz com que o “sujeito pós-moderno” não tenha identidade única. “O sujeito assume identidades diferentes, em diferentes momentos, identidades que são unificadas ao redor de um eu unificado”, (Hall, 2005, p.13).

A fragmentação também é percebida na análise que Touraine (1994) faz da modernidade. Para ele o mundo está fragmentado, quebrado, mas todas as pessoas pertencem a esse mundo. O mundo está fragmentado, porque os sujeitos da modernidade que davam sentido a modernidade se modificaram e novos sujeitos são construídos. Para Touraine (1994), os sujeitos não são fechados em si mesmos, conseqüentemente, “o sujeito não deve ser concebido como o meio de reunificar os elementos fragmentados da modernidade: a vida, a nação, o consumo e a empresa” (Touraine, 1994, p.232).

Giddens (2002), ao discutir a contemporaneidade na perspectiva da sociedade reflexiva indica que a modernidade traz consigo uma questão básica, que é: “Como hei de viver?” (Giddens, 2002, p.26). Tal questão é respondida em decisões tomadas no cotidiano, tais como: comportar-se, vestir-se, comer e muitas outras coisas, que definem as identidades individuais que ele chama de self-identity. A identidade nessa perspectiva é construída pelo indivíduo ao longo do seu ciclo de vida, ou seja, “de como viverá, pois a modernidade criou rupturas no entorno social externo ao indivíduo e que recaí sobre suas relações pessoais”, (Giddens, 2002, p.23).

Todavia, ao tomar essas decisões que determinam como viver no cotidiano, pressupõe-se que os indivíduos são livres, pois a liberdade é um pressuposto básico da modernidade. A modernidade, no entanto, trouxe consigo a decomposição do social e contradições inerente a si mesma, como a perda da liberdade do indivíduo. A perda dessa individualidade é mais intensa no espaço urbano em que se observa a decomposição dos valores e da tradição, levando a crise individual e a desfiliação nas relações sociais. A desfiliação nas relações sociais, decorre do fato da modernidade trazer consigo a decomposição do social e contradições inerentes como à perda da liberdade do indivíduo. Perda de liberdade que esta relacionada às tensões sociais, as crises individuais e os processos de desfiliação são mais intensas no espaço urbano em que se observa a decomposição dos valores e da tradição.

Simmel (1973) aponta que os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que o indivíduo faz de preservar a autonomia e individualidade de sua existência, e que a cidade, a metrópole criou um tipo de homem próprio que pode se apresentar de formas diferentes. Ou seja, “o tipo metropolitano de homem, existe em mil variantes individuais, desenvolve um órgão que a protege das correntes e discrepâncias ameaçadoras de sua ambientação externa, as quais, do contrário, o desenraizariam” (Simmel, 1973, p.13).

O homem metropolitano é livre, pois rompe com as relações que atrofiam o homem da cidade pequena. Uma vez, que a “metrópole conduz ao impulso da existência pessoal mais individual que é baseada na cultura moderna de preponderância do que se poderia chamar o espírito objetivo sobre o espírito subjetivo, (Simmel, 1973, p.24)”.

A modernidade se afirma pela objetivação da relação do indivíduo, já, que a modernidade “condensa todas as relações sociais mais ou menos unitárias”, (Simmel, 2005, p.129). O sujeito da modernidade, segundo Simmel (2005) é o produto de um processo de distanciamento entre o eu e o objeto que o precede. Assim sendo, as identidades na modernidade se constroem na medida em que esse distanciamento é rompido. Nessa perspectiva o indivíduo nas sociedades não estão em oposição, mas se afirma um pelo outro, através dos vínculos de pertencimento, dos papéis sociais que os indivíduos desempenham.

Papéis sociais que segundo Giddens (2002) formam identidades, mas a priori essas identidades são definidas pelo sentido que é dado pelo sujeito. Por isso, a percepção de Hall (2005), Touraine (1994), Giddens (2002), nos leva ao considerar a conformar o fato de que nas regiões metropolitanas as pessoas apresentam mais de uma identidade que são construídas e que passam a apreender a realidade que vive pelas formas de subjetividade desenvolvidas nas áreas metropolitanas, e, que por fim, dão sentido a sua identidade.

As novas identidades fragmentadas têm conseqüências, sobretudo, no âmbito político, conforme aponta Giddens (2002), pois a modernidade reflexiva reduz a dimensão do político. Tais conseqüências são no caso metropolitano perceptíveis por não apresentarem uma estrutura política definida, tendo fraca base de governança, o que dificulta a gestão de seus problemas que ficam dependentes das políticas municipais e das demandas solicitadas pelas identidades municipais. A subordinação da identidade metropolitana ao poder político municipal faz com não haja uma apreensão total, mas parcial dos problemas metropolitanos sociais e ambientais, conseqüentemente seu tratamento também é parcial.

No contexto brasileiro, a metropolização é a expressão da modernidade ensejada pelo país, e espelha as formas de modernização que privilegiou a industrialização e a urbanização, como formas de supressão do atraso atrelado a ruralidade e a sociedade tradicional que caracterizava o país até meados de 1940.

Atualmente, o Brasil, como o mundo todo, lida com os dois fenômenos centrais do século XXI, que estão em franco crescimento e que estão fortemente inter-relacionados um com outro, mas que se desenvolvem de formas diferenciadas: a expansão da urbanização e a questão ambiental. Esses fenômenos são expressivamente perceptíveis, já que estima-se que 80% da população brasileira viva nas cidades e nas áreas metropolitanas, comprometendo a diversidade de biomas que o país possui e agravando suas desigualdades sociais históricas.

Em paralelo a metropolização brasileira, iniciada na década de 1970, difundia-se em todo mundo a problemática ambiental, com a expansão dos movimentos sociais e ambientais que culminou em 1972, na realização da I Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo. A partir desse período, a degradação socioambiental ampliou-se em tamanho, formas e compreensão em todo mundo e no Brasil. Nesse contexto, são criadas as primeiras 09 regiões metropolitanas, promulgadas por Lei Complementar Federal em 1973 e 1974 e que demarcam o primeiro momento de institucionalização, (Lencione, 2006). A partir da Constituição Federal de 1988, são criadas as outras 17 áreas metropolitanas, marcando o segundo momento de institucionalização, não mais por competência federal, mas por lei estadual (Ribeiro, 2004).

É no segundo contexto de institucionalização de áreas metropolitanas no Brasil que é criada a Região Metropolitana de Natal (RMN)², em 1997, polarizada pelo município de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, localizado no Nordeste brasileiro e constituída atualmente por nove municípios, que são Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Extremoz, Nísia Floresta, São José de Mipibú e Monte Alegre, conforme apresenta a Figura 01. A RMN tem pouco mais de 1.200.000 de habitantes, sendo que atualmente 85,28% da sua população é urbana e 14,72% rural (IBGE-Contagem Populacional, 2007). A RMN tem 2,5 mil Km² de extensão territorial, com densidade demográfica de 434,93 habitantes por Km² e crescimento populacional de 2,65% entre 1991-2000 (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2006).

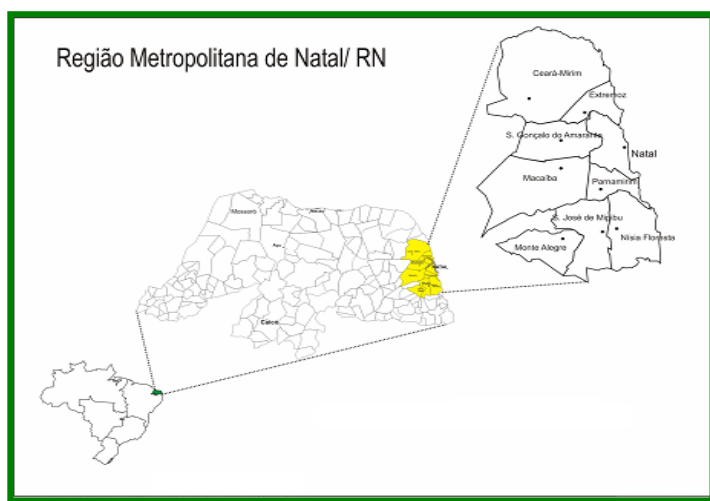


Figura 1: Mapa da Região Metropolitana de Natal, RN-Brasil.

Fonte: Núcleo RMNatal-Observatório das Metrôpoles, 2007.

A RMN constitui-se numa região metropolitana em formação, com o predomínio de uma dinâmica econômica caracterizada pelo setor terciário, baseada no comércio, no turismo e nos serviços públicos. No que diz respeito ao processo de Metropolização, este é definido para Natal através de conurbação e transbordamento populacional bem como concentração e centralização de infra-estrutura urbana que conforma estruturas de população embutidos em territórios com níveis de integração e desenvolvimento distintos na RMN. Na figura 02³, observa-se que apenas o município de Parnamirim apresenta nível de integração muito alto, porém sua condição social é média. São Gonçalo do Amarante apresenta nível de integração alto, todavia, a condição social é ruim. Já, os municípios de Macaíba e Extremoz por sua vez apresentam nível de integração médio e condição social ruim. E os demais municípios, Ceará-Mirim, São José de Mipibú e Nísia Floresta apresentam baixa integração metropolitana e condição social muito ruim. Apenas, Natal, pólo metropolitano tem condição social boa.

² A Região Metropolitana de Natal foi criada por decreto estadual pela Lei Complementar nº. 152 de 16/01/1997, tendo inicialmente seis municípios: Natal, Ceará - Mirim São Gonçalo do Amarante, Extremoz e Macaíba. Em 2001, pela Lei Complementar nº. 172 de 21/01/2000, tiveram sua composição alterada com entrada de mais dois municípios, Nísia Floresta e São Jose de Mipibú. Novamente em 2002, é alterada, pela Lei Complementar nº. 221 passando a integrar mais um município, Monte Alegre, totalizando atualmente nove municípios.

³ A figura 02 exclui o município de Monte Alegre, devido os dados utilizados no mapa serem de 2000, oriundos do Censo Demográfico Brasileiro de 2000 quando o município ainda não compunha a região, pois sua inclusão se deu apenas em 2002.

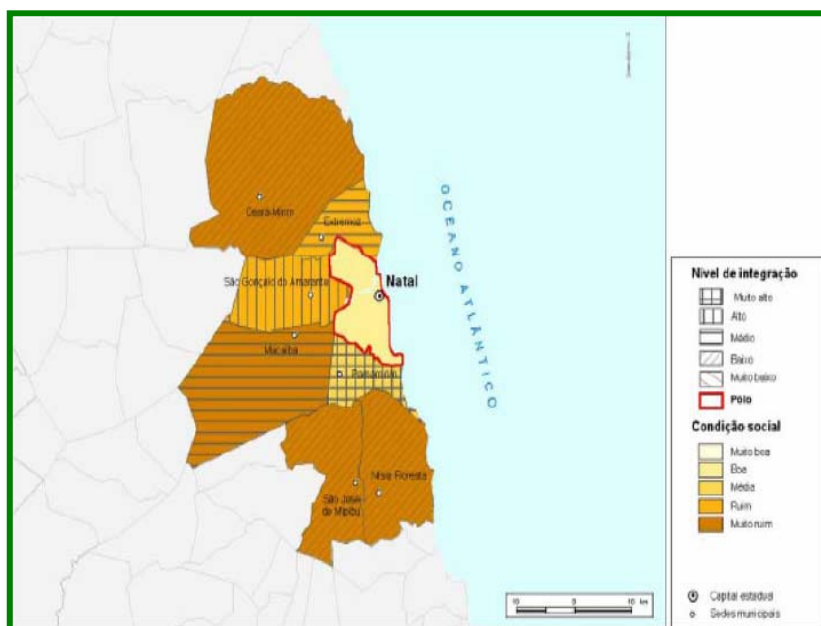


Figura 02: Região Metropolitana de Natal por nível de integração e condição social, 2006.

Fonte: Núcleo RMNatal- Observatório das Metrôpoles, 2006

Tais níveis de integração e desenvolvimento vêm condicionando o agravamento da questão socioambiental e acentuando as condições de desigualdades, vulnerabilidade e risco que esta sujeita a sua população, constituindo espaços marcados pela fragmentação e diferenciação do território metropolitano, comprometendo assim sua sustentabilidade.

E como não existe uma identidade metropolitana na RMN consolidada, os problemas socioambientais são apreendidos de forma parcial ou muitas vezes não são percebidos, o que compromete mais ainda sua sustentabilidade. Uma vez que a RMN constitui-se em uma área que apresenta uma formação físico-natural específica, privilegiada e atrativa que vem sendo demandada nas últimas décadas pela indústria do turismo internacional que perpassa todo o território metropolitano.

Todavia, nos últimos anos, vem se observando, a afirmação da identidade metropolitana, sobretudo, no que diz respeito aos problemas socioambientais que ocorrem na RMN. Alguns episódios vêm contribuindo para isso de forma acentuada, tais como, o episódio decorrente da contaminação das águas que abastece a cidade de Natal, que chamou atenção da população em relação à problemática ambiental na RMN. A identidade metropolitana foi fundamental nesse momento e na forma como a população se articulou em torno desse problema, a partir do momento que foi dada a comprovação do acentuado nível de contaminação de nitrato além do permitido para consumo humano nos lençóis freáticos que abastece Natal, gerou a mobilização da sociedade a ponto de ocorrer à intervenção do ministério público, que autuou a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), um dos principais responsáveis pelo abastecimento de água na região (DIÁRIO DE NATAL, 2007). Outro episódio, ocorrido em julho de 2007, foi o aparecimento de peixes mortos ao longo das margens do Rio Potengi, principal rio da RMN e que comprometeu a saúde das populações ribeirinhas que vivem da pesca de caranguejo no mangue e do auto-consumo alimentar da pesca local. A morte dos peixes e os problemas de saúde da população decorreram do fato de que os viveiros de camarão lançaram substâncias químicas no rio. Outro episódio, que vem marcando a RMN é a especulação imobiliária, promovida pelo turismo nacional e internacional na região. Sendo que recentemente, a população se impôs contra a construção de um prédio na praia de Ponta Negra (localizada na zona urbana de Natal) e que iria comprometer a visibilidade da praia, mas, sobretudo, iria interferir no Morro do Careca, principal cartão postal do turismo de Natal. A mobilização da população embargou a obra que já havia recebido licenciamento ambiental pela prefeitura que teve que rever a licença concedida e embargar a construção.

Esses episódios foram indicativos da apreensão dos problemas como socioambientais e de como a população não apenas local reagiu, mas a metropolitana. Na medida, que não queria que a contaminação de nitrato também atingisse os demais municípios além de Natal. Do mesmo jeito, as comunidades ribeirinhas se colocaram frente à indústria da carcinocultura que se faz presente em outros rios da região comprometendo suas áreas de mangue e a sobrevivência das populações que lá vivem. Como também a defesa do Morro do Careca, como área de proteção ambiental, barrando a especulação imobiliária na praia. Todavia, fica evidenciado que a apreensão dos problemas socioambientais metropolitanos somente é alcançado quando a subjetividade inerente a cada indivíduo é comprometida no cotidiano de suas ações que ativa sua identidade metropolitana.

Considerações finais

A crise ambiental contemporânea não pode deixar de ser considerada por nenhum campo de produção de conhecimento científico. A compreensão, extensão e análise dos problemas decorrentes da crise ambiental seja qual for o contexto, global ou local não deve se dar pelo domínio exclusivo de um único saber. Por isso, cada vez mais se defende análise interdisciplinar para compreender a crise ambiental.

As ciências sociais por muito tempo marginalizaram a temática ambiental que foi reconhecida como fundamental somente nas últimas décadas. Assim, a sociologia ambiental assumiu para si a análise da relação natureza e sociedade numa perspectiva crítica seja através da modernização ecológica, seja pelo social construtivismo e pela sociedade de risco.

Nenhuma teoria social que discuta as conseqüências da modernidade pode se privar de observar a crise ambiental como produto do modo de vida inaugurado pela modernidade no Século XVII e que na atualidade ainda é determinante, mas se apresenta de forma mais complexa no que diz respeito à racionalidade, individualidade, tecnificação, urbanização e estilos de vida de confluência entre o moderno e o tradicional reificado.

Assim sendo, pensar a modernidade e identidade no contexto da metropolização, no momento em que a problemática socioambiental se complexifica, exigindo processos de mudanças e ações concretas de mitigação que reduzam as condições de risco e vulnerabilidade das populações é buscar respostas explicativas no âmbito da sociologia ambiental e fora dela também. Ou seja, é buscar respostas, através do diálogo interdisciplinar, que permite ampliar as explicações causais das conseqüências da modernidade que está em transição a um futuro não claro e sem indicativos definidos de como será as identidades que estão em construção.

Nesse sentido, podemos afirmar que a identidade na RMN não está totalmente construída, pois as pessoas não se vêem metropolitanas em sua totalidade ao mesmo tempo em que a identidade de municípios se sobrepõe na definição e orientação dos papéis sociais que assumem na sociedade.

Contudo, fazer parte da RMN, os torna modernos, pois dos nove municípios com exceção de Natal e Parnamirim (pólo e principal integração respectivamente), os demais são poucos dinâmicos em suas estruturas: urbano, econômica, política, social e cultural. Fazer parte da região metropolitana os torna municípios livres, pois dissocia da idéia de cidade ou município pequeno, interiorano.

Por outro lado, a apreensão dos problemas socioambientais metropolitanos se dá de forma parcial, sendo visto nas suas dimensões locais, pois as populações não atuam como sujeitos metropolitanos em sua totalidade, não conferindo sentido aos papéis sociais demandados pelas identidades construídas. Enfim, se não existem sujeitos metropolitanos construídos não há identidades metropolitanas definidas, conseqüentemente a apreensão dos problemas socioambientais metropolitanos se dá quando lhe convém ser visto como metropolitanos, ou seja, como modernos.

BIBLIOGRAFIA

- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar. (pp.23-63).
- Beck, U. (1995). *Ecological enlightenment. Essays on the politics of the risk society*. Ney York: Humanities Press Internacional. (pp. 133-146).
- Beck, U. (2002). *La sociedad del riesgo global*. Madri: Siglo XXI de España editores.
- Beck, U. (2006). *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós.
- Beck, U.; Giddens, A & Lash, S. (1997). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP.
- Buttel, F. (2001). *Instituições sociais e mudanças*. In: Ferreira, L. C. (Org.). *A questão ambiental e as ciências sociais*. Revista *Idéias*. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP. Ano 08(2), (pp. 9-37).
- Buttel, F. (2000) *Sociedade ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas*. In: Herculano, S; Porto, M.F. do S.; Freitas, C.M. (Orgs.). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói, RJ: EDUFF, (pp. 29-48).
- Diário de Natal. *Muita gente em Natal consome água imprópria*. <http://diariodenatal.dnonline.com.br/site/materia.php?idsec=2&idmat=156452>. (Consultado na Internet em 27 de Outubro de 2007).
- Ferreira, L. da C. (2006). *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Annablume.
- Ferreira, L. da C. (2003). *Idéias para uma sociologia da questão ambiental Brasil*. São Paulo: Boi tempo.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, (pp.9-38).
- Giddens, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- Giddens, A. (2007). *Mundo em descontrolo: o que a globalização está fazendo de nós*. 6. Ed. Rio de Janeiro, Record.
- Hall, S. (2000). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, (pp. 7-22).
- Hannigan, J. (1995). *Environmental Sociology. A social constructionist perspective*. London and New York: Roudtledge.
- Hogan, D. J. & Marandola JR., E. (2006). *Para uma conceituação interdisciplinar de vulnerabilidade*. In: Cunha, J. M. P. (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO/Unicamp, (pp. 23-50).
- Hogan, D. J & Vieira, P. F. (1995). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. 2 ed. Campinas, SP: Unicamp.

- Jacobi, P. (2004). Impactos socioambientais urbanos- do risco à busca de sustentabilidade. In: Mendonça, F. (org.). Impactos socioambientais urbanos. Curitiba: UFPR, (pp. 169-184).
- Katzman, R. (1999). Marco conceptual sobre ativos, vulnerabilidad y estructura de oportunidades. Montevideu: Oficina da CEPAL.
- Katzman, R. (2005). Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. In. Moysés, A. R. Cidade, Segregação Urbana e Planejamento. Goiânia: UCG, p. 205-246.
- Latour, B. (1994). Jamais formos modernos: ensaios de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: ED 34.
- Leff, E. (2001). Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez.
- Leff, E. (2006). Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lencioni, S.. (2006). Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In. Silva, C. A. da S.; Freire, D.G; Oliveira, F. J.G. de (Orgs.). Metrópole: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj.
- Martine, G. (Org.).(1996). População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: verdades e contradições. 2ed. Campinas, SP: Unicamp.
- Menegat, R. & et al. (Org.). (2004). Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas Cidades: a partir da experiência de Porto Alegre. Porto Alegre. UFGRS.
- Mol, A. P. J. (1997). Ecological modernization: industrial transformations and environmental reform. In: Redclift, M. & Woodgate (Editors). The international handbook of environmental sociology. Cheltenham, UK. Northampton, MA, USA.
- Observatório das Metrópoles. (2006). Análise da Estrutura Intrametropolitana de Natal. In. Observatório da Metrópoles: território, coesão social e governança democrática. Natal: UFRN, Observatório das Metrópoles, Instituto do Milênio-CNPq. (Relatório de Pesquisa).
- Paelkhe, R. (1989). Environmentalism and Future of Progressive Politics. Yale University Press. New Haven and London.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2006)..A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,
- Ribeiro, L. C. de Q. (2005). Segregação residencial: teorias, conceitos e técnicas. In. MOYSÉS, A. R. Cidade, Segregação Urbana e Planejamento. Goiânia: UCG, (pp. 89-117).
- Ribeiro, L. C. de Q.. (Org.). A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Perseu Abramo, Rio de Janeiro: FASE, 2004.
- Santos, M. (2005). A urbanização brasileira. 5 ed. São Paulo: EDUSP.
- Simmel, G. (2005). A filosofia do dinheiro. In. VANDENBERGUE, F. As sociologias de Georg Simmel. São Paulo/Pará: EDU/EDUFPA, (pp.129-161).
- Simmel, G. A metrópole e a vida mental. (1973). In. VELHO, O.G. O fenômeno urbano. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Touraine, A. (1994). Crítica da modernidade. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Yearley, S. (1996). Sociology, environmentalism and globalization. London: Sage Publications; New Delhi: Thousand Oaks.

Anorexia Nervosa reflexo do ambiente ou da sociedade dita desenvolvida

Maria Rosa Silvestre

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

rosa_silvestre@fct.unl.pt

Resumo: Se antes gordura era considerada formosura, actualmente são os meios de comunicação que ditam as tendências da moda e que impõem à jovem um padrão de beleza, por vezes, difícil de atingir. Mesmo as modelos profissionais chegam a manter um peso bastante baixo e promovem atitudes de risco que, às vezes, chegam a ser fatais. Na sociedade actual, dita “desenvolvida” os casos de anorexia, essencialmente de anorexia nervosa estão a aumentar entre a juventude, contrastando com os casos de subnutrição que ocorrem, em países subdesenvolvidos. O culto da magreza e o receio de ver a balança apontar mais algumas grammas, levam milhares de jovens a refugiar-se em dietas engendradas por eles próprios, que podem vir a ter reflexos gravíssimos na sua saúde. A anorexia nervosa insere-se no quadro mais vasto das perturbações do comportamento alimentar. Movido por um descontentamento com o próprio corpo e uma preocupação excessiva em relação ao peso, a anoréctica reduz drasticamente a quantidade de alimentos ingeridos e, em casos extremos, recusa mesmo alimentar-se, podendo determinar a sua morte. Os especialistas costumam apontar factores sociais, culturais, psicológicos, familiares e biológicos como causa desta grave doença. A certeza que existe é que as dimensões do problema estão a aumentar ano após ano: cerca de 92% dos pacientes com anorexia são raparigas com idades compreendidas entre 15 e 29 anos.

Esta comunicação irá abordar a história de vida de A.P. com 13 anos internada numa Unidade de Pedopsiquiatria com quadro de restrição alimentar grave iniciado em Outubro de 2006.

Palavras-Chaves: Ambiente; anorexia nervosa restritiva, adolescência, saúde, risco.

A Adolescência

É uma etapa do ciclo de vida que se inicia com a puberdade e as alterações psicobiológicas a ela inerente, alterações essas que são complexas, rápidas e limitadas no tempo, terminando na idade adulta, quando o sistema de valores e crenças se

enquadra na identidade de um indivíduo. Porém não é fácil determinar a altura e muito menos o fim desta etapa. Com efeito, ela adota diferentes tempos de indivíduo para indivíduo.

A puberdade no sexo feminino é marcada pelo surgir da menarca e no sexo masculino pelo início da ejaculação. Outras alterações inerentes à maturação compreendem: modificação da quantidade e distribuição da gordura no corpo; crescimento do esqueleto; desenvolvimento da estrutura e capacidade muscular; maturação das gónadas; surgimento dos caracteres sexuais secundários; desenvolvimento das funções respiratória e cardíaca; e crescimento rápido em peso e altura. Ao passo que o início da adolescência é marcado por factos observáveis e objectivos, o final tem um carácter muito mais subjectivo e difícil de determinar, considerando-se a formação da identidade o ponto final desta etapa e o início da idade adulta (Erickson). Por outro lado, os limites cronológicos não são estanques e são considerados como limites de ordem social e cultural, influenciados fundamentalmente pela capacidade de produção e reprodução do jovem na sociedade.

As perspectivas de desenvolvimento identificam na adolescência diferentes estádios e respectivas tarefas associadas, que são necessárias cumprir para atingir o estádio acima. A resolução destas tarefas está intimamente ligada à maturidade física e aos factores socioculturais. Essas tarefas incluem a alteração da relação com os pais, em que a jovem vai progressivamente cortando o cordão umbilical com os mesmos, tornando-se um ser autónomo e capaz de tomar decisões e ser responsabilizada por isso; alteração da relação com os pares, com a aproximação/identificação com estes, aspecto considerado essencial para o desenvolvimento adequado da personalidade da jovem; formação da identidade sexual e formação do carácter/identidade.

Deste modo, a adolescência é marcadamente um período de crise, onde se impõem frequentes renegociações individuais e “do conjunto de sistema”.

Os momentos depressivos na adolescência, caracterizados por baixa auto-estima, estão associados à frustração e perda que normalmente ocorrem durante esta etapa e são considerados normais (Sampaio, 1998).

O Jovem com Anorexia Nervosa Restritiva – Como vive e percebe a sua alimentação

As jovens com Anorexia Nervosa restritiva quando iniciam uma dieta para perder peso têm como objectivo inicial perder 3 ou 4 kg, de modo a diminuir o volume corporal e moldar determinadas partes do corpo, nomeadamente ancas, nádegas e abdómen.

Porém, em determinada altura deste processo, perdem o controlo, uma vez que continuam a sentir-se mal com a sua imagem, continuando a perder cada vez mais peso. Estas dietas são habitualmente iniciadas, muitas das vezes, por incapacidade de gerir as mudanças corporais inerentes ao crescimento, bem como de lidar com factores de ordem psicológica individuais, familiares e até socioculturais.

As restrições alimentares são uma forma de expressão de um grande sofrimento, que vai muito mais além do que um ideal de magreza.

Numa fase inicial, a restrição alimentar prende-se com os doces, sobremesas e bolos, a que se segue todos e qualquer hidratos de carbono (massas, pão e batata, bem como gorduras de adição como azeite e a manteiga) uma vez que estes são considerados alimentos hipercalóricos.

Nesta fase, marcadamente de distorção da imagem corporal a jovem, apesar de se apresentar muito emagrecida, continua o seu rigoroso plano de dieta consumindo preferencialmente produtos light e diet, bem como os seus complexos e intensos períodos de exercício físico.

As restrições que se seguem compreendem a carne, leite e derivados, que consideram ter maior valor “plástico para originar gordura”. Frequentemente surge um quadro de vegetarianismo, em que a alimentação se resume a vegetais e a frutas, e mesmo esses se vão afinando.

Associado a estas restrições surgem também comportamentos algo bizarros como o esconder da comida dentro dos bolsos, em armários, ou outros locais nunca imaginários; o cortar os alimentos em pedaços muito pequenos e espalhados num prato, também ele de reduzidas dimensões, de modo a parecer cheio, contribuindo para a ideia de saciedade e alimentação suficiente; o mastigar, vezes sem conta, os alimentos, sugando, muitas vezes, a parte líquida dos mesmos e desperdiçando a parte sólida; consultar obsessivamente os rótulos dos alimentos de forma a controlarem a informação acerca das calorias e percentagem de gordura que estes possuem; bem como o pesar e contar de todas as calorias ingeridas. Estas últimas são tidas em conta, e compensadas pelo exercício físico diário, ou seja, este último depende em tempo e intensidade do que foi ingerido. A jovem fica mais calma quando gasta tanto ou mais energia do que aquela que realmente consumiu. Numa fase mais acelerada do processo de doença, os tempos de jejum aumentam, podendo a adolescente estar dias sem se alimentar ou ingerir ¼ de maçã (ou outra fruta).

Quanto à ingestão de líquidos, não há tanta uniformidade nas atitudes, uma vez que umas jovens optam por ingerir grandes quantidades, 6 a 7 litros, intercalados com pastilhas ou rebuçados, de modo a sentirem-se saciadas, enquanto outras deixam de os ingerir alegando que aumentam o volume abdominal, contribuindo para estados graves de desnutrição e casos graves de desidratação.

Numa fase inicial da doença, a jovem luta contra a sua própria fome, mas à medida que o tempo passa a fome vai diminuindo, por alterações fisiológicas, sentindo-se a mesma com a sensação de “estar cheia” e mesmo enfartada com ínfimas quantidades de alimentos.

Por outro lado, estas jovens interessam-se frequentemente por questões de culinária, dedicando-se a realizar refeições complexas e suculentas para alimentar os seus familiares, insistindo com estes para se alimentarem adequadamente, aquilo que eles não fazem.

Enquanto perdem peso, aumenta o seu medo de recuperarem o peso perdido e de ficarem mesmo obesos, pelo que cada vez mais restringem a sua alimentação até atingirem um estado de grave denominado caquexia - estado em que se assiste a uma perda de peso, atrofia muscular, fadiga, fraqueza e perda de apetite - que pode ser incompatível com a vida e conduzir assim à morte.

Algumas ideias são frequentes entre estas jovens como seja:

“Se começar a comer não paro;”

“Se começo a comer mais, vou ficar obesa rapidamente;”

“Se perder mais peso o corpo habitua-se a ser magro e depois posso comer de tudo sem engordar;”

“Alimentos de maior valor calórico vão directamente produzir gordura.”

De uma maneira geral, estas jovens apresentam uma distorção da imagem corporal (entende-se a forma como o corpo se apresenta a si próprio) sentindo-se e observando-se como gordas, apesar dos níveis de magreza em que se encontram. A imagem corporal desenvolve-se desde o nascimento até à morte, mediante uma estrutura complexa e subjectiva que sofre alterações contínuas ao longo do tempo e à medida que um indivíduo vai experienciando novas etapas da sua vida.

No caso das jovens com Anorexia Nervosa, identificam-se frequentemente como portadores de uma imagem física feia, resultado de uma baixa auto-estima e auto-conceito, bem como portadores de um corpo disforme de gordura. “Estou gorda, sou um saco de gordura.” (referência comum de uma jovem com anorexia nervosa restritiva).

Fases da Evolução da Anorexia Nervosa

A Anorexia Nervosa, desenvolve-se, frequentemente, segundo três fases: a fase da Vulnerabilidade, a fase da Precipitação e a fase da Manutenção (Sampaio, 1998).

À fase da Vulnerabilidade corresponde então uma série de factores já referidos anteriormente, como os aspectos genéticos, as alterações a nível dos neurotransmissores, nomeadamente a Serotonina e a Noradrenalina, bem como características da personalidade dos indivíduos e factores de desenvolvimento, factores esses cuja presença está associada ao possível desenvolvimento da doença.

No que respeita à personalidade, verificou-se que os indivíduos que sofriam de Anorexia Alimentar do tipo restritivo, apresentam traços perfeccionistas, sendo muito controlados e meticolosos na programação e realização das actividades a que se propõem, pois têm dificuldade em viver com a derrota. No que respeita à expressão dos seus sentimentos, observa-se neles uma grande dificuldade em exprimir ou explicar por palavras as suas emoções. A sintomatologia depressiva e a baixa tolerância à frustração, aumentam o risco de tentativas de suicídio repetidas (Sampaio, 1998; Bouça, 2000; Carmo, 1994 e Zulmira Jorge ¹).

Quanto aos factores de desenvolvimento, Sampaio (1998) refere como exemplos, uma dificuldade na vinculação da futura anoréctica com a mãe, dificuldades na alimentação já durante a primeira infância ou mesmo percepção inadequada das necessidades da criança futura anoréctica, pelas pessoas significativas.

Uma segunda fase de evolução da doença, a da Precipitação diz respeito ao desencadear da doença propriamente dita. Perante as condições de vulnerabilidade anteriormente descritas, podem surgir diferentes factores externos que precipitem a doença.

Dentro desses factores externos, Sampaio (1998) destaca:

Acontecimentos marcantes, como a separação dos pais, por exemplo, com os quais o jovem teve dificuldade de lidar e resolver ou ultrapassar aspectos da sua vida; dificuldades no processo de adolescência, sendo esta uma fase de grande instabilidade, aumenta a probabilidade de frustrações, as quais o adolescente não consegue suportar, originando a desilusão e diminuindo-lhe o autoconceito;

Nesta fase, os jovens sentem-se pressionados a vivenciar determinadas características físicas e a cumprirem dietas impostas, de modo a poderem desenvolver actividades desportivas, no decurso dos tempos livres ou num quadro de formação base. Com efeito, é do domínio público que, por exemplo, alguém que tenha como projecto de vida ser uma bailarina profissional sofre várias pressões do corpo de formadores, no sentido de terem um peso e um regime alimentar segundo eles adequado à actividade futura.

A última fase é denominada por Manutenção, e compreende um conjunto de comportamentos que alimentam a Anorexia Nervosa, comportamentos esses que podem trazer graves e irreversíveis consequências para os jovens que sofrem desta doença.

Existem diferentes comportamentos comumente adoptados, como seja o excesso de exercício físico, a contagem rigorosa e persistente das calorias e o recorrer a técnicas de purgação como o vómito ou o uso de laxantes e diurético.

¹ Ver Doenças do Comportamento Alimentar - Um Guia para os Pais de Bryan Lask, Rachel Bryant-Waugh

Esta patologia pode ser mantida durante muito tempo ou mesmo tornar-se uma situação crónica, com graves consequências, nomeadamente a nível da sexualidade, da parentalidade, da afectividade, da personalidade e ainda a nível fisiológico.

Para evitar esta última situação é essencial o diagnóstico precoce, o qual não existe sem a jovem assumir que tem um problema e que precisa de ajuda.

Nenhum processo terapêutico na área dos distúrbios do comportamento alimentar, funciona sobre pressão, ou sem a adolescente estar motivada a mudar (Bouça, 2000).

Quadro clínico da Anorexia Nervosa

Foi Gerald Russell que estabeleceu em 1970, pela primeira vez a três características fundamentais da doença:

- comportamentos persistentes para perder peso;
- alterações psicológicas associadas ao medo de engordar;
- presença de alterações endócrinas que levam a amenorreia na mulher e a diminuição da libido e impotência no homem (Sampaio, 1998; Bouça, 2000; Carmo, 1994 e Zulmira Jorge²).

Estudos posteriores permitiram identificar e distinguir dois tipos distintos de Anorexia Nervosa:

- Assim sendo podemos encontrar a Anorexia Nervosa tipo Restritivo, caracterizada por grandes perdas de peso potenciadas por uma rigorosa restrição alimentar. De uma maneira geral, as jovens começam por rejeitar a ingestão de doces, ao que se segue as gorduras e os hidratos de carbono e posteriormente apenas alguns alimentos ou mesmo em casos mais graves todo e qualquer alimento.

- Ou podemos encontrar a Anorexia Nervosa tipo Purgativo ou Bulímica, em que as adolescentes recorrerem a laxantes, diuréticos, vomito provocado, inibidores de apetite, longos períodos de jejum e/ou excesso de exercício físico, para alcançarem o peso e corpo desejado.

O diagnóstico da Anorexia Nervosa, pressupõem sempre um exame físico detalhado e exames complementares de diagnóstico, de modo a despistar/excluir outras patologias.

Actualmente existem determinados critérios bem definidos, nos quais o diagnóstico se baseia, que surgem no DSM IV de 1994. Estes incluem:

► Recusa em manter o peso corporal igual ou superior ao normal para a sua idade e altura. Este é significativo e implica uma abordagem terapêutica quando a perda é igual ou superior a 15% do peso esperado, ou se o crescimento não é acompanhado com o correspondente aumento de peso.

► Medo intenso de aumentar de peso ou mesmo ficar obeso(a), mesmo estando muito emagrecido(a). Frequentemente este medo aumenta à medida que o peso diminui.

► “Perturbação na apreciação do peso e formas corporais” ou seja perturbação da auto-imagem, onde o adolescente apesar de emagrecido(a), continua a ver gordura em determinadas partes do corpo como nas ancas, peito, abdómen e nádegas. A sua auto-estima depende muito do seu peso e forma corporal, pelo que a manutenção ou ganho de peso, nem que sejam umas gramas, provocam-lhes insegurança, angústia,

pânico, frustração, medo e depressão, sendo acompanhado por irritabilidade, isolamento, aumento da preocupação com as calorias dos alimentos e insónias. Pelo contrário a perda de peso, é acompanhado por sentimentos de poder, satisfação, confiança e auto-controlo.

► Nas mulheres amenorreia secundária durante pelo menos 3 meses consecutivos, ou atraso/ausência da menarca se a doença se iniciou antes da puberdade e nos homens, diminuição da produção de testosterona com diminuição da libido e da potencia sexual. Para avaliação correcta deste critério é importante assegurar que a adolescente não toma pílulas anticoncepcionais, que provoca hemorragia de privação, e não menstruação espontânea (Sampaio, 1998; Bouça, 2000; Carmo, 1994 e Zulmira Jorge³).

A classificação internacional de doenças (CID-10) refere ainda que um índice de massa corpórea (IMC) igual ou inferior a 17,5 kg/m², com outros sintomas associados é sugestivo desta patologia. Os sintomas e sinais físicos inerentes à Anorexia Nervosa a saber são: perda de peso, amenorreia superior a três meses (acaba por ser uma defesa fisiológica à anemia e resulta de alterações hormonais inerentes à desnutrição- diminuição de LH e FSH); Enfartamento, sensação de distensão abdominal e algias/desconforto gástrico;

Intolerância ao frio; Tonturas; Cefaleias; Hiperactividade inicial e que se segue a apatia;

Pele seca e descamativa, amarelada na palma das mãos e pés; Cabelo seco e quebradiço; Perda de pelo axilar e púbico; Aparecimento de lanugo; Bradipneia; Bradicardia; Hipotensão; Sinais de deficiência de estrogénios, como osteoporose.

Níveis de Prevenção na Anorexia Nervosa

² Ver Doenças do Comportamento Alimentar - Um Guia para os Pais de Bryan Lask, Rachel Bryant-Waugh

³ Em Doenças do Comportamento Alimentar - - Um Guia para os Pais de Bryan Lask, Rachel Bryant-Waugh

Por prevenção primária compreende-se uma série de estratégias de ordem informativa e educativa com o objectivo máximo de promover a saúde e a qualidade de vida do Homem. Esta informação deve ser transmitida mediante uma linguagem adaptada à população alvo, de modo a ser perceptível por esta despertando o seu interesse para a temática. No que respeita aos comportamentos alimentares é essencial dotar a população que contacta directamente com os jovens, de um conjunto de informações no que respeita à sintomatologia e quadro clínico de modo a mais precocemente identificar e direccionar os casos para o tratamento adequado. Por outro lado, qualquer processo de emagrecimento iniciado por uma adolescente deve ser acompanhado permanentemente por profissionais especializados, de modo a este emagrecimento ser conseguido de forma saudável, mediante uma alimentação também ela saudável.

Considero também importante apostar na promoção de uma alimentação saudável no meio escolar, uma vez que este, juntamente com o meio familiar é o melhor local de educação para a alimentação da adolescente. Importa então incluir nos currículos conteúdos programáticos referentes a nutrição, alimentação, padrões de peso e de actividade física consideradas saudáveis, bem como estimular/ sensibilizar as empresas alimentícias para a vinculação de mensagens de alimentação adequada e equilibrada aos seus produtos.

Por fim é essencial que os Clínicos Gerais, se consciencializem destas patologias, de modo a que estas sejam diagnosticadas e direccionadas para pessoal especializado o mais rapidamente possível.

A prevenção secundária diz respeito às medidas de intervenção precoce a nível do diagnóstico e tratamento de adolescentes/jovens adultos atingidos por uma doença de comportamento alimentar, neste caso específico Anorexia Nervosa.

No caso desta, o tratamento pode ser desenvolvido em Ambulatório ou em regime de Internamento nos casos mais graves.

O tratamento implica a jovem (dotado por sentimentos de ambivalência, apreensão e resistência) aceitar que está doente e precisa de ajuda, bem como o definir à partida e juntamente com os técnicos, o seu projecto terapêutico, metas e objectivos a atingir, uma vez que como refere Bouça (2000) à pressa e sob pressão e sem possuir objectivos definidos e aceites por toda a equipa, o tratamento não resulta.

Por outro lado, é essencial o mais rápido quanto possível o estabelecimento de uma relação de confiança entre o paciente e o profissional de saúde, uma vez que esta é essencial para a aceitação do projecto terapêutico e para a obtenção de informação relevante, informação esse que está na base do planeamento do tratamento. Assim é importante saber:

- Qual o peso e altura actuais da adolescente;
- O peso máximo e mínimo desde o início das restrições alimentares;
- A frequência de flutuação do peso;
- As estratégias usadas para controlo ponderal;
- Avaliação exaustiva de sinais e sintomas;
- Avaliação da imagem corporal que o paciente tem de si;
- Comportamentos alimentares adoptados;
- E acontecimentos de vida significativos e que possam estar associados as variação de peso.

O processo terapêutico envolve uma equipa multidisciplinar complexa constituída por enfermeiros, psiquiatras, psicólogos, endocrinologistas, nutricionistas, a família, e claro, a adolescente que sofre da patologia.

Em regime de ambulatório o tratamento inclui: a psicoterapia individual e/ou de grupo orientada por um psiquiatra ou psicoterapeuta e a terapia familiar (obrigatória quando a utente tem menos de 18 anos e no caso da paciente ter mais de 18 anos, quando se identifique uma disfunção familiar grave – como por exemplo: família sofrendo também de problemas de ordem psicológica).

O psiquiatra ou psicoterapeuta que desenvolve esta última é obrigatoriamente diferente do que desenvolve a terapia individual.

O tratamento ambulatório compreende as seguintes fases:

Recuperação, onde é pedido à jovem que registe num diário alimentar, as suas refeições ao longo do dia, registe os comportamentos de controlo ponderal bem como sentimentos a eles associados. Aqui planeia-se também refeições saudáveis e graduais em termos de calorias gerais, com a utente estabelecendo-se pequenas metas. Por fim, é importante a discussão com a utente, sem punição, das suas ideias face aos seu peso e a imagem que tem do seu corpo, de modo a demarcar-se um ciclo de sentimentos inadequados ou imagens irreais.

O progresso, em que se continua a luta por uma alimentação equilibrada, apostando-se no trabalho dos pensamentos disfuncionais e distorção cognitiva, ainda presentes. Nesta fase e no que respeita à terapia familiar, procura-se com base na comunicação, ajudar a gerir potenciais conflitos existentes, associadas à identidade e autonomia do jovem.

Numa última fase, na resolução, procura-se orientar/auxiliar o jovem a construir a sua identidade e a descobrir objectivos não centrados na alimentação e no corpo, para a sua vida.

Esta terapia tem uma duração muito diferente de caso para caso, dependendo muito da situação, dos factores de precipitação, da personalidade da jovem e das características da sua família, contudo nunca tem uma duração, de terapia individual, inferior a 1 ano.

Os teóricos apontam alguns factos que podem atrasar a recuperação com:

- Recusa de uma recuperação ponderal por parte da jovem;
- Atitude insistentemente passiva da utente;

- Não auto-responsabilização/não assumir da cota parte de responsabilidade no fracasso dos possíveis anteriores processos de tratamento. Isto implica não identificar as fragilidades já sentidas, fragilidades essas que podem continuar presentes e inviabilizar também esta outra tentativa de resolução do problema;

- A família e/ou pessoas significativas não se assumirem como verdadeiros parceiros no tratamento.

Todavia em casos de mais difícil resolução ou quando a vida está em risco iminente é necessário recorrer ao internamento em unidades preparadas para o efeito.

Assim existem algumas indicações para a hospitalização de crianças e adolescentes, referidas no artigo “Anorexia Nervosa” de Joel Yager e Arnold Andersen, publicado no *The England Journal of Medicine*, e que inclui:

Frequência cardíaca inferior a 50 batimentos por minuto;

Tensão arterial inferior a 80/50mmHg;

Hipocaliémia ou hipofostatémia;

Perda rápida de peso mesmo que este não seja inferior a 70% do peso normal;

Hipoglicémia sintomática;

Deterioração ou ausência de evolução clínica, aquando o tratamento em regime de ambulatório;

Ausência de motivação, de insight e de colaboração no tratamento ambulatório;

Incapacidade de se alimentar de forma autónoma, com necessidade de alimentação entérica ou parentérica;

Ideação suicida marcada;

Coexistência de doença psiquiátrica grave;

Ambiente familiar “anti-terapêutico”, nomeadamente se existiram sinais de abusos, sejam eles quais forem.

Por outro lado, Sampaio (1998) refere ainda em “Vivemos Livres numa Prisão”, que é critério de internamento o índice de massa corporal ser igual ou inferior a 13kg/m².

Tal como o regime ambulatório, também a hospitalização é constituída por fases distintas:

- Fase inicial- altura em que se informa a família e à adolescente do contrato terapêutico bem como regras a serem cumpridas. Uma das principais regras é o corte temporário e inicial, do contacto com os familiares, de modo a que a jovem possa reflectir e viver o seu projecto terapêutico ao máximo, identificando os seus medos e motivações para a mudança.

Por outro lado, limitam-se as actividades em que a jovem pode participar, actividades essas que são retomadas gradualmente e de acordo com a evolução do quadro clínico. Nesta altura, define-se em conjunto (adolescente e técnicos) as meta/objectivos a atingir e o regime de contacto com os familiares. Os objectivos variam de caso para caso, uma vez que atendem as características particulares de cada adolescente (personalidade, idade, condição física), à situação bem como as características do ambiente familiar e social envolvente. É uma etapa complexa, já que o tratamento revela-se sempre mais complicado/difícil do que aquilo que a jovem imaginou ao decidir este caminho.

- Fase principal - compreende a recuperação ponderal gradual, mediante a instauração de um regime alimentar equilibrado e progressivo, bem como o trabalho tido com as perturbações psíquicas e distorção da imagem corporal presentes. Os alimentos voltam a ser reintroduzidos gradualmente de modo a evitar-se o “Síndrome de Realimentação”, que ocorre em cerca de 6% dos utentes internados, e que pode incluir manifestações pouco significativas como edemas (inchaços) nos membros inferiores, ou complicações graves, que requerem intervenção imediata como: perda de consciência; taquicardia; insuficiência cardíaca; dor abdominal atípica; nível de potássio inferior a 3mmol/L; nível de fósforo inferior a 0,8mmol/L.

- Fase final - inclui preparação para a alta hospitalar, e o retomar progressivo das actividades de vida quotidianas, sempre que possível com o apoio da família. Após esta, as jovens continuam a ser seguidas por um período de tempo variável, em regime de ambulatório.

O internamento não é na maioria dos casos a primeira opção terapêutica, mas necessária quando a situação clínica é grave e põem em risco a vida da jovem.

Resumindo o internamento tem como objectivo: a recuperação ponderal progressiva com o atingir de um peso mínimo que permita o seguimento em ambulatório; inicio da psicoterapia individual; estabelecimento de uma relação de cooperação entre os técnicos e a família mediante uma terapia familiar semanal, onde são dadas informações sobre a evolução da situação bem como espaço para verbalizar sentimentos e expectativas; ajudar a jovem a encontrar outras formas de lidar com sentimentos de ineficácia, baixa de auto-estima e necessidades de protecção e afecto, que não a restrição alimentar.

Numa fase de transição para alta do internamento, revela-se importante passarem pelo hospital dia, de forma a que o retomar da sua realidade/vida seja também gradual, permitindo preparar-se para o mesmo.

A prevenção terciária, inclui medidas de reabilitação e limitação das sequelas da doença, reabilitação essa que é progressiva, podendo ser total ou parcialmente conseguida consoante a situação clínica, fase do ciclo e vida em que ocorreu e o período de tempo de restrição alimentar.

Contudo, segundo Fachada (2004), citando Carmo (1994) “a anorexia nervosa é uma doença que afecta principalmente as sociedades ocidentais ou os países mais desenvolvidos, sendo mais frequente em indivíduos de raça branca e com características urbanas, provenientes das classes médias e médias-altas”, ideia que foi sendo ultrapassada porque se constatou que “a anorexia não “escolhe” raças e/ou etnias, apesar de existir uma forte concentração em grupos associados ao desempenho de determinadas actividades: modelos, bailarinos, actores e atletas” (Gaspar, 1999), devido ao processo de globalização (Carmo, 1994).

Caso Clínico

A A.P é uma adolescente de 13 anos de idade (data de nascimento 10/04/1995), internada com quadro de restrição alimentar iniciado em Outubro de 2006 e com agravamento 15 dias antes do internamento, onde a jovem ingeria diariamente 1 iogurte, 5 bolachas, 1 sopa e 2dl de água.

Antes do início da dieta referia que o seu objectivo era “conseguir uma alimentação saudável e emagrecer um pouco nas coxas e no abdómen”(sic).

Nesta altura, pesava 40kg para 1,43m de altura.

Foi internada a 8 de Março de 2007, após episódio de recorrência à urgência pediátrica a 18 de Fevereiro de 2007 e de tentativa falhada de resolução da situação em regime de ambulatório, com psicoterapia duas vezes por semana mais apoio de uma dietista.

Na altura do internamento pesava 27,900kg (para 1,43 cm de altura), portanto tinha IMC igual a 13,64kg/m² e tensão arterial na ordem dos 75/65mmHg. Logo estava visivelmente emagrecida, descorada e desidratada. Por outro lado, possuía uma fâcies fechado, um olhar triste, discurso empobrecido e humor aparentemente deprimido.

Em termos familiares, a A.P. é a terceira de três filhas, vivendo com a mãe (professora de línguas e actualmente a frequentar o curso superior de Sociologia) e a irmã do meio, em Lisboa.

Os pais estão divorciados desde os 5 anos de idade da A.P, estando o pai (economista) actualmente a viver em Coimbra e portanto com um contacto mais limitado com as filhas. A A.P. e o pai tinham uma relação de grande proximidade, pelo que a separação entre ambos foi difícil.

A irmã mais velha, também seguida pela psiquiatria, em ambulatório, tem história de tentativas de suicídio e a irmã do meio, após o início do processo de adoecer da A.P, foi viver com a avó materna (psicóloga de profissão).

Também a mãe da A.P tem história de bulimia, tendo sido seguida em consulta de Distúrbios do Comportamento Alimentar, durante a gravidez da A.P, o que a faz sentir-se muito culpada com a situação da filha, a qual descreve como sendo uma rapariga simpática e com muitos amigos, dos quais se afastou, isolando-se em casa ao ponto de não frequentar a escola, há alguns meses.

À entrada, A.P recusa o internamento, mas reconhece que precisa de ajuda e que está doente, contudo diz só conseguir ultrapassar a situação em Coimbra junto com o pai. Ao ser confrontada com este mesmo internamento, reage com violência física e verbal dirigida à mãe.

No internamento, numa fase inicial apresenta um fâcies fechado, chorosa, humor deprimido, isolamento do grupo dos jovens internados, e recusa sistemática em participar no seu projecto terapêutico. Contudo, com o passar dos dias, acaba por se aproximar de outras jovens também elas a viver processos de doença similares e gradualmente aceita participar no seu projecto terapêutico, ficando gradualmente com um fâcies mais aberto, sorriso fácil e muito mais comunicativa tanto com os técnicos como com os outros jovens internados.

A evolução ponderal teve evoluções positivas, mas também recuos no internamento, onde a A.P teve períodos de restrição alimentar (essencialmente de hidratos de carbono) e de esconder alimentos da sua refeição (nos bolsos do casaco e numa caixa da pasta dentífrica) para posteriormente os deitar fora.

A avaliação psicológica efectuada durante o internamento, usando a escala de Rorschach, revelou que a jovem tem dificuldades reaccionais, emergindo sinais de carência e grandes falhas emocionais. Por outro lado o mesmo revelou, que a A.P não se identifica com a mãe, que é tida como uma imagem pouco protectora.

Outros testes demonstraram: que o mecanismo de defesa predominante da A.P é o evitamento fóbico; que esta tem dificuldades na apreensão e estruturação visuo-perceptivas, dificuldades de análise, bem como organização e hierarquização de estímulos complexos; e um grande medo da maturidade, com tendência para o desejo de voltar à segurança da infância.

Quando atingiu a etapa para receber visitas, teve a presença da mãe (“não te esqueças de mim” referia a A.P após a mãe faltar à visita do dia anterior, ou após chegar atrasada), do namorado da mãe, do pai e das irmãs.

As reuniões familiares inicialmente decorriam na presença dos dois progenitores, contudo não mostraram ser eficazes, já que estes estavam sistematicamente a agredir-se verbalmente, pelo que começaram a ser repartidas, ora com um progenitor ora com outro, havendo a necessidade de trabalhar com eles, na tentativa de os ajudar a resolver o seu processo de divórcio, e deste modo ajudar a A.P, a ultrapassar a sua situação. Esta estratégia surtiu efeito, pelo que quando chegou a altura do almoço terapêutico, foi possível juntar toda a família à mesa e sem discussões.

Durante o internamento, aquando da reunião familiar tentou a fuga, sendo encontrada no exterior do Hospital X e quando confrontada mostrou-se feliz com o seu feito, já que comentou “estar farta de estar internada”(sic).

Quando atingiu o peso de alta, saiu e continua a ser seguida em ambulatório.

Contudo reconhecemos, na equipa multidisciplinar, que ainda existe muito trabalho para fazer com ela e a sua família, para ultrapassar a doença, pois já que com frequência iam surgindo as restrições, ora totais ou parciais (só de hidratos de carbono - às refeições), ainda no Internamento, numa atitude de oposição velada.

Referências Bibliográficas:

- Byre, K. (2001). *Anorexia e Bulimia: Um Guia para Pais e Educadores*, Lisboa: Principia.
Carmo, I.(1994), “A vida por um fio – a anorexia nervosa”. Lisboa: Relógio D’ Água.

DSM (2004). <http://psyweb.com/Mdisord/jsp/eatd.jsp> (consultado em 28 de Outubro de 2008).

Fachada, V. (2004). Anorexia em Portugal. Trabalho realizado na disciplina de Fontes de Informação Sociológica. Licenciatura em Sociologia. Coimbra: Universidade. <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2003001.pdf> (consultado na Internet em 10 de Novembro de 2008).

Gaspar, N. M. S. (1999). “Estudo da Imagem Corporal na adolescência”. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Coimbra: Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra.

Hornbacher, M. (2002). O outro lado do espelho: autobiografia de uma anoréctica e bulímica, Lisboa: Gradiva.

Sampaio, D. (1998). Vivemos livres numa prisão. Porto: Editorial Caminho.

Bouça, Dulce (2000), Anorexia nervosa minha amiga, Porto.

Um saber de experiência feito: conhecer e curar com as plantas da terra em Moçambique nos finais do século XIX

Ana Roque
Instituto de Investigação Científica Tropical - Lisboa
anaroque@clix.pt

Resumo: A informação histórica sobre as plantas medicinais e a sua distribuição geográfica, de par com as formas como essas plantas são localmente utilizadas constitui um importante registo sobre como cada comunidade se organiza num determinado espaço e usufrui dos recursos nele disponíveis.

Neste sentido, este tipo de informação permite-nos uma melhor percepção não só dos saberes sobre as potencialidades medicinais e o uso dessas plantas como do conhecimento das disponibilidades regionais das várias espécies em função do tipo de habitat ou habitats em que cada comunidade se inscreve.

Considerando estes aspectos, pretende-se com esta comunicação sublinhar a importância da documentação portuguesa para o conhecimento e identificação das plantas medicinais e sua aplicação em Sofala, nos finais do século XIX, no pressuposto de que uma perspectiva histórica contribui não só para uma melhor compreensão da situação actual como para recuperar e preservar saberes ancestrais ligados à prática fitoterapêutica.

1. Enquadramento geral

A costa central de Moçambique, em particular a faixa litoral entre os Rios Pungué e Save tem sido, ao longo do tempo, um desafio para todos quantos aí se pretenderam fixar. Mencionada nas fontes árabes desde os inícios do século X¹, toda a zona foi denominada Al-Safála (terra baixa)² ou Bilâd as Sufâla, identificando-se esta com uma vasta região rica em ouro e marfim, no limite sul das terras dos Zanj; correspondendo este limite à região mais austral do continente africano visitada pelos viajantes e comerciantes muçulmanos³. Apesar de integrada nas rotas mercantis dominadas pelos mercadores muçulmanos do Índico, as informações sobre a região são, para esse período, escassas sublinhando-se essencialmente os possíveis tratos comerciais e as condições de navegação, indispensáveis à realização da viagem. Porém, ainda que escassas, evidenciam aspectos específicos que, pelo menos desde o século X, constituem características da região e dos seus habitantes; a saber, alterações constantes do perfil da costa e grande mobilidade e capacidade de adaptação das populações a estas alterações.

As descrições mais detalhadas surgem já no século XVI, com a chegada dos Portugueses ao Índico. Logo nas primeiras viagens foi perceptível a necessidade de estabelecer um ponto de apoio na costa oriental africana que viabilizasse a viagem para a Índia, já que esta muito dificilmente se poderia concretizar sem uma escala intermédia. Garantir aguada e alimentos frescos tornava-se tão necessário quanto assegurar locais de resguardo para homens e embarcações durante a monção que, ciclicamente, os impedia de continuar viagem. Desconhecendo a verdadeira natureza da região mas tendo sido informados da hospitalidade da gente da terra e da possibilidade de aí resgatarem ouro, motivo só por si suficientemente significativo, a baía de Sofala foi tida como o local de eleição para o estabelecimento de um porto de escala. E aqui se construiu a primeira fortaleza portuguesa na costa oriental africana, antes mesmo de qualquer reconhecimento prévio que avaliasse das condições da região para a construção de um estabelecimento de pedra e cal que respondesse às necessidades dos portugueses no Índico.

¹ Vd. Al-MAS'UDI (c. 915), BUZURG ibn SHAHRIYAR (c. 922) ou ABU al-FIDA (século XIII), parcialmente reproduzidos in FREEMAN-GREENVILLE (1975)

² Al-MAS'UDI (c. 915), Muruj al-Dhahab wa Ma'adin al-Jawhar, parcialmente traduzido em Português e publicado por FREEMAN-GREENVILLE (1975), p. 14-17.

³ A terra dos Zanj “begins with the branch which leaves the upper Nile and continues to the land of Sofala and the Waqwaq” e Sofala “is the furthest limit of the land and the end of the voyages made from Omam and Siraf on the sea of Zanj.The sea of Zanj ends with the land of Sofala and the Waqwaq, which produces gold and many other wonderful things.” Al-MAS'UDI (c. 915), Muruj al-Dhahab wa Ma'adin al-Jawhar, FREEMAN-GREENVILLE (1975), p. 14-17.

Desde então, e independentemente da persistência do sonho de um “el-dorado” africano, a documentação oficial não deixa de sublinhar as condições específicas desta região. Alguns meses depois de se ter começado a construção desta primeira feitoria-fortaleza, em 1506, o capitão de Sofala informava o capitão-mór, que esta construção seria um erro. A terra doentia, pelos muitos pântanos e mangais ali existentes, era a principal responsável pelas doenças e mortes entre os portugueses⁴, os portos da baía de Sofala estavam na sua maioria assoreados e não permitiam a entrada de barcos de grande calado, a barra e o leito do rio mudavam com muita rapidez e as cheias sazonais constituíam um risco permanente para qualquer estabelecimento de pedra e cal, que ali se pretendesse construir⁵.

Sujeita a persistentes alterações geo-climáticas devidas à combinação secular de ciclos de seca e cheia, erosão marítima e assoreamento da baía e barra do rio, o estabelecimento de um qualquer porto nesta área bem como a sobrevivência das comunidades humanas ali residentes, dependia sobretudo da sua capacidade de resposta a estas situações; sendo que adaptação e mobilidade constituíam a chave da sobrevivência permitindo, em última instância, o abandono das áreas mais sensíveis a estas mudanças e a criação de novos estabelecimentos em áreas, contíguas, mas ainda não afectadas. Neste contexto, qualquer construção de carácter permanente constituía desde logo uma desvantagem e, a médio prazo, estava condenada à ruína e abandono.

2. Aprender com as gentes da terra

Ao longo do tempo, estas foram as principais preocupações para todos quantos ali viviam ou permaneciam por períodos de tempo mais ou menos longos. Os primeiros tiveram que aprender a viver nestas circunstâncias, e isto significou aprender, aproveitar e explorar os diferentes recursos locais de forma a prevenir situações de desequilíbrio e instabilidade no seio da comunidade. Os segundos tiveram de demonstrar que eram não só capazes de sobreviver mas também de recolher informação sobre a terra, as gentes, os seus usos e costumes. Em qualquer dos casos, conhecimento e capacidade de adaptação foram decisivos; sendo que, para os Portugueses, a possibilidade de permanência na região dependeria ainda da sua capacidade de integração nas comunidades locais.

Longe do reino, o estabelecimento de relações de amizade com as diferentes comunidades constituía a única garantia de acesso às redes de abastecimento local e a possibilidade de conhecimento efectivo das potencialidades e recursos regionais. E se inicialmente se mostraram relutantes em aceitar as soluções locais para resolver os problemas do seu quotidiano – basicamente, alimentação e saúde – rapidamente reconheceram que os “remédios da terra” eram bem mais eficazes para os manterem vivos e saudáveis, que qualquer botica vinda do reino.

A consciência desta situação, de par com a inabalável decisão da coroa de construir ali uma fortaleza, foi o primeiro passo para uma melhor percepção da região e dos usos e tradições das suas gentes; sendo que um dos resultados mais imediatos foi o reconhecimento e a identificação das plantas e ervas medicinais locais tentando, em simultâneo, entender como estas eram aplicadas.

A partir do século XVII, a documentação portuguesa testemunha claramente esta evidência e, à medida que o tempo vai passando, os “remédios da terra” não só passaram a ser de uso comum entre os Portugueses de Sofala, como foram rapidamente integrados nos circuitos comerciais dos portugueses no Índico.

Deste modo, o óleo de coco (*Cocos nucifera*) e de ricino (*Ricinus communis*), as raízes de *Abutua* (*Cissampelos parreira*) e as de *Calumba* (*Jateorhiza palmata*), por demais abundantes na região de Sofala, foram os primeiros “remédios da terra”, de comprovada eficácia no tratamento de feridas, diarreias e problemas gastrointestinais. Largamente comercializadas nos portos de Moçambique e do Índico desde finais do século XVII⁶, integravam já as farmacopeias ocidentais do século XVIII⁷ e as boticas Portuguesas enviadas para os outros territórios do Império⁸.

Em simultâneo, e apesar da desconfiança face aos curandeiros locais e às práticas fitoterapêuticas tradicionalmente usadas por estes, as autoridades Portuguesas reconheciam a sua importância bem como a necessidade de aprender a curar com os “remédios da terra”, fazendo uso das práticas de cura locais que, muitas vezes, se revelavam bem mais eficazes⁹. Neste sentido, aprender a curar com as plantas e ervas medicinais locais tornou-se também uma prioridade para todos quantos, ao serviço da coroa portuguesa, ali se estabeleciam ou tinham de prestar serviço.

Correspondendo às áreas onde os portugueses se foram fixando, as regiões de Sofala, do Arquipélago de Bazaruto e do Vale do Zambeze, foram as primeiras a ser alvo de expedições de reconhecimento no sentido da identificação dos recursos vegetais, particularmente no domínio das plantas medicinais. Tal não significou que, esquecendo-se o ouro, esta passasse a ser a prioridade da coroa nestes territórios; porém, a procura das minas e do acesso mais rápido aos centros mineiros, forçou,

⁴ CORREIA, Gaspar (1497/1502), *Lendas da Índia*, Lisboa, 1858, p. 573.

⁵ “Instruções para o Capitão-Mór D.Francisco de Almeida. Lisboa, 1505 Março 5”, *Documentos dos Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*, vol. I (1497-1506), Doc. 18, National Archives of Rhodesia and Nyasaland / Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1962, p.183.

⁶ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Moçambique Cx. 87, 88, 89 e 92.

⁷ Veja-se o caso da farmacopeia portuguesa mandada publicar por D. Maria I em 1794 mas só impresso em 1823. *Pharmacopeia Geral para o reino e domínios de Portugal*. Tomo I – Elementos de Pharmacia, publicada por ordem da Rainha Fidelíssima D. Maria I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1823.

⁸ Ver, por exemplo, Relação de medicamentos que são precisos para a capital de Moçambique para o fornecimento da botica do Hospital Militar do corrente anno de 1787 dada pelo médico e boticário do Hospital Real, Manoel Vaz (Goa, 19 de Janeiro de 1787). Arquivo Histórico de Goa (AHG), Cod.1584, fls. 73 ou Relação de medicamentos que são precisos para a capital de Moçambique para botica do Hospital Real (Goa, 19 de Janeiro de 1790) AHG, Cod.1584, fls. 273.

⁹ Documentação do Conselho Ultramarino – Despacho de 21 de Maio de 1703, in PINA, Luís de (1939)

de algum modo, o reconhecimento da região, resultando daí um melhor conhecimento dos recursos naturais e das formas de vida das populações locais.

Por outro lado, a falta de apoio do reino estimulou um maior relacionamento e interação com algumas das comunidades locais de que resultou, já nos finais do século XVI, numa situação de integração de muitos dos portugueses nestas comunidades. A sua aceitação por parte das chefaturas locais tornou mais fácil a estes portugueses o conhecimento de práticas e usos tradicionais, nomeadamente no domínio dos “remédios da terra” e das formas da sua aplicação¹⁰, que se revelaram fundamentais para a sua sobrevivência na região.

Neste sentido, a história de Sofala é, de facto, muito peculiar. Não só a área oferece uma grande diversidade de plantas medicinais específicas dos diferentes habitat regionais, como as próprias populações, forçadas a uma grande mobilidade por via das permanentes alterações geo-climáticas, foram aprendendo, ao longo do tempo, a procurar alternativas nas zonas para as quais iam sendo forçadas a mudar, movimentando-se com muita facilidade e rapidez, das terras do continente para as ilhas costeiras ou para os mouchões temporários dos estuários e aprendendo, com igual celeridade, a reconhecer e aproveitar os recursos regionais disponíveis.

3. Conhecimento e reconhecimento dos recursos vegetais no século XIX

Não escapou aos portugueses, estantes ou residentes, a importância desta dinâmica e as razões da pertinência do reconhecimento dos recursos naturais, sendo que, em meados do século XIX, se tornou evidente que, o conhecimento efectivo que tinham de toda a região de Sofala (continental e insular) ultrapassava em muito as informações dos relatórios oficiais que persistiam em sublinhar a fertilidade das terras da faixa litoral de Sofala por contra ponto às terras inóspitas de Chiloane¹¹ e demais ilhas costeiras.

Contrariando o pessimismo destes relatórios, a documentação disponível para a segunda metade do século XIX, providencia informação suficiente não só sobre a imensa diversidade de recursos de toda esta região, como sobre a importância que foi dada ao seu reconhecimento pelos portugueses que, idos do reino ou de outras partes do Império, ali viviam.

Mais do que os escassos relatórios das expedições científicas do século XVIII¹², as descrições detalhadas de Ezequiel da Silva¹³ e alguns relatórios do Serviço de Saúde do Distrito de Sofala¹⁴ de meados do século XIX, são porventura algumas das melhores fontes sobre as plantas medicinais locais e as práticas de cura tradicionais a elas associadas.

Não deixando de referir a ausência de uma farmacopeia no sentido ocidental ou a dificuldade da recolha de receituários devido à total ausência de dosagens pré-estabelecidas¹⁵, estes relatos testemunham a combinação de métodos de registo mais ou menos científicos com os procedimentos tradicionais relativos ao diagnóstico, receituários e tratamentos (vd. Quadro 1). Acresce, no caso dos relatos de Ezequiel da Silva, o facto de estes corresponderem à sua própria experiência e prática.

Não sendo médico, botânico ou boticário, Ezequiel da Silva aprendeu a reconhecer os “remédios da terra”, a conhecer as suas virtudes terapêuticas e a sua forma de aplicação junto dos curandeiros locais, por via da sua integração na comunidade de Chiloane onde assegurava as funções de professor primário¹⁶. Filho da terra mas não alheio à importância da validação científica das potencialidades fitoterapêuticas das plantas utilizadas localmente, procedeu, de forma metódica e sistemática, à compilação de toda a informação que sobre elas pudesse existir tendo em vista a possibilidade de virem a ser testadas no reino e comprovadas cientificamente as suas propriedades já que, na sua opinião, estas “são pela mór parte de tão boas virtudes, que é lastimoso o não serem devidamente aproveitadas pelas nossas artes e sciencia do século actual.”¹⁷

O seu trabalho revela um conhecimento profundo das características geográficas e ambientais da região de Sofala e das práticas de cura em função da biodiversidade regional e dos tipos de doença. Mas, revela igualmente a consciência da necessidade do estudo das potencialidades desta flora medicinal no sentido de encontrar possíveis soluções para ultrapassar as dificuldades de um sistema de saúde que se revelava ineficaz tanto em Sofala como noutras áreas sob domínio português; sendo este último aspecto particularmente relevante, porquanto se conheciam situações problemáticas noutras regiões que

¹⁰ Veja-se LIESEGANG, G. (1966), Resposta das questões sobre os cafres (1795-1796) ou notícias etnográficas sobre os sertões de Sofala nos finais do século XVIII, Lisboa, onde se dá conta da existência de muitas plantas e ervas medicinais conhecidas dos “cafres” locais, dos sítios onde estas se encontram e da sua preparação em função de cada doença e de recusa dos “cafres” em passar este conhecimento a outros que não aos seus filhos.

¹¹ Vd., por exemplo o Relatório da ilha de Chiloane, Capital de Sofala, apresentado pelo facultativo de 2ª classe em Comissão do Quadro de Saúde de Moçambique, Arthur Ignácio da Gama (1878), AHU – Moçambique / Serviço de Saúde (1848-1890).

¹² Sobre este assunto, veja-se, entre outros, a documentação publicada por BOTELHO, J. J. T. (1927).

¹³ Hermenegildo Ezequiel da Silva (1883), AHU, Cod. 2186; Hermenegildo Ezequiel da Silva (1884), SGL, Res.1 – Pasta E – nº22 and also ROQUE, A. C. (2001).

¹⁴ AHU – S.E.M.U / D.G.U. – 1890 – 5ª Rep. Cx. 1506.

¹⁵ A questão da dosagem é um dos aspectos mais significativos e ao qual se dá particular atenção, sublinhando-se várias vezes que a aplicação destas mezinhas poderá ser potencialmente perigosa no caso de se exceder a dose apropriada. Veja-se, por exemplo, Hermenegildo Ezequiel da Silva (1883), AHU Cod. 2186, fl. 2 e fls. 7v-8.

¹⁶ Os escassos dados sobre a sua vida podem ser consultados no texto “Rezumo das notícias do districto de Sofalla e sertões vizinhos desde o anno de 1755 em que esta provincia foi desmembrada dos Estados da Índia até ao corrente anno de 1884” in FELICIANO, J.F. e NICOLAU, V.H. (1998), pp.257-296.

¹⁷ Hermenegildo Ezequiel da Silva (1884), SGL, Res.1 – Pasta E – nº22 fl.9.

poderiam eventualmente ser resolvidas com a introdução e uso de algumas destas plantas medicinais que nelas eram desconhecidas.

Os casos da Durura e da Chicarafunda, ambas referenciadas para Sofala e Chiloane, são tidos como exemplo a introduzir noutras áreas para diminuir a taxa de mortalidade neo-natal¹⁸, enquanto outras, como a Gambacamba e a Mutivari, que crescem nos arredores de Sofala, poderiam ser indicadas como substitutos locais da raiz de alteia (*Althea officinalis*) ou do extracto de alcacuz (*Glycyrriza glabra*).

Por outro lado, ciente da diversidade e especificidade de cada habitat e da influência deste na ocorrência ou ausência desta ou daquela espécie, Ezequiel da Silva sublinha que o uso de cada planta no tratamento específico de uma determinada doença é parte integrante do património cultural de cada comunidade e decorre do conhecimento profundo que cada uma tem dos recursos naturais locais e da capacidade de os usar para satisfazer as suas necessidades básicas¹⁹.

Assim se explica que, por exemplo, na pequena Ilha de Chiloane, os moradores das terras arenosas da ilha saibam que as folhas e as flores da Muanga se usam no tratamento das febres associadas às constipações enquanto os que habitam junto aos terrenos salgados, onde a Muanga não ocorre, sabem que as folhas da Mutungumuja curam os mesmos sintomas.

Paralelamente, estas referências evidenciam o que pode ser considerado conhecimento básico, relevante do uso comum e da experiência do dia-a-dia, o que é o conhecimento específico do curandeiro que nenhuma comunidade pode dispensar e a importância da estreita relação de cada comunidade com o tipo de habitat ou habitats em que se inscreve.

Deste modo, e tal como Paracelso afirmara “cada país tem as suas doenças específicas e para cada um deles, a natureza providencia as soluções para a sua cura”²⁰, pelo que independentemente dos muitos habitat que condicionam a ocorrência das espécies vegetais, todos eles providenciam vários tipos de plantas e ervas medicinais para o tratamento e cura das doenças mais comuns, bastando para tal o saber de quem as conhece e sabe usar.

Neste contexto e com base nas informações de Ezequiel da Silva, é possível esboçar um mapa da distribuição regional das ervas e plantas medicinais usadas na região de Sofala, nos finais do século XIX. Os seus dados permitem identificar 74 plantas e ervas medicinais distribuídas por 7 tipos de ambientes e habitat específicos ocorrentes no distrito de Sofala²¹ (vd. Quadro 2) e usadas no tratamento de 71 situações de patologia identificada (vd. Quadro 3). Se, para a mesma data, acrescentarmos a informação do relatório do Serviço de Saúde do Distrito de Sofala e alguns dos dados colhidos nos finais do século XVIII, teremos um total de 80 plantas medicinais referenciadas para esta região (vd. Quadro 3), referindo-se para cada uma delas, a parte ou partes da planta a usar as formas de aplicação em função do resultado pretendido e o cuidado a ter na sua preparação e aplicação²².

Não deixa de ser interessante verificar que, segundo os dados do último inventário de espécies vegetais elaborado nos finais do século passado, existem mais de 5.500 espécies em Moçambique, 10% das quais usadas na medicina tradicional²³, sendo que algumas delas tem a sua primeira referência e descrição na documentação portuguesa dos séculos XVIII e XIX. Por outro lado, a mesma documentação informa sobre a frequência das doenças mais comuns, em particular a malária e os vários tipos de diarreia, e a sua relação com determinados períodos do ano. As primeiras com maior índice de ocorrência na estação das chuvas e com o pico máximo no mês de Maio, e as segundas, com maior incidência sobretudo nos meses de Setembro e Outubro.

Para além destas, as principais doenças que afectavam as populações eram, tal como hoje, doenças do foro respiratório e doenças venéreas a que acresciam vários problemas decorrentes de má nutrição e deficientes condições sanitárias, de par com inflamações e feridas de natureza variada, por vezes associadas a fracturas

A informação veiculada pela documentação portuguesa do século XIX testemunha que a maioria destas doenças era tratada pela medicina tradicional (vd. Quadro 4) e que, em algumas situações, as práticas fitoterapêuticas apresentavam excelentes resultados. Veja-se o caso da malária que, resistente aos muitos tratamentos ensaiados pelos europeus desde o século XVI, era tratada pelos curandeiros com uma combinação de várias plantas que, actuando individualmente ao nível dos vários sintomas, criavam condições para uma melhoria significativa do estado do paciente.

Também aqui merece atenção o trabalho de Ezequiel da Silva que, registando o uso das raízes de Gambacamba e das raízes e folhas de Goche para fazer baixar as febres palúdicas, enumera ainda um conjunto de várias plantas a usar em simultâneo para acalmar as dores e refrescar o corpo, sublinhando que estas, por minimizarem os efeitos colaterais dos tratamentos com base na administração regular de quinino ou de outros compostos, poderiam constituir excelentes alternativas.

Neste contexto, e ainda que longe de constituir a solução para o que continua a ser a maior causa de mortalidade em África, este tipo de dados, em articulação com outros, relevantes do conhecimento e experiência dos médicos e fitoterapeutas tradicionais, pode providenciar um importante corpus de informação sobre as diferentes plantas e ervas com propriedades medicinais e constituir suporte para o desenvolvimento da pesquisa científica com vista à validação dessas propriedades. O

¹⁸ Hermenegildo Ezequiel da Silva (1883), AHU Cod. 2186, fl. 25.

¹⁹ Idem, fls. 11v.-12.

²⁰ Paracelsus (1493-1541) citado por CARRION, M.L.(2000, p. 26.

²¹ Respectivamente zonas arenosas, zonas secas e arenosas, zonas húmidas, zonas húmidas e arenosas, mangais, praias e lagoas costeiras.

²² ROQUE, A. C. (2001), pp.2 23-257.

²³ World Conservation Monitoring Centre, 1992. Global Biodiversity Status of the Earth's Living Resources. London : Chapman & Hall.

mesmo se aplicando a outras plantas usadas no tratamento de outras doenças, nomeadamente as que, ainda hoje, mais afectam as populações.

A informação histórica sobre as plantas medicinais e a sua distribuição geográfica de par com as formas como essas plantas são localmente utilizadas constitui assim um importante registo sobre como cada comunidade se organiza num determinado espaço e usufrui dos recursos nele disponíveis e, neste sentido, tem vindo a ser oficialmente reconhecida a sua importância.

O programa do Conselho Científico de Etnobotânica (COCIE)²⁴ criado em Maio de 2006 junto do Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique, bem como o do recente Centro de Investigação e Desenvolvimento em Etnobotânica na Namaacha, reflectem claramente esta perspectiva ao incluir nos seus objectivos a criação de bases de dados de registo e uso local dos recursos vegetais, de par com a inventariação e mapeamento da distribuição das diversas espécies nas diferentes regiões do país.

Possibilitando um melhor conhecimento e identificação dos saberes e práticas tradicionais ligados ao uso das plantas e ervas medicinais em articulação com o quotidiano das populações e com as disponibilidades regionais das espécies utilizadas, a análise da informação histórica permite uma melhor percepção das mudanças e adaptações, cria condições que facilitam a compreensão da situação actual e contribui para a definição de políticas racionais visando a melhoria das condições de vida e de saúde das populações.

Quadro 1 – Ficha de registo das amostras recolhidas²⁵

Número de plantas a que pertencem as amostras		11	
Designação das espécies de que constam as amostras e peso que cada uma tem	Raiz	Libras	1
		Onças	6
		Oitavas	
	Casca	Libras	
		Onças	
		Oitavas	
	Folha	Libras	
		Onças	
		Oitavas	
	Resina	Libras	
		Onças	
		Oitavas	
Nome pelo qual é conhecida a planta no paiz	Gambacamba		
Sua qualidade e habitação	Planta rasteira que nasce em terrenos arenosos		
Território onde foi aproveitada	Abunda tanto na Ilha de Chilluane quanto na villa de Sofala e noutros lugares		
Quantidades porque é aproveitado o remédio	Raiz	Libras	
		Onças	
		Oitavas	
	Casca	Libras	
		Onças	
		Oitavas	
	Folha	Libras	
		Onças	

²⁴ Este programa pode ser consultado em “Conselho Coordenador de Ciência e Tecnologia: Conselho Científico de Etnobotânica e os Desafios para o Desenvolvimento do país”. Documento disponível em: <http://209.85.135.104/search?q=cache:r8Jc7aWkpL8J:www.mct.gov.mz/pls/portal/url/ITEM/547A249EA55101A9E040007F010060C4+Conselho+Cient%C3%ADfco+de+Etnobot%C3%A3nica&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=1&gl=pt>

²⁵ Exemplo de uma das fichas utilizadas por Ezequiel da Silva para o registo das plantas e ervas medicinais referenciadas. Hermenegildo Ezequiel da Silva (1883), AHU Cod. 2186, fl.16v – 17.

		Oitavas	
	Resina	Libras	
		Onças	
		Oitavas	
Virtudes conhecidas e doença em que é aplicada	Para cura de febres intermitentes e chagas simples		
Forma de preparação do remédio e sua aplicação	No primeiro caso é aproveitado o cozimento da raiz, depois de se tirar a primeira casca, com que a batata se cobre na terra, e ministrando ao doente todas as vezes que tiver sede, e para as feridas são aproveitadas as folhas, que se aplicam em lugar de emplastos ou unguentos, passando primeiro as folhas por um pequeno calor de fogo e depois em humidade de água, para assim poderem melhor pegar nas feridas em que são aplicadas.		
Observações	Tbém se conhecem bons resultados em facilitar a urina aos que, em consequência de leves embaraços de uretra, fizeram uso do dito cozimento por alguns dias.		

Quadro 2 – Distrito de Sofala: Distribuição regional das plantas e ervas medicinais referenciadas por Ezequiel da Silva (1883/84)

Região	Plantas e ervas medicinais
Chiluane (Ilha de)	Chicarafunda, Cluvumbuani, Chiviroviro, Diamgaranga, Gambacamba, Gôcha, Menfuta, Muanga, Mucuiu, Muquãjer, Mutivarvi, Mutondo, Mutungumuja, Nhambarãja, Ruangarara, Zavazava
Chiluane (continente de)	Chicunixavutûa, Chissacaça, Gumbilhi, Gurujã, Muçani, Mouvôre, Murôro, Nharuevihive, Rinja
Chirinda (terras de)	Muçani, Mucassiri, Muovôre, Murôro, Mutungamaxéxi, Nharuevihive, Rinja(há)
Dendirá	Mussânda
Machanga (terras de)	Bassinga , Durura
Mopranhi (?terras de)	Chissacaça
Nharingue (terras de)	Chicunixavutûa, Gumbilhi, Gurujã, Zavazava
Quiteve (terras de)	Vatãa
Rio Save (margens do)	Bassinga
Sofala	Chissacaça, Chivumbuani
Sofala (arredores de)	Chicarafunda, Muçani, Mucuiu, Mutivarvi, Nharuevihive, Gurujã, Murôro
Sofala (praias de)	Ruangarara
Sofala (perto da vila de)	Murôro
Sofala (arredores da vila de)	Gôche, Muanga
Sofala (terras de)	Mucuiu
Sofala (terras perto de)	Nharuevihive
Sofala (vila de)	Gambacamba, Gôche, Muanga
Sofala (vila de) - Vila de Chicoge	Muxindimure
Sofala District (geral)	Bangamuzi, Chicii-o, Chiguimamuriro, Chipandara, Dia, Dithi, Dembezico, Dundurûa, Furanvune, Guaramarúco, Guaquãchu, Macohôo, Muchiquiri, Mucinde, Mudangû-a, Mudinja, Mukonde, Munginda, Muchomgoma, Munhambane, Muoxioxi, Mupêje, Mupimbi, Muquacú-a, Murara, Muria Bondôro, Mussára, Musekissa, Mussoropatue, Mussoropotiu, Mutinja, Mutietu, Muvive, Muxenga, Nhagemba, Pumbururu, Ruenha, Suraçugi, Utúro, Úvo

Quadro 3 - Distrito de Sofala: Distribuição regional das plantas e ervas medicinais referenciadas e sua aplicação (último quartel do séc. XIX)¹

Designação local	Utilização específica	Identificação ²
Abutua	Reumatismo	Cissampelos parreira
Ambono	Febres	
Bassinga (Bacinga, Basinga)	Envenenamento de peixes	
Bangamuzi	Fracturas Doenças do foro ginecológico	
Chicarafunda (Chikarafunda)	Partos Dores reumáticas Pontadas Gonorreias simples Quedas e contusões	
Chicii-o (TChicii-o)	Dores de dentes	Acacia sp. ³
Chicunixavutûa (Chicunichavutuca , Chiamicha Vuthwa)	Inflamações internas e externas	
Chiguimamuriro	Queimaduras	Ehretia obtusifolia ⁴

¹ Quadro feito com base em SILVA, G.H.E. da (1883), AHU Cod. 2186, SILVA, G.H.E. da (1884), SGL Res 1 – Pasta E – nº 22, CUNHA, J. d' A. da (1883) e LIESEGANG, G. (1966).

² CORDEIRO, M.M. (1962), SOUSA, A. G. e (1966-67), e JANSEN, P. C. M. e MENDES, O. (1984-91).

³ CORDEIRO (1962), p. 64 e 90. Referida como Acacia sp ou Acacia subalata em função do descritor.

(Chichimamuro, Quaquacho)	Venéreo	
Chipandara		
Chissacaça (Chiçakasa, Chiçacassa, Chisakasa)	Tosses e convulsões Disenteria Inflamações	
Chiviroviro	Envenenamento de enguias	
Chivumbuani (Chirumbuani, Chiziricáu)	Disenterias agudas Dores de cabeça	
Dia (Inedia)	Feridas	
Diamgaranga (Dianganranga, Dyangaranga)	Retenção simples de urina Gonorreia simples	
Dithi	Gonorreia simples Sarna	
Dembezico (Dumbeziko)	Dores de cabeça Cólicas	
Dundurúa	Cicatrizantes de feridas em que se tenham criado vermes Laxante infantil	
Durura (Durûra)	Estimula o aparecimento de leite mesmo em mulheres de idade avançada	
Furanvune	Envenenamento vegetal	
Gambacamba (Gambaçamba, Gambakanda)	Unguento para feridas simples Febres intermitentes Retenções de urina por problemas de uretra	
Gòche (Gooche)	Febres diversas Lombrigas Febres intermitentes Retenções de urina Apertos da uretra	Aneilema dregeanum ⁵
Guaramarúco	Feridas Purgante Vomitório	
Guaquàchu (Gwakwachu)	Sarna	
Gumbilhi (Guimbichi)	Gonorreias Ataques de lombrigas em crianças	
Gurujà (Guruja)	Tosses persistentes associadas e constipações	
Macohôo	Dores de barriga e vômitos particularmente em crianças	
Mémfuta	Lombrigas e outros parasitas Dores de dentes Constipações ligeiras	Aloes sp.
Mofina	Purgativa	
Muanga (Muánga, Luni)	Febres e dores de cabeça provocadas por constipações	Gynandropsis gynandra ⁶
Muçani (Mussane, Mussâni)	Dores de cabeça Repelente de pulgas	Lippia asperifolia ⁷

⁴ JANSEN e MENDES (1984-91), Tomo 3, p. 87-93.

⁵ CORDEIRO (1962), p. 76 e 93.

⁶ JANSEN e MENDES (1984-91), Tomo 3, p. 229-238. CORDEIRO (1962), p. 64 e 88, identifica a Muanga como *Afromosiae angolensis*

⁷ CORDEIRO (1962), p. 70 e 89.

Mucassiri (Mukasiri, Macassiri)	Disenteria aguda Cólicas Hemorroidal	
Muchiquirei	Dores de dentes Dores reumáticas	Trichilia emetica ⁸
Mucinde	Envenenamento de peixes	
Mucuiu (Mukuiu)	Cicatrização de feridas nas gengivas Dores de pedra Pontadas Dores causadas por contusões	
Muçongo	Sarna	
Mudangü-a	Dores de dentes Diarreias simples	Sclerocarya caffra ⁹
Mudjenja	Erupções da pele e borbulhas originadas pelo calor	
Mukonde (Muconde)	Envenenamento de peixe	
Mungínda (Munjinda)	Inflamações internas Dores de cabeça e febres de natureza variada incluindo as associadas às constipações	
Muchomgoma	Escorbuto Disenterias simples	
Munhambane	Dores associadas a constipações	
Munxôro (Munssôro, Munchoro)	Lombrigas das crianças Cólicas	
Munziro	Tumores	
Muovôre (Muvore)	Oftalmias Fracturas Nevralgias Partos difíceis	
Muoxioxi (Muochiochi ou Mwochyochi)	Dores de cabeça	
Mupeji	Extracção de dentes Purgante para as mulheres em situação de pós-parto	
Mupimbi	Gonorreias Empachamento do ventre	
Muquacú-a (Mucuácua)	Dores de cabeça Padecimentos do baço	Anthocleista grandiflora ¹⁰
Muquàjer (Mukwáju, Mucujaju ou Otamarihuo)	Tosse persistente acompanhada de escarros de sangue Esfalfamentos Fecundidade feminina	Tamarindus Indica
Murara	Laxante	
Muria Bondôro	Constipações	
Murôro (Murrôro)	Tosse convulsa e seca	Annona senegalensis subsp. senegalensis ¹¹
Mussânda	Cura de cancrios Gangrena	Erythrophleum guineense ¹²
Mussàra	Retenção de urina	
Musekisa	Dores de dentes	

⁸ CORDEIRO (1962), p. 74 e 87. Referida como Trichilia emetica ou Trichilia roka conforme o descritor

⁹ JANSEN e MENDES (1984-91), Tomo 1, p. 139-148.

¹⁰ SOUSA, A. G. e (1967), vol. II, p. 640. CORDEIRO (1962), p. 73 e 88, identifica Muquacú-a como Strycnos innocua.

¹¹ JANSEN e MENDES (1984-91), Tomo 1, p. 151-160. CORDEIRO (1962), p. 65 e 89, identifica Murôro como Annona chrysophylla.

¹² CORDEIRO (1962), p. 68 e 89.

	Feridas nas gengivas	
Mussoropatue (Mussoropoteve)	Cólicas	
Mussoropotiù	Cólicas	
Mutinja	Dores da pedra Retenção de urina	
Mutietu	Sarna e outras irrupções da pele	
Mutivarvi (Mutitivaroy ou Mutitiarói)	Tosse e tosse convulsa, em particular nas crianças	Abrus precatorius ¹³
Mutondo	Febres Constipações Rebentar tumores	Cordyla africana ¹⁴
Mutungamaxèxi (Mutumga Machechi Mutungamacece ou Mutungamochichi)	Dores de dentes Lombrigas em crianças	Maytenus senegalensis ¹⁵
Mutungumuja (Munháiri ou Munhuiri)	Dores e febres associadas a constipações Pleurisias Reumatismo Vizicatório Pontadas	
Muvive (Moveve ou Muvivu)	Cicatrizante de feridas cancerosas e outras não especificadas	
Muxenga (Muchinga)	Feridas rebeldes Tumores	
Muxindimure (Muchindimure)	Cólicas Indigestões Debilitar as forças das cobras (cobramadeira)	
Nhagemba	Dores associadas a doenças venéreas	
Nhambaràja	Dores de barriga Indisposição do estômago Indigestão Tumores Cicatrização de feridas várias	
Nharuevihive (Nharuiveive ou Nharuhivehive)	Rebentar tumores	
Pumbururu	Dores de barriga Vómitos	
Rinja (Renja)	Oftalmias e doenças de olhas diversas Fracturas Inflamações resultantes de fracturas Nevralgias	
Ruangularara	Gonorreias Inflamações da uretra Padecimentos da bexiga Tosses	
Ruenha (Rwenha)	Dores variadas incluindo as de cabeça e pontadas associada a constipações	
Suraçugi	Hérnias	
Uranga	Doenças do foro respiratório	
Uriri	Envenenamento de flechas	
Utúru	Envenenamento de flechas	
Úvu	Oftalmias e outras doenças de olhos	

¹³ CORDEIRO (1962), p. 64 e 90.

¹⁴ SOUSA, A. G. e (1966), vol. I, p. 276. CORDEIRO (1962), p. 70 e 90, identifica Muconde como Isoberlinea globiflora.

¹⁵ JANSEN e MENDES (1984-91), Tomo 4, p. 41-52.

Vatía (Vutía)	Indigestões Indisposição de estômago Cólicas	
Zavazava	Asma Feridas provocadas por fracturas ou queimaduras	Datura stramonium ¹⁶

Quadro 4 – Sofala: Doenças mais comuns e tratamento

Doença	Plantas e ervas medicinais usadas no seu tratamento
Cancros (queimar)	Chiviroviro (seiva)
Cancros (curar)	Mussanda (casca), Munziro (folhas)
Cancros (queimar)	Mutondo (raiz e fruto), Nharuevihivi (folhas)
Cancros (rebotar)	Mussanda
Constipações	Ruenha (folhas), Mutondo (folhas e flores)
Constipações ligeiras	Menfuta (folhas), Muria Bondôro
Cólicas	Dembezico (folhas), Mucassiri (raiz), Munxôro (folhas e fruto), Mussoropatue (folhas), Mussoropotiu (folhas), Muxindimure (raiz e folhas), Vatia
Contusões	Chicarafunda (folhas)
Dentes (dor de dentes)	Chicii-o, Menfuta (raiz), Muchiquiri, Mundangù-a (casca), Mutumgamaxéxi (casca)
Dentes (extração de dentes)	Mupeji (resina)
Diarreia	Chissacaça (folhas), Mundangù-a (raiz), Muchomgoma (fruto)
Diarreia / disenteria	Chivumbuani (folhas e flor), Mucassiri (caule)
Dores associadas a constipações	Munhambane, Mutungumuja (raiz)
Dores associadas a contusões	Mucuiu (resina)
Dores associadas a doenças venéreas	Nhagembe
Dores de barriga	Nhambaràja (raízes), Pumbururo
Dores de barriga (crianças)	Macohôo
Dores de cabeça	Chivumbuani (folhas), Dembezico (folhas), Muoxioxi (frutos), Muçani (folhas), Munginda (folhas), Muquacú-a, Mussana (folhas), Ruenha (folhas)
Dores de cabeça associadas a constipações	Muanga (folhas e flor), Muginde (folhas), Ruenha (folhas)
Emético	Pumbururu, Guaramarúco (sementes e fruto)
Emético (crianças)	Macohôo
Escorbuto	Muchomgoma (fruto)
Esfalfamentos	Muquàjer (folhas)
Estimulação das glândulas mamárias	Durura (fruto)
Febres	Mutondo (folhas e flores), Gòche (folhas, ramos e raiz), Ambono (folhas)
Febres associadas a constipações	Muanga (folhas e flor), Muginda (folhas), Mutungumuja (folhas)
Febres palúdicas	Gambacamba (raiz), Gòche (folhas, ramos e raízes)
Feridas (cicatrização)	Chiviroviro (seiva), Dia (raiz), Dundúrua (fruto), Gambacamba (folhas), Guabranchesrúco (seiva); Muvivu (fruto e casca), Muxenga (resina), Nhambaràja (folhas)
Feridas (gengivas)	Mucuiu (resina)
Feridas associadas a fracturas e a queimaduras	Zavazava (folhas)
Fracturas	Bangamuzi, Chicarafunda (folhas), Muovère (raiz), Rinja (raiz)
Hemorroidal	Mucassiri
Hérnias	Suraçuagi
Inflamações (internas e externas)	Chicunixavatúa (raiz)
Inflamações (externas)	Chissacaça (sementes)
Inflamações (internas)	Muginde (raiz)
Inflamações associadas a fracturas	Rinja (raiz)
Inflamações associadas a problemas de uretra	Ruangerara (folhas e ramos)

¹⁶ CUNHA, J. d' A. da (1883), p. 13.

Lombrigas	Gòche (folhas, ramos e raiz), Menfuta (folhas), Munxòro (folhas e fruto)
Lombrigas (crianças)	Gumbilhi (raiz), Munxòro (folhas e fruto), Mutungamaxèxi (casca)
Nevralgias	Muovòre (raiz), Rinja (ramos)
Oftalmias	Muovòre (raiz), Rinja (ramos), Úvo
Partos (para facilitar)	Chicarafunda (folhas), Muovòre (folhas)
Pleurisia	Mutungumiya (raiz)
Pontadas	Chicarafunda (folhas), Mucuiu (resina), Mutumgumya (raiz)
Problemas ginecológicos (fertilidade)	Muquàjer (folhas)
Problemas ginecológicos (útero)	Bangamuzi, Chipandara
Problemas respiratórios (asma)	Zavazava (raiz)
Problemas respiratórios (tosse)	Chissacaça (raiz), Mutivarvi (raiz), Ruangarara (folhas e ramos), Uranga (raiz)
Problemas respiratórios (tosse convulsa)	Chissacaça (raiz), Muròro (raiz e casca), Mutivarvi (raiz)
Problemas respiratórios (tosse persistente associada a constipações)	Gurujà (folhas, raiz e ramos)
Problemas respiratórios (tosse persistente acompanhada com escarros de sangue)	Muquàjer (folhas)
Problemas de baço	Muquacú-a
Problemas de estômago (dores)	Nhambaràja (raiz)
Problemas de estômago (indigestão)	Muchindimure (raiz e folhas), Nhambaràja (raiz), Vátia (batata)
Problemas de pele (borbulhagem associada ao calor)	Mudjenja (raiz), Mutietu
Problemas do sistema urinário (bexiga)	Ruangarara (folhas e ramos)
Problemas do sistema urinário (cólica renal)	Mucui (água da raiz), Mutinja
Problemas do sistema urinário (uretra)	Diamgaranga (folhas), Gambacamba (raiz), Gòche (folhas, ramos e raiz), Mussàra, Mutinj
Problemas sexuais (gonorreia)	Chicarafunda (folhas), Diamgaranga (folhas), Dithi (casca), Gumbilhi (casca), Mupimbi (raiz), Ruangarara (folhas e ramos)
Problemas sexuais (doenças venéreas)	Chiguimamuriro (raiz), Moveve (fruto)
Purgante	Murara, Mofina (raiz)
Purgante	Guamararúco (sementes e fruto)
Purgante (crianças)	Dundúrua
Purgante post-parto	Mupeji (folhas)
Queimaduras	Chigimamuriro (raiz)
Reumatismo	Bangamuzi, Muchiquiri, Mutungumuja, Abutua (raiz)
Sarna	Dithi (folhas), Guaquàchu (folhas), Mutietu, Muçongo (folhas)
Tumores	Muxenga (resina), Nhambaràja (folhas), Nharuevihive (raiz e folhas)
Veneno de origem vegetal (antídoto)	Furanvure (folhas)
Visicatório	Mutungumuja

Bibliografia e documentação referida no texto:

Documentação de Arquivo

Avulsos de Moçambique – AHU Caixas 87, 88, 89 e 92.

Moçambique / Serviço de Saúde (1848-1890), AHU – S.E.M.U / D.G.U. – 1890 – 5ª Rep. Cx. 1506.

Relação de medicamentos que são precisos para a capital de Moçambique para o fornecimento da botica do Hospital Militar do corrente anno de 1787 dada pelo médico e boticário do Hospital Real, Manoel Vaz (Goa, 19 de Janeiro de 1787). AHG Cod.1584.

Relação de medicamentos que são precisos para a capital de Moçambique para botica do Hospital Real (Goa, 19 de Janeiro de 1790). AHG Cod.1584

Relatório da ilha de Chiloane, Capital de Sofala, apresentado pelo facultativo de 2ª classe em Comissão do Quadro de Saúde de Moçambique, Arthur Ignácio da Gama (1878), Moçambique / Serviço de Saúde (1848-1890), AHU – S.E.M.U / D.G.U. 5ª Rep. Cx. 1506.

SILVA, G.H.E. da (1883), Descrição de várias amostras dos remédios que os povos do sertão de Sofalla empregão nas suas doença, AHU Cod. 2186

SILVA, G.H.E. da (1884), Breves noções sobre a medicina cafreal do districto de Sofala, SGL Res 1 – Pasta E – nº 22

Documentação editada

BOTELHO, J. J. T. (1927), O naturalista Manoel Galvão da Silva e as suas excursões científicas em Moçambique nos finais do século XVIII, Lisboa.

CORREIA, Gaspar (1497/1502), Lendas da Índia., Lisboa, 1858

CUNHA, J. d' A. da (1883), Breve memória à acerca da medicina cafreal entre os cafres da Província de Moçambique, Moçambique, Imprensa Nacional.

LIESEGANG, G. (1966), Resposta das questoens sobre os cafres (1795-1796) ou notícias etnográficas sobre os sertoes de Sofala nos finais do século XVIII, Lisboa.

Pharmacopeia Geral para o reino e domínios de Portugal. Tomo I – Elementos de Pharmacia, publicada por ordem da Rainha Fidelíssima D. Maria I, Lisboa, Imprensa nacional, 1823.

FELICIANO, J.F. e NICOLAU, V.H. (1998), Memórias de Sofala, Lisboa, CNCDP.

FREEMAN-GREENVILLE (1975), The East African Coast, London, Rex Collins.

“Instruções para o Capitão-Mór D.Francisco de Almeida. Lisboa, 1505 Março 5”, Documentos dos Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840. Vol. I (1497-1506), Doc. 18, National Archives of Rhodesia and Nyasaland / Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1962, pp.183-184.

ROQUE, A. C. (2001), “Breves Noções sobre a Medicina Cafreal do Districto de Sofala” ou Sobre os conhecimentos que os portugueses tinham das virtudes e usos das plantas e ervas medicinais na costa sul-oriental de África na segunda metade do século XIX”, Anais de História de Além-Mar, vol. II, pp. 211-272.

Bibliografia

CARRION, M.L.(2000), Las hierbas del Monasterio, Oviedo, Ed.Nobel,

CORDEIRO, M.M. (1962), “Correspondência entre nomes botânicos e vernáculos de algumas espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas existentes nos concelhos de Chimoio e Manica e regiões limítrofes (Moçambique)”, Rev. Agronómica, vol. XLV, Tomo I, Lisboa, pp. 61-95.

Conselho Coordenador de Ciência e Tecnologia: Conselho Científico de Etnobotânica e os Desafios para o Desenvolvimento do país”. Documento disponível em:

<http://209.85.135.104/search?q=cache:r8Jc7aWkpL8J:www.mct.gov.mz/pls/portal/url/ITEM/547A249EA55101A9E040007F010060C4+Conselho+Cient%C3%ADfico+de+Etnobot%C3%A3nica&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=1&gl=pt> (consultado na internet em Setembro de 2008)

JANSEN, P. C. M. e MENDES, O. (1984-91), Plantas medicinais, seu uso tradicional em Moçambique, Gabinete de Estudos de Medicina Tradicional, 4 vols. Ministério da Saúde, Moçambique.

PINA, L. de (1939), “Documentos para a História Médica Nacional Ultramarina”, A Medicina Contemporânea, 37.

ROQUE, A. C. (2008), “Knowledge and use of medicinal herbs and plants in the central coast of Mozambique in the late 19th century: Contribution for a better understanding of the present day situation”. Comunicação oral apresentada à 7th European Social Science History Conference. Lisbon, 26th Feb.-1st March, 2008 (texto ainda não editado).

SOUSA, A. G. e (1966-67), Dendrologia de Moçambique, Instituto Agronómico de Moçambique, L.M., 2 vols.

World Conservation Monitoring Centre (1992), Global Biodiversity Status of the Earth's Living Resources. London: Chapman & Hall.

SIGLAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

AHG – Arquivo Histórico de Goa

SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa

Do risco ao acidente: que possibilidades para a prevenção?

João Areosa
Metropolitano de Lisboa; Doutorando no ISCTE
joao.s.aresa@gmail.com

Resumo: Se considerarmos a eminente quantidade de riscos que determinadas organizações incorporam, bem como a sua elevada gravidade, podemos então considerar, metaforicamente, algumas destas organizações como autênticas fábricas de riscos. Os acidentes só ocorrem porque existem riscos a montante; sabendo que os riscos são de certo modo omnipresentes torna-se utópico pensar que poderemos alguma vez eliminar todos os acidentes. Os acidentes em geral e particularmente os acidentes de grandes dimensões (também designados como acidentes maiores), transformaram-se numa preocupação efectiva para algumas sociedades, nomeadamente as ocidentais. Outro aspecto relevante desta temática está centrado nas sequelas ou efeitos que de acidentes maiores produzem, isto é, as consequências resultantes destes acidentes deixaram de ser exclusivamente locais, para assumirem um carácter cada vez mais global. Isto significa que poderemos estar perante uma certa tendência para a democratização dos resultados nefastos dos grandes acidentes, cuja origem é humana e/ou tecnológica. Neste artigo pretendemos confrontar as principais virtudes e limitações dos diversos modelos para a análise dos acidentes maiores e menores. As perspectivas que iremos apresentar e confrontar, embora de forma sucinta, são as seguintes: o modelo sequencialista dos acidentes concebido por Heinrich (1931); a perspectiva epidemiológica dos acidentes, desenvolvida, entre outros, por Gordon (1949) e Green (1999); o paradigma socio-técnico dos desastres de origem humana, elaborado por Turner (1978); a abordagem sistémica dos acidentes, particularmente a perspectiva dos “acidentes normais” preconizada por Perrow (1999); e finalmente, o modelo organizacional dos acidentes apresentado por Reason (1990; 1997).

Palavras-chave: Risco; Acidentes; Teorias dos Acidentes.

1- Introdução – Riscos e acidentes: as duas faces da mesma moeda

O risco e a sua definição são assuntos que não reúnem consenso (Kaplan, 1997). A modernidade trouxe aquilo que alguns autores já anunciaram como a “epidemia dos riscos” (Skolbekken, 1995). A crescente problematização do risco em alguns segmentos sociais pode estar a transformar a sua discussão em algo relevante para a modernidade. Numa abordagem aprofundada sobre a temática do risco Renn (1992: 57) apresenta sete perspectivas distintas, cada uma delas passível de subdivisões internas, onde podem surgir modelos contraditórios ou complementares, particularmente na teoria social do risco (Areosa, 2003; 2005; 2008b).

Podemos ver o risco como uma entidade omnipresente em diversas áreas do mundo social e são estes riscos que se constituem como as “antecâmaras” dos acidentes. Por este motivo é difícil de nos concebermos como sujeitos imunes ao risco ou, em certas situações, de nos colocarmos fora do seu alcance. Na perspectiva de Dean (1999: 146), em certas circunstâncias, o risco pode ser um continuum e neste sentido nunca desaparece completamente. A essência do risco não é tanto aquilo que está a acontecer, mas sim, aquilo que pode acontecer (Adam; Van Loon, 2000), ou seja, o risco está direccionado para aspectos futuros (Giddens, 2000). Assim, se o futuro fosse algo pré-determinado e independente das actividades humanas ou das forças da natureza, o termo risco não faria sentido (Renn, 1992). Todavia, a noção de risco acaba por estar associada a pelo menos uma das seguintes perspectivas: 1) Abordagem quantitativa – associada à probabilidade de ocorrência de um evento; 2) Abordagem qualitativa – associada à possibilidade incerta de ocorrência de um qualquer evento (não quantificável). Apesar da abordagem quantitativa ou probabilística ser dominante em diversas áreas do mundo social, consideramos também importante a perspectiva qualitativa do risco, devido esta abordagem parecer mais ajustada para determinadas situações, nomeadamente em situações de risco ocupacional. Uma justificação mais detalhada para esta opção pode ser encontrada nos trabalhos de Granjo (2004; 2006) e Areosa (2007a; 2007b; 2007c; 2008a).

Os riscos que podem dar origem a acidentes são apenas uma das muitas variantes do estudo do risco. Este tipo de riscos nem sempre suscitou as mesmas leituras, foi evoluindo e reconfigurando-se nas diversas sociedades, dependendo das práticas utilizadas e das novas formas de conhecimento sobre os seus efeitos potenciais. Os riscos organizacionais tendem a ser vistos como potenciais factores negativos para as empresas ou para a saúde e segurança dos membros pertencentes a essa mesma organização. São susceptíveis de causar lesões físicas aos trabalhadores, doenças, perdas económicas, danos materiais e/ou ambientais; ou seja, podemos encontrar uma interligação entre os riscos organizacionais e os potenciais efeitos adversos que eles provocam nas pessoas e no seu bem-estar, bem como nas eventuais perdas para a organização.

O acidente em sentido etimológico significa qualquer evento não planeado, fortuito, imprevisto e fruto do acaso. Na linguagem do senso comum um acidente é entendido como algo nefasto, maléfico e aleatório que provoca danos ou prejuízos. Desta definição preliminar podemos diagnosticar a existência de uma impossibilidade empírica para controlar e antever todas as situações passíveis de causar acidentes. Até meados do século XVIII a noção de acidente (tal como a noção de risco) esteve associada a manifestações divinas e as grandes catástrofes eram vistas como fruto da vontade dos Deuses. A laicização da catástrofe (Theys, 1987) surge como um pensamento fracturante sobre a visão social dominante acerca dos acidentes que começa a emergir após o terramoto de Lisboa de 1755 (Areosa, 2008a). A partir deste período os acidentes começam também a ser entendidos como resultado de condições naturais.

Os acidentes sempre fizeram e sempre farão parte dos eventos ocorridos em sociedade, e isto pode explicar, em parte, o porquê de eles poderem ser considerados como um problema social. É verdade que os acidentes podem ocorrer em

todos os lugares (escolas, casa, locais de trabalho, estradas, etc.), em diversas circunstâncias, e derivar de múltiplas causas. Esta fatalidade social à qual todos nós estamos sujeitos depende dos riscos e dos perigos que nós corremos ao longo das nossas vidas. Apesar de alguns acidentes serem dramáticos nas consequências que produzem, eles por definição são eventos relativamente raros, visto que representam desvios à normalidade.

A definição das fronteiras da própria noção de acidente, isto é, a sua construção conceptual, pode levantar alguns dilemas, nomeadamente em “acidentes” de pequena importância. Podemos considerar um ferimento ligeiro um acidente? Ou, pelo contrário, deverá ser considerado como incidente? A literatura não é consensual sobre esta matéria, porém, neste contexto parece-nos pertinente tentar distinguir as noções de acidente e incidente. Em sentido lato, o acidente é um acontecimento súbito, involuntário e não planeado no qual a acção ou a reacção de um objecto, substância, indivíduo ou radiação, resulta num dano pessoal ou material. Neste trabalho consideramos que só se pode falar em acidente quando ocorre uma lesão pessoal (mesmo que pouco significativa) e/ou pelo menos um dano material. A definição de acidente utilizada neste trabalho exclui as acções intencionais prejudiciais, tais como actos de terror, sabotagem, suicídio, etc. Entendemos por incidente qualquer acontecimento onde não ocorre qualquer dano para a saúde, ferimento, danos materiais, ou qualquer outra perda; alguns autores também designam esta noção por “quase acidente”. Em traços gerais, julgamos que não é possível prevenir e evitar todos os acidentes, mas estamos convictos que as pesquisas sobre acidentes podem ajudar a prevenir alguns deles.

A primeira grande teoria científica sobre os acidentes em contexto organizacional talvez tenha sido aquela que foi apresentada por Greenwood e Woods (1919), onde era referido que existiria uma certa propensão individual para os acidentes. A perspectiva destes autores centrava-se no estudo da intervenção humana como a principal causa dos acidentes. Foi a partir daqui que as causas dos acidentes começaram a estar mais centradas no indivíduo. Neste período os acidentes eram vistos como resultado de uma única causa (ou falha técnica ou falha humana). A teoria da propensão individual para os acidentes, amplamente debatida na área da psicologia, incidia sobre a identificação de determinadas características individuais do sujeito sinistrado, ou seja, tentavam aferir a existência de propensões pessoais para o acidente. Numa primeira fase efectuaram-se pesquisas estatísticas onde se pretendia validar se determinados indivíduos teriam repetidamente mais acidentes por comparação com outros indivíduos. De facto, alguns estudos detectavam que um pequeno número de pessoas sofria mais acidentes do que os outros, desempenhando as mesmas tarefas.

Segundo Nebot (2003) as pessoas podem, de facto, atravessar um período da sua vida durante o qual sofre mais acidentes; mas, esta situação tende a não estar relacionada com aspectos individuais (biológicos ou genéticos) – como defendia o modelo da propensão individual para os acidentes – mas com aspectos de natureza familiar, profissional ou social. Numa perspectiva com características diferentes da anterior, autores como Reason (1990, 1997) e Amalberti (1996) afirmam que é difícil evitar os erros humanos, e criticam os modelos que concebem os acidentes estritamente a partir deste pressuposto, visto que o erro faz parte da própria condição humana; assim, para a prevenção de acidentes parece preferível actuar ao nível de factores não humanos. Outros estudos centrados no indivíduo e nos seus aspectos cognitivos perante o trabalho sugerem que o comportamento dos trabalhadores está baseado em hábitos e rotinas. Deste modo a realização do trabalho pode ser vista como um mecanismo quase automatizado e não tanto como um processo de decisão permanentemente consciente (Wagenaar, 1992; Brehmer, 1993 – citados em Silva, 2003: 20). Segundo a abordagem destes autores a prevenção de acidentes a partir da alteração comportamental dos trabalhadores não é o meio mais eficaz de prevenção, pelo contrário, deve-se apostar defesas ou barreiras que não dependam da componente humana. As múltiplas críticas ao modelo da propensão individual para o acidente (onde estaria implícito a culpabilização individual) redireccionaram a investigação de acidentes para outras dimensões psicossociais e organizacionais.

2- O modelo sequencialista dos acidentes e a evolução paradigmática da noção de acidente

Os modelos sequenciais para a análise de acidentes partem do pressuposto que até chegarmos ao acidente existe uma serie sequencial de acontecimentos ou ocorrências que estão na sua origem ou que os possibilitam. Estes eventos surgem numa ordem específica até ao momento do acidente em si mesmo. Nesta perspectiva os acidentes são vistos como eventos não esperados e não intencionais, do qual resulta um acontecimento não desejado. Os acidentes podem ser compreendidos como desvios às situações planeadas e aos objectivos pré-concebidos. Podem resultar, por exemplo, de actos pessoais inseguros ou de outros perigos mecânicos ou físicos. As perdas, danos, prejuízos ou lesões podem ser interpretadas como os efeitos não desejados que provêm dos acidentes. Nas primeiras versões dos modelos sequencialistas estas situações, resultantes do acidente, eram vistas como dependentes de uma causa única. Podemos afirmar que esta era uma visão muito simplista dos acidentes, visto que considerava apenas um único factor explicativo para a ocorrência destes eventos. Contudo, os modelos sequenciais mais recentes contemplam a possibilidade de alguns acidentes poderem derivar de uma complexa interacção e sequência de factores. O modelo sequencial dos acidentes preconiza que qualquer acidente pode ocorrer quando o sistema está, aparentemente, a trabalhar com normalidade. Porém, um evento repentino e inesperado pode dar origem a uma sequência de outros acontecimentos que podem terminar no acidente. Para os teóricos deste modelo os actos inseguros, fortemente associados ao erro humano, são a principal causa dos acidentes; embora as falhas em máquinas, equipamentos ou outras componentes do sistema possam também estar na sua origem.

O exemplo clássico do modelo sequencialista dos acidentes foi concebido por Heinrich (1931), sendo designado como teoria dominó. Este modelo pode ser considerado como uma das primeiras teorias da segurança industrial, concebida a

partir de dez grandes axiomas. A designação teoria dominó decorre da analogia que Heinrich efectua entre o conjunto de uma sequência de factores que podem influenciar a ocorrência de acidentes e a sequência da queda das peças do jogo de dominó alinhadas na vertical. O autor propõe que cinco peças de dominó representem igual número de factores (agrupáveis numa sequência pré-definida); assim, o factor precedente actuará sobre o seguinte até chegar à lesão (último factor). Cada uma das cinco peças do dominó representa um factor específico pertencente ao “percurso sequencial” do acidente. O modelo proposto por Heinrich possibilita a explicação do processo causal dos acidentes recorrendo à metáfora da queda das peças de dominó, ou seja, a queda da primeira peça irá dar origem à queda das seguintes. Estes cinco factores podem constituir-se numa sequência de eventos, onde a ligação entre a causa e o efeito é clara e determinística (o evento A possibilita ou determina o evento B). Assim, a teoria dominó preconiza que a origem dos acidentes se deve a uma única causa. É por este motivo que esta corrente é designada como determinística, isto é, os acidentes são explicados como o resultado de um único evento ou são consequência de uma única causa.

O percurso do acidente é representado do seguinte modo: tal como as peças de dominó caem sucessivamente após a queda da primeira peça (causa ou gênese), os acidentes também resultam de uma sequência de acontecimentos que também apresentam uma única origem. As peças caídas resultam e representam simbolicamente as falhas, enquanto as peças que ficam de pé representam os eventos normais ou o sistema a funcionar normalmente. Segundo Heinrich qualquer acidente pode ser evitado se um dos factores inibir a sequência de factores acidentológicos, ou seja, metaforicamente, se pelo menos uma das peças for retirada ou se for travada a sua queda. Por outras palavras, o contributo deste modelo preconiza que, tal como a retirada de uma peça pode inibir a queda das seguintes, a retirada de um dos factores sequenciais também evitará a ocorrência do acidente e, por consequência, dos danos ou lesões eventualmente ocorridas.

Heinrich afirma que cerca de 88% dos acidentes ocorridos se devem a actos inseguros, 10% a condições perigosas e 2% a situações fortuitas. É por este motivo que o autor indica que a prevenção de acidentes deve estar centrada na terceira peça do dominó, ou seja, no factor dos actos inseguros. Para além disso, o autor alega que é difícil exercer algum controlo sobre os dois primeiros factores. A perspectiva de Heinrich teve e ainda continua a ter uma forte influência nas abordagens de alguns técnicos de segurança ao nível organizacional. Apesar disso, são também muitos os autores que criticam o carácter ideológico da perspectiva de Heinrich (1931) quando esta preconiza que a grande maioria dos acidentes ocorre por falhas humanas (actos inseguros). Para sustentar a sua visão crítica, autores como Vilela et al. (2007: 31) recorrem a algumas teorias da alienação social, onde é efectuada uma analogia entre os acidentes e a pobreza (tal como o pobre está nesta condição por culpa própria – preguiça, ignorância, etc. – ou por inferioridade natural, o sinistrado também sofreu o acidente por desleixo, desatenção ou incapacidade). A principal limitação dos modelos unicausais está em considerarem que os acidentes ocorrem devido a uma causa única, relegando para segundo plano a interacção de factores.

3- O modelo epidemiológico dos acidentes

O modelo epidemiológico dos acidentes, tal como o próprio nome indica, efectua uma analogia entre a ocorrência de acidentes e a terminologia médica sobre a extensão de uma doença numa determinada população. A designação deste modelo emergiu e ganhou visibilidade após a publicação do trabalho de Gordon (1949). Este autor defendia que os acidentes são um problema de saúde das populações, tal como algumas doenças, e por isso devem ter um tratamento epidemiológico similar, onde devem ser recolhidos dados (estatísticos) e analisados os comportamentos da população em observação. Ao longo do seu texto John Gordon vai revelando outras semelhanças entre acidentes e doenças. Assim, o autor considera que a abordagem epidemiológica permite verificar certas regularidades ao longo do tempo, e isto pode ajudar a melhorar a análise dos acidentes, a sua compreensão, bem como a sua prevenção (suportada por políticas adequadas). Existem três factores fundamentais para compreender a abordagem epidemiológica dos acidentes: o hospedeiro (alvo do sinistro), o agente ou objecto (factor “agressivo”) e meio ou ambiente (local cujas características possibilitam a ocorrência do acidente). “The causative factors in accidents have been seen to reside in agent, in the host, and in the environment. The mechanism of accident production is the process by which the three components interact to produce a result, the accident” (Gordon, 1949: 509).

Gordon (1949) afirma que qualquer programa público de prevenção de acidentes necessita da colaboração de especialistas de várias áreas científicas e de agências governamentais. Western (citado em Turner; Pidgeon, 1997: 29) refere que alguns autores no passado defendiam que uma das principais críticas que podia ser apontada ao modelo epidemiológico dos acidentes tinha por base a falta de unificação e consistência da informação sobre os acidentes. Por um lado, estes autores preconizavam que a recolha de informação e a análise dos acidentes eram “pobres”, por outro lado, defendiam que devido à especialização das várias disciplinas científicas estas tendiam a analisar características muito distintas dos acidentes, tornando as suas abordagens dificilmente comparáveis. Para além disso, ainda havia a crença que todos os acidentes eram diferentes, logo, não haveria fundamento para a sua comparação, ou seja, não poderiam ser efectuadas previsões sobre eventuais acidentes no futuro recorrendo à experiência do passado. Western rejeita toda esta argumentação com base no estudo sobre as pré-condições dos acidentes, bem como, segundo a sua opinião, no falso apriorismo: “cada acidente é diferente”.

No início dos anos sessenta Suchman (1961 – citado em Hollnagel, 2004: 56) propôs a seguinte definição de acidente: fenómeno inesperado e inevitável, cuja sua origem pode resultar de um acto não intencionado, decorrente da interacção entre um hospedeiro, agente e factores ambientais, a partir de uma situação que envolva a assunção de riscos e, eventualmente, a percepção de perigos. Segundo esta perspectiva um acidente é passível de ser observado e mensurado (em

termos de efeitos ou consequências). Todavia, o acidente em si mesmo resulta da interação entre hospedeiro e factores ambientais, cuja relação pode ser geradora de uma combinação infeliz entre predisposições e características situacionais. No essencial, isto corresponde a um vulgar modelo epidémico, o qual tem em consideração os efeitos de um agente sobre um hospedeiro a partir de um ambiente específico. O modelo epidemiológico dos acidentes enquanto abordagem científica revelou inúmeras características dos acidentes (regularidades, catalogação dos riscos mais comuns, ruptura com a ideia do acidente como infortúnio, etc.) que possibilitaram melhorar a sua observação e compreensão, bem como redefinir a sua conceptualização. De certo modo, alguns tipos de acidentes deixaram de ser considerados como fruto do acaso e do aleatório (e por essa razão imprevisíveis), para passarem a ser observados como eventos passíveis de prevenção. Este facto deu origem àquilo que Green designou como a “profissionalização da prevenção dos acidentes”, em meados do século XX. “When epidemiological research reconstructed accidents as patterns at a population level, rather than disparate and individual misfortunes, public health identified them as a key concern. By the end of the twentieth century, the accidental itself had become a central focus, as the ultimate challenge for risk technologies. To predict the unpredictable, and make random misfortune preventable, was a notable success for epidemiology” (Green, 1999: 37).

O modelo epidemiológico dos acidentes é visto, por alguns autores, como uma resposta à insuficiente explicação dos acidentes por parte do modelo sequencialista, particularmente nas suas primeiras versões determinísticas uni-causais. O contributo do modelo epidemiológico enfatiza a complexidade dos acidentes, nomeadamente a interligação em rede de diversos factores que possibilitam a sua ocorrência, superando a ideia simplista de sequência causal em série. Na perspectiva epidemiológica a análise dos acidentes não deve apenas deter-se na procura das causas simples e imediatas, deve deter-se, sobretudo, na articulação entre os agentes patogénico nocivos (designados “carriers”) e as condições latentes, bem como a possível interacção complexa destes diferentes factores.

Apesar da ruptura com alguns princípios importantes do modelo sequencialista, a análise epidemiológica dos acidentes continua a incorporar certas características do modelo precedente; o exemplo mais notório desta situação é expresso através do entendimento sobre a causalidade dos acidentes, isto é, a propagação dos efeitos (do início até ao fim) indica a direcção da causalidade (Hollnagel, 2004: 58). O modelo epidemiológico dos acidentes preconiza dois pontos essenciais para a prevenção de acidentes. O primeiro aspecto identifica a necessidade de isolar as tarefas ou situações perigosas, isto é, confinar e evitar a propagação do agente patogénico, enquanto o segundo defende a colocação ou reforço de barreiras protectoras, de modo a mitigar ou bloquear os erros ou violações (oriundas, por exemplo, do desvio na performance).

Hollnagel (2004: 54 e 55) preconiza quatro grandes diferenças entre o modelo sequencialista e o modelo epidemiológico dos acidentes:

Desvios na performance: O modelo sequencialista começa por destacar o problema dos acidentes a partir dos actos inseguros. Esta noção está fortemente conotada com o designado “erro humano” (erros, lapsos e violações dos trabalhadores). O termo erro humano apresenta uma carga simbólica negativa e culpabilizante para quem cometeu o denominado acto inseguro. A perspectiva epidemiológica suaviza esta noção quando fala em desvios na performance, tornando-a mais neutra e, simultaneamente, amplia a sua definição conceptual. Os desvios na performance incorporam tanto as dimensões humanas, como as componentes tecnológicas. Assim, o problema da responsabilidade pode encontrar-se mais esbatido, visto que os desvios não são vistos obrigatoriamente como erros.

Condições ambientais: O modelo epidemiológico considera que as condições ambientais (características do meio onde decorre a situação/acção) podem conduzir ou influenciar os desvios na performance. A importância das condições ambientais já foi abordada anteriormente quando falamos sobre as causas não imediatas dos acidentes (as raízes das causas), e esta questão veio abrir novas perspectivas para a análise dos acidentes. As condições ambientais influenciam quer a tecnologia, quer os indivíduos. Esta noção é mais alargada do modelo epidemiológico, onde estão incorporadas mais dimensões, e mais estreita no modelo sequencialista, onde normalmente eram consideradas apenas as condições de trabalho.

Barreiras: As barreiras são mecanismos de protecção para inibir a ocorrência de eventos e consequências inesperadas, sabendo que a sua principal função é prevenir ou evitar acidentes. As barreiras de protecção podem ser colocadas em qualquer fase ou momento do processo (produtivo). Ao contrário daquilo que era preconizado pelo modelo sequencialista, onde o acidente quase só poderia ser evitado através inibição dos actos inseguros (comportamentos e/ou práticas humanas), o modelo epidemiológico os acidentes defende que estes podem ser evitados em qualquer fase. As barreiras são conceptualizadas como dispositivos de segurança que tanto podem proteger os erros humanos, como as falhas tecnológicas, ou ainda outras condições latentes que possam “desviar” o sistema do seu normal funcionamento.

Condições latentes: O quarto e último aspecto apontado por Hollnagel (embora em alguns momentos possa ser considerado o mais importante de todos) é designado por condições latentes. Este conceito foi apresentado anteriormente por Reason (1987; 1990; 1997), apesar de na sua origem ter sido designado (de forma algo “grosseira”) como falhas latentes.¹ As condições latentes podem contribuir fortemente para a ocorrência do acidente, embora não sejam vistas como causas imediatas ou visíveis; pelo contrário são factores subjacentes, “escondidos” e aparentemente com pouca relevância, mas que se encontram incorporados no próprio sistema ou organização. De certo modo, as condições latentes podem ser comparadas com aquilo que Turner (1978) designa por período de incubação, ou como as raízes das causas dos acidentes. As condições latentes foram detectadas inicialmente em organizações de alto risco e/ou com sistemas tecnológicos complexos,

¹ Embora o autor tenha voltado a utilizar este conceito numa das suas obras mais recentes (Reason; Hobbs, 2003).

nomeadamente, na aviação moderna, em plataformas de exploração de gás e petróleo, indústria química, sistemas ferroviários, centrais nucleares, etc.

Hollnagel (2004: 58) recupera de outros autores uma certa dose de ironia quando afirma que o modelo epidemiológico dos acidentes não é uma perspectiva tão forte como a sua própria analogia. Esta opinião é sustentada a partir da dificuldade que este modelo detém em incorporar e especificar detalhes adicionais dos acidentes. Embora, a noção metafórica de patogenia permita caracterizar a “saúde” dos sistemas observados. Na sua essência qualquer o modelo epidemiológico de acidentes, particularmente na sua versão tradicional, é fortemente dominado por modelos estatísticos de acidentes, ou seja, pretende aferir a frequência de determinados eventos negativos. Porém, diversos autores criticam esta perspectiva, devido a considerarem que as estatísticas de acidentes apenas mostram uma parte dos problemas de segurança. “Historical data on a certain type of accident, for example an injury rate, provide information about the safety level. But we cannot use just one indicator, such as the injury rate, to draw conclusions about development in the safety level as a whole. The safety level is more than the number of injuries. A statement concerning the safety level based on observations of the injury rate only, would mostly have low validity (Aven, 2003: 11).

4- Desastres de origem humana: a emergência do modelo socio-técnico

Segundo Turner (1978) as organizações estão relacionadas com intenções e com a execução de intenções. Os desastres representam, normalmente, falhas neste “jogo” de intenções dentro da organização, onde podem estar subjacentes algumas disfuncionalidades entre os “dispositivos” técnicos e sociais. É neste quadro que emerge o modelo socio-técnico para a observação de acidentes de grande dimensão. Para Turner todos os desastres podem ser compreendidos enquanto um desvio às intenções pré-definidas e como o resultado de uma dose extraviada de energia libertada. Isto é, a origem dos desastres deve ser procurada através das circunstâncias que permitiram o extravio de uma certa “descarga energética” que a partir do seu potencial perigoso se transformou em algo indesejável. Porém, Turner não se dedica apenas ao estudo dos desastres enquanto acontecimento “físico”; o autor afirma que estes eventos provocam o colapso ou, pelo menos, fortes rupturas nas crenças culturais e nas normas sociais das organizações acerca dos perigos. A sua teoria acerca dos desastres enfatiza a necessidade de compreender as repercussões destes eventos nas percepções individuais e nas culturas sócio-organizacionais.

O modelo dos desastres de origem humana sugere que os desastres de larga escala raramente ocorrem “instantaneamente”; pelo contrário, tendem a desenvolver-se mediante o contributo de uma longa cadeia de eventos, aproximando-se, em parte, àquilo que já foi definido anteriormente nos modelos sequencialistas mais recentes. Esta longa cadeia de eventos pode chegar até às “raízes das causas”, nomeadamente a aspectos tão distintos como a falta de formação ou informação por parte dos trabalhadores ou uma enviesada percepção dos riscos. Turner designa esta longa cadeia de eventos (historial que antecede o desastre) como um período de incubação. Este período de incubação pode, por vezes, durar vários anos, sendo o seu desenvolvimento um processo lento onde se vão acumulando pequenas falhas não detectadas ou ignoradas pela organização. Segundo Turner esta situação pode ser o resultado de uma cultura organizacional onde falham os canais de comunicação ou informação e isto, por consequência, pode inibir a interpretação dos sinais de perigo. Segundo o autor, a existência de canais eficazes de comunicação e informação dentro das organizações é um aspecto importante para a prevenção de desastres. Contudo, a acumulação de dados e a recolha de informação, por si só, não permitem prevenir acidentes. É necessário que a informação seja obtida, interpretada e disseminada correctamente por todo o sistema. É também sugerido que as relações de poder dentro da organização podem influenciar profundamente todo este processo. O autor critica que a ocorrência de desastres organizacionais não seja visto como um processo desenvolvido num período de tempo variável, onde também interagem as dimensões humanas e sociais/organizacionais, ou seja, estes eventos emergem em sistemas socio-técnicos. “And since, in most forms of disaster or large-scale accident, the victims are not responsible for causing accident, or if are they only provide the last link in a chain of contributing events, it is evident that studies could not add much to our understanding of the manner in which disasters come about, even though they did pay some attention to the pre-disaster period. There seems, therefore, to be a need to pay attention not only to the technical factors which are associated with the failures leading to disaster, but also to try to combine this concern with an examination of the social factors which are at the same time” (Turner; Pidgeon, 1997: 37).

A análise do período que antecede a ocorrência dos desastres, bem como sua etiologia, são dois aspectos fundamentais para compreender a teorização do modelo socio-técnico. Segundo Turner e Pidgeon (1997) a maioria dos desastres de origem humana passam, regra geral, por um período relativamente longo de incubação antes de se manifestarem ou ocorrerem. A verificação detalhada das pré-condições que estiveram na origem do desastre é um aspecto imprescindível para compreender e explicar os eventos desta natureza. A aferição das pré-condições do desastre visa identificar as características técnicas, sociais, administrativas e psicológicas existentes na organização no período que antecede o evento indesejado.

Turner e Pidgeon (1997) efectuem algumas críticas aos analistas de acidentes, visto estes tenderem a analisar “apenas” o momento do acidente e não os factores anteriores à sua ocorrência. A tabela seguinte enfatiza seis pontos fundamentais na observação dos desastres; destes seis destacamos dois deles, devido à sua pertinência sociológica: o período de incubação do acidente e o fenómeno de reajustamento cultural após o desastre.

Tabela 1 – Fases de desenvolvimento dos desastres

Sequência de eventos associados ao desenvolvimento do desastre	
1- Fictícia normalidade inicial	a) Cultura inicial onde é aceite as crenças acerca do mundo e dos seus perigos. b) Normas preventivas estabelecidas na legislação, códigos de conduta, etc.
2- Período de incubação	Acumulação de eventos não compreendidos ou “despercebidos”, os quais até podem estar em desacordo com as crenças de aceitação acerca dos perigos e com as normas para a sua evitação.
3- Precipitação do evento	Concentra a atenção no próprio evento e transforma as percepções gerais do ponto anterior.
4- Aparecimento	As consequências imediatas do colapso da cultura preventiva tornam-se visíveis.
5- Resgate e salvamento – primeira etapa de ajustamento	A situação imediata pós-colapso é reconhecida como ajustamentos ad hoc os quais permitem que os trabalhos de resgate e salvamento possam começar.
6- Reajustamento cultural	É efectuada uma avaliação às anteriores crenças e normas de segurança, para se ajustarem aos conhecimentos recém adquiridos acerca do mundo.

Fonte: Adaptado de Turner e Pidgeon (1997: 72).

Naturalmente que é possível desenhar uma rede infundável de acontecimentos que podem ter ocorrido antes do acidente. Todavia, não é isto que o autor designa por período de incubação. O período de incubação deve ser utilizado para explicar os desastres, mas apenas deve considerar a sequência de eventos que se tornou discrepante e que não foi compreendida ou percebida por parte da organização enquanto algo perigoso. Parece pertinente considerar apenas o período de incubação neste sentido e não como um conjunto infinito de cadeias de eventos (Turner; Pidgeon, 1997: 74). A análise das causas imediatas do acidente explica parcialmente estes eventos, visto que não consideram as “raízes das causas”. Quando se restringe a análise dos acidentes apenas às causas imediatas, como por exemplo, o erro de um trabalhador ou a falha mecânica de um componente do sistema, esta análise tende a “esquecer” aquilo que possibilitou a ocorrência deste erro ou desta falha. No entanto, como os próprios autores afirmam estes erros ou falhas, na melhor das hipóteses, apenas constituem a última ligação na cadeia ou sequência do desastre. As análises “superficiais” dos acidentes inibem a sua completa compreensão, bem como uma efectiva aprendizagem organizacional decorrente destes eventos.

Apesar de poderem ser apontadas algumas pequenas fragilidades ao modelo sócio-técnico elaborado por Turner, julgamos que a sua abordagem foi suficientemente inovadora para ser considerada como um contributo decisivo para compreensão dos acidentes. Foi a partir do seu trabalho que se começou a dar atenção à importância aos factores sociais na produção dos desastres ou acidentes, às formas de comunicação e informação dentro das organizações, bem como à longa sequência de eventos que podem contribuir para a sua ocorrência. Alguns dos modelos que se lhe seguiram incorporaram alguns dos pressupostos que já tinham sido identificados na sua principal obra (Turner, 1978). Na literatura actual é relativamente consensual que os desastres nos sistemas socio-técnicos são produzidos nas e pelas organizações (Vaughan, 1999) e o nome de Turner acaba por ser indissociável desta perspectiva.

5- Perrow e abordagem sistémica dos acidentes

A obra de Perrow (1999), cuja primeira edição foi publicada em meados dos anos oitenta, apresenta um diagnóstico sobre a temática dos grandes acidentes, bem como os factores que lhe estão subjacentes. Segundo as suas próprias palavras o tema central do seu livro é o poder e não o risco – o poder das elites em impor determinados tipos de riscos sobre muitos para o benefício de poucos. Apesar de em certos momentos estar subjacente uma certa ideologia humanista no trabalho de Perrow (a qual partilhamos em absoluto), não podemos afirmar que a sua obra esteja “minada” ideologicamente, visto que o autor consegue expor as suas ideias de forma rigorosa e cientificamente isenta (pelo menos tanto quanto a ciência o permite). Paralelamente a esta discussão podemos afirmar que os sistemas tecnológicos de alto-risco são o seu objecto de análise privilegiado, abordando realidades organizacionais tão distintas como: centrais nucleares, plataformas petrolíferas, marinha, indústria química, aviação, missões espaciais ou engenharia genética. Estas e outras actividades não referenciadas possuem um potencial catastrófico passível de resgatar centenas de vidas humanas e de afectar milhares de outras, além dos prejuízos materiais e económicos que podem gerar. Seguramente que este será um dos motivos pelo qual o estudo dos grandes acidentes ganhou alguma visibilidade social.

A teoria dos acidentes normais elaborada por Perrow (1999) pode ser vista como uma visão contrária ao modelo teórico que lhe sucedeu, designado como teoria da alta fiabilidade (High Reliability Theory). As organizações que possuem sistemas tecnológicos complexos já provaram que não dispõem de condições objectivas para eliminar todos os acidentes maiores. A ocorrência de alguns acidentes de grandes dimensões e com forte impacto social, tais como, Flixborough (Inglaterra, 1974), Seveso (Itália, 1976), Three Mile Island (Estados Unidos, 1979), Bhopal (Índia, 1984), Chernobyl (Ucrânia, 1986) ou Piper Alfa (Reino Unido, 1988), vieram suscitar uma certa desconfiança pública nestes sistemas. É com alguma dose de ironia que Perrow profetiza boas e más notícias sobre a questão dos acidentes. As boas notícias são as seguintes: se nós conseguirmos conhecer melhor a natureza dos riscos organizacionais, por exemplo, através da investigação

de acidentes, é possível que se consiga reduzir ou eliminar alguns tipos de perigos; embora o autor revele bastante cepticismo acerca da efectiva aprendizagem organizacional perante este tipo de acidentes.² As más notícias vaticinam que acidentes com estas características irão voltar a acontecer no futuro.

O sociólogo organizacional Charles Perrow (1999) preconizou que alguns acidentes de grandes dimensões, designados na sua teoria como acidentes sistémicos ou acidentes normais,³ converteram-se num problema de difícil resolução para as sociedades actuais. A espectacularidade de alguns acidentes com estas características transformaram-nos em eventos fortemente mediatizados, dando origem a uma amplificação social dos riscos tecnológicos produzidos pelo homem. Segundo Perrow alguns sistemas ou organizações, designados de alto-risco (por incorporarem, por exemplo, sistemas tecnológicos complexos), possuem determinadas propriedades estruturais que tornam certos tipos de acidentes virtualmente impossíveis de prever e evitar. Assim, no âmbito dos sistemas de interacções complexas⁴ os acidentes transformaram-se em eventos “normais”. É com base neste pressuposto que o autor construiu, em meados dos anos oitenta do século passado, a teoria dos acidentes normais, onde é afirmado que a ocorrência de alguns acidentes se tornou em algo inevitável. Isto levou também o autor a afirmar que alguns destes sistemas deveriam ser abandonados devidos aos riscos que acarretam para as sociedades. De certo modo os acidentes podem ser vistos como desvios ao normal funcionamento de um sistema. “Most high-risk systems have some special characteristics, beyond their toxic or explosive or genetic dangers, that make accidents in them inevitable, even ‘normal’. This has to do with the way failures can interact and the way the system is tied together. It is possible to analyze these special characteristics and doing so again a much better understanding of why accidents occur in these systems, and why they always will. If we know that, then we are in a better position to argue that certain technologies should be abandoned, and others, which we cannot abandon because we have built much of our society around them, should be modified. Risk will never be eliminated from high-risk systems, and we will never eliminate more than a few systems at best. At the very least, however, we might stop blaming the wrong people and the wrong factors, and stop trying to fix the systems in ways that only make them riskier” (Perrow, 1999: 4).

Podemos até considerar que determinados eventos não esperados são pequenos sinais de alerta para perigos potencialmente maiores; mas o maior perigo de todos é a interacção entre factores aparentemente desconectados, sem ligação visível, mas que acabam por interagir surpreendentemente em determinadas circunstâncias excepcionais. Quando estas interacções são falhas (materiais ou humanas) podem assumir um efeito de cascata, sem possibilidade de controlo, devido ao seu rápido desenvolvimento e à proximidade dos diversos componentes do sistema. Este facto dá origem a que alguns acidentes pareçam “incompreensíveis”. Estes sistemas são difíceis de controlar não apenas porque são constituídos por diversos componentes, mas principalmente porque as interacções entre componentes são não-lineares.

O problema da ocorrência dos acidentes normais está, precisamente, na interacção simultânea ou sequencial de vários eventos menores, num curto espaço de tempo; por este motivo, torna-se praticamente impossível antecipar ou prevenir as interacções entre factores (componentes), devido às suas inúmeras possibilidades de interdependência, algumas delas sem ligação evidente. Isto significa que os acidentes sistémicos ou organizacionais têm subjacente uma relação quase inantecipável de eventos, devido ao elevado número de possíveis interacções entre os diversos componentes existentes nos sistemas complexos. Assim, os efeitos desconhecidos são uma característica transversal aos sistemas com interacções e interdependências complexas.

Segundo Perrow (1999: 23) a essência dos acidentes normais está na interacção de múltiplas falhas cuja sequência operacional não é directa. Algumas destas interacções inesperadas possuem um potencial catastrófico e autodestrutivo do próprio sistema e são estas interacções singulares que provocam os grandes acidentes, decorrente de circunstâncias raras e muito específicas. A dificuldade em antecipar e prevenir estas situações deve-se ao número infinito de possíveis interacções entre falhas nos diversos componentes dos sistemas complexos, embora a interacção de falhas com potencial catastrófico seja supostamente reduzida, devido, em parte, aos dispositivos de segurança, isto não significa que em condições excepcionais os acidentes não possam ocorrer. Talvez seja o reduzido número de falhas com potencial catastrófico o motivo pelo qual os acidentes sistémicos são eventos relativamente raros. A maior preocupação relacionada com os acidentes normais acaba por estar situada nos danos ou prejuízos causados e não tanto na frequência da sua ocorrência. Todavia, considerando algumas características aleatórias, desconhecidas e/ou disfuncionais dos sistemas hiper-complexos, aliada à fraca experiência histórica em lidar com estas novas realidades, Perrow (1999) acaba por se interrogar sobre o motivo pelo qual não ocorrem mais acidentes deste tipo. É recorrendo a um certo tom profético que o autor acaba por vaticinar que acidentes como aquele que ocorreu em Three Mile Island irão voltar a acontecer no futuro. Na sua opinião a probabilidade de acontecer um novo acidente sistémico não é de um para um milhão de anos, mas antes, de um durante a próxima década. O prognóstico de

² Estima-se que apenas ¼ dos futuros acidentes seriam possíveis de prevenir, caso se recorresse à experiência e ao conhecimento obtidos através da análise ou investigação de acidentes anteriores.

³ O autor considera ambas as noções como sinónimos.

⁴ As interacções complexas (não lineares) podem ser definidas como sequências de eventos invulgares, não planeados e inesperados. Na maioria das vezes as interacções complexas podem não ser imediatamente visíveis e compreensíveis dentro da organização (Perrow, 1999: 78). Para além disso, os sistemas redundantes e os dispositivos de segurança que supostamente deveriam proteger estes sistemas podem acrescentar ainda maior complexidade ao próprio sistema, tornando-o mais opaco. A opacidade dos sistemas complexos tem dois aspectos essenciais: o desconhecimento sobre aquilo que pode vir a acontecer e a incompreensão sobre aquilo que o sistema pode fazer (Reason, 1990: 179). Esta situação pode confundir os trabalhadores que operam o sistema, tornando algumas falhas “intratáveis”. Outra nuance levantada por Perrow, acerca dos dispositivos de segurança, vem colocar a questão destes dispositivos serem eventualmente inadequados.

Perrow não foi nada tranquilizador, mas se considerarmos a data da publicação original do seu livro (1984) e a data do desastre de Chernobyl (1986) verificamos que o seu felling estava correcto.

Segundo Perrow (1999:19) os acidentes sistémicos, por vezes, envolvem alguns mistérios. A concepção estrutural de algumas das novas organizações, particularmente as de alto-risco, foram geradas a partir de designs tão complicados que torna impossível antecipar todas as interacções entre possíveis falhas. Os dois factores mais importantes para “produção” de acidentes normais são: (high) complexity e (tight) coupling. O primeiro factor está relacionado com a elevada complexidade do sistema, o qual gera potencial suficiente para ocorrerem interacções imprevisíveis; enquanto o segundo está relacionado com as ligações apertadas (malha estreita ou acoplamento forte) entre os diversos componentes do sistema. Esta apertada interconectividade estrutural do próprio sistema permite ou facilita a rápida e incontrolada propagação de eventos indesejados, onde os componentes que falharam não podem ser desligados ou isolados dos restantes, devido às características internas do próprio sistema.

Podemos afirmar que a instalação de mecanismos redundantes nos sistemas pretendem aumentar a sua prevenção ou segurança. De certo modo são uma duplicação sistémica para a mesma função (em caso de falha do primeiro é activado o segundo). Estes mecanismos caracterizam, em parte, as organizações de alto-risco, onde estão incorporados os sistemas complexos com ligações apertadas entre os diversos sectores do sistema. A concepção destes sistemas é gerada a partir de redundâncias para tentar evitar que uma falha possa dar origem à paragem ou ruptura de um subsistema ou mesmo do próprio sistema (enquanto todo). Segundo Perrow a instalação destes mecanismos redundantes de protecção complexificam ainda mais as interacções entre alguns componentes do sistema, podendo assim ampliar as interacções inesperadas, que por sua vez permitem aumentar a possibilidade de ocorrerem acidentes sistémicos ou normais. O elevado grau de complexidade das organizações de alto-risco, bem como as profundas ligações entre subsistemas torna difícil o seu isolamento em condições normais e ainda mais difícil após o início de uma rápida cadeia sequencial de eventos anormais. Em certas circunstâncias a operacionalização dos sistemas altamente complexos não é medida unicamente em termos de risco, mas a partir do grau de incerteza que caracteriza o seu funcionamento. Para além disso, ainda devemos considerar a nossa própria ignorância (conhecimento incompleto) sobre as consequências de algumas interdependências desconhecidas ou não previstas.

Quase sempre após a ocorrência dos acidentes sistémicos surge a velha quezília entre os trabalhadores que operam directamente o sistema e os profissionais que desenharam e arquitectaram a infra-estrutura. Os primeiros afirmam que a culpa não foi sua, enquanto os segundos dizem que a responsabilidade não é dos equipamentos. Paralelamente a esta questão Perrow (1999) efectua algumas críticas aos modelos convencionais para a explicação dos acidentes. A maior delas assegura que estes modelos não têm em conta as características específicas de cada sistema. “Perhaps the most original aspect of the analysis is that it focuses on the properties of systems themselves, rather than the errors that owners, designers and operators make in running them. Conventional explanation for accidents use notions such as operator error; faulty design or equipment; lack of attention to safety features; lack of operating experience; inadequately trained personnel; failure to use most advanced technology; systems that are too big, underfinanced, or poorly run. We have already encountered ample evidence of these problems causing accidents. But something more basic and important contributes to the failure of systems. The conventional explanations only speak of problems that are more or less inevitable, widespread, and common to all systems, and thus do not account for variations in the failure rate of different kinds of systems” (Perrow, 1999: 63).

A teoria dos acidentes normais foi um contributo extraordinário para a compreensão dos grandes acidentes. É verdade que esta teoria refere alguns aspectos muito importantes, mas acaba por excluir ou ignorar outros. De seguida iremos apresentar algumas fragilidades deste modelo teórico, bem como as principais críticas que lhe são apontadas. Alguns críticos de Perrow (Weick, 1990; Hopkins, 1999) afirmam que a teoria do acidente normal apenas é relevante e aplicável para os sistemas que apresentem simultaneamente interacções muito complexas (high complexity) e ligações apertadas (tight coupling). Foi também preconizado que as noções de interacções complexas e de ligações apertadas são conceitos muito vagos e difíceis de transformar de objecto teórico para objecto empírico, ou seja, a operacionalização destas noções torna-se quase impossível. Assim, parece difícil conceber um método para a análise ou avaliação de acidentes sistémicos devido limitações empíricas dos conceitos. Algumas análises mais recentes de acidentes maiores têm sugerido outros parâmetros para a ocorrência destes eventos, além do tipo de ligação, complexidade e grau de centralização. Diversos autores e outros agentes sociais vêm na sugestão de Perrow para eliminar alguns sistemas com potencial catastrófico uma proposta pessimista, fatalista e politicamente inaceitável. Outra crítica recorrentemente apontada a Perrow é a sua posição sobre os mecanismos redundantes nos sistemas complexos, bem como a sua fraca sensibilidade para o real valor dos dispositivos de segurança (barreiras defensivas). Por fim é ainda referido que algumas dimensões externas ao sistema (naturalmente mutáveis em determinadas circunstâncias), mas passíveis de influenciar o seu funcionamento, são pouco consideradas pelo autor. Assim, é referido que a teoria do acidente normal deveria passar de uma estrutura estática (centrada no interior do sistema) para uma concepção mais dinâmica, visto que os factores externos ou ambientais podem influenciar falhas e recombinar novas interacções complexas.

6- Reason e o modelo organizacional dos acidentes

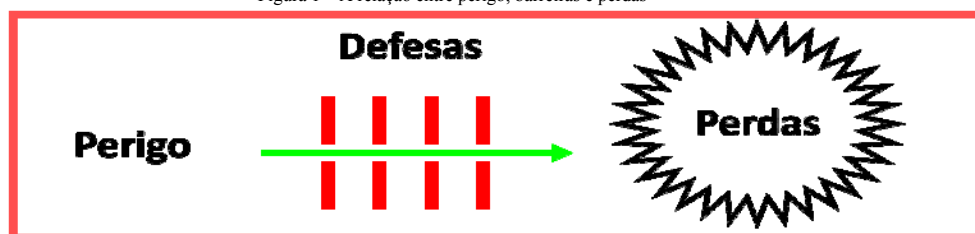
James Reason (1997) inicia a redacção do seu livro com a distinção entre dois tipos de acidentes: os individuais e os organizacionais. Tal como a própria nomenclatura indica os acidentes individuais, apesar de serem em muito maior número, caracterizam apenas os acidentes que acontecem a um indivíduo ou, na pior das hipóteses, a um número restrito de

indivíduos. Embora, o autor até coloque a hipótese deste tipo de acidentes, quando ocorridos em contexto laboral, possa constituir um indicador da “saúde” do sistema de segurança das organizações, podendo até ser um factor predictor dos acidentes organizacionais. Ainda no contexto dos acidentes individuais os actores sociais sinistrados podem ser, simultaneamente, os agentes e as próprias vítimas do acidente; neste tipo de acidentes a extensão dos danos pode ser elevada para quem os sofre, mas em termos de sociedade, no seu todo, as consequências acabam por ser relativamente circunscritas, visto que não afectam um número significativo de pessoas e/ou de recursos. A tipologia dos acidentes individuais pode, segundo Reason, ter permanecido quase inalterada ao longo dos tempos, embora não necessariamente a sua frequência. Pelo contrário, os acidentes organizacionais são eventos relativamente recentes em termos históricos e parecem demonstrar o nosso desconhecimento sobre as suas verdadeiras causas. Não deixa de ser pertinente referir que este tipo de acidentes pode afectar vários segmentos ou subsistemas da sociedade. Apesar de raros estes eventos são normalmente catastróficos e derivam de contextos organizacionais onde está presente a moderna tecnologia complexa. De certo modo podemos ver os acidentes organizacionais como o culminar de um processo de enviesamento aos objectivos organizacionais.

Os acidentes organizacionais apresentam causas múltiplas para a sua ocorrência, sabendo que pode estar subjacente o envolvimento de diversos trabalhadores, operações e tarefas muito diversificadas. Este tipo de acidentes é fruto dos tempos modernos e alterou profundamente a relação entre os sistemas e os seus elementos humanos. Segundo Reason os acidentes organizacionais são eventos difíceis de compreender e controlar. Eles são bastante raros, por comparação com os acidentes individuais, e este é um dos muitos aspectos que torna a sua previsibilidade bastante difícil. É frequente ouvir-se dizer que em termos lógicos nada é accidental; será então possível determinar alguns dos princípios que estão subjacentes aos acidentes organizacionais? Reason acredita que estes princípios existem, falta “apenas” compreender a sua verdadeira natureza.

Efectivamente os acidentes organizacionais podem parecer “acidentais” nos caminhos que percorrem até ao acidente em si mesmo. Podemos até conseguir encontrar a articulação de diversos factores que possibilitaram a obtenção de resultados indesejados; porém, a existência de elementos precursores nos acidentes já não são propriamente acidentais, dependem das condições objectivas que lhes deram origem, embora, nem sempre seja possível identificá-las objectivamente. Tal como afirma Rasmussen (1997) alguns sistemas tendem a migrar para o acidente, através da influência de factores diversos. Mas a dificuldade no entendimento dos acidentes organizacionais está precisamente neste ponto, isto é, torna-se por vezes difícil encontrar regularidades objectivas que nos permitam detectar as fragilidades organizacionais de modo sistematizado. Até agora verificou-se que os acidentes organizacionais têm, cada um deles, os seus próprios padrões de causas e efeitos e, segundo Reason, ainda não foi possível encontrar um nível adequado de explicação transversal a todos eles. Aliás, não sabemos se algum dia serão encontradas explicações mais desenvolvidas e sustentadas, embora a procura técnica e científica seja neste momento incessante. Apesar disso, Reason avançou com três elementos que considera fundamentais para iniciar a sua reflexão sobre os acidentes organizacionais: os perigos, as defesas ou barreiras e as perdas.

Figura 1 – A relação entre perigo, barreiras e perdas



Fonte: Adaptado de Reason (1997: 3).

Os acidentes organizacionais são eventos onde a trajectória do acidente penetra por completo as diversas camadas defensivas do sistema. A ocorrência destes eventos implica também que houve violação das defesas ou barreiras de segurança, verificando-se que estas não tiveram capacidade para cumprir plenamente a sua função, ou seja, proteger as pessoas e/ou bens. A identificação de como estas defesas foram trespassadas pode ajudar a compreender o processo dos acidentes organizacionais. Através da figura 1 podemos já verificar que a concepção das barreiras é desenhada a partir de várias “camadas”. Neste modelo a última etapa do acidente dará origem a perdas, danos, prejuízos ou lesões.⁵ Na perspectiva de Reason a quebra ou perfuração das barreiras estará, provavelmente, relacionada com três factores: humanos, técnicos ou organizacionais. Estes três factores são igualmente governados por dois aspectos comuns às organizações tecnológicas, concretamente a produção e a protecção. Sabemos que a produção pode envolver diferentes actividades e que, de igualmente forma, a protecção pode ser alcançada através de múltiplos caminhos. É bastante frequente que estas duas lógicas distintas sejam susceptíveis de gerar alguns conflitos entre si, visto que tendem a observar o funcionamento das organizações mediante parâmetros nem sempre concordantes.

⁵ Se compararmos este ponto com uma das perspectivas abordadas anteriormente verificamos que existem algumas diferenças. Segundo Turner (1978) a última etapa do acidente terminava com o reajustamento cultural dentro da organização e não nas perdas resultantes do acidente, como preconiza Reason (1997).

A violação das barreiras ou defesas pode ocorrer, segundo Reason, através da articulação entre falhas activas e condições latentes. A ligação destas duas componentes pode ajudar a compreender a dinâmica dos acidentes organizacionais. Sabemos que os sistemas tecnológicos complexos dependem da profunda relação entre o trabalho humano e a tecnologia. É por este motivo que os actos inseguros⁶ dos trabalhadores podem ter um impacto directo nos sistemas de segurança destas organizações e, por consequência, na ocorrência de acidentes organizacionais. Assim, devido aos efeitos adversos imediatos que os actos inseguros podem provocar, eles são designados como falhas activas. De certo modo podemos afirmar que as falhas activas são erros ou violações que possibilitam os acidentes quando existe uma ruptura das barreiras ou defesas que supostamente deveriam isolar os perigos.

As condições latentes estão inevitavelmente incorporadas em todas as organizações ou sistemas, particularmente nos sistemas tecnológicos complexos. Elas são “janelas” ou “buracos” existentes nos sistemas de defesa das organizações que quando combinadas com as falhas activas podem gerar uma trajectória de oportunidades para a emergência do acidente, através da violação das barreiras. Na perspectiva de Reason as condições latentes não resultam obrigatoriamente de más decisões por parte da gestão da empresa ou por parte de outra entidade “acima” da organização (embora, na maioria das situações as condições latentes dependam das decisões tomadas no topo da hierarquia de responsabilidades). No entanto, não existe nenhum gestor, nem nenhum político que consiga prever ou antecipar todas as consequências futuras das suas decisões (efectuadas no presente). Neste contexto é difícil (ou mesmo impossível) tomar decisões isentas de risco, visto que as sociedades e os seus sistemas ou subsistemas são “elementos” dinâmicos, multidimensionais e que, por vezes, assumem desenvolvimentos imprevisíveis. Assim, as condições latentes são factores (falhas ou defeitos) imiscuídos nas organizações, cuja sua presença no sistema é, provavelmente, muito anterior à ocorrência do acidente, sendo decorrente de medidas ou decisões tomadas no passado. Podemos deduzir que Reason, embora sem o afirmar explicitamente, acaba por reconhecer que Perrow (1999) tinha razão ao afirmar que os acidentes são ocorrências “normais”, sabendo que não é possível antecipar e prevenir todos os acidentes onde estejam envolvidas tecnologias complexas. De certo modo julgamos que se podem encontrar algumas semelhanças entre a noção de interacções complexas preconizada por Perrow e a noção de condições latentes apresentada por Reason.

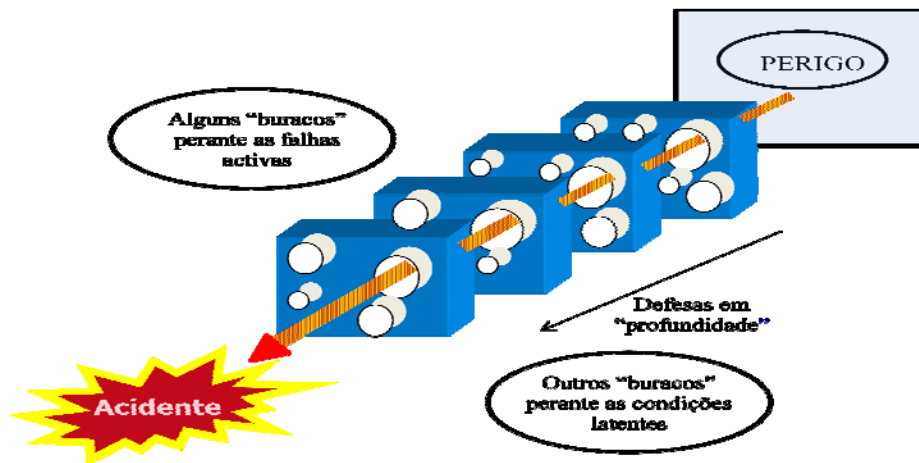
A construção do modelo explicativo dos acidentes elaborado por Reason assenta profundamente em factores organizacionais. Entre outros aspectos o autor distingue duas condições fundamentais entre os conceitos de falhas activas e condições latentes. A primeira diferença entre ambas as noções está relacionada com o timing dos efeitos adversos. Enquanto as falhas activas surgem normalmente com uma capacidade de influência relativamente curta em termos de tempo e tendem a produzir efeitos imediatos, as condições latentes podem estar “adormecidas” durante vários anos até conseguirem interagir com as circunstâncias adequadas para derrotar os dispositivos de defesa ou barreiras e, por consequência, originarem o acidente. A segunda distinção está relacionada com factores humanos e com o posicionamento dos actores sociais na organização. As falhas activas estão normalmente relacionadas aos trabalhadores hierarquicamente inferiores na “pirâmide” organizacional, também designados como front-line workers. Já as condições latentes tendem a estar relacionadas com as políticas ou decisões dos gestores de topo das organizações, embora estas possam ser também produzidas fora da organização, nomeadamente no âmbito político ou legislativo (Freire, 1991; Rasmussen, 1997). Contudo, é importante voltar a frisar que todos os sistemas ou organizações incorporam condições latentes, sabendo que os acidentes apenas as tornam mais visíveis.

As falhas activas tendem a provocar apenas um evento específico, enquanto as condições latentes, caso não sejam descobertas e corrigidas, são susceptíveis de provocar diversos tipos de acidentes. Estas últimas podem ainda fazer aumentar a possibilidade de ocorrência de falhas activas, através da criação de condições que permitam promover os erros e violações; podem ainda agravar as consequências dos actos inseguros e dos efeitos sobre os sistemas de segurança. Neste contexto Reason até recorre a uma analogia explicativa utilizando uma certa dose de ironia: “Active failures are like mosquitoes. They can be swatted one by one, but they still keep coming. The best remedies are to create more effective defences and to drain the swamps in which they breed. The swamps, in this case, are the ever present latent conditions” (Reason, 2000: 769).

O modelo de Reason para a análise de acidentes organizacionais assenta, em grande medida, na observação de como as defesas ou barreiras podem ser violadas. Tal como se pode verificar na figura 2 as falhas activas e as condições latentes podem criar “buracos” nos dispositivos de segurança das organizações, isto é, nas suas defesas. Metaforicamente, Reason compara as barreiras defensivas das organizações ao queijo suíço, ou seja, preconiza que as defesas não são estruturas perfeitas, visto que podem conter “buracos” provocados por falhas activas e condições latentes. O termo defesas em “profundidade” (defences-in-depth) utilizado na figura seguinte é de origem militar e está relacionado com situações nas quais os perigos podem ser vigiados por outras pessoas (Reason, 1997: 28). Nos sistemas sócio-técnicos complexos as defesas em profundidade são construídas a partir de dois pontos essenciais: a redundância (diversas camadas de protecção) e a diversidade (diferentes formas de protecção). No entanto, a utilização destes mecanismos revelam alguns problemas; as defesas em profundidade são dispositivos falíveis e nem sempre a sua violação é visível ou detectável no momento em que decorre a acção (Rasmussen, 1997).

⁶ Na perspectiva de Reason os actos inseguros são muito mais do que simples erros ou violações cometidos pelos trabalhadores. Logo, não devem ser vistos enquanto actos isolados; na verdade os actos inseguros são erros ou violações realizados na presença de perigos que não estão devidamente controlados, que por sua vez são susceptíveis de causar danos ou lesões (Reason, 1990: 206).

Figura 2 – Trajectória do acidente



Fonte: Adaptado de Reason (1997: 12).

A existência de “buracos” nas sucessivas camadas defensivas das organizações pode dar origem, em circunstâncias excepcionais, à ocorrência de acidentes. A trajetória do acidente corresponde à sucessiva passagem do “perigo” (entendido como uma entidade ou fonte de energia passível de causar danos)⁷ através dos diversos dispositivos de segurança (defesas ou barreiras). Esta “janela de oportunidades”, tal como o próprio autor a designa, é rara devido à multiplicidade de barreiras nas organizações com sistemas tecnológicos complexos. A trajetória dos acidentes organizacionais pode passar através de pequenas “fissuras” do próprio sistema, aparentemente insignificantes, mas que permitem a sua consumação. A articulação de falhas activas e de condições latentes permite criar situações raras onde a trajetória do acidente não é travada pelas barreiras do sistema, sendo o culminar do trajecto (completo) o próprio acidente. Contudo, é ainda pertinente considerar que os “buracos” nas camadas defensivas podem ter “mobilidade”, mesmo num curto espaço de tempo (por exemplo, podemos encontrar dispositivos de segurança desligados durante os trabalhos de manutenção), podendo ainda variar a sua eficácia ao “longo da vida” do sistema, por exemplo, através da degradação das barreiras defensivas; isto significa uma dificuldade acrescida para qualquer estratégia de prevenção de acidentes dentro das organizações, visto que os sistemas que operam tecnologias complexas são dinâmicos e “permitem” que os “buracos” ou “janelas” nas suas barreiras defensivas apareçam, desapareçam, voltem a aparecer, possam expandir ou encolher a sua “dimensão” ou ainda modifiquem a sua localização na camada defensiva. Assim, tal como muitos outros autores, Reason reitera que ninguém consegue prever todos os cenários possíveis de acidente. É inevitável que algumas defesas possam vir a enfraquecer durante o período de vida do sistema, ou mesmo que não se encontrem incorporadas nesse mesmo sistema desde o seu início.

Reason (1990; 1997) critica fortemente a maioria das estatísticas que apontam para que a principal causa dos acidentes seja atribuível ao erro humano ou a factores humanos. No seu entender o designado erro humano será mais uma consequência e não tanto uma causa explicativa para os acidentes. O mesmo autor defende que a segurança das organizações não deve depender da intervenção humana, ou seja, deixa subjacente que os sistemas ou organizações devem ser concebidos de maneira a que quando ocorrerem erros humanos estes não possam dar origem a acidentes. Até podemos concordar, em parte, com a perspectiva de Reason (aceitando que as organizações devem contemplar nos seus dispositivos e estratégias de segurança a possibilidade de ocorrerem falhas ou erros humanos), porém, aquilo que Reason parece ter ignorado ou esquecido é que quem concebe o modo de funcionamento das organizações, incluindo os aspectos relacionados com a segurança, são também eles seres humanos, sujeitos de igual modo a cometer erros ou falhas tal como os trabalhadores que operam directamente o sistema. Nesta perspectiva quase que fica subjacente que a chave para resolver a questão dos acidentes está na concepção dos sistemas organizacionais (e em última instância até está), mas o problema é que não é possível criar organizações ou sistemas “perfeitos”, invulneráveis aos factores ou erros humanos. Esta será uma das poucas críticas que, em nosso entender, podem ser apontadas à teoria de Reason sobre os acidentes organizacionais.

Apesar dos acidentes maiores e menores estarem normalmente colocados na literatura como duas categorias bem diferenciadas, parece-nos que existem alguns aspectos que podem ser transversais a ambos os tipos de acidentes, particularmente as suas causas não imediatas, “invisíveis” ou subjacentes, designadas na literatura de forma muito diversificada (raízes das causas, período de incubação dos desastres, interacção complexa de diversos factores organizacionais, condições latentes, migração sistémica para o acidente, etc.). Numa abordagem mais recente efectuada por Reason, Carthey e de Leval (2001), acerca da investigação de alguns acidentes, parece apontar para a existência de determinadas patologias organizacionais, designadas como Síndrome do Sistema Vulnerável (vulnerable system syndrome),

⁷ Esta abordagem efectuada por Reason articula duas perspectivas clássicas no estudo dos acidentes. A primeira assemelha-se ao modelo sequencialista proposto por Heinrich (1931), particularmente quando o autor fala na trajetória do acidente, ou seja, é defendido que existe uma sequência antes da ocorrência do acidente. A segunda aproxima-se do modelo proposto por Gibson (1961), onde este autor afirma que a ocorrência de acidentes ou lesões encontra-se normalmente associada a uma fonte de energia (perigo) susceptível de causar danos.

podem tornar alguns sistemas mais propensos a sofrerem acidentes comparativamente a outros. Este diagnóstico é concebido a partir de três elementos essenciais que interagem entre si e tendem a auto-perpetuar-se: 1) culpabilizar os trabalhadores da linha da frente; 2) negar a existência de erros sistémicos que provocam fraquezas; 3) a procura “cega” de indicadores produtivos e financeiros. A tendência para a culpabilização das vítimas dos acidentes é definida pelos autores a partir de quatro factores psicológicos fundamentais:

Atribuição do erro: tendência para atribuir os erros de desempenho profissional a aspectos da personalidade ou capacidade pessoal/individual dos trabalhadores, nomeadamente a falta de competência, cuidado ou responsabilidade.

Ilusão de vontade livre: este ponto parte do princípio que as pessoas são sempre o agente controlador e decisor da sua própria vontade (não considerando o poder e a força das coerções externas e circunstanciais dos sistemas sócio-técnicos). Os partidários desta perspectiva defendem que as pessoas são capazes de escolher entre praticar acções correctas ou incorrectas.

Fantasia de um mundo justo: convicção de que as coisas más só acontecem às pessoas que merecem.

Enviesamento da análise retrospectiva: crença em que os eventos ocorridos no passado teriam maior previsibilidade do que na realidade têm.

Reason (1987; 1990) sugeriu também que as condições latentes nos sistemas técnicos ou organizações com tecnologias complexas poderiam ser vistas como algo análogo a agentes patogénicos no corpo humano, os quais seriam accionados por factores locais/ambientais com capacidade para violar ou contornar o sistema imunitário (as barreiras ou protecções) que por sua vez provocariam a doença (o acidente). Por si só os designados agentes patogénicos não teriam capacidade para despoletar o acidente, visto que necessitam que estejam criadas condições locais adequadas para eles poderem actuar. Esta analogia foi designada pelo autor como a “metáfora do agente patogénico residente”, onde está implícito que não existem sistemas completamente auto-ímmunes aos acidentes. Esta metáfora enfatiza a presença de “agentes nocivos” dentro do sistema, antes mesmo da sequência do acidente ter tido o seu início. Tal como ao cancro ou às doenças cardiovasculares não são atribuídas causas únicas, os acidentes organizacionais também não surgem de causas singulares; pelo contrário derivam da articulação de condições diversas e multi-causais. A noção do agente patogénico residente centra a sua atenção nos indicadores da “morbilidade do sistema” que se encontram a montante do desastre em si mesmo (Reason, 1990). Segundo o próprio autor a metáfora do agente patogénico residente apresenta algumas características interessantes, no entanto esta teoria necessita de ser aprofundada ou trabalhada, visto que alguns termos ainda são vagos.

Os acidentes organizacionais ocorrem devido a uma conjunção adversa de diversos factores, onde, normalmente, cada um deles por si só não é suficiente para violar as defesas (barreiras) e, por consequência, provocar o acidente; contudo, a sua articulação e interacção permitem gerar condições para o evento acidentológico se efectivar. Assim como o corpo humano não está isento de agentes patogénicos, as organizações com sistemas tecnológicos complexos também não estão livres dos seus agentes patogénicos residentes. “All man-made systems have within them the seeds of their own destruction, like ‘resident pathogens’ in the human body. At anyone time, there will be a certain number of component failures, human errors and ‘unavoidable violations’. No one of these agents is generally sufficient to cause a significant breakdown. Disasters occur through the unseen and usually unforeseeable concatenation of a large number of these pathogens” (Reason, 1987).

Bibliografia

- ADAM, Barbara, VAN LOON, Joost (2000), «Introduction: Repositioning risk; the challenge for social theory», em Barbara Adam; Ulrich Beck; Joost Van Loon (Eds), *The Risk Society and Beyond. Critical Issues for Social Theory*. London: Sage.
- AMALBERTI, R. (1996), *La conduite des systèmes à risques*. Paris: Presses Universitaires de France.
- AREOSA, João (2003), «Riscos e acidentes de trabalho: inevitável fatalidade ou gestão negligente?», *Sociedade e Trabalho*, 19/20, 31-44.
- AREOSA, João (2005), «A hegemonia contemporânea dos “novos” riscos», em Guedes Soares et al. (Eds), *Análise e gestão de riscos, segurança e fiabilidade*. Lisboa: Edições Salamandra, 203-218.
- AREOSA, João (2007a), «As percepções de riscos dos trabalhadores: conhecimento ou “iliteracia”?», *Colóquio Internacional de Segurança e Higiene Ocupacionais - SHO2007*, Guimarães, 131-134.
- AREOSA, João (2007b), «Atitudes comportamentais perante o risco», *Congresso Internacional de Segurança e Higiene no Trabalho 2007*, Porto, 4-8.
- AREOSA, João (2007c), «As percepções de riscos num serviço de imagiologia hospitalar», em Guedes Soares et al. (Orgs), *Riscos, públicos e industriais*. Lisboa: Edições Salamandra, 1233-1248.
- AREOSA, João (2008a), «Risco e análise de riscos: contributos para a sua conceptualização», *Colóquio Internacional de Segurança e Higiene Ocupacionais - SHO2008*, Guimarães, 45-50.
- AREOSA, João (2008b), «O risco no âmbito da teoria social», *VI Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, 1-15.
- AVEN, Terje (2003), *Foundations of Risk Analysis - A Knowledge and Decision-Oriented Perspective*. West Sussex: John Wiley & Sons.
- DEAN, Mitchell (1999), «Risk, calculable and incalculable», em Deborah Lupton (Ed.), *Risk and Sociocultural Theory: New Directions and Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FREIRE, João (1991), «Imigrantes, capatazes e segurança no trabalho da construção civil», *Organizações e Trabalho*, 5/6, 147-153.

- GIBSON, J. (1961), «The contribution of experimental psychology to the formulation of the problem of safety – a brief for basic research», em *Behavioral Approaches to Accident Research*, New York: Association for the Aid of Crippled Children, 77-89.
- GIDDENS, Anthony (2000), *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- GORDON, John (1949), «The Epidemiology of Accidents», *American Journal Public Health*, 39, 504-515.
- GRANJO, Paulo (2004), *Trabalhamos sobre um barril de pólvora: homens e perigo na refinaria de Sines*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- GRANJO, Paulo (2006), «Quando o conceito de “risco” se torna perigoso», *Análise Social*, 181, 1167-1179.
- GREEN, Judith (1999), «From accidents to risk: Public health and preventable injury», *Health, Risk & Society*, 1, 25-39.
- GREENWOOD, M.; WOODS, H. M. (1919), «The incidence of industrial accidents upon individuals with special reference to multiple accidents». Industrial Fatigue Research Board, Medical Research Committee, Report No. 4. Her Majesty's Stationery Office: London.
- HEINRICH, H. (1931), *Industrial accidents prevention*. New York: McGraw-Hill.
- HOLLNAGEL, Erik (2004), *Barriers and accident prevention*. Hampshire: Ashgate.
- HOPKINS, A. (1999), «The limits of normal accident theory», *Safety Science*, 32, 93-102.
- KAPLAN, Stan (1997), «The words of risk analysis», *Risk Analysis*, 17, 407-417.
- NEBOT, Michel (2003), «Abordagem dos fatores humanos na prevenção de riscos do trabalho» em I. Almeida, *Caminho da análise de acidentes do trabalho*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.
- PERROW, Charles (1999), *Normal accidents: living with high-risk technologies*. New Jersey: Princeton University Press.
- RASMUSSEN, Jens (1997), «Risk management in a Dynamic Society: A Modeling Problem», *Safety Science*, 27, 183-213.
- REASON, James (1987), «Chernobyl errors», *Bulletin of the British Psychological Society*, 40, 201-206.
- REASON, James (1990), *Human error*. Cambridge: Cambridge University Press.
- REASON, James (1997), *Managing the risks of organizational accidents*. Aldershot: Ashgate.
- REASON, James (2000), «Human error: models and management», *BMJ*, 320, 768-770.
- REASON, J.; CARTHEY, J.; de LEVAL, M. (2001), «Diagnosing “vulnerable system syndrome”: an essential prerequisite to effective risk management», *Quality in Health Care*, 10, 21-25.
- REASON, J.; HOBBS, A. (2003), *Managing maintenance error: a practical guide*. Hampshire: Ashgate.
- RENN, Ortwin (1992), «Concepts of risk: a classification», em S. Krimsky; D. Golding (Eds) *Social Theories of Risk*. Westport, CT: Praeger.
- SILVA, Sílvia (2003), *Culturas de segurança e prevenção de acidentes de trabalho numa abordagem Psicossocial: Valores organizacionais declarados e em uso*. Tese de Doutoramento. Lisboa: ISCTE.
- SKOLBEKKEN, J. (1995), «The risk epidemic in medical journals», *Social science and medicine*, 3, 291-305.
- THEYS, Jacques (1987), «La société vulnerable», em Vidal Cohen et al., *La société vulnerable*. Paris: Presses de L'École Normale Supérieure.
- TURNER, Barry (1978), *Man Made Disasters*. London: Wykeham Press.
- TURNER, Barry; PIDGEON, Nick (1997), *Man-made disaster*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- VAUGHAN, Diane (1999), «The dark side of organizations: Mistake, Misconduct, and Disaster». *Annual Review of Sociology*, 25, 271-305.
- VILELA, Rodolfo; MENDES, Renata; GONÇALVES, Carmen (2007), «Acidente do trabalho investigado pelo CEREST Piracicaba: confrontando a abordagem tradicional da segurança do trabalho», *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 115, 29-40.
- WEICK, Karl (1990), «The vulnerable system: An analysis of the Tenerife air disaster», *Journal of Management*, 16, 571-593.

Comportamentos sociais e eficiência energética – Travões e catalisadores da mudança

Luísa Schmidt
 Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
 schmidt@ics.ul.pt

Susana Fonseca¹
 Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

¹ Na preparação deste trabalho de análise colaborou ainda Ana Horta da Escola Superior de Comunicação.

Resumo: Grande parte das pesquisas sobre o tema da energia centra-se nos aspectos económicos e técnicos. Os aspectos sociais tendem a ser ignorados ou apresentados enquanto obstáculos ou barreiras ao potencial técnico ou à plena implementação de políticas centradas na eficiência energética. Para além deste constrangimento, o enfoque no que de mais pessoal existe nas escolhas quotidianas (tipo de iluminação que possui, uso do automóvel, uso das máquinas de lavar) tornou-se a abordagem mais usual. Aquilo que de mais rotineiro existe em todas estas opções, e que resulta muitas vezes de condicionantes estruturais, tende a não ser considerado. Se o objectivo é alterar os padrões de consumo de energia é fundamental conhecer os factores que os determinam e condicionam. Ainda que o comportamento individual tenha que ser considerado, os factores que caem fora da esfera de decisão mais pessoal não devem ser subestimados. Por exemplo, até que ponto a forma como uma vila ou cidade foi planeada encoraja os pais a levarem as suas crianças à escola usando o carro em alternativa ao autocarro ou a pé? Ou de que forma as restrições financeiras empurram as pessoas para opções habitacionais onde não foram integrados cuidados com a eficiência energética? Este artigo procura demonstrar a importância de um olhar sociológico sobre o tema da energia, de como está presente e é compreendida no dia-a-dia, dando particular ênfase à eficiência energética. Neste contexto, centra-se em alguns dos estudos mais recentes sobre o tema, particularmente nos que se centram na realidade europeia.

A necessidade de desenvolver uma perspectiva abrangente sobre o que pode contribuir para um uso mais eficiente da energia, no sentido de incluir factores estruturais, e a premência de os integrar no desenvolvimento de soluções que possam auxiliar a concretização dos ambiciosos objectivos a que a União Europeia se propõe, é apenas uma das conclusões. A integração e coerência das medidas e dos discursos, a inclusão dos diversos actores, evitando deixar quem seja de fora dos esforços da sociedade para um uso mais sustentável da energia, são também elementos relevantes que sobressaíram da análise. Este artigo sublinha ainda a necessidade de reflectir sobre o conceito de eficiência energética e os seus efeitos positivos e negativos no conceito mais abrangente do desenvolvimento sustentável.

Artigo – Conferência EEAC sobre energia

I - Introdução

Grande parte dos estudos feitos sobre energia centra-se nas componentes económica e técnica. Os aspectos sociais são tendencialmente ignorados ou apontados como o grande obstáculo ou barreira à concretização do potencial técnico e à eficaz implementação de políticas de ambiente. Para além desta limitação, é habitual focar aquilo que de mais individual existe nas opções quotidianas dos cidadãos (que lâmpadas possui, se se desloca de carro, quantas máquinas lava por semana) e menos a reprodução diária e rotineira, que resulta de condicionamentos estruturais dessas opções (de que transporte público dispõe, por exemplo).

Se o objectivo é alterar os padrões de consumo de energia é fundamental conhecer os factores que os determinam ou moldam. Ainda que a dimensão dos comportamentos individuais seja fundamental, não se pode subestimar os factores externos à esfera de decisão mais próxima do indivíduo. Por exemplo, até que ponto é que a organização das cidades e vilas promove a tendência para serem os pais a levar os filhos à escola de carro em detrimento de percorrerem o percurso a pé ou de autocarro?

A invisibilidade da energia também pode introduzir dificuldades acrescidas, sendo muitas vezes difícil reconhecer não só os seus usos, como estabelecer a relação entre os aparentemente inócuos e invisíveis padrões de uso da energia e os impactos decorrentes para o ambiente global.

Neste artigo procura-se, num primeiro momento, expor a relevância de um olhar sociológico sobre a temática da energia e de como ela está presente e é percebida quotidianamente, com um particular enfoque na eficiência energética. Para tal, a primeira parte assentará na apresentação de um conjunto de resultados decorrentes de diversos estudos realizados a nível internacional (com particular destaque para a realidade europeia) conjugados com uma outra ferramenta, essa sim de âmbito apenas europeu – o Eurobarómetro. A sua organização assenta na identificação de temas chave no âmbito do debate sobre eficiência energética. Numa segunda parte serão identificadas algumas das soluções avançadas nos diversos estudos como podendo dar um contributo relevante para a promoção de uma sociedade mais eficiente no uso da energia.

II – Um olhar sociológico sobre a eficiência energética

A análise de diversas dimensões sociais permite-nos apontar a energia como uma das temáticas centrais para o desenho do futuro do espaço europeu. Por um lado, é visível o progressivo aumento de protagonismo da União Europeia no delinear de políticas e regulamentos sobre este tema. Ainda que a energia tenha estado presente enquanto tema central na União Europeia desde a sua fundação, tendeu sempre a ser um tema deixado, essencialmente, ao poder de decisão dos Estados-membros. Nos últimos anos tal deixou de ocorrer e a tendência tem sido a de um progressivo aumento da intervenção europeia, o que não deixa de ir ao encontro das expectativas dos cidadãos, que, de forma crescente, tendem a reconhecer à UE a legitimidade e a necessidade de intervir neste tema (Eurobarómetro, Abril 07).

Quadro 1. A melhor forma de abordar a questão energética é:

	UE-27
Através de medidas acordadas ao nível da UE	62
Através de medidas nacionais em cada Estado-membro	32
NS/NR	6

Eurobarómetro, Abril 07

Por outro lado, a relevância do tema da energia ao nível da União Europeia pode facilmente ser inferida do número impressionante de estudos que têm sido realizados pelo Eurobarómetro. Desde 2002 foram despoletadas sete iniciativas de aferição das percepções, informação e conhecimento dos cidadãos europeus sobre diferentes temas da área da energia, sendo que em 2007 já foram publicados três.

Esta exaustividade demonstra, não apenas uma preocupação crescente com o tema, mas também com o conhecimento e as percepções dos cidadãos europeus enquanto elemento fundamental para a mudança desejada rumo à promoção de um uso mais sustentável da energia.

Há ainda a considerar aspectos como o aumento do preço do petróleo, a liberalização dos mercados energéticos que, em muitos casos, implicam mexidas nas tarifas tantas vezes controladas por empresas monopolistas ou reguladas pelos Estados, ou a intensificação e globalização do debate sobre as alterações climáticas e as suas consequências, com inegáveis ligações ao modelo energético dominante.

Não obstante um contexto global que aponta para a necessidade de problematizar e reflectir sobre o modelo energético em que assentam as sociedades de hoje, a apresentação de soluções viáveis que possam ser entendidas e integradas no quotidiano dos cidadãos nem sempre faz parte dos aspectos centrais abordados e o debate em torno do tema da energia acaba por se desviar para outros campos que não o da poupança ou da eficiência energética. Em Portugal esta distinção é flagrante. Numa análise feita recentemente sobre os três principais canais de televisão nacionais a mediatização “parece ter contribuído para a construção no espaço público da ideia de que o paradigma energético actualmente em vigor se encontra ameaçado e, inclusivamente, em crise”, mas as soluções e alternativas “não foram mediatizadas com clareza”, as energias renováveis foram pouco mediatizadas (ainda que de forma favorável) e o aumento da eficiência energética não teve expressão (Horta, 2007).

Neste contexto, temos o reconhecimento da centralidade da questão da eficiência energética por parte da União Europeia e até dos vários Estados-membros, mas alguma dificuldade na comunicação deste conceito e de como se integra no quotidiano de cidadãos e decisores.

Para além desta dificuldade, convém sublinhar a necessidade de olhar com cautela para a forma como se comunica o conceito de eficiência energética, sob pena de se estar a construir e divulgar uma mensagem contrária a objectivos mais abrangentes e que vão para além do cumprimento de metas a nível nacional ou europeu. É fundamental estimular o debate em torno do impacte global e a médio/longo prazo que as medidas tomadas hoje com o intuito de promover a eficiência energética poderão ter numa óptica mais abrangente da sustentabilidade (SDC, 2006; Bartiaux et al, 2006; Shove et al, 2004). Desde a necessidade de questionar e reflectir sobre a natureza e aceitabilidade de determinados consumos (Shove et al, 2004) até à importância de garantir que a promoção de um consumo sustentável ou mais eficiente não implicará mais consumo (SDC, 2006), ainda que diferente, a mensagem fulcral parece ser a de não nos deixarmos arrastar pela “fúria” da eficiência energética” e dos avanços tecnológicos sem questionar as mensagens que lhe estão subjacentes. É, assim, imperativo olhar, com maior ênfase, para a forma como a procura é construída (Shove et al, 2004) e o papel que os diversos actores ou agentes podem ter ao longo da cadeia, levando em conta os factores sociais, institucionais e culturais, para além dos factores individuais (Bartiaux et al, 2006) na formação dessa mesma procura.

Tendo em conta este contexto, iremos de seguida identificar algumas regularidades identificadas por diversos estudos como podendo ter um papel mais ou menos activo no moldar de uma sociedade mais eficiente no uso que faz da energia.

Começamos pelas variáveis sócio-demográficas, elemento fundamental de qualquer análise sociológica, para logo de seguida desenvolver os factores apontados como podendo assumir um papel de travão ou de catalizadores da mudança necessária na relação com a energia, sendo dado particular destaque à dimensão da informação, tantas vezes apontada como o elo fundamental para a mudança.

Variáveis sócio-demográficas

É normalmente aceite que há um conjunto de variáveis sociais que tendem a ser consideradas explicativas da configuração dos comportamentos individuais. Normalmente supõe-se que as variações no género, idade, nível de rendimento, classe social, nível de escolaridade, categoria sócio-profissional e dimensão do habitat, principalmente, tenham influência nas práticas quotidianas.

A análise dos estudos acerca das práticas, atitudes e disposições relativamente à energia realizados noutros países revela que, entre as variáveis “clássicas” de caracterização social, as que têm sido consideradas mais relevantes são os níveis de rendimento e de escolaridade. Menos frequentemente, é dada atenção à idade, género e dimensão do agregado familiar. Outros indicadores que por vezes são referidos são a propriedade da habitação e a dimensão do habitat.

Destas variáveis, tem sido destacado como principal factor de diferenciação social o nível de rendimento do agregado familiar. A importância do nível de rendimento torna-se evidente na capacidade limitada ou nula de alguns agregados familiares para investir em obras ou equipamentos energeticamente mais eficientes (Boardman e Darby, 2000; Ramsay e Pett, 2003; Anker-Nilsen, 2003). Com efeito, é a existência de rendimento disponível que permite aceder a investimentos, relativos quer ao uso da energia, quer à sua poupança (Wallenborn et al, 2006). Segundo Bartiaux et al (2006), os agregados que não têm rendimento disponível para investir em equipamentos mais eficientes tendem a apostar mais na mudança de consumo, no sentido da sua efectiva restrição. Porém, convém não esquecer que, precisamente nalguns

agregados com menos recursos, o consumo de energia já está reduzido às necessidades básicas. Consta-se ainda que são os alojamentos das famílias com mais baixos rendimentos que mais tendem a sofrer de vários problemas ambientais, como stress por calor, falta de conforto e baixa qualidade do ar (Santamouris et al, 2007).

Por outro lado, (Bartiaux et al, 2006), um rendimento mais elevado tende a estar associado a uma menor preocupação ambiental em termos práticos. De facto, os usos directos e indirectos de energia aumentam com o rendimento per capita do agregado.

A este respeito deve salientar-se que, apesar de serem os grupos sociais mais favorecidos que se mostram mais sensíveis a um consumo «responsável», verifica-se um considerável hiato entre os discursos e as práticas reais de consumo (Delpal e Hatchuel, 2007). Por outro lado, para este sector da população, mais importante do que poupar, parece ser o reconhecimento do seu estatuto social, traduzido em práticas que consomem muita energia, como por exemplo a preferência pelo uso individual de um carro de alta cilindrada em vez de transportes públicos.

Em suma, o modo como a energia é consumida contribui, assim, para que haja uma forte relação entre as desigualdades sociais e a qualidade de vida dos vários segmentos da população, devendo este aspecto estar bem presente no momento de delinear políticas públicas sobre esta temática.

Uma outra variável considerada relevante é o nível de escolaridade. A este respeito verifica-se que a tendência geral é para que sejam os indivíduos mais escolarizados a apresentar maiores níveis de preocupação ambiental, bem como graus mais elevados de informação e conhecimento acerca das questões energéticas e maior consciência das práticas relacionadas com a energia.

De facto, a instrução está relacionada com o conhecimento acerca da energia (EB, Jan.2007) e com as competências para compreender aspectos do uso da energia (Wallenborn et al, 2006), observando-se a tendência para serem os mais escolarizados a apresentar melhores níveis de percepção dos problemas associados às energias não renováveis e de conhecimento acerca das alterações climáticas e do esgotamento dos recursos naturais, bem como a mostrarem-se mais preocupados com a poupança energética nas suas casas (Prada et al, 2007). No entanto, tal não implica necessariamente a adopção de comportamentos de poupança de energia (Bartiaux et al, 2006). Assim, embora uma maior escolarização possa em certos casos significar uma predisposição mais forte nesse sentido, preocupações como o reconhecimento social do status tendem a acabar por abafar o conhecimento.

Quanto à influência da idade, os estudos consultados mostram-se contraditórios. Embora seja visível uma tendência no sentido de serem os mais jovens a mostrar-se mais conscientes relativamente à energia, o que parece estar relacionado com a escolarização, nem sempre é assim, sobretudo no que diz respeito aos preços, o que pode estar relacionado com a ausência de responsabilidades típica deste escalão etário (EB, Jan. 2007). Ao nível da União Europeia, verifica-se uma tendência para que sejam os indivíduos com 55 ou mais anos a revelar os mais baixos níveis de conhecimento acerca da produção de energia (EB, Jan. 2007), mas simultaneamente a mostrarem-se mais preocupados com possíveis aumentos de preço da energia (EB, Abr. 2007), enquanto os mais jovens e os estudantes parecem menos preocupados com este parâmetro (EB, Jan. 2007).

Quanto à variável habitat, as diferenças mais significativas tendem a registar-se entre as realidades urbanas e rurais, particularmente no que concerne ao acesso à informação, a programas de apoio ou aconselhamento sobre eficiência energética (Ramsay e Pett, 2003).

Outra variável frequentemente utilizada nos estudos sobre o uso da energia é a composição do agregado familiar. A este respeito tem sido verificado que, quanto menor é o número de pessoas por habitação, maior é o consumo per capita. Assim, embora seja consumida mais energia em termos absolutos, em termos relativos, um agregado com uma pessoa consome 20% mais energia do que com duas pessoas (Wallenborn et al, 2006). Este facto torna-se preocupante face às actuais tendências de evolução demográfica e coloca desafios interessantes em termos das tecnologias a disponibilizar, bem como, em termos das políticas a implementar no sentido de cumprir objectivos nacionais e europeus de eficiência energética.

No que diz respeito à propriedade da habitação, embora sejam conhecidos poucos dados, verifica-se que é uma variável importante na medida em que tem implicações na maior ou menor liberdade dos indivíduos para introduzirem inovações e fazerem investimentos (Wallenborn et al, 2006). Esta variável assume particular relevância em países onde o mercado de arrendamento esteja bastante desenvolvido.

Que factores para a mudança?

Como ponto prévio à discussão sobre as metodologias para a mudança alguns autores frisam a importância de olhar para as medidas que devem ser tomadas não apenas pelo seu ganho imediato, mas também pelos efeitos mais abrangentes que podem ter (alguns deles a longo-prazo e dificilmente mensuráveis) em termos de envolvimento e motivação das pessoas para a acção e para desenvolverem práticas sustentáveis, alterando os seus comportamentos (SDC, 2006). Mesmo parecendo insignificantes em termos dos seus resultados ou dos públicos que atingem, poderá haver ganhos significativos, quer em termos de difusão, quer em termos de sensibilização e da sedimentação de conhecimento, proactividade, participação e envolvimento.

É consensual que qualquer política de promoção de comportamentos só surtirá efeito se forem implementados no terreno, e de um modo integrado, os mecanismos que dêem a todos os agentes do mercado os sinais apropriados para induzi-los positivamente a colaborar na eficiência energética. A coerência de políticas, a exigência, o estímulo, mas também a

penalização das condutas incorrectas ou menos sustentáveis, são dimensões de uma mesma intervenção e elementos fundamentais para a mudança desejada (Irrek et al, 2003; SDC, 2006; Lindén et al, 2006; Bartiaux et al, 2006).

Quanto aos factores que podem agir como travões ou catalisadores da mudança os estudos apontam, desde logo, para algumas das variáveis “clássicas” de caracterização social, já anteriormente focadas. No entanto, estes estudos mostram também que estas variáveis são insuficientes para definir objectivamente as práticas relativas ao uso da energia. Também o nível de informação e conhecimento pode não ser determinante para a mudança de comportamentos acerca da energia. Do mesmo modo, as atitudes e valores nem sempre se traduzem em acções concretas. Torna-se, assim, necessário, procurar compreender que factores bloqueiam a mudança de comportamentos e quais podem potenciá-la e para tal é necessário ter em conta os constrangimentos estruturais (condições objectivas como a existência de redes de transportes públicos, por exemplo) e o próprio modo como estão estruturadas as relações sociais (critérios de acção associados à identidade e estatuto social).

Os seguintes factores, de modo combinado, tendem a surgir como impeditivos da mudança de comportamentos (Bartiaux, 2006; SDC, 2006):

- Necessidade de alterar rotinas quotidianas e percepção de perda de conforto e de direitos adquiridos;
- Dificuldade em aceder a equipamentos e soluções (como transportes públicos, por exemplo);
- Custo elevado das opções sustentáveis ou mais eficientes;
- Preocupação com os rendimentos (insuficiente para fazer investimentos);
- Falta de confiança nos organismos públicos, governos e empresas;
- A configuração da política energética;
- Pressões do mercado; normas, pressões e influências sociais a respeito do consumo;
- A percepção de que a acção individual é inútil;
- Questões de identidade.

Em todo o caso, surgem como factores potenciadores da mudança o facto de os consumidores poderem identificar facilmente quais os produtos que lhes permitirão poupar energia e dinheiro (Boardman, 2004). Também a existência de sanções por parte das autoridades a determinados comportamentos tende a acelerar o processo de mudança de comportamentos (Lindén et al, 2006). Tal como a promoção do desenvolvimento de sistemas mais amigos do utilizador que facilitem as práticas de eficiência energética. O próprio enquadramento social expresso em tendências culturais mais críticas a algumas formas de consumo, a pressão social que incite a um consumo mais sustentável e o enraizamento dos valores de poupança e eficiência no uso da energia (incutidos desde a infância) também podem desempenhar um papel relevante (Bartiaux, 2006).

Como dizem Lindén et al (2006), melhorar o conhecimento e simplificar a prática são factores muito importantes para a mudança de comportamentos. De facto, por vezes, o simples desconhecimento da existência de subsídios e descontos, ou a ignorância acerca de como obter aconselhamento ou informação, ou como utilizar mais eficientemente os próprios equipamentos, podem impedir a adopção de medidas de eficiência energética (Wallenborn et al, 2006; Lindén et al, 2006). Da mesma forma, construir um contexto que promova a noção de que cada um pode dar um contributo válido é apontado como outro dos potenciais catalisadores da mudança (SDC, 2006; Bartiaux et al, 2006)

O papel da informação e do conhecimento

Dos estudos analisados é possível concluir que a informação e o conhecimento são fundamentais para que as pessoas desenvolvam uma maior consciência da necessidade de adoptar práticas mais eficientes. O conhecimento e a compreensão das causas e consequências de alguns problemas ambientais parece ser um bom indicador da aceitabilidade de certas acções e políticas que visem resolver esse mesmo problema (O'Connor, 2002).

Em diversas situações tem-se verificado que só quando os problemas ambientais se tornam objecto de atenção pública começam a ser considerados efectivas ameaças por parte das populações. É o que parece demonstrar o recente desenvolvimento da compreensão pública acerca das alterações climáticas. Alguns estudos sugerem que o conhecimento e a compreensão por parte dos indivíduos das causas e consequências das alterações climáticas constituem o factor que melhor explica o apoio a políticas e acções de redução das emissões de gases com efeito de estufa. De facto, são os indivíduos que melhor identificam essas causas e consequências que mais facilmente apoiam iniciativas governamentais e acções voluntárias de redução dos combustíveis fósseis (O'Connor, 2002). A informação e o conhecimento são, assim, fundamentais para que os indivíduos adiram a práticas de protecção ambiental.

O protagonismo assumido pelo tema das alterações climáticas no debate público europeu está claramente expresso nos resultados do último Eurobarómetro sobre política energética no espaço europeu, datado de Abril. Para além da preocupação transversal em termos de idade, escolaridade, género e características sócio-económicas, a noção de que a forma como se produz e usa a energia em cada país contribui para o problema que reúne tanta preocupação, é já ponto assente para a maioria dos inquiridos. De facto, 82% dos europeus refere que a produção e consumo de energia tem um grande (38%) ou algum (44%) impacto negativo nas alterações climáticas. Não obstante a transversalidade sócio-demográfica e económica do tema, não deixa de ser interessante verificar uma distinção regional, sendo possível afirmar que na União Europeia são os países com climas mais frios que estão menos preocupados com este tema, cujo nível de preocupação aumenta à medida que nos aproximamos dos países do sul – Espanha, Grécia, Chipre, Malta e Portugal (em 5º lugar).

Vale a pena sublinhar também aqueles que são os impactos previstos pelos europeus quanto à forma como usarão a energia no futuro próximo, à luz da problemática das alterações climáticas. São largamente aceites como incontornáveis: a necessidade de alterar o comportamento individual a par com a assumpção da inevitabilidade do aumento do preço da energia.

Quadro 2. Quais os impactos que as AC terão na forma como consumimos energia no espaço de 10 anos?

	UE-27
Será necessário mudar os nossos comportamentos de forma a gastar menos energia, por exemplo, usar menos o carro, apagar as luzes	76
Teremos que alterar a forma como aquecemos, arrefecemos e iluminamos as nossas casas, através da aquisição de equipamentos que poupem energia	72
Teremos que pagar muito mais pela energia que usamos	68

Eurobarómetro, Abril 07

Ainda que existam diferenças nas opções seleccionadas consoante algumas características sócio-demográficas (por exemplo, com os mais velhos a anteciparem menos as alterações tecnológicas, mas a demonstrarem grande preocupação com o aumento do preço da energia), é de referir que o aumento do preço da energia parece reconhecer quase idêntico reconhecimento por todos (estando mais ou menos preocupados com o problema). Parece assim, que o aumento do preço da energia é uma verdade para muitos inconveniente, mas para todos indelével (Eurobarómetro, Abril 07).

Contudo, a respeito da relação entre a informação e o conhecimento de que os indivíduos dispõem e as suas práticas, é paradoxal verificar-se que, se por um lado há uma clara percepção da necessidade de maior divulgação junto das populações do problema das alterações climáticas e das questões energéticas, por outro lado, os resultados de alguns estudos conhecidos indicam que a articulação entre o conhecimento e as práticas é fraca.

Com efeito, segundo Bartiaux et al (2006), um melhor conhecimento e mais informação não parecem ser muito relevantes na adopção de práticas de poupança de energia. Também Goldblatt (2003) verificou que, apesar de a informação ser um dos instrumentos clássicos da política americana de conservação de energia, influenciar o uso doméstico da energia através do fornecimento de informação é muito ineficaz. Este mesmo resultado foi observado através do último Eurobarómetro sobre energia, uma vez que ao procurar interligar práticas relacionadas com o conceito de eficiência energética e a preocupação ambiental, ou seja, ao tentar relacionar as preocupações com as alterações climáticas e o comportamento consciente em termos de energia, a correlação manifestou-se, mas de forma fraca, o que parece indicar que, também no espaço europeu, as preocupações e as respostas comportamentais não estão automaticamente ligadas (Eurobarómetro, Abril 07: 10)

Face a este paradoxo, encontram-se três tipos de observações. Em primeiro lugar, o baixo grau de literacia energética das populações dificulta a sua compreensão da informação que é divulgada. O que significa que é fundamental adaptar o discurso aos públicos.

Um segundo tipo de observação diz respeito às características da informação transmitida. Parece persistir uma certa incapacidade em usar efectivamente as campanhas. Entre outros problemas, as campanhas de informação falham em concentrar-se na atractividade, clareza, simplicidade e relevância das mensagens, ao mesmo tempo que a credibilidade das fontes de informação nem sempre é tida em consideração (Goldblatt, 2003; Wortmann e Mohring-Huser, 2003; Bartiaux et al, 2006). Além disso, os instrumentos de informação dirigidos aos consumidores devem incluir quer dimensões individuais – aconselhamento acerca de medidas pessoais de conservação de energia –, quer estruturais – divulgação de desenvolvimentos nas tecnologias, práticas sociais e infra-estruturas energeticamente mais eficientes. De facto, é necessário que os indivíduos reconheçam as inovações ambientais como instrumentos relevantes que podem ser adaptados aos seus estilos de vida e à sua organização doméstica (Goldblatt, 2003). Para além disso, os indivíduos precisam de sentir que não são os únicos a procurar mudar os seus comportamentos e que outros estão a fazer um esforço semelhante (SDC, 2006).

Um terceiro tipo de observações salienta que, sobrepondo-se ao nível de informação e conhecimento, existem factores de ordem estrutural que condicionam fortemente as práticas, podendo actuar como travões (Bartiaux et al, 2006). Com efeito, se alguns comportamentos dependem de micro-decisões tomadas de acordo com a liberdade de acção individual, outros estão sujeitos a macro-constrangimentos que actuam sobre os comportamentos individuais de consumo (Goldblatt, 2003). Como diz Owens (2006), a informação não terá poder de influência se for contrabalançada por outras influências muito fortes, como são as normas sociais e os preços. Isto não implica que a informação seja dispensável, mas antes que deverá fazer parte de uma estratégia mais alargada, não deverá ser neutra e deverá fluir em diversas direcções.

III – As soluções propostas

As políticas públicas

Num contexto em que parece estar a observar-se um progressivo aumento no apoio às políticas de protecção do ambiente, essenciais para fazer face à situação actual e no reconhecimento do dever de assegurar o bem-estar das actuais e das próximas gerações, as políticas públicas surgem como a primeira linha de actuação no âmbito da eficiência energética. Parece estar a formar-se um amplo apoio às políticas de poupança de energia no âmbito das políticas públicas de ambiente, e

um sentimento de necessidade de coerência (Bartiaux et al, 2006; SDC, 2006). Em suma, existe espaço para a mudança: os Governos podem aumentar a sua exigência e incentivo ao mercado, pois muitas pessoas estão disponíveis e preparadas para ver novas políticas que os ajudem a mudar os seus comportamentos.

Contudo, deverão ser os Governos a dar o exemplo e a criar as condições para que os consumidores possam alterar as suas condutas (Bartiaux et al, 2006; SDC, 2006). Até porque, este apoio não é incondicional, sendo normalmente frisado que deve haver um adequado equilíbrio entre regulamentação e sensibilização para que as pessoas não sintam que a mudança é apenas uma obrigatoriedade imposta, mas também uma possibilidade gratificante de, enquanto cidadãos, poderem participar (na mudança) por vontade própria (SDC, 2006). Em termos dos valores que devem enquadrar e podem potenciar a aceitabilidade das políticas públicas nesta área, são de referir:

As questões da equidade e justiça (não desresponsabilizando ninguém e salvaguardando os interesses dos grupos mais desfavorecidos) (SDC, 2006),

Da confiança e da acção colectiva, no sentido em que agir de forma isolada é entendido como sendo fútil e contra-producente, uma vez que podem estar a fazer um sacrifício pessoal sem qualquer garantia de benefício (SDC, 2006);

A tónica escolhida, que deverá ser positiva e os objectivos que deverão ser atingíveis e encorajadores.

Dados de vários inquéritos realizados pelo Eurobarómetro apontam as preferências dos europeus, no que concerne à forma de serem ajudados para reduzirem o seu consumo de energia e assim tornarem-se parte da solução. É interessante verificar que são cada vez menos os países onde a tendência maioritária passa por requerer dos Governos uma intervenção essencialmente assente numa abordagem mais passiva de fornecimento de informação. Segundo o último inquérito realizado (Abril 07), apenas num reduzido conjunto de quatro países (entre eles Portugal) a tendência maioritária não passa por solicitar que a intervenção dos Governos nacionais se centre no apoio a soluções energeticamente eficientes.

Quadro 3. Quais as medidas que os governos nacionais deveriam privilegiar para ajudar as pessoas a reduzir o seu consumo de energia?

	UE-27
Subsidiar soluções energeticamente eficientes, por exemplo, para as casas	48
Dar mais informação sobre o uso eficiente da energia	25
Adoptar padrões mais restritivos para os equipamentos que consomem energia	21
Outros	3
Nada	1
NS/NR	3

Eurobarómetro, Abril 07

As políticas publicas podem fazer uso de um conjunto de mecanismos que agem em diferentes dimensões, mas cuja conjugação é fundamental para atingir os objectivos de melhorar a eficiência energética, permitindo um trabalho concertado e o envio dos sinais correctos aos vários agentes do mercado. Segundo os vários estudos analisados, os instrumentos políticos mais apropriados e eficazes para reduzir as barreiras (financeiras, comportamentais, de mercado) são:

Administrativos (Lindén et al, 2006) ou de regulação e controlo (Urge-Vorsatz et al, 2007) – como a definição e aplicação de standards, normas de qualidade ambiental, regulamentos de construção, programas de etiquetagem e certificação ou obrigações e quotas de eficiência energética. Uma condição chave para o seu sucesso é a sua monitorização, avaliação e actualização regular (Urge-Vorsatz et al, 2007), ao mesmo tempo que se sanciona o comportamento desviante (Lindén et al, 2006).

Económicos, fiscais ou de mercado (Fawcett et al, 2000; Lindén et al, 2006; Urge-Vorsatz et al, 2007): impostos; preços; subsídios; descontos ou redução de taxas de juros nos investimentos. Podem ser catalizadores de mudança no futuro e do estímulo à introdução de tecnologias mais eficientes (Bartiaux, et al, 2006). A sua coerência e consistência ao longo do tempo, para além do seu reforço através da comunicação (Bartiaux et al, 2006), são fundamentais para relembrar os argumentos da eficiência.

Informação (Lindén et al, 2006; Urge-Vorsatz et al, 2007; Bartiaux et al, 2006): neste âmbito podemos incluir a informação escrita em panfletos e anúncios; os prémios ambientais; a rotulagem de produtos, mas também os mecanismos de aconselhamento e as estratégias de comunicação que deverão ser abrangentes de forma a influenciar consumidores, retalhistas, instaladores e produtores (Fawcett et al, 2000). Alguns autores (Bartiaux et al, 2006; Darby, 2006) frisam a importância do aconselhamento na área da energia, ou seja, a transmissão de informação mais detalhada e adaptada aos contextos enquanto vector fundamental da componente informativa dos mecanismos à disposição das políticas públicas. Da mesma forma, a comunicação dos resultados das políticas do país (cumprimento de Quioto, etc.) poderá ser um instrumento interessante, particularmente se for explorada a eficiência e o contributo sector a sector (Bartiaux et al, 2006).

Físicos (Lindén et al, 2006): por exemplo equipamentos de medição que permitem ao consumidor ter a real noção do seu consumo. São pensados para facilitar um novo padrão de comportamento, e são normalmente combinados com outros instrumentos.

Informação específica e aconselhamento personalizado

Como já foi analisado anteriormente, existe uma tónica geral que aponta para o facto da informação, por si só, não estimular a capacidade de mudança que muitas vezes lhe é associada. A informação geral tende a ter efeitos limitados na

proactividade, contudo a sua pré-existência é fundamental enquanto base para se compreender a necessidade de acção ou as próprias mudanças inevitáveis na sociedade (e pelas quais se é afectado). Existe, assim, uma diferença substancial entre a informação generalizada (campanhas de televisão, folhetos gerais, etc.) e a informação trabalhada, adaptada às situações (preferencialmente ao caso individual).

Aliás, informação específica em relação à situação de cada agregado/empresa tende a ser muito bem aceite e a ter um papel mais relevante na assumpção de comportamentos de poupança. Um modelo já experimentado seguindo diversas metodologias é o do feedback de informação para os consumidores sobre o seu consumo de energia e os impactos que dele podem decorrer. Tornar visível o consumo que pode ser expresso na quantidade de energia gasta (simplesmente; em comparação com outros; em comparação com anos anteriores; em emissões de CO₂) parece ser uma forma simples de se conseguir alguma alteração nos consumos (Darby, 2006; Boardman et al, 2000; Jensen, 2003).

O aconselhamento personalizado, enquanto intermediação entre fornecedores de energia e de equipamentos e serviços e consumidores finais, parece ser muito importante. Ao permitirem uma tradução das soluções de eficiência energética em contextos concretos e úteis para os cidadãos, os intermediários/conselheiros potenciam o conhecimento sobre o tema e a proactividade (Irrek et al, 2003; Boardman et al, 2000).

Mas ao analisarmos a aplicabilidade do modelo de aconselhamento, não obstante as suas potencialidades, é fundamental considerar os grupos a que se dirige. Aplicar as metodologias do aconselhamento a comunidades mais desfavorecidas introduz algumas diferenças em todo o processo (Boardman et al, 2000). São grupos com características distintivas na forma como lidam com a informação (dificuldade de leitura e compreensão, de tirar proveito de informação escrita), na capacidade que têm de alterar o seu quotidiano (disponibilidade para fazer investimentos) e nos níveis de literacia. Nestes casos, deverão ser delineadas estratégias específicas, nas quais se poderão envolver agências ou entidades que já estejam a desenvolver acções no terreno, mesmo que em áreas completamente diversas, por ser uma boa forma de entrar nos seus quotidianos (Boardman et al, 2000).

Quando se fala de aconselhamento técnico é importante sublinhar que campanhas que envolvam a comunidade escolar, e que tenham como objectivo alargar os comportamentos de eficiência para fora da escola, podem ser quase tão eficientes como profissionais que dêem aconselhamento técnico às famílias. A única grande diferença parece estar na utilização dos apoios financeiros, que tende a ser muito mais significativa quando está em campo um conselheiro profissional (CSE, 2004).

Campanhas de comunicação

Quase desde o primeiro momento, o desenvolvimento de campanhas de comunicação foi identificado como um instrumento fundamental para a mudança de comportamentos no que concerne ao gasto de energia. Contudo, há um conjunto de pressupostos que deverão ser respeitados, sob pena de se investirem recursos que não terão qualquer retorno. A este nível é importante criar mensagens estratégicas diversificadas consoante os vários segmentos etários e apresentar a energia de modo interessante, informativo (Bender et al, 2002), e, sobretudo, divertido (Lindseth, 2003; Wortmann et al, 2003). É fundamental dirigir-se à audiência certa; escolher bem a quem se quer passar a mensagem e qual a melhor forma de lhes captar a atenção, usando aproximações de segmentação que vão para além das circunstâncias imediatas de forma a captar o que as pessoas pensam e sentem sobre os assuntos, o que os move e motiva. Alguns autores apresentam o humor, o envolvimento e a interactividade como modos de persuasão eficazes (Lindseth, 2003). Em diversos estudos o feedback das crianças e dos pais indica que as crianças podem actuar como embaixadores da eficiência energética nas suas próprias casas (Lindseth, 2003; CSE, 2004). Ter uma aproximação de longo prazo e conjugar várias intervenções e formas de chegar às pessoas é outra medida referenciada (SDC, 2006).

A mensagem deve ser credível, clara e compreensível e garantir que se consegue dar visibilidade ao consumo de energia (torná-lo palpável para as pessoas) (Bender et al, 2002; SDC, 2006). Explorar as questões do uso da energia, mas particularmente questões como a pegada ecológica ou as alterações climáticas e as suas ligações com o tema da energia, poderá ser particularmente eficaz (Boardman, 2004; SDC, 2006; Santamouris, 2007b). Associar os comportamentos individuais domésticos a consequências sociais importantes também poderá surtir efeito.

Um outro aspecto importante para o sucesso das campanhas passa por traduzir no processo de comunicação o necessário envolvimento dos diversos actores que desempenham um papel em toda a cadeia, e não apenas focalizar em vertentes específicas (Bender et al, 2002; Wortmann et al, 2003).

De referir ainda que nem sempre o enfoque no ecologicamente correcto é o mais eficaz, pois muitas vezes só os mais abertos a essa perspectiva é que acabam por integrar a mensagem no seu dia-a-dia (SDC, 2006). É importante promover comportamentos em linha com recentes tendências de estilos de vida, por exemplo associando à poupança de tempo; à última moda em termos de eficiência (tecnologia) ou a um ambiente acolhedor em casa. Quando as tendências de estilos de vida, tecnologia energeticamente eficiente e os comportamentos coincidem, as alterações rumo a um comportamento mais eficiente surgem quase automaticamente (Lindén et al, 2006).

Em suma, trata-se de criar um contexto social que conduza ao resultado desejado – por exemplo, incentivar acções de conservação que não exijam dinheiro, instrumentos ou alterações ao nível da construção – o que permite que as pessoas sintam que têm capacidade para agir. Também é importante transmitir a ideia de que há acções que podem ser feitas por cada um, que contribuem para um resultado positivo (Bender et al, 2002).

Experimentar a mudança

Um dos entraves à mudança de comportamentos na área da energia acaba por ser o desconhecimento ou a falta de familiaridade com determinados procedimentos ou tecnologias que, associados à habitual inércia das práticas adquiridas e integradas em rotinas, acabam por ditar alguma imobilidade face a novas tendências. Assim, mecanismos que permitam aos cidadãos e decisores simular ou experimentar soluções novas que contribuam para a eficiência energética ou para a utilização de energias renováveis, podem dar um excelente auxílio.

A utilização de softwares que permitam às pessoas simular os seus comportamentos e os efeitos que mudanças pessoais, sociais e tecnológicas podem ter no consumo e no impacto dos seus estilos de vida, ou ainda a possibilidade de poder experimentar/visualizar as tecnologias e as técnicas de eficiência energética, poderão ter um efeito interessante de sensibilização (Feldman et al, 2002; Goldbaltt et al, 2005).

Que agentes envolver?

As escolas, entendidas como dos melhores locais para investir em termos de sensibilização e informação com garantia de efeitos multiplicadores, têm conhecido o desenvolvimento de inúmeros projectos. No Reino Unido a campanha Energy Matters alcançou um considerável sucesso tendo sido retiradas algumas conclusões interessantes sobre como fazer bem e como melhorar os resultados ao longo do tempo (CSE, 2004).

Uma análise breve das principais conclusões acaba por pôr em relevo factores já aqui referidos noutros contextos. Em termos dos aspectos chave para atingir as melhores práticas nas escolas foram identificados (CSE, 2004):

O envolvimento de representantes dos vários grupos que se movem numa escola – professores, directores, pessoal auxiliar, alunos e pais nos planos e acção para a poupança de energia;

O desenvolvimento uma abordagem de capacitação dos alunos, por exemplo através de um conselho da escola que participe na gestão da escola;

Usar os materiais de educação sobre energia que sublinham os efeitos do uso da energia e os benefícios das acções de poupança. O facto do Energy Matters se centrar no uso actual de energia em casa e de permitir que este tema seja alvo de trabalho educacional foi um dos aspectos mais valorizados;

Estabelecer ligações entre qualquer programa de gestão de energia ou actividades, por exemplo, relacionadas com a saúde, inspecções de segurança ou manutenção de rotina.

Quanto aos agentes e envolver, os estudos indicam que a abordagem deverá ser diversificada e adaptada a cada situação específica. Os jovens, pelas suas potencialidades no presente (enquanto conselheiros em casa) e no futuro (enquanto decisores em arenas diversas), surgem como um dos grupos a privilegiar (SCE, 2004). O envolvimento das comunidades, bem como das autoridades locais, apresenta o potencial de aproximar políticas e medidas de âmbito abrangente e, muitas vezes, abstracto, às realidades locais (SDC, 2006; Bartiaux et al, 2006). As companhias distribuidoras de gás e electricidade pela regularidade do contacto e potencialidades de aplicação de mecanismos de feedback são outro agente privilegiado (Fawcett et al, 2000; Irrek et al, 2003; Darby, 2006), bem como os retalhistas que, embora de modo diverso do exemplo anterior, são um ponto de contacto e de tradução da eficiência generalista das tecnologias para o quotidiano dos cidadãos. Mas este trabalho não será possível sem a colaboração e o contributo activo de quem produz os bens, no sentido de disponibilizar ao mercado as soluções que permitam atingir os objectivos de eficiência energética e implementando estratégias de pesquisa mais responsáveis (Boardman, 2004). Aliás, transformações sociais que têm vindo a ocorrer, particularmente nas sociedades mais desenvolvidas, com o progressivo aumento do número de agregados de pequena dimensão (muitos unipessoais), colocam desafios aos produtores de equipamentos no que concerne à produção de bens que possam adaptar-se a estas novas realidades sociais (menor capacidade de frio, equipamento com várias funções integradas) (Fawcett et al, 2000).

Por último, de referir ainda um das interfaces da energia com outras temáticas, como é o caso da saúde ou da assistência social, potenciando as redes, contactos e capital de confiança detidos por organizações dessas áreas. De facto, muitos profissionais de saúde estão bem posicionados para transmitir informação e aconselhamento (particularmente a agregados mais desfavorecidos), podendo contribuir significativamente para promover a mensagem da eficiência energética (dadas as relações com problemas de saúde) (Ramsay et al, 2003). Podem também referenciar casas que possam ser objecto de medidas de eficiência energética. As organizações que fornecem habitação social podem também ser parceiros estratégicos importantes para alcançar estas audiências (Ramsay et al, 2003).

A relação da temática da energia com outras áreas não se esgota no exemplo referido anteriormente, mas passa igualmente pelas interligações com as temáticas das alterações climáticas (Boardman, 2004; SDC, 2006) ou da pegada ecológica (Santamouris, 2007b). Em ambos os casos valerá a pena explorar quer, por um lado, a crescente preocupação manifestada com alguns problemas ambientais, quer, por outro as potencialidades de visualização e concretização dos contributos individuais e quotidianos, onde a energia se poderá exprimir e tornar visível.

IV. Conclusões

Há muito que a mudança de comportamentos é entendida como um elemento central para a aplicação de políticas de promoção de uma maior eficiência no uso quotidiano da energia, quer seja no contexto das escolhas individuais, quer em

contextos mais corporativos/empresariais. Não obstante esta tomada de consciência, não houve uma consequente procura de compreender de forma mais aprofundada a génese dos comportamentos relacionados com a energia e os factores chave para os alterar. Assim, durante muitos anos, falar de comportamentos sociais no contexto do debate sobre energia equivalia a focar algo nebuloso, em larga medida incompreensível e quase irracional, particularmente quando se tornaram óbvias as evidências que fazer depender o sucesso de políticas e medidas da “escolha racional” dos actores não surtia os efeitos desejados.

Desta breve reflexão sobre alguns estudos recentes que procuram explorar a incompreendida área dos comportamentos sociais face ao uso da energia, e explicar e apontar caminhos para uma melhor interligação entre as políticas medidas pensadas e implementadas e a capacidade de influenciar os comportamentos dos cidadãos, parece-nos relevante sublinhar as seguintes linhas estratégicas.

É fundamental desenvolver uma abordagem holística muito para além da centralização no indivíduo; ainda que os factores individuais sejam centrais, não são suficientes enquanto base de trabalho de uma questão tão complexa como é o uso da energia no quotidiano. Os factores estruturais, independentes da vontade individual e tão frequentemente longe da sua capacidade de influência acabam por condicionar as opções quotidianas, podendo mesmo emitir mensagens contrárias às desejadas.

Existe uma necessidade imperativa de integração e coerência. A este nível, é fundamental que os Governos nacionais desenvolvam um esforço significativo para garantir que a mensagem transmitida é coerente e que a mobilização pelo exemplo é uma realidade.

Ninguém pode ser desresponsabilizado e todos têm um contributo a dar parece ser outra das linhas estratégicas a desenvolver. Políticas ou medidas casuísticas numa ou outra área ou sector são, não só insuficientes, como contraproducentes para os ambiciosos objectivos colocados aos países europeus. A integração dos vários grupos e agentes em dimensões, tempos e responsabilidades diferenciados e com mensagens adaptadas é fundamental.

A informação é uma base fundamental de partida, onde poderão ancorar intervenções mais exigentes e desafiadoras. Após a construção de uma base de informação média o passo fulcral passa pela aproximação dos receptores às mensagens, apostando em informação e aconselhamento tão concretos quanto possível face aos contextos individuais ou empresariais.

A invisibilidade da energia é um facto. O seu uso baseia-se nos serviços que presta, no conforto que permite obter. Explorar a sua relação com temáticas de maior visibilidade e mais concretas para o quotidiano dos cidadãos - pegada ecológica, alterações climáticas, relação com a saúde e bem estar – poderá abrir portas importantes para a concretização da energia no quotidiano dos cidadãos.

No sentido de evitar arrependimentos futuros, o discurso sobre eficiência energética deverá ter subjacente uma reflexão sobre os seus efeitos na sustentabilidade global. Mais do que promover a eficiência é importante reflectir sobre a necessidade de determinados comportamentos e tecnologias e sobre o impacto que estes poderão ter em termos do consumo de energia e médio e longo prazo. A título de exemplo, é importante que existam sistemas de aquecimento central eficientes, mas é fundamental que não se naturalize o acto de andar de t-shirt e calções numa casa em pleno Inverno.

V. Bibliografia

- Almeida, João Ferreira (org.) (2004): Os Portugueses e o Ambiente – II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente, Celta, Oeiras.
- Almeida, João Ferreira (org.) (2000): Os Portugueses e o Ambiente – I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente, Celta, Oeiras.
- Anker-Nilsen, Per (2003), «Social obstacles in curbing residential energy demand», ECEEE 2003 Summer study.
- Bartiaux, F et al (2006): Socio-Technical factors influencing residential energy consumption (SEREC) – SPSD II, Belgian Science Policy, Bélgica.
- Bender, S., M. Moezzi, M. Gossard, L. Lutzenhiser (2002), «Using mass media to influence energy consumption behaviour: California’s 2001 Flex Your Power campaign as a case study» in ACEEE buildings 2002.
- Boardman, Brenda (2004): New Directions for household energy efficiency – evidence from the UK, Energy Policy, 32.
- Boardman, Brenda e Sarah Darby (2000): Effective Advice – Energy efficiency and the disadvantaged, Environmental Change Institute, University of Oxford.
- Boykoff, Max e Melinda Butts (2007): Global Nielsen Survey, Nielsen e Environmental Change Institute, University of Oxford.
- Centre for Sustainable Energy e Community Development Xchange (2007): Mobilising individual behavioural change through community initiatives: Lessons for Climate Change, DEFRA, UK.
- Centre for Sustainable Energy (2004): Energy education hitting home – a summary of the evaluation report into the impact of the energy matters programme, Centre for Sustainable Energy - www.cse.org.uk
- Darby, Sarah (2006): The effectiveness of feedback on energy consumption – A review for Defra of the literature on metering, billing and direct displays, Environmental Change Institute, University of Oxford.
- DEFRA (2002): Survey of public attitudes to quality of life and to the environment – 2001, Londres, UK.
- Delpal, Franck e Georges Hatchuel (2007), «La consommation engagée s’affirme comme une tendance durable» in CRÉDOC - Consommation et Modes de Vie, nº201.

- Faiers, A., M. Cook e C. Neame (2007), «Towards a contemporary approach for understanding consumer behaviour in the context of domestic energy use» in *Energy Policy*, vol. 35, nº 8, pp. 4381-4390
- Fawcett, Tina, Kevin Lane e Brenda Boardman (2000): *Carbon Futures for European Households*, Environmental Change Institute, University of Oxford.
- Feldman, Shel e Robert Griffin (2002), «Pass it on! Buzz and the diffusion of energy-efficiency information» in *ACEEE buildings 2002*.
- Ferreira, Francisco, A. R. Antunes; A. F. Alves; R. Milagre; S. Ramos e A. Delgado (2007): *Programa Ecofamílias – Relatório Final*, Lisboa, Quercus – ANCN
- Goldblatt, D., C. Hartmann e G. Durrenberger (2005), «Combining interviewing and modelling for end-user energy consumption» in *Energy Policy*, nº 33, pp. 257-271.
- Goldblatt, David L. (2003), «A dynamic structuration approach to information for end-user energy conservation», *ECEEE 2003 Summer study*.
- Honório, Lívio e Carlos Nascimento (2003), «Conditions for the integration of energy-efficient technologies into households. Elements of the Portuguese experience», *ECEEE 2003 Summer study*.
- Irrek, W., S. Thomas, L. Pagliano, G. Ruggieri e C. Lopes (2003), «European best practices in energy efficiency programmes and in supportive policies aimed at increasing economic, social and environmental benefits of energy efficiency on the demand-side», *ECEEE 2003 Summer study*.
- Jensen, Ole Michael (2003), «Visualisation turns down energy demand» in *ECEEE 2003 Summer study*.
- Lindén, Anna-Lisa, Annika Carlsson-Kanyamab e Bjorn Erikssonb (2006): *Efficient and inefficient aspects of residential energy behaviour: What are the policy instruments for change?*, *Energy Policy*, 34, pp. 1918-1927.
- Lindseth, Liv (2003), «Learning by having fun» in *ECEEE 2003 Summer study*.
- McRae, Marjorie (2002), «Sure you do. Uh-huh»: improving the accuracy of self-reported efficiency actions, *ACEEE buildings 2002*.
- O'Connor, R. E., R. J. Bord, B. Yarnal e N. Wiefek. (2002), «Who Wants to Reduce Greenhouse Gas Emissions?» in *Social Science Quarterly*, vol. 83, nº 1, pp. 1-17.
- Owens, Susana et al (2006): *How to change attitudes and behaviors in the context of energy*, Universidade de Cambridge.
- Paz, L., N. Silva e L. Rosa (2007), «The paradigm of sustainability in the Brazilian energy sector» in *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, nº 11, pp. 1558-1570.
- Prada, A., M. X. Vázquez e M. Soliño (2007), «Percepción social sobre xeración de electricidade con fontes de enerxia renovables en Galicia» in *Revista Galega de Economía*, vol. 16, nº 1, pp. 7-26.
- Ramsay, Lotte e Jacky Pett (2003), «Hard to reach and hard to help: bringing energy efficiency to elusive audiences», *ECEEE 2003 Summer study*.
- Santamouris, M., K. Paraponiaris e G. Mihalakakou (2007b), «Estimating the ecological footprint of the heat island effect over Athens, Greece» in *Climatic Change*, 80, pp. 265-276.
- Santamouris, M., K. Kapsisa, D. Korresa, I. Linadaa, C. Pavloua e M. N. Assimakopouloua (2007), «On the relation between the energy and social characteristics of the residential sector» in *Energy and Buildings*, vol. 39, nº 8, pp. 893-905.
- Schmidt, Luísa, Joaquim Gil Nave e João Pato (2003): *As Alterações Climáticas no Quotidiano: Estudo comportamental de curta duração*, Lisboa, Observa.
- Shove, Elizabeth e Heather Chappells (2004): *Future Comforts: re-conditioning urban environments*, <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/research/projects/futcom/index.htm>.
- Sustainable Development Commission e National Consumer Council (2006): *I will if you will – Towards sustainable consumption (Sustainable Consumption Roundtable)*, <http://www.sd-commission.org.uk>
- Wallenborn, Grégoire et al (2006): *Specifying household profiles for more efficient energy demand-side management – Summary – SPSD II*, Belgian Science Policy, Bélgica.
- Wortmann, Klaus e Werner Mohring-Huser (2003), «Long term effects of an energy efficiency advertising campaign», *ECEEE 2003 Summer study*.
- Eurobarómetro – Questões energéticas: Assuntos, Opções e Tecnologias, Dezembro de 2002.
- Eurobarómetro – Atitudes em relação à energia, Janeiro de 2006.
- Eurobarómetro – Assuntos energéticos, Novembro de 2006.
- Eurobarómetro – Tecnologias de Energia: Conhecimento, Percepção e Medidas, Janeiro 2007.
- Eurobarómetro - Atitudes sobre assuntos relacionados com a política europeia de energia, Abril 2007.
- Eurobarómetro - 67 – Opinião Pública na União Europeia: resultados preliminares, Junho 2007.

Vulnerabilidades da saúde em Angola: a questão da SIDA

Sandra Monica M.Gomes de Almeida

Resumo: As particularidades formadas pelo conjunto dos aspectos sociais e individuais, muitas vezes reflectem a impossibilidade de enfrentar as problemáticas vividas pelos indivíduos, devido à falta de recursos que os susceptibilizam a outras vulnerabilidades/problemáticas. Na actualidade, uma das graves problemáticas com que se defrontam não só a maioria dos países industrializados mas como também e principalmente aqueles que dispõem de menores recursos, onde podemos sem hesitar, incluir Angola, é a vulnerabilidade à infecção pelo vírus HIV e consequentemente o desenvolvimento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – SIDA/AIDS. Ayres (1999) define o conceito de vulnerabilidade descrita, em linhas gerais, como um esforço de produção e difusão do conhecimento, debate e acção sobre os diferentes graus e natureza de susceptibilidade de indivíduos e colectividades à infecção, o adoecer e morte pelo HIV. E ainda, a vulnerabilidade e risco é definida pelo conjunto das características macro políticas, económicas e sócio-culturais que reforçam ou diluem o risco individual. A ideia do presente tema surgiu da minha experiência como professora universitária na Universidade Agostinho Neto em Angola (UAN) e da disciplina leccionada no Instituto Piaget de Angola: Seminário de Psicologia do Doente Terminal onde foram abarcados temas como, o da Aids/Sida e a angústia da Morte. Muitas questões surgiram: porque tantos jovens nos dias de hoje estão infectados? Sabemos existir o HIV nas prisões de Angola, mas não existem estudos comprovativos e a contaminação com certeza continua a avançar!?. Porque, apesar de tanto investimento em campanhas informativas, a contaminação avança? Que crenças estão associadas?

I. INTRODUÇÃO

A ideia do presente tema surgiu principalmente da minha experiência como professora universitária na Universidade Agostinho Neto em Angola (UAN) Muitas questões surgiram e entre elas: porque tantos jovens nos dias de hoje estão infectados? Porque, apesar de tanto investimento em campanhas informativas, a contaminação avança? Que crenças associadas? Que significados seriam atribuídos às experiências vividas?

Durante muitos anos, o país vivenciou uma situação de guerra civil que deixou sequelas importantes no domínio social, económico, demográfico e cultural. Embora a guerra tenha contribuído de certa forma para o empobrecimento da população, para a crise social, predispondo este quadro, à vulnerabilidade para certas doenças, tais como: a Malária, a Tuberculose e a Sida. A guerra civil que tanto fez sangrar Angola, ironicamente constituiu para os angolanos uma protecção momentânea contra o VIH/SIDA. Grandes áreas de Angola ficaram fechadas à livre circulação de pessoas durante anos e com tantas vias de comunicação fechadas, evitou-se assim uma disseminação rápida desta doença. Contudo, com a paz vemos agora alterada essa situação e os angolanos têm reunido quase todos os factores de risco associados ao rápido aumento da sero-prevalência. Sendo provável o contínuo aumento de casos de VIH/SIDA, a não ser que vulnerabilidades, sejam efectivamente mitigadas.

O país hoje, encontra-se em fase de reconstrução e reorganização das infra-estruturas sociais básicas destruídas pela guerra e qualificação de recursos humanos, de forma a melhorar as condições de vida da população e, consequentemente a redução das taxas de morbilidade e mortalidade infantil, inclusive a Sida. Mas, são escassos no entanto, os estudos científicos que abordam a questão da Sida em Angola. Por exemplo, num dos dados recolhidos numa das principais provedoras da Internet (EBOnet), revela-nos que em cada 10 mulheres grávidas de origem angolana que realizaram o teste para o Anti-HIV, cerca de três eram portadoras do VIH, em 2002.

Um outro estudo realizado sobre Conhecimentos, atitudes, práticas e comportamentos (KAPB), que incluiu 10500 participantes foi conduzido também em 2003 por jovens e para jovens, e de certa forma segundo os dados do site da Unicef Angola, melhorou a compreensão das dificuldades que enfrentam os programas de prevenção do VIH/SIDA. Fizeram-se desde então, progressos significativos no desenvolvimento do material educativo sobre o VIH e foram testadas novas abordagens para aumentar a tomada de consciência desta questão entre os jovens (Unicef, 2003)

No país, continuam a ser desenvolvidas acções educativas de prevenção contra o VIH/SIDA. Foi implementado, por exemplo, o programa de montagem de centros de testagem e aconselhamento voluntário, assim como o rastreamento e tratamento de mulheres gestantes portadoras de VIH visando a redução do número de casos de infecção na população, dando-se uma maior atenção aos casos de transmissão vertical.

Partindo do pressuposto que através da educação em saúde poderíamos estimular comportamentos, aumentando competências comportamentais, valores e atitudes saudáveis entre os indivíduos, iniciou-se um processo de reflexão sobre como se poderia procurar informações sobre valores, crenças, comportamentos e atitudes frente à sexualidade, às infecções sexualmente transmissíveis e Sida, visando o planeamento de um programa educativo para a população em estudo.

Reflectindo sobre estas questões pensou-se no modelo de crenças de saúde, visto que este visa explicar a adopção dos comportamentos preventivos ao estabelecer relações entre o comportamento individual e algumas crenças individuais e sua ampla utilização nesta área (Dela Coleta, 2004).

Pensando-se que as atitudes dos inquiridos seriam suportadas pelas crenças e estas constituiriam a sua componente cognitiva e racional ou seja, como nos foi sugerido por Beck (1995), a emoção e o comportamento são determinados pela forma como a pessoa interpreta o mundo, o que influenciará o sujeito acerca de uma situação e na forma como o indivíduo pensa sobre si próprio, sente e age sobre as coisas. Seguindo a mesma linha de pensamento, segundo o modelo cognitivo deste autor, todos nós nos regemos segundo um esquema mental, constituído por crenças centrais, intermediárias e pensamentos automáticos. As crenças centrais do sujeito são os conhecimentos fundamentais e profundos, caracterizados pela

sua rigidez e ampla generalização e sob a influência das crenças centrais, observa-se o desenvolvimento de uma classe intermediária de crenças que são então, as atitudes, suposições e/ou regras.

Neste sentido, também Cláudio, V. (2003) vem defender no seu artigo sobre as implicações do género nas crenças e atitudes perante o VIH/SIDA que a avaliação de um acontecimento, é frequentemente expressa através dos pensamentos automáticos influenciando as respostas emocional, comportamental e fisiológica. Desta forma, ainda segundo o mesmo autor, a posição atitudinal que tem como suporte as crenças, dar-nos-ia conta da informação que o indivíduo teria disponível acerca do objecto e, face à qual, se poderia sempre associar uma probabilidade de veracidade.

II. OBJECTIVOS DO ESTUDO

Nesta fase exploratória, a proposta da presente investigação visa procurar quais as crenças, percepções e práticas sociais dos jovens de ambos os sexos sobre o comportamento sexual e a sua relação com o contexto da prevalência do VIH/SIDA em Angola. Tendo os conceitos de sexualidade e VIH como campo e objecto de pesquisa, procurou-se analisar o modo como as crenças podem influenciar as representações e práticas relativamente à sexualidade e uso de preservativo. Interessava identificar as informações que os estudantes têm sobre o modo de transmissão e as medidas preventivas referentes à infecção e contágio do VIH/SIDA.

III. METODOLOGIA

3.1 Campo da análise e desenho da amostra

Uma vez que este questionário seria aplicado num país e continente diferente daquele para o qual fora preparado, pois seria aplicado em Angola, pensou-se em verificar se seria necessária uma adaptação devido à existência de algumas diferenças de linguagem e expressões.

Depois de aplicados e respondidos os questionários, verificou-se desnecessário. Foram aplicados, a nível experimental, a 27 alunos da Universidade Agostinho Neto de Luanda. Estes eram alunos dos vários cursos existentes da faculdade de Letras, com idades variadas entre os 19 e os 30 anos

3.2 Procedimento

Utilizamos um questionário, elaborado por Cláudio, Gouveia Pereira e Robalo (2003), composto por 28 questões. Dentre as quais 7 são questões de associação livre, 14 são questões abertas e 7 questões são consideradas fechadas

Numa primeira análise dos resultados foram consideradas as questões Fechadas:

- «Qual (quais) são para si os aspectos mais importantes numa relação sexual? Escolha hierarquizando por ordem decrescente (1-mais importante...) de importância 3 dos seguintes aspectos: Momento de intimidade; Dar prazer ao meu (minha) parceiro(a); Amor entre os dois; Ter prazer e dar prazer; Prazer da sedução; Prazer da conquista; Ter prazer; Outras.

- «Já teve a sua primeira relação sexual? Sim, Não»

- «Actualmente é sexualmente activo? Sim, Não»

- «Tem actualmente relações sexuais com mais que um(a) parceiro(a)? Sim, Não»

- «Na sua opinião a SIDA afecta principalmente: Ricos e famosos, Ciganos, Toda a população em geral, Enfermeiros, Judeus, Prostitutas, Pessoas promíscuas, Toxicodependentes, Homossexuais, Brancos, Médicos».

Os sujeitos deviam escolher para cada grupo a resposta numa escala de Likert, que era composta por muitíssimo, muito, moderadamente, pouco e nada.

IV. APRESENTAÇÃO E CONCLUSÃO DOS RESULTADOS

Relembrando que se trata de uma amostra muito pequena pois nesta primeira fase o intuito era verificar a necessidade de uma adaptação como foi referido anteriormente, os resultados foram os seguintes:

Uma vez aplicada a amostra a um total de 27 sujeitos, a nível da distribuição dos sexos – ver QUADRO 2 - obteve-se uma percentagem de 40.7% pertencente ao sexo feminino e 59.3% ao sexo masculino.

QUADRO 1
Quadro de respostas validadas e média

N	Respostas validadas	27
	Não responderam	0
Média		25,07
Mínimo		19,00
Máximo		30,00

QUADRO 2
Distribuição dos sujeitos segundo o sexo

	Frequência	Percentagem
Feminino	11	40,7
Masculino	16	59,3
Total	27	100,0

Obteve-se uma amostra de alunos entre os 19 e os 30 anos – ver QUADRO 3 - e a maioria dos sujeitos que compunham a amostra encontrava-se entre os 28 (14,8%), 24 (11.1%) e 22 anos (11.1%) de idade. Observa-se uma média de idades de 25,0 anos – ver QUADRO 2.

QUADRO 3
Distribuição por idades

		Percentagem
	19,00	3.7
	20,00	3.7
	21,00	7.4
	22,00	11.1
	23,00	7.4
Validados	24,00	11.1
	25,00	7.4
	26,00	7.4
	27,00	11.1
	28,00	14.8
	29,00	11.1
	30,00	3.7
	Total	100.0

Em relação ao estado civil, - ver QUADRO 4 - a quase totalidade dos sujeitos da amostra, 96.2%, eram solteiros. Não referenciando se viveriam ou não em união de facto ou outra.

QUADRO 4
Distribuição em relação ao Estado Civil

	Percentagem
Solteiros	96.2
Não responderam	3.8
Total	100,0

A maioria afirma já ter iniciado relações sexuais (92,6%) – ver QUADRO 5 - e os que já tiveram relações sexuais (com uma ou mais pessoas) são preferencialmente do sexo masculino (55,6%).

QUADRO 5
Composição da amostra no que concerne à questão «Já teve a sua primeira relação sexual ?» segundo o sexo

	Feminino	Masculino	Total
Sim	40,0%	60,0%	100,0%
Não	50,0%	50,0%	100,0%
TOTAL	40,7%	59,3%	100,0%

Segundo a amostra a primeira relação sexual teve início na grande maioria – ver -QUADRO 6- para o sexo feminino entre os 14 e os 16 anos, sendo que para o sexo masculino a data da primeira relação sexual era mais variável indo dos 11 aos 22 anos.;

QUADRO 6

Composição da amostra no que concerne à questão «Que idade tinha quando teve a sua primeira relação sexual?» segundo o sexo

Idades	Feminino	Masculino	Total
11,00	0,0%	100,0%	100,0%
14,00	33,3%	66,7%	100,0%
15,00	0,0%	100,0%	100,0%
16,00	60,0%	40,0%	100,0%
17,00	50,0%	50,0%	100,0%
18,00	66,7%	33,3%	100,0%
20,00	0,0%	100,0%	100,0%
21,00	0,0%	100,0%	100,0%
22,00	100,0%	0,0%	100,0%
Total	41,7%	58,3%	100,0%

Os valores apresentados para a pergunta «Com quantas pessoas teve relações sexuais ao longo da sua vida?» Observámos que existem diferenças significativas entre grupo feminino e o grupo masculino. Sendo que os 60,0% que responderam “com mais de uma” eram do sexo masculino.

Podemos afirmar ainda que embora no sexo feminino o número de sujeitos que já se iniciaram sexualmente seja menor (40%) que no masculino tendo em conta a questão anterior, regista-se no uma maior continuidade – ver QUADRO 7 - no relacionamento sexual (75,0%).

QUADRO 7

Composição da amostra no que concerne ao à questão «Com quantas pessoas teve relações sexuais ao longo da sua vida?» Segundo o sexo.

	Feminino	Masculino	Total
Uma	25,0%	75,0%	100,0%

Mais de uma	40,0%	60,0%	100,0%
TOTAL	37,5%	62,5%	100,0%

No que se refere à questão «Actualmente é sexualmente activo?». Registou-se um valor de 23,1% quanto ao «sim» para o sexo feminino e 76,9% do sexo masculino. Sendo que os valores percentuais que apresentamos são referenciados ao total de sujeitos que participam da amostra.

QUADRO 8
No que concerne ao à questão «Actualmente é sexualmente activo?» segundo o sexo.

	Feminino	Masculino	Total
Sim	23,1%	76,9%	100,0%
Não	60,0%	40,0%	100,0%
TOTAL	39,1%	60,9%	100,0%

Perante a questão «Qual (quais) são para si os aspectos mais importantes numa relação sexual? Escolha hierarquizando por ordem decrescente (1- mais importantes...) de importância 3 dos seguintes aspectos.» os resultados evidenciaram diferenças significativas entre os sexos em qualquer um dos três aspectos escolhidos. No que respeita ao primeiro aspecto – ver QUADRO 11 – os alunos do sexo masculino referiram principalmente «Amor entre os dois», enquanto que no sexo feminino referiram – ver QUADRO 13 -em primeiro lugar o prazer de sedução.

QUADRO 9

Composição da amostra no que concerne à questão «Pensando numa relação sexual, avalie a importância dos seguintes aspectos» segundo o sexo.

Afirmação: Momentos de intimidade

	Feminino	Masculino	Total
Muitíssimo	28,6%	71,4%	100,0%
Muito	40,0%	60,0%	100,0%
Moderadamente	57,1%	42,9%	100,0%
TOTAL	41,7%	58,3%	100,0%

Para o sexo masculino o aspecto «Momento de intimidade» apresentou o segundo lugar (60,0%) – ver QUADRO 9 – contudo «o prazer de sedução» apresenta-se de novo numa segunda escolha (57,1,0%).

QUADRO 10

Percentagens da amostra no que concerne à questão «Pensando numa relação sexual, avalie a importância dos seguintes aspectos» segundo o sexo

Afirmação: Dar Prazer ao meu (minha) parceiro (a)

	Feminino	Masculino	Total
Muitíssimo	40,0%	60,0%	100,0%
Muito	44,4%	55,6%	100,0%

Moderadamente	0%	100,0%	100,0%
TOTAL	40,0%	60,0%	100,0%

No sexo feminino o aspecto «Momentos de intimidade» foi aquele que registou o terceiro valor (57.1%).

Percebe-se que a afectividade está assim associada à relação sexual para o sexo masculino, contudo os aspectos relacionados com o «prazer de sedução» e «Prazer de conquista» - este ultimo que apresenta valores muito aproximados do valor mais alto na primeira e segunda escolha - surgem como tendo maior importância aquando de uma relação sexual, no sexo feminino.

QUADRO 11

Percentagens da amostra no que concerne à questão «Pensando numa relação sexual, avalie a importância dos seguintes aspectos» segundo o sexo

Afirmação: Amor entre os dois

	Feminino	Masculino	Total
Muitissimo	27,3%	72,7%	100,0%
Muito	44,4%	55,6%	100,0%
Moderadamente	50,0%	50,0%	100,0%
TOTAL	36,4%	63,6%	100,0%

QUADRO 12

Percentagens da amostra no que concerne à questão «Pensando numa relação sexual, avalie a importância dos seguintes aspectos» segundo o sexo

Afirmação: Ter prazer e dar prazer

	Feminino	Masculino	Total
Muitissimo	33,3%	66,7%	100,0%
Muito	42,9%	57,1%	100,0%
Moderadamente	40,0%	60,0%	100,0%
Nada	100,0%	,0%	100,0%
TOTAL	40,0%	60,0%	100,0%

QUADRO 13

Percentagens da amostra no que concerne à questão «Pensando numa relação sexual, avalie a importância dos seguintes aspectos» segundo o sexo.

Afirmação: Prazer de sedução

	Feminino	Masculino	Total
Muitissimo	57,1%	42,9%	100,0%
Muito	50,0%	50,0%	100,0%
Moderadamente	14,3%	85,7%	100,0%
Pouco	100,0%	0,0%	100,0%
Nada	0,0%	100,0%	100,0%
TOTAL	41,7%	58,3%	100,0%

QUADRO 14

Percentagem da amostra no que concerne à questão «Pensando numa relação sexual, avalie a importância dos seguintes aspectos» segundo o sexo.

Afirmação: Prazer da conquista

	Feminino	Masculino	Total
Muitíssimo	40,0%	60,0%	100,0%
Muito	45,5%	54,5%	100,0%
Moderadamente	33,3%	66,7%	100,0%
Pouco	33,3%	66,7%	100,0%
TOTAL	40,9%	59,1%	100,0%

QUADRO 15

Percentagens da amostra no que concerne à questão «Pensando numa relação sexual, avalie a importância dos seguintes aspectos» segundo o sexo.

Afirmação: Outras, Quais?

	Feminino	Masculino	Total
Conversar	50,0%	50,0%	100,0%
Beijos	100,0%	0%	100,0%
Carícias	0%	100,0%	100,0%
Silêncio	0%	100,0%	100,0%
TOTAL	42,9%	57,1%	100,0%

De forma resumida, os três aspectos mais importantes, para o sexo masculino, foram «Amor entre os dois», «Momentos de intimidade» e «Prazer de sedução». Contudo, no sexo feminino a ênfase no primeiro destes aspectos foi o menos acentuado.

Quanto à análise da afirmação «Outras, Quais?», ambos os sexos referiram que para a relação sexual é importante «conversar» - ver QUADRO 15 – sendo que foi referido pelo grupo do sexo feminino ainda os «beijos» enquanto que o sexo masculino referiu como importância a realçar as «carícias» e o «silêncio».

Nos resultados das respostas à questão «Na sua opinião, a infecção com o vírus da sida pode ser devida aos seguintes aspectos: Desenvolvimento industrial, Promiscuidade, baixa defesa do organismo (...)\», optou-se por apresentar somente alguns dos resultados mais significativos.

QUADRO 16

Amostra no que concerne à questão «Na sua opinião, a infecção com o vírus da sida pode ser devida aos seguintes aspectos: Desenvolvimento industrial, Promiscuidade, baixa defesa do organismo (...)\»

Afirmação: desenvolvimento industrial

	Muitíssimo	Muito	Moderadamente	Pouco	Nada
FEMININO	50,0%	0%	50,0%	35,7%	37,5%
MASCULINO	50,0%	100,0%	50,0%	64,3%	62,5%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Relativamente aos dados da pergunta anterior o sexo masculino diz-nos que em pouco ou nada (64,3% e 62,5%, respectivamente) a afirmação «desenvolvimento industrial» contribui para a infecção com o vírus da SIDA – ver Quadro 16 – enquanto o grupo feminino responde com uma percentagem menor .

Ainda na mesma questão mas, em referência à afirmação «baixa defesa do organismo» os sujeitos do sexo masculino são em grande maioria da opinião que a infecção com o vírus da SIDA, em nada se deve a este aspecto, - ver QUADRO 17 – apresentado uma percentagem de 81,8%. Contudo o grupo feminino apresenta uma percentagem elevada (100%) ao escolher «moderadamente».

QUADRO 17

Amostra no que concerne ao à questão « Na sua opinião, a infecção com o vírus da SIDA pode ser devida aos seguintes aspectos: Desenvolvimento industrial, Promiscuidade, baixa defesa do organismo (...)»

Afirmação “Baixa defesa do *organismo*”

	Feminino	Masculino	Total
Muitíssimo	50,0%	50,0%	100,0%
Muito	60,0%	40,0%	100,0%
Moderadamente	100,0%	0%	100,0%
Pouco	50,0%	50,0%	100,0%
Nada	18,2%	81,8%	100,0%
Total	40,0%	60,0%	100,0%

Relativamente à afirmação «beijo na boca (“linguado”))» o grupo feminino escolheu «muitíssimo» – ver QUADRO 18 - em maior número. A par de uma opinião idêntica está o grupo masculino apresentando também uma percentagem elevada na escolha «muito» embora, muitos sujeitos do sexo masculino se encontrem na opinião que em «nada» a infecção do vírus se deve a esta afirmação.

QUADRO 18

Amostra no que concerne ao à questão « Na sua opinião, a infecção com o vírus da SIDA pode ser devida aos seguintes aspectos: Desenvolvimento industrial, Promiscuidade, baixa defesa do organismo (...)»

Afirmação: Beijo na boca ("Linguado")

	Muitíssimo	Muito	Moderadamente	Pouco	Nada	Total
Feminino	100,0%	0,0%	50,0%	42,9%	27,3%	37,5%
Masculino	0%	100,0%	50,0%	57,1%	72,7%	62,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Um outro resultado que achamos significativo, foi a opinião do grupo feminino relativamente à afirmação «transusão de sangue», em que encontramos uma percentagem elevada em «pouco» ou «nada» (100%) - ver quadro 19- Enquanto o sexo masculino, apresenta também uma opinião elevada no «moderadamente» (100%). Estes resultados elevados em ambos os sexos reforçam a ideia de falta de conhecimentos ou assimilação errónea de informação.

QUADRO 19

Amostra no que concerne ao à questão « Na sua opinião, a infecção com o vírus da SIDA pode ser devida aos seguintes aspectos: Desenvolvimento industrial, Promiscuidade, baixa defesa do organismo (...)»

Afirmação: transfusão de sangue

	Muitíssimo	Nada	Total
FEMININO	43,8%	100,0%	40,7%
MASCULINO	56,3%	0%	59,3%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

QUADRO 20

Afirmação: Abraço/Contacto corporal

	Feminino	Masculino	Total
Muitíssimo	100,0%	,0%	100,0%

Pouco	0,0%	100,0%	100,0%
Nada	33,3%	66,7%	100,0%
Total	34,8%	65,2%	100,0%

Também se obtiveram valores elevados, como se evidencia no QUADRO 20, relativamente à opinião do grupo feminino que a infecção do vírus da SIDA pode ser causada pelo abraço e/ou contacto corporal (100%). Com o grupo masculino obteve-se um valor percentual idêntico. O que reforça a ideia de que se mantém, de forma expressiva, a crença errónea das formas de contágio

QUADRO 21:
Percentagens obtidas na questão «Na sua opinião, a SIDA afecta principalmente: (...)» segundo o sexo.

	Feminino	Masculino
Ricos e famosos	25%	75%
Ciganos/etnias	0%	100%
Toda a população em geral	40%	60%
Enfermeiros	25%	75%
Jovens	66,7%	53,3%
Judeus	66,7%	33,3%
Prostitutas	75%	25%
Professores	66,7%	33,3%
Pessoas promíscuas	14,3%	85%
Toxicodependentes	16,7%	83,3%
Homossexuais	55,6%	44,4%
Negros	66,7%	33,3%
Médicos	50%	50%

No que respeita à apresentação dos resultados das respostas à questão «Na sua opinião a SIDA afecta principalmente (...)», optámos por apresentar apenas os resultados para os diferentes grupos relativamente ao aspecto «muito» que nos pareceu, ilustrar de forma clara as crenças de ambos os grupos.

Observam-se algumas diferenças significativas entre os sexos relativamente às suas escolhas. Os «Ciganos», foi um item interpretado por esta amostra como fazendo referência às «etnias» (100%) surgem como o grupo mais atingido pela infecção do vírus para o sexo masculino. Seguido das «pessoas promíscuas» com 85% e em terceiro lugar – ver QUADRO 21 – o grupo dos «Toxicodependentes» com 83,3% de percentagem. Relativamente aos mesmos grupos existe uma discrepância de valores nas escolhas do sexo feminino. Surgindo com uma mesma percentagem os «Jovens» «judeus» e «negros». Contudo a escolha de «pessoas promíscuas» obteve uma percentagem de 14,3% e os «ciganos» com uma percentagem de 0%.

V. DISCUSSÃO

Tomando em consideração os resultados dos dados obtidos nesta fase preliminar da investigação, verificamos que independente dos factores idade e sexo, muito se encontra por fazer a nível da informação à população em geral e jovens universitários em particular. Dado que a maioria dos sujeitos da nossa amostra, já tiveram a sua primeira relação sexual e que este mesmos jovens apresentaram crenças que podem conduzir a comportamentos de risco em relação ao VIH; desde considerarem a existência de grupos mais propensos à infecção, como por exemplo aqueles que de uma forma errónea foram considerados como sendo «grupos de risco»,

Curiosamente o grupo masculino mostrou uma preocupação maior com os afectos aos passo que o feminino evidenciou uma representação mais relacionada com as expressões «prazer de sedução» e «prazer de conquista»

Estes aspectos indicam que de alguma forma valores e comportamentos tenham de ser revistos em consciência por estes jovens, que as campanhas de prevenção estão a ter um efeito reduzido na mudança comportamental pois, as ideias erróneas permanecem. Para isso é crucial que sejam conduzidos mais estudos sobre conhecimentos, práticas e comportamentos seguros; é necessário avaliar, para definir estratégias para uma mais eficaz informação, prevenção e intervenção junto dos jovens, quer nas escolas, como nas universidades e outras instituições.

Por ultimo pensamos ainda, que os programas de prevenção e intervenção ao VIH/SIDA devem tomar em consideração a especificidade das representações de cada um dos sexos, para que seja trabalhada uma visão positiva da

sexualidade, e para que estes jovens possam desenvolver uma comunicação clara nas suas relações interpessoais, podendo desta forma elaborar os seus próprios valores a partir de um pensamento crítico e tomando decisões responsáveis.

Referências

ÁFRICA Today/CB. (2008) Relatório sobre a Epidemia Mundial do VIH/Sida da ONU. Disponível em <http://www.africatodayonline.com/pt/noticia/2649/sida-ainda-e-a-principal-caoa-de-morte-em-africa/>. Acesso 20 Outubro 2008

ALVAREZ, Maria-João e OLIVEIRA, M.(2007) Programa de prevenção do HIV/SIDA para estudantes universitários: um estudo piloto. Revista Portuguesa de Educação, 20(2), pp. 183-211

CLAUDIO, V., & MATEUS, M. (2000). SIDA: Eu e os outros. Lisboa: Climepsi editores.

CLAUDIO, Victor e SOUSA, Paula. As implicações do género nas crenças e atitudes perante o VIH/SIDA. Aná. Psicológica. [online]. abr. 2003, vol.21, no.2 [citado 31 Janeiro 2008], p.159-174. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312003000200003&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0870-8231.

Dela Coleta, M. F. D. (2004) Modelos para pesquisa e modificação de comportamentos de saúde. São Paulo: Editora e Livraria Universitária

UNICEF Angola (2005), Resultados Alcançados 1999-04. Disponível em http://www.unicef.org/angola/pt/overview_1477.html. Acesso 20 Outubro 2008

Lógicas leigas dos riscos em saúde

Luísa Ferreira Silva
CEMRI - Universidade Aberta
luisafs@univ-ab.pt

Resumo: A racionalidade do pensamento leigo distancia-se da linearidade e da neutralidade da racionalidade científica operando por lógicas complexas que envolvem a subjectividade da experiência humana com os seus valores, símbolos e crenças que são formas de conhecimento cultural. Essa racionalidade leiga ou saber popular impregna a generalidade das atitudes e das práticas do dia-a-dia. Feitas de saber prático, as racionalidades leigas são significantes com forte poder de revelação sobre a cultura da sociedade em que se produzem. No estudo sobre a relação com a saúde faz sentido integrar a noção de risco em relação à qual o pensamento leigo faz um verdadeiro trabalho interpretativo que reduz a complexidade das situações de risco potencial e das contradições entre os dados científicos e a realidade vivida pelos indivíduos. Os estudos evidenciam uma grande distância entre as concepções leigas e os riscos objectivos definidos pelos peritos. Os indivíduos distinguem os riscos a que se julgam pessoalmente expostos das ameaças para o colectivo, assim como estabelecem hierarquias entre riscos aceitáveis e riscos graves. Existe também uma forte tendência para privilegiar o curto prazo e justificar as práticas (de risco) pelos benefícios imediatos que proporcionam. Há assim como que um processo de normalização que conduz à integração dos riscos na vida quotidiana. Neste trabalho são apresentados os resultados de uma pesquisa empírica relativamente à percepção dos riscos na vida quotidiana do ponto de vista da informação científica sobre os estilos de vida saudáveis.

Palavras-chave: risco, saúde, saber leigo

Introdução

As últimas décadas construíram a noção de saudável como resultado de acção racional individual dirigida aos comportamentos. A promoção da saúde enfatiza a capacidade do indivíduo para gerir os riscos e para se auto-cuidar numa perspectiva de prevenção da doença como resultado da agência individual. Essa é a normatividade que no discurso médico dá conteúdo ao saudável como estilo de vida de promoção da saúde.

A promoção da saúde impôs-se como uma nova configuração bio-política (Foucault, 1976) que pretende regular não já apenas o corpo ou o sujeito individual, mas agora, o sujeito social que deve assumir a responsabilidade de se proteger, a si próprio e à sociedade (Petersen & Bunton, 1998). Mais do que bio-poder, trata-se de bio-legitimidade na gestão política dos corpos (Fassin, 1998). A promoção da saúde tem como alvo criar identidades saudáveis (Castel, 1983) que produzam saúde para si próprias através da educação e do esforço, numa 'ideologia de culpabilização da vítima' que ignora a causalidade social e ambiental da doença assim como o contexto social em que tem lugar a decisão individual, designadamente a 'sociedade de afluência' (Crawford, 1977; Eyles, 2001; Minkler, 1999).

Mas, como verifica Ziglio S. et al (Ziglio et al., 2000), ainda que se verifique maior consciência sobre a necessidade de responsabilidade pessoal pela saúde, a capacidade de muitas pessoas para agirem de acordo com esses conhecimentos é fortemente limitada pela ausência de um ambiente cultural, social e económico favorável. Vários estudos verificam descoincidência entre o conhecimento que os actores sociais têm das normas relativas ao modo de vida saudável, as atitudes consideradas desejáveis e os comportamentos adoptados (Blaxter, 1998; Calnan & Williams, 1991; Houtaud, 1999).

A pesquisa sobre o pensamento leigo de saúde e doença tem mostrado que ele é mais complexo do que supõem os modelos de educação para a saúde e que a subjectividade influencia as avaliações que justificam as escolhas. O 'saber popular' combina o conhecimento científico com o sistema cultural de valores e símbolos e com o conhecimento assente na experiência relacional e subjectiva, organizando representações sociais que modelam as percepções e o pensamento (Moscovici, 1992).

O objectivo da pesquisa que agora se apresenta é compreender a interiorização do 'saudável' como norma de conduta que presumivelmente condiciona o bem-estar presente e o do futuro, através da observação de como a preocupação com o saudável permeia (o pensamento sobre) as práticas do quotidiano. O saber prático de saúde ou disposição para agir de acordo com a normatividade do saudável é assim o eixo analítico central que orienta esta investigação. Na era da construção reflexiva da identidade (Giddens, 1997 (1991 1ª ed.)), qual a presença do conhecimento nas escolhas em matéria de comportamentos de saúde? Como se negocia o processo de racionalização que exige escolhas informadas e racionais, com o de legitimação tradicional que implica a marca dos valores e das representações culturais?

A 'racionalidade' do pensamento leigo é distinta da racionalidade científica na medida em que opera por associações que não se submetem necessariamente à lógica dedutiva nem se obrigam a respeitar a verificação das observações feitas ou das hipóteses equacionadas. Ela distancia-se da linearidade e da neutralidade da racionalidade científica, operando por 'lógicas' complexas que envolvem a subjectividade da experiência humana com os seus valores, símbolos e crenças que são formas de conhecimento cultural (Augé & Herzlich, 1984; Hellman, 2000; Kleinman, 1988; Massé, 1995). No pensamento comum são frequentes as certezas feitas de impressões e de observações contraditórias, numa sujeição às emoções das experiências vividas, às crenças e aos valores, maior do que ao rigor da prova e da argumentação dedutiva. Essa racionalidade leiga ou saber popular que não é irracional como a ciência tende a tratá-la, mas é uma racionalidade de tipo diferente, social e subjectiva, impregna a generalidade das atitudes e das práticas do dia-a-dia. Feitas de saber prático, as

racionalidades leigas são significantes com forte poder de revelação sobre a cultura da sociedade em que se produzem. É a essa manifestação do social no saber prático de que estão imbuídas as práticas a que esta pesquisa dirige o seu foco.

A nossa abordagem é compreensiva, na herança de Weber com os desenvolvimentos sociológicos posteriores que desenvolveram o conhecimento sobre a complexidade da relação entre indivíduo e sociedade dando a ver os estilos de vida como construções de modos de ser e de estar que individualmente se decidem no espaço situado entre as posições e as disposições estruturais e como tal resultam em articulação do condicionalismo social e da agência individual como construção identitária (diferentemente da concepção médica que deles faz somatório de comportamentos (Berger & Luckmann, 1999; Bourdieu, 1979; Elias, 1991 (ed. francesa); Giddens, 1989)

A nossa observação não se dirige às práticas em si mesmas, mas às lógicas que lhes subjazem, procurando as racionalidades presentes nas decisões que envolvem escolhas. Como jogam entre si o racional e o subjectivo e com que outras dimensões da realidade social se articulam? A questão a perceber não é o que fazem as pessoas mas é qual o sentido que dão ao que fazem, quais os valores e crenças, quais as informações e as representações que interagem na construção mais ou menos consciente que determina a acção. A descrição das práticas, feita pelos próprios entrevistados, deverá permitir distinguir entre as disposições para crer (crenças) e as disposições para agir (atitudes) já que os indivíduos podem interiorizar modelos de comportamento sem adquirirem os hábitos que os levariam a aproximar-se, nos factos, dos modelos desejados (Lahire, 2005).

A opção metodológica do estudo é referida à ‘grounded theory’ (Strauss, 1990) em que a análise tem por fundamento os discursos produzidos nas entrevistas sem definição prévia de situações em relação às quais eles seriam comparados ou ‘medidos’. A interpretação do material de análise, balizada pelo conhecimento teórico, torna possível a produção de conhecimento sobre os significados do social para além da compreensão espontânea (Bourdieu, 2002). O interessante não é o acto em si, mas a sua importância, ou seja, o que por ele é transmitido, na comunicação entre as pessoas, do contexto simbólico e da estrutura social (Geertz, 1989).

A pesquisa recorreu a entrevistas semi-estruturadas¹ que iniciam pela interrogação das noções de bem-estar e de saudável através do questionamento da vida quotidiana centrando-a nas práticas alimentares e de exercício físico e nas perspectivas relativas ao envelhecimento. Apenas no final da entrevista é colocada, numa formulação genérica, a questão da saúde: ‘algo que possamos fazer para manter ou melhorar a saúde’. Este artigo apresenta de forma sintética os principais conteúdos das respostas nas várias temáticas abordadas. Eles são expostos apenas na medida do necessário para fundamentar o resultado das interpretações em termos das lógicas do pensamento leigo em matéria de saúde².

Bem-estar e saúde – identificação, contradição ou integração

É nas vivências do trabalho e da família que, de uma forma geral, as pessoas entrevistadas focam os seus discursos sobre o bem-estar³. Embora nas primeiras declarações o bem-estar possa ser classificado em mais ou menos instrumental (poder trabalhar) ou expressivo (realização pessoal), a continuação da conversa mostra que a distinção tem mais a ver com as formas expressivas ou uso da linguagem do que propriamente com o conteúdo de bem-estar que remete, num caso como no outro, para a satisfação com a vida familiar e com o trabalho. É na valorização maior ou menor de uma ou outra destas dimensões que se podem encontrar distintas concepções da relação com a vida que remetem para distintas identidades.

Os discursos de tipo ‘relacional-familiar’ dão a centralidade ao sentimento familiar onde a família nuclear constitui o essencial do discurso sobre o que faz o bem-estar. De uma forma geral, para se sentir bem-estar é preciso que a família esteja bem, que se sintam felizes os filhos e que o relacionamento com os familiares seja desprovido de tensões. Isso é acentuado nas declarações de mulheres mais velhas, avós, para quem a presença (nem sempre de proximidade física) de netos/as e filhos/as é apresentada como sendo o que dá sentido à vida - o que remete a análise para o estatuto destas mulheres no tempo da sua vida activa no mercado de trabalho. A família moderna que se construiu em torno da criança e do papel maternal (Aries, 1973) molda claramente as representações sobre a família nuclear.

De forma simétrica à expressada pelas mães e pais, a vida familiar dos e das jovens adultos está muito centrada na família de origem cuja casa frequentam com assiduidade. A relação com os pais/mães é de interacção regular baseada no dom em sentido antropológico de troca em que a afectividade se traduz em partilha de bens materiais e em implicação comum nos problemas que afectam uns e outros. Mas, na relação filial afirma-se a individualidade como presença que se destaca da interacção familiar. Nos discursos de jovens, o bem-estar é ‘individual-profissional’ com a noção de indivíduo a impor-se ao conjunto familiar. As opções do/da jovem são assumidas como necessidades imperiosas em função da construção da felicidade individual. Claramente, para estes/as jovens, a família, ainda que profundamente imbricada no sentimento de identidade, faz parte do mundo exterior ao eu.

¹ Entrevistas de 50 mulheres e 31 homens com idades dos 24 aos 72, residentes no norte de Portugal, diversificados quanto ao género, idade, tipo de família, local de vida, escolaridade, profissão e posição de classe. A amostra não tem representatividade estatística mas foi construída aleatoriamente a partir de uma amostra de crianças de escolas públicas e privadas do ensino básico e secundário em quatro regiões distintas: Porto, Bragança, Viana e Vale de Cambra.

² Silva, Luísa Ferreira da (2008) O Saber Prático de Saúde – Lógicas do Quotidiano, Porto: Afrontamento para uma exposição mais detalhada

³ As relações de amizade, o lazer e as práticas culturais integram também, embora raramente, a resposta espontânea sobre o bem-estar, vindo por vezes a ser mencionadas na sequência do diálogo que vai interrogando as respostas à medida que são ouvidas.

Por via dos discursos sobre o bem-estar, manifesta-se assim a presença do social nos indivíduos singulares. Ele permite distinguir entre um social mais 'pré-moderno' em que a identidade se apresenta muito identificada com o projecto familiar, embora com a presença da noção de indivíduo, e um social mais moderno, marcado pela consciência da multiplicidade de possíveis e pela característica ansiógena da necessidade de fazer escolhas. Essa diferenciação na relação que os indivíduos mantêm com a pressão quotidiana da mudança e ritmo da modernidade vai sustentar lógicas diversas de relação com o saudável (que analisaremos em seguida).

A 'saúde' não integra discursivamente a representação de bem-estar. Ela está no entanto presente como pano de fundo que o torna possível, como condição imanente do humano e valor implícito na concepção que se tem vida. Nesse sentido, o bem-estar é bio-psico-social mas num entendimento diferente do dos peritos. Na representação leiga, o bem-estar é uma construção psicológica e social, com o biológico (a saúde) remetido para condição imanente do humano. Condição que o indivíduo tem a consciência de poder 'perder' mas pela qual não demonstra sentir-se responsável ou construtor.

Ou seja, no pensamento leigo, enquanto que o 'psico-social' é percebido como projecto de construção individual, o 'bio' é percebido como efeito do destino. É isso que a exploração da representação social de saudável irá confirmar e esclarecer melhor.

1.1. O saudável como bem-estar

A auto-apreciação do estilo de vida do ponto de vista do saudável merece uma avaliação em que as respostas percorrem a 'escala' do convictamente positivo ao declaradamente negativo. Esta diversidade abriga diferenças na acepção do conceito.

As pessoas mais velhas (grosso modo, a partir da meia-idade dos 45-50 anos) identificam com frequência a vida saudável com o bem-estar global o que não é corrente nas pessoas mais jovens (idades até 30 anos) que tendem a identificar o saudável com 'os comportamentos saudáveis'. Esse tipo de interpretação do saudável não exclui que as pessoas se refiram às normas comportamentais (as relativas à alimentação, nomeadamente) de estilo de vida saudável. Mas não são esses os elementos enfatizados no discurso. O que nestes discursos sobressai do significado de saudável refere-se à satisfação global com a vida, é da ordem da subjectividade e não dos comportamentos. Ter uma vida saudável, nesta acepção, é identificado com o próprio bem-estar como satisfação com a vida.

Já no estilo de vida feito de quotidiano moderno em que o projecto de identidade implica ritmo acelerado (na nossa amostra, sobretudo os jovens homens), a noção de saudável tende a ser mais racional, objectivada na concepção de saudável-comportamentos e exterior à subjectividade, com o discurso mais marcado pela angústia da contradição atribuída à vida quotidiana. O indivíduo sente-se globalmente bem com a sua vida no sentido em que ela lhe permite construir o seu projecto identitário, mas reconhece em si próprio uma dissociação motivada pela necessidade de fazer escolhas condicionadas por forças exteriores a si, resultantes da sociedade em mudança e competitiva. É nessa dissociação consigo próprio que situa o carácter não-saudável do seu estilo de vida. A sua vida, propiciando-lhe o sentimento de bem-estar apesar do stress, 'não é saudável', noção que neste caso se cola à de 'comportamentos saudáveis'.

Na prática, em ambas as representações, o conhecimento do saudável-médico é adoptado como crença. Mas essa crença não se transforma necessariamente em disposição para agir (Lahire 2005) no sentido da sua integração nos hábitos e rotinas do quotidiano, ou porque não se justifica no estilo de vida saudável que 'já' se faz, ou porque não é conciliável com o estilo de vida que a modernidade exige.

Um terceiro posicionamento (na nossa amostra, muito minoritário) apresenta uma conciliação auto-satisfeita da subjectividade com a racionalidade, definindo o saudável pelo sentimento de controlo mental sobre o projecto de vida. Independentemente do estilo de vida ser mais ou menos tradicional ou moderno e para além dos comportamentos 'saudáveis' que se adoptam, esta representação da vida saudável refere-se à competência que o indivíduo se auto-atribui de fazer escolhas reguladoras do stress da vida moderna, seja por via da oposição ao seu carácter racional ('ter tempo para mim'), seja pela adopção da normatividade no que ela pode representar de prazer (comportamentos de construção do corpo).

É nesta última racionalidade de saudável que mais claramente aparece interiorizada a governamentalidade como tecnologias do eu que, não pela via da repressão mas pela da disciplina e auto-controlo, comandam politicamente as formas de estar na vida ao mesmo tempo que proporcionam sentimento de bem-estar (Foucault, 1976). Diferentemente das outras duas racionalidades que manifestam distanciamento subjectivo ou resistência relativamente aos ideais reguladores da saúde, neste caso aparece uma subjectivação do objectivado (Ruby, 2004) que o assimila como identidade. Alguns autores referem-se a este efeito libertador que podem ter a disciplina e o auto-controlo (Adelson, 2000; Cockerham et al., 1997; Crawford, 2000).

2. O conhecimento e as práticas de 'comportamentos saudáveis'

O ideal alimentar é feito de refeições em família, estruturadas e constituídas por comida caseira o que reflecte os valores da organização social e da família. Alimentar-se não é só comer, é integrar-se num grupo que comunica representações sobre o acto de comer, ou seja, que partilha cultura e nesse sentido pressiona para a coesão dos comportamentos (Douglas, 1997).

No que respeita às opções em matéria alimentar, o grupo facilita a aceitação do gosto individual: 'gostos não se discutem'. Isto significa que, não sendo responsável por eles, o indivíduo 'tem direito' ao seu 'gosto' como um atributo

considerado meramente pessoal e que se admite seja irracional. Mas já o mesmo não se passa com as decisões da vontade racionalmente informada em matéria de escolha alimentar. Verifica-se uma forte pressão do grupo no sentido da não manutenção de comportamentos nos casos em que ela se sustenta na consciência reflexiva. As mudanças desse tipo podem ser colectivamente decididas, como por exemplo, passar a cozinhar com menos gordura, etc., caso em que todo o grupo (familiar) a ela se submete. Mas adoptar num grupo um comportamento restritivo (não comer doces porque 'não é bom para a saúde'), é retirar-se do prazer da partilha e o grupo pressiona no sentido contrário. Esta identificação com os outros na auto-definição do que é (deve ser) a experiência agradável de que, em grupo, o indivíduo não se retira, foi demonstrado por (Becker, 1970) a propósito do consumo de marijuana.

R: Também porque a família toda come. Está a compreender? A família toda come ao meu lado. O meu marido: "Tu és tola, come lá o gelado!". A gente não come e depois... é na onda. E eu janto com os meus pais e com a minha irmã. E... e, pronto. A minha mãe cozinha muito bem, mas ela cozinha muito bem comida saudável, comida boa. A gente até reclama muitas vezes: "Hei! Outra vez estufado.", "Outra vez isto!", "Outra vez peixe cozido.". A gente reclama logo. Pronto. Ela tem aquilo muito controlado, mas ela também sabe fazer muito bem doces. E, pronto. Às vezes sou eu que faço porque gosto de fazer. Às vezes é o meu marido que faz, às vezes é a minha irmã que faz, outras vezes é a sogra da minha irmã que faz e como tem muitos remorsos manda para nossa casa para não ser ela a comer. E, pronto, somos assim uma família de... de gostar de estar a conviver à mesa e... e pior do que isso, o meu marido tinha um péssimo hábito e depois nós adoptamos o hábito dele, ele tomava o café, não é? Depois do almoço e depois do jantar, mas nunca tomava sozinho, vinha sempre acompanhado com alguns quadradinhos de chocolate."

(Mulher, 30anos, ens. superior, médica)

Sem dúvida, a representação social da alimentação integra o conhecimento das normas nutricionais de estilo alimentar saudável. Mas a apropriação que dele se faz é selectiva, adaptada aos hábitos e obediente ao gosto. A referência à normatividade como justificação das escolhas aparece profundamente imbricada na subjectividade, com a racionalidade leiga a modificar os significados das normas por forma a adequá-los aos contextos da vida.

R: Óleo de Girassol. E nunca aproveito o óleo. Quer dizer, nem utilizo fritadeira grande precisamente por causa disso. Tenho uma fritadeira pequenina que não é eléctrica. É de pôr no disco precisamente para não estragar tanto o óleo porque eu não reutilizo os óleos. Nessa base também que penso que o óleo quanto mais for usado, mais qualidade vai perdendo. E realmente, frito tudo em óleo. Não frito nada em azeite. Posso até estar a fazer asneiras. Mas, realmente, frito tudo em óleo.

P: Porque é que não fritas em azeite?

R: Nunca experimentei.

P: Não?

R: Não. Nunca experimentei. Utilizo muito o azeite para tudo, para a sopa, para arroz, para todas as comidas. Mas, fritar, nunca fritei em azeite.

(Mulher, 63anos, escol. 3º ciclo, costureira)

R: Devíamos comer mais legumes, mas isso é normal. Mais legumes, menos pão, menos carne. Nós aqui comemos muita carne, temos uma carne boa. E peixe, comemos muito menos.

(Mulher, 37anos, escol. secund., comerciante)

O comedimento, atitude caracteristicamente moderna de auto-regulação nas actividades da vida (Elias, 1989), é um valor social com forte presença na representação social do saudável alimentar. Nas práticas alimentares, ele traduz-se em diminuir o consumo de certos alimentos. Mas enquanto que a norma do saudável nutricional se refere a tipos de alimentos (fritos, doces, sal, etc.) pelas suas implicações na saúde a longo prazo e independentemente dos seus efeitos no imediato, frequentemente imperceptíveis, já a norma que regula a atitude de comedimento na vida quotidiana resulta de uma apropriação marcada pela experiência sensível. O saudável a nível alimentar é de ordem pessoal e circunstancial. Alimento que não 'faz sentir mal' é alimento que, por si próprio, não faz mal, numa aparente dissociação da noção de 'fazer mal' com a de 'alimento não-saudável'.

Subjacente a esta forma de agir dá-se a ver uma concepção de saúde como estado perceptível de silêncio dos órgãos, uma concepção de saúde como não-doença da qual está ausente o conhecimento (que pode cognitivamente existir mas que não é mobilizado para este efeito) dos efeitos cumulativos das práticas na saúde a médio e a longo prazo.

R: Não tenho uma... Portanto, não tenho cuidado... Quer dizer, não faço aquela... Eu conheço mais ou menos a roda dos alimentos e...

P - E não respeita?

R: Não, não respeito. Para já, não respeito porque a saúde ainda não me obriga... Não é?

(Homem, 46 anos, escol. secund., aux. educ. educativa)

Em relação aos fritos, por exemplo, 'evito' é a atitude que quase todas as pessoas espontaneamente referem adoptar. Nela está contida a acusação implícita de serem pouco saudáveis. Mas a explicitação do 'porquê que evita' vai ser sistematicamente surpreendida com a tradução do conceito genérico de 'saudável' para o de 'faz-me mal' no sentido individual e específico a alguma característica da própria pessoa e não no de 'fritos fazem mal'(versão nutricional).

P: E acredita que faz mesmo mal?

R: Faz, faz. Acredito que sim. Às vezes, como um filete e à tarde já sinto o estômago... Já será da idade talvez.

(Mulher, 70anos, escol. 1º ciclo, doméstica)

Esta tradução da linguagem da ciência para expressões populares que facilitam a aceitação da norma ao adaptarem-na a imagens reconhecidas, é também visível na forma como o saber leigo utiliza as noções de variedade e de qualidade alimentar: 'comer um bocadinho de tudo'. Como verifica (Burton-Jeangros, 2004), as noções de equilíbrio e moderação são muito utilizadas para estabelecer um equilíbrio entre 'bons e maus' comportamentos e observar alguma conformidade com os conselhos da saúde. Mas verificamos que as práticas a que essas expressões se referem revelam-se fortemente subordinadas às noções do senso comum e nem sempre correspondem ao significado que a ciência lhes pretende atribuir.

R: (...) Nós é que estragamos a nossa saúde. Certas comidas e beber.

P: Que tipo de comida é que pode estragar a nossa saúde?

R: Ora bem. Depende. Eu acho que nada faz mal, se soubermos fazer as coisas. Em minha casa, não uso pimentas. É ao natural mesmo quando é assado. Nunca ponho pimenta nem nada. Também não gosto. Gosto muito nos grelhados. Grelhados nas brasas. Um bocadinho de piri-piri, gosto. Eu acho que não é preciso... Se as coisas forem de boa qualidade, se a carne for de boa qualidade, não precisamos de ... Não há nada que faça mal. Com moderação, claro!

(Mulher, 46anos, escol. secund.)

Nessa atitude que associa variedade de alimentos à noção de não se privar de nenhuma espécie de alimento está em jogo o prazer de alimentar um gosto, gosto não só ao nível do paladar mas a todos os níveis a que ele se alia do ponto de vista cultural (Bourdieu, 1979). Nela se revela o elemento social de integração no grupo, a preocupação mimética de identificação com a forma de viver da sociedade em que se vive.

R: A minha filha já foi uma grande consumidora, mas neste momento também já não gosta muito dos hamburgers do (marca comercial)... Gosto dos batidos dos (risos). (...) quer dizer, eu também não posso proibir dela ser uma rapariga dos tempos dela (...)... se toda a gente come, porque é que ela também não há-de comer?!

(Mulher, 40anos, escol. secund., assist. administ.)

O consumo de peixe é outro exemplo da integração subjectiva do 'dever de saúde' nas práticas da alimentação. 'Deve-se comer peixe' é uma expressão habitual que significa que 'alguma' quantidade de peixe deve estar presente na alimentação semanal. À excepção de raras pessoas, o consumo de peixe declarado não ultrapassa, 'no máximo', as três ou eventualmente quatro refeições por semana. A 'confissão' de que se come pouco peixe motiva uma justificação que habitualmente aponta para razões sociais de dificuldade de acesso ao peixe de 'boa qualidade' já que o peixe fresco 'nem sempre o é verdadeiramente' e o peixe congelado não só não é de tão boa qualidade (como o fresco) como contém o risco de já ter sofrido eventuais descongelações e re-congelações. Ou seja, novamente, no pensamento leigo, se confunde o argumento racional científico, conhecido, sobre as qualidades nutricionais que se perdem nas manipulações dos alimentos, no argumento afectivo de preferência dada à carne.

Vemos assim que o 'saudável alimentar' no pensamento leigo é muito distante, nas suas lógicas, do 'saudável nutricional'. Por um lado porque fazendo da alimentação um acto social a inscreve numa lógica subjectiva imbuída de simbolismos que integram outros valores (gosto, hábito, convívio social) que estão para além do da saúde biológica de racionalidade científico-médica. Por outro lado, no pensamento leigo a experiência é um elemento constitutivo do saber que pelo seu carácter imediato e sensível se sobrepõe ao conhecimento científico. No saber leigo, a saúde do corpo é referida aos efeitos de percepção imediata e não aos raciocínios sobre as consequências futuras.

2.1. Natural versus artificial remete para social (família, relação, escolha)

No acto cultural que é a alimentação humana, as racionalidades leigas englobam juízos apoiados em conhecimentos da ciência (os riscos e perigos da produção alimentar, por exemplo) e juízos assentes na própria experiência que podem ser contraditórios entre si. Ambos se integram sem conflito na representação da oposição caseiro-industrial como equivalente de natural-artificial onde está contido o implícito saudável - não saudável. Assim, o que é produzido no próprio quintal ou no do vizinho, é natural e saudável independentemente dos produtos químicos que eventualmente se lhe põem, como também são saudáveis os produtos que se tem em casa, independentemente de terem sido comprados no comércio, desde que tenham sido escolhidos num comportamento pessoalizado (comprados ao agricultor ou a vendedor em quem se confia). Cozinhar a sua refeição, comer em casa 'da mãe', grelhar a carne em casa 'da avó', ou almoçar 'em casa da namorada' é saudável porque

integra a dimensão propriamente humana da existência a identidade relacional que a função socializadora da cozinha (Douglas, 1997 ; Lévi-Strauss, 1964).

De forma simétrica à apreciação de natural-saudável que o ambiente familiar motiva em relação às refeições caseiras, o trabalho e a vida social exterior à família contaminam a alimentação com aspectos nocivos. É a ele que se atribui a responsabilidade pelo que se auto-avalia como 'errado' nos comportamentos alimentares: o pouco e desorganizado tempo que se dedica a alimentar-se (comer à pressa, comer fora de horas ou 'saltar' refeições), numa prática que não constitui verdadeiramente uma refeição (socialmente convencional) mas uma mera ocorrência alimentar; assim como a má qualidade dos produtos facilmente acessíveis. O critério de distinção entre a alimentação 'de fora' e a 'de casa', é colocado na oposição entre o carácter industrial da primeira e o carácter familiar da segunda. A característica industrial dos alimentos que se comem 'fora', associa-os, no pensamento leigo informado pela divulgação científica, com a noção de intoxicação porque são '...coisas fabricadas que levam químicos e dão progressivamente cabo de nós'. Combinada com a falta de (espaço de) tempo que se dedica ao seu consumo, a noção de intoxicação contribui para a percepção de alimento não saudável.

R: Eu janto todos os dias na minha mãe. Todos os dias. O almoço é fora, ou então em casa, assim qualquer coisa rápida. Mas, portanto, a sopinha, os legumes, as saladas, assim,... Depois, durante o almoço e nos dias em que também não posso comer lá, só lixo alimentar.

(Mulher, 30anos, escol. superior, médica)

Mas esta representação do que se come 'fora de casa' como menos saudável do que a alimentação que se faz em casa, por razão dos produtos consumidos em si mesmos, revela, de novo, o carácter cultural da avaliação, implicando nesta o contexto social do acto de se alimentar. A verdade é que as refeições feitas em casa, cozinhadas ou não, também integram habitualmente produtos processados (refrigerantes, fiambre, pratos pré-cozinhados, molhos, enchidos, e 'doces' que se consomem no intervalo das principais refeições, etc.). Mas esses produtos, embora se afirme que, para todos os efeitos, não deixam de ser produtos 'cheios de químicos', isto é, 'não muito saudáveis', não são incriminados como má alimentação. A 'impureza' dos alimentos refere-se a uma fronteira simbólica que embora assente em dados do conhecimento, é socialmente construída e serve para proteger um sistema de valores (Douglas, SD).

A distinção entre 'bons' e 'maus' alimentos faz parte das estratégias leigas de confiança. Na alimentação que se faz 'fora', os alimentos (lanches, pizzas e bolos são os mais referidos) 'são' não saudáveis em si mesmos. Na alimentação de casa os 'erros' são encarados como aspectos menores que não chegam para desequilibrar a balança do saudável. Afirmou Calnan (1987) que é o contexto e as circunstâncias em que se usam os alimentos, mais do que os alimentos em si mesmos, que motiva a percepção de 'maus alimentos'. O contexto, neste caso, é a vida social exterior à família e as circunstâncias são as relativas à profissão.

2.2. Na aceitação dos riscos, a presença da estrutura social

A socialização do gosto integra a mudança social através da adopção de novos alimentos e novos estilos de alimentação. Estes, embora sejam alvo de alguma desconfiança na medida em que desafiam os hábitos e as representações interiorizadas, são adoptados como símbolo de modernidade. Essa ambivalência da vontade é alimentada pela reflexividade da ciência nomeadamente quando divulga os riscos e perigos associados ao 'estilo alimentar moderno'. Mas no mesmo movimento em que induz à dúvida sobre a segurança dos alimentos, a atenção mediatizada dada aos riscos também aumenta a confiança pericial na capacidade do sistema para os controlar. Pressupõe-se que a denúncia pública de um problema gera aumento da sua fiscalização e portanto que quanto mais publicamente se atribuem riscos a um produto, mais seguro ele, potencialmente, se torna.

R: Quando foi no princípio Frangos, não porque nunca se comprou frangos. Eu desde que casei, nunca comprei um frango nem ... Porque quando me casei, o meu pai tinha e dava-nos. E depois, comecei a criar aqui também. E nunca comprei frangos. Quanto à carne de vitela, no princípio, ainda custou um bocadinho. Mas, depois, se ela estava à venda no mercado, acho que se ela estava lá é porque acho que não havia problema.

(Homem, 34 anos, escol. 3º ciclo, serralh. mecân.)

Neste domínio da vida social em que rotina e hábito são confrontados por argumentos que os põem em questão, o processo de escolha do posicionamento individual revela as negociações íntimas e as racionalidades que as sustentam, atitudes que (Giddens, 1992 (1990 ed. ingl.)) e posteriormente (Burton-Jeangros, 2004) tipificaram e que também se verificam na nossa amostra (nomeadamente, 'pessimismo cínico', 'aceitação pragmática' e 'optimismo persistente'). Na nossa amostra, a 'aceitação pragmática' foi a atitude prevalente. O indivíduo rende-se à necessidade de fazer uma opção que não se situa em espaço de total liberdade pois tem de entrar em linha de conta com os condicionalismos do contexto social nos quais se incluem a acessibilidade, o preço e as tradições culinárias, entre outros factores.

P – Frango assado, mas foi feito em casa?

R – Não, foi feito numa churrasqueira. É daquele que tem nitrofuranos (risos) Não é do outro, é daquele que tem nitrofuranos.

P – Então porquê? Porque é que foi essa a opção?

R – Porque é o ritmo do dia-a-dia, nem eu tinha tempo, nem ela tinha tempo, então é assim. Tem que ser assim!
(Homem, 26 anos, escol. secund., locutor)

Semelhante atitude de impotência se encontra também na experiência de quem, na produção dos seus próprios alimentos, se conforma à utilização de produtos químicos que reconhece ter motivos para recear. A noção de 'moderação' ou comedimento é de novo a solução de compromisso entre a angústia gerada pelo conhecimento divulgado sobre os riscos dos produtos químicos usados na agricultura e a necessidade feita de experiência de a eles recorrer para conseguir produção compensadora.

R: Mas, a gente usa (o herbicida) para o milho, mas enquanto o milho não nasce. Pronto, enquanto ele está pequenino. Enquanto, não nasce, dentro de um prazo de cinco dias. Aquilo nunca vai fazer muito bem à terra. Mas, pronto! Não há outra solução. Agora, há quem ponha nas cebolas. Há quem ponha nas batatas. Mas, eu não ponho. Tento tirar as ervinhas. Ou deixo-as crescer no meio das ervas.

(Mulher, 50anos, escol. 1º ciclo, agricult. e empreg. serviços)

2.3. A sedentariedade estrutural interiorizada como bem-estar

A bibliografia sobre exercício e saúde aponta consistentemente para que o exercício moderado, rítmico e regular tem um impacto significativo e benéfico na saúde. Mas, na cultura 'pós-moderna' em que o corpo se tornou uma representação de felicidade e sucesso, o primeiro objectivo da sua construção é 'o aspecto' e a prática de exercício refere-se muito mais aos aspectos estéticos do que à melhoria da saúde (Scambler et al., 2004).

Nas justificações para o 'devia' praticar exercício, raramente é explicitada a promoção da saúde. O saber leigo que apela à prática de exercício assenta em razões ligadas à imagem do corpo e ao aumento da resistência física, mais do que à melhoria do bem-estar psicológico ou à promoção da saúde global.

Esta lógica que liga o exercício à imagem corporal é coerente com o projecto moderno de construção do corpo e está verificada por estudos empíricos (Hausenblas, 2004). Na nossa amostra, as manifestações dessa lógica aparecem como desejo não concretizado em práticas o que condiz com o conhecimento empírico de que a população portuguesa, no conjunto da população europeia, é particularmente sedentária.

No pensamento leigo, a norma da prática de exercício físico como combate à sedentariedade traduz-se em movimentar-se no sentido de não estar sempre parado e não no de regularidade rítmica de movimento. Mais uma vez aparece a ambiguidade dos conceitos usados em que o raciocínio leigo adopta o sentido da noção de vida sedentária como a razão de ser da exigência de fazer exercício, mas adapta-a à sua perspectiva sobre o que pode ser a actividade física no contexto das suas vidas.

O sentimento demonstrado face ao exercício que se faz (exceptuando aquele que se faz no trabalho) é de agrado. De forma semelhante, fala-se da ginástica ou da natação que se poderia ou 'se deveria' fazer com argumentos que justificariam a decisão de desenvolver essa prática: faria bem ao corpo e ao espírito, combateria o stress, preveniria problemas de doença e combateria a tendência para engordar. Mas apesar deste discurso 'correcto', não se pratica por falta de tempo, por falta de hábito, por cansaço ao fim do dia, por perda do grupo com quem se fazia desporto, por difícil acessibilidade a estruturas, ou, simplesmente, por 'comodismo' ou 'preguiça', isto é, explicita-se a constatação de que há uma escolha pessoal implicada no modo de vida e de que essa escolha envolve compromissos com as outras áreas da existência.

R: (...) É tudo muito bonito, fazer exercício, mas uma pessoa tem que despende... 2 horas ou 3 horas, é o ir, é o fazer, é o vir e é o não sei quê. Há alturas, em que eu não posso, há outras... que às vezes a conversar com o meu marido, ele diz: "É uma questão de preguiça." É, e eu reconheço, que é uma questão de... pronto, não me apetece, não vou. (...)

(Mulher, 59 anos, escol. superior, professora)

Passar de jovem a adulto/a resulta na perda dos hábitos desportivos na medida em que implica 'perder' o grupo de amigos com quem se fazia desporto e o acesso 'natural' às facilidades desportivas. Em adulto, para manter o exercício físico, é necessário frequentar um equipamento, em horários extra-trabalho. A disposição desactualiza-se pela perda das rotinas que, tendo sido adquiridas como hábitos organizados socialmente, exigem uma transformação no sentido de se tornarem hábitos de organização individual. A relação que cada indivíduo mantém com o 'exercício físico' reflecte esse valor colectivamente organizado que é a vida sedentária.

Fazendo entrar em jogo as diferentes áreas da existência e as suas exigências, a relação íntima que se mantém com a prática de exercício físico dá a ver um processo de articulação da estrutura social com a agência individual em que forças contraditórias trabalham simultaneamente, exigindo um cometimento reflexivo da vontade.

R: Não. Não faço que eu tenho a vida ocupada. Estou sempre de pé de um lado para o outro. Acho que... Já fiz muito, mas agora... perdeu-se um bocado. A vida não dá.

(Homem, 49 anos, escol. escol. 2º ciclo, empr. comercial)

Na origem da atitude passiva em relação à prática regular de exercício em condições modernas encontram-se também condições estruturais subjectivas, no sentido de não internalização colectiva da ginástica ou do desporto como valor social a promover. A não prática traz a marca das 'pré-representações sociais' que opõem a mentalidade leiga à lógica da ciência (Moscovici, 1992) nas quais o corpo é um instrumento ao serviço do indivíduo, instrumento que só merece cuidados quando está em causa a sua funcionalidade.

R: (...) Por exemplo, agora, saio às quatro, eu podia ir para casa, colocar o fato de treino ir passear pelo menos até à praia e mais não sei quê... Não posso dizer que não tenho tempo para isso, porque até tinha! Só que sozinha desmotiva um bocado. (...) ... Acho que não me faz assim grande falta.

(Mulher, 48 anos, escol. superior, enfermeira)

Através da relação com o exercício físico, a nossa amostra dá a ver uma relação com a modernidade em que a identidade que encara o corpo como um 'outro próximo' que ao 'eu' compete modelar, vigiar e construir como reflexo de si próprio (Breton, 1997). Não se constata a mutação radicalizada numa relação 'pré-moderna' com um corpo construído em actividades embebidas na vida quotidiana e não objectivadas e especializadas. A construção da identidade está fortemente impregnada de representações do corpo como instrumento que serve o 'eu' e que está balizado por limites estreitos no que respeita à sua auto-produção.

R: Não faço desporto. Não é porque não gostasse. Que eu sei muito bem que a gente precisa. Até é mais... Nem sempre o tempo... Mesmo estando em casa, as pessoas dizem: "olha, este está em casa, não trabalha, tem muito tempo!" Às vezes não é verdade porque a gente se quiser fazer em casa, tem sempre que fazer. E se a gente trabalhar, tem de o fazer na mesma. (...) É luxo a mais dizer assim: "As piscinas estão ali. Vou-me inscrever na piscina. Assim: vou para a piscina". É mais um deixar ir, mesmo se a gente sabe que fazia bem.

(Mulher, 43 anos, escol. secund., empreg. comerc.)

3. Envelhecer com saúde é uma questão de destino

A noção de que o envelhecimento saudável se prepara ao longo da vida não está presente nas representações da nossa amostra. A atitude perante 'a velhice' é de recusa no sentido de 'temos de vencer o envelhecimento' o que apela à decisão do indivíduo como construtor de si próprio, numa atitude de supremacia do mental sobre o biológico. Ao mesmo tempo que o corpo envelhece, no sentido de se 'degradar', a pessoa pode continuar jovem no sentido em que se mantém activa e capaz de acompanhar as ideias dos mais novos, não se 'fechando' ou isolando. Nessa perspectiva, envelhecer é função do carácter ou da vontade individual, e a velhice é social, com o 'dever moral' de resistir a 'ficar velho' (Williams R. 1990 cit. por (Bunton, 1997).

P: (...) Como é que se imagina quando for velha?

R: Uma velhinha doida (com um sorriso seguido de gargalhada).

P: E o que é uma velhinha doida?!

R: Uma velhinha doida é exactamente com... tudo o que eu vivi, portanto todas essas diferenças, a persistir dentro de mim... a levar-me pelo meu caminho fora.

P: Quando acha que vai estar velha?

R: Nunca! Nunca, nunca, nunca!

P: Quando é que acha que vai estar velhinha doida ?

R: Isso não é agora,... a tal história das rugas e disso. Nunca se está velho, porque acho que se está velho só fisicamente, mesmo!

(Mulher, 49 anos, escol. secund., contab.)

Nessa recusa do 'vir a ser velho' está contida a imagem da velhice como incapacidade e dependência. Conjuntamente com a perspectiva negativa da exclusão social, ela justifica o medo de encarar o futuro num pensamento realista. Nesta concepção de velhice, o factor biológico só ganha relevo quando se impõe por razão de incapacidade e na medida em que esta afecta a vida autónoma em sociedade e portanto implica com a vida relacional.

A noção de 'prevenção activa' pela agência individual que a medicina advoga, está praticamente ausente dos discursos sobre 'envelhecer bem', remetida em alguns casos para a 'prevenção passiva' (médica) em que à medicina se atribui a capacidade de controlar a doença. Do ponto de vista da prevenção das dificuldades próprias da velhice, apenas tem relevância o tema da segurança económica. Prevenir o envelhecimento significa, na nossa amostra, precaver-se com meios que possibilitem ser-se bem tratado quando não mais se puder tratar de si próprio.

R: Não me preocupa a velhice como a pessoa que diz: "ah! Eu vou perder faculdades. Eu vou deixar de poder caminhar como eu caminhava ou andar... Ou ir para aqui..." Não é isso que me preocupa na velhice! O que mais me preocupa na velhice, se calhar, é alguma insegurança de que possa ter, sei lá, em termos económicos ou assim... Não sabemos qual é o dia de amanhã! No aspecto de reformas e disso... Há uma certa conturbação na sociedade.

(Homem, 49 anos, escol. superior, médico)

P: Mas há coisas que faz a pensar para... no sentido de mais tarde vir a ter uma boa velhice?

R: Para já, eu não tenho muito planos de poupança, reforma, isso. Nisso não tenho investido..

(Mulher, 47 anos, escol. superior, educadora educ. esp.)

A convicção de que o modo comportamental ao longo da vida se vai reflectir no processo de envelhecimento é raramente enunciada. Usualmente, as referências aos comportamentos saudáveis são vagas e pouco assertivas, tendentes a adiar as práticas para a idade em que o envelhecimento começa. O conhecimento pouco influi (o discurso sobre) a vida quotidiana, relegado para segundo plano numa filosofia de vida que coloca no destino (ditado por Deus) a ideia de futuro.

P: Acha que a forma como nós vivemos, o nosso dia a dia, influencia a nossa velhice?

R: Talvez. Eu acho que sim.

P: Porque é que diz isso?

R: Porque a gente nota às vezes um velhinho que foi bom e a gente vê que tem um fim da vida bom e a gente pensa assim: 'realmente, tem o que merecia!' (...)

(Mulher, 50 anos, escol. 1º ciclo, agricult. e empreg. serviços)

P: E no seu caso, tem medo de alguma doença ou acidente...?

R: Não se pode pensar nisso! Temos que ter o lado positivo. Não sei como evitar... Deus é que manda!

(Homem, 58 anos, escol. 1º ciclo, cantoneiro)

O conhecimento científico está presente, mas a crença mais profunda orienta-se para o conhecimento feito de experiência e esta mostra que a morte, as doenças e os acidentes acontecem independentemente dos cuidados individuais com a saúde e portanto não vale verdadeiramente a pena o esforço que implicaria a preocupação pelo saudável como estilo de vida. A epidemiologia popular não é feita de estatísticas mas de observações quotidianas e não sistemáticas (Massé, 1995).

R: É o que eu digo, se calhar é o percurso de vida que a gente pode tentar levar assim mais ou menos saudável mas é assim, eu acho que as coisas são, ao que eu tenha visto... são algo momentâneas. Por vezes quem tem algum cuidado fica na mesma e quem não teve cuidado nenhum,... Enfim! Mas para descargo de consciência, a gente deve sempre levar a coisa com menos erros realizando o menor número de erros possível.

(Homem, 26 anos, escol. superior, enfermeiro)

Comentários finais

A análise dos discursos (suscitados em entrevista) no domínio das práticas e representações da saúde deu a ver 'o saudável' como subjectivo e cultural, muito mais do que racional-científico, embora contenha a informação da ciência e com ela interaja. A reflexividade como processo de implicação do 'eu' com o conhecimento (Giddens 1992), apresenta-se, nas racionalidades leigas, carregada de ambiguidades conceptuais e de relativizações das normas que lhe estão associadas, numa coerência interna que se refere à articulação do conhecimento com a teia dos valores, símbolos, significados e normas, com hábitos adquiridos e com constrangimentos sociais (Nicolini & Holti, 2003). As escolhas de 'estilo de vida', espaços de objectivação do saudável, não são livres em absoluto, mas condicionadas pela estrutura social e incorporadas em sistemas simbólicos contingentes porque expressivos e estéticos, ou seja, a identidade não é apenas individual mas também social, querendo-se reconhecida e confirmada pelos outros (Lash, 2000).

O trabalho e a família, como condições estruturais da integração, e 'o gosto' (Bourdieu 1979) como disposição estruturante, orientam e condicionam a construção da identidade de forma mais marcante do que a preocupação moderna com o saudável. 'Agir saudável' é uma imposição disciplinar (Foucault 1976) que requer esforço de auto-controlo nas sociedades modernas em que o consumo se tornou cultura (Baudrillard, 2007) e a saúde deixou de ser uma dádiva para ser uma tarefa produtiva de auto-realização (Cockerham et al., 1997). No campo do saudável, dinâmica pela qual a ciência entra no 'mundo da vida' (Schutz, sd) através do sistema especializado da medicina, a identidade incorporada em práticas assume-se como projecto aos níveis psico e social mas não no nível bio a que a ideologia do saudável dá prioridade. A lógica da ciência que pretende orientar as escolhas dos indivíduos em matéria de saúde corporal, constitui informação que o pensamento leigo integra como crença, mas não conhecimento assimilado no sentido de impregnação da acção (Lahire 2005).

Os processos de lidar com a informação revelam-se deliberadamente defensivos em relação à percepção de vulnerabilidade subjacente à sociedade do risco (Beck, 1998), fortemente resistentes à invasão do quotidiano e das representações a ele associadas de bem-estar e de saúde, por uma racionalização disciplinar dirigida à vigilância do corpo. A consciência do corpo e o interesse que se lhe atribui não se manifesta como preocupação construtiva no sentido de auto-realização da saúde por via de comportamentos 'higiénicos' (Herzlich, 1969), configurando uma 'cultura de resistência' que contesta a objectivação das práticas quotidianas como actividades de orientação especializada (Fox, 1998).

A subjectividade na relação do eu com ‘as saúdes’ afirma-se em processos diferentes, circunstanciais (cuja relação com as posições e os capitais sociais poderão constituir o objecto de outros estudos), que apontam para identidades mais e menos ‘modernas’ no sentido de impregnadas de objectivação e racionalização. A saúde como destino mais do que como resultado da produção do estilo de vida foi o que esta pesquisa encontrou como tendência claramente dominante. Aqui, uma subjectividade imbuída nas actividades do quotidiano resiste à alienação do ‘saber prático’ (Bourdieu, 1980) em matéria de saúde, pela recusa da objectivação que especializa o elemento biológico. Diferentemente, a saúde como libertação pela integração da auto-disciplina, integra a objectivação racionalizada em lógicas de gestão do quotidiano afirmativamente ‘construtoras’ de um projecto de futuro que integra o bio no psico-social. Este processo ‘libertador’ manifesta como re-impregnação pelo subjectivo o processo de racionalização que impregna o mundo quotidiano moderno (Bury, 1998).

Num ‘estilo’ como no outro, com menor ou maior distância (discursiva) entre as afirmações e as práticas, as racionalidades presentes revelam a impregnação pelo subjectivo traduzido em adaptação, mais do que em aplicação linear, das normas (do conhecimento) relativas ao saudável da ciência.

Com clareza, este estudo demonstra que a saúde e o saudável são, no pensamento leigo, associados a factores psicossociais ainda que condicionados pelos factores materiais. O sentimento de bem-estar que se encontra na generalidade dos indivíduos, é praticamente sinónimo do de saudável, excepto quando esta noção é encarada na versão reducionista de conjunto de comportamentos prescritos. Disso falam os indivíduos que integrando a racionalidade do saudável no seu projecto de vida, no entanto se distanciam do discurso racional-médico para afirmarem a prioridade das emoções (Williams et al., 2000), do ‘estar bem consigo’, numa organização interior e exterior para vencer o ‘stress’, as preocupações e o sentimento de vulnerabilidade.

Referências

- Adelson, N. (2000). *Being alive well: health and the politics of Cree well-being*, Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press Inc.
- Aries, P. (1973). *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*, Paris : Seuil.
- Augé, M. & Herzlich, C. (1984). *Le Sens du mal*, Paris : Éditions des Archives Contemporaines.
- Baudrillard, J. (2007) (1ª ed 1970). *A sociedade de consumo* Lisboa: Edições 70.
- Beck, U. (1998) (1986 1ª ed.). *La Sociedad del riesgo* Barcelona: Paidós.
- Becker, H.S. (1970) (1953 1ª ed.). *Comment on devient fumeur de marijuana*. In HERZLICH, C. (ed.). *Médecine, maladie et société*, Paris: Mouton.
- Berger, P.L. & Luckmann, T. (1999). *A Construção social da realidade* (1966). Lisboa: Dinalivro.
- Blaxter, M. (1998). *Health and lifestyles* (1990). Londres: Routledge.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction - critique sociale du jugement*, Paris : Les Editions de Minuit.
- Bourdieu, P. (2002). *Esboço de Uma Teoria da Prática*, Oeiras: Celta.
- Breton, D. (1997). *La Sociologie du Corps* (1992). Paris : Presses Universitaires de France.
- Bunton, R. (1997). *Popular health, advanced liberalism and Good Housekeeping magazine*. In Petersen, A. & Bunton, R. (eds.). *Foucault - Health and Medicine*, London: Routledge.
- Bury, M. (1998). *Postmodernity and health*. In Scambler, G. & Higgs, P. (eds.). *Modernity, medicine and health - debate on postmodernism*, London and New York: Routledge.
- Burton-Jeangros, C. (2004). *Cultures familiales du risque*, Paris: Anthropos.
- Calnan, M. and Williams, S. (1991). *Style of life and the salience of health: an exploratory study of health related practices in households from differing socio-economic circumstances*. *Sociology of Health and Illness*, 13 (4) 506-529.
- Castel, R. (1983). 'De la dangerosité au risque', *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 47-48, 6.
- Cockerham, W.C., Rütten, A. & Abel, T. (1997). *Conceptualizing contemporary health lifestyles: Moving Beyond Weber*. *The Sociological Quarterly*, 38 (2) 321-342.
- Crawford, R. (1977). *You are dangerous to your health: the ideology and politics of victim blaming*. *International Journal of Health Services*, 7 (4) 663-681.
- Crawford, R. (2000). *The ritual of health promotion*. In Williams, S.J., Jonathan, G. & Calnan, M. (eds.). *Health, medicine and society Key theories, future agendas*, London and New York: Routledge.
- Douglas, M. (1997). *Deciphering a Meal*. In Counihan, C. and Esterik, P.V. (eds.). *Food and Culture a Reader* (1975). New York e London: Routledge.
- Douglas, M. (SD). *Pureza e Perigo*, Lisboa: Edições 70.
- Elias, N. (1989) (1939 1ª ed.). *O Processo Civilizacional 1º volume*. Lisboa: Dom Quixote.
- Elias, N. (1991) *La Société des Individus*, Paris: Fayard.
- Eyles, J.e.a. (2001). *What determines health? To where should we shift resources? Attitudes towards the determinants of health among multiple stakeholder groups in Prince Edward Island, Canada*. *Social Science and Medicine*, 53 (12) 1611-1619.
- Fassin, D. (1998). *Politique des Corps et Gouvernement des Villes. La Production Locale de la Santé Publique*. In Fassin, D. (dir.) *Les Figures Urbaines de la Santé Publique*, Paris: La Découverte.

- Fox, N. (1998). The Promise of postmodernism for the sociology of health and medicine. In Scambler, G. & Higgs, P. (eds.). *Modernity, medicine and health - debate on postmodernism*, London and New York: Routledge.
- Foucault, M. (1976). *La Volonté de Savoir. Histoire de la Sexualité 1.*, Paris: Gallimard.
- Geertz, C. (1989) (1973 1ª ed) *A Interpretação das culturas Rio de Janeiro*: Guanabara Koogan.
- Giddens, A. (1989). *A constituição da sociedade*, São Paulo: Martins Fontes.
- Giddens, A. (1992) (1990 1ª ed.) *As Consequências da modernidade*, Oeiras: Celta.
- Giddens, A. (1997) (1991 1ª ed.) *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras: Celta.
- Hausenblas, H.A. (2004). Self-presentation and exercise. *Journal of Applied Sport Psychology*, 16, 3-18.
- Hellman, C. (2000) (1984 1ªed.). *Culture, health and illness* Oxford: Butterworth Heinemann.
- Herzlich, C. (1969). *Santé et maladie - analyse d'une représentation sociale*, Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales
- Houtaud, A.d. (1999). *La santé à travers les sciences humaines et sociales*, Paris: Masson.
- Kleinman, A.M.D. (1988). *Suffering, healing, and the human condition*. In Kleinman. A.M.D. *The Illness Narratives*, New York: Basic Books, Inc.
- Lahire, B. (2005). Patrimônios Individuais de Disposições - Para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 11-42.
- Lash, S. (2000) (1994 1ª ed.). *A Reflexividade e os seus duplos. Estrutura, estética, comunidade*. In Beck, U., Giddens, A. & Lash, S. (eds.). *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética no mundo moderno* Oeiras: Celta.
- Lévi-Strauss, C. (1964). *Mythologiques - Le cru et le cuit*, Paris: Librairie Plon.
- Massé, R. (1995). *Culture et santé publique*, Montréal e Paris: Gaetan Morin
- Minkler, M. (1999). Personal responsibility for health? A review of the arguments and the evidence at Century's end. *Health Education and Behavior*, 26 (1) 121-140.
- Moscovici, S. (1992). La mentalité prélogique des civilisés. In Flick, U. (ed.). *La Perception quotidienne de la Santé et de la Maladie*, Paris: L'Harmattan.
- Nicolini, D. and Holti, R. (2003). Teorização baseada na prática e compreensão da mudança participativa nas organizações. *Cadernos de Ciências Sociais*, 23, Dezembro, 21-39.
- Petersen, A. and Bunton, R. (1998). *Foucault - Health and Medicine* (1997). London e New York: Routledge.
- Ruby, C. (2004). *La Vérité et le sujet: technologies et assujettissements*. Michel Foucault, philosophie, anthologie, Paris: Gallimard.
- Scambler, G., Ohlsson, S. & Griva, K. (2004). Sport, health and identity: social and cultural change in disorganised capitalism. In Kelleher, D. & Leavey, G. (ed.). *Identity and Health*, London e NY: Routledge
- Schutz, A. (sd). *The Phenomenology of the social world*, Evanston: Northwestern University Press.
- Strauss, A.L. (1990). *Basics of qualitative research: grounded theory procedures and techniques*, London: Sage.
- Ziglio, E., S., H. and Griffiths, J. (2000). Health promotion development in Europe: achievements and challenges. *Health Promotion International*, 15 (2) 143-154.

Discutindo a inteligência cultural diante da percepção socioambiental em contexto de comunidade de aprendizagem

Amadeu José Montagnini Logarezzi
 Universidade Federal de São Carlos
 amadeu@ufscar.br

Resumo: O Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase) da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) desenvolve, há alguns anos, o projeto de extensão “Comunidades de aprendizagem” na cidade de São Carlos/SP/Brasil, que está presente em três escolas municipais de ensino fundamental situadas em bairros periféricos da cidade. O Niase, juntamente com essas escolas, está no momento desenvolvendo também o projeto de pesquisa “Comunidades de aprendizagem: aposta na qualidade da aprendizagem, na igualdade de diferenças e na democratização da gestão da escola” (Fapesp e CNPq), com o objetivo de melhor conhecer as alterações vividas nas três instituições e a percepção que a comunidade escolar e a de seu entorno têm do processo, no que se refere à melhoria da qualidade da aprendizagem e das relações entre diferentes sujeitos. Os fundamentos teórico-metodológicos são a aprendizagem dialógica e a metodologia comunicativa crítica, fortemente apoiadas na ação comunicativa (Habermas) e na dialogicidade (Paulo Freire). Um dos eixos da pesquisa busca compreender a influência da publicidade no consumo de produtos e serviços, visando refletir sobre implicações social e ambiental da atividade de consumo, no contexto das populações de periferia urbana, e suas relações com o aprendizado daquelas crianças. Trabalhos anteriores em contextos similares indicam que as pessoas não são idiotas culturais, prevalecendo a inteligência cultural – princípio da aprendizagem dialógica – sobre as estratégias da publicidade no campo do consumo. Este trabalho discute essa questão da perspectiva da educação ambiental crítica, consistentemente com as bases teóricas do projeto.

Introdução

A ilusão do poder
Pois se foi permitido ao homem
Tantas coisas conhecer
É melhor que todos saibam
O que pode acontecer
Gilberto Gil¹

Queremos saber
Queremos viver
Confiantes no futuro
Por isso se faz necessário
Prever qual o itinerário da

A canção da epígrafe foi composta há mais de três décadas e a produção e o uso do conhecimento continuam sendo marcados pela racionalidade técnica e instrumental – de fato, há mais de três séculos –, através da qual a ciência e a técnica têm gerado seus frutos reestruturantes que tanto têm caracterizado o meio em que caminha a humanidade, mais acentuadamente nas últimas décadas. Tal acentuação pode ser entendida como uma fase tardia de uma era que conhecemos como modernidade, em que a racionalidade instrumental, mobilizando o pensar e o agir humanos, tem sido um dos fatores característicos. Assim como Rousseau já pressentira rumores da ideologia do consumismo no século XVIII², o poeta do século XX, ao acusar o poder ilusionista da ciência e da técnica – mesmo reconhecendo a boa utilidade dessas³ –, ao reivindicar o direito que todas e todos temos de conhecer não somente o que a ciência e a técnica produzem de útil e bom, mas também os seus efeitos colaterais indesejados (como os impactos ambientais negativos e a perspectiva de suas marcas sobre a biosfera ou as rupturas éticas provocadas em algumas áreas, como a da manipulação genética, e a perspectiva de seus efeitos sobre a humanidade) e ao indicar a responsabilidade que nos cabe sobre os destinos da nossa espécie e de tantos outros seres vivos, captou um novo sentido do campo do conhecimento que ainda hoje parece não ter sido atribuído pelo fazer ou pelo pensar dos seres sociais.

Essa demanda, nos parece, corresponde à incorporação crítica da dimensão ambiental aos processos culturais, particularmente aos educativos. Uma incorporação que, para ser crítica – na conotação que aqui se considera –, implica um reconhecimento da complexidade da realidade e também do processo de conhecê-la que vem sendo desenvolvido pelo ser humano; implica buscar, pela problematização dialética do real e das nossas relações com ele, a construção de uma concepção dinâmica de sociedade, em que os sujeitos são capazes, por meio da reflexão subjetiva e do diálogo, de fazer escolhas autônomicas e interativas e suas escolhas podem significar transformações sociais importantes, indicando a necessidade de revisão das estruturas que condicionam a vida cotidiana; implica distinguir entre processos culturais – constituídos por relações transparentes e humanizadoras – e processos ideológicos – constituídos por relações de poder que procuram encobrir os aspectos humanizadores das ações culturais, sobretudo os que ameaçam mais diretamente a ordem social vigente; implica, enfim, uma educação ambiental transformadora e emancipadora, isto é, uma educação que aborda a mudança ambiental por meio da transformação social.

Se o meio ambiente precisa mudar muito e urgentemente, tal mudança não pode prescindir do ser humano, porque são as ações antrópicas que têm causado a crise ambiental e somos a única espécie capaz de alguma correção de rota, pois só nossa consciência de mundo permite fazer história. Além disso, o próprio ser humano também é naturalmente parte desse ambiente e não deveria dele ter se apartado como no modelo de civilização hoje dominante. Ou seja, a rigor não é possível dicotomizar natureza e sociedade e, portanto, falar em educação ambiental, na perspectiva crítica, equivale a falar em educação socioambiental. Os adjetivos, ambos, podem ser na verdade considerados como provisórios e só se justificam enquanto a voz do poeta, acima referida, encontra espaço para ecoar nas lacunas em que os processos educativos deveriam incorporar criticamente a dimensão ambiental e não o fazem.

Nesse sentido, surge na Espanha nos anos 1980 a teoria da aprendizagem dialógica, na qual se baseia a concepção de educação escolar conhecida como comunidade de aprendizagem, em que familiares e outros voluntários do entorno da escola têm papéis importantes a desempenhar em atividades de gestão da escola e também de sala de aula e em que o funcionamento da escola se democratiza radicalmente na direção de um aprendizado de máxima qualidade para as crianças e as/os adolescentes, o que se busca por meio de uma articulação escola-família e de uma série de atividades que transformam a vida escolar em várias dimensões. O desenvolvimento dessa experiência – prática – e dessa teoria – reflexão – se iniciou no Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdade (CREA – Barcelona/Espanha) e hoje, em decorrência do trabalho da professora Roseli Rodrigues de Mello, está presente em São Carlos/Brasil, onde há três escolas públicas de ensino fundamental que são comunidades de aprendizagem, em projeto de extensão desenvolvido pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase) da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar). É importante destacar que essas escolas se encontram na periferia da cidade, constituindo-se num contexto em que as crianças da classe popular vivenciam uma rica realidade multicultural. Além da pluralidade de identidade étnica que caracteriza a população brasileira de modo geral, há convivência entre crianças de famílias que migraram de diferentes estados do país e ainda entre crianças da zona urbana e da zona rural.

¹ Trecho da canção “Queremos saber”, de Gilberto Gil, do disco “O viramundo”, Universal, 1976.

² Jean-Jacques Rousseau em “A nova Heloisa”, publicado em 1761: “... eu começo a sentir a embriaguez a que essa vida agitada e tumultuosa me condena. Com tal quantidade de objetos desfilando diante de meus olhos, eu vou ficando aturdido. De todas as coisas que me atraem, nenhuma toca o meu coração, embora todas juntas perturbem meus sentimentos, de modo a fazer que eu esqueça o que sou e qual meu lugar...”.

³ Em outro trecho da citada canção, dizia Gil, em 1976: “... Queremos saber / Quando vamos ter / Raio laser mais barato”

A aprendizagem dialógica apóia-se na dialogicidade de Paulo Freire e na ação comunicativa de Jürgen Habermas, tendo por princípio o diálogo igualitário, a inteligência cultural, a transformação, a dimensão instrumental, a criação de sentido, a solidariedade e a igualdade de diferenças. Esses sete princípios estão estreitamente imbricados e são referências que orientam todas as práticas do projeto, com destaque para as interações nas diversas atividades e nos diversos espaços da escola. As interações pessoais, baseadas no diálogo igualitário e na racionalidade comunicativa, são o foco da abordagem, em que são valorizados também o espírito crítico, a participação, a coerência, o coletivo, o cotidiano, a linguagem, a sintaxe do pensamento, a razão de ser do conhecimento, a diversidade, o respeito às diferenças e a possibilidade de diálogo sobre elas, a igualdade de oportunidades, a alta expectativa, a não-dicotomização entre vida escolar e vida pessoal. Trabalha-se com o objetivo de que aquelas filhas e aqueles filhos das classes populares desenvolvam uma aprendizagem que os permita sair da condição de marginalizadas/os do convívio com os principais instrumentos e espaços de atuação social, condição que os torna prévia e injustamente desiguais às filhas e aos filhos das classes dominantes e que compromete seu presente e seu futuro como cidadão e como ser humano.

Nesse contexto, o desafio da educação ambiental crítica se confunde com o desafio da aprendizagem dialógica, assim como a dimensão ambiental da atual crise da civilização se confunde com sua dimensão social. Ou seja, é sim importantíssimo que “todos saibam o que pode acontecer”, numa perspectiva ambiental, sobretudo, mas, antes, “se foi permitido ao homem tantas coisas conhecer”, é ainda mais importante que todas e todos possam criticamente conhecer tais coisas, para pensar e fazer uma reformulação do mundo.

Nas palavras de Paulo Freire: “sem o homem e a mulher o verde não tem cor”⁴. Por isso, a educação ambiental – ou a educação socioambiental, ou simplesmente a educação – deve ser um ato político em busca de transformação do mundo com as pessoas que se põem a dialogar sobre suas questões relevantes, problematizando-as à procura de soluções humanizadoras. Um ato em que cada uma e cada um busca se constituir como pessoa a partir das relações que desenvolve com outras pessoas, de sua geração e de outras gerações e de sua cultura e de outras culturas. Na perspectiva crítica, esse percurso, de educar-se – do qual a escola é um espaço privilegiado –, deve ser caracterizado pelo desenvolvimento contínuo de uma subjetividade crítica, numa busca que se faz e se refaz por meio do diálogo, tendo em vista a construção de uma sociedade mais humanizada. Na verdade, o processo dialógico deve permitir o pensar sobre o próprio projeto de ser humano e de sociedade que queremos e o agir no mundo com o que sabemos e compartilhamos para construção desse ser e dessa sociedade coletivamente sonhados.

O que procuraremos mostrar neste texto é que, para promover a incorporação crítica da dimensão ambiental na educação, nos termos acima delineados, a aprendizagem dialógica, de base freireana e habermasiana, surge como um potente caminho. Para isso, apresentaremos, breve e sinteticamente, as concepções da educação ambiental crítica e da aprendizagem dialógica, com destaques para dois de seus princípios: a inteligência cultural e a criação de sentido. Em seguida, discutiremos a potencialidade desses princípios diante de tal desafio a partir da percepção socioambiental em contexto de comunidades de aprendizagem. Com isso, formularemos uma perspectiva de educação decorrente da confluência entre a aprendizagem dialógica e a educação ambiental crítica, discutindo alguns de seus aspectos e de suas possibilidades.

A concepção de educação ambiental crítica

Faz parte desta briga, por exemplo, lutar pelo verde;

mas estar certo de que, sem homem e mulher

o verde não tem cor.

Paulo Freire⁴

A necessidade de uma adjetivação provisória do termo educação – para educação ambiental – não só se mostrou pertinente como redundou na necessidade de uma segunda adjetivação. A primeira busca garantir a incorporação da dimensão ambiental na abordagem educativa e, por sua vez, a segunda visa demarcar a perspectiva teórica dessa incorporação, sobretudo quanto às concepções de educação, de meio ambiente, de realidade social e de processo de conhecer a realidade.

Essa segunda adjetivação mostra, no caso do contexto brasileiro, um leque amplo de possibilidades, como as indicadas por Layrargues (2004), que resultam em nomes como educação ambiental crítica, ecopedagogia, educação ambiental transformadora, educação ambiental emancipatória, educação no processo de gestão ambiental e alfabetização ecológica. Uma lista ainda mais ampla é indicada pela classificação desenvolvida anteriormente por Sauvé (1997), com base nos contextos europeu e norte americano, da qual destacamos os adjetivos de educação ambiental: naturalista, conservacionista ou recursista, resolutive, sistêmica, científica, humanista, moral ou ética, prática, crítica, feminista e etnográfica.

⁴ Trecho de fala de Paulo Freire proferida na Tenda 6 do Fórum Global Rio 92, na qual se discutiam as perspectivas de atuação da educação ambiental diante da crise ambiental mundialmente reconhecida na década de 1980, reconhecimento que resultara em dois eventos de grande representação internacional que aconteceram, simultaneamente, em julho de 1992 no Rio de Janeiro, sendo um deles o referido fórum, originário dos movimentos sociais, e o outro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, promovido pela Organização das Nações Unidas. Resgatado de vídeo que registrou os trabalhos desenvolvidos na referida tenda, no Aterro do Flamengo, parque da orla central carioca.

Essa polissemia decorre das tantas possibilidades de enfatizar algum ou alguns aspecto(s) do complexo processo de incorporação da dimensão ambiental à abordagem educativa. No entanto, as escolhas por uma ou por outra corrente de educação ambiental entre as acima indicadas podem ser classificadas segundo uma tipologia ideológica, como educação ambiental convencional – representando a ideologia hegemônica – ou como educação ambiental crítica – representando a ideologia contra-hegemônica –, de acordo com Layrargues (2002). Para o autor,

enquanto a educação ambiental convencional concebe a humanidade como deflagrada e vítima da crise ambiental, a educação ambiental crítica identifica sujeitos sociais específicos, com níveis diferenciados, tanto de responsabilidade quanto de exposição aos riscos ambientais, de modo inversamente proporcional.

Enquanto a educação ambiental convencional concebe a problemática ambiental como uma decorrência da falta de conhecimento apropriado do funcionamento dos sistemas ecológicos, diante da constatação da proximidade de alguns dos limites ecossistêmicos serem atingidos, a educação ambiental crítica entende a problemática ambiental como um desdobramento do processo de apropriação privada dos recursos tanto humanos como naturais. (p. 190)

Com isso, a prática pedagógica da educação ambiental convencional, para o autor, centra-se no ensino da ecologia, aproximando-se da educação conservacionista, enquanto a prática pedagógica da educação ambiental crítica centra-se na reflexão sobre o funcionamento dos sistemas sociais, além dos sistemas ecológicos. (p. 190)

Esta compreensão de educação ambiental crítica – compatível também com as de outras autoras e de outros autores, entre os quais destacamos, no contexto brasileiro, Carvalho (2004), Loureiro (2006), Quintas (2004), Guimarães (2003), Avanzi (2004) e Lima (2004) – nos parece consistente com a perspectiva discutida na introdução, em que a educação ambiental deve ser um ato político em busca de transformação do mundo com as pessoas, em processo dialógico em que estas vão desenvolvendo uma subjetividade crítica, com vistas a uma sociedade mais humanizada.

Destacamos ainda que a compreensão de educação ambiental crítica aqui adotada inclui também a perspectiva dialética, na abordagem de temas socioambientais, em busca de conhecer as razões de ser dessas situações concretas que condicionam desigualmente as possibilidades de humanização – para umas classes sociais e para outras – e em busca de identificar relações de poder presentes na realidade e espelhadas na linguagem que vimos usando para interpretar a realidade vivida. Assim, sempre procurando pela palavra verdadeira para compor o diálogo na perspectiva freireana, a linguagem e nossa sintaxe de pensamento para compreender e agir no mundo devem merecer também muita atenção, considerando a dialeticidade que marca a relação consciência-mundo em seus aspectos dinâmicos e contraditórios. FREIRE (2004, p. 96-97)

Nessa perspectiva, por fim, o processo educativo deve ser visto como parte de uma luta pela libertação dos seres humanos em relação à realidade opressora e à “força de imersão das consciências” que ela impõe sobre eles (FREIRE, 2004, p. 38), luta da qual faz parte lutar também “pelo verde; mas estar certo de que, sem homem e mulher o verde não tem cor” 4. Ou seja, um processo que aborda a mudança ambiental por meio da transformação social e que, portanto, tem como centro as relações sociais, onde a questão ambiental é uma das relevantes temáticas da atualidade. Nesse sentido, a aprendizagem dialógica surge como uma abordagem educativa potencializadora da educação ambiental crítica.

A aprendizagem dialógica e os princípios da inteligência cultural e da criação de sentido

A aprendizagem dialógica pode ser entendida como um conceito que descreve uma concepção de aprendizagem centrada nos aspectos relacionais do processo educativo e apoiada na teoria da ação dialógica, de Freire (2004)⁵ – publicada no início da década de 1970 –, e na da ação comunicativa, de Habermas (1987) – publicada no início da década de 1980. O conceito pode ser descrito a partir de seus sete princípios, os quais guardam entre si relações teóricas que os unificam na aprendizagem dialógica, fundamentando e orientando sua prática: diálogo igualitário, inteligência cultural, transformação, dimensão instrumental, criação de sentido, solidariedade e igualdade de diferenças. Aqui citaremos apenas alguns aspectos básicos das teorias de Habermas e de Freire e, em seguida, as formulações dos princípios da inteligência cultural e da criação de sentido, que serão úteis na discussão central do texto.

Da teoria da ação comunicativa, destacamos alguns conceitos que contribuem para a aprendizagem dialógica: a compreensão dual da realidade em sistema e mundo da vida; a coexistência do mundo objetivo com o social e com o subjetivo; a compreensão de que todas as pessoas são capazes de linguagem e ação para buscar o entendimento sobre o mundo, por meio da verdade proposicional (sobre o mundo objetivo), da retitude normativa (no mundo social) e da veracidade expressiva (a partir do mundo subjetivo); a racionalidade instrumental, orientada ao êxito e marcada pela ação teleológica, em oposição à racionalidade comunicativa, orientada ao entendimento e marcada pela ação comunicativa; as ações normativa e dramaturgica que complementam a composição da atuação em sociedade; as pretensões de poder e as pretensões de validade que marcam as manifestações das pessoas; a intersubjetividade como foco; a possibilidade de construção de consenso, substituindo a linguagem perlocutória pela ilocucionária; a perspectiva de que as pessoas podem transpor os limites da racionalidade instrumental e atuar no âmbito da racionalidade comunicativa, conscientizando-se através da interação linguística, não vendo a forte presença da técnica como uma forma de dominação estabelecida, mas como uma forma atual de relação com o mundo. (HABERMAS, 1987).

⁵ Pedagogia do oprimido: sua primeira edição pública saiu nos Estados Unidos da América em 1970. A primeira edição brasileira, do texto original em português, saiu somente em 1975, devido a restrições políticas do regime militar da época. Por conta de sua intensa trajetória ao redor do mundo e dos impactos que causara, a obra é retomada pelo próprio autor em Pedagogia da esperança, publicado originalmente em 1992. (FREIRE, 2005)

Da teoria da ação dialógica, os principais conceitos que dão base à aprendizagem dialógica são: a conquista e a invasão cultural em oposição à co-laboração e à síntese cultural; o diálogo, que se desenvolve pela palavra verdadeira, que é trabalho e práxis e que deve ser dita com os outros e não para os outros; o amor pela vida e pelos seres humanos, que é criador e libertador; a humildade diante da complexidade da realidade (sobretudo das diferenças entre culturas e entre pessoas de uma mesma cultura) e da incompletude do ser humano, não havendo ignorantes absolutos, nem sábios absolutos, mas mulheres e homens que, em comunhão, buscam saber mais; a fé nos seres humanos, em seu poder de fazer e de refazer, mesmo quando este poder encontra-se prejudicado pela alienação em uma situação concreta; a confiança que se instaura com o exercício amoroso, humilde e cheio de fé do diálogo, decorrente também do testemunho que cada sujeito dá aos outros de suas reais e concretas intenções; a esperança de que, na luta – que não se faz no isolamento, mas na comunicação entre os seres humanos – podemos restaurar a humanidade esmagada pela injustiça; o pensar ingênuo (para o qual importa a adaptação à realidade, agarrando-se ao espaço garantido e eliminando os riscos da temporalidade / associado à curiosidade desarmada) em oposição ao pensar crítico (para o qual importa a permanente transformação da realidade, para a permanente humanização dos seres humanos, temporalizando o espaço / associado à curiosidade epistemológica); a postura crítica que o diálogo implica; a preocupação da curiosidade epistemológica por apreender a razão de ser do objeto que medeia os sujeitos do diálogo; a verdadeira educação que, operando a superação da contradição educador-educandos, se instaura como situação gnosiológica, em que os sujeitos incidem seu ato cognoscente sobre o objeto cognoscível que os mediatiza. (FREIRE, 2004; 2005a)

É com essas bases, comunicativa e dialógica, que se compõe a aprendizagem dialógica, cujas práticas estão marcadas pelo diálogo igualitário, princípio que articula os outros seis (anteriormente referidos) e os integra na ação e na reflexão. Entre esses, passamos a descrever a inteligência cultural e a criação de sentido, tendo por base as elaborações de Flecha (1997) e de Mello (2003).

Entendemos a inteligência cultural como uma habilidade humana. Nesse sentido, todas as pessoas são capazes de participar de um diálogo igualitário, embora cada uma possa melhor demonstrar sua capacidade em determinados ambientes, nos quais tem tido mais experiência em seu dia-a-dia. A inteligência cultural consiste na habilidade de pensar e interagir em diferentes contextos, adaptando os nossos conhecimentos a novos contextos e aprendendo a nos relacionarmos participativamente em outros meios que não aqueles do nosso cotidiano. Nesse sentido, todas as pessoas têm inteligência cultural.

Como referência cognitiva da inteligência cultural, destacam-se na cultura contemporânea a inteligência prática e a acadêmica. Inteligência prática é aquela que propicia aprendizagem, e portanto desempenho, nos contextos de inserção dos sujeitos e inteligência acadêmica se refere ao contexto escolar, onde as aprendizagens são descontextualizadas, além de tratarem de conteúdos e temas voltados a fins não compartilhados ou conhecidos pelos participantes.

Mas o conceito de inteligência cultural é muito mais amplo e tem base relacional que considera outras dimensões, além da cognitiva. Assim, suas principais referências são o diálogo igualitário e a ação comunicativa, que pressupõem uma interação onde diferentes pessoas estabelecem uma relação com meios verbais e não verbais, chegando a entendimentos sobre aspectos cognitivos, éticos, estéticos e afetivos.

As habilidades escolares não são automaticamente aplicáveis em outros contextos e, por sua vez, as habilidades de âmbitos como o do trabalho e o da família não são impossíveis de serem transpostas à sala de aula. Todas as habilidades funcionam em seus próprios contextos e podem ser transpostas a outros em determinadas condições, dialógicas, que favoreçam a inteligência cultural. A construção dessas condições exige a superação dos muros antidialógicos presentes na sociedade contemporânea, entre os quais se destacam os:

culturais: desqualificam a maioria da população como incapaz de comunicar-se com os saberes dominantes. Uma minoria seleta constrói teorias dos déficits para dissuadir o conjunto da sociedade da intenção de tomar em suas mãos o protagonismo cultural.

sociais: excluem muitos grupos da avaliação e produção de conhecimentos avaliáveis. Classismo, sexismo, racismo e edismo encerram determinadas experiências educativas dentro de alguns setores de posição social, gênero, etnia ou idade; fica excluído o resto.

pessoais: afastam muitas pessoas do desfrute da riqueza cultural de seu entorno. As histórias de vida de muitas pessoas e, principalmente, como relatam a si mesmas essas histórias geram autoexclusão de muitas práticas formativas. (FLECHA, 1997, p. 24)

Nas condições que estão dadas destacam-se as tecnologias informacionais, que ampliam e aceleram os processos de comunicação, mas também separam as visões de mundo das pessoas, e os sistemas educativos, que têm facilitado o acesso a uma mínima cultura universal, mas também têm desqualificado como incultas tantas pessoas e têm criado o estereótipo de falta de capacidade dessas.

Adiciona-se a esse contexto, a substituição de ambientes comunitários por sistemas na sociedade que vimos construindo a partir do capitalismo industrial. Os sistemas burocráticos foram colonizando, nos últimos séculos, o mundo do trabalho, o político, o social e o espiritual. Mais recentemente, os sistemas informacionais têm tratado de controlar todas as vertentes de nosso ser, incluindo os aspectos mais íntimos. Os meios dinheiro e poder dirigem esta ofensiva que ameaça converter a vida em um mais produto da evolução técnica. Essas condições, que ainda estão marcadas por um ritmo acelerado de mudanças impactantes do dia-a-dia, têm provocado muita perda de sentido nas pessoas para conduzirem suas próprias vidas.

A participação proposta pela aprendizagem dialógica surge como um importante instrumento para a criação de sentido na perspectiva do diálogo igualitário. Entende-se que não são os meios que criam os significados, mas as pessoas que criam os meios e os significados, atribuindo sentido a ambos em suas existências. Foram as pessoas em suas interações que criaram a linguagem e que protagonizaram a passagem do gesto animal ao símbolo humano e à fala.

Assim, a criação de sentido pode se dar pelas pessoas e pelo grupo, no diálogo igualitário, em que cada pessoa pode examinar as possibilidades, refletir criticamente sobre elas e fazer suas escolhas. Todas as pessoas podem sonhar, sentir e dar sentido à sua existência. As contribuições de cada uma são únicas e não podem ser perdidas no processo interativo. Nesse contexto, experiências envolvendo grupos multiculturais em torno de leitura de clássicos da literatura universal – tertúlias literárias dialógicas – têm mostrado a possibilidade de construção coletiva de sentido e a importância da inteligência cultural nesse processo.

No mundo contemporâneo, sistemas burocráticos e informacionais, bem como corporações profissionais, desenvolvem estratégias linguísticas marginalizadoras destinadas a manter seu poder sobre as comunidades. O campo do consumo surge como profícuo espaço para atuação dos setores produtivo e comercial, em processo que tem se acentuado nas últimas décadas, sob a regência da lógica do lucro e da acumulação de capital, com apoio do desenvolvimento da técnica. Por ser uma atividade que está presente no dia-a-dia de todas as pessoas, o consumo se apresenta como um campo importante para reflexão sobre o sentido que cada uma e cada um dá àquilo que consome.

No entanto, refletir sobre a questão do consumo e sobre os sentidos que a ele se dá, requer especial atenção e, nas perspectivas aqui consideradas, por um lado, torna-se um desafio, considerando-se as complexidades do tema e da realidade social em geral, mas, por outro lado, apresenta-se como um caminho para a aliança entre a aprendizagem dialógica e a educação ambiental crítica.

Confluência entre aprendizagem dialógica e educação ambiental crítica

Mais precisamente, a questão do consumo apresenta-se como uma possível porta de entrada para a incorporação da questão ambiental em geral no processo educativo. Uma escolha temática que deve ser de grande interesse para as crianças e para os adolescentes do ensino fundamental, bem como para os seus familiares, uma vez que, de um modo ou de outro, o consumo está presente no cotidiano de cada uma e de cada um. No entanto, para que a incorporação seja crítica implica, entre outros aspectos, problematizar a temática em suas dimensões sociais e ambientais, discutindo suas ambigüidades e suas contradições.

As compatibilidades entre a aprendizagem dialógica e a educação ambiental crítica indicam o potencial da aprendizagem dialógica para essa incorporação crítica. Neste trabalho, nos referimos ao contexto de periferia urbana do entorno de escolas comunidades de aprendizagem de uma cidade de porte médio (220 mil habitantes) da América Latina. Nesse sentido, procuramos realçar as contribuições de Paulo Freire, por terem sido concebidas a partir de experiências e reflexões desenvolvidas em contextos semelhantes a esse. Recortamos para esta discussão, da aprendizagem dialógica, os princípios da inteligência cultural e da criação de sentido e, da questão ambiental, a temática do consumo com ênfase na publicidade.

Esse enquadramento da discussão sugere uma nova sintaxe para o delineamento dessa perspectiva híbrida que ora apresentamos para superação do desafio que está posto. Em meio à polissemia listada na seção a concepção de educação ambiental crítica, devemos formular, para dar conta das pretensões aqui indicadas, mais um nome para o exercício da educação ambiental. Propomos a educação ambiental crítico-dialógica. É evidente que os três adjetivos (ambiental, crítica e dialógica) são provisórios e que somente se justificam em função de importantes e persistentes limitações no exercício da educação (substantivo que buscam qualificar). Por sua vez, a concepção de educação ambiental crítica aqui apresentada já incorpora a dialogicidade freireana; a sua explicitação (crítico-dialógica), no entanto, visa demarcar a importância processual da abordagem, que deve centrar-se nos aspectos relacionais do processo educativo – na perspectiva freireana –, importância esta que não tem sido devidamente considerada nas reflexões e nas práticas de educação ambiental. Por outro lado, a expressão crítico-dialógica indica também uma contraposição à educação ambiental convencional, na tipologia ideológica.

A educação ambiental crítico-dialógica surge, então, como uma decorrência da aliança entre a perspectiva da aprendizagem dialógica e da educação ambiental crítica, ambas descritas anteriormente. No marco teórico dessa confluência, passaremos a analisar a questão do consumo tendo também como referência o projeto de extensão “Comunidades de aprendizagem”, conduzido há alguns anos pelo Niase – descrito na introdução – e o projeto de pesquisa “Comunidades de aprendizagem: aposta na qualidade da aprendizagem, na igualdade de diferenças e na democratização da gestão da escola” (com financiamento Fapesp e CNPq), com o objetivo, no período de 2007 a 2009, de melhor conhecer as alterações vividas nas três instituições e a percepção que a comunidade escolar e a de seu entorno têm do processo, no que se refere à melhoria da qualidade da aprendizagem e das relações entre diferentes sujeitos. Um dos eixos da pesquisa busca compreender a influência da publicidade no consumo de produtos e serviços, visando refletir sobre implicações social e ambiental da atividade de consumo, no contexto das populações de periferia urbana, e suas relações com o aprendizado daquelas crianças. Como os resultados obtidos estão no momento em fase de sistematização e de interpretação (que na metodologia comunicativa crítica adotada deve ser feita também em conjunto com a comunidade e a escola), a discussão que se segue é de natureza teórica.

Trabalhos de pesquisa sobre consumo nesses contextos devem sempre incluir uma caracterização mais geral da população em estudo quanto a suas condições socioeconômicas, culturais e de trabalho, cujos conhecimentos deverão orientar as análises sobre aspectos do campo do consumo. Partindo-se do que é conhecido sobre a periferia urbana da América Latina, particularmente de São Carlos-SP, é provável que esses dados mais gerais venham indicar que a tese de Canclini (2005), de que “alguns consumidores querem ser cidadãos”(p. 72), não pode ser aplicada a esses contextos, uma vez que muitas pessoas buscam por uma inserção social pela via do consumo em seus aspectos simbólicos, enquanto outras buscam ainda por atender necessidades mais básicas de sobrevivência, sobretudo pelo consumo de alimentos e de serviços de saúde. Ambas essas buscas, por sobreviver e por se emancipar/inserir socialmente, são absolutamente legítimas e se desdobram em lutas diárias, nas quais as pessoas atribuem sentido a suas ações, o que não pode deixar de ser considerado nas pesquisas.

A centralidade que o campo do consumo passou a ocupar nas últimas décadas, no sentido de superação da crise socioambiental, surge como facilitadora do trabalho educativo problematizador do aprendizado relevante. Nas décadas anteriores à de 1970, quando o foco do discurso ambientalista recaía sobre o campo da produção de bens e serviços, a noção de responsabilização e a busca por soluções estavam mais afastadas do âmbito da vida cotidiana das pessoas, uma vez que incidiam principalmente no desenvolvimento de processos produtivos e de produtos e serviços menos impactantes socioambientalmente. O consumo, que tem se tornado cada vez mais relevante na vida das pessoas, hoje tem merecido sua atenção de acordo com vários fatores, como a condição socioeconômica, o espaço de convivência e os valores culturais preponderantes, com destaque, de um lado, para a noção de responsabilidade socioambiental, que inclui conhecimento a respeito da crise por que passa a humanidade no momento e do papel de cada uma e cada um na busca de sua superação.

Por outro lado, mais do que senso de responsabilidade e conhecimento básico a respeito da natureza da crise e dos nossos papéis desempenhados em suas causas e na busca por soluções que apontem para sua superação, é preciso considerar que as ações, sobretudo ações de transformação, implicam também condições mínimas para agir. Em duas palavras: além de saber é preciso poder. Nesse sentido, a depender da condição socioeconômica, do espaço de convivência e dos valores culturais, como vimos, os movimentos das pessoas podem, legitimamente, indicar uma tendência de aumento de impacto ambiental pelo aumento de consumo. E essa seria uma ação transformadora, o que evidencia a complexidade da abordagem dessa temática em contextos de classes populares, onde coexistem as necessidades urgentes de superação de desigualdades sociais e de minimização de impactos ambientais. Como essas duas demandas nem sempre são congruentes, torna-se um grande desafio a abordagem da questão socioambiental, particularmente os aspectos relacionados ao campo do consumo.

Há na literatura uma grande produção a respeito do consumo quanto a seus aspectos sociológicos e antropológicos, descrevendo o consumo como uma atividade cultural. Para tentar desatar o nó da referida incongruência, iniciemos por atentar para a constituição dessa atividade cultural. Podemos analisá-la a partir de três dimensões: sociocultural, político-ideológica e ético-ambiental, as quais estão imbricada e simultaneamente presentes nas atividades humanas, embora em certos casos uma ou outra possa estar, intencionalmente ou não, pouco perceptível, sobretudo aos próprios personagens.

Consumir é uma atividade ontológica não somente do ser humano, mas de qualquer ser vivo. Em nosso caso, no entanto, o consumo na sociedade moderna vem sendo recriado para além das necessidades primárias de sobrevivência, permitindo, por meio de elaborações simbólicas próprias do desenvolvimento cultural, a atribuição de novos significados aos produtos e serviços consumidos, conferindo-lhes sentidos conectados com a busca de identidade, como o sentimento de pertencimento a determinado grupo e com a necessidade de diferenciação, seja pela recusa ou pela ostentação de determinados símbolos (ou signos, sinais, significados) que são culturalmente associados a certos objetos, serviços, jeitos de ser e jeitos de parecer. Com isso, construímos o que podemos chamar de sociedade de consumo culturalista (PORTILHO, 2005; LOGAREZZI, 2006).

Portanto, essas atividades de consumo são, em princípio, legítimas e humanizadoras. Acontece que, hoje, poucas são as culturas que produzem seus alimentos e seus objetos culturais para a vida em sociedade sem impactar negativamente o meio biofísico em que vivem – por meio da exploração da natureza pelos seres humanos – e, ainda, impactar negativamente a própria sociedade – por meio da exploração dos próprios seres humanos nas relações de produção. Com isso, se a atividade humana na sociedade capitalista, sobretudo neste final/início de século, tem produzido, por um lado, condições societárias capazes de favorecer o processo cultural em que o ser humano transforma o suporte em mundo e a vida em existência⁶, por outro lado, tem também gerado efeitos colaterais que merecem consideração, no mínimo, pelas proporções que assume atualmente a crise socioambiental.

Desses efeitos, aqui chamados colaterais, nem todos são inevitáveis e indesejados. Podemos identificar no processo de produção capitalista, que marca a ideologia dominante no planeta, a contradição capital-trabalho, que resulta na exploração de uma ampla parcela da população, exploração que vem se mantendo por séculos, graças às intervenções ideológicas preventivas e corretivas para a preservação do sistema e para o seu desenvolvimento integral, o que implica o contínuo acirramento das perversidades que compõem sua lógica interna.

Diferentemente desses, há efeitos colaterais que são indesejados e, em muitos casos, parcialmente evitáveis, como é o caso das decorrências marginais dos processos produtivos, como emissão de poluentes, por exemplo. Essa negatividade é inerente ao processo de produção, constituindo-se numa limitação da técnica, limitação que a racionalidade até agora não tem

⁶ Conceitos elaborados por Freire (2004, p. 88-91).

conseguido superar, apesar da profecia cartesiana de que nos tornaríamos (ou nos tornaremos) os senhores da natureza pelo uso teleológico da razão. E essa situação implica, portanto, na contradição capital-ambiente, marcada sobretudo pela incompatibilidade entre a necessidade de crescimento das taxas de produção própria do capitalismo e a finitude da biosfera do único planeta que dispomos para produzir e viver. Os exoplanetas começam agora a ser descobertos a milhões de anos luz da terra e a sobrevivência dos astronautas, fora da terra, começa a ter urina e suor reciclados para produção de água potável. Considerando esse estágio atual do desenvolvimento técnico para a vida humana fora da terra, as limitações da nossa biosfera devem ser consideradas como uma referência para a avaliação ética de nossos impactos sobre a natureza terrestre.

A contradição capital-ambiente é tão importante como a capital-trabalho, sendo que a primeira implica os aspectos ambientais da crise e a segunda os seus aspectos sociais. Mas nada disso deve ser lembrado no dia-a-dia de quem quer que seja, para que as relações de dominação, sobre a natureza e sobre os seres humanos, continuem a acontecer, privilegiando uns em detrimento de outros. Por isso, as intervenções ideológicas das classes dominantes abordam ambas as contradições, na perspectiva de despistá-las do pensamento das pessoas, sobretudo aquelas das classes exploradas, pois são duplamente penalizadas: sofrem pelas desigualdades sociais decorrentes da contradição capital-trabalho e sofrem pela condição de alta vulnerabilidade em que se encontram em relação aos riscos ambientais a que todos estamos expostos.

Com isso tudo ficam evidentes a importância e a presença simultânea das dimensões sociocultural, político-ideológica e ético-ambiental na atividade humana da atual sociedade de consumo – tal como emergiu no século XVIII e vem se constituindo, nos séculos seguintes, sob a égide do capitalismo industrial, da sociedade de massa e do mundo virtual da informação (QUESSADA, 2003; PORTILHO, 2005). Passamos a analisar agora uma das principais intervenções ideológicas que atua para despistar ambos os aspectos da crise acima apontados: a publicidade.

Consumo, em princípio, como descrito anteriormente, é uma atividade cultural. Com o quadro acima descrito, que caracteriza a ideologia dominante na contemporaneidade, instala-se, alarga-se e aprofunda-se a ideologia do consumismo. A designação “ideologia do consumismo”, ao invés de “cultura do consumismo”, busca refletir o caráter desumanizador que marca essas atividades, ao envolverem sobretudo a busca por manutenção de relações de poder. Nesse contexto, a publicidade e outros esquemas promocionais visam nos prender à superfície dos processos culturais, despistando os impactos sociais e ambientais negativos implicados no consumo exercido nos moldes da ideologia dominante. Com isso, a promoção dos excessos (valorização da obsolescência, da descartabilidade, do desperdício etc.), da superficialização, da homogeneização, da banalização, enfim da coisificação da vida, atua em favor dos que detêm o poder do capital, procurando confundir as pessoas em seus papéis de cidadã ou cidadão e de consumidora ou consumidor, potencializando esse último em detrimento do primeiro.

As taxas de crescimento e de urbanização da população mundial não satisfazem as pretensões de ritmo de expansão do capital, o que demanda um aumento médio de consumo per capita. Assim, as estratégias ardilosas da publicidade, ao potencializarem o consumidor na lógica da reprodução do capital, promovem condições despolitizantes e massificadoras, sobrevalorizando o espaço privado em relação ao espaço público. Uma das conseqüências dessa atuação que importam diretamente para o contexto a que se refere este artigo é a padronização de referência cultural que as peças publicitárias promovem ao invadirem o cotidiano das pessoas, no lar, na escola, no trabalho, na rua, onde quer que seja, cada vez mais licenciosamente. O maior agravante é o fato de essas peças basearem-se em uma única referência cultural e serem endereçadas a pessoas de uma imensa diversidade cultural, particularmente no Brasil, impondo-se assim os valores da ideologia dominante, entre os quais se encontra a afirmação de uma única cultura como sendo superior a todas as outras.

Por exemplo, embora a sociedade brasileira seja composta por cerca de metade de negras e negros em sua população, é muito raro que uma negra ou um negro apareça em uma peça publicitária. Como essas peças são tantas e tão presentes, inclusive reincidentemente, acabam por compor o quadro de referência cultural das pessoas e, desse modo, a reforçar o racismo. Pode-se argumentar que a publicidade apenas está espelhando o racismo que há inegavelmente na nossa sociedade. Exatamente por isso ela é ideológica, assim como é ideológico o papel da própria escola de reproduzir a sociedade tal qual ela é ou, a rigor, tal qual ela está ⁷.

Para ser legitimamente cultural, é preciso se contrapor a essa aparente neutralidade, que se converte em instrumento tático da reprodução da ideologia. Somente assim, por meio de ações realmente humanizadoras, experienciadas com base no diálogo, que implica transparência nas ações e construção coletiva de sentido, a legítima cultura é construída. Apesar disso, a invasão publicitária no cotidiano é legal e sua legitimidade está longe de ser questionada!

Isto torna muito relevante o papel da discussão dessa temática em comunidades de aprendizagem, no contexto da escola e no da sua comunidade de entorno. O exercício aí, com essas pessoas, de uma educação ambiental crítico-dialógica, como anteriormente descrita, apresenta-nos alguns desafios que devem ser perseguidos. Ações extensionistas e atividades de pesquisa devem ser conduzidas sobretudo com base no diálogo igualitário, princípio central da aprendizagem dialógica que, necessariamente implica a inteligência cultural e a criação de sentido.

Assim, se as pessoas da academia têm certos conhecimentos teóricos, como os acima discutidos a respeito da temática em questão, elas não têm os conhecimentos atinentes a como aquelas pessoas da periferia percebem o mundo, particularmente, por exemplo, em relação à invasão publicitária em seu cotidiano e as implicações sobre suas atividades de

⁷ Vale lembrar que, se a natureza da publicidade é indiscutivelmente ideológica (por definição), este não é o caso da natureza da escola, cujo papel cabe à sociedade discutir e questionar. (LOGAREZZI, 2004)

consumo. O trabalho acadêmico não pode constituir-se em mais uma invasão, ainda que esta seja pretensamente cultural, no espaço de vida daquelas pessoas.

Dai a importância da inteligência cultural, pela qual se entende que aquelas pessoas, de um lado, têm o conhecimento empírico de interesse acadêmico e, de outro, têm capacidade de dialogar com as pessoas da academia na interpretação de seus próprios conhecimentos e, assim, refletir sobre questões cuja problematização permita a criação de novos sentidos para suas vidas. Por sua vez, as pessoas acadêmicas, além de aprenderem os conhecimentos empíricos aportados e discutidos no processo, poderão desenvolver, com o exercício da inteligência cultural, sua capacidade de interação social, com a qual poderão refletir coletivamente sobre novos sentidos para suas vidas. Assim, a inteligência cultural é importante para ambos os interlocutores, na reflexão da realidade descrita pelos conhecimentos populares à luz dos conhecimentos teóricos aportados pelas pessoas acadêmicas, uma reflexão dialógica e crítica que deve propiciar criação coletiva de sentido.

Com isso, a médio prazo, se as interações seguem a orientação do diálogo igualitário e se as discussões coletivas perseguem a problematização crítica das questões temáticas, o processo deve caminhar para um importante enriquecimento das participações de acadêmicos e de não-acadêmicos, melhorando a comunicação e portanto a capacidade de reflexão coletiva a respeito do mundo que mediatiza a relação. Essa evolução decorre da seqüência de interações dialógicas em que se comunicam uma linguagem marcada predominantemente pela inteligência prática e outra pela inteligência acadêmica, sempre com vistas à coordenação de ações transformadoras.

Com esse processo, todas as pessoas ampliam seu leque de sintaxe de pensamento e de compreensão do mundo. Na verdade, não se trata de um enriquecimento linear restrito às áreas cognitivas. O exercício do diálogo igualitário, seguida rigorosamente a aprendizagem dialógica, representa sobretudo uma mudança de grande impacto para a vida das pessoas, acadêmicas e não-acadêmicas, que abrange o corpo todo do indivíduo e todo seu contexto de relações sociais, uma vez que surgem novos sentidos, a começar pela mudança de postura diante da vida que implica o exercício do diálogo na perspectiva freireana.

Nessa perspectiva, as pessoas recusam a noção fatalista da trajetória humana, assumindo francamente sua condição de ser incompleto capaz de linguagem e ação para permanentemente buscar, nas relações com outras pessoas – inclusive de outras culturas e de outras gerações –, constituir-se como ser humano. Quando se diz que esses processos são legitimamente culturais e portanto humanizadores, refere-se à ações transformadoras que apontam para a superação das desigualdades sociais, questionando a situação de dominação a que muitas pessoas estão submetidas e tendo, assim, comprometidas suas possibilidades humanas ontológicas.

E é na educação que pode emergir esse despertar para uma nova postura, conscientizando-se da própria inconclusão e da inconclusão da humanidade. Mais que emergir, é também na educação que esse processo dinâmico permanece em desenvolvimento, pois “a educação se re-faz constantemente na práxis. Para ser tem que estar sendo.” (FREIRE, 2004, p. 73, grifos do autor). Assim, “a educação é um quefazer permanente [...], na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade.” (idem). Tal educação, que é parte da realidade, pode se dar a qualquer tempo e em qualquer espaço da vida. Particularmente no espaço de comunidades de aprendizagem, onde as interações interculturais e intergeracionais são potencializadas, essa educação é favorecida.

Um dos principais fatores que favorecem essa educação, na perspectiva freireana, é a presença da diferença. O diálogo entre docentes e estudantes, entre pessoas acadêmicas e não-acadêmicas, entre adultos e crianças, entre pessoas negras e brancas, entre pessoas da zona urbana e da zona rural e entre pessoas da classe popular e da classe média não os torna iguais, mas marca a relação democrática entre eles ou elas. “Não penso autenticamente se os outros também não pensam. Simplesmente, não posso pensar pelos outros nem para os outros nem sem os outros.” (ibidem, p. 117). Ou seja, não há um “penso” que não seja precedido por um “pensamos”. No entanto, o diálogo não nivela, não reduz um ao outro. “Os sujeitos dialógicos não apenas conservam sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro” (ibidem, p. 118), em meio a um clima de respeito mútuo e de radicalização democrática da relação, rompendo com o autoritarismo e com a licenciosidade que caracterizam as relações interpessoais na ideologia dominante.

Por isso, para desatar o referido nó da incongruência entre os problemas sociais e os ambientais que coexistem em contextos de classes populares, como na pesquisa de referência deste artigo, apostamos na educação ambiental crítico-dialógica. Uma educação que, em busca da mudança ambiental, prioriza a transformação social, entendendo que é no bojo desta última que deve ser buscada a primeira, a partir dos sujeitos do contexto estudado, que fazem parte da realidade em foco a ser compreendida e transformada como decorrência de um permanente processo de interações dialógicas que discutem criticamente as questões relevantes, entre elas as ambientais e entre essas o consumo, que, por sua vez, inclui a presença da publicidade no cotidiano.

Uma educação, portanto, que se encontra na confluência entre a aprendizagem dialógica e a educação ambiental crítica e que, por meio do diálogo – na concepção freireana –, com destaque para os princípios da inteligência cultural e da criação de sentido, pretende promover a transformação da realidade a partir da assunção de uma nova postura diante da vida por parte dos sujeitos implicados. Uma postura que, de um lado, reconhece nossa incompletude e nossa susceptibilidade às ações ardilosas da ideologia dominante que visam manter as condições de dominação, particularmente as ações da publicidade, mas, de outro lado, reconhece também nossa capacidade de fazer escolhas mesmo independentemente de mudanças estruturais, uma capacidade não somente de se opor à aceitação da realidade como dada, mas, mais que isso, de oferecer resistência à pretensão de manipulação de nossas consciências por parte do sistema. E, como diz Freire (2005b),

é exatamente neste ponto que se coloca a importância fundamental da educação enquanto ato de conhecimento, não só de conteúdos mas da razão de ser dos fatos econômicos, sociais, políticos, ideológicos, históricos, que explicam o maior ou menor grau de 'interdição do corpo' consciente, a que estejamos submetidos. (p. 102)

Em outras palavras, reconhecermo-nos como seres condicionados pelas estruturas, mas não por elas determinados. Ou, ainda, não é nossa consciência que faz a realidade, mas tampouco é ela puro reflexo desta. Por isso, a esperança, que é também constituinte do diálogo, de que essa busca ontológica por ser mais, que inclui a luta por melhores condições sociais e ambientais, pode e deve se dar em processos educativos, encaminhados por uma perspectiva crítico-dialógica em que as pessoas assumem, já e desde seus espaços cotidianos, a condução de suas próprias vidas e a vocação de fazer história, mas como um sujeito ativo desta história.

Referências bibliográficas

- Canclini, N. G. (2005). Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Carvalho, I. C. M. (2004). Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez.
- Flecha, R. (1997). Compartiendo palabras: el aprendizaje de las personas adultas a través del diálogo. Barcelona: Paidós.
- Freire, P. (2004). Pedagogia do oprimido. 38ª ed. São Paulo: Paz e Terra (primeiramente publicado em inglês em 1970; versão original em português publicada em 1975).
- Freire, P. (2005a). À sombra desta mangueira. 7ª ed. São Paulo: Olho d'Água, 2005.
- Freire, P. (2005a). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- Freire, P. (2005b). Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- Guimarães, M. (2003). A dimensão ambiental na educação. 5ª ed. Campinas: Papyrus (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).
- Habermas, J. (1987). Teoría de la Acción Comunicativa, I: Racionalidad de la acción y racionalización social; II : Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus (publicado originalmente em 1981).
- Layrargues, P. P. (coord.) (2004). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Layrargues, P. P. (2002). A crise ambiental e suas implicações na educação. In: Quintas, J. S. (org.). Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente. Brasília: Ibama. pp. 161-198.
- Logarezzi, A. (2004) A publicidade e o papel da escola como contraponto à cultura do consumismo. Anais do II World Environmental Education Congress. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Logarezzi, A. (2006). Educação ambiental em resíduo: o foco da abordagem. In: Cinquetti, H.C.S. & Logarezzi, A. (orgs.). Consumo e resíduo: fundamentos para o trabalho educativo. São Carlos: Edufscar. pp. 119-144.
- Loureiro, C. F. B. (2006). Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: Loureiro, C. F. B., Layrargues, P. P. & Castro, R. S. (orgs.). Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez.
- Mello, R. R. (2003). Aprendizagem dialógica: base para a alfabetização e para a participação. In: Anais do XIV Congresso de Leitura do Brasil. Campinas: Unicamp.
- Padilha, V. (2006). Shopping center: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo.
- Portilho, F. (2005). Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. São Paulo: Cortez.
- Quessada, D. (2003). O poder da publicidade na sociedade consumida pelas marcas: Como a globalização impõe produtos, sonhos e ilusões. São Paulo: Futura.
- Sauvé, L. (1997). Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa. Revista Educação Pública, 6(10), 72-102.

O bairro do moinho, Nazaré paulista, São Paulo, Brasil: algumas considerações socio-ambientais sobre riscos e saúde da comunidade

Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa¹

João Luiz de Moraes Höeffel²

Anderson dos Santos³

¹ Doutora em Ciências Sociais, Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais Docente do Doutorado Ambiente & Sociedade, NEPAM-IFCH-UNICAMP. socal@unicamp.br

² Doutor em Ciências Sociais, Pesquisador e Docente do Centro de Estudos Ambientais – Sociedades e Naturezas – USF. JoaoLuiz@saofrancisco.edu.br

³ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Planejamento de Sistemas Energéticos, FEM-UNICAMP, bolsista CAPES. psicoander@hotmail.com

Resumo: Neste artigo, que faz parte de pesquisa que vem sendo desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), denominada Qualidade de vida e complexidade social na APA Cantareira, SP: um estudo sobre degradação socioambiental e subjetividade (06/60366-5), apresenta-se algumas considerações socioambientais sobre a comunidade do Moinho, bairro rural do município de Nazaré Paulista, São Paulo, Brasil, levando em conta as profundas transformações por que tem passado a região nas últimas três décadas, e que tem um significado especial para essa comunidade rural, com a expressiva transformação do cenário regional e das mudanças em sua qualidade de vida, em função da construção pelo estado de São Paulo, de um grande projeto de captação de água da região para o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo (Sistema Cantareira) e a ampliação de duas rodovias que cortam os sete municípios paulistas que compõem essa Área de Proteção Ambiental, Rodovias D. Pedro I e Fernão Dias. O que se tem observado é que as condições de vida foram alteradas, através da mudança do sistema produtivo com implicações na saúde e na maneira como os moradores se organizam para a sobrevivência. Simultaneamente nota-se inúmeros riscos que estão sendo impostos à comunidade, tais como o precário saneamento ambiental do bairro, novas práticas produtivas, como é o caso da utilização do carvão vegetal que expõe os trabalhadores à fumaça dos fornos das carvoarias, e a constituição de novas demandas na área da saúde, como internações hospitalares por transtornos mentais e comportamentais, associados a dificuldade do sistema de saúde pública oferecer respostas efetivas para os inúmeros problemas de saúde que a comunidade enfrenta.

Palavras-chaves: Risco; saúde; carvão vegetal; contaminação e degradação ambiental; saúde mental; APA do Sistema Cantareira

I - Introdução

A deterioração dos ecossistemas, a heterogeneidade dos problemas de saúde, o crescimento desordenado das cidades, as mudanças dos sistemas produtivos, são exemplos de situações onde a crescente complexidade social demanda novas formas de enfrentamento científico e tecnológico, em que pese propiciar-nos uma melhora na qualidade de vida (Buttel, 2000). Isto porque a modernidade produziu e vem produzindo, ainda hoje, modos de vida desvinculados dos tipos tradicionais de ordem social de modo jamais visto, seja na forma, alterando substantivamente o cotidiano ao infiltrar-se na existência de modo íntimo ou, na dimensão, relacionado às possibilidades de expandir a interconexão social planetária (Barbosa, 1996).

O último século foi marcado notadamente pelo processo de urbanização, pela expansão da produção industrial (Hogan, 2000) e intensificação dos modos de geração e consumo de energia. A descoberta de um vetor energético como a eletricidade e a invenção das máquinas elétricas no século XIX, juntamente com a introdução dos veículos automotores (Silva, 2003), colocaram as bases para a introdução da moderna sociedade, que além do consumo, é também caracterizada por uma intensidade energética nunca vista na história da humanidade. Ainda, a história do consumo mundial de energia, baseada em combustíveis fósseis, tem conduzido a humanidade para uma matriz energética insegura, de alto custo e, sobretudo, bastante negativa do ponto de vista socioambiental. A produção de ozônio na troposfera, a acidificação e as mudanças climáticas são alguns dos problemas associados às atividades energéticas, sendo ainda possível acrescentar outros problemas referentes ao esgotamento dos recursos naturais, à segurança do suprimento energético e ao dispêndio de recursos econômicos por parte dos países pobres em fontes de energia primária.

De acordo com Giddens, estas mesmas transformações têm acontecido em tão curto espaço de tempo de modo a não existir, na história, momento semelhante capaz de fornecer bases para entendimento dessas questões. Principalmente em relação às discontinuidades que, segundo o mesmo autor, respondem pelo ritmo, escopo da mudança e natureza intrínseca das instituições modernas, (Giddens, 1991). Ou seja, as transformações pelas quais passam as sociedades capitalistas, urbanas e rurais, possuem interface com questões ligadas à organização do trabalho, hábitos de consumo, configurações políticas, poderes e práticas institucionais do Estado (Barbosa, 1996).

No entanto, o meio ambiente sempre é tratado como um bem público, porém possuindo utilização privada (Chemin, 2004), o que faz com que seja necessário buscar instrumentos para incorporar a questão ambiental ao mercado produtor e consumidor de matéria-prima, de modo que se consiga equacionar o problema da escassez dos recursos naturais e da melhoria da qualidade de vida e bem-estar. Sem prejuízo para o processo produtivo, a preocupação maior passa a ser então a internalização das “externalidades” ambientais.

A externalidade é um importante conceito econômico utilizado para entendermos como a economia e a formação de preços frequentemente deixam de incorporar os impactos sociais, ambientais e sanitários conseqüentes das atividades produtivas que geram produtos e serviços. Ou seja, as externalidades existem quando o bem-estar de um indivíduo e a composição ambiental são afetados, não só pelas suas atividades de consumo como também pelas atividades de outros indivíduos.

Desta forma, a “competição” entre agentes econômicos (e entre países e regiões num plano comercial mais global) por melhores preços oferecidos ao “mercado”, longe de otimizar o funcionamento da economia, pode se constituir num dos maiores entraves para a sustentabilidade, pois externaliza diversos custos sociais, ambientais e sanitários que permanecem ocultos nos preços das mercadorias e terminam por serem socializados. Desmatamentos florestais provocados com intuito de implantar sistemas produtivos agrícolas, contaminação de leitos de rios e deposição de resíduos urbanos nos solos,

⁴ Bolsista TT I NEPAM- FAPESP. mary_bianchi04@yahoo.com.br

contaminação de trabalhadores e consumidores, além das doenças ocupacionais e mortalidade – frequentemente invisíveis no conjunto das estatísticas de saúde - acabam sendo, coletivamente absorvidas pela sociedade e pelos sistemas públicos previdenciários e de saúde.

Situação bastante semelhante é encontrada na região que compreende a Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira (APA Cantareira, SP), onde os processos de transformações socioambientais acentuam problemas típicos de regiões rurais próximas a grande centros urbanos e evidencia-se condições de risco e vulnerabilidade das populações residentes nessas áreas. Toda região é caracterizada essencialmente pela notória beleza paisagística e potencial hídrico de seus mananciais. Ainda assim, essa mesma região vem passando por períodos históricos de atividades econômicas, a ponto de provocar profundas transformações em sua paisagem, determinando, por sua vez, diversas alterações ambientais e mudanças regionais, dando origem a uma nova configuração urbana e rural (Hoeffel & Fadini, 2006; Fadini & Hoeffel, 2008). Logo, discutir o padrão de consumo praticado pelas sociedades na modernidade e alta modernidade é pauta de qualquer debate sobre o modelo de desenvolvimento que, por sua vez, necessita estar amparado por uma economia sólida onde as políticas públicas possam ser mais eficientes a ponto de mitigar a pressão sobre a biodiversidade do planeta, como no caso da APA Cantareira como veremos nos itens seguintes.

II - Caracterização da Região

Localizada entre a porção nordeste do Estado de São Paulo e parte da região sul do Estado de Minas Gerais, a Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira (figura 1) atualmente se caracteriza como um exemplo sólido do processo de transformações socioambientais típicas de regiões rurais, evidenciando as condições de risco e vulnerabilidade de populações residentes nessas áreas (Hoeffel, 2006).



Figura 1: sobreposição das APA's Cantareira e Piracicaba (São Paulo, 2008)

Segundo Barbosa & Hoeffel (2008), alguns desses municípios são considerados casos exemplares de condições socioambientais degradadas, a partir do impacto de um grande empreendimento de captação de recursos hídricos, nos anos de 1970, que alterou as relações de uso e ocupação do solo na região, com implicações diretas sobre a qualidade de vida dos moradores, tornando-as extremamente complexas. Estudos realizados nessa região por Hoeffel (2005; 2006a e 2006b), Fadini et al (2008), Barbosa & Hoeffel (2008) e Rodrigues (1999), evidenciam a fragilidade das políticas públicas em atenção a questões fundamentais do ponto de vista socioambiental, como mudanças nos padrões de uso e ocupação do solo, intensa e desordenada atividade turística, ocasionando à passagem de uma economia auto-suficiente, onde os moradores tinham tudo o que precisavam, para o âmbito da economia capitalista, ou seja, de camponês para agricultor (Hoeffel, 2006 a).

A história recente da região onde está inserida a APA Cantareira, com destaque para os municípios por onde passam as rodovias D. Pedro I e Fernão Dias, tem evidenciado a ocorrência de problemas característicos das grandes cidades, resultando na degradação dos recursos naturais, principalmente em decorrência dos lançamentos de efluentes domésticos e industriais não tratados nos cursos de rios e suas respectivas nascentes. Ainda, a devastação da cobertura vegetal aliada à ocupação desordenada e imprópria de várzeas e cabeceiras de rios tem comprometido áreas de mananciais, especialmente no caso do Rio Atibaia onde resíduos sólidos são despejados de forma inadequada. Isto não ocorre só pelo aumento da concentração de resíduos industriais poluentes, de fontes variadas, mas também pelo aumento populacional decorrente do incremento das atividades industriais (Cortes, 1997; Hogan & Carmo, 2001) e emissão veicular (Gouveia, 2006).

O setor de olarias, onde se produz tijolos e telhas utilizando a argila como matéria-prima, se caracteriza enquanto atividade produtiva e intensa em alguns municípios da APA Cantareira. A característica principal das olarias na região é a

utilização de madeira como insumo energético para funcionamento dos fornos onde são queimadas as peças (telhas e tijolos), principalmente de reflorestamentos de agricultura de base familiar que ocupam áreas onde a vegetação original Mata Atlântica fora derrubada com a mesma finalidade.

A produção de carvão vegetal é outro exemplo de atividade produtiva na APA Cantareira onde as externalidades não são contabilizadas. Utilizando madeira tanto de matas nativas, especialmente remanescentes de Mata Atlântica, e de áreas reflorestadas, sua produção é praticamente em escala familiar, com fornos rudimentares, onde equipamentos capazes de oferecer proteção mínima sequer são utilizados. Nesse sentido, os achados da pesquisa sobre qualidade de vida, e complexidade social na APA Cantareira⁵, revelam aspectos preocupantes em relação à saúde do trabalhador rural na APA Cantareira, SP. Daí a importância de avaliar as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores das carvoarias, uma vez que o Brasil é o maior produtor de carvão vegetal do mundo, com estimativas de 350.000 trabalhadores envolvidos na produção e transporte deste insumo (Kato, 2004).

III – Marco referencial e metodológico

O debate científico em torno da questão ambiental e, mais especificamente, da relação saúde e ambiente, é marcado pela tradicional divisão entre os enfoques oriundos das ciências naturais e da tecnologia, de um lado, e das ciências sociais e humanas, de outro (Benton, 1994). Emerge, neste cenário, o dualismo que existe em pensar-se isoladamente sociedade e natureza como estratégia de resistência ao determinismo biológico, de caráter positivista surgido nos idos do século XIX, abrindo perspectivas ao entendimento do fenômeno humano de forma essencialmente qualitativa, para além de seu destino biológico.

Por se tratar de uma discussão sobre um termo amplamente utilizado na esfera das ciências sociais, com as mais diversas definições, faz-se necessário a apresentação do referencial acerca de qualidade de vida por nós adotado na realização deste e demais trabalhos. O conceito de qualidade de vida, assim, pode contribuir para uma compreensão maior de situações e locais onde são evidentes as transformações socioambientais, não só do ponto de vista ambiental, mas também social, cultural e político.

Para Barbosa, (1996), tais transformações, consideradas a partir dessas quatro categorias analíticas, são expressas através das condições de moradia, das estratégias de sobrevivência, das possibilidades de trabalho, de acesso a bens básicos de existência, como saneamento ambiental, acesso a serviços como educação e saúde, religiosidade e formas de relacionamento com a natureza. Além do estabelecimento de relações sociais e afetivas, primordiais para a manutenção ou instauração de uma qualidade de vida satisfatoriamente possível para os moradores. Tudo o que o projeto de modernidade não tem permitido satisfazer (Barbosa, 1998).

Esta situação social, em âmbito nacional e global como fora apresentada no item anterior, agrava-se com a igualmente onipresente condição ambiental deteriorada. Em todas as escalas, os riscos ambientais e a vulnerabilidade de ecossistemas, ou das pessoas em relação às dinâmicas e conseqüências ambientais, aprofundam-se e/ou promovem a vulnerabilidade social.

De acordo com Marandola Jr & Hogan (2007), multiplicam-se os perigos naturais (enchentes urbanas, deslizamentos, tempestades) e tecnológicos (contaminação dos solos por produtos químicos, acidentes industriais, irradiação), além dos provenientes da própria poluição e degradação, como as ilhas de calor, a inversão térmica, riscos à saúde e riscos à própria vida. Estes invadem não apenas as cidades, mas também as vastas áreas rurais, como os riscos de contaminação por agrotóxicos, de erosão dos solos e aqueles, ainda não exatamente dimensionados, provenientes da aplicação da transgenia. Isso sem esquecer-se das mudanças ambientais globais, que emitem sinais de alerta ainda incertos sobre suas verdadeiras dimensões e conseqüências.

IV – Condições de risco na APA Cantareira

Dados obtidos durante a realização do Diagnóstico Rural Participativo (estratégia de coleta de dados que envolve a comunidade na problematização e reconhecimento da realidade e busca de soluções)⁶ corroboram com a discussão aqui colocada (Barbosa & Höeffel, 2008). O quadro de morbidades presentes na comunidade do bairro do Moinho foram dores freqüentes no corpo, doenças respiratórias, acidentes de trabalho, além de problemas relacionados à visão e audição. Algumas das famílias que participaram da atividade diagnóstica também estão envolvidas na produção de carvão vegetal como insumo energético há bastante tempo e considerando os aspectos relacionados às externalidades ambientais na produção de energias renováveis, os questionamentos que nos orientam são: quais as condições de risco para a saúde presentes no processo de produção artesanal do carvão vegetal? E quais seus possíveis efeitos sobre a saúde dos trabalhadores da Área de Proteção

⁵ Barbosa, S R C S & Höeffel, J L de M. Qualidade de vida e complexidade social na APA Cantareira, SP: um estudo sobre degradação socioambiental e subjetividade (2008). Campinas: Relatório de Pesquisa – FAPESP, n 06/60366-5.

⁶ Barbosa & Höeffel, 2008.

Ambiental do Sistema Cantareira, SP? Estudos cujo objetivo é possibilitar entendimento dessas questões já estão em andamento na região⁷.

A fragilidade na assistência a saúde no meio rural é outra característica marcante da região. Muitos bairros rurais não contam com unidades básicas de saúde, sendo preciso se deslocar até o centro urbano mais próximo, muitas vezes por conta própria. O fato é que em muitos casos a população sequer conhece aspectos básicos de saúde, como prevenção de doenças, e os riscos a que estão expostos.

A revisão da literatura sobre morbidades hospitalares e atividades produtivas no meio rural tem sido fundamental para a compreensão da realidade encontrada na APA Cantareira. Alguns estudos revelaram que a fumaça liberada pelos fornos das carvoarias contém mais de 130 substâncias, sendo 10 delas de Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos⁸ genotóxicos, incluindo o benzo-a-pireno (Pennise, 2001; Poppi & Silva, 2002). Por outro lado, pesquisas da área médica revelaram que os trabalhadores expostos à fumaça dos fornos das carvoarias são acometidos por problemas respiratórios e danos à função pulmonar (Kato, 2005; Tzanakis, 2001). Em estudo divulgado em 2004, foi relatado que testes realizados com a urina de trabalhadores de carvoarias revelaram que estes trabalhadores estão sistematicamente expostos a substâncias genotóxicas presentes na fumaça, aumentando significativamente os riscos de adoecimento por câncer, principalmente, de pulmão (Kato, 2004).

Muitos trabalhos científicos têm destacado que, em queimadas de biomassa, a combustão incompleta resulta na formação de substâncias potencialmente tóxicas, tais como monóxido de carbono, amônia e metano, entre outros, sendo que o material fino, contendo partículas menores ou iguais a 10 micra ($\leq 10\mu$ ou PM10) de partículas inaláveis é o poluente que apresenta maior toxicidade e que tem sido mais estudado. Ele é constituído em seu maior percentual (94%) por partículas finas e ultrafinas, ou seja, partículas que atingem as porções mais profundas do sistema respiratório transpõem a barreira epitelial, atingem o interstício pulmonar e são responsáveis pelo desencadeamento de doenças graves (Arbex & Cançado, 2004; Godoi, 2004). Especialmente no caso da produção de insumos energéticos como cana-de-açúcar e carvão vegetal, onde o processo produtivo ainda se utiliza de mão-de-obra insalubre, a exposição a agentes contaminantes nocivos à saúde humana é constante.

Ainda a esse respeito, tem-se verificado que em alguns estados brasileiros, como Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, a produção de carvão vegetal direcionado à siderurgia tem causado intensa degradação ambiental, exploração ilegal de recursos naturais e graves problemas sociais, envolvendo precárias condições de trabalho, má remuneração e insalubridade (Andrade & Araújo, 2006; Bourscheit, 2006; Homma, 2006; Monteiro, 2006).

A partir do referencial interdisciplinar de outras pesquisas conduzidas por Barbosa & Höeffel (2008), supõem-se que os moradores possam estar apresentando intenso sofrimento psíquico, no caso específico dos municípios da APA Cantareira, como uma forma de lidar com a problemática e as transformações socioambientais presentes em seu cotidiano, que tornou suas vidas extremamente complexas e suas subjetividades fragmentadas. A comprovação dessa hipótese adquire maior sustentabilidade a partir da observação do perfil da demanda por internações hospitalares, por Transtornos Mentais e Comportamentais (grupo de causa representado pelo Capítulo V da Classificação Internacional de Doenças - CID-10) tendo como referencia os municípios da APA Cantareira, SP, comparados com a média do estado de São Paulo, no período compreendido entre 1995 a 2007⁹.

Tabela I. Internações por Transtornos mentais e comportamentais (Cap. V da CID-10) por idade, entre os municípios da APA Cantareira, SP, 1995-2007.

Idade (anos)	Transtornos dev. uso de álcool		Esquizofrenias e transt. delirantes		Transtornos de humor (afetivos)	
	APA	UF SP	APA	UF SP	APA	UF SP
15 a 19 a.	17	1.728	106	10.561	18	3.283
20 a 29 a.	184	25.833	614	63.325	169	18.844
30 a 39 a.	636	76.015	850	91.862	333	29.073
40 a 49 a.	662	83.451	816	87.314	329	29.844
50 a 59 a.	303	39.239	418	53.570	202	17.223
60 a 69 a.	116	11.696	189	28.529	94	8.584
70 a 79 a.	34	2.159	64	11.181	43	2.996
80 anos e +	39	948	99	9.762	18	910

⁷ O projeto de pesquisa Externalidade ambiental na produção de carvão vegetal: o caso da APA Cantareira, SP, vem sendo desenvolvido na forma de dissertação de mestrado junto ao Programa Interdisciplinar de Planejamento de Sistemas Energéticos, na Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp.

⁸ Os hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPA) constituem uma classe de compostos orgânicos caracterizada por substâncias que apresentam dois ou mais anéis aromáticos conjugados. Os HPA podem ser classificados em três diferentes grupos quanto sua origem: (1) petrogênica, caracterizada pelos HPA presentes no petróleo e, por conseguinte, em seus derivados; (2) pirogênica, que são os HPA formados durante os processos de combustão e; (3) biológica, caracterizada pelos HPA sintetizados por organismos vivos.

⁹ Santos & Barbosa, (2008), já tinham chamado atenção para esse crescente número de internações hospitalares por Transtornos Mentais e Comportamentais (grupo de causa representado pelo Capítulo V da Classificação Internacional de Doenças - CID-10) ocorridos na região em questão, para o período de 1997 a 2007. II Simpósio Regional Trajetórias Ambientais: Áreas de Proteção Ambiental – Desafios e Possibilidades. Universidade São Francisco, Bragança Paulista, 7 a 10 de outubro de 2008

Total	1.991	241.296	3.156	356.104	1.196	110.757
-------	-------	---------	-------	---------	-------	---------

Fonte: elaboração própria a partir do DATASUS, 2008

Os dados apresentados na tabela I são referentes aos transtornos mentais e comportamentais do Cap. V da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), por faixa etária entre 15 anos e 80 anos e mais, para a região da APA Cantareira que compreende os municípios de Atibaia, Bragança Paulista, Mairiporã, Vargem, Joanópolis, Piracaia e Nazaré Paulista. Utilizou-se como comparação a média do estado de São Paulo para o mesmo evento. As internações demandadas pelo sexo masculino obtiveram maiores indicadores quando as morbidades referidas eram transtornos devido ao uso abusivo de álcool [F10.-] e as internações por esquizofrenia e transtorno esquizotípico delirante [F20-29]. A faixa etária predominante é entre 30 a 49 anos. Vale ressaltar as exceções: em Bragança Paulista, ocorreram 50 casos (3%) na faixa etária entre 15 a 19 anos; Nazaré Paulista teve 18 casos (27%) entre 70 a 79 anos de idade e em Mairiporã ocorreu 90 casos (22%) na faixa etária entre 80 anos e mais. Já as internações por transtornos de humor (afetivos), aplicam-se ao sexo feminino, na faixa etária entre 30 a 49 anos¹⁰.

Gastos com procedimentos voltados para o cuidado à saúde também se configuram enquanto indicadores importantes, na medida em que o que se busca é analisar a qualidade de vida e condições de risco a que as populações estão submetidas. Observa-se na tabela II que os dados acumulados de internação hospitalar por transtornos mentais e comportamentais, quando relacionados a variáveis como população total de cada município, sexo e gastos hospitalares com os procedimentos de internação, mostram os vultosos investimentos nesse nível de atenção em saúde mental, mais uma vez contrariando a política nacional de saúde mental, cuja ênfase é na atenção primária em saúde.

Tabela II: . Internações por Transtornos mentais e comportamentais (Cap. V da CID-10) por sexo e o gasto total, entre os municípios da APA Cantareira, SP (1995-2007).

Município	População	Internações Cap. V		Gasto total com internação em R\$
		(Mas)*	(Fem)**	
Atibaia	126.754	1.617	602	1.016.004,60
Bragança Paulista	145.897	1.852	1.064	3.520.762,50
Vargem	8.654	51	40	94.459,32
Nazaré Paulista	15.231	108	48	181.498,56
Joanópolis	11.170	71	33	112.847,80
Piracaia	21.349	160	83	300.807,40
Mairiporã	79.153	390	245	737.906,18
Total APA	375.689	4.249	2.032	5.851.438,56

Legenda: (*) Mas: masculino e (**) Fem: feminina

Fonte: elaboração própria a partir do DATASUS, 2008

A partir dos dados apresentados sobre a caracterização dos modos de vida, uso e ocupação do solo por meio de atividades produtivas desenvolvidas na região, além dos dados de internações hospitalares por transtornos mentais e comportamentais, é possível perceber a complexidade social existente na região. Em análise mais aprofundada, tal realidade complexa mostra que as determinações do processo saúde-doença tomadas como particularidade e singularidade dos processos locais, estão diretamente relacionadas com a história, o espaço, o território e o ambiente dos seus moradores. A incorporação de significados e sentidos das doenças, mediante seu conceito particular de práticas de saúde, vem sendo investigadas na região que compreende a APA Cantareira (Barbosa & Höeffel, 2008).

Dados do diagnóstico rural participativo do bairro rural do Moinho, Nazaré Paulista¹¹, já anteriormente mencionados (Barbosa & Höeffel, 2008), possibilitam observar mais plenamente esses aspectos da identidade cultural nitidamente rurais como o cultivo de plantas medicinais (ver tabela III), em sua maioria nativas da Mata Atlântica. O fator de complexificação da realidade se faz presente na comunidade rural quando suas doenças já não são curadas somente através dos conhecimentos tradicionais, repassados através de gerações em cada família. São as patologias da vida urbana, da vida no contexto da modernidade, assentadas nas descontinuidades, conforme coloca Giddens (1991).

Tabela III - Plantas de uso medicinal cultivadas pelos moradores do Bairro Moinho, Nazaré Paulista, SP, 2008.

Nome Popular	Nome Científico	USO TERAPEUTICO
Balsamo	Sedum dendroideum	Inflamações gastrintestinais e de pele, úlcera, erisipela, afecções do

¹⁰ Vale ressaltar que os dados disponíveis são oriundos do Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS, gerados pelo Ministério da Saúde, através da Secretaria de Assistência à Saúde, em conjunto com as Secretarias Estaduais de Saúde e as Secretarias Municipais de Saúde, sendo processado pelo DATASUS - Departamento de Informática do SUS, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde. (DATASUS, 2008). As unidades hospitalares participantes do SUS (públicas ou particulares conveniadas) enviam as informações das internações efetuadas através da AIH - Autorização de Internação Hospitalar, para os gestores municipais (se em gestão plena) ou estaduais (para os demais). As informações só estão disponíveis a partir de 1995, pois foi a partir deste ano que o município de residência passou a ser coletado.

¹¹ O município de Nazaré Paulista, hoje com 15.231 habitantes, foi um dos que mais teve área territorial inundada, quando da construção do Sistema Cantareira de Abastecimento hídrico.

		aparelho respiratório e urinário, diabetes, bronquite crônica, queimaduras, frieiras.
Alecrim	Rosmarinus officinalis	Estimulante digestivo, anti-espasmódica, estomacal, vasodilatadora, anti-séptica
Alfazema	Lavandula officinalis	Anti-séptico, tônico, antiespasmódico, calmante, digestivo, antibacteriana, carminativa, revulsiva
Arruda	Ruta graveolens	Adstringente, analgésica, antiasmática, antiepiléptica, antiespasmódica, anti-helmíntica, anti-hemorrágica, anti-histérica, antiinflamatória, antinevrálgica, bactericida, calmante, carminativa, cicatrizante.
Babosa	Aloe vera	Emoliente, resolutivo, antioftálmica, vulnerária, vermífuga
Boldo	Plectranthus barbatus	Tônica, eupéptica, hepática, colagoga, colerética, calmante, carminativa, anti-reumática, estomáquica
Camomila	Matricaria chamomila	Antiinflamatória, antiespasmódica, analgésica, anti-séptica, antimicrobiana, anti-helmíntica, cicatrizante.
Cânfora	Cinnamomum canphora	anti-séptica, estimulante, excitante, anti-reumática, parasiticida, antinevrálgica, revulsiva, anestésico local, anti-térmica, anti-diarréica, anti-helmíntica, moderadora das secreções sudoral e láctea.
Sabugueiro	Sambucus nigra	Depurativo, diurético, galactogogo, laxante, sudorífera.
Erva-doce	Pimpinella anisum	Calmante, cicatrizante, diurética, expectorante, Tônico.
Eucalipto	Eucalyptus globulos	Descongestionante das vias respiratórias
Caninha-do-brejo	Costus sp.	Adstringente, antimicrobiana, antiinflamatório, depurativo
Pacova	Philodendron martianum	expectorante, sedativa, analgésica, anti-séptica
Batata-doce	Ipomoea batatas	Emoliente
Hortelã	Mentha spicata	Carminativa, eupéptica, estimulante, colagoga, estomáquica, antiemética, antiespasmódica e analgésica
Macela	Achyrocline satureioides	Antialérgica, antiinflamatória
Mil folhas/novalgina	Achillea millefolium	Antiemético, anti-reumático, hipotensor
Manjerona	Origanum majorana	Expectorante e combate gases intestinais
Erva-cidreira	Cymbopogon citratus	Calmante, cicatrizante, digestivo, diurético, hipotensor
Poejo	Mentha pulegium	Carminativa, digestiva, vermífuga, expectorante, antisséptica, antiespasmódica, emenagoga
Carqueja	Baccharis spp.	diurética, antibacteriana, antireumático, anti-séptico
Cavalinha	Equisetum sp.	cicatrizante, antifúngica, anti-inflamatória, ciática
Canela	Cinnamomum zeylanicum	digestivo, diurético

Fonte: elaboração própria, DRP (Barbosa & Höeffel, 2008) e classificadas a partir de Lorenzi & Matos (2002).

A utilização de ervas e plantas medicinais tem sido, ao longo do tempo, incorporada nas práticas cotidianas de tratamento e o seu uso é recomendado especialmente pelos moradores mais antigos, uma vez que o conhecimento sobre seus efeitos e identificação na flora natural, o bioma Mata Atlântica no caso da APA Cantareira, é passado oralmente de geração a geração. No entanto, a demanda mais visível da comunidade é o atendimento médico oficial e os remédios alopáticos, considerados mais eficientes para o tratamento das doenças que oferecem maior nível de comprometimento do organismo humano. A distância da área urbana, conseqüentemente, dos serviços públicos de saúde faz com que não haja uma hierarquia entre os procedimentos e conhecimentos oriundos da medicina popular e da medicina científica. As necessidades para a supressão da dor ou das doenças são procuradas nas mais diversas formas disponíveis na comunidade e, dependendo da gravidade, não resolvidas pela benzeção e pelo uso de plantas medicinais, os moradores vão à procura dos hospitais e pronto-socorros da região.

Mais do que um retorno simplista das práticas de antigamente, as novas práticas científicas e sociais devem fortalecer a aparição de novos pólos de preponderância - como resistência ao sistema de valoração capitalista e a reinvenção em nível local de mecanismos que tratem a saúde de forma ampliada e no plano individual - a busca da integralidade e da humanização do cuidado à saúde podem e devem constituir-se em novas práticas de saúde tanto para os profissionais de saúde como para os moradores das áreas rurais da APA Cantareira, SP.

V – A incorporação de outros referenciais teóricos

A condição imprópria para a vida humana no planeta Terra se aproxima cada vez mais na medida em que os modelos de produção econômica e exploração dos recursos naturais continuem nos padrões atuais, conforme concluiu o Relatório Meadows (1978), a partir da sistematização de informações sobre degradação ambiental promovida pelo chamado Clube de Roma. Após três décadas, o Relatório do Painel Internacional de Mudanças Climáticas – IPCC – aponta um agravamento das condições de degradação referidas pelo relatório do mencionado Clube. Aspectos como intensificação do uso de energia a partir de fontes fósseis, especialmente carvão mineral e petróleo, pressões sobre os recursos naturais advindas do desmatamento e esgotamento dos recursos hídricos em todo mundo, são exemplos típicos de degradação ambiental. E nesse sentido, colocar o sujeito como protagonista de todas essas transformações tem sido tarefa árdua para os cientistas, principalmente para as Ciências Sociais, na medida em que prevalece uma recusa em colocar o sujeito no lugar que lhe cabe, ou seja, agente responsável pela complexidade social em que vivemos.

Ao longo das últimas quatro décadas, em que podem ser identificados estudos sistemáticos com o fim de compreender e combater de forma planetária a degradação ambiental parece haver uma unanimidade sobre a origem dessa condição que coloca em risco o futuro da humanidade: o padrão vigente de exploração da natureza. A manutenção desse alerta (Ferreira, 2004), significa que, nessas mesmas quatro décadas, não foi conseguida alteração significativa nos modelos de produção industrial e agrícola que desse algum indício de que o quadro de degradação estaria efetivamente sendo revertido.

A escalada da degradação ambiental, bem como seus subprodutos e correlatos sociais, é fruto de padrões tecnológicos e de um modelo depredador de crescimento, que maximizam as ganancias econômicas em el corto plazo, revertiendo sus costos sobre los sistemas naturales y sociales (Leff, 1993: 97). A produção de degradação ambiental não pode, nessa perspectiva, ser considerado um fruto indesejável, mas um imprevisto do sistema econômico vigente, uma parte substantiva do modelo de organização econômica e exploração da natureza neste século.

Esse debate tem sido realizado na interface ambiente e sociedade onde o campo interdisciplinar (Ferreira, 1996) e multireferencial (Barbosa, 2006) têm obtido algum êxito na formulação de propostas para compreensão, não só para a realidade brasileira e Latino-americana, como também para o restante do planeta, por entender que a questão ambiental não responde pelos limites fronteiriços estabelecidos pelo ser humano. É nesse sentido que pesquisas sobre qualidade de vida e percepção socioambiental, como as mencionadas no decorrer do presente artigo, tem possibilitado, primeiro, questionar o modelo de desenvolvimento regional na APA Cantareira e, segundo, buscar formular políticas de planejamento pautadas na sustentabilidade, junto aos mais diversos setores da sociedade civil da região, especialmente as desenvolvidas por Barbosa & Höeffel (2008), por intermédio da parceria entre o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam-Unicamp) e Centro de Estudos Ambientais Sociedades e Naturezas (USF).

VI – Desafios para sustentabilidade no meio rural

A questão ambiental apresenta desafios ao modelo de desenvolvimento em curso e demanda, principalmente dos pesquisadores, novas posturas (Barbosa, 2000). Temas fundamentais como a mundialização da economia e complexidade crescente dos processos sociais têm exigido diferentes estratégias e possibilidades reflexivas. Estas possibilidades reflexivas podem fazer com que antigos conceitos como modernidade, pós-modernidade se tornem presentes e amadurecidas, essencialmente aspectos necessários para a compreensão e atuação dos pesquisadores da dinâmica socioambiental, (Barbosa, 2000).

Estima-se que algumas iniciativas, que vem se constituindo na região da APA Cantareira através de parcerias entre diferentes instituições (UNICAMP, EMBRAPA, USF e prefeituras), e organizações não-governamentais (Instituto Socioambiental), possam contribuir para reduzir os danos na saúde do trabalhador rural através da atenção da sociedade para o mais adequado uso de equipamentos de proteção individual (EPI), do controle de uso de agrotóxicos com elevado grau toxicológico, do uso do receituário agrônomo, e programas de vigilância epidemiológica que possam monitor a saúde do trabalhador no campo, bem como programas de educação ambiental, dentre outros mecanismos.

Não obstante, a compreensão adequada da realidade regional, na qual possíveis propostas de entendimento acerca dessa dinâmica se assentam, está representada não só no âmbito das possibilidades de desenvolvimento compatível com as vicissitudes socioambientais proporcionadas pelo debate Sociológico atual. Nesse sentido, os esforços empenhados em ultrapassar uma referência conceitual inicial, da interdisciplinaridade, incorporando o aspecto da multireferencialidade nos trabalhos realizados, têm possibilitado questionar a complexidade social nos dias de hoje, fortalecendo o pressuposto de que a melhoria da qualidade de vida possui íntima relação com atividades econômicas regionais competitivas, sustentáveis e que respeitem o equilíbrio entre os diversos níveis de poder, visando o aumento da capacidade de planejamento e atuação local e regional, com a maximização da participação popular nos processos decisórios.

Referencias bibliográficas

Almeida Junior, A R; Höeffel, J L M & Quada, O (2008). A propriedade rural como símbolo. Representações sociais e impactos sobre o ambiente na Bacia do Rio Atibainha, SP. São Paulo: HUCITEC.

Araujo, P D. (2004). Impactos ambientais na matriz de consumo de combustíveis pela introdução de uma frota de veículos leves com células a combustível na cidade de São Paulo – SP. Campinas: Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas.

Andrade, R. R.; Araújo (2007), J. B. Cerrado reduzido a carvão. m http://www.partidoverdegoias.com.br/site/noticias_record.php?id=0000000066 (consultado em 01 de julho de 2006).

Arbex, M A. & Cançado, C. (2004). Queima de biomassa e efeitos sobre a saúde. *J Bras Pneumol* ; 30:158-75.

Barbosa, S R C S.(1996). Qualidade de vida e suas metáforas. Uma reflexão socio-ambiental. Campinas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas.

Barbosa, S. R. C. S (1998).. Qualidade de vida e necessidades sentidas: uma aproximação teórica. *Campinas Humanitas*: (1): 56-90.

Barbosa, S.R. C. S (2000). Desenvolvimento e ambiente: questões da sociologia contemporânea. *Humanitas*, 3 (. 2).

Barbosa, S. R. C. S. & Höeffel, J. L. M(2008). Condições socioambientais e qualidade de vida na APA Cantareira, SP: uma abordagem preliminar dos municípios de Vargem e Nazaré Paulista. Brasília, Anais do IV Encontro Nacional da ANPPAS , 1.

Barbosa, S. R. C. S & Höeffel, J L M.(2006). Qualidade de vida e complexidade social na APA Cantareira, SP: um estudo sobre degradação socioambiental e subjetividade. Projeto de Pesquisa FAPESP (processo n. 06/60366-5).

Barbosa, S. R. C. S & Höeffel, J L M.(2008). Qualidade de vida e complexidade social na APA Cantareira, SP: um estudo sobre degradação socioambiental e subjetividade. Relatório de pesquisa FAPESP (processo n. 06/60366-5).

Benton, T (1994). *Biology and social theory debate in the environmental debate*. In Redclift, M. & Benton, T (eds.). *Social Theory and the Global Environment*. Londres: Routledge.

Bourscheit, A. (2006).. Nos porões da siderurgia. http://www.bracelpa.org.br/bra/revista/pdf/Pag06-14_NosPoroesSiderurgia.pdf (consultado em Internet em 20 de Outubro de 2008).

Buttel, F. F. (2000). Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas. In: Herculano, S. & Porto, M. F. de S. (Org.). *Qualidade de vida & riscos ambientais*. Niterói: EDUFF, 2000 (pp. 29 – 48).

Chemin, J. A (2004). *Visão Econômica do Direito Ambiental*. Rio Grande do Sul: Artigo.

Fadini, A. A. B. & Höeffel, J. L. M (2008). Mulheres da APA Cantareira - Reflexos da Construção do Sistema Cantareira na identidade e no modo de vida local. Bragança Paulista: Relatório Parcial FAPESP (processo n. 06/55919-5).

Ferreira, L.C. & Viola, E. (Org) (1996). *Incertezas da insustentabilidade na globalização*. Campinas: UNICAMP.

Ferreira, M. R. (2004). Problemas ambientais como desafio para a psicologia. In: Gunther, H (Org) *Psicologia Ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente*.. Campinas: Alínea.

Giddens, A (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp.

Godoi, A F L. (2004). Fast chromatographic determination of polycyclic aromatic hydrocarbons in aerosol samples from sugar cane burning. *J Chromatogr A*. 1027(1-2):49-53.

Gouveia, N (2006). Hospitalizações por causas respiratórias e cardiovasculares associadas à contaminação atmosférica no Município de São Paulo, Brasil. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22 (12):2669-2677.

Hogan, D (coord.). Um breve perfil ambiental do estado de São Paulo. In: Hogan, D & Cunha, J M P (Org). *Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente*. Campinas: NEPO/UNICAMP, (pp. 275-381).

Höeffel, J L. & Fadini, A. (2006) *Trajetórias do Jaguarú: Unidades de Conservação, Percepção Ambiental e Turismo - Um estudo na APA do Sistema Cantareira*. Bragança Paulista: Relatório FAPESP.

Höeffel, J. L. M. & Fadini, A (2006).. *Trajetórias do Jaguarú – períodos históricos e educação ambiental. Alterações ambientais na região Bragantina – São Paulo*. Campinas: Humanitas, 9 (1), 5-14.

Höeffel, J. L. M. & FADINI, A(2005). Múltiplos olhares, usos conflitantes – concepções ambientais e turismo na APA Cantareira. Rio Claro: *Olam* (5) 1., 119-145.

Homma, A K. O. Guseiras na Amazônia: perigo para a floresta. São Paulo: *Ciência Hoje*. 39 (233),56-59.

Kato, M.(2004). World at work: Charcoal producing industries in northeastern Brazil. Londres: *Occup. Environ. Med.* 62, 128-132.

Leff, E (1993). *Sociologia y ambiente: sobre el concepto de racionalidad ambiental y las transformaciones Del conocimiento*. In: Vieira, P. F.(Org). *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo a interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro e Belém: APED e UFPA.

Lorenzi, H. & Matos, F. J.(2002). *Plantas Medicinais no Brasil: nativas e exóticas*. São Paulo: Plantarum.

Marandola, E Jr. & Hogan, D. J. Riscos e perigos: o estudo geográfico dos natural hazards. (2003). Anais do ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR SOBRE ESPAÇO E POPULAÇÃO. 1, 20-33.

Meadows, D. H..(1978) *Limites do crescimento*. São Paulo: Perspectiva.

Monteiro, M. A. Em busca de carvão vegetal barato: o deslocamento de siderúrgicas para a Amazônia. (2006). Belém: *Novos Cadernos NAEA*. 9 (2),. 55-97.

Pennise, D M. (2001). Emissions of greenhouse gases and other airborne pollutants from charcoal making in Kenya and Brazil. Londres: *Journal of Geophysical Research*. 106, 143-155.

Poppi, N. R. & Silva, M. R. S. (2002). Identification of polycyclic aromatic hydrocarbons and methoxylated phenols in wood smoke emitted during production of charcoal. New York: *Chromatographia*. 55, 475-481.

Rodrigues, C. M. C. (1999). *Águas aos olhos de Santa Luzia: um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sítios em Nazaré Paulista (SP)*. Campinas: Unicamp .

Santos, A & Barbosa, S R C S. (2008). Análise preliminar sobre o perfil da demanda em saúde mental na APA Cantareira, SP. Bragança Paulista, Universidade São Francisco: II Simpósio Regional Trajetórias Ambientais: Áreas de Proteção Ambiental – Desafios e Possibilidades.

Silva, E P. (2003). Recursos energéticos, meio ambiente e desenvolvimento. Campinas: Multiciência (www.multiciencia.unicamp.br)..

Tzanakis N. (2001). Short-term effects of wood smoke exposure on the respiratory system among charcoal production workers. American College of Chest Physicians – Chest -, 119, 1260-1265.

Whately, M & Cunha, P. (2007). Cantareira 2006: um olhar sobre o maior manancial de água da região metropolitana de São Paulo. São Paulo: Instituto Socioambiental.

Diagnóstico sobre a saúde dos imigrantes em Portugal. O que sabemos até agora?

Bárbara Bäckström
Universidade Aberta
barbarab@univ-ab.pt

Resumo: Decidimos fazer um levantamento do que está disponível nos circuitos académicos e de investigação na área da imigração e saúde, de forma a fazermos um balanço do estado de saúde dos imigrantes em Portugal. De uma forma geral, os dados disponíveis mostram que o estado de saúde dos migrantes se diferencia do das populações do país de acolhimento. As suas condições de vida expõem-nos efectivamente a riscos sanitários mais importantes. No mundo do trabalho, em particular, a maioria dos migrantes sem documentos aceitam empregos em que estão expostos a muitos riscos de doenças ou de acidentes profissionais. São ainda muito raros os estudos sobre as diferenças no acesso dos vários grupos de imigrantes aos cuidados de saúde, apesar de um relatório referir que os imigrantes originários dos PALOP usam em menor proporção os serviços de saúde preventiva e curativa. A utilização que estes imigrantes fazem dos centros de saúde e hospitais do SNS depende, em grande medida, da duração da sua residência em Portugal e do seu estatuto legal. Comparando os três principais grupos de imigrantes, observa-se que os cidadãos dos PALOP, estabelecidos há mais tempo em Portugal, são os que utilizam com maior frequência os serviços públicos de saúde, nomeadamente os centros de saúde e a consulta do médico de família. As comunidades brasileiras e da Europa de Leste, estabelecidas há menos tempo em Portugal e com um elevado número de indivíduos em situação irregular, recorrem ao Serviço Nacional de Saúde sobretudo em casos de urgência.

Decidimos fazer um levantamento, o mais exaustivo possível, e dentro do que está disponível nos circuitos académicos e de investigação na área da imigração e saúde, de forma a fazermos um balanço do estado de saúde dos imigrantes em Portugal. Sabemos que muitos estudos estão ainda em curso e que muito brevemente estarão disponíveis mais resultados e material que permitirá pela primeira vez saber como está a saúde dos imigrantes em Portugal. No entanto, achámos útil fazer aqui este breve apanhado.

No relatório sobre saúde e imigrantes na União Europeia, Manuel Carballo refere algumas patologias associadas aos imigrantes em Portugal. O ritmo de crescimento de novos casos de tuberculose em Portugal tem aumentado. Os imigrantes de Angola e Cabo Verde que vivem em bairros degradados contribuíram para uma larga proporção de casos de Tuberculose e Sida (Rifas and Villar, 2003). A TB é uma co-infecção do VIH. Portugal tem a taxa mais elevada de casos de VIH/ Sida da Europa, com 10% dos infectados sendo imigrantes (84% de origem africana).

Na Europa a leishmaniose visceral e cutânea tem vindo a tornar-se numa frequente co-infecção do VIH (Eurostat, 2002), possivelmente deve-se às migrações humanas e Portugal tem 13.5% dos casos totais (WHO, 2000c). Observa-se uma prevalência elevada de anemias relacionadas com as células falciformes em imigrantes em Portugal (Carreiro et al., 1996).

De uma forma geral, os (raros) inquéritos disponíveis mostram que o estado de saúde dos migrantes se diferencia do das populações do país de acolhimento, mas as explicações não são unívocas. As suas condições de vida (habitação, trabalho, isolamento social, etc.) expõem-nos efectivamente a riscos sanitários mais importantes. No mundo do trabalho, em particular, a maioria dos migrantes sem documentos aceitam (por necessidade económica, por medo de chamar a atenção ou ainda por medo de perder o trabalho ou de ser expulsos) empregos em que estão expostos a muitos riscos de doenças ou de acidentes profissionais, provocados em particular por agentes tóxicos, longas horas de trabalho, dificuldades de comunicação ou por um enquadramento e medidas de protecção limitadas – tanto mais que eles conhecem pouco, e mesmo raramente, os seus direitos.

Noutro estudo europeu, em Portugal, os imigrantes tendem a ter os mesmos problemas de saúde e necessidades de cuidados semelhantes aos portugueses no momento da chegada. No entanto alguns problemas são mais elevados nos imigrantes: nutrição, gravidezes de risco, depressão, abuso de álcool, violência doméstica, comportamentos sexuais de risco, acidentes de trabalho, violência intra-comunitária. No relatório aparece que a depressão e outros problemas psicológicos afectam substancialmente os imigrantes durante os primeiros anos. A depressão e abuso de álcool foram identificados nos imigrantes de Leste levando a ou sendo causados por saudades, desemprego, falta de habitação, e medo de ter de regressar ao país (co-morbilidade).

São ainda muito raros os estudos sobre as diferenças no acesso dos vários grupos de imigrantes aos cuidados de saúde, apesar de um relatório referir que os imigrantes originários dos PALOP usam em menor proporção os serviços de

saúde preventiva e curativa (Bentes et al., 2004), incluindo os serviços de saúde reprodutiva, como mencionado no trabalho de Calado et al. (1997). A utilização que estes imigrantes fazem dos centros de saúde e hospitais do SNS depende, em grande medida, da duração da sua residência em Portugal e do seu estatuto legal (Gonçalves et al., 2003).

Em termos teóricos a legislação permite o acesso (25360/2001) ao Serviço Nacional de saúde e a recusa em prestar cuidados é punida por lei (lei da antidiscriminação). Se o imigrante estiver legal faz provas no centro de saúde e recebe o cartão de utente. Se estiver ilegal tem direito a uma inscrição temporária mas não a um cartão. Para isso têm de apresentar um atestado de residência emitido pela junta de freguesia. Em relação ao pagamento das taxas, os legais pagam o mesmo que os portugueses; os ilegais pagam os valores mais elevados.

O acesso na prática aos cuidados de saúde das comunidades imigradas no nosso país é bastante variável, estando, em certa medida, dependente do estatuto legal e da nacionalidade dos imigrantes. Alguns dados sobre os estrangeiros residentes em Portugal mostram que os que têm a sua situação regularizada estão inscritos, com maior frequência, nos centros de saúde do SNS, onde têm acesso a consultas.

Os indocumentados utilizam menos frequentemente o SNS, recorrendo às urgências dos hospitais quando deparam com uma emergência de saúde. Esta opção relaciona-se claramente com o desejo dos imigrantes em situação irregular de não serem identificados. Os serviços de urgência são prestados de forma mais anónima, na medida em que o tratamento médico não fica dependente da apresentação de documentos.

Por vezes os imigrantes indocumentados usam pseudónimos e moradas falsas para evitar o seguimento posterior da evolução do seu estado de saúde. Apesar de a legislação portuguesa garantir a universalidade do acesso aos serviços do Sistema Nacional de Saúde,

Alguns estudos referem a existência de recusas de assistência a imigrantes indocumentados em alguns centros de saúde.

A negação do acesso aos cuidados de saúde está relacionada com a fraca capacidade económica de muitas destas pessoas e com a falta de sensibilidade/ conhecimento dos profissionais de saúde. Estes salientam as dificuldades que alguns imigrantes têm para pagar os tratamentos médicos devido à falta de pagamento das contribuições para a segurança social. Quando confrontados com este problema, de difícil resolução, os profissionais de saúde têm adoptado três atitudes distintas: não cobrar nada pelo serviço, adiar a cobrança ou mandar o paciente embora sem receber tratamento.

Além disso, no estudo desenvolvido por Fonseca et al. (2005) verificou-se ainda que alguns profissionais de saúde não estavam cientes de que alguns serviços são gratuitos para os imigrantes, como por exemplo os cuidados incluídos na saúde infantil e as vacinas. Este facto sugere a ausência de transmissão de informação dos níveis superiores da administração central para as entidades locais que atendem os pacientes e uma reduzida implementação da legislação vigente. De um modo semelhante, os profissionais de saúde identificaram a falta de capacidade de resposta e de sensibilidade à diversidade dos doentes que procuram os serviços em todos os níveis da hierarquia como sendo uma clara barreira à prestação de cuidados de saúde que procuram às necessidades dos imigrantes (Fonseca et al., 2005).

A mesma conclusão foi obtida com base nos resultados de um inquérito a uma amostra representativa dos imigrantes, com 18 e mais anos de idade, originários dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Brasil e Europa de Leste, efectuado em Dezembro de 2004 e Janeiro de 2005 no âmbito de um estudo sobre a Reunificação Familiar e a Imigração em Portugal (Fonseca et al., 2005). Segundo os resultados desse inquérito, a maioria dos respondentes e respectivas famílias, em caso de doença, procuram uma consulta do médico de família ou dirigem-se aos serviços de urgência do centro de saúde da área de residência ou de um hospital. Por se tratar de uma população com rendimentos médios bastante baixos, apenas uma minoria procura um médico privado (4,9%), 16,8% dirigem-se apenas à farmácia e 0,5% recorrem ao curandeiro e a práticas de medicina popular.

Comparando os três principais grupos de imigrantes, observa-se que os cidadãos dos PALOP, estabelecidos há mais tempo em Portugal, são os que utilizam com maior frequência os serviços públicos de saúde, nomeadamente os centros de saúde e a consulta do médico de família (63,6%). As comunidades brasileiras e da Europa de Leste, estabelecidas há menos tempo em Portugal e com um elevado número de indivíduos em situação irregular, recorrem ao Serviço Nacional de Saúde sobretudo em casos de urgência e, por isso, há muitos que praticam a automedicação ou dirigem-se apenas à farmácia. Os Europeus de Leste, talvez pela barreira da língua, apresentam ainda maiores dificuldades do que os brasileiros no acesso aos cuidados de saúde formal e, por isso, apenas 44,3% dos inquiridos são utentes de centros de saúde e mais de um quarto afirmaram que, quando estão doentes, não vão ao médico e procuram apenas adquirir medicamentos numa farmácia.

As dificuldades de acesso dos imigrantes aos cuidados de saúde pode ainda verificar-se através da elevada percentagem dos que não beneficiam de nenhuma comparticipação do Estado nas despesas com medicamentos ou serviços de saúde:

Cerca de 80% dos respondentes ao inquérito atrás referido afirmaram nunca ter recebido qualquer apoio financeiro para esses fins.

Embora o facto mais saliente seja o baixo nível de acesso de todos os grupos de imigrantes a estes benefícios sociais, observa-se uma ligeira vantagem relativa das comunidades originárias dos PALOP, dado que a percentagem de beneficiários (22,6%) é superior à dos brasileiros (15,9%) e das comunidades do Leste Europeu (18,4%).

Apesar dos poucos estudos existentes, é possível admitir que os imigrantes a viver em Portugal deparam com estas barreiras e que, para além dos constrangimentos estruturais, ainda enfrentam limitações pessoais, tais como dificuldades ao nível da língua, tornando difícil o acesso a informação básica sobre direitos e recursos que podem utilizar como resposta a

situações de discriminação institucional (Ormond, 2004). As tentativas que têm sido desenvolvidas por parte de profissionais de saúde, ou pelo próprio Estado, para ultrapassar este desconhecimento são ainda limitadas e têm sido dirigidas preferencialmente para os imigrantes e não para a comunidade em geral.

Uma destas iniciativas foi promovida pelo ACIDI em 2002 e incluiu a publicação de uma brochura em português, russo e inglês sobre serviços e questões de saúde. Para além disto, a Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA (CNLCS) distribuiu brochuras sobre o HIV/SIDA às principais comunidades imigrantes residentes em Portugal na respectiva língua materna. Foram desenvolvidas outras iniciativas a nível local em diversos municípios com uma elevada proporção de imigrantes entre a sua população. Um exemplo destas iniciativas é o projecto lançado pelo Hospital Miguel Bombarda em Lisboa em cooperação com várias associações de imigrantes com o intuito de disponibilizar consultas de saúde mental para imigrantes. O workshop organizado pelos municípios de Sintra e Loures sobre saúde dos imigrantes, onde foi dada particular atenção aos direitos dos imigrantes e dirigido aos profissionais locais, é outro exemplo. Finalmente, a Unidade Clínica do Instituto de Higiene e Medicina Tropical desenvolveu um projecto com a duração de três anos que incluía check-ups médicos gratuitos para imigrantes e refugiados que tenham chegado ao país há pouco tempo (Ingleby et al., 2005).

Além das desvantagens dos imigrantes no acesso aos cuidados de saúde, resultantes do seu estatuto legal, desconhecimento do funcionamento dos serviços de saúde, dificuldades linguísticas e atitudes discriminatórias por parte dos profissionais de saúde, os imigrantes e minorias étnicas pobres apresentam ainda desvantagens associadas a outras formas de privação e exclusão social.

O estudo de Luís de França sobre os Caboverdeanos (França 1992) conclui que a comunidade cabo-verdiana residente em Portugal parece ser uma população saudável, cujos problemas de saúde não são muito diferentes daqueles que afectam a população portuguesa em condições socioeconómicas semelhantes. As doenças que se encontram com maior frequência nas visitas aos bairros ou nas consultas nos centros de saúde estão associadas, (na opinião dos profissionais de saúde entrevistados), a outros problemas de natureza económica e relacionados com a habitação e que se prendem com a falta de condições higiénicas nos bairros onde residem muitos imigrantes cabo-verdianos. As doenças mais comuns são as doenças infecciosas da pele, as doenças bronco-pulmonares, a sub-nutrição e desequilíbrio alimentar e as diarreias e infecções intestinais.

Quanto às dificuldades no acesso aos serviços de saúde, a preferência tem a ver com as dificuldades aliadas a situações de permanência ilegal em Portugal, ou de falta de contrato de trabalho, sem direito à segurança social e assistência médica, retirando a muitos cabo-verdianos a possibilidade de recorrerem ao Serviço Nacional de Saúde.

Na opinião das enfermeiras entrevistadas o cabo-verdiano tende a utilizar sobretudo os serviços de urgência nos hospitais ou os Serviços de Atendimento Permanente (S.A.P.), em vez dos Centros de Saúde, onde poderia ter uma assistência e um acompanhamento na doença consultando o seu médico de família.

Mesmo legalizados, muitos continuam a preferir os serviços de urgência, pelas dificuldades de comunicação e burocracias que encontram nos Centros de Saúde. As dificuldades e barreiras que sentem (linguagem, leitura, preenchimento de fichas) desmotivam e levam-nos a preferir as urgências; além disso os horários dos Centros de Saúde nem sempre são compatíveis com os seus horários de trabalho.

O Instituto de Higiene e Medicina Tropical, desenvolveu uma consulta de Doenças Tropicais e de Medicina das Viagens do Instituto de Higiene e Medicina Tropical atende anualmente cerca de três mil pessoas, incluindo viajantes, migrantes, refugiados e requerentes de asilo em Portugal. Esta população recorre à consulta directamente ou encaminhada ao abrigo de protocolos de cooperação estabelecidos com outras instituições, como Organizações Não-Governamentais (ONG) e o Conselho Português para os Refugiados (CPR). Não existe conhecimento epidemiológico estruturado sobre as doenças transmissíveis que afectam esta população no nosso país. Foi assim desencadeada a criação, implementação e divulgação de um Núcleo de Diagnóstico, Prevenção e Controlo de doenças transmissíveis, oferecendo diagnóstico clínico e laboratorial, aconselhamento e encaminhamento, no âmbito da prevenção primária e secundária destas patologias, em comunidades migrantes. Esta população incluiu um contingente significativo de indivíduos oriundos de países tropicais, nomeadamente Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e dos países do Leste Europeu.

Os países de proveniência dos indivíduos que recorreram ao projecto são, na sua maioria, países da África subsariana, logo seguidos pelos países da Europa de Leste que, actualmente, mostram clara tendência para se tornarem mais prevacentes. Esta tendência está de acordo com as modificações dos padrões de migração existentes em Portugal e corresponde ainda a uma maior solicitação de apoio por parte de organizações ligadas a comunidades migrantes do Leste Europeu.

A população é constituída por pessoas recentemente chegadas a Portugal, em média há cerca de cinco meses, estando 77,7% dos indivíduos a residir há menos de dois meses no nosso país. Tal fica a dever-se, em grande parte, à grande celeridade no apoio e referenciação dos migrantes nas instituições de acolhimento, nomeadamente pelo Centro de Acolhimento do Conselho Português para os Refugiados.

Uma outra comunidade, a cigana, e o etnocentrismo da instituição médica de saúde comunitária são o objecto da análise de Luísa Ferreira da Silva. A problemática do estudo centra-se na interacção entre a população cigana e os serviços de saúde, partindo da análise dos comportamentos de saúde desta população e das práticas dos serviços com este grupo. Nos países desenvolvidos, estar doente, hoje em dia, é ser acompanhado pelos serviços de saúde através do diagnóstico, dos tratamentos e da medicação. A população cigana comporta-se e reage de modo diferente quando está doente. A sua situação de exclusão assim o determina – não porque as instituições de saúde declaradamente o façam, mas pela distância cultural e

social que a discrimina. A utilização dos serviços de saúde é feita de uma forma irregular e esporádica. Quando estão hospitalizados, os familiares permanecem o máximo de tempo com eles e as refeições são trazidas de casa; são momentos vividos com grande angústia pelos familiares.

Relativamente à saúde, mais concretamente ao nível das vivências e comportamentos de saúde, foram analisadas várias dimensões e perspectivas de saúde ao nível da comunidade cigana. A primeira dimensão analisada foi sobre a percepção da saúde. À pergunta colocada sobre a saúde em geral, “como é a sua saúde?”, a resposta ou refere doenças, médicos e hospitais, ou afirma que a saúde é não ter doenças e não necessitar de serviços médicos.

As doenças enumeradas são variadas e descritas em linguagem popular, à mistura com muitos termos médicos, por vezes utilizados de forma imprópria. São predominantes as queixas relativas às vias respiratórias, ao sistema ósseo, ao sistema circulatório e às perturbações psicológicas. Os recursos mais utilizados em caso de doença são a procura de consulta médica, que tem lugar no centro de saúde ou nas urgências do hospital.

A escolha do recurso a utilizar é variável e depende de muitas circunstâncias. Ao hospital vai-se quando se adoecer de noite ou a doença é grave. Ao centro de saúde vai quem tem usualmente uma boa relação com o médico de família. Muitas vezes, a procura de recursos é múltipla: vai-se ao centro de saúde e, se lá não curarem ou não derem remédios, vai-se ao hospital. Recursos não médicos estão também presentes, mas são menos declarados, sejam eles recursos de terapias complementares e populares ou de auto-medicação ou medicação por farmacêutico. No que diz respeito à vacinação, esta é rara entre os adultos e, embora não sistemática, é mais frequente nas crianças.

Leandro e al. abordaram a problemática dos males que atingem o corpo em situação migratória internacional, focando a atenção sobre as questões relacionadas com o trabalho, a saúde, a doença dos imigrantes. O trabalho tem como população alvo os imigrantes no Concelho de Vila Verde, no norte de Portugal. Entre os entrevistados puderam constatar que todos valorizavam muito a saúde e consideram que não foram afectados por problemas de doença durante a estadia em Portugal. No entanto os autores justificam este resultado pela enorme necessidade que os imigrantes têm em dispor de condições, sobretudo físicas, para realizarem o seu trabalho e enviarem as poupanças para os países de origem, já que a doença significaria incapacidade para tal. Os autores acrescentam que neste contexto, a saúde, algo indispensável para trabalhar apresenta-se no quadro de uma trilogia saúde-trabalho-salário.

Furtado de Sousa estudou os imigrantes ucranianos em Portugal e os cuidados de saúde. Os imigrantes ucranianos que procuram o sistema português de saúde fazem-no através do recurso ao hospital público, seguido do centro de saúde. A causa principal é a doença aguda, de onde se destacam as patologias do foro dermatológico. As principais dificuldades sentidas ao nível dos cuidados de saúde relacionam-se com o atendimento, com a barreira linguística, com o processo terapêutico e com a qualidade do cuidado prestado.

As doenças do foro da dermatologia são as mais referidas pela amostra 19,8 %, seguindo-se as doenças do foro da orto-traumatologia (acidentes trabalho) 17,3 %, as doenças infecto contagiosas com 12,3 % e as do âmbito da psiquiatria (11,1 %) seguem-se-lhes como as mais referidas. No foro dermatológico dos 19 casos, 10 (52,6 %) referem psoríase como diagnóstico. Todos os doentes da gastroenterologia estão diagnosticados com úlcera duodenal.

No estudo sobre as Representações e Práticas de saúde e doença dos Caboverdeanos em Lisboa (Bäckström, 2006) um dos temas principais de conversa, quando se fala acerca da saúde, é o assunto das doenças. As doenças do próprio, que tem ou que já teve, a sua evolução, os tratamentos e os resultados. Pensamos que não se podem notar grandes disparidades face aos episódios actuais de doença, a não ser o facto de aparecerem mais queixas por parte dos indivíduos do grupo popular e de existirem doenças próprias das mulheres que, ao nível da análise por género, se distinguem das outras. Talvez se possa também registar que quatro episódios actuais de doenças que se podem classificar de ordem psicossomática (ansiedade, dores de cabeça, enxaquecas, insónia) são mencionados por pessoas do grupo de elite, enquanto no grupo popular não se regista este tipo de queixas. Podemos acrescentar que algumas doenças estão relacionadas com o contexto socioeconómico e o local onde as pessoas residem no momento da entrevista.

Dos diferentes tipos de queixas enumeradas, ou seja, as doenças de que as pessoas se queixam, quase todos os casos correntes são crónicos ou frequentemente recorrentes e exigem tratamentos e cuidados prolongados. Só quatro pessoas relataram situações pontuais presentes na altura da entrevista. Os casos crónicos mais evidentes são os três doentes com insuficiência renal que estão completamente dependentes de um tratamento continuado. Outras situações que também podem ser consideradas crónicas, já que estão sempre presentes na vida das pessoas e exigem uma vigilância permanente são, entre outras, diabetes, tensão alta, coração, colesterol, brônquios, problemas de coluna e reumatismo. Depois, existem situações pontuais que estavam latentes na altura da realização da entrevista: “estou com corrimento no peito...”; “Eu ando com problema de ouvidos”; “Estou com a garganta atingida”; “Estou com gripe”. Outros episódios relatados com maior frequência e que tiveram lugar anteriormente, foram gripes, apendicites, quistos e intoxicações alimentares.

Podem-se identificar doenças ou episódios específicos em cada um dos grupos sociais (por exemplo, acidentes de trabalho no grupo popular ou uma depressão nervosa e ansiedade no grupo de elite), o que, no entanto, não nos permite retirar conclusões de carácter geral nem permite estabelecer diferenças muito acentuadas. Também não se detectaram diferenças entre os grupos, quando são referidas as doenças que contrairam enquanto viviam em Cabo Verde. A maior parte dos relatos reporta-se às doenças que tiveram lugar durante a infância. As mais mencionadas foram o sarampo, varicela, constipações e gripes, febre tifóide e febre intestinal. Foram também referidos casos de bronquite asmática, alergias, pneumonia, dores de cabeça, paludismo, operação a um caroço, quisto e uma intoxicação alimentar.

Nesta temática, existem doenças que pensamos estarem relacionadas com o contexto geográfico e climatérico próprio de Cabo Verde. Uma doença que aí existia e foi erradicada é o paludismo. As alergias, bronquite asmática, broncopneumonia, pneumonia e asma também podem estar relacionadas com o clima e as alergias, dores de cabeça, com o tão falado vento Elisio ou o vento que vem do Saara. A febre tifóide e a febre intestinal também estão relacionadas com o contexto geográfico, a época e o clima e as águas.

Em termos de gerações, verifica-se que o número de episódios actuais de doença está repartido de modo quase equivalente entre os dois grupos. Consideramos que o tipo de doenças ou problemas relatados são próprios e específicos de cada um dos grandes grupos etários. Existem doenças comuns às duas gerações mas, como se pode verificar, os problemas de saúde mais específicos do grupo etário “mais velhos” são provocados por diabetes, pela tensão arterial (elevada), pelo coração, entre outros.

A única diferença reconhecida entre os dois grupos sociais relativamente à utilização dos serviços de saúde foi encontrada nos relatos que referem uma utilização mais frequente dos serviços privados por parte dos indivíduos do grupo de elite, assim como o caso de pessoas que utilizam exclusivamente os serviços particulares, situação referida por duas mulheres deste grupo. Também se identificam diferenças quando analisamos os relatos de pessoas do grupo popular, em que alguns homens afirmam que não vão ao médico. No que respeita à utilização dos serviços de urgência, os motivos são idênticos para todos os entrevistados: recorre-se numa situação de aflição, em alturas em que já não é possível encontrar o médico de família.

As escolhas terapêuticas traçam itinerários entre os vários recursos disponíveis na comunidade. Enquanto que em Cabo Verde se utilizava com maior frequência os vários recursos terapêuticos, aqui em Portugal predomina o recurso ao Serviço Nacional de Saúde. As pessoas usam este sistema de forma convencional e recorrem geralmente, em primeiro lugar, ao Centro de Saúde e só em situações de urgência extrema é que recorrem às urgências hospitalares. Muitas vezes a primeira escolha é o Centro de Saúde, outras vezes são os cuidados ao domicílio, e ainda, por vezes, o especialista ou o sistema privado em geral. As idas ao médico servem para confirmar ou negar a hipótese diagnosticada através dos sintomas e para pedir o respectivo tratamento.

O não fornecimento de uma explicação satisfatória ou um resultado pouco eficaz do tratamento da doença, podem vir a originar ou a já ter originado anteriormente a causa da ida do doente a um curioso ou curandeiro, o que acontecia, no entanto, predominantemente em Cabo Verde. Ilustrativo a este respeito é o caso do senhor que relata que “Quando o médico disse que não tinha solução eu tive de recorrer à cura tradicional, tinha 40 anos, fui a um senhor de S. Nicolau que deixou vários discípulos que tratam os ossos. Fazem um tratamento com água do mar aquecida e vinagre e fazem massagens na perna”

Num estudo sobre imigração, saúde mental e acesso aos cuidados de saúde por parte dos imigrantes de Leste europeu 81,8% dos imigrantes já acederam ao SNS em situações de doença aguda e acidentes de trabalho. Encontrou-se uma % elevada de consumo de álcool, tabaco, tarefas arriscadas de trabalho. 10,4% apresentam patologias psiquiátricas e 54,9% apresenta stress /vulnerabilidade. Provou-se existir uma relação entre apoio social e saúde mental. As causas para a vulnerabilidade ao stress podem estar ligadas com a ruptura com a rede de apoio familiar, condições de trabalho, e não estar familiarizado com a língua portuguesa. Os imigrantes de língua russa apresentam alta vulnerabilidade ao stress, baixos níveis de apoio social e a saúde mental health desta população está directamente relacionada com factores inerentes ao processo migratório e à situação e condições de trabalho e de acesso aos cuidados de saúde em Portugal.

Referências

- Bäckström B., Representações e Práticas de saúde e doença na comunidade caboverdeana residente em Lisboa. Tese de doutoramento, IHMT/ UNL, Lisboa, 2006.
- Barbosa A. A sensibilidade cultural do profissional de saúde. Antropologia da saúde, Revista portuguesa de saúde pública. vol 2, nº4, 1984, pp. 5-12
- Carballo M., Communicable diseases, First Report Health and Migration in the EU:Building a Shared Vision for Action”, 2006, Lisbon.
- Carballo M., et al. Migration and health in European Union. Tropical Medicine and International health 1998, vol. 3, nº 12: 936-944.
- Carballo M., Groaatt M, Hadzihascovic A. Women and migration: a public health issue. Rapport trimestrel de statistiques sanitaires mondiales, 1996, 49, 158-164.
- Consulta do Migrante ajuda vítimas do choque de culturas, Publicado pela agência Lusa em 24-09-2004
- Dias S., et al. Conhecimentos, atitudes e comportamentos face ao VIH numa comunidade migrante: implicações para a intervenção. Psicologia, Saúde e Doenças. 2002, 3(1), pp. 89-102
- Dias S., et al. Comportamento sexual, auto-relatos numa comunidade migrante. Revista Portuguesa de Pedagogia, ano 35, nº2, 2001, pp. 137-153.
- Espinosa L, et al. A saúde da criança migrante. Estudo multicêntrico de crianças ciganas e africana. Revista Portuguesa de Pediatria 1989; vol. 20 nº1: 17-21.
- Fernandes C., Centro de Saúde de Sacavém atende 10 mil imigrantes Publicado no Jornal de Notícias em 21-11-2005

- Fonseca ML, Esteves, A., McGarrigle J e Silva S. Saúde e integração dos imigrantes em Portugal: uma perspectiva geográfica e política in Migrações_#1_Setembro 2007
- França L. (coordenador). A comunidade Cabo Verdiana em Portugal, Instituto de Estudos para o desenvolvimento, caderno 23. Lisboa, 1992.
- Freitas C. Health has no borders. Cape verdean immigrants in the Netherlands and the transnational quest for health care across Europe., Comunicação para a Conferência Internacional sobre a Migração cabo-verdiana e a diáspora, Lisboa, ISCTE, 6-8 Abril de 2005
- Gomes IB (Coordenação). Estudo de Caracterização da comunidade cabo-verdiana Residente em Portugal. Embaixada de Cabo Verde em Portugal, Lisboa, 1999
- Leandro ME, et al. Os males do corpo em terra estrangeira, in Leandro ME (organ.) Saúde. As teias da discriminação social. Actas do colóquio internacional Saúde e discriminação social, ICS, Universidade do Minho, Braga, 2002, pp. 181-210
- Médicos do Mundo, Relatório do Observatório Europeu de Acesso à Saúde de Médicos do Mundo, Setembro 2007, Lisboa
- Silva, L. Ferreira., et al. A saúde dos ciganos portugueses. Relatório final, Centro de Estudos das Migrações e Relações interculturais, Universidade Aberta, Porto, 2001
- Silva, L. Ferreira., Magano O e Sousa F. A comunidade cigana e o etnocentrismo da instituição médica de saúde comunitária, Universidade Aberta, Porto, 2000.
- Silva P. Duarte, A Protecção social da população imigrante. Observatório da imigração, 11, ACIME, Lisboa, 2005
- Sousa JE. Furtado de., A Oeste do Paraíso. Os imigrantes ucranianos em Portugal e os cuidados de Saúde. Dissertação de mestrado em relações interculturais. Universidade Aberta, Lisboa, 2003
- Távora-Tavira et al., Infecções sexualmente transmissíveis numa população migrante africana em Portugal: estudo de base resultante do projecto EpiMigra in Migrações_#1_Setembro 2007

Pobreza e risco de morte prematura na área metropolitana do Porto

Helena Nogueira
Universidade de Coimbra
helenamarquesnogueira@hotmail.com

Paula Remoaldo
Universidade do Minho
premoaldo@geografia.uminho.pt

Resumo: Investigações científicas realizadas de forma sistemática desde as últimas décadas do século XX têm concluído pela relevância das influências ambientais na saúde. Uma das primeiras evidências da relação saúde/ambiente provém de um estudo longitudinal efectuado na década de 80 do século XX, na Califórnia, no qual se concluiu que as taxas de mortalidade são mais elevadas nos residentes em áreas de grande privação socioeconómica. Desde então, a privação socioeconómica tornou-se a determinante da saúde mais exaustivamente estudada, comprovando-se a sua influência sobre diferentes resultados em saúde, tais como, a mortalidade prematura, a mortalidade por doenças cardiovasculares, a percepção do estado de saúde, a saúde mental e a obesidade. Também passou a ser evidente o seu impacto sobre algumas das determinantes da saúde, de que se destacam a pressão sanguínea, o colesterol, o índice de massa corporal e os comportamentos alcoólicos, tabágicos e alimentares. A intensidade da relação entre privação material e saúde justifica que esta seja, frequentemente, uma das primeiras características ambientais a ser analisada nos estudos de variações em saúde.

Em Portugal, alguns estudos realizados na Área Metropolitana de Lisboa têm concluído pela existência de uma associação clara e directa entre privação sociomaterial do lugar de residência e saúde. O objectivo deste estudo é analisar a associação referida para a Área Metropolitana do Porto, apontando semelhanças e diferenças com os padrões já conhecidos. Utiliza-se a mortalidade prematura padronizada pela idade e um indicador compósito de privação sociomaterial.

1-Introdução

A definição mais conhecida de saúde foi apresentada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1946. O conceito de saúde como um estado completo de bem-estar físico, mental e social, que não pressupõe somente a ausência de doença e de incapacidade, mas que encara a saúde como um estado positivo que diz respeito ao indivíduo no seu todo, no contexto do seu estilo de vida, surge como reacção a um conceito anterior, profundamente moldado pela revolução bacteriológica: o de saúde como ausência de doença. A definição da OMS, que identifica a saúde como um conceito elástico, confirma a ruptura no paradigma patogénico, biomédico e normativo, até então vigente e a passagem à salutogénese (Charlton, 1994). A saúde surge, assim, como entidade positiva, que deve ser promovida e para a qual contribuem não somente (nem tão-pouco, principalmente) os atributos individuais, mas todo um conjunto de factores que, em adição e interacção, constituem os espaços de vida (físicos e sociais) quotidianos – factores sociais, económicos, políticos, físicos. A par do novo conceito de saúde, ressurge a problemática do papel dos lugares na saúde, estabelecida e reconhecida desde a Antiguidade Grega.

Não obstante a definição da OMS ser a mais divulgada à escala internacional, tem sido alvo de várias críticas, devido à falta de operacionalidade que advém da dificuldade em definir e medir o bem-estar. O conceito de saúde da OMS enferma de alguma utopia e permanece sobretudo como um ideal (Beaglehole, et al., 2003). O próprio Ministério da Saúde definiu-a recentemente de uma forma que também apresenta as mesmas dificuldades, como ausência de doença, como bem-estar ou como aptidão funcional (Ministério da Saúde, 2004).

Apesar destas dificuldades em termos operacionais, pode afirmar-se que uma concepção moderna de saúde tende a ser dinâmica e multidimensional, considerando-a como o equilíbrio e a harmonia de todas as possibilidades da pessoa humana (biológicas, psicológicas e sociais) e pressupondo um empenho de cada indivíduo na resolução dos problemas que lhe vão surgindo ao longo da vida (Martins, 2003).

O estudo das determinantes ambientais da saúde tem sido efectuado em inúmeros contextos, por diversos autores, pautando-se sobretudo pela diversidade das abordagens. No entanto, é possível distinguir dois tipos fundamentais de estudos: os que avaliam o papel do ambiente socioeconómico na saúde e os que procuram conhecer factores específicos do ambiente local, relacionados com o funcionamento e organização comunitárias, e seu impacto na saúde. Todavia, o ambiente socioeconómico e as características do ambiente local são realidades interdependentes. Segundo Van Lenthe e outros (2005), o declínio e empobrecimento de um lugar faz-se segundo um círculo vicioso, despoletado pela diminuição do estatuto socioeconómico da área. Esta diminuição, determinada por macro factores económicos, sociais e políticos, inicia e alimenta um processo de migração selectiva, caracterizado pela saída de indivíduos de elevado estatuto socioeconómico e entrada de indivíduos carenciados. A entrada destes indivíduos na área em declínio surge não como opção, mas como resposta aos seus constrangimentos. Estes não pensam aí permanecer por muito tempo, sendo pois natural que se sintam menos inclinados a cuidar das suas casas e menos responsáveis por outras características físicas dos lugares onde residem, o que poderá resultar numa certa degradação estrutural. O investimento em actividades comerciais e em serviços torna-se menos convidativo e algumas das oportunidades aí localizadas podem deixar de existir. Adicionalmente, os níveis de crime podem aumentar; os contactos e as interacções sociais decrescem, diminuindo assim o suporte e a coesão social; a saúde degrada-se. (Nogueira, 2008a).

O papel do ambiente socioeconómico (avaliado pela privação sociomaterial) na saúde foi recentemente sublinhado pela OMS (2008), num relatório apresentado pela “Comission on Social Determinants of Health” e intitulado “Closing the gap in a generation”. Este revela que o objectivo prioritário da OMS é a diminuição das iniquidades em saúde, consideradas como uma questão preocupante de justiça social. Estas são atribuídas fundamentalmente a dois tipos de determinantes sociais: determinantes estruturais, relacionadas com a desigual distribuição de poder, dinheiro e recursos na sociedade (macro determinantes); determinantes decorrentes de desiguais condições de vida quotidiana – as desiguais circunstâncias em que se nasce, cresce, vive, trabalha e envelhece (determinantes de nível micro) (OMS, 2008). Considera-se ainda que as determinantes estruturais possuem múltiplos impactos na saúde: um impacto directo, pelo défice de recursos, iniquidade e injustiça social, e um impacto indirecto, uma vez que estas macro determinantes condicionam e modelam as condições de vida quotidiana, como por exemplo, o suporte e a coesão social ou a segurança de um lugar (Wilkinson, 2005).

O objectivo principal deste estudo é conhecer situações de privação material múltipla na Área Metropolitana do Porto (AMP), estabelecendo, com base nesse conhecimento, algumas conexões entre privação material e saúde. Pretende-se também comparar a referida relação nas duas áreas metropolitanas do país – a do Porto e a de Lisboa – apontando semelhanças e diferenças entre os padrões encontrados. Procura-se ainda relacionar a dinâmica demográfica das áreas aos níveis observados de privação e mortalidade prematura, procurando retirar daí algumas ilações relativas à ocorrência de processos circulares e progressivos de empobrecimento e declínio em lugares (freguesias) destes territórios.

Privação sociomaterial e saúde – evidências de uma relação

De acordo com a OMS, a privação material constitui uma das mais poderosas determinantes da saúde:

“We stated that a toxic combination of poor social policies, unfair economics, and bad politics is responsible for much of health inequity. In low-income countries and some poor communities in rich countries, this translates into material deprivation: lack of the material conditions for a decent life (...). The toxic combination is also responsible for the social gradient in health in those who are above the level of material deprivation but still lack the other goods and services that are necessary for a flourishing life” (OMS, 2008:35).

Em Portugal, à semelhança do que se verifica noutros países, a privação material tem sido objecto de vários estudos. Investigações realizadas na Área Metropolitana de Lisboa (AML) concluem que a privação sociomaterial apresenta neste território um padrão espacial marcado pela tendência de aumento para leste. Para além desta tendência geral, observam-se hot spots de privação em freguesias mais urbanizadas de Lisboa, Amadora, Loures, Almada e Setúbal (Nogueira e Santana, 2005; Nogueira, 2007a). Avaliando o impacto da privação sociomaterial na saúde, conclui-se pela existência de uma forte associação, que se verifica para diferentes resultados em saúde – mortalidade prematura e estado de saúde auto-avaliado – e que permanece em modelos estatísticos ajustados, que permitem o controlo do efeito de outras determinantes, quer contextuais, quer individuais, nos resultados em saúde (Nogueira, Santana e Santos, 2006; Nogueira, 2007b, 2008b).

A investigação realizada na AML revela ainda que a relação entre privação sociomaterial e resultados em saúde, concretamente, mortalidade prematura se manifesta ao longo de toda a escala de privação, mesmo em áreas consideradas de menor privação, conclusão conforme à reportada por outros autores (Charlton, 1994; McLeone, 2004; Marmot, 2004). Considerando as duzentas e dezasseis freguesias da AML, não foi possível identificar um limiar socioeconómico acima do qual o gradiente na mortalidade prematura deixasse de se observar (Nogueira, 2007b); a relação entre privação sociomaterial e saúde manifesta-se em áreas de maior e menor privação.

Nogueira (2008c), estudando a interacção entre ambiente socioeconómico, avaliado pela privação sociomaterial e um conjunto de determinantes contextuais da saúde pertencentes à organização social dos lugares e ao seu funcionamento colectivo, sublinha a interdependência entre a privação sociomaterial e as outras determinantes sociais da saúde, como o capital social. Wilkinson (2005) sublinhou o efeito indirecto da privação, referindo que a privação relativa e a iniquidade social possuem efeitos corrosivos nas relações sociais e nos níveis de capital e de coesão social. O aumento consequente do isolamento social, da insegurança, do stress e de outros riscos sociais tem impactos negativos na saúde física e mental. Reconhece-se que a privação afecta profundamente a organização social das comunidades, diminuindo níveis de suporte social, de participação comunitária e política e de empoderamento (empowerment), o que conduz ao empobrecimento da saúde (Pridmore e outros, 2007).

Van Lenthe e outros (2005) referem-se ao efeito sinérgico e estruturante do ambiente socioeconómico, factor capaz de desencadear círculos de empobrecimento e degradação dos lugares. Um dos primeiros sinais de degradação de uma área é a perda de população resultante de migrações selectivas: população de mais elevado estatuto socioeconómico (Van Lenthe e outros, 2005), mas também população frequentemente mais saudável. Segue-se um conjunto progressivo de modificações no ambiente local – nomeadamente ao nível das oportunidades existentes, segurança e organização social, anteriormente referido e designado como um círculo vicioso de empobrecimento local.

Norman e outros (2005) sublinham a relação existente entre migrações selectivas e mortalidade. Segundo estes autores, áreas de privação são afectadas por movimentos de saída das populações mais saudáveis, o que conduz a aumentos da mortalidade. No reino Unido, Dorling e outros (2000), analisando a relação entre mortalidade, migrações e crescimento demográfico, concluíram que áreas de maior mortalidade são também áreas de maior declínio populacional. Segundo os autores, as migrações selectivas têm um importante papel na explicação das variações em saúde, uma vez que indivíduos e grupos mais capazes procuram viver em áreas mais prósperas e mais saudáveis. Observando o comportamento da variação populacional, mortalidade prematura e privação material na AML, Nogueira (2007b) aponta a existência de uma relação semelhante, sugerindo que as migrações selectivas reforçam o efeito da privação dos lugares, melhorando a saúde nas áreas de chegada e piorando-a nas áreas de partida.

2-Dados e métodos

A privação material foi avaliada por um indicador compósito de privação múltipla (IPM) (Nogueira e Santana, 2005). A utilização de indicadores compósitos de privação pressupõe que a privação do lugar, sendo multidimensional, não pode ser avaliada por uma variável única (Nogueira, 2007c). Exemplos de indicadores de privação obtidos a partir de diversas variáveis são os índices de Townsend, Carstairs e Jarman (Carstairs e Morris, 1991; Pringle e outros, 2000).

O indicador aplicado na AMP é teórica e metodologicamente similar ao índice de Townsend, baseando-se em três variáveis derivadas do último Recenseamento Geral da População (2001):

1. Taxa de desemprego masculino;
2. Percentagem de população em habitações precárias;
3. Percentagem de população activa não qualificada (grupo profissional 9 da Classificação Nacional de Profissões).

No cálculo do Indicador recorre-se a um processo de normalização e soma das variáveis normalizadas. Como se referiu, um indicador semelhante foi testado e validado em estudos já efectuados para a AML (Nogueira, Santana e Santos, 2006; Nogueira, 2007a; Nogueira, 2007b).

A saúde foi avaliada pela mortalidade prematura padronizada pela idade. A escolha deste indicador justifica-se pela sua comprovada relação com a privação (Eames e outros, 1993; Sloggett e Joshi, 1994; Jordan e outros, 2004; Leyland, 2004; McLeone, 2004; Nogueira e Santana, 2005; Nogueira, 2007b) e pela possibilidade de obtenção de dados exaustivos, baseados em todos os indivíduos e para todas as freguesias da AMP.

Considerou-se mortalidade prematura todos os óbitos ocorridos antes dos 69 anos de idade, independentemente da causa de morte (Sloggett e Joshi, 1994; McLeone, 2004). Utilizaram-se os óbitos ocorridos nas freguesias durante um período de 3 anos – 2001, 2002 e 2003 – com o objectivo de minorar as oscilações próprias do fenómeno (Rodrigues, 1993; Jougl e outros, 1997). O Quadro 1 mostra a distribuição dos óbitos por grupos de idade no período considerado e a população residente em 2001 na AMP e na AML.

Grupo Etário	Total de casos de AML (2001 a 2003)	População Residente na AML(2001)	Total de casos da AMP (2001 a 2003)	População Residente na AMP (2001)
De 0 a 4 anos	526	137073	294	67910
De 5 a 9 anos	78	128808	31	67433
De 10 a 14 anos	90	133269	45	70433
De 15 a 19 anos	216	159610	106	84189
De 20 a 24 anos	450	209945	199	97207
De 25 a 29 anos	777	226123	342	106447
De 30 a 34 anos	973	200187	432	100829
De 35 a 39 anos	1154	192614	582	102508
De 40 a 44 anos	1552	186752	706	95853
De 45 a 49 anos	1955	185917	912	90268
De 50 a 54 anos	2650	190007	1144	84078
De 55 a 59 anos	3380	168710	1371	68264
De 60 a 64 anos	4561	149770	1780	59669
De 65 a 69 anos	6707	137726	2686	54845

Quadro 1. Óbitos (2001 a 2003) e população residente (2001) por grupos de idade na AML e na AMP
 Fonte: INE, Informação disponível não publicada; INE, 2001.

Sendo a mortalidade uma ocorrência dependente da idade, a comparação da mortalidade prematura só é válida se for feita tendo em conta a estrutura etária da população (Leyland, 2004; McLeone, 2004; Ronzio e outros, 2004). Nesta investigação, o ajustamento etário dos valores da mortalidade foi efectuado pelo método indirecto, que deve ser preferido quando o objectivo é evidenciar variações de risco no interior de um país ou de uma região de um país, na medida em que “os valores individuais são referidos a uma média global e as estimativas de risco obtidas possuem uma menor variabilidade estatística” (Rodrigues, 1993, p. 70, referindo Inskip e outros, 1983). A padronização etária produziu, como resultado final, uma Razão Padronizada de Mortalidade Prematura (RPMP), que pode ser interpretada em relação a um valor global de referência, 100. A obtenção da RPMP obedece a fases distintas que podem ser consultadas em Nogueira (2001) e Nogueira e Santana (2005). A significância da RPMP foi testada pelo intervalo de confiança a 95%, segundo o método indicado por Jones e Moon (1987).

A evolução demográfica foi avaliada pela variação percentual da população entre 1991 e 2001.

A relação entre privação, mortalidade prematura e dinâmica demográfica foi avaliada graficamente e por coeficientes de correlação de Pearson. A verificação da existência, ou não, do gradiente socioeconómico na mortalidade prematura efectuou-se reagrupando as freguesias das áreas metropolitanas segundo quintis de privação, recalculando-se, para cada um desses quintis, as RPMP.

3- Resultados encontrados para as duas Áreas Metropolitanas

Apresentam-se seguidamente os principais resultados do estudo efectuado para a AMP e a comparação com a situação já conhecida para a AML.

3.1-Privação material e mortalidade prematura

A associação entre privação e mortalidade prematura na AMP, ao nível das cento e trinta freguesias que a constituem, deu origem ao resultado expresso na Figura 1.

Figura 1. Associação entre privação material e mortalidade prematura (2001-2003) nas freguesias da AMP (n=130)

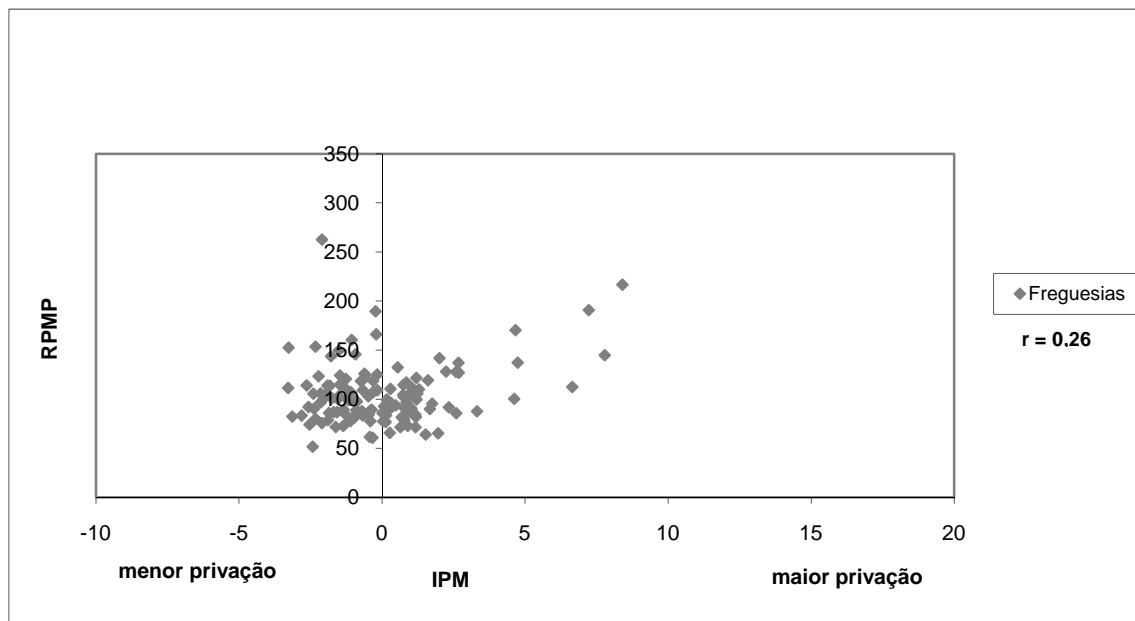
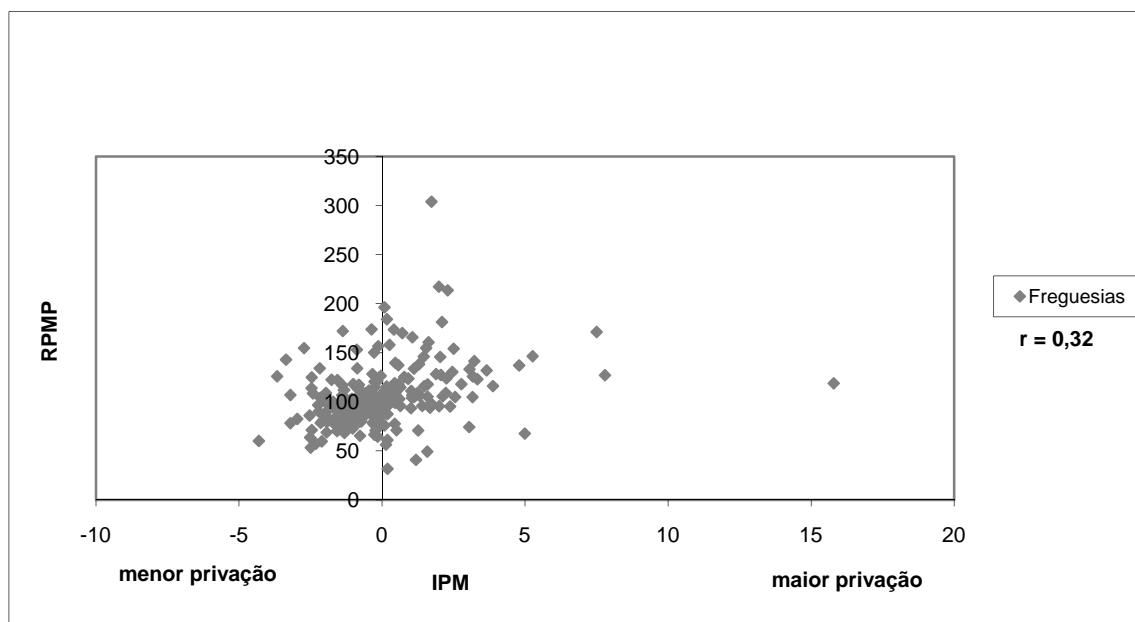


diagrama de dispersão anterior evidencia a relação directa e significativa entre privação e mortalidade prematura: áreas de maior privação apresentam, tendencialmente, maiores valores de mortalidade prematura, verificando-se que o coeficiente de correlação de Pearson apresenta um valor muito significativo de 0,26 ($p < 0,01$). A comparação com a situação previamente observada na AML (Figura 2) mostra não haver diferenças consideráveis entre as duas áreas metropolitanas, embora se destaque o valor mais forte da associação na AML (Figura 2).

Figura 2. Associação entre privação material e mortalidade prematura (2001-2003) nas freguesias da AML (n=216)

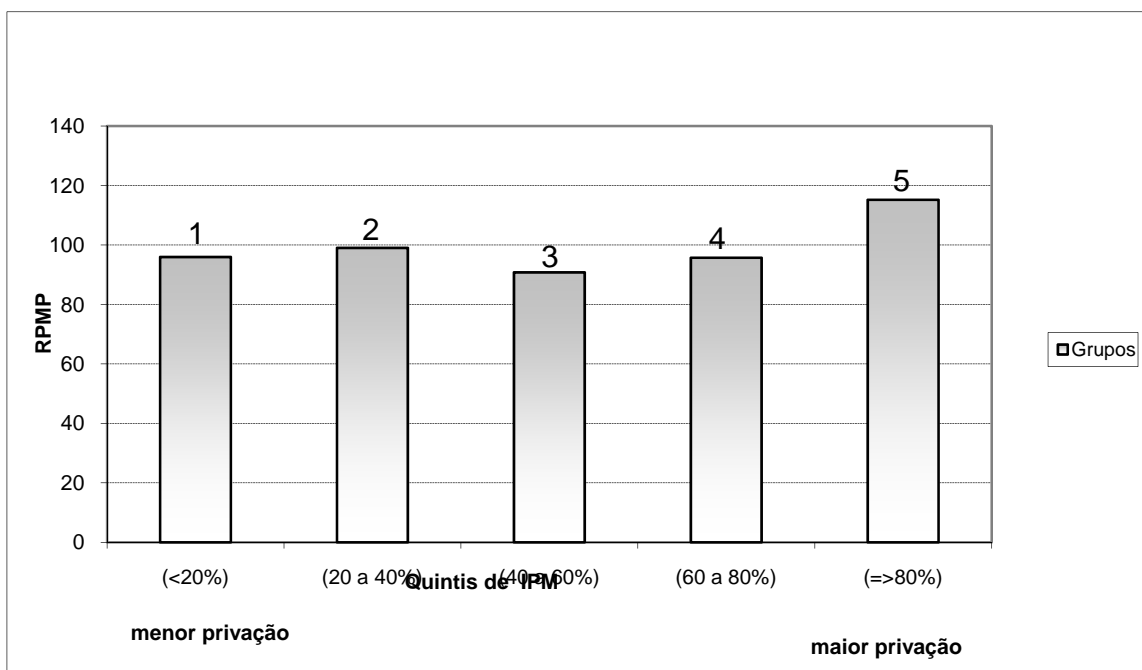


Fonte: Nogueira, 2007b

3.2- Gradiente socioeconómico na mortalidade prematura

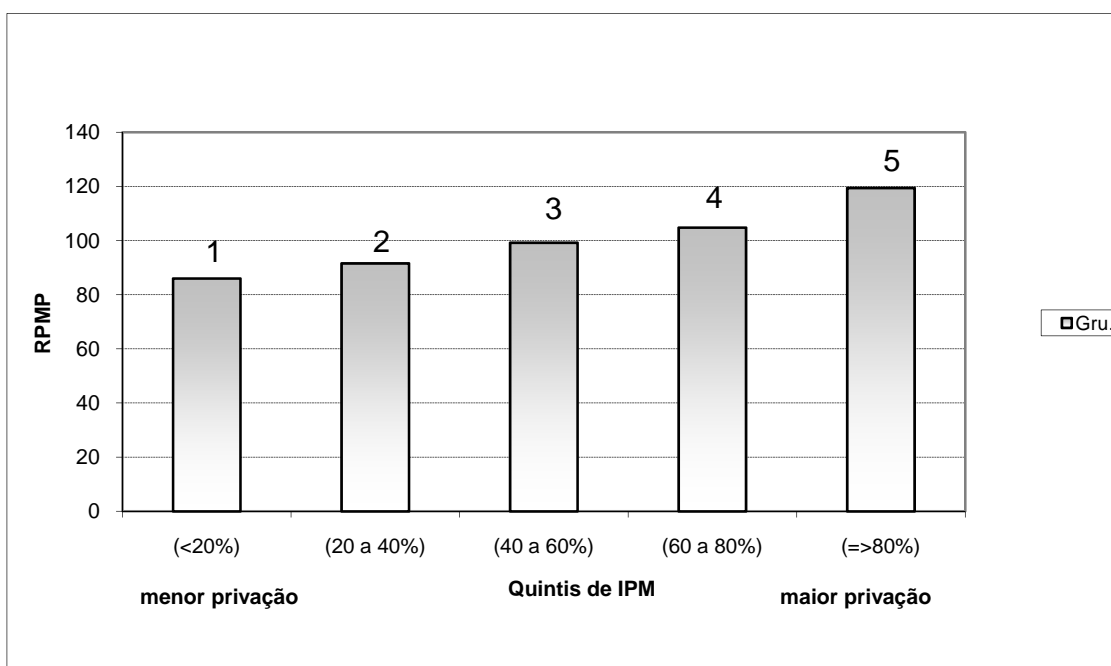
Um dos objectivos deste trabalho é saber se na AMP a relação privação/mortalidade prematura se verifica apenas em determinado tipo de áreas, nomeadamente em áreas de maior privação ou se, pelo contrário, se verifica ao longo de toda a escala social, à semelhança do observado na AML. Para isso, procedeu-se a um agrupamento das freguesias segundo quintis de privação, recalculando-se as RPMP em cada um desses cinco grupos. A Figura 3 mostra a RPMP para os quintis de freguesias da AMP, ordenadas segundo o indicador de privação.

Figura 3. RPMP (0-69 anos, 2001 a 2003) nas freguesias da AMP, hierarquizadas pelo valor do IPM e agrupadas em quintis



A análise da figura sugere a possibilidade da existência do limiar de privação, determinante da relação entre privação e mortalidade prematura. Verifica-se que a RPMP aumenta de forma consistente apenas a partir do terceiro quintil de privação; antes deste, em áreas mais prósperas, não há uma associação clara da RPMP com a privação. É no quintil mediano (terceiro) que a RPMP atinge o valor mais baixo; a RPMP do quarto quintil é ainda inferior à registada no segundo quintil. Esta situação difere da observada na AML, onde o gradiente da mortalidade prematura se verifica ao longo de toda a escala de privação (Figura 4).

Figura 4. RPMP (0-69 anos, 2001 a 2003) nas freguesias da AML, hierarquizadas pelo valor do IPM e agrupadas



em quintis

O Quadro 2 apresenta, para as duas Áreas Metropolitanas, o número de freguesias, a percentagem de população residente, o valor da RPMP e o seu nível de significância nos quintis efectuados.

	Quintis	Freguesias	População (%)	RPMP	Significância da RPMP
menor privação	<20%	26	6,2	95,9	Diminuída, não significativa
	20 a 40%	26	18,5	99,0	Diminuída, não significativa

AMP		40 a 60%	26	18,8	90,8	Diminuída e significativa
		60 a 80%	26	33,9	95,7	Diminuída e significativa
	maior privação	80% e mais	26	22,9	115,2	Aumentada e significativa
	menor privação	<20%	44	18,9	86,0	Diminuída e significativa
		20 a 40%	43	25	91,6	Diminuída e significativa
AML		40 a 60%	43	19,2	99,2	Diminuída, não significativa
		60 a 80%	43	19,5	104,8	Aumentada e significativa
	maior privação	80% e mais	43	17,4	119,4	Aumentada e significativa

Quadro 2. RPMP, níveis de significância e percentagem de população residente para as freguesias da AMP e da AML agrupadas em quintis de privação

O quadro revela que os valores da RPMP apresentam uma maior variação na AML, comparativamente à AMP. Por outro lado, na AML, os valores da RPMP não só vão aumentando gradualmente com o aumento da privação, como apresentam significância estatística em todos os quintis, excepto no mediano. Atendendo à forma como foi conceptualizado e construído o indicador de privação, áreas medianas são provavelmente áreas marcadas pela heterogeneidade de algumas das variáveis consideradas no IPM. De facto, uma das características da escala construída é que as áreas só apresentarão valores extremos do índice se forem internamente homogêneas para algumas das variáveis utilizadas (Nogueira, 2007c). É, pois, natural que a relação entre privação e mortalidade prematura seja menos nítida neste quintil, o que pode reflectir-se na ausência de significância estatística.

Na AMP, os valores da RPMP nos dois quintis de menor privação não apresentam significância estatística. Pelo anteriormente exposto, trata-se de áreas tendencialmente homogêneas, que apresentaram valores extremos para algumas das variáveis consideradas no IPM. Todavia, os valores da RPMP não se encontram aí significativamente diminuídos. Esta constatação permite colocar diferentes hipóteses. Uma delas relaciona-se com a capacidade discriminativa do IPM em áreas de menor urbanização. De facto, estes indicadores parecem particularmente adaptados a áreas de intensa urbanização, sendo questionável a sua aplicação a áreas de menor urbanização (Pringle e outros, 2000; McLeone, 2004). Ora a AMP, comparativamente à AML, é marcada não apenas pela maior ruralidade, como também por um modelo distinto de urbanização, de tipo difuso, o que poderá ter implicações na pertinência do indicador calculado. Acresce que, dado o carácter dinâmico e multidimensional da privação (Nogueira, 2008c), a AMP pode conhecer formas de privação não apreendidas na medida utilizada, que foi desenvolvida especificamente para o contexto da AML.

Outra explicação possível para as diferenças observadas entre a AMP e a AML sugere que o processo de degradação e empobrecimento dos lugares difere nos territórios considerados. Na AML, o ambiente socioeconómico, determinante estrutural da saúde, desencadeia um círculo de degradação ambiental e degradação de saúde semelhante ao anteriormente referido: diminuição do estatuto socioeconómico – migrações selectivas – degradação física dos lugares – diminuição do investimento em comércio, serviços e infra-estruturas diversas – aumento da insegurança – restrição dos contactos e das interações sociais – diminuição do suporte e da coesão social – perda de saúde. O padrão menos claro encontrado na AMP pode estar relacionado com uma teia de determinantes da saúde que não obedece ao círculo descrito. É possível, por exemplo, que na AMP áreas de menor privação sejam simultaneamente áreas com baixos níveis de interacção e participação social, caracterizadas pela falta de suporte social e pela emergência de sentimentos de indiferença e não-pertença, factores que conduzem ao empobrecimento da saúde (Wilkinson, 2005; Poortinga, 2006; Pridmore e outros, 2007). Uma vez que se desconhecem as causas do padrão encontrado, será interessante estudar, no futuro, o jogo das determinantes ambientais da saúde neste território metropolitano.

Outra questão colocada pelas associações observadas é relativa às potenciais políticas mitigadoras das iniquidades em saúde, em geral, e da mortalidade prematura, em particular. A existência do gradiente na mortalidade ao longo de toda a escala de privação, observado na AML, questiona as políticas de redistribuição dos rendimentos, comumente apontadas como possível estratégia para atenuação do problema. Na ausência de um limiar a partir do qual a relação entre saúde e privação deixe de se verificar, a referida redistribuição pode apenas promover uma transferência de saúde dos grupos ou áreas mais “ricas” para os grupos ou áreas mais “pobres”. Num quadro semelhante, Charlton (1994) sugere:

“(…) redistribution of income and other resources has little to offer in improving the national health: it is merely robbing Peter to pay Paul” (Charlton, 1994:222).

Parece então que, no contexto estudado, mais do que redistribuir rendimentos, urge diminuir a população dos grupos da base da hierarquia, aumentando a do topo.

O padrão observado na AMP é menos claro, sugerindo a necessidade de intervenções diferenciadas consoante os tipos de áreas. Verificou-se que em áreas mais prósperas os valores de mortalidade prematura são relativamente elevados; retirar vantagens a estas áreas/grupos poderá piorar mais ainda a sua saúde. Neste caso, será talvez necessário que as intervenções se dirijam prioritariamente à modificação de outras determinantes da saúde, investindo, por exemplo, nos níveis

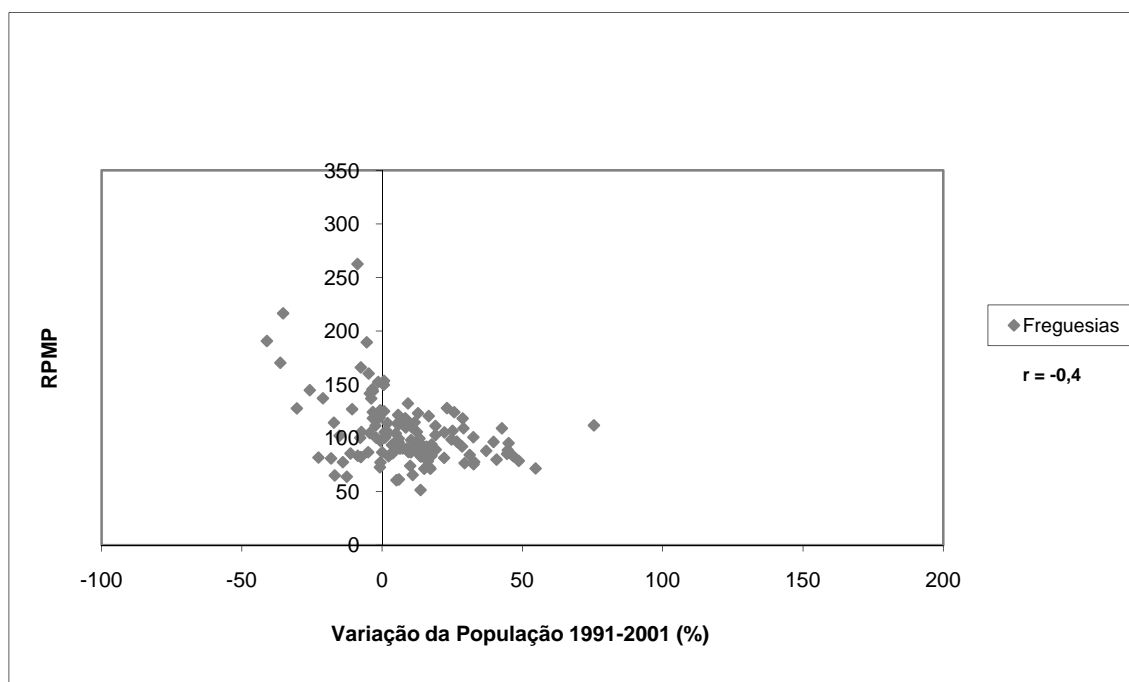
de organização social e de participação (social e política) das comunidades economicamente mais prósperas. Simultaneamente, os elevados valores de mortalidade registados em áreas de maior privação apontam também a necessidade de diminuir as populações da base da hierarquia social.

3.3-Dinâmica demográfica, privação e mortalidade prematura

Um último objectivo deste estudo era verificar a ocorrência e relevância de círculos de empobrecimento dos lugares, através da análise da relação privação – dinâmica demográfica – mortalidade prematura. Recorde-se que vários estudos sublinharam a associação entre declínio demográfico e mortalidade (Dorling e outros, 2000; Norman e outros, 2005; Young, 2006), associação essa atribuída parcialmente ao efeito das migrações selectivas. Como foi referido, as migrações selectivas poderão ser um primeiro sinal do declínio dos lugares; na sequência da diminuição do estatuto socioeconómico das áreas, é provável que ocorra um movimento de saída de indivíduos de maior poder económico, geralmente mais saudáveis. Este movimento será suficiente para piorar a saúde nas áreas de partida, melhorando-a nas áreas de chegada. A este primeiro sinal de empobrecimento ambiental, seguem-se outros, como a diminuição do investimento em infra-estruturas e serviços, o aumento do crime, a diminuição das interações sociais (Van Lenthe e outros, 2005).

Analisando gráfica e numericamente algumas correlações, é possível sugerir que a dinâmica demográfica da AMP, em parte decorrente das migrações, corrobora os padrões teóricos estabelecidos noutros países (Dorling e outros, 2000): áreas de declínio populacional, provavelmente palco de movimentos de saída de população de mais elevado estatuto socioeconómico, são áreas de maior privação. O coeficiente de correlação entre o IPM e a variação da população entre 1991 e 2001 apresenta um valor muito significativo de -0,43, que suporta esta ilação. A população que sai das áreas de maior privação não possui apenas um estatuto socioeconómico mais elevado; é também provavelmente mais saudável, o que se reflecte num aumento dos valores de mortalidade prematura nas áreas mais carenciadas. Em oposição, áreas marcadas por uma evolução demográfica positiva, apresentam tendencialmente níveis mais baixos de mortalidade prematura. A Figura 5 revela claramente a forte associação negativa entre estas variáveis, facilmente comprovada pelo valor e significância do coeficiente de correlação de Pearson ($r = -0,4$).

Figura 5. Associação entre variação da população 1991-2001 (%) e mortalidade prematura padronizada



(2001-2003) nas freguesias da AMP

Idêntica associação tinha sido previamente reportada na AML (Nogueira, 2007b), embora com um valor de coeficiente de correlação ligeiramente mais baixo (-0,35) (figura 6). Parece assim que nos territórios metropolitanos de Lisboa e Porto, a dinâmica demográfica, indicativa de mudanças no ambiente socioeconómico, pode também reforçar o efeito da privação dos lugares, contribuindo para melhorar a saúde nas áreas de chegada, mais prósperas, e piorando-a nas áreas de partida.

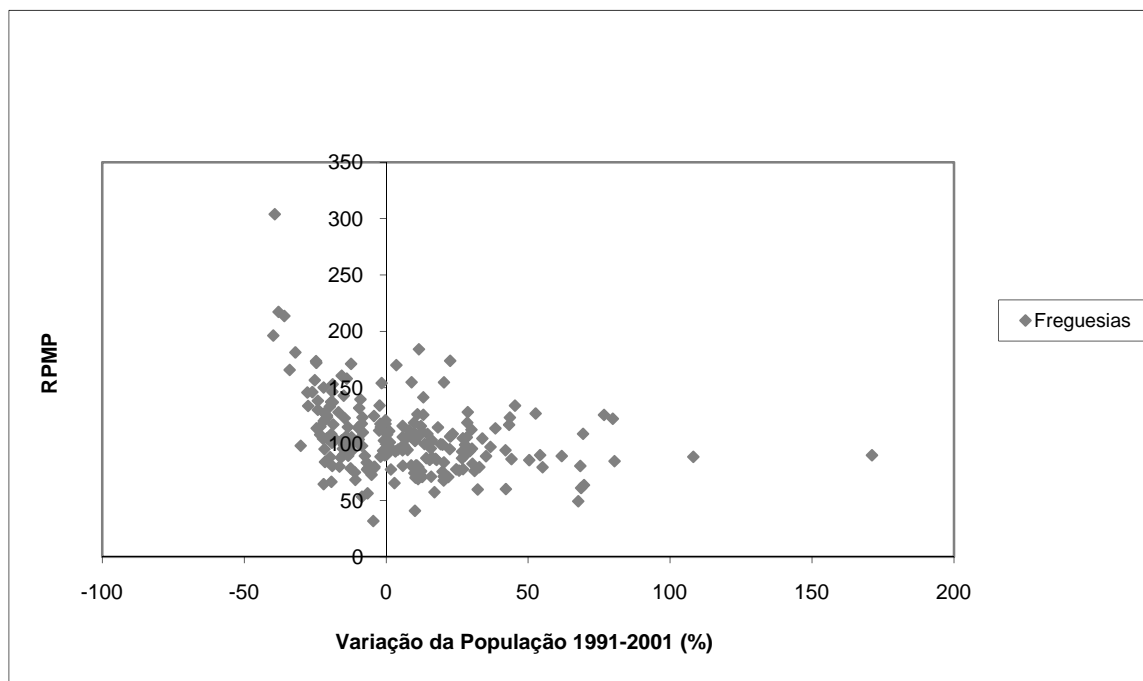


Figura 6. Associação entre variação da população 1991-2001 (%) e mortalidade prematura padronizada (2001-2003) nas freguesias da AML
Fonte: Nogueira, 2007b

4- Conclusões

O estudo efectuado na AMP revela a intensa relação existente entre privação material e mortalidade prematura padronizada pela idade, confirmando estudos anteriores desenvolvidos na AML. Independentemente das especificidades dos territórios em análise, a privação sociomaterial assume-se claramente como determinante contextual da mortalidade prematura. Verificou-se que na AMP, o aumento da mortalidade prematura não é visível ao longo de toda a hierarquia social, mas apenas em áreas de maior privação. Esta é, pois, uma diferença importante entre as duas Áreas Metropolitanas, uma vez que para a AML esse gradiente se verificou ao longo de toda a escala social. Saber qual ou quais as razões do aumento da RPMP nas áreas (quintis) de menor privação da AMP, relativamente a áreas de maior privação, pode e deve doravante constituir-se como objecto de estudo nesta temática, de forma um pouco semelhante ao que foi efectuado para a AML. O conhecimento das determinantes contextuais da saúde nesta área, e das suas inter-relações, é fundamental para a delineação de estratégias de combate às variações em saúde.

O padrão encontrado permite sugerir que na AMP, à semelhança do que foi referido para a AML, estratégias baseadas na redistribuição de rendimentos podem não ser a melhor opção para melhorar a saúde das populações, embora não o sejam por motivos distintos. Na AML, a redistribuição de rendimentos poderá nada mais fazer do que promover uma transferência de vantagens e saúde dos grupos mais prósperos para os grupos mais pobres da população (Nogueira, 2007b); na AMP, a estratégia em causa poderá piorar a saúde dos grupos mais prósperos, que se verificou serem grupos relativamente vulneráveis e de saúde frágil.

Verificou-se ainda a relevância das associações dinâmica demográfica (variação da população entre 1991 e 2001) /RPMP e dinâmica demográfica/privação sociomaterial. Este padrão, conforme ao teórico e ao encontrado na AML e, genericamente, noutros contextos, sugere a existência de processos de empobrecimento e degradação dos lugares, em que uma das causas é a degradação do ambiente socioeconómico das áreas, um dos sinais o declínio demográfico e um dos resultados o aumento da mortalidade prematura. A privação material é uma determinante estrutural da saúde (OMS, 2008), uma macro característica dos territórios que, segundo alguns autores, tem capacidade de promover cadeias sequenciais de degradação, actuantes do macro para o micro nível, que questionam e oneram o desenvolvimento de estratégias e de acções locais dirigidas às populações em risco (Young, 2006). Para além da implementação de políticas locais que visem a melhoria das condições de vida das populações – como, por exemplo, a criação de um espaço público que proporcione o estabelecimento de interacções sociais – é necessário também desenvolver políticas dirigidas às mudanças económicas e sociais que têm afectado sobretudo as comunidades e os lugares mais carenciados e que passam, necessariamente, pela diminuição dos seus níveis de privação sociomaterial. Considerando que as determinantes estruturais despoletam processos de degradação dos lugares, possuindo capacidade de modelar as condições de vida quotidiana, estas políticas assumem um

carácter fundamental. É possível, pois, esperar destas intervenções múltiplos impactos positivos, progressivamente amplificados, sobre um conjunto diversificado de determinantes da saúde.

5-Referências

- Beaglehole, R., Bonita, R. & Kjellstrom, T. (2003). *Epidemiologia Básica*: Escola Nacional de Saúde Pública.
- Carstairs, V., & Morris, R. (1991). *Deprivation and Health in Scotland*. Aberdeen: Aberdeen University Press.
- Charlton, B. (1994). Is Inequality Bad for the National Health? *Lancet*, 343, 221-222.
- Dorling, D., Shaw, M., & Brimblecombe, N. (2000). *Housing Wealth and Community Health: Exploring the Role of Migration*. Findings from Health Variations Programme, May, ESRC Economic & Social Research Council, 3, s/p.
- Eames, M., Ben-Shlomo, & Marmot, M. (1993). Social Deprivation and Premature Mortality: Regional Comparison across England. *BMJ*, 307, 1097-1102.
- Instituto Nacional de Estatística (2001). *Recenseamentos Gerais da População e da Habitação. Dados comparativos 1991-2001*. Lisboa: INE (CD-ROM).
- Jones, K., & Moon, G. (1987). *Health, Disease and Society: An Introduction to Medical Geography*. Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd.
- Jordan, H., Roderick, P., & Martin, D. (2004). The Index of Multiple Deprivation 2000 and Accessibility Effects on Health. *Journal of Epidemiol. Commun. Health*, 58,250-257.
- Jougl, E., Millereau, E., & Touleec, (1997). Disparités Départementales de la Mortalité Prématuroe en France (1992-1994). *Actualité et Dossier en Santé Publique*, 19, VI-IX.
- Leyland, A. (2004). Increasing Inequalities in Premature Mortality un Great Britan. *Journal of Epidemiol. Commun. Health*, 58,296-302.
- Marmot, M. (2004). Tackling Health Inequalities since the Acheson Inquiry. *Journal of Epidemiol. Commun. Health*, 58, 262-263.
- Martins, M.F. (2007). *Mitos e crenças na gravidez – sabedoria e segredos tradicionais das mulheres de seis concelhos do distrito de Braga*. Lisboa: Edições Colibri.
- McLeone, P. (2004). Carstairs Scores for Scottish Postcode Sectors from the 2001 Census”. MRC Social & Public Health Sciences Unit, Glasgow, University of Glasgow (policopiado).
- Nogueira, H. (2007a). Territórios de Privação Múltipla na Área Metropolitana de Lisboa. In P. Santana (coord), *A Cidade e a Saúde*. Coimbra: Edições Almedina, Coimbra, (pp. 133-141).
- Nogueira, H. (2007b). Privação Sociomaterial e Saúde na Área Metropolitana de Lisboa. O Exemplo da Mortalidade Prematura. In P. Santana (coord), *A Cidade e a Saúde*. Coimbra: Edições Almedina, Coimbra, (pp. 155-162).
- Nogueira, H. (2007c). Os Lugares e a saúde. Uma abordagem da Geografia às variações em saúde na Área Metropolitana de Lisboa. Tese de Doutoramento, Coimbra: Universidade de Coimbra (policopiado).
- Nogueira, H. (2008a). Healthy Communities: The Challenge of Social Capital in the Lisbon Metropolitan Area. *Health & Place* (in press).
- Nogueira, H. (2008b). Vulnerabilidades do Ambiente Local – Impactes no Estado de Saúde Auto-Avaliado da população Residente na Área Metropolitana de Lisboa. *INE, Revista de Estudos Demográficos*, 43. 5-18.
- Nogueira, H. (2008c). *Os Lugares e a Saúde*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Nogueira, H., & Santana, P. (2005). Geographies of Health and Deprivation: Relationship between Them. In C. Palagiano & G. de Santis (a cura di), *Geografia dell'Alimentazione, Atti dell' VIII Seminario Internazionale di Geografia Medica*, Roma-Perugia: Edizioni Rux, (pp. 539-546).
- Nogueira, H., Santana, P., & Santos, R. (2006). Linking Perceptions of Health to Neighbourhood Environment in the Lisbon Metropolitan Area, Portugal. In U. Mander, C. Brebbia & E. Tiezzi (eds.), *The Sustainable City IV. Urban Regeneration and Sustainability*. Boston - Southampton: WIT Press, (pp. 723-733).
- Norman, P., Boyle, P., & Rees, P. (2005). Selective Migration, Health and Deprivation: A Longitudinal Analysis. *Soc. Sci. Med.*, 60, 2755-2771.
- Organização Mundial de Saúde (2008). *Closing the Gap in a Generation. Health Equity through Action on the Social determinants of Health*. Geneva: World Health Organization.
- Poortinga, W. (2006). Social relations or social capital? Individual and community health effects of bonding social capital. *Soc. Sci. Med.*, 63, 255-270.
- Pridmore, P., Thomas, L., Havemann, K., Sapag, J., & Wood, L. (2007). Social capital and healthy urbanization in a globalized world. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 84, 1, i130-i143.
- Pringle, D., Cook, S., Poole, M., & Moore, A. (2000). *Cross-Border Deprivation Analysis. A Summary Guide*. Dublin: Oak Tree Press.
- Rodrigues, V. (1993). *Epidemiologia Geográfica de Cancro. Aplicação de Estimativa Bayesiana Empírica à Análise da Distribuição Geográfica da Mortalidade por Tumores Malignos em Portugal*. Tese de Doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra (policopiado).
- Ronzio, C., Pamuk, E., & Squires, G. (2004). The Politics of Preventable Deaths: Local Spending, Income Inequality, and Premature Mortality in US Cities. *Journal of Epidemiol. Commun. Health*, 58, 175-179.

- Sloggett, A., & Joshi, H. (1994). Higher Mortality in Deprived Areas: Community or Personal Disadvantage? *B MJ*, 309, 1470-1474.
- Taylor, R., Smith, B., & Van Teijlingen, E. (2003). *Health and Illness in the Community*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Van Lenthe, F., Brug, J., & Mackenbach, J. (2005). Neighbourhood Inequalities in Physical Inactivity: The Role of Neighbourhood Attractiveness, Proximity to Local Facilities and Safety in the Netherlands. *Soc. Sci. Med.*, 60, 763-775.
- Wilkinson, R. (2005). Social Corrosion, Inequality and Health. In A. Giddens & P. Diamond, P. (eds.), *The New Egalitarianism*. Cambridge: Polity Press, (pp. 183-199).
- Young, F. (2006). Community decline and mortality. *Health & Place*, 12, 353-359.

Qualidade de Vida no Contexto Migratório Internacional: um estudo psicossociológico com imigrantes brasileiros

Maria da Penha de Lima Coutinho
Universidade Federal da Paraíba
penhalcoutinho@yahoo.com.br

Ieda Franken
Universidade Federal da Paraíba
iedafranken@gmail.com

Natália Ramos
Universidade Aberta de Lisboa
nataliapramos@gmail.com

Resumo: Atualmente, o termo Qualidade de Vida (QV) vem se tornando aspecto de interesse crescente de profissionais e pesquisadores dos mais variados espaços do conhecimento humano. O objetivo é apresentar os resultados de uma investigação sobre as representações sociais dos imigrantes brasileiros acerca do construto Qualidade de Vida (QV) no contexto migratório, desenvolvido na cidade de Genebra/Suíça. Trata-se de um estudo exploratório instrumentalizado pela Técnica de Associação Livre de Palavras, Questionário Bio-demográfico e Entrevistas Semi-estruturadas, abrangendo a participação de 183 atores sociais de ambos os sexos. Os dados coletados, pelas entrevistas foram analisados pela técnica de Análise de Conteúdo Temática de Bardin (1977/2002), do questionário bio-demográfico, pelo pacote estatístico SPSS e os dados coletados através da Associação Livre de Palavras foram processados pelo software Tri-deux-mots e analisados pela análise fatorial de correspondência. Em relação ao construto qualidade de vida, as interlocuções resultantes das questões norteadoras permitiram a construção de um conhecimento prático veiculado no grupo de afiliação e na inter-relação do contexto social, o qual propiciou a emergência de três categorias: concepção, implicações psicossociais/ econômicas e conseqüências com oito subcategorias físico-orgânica; psico-afetiva; psicossociais; condições de vida favoráveis e desfavoráveis; condições de trabalho. Conclusão: A análise dos dados obtidos nos permite inferir que as representações sociais, acerca do construto qualidade de vida, elaboradas pelos participantes deste estudo, apresentaram um conceito plural, multifacetado e ancorado nos aspectos psico-bio-sócio-econômicos.

Palavras Chaves: Qualidade de vida, imigração, representações sociais.

Introdução

Durante os últimos 20 anos, as correntes migratórias, de modo geral e as internacionais especificamente, vêm acelerando seu ritmo de crescimento e sua complexidade tornando-se um fenômeno que afeta todos os países, seja por serem receptores ou emissores de emigrantes. De fato a imigração, apesar de estar presente em todos os momentos da história da humanidade, vem sendo amplamente estudado e discutido em diferentes áreas do conhecimento e compreendida, atualmente, como uma faceta inseparável do processo da globalização. Porém, se com a globalização os governos se esforçam para facilitar os fluxos financeiros e comerciais, os fluxos migratórios não recebem as mesmas facilidades, apesar dos dados estatísticos oficiais revelarem sua importância e contribuições (sócio-econômica-financeira), para os países envolvidos (Ruedas 2008; Stiglitz, 2008).

As migrações são as mudanças de pessoas de uma região para outra, que podem ser internas ou externas. As migrações internas acontecem dentro dos limites do país, ocorre de uma região para outra, de um estado para outro ou até de uma cidade para outra. As migrações externas são aquelas que ocorrem de um país para outro, cruzando uma ou mais fronteiras. A migração externa compreende a emigração e a imigração. A emigração é a saída de pessoas de um país; a imigração é a entrada de pessoas em um país, Ramos (2004).

O imigrante internacional é definido como “todo o indivíduo que deixa seu país para se estabelecer no estrangeiro, seja de forma permanente ou temporária o objetivo de satisfazer necessidades consideradas essenciais” Alvez (2003, p.171).

Numa visão macro todos os países desenvolvidos ou em desenvolvimento estão imersos no fenômeno da globalização (Hogo, 1998).

Com a globalização e a intensificação das assimetrias de desenvolvimento a nível planetário tem-se registrado um acentuado movimento sem precedentes de populações das regiões mais desfavorecidas para as mais industrializadas.

As regiões mais desfavorecidas são caracterizadas por índices de subdesenvolvimento crônicos, a principal gênese dos fluxos migratórios internacionais. Altos níveis de desemprego e pobreza, rendimentos e consumos por habitantes reduzidos, carência de proteção social, deficientes sistemas de saúde e ensino, instiga as populações destas regiões o desejo de procurar melhor sorte em outras regiões mais ricas do globo, (Seabra, 2003).

Segundo Arnold (1995), mais da metade dos países que recebem imigrantes estão localizados em regiões muito desenvolvidas.

As experiências de sociedades avançadas, como as da Suíça, do Portugal, e da França, que possuem uma trajetória migratória intensa, nos confirmam o caráter sócio-histórico e estrutural da migração.

A Suíça do século XIX foi um país de migrantes, porém depois da segunda guerra mundial o saldo migratório tem sido constantemente positivo. A necessidade de mão-de-obra estrangeira para atender suas necessidades de desenvolvimento fez da Suíça um país de grande atração para os estrangeiros. Esse afluxo continua no terceiro milênio. A diversificação da origem dos estrangeiros e as razões que os forcem a deixar seus países, sejam de ordem econômica, social ou política, contribuíram para o enriquecimento cultural da Suíça, mas esses também provocaram problemas de integração.

O relatório de 2007, o Conselho Federal (governo suíço) afirma que 1,6 milhão de estrangeiros viviam na Suíça no final de 2007. Eles representam 21% da população, 87% dos estrangeiros residentes na Suíça têm a nacionalidade de um país europeu, sendo os italianos são a comunidade mais numerosas (291.600 pessoas).

E, segundo a Divisão Federal de Estatística (DFE) da Suíça, em 1985 residiam 1.254 brasileiros legalizados. Já em 2004, a colônia brasileira contou com 12.100 residentes permanentes legais, o que corresponde a uma taxa de incremento de 850%, em 19 anos (AMMANN, 2006). Isso indica que o Brasil, que foi um típico país de imigração, tornou-se, a partir de 1980, um exportador de mão-de-obra, ou seja, um país de emigração.

Esses dados podem ser empiricamente identificados em uma visita à cidade de Genebra/Suíça, onde se observa a presença marcante de brasileiros nos mais variados ambientes públicos: praças, bares, supermercados, meios de transportes, etc.

Ammann (2006), realizou um estudo com brasileiros migrantes legais na Suíça e concluiu que dos 12.100 brasileiros, um terço possui visto permanente e quase dois terços apenas visto anual renovável. Poucos são residentes não permanentes, com visto de menos de um ano de validade. Em torno de 350 brasileiros têm visto de diplomata trabalhando em embaixada, em consulados e em muitas organizações internacionais, estão incluídos, nesse número, os familiares dos diplomatas.

A potencial conexão causal entre migração e a busca por melhores condições de vida, qualidade de vida, tem-se registrado como uma das maiores forças vetoriais para a decisão de migrar acompanhada pelo apoio social (Dehesa, 2008; Galbraith, 2008; Almeida Filho, 2000) Porém entre a chegada ao país de acolhimento e a real melhoria da qualidade de vida atravessam-se aí inúmeras situações de sofrimento vivenciados em diferentes esferas – biológica, psicológica e social, pelo ator migrante.

Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2003), informa que aproximadamente cento e cinquenta milhões de pessoas vivem fora do seu país de origem sendo migrantes legais ou ilegais e refugiados, caracterizando o crescimento do fenômeno migratório a um ritmo mais acelerado do que o crescimento da população mundial. No que se refere à distribuição da população migrante, em 2002, a maior parte vivia na Ásia (43,8 milhões), seguida pelos EUA e Canadá (40,8 milhões), Europa ocidental (32,8 milhões) e a ex-União Soviética (29,5 milhões). Menor a presença na África (16,3 milhões), América Latina (5,9 milhões) e Oceania (5,8 milhões) (Marinucci, 2002).

A Organização da Nações Unidas (ONU), publica em 2005 o – Informe sobre a situação social em 2005 – neste trabalho descrevem os resultados das análises realizadas entre 73 países sobre questões sociais. Revela que em grande parte do planeta, aprofundaram-se as desigualdades e desequilíbrios sociais, diz o texto:

“os 20% da população mundial que vive nos países desenvolvidos controlam 80% das riquezas do planeta. Já os cinco bilhões que estão em países subdesenvolvidos dividem os 20% restantes. A renda per capita dos 10% mais ricos equivale a 32 vezes a dos 40% mais pobres. Os jovens são duas ou três vezes mais susceptíveis ao desemprego e perfazem 47% dos 186 milhões de pessoas sem emprego no mundo. Quase um quarto dos trabalhadores do mundo não recebe o suficiente para que suas famílias superem a linha de pobreza, que é de um dólar por dia”. A conclusão é que, “as desigualdades na distribuição de renda e de oportunidades não só persistem como, muitas vezes, pioram. E salienta O subsecretário da ONU, José Antonio Campo, afirma que a migração de trabalhadores para o mercado informal e sua conseqüente pauperização é provavelmente uma das tendências mais significativas e disseminadas. Dos 73 países analisados, a desigualdade cresceu em 48 durante os últimos 25 anos, permaneceu igual em 16 e diminuiu apenas em nove”. (Cfr. Folha de São Paulo, 26/08/2005, pág. A 18).

Dupas (2005), alude que muitos países desenvolvidos, após os acordos de cooperação econômica (blocos econômicos) da década de 1980, deram um grande impulso aos processos de integração para os membros pertencentes. Porém, no que concerne aos imigrantes que não fazem parte dos países membros, permanece ainda um elemento de exclusão, ou se não de exclusão, mas de inclusão marginal, ou de inclusão pouca incluída e/ou inconclusa, ou, ainda, de uma inclusão

regrada por várias políticas e legislações de imigração que, ao sabor das circunstâncias, das pressões econômicas, políticas, étnicas e culturais, dos interesses eleitorais (como o vivido em períodos recentes nos EUA), etc., determinam fechamentos, flexibilidades e restrições. Para se ter uma idéia desse processo todo, calcula-se que, no final do século XX, em torno de 120 milhões de pessoas viviam em países diferentes do de seu original, grande parte disso motivado por fatores político-ideológico e religiosos, mas acima de tudo, por motivo trabalho.

Os continentes que receberam o maior número de migrantes foram a Europa (56,1 milhões); Ásia (49,7 milhões); América do Norte (40, 9); África (16,6 milhões); América Latina e Caribe (5,9 milhões). Em percentuais, a Oceania recebeu um número de migrantes que corresponde a 19,1% de sua população; a América do Norte a 13% e a Europa a 7,7% (Ruffete e Jiménez 2005).

Em 2002, 2,9 % da população mundial encaixava-se na denominação de migrante, isto é, uma pessoa em cada 35 saiu de sua terra, sendo os países que mais recebem migrantes em seu território, em números absolutos, são: os Estados Unidos (36 milhões); Rússia (13,3 milhões); União Européia (19 milhões, sendo 9 milhões migrantes internos) (Ruffete e Jiménez op.cit).

Os dados oficiais da Organisation de Cooperation et de Developpement Économique-OCDE (2005), mostram que a cada ano 2,5 a 4 milhões de migrantes atravessam as fronteiras internacionais sem autorização. Em 2000 pelo menos 5 milhões dos 56,1 milhões de migrantes, na Europa, estavam em situação irregular. Estima-se que 500.000 migrantes sem papéis chegam a Europa a cada ano. Países como Suíça, Espanha, Portugal, França que possuem uma trajetória migratória intensa, nos confirmam o caráter sócio-histórico e estrutural da migração. Segundo dados do SOPEMI (2001), a Alemanha foi o país europeu com maior número de estrangeiros (sete milhões), seguido pela França (3,2 milhões), Grã-bretanha (2,6 milhões), Espanha, Itália e Suíça. Em 2008 (SOPEMI (2008), a imigração legal de tipo permanente de estrangeiros (cerca de quatro milhões) continuou a aumentar em 2006, um aumento de cerca de 5% em relação a 2005, Mais de 2.5 milhões de trabalhadores temporários migrantes chegaram aos países da OCDE. Na Áustria, Bélgica, Dinamarca e Alemanha, tais movimentos justificam quase metade da migração de tipo permanente e na Suíça cerca de 70%.

Na Suíça, dos 1,1 milhões de estrangeiros constituíam em 1990 um índice de 16% da população. A proporção de estrangeiros na Suíça - contando todas as nacionalidades - sobe de 14% em 1980 para 21% em 2003.

Conforme os dados da Divisão Federal de Estatística (DFE) da Suíça, em 1985 residiam, legalmente, 1.254 brasileiros, já em 2004, a colônia brasileira contou com 12.100 residentes permanentes legais, o que corresponde a uma taxa de incremento de 850%, em 19 anos. Quase a metade reside em Zurique e Genebra que são as duas cidades com a maior qualidade de vida do mundo, com salários atrativos e um custo de vida elevado, (Ammann 2006; FrankenCoutinho e Ramos 2007).

No cidade de Genebra registra-se uma população de 414mil habitantes destes 158mil são estrangeiros (38%). Estima-se que um número de 18 mil são imigrantes sem papéis oriundos da America Latina (L'Annuaire statistique de la Suisse 2008).

Embora dados sobre a população migrante são publicados por organismos internacionais, parece importante salientar que carregam na sua informação dificuldades de aferição e imprecisões, visto que, muitos indivíduos que migram, à procura de melhores condições de vida, os deserdados do capitalismo, em sua maioria, não figuram nas estatísticas oficiais como migrantes, são turistas.

Dupas (2005), afirma que as migrações internacionais carregam consigo fatores múltiplos em termos causais, podendo expressar dentre eles: o econômico, o tecnológico, o jurídico, o étnico, o político, o ecológico, o antropológico e o bélico, e que tais fatores expressam a complexidade e amplitude deste fenômeno social. Concomitantemente observa-se que a centralidade do trabalho foi e continua sendo, a causa prioritária principalmente, em suas novas técnicas informacionais, eletrônicas, virtuais, que em teoria, seriam redutoras da inserção de mão-de-obra no trabalho, porém ao mesmo tempo trazem para perto mundos distantes, revelando as suas ofertas e possibilidades de vida melhor.

Qualidade de vida

Embora encerre um conceito relativamente recente, a expressão qualidade de vida é, hoje em dia utilizada freqüentemente quer ao nível da linguagem comum, quer ao nível do discurso teórico, sendo um tema central em todas as análises e políticas de planejamento e gestão.

Historicamente, o conceito de qualidade de vida surge nos anos 60. Prevalencia então, uma corrente essencialmente economista, que analisava o crescimento econômico das sociedades, através da evolução do respectivo PIB, traduzindo de forma global o crescimento econômico verificado, mas não contemplava diversos aspectos fundamentais que permitissem analisar o desenvolvimento e a qualidade de vida de uma sociedade, nesta posição, o crescimento econômico era sinônimo de qualidade de vida (Setién, 1993).

Qualidade de vida atualmente tem sido um dos conceitos mais discutidos, existindo uma certa dificuldade em chegar-se a um acordo quanto ao que realmente signifique uma boa qualidade de vida. Tal dificuldade parece estar relacionada ao fato de perceber-se que o significado deste conceito varia de uma cultura para outra, de um indivíduo para outro, e em tempos diferentes (Minayo, 2000).

Esta mesma autora refere que esta relatividade remete a noção de qualidade de vida, ao plano individual, e também a três fóruns de referência. O primeiro é histórico, ou seja, em determinado tempo seu desenvolvimento econômico, social e

tecnológico, de uma sociedade específica possui um parâmetro de qualidade de vida diferente da mesma sociedade em outra etapa histórica. O segundo é cultural, certamente, valores e necessidades são construídos e hierarquizados diferentemente pelos povos, revelando suas tradições. O terceiro aspecto se refere às estratificações ou classes sociais.

Estudiosos Setién (1993), Nussbau(1993), Lobo(2002) que analisam as sociedades em que as desigualdades e heterogeneidades são muito fortes mostram que os padrões e as concepções de bem estar são também estratificados: a idéia de qualidade de vida está relacionada ao bem estar das camadas superiores e à passagem de um limiar a outro.

Para a Organização Mundial de Saúde – OMS,(OMS,1984),a qualidade de vida é um conceito holístico que reúne o conjunto de recursos (sociais, individuais e físicos), necessários ao indivíduo para realização dos seus objetivos e aspirações e para a satisfação das suas necessidades aos diferentes níveis.

De acordo com os autores, Kurtz (1995) e Harding (1980); as dimensões da qualidade de vida incluem a saúde física, a saúde mental, a integração social, a moradia, o tempo livre, o lazer, a educação, o meio ambiente, as relações interpessoais e o bem-estar geral.

Auray(1995), WitierP. (1997) referem que qualidade de vida não é o reflexo direto das condições reais e objetivas da vida das pessoas, mas da avaliação que cada um faz a respeito destas condições, envolvendo assim elementos subjetivos e objetivos.

Pesquisas, sobre qualidade de vida, apontam também para valores não materiais, como amor, liberdade, solidariedade, inserção social, realização pessoal e felicidade, como também a satisfação das necessidades mais elementares da vida humana: alimentação acesso à água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer; elementos materiais que têm como referencias noções relativas de conforto, bem estar e realização individual e coletiva.

É possível dizer também, que desemprego, exclusão social e violência são, de forma objetiva, reconhecidos como a negação da qualidade de vida. Trata-se, portanto, de componentes passíveis de mensuração e comparação, mesmo levando-se em conta a necessidade permanente de relativizá-los culturalmente no tempo e espaço, Minayo (2000).

Ainda segundo o pensamento desta autora, qualidade de vida é uma noção eminentemente humana que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrada na vida familiar, amorosa, social e ambiental e a própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considere seu padrão de conforto e bem estar, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

Muitos outros autores têm oferecido outras formas de conceituar qualidade de vida e as investigações geram mais e mais definições. Nos últimos anos, parece muito mais útil o estudo de seu componente subjetivo, de sua natureza psicológica, avaliada pelo próprio indivíduo (Fayers, 2000; Pachcoal 2000; Bonomi, 2000).

Representações sociais

Para Moscovici (1978), a representação social é “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (p. 26). Analisando esse conceito podemos entendê-lo como uma modalidade particular porque é produzido por um grupo de pertença, no contexto social no qual encontra-se inserido, tendo por função a facilitação da comunicação e orientação de conduta.

Quanto ao seu papel na formação de condutas, a representação social não só modela o comportamento, mas também justifica a sua expressão; em última instância, ela prepara a ação, conduz o comportamento, modifica e reconstitui os elementos do ambiente no qual vai ocorrer o comportamento. Quanto à comunicação, seu papel é o de constituir um instrumento por meio do qual os grupos apreendem formas de se envolver e de se relacionar, com a mediação da linguagem.

Para Moscovici (2003), a finalidade das representações é transformar o não-familiar em familiar. Esta relação estabelecida pelo autor, diz respeito ao universo consensual no qual os grupos sociais se inscrevem. A dinâmica das representações é, portanto, uma dinâmica de familiarização, na qual os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas. Como resultado disso, “a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a ‘realidade’” (MOSCOVICI, op.cit. p. 550).

Ainda segundo o mesmo autor, a noção de representação social possibilita compreender como os atores sociais apreendem os acontecimentos da vida comum, os dados do meio ambiente, as informações que circulam; bem como apreender os pensamentos, sentimentos e experiências de vida compartilhada, através de diferentes modalidades de comunicação, diretamente relacionada ao contexto social a que pertence.

Os indivíduos não são receptores passivos, ao contrário, eles pensam de forma autônoma, constantemente, produzindo e comunicando representações. Assim, essa teoria é compreendida como “um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originadas no decurso do cotidiano e das comunicações interindividuais” (MOSCOVICI 1981, p. 181).

As representações sociais se sobressaem em relação a outros fenômenos no plano simbólico, porque surgem da realidade cotidiana, a qual tem prevalência sobre outras realidades, como: a religiosa e a científica, por exemplo. E essa prevalência é determinada tanto pela linguagem – que não só fundamenta o cotidiano, mas fornece as respostas necessárias ao seu sentido – como pela estrutura social da realidade, em cuja interação o indivíduo compartilha sua subjetividade, estabelecendo diferenças entre realidades vividas e outras que existem apenas na consciência. Estas têm, assim, um caráter finito de significação (BONFIM & ALMEIDA, 1992).

Todos os fenômenos, que emergem do contexto social, são investidos, simbolicamente, recebem nomes e significados que os avaliam, explicam e dão-lhes sentido. Assim, o processo migratório, a qualidade de vida e a saúde mental, são fenômenos que fazem parte do cotidiano social e recebem significados. Estes são resultantes da interação entre o senso comum e o conhecimento erudito, à medida que circulam, transformam-se e assumem formas diferentes, de acordo com os modelos vigentes em uma determinada época e formação social (COUTINHO, 2001, 2005).

Nóbrega (2001), ao referir-se aos aspectos constituintes da representação, explica que os mesmos envolvem a imbricação e a articulação entre atividade cognitiva e as condições sociais em que são forjadas as representações; e é a objetivação, que consiste em materializar as abstrações, corporificar os pensamentos, tornar físico e visível o impalpável, enfim, transformar em objeto o que é representado. Para Vala (2005), a objetivação diz respeito à forma como se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual eles adquirem materialidade e se tornam expressões de uma realidade pensada como natural.

Os autores mencionados acima concebem a ancoragem como um processo que permite a incorporação do desconhecido ou novo em uma rede de categorias usuais. Refere-se também a construção ou tratamento de informação como pontos de referência. Quando um indivíduo pensa em um objeto, o seu universo mental não é, por definição, tábua rasa. Pelo contrário, é por referência a experiências e por esquemas de pensamentos já estabelecidos, que um objeto novo pode ser pensado (VALA 2005; Nóbrega 2001).

Como analisa Moscovici (1978 p.96), se a objetivação explica como os elementos representados de uma teoria se integram enquanto termos da realidade social, “a ancoragem permite compreender a maneira na qual eles contribuem para exprimir e constituir as relações sociais”.

Como fruto desses dois processos – ancoragem e objetivação – as representações sociais incluem-se em universos de opinião e cada um desses universos, segundo Moscovici (op.cit), possui três dimensões: a atitude, a informação e o campo de representação ou imagem.

A informação está relacionada com o que um grupo sabe a respeito de um fenômeno ou objeto social, em termos de consistência e coerência. É, portanto, a dimensão que investiga o conhecimento do grupo social acerca do objeto. Nesse direcionamento, a dimensão da informação diz respeito ao quantum do conhecimento acerca dos fenômenos ou dos objetos sociais veiculam nos meios de comunicações da mídia (rádio, televisão jornal) e das comunicações intra e inter grupos, neste estudo a informação está relacionada com migração, qualidade de vida e saúde mental.

A segunda dimensão refere-se à atitude, que envolve uma tomada de posição em relação ao fenômeno, ou seja, por exemplo, ser favorável ou desfavorável. Logo, trata-se da dimensão que envolve a orientação global do sujeito em relação ao objeto.

O campo de representação é a imagem formada a respeito do fenômeno social e indica o conjunto representado, mesmo que não esteja sistematizado ou organizado (MARTINS E NUNES, 2003).

Estudar a qualidade de vida e a saúde mental, no contexto migratório na perspectiva psico-socio-lógica, ancorada nas Representações Sociais (RS), significa estudá-las não apenas através das teorizações e normatizações científicas, mas com vistas a um novo olhar voltado para a construção de um conhecimento prático e compartilhado por um determinado grupo de pertença. (COUTINHO 2005).

Desse modo, as representações sociais podem ser entendidas como produtos de atividades psicossociais autônomas, próprias de uma sociedade e de determinada cultura. São modos de conhecimento e processos simbólicos estudados em relação com as culturas nas quais o indivíduo é, direta ou indiretamente, produto e produtores culturais (DI GIACOMO,1986).

Método

Tipo de estudo

O trabalho aqui apresentado refere-se a uma secção de um estudo maior do tipo exploratório, subsidiado em uma abordagem de múltiplos métodos, de cunho qualitativo e quantitativo visando descrever e analisar os dados obtidos para maior aprofundamento na compreensão dos mesmos e interpretações mais fidedignas dos resultados.

Lócus da Pesquisa

A coleta dos dados foi realizada na cidade de Genebra/Suíça no período de 2007/2008.

Participantes

Fizeram parte desse estudo 183 imigrantes brasileiros de ambos os sexos com idade entre 20 a 55 anos. A inclusão dos participantes na constituição da amostra obedeceu aos seguintes critérios: aceitar participar do estudo de forma anônima e voluntária; ter idade mínima de dezoito anos; estar vivendo na cidade de Genebra /Suíça há pelo menos um ano.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram: um questionário sócio-demográfico, a técnica de associação livre de palavras e uma entrevista semidirigida.

O questionário sócio demográfico foi elaborado para identificar o perfil dos participantes.

A técnica de Associação Livre de Palavras foi adaptada no campo da Psicologia Social, por Di Giacomo (1986), e desde então vem sendo, amplamente, utilizada nas pesquisas sobre as representações sociais, que investigam a subjetividade dos participantes, pois tem por objetivo apreender conteúdos mais latentes e afetivos com relação aos objetos, em estudo (Nóbrega e Coutinho, 2003). Trata-se de uma técnica semi-estruturada, constituída de estímulos indutores, verbais ou iconográficos, e que, na presente pesquisa, foi estruturada a partir de dois estímulos: migração, qualidade de vida. Os estímulos no teste foram colocados, alternadamente, em ordens de aparecimento, para anular o efeito de contágio nas respostas (Nóbrega, 2003). A questão colocada, para cada estímulo, consistiu em solicitar aos participantes escrever as palavras ou expressões verbais que mais rapidamente lhe ocorriam à mente quando anunciado o estímulo.

A entrevista semidirigida caracteriza-se por permitir que o participante discorra, livremente, sobre a temática. As questões foram elaboradas com a finalidade de investigar os eixos temáticos: imigrante e qualidade de vida: O que o Sr.(a) entende por imigrante ou o que significa imigrante? O que o Sr.(a) entende por qualidade de vida ou o que significa qualidade de vida?

Procedimentos

Após o estabelecimento do contato com os participantes, foram discutidas procedimentos e questões éticas sobre: participação, consentimento informado, informações relevantes sobre o estudo e seus objetivos, garantindo o sigilo de suas respostas.

Os dados coletados pelo questionário foram processados pelo pacote estatístico SPSS (Statistical Package for Social Science) – versão 15 (quinze), utilizando-se a estatística descritiva.

Os dados coletados pela técnica de associação livre foram processados pelo software Tri-Deux-Mots (Cibois, 1991), versão 2.2, que permite a visualização gráfica tanto das variáveis fixas, como das variáveis de opinião e analisados através da Análise Fatorial de Correspondência (AFC). A AFC é um procedimento estatístico que consiste em distinguir os vínculos estabelecidos entre as características dos indivíduos que constituem um grupo e suas respostas a uma determinada questão.

As informações colhidas, através das entrevistas, foram codificadas pela análise de conteúdo temática (BARDIN, 1977), que permite a compreensão crítica do sentido das comunicações e de suas significações.

Descrição e discussão dos resultados

A análise dos dados sócio-demográficos dos 183 participantes desta pesquisa, exhibe o seguinte perfil: 62,3% do sexo feminino; 37,7% do sexo masculino; 70,5% são solteiros; e 29,5% casados; 42,6% estão entre 18 a 28 anos de idade; 31,6% entre 29 a 39 anos e 24,5% acima de 40 anos, e 1,3% com mais de 50 anos. Com relação ao tempo de migração, observa-se que 72,2% residem em Genebra há menos de cinco anos e 27,9% há mais de cinco anos. Entre eles, 27,9% são migrantes documentados e 72,1% em situação irregular no país de acolhimento, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Dados demográficos dos participantes N= 183

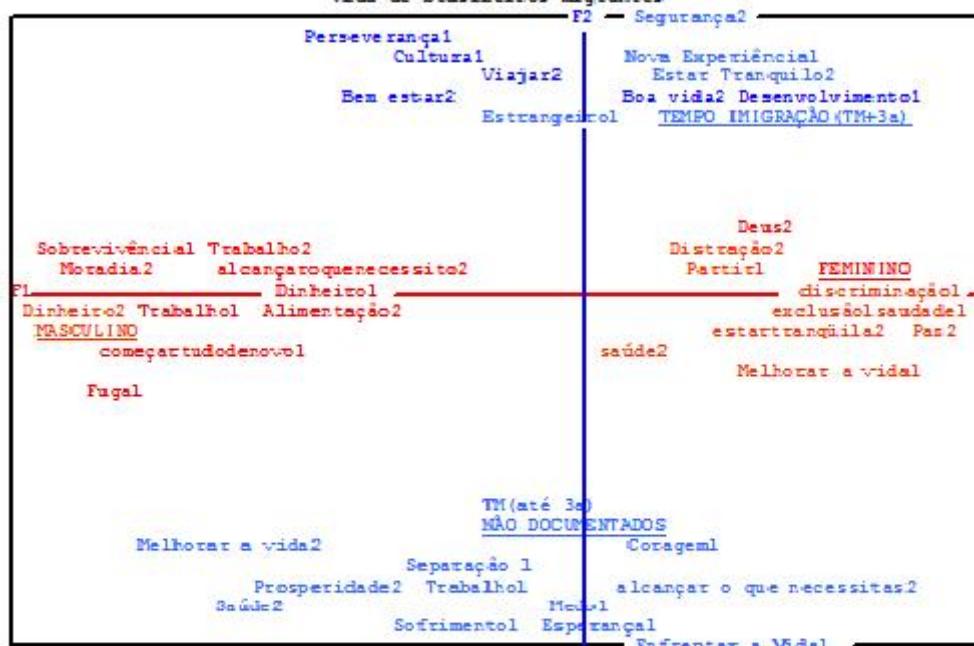
Dados Demográficos		Frequência	Percentil
Sexo	Feminino	114	62,3
	Masculino	69	37,7
Estado civil	Solteiro/separado	129	70,5
	Casado/ vive junto	54	29,5
Idade	De 18 a 28 anos	78	42,6
	De 29 a 39 anos	58	31,6
	De 40 a 49 anos	45	24,5
	Mais de 50 anos	2	1,3
Tempo de Migração	De 1 a 3 anos	48	26,3
	De 3 a 1m a 5 anos	84	45,9
	Mais de 5 anos	51	27,8
Tipo de Migração	Documentada	51	27,9
	Não documentada	132	72,1

Os resultados obtidos, através da Técnica de Associação Livre de Palavras, resultaram o somatório ($\Sigma=1464$), de todas as palavras evocadas pelos participantes da pesquisa (N=), destas XY% foram de palavras diferentes. A contribuição dos dois fatores (F1 e F2), foi de 86,4% apresentando, portanto, parâmetros estatísticos com consistência interna e fidedignidade, tendo em vista pesquisas realizadas no âmbito das RS (Nóbrega & Coutinho, 2003), sendo a carga fatorial do primeiro (F1) 68,5% e do segundo (F2) 17,9%. Quanto às contribuições percentuais das variáveis fixas foram: Os participantes do sexo feminino contribuíram com 79,8% de todas as palavras evocadas e os do sexo masculino com 20,2%. Já os com tempo de migração de um até três anos contribuíram com 22,2% dos vocábulos evocados; os participantes entre três e cinco anos contribuíram com 63,5% e os acima de cinco anos, contribuíram com 14,3% do total de vocábulos evocados. Os indivíduos com migração documentada, tiveram 31,3% de participação e os não documentados com 68,7%.

A análise dos dados apresentados, na figura 1, mostra campos diferenciados, quanto ao conteúdo das representações e de sua estrutura, que se colocam em posições, simetricamente, opostas em função das variáveis fixas sexo, tempo de migração e tipo de migração não documentada.

Os espaços fatoriais, constituídos dos dois primeiros fatores (F1 e F2) e delimitado pelas respostas aos três estímulos indutores (1= Migração; 2= Qualidade de Vida), revelam a existência de agrupamentos representacionais ou campos semânticos que evidenciam as similaridades e diferenças nos conteúdos e na estrutura das representações dos participantes, conforme pode ser observado na figura 1.

Figura 1 - Plano Fatorial das Representações Sociais sobre migração e qualidade de vida de brasileiros migrantes



PLANO FATORIAL	VARIÁVEIS DE OPINIÃO	VARIÁVEIS FIXAS		
		Sexo	Tempo de migração	Tipo de migração
Fator 1=(F1) em vermelho	1. Migração	1-Fem	1 a 3 anos	Documentada
Fator 2=(F2) em azul	2. Qualidade de vida	2-Masc	3 a 5 anos	Não documentada

Descrição dos resultados

No fator 1 (F1), percebe-se com clareza dois campos semânticos configurados em oposição, no lado esquerdo, encontram-se o campo semântico constituído pelas representações que caracterizam o grupo dos imigrantes masculinos, para eles, imigração (estímulo1), o campo semântico é organizado pelos elementos « trabalho, dinheiro, fuga, começar tudo de novo, sobrevivência»; com relação ao estímulo 2, qualidade de vida é representada pelos elementos «alimentação, trabalho, moradia, alcançar o que necessito e dinheiro».

Nesse mesmo fator, no lado direito, em oposição ao grupo masculino, tem-se o campo semântico das mulheres imigrantes, que representaram imigração (estímulo1), pelo elemento «discriminação; saudade; exclusão, partir e melhorar a vida»; qualidade de vida (estímulo 2), como «saúde, estar tranquila, distração, paz e deus».

Com relação ao fator F2 (em itálico) linha vertical, encontram-se os campos semânticos dos imigrantes brasileiros de ambos os sexos, que residem em Genebra de três a cinco anos (Tm= 3 até 5a), em oposição aos que residem de um a três anos (Tm= tempo de imigração 1 a 3 anos e com tipo de imigração não documentada). Os campos encontram-se, diametralmente, distanciados o que indica diferenças representacionais.

Na margem superior, localizam-se as representações dos participantes com maior tempo de imigração, de ambos os sexos, eles representam imigração (estímulo1), através dos elementos «estrangeiro, nova experiência, cultura, desenvolvimento e perseverança» qualidade de vida (estímulo2), como «bem estar, estar tranquila, segurança, boa vida e viajar».

Na margem inferior do Eixo (F2), situa-seo grupo de imigrantes, de ambos os sexos, com tempo de imigração de um a três anos e com tipo de migração não documentada, cujas representações ao estímulo indutor 1 imigração observa-se a emergência dos elementos «separação, trabalho, enfrentar a vida, coragem, med, sofrimento e esperança»; para o estímulo indutor 2 qualidade de vida apresentou o elemento «prosperidade, melhorar a vida, alcançar o que necessitas e saúde».

Discussão

Observa-se no eixo F1 (vermelho) uma diferença entre as representações elaboradas pelos homens, que emergem direcionadas para elementos mais objetivos, das representações elaboradas pelas mulheres que utilizam em sua maioria, elementos subjetivos (bem-estar subjetivo). Esses dados indicam que os participantes do sexo masculino objetivaram a representação da imigração e qualidade de vida, na obtenção de dinheiro, através do trabalho, que proporciona a aquisição de

moradia e alimento. Estando esses participantes vivendo a situação de migrantes, na cidade de Genebra/Suíça, e responsáveis pelo sustento familiar, fazem uma objetivação do estímulo imigração e qualidade de vida com questões básicas de sobrevivência. Infere-se ainda, que esses homens migram com a certeza da necessidade em começar tudo de novo, uma nova vida, costumes e adaptações serão evidentes e necessárias, corroborando assim, com os estudos de Ramos (2004) quando alude que a aculturação implica em escolhas por vezes difíceis entre o que o imigrante gostaria de manter e o que tem que abandonar em relação aos hábitos e cultura de origem(p.275).

Esses resultados também corroboram com a definição de qualidade de vida feita por Minayo (2000, p.8), quando refere que o termo qualidade de vida “abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e da coletividade, que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes; sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural”.

Com esses resultados pode-se deduzir que o trabalho oferece uma estabilidade social e emocional, credibilidade e inserção adquirida perante a sociedade de acolhimento, como indivíduo produtivo. O reconhecimento, advindo da sociedade escolhida, faz com que os migrantes ancorem os estímulos imigração e qualidade de vida nos fatores psico-sócio-econômico-cultural. Observa-se, ainda, que os elementos: trabalho1; dinheiro1; dinheiro2 e alimento2, associados aos estímulos migração e qualidade de vida, respectivamente, conforme verifica-se, na Figura 1, estão posicionadas bem próximas ao eixo central; possuindo, portanto, maior força representacional.

Como se pode visualizar nessa figura 1, para as respondentes do sexo feminino, o estímulo1 -migração fez emergir o elemento «discriminação,saudade,exclusão, partir, melhorar a vida», Com base nisso, podemos sugerir que a decisão de partir, de melhorar a vida, longe do seu país, estas mulheres vivenciam sentimentos de saudades daqueles que lhes são próximos certamente por sua característica de maior sensibilidade para os aspectos sócio-emocionais da vida. Igualmente, se apresentam mais perceptivas para os os sentimentos de discriminação que sofrem todo imigrante estranho à comunidade européia (Franken CoutinhoeRamos 2007). Outro ponto a considerar, é que o local de acolhimento tem disponível, no mercado de trabalho, empregos na função de doméstica, que oferecem moradia e alimentação e modelos de integração social. Essas mulheres, imediatamente, organizam-se, em torno de onde morar e o que comer, ficando assim, seguras com as questões básicas de sobrevivência e livres para associarem qualidade de vida com aspectos mais subjetivos, sociais e espirituais. Diferentemente, dos participantes do sexo masculino, que não encontram as mesmas condições de trabalho e habitação, no local de acolhimento, e assim as questões objetivas de sobrevivência os acompanham intensamente no dia-a-dia.

Verifica-se também que os elementos «discriminação, exclusão e saudade», que emergiram a partir do estímulo 1 imigração, estão posicionados mais próximos do eixo central possuindo, portanto, maior força representacional.

O eixo F2 (em vermelho) destaca os campos semânticos dos grupos de participantes de ambos os sexos com diferentes tempo de migração., Pode-se inferir, que o grupo, com menor tempo de migração (Tm até 3 anos), objetivam o estímulo migração em vivências do processo migratório, associado à separação em relação ao que foi deixado para traz, como: amigos, parentes, a terra em que nasceram, questões emocionais dolorosas existentes, nos primeiros tempos do processo de aculturação. Esses resultados corroboram com os estudos de Ramos (2004, p.257), ao referir-se sobre as rupturas e as transformações diversas – psicológicas, físicas, biológicas e sociais – que sofre todo indivíduo e família migrante durante o processo de aculturação.

O processo de objetivação apresenta diferenças, quando se comparam as respostas dadas pelos dois grupos em relação ao estímulo 1 imigração. Para os que residem há mais de três anos, e já superaram as primeiras etapas do processo de aculturação, que são língua, moradia, alimento e trabalho, a objetivação é feita através dos elementos « estrangeiro e nova experiência, cultura, desenvolvimento e perseverança », o que não acontece com os participantes com tempo de migração até três anos, que objetivaram o estímulo em foco com elementos vinculados à realidade de seu dia-a-dia « separação, trabalho,, enfrentar a vida, coragem,medo, sofrimento, esperança». Isso, nos leva a compreender, que o grupo de migrantes com maior tempo de migração ancora, esse estímulo, nos benefícios do processo migratório, enquanto que, o grupo com menor tempo de imigração e não documentados, ancora no vivenciar do processo de aculturação, pois ainda enfrentam as dificuldades de adaptação e os sofrimentos causados pela separação dos familiares, necessitam ter coragem para enfrentar a vida neste novo lugar, e ter perseverança para poder alcançar a realizar os projetos que estimularam a decisão de migrar.

O grupo, com menor tempo de imigração e não documentado, ancora o estímulo2- qualidade de vida em sentimentos de ascensão social através do elemento «prosperidade,melhorar a vida, alcançar o que necessitas, e saúde»; recém chegados ao país de acolhimento, a uma sociedade bem mais desenvolvida do que a de origem, a saúde se apresenta como uma condição básica para enfrentar as múltiplas novas experiências,cultivam planos para alcançar os bens e serviços que a nova sociedade oferece, e assim, desfrutar de uma melhor qualidade de vida e concretizar a tão sonhada imigração bem sucedida. Para eles, qualidade de vida é associada à prosperidade, desejo que acompanha o imaginário de todo imigrante. Esses resultados corroboram com os estudos de Setién (1993); Nussbau (1993); Lobo (2002), quando, ao analisarem as sociedades em que as desigualdades e as heterogeneidades são muito fortes, a idéia de qualidade de vida se relaciona com a estratificação social, pois está ligada ao bem-estar desfrutado pelas camadas superiores e à passagem de um limiar a outro.

Esses resultados vêm corroborar com Coutinho (2005), quando alude que os estudos apoiados, na perspectiva psico-sociológica e ancorados nas representações sociais, fazem emergir representações não teorizadas ou normatizadas

cientificamente, mas expressam a construção de um conhecimento prático e compartilhado por um determinado grupo de pertença e, diretamente, relacionadas ao contexto social.

A seguir passaremos a apresentar os resultados da Análise de Conteúdo, realizada com as narrativas dos participantes apreendidas através das entrevistas.

A compreensão e interpretação dos construtos ser migrante e qualidade de vida, pautada no conhecimento de suas vivências, revelam um conjunto de nuances que serão analisados sob um enfoque psico-socio-lógico, procurando compreender o sentido do objeto social investigado.

A análise dos resultados oriundos das narrativas culminou, na identificação de uma categoria empírica de significados chamada concepção, acerca dos dois eixos temáticos: ser imigrante e qualidade de vida.

Em relação ao primeiro eixo, emergiu uma categoria relacionada à concepção de ser imigrante direcionada por dois vetores ou subcategorias: valores psicológicos e valores sociais negativos. Já no segundo eixo temático, a categoria concepção qualidade de vida, emergiram duas subcategorias: atendimento às necessidades físicas e atendimento às necessidades psico-sócio-culturais.

Na categoria – concepção de imigrante –, emergiram 126 vocábulos retirados das unidades temáticas, verbalizadas pelos participantes, organizadas em duas subcategorias: as representações sociais ancoradas em valores psicológicos, e a outra ancorada em valores sociais negativos. Na primeira subcategoria, valores psicológicos, os participantes objetivaram a concepção do ser migrante por meio dos elementos “... corajosos, decididos e adaptáveis às situações novas”. Essas representações, provavelmente, são atributos necessários e inevitáveis ao enfrentamento das dificuldades, que o papel de imigrante lhes impõe, conforme pode ser observado pelos recortes discursivos a seguir:

“(…) migrante para mim, é uma pessoa corajosa capaz de enfrentar mundos diferentes (Homem 28anos)”; “(…)é viver um desespero a cada dia que se sai a rua, pois a ilegalidade te deixa com medo de todos (Mulher30 anos)”; “o migrante tem que ser decidido a mudar de vida, deixar para traz tudo que fazia parte de si e se adaptar a nova vida (Mulher 25 anos)”.

Na segunda subcategoria – valores sociais negativos – os atores sociais objetivaram a concepção do ser migrante por meio dos elementos “...discriminação, estigmatização, corpo estranho”. Essas representações emergem a partir de suas vivências, no novo contexto cultural, no qual se encontra fisicamente, mas que ainda se vê como um ser estranho, não adaptado às regras sociais e exercendo funções laborais desqualificadas pelos autóctones, conforme sinapses das entrevistas, a seguir:

“(…) nossa! Somos um corpo estranho, não se sabe nada, migrante é discriminado, você não tem direitos, só obrigações. (Mulher29 anos)”. “Você não existe, não conta para a sociedade deles, só para fazer os trabalhos que eles não querem fazer (Homem 27 anos)”.

Essas situações, oriundas do processo migratório, exigem do ser migrante uma reestruturação subjetiva e social voltadas para adaptações, novos costumes, clima, maneira de se relacionar, alimentar e trabalhar. Os resultados corroboram com os estudos de Sarriera (2005), ao remeter à figura do ser migrante ao sofrimento advindo da exclusão, representada por meio da comunicação e da prática sócio-cultural.

Esses resultados remetem a duas concepções,conforme já mencionadas: uma voltada para aspectos positivos, de auto-referência; e outra voltada para aspectos negativos, advindos do contexto social.

Na categoria – concepção qualidade de vida –, foram detectados 149 vocábulos retirados das unidades temáticas, enunciadas pelos participantes, e distribuídas em duas subcategorias, a saber: atendimento às necessidades físicas e atendimento às necessidades psico-sócio-culturais.

Na primeira subcategoria – atendimento às necessidades físicas –, as representações foram objetivadas pelos elementos: “..., trabalho, dinheiro, moradia, estabilidade financeira”. Conforme se observa nos recortes das interlocuções a seguir:

“(…) qualidade de vida é ter um trabalho que lhe dê tranquilidade, mais que o simples sustento (Homem, 29 anos)”; “ter uma boa moradia, e estabilidade financeira (Homem, 28 anos)”; “é ter uma boa casa, trabalho, dinheiro (Mulher 33 anos)”.

Pode-se inferir que esta concepção de qualidade de vida expressa o anseio de atender às suas necessidades físicas e de sobrevivência, pois são indivíduos que deixaram seu país carregando, no seu imaginário, o alcance de novas oportunidades de vida e de trabalho. Vale ressaltar que, as objetivações, aqui apresentadas, pelos participantes do sexo masculino, são todas oriundas da ação do capital – trabalho, moradia e estabilidade financeira. Para ter dinheiro é preciso trabalhar e é através da inserção no mercado de trabalho, no qual se projeta a realização dos planos de vida e um possível planejamento futuro. Esses resultados corroboram com os apresentados na Técnica de Associação Livre de Palavras, onde o grupo masculino objetivou qualidade de vida em aspectos mais objetivos da vida e de atendimento às necessidades básicas da vida.

Na subcategoria – atendimento às necessidades psico-sócio-culturais –, as representações foram objetivadas nas expressões, “...ter alguém, casamento/família, amigos, e cultura”.

“(…) é você ter alguém para amar, constituir família, deixar de morar só. (Mulher 29 anos)”; “é estar perto dos amigos, conhecer pessoas, fazer novas amizades (Homem 28 anos)”; “para mim qualidade de vida é tudo o que não posso fazer agora, que é estudar, viajar, ir a lugares belos e bons, é desfrutar da vida, (Mulher 31 anos)”.

Esses resultados demonstram que sendo os participantes na sua maioria solteiros (70,5%) e com idade menor do que 28 anos (42,6%), objetivaram a concepção da qualidade de vida em instituições sociais como casamento/família, isto é, no desejo de construir laços afetivos que garantam seu bem-estar e sua segurança.

A qualidade de vida foi percebida como sendo composta de fatores objetivos e subjetivos, característica encontrada também em estudos sobre a subjetividade do bem-estar, demonstrando que não são apenas as condições sócio-demográficas que definem a sensação de bem-estar, mas o conjunto dessas condições somadas aos processos subjetivos, isto é, as estruturas internas da pessoa ajudam a construir a forma como são percebidos e internalizados os eventos externos, o que refletirá na auto-avaliação do seu estado de bem-estar e na sua qualidade de vida (Minayo 2000; Franken; Coutinho e Ramos 2007).

Conclusões

Apresente pesquisa buscou apreender e compreender as representações sociais acerca da migração, qualidade de vida entre brasileiros imigrantes na cidade de Genebra/Suíça, visando identificar a influência de algumas variáveis sócio-demográficas e fatores psicossociais, que interferem no conhecimento desses construtos. Como nos mostra a teoria das representações sociais, a representação possui como finalidade a orientação das práticas e condutas dos indivíduos. Além de se constituírem pelas experiências vividas, os indivíduos formam suas representações, levando em consideração as informações, conhecimentos e modelos de pensamento que recebem e transmitem através da tradição da educação e da comunicação social.

Para alcançar as metas norteadoras desse estudo buscou-se a complementaridade metodológica de uma abordagem com múltiplos métodos utilizando-se instrumentos como a Técnica Associação Livre de Palavras e de Entrevistas Semi-estruturadas, objetivando proporcionar uma análise complementar dos dados.

Observaram-se nas construções semânticas, similitudes e diferenças de conteúdos representacionais, que colocam em evidência um modo de comunicação e orientação de condutas, de acordo com as variáveis sócio-demográficas circunscritas, favorecendo a função identitária e justificadora.

Nesse entendimento, as representações sobre migração, qualidade de vida, no contexto migratório internacional, não existem enquanto entidades absolutas, isoladas e independentes de sua forma de expressão e manifestação, mas entrelaçadas às experiências de cada participantes, e vivências na ordem pessoal e social.

Os resultados da pesquisa colocam em evidência a dialética que se instaura nos dois construtos; cujo conhecimento advindo da elaboração das representações sociais se processou por meio dos sistemas cognitivos, afetivos, perceptivos, comportamentais e sociais do grupo de afiliação; demonstrando que esse conhecimento não se caracteriza por uma contraposição ao saber científico, mas que há uma dialética entre o conhecimento consensual (senso comum), e o reificado (científico) (MOSCOVICI 2003).

O estudo da migração e do construto qualidade de vida, através da teoria das representações sociais permite contemplar não apenas os saberes cientificamente produzidos a seu respeito, mas, sobretudo, o conhecimento espontâneo elaborado no convívio social, que determina o pensamento social e as condutas dos indivíduos frente a este fenômeno no seu grupo de pertença e na sociedade de modo geral. Reconhecer a importância e funcionalidade desta forma de conhecimento abre as portas para uma nova forma de compreensão, na medida em que se torna possível tecer uma verdadeira rede de significações que englobam as múltiplas faces do ser humano bio-psico-social.

Bibliografia

- Almeida Filho, N.(2000). What does the Word 'health' mean? Cadernos de saúde pública, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p. 300-301.
- Alvez,J.(2003). Perspectiva histórica da imigração Portuguesa.In :Porto de partida, Porto de chegada. A emigração Portuguesa.Lisboa.Âncora Editora. Pp.171
- Ammann,P.; Ammann,S. (2006). Cidadania, exclusão e migração. Brasília. Liber livros.
- Annuaire statistique de la Suisse (2008). l'Office fédéral de la statistique ISBN 978-3-03823-420-3
- Arnold, F.(1995) Migração internacional: quem migra e para onde? Finanças e desenvolvimento. 10(2): n°2, p46-47.
- Auray,J. Duru, G. (1995). Qualité de vie, pp83-128. In: MOTO (Org.). Santé et multidisciplinarité. Choix et décisions. Hermès. Paris. 1995.
- Bardin, L. (1977/2002). Análise de Conteúdo.Trad. Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70.
- Bonfim,Z.; Almeida,S.F.C. (1992). Representação social: conceituação dimensões e funções. Revista de Psicologia, 9 (1/2), 51-74.
- Bonomia,A. Patrick,D.; Bushell D.; Martin, M. (2000). Quality of life measurement: will we ever be satisfied? Clinique Epidemiol, 53(1): 19-23.
- Cibois, P.(1991).L'analyse factorielle. Paris, Puf.Collection « Que sais-je ? » 3a. Ed.
- Coutinho, M. P. L. (2001). Depressão infantil: uma abordagem psicossocial. João Pessoa: Ed. Universitária.
- Coutinho, M.P.L.(2005). Depressão infantil e representações sociais. EUFPB.PB.
- Dehesa, G. (2008). Comprender la inmigración. Madrid. Alianza Editorial.
- Di Giacomo, J.P. (1986). Alliance et rejets intergroupes au sein d'un mouvement de revendication. In Doise, W.; Palmonari, A. L' etude des representacions sociales. pp.118-138. Paris: Delchaux &Niestle.
- Dupas, G. Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

- Fayers, P. (2000). *Quality of life. Assessment, analysis and interpretation*. Chichester: John Wiley.
- Franken, I., Coutinho, M.P.L., Ramos, N. (2007). Migração e qualidade de vida, o pensamento social de brasileiros migrantes. In Krutzen, E.C., e Vieira, S.B. (org). *Psicologia social, clínica e saúde mental*. João Pessoa. Editora Universitária/UFPB.
- Galbraith, J.K. (2008). Pobreza e subdesarrollo. In : Guerra, A. Tezanos, J. *La inmigración y sus causas*. VI Encuentro de Salamanca. Madrid. Editora Sistema.
- Harding, T. Arango, M. Baltasar J., Climent, C., Ibrahim, H., Ladrado, I. (1980). Mental disorders in primary health care: a study of the frequency and diagnosis in four developing countries. *Psychologie Medica*; 10:231-42.
- Hogo, G. (1998). Migrações internacionais não-documentadas. Uma tendência global crescente. In: *Travessia*, ano XI, nº 30, pp5-12, jan-abr.
- International Organization for Migration – OIM - Publication Catalogue, 2003.
- Kurtz, M. E.; Wyatt, G.; Kurtz, J.C. (1995). Psychological and sexual beliefs, philosophical spiritual views, and health habits of long-term cancer survivors. *Health care for women international*: v.16, n3, p.253-262.
- Lobo, C.S.I. (2002). Desenvolvimento e qualidade de vida: a utilização de indicadores sociais. *Pensar – Bh, Política Urbana e Ambiental*
- Martins, D. F. G.; Nunes, L.C.; (2003). O psicólogo hospitalar na visão do paciente hospitalizado: Um estudo das representações sociais. *Boletim de Iniciação Científica em Psicologia*. 4 (1) 11-24. São Paulo. Universidade Presbiteriana
- Minayo, M.C.S.; Hartz, Z.M.A. ; Buss, P.M. (2000). Qualidade de vida: um debate necessário. *Ciência e saúde coletiva*. 5 (1) 7-18.
- Moscovici, S. (1978). *Representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro. Zahar.
- Moscovici, S. (1981). On social representation. In: Forgas, J.P. (Orgs.). *Social cognition*. London: Academic Press.
- Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais*. Petrópolis. RJ. Vozes.
- Nobrega, S.M.; Coutinho, M.P.L. (2003). O teste de associação livre de palavras. In: Coutinho, M.P.L.; Lima, A.; Oliveira, F.; Fortunato, M.L. (orgs). *Representações Sociais: Abordagem Interdisciplinar*. João Pessoa. EDUFPB. Pp.67-77.
- Nobrega, S. (2001). Sobre a teoria das representações sociais. In: Moreira, S.P. *Representação social: Teoria e prática*. João Pessoa. UFPB. Editora Universitária.
- Nusbaum, M. (1993). *The quality of life*. Oxford. Clarendon Press.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais - <http://www.gcim.org>. 2005. (consultado em março de 2007).
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS (1984). *Bulletin of the World Health Organization*, 62. Genève: OMS
- Paschoal, S. (2000). *Qualidade de vida do idoso: elaboração de um instrumento que privilegia a sua opinião*. [Dissertação]. São Paulo: Faculdade de Medicina/USP.
- Ramos, N. (2004). *Psicologia clínica e da saúde*. Lisboa. Universidade Aberta.
- Ruedas, M. *Migración y desarrollo humano*. In: Guerra, A. Tezanos, J. *La inmigración y sus causas*. VI Encuentro de Salamanca. Madrid. Editora Sistema.
- Rufete e Jimenes. (2005). *Movimentos migratórios contemporâneos*. Universidad Católica de San Antonio. Espanha.
- Organisation de Cooperation et de Developpement Économique- Report. OCDE (2005),
- Sarriera, J.; Pizzinato, A.; Menezes, M.P. 2005. Aspectos psicossociais da imigração familiar na grande Porto Alegre. *Estudos de Psicologia*, 10 (1), 5-13.
- Seabra, P. (2003). *Percurso migratório de imigrantes brasileiros e do leste europeu em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Porto. Universidade Aberta
- Setién, M. (1993). *Indicadores sociales de calidad de vida*. Madrid. Siglo veinteuno
- SOPEMI (2001). OECD Organisation for Economic Co-operation and Development. *Trends in International Migration* : Edition ISBN 9264196706 , pp. I-367(368).
- SOPEMI (2008). OECD Organisation for Economic Co-operation and Development. *Trends in International Migration* Edition ISBN 978-92-64- 045651.
- Stiglitz, J. *La globalización y los retos de la inmigración*. In: Guerra, A. Tezanos, J. *La inmigración y sus causas*. VI Encuentro de Salamanca. Madrid. Editora Sistema.
- Vala, J. (2000). *Representações Sociais e Psicologia Social do Conhecimento*. In J. Vala e M. B. Monteiro (Edits), *Psicologia Social* (4ª edição). Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian
- Witier, P. (1997). *Lá qualité de vie*. *Revue Prevenir* 33: 1997. p.61-62.

Autorepresentação e heterorepresentação de condutores de automóveis ligeiros: uma construção de (in)segurança

Carla Pinto
 Instituto Superior Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa
 cpinto@iscsp.utl.pt

O imperativo automóvel

Resumo: Com base nos resultados de um inquérito a uma amostra de 134 condutores de veículos automóveis ligeiros, propomo-nos reflectir sobre a construção da autorepresentação como estratégia de inserção ontológica num contexto de modernidade tardia. Os resultados do inquérito evidenciaram uma autorepresentação positiva dos condutores, em oposição à elaboração de uma imagem tendencialmente negativa e crítica dos outros condutores, como Outro Generalizado.

Estas imagens identitárias são elementos cruciais na inserção social dos indivíduos e na análise dos projectos de construção reflexiva do self. Num contexto de modernidade tardia, os indivíduos sentem a necessidade, e são pressionados, a mostrar um Eu confiante, seguro, capaz, empowered, em face dos riscos contínuos vivenciados no quotidiano. Perante as constantes situações de vulnerabilidade, os indivíduos precisam ter confiança nas suas capacidades e recursos. O que os resultados do nosso estudo parecem indicar é que neste processo a confiança básica é criada numa perspectiva individualizada, um Eu à custa de um Nós ou de um Outro seguro. Observamos deste modo um salientar das clivagens “Eu / Outro” e “Eu / Nós”. Os inquiridos não negligenciaram o risco rodoviário, pelo contrário, têm uma percepção de risco elevada. Contudo, as principais fontes de perigo são exteriores ao sujeito, particularmente o Outro como perigo (existem mesmo alusões à irracionalidade e à loucura do Outro), o que leva à constatação de uma posição defensiva individualizada.

O transporte automóvel é usualmente percebido como o melhor meio de transporte existente, possibilitando aos indivíduos mais viagens do que qualquer outro modo de transporte conhecido (Dunn Jr 1998). Mas o automóvel não é apenas um meio de transporte. É uma influente elaboração social, um símbolo poderoso, um vector organizador e expressivo dos indivíduos em sociedade. O automóvel é das máquinas da sociedade industrial mais “globalizadas”, tão ou mais do que o computador ou a televisão, os seus mais directos concorrentes. O domínio do automóvel é verdadeiramente global. E fortemente local, uma vez que a automobilidade impõe onde quer que se instale uma organização da sociedade muito própria.

No entendimento que faz da automobilidade, Urry (2000) explora o duplo sentido do prefixo “auto” da palavra automóvel: “auto” tanto pode significar o reflexo do ego (como em autobiografia ou auto-imagem) como também pode significar a capacidade para o movimento que certos objectos e máquinas possuem, como o automóvel propriamente dito. Para Urry (1999, 2000), este duplo sentido sugere a visão do condutor e da sua máquina como um “híbrido”, que implica não somente os elementos humanos, mas simultaneamente os veículos, as estradas, os sinais de trânsito, as regras de trânsito, as interacções rodoviárias, a organização do espaço, isto é, toda uma “cultura da mobilidade”.

James Dunn Jr. (1998) prefere salientar três importantes aspectos sócio-políticos e psicológicos do sucesso do automóvel como meio de transporte:

- antes de mais, o automóvel é um instrumento de empowerment dos indivíduos,
- proporciona um certo sentido de igualdade,
- e beneficia da sua concordância com certas tradições políticas e administrativas, que concederam apoio político e financeiro ao desenvolvimento do automóvel e das infra-estruturas necessárias à sua expansão.

O automóvel é mais um influente instrumento da individualização das sociedades pós-modernas, possuidoras de tempos e espaços fragmentados. Os automóveis permitem tempos e espaços personalizados e individualizados, como o fazem também o leitor e gravador de CD e DVD, ou os telemóveis (Beck 1998; Giddens 1997, 1998). Em muitos aspectos, a automobilidade é uma fonte de liberdades. O automóvel é um meio de mobilidade flexível, que permite que o condutor, dentro de certos limites, escolha a velocidade a que viaja, para onde viaja e em que altura temporal. Para Dunn Jr (1998) o automóvel é um importante instrumento de empowerment (Pinto 1998) ao possibilitar uma capacidade de mobilidade que não é possível nos outros meios de transporte colectivos. O automóvel permite as mais variadas viagens, segundo os tempos indicados pelos indivíduos e não em dependência dos horários dos transportes públicos, ou dos seus percursos e destinos pré-determinados: os passageiros nem têm de se preocupar em viajar de pé, têm maior comodidade e podem transportar muito mais bagagem do que num transporte público. Um automóvel permite aos indivíduos escolherem com quem querem viajar, a música ambiente que querem ouvir, os programas de rádio, e até os cheiros e a temperatura podem ser controlados (Dunn Jr. 1998). Conduzir um veículo é também uma importante fonte de prazer para muitos indivíduos. O carro funciona como uma extensão do indivíduo, como parte fundamental da construção do ego do condutor como um ser competente e poderoso no domínio do meio envolvente (Urry 2000).

Contudo, o automóvel é paradoxalmente muito flexível mas também muito coercivo (Urry 1999). Se é certo que o automóvel aumentou as opções de escolha dos indivíduos, fez também o inverso, isto é, diminuiu as escolhas, uma vez que parecem não existir verdadeiras alternativas ao automóvel em muitas circunstâncias: a escolha passou a imperativo (Andrey 2000). A produção, distribuição e consumo nas sociedades mais avançadas está baseada na automobilidade. As sociabilidades tornaram-se largamente dependentes do automóvel: separam-se as casas de habitação, os espaços de trabalho, os espaços de lazer e os espaços comerciais, que passam a depender do automóvel para se ligarem funcionalmente.

A utilização do automóvel desenvolve igualmente interacções sociais muito próprias. Os condutores podem interagir socialmente mesmo à revelia das regras das interacções face-to-face, que dependem do contacto visual directo (Urry 2000). Os condutores encontram-se “protegidos” atrás dos vidros e da carroçaria do automóvel, como uma segunda pele (ou melhor como uma armadura). O carro filtra o meio envolvente, protege o indivíduo até dos cheiros, dos sons ou da temperatura exteriores.

O imperativo automóvel torna o risco rodoviário um dos riscos tecnológicos mais aceites nas sociedades modernas. Milhões de pessoas correm diariamente riscos, directa e indirectamente, em resultado do sistema rodoviário. Este contexto

torna-se assim um importante meio de elaboração e expressão identitária, que reflecte os processos mais transversais da modernidade tardia (Giddens, 1997, 1998).

Uma sociedade de risco: a certeza da incerteza

As sociedades avançadas em que vivemos são como caleidoscópios, que dificilmente se deixam agarrar por categorizações definidoras dos seus contornos e especificidades. Temos diversos modos de nos referirmos aos tempos pós-industriais em que vivemos, seja modernidade tardia, alta modernidade, sociedade de risco, sociedade de informação ou do conhecimento, pós-modernidade..., conforme queiramos evidenciar este ou aquele processo ou característica.

Já nos inícios deste parto civilizacional que ainda vivemos, Alvin Toffler (1970, 1980) chamava a atenção para o mundo novo que se formava, e fê-lo usando um trinómio dinâmico de processos, um modelo simples (mas não simplista) de sintetizar as características estruturais das novas sociedades. Antes de mais, o que melhor caracteriza os nossos dias é o ritmo das mudanças a que estamos sujeitos. Nunca na história humana como agora o passo das mudanças foi tão grande, tão amplo e incisivo. Quer seja a nível tecnológico, quer seja económico, político, social e cultural, as mudanças acontecem rapidamente. Uma vem para ficar mais tempo do que outras: umas são mais passageiras, ou modas, outras, pelo contrário, transformam profundamente os indivíduos e as sociedades. Neste contexto de mudança acelerada, Toffler (1970) evidenciou os conceitos da transitoriedade, novidade e diversidade. Porque as mudanças se sucedem rapidamente, a novidade é permanente. O novo é mesmo entendido como um dos meios essenciais de sucesso no mercado: aparecer sempre com inovações, à frente dos concorrentes. “Parar é morrer”, não inovar é tornar-se obsoleto, dispensável, ultrapassado. Com mudanças permanentes e novidades sempre a sair, a diversidade torna-se igualmente ampla. A diversidade não é apenas a dos produtos ou serviços, cada vez mais personalizados relativamente aos interesses e preferências dos consumidores, mas também a das normas e das instituições sociais. Aceitam-se maiores diversificações de comportamentos, de escolhas pessoais, de projectos de vida. Este quadro de mudança implica a transitoriedade relacional, a fragmentação contínua dos usos (de bens e serviços) e das relações. Nas ligações que construímos com as coisas, a informação / conhecimento, os lugares, as organizações e as pessoas podemos constatar a impermanência, a descontinuidade.

A transitoriedade no contexto de mudança acelerada cria maiores incertezas, precariedade, risco. O sociólogo alemão Ulrich Beck (1998), na sua obra seminal “Sociedade de risco – no caminho para uma nova modernidade”, definiu o mundo contemporâneo ocidental como uma “sociedade de risco”, que corresponde a uma terceira fase da modernidade que denomina de modernidade reflexiva. A modernidade reflexiva é a modernização da sociedade industrial, isto é, a radicalização da segunda modernidade. Na sociedade industrial, os riscos foram sistematicamente produzidos mas não se constituíram como assuntos públicos ou políticos: foi uma sociedade do risco residual (Beck 2000). A lógica da produção de riqueza suplantava a lógica da produção do risco, numa sociedade focada sobretudo na gestão da “carência”. Na sociedade de risco, pelo contrário, os riscos da sociedade industrial passam a ser centrais nas esferas pública e privada: é a lógica de produção dos riscos que suplanta a lógica da produção de riqueza (Beck 1998). Na sua análise das implicações da tecnologia moderna, Beck defende que a susceptibilidade dos indivíduos ao risco tornou-se a mais importante divisão social, mais do que a classe social e a capacidade de produção de riqueza. O discurso da produção de riscos põe em causa todo um mundo de novas oportunidades aberto pelos desenvolvimentos técnico-científicos e económicos, toda a segurança proporcionada pelo progresso. É a própria modernização, fruto dos desenvolvimentos tecnológicos e económicos, que é o pomo da discórdia, o tema de debate. Deste modo a modernização tornou-se modernização reflexiva (Beck 1998).

Na sociedade de risco, as preocupações centrais dos indivíduos passam a centrar-se nos modos de diminuição das ansiedades e dos medos provocados pelos riscos criados pela tecnologia. Na realidade, a satisfação das necessidades básicas é entendida como risco. Quanto maior é a capacidade científica e tecnológicas das nossas sociedades, maior é o seu poder de destruição, e incalculáveis os seus efeitos: temos hoje tecnologias de aniquilação total. Se na sociedade de classes da modernidade simples o ideal procurado era a igualdade na distribuição dos bens, na sociedade de risco o ideal é a segurança face aos riscos criados. Beck argumenta que à “comunalidade da necessidade” se sobrepõe a “comunalidade da ansiedade” provocada pela insegurança da sociedade de risco.

Para Giddens (1997:3), a modernidade também é uma cultura do risco, porque o conceito de risco se tornou fundamental para o modo como os indivíduos organizam o mundo social, à semelhança da tese de Beck. A noção de risco aparece e expande-se com a modernidade, nas sociedades pós-tradicionais. Ela não existe nas sociedades tradicionais, onde domina o discurso da sorte, do fado, do sobrenatural ou da divindade. Como afirma Giddens (1997:13), “a modernidade é uma ordem pós-tradicional, na qual a pergunta “como hei-de viver?” tem de ser respondida através de decisões diárias acerca de como comportar-se, o que vestir e o que comer – e muitas outras coisas -, bem como interpretada no desenrolar temporal da auto-identidade.”

No pensamento de Giddens (1997, 1998) a modernidade caracteriza-se por um extremo dinamismo em resultado de três aspectos principais: em primeiro lugar a separação do tempo e do espaço, o seu esvaziamento, que permite o desenvolvimento das relações sociais em vastas extensões de espaço e tempo, e a possibilidade de falarmos em sistemas globais. Um segundo aspecto refere-se à descontextualização das instituições sociais, possível através dos sistemas abstractos, dos mecanismos das “garantias simbólicas” e dos “sistemas periciais”. Um terceiro aspecto do dinamismo da modernidade é a reflexividade omnipresente, ou seja, a possibilidade de constantes reajustamentos e alterações, mesmo radicais, nas relações sociais e interpessoais à luz de novos conhecimentos ou informações. A esta luz, vemos que o risco no

contexto da modernidade tardia é muitas das vezes esquivo a um cálculo claro, pois o quadro de conhecimentos válido está sempre sujeito a mudança.

O ambiente de contínua reflexividade da modernidade tardia torna difícil a precisa delimitação dos riscos: eles estão em constante fluxo de reformulações – o que é bom hoje pode ser mau amanhã e vice-versa. A modernidade tardia, ou pós-modernidade, caracteriza-se por um “cepticismo generalizado” da Razão toda poderosa da modernidade (Giddens 1997:25). Tal como Beck defende, também Giddens afirma que os riscos típicos da modernidade tardia são quantitativa e qualitativamente diferentes dos riscos que predominavam até agora. Tornaram-se mais difíceis de calcular e de controlar. A pós-modernidade reconhece uma pluralidade de conhecimentos válidos, o que acaba por deixar de conferir lugar privilegiado à ciência ou a outros sistemas periciais tradicionais. Desta ideia resulta igualmente que a pós-modernidade traz o fim das “grandes narrativas” da história, isto é, o desaparecimento da teleologia histórica (Giddens 1998).

O Self como um empreendimento reflexivo

Como defende Lash (2000), a modernidade reflexiva veicula um programa de individualização, um Eu cada vez mais liberto dos laços comunitários e institucionais. Segundo Giddens (1997:4) “a auto-identidade, o self, torna-se num empreendimento organizado reflexivamente”, que se traduz na manutenção de narrativas biográficas que apresentam coerência, embora sejam revistas continuamente. Para tal é necessário que o indivíduo faça constantes escolhas, em negociação com o conhecimento pericial sobre os riscos que corre em cada escolha.

Estabelece-se uma forte ligação entre a expansão do discurso do risco na sociedade, da percepção e preocupação com os riscos, com o próprio desenvolvimento do saber: quanto mais “sabemos” mais riscos criamos, quanto maior é o desenvolvimento científico-tecnológico maiores são os riscos criados, quanto mais conhecemos mais factores de risco descobrimos, num processo em espiral que se torna cada vez mais complexo.

Nesta sociedade de risco, os indivíduos perdem gradualmente muita da confiança depositada nos peritos científicos, não conseguindo fazer sentido das informações muitas das vezes claramente contraditórias das opiniões técnicas sobre o que é ou não “arriscado”. Por mais, a informação vem em termos estatísticos, em números abstractos, dificilmente traduzidos para um nível pessoal. Este clima de falta de confiança produz extrema ansiedade nos indivíduos, que tem de ser resolvida socialmente. Toda a sociedade trata de produzir um contexto de “segurança ontológica” (Giddens 1997, 1998) aos seus membros, uma confiança no sentido da realidade das pessoas e das coisas que acontecem à sua volta. “Sentir-se seguro ontologicamente significa possuir, ao nível do inconsciente e da consciência prática, “respostas” para questões existenciais fundamentais que todo o ser humano de algum modo se coloca” (Giddens 1997:44). Giddens aponta quatro tipos de questões existenciais fundamentais a ser respondidas: as questões relativas à natureza da existência e do ser, questões sobre a finitude e vida humana e a sua particularidade, a experiência dos outros, isto é, o modo como se entendem as características e as acções dos outros indivíduos e, por fim, questões relativas à continuidade da auto-identidade dos sujeitos, ou seja, a continuidade de uma narrativa biográfica.

Esta produção de segurança é enfatizada pela necessidade de controlo exigida pelo discurso da modernidade. A sociedade de risco acontece num sistema de “controlo humano aberto” do mundo social e do mundo natural (Giddens 1997). Esta racionalização humana estende-se ao futuro. O conceito de risco, que é por definição relativo a acontecimentos futuros, torna-se assim num processo de dominação do destino, do futuro incerto, das incertezas. Calcula-se, quantifica-se, previnem-se cenários do que pode vir a ser. O Homem quer não só controlar o presente, mas também controlar o mundo que deve vir. Giddens avança com uma expressão particularmente bem conseguida: do que se trata é de “colonizar o futuro”, através do cálculo dos riscos por meio de um pensamento simulador. Contudo, este processo está sempre em constante reformulação, numa permanente monitorização reflexiva do risco.

A colonização do futuro e a monitorização dos riscos acaba por exigir peritos ou especialistas. A velha questão do poder de definição das situações como riscos entre os que “sabem” e os outros, que devem seguir as indicações dos primeiros, é então colocada claramente em evidência. O discurso dos peritos é fortemente estruturado à volta dos “perfis de risco” (Giddens 1997) que têm de ser constantemente revistos e actualizados para poderem estar adequados com a permanente mudança do conhecimento. Segundo Giddens, a modernidade apresenta um perfil de risco específico. Este perfil de risco comporta os seguintes aspectos (Giddens 1998:87-88):

- maior intensidade na globalização do risco (por exemplo a ameaça total que constitui uma possível guerra nuclear),
- globalização do risco também através da crescente ocorrência de acontecimentos contingentes, que afectam um grande número de indivíduos por todo o planeta, visível particularmente nos riscos macro-económicos (alterações planetárias na distribuição do trabalho),
- riscos que advêm da uma “natureza criada”, isto é, uma natureza socializada, fortemente alterada pela acção do conhecimento humano (os riscos ecológicos advêm da recriação humana da natureza),
- desenvolvimento de ambientes de risco institucionalizado, que afectam as oportunidades de vida dos indivíduos (o exemplo dos mercados internacionais de investimentos),
- consciência do risco enquanto risco, não podendo ser transmutado noutras formas de conhecimento tradicional, como saberes mágicos ou religiosos,
- consciência do risco amplamente difundida na sociedade,

- consciência das limitações da pericialidade dos sistemas periciais.

Os indivíduos tentam organizar as suas identidades e comportamentos consoante os perfis de risco existentes num dado momento, mas coloca-se deste modo o problema de ser muito mais difícil mudar a identidade e os comportamentos das pessoas do que os seus conhecimentos. Nestas situações, os peritos não se coíbem de classificar de irracionais as opções dos “leigos”, quando são contrárias ao seu saber pericial. Contudo, na modernidade reflexiva todos nós somos peritos e leigos simultaneamente, em diferentes situações. A necessidade permanente de tomar decisões na vida quotidiana, num mundo em constante mudança, leva-nos a uma reapropriação do conhecimento por parte dos indivíduos e a uma capacitação para agir, fora do domínio dos peritos (Giddens 1997). Todos os sujeitos têm de gerir riscos. Disso trata a vida na sociedade de risco.

Individualização: o (des)equilíbrio “Eu” / “Nós”

O ser humano não o é sem ser em sociedade. Precisamos uns dos outros para existir, para sobreviver. É o imperativo humano. Os indivíduos formam-se, transformam-se, a si mesmos e aos outros, através e com as relações que estabelecem uns com os outros, num contexto de interdependência (Elias, 2004). O ser humano individual só pode ser compreendido pela e na vida com os outros. “A estrutura e a qualidade de formação da conduta comportamental de um indivíduo dependem da estrutura das relações entre os indivíduos” (Elias, 2004:81). O indivíduo só consegue dizer “Eu” porque também pode dizer Nós, Tu, Ela/e, Elas/Eles, Vós (Elias, 2004).

No que Elias chama de processo de civilização, que é um processo de individualização (Elias, 2004), as funções de protecção e de controlo deixam cada vez mais de ser desempenhadas por colectivos hereditários (clãs, família, comunidade...), ou outros como a corporação, classe, e passam a sê-lo por colectivos estatais mais centralizados, progressivamente urbanizados. Passam de colectivos mais restritos e pequenos, para colectivos cada vez maiores, nos quais as possibilidades de intervenção do indivíduo podem ser claramente restringidas. Possuem uma maior margem de escolhas e alternativas, podem decidir mais por si mesmos. De facto, podem e têm de decidir cada vez mais por si mesmos, num contexto de maior separação e isolamento dos indivíduos nas suas relações mútuas (Elias, 2004:144). A regulação é cada vez mais individual ou auto-regulação, uma regulação interna.

Nos colectivos mais restritos e fechados, predomina a perspectiva do Nós. Nas sociedades mais industrializadas passa a predominar a perspectiva do Eu. “O facto de se atribuir um valor mais elevado àquilo que distingue as pessoas umas das outras, ou seja à sua identidade do Eu, do que àquilo que elas têm em comum, ou seja à sua identidade do Nós, é uma característica da estrutura das sociedades mais evoluídas dos nossos tempos”(Elias, 2004:178). No entanto, não se trata de escolher uma ou outra identidade: elas não existem em exclusão, precisam uma da outra. Trata-se de um predomínio de uma ou de outra no equilíbrio Eu / Nós. No momento presente das nossas sociedades, predomina a identidade do “Eu”, com vantagens (nomeadamente a realidade dos direitos humanos) e desvantagens (isolamento, precariedade, vulnerabilidade...).

Auto e Heterorepresentação dos condutores automóveis: uma construção de (in)segurança

Gostaríamos agora de reflectir um pouco sobre a construção da autorepresentação e da heterorepresentação como estratégia de inserção ontológica num contexto de modernidade tardia. Apresentamos como base os resultados de um inquérito a uma amostra de 134 condutores¹ de veículos automóveis ligeiros (Pinto, 2006). Consideramos que os resultados do inquérito evidenciam uma autorepresentação positiva dos condutores, em oposição à elaboração de uma imagem tendencialmente negativa e crítica dos outros condutores, como Outro Generalizado. Estas imagens identitárias são elementos cruciais na inserção social dos indivíduos e na análise dos projectos de construção reflexiva do self.

A maioria dos inquiridos tem elevada percepção do risco rodoviário: este não é minimizado em si mesmo, pelo contrário, é partilhado largamente pelos condutores. A palavra de caracterização do acto de condução mais evocada foi “perigo” (n=28), seguida de perto pela ideia de “estradas em mau estado”(n=26). Seguem-se as noções de “cuidado” (n=18), “falta de civismo” (n=13), “atenção”(n=10), “precaução” (n=10), “velocidade” (n=8), “má sinalização” (n=7),e “segurança” (n=7). Por fim, representando apenas 2.4% do total de respostas, temos as ideias de “insegurança” (n=6), “maus condutores” (n=6) e “trânsito” (n=6). Estes resultados parecem-nos revelar uma representação da condução automóvel como actividade ligada à ideia ou à percepção de “perigo”. Perante este entendimento, os indivíduos valorizam conseqüentemente a necessidade de “cuidado”, de “atenção” e de “precaução” face a esta ameaça. Pensamos que estas evocações nos apontam para uma posição eminentemente defensiva (e individual) no meio rodoviário por parte dos inquiridos. De onde poderá vir este “perigo”? Algumas preocupações são evocadas e podem-nos dar algumas pistas de compreensão: as “estradas em mau estado” e a “má sinalização”, a “falta de civismo”, a “velocidade” que é praticada nas estradas, o “trânsito” omnipresente, a existência sentida (ou temida) de “maus condutores”.

A maioria dos condutores, 56.0%, considerou que seria “pouco provável” envolverem-se num acidente causado por eles próprios. Para 5.2% dos condutores tal envolvimento é mesmo “nada provável”. Não encontramos nenhum caso que tenha indicado a reposta muito provável, mas mesmo assim 18.7% pensam ser “provável” sofrerem um acidente de que

¹ Amostra total de 134 indivíduos, 93 do sexo masculino, 41 do sexo feminino; idade média 38 anos [18;76].

fossem causadores. As diferenças entre condutores do sexo feminino e masculino observadas não são estatisticamente significativas ($p > 0.05$)

Inversamente ao que se passou na situação anterior, a maioria dos condutores, 50.4%, declarou que é “provável” que possam sofrer um acidente causado por outrem, e 22.6% pensam mesmo que tal é “muito provável”. Apenas 9.8% dos condutores afirmou que tal envolvimento será “pouco ou nada provável”.

Pensamos poder já detectar nestes resultados uma representação do perigo como vindo dos outros, e não da própria acção do sujeito: a maioria dos condutores consideram ser pouco provável envolverem-se num acidente rodoviário de que sejam causadores, mas pensam ser provável virem a sofrer um acidente causado por outros.

Quanto aos dados de autorepresentação dos condutores, temos que:

- a maioria dos indivíduos, 63.4%, julga a sua condução como “Boa” e 12.7% considera-a mesmo como “Muito Boa”. Em conjunto, 76.1% dos inquiridos da amostra avalia de forma claramente favorável a sua condução.

- 23.1% possui uma avaliação mediana da sua condução: nem Boa nem Má, antes “Razoável”, apenas 1 caso (0.7%) da amostra considera a sua condução como sendo Má.

- parece-nos ser relevante a inexistência de avaliações Muito Más da condução: nenhum caso assume a posição mais desfavorável da escala sobre a sua condução.

- a auto avaliação da condução em geral não se encontra significativamente associada com as variáveis sexo, grupo etário ou média de quilometragem/ano ($p > 0.05$).

- do total das doze características do “Bom Conductor” enunciadas pelos inquiridos² que encontramos anteriormente, a descrição que os inquiridos fazem de si mesmos apresenta nove dessas características: “atento”, “prudente”, “cuidadoso”, “calmo”, “respeitador”, “seguro” (na condução), “cauteloso”, “consciencioso”, e “responsável”. As características indicadas na autodescrição e que não são comuns com a caracterização do “Bom Conductor” são as evocações “razoável”, “bom condutor” e “rápido”, todas respostas referentes a uma caracterização ligada sobretudo às competências psicológicas dos condutores.

Consideramos que a auto-imagem dos indivíduos se centra fundamentalmente em aspectos psicológicos individuais: as evocações centradas nas competências cognitivo-comportamentais perfazem 42.7% do total de respostas ($N=260$), a que se juntam as evocações referentes a elementos de natureza emocional, que representam 10.0% do total. A dimensão de caracterização do condutor centrada nas capacidades individualizadas dos sujeitos constitui, desta forma, a “parte de leão” na autorepresentação. Por sua vez, os elementos que se ligam a uma dimensão sobretudo social, em ligação com as normas ou regras sociais ou explicitamente referente interacção com os outros, representam apenas 5.0% das respostas, traduzindo-se tão somente na evocação “respeitador”. Não encontramos na lista das categorias de resposta mais frequentes qualquer evocação centrada explicitamente na interacção com os outros, o que nos parece sintomático. Ora, da representação do ideal de condutor sobressaem três características que não estão na auto descrição dos inquiridos, a saber “cumpra as regras de trânsito”, “civismo”, “educado”, categorias de resposta referentes a competências sociais da descrição do condutor.

Parece-nos que a relação com as normas na auto-imagem dos condutores passa a ocupar um lugar de menor destaque em comparação com a que se evidencia na descrição do “Bom Conductor” feita pela amostra. Vimos que apenas a categoria de resposta “respeitador” se lhe refere. Como vimos na caracterização do “Bom Conductor”, o cumprimento das regras e o respeito pelas normas aparecem como as principais evocações. Perante estes dados, julgamos que os indivíduos na sua autorepresentação de alguma forma desvalorizam a relação estrita com as normas, acabando por dar maior importância a outros aspectos que não o cumprimento das regras, nomeadamente se o condutor é devidamente “atento” ($n=18$), “prudente” ($n=16$), “cuidadoso” ($n=15$), “cauteloso” ($n=10$), “consciencioso” ($n=7$), “responsável” ($n=7$), “calmo” ($n=13$) e “seguro” ($n=13$), das suas acções e das suas capacidades. Um condutor assim poderá eventualmente torcer as regras, estar como que acima delas. Para além disso, os inquiridos valorizaram na sua autodescrição julgamentos subjectivos sobre as suas capacidades enquanto condutores, considerando-se “bons condutores” ($n=14$), ou pelo menos “razoáveis” ($n=18$).

Relativamente aos dados da heterorepresentação:

- 44.7% dos inquiridos indicam que a condução dos outros é “razoável”, isto é, nem abertamente Boa, nem francamente Má. Contudo, a maior parte dos inquiridos tem uma opinião desfavorável da condução da maioria dos condutores portugueses, uma vez que 53% julgam-na “Má” (42.4%) ou “Muito Má” (10.6%).

- apenas 2.3% da amostra julga a condução dos outros indivíduos como “Boa”, e não se regista nenhum caso que a considere “Muito Boa”.

- a avaliação da condução da maioria dos outros condutores não se encontra significativamente associada com as variáveis sexo, grupo etário, média de quilometragem/ano dos indivíduos, nem tão pouco com a percepção de envolvimento em acidente, quer seja causado pelo próprio sujeito, quer por outrem ($p > 0.05$).

² A representação social do “Bom Conductor” emergente dos conteúdos semânticos indicados pela amostra revela-nos a imagem de um condutor cumpridor e respeitador das regras, não só de trânsito, mas também as de civilidade. As evocações mais representativas do Bom Conductor foram: “cumpra as regras de trânsito” ($n=26$), “respeitador” ($n=24$), “atento” ($n=19$), “civismo” ($n=19$), “calmo” ($n=14$), “prudente” ($n=14$), “cuidadoso” ($n=13$), “consciencioso” ($n=12$), “educado” ($n=8$), “responsável” ($n=8$), “cauteloso” ($n=6$), “seguro na condução” ($n=6$).

- quanto aos conteúdos semânticos da descrição que os inquiridos fazem da maioria dos outros condutores temos a categoria de resposta mais frequente é “irresponsáveis” (n=17), seguida de “inconscientes” (n=13), “maus condutores” (n=13) e “perigosos” (n=13). Este emergir de uma heterorepresentação negativa é reforçado pelas restantes categorias de resposta retidas para a nossa análise.

- do total de catorze características da heterodescrição, não existe uma só que seja partilhada com a caracterização do “Bom Condutor”. Onze características são claramente desfavoráveis e consideramos que apenas três parecem sair deste esquema negativo: as evocações “aceleras” (n=5) e “corredores de F1 / Ralis” (n=6) são, pelo menos, dúbias em termos de conotação, e julgamos não serem necessariamente de valoração negativa, e a evocação “razoáveis” (n=6) que apresenta uma dimensão mais positiva ou favorável dos outros condutores

- as outras categorias de resposta, de sentido crítico, são efectivamente o contrário ou o oposto das características do “Bom Condutor”: “falta de civismo”(n=11), “mal educados” (n=11), “stressados / nervosos” (n=11), “desrespeitadores” (n=10), “imprudentes” (n=6), “não cumpridores” (n=6), “desatentos” (n=6). Pensamos poder afirmar que a heterorepresentação é francamente desfavorável, o que está em concordância com a nossa hipótese de trabalho inicial sobre a heterorepresentação dos condutores.

- em comparação com a autorepresentação pelos resultados gerais, observamos somente dois pontos de semelhança com a heterodescrição: a evocação “razoável”, presente nas duas descrições, e as evocações alusivas à velocidade. A este respeito temos de realçar o que nos parece ser a diferença de tom das palavras empregues pelos inquiridos. Se os próprios se dizem “rápidos” (recordamos que ser rápido é em grande parte valorizado na nossa sociedade), já os outros são descritos como “aceleras” ou que têm a mania que são “corredores de F1 ou de ralis”, quando obviamente não o são. A velocidade é, deste modo, conotada positivamente para os próprios sujeitos e negativamente para os outros.

Da análise dos conteúdos semânticos indicados pelos inquiridos, emerge uma autorepresentação dos condutores que lhes é francamente favorável. Os inquiridos enfrentam o meio rodoviário e as interações que nele se desenrolam com uma auto-imagem positiva de si próprios, confiantes nas suas capacidades e seguros de que podem ultrapassar as ameaças e preocupações evidenciadas na representação do acto de condução automóvel. Neste processo, parece-nos projectarem o perigo para outras entidades e circunstâncias, que estarão menos susceptíveis de serem controlados por si mesmos. O que os resultados do nosso estudo parecem indicar é que neste processo a confiança básica é criada numa perspectiva individualizada, um Eu à custa de um Nós ou de um Outro seguro. Observamos deste modo um salientar das clivagens “Eu / Outro”. Os inquiridos não negligenciaram o risco rodoviário, pelo contrário, têm uma percepção de risco elevada. Contudo, as principais fontes de perigo são exteriores ao sujeito, particularmente o Outro como perigo (existem mesmo alusões à irracionalidade e à loucura do Outro), o que leva à constatação de uma posição defensiva individualizada.

Esta estratégia securizante dos indivíduos, contudo, parece-nos colocar em questão a construção de um meio rodoviário entendido como um Nós, no qual a segurança seja efectivamente criada por todos, para todos, como responsabilidade colectiva. A individualização excessiva cria um contexto que pode ser de desresponsabilização do indivíduo pela vida no colectivo. A segurança rodoviária depende em grande parte da criação deste Nós seguro, como responsabilidade colectiva e não meramente individual. Em Portugal, este é um desafio crucial, mas extremamente difícil, porque está ligado ao conjunto de atitudes e de comportamentos dos portugueses perante a coisa pública, que é caracterizada sobretudo pela grande desconfiança do Eu face aos Outros, e ao Nós.

Referências

- Andrey, Jean (2000). The automobile imperative: risks of mobility and mobility-related risks. *The Canadian Geographer / Le Géograph Canadien*, 44(4), 387-400
- Beck, Ulrich (1998). *Risk Society*. London: Sage Publications
- Beck, Ulrich (2000 a). A reinvenção da política – rumo a uma teoria da modernidade reflexiva. In Beck, Ulrich; Giddens, Anthony & Lash, Scott (2000). *Modernização reflexiva*. Oeiras: Celta Editora, 1-51
- Beck, Ulrich (2000 b). Risk society revisited: theory, politics and research programmes. In Adam, Barbara; Beck, Ulrich & Van Loon, Joost (Eds.) (2000). *The risk society and beyond – critical issues for social theory*. London: Sage Publications, 211-229
- Beck, Ulrich; Giddens, Anthony & Lash, Scott (2000). *Modernização reflexiva*. Oeiras: Celta Editora
- Dunn Jr., James A. (1998). *Driving forces – the automobil, its enemies and the politics of mobility*. Washington DC: Brooking Institution Press
- Elias, Norbert (2004). *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Dom Quixote
- Frewer, Lynn; Howard, Chaya & Shepherd, Richard (1998). Understanding public attitudes to technology. *Journal of risk research*, 1(3), 221-235
- Giddens, Anthony (1997). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta Editora
- Giddens, Anthony (1998). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora
- Giddens, Anthony (2000 a). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Giddens, Anthony (2000 b). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Editorial Presença

- Lash, Scott (2000). A reflexividade e os seus duplos – estrutura, estética, comunidade. In Beck, Ulrich; Giddens, Anthony & Lash, Scott. *Modernização reflexiva*. Oeiras: Celta Editora, 105-164
- Pinto, Carla (1998). Empowerment: uma prática de serviço social. In Barata, Óscar Soares (coord.). *Política Social 1998*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 245-277
- Pinto, Carla (2006). *Autorepresentação e Heterorepresentação dos condutores de veículos automóveis ligeiros – Contributo para a compreensão da guerra civil rodoviária em Portugal*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Tofler, Alvin (1970). *O choque do futuro*. Lisboa: Livros do Brasil
- Toffler, Alvin (1980). *A Terceira Vaga*. Lisboa: Livros do Brasil
- Urry, John (1999). *Automobility, car culture and weightless travel: a discussion paper*. <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/soc08ju.html>, acedido a 25-11-2002
- Urry, John (2000). *Inhabiting the car*. <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/soc102ju.htm>, acedido a 25-11-2002

Processos participativos e sustentabilidade local

João Guerra
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Joao.Guerra@ics.ul.pt

Resumo: Em Portugal, o crescente interesse por formas de desenvolvimento mais sustentáveis parece resultar, em boa parte, do crescente impulso de instâncias de governança internacional como a ONU e a União Europeia. Com efeito, o Desenvolvimento Sustentável e as formas participativas com que idealmente se reveste (mais ou menos inovadoras nos métodos de implementação) têm vindo a grangear uma popularidade e legitimidade crescente, sobretudo desde a Cimeira da Terra do Rio de Janeiro. Como se pode ler no capítulo 28 da Agenda 21, “os poderes locais deverão aprender com os cidadãos e com as organizações locais, cívicas, comunitárias, comerciais e industriais e adquirir a informação necessária para elaborar melhores estratégias” (CNUAD, 1992: 333).

Apesar deste impulso externo, no entanto, duas aparentes contradições têm vindo a surgir recorrentemente nos resultados de vários inquéritos: i) forte vontade de intervenção pública / fracos índices de participação cívica efectiva e ii) assunção pela Administração de compromissos europeus e internacionais que pressupõem envolvimento da sociedade civil / reduzida aposta oficial nesse envolvimento, em processos de sustentabilidade local.

A aplicação de um inquérito por questionário aos municípios portugueses, cujos resultados preliminares aqui se apresentam, procura clarificar as condições de participação em instrumentos de sustentabilidade local, sejam mais institucionalmente definidos, como é o caso dos PDM em revisão, sejam instrumentos emergentes mais flexíveis nos métodos e nas formas, como são os casos das Agendas 21 locais e dos Orçamentos Participativos.

1 – Governança e processos participativos

Com origem na teoria económica, o termo "governança" tem vindo a ser aplicado nas mais diversas situações e contextos sociais, nas mais variadas escolas teóricas e disciplinares. Com efeito, há muito que o conceito entrou nos domínios da ciência política e da sociologia através do debate sobre a governança global, surgindo a fórmula "governança sem governo" na análise dos processos de acção colectiva (onde uma autoridade central do estado podia estar ausente ou, pelo menos, partilhar poderes com outros parceiros usualmente não detentores de poder) em contextos de desenvolvimento urbano, de desenvolvimento regional, ou ainda de cariz ambiental ou de desenvolvimento sustentável local. Em geral, portanto, o termo governança é aplicado para referir as várias mudanças de processos e de significado da administração e da governação da coisa pública e do bem comum, dando especial ênfase ao papel das emergentes redes de actores sociais que actuam a partir de constelações de interesses em interacção e aos processos de auto-regulação aí usualmente presentes (Heinelt et al, 2006: 25).

A necessidade de enveredar por estes novos caminhos da participação pública parece, no entanto, ter decorrido da implementação de ajustes programáticos estruturais que envolvem as políticas de “emagrecimento” do Estado (e.g., austeridade, desregulação, privatização). Não estando isentos destes constrangimentos, os governos locais sofrem “crescentes pressões no sentido de adequar as suas instituições e modos de agir a este novo contexto de um mundo cada vez mais globalizado, competitivo e interdependente” (Frey, 2007: 137). O fracasso da intervenção centralizada do Estado e a progressiva dependência das decisões de agentes económicos privados que resultam na incapacidade instalada para resolver problemas de uma sociedade globalizada e desregulada torna premente a criação de “condições e ferramentas adequadas de gestão para implementar iniciativas efectivas de desenvolvimento local, capazes de promover um desenvolvimento sustentável no âmbito das comunidades locais, respeitando as exigências da justiça social” (Frey, 2003: 165).

A administração pública é, por conseguinte, progressivamente encarada não como locus privilegiado de poder e decisão, mas apenas como um entre muitos outros actores com capacidade para influenciar e envolver-se na formulação e implementação de políticas públicas. Daí que o estímulo e a criação de redes (muitas vezes por iniciativa da própria administração) surja, cada vez mais, como potencial saída para ajudar a resolver os problemas sociais da actualidade, permitindo com maior probabilidade o envolvimento nos processos de tomada de decisão, desde logo, de outras instituições

da administração numa lógica quer horizontal, quer vertical, de empresas e de outros agentes económicos e, certamente, dos cidadãos em geral e outros representantes da sociedade civil, numa lógica organizativa tendencialmente não hierarquizada. Deste ponto de vista, a governança descreveria uma forma de melhor coordenar a acção social, com base em mecanismos de cooperação horizontal, substituindo, tanto quanto possível, a intervenção directa e, sobretudo, o controlo das instituições do Estado (Haus & Heinelt 2005: 24-25).

A discussão em torno da governança, no entanto, aponta para outras direcções que, porventura, procuram integrar visões menos ingénuas ou apaixonadas destes processos. Davies (2003) estabelece uma distinção esquemática entre “posições ortodoxas” e “posições cépticas” no debate sobre a governança, associando a abordagem “ortodoxa” principalmente com o trabalho de Rhodes e com a ideia de redes de governança inter-institucionais e auto-organizadas. Ainda que, neste sentido estrito, o termo governança se refira, principalmente, a meios de orientação de processos fundamentalmente não hierárquicos, descentralizados e baseados na busca de consensos, a verdade é que, para os críticos desta abordagem, mesmo nos processos assim conduzidos, a dialéctica do poder e o conflito de interesses e posições não deixam de se fazer sentir. Por outro lado, como vários autores já sublinharam, a descentralização e o aumento de parcerias locais em vários processos de desenvolvimento local e regional, ainda que parcialmente autónomas, desenrolam-se a par de intervenções do estado de cariz mais centralizado e hierárquico (Davies 2003: 325; Heinelt et al, 2006: 26).

Assim, se o uso do termo governança indicia, em geral, mudanças nos mecanismos institucionais de acção e de coordenação, reservando para o Estado e suas instituições um papel bem mais marginal e contingente, propomo-nos, à semelhança de Heinelt, a estender o conceito a campos mais latos e abrangentes de forma a permitir a inclusão de processos dirigidos de forma mais ou menos hierárquica, mais ou menos condicionada pelo poder que determinadas instituições e/ou stakeholders podem exercer sobre o conjunto de parceiros. Se, em teoria, os processos de governança participada são caracterizados por tentativas de coordenação horizontal das interações sociais — que nestes processos procuram influenciar as decisões —, não será menos verdade que as sociedades se regem (ainda que involuntariamente) “pelo ‘lado oculto’ do mercado, i.e., pela imposição de constrangimentos e capacidades para (inter-)agir” (Heinelt et al, 2006: 26) e pelos recursos diferenciados que cada grupo ou agente é capaz de mobilizar no processo.

Daí que, dependendo do contexto em que se insere, cada processo de participação assumirá características próprias que decorrerão das especificidades desse mesmo contexto, instituindo-se, por direito próprio, num objecto de pesquisa sociológica. Como referem os autores, não se pode assumir uma solução ou forma de governança como única e adequada a todas as conjunturas e contextos. A pluralidade de situações é algo que a realidade impõe pelo que são inevitáveis “a combinação adequada de estratégias de governança e as formas mais apropriadas de integração de conhecimentos nas diversas modalidades de implementação, a fim de desenvolver uma abordagem para a sustentabilidade holística, fundada no contexto em que se insere e amplamente reconhecida como legítima” (Heinelt et al, 2006: 27).

2 – Desenvolvimento Sustentável – entre a ubiqüidade e a contradição

Enquanto constructos sociais que se vão adaptando às exigências particulares de cada contexto sócioespacial e espelhando, também neste caso, a diversidade de iniciativas que, no terreno, se vão multiplicando (sejam de âmbito local, sejam de âmbito global), desde a publicação do Relatório Brundtland que se sucedem as enunciações de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável. A definição presente em “O Nosso Futuro Comum” — “desenvolvimento que dê resposta às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades” (CMAD, 1987:54) — é ainda hoje a mais reconhecida e fundamenta e inspira numerosas definições alternativas consentâneas com objectivos particulares. Dá-se, por conseguinte, uma ênfase especial a um ou outro aspecto do conceito, associando-se ora a imperativos e realidades gerais — como desenvolvimento (desenvolvimento sustentável), como sociedade (sociedade sustentável), como ecologia (sustentabilidade ecológica), como estratégia (sustentabilidade estratégica) ... —, ora a propósitos e âmbitos mais específicos, como comunidade (comunidade sustentável), como mobilidade (mobilidade sustentável), como energia (energia sustentável) ou mesmo como crescimento (crescimento sustentável).

Por outro lado, o conceito de sustentabilidade, criado inicialmente nas ciências biológicas e ecológicas para descrever os limites a que os recursos naturais podem ser extraídos ou consumidos sem ameaçar a integridade dos ecossistemas que lhes subjazem, é frequentemente usado, nos outros ramos das ciências e, sobretudo no campo das ciências sociais, como qualidade intrínseca, produto ou resultado do desenvolvimento sustentável. Aí, o foco direcciona-se, sobretudo, para as relações entre capital natural, capital social e capital económico, realçando-se as condições de permanência, de sustentação e de equilíbrio dessas relações complexas e interdependentes.

Assim sendo e ainda que estejamos perante uma multiplicidade de definições de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, há algumas características comuns que se podem referir. Desde logo, estamos perante um olhar contextualizado dos problemas ambientais que os relaciona com a economia e com a sociedade. Olhar que impõe a constatação de uma rede de interdependências que impede que nem ao desenvolvimento social, nem ao crescimento económico seja permitido tomar a sua base de sustentação ecológica como garantida, sublinhando, simultaneamente, as dependências socioeconómicas dos ecossistemas naturais actuais. Esta complexidade de interligações entre economia, sociedade e ambiente é “geralmente descrita como um ‘triângulo’, um ‘tripé’, ou uma sobreposição de círculos num diagrama de Venn (...) e embora os elementos específicos, bem como a ênfase atribuída a cada um, possam mudar, o que distingue a

sustentabilidade é o olhar dirigido para as interligações sistémicas e a ideia de que os elementos devem e podem apoiar-se ou reforçar-se mutuamente numa cadeia de relações recíprocas” (Vos, 2007: 335).

Para além desta reciprocidade dinâmica e tal como já era sublinhado na definição de Bruntland, o foco sobre a equidade intra e inter geracional é outra das características fulcrais do conceito de sustentabilidade que tende a ser consensual. Nesta perspectiva, os horizontes espaço-temporais alargam-se para abranger: i) todo o sistema-mundo, todos os países e todas as comunidades com os seus diferentes, mas interdependentes graus de desenvolvimento, produção e consumo de recursos e ii) todas as gerações presentes e futuras, tendo como exemplo a história e as gerações passadas.

A ênfase do empenhamento individual e colectivo para além da mera conformidade com as leis e regulamentos é outro dos aspectos compartilhado pela generalidade das definições de sustentabilidade. Dos decisores políticos espera-se imaginação e inovação na administração da coisa pública, procurando desempenhos que ultrapassem os mínimos exigidos pela lei. Dos empresários e das empresas espera-se que superem as normas regulamentares e as determinações da administração como forma de garantir vantagens competitivas a curto/médio prazo e, simultaneamente, assumir uma responsabilidade social antes inusitada. Dos cidadãos e da sociedade civil em geral espera-se maior intervenção e maior empenho na discussão e na defesa da qualidade ambiental e na qualidade de vida que afinal dependerão dos equilíbrios conseguidos entre os vários vértices do triângulo da sustentabilidade.

Para que a sociedade possa enveredar pelos caminhos da sustentabilidade, portanto, seria necessário i) ultrapassar a complexidade dos problemas, reconhecendo-lhes as inerentes interdependências; ii) pugnar pela equidade social e ambiental quer sincrónica, quer diacronicamente e iii) contar com o empenho e a mobilização geral. Nesta óptica, de todos se espera, mais do que o cumprimento das obrigações previstas por lei e por regulamentos, uma acção proactiva que, indo para além delas, permita reverter processos que, do ponto de vista da sustentabilidade, podem pôr em risco a base de sustentação da sociedade actual e, conseqüentemente, a qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Daí a centralidade que a participação e o envolvimento de todos os actores sociais (qualquer que seja o seu estatuto e o seu papel na sociedade), detêm nas questões da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Afirmando mesmo alguns autores a impossibilidade de atingir o desenvolvimento sustentável sem a prévia implementação de processos de governança participativa (Zeijl-Rozema et al, 2007).

De acordo com o exposto na Tabela 1, em termos de conteúdo, postula-se que, para alcançar o desenvolvimento sustentável, é necessário, desde logo, mudar as lógicas de funcionamento das instituições de poder, como forma de enfrentar a complexidade dos problemas que a sustentabilidade implica. Para tal e de maneira a incluir essa complexidade, espera-se que o processo seja visto como um percurso de partilha, negociação e envolvimento dos vários grupos de interesse em presença que deterão pontos de vista específicos, nem sempre facilmente conciliáveis. Ora as instituições do Estado (seja central, seja municipal), criadas e desenvolvidas numa lógica hierárquica e sectorial, estão em geral pouco preparadas para enfrentar tais problemas e, ainda menos, para partilhar o poder de decisão.

Tabela 1 – Características do conceito de Desenvolvimento Sustentável

Conteúdo	Processo	Contexto
Alcançar um mundo mais sustentável As questões da sustentabilidade resultam, normalmente, de situações complexas com origens múltiplas e de difícil solução que exige uma mudança na abordagem das instituições a elas dedicadas	Envolvimento das várias partes interessadas A maioria dos projectos e políticas de sustentabilidade têm que lidar com a complexidade social que envolve grupos e agentes com interesses, capacidades e recursos desiguais e, por vezes, antagónicos.	Ambiente institucional A maior parte das iniciativas de sustentabilidade são confrontados com uma fraca institucionalização ou um fraco apoio institucional.

Adaptado de Zeijl-Rozema et al, (2007: 1-2)

O desafio que se impõe é, pois, conseguir institucionalizar soluções mais adaptadas à complexidade dos problemas postos pelo desenvolvimento sustentável de forma a ultrapassar o hiato que persiste entre o impacto das actividades humanas no ambiente físico e os objectivos anunciados para o proteger. Essa é, aliás, como refere Zaccai, uma razão pela qual o ambiente tanto mudou durante o Século XX. Apesar de todas as políticas e instrumentos difundidos a partir de instâncias de poder internacionais, nacionais e locais, de toda a crescente mobilização do movimento ecologista/ambientalista que definitivamente se impôs, a verdade é que os seus efeitos reais permanecem muito aquém do anunciado (Zaccai, 2009).

Há, por outro lado, características da sustentabilidade onde a consenso não é tão claro e que, basicamente, dependem do grau com que se procura romper com os paradigmas de produção e consumo dominantes e a maior ou menor exigência assumida na defesa dos valores e equilíbrios ecológicos, sociais e económicos. Nesta transição do milénio, estaremos a assistir, de acordo com as teses de Riley Dunlap, a uma paulatina substituição do Paradigma Social Dominante — orientado pelos valores e interesses humanos — pelo emergente Novo Paradigma Ecológico — que integra, para além dos valores e interesses humanos, os valores mais globais centrados no equilíbrio ecológico (Catton & Dunlap, 1978, 1980; Dunlap, 1993, 2008; Dunlap & Catton 1979, 1993; Dunlap, Van Liere, Mertig & Jones, 2000). Esta mudança, no entanto,

realiza-se a níveis e velocidades diferentes e, ainda que em geral se espere um sentido único, há influências contextuais que determinarão uma pluralidade de posicionamentos decorrentes da intersecção de condicionalismos sociais, económicos e ambientais, mas que, de acordo com a tabela 2 se podem aglutinar nos três arquétipos da sustentabilidade proposto por Vos (2007).

Tabela 2 – Arquétipos da sustentabilidade

	1 Paradigma S. Dominante (Versão antropocêntrica da Sustentabilidade)	2 Menor exigência da (Versão pragmática da Sustentabilidade)	3 Maior exigência radical da Sustentabilidade)
Ontologia da natureza	Fonte de matérias-primas	Reconhecido algum valor intrínseco à natureza	Toda a natureza tem um valor intrínseco
Substituição de capital natural	Substituição Infinita	Algum capital natural não pode ser substituído	Não é admitido o declínio do capital natural
Crescimento económico	Não há limites	Sublinha-se uma relação “Win-Win”	O crescimento deve abrandar ou mesmo regredir
Crescimento da população	Não há limites	A acompanhar por medidas compensatórias	O crescimento populacional deve abrandar ou mesmo regredir
Papel da tecnologia	Racionalidade tecnológica	Cepticismo moderado nas soluções tecnológicas	Cepticismo profundo nas soluções tecnológicas
Equidade social	Leis do mercado	Tem em conta as interdependências	Atenção à redistribuição
Participação pública	Especialistas políticos e	Processos colaborativos	Base do sistema democrático

Fonte: Adaptado de Vos, 2007: 336.

Estamos, por conseguinte, perante uma esquematização simplificadora de possíveis posicionamentos em relação à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável que resumem, mas não esgotam, as múltiplas e compósitas possibilidades:

Uma abordagem fundamentada no Paradigma Social Dominante e, portanto, predominantemente centrada nos valores antropocêntricos, onde as questões do ambiente têm um peso residual entre as preocupações fundamentais. Onde a natureza é vista, basicamente, como fonte de recursos e de matérias-primas e a racionalidade científico-tecnológica surge como aliada imprescindível e eficaz para ultrapassar dificuldades. Onde se dá como garantida a renovação infinita de recursos, não se vislumbrando, por esse facto, limites nem ao crescimento económico, nem ao crescimento demográfico e, finalmente, onde a equidade social, não sendo preocupação central, é deixada às leis do mercado, sendo os processos de tomada de decisão reservados aos técnicos e aos políticos por eles assessorados.

Uma abordagem pragmática da sustentabilidade ligada a uma visão reformista e conciliadora que procura obter mudanças a partir de uma cooperação estreita com as várias instâncias de poder e, dessa forma, influenciar os processos de tomada de decisão. Neste caso, é reconhecido um valor intrínseco à natureza que, no entanto, é condicionado pelos valores sociais e económicos de que, afinal, dependerá o sucesso de qualquer intervenção conducente à preservação e/ou protecção de valores naturais. Dando primazia, sobretudo, a situações de “win-win”, esta abordagem conciliadora advoga geralmente uma atenção particular às desigualdades sociais (invariavelmente ligadas a iniquidades ambientais) e, tanto quanto possível, não prescinde do envolvimento e da participação de todas as partes e de todos os interesses presentes. O crescimento económico e o crescimento demográfico devem, por isso, ser vistos nesse contexto de conciliação de interesses, onde a ciência e a tecnologia assumem o papel ambíguo, atribuindo-se-lhes, por um lado, a origem de muitos dos problemas ecológicos da actualidade, reservando-se-lhes, por outro lado, um papel não menos central na obtenção de soluções para esses problemas.

Uma abordagem radical da sustentabilidade, mais exigente nas questões de protecção ambiental, caracterizando-se, em geral, por uma dificuldade acrescida em conciliar interesses ambientais com interesses económico-sociais. Nesta perspectiva, a natureza tem um valor intrínseco que não deve depender dos interesses socioeconómicos pelo que, para manter o equilíbrio dos ecossistemas, não se acredita em soluções milagrosas advindas da tecnociência. Advoga-se antes um redireccionamento da economia e da sociedade de consumo (i.e., abrandamento ou mesmo retrocesso do crescimento económico, maior atenção às questões demográficas, maior redistribuição de recursos para suprir as necessidades das comunidades e nações menos favorecidas pelo desenvolvimento capitalista, maior envolvimento das populações nos processos de tomada de decisão...).

Porque é suposto que todas estas posturas e sensibilidades interajam no terreno, é do jogo de poderes e interesses em presença num determinado contexto que se delineará a configuração do modelo de desenvolvimento sustentável seguido (a partir das múltiplas combinações possíveis). É, aliás, esta elasticidade que terá permitido uma divulgação quase universal do conceito de desenvolvimento sustentável ainda que, simultaneamente, se tenha vinda a esbater o seu significado e, sobretudo para os seus detractores, a sua utilidade prática. Com efeito, “apesar da ubiquidade do conceito, é escassa a concordância sobre aquilo que constitui a sustentabilidade [ou o desenvolvimento sustentável]. No mínimo, a definição pode

variar de acordo com a escala e o âmbito de aplicação, no máximo, pode variar de acordo com imperativos e/ou constrangimentos ideológicos” (Vos, 2007: 334), mais ou menos abertos a aplicações pragmáticas e/ou conciliadoras com o status quo do desenvolvimento.

3 – Autarquias e sustentabilidade local – resultados preliminares de um inquérito

Os dados que a seguir se apresentam procuram trazer a lume a posição dos municípios portugueses no processo de implementação do desenvolvimento sustentável local e clarificar de que forma são envolvidos os cidadãos nesse processo, decorrendo da aplicação de um inquérito por questionário enviado por correio a todos os 308 municípios portugueses, em Junho de 2008, acompanhado de várias insistências feitas por correio electrónico e por telefone, sempre dirigidas ao Presidente de Câmara ou ao Gabinete de Apoio ao Presidente dos vários municípios portugueses.

Conseguir que os municípios respondessem ao inquérito foi tarefa que se revelou difícil e morosa e, apesar dos redobrados esforços e dos sucessivos contactos, nem sempre teve o sucesso desejado. Neste processo árduo que se arrasta desde Junho de 2008, percebemos que muitos dos processos participativos por nós já localizados perderam folgo ou não conseguiram ganhar a aposta da participação e do envolvimento público na administração da coisa pública, não se vislumbrando reais consequências para as formas e práticas governativas que lhes sucederam.

Situações houve em que este aparente desinvestimento nos processos de A21L parece decorrer da mudança de condições endógenas ao município e, sobretudo, à edilidade municipal. A mudança de poder político, por exemplo, pode representar uma inversão de rumo que não raras vezes tenderá a apostar, para vincar a diferença em relação ao poder político antecedente, não num aprofundamento qualitativamente avançado dos processos legados pelos executivos anteriores, mas numa negação dos sucessos já atingidos. Daí que, muitos dos protagonistas locais mais empenhados em determinadas fases dos processos de implementação de Agendas 21 Locais e similares (sejam técnicos ou políticos), acabem por desistir, perder a motivação, ou ser marginalizados no processo, perdendo-se, dessa forma, grande parte das dinâmicas já alcançadas.

Não querendo focar-nos em demasia nos casos de menor sucesso — estamos em crer que, apesar de tudo, o balanço geral é positivo e haverá certamente iniciativas cujos frutos são visíveis e, de alguma forma, terão determinado mudanças de atitudes e de comportamentos de muitos cidadãos e, talvez mais importante para o que nos importa aqui, terão determinado mudanças processuais consequentes e duradoiras no rumo dos processos de tomada de decisão e nos modos de interagir entre administrações e administrados —, de acordo com os resultados da pesquisa até agora conseguidos existem outros motivos, talvez com um peso ainda mais visível, que podem ajudar a explicar a relativa derrapagem no processo de desenvolvimento e implementação de algumas iniciativas locais de Agenda 21 em Portugal.

É comumente defendido que as regiões, pela sua dimensão, podem revelar-se nos agregados territoriais que mais se adequam para fazer frente às especificidades dos múltiplos desequilíbrios urbanísticos (e.g., qualidade ambiental; ordenamento do território; escassez/delapidação de recursos; problemas socioeconómicos; desenvolvimento; governança...), sendo, por outro lado, a escala mais pequena em que estes problemas podem, de facto, ser resolvidos, possibilitando uma abordagem próxima e incisiva e, simultaneamente, integrada e holística (Hiss, 1996). As apostas regionais para o desenvolvimento sustentável poderiam, nesta óptica, garantir o sucesso desejado, disponibilizando, de acordo com Henkel, a única forma eficaz de enfrentar os problemas transectoriais e transterritoriais da qualidade de vida urbana e permitindo, com uma abordagem global mas simultaneamente focada nos problemas locais, ultrapassar os interesses mais mesquinhos, egoístas e paroquiais (Henkel, 1999).

Por conseguinte, à partida, eram de esperar ganhos sinérgicos com a união de esforços, recursos e capacidades nos processos regionais de Agenda 21. A verdade, no entanto, é que, no que diz respeito à realidade portuguesa, os factos e os indícios até agora recolhidos parecem apontar para resultados bem menos auspiciosos. Com efeito, a liderança de processos regionais por associações de municípios (e.g., Associação de Municípios do Norte Alentejano; Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo; Resíduos do Nordeste, Eixo Atlântico...), cuja iniciativa e empenho não se questiona aqui, parece estar na origem de algum desinteresse, ou pelo menos, ter dispensado um maior envolvimento das administrações municipais locais.

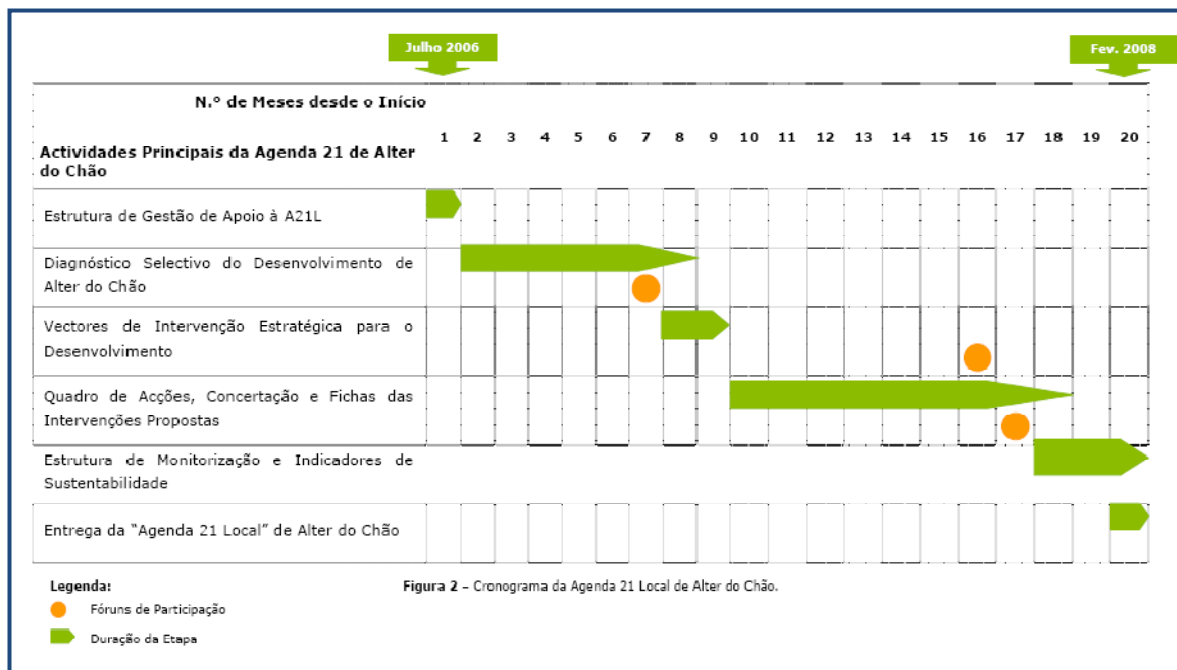
Acresce que, nestes casos, não exclusivamente mas talvez mais frequentemente do que noutros desenvolvidos por motu proprio e, sobretudo, com o explícito envolvimento dos presidentes de câmara, os projectos nasceram e desenvolveram-se com um horizonte temporal limitado. Estabelecido para colmatar exigências processuais dos fundos comunitários a que se candidataram, o prazo para finalizar o projecto resultou quase invariavelmente num sentimento de tarefa cumprida, chegando alguns dos municípios a declarar a existência da Agenda 21 apenas quando as actividades previstas no período de tempo estipulado estavam cumpridas. A Agenda 21 surgiu, neste tipo de respostas, como um produto acabado, constituído por um conjunto de actividades, reuniões e acções (mais ou menos participadas, com maior ou menos envolvimento das populações locais) já realizadas e, portanto, fechadas.

Reproduzindo uma situação que nos parece estar longe de ser única, o cronograma da Agenda 21 de Alter do Chão apresentado na Figura 1 constitui, do nosso ponto de vista, um indício importante das razões que poderão ter levado muitos dos respondentes ao nosso inquérito a acusarem a existência da Agenda 21 Local apenas quando terminaram as actividades previstas num prévio plano de actividades (portando, quando encerraram o processo?) e não desde o início da sua implementação. Ainda que, neste como noutros casos, a cerimónia de entrega da A21L (a última tarefa prevista no cronograma) tenha sido publicitada como “entrega do projecto de Agenda 21 Local” — abrindo espaço a eventuais acções

e/ou projectos subsequentes —, a verdade é que não é invulgar perceber-se que, com esta “entrega da agenda 21 local”, os compromissos e as actividades com ela relacionadas ficaram, para muitos técnicos e políticos autárquicos, implicitamente cumpridos e encerradas.

Figura 1 – Cronograma da Agenda 21 Local d Alter do Chão

Fonte: Proposta Final da Agenda 21 Local de Alter do Chão elaborada pelo Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis/Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (Abril de 2008).



Não sabemos como estes projectos são “adquiridos” pelas autarquias e como são posteriormente desenvolvidos no terreno. Não temos, para além disso, motivos para questionar o profissionalismo, a capacidade técnica e muito menos a verticalidade das empresas (muitas delas ligadas a instituições universitárias) que têm vindo a promover e a dinamizar a implementação deste tipo de iniciativas de sustentabilidade local, mas talvez o formato quantificado e objectivo em que os serviços técnicos e os responsáveis políticos municipais são, em geral, impelidos a utilizar para interagir com a generalidade de fornecedores de bens e serviços, — por tradição, mas também por imperativos legais — contribua para esta aparente confusão que delimita as actividades de um processo de Agenda 21 (que se pretende contínuo, duradouro e consequente) a alguns meses coincidentes com os prazos de financiamento obtidos e com os compromissos assumidos nesse âmbito restrito.

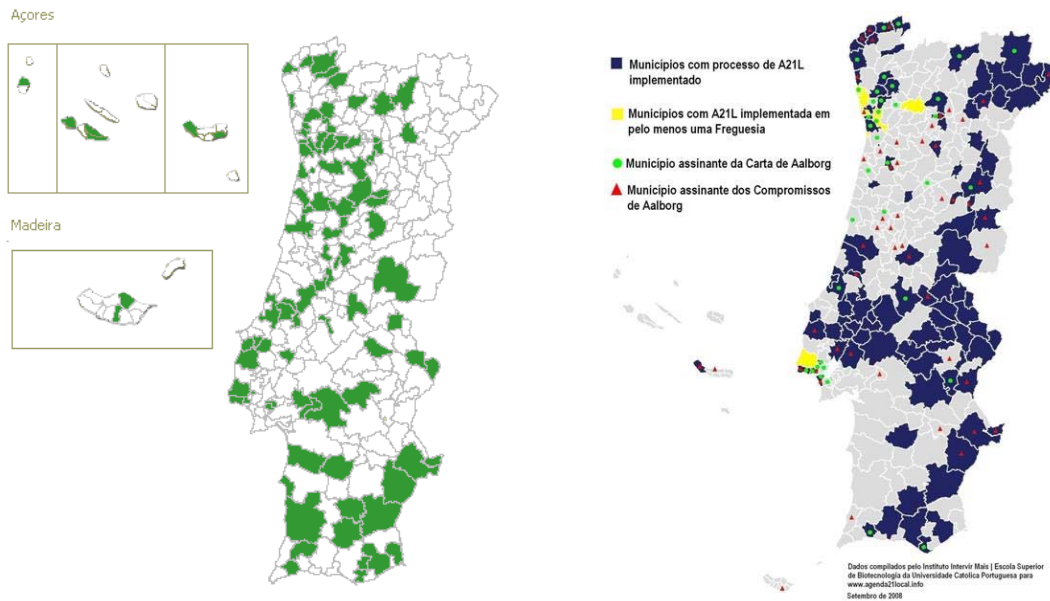
Nesta perspectiva, teme-se que os técnicos e os políticos locais estejam abertos, sobretudo, a apostar num produto que possa vir a ser apresentado publicamente e que justifique, de forma inequívoca, o investimento. Por seu lado, teme-se que as assessorias técnicas externas tendam a apresentar um produto que se adequa, mais do que às exigências de continuidade da A21L, às condicionantes burocráticas de forma a garantir mais hipóteses de contratação. Com este tipo de procedimentos, corre-se muitas vezes o risco de desperdiçar a dinâmica de transformação, que a implementação destes processos e a sua manutenção a médio/longo prazo podem representar, no envolvimento dos cidadãos, na mudança efectiva da administração e na gestão partilhada dos processos decisórios.

Resumindo, nestes como noutros casos de menor sucesso em que a um período de maior dinamismo ocorreu um período de maior estagnação nas actividades de envolvimento cidadão, a alternativa participada e partilhada subentendida nas Agendas 21 Locais parece ter-se perdido nos sentimentos de desresponsabilização criados pela origem e liderança externa das iniciativas, esvaneceu-se com o desgaste do empenhamento de alguns dos protagonistas locais (que acabaram por desistir ou por perder o ímpeto que os fez lançar a iniciativa), ou esgotou-se no cumprimento dos compromissos legais ou oficiais assumidos pelas diferentes administrações locais. Mais frequentemente do que seria desejável, ter-se-á descurado a necessidade de garantir resultados consequentes que permitissem mudar ou fazer mudar práticas governativas pouco abertas a participação por demais arregadas nos vários níveis da administração. Situações que, aliás, já anteriormente haviam sido assinaladas (ainda que de forma menos precisa) noutros estudos semelhantes (Schmidt, Nave & Guerra, 2006).

Daí que muitos dos municípios onde previamente tínhamos localizado processos de Agenda 21 Locais em curso (Figura 3) não se tivessem mostrado tão receptivos a partilhar a sua experiência. Muitos deles pareciam mesmo ter encerrado o processo, tendo inclusive, aos técnicos antes ocupados do acompanhamento da Agenda 21 Local, sido cometidas novas funções, sem que mais ninguém os substituísse.

Figura 2 – Municípios que responderam ao inquérito até finais de 2008

Figura 3 – Municípios com processos de A21L localizados em Setembro



De qualquer forma, não estando o inquérito ainda fechado (continuamos à espera de algumas respostas prometidas mas por enquanto não recepcionadas), em finais de Dezembro de 2008 tínhamos conseguido 97 questionários preenchidos que, como podemos verificar na Figura 2, se distribuem um pouco por todo o país. A Região Autónoma da Madeira, o Interior Norte e Centro, algumas zonas do Alentejo (Norte Alentejano e Alentejo Central) e, ainda, a zona da Lezíria do Tejo são regiões que, neste momento, mostram níveis de resposta abaixo da média e que, por conseguinte, requerem uma atenção continuada no futuro próximo. Comparando, por outro lado, as Figuras 2 e 3, e de acordo com as considerações anteriores, torna-se clara a falta de resposta dos municípios integrados em alguns dos processos regionais de Agenda 21 com maior número de municípios envolvidos: Nordeste 21, Lezíria do Tejo, Norte Alentejano e ainda uma boa parte dos municípios do Eixo Atlântico.

Tabela 3- Taxas de resposta e constituição da amostra a 15 de Dezembro de 2008

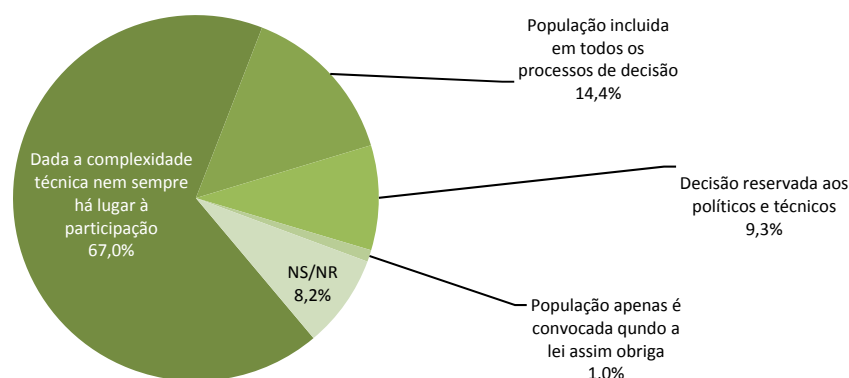
Região (NUTS II)	Amostra			Universo			Dimensão (Nº de Habitantes)			Presidência (Força Política)				
	Nº	%	Nº	Nº	%	Nº	Intervalo	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Norte	28	28,9%	27,9%	<5	10	10,3%	11,7%	PPD-PSD	38	39,2%	44,8%			
Centro	22	22,7%	25,3%	5/10	21	21,6%	24,0%	PS	33	34,0%	35,4%			
LVT	16	16,5%	16,6%	10/25	28	28,9%	30,8%	PSD/CDS*	13	13,4%	6,5%			
Alentejo	17	17,5%	15,3%	25/50	14	14,4%	14,3%	PCP/PEV	10	10,3%	10,4%			
Algarve	6	6,2%	5,2%	50/100	14	14,4%	11,7%	Independente	3	3,1%	2,2%			
Açores	6	6,2%	6,2%	100/200	7	7,2%	6,2%	CDS-PP	0	0%	0,3%			
Madeira	2	2,1%	3,6%	> 200	3	3,1%	1,3%	BE	0	0%	0,3%			
Total	97	100,0%	100,0%	Total	97	100,0%	100,0%	Total	97	100,0%	100,0%			

*Inclui as coligações PPD/PSD com o CDS-PP e outros pequenos partidos, como é o caso de Sintra

Apesar disso, tomando por referência as 7 regiões (NUTS II), podemos verificar que a representatividade da amostra já estava, nesta altura, praticamente assegurada (tabela 3). Verifica-se, ainda assim, uma taxa de resposta abaixo do que seria desejável entre os municípios dirigidos pelo PPD-PSD, valor que é contrabalançado pelo maior peso na amostra das coligações lideradas pelo mesmo PPD-PSD (com o CDS-PP e/ou outros). O peso global deste partido (juntando as câmaras administradas isoladamente ou em coligação) acaba por se situar quer na amostra, quer no universo por volta dos 51%. Não sendo ainda suficiente para pôr em risco o equilíbrio geral da amostra, nota-se, por outro lado, uma maior propensão para responder entre os municípios mais populosos, o que implica um esforço acrescido nos contactos com os municípios mais pequenos no futuro próximo. Para já, avancemos com a análise que permitirá retirar algumas ilações que possibilitem uma primeira abordagem (provisória mas elucidativa) da realidade que procuramos compreender.

Figura 4 – Papel reservado à população nos processos de tomada de decisão

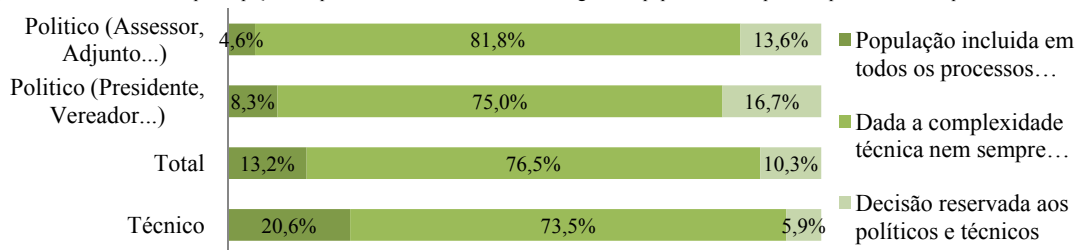
¹ A recolha e o tratamento de dados disponíveis em www.agenda21local.info foram realizados pelo Instituto Intervir Mais da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa.



Vejamos, então, alguns resultados do inquérito, começando pela posição assumida pelos respondentes dos municípios em relação à participação. De acordo com a Figura 4, em apenas 14,4% dos municípios portugueses se aceita sem reservas a inclusão das populações em todos os processos de tomada de decisão. A maioria dos respondentes refugia-se na complexidade técnica dos problemas para recusar o envolvimento público e 9,3% assume mesmo que a decisão no seu município é reservada aos técnicos que detêm competências para tal e aos políticos que, para isso, foram eleitos.

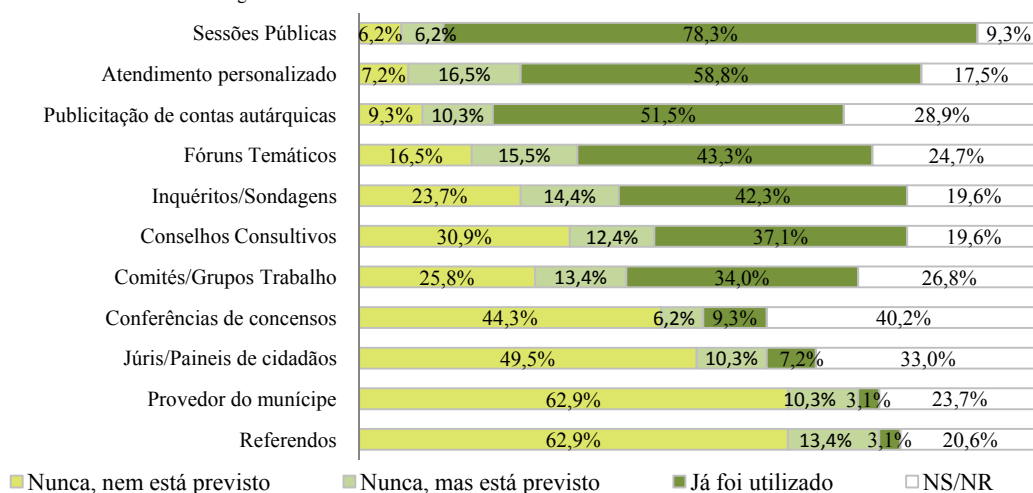
Notar-se-ão, então, diferenças entre os posicionamentos dos políticos e dos técnicos que responderam ao inquérito? Num trabalho anterior (ainda que com métodos de recolha de informação diferente) tínhamos percebido uma maior abertura dos autarcas em relação a esta questão. Será que a intervenção dos técnicos que, ainda assim, contabilizam cerca de 50% das respostas a esta questão poderá ter determinado este aparente recuo na abertura à participação? ²

Figura 5 – Postura acerca da participação nos processos de tomada de decisão segundo o papel assumido pelos respondentes ao inquérito



De acordo com a Figura 5 tal não parece verificar-se. Se influência houvesse, aliás, ela repercutir-se-ia em sentido contrário. São os políticos (sejam eles eleitos ou não) que parecem mais avessos a uma ideia de participação sem limites. A maioria posiciona-se numa postura ambígua que poderá resultar da sua experiência e das dificuldades advindas em processos de participação anteriores ou não. Não tendo havido lugar a uma clarificação de posições dado o método de aplicação do questionário (auto preenchimento) não poderemos, para já tirar conclusões definitivas³.

Figura 6 – Métodos e formas de envolvimento dos cidadãos



² Trata-se de um inquérito dirigido aos Presidentes de Câmara, aplicado através de entrevista presencial. Numa questão muito semelhante, 23% dos autarcas entrevistados defenderam a ideia de que a população devia ser incluída em todos os processos de decisão, 24% que a complexidade técnica podia dificultar o processo e 31% reservavam a decisão para si e para os técnicos (Schmidt, Nave e Guerra, 2005).

³ O Testo do Chi quadrado ($\chi^2(4) = 4,341$; $p = 0,362$) confirma que não há relação significativa.

Procurámos, então, saber que formas e métodos os municípios portugueses utilizam para dar lugar à participação pública. De acordo com os resultados apurados, os referendos, tal como a figura de provedor do município, são ainda raros entre os municípios portugueses, não ultrapassando 1% das respostas ao inquérito. Ao contrário, as sessões públicas com 78,3%, o atendimento personalizado com 58,8% e mesmo a publicitação de contas autárquicas (normalmente no sítio da internet do município) com 51,5% das respostas, para além dos fóruns temáticos, dos inquéritos e sondagens, dos conselhos consultivos e dos comités ou grupos de trabalho (com percentagens acima dos 34%), surgem já como formas bastantes utilizadas.

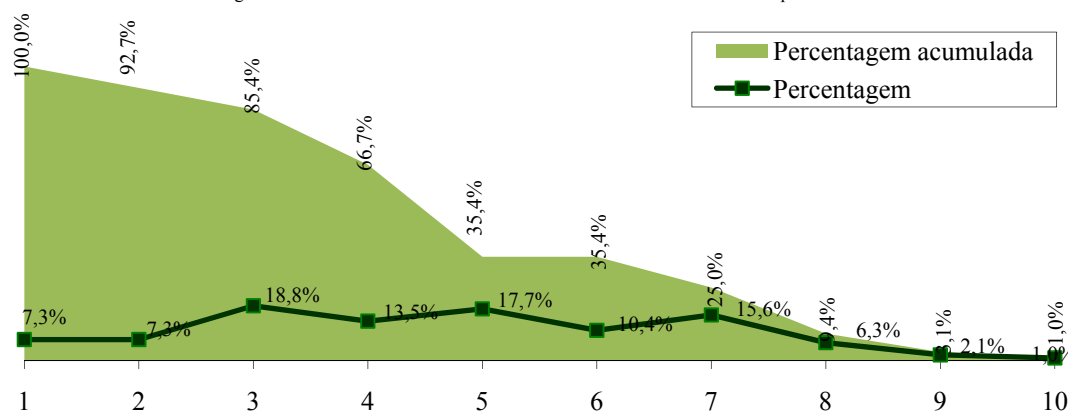
Haverá, então, alguma relação significativa entre a existência destas formas particulares de envolvimento e participação dos cidadãos e algumas características dos municípios? De acordo com os resultados do teste do Chi quadrado, no que diz respeito à região (NUTS 2) e à Força Política no Poder não há evidência estatística de tal relação. Situação que parece mudar no que diz respeito à dimensão do município. De acordo com a Tabela 4, são várias as modalidades de envolvimento e participação estatisticamente relacionadas com a dimensão do município (medida pelo número de residentes). Mais exactamente são três as modalidades de envolvimento estatisticamente relacionadas com a dimensão do município: a existência de Júris/Painéis de Cidadãos; a existência de Conselhos Consultivos e ainda a existência de provedor do município. Em ambos os casos parece haver uma maior tendência para desenvolver este tipo de envolvimento dos cidadãos entre os municípios de maior dimensão.

Tabela 4 – Métodos e formas de envolvimento dos cidadãos segundo a dimensão do município

Dimensão de (Milhares habitantes)	Referendos	Sessões públicas	Inquéritos/Sondagens	Comités G. Trabalho	Fóruns temáticos	Júris / P. cidadãos	Conselhos Consultivos	Provedor do município	Atendimento personalizado	Publicitação de contas	Conferências de consensos
Total	3,1%	78,4%	42,3%	34,0%	43,3%	7,2%	37,1%	3,1%	58,8%	51,5%	9,3%
< 5	10,0%	70,0%	40,0%	20,0%	30,0%	20,0%	0,0%	0,0%	50,0%	60,0%	0,0%
5/10	4,8%	61,9%	33,3%	28,6%	42,9%	4,8%	28,6%	0,0%	52,4%	38,1%	4,8%
10/25	3,6%	92,9%	50,0%	39,3%	50,0%	3,6%	42,9%	0,0%	67,9%	60,7%	14,3%
25/50	3,6%	78,6%	35,7%	35,7%	35,7%	0,0%	35,7%	0,0%	64,3%	57,1%	7,1%
50/100	0,0%	78,6%	35,7%	35,7%	35,7%	7,1%	50,0%	0,0%	50,0%	28,6%	14,3%
100/200	0,0%	71,4%	57,1%	42,9%	42,9%	0,0%	42,9%	28,6%	85,7%	71,4%	14,3%
> 200	0,0%	100,0%	66,7%	33,3%	100,0%	66,7%	100,0%	33,3%	33,3%	66,7%	0,0%
χ^2	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	20,654 p < 0,01	13,144 P < 0,05	27,092 P < 0,001	n.s.	n.s.	n.s.

De acordo com os dados expostos na Figura 7, podemos verificar que, se a maioria dos municípios já utiliza este tipo de instrumentos e formas de participação e envolvimento dos seus concidadãos, também é verdade que a maior parte deles se fica por apenas algumas destas modalidades. Assim, 85,4% declara pelo menos 3 modalidades, mas apenas 35,4% declara pelo menos 5 e, não mais de um quarto dos municípios utiliza pelo menos 7 modalidades. Os valores de maior acumulação de instrumentos em utilização são, assim, os menos frequentes, não atingindo 9 e 10 modalidades desenvolvidas simultaneamente mais do que valores residuais.

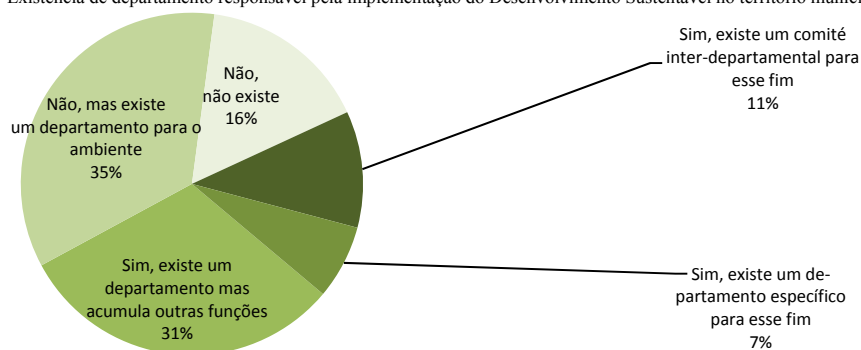
Figura 7 – Número de instrumentos utilizados no envolvimento dos municípios



Mas vejamos como se manifestam os municípios portugueses quando confrontados com questões mais directamente relacionadas com o desenvolvimento sustentável e as iniciativas de sustentabilidade local e de ordenamento do

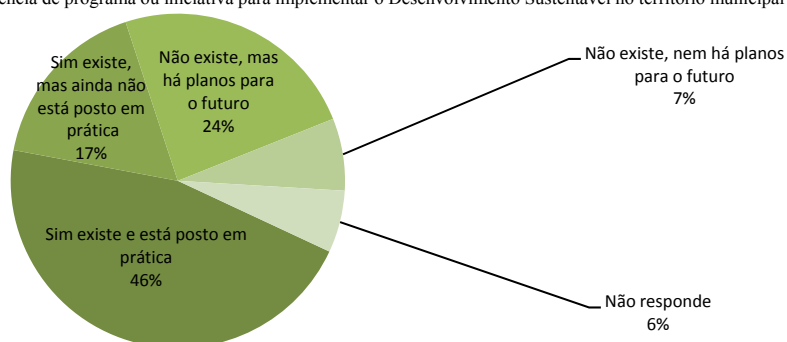
território que se vão desenvolvendo no terreno. De acordo com a Figura 8, 35% dos municípios tratam as questões do desenvolvimento sustentável a partir do seu departamento de ambiente, uma percentagem um pouco menor (31%) refere a existência de um departamento com essas responsabilidades, mas acumulando outras funções que não se prendem directamente com as questões da sustentabilidade local. Os municípios que confirmam a existência de uma estrutura especificamente desenvolvida para esse fim resumem-se, afinal a 18%, sendo que 11% refere um comité interdepartamental e 7% um departamento específico. Finalmente 16% dos municípios que responderam ao inquérito admitem não possuir nenhuma estrutura responsável pela implementação da sustentabilidade local.

Figura 8 – Existência de departamento responsável pela implementação do Desenvolvimento Sustentável no território municipal



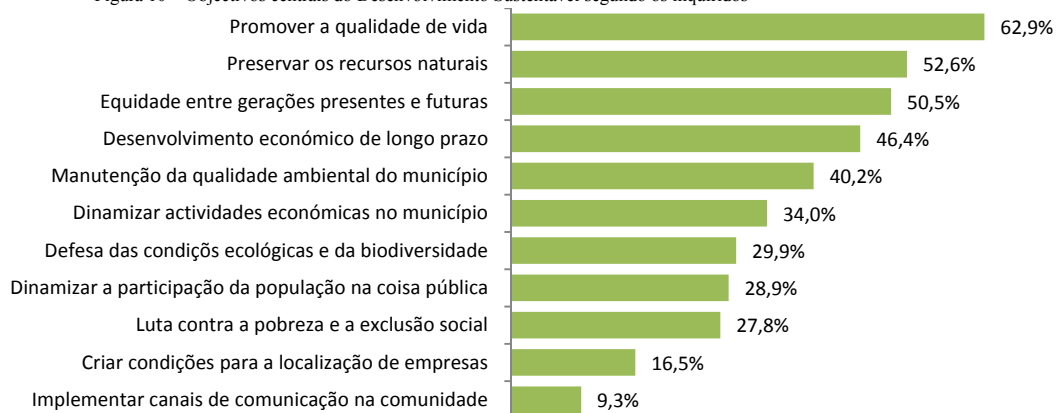
Quanto à existência de programas e/ou outras iniciativas de sustentabilidade local são, de acordo com os dados obtidos e como seria de esperar, ainda menos auspiciosos. Neste caso, menos de metade dos municípios (46%) declarou a existência de um qualquer programa ou iniciativa de sustentabilidade local posta em prática no seu município.

Figura 9 – Existência de programa ou iniciativa para implementar o Desenvolvimento Sustentável no território municipal



Entre os restantes 54% dos municípios portugueses, 17% refere a existência de um programa ainda não posto em prática, 24% refere um plano ainda em fase de projecto, 7% admite não ter nem projecto, nem plano para o presente ou para o futuro e 6% não responde. Ainda que, aparentemente a maioria dos municípios pareça valorizar este tipo de empreendimento local, a verdade é que a maioria não passou ainda à acção, apesar dos discursos e das ideias de sustentabilidade disseminadas a partir das várias instâncias de poder nacionais e internacionais.

Figura 10 – Objectivos centrais do Desenvolvimento Sustentável segundo os inquiridos



O que representa, então, e quais os objectivos do desenvolvimento sustentável para estes inquiridos? Como se constata na Figura 10, o acantonamento do desenvolvimento sustentável às questões do ambiente parece definitivamente posto de parte. Entre os respondentes, a promoção da qualidade de vida (portanto um imperativo social) é, mesmo, a resposta

mais frequente atingindo quase 70% dos municípios. Segue-se a preservação dos recursos naturais (52,6%), logo seguida pela equidade intergeracional (50,2%) e pelo desenvolvimento económico de longo prazo (46,4%).

Uma ideia de desenvolvimento sustentável mais integrada que procura envolver não só as questões ecológicas, como era usual há alguns anos atrás, parece ter entrado definitivamente nas lógicas discursivas dos autarcas e técnicos municipais que nos responderam. Resta procurar perceber até que ponto esta mudança nos discursos corresponderá a uma mudança efectiva nas práticas que permita prosseguir com um desenvolvimento integrado, globalizante e abrangente das realidades locais e das várias dimensões do desenvolvimento sustentável.

Para já, e tendo esta nova lógica em mente, vejamos até que ponto os municípios portugueses têm respondido ao desafio, implementando, ou não, alguns dos instrumentos de sustentabilidade local mais promovidos pelos partidários da governança ambiental participada: as Agendas 21 Locais e, por comparação, os Orçamentos Participativos. Uns e outros têm, com feito, vindo a desenvolver-se um pouco por todo o país (à semelhança do que tem acontecido um pouco por todo o mundo), elegendo o envolvimento público e a participação dos cidadãos como instrumento central na prossecução dos objectivos a que se propõem. Com estes instrumentos participativos os municípios estarão, de acordo com os seus promotores, melhor preparados para enfrentar problemas multifacetados, com origens e consequências diversas e plurais e para enfrentar a própria ambiguidade que o conceito de desenvolvimento sustentável encerra. Diferentes percepções do desenvolvimento sustentável e múltiplos modos para orientar este processo de mudança da sociedade podem estar presentes nestes processos participativos de sustentabilidade local que se vão desenrolando no terreno.

Figura 11 – Agenda 21 Local

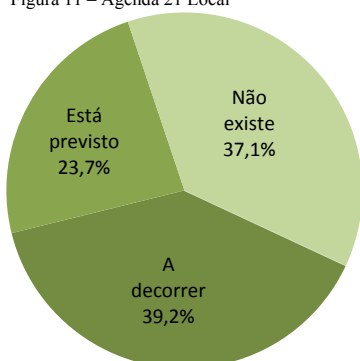
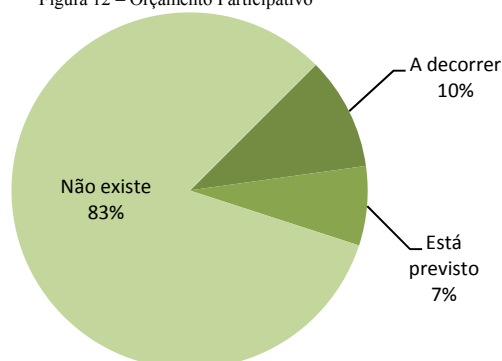


Figura 12 – Orçamento Participativo



De acordo com as Figuras 11 e 12 os processos de Agendas 21 Locais desenvolvem-se já em quase 40% dos municípios portugueses. Estando o inquérito direccionado (ainda que não em exclusivo) para os processos participativos de sustentabilidade local é, portanto, natural que este valor ultrapasse o que seria expectável encontrar no universo dos municípios portugueses onde a presença de A21L não ultrapassará os 35%. Ainda assim, 27,7% das respostas admite não ter ainda em prática um processo de Agenda 21 mas ter planos para o implementar, enquanto 37,1% confirma a não existência (ou planos futuros para a sua implementação) de um qualquer processo de A21L.

Por outro lado e como seria de esperar dadas as diferenças de implementação em Portugal destes dois instrumentos deliberativos, o número de Orçamentos Participativos é substancialmente mais reduzido. Neste caso, apenas 10,3% refere um processo em desenvolvimento e 7,2% um projecto previsto para o futuro. A larga maioria não desenvolve, nem tem planos para desenvolver no futuro qualquer processo similar no seu território.

Não só porque se trata de instrumentos importantes para ordenar o território, mas também porque podem servir, enquanto instrumentos mais institucionalmente definidos e regulamentados, de contraponto às iniciativas de A21L e OP (supostamente mais exigentes em termos de investimento na participação e no envolvimento das populações mas, simultaneamente, menos sujeitos aos espartilhos regulamentares impostos pela administração central), procurámos perceber em que situação e até que ponto os municípios continuavam a apostar no desenvolvimento de PMA, assim como nos processos de Revisão dos PDM.

Figura 13 – Existência de Planos Municipais de Ambiente (PMA)

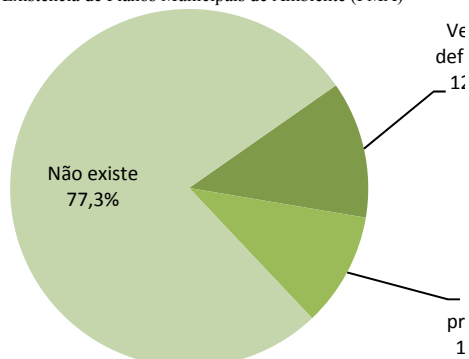
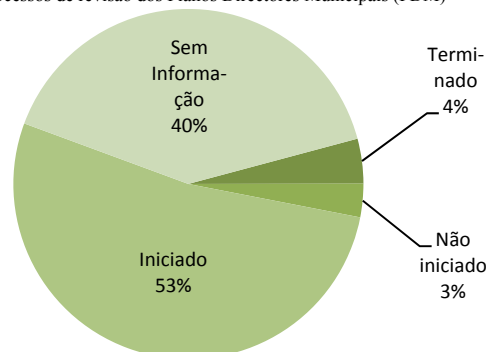


Figura 14 – Processos de revisão dos Planos Directores Municipais (PDM)



Desde logo percebemos que os PMA perderam o folgo de alguns anos atrás, tendo sido substituídos pelos mais integrados processos de A21L. Apesar da maior complexidade e exigência, as A21L parecem estar a ganhar terreno entre os responsáveis autárquicos portugueses que as elegem em detrimento destes instrumentos mais tradicionais. Já no que diz respeito aos processos de revisão de PDM destacam-se as pequenas percentagens de processos já concluídos (apenas 4%) mas simultaneamente a ainda menor frequência de processos ainda não iniciados (3%). A maioria declara estar com o processo a decorrer, sendo que 40% dos municípios não forneceram informação sobre o assunto (Figuras 13 e 14).

4 - Notas conclusivas

Importa agora aprofundar os resultados do inquérito, dos quais aqui apenas se deu conta de uma pequena parte. A partir deles, prevemos encetar um conjunto de entrevistas aos representantes da sociedade civil de maneira a garantir uma visão mais integradas dos processos. Uma visão complementar à dos responsáveis autárquicos que permita desfazer equívocos e aprofundar a compreensão que gostaríamos de obter destes processos de cooperação entre administração e administrados. Pelo menos ao nível dos discursos, parecem não ter oposição, mas os resultados práticos apontam para algumas dificuldades generalizadas que ultrapassarão em muito o que os representantes dos municípios estão dispostos a declarar e que importa aclarar.

Para já, convém ter em mente que em Portugal, “a emergência da sociedade civil tem a idade da revolução de 1974, pelo que os sinais de cidadania participativa presentes na sociedade portuguesa, como, aliás, a participação nos mecanismos e instituições da própria democracia representativa, não podem dissociar-se das novas condições sociais, políticas e económicas que daí decorreram (institucionalização do Estado de direito democrático, integração na Comunidade/União Europeia, reinserção na vida políticoeconómica internacional...), mas também da herança que persiste nas formas de actuar tendencialmente fechadas de aparelhos administrativos pouco predispostos a colaborar com os cidadãos.

Serão, eventualmente, ainda escassas as condições necessárias para o normal funcionamento dos processos participativos que exigem não só a abertura da administração à sociedade civil, mas também, a inclusão e o tratamento justo e equitativo de todas as partes interessadas, a liberdade e facilidade de interacção entre elas, a ausência de restrições aos temas a tratar e às contribuições a apresentar e, sobretudo, a possibilidade real de influenciar o processo de tomada de decisão (Habermas, 1992). Daí as dificuldades de implementação destes processos participativos, cujos resultados, quando comparado com os desempenhos alcançados pela generalidade dos países europeus, e apesar da dinâmica de crescimento dos últimos anos no processo de implementação de Agenda 21 Locais, o desempenho de Portugal se tenha vindo a mostrar, em qualquer dos domínios que analisemos, dos mais fracos da Europa (Lafferty, 2001 e Schmidt, Nave & Guerra, 2005). Apesar disso, não deixarão de ser significativos os sinais de uma apetência crescente para participar e intervir entre os cidadãos e a sociedade civil em geral. Estes parecem eleger as autarquias e a administração municipal (porque relacionadas com realidades próximas e com assuntos que lhes dizem directamente respeito) como o seu principal motivo de interesse, direccionando-lhes maioritariamente as queixas apresentadas à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, quando, por exemplo, surgem dificuldades no acesso à informação.

5- Referências

- Catton, W. R., Jr., & Dunlap, R. E. (1978). Environmental sociology: a new paradigm. *The American Sociologist*, 13, 41-49.
- CMAD (1987). *O Nosso Futuro Comum – Relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento*. Lisboa: Meribérica.
- Davies, J. S. (2003). Partnerships versus Regimes: Why Regime Theory Cannot Explain Urban Coalitions in the UK. *Journal of Urban Affairs*, 25(3), 253-269.
- Dunlap, R. E. (2008). The New Environmental Paradigm Scale: From Marginality to Worldwide Use. *The Journal of Environmental Education*, 40 (1), 3-18.
- Dunlap, R. E. (1993). From environmental to ecological problems. In C. Calhoun & G. Ritzer (eds.), *Social Problems*, Nova Iorque: McGraw-Hill, 707-738.
- Dunlap, R. E. & W. R. Catton, Jr. (1979). Environmental sociology. *Annual Review of Sociology*, 5, 243-273.
- Dunlap, R. E. & W. R. Catton, Jr. (1993). *Struggling with Human Exemptionalism: the Rise, Decline and Revitalization of Environmental Sociology*, Washington: Department of Sociology of Washington State University.
- Dunlap, R. E., K. Van Liere, A. Mertig & R. E. Jones (2000). Measuring endorsement of the new ecological paradigm: a revised NEP scale. *Journal of Social Issues*, 56 (3), 425-442.
- Frey, K. (2007). Governança urbana e participação pública, *RAC Electrónica*, 1 (1), 136-150.
- Frey, K. (2003). Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. *Revista de Sociologia Política*, 21, 165-185.
- Habermas, J. (1999 [1996]). *The Inclusion of the Other. Studies in Political Theory*. Cambridge: Polity Press.
- Haus, M. & H. Heinelt (2005). How to achieve governability at the local level? Theoretical and conceptual considerations on a complementarity of urban leadership and community involvement. In, M. Haus, H. Heinelt & M. Steward (eds.). *Urban Governance and Democracy: Leadership and Community Involvement*, Londres: Routledge, 12-39.

- Heinelt, H. et al (2006). Governance for Sustainability, Darmstadt/Erkner: G-FORS.
- Hempel, L. C. (1999), Conceptual and analytical challenges in building sustainable communities. In D.A. Mazmanian & M. E. Kraft (Eds.). *Toward Sustainable Communities: Transition and Transformation in Environmental Policy*, Cambridge, MA: MIT Press Books.
- Lafferty, W. (org.) (2001). *Sustainable Communities in Europe*, Londres: Earthscan.
- Schmidt, L., J. Gil Nave & J. Guerra (2005). *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável: Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais*, Porto: Fronteira do Caos.
- Vos, R. O. (2007). Perspective defining sustainability: a conceptual orientation. *Journal of Chemical Technology and Biotechnology*, 82, 334-339.
- Zaccã, E. (2009). Développement durable: l'idéologie du XXIe siècle. *Les Grands Dossiers des Sciences Humaines*, 14, - Idéologies – le retour de flamme [http://www.scienceshumaines.com/ideologies-2c-le-retour-de-flamme_fr_338.htm]
- Zeijl-Rozema, A. V., R. Cörvers & R. Kemp (2007). *Governance for Sustainable Development: A Framework*, Paper presented on Amsterdam Conference on “Earth System Governance: theories and strategies for sustainability”, 24-26 May.

Estudo de viabilidade para a criação de cooperativa de catadores de lixo no Município da Matola, Mocambique.

Nair Teles
Universidade Eduardo Mondlane, Grupo de Pesquisa Saúde e Sociedade
nteles@uem.mz

Domingos Langa
Universidade Eduardo Mondlane, Grupo de Pesquisa Saúde e Sociedade
domingos.langa@uem.mz

Resumo: O manejo e a gestão de resíduos sólidos, popularmente conhecido como lixo, afigura-se como uma, dentre outras, prioridades dos governos. As agendas governamentais voltadas para esta questão compõem-se de perspectivas e abordagens diversas que passam por preocupações de ordem ambiental, sanitária, além de remeter àqueles que deles retiram a sobrevivência. Os países africanos, em seus espaços urbanos, seja por pressão externa e, em alguns casos, seja por pressão interna, começam a se preocupar e a criar políticas à esse fim.

Neste contexto, voltamos à atenção para a província de Maputo, localizada na região sul de Moçambique. Nos dois principais municípios que compõem esta província, Matola e Maputo, a gestão de resíduos sólidos apresenta problemas graves evidenciados na grande quantidade de lixo nas artérias principais e vicinais, contentores superlotados, odores nauseabundos, etc. Paralelamente a essa situação, encontramos grupos de indivíduos que do lixo vivem, os denominados catadores de lixo, e que engloba componentes de ordem socio-econômica para além da saúde.

Assim, e dentro da gama de questões que compõem a gestão de resíduos sólidos nestas duas cidades voltamos nossa atenção para os catadores de lixo da Lixeira de Malhampsuene usada pelo Conselho Municipal do Município da Matola como lixeira oficial. Ali encontramos homens, mulheres, e crianças de diferentes idades vivendo do lixo. Nosso estudo procura apreender, num primeiro momento, as percepções e concepções em torno do lixo refletidas nas estratégias de sobrevivência para, num segundo momento, verificar a viabilidade da criação de uma cooperativa de catadores.

Introdução

O presente trabalho apresenta as informações preliminares de pesquisa iniciada em maio do presente ano, e ainda em andamento, intitulada Estudo de viabilidade para a criação de cooperativa de catadores de lixo no Município da Matola, Mocambique.

Essa pesquisa estrutura-se em duas etapas e as reflexões aqui trazidas relacionam-se com os primeiros dados relativos a primeira etapa e que pretende refletir sobre a relação entre o manejo e a gestão de resíduos sólidos urbanos e sua relação com as estratégias de sobrevivência por parte dos catadores de lixo.¹ Entendemos que é importante, nesta fase, apreender as percepções e as concepções em torno do lixo ilustradas nas diversas por parte dos catadores para, num segundo momento, verificar a possibilidade da criação de uma cooperativa. A segunda etapa, e que deve ter continuidade no próximo ano, afigura-se como pouco explorada nos círculos acadêmicos e públicos moçambicanos que é a criação e a implantação de cooperativa de catadores de lixo a partir de resultados obtidos num estudo exploratório formulado a partir de três eixos de

¹ O conceito de estratégia corresponde a uma das lógicas que constituem a experiência social que são: integração, estratégia e subjetivação. “Cada ator, individual ou coletivo, adota necessariamente estes três registros de ação que definem simultaneamente uma orientação visada pelo ator e uma maneira de conceber as relações com os outros.” (Dubet, pg 113,1994)

orientação que são: a caracterização do entorno da Lixeira; a compreensão das percepções dos catadores sobre a vivência quotidiana com o lixo; e a identificação de possíveis formas de sobrevivência por parte desses catadores.

Para tal foram realizadas observações in locu, contactos informais com os catadores, bem como entrevistas semi-estruturadas. Nesta fase entrevistamos 60 catadores de lixo (28 mulheres e 32 homens), com idade compreendida entre 17 e 64 anos, a maioria das mulheres entrevistadas vive maritalmente, ainda que haja um número considerável de mulheres chefes-de-família. Todos são moradores do município da Matola

Em outros termos, a pesquisa constitui um dos pontos de partida para o debate e o desenvolvimento do aproveitamento do lixo urbano com vistas a geração de renda, a valorização e a segurança dos catadores de lixo através do sistema de cooperativas. Ela tem como resultado final a proposição de um produto (cooperativa) por intermédio de pesquisa acadêmica.

Resíduos sólidos, pobreza e experiência social

Os resíduos sólidos, comumente chamados de lixo, estão diretamente relacionados as atividades diárias de uma dada população, e sua origem e formação se faz numa mistura de materiais que demonstram hábitos, costumes, crenças, poder aquisitivo, grau de educação, leis e regulamentos, atividades econômicas, etc. De todas as variáveis citadas, o poder aquisitivo provavelmente é uma das que possui maior destaque, já que quando aí ocorrem variações, o comportamento na origem e na formação dos resíduos é de imediato sentida. Baseado nesta visão, Lima (2000), considera a gestão de resíduos sólidos como algo que abrange atividades diversas e referente a tomada de decisões muitas delas estratégicas e que estão por vezes relacionadas a aspectos institucionais, administrativos, operacionais, financeiros, ambientais, enfim, a organização do setor que engloba políticas, instrumentos e meios. A gestão de resíduos sólidos pressupõe a articulação de ações normativas, operacionais, financeiras e de planeamento e que uma administração municipal desenvolve apoiada em critérios sanitários, ambientais, econômicos, para a coleta, o tratamento, e a disposição final dos resíduos de uma cidade, ou seja, o acompanhamento de todo o ciclo. Por oferecer condições de abrigo, alimentação, reprodução e proliferação de micro e macro vetores biológicos como fungos e bactérias (microvetores), além de moscas, mosquitos, baratas, ratos (macrovetores), a disposição inadequada dos resíduos sólidos torna-se responsável pela transmissão de diversas doenças relacionadas a falta de saneamento básico (dearréias infecciosas, amebíase, cólera, etc); interferindo na qualidade de vida da população que vai da proliferação de doenças a taxa de mortalidade infantil e a redução da vida média dos indivíduos.

Se a estes aspectos introduzimos a variável pobreza a gestão de resíduos sólidos então se complexifica. Segundo Abranches, apud, Abreu (2001), a pobreza é considerada como sinónimo de destruição, marginalidade e desproteção. É a destituição dos meios de sobrevivência física, marginalização no usufruto dos benefícios do desenvolvimento económico e no acesso às oportunidades de emprego e consumo e a desproteção por falta de amparo público na garantia dos direitos básicos de cidadania. Para o autor, ser pobre significa consumir todas as energias disponíveis e estar no limiar da sobrevivência. Torres e Cunha, apud Taschner (2000:274), consideram que "embora os espaços urbanos sejam socialmente construídos, os agentes sociais, nessa construção, levam em conta não apenas as condições sociais que encontram previamente, mas também as naturais". De acordo com estes autores, não é ocasional que populações mais pobres, desprovidas de serviços básicos, ocupem de forma ilegal os interstícios do tecido urbano menos valorizados e que busquem as áreas ambientalmente degradadas para fixação de residência. Em sua maioria têm uma escolarização baixa; por vezes são classificados como estando abaixo do nível da pobreza.² Dentro deste universo dos desprovidos encontramos os catadores de lixo que buscam isoladamente ou com suas famílias, nas disposições de resíduos sólidos, sob condições adversas e com alto risco de contaminação uma alternativa de geração de renda, alimentação, vestuário e comercialização de materiais recicláveis. Torna-se comum depararmos com verdadeiras comunidades de catadores, organizadas em nichos diferenciados e por vezes submetidas a regras ditadas pelos "donos dos lixões".

Neste contexto, há que se ressaltar a capacidade dos catadores em gerar trabalho e renda, a criar condições de vida em meio ao dejetos e a partir da experiência construída por eles próprios encontrar soluções à exclusão social. Essas ações são geralmente realizadas de forma coletiva e com alguma organização, a partir de resíduos destinados a vazadouros a céu aberto e aterros sanitários.

Ao focalizarmos nossa reflexão sobre a experiência construída, ou melhor dizendo constantemente construída, pelos catadores de lixo entendemos que a sociologia da experiência (Dubet, 1994) e o conceito de intermundo social³ (Martuccelli, 2005) podem nos dar um aporte teórico necessário. Por compreendermos as estratégias de sobrevivência dos catadores de lixo enquanto um dos elementos constitutivos da experiência social, entendemos então ser esta uma combinação de lógicas de ação, lógicas que ligam o ator a cada uma das dimensões de um sistema. O ator é obrigado a articular lógicas de ação diferentes, e é a dinâmica gerada por esta atividade que constitui a subjectividade dos atos e a sua reflectividade. (Idem, pg 107, 1994) Ora, os atores sociais transitam por entre sistemas sociais parciais e diversos (político, religioso, económico, etc) e nem por isso hierarquizados. Assim, diante de uma multitude de instâncias de decisão, sem que haja uma unidade, eles

² Neste trabalho consideramos o Índice de Desenvolvimento Humano –IDH como medida de pobreza. O IDH de Moçambique é 0,384 e ocupa a 172 posição no ranking dos 177 países estudados.

³ "...et de la différencier d'autres modes de saisissement de la réalité, que le mot intermonde s'impose. Il vise à cerner analytiquement l'univers, structurel ou interactif, existant "entre" les acteurs." (Martuccelli, pag. 36, 2005)

orientam-se na direção da apreensão de um contexto imediato e concreto. As ações assim empreendidas se constroem através da adoção a lógicas diferentes na tentativa de “controlar” as diversas instâncias da vida social. Vida social construída simultaneamente na relação entre os atores e na relação entre as ações desses atores. Desta forma, as lógicas elaboradas pelos indivíduos resultam do sentido dado pelos atores às relações sociais nas quais estão inseridos e o sentido dado por essas mesmas relações às ações por eles realizadas. Por isso, o conceito de experiência social é o resultado de uma combinatória com três operações concomitantes: (i) isolar e descrever as lógicas das ações presentes na experiência “concreta” ; (ii) apreender a forma como os indivíduos combinam e articulam as diversas lógicas; (iii) e compreender as lógicas dos sistemas sociais através das sínteses feitas pelos atores e do uso que delas fazem seja no plano individual seja no plano coletivo. (Dubet, pag. 111 e 112, 1994)

Segundo Martucelli (2005), a questão sociologicamente ontológica é apreender a maneira pela qual os fatos sociais operam sobre os indivíduos e através deles e as diversas formas pelas quais os indivíduos agem através destes fatos sociais. Sabedores de que a vida social resulta de uma tensão entre “liberdade” e “determinismos”, o conceito de intermundo, que pressupõe a noção de elasticidade a qual designa a especificidade da relação dos indivíduos com o mundo e com os outros, permite apreender a dinâmica da vida social. Os efeitos aparentemente ilimitados da ação e os limites efetivos que ela encontra são constitutivos da vida social historicamente definida. O trabalho de análise passa então pela explicitação dos diferentes elementos, momentos e processos em que situações e ações recuam e/ou avançam e a noção de elasticidade enfatiza um espaço simultaneamente “aberto” e “fechado” no qual as condutas sociais ocorrem. O intermundo social reconhece um espaço à ação particular dos indivíduos e à evidência de ações que se lhe são impostas. L’intermonde est ce “en quoi” se déroule l’action et “ce” qui permet que’elle s’effectue. Autrement dit, il ne peut que s’éprouver et en même temps il ne s’éprouve jamais intégralement. (Martucelli, pag 41, 2005).

Em ambas perspectivas teóricas o ator social se encontra numa espécie de espaço intermédio a várias lógicas historicamente dadas. A relação entre contexto e indivíduo é marcada simultaneamente por uma série de mecanismos de coerção (irregulares, efêmeros e transitórios) através dos quais o ator empreende ações significadas e pela maleabilidade da vida social. Instituições, regras, sanções não impedem que os atores sociais tenham margens de ação. Entretanto, não reside aí a prevalência analítica das ações. Em função do contexto historicamente determinado, a análise se dá no grau de coerção e de variabilidade e assim, ela ocorre na elasticidade da vida social e não nos limites estruturais do sistema ou na capacidade particular do indivíduo.

Assim, acreditamos que este enquadramento teórico nos habilitará orientar adequadamente nossa pesquisa sobre a viabilidade ou não da criação de uma cooperativa de catadores de lixo. E entendendo desta forma, mesmo que neste ensaio não tenhamos como objetivo analisar a criação de uma cooperativa, acreditamos ser importante destacar a perspectiva com a qual iremos trabalhar pois, esta deve, numa segunda fase, relacionar-se às estratégias de sobrevivência empreendidas pelos catadores de lixo.

Cooperativas de catadores de lixo

A perspectiva cooperativista foi enunciada e aplicada no século XIX, por Saint-Simon e seus discípulos Proudhon, Fourier e R. Owen. Ainda que as cooperativas tenham surgido na Grã-Bretanha já no início do século XX, a criação da Société des Équitables Pionniers de Rochedale(1844), é considerada um marco no que posteriormente veio a se considerar movimento cooperativo. Ela foi uma associação de vinte e oito tecelões e visava, através da criação de um armazém cooperativado, melhores condições de vida para seus associados. O objetivo era, pois, de criar uma organização na qual os indivíduos, por adesão livre, estivessem em situação de igualdade e compartilhassem os mesmos valores de camaradagem e fraternidade. As decisões eram tomadas coletivamente por membros eleitos por seus pares perante os quais eram responsáveis. Atualmente, denominamos cooperativa a uma união de no mínimo vinte pessoas cujas necessidades individuais de trabalho, de comercialização ou de prestação de serviços em grupo, e respectivos interesses sociais, políticos e econômicos, fundem-se nos objetivos coletivos de criação de empregos, bem-estar-social e qualidade de vida nos princípios da sustentabilidade, ou seja, no desenvolvimento local baseado nas necessidades sociais, econômicas e ambientais a curto, médio e longo prazo. Embora o objetivo final de uma cooperativa seja a transformação de toda a sociedade para a prática da democracia no cotidiano, o interesse dos cooperativados focaliza-se na organização que foi por eles constituída. (Amato Neto, 2000)

Em Moçambique, a criação de cooperativas ganha espaço a partir de 1975, ano em que o Governo da República Popular de Moçambique adota como política econômica, a economia centralmente planejada, na qual o Estado era o maior ator econômico e controlava a economia. Nessa política econômica a estratégia definida para as zonas rurais foi denominada de socialização de campo. Acreditava-se que as experiências tidas nas zonas libertadas serviriam como linhas orientadoras do processo de reconstrução nacional. Foi no âmbito da socialização do campo que as populações foram incentivadas a se organizarem em aldeias comunais. A idéia era de agregar as pessoas para melhor prestar assistência em termos de alimentação, cuidados médicos, educação, saneamento, entre outros.

Nas aldeias comunais, as populações foram, por sua vez e sem que houvesse a possibilidade de escolha, organizadas em cooperativas de produção. Estas cooperativas estavam, fundamentalmente, ligadas a agro-pecuária e seus membros tinham que dispor de seu tempo para trabalharem nas atividades da cooperativa. Os produtos não podiam ser vendidos mas sim distribuídos entre os membros. As cooperativas de produção, também, foram criadas nas zonas urbanas.

O dilema de seus membros viviam, tanto nas zonas rurais quanto nas zonas urbanas, era dividir o tempo para trabalhar em suas machambas e outro para as machambas da cooperativa. (Abrahamsson, Hans & Nilsson, Anders, 1994).

Diante do acima destacado de forma breve, entendemos ser oportuno ainda salientar o desafio que se nos colocará a segunda etapa de nosso estudo. Ele consiste em relacionar a análise feita na primeira fase com a idéia de cooperativa na qual fundem-se as necessidades individuais de trabalho e de comercialização em grupo com vistas a uma melhoria na qualidade de vida, com a idéia de cooperativa “herdada” do período político pós-independência. Entretanto, e deixando este ponto entreparenteses, e atendo-nos somente ao que nos propusemos aqui realizar, é mister retornarmos aos dados preliminares da pesquisa iniciada em maio do presente ano, mais especificamente à lixeira onde a pesquisa está sendo realizada, o trabalho de campo e os resultados preliminares.

Lixeira Mahlampsuene

Nossa pesquisa voltou-se para o município da Matola, ao invés de se restringir a capital Maputo, pois foram por nós considerados alguns aspectos, a saber: (i) o Município da Matola até os idos de 1998 fazia parte da Cidade de Maputo, assim, o saneamento e a gestão dos resíduos sólidos eram feitos pelo Conselho Executivo de Maputo; (ii) em 1998 foram realizadas as primeiras eleições autárquicas, e nelas a Cidade da Matola foi transformada em Município independente do de Maputo e sua gestão passou a ser feita pelo Conselho Municipal da Cidade da Matola; (iii) o Município da Matola é tido como a zona mais industrializada de Moçambique, e tal fato tem implicações tanto na produção quanto na gestão dos resíduos sólidos; (iv) a sua longevidade; (v) o fato de que parte do lixo dos supermercados, hotéis, hospitais de Maputo e Matola é depositado nas lixeiras do Município da Matola; (vi) e do que pudemos levantar, não há, no Município da Matola, cooperativas de catadores de lixo.

A escolha da lixeira para estudo – Mahlampsuene - foi feita junto a Direcção de Salubridade do município e foi antecedida de um levantamento sobre todas as lixeiras existentes (num total de duas) sendo esta considerada pela municipalidade como a oficial e assim, a mais importante em termos de tamanho e de volume de lixo.

A Lixeira de Malhampsuene existe desde o tempo colonial e localiza-se ao longo da Estrada Nacional Número 4 (EN4) que vai em direcção a Africa do Sul. Ela ocupa a área que era, naquele período, usada para extracção de saibro; os buracos formados pela extração foram aos poucos sendo tapados por lixo já que então não havia lixeiras oficiais. Após a independência de Moçambique (1975) a lixeira começou e ainda hoje continua a ser usada pelo Conselho Municipal como lixeira oficial. Até o momento da realização do trabalho de campo ainda há a prática de extracção de areia.

Trabalho de Campo

O trabalho de campo ocorreu em duas fases,⁴ organizadas através de observações e entrevistas semi-estruturadas.⁵ Os aspectos observados na Lixeira de Malhampsuene, foram: i) espaço físico (acesso, solo, nivelamento, águas estagnadas – chourume -, vegetação – tipo de árvores); ii) diferentes apresentações da lixeira – número de lixeiros, fogo/fumo, tipo de insectos, lixeira limpa/suja; iii) o entorno da lixeira (residências, fábricas/empresas, mercados informais); iv) tipo de resíduos sólidos depositados bem como as viaturas (identificação de logótipos de instituições/empresas); v) identificação da representação do Conselho Municipal - Fiscais.

Com as informações obtidas a partir das primeiras observações⁶ foram elaborados dois guiões de entrevista: um para os catadores de lixo e outro para os fiscais do Conselho.⁷ O guião para os catadores de lixo tinha 4 aspectos principais, nomeadamente, (i) caracterização do perfil sócio-económico dos lixeiros, (ii) a vida antes da lixeira (trajectória individual), (iii) a vida na lixeira e (iv) opiniões e idéias sobre a criação duma cooperativa de catadores de lixo. Já o guião de entrevistas para os fiscais estruturou-se através da (i) caracterização do perfil sócio-económico dos fiscais; (ii) responsabilidades e atividades dos fiscais; (iii) organização da lixeira e procedimentos no depósito de resíduos sólidos; (iv) relação com os catadores de lixo; (v) relação com as empresas que depositam resíduos sólidos; (vi) opiniões e idéias sobre a criação duma cooperativa de catadores de lixo.⁸

⁴ A primeira de Maio à Julho e a segunda de Setembro à Outubro de 2008 e envolveu uma equipa constituída de dois investigadores e seis inquiridores. Esta equipa começou por fazer observação na Lixeira após sua apresentação na Direcção do Conselho Municipal da Cidade de Matola. As entrevistas foram feitas por 2 inquiridores nos períodos da manhã e da tarde, inclusive aos sábados, de modo a não entrevistar as mesmas pessoas.

⁵ (i) observação a lixeira, e as comunidades em seu entorno com vistas a caracterização das mesmas. Tais comunidades têm a lixeira como o local de atividades e fonte de renda; (ii) observação aos Catadores de lixo em plena actividade de modo a caracterizá-los e descrever-se, pormenorizadamente, as atividades e as formas de as exercer; (iii) entrevistas semi-estruturadas. Foram entrevistados 2 fiscais, do sexo masculino, do Conselho Municipal da Cidade da Matola junto a Lixeira, e 60 catadores de lixo de ambos os sexos, 28 mulheres e 32 homens; idade média dos homens era 40 anos e das mulheres

⁶ Foram feitas quatro visitas a lixeira como forma de reconhecer a área; adaptar-se ao ambiente e estabelecer os primeiros contatos com os catadores, fiscais, etc, para, em seguida, iniciar as entrevistas semi-estruturadas.

⁷ A partir das observações verificou-se a necessidade de se entrevistar os fiscais pela aproximação que os mesmos têm com os catadores. Entretanto nosso foco de análise permanece sendo as percepções e concepções em torno do lixo por parte dos catadores.

⁸ Foram entrevistados 2 fiscais, do sexo masculino, funcionários do Conselho Municipal da Cidade da Matola junto a Lixeira, e 60 catadores de lixo de ambos os sexos, 28 mulheres e 32 homens. A idade média dos homens é 40 anos e das mulheres 37 anos. A situação das mulheres é de maior vulnerabilidade, a maioria delas consideram-se casadas ou vivendo maritalmente embora haja um número considerável chefes-de-família. O número de filhos é em média de 2 entretando as mais velhas chegam a ter 11 filhos; muitas vão à lixeira acompanhadas de seus filhos mesmo bebês. Grande parte dos entrevistados tem mais de 5 anos de actividade diária na lixeira.

Resultados Preliminares

Os dados colhidos através das observações e dos inquéritos foram organizados através de três eixos, que são: a lixeira na vida dos catadores, a vida na lixeira e a criação de cooperativa de catadores de lixo, e que visavam:

A lixeira na vida dos catadores: apresentar as atividades remuneráveis e as estratégias de sobrevivência que os entrevistados tinham antes de começarem a frequentar a lixeira;

A vida na lixeira: analisar a organização da lixeira; a relação entre os catadores e entre os catadores e os fiscais do Conselho Municipal; os objectos recolhidos; o processo de venda dos objectos; os conflitos e formas de resolução e as relações de poder e de género entre os catadores.

Criação de cooperativa de catadores de lixo: identificar e analisar as posições dos catadores no que toca a criação de cooperativa de catadores de lixo.

I.A lixeira na vida dos catadores

Os catadores de lixo foram por nós agrupados em duas categorias principais, nomeadamente:

Lixeiros que exercem outras atividades remuneráveis : esse grupo tem diferentes atividades, para eles a lixeira é uma segunda fonte de renda. Eles têm um negócio próprio no mercado informal; são pedreiros e/ou ajudantes de pedreiros; cultivam em machambas; fazem recollecção/apanham de amêijoia (molusco); e estão de serviço militar. Eles são: vendedores ambulantes; empregadas domésticas; médicos tradicionais; cobradores de “chapa” (veículo de transporte público); futebolista; jardineiro; pescadores. Uma das explicações está ligada ao fato de se registrar uma redução de depósito de resíduos sólidos na lixeira no período chuvoso o que dificulta a recolha do lixo, e conseqüentemente a redução da procura de resíduos sólidos para compra, principalmente, ferro e cobre.

Lixeiros sem atividades remuneráveis: este grupo vive com parentes ou amigos e depende do suporte do chefe do agregado familiar.

Independentemente da categoria a que pertençam, a lixeira na vida destes indivíduos é ao mesmo tempo é fonte de subsistência e está cercada de silêncio. Não se revela a actividade de catador de lixo para os vizinhos; muitos saem de casa como se fossem à um trabalho regular mesmo que informal e a maioria diz que vive de biscates. E as atividades na lixeira transformam-se num refúgio (apesar das moscas, mosquitos, poeira disputando o mesmo espaço); ao invés de roubar opta-se por “desenrascar a vida”.

O lixo ou trabalhar com o lixo acaba sendo visto como uma atividade como outra qualquer, assim exemplificado inúmeras vezes: “estou aqui a trabalhar, não saio da rua, mas sim de uma casa. Entre vender na esquina, ser empregada doméstica, eu prefiro ficar aqui. Apesar da poeira já habituei e não reclamo...” (Marlene). Nota-se a certa crença de que se está exercendo uma atividade que supera muitas outras formas de trabalho, como o de trabalhar a machamba ou ser empregada doméstica.

Estar na lixeira torna-se um hábito, ela constitui não somente uma fonte de subsistência, mas também de lazer, as pessoas pulam, correm, riem, e estabelecem laços de amizade.

II.A vida na lixeira

Objectos procurados na lixeira

Foram identificados cinco tipos de recolha de resíduos sólidos, a saber:

Mais rentáveis pesados: ferro, alumínio, bronze e tijoleira;

Mais rentáveis leves: latas, plásticos e bacias;

Mais comuns: garrafas, bacias;

Menos procurados: garrafa, ferro e lenha.

Menos importância: lenha e palitos.

Relação com a lixeira

Elaborou-se três tipos de relação que os catadores estabelecem com a lixeira, a saber:

Naturalização: catadores que julgam o seu quotidiano na lixeira uma rotina diária - em suas palavras estamos habituados embora considerem que a vida é dura e difícil

Beneficiação: catadores que dizem que o seu quotidiano na lixeira é bom. É bom porque a lixeira é local de trabalho que oferece a possibilidade de ganharem a vida e, também, de repousarem quando necessário.

Exposição a Riscos: catadores que acham o seu quotidiano na lixeira um sofrimento. Trata-se do grosso número dos catadores entrevistados, que referiram que as condições com que se deparam todos os dias na lixeira constituem risco.

Rotinização

As atividades da lixeira inserem-se no quotidiano dos catadores. Há uma rotinização de procedimentos, os catadores chegam muito cedo à lixeira, trazendo consigo alguns alimentos e/ou recolhem outros no local e começam a preparar o pequeno-almoço, “a lixeira é uma segunda casa” (Marta). Ao chegar à lixeira, enquanto aguardam pela chegada dos caminhões de lixo, vão preparando o que comer (em latinhas), deixando o tempo passar e a conversa rolar. A partir das 8.30 e 9 horas da manhã, começam a chegar as empresas para depositar o lixo e conseqüentemente o dia de trabalho se inicia; por volta das 12:30 até às 15:00 o ritmo se acelera. Ao entardecer, a preocupação geral é arrumar o que é possível para levar

para casa, uma vez que grande parte do recolhido é geralmente levado para casa, “há muitos roubos aqui na lixeira” (Jorge). Assim, grande parte do tempo é passado na lixeira principalmente quando lá se encontram famílias inteiras.

Tipo de Lixo e identificação de grupos de catadores

Os objectos que são mais rentáveis (ferro, alumínio, bronze e tijoleira) constituem fonte de conflito entre os catadores e meio de demonstração de força. “Quem tem força pode apanhar ferro e quem não tem apanha plástico ou papelão”(Roger). Os mesmos objectos não só servem para diferenciar os “fortes” dos “fracos” como também para separar objetos segundo a idade e o gênero, ou seja, aqueles que são recolhidos por homens/jovens e aqueles que são recolhidos por mulheres/jovens, idosos e crianças. “Ferro e bronze é para homens”(Idem). Há também uma diferenciação através do tipo de lixo e baseada no tempo de chegada na lixeira; os recém-chegados à lixeira são permitidos catar os materiais de menos importância (lenha e palitos).

Homens: Privilegiados pela condição de gênero e idade e, na sua maioria pelo porte físico que possibilita maior agilidade e força, coletam mais os metais (bronze, cobre, ferro, chumbo – se possível outras sucatas metálicas), e que são os materiais mais rentáveis a curto prazo;

Mulheres e Idosos: Devido, supostamente, a desvantagem que lhes pesa em relação aos homens jovens, as mulheres e os idosos buscam por latas, garafas de vidro, materiais plásticos diversos e sucatas metálicas. Também recolhem lenha e produtos alimentares (muitas vezes putrefatos e restos de comida) de consumo imediato ou que levam para suas residências;

Crianças: Muitas vezes aparecem acompanhadas de suas mães, tias ou irmãs em atividades na lixeira, por vezes sobem nos carros de lixo e vão atirando o material para ser recolhido pelas mulheres. Contudo, há outras que estão lá sozinhas por iniciativa própria ou a mando dos familiares. Nos casos em que aparecem sozinhas, elas procuram mais alimentos do que bens que lhes possam valer de algum dinheiro. Elas se encontram mais expostas pois estão numa situação desvantajosa em termos de equilíbrio de força por disputa dos materiais, chegando, algumas vezes, a serem espancadas e desapropriadas daquilo que conseguem recolher;

Os novatos ou recém-chegados: Estes devido a condição, sujeitam-se às imposições dos “veteranos da lixeira”, pagando cotas de ingresso até poderem ser reconhecidos como “membros”. Muitas vezes e antes de terem merecido o reconhecimento, eles vão buscando aqueles bens com fraco poder transaccional, com ênfase para arames, latas, garafas e gêneros alimentícios, e assim vão sendo socializados lentamente, dependendo da capacidade individual de inserção e negociação. Algumas vezes, a condição física e o poder de negociação/manipulação confere alguma facilidade.

O processo de recolha de resíduos sólidos na lixeira é feito individualmente ou em conjunto. A recolha individual ocorre quando o catador sobe nos caminhões que depositam os resíduos sólidos e de lá começa a fazer a triagem do material selecionando o que acha de melhor e jogando-o para fora do veículo, até o caminhão chegar ao centro da lixeira. Após o caminhão estacionar no centro da lixeira, o catador desce e recolhe aquilo que foi por ele atirado para fora. Um dos princípios acordados entre eles é de que o material que é tocado primeiro torna-se o bem daquele que o tocou. Mas há igualmente um trabalho em conjunto, há quem atira os objectos do caminhão e outros que vão recolhendo e organizando. Se os objectos forem vendidos faz-se a divisão do valor resultante da venda.

Organização e venda do lixo recolhido

Cada tipo de resíduo sólido tem uma forma de armazenamento e um local de despejo dentro da lixeira estabelecido pela fiscalização como também pelos catadores. No que diz respeito a esses últimos, há um material para venda e outro para consumo. Existe uma separação de acordo com a natureza do material; eles são agrupados no local e lá vendidos, consumidos, e/ou levados para as casas. No material de venda há: o alumínio das latas; ferro até 50kg; e vidros. E o material de uso próprio estão tijoleiras, utensílios domésticos e alimentos para consumo (na lixeira ou em casa).

Destacamos, a seguir, três componentes que dispõem as atividades na lixeira:

Espaço, lixo, catador: Embora haja uma distribuição do tipo de lixo e o local na lixeira (o material dos supermercados são colocados mais no interior da lixeira, por exemplo), não há espaços pré-definidos entre os catadores. Entretanto, verificou-se que as mulheres e as crianças costumam ocupar o lado esquerdo da lixeira próximo a entrada. Nesse local há grande concentração de plástico duro: bacias, baldes, carcaças de computadores e electrodomésticos.

Comércio na lixeira: (i) Alumínio, parece haver uma “acordo” com uma empresa de compactação localizada em Maputo, são adquiridos sacos de latas de 50 kg. Um veículo fica na lixeira aguardando o material que é comprado e levado à empresa;(ii) o ferro e o cobre são os mais procurados. Existem alguns compradores de pequenas quantidades de ferro que vão à lixeira diariamente e adquirem até 50 kgs desses materiais;(iii) O vidro acumulado na lixeira, também é recolhido para processamento. Embora ele seja procurado a sua viabilidade comercial é a partir de grandes quantidades o que tomaria grande parte do tempo dos catadores para se tornar rentável.⁹

⁹ Os materiais rentáveis são igualmente vendidos pelos próprios catadores sem intermediários mas não nos foi possível verificar em termos de importância, o que nos parece ser diferente no que diz respeito aquilo que é vendido na lixeira.

Renda auferida: O valor mensal resultante da venda dos produtos varia de 1.000,00 MTs à 8.000,00 MTs mas é necessário analisá-los vistos que alguns catadores (venda de ferro, bronze, alumínio e tijoleiras) fazem entre 500,00 MTs à 900, 00 MTs por dia.¹⁰

III. A cooperativa e os catadores de lixo

Os catadores referiram que são favoráveis a criação duma cooperativa de catadores de lixo, e apontaram as seguintes razões:

A cooperativa vai melhor a organização das atividades e as condições de trabalho;

A cooperativa vai reduzir os roubos de objectos que ocorre entre os catadores;

A cooperativa vai diminuir conflitos entre os catadores.

Embora os catadores tenham se manifestado, em princípio, a favor da criação da cooperativa, pensa-se que é um assunto que deve ser aprofundado e envolvido outros actores como o Conselho Municipal da Matola, empresas, organizações ou instituições que fazem o depósito de resíduos sólidos, os compradores e a comunidade em torno da lixeira. Algumas questões colocadas pelos catadores como, “quem será o chefe”, “teremos salários”, “teremos uniforme”, apontam para a necessidade de se aprofundar a análise e os passos a seguir. Não menos importante ainda, é o desenho da cooperativa, clarificando, sua natureza, organização, funcionamento.

Considerações finais

O intuito do presente ensaio foi pois apresentar não somente uma primeira sistematização dos dados coletados mas de deixar claro a perspectiva teórica que estamos utilizando na sua análise.

Entendendo que as estratégias de sobrevivência criadas pelos catadores traduz uma experiência social circunscrita a um espaço de pobreza extrema, dentro de um universo de desprovidos que buscam, em condições adversas e com alto risco de contaminação, criar soluções à exclusão social.

Nossa tarefa agora é separar e descrever as lógicas das ações presentes na experiência social dos catadores de lixo apreendendo a forma como eles as combinam e as articulam. Através das sínteses por eles elaboradas e do emprego que delas fazem, seja individualmente seja coletivamente, poderemos compreender o *modus operandi* do sistema social formado pelo manejo e gestão de resíduos sólidos e a sua utilização por parte de um grupo de indivíduos (catadores de lixo).

Na elasticidade da vida social deveremos apreender a forma como o manejo e a gestão de resíduos sólidos operam sobre e através dos catadores e as formas pelas quais eles agem através desse manejo. A noção de elasticidade virá apoiar-nos na análise da especificidade da relação dos catadores com o mundo do lixo e com os demais atores sociais envolvidos (empresas, fiscais, etc), permitindo desta forma apreender a dinâmica da vida social. O trabalho de análise passará então pela explicitação dos diferentes elementos, momentos e processos ligados à experiência social daqueles que tiram o sustento do lixo.

Bibliografia

- ABREU, Maria de Fátima (2002). Do lixo à cidadania: estratégias para a ação. Trabalho realizado pela coordenação do Fórum Nacional Lixo & Cidadania com apoio do MMA/SQA e da AGÊNCIA DA GTZ NO BRASIL. Brasília.
- BARBALET, J. M. (1994). Citizenship, class inequality and resentment. In B. Turner & P. Hamilton. *Citizenship Social Theory*, SAGE Publications, London.
- BARBOSA FILHO, Antonio Antunes (2001). Segurança do trabalho e gestão ambiental. São Paulo: Atlas.
- COHEN, Daniel (1997). *Richesse du monde pauvre* des nations. Flammarion.
- COMISSÃO MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO (1988)– *Nosso Futuro Comum* . Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.
- CONCEIÇÃO, Márcio Magera (2003). Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo . Campinas, SP: Editora Átomo.
- CRÚZIO, Helton de Oliveira (2001). Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego - 2ª edição - Rio de Janeiro: Editora FGV.
- DESLANDES, Suely Ferreira et alí. (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). - Petrópolis, RJ: Vozes.
- DUBET, François (1996). *Sociologia da Experiência*. Instituto Piaget, Lisboa.
- ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA – FIOCRUZ (2001). *Projeto de Promoção de Saúde em Ação*.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – FEAM (1996)- *Como Destinar os Resíduos Sólidos Urbanos*. Belo Horizonte. FEAM.
- JUNCÁ, Denise et alii (2000). *A mão que obra o lixo*. - Niterói: EdUFF.

¹⁰ Um dolar Americano equivale a 25.000,00MT.

- KIPPER et alí (2003). Grupo de pesquisa em reciclagem de plásticos da UNISC: uma abordagem voltada ao gerenciamento ambiental. www.grupomontevideo.edu.uy – 02/03/2003.
- LIMA, José Dantas de (2001)- Gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil. Inspira Comunicação e Design. Paraíba.
- MAGLIO, Ivan Carlos (2000)– Gestão Ambiental dos Resíduos Sólidos- O Papel do Município. In IX SILUBESA – Simpósio Luso- Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental – Porto Seguro – BA.
- MARTUCCELLI, Danilo (2005). La consistance du social: une sociologie pour la modernité. Presses Universitaires de Rennes, Rennes.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de (2001). Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática. São Paulo: Atals.
- O'NEILL, Kate (2000)– Waste trading among rich nations: building a new theory of environmental regulation. The MIT Press. Massachusetts Institute of Technology.
- UNESCO (1981). Les droits de l'homme dans la ville.
- PERRET, Bernard & ROUSTANG, Guy(1993). L'économie contre la société. Éditions du Seuil.
- REMEDIO, Marcus Vinicius et al (2002). Potencial de reciclagem de resíduos em um sistema com coleta de lixo comum. In Engenharia Sanitária e Ambiental. Rio de Janeiro. Volume 7, no 1- jan/mar e no 2 – abril/j, 2002, pgs. 58-69.
- SATTERTHWAITE, David et al (1996). – The Environment for Children – Earthscan Publications Ltd, London.
- SCHMITTER, Philippe & KARL, Terry Lynn (1999). What democracy is ... and is not. In The global resurgence of democracy. Larry Jay Diamond & Marc F. Plattner. The Johns Hopkins University Press. Baltimore and London.
- SHAFFER, Butler D (1976). Violence as a product of imposed order. In, Butler D. Shaffer, Violence as an Imposed Order. Institute for Humane Studies, California.
- TACHIZAWA, Takeshy et al (2001). Gestão com pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- TAMMEMAGI, Hans (1999)– The Waste Crisis: Landfills, Incinerators, and the Search for a Sustainable Future – Oxford University Press, Inc. Oxford. New York.
- TENORIO, Fernando Guilherme et al (1998). Gestão social: metodologia e casos - Rio de Janeiro: Editora FGV.
- THIOLLENT, Michel (1988). Metodologia da pesquisa-ação. 4 ed. São Paulo, Cortez.,
- WEBER, Max (1971). Economie et Sociétés, Plon, Paris.

As Novas Tecnologias Médicas e a Reconfiguração da Saúde: entre Riscos e Incertezas

Hélder Raposo

Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL); Doutorando no ICS-UL helder.raposo@gmail.com

João Areosa

Metropolitano de Lisboa; Doutorando no ISCTE.

joao.s.areosa@gmail.com

Resumo: O desenvolvimento da medicina moderna é cada vez mais indissociável das tecnologias e da sua crescente inovação. O seu uso constitui um elemento integrante e indispensável na prática médica, a ponto da sua incorporação ser projectada como um sinal de avanço neste campo científico. De resto, o modo como as novas tecnologias vão sendo desenvolvidas e aplicadas à prática médica tende a ser entendido como algo de benéfico e naturalmente irrecusável para a saúde humana. Contudo, o que um olhar menos triunfalista sobre o valor intrínseco das tecnologias nos pode ajudar a desocultar é o facto de que as inovações contemporâneas não estão simplesmente a estender o repertório médico, mas estão também a transformar a própria medicina. Estas inovações estão a mudar a nossa compreensão da doença e da saúde, redefinindo os conceitos de doença, de medicina e de corpo. Com efeito, os conceitos de saúde e de estilo de vida encontram-se cada vez mais ancorados na ideia de um corpo saudável e com potencialidades de majoração por via da técnica, o que é elucidativo da crescente entronização do valor da saúde nas sociedades modernas, como também é um indicador expressivo do impacto das novas tecnologias médicas na produção de novos significados sobre o corpo, a saúde e a própria vida humana. Questionando a tradicional confiança epistemológica na racionalidade técnica, procuraremos identificar e avaliar a emergência de novos riscos e incertezas, e deste modo colocar em evidência que as tecnologias reconfiguram a realidade e inauguram novas áreas de incerteza e indeterminação.

Palavras-chave: Tecnologia, Medicina, Incerteza.

Introdução

O desenvolvimento da cientificação da medicina moderna, encontra-se fortemente alicerçado nas cada vez mais amplas capacidades tecnológicas de domínio, interferência, apropriação e modificação radical da vida humana. Esta característica tão marcante da nossa contemporaneidade faz-se, geralmente, acompanhar de discursos, narrativas e de algumas expectativas sócio-culturais que traduzem um cenário de deslumbre e ofuscamento decorrente da escalada de inovação tecnológica dos nossos tempos. Por isso mesmo, são muitas vezes nebulosos alguns contornos do fenómeno tecnocientífico, sobretudo quando ele se articula com o domínio da vida e da saúde humanas. É que muitas das conquistas

protagonizadas pela biomedicina trouxeram de facto benefícios, muitas vezes espetaculares e revolucionários, na resolução de problemas de doença e na melhoria geral de alguns padrões de saúde e bem-estar - sobretudo nos países ocidentais -, o que retira espaço e visibilidade para problematizações críticas, isto numa altura em que parece ser cada vez menos fantasiosa, por via da tecnologia, a potencial capacidade de auto transformação da espécie humana, em termos de uma dimensão de pós-humanidade¹.

Com efeito, esta vontade de controlar a realidade e a própria vida não é uma característica totalmente inédita, pois a vontade do homem moderno em procurar assumir intransigentemente o controlo do seu próprio destino, bem como a perseguição do horizonte da vida eterna, são indicadores expressivos da importância que é concedida à ideia de absoluto controlo, ordem e estabilidade, uma vez que estes atributos permitem empreender mudanças científicas e tecnológicas arrojadas que compensem o homem da sua finitude².

Tais indicadores constituem, de resto, o pretexto que nos leva a inserir este trabalho num entendimento crítico do fenómeno científico-tecnológico, tal como o que é empreendido pela reflexão sociológica e pela teoria social que entende a ciência e a técnica como variáveis decisivas na análise sócio-política da modernidade, embora essa abordagem seja pouco expressiva, como argutamente faz notar Garcia (2003). Assim, e apesar do reconhecimento de que uma parte substancial do património intelectual da teoria social moderna inaugurou importantes reflexões críticas acerca (por exemplo) da autonomização da tecnologia e dos paradoxos da racionalização formal que conduzem a um “desencantamento do mundo” – conforme fizeram figuras tutelares da Sociologia como Simmel e Weber, respectivamente –, podemos considerar que os grandes projectos científico-tecnológicos do nosso tempo, nomeadamente nas ciências da vida (como por exemplo a engenharia genética e as tecnologias reprodutivas), introduzem, paradoxalmente, ideias determinísticas que regulam fortemente as sociedades modernas, o que é bem revelador do desequilíbrio existente entre estes fenómenos e a reflexão teórica que sobre eles incide. Neste sentido, portanto, verificamos que em contraste com a exponencial evolução destas esferas, resultante de uma dinâmica de permanente experimentação e inovação, há como que um esvaziamento crítico relativamente expressivo que deve ser contrariado, na medida em que quando estão implicadas questões relativas à própria condição humana, é importante que as interpelações e questionamentos ético-filosóficos acerca da finalidade da tecnologia, bem como do sentido das deslocações, mais ou menos radicais, de valores como a vida e a morte, sejam reatualizadas.

Assim sendo, afigura-se como efectivamente importante equacionar o estatuto do conhecimento técnico-científico nas sociedades contemporâneas, uma vez que as tecnologias tendem a alterar, de forma profunda e indelével, conceitos como saúde e doença e a impor novos padrões quando, ao extravasarem os estritos domínios cognitivos, penetram no tecido cultural das sociedades.

Dito de outro modo, a dinâmica de inovação inerente às esferas da ciência e da tecnologia representa um claro testemunho de que estas procuram, de modo sistemático, dilatar o horizonte dos possíveis para a acção humana, com o objectivo de permanentemente controlar e transformar não só o mundo, mas também os próprios destinos da humanidade. Essencialmente, isto equivale a dizer que a tecnociência opera numa lógica de “perfectibilidade contínua da humanidade” (cf. Garcia, 2001:270), cujo objectivo último parece ser o de fazer tudo aquilo que for possível de ser feito.

De acordo com os propósitos deste trabalho, procuraremos enfatizar que não obstante os evidentes benefícios e importantes contributos provenientes da ciência e da técnica, é hoje evidente que estas nos colocam, mais do que nunca, questões urgentes e fundamentais. Com efeito, esta orientação que lhes subjaz está cada vez mais em permanente tensão com os riscos e as incertezas características dos actuais contextos de crescente complexidade, volatilidade e imprevisibilidade, na medida em que essa crescente complexificação se encontra estreitamente vinculada às potenciais e manifestas perversidades inerentes aos grandes projectos técnico-científicos, como são aqueles que estão em curso no âmbito das ciências da vida, e que introduzem grande polémica e ambiguidade³.

¹ A título meramente indicativo, e sem pretensões de exaustividade, destacamos algumas obras que problematizam esta questão (cf. Habermas, 2003; Fukuyama, 2002; Martins, 1996; Santos, 2003; Garcia, 2004).

² Efectivamente, ao ancorarmos estas considerações nalgumas referências teóricas sobre Filosofia e Sociologia da Técnica, verificamos que desde a Antropologia da técnica do século XIX, que entendia a tecnologia como uma extensão do ser humano e que permitia a este último objectivar a sua essência na história através dos seus produtos e realizações técnicas (Martins, 1996: 167-171), passando por aquilo que o autor designa de gnosticismo tecnológico, ou seja, a transcendência da condição humana através da técnica, nomeadamente pelo uso desta na manipulação do próprio orgânico, (Martins, 1996: 171-172), tudo parece apontar não só para a permanência, como para a própria exacerbação destas finalidades de contornos místicos que animam as ambições íntimas da tecnociência, em particular nas ciências da vida.

Uma autora cuja visão sobre estas questões é lapidar é Hannah Arendt, na medida em que esta filósofa procura compreender o modo como a tecnologia tem vindo a alimentar os sonhos de transcendência da materialidade corpórea e da natureza, entendendo-os como uma das mais poderosas ferramentas de um projecto utópico de finalidades místicas, em que se procura chegar a uma sobre-humanidade divorciada dos seus constrangimentos materiais e dirigida a espaços de liberdade radicalmente novos e imprevisíveis. Na sua obra de reflexão filosófica sobre a condição humana, a autora mostra como nas sociedades modernas emerge de um modo bastante evidente o imaginário salvífico da tecnologia através da perspectiva da libertação do homem em relação à terra e ao seu próprio corpo, o que significa que a construção artificial da vida constitui uma fuga à condição humana e um modo de procurar subverter a fatalidade da mortalidade enquanto emblema da efémera existência humana. De acordo com a autora, esta preocupação com a imortalidade, cuja genealogia ela identifica no pensamento filosófico grego, prende-se com a necessidade do ser humano realizar feitos imortais, de modo a ultrapassar a mortalidade individual e demonstrar possuir uma natureza “divina” (Arendt, 2001 [1958]: 30-31).

³ Através de uma análise densa sobre o significado e a adequação teórica das noções de risco e incerteza, Hermínio Martins clarifica acerca das especificidades de avaliação que merecem as tecnologias de efeitos catastróficos potenciais, o que significa que muitos dos riscos tecnológicos actuais são, como originalmente sugeriu Ian Hacking, não probabilificáveis. Com base nestas considerações, o autor coloca em evidência o modo como nos contextos de incerteza predomina a aleatoriedade, a contingência e a indeterminação, o que equivale a dizer que as metodologias da análise de risco face aos contextos de incerteza são inadequadas, na medida em que pressupõem a aplicação de probabilidades matemáticas que visam mensurar e quantificar os fenómenos (cf. Martins, 1998: 41-43).

A medicina moderna e a inovação técnico-científica

A ciência moderna encontra-se historicamente vinculada à ideia de evolução tecnológica, sendo esta última entendida enquanto sinónimo de progresso, emancipação, prosperidade, bem-estar social e liberdade, ou seja, no quadro da racionalidade científica, a tecnologia surge conotada de forma claramente positiva. Na verdade, a produção tecnológica teve a capacidade para transformar a sua própria condição, a partir daquilo que seria, aparentemente, apenas um fenómeno técnico, num fenómeno social, económico, político e simbólico. O uso da técnica e da tecnologia pode transformar-se numa fonte privilegiada de poder para quem detiver a posse destes recursos. Os seus papéis e efeitos sobre a realidade quotidiana não são neutros, muito embora seja variável o impacto social que cada instrumento tecnológico possa provocar, isto é, depende sempre do seu tipo e finalidade⁴.

As tecnologias - particularmente quando associadas à prática médica - constroem novas formas de controlo social, quer seja sobre os doentes (vigilância sobre o seu estado de saúde), quer seja sobre os próprios profissionais de saúde (controlo sobre o desempenho ou performance). Segundo Marcuse (1978), a sociedade tecnológica tornou-se num sistema de dominação, ou seja, a tecnologia transformou-se, indubitavelmente, num instrumento de dominação social. A abrangência dos recursos tecnológicos foi de tal forma “eficaz”, extensa e ampliada que penetrou em quase todos os campos do saber ou conhecimento. As inovações técnicas e tecnológicas não eliminaram a necessidade de recorrer ao trabalho humano nas diversas actividades da vida social (anunciado por alguns autores como o fim do trabalho). A tecnologia possibilita o aparecimento de novos modos de produção, de novas formas de conhecimento, de transformações nas relações sociais e nas relações de poder a elas associada.

No caso específico da medicina moderna, verifica-se que a partir do momento em que toda a vida humana se torna, potencialmente, objecto da ciência, não é só a concepção do conhecimento que se altera, passando a ser um conhecimento subordinado a um fim utilitário e activista desvinculado da sua dimensão metafísica e contemplativa, mas são também as singulares e inauditas capacidades tecnológicas de domínio da natureza e de interferência, apropriação e modificação radical da vida. É, de resto, por esta razão que podemos considerar que, neste contexto, os seres vivos não escaparam a esta visão, tornando-se, eles próprios, objecto da ciência e, como tal, estudados à luz dos pressupostos mecanicistas, segundo os quais os seres vivos podem ser estudados separando as suas partes constituintes. Cada uma das partes desempenha uma determinada função observável, e o organismo no seu todo é explicado pela soma dessas mesmas partes. Assim sendo, não é de estranhar que o impacto das concepções mecanicistas na medicina tenha dado origem a uma nova visão e a uma nova representação do corpo humano que, em muitos aspectos substanciais, colide frontalmente com os princípios fundacionais da medicina de inspiração hipocrática que são inequivocamente estranhos à visão mecanicista que conceptualiza o corpo humano como um grande engenho, cujas peças se encaixam ordenadamente e segundo um processo racional, o que conduz à ideia de que todas as estruturas e processos do corpo humano são redutíveis aos modelos mecânicos.

É, de resto, esta mesma lógica que hoje se encontra plasmada, e em inúmeros aspectos amplificada, nas concepções cibernéticas que hegemonicamente se impõem nas ciências da vida, e na biomedicina em particular, produzindo e consolidando novos entendimentos acerca da saúde e da doença que cada vez menos se afastam de uma visão endógena de doença que se alicerça numa abordagem reducionista em que a vida humana se esgota nos genes, ou seja, em que a vida é explicada através dos seus elementos básicos constituintes. O profundo impacto que estas concepções vão tendo na nossa contemporaneidade mostra-nos a saciedade que algumas áreas importantes da vanguarda científica, como a biologia molecular, parecem “refazer o mundo”, o que nos alerta para a evidência de que as mudanças tecnológicas no âmbito das ciências da vida, e da biomedicina em particular, reconfiguram de forma pregnante e indelével os sistemas de valores das sociedades contemporâneas, nomeadamente ao nível dos pressupostos culturais relativos às concepções da vida e do ser humano. Esta constatação acerca das dinâmicas de rápido desenvolvimento das biotecnologias aplicadas ao seres humanos, em particular no campo da genética, mostra-nos, assim, de forma relativamente clara que os impactos sociais e culturais que daí decorrem são de grande amplitude e manifestam-se, sobretudo, no modo como o valor da saúde tem vindo a ser entronizado nas sociedades modernas, o que explica em larga medida a crescente aceitação cultural relativamente às tecnologias genéticas.

Este constitui, precisamente, um dos principais argumentos da acutilante análise de Elisabeth Beck-Gernsheim⁵ acerca das intrincadas relações de interdependência entre mudanças tecnológicas e mudanças sociais, em que se é verdade que a tecnologia se integra num contexto de valores existente, que pode ser mais ou menos receptivo a essas inovações, também possui, no entanto, uma capacidade mais ou menos radical de os alterar de forma decisiva (cf. Beck-Gernsheim, 2000)⁶. Esta análise tem, portanto, o mérito de evidenciar em que medida a saúde desempenha um importante papel no

⁴ A título de exemplo, os efeitos e os objectivos da criação de arsenal bélico não serão seguramente os mesmos daqueles que estão subjacentes à criação de equipamento para a monitorização e controlo da saúde. Os efeitos da tecnologia na modernidade podem acarretar, quer aspectos benéficos (detecção e cura de enfermidades, diminuição do esforço físico em trabalhos penosos, rapidez na circulação da informação, etc.), quer aspectos extremamente nocivos (criação de equipamentos militares, armas de destruição maciça, etc.). Assim, não podemos isolar a tecnologia do uso que lhe é dado, bem como dos efeitos que esta possa causar nas sociedades contemporâneas (Marcuse, 1978: 19). Também não deixa de ser verdade que os avanços técnicos e tecnológicos continuam a ser direccionados por interesses sociais (Habermas, 1997).

⁵ A atenção dada a esta linha de análise foi primeiramente trabalhada por Garcia que a desenvolve exaustiva e criticamente no âmbito da sua dissertação de Doutoramento (cf. Garcia, 2004).

⁶ A abordagem que a autora desenvolve é, em parte, tributária da análise crítica de Foucault sobre os dispositivos de normalização e as práticas regulatórias da medicina moderna através da objectivação do corpo. Essa análise está, de resto, na base das perspectivas críticas acerca da medicalização das sociedades

impulso de certos avanços e inovações técnico-científicas, dado que acaba por funcionar como uma espécie de pré-requisito cultural para a aceitação dos avanços que remetem para perspectivas promissoras de mais e melhor saúde. Aliás, a este respeito a autora argumenta de forma contundente que as promessas de saúde veiculadas pelos cientistas e pelos principais promotores dos grandes projectos técnico-científicos nesta área, destacando-se desde logo a indústria farmacêutica, operam eficazmente numa espécie de “negócio da esperança” em que o valor da saúde se constitui como o ponto de partida para a expansão da aceitação social das tecnologias e, conseqüentemente, para a abolição de tabus que possam ser pouco permeáveis a essas mesmas inovações (Beck-Gernsheim, 2000: 126). É o que acontece particularmente com a genética, dado que para além dos cientistas se assumirem como construtores de narrativas genéticas com base na sua autoridade científica e cultural, encontram também um contexto cultural que é cada vez mais receptivo aos avanços e explicações genéticas, ou seja, um contexto favorável à genetização (Etorre, 1999:40-41). Em consequência disso, portanto, é possível argumentar que a crescente pregnância das tecnologias da saúde tende a tornar a moral existente obsoleta, dado que ainda segundo Beck-Gernsheim, “this means that with the arrival of a new technology that promises health, hitherto valid taboos are overruled. In secularized and individualized society health is a major value ranging before other values and displacing other values” (Beck-Gernsheim, 2000:127).

Contudo, para além deste importante aspecto da existência de pré-requisitos culturais para a aceitação das tecnologias no campo da saúde, importa também equacionar de que forma essa crescente aceitação das tecnologias genéticas redefine e expande o próprio conceito de saúde, uma vez que se tende a verificar que nas sociedades contemporâneas as expectativas sociais convergem magneticamente em direcção à “utopia da saúde perfeita” (cf. Sfez, 1997 [1995]), como que almejando à ideia clássica de “perfectibilidade humana” (cf. Garcia, 2004: 319-320) que, desta forma, abre terreno e cauciona a perspectiva de melhoramento e extinção da deficiência na espécie humana. Por isso, face a esta importante expansão do conceito de saúde, Elisabeth Beck-Gernsheim considera que “with the promise of health linked to gene technology, an expansion of the concept of health is being introduced, gradually, silently, but nonetheless radical in its results. The old concept of health appears far too narrow, far too modest now. Expectations are rising: change and improvement are in demand. Nature is not altogether passé, it is still the necessary base supplying the raw materials, so to speak. With the help of technology a new body should come from the old one, much healthier and better” (Beck-Gernsheim, 2000: 128).

De facto, a espiral de expectativas alimentadas pelas inovações e dinâmicas tecnológicas neste campo particular, e que têm como horizonte a promessa da saúde perfeita, acaba por alterar de forma gradual, porém conseqüente, o próprio conceito de saúde e de estilo de vida, na medida em que estes conceitos se encontram cada vez mais ancorados na ideia de um corpo saudável e com potencialidades de melhoramento por via de uma tecnologização da vida que reforça a rejeição do homem contemporâneo em aceitar as limitações do seu estatuto ontológico. Por essa razão, e conforme argumenta José Luís Garcia, “a prioridade concedida à saúde nas sociedades industrializadas e individualizadas contemporâneas não podia ser mais de feição ao desenvolvimento e à difusão da biotecnologia. A actual recusa quanto à necessidade do homem aceitar a dor, a doença e a morte contrasta significativamente com a concepção vigente em séculos anteriores, período em que aquelas eram vistas como parte de um trabalho de purificação, consciência e salvação designado por Deus e, por isso, aceites e valorizadas” (Garcia, 2004: 310).

O carácter performativo da tecnologia: novas fronteiras do corpo e da saúde humana

O perfil marcadamente tecnológico da medicina contemporânea é revelador de um conjunto de mudanças importantes, das quais se destaca, em particular, a crescente proximidade e interpenetração da medicina com as ciências da vida e em especial com as biotecnologias e com as tecnologias da informação. De facto, a chamada biomedicalização veio dilatar de forma substancial as capacidades, potenciais e efectivas, de manipulação da vida humana, o que nos remete para uma nova constelação de fenómenos e problemas, em que o tipo de conseqüências incertas e indeterminadas dessas manipulações, bem como a redefinição, por vezes radical, dos conceitos de saúde, doença, doente, vida, morte e medicina, surgem no epicentro de novos questionamentos e análises críticas. É que, como a este respeito assinala Nunes (2006), “uma vasta panóplia de recursos diagnósticos, associada a essa capacidade acrescida de manipulação ou às suas alegadas potencialidades, está a ajudar a transformar a medicina, cada vez mais, de actividade orientada para a prevenção, o diagnóstico ou os cuidados paliativos em medicina da vigilância, da predição, da gestão do risco e da regeneração. Esses recursos incluem os testes pré-sintomáticos, o diagnóstico pré-natal ou o diagnóstico genético pré-implantatório de embriões; intervenções que permitem “corrigir” a infertilidade feminina e masculina (como as técnicas de reprodução medicamente assistida); as notas promissórias da pesquisa sobre as terapias génicas e sobre as células-tronco e a clonagem, com fins terapêuticos, de células e de tecidos, ou das nanociências e nanotecnologias, que mostrariam o caminho de uma medicina regenerativa; a farmacogenómica, com o projecto de produzir medicamentos “sob medida”, em função do perfil genético dos seus destinatários” (Nunes, 2006: 7-8).

modernas e secularizadas, e tem inspirado vários autores, sobretudo no âmbito da Sociologia da Saúde, que, nessa linha, têm produzido uma vasta literatura sociológica sobre esta temática. A título meramente indicativo, e sem pretensões de exaustividade, podemos destacar duas obras representativas desta linha de reflexão: Aiach; Delanoë (dir.) (1998); Lupton (1995).

No âmbito desta multiplicidade de novas valências, recursos e áreas de actuação, é pertinente destacar o facto de que um dos pilares desta nova medicina tecnológica assenta na Genética e na (Bio)informática, o que corresponde a uma mudança paradigmática de grande alcance e significado, uma vez que se inaugura uma concepção cibernética de corpo humano que, entre outros aspectos importantes, implica que o corpo se transforme num dado informacional que pode ser digitalmente disperso no contexto das novas possibilidades da chamada telemedicina ou medicina virtual, ou seja, de forma paradoxal o corpo surge, então, radicalmente “descorporeizado” no contexto destas novas tecnologias, inaugurando-se assim uma nova representação científica (informacional) do corpo humano.

De facto, e de uma forma mais específica, podemos considerar que a circunstância da concepção cibernética da genética molecular preconiza um entendimento da vida enquanto informação, acaba por promover uma molecularização da doença e uma maior indiferenciação dos seres vivos, dado que para além de se tornarem objecto de uma nova concepção que reduz as doenças a problemas individuais geneticamente herdados, também passam a ser transformados em códigos e mensagens abstractas a serem decifradas no âmbito do paradigma informacional (Raposo, 2006). Claro que um dos aspectos problemáticos que desde logo emerge, é o que se prende com novas formas de instrumentalização técnica do próprio genoma humano, sobretudo no contexto da engenharia genética reprodutiva, dado que as possibilidades de programação, selecção, melhoramento e design corporal acabam por se afigurar como possibilidades tão potencialmente apelativas, como eticamente controversas e dilemáticas

Neste contexto, esta capacidade técnica de redução e instrumentalização da vida humana elucida-nos, portanto, quanto à emergência e produção de novos entendimentos sobre o corpo, mas também, e sobretudo, sobre as suas fronteiras, dado que estas se encontram cada vez mais desafiadas por novas interfaces e “fusões” híbridas que acentuam possibilidades mais plásticas entre o orgânico e o inorgânico. Neste aspecto em particular, a ideia de um corpo cyborg é resgatada do domínio da ficção, tornando-se hoje mais evidente a dimensão biónica do corpo humano, quer seja por via de várias próteses mecânicas e electrónicas (que já vão sendo razoavelmente comuns na prática médica); por via de transplantações e xenotransplantações; por via de terapias celulares; ou então através de formas de correcção e melhoramento com base na nanotecnologia e em dispositivos de micro-engenharia (cf. Williams, 2003:158-163).

De entre os vários exemplos que aqui poderiam ser multiplicados e analisados, aquele que será, porventura, mais flagrante é o que diz respeito ao impacto de Novas Tecnologias Médicas na própria (re)definição dos conceitos da vida e da morte, dado que os períodos convencionais da vida humana estão a ser redefinidos, dissolvidos e a ser objecto de novos significados. Em termos mais concretos, assiste-se à reconfiguração de uma nova ordem temporal do corpo humano, dado que algumas das novas tecnologias médicas, como as que são utilizadas nos Cuidados Intensivos para o prolongamento da vida humana através da manutenção das funções vitais ou as técnicas de criogenização, em que as possibilidades de utilização de material biológico, independentemente da morte do dador, tornam a própria morte uma condição temporária e acabam por fazer com que fronteiras tradicionais da vida – marcadas pelo nascimento e pela morte – sejam precedidas e procedidas por novas possibilidades técnicas. Nesse sentido, a recolha de ADN, de tecidos, de células estaminais, os transplantes, etc., acabam por implicar que a morte deixe de ser marcada apenas pelo fim biológico, o que é, desde logo, um indicador poderoso da própria redefinição deste fenómeno natural, tornando menos nítida e mais imprecisa a fronteira que divide a vida da morte, o ponto onde começa e acaba a vida e o próprio sentido da sua “dignidade”, principalmente em contextos peculiares e complexos como são, sem dúvida, os dos cuidados paliativos a doentes terminais (cf. Brown, Webster, 2004:145-160), em que as questões do sentido existencial e o estatuto ontológico do ser humano se afirmam urgentes e fundamentais.

Do triunfalismo tecnológico à produção de novas incertezas – um breve olhar sobre alguns dos paradoxos e das encruzilhadas da biomedicina contemporânea

Pelo teor da discussão empreendida no decurso das considerações anteriores, justifica-se a enfatização do argumento que entende as inovações biotecnológicas contemporâneas como não estando desligadas de efeitos paradoxais e pela produção de novos riscos e incertezas. De facto, a pluralidade dos novos desafios e as questões problemáticas são potencialmente tão vastas, que o seu simples inventário e enunciação implicariam um esforço de sistematização cuja magnitude vai para além da proposta mais impressiva e panorâmica deste texto. Em vez disso, a proposta concreta que aqui se apresenta consiste em aproximarmo-nos de algumas áreas de intervenção médica que pela circunstância de serem tão efectivamente moldadas pelo impacto de novas e sofisticadas tecnologias, já apresentam novos contornos e remetem para fenómenos cuja natureza específica nos poderá dizer muito acerca do perfil tecnológico das nossas sociedades.

Com efeito, pode-se considerar que um dos exemplos lapidares do que acabou de ser referido é o que se prende com as possibilidades oferecidas pela nova biologia, principalmente com o aumento do poder de diagnóstico da medicina genética que, na sua lógica fundamentalmente preditiva, está na origem de uma nova geração de doentes pré-sintomáticos a quem são antecipados, em anos, as causas da sua morte. Este facto potencia, sem dúvida, a produção de novas ansiedades e incertezas (Mendes, 2006), até porque cada vez mais se assiste à transmutação ontológica da noção de doente e da própria doença. O facto explica-se pela circunstância de estarmos perante uma perspectiva virtual fundada num cálculo de probabilidades que pode não se concretizar pela ocorrência de uma multiplicidade infinita de factores contingenciais não probabilificáveis, o que nos mostra que o universo da “medicina preditiva” se pauta pela ausência das duas categorias que definem e delimitam o quotidiano da medicina curativa ou paliativa – a doença e os doentes. Acresce a a isto o facto de

estarmos, na maioria dos casos, perante patologias (poligénicas e multifactoriais) cuja extrema complexidade biológica inviabiliza perspectivas simplificadas e deterministas, donde a escala da incerteza médica também se amplia substancialmente (Raposo, 2006).

Um outro exemplo elucidativo da produção de novas incertezas, é o que diz respeito ao impacto que as técnicas de digitalização da imagem, sobretudo a partir dos anos 70 do século XX (TAC, RM, ultra-sons, tomografia por emissão de positrões, etc) têm tido em áreas como a Radiologia, pois o que esta escalada de sofisticação técnica nos mostra é que a imagem se tornou inteligente. Entre outras coisas, tal significa que se acentuou o declínio do estatuto da experiência sensível dos médicos - visível na relutância dos médicos em lidar com o sofrimento dos pacientes - que se intensificou a fragmentação da medicina em torno de partes do corpo; mas também que se consolidou a ideia que a imagem técnica do interior do corpo corresponde à realidade objectiva do corpo, o que negligencia um aspecto importante e que diz respeito ao facto do fenómeno patológico não ser independente da sua construção imagiológica, ou seja, dos próprios suportes (técnicos) da visão (cf. Cascais, 2004).

Com efeito, a imaginação cultural em torno das tecnologias que acedem ao interior do corpo veiculam a ideia de que se trata de uma representação “transparente” e não mediada, como se imagem e corpo se equivalessem. A imagem é, então, entendida como conhecimento transparente, o que remete para a ideia de um corpo que pré-existe e que pode ser acedido sem mediação; ou seja, que existe fora da linguagem e da acção humana (Joyce, 2005). Ora, como se pode ver a propósito da técnica da Ressonância Magnética – entendida na maioria das vezes como uma das técnicas mais “transparentes”, neutras e objectivas – existem vários factores que comprometem esta ideia, desde logo porque no contexto do seu uso e aplicação não estão ausentes práticas invisíveis que tornam instável esta técnica de imagem, como sejam a importância do conhecimento tácito (as variações e os problemas no conteúdo e interpretação das imagens devido aos vários níveis de tradução em causa – nomeadamente da imagem para texto); as várias escolhas quanto aos parâmetros utilizados na definição da qualidade (espessura) das imagens; mas também a conjugação com outros exames clínicos (Joyce, 2005).

Deste modo verifica-se que existe uma certa tendência para transferir grande parte da responsabilidade dos exames de diagnóstico para o equipamento (qualidade do exame). Na verdade, a grande maioria dos casos em que a qualidade dos exames complementares de diagnóstico e terapêutica é duvidosa dependem mais da capacidade técnica e apuro do executante, do que propriamente do equipamento em si⁷. Todavia, os recursos tecnológicos vieram limitar ou inibir, de certa forma, a observação directa efectuada pelo médico, desvalorizando cada vez mais a observação directa do doente. Em muitas situações o médico prescinde de observar directamente o doente preferindo pedir a execução de exames imagiológicos complementares. Contudo, esta prática apresenta alguns efeitos contraproducentes para a actividade clínica directa (Pinho, 2002).

Segundo Carapinheiro (1993: 146) a investigação de sintomas foi transferida do exterior para o interior do corpo humano. Esta prática permitiu a procura de sinais e vestígios internos revelados através da tecnologia médica. No caso concreto da imagiologia esta especialidade não poderia existir sem tecnologia. Os equipamentos imagiológicos permitem visualizar o interior dos corpos sem recorrer à sua abertura (através de intervenções cirúrgicas). A tecnologia imagiológica permitiu a visualização interna dos organismos vivos; este facto constituiu-se como uma verdadeira ruptura na própria “arte” de fazer medicina. A possibilidade de visualizar o interior dos corpos sem os dissecar trouxe para a medicina inúmeras vantagens, permitiu criar uma cartografia e uma semiologia do corpo humano sem recorrer a técnicas invasivas (ou menos invasivas), e com probabilidades de risco bastante inferiores para a saúde dos pacientes (Areosa, 2007). O campo tecnológico associado à imagiologia médica revelou enorme eficácia na detecção atempada de enfermidades, o que possibilitou maior rapidez terapêutica. Colaborou ainda na descoberta de novas patologias e nas propostas para as melhores formas de abordagem clínica e terapêutica.

Apesar dos inegáveis aspectos positivos que a tecnologia transporta para o campo da saúde, em geral, e para os profissionais deste ramo do saber, em particular, existem ainda alguns aspectos que devem ser considerados e ponderados sobre o efectivo papel da tecnologia na definição dos diagnósticos médicos, nomeadamente, sobre a veracidade dos resultados obtidos através dos meios tecnológicos. Será que a tecnologia que suporta alguns dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica é absolutamente fidedigna? A resposta a esta pergunta é um concludente não. Existem ainda muitas zonas de incerteza técnica aos quais os exames complementares não conseguem responder de forma absolutamente satisfatória. Nem sempre se torna possível esclarecer e distinguir aquilo que são meros artefactos ou patologias de gravidade variável. Este talvez seja o maior problema do uso da tecnologia no campo da saúde, ampliando-se ainda mais em algumas especialidades devido à elevada dependência dos meios tecnológicos. A elaboração de protocolos que definem as regras de actuação para cada situação procuram minimizar eventuais desvios, embora isto não seja suficiente. Dentro da problemática da tecnologia pode colocar-se a questão de existirem margens de erro variáveis para a utilização de técnicas diferenciadas⁸.

⁷ Num estudo recente (Areosa, 2004) verificou-se que apesar de algumas opiniões menos favoráveis ao uso excessivo dos meios tecnológicos, a maioria dos profissionais observados referiu que a tecnologia trouxe maiores níveis de segurança na abordagem ao doente e melhor orientação para a elaboração do diagnóstico clínico. Basicamente, estes actores sociais consideram que as potencialidades futuras da tecnologia são quase ilimitadas, e mesmo as actuais são uma enorme mais-valia, quer para os doentes, quer para as profissões da saúde.

⁸ Será necessário considerar que mesmo sendo os exames ou estudos imagiológicos executados com elevado apuro técnico, estes podem constituir-se como um factor de enviesamento nos diagnósticos do clínico. Pinho (2002: 53) descreve-nos na sua obra a seguinte situação: após um estudo ecográfico foram detectadas pedras na vesícula de um paciente que se queixava de fortes dores no abdómen. O resultado obtido através dos meios complementares de diagnóstico podem influenciar a análise do médico, isto é, a verdadeira origem da enfermidade do doente pode não ser as pedras na vesícula, mas sim, qualquer outra patologia.

Esta nota continua na página seguinte

Por fim, e embora muitos outros exemplos e questões pudessem aqui ser apresentados como ilustrativos e esclarecedores do argumento fundamental preconizado nesta secção conclusiva – questões como as novas relações entre médicos e doentes decorrentes do perfil informacional da medicina⁹, o tráfico de órgãos humanos para transplante (cf. Williams, 2003; Nunes, 2006); o reduzido investimento em pesquisa e desenvolvimento da indústria farmacêutica para fazer frente às doenças órfãs ou raras (Nunes, 2006), ou o abandono do princípio da precaução e a submissão ao mercado (Garcia, Martins, 2008) – o que entendemos ser, também, merecedor de destaque é, no fundo, tudo o que diz respeito à vasta panóplia de problemas que resultam do enorme impacto decorrente do chamado biocapitalismo, dado que o patenteamento de processos e de entidades resultantes da pesquisa e da inovação tecnológica (Garcia, 2004) estão na origem de novas formas de desigualdades social no acesso aos cuidados de saúde e a novos recursos diagnósticos e terapêuticos (Nunes, 2006) e revelam a crescente lógica de mercantilização da vida no quadro da gradual empresariação da Universidade (Garcia, Martins, 2008).

De facto, a circunstância de a produção de alguns tipos de tecnologia contemporânea envolverem o investimento de elevadíssimos recursos humanos, logísticos, económicos e financeiros, torna imperativo (no contexto ideológico do liberalismo económico) o escoamento dos produtos nos diversos mercados, e é a partir deste ponto que surgem determinados grupos de pressão e lobbies, com estratégias muito bem delineadas para fazer chegar o produto ao consumidor final. É ainda relevante afirmar que quanto maior for o custo económico com a produção do equipamento, maior será a pressão e a concorrência junto dos mercados de consumo. Para além disso, os elevados custos de alguns equipamentos tecnológicos para a área da saúde traduzem-se numa concorrência feroz (e nem sempre moral e eticamente aceitável) por parte dos produtores destes equipamentos. Podemos em suma considerar, fazendo eco das acutilantes palavras de Garcia e Martins (2008) a propósito das transformações contemporâneas do ethos da ciência, que os paradoxos e as incertezas no contexto da biomedicina, e na biotecnologia em particular, são efectivamente de grande significado e magnitude, dado que “ (...) a passagem de um regime de descoberta e conhecimento científico, que era disseminado de forma despojada de interesses económicos, para a actual tendência de tecnociência empresariação levou a que, desde logo, o domínio tecnológico ganhasse anterioridade e supremacia perante o conhecimento conceptual em áreas em que a enorme complexidade dos problemas não permite caminhar tão depressa como é esperado e exigido pela competição económica” (Garcia e Martins, 2008: 403).

BIBLIOGRAFIA

- AIACH, Pierre; Daniel Delanoë (Dir.) (1998), *L'ère de la médicalisation. Ecce homo sanitas*, Paris: Anthropos.
- AREOSA, João (2004), *Uma visão sociológica sobre a actividade profissional num serviço de imagiologia*. Tese de Mestrado não publicada, ISCTE, Lisboa, Portugal.
- AREOSA, João (2007), «As percepções de riscos num serviço de imagiologia hospitalar», em Guedes Soares et al. (Orgs), *Riscos, públicos e industriais*. Lisboa: Edições Salamandra, 1233-1248.
- ARENDT, Hannah (2001 [1958]), *A Condição Humana*, Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- BROWN, Nik, Andrew Webster (2004), “Technologies of Death and Dying” in *New Medical Technologies and Society. Reordering life*, Cambridge: Polity Press, pp.134-160.
- CARAPINHEIRO, Graça (1993), *Saberes e poderes no hospital*. Porto: Edições Afrontamento.
- CASCAIS, António Fernando (2004), “Entrar pelos olhos dentro. A cultura visual da medicina” in *Revista de Comunicação e Linguagens – Corpo, Técnica, Subjectividades*, nº33 (Junho) (Organizado por Maria Lucília Marcos e António Fernando Cascais), Lisboa: Relógio d'Água, pp.127-154.
- ETTORRE, Elizabeth (1999), “Experts as “story tellers” in reproductive genetics: exploring key issues” in Peter Conrad, Jonathan Gabe (Eds.), *Sociological Perspectives on the New Genetics*, Oxford: Blackwell Publishers, pp.37-57.
- FUKUYAMA, Francis (2002), *O nosso futuro pós-humano. Consequências da revolução biotecnológica*, Lisboa: Quetzal Editores.
- GARCIA, José Luís (2001), «Tecnologia, providência e progresso. Alguns indicadores doxométricos de biopolítica em Portugal» in José Machado Pais, Manuel Villaverde Cabral, Jorge Vala (Orgs.), *Religião e Bioética. Atitudes Sociais dos Portugueses 2*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 237-302.
- GARCIA, José Luís (2003), “A crítica política da tecnologia como tarefa da sociologia contemporânea” in *Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação* Nº2, Lisboa: Editorial Notícias, pp. 75-81.

embora a tendência do médico seja a de atribuir imediata relevância aos estudos imagiológicos. Esta situação “levanta o véu” sobre alguns dos efeitos perversos do uso da tecnologia na actividade médica.

⁹ Num artigo em que procura discutir a existência de afinidades electivas entre a cosmologia da medicina contemporânea (“informacional”) e as mudanças sócio-técnicas, Nettleton mostra como a crescente multiplicidade de recursos técnicos característicos de um perfil informacional da Medicina, de facto reconfiguram o modelo clínico, sobretudo ao nível da erosão da autoridade da arte médica e da secundarização da experiência clínica, que é ameaçada por novos fenómenos como a perda da presença física do corpo e a resolução de problemas com base em formas de acesso sofisticado a informação clínica (problem-based learning) (Cf. Nettleton, 2004:670-672).

- GARCIA, José Luís (2004), Engenharia Genética dos Seres humanos, Mercadorização e Ética. Uma análise Sociopolítica da Biotecnologia, Dissertação de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- GARCIA, José Luís; Hermínio Martins (2008), “O ethos da ciência e as suas transformações contemporâneas, com especial atenção sobre a biotecnologia” in Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim, Filipe Carreira da Silva (Orgs.), Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp.397-417.
- GERNSHEIM, Elisabeth Beck (2000), “Health and Responsibility: From Social Change to Technological Change and Vice Versa” in Barbara Adam et al. (Eds.), The Risk Society and Beyond. Critical Issues for Social Theory, London: Sage Publications, pp.122-135.
- HABERMAS, Jurgen (1997), Técnica e ciência como «ideologia». Lisboa: Edições 70.
- HABERMAS, Jurgen (2003), The Future of Human Nature, Cambridge: Polity Press.
- JOYCE, Kelly (2005), “Appealing Images: Magnetic Resonance Imaging and the Production of Authoritative Knowledge” in Social Studies of Science 35/3 (June), London: Sage Publications, pp.437-462.
- LUPTON, Deborah (1995), The Imperative of Health. Public Health and the Regulated Body, London: Sage Publications.
- MARCUSE, Herbert (1978), A ideologia da sociedade industrial. O homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- MARTINS, Hermínio (1996), «Hegel, Texas: Temas de Filosofia e Sociologia da Técnica» in Hermínio Martins, Hegel, Texas e outros Ensaios de Teoria Social, Lisboa: Século XXI, pp. 167-198.
- MARTINS, Hermínio (1998), “Risco, incerteza e escatologia – reflexões sobre o experimentum mundi em curso” in Episteme – Revista da Universidade Técnica de Lisboa, Ano 1, No.1, Dez.97/Jan.98, pp.99-121, Ano 1, No.2, Jun./Jul. 98, pp.41-75.
- MENDES, Felismina (2006), “Risco genético: da ilusão de certeza à disseminação da (ir)racionalidade” in Graça Carapinheiro (Org.), Sociologia da Saúde. Estudos e Perspectivas, Coimbra: Pé de Página, pp.17-45.
- NETTLETON, Sarah (2004), “The Emergence of E-Scaped Medicine?” in Sociology Vol. 38(4), London: Sage Publications, pp. 661-679.
- NUNES, João Arriscado (2006), “A pesquisa em saúde nas ciências sociais e humanas: tendências contemporâneas”, Oficina do CES nº253.
- PINHO, A. Soares (2002), Médicos, doenças e doentes. Porto: Campo das Letras.
- RAPOSO, Helder (2006), Dominar o aleatório? Risco e Incerteza no Pensamento Biomédico: o caso do risco genético no cancro do cólon e recto, Dissertação de Mestrado, Lisboa: ISCTE.
- SANTOS, Laymert Garcia (2003), “Tecnologia e selecção. Variações sobre o futuro do humano” in Hermínio Martins, José Luís Garcia (Coord.), Dilemas da civilização tecnológica, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp.149-168.
- SFEZ, Lucien (1997 [1995]), A Saúde Perfeita, Críticas de uma Utopia, Lisboa: Instituto Piaget.
- WILLIAMS, Simon (2003), “Hi-Tech Bodies: From Corporeality to Hyperreality?” in Medicine and the body, London; Sage, pp.154-179.

O saneamento básico na agenda mediática 1970-2000 – estudo de caso

José Gomes Ferreira
 Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
 jose.ferreira@ics.ul.pt

Resumo: Em Portugal o saneamento básico e os afluentes com origem doméstica ou industrial, têm sido uma preocupação política, pelo menos desde a Revolução de Abril de 1974, quando o país dispunha apenas de 30% da população servida. Após a adesão à União Europeia, em 1986, os financiamentos multiplicaram-se através de Fundos Comunitários, apesar disso, e das opções técnicas aplicadas terem dado provas noutros países, Portugal está longe de ter solucionado os seus problemas nesta matéria. Pelo contrário, é notória a incapacidade interna para os solucionar, com consequências visíveis ao nível da falta de qualidade da água dos rios. Em 2007, a qualidade das águas dos rios nacionais continuava a ser Má (18,3%) e Muito Má (21,5%) (SNIRH, 2008).

O insucesso das políticas de saneamento e despoluição dos rios nacionais tem causas muito para além das técnicas e financeiras, o que aponta para a necessidade de abordar o problema considerando variáveis sociológicas que permitam identificar os factores sociais e políticos que ajudem a explicar o fracasso destas políticas. Foi este contexto que impulsionou uma investigação em curso.

Nesta comunicação analisamos parte do processo de mediatização do saneamento básico a partir das notícias publicadas na imprensa entre 1970 a 2000. Pretendemos caracterizar a evolução do tema em diferentes períodos e localizações; e elaborar uma cronologia na qual se identifiquem: episódios com mais descargas e as suas origens, episódios de conflito social, os principais protagonistas e as principais políticas.

1. Introdução

A comunicação que a seguir apresentamos surge no âmbito de uma investigação em curso que procura identificar as causas do insucesso das políticas de saneamento básico (i.e. esgotos) em Portugal, cujo fracasso não se ficou a dever à falta de investimento público, que até foi elevado, nem à falta de decisão política ou de opções técnicas disponíveis. Por se

tratarem de resultados preliminares limitar-nos-emos aos aspectos gerais do problema, enquadrados pela matriz teórica da sociologia do ambiente e análise da contribuição dos meios de comunicação quanto a esta matéria. Faremos uma pequena reflexão sobre o surgimento da temática ambiental tal como hoje se conhece, na qual se destacará o papel dos mass media no despertar da consciencialização pública perante a degradação ambiental e, nessa sequência, o seu contributo no sentido da mudança de atitude por parte dos cidadãos. Embora muito sinteticamente, procuramos fazer esse exercício tanto à escala global como exclusivamente centrados em Portugal, um procedimento que repetimos depois no momento em que nos debruçamos sobre o saneamento básico, embora neste último caso o âmbito da abordagem seja basicamente nacional.

Assim, num primeiro momento vamos demonstrar, com recurso a estatísticas oficiais, a gravidade do problema nas suas várias dimensões, nomeadamente, a percentagem da população servida por serviços de saneamento, a percentagem de esgotos tratados e os sectores que maiores quantitativos de águas residuais geram. Posteriormente, de modo a identificarem-se os efeitos, iremos centrar-nos em indicadores que medem a qualidade da água dos cursos de água e discutir prováveis omissões nos dados oficiais apresentados. O que implicará o cruzamento de estatísticas provenientes de diversas fontes sobre diversas dimensões do problema. No momento seguinte apresentamos os principais resultados, até ao momento analisados, sobre a mediatização do tema a partir da codificação dos registos de notícias publicadas na imprensa semanal durante o período 1970 a 2000. Trata-se de uma tarefa que implicou uma fase de recolha destes registos e a sua inserção numa base de dados formato SPSS. Depois foram tratados nas suas mais variadas dimensões, permitindo saber, nomeadamente, como evoluiu a tematização do problema durante aquele período, identificando-se diversos subtemas que o caracterizam, o âmbito geográfico e os principais protagonistas envolvidos. Terminamos a comunicação com a apresentação de um conjunto de tópicos para debate e aprofundamento.

2. O ambiente como problema social

A questão ambiental emerge como problema significativo a nível mundial no início da década de 70. A crise energética e a degradação ambiental despertaram a formação de uma consciência e sensibilidade em torno das questões ambientais, que resultou na transformação do modo de encarar os problemas ambientais, de então para cá vistos como problemas sociais. O problema deixou de ser apenas de poluição, passou a ser sobretudo de “capacidade de carga do planeta” e de “qualidade de vida” dos cidadãos (Milbrath e Inscho, 1974). O impulso é, no entanto, anterior, sendo praticamente unânime ter sido marcado simbolicamente pelo lançamento da Primavera silenciosa de Rachel Carson, em 1962, obra que atribui um papel de relevo a novos quadros de referência, e recorre à ciência para determinar o efeito dos químicos e dos pesticidas produzidos pela indústria e usados na agricultura do pós-guerra.

Dois aspectos marcam igualmente esse período. Por um lado, correspondeu ao despertar do movimento ambientalista, preocupado não apenas com os impactos humanos nos recursos ambientais, mas também com o ambiente urbano e o impacto das condições ambientais na saúde humana, na qualidade de vida e no sistema social. Por outro lado, os meios de comunicação de massas, sobretudo a televisão, passaram a desempenhar um importante papel em matéria de ambiente, ao contribuírem para fomentar o entendimento público do tema como um problema social (Mertig, Dunlap e Morrison, 2002: 454). De facto, sensivelmente a partir do início da década de 70, os meios de comunicação de massas passam a participar na consolidação de questões ligadas ao meio natural como um problema social, assumindo um papel vital na divulgação e interpretação dos problemas ambientais (Dunlap e Marshall, 2007: 1417-8).

Em Portugal, ao contrário do que sucedeu nos EUA e noutros países europeus, a questão ambiental eclodiu tarde, e manifestou desde o início dificuldades em obter envolvimento cívico e visibilidade social (Lima e Schmidt, 1996: 205). Embora as prioridades¹ fossem outras, durante os primeiros anos da democracia registaram-se várias acções de protesto de origem popular, algumas das quais envolviam questões ambientais, o que não aconteceu por acaso. Se é verdade que o processo democrático permitiu aos cidadãos envolverem-se na actividade cívica sem restrições de liberdade, com a vantagem de terem maior disponibilidade e maior facilidade de acesso à informação, também é verdade que o período pós- 25 de Abril foi marcado pelo agravamento dos problemas ambientais ou, com o fim da censura, pela sua visibilidade pública (Schmidt, 2003; Figueiredo e Fidélis, 2003). Entretanto, depois de 1986, com a adesão à União Europeia (UE), o Estado foi forçado a acelerar o processo de produção legislativa no domínio do ambiente e a consolidar novos padrões de qualidade ambiental (Figueiredo e Fidélis, 2003: 152). Simultaneamente, foi aberto o debate nas ciências sociais e políticas sobre o perfil da sociedade portuguesa no contexto das nações europeias (Nave, 2000: 43). Fruto deste último aspecto estavam criadas as condições para a participação de investigadores em estudos internacionais que permitiram, por exemplo, comparar as práticas e atitudes sociais dos portugueses com idênticos resultados relativamente a cidadãos de outros países do espaço europeu. Ainda como resultado da adesão à UE, Portugal passou a fazer parte dos países inquiridos no Eurobarómetro e a constar dos dados do Eurostat. A nível nacional, sobre a temática ambiental merecem natural destaque o I e II Inquérito Nacional sobre o Ambiente, realizados pelo Observa em 1997 e 2000 (Almeida, 2000 e 2004).

Apesar do impulso das décadas anteriores, foi na década de 90 que a temática ambiental atingiu maior visibilidade pública. Depois de na década de 80 terem eclodido diversos focos de conflito ambiental contra a instalação de unidades de

¹ Segundo Macedo et al. a “prioridade dos primeiros 10 anos da democracia foi criar um sistema político consensual, em que as crises governamentais não se tornassem crises de regime” (Macedo et al., 1999: 187). Ainda assim, do período da Revolução, importa assinalar os 3D’s que faziam parte do programa da Junta de Salvação Nacional - Democratizar, Descolonizar e Desenvolver -, mas cedo a prioridade foi dada aos primeiros.

tratamento e queima de resíduos industriais, na década de 90, a decisão do Governo do Partido Socialista em suspender o processo de construção de uma incineradora dedicada e optar pela queima dos resíduos em cimenteiras, deu origem ao multiplicar de situações de conflito ambiental entre grupos de cidadãos ou as populações. E foi responsável pela enorme controvérsia política e científica em redor do problema. Para alguns autores, pelas suas características, esse conflito provocou uma mudança nas formas de acção colectiva. Por exemplo, para Matias e Nunes, esse conflito situa-se no coração dos processos que “têm vindo a reconfigurar o campo da luta política e da acção colectiva em torno de problemas ambientais”, contudo é distinta da luta política associada aos partidos e às instituições tradicionais. Em vez disso, experimenta novos modelos de participação capazes de darem visibilidade e de organizarem identidades colectivas, com a particularidade de se constituírem em torno dos problemas ambientais vividos, primeiro à escala local, depois alargando-se para um âmbito mais geral. Por outro lado, o novo modelo de acção colectiva surge centrado “na luta pela defesa do ambiente, pela justiça social e pelo direito dos cidadãos a participar em decisões que afectam a sua vida, a sua saúde e o seu ambiente (Matias e Nunes, 2003: 147-148).

Especificamente quanto ao saneamento básico, ao contrário de outros temas ambientais, o tema tem merecido pouca atenção das ciências sociais, ainda que uma das primeiras reflexões date de 1896, no auge do movimento higienista, num texto em que Marion Talbot refere a dificuldade das pessoas reconhecerem a relação entre condições sanitárias e progresso social (Talbot, 1896). Mais recentemente, destacam-se, entre outros, os trabalhos de José Esteban Castro, o qual, centrado nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, insere os conflitos pelo acesso à água, aos serviços de saneamento e à terra no âmbito dos direitos e deveres de cidadania, quando em causa podem estar diferenças de classe, de género ou ambientais (Castro, 2006 e 2007). Para o efeito, remete-nos para T. H. Marshall, para quem a cidadania significa a pertença a uma comunidade ou “o conjunto de direitos e obrigações que determinam o carácter das relações entre os indivíduos de uma determinada comunidade política”. Ainda na formulação de Marshall, o acesso a bens e serviços constitui “parte dos direitos sociais da cidadania” que permitem “a abolição das desigualdades qualitativas determinadas pela situação de classe, étnica ou de género” (Heller e Castro, 2007: 289).

Em Portugal, no que diz respeito à investigação em ciências sociais sobre a temática do saneamento básico, esta permanece quase um exclusivo de áreas técnicas. Mediatiza-se quando ocorrem descargas ilegais ou riscos agudos para a saúde pública, mas as pesquisas realizadas no âmbito das ciências sociais, e da sociologia em particular, são raras. Paradoxalmente, embora seja praticamente inexistente essa pesquisa, sabemos a partir de diversos estudos que o problema dos esgotos e dos seus efeitos está entre as principais preocupações ambientais reconhecidas pelas populações. É nesse sentido para que apontam os dados do I e II Inquérito Os Portugueses e o Ambiente, realizados no âmbito do Observa. No I Inquérito a “Poluição da água” figurava em 2.º lugar relativamente aos “Principais problemas do mundo”. Por sua vez, os dados do II Inquérito revelam que os portugueses consideram “um rio poluído (peixes mortos)” como a “Paisagem ambientalmente mais chocante”, surgindo em 4.º lugar “Um esgoto a descarregar na praia”. Por outro lado, “Combater a poluição de rios e ribeiras” encabeça as “Medidas ambientais prioritárias que o governo deve tomar” (Almeida, 2000 e 2004). Mais recentemente, essa preocupação parece manter-se, pois segundo o último Eurobarómetro sobre ambiente a “poluição da água (mares, rios, lagos e águas subterrâneas)” constituía em 2004 a primeira preocupação dos europeus e a segunda em 2007, respectivamente com 47% e 42% (Eurobarómetro, 2007).

Também o poder local tem manifestado a sua preocupação face ao problema, pois segundo o inquérito do estudo “Novos autarcas, novas estratégias ambientais”, realizado em 2004 também pelo Observa, em resposta espontânea os autarcas assumiam essa prioridade ao colocarem a questão do “Saneamento básico e abastecimento de água” na segunda posição, com 33% de respostas, entre os “Problemas gerais do município que merecem mais atenção” (Schmidt, Nave e Guerra, 2006: 41).

3. A situação dos esgotos em Portugal

Tal como se afirmou na introdução a esta comunicação, na leitura que fazemos encaramos a problemática dos esgotos nas suas mais variadas dimensões, nomeadamente, o acesso aos serviços de saneamento; os factores, sociais, políticos e económicos que determinam as condições desse acesso; os impactos sociais e ambientais resultantes da existência ou não das condições técnicas que garantam a adequada drenagem e tratamento das águas residuais; e a afectação desigual das populações. Como se percebe, o conjunto de questões é muito vasto para ser debatido numa apresentação desta natureza, vamos por isso debruçar-nos sobre algumas delas, particularmente aquelas para as quais possuímos informação mais pertinente.

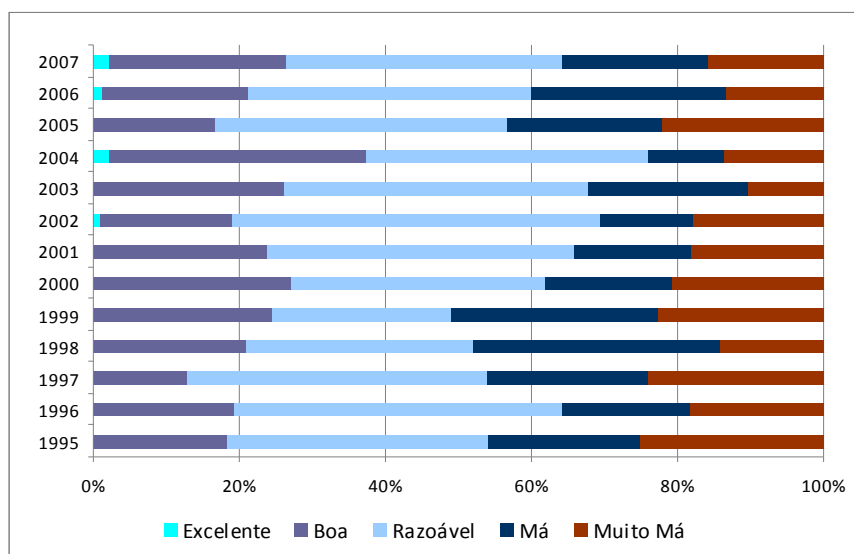
No caso português, dotar o país de uma rede eficaz de saneamento básico tem sido uma prioridade desde a instalação da democracia, reafirmada após a adesão à actual União Europeia. Portugal chegou a Abril de 1974 com apenas 1/3 da população servida com rede de esgotos e, de então para cá, o investimento público neste sector foi sendo crescente. Após a adesão à União Europeia, em 1986, os Fundos Comunitários trouxeram ao país os meios financeiros e técnicos necessários para suprir essa carência. No entanto, verificou-se uma incapacidade interna para solucionar o problema, que continua, em geral, sem soluções adequadas, chega mesmo a agravar-se em alguns locais e em anos de baixa queda pluviométrica, com elevados custos para o país, sem que se identifique de forma sistemática o conjunto de factores que para tal têm contribuído.

O país contou com a vinda de Fundos Comunitários a partir do I Quadro Comunitário de Apoio (1989-1993), depois seguido do II QCA (1994-1999) e do III QCA (2000-2006). Sendo que o III QCA correspondeu justamente ao período de vigência do primeiro Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEASAAR I 2000-2006). Sobretudo durante a vigência dos dois primeiros Quadros Comunitários de Apoio foram desenvolvidos projectos de despoluição em diversos rios nacionais, entre os quais, o Ave, Alviela e Trancão, só para citar alguns. Contudo, o problema é ainda hoje tão premente que o PEAASAR II 2007-2013 volta a considerar a cobertura de esgotos em 90% como meta prioritária a atingir até 2013. Ora, do ponto de vista sociológico a condição ambiental das populações agrava-se ou melhora consoante o funcionamento destes sistemas. A que se adiciona o facto de se tratarem de infra-estruturas não distribuídas de forma equivalente e não funcionarem eficazmente em todos os locais.

Relativamente aos montantes investidos sabemos que de 1990 a 2000 foram investidos em esgotos cerca de 1 272 milhões euros (INAG, 2001; Pato, 2008). Entretanto, o segundo Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais II estimou que o investimento em abastecimento de água e águas residuais no período 2000 a 2006 (correspondente ao PEAASAR I), foi em alta² de 3 407 milhões de euros. Montante ao qual adiciona 630 milhões a realizar no período 2007-2013 (PEAASAR II). Segundo nos diz, enquanto em alta os investimentos ultrapassaram em cerca de 77% o previsto, em baixa os valores estimados encontram-se aquém da realidade. Entretanto, uma vez que em baixa o investimento rondou os 900 milhões de euros no período 2000-2006, nos próximos anos (2007-2013) será necessário investir cerca de 2 200 milhões de euros para que sejam cumpridos os objectivos previstos, estimando-se que desse montante 1478 milhões euros sejam investidos em esgotos (PEAASAR II, 2007).

O que acontece é que, apesar desse elevado investimento público, por um lado, continua ainda elevada a percentagem da população portuguesa não servida por sistemas públicos de saneamento básico (25,7% em 2006). E, por outro lado, nem todos os esgotos urbanos captados e lançados na rede pública são tratados, assim como os esgotos agro-industriais, que continuam a ser despejados nas linhas de água. Os dados que possuímos permitem-nos concluir que durante a última década e meia foi pouco significativa a melhoria da qualidade da água dos nossos recursos hídricos. O que o gráfico 1 mostra essa evolução: em 1995, 40% da água dos rios nacionais era considerada “Má” ou “Muito má”; e que em 2000 essa percentagem desceu para 35%; em 2005 subiu para 39%; e, em 2007, 34% da água da maior parte dos rios nacionais foi considerada como “Má” ou “Muito má” (SNIRH, 2008).

Gráfico 1 – Qualidade da água dos rios portugueses (1995-2007)



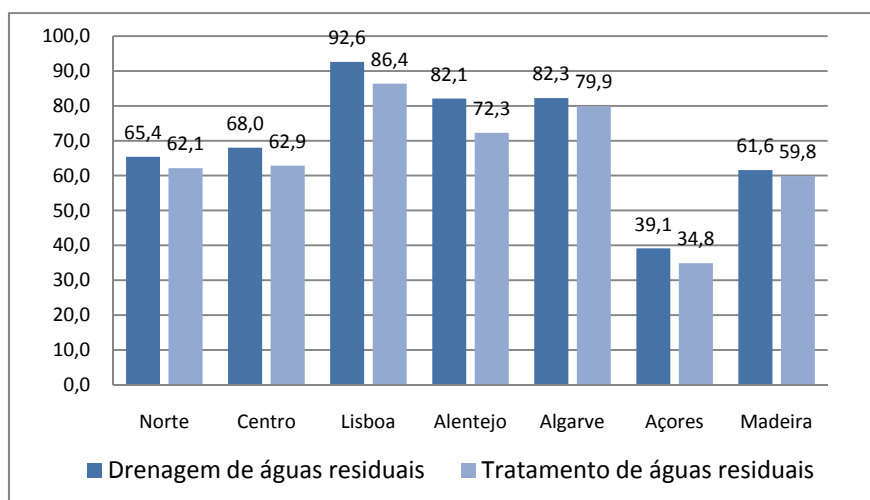
Fonte: SNIRH, 2008

Antes de se avançar na apresentação de alguns elementos queremos deixar uma nota sobre os dados disponíveis e as dificuldades com as quais nos deparamos, uma das quais se prende com alteração dos parâmetros utilizados na sua inventariação e apresentação. Segundo conseguimos apurar, até ao ano 2005 a recolha de dados poderia ter várias proveniências, entretanto, a partir de 2006, de modo a constarem no PEAASAR II, passaram a valer os dados do Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR), abdicando o Instituto Nacional de Estatística (INE) dessa recolha, procedendo apenas à sua sistematização a partir do referido inventário. Essa alteração impossibilita que nesta fase se apresentem séries cronológicas, as quais nos permitiriam saber como evoluiu o sector, pelo que optamos por analisar apenas os dados estatísticos referentes ao ano 2006, aguardando-se a disponibilização do próximo

² Genericamente um sistema em “alta” capta a água na sua origem e distribui-a através de grandes redes; em contrapartida, um sistema em “baixa” corresponde à rede que chega a nossas casas com água e daí parte outra com caudal de águas residuais.

INSAAR. De seguida procederemos à análise dos dados relativos a esse ano, comparando-os com estatísticas que se considerem relevantes para o tema.

Gráfico 2 – Drenagem e tratamento de águas residuais em 2006, por NUT II

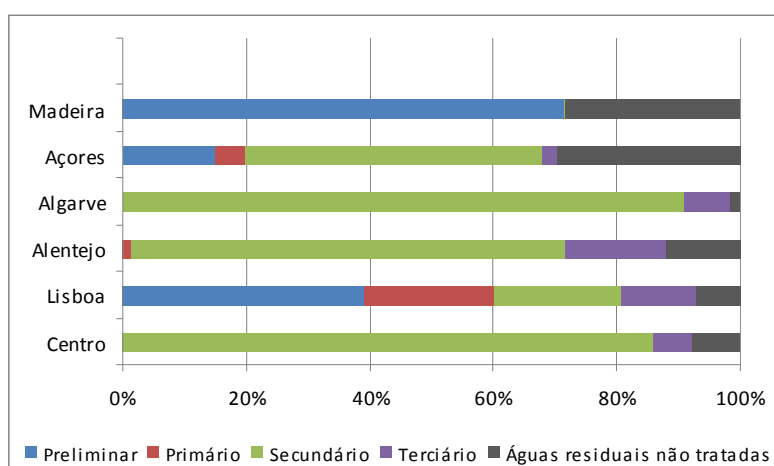


Fonte: INSAAR, 2007; INE 2007

A leitura dos dados permite-nos tirar várias conclusões, a primeira das quais remete-nos para o âmbito geográfico do problema do saneamento. Em que o primeiro destaque vai naturalmente para o facto de a nível nacional ficarem por drenar 25,7% dos esgotos gerados e ficarem por tratar 30,6%, sendo que em termos regionais se registaram profundas assimetrias. Por exemplo, o que o gráfico 2 nos diz é que na região de Lisboa foram drenadas 92,6% das águas residuais e tratadas 86,4%; e nos Açores foram apenas drenadas 39,1% e tratadas 34,8%. O que o gráfico não nos diz é que a situação do arquipélago dos Açores não é caso único, numa análise por NUT III, verificamos que na região Entre Douro e Vouga somente 35,1% das águas residuais foram drenadas e 31,3% foram tratadas.

O tipo de tratamento a que são sujeitas as águas residuais drenadas é outro aspecto com repercussões na qualidade da água dos rios nacionais, sendo que relativamente a este parâmetro os dados também não são animadores. Caso se considere o país, em 2006, 49% das águas residuais tiveram tratamento “secundário”, 18% “terciário”, 18% “preliminar”, 8% “primário” e 7% não tiveram qualquer tipo de tratamento.

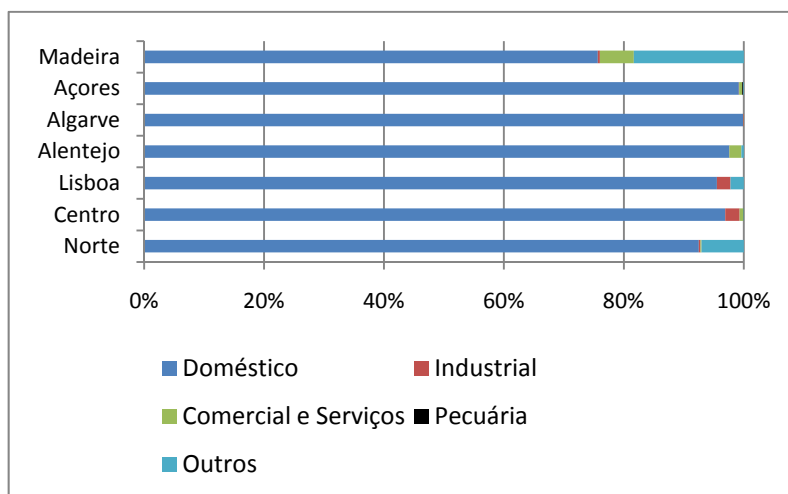
Gráfico 3 – Tipo de tratamento a que foram submetidas as águas residuais, por NUT II (2006)



Fonte: INSAAR, 2007; INE 2007

Assinale-se, mais uma vez, a existência de profundas assimetrias regionais. Na Madeira 71% das águas residuais receberam tratamento “preliminar”, 28% não receberam qualquer tipo de tratamento e 1% recebeu tratamento “secundário”. Os Açores destacam-se pela elevada percentagem de águas residuais não tratadas (30%) e pelo facto de 15% do caudal total ser submetido apenas a tratamento “preliminar”. O caso de Lisboa é outro a merecer destaque, na medida em que nesta região 39% das águas residuais foram submetidas a tratamento “preliminar”, 21% a tratamento “primário”, 21% “secundário”, 12% “terciário” e 7% não foram tratadas.

Gráfico 4 – Drenagem de águas residuais por sectores de actividade e por NUT II (2006)



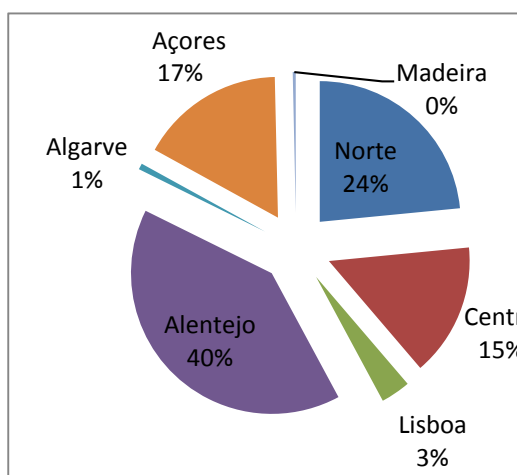
Fonte: INSAAR, 2007; INE 2007

Outro aspecto remete-nos para o facto de pouco se saber relativamente aos sectores de actividade que mais contribuíram para a poluição da água, pois o referido inventário não estima quais os sectores que geraram os 25,7% de águas residuais não drenadas, nem aqueles cujo contributo foi maior nos 30,6% de águas residuais não tratadas. O que sabemos é que, em 2006, 95% do caudal total teve origem no sector “doméstico”, e que os sectores “industrial” e o “comercial e serviços” não ultrapassaram 1% cada. Sendo que mais uma vez se registaram enormes diferenças regionais.

Da leitura do gráfico 4 destacamos os seguintes aspectos: 18% das águas residuais drenadas na Madeira foram do sector designado “outros”, o que diminuiu para 76% o contributo do sector “doméstico”; no Algarve o sector “doméstico” rondou os 100%; 63% de águas drenadas do sector da “pecuária” foram produzidos nos Açores. Em suma, se é verdade que o sector “doméstico” contribuiu com maior caudal, relativamente aos restantes sectores deparamo-nos com a possibilidade das águas residuais geradas terem sido lançadas directamente em meio hídrico sem qualquer tratamento.

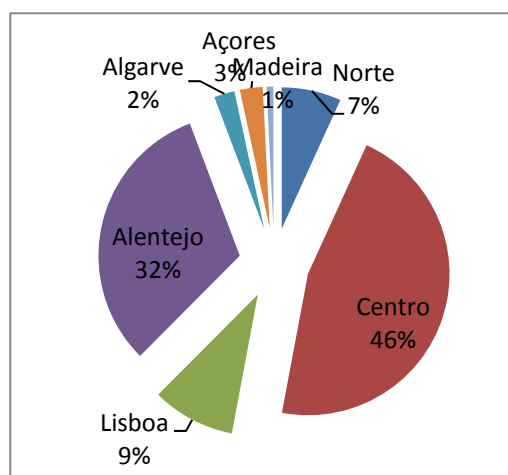
Apesar da importância da “indústria” e do sector “comercial e serviços”, nomeadamente a indústria pelos maiores impactos no ambiente, é o sector da “pecuária” que nos causa maior perplexidade. O que os dados do INSAAR nos dizem é que foram drenados no país 35 000 m³ de águas residuais provenientes do sector da “pecuária”, 10 000 m³ das quais geradas na Cova da Beira e 22 000 m³ nos Açores. Perante a possibilidade de existirem lacunas na informação inventariada optamos por introduzir na nossa comunicação os gráficos 5 e 6, com dados do INE, respectivamente, relativos à produção de suínos e de bovinos por NUT II, em 2006.

Gráfico 5 - Efectivos bovinos por NUTS II, em 2006



Fonte: INE, 2007b

Gráfico 6 - Efectivos suínos por NUTS II, em 2006



A partir dos gráficos 5 e 6 apuramos que nos Açores foram produzidos 17% da totalidade dos bovinos nacionais, o que justificará o caudal inventariado de águas residuais drenadas provenientes deste sector nesta região, mas não explica a ausência de águas residuais do mesmo sector no Alentejo, Norte e Centro, responsáveis, respectivamente, por 40%, 23% e 15% da produção de bovinos. E o mesmo se aplica à produção de suínos, sendo que nesse mesmo ano 46% dos suínos foram produzidos na região Centro, 32% no Alentejo, 9% na região de Lisboa, 7% no Norte, 3% nos Açores, 2% no

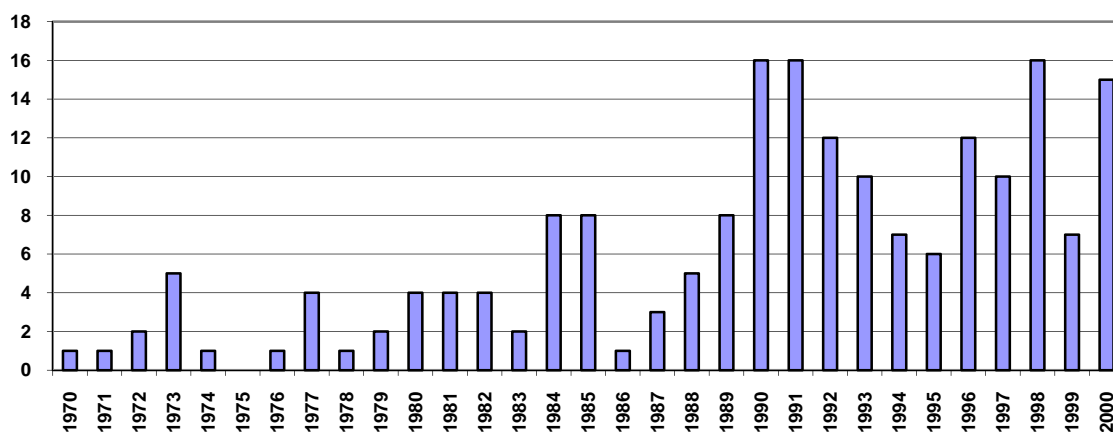
Algarve e 1% na Madeira (INE, 2007b). O que os novos elementos nos sugerem é que, exceptuando talvez o caso dos Açores, é que parecem existir enormes lacunas na inventariação de dados sobre os caudais drenados provenientes do sector da “pecuária”, sobretudo nas regiões onde estatisticamente a produção de bovinos e suínos é maior, onde, aliás, são públicos episódios de conflito ambiental resultantes de descargas ilegais provenientes desta actividade.

4.1. Os esgotos na imprensa – codificação temática, cronológica e geográfica

Foi anteriormente referida a importância dos meios de comunicação social relativamente ao ambiente, nomeadamente ao assumirem um papel fundamental na circulação de significados, e ao gerarem e aumentarem a atenção do público pelas questões ambientais, influenciando a formação da opinião pública relativamente a esta temática. Por outro lado, participam na própria transformação da realidade, uma vez que influenciam aquilo que noticiam, contribuindo igualmente para o aumento do interesse relativamente ao modo como os problemas ambientais são socialmente construídos (Dunlap e Marshall, 2007; Schmidt e Ferreira, 2004). Hanningan considera mesmo que, os mass media ao centrarem-se na cobertura de acontecimentos, têm a vantagem de aumentar a consciência pública de temas ambientais que de outra forma permaneceriam esquecidos (Hanningan, 1995: 88). Assumem igualmente um papel fundamental na procura de soluções para esses problemas, não que o façam directamente, mas ao incentivarem a participação e o debate público. E pelo facto de deles depender largamente as possibilidades dos cidadãos gerarem mais conhecimento e terem acesso a fontes oficiais cujo acesso é restrito (Hanningan, 1995: 88; Smith, 2005: 1471 e seguintes). Especificamente no caso português, sabemos ter sido absolutamente decisivo e estratégico o contributo dos mass media para que o tema ambiente irrompesse nas esferas pública e política, sobretudo a televisão, por ser claramente hegemónica face aos restantes meios de comunicação social (Schmidt, 2003).

Referido, em traços gerais, o contributo dos mass media em matéria ambiental, vamos seguidamente centrar-nos na análise da cobertura do tema dos esgotos a partir de notícias publicadas de 1970 a 2000 em semanários nacionais – Vida Mundial, O Século Ilustrado e Expresso –, a partir da sua codificação e em função de critérios temáticos, cronológicos e geográficos³. Através dessas fontes identificam-se várias dimensões do tema esgotos, como sejam: “águas residuais”, “descargas ilegais”, “(des)poluição da água”, “esgotos/tratamento”, “ETAR”, “morte de peixes” e “saneamento básico”. Essa tarefa beneficiou da inventariação prévia divulgada pela plataforma Ecoline – Conhecer mais para Mudar melhor (<http://ecoline.ics.ul.pt>), através da qual tivemos acesso ao título da notícia, data de publicação, nome da publicação e a um pequeno resumo. Os dados recolhidos foram inseridos numa base de dados e recodificados a partir das dimensões referidas, às quais se adicionaram duas fontes poluidores – “indústria” e “suiniculturas” –, de modo a se estabelecerem relações com essas fontes na fase de tratamento e análise dos dados; e no caso específico da “indústria” por ser uma referência constante.

Gráfico 7 – Registos de notícias sobre esgotos (1970-2000)



O gráfico 7 foi construído com base na codificação de notícias sobre o tema dos esgotos publicadas entre 1970 e 2000. A partir dele e do contexto histórico, achamos possível distinguir duas fases: 1ª fase - de 1970 a 1985 - durante a qual foi reduzida a publicação de notícias sobre esgotos. Neste período os temas com maior cobertura foram a “poluição da água”, o “saneamento básico” e os “esgotos/tratamento”. E as regiões do país sobre as quais mais incidiram foram o Norte, Lisboa e o Algarve, enquanto outras notícias incidiram sobre a totalidade do território.

Sabemos a partir de estudos realizados, que a questão da poluição ganhou relevo e amplitude no início da década 80, após a qual passaram a ser também poluições “do litoral/praias, das águas dos rios e provenientes das descargas industriais” e “vinculadas ao território português” (Schmidt, 2003: 226). Assumindo esse dado, e o facto do país ter aderido à actual União Europeia (UE) no dia 1 de Janeiro de 1986, sugerimos a leitura dos dados a partir da 2ª fase - de 1986 a 2000 –

³ Os dados a que nos referimos foram parcialmente apresentados no VI Congresso Ibérico sobre Gestão e Planeamento da Água, realizado em Vitoria-Gasteiz (Espanha), de 4 a 7 de Dezembro de 2008, numa comunicação com o título “Saneamento básico – Proposta de análise do problema em Portugal 1970-2000”.

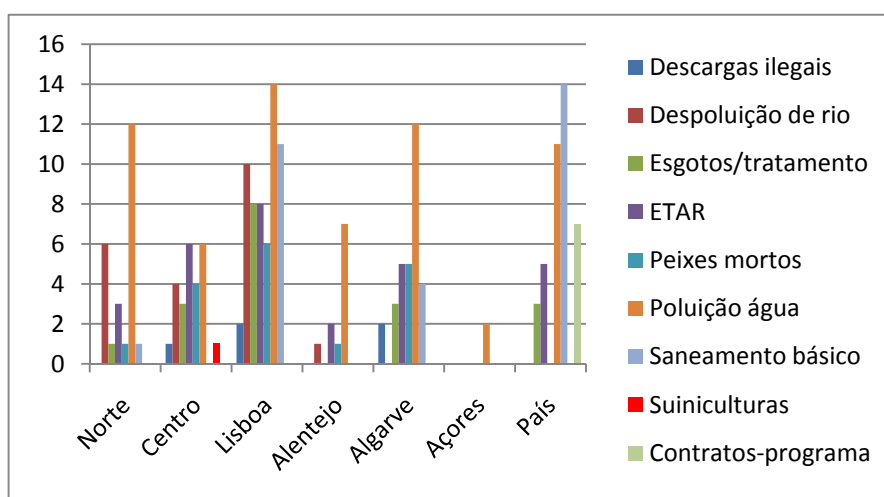
no qual se registou um aumento da cobertura do tema dos esgotos pelos mass media, assim como o alargamento das dimensões tratadas e do âmbito a que se referiam as notícias. Das dimensões do tema destacam-se “despoluição de rio”, “ETAR”, “peixes mortos” e a assinatura do primeiro “contrato-programa”.

Apesar do impulso dado pela adesão à UE o número de registos somente apresenta um acentuado aumento a partir de 1989, facto a que não é alheia a vinda para Portugal de financiamentos comunitários através dos Fundos Estruturais. É preciso recordar que arrancou nesse ano o I Quadro Comunitário de Apoio (I QCA, 1989-1993), depois seguido do II QCA (1994-1999) e no final do período em análise do III QCA (2000-2006). O III QCA correspondeu ao período de vigência do primeiro Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento Águas Residuais (2000-2006).

4.2. Análise dos registos a partir das dimensões e locais

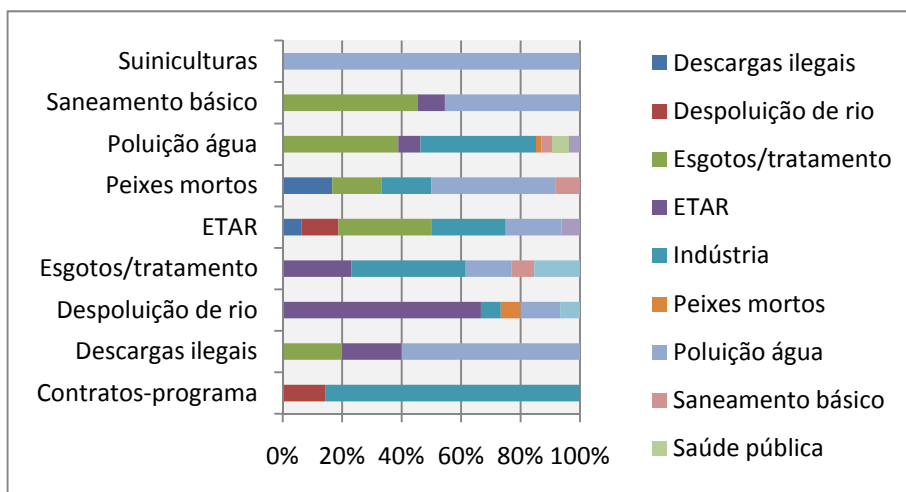
No sentido de se aprofundar a análise autonomizámos os registos cujas notícias foram dedicadas especificamente ao tema dos esgotos nas dimensões seleccionadas. Dessa autonomização obtivemos 192 registos. O primeiro dado que apresentamos diz respeito à cobertura geográfica das notícias, sendo a seguinte: Lisboa 30,7%, Algarve, 16,1%, Centro, 13%, Norte 12,5%, Alentejo 5,7% Açores 1% e País 20,8. Optamos pela distribuição por NUT II e País, pelo facto da quase totalidade dos dados estatísticos analisados nesta comunicação seguirem idêntica nomenclatura. Foi, entretanto, necessária a inclusão do critério País pelo facto de várias referências não terem localização definida. Cruzando a cobertura geográfica com as várias dimensões do tema esgotos obtivemos o gráfico 8, relativamente à dimensão principal de cada notícia, pois como posteriormente veremos uma notícia pode ser classificada em várias dimensões.

Gráfico 8 – Dimensões do tema esgotos por NUT II



Resumidamente, verificamos através do gráfico 8 que ao País surgem associadas as dimensões “saneamento básico”, “Poluição da água” e “contratos-programa”. E que as dimensões “poluição da água” e “despoluição de rio” são as que têm maior incidência no Norte. Entretanto, no Centro a distribuição de dimensões é mais homogênea, embora se destaquem a “poluição da água” e “ETAR”. Por sua vez, na região de Lisboa destaca-se a “poluição da água”, o “saneamento básico” e a “despoluição de rio”. E, por último, a “poluição da água” é a dimensão dominante no Alentejo e no Algarve, mas com maior expressão no último caso.

Gráfico 9 - Tema principal cruzado com o segundo tema

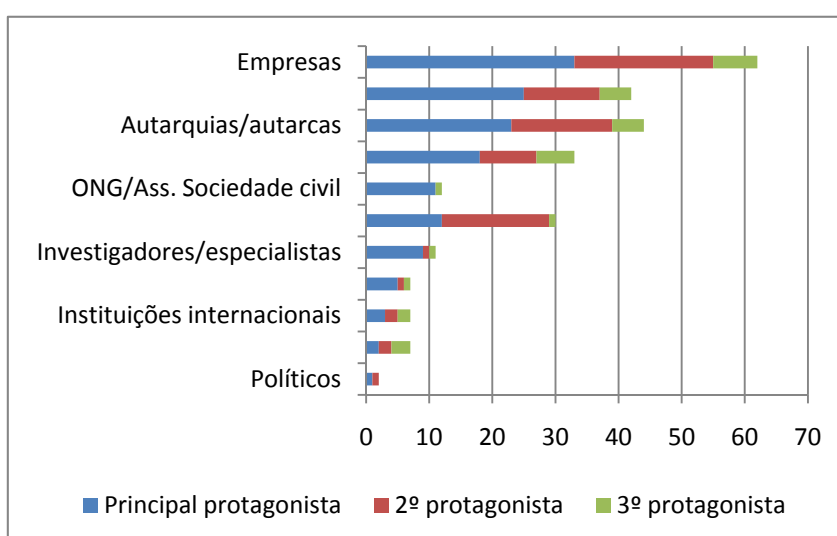


Uma vez que cada notícia pode referir-se a mais que um tema quisemos saber quais as dimensões noticiadas ao mesmo tempo que dimensão principal. Assim, a partir do gráfico 9 concluímos que: os “contratos-programa” são notícia ao mesmo tempo que a “indústria” e a “despoluição de rio”; e que as “descargas ilegais” têm como segunda dimensão a “poluição da água”, com 60% dos registos, mas também os “esgotos/tratamento” e as “ETAR”; que mais de 60% dos registos associados à “despoluição de rio” são sobre “ETAR”; os “esgotos/tratamento” surgem ligados a notícias sobre “ETAR” e “indústria”, sendo idêntica a tendência no caso de notícias sobre “ETAR”, nesse último caso surgem por sua vez ligadas a “esgotos”tratamento” e “indústria”; quanto os “peixes mortos” são notícia ao mesmo tempo que a “poluição da água”, as “descargas ilegais”, “esgotos/tratamento” e a “indústria”; e a “poluição da água” não se desliga de notícias sobre “esgotos/tratamento” e “indústria”; por último, as notícias sobre “saneamento básico” têm como dimensões associadas os “esgotos/tratamento” e a “poluição da água”.

Antes de se avançar na apresentação de resultados um elemento parece-nos absolutamente evidente: os jornais a que recorremos atribuem pouca importância a variáveis como a percentagem de alojamentos ligados à rede pública de esgotos, mas atribuem enorme destaque a acontecimentos como descargas ilegais ou morte de peixes, dramatizando-os, mas também a situações de conflito aberto ou latente. No último caso surgem situações de oposição pública, por exemplo, entre um governante e um autarca, ou um governante e uma empresa poluidora.

No intuito de se tentar perceber quais os principais protagonistas em causa neste processo mostramos no gráfico 10 os primeiros resultados, resultantes da classificação das notícias recolhidas. À semelhança dos temas verificamos que uma notícia pode ter vários protagonistas, pelo que se desdobrou a análise até à possibilidade de serem identificados três protagonistas.

Gráfico 10 – Identificação dos protagonistas



Segundo o gráfico, são as “empresas” quem obtém maior número de registos em qualquer dos níveis de profundidade. Por um lado, porque estão muitas vezes no centro da polémica; e, por outro lado, porque são também quem apresenta novas propostas técnicas para solucionar os problemas. Em segundo lugar, com maior destaque que o próprio

Governo e restantes Ministérios, surge o Ministério do Ambiente, praticamente ao mesmo nível das autarquias. Em quarto lugar surgem os “Organismos da Administração Pública”, por exemplo, laboratórios e institutos públicos, capitânias de portos e delegados de saúde. Ao contrário de outras temáticas ambientais, é reduzida a referência aos cientistas e aos políticos não governantes feita pelos mass media quando cobrem as diversas dimensões do tema “esgotos”.

5. *Notas finais*

Embora a investigação esteja ainda numa fase exploratória identificamos alguns aspectos susceptíveis de merecerem debate e aprofundamento. Os dados que dispomos permitem-nos concluir que, apesar de ser uma prioridade desde a Revolução democrática de 25 de Abril de 1974, o problema dos esgotos persiste. E atinge dimensões absolutamente inaceitáveis na perspectiva da melhoria das condições ambientais e da própria salvaguarda da saúde pública, assim como da qualidade de vida das populações, com a agravante de estar a gerar discrepâncias regionais, uma vez que as diversas regiões do país são afectadas de forma diferenciada.

A grave situação do sector persiste tanto ao nível da drenagem de águas residuais, como do seu tratamento, repercutindo-se depois na qualidade da água dos rios nacionais. O aspecto insólito do problema é que não têm faltado investimentos públicos, cujos montantes, sobretudo após a adesão do país à UE, têm sido elevados. E também não tem faltado decisão política nem opções técnicas ao dispor.

Mas o problema não existe apenas no terreno, os dados demonstraram existirem lacunas na inventariação dos caudais gerados, particularmente pelos sectores da “pecuária”, “indústria” e “comércio e serviços”. Sectores em que são públicos episódios de conflito ambiental motivados por descargas ilegais deles resultantes. Consideramos que, na impossibilidade de ser realizado um levantamento exaustivo, os próximos inventários deveriam ponderar a análise de estatísticas complementares, para que através de modelos seja possível estimar os quantitativos de águas residuais gerados. Só assim as medidas a levar a cabo se adequaram à real dimensão do problema. E, nessa sequência, é importante uniformizar os dados recolhidos e a sua apresentação, para se perceberem os avanços e recuos registados e assim se identificarem variáveis porventura desprezadas.

Relativamente aos meios de comunicação social, confirma-se a tese de que o tema dos esgotos, quando tomado autonomamente, somente se mediatiza em situações de catástrofe, como sejam “descargas ilegais” e “morte de peixes” ou então quando é responsável pelo despoletar de conflitos ambientais. O que equivale a dizer que o tema está praticamente ausente da agenda mediática. Em rigor, os mass media não o encaram como notícia, é a alusão à imagem dos seus efeitos nefastos no meio ambiente e na afectação das populações que é mediatizada, enfatizando as dimensões de tal catástrofe. Deste modo abdica do seu contributo na transformação da realidade e na sensibilização da opinião pública relativamente a esta temática, e principalmente abdica de influenciarem os próprios decisores.

Daqui se conclui que o problema dos esgotos não tem sido considerado em toda a dimensão, apesar da sua inscrição na agenda política e mediática, é encarado apenas pontualmente e não em articulação com outros problemas. Pelo contrário, é por vezes identificado como o foco de outros problemas, de que são exemplo o cancelamento de viagens pelos turistas por causa da poluição das praias algarvias, na década de 80, e o desemprego no Vale do Ave, na década de 90.

Bibliografia

- Almeida, J. F. (org.) (2000). Os Portugueses e o Ambiente. I Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente. Oeiras: Celta Editora.
- Almeida, J. F. (org.) (2004). Os Portugueses e o Ambiente. II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente. Oeiras: Celta Editora.
- Castro, J. E. (2006). *Water, Power and Citizenship: Social Struggle in the Basin of México*. Oxford: Palgrave Macmillan/St. Antony's College.
- Castro, J. E. (2007). “Systemic Conditions Affecting the Universalisation of Water and Sanitation Services: A Sociological Exploration”. *Journal of Comparative Social Welfare*, 23:2, 105 – 119.
- Directorate General Environment/Directorate General Communication (2008). *Attitudes of European citizens towards the environment (Report)*. Eurobarometer 295/68.2, European Commission.
- Dunlap, R. & Marshall, K. (2007). “Environmental Sociology” in Clifton D. Bryant & Dennis L. Peck (eds). *21st Century Sociology. A reference handbook*. Vol. 2, Thousand Oaks, CA: Sage, pp. 329-340.
- Ferreira, J. G. (2008). “Saneamento básico – Proposta de análise do problema em Portugal 1970-2000”. VI Congresso Ibérico sobre Gestão e Planeamento da Água, 4 a 7 de Dezembro de 2008, Vitoria-Gasteiz (Espanha).
- Figueiredo, E. & Fidélis, T. (2003). “No meu quintal, não! Contributo para uma análise dos movimentos ambientais de raiz popular em Portugal (1974-1994)”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 65, pp. 151-173.
- Hannigan, J. A. (1995). “Os meios de comunicação social e a comunicação ambiental” John A. Hannigan, *Sociologia Ambiental. A formação de uma perspectiva social*, Lisboa: Instituto Piaget, pp.79-101.
- Heller, L. & Castro, J. E. (2007), “Política pública de saneamento: apontamentos teórico-conceituais”. *Engenharia Sanitário e Ambiental*, vol. 12, Nº.3.
- INAG (2001). *Plano Nacional da Água, Vol. I*, Lisboa: INAG

- INE (2007). Anuário do Ambiente 2006. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2007b). Estatísticas Agrícolas 2006. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2008). Anuário Estatístico de Portugal 2006. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Lowe, P. & Morrison, D. (1984). “Bad news or good news: Environmental politics and the mass media”. *The Sociological Review*, Vol. 32, N.º 1, pp. 75-90.
- Macedo, J. B., Maltez, J. A. & Henriques, M. C. (1999). *Bem comum dos portugueses*. Lisboa: Vega, 2.ª ed.
- Matias, M. & Nunes, J. A. (2003). “Controvérsia científica e conflitos ambientais em Portugal: O caso da co-incineração de resíduos industriais perigosos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 65, pp. 129-150.
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007). *Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (2007-2013) (PEAASAR II)*.
- Nave, J. G. (2000). *The politics of environmental groups in Portugal*. Doctoral dissertation, European University Institute, Department of Political and Social Sciences, Florença, Itália.
- Pato, J. (2008). *O Valor da Água como Bem Público*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Sociologia
- Schmidt, L. & Ferreira, J. G. (2004). “O ambiente na agenda mediática em 2003”, *Actas do V Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: APS.
- Schmidt, L. (2003). *O Ambiente no Ecrã – Emissões e demissões no serviço público televisivo*, Lisboa: ICS.
- Schmidt, L. (coord.) (2006-2008). *Ecoline – Conhecer mais para Mudar melhor*, Disponível em <http://ecoline.ics.ul.pt/>
- Schmidt, L., Nave, J. G. & Guerra, J. (2005). *Os Primeiros Autarcas do Século XXI: Novas Estratégias Ambientais?*. Porto: Fronteira do Caos.
- Schmidt, L., Valente, S. (2003). *As Dimensões Mediáticas da Água - Evolução e Tendências. La Directiva Marco del Agua: Realidades Y Futuros*, *Actas do III Congreso Ibérico sobre Gestion y Planification del Agua*.
- Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (2008). *Recursos hídricos. Qualidade das águas superficiais – Anuário, SNIRH*, disponível em http://snirh.pt/snirh.php?main_id=1
- Smith, J. (2005). “Dangerous news: media decision making about climate change risk”. *Risk Analysis*, Vol. 25, n.º6, pp.1471-1482.
- Smith, J. (2000). *The daily globe: Environmental change, the public and the media*. London: Earthscan.
- Talbot, M. (1896). “Sanitation and Sociology”. *The American Journal of Sociology*, Vol. 2, No. 1, pp. 74-81.

Novas tendências na “publicidade verde”? Estudo comparativo de Portugal, França e Itália

Silvia Alexandre
Socius/ISEG-UTL
scpalexandre@gmail.com

Ana Horta
ICS-UL
ana.horta@ics.ul.pt

Resumo: Na actualidade os meios de comunicação têm dado visibilidade a problemas que põem em questão os padrões de consumo característicos das sociedades ocidentais. Quer as alterações climáticas, quer a crise económica internacional, expressa na escalada de preços do petróleo e dos alimentos, tendem a surgir na informação transmitida pelos media como ameaças ao consumo. Neste contexto, importa considerar como está a reagir a estes problemas um outro tipo de discurso veiculado pelos media, a publicidade. Sendo que esta tem por objectivo justamente promover o consumo.

Com este trabalho pretendeu-se descodificar e traçar as principais tendências que a publicidade verde revela em três países do Sul da Europa que partilham algumas condições geográficas e culturais: Portugal, França e Itália. Com este propósito foi realizada uma análise de conteúdo da publicidade verde contida nas revistas semanais de informação geral destes três países no primeiro semestre de 2008: «Visão», «Sábado», «Focus» (portuguesas), «L'Express», «Le Nouvel Observateur», «Le Poin» (francesas), «L'Espresso» e «Panorama» (italianas).

As catástrofes ecológicas que têm acontecido nas últimas décadas no nosso planeta têm conduzido a uma crescente consciência da ruptura do equilíbrio do sistema ambiental e têm levado as sociedades em geral a desenvolverem novas estratégias ambientais na procura de uma retoma desse equilíbrio. O movimento ambientalista, minoritário durante muito tempo, e durante algum tempo considerado pelo sector empresarial como uma contrariedade, dado revestir-se de uma atitude contestatária relativamente à sociedade de consumo, tem conseguido implementar-se, beneficiando actualmente de uma aceitação tendencialmente generalizada. Com efeito, em meados da década de 80 desenvolveu-se uma forma de consumismo que conjuga a preocupação relativamente ao impacto ambiental dos produtos e práticas de consumo com a defesa dos direitos dos consumidores. Como notou Anthony Giddens (1992: 131), nas sociedades contemporâneas «há alguma evidência de que

muitas pessoas dos Estados economicamente avançados experimentam uma «fadiga do desenvolvimento», e bastante evidência de uma consciência geral de que o crescimento económico continuado não vale a pena a não ser que melhore activamente a qualidade de vida da maioria das pessoas.» Efectivamente, os valores da qualidade ambiental têm-se tornado crescentemente populares (Cox, 2006).

Face ao interesse dos consumidores por produtos considerados «amigos do ambiente», a promoção comercial das qualidades «ambientais» dos produtos tornou-se um factor de competitividade. Desenvolveram-se assim novas estratégias de marketing com vista a beneficiar das novas oportunidades de negócio. Trata-se do chamado marketing verde, que se pode entender como «a tentativa de as empresas associarem os seus produtos, serviços e identidade a valores e imagens ambientais» (Cox, 2006: 373). Uma forma muito frequente de marketing «verde» consiste na publicidade a produtos que sugerem ter impactos ambientais reduzidos. Este tipo de comunicação publicitária não só evidencia os desempenhos ambientais do produto, como potencia a imagem da empresa junto da opinião pública e, simultaneamente, como refere Cox (2006), promove a ideia de que, consumindo produtos alegadamente amigos do ambiente, os consumidores estão a contribuir para proteger o planeta.

Embora a «publicidade verde» não seja um fenómeno recente, na actualidade os meios de comunicação têm dado grande visibilidade a problemas que põem em questão de forma acentuada os padrões de consumo característicos das sociedades ocidentais. Quer as alterações climáticas, quer a crise económica internacional, tendem a surgir na informação transmitida pelos media como ameaças aos padrões de consumo. Neste contexto, e na medida em que os media e, mais especificamente, a publicidade têm um papel crucial como fonte de influência dos actores sociais nos seus comportamentos de consumo, importa analisar como a publicidade está a reagir ao agendamento público destes problemas.

Por um lado, a publicidade caracteriza-se essencialmente pelo seu carácter persuasivo, visto que tem como principal objectivo (Brochand, et al., 2000) emitir mensagens que influenciem a consciência e os comportamentos efectivos das pessoas a quem são dirigidas. Neste sentido, além do seu impacto em indivíduos específicos, os anúncios publicitários constituem-se como guias para o que é socialmente valorizado, afectando ideias partilhadas, sentimentos comuns e significados sociais (Corbett, 2006: 164).

Por outro lado, a publicidade pode funcionar como um verdadeiro diagnóstico psicossocial de uma época (Schroder & Vestergaard, 1988; p.119). A publicidade reflecte sempre, o mais fielmente possível, o conjunto de crenças, atitudes, ilusões dominantes numa determinada cultura, a que poderíamos chamar “imaginário colectivo”, que, por sua vez, informa/enforma o imaginário de cada um dos indivíduos que dela fazem parte (Pinto, 2004; p.36). Como diz Juan Martín (1986/87: 80), a publicidade, já não é apenas instrumento comercial, mas também uma forma de comunicação que expressa toda a estrutura social, propondo-se a si própria como mais um objecto cultural.

Deste modo, e talvez porque o conceito de consumo ecológico já foi integrado pelos cidadãos e pelas empresas, estas têm vindo a explorar o crescente interesse e preocupação dos indivíduos pelo meio ambiente. Com efeito, têm vindo a ser desenvolvidos produtos ecológicos, produtos biológicos e a ser incentivada a produção de produtos tradicionais de qualidade (Truninger & Fonseca, 2000; Oliveira, 2005), bem como a ser utilizados argumentos ecológicos nas estratégias comunicacionais. Por outro lado, algumas empresas têm vindo a assumir uma imagem verde ao nível da comunicação institucional (corporate image).

A utilização do ambiente no discurso publicitário

Nas últimas décadas tem-se vindo a assistir a uma alteração significativa da estratégia publicitária, traduzida por um apelo ao consumo mais implícito e subtil e a uma compra mais insinuada e sugerida. Esta alteração relaciona-se com o facto de a satisfação com o produto não se dever tão só às qualidades intrínsecas do próprio produto, mas também a determinadas significações que se lhe apresentam como contextuais. Os produtos tendem a surgir associados a significados sociais, sentimentos e estilos de vida. E a publicidade procura canalizar as necessidades psicológicas e ambições dos indivíduos para comportamentos de consumo de determinados produtos.

Na tentativa de associar aos produtos anunciados determinados sentidos que expressem desejos do potencial consumidor, a publicidade encontra no mundo natural numerosos significados culturalmente valorizados que tendem a estar ausentes da vida de grande parte da população: frescura, pureza, vastidão, solidão, paisagens luxuriantes, o próprio desejo de ligação à natureza, ou ainda as características dos estereótipos culturais associados a determinados animais (Corbett, 2006). Como diz Robert Cox (2006: 374), estes argumentos publicitários associados à natureza assentam em poderosos enquadramentos retóricos.

Julia Corbett (2006) distinguiu quatro tipos de anúncios que expõem características relacionadas com o ambiente. Em primeiro lugar, os anúncios que utilizam a natureza como cenário. Trata-se do uso do ambiente mais comum na publicidade, embora pouco estudado. Nestes anúncios não se sugere a compra de qualquer produto directa e obviamente relacionado com o mundo natural, mas ícones não-humanos, como animais ou paisagens, estão intencionalmente presentes na mensagem publicitária de modo a persuadir os consumidores através das qualidades e características que são associadas a esses elementos. Um segundo tipo de publicidade diz respeito aos produtos que se apresentam com atributos ambientais. Nestes anúncios incita-se o consumidor a acreditar que, comprando o produto, está a contribuir para ter um estilo de vida «verde», na medida em que o produto se apresenta como menos prejudicial para o ambiente. Num terceiro tipo de publicidade, não se apela à compra de produtos, procedendo-se antes à apresentação do fabricante como uma empresa

ambientalmente responsável, chamando-se a atenção para acções da organização que possam ser consideradas pró-ambientais. Uma quarta forma consiste no encorajamento de atitudes ou comportamentos ambientalmente correctos ou de na tomada de partido relativamente a uma questão ambiental publicamente controversa. Neste caso, os anúncios procuram influenciar a percepção pública, promovendo a confiança ou aceitação de determinada posição relativamente a questões ambientais.

A título ilustrativo, um típico exemplo de um anúncio da primeira categoria descrita por Corbett (2006) corresponde à imagem da Figura 1. O segundo tipo de publicidade pode ser ilustrado através da Figura 2. A terceira categoria corresponde a um tipo de discurso como o presente na Figura 3. Embora a quarta categoria seja menos frequente, pode-se incluir aqui o anúncio da figura 4.

Figura 1.



Figura 3.



Metodologia

O objectivo deste trabalho é analisar e apurar as tendências discursivas da publicidade com argumentos ecológicos e/ou que faça alusão a serviços ou produtos ecológicos em três contextos culturais diferentes, ou seja, em três países da União Europeia - Portugal, Itália e França. O período de análise compreende o primeiro semestre do ano de 2008 (01 de Janeiro a 30 de Junho).

Figura 2.



Figura 4.



A informação alvo da nossa análise foi recolhida exclusivamente na imprensa escrita, mais concretamente nas revistas generalistas de maior audiência dos referidos países. Este suporte publicitário é o meio que apresenta melhor qualidade de impressão, possibilitando a utilização de uma grande panóplia de cores com grande fidelidade. A análise da publicidade veiculada pelas revistas oferece assim a vantagem de ter como objecto anúncios de alta qualidade, durabilidade e um forte impacto visual (Wiles, et al, 1996). A escolha de revistas generalistas semanais residiu também no facto de se tratar de um meio que atinge um segmento de público bastante alargado e diversificado.

Optámos por analisar a publicidade de todas as edições das revistas *Visão* (Portugal), *Le Nouvel Observateur* (França) e *L'Espresso* (Itália), naquele período (Anexo 1). Como forma de garantir uma maior representatividade do corpus de análise, optámos por incluir amostras da publicidade veiculada por outras revistas deste género dos mesmos países naquele período. Incluíram-se assim na análise as revistas *Panorama* (Itália), *Sábado* (Portugal), *Le Point* e *L'Espresso* (França) (Anexo 2). Neste sentido, recorreu-se ao método de amostragem estratificada pelos seis meses do período considerado, tendo-se constituído amostras seleccionadas aleatoriamente.

Do conjunto de todas as edições das revistas analisadas, extraímos um total de 4.682 comunicações publicitárias, sendo que 160 foram considerados anúncios «verdes».

Para cumprir os objectivos deste trabalho foi construída e aplicada uma grelha de análise da publicidade com os seguintes vectores fundamentais:

- Identificação do anúncio, país e categoria de produto
- Organização espacial e composição do anúncio
- Valores veiculados
- Benefícios ambientais evocados

Os dados foram objecto de análise quantitativa, tendo-se procurado identificar possíveis diferenças entre os países em análise. Para o efeito, foi utilizado o pacote estatístico "Software Package for Social Science".

Caracterização geral

O primeiro elemento de destaque do Quadro 1 é que nos três países em análise, aquele em que foram identificados mais anúncios foi Itália. Significativamente, nas revistas *L'Espresso* e *Panorama*, foram contabilizados 2.127 anúncios, quase o dobro do registado nas revistas francesas¹ (1.097), tendo as revistas portuguesas apresentado um total de anúncios intermédio (1.458).

No entanto, apesar de serem as revistas italianas que mais publicidade contêm, estas são também as que neste período menos veicularam este tipo de publicidade (2,1%). Pelo contrário, as revistas francesas, que apresentaram metade do total das italianas, registaram o dobro da média (4,5%) de anúncios «verdes» veiculados na *L'Espresso* e *Panorama*.

Por seu turno, foi nas revistas portuguesas que encontramos mais anúncios «verdes» (5,6%), embora seja de salientar uma evidente discrepância entre as duas publicações analisadas neste país (3,5% na *Visão* e 7,8% na *Sábado*).

Em termos gerais, apenas 4,1% de todos os anúncios observados eram alusivos a produtos ecológicos ou biológicos ou continham argumentos ecológicos.

Quadro 1. Anúncios registados, por suporte e país

		Total de Anúncios	Total de Anúncios Verdes	% de Anúncios Verdes
Portugal	<i>Visão</i>	1241	43	3,5%
	<i>Sábado</i>	217	17	7,8%
	Total	1458	60	Média = 5,6%
França	<i>Le Nouvel Observateur</i>	979	51	5,2%
	<i>Le Point</i>	69	3	4,3%
	<i>L'Espresso</i>	49	2	4,1%
	Total	1097	56	Média = 4,5%
Itália	<i>L'Espresso</i>	1584	32	2%
	<i>Panorama</i>	543	12	2,2%
	Total	60	44	Média =

¹ Refira-se que no período analisado as revistas francesas *Le Point* e *L'Espresso* apresentaram um número médio de páginas inferior às restantes publicações do corpus, bem como uma frequência de inserções publicitárias bastante mais reduzida.

			2,1%
TOTAL	4682	160	3,5%

Apesar da reduzida proporção da anúncios «verdes», quando presentes a esmagadora maioria localiza-se na página da direita (75%), apresentando a dimensão de uma página completa (86%). O que significa que quando apostam neste tipo de publicidade, as empresas estão dispostas a investir num tipo de inserção publicitária privilegiada.

Figura 5.

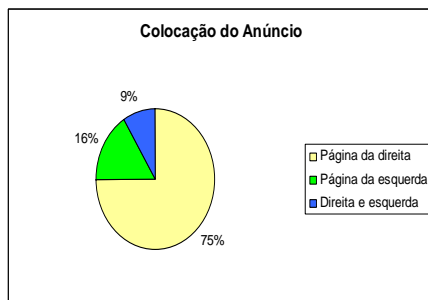
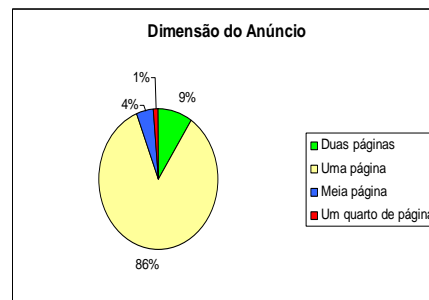


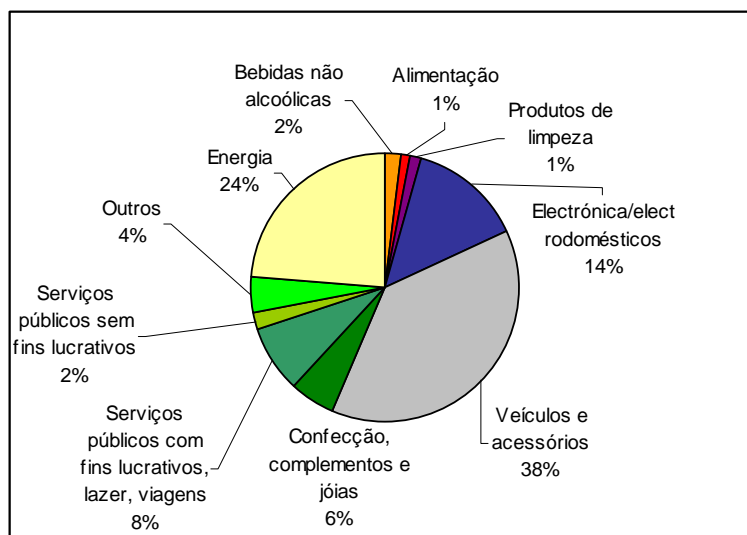
Figura 6.



Tal como podemos visualizar pela leitura da Figura 7, a amostra contempla uma vasta panóplia de categorias de produtos, com especial destaque para os veículos e acessórios (38%), energia (24%) e electrónica de consumo e electrodomésticos (14%).

Comparativamente com uma análise deste tipo de publicidade realizada no primeiro trimestre de 2004 e que incluía todos os meios de comunicação portugueses, verifica-se que existe uma evolução significativa, na medida em que estas categorias de produtos actualmente mais frequentes, tiveram em 2004 uma expressão marginal (Alexandre & Miranda, 2004). Trata-se certamente de uma tendência ocasionada pelo recente contexto de internacional de crise energética, em simultâneo com uma forte percepção dos problemas relacionados com as alterações climáticas.

Figura 7. Categoria de produto nos anúncios «verdes»



Deste modo, é compreensível que as categorias veículos e acessórios e energia sejam as que tem maior peso na nossa amostra e que sejam as que mais recorrem a argumentos ecológicos para veicular as mensagens publicitárias. Na verdade o sector dos transportes, devido à utilização dos combustíveis fósseis é um dos principais responsáveis pelas emissões de gases que contribuem para as alterações climáticas. Acresce que o sector dos transportes está em plena expansão na UE, verificando-se um acréscimo do consumo de energia nos transportes muito superior aos outros sectores de actividade (Eurostat, 2004).

Tendo-se procurado categorizar os anúncio «verde» observados, de acordo com a tipologia de Julia Corbett (2006) acima descrita, verificou-se que 51,9% dos anúncios recorriam a elementos naturais, 75,9% promoviam atributos alegadamente ambientais do produto, 28,5% apresentavam uma imagem corporativa «verde» e 15,8% surgiam na defesa de questões ambientais específicas.

Valores veiculados na «publicidade verde»

A medição dos valores dominantes presentes na publicidade constitui a mais interpretativa e menos clara de todas as variáveis (Jhally, 1987). A fim de facilitar o estudo dos valores veiculados por este tipo de publicidade e partindo de um estudo efectuado por Hetsroni (2000) dividiu-se a variável valores em 3 dimensões distintas. A primeira diz respeito aos valores funcionais, relativos à eficiência, qualidade e segurança do produto. A segunda é relativa aos valores hedonistas, ou seja, à alegria, à felicidade, ao lazer e à aventura. E, finalmente, a terceira dimensão consiste nos valores altruístas, sempre que os anúncios apelam à caridade, ao patriotismo, e ao colectivismo.

Na publicidade verde as marcas e os produtos situam-se, sobretudo, em torno da sua função utilitária (Alexandre & Miranda, 2004). É uma publicidade que apela ao bom senso, à lógica, ao cálculo, fornecendo argumentos objectivos, tentando convencer e motivar mais pelo raciocínio do que pelo instinto e/ou intuição. Com efeito, 80,4% dos anúncios analisados evocavam valores funcionais, enquanto os valores hedonistas e altruístas foram observados numa proporção bastante inferior de casos, respectivamente, 25,9 e 27,2% dos anúncios.

Quadro 2. Valores veiculados nos anúncios «verdes»

Valores Veiculados	%
Valores Funcionais	80,4
Valores Hedonistas	25,9
Valores Altruístas	27,2

Na verdade, não é uma publicidade estritamente informativa, porque o objectivo da publicidade não pode ser reduzido apenas à informação. Como é sabido, em todas as civilizações e culturas, os produtos e/ou serviços ultrapassam o seu mero valor de utilidade prática, tendo sempre algum significado social. Csikszentmihalyi & Rochberg-Halton (cit. in Sequeira, 2004) demonstram como, com o tempo e a evolução tecnológica, artigos outrora considerados supérfluos ou de luxo, passam a ser considerados numa ordem de necessidades bem mais básica, à medida que se generaliza o seu uso. Em contrapartida, verifica-se também que no contexto actual, a crise energética e crescente consciencialização das alterações climáticas, contribuem para uma valorização da eficiência e racionalidade dos produtos.

Quando ventilados os tipos de valores veiculados nos anúncios por país, verificou-se que a esmagadora maioria (98,2%) dos anúncios publicados nas revistas francesas continham apelos à eficiência, qualidade ou segurança do produto, numa proporção visivelmente superior aos restantes países. Sabendo-se que este tipo de apelos está relacionado com a eficiência energética e alterações climáticas, uma possível justificação para esta discrepância entre os países em questão, poderá ser o facto de a população francesa se mostrar mais sensibilizada para estes problemas ambientais. De facto, como revelam os dados de um Eurobarómetro (2008) muito recente, 71% dos franceses considera que o aquecimento global/alterações climáticas constituem o problema mais sério que o mundo enfrenta actualmente, enquanto que em Portugal e na Itália apenas 47% das populações deram a mesma resposta. Neste caso, fica explícita a forma como os valores presentes num determinado contexto social influenciam a publicidade.

Quadro 3. Valores veiculados nos anúncios «verdes» por países (em %)

Valores veiculados	Portugal	França	Itália
Valores Funcionais	73,3	98,2	70,5
Valores Hedonistas	31,7	26,8	15,9
Valores Altruístas	28,3	23,2	31,8

Há muito que a publicidade deixou de ser meramente informativa, passando a preocupar-se com o posicionamento dos produtos no contexto social envolvente. Ora, posicionar um produto significa construir em torno deste, um universo

semântico que lhe atribua um valor. Isso só é possível através da materialidade da linguagem verbal (argumentos utilizados) e da linguagem não verbal (cenário, cor e figura) que compõe o anúncio.

Nos anúncios «verdes» analisados, tal como pode ser observado no Quadro 4, com o intuito de dar significado aos produtos e/ou serviços, utilizam-se maioritariamente os seguintes argumentos: protecção da natureza/amigo do ambiente/respeito pelo planeta (58,8%), eficiência energética (57,6%) e redução de emissões (38,6%). Como já tinha sido observado a respeito de outras variáveis, estes dados indicam a relevância actualmente atribuída às dimensões relacionadas com as alterações climáticas e crise energética, em forte contraste com o observado em 2004 (Alexandre & Miranda, 2004), em que estas dimensões não tinham sequer expressão. Por outro lado, nos anos 90, era muito frequente que a publicidade recorresse a argumentos como “natural”, “biodegradável”, “amigo do ozono”, “protege o ambiente”, “qualidade superior sem fosfatos”, “amigo da Terra”, “sem CFC’s”, “sem agressão do ambiente”, “conservam a camada do ozono”, ou “mantém as suas qualidades naturais”. Na actualidade, alguns daqueles argumentos perderam relevância, como por exemplo a utilização de CFC’s, que foi legalmente interdita. Em contrapartida, outros argumentos como a utilização de energias renováveis ou a evocação da sustentabilidade ganharam uma projecção significativa.

Quadro 4. Argumentos veiculados nos anúncios «verdes»

ARGUMENTOS	%
Protecção Natureza/Ambiente/Planeta	58,8
Eficiência Energética	57,6
Redução de Emissões	38,6
Ligação a Elementos Naturais	37,3
Energias Renováveis	29,1
Redução de Poluentes	15,2
Alterações Climáticas	12,0
Reciclagem	7,6
Sustentabilidade	7,0
Preservação dos Recursos Naturais	5,1
Reutilização	3,8
Agricultura Biológica	3,8
Florestação e/ou Biodiversidade	3,2
Biodegradabilidade	0,6

Figura 8



Verifica-se assim que a noção de verde, ecologia, ambiente, planeta, é ambígua na medida em que não há uma definição universal quando se fala na defesa do ambiente. A publicidade utiliza-a por conveniência, consoante a percepção do agendamento público das preocupações ambientais.

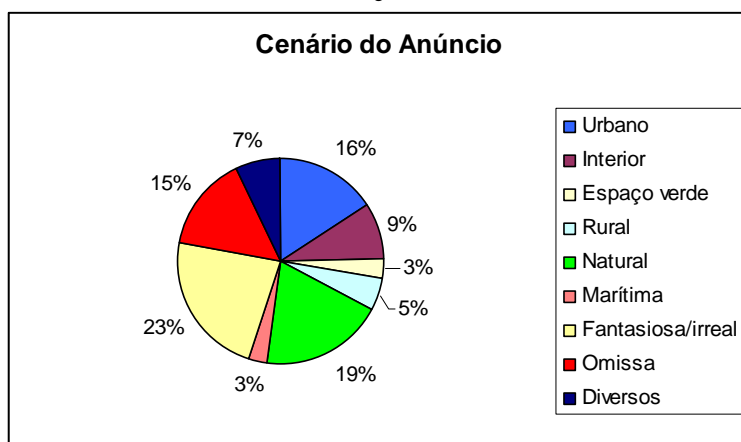
Por outro lado, argumentos como «amigo do ambiente», ou «respeitador da natureza/planeta», constituindo categorias genéricas e indefinidas, frequentemente utilizadas sem qualquer fundamentação nas características do produto, mantêm-se ao longo do tempo. De facto, na actualidade, 58,8% dos anúncios «verdes» continham este argumento, tendo sido

observado que na publicidade portuguesa em 2004, esta categoria correspondia a 52,2% deste tipo de anúncios (Alexandre & Miranda, 2004: 34).

O cenário permite identificar os modelos que podem servir de referência aos consumidores, quer sejam referentes a espaços urbanos, naturais, fantasiosos/irreais, entre outros. Este espaço não se resume aos aspectos decorativos, dando significado aos lugares da acção que vão contribuir para reforçar os valores que se pretendem difundir, mostrando em geral locais acolhedores e felizes, que enquadram os produtos e as marcas que estão a ser difundidos, marcando o seu território (Medeiros, 2004). O cenário escolhido poderá ajudar a construir ou a aumentar o imaginário colectivo dos consumidores.

Para veicular as suas mensagens a publicidade «verde», os anúncios recorreram maioritariamente a cenários fantasiosos/irreais (23%). Esta tendência corresponde ao facto de a «realidade» na publicidade consistir numa construção cultural. Como diz Corbett (2006: 167), os publicitários não têm a intenção de mostrar a vida «real», mas sim uma vida «ideal», sublimada, romantizada. A segunda categoria de cenário que surge mais frequentemente nestes anúncios diz respeito a paisagens naturais (19%), o que permite associar aos produtos qualidades culturalmente valorizadas associadas ao mundo natural. Em terceiro lugar, surge o cenário urbano (16%). O facto de a quarta categoria mais frequente consistir na omissão de qualquer referência espaço-temporal (15%), poderá, por outro lado, significar que esta opção pela descontextualização do produto pode contribuir para transmitir a sensação de se tratar de um produto universal, isto é, a descontextualização parece sugerir a evocação do futuro, da intemporalidade.

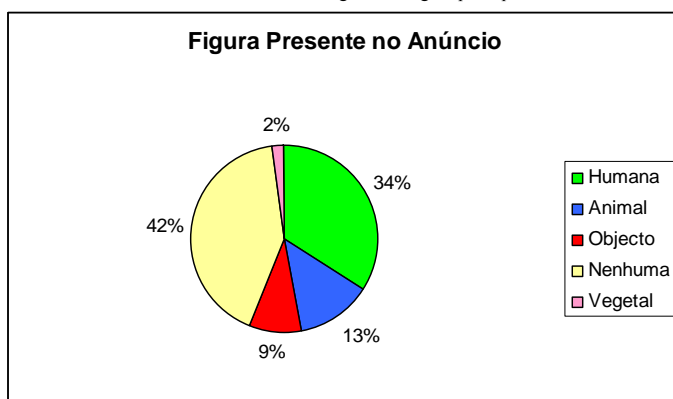
Figura 9. Cenário dos anúncios «verdes»



As figuras retratadas na publicidade são também um importante veículo para transmitir valores ao público-alvo. No entanto, os resultados obtidos mostram que em 42% dos anúncios não é possível identificar qualquer figura principal. Isto significa na maior parte dos casos que se optou por centrar a imagem no próprio produto. Isto estará relacionado com o facto de 38,6% dos anúncios analisados publicitarem automóveis. Ora, como dizem Brochand e tal (1999: 283), o enfoque no produto é uma prática corrente na publicidade do sector automóvel.

Quando é possível identificar uma figura principal, a que é mais frequentemente retratada nestes anúncios é a figura humana. A este respeito pode dizer-se que a utilização de figuras humanas permite activar mecanismos de identificação e de aspiração. De identificação quando é mostrado ao público-alvo alguém que como eles, utiliza os produtos e está satisfeito com os mesmos. Também pode fornecer modelos de aspiração associados a determinados produtos, aos quais se associam modelos de atitudes e formas de vida. Na verdade, “os efeitos da publicidade sobre o indivíduo traduzem-se num movimento dialéctico entre a identificação e a projecção” (Gusmán, 1993: 422).

Figura 10. Figura principal nos anúncios «verdes»

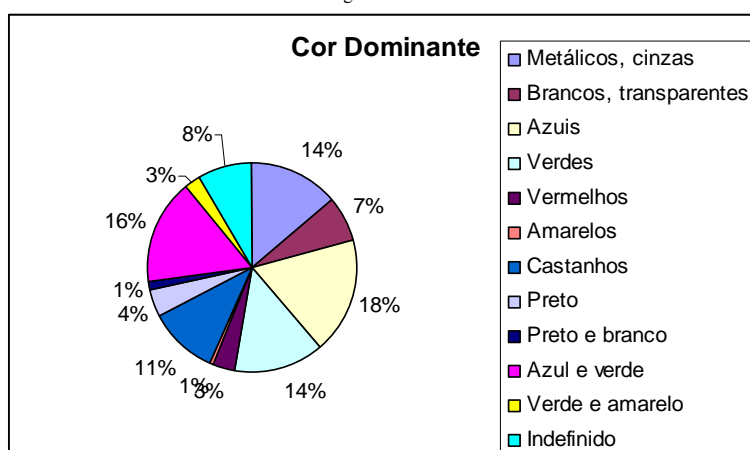


A cor é um dos elementos que também oferece inúmeras possibilidades para transmitir símbolos e significados que canalizam a relação produto-consumidor. Como diz Farina (1990), as pessoas tendem a ser atraídas por certas cores, em virtude de alguns factores determinantes. A sua escolha pode estar baseada no seu tipo de personalidade, nas condições circunstanciais da sua vida ou nos seus desejos e processos mentais mais íntimos e até inconscientes. Desde um ponto de vista visual, ela é uma componente vital da imagem servindo para atrair a atenção; representa fielmente os objectos como os conhecemos ou pelo menos pensamos conhecer, fixando desta forma as impressões icónicas na memória do receptor do estímulo.

Para além destas considerações visuais, é especialmente relevante a projecção psicológica das cores. Cada cor tem a sua conotação, elas transmitem, emoção, força, energia, calma, paz, linguagem, símbolos, as mais diversas sensações (...). Na verdade, existe um elevado acervo de investigações que têm procurado identificar nas cores diferentes significados simbólicos e afectivos (Rivas, 1997).

Nesta óptica, as cores predominantes nos anúncios analisados, atingindo uma proporção de quase metade da amostra são os azuis e os verdes (48%), existindo uma ligeira predominância do azul.

Figura 11. Cor dominante nos anúncios «verdes»



O azul é a cor mais utilizada em publicidade. Esta cor é, segundo Pastoureau (1997: 23) “a cor preferida de mais de metade da população ocidental”. Sendo que, o azul é uma cor muito frequente no mundo natural sendo ainda um reconhecido símbolo do planeta Terra. Por outro lado, o verde parece ser utilizado com o intuito de simbolizar a natureza e a ecologia.

Os tons metálicos e cinzas correspondem a uma categoria muito frequente (14%) de cores utilizadas nestes anúncios, neste caso pensamos que isto se deve, sobretudo, ao forte peso da categoria de produtos dos automóveis na publicidade.

Conclusões

Esta análise permitiu constatar que a publicidade «verde» representa uma reduzida proporção do total de anúncios publicados neste período nas sete revistas destes países. Apesar disso, indicadores como a colocação e a dimensão destes anúncios revelam haver um interesse significativo por parte dos anunciantes relativamente a este tipo de publicidade.

Por outro lado, o facto de haver uma incidência significativa de anúncios com argumentos relativos à eficiência energética, redução de emissões e utilização de energias renováveis, bem como ao combate às alterações climáticas – que em anos anteriores não tiveram expressão na publicidade, mas que actualmente estão fortemente presentes na agenda mediática – sugere a relevância que esta temática adquiriu no discurso publicitário. Este surge assim como veículo destinador e destinatário da agenda pública.

Bibliografia

- Alexandre, S. & Miranda, S., (2004a). Produtos Ecológicos, Argumentos Ecológicos e Responsabilidade Social. Escola Superior de Comunicação Social e Instituto do Consumidor: Lisboa.
- Alexandre, S. & Miranda, S. (2004b). Cultura, valores e estilos de vida na publicidade. In Pereira, F. et al., Publicidade – O Estado da Arte em Portugal. Lisboa: Edições Silabo (pp. 93-121).
- Baptista, J. (2002), Ambiente. In Tavares, L., Mateus, A., Cabral, F. (Coord.), Reformar Portugal, Lisboa: Oficina do Livro (pp. 341-361).
- Beja Santos, M. (2004), Novo Mercado Novo Consumidor, Lisboa: Prefácio.
- Brochand, B., Lendrevie, J., Rodrigues, J., e Dionísio, P. (2000). Publicitor. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Corbett, J. (2006). Communicating Nature: How we create and understand environmental messages. Island Press.

- Cox, R. (2006). *Environmental Communication and the Public Sphere*. Thousand Oaks: Sage.
- Farina, M. (1990). *Psicodinâmica das Cores em Comunicação*. São Paulo: Edgard Blucher.
- Giddens, A. (1992). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta.
- Gúsman, J. (1993). *Teoría de la Publicidad*. Madrid: Tecnos.
- Martín, J. A. G. (1986/87). *Publicidad, modernidad y postmodernidad*. *Telos*, 8, 1986-87.
- Medeiros, C. (2004). *Personagens, espaços e cenários na publicidade*. In Pereira, F. et al., *Publicidade – O Estado da Arte em Portugal*. Lisboa: Edições Silabo (pp. 75-91).
- Oliveira, J.F. (2005). *Gestão Ambiental*, Lidel – Edições Técnicas.
- Pastoureau, M. (1997). *Dicionário das Cores do nosso Tempo*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Peninou, G. (1986/87). *La comunicación publicitaria*. *Telos*, 8, 1986-87.
- Pinto, A. G. (1997). *Publicidade um Discurso de Sedução*. Porto: Porto Editora.
- Rivas, J. (1999). *Comportamiento del Consumidor*. 2ª Edición. Madrid: ESIC.
- Sequeira, P. (2004). *Consumidor mais consciente. Publicidade que aceita o desafio*. *Publicidade e Comunicação Empresarial*, Porto, Publicações Universidade Fernando Pessoa.
- Shoroder, K., Vestergaard, T. (1988). *A Linguagem da Propaganda*. São Paulo: Martins Fontes.
- Special Eurobarometer 300/Wave 69.2, *Europeans' attitudes towards climate change*, Set. 2008.
- Truninger, M., Fonseca, S. (2000). *Consumo e Ambiente*. Lisboa: Grafítexto.
- Wiles, C. R., Wile, J. A., & Tjernlund, A. (1996). *The ideology of advertising: the United States and Sweden*. *Journal of Advertising Research*, 36 (3), 57.

Anexo 1

Visão			Le Nouvel Observateur		
Data da Publicação	Total de Anúncios	Total de Anúncios Verde	Data da Publicação	Total de Anúncios	Total de Anúncios Verde
3 Janeiro	18	0	3 Janeiro	n.d.	n.d.
10 Janeiro	18	0	10 Janeiro	14	1
17 Janeiro	34	0	17 Janeiro	22	1
24 Janeiro	39	1	24 Janeiro	29	0
31 Janeiro	33	1	31 Janeiro	25	1
7 Fevereiro	47	0	7 Fevereiro	33	3
14 Fevereiro	31	0	14 Fevereiro	31	3
21 Fevereiro	34	0	21 Fevereiro	35	3
28 Fevereiro	36	0	28 Fevereiro	31	2
6 Março	40	1	6 Março	32	2
13 Março	62	1	13 Março	66	2
20 Março	54	3	20 Março	51	0
27 Março	52	1	27 Março	47	2
3 Abril	47	1	3 Abril	58	4
10 Abril	57	1	10 Abril	40	1
17 Abril	52	3	17 Abril	45	2
24 Abril	56	6	24 Abril	59	2
1 Maio	53	2	1 Maio	34	2
8 Maio	53	3	8 Maio	40	2
15 Maio	60	5	15 Maio	48	2
22 Maio	68	3	22 Maio	40	1
29 Maio	70	5	29 Maio	35	1
5 Junho	70	3	5 Junho	50	5
12 Junho	53	1	12 Junho	45	4
19 Junho	50	2	19 Junho	39	1

26 Junho	54	0	26 Junho	30	3
	Total: 1241	Total: 43		Total: 979	Total: 51

Revista L'Expresso		
Data da Publicação	Total de Anúncios	Total de Anúncios Verde
3 Janeiro	n.d.	n.d.
10 Janeiro	19	0
17 Janeiro	42	1
24 Janeiro	33	1
31 Janeiro	39	0
7 Fevereiro	36	1
14 Fevereiro	53	0
21 Fevereiro	58	1
28 Fevereiro	63	0
6 Março	66	0
13 Março	85	0
20 Março	92	1
27 Março	n.d.	n.d.
3 Abril	84	0
10 Abril	91	4
17 Abril	79	2
24 Abril	108	1
1 Maio	71	2
8 Maio	79	2
15 Maio	78	4
22 Maio	90	3
29 Maio	75	2
5 Junho	65	1
12 Junho	60	3
19 Junho	64	1
26 Junho	54	2
	Total: 1584	Total: 32

Anexo II

Panorama			Sábado		
Data da Publicação	Total de Anúncios	Total de Anúncios Verde	Data da Publicação	Total de Anúncios	Total de Anúncios Verde
17 Janeiro	68	0	17 Janeiro	22	0
21 Fevereiro	87	2	21 Fevereiro	24	1
6 Março	90	0	6 Março	35	2
17 Abril	108	7	17 Abril	43	4
1 Maio	109	1	1 Maio	42	4
5 Junho	81	2	5 Junho	51	6
Total	543	12	Total	217	17
Le Point			L'Express		
Data da Publicação	Total de Anúncios	Total de Anúncios Verde	Data da Publicação	Total de Anúncios	Total de Anúncios Verde

Publicação	Anúncios	Anúncios Verde	Publicação	Anúncios	
17 Janeiro	6	0	17 Janeiro	12	1
21 Fevereiro	5	0	21 Fevereiro	13	1
6 Março	12	0	6 Março	6	0
17 Abril	13	0	17 Abril	4	0
1 Maio	14	1	1 Maio	7	0
5 Junho	19	1	5 Junho	7	0
Total	69	2	Total	49	2

Sistema conservacionista de produção de tomate em São José do Ubá (RJ/ Brasil) e a consequente redução dos riscos ambientais e de saúde

José Ronaldo de Macedo¹; Elizabeth Santos Brandão¹; Júlio Roberto Pinto⁴; Fábio Zamberlan⁶; Lucia Helena Pinto Bastos²; Armi Wanderley Nóbrega²; Zefferson Silva⁵, Silvio Barge Bhering¹

Resumo: A cultura do tomate (*Lycopersicon esculentum* L.) é destaque na produção agrícola do Estado do Rio de Janeiro (RJ) atingindo, anualmente, valores de 200 mil toneladas de frutos para consumo in natura. Porém, a cultura está classificada como de alto risco para a saúde e o meio ambiente devido aos problemas de erosão do solo e ao uso indiscriminado de agrotóxicos.

A pesquisa participativa realizada pelo Projeto Gestão Participativa da Microbacia Hidrográfica do Rio São Domingos, financiado pela FINEP, confirmaram os problemas descritos acima. Para reverter este quadro, foi priorizado o desenvolvimento do sistema de produção conservacionista denominado “Tomate Ecologicamente Cultivado”, que objetivou desenvolver um modelo sustentável de produção agrícola, preservando a saúde do agricultor e o meio ambiente.

O trabalho foi desenvolvido no município de São José de Ubá (RJ), aliando tecnologias de conservação do solo e água como o Sistema de Plantio Direto em nível na palha, terraceamento, fertirrigação por gotejamento, tutoramento vertical das plantas, manejo integrado de pragas e ensacamento das pencas. Os resultados demonstram que o envolvimento participativo dos produtores para o sucesso do sistema conservacionista foi eficiente na redução de problemas de erosão do solo, na conscientização dos produtores de intoxicação dos produtores, na eliminação de resíduos nos frutos, que ficaram abaixo do nível de detecção e na redução das perdas de frutos. A adoção do sistema conservacionista mostrou-se viável para a produção de alimentos seguros, possibilitando uma vantagem competitiva e diminuindo a exclusão social por meio da inserção dos produtores em um mercado diferenciado.

Introdução

O sistema de produção TOMATEC parte de uma abordagem sistêmica, participativa, integrada e atual dos problemas sociais e ambientais das regiões produtoras de tomate, atendendo e promovendo a extensão, disponibilização e apropriação de conhecimentos e de tecnologias voltadas a inclusão social, do empoderamento dos conhecimentos e tecnologias já adaptadas à realidade local, pela geração de produtos diferenciados e certificados. Esse sistema visa promover a inclusão social dos produtores familiares no agronegócio, a melhoria da qualidade dos alimentos, atuando na segurança alimentar, melhorando a qualidade de vida dos produtores e dos consumidores e, finalmente, melhorando a saúde ambiental devido a redução e otimização do uso dos insumos agrícolas.

A área plantada no Estado do Rio de Janeiro gira em torno de 3.000 ha/ano, sendo os plantios distribuídos durante o ano todo, porém variando em função da região do Estado. Os principais municípios produtores estão distribuídos nas regiões Serrana, Noroeste e Médio Paraíba, destacando-se: Paty do Alferes, Cambuci, São José de Ubá, Vassouras, Sumidouro, São Fidélis, Nova Friburgo, entre outros.

O tomate é uma cultura extremamente exigente em: adubação, calagem, tutoramento, capina e em outros tratamentos culturais. Além disso, devido a elevada incidência de pragas e doenças, há um uso indiscriminado de agroquímicos, isto é, de adubos altamente solúveis e agrotóxicos (FRUTAS & LEGUMES, 2003 e SILVA et al., 2005), o que gera problemas de saúde pública como intoxicação de produtores e seus familiares (SILVA et al., 2005; OPAS, 1997), contaminação do meio ambiente (solo e água) e altas taxas residuais de agrotóxicos nos frutos (Freitas Leitão, 2006). A realização desordenada dessas atividades causa elevação dos custos de produção, tornando a lavoura de tomate uma cultura de alto risco por causa da oscilação dos preços na época da safra.

A realidade agro-socioeconômica e cultural da agricultura do Estado do Rio de Janeiro faz com que sistemas de uso e de manejo de baixo nível tecnológico estejam sendo adotados há muitos anos, implicando em perdas superficiais significativas de solo, matéria orgânica, nutrientes e, em especial, de água. Nesse contexto, situam-se os Municípios de Paty de Alferes e de São José do Ubá, ambos tendo passado pelos ciclos extrativistas de madeira, agropecuária, café e,

ultimamente, pelo ciclo da olericultura, tendo a cultura do tomate, como principal cultura de valor econômico. Esses municípios encontram-se entre os três maiores produtores de tomate do Estado do Rio de Janeiro, contribuindo em 60 % de toda a produção do Estado.

A tipologia dos produtores desses municípios consiste de pequenos agricultores familiares, sendo a grande maioria de arrendatários que se utilizam de financiamentos particulares, normalmente diretos dos fornecedores de insumos agrícolas.

Desenvolvimento Participativo do sistema TOMATEC

O Projeto Gestão Participativa da Sub-Bacia do Rio São Domingos – GEPAR –MBH introduziu a importância do enfoque multidisciplinar, cujas ações foram capazes de contribuir para a formação da consciência crítica dos trabalhadores rurais moradores de algumas comunidades do município de São José do Ubá e levá-los à construção de alternativas socioambientalmente justas e corretas.

Os grandes avanços tecnológicos decorrentes da revolução verde nos anos de 1960 serviram de suporte para a adoção dos pacotes agrícolas produtivistas, sem levar em conta o saber tradicional e popular, o conhecimento histórico e a organização das comunidades rurais. Porém, o fato de não se “ouvir a voz da experiência” implantando os chamados pacotes-padrão em algumas realidades culturais e ambientais diferenciadas, na maioria dos casos, resultou em fracassos para não se falar em desastres sociais, que em lugar de mudanças significativas levou ao aumento do empobrecimento (endividamento de alguns por créditos mal aplicados) e, principalmente, à descrença e perda da identidade de muitas comunidades rurais. Com o propósito de experimentar uma metodologia que respeitasse a realidade local, o referido Projeto se propôs a realizar um estudo socioeconômico amplo, tentando estudar, entender e analisar a realidade dos problemas de sustentabilidade ambiental, social e econômica enfrentados pelos pequenos e médios produtores de São José de Ubá.

Para desenvolver esse trabalho, elaborou-se de forma participativa (agricultores e técnicos) um levantamento censitário básico aplicado em cinco comunidades e um questionário de 117 perguntas, que foi aplicado a uma amostra de cerca de 30% da população de cinco vilas do município (Santa Maria, Cambiocó, Barro Branco, Brejo e Santo Antônio do Colosso). O conteúdo aplicado seguiu as diretrizes metodológicas da Pesquisa-Ação (THIOLLENT, 1986). O objetivo dessa pesquisa foi gerar informações que pudessem ser conhecidas e discutidas com os envolvidos de forma organizada, para, num segundo momento, gerar propostas de saídas para os problemas socioambientais que serão enfrentados pelas comunidades, dando início a um processo de gestão compartilhada da produção de conhecimento e da busca de soluções locais apropriadas socialmente a partir do conhecimento gerado.

Para tanto a organização e o desenvolvimento comunitário é entendido como um pilar fundamental para se alcançar a sustentabilidade (FREITAS LEITÃO, 2006), envolvendo os sujeitos sociais da microbacia do Rio São Domingos.

A organização comunitária foi fundamental para o desenvolvimento dos instrumentos de gestão sustentável do sistema de produção TOMATEC. A partir dos grupos de organização já existentes na microbacias pilotos, foram implantados o “Grupo Gestor de Desenvolvimento Rural Sustentável” (GGDRuS), metodologia adaptada pela Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE-UFRJ, para organização econômica das comunidades de baixa renda na zona rural do Rio de Janeiro. No GGDRuS foram desenvolvidas oficinas de apoio ao desenvolvimento organizacional comunitário, por meio dos princípios da metodologia da pesquisa-ação, para coleta de dados, discussão de propostas e avaliação dos resultados passo a passo.

A criação do Grupo Gestor foi visto como um espaço onde os agricultores assumiram lugar importante do processo de elaboração e implantação do trabalho a ser desenvolvido nas comunidades (figura 1). A confiança do agricultor é simultaneamente um indicador da sua mobilização. Fortalecendo a criação do Grupo Gestor foi desenvolvido uma logomarca para identificar todas as ações realizadas pelo Grupo. Com a formação da estrutura do Grupo Gestor foi possível desenvolver grande parte das atividades do projeto de forma participativa, onde se aglutinou representantes de cinco comunidades: Santa Maria, Cambiocó, Barro Branco, Colosso e Brejo/Brejinho do Município de São José de Ubá-RJ. O Sistema de produção TOMATEC foi amplamente discutido entre o corpo técnico do projeto e as comunidades participantes do Grupo Gestor visando a adequação às condições locais. Esse sistema se adequou a agricultura familiar tendo como eixo de



desenvolvimento a atuação participativa dos produtores, a substituição de atividades braçais por atividades técnicas, a demanda pela produção de um produto isento de resíduo de agrotóxico e a inserção no mercado diferenciado.

Figura 1 – Parte dos representantes do Grupo Gestor em 2003 e sua logomarca

Além da discussão entre os técnicos e os membros do Grupo Gestor, foram utilizadas para desenvolvimento da tecnologia as UPEPADEs, que são as Unidades de PESquisas PARticipativas e Demonstrativas, como forma de implantação do novo sistema de produção. Uma UPEPADE corresponde a uma área física, unidade que pode ser medida em m² ou hectares, onde se desenvolvem os trabalhos técnico-científicos com a participação direta do agricultor, que passa a ser um difusor nato das tecnologias adaptadas no processo de desenvolvimento e, também, onde são realizados os eventos de difusão tecnológica, como os “Dias de Campo”. Todo o desenvolvimento das UPEPADEs tem como fundamento a teoria da “Pesquisa-Ação”. As UPEPADEs possibilitaram introduzir diversas técnicas de manejo e conservação do solo e da água que reduzem os riscos de degradação ambiental.

Metodologia de Trabalho.

A metodologia de trabalho desenvolvida para gestão social e organização local da equipe social e econômica foram: i) mobilização da comunidade culminando com ii) a eleição de representantes comunitários para formação do Grupo Gestor e elaboração da sua logomarca; iii) realização de um censo sócio-econômico ambiental por meio da aplicação de questionários aplicados pelos representantes do Grupo Gestor; iv) identificação dos sistemas de produção existentes na área e definição de um novo sistema de produção; v) realização de eventos (dias de campo e seminários técnicos) com a participação das instituições do projeto e dos produtores e atores locais e cursos de capacitação (p.ex. manejo integrado de pragas); vi) identificação dos temas prioritários de intervenção do projeto: contaminação por agrotóxicos, transporte, saúde, estradas e vias de transporte, atendimento médico, comunicação, educação e lazer, ajustadas à necessidade de preservar o meio ambiente e vii) treinamento de técnicos das instituições locais para coleta de sangue para exame de intoxicação por agrotóxicos via análise da alteração da colinesterase. Este artigo abordará as ações dos temas prioritários: desenvolvimento do novo sistema de produção de tomate e quantificação de casos de intoxicação pelo uso de agrotóxicos na cultura do tomate.

Para o desenvolvimento do sistema de produção foi necessário avaliar as características físico-ambientais da área, que apresenta relevo bastante acidentado e, predominantemente montanhoso, cerca de 50%, e ainda, 20% do território é plano e 30% ondulado, como pode ser observado na figura 2. Além disso, a figura 2 também demonstra a erosão, comumente observada no município, devido a contínua exploração da terra sem nenhum tipo de cuidado em termos de preservação da capacidade produtiva do solo.

Pelo fato das UPEPADEs estarem localizadas em terrenos com relevo variando de ondulado a “forte ondulado”, o preparo do solo e os plantios foram feitos em nível com terraceamento, reduzindo, ou até mesmo, eliminando a perda de solo e, conseqüentemente, o carreamento para os mananciais hídricos dos agrotóxicos utilizados na lavoura (BRAGAGNOLO, 1997).



Figura 2 – Aspectos físicos-ambientais do relevo da região e do sistema de preparo do solo.

Além disso, o sistema atual de produção de tomate de mesa utiliza sistemas de irrigação ultrapassados denominado de mangueirão. Nesse sistema de irrigação, a adubação é feita toda semana com a aplicação do adubo na base da planta, o que demanda muito tempo para realização desta prática agrícola. Como alternativa para a irrigação normalmente feita através da molhação, isto é, por meio de mangueira de grande vazão e, portanto, gerando grande desperdício de água, optou-se pelo

sistema de irrigação por gotejamento, onde as plantas recebem a quantidade de água na medida e na hora certa de suas necessidades. O uso de fertilizantes altamente solúveis também foi feito de maneira otimizada, obedecendo-se às quantidades sugeridas pelos técnicos do Projeto e tendo como base a análise do solo, o que não costumava ser feito pelos produtores locais, que, devido ao receio de perder a lavoura, usavam quantidades excessivas. Os produtos foram aplicados junto com a irrigação, efetivando-se, portanto, a fertirrigação. O sistema proposto de fertirrigação por gotejamento associa duas práticas (adubação e irrigação) em apenas uma. Neste caso o adubo é aplicado junto com a água de irrigação, aumentando, assim, a eficácia da nutrição, principalmente, pelo parcelamento do fertilizante.

Uma das práticas fundamentais para a redução no uso de agrotóxicos e produção de tomate sem resíduo de agrotóxicos, envolve o controle de pragas e doenças foi feito por meio do Manejo Integrado de Pragas – MIP. O Manejo Integrado de Pragas engloba a utilização de técnicas de monitoramento de insetos, doenças e plantas daninhas visando o uso adequado dos defensivos agrícolas, associado ao controle cultural e biológico, resultado em uma produção mais lucrativa para o produtor e de melhor qualidade para o consumidor (Zander, et al. 2000). Segundo Zander et al., (2000) e Rodrigues et al. (2001), o MIP caracteriza-se por ser um sistema dinâmico que utiliza simultaneamente diversos métodos e tecnologias de controle, resultando em benefícios econômicos, ecológicos e sociais.

Para o cultivo de tomate de mesa, a amostragem das plantas, visando definir o nível de dano à cultura, deverá ser efetuada em 25 plantas para cada talhão de 4.000 plantas, ou seja, aproximadamente uma para cada 160 plantas. As plantas amostradas devem ser divididas em 5 pontos de coleta, com 5 plantas cada, escolhidos conforme o caminhamento aleatório das amostras em zigue-zague (Zander et al., 2000).

O experimento foi desenvolvido em áreas de produtores do município de São José de Ubá, RJ, em parcelas conduzidas com dois sistemas de produção. Os sistemas de produção foram denominados de: A) sistema conservacionista com MIP e sem ensacamento, B) sistema conservacionista com MIP e com ensacamento e C) sistema convencional (sem MIP e ensacamento). No sistema conservacionista utilizou-se o sistema de plantio em nível direto na palha, a fertirrigação por gotejamento, o tutoramento foi vertical com fitilho, o Manejo Integrado de Pragas (MIP) e o ensacamento ou não das pencas dos frutos. O sistema convencional consistiu do plantio das plantas após o preparo do solo com aração e gradagem com tração animal, do tutoramento com espaldar de bambu em “V” invertido e não houve o monitoramento de pragas (MIP) e nem o ensacamento das pencas de tomate nas duas etapas do experimento.

Durante a primeira etapa do estudo, participaram do projeto um total de sete produtores de tomate de mesa: dois deles aplicaram o sistema A de produção (com MIP e sem o ensacamento das pencas de tomate e cinco utilizaram o sistema convencional sem qualquer orientação técnica. Na segunda etapa participaram quatro produtores, sendo que um utilizou o sistema convencional de plantio e os outros três, os mesmos da etapa anterior, ou seja, utilizaram o sistema B (sistema conservacionista com MIP e com ensacamento).

A amostragem das pragas é feita utilizando um recipiente plástico (bacia) branco opaco de 20 cm de diâmetro e com 8 a 10 cm de altura. O local da planta a ser monitorada é função do seu alvo de identificação, ou seja, do inseto-praga que se quer identificar. Na parte superior da planta (ponteiros) faz-se a batidura com a bacia para amostragem de Tripes, Pulgões, Mosca Branca e Traça. Nas folhas (terço médio da planta), faz-se a amostragem de Traça, Larva-Minadora e de Ácaros e nos frutos (até 2,0 cm de diâmetro) faz-se a amostragem de Broca Pequena, Traça e Broca Grande (Zander et al., 2000). O ensacamento das pencas de tomate é uma prática que complementa as ações do MIP e que no sistema TOMATEC, visa ainda a produção de um fruto onde os níveis de resíduos de agrotóxicos estivessem sempre abaixo do que a legislação permite e abaixo do nível de detecção (ND) dos equipamentos existentes no Brasil, assegurando, assim, praticamente a ausência dos resíduos dos agrotóxicos.

Em complemento ao MIP foi introduzida a técnica de ensacamento da penca de tomate com papel glassyne. Para obter esses resultados foi desenvolvido um saco com uma Empresa. Os sacos devem apresentar dimensões que possam manter os frutos de tomate ensacados durante todo o período da colheita. Este saco de papel Glassyne é o mesmo utilizado para ensacamento de outras frutas, como a goiaba e apresenta dimensões aproximadas de 24 cm de largura por 32 cm de comprimento.

O ensacamento deve ser feito quando ocorrer a abertura da terceira flor em cada inflorescência. Nesse estágio de crescimento da flor, não há a formação do fruto e, conseqüentemente, não há a possibilidade de ataque das brocas pequenas e grandes. Esta técnica envolveu a produção de 100 mil pencas de tomate ensacado, ou ensaculado, como dizem os produtores que aderiram a esta técnica.

Coleta das amostras para análise de resíduos nos frutos

Em ambas as fases, cada uma das áreas dos produtores, que participaram deste estudo, tiveram duas amostras coletadas. A coleta seguiu as normas recomendadas para análise de resíduos com o seguinte procedimento: i) cada amostra foi composta de cerca de 2 Kg de frutos coletados em zig-zag de diferentes plantas, excetuando-se a bordadura, de forma que a amostra fosse representativa da área considerada; ii) a coleta foi feita com uso de luvas de látex descartáveis pelos técnicos, evitando possíveis contaminações dos frutos e não permitindo, inclusive, o contato destes com o solo; iii) as amostras coletadas foram acondicionadas em embalagens de alumínio, adequadamente identificadas e armazenadas em caixas de isopor para serem transportadas em carroceria de caminhonete até o laboratório, onde foram armazenadas em freezer (-18°C) até o momento da análise. No caso da análise de ditiocarbamatos, as amostras foram prontamente processadas.

Tutoramento vertical do tomate

A condução da cultura do tomate foi feita com fitilho de poliuretano número 5 ou 10, em substituição das estacas de bambu para tutoramento do tomate, o que possibilitou maior aeração nas entrelinhas da cultura, maior facilidade no amarrar das plantas e na desbrota. Esses tratos culturais que consomem muito tempo do produtor. O tutoramento é realizado quando as plantas estiverem com 25 a 30 cm de altura. O tutoramento é efetivado fazendo um laço bem folgado com a fita plástica na base da planta, enrolando a planta ao redor do fitilho. A outra extremidade do fitilho é fixado no arame com outro laço, deixando uma folga de aproximadamente 20 cm. Com o crescimento da planta, o ponteiro vai sendo enrolado em torno do fitilho permitindo sua sustentação, ao mesmo tempo em que se fazem as podas necessárias (podas dos brotos, poda dos frutos da penca e poda do ápice – ponteiro).

Como resultado complementar a essa tecnologia, houve a diminuição do uso de agrotóxicos devido à melhor aplicação do produto, e uma maior consistência dos frutos devido à maior insolação na lavoura. Todos estes pontos citados possibilitaram uma economia nos fatores de produção.

Análise de sangue para determinação da Colinesterase

Estudos realizados em uma comunidade agrícola do Município de Nova Friburgo, localizado na região Serrana do Estado do Rio de Janeiro grande produtora de hortaliças, identificou que 30% dos trabalhadores desta comunidade apresentavam um quadro de polineuropatia periférica e alterações comportamentais que remetem a distúrbios do sistema nervoso central. A análise estatística demonstrou que a média de atividade de acetilcolinesterase do grupo que apresentava fasciculação foi significativamente inferior (decorrente de sua inibição) em relação ao grupo que não apresentava este sinal, demonstrando a relação direta entre a exposição a este grupo de agentes agrotóxicos e o desenvolvimento de doenças do sistema nervoso central. Tais enzimas atuam no organismo como mediadores químicos e são inibidas na presença de agrotóxicos das classes dos organofosforados e carbamatos (PERES et al., 2005; OLIVEIRA-SILVA, et al., 2001). Esse estudo demonstra a importância do estudo de contaminação por agrotóxico.

Os estudos nesse Projeto envolveram a realização de duas coletas de sangue para análise de colinesterase em 60 pessoas, sendo 50 produtores rurais de tomate e 10 não produtores, considerados como testemunha padrão – amostragem denominada de “branco” da população. Após a coleta do sangue o material era imediatamente levado ao laboratório para a determinação da ação da colinesterase de acordo com o CODEX ALIMENTARIUS (2000).

Resultados e Discussão

A adoção da fertirrigação apresentou diversas vantagens em relação aos sistemas convencionais como: aumento da disponibilização da mão-de-obra no processo de irrigação pela substituição da irrigação por mangueirão para a da fertirrigação, pois possibilitou que duas atividades fossem realizadas ao mesmo tempo e com maior eficiência. maior aeração.

Já a adoção do tutoramento vertical com fitilho permitiu menor incidência de pragas e doenças devido a não utilização de material contaminado da lavoura anterior; maior incidência de luminosidade na cultura, melhorando a eficiência fotossintética das plantas; facilidade na aplicação de agrotóxicos, aumentando a eficiência na pulverização e proporcionando maior cobertura das folhas e frutos. Permitiu, ainda, otimizar duas operações em uma, ou seja, conduzir a planta e realizar a desbrota. A adoção dessas práticas agrícolas possibilitou os produtores transferirem seu tempo para o processo de ensacamento das pencas de tomate.

Os resultados obtidos com o ensacamento proporcionaram o aproveitamento de praticamente 99% dos frutos produzidos, devido a eliminação das perdas causadas pelas pragas dos frutos, principalmente, em função da eliminação dos danos causadas pela ação das brocas pequena e grande.

O resultado da pesquisa sobre os acidentes por uso de agrotóxico (tabela 1) demonstrou que 30,5% dos entrevistados já tiveram acidentes pessoais ou na família. Esse percentual em relação ao número de entrevistados é considerado alto. Esse resultado confirma que o tema agrotóxico foi a principal prioridade eleita pelas comunidades em unanimidade.

Tabela 1 - Levantamento do grau de acidentes por agrotóxicos nas comunidades estudadas

Comunidade	Quantificação*	SIM	NÃO	Total
Santa Maria	N	11	24	35
	%	31,4	68,6	100
Colosso	N	0	10	10
	%	0	100	100
Cambiocó	N	7	13	20
	%	35	65	100
Brejo	N	3	5	8
	%	37,5	62,5	100
Barro Branco	N	8	14	22

	%	36,4	63,6	100
Total	N	29	66	95
	%	30,5	69,5	100

* N = número de entrevistados; % = percentagem

Além disso, verifica-se, por meio da tabela 2, que os principais grupos populacionais que apresentam alguma situação de risco na região envolvem as crianças e adultos.

Tabela 2 - Grupos populacionais que apresentam alguma situação de risco.

Grupos em situação de risco	Fator de risco
Crianças*	Agrotóxico
Jovens*	Álcool/drogas/DST
Adultos	Álcool/ agrotóxicos
Portadores de deficiência	Falta de infra-estrutura adequada

* O período de safra do tomate registra o aumento da evasão escolar.

As campanhas de coleta de sangue foram utilizadas com duplo propósito. O primeiro de conscientizar a população dos riscos de uso aplicar agrotóxicos sem orientação técnica e sem o uso correto do equipamento de proteção individual (EPI). No momento que antecedia a coleta eram feitas palestras educativas-devolutivas junto as populações das cinco comunidades, pois foi um dos momentos em que os técnicos do projeto conseguiram agregar a população.

O segundo objetivo das campanhas de coleta de sangue foi o de avaliar o grau de contaminação da população exposta diretamente ao agrotóxico, que eram os próprios produtores e da população exposta indiretamente, devido a deriva do produto.



Foto 2 – Trabalho de conscientização sobre o uso e risco da aplicação de agrotóxico durante a coleta de sangue para análise de colinesterase.

Finalizando a análise participativa dos produtores no desenvolvimento do novo sistema de produção de tomate – TOMATEC – verificou-se que os resultados de análises de resíduos de agrotóxicos nos frutos, com a adoção do MIP e do ensacamento das pencas, apresentou resultados abaixo dos limites de detecção dos equipamentos utilizados. Os níveis de detecção são de até 0,067 mg/kg, ou seja, na faixa de partes por bilhão (ppb), indicando, assim, a excelente qualidade dos frutos obtidos com o sistema TOMATEC, no que se refere a contaminação por agrotóxicos. Esse resultado se refletiu nao

aumento da autoestima dos produtores envolvidos no trabalho por saberem que a junção dos conhecimentos locais e técnicos alcançou os objetivos traçados desde a priorização das ações do referido Projeto.

Conclusões

Esse trabalho teve como proposta, mostrar a importância da participação do público alvo (agricultor) na implantação e aplicação da pesquisa participativa objetivando a apropriação do saber acadêmico como instrumento importante para a emancipação do agricultor, que detêm o saber empírico/popular.

Para que aconteça o desenvolvimento local é necessário que este seja construído gradativamente com erros, acertos, criatividade técnica e científica, bom senso, respeito político-social, valorizando as experiências locais dos sujeitos a serem envolvidos na proposta.

O sistema de produção denominado de TOMATEC demonstrou ser eficiente nas suas proposições básicas, que foram de integrar o conhecimento agrícola local com o conhecimento agrônomo técnico, por meio da substituição do trabalho braçal pelo trabalho mais técnico; da redução do processo erosivo pela adoção do sistema de plantio direto na palha; da produção de um fruto sem resíduo de agrotóxicos por causa do MIP e do ensacamento das pencas de tomate e, finalmente, da conscientização do problema do uso de agrotóxicos pelas campanhas de coleta de sangue para análise de colinesterase.

Referências bibliográficas

- BRAGAGNOLO, N.; PAN, W.; THOMAS, J. C. Solo: uma experiência em manejo e conservação. Curitiba: N. Bragagnolo, 1997. 102p.
- CODEX ALIMENTARIUS. Pesticides residues in food. Methods of analysis and sampling. 2 ed., part 1, Roma: FAO, 2000. v. 2a.
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS LEITÃO, M. F. de. Perigos em produtos agrícolas frescos. In: Elementos de apoio para as boas práticas agrícolas e o sistema APPCC/PAS Campo. 2. ed. Brasília: Embrapa, 2006, cap. 2, p.35-92.
- FRUTAS E LEGUMES. Produção de tomate caminha para excelência com ajuda de novas tecnologias. Publicare Editora Ltda. p. 20-24. Maio-Junho, 2003. Ano III. No. 19.
- MIRANDA, Henrique. Diagnostico Participativo: a experiência de Igarapé Mirim. Belém do Pará – UEPA, 2000.
- OLIVEIRA-SILVA, J.J.; ALVES, S.R.; MEYER, A.; PERES, F.; SARCINELLI P.N.; MATTOS, R.C.O. Influência de fatores socioeconômicos na contaminação por agrotóxicos, Brasil. Rev Saúde Pública 2001; 35:130-5.
- PERES, F.; ROZEMBERG, B.; LUCCA, S.R. Percepção de riscos no trabalho rural em uma região agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil: agrotóxicos, saúde e ambiente. Cad Saúde Pública 2005; 21:1836-44.
- PERES, F.; ROZEMBERG, B.; LUCCA, S.R. Percepção de riscos no trabalho rural em uma região agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil: agrotóxicos, saúde e ambiente. Caderno Saúde Pública 2005; 21:1836-44.
- RODRIGUES, C.M.; FERNANDES, F.R.; da SILVA, W.A.; CARVALHO, G.A.; MALUF, W.R. Manejo integrado de pragas do tomateiro. Boletim Técnico de Hortaliças, 68. 1ª Edição. 2001.
- SILVA. J. M.; NOVATO-SILVA, E.; FARIA, H. P. Agrotóxico e Trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. Ciência Saúde Coletiva, v. 10, n. 4, p. 891-903, 2005.
- SOUZA SILVA, C.M.M de; FAY, E.F. Agrotóxicos e Ambiente. Brasília, DF.: Embrapa informação Tecnológica. 2004. 400p.
- THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1986.

(1) Pesquisador, Embrapa Solos, Rua Jardim Botânico 1024, Rio de Janeiro, RJ. E-mail: jrmacedo@cnps.embrapa.br ; silvio@cnps.embrapa.br;

(2) Pesquisador do INCQS/Fundação Oswaldo Cruz, Av Brasil, 4365, Rio de Janeiro, RJ. E-mail: lucia.bastos@incqs.fiocruz.br;

(3) Pesquisador, Embrapa Agroindústria de Alimentos, Av. das Américas 29501, Rio de Janeiro, RJ. E-mail: imcastro@ctaa.embrapa.br;

(4) Analista, Embrapa Solos, Rua Jardim Botânico 1024, Rio de Janeiro, RJ. E-mail: bethbrandao@cnps.embrapa.br ; julio@cnps.embrapa.br;

(5) Prof. Dr. FIOCRUZ, Av. Brasil 1050, Manginhos, Rio de Janeiro, RJ. E-mail: jeffersonx2000@yahoo.com.br

(6) Prof. Fábio Zamberlan, COPPE-EP/UFRRJ, Ilha do Fundão. E-mail: fabio@pep.ufrj.br

Plano de gerenciamento dos resíduos sólidos de serviço de saúde - uma experiência do Hospital Nossa Senhora da Oliveira (HNSO) de Vacaria, RS-Brasil

Maria Emilia Camargo
Universidade de Caxias do Sul
kamargo@terra.com.br

Marta Elisete Ventura da Motta
Universidade de Caxias do Sul

Marcileia Oliveira Lunelli
Universidade de Caxias do Sul
Marcileia@ucs.br

Eliana Severo
Universidade de Caxias do Sul
eliana@ucs.br

Resumo: Os resíduos hospitalares são, de maneira geral, considerados contaminantes, nocivos à saúde humana e agressivos ao meio ambiente. O objetivo do artigo consiste na proposta de uma nova atitude pró-ativa ao destino de resíduos sólidos hospitalares do HNSO - Hospital Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria - RS. O gerenciamento é indispensável para o correto destino final desses resíduos. Assim sendo, o estudo desenvolvido, focaliza o Gerenciamento dos Resíduos do Serviço de Saúde do hospital. Trata-se de uma pesquisa exploratória, adotando a forma de estudo de caso, a fundamentação teórica foi embasada no estudo dos resíduos sólidos e na legislação vigente para o Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde. Estar em conformidade com a legislação, traz um grande benefício à sociedade, ao meio ambiente e para a própria entidade que tem como objetivo minimizar a produção de resíduos e proporcionar aos mesmos um encaminhamento seguro, evidenciando-se assim, ações eficazes de biossegurança.

Palavras-Chave: Resíduo Sólido. Hospital. Plano de Gerenciamento.

INTRODUÇÃO

A constituição promulgada de 1988 em seu artigo 196 diz que “saúde é um direito de todos e dever do Estado”. Para alcançar este objetivo fazem-se necessárias políticas econômicas e sociais que buscam o bem estar, o bem social e a redução do risco de doenças e de outros agravos, garantindo acesso às ações e serviços de saúde de maneira universal e igualitária.

Ao longo dos tempos, as Instituições Hospitalares passaram de simples locais destinados ao atendimento e abrigo, a instituições de cura, transmissão e formação do saber.

Segundo Foucault (1999) a transformação do hospital foi em virtude da necessidade de anulação de seus efeitos negativos, pois, como era local de inúmeras pessoas doentes, tornava-se um foco de doenças, e desse modo ocasionando um grave perigo à sociedade. No século XVIII, iniciou a prática de visitas de observação a hospitais já existentes na Europa, o objetivo era redefinir um programa de reconstrução dessas instituições. O hospital contemporâneo evoluiu, e assumiu outras missões, ainda que resguardando algumas daquelas que as precederam.

Ocorreram mudanças em suas características e finalidades, em sua administração, em seus sujeitos, nos instrumentos e processos de trabalho.

As Instituições Hospitalares estão entre as organizações mais complexas de serem administradas. Nelas encontram-se reunidos vários serviços e situações simultâneas: hospital de serviços médicos, serviços de enfermagem, hotel, restaurante, transporte, limpeza, lavanderia, vigilância, recursos humanos e relacionamento com o usuário. Consoante isso, essas organizações são cada vez mais regidas por leis, normas, regulamentações e portarias, vindas de diversos órgãos e instituições (CELESTINO, 2002).

A nível Federal, a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA 358/2005, dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências (CONAMA/2005).

O Gerenciamento dos Resíduos do Serviço de Saúde trata-se de um assunto polêmico e amplamente discutido por tratar-se de lixo hospitalar. Produzidos em todos os estágios das atividades humanas, os resíduos, em termos tanto de composição como de volume, variam em função das práticas de consumo e dos métodos de produção. As principais preocupações estão voltadas para as repercussões que podem ter sobre a saúde humana e sobre o meio ambiente. Portanto, é necessário haver controle destes resíduos. Muitas leis foram estabelecidas para que as empresas sejam responsáveis desde a geração até o destino final dos mesmos, estas fontes inesgotáveis de resíduos exigem soluções técnicas, ambientalmente seguras, viáveis de coleta, acondicionamento, armazenamento, tratamento e disposição final. Os Resíduos Sólidos Hospitalares, quando inadequadamente gerenciados em quaisquer de seus processos de manipulação, podem e causam verdadeiras catástrofes, poluindo água, solo e ar, alterando fatores químicos, físicos e microbiológicos ambientais.

O lixo hospitalar ou resíduo séptico constituiu-se num problema sério para os Administradores Hospitalares, devidos principalmente à falta de informações, gerando mitos e fantasias entre funcionários, pacientes, e principalmente a comunidade vizinha das instituições.

Assim sendo, demonstra-se o quanto é necessário o desenvolvimento de diferentes práticas de gestão de resíduos hospitalares que permitam a redução da quantidade de resíduos a ser tratado. A incineração dos resíduos é o processo de tratamento alternativo adotado pela entidade em estudo.

Assim, esta pesquisa teve como objetivo principal apresentar um estudo sobre o o Gerenciamento dos Resíduos do Serviço de Saúde do hospital Nossa Senhora da Glória de Vacaria, RS. O artigo está dividido em seis seções, além da introdução. Na seção dois, apresenta-se uma revisão sobre resíduos sólidos e as legislações pertinentes. A seção três traz a metodologia que foi utilizada no desenvolvimento da pesquisa, a seção quatro descreve o plano de gerenciamento dos resíduos no HNSO. A seção cinco traz as recomendações finais do artigo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Resíduos Sólidos

A Resolução nº. 05/93 do CONAMA, traz no seu contexto o conceito de resíduos sólidos definido pela NBR 10.004/87 da ABNT, como: "Resíduos nos estados sólidos e semi-sólidos, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição". Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades os tornem inadequados para o lançamento na rede pública de esgotos, corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis, em face à melhor tecnologia disponível". Sendo importante salientar que quando se diz "resíduo sólido" nem sempre se pode associar aquele a um estado sólido.

Além disso, a Resolução nº. 283/01 do CONAMA: (a) estabelece a classificação para os resíduos produzidos nos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, em quatro grupos (biológicos, químicos, radioativos e comuns); (b) determina que a administração dos estabelecimentos de saúde, em operação ou a serem implantados, deverá elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - PGRSS, a ser submetido à aprovação pelos órgãos de meio ambiente e de saúde, dentro de suas respectivas esferas de competência; (c) atribui responsabilidade ao gerador do resíduo, pelo gerenciamento de todas as etapas do ciclo de vida dos resíduos, devendo o estabelecimento contar com um responsável técnico, devidamente registrado no Conselho Profissional. Esta responsabilidade não cessa, mesmo após a transferência dos resíduos a terceiros para o transporte, tratamento e disposição final, conhecido como princípio da co-responsabilidade; (d) exige licenciamento ambiental para a implantação de sistemas de tratamento e destinação final dos resíduos.

A partir dos anos 50, alguns países começaram a dar mais importância para a contaminação da água subterrânea, e conseqüentemente estudos foram desenvolvidos nesse campo. Como resultado, os resíduos foram classificados em duas categorias: perigosos e não perigosos.

A necessidade de caracterizar os resíduos para determinar seu destino final tornou-se essencial, principalmente para evitar sua disposição em locais inadequados, que possam causar contaminação do meio ambiente.

2.2 Legislação

2.2.1 Resolução CONAMA Nº 05 De 05/08/93 e a adoção de procedimentos para Resíduos Sólidos

Na área da saúde, tornou-se imprescindível a adoção de procedimentos que visem controlar a geração e disposição dos resíduos de serviços de saúde, principalmente devido ao crescente aumento da complexidade dos tratamentos médicos, com o uso de novas tecnologias, equipamentos, artigos hospitalares e produtos químicos, aliado ao manejo inadequado dos resíduos gerados, como a queima dos resíduos a céu aberto, disposição em lixões, dentre outros. Assim sendo, o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, criado através da Lei Federal nº 6.938, de 31/08/81, aprovou a Resolução Nº 05, em 05/08/93, que dispõe sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde, portos, aeroportos e terminais ferroviários e rodoviários.

2.2.2 Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e o controle de Resíduos Sólidos.

No âmbito da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, existem algumas normas relativas ao controle dos resíduos de serviços de saúde - RSS, que podem ser observadas, a saber:

NBR 10.004 de setembro de 1987 - Classifica os Resíduos Sólidos quanto aos riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública.

NBR 12.807 de janeiro de 1993 - Terminologia dos Resíduos de Serviços de Saúde.

NBR 12.809 de fevereiro de 1993 - Procedimento de Manuseio dos Resíduos de Serviços de Saúde.

NBR 12.810 de janeiro de 1993 - Procedimento de Coleta de Resíduos de Serviços de Saúde.

NBR 7.500 de setembro de 1987 - Símbolos de Risco e Manuseio para o transporte e Armazenagem de Materiais.

NBR 9.191 de dezembro de 1993 - Especificação de sacos plásticos para acondicionamento de lixo.

NBR 9.190 de dezembro de 1985 - Classificação de sacos plásticos para acondicionamento de lixo.

NBR 12.808 - Classificação de Resíduos de Serviço de Saúde - RSS, muito embora esteja em vigor, por ter sido editada antes de 1993, não está de acordo com a Resolução CONAMA nº 5/93, não devendo, portanto, ser utilizada como referência para adoção da classificação.

2.2.3 RDC ANVISA Nº. 33 / 2003 - Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde

RDC ANVISA Nº. 33 / 2003, de 25 de fevereiro de 2003, publicação em Diário Oficial da União dia 05/03/2003 a prova o Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - Diretrizes Gerais que constam do Anexo desta Resolução. Compete às Secretarias de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, em conjunto com os Órgãos de Meio Ambiente e de Limpeza Urbana, e à Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, no que lhe for pertinente, divulgar, orientar e fiscalizar o cumprimento desta Resolução.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Diante do objetivo proposto de apresentar um estudo sobre o tratamento e tipos de resíduos sólidos produzidos no HNSO, optou-se pela realização de uma pesquisa exploratória. Segundo Tripodi et al.(1975), o estudo exploratório tem por objetivo “fornecer um quadro de referência que possa facilitar o processo de dedução de questões pertinentes na investigação de um fenômeno”. A partir dessa exploração, é possível ao pesquisador a formulação de conceitos e hipóteses a serem aprofundadas em estudos posteriores (TRIPODI et al., 1975).

Para a operacionalização da pesquisa, utilizou o estudo de caso, que de acordo com Yin (2001), a opção de estudo de caso como estratégia de pesquisa se justifica quando o estudo focaliza o âmbito das decisões, isto é, tentam esclarecer o motivo pelo qual as decisões foram tomadas, como foram implementadas e quais os resultados encontrados.

O estudo de caso vem sendo utilizado cada vez mais pelos pesquisadores sociais com diferentes propósitos, tais como: a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (YIN, 2001).

3.1 Perfil da Instituição

O Hospital Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria (HNSO) - RS, possui como especialidades médicas: Obstetria, Pediatria, Cardiologia, Ortopedia, Traumatologia, Neurologia, Urologia, Oftalmologia, Anestesiologia, Oncologia, Otorrinolaringologia, Nefrologia, Cirurgia e Clínica Geral. Conta com funcionários e de prestadores de serviços (médicos e outros profissionais), sendo que são funcionários 285, terceiros (médicos) 84 totalizando 369. Possui uma área construída de 9.384,24m² e área total do terreno de 10.567,91m. Com um número total de leitos de 165, distribuídos por especialidades médicas da seguinte maneira: (a) Pediatria- 39; (b) Obstetria-19; (c) Cirurgia - 36; Clínica Geral -71. Tendo como responsável legal pelo estabelecimento a Diretora Geral.

4. GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS PRODUZIDOS NO HNSO

4.1 Rotinas de Gerenciamento de Resíduos

É de responsabilidade dos dirigentes dos estabelecimentos, elaborarem, desenvolverem, submeterem às autoridades competentes e implantarem o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, conforme Resolução RDC nº 306, publicada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em 07 de dezembro de 2004. O plano de gerenciamento de resíduos deve contemplar, entre outros fatores, as medidas preventivas e corretivas de controle integrado de insetos e roedores e as rotinas de higiene e limpeza de superfícies da CCIH (Comissão do Controle de Infecção Hospitalar) - HNSO.

Os fabricantes e representantes legais de medicamentos destinados à prevenção e tratamento de doenças de humanos e animais, passíveis de gerar resíduos de saúde, são co-responsáveis pelo tratamento e disposição final dos resíduos gerados na área de fabricação, distribuição e utilização.

Todas as firmas prestadoras de serviço de limpeza e conservação deverão comprovar capacitação para atuar em estabelecimentos de saúde com os seguintes objetivos:

Proporcionar maior segurança aos profissionais, pacientes e visitantes do Hospital;

Promover a redução dos acidentes ocupacionais;

Contribuir para a redução dos índices de infecção hospitalar;

Contribuir para a preservação do meio ambiente;

Minimizar a geração de resíduos, proporcionar a reciclagem e reduzir custos;

Adequar todas as etapas do gerenciamento de resíduos no Hospital, desde a geração até o tratamento final, conforme as recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

Desenvolver um Plano de Gerenciamento de Resíduos, com a participação de profissionais da área de segurança e medicina do trabalho, gerência de risco, limpeza, CCIH, farmácia, enfermagem, laboratório, setor de radiodiagnóstico, banco de sangue, divisão de administração, arquitetura e engenharia, saúde do trabalhado, educação permanente e divisão médica.

4.1.1 Rotina 1 - Planejamento de Treinamento

O programa de treinamento inicial e de forma continuada deve contemplar: noções gerais sobre o ciclo de vida dos materiais, conhecimento da legislação em vigor, definições, tipo e classificação dos resíduos e potencial de risco, sistema de gerenciamento de resíduos adotado, formas de reduzir a geração, responsabilidades e tarefas, reconhecimento dos símbolos, sobre a utilização e circulação dos veículos de coleta, EPI (Equipamento de Proteção Individual), EPC (Equipamento de Proteção Coletivo).

EPC, biossegurança e higiene pessoal e dos ambientes, proteção radiológica, providências em caso de acidentes e situações emergenciais, sobre gerenciamento de resíduos no município e noções básicas sobre o controle de infecção e de contaminação química.

Todos os profissionais da instituição independente de suas funções deverão conhecer o sistema de gerenciamento de resíduos adotado pela Unidade. Por isso, considera-se os seguintes itens: (a) objetivo de conscientizar o trabalhador da importância dos assuntos citados acima no seu trabalho diário; (b) o conteúdo programático deve estar relacionado com o assunto a ser trabalhado; (c) tem de um responsável pelo treinamento; (d) deve acontecer a educação continuada (CCIH; Segurança do Trabalho e outros profissionais especializados). Material didático é constituído de Rotinas, Manual de treinamento e OS (Ordem de Serviço).

Os treinamentos são ministrados na integração dos funcionários e reciclados a cada seis meses ou quando necessário.

4.1.2 Rotina 2: Avaliação e Monitoramento do PGRSS

É da competência do gerador de RSS, monitorar e avaliar seu PGRSS, uma vez que o desenvolvimento de instrumentos de avaliação e controle, incluindo a construção de indicadores claros, objetivos, auto-explicativos e confiáveis, que permitam acompanhar a eficácia do PGRSS implantado.

A avaliação referida é realizada levando-se em conta os seguintes indicadores, considerando a taxa de acidentes com resíduo perfurocortante:

Variação da geração de resíduos
Variação da proporção de resíduos do Grupo A
Variação da proporção de resíduos do Grupo B
Variação da proporção de resíduos do Grupo D
Variação da proporção de resíduos do Grupo E
Variação do percentual de reciclagem

São elaborados relatórios semestrais de avaliação do PGRSS identificando a necessidade de melhorias, alterações necessárias, mudanças de procedimentos, entre outros; são realizadas reuniões mensais com a equipe do lixo e de combate as pragas no sentido de avaliar o seu desempenho ambiental, para isso a empresa realiza avaliações periódicas, visando garantir sua conformidade com os requisitos legais, seus requisitos corporativos e com as boas praticas ambientais.

Os resultados dessas avaliações são difundidos internamente e para todas as partes interessadas.

São elaboradas planilhas referindo a geração mensal de resíduos, tipo de resíduos, classificação, forma e local de armazenamento, destino final, entre outros indicadores.

Na inspeção e acompanhamento dos serviços são consideradas:

Ações Corretivas que são as ações necessárias e suficientes para evitar que um problema real volte a ocorrer.

Ações Preventivas que são as ações necessárias e suficientes para evitar que um problema potencial se materialize.

São executados monitoramentos periódicos para verificar o atendimento aos requisitos legais e critérios da empresa contratada

Caso não haja conformidade, serão implementadas medidas corretivas. Para garantir a manutenção da conformidade serão mantidas medidas preventivas antes de iniciar qualquer trabalho.

Foi elaborado um sistema de registros para demonstrar e garantir o cumprimento das ordens de serviço, cumprindo assim os objetivos e metas.

Com este plano o Hospital Nossa Senhora da Oliveira, evitará os atos ou omissões de seus empregados e a conseqüente degradação do meio ambiente.

4.1.3 Equipamento e proteção individual (EPI) e outras medidas de segurança

O profissional da limpeza deve comprovar vacinação contra tétano e hepatite B, teste tuberculínico anual e ser treinado continuamente. Submeter-se a exames médicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional, conforme NR-7 do Ministério do Trabalho. Os seguintes Equipamentos de Proteção Individual devem ser utilizados pelos profissionais em suas atividades de limpeza e manejo de resíduos:

Avental (jaleco de algodão);

Máscara de carvão ativado e máscara cirúrgica;

Botas de PVC, de cano curto e longo (para lavagem), de cor clara e solado antiderrapante;

Luvas de PVC grossa e longa, antiderrapante.

Óculos de proteção de acrílico.

É obrigatório o uso de calça comprida e sapato fechado. Os profissionais devem manter perfeita higiene pessoal (banho diário, cabelos limpos, penteados e presos, unhas limpas e aparadas e evitar o uso de adornos).

4.1.4 O recolhimento dos resíduos

As empresas contratadas para efetuarem a remoção dos resíduos são RESI SERVICE (empresa localizada no distrito industrial – Caxias do Sul, RS) e AG META (Indústria Química Ltda - Vacaria,RS) , conforme contratos em anexo.

Para essa atividade deve ser considerado que para a reciclagem de resíduos dos Grupos B ou D são elaboradas, desenvolvidas e implantadas práticas, de acordo com as normas dos órgãos ambientais e demais critérios estabelecidos na legislação, a seguir:

São elaborados relatórios semestrais de avaliação do PGRSS identificando a necessidade de melhorias, alterações necessárias, mudanças de procedimentos, entre outros; São realizadas reuniões mensais com a equipe do lixo e de combate às pragas no sentido de avaliar o seu desempenho ambiental, a empresa realiza avaliações periódicas, visando garantir sua conformidade com os requisitos legais, seus requisitos corporativos e com as boas práticas ambientais. Os resultados dessas avaliações são difundidos internamente e para todas as partes interessadas.

São elaboradas planilhas referindo a geração mensal de resíduos, tipo de resíduos, classificação, forma e local de armazenamento, destino final, entre outros indicadores.

4.2 Tipos de Resíduos existentes no HNSO

Os tipos de resíduos são agrupados da seguinte forma: Grupo A: Infectante; Grupo B: Químico; Grupo D: Resíduo Comum; Grupo E: Perfurocortante.

4.2.1 Grupo A: Resíduo Infectante - Grupo A1

A1.1 - Culturas e estoques de microrganismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios;

A1.2 - Resíduos resultantes de atividades de vacinação com microrganismos vivos ou atenuados, incluindo frascos de vacinas com expiração do prazo de validade, com conteúdo inutilizado, vazios ou com restos do produto, agulhas e seringas. Os resíduos provenientes de campanha de vacinação e atividade de vacinação em serviço público de saúde.

A1.3 - Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes Classe de Risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido.

A1.4 –Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta; sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos (líquor, líquido pericárdico, pleural, articular, ascítico e amniótico); recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

4.2.1.1 Segregação

A segregação se dá próxima ao local de geração.

4.2.1.2 Identificação

Inscrição do conteúdo: “RESÍDUO INFECTANTE” e simbologia específica (rótulos de fundo branco, com desenho e contornos pretos) nos sacos, lixeiras, contêineres, coletores de transportes internos e externos, nos locais de armazenamento, em local de fácil visualização, de forma indelével, conforme NBR 7.500 da ABNT.

4.2.1.3 Acondicionamento antes da coleta

O acondicionamento de todos os resíduos contaminados é feito em saco branco leitoso.

Os sacos devem ser colocados em recipientes de material lavável, resistente à punctura, ruptura e vazamento, com tampa provida de sistema de abertura sem contato manual, com cantos arredondados e ser resistente ao tombamento.

Os recipientes de acondicionamento, existentes nas salas de cirurgias e nas salas de parto, não necessitam de tampa para vedação.

Os resíduos líquidos devem ser acondicionados em recipientes constituídos de material compatível com o líquido armazenado, resistentes, rígidos e estanques, com tampa rosqueada e vedante.

4.2.1.4 Coleta

O Recolhimento dos sacos quando forem atingidos 2/3 da capacidade ou pelo menos 1 vez a cada 24 horas. É proibido o esvaziamento ou o reaproveitamento dos sacos. Os resíduos devem ser desprezados diretamente da fonte geradora para os sacos branco.

4.2.1.5 Transporte interno

Para o transporte interno deve ser considerado o seguinte:

Definir em função do volume de resíduos gerados, fluxos bem definidos em termos de horário, sentido único e fixo, evitando cruzamento com roupas limpas, alimentos, medicamentos, visitas e fluxo maior de pessoas ou atividades. Este serviço deverá ser executado por profissional devidamente paramentado e treinado.

O trajeto para o traslado deve ser de revestimento resistente à abrasão, superfície plana, regular, antiderrapante e rampa, permitindo livre acesso dos carros coletores, conforme RDC ANVISA 50/2002.

Os recipientes de transporte não podem transitar pela via pública externa à edificação para terem acesso ao abrigo.

4.2.1.6 A coleta e transporte interno

A coleta é feita por profissional capacitado, duas vezes por dia sendo uma vez às 10 horas e outra às 16 horas em carro de cor branca, simbologia e inscrições de Resíduo infectante; de material lavável, rígido, impermeável, com tampa articulada ao próprio corpo, cantos arredondados e rodas revestidas de material que reduza o ruído; recipientes com mais de 400 L devem possuir válvula de dreno no fundo.

4.2.1.7 O armazenamento temporário interno

O armazenamento temporário interno se faz da seguinte forma:

Em sacos de cor branca leitosa, em lixeiras de material lavável, resistente, com tampa-pedal e cantos arredondados;

Sala específica, com pisos e paredes lisas e laváveis;

Não é permitida a retirada de sacos de dentro de recipientes na sala de armazenamento temporário;

Resíduos de fácil putrefação que venham a ser coletados num período superior a 24 horas de seu armazenamento deverão ser conservados sob refrigeração.

A sala de armazenamento temporário é compartilhada com a sala de utilidades (expurgo). Neste caso, a sala deve dispor de área exclusiva de no mínimo 2m², para armazenar, no mínimo, dois recipientes coletores.

4.2.1.8 O armazenamento externo

O armazenamento externo se dá em:

Ambiente exclusivo. Grupos A e E podem ser juntos, porém ambos separados do grupo D. Na área de armazenamento externo é proibida a manutenção dos sacos de resíduos fora dos recipientes de armazenamento ali estacionados.

Sala específica, com pisos e paredes lisas e laváveis;

Piso resistente ao tráfego de carros coletores;

Guarda de no mínimo 2 carros de transporte interno;

Área com identificação: Sala de Resíduos;

Resíduos de fácil putrefação que venham a ser coletados num período superior a 24 horas de seu armazenamento deverão ser conservados sob refrigeração.

4.2.1.9 Transporte externo

Para o transporte externo carros de carga na cor branca devem ter inscrição e símbolo de “RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE”, nome do município e da empresa responsável pelo transporte. A coleta e transporte externo deverão seguir as normas da NBR 12.810 e NBR 14.652 da ABNT.

4.2.1.10 Tratamento e destinação final

Para o tratamento de destinação final é utilizado o sistema de incineração e a disposição final das cinzas é feita em aterro sanitário licenciado da Pró Ambiente em Gravataí- R/S.

4.2.2 Grupo Infectante - A3

Compreende este grupo peças anatômicas (membros, etc) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas, estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e do qual não tenha havido requisição pelo paciente ou seus familiares.

4.2.3 Grupo Infectante - A4

Este grupo é composto por kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores; filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo; recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenham sangue ou líquidos corpóreos na forma livre; peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anatomo-patológicos ou de confirmação diagnóstica; peças anatômicas não submetidas a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações; bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão.

4.2.4 Grupo B: Resíduo Químico

São resíduos contendo substâncias químicas que apresentam risco à saúde ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade, que são:

Grupo B1.1 - Produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossupressores; digitálicos; imunomoduladores; anti-retrovirais, quando descartados por serviços assistenciais de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos;

Grupo B1.2 - Os resíduos e insumos farmacêuticos dos medicamentos controlados pela Portaria MS 344/98 e suas atualizações;

Grupo B2 - B2.1 - Resíduos de saneantes, desinfetantes e desinfestantes; B2.2 - Resíduos contendo metais pesados; (não gerados); B2.3 - Recipientes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes;

Grupo B3 são os efluentes de processadores de imagem que constam do grupo B3.1 os reveladores e do B3.2 os fixadores.

O Grupo B4 agrega os efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas.

O Grupo B5 possui os demais produtos considerados perigosos, conforme classificação da NBR 10.004 da ABNT (tóxicos, inflamáveis): líquidos inflamáveis, formaldeído, gases comprimidos.

O Grupo B6 são resíduos químicos que não apresentam risco à saúde ou ao meio ambiente: resíduos de produtos ou de insumos farmacêuticos que, em função de seu princípio ativo e forma farmacêutica, não oferecem risco à saúde e ao meio ambiente.

Assim sendo, as características dos riscos destas substâncias são as contidas na Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), conforme NBR 14725 da ABNT e Decreto/PR 2657/98. A FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico) não se aplica aos produtos farmacêuticos e cosméticos. Resíduos químicos que apresentam risco à saúde ou ao meio ambiente, quando não forem submetidos a processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser submetidos a tratamento ou disposição final específicos.

As embalagens e materiais contaminados por substâncias químicas que apresentem risco a saúde e ao meio ambiente, devem ser tratados da mesma forma que a substância que as contaminou.

4.2.4.1 Segregação

A segregação se dá próxima ao local de geração.

4.2.4.2 Identificação

Devem ser identificados os sacos, os recipientes de acondicionamento, os coletores de transportes internos e externos, os locais de armazenamento, em local de fácil visualização, de forma indelével, contendo:

Conteúdo (discriminação da substância química e frases de risco);

Simbologia e expressão (Resíduo Químico) específicos do risco associado.

4.2.4.3 O Acondicionamento

Quando destinados à reciclagem ou reaproveitamento, devem ser acondicionados em recipientes individualizados, observadas as exigências de compatibilidade química do resíduo entre si, assim como com os materiais das embalagens de forma a evitar reação química entre os componentes do resíduo e da embalagem.

4.2.4.4 Coleta

São acondicionados em recipientes individualizados.

4.2.4.5 Transporte Interno

Definido em função do volume de resíduos gerados, fluxos bem definidos em termos de horário, sentido único e fixo, evitando cruzamento com visitas e fluxo maior de pessoas ou atividades. Este serviço é executado por profissional devidamente paramentado e treinado.

Os recipientes de transporte não podem transitar pela via pública externa à edificação para terem acesso ao abrigo.

4.2.4.6 Armazenamento Temporário Interno

No caso de pequenos geradores é desnecessário.

4.2.4.7 Armazenamento Temporário Externo

Fica-se armazenado no depósito temporário de resíduos recicláveis, acondicionados em recipientes individualizados, observadas as exigências de compatibilidade química entre resíduos e entre estes e a embalagem e, que não permitam vazamentos.

4.2.4.8 Transporte Externo

O transporte dos resíduos é feito em veículo compatível devidamente sinalizado e equipado, conduzido por profissional habilitado, de forma a atender as exigências do ministério dos transportes para o transporte de cargas perigosas.

4.2.5 Grupo D: Resíduo Comum

São os resíduos que não apresentam risco biológico, químico ou radiológico à saúde e ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domésticos, tais como:

Papel sanitário, fraldas, absorventes higiênicos, peças descartáveis de vestiário, restos alimentares de pacientes;

Sobras de alimento e do preparo de alimentos (resíduos úteis para compostagem);

Resto alimentar de refeitório (resíduo sem utilidade);

Resíduos de áreas administrativas;

Resíduos de varrição, flores, podas de árvores e jardins;

Resíduos de gesso provenientes de assistência à saúde;

Resíduos recicláveis (papel, metal, vidro, plástico);

Resíduos sem utilidade.

As embalagens secundárias (de quaisquer medicamentos ou produtos médico-hospitalares, frascos plásticos de soro e frascos de vidros ou plásticos de medicamentos ou de outro produto farmacêutico), desde que não contaminadas por produto químico, devem ser fisicamente descaracterizadas e acondicionadas como Resíduo do Grupo D, podendo ser encaminhadas para processo de reciclagem.

4.2.5.1 Segregação

Pode ser segregado distante do local de geração.

4.2.5.2 Identificação

A Inscrição do conteúdo, cor e simbologia específica de materiais recicláveis nos sacos, lixeiras, carros coletores de transporte internos e externos, nos locais de armazenamento, em local de fácil visualização, de forma indelével, conforme Resolução CONAMA 275/2001.

Azul para papéis, metais, vidros, plásticos,

Preto para resíduos orgânicos;

Para o HNSO foram padronizados os carros coletores de cor branca, trocando somente a simbologia para resíduo reciclável.

4.2.5.3 Acondicionamento

O acondicionamento deve se feito em:

Sacos impermeáveis nas diferentes cores, colocados em recipientes identificados;

Lixeiras com simbologia diferente para cada tipo de resíduo;

Carros;

Locais de armazenamento interno junto com os demais resíduos e externo separados dos demais resíduos.

4.2.5.3 Coleta

O recolhimento dos sacos quando atingir 2/3 da capacidade sendo feita a coleta duas vezes por dia.

4.2.5.4 Transporte Interno

Os carros de transporte são de cor branca identificado com simbologia para resíduos recicláveis, é de material lavável, rígido, impermeável, com tampa articulada ao próprio corpo, cantos arredondados e rodas revestidas de material que reduza o ruído; recipientes com mais de 400 L devem possuir válvula de dreno no fundo. O trajeto para o traslado deve ser de revestimento resistente à abrasão, superfície plana, regular, antiderrapante e rampa, permitindo livre acesso dos carros coletores;

4.2.5.5 Armazenamento Interno Temporário

O armazenamento interno temporário deve ser feito em:

Locais de armazenamento interno é junto dos demais resíduos.

Locais de armazenamento externo, separados dos demais resíduos.

Coletores internos de material lavável, resistente, com tampa-pedal e cantos arredondados.

4.2.5.6 Armazenamento Externo

Deve ser armazenado em ambiente exclusivo, conforme descrito acima.

4.2.5.7 Transporte Externo

O transporte externo é feito pela empresa responsável pelo recolhimento do lixo urbano, obedecendo às normas de limpeza urbana municipal. Os resíduos recicláveis são transportados pelas empresas de reciclagem devidamente registrada.

4.2.5.8. Tratamento e Destinação Final

No tratamento de destinação final os recicláveis são destinados à venda e encaminhados para a reciclagem. Resíduos como compostagem, flores, podas de árvore, jardinagem, sobras de alimento de refeitórios e de outros, desde que não tenham mantido contato com secreções, excreções ou fluido corpóreo são encaminhado para aterro sanitário urbano.

4.2.6 Grupo E: Resíduo Perfurocortante

Os materiais perfurocortantes como lâminas de barbear, agulhas, escalpes, lâminas de bisturi, ampolas de vidro, brocas, pontas diamantadas, lancetas, tubos capilares, micropipetas, lâminas, espátulas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de petri) e outros similares contaminados com material biológico.

4.2.6.1 Segregação

A segregação ocorre próxima ao local de geração, imediatamente após o uso ou necessidade de descarte. As agulhas descartáveis devem ser desprezadas juntamente com as seringas, quando descartáveis, sendo proibido reencapá-las ou proceder a sua retirada manualmente.

4.2.6.2 Identificação

Os recipientes de coleta devem conter na identificação:

Inscrição do conteúdo: Resíduo perfurocortante;

Símbolo internacional de risco biológico com rótulos de fundo branco, desenho e contornos pretos, conforme NBR 7500 da ABNT.

4.2.6.3 Coleta

O recolhimento dos recipientes quando atingir 2/3 da capacidade ou o nível do preenchimento ficar a 5 cm de distância da boca do recipiente. É proibido o esvaziamento ou o reaproveitamento dos recipientes de acordo com a RDC 306 e encaminhados ao estabelecimento de referência.

4.2.6.4 Transporte Interno

O transporte interno nos mesmos recipientes e seguem as mesmas recomendações dos resíduos contaminados.

4.2.6.5 Armazenamento Interno Temporário

O Armazenamento Interno Temporário é feito nos mesmos recipientes, local e segue as mesmas recomendações dos resíduos contaminados.

4.2.6.6 Tratamento

Não necessitam de tratamento

4.2.6.7 Armazenamento Externo

O armazenamento interno é feito nos mesmos recipientes, local e segue as mesmas recomendações dos resíduos contaminados. Os Grupos A e E podem estar juntos, os demais grupos deverão ser armazenados em áreas separadas. Deve estar em conformidade com a Resolução CONAMA 283/2001.

Área de ser identificada de uso restrito com área mínima de 4m², com largura mínima de 2 metros para que permita manobra simples de pelo menos dois carros de coleta. Deve ser de alvenaria e coberto com brasilite em local afastado do corpo da edificação. O piso e paredes revestidos de material liso, resistente, lavável e impermeável, preferentemente branco e rejuntado. Tem de dispor de torneira baixa para lavagem de pisos e paredes; pias para a lavagem das mãos; tomada elétrica; piso com caimento em direção a canaletas de escoamento direcionadas para ralo sifonado, ligado à rede de esgoto e dotado de dispositivo de fechamento; porta abrindo para fora, com proteção inferior (tela) contra acesso de vetores, identificada com expressões de manter sempre fechada, acesso exclusivo de funcionários responsáveis pelo serviço e nome e simbologia do tipo de resíduo e, larga o suficiente para permitir a passagem de carros de coleta. O acesso exclusivo de funcionários do setor; deverão receber lavagem e desinfecção ao fim de cada fluxo. Deve conter um freezer com capacidade para 7 dias de geração.

4.2.6.8 Transporte Externo

O transporte externo deve ser feito em carros com recipiente de carga na cor branca, inscrição e símbolo de “RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE”, nome do município e da empresa responsável pelo transporte. A coleta e transporte externo deverão seguir as normas da NBR 12.810 e NBR 14.652 da ABNT.

4.2.6.9 Tratamento e Destinação Final

A disposição final é feita em local com licenciamento ambiental conforme resolução CONAMA nº 237/97. A disposição final deve estar de acordo com as normas NBR 12.810 e NBR 14652 da ABNT.

4.2.6.10 Abrigo de Higienização

O abrigo de higienização é o local exclusivo para limpeza de utensílios, carros coletores, lixeiras ou recipientes de suporte de sacos de resíduos, baldes, pás, vassouras, panos de chão e demais materiais necessários ao manejo de resíduos. Deve ser mantido em sala para guarda destes materiais, piso e paredes resistentes, lisos e impermeáveis, laváveis e de cor clara, providos de pontos de luz e tomada elétrica, ponto de água, com torneira baixa e alta, tanque com torneira, ralo sifonado com tampa, ligado à rede de esgoto, pia exclusiva para a lavagem das mãos, e todos os EPIs necessários para a função.

4.5 Gerenciamento dos resíduos

O Quadro 1 demonstra o quanto foi investido e arrecadado na reciclagem dos resíduos, no período de novembro de 2006 à outubro de 2007.

Quadro 1 – Valores investidos e arrecadados com a reciclagem de resíduos no período de novembro de 1996 a outubro de 2007

Mês/Ano	Quantidade	Investido (R\$)	Pago (R\$)	Recebido (R\$)	Obs. Investimento
nov/96	2.9	383,00	899,00	553,00	placas
dez/96	2.92	530,00	876,00	485,00	lixeiras
jan/07	2.72	5.800,00	843,20	832,00	carro para higienização
fev/07	3.047	1.300,00	942,40	300,00	carro coletor
mar/07	2.5	1.300,00	775,00	842,00	carro coletor
abr/07	2.52	-	781,20	834,00	
mai/07	3.16	800,00	979,60	550,43	lixeiras quartos
jun/07	2.73	-	846,30	1.364,20	
jul/07	2.98	-	923,80	506,50	
ago/07	3.7	3.200,00	1147,00	323,00	lixeira para separação
set/07	3.3	210,00	1.023,00	437,39	adesivos para identificação
out/07	3.54	1.530,00	1.097,40	505,07	Lixeiras para separação
Total	36.017	15.053,00	11.133,90	7,523,59	

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou um estudo sobre o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde – PGRSS. Com o intento de diminuir, através da informação, os riscos gerados pelos resíduos do hospital, uma vez que todos os resíduos hospitalares eram incinerados em um incinerador comum no próprio hospital, sem filtro ou dispositivos de segurança para queima. O principal objetivo da segregação é minimizar os riscos de contaminação do meio ambiente e dos trabalhadores, da geração até o destino final, evitando o contato dos resíduos comuns com os resíduos infectantes, considerando que os resíduos comuns são reciclados e geram uma pequena renda a instituição, auxiliando na manutenção do plano e dos projetos de Educação Ambiental.

Outro aspecto importante é a contratação de terceiros capacitados e credenciados em órgãos ambientais, qualificando ainda mais o sistema. Isso pode ser considerado um avanço, pois somente empresas licenciadas devem prestar esse tipo de serviço caso contrário estarão infringindo a legislação e estarão passíveis a penalidades. O êxito do programa foi alcançado devido ao comprometimento dos funcionários em todos os níveis da organização.

A necessidade do gerenciamento dos resíduos se deu através de demanda da Vigilância Sanitária em vistoria no ano de 2002. Surgindo a seguir a equipe multidisciplinar com participação de todos os setores da organização e com número considerável de colaboradores. Esta equipe após realizar análise crítica da condição em que se encontrava a gestão de resíduos, definiu o plano de trabalho, o qual teve como prioridade a capacitação de todos os trabalhadores em gestão de resíduos.

Vencido o processo de capacitação, a organização entrou na fase das mudanças significativas nos procedimentos operacionais, com adoção das instruções técnicas de biossegurança e disponibilização dos equipamentos adequados para gestão interna dos resíduos.

Para garantir a correta disponibilização final dos resíduos, foi contratado serviço terceirizado de transporte, incineração e disposição em aterro sanitário controlado de resíduos. Que dispunha de logística para atender a organização e estava formalmente certificada pelos órgãos governamentais do meio ambiente.

A fase final foi formalizar o Gerenciamento de Resíduos da Organização, através de projeto licenciatório junto a FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental – RS, onde constam todos os procedimentos acima adotados, recebendo anuência da Vigilância Sanitária.

O fator mais importante na continuidade deste Plano de Gerenciamento de Resíduos é a persistência dos profissionais, uma vez que a mudança de paradigma é um processo longo e difícil. Atualmente o gerenciamento está em pleno funcionamento, vale ressaltar que o hospital de Vacaria, na serra gaúcha, foi um dos primeiros a se adequar na legislação vigente. A pesquisa atingiu seus objetivos, ou seja, informar os princípios básicos do tratamento dado aos resíduos hospitalares.

Este trabalho não tem a intenção de esgotar o assunto, já que o tema é complexo, entretanto veio mostrar o método de gerenciamento adotado para minimizar o passivo ambiental no gerenciamento de resíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005, CONAMA. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Disponível em : <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res05/res35805.pdf>>. Acesso em mai. 2008.

BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR 10.004 de setembro de 1987. Classifica os Resíduos Sólidos quanto aos riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública.

NBR 12.810 de janeiro de 1993. Procedimento de Coleta de Resíduos de Serviços de Saúde.

NBR 7.500 de setembro de 1987. Símbolos de Risco e Manuseio para o transporte e Armazenagem de Materiais.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado.

CELESTINO, P. Nó de normas. Notícias hospitalares gestão de saúde em debate, out/nov. 2002, n. 39, ano 4, disponível em: <<http://www.noticiashospitalares.com.br/out/2002/pgs/capa.htm>>. Acesso em 09 de novembro de 2004.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução nº 237/97, de 19 de dezembro de 1997.

FOCAULT, M. (1999). O nascimento do hospital. In. Microfísica do Poder. Organização e tradução de Roberto Machado. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, p. 99-111.

TRIPODI, T. et al. (1975). A análise da pesquisa social. Petrópolis: Alves.

YIN, R. K. (2001). Estudo de caso: Planejamento e Métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman.

Breve caracterização dos reclusos por incêndio florestal e das suas motivações

Helena Oliveira
Universidade do Minho
leninha20@sapo.pt

António Bento Gonçalves
Universidade do Minho
bento@geografia.uminho.pt

Resumo: Como ficou demonstrado por Bento Gonçalves et al (2007), “as “estatísticas” da Justiça, pela grande complexidade e melindre jurídico-legal que encerram, revelam-se muito pouco rigorosas e particularmente incompletas, acrescentando ainda o facto de se tomarem por base os tipos legais de crime (epígrafe dos artigos) do Código Penal, metendo na mesma categoria situações bem diversas (o art. 272.º CP1995 é um bom exemplo, pois tem como epígrafe “Incêndios, explosões e outras condutas especialmente perigosas”, onde cabem os actos que provoquem incêndios de relevo (edifício, construção, meio de transporte, floresta, mata, arvoredo ou seara), explosão, libertação de gases tóxicos ou asfixiantes, emissão de radiações, inundação, etc.).

Esta fragilidade estatística, com a recente entrada em vigor da revisão do Código Penal (Lei n.º 59/2007, de 04 de Setembro), poderá ser bastante atenuada, no que aos incêndios florestais respeita, visto os mesmos terem sido retirados dos acima referidos “Incêndios, explosões e outras condutas especialmente perigosas” e “isolados” no art. 274.º (epígrafe “Incêndio florestal”).

Este trabalho, ainda numa fase inicial, visa compreender as motivações dos incendiários florestais através de um inquérito aos presos, o que permite igualmente, de forma preliminar caracterizar o perfil dos reclusos pelo crime de incêndio florestal, estando no entanto conscientes de que a população prisional por incêndio florestal pode não ser representativa do conjunto dos incendiários nacionais, especialmente por ser constituída por um muito reduzido número de reclusos, o que não corresponde minimamente ao número de crimes registados pelas autoridades e mesmo ao número de arguidos constituídos pela Polícia Judiciária.

Assim, depois de individualizada a população prisional por crime de incêndio florestal da restante população por crime de outros incêndios, lançou-se um inquérito que foi respondido directamente pelos reclusos e nos foi devolvido.

Neste artigo iremos pois apresentar os primeiros resultados do referido inquérito, bem como apresentar algumas questões metodológicas que se nos afiguram fulcrais neste tipo de investigação.

Introdução

Na década de 70, do século XX, os portugueses foram surpreendidos com uma nova realidade, um novo fenómeno: os incêndios florestais em larga escala.

O elevado risco de incêndio florestal é uma inevitabilidade do clima Mediterrâneo, como salienta, de forma eloquente, Stephen Pyne: “Um (tal) clima poderia constar no dicionário como a definição de ambiente propício a incêndios”. Em cada ano passamos por um ciclo em que o Outono/Inverno chuvoso permite uma elevada produtividade das plantas, isto é, a acumulação de combustível, e, quando chega o Verão, quente e seco, “quase sempre existe combustível em abundância a que apenas falta uma qualquer faísca na altura certa para irromper em chamas”.

De uma forma muito grosseira é habitual dividir as causas dos incêndios florestais em 3 grandes grupos: intencionais, negligentes e naturais, no entanto, cada grupo encerra um vasto e muito diverso naipe de causas, as quais têm que ser muito bem conhecidas, quer as suas motivações quer todo o conjunto de dinâmicas a elas associadas, de forma a poder preveni-las e/ou combatê-las eficazmente.

1. A qualidade dos dados

Um dos principais problemas relacionados com o apuramento das causas de incêndios florestais, prende-se com a validade das amostragens usadas. Com efeito, estas não são aleatórias, e, em muitos anos, nem sequer são estatisticamente significativas, pelo que os valores obtidos, tais como as percentagens indicadas na introdução, só são válidos para os incêndios investigados, não podendo ser extrapolados para o todo dos incêndios ocorridos em Portugal, como frequentemente se observa.

Por outro lado, o processo de investigação das causas de ignição não tem obedecido a critérios estatísticos de controlo de qualidade, podendo verificar-se que, a nível regional, existem diferenças nos critérios de recolha de dados e, conseqüentemente, observa-se um enviesamento dos resultados, sendo este um dos aspectos que deve merecer maior atenção no futuro.

Por sua vez, as causas apuradas em Portugal continental, 6 917 entre 1993 e 2003, correspondem a cerca de 62% do total das causas investigadas (11 193) e apenas a 2,33% do total das ocorrências registadas (296 330), não sendo pois, uma amostra estatisticamente significativa.

Por outro lado, o aumento do número de causas investigadas de 2005 para 2006, ou seja, de 3,5%, correspondentes a 1 271 investigações em 35 698 ocorrências, para 10,24%, relativas a 2 234 investigações em 21 816 ocorrências, foi mais aparente do que real, uma vez que não foi acompanhado por uma melhoria da qualidade da investigação, visto que a percentagem de determinação de causas diminuiu de 75,9% (965 apuradas em 1 271 investigadas) em 2005, para menos de metade, em 2006, 35,9% (802 determinadas em 2 234 investigadas) (DGRF, 2006).

Convém também aqui referir que as "estatísticas" da Justiça, pela grande complexidade e melindre jurídico-legal que encerram, revelam-se muito pouco rigorosas e particularmente incompletas, acrescendo ainda o facto de se tomarem por base os tipos legais de crime (epígrafe dos artigos) do Código Penal, metendo na mesma categoria situações bem diversas (o art. 272.º CP1995 é um bom exemplo, pois tem como epígrafe "Incêndios, explosões e outras condutas especialmente perigosas", onde cabem os actos que provoquem incêndios de relevo (edifício, construção, meio de transporte, floresta, mata, arvoredos ou seara), explosão, libertação de gases tóxicos ou asfíxiantes, emissão de radiações, inundação, etc.).

Esta fragilidade estatística, com a recente entrada em vigor da revisão do Código Penal (Lei n.º 59/2007, de 04 de Setembro), poderá ser bastante atenuada, no que aos incêndios florestais respeita, visto os mesmos terem sido retirados dos acima referidos “Incêndios, explosões e outras condutas especialmente perigosas” e “isolados” no art. 274.º (epígrafe “Incêndio florestal”).

2. Os reclusos por incêndio florestal

RIDER (1980, p.8) escreve que “Historicamente, o estudo científico do fogo posto e do comportamento incendiário tem sido disperso e incompleto. Embora o fogo posto sempre tenha representado uma grande ameaça para a sociedade, muito pouco interesse tem despertado no que se refere a compreender o incendiário como um tipo de delinquente e muito menos ainda para traçar a etiologia do fogo posto”, acrescentando, mais adiante, que “conhecer a psicodinâmica do incendiário pode constituir uma ajuda inestimável para o investigador”.

Passados mais de vinte anos muito pouco se tem avançado neste tipo de estudos, o seu estudo tem sido incompleto, disperso e pouco interesse tem despertado pelo conhecimento e compreensão do incendiário, pelo menos em Portugal. No entanto é preciso louvar algumas tentativas.

Em termos legislativos, o processo também foi lento. No passado, o nosso código penal não tinha uma definição explícita deste delito, só em Setembro de 2007 se procedeu à rectificação, no que respeita ao crime de incêndios florestais. Assim, o artigo n.º274 cita que quem provocar incêndio em floresta, mata, arvoredo ou seara, próprias ou alheias, é punido com pena de prisão de um a oito anos, se, através da conduta referida, o agente criar perigo para a vida ou para a integridade física de outrem, ou para bens patrimoniais alheios de valor elevado.

Com o objectivo de dar um contributo para uma melhor compreensão do perfil do incendiário florestal e suas motivações procedemos, foi pedida uma autorização à Direcção Geral dos Serviços Prisionais para a realização de questionários aos reclusos presos pelo crime de incêndio florestal, bem como informação relativa ao número de reclusos por incêndio florestal, por estabelecimento prisional.

Foi-nos dada autorização para a realização do questionário e enviada a informação sobre os reclusos presos pelo crime de incêndio em geral e sua distribuição pelos diferentes estabelecimentos centrais e regionais.

Assim, numa primeira fase, através de sucessivos contactos com os diferentes estabelecimentos prisionais, procedeu-se à individualização da população prisional por crime de incêndio florestal (Quadro I e II) da restante população por crime de outros incêndios.

Quadro I: Reclusos pelo crime de incêndio Florestal por estabelecimento prisional Central.

Estabelecimentos Prisionais Centrais	N.º de Recluso presos por incêndio	N.º de reclusos presos por incêndio florestal
Alcoentre	3	1
Carregueira	5	Sem dados
Castelo Branco	1	Sem dados
Caxias (Reduto Norte)	1	Sem dados
Coimbra	6	Sem dados
Funchal	2	Sem dados
Izeda	1	0
Linhó	1	Sem dados
Lisboa	2	Sem dados
Monsanto	1	Sem dados
Paços	10	0
Pinheiro da Cruz	1	0
Porto	4	1
Santo Cruz do Bispo	9	5
Sintra	3	3
Vale dos Judeus	3	Sem dados

Fonte: Direcção Geral dos Serviços Prisionais

Quadro II: Reclusos pelo crime de incêndio Florestal por estabelecimento prisional Regional.

Estabelecimentos Prisionais Regionais	N.º de Recluso presos por incêndio	N.º de reclusos presos por incêndio florestal
Beja	1	0
Bragança	1	Sem dados
Caldas da Rainha	3	Sem dados
Coimbra	2	Sem dados
Covilhã	2	0
Elvas	1	Sem dados
Funchal	1	Sem dados

Guarda	2	1
Guimarães	1	1
Lamego	3	0
Leiria	1	Sem dados
Ponta Delgada	2	0
Setúbal	1	0 (1)*
Vila Real	1	Sem dados
Viseu	3	Sem dados

Fonte: Direcção Geral dos Serviços Prisionais

É importante salientar alguns aspectos com que nos deparámos ao longo da individualização dos reclusos presos por incêndios florestal. Primeiro, o recluso que se encontrava preso no estabelecimento Prisional de Setúbal era reincidente, já tinha cometido o crime de incêndio florestal e cumprido pena, mas no presente estaria preso pelo crime de incêndio.

No que respeita ao estabelecimento prisional Regional da Covilhã, estariam presos dois reclusos por incêndio, no entanto, verificámos que um deles teria ateado fogo a uma quinta. Uma vez que a partir de 2007, o nosso código penal passou a distinguir incêndio florestal de mata, arvoredo e seara, não o pudemos englobar no nosso tema de estudo.

Relativamente ao único recluso preso por incêndio florestal no estabelecimento Prisional Central do Porto, constatámos que este estava preso pela quarta vez pelo mesmo crime, incêndio florestal.

Quanto ao estabelecimento de Santa Cruz do Bispo pudemos apurar que dos nove reclusos, cinco estariam presos por incêndio florestal. Contudo, devido aos problemas psiquiátricos de que padecem não teriam condições para responder ao nosso questionário.

Depois de individualizados os reclusos por incêndio florestal, numa segunda fase, procedeu-se ao envio do inquérito¹ que foi respondido directamente pelos reclusos e nos foi devolvido².

Assim, com base nos inquéritos respondidos, foi possível proceder a uma caracterização preliminar do perfil do recluso pelo crime de incêndio florestal (Quadro III), estando no entanto conscientes de que a população prisional por incêndios florestal pode não ser representativa do conjunto dos incendiários nacionais, especialmente por ser constituída por um muito reduzido número de reclusos, o que não corresponde minimamente ao número de arguidos constituídos pela Polícia Judiciária.

Quadro III: Perfil do recluso pelo crime de incêndio florestal.

Reclusos	Idade	Sexo	Estado civil	Nível de Instrução	Profissão
1	46	Masculino	Divorciado	Segundo Ciclo	Mineiro
2	52	Masculino	Solteiro	Frequentar 1º ciclo	Pastor
3	32	Masculino	Solteiro	Primeiro ciclo	Agricultor
4	44	Masculino	Divorciado	Segundo Ciclo	Construtor civil
5	44	Masculino	Solteiro	Não concluiu o primeiro ano	Não respondido
6	32	Masculino	Solteiro	Primeiro ciclo	Não respondido
7	43	Masculino	Solteiro	Primeiro Ciclo	Não respondido

O recluso por incêndio florestal é masculino, maioritariamente solteiro, de meia-idade e com baixo nível de escolaridade.

No que respeita à reincidência da nossa amostra, ou seja, ao número de vezes que os reclusos cometeram o mesmo crime, atear fogo à floresta, verificámos que quatro reclusos responderam ter sido a primeira vez, contra dois que responderam que não.

Dos dois responderam não ser a primeira vez, um afirma ter ateado mais três vezes e outro respondeu ter incendiado mais uma vez, do que aquela pela qual estariam presos.

De acordo com os dados recolhidos somente três reclusos da amostra de sete especificaram as suas motivações. Um recluso justifica o seu crime por razões económicas, um devido ao alcoolismo e por último, o terceiro recluso alega ter sido um acidente mas também afirma ter ateado fogo devido a conflitos.

¹ A opção pelo envio ficou a dever-se a dois motivos principais: a grande dispersão dos estabelecimentos prisionais pelo conjunto do território nacional e a dificuldade acrescida da obtenção de autorização por parte de cada um dos estabelecimentos prisionais bem como por parte de cada um dos reclusos.

² Até à data da elaboração do presente artigo, foram-nos devolvidos 7 questionários.

Relativamente ao conhecimento do(s) proprietário(s) do espaço florestal ao qual atearam fogo, só quatro reclusos responderam afirmativamente e apenas três especificaram de quem se tratava,

No conjunto global da amostra verificámos que apenas cinco reclusos responderam qual a pena que lhe tinha sido aplicada, variando estas entre os quatro e os sete anos e seis meses.

No que concerne ao lugar onde ateou o incêndio, dois reclusos afirmaram tê-lo ateado noutra freguesia do concelho em que residiam, quatro, na freguesia onde residiam e um não respondeu.

Por último, temos o local onde deflagraram o incêndio, tendo dois reclusos afirmado ter ateado o fogo junto da estrada principal, outros dois num caminho secundário, um no meio do monte e um não se lembra.

Conclusão

Este trabalho, que visa compreender as motivações dos incendiários florestais através de um inquérito aos presos, permitindo igualmente caracterizar o perfil dos reclusos pelo crime de incêndio florestal, encontra-se ainda numa fase inicial, pelo que apresenta uma amostra reduzida e um tratamento da informação preliminar e provisório.

Trata-se de um estudo complexo, principalmente pela dificuldade/impossibilidade de se proceder a entrevistas directas e pela própria personalidade dos entrevistados. Como refere Ana Maia et al (2005), quando falamos em autores do crime de incêndio florestal, estamos a referir-nos, numa parte significativa dos casos, a indivíduos inseridos em estruturas familiares frágeis, com fracos recursos financeiros, desempregados ou a exercer profissões mal remuneradas, com baixa escolaridade, hábitos de consumo excessivo de álcool e, em algumas situações, também com sinais de patologia psiquiátrica.

Por razões que se compreendem, quando os reclusos são confrontados com a factualidade que os incrimina, não conseguem apresentar uma explicação compreensível, tentando afastar qualquer responsabilidade pelas consequências do incêndio, procurando dissociar a sua conduta do resultado danoso por ela provocado, dificultando ainda mais a leitura e interpretação das suas respostas.

No entanto, de acordo com os dados obtidos da nossa pequena amostra podemos desde já começar a definir as características mais marcantes do perfil do recluso por crime de incêndio florestal e começar igualmente a perceber algumas das suas principais motivações.

Referências Bibliográficas

- Bento Gonçalves, A. J. (2006). “Geografia dos incêndios em espaços silvestres de Montanha – o caso da Serra da Cabreira”: Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, (438 p. +VI anexos).
- Bento Gonçalves, A. J., Lourenço, L. e Dias da Silva, J. (2007) - “Manifestação do Risco de Incêndio florestal, causas e investigação criminal”. *Territorium 14*; Riscos – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança; Lousã, p. 81-87.
- Carvalho, A. (2006). “Incêndios florestais: da prevenção à investigação”. Comunicação apresentada ao congresso A Investigação dos Incêndios Florestais. ASFIC/PJ, Lisboa (inédito). Gabinete Técnico de Prevenção (1982), Fogo Posto Florestal – estudo sobre arguidos, Lisboa, Polícia Judiciária.
- Correia, S. (1996) - Incêndios Florestais – Investigação das Causas, Comunicação apresentada no Encontro Pedagógico sobre Fogos Florestais, ASEPIF, (p. 37-51).
- DGRF – Direcção-Geral dos Recursos Florestais (2006) – Incêndios Florestais 2006, Relatório Final, Lisboa, 36 p..
- Pereira, J. S., Pereira, M. C., Rego, F. C., Silva, M. N., Silva T. P. (2006). “Incêndios Florestais em Portugal, Caracterização, Impactes e Prevenção”, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.
- Maia, P., & Marques, P. (2005). “Incêndios florestais e Investigação Criminal”. Secção de Investigação contra Património e Vida em Sociedade, Coimbra.
- Nisa, J. E. (1992) – “Incêndios florestais: prevenção e investigação criminal”. *Revista do Ministério Público*, n.º51, (pp. 36-50).
- Silva, J. D. (2000/2001). “Incêndios Florestais e Incendiarismo”, Relatório de Seminário apresentado ao Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, (95 p).

Representação Social e Qualidade de Vida no Contexto Imigratório: um estudo com imigrantes africanos na cidade de João pessoa

Maria da Penha de Lima Coutinho
Universidade Federal da Paraíba

Resumo: Os movimentos migratórios são uma constante na história da humanidade, considerado um fenômeno global e multidimensional, que requer profundas mudanças, com características multidisciplinares de efeitos transversais. Objetivos: Apreender as representações sociais dos imigrantes africanos, acerca da qualidade de vida no contexto migratório na cidade de João Pessoa, PB- Brasil. Método: Trata-se de uma pesquisa descritiva com metodologia multimétodo. A amostra não probabilística de conveniência foi constituída de cento e dois (102) imigrantes africanos residentes em João Pessoa, PB-Brasil, que tinham idade superior ou igual a 18 anos, submetidos a um Questionário bio-demográfico, Entrevistas semi-dirigida e a Escala WHOQOL – bref. Resultados: Quanto às variáveis sócio-demográficas, os imigrantes possuíam entre 18 e 35 anos de idade ($X = 25,04$ e $DP = 4,64$); 53,8%; são do sexo masculino; 78,8% são solteiros; 57,7% possuem ensino superior incompleto; 71,2% têm como prática religiosa o catolicismo; 84,6% estão com sua documentação legal, porém não definitiva, ou seja, a documentação é provisória; 82,7% são estudantes; residem nesta capital entre 1 a 5 anos ($X = 2,36$ e $DP = 0,87$); moram com 1 a 4 pessoas 53,8%; pensam em retornar para o seu país de origem 86,5%. A avaliação da qualidade de vida (WHOQOL-bref) foi mais alta nos domínios: psicológico ($X = 4,14$ e $DP = ,488$) e físico ($X = 3,87$ e $DP = ,457$). Os resultados apreendidos pelos imigrantes pesquisados apresentam poder discriminatório nestas duas facetas, com associações referentes a QV, demonstrando, por meio das respostas dos instrumentos aplicados, que têm uma boa qualidade de vida.

Palavras-chave: Representações Sociais, Imigração Africana, Qualidade de Vida.

Introdução

Entende-se por migração a mudança de pessoas de uma região para outra, podendo ser internas ou externas. As migrações internas acontecem dentro dos limites do país, ocorre de uma região para outra, de um estado para outro ou até de uma cidade para outra. As migrações externas ou internacionais são aquelas que ocorrem de um país para outro, cruzando uma ou mais fronteiras (Ramos, 2004).

De acordo com a Organização das Nações Unidas–ONU (BBC BRASIL, 2006), existem atualmente 160 milhões de migrantes, vivendo fora do seu país pelas mais variadas razões. Desde mudanças temporárias, por questões de trabalho, estudo, situações políticas, religiosas, fuga de uma situação de miséria e sofrimento, podendo ser migrantes legais ou ilegais refugiados, caracterizando o crescimento do fenômeno migratório a um ritmo mais acelerado do que o crescimento da população mundial. Neste sentido, para Ramos (2008) a migração é um fenômeno global e multidimensional, que requer profundas mudanças, com características multidisciplinares de efeitos transversais.

Para Naime (2006), os fatores que contribuem para migração, em especial a migração africana, seriam crescentes taxas de migração econômica, ou seja, a pobreza, o aumento da população rural em relação aos recursos naturais dos quais dependem, a baixa qualificação profissional. O crescente aumento do desemprego urbano demonstra o quanto a migração rural-urbano se apresenta como estratégia inviável para lidar com a vida.

No pensamento desta autora, além destes fatores, existem os refugiados caracterizados por deslocamento forçado de populações motivado por conflitos, perseguição política e conseqüente colapso econômico em sua pátria-mãe. A pressão para migrar também é pertinente aos africanos mais qualificados profissionalmente que saem em busca de melhores condições de vida, trabalho, salários e estabilidade política (Naime. Op.cit)

O Brasil tem uma intensa movimentação migratória de africanos, o que contribui significativamente para o caráter sócio-histórico e estrutural da migração. Os países africanos de língua portuguesa são os de maiores contingentes de estudantes imigrantes, certamente pela facilidade de comunicação e de acesso aos conhecimentos e aos bens culturais do Brasil. Segundo dados da Polícia Federal (agosto 2008), no Estado da Paraíba, notadamente na sua Capital, há certo predomínio de estudantes dos países da língua portuguesas (PALOP) como: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Guiné Equatorial.

Para o Ministério da Justiça (2006), atualmente, o total de imigrantes regulares no Brasil chega a 836 mil, o menor número nos últimos 25 anos. Já em situação irregular, calcula-se que haja 150 a 200 mil pessoas. Esta imprecisão dos números deve-se a dois fatores: o primeiro por não haver uma estatística oficial, e o segundo devido ao número de imigrantes de diversas etnias que chegaram ao país nos últimos anos. Só em São Paulo, estima-se a presença de 60 mil pessoas residindo irregularmente no Estado. Tais bases podem ser empiricamente identificadas em João Pessoa, Paraíba, em que se observa a presença marcante de africanos nos mais variados ambientes públicos - meios de transportes e os serviços da Universidade Federal da Paraíba.

Qualidade de Vida - QV

Segundo Minayo (2002), qualidade de vida, atualmente, tem sido um dos conceitos mais discutidos, existindo certa dificuldade em chegar-se a um acordo quanto ao que realmente significa. Tal dificuldade parece estar relacionada ao fato de se perceber que o significado deste conceito varia de uma cultura para outra, de um indivíduo para outro, e em tempos diferentes.

Segundo Santos et al. (2002), a qualidade de vida, tem sido fonte de constante preocupação e, nos dias atuais, a procura por uma vida saudável vem constituindo um compromisso pessoal e social. Essa busca passa a ser desenvolvida à luz de um bem-estar que não se dissocia das condições do modo de viver, como: saúde, moradia, educação, lazer, transporte, liberdade etc. Segundo os autores a qualidade de vida boa ou excelente é aquela que oferece um mínimo de condições para que os indivíduos possam desenvolver o máximo de suas potencialidades. Por outro lado, muitas pessoas procuram associar qualidade de vida com o fator saúde. Nesse sentido, saúde, independente de qualquer definição idealista que lhe possa ser atribuída, é produto das condições objetivas de existência. Resulta das condições de vida biológica, social e cultural e, particularmente, das relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza.

Diante dos pressupostos estudiosos em qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde (OMS, 1998), propõe um conceito para qualidade de vida subjetivo, multidimensional e que inclui elementos positivos e negativos, tornando-se um conceito amplo e complexo, que engloba a saúde física, o estado psicológico, o nível de independência, as relações sociais, as crenças pessoais e a relação com as características do meio ambiente.

Quanto ao caráter de subjetividade, Coutinho, Franken e Ramos (2007), afirmam que qualidade de vida não é o reflexo direto das condições reais e objetivas da vida das pessoas, mas da avaliação que cada um faz a respeito destas condições, envolvendo assim elementos subjetivos e objetivos. Dentre os primeiros, estão os valores não materiais, como: amor, liberdade, solidariedade, inserção social, realização pessoal e felicidade e, dentre os segundos a satisfação das necessidades mais elementares da vida humana, como: alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, educação, saúde, e lazer.

Segundo Naime (2006), no tema qualidade de vida e imigração, é fundamental lembrar que hoje a sociedade se altera em níveis populacionais com o surgimento de um grupo, em sua maioria, ativo e autônomo, que são os imigrantes. Neste segmento, a migração, além de um fato social total, é um fato de dimensões planetárias que deve ser entendido no contexto da mundialização (Hogo, 1998). Nesse panorama, enquadra-se a imigração africana no Brasil, cada vez mais presente e disseminada, com maior amplitude, por todas as regiões do país, e integrando o tecido sócio-cultural dos locais de acolhimento desses imigrantes.

Para Perotti (1997), são múltiplos os obstáculos que as minorias étnicas enfrentam para se integrarem numa sociedade e num universo sócio-cultural em nada semelhante ao seu. São dificuldades de natureza material, legal, cultural que o imigrante enfrenta em busca de uma melhor qualidade de vida.

Representação Social e Imigração

As representações sociais são como um ato de pensamento pelo qual um sujeito se relaciona a um objeto. Elas correspondem a um processo de apropriação da realidade externa, pelo pensamento, e à elaboração psicológica (cognitiva e afetiva) e social (contexto ideológico, histórico, pertença de classe do indivíduo) dessa realidade. Elas são como sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e os outros, orientando e organizando as condutas das pessoas (Moscovici, 1978).

Segundo Marková (2000), representação social articula a dimensão coletiva da criação do conhecimento com uma dimensão individual e grupal de reinterpretação ativa desse mesmo conhecimento, rejeitando, pois, a lógica da mera reprodução social. Assim, as representações sociais permitem enquadrar estudos sobre as imagens dos imigrantes, analisando a forma como eles são pensados coletivamente.

Para o imigrante, é novo tudo o que lhe espera; suas perspectivas, suas esperanças, seus ideais estão sempre envoltos nos mistérios do desconhecido, do imaginário que serão transformados, através da objetivação e ancoragem, em representações, na medida em que esses elementos adquirem materialidade, transformados por ele na construção de sua nova realidade e caracterizados de acordo com as significações estabelecidas nas relações grupais e o contexto social no qual encontram-se inseridos..

Entende-se que a migração envolve toda uma rede de relações, representações, sonhos, desejos, necessidades, vontades e projetos de vida do ser humano no seu viver enquanto indivíduo-coletivo. Portanto, faz-se necessário compreender e articular as mais diversas motivações da migração com o contexto em que são construídas.

Assim, nos dizeres de Ramos (2008), o imigrante ao conviver com uma nova realidade passa a absorver um processo de ancoragem, que transforma aqueles elementos perturbadores e estranhos, com que se deparou, em um sistema particular de categorias, que, para ele, são mais apropriadas. A realidade social vivida por esses imigrantes pesquisados é o encontro dos valores culturais, no qual eles se deparam.

O processo migratório, não é simplesmente sinônimo de encontros culturais, pois o mesmo implica adaptação social e psicológica à cultura de acolhimento, a um meio novo, desconhecido. Esta adaptação vai depender de fatores múltiplos relacionados com aspectos específicos da aculturação. (op cit p. 58).

A representação do imigrante africano neste estudo foi apreendida através de questionários com perguntas abertas, enfocando o processo migratório e suas conseqüências.

Método

Tratou-se de um estudo de campo do tipo descritivo numa abordagem multi-método, realizado em diversos cursos do Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e comunidades da cidade de João Pessoa, onde habitam africanos.

Participantes

Para este estudo foi selecionada a técnica de amostragem não probabilística para a escolha dos participantes. Participaram 102 imigrantes africanos, residentes em João Pessoa, Paraíba. Destes, 53,8% eram do sexo masculino e 46,2% do sexo feminino com média de idade de 25,04 anos (DP=4,64), variando entre 18 e 35 anos. A maioria é solteira (78,8%), possui ensino superior incompleto (57,7%); e tem como prática religiosa o catolicismo (71,2%), estão com sua documentação legal (86,4%), porém não definitiva, ou seja, a documentação é provisória, 82,7% são estudantes, residem nesta capital entre 1 a 5 anos ($X = 2,36$ e $DP = 0,87$) e moram com 1 a 4 pessoas.

Instrumentos

Os instrumentos para coleta de dados utilizados foram: Questionário Sócio-demográfico, uma entrevista semi-estruturada e a Escala WHOQOL – bref (Fleck et al, 2000), versão abreviada do WHOQOL-100, elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a qual é constituída de quatro domínios, com 26 itens: físico (7), psicológico (6), relações sociais (3), ambiente (8), e domínio geral (2).

Análise

Os Dados coletados pelo questionário sócio-demográfico, foram processados pelo Excel, e a técnica para a análise das entrevistas semi-estruturadas foi de Análise de conteúdo temática (Bardin, 2002). As informações da Escala do WHOQOL-bref foram processadas através do Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS for Windows 15.0), utilizando a estatística descritiva e inferencial.

Procedimentos

Este estudo obedeceu todos os critérios éticos adotados pela resolução 196/96 na qual envolve pesquisa com seres humanos. Inicialmente foi visitada a assessoria internacional dos estudantes da UFPB, com a finalidade de obter informações acerca da quantidade de alunos imigrantes africanos inseridos. Em seguida as coordenações dos cursos de graduação e pós-graduação com o objetivo de localizar esses atores sociais.

O segundo passo foi freqüentar comunidades onde habitam imigrantes africanos que residem, temporária ou definitivamente, nesta Capital da Paraíba - Brasil.

Após estas informações, iniciaram-se as visitas em sala de aula, com o objetivo de convidar os alunos imigrantes africanos a participarem desta pesquisa. O tempo médio de aplicação do conjunto de instrumentos foi de 50 minutos a 1 hora. Ao final de cada entrevista foi solicitado aos respondentes que apontassem outros colegas para responder os instrumentos da pesquisa. O mesmo procedimento foi realizado nas comunidades visitadas onde habitam imigrantes africanos.

Resultados e discussão

Os conteúdos coletados através das questões abertas do questionário e após decodificação pela análise de conteúdo temático, resultaram em quatro categorias empíricas e dez subcategorias, conforme tabela 02, a seguir.

Tabela 1: Análise de conteúdo dos questionários

Classe Temática	Categorias	Subcategorias	F	%
	Concepção da Migração	Deslocamento –espaço geográfico	98	9,6
		Preconceito	88	7,8
		Interações Sociais	170	16,0

Migração		Sofrimento psíquico	104	10,2
	Razões para Migrar	Melhores condições de vida	142	13,2
		Qualificação profissional	144	14,0
	Uso dos Serviços de Saúde pelos Migrantes	Auto-percepção: Positiva	83	8,3
		Atendimento - aspectos negativos	143	14,0
TOTAL		1041	100	

A classe temática, migração subdividiu-se em três categorias empíricas: Concepção da Migração, Razões para Migrar, e o uso dos Serviços de Saúde pelos Migrantes.

No que tange à concepção da migração, os participantes elaboraram representações ancoradas no deslocamento do espaço geográfico, provavelmente deva-se à visão de mundo que eles possuem. Em geral trata-se de pessoas que vêm de um país com fortes representações elaboradas acerca da imigração, construídas na própria história do povo africano. Ainda no que diz respeito à concepção da migração, emergiram representações associadas ao preconceito, conforme observa-se abaixo:

“(…) quando a gente entra em um ambiente, tem preconceito, quando pega um transporte, quando vai a praia, as pessoas ficam conversando e olhando pra gente, o imigrante já é discriminado, imagine imigrante negro!!”.

Sabe-se que as representações sociais elaboradas acerca do preconceito estão estritamente relacionadas aos processos cognitivos, comportamentais, afetivos e normativos que são geradores de orientações de condutas e comunicações, os quais conduzem a um maior conhecimento da dinâmica sobre o mesmo.

Para estes pesquisados, o preconceito, não invalida os seus objetivos em busca de um futuro melhor para si e seus familiares, o que eles procuram é viver em interação com a comunidade de acolhimento.

Ainda dentro das concepções da migração, surge a subcategoria interações sociais, sugerindo que a migração culmina nas relações sociais, demonstrando que as representações sociais (RS) são construídas na relação do sujeito com o objeto representado. Segundo a teoria moscoviciano, não existe representação sem objeto. Desse modo, uma RS não pode ser compreendida como processo cognitivo individual, uma vez que é reproduzida no intercâmbio das relações e comunicações sociais, isto pode ser observado abaixo:

“...é muito bom está em um país sentindo confiança e podendo participar da vida do povo, fazer amigos, casamento, ser aceito no mercado de trabalho, conhecer pessoas diferentes, integrar-se a uma nova família”.

Observa-se que esses pesquisados possuem representações contraditórias, pois ao mesmo tempo em que falam do preconceito, também se sentem acolhidos na cidade de adoção. Pode-se afirmar que apesar do preconceito sofrido, ainda conseguem estabelecer boas interações, demonstrando que é um povo aberto a novas relações.

A última subcategoria que emergiu da Concepção da Migração, foi o Sofrimento Psíquico. Esta concepção supõe representações pautadas na dor psíquica. Provavelmente, estar longe dos amigos, costumes, hábitos e seus familiares, seja um processo que cause sofrimento psíquico, observa-se abaixo:

“...Imigração é um processo muito doloroso, a gente só lembra da família, da comidinha da mamãe, eu penso que quem migra é uma pessoa sem sentimento, porque dá um aperto dentro do peito e as pessoas olha com olhar penoso pra gente”

Percebe-se que, apesar do apoio que os imigrantes africanos recebem, para eles, isto provavelmente não supera as perdas provocadas pela migração, mesmo em se tratando por perdas temporais, mas que acabam culminando em sofrimento. Nessa direção, concorda Melman, (1992) que tal sofrimento é gerado pelo abandono que o imigrante realiza, em função da ambicionada aceitação pela nova ordem do país de adoção. Isto reforça a experiência de desamparo porque, os seus referenciais conhecidos, se tornam desvalorizados, causando dor e angústia

No que tange a segunda categoria Razões para Migrar, encontram-se duas subcategorias: Melhores condições de vida e qualificação profissional. Observa-se que a busca por melhores condições de vida é representada por esses participantes em expressões como: ter um bom futuro, oportunidades na vida, aumentar seus conhecimentos, estudar em benefícios do país, ter dinheiro, moradia, ou seja estabilidade financeira. Nesses relatos são expressos os anseios de atender às necessidades físicas e de sobrevivência, pois são pessoas que saíram do seu país em busca de um futuro promissor na vida e no trabalho. Tais representações encontram-se objetivadas em obtenção de dinheiro através do trabalho, que proporciona aquisição de bens materiais, alimentos e, conseqüentemente, boa qualidade de vida. Essa não é uma tarefa fácil.

Observa-se que a qualificação profissional encontra-se objetivada nas falas que corroboram com Pereira (2006), quando diz que as pessoas migram por duas razões; busca de crescimento intelectual pela via universitária e a busca constante quem tem o ser humano a procura de melhores condições financeira e conseqüentemente a qualificação profissional é o que se constata no depoimento abaixo:

“...a minha razão para migrar, porque quero ter uma boa formação, me qualificar, para ser um bom profissional em qualquer país que eu for ser reconhecida pelo meu trabalho”...

Esse conceito encontra-se de acordo com o pensamento de Ramos (2008), em que a decisão de sair do seu país, deixa para trás seu grupo primário, hábitos e costumes, a estabelece-se a partir de um plano idealizador no qual a ação migratória surge como a única possibilidade, através da qual poderá alcançar melhores condições financeiras.

No que tange a terceira categoria Uso dos serviços de Saúde pelos Migrantes, observou-se a auto-percepção: positiva e negativa e o atendimento: aspectos negativos.

Conforme as interlocuções dos participantes evidenciam-se que eles tinham uma boa auto-estima e se sentiam em boas condições de saúde, provavelmente deva-se ao fato de ser uma amostra relativamente jovem desse estudo. Segundo Harter, (1999). Quanto maior a nossa auto-estima, mais nos sentimos propensos a ter saúde e viver bem consigo e com os outros. Na seqüência recorte das falas:

“...já acordo feliz, tenho saúde, estou bem comigo e com os outros,
nunca precisei ir a hospital, nem a médico e nem a dentista. O meu
remédio são os amigo!

De acordo com as interlocuções acima, observa-se que os imigrantes africanos possuem representações da própria saúde objetivadas pelo bem estar bio-psico-social, conforme a OMS a define. “A Saúde não é apenas ausência de doença, mas a situação de perfeito bem-estar físico, mental e social”. Esta compreensão remete também ao conceito pontuado por Ramos (2004), quando diz que a saúde tem de ser entendida e situada no seu contexto físico, psicológico, social e ecológico.

A percepção negativa emergiu na categoria do atendimento quando o imigrante africano procurou os serviços de saúde. Percebe-se que estes atores sociais ao mesmo tempo em que têm auto-percepção positiva, também expressam a sua percepção negativa, observa-se isto ao emergir como subcategoria atendimento: aspectos negativos. Conforme se observa nas interlocuções dos participantes deste estudo, o atendimento: aspectos negativos são considerados como:

“...O principal problema da saúde no Brasil está na qualificação profissional, é muita demora, filas enormes, é melhor se automedicar. Sugiro que o governo ofereça um plano de saúde para os imigrantes/estudantes, ou um melhor acesso, a grande parte da população atendida pelo SUS é muito massacrada, nós de fora nem se fala, nossa!!!”.

Para Cullis et al (2000), a demora no atendimento exerce impactos significativos sobre o bem-estar, as probabilidades de cura, a natureza e extensão das seqüelas nos pacientes, nos familiares envolvidos e na sociedade. Os respondentes relataram procurar uma maneira de não usar a saúde pública, acarretando em automedicar-se. Esta prática, segundo Lopez et al (1994) é definida como uso de medicamentos sem prescrição médica, onde o próprio paciente decide qual fármaco utilizar. Inclui-se nessa designação genérica a prescrição (ou orientação) de medicamentos por pessoas não habilitadas, como amigos, familiares ou balconistas da farmácia, nesses casos também denominados de exercício ilegal da medicina.

Resultados Apreendidos pelo Instrumento para Avaliação da Qualidade de Vida (WHOQOL-bref)

Com o objetivo de identificar os diversos fatores envolvidos na qualidade de vida dos imigrantes africanos, objeto de estudo desta pesquisa, serão apresentados, a seguir, os resultados apreendidos pelo instrumento que avaliou a QV dos imigrantes africanos, considerando as respostas agrupadas, nos domínios em que se encontram divididas, nos seguintes itens: Físico (07), Psicológico (06), Social (03) e Ambiental (08) e Geral (02) como se observa nas tabelas a seguir:

Domínio Físico:

Domínio 1 - Físico	Média	DP
Q03. Dor e desconforto	3,60	1,03
Q04. Necessidade de tratamento	3,22	1,07
Q10. Energia e Fadiga	4,22	0,67

Q15. Mobilidade	4,10	0,83
Q16. Sono e Repouso	3,90	0,81
Q17. Capacidade de desempenhar	4,08	0,63
Q18. Capacidade para o trabalho	4,00	0,72
GERAL	3,87	0,457

Para compor o Domínio I, foram aglutinadas as questões representativas das características físicas (Dor e desconforto, necessidade de tratamento, energia e fadiga, mobilidade, sono e repouso, capacidade de desempenhar e capacidade para o trabalho) relacionadas à QV; considerando os imigrantes investigados, observou-se que a média de respostas ficou em torno de 3,87 pontos, acima, portanto, da mediana da escala, ou seja, 2,5 pontos. É destacável o fato de que, apesar de morarem em outro país, vivenciando novos hábitos, novos costumes, nova cultura e distantes dos seus familiares, estes imigrantes pesquisados tenham demonstrado estar com uma boa condição física, provavelmente também por ser uma amostra relativamente jovem (18 a 35 anos).

Domínio Psicológico:

Domínio II - Psicológico	Média	DP
Q05. Aproveitamento da vida	3,88	0,78
Q06. Sentido da vida	4,14	0,85
Q07. Capacidade de concentração	3,78	0,76
Q11. Aceitação da imagem corporal	4,56	0,81
Q19. Satisfação consigo	4,34	0,74
Q26. Sentimentos negativos	4,16	0,73
GERAL	4,14	0,48

O Domínio II trata das respostas acerca dos aspectos psicológicos (Aproveitamento da vida, sentido da vida, capacidade de concentração, aceitação da imagem corporal, satisfação consigo, e sentimentos negativos) da QV, características da experiência humana, que determinam a sensação subjetiva de bem-estar. Entre os domínios, este obteve a maior média geral, de 4,14. O bem-estar psicológico consiste na posse dos recursos necessários para a satisfação das necessidades e desejos individuais, a participação em atividades que permitem o desenvolvimento pessoal, a auto-realização e a possibilidade de uma comparação satisfatória entre si mesmo e os outros. (Assumpção, 2002). Essa definição vem corroborar a situação dos imigrantes africanos pesquisados, na qual demonstram a busca por melhores condições de vida, trazendo sentimentos de realização pessoal.

Domínio das Relações Sociais:

Domínio III - Relações Sociais	Média	DP
Q20. Relações Pessoais	4,14	0,70
Q21. Atividade Sexual	3,86	0,99
Q22. Suporte Social	3,08	0,62
GERAL	3,69	0,60

O Domínio III do instrumento de avaliação, que aborda as características sociais (Relações pessoais, atividade sexual e suporte social), obteve uma média de 3,69. Nesse aspecto, cada indivíduo tem o seu próprio padrão de valor, de modo a compatibilizar seus valores individuais com os valores sociais, expressos nos princípios éticos. Para Ramos (2008), entre as comunidades de imigrantes e de minorias étnicas, certos traços culturais, tais como o grau de coesão familiar e do grupo, o apoio/suporte social e as redes de solidariedade grupal, o sentimento de pertença identitária, valores religiosos e espirituais, são elementos protetores contra a doença mental e o estresse.

Apesar da média ter sido menor do que a dos primeiros Domínios, observa-se que os pesquisados possuem um nível mediano de qualidade de vida, no que tange às relações sociais. Não obstante, fatores negativos, como costumes e cultura diferenciada, não são suficientes para comprometerem suas interações, provavelmente por conviverem em repúblicas com outros imigrantes.

Domínio Ambiental:

Domínio IV - Ambiental	Média	DP
Q08. Satisfação vida diária	3,54	0,81

Q09. Ambiente físico	2,84	1,23
Q12. Recursos financeiros	2,40	0,80
Q13. Disponibilidade de informações	3,22	0,73
Q14. Atividade de lazer	3,40	0,80
Q23. Condições de habitação	3,08	1,08
Q24. Acesso à serviços de saúde	2,96	0,80
Q25. Transporte	3,24	0,79
GERAL	3,08	0,53

O Domínio IV, “Ambiental”, aborda temas como satisfação da vida diária, ambiente físico, recursos financeiros, disponibilidade de informações, atividade de lazer, condições de habitação, acesso a serviço de saúde e transporte. Acredita-se que a média mais baixa (3,08), obtida neste Domínio, resultou da questão da segurança e meio ambiente (poluição, ruído, trânsito e clima) afetar a todos, independentemente de idade, condição social e atividade exercida. Assim, das respostas elaboradas pelos imigrantes africanos pesquisados, depreende-se que a falta de recursos financeiros impediram que eles obtivessem melhores médias neste Domínio.

De acordo com Ramos (2008), essas questões estão vinculadas a um conjunto indissociável de fatores individuais, coletivos e ambientais, denominados de fatores biológicos, psicológicos, sócio-econômicos, culturais e políticos, que reenviam, não só ao próprio estatuto social, mas também ao estilo de vida e ao acesso aos serviços de saúde.

Domínio Geral:

Domínio Geral	Média	DP
1. Auto-avaliação da QV	3,90	0,67
2. Auto-avaliação da saúde	3,84	0,81
Média Geral	3,87	0,66

Considerando a QV no Domínio Geral (Auto-avaliação da QV e auto-avaliação da saúde), observa-se a média de 3,87 pontos, demonstrando que os imigrantes africanos pesquisados possuem uma auto-avaliação positiva de suas condições gerais.

Conclusão

No que diz respeito às representações sociais do imigrante acerca da Qualidade de Vida e do processo migratório percebe-se que estão relacionadas ao conhecimentos científicos e do senso comum, bem como valores sociais. Foi possível observar também como essas representações influenciam e orientam as condutas desses pesquisados em relação à manutenção dos costumes, hábitos, culturas e valores do país de origem e ao mesmo tempo convivendo com o novo ambiente completamente diferente e distante dos amigos e da família.

A concepção da migração desses entrevistados vem ancorada em deslocamento-espaco geográfico, a força de vontade em busca de melhor QV. No entanto, observou-se na presente pesquisa duas outras formas de ancoragem. Na primeira, o preconceito foi ancorado na própria história do povo africano. A segunda, o sofrimento psíquico, a qual supõe representações pautadas na dor psíquica provavelmente por estar longe dos amigos, costumes, hábitos e familiares. A migração foi representada por uma amostra relativamente jovem a qual tem como característica relevante um projeto de vida que é estudar, formar-se, qualificar-se, e um determinado momento regressar ao seu país de origem.

No que se refere a Qualidade de Vida (QV) os resultados desse estudo demonstram que, de um modo geral, a QV foi avaliada como positiva, apesar de viverem, no momento, fora do seu país e enfrentando novos valores, nova cultura, novos hábitos, fatores que não invalida a qualidade de vida.

Observou-se que o Domínio Físico teve média mais alta, provavelmente pela idade da amostra, sendo a maioria relativamente jovem. Esta avaliação da QV, nesse Domínio, vem corroborar o Domínio psicológico, que demonstrou bons escores, apontando o bem-estar psicológico dos pesquisados, devido ao investimento cultural que estes vivenciam.

Em decorrência do Domínio Social e Ambiental terem registrado médias menores, isto não significa que os imigrantes africanos desta Capital paraibana não tenham uma boa QV, nestes aspectos. Outra observação importante é com relação ao domínio geral da QV, com média razoavelmente boa, fortalecendo os quatro domínios já mencionados.

Ao concluir este estudo enfatiza-se que este universo pesquisado procura a cada dia melhorar sua qualidade de vida. Apesar do novo ser ameaçador para alguns, para esses participantes o novo é considerado crescimento e aperfeiçoamento em busca de um futuro melhor para si, seus familiares e o povo do seu país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Assumpção, L. O. T. et. al (2002) Relação entre atividade física, saúde e qualidade de vida. Notas Introdutórias. U. Católica de Brasília SET / 2002. Revista Digital Disponível em (8): 52, 2002. < <http://www.efdeportes.com/efd52/saude1.htm> > (acessado em 22.09.2007).
- Bardin, L. (2007). Análise de conteúdo. São Paulo: Persona.
- BBC Brasil (2006), Disponível em www.onu-brasil.org.br/obrasilnaonu.php (acessado em 19.09.2007)
- Coutinho, Franken e Ramos (2007): In Eugênia C. Krutzen, Sarita B. Vieira (organizadoras) Psicologia Social, Clínica e Saúde Mental. - João Pessoa-PB: Ed. Universitário-UFPB.
- _____(2008): In Natália Ramos (organizadora) Saúde Migração e Interculturalidade: perspectivas teóricas práticas – João Pessoa-PB Editora Universitária – UFPB.
- Cullis JG, Jones et al (2000). Propper C. Waiting lists and medical care treatment: analysis and policies. In: Culyer AJ, Newhouse JP, editors. Handbook of health economics. v. 1B. Amsterdam: Elsevier/ North-Holland; p. 1201-49.
- Fleck, M. P. de A. et. al (2000). Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação de qualidade de vida “WHOQOL-bref”. Rev. Saúde Pública, 34 (2), 178-83
- Harter, S. (1999) The Construction of the Self. , New York: Guilford Press.
- Hogo, G (1998). Migrações internacionais não-documentadas. Uma tendência global crescente. In: Travessia, ano XI, nº 30, pp.5-12, jan-abr.
- Jodelet, D. (2001). As Representações Sociais. Rio de Janeiro: EDUERJ
- López, R. & Kroeger, A. (1994). Intervenciones educativas populares contra el uso inadecuado de medicamentos. Bol. Oficina Saint. Panamer., 116:135-44.
- Marková, I., (2000). Amédée or how to get rid of it: Representations from a dialogic point of view. Culture and Psychology.
- Melman, C.(1992). Imigrantes, incidências subjetivas das mudanças de língua e de país. São Paulo: Escuta 1992.
- Minayo, Maria C.S. (2002). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde. São Paulo-Rio de Janeiro; Hucitec-Abrasco.
- Ministério da Justiça (2006) Agência de Noticiais. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/noticias/2006/julho/seminário.htm>.
- Moscovici, Serge. (1978). A Representação Social da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.
- Naime Jéssica (2006). O perfil da migração africana. Puc Minas – Conjuntura Internacional / www.pucminas.br. (Acessado em 19.07.2008).
- OMS. Organização Mundial de Saúde (1998). Apresenta texto sobre promoção de saúde. Glosario. Genebra. Disponível em: <<http://www.oms.org.br>>. Acesso em: 05 de abr. 2008.
- Pereira, Álvaro (2006), Cabo Verde. Entrevista com dirigentes para migração das Ilhas do Cabo Verde. Disponível em http://www.parceria.nl/atualidade/variospaises/vp060706_caboverde (acessado em 15.03.2007).
- Perotti, António (1997). Apologia do Intercultural. Lisboa: ME/SCPEM
- Ramos, Natália (2004). Psicologia Clínica e da Saúde. Lisboa, Universidade Aberta.
- Ramos, Natália et.al (2008), Saúde, Migração, Interculturalidade: perspectiva teórica e práticas. João Pessoa: editora Universitária/ UFPB.
- Santos, S. R. et. al. (2002). Calidad de vida del anciano em la comunidad: aplicación de la Escala de Elanagan. Revista Latino-Americana de Enfermagem, 10 (6).

A doença mental nem sempre é doença: racionalidades leigas sobre saúde e doença mental – um estudo no Norte de Portugal

Fátima Alves
Universidade Aberta
fatimaa@univ-ab.pt

Resumo: As sociedades relacionam-se com a loucura em acordo com as concepções dominantes sobre o mundo (Benedict, 1934; Devereux, 1977). A racionalidade moderna construiu a doença mental como um ‘objecto’ controlado pela medicina (Foucault, 1987). No universo leigo das sociedades modernas, os conceitos, as atitudes e as práticas associadas com a doença mental são culturalmente distantes da representação científica do corpo, da doença e do paciente (Devereux, 1977). A característica semi-periférica da sociedade portuguesa, integrando simultaneamente características típicas das sociedades desenvolvidas e das menos desenvolvidas e menos complexas (Santos, 1990), permite antever um edifício explicativo sobre a doença mental complexo e multifacetado, simultaneamente moderno e tradicional.

Esta pesquisa investiga as racionalidades leigas sobre a doença mental numa região (norte) de Portugal. Para além das explicações e interpretações da racionalidade profissional e das da racionalidade política-jurídica Quais são as interpretações e concepções leigas? Esta pesquisa adopta uma abordagem qualitativa que privilegia o ponto de vista do nativo de Geertz (1993) e se apoia no argumento de pluralidade de habitus e de contextos de acção (Lahire, 2005). A análise respeita ao conteúdo de sessenta e oito entrevistas em profundidade efectuadas a homens e mulheres na região norte de Portugal (provenientes de 16 concelhos).

Introdução

Aquilo que hoje, nas sociedades ocidentais, a psiquiatria designa por doença mental foi, ao longo dos séculos, entendido com recurso a interpretações diferentes, como seja a de sinal de sabedoria, conhecimento profundo de si, capacidade de comunicar com os espíritos, aflições religiosas, pecados, forças estranhas, entre outras (Benedict, 1934; Bastide, 1967; Devereux, 1977; Fábregas et al., 1978; Foucault, 1987). Não é igual dizer que a loucura é possessão ou que é uma doença; que é um comportamento desviante face aos padrões dominantes ou que é uma maldade. Por detrás de cada uma destas denominações encontram-se significados culturais vastos e complexos. Cada período histórico ou cada sociedade constrói explicações concordantes com os seus valores e suas práticas sociais e culturais. A nossa sociedade construiu historicamente a psiquiatria e a sua concepção de doença mental.

Psiquiatrização da Sociedade

De facto foi no final do séc. XVIII que, na Europa, surgiu essa “nova” categoria social para as pessoas que apresentavam comportamentos estranhos, incompreensíveis, e que rompiam com as normas sociais – os doentes mentais¹ e, com eles, a Psiquiatria. O doente mental vem ocupar o lugar do louco enquanto marca do desvio, da exclusão (Foucault, 1987). A estas categorias de doença mental da psiquiatria do asilo viriam, na viragem do século XIX, juntar-se as neuroses, alargando o âmbito do conceito, fruto do desenvolvimento da teoria analítica e do sistema mas amplo da psiquiatria dinâmica.

Em pleno século XXI, nas sociedades ocidentais complexas, assistimos à extensão das categorias de doença mental a uma grande variedade de comportamentos humanos, o que Robert Castel (1976) denominou por psiquiatrização das sociedades ocidentais, complemento da medicalização da vida (Illich, 1975; Conrad e Shneider, 1992). A psiquiatrização refere-se a olhar o sofrimento mental como doença, isolável no indivíduo, e objecto de tratamento médico. A psiquiatrização ignora (no sentido de esquece, não tem em conta, ou só secundariamente) o contexto, as condições de vida, sociais e individuais. O contexto social não pode ser visto apenas no sentido epidemiológico.

Na procura dos significados sócio-culturais

A sociologia médica, de orientação estruturalista, centrou a sua análise na identificação dos factores sociais que precipitam o surgimento da doença mental. São bem conhecidos os estudos que correlacionam o surgimento da doença mental com a classe social (Hollingshead e Redlich, 1958; Dohrenwend e Chin-Shong, 1967), o género (Brown, et al., 1978), e o suporte social (Henderson, 1988), acentuando a vulnerabilidade (Meehl, 1962), as circunstâncias do meio e os factores sócio-culturais nas explicações causais (Dunham, 1977). Estes estudos ao partirem da noção de doença da psiquiatria preteriram os processos sociais e culturais subjacentes à experiência de adoecer, à experiência que conduz à doença.

Contrastando com esta tendência, a sociologia interaccionista estudou a doença mental como comportamento desviante produzido pela sociedade (Goffman, 1982; Gomm, 1996; Scheff, 1999) que, mais do que significar perturbação intrapsíquica, reflecte a forma como a nossa sociedade está configurada, organizada, etc., reflecte a estrutura social e fazendo-o reflecte o "cárcere de ferro" (Weber, 1991) em que a nossa sociedade se transformou.

No âmbito da antropologia, o estudo da doença mental deslocou-se para o dos contextos culturais enquanto “construtores” de significados. Na linha de C. Geertz (1993), Kleinman (1984, 1992) procurou privilegiar “o ponto de vista do nativo”. A cultura passa a ser o centro de reflexão a partir do qual se tenta compreender e interpretar a

¹ Pinel, Kraepelin e outros formaram as primeiras categorizações psicopatológicas de doença mental com base no método experimental.

doença mental. A tónica desloca-se da 'disease' para a 'illness', ou seja, para a experiência subjectiva da doença, com os seus significados expressivos em termos do código cultural que rege o grupo social em que se manifesta.

Nessa linha de pesquisas, sobre os significados, estudos sobre as representações sociais têm enfatizado os processos sociais excludores subjacentes à construção da doença mental. Ter-se o rótulo de doente mental desencadeia, nos outros, processos sociais complexos que se traduzem, para o rotulado, na exclusão social e na separação “forçada” da vida quotidiana em sociedade (Jodelet, 1995). O estudo de Jodelet, sobre a representação social da loucura, mostra como na sua construção o conhecimento médico é secundário em relação às crenças antigas, a outras formas de conhecimento, ou seja, a um conhecimento pré-médico.

De uma maneira geral, todos os estudos desenvolvidos a partir dos anos 50 (período em que se começam a desenvolver as filosofias comunitárias para o tratamento da doença mental) encontram para a representação da doença um denominador comum de violência, medo e perigo nas concepções leigas de doença mental (Cumming e Cumming, 1957; Nunnally, 1961; Phillips et al., 1969; Link e Cullen, 1983 cit. por Clarke, 2001; Bhugra, 1989; Hall et al., 1993 cit. in Clarke, 2001). Contudo, estes estudos, não têm permitido revelar quais os modos de produção de sentidos para o sofrimento mental, uma vez que se centram no paradigma moderno da doença mental, e ao fazê-lo tendem a explicar estas representações e estas imagens pela ignorância da população. Os processos sociais e culturais subjacentes à génese e à circulação dos conhecimentos (científicos e provenientes da tradição) e à sua apropriação pelo senso comum não são tidos em conta. Importa perceber o modo como o senso comum lida com o sofrimento mental (a loucura, a doença mental), de que instrumentos dispõem para o interpretar e para agir com ele?

A justificação dos objectivos – as racionalidades leigas não são exclusivamente modernas, elas são também tradicionais.

O pensamento do senso comum sobre doença mental incorpora formas de conhecimento provenientes de vários campos, desde logo a ciência, mas também a religião, a moral, a magia, etc. (De Rosa, 1987; Bellelli, 1987; Serino, 1987; Jodelet, 1995). Não são apenas as sociedades menos complexas e menos desenvolvidas que possuem sistemas explicativos diferentes dos da ciência moderna. Esses sistemas também povoam a nossa sociedade (Alves, 1998; Wagner et al., 1999; Rabelo, et al., 1999a; Charmillot, 2002).

Os estudos sobre as racionalidades leigas, centrados na génese e configuração das representações sociais, desenvolvidos nas sociedades ocidentais, permitem-nos constatar que as racionalidades leigas (com os seus conceitos, valores, atitudes, etc.) integram simultaneamente elementos provenientes do sentido da ciência e do sentido de diferença e anormalidade da loucura, predominantes em períodos históricos anteriores (à explicação psiquiátrica). Por exemplo, De Rosa (1987) encontrou que o tema da loucura evoca simultaneamente imagens arcaicas do louco e imagens mais modernas e medicalizadas. Estudos feitos em sociedades não ocidentais, como a Índia, por exemplo, têm vindo a focar o impacto da penetração do saber médico ocidental em sistemas de cuidados de saúde locais, com o objectivo de perceber como se processam as mudanças ou não de representações sociais e colectivas, e ainda de cartografar o modo de produção de sentido local sobre a loucura e a doença mental. O estudo de Wagner, et al. (1999) é exemplificativo deste questionamento que procura, sobretudo, os sentidos contextuais com os seus significados culturais. Os autores encontraram a coexistência de um sistema implícito marcado pela tradição que se reproduz no contexto mais privado da família, a par de um sistema explícito que se constrói na esfera pública, onde a tolerância face à tradição parece ser incompatível com as exigências da racionalidade da ciência moderna. A maior parte das pessoas entrevistadas verbalizou a recusa da explicação da tradição (apesar de depois demonstrar que a conhece em profundidade e que a utiliza em primeiro lugar e, quase em exclusividade, no domínio da vida privada, na esfera da família), e adopta explicitamente um discurso próximo da explicação psiquiátrica (da qual revela muito pouco conhecimento). Isto indica o poder da ciência moderna em ‘apagar’ outras formas de conhecimento e de intervenção, porque as considera menores, irracionais, arcaicas, ultrapassadas, contrárias aos valores da modernidade e às suas exigências. Resultados semelhantes encontraram Rabelo, et al. (1999a) num bairro de operários em Salvador, no Brasil: coexistência de formas de significar a doença mental e a pluralidade de sistemas de cuidados mobilizados na cura.

Em estudo prévio (Alves, 1998), analisámos os discursos de pessoas com esquizofrenia e de seus familiares sobre a doença mental, pessoas com um grande historial de contacto com a instituição psiquiátrica e, portanto, com muito mais possibilidade de ‘colonização’ médica. Encontrámos concepções plurais sobre a doença e sobre a forma de lidar com ela. As concepções encontradas apontavam em direcção à coexistência da explicação médica com a explicação de tipo mágico, dominante em outros momentos da história do sofrimento mental ocidental. Por exemplo, relativamente à identificação da doença mental diagnosticada pelo psiquiatra, apenas um dos entrevistados e, aproximadamente metade das famílias a identificava como sendo esquizofrenia, o que se associará com o estigma da doença mental, mas não só. Relativamente às concepções e explicações encontradas, predominam as interpretações não científicas ou não médicas, sendo a doença mental justificada com base em razões pessoais, sociais ou mágicas. De facto, este estudo reforçou em nós a necessidade (e curiosidade também) de perceber como é que na população

geral seria concebido, explicado, significado e tratado o sofrimento mental em geral e a doença mental em particular. Se entre aquela população estudada por nós, tão próxima e familiarizada com a instituição psiquiátrica, encontrávamos modos de produção de sentidos para a doença mental, em geral, e para a esquizofrenia, em particular, distantes do sistema explicativo oficial, como se passaria na população geral (menos familiarizada, com menos contacto)?

A presente pesquisa nasce desta indagação e da constatação de que a forma como os leigos concebem e explicam o sofrimento mental não é homogênea mas é plural (Lahire, 2005), aparecendo muito relacionada com os contextos onde surgem e a interação que enformam. Nasce também da constatação de que, mais do que avaliar a separação ou afastamento, ou não, entre o conhecimento científico (em geral) e o saber da psiquiatria (em particular), por um lado, e o conhecimento do senso comum, por outro, é preciso perceber a configuração própria do conhecimento leigo. O conhecimento do senso comum (Berger e Luckman, 1999) como forma de conhecimento válida, visto que produz sentido, explica os fenómenos do mundo da vida, orienta e possibilita a acção e a interação social. Este saber leigo não é estático. Ele reconstrói-se na interação. Ou seja, admite-se a possibilidade de reflexividade da acção (Giddens, 2000), no sentido de que o agente não é receptáculo passivo às explicações disponíveis sobre os fenómenos da vida social. Ele está comprometido activamente nessa construção, na medida em que interpreta continuamente a realidade, a experiência vivida, e a negociação de acordo com os sentidos do seu grupo. O reconhecimento destas características e da constatação da coexistência de modos de produção de sentido sobre o sofrimento mental, lembra-nos que também as racionalidades leigas ocidentais não são exclusivamente modernas. Também nas sociedades modernas encontramos outras formas de explicar as questões de saúde e de doença mental e de interagir com elas. Quais são essas formas? O que constitui as racionalidades leigas de produção e reprodução de sentidos sobre o sofrimento mental? Quais as suas configurações?

Massé (1995) refere-se a este saber popular como um subsistema cultural que integra a produção intelectual de um grupo (com concepções, representações, valores, crenças) e as práticas e comportamentos vividos, de cujos cruzamentos resultam os significados e os sentidos dos fenómenos da saúde e da doença. As doenças são “construções sócio-culturais que podem ter tantos significados quantos os contextos em que são definidas” (Massé, 1995:9).

Estes saberes de saúde e de doença têm como função principal “não a de conhecer (exigência de saber) mas antes a de dar um sentido (exigência de significação). E é precisamente esse princípio de coerência, inerente às diversas lógicas, que é a condição fundamental de toda a produção de sentido” (Massé, 1995:269). Esta necessidade de produção de sentido, de encontrar explicações sociais contextualizadas para a doença, é comum a todas as sociedades (Augé e Herzlich, 1984).

O conhecimento de que se servem os agentes sociais na sua vida quotidiana é um conhecimento de tipo muito diferente do da ciência moderna. Nos seus raciocínios, as pessoas comuns, ligam a informação racional científica com outras informações provenientes de racionalidades bem diferentes da científica. Essas outras formas de pensar povoam o mundo da vida, onde as necessidades de produzir sentido exigem modelos bem mais próximos dos universos simbólicos culturais locais, ou seja, mais evadidos de subjectividade.

Como afirmou Devereux, nos anos 70, as concepções e as práticas relacionadas com o sofrimento mental são diferentes se as captarmos num modo de produção assente no universo cultural da medicina moderna, ou num modo de produção popular que é culturalmente muito distante da representação médica do corpo, da doença e do doente. Trabalhos desenvolvidos sobre a realidade portuguesa, por exemplo, o de Berta Nunes (1997), em Trás-os-Montes, atestam essas diferentes racionalidades para o caso da saúde em geral. As pessoas comuns, pensam e actuam em saúde com lógicas diversas das que a medicina faz uso. É em referencia a este tipo de pensamento divergente que utilizamos a expressão racionalidades leigas, ou, populares, no sentido de muito diferente da de ‘profissionais’, ou de técnicos, de peritos, de especialistas. São essas racionalidades leigas que orientam as trajectórias sociais de saúde e de doença. Nelas reside a explicação para o ir ao médico ou não, tomar a medicação ou abandoná-la, ir ao bruxo ou ao padre, etc.

O objectivo central da pesquisa que efectuámos orientou-se na necessidade de decifrar as racionalidades leigas contemporâneas sobre o sofrimento mental em Portugal. Para além das explicações e interpretações características da racionalidade profissional (onde se englobam técnicos, investigadores e indústria farmacêutica), e das da racionalidade política-jurídica (onde se englobam as políticas de saúde mental enquanto acordo que numa determinada sociedade se estabelece sobre concepção e resposta aos problemas da loucura), quais são as interpretações e concepções leigas?

Neste contexto, o “modelo” em que a sociedade portuguesa se tem vindo a desenvolver, integrando simultaneamente características típicas das sociedades desenvolvidas e complexas e características das sociedades menos desenvolvidas e menos complexas, (o que Boaventura Sousa Santos (1990) designa por sociedade semi-periférica), permite-nos antever um edifício explicativo sobre a doença mental complexo e multifacetado.

A pesquisa de que aqui reportamos apenas alguns resultados foi financiada pela FCT-MCT/FEDER – Programa Sapiens 2001 (POCTI/SOC/41088/2001), tendo integrado um projecto de investigação mais amplo intitulado “Vivências de Saúde e Bem Estar”.

Método e Amostra

O trabalho de campo assenta em entrevistas em profundidade (Kaufman, 1996), dado que estas possibilitam o acesso ao universo de sentidos partilhados pelos sujeitos. A partir desses sentidos, enquanto manifestações discursivas individuais, podemos aceder à dimensão social e cultural do colectivo. Centrámos a pesquisa nos discursos que obtivemos através de entrevistas semi-directivas, dos quais fizemos uma análise descritiva num primeiro momento, mas que procurámos interpretar tendo subjacentes as noções de ‘cumplicidade ontológica’ (Bourdieu, 1993) e de ‘descrição densa’ (Geertz, 1989).

Efectuámos um tratamento quantitativo das informações recolhidas na ficha de identificação, utilizando o software SPSS – Statistical Package for the Social Sciences – e um tratamento qualitativo das informações recolhidas nas 68 entrevistas, fazendo uma análise sistemática da informação recolhida a partir da sua organização em categorias temáticas. As entrevistas foram gravadas em áudio e integralmente transcritas. A análise de conteúdo (Bardin, 1979) serviu de apoio à identificação das categorias centrais emergentes. Neste sentido cruzamos procedimentos teóricos (decorrentes do quadro teórico-metodológico construído no presente estudo) com procedimentos resultantes de uma abordagem mais enraizada nas informações recolhidas – grounded theory (Glaser e Strauss, 1967). Neste processo recorremos ao software Nud.ist² que nos permitiu organizar a informação, o que foi um auxílio precioso.

As entrevistas semi-estruturadas que realizámos com a amostra diversificada que construímos, permitiram detectar o essencial da variedade das representações, explicações, atitudes e comportamentos, e compreender os processos sociais e culturais que neles se jogam – os sentidos e os significados sobre o objecto. É precisamente essa riqueza e variedade que nos permite compreender os significados que numa pesquisa de carácter quantitativo ficariam por explicar.

Neste estudo não se revelam os factos, mas os seus processos subjacentes enquanto mediadores das maneiras de pensar e de agir sobre o sofrimento mental. É essa diversidade que pretendemos reportar nesta análise, não nos detendo na procura de relações, essas sim hipotéticas, entre os sentidos encontrados e as determinantes sociográficas que os condicionarão.

A amostra é diversificada, com o objectivo de abarcar quer a diversidade social quer as várias dimensões diferentes mas complementares do objecto de estudo. Trata-se de uma amostra que não é representativa do ponto de vista estatístico, mas que pode ser considerada representativa do ponto de vista de uma análise sociológica em profundidade, que procura identificar tipos de situações e compreender as relações sociais que nelas se estabelecem (Lima, 1981).

Este estudo circunscreve-se à região Norte do país. Neste sentido optou-se por centrar a realização das entrevistas em quatro áreas fundamentais: o Grande Porto, Vale de Cambra, Viana do Castelo e Bragança. Estas áreas foram seleccionadas com o intuito de abranger zonas situadas em pontos que se consideram fulcrais da região Norte, devido às suas múltiplas características (eminentemente rurais, urbanas ou semi-rurais/semi-urbanas). Deste modo temos entrevistas espalhadas por 16 Concelhos, nomeadamente: Bragança, Porto, Chaves, Gondomar, Maia, Matosinhos, Melgaço, Miranda do Douro, Paços de Ferreira, Penafiel, Vale de Cambra, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia, Arcos de Valdevez, Celorico de Basto e Vinhais. A opção regional liga-se à importância que assumem, num estudo deste tipo, as diversidades sócio-culturais que aí poderemos encontrar.

Síntese de alguns resultados

Da análise realizada podemos retirar uma proposta de leitura das racionalidades leigas sobre a doença mental que resumimos nas seguintes linhas essenciais.

Os discursos leigos evitam a noção de doença mental no sentido em que, em vez de falar de ‘as doenças’, falam de ‘os doentes’. Ou seja, retiram-se sistematicamente da entidade ‘doença’ para se situarem face à entidade ontológica ‘pessoa’. Dito de outra forma, a concepção de indivíduo que subjaz à leitura leiga sofre o sofrimento e a perturbação mental é uma concepção holística de pessoa.

Diferentemente da psiquiatria que vê ‘doenças’ que se ‘encaixam’ em pessoas, o leigo vê pessoas que sofrem por razões diferentes e com consequências diversas, sofrimentos a que por vezes, mas só por vezes, aplicam a noção de doença e alguns diagnósticos psiquiátricos. Em alguns casos, aceitam que uma pessoa é ‘doente’. Até aceitam que tem uma das doenças da psiquiatria (esquizofrenia, por exemplo). Mas esses são casos muito especiais: o

² Mais tarde viríamos a importar este projecto criado no Nud.ist para o software Nvivo, (um programa relativamente recente) por ser um programa com uma interface mais ‘amigável’ em termos de pesquisa da informação nele classificada – o que nos facilitou o acesso mais rápido às informações aquando da escrita da tese.

estatuto de doença mental é, no saber leigo, atribuído concomitantemente com uma explicação cuja causa reside sempre ou no foro orgânico (o corpo) ou no foro moral (a falta de força de vontade ou de carácter).

No pensamento leigo, encontramos uma diferenciação clara entre sofrimento mental e doença mental. De facto encontramos categorias de doença e de não doença. A doença é a classificação utilizada para falar daqueles que não têm consciência sobre a situação, aqueles que têm a sua autonomia comprometida, aqueles que têm a sua capacidade de comunicação (inteligível, racional, compreensível ou não face aos outros) com o exterior, comprometida. Contudo, a doença não é uma categoria homogénea no pensamento leigo – ela integra uma pluralidade de classificações que traduzem o grau de gravidade percebida. A não doença, por outro lado, aparece essencialmente classificada em situações de sofrimento mental normal (que tem a ver com a vida quotidiana) e em situações de sofrimento mental continuado que traduz essencialmente a maneira de ser da pessoa – aqui encontramos categorias culturais para falar deste sofrimento (que não é doença) como os nervos e as cismas.

As pessoas que o saber leigo vê, são, deste ponto de vista, divididas em três categorias: os doentes, os fracos e os fortes (de personalidade). Os fortes são os que ‘sofrem’ mas aguentam. Os doentes são os que têm uma doença inscrita no corpo e no carácter moral, ou seja, têm defeito, têm falhas. Os fracos são os que podem ficar doentes ou não.

Outra constatação da nossa pesquisa é a de que a racionalidade psiquiátrica é redutora da complexidade do sofrimento mental humano. As racionalidades leigas, ou do senso comum, servem-se de uma visão holística de pessoa (que é simultaneamente corpo e mente, corpo e espírito). Nesta visão a pessoa é integrada em todos os domínios da vida, articulando o mundo individual, o mundo social, o mundo cultural, o mundo natural e o mundo espiritual. A explicação da doença e não doença só ganha sentido nesta totalidade e não em cada uma das suas partes isoladamente. A pessoa é vista como uma extensão de todos estes mundos, é unidade ontológica. As racionalidades leigas afastam-se, desta forma, da abordagem psiquiátrica na medida em que ela lhes aparece como reducionista e linear, pois se centra nos aspectos individuais e orgânicos por contraste com a complexidade da realidade humana.

Uma outra constatação é a de que a função da psiquiatria é percebida como uma função de controlo através do tratamento e da exclusão. O carácter marcante do ser doente é necessitar da medicina/psiquiatria. Em caso de doença a psiquiatria é útil pois, pelo internamento e pela medicação, consegue controlar os efeitos maléficos da doença (para o doente e para os outros).

Em relação com esta última ideia, verificamos que a representação social da psiquiatria é encarada numa leitura biomédica, muito mais do que psicoterapêutica. Vejamos: por um lado apela-se à psiquiatria para tratar com medicamentos os doentes. Mas as pessoas que não são doentes no pensamento leigo (e que já vimos que inclui pessoas que para a psiquiatria são doentes), por vezes, também sofrem, mental ou psicologicamente. No entanto esse é um sofrimento que faz parte da vida, ou seja, que é normal. Neste caso, não é atribuída qualquer função à psiquiatria. Os recursos para resistir a esse sofrimento, ou seja, para não adoecer, residem, primeiramente, na própria pessoa. As ajudas que aqui cabem são apenas aquelas que reforçam o indivíduo, no sentido de não o porem em causa enquanto pessoa e de não lhe retirarem esse poder de ser ele próprio a ‘controlar’ a sua vida, o seu sofrimento. São as ajudas ‘pela conversa’ – que podem vir dos familiares, dos amigos ou de profissionais alternativos à psiquiatria (incluindo os psicólogos).

É nesse sentido que dizemos que as racionalidades leigas atribuem uma dominância biomédica à psiquiatria. A sua vertente psicoterapêutica aparece totalmente secundarizada, transferida para outros agentes da ‘conversa’.

Nesta relação do pensamento leigo com a psiquiatria, pode-se então falar de uma cultura de resistência à psiquiatrização, no sentido de rejeição da extensão da explicação psiquiátrica ao domínio do sofrimento. No discurso leigo, a concepção de doença mental é muito mais restrita do que na designação psiquiátrica. O saber leigo, do senso comum, recusa à psiquiatria a abrangência que a estende ao sofrimento humano. Este é uma realidade normal que não deve ser encarada como doença. Não deve ser medicalizada por via de métodos e instrumentos que mexem com a identidade, que ‘anulam’ a liberdade no sentido de capacidade de autodeterminação e de defesa do seu projecto de vida.

Assim, tomando como referência o conhecimento existente sobre saúde e doença, em geral, e sobre saúde e doença mental, em particular, propomos a noção plural de racionalidades leigas sobre a doença mental, noção diversa da racionalidade profissional reconhecida, a racionalidade da ciência médica / psiquiátrica. O que principalmente as distingue é a não linearidade da lógica de pensamento leigo que assenta em conhecimentos do mundo da vida, feito de representações culturais, de experiência social, e de informações de vários tipos em que se inclui a reflexividade da ciência. Sem se afastar dos vectores já identificados pela bibliografia sobre o saber leigo sobre saúde e doença, consideramos que a pesquisa realizada contribuiu para o aprofundamento dos processos e do sentido sobre esse saber.

Bibliografia

- ALVES, F. (1998). A Família como Suporte da Política de Saúde Mental em Portugal. Tese de Mestrado. Porto: ISSSP.
- ALVES, F., et al. (1997). “Ele não está no seu normal” - a esquizofrenia dita por doentes e seus familiares. In *Psiquiatria Clínica*, 18 (3), 239-250.
- ALVES, F. (coord.), et al. (2001). *Acção Social na Área da Saúde Mental*. Lisboa: Universidade Aberta.
- ALVES, F. e Silva, I. (1993). A qualidade de vida de doentes com diagnóstico de esquizofrenia. Porto: ISSSP.
- ALVES, F. et al. (1998). “I just hope he dies before me”- Lay knowledge and experience of schizophrenia by ill people and their relatives in Portugal. Comunicação apresentada ao XIV Congresso Mundial de Sociologia (26 de Julho a 1 de Agosto). Montreal, Quebec, Canadá.
- ALVES, F. et al. (2002). A Família como Suporte da Política de saúde Mental em Portugal. In *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Vol. II: 95-99. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- AUGÉ, M. (1986). L'Anthropologie de la maladie. In *L'Homme*, 97-98 XXVI(1-2): 81-90.
- AUGÉ, M. (dir.), et al. (2000, 1.^a ed. 1974). *A construção do mundo (religião, representações, ideologia)*. Lisboa: Edições 70.
- AUGÉ, M. e HERZLICH, C. (1984). *Le Sens du Mal – anthropologie, histoire et sociologie de la maladie*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines.
- AYESTARAN, S. e PAEZ, D. (1987) – Representaciones sociales y estereotipos grupales. In D. PÁEZ, et al., *Pensamiento, individuo y sociedad. Cognición y Representación social*, 221-262. Madrid: Fundamentos.
- BARDIN, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bastide, R. (1967). *Sociologia das Doenças Mentais*. S. Paulo: Ed. Nacional da Universidade de S. Paulo.
- BASZANGER, I. (1995). *Douleur et Médecine, la Fin d'un Oubli*. Paris: Éditions du Seuil.
- BELLELLI, G. (ed.) (1987). *La Représentation Sociale de la Maladie Mentale*. Ligouri: Naples.
- BENEDICT, R. (1932). Configurations of Culture in North America. In *American Anthropologist*, 34 (1), 1-27.
- BENEDICT, R. (1934). *Patterns of Culture*. Nova Iorque: Houghton and Mifflin.
- BERGER, P. e LUCKMANN, L. (1999). *A Construção Social da Realidade*. Lisboa: Dinalivro.
- BHUGRA, D. (1989). Public opinions on mental illness - a review. In *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 80, 1 – 12.
- BIBEAU, G.; CORIN, G. et al. (1993) Elements of an Anthropological Semiology of Mental Health: problems among Bambara, Soninke and Bwa in Mali. In *Anthropologie et Sociétés*. 17 (1-2), 125-156.
- BLAXTER, M., (1983). The Causes of Disease: Women Talking. In *Social Science and Medicine*, 17, 59-69.
- BLAXTER, M. (1990). *Health & Lifestyles*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- BLAXTER, M. (2004). *Health*. Cambridge: Polity Press.
- BOURDIEU, P. (1993). *La Misère du Monde*. Paris: Éditions du Seuil.
- BROWN, et al. (1978) Social origins of depression : a study of psychiatric disorder in women. Londres: Tavistock.
- BURY, M. (2001) Illness Narratives: fact or fiction? In *Sociology of Health & Illness*, 23, 263-265.
- BUSFIELD, J. (2000). Introduction: Rethinking the sociology of mental health. In *Sociology of Health & Illness*, 22 (5): 543-558.
- CALLAHAN, D. (ed.), et al. (2002). *The Role of Complementary & Alternative Medicine – accommodating pluralism*. Washington D. C.: Georgetown University Press.
- CALNAN, M. e WILLIAMS, S. (1991). Style of life and the salience of health: an exploratory study of health related practices in households from differing socio-economic circumstances. In *Sociology of Health & Illness*, 13 (4), 506-529
- CAMPBELL, C. (1996). Half-Belief and the Paradox of Ritual Instrumental Activism: A Theory of Modern Superstition. In *The British Journal of Sociology*, 47 (1): 151-166.
- CARRICABURU, D. e MÉNORET, M. (2005). *Sociologie de la Santé – Institutions, professions et maladies*. Paris: Armand Colin Éditeur.
- CASTEL, F., CASTEL, R. e LOVELL, A. (1979). *The Psychiatric Society*. Nova Iorque: Columbia Free Press.
- CASTEL, R. (1968). Presentation. In E. GOFFMAN, *Asiles*, 7-35. Paris: Éditions Minuit.
- CASTEL, R. (1976). *L'Ordre Psychiatrique - l'âge d'or de l'alienisme*. Paris: Éditions Minuit.
- CHARMILLOT, M. (2002). Quand les Savoirs de la Maladie se Rencontrent et Sont Reinventes. Discours de Femmes Burkinabé à Propos de Deux Pathologies. In C. SEBATIER e O. DOUVILLE. *Cultures, Insertions et Santé*, 33-47. Paris: L'Harmattan.
- CLARKE, A. (2001). *The Sociology of Healthcare*. London, Prentice Hall.
- CONRAD, P. e SCHNEIDER, J. W. (1992). *Deviance and Medicalization: From Madness to Sickness*. Filadélfia: Temple University Press.
- CORIN, E., BIBEAU, G. e UCHÔA, E. (1993). Eléments d'une sémiologie anthropologique des troubles psychiques chez les Bambara, Bwa et Soninké du Mali. In *Anthropologie et Sociétés*, 17 (1-2): 125-156.
- CRAWFORD, R. (2006). Health as a meaningful Social Practice. In *Health*, 10: 401-420.

- CRESSON, G. (1995). *Le Travail Domestique de Santé*. Paris: Éditions L'Harmattan.
- DE ROSA, A. (1987). The Social Representations of Mental Illness in Children and Adults. In W. M. DOISE e S. MOSCOVICI (eds.), *Current Issues in European Social Psychology*, 2. Cambridge: Cambridge University Press.
- DEVEREUX, G. (1956). Normal and abnormal: the key problem of psychiatric anthropology. In *Some uses of anthropology: theoretical and applied*. Washington, The Anthropological Society of Washington.
- DEVEREUX, G. (1977). *Essais d'Ethnopsychiatrie Générale*. Paris: Gallimard.
- DOHRENWEND, B. P. e CHIN-SHONG, E. (1967). Social Status and Attitudes Towards Psychological Disorder: the problem of tolerance of deviance. In *American Sociological Review*. 32 (3). 417-433.
- DUNHAM, H. W. (1977). Schizophrenia: the impact of sociocultural factors. In *Hospital Practice*, 12: 61-68.
- FAINZANG, S. (2001). *Médicaments et Société*. Paris: PUF.
- FARIS, R. E. L. e DUNHAM, H. W. (1939). *Mental Disorder in Urban Areas: An ecological study of schizophrenia and other psychoses*. Chicago: University of Chicago Press.
- FLICK, U. (dir.), et al. (1992). *La Perception Quotidienne de la Santé et de la Maladie – Théories subjectives et représentations sociales*. Paris: L'Harmattan.
- FOUCAULT, M. (1987). *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- GEERTZ, C. (1989). *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- GEERTZ, C. (1993). *The Interpretation of Cultures*. Londres: Fontana Press.
- GIDDENS, A. (1989). *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- GILMAN, S. (1985) *Difference and Pathology : Stereotypes of Sexuality, Race, and Madness*. Ithaca: Cornell University Press.
- GILMAN, S. (1988) *Disease and Representation : Images of Illness from Madness to AIDS*. Ithaca: Cornell University Press.
- GLASER, B. e STRAUSS, A. (1967). *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine.
- GOFFMAN, E. (1968). *Asiles - Études sur la condition sociale des malades mentaux*. Paris: Éditions Minit.
- GOFFMAN, E. (1982, 1ª ed. 1963). *Estigma, Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- GOFFMAN, E. (1993). *A Representação do Eu na Vida de Todos os Dias*. Lisboa: Relógio D'Água.
- GOMM, R. (1996). *Mental health and Inequality*. In T. R. HELLER, et al., *Mental Health Matters: a Reader*. Macmillan/Open University Press.
- GOOD, B. & DELVECCHIO GOOD, M. J., (1980). The meaning of symptoms: a cultural hermeneutic model for clinical practice. In: L. EISENBERG e A. KLEINMAN (eds.), *The Relevance of Social Science for Medicine*. 165-196. Dordrecht: Reideil Publishing Co.
- HERZLICH, C. (1969). *Santé et Maladie – analyse d'une représentation social*. Paris: EHESS.
- HOLLINGSHEAD, A. B. e REDLICH, F. C. (1958). *Social Class and Mental Illness*. Nova Iorque: John Wiley.
- JODELET, D. (1995). *Folies et Représentations Sociales*. Paris: PUF.
- KAUFMANN, J.-C. (1996). *L'entretien Compréhensif*. Paris: Nathan Eds.
- KAUFMANN, J.-C. (2004). *A Invenção de Si – Uma Teoria da Identidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- KLEINMAN, A. (1984). *Patients and Healers in the Context of Culture - An exploration of the borderland between Anthropology, Medicine and Psychiatry*. Londres: University of California Press.
- KLEINMAN, A. (1988). *The illness narratives: suffering, healing & the human condition*. Nova Iorque: Basic Books.
- KLEINMAN, A. (1992). *Local Worlds of Suffering: an interpersonal focus for ethnographies of illness experience*. In *Qualitative Research*, 2 (2): 127-134.
- KLEINMAN, A. e KLEINMAN, J. (1994). How bodies remember: Social memory and bodily experience of criticism, resistance and delegitimation following China's Cultural Revolution. In *New Literary History*. 25, 707-723.
- LAHIRE, B. (2003). *O Homem Plural, as molas da acção*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LAHIRE, B. (2004). *La Culture des individus. Dissonances culturelles et distinction de soi*. Paris: La Découverte.
- LAHIRE, B. (2005). *Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual*. In *Sociologia Problemas e Práticas*, nº49: 11-42. Oeiras: Celta Editora .
- LAPLANTINE, F. (1978). *Etnopsiquiatria*. Lisboa: Editorial Vega.
- LITTLEWOOD, R. (2002). *Pathologies of the West – an Anthropology of Mental Illness in Europe and America*. Londres: Continuum.
- MASSÉ, R. (1995). *Culture et Santé Publique*. Paris, Gaetan Morin Éditeur.
- MEAD, George H. (1972). *Espiritu, Persona y Sociedad*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- MORANT, N. (1995) *What is Mental Illness? Social Representation of Mental Illness among British and French Mental Health Professionals*. In *Papers of Social Representations (1021-5573)* Vol. 4 (1): 1-52
- MOSCOVICI, S. (1976, 1ª ed. 1961). *La Psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.

- NUNALLY, J. C. (1961). *Popular Conceptions of Mental Health: Their development and change*. Nova Iorque: Rinehart & Winston.
- NUNES, B. (1997). *O Saber Médico do Povo*. Lisboa: Fim de Século Edições, Lda.
- PHELAN, J. C., et al. (2000). Public Conceptions of Mental Illness in 1950 and 1996: what is mental illness and is it to be feared?. In *Journal of Health and Social Behavior*, 41 (2): 188-207.
- PHILO, G. (1994). *Media representations of mental health/illness: Audience reception study*. Glasgow: Glasgow University Media Group.
- PHILO, G., et al. (1996). *Media images of mental distress. Mental Health Matters: a Reader*. T. R. HELLER, et al. Macmillan in association with Open University Press: 163-170.
- PHILO, G., HENDERSON, L., e MCLAUGHLIN, G. (1993). *Mass media representations of mental health/illness*. Glasgow: Glasgow University Media Group.
- RABELO, M. C. M. (1999a). Narrando a Doença no Nordeste de Amaralina: relatos como realizações práticas. In M. C. M. RABELO, P. C. B. ALVES e I. M. A. SOUZA, *Experiência de Doença e Narrativa*, 75-88. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz.
- RABKIN, J. (1972). Opinions about mental illness: a review of the literature. In *Psychological Bulletin*, 77 (3): 153-171.
- RABKIN, J. (1974). Public attitudes toward mental illness: a review of the literature. In *Schizophrenia Bulletin*, 10: 9-33.
- RÄTTY, H. (1990). A World without Mental Illness: concepts of mental health and mental illness among a student group. In *Social Behaviour*, 5 (5): 315-326.
- ROSE, D. (1996). *Representations of Madness on British Television: a social psychological analysis*. PhD Thesis. Universidade de Londres.
- SANTOS, B. S. (1990). *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento.
- SARBIN, T. R. e MANCUSO, J. C. (1970). Failure of moral enterprise: Attitudes of the public toward mental illness. In *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 53 (2): 159-173.
- SCHEFF, T. J. (1999, 1ª ed. 1966). *Being Mentally ill - a sociological theory*. Nova Iorque: Aldine de Gruyter.
- SERINO, C. (1987). Entre 'Normal' et 'Différent': aspects du lien soi/autrui dans le processus de représentation sociale. In G. BELLELLI (ed.), *La Représentation Sociale de la Maladie Mentale*. Ligouri: Naples.
- WAGNER, W., et al. (1999). The modernization of tradition: thinking about madness in Patna, India. In *Culture and Psychology*, 5(4): 413-445.
- WAKEFIELD, J. C. (1992a). The Concept of Mental Disorder: On the Boundary between Biological Facts and Social Values. In *American Psychologist*, 47: 373-88.
- WAKEFIELD, J. C. (1992b). Disorder as Harmful Dysfunction. A conceptual Critique of DSM III Definition of Mental Disorder. In *Psychological Review*. 99 (2): 232-247.
- WEBER, M. (1991). *Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*, vol. 2. Brasília: Editora da UnB.
- WEBER, M. (1996). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- ZANI, B. (1993). Social representations of mental illness: lay and professional perspectives. In Breakwell, G. M. and Canter, D. V. (eds.), *Empirical Approaches to Social Representations*, 315-330. Oxford: Clarendon Press.

A participação associativa na vivência com doença crónica

Sofia C. Pais

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
sofiapais@fpce.up.pt

Isabel Menezes

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
imenezes@fpce.up.pt

Resumo: A vivência com doença crónica tem sido referenciada pela complexidade que acrescenta à(s) experiência(s) de vida dos seus portadores. Particularmente em crianças e jovens com doença crónica, podem ser apontados aspectos singulares desta vivência que, interferindo necessariamente no seu ambiente familiar, percorrem os mais diversos contextos de acção das mesmas. Entre outros, escola e hospital são lugares de desafio e exigência, cujo impacto pode afectar o seu desenvolvimento académico, psicológico e social (Shaw & McCabe, 2008). De facto, o recorrente esforço de adaptação destas crianças/jovens e suas famílias implica aludir neste cenário, quer às suas necessidades, quer aos seus direitos. Reconhecendo que a autonomia destas pessoas para a gestão das suas vidas está frequentemente em risco, inclui-se nesta discussão o papel da participação associativa enquanto contexto

de exposição de situações de discriminação, de mediação entre família e Estado e de promoção de consciência crítica e empowerment (Stainton, 2005).

Esta comunicação explora o papel das associações de apoio a doentes crónicos em Portugal, designadamente o seu contributo para a defesa de condições de vida mais equitativas dos seus participantes. A análise das principais iniciativas e actividades, bem como das lutas destas associações baseia-se numa metodologia qualitativa que conta com dados de entrevistas e grupos de discussão focalizada, quer a famílias com crianças/jovens com doença crónica, quer a membros e líderes de associações de apoio. Pretende-se ainda salientar a importância de atender às dimensões social e política enquanto factores determinantes na adaptação/limitação das pessoas que (con)vivem com doença crónica, extrapolando a dimensão individual que tende a responsabilizar os portadores da mesma.

Palavras-chave: doença crónica, participação associativa, empoderamento

A Vivência com doença crónica

Parece unânime considerar que a experiência de vida pautada pela doença crónica pode condicionar, em alguns casos severamente, o desenvolvimento dos que a portam (Boekaerts & Roder, 1999; Shaw & McCabe, 2008). Apesar da disparidade de definições de doença crónica, adopta-se, com algum consenso, uma definição baseada numa das suas características em particular: a duração (Vieira & Lima, 2002: 553). A definição de doença crónica constrói-se, segundo a literatura, por alguns factores, a destacar as adaptações nos múltiplos domínios da vida, o facto de se desenvolver ao longo do tempo, impondo, neste sentido, ajustes inerentes ao desenvolvimento e; ser marcada pela heterogeneidade em cada indivíduo que a porta, pela singularidade com que evolui e, conseqüentemente, pelo modo como cada pessoa se adapta à mesma (Stanton et al., 2007).

De facto, a necessidade constante e sucessiva de adaptação revê-se nas situações de um quotidiano associado à dor, aos sintomas de depressão, à tendência para menor persistência em tarefas, à fadiga, aos efeitos causados pela medicação, às ausências provocadas por internamentos, etc (Falkenstein, 2004; Shaw & McCabe, 2008). A par destes factores contam-se os gastos relativos à medicação, à terapia e em alguns casos ao internamento; bem como as deslocações inerentes às idas ao hospital e a mudança de rotinas da família (Menke, 1987; Barlow & Ellard, 2004; Viana et al., 2007). Veja-se, como explicam Smith et al. (2002) e Barros (2003), que o impacto da doença crónica se dilata desde a criança/adolescente que a porta, até aos que, de uma forma mais ou menos directa a rodeiam. Como argumenta Barros (2003: 140), a doença crónica é, no quadro da adaptação global da criança/adolescente que a porta, “uma condição problemática, que vai ser integrada na vida da criança conforme os recursos pessoais e familiares existentes”. Questiona-se, contudo, se serão unicamente estes os recursos necessários para abordar o tema da doença crónica à luz de uma perspectiva de direitos.

Assim, e por tratar-se de uma questão de índole sócio-cultural e política, a doença crónica reclama um lugar de destaque nas discussões e decisões actuais, com o qual se confrontam várias dificuldades. Além das barreiras (im)postas pela própria doença, colocam-se constrangimentos de outra ordem, nomeadamente as limitações no acesso a condições de vida mais justas e equitativas, tendencialmente pautadas por experiências estigmatizantes e discriminatórias (Stainton, 2005). Como refere Barnes (2007), o mundo é pensado e construído por pessoas sem incapacidade, pelo que não será inócuo convocar a participação activa e crítica de todos os actores sociais para a reconfiguração de uma realidade que não contempla apenas pessoas sem incapacidade, mas também pessoas com incapacidade e, neste caso, com doença crónica (Montero, 2007).

Necessidades e direitos na experiência com doença crónica

De facto, o tema da doença crónica e, conseqüentemente, a singularidade que traduz aos seus portadores, não converge, necessariamente, perspectivas. Os modelos de incapacidade, nos quais se pode incluir a doença crónica, são exemplo disso.

Por um lado, esta pode ser olhada segundo uma óptica que saliente as necessidades das pessoas e os aspectos que as distinguem pelo défice e pela inadaptação individuais. Intitulado de modelo médico, este olhar sobre as pessoas com incapacidade ou com doença crónica – como se tem vindo a associar, dadas as implicações de ambas as problemáticas estarem relacionadas – tende a enfatizar a condição individual das pessoas, assim como as limitações provocadas pela doença que têm (Barnes, 2007).

Por outro lado, o modelo social perspectiva a doença crónica baseando-se na dimensão sócio-cultural que está inerente à mesma. Isto é, destaca as barreiras sociais, nomeadamente das pessoas sem incapacidade (daquelas para as quais o mundo foi pensado), admitindo que as limitações das pessoas com incapacidade são, na maioria dos casos, causadas pelos contextos culturais de (inter)acção dos indivíduos (Barnes, 2007). Este modelo contraria, pois, o foco atribuído às necessidades e amplia a lupa de leitura da incapacidade ou, neste caso da doença crónica, considerando-a uma questão de direitos. Enquanto que o primeiro modelo realça, fundamentalmente, as necessidades dos sujeitos; o segundo, embora reconhecendo a especificidade individual dos sujeitos e da incapacidade ou doença que têm, transporta-a para uma dimensão social assente na responsabilidade partilhada e, portanto, não centrada

apenas nas pessoas inadaptadas, mas em todas as outras, enquanto co-responsáveis pela inadaptação das primeiras (Montero, 2007; Lister, 2007).

Esta discussão pressupõe, como aludem alguns autores, uma análise onde o conceito de empoderamento adquire centralidade, tendo em conta o carácter público que evidencia em temas, tendencialmente, abordados numa esfera individual e fechada, como é o caso da doença crónica (Rappaport, 1981; Stainton, 2005). E, nesse sentido, o empoderamento destas pessoas deve ser tido em consideração com seriedade, pois como argumenta Rappaport (1981: 15), “sugere que não as vejamos como simples crianças em apuros ou como cidadãs apenas com direitos; mas como seres humanos que são na sua integridade/totalidade, quer com direitos, quer com necessidades”.

Esta ideia repescada de Rappaport (1981) não tem sido, contudo, transposta para a prática e exemplo disso são as lutas pessoais e de algumas comunidades isoladas, cujos objectivos pendem para a urgência de experienciarem melhores condições de saúde e de vida. Um dos entraves ao acesso legítimo a estas condições passa, desde logo, pela escassez de legislação existente em Portugal para a definição de doença crónica.

A problemática da doença crónica é, pois, abrangente e complexa, interferindo nas experiências de vida dos seus portadores e outros que lhes são próximos, mantendo-se (omni)presente nos diversos contextos em que estes actuam (Shapiro, 2002, Barlow & Ellard, 2004 e Falkenstein, 2004). Excluindo a pretensão de enfatizar os aspectos obstaculizadores de uma vivência com qualidade, reconhecem-se as limitações experienciadas *in locu*, designadamente em alguns desses contextos sendo explorados nesta comunicação: a família, a escola e o hospital.

A Família

Considerado um contexto de socialização primária (Bronfenbrenner, 1979), a família é unanimemente caracterizada pelos autores que se debruçam nesta área, como uma das dimensões centrais na experiência de vida com doença crónica. É, frequentemente, o lugar dos primeiros sintomas da doença, do receio do diagnóstico, da descoberta da mesma e da incerteza que esta traz consigo para o futuro da criança/adolescente e, conseqüentemente da família (Altschuler, 1997; Ferguson, 2002).

A alteração das rotinas da família, bem como o carácter de imprevisibilidade característico de fases iniciais de algumas doenças crónicas, têm influência evidente no equilíbrio psicológico e emocional, não apenas da criança/adolescente com doença crónica, mas igualmente dos restantes familiares (Ferguson, 2002, Queiroz, 2002; Viana et al., 2007). Torna-se, pois, fundamental dar resposta às exigências (im)postas pela doença, cabendo – como acontece com frequência – à família, em larga medida, a responsabilidade de encontrar as estratégias mais adequadas para as mesmas (Saywe et al., 2005). No entanto, a motivação para desenvolver estratégias e adequá-las às situações do dia-a-dia requer, neste sentido, um conjunto de condições que não dependerão única e naturalmente, apenas da família (Shapiro, 2002; Nachshen, 2004). A inter-relação com os profissionais de saúde, de educação, entre outros, é de ressaltar nesta reflexão (Paterson, 2001; Singer, 2002). Aos serviços e dos recursos necessários recai também a responsabilidade de assegurarem melhores condições de saúde a estas pessoas, devendo estas promover a sua integração na sociedade e propiciar a sua participação nas decisões relativas à sua vida (Rappaport, 1981).

Acrescentam-se aos constrangimentos experienciados no seio da família com crianças e jovens com doença crónica as dúvidas sobre a especificidade da doença, a escassez de informação divulgada sobre a mesma, bem como os receios acerca do melhor modo para lidar com esta (Boekaerts & Roder, 1999; Vieira & Lima, 2002). E, nesta linha de pensamento, os processos subjacentes ao conhecimento das condições mais adequadas e equitativas para a vivência com doença crónica tornam-se, por seu turno entraves, uma vez que tendem a ser burocráticos, morosos e, tantas vezes, assentes num discurso dominado por especialistas de difícil acesso para os pais (Nachshen, 2004). A este respeito, Gvion & Luzzatto (2008) referem-se, designadamente, às negociações desiguais entre pais e especialistas na reflexão sobre as condições das crianças com necessidades especiais.

Do mesmo modo, sobre a família recaem as dificuldades económicas e sociais inerentes à doença, às quais urge responder e cujo impacto tende a ser feroz na conduta familiar (Queiroz, 2002; Sawyer et al., 2005). Se, por um lado, a saúde da criança/adolescente é prioritária na esfera familiar e, por isso inquestionável, por outro lado, os receios e as dificuldades em encontrar flexibilidade nas instâncias que rodeiam a família e das quais, muitas vezes, esta depende, são francamente expressivos (Altschuler, 1997). Um dos possíveis cenários ilustrativos desta relação é a incompatibilidade entre os ritmos da doença da criança e os ritmos laborais dos pais. O receio de perder o emprego é, para muitos pais e cuidadores, um retrato usual na experiência de vida que envolve doença crónica (Altschuler, 1997; Smith et al., 2002).

A (melhoria da) qualidade de vida advém, pois, da adaptação aos domínios físico, funcional, social e emocional por parte dos indivíduos portadores de doença crónica, mas também de outros que com eles vivenciam (Gibson, 1995; Shapiro, 2002; Stanton et al., 2007). Ora, a análise do panorama de uma família onde reside doença crónica, não se encerra, assim, numa perspectiva meramente individual, isto é, circunscrita apenas ao micro-contexto familiar, mas estende-se por outras dimensões (pre)venindo o problema da doença crónica uma questão social (Lister, 2007).

A escola

A escola adquire, como argumenta Clay et al. (2004), uma centralidade nuclear na vivência de crianças em jovens com doença crónica, desde logo, pelas vivências singulares que lhes propicia, bem como a todos os que a frequentam. Admitindo que a maioria das crianças e jovens com doença crónica não esteja comprometida intelectualmente e não necessite de acompanhamento relativo a educação especial específica, a literatura revela a importância dos agentes educativos participarem activamente no desenvolvimento e na manutenção de condições adequadas para o sucesso educativo e social destes estudantes (Jorge & Silva, 1983; Sexson & Madan-Swain, 1995; Vieira & Lima, 2002). Ao contexto escolar cabe a responsabilidade de reintegrar os estudantes na actividade da escola, após realizado o diagnóstico (Sexson & Madan-Swain, 1995; Shaw & McCabe, 2008). Apesar disso, como conclui Lear (2007), muitas das preocupações, responsabilidades e lacunas espelhadas no tipo de apoio educativo dos estudantes com doença crónica remetem para instâncias que transcendem as paredes da escola. Uma ilustração breve deste cenário recai sobre o facto de, tendencialmente, os decisores da área da saúde não estabelecerem uma relação de franca familiaridade com o modo de funcionamento do sistema de saúde (Lear, 2007).

Por outro lado, reconhecendo a falta de formação de professores para lidarem com estudantes com necessidades educativas especiais ou, simplesmente, interagirem adequadamente com as singularidades “pouco visíveis” (como as contempladas na asma, na diabetes, na artrite reumatóide, etc) alguns autores reclamam um novo olhar ao tema das doenças crónicas na escola enquanto área de estudo a investir (Peebles-Wilkins, 2006). Sugere Peebles-Wilkins (2006) a promoção de um ambiente de suporte compreensivo, no qual equipas multidisciplinares respondam aos estudantes com doença crónica com cuidado e adequação. Neste sentido, pressupõe-se que a escola seja promotora do direito à educação servindo este de garantia aos restantes direitos (Gimeno Sacristán, 2008). Tratar-se-á, pois, de atender e concretizar um conjunto de práticas que defendem o direito de todos à educação e à igualdade de oportunidades (Leite, 1997). É, por isso, atribuído ao espaço da escola um papel fundamental na vida dos indivíduos e de influência nuclear na experiência das crianças e jovens com doença crónica.

São diversos os estudos que consideram que as crianças e os jovens com doença crónica são mais vulneráveis no que concerne às relações que estabelecem entre pares (Evans, 2004; Kyngas, 2004). O suporte social surge na discussão da problemática doença crónica como variável essencial para incrementar a experiência de vida das crianças e jovens com doença crónica (Newacheck & Halfon, 1998; Calsbeek et al., 2006). A escola pode ser, pois, um contexto que privilegia, desse ponto de vista, a possibilidade destes estudantes encontrarem estratégias para melhor se adaptarem às demandas da doença, sentindo-se, simultaneamente, acompanhados e compreendidos pelos pares e professores (Kyngas, 2004).

Não apenas o suporte social, mas também o acompanhamento médico e escolar adequado face às orientações médicas, são aspectos fundamentais para o sucesso dos estudantes com doença crónica (Weller et al., 2004). De facto, e atendendo a estes aspectos, os impactos da doença crónica revelam-se, em muitos casos, nos resultados académicos dos estudantes (Boekaerts & Roder, 1999; Newacheck & Halfon, 1998). Estes dados remetem, fundamentalmente, para o absentismo escolar (im)posto pela doença, designadamente na regularidade das consultas e, em certos casos, em situação de internamento (Shaw & McCabe, 2008). E, neste sentido, enfatiza-se a interacção entre a escola e o hospital enquanto instâncias prioritárias na vida das crianças e dos jovens com doença crónica que requerem flexibilidade na relação que estabelecem. Ou seja, a partilha de informação e a disponibilidade destes contextos devem assentar numa base compreensiva que permita ao estudante e à sua família gerir, com o menor número de perdas, os ritmos (im)postos pela doença (Ferguson, 2002; Murkherjee, Lightfoot & Sloper, 2002).

O hospital

Um dos objectivos primordiais dos profissionais de saúde centra-se em conseguir que crianças e jovens com doença crónica (man)tenham uma qualidade de vida e de exigência, nos diversos contextos em que actuam, o mais possível próxima de outras crianças e jovens sem doença crónica (Sawyer et al., 2005). Os serviços hospitalares devem, por isso, ser lugares em que crianças/jovens e suas famílias encontram formas de se envolverem na comunidade, absorvendo os seus recursos e experienciando, tanto mais quanto exequível, as mesmas situações que outras crianças e famílias vivem. Esta adequação não passa apenas pela orientação médica, mas igualmente pela motivação e pelo modo como os serviços se organizam e atendem os utentes (Vieira & Lima, 2002).

Inúmeros estudos na área da saúde exploram a presença de profissionais de saúde na vivência da doença crónica, tecendo considerações acerca do facto desta não estar apenas confinada à avaliação médica, à prescrição de medicamentos e ao acompanhamento em tratamentos necessários; mas se associar, igualmente, a uma dimensão de carácter afectivo. O discurso de pessoas com doença crónica conduz, efectivamente, à ideia de que o universo biomédico não está apenas circunscrito ao apoio instrumental e técnico dos profissionais de saúde, mas envolve também uma dimensão compreensiva (Telford et al., 2006). Nesta linha, afirma Seagle et al. (2002: 581) que “o valor de se sentir acarinhado pelos profissionais, como pela família, pode fazer com que a criança cresça de modo benéfico e cujos resultados podem manifestar-se também no estado adulto”.

Discorrendo sobre esta problemática, parece interessante atender ao contributo de Bronfenbrenner (1979), uma vez que se pronuncia no que concerne à indissociabilidade da multiplicidade de contextos que interferem na vivência dos indivíduos para garantir a (melhoria da) qualidade de vida dos mesmos. A relevância atribuída à interdependência dos comportamentos individuais, das condições de vida dos indivíduos e dos contextos em que se desenvolvem, é, pois, vista enquanto elemento de franca influência na saúde (Shapiro, 2002; Stanton et al., 2007). São, assim, apontados factores de ordem cultural, de estatuto socioeconómico e de mudança social, assim como factores relacionados com a estrutura de organização social e comunitária e com o apoio social (Stanton et al., 2007).

O desenvolvimento de relações de parceria entre a família, a escola e os sistemas de cuidados de saúde adquire uma importância significativa nesta discussão (Naschen, 2004; Shaw & McCabe, 2008). Sartain et al. (2000) enfatiza a importância deste diálogo, afirmando que a confiança mútua pode, desde logo, ser um contributo a ter em conta para o bom desenvolvimento dos serviços prestados às crianças e adolescentes com doença crónica. Um outro aspecto a ter em linha de conta recai sobre a importância de uma comunicação presente, clara e adequada, que transmita, por um lado, responsabilidade e, por outro, seja originalmente compreensiva (Gultekin & Baran, 2007).

De facto, a combinação da criança/adolescente com doença crónica e sua família com os agentes e as instâncias anteriormente referidos tende a proporcionar a optimização de mecanismos de adaptação melhoria face às singularidades emergentes da doença crónica. Neste sentido, e relacionada com os contextos naturais de vida das crianças e adolescentes com doença crónica é, efectivamente, a promoção de um desenvolvimento desejável e tendencialmente mais positivo que reconhece estes laços como formas de intervenção (Spilkin & Ballantyne, 2007; Livneh, 2001).

A associação de apoio

Paralelamente, a investigação tem também salientado o papel das associações enquanto contextos relevantes no desenvolvimento dos indivíduos. Atendendo, em específico às crianças e jovens com doença crónica e, subsequentemente das suas famílias, o contributo das associações de apoio pode ser significativamente vasto. Estes contextos podem, por um lado, ser promotores da autonomia e da qualidade de vida destas crianças/jovens e famílias, quer em termos médicos, sociais e educacionais, tal como podem, por outro lado, ter influência na mediação entre família, sociedade e Estado (Queiroz, 2002). Deste modo, os benefícios das associações são de índole instrumental (e.g. oferta de próteses), mas demarcam-se, igualmente, por aspectos de natureza expressiva (e.g. questões sócio-afectivas).

De facto, a investigação revela a importância de um suporte social e afectivo tendencialmente encontrado em associações. A este nível pode haver alguma mais-valia, nomeadamente no processo de (re)construção de identidade e auto-estima das pessoas com doença crónica, o qual é significativamente influenciado pela experiência que estas vivem no que se refere à percepção, às atitudes e às reacções dos outros (Theiss-Morse & Hibbing, 2005; Telford et al., 2006). Fará, pois, sentido, acrescentar a esta ideia algumas considerações, distinguindo-se, desde logo, o lugar ocupado pela cidadania, pela defesa de direitos fundamentais e pelo “o tão reclamado direito pela diferença” (Pais, 2005:54). E porque cidadania envolve identidade, sublinha-se o contributo das associações de apoio pelo reconhecimento que conferem à diversidade tocar e à importância que transportam para as relações de sociabilidade entre as pessoas (Pais, 2005).

A estas dimensões conjuga-se o desenvolvimento de competências pessoais e sociais nucleares para a acção e intervenção políticas das pessoas, de forma a assumirem o controlo das suas vidas, redefinindo, assim, o conceito de cidadania trazido a esta discussão (Menezes, 2003). É neste cenário que as associações de apoio são reconhecidas enquanto contextos que permitem aos seus membros experienciar “qualidades devem promover a aquisição de controlo e poder pelas pessoas, uma vez que trabalhar em conjunto permite desenvolver as suas próprias estratégias com outras formas de conhecimento (...), e produzir modelos de resistência fortes de modo a sugerir às pessoas irem ao encontro das transformações que pretendem/desejam” (Menezes, 2003: 522). Na linha deste contributo, autores como Rappaport (1981), Torpe (2003) e Shapiro (2002), entre outros, incluem na discussão sobre doença crónica o importante lugar da autonomia das pessoas para tomar as suas próprias decisões e guiarem as suas vidas, buscando em associações desta natureza condições para o desenvolvimento de condições de progressivo empoderamento e independência. Assumindo que a doença crónica é uma questão de ordem social e política, rejeita-se, no entanto, a opressão que não reconhece a estas pessoas a sua autonomia e responsabilidade para lidar com as dificuldades, encontrar estratégias e fazer opções sobre o curso das suas vidas. Deste modo, enquanto ambientes promotores destas condições de desejável empoderamento, cuja actuação é voluntária e não imposta, as associações de apoio podem, efectivamente, ser relevantes na vivência das crianças/adolescentes com doença crónica e suas famílias. Nas palavras de Rappaport (1981: 19): “é claro para mim que temos ido longe no aspecto interventivo, dizendo aos outros como lidar com as suas vidas, sem compreendermos como os contextos de diversidade em que as pessoas, actualmente, vivem bem, operam”.

Metodologia

Os dados aqui apresentados inserem-se numa metodologia tendencialmente qualitativa que privilegia os discursos dos participantes neste estudo e procura manter, sempre que possível, os sentidos que estes atribuem às experiências relatadas. Resultam, pois, por um lado, de cinco entrevistas realizadas a pais de crianças com doença crónica, designadamente asma, diabetes e artrite reumatóide e idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos e, por outro lado, de quatro entrevistas e uma discussão de grupo focalizada a líderes e membros de associações de apoio a doentes crónicos em Portugal. Quer num caso, quer no outro, as entrevistas eram de natureza semi-estruturada e permitiram recolher informações acerca das principais dificuldades e estratégias encontradas na vivência com doença crónica, bem como aferir singularidades desta experiência atendendo, em particular, ao contexto associativo.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de Outubro de 2007 e Agosto de 2008, no Porto e em Lisboa. O registo áudio acompanhou as entrevistas, sendo que a partir deste se transcreveram as mesmas. Foram, posteriormente, devolvidas aos participantes, cuja autorização para uso de investigação permitiu que se procedesse ao tratamento da informação através de análise de conteúdo.

Dados

Quotidiano com doença crónica	<p>“eu negoceio algumas coisas com D e D negocea comigo. Vivemos nesta tentativa de equilíbrio (...) ao fim de uns tempos, as coisas processam-se naturalmente (...) Foi um equilíbrio que tivemos que fazer, a família toda. Mexe com o nosso núcleo familiar e mexe também com o núcleo exterior, com a escola, e vai mexer mais” (D)</p> <p>“É toda uma rotina, uma rotina construída, que não existia antes. O lado bom de tudo isto é que as rotinas a que o meu filho foi obrigado a seguir criaram uma família também de rotinas” (M)</p> <p>“nós já sabemos lidar com a situação (...) quando a gente sente aquela, mesmo aquela cansaço... a gente, em antes de ele se deitar, mete a bomba e dorme a noitinha toda sossegadinho” (MF)</p>
-------------------------------	---

Quadro I. Quotidiano com doença crónica

Preocupações e dificuldades	Estratégias
Singularidade da doença (como lidar)	Os pais encontram várias estratégias para saberem mais sobre a doença, tornando-se experts/specialistas (Gvion & Luzzatto, 2008)
Dimensão económica (medicação, tratamentos dispendiosos)	Os pais reclamam por apoio financeiro
Dimensão social/cultural	Os pais reconhecem a necessidade de uma nova definição de igualdade face a experiências estigmatizantes, estereotipadas e discriminatórias
Informação sobre a doença	Várias estratégias para transmitir informação (e.g. sugerindo livros, fazendo reuniões na escola)

Quadro II. Principais preocupações, dificuldades e estratégias dos pais de crianças e adolescentes com doença crónica

(Des)conhecimento e envolvimento em associações de apoio	Desconhecimento	“Por acaso nunca tinha ouvido” (MF)
		Sugestões “se de facto há essas associações (...) havia de ser a própria segurança social a dar essa informação” (MF)
	Conhecimento sem envolvimento	“Não recorri nunca porque a necessidade não me obrigou a isso e porque os meios que tenho até agora e que espero continuar a tê-los me permitiram um conhecimento quase total, quase viver num mundo onde isto existe (...)”
		Trocar ideias “Não descuro a ideia de, por curiosidade e até por gosto, se tiver tempo para isso, de estar numa sala e falar com imensas pessoas e trocarmos ideias porque

			acho que aí aprendem-se muito da nossa parte prática: o que é que eu passei, o que é que tu passaste, como é que a criança reagiu e não reagiu.” (D)
		Obter informação	“Acho muito importante a existência dessas associações para pessoas que, infelizmente, não tenham os meios que tenho de poder chegar e ter acessíveis informações” (D)
		Sugestões	“Deveriam, realmente, divulgar, haver mais, passar na televisão: “podem recorrer àquele site ou àquele local ou àquele telefone”. Pronto, concordo, apoio e gostava que isso fosse realmente mais...” (D)
	Conhecimento com envolvimento	Conforto	“É um conforto espiritual (...) É mais aquele conforto. São aqueles passeios, é o reunir, isso ajuda, isso ajuda.” (E)
		Partilha	“...é o facto de eu estar lá e conversar com pessoas que têm o mesmo problema. Ter que estar sempre a explicar o que é que é a Artrite... tem um momento que cansa. Ali não, toda a gente sabe, nós temos os mesmos problemas, uns mais outros menos, mas é quase a mesma coisa. É bom saber que nós não somos os únicos” (E)
		Reclamação de direitos	“Eu julgo que quanto mais nos associarmos, mais força teremos junto de instâncias que podem tomar decisões que podem ser benéficas em termos sociais e em termos económicos.” (C)

Quadro III. (Des)conhecimento e envolvimento dos pais de crianças e adolescentes com doença crónica em associações de apoio

<p>“Tive que colocar uma empregada em casa porque, do infantário do meu filho, a educadora do meu filho ... telefonou-me a directora: “não achava melhor ele sair do infantário? É que nós não vamos ter condições de seguir uma criança como ele?” M</p>	<p>Geralmente, as crianças com doença crónica e suas famílias são vítimas de discriminação</p>
<p>“E agora quem vai ser a professora?” Escolheram a melhor professora, mais humana, mais capaz de lidar com o problema e, digo-lhe é a melhor professora, é a maior bênção que eu tive até hoje, porque ela conseguiu fazer com que a turma entendesse!” M</p>	<p>O cuidado adequado é visto como um benefício especial e não como um direito</p>

Figura I. Situações de discriminação experienciadas pelos pais de crianças e adolescentes com doença crónica

Principais benefícios para o envolvimento em associações de apoio	Aprender a lidar (com urgência) com a doença	“Num primeiro momento, o que a família precisa é de apoio de modo a ser capaz de comunicar (familiares de doenças com afasia) (AF)
	Obter informação útil	“É um tipo de apoio informativo (...) Todas as informações que os doentes necessitam de ter e que nós damos” (AP)
	Esclarecer dúvidas	“sugerir entidades relevantes que possam ajudar a ajudar e a esclarecer as dúvidas das pessoas” (AP)
	Promover o auto-conhecimento	“Se ele não souber como lidar com a situação, ele não é capaz de lidar o problema. Tu tens que ter conhecimento sobre o que fazer e como fazer para resolver o problema” (AJ)

	Partilhar experiências	“As pessoas querem participar na associação. (...) Tivemos um pai ou uma mãe que nos disse que tinha um filho bebé, de meses, que nos viu emocionado porque ali estava uma esperança para o futuro do filho. Via o filho a partir de um exemplo de esperança” (AJ)
	Consciencializar as pessoas no que concerne a sua autonomia	“As pessoas esperam que a RE resolve os seus problemas, as suas dificuldades diárias. Nós somos responsáveis por tornar as pessoas conscientes de que as suas dúvidas serão esclarecidas nos serviços de saúde e de educação, na segurança social. RE pode promover informação e aconselhamento, mas não pode substituir as pessoas na condução das suas próprias vidas” (RE)
	Reclamação de direitos	“Foi uma das nossas grandes lutas. A bomba era comparticipada na Europa toda, menos em Portugal. O Governo não punha nas nossas mãos esta possibilidade. (...) Três mil e tal euros é quanto custa. Em Portugal levou muito tempo para comparticipar uma coisa que já existia até nos países de Leste” (AJ)

Quadro IV. Principais benefícios para os pais de crianças e adolescentes com doença crónica se envolverem em associações de apoio segundo membros e líderes das mesmas

Discussão

Os discursos dos pais entrevistados permitem explorar a doença crónica, focando, essencialmente, a sua adaptação a uma experiência de vida pautada pela doença (Quadro I). Em todos os excertos citados é clara, por um lado, a referência às dificuldades sentidas no dia-a-dia com doença crónica e, por outro, a forma como estas penetraram no quotidiano das famílias, a ponto de fazerem parte das suas rotinas e de permitirem aos pais inúmeras experiências, sendo capazes de afirmar: “nós já sabemos lidar com a situação” (MF)” (Quadro I). O quadro II revela as principais dificuldades e estratégias desenvolvidas pelos pais de crianças com doença crónica. As preocupações e modos de lidar com os obstáculos identificados remetem para a singularidade da doença e a tendência para os pais se informarem de tal modo que a certa altura se tornam especialistas na doença dos seus filhos; para as dificuldades de ordem económica, designadamente os tratamentos e a medicação dispendiosos, e de ordem social e cultural, sendo que a este nível os pais procuram apoio em instâncias que os possam ajudar, reconhecendo a necessidade de novas abordagens ao problema da doença crónica. Por fim, referem a falta de informação sobre a doença, quer para eles próprios e outros familiares, quer para outros, nomeadamente profissionais de Educação. Admitindo esta lacuna, sugerem e organizam reuniões, distribuem material que lhes pareça adequado para esclarecer e informar os agentes mais próximos dos seus filhos sobre a doença (Quadro II). Como defende Queiroz (2002) “a vivência com doença crónica poderá implicar limitações de bem-estar e qualidade de vida de crianças e jovens, bem como dos que lhes são próximos”. Neste sentido, e estendendo o problema às situações do dia-a-dia, a vivência com doença crónica inclui a escola, o hospital e todos os contextos de actividade regular e esporádica das crianças e dos adolescentes que a portam. Dilata-se, assim, a questão da doença crónica até à sociedade em geral, afinal co-responsável pelo in/sucesso das intervenções nos planos educativo, médico, económico, social, cultural, etc (Rappaport 1987).

Paralelamente, a figura I ilustra uma situação de discriminação vivenciada por uma mãe, cujo filho foi convidado a abandonar a instituição de ensino que frequentava por ter uma doença crónica. A segunda situação expressa no discurso da mesma mãe, na figura I, revela que o receio que esta sentia face à profissional de Educação que iria acompanhar o seu filho, transformado, posteriormente, em alívio por saber que seria “a melhor professora, mais humana, mais capaz de lidar com o problema” (M), conduz à ideia de que o tratamento justo e adequado para pessoas com doença crónica é visto como um benefício especial. Esta questão traduz, de algum modo, a falta de consciência crítica instalada na sociedade, a qual tende a justificar que os direitos das pessoas sejam comumente confundidos com privilégios.

De facto, neste estudo, o empoderamento assume uma relevância significativa, uma vez que está intrinsecamente associado à definição de cidadania inerente às crianças/jovens com doença crónica e, consequentemente, seus familiares (Lister, 2007; Gvion & Luzzatto, 2008). A compreensão das necessidades destas pessoas não é um ponto-chave a morar isolado nesta discussão, dado que o reconhecimento de direitos assume, igualmente, um papel central na mesma. Como refere Lister (2007), o conceito de cidadania invoca-o explicitamente, remetendo aos diferentes o direito a total participação cultural, bem como o direito a representações sociais não distorcidas. Atendendo, assim, à definição e abordagem do conceito de empoderamento, urge enquadrar o contexto e as singularidades da vivência crónica num cenário no qual os direitos, bem como a participação e a expressão dos indivíduos não sejam questionáveis (Boekaerts & Roder; 1999; Vieira & Lima, 2002).

Os pais entrevistados não tiveram opiniões unânimes relativamente ao conhecimento da existência de associações de apoio a pessoas com doença crónica em Portugal. Consideram, neste sentido que seria importante “ser a própria segurança social a dar essa informação” (MF). Por lado, os pais que afirmaram ter conhecimento destas não têm todos o mesmo envolvimento, nem encontram os mesmos benefícios no que concerne a estes contextos associativos. Uns afirmam não recorrer às associações de apoio “porque a necessidade não [os] obrigou a isso e porque os meios que [têm lhes] permitiram um conhecimento quase total” (D). No entanto, admitem que a participação nestas associações poderia ter potencialidades ao nível da troca de ideias e da obtenção de informações úteis para melhorar lidarem com a doença. Por seu turno, os pais conhecedores e envolvidos nas associações pronunciaram-se enfatizando sobretudo três aspectos: i) o conforto encontrado nestes contextos; a ii) a partilha de experiências na certeza de “saber que nós não somos os únicos” (E) e iii) a reclamação de direitos, uma vez que “quanto mais nos associarmos, mais força teremos junto de instâncias que podem tomar decisões que podem ser benéficas em termos sociais e em termos económicos.” (C) (Quadro III).

Tendo em conta os dados apresentados parece pertinente anunciar o conceito de empoderamento (empowerment), enquanto processo através do qual as pessoas ganham poder em questões que lhes dizem respeito e adquirem controlo sobre as suas vidas (Rappaport, 1987; Itzhavy & York, 2000). Os aspectos referenciados pelos pais entrevistados tendem a caracterizar as associações de apoio enquanto contextos potenciadores, quer de uma componente afectiva (conforto, partilha), quer de uma componente voltada para a consciência crítica e a independência das pessoas (reclamação de direitos). Associa-se, efectivamente, ao contexto associativo um carácter benéfico para as famílias com pessoas com doença crónica, desde logo, pela redefinição de um conceito de qualidade de vida que atende e salienta a igualdade, a participação e a autonomia (Williams, 2004).

O quadro IV sintetiza as principais potencialidades do envolvimento em associações de apoio, segundo membros e líderes das mesmas. Neste âmbito, destaca-se o apoio proporcionado pelas associações para i) capacitar as pessoas de modo a saberem a lidar com a doença, ii) fornecer informação útil sobre a mesma, iii) esclarecer dúvidas, iv) promover o auto-conhecimento dos associados, de forma a melhor (com)viverem com a doença, v) partilhar experiências, motivando, vi) consciencializando as pessoas para progressivamente se autonomizarem e vi) reclamando os seus direitos.

Tratar-se-ão de benefícios de naturezas diversas que reconhecem que o papel das associações de apoio passa por reafirmar que a doença crónica se trata de uma questão de índole social, cuja urgência de ser tornada visível e presente nos debates da actualidade não se esgota (desejavelmente) no discurso dos seus portadores ou familiares próximos, mas cabe também às instâncias políticas responsáveis pela abordagem ao problema.

Para discutir a experiência da doença da crónica é nuclear escutar activamente a voz das pessoas que (con)vivem com doença crónica, captando os seus sentidos e perspectivas. Tal abordagem permite ir além dos discursos oficiais, registando experiências que incluem, simultaneamente, obstáculos e oportunidades. Propicia ainda a recolha de percepções de deveres e direitos e, nesse exercício, fortalece a ideia de que as crianças e os adolescentes com doença crónica e as suas famílias são cidadãos, qualidade frequentemente ignorada (Gvion & Luzzatto, 2008).

Nesta discussão, parece ser premente reconhecer, desde logo, a relevância das associações de apoio e dos laços comunitários para o empoderamento e a melhoria da vida das pessoas. Sublinha-se, em particular, a importância de rejeitar a opressão que não reconhece a autonomia e a responsabilidade das pessoas para conduzirem as suas próprias vidas, bem como se recusa a ênfase nas suas necessidades atribuindo aos direitos um papel fundamental que negue a ideia de “culpar a vítima” pela situação em que se encontra. Por outro lado, é essencial ter em conta, nesta discussão, que as instâncias públicas e políticas são co-construtoras e co-responsáveis pelas condições de vida das pessoas. Trata-se, pois, de reforçar, com urgência, a redefinição de doença crónica transpondo-a de um cenário individual e privado para um panorama social, visível, desocultado (Stainton, 2005; Lister, 2007).

Referências bibliográficas

- Altschuler, J. (1997). *Working with Chronic Illness*. New York: Palgrave
- Barlow, J. H. & Ellard, D. R. (2004). Psycho-educational interventions for children with chronic disease, parents and siblings: an overview of the research evidence base. *Child: Care, Health & Development*, 30 (6), 637-645
- Barnes, C. (2007). Disability activism and the struggle for change: disability, policy and politics in the UK. *Education, Citizenship and Social Justice*, 2, 203-221
- Barros, L. (2003). *Psicologia Pediátrica. Perspectiva Desenvolvimentista*. Lisboa: Climepsi Editores
- Boekaerts, M. & Roder, I. (1999). Stress, coping, and adjustment in children with a chronic disease: a review of the literature. *Disability and Rehabilitation*, 21 (7), 311-337
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of Human Development*. Harvard: Harvard Press
- Calsbeck, H; Rijken, M.; Bekkers, M.; Henegouwen, G. & Dekker, J. (2006). Coping in adolescents and young adults with chronic digestive disorders: impact on school and leisure activities. *Psychology and Health*, 21, (4), 447-462

- Clay, D.; Cortina, S.; Harper, D. & Cocco, K. (2004). Schoolteachers' experiences with childhood chronic illness. *Children's Health Care* 33 (3), 227-239
- Evans, T. (2004). A multidimensional assessment of children with chronic physical conditions. *Health & Social Work*, 29 (3), 245-248
- Falkenstein, K. (2004). Proactive psychosocial management of children and their families with chronic liver disease awaiting transplant. *Pediatric Transplantation*, 8, 205-207
- Ferguson, P. (2002). A place in the family: an historical interpretation of research on parental reactions to having a child with a disability. *The Journal of Special Education* 36 (3), 124-147
- Gibson, C. (1995). The process of empowerment in mothers of chronically ill children. *Journal of Advanced Nursing* 21, 1201-1210
- Gimeno Sacristán, J. (2008). *A educação que ainda é possível: ensaios sobre a cultura para a educação*. Porto: Porto Editora
- Gultekin, G. & G. Baran (2007). A study of the self-concepts of 9-14 year-old children with acute and chronic diseases. *Social Behaviour and Personality*, 35 (3), 329-338
- Gvion, L. & Luzzatto, D. (2008). Affluent parents' advocacy for special-education children's rights vis-à-vis placement-committees in Israel. *Education, Citizenship and Social Justice*, 3, 147-166
- Itzhavy, H. & York, A. (2000). Sociopolitical control and empowerment: an extended replication. *Journal of Community Psychology*, 28 (4), 407-415
- Jorge, A & Silva, L. (1983). *A Cooperação Saúde/Educação para o Sucesso Escolar*. Lisboa: Centro de Observação e Orientação Médico-Pedagógico
- Kyngas, H. (2004). Support network of adolescents with chronic disease: adolescents' perspective. *Nursing and Health Sciences*, 6, 287-293
- Lear, J. G. (2007). Health at school: a hidden health care system emerges from the shadows. *Health at school*, 26 (2), 409-419
- Leite, C. (1997). *As palavras mais do que os actos? O multiculturalismo no currículo e no sistema educativo português*, tese de doutoramento, Porto: FPCEUP
- Lister, R. (2007). Inclusive citizenship: realizing the potential. *Citizenship Studies*, 11 (1), 49-61
- Livneh, H. (2001). Psychosocial adaptation to chronic illness and disability. *Rehabilitation Counseling Bulletin* 44 (3), 151-160
- Menezes, Isabel (2003). Participation experiences and civic concepts, attitudes and engagement: implications for citizenship education projects. *European Educational Research Journal*, 2 (3), 430-445
- Menke, E. (1987). The impact of a child's chronic illness on school-aged siblings. *Children's Health Care*, 15 (3), 132-140
- Montero, M. (2007). The political psychology of liberation: from politics to ethics and back. *Political Psychology*, 28 (5), 517-533
- Nachshen, J. (2004). Empowerment and families: Building bridges between parents and professionals, theory and research. *Journal on Development Disabilities*, 11 (1), 67-75
- Newacheck, P. & Halfon, N. (1998). Prevalence and impact of disabling chronic conditions in childhood. *American Journal of Public Health*, 88 (4), 610-617
- Pais, J. M. (2005). Jovens e Cidadania. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 53-70
- Paterson, B. (2001). Myth of empowerment in chronic illness. *Journal of Advanced Nursing*, 34 (5), 574-581
- Peebles-Wilkins, W. (2006). Responding to children with chronic illness. *Children & Schools*, 28 (2), 67-68
- Queiroz, M. V. (2002). *Reumatologia. Fronteiras com outras Especialidades*. Lisboa: Lidel
- Rappaport, J. (1981). In praise of paradox: a social policy of empowerment over prevention. *American Journal of Community Psychology*, 9 (1), 1-25
- Sartain, S.; Clarke, C. & Heyman, R. (2000). Hearing the voices of children with chronic illness. *Journal of Advanced Nursing*, 32 (4), 913-921
- Sawyer, M.; Reynolds, K.; Couper, J.; French, D.; Kennedy, D.; Martin, J. & Staugas, R. (2005). A two-year prospective study of the health-related quality of life of children with chronic illness – the parents' perspective. *Quality of Life Research*, 14, 395-405
- Seagle, H.; Jesse, P. & Nagy, C. (2002). Altruism: choices of healthy and chronically ill children. *Early Child Development and Care*, 172, 573-583
- Sexson, S. & Madan-Swain A. (1995). The chronically ill child in the school. *School Psychology Quarterly*, 10 (4), 359-368
- Shapiro, E. (2002). Chronic Illness as a family process: a social-developmental approach to promoting resilience. *Psychotherapy in Practice* 8 (11), 1375-1384
- Shaw, S. & McCabe, P. (2008). Hospital-to-school transition for children with chronic illness: meeting the new challenges of an evolving health care system. *Psychology in the Schools*, 45 (1), 74-87

- Singer, G. H. (2002). Suggestions for a pragmatic program of research on families and disability. *The Journal of Special Education*, 36 (3), 148-154
- Smith, L.; Romero, D.; Wood, P.; Wampler, N.; Chavkin, W. & Wise, P. (2002). Employment barriers among welfare recipients and applicants with chronically ill children. *American Journal of Public Health*, 92 (9), 1453-1457
- Spilkin, A. & Ballantyne, A. (2007). Behavior in children with a chronic illness: a descriptive study of child characteristics, family adjustment, and school in children with cystinosis. *Families, Systems, & Health*, 25 (1), 68-84
- Stainton, T. (2005). Empowerment and the architecture of rights based social policy. *Journal of Intellectual Disabilities* 9, 289-298
- Stanton, A; Revenson, T. & Tennen, H. (2007). Health Psychology: Psychological Adjustment to Chronic Disease. *Annual Review of Psychology*, 58, 565-592
- Telford, K.; Kralik, D. & Koch, T. (2006). Acceptance and denial: implications for people adapting to chronic illness: literature review. *Journal of Advanced Nursing* 55 (4), 457-464
- Theiss-Morse, E. & Hibbing, J. (2005). Citizenship and civic engagement. *Annual Review of Political Science*, 8, 227-249
- Torpe, L. (2003). Democracy and associations in Denmark: changing relationships between individuals and associations?. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 32, 329-343
- Viana, V.; Barbosa, M. C.; Guimarães, J. (2007). Doença crônica na criança: fatores familiares e qualidade de vida. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 8 (1), 117-127
- Vieira, M. A. & Lima, R. G. (2002). Crianças e adolescentes com doença crônica: convivendo com mudanças. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 10 (4), 552-560
- Weller, L.; Fredrickson, D.; Burbach, C.; Molgaard, C. & Ngong, L. (2004). Chronic disease medication administration rates in a public school system. *Journal of School Health*, 74 (5), 161-165
- Williams, G. (2004). Evaluating participatory development: tyranny, power and (re)politicisation. *Third World Quarterly*, 25 (3), 557-578
- Zimmerman, Marc A. (1995). Psychological Empowerment: Issues and illustrations. *American Journal of Community Psychology*, 23 (5), 581

O Futuro é Agora – Autonomia e Justiça

Andreya Mendes Navarro
 Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 andreyanavarro@hotmail.com

Resumo: Este trabalho é uma reflexão transdisciplinar sobre os avanços da biotecnologia. O conhecimento biocientífico tornou o homem perigoso para sobrevivência de sua própria espécie; nossas referências e princípios éticos-religiosos desaparecem enquanto a sociedade clama por novos preceitos morais que lhe garantam o acesso e liberdade de escolha ao progresso, sem distinções genéticas ou econômicas. Vivemos a época de “big science”, da tecno-ciência, e seus poderes titânicos estão concentrados nas mãos dos dirigentes de empresas e das autoridades de Estado. Há uma interação inaudita entre a pesquisa científica e o poder. A nova ciência é feita para ser depositada nos bancos de dados e para ser usada de acordo com os meios e as decisões das potências mundiais, além disso a pesquisa científica entrou nas instituições tecno-burocráticas reunidas à hiper-especialização do trabalho, resultando no risco da irresponsabilidade generalizada. Precisamos de pontos de vista meta científicos sobre a biociência, que revelem a mitologia escondida no interior da atividade científica. A ética científica não é apenas fonte de preocupação exclusiva de médicos e cientistas, ela é a base de novas e constantes indagações filosóficas e jurídicas, uma vez que as questões levantadas pelo avanço assombroso da ciência envolvem conceitos sobre a vida, a morte, a existência, a consciência, a justiça entre outros. Atinge a humanidade e o sentido do humano como um todo. Não estamos na época da solução. O que podemos fazer é levantar as questões, formular as contradições e propor a moral provisória.

“E agora não haverá restrição para tudo o que eles intentarem fazer.”

(Gênesis, 11:6)

“A triste verdade é que os maiores males são praticados por pessoas que jamais se decidiram pelo bem ou pelo mal.”

Hannah Arendt

Estamos no ponto de chegada e ao mesmo tempo de partida da civilização ocidental. As grandes soluções para fome, miséria, injustiça, doenças que deviam ser trazidas pela ciência, pela razão, pelo humanismo, se tornaram problemas essenciais. A ciência e os meios de comunicação exercem poderes ambivalentes em relação ao desenvolvimento futuro da humanidade.

Vivemos a época de “big science”, da tecno-ciência, e seus poderes titânicos. Todavia é preciso notar que os cientistas perderam seus poderes alquímicos que estão atualmente concentrados nas mãos dos dirigentes de

empresas e das autoridades de Estado. Há uma interação inaudita entre a pesquisa científica e o poder. Muitos cientistas acham que evitam os problemas existentes nessa interação, ao pensar que há uma disjunção entre a ciência, de um lado técnica, e a política científica, do outro. Tal visão ignora o fato de que os cientistas são os atores principais no campo da política militar e dos Estados. Assim, foi o maior cientista da sua época, Einstein, que pediu ao presidente Roosevelt para produzir a bomba termonuclear.

De outro lado, é preciso pensar que o desenvolvimento da “big science” leva a um saber anônimo que não é mais realizado para obedecer à função histórica de ser incorporado nas mentes, nas consciências e nas vidas humanas. A nova ciência é feita para ser depositada nos bancos de dados e para ser usada de acordo com os meios e as decisões das potências mundiais, além disso a pesquisa científica entrou nas instituições tecno-burocráticas reunidas à hiper-especialização do trabalho, resultando na irresponsabilidade generalizada. Eichman respondia: “eu obedecia às ordens”, quando falava das atrocidades de Auschwitz, Hannah Arendt disse que Eichman não era um monstro excepcional, ele era um homem comum, extremamente banal e simplório, um burocrata situado em circunstâncias excepcionais. Atualmente, a regra se impõe: obedecemos à máquina e desconhecemos o destino desta máquina.

Precisamos de pontos de vista metacientíficos sobre a ciência, necessitamos de pontos de vista epistemológicos que revelem os postulados metafísicos e até a mitologia escondidos no interior da atividade científica. Precisamos colocar para nós mesmos problemáticas éticas levantadas pelo desenvolvimento incontrolado da ciência na sua história, no seu desenvolvimento, no seu dever, sob todos os ângulos possíveis.

A noção de homem é uma noção complexa. Homo é um complexo bioantropológico e biosociocultural. O homem possui muitas dimensões e tudo o que desloca esse complexo é dilacerante, não só para o conhecimento mas, igualmente, para a ação. Precisamos conceber que esse complexo que constitui o homem não é feito só de instâncias complementares mas de instâncias que são, ao mesmo tempo, antagônicas originando a questão da pluralidade dos imperativos éticos.

O desenvolvimento atual da ciência e, sobretudo, da biologia, nos obrigam a redefinir a noção de pessoa humana. Essa noção era extremamente clara até o momento, e a morte era declarada quando o coração parava. Quanto ao nascimento, havia uma escolha entre a concepção cristã que preconiza que a pessoa nasce desde a fecundação ou, então, uma concepção laica que afirma que a pessoa nasce no momento em que o recém-nascido sai do ventre materno para entrar no mundo. Atualmente as fronteiras de definição da pessoa humana são vagas. Os indivíduos em coma prolongado ainda são pessoas humanas ou são seres vegetativos? A criança existe como pessoa no zigoto, no estado de blástula, no momento da formação do embrião, no terceiro mês, no sexto mês ou no nascimento? Claro que não podemos responder. A única certeza, como disse acertadamente Luigi Lombardi-Valori, é que há um mistério do embrião. Ele não é uma pessoa humana, mas o é potencialmente, porém, o que quer dizer a palavra “potencial”? Não é uma pura sensibilidade da mente. A potencialidade também tem uma certa realidade. Portanto, o embrião é potencialmente uma certa realidade. O embrião é potencialmente uma pessoa sem sê-lo. O morto-vivo, em coma prolongado, não é mais uma pessoa, contudo, manteve a forma e a marca da pessoa humana. A partir daí, há uma disjunção entre a idéia de viver enquanto ser humano e de sobreviver biologicamente. Foi colocado um novo problema.¹

Com relação a ética: existe uma distinção entre a falsa moral e a moral. A falsa moral transformada em oposição maniqueísta entre o bem e o mal o que, na realidade, é um conflito de valores. A falsa moral confunde a normalidade e a norma, devemos desconfiar da ética da normalidade, aquela que vai privilegiar um indivíduo comum. Vamos começar por eliminar os mongolóides, os deficientes genéticos e, depois, os anormais ideológicos como aconteceu nos hospitais psiquiátricos da URSS.

O problema ético é um problema de conflito de valores. A escolha entre o bem e o mal não é um problema ético, é um problema puramente físico ou psicológico, de coragem, de inteligência, de desejo. O problema surge quando há pluralidade de imperativos contraditórios. Como exemplo, o problema do aborto. É um problema típico de conflito. Se nos colocarmos do lado do ponto de vista do direito e da liberdade da mulher o direito dela de não ter um filho tem valor ético. Mas também podemos nos colocar ao lado do ponto de vista de uma sociedade: se uma sociedade é atingida por uma crise demográfica grave, ela também tem o direito de querer viver através das crianças que devam nascer. Há, também, o direito do embrião, que é o ser potencial. Eis, portanto, um problema de contradição de valores, os verdadeiros problemas éticos são conflitos entre imperativos. Do mesmo modo que doravante passa a existir um conflito entre o imperativo do conhecimento pelo conhecimento, que é o da ciência, e o imperativo de salvaguardar a humanidade e a dignidade do homem. Os comitês bioéticos que existem atualmente constituem um lugar para que esses conflitos sejam expressos. A missão deles não é a de encontrar a solução milagrosa, a solução providencial para tais conflitos; sua missão é a de explicitá-los e por isso é bom que eles reúnam personalidades de opinião, de metafísica, de crenças bem diferentes. Atualmente, estamos condenados a procurar uma moral provisória.

¹ Morin, Edgard. (1999). *Ciência com Consciência*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bestrand Brasil, (pp. 130-131).

Estamos condenados na bioética a compromissos arbitrários e provisórios. É preciso estar bem consciente do caráter arbitrário ao decidir que uma pessoa humana existe aos três meses, seis meses, no nascimento, no ovo etc. É preciso estar consciente de todos esses problemas antagônicos e estar consciente do fato de que fazemos apostas arriscadas.

A ciência é um processo sério demais para ser deixado só nas mãos dos cientistas. A ciência se tornou muito perigosa para ser deixada nas mãos dos estadistas e dos Estados. A ciência passou a ser um problema cívico, um problema dos cidadãos. Precisamos ir ao encontro dos cidadãos. É inadmissível que esses problemas permaneçam entre quatro paredes; é inadmissível que esses problemas sejam esotéricos. Não estamos na época da solução. O que podemos fazer é levantar os problemas, é formular as contradições, é propor a moral provisória.²

1 – EQÜIDADE E OS PRINCÍPIOS BIOÉTICOS

O desenvolvimento da “big science” tem gerado estudos transdisciplinares nas diversas áreas do saber como: Biologia, Medicina, Direito, Filosofia, Psicologia, Ética etc.

A ética científica não é apenas fonte de preocupação exclusiva de médicos cientistas, ela é a base de novas e constantes indagações filosóficas e jurídicas, uma vez que as questões levantadas pelo avanço assombroso da ciência envolvem conceitos sobre a vida, a morte, a existência, a consciência, a justiça entre outros. Atinge a humanidade e o sentido do humano como um todo, diversos comitês de ética, urgidos pela complexidade do tema, estão sendo institucionalizados em vários países, acentuando um impressionante volume de produção científica em torno da Bioética.³ Há um consenso mundial que fundamenta princípios básicos da Bioética, a saber:

O Princípio da autonomia: diz respeito à liberdade individual, considera-se que a própria pessoa saiba o que é melhor para si, observando-se o estado de plena consciência e a faculdade mental.

Deve haver uma total e irrestrita troca de informações entre os profissionais e o paciente, nos casos de pessoas inconscientes, doentes mentais ou menores de idade, o responsável ou parentes mais próximos que têm o dever de zelar pela saúde dos incapazes e são seus responsáveis legais, representariam o paciente. O princípio da autonomia está intrinsecamente ligado ao livre consentimento do paciente, na medida que este deva ser sempre informado dos atos e conseqüências presentes na relação “médico-paciente”. É o principal princípio Bioético, visto que os demais estão vinculados a ele.

O Princípio da beneficência: aborda a questão da avaliação risco-benefício na utilização de procedimentos médicos em cada caso particular. A decisão final caberá ao paciente. A ponderação entre risco e benefícios tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos, é extremamente relevante em questões como transplante de órgãos, eutanásia, aborto e experimentações com seres humanos.

O Princípio da não-maleficência: significa que jamais se deve praticar algum mal ao paciente. É a garantia de que danos previsíveis serão evitados.

O Princípio da justiça: rege que a justiça deva ser distributiva, que todos devem ter acesso aos procedimentos médicos necessários, independente, de sua situação sócio-econômica. Não se tem autonomia se não houver justiça distributiva, a autonomia do paciente será restrita a sua condição econômica. No Brasil e em outros países subdesenvolvidos, os direitos humanos básicos são desrespeitados levemente.

O serviço público é de baixa qualidade por falta de investimentos e raramente funciona.

O Estado tem o dever de dar acesso à saúde e iguais condições de tratamento e benefícios aos avanços biotecnológicos. Quanto maior o investimento estatal em medicina preventiva, mais produtiva será uma população saudável, gerando riquezas e não onerando o Estado com aposentadorias por invalidez, por exemplo.

O princípio da justiça não deve valer somente para a redistribuição igual dos recursos existentes: seu fundamento ético é o de permitir e ajudar cada um dos seres humanos a ser verdadeiramente autônomo e, por meio de suas decisões livres, melhorar a si mesmo e multiplicar a riqueza moral e material da sociedade (Berlinguer. Giovanni). O princípio da justiça, identificado com o princípio da equidade, aborda a relevância social da pesquisa com vantagens para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, garantindo o sentido maior de sua destinação sócio-humanitária.

É preciso determinar, a relação equilibrada entre a autonomia e a ordem social e jurídica. Vivemos uma época de afirmações complexas como: “os direitos dos indivíduos têm a preeminência sobre os interesses da sociedade e da ciência”, “a sociedade deve garantir um acesso igual aos serviços da saúde”. Em nome do princípio da dignidade humana, proíbem-se a produção de embriões para finalidade experimental, as patentes e a comercialização de qualquer parte do corpo humano. Grande parte do mundo toma posição contrária à clonagem de seres humanos; em nome da autonomia, como o direito de cada indivíduo de não nascer geneticamente predeterminado em função de

² Morin, Edgard. (1999). *Ciência com Consciência*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bestrand Brasil, (pp. 132-133).

³ Estes princípios estão indiretamente presentes no código de Nuremberg e no relatório de Belmont. Parizeu, Marie-Helene e Bioethique, (p.158).

desejos e interesses de outros, e em nome da justiça, contra a tendência de se criarem subespécies superiores e inferiores de seres humanos. (Berlinger. Giovanni)

Equidade e igualdade não são sinônimos, deveriam ser no tocante a proteger os indivíduos contra o arbítrio do poder, é absurdo pensar que os indivíduos são iguais. Nossas crenças, ideologias, condições sócio-culturais, econômicas, genéticas, étnicas nos diferem, em talentos e potencialidades múltiplas, cabendo à sociedade nos “igualar” através das mesmas oportunidades de acesso à educação, à saúde, à vida digna. O Estado deveria intervir, não para nos fazer iguais, mas para adotar medidas desiguais para compensar iniquidades.

São iníquas as desigualdades que têm suas causas decorrentes de fatores como: moradia sem higiene, nutrição e educação insuficientes, contaminação do meio ambiente, aquelas que dependem da dificuldade de acesso, de uma qualidade escassa ou de uma atenção inadequada por parte do Estado (Berlinger. Giovanni). O princípio da equidade consiste em permitir a cada um informações, oportunidades de acesso a tratamento digno e igualitário.

Segundo Giovanni Berlinger, durante os últimos 20 anos as iniquidades nos sistemas de saúde pública se acentuaram por vários fatores como:

- uma queda da prioridade da saúde por parte dos programas dos governos e pela comunidade internacional.
- a ilusão de que o livre mercado, fosse a solução para todos os problemas humanos e sociais.
- a transferência de poderes da OMS ao Banco Mundial e ao FMI.
- uma nova relevância ética: “ontem, a ética se comprometia com a justiça e com os direitos dos pacientes; hoje, ocupa-se do racionamento dos serviços” (Hastings Center Report).

A explicação para este aumento de desigualdades na área da saúde se deve ao fundamentalismo econômico que transforma a palavra cidadão em, “consumidor”, “usuário”, “operador”, “comprador”.

Berlinger sustenta, como presidente do Comitê Nacional de Bioética da Itália, três fatores como reivindicação em prol do princípio de equidade:

- 1) O consentimento informado dos cidadãos, dos seus representantes, das organizações sociais, dos municípios e dos parlamentos.
- 2) O monitoramento universal e nacional dos resultados que os estados e agências internacionais obtenham mediante estudos epidemiológicos sobre a saúde e os fatores sociais que criam doenças, a equidade na saúde e que isso seja feito indubitavelmente no que diz respeito ao projeto Genoma.
- 3) A reorientação das reformas sanitárias. Atualmente, elas são dirigidas apenas ao atendimento aos doentes, quando deveriam se transformar em sistemas de saúde.

Presenciamos muitos benefícios com os avanços da ciência, será possível continuarmos neste crescente, distribuindo equitativamente o que já existe, visto que, agora, a medicina de alta tecnologia, em conexão com as forças titânicas do mercado, estão criando iniquidades alarmantes?

Não se pode, nem se deve parar o processo, a ciência, o avanço humano esta é a nossa aventura terrestre, a odisséia do conhecimento e da superação dos obstáculos, é o nosso desafio, a questão está no equilíbrio de valores conflitantes, principalmente no tocante à:

- prevenção e o atendimento médico primário, as pesquisas nestas áreas não atraem tanto investimento e nem garantem ganhos para indústria farmacêutica.
- qualidade de vida, o conceito primário de se conseguir aumentar a qualidade de vida humana em alguns anos, uma vida melhor, foi metamorfoseado em um conceito ideológico: “a substituição da sacralidade da vida pela sua qualidade e com uma finalidade empírica negativa: discriminar e selecionar os indivíduos segundo a qualidade de vida que poderiam adquirir. (Berlinger. Giovanni). Desta problemática, resultam os seguintes questionamentos éticos: Quem é o juiz da qualidade de vida de um ser humano, senão ele próprio? Qual é a relação entre a qualidade de vida que o ser se auto atribui e que lhe é atribuída por outrem? Quais são as qualidades prioritárias? Seguindo que sistema de valores? Para reduzirmos ao máximo nossas “trágicas decisões”, é melhor nos atermos ao “o que fazer” do que “a quem pertence o direito de fazer”.⁴

2 – DIREITO E PODER

A ideologia do direito cumpre duas funções primordiais: a primeira é a de fundamentar, com a aparência de ciência, a imagem do direito como algo que existe e que deve ser aceito por que “é”, “existe”, “está aí”, sempre existiu e existirá, a segunda é fundamentar a idéia de que o direito é intrinsecamente bom no plano ético.

A sociedade é definida como a ordem na incessante procura do bem, implicando equilíbrio entre justiça e ordem. Esse sistema vincula os valores fundamentais do direito com o valor fonte que é a pessoa humana,

⁴ Berlinger, Giovanni (2000). Equidade, qualidade e bem-estar-futuro – A Bioética no século XXI. Garrafa.V & Costa. S. Editora UNB. Brasileira.

enfazando-se a correlação entre os valores perenes da ideologia burguesa: a paz, o poder, a cooperação, a solidariedade, a ordem, a segurança e, em seu centro, o valor maior: justiça.⁵

Essa ontologia tradicional jurídica não percebe que idéias, signos, símbolos e representações do mundo, da sociedade, respondem a valores e interesses específicos de uma classe, num contexto histórico determinado e que, não só servem de modelo de conduta dos agentes sociais, como também legitimam as ações que atendam àqueles interesses prevalentes. O direito é a própria dialética social, não apenas experiência histórica. A conquista e liberdade jurídica precisam ser analisadas pelo pensamento crítico e complexo.

No pensamento moderno, o Estado é o “ente” que representa: a nação, o povo e a sociedade, e, nessa vertente, ele busca o bem comum, para a proteção dos fracos e oprimidos, para legislar e administrar a justiça. Essa axiologia dissimula as relações econômicas bem como os conflitos sociais, contemplando os valores dos detentores do poder social e, assim, o jurista e o filósofo passam à condição de agentes dessa manipulação e a história do saber jurídico tem testemunhado sempre a retórica da legitimação.

A legislação não é um bem nem um direito, é uma necessidade, principalmente agora diante do mal de não haver limites para pesquisas biotecnológicas e suas eventuais aplicações (óbvias diante do maciço investimento econômico). Como poderemos prevenir um fenômeno se este permanece obscuro?

As repercussões sociais do modo como a ciência é concebida e manipulada na sociedade neoliberal contemporânea, é o tema central dos pensadores do Instituto de Investigações Sociais da Universidade de Frankfurt.

Formado principalmente por Habermas, Horkheimer, Adorno e Marcuse, a Escola de Frankfurt desenvolveu suas investigações filosóficas a partir da psicanálise, o núcleo de suas teses é o questionamento do axioma positivista de separação entre ciência e ética e os desastrosos efeitos dessa situação num mundo de tecnologia moderna.⁶

Habermas entende que a conexão entre conhecimento e interesse não pode ser desfeita, apenas esclarecida através da auto reflexão da ciência sobre seus próprios valores e condições de desenvolvimento. A questão da autoreflexão como método de investigação, para se saber se é possível a organização da práxis segundo princípios racionais e humanistas diferentes da mera disposição técnica sobre os homens, por parte daqueles interesses que desfrutam os cientistas, tanto que, sem nenhum comprometimento ético, realizam um notável trabalho com progresso de ordem tecnológica e invenções espetaculares. Desta forma fica claro que os cientistas não se preocupam com os problemas sociais e políticos que suas descobertas fabulosas acarretam na nossa civilização. Essa disposição técnica sobre as coisas, é uma forma de alienação que representa um interesse emancipador de responsabilidades. Os positivistas são convictos de que ciência e política não se misturam. Habermas critica esse posicionamento, atacando a representação ideal da realidade como verdadeira mistificação da ciência. Por isso, procura aproximar o conhecimento da prática social, superando o positivismo através de uma visão de conjunto da realidade social, buscando esclarecer a consciência dos grupos que formam a tecnocracia, de que nenhuma investigação científica é desvinculada do poder político que a engendra.

A mistificação das idéias, ocultando a realidade social, é uma característica da teoria tradicional jurídica que não se preocupa com a gênese social dos conjuntos nem com a sociedade como espaço de atividades humanas onde a ciência é usada em função dos fins aos quais ela realmente se presta.

Freud nos diz que a racionalidade não é instintiva, pois a razão aparece como invento da ciência, que cria ideais motivados por interesses obscuros.

Quanto ao direito, ele não é autônomo, pois as normas derivam da natureza humana, da necessidade de proibir. Quanto mais progresso tem o direito, mais progride a destruição. O direito, como convivência de paz, é uma imagem ideológica que a realidade contradiz pelo crescente poder destrutivo da guerra contemporânea.

A sociedade tem necessidade de proibição e isso produz um mal estar crescente, acarretando a pulsão de destruir pela castração aos instintos a não ser que haja a identificação cultural de que nossa cultura é contra a cultura dos demais povos é o caso do colonialismo cultural do séc. XX.

Como a sociedade só se mantém desviando os instintos (sublimação, superego, moral), a democracia é uma sublimação, as normas jurídicas são um sistema de regulação do super-ego cultural.⁷

Enquanto Marx buscou análise social, privilegiando a própria sociedade, Freud privilegia o “sujeito”. No que concerne ao direito, o estrato cultural do Estado moderno, a partir das noções de civilização e pulsão de morte, do nível individual para o social se constrói através do “ser” sujeito de direitos, partindo seu próprio direito à vida, a liberdade, à justiça, ele identifica no “outro” o mesmo direito e o mesmo dever de preservação.

As contribuições para compreensão do inconsciente e seu papel para a formação da personalidade, convergiram para a trilogia analítica de Keppe, a mais expressiva visão do homem concreto na sociedade atual. A

⁵ Vilanova, José M. (1973). *Filosofia Del derecho y fenomenología existencial*. Buenos Aires: Cooperadora de Derecho, (p. 255).

⁶ Benjamin, Walter & Horkheimer, Max & Adorno, Theodor W. & Habermas, Jürgen. (1983). *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção os Pensadores).

⁷ Freud, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Obras completas v(d), (p. 81).

teoria de Keppe recoloca o homem como criação divina, essencialmente bom, qualidade decorrente da presença de Deus no homem, o que implica a sua verdade, bem, felicidade, amor, harmonia e paz.

A partir da análise individual das neuroses, Keppe conclui que estas consistem num processo de inversão que significa em viver uma fantasia e com isso rejeitar a realidade. A causa da neurose, segundo Keppe, é a inveja, descobrindo que o procedimento invejoso é a causa da inversão que leva os homens a rejeitarem a realidade e viverem uma fantasia.

O sentido originário etimológico de inveja é não ver, do latim *in* (não) e *videre* (ver). Esse fenômeno básico de toda a problemática humana, Keppe denomina teomania, neologismo que significa inveja de Deus, ou seja, o desejo primário do homem de ser Deus, porque o ser humano não se contenta com sua natureza, ele quer ser o criador, não quer viver a realidade, adaptar-se a ela, quer construí-la e, desse modo, cria o sistema social, econômico, político, jurídico e científico.⁸

A trilogia analítica é a visão do homem na sua totalidade: o ser humano é sentimento (amor), raciocínio (razão) e consciência (ciência). Tanto Deus quanto sua criação (cosmos, homens e espíritos) têm uma constituição básica (amor, verdade e consciência), cuja característica é a expansão através do contato. Estes fatores estão indissolúvelmente ligados e a episteme tradicional deforma a realidade humana quando os separa.

A trilogia pretende ser uma ciência, filosofia e teologia, não estabelecendo fronteiras entre os respectivos campos, do mesmo modo que não se pode separar o intelecto da vida afetiva, a ética do direito e este da ciência.

3 – MEDO GERADO PELA EXIBIÇÃO DE PODER

Para Erich Fromm, a natureza humana é mutável, adaptável e influenciada pela evolução histórica, a ansiedade pela fama, status e poder financeiro, por exemplo, valores que vigoram do Renascimento até os dias de hoje, não eram as diretrizes comportamentais da Idade Média. Naquela época, a segurança de pertencer a uma determinada classe social era fator decisivo no modo de agir.

A natureza humana, mesmo sendo um produto da evolução histórica, revela características básicas, como a necessidade de satisfazer impulsos e o horror à solidão, ao isolamento moral. Para Fromm, a única solução para um relacionamento humano com o mundo se daria pela solidariedade humana.⁹ A verdade desta afirmação só nos faz ansiar por mais solidariedade nos tempos em que vivemos angustiados pelo isolamento, angustiados pela noção de alteridade hegemônica.

A experiência tem nos permitido concluir que os homens vêem o mal uns nos outros e temem-se mutuamente. Esse temor criou a rede de “segurança” que envolve nossa sociedade de fechaduras, cofres, muros, cercas, grades, quadras, seguros, seguros, contratos com várias cláusulas de suspeita e precaução, fianças e etc... O objetivo educacional se centra em evitar o mal e fazer esforços para a busca do bem, prevalecendo a noção de que o mal não precisa ser procurado, pois este reside no coração do homem. Com base nos precedentes históricos, há duas posições centrais:

- 1) o homem é bom ou é mau não há meio termo;
- 2) o homem não é bom nem é mau, portanto é as duas coisas.

Na Teologia de Calvino, o homem é visceralmente mau. Na de Lutero ele é mau e insignificante. Kant sustenta que a inclinação para o mal é inata à natureza humana, e, para combatê-la, é necessária a lei moral que inclui o imperativo categórico, cuja finalidade é evitar que o ser humano se transforme numa besta e a sociedade entre em anarquia. Krishnamurti coloca as coisas em termos de alteridade. Para ele o problema não é o mundo, em si, mas nós em nosso relacionamento com o outro. É essa relação que produz as sérias dificuldades que, multiplicadas, transformam-se no Problema do mundo.¹⁰

O mundo se revela a nós pelo que somos como totalidade, o que atinge o nosso ser integral não pode ser excluído tem de ser vivido até o fim, são circunstâncias que não podemos contornar, e, por isso, temos de atravessá-las em sua espessura. O “Problema de Mundo” hoje em dia está na ciência moderna institucionalizada e complexa. A pesquisa custa caro, requer prédios e laboratórios imensos, equipes e especialistas bem pagos, depende de um fluxo constante de investimento financeiro que só grandes instituições podem oferecer e garantir.

Os cientistas só pregam e buscam o valor do conhecimento e da verdade. É apenas uma coincidência o fato de que a curiosidade não pode ser saciada sem recursos financeiros cada vez maiores. Os cientistas querem somente a permissão de ir onde sua sede de conhecimento os leva e um governo que estenda sua mão solícita e ofereça exatamente isso, pode contar com a gratidão e cooperação dos cientistas. A maioria dos cientistas estaria pronta a abdicar de preceitos menores. Os cientistas alemães pegaram o trem impulsionado pela locomotiva nazista rumo a um

⁸ Keppe, Norberto & outros. (1980). *Psicoterapia Alienante*. São Paulo: Editora da Sociedade de psicanálise Integral. SP Próton.

⁹ Mariotti, Humberto. (2000). *As Paixões do Ego-Palos* Athena. São Paulo: (p. 154).

¹⁰ Krishnamurti, Jiddu. (1969). *Freedom from the Known*. N.York: Hauser and Row.

novo e purificado mundo de dominação de seres superiores¹¹. Os projetos de pesquisa tornavam-se cada vez mais ambiciosos e os institutos de pesquisa pululavam de gente e recursos. Além disso pouco importava a natureza ética das descobertas, dos objetos utilizados, dos meios e dos fins realmente envolvidos. O culto da racionalidade, institucionalizado pela ciência moderna, revelou-se impotente para impedir o Estado de partir para o crime organizado, ao contrário, revelou-se instrumental para este fim.

As condições modernas da ciência tornaram possível a emergência de Estado pleno de recursos, capaz de substituir toda a rede de controles sociais e econômicos pelo poder político e fornecendo substância para este poder. A modernidade é uma era de ordem artificial e de grandiosos projetos societários, a era de visionários, era dos planejadores e, de forma mais geral, “jardineiros” que tratam a sociedade como um torrão de terra virgem a ser planejado de forma especializada, cultivado e cuidado para se manter dentro da forma alvitada. A existência e a coexistência humanas viraram objeto de planejamento e administração. Como plantas num jardim, não podiam ser abandonadas à sua própria sorte, do contrário seriam infestadas de ervas daninhas. A jardinagem e a ciência genética são formas distintas da mesma atividade de separar elementos úteis destinados a viver e prosperar, isolando-os de elementos perigosos e mórbidos que devem ser exterminados.¹²

Hoje, mais do que em qualquer época, os meios tecnológicos servem ao potencial mortífero do princípio de emancipação da Razão face às emoções, da racionalidade ante as pressões normativas, da eficiência em relação à ética. Uma vez concretizados estes lemas, a ciência se tornará um dócil instrumento nas mãos de um poder inescrupuloso. O que de fato importava à, elites científicas alemães e aos seus melhores e mais distintos indivíduos, era a preservação de sua integridade acadêmica e racionalidade. E esta tarefa excluía a preocupação do significado ético de sua atividade.

Indiretamente a ciência abriu caminho ao genocídio pelo solapamento da autoridade e o questionamento da força aglutinadora de todo o pensamento normativo, particularmente o da religião e o da ética. A ciência faz o balanço de sua história como a da longa e vitoriosa batalha da razão contra a superstição e a irracionalidade.

Na medida em que a ética e a religião não podiam racionalmente legitimar as exigências que faziam do comportamento humano, foram condenadas e viram suas autoridades negadas. Como os valores e normas foram proclamados subjetivos, a técnica ficou sendo o único campo em que a busca da excelência era factível. A ciência queria ser livre de valorização e se orgulhava disso. Por pressão institucional e ridicularização, ela silenciou os pregadores da moralidade. No processo, tornou-se cega e muda¹³. Proclamou-se assim “neutra” e assinou sentenças de morte para a máquina nazista de destruição humana. A natureza do homem é um conjunto de características adquiridas, não podemos acreditar que somos “neutros” ou fundamentalmente maus, mas devemos nos precaver contra nossa falta de memória e o fascínio da ciência sem fronteiras, plena de recursos financeiros e previsões fantásticas: viveremos num mundo “perfeito”, seremos seres “perfeitos”... Quem seremos nós ? O que será a perfeição ? Nós, os homens de bem ou não.

¹¹ Bauman, Zygmunt. (1996). Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, (pp. 133 e 134).

¹² Op Cit Bauman. (p. 93).

¹³ Op Cit Bauman. (p. 133).

Formação de usuários de serviços públicos de saúde mental para a autogestão de um empreendimento econômico solidário

Mucio Tosta Gonçalves
FEAD
mucio.goncalves@fead.br

Resumo: Se a loucura pode ser definida como um estado individual de perda da razão e do controle emocional, ela também significa que os loucos perdem na sociedade o seu lugar como sujeitos autônomos. Mais ainda, a lógica do trabalho pela qual a sociedade se mantém retira dos loucos – simultaneamente à desqualificação social, a possibilidade de participação, pondo-os à margem do processo produtivo. A segregação dos loucos, além de não responder às suas demandas por um tratamento humano, opera no sentido de subordiná-los a uma realidade que se torna para eles literalmente sem razão. Valendo-se desse tipo de posição, o presente artigo discute uma experiência de desenvolvimento de uma experiência de formação e qualificação profissional de um grupo de usuários de serviços da Rede Pública de Saúde Mental de Belo Horizonte, Minas Gerais, para a autogestão da “Associação de Trabalho e Produção Solidária - Suricato”, fundada por eles com apoio do poder público municipal e de organizações não governamentais. Para tanto, busca entender qual é a dimensão e o valor que o trabalho tem na vida dessas pessoas, ponto a partir do qual elas formaram o desejo da liberdade de construir, com base nas capacidades que possuem, uma alternativa de sobrevivência digna pela inserção em mercados de bens e serviços no município.
Palavras chave: Saúde mental; formação profissional; gestão; autogestão.

Muito já foi escrito sobre a loucura. Esse artigo não é mais uma intervenção sobre o tema, que tanto incomoda quanto fascina. Para efeito do seu objetivo final, toma-se a definição de Pessotti (1994, p. 7): a loucura é um “estado individual de perda da razão e do controle emocional”. Não obstante, não se deve esquecer que os loucos na sociedade perdem seu lugar individual de sujeitos autônomos e equivalentes aos ditos normais.

Ademais, que interessa ressaltar no presente texto é que a lógica do trabalho com a qual opera e se mantém a sociedade contemporânea (ao menos a ocidental) retira dos loucos a possibilidade de participarem dessa esfera da vida social, pondo-os imediatamente à margem do processo produtivo – ato simultâneo à desqualificação social e moral que sofrem. A segregação dos loucos – que tem como uma de suas implicações a negação das demandas por um tratamento mais humano dos transtornos dos quais esses sujeitos são acometidos – subordina-os a uma “realidade” que se torna, assim, literalmente fora de propósito, sem “razão”.

Valendo-se desse tipo de posição, o presente artigo discute uma experiência de formação e de qualificação “profissional” de um grupo de usuários de serviços da Rede Pública de Saúde Mental de Belo Horizonte, Minas Gerais, para a gestão do trabalho e para a inserção no mercado de bens e serviços. Para tanto, busca entender qual é a dimensão que o trabalho tem na vida dessas pessoas, ponto a partir do qual os usuários formaram um desejo – o da liberdade de construir, com base nas capacidades que possuem, uma alternativa de sobrevivência digna.

Trabalho e liberdade

De acordo com Marx, o trabalho, como atividade criadora de valores de uso, é uma “condição de existência” humana, que independe da forma assumida pela sociedade. O trabalho é uma “eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 1988, p. 50). É e graças ao trabalho que o homem conseguiu ao menos em parte dominar a natureza, colocando-a ao seu serviço. Mais ainda, o trabalho evoluiu como atividade destinada a suprir as necessidades humanas em correspondência à própria evolução do homem.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento do trabalho é uma condição necessária para a liberdade humana diante dos constrangimentos impostos pelo meio natural. Por isso mesmo pode-se pensar também, distintamente da análise marxista, que o que caracteriza o homem é o fato de ele existir como um “ser-de-necessidade” e como um “ser-de-desejo” (CAVANI-JORGE, 2001, p. 213). O sujeito humano não pode querer não aspirar, não desejar, não representar. E não trocar (CAVANI-JORGE, op. cit.).

As trocas que formam a humanidade não são apenas aquelas orientadas pelo estômago ou pelo sexo, mas as originadas da fantasia, como diz Marx ao definir a mercadoria em seu capítulo 1 do primeiro livro de O capital. Contudo, e é esse o ponto que interessa nesse momento preliminar da discussão a ser empreendida, Marx também percebeu que, ao longo da História, o trabalho que dá identidade aos homens assumiu características distintas, exatamente porque os homens que produzem os bens materiais, alguns indispensáveis à sua existência, não se realizam como seres humanos em suas atividades em muitos momentos do desenvolvimento da sociedade.

Ou seja, o trabalho pode ser tido, a um só tempo, como instrumento do desenvolvimento humano e como seu grilhão. Essa contradição explica-se pelo caráter ou pela forma assumida pelo trabalho na sociedade capitalista: a

de mercadoria. Mais especificamente, pelo fato de essa mercadoria, como qualquer outra, ser dotada de uma dupla natureza – a que decorre do seu caráter útil e a de ser possuidora de valor. Mas o que é único na mercadoria trabalho, contudo, é que ela aparece no valor de todas as mercadorias e confere a todas elas a propriedade de ser produtos do trabalho.

É central para esse tipo de análise que se entenda o trabalho como um produto que se separa do seu “proprietário”. Para Marx, no capitalismo ocorre uma descaracterização das mercadorias como produtos do trabalho humano, já que se conhece apenas o que foi produzido, e não necessariamente quem produziu. O valor das mercadorias, portanto, parece residir nelas mesmas. Ou seja, o trabalho não é reconhecido na compra das mercadorias, e sim no valor delas; logo, ele se torna valor agregado por alguém a algum objeto, o que exige pensar também em quem o vende. No capitalismo, distintamente do passado, o trabalho tornou-se uma mercadoria, já que sua disponibilidade para a produção dos objetos que atenderão às necessidades humanas depende da sua venda, e isso ocorre porque ele se tornou a única fonte de sobrevivência daqueles que só o possuem.

Para a análise de Marx (1988), a natureza e o sentido do trabalho no capitalismo são distintos também porque, sendo o exercício do trabalho (em qualquer sistema econômico) um dispêndio de energia, é somente sob o capitalismo que a força de trabalho humana torna-se fonte de valor. Nesse sentido, o valor é um fenômeno puramente social, e não natural, na medida em que o uso do trabalho (por meio da contratação de uma força de trabalho) é destinado a produzir não somente objetos de uso, valores de uso, mas gera um valor abstrato, o qual depende da expansão da produção e do consumo capitalistas.

Segundo a lógica da organização capitalista do trabalho, os trabalhadores produzem bens que não lhes pertencem e cujo destino escapa ao controle. Desse modo, esses sujeitos sociais particulares não se reconhecem nos produtos dos seus trabalhos. As mercadorias se apresentam diante dos trabalhadores como objetos estranhos, e não como resultado de sua capacidade de modificar a natureza (MARX, 1988).

Por outro lado, ao vender a sua força de trabalho, o trabalhador torna-se igual às mercadorias que produz. Para Marx (op. cit.), isso corresponde a uma coisificação, uma “apropriação” do trabalhador e do trabalho pelo capital. Ou seja, as relações de produção capitalistas de certo modo encobrem as características sociais do trabalho humano produtor de mercadorias, caracterizando o que Marx denominou de “fetichismo da mercadoria”.

Para Marx, o trabalhador se torna mais pobre quanto maior é o número de objetos que produz, o que se explica pelo fato de ele produzir também a si mesmo como mercadoria. Ao executar o seu trabalho, e ao mesmo tempo em que dá ao seu trabalho as formas dos objetos que produz, o trabalhador se vê privado da condição de produtor. A mercadoria, “exteriorizada”, aparenta ser um objeto alheio ao seu criador, e os produtos da atividade do trabalhador parecem se tornar autônomos, dotados de vida. Assim, quanto mais produz mercadorias, mais o trabalhador é destituído de objetos e, portanto, tanto menos ele mesmo é um sujeito autônomo. E as mercadorias produzidas, exteriorizações do trabalhador, assumem uma existência independente dele e alheia a ele (MARX, op. cit.).

Mas esse estranhamento só é possível porque o produto do trabalho (que não pertence aos trabalhadores) pertence aos capitalistas, que se apropriam de parte do trabalho operário. Ainda segundo essa argumentação, como os capitalistas compram constantemente para enriquecer-se, realizando lucro, enquanto os trabalhadores vendam constantemente para apenas “ganhar o pão de cada dia”? Esse estado de coisas que se mantém e se reproduz em escala ampliada no capitalismo por que o que os trabalhadores vendem não é o seu trabalho, mas a sua força de trabalho. É daí, pois, que resulta o valor da força de trabalho, que é determinado como os de quaisquer outras mercadorias, isto é, pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la (MARX, op. cit.).

Tendo em vista que a mercadoria força de trabalho humana consiste na sua “individualidade viva”, o seu valor é determinado pelo valor das mercadorias necessárias para produzi-la, mantê-la, desenvolvê-la e reproduzi-la. Ou seja, o valor do trabalho nada mais é que o valor da força de trabalho, medido pelos valores das mercadorias necessárias à sua manutenção no tempo e no espaço. Mas como os trabalhadores só recebem os pagamentos devidos pela venda do seu trabalho (força de trabalho) – ou os seus salários –, depois de realizarem o trabalho, e como, ademais, eles sabem que o que entregam aos capitalistas é o seu trabalho, obtém-se daí um resultado fundamental para o entendimento da natureza das relações entre capitalistas e trabalhadores, de acordo com Marx: ainda que só se pague uma parte do trabalho diário do operário, enquanto a outra parte fica sem remuneração, e ainda que esse trabalho não remunerado ou sobre-trabalho seja precisamente o fundo de que se forma o lucro (ou a mais-valia), parece que todo o trabalho é sempre trabalho pago. E é exatamente essa aparência enganadora que distingue o trabalho assalariado das outras formas históricas de organização do mercado de trabalho (MARX, op. cit.).

Do ponto de vista do presente artigo, as questões apresentadas anteriormente são importantes porque resgatam a noção de que a força de trabalho não pode ser tida simplesmente como uma categoria econômica, que expressa uma dada relação de dominação do capital sobre o trabalhador.

Claro que, ao tratar da questão do trabalho no capitalismo, não se pode olvidar esse aspecto. Não é possível, porém, também ver o trabalho e as relações de trabalho como uma esfera isenta de contradições, sobretudo aquelas relacionadas ao processo de valorização mercantil e à produção da sociabilidade capitalista, o que envolve os

aspectos subjetivos do processo de trabalho. Isso requer, antes de tudo, reconhecer que o uso da força de trabalho não é apenas simples dispêndio de força física, desempenho de atividades manuais ou de trabalho simples. Fosse assim, estariam corretas as concepções que propõem que graças aos progressos da automação (na medida em que eliminam ou reduzem drasticamente o trabalho imediato) está em curso o fim da sociedade do trabalho.

Interessa ressaltar que sob o capitalismo o uso da força de trabalho para a produção de mercadorias tornou-se um fim em si mesmo, na medida em que foi eleito como o suporte e como a forma para a valorização do capital-dinheiro. Só por isso, e não por razões objetivas inerentes ao e/ou decorrentes do processo de produção, todos os produtos são produzidos como mercadorias. Assim, quem não é capitalista e deseja (sobre) viver nessa sociedade, tem de vender a sua força de trabalho.

Castigo, corretivo, instrumento para moldar o caráter, meio de obtenção de prazer, o trabalho, portanto, civiliza. E parte desse resultado obtém-se por meio do mercado, instituição social de alocação de bens e serviços e sua correspondente remuneração (por espécie ou não), que no capitalismo adquiriu feição especial. Por sua vez, mesmo quem consegue vender sua força de trabalho não está livre de constrangimentos, já que vivemos em uma sociedade na qual o trabalho é cada vez mais apresentado como supérfluo, seja porque não é reconhecido mais como o elemento central de uma ética da ação individual ou o que se relaciona com isso, seja porque existem cada vez mais “macjobs”.¹

Isso se relaciona com as transformações radicais que foram produzidas ao longo do último século na natureza e nos papéis dos atores sociais do “mundo do trabalho”, que envolvem a produção de novos significados para o trabalho, baseado na alteração do perfil do trabalhador, na “formalização da informalidade” e nas conseqüências que isso tem para a construção da (nova) subjetividade dos trabalhadores e de novos perfis do sofrimento e do desgaste humanos dos trabalhadores (BIALAKOWSKY & HERMO, 1995).

Ademais, essa questão da produção de um novo perfil do trabalhador e do seu desgaste num mundo que se apresenta como “sem trabalho para todos” relaciona-se também com a destruição de alguns marcos legais protecionistas do trabalho (tais como a contratação por tempo indeterminado, o emprego como forma de ocupação universal, o salário – direto e indireto – como tipo generalizado de remuneração pelo trabalho, a limitação da jornada de trabalho, a interlocução do capital e do Estado com o coletivo sindical, em suas variadas formas mais ou menos democráticas, etc.) (BIALAKOWSKY & HERMO, 1995; ESPING-ANDERSEN, 1998; ANTUNES, 1999).

Como conseqüência, a partir dos anos 1990, criou-se um perfil no qual as questões do trabalho e da ocupação passaram a ser, e vem sendo, enfrentadas, o que até significou a produção de novas dimensões de produção e uso do tempo e do espaço. Entre essas mudanças, destacam-se: a ocupação limitada e a formação de novas identidades, pela maior presença feminina e de jovens no mercado de trabalho; a redução do espaço da fábrica e o aumento do trabalho realizado em domicílio e do trabalho em tempo parcial; a introjeção da pobreza como dimensão subjetiva e a tendência à “privatização” dos conflitos sindicais (ESPING-ANDERSEN, 1998; ANTUNES, 1999).

Tais novas dimensões representam um desafio para a compreensão das relações de trabalho e para a construção de um padrão de relacionamento social centrado no trabalho (ou que herde a sua centralidade) e que vá além do modelo de organização do trabalho industrial (conforme originalmente pensou OFFE, 1989[1982]). É a partir daí que se pode, também, pensar sobre os três fatores que são utilizados amplamente para explicar a “desvalorização” do trabalho, a saber: os efeitos da globalização; a desregulação da economia e especialmente do mercado de trabalho; a concentração dos empregos no setor de serviços (BIALAKOWSKY & HERMO, 1995; ESPING-ANDERSEN, 1998; ANTUNES, 1999).

Contudo, essa “desvalorização” do trabalho não nega ou impossibilita o uso, pelos trabalhadores, de uma de suas principais qualidades como fornecedores de trabalho (ou de força de trabalho): a mobilidade. Essa característica dos trabalhadores (ou da força de trabalho) permite que a criação de postos de trabalho seja em parte também resultado das ações dos trabalhadores, especialmente daqueles que atendam e aceitem o perfil do mercado de trabalho.

Essa situação, não obstante, depende da aceitação de condições de trabalho e de salários cada vez piores e combina-se com um aumento da pobreza – que não é, nesse sentido, subjetiva... Mas o problema mais grave é a duração dessas situações sociais combinadas. Ou seja, o cerne da questão encontra-se nas tendências de “marginalização”, de “exclusão” e de polarização crescentes que se instalam na sociedade.

E é a partir daí, portanto, que se deve pensar um novo referencial para valorizar o trabalho, que deve ser o da ruptura com a lógica de mercantilização do trabalho e do trabalhador. E é aí que se insere uma experiência da organização produtiva de um grupo de usuários de serviços de saúde mental em Belo Horizonte, objeto deste artigo.

¹ Neologismo criado por Douglas Coupland em seu livro *Generation X: tales for an accelerated culture* (1991), para descrever os empregos precários e mal pagos típicos das sociedades industriais. A obra é uma sátira social baseada na trajetória de três jovens que saem de Palm Springs, um universo hipermercantilizado, para descobrirem-se a si mesmos. Ao longo das histórias que contam, eles demonstram como a sua geração vive uma vida sem esperança que se mantém apenas por isso mesmo, já que a única esperança é deixar para trás o que viviam e tentar encontrar outra vida nova, sem as ostentações da sociedade moderna.

A experiência da constituição da Associação de Trabalho e Produção Solidária Suricato

A questão da organização da produção em uma base solidária relaciona-se diretamente com o problema da inserção social de categorias vulneráveis de trabalhadores² no mercado, por um lado, e na construção de novas bases norteadoras da troca, por outro. No caso específico de pessoas portadoras de transtornos mentais, especialmente numa situação em que a internação em manicômios deixou de ser uma das principais alternativas para reabilitar ou “tratar” a loucura, parece ser possível pensar uma estratégia de “inclusão” pela via da constituição de um empreendimento solidário fundado no trabalho.

A questão, porém, é um pouco mais complicada, exatamente por causa dessa característica particular dos sujeitos que buscam constituírem-se como membros do mercado que se põe contra eles. É uma contradição? Sem dúvida, mas uma que é pautada pela oposição entre um mercado que pode ser constituído pelos sujeitos e sujeitos que só existem socialmente pelo mercado.

Conforme sugerem Valladares et al. (2003), a proposta de tratamento ou reabilitação do louco não pode ser compreendida como uma reconstituição de um “estado anterior” de normalidade – o que quer que isso signifique, penso –, mas como um processo de reestruturação da autonomia desses sujeitos e de seus papéis na sociedade. Nesse sentido, atendendo ao disposto no processo de reforma psiquiátrica brasileira, a intervenção em favor dos portadores de sofrimento mental deve buscar a “desinstitucionalização” como forma de “reabilitar o contexto”, ou seja, restituir a “subjetividade do indivíduo na sua relação com as instituições sociais, ou melhor, a possibilidade de recuperação da contratualidade” (ROTTELLI & AMARANTE, 1992 apud VALLADARES et al., 2003, p. 2).

Nesse sentido, ainda segundo as autoras anteriormente citadas, a reabilitação psicossocial deve incluir três “vértices da vida de qualquer cidadão: casa, trabalho e lazer”. Uma possibilidade apontada pelas autoras é a organização do trabalho em torno de oficinas terapêuticas, que podem ser realizadas de três modos: como espaço de criação (artística e para experimentação constante); espaço de atividades manuais (para a produção de bens para troca); espaço de promoção de interação da convivência entre os clientes, os técnicos, os familiares e a sociedade (1992, p. 2).

Contudo, o uso do trabalho como instrumento de reabilitação não deve ser reduzido à mera inclusão em atividades lúdicas, “recreativas” ou simplesmente recuperadoras de capacidades ou habilidades físicas e intelectuais, mesmo que de algum modo subordinadas a algum tipo de “interação”. A utilização do trabalho nessa terapia deve ser pensada antes como uma saída individual e social para pessoas que possuem limitações, o que é não menos importante, de inserção no coletivo. Se o trabalho deve ser visto como saída, a prática da sua organização deve buscar a associação ou a cooperação como princípios norteadores.

Se o trabalho deve auxiliar a quebrar o monopólio do hospital no tratamento da loucura, então ele deve ser pensado como ferramenta que aumenta a autonomia e o poder dos usuários dos serviços de saúde mental, promovendo a “valorização do poder contratual dos pacientes nas instituições e do seu poder relacional nos contatos interpessoais na sociedade” (VASCONCELOS, 2000 apud VALLADARES et al., 2003, p. 3).

Como argumenta Tenório (2000, p. 125), a fundação cartesiana e iluminista da razão e a hegemonia desta última na constituição do sujeito tornou o louco – um “desprovido de razão” – “incapaz de discernimento quanto ao contrato social”. Mas como a inadequação ao contrato não caracteriza desobediência, tornou-se necessária a reclusão do louco por que esse é um sujeito “desarrazado”. Assim, a participação do louco no mundo do trabalho é impossível por definição, já que ele não dispõe dos atributos capazes de torná-lo apto a assinar os contratos – inclusive o de trabalho.

Por isso, a promoção da autonomia e do empowerment³ dos loucos não pode, pois, ser pensada exclusivamente com base em uma ação técnica e/ou tecnológica – seja ela oriunda da comunidade psi (psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, etc.), seja ela oriunda da comunidade de outros agentes de saúde, seja ela ainda oriunda da comunidade de outros interessados.

De nada adianta, então, apontar o cooperativismo ou o associativismo como únicas saídas para a inserção no mercado, como se os valores vinculados a essas duas estratégias fossem, por si sós, suficientes para resolver as contradições decorrentes das regras sociais capitalistas, sobretudo aquelas que cercam o trabalho. O risco, ao aceitar sem crítica o associativismo ou o cooperativismo, é o da substituição de uma alienação por outra (isto é, a que é promovida pelo e no mundo do trabalho, da qual alguns só escaparam ou escapam pela senda da loucura...).

² O universo dos sujeitos que se envolvem e participam de experiências de organização do trabalho e da produção alternativa à lógica capitalista envolve não só trabalhadores no sentido estrito do termo, mas aqueles outros sujeitos que talvez nunca tenham participado formalmente do mercado de trabalho. Contudo, para simplificar a descrição e a discussão do tema deste artigo, far-se-á referência ao grupo de participantes de experiências associativistas como sendo trabalhadores.

³ Empowerment pode ser entendido “como um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sócio-cultural, político e econômico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania”. A construção desse processo, por sua vez, pode ser definido como “um caminho que visa a libertação dos indivíduos relativamente a estruturas, conjunturas e práticas culturais e sociais que se revelam injustas, opressivas e discriminadoras, através de um processo de reflexão sobre a realidade da vida humana” (PINTO, 1998).

Assim, a utilização do trabalho como instrumento terapêutico somente pode ser pensado dentro de outra pedagogia, uma que leve em conta a capacidade contributiva desses sujeitos para com eles mesmos – quanto eles podem – e quantos deles podem ou conseguem – produzir? Para quem desejam produzir?

Afinal, autonomia representa um conjunto de “valores e experiências sociais que têm como centro o princípio da livre determinação do indivíduo, de um grupo específico ou de um conjunto político maior” e, nesse sentido, “significa a condição de o sujeito determinar-se por si mesmo”, sendo capaz não apenas de agir, mas de definir a(s) lei(s) que rege(m) a sua ação. Destarte, “o princípio da autonomia supõe a reformulação do poder da empresa, do esquema tradicional da autoridade e do seu corolário (disciplina fabril). [...] Autonomia refere-se, portanto, às situações de enfrentamento às formas econômicas e sociais dominantes” (CATTANI, 1997, p. 27-28).

A organização associativista ou cooperativista de trabalhadores como alternativa de tratamento para os serviços de saúde mental, assim, deve ser mais do que um mecanismo de promoção da “inclusão” dos usuários no mercado de trabalho ou nos “mundos” da produção e da circulação de mercadorias – na medida em que isso não necessariamente romperia com a estrutura alienadora e dominadora do trabalho.

O que tais experiências de organização solidária do trabalho e da produção devem buscar, pois, é a inserção desses sujeitos, usuários de serviços de saúde mental, no mundo dos contratos sociais, o que é negado a eles por causa da sua “deficiência” e conseqüente incapacitação para a cidadania.

Em especial, a organização de coletivos de trabalho associativista ou cooperativista refere-se à inserção de tais sujeitos no mundo do trabalho, tanto porque é para eles difícil (se não impossível) conseguir e manter empregos, bem como produzir, valendo-se de um trabalho que não seja alienante. Conforme sintetiza Bichaff (2001, p. 165), a atividade de trabalho no hospital psiquiátrico e nos serviços substitutos⁴ é distinta:

No modo asilar é marcada a relação servil e alienante, em que pacientes são utilizados como mão-de-obra barata. Nos serviços substitutivos, o trabalho tem sido utilizado como estratégia reabilitadora e entendido como possibilidade de produção de valor, recurso este que permite as trocas sociais. Observa-se, ainda, a possibilidade de resgate de cidadania na sua vertente de contrato de trabalho, que possibilita a experimentação em moldes mais flexíveis, num ambiente protegido pela instituição, onde a remuneração e a responsabilidade são fundamentais.

Argumento interessante para situar a raiz dessa distinção e dos problemas que ela acarreta para as alternativas de organização solidária do trabalho de usuários de serviços de saúde mental é apresentado por Lobosque (2001). Segundo a autora, a instituição hospitalar psiquiátrica, não obstante tenha “inegável nocividade social” e embora venha sendo avaliada como devendo ser extinta, não encontra um caminho que permita a sua efetiva eliminação (o que, aliás, favoreceria sobremaneira as implicações daí decorrentes, tais como a criação de outros serviços e práticas).

Ainda segundo a autora, as dificuldades em extinguir os hospitais psiquiátricos são de natureza econômica e política, mas fundamentalmente se relacionam com o fato que

por parte dos hospitais psiquiátricos públicos, e em muitos segmentos ligados aos serviços substitutivos – NAPS, CAPS, CERSAMS –, encontramos muitas vezes grande relutância diante da perspectiva do fim do hospital. (...) esta relutância ... parece muito ligada a uma função ainda exercida pela figura do hospital: aquela de uma instituição de ensino. Estas instituições podem resistir a uma certa vertente organicista e reacionária da psiquiatria, seja colocando limites aos seus abusos mais evidentes, seja acolhendo outros discursos, como a psicanálise, a psiquiatria social, etc.: todavia, busca-se legitimar a todo preço sua continuidade de centro hospitalar, pela via da sua importância enquanto centro de ensino. O ideal do centro de ensino nos tenta: é respeitável, parece nobre... Contudo, quando presos a ele, recaímos, novamente, na armadilha de pretender construir um saber sobre a loucura, ignorando não só o que a loucura nos ensina, mas, sobretudo, os próprios impasses que a sua experiência impõe ao modelo da razão. Temos, mais uma vez, o louco sob observação, a serviço da constituição de um saber que não é seu e não lhe serve, sem efeitos de impulsionar as vidas nem de abrir as portas. Esta pretensão a centros de ensino não é, certamente, exclusiva dos hospitais psiquiátricos; ela se reedita e se repete em outros serviços de Saúde Mental, que se querem destacar como centros de excelência, de formação, etc. – como se a formação de saber fosse atributo ou propriedade particular de certas instituições ou estabelecimentos. Portanto, cabe perguntar: um poderoso obstáculo para o fim do hospital psiquiátrico e daquilo que representa não diz respeito a uma certa política do saber?

O hospital psiquiátrico, afinal, é um baluarte indispensável para um saber universalizante que não dispensa jamais a figura do centro, do fundamento, da continuidade; e este saber se opõe, de forma radical, aos saberes descontínuos, pontuais, desobedientes, irreverentes, que se produzem nos serviços substitutivos, quando estes sustentam um convívio real com as experiências da loucura.

Essa longa citação da autora, renomada especialista na área, serve como base para assentar a idéia de que a construção de uma nova pedagogia voltada para a inserção do louco no mundo do trabalho e da vida social cidadã

⁴ Por serviços substitutivos, entendem-se aquelas estratégias não manicomial que buscam envolver os usuários dos serviços de saúde mental segundo os princípios da Reforma Psiquiátrica: são os Centros de Convivência, Centros e Núcleos de Atenção Psicossocial (CAPS e NAPS), Centros de Referência em Saúde Mental, etc.

não pode ser assentada na “prática” do trabalho como um fim em si mesmo, esperando com isso combinar tratamento médico e “ressocialização”.

Em virtude das idéias até aqui expostas, não se deve também pensar que a mera inserção no mercado é o mecanismo central que solucionará as questões do desemprego e da pobreza, posto que tal solução não se revelou viável inclusive para os ditos “normais”...

A experiência da Suricato⁵

No biênio 1997-1998, tendo por base a constatação de que era possível propor uma estratégia inovadora para a abordagem da loucura no âmbito da discussão do movimento antimanicomial brasileiro⁶, foi criada por alguns técnicos de serviços públicos de saúde mental em Belo Horizonte uma “Comissão de Cooperativa”, destinada a utilizar esse tipo de estratégia organizacional como alternativa terapêutica. Essa Comissão, considerada o embrião da Associação de Trabalho e Produção Solidária - Suricato, foi constituída como uma estratégia do e para o movimento antimanicomial mineiro.

Em 1998, dentro do Fórum Mineiro de Saúde Mental (FMSM) e atendendo a uma pressão vinda dos usuários dos serviços públicos, o grupo de técnicos iniciou discussões sobre cooperativismo. Adicionalmente, o projeto de Saúde Mental para o município da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), à luz da experiência do município de Santos (SP), já incorporava a questão do trabalho como alternativa terapêutica. A sistematização da questão, tendo por base o trabalho de conclusão de um curso de especialização feito por uma das técnicas da PBH envolvidas com a luta antimanicomial, despertou ainda mais a atenção para a questão do papel do trabalho como alternativa de tratamento e de inclusão.

Simultaneamente, a questão da geração de renda, o que poderia ser propiciado pela existência e realização de trabalho, apareceu nessas discussões, mais uma vez tendo como marco a pressão dos usuários para que fossem tomadas medidas para a promoção da inclusão. Ao que parece, na verdade esse primeiro passo contou com um “empurrãozinho”, motivado também pelo fato de que a abertura de perspectivas por parte dos técnicos gerou expectativas para os usuários...

Em 1999, foi iniciada a primeira experiência de qualificação profissional para os usuários dos serviços, com a instalação de oficinas de corte e costura, de cabeleireiro, de informática básica (uso de ferramentas de edição de texto), de encadernação e embalagem, de marcenaria e de confecção de salgados e doces. Os cursos foram oferecidos tomando-se por base a inclusão da proposta de formação desses trabalhadores no Plano Estadual de Qualificação/Requalificação Profissional de Minas Gerais (PEQ/MG),⁷ que exigia que, além dos conteúdos de qualificação profissional (habilidades específicas), fosse ofertado conteúdo que habilitasse os trabalhadores para a gestão.

Nesse mesmo ano, a presença do administrador da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte - Asmare como instrutor da habilidade gestão fez com que se sentisse a necessidade de “organizar melhor o conhecimento”. A inclusão desse treinamento obedeceu, na prática, a uma exigência dos cursos do PEQ, cuja premissa é que a formação do trabalhador é “integral” se incluir a capacitação como gestor ou detentor das habilidades associadas à administração de um negócio.

Os técnicos da Secretaria Municipal de Saúde e do FMSM envolvidos com a proposta de usar o trabalho como mecanismo de construção de outro sujeito cidadão formularam essa demanda valendo-se da percepção de que havia necessidade de lidar com um espaço socioeconômico intermediário entre a organização do trabalho e da produção e o resultado (terapêutico e econômico) requerido pelos usuários, qual seja: o “mercado”.

Tendo em vista os desdobramentos que as questões das relações entre trabalho e mercado apresentaram, o FMSM buscou atrair novos participantes para seu “campo”. Por estar participando de um trabalho de pesquisa e de assessoria para a Asmare, deu-se exatamente nesse momento a abertura da oportunidade de contato comigo, que substituí o então administrador da Asmare na função de “professor” da habilidade gestão nos cursos de qualificação. A partir das primeiras conversas, ficou acertado que o curso seria formatado com e para esses técnicos e usuários

⁵ A história narrada nesta seção baseia-se em depoimentos de técnicos e usuários dos serviços de saúde mental de diversos Cersam de Belo Horizonte envolvidos com a experiência de “formação” para a gestão e de constituição da Associação Suricato desde o seu início.

⁶ O movimento antimanicomial, nascido no bojo do movimento de reforma psiquiátrica brasileira a partir da década de 1970, tem como seu elemento formador a questão da promoção da cidadania dos loucos. Com isso, distintamente das ações reformistas originadas antes de 1970, o que distingue esse movimento é a crítica aos pressupostos da psiquiatria, em especial aos seus efeitos de normatização e controle. Portanto, a crítica ao asilo ou à internação manicomial sobrepujou a idéia da “humanização” dessa instituição psiquiátrica. Para uma análise da formação e desenvolvimento desse movimento, consultar Tenório (2002).

⁷ O PEQ, de acordo com Teixeira (1998, 1999, p. 59-60), foi “concebido e implementado de acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor) [...] definido como a política pública do governo federal para a qualificação dos trabalhadores brasileiros. Esta política é financiada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a sua execução descentralizada para os estados, por meio dos planos estaduais de qualificação e requalificação dos trabalhadores (PEQs), e para as parcerias nacionais firmadas com entidades e instituições representativas da sociedade civil, a exemplo das centrais sindicais e confederações de trabalhadores e empresários”. Um dos seus principais objetivos é o de aumentar as “condições de empregabilidade dos trabalhadores no mercado de trabalho”.

envolvendo reflexões teóricas sobre a questão do trabalho e do cooperativismo como alternativa dentro do capitalismo.

Como parte da organização dessa qualificação, realizou-se um seminário apresentado por uma equipe de economistas (que abordaram a questão da sociabilidade capitalista e seus processos formadores, numa perspectiva marxista) e por uma psicóloga, que tratou do tema loucura e trabalho. Parte dessa equipe lecionou temas de gestão para os usuários para turmas que envolviam todos os participantes dos diversos grupos ou oficinas de produção já existentes (corte e costura, informática, lapidação etc.). Daí nasceu o Geracoop, o segundo e decisivo passo na constituição de outro formato organizativo e de aprendizado desses sujeitos portadores de sofrimento mental.

As discussões feitas com os técnicos tiveram como eixo as seguintes perguntas: se há uma relação entre trabalho e loucura, de qual trabalho se fala? Deve-se pensar estratégias para o trabalho ou para o emprego? Ademais, deve-se garantir trabalho (e não a reprodução da condição de troca de força de trabalho) para quem e para quê? A expectativa dos diversos terapeutas e técnicos da Prefeitura Municipal e do FMSM era a de que o trabalho redimiria as pessoas portadoras de sofrimento mental. O debate realizado, porém, apontou para os limites da inserção do trabalhador e do papel transformador do trabalho no capitalismo, tanto por causa de sua subordinação quanto por seu caráter alienado.

A avaliação dos resultados foi positiva, uma “grata surpresa” no dizer de uma das técnicas entrevistadas. Essa sensação decorreu, ainda de acordo com o depoimento dessa técnica, do fato de não ter existido qualquer outra experiência anterior como base para a ação que estava sendo desenvolvida e para as suas implicações conceituais e práticas; como dito, “foi invenção da cabeça”.

Ou seja, nos cursos de formação profissional oferecidos para os usuários, a presença dos técnicos de saúde mental foi pensada como suporte administrativo e “logístico”, e não como apoio psiquiátrico. Não havia um “plano prévio de ação” que apontasse para a reflexão sobre o trabalho. Na verdade, a equipe – membros do FMSM e técnicos da rede pública de assistência à saúde mental de Belo Horizonte – era muito afinada e compartilhava as mesmas dificuldades de pensar uma estratégia não manicomial e promotora de direitos para o tratamento dos usuários.

Em 2000, com base no sucesso já observado pelas experiências iniciadas no ano anterior, foram montadas novas dezessete turmas, com um total de 346 alunos, mais a inclusão das oficinas de lapidação e de produção em rádio e vídeo. Em consequência, conforme depoimento colhido, “nós sideramos” (sic), foi muita “loucura”; “foi loucura total”.

Era perceptível que técnicos e usuários investiram na proposta porque buscaram uma alternativa ao modelo de tratamento em saúde mental disponível. As incertezas, porém, acumulavam-se. Para os alunos “foi o máximo”, mas gerou uma dúvida por parte do corpo técnico quanto ao modo precário de continuar funcionando. De fato, desde o início as oficinas eram realizadas em lugares cedidos e com móveis e equipamentos emprestados por parceiros institucionais, que atendiam até a um público similar em termos da vulnerabilidade social e econômica (catadores, moradores de rua, mulheres, desempregados, etc.). Gerou-se, portanto, uma expectativa ainda maior quanto ao trabalho. Mas como responder a essa expectativa? O que se sabia é que não era possível nem permitido decepcionar os usuários, “mas não dava para ir com sede demais” ao pote. Aqui o terceiro passo foi dado.

Em 2001, a partir da realização de uma avaliação que contou com a assessoria do coordenador administrativo da Asmare e da coordenadora da Pastoral de Rua de Belo Horizonte, que providenciaram “um olhar externo”, foi decidido reduzir a oferta de oficinas. As que foram selecionadas – marcenaria, lapidação e corte e costura – tiveram como critérios para eleição o mercado potencial e a organização prévia de cada um dos grupos de produção já existentes nessas especialidades. Baseando-se na percepção dos espaços que poderiam - e deveriam - ser ocupados no âmbito dessa alternativa terapêutica, a opção feita pela coordenação do trabalho foi a de manter os cursos de requalificação, com a participação dos mesmos alunos.

Ainda em 2001 foi incorporado um artista a cada grupo, além do monitor que já vinha trabalhando as habilidades e as competências específicas de cada área. Isso prevaleceu em 2002 apenas para os grupos de corte e costura e de lapidação, já que os monitores eram artistas. A partir desse momento, então, consolidou-se um modelo de formação pelo e para o trabalho com vistas à inclusão social e à reabilitação de usuários de serviços de saúde mental.

O acúmulo das discussões que, a partir de 2001, incorporaram formalmente o debate sobre gestão de empreendimentos produtivos solidários levou à formação da Associação de Trabalho e Produção Solidária dos usuários de serviços públicos municipais de saúde mental de Belo Horizonte (Suricato).⁸ Em seus estatutos, cujos estudo e preparação envolveram todos os usuários que participaram das oficinas e dos cursos das habilidades técnicas e de gestão entre 2001 e 2004, a nova associação definiu como seus objetivos os seguintes:

- a) Ter o trabalho como valor, produzindo o que dá prazer;

⁸Neste artigo não serão abordadas as estratégias que conduziram à formação da Suricato, tendo em vista que o objetivo aqui é o de apresentar uma experiência de formação desses sujeitos num contexto de organização produtiva.

- b) Promover a inserção no social, na cultura, no lazer e direito dos seus associados, cultivando valores éticos e morais, proporcionando melhor relacionamento em ambiente de trabalho digno;
- c) Promover pessoas portadoras de sofrimento mental que querem e possam trabalhar na produção de bens e serviços, facilitando sua integração nas relações sociais;
- d) Cultivar a mais ampla cordialidade entre seus sócios;
- e) Integrar esforços para organizar e promover grupos de produção e geração de renda, através dos princípios do associativismo, do cooperativismo e da economia solidária;
- f) Lutar pelo direito ao trabalho do portador de sofrimento mental, respeitando sua singularidade;
- g) Divulgar e defender os princípios e propostas do Movimento da Luta Antimanicomial;
- h) Defender seus membros em toda e qualquer instância, quando necessário (SURICATO, 2004, art. 3º).

Essas definições apontam para diversas dimensões do que foi anteriormente mencionado como sendo a possibilidade de construir outro mecanismo de inserção desses sujeitos no mundo do trabalho: o prazer, a dignidade, a socialização, a cordialidade e a singularidade foram elevados à condição de guias e referências para a organização da produção e da entrada no mercado. A possibilidade aqui pensada foi, pois, a de repensar o mercado, e não se sujeitar às suas regras, mesmo tendo que se submeter à lógica da produção para a troca como requisito para a obtenção da renda – condição fundamental, para esses sujeitos, para ao menos diminuir a dependência social.

Isso é visível quando se observa como os deveres dos sócios (especialmente nas categorias de sócios fundadores e efetivos) foram formulados: além do respeito às regras legais impostas e àquelas estabelecidas solidariamente por meio do Estatuto Social, os sócios devem “propagar o espírito de solidariedade entre os associados, zelando pelos princípios e patrimônio da Associação”, bem como devem “ser solidário[s], cobrindo e ajudando a cumprir a tarefa de um colega que estiver em crise, até que o mesmo tenha condições de reassumir suas funções” (SURICATO, 2003, art. 8º).

Ademais, os artigos 14, 15, 16 e 17, que tratam das responsabilidades dos associados da Suricato, estabelecem como princípios normativos consensualmente acordados pelos membros da Associação que todos devem:

- Cuidar dos instrumentos de trabalho, não os danificando deliberadamente;
- Manter limpo e bem cuidado o local de trabalho;
- Trabalhar com empenho, respeitando o horário combinado, contribuindo para o progresso da entidade; e
- Ter compromisso solidário com os companheiros.

Essas definições, todas estabelecidas em assembléias dos usuários dos serviços municipais, das quais participaram os técnicos da Prefeitura Municipal e do FMSM, foram discutidas nas aulas sobre gestão.

Na verdade, dessas aulas também participaram, durante cinco semanas entre 2001 e 2004, cerca de vinte “alunos” - oportunidade em que foram trabalhados também os conteúdos relacionados com questões ditas “práticas” da organização de um negócio para o mercado. Boa parte da discussão dirigiu-se a pensar o status próprio desses sujeitos, percebidos negativamente pela sociedade e pelo mercado e que tinham como objetivo principal usar o mercado para conseguir obter melhorias em sua condição de vida, pela obtenção de renda e de respeito como produtores diretos de sua subsistência.

Junto desse grupo foi possível abordar diretamente as questões das dificuldades relativas à capacidade (individual e coletiva) de organizar a produção, o que é decorrência dos quadros clínicos de muitos. Mais do que isso, esses estados emocionais “falavam” por si mesmos: as perguntas permanentes (“quando vou começar?”, “como fica o trabalho de quem é artista?”), a urgência na obtenção de resultados (“quando vou começar a ganhar dinheiro?”), a intervenção para qualificar competências (“eu sei ganhar dinheiro”, “eu sou bom vendedor”, “é só expor” ou “é só bater de porta em porta que vende”), todas essas falas apontavam para a constatação de que a gestão ou a administração que eles demandavam não era a dos relatórios ou planilhas ou “métodos” de organização; a demanda era por possibilidades de agir pela competência e pela capacidade disponíveis: daí que outra pergunta permanente e sempre atualizada em sala, durante todo o período, era relativa à avaliação externa dessas possibilidades.

Mesmo assim, alguns dos participantes, notadamente os que se capacitavam tecnicamente nos grupos de produção mais organizados e produtivos, colocavam questões mais “conscientes” sobre os limites da sua capacidade de ação, e desde o início sabiam que a organização de uma cooperativa ou associação não podia ter como único objetivo submeter o trabalho à renda, seja por causa das muitas perguntas já feitas anteriormente, seja pela constatação de que o elemento fundamental a conquistar, usando o mercado como intermediário, era a dignidade.

Também por isso, ao longo dos debates, definiu-se que a Associação criada não utilizaria o formato organizativo presidencial em sua estruturação. Além disso, foram pensadas as necessidades do grupo envolvido e do público que viria a ser futuramente, e decidiu-se por um modelo de colegiado, no qual os participantes da direção devem estar vinculados a uma das comissões criadas para atender às demandas da nova organização (Comissões de Ética, de Finanças, de Cuidado e Saúde no Trabalho, de Avaliação da Qualidade Técnica e de Comunicação e Divulgação).

A tônica das intervenções nos momentos de discussão apontou que a solidariedade era (como ainda é) o princípio básico da organização – daí a escolha do mamífero africano suricato como símbolo da associação, já que ele vive em colônias baseadas na divisão solidária de tarefas entre todos os membros.

A idéia de solidariedade, por sua vez, rechaça a da liderança formal, do gestor que de fora comanda – para os participantes da associação, “deve existir o líder que serve”, ou seja, que é capaz de pensar coletivamente e dividir tarefas por meio do planejamento.

Especialmente interessante nessa concepção da gestão é a Comissão de Cuidado e Saúde no Trabalho, que tem como funções, entre outras:

b) Garantir intervalos de acordo com a atividade e adequação ao ambiente de trabalho de forma a proteger cada trabalhador dos desgastes decorrentes da função exercida; [...] d) Promover periódica e sistematicamente momentos de discussão entre os sócios acerca das condições adequadas de trabalho, legislação específica sobre saúde do trabalhador, equipamentos de segurança, etc.e) Estar atenta às situações de adoecimento, tomando as decisões necessárias ao encaminhamento para o tratamento, assegurando a cada sócio seu retorno, assim que o mesmo estiver em condições; f) Apresentar à Coordenação Colegiada sugestões sobre como cobrir o colega em suas funções, quando este estiver sem condições de exercê-las por situação de adoecimento (SURICATO, 2003, art. 40).

Da mesma forma, a Comissão de Formação e Avaliação da Qualidade Técnica contribui com a transformação da noção de trabalho para esses sujeitos ao procurar “promover, elaborar e organizar cursos, debates, seminários buscando o avanço e aprimoramento nas discussões sobre relações de trabalho, gestão, qualidade técnica e demais temas que julgar necessários”; “promover debates, cursos e discussões sobre os princípios e valores da Associação, associativismo, cooperativismo e economia solidária”; e “organizar e acompanhar os cursos ‘preparatórios’ para o ingresso de novos sócios, bem como acompanhá-los e orientá-los em suas necessidades” (SURICATO, 2003, art. 41, alíneas a, b e d).

O que chama a atenção não é a oferta de cursos, mas a vinculação desses instrumentos à “preparação” para o trabalho assentado em bases solidárias. Essa visão supõe pensar a gestão não como instrumento alheio ao trabalhador, mas como ferramenta para a construção da autonomia. Esse foi um dos princípios mais discutidos e trabalhados durante as aulas dos cursos de gestão que realizamos conjuntamente. As avaliações feitas sobre o desenvolvimento dessa iniciativa apontaram, entre outras questões, que:

Com o Geracoop, sistematizou-se e delimitou-se o objetivo da ação. Conforme disse uma entrevistada, “não dá para ficar nesse processo atirando para todo lado”;

Na construção do processo e dos objetivos de educação e formação pelo trabalho, o aprofundamento da discussão sobre as questões da inserção no mercado e a eleição da questão da organização do negócio associativista exigiram mudanças;

Antes de 2001, os usuários cobravam a formação da cooperativa, vinculando-a à já mencionada questão permanente “quando vou começar a ganhar dinheiro?”. Atualmente, com a fundação da associação, mudou a perspectiva de muitos dos usuários, tal como se manifesta um deles, que ocupa atualmente um cargo na direção colegiada da Suricato: “Essa associação existe, e eu trabalho nela, no grupo de marcenaria”;

A partir de 2001 os problemas passaram a ser respondidos coletivamente, tendo em vista, sobretudo, a constatação de que “a gente vai precisar começar”, bem como a necessidade de responder a perguntas cruciais para um negócio: começar com quem, com que recursos, onde?. Simultaneamente, houve também aprofundamento da discussão sobre a importância da construção comum e coletiva do conhecimento sobre gestão, baseado na proposta “participativa” dos cursos realizados pelos usuários.

Um dos primeiros resultados do trabalho coletivo foi a encomenda, recebida em agosto de 2004, para produzir caixas e porta-copos destinados aos participantes de evento comemorativo da luta antimanicomial realizado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, a pedido de uma vereadora do Partido dos Trabalhadores em Belo Horizonte. A discussão central que essa encomenda gerou para os membros da Suricato foi a da distribuição do resultado financeiro obtido.

Entre aqueles associados havia os que desejavam que todo o “lucro” fosse destinado a pagar os que trabalharam e os que gostariam que a receita fosse totalmente destinada a um “fundo” (passando pelo problema de como saber quem receberia quanto – se pela quantidade de horas trabalhadas ou se pelo valor do bem a ser produzido); por fim, encontrou-se uma solução interessante: 30% dos recursos obtidos foram destinados ao “fundo” e 70% distribuídos igualmente entre os que trabalharam, independentemente de quanto cada pessoa ou grupo contribuiu (sabendo que 50% do trabalho concentrou-se no grupo de costura e 50% nos grupos de marcenaria e serraria).

Essa questão da distribuição coloca diretamente em pauta o problema da finalidade da Associação: se a formação de uma reserva financeira é importante para o desenvolvimento dos negócios, à medida que permite constituir o capital de giro necessário no presente e/ou no futuro, ou se deve haver retenção de parcela significativa dos recursos obtidos em uma operação comercial para um fundo de propriedade coletiva, que é o que está em pauta na Suricato. Isso transforma o planejamento do que fazer com tais recursos e em que momento fazer algo em um problema mais importante para o grupo do que a obtenção do lucro.

Esse é um dos dilemas mais significativos das organizações que, como a Suricato, se inscrevem no campo da chamada economia solidária: diante do objetivo de produzir condições materiais dignas de vida para trabalhadores que talvez nunca tenham participado formalmente do mercado de trabalho e que passam a controlar diretamente empresas ou “negócios”, como lidar com a possibilidade de agir conforme as regras mercantis capitalistas, produzindo lucro? Mister dizer que essa questão se coloca porque o lucro é o elemento determinante para a realização do investimento, sendo apontado como o motor dinâmico das decisões dos empresários capitalistas.⁹

Então, o que fazer: produzir para obter lucro ou produzir para gerar o bem-estar das e para as pessoas? O que a experiência da Suricato mostra é que esse não é um debate simples, sobretudo porque o que muitas vezes falta aos participantes dessa experiência associativista – bem como para os que participam de outras congêneres – é a percepção do seu lugar na ordem social capitalista. Assim, além da percepção de excluídos ou marginalizados pelo status da loucura ou da doença mental, o que é crucial é a percepção da subordinação e da subsunção a que estão submetidos exatamente por não serem proprietários do capital.

Ademais, voltando à questão do planejamento como estratégia de gestão, outro problema levantado pelos associados da Suricato revela um dos “nós” pelos quais esse tipo de associação está atado: como a produção de resultados financeiros depende de uma estratégia financeira e da adequada formação de preços que contenham esse valor adicional, qual é então o “preço justo”?

Assim, na medida que vêm se formando “técnica” e politicamente, os usuários dos serviços públicos de atendimento à saúde mental de Belo Horizonte incorporam novas questões ao repertório de ações que devem desenvolver para construir outro futuro. Ao longo desse processo, aprendem também a construir a gestão.

A experiência pedagógica e os pilares de um projeto emancipatório

As questões previamente apresentadas foram discutidas e observadas durante as aulas ministradas para os grupos que, desde 2001, passaram pelo Geracoop e ainda se encontram nele, e que foram meus alunos. Tais aulas tinham como objetivo a capacitação técnica em habilidades de gestão e pesquisa de mercado, como foi inicialmente definido, mas se concentraram basicamente na discussão sobre a relação entre trabalho, gestão e organização associativista. A abordagem escolhida para a realização dessas foi a combinação de exposição formal, de conteúdo técnico, e estímulo à participação.

O parágrafo anterior, talvez suficiente para resumir o que foram os cursos realizados com os usuários da saúde mental em relatórios oficiais,¹⁰ expressa, porém, algumas das dificuldades implícitas e explícitas da relação educativa que se estabeleceu em torno das aulas do Geracoop. Em primeiro lugar, pode-se salientar a própria questão da “metodologia” utilizada. Muitas pessoas que vêm mantendo contato com a experiência e que não pertencem ao mundo da educação ou do campo psi acham-na “interessante” ou “legal”; mas a admiração pela empreitada vem sempre seguida da pergunta: como é possível ensinar algo ou qualquer conteúdo para loucos? Afinal, são mesmo doidos, não são?

Essa pergunta impõe uma dificuldade que considero até certo ponto intransponível. Afinal de contas, chamar de louco ou de doido um “portador de sofrimento mental”, expressão politicamente correta, não seria incorrer em um deslize, em uma violência contra os sujeitos da ação educativa? Como não pertencço ao campo psi e, portanto, não posso emitir uma opinião “técnica” sobre o assunto, respondo com o que concluí desde que comecei a trabalhar com esse público (a despeito da discriminação e/ou do caráter pejorativo que recobre tais palavras): tem sido possível, sim, dialogar e ensinar algo a esses sujeitos, justamente por causa da sua capacidade de reflexão, o que os torna não mais ou não menos do que qualquer outro “estudante normal”, independentemente da maior ou menor lucidez que porventura portem.

Nesse sentido, concordo com a opinião de que não é simples ou fácil definir quem é o doente mental, já que essa definição lida não apenas com um fato, mas com as interpretações que se pode dar ao que se chama “doença”. Adicionalmente, o problema é que, do outro lado da descrição do que é “a” doença mental, localiza-se alguém que se afirma capacitado, legal e legitimamente, a codificá-la e a classificá-la, segundo juízos e valores que precedem o estado aparentemente “anormal” do louco (para uma abordagem dessa questão, consultar MILES, 1982).

Mesmo assim, é possível dizer que a natureza desses alunos impõe uma limitação à metodologia da aula; afinal, como tentar o diálogo e a transmissão de conhecimentos técnicos baseados nas premissas da racionalidade científica para quem não “possui razão” ou é “alienado”? Mais ainda, se a idéia de reflexão indica o uso da razão,

⁹ Sem desejar aprofundar essa discussão, é importante, porém, explicar que há uma abordagem do funcionamento dinâmico da economia, feita pelo economista polonês M. Kalecki, que conclui que a decisão de investir dos capitalistas é dominada pelo que ele chama de “mecanismo de lucro”. Assim, os empresários, ao realizar lucros, efetuam investimentos – e, quanto maior for o lucro obtido, maior será a quantidade de investimento realizado. Na verdade, o capitalista investe os lucros porque esse mecanismo, esse procedimento torna as finanças disponíveis mais facilmente. Todavia, como os lucros são o retorno do capital investido, então a questão central por detrás da decisão de investir é a distribuição da renda entre o capital e o pagamento do trabalho – o que faz com que os capitalistas queiram sempre reter maior parcela de sua receita na forma de lucro e rebaixar os salários.

¹⁰ Isso é que a um só tempo desse um caráter formal à existência do conteúdo, exprimindo-o até para fins legais, e o legitimasse como representação “técnica” ou “racional” do conteúdo.

então como aplicar essa capacidade (ou faculdade) a alguém que se afastou daquilo que pode ser considerado um estado normal dele ou dela?

Aqui entendo que a questão central é a da produção de um processo de aprendizagem e de ensino centrado no desenvolvimento da reflexão e da mobilização como mecanismos básicos da capacitação para a gestão. Mesmo porque, como sugerem Abreu & Masetto (1983), o processo de aprendizagem significa a capacitação cognitiva, a produção de mudanças atitudinais e a aquisição de habilidades. Nesse sentido, tão importante quanto as perguntas sobre a capacidade dos alunos e sobre os conteúdos que serão apresentados, é fundamental perguntar para que eles aprenderão.

Assim, além de buscar o desenvolvimento cognitivo dessas pessoas, o que interessou no curso sobre gestão para os usuários dos serviços de saúde mental da PBH foi o desenvolvimento delas como sujeitos, tanto individual quanto coletivamente. O que norteou as aulas – que em diversos momentos tiveram que abandonar os conteúdos previamente preparados ou então permanecer estacionadas em uma única questão que incomodava – foi o desenrolar de algumas habilidades em torno da gestão que permitam aprofundar a capacidade de relacionamento com o seu ambiente próprio e com a sociedade, relacionamento esse que será mediado pelo mercado.

Desse modo, quando muitas vezes nas aulas ouvíamos as perguntas sobre questões “práticas” – relativas à necessidade de cumprir com a hora do lanche durante a aula; à dificuldade que alguns que estavam (ou deveriam estar) medicados apresentavam em acompanhar não só o raciocínio como o ritmo da aula; à presença de alguém novo ou desconhecido do grupo e do seu “meio” social, etc. –, as respostas dadas por mim ou por algum dos alunos apontavam para como essas questões eram também parte do universo de problemas com os quais eles deveriam lidar na organização e com a organização que fundaram.

Outro problema, sempre presente, é o da ansiedade em torno da resposta tão esperada que também os moveu até o curso: “Quando vamos ganhar dinheiro?” O procedimento reflexivo diante dessa pergunta, sempre o mesmo, acabou por colocar essa questão como dependente de outra, mais ampla: “Como nos organizaremos para sobrepôr a busca do nosso bem-estar ao ganhar dinheiro?”

Esta última pergunta, que foi inicialmente respondida pela formação da Suricato, indica que os trabalhadores dessa nova experiência associativista estão buscando somar as habilidades cognitivas e atitudinais presentes nas aulas (e que permitem a transformação da sua condição de produtores diretos de mercadorias) com o desejo de desenvolver a capacidade de tomar as decisões sobre seu futuro como de fato suas, assumindo desse modo múltiplas responsabilidades políticas, sociais e individuais que os tornam infinitamente humanos.

Desde 2006 anos, os técnicos da Secretaria municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte e do Fórum Mineiro de Saúde Mental conduziram algumas articulações importantes voltadas para produzir uma compreensão melhor da experiência. Envolvendo distintas entidades e pessoas, houve uma aproximação maior com entidades públicas (a começar com outros atores da própria Prefeitura municipal), não governamentais e privadas que atuam (de alguma forma) no campo da economia solidária. Essa aproximação permitiu reforçar a idéia que a profissionalização da gestão é fundamental.

Contribuiu para essa percepção, também, a ocorrência de um problema de gerenciamento de recursos financeiros envolvendo um dos técnicos que desde o início vem acompanhando o grupo de usuários envolvidos com o projeto Suricato, um contabilista e o FMSM. Basicamente, a ausência de adequado registro de movimentação financeira e a desorganização da contabilidade da Suricato abriram uma crise de natureza institucional, com contornos pessoais, que acabou dificultando os diálogos entre os envolvidos no projeto.

Por outro lado, aquela idéia foi também fortalecida pela entrada na organização da Suricato de uma economista com mestrado em Desenvolvimento Sustentável, que vinha de uma outra experiência de organização da gestão de um empreendimento econômico popular solidário em Belo Horizonte.

De toda forma, a vinculação da Associação à economia solidária organizada gerou a possibilidade de abertura de uma loja, bem como o acolhimento de uma das oficinas, a de corte e costura, dentro do Centro Público de Economia Solidária da Prefeitura Municipal. Contudo, ainda persiste o problema da profissionalização do experimento, tendo em vista que a entidade não resolveu a contento seus problemas de regularização fiscal e extra-fiscal que a permitiria obter maior apoio dos governos federal e municipal, por exemplo.

Em princípio, a aproximação da Suricato com as organizações e com a discussão da economia solidária pareceu ser óbvia, mas desde 2007 alguns fatos reforçaram a necessidade de novamente pensar a trajetória. Dentre tais fatos podem ser ressaltados os seguintes: (1) as divergências nas formas de pensar a autonomia dos protagonistas da experiência Suricato encontradas entre os técnicos envolvidos com o projeto desde o início e entre eles e outros técnicos e apoiadores das entidades públicas, não governamentais e privadas; (2) as dificuldades de obter recursos próprios e/ou financiamentos a fundo perdido, tendo em vista que falta uma discussão aprofundada sobre o que a experiência até o momento de fato produziu; e (3) a percepção, cada vez mais clara, de que uma experiência como essa esbarra, para a construção de uma auto-gestão, na dependência de um tipo muito particular de assessoria, que combine as formações “psi” e de gestão econômica orientadas para uma nova percepção das possibilidades de realização da liberdade e do desejo humanos pelo trabalho.

Referências

- Abreu, Maria Célia de & Masetto, Marcos Tarciso (1983). O professor universitário em aula. 3. ed. São Paulo: MG Editores Associados.
- Antunes, Ricardo (1999). Os sentidos do trabalho; ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo.
- Bialakowsky, Alberto L. & Hermo, Javier Pablo (1995). ¿Puede la sociología del trabajo dar cuenta de las nuevas articulaciones laborales? Revista del Trabajo (Ministerio de Trabajo y Seguridad Social), Buenos Aires, 2(8), 13-27.
- Bichaff, Regina (2001). A percepção do usuário sobre o modelo assistencial. In Conferência Nacional de Saúde Mental, 3. Brasília, Caderno de Textos (pp. 160-167).
- Cattani, Antônio David (1997). Autonomia. In Cattani, A. D. Trabalho e tecnologia. Dicionário crítico. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Ed. Vozes.
- Cavani-Jorge, Ana Lúcia (2001). Um remédio contra a exclusão: maledetta follia? Uma revisão. Psicologia: teoria e pesquisa, São Paulo, 17(3), 211-223.
- Esping-Andersen, Gösta (1998). La transformación del trabajo. <http://www.lafactoriaweb.com/articulos/gosta7.htm> (consultado na internet em 21 de maio de 2000).
- Suricato (2004). Estatuto Social da Associação. Belo Horizonte.
- Lobosque, Ana Marta (2001). Hospitais psiquiátricos X serviços substitutivos: saberes em confronto. In Conferência Nacional de Saúde Mental, 3. Brasília, Caderno de Textos (pp. 54-58).
- Marx, K (1988). O capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural.
- Miles, Agnes (1982). O doente mental na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar.
- Offe, Claus (1989). Trabalho: a categoria sociológica chave?. Offe, C. Capitalismo desorganizado. São Paulo: Brasiliense.
- Pessotti, Isaias (1994). A loucura e as épocas. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Pinto, Carla (1998). Empowerment: uma prática de serviço social. Política Social – 1998. Lisboa, 247-264.
- Rottelli, F. & Amarante, P. (1992). Reformas psiquiátricas na Itália e no Brasil. Aspectos históricos e metodológicos. In: Bezerra, B. & Amarante, P. (Org.). Psiquiatria sem hospício. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Teixeira, Miguel Ângelo T (1998-1999). A evolução do PEQ em Minas Gerais – 1996 a 1999. Nauta, Revista Eletrônica, Belo Horizonte, 2, 59-94.
- Tenório, Fernando (2000). Psicanálise, configuração individualista de valores e ética do social. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, 7(1), 117-134.
- Tenório, F. (2002). A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceito. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, 9(1), 25-59.
- Valladares, Ana C. Afonso; Lappann-Botti, N. C.; Mello, R.; Kantorski, L. P.; Scatena, M. C. M. (2003). Reabilitação psicossocial através das oficinas terapêuticas e/ou cooperativas sociais. Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia, 5(1), 4-9.
- Vasconcelos, E. M. (2000). Reinvenção da cidadania, ‘empowerment’ no campo da saúde mental e estratégia política no movimento de usuários. Amarante, P. (Org.). Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz.

A dívida no modelo biomédico

Maria Teresa Silva
Estesl
teresa.denis@estesl.ipl.pt

Resumo: Por mais objectivo que o modelo biomédico se apresente, existe uma dimensão simbólica, relacional que o humaniza, ou seja, parece-nos que a desumanização não estará tanto no modelo mas na postura ética, ou relacional, que se imprime na cultura médica. É a forma como o médico se coloca perante o outro que objectiva, ou humaniza, a relação. Sempre que o saber médico se apresente na relação como algo que se dá, que se disponibiliza na relação interpessoal como uma dívida, nos termos de Mauss, podemos vislumbrar uma relação humana onde o doente recebe a dívida médica através do saber, da empatia, da compreensão e a aceita e recebe colocando-se ao seu dispor, aceitando e recebendo o diagnóstico e retribuindo com a confiança que manifesta no seu saber médico, no seu carisma, entregando-se nas suas mãos, confiando-lhe os seus males para serem tratados pela dívida. Com estas premissas, procuramos na subvisão do Instituto Dr. Gama Pinto, constatar manifestações da presença da dívida através da comunicação, de símbolos, de afectos, reconhecimentos, atenção, posturas, representações, no sentido do dar, disponibilizar alguma coisa de si, do ser solidário pelo prazer da relação altruísta. Pois a dívida apresenta-se sempre sem a certeza do retorno, da retribuição, apesar de se manifestar pela positiva, ela aceita a possibilidade negativa de não haver retorno, no caso em estudo esta situação acontecerá perante um corte relacional que não possibilita interacção entre os actores envolvidos, traduzirá uma relação fria, objectivada na doença, sem sujeito, onde o doente recebe um serviço e não uma dívida.

Este texto apresenta uma perspectiva da saúde alternativa ou complementar ao modelo biomédico. O paradigma da medicina ocidental assenta na análise de sinais clínicos objectivos, susceptíveis de explicar perturbações de ordem física seguindo uma abordagem estritamente racional de “desencantamento do mundo” nos termos de Max Weber, que não deixa margem à sensibilidade ou à manifestação de afectos.

A sociologia da saúde tem constatado, sobretudo, após a dualidade cartesiana do humano em corpo e mente, que a medicina tem centrado a sua abordagem no corpo, no organismo muitas vezes entendido como um conjunto de órgãos, ou quando se impõe a doença como a patologia, o sintoma ou a “peça” a reparar, ou até a substituir através do denominado modelo biomédico. Ou seja, nos termos de Le Breton (1998), a medicina é uma medicina de órgãos, e não uma medicina que trata a Pessoa.

Efectivamente, apesar das representações da doença serem múltiplas predomina a ideia subjacente ao paradigma anatómico que na sua leitura ontológica associa um sintoma a uma causa fisiológica tendo por base a expectativa de resolução do problema, com a ideia clara e unívoca do que é a saúde ou a doença, as causas e os efeitos. Assim, a medicina clínica reduz a Pessoa à condição de doente e apresenta a doença como uma entidade biológica universal que acaba por transcender o contexto social e cultural.

O campo da saúde alargou-se em múltiplas concepções e actividades onde o conhecimento científico incrementa uma medicina por especialidades, em que o “expert” sabe muito sobre a parte, e muito pouco sobre o conjunto nas suas diferentes dimensões. Para pensar a saúde é preciso um olhar que abarque a diversidade de pontos de vista, que permita compreender o sentido de cada um deles, bem como o da sua própria complexidade no sentido de facto social total. É preciso escutar e perceber o que cada um quer dizer quando fala de saúde, no sítio onde se fala e no momento em que se fala, permanecendo sensível e disponível a todas as variações de sentido, segundo as pessoas, os grupos, os locais, os momentos, a história ou a cultura.

Neste sentido, recorrendo a Marcel Mauss, perspectivamos a saúde como “facto social total”, dado que a complexidade de um fenómeno social não pode ser reduzida ao entendimento de apenas uma das partes constituintes, o cientista deve considerá-lo na sua totalidade, buscando esclarecer os múltiplos nexos e implicações que o constituem numa perspectiva sistémica e que vão para além da sua aparente utilidade ou função. Assim, a saúde ou a doença deixam de ser categorias estanques para serem vistas como um produto da vida social e cultural, buscando-se a sua compreensão no seio e nas categorias, em que tem lugar, não podendo haver uma leitura unidimensional mas multidimensional do estado ou da situação de doença.

Nesta perspectiva, a medicina biomédica não se pode apresentar como algo exterior ao campo social, não é possível conceber uma prática médica, terapêutica, de cura ou tratamento fora do campo social, a sua linguagem, a sua representação contempla problemas, complexidades e perplexidades que não se restringem à dimensão biológica, pensá-la de outra forma seria compreendê-la através de um discurso universal, atemporal e descontextualizado. A medicina ou a saúde, para existirem socialmente não podem ser reduzidas à racionalidade cartesiana pura e simples, pois uma teia simbólica, particular as envolve.

Para Marcel Mauss, a sociedade apresenta-se como um fenómeno relacional, incerto e aberto, fundado não por categorias abstractas, mas pela circulação contínua e paradoxal de obrigações comuns, de bens simbólicos e materiais que imbricam num movimento circular incessante, o social e o individual, o técnico e o cultural...

Esquecer isto é esquecer e transformar a medicina de natureza hipocrática numa medicina tecnicista, reduzindo o corpo humano à imagem de uma máquina e aniquilar a pessoa que habita e humaniza esse corpo. Efectivamente, a separação corpo/mente, objectivo/subjectivo afasta a dimensão humana, social, afectiva, psíquica da relação terapêutica. Mas será isto possível? Mesmo tendo por base o modelo biomédico com a sua centralidade no corpo físico será dispensável, ou possível aniquilar, eliminar a relação mais ou menos positiva que espontaneamente se estabelece entre duas pessoas, no caso Médico/Doente?

Graça Carapinheiro (1991) no seu texto “Médicos e representações da medicina” constata duas posturas médicas distintas, uma de cariz mais humanista e outra mais tecnicista. Apresentando-se a postura tecnicista ligada à dimensão técnico/científica do serviço especializado decorrente de uma importante infra-estrutura tecnológica. Contudo, a autora também constata que certos médicos de posturas mais tecnicista, devido à centralidade da especialização médica, “ procuram salvaguardar a qualificação médica e a unidade interna do corpo científico da medicina, considerando que a fragmentação provocada pela autonomização e institucionalização de domínios especializados em patologias ou em órgãos acarreta, de forma inevitável, a sua desqualificação e esvaziamento”. Esta postura analítica, acaba por apelar à conservação da ideia de vocação médica manifesta na dimensão humana da relação profissional traduzida na excelência do princípio ético de “servir o doente” manifestando-se a ideia de que o médico que se forma para tratar doentes, não pode ter receio da relação com o doente, o médico que manipula tecnologias pode ser um bom técnico, mas se é incapaz de falar com o doente – é um médico? O problema não está na tecnologia, mas na relação que é preciso redescobrir entre médico e doente quando a tecnologia se interpõe é preciso buscar o princípio ético “médico com o doente”, por oposição à agressividade tecnológica, ou do especialista, que às vezes se apresenta como que “contra o doente”.

Efectivamente, o modelo biomédico descaracteriza a medicina hipocrática na medida em que o enfoque do acto médico é na doença em detrimento da Pessoa. Contudo, dada a natureza particular da saúde, somos levados a pensar que por mais objectiva que seja a relação médico/doente, por mais centrada que esteja na doença, ela é sempre, e antes de mais, uma relação inter-pessoal, onde duas ou mais pessoas trocam palavras, mensagens, signos, olhares, ..., comunicam. Assim, por mais objectivada que esta relação se apresente, há, certamente, uma dimensão simbólica que extravasa qualquer objectividade, e aqui surge-nos a dádiva, modelo estritamente relacional, como possível elo humanizador do acto médico, pois não somos tratados apenas por um saber técnico, mas por alguém com rosto, com quem se estabelece uma relação positiva ou negativa.

Mauss procurou demonstrar que em todas as sociedades existe um sistema de reciprocidades de carácter interpessoal – sistema, que se expande ou se retrai a partir de uma tríplice obrigação colectiva de doação, de recebimento e de devolução de bens simbólicos e materiais que se apresentam em qualquer relação entre humanos através da tríplice obrigação de : DAR – RECEBER – RETRIBUIR. Ou seja, nos termos de Caillé (1988), a dádiva apresenta-se como uma prestação de bens ou serviços que se facultam sem qualquer garantia de retorno, alicerçados na relação interpessoal onde o laço ou a reciprocidade são mais importantes do que o bem ou o serviço.

O paradigma da dádiva encerra em si a dicotomia entre obrigação/liberdade ou interesse/desinteresse que nesta dialéctica não são inteiramente contraditórios, mas elementos constituintes do movimento incessante e ambivalente da troca de bens simbólicos ou materiais e permite a percepção quer da conflitualidade quer da partilha de expectativas.

Como refere Adolfo Casal (2005), a dádiva é, por excelência relação social, comunicação, reciprocidade, interacção, linguagem e símbolo. A dádiva propicia um território de relações sociais que lhe é próprio, um movimento de reciprocidade e de cumplicidades sociais, desenhando um espaço de interacção e de inter-subjectividade, rico em sentido e significado, e pobre em utilidade e interesse individual.

O modelo da dádiva, ou modelo relacional assente na reciprocidade, como tipo particular de interacção social, caracteriza-se pelo primado do dom no sistema de trocas, pela dívida e pela articulação harmoniosa entre obrigação e liberdade. Este modelo de acção que assenta na simplicidade, parcimónia, reciprocidade de uma moral humanista poderá, na nossa perspectiva, conjugar-se com a concepção e distinção entre direitos e deveres de obrigação perfeita e imperfeita. Ou seja, seguindo Rafael Marques (2003), como deveres perfeitos, temos todos os imperativos morais ou normativos que, por essa razão, se apresentam com clareza e precisão não dando margem para considerações ou ambiguidades, no pólo contrário surgem as obrigações e deveres de natureza imperfeita e tipo indefinido, que não encerram com clareza os limites e as condições sob as quais esse acto ético e humanamente louvável deve ser efectuado. Assim, o imperativo moral “tu não matarás” traduz um dever perfeito, dada a clareza da sua orientação, enquanto “tu farás tudo para que o outro viva” apresenta uma obrigação de dever imperfeito, implícita na ambiguidade do “tudo” que obviamente varia conforme a situação. Ou seja, os sistemas perfeitos encerram em si a compreensão dos actos que apresentam, defendem ou proclamam. Por sua vez, os sistemas imperfeitos concedem maior liberdade e latitude comportamental propiciando liberdade e campo de acção sem limites. Logo, as normas de reciprocidade generosidade, afectividade, amizade entram neste campo dos deveres imperfeitos e assumem um carácter mais problemático ligado ao campo das virtudes, cujo grau de exigência é sempre indeterminado e ilimitado.

Quando dois seres humanos se encontram e entram em interacção, criam laços que abrem espaço para que a dádiva ou a reciprocidade se manifeste. A natureza desta relação depende não só dos actores em presença, da situação e do contexto em que se encontram, mas também do conteúdo explícito, simbólico e intencional da sua comunicação.

Assim, podemos captar nos diferentes contextos de interacção, atitudes mais ou menos positivas ou fomentadoras do círculo da dádiva. Sendo que, manifestações de cariz negativo traduzem movimentos que nos afastam do interlocutor, através de comportamentos reactivos como a resistência, desconfiança, desacordo, contestação, afastamento, antipatia, agressividade condicionantes do círculo da dádiva. O que nos foi dado observar, no contexto da sub – visão, perante um doente que se apresenta distante, apático, não reage aos estímulos que o médico lhe dirige, apenas responde sim, não, o mesmo acontecendo com o filho, que o acompanha, paira no ar um descrédito evidenciado pela expressão: “tanto vejo com óculos como sem óculos”, quando o médico propõe uma operação às cataratas, ninguém se manifesta, instaura-se um silêncio que o médico corta na tentativa de expor, explicar a razão da cirurgia mas, perante o ar incrédulo do doente o médico acaba considerando: “ talvez seja melhor esperar mais algum tempo”. Ou seja, o médico percebe que não há motivação e tenta que, com o tempo, ela se manifeste, a dádiva fica em aberto - o médico teve a capacidade de interpretar, através dos sinais implícitos que não é o momento certo para agendar uma cirurgia, como mais tarde refere: “com um doente descrédito não é bom fazer uma operação” (r.12).

Por sua vez, acções de cariz positivo manifestam-se através da postura, do olhar benevolente que provoca o desejo de dar e de gratificar e que se traduzem por comportamentos e actos como a aquiescência, a adesão, a confiança, a simpatia, a amizade, a identificação e que se espelham através por exemplo, de expressões do tipo: “não te preocupes que já disseste muito”, “ parabéns está muito melhor”, ou “piore, não está”, após realizar qualquer exame, ou no caso da Sr.^a Ilda que tem um problema que a faz ver ao longe duas imagens, o médico havia-a

encaminhado para o colega do estrabismo que não detectou nada, assim, perante a falta de resposta da especialidade o Médico comenta, "não se preocupe alguma coisa haverá, alguma coisa encontraremos para a auxiliar"(r.8), o que demonstra claramente um reforço positivo, solidário de preocupação e interesse próprios da dádiva.

Estes são aspectos que, no contexto da relação médica, preenchem uma função terapêutica onde se conjuga a função e a representação que dela se apresenta no plano real mas também no plano simbólico, pelo que a dádiva no modelo biomédico, proporciona uma medicina científica racionalista e ao mesmo tempo humana, no sentido hipocrático sendo o que, por vezes, mais distingue os serviços, ou melhor, os cuidados de saúde. A mãe de um jovem com multidificiência, doente da sub-visão comenta: "Andei oito anos num Hospital, não trataram mal o Afonso, não fizeram nada de errado... mas, não sei... aqui sinto-me mais confiante, mais acompanhada. O Afonso aqui... é atendido de outra forma, é outra a atenção... Este Dr. é especial..." (conclui) (r.2).

Ora, a tecnologia, os meios são os mesmos, os saberes similares, o que faz a diferença são as pessoas, os laços que humanizam a relação biomédica e que estão na forma como se está com o doente, a postura, a atenção que se presta desde a recepção ao doente, momento que, pelo que nos foi dado observar no contexto da sub-visão, é claramente orientado e dirigido à pessoa que se vai chamar à sala de espera, pelo nome, se aguarda à porta e se acompanha até ao consultório, às vezes quando são quase cegos conduz-se o doente pelo braço, ou pela mão, assim se inicia a conversa (questionário clínico) através do cumprimento "como é que tem passado" ou algo do género.

Constata-se uma preocupação em criar um clima acolhedor, uma certa empatia que, segundo o médico Soares Pinho (2002), "pode exprimir-se mesmo no interior da vertente técnica, basta para o efeito, que o médico se mostre afectivo enquanto interroga e observa o doente, para isso não deverá precisar de representar; por princípio e à partida o médico deve por vocação sentir um interesse humano pelo seu doente, e não interpor entre os dois uma distância formal, uma barreira". Aspectos que, no contexto em análise, são notórios e frequentes sobretudo com as crianças com quem é mais difícil realizar exames ou mesmo interagir, pelo que se procura adequar a linguagem ao nível e aos seus interesses, do tipo "então o que gostas de ver na TV? Que jogos gostas de jogar no computador? E na escola, o que mais gostas de fazer, e onde gostas de te sentar?" - questões que envolvem a criança e transmitem informação sobre a acuidade visual ou outra. Na mesma linha é frequente o médico transmitir reforço positivo através da valorização e reconhecimento do empenho, envolvimento da família nas actividades como demonstra o comentário: "a Sr.^a devia escrever tudo isso, que me está a dizer, nem calcula a riqueza da informação"(r.13). Com outro doente, que não consegue ler, o médico aconselha o uso do computador e disponibiliza-se para explicar ao filho do Sr. como fazer para instalar e utilizar o software. Noutra situação, uma doente menciona a dificuldade em utilizar o multibanco, o médico disponibiliza-se para ir ver como se apresenta o multibanco da Caixa para depois encontrarem um truque que a possa ajudar (r.11). Estes são aspectos que demonstram, na nossa perspectiva, o interesse manifesto pelas pessoas, doentes da sub-visão, compreendidas como seres bio-psico-sociais.

Na hora da saída do doente, a despedida é mais ou menos formal conforme a proximidade com o doente ou com o médico, mas sempre com "muito obrigado", "boas melhoras", "até breve", ao que muitas vezes se juntam outras manifestações de afecto como o toque no braço ou no ombro tanto por parte do médico como por parte dos doentes. Numa situação, em que a doente precisava que o médico assinasse o formulário de transporte por ambulância, como não o conseguia encontrar devido a ver mal, o médico ajudou a doente a procura-lo (r16). Uma jovem que frequenta a consulta há mais de dez anos, despede-se com a expressão "adeus meu capitão" (r10).

Desta forma, aceitando os princípios científicos e a racionalidade do modelo biomédico, parece-nos que, a desumanização não estará tanto no modelo, mas na postura relacional que se imprime na cultura médica. Ou seja, é a forma como o profissional de saúde se coloca perante o outro, que objectiva ou humaniza a relação. Esta perspectiva analítica poderá ser a chave para uma medicina mais humana, a relação médica é uma relação especial no que concerne ao papel dos intervenientes. Parsons procurou perceber e caracterizar o papel do doente numa relação desigual, assimétrica, onde se afirma o saber/poder médico que na situação o doente deve aceitar, acatar como algo indiscutível, esta poderá ser uma linha de investigação, mas por agora aceitamos esta assimetria e perspectivamos que apesar dela ou na presença dela se pode manifestar a reciprocidade, a dádiva pelo empenho e interesse ou efectivação dos deveres imperfeitos.

Este campo de acção está claramente apresentado em "A Teoria dos Sentimentos Morais" de Adam Smith, quando refere que "a justiça é como a gramática da vida social, podendo as outras virtudes serem equiparadas ao estilo".

Pelo que, pode-se ser escritor, escrever correctamente mas faltar alma; pode-se ser pianista, tocar com todas as notas, mas faltar sentimento, classe; pode-se ser pintor, pintar, todas as paisagens mas sem verdadeira beleza. O problema é, que, tal como não é possível formular um preceito para garantir a elegância ou a beleza da peça, que se coloca perante a avaliação do público, também como, constata, na sua prática académica, João Lobo Antunes (2003), é difícil ensinar compaixão, diligência, sentido do dever, porque, na opinião do autor, "o juízo moral não é educável". Então, perguntamos, como será com aqueles que se situam para além da moral?

Desta forma, certamente, poder-se-á exercer medicina, raciocinar seguindo os postulados da ciência biomédica e faltar o tal carisma, o estilo, a vocação, a aura, o dom... nas palavras do Prof. "em cada acto médico

existe um elemento de interpretação, que define, como para um artista musical, um estilo de ser médico. Este assenta nos pilares do temperamento, do carácter, da educação, da cultura e da filosofia da profissão” (Antunes, 2003.p.106). Ou seja, na opinião do médico Cândido Martins (2002), não basta um espírito de geometria cartesiana racional e matemático; é igualmente necessário um espírito de fineza, uma expressão aprimorada, afectiva, entusiasmante, é preciso imprimir algo de si.

A acção médica assenta numa relação dual onde dois seres humanos se encontram e criam laços de reciprocidade através da troca de palavras, actos, posturas, diálogo, informações. Há sempre uma relação de troca que assentará no desejo de tratar e no desejo de se curar que deve culminar numa relação de confiança, disponibilidade, atenção, interesse, possibilitando que de objecto passivo o doente passe a sujeito activo pois, efectivamente, o conhecimento, a ciência são fundamentais mas, para que a alquimia da cura aconteça é preciso que o médico, sem deixar de racionalizar a doença, comungue com o homem, para que este comungue com o seu veredicto.

Este espaço de comunhão conduz-nos inevitavelmente ao legado de Bourdieu (1992) quanto à manifestação de interesse/desinteresse no seio das relações sociais. Tendo por base a ideia, a possibilidade de um acto desinteressado ou situado para além do interesse utilitarista, o autor vai aprofundar o sentido vulgar da noção de interesse através das noções de: “illusio”, “investimento” e “libido”. A noção de “illusio” – palavra latina derivada de ludus (jogo), significa estar investido no jogo, levar-se o jogo a sério (...) estar-se envolvido no jogo (...) que vale a pena jogar”.

Bourdieu ao analisar o campo das relações sociais através da significação de “illusio” enquanto interesse manifesto pelo facto de se dar, ou reconhecer, importância ao jogo social de que se faz parte, apresenta-nos a noção de interesse oposta, não apenas, ao desinteresse, mas também à indiferença, pois quem joga sem empenho ou intenção, não se apercebe do jogo, o jogo passa-lhe ao lado, é-lhe externo, pelo que “nem se move nem se comove”, é preciso querer participar, ter vontade, investir e estar investido no jogo. Assim, o sentido de investimento e de libido reforçam a noção de interesse, ou interesses, socialmente constituídos, relativamente a determinados espaços sociais bem como aos agentes em acção nesses espaços.

Aspectos, que detectamos nos seguintes relatos: “não quero couraçar-me, esta profissão é também emoção, não apenas técnica”; ou “é preciso investir nos doentes não os deixar à margem”; ou ainda, perante uma situação de uma criança pequena que não vê, nem reage aos estímulos luminosos a mãe, como reconhecimento pelo empenho, envolvimento, interesse do médico, refere: “quando ligo a TV ela olha”, ao que o médico responde “pois é preciso estar atento, é preciso continuar, a qualquer momento pode haver evolução” a mãe prontamente reforça: “há evolução Sr. Dr., eu sei que há evolução” (r6). Estes são relatos demonstrativos desse envolvimento, interesse de quem está empenhado de corpo e alma na situação.

Assim, através da “illusio” podemos dizer, que se manifesta o “espírito da coisa”, apresentado por Mauss, e que não é mais do que aquilo que a “coisa” contém da pessoa detentora da acção, esse “pequeno nada” que se destaca do sujeito, embora continuando a pertencer-lhe, é o valor de laço, a intenção, o investimento de si ou a troca simbólica subjacente à relação inter-pessoal.

Ou seja, a dádiva/dom manifesta-se através das relações de pessoa a pessoa, da pessoa comprometida na situação, comprometida consigo e com o outro, ela é mais do que um simples meio, o que circula, transporta esse elemento inerente à complexidade humana. Todo o dom é um dom de si e dificilmente pode ser tratado como dever perfeito ou moral. Como constata uma médica: “ser médico é o que fazemos, ou melhor, o como fazemos e como estamos na profissão e não apenas o que somos por diploma” (e1).

Então, na profissão médica, a dádiva manifesta-se não apenas pelo saber, pela “expertise”, mas sobretudo pelo estilo, pelo dom, pela atitude, pela forma como se aplica e disponibiliza esse saber no quotidiano do exercício profissional. Saber que, numa postura ética/humanista, se coloca ao serviço do outro, tomando o outro como um fim e nunca como um meio. No legado do médico Fernando Namora a medicina hipocrática solidificou-se como ciência, sem negar o papel da vocação, um dos tributos, segundo o médico, essencial à prática clínica, o médico enredado dos ensinamentos das ciências, e da inevitável especialização que o desenvolvimento técnico e científico lhe impõe terá que ser, antes de mais, um humanista.

Um médico que, nas palavras de um oftalmologista, “mantém o gosto pela assistência, o chamado médico que se forma para tratar, ou melhor, para ajudar os doentes. Acho que a medicina é uma profissão em que pode haver uma relação muito íntima com a pessoa e ajudá-la a viver. O nosso saber terá que servir para isso, para ajudar as pessoas a viver com as suas limitações, o Dr. Aldefonso tinha baixa visão, não via quase nada mas leu e escreveu até morrer é esta a nossa função ajudar as pessoas a viver e, quando nos apaixonamos por isso nunca mais nos libertamos. Tenho doentes que não sei o que lhes fazer, deviam estar na especialidade mas os colegas chutam-nos e depois sobra para a consulta geral, e, logo para mim, Os administrativos até dizem “o Dr. Gosta de ver doentes”. Mas, que hei-de fazer? Não atendo os doentes e, estes ficam sem consulta e depois, vão para as urgências? É preciso alguém que apoie e siga o doente. Aqui na sub- visão é preciso ter paciência e estar atento, sobretudo com as crianças, às vezes uma simples manifestação, é um sinal e pode fazer a diferença, se for aproveitado e estimulado.

Portanto há que ter paciência e persistência, não desistir dos doentes, que precisam de ser estimulados, nunca deixados ao abandono” (e.3).

Na opinião de João Lobo Antunes (2003) “a profissão médica pertence àquela classe restrita de profissões que neste mundo submisso podem ser consideradas como profissões para Homens (...) profissões em que é possível manter vivo o ideal de um mister, promover a liberdade intelectual, dar igual oportunidade à inteligência e ao carácter e receber o estímulo da dificuldade e o tempero do perigo, na consonância e no respeito pelo outro. Onde, o bem biomédico, o bem que podemos prestar através da nossa intervenção e que poderá modificar a evolução natural da doença, é secundário em relação ao conceito que o doente tem do seu próprio bem”(Antunes,2003,p.41).

Esse médico, tal como Parsons nos apresentou, precisa de ser alguém que detenha competência técnica /científica, mas também uma competência humanista, ou seja, a capacidade de fazer do seu tempo e da sua pessoa um dom ao serviço do outro – onde se conjugue a expertise científica de dom de cura e de dom de si e, neste dom de si poderá perspectivar-se a vocação médica assente na dádiva, na partilha solidária autêntica e não numa solidariedade remediativa, no caso médico, centrada no sintoma e na prescrição anti-somática cujo acto evidencia o poder/saber médico que o doente deve aceitar, acatar como imposição ou ordem, onde aquele que prestou o serviço não reconhece que deu nem que recebeu, isto porque, a relação ficou centrada, objectivada no sintoma, na doença não propiciando espaço para o desenvolvimento de uma relação interpessoal, a pessoa doente foi objectivada na doença e o médico apenas prestou um serviço igual a qualquer outro. “Na cama do hospital”, constata o Neurologista Nuno Lobo Antunes, “aquele doente, era como cliente em mesa de restaurante, servido com um sorriso de circunstância e o enfado de uma maçada”(Antunes,2008,p85). Ou seja, na opinião do psicanalista Ruben Alves, “este médico é uma unidade biopsicológica móvel, portadora de conhecimentos especializados, e que vende serviços”(Alves,2005,p.20). ora, a lógica mercantil assente no valor de troca simétrica interrompe o círculo da dádiva assente na liberdade da troca assimétrica ou na concessão de deveres imperfeitos.

Nesta caso, o dever cingiu-se à prestação de um serviço especializado, ao raciocínio matemático de leitura e interpretação de sintomas através do cumprimento dos deveres perfeitos inerentes à função médica e não conjugou a particularidade da dádiva médica no que concerne ao espaço de partilha solidária da relação interpessoal que no contexto da consulta médica se pode apresentar como favorecimento do afecto positivo, que permite atenuar os aspectos negativos das condições adversas, que não é possível eliminar da experiência humana em situação de doença. “É preciso”, nas palavras do Neurologista Nuno Antunes, “criar empatia, de alguma forma tomar a dor do doente, por algum tempo fazê-la sua, e, ao comungar o sofrimento, diminuí-lo” (Antunes,2008,p.52).

Este tipo de relacionamento exige competências sociais e humanas ímpares, exige uma atitude positiva perante a vida e uma grande disponibilidade afectiva e empática de modo a facilitar a expressão das emoções dos outros, esta partilha solidária quando experienciada de forma bilateral dá lugar à partilha social assente na reciprocidade, onde não há apenas um movimento que evidencie um acto, mas um movimento recíproco, onde se presta um serviço, cuidados, disponibilidade e, por isso, pela postura de abertura, se recebe algo em troca, da mesma ou de outra natureza, mas sempre do campo simbólico que aumenta a nossa auto-estima e humanidade. Este é, sem dúvida o movimento da dádiva assente na relação triangular Dar – Receber – Retribuir que proporciona e mantém vivas as relações interpessoais. Por vezes, assisti à entrega de pequenos presentes ao médico que são entregues e recebidos com prazer e gratidão, e que apenas, evidenciam e manifestam a presença da dádiva.

Um médico anestesista depois de ter consultado uma doente comenta: “o objectivo da visita era técnico era preciso “checar” o estado físico. Mas, a pessoa que está ali é mais do que um corpo, é um ser humano e está com medo, medo da dor, medo da morte, pois nunca se tem a certeza. A pergunta é sempre a mesma: Há riscos? - Aí, é preciso ser autêntico, verdadeiro. Sim, há riscos! - Mas andar de carro também tem riscos, e você, não anda de carro? Esta jovem continuava com ar apavorado. Já não sabia como acalma-la, então, tive uma iluminação mística. - Você acredita no Anjo da Guarda? - A jovem sorriu e respondeu: Sim, acredito! - Ótimo, então eu serei o seu Anjo da Guarda que estará ao seu lado a zelar pelo seu sono e a tomar conta de si; Ela ficou mais tranquila”(Ee1). Neste relato, temos um espaço onde a dádiva/médica esteve presente: o médico deu atenção, cuidados, disponibilidade e a doente recebeu-os confiando-lhe os seus receios e retribuindo com um sorriso, tranquilidade e serenidade.

A retribuição funcionou como feedback do propósito da acção, já que através da comunicação verbal e não verbal foi possível captar o estado de alma da doente e desta forma criar um clima de confiança que antes dos aspectos clínicos está na relação com o médico ou seja, esta confiança não é apenas no saber/conhecimento científico, mas no voto que o doente apresenta perante o médico, de se entregar a ele, nas suas “mãos”, o que para além de simbólico até, podemos dizer, remete para uma atitude de fé, de convicção e esperança.

No exercício profissional este médico aliou responsabilidade técnica com humanismo, interesse, empatia - na medida em que demonstrou, ter capacidade para compreender o que lhe é enviado, transmitido, devolvendo ao doente o sinal dessa compreensão empática. Este médico seguiu as recomendações de João Lobo Antunes (2003) quando refere que é “preciso aliar a firmeza à doçura, ser prudente nos métodos como nas palavras, desejar que as respostas traduzam segurança e serenidade de forma a acalmar o alvoroço que o rodeia. O que implica, quase por intuição, saber quando estar sério ou quando sorrir, quando tratar e quando ouvir, quando tocar ou quando apartar. De

acordo com o imperativo hipocrático do respeito pela pessoa Humana, o médico deve demonstrar bom humor e solicitude, respondendo com acerto às objecções, sem nunca perder o sangue frio perante as dificuldades que surjam ou as perplexidades perante a doença”(Antunes,2003,p.106). A confiança manifesta-se quando acreditamos em alguém ou em algum princípio, o que no pensamento de Simmel, exprime o sentimento do que existe entre a nossa ideia de uma pessoa e a própria pessoa, uma segurança e uma falta de resistência à rendição do ego.

Ou seja, recorrendo ao contributo de Giddens (1991), a confiança é apresentada como uma forma, um acto de fé, em que a segurança investida em resultados prováveis exprime um compromisso com algo mais, do que um simples entendimento cognitivo.

Assim, a confiança não é a mesma coisa que a fé na credibilidade de uma pessoa ou na fiabilidade de um sistema. É aquilo que decorre dessa fé. A confiança é precisamente o elo entre a fé e a segurança, e é isto que a distingue do “conhecimento indutivo fraco”. Este último respeita à segurança baseada numa espécie de domínio das circunstâncias que a justificam. Toda a segurança é, num certo sentido, confiança cega, produto do contexto em que a actividade humana é criada socialmente, não sendo dada pela natureza das coisas, das instituições ou dos sistemas pelo que, podemos dizer, que a confiança é fruto da dádiva, ou da passagem do dever perfeito ao imperfeito, como elucida a situação em que, perante um Sr. que fez operação às cataratas e que não está bem o médico, após ouvir o colega especialista da retina que fala em colocar uma cápsula, comenta: “é preciso ir com calma, primeiro vamos fazer outro exame, para ter mais certezas e depois, logo se vê está bem? – pergunta ao doente, este sorri, não percebe muito bem mas expressa a sua confiança dizendo: “o Dr. é que sabe o que acha melhor”, o médico perante as limitações do diagnóstico acrescenta “por agora não se pode fazer mais”(r.19).

Este sentimento de confiança, deve ser respeitado e honrado pelo médico com plena consciência da situação como constata Nuno Lobo Antunes, “a minha intuição sugeria uma doença rara, que o exame de diagnóstico confirmava, a satisfação intelectual era imensa por ter chegado a uma conclusão mas, a vaidade pelo diagnóstico difícil, mas certo convive com a vergonha, a consternação de impotência perante a mãe que me entregava a sua filha, entregava-me também a sua confiança, retribuiu com gratidão e afecto ao médico que impotente assistia, com a varinha-de-condão frouxa, impotente, inútil, ao seu lado à transformação da menina em pedra”(Antunes,2008,p.222). À confiança manifesta o médico responde com humildade e consternação, não da sua pessoa, mas da sua função...

Ou seja, segundo Erikson, a confiança nas pessoas é construída sobre a reciprocidade entre a reacção e o envolvimento, a fé na integridade do outro é a fonte primeira de um sentimento de integridade e autenticidade do “self”. A confiança nos sistemas abstractos proporciona segurança na fiabilidade quotidiana, mas pela sua própria natureza não pode oferecer, nem a reciprocidade, nem a intimidade, que as relações de confiança interpessoais oferecem.

No caso dos sistemas abstractos ou periciais, a confiança pressupõe fé em princípios impessoais, que respondem, apenas, através de deveres perfeitos, ora os actores sociais procuram mais, anseiam por contactos reais onde possam depositar confiança nas pessoas, produto da empatia, da solidariedade, da reciprocidade, ou seja da dádiva ou dos deveres imperfeitos.

O valor da confiança, tal como a dádiva não pode nascer de contratos formais, mas antes, da confiabilidade das relações interpessoais, da expectativa mútua das partes envolvidas, de que o parceiro devolva não a traição, mas a amizade, a solidariedade, a reciprocidade. A dádiva faz da confiança um dos primeiros bens simbólicos a circular a favor da validação da relação social. Como demonstra a passagem relatada por Nuno Antunes, quando o prognóstico, que havia sido negado pelos pais, se confirmou, o pai telefonou ao médico a comunicar-lhe que o seu prognóstico estava certo, a filha tinha morrido. O pai quis manifestar o seu apreço e restituir explicitamente a confiança à pessoa do médico, este por sua vez, “percebe em si um remorso confuso, a vontade de um abraço, fusão de humanidades” (Antunes, 2008, p.211) ou da dádiva em movimento.

Por vezes a desconfiança, a distância do doente ou dos familiares revela essa negação ou procura disfarçar o receio de descobrir verdades difíceis de enfrentar. Cabe, na opinião do médico, perceber mas não ceder, não ficar calado, o doente terá ouvido outro discurso e poderá começar a digerir a informação e a aceitar a realidade de outra forma. Como aconteceu, na sub-visão, com uma rapariga amblíope que pretende fazer um curso universitário sem ter em atenção as suas limitações visuais isto pela simples razão que ela não as aceita, ela nega o problema para si mesma o que se constata pela rejeição de usar óculos para trabalhar com o computador. O médico tenta consciencializá-la do problema dizendo: “repara filha qual é a forma como te sentes mais confortável!”(r.20). Tanto o médico como a mãe percebem o dilema mas não podem ajudar pois ela rejeita as ajudas, contudo o importante é passar a mensagem de disponibilidade e abertura de forma a estimular uma acção pró-activa no sentido de aceitar e investir em alternativas.

Estes comportamentos de negação da situação/problema, por vezes, conduzem tardiamente as pessoas ao médico, outras vezes o facto de não compreenderem a sua situação provoca afastamento dos serviços médicos por terem receio do veredicto. Assim a Sr.^a Amália, apesar de estar cega do olho direito e quase cega do olho esquerdo, esteve doze anos sem procurar consulta oftalmológica. Quando chega à consulta pretende uns óculos para ler, o que deseja é uma receita do tipo pré - fabricada ora, o que mais a ajudaria seria uma lente tipo “telescópio” mas, a sua

utilização, necessita de algum treino com a educadora da sub-visão, como não tem paciência para o treino de leitura não aceita o “telescópio” assim como também não aceita a orientação para a consulta de psicologia.

O marido, que a acompanha, apresenta um comportamento apático, não parece compreender o problema da mulher, ela não é cega é ambliope, questão que ela própria coloca ao médico para seu esclarecimento ou melhor, para esclarecimento do marido. Neste caso é notória a falta de reflexividade, de compreensão da situação/problema o que afasta a Sr^a das ajudas técnicas e humanas possíveis.

A utente procura a resposta anunciada pelo modelo biomédico no sentido da resposta imediata e dirigida para o problema, procura uma solução imediata no caso, uns óculos para ler e não percebe que há limites para a graduação que o seu olho pode suportar. O médico capta a ansiedade que a doente transmite pela postura, pelas perguntas, pela inquietação bem como o alheamento do marido e por isso receita os óculos possíveis e lá vai dizendo para voltar daí a seis meses, “é preciso não perder o doente” – comenta o médico mais tarde – “que precisa de primeiro aceitar a sua situação o que para acontecer necessita que o marido compreenda e apoie, estes problemas dos ambliopes são mais difíceis de compreender pelos outros do que a própria cegueira”(r.23).

Esta situação evidencia as dificuldades oriundas da medicina prescritiva que, aqui é desejada e estereotipada pela doente que procura, como por magia, algo que lhe permita ver melhor e da relação médico/doente que o médico teve que gerir não defraudando as expectativas da doente, sem deixar de registar os problemas psicossociais evidenciados.

A doente procura uma resposta objectiva, dirigida ao seu problema, mas foi possível através do espaço relacional em que se desencadeou a acção, captar os desejos, anseios, ansiedade, angústia, incompreensão que pesam sobre a doente. Este médico ao estar atento aos sinais que transmitem esses “males” que vão para além da ambliopia responde como pode procurando manter o contacto com a doente na esperança que noutra altura tanto ela como o marido estejam disponíveis para poderem ser ajudados, a dádiva está em aberto.

Curiosamente, nesta situação a objectivação no problema esteve mais na postura da doente do que na do médico, dado que, este procurou envolver a doente na melhoria da sua qualidade de vida reconhecendo as dimensões inerentes à pessoa, colocando ao seu dispor as valências disponíveis no serviço de sub-visão, a doente é que não deu abertura para que isso acontecesse.

Assim constatamos que, apesar do modelo biomédico se centrar na doença a atitude do médico pode fazer a diferença, ou seja, por mais objectivada que esteja a relação na doença há sempre espaço para a relação interpessoal, que antes de mais, é o momento onde duas ou mais pessoas trocam palavras, olhares, signos, etc., assim por mais objectiva que a relação se apresente, há, certamente, uma dimensão simbólica que extravasa qualquer objectividade e que é preciso não descurar.

É preciso criar um espaço onde o desejo de curar / tratar / cuidar esteja presente o que não é fácil pois cada caso é um caso, cada situação é uma situação, cada pessoa é uma pessoa pelo que não há nem pode haver receitas de como comunicar de como comportar-se, de como manifestar disponibilidade, atenção, interesse, deveres que, não se decretam nem se aprendem num manual de boas intenções. É preciso convicção para comunicar com o doente, fingir não ilude nem convence ninguém e a realidade por vezes é dura.

A técnica, qualquer que seja a sua performance, a sua sofisticação não pode abolir o sujeito sofredor, a pessoa, nem substituir-se à troca humana da relação terapêutica. Ela é um valor acrescentado, não um fim em si. Qualquer acto técnico isolado do seu contexto, não terá grandes hipóteses de sucesso, as figuras míticas que o enfermam são tão importantes quanto as ferramentas que o autorizam. Assim funcionam as ajudas técnicas ou até os pequenos truques ou pequenos instrumentos que o doente, com a ajuda ou sugestão do médico, constrói para o facilitar nas actividades quotidianas, como ilustra o exemplo de uma mesa de leitura construída por um pai, por indicação do médico, para ajudar a filha a ler; ou o Sr que para cultivar batatas espeta uma estaca no local para identificar a batateira; ou o acetato amarelo que corta a luminosidade e ajuda na leitura, ou o fundo negro que outros preferem para ler; ou ainda o “jogo” com a intensidade da luz.

Efectivamente, para tratar ou cuidar não basta a técnica. É necessário algo mais, um desejo, vontade, convicção sem isso nada é possível. O médico que não possui estas qualidades, ou que já as perdeu não ilude na sua “mestria”.

No centro da dádiva médica está esse desejo de ajudar os outros, o sentido do dever e da responsabilidade, da abertura e disponibilidade ao outro que no limite do idealismo poderá tocar o conceito de sacerdócio, que pressupõe a entrega total à causa ou à profissão. No caso médico, este, na nossa óptica, poderá colocar-se perante o não facilitismo de entrega aos sintomas, no discurso de um médico registei: “o ofício de um médico nunca há-de desempenhar-se resolvendo equações, há demasiados imponderáveis. Contudo, também não se pode ceder demasiado depressa à inspiração, é preciso ponderar, duvidar, questionar. Ontem, há noite, examinei uma senhora, mas não fiquei satisfeito com o diagnóstico; pensei no assunto toda a noite, esta manhã, telefonei ao marido: traga-me a sua mulher, quero voltar a vê-la, examinei –a e duas horas depois estava na mesa de operações. Não sei se a salvei, mas tenho a certeza de que estaria morta se nos tivéssemos atrasado. Há que desconfiar de tudo, em particular de nós próprios. É a dúvida, esta exigência, o bem mais precioso que a ciência nos trouxe não basta observar a natureza é

preciso interroga-la” (Ee.2). Esta inquietação, este levar para a almofada o problema, o diagnóstico que não se clarificou revela, a nosso ver, esse espírito de sacerdócio e a passagem dum dever perfeito a imperfeito.

Na nossa profissão, comenta outro médico, “declarar exaustão, cansaço, soa ao doente como o tinir de uma moeda falsa, um álibi que nega a própria essência de uma profissão que por princípio se reveste, ou deve revestir, de um sentido de missão. Uma vez, a minha sobrinha mais nova estava adoentada a minha irmã telefonou, mas não me pareceu nada urgente, quando, dias depois, a minha irmã voltou a telefonar aflita percebi que o caso era grave – tratava-se de uma meningite – mais tarde, quando tudo já estava resolvido, a minha irmã disse-me: porque é que não apareceste quando te telefonei a dizer que ela tinha febre, podia ter-se evitado tudo isto...?” (Ee.3).

O relato deste médico é demonstrativo do que todos esperamos da dádiva médica e do que somos capazes de transmitir, sem termos a consciência da dureza da situação vivenciada pelo médico com alma, que, quando por razões diversas deixa cair esse sentido do dever, esse espírito de missão, pode deixar amargura, mágoa para todo o sempre como confirma Nuno Lobo Antunes, quando partilha connosco a consternação de um dia em que, poderia ou não, mas, deveria ter feito mais alguma coisa: “O homem sentado na maca da urgência estava ardendo em febre, confesso que estranhei as pernas bamboleantes, frouxas, sem tonos. Mas, de pronto descartei a impressão, cheguei-a para o lado, pu-la na borda do prato, argumentando em conversa interior, que a suspeita apenas intuída, não fazia sentido perante o diagnóstico já confirmado. Há noite a enfermeira ligou-me para dizer que as pernas do doente estavam a ficar paralisadas. Ora, o cansaço era muito, descortinei razões lógicas para o achado, tudo o que justificasse não me levantar e de novo interromper o sono. Ficou no entanto a inquietação, a angústia sublimar, e de manhã, antes que o Sol nascesse, fui observar o meu doente. Em pânico confirmei que estava paraplégico. Não havia cansaço que justificasse a minha atitude, tinha sido alertado e fiquei na cama, felizmente, para mim, os exames não mostraram nada que pudesse ter impedido aquele desenlace” - o campo do dever perfeito, do fazer normalizado não foi molestado – “Contudo”, continua o médico, “quando meses depois encontrei o doente na rua em cadeira de rodas, estremei ao pensar no que seria aquele encontro se pudesse ter feito algo para evitar a tragédia”(Antunes,2008, pp.190).

É que, a dúvida, quase culpa, prevalece na mente destes médicos que não conseguiram fazer a passagem do dever perfeito ao imperfeito, em medicina, nada é supérfluo, e o campo dos deveres imperfeitos confunde-se com os perfeitos, como comprova o relato do médico A. Pinto, “No meio da auscultação a uma carótida fui surpreendido por um sopro, Estremei emocionado – voltei a auscultar a carótida para acabar com qualquer dúvida – era mesmo um sopro! Tratava-se de uma situação urgente. Contactei um colega, que me aconselhou, a orientar a doente imediatamente, para o seu serviço. Mais tarde o meu colega telefonou e perguntou-me: ouviste mesmo um sopro?

- Sim ouvi. Porque?

- Porque agora já não se ouve. Mas se tu ouviste vamos avançar e fazer uma arteriografia.

O diagnóstico confirmou-se. O cirurgião, que operou a minha doente, apresentou o caso clínico, no serviço onde trabalhava, como um exemplo raro de um doente que teve a felicidade de encontrar um generalista que lhe auscultou a carótida”.

“Insisto” - salienta o Médico – “a existir algum mérito, ele não reside no diagnóstico em si, mas na execução de um acto clínico em toda a sua latitude. E na nossa perspectiva, na recusa da medicina sintomática que, no caso em apreço, conduziria a um diagnóstico, vago, embora verdadeiro, de acidente vascular cerebral e que correspondia ao dever perfeito da intervenção médica, do tipo “a mais não sou obrigado” (Pinto,2002, p.190,191).

Este médico conseguiu ir mais além, pelo que o mérito estará nessa passagem do dever perfeito a imperfeito, nessa capacidade de se emocionar sem deixar, obviamente, de fazer o que tem de ser feito, na capacidade de aliar emoção, lágrimas no olho e clareza de raciocínio ou firmeza no bisturi, contudo, esta aliança entre tecnicismo e humanismo esta passagem de deveres perfeitos a imperfeitos obriga a que os médicos que não querem abdicar da sua vocação tirem do seu coração e do seu tempo os recursos necessários à humanização da medicina, isto exige-lhes em esforço suplementar no momento em que a sua tarefa se sobrecarrega no plano técnico. Estamos perante alguém que tem de passar constantemente do terreno dos factos ao dos sentimentos, e permanecer receptivo a todas as novidades de domínio técnico/científico e a esse ser sempre diferente que é a Pessoa doente.

Ora, constata, outro médico: “esta profissão é de loucos que correm o risco de deixar uma boa parte da sua saúde e da sua vida familiar, social e cultural pelo caminho. E, nestas circunstâncias, prejudicado no seu equilíbrio psíquico e tenso, fatigado poderá continuar a ser um bom médico? Tudo isto conduz inevitavelmente a um embotamento da nossa sensibilidade, à incapacidade de se identificar com o doente, o seu sofrimento banaliza-se e a relação desumaniza-se. Lembro-me de uma recomendação de um tio médico que quando comecei a exercer medicina me disse - não te esqueças que a morte é parte integrante da vida. Tens de endurecer um bocado, couraçar-te contra emoções excessivamente fortes - Percebi, e percebo, hoje a mensagem mas continuou a não querer couraçar-me, a nossa profissão é também emoção, não apenas técnica perfeitamente dominada, eu quis e quero ser médico não um simples praticante de medicina” (Ee.5).

Mas, então, o que se pede à vocação/dádiva médica é que este seja do tipo “super-homem” que não pode ficar cansado ou dormir a sono solto, ter problemas existenciais ou familiares? Pois, como refere o médico, “esta

carreira é um verdadeiro sacerdócio, acabamos por perceber que temos sempre a basta vestida e aceitar a ideia, eu próprio me apercebi disso bem tarde. A minha mulher ajudou-me durante anos. Um dia, cansou-se. Coabitamos hoje para salvar as aparências e pelos filhos. Cada um faz a sua vida, perdi-a... há alguns anos, fiz uma opção sem a mínima dúvida, hoje já não tenho a certeza absoluta de ter sido a correcta. Olhe aconteceu-me num almoço de Natal com toda a família presente o telefone tocar e, era a vizinha de uma doente, que vivia sozinha, a comunicar-me que a tinha encontrado caída e sem sentidos. O que fazer, o dever chamava-me e ali, a família, as crianças reclamavam a minha presença. Cedi à medicina, não conseguia ficar, não podia trair a confiança da minha doente, mas não consegui fazer com que os outros percebessem...” (Ee5). Aqui, estamos claramente, perante a concretização dum dever imperfeito, do espírito de sacerdócio na sua plenitude. E que nos deixa perplexos perante tal humanidade, onde a dádiva, a dedicação, a vocação se sobrepõe à sua própria identidade havendo claramente uma fusão entre o papel e a própria identidade ilustrada pelo sentir a “bata sempre vestida”. Ou seja, estamos perante alguém que não desempenha o seu papel profissional apenas como uma função institucionalizada mas, pelo contrário, o papel confere-lhe uma identidade a que se ajusta inteiramente como forma de vida.

Estes médicos - falam em confiança, reciprocidade, intuição, sentimentos, emoção ... Ora, o próprio Descartes – nas cartas trocadas com a princesa Elisabeth, apresenta a medicina como uma ciência do homem uma “medicina que introduz um novo ponto de vista na consideração da vida, que não é, então, simples acontecimento de um corpo extenso dotado de propriedades físico – geométricas, mas uma experiência subjectiva à qual se liga indissociavelmente uma tonalidade afectiva”.

Curiosamente, este Descartes está em consonância com António Damásio (1996), quando refere que as emoções e os sentimentos podem não ser de todo uns intrusos no bastião da razão, podendo encontrar-se, pelo contrário, enredados nas suas teias, para o melhor e para o pior.

Enfatizando o autor que, “certos aspectos do processo da emoção e do sofrimento são dispensáveis à racionalidade, no que têm de melhor, os sentimentos encaminham-nos na direcção correcta, levam-nos para o lugar apropriado do espaço, da tomada de decisão, onde podemos tirar partido dos instrumentos da lógica”.

Podemos então, na nossa perspectiva, ver no acto médico uma conjugação entre um “feeling” e um raciocínio, se por um lado temos a razão, a lógica, a atitude científica do médico do outro temos o instinto, o dom, o denominado olho clínico, que alia o conhecimento com os sentidos e do qual deriva uma certa presteza, segurança de juízo e de avaliação. Ou seja, em medicina, tudo, ou quase tudo depende do olhar, da dádiva/dom, do instinto, do estilo, da intuição, as certezas encontram-se mais nas próprias sensações do artista do que nos princípios da arte. O neurologista Nuno Lobo Antunes constata: “a minha arte de médico vem da capacidade de sentir, o que sem palavras me dizem os doentes, a expressão do rosto, um gesto, uma lágrima, por vezes, são mais eloquentes que mil palavras. Quando trabalhei em Nova Iorque, os colegas surpreendiam-se com a forma latina de tocar os outros, com menos pudor, mais a descoberto, mas é tanto o que se pode dizer quando simplesmente se dá a mão, Virgínia Woolf lamentava a pobreza da língua quando se tratava de descrever a dor física” (Antunes,2008,p.90)

Foi este despudor dos afectos que permitiu a este médico confessar em livro, “Sinto Muito”. Expressão que, na opinião de António Damásio, não significa o mesmo que “lamento” já que esta é uma expressão formal de lástima, a outra acentua um sentimento devastador de perda. E assim, continua o autor, deixa que o seu coração se pronuncie, que se liberte a sua voz, que seja conhecida a sua humanidade. E na verdade, a alma fala – conclui o autor.

Voltamos, então, ao artista, ao estilo, ao dom, à “illusio”, às emoções que possibilitam que o médico comunigue com o Homem sem deixar de racionalizar a doença e, desta forma humanizar a medicina biomédica.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, Rubem (2005), *O Médico*, São Paulo: Papyrus.
- Antunes, João Lobo (2003), *Um modo de ser*, Lisboa: Gradiva.
- Antunes, Nuno Lobo (2008), *Sinto Muito*, Lousã: Verso de kapa.
- Bivar, Fernando, (org), (2003), *SUB-VISÃO: Retalhos de Saberes na Reabilitação Visual*, Loures: LUCIÊNCIA – Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Bourdieu, Pierre, (1992), *Réponses*, Paris: Seuil.
- Bourdieu, Pierre, (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel.
- Caillé, A. (1989), *Critique de la raison utilitaire*, Paris : La Découverte.
- Caillé, A. (1997), *A demissão dos intelectuais: a crise das ciências sociais e o esquecimento do factor político*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Caillé, A. (1988), *Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o Paradigma da dádiva*. *Revista Brasileira de ciências sociais*, São Paulo: Anpocs.
- Caillé, A. (2000), *Antropologie du don: le tiers paradigme*, Paris : Desclée de Brouwer.
- Carapinheiro, Graça (1991), *Médicos e Representações da Medicina*, In *Sociologia Problemas e Práticas*.
- Carapinheiro, Graça (org.) (2006), *Sociologia da Saúde : Estudos e Perspectivas*, Coimbra: Pé de Página Editores.

- Cardoso, Adelino, & Ferreira, Maria Luísa (2001) , Medicina dos Afectos, Oeiras : Celta.
- Casal, Adolfo Yáñez (2005) Entre a Dádiva e a Mercadoria. Ensaio de Antropologia Económica, Lisboa : Edição do Autor.
- Damáσιο, António R. (1996), O Erro De Descartes, MemMartins, Gráfica Europam.
- Foucault, M. (2000), Naissance de la clinique, Paris: Puf.
- Gadamer, Hans-Georg (1993), O Mistério da Saúde – O Cuidado da Saúde e a Arte da Medicina, Lisboa:Edições 70.
- Gidens, A. (1992), As consequências da Modernidade, Oeiras: Celta.
- Godbout, J e Caillé, A. (1992), O Espírito da Dádiva, Lisboa: Instituto Piaget.
- Goffman, Erving, (1988), Estigma, Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada, Rio de Janeiro: LTC.
- Jonas, Hans (1994), Ética, Medicina e Técnica, Lisboa : Editora Vega.
- Karsenti, B. (1994), Marcel Mauss, Le fait social total, Paris: Puf.
- Le Breton, D. (1998), Des affects comme symboles, Paris: La Découverte.
- Marcel, O. (2001) Technoscience et thérapie: la médecine et l'imaginaire social, Paris: Puf.
- Marques, Rafael (2003), Os fundamentos de uma ética amoral. A sociedade da reciprocidade, In Martins, H., & Garcia J., Dilemas da Civilização Tecnológica. Lisboa: ICS..
- Martins, Paulo H. (2002), A Dádiva entre os modernos, Petrópolis: Editora Vozes.
- Martins, Paulo H. (2003), Contra a Desumanização da Medicina, Petrópolis: Editora Vozes.
- Mauss, M. (1950), Ensaio Sobre a Dádiva, Lisboa : Edições 70.
- Mauss, M (1999), Sociologie et anthropologie, Paris: Puf.
- Morin, E. (1990), Introduction à la pensée complexe, Paris: ESF Editeur.
- Moscovici, Serge (1989), Des Representations Collectives Aux Representations Sociales, Paris: Puf.
- Mota, Teresa Gomes (2004), Do outro lado da bata, Lisboa: Bico de Lacre
- Paim, J.S. & Almeida Filho, N. (2000), A crise da saúde pública no Brasil: e a utopia da saúde colectiva, Salvador: Casa da Qualidade Editora.
- Pinho, A. Soares (2002), Médicos, Doenças e Doentes, Porto: Campo das Letras.
- Pinto, José Madureira (1994), Propostas Para o Ensino das Ciências Sociais, Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa (2000), A crítica da razão indolente, Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa, (1989), Introdução a uma Ciência Pós- Moderna, Porto: Afrontamento.
- Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (org), (1986), Metodologia das Ciências Sociais, Porto: Afrontamento.
- Singly, François (2003), Uns com os Outros quando o Individualismo cria laços, Lisboa: Instituto Piaget.
- Velho, Gilberto (1988), "Observando o familiar", In Edson de Oliveira Nunes (org), A Aventura Sociológica. Objectividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

A educação problematizadora de mulheres no puerpério. Um caminho rumo à cidadania

Mariza Silva Almeida
Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
marizaal@yahoo.com.br

Filipe Tiago Barbosa dos Santos
Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
zheios@gmail.com

Wanderlene Moreira de Souza
Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
wan_derlene@yahoo.com.br

Edméia de Almeida Cardoso Coelho
Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
edmeia@ufba.br

Maria José Souza Silva

Maternidade Tsylla Balbino / Secretaria de Saúde do estado da Bahia
zvital@oi.com.br

Isa Maria Nunes
Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
isam@ufba.br

Fernanda Santos Barreiros
Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
fernandabarreiros@hotmail.com

Daniela Pereira de carvalho
Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
danielapcarvalho@hotmail.com

Jeane Freitas de Oliveira
Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia
jeanefo@ufba.br

Resumo: Trata-se de um estudo descritivo no qual relatamos a experiência com o objetivo realizar atividade educativa com mulheres que se encontravam internadas em unidades de alojamento Conjunto de uma Maternidade Pública de Salvador-Bahia, Brasil, possibilitando fornecer-lhes ferramentas para o seu autocuidado e para o cuidado de sua criança. Utilizamos metodologia participativa a partir de experiências concretas das próprias mulheres. Os grupos eram compostos de 6 a 12 mulheres, no período de novembro de 2007 a março de 2008, num total de 180 participantes. A equipe de execução foi composta por professoras, enfermeira da unidade e estudantes de Graduação em Enfermagem. Buscamos fazer aflorar o conhecimento das mulheres, a respeito do cuidado com seu corpo e com a sua criança durante o puerpério, suas dificuldades, facilidades, informação, desinformação, medos, ansiedades, desejos, necessidades, condição de saúde, entre outros, alertando para a sua própria necessidade e para a de outras mulheres. Ao finalizar cada atividade educativa, percebíamos as mulheres demonstravam interesse, envolvimento e satisfação com o movimento e quebra da monotonia ao afirmarem que tiveram a oportunidade de refletir sobre a importância do puerpério e do autocuidado e dos cuidados com sua criança, o que as faz sentirem-se mais seguras em relação ao seu próprio cuidado e com os cuidados com o RN.

Introdução

O período puerperal tem início após o parto, com término impreciso, durante o qual se desenrolam todas as modificações necessárias ao retorno do funcionamento do organismo da mulher, ao estado anterior à gravidez. É um período de importantes adaptações para a mulher e para seu companheiro frente a chegada de um novo membro da família (REZENDE, 1998; BARROS; MARIN; ABRÃO, 2002).

O fato de o tempo de permanência das mulheres nas unidades de internação ter sido gradativamente diminuído — atendendo à lógica da racionalidade de custos e da prevenção de infecção hospitalar — pode mostrar o pouco interesse e importância dados pelos gestores ao período imediato ao parto, indicando que a gravidez, chegando ao seu termo, a função principal da reprodução, papel para o qual a mulher foi preparada, já se cumpriu. Por outro lado, esse período de tempo pode dificultar o desenvolvimento de atividades sistemáticas de educação e informação em saúde, interferindo no aprendizado da mulher e em sua capacidade de se autocuidar (ALMEIDA, 2005).

Na prestação de cuidado à mulher e ao recém-nascido (RN), nosso sistema hospitalar conta com o Alojamento Conjunto (AC) no qual o RN sadio permanece 24 horas, ao lado da sua genitora desde o nascimento num mesmo ambiente, até sua alta. Esse sistema possibilita a prestação dos cuidados assistenciais e orientação à mãe para seu autocuidado e para o cuidado com seu RN (BULHOSA, SANTOS, LUNARDI, 2005).

A indicação desse modelo de sistema hospitalar tem como fundamento a possibilidade de intercâmbio biopsicossocial entre a mãe, RN e familiares; favorecer precocemente o aleitamento materno, diminuir o risco de infecção hospitalar e dar condições à equipe de enfermagem de instrumentalizar a mãe para seu autocuidado e de sua criança entre outras vantagens. (BRASIL, 1993)

O sistema de AC além de prestar cuidado à mulher e ao RN deve permitir-lhe ser participante do seu processo, o que lhe favorece a ter maior segurança e conforto. Para viabilização do seu importante caráter educativo necessita, considerar o conhecimento, vivências e experiências da mulher, incorporando a participação do pai nesse cuidado (BULHOSA, SANTOS, LUNARDI, 2005). Desse modo, para que o serviço de AC alcance a finalidade almejada, a enfermagem necessita compreender a importância de atividades educativas, considerar a necessidade de saber da mulher, a vontade de aprender e então, oferecer-lhe orientações com base no seu interesse e motivação, de modo a construir conhecimentos que lhe dê segurança e tranquilidade para cuidar de si e de sua criança, devendo contemplar além do respeito às crenças, valores e conhecimentos adquiridos, o reconhecimento da mulher como

protagonista do evento do parto e do nascimento. Face a essas considerações objetivamos realizar a atividade educativa com mulheres que se encontravam internadas em unidades de alojamento Conjunto de uma Maternidade Pública de Salvador-Bahia, Brasil, possibilitando fornecer-lhes ferramentas para o seu autocuidado e para o cuidado de sua criança.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo no qual relatamos a experiência de atividade educativa no puerpério, mediante metodologia participativa e espaço de criação e de construção coletiva para um saber transformador, a partir de experiências concretas das mulheres.

Sendo a educação em saúde um componente do cuidado de enfermagem, procuramos garantir a participação efetiva das mulheres garantindo-lhes o direito de expor suas dúvidas, angústias e ansiedades, em um ambiente propício à escuta, possibilitando-lhes a ter autonomia no processo de decisão e escolha quanto a essa aprendizagem.

O desenvolvimento da atividade teve como etapas progressivas, o aquecimento, o uso de estratégias facilitadoras que expressassem o pensamento, a troca de experiências, a análise e a articulação com o contexto (CARNEIROAGOSTINI, 1994).

Utilizamos atividade educativa como metodologia participativa, que por meio de estratégias facilitadoras como a dinâmica de grupo, discussões grupais, uso de cartazes entre outros recursos; demonstração prática de ordenha manual e de alguns cuidados com o RN, lançando mão de exercícios de respiração e relaxamento tendo a música como suporte, o que permitiu a reflexão, discussão das vivências, identificação e compreensão de temas de interesse das participantes.

A atividade foi desenvolvida com mulheres que se encontravam no puerpério, internadas em unidades de Alojamento Conjunto de uma maternidade pública de Salvador, Bahia. A equipe foi composta por professoras, enfermeira da unidade e estudantes do Curso de Graduação em Enfermagem da UFBA, e que já tinham cursado a Disciplina Enfermagem na Atenção à Saúde da Mulher.

Entendendo que a finalidade da atividade educativa é contribuir para o processo de conhecimento, tivemos como pressuposto de que as mulheres detêm conhecimento acerca do seu corpo, resultante não só de experiências pessoais, mas também, da convivência com outras mulheres frente as suas necessidades no puerpério.

Buscamos fazer aflorar o conhecimento das mulheres, a respeito do cuidado com seu corpo e com o seu RN durante o puerpério, suas dificuldades, facilidades, informação, desinformação, medos, ansiedades, desejos, necessidades, condição de saúde, entre outros, alertando para a sua própria necessidade e para a de outras mulheres, encerrando com avaliação final.

O interesse por essa atividade surgiu da longa experiência das docentes, as quais verificaram que, em razão da alta rotatividade e da alta precoce, muitas mulheres encontravam-se desinformadas e desinstrumentalizadas, necessitando de orientação para cuidarem de si e do seu RN.

O desenrolar da atividade educativa

Os grupos eram compostos por um total de 6 a 12 mulheres que se encontravam internadas em unidades de Alojamento Conjunto, após parto normal e cesariana e que aceitaram livremente participar da atividade (totalizando 180 mulheres).

A atividade foi desenvolvida no turno vespertino, em dias alternados, no período de novembro de 2007 a março de 2008, possibilitando alcançar maior número de mulheres desejosas por informação e orientação..

O desenvolvimento da prática educativa se deu em 5 etapas: 1º o preparo do ambiente; 2º aquecimento; 3º realização das atividades com reflexão e elaboração das experiências vivenciadas; 4º a partilha que era o momento da narrativa das discussões e das vivências e 5º encerramento com síntese e avaliação.

Considerando o conhecimento prévio, experiência e interesse das mulheres, elas foram convidadas para dar banho e fazer o curativo do coto umbilical e ordenha manual.

Sentávamos em círculo e iniciávamos a conversa perguntando-lhes como elas deveriam cuidar da aparência, tomar banho, cuidar dos pontos e das mamas. Questionávamos sobre a loquiação, repouso, deambulação, alimentação, revisão pós-parto, trabalhos domésticos e relação sexual, cuidados com o RN, dificuldades, facilidades e mecanismos utilizados por elas para dar conta das atividades comuns ao retorno ao lar. Neste momento as mulheres tinham oportunidade de colocar suas vivências e conhecimentos, suas dúvidas, mitos e tabus construídos ao longo de sua vida. As dúvidas e questionamentos foram gradativamente trabalhados com a participação das demais.

Resultados

Queixavam-se na maioria das vezes de cansaço, exaustão física afirmando que a única coisa que gostariam era de dormir, dormir e dormir.

Algumas mulheres expressaram inabilidade e falta de confiança e insegurança para cuidarem de suas crianças (banho e curativo do coto umbilical) e a se relacionarem com elas associado à falta de confiança na sua capacidade de ser mãe.

Poucas referiam sentirem-se estranhas, pois aprenderam que toda mulher quando se torna mãe sente a maior felicidade do mundo, contudo, elas só conseguiam sentir indiferença, angústia e apatia.

Expressavam que ao lado da felicidade de estar com sua criança ao seu lado, sentia um aperto no peito, assustadas e confusas com a responsabilidade de ter de assumir essa nova tarefa.

Desejavam tanto ter um bebê tranqüilo que não a incomodasse, entretanto, ao lado de sua alegria, com o nascimento de um bebê saudável sentiam-se incomodada sem saber o que fazer com o choro constante incomodativo.

Relataram também, dificuldade em amamentar por estar com o peito muito cheio de leite, e o bebê com dificuldade para sugar e muitas queixava-se do bico do peito rachado.

A adoção dessa prática permitiu às facilitadoras, estudantes e mulheres participantes da atividade a tornarem-se sujeitos de mudança e de produção de conhecimento e a refletirem sobre sua saúde, seu próprio corpo e sexualidade, enquanto dispositivo de controle social.

Poucas mulheres deixaram claro a solidez do saber construído para o autocuidado durante o puerpério, para a promoção da saúde e a prevenção de intercorrências obstétricas comuns nesse período, como um meio e uma possibilidade de discutir sobre suas necessidades e o autocuidado.

Apesar do AC ter como princípio fundamental preparar a mãe para cuidar de si de do seu filho, temos observado, que na maioria das maternidades públicas do nosso município a mulher vem sendo utilizada como mão de obra independente de estarem extremamente sonolenta, cansada ou com dor.

A alta precoce nos remete a necessidade de se repensar, reformular e criar estratégia que possibilite o alcance da finalidade do alojamento conjunto.

As atividades educativas possibilitou ao grupo de mulheres, a oportunidade de dividirem experiências anteriores, permitindo a interação e apoio mútuo entre elas. Essas oportunidades compartilhadas, facilitou a aceitação das possibilidades existentes e o reconhecimento das limitações individuais e, ao permitir-lhes falarem e serem escutadas, lhes demos a oportunidade para a reflexão e para o seu empoderamento.

A grande maioria das mulheres referiram que, para responder às necessidades provenientes de situações concretas e práticas no período puerperal, exige delas a aquisição de novos conhecimentos, habilidades e atitudes.

Entre as dificuldades encontradas para a realização das atividades educativas, destacamos o espaço físico inadequado, o número insuficiente de pessoal para dar suporte às dúvidas que ainda permanecia principalmente em relação ao aleitamento materno, ingurgitamento, fissuras entre outras intercorrências mamárias.

Tivemos oportunidade de realizar visita domiciliar para um número reduzido de mulheres (12). Essa atividade deu oportunidade às (aos) alunas (os) de avaliarem tudo que foi apreendido durante a realização das atividades educativas, esclarecer dúvidas e trocar experiências.

Além disso, a visita domiciliar à mulher no puerpério permitiu a (ao) visitante, avaliar as condições de saúde, relacionada ao período puerperal, a identificar as condições sócio-econômica, cultural e sanitária e a partir daí, identificar necessidades, prestar cuidados e ou encaminhamentos favorecendo o desenvolvimento do autocuidado, independência, responsabilidade considerada uma grande arma de desenvolvimento de educação para a saúde, para a mulher, família e comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos no decorrer da atividade, fortalecer a confiança da mãe em si mesma e em sua capacidade de perceber seu RN, procurando por meio do relato das suas experiências compartilhar os saberes, facilidades e dificuldades procurando elaborar e fortalecer o conhecimento de forma conjunta e solidária.

Acreditamos que, a realização de atividades educativas possibilitou a realização do cuidado de forma mais integral à mulher e ao recém-nascido no alojamento conjunto, contribuindo mediante a troca de conhecimento, experiências e para a redução da morbi- mortalidade materna e infantil.

Além de significar um espaço de reflexão coletiva a atividade educativa possibilitou ao (às) estudante(s) de graduação em enfermagem, construir um conhecimento de forma unificada e integral no cuidado a ambos – mãe e RN – no alojamento conjunto.

Consideramos o processo educativo no sistema de AC, como atividade de grande significado na prestação do cuidado de enfermagem, ao possibilitar à mulher adquirir segurança e habilidade para seu autocuidado e do seu filho, e ao pai estímulo e confiança, na sua participação. A enfermagem precisa, portanto, valorizar e assumir a sua

função educativa no AC buscando por meio de orientações resultados mais efetivos envidando esforços para tornar ambos — à mulher e seu companheiro — sujeitos ativos de todo o processo.

Podemos verificar, que a enfermagem não necessita de grandes aparatos tecnológicos para a realização de atividades educativas e de outras estratégias que compartilhe com as mulheres seus saberes, conhecimentos dúvidas e lhes forneça ferramentas que lhes dêem tranquilidade para cuidar de si e de sua criança.

É imprescindível, portanto, a criação de um grupo de educação para saúde que dê continuidade ao processo educativo. Para tal, faz-se necessário além de despertar nos profissionais de enfermagem para a importância da educação para a saúde no AC, capacitá-los para tal ação.

Identificamos o quanto importante é a continuidade desse processo mediante a visita domiciliar, significando um elo importante entre o serviço de saúde e a comunidade, possibilitando a avaliação da aplicabilidade e da adaptação da mulher quando do seu retorno ao lar após o parto. Essa atividade permite ir além dos muros da Universidade e da instituição de saúde acompanhando as transformações, percepções e valores permitindo ouvir o outro na sua singularidade no seu contexto familiar.

Entendemos que a informação correta além de contribuir para o aumento da autonomia e da satisfação da usuária, possibilita à essas terem condições mais adequadas para uma escolha mais autônoma. Assim sendo, a enfermagem necessita tanto planejar ações educativas que resultem em maior grau de aprendizagem, quanto viabilizar a visita domiciliar as mulheres no período puerperal pós altas dando-lhes possibilidade, de dar continuidade ao autocuidado e ao cuidado com o RN no seu domicílio com mais segurança. .

Ao finalizar a atividade educativa, percebíamos as mulheres demonstravam interesse, envolvimento e satisfação com o movimento e quebra da monotonia ao afirmarem que tiveram a oportunidade de refletir sobre a importância do puerpério e do autocuidado e dos cuidados com o RN, o que as faz sentirem-se mais seguras em relação ao seu próprio cuidado e para os cuidados com o RN.

Além de toda a carência expressa pelas mulheres, está explícito que precisamos repensar nossas práticas e construir um cuidado de enfermagem mais integral e gratificante para ambos os atores sociais dessa relação — as mulheres usuárias do serviço e as mulheres que compõem o corpo de enfermagem.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M. S.(2005) Assistência de enfermagem à mulher no período puerperal: uma análise das necessidades como subsídio para a construção de indicadores de gênero, Ribeirão Preto, 168 p
- BARROS, S. M. O. de; MARIN, H. de F.; ABRÃO, A. C. F. de V. (2002). Enfermagem obstétrica e ginecológica: guia para a prática assistencial. São Paulo: Roca,
- BRASIL, Portaria MS/GM nº 1016, de 26 de agosto de 1993. Estabelece Normas Básicas para o Alojamento conjunto. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, nº 167, p. 13066, 1 de set.1993 Seção 1.
- BULHOSA, M. S.; SANTOS, M.G.; LUNARDI, V. L.(2005) Percepção de puérperas sobre o cuidado de enfermagem em unidades de alojamento conjunto. Cogitare Enfermagem, 10 (1), 42-47.
- CARNEIRO, F.; AGOSTINI, M. (1994) Oficinas de reflexão; espaço de liberdade e saúde. In: AGOSTINI, M.; D'ACRI, V. (Org.) Trabalho feminino e saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/Centro de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana., pp. 53-83
- REZENDE, J. (1998). O puerpério. Estudo clínico e assistência. In: _____. Obstetrícia. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, p. 358-69.

Análise da lógica de desconstrução dos direitos na saúde pública

Katiusca Medeiros
Universidade Federal da Paraíba
katiuscatm@hotmail.com

Mirian Alves
Universidade Federal da Paraíba
mirianads@yahoo.com.br

Katia Helena Sales
Universidade Federal da Paraíba
katia_sales@hotmail.com

Emanuela Fontes
Universidade Federal da Paraíba
emanuelafontes@gmail.com

Lilian Teixeira
UNIMED
lilianvianna13@hotmail.com

Resumo: As propostas das Políticas de Saúde construídas ao longo dos anos, no Brasil, vêm sofrendo um processo crescente de desconstrução, vinculando a saúde cada vez mais ao mercado, realizando parcerias com a sociedade civil na tentativa de responsabilizá-la pela crise dos custos da saúde. A política de desconstrução dos direitos sociais vem influenciando o contexto no que se refere ao Sistema Único de Saúde, através do descumprimento dos dispositivos constitucionais. É fato que existe um alto nível de usuários da saúde que desconhecem seus direitos e que mesmo os que os conhecem, demonstram certa inobservância com a questão. Essa frágil relação entre os usuários e seus direitos tem expressões na lógica de franca desconstrução dos direitos, observados na contemporaneidade devido à ampla investida neoliberal. No entanto, mesmo com esse processo de desconstrução dos direitos existentes, estes ainda são legalmente reconhecidos e devem ser observados para que sejam consolidados, visto que este respeito é de suma importância para a emancipação do ser humano. Baseada nestes preceitos realizou-se a pesquisa no Hospital Universitário Lauro Wanderley que se centrou na análise dialética sobre as percepções das usuárias em relação aos direitos na saúde. O que deixou evidente a situação preocupante, do enfraquecimento do aparato institucional vinculado à defesa dos direitos dos usuários dos serviços de saúde e a necessidade urgente de se reforçar a discussão sobre Humanização, assim como de promover uma capacitação de acolhimento na saúde.

Palavras-chave: Serviço social, Direito da Saúde, profissionais da saúde.

I INTRODUÇÃO

As propostas da Política de Saúde construídas ao longo dos anos vêm sofrendo um processo crescente de desconstrução, vinculando a saúde cada vez mais ao mercado, realizando parcerias com a sociedade civil na tentativa de responsabilizá-la pela crise dos custos da saúde. Houve a intenção de amenizar tal crise através da tentativa de refilantropização, por meio de agentes comunitários e cuidadores para a realização de atividades profissionais para as quais não foram capacitados a fim de reduzir custos.

A política de desconstrução dos direitos sociais influenciou a saúde no que se refere ao SUS, através do descumprimento dos dispositivos constitucionais, do desrespeito ao princípio da equidade na alocação dos recursos públicos e do afastamento do princípio da integralidade. Assim, foi sendo priorizada a assistência hospitalar, ficando à margem a proteção e a promoção da saúde.

É fato que a saúde hoje tem apresentado concepções individualistas e fragmentadas da realidade confrontando-se com as concepções do projeto da reforma sanitária, que trata da coletividade e da universalidade, mas que também tem presentes às características da focalização e singularidade. No atual governo esse quadro mostra-se presente quando se vê reforçada a desconstrução do SUS e quando percebemos o discurso do governo em sintonia com a Reforma Sanitária.

Tal realidade se mostra com as ações do governo que vêm ocorrendo de forma focalizada e precarizada, a partir da falta de financiamento da saúde, da terceirização dos recursos humanos. Em contraponto tem-se o retorno da concepção de reforma sanitária, a criação da Secretaria de Atenção a Saúde, que pretende unificar as ações de atenção básica, ambulatorial e hospitalar, e também a criação da Secretaria de Gestão Participativa, a fim de fortalecer o controle social, estabelecer a comunicação com outros níveis de governo e organizar as conferências.

Embora sejam encontrados aspectos presentes da década de 1990 como a ênfase na focalização, na precarização, na terceirização dos recursos humanos, no desfinanciamento e na inviabilização da concepção de Seguridade Social.

(...) um exemplo de focalização, pode ser destacado a centralidade do programa saúde da família (PSF), sem alterá-lo significativamente para que se transforme em estratégia de reorganização da atenção básica em vez de ser um programa de extensão de cobertura para a população carente. O programa precisa ter sua direção modificada na perspectiva de prover atenção básica em saúde para toda a população de acordo com os princípios da universalidade. Bravo (2006, p.104)

Esperava-se que no Governo Lula houvesse o fortalecimento do SUS constitucional, no entanto considera-se que as políticas focalizadas são contraditórias ao SUS, visto que não incluem a população através de sua cidadania, mas sim através do nível de pobreza.

É fato que a saúde hoje tem apresentado concepções individualistas e fragmentadas da realidade confrontando-se com as concepções do projeto da reforma sanitária, que trata da coletividade e da universalidade, mas que também tem presentes às características da focalização e singularidade, este demonstra a presença da

ambivalência do atual governo. No atual governo esse quadro mostra-se presente quando se vê reforçada a desconstrução do SUS e quando percebemos o discurso do governo em sintonia com a Reforma Sanitária.

II - DESENVOLVIMENTO

Devido ao acelerado processo tecnológico e de especialização, a conjuntura atual da medicina não tem sido viabilizada a melhoria do relacionamento entre médicos e pacientes para um atendimento humanizado e de boa qualidade. Hoje existem alguns projetos de humanização da saúde, mais para que esta ocorra é necessário que haja um relacionamento entre profissionais – instituição – equipe - paciente, pautadas, na ética. Desta forma o que se deve levar em conta é o contexto social, familiar e pessoal em que o paciente está inserido objetivando uma leitura de suas necessidades.

Para que haja a humanização é necessário que dentro da instituição perceba-se o outro, pois humanização e ética caminham juntas, e essa percepção é necessária para que se tenha uma qualidade técnica e internacional (FORTES, 2004). Muitos problemas dos pacientes podem ser amenizados e até resolvidos se estes sentirem que são ouvidos e compreendidos pelos profissionais que o estão tratando, em especial o médico. Um dos aspectos que mais tem chamado atenção quando da avaliação dos serviços é o despreparo dos profissionais para lidar com a dimensão subjetiva que toda prática de saúde supõe. (MINISTÉRIO DA SAÚDE).

Esse quadro de despreparo junto aos modelos centralizados de gestão, fez com que o Ministério da Saúde criasse a Política Nacional de Humanização (PNH) a fim de segundo o Ministério da Saúde (2004, p.8) promover:

“(...) a valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde: usuários, trabalhadores e gestores. Os valores que norteiam esta política são a autonomia e o protagonismo dos sujeitos, a corresponsabilidade entre eles, o estabelecimento de vínculos solidários e a participação coletiva no processo de gestão.”

Entre os princípios da humanização estão a valorização da dimensão subjetiva e social em todas as práticas de atenção e gestão no SUS, fortalecendo o compromisso com os direitos do cidadão, destacando-se o respeito às questões de gênero, etnia, raça, orientação sexual e às populações específicas; fortalecimento de trabalho em equipe multiprofissional, fomentando a transversalidade e a grupalidade, entres outros aspectos. Alguns resultados que se esperam a partir da humanização é a redução de filas e o tempo de espera, com a ampliação do acesso e atendimento acolhedor resolutivo, baseados em critério de risco, e o conhecimento para o usuário de quem são os profissionais que cuidam de sua saúde.

No que se refere à implantação do processo de humanização hospitalar é necessário que haja: otimização do atendimento ao usuário; mecanismos de escuta para a população e trabalhadores; equipe multiprofissional de atenção básica para seguimentos de pacientes internados e com horário pactuado para atendimento à família ou sua rede social; mecanismos de desospitalização; ouvidoria funcionando; entre outros mecanismos.

O atual governo atual criou como forma de legitimar a PNH, a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde. Esta trata do direito à Saúde e da defesa do paciente. Nos seus princípios diz que todo cidadão tem direito ao acesso ordenado e organizado ao sistema de saúde; tem direito ao tratamento adequado e efetivo para seu problema; tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de discriminação. Com respeito a seus valores e direitos, a Carta diz que todo cidadão tem responsabilidade para que seu tratamento ocorra adequadamente, e que tem direito ao comprometimento dos gestores da saúde para que os princípios da Carta sejam cumpridos. No entanto, observa-se que a sociedade desconhece a existência deste documento e da maioria dos dispositivos legais que regem os direitos do usuário da saúde, permitindo assim que este passe a aceitar situações de descumprimento e desconstrução de seus direitos, recebendo o bom atendimento quando este ocorre dentro da saúde como benemerência, o que desencadeia um retrocesso político, visto que tais dispositivos são frutos de décadas de luta por melhores condições de vida, e que o bom atendimento dentro da saúde faz parte do direito do usuário, historicamente construído e legislado.

Nesse sentido fizemos investigação da análise dialética junto as usuárias da Clínica Obstétrica do Hospital Universitário Lauro Wanderley, em relação aos direitos na saúde a fim de verificar se estes têm conhecimento sobre a existência desta Carta.

A perspectiva analítica dos dados referentes ao objeto deste estudo – Análise da lógica de desconstrução dos direitos na saúde pública - desenvolveu-se na metodologia qualitativa e quantitativa com uma amostra mínima de 13% dos usuários da Clínica. O procedimento metodológico adotado foi o uso de instrumentos e técnicas quantitativas e qualitativas que se processou de forma simultânea em torno da análise de um dado indicador em que se inter-relacionavam a interpretação estatística e a análise dos dados subjetivos. Esta interlocução permitiu uma maior captura do objeto de estudo investigado.

Durante a pesquisa investigamos o nível de acesso das usuárias às informações pertinentes a seu estado de saúde e de acordo as entrevistas, verificamos que a maioria das usuárias não tem acesso as informações sobre seu

estado de saúde, exames e tratamentos que necessitem fazer, as demais entrevistadas disseram receber minimamente e não satisfatória algumas informações

Identificamos também que a maioria significativa das usuárias não tem acesso a nenhum tipo de anotação no que se refere ao seu estado de saúde, isso reflete um completo desconhecimento no que concerne aos direitos dos usuários do SUS. Segundo a Carta dos direitos dos usuários da saúde os cidadãos têm o direito a:

Informações sobre o seu estado de saúde, extensivas aos seus familiares e/ou acompanhantes, de maneira clara, objetiva, respeitosa, compreensível e adaptada à condição cultural, respeitados os limites éticos por parte da equipe de saúde sobre, entre outras:

- a) hipóteses diagnósticas;
- b) diagnósticos confirmados;
- c) exames solicitados;
- d) objetivos dos procedimentos diagnósticos, cirúrgicos, preventivos ou terapêuticos;
- e) riscos, benefícios e inconvenientes das medidas diagnósticas e terapêuticas propostas;
- f) duração prevista do tratamento proposto;
- g) no caso de procedimentos diagnósticos e terapêuticos invasivos ou cirúrgicos, a necessidade ou não de anestesia e seu tipo e duração, partes do corpo afetadas pelos procedimentos, instrumental a ser utilizado, efeitos colaterais, riscos ou conseqüências indesejáveis, duração prevista dos procedimentos e tempo de recuperação;
- h) finalidade dos materiais coletados para exames;
- i) evolução provável do problema de saúde;
- j) informações sobre o custo das intervenções das quais se beneficiou o usuário.

III. Registro em seu prontuário, entre outras, das seguintes informações, de modo legível e atualizado:

a) motivo do atendimento e/ou internação, dados de observação clínica, evolução clínica, prescrição terapêutica, avaliações da equipe multiprofissional, procedimentos e cuidados de enfermagem e, quando for o caso, procedimentos cirúrgicos e anestésicos, odontológicos, resultados de exames complementares laboratoriais e radiológicos;

b) registro da quantidade de sangue recebidos e dados que permitam identificar sua origem, sorologias efetuadas e prazo de validade;

c) identificação do responsável pelas anotações. (MS, 2006, p. 03)

Estes dados foram confirmados na pergunta subsequente quando as entrevistadas foram indagadas acerca do grau de conhecimento sobre o conteúdo da Carta dos direitos dos usuários da saúde e seus direitos na saúde, visto que em geral as mesmas demonstraram conhecer os pontos principais e de modo superficial, da carta.

Com relação à compreensão das anotações realizadas pelos profissionais da Clínica Obstétrica, percebemos que a maioria de 53,9% (07), não entende as anotações, seja em função da escrita ser ilegível, seja por não entenderem o sistema de códigos técnicos usados pelos profissionais de saúde.

No que se refere à discriminação ou mau atendimento pudemos verificar que a ampla maioria de 84,6% (11), das usuárias afirmou não ter sofrido nenhum tipo de mau trato ou discriminação. No entanto, há ainda incidências de maus tratos dentro da clínica o que revela o despreparo dos profissionais aliado à falta da concepção da saúde como um direito garantido constitucionalmente.

De acordo com Nogueira e Pires (2004, p. 760)

O direito à saúde é um item complexo da agenda política e da agenda governamental, e que o debate, ou seja, o confronto sobre seu alcance e seu conteúdo é fundamental. Os interesses presentes e a capacidade organizativa dos diferentes grupos que compõem o setor darão o tom do debate e, mais do que isso, viabilizarão a inclusão e efetivação do direito à saúde com um perfil onde a democracia e a universalidade encontrarão abrigo amplo ou serão extremamente reduzidas.

Quando investigamos a compreensão das usuárias sobre atendimento humanizado verificou-se uma imprecisão no entendimento, porém a própria produção do conhecimento acerca da temática ainda é muito recente. O termo humanização tem sido utilizado com diferentes significados, em geral relacionados aos direitos dos pacientes e a ética. Desta forma não existe humanização sem ética, pois a ética está diretamente ligada ao respeito ao outro. Na concepção de Forte (2004, p. 31) humanizar "... é entender cada pessoa em sua singularidade, tendo necessidades específicas, e, assim, criando condições para que tenha maiores possibilidades para exercer sua vontade de forma autônoma".

A humanização quando focada no paciente visa compreender a relação efetiva de cuidado que pode ser verificada na acolhida, na ternura, na sensibilidade no respeito e na compreensão de que há um ser doente e não uma doença. De acordo com Backes, Filho e Lunardi (2005, p.103) "O paciente e a sua família precisam ser acolhidos e

compreendidos a partir de sua história pessoal e social”, sendo necessário que essa relação não seja de domínio, mas sim de convivência e interação.

De acordo com os dados obtidos pudemos constatar que a maioria de 84,6% (12) das usuárias que entendem de alguma forma o que é um atendimento humanizado, considera estar recebendo o mesmo, por vários motivos, como por exemplo, pelo fato de estar sendo bem tratada, pelo fato de estarem recebendo ajuda ou pelo fato de não estar sendo mal tratada.

Quando indagadas sobre a existência de mecanismos de identificação dos profissionais no cotidiano do HULW, pudemos constatar que a expressiva maioria de 84,6%(11) das usuárias afirmou que os profissionais estão identificados, enquanto uma minoria de 15,4%(02) afirmou que apenas alguns têm identificação.

Um outro ponto discutido durante a pesquisa, relacionou-se ao fato de as usuárias terem ou não privacidade na realização de exames de caráter íntimo. Nesse sentido, verificou-se uma unanimidade, 84,6% (12) que disseram ter esse direito respeitado.

No que diz respeito à confidencialidade no recebimento do diagnóstico, as usuárias, 46,2% (6), informaram que este direito geralmente não é respeitado, fundamentalmente por tratar-se de um hospital-escola, o que sugere a necessidade urgente de uma revisão nos procedimentos pedagógicos adotados pelos preceptores da área de saúde.

Quando indagadas acerca do repasse da informação sobre o direito que possuíam de ter um acompanhante, as usuárias consultadas afirmaram que foram esclarecidas sobre esse ponto. Questionamos também se elas conheciam o direito a ter uma segunda opinião médica quando solicitado, as entrevistadas revelaram um total desconhecimento.

No que concerne às informações sobre o fato de, por estarem internadas no HULW, serem fontes de estudos para os estudantes de diversas categorias, as usuárias informaram, em geral, que estavam conscientes.

Um outro tema arrolado nas entrevistas relacionou-se aos mecanismos que o HULW disponibiliza as usuárias em caso de terem sofrido algum tipo de maus tratos ou discriminação dentro da Clínica e como elas reagem a tais eventos. A esse respeito verificou-se a postura de subordinação histórica dos pacientes nos serviços de saúde.

Os dados supramencionados foram reforçados quando as mesmas foram indagadas se conheciam a Ouvidoria do HULW, onde ficou claro o total desconhecimento sobre a questão levantada.

A falta de visibilidade dos órgãos institucionais articulados ao monitoramento e avaliação do processo de produção da saúde é uma realidade no SUS, de modo geral. Isso denota a fragilidade histórica dessas etapas típicas das políticas setoriais no país. Mas para, além disso, revela uma outra situação preocupante, qual seja o enfraquecimento do aparato institucional vinculado à defesa dos direitos dos usuários dos serviços de saúde.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo e pesquisa das Políticas Sociais, percebemos que sua trajetória histórica atravessou inúmeros obstáculos na conquista de direitos. Os modelos vividos no Brasil até os dias atuais, não conseguiram efetivar os direitos pelos quais tanto se tem lutado, devido às exigências capitalistas, o que vem agravando a questão social e aumento da pauperização.

As medidas que vem sendo tomadas a esse respeito são de caráter emergencial e seletivo. Atingindo diretamente a questão da saúde, através da precarização dos serviços prestados e da desumanização, tão presente nos atendimentos desse setor, como pudemos observar nos resultados da pesquisa, no qual pacientes reclamaram de não saberem quem era o médico que lhes estava atendendo dentre de tantos profissionais, de não saberem do que se trata a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, ou não conhecerem os mecanismos de defesa de seus direitos como a ouvidoria. Também pudemos verificar nas respostas dos técnicos, os quais apesar de uma maioria significativa deles terem respondido que participava de capacitação continua e que conhecia a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, os mesmos demonstraram negar e desconhecer o direito a acompanhante.

Deste modo, concluímos que há uma necessidade urgente de se reforçar a discussão sobre Humanização, assim como de promover uma capacitação de acolhimento em saúde, para que a PNHAH, venha a ter sucesso, em sua efetividade.

Vê-se também a necessidade dos organismos que gerenciam as Políticas de Saúde no país, passarem a trabalhar na divulgação da Carta Direitos dos Usuários da Saúde, a fim de que técnicos e usuários passem a conhecer seu conteúdo, possibilitando uma melhor qualidade de atendimento por parte dos técnicos e a cobrança por parte dos usuários na efetivação de seus direitos.

REFERÊNCIAS

- Bravo, M. I. S.(2006) et al. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez.
Schimith, M. D; Lima. M. A. D. S.(2004). Direito a saúde: um convite à reflexão. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, 20 (3): 753-760, mai-jun,

SUS. (2007) O que é o SUS? Disponível em: http://www.sespa.pa.gov.br/Sus/sus/sus_oquee.htm , (consultado na internet em 01 de outubro de 2007.)

SUS. (2007) Cartilha humaniza SUS. (2007) Disponível em: http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/instrumento/arquivo/04_Cartilha_HumanizaSUS.pdf. (consultado na internet em 01 de outubro de 2007.)

SUS. Carta dos Direitos do usuário da saúde. (2007) Disponível em: <http://www.saude.gov.br> (consultado na internet em 03 de outubro de 2007.)

Comportamentos Agressivos e Violentos aos Olhos da Política Criminal Portuguesa

Renata Oliveira
Universidade do Minho
refoliveira@gmail.com

Resumo: Em nossa investigação propomos analisarmos aspectos relativos aos comportamentos violento e agressivo, componentes da conduta anti-social, bem como o risco de reincidência de práticas agressivas e violentas.

Reflectimos acerca desta problemática sob a óptica socializadora da política criminal, não podendo admitir, portanto, qualquer espécie de sanção imposta – aos indivíduos que praticarem condutas agressivas ou violentas – com carácter retributivo, sendo um direito fundamental de qualquer ser humano o direito à diferença e, conseqüentemente, o seu direito de escolha entre ser ou não submetido ao tratamento oferecido.

Este tratamento, que não se perfaz unicamente com a utilização de fármacos ou somente com as sessões de terapias, é ainda composto pelo ambiente ambulatorial, que agrega esses elementos e mais: é importante também valorizar os cuidados com os pacientes em todos os momentos e locais relacionados com as clínicas de dia e os hospitais, com o intuito de criar um ambiente mais cordial e natural, onde os pacientes não sejam vistos pelos funcionários e por eles próprios como doentes, onde se possam sentir à vontade e interagir na comunidade sem qualquer espécie de preconceito.

O ambiente familiar dos indivíduos mostra-se como outra esfera importantíssima interrelacionada com o ambiente ambulatorial pois os familiares e amigos desempenham um papel vital no restabelecimento e (re) inserção social dos indivíduos anti-sociais, trazendo-os para junto da sua realidade, não os excluindo, mas inserindo-os na sua comunidade.

Palavras-chave: reincidência; agressividade; violência; política criminal; tratamento; direitos fundamentais; socialização

1. Comportamentos agressivos e violentos

O transtorno de personalidade anti-social (DSM-IV, F60.2 – 301.7) é caracterizado pela prática de condutas que desrespeitam os direitos individuais dos outros membros da comunidade – como o direito à individualidade ou a integridade física, por exemplo – ou normas sociais, e estes comportamentos podem ser verificados desde a infância até a idade adulta do agente causador. Estas práticas conformam-se num padrão repetitivo e constante de agressões em geral contra pessoas ou animais, dano ou furto à propriedade alheia, falsificações, em suma, a contínua violação de regras. Estes indivíduos, mesmo quando atingem a idade adulta, não são capazes de seguir as normas estabelecidas e insistem em viver à margem do ordenamento. São regidos pela impulsividade, sendo incapazes de planear o futuro, levando em consideração a sua própria satisfação, sem considerar o prejuízo alheio.

A fim de que possamos atingir o esperado sentimento de paz social, é necessário que os membros da sociedade partilhem de uma qualidade chamada competência social, o que significa dizer que os indivíduos devem ter as qualidades necessárias para estar integrados nesta sociedade da qual fazem parte, ou seja, devem partilhar o entendimento e seguimento das normas estipuladas, não sendo estas normas necessariamente normas jurídicas, ainda neste momento.

De acordo com os ensinamentos de SKINNER (1989), os indivíduos somente decidiram unir-se em grupos porque daí resultaria alguma recompensa, seja defender-se dos animais, catástrofes naturais ou inimigos, e que os membros somente continuam a fazer parte do grupo por três razões: (1) ainda que uns se aproveitem deles, outros reforçam; (2) alguns indivíduos, especialmente as crianças, podem não ter meios para abandonar o grupo; (3) o indivíduo vê o seu reforço como uma recompensa pelo abuso sofrido.

O psicólogo austríaco ALFRED ADLER, ao desenvolver a psicologia individual, baseou-a fundamentalmente no conceito de interesse social – *Gemeinschaftsgefühl* – ou sentimento de comunidade partilhado por todos os indivíduos. Este sentimento foi o que ele considerou como o elemento de união entre todos os membros da sociedade, sendo este interesse imprescindível para o bom funcionamento de uma comunidade. Para ADLER (1956), o contacto social mais básico, aquele ainda primacialmente no seio da família, sem a intervenção ou interacção de demasiadas pessoas de fora do clã, era extremamente importante na formação do carácter dos sujeitos,

entendendo que este relacionamento com os familiares, especialmente a mãe e o pai, tinha efeitos superiores aos da hereditariedade.

DOUGLAS DAUGHERTY, MICHAEL MURPHY e JUSTIN PAUGH (2001) depois de diversos estudos chegaram à conclusão de que pessoas com baixos níveis de interesse social normalmente se encontram envolvidas em condutas criminosas, vindo a colmatar a posição de ADLER, que assumia que o interesse social de um indivíduo era o factor determinante da sua maturidade psicológica, ou seja, indivíduos imaturos eram por ele considerados egoístas, tinham a necessidade de lutar por um poder pessoal, não sendo capazes de compreender quem procurasse proporcionar um bem-estar geral.

No estudo das dimensões da personalidade, HANS J. EYSENCK (1997) as dividia como extroversão (E), neuroticismo (N) e psicoticismo (P). Em traços largos, a extroversão (que tinha no outro pólo a introversão) era caracterizada pela sociabilidade e impulsividade, bem como vivacidade, raciocínio rápido, optimismo dos indivíduos; o neuroticismo (que tinha no outro pólo a estabilidade) era caracterizado por traços neuróticos, como a ansiedade, histeria e transtornos obsessivos-compulsivos; e o psicoticismo (que tinha no outro pólo o superego) era caracterizado pelo egocentrismo, frieza, desajuste, hostilidade, agressividade, psicopatia e anti-socialidade.

Seguindo a linha de estudo de EYSENCK (1997), poderíamos dizer que o nosso objecto de estudo encontra-se mais fortemente ligado à dimensão (P) da personalidade, uma vez que estamos a tratar de indivíduos anti-sociais que praticam condutas agressivas e violentas sendo, em ambos os casos, ilícitas. O próprio autor declara que “os problemáticos com pontuações P altos tendem a manter seus problemas de aprendizagem, a envolver-se mais frequentemente com o crime e a apresentar dificuldade para fazer amigos” (grifo nosso).

Ainda no estudo das dimensões da personalidade, EYSENCK defendia sua posição de que se a variação das dimensões da personalidade fossem divididas em quatro três quartos delas seriam relativas à hereditariedade e apenas um quarto seria devido a razões ambientais, contrariando a posição defendida por ADLER, que expressava precisamente o oposto.

ALBERT BANDURA (1986) retorna com o entendimento de que o comportamento humano decorre da observação, sendo uma imitação do que é visto, treinado ou ainda aprendido, e segue determinando que “uma vez estabelecidos [os comportamentos agressivos], as pessoas continuam a agredir por, pelo menos, cinco motivos: (1) gostam de causar injúria à vítima (reforço positivo); (2) evitam ou reagem às consequências adversas da agressão dos outros (reforço negativo); (3) se machucam ou ferem por não se comportarem agressivamente (punição); (4) correspondem a seus padrões pessoais de conduta por meio de seu comportamento agressivo (auto-reforço); (5) observam outras pessoas sendo recompensadas por actos agressivos ou sendo punidas por comportamento não-agressivo.”

Em verdade, não podemos afirmar com inequívoca precisão que os comportamentos agressivos e violentos se devem a uma ou outra razão; em cada caso específico cada uma das posições se pode demonstrar como a mais acertada, tendo em vista que tratamos de seres humanos, e não de máquinas ou compostos químicos, que sempre que adicionarmos os mesmos componentes e às mesmas condições teremos o mesmo resultado.

Para além das componentes biológica e social, temos ainda a ecológica, que está relacionada com o meio onde o indivíduo se desenvolve, em quais condições de vida, e em que este ambiente pode influenciar nas trajetórias dos comportamentos agressivos e violentos.

Temos que indivíduos que na infância foram expostos a níveis socioeconómicos baixos, sofreram agressão, tiveram baixo rendimento escolar, e conseqüente fracasso académico, cujos pais apresentam níveis de educação insuficientes, doenças mentais, abusam de substâncias, praticam ou praticaram delitos, agridem-se mutuamente, vivem em situação de pobreza e sobrepovoamento, tendem a ser atraídos para comportamentos delinquentes. Pesquisadores (SAMEROFF, 1998; GUTMAN, SAMEROFF e COLE, 2003) chegaram à conclusão de que crianças expostas a um único factor de risco não necessariamente ingressarão na delinquência, contudo, quando são expostas a diversos factores de risco, como os supra indicados, têm uma grande probabilidade de sofrer consequências negativas dessa exposição, tais como virem a padecer de doenças mentais, problemas comportamentais e académicos.

JUAN ROMERO RODRÍGUEZ (2006) afirma que em Espanha, de todos os delitos cometidos, mais de 30% são violentos, e arremata dizendo que o século XXI parece ser uma época onde as sociedades são violentas. Faz ainda um comentário bastante interessante sobre o conceito de agressividade de KONRAD LORENZ (1963) – que considera aquela como uma força inata e directriz – e completa o referido conceito asseverando que a agressividade é, pois, inata, contudo, a violência é aprendida, concordando com conceitos psicológicos respeitantes à formação da personalidade, baseando o nascimento do comportamento dos indivíduos na reprodução do observado, do aprendido, havendo importância – ainda que não exclusiva – o meio no qual o indivíduo está inserido e a quais experiências será exposto.

2. Consequências jurídico-criminais

Vivemos em uma sociedade onde a cada dia somos feitos e são feitas mais vítimas da agressividade e da violência, tenha ela sido em decorrência da genética, do comportamento da família ou das condições sociais nas quais vivem os indivíduos delinquentes, o que importa aqui é o facto de estarmos diante de práticas delinquentes e estudar este fenómeno a fim de podermos desenvolver métodos mais eficazes de prever e reduzir, para não dizer erradicar a criminalidade.

Como formas de consequências jurídico-criminais relativas aos factos ilícitos-típicos praticados pelos indivíduos que fazem parte do nosso estudo, podemos enumerar as penas privativas de liberdade (ou de prisão) e as medidas de segurança privativas de liberdade (ou de internamento), sendo estas duas modalidades de sanção criminal de carácter limitativo da liberdade de locomoção dos indivíduos a qualquer uma delas submetidos.

Tanto as penas de prisão como as medidas de segurança de internamento têm como fundamento a prática de um facto ilícito-típico por parte do agente e o que as diferencia é exactamente o agente a quem elas são aplicadas. A pena de prisão é aplicada aos indivíduos imputáveis, psicicamente sadios, capazes de compreender a natureza do facto que praticaram e as suas possíveis consequências, bem como são livres para decidir entre praticar ou não tal conduta delituosa. De outra parte, a medida de segurança de internamento é aplicada aos sujeitos inimputáveis, portadores de anomalia psíquica grave, capaz de aliená-los da realidade de tal forma que não mais são capazes de compreender a natureza do facto que estão a praticar, muito menos a consequência advinda deste, perdendo inclusive a sua liberdade para decidir entre praticar ou não a conduta, por deparar-se tão confundidos em meio a seus pensamentos, alucinações, delírios, que realmente não conseguem definir se o que estão a absorver se trata de realidade ou ficção.

Por se tratar de indivíduos diferentes, faz-se necessário também ter um cuidado especial no momento da aplicação das sanções. Não falamos aqui em proteger o portador de anomalia psíquica e abandonar o preso à sua própria sorte somente porque ele é psicicamente sadio e decidiu por sua própria vontade delinquir, ainda assim ele é detentor de direitos fundamentais que nunca perderá pois decorrem da sua qualidade de ser humano. Somente relembramos e pedimos uma atenção redobrada aos cuidados essenciais ao bem-estar dos portadores de anomalia psíquica pois estes nem a vontade de praticar o delito tiveram, muitas vezes não entendem o porquê de estarem a cumprir um internamento e muitas vezes são esquecidos pela própria família e amigos, abandonados porque se tornaram um fardo pesado demais para suportar.

i. Bases da sanção criminal

Apesar de hodiernamente estarmos rodeados de situações delituosas e de risco, não nos podemos deixar levar por este sentimento de insegurança e pretender aplicar a toda e qualquer conduta praticada por todos os indivíduos uma sanção criminal; ao Estado cabe intervir em áreas específicas e determinadas, de maneira a organizar a comunidade, e não transformar-se num tirano que pune todas as acções dos indivíduos, não lhes proporcionando liberdade para interagir e por si mesmos (ao menos tentar) ordenar-se nas pequenas esferas de ligação, diminuindo, desta forma, os efeitos estigmatizantes das reacções criminais que, num momento seriam rotulantes, mas em um momento posterior já não mais surtiriam efeito, uma vez que todos os cidadãos já estariam acostumados a ser submetidos a elas.

Em consequência deste pensamento de não-sufocamento dos cidadãos com o excesso de aplicação das sanções criminais, temos que o direito penal só pode intervir onde se verifiquem lesões insuportáveis das condições comunitárias essenciais de livre desenvolvimento e realização da personalidade de cada homem (F. DIAS, 2007: 65). Outra vez retornamos à questão de não accionarmos o Direito com questões que não tenham a necessária relevância; para que o Estado possa intervir o bem jurídico ofendido deve ser individualizável e não pode haver outro meio de solucionar a questão – a intervenção do Direito Penal deve ser o último recurso na solução dos conflitos.

Quando nos depararmos diante de uma situação de ultima ratio, onde devamos realmente aplicar a sanção criminal, somente podemos admiti-la quando esta possua um carácter social-positivo, não sendo possível, na concepção actual, admitir uma pena que sirva de simples punição àquele que cometeu um crime, devendo sempre existir um cariz de integração do agente na sociedade à qual ele pertencia, só sendo permitido deixar esta intenção de lado na hipótese desta integração se mostrar desnecessária ou inatingível. Em todos os casos, devemos ter em atenção o princípio da culpa, um princípio fundamental para o Direito Penal, que declara explícita e veementemente que «não pode haver pena sem culpa e a medida da pena não pode em caso algum ultrapassar a medida da culpa».

ii. Paradigma do Direito Penal

Em tempos passados, quando ainda havia sentido em fazer-se uso das teorias absolutas, assimilava-se a pena com a única intenção de punir ou fazer compensar o agente de um crime pelo mal por ele praticado, e esta compensação era feita através das penas, que tinham um cariz exclusivamente retributivo, e que consistiam no castigo do infractor como sua finalidade. HEGEL chegava a entender a pena como o “restabelecimento do direito”, a “anulação do crime, que de outro modo continuaria a valer”, pois entendia que uma vez que o crime havia abalado a ordem jurídica, mesmo ao ponto de negá-la, somente a pena, surgindo como a negação desta quebra da ordem

jurídica, poderia voltar a estabelecer a ordem primitiva, retornando ao estado anterior ao do crime que, através da pena, foi anulado.

As sanções criminais, em sua história, passaram por diversas etapas de evolução até alcançarem ser consideradas medidas aceitáveis como consequências jurídicas dos delitos, apesar de ainda não merecerem o status de medidas ótimas, visto que hoje em dia necessitamos fazer uso do paradigma do Direito Penal: ao mal do crime sancionamos com o mal da pena; lançamos mão de uma medida maléfica para administrar a comunidade porque ainda não temos outra que se acomode melhor em todos os âmbitos de actuação que uma sanção criminal se integra ou, nas palavras de ANABELA RODRIGUES (2002), “pode sustentar-se que a sanção, como um mal, comporta um mal menor do que aquele que se quer evitar.”

3. A importância da política criminal

O objectivo que se pretende alcançar com a política criminal é prevenir e reprimir a criminalidade, compreendendo mecanismos de inspiração de confiança na norma por parte da comunidade, que confia na aplicação da sanção àqueles que delinquirem, intimidação à não-prática de crimes, utilizando como coacção a segura aplicação da sanção criminal em decorrência do facto praticado, neutralização da perigosidade através da segregação, ou ainda a (re)inserção social, claramente respeitando o direito fundamental à diferença do indivíduo – ele pode não estar interessado em participar da (re)inserção e tem todo o direito de não fazê-lo –, tendo sempre em atenção que a prevenção e repressão dos crimes não pode se utilizar de meios que sejam danosos para o delinquentes ou que violem seus direitos fundamentais como pessoas humanas que são.

Um efeito elementar da aplicação de uma sanção criminal é o seu efeito criminógeno, que tem como características a estigmatização, a rotulação ou etiquetamento, o preconceito e, por isso, a vergonha, e algumas vezes o afastamento das suas famílias e amigos. Com a aplicação de uma sanção criminal, seja ela uma pena de prisão ou uma medida de segurança de internamento, o seu primeiro objectivo deve ser a evitar a dessocialização ou promover a não-dessocialização do indivíduo a ela submetido pois, como anteriormente dissemos, não podemos forçar uma socialização, sendo sabido que uma socialização forçada está fadada ao fracasso pois falta-lhe uma componente vital, que é o interesse em participar e em integrar-se.

i. Princípios basilares da política criminal

Sinteticamente, temos que os princípios mais importantes da estrutura da política criminal são o princípio da legalidade, princípio da referência constitucional, princípio da culpa, princípio da solidariedade e princípio da preferência pelas reacções não detentivas.

O princípio da legalidade, o mais importante princípio da política criminal, consiste na sua conformidade com o Estado de Direito, recordando continuamente da proibição de retroactividade e da analogia contra reo. Do princípio da referência constitucional decorre a exigência da necessidade e subsidiariedade da intervenção do Direito Penal, bem como do acolhimento somente de finalidades relativas à prevenção geral e especial, rechaçando finalidades absolutas de retribuição e punição do indivíduo. O princípio da culpa podemos resumir com uma frase célebre que não poderia descrevê-lo melhor «não pode haver pena sem culpa ou a medida da pena ultrapassar a medida da culpa». Segundo o princípio da solidariedade, o Estado, ao aplicar a sanção criminal, tem um dever de ajuda a este indivíduo, devendo oferecer-lhe meios para prosseguir numa vida futura sem mais cometer crimes, traduzindo-se esta ajuda na socialização de que antes tratamos, recordando permanentemente que deve ser respeitado o direito à diferença do indivíduo. Em decorrência da necessidade e subsidiariedade da intervenção do Direito Penal temos o princípio da preferência pelas reacções não detentivas, que é auto-explicativo: devemos preferir, sempre que possível, aplicar uma medida não detentiva no lugar de uma detentiva.

Hierarquicamente abaixo destes princípios, porque aqueles são de emanção jurídico-constitucional, encontram-se os princípios da proporcionalidade em sentido amplo, que abrange a necessidade, a adequação e a própria proporcionalidade.

O princípio da proporcionalidade determina que não pode ser aplicada uma medida desproporcional à gravidade do facto ilícito-típico praticado nem e à perigosidade do agente (CP, 40º, -3 c/c CRP, 18º). Como um exemplo de sua acertada aplicação podemos ver que este princípio, para além de já vir expresso na Constituição da República Portuguesa, no artigo 18º -2, quando determina que ‘a lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos’, sob a forma de princípio da proporcionalidade em sentido amplo, foi também estabelecido no Código Penal, no artigo 91º -1, quando dispõe que ‘quem tiver praticado um facto ilícito típico e for considerado inimputável, nos termos do artigo 20º, é mandado internar pelo tribunal em estabelecimento de cura, tratamento ou segurança, sempre que, por virtude da anomalia psíquica e da gravidade do facto praticado, houver fundado receio de que venha a cometer factos da mesma espécie’, fazendo com que os componentes «facto ilícito típico» e «perigosidade do agente» – desdobrando-se esta no receio da

prática de novos factos típicos-ilícitos e, ainda, pela própria condição de gravidade do facto praticado – estejam em harmonia no sentido de que a medida de segurança não seja uma sanção mais gravosa que o próprio facto praticado.

ii. Prevenção geral

Deixando de lado as teorias absolutas dos fins das penas, onde estas eram formas de simples punição ou retribuição pelo mal praticado pelo delinquente, passamos a uma fase de maior consideração e atenção para com aqueles indivíduos que, não pelo simples facto de serem criminosos, devam sofrer punições cruéis ou não proporcionais ao facto praticado; neste momento desenvolvem-se reflexões no sentido de, apesar de ter de aplicar a pena, que a sua função não seja a simples punição ou compensação pelo injusto cometido, mas sirva de uma forma de prevenção ou profilaxia criminal.

Neste momento abordamos o enfoque da prevenção geral, que é direccionada para a comunidade em geral; todos os indivíduos estão sob o seu campo de acção indiscriminadamente. Na hipótese da prevenção geral, esta profilaxia é apresentada sob a forma de coacção psicológica dos indivíduos, no sentido de intimidá-los a não praticar condutas ilícitas, seja pelo receio de vir a ser punido pela prática de uma tal conduta, ou pela confiança dos cidadãos na força das normas jurídicas, irradiando um sentimento de segurança, estabilidade e vigor da ordem jurídica. No primeiro caso estamos a falar de prevenção geral negativa ou de intimidação que, como o próprio nome insinua, intimida os indivíduos a não praticarem condutas ilícitas-típicas por temerem as suas consequências; já no segundo caso, estamos a falar de prevenção geral positiva ou de integração, que de uma maneira positiva inspira confiança na sociedade e a integra num movimento da não-prática de crimes, para que não se quebre este sentimento de segurança partilhado pelos concidadãos, esperançoso em restaurar a paz jurídica.

iii. Prevenção especial

Por outro lado, esta profilaxia pode ser apresentada sob a forma de prevenção de reincidência criminal, actuando particularmente sobre o indivíduo delinquente, no sentido de evitar que ele, no futuro, pratique condutas ilícitas, seja através da intimidação, não mais da comunidade, mas do indivíduo, pessoalmente, infligindo-o tanto medo da consequência da prática do ilícito cometido, por já ter passado pela experiência de uma sanção criminal e conhecê-la de perto, que não voltaria a cometê-lo, ou pela sua segregação dos demais indivíduos, com o objectivo de neutralizar a sua perigosidade, alcançando, desta forma, um efeito de defesa social, livrando a sociedade do convívio com este infractor, falando, em ambos os casos, em prevenção especial negativa ou de neutralização; seja através da reestruturação moral do agente, no sentido de este indivíduo passar a entender, aceitar e agir conforme os valores estabelecidos pela ordem jurídica da qual faz parte, podendo voltar a pertencer à sociedade onde vive sem mais haver choques conceptuais de condutas e passando a haver, inclusive, um respeito por parte deste agente relativamente aos cidadãos e ao sistema em si, pois uma vez que este agente se sente integrado na sociedade, quer cada vez mais fazer parte dela e preservá-la, buscando sempre agir em conformidade com as normas, ou através do tratamento das capacidades cognitivas do agente, do mesmo modo como se trataria um qualquer outro paciente – para aqueles que não acreditam que a reforma moral destes indivíduos seja possível –, pois desta forma este agente poderia ser «curado» da sua doença criminosa, falando, em ambos os casos em prevenção especial positiva ou de socialização.

Concordamos com FIGUEIREDO DIAS (2007) quando o autor coloca que devemos recusar a prevenção especial no sentido da correcção ou emenda moral do delinquente. A este nada deve ser imposto para além da privação da sua liberdade decorrente da pena que sofreu; a medida desta não pode superar a medida da sua culpa, estando completamente proibido impor qualquer outra sanção adicionada àquela que já foi imposta ao agente, mesmo que se tenha em intenção ajudá-lo – se ele não quiser, nada pode ser feito. É inegável que o indivíduo, ao sofrer a aplicação de uma sanção criminal, sofre, também, por ver limitados os seus direitos fundamentais, em razão de um facto ilícito-típico que tenha praticado. Contudo, este sofrimento é, podemos dizer, um sofrimento mínimo necessário, pois a sanção deve ser aplicada a este agente. Todavia, não se pode aproveitar desta permissão de aplicação da sanção para extrapolar a órbita desses direitos fundamentais e violá-los de forma mais gravosa do que o que é minimamente necessário para o cumprimento da sanção, tornando, destarte, o sofrimento que era o mínimo necessário em indevido.

4. Risco de reincidência

A questão do risco de reincidência decorre não directamente da prática de um delito, tem origens muito mais profundas. Quando falamos a respeito de um menor delinquente, aspectos relativos ao seu background têm que ser considerados pois estamos tratando de um indivíduo que ainda não tem o seu carácter plenamente formado e ainda sofre diversas influências do meio que o circunda, das condições nas quais vive, bem como daquelas características que já vieram consigo desde sempre, as biológicas.

A perspectiva clássica da avaliação psicológica determina que são elementos desta as medidas sobre: a inteligência, a personalidade e o raciocínio moral ou variáveis cognitivas e as características peculiares que sejam

capazes de explicar o comportamento anti-social do indivíduo delinquente. No que respeita as capacidades de cognição e emoção destes indivíduos, estudos demonstraram que existe evidência de que muitos delinquentes não tenham destrezas cognitivas essenciais bem desenvolvidas para o ajuste social (GENOVÉS, 2005a).

Algumas características muitas vezes comuns em crianças e adolescentes se podem mostrar como preditores de delinquência, tais como o baixo rendimento escolar, baixos níveis de funcionamento intelectual, e isso pode levar inclusive a troças, discriminações de outras crianças, que acabam por gerar um misto de sentimentos como raiva, embaraço, e ocasionar as primeiras expressões da delinquência. Com o crescimento do indivíduo, os problemas diversificam-se e o que dantes eram somente troças passam a ser dificuldades mais sérias, tais como não conseguir ingressar na universidade e, por isso, ser deixado de lado pelos outros que conseguiram, pois não mais faz parte daquele meio, não conseguir obter um emprego bem remunerado em razão das baixas qualificações, etc., acabando por associar-se com outros indivíduos em situação semelhante, que já estão a levar uma vida anti-social, ligados a condutas criminais, também como uma forma de vingança contra esta sociedade que não lhe deu as oportunidades que entendia merecer.

Apesar de existir esta relação estreita entre as capacidades intelectuais e a delinquência, isto não significa que em todos os casos os delinquentes obrigatoriamente terão seu intelecto menos desenvolvido ou explorado; em alguns casos temos que ocorre o contrário, os indivíduos delinquentes são mais inteligentes que a generalidade, possuindo, assim, habilidades especiais para praticar seus crimes com uma probabilidade menor de serem apanhados. Esta situação aplica-se aos psicopatas que, para além do comportamento anti-social, possuem um transtorno de personalidade, e é nesta vertente principalmente que se encontra mais desenvolvida a sua capacidade intelectual, especialmente no que respeita aos crimes contra o património, visto que são especialistas em praticar a burla e o abuso de confiança.

Retornando ao tema da prevenção de futuros crimes, temos que uma modalidade de intervenção, o modelo cognitivo, pode ser de grande valia para ajudar aos delinquentes a recompor suas competências sociais e, em consequência, diminuir a reincidência. Neste modelo o que se propõe é «reensinar» ou «reapresentar» tipos de estratégias de solução de conflitos sociais, interpessoais, sem o uso da agressividade ou da violência, aumentando as capacidades de raciocínio moral, fazendo-os repensar seu comportamento e ensiná-los a refrear seus impulsos, pensando antes de agir, compreendendo o espaço, pensamento e sentimento das outras pessoas.

GENOVÉS (2005a) entende que a capacidade cognitiva dos indivíduos serve para protegê-los da delinquência, no sentido de que os pode ajudar a resistir às pressões familiares, ambientais, sociais ou pessoais, resistindo inclusive ao comportamento delinquente, sendo capaz de relacionar-se com o ambiente de forma mais adequada, reduzindo a probabilidade de adoptar um estilo de vida anti-social.

A aplicação do Programa de Pensamento Pro-social também foi encarada como uma medida excelente para prevenir a reincidência por se tratar de ensinar aos delinquentes habilidades de pensamento orientadas à sua reintegração social que tem como técnicas a solução de problemas, habilidades sociais, habilidades de negociação, pensamento criativo, desenvolvimento de valores, controlo emocional, raciocínio crítico, exercícios cognitivos e revisão de habilidades (GENOVÉS, 2005b).

Independentemente de qual seja a modalidade de tratamento oferecido ao delinquente, a eficácia do programa será maximizada quando os programas elaborados para os ofensores se relacionarem com as suas características e histórias de ofensas (ANDREWS & BONTA, 2003); ofensas violentas podem ser reduzidas com programas de reabilitação que se conformam largamente com o risco, necessidade e princípios de responsividade (DOWDEN & ANDREWS, 2000).

DOUGLAS DAUGHERTY, MICHAEL MURPHY e JUSTIN PAUGH (2001) descobriram que “o interesse social contribui especialmente para o posterior histórico criminal. (...) Este estudo sugere que a ausência de interesse social está claramente associada ao comportamento criminal, e que pode prever com precisão crimes futuros e subseqüentes reencarceramentos.”

Com tudo isso, o que pretendemos é ressaltar a importância do tratamento dos indivíduos submetidos às reacções criminais pois apesar de terem cometido crime(s) não perderam sua característica essencial de seres humanos, detentores de direitos, merecedores de respeito por toda a comunidade. Ambicionamos chamar a atenção do maior número possível de pessoas para a questão do dever de ajuda aos delinquentes, não devemos olhar para eles somente com as lentes da retribuição, da expiação dos pecados que eles cometeram, temos também que tentar ajudá-los a transformar as suas vidas, deixando de cometer delitos, pois ao simplesmente trancarmos estes indivíduos em suas celas e nada mais fazer, não estamos ajudando a ninguém, nem a nós mesmos.

Referências Bibliográficas

- Adler, A. (1956). The individual psychology of Alfred Adler: a systematic presentation in selections from his writings. In Feist, J. & Feist, G. J. (2008). Teorias da Personalidade. 6ª Ed. São Paulo: McGraw-Hill, p. 64-96.
- Andrews, D. A., & Bonta, J. (2003). Psychology of criminal conduct. 3ª Ed. Cincinnati, OH: Anderson.

- A. P. A. (2002). *DSM-IV-TR. Manual Diagnóstico e Estatística de Perturbações Mentais*. 4ª Ed. Lisboa: Climepsi.
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: a social cognitive theory*. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall.
- Coelho, C.M.C. (2007). *A Doença Mental (Des) Culpada: Um modelo de avaliação de responsabilidade criminal*. Coimbra: Almedina.
- Daugherty, D. A., Murphy, M. J. & Paugh, J. (2001). An examination of the adlerian construct of social interest with criminal offenders. *Journal of Counseling and Development*, 79 (4), p. 465-471.
- Dias, J. F. (2005). *Direito Penal Português: As consequências jurídicas do crime*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Dias, J. F. (2007). *Direito Penal. Parte Geral – Tomo I: Questões fundamentais: A doutrina geral do crime*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Dias, J. F. & Andrade, M. C. (1997). *Criminologia: O homem delincente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Dowden, C. & Andrews, D. A. (2000). Effective correctional treatment and violent reoffending: A meta-analysis. *Canadian Journal of Criminology*, 42, p. 449-467.
- Eysenck, S. (1997). Psychoticism as a dimension of personality. In H. Nyborg (Org.), *The scientific study of human nature: tribute to Hans J. Eysenck at eighty*. Oxford: Pergamon Press, (pp. 109-121).
- Feist, J. & Feist, G. J. (2008). *Teorias da Personalidade*. 6ª Ed. São Paulo: McGraw-Hill.
- Foucault, M. (2008). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- Genovés, V. G. (2005a). *Manual de Intervención Educativa en Readaptación Social. Vol. 1: Fundamentos de la intervención*. Valencia: Tirant lo Blanch.
- Genovés, V. G. (2005b). *Manual de Intervención Educativa en Readaptación Social. Vol. 2: Los programas del pensamiento prosocial*. Valencia: Tirant lo Blanch.
- Green, A. E., Gesten, E. L., Greenwald, M. A. & Salcedo, O. (2008). Predicting Delinquency in Adolescence and Young Adulthood. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 6 (4), p. 323-342.
- Gutman, L. M., Sameroff, A. J., & Cole, R. (2003). Academic growth curve trajectories from 1st grade to 12th grade: Effects of multiple social risk factors and preschool child factors. *Developmental Psychology*, 39 (4), p. 777-790.
- Howells, K. & Day, A. (2006). Affective Determinants of Treatment Engagement in Violent Offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 50 (2), p. 174-186.
- Lopes, J. A., Rutherford, R. B., Cruz, M. C., Mathur, S. R. & Quinn, M. M. (2006). *Competências Sociais: aspectos comportamentais, emocionais e de aprendizagem*. Braga: Psiquilíbrios.
- Monahan, J., Steadman, H., Silver, E., Appelbaum, P., Robbins, P., Mulvey, P., Roth, L., Grisso, T., & Banks, S. (2001). *Rethinking risk assessment: The MacArthur study of mental disorder and violence*. Oxford: Oxford University Press.
- Polaschek, D. L. L., Wilson, N. J., Townsend, M. R. & Daly, L. R. (2005). Cognitive-Behavioral Rehabilitation for High-Risk Violent Offenders: An outcome evaluation of the violence prevention unit. *Journal of Interpersonal Violence*, 20 (12), p. 1611-1627.
- Rodrigues, A. M. (1995). *A determinação da medida da pena privativa de liberdade (os critérios da culpa e da prevenção)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Rodrigues, A. M. (2002). *Novo olhar sobre a questão penitenciária*. 2ª Ed. Coimbra: Coimbra Editora.
- Rodríguez, J. R. (2006). *Nuestros Presos: Cómo son, qué delitos cometen y qué tratamientos se les aplica*. Madrid: Editorial EOS.
- Sameroff, A. J. (1998). Environmental risk factors in infancy. *Pediatrics*, 102 (5), p. 1287-1292.
- Skeem, J., Monahan, J., & Mulvey, E. (2002). Psychopathy, treatment involvement, and subsequent violence among civil psychiatric patients. *Law and Human Behavior*, 26 (6), 577-603.
- Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Columbus: Merrill.
- Sutherland, E.H. & Cressey, D.R. (1996). *Criminologia – Sezione III. 3. Tradução de Mario Zanchetti*. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore.
- Walters, G. D. (1999). Crime and Chaos: Applying Nonlinear Dynamic Principles to Problems in Criminology. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 43 (2), p. 134-153.
- Walters, G. D. (2005). Recidivism in released lifestyle change program participants. *Criminal Justice and Behavior*, 32 (1), p. 50-68.

A exclusão social do idoso nas sociedades desiguais

Sandra Freire Marques
 Universidade Aberta à Terceira Idade
 sandrafmar@yahoo.com.br

Nanci Soares
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho
nancisoares@netsite.com.br

Resumo: Este texto é uma reflexão teórica a respeito do processo de envelhecer e a marginalização ou exclusão social do segmento do idoso nas diferentes realidades sócio-econômico-culturais luso-afro-brasileiras.

Atualmente no Brasil, as pessoas após 60 anos aposentam. O desligamento do trabalho gera uma mudança significativa na vivência cotidiana. Essa mudança inclui redução da renda, sensação de ociosidade, perda de status, fragilidade física e restrição para produzir. Além das perdas psicológicas: a viuvez, o divórcio, o crescimento e a partida dos filhos, a morte de pessoas significativas, a jovialidade, a vitalidade e a virilidade, a perda do ser que fomos e do ser que gostaríamos de ser. A pessoa é obrigada a repensar sua vida, assumir o processo de envelhecer, enfrentar o estigma de ser idoso. Estas são conseqüências físicas, psicológicas, morais, sociais, econômicas e políticas também.

Estudos psicológicos apontam que a atitude que o ser humano tem em relação às perdas é que faz a diferença para o envelhecimento saudável e a construção da cidadania. Mas, a atitude da pessoa diante do processo de envelhecimento não depende só de fatores psicológicos, depende também da cultura e do momento do desenvolvimento sócio-econômico em que se encontra o idoso em cada país.

No Brasil, quando o idoso enfrenta essas perdas, ele sofre um processo de desvalorização, de marginalização e exclusão social. Daí a importância de se criar projetos e políticas sociais públicas para auxiliar o idoso no enfrentamento do processo do envelhecimento. Resta saber como as realidades sociais luso-africanas enfrentam o mesmo processo?

Até 1980, o Brasil poderia ser considerado um país eminentemente jovem, a partir de então a diminuição da taxa de natalidade e o aumento da expectativa de vida vêm alterando gradualmente esse perfil. O contingente de brasileiros com idade a partir dos 60 anos já se aproxima dos 18 milhões de cidadãos, cerca de 10% da população, devendo dobrar em termos absolutos por volta de 2030 e, em termos relativos, por volta da metade deste século, quando poderá corresponder a um quinto da população brasileira, segundo projeções da organização mundial de saúde.

Esse quadro levanta muitas questões a respeito da escolaridade e renda dos idosos, da chamada feminização da velhice, das demandas sobre saúde/doença e a qualidade do atendimento oferecido pelo sistema de saúde e educação, do estigma da velhice, da marginalização e exclusão social do idoso. Propicia, também, o questionamento sobre o grau de satisfação dos idosos com a vida, a forma como se vêm e como são vistos (imagem e auto-imagem). Esse quadro pode suscitar outras inquietações: que idade deve ter uma pessoa para que seja definida como idosa, segundo a opinião dos idosos e dos não idosos? Será que as pessoas de 60 anos se descrevem como velhas? Quem terá opinião mais negativa sobre a velhice, os idosos ou os não idosos? Outra dúvida importante pode voltar-se para as questões dos direitos. Qual é a relação entre escolaridade, renda, cor e gênero na determinação do acesso dos idosos às oportunidades e aos benefícios sociais? Qual o grau de informação dos maiores de 60 anos em relação ao estatuto do idoso? E por fim, como o idoso lida com todas as perdas biopsicossociais decorrentes do processo de envelhecer e que projetos ou políticas sociais podem apoiá-lo nesse processo de luto, elaboração e adaptação.

Ao se trabalhar com pessoas de meia, terceira e quarta idade observa-se o sofrimento e as dificuldades de elaboração que essas pessoas vivem ao passar pelas perdas físicas, psíquicas e sociais que se acentuam com o envelhecer...

O livro de Judith Viorst "Perdas necessárias" retrata muito bem as perdas que o ser humano sofre ao longo do desenvolvimento, principalmente as da meia idade em diante, suas conseqüências e como se pode lidar com elas... para viver... envelhecer... e morrer com saúde e dignidade. Sempre salientando formas de lidar com as perdas que gerem novas adaptações e formas de viver pró-ativas para o idoso.

Ao socializar conhecimentos e experiências sobre como elaborar nossas perdas necessárias, o ser humano pode se tornar um cidadão mais saudável, pró-ativo e útil, ou seja, pode cumprir as três necessidades ontológicas do ser: cuidar bem de si, dos semelhantes e do ambiente em que vive.

Segundo Judith Viorst, "a perda é uma condição permanente da vida humana".

E precisamos abrir mão de dependências, amores, apegos, fantasias e expectativas impossíveis para crescer. "Vivemos de perder e abandonar, e de desistir..."

Ao longo do desenvolvimento humano cumprimos etapas, querendo ou não, com consciência ou inconsciência... que nos levam (o bebê humano) da dependência total da mãe ou dos cuidadores até à independência e autonomia física e psicológica do adulto. O ser humano se separa do corpo e do ser da mãe e do pai e vai construindo sua identidade afetiva/sexual, vocacional/profissional/financeira e ideológica.

E para crescer, amadurecer e se auto-realizar vai cumprindo e abrindo mão, desistindo, perdendo dependências, tarefas, fases e funções.

Para se tornar um adulto humano maduro, capaz de cuidar de si e do outro, de amar e trabalhar... de ser ele mesmo...vai desistindo e perdendo..."aprendendo a amar (a ser amado) e a deixar partir..." (J. Viorst).

Como diz também Ievguêni Vinokurov:

"Nenhuma dor é tão mortal quanto a da luta para sermos nós mesmos."

E ao mesmo tempo, será possível ser amado e aceito pelos outros e fazer ou sentir-se parte de um pequeno ou grande grupo social?

Para Viorst () "crescer significa abandonar os sonhos megalomânicos da infância. crescer significa saber que eles não podem ser realizados. crescer significa adquirir a sabedoria e a habilidade para conseguir o que se deseja, dentro dos limites impostos pela realidade - uma realidade que consiste de poderes diminuídos, liberdades restritas e, com pessoas amadas, imperfeitas." (J. Viorst). Uma realidade construída sobre a aceitação das perdas necessárias.

Com maior ou menor sofrimento, todos nós lamentamos (luto) nossas perdas...mas este é o processo de adaptação às perdas da nossa vida.

Lamentamos:

- a separação do corpo e do ser da mãe e da família;
- a construção da identidade e da autonomia na infância, na adolescência e na vida adulta jovem;
- fim de uma amizade especial;
- o fim de um namoro ou casamento;
- a perda de um emprego, profissão ou trabalho;
- a morte das pessoas que amamos;
- a perda das ilusões e das paixões da juventude;
- a perda da beleza, da vitalidade, da virilidade sexual e da auto-imagem jovem;
- a partida e/ou crescimento dos filhos;
- a aposentadoria;
- a perda do que fomos um dia (papéis, funções e imagem);
- ou do que esperamos ser.

No processo de luto, ou de elaboração e lamentação de nossas perdas significativas, passamos por cinco fases emocionais:

- 1) de negação da perda e da dor emocional;
- 2) de barganha, ou seja, de ansiedade pela separação e de negociações para resgatar o "objeto" perdido;
- 3) de raiva ou de revolta contra todos e contra si mesmo;
- 4) de depressão, tristeza, culpa, choro e presença ou não de desejos de morte;
- 5) de aceitação da perda e conquista da paz.

Porém, mesmo recebendo a velhice com saúde e esperança intactas, todos têm de enfrentar a visão que a sociedade tem da velhice.

Na cultura ocidental, "a velhice é quase sempre uma tragédia...", escreve o gerontólogo Robert Butler. Os velhos são na sua maioria vistos como assexuados, inúteis, sem força, fora do jogo. O estigma social sobre a velhice repele os idosos, e relaciona a idade como decadência, decrepitude, uma dependência nojenta e sem dignidade. Podemos fazer exceção a certos políticos, escritores, artistas e atores, mas a maioria dos velhos é tratada com pena e condescendência.

Todos sabem que a pessoa idosa pode desejar e fazer sexo, mas a idéia ainda parece repulsiva para muita gente. Se uma pessoa idosa não consegue reprimir totalmente seus impulsos sexuais é vista como perigosa ou patética. Nem todas as paixões estão necessariamente ausentes aos oitenta anos, mas para os velhos é conveniente fingir que estão.

E quando desistimos de nossa sexualidade, desistimos de todas as riquezas que ela nos traz - prazer sensual, intimidade física, maior auto-estima.

E o deixar de trabalhar, aposentar-se, também contribui para se processo de desprestígio e esse sentimento de desprezo. o trabalho é o esteio da nossa identidade, a âncora do eu social e privado, define esse eu para si mesmo e para o mundo.se não tivermos um local de trabalho, um círculo de colegas para manter contato, uma tarefa para confirmar nossa competência, uma descrição profissional que informa aos estranhos quem somos, pode acontecer de passarmos a perguntar, no momento de nos aposentarmos: "quem sou eu?".

Este é ainda um problema maior para os homens do que para as mulheres. Privado de sua definição profissional e da justificativa social, o aposentado perde status e auto-estima.

Como lamentamos e como nossa lamentação vai terminar... depende.... do modo como sentimos nossa perda, de nossa personalidade, da nossa idade, do quanto estamos preparado para a perda, de nossa história individual de maior e de perda, de nossas forças interiores e do apoio externo, seja familiar, de amigos, profissionais ou grupos de apoio social e/ou psicológico.

O processo de lamentação (luto) é uma das formas mais universais de adaptação e crescimento, e com sucesso pode levar a mudanças criativas...

Choramos a perda de outras pessoas, e também a perda de nós mesmos (de antigas definições, propósitos, situações, valores, funções, imagem social e auto-imagem).

Na meia-idade (dos 40 aos 60 anos) o ser humano tem mais consciência da própria mortalidade e de da morte iminente de outros. Também se conscientiza mais do próprio poder e liberdade pessoais e da destrutividade e ambivalência do ser humano. Percebe melhor de que modo as outras pessoas, mesmo as que amam, agiram destrutivamente em relação a ele (com intenção de ferir ou, muitas vezes, com boas intenções). Compreende também, e talvez seja pior, que praticou atos irrevogavelmente danosos contra os pais, amantes, irmão, esposa, marido, filhos, amigos, sócios, rivais (aqui também com a melhor das intenções). E ao mesmo tempo sente um desejo de ser mais criativo, de criar coisas que tenham valor para ele e para os outros, participarem de empreendimentos coletivos para o bem estar da humanidade, contribuir de modo mais completo para as gerações futuras. Na meia-idade o homem pode reconhecer que, mais do que nunca, que as forças poderosas da destruição e as forças da criatividade coexistem na alma humana - na minha alma! - e que pode se integrar a elas de novos modos. É a fase em que perdemos nossas idealizações e expectativas impossíveis em relação a si mesmo, às pessoas significativas e as nossas relações ou conexões com os outros.

A integração ou unificação dessas tendências aparentemente opostas - é vista como a grande conquista da meia-idade.

Já na terceira idade (dos 60 aos 80 anos) e na quarta idade (dos 80 anos em diante), ninguém pode negar que o envelhecer significa o peso de profundas e várias perdas - da saúde (muitas vezes), das pessoas que amamos, de um lar que foi nosso refúgio e nosso orgulho, de um lugar na comunidade familiar, de trabalho, status, propósito e segurança financeira, do controle e das escolhas. O corpo nos informa o declínio das forças e da beleza. Os sentidos ficam menos aguçados, os reflexos ficam lentos. a concentração diminui, novas informações são processadas com menor eficiência, e há lapsos na memória a curto prazo.

Embora envelhecimento não seja doença, há um retardamento das funções físicas e um aumento das vulnerabilidades que podem fazer com que uma pessoa ativa e cheia de vida aos sessenta e cinco anos, caia de joelhos aos oitenta. Certos danos físicos podem tornar a pessoa dependente contra a sua vontade. Existem doenças orgânicas e irreversíveis do cérebro que nem coragem e nem força de vontade podem sobrepujar. e mesmo que não sejamos atormentados pela artrite, pela doença de alzheimer, por catarata, por doenças cardíacas, câncer, derrame e todo o resto, o corpo tem meios sem conta para lembrar ao octogenário: "você está velho".

Mas, doentes ou saudáveis, algumas pessoas mergulham na velhice aos sessenta e cinco anos, condenando a si mesmas a uma morte em vida. E doentes ou saudáveis, algumas pessoas aos oitenta anos - ou até o último suspiro - vivem o máximo possível.

Existem velhos, tanto homens quanto mulheres, para os quais cada dor, cada mal estar, cada declínio físico ou limitação representa um ultraje, um assalto uma humilhação, uma perda intolerável. Mas, há também os que conseguem uma visão mais positiva do assunto e que podem dizer como o escritor francês Paul Claudel: "oitenta anos: sem olhos, sem ouvidos, sem dentes, sem pernas, sem fôlego! e no final das contas, é espantoso como se pode passar bem sem eles!". A diferença entre essas duas atitudes é a diferença, diz o cientista social Robert Peck, entre a "preocupação com o corpo" e a "transcendência do corpo", entre tratar o envelhecimento físico como um inimigo e senhor absoluto... ou fazer as pazes relativas com ele.

Embora boa saúde, bons amigos e uma boa renda (e nem todos os têm) facilitem a aceitação da velhice, é a atitude em relação às perdas que determina a qualidade da velhice.

Ainda que, a atitude psicologia em relação as perdas possa reforçar a exclusão social do idoso e o processo de envelhecimento na sociedade ocidental mostra-se só trazendo perdas, a inclusão social dos idosos e de pessoas de todas as idades e raças só poderá ser efetivada quando a sociedade puder oferecer-lhes novas formas e propostas de aprendizagem, que mobilizem seus interesses e ampliem suas possibilidades de desfrutar de boa qualidade de vida.

Para envelhecer bem, mesmo que na presença de preconceitos e exclusão, que são inerentes à dinâmica das sociedades e na relação do ser humano com a vida, a morte e a velhice, depende de investimentos socioculturais de longo prazo. Um dos investimentos é a educação, que segundo Cachioni (2003) educar os idosos, os adultos, os jovens, e as crianças, significa acreditar em seu contínuo processo de desenvolvimento e nas possibilidades de sua construção como sujeitos. A educação cria condições para enfrentar preconceitos, exclusão, a falta de oportunidade em todas as idades, e gera aumento de renda, promove a qualidade de vida e favorece o genuíno exercício da cidadania. Resta saber e partilhar os investimentos sócio-econômicos-políticos-culturais, que estão sendo propostos nas sociedades desiguais?

Referências bibliográficas

- BALDESSIN, Anésio (1996) O idoso: viver e morrer com dignidade. In: Gerontologia. São Paulo: Atheneu.
BEAUVOIR, Simone de (1977). A velhice: realidade incômoda. V.1, São Paulo: Difusão Européia do Livro.
BORN, Tomiko (1992). A dignidade humana na terceira idade. In: Revista Tempo e Presença, n.264, São Paulo: CEDI.

- CACHIONI, M (2003). Quem educa os idosos? Um estudo sobre professores de universidade da terceira idade. Campinas: Alínea, 2003.
- CALDAS, Célia Pereira (Org.) A saúde do idoso: a arte de cuidar. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- FREIRE, Ana Maria Araújo (2001). Pedagogia dos sonhos possíveis. São Paulo: UNESP, 2001.
- JOSÉ FILHO, Mário (1992). Participação Social na Educação: desafios à cidadania. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica – Campinas, São Paulo.
- KAJAR, Vitória (2003). Terceira idade & informática – aprender, revelando potencialidades. São Paulo: Cortez.
- NERI, Anita L. (2007). Idoso no Brasil. Vivências, desafios e expectativas na terceira idade. Sesc-SP. Sesc Nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- PEREIRA, Iêda Lúcia Lima (1996). A terceira idade: guia para viver com saúde e sabedoria. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- PIMENTEL, Kathia Mara Murito (org.) (2006) Envelhecer: reflexões e práticas. Governador Valadares: [s.n.].
- RODRIGUES, Nara Costa e TERRA, Newton Luiz (org.) (2006). Gerontologia Social: para leigos. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- SALGADO, MARCELO Antônio (1979). Gerontologia Social. Rio de Janeiro: CBCISS, n. 50, Ano XII.
- VIOROT, Judith (2002). Perdas necessárias. São Paulo: Melhoramentos.
- ZIMMERMAN, Guite I (2000). Velhice: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

Convergência do Espaço – Tempo e a Autonomia de Jovens na Comunidade da Favela da Mangueira – Rio de Janeiro

Regina Gloria Nunes Andrade
 Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 reginagna@terra.com.br

Resumo: Uma das preocupações básicas ao enfrentarmos as pesquisas em campo social é a de produzir reflexões e análises que nos possibilitem explicações sobre o cotidiano. Apesar de Sigmund Freud ter identificado que os processos inconscientes são a-temporais (O Inconsciente, 1915), ele não considerou as condições da manifestação do imaginário e nem a formação de cada sujeito em relação ao seu ambiente cultural. Quando estamos diante de jovens na Comunidade da Mangueira (Rio de Janeiro) onde desenvolvemos a pesquisa Construções de identidade cultural e auto-estima com jovens do Centro Cultural Cartola observamos que uma maneira de enfrentar os riscos da violência social, as quais estão expostos esses jovens provoca uma vulnerabilidade nesta população jovem a partir da negação de uma possível autonomia futura, escamoteada pelas carências existentes. Alguns destes riscos apontam para o pensamento de Thomas Hobbes (1588-1679) que apesar de clássico, está muito presente neste início de milênio. Este princípio faz com que Freud aborde em Mal estar da Civilização (1930) a questão da agressividade social em que defende que o homem embora vivendo em sociedade, não possui o instinto natural de sociabilidade. Cada homem sempre encara seu semelhante como um competidor que precisa ser dominado corroborando o pensamento de Hobbes que o homem é o lobo do próprio homem (Homo homini lupus). Um de nossos objetivos tem sido pesquisar que tipo de consciência social se inscreve nestes jovens neste milênio e porque essa consciência se metaforizou em tantas outras compreensões e em tantas outras posições éticas.

Introdução

Este paper é uma reflexão transdisciplinar sobre os riscos que estão expostos as populações de jovens das comunidades que se situam nas favelas do Rio de Janeiro. Desde o ano de 2003 que desenvolvemos trabalhos de arte e de cultura com os jovens do Morro da Mangueira, próximo a São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro-Brasil. Pesquisamos desde os primeiros documentos culturais, o jornal A Voz do Morro, publicado nos primórdios do Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira da Mangueira, em ----- até as formas atuais, alternativas e sofisticadas da produção de cultura disponíveis atualmente nesta comunidade que se revelam através dos recursos de internet e digitalizações sofisticadas.

CONDUTA METODOLOGIA

Nossa preocupação básica ao enfrentarmos as pesquisas em campo social (Pierre Bourdieu) sobretudo em populações carentes é a de produzir reflexões e análises que nos possibilitem explicações sobre o presente. Apesar de Freud ter identificado que os processos inconscientes são a-temporais (O Inconsciente, 1915), ele não considerou as condições da manifestação do imaginário e nem a formação de cada um deles em relação ao espaço.

Nesta exposição apresentaremos reflexões parciais da pesquisa de três anos¹ no que diz respeito às questões da autonomia e da vulnerabilidade cultural as quais estão expostas as crianças e jovens desta comunidade. De certa forma estamos diante de populações excluídas que perdem sua autonomia cultural o que resulta no aumento da vulnerabilidade cultural e sócio econômica no seu cotidiano. Detectamos como razão motriz deste fato a diminuição da auto-estima, o sentimento de menos valia, estranhamento de inclusão cultural diante da exposição maciça das informações, das comunicações e das divulgações sobre essas crianças e jovens.

Tempo e espaço são dois registros que aparecem sempre juntos, quando estamos diante de jovens na Comunidade da Mangueira (Rio de Janeiro) O que observamos de uma maneira é que a maneira que os jovens tem para enfrentar a violência social assim como driblar a vulnerabilidade é o mecanismo da negação de uma possível autonomia escamoteada pelas carências existentes. Essa dificuldade se reflete numa especial convergência da vivência do espaço e do tempo.

POPULAÇÕES EXCLUÍDAS

Ao tratarmos de populações excluídas como a maioria desses jovens, que são carentes economicamente e carentes de oportunidades levamos em conta os efeitos da globalização que atingem esses jovens. Esta comunidade em relação a outras é privilegiada porque tem vários projetos internacionais e é visitada cotidianamente por autoridades mundiais e nacionais. Desde o investimento do Presidente norte americano Bill Clinton em 2001 que esta comunidade tornou-se modelo para as demais favelas.

Os meios de comunicação internacionais são todos disponíveis na Mangueira. Há internet, TV a cabo com canais internacionais, telefonia celular e vários investimentos com capital estrangeiro a partir de ONGS (Organizações não governamentais). Estamos de acordo com o RELATORIO LUGANO publicado na França em 1999 e lançado em português no Fórum Social de Porto Alegre em 2002 que constitui um eloqüente alerta para os efeitos excludentes advindos da globalização atual. O trabalho diagnóstico do grupo foi o de identificar as fragilidades culturais diante das vulnerabilidades sócio econômicas.

RISCOS E PERIGOS

Evidente que um diagnóstico dentro de uma comunidade volta-se imediatamente para aos perigos, às ameaças e aos obstáculos presentes para a população da favela:

a) o desequilíbrio ecológico: escassez de água, ocupação desordenada e predatória das encostas e logradouros, falta de saneamento.

b) o crescimento pernicioso: O paradoxo econômico significa que, cada vez o crescimento do Produto Interno Bruto se expande com custos de segurança, construção de presídios, reabilitação de drogados entre outros.

c) a distribuição de renda: As desigualdades e contrastes crescentes constituem uma ameaça.

d) capitalismo de quadrilha: O crime em larga escala, economias paralelas, tráfico de drogas, contrabando de armas, pirataria, etc...

O diagnóstico se completa concluindo que o crescimento econômico torna-se cada vez mais fonte de empobrecimento. Diante desse diagnóstico são examinados os mecanismos de controle, pois as instituições internacionais envelhecidas e ineficazes (ONU, FMI, Banco Mundial, etc.). Nossa atenção, desde o primeiro momento da investigação teórico e científico foi o de registrar estas carências que foram apontadas no relatório Lugano e identificar outras tantas peculiares a Comunidade da Mangueira.

AUTONOMIA CULTURAL, FRAGILIDADE E TEMPO.

Mapeando as indagações psicológicas e sociais, encontramos que os princípios de autonomia cultural dos jovens é baixo. Chamamos de baixo, o fato da exposição a diversas influencias que dificultam a compreensão da identidade cultural e da memória ancestral desses jovens.

Refletindo sobre o Princípio da autonomia que diz respeito à liberdade individual, considera-se que a própria pessoa saiba o que é melhor para si, observando-se o estado de plena consciência e a faculdade mental. Deve haver uma total e irrestrita troca de informações entre os agentes porque o princípio da autonomia está intrinsecamente ligado ao livre consentimento das pessoas envolvidas, na medida que este deva ser sempre informado dos atos e conseqüências das relações sociais.

¹ Desenvolvemos um Projeto maior denominado Construção da identidade cultural e auto-estima com jovens da COMUNIDADE DA MANGUEIRA. Como resultado de estudos realizados a partir de Bolsa de Produtividade 2003-2007 sobre a questão da cultura e identidade na Comunidade da Mangueira em que outros trabalhos já foram apresentados trabalhos em vários Congressos: ANDRADE, R.; COSTA, C.R.F. Escola de Samba Estação Primeira da Mangueira- Folkcomunicação. In: XVI REUNIÃO CIENTIFICA DE COMUNICAÇÃO -2004, 2004, Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG, 2004. ANDRADE, R.; SILVA, T.C.A.E. da. A voz do Morro. In: INTERCOM 2005, Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

A autonomia é abordada filosoficamente e o termo deriva de duas palavras gregas que são autos (o mesmo, ele mesmo, e por si mesmo), nomos (compartilhamentos, lei do compartilhar, convenção). Desta forma verifica-se que autonomia incorpora duas convicções éticas: Primeira as pessoas devem ser tratadas com autonomia e segundo as pessoas cuja autonomia está diminuída é vulnerável.

Em função desta compreensão esta pessoa vulnerável deve ser protegida combinando –se assim o Princípio da autonomia com o da Princípio da justiça. Este princípio rege que a justiça deva ser distributiva, que todos devem ter acesso aos meios sociais independente, de sua situação sócio-econômica. Não se tem autonomia se não houver justiça distributiva, a autonomia da pessoa será restrita a sua condição econômica. No Brasil e em outros países subdesenvolvidos, os direitos humanos básicos são desrespeitados levemente. O serviço público é de baixa qualidade por falta de investimentos e raramente funciona.

Apesar do Estado ter o dever de dar acesso à saúde, educação, moradia, lazer e direitos iguais assim como condições de tratamento e benefícios aos avanços biotecnológicos. Quanto maior o investimento estatal preventivo, mais produtiva será uma população saudável, gerando riquezas e não onerando o Estado com aposentadorias por invalidez, por exemplo.

O princípio da justiça não deve valer somente para a redistribuição igual dos recursos existentes: seu fundamento ético é o de permitir e ajudar cada um dos seres humanos a ser verdadeiramente autônomo e, por meio de suas decisões livres, melhorar a si mesmo e multiplicar a riqueza moral e material da sociedade. O princípio da justiça, identificado com o princípio da equidade, aborda a relevância social da pesquisa com vantagens para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, garantindo o sentido maior de sua destinação sócio-humanitária.

De acordo com Giovanni Berlinguer é preciso determinar, a relação equilibrada entre a autonomia e a ordem social e jurídica pois vivemos uma época de afirmações complexas como: “os direitos dos indivíduos têm a preeminência sobre os interesses da sociedade e da ciência” “a sociedade deve garantir um acesso igual aos serviços da saúde” (1996, p. 43) .As crianças e os jovens da comunidade não tem conscientização explícita de seus direitos, sobretudo no que diz respeito aos bens culturais.

O fato mais marcantes em nossa pesquisa diz respeito a maneira como o ritmo do samba que sempre foi o principal produto desta comunidade tem sido descaracterizado pelo surgimento do ritmo do funk . Há os chamados Bailes Funk que atraem para o seio da comunidade carente jovens de todas as classes sociais e econômicas. Assim é que o tempo não é verificado como um indicador sensível para estes jovens. Em relação ao tempo no que diz respeito a passado , presente e futuro há como uma inexistência destes registro .

VULNERABILIDADE E DESAMPARO

Assim é que observamos também a fragilidade destes jovens em relação a violência . Sigmund Freud (1933) em Mal estar da civilização nos diz que a racionalidade não é instintiva, pois a razão aparece como invento da ciência e cria ideais motivados por interesses obscuros. A sociedade tem necessidade de proibição e isso produz um mal estar crescente, acarretando a pulsão de destruir pela castração aos instintos, a não ser que haja a identificação cultural pois é fato que cada cultura representa uma resistência autônoma há cultura globalizada e é o caso do colonialismo cultural ocorrido durante o século XX. Como Freud demonstrou:

“O superego cultural desenvolveu seus ideais e estabeleceu suas exigências. Entre estas, aquelas que tratam das relações dos seres humanos uns com os outros estão abrangidas sob o título de ética. As pessoas, em todos, deram o maior valor à ética, como se esperassem que ela, de modo específico, produzisse resultados especialmente importantes. De fato, ela trata de um assunto que pode ser facilmente identificado como sendo o ponto mais doloroso de toda civilização. (Freud, 1933, p.108)

A ética e a bioética estariam assim associadas:

A ética deve, portanto, ser considerada como uma tentativa terapêutica – como um esforço para alcançar, através de uma ordem do superego, algo até agora não conseguido por meio de quaisquer outras atividades culturais. Como já sabemos, o problema que temos pela frente é saber como livrar-se do maior estorvo à civilização – isto é, a inclinação, constitutiva dos seres humanos, para a agressividade mútua: por isso mesmo, estamos particularmente interessados naquela que é provavelmente a mais recente das ordens culturais do superego, o mandamento de amar ao próximo como a si mesmo” (Freud , 1993, p. 109).

Devemos pensar como Freud? Afinal “a ética natural, tal como é chamada, nada tem a oferecer aqui, exceto a satisfação narcísica de poder pensar que se é melhor do que os outros (idem , p. 109) . Ao contrario a ética Kantiana que nos coloca em três direções que forma uma totalidade : em primeiro lugar a idéia de autonomia, ou seja, de que o agir ético caracteriza-se pelo assumir, cada um de nós, determinadas regras de conduta: no terreno ético, de sermos ao mesmo tempo o soberano e o súdito e a isso se impõe a idéia de uma hierarquia ética segundo em que seguimos regras que nos são impostas. Em segundo lugar a expressão do que seria uma regra ética racional:

aquela que possuísse um critério de escolha o de desejá-la como regra universal. O que significa: trate os outros como deseja ser tratado. Em terceiro a idéia de pessoa que é aquela entre autônomo e racional e que não pode ser tratado como meio mas também como fim. Provavelmente neste terceiro aspecto transparecem as pulsões de morte e vida em combate.

Como a sociedade só se mantém desviando os instintos (sublimação, superego, moral), a democracia é uma sublimação, as normas jurídicas são um sistema de regulação do super-ego cultural.

Quando Freud nos incita a pensar que o

“desenvolvimento da civilização possui semelhança de tão grande alcance com o desenvolvimento do indivíduo, e se emprega os mesmos métodos, não temos nós justificativa em diagnosticar que, sob a influência de premências culturais, algumas civilizações, ou algumas épocas da civilização – possivelmente a totalidade da humanidade – se tornaram “neuróticas”?” (Freud, 1933, p. 110)

Além de meras analogias procurarei elaborar um “ethos praxis” que combata a “neurose” do nosso tempo no que concerne a cultura da indiferença. Certamente sugestionada por Freud No interior da série de caminhos por onde se conduz o debate ético contemporâneo não se pode deixar sem resposta a questão freudiana.

CONCLUSÃO

Tendo em vista os conceitos teóricos aqui abordados e a realidade prática e cotidiana concluímos que deveremos estar atentos aos RISCOS de qualquer ambiente e a deterioração das populações carentes com relação as suas produções culturais.

A falta de autonomia das crianças e dos jovens dessas comunidades leva ao aumento crescente da vulnerabilidade em todos os setores básicos da vida e da fragilidade cultural.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, R. (2003). Personalidade e cultura: construções do imaginário. Rio de Janeiro. Editora Revan FAPERJ,
BERLINGUER, G. (1996). A mercadoria final: a comercialização de partes do corpo humano. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
BHABHA, H. (1998). O local da cultura. Belo Horizonte. Editora UFMG.
BOURDIEU, P. (2001). Meditações pascalinas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.
CANCLINI, N. (2005). Diferentes, desiguais e desconectados -mapas da interculturalidade. Tradução de Luis Sérgio Henriques. Rio de Janeiro. Editora UFRJ.
GEORGE, S. (2002). O Relatório Lugano. São Paulo. Boitempo.
HARVEY, D. (1996). Condição pós moderna – uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo. Edições Loyola.
JONAS, H. (1995). El principio de responsabilidade ensayo de una etica para la civilization tecnologia. Barcelona. Editorial Herder.
MAFFESOLI, M. (2001) Sobre o nomadismo. Rio de Janeiro. Editora Record.
NAVARRO, A. (2007). O obscuro objeto do poder. Rio de Janeiro. Editora Lumem Júris.
YUDICE, G. (2004). A Conveniência da cultura- usos da cultura na era global. Tradução de Marie-Anne Kremer, Belo Horizonte. Editora UFMG.

Homicídios no Estado da Bahia, Brasil: uma análise descritiva do fenômeno

Paulo Cesar Pontes Fraga
Universidade Estadual de Santa Cruz
paulofraga@pesquisador.cnpq.br

Carlos Pereira de Almeida
Universidade Estadual de Santa Cruz
carlao2005@gmail.com

Rogéria da Silva Martins
Universidade Estadual de Santa Cruz
rogerialma@yahoo.com.br

Poliana Oliveira do Nascimento
Universidade Estadual de Santa Cruz
polly_oliv@hotmail.com

Resumo: O trabalho se propõe a realizar uma análise descritiva dos homicídios ocorridos nos 417 municípios baianos no período de 1997-2003, agregados em microrregiões. A pesquisa compreendeu análise dos homicídios; delimitou sua distribuição nos municípios baianos; analisou sua evolução no período observado e avaliou quais são os municípios que apresentam as maiores taxas da causa de homicídios e de subcategorias de causa. Construiu um diagnóstico que possibilitou compreender o fenômeno, suas vítimas preferenciais, os instrumentos e as formas de ações utilizadas para o cometimento do evento. O recorte territorial objetivou analisar as desigualdades regionais e culturais da prática de homicídios. O estudo utilizou um desenho ecológico temporal. Os dados foram coletados do Sistema de Informação Sobre Mortalidade e da Secretaria Estadual de Saúde da Bahia. Foram observadas as distinções da Classificação Internacional de Doenças (CID), Revisão X. Para facilitar a classificação, os óbitos por homicídio foram considerados em sub-códigos, diminuindo-os, visando facilitar a classificação e análise. Entre as análises efetivadas observou-se que a morte por armas de fogo é a principal sub-causa de homicídio e há uma grande desproporção, nos anos que compõe a série histórica, entre não-brancos e brancos mortos por homicídios. Na Bahia houve aumento significativo das taxas de homicídios e mais da metade dos municípios têm taxa de homicídios zero. A análise efetuada é parte da Pesquisa Homicídios nos Municípios Baianos: Uma análise descritiva, financiada pela FAPESB e desenvolvida no âmbito da UESC.

Introdução

A partir do final dos anos de 1980, os estudos sobre mortes por causas violentas incrementam-se no Brasil. Estudos de cunho epidemiológico e sociológico aprofundam discussões sobre as causas do aumento da violência, seus efeitos sobre a saúde pública e os principais grupos atingidos pelo fenômeno do homicídio e de outros eventos associados às causas externas (Minayo, 1994; Melo Jorge, 2000; Fraga, 2001). A intensificação desses estudos está, também, atrelada ao aumento dos próprios eventos violentos na população. Verifica-se uma mudança do perfil epidemiológico do Brasil, com as causas externas situando-se entre as principais causas de óbitos.

O avanço desses estudos proporcionou compreender a dimensão e a especificidade do fenômeno do homicídio e suas características. Os estudos epidemiológicos, centrados na perspectiva da vítima, juntamente com estudos sociológicos qualitativos proporcionaram a compreensão de que os grupos sociais mais vulneráveis são os mais pobres, moradores das periferias de grandes e médias cidades brasileiras e os não brancos. Concomitantemente, ao avanço desses estudos

A Organização Mundial de Saúde estima que, aproximadamente, 1,6 milhões de pessoas morrem a cada ano, em decorrência da violência. Esta se encontra entre as principais causas de óbito na faixa etária de 15 a 44 anos, na maioria dos países corresponde a 14% dos óbitos no sexo masculino e a 7% dos óbitos no sexo feminino.

Em alguns trabalhos têm sido citada a possível associação das altas taxas de homicídios com o processo de urbanização, desigualdades socioeconômicas, pobreza, tráfico de drogas, encontros raciais e étnicos, mudanças na estrutura familiar, conflitos armados, entre outros fatores (SOUZA, 1994). No Brasil, o índice de homicídios perpetrados por agentes policiais é considerado, também, muito alto para os padrões internacionais e têm sido alvo de preocupação de estudiosos (Cano, 2000), por ter participação nos homicídios em geral e pela dificuldade de se mensurar sua real dimensão, pois ficam subsumidos nas estatísticas deste tipo de evento pela forma como são registrados. A abordagem da violência como um problema do campo da saúde pública visa analisar sua classificação e distribuição geográfica e, concomitantemente, identificar os seus determinantes sociais.

Estudo sobre os homicídios por arma de fogo no Brasil (Tourinho, 2004) aponta que na maioria dos estados brasileiros o principal instrumento utilizado nos homicídios é a arma de fogo. Esta causa está diretamente ligada a determinados fatores e pela facilidade de acesso da população às armas Tourinho (2004) alerta, ainda, que a violência por armas de fogo é resultante da complexa e dinâmica interação de múltiplos fatores que incluem determinantes de âmbito individual, relacional, comunitários, político e social.

Nesse sentido, as políticas multisetoriais e integradas necessitam estar centradas na diversidade de fatores que influenciam o aumento das taxas de homicídios e que passam pela adoção de medidas estruturais para a redução das desigualdades; diminuição da impunidade e reforma dos sistemas policial, judiciário, penitenciário visando à redução do sentimento de insegurança da população e que é responsável pela demanda de mecanismos privados de segurança, que funcionam, muitas vezes, à revelia da lei, reproduzindo a violência que anunciam evitar e combater (Tourinho, 2004).

Na direção dos estudos que buscam compreender o fenômeno a partir de suas perspectivas ecológicas, a presente comunicação analisa o incremento dos homicídios no Estado da Bahia, Brasil, a partir dos 417 municípios que o compõe. Os resultados a serem apresentados é parte integrante da pesquisa “Homicídios nos Municípios Baianos de 1991-2002: uma análise descritiva”, desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Violência, política de drogas e direitos humanos e financiada pela FAPESB. O estudo originou compreendia os anos de 1991 a 2002. No entanto, nessa comunicação o recorte temporal foi realizado para os anos compreendidos entre 1996 e 2007. Optou-se por atualizar os dados com informações de anos mais recentes, o que proporciona um retrato mais atual do

fenômeno e porque tal procedimento permite trabalhar apenas com a Revisão X da Classificação Internacional de Doenças (CID).

As frequências de homicídios foram trabalhadas para a população total, por grupo de sexo, por faixas etárias e por raça/cor, conforme categoria estabelecida pelo Banco de Dados do Sistema de Informação de Mortalidade do DATASUS. A organização das frequências de óbitos foi realizada por local segundo sua distribuição de ocorrência e não de residência, pela importância que a primeira categoria tem para a política de segurança pública.

Os estudos de corte ecológicos se caracterizam pelo emprego de indicadores de e exposição agregados, com definição da unidade de análise, no caso específico desse trabalho, os municípios do Estado da Bahia. Como observam (Kleinbaum et al., 1982 Hennekens, 1987), nos estudos de problemas de saúde, entre os quais, os homicídios hoje são caracterizados, a abordagem ecológica constituiu-se um primeiro e importante passo, no sentido de informar os agravos de saúde, as relações que se estabelecem entre a variável e fatores outros de exposição que podem ser avaliados para o levantamento de hipóteses causais e sua distribuição espacial.

Esta questão tem sido levantada por pesquisadores que vêm se dedicando à temática. Cano (2000), ao realizar pesquisa sobre indicadores de criminalidade no Rio de Janeiro, observou que os dados das polícias apresentam inúmeros problemas como: falta de padronização entre as categorias em anos diferenciados; informações duplicadas por departamentos distintos de polícias; inexistência de dados sobre características das vítimas, dos agressores e dos atos delituosos; ausência de padrão nos procedimentos de coleta de informações e nas categorias utilizadas entre unidades diferentes, e um número bastante alto de sub-notificação. Córdia et al. (2003) também atentou para o fato de que no decorrer dos procedimentos investigativos e judiciais pode ocorrer a categorização diferente do mesmo evento.

Outro problema que dificulta a utilização de informações policiais para monitorar atividades criminais ou violência no Brasil, é que os dados policiais publicados fornecem informações apenas sobre o número de eventos criminais, mesmo quando envolvem mais de uma vítima ou agressor. Desta forma, um homicídio múltiplo, tal como uma chacina, é considerado como um caso apenas, independente do número de vítimas (Cardia et al., 2003).

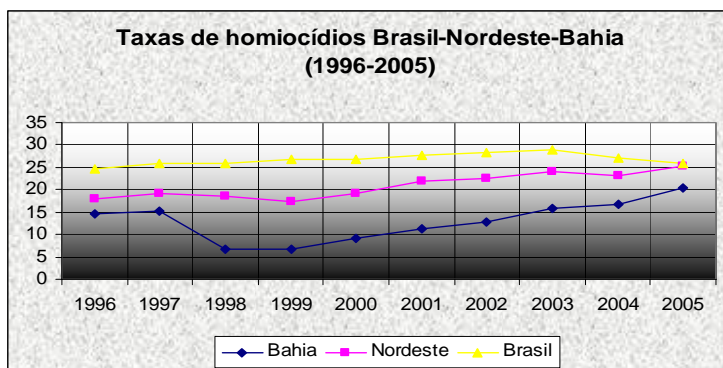
De outro modo, apesar do SIM apresentar problemas como um número significativo de dados indeterminados ou não identificados para algumas categorias, há um processo de homogeneização dos dados que vem sendo empregado pelo Ministério da Saúde às secretarias municipais e estaduais de saúde que tem facilitado estudos epidemiológicos e sociais com estes dados. De outro modo, nos últimos anos vários ajustes têm sido feitos visando à diminuição de subnotificações e indeterminações.

II. Taxas de Homicídios Geral na Bahia

A Bahia é um estado com dimensões territoriais amplas, um dos maiores estados brasileiros e com diversidade geográfica e populacional significativa. Composta por 417 municípios, essas unidades estão agrupadas em 31 microrregiões. Suas diferenças podem ser observadas também nas taxas de homicídios, com um número representativo de municípios com taxa zero e outros apresentaram para o ano de 2007, taxa de 88/100.000, caso do Município de Simões Filho, localizado na microrregião de Salvador e na mesorregião Metropolitana de Salvador. A Bahia viu crescer nos últimos anos aumentado a sua taxa geral de homicídios, apresentando-se como um dos estados brasileiros com maior crescimento da taxa de homicídio nos últimos anos.

Como pode ser observado no Gráfico I, o Estado da Bahia, assim como a Região Nordeste apresentou uma evolução da taxa geral de homicídios diferenciada do restante do país. Enquanto o Brasil, entre os anos de 2003 e 2005, apresentou uma queda da taxa de mortalidade por homicídios, a Bahia e o Nordeste cresceram. Ainda que a Bahia apresentasse, ainda, em 2005, uma taxa de homicídios geral menor que a da região Nordeste, o seu crescimento no período foi mais significativo. Os números representam que a região Nordeste e a Bahia, especificamente, possuem peso significativo no fato de no período citado não ter havido uma queda maior na taxa de homicídios no país. Embora desde 1996, a taxa da região Nordeste tenha se apresentado como a terceira maior do país, posição que continuava ocupando em 2005, a diferença é que, enquanto o Sudeste diminuiu as suas taxas de 34/100.00 e o Centro-Oeste passa de 26/100.000 pra 28/100.000, o Nordeste cresce 8 pontos, passando de 17/100.000 para 25/100.000. A Bahia tem entre os anos de 2000 a 2005, dobrada a sua taxa de aproximadamente 10/100.000 para 20/100.000.

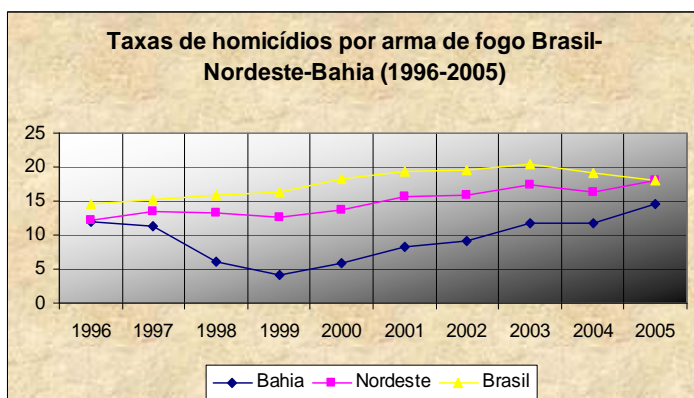
GRÁFICO I



FONTE: GRUPO DE PESQUISA VIOLÊNCIA, POLÍTICA DE DROGAS E DIREITOS HUMANOS/DATASUS

As mortes por arma de fogo são as principais subcausas de morte por violência no Brasil. No entanto, essas taxas, também têm apresentado uma redução de seu índice nos últimos anos, acompanhando o decréscimo observado na taxa geral de homicídios (Gráfico II). O Nordeste e a Bahia, igualmente ao observado em relação à taxa geral, apresentaram um aumento relevante de suas taxas entre 2003 e 2005 e no caso específico da Bahia, praticamente triplicando as mortes por arma de fogo de menos de 5/100.000 para quase 15/100.000. Ou seja, as mortes por arma de fogo tiveram um peso relevante no aumento das taxas de homicídio na Bahia.

Gráfico II



FONTE: GRUPO DE PESQUISA VIOLÊNCIA, POLÍTICA DE DROGAS E DIREITOS HUMANOS/DATASUS

Esse aumento pode ser percebido em relação à frequência geral de homicídios por arma de fogo. A partir do ano de 1999, há um aumento progressivo da frequência passando de 537 para 2025 (Gráfico III)

Gráfico III

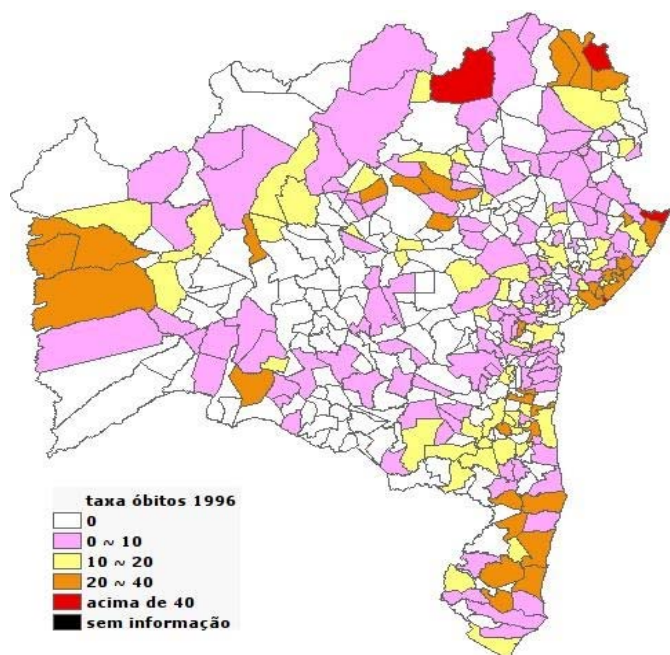


FONTE: GRUPO DE PESQUISA VIOLÊNCIA, POLÍTICA DE DROGAS E DIREITOS HUMANOS/DATASUS

III. Mortalidade por Homicídio nos Municípios Baianos

Em 1996 ocorreram 1860 óbitos por homicídios, na Bahia. Como observado para o referido ano (Mapa I), quase metade dos municípios baianos apresentavam taxa zero de homicídios (201 municípios). Das cidades com mais de 20.000 habitantes Lauro de Freitas cidade situada na mesorregião Metropolitana de Salvador e microrregião de Salvador era aquela que apresentava o maior índice 43/100.00, seguido de perto por Juazeiro, situado na mesorregião do Vale do São Francisco e município sede da microrregião de Juazeiro.

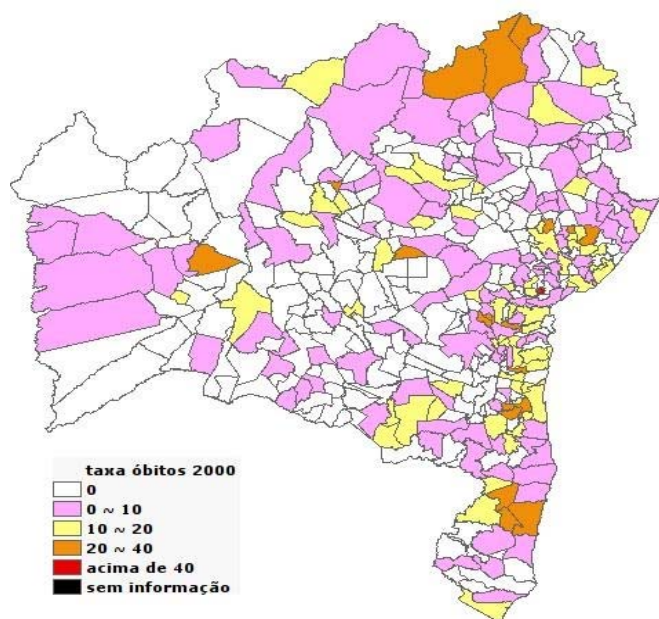
Mapa I- Taxas de Homicídios na Bahia por Município-1996



FONTE: GRUPO DE PESQUISA VIOLÊNCIA, POLÍTICA DE DROGAS E DIREITOS HUMANOS/DATASUS

Avançando a análise até o ano 2000, observa-se a ocorrência de 1194 óbitos por homicídios, no Estado. No referido ano, o número de municípios com taxa de homicídio zero aumenta, passando para 214, mais da metade do número de municipalidades baianas. Em 2000, o município com mais de 20.000 habitantes que apresentava a taxa mais elevada é Itabuna que compõe a mesorregião Sul Baiana e na microrregião de Ilhéus-Itabuna com taxa de 39/100.000, seguido de Juazeiro que apresentava uma taxa de 36/100.000 e Porto Seguro com taxa de 34/100.000. Essas taxas mostram que as mesorregiões Sul Baiana e Metropolitana de Salvador são aquelas que vão apresentar os municípios com as maiores taxas de homicídios no Estado no período estudado.

Mapa II- Taxas de Homicídios na Bahia por Município-2000

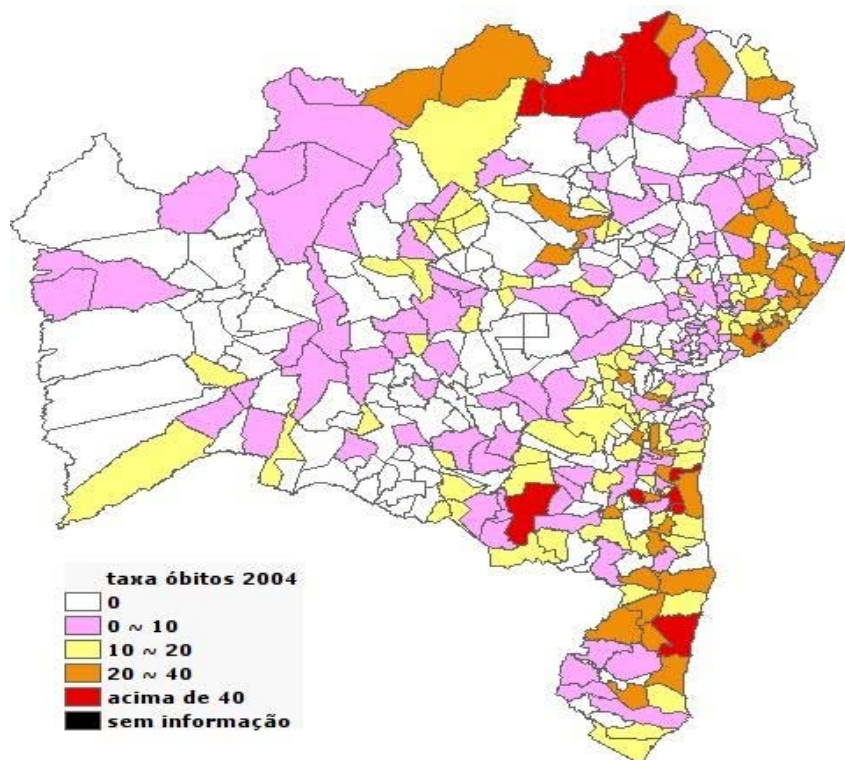


FONTE: GRUPO DE PESQUISA VIOLÊNCIA, POLÍTICA DE DROGAS E DIREITOS HUMANOS/DATASUS

Em 2004, o número de homicídios se apresenta em patamares mais elevados. Nesse ano 2254 óbitos por homicídios foram registrados no Estado. Observa-se, no período, uma diminuição do número de municípios com taxa zero de homicídios (184 municipalidades), o que representa que os homicídios, enquanto o fenômeno

socioespacial passa a cobrir uma parte maior do território baiano. Juazeiro (63/100.000) aparece como a cidade de maior taxa de homicídios, entre aquelas com mais de 20000 habitantes, seguida de Itabuna (58/100.000), Simões Filho (53/100.000) e Lauro de Freitas (51/100.000). Com exceção de Itabuna, situada no Sul baiano, as demais cidades são da mesorregião Metropolitana de Salvador e da microrregião de Salvador.

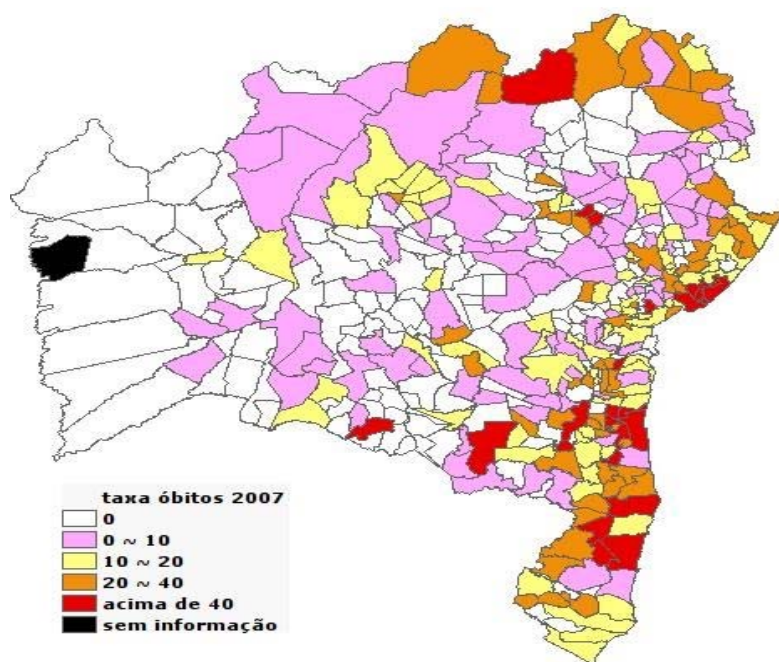
Mapa III- Taxas de Homicídios na Bahia por Município-2004



FONTE: GRUPO DE PESQUISA VIOLÊNCIA, POLÍTICA DE DROGAS E DIREITOS HUMANOS/DATASUS

Para finalizar esta análise dos eventos de homicídios por municípios baianos, em 2007, o Estado da Bahia apresenta a maior frequência de homicídios já registrado pela SIM. Ocorreram nesse ano, 3514 óbitos por homicídios, confirmando a tendência de alta das taxas. Mais uma vez, há a diminuição do número de municípios de taxa zero (159 cidades). O aumento das taxas das cidades com número mais elevado de homicídios também se destaca. Em 1996, Lauro de Freitas, que era a cidade com maior taxa, possuía um índice %0% menor que o apresentado em 2007 por Simões Filho (88/100.000), a cidade com maior taxa. Itabuna (79/100.000) e Lauro de Freitas (76/100.00) são as outras cidades com mais de 20.000 habitantes, com taxas mais elevadas

Mapa IV- Taxas de Homicídios na Bahia por Município-2007



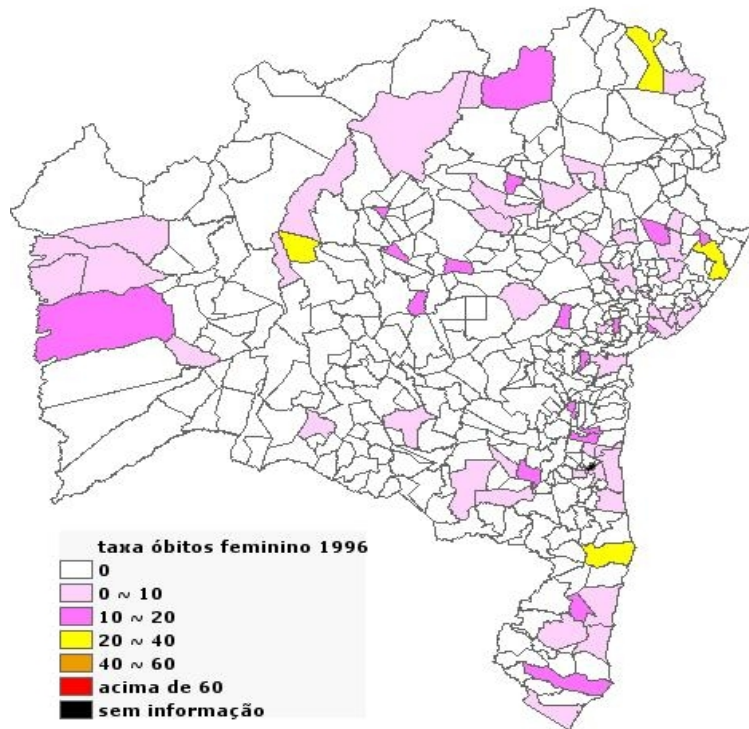
FONTE: GRUPO DE PESQUISA VIOLÊNCIA, POLÍTICA DE DROGAS E DIREITOS HUMANOS/DATASUS

IV- Homicídios por Sexo

Como observa Viano (2007), referindo-se à questão das diferenças entre vitimização de homicídio e agressão com morte entre os gêneros, os homens são em qualquer país as principais vítimas e os maiores agressores homicidas. Há também diferenças entre os locais onde são mortos homens e mulheres. As mulheres possuem maior possibilidade de ser vitimizada fatalmente em sua casa do que os homens. Essas diferenças significativas entre as taxas são explicadas pelo modo de vida e pela rotinização que diferencia os comportamentos masculino e feminino em qualquer sociedade.

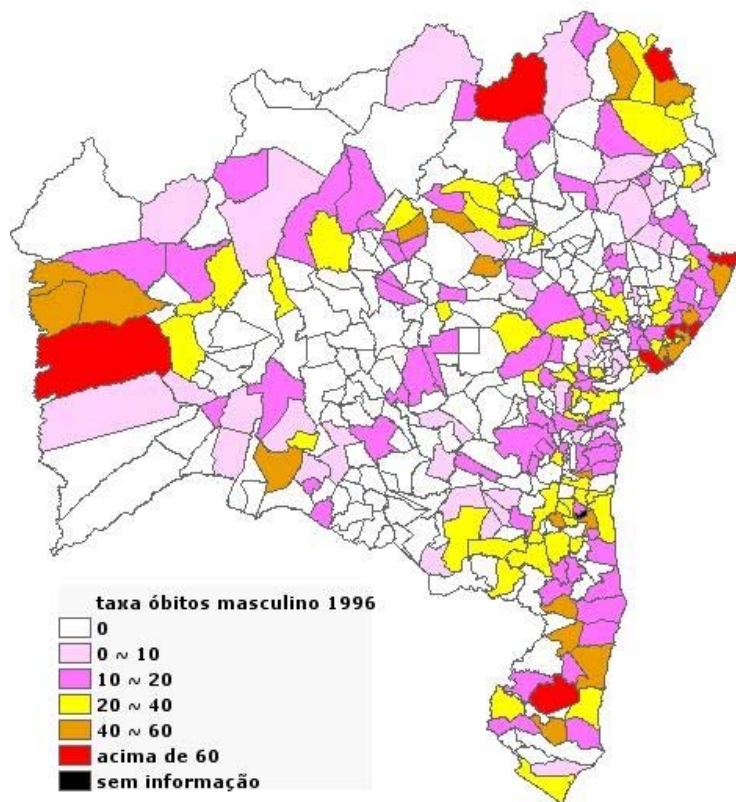
Na Bahia, em 1996, a quantidade de 1676 homens foi vitimada por homicídios (91 %) e 170 mulheres (9%). Em 2007, o número de homens vitimizado subiu para 3287 (93%) e de mulheres 241 (7%). Ainda que haj o aumento do número absoluto de vítimas do sexo feminino no período, o percentual de homens vítimas aumentou em relação ao total de vítimas e, conseqüentemente, diminui o percentual feminino. Como podemos observar na comparação dos mapas V e VI e nos mapas VII e VII, nos anos extremos do estudo, 1996 e 2007, a taxa de homicídios aumentou mais significativamente nas cidades baianas na população masculina.

Mapa V- Taxas de Homicídios 1996-População Feminina



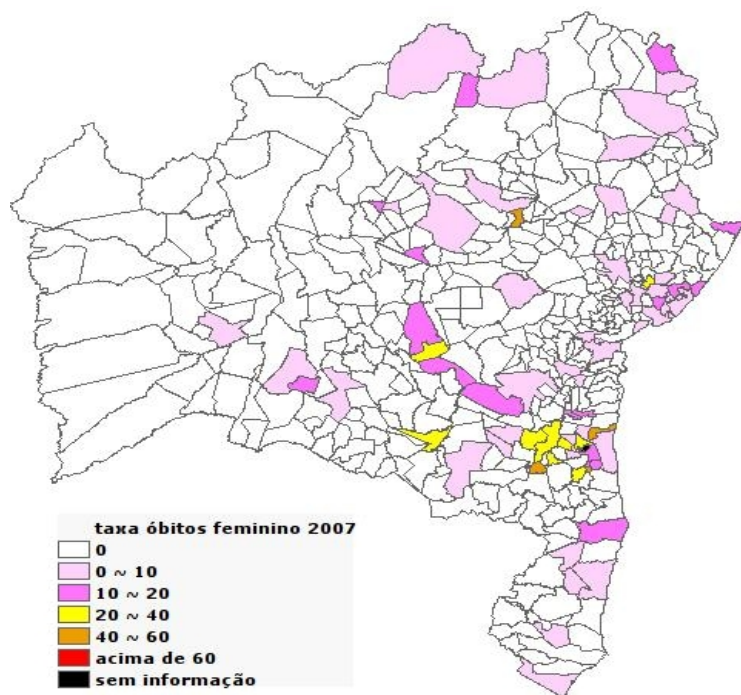
FONTE: GRUPO DE PESQUISA VIOLÊNCIA, POLÍTICA DE DROGAS E DIREITOS HUMANOS/DATASUS

Mapa VI- Taxas de Homicídios 1996-População Masculina



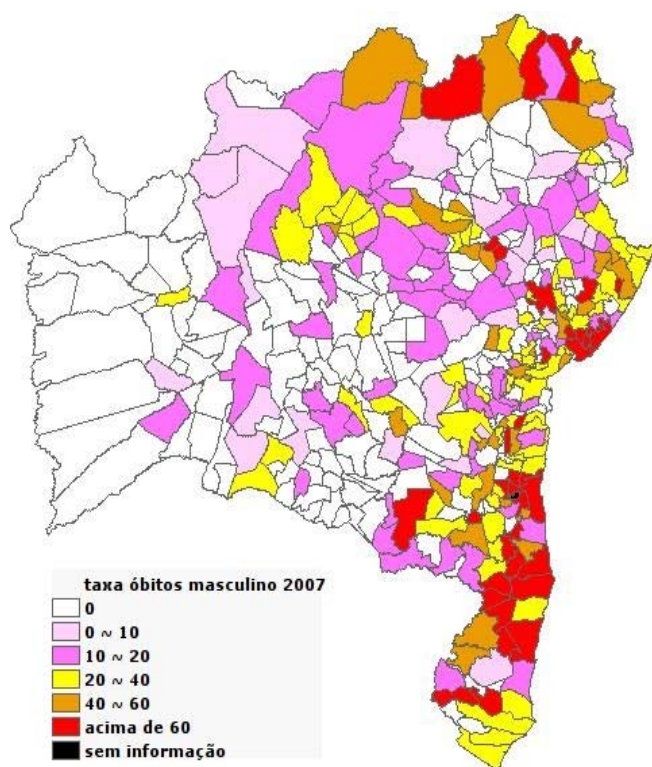
FONTE: GRUPO DE PESQUISA VIOLÊNCIA, POLÍTICA DE DROGAS E DIREITOS HUMANOS/DATASUS

Mapa VII- Taxas de Homicídios 2007-População Feminina



FONTE: GRUPO DE PESQUISA VIOLÊNCIA, POLÍTICA DE DROGAS E DIREITOS HUMANOS/DATASUS

Mapa VIII- Taxas de Homicídios 2007-População Masculina



FONTE: GRUPO DE PESQUISA VIOLÊNCIA, POLÍTICA DE DROGAS E DIREITOS HUMANOS/DATASUS

V- Homicídios por Raça/Cor

Na Bahia, somente a partir do anos de 2005, as informações sobre homicídios segundo raça/cor é que passam a ser mais confiáveis, com menor subnotificação. Conforme tabela I, o grupo preto/pardo representa entre 2003 e 2005, cerca de 85 % do total dos homicídios. A subnotificação vem diminuindo nos últimos anos,

demonstrando a melhoria da qualidade das informações sobre esta importante variável nos estudos sobre homicídios.

Tabela I:

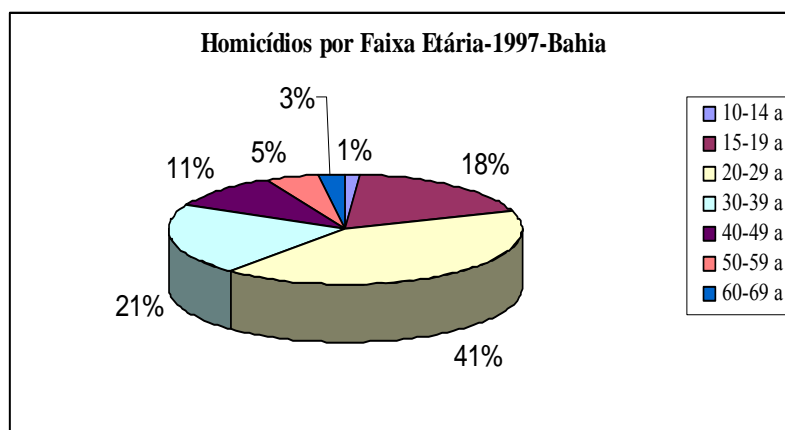
	Preto/pardo	Branco	Outros	Não informado
2005	83	6	0,1	11,3
2006	85,44	5,8	0,3	8,5
2007	85	7	0,1	7,6

FONTE: GRUPO DE PESQUISA VIOLÊNCIA, POLÍTICA DE DROGAS E DIREITOS HUMANOS/DATASUS

VI- Homicídios por Faixa Etária

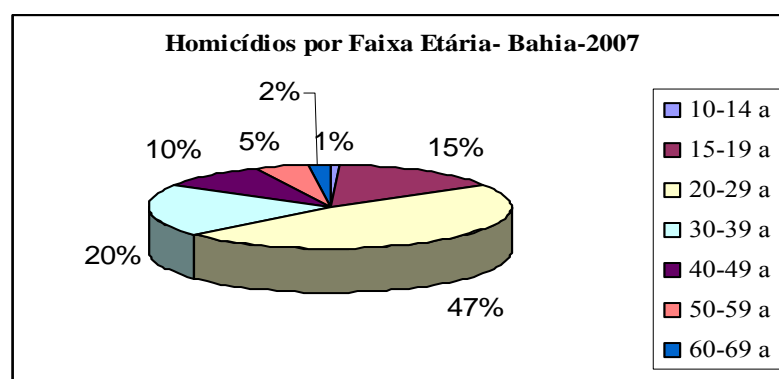
Em um intervalo de 10 anos, de 1997 a 2007, como se pode observar nos gráficos V e VI, não houve mudanças em relação à participação do percentual das faixas etárias no total dos homicídios no Estado. Embora tenha havido aumento da frequência em todas as faixas etárias, percebe-se o incremento da faixa etária de 20-29 anos no total dos homicídios, alcançando no ano de 2007, praticamente a metade dos homicídios. A vulnerabilidade dos jovens nesta faixa etária é muito alta. As outras faixas etárias diminuíram percentualmente sua participação na totalidade das mortes violentas por homicídio.

Gráfico IV



FONTE: GRUPO DE PESQUISA VIOLÊNCIA, POLÍTICA DE DROGAS E DIREITOS HUMANOS/DATASUS

Gráfico V



FONTE: GRUPO DE PESQUISA VIOLÊNCIA, POLÍTICA DE DROGAS E DIREITOS HUMANOS/DATASUS

Considerações Finais

O Estado da Bahia tem apresentado um aumento significativo de suas taxas de homicídios, na contramão da média nacional que tem apresentado uma diminuição. Em relação aos municípios aqueles localizados nas mesorregiões Metropolitana de Salvador, Sul da Bahia e Vale do São Francisco são aqueles que apresentam as taxas

maiores com destaque para Simões Filho, Lauro de Freitas, Itabuna e Juazeiro. Os homens, os jovens, e o grupo raça/cor preto/pardo são aqueles mais vulneráveis ao evento dos homicídios.

Referências

- FRAGA, P. C. P. (2000) “Juventude, Violência e Narcotráfico no Brasil: Para Além do Rural e do Urbano”. In: IULIANELLI, J. A. & MOTA, A. M. Narcotráfico e Violência no Campo. Rio de Janeiro: DP&A,
- FRAGA, P. C. P. (2002) Violência no Brasil e vínculos com a organização criminal. Tempo e Presença, (323). (P.13-17)
- FRAGA, P. C. P. (2003) Da Favela ao Sertão: Juventude, Narcotráfico e Institucionalidade In: FRAGA, P.C.P. & IULIANELLI, J.A. Jovens em tempo real. Rio de Janeiro: DP&A
- FRAGA, P. C. P. et al. (2008). Homicídios nos Municípios Baianos de 1991-2002: uma análise descritiva. Relatório de Pesquisa.
- HENNEKENS, C.H. et al., (1987) Epidemiology in Medicine. Boston: Little, Bowon & Co.
- KELLERMAN, A. (1993) Gun ownership as a risk factor for homicide in the home. The New England journal of medicine, 329, (P.1084-1091).
- KENNEDY, B. P. et al. (1998) Social Capital, Income inequality and firearm violent crime. Social Science and Medicine, 47(1), (P.7-17).
- MELLO JORGE, M. H. (1998) Como Morrem Nossos Jovens? In BERQUÓ, E. (org) Jovens Acontecendo nas Trilhas das Políticas Públicas. Brasília: CNPD.
- MINAYO, M. C. et Al. (1999) Fala Galera: Juventude, Violência e Cidadania no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Garamond.
- MELLO-JORGE, M. H. (2000) Acidentes e violências no Brasil: Breve análise de suas fontes de dados. Fórum de Debates Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas. IPEA, Rio de Janeiro.
- MELLO-JORGE, M. H. (1998) Investigação sobre a mortalidade por acidentes e violências na infância. Tese de livre docência. Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo.
- SOUZA, E. R. e Col. (1997) Violência no Município do Rio de Janeiro: áreas de risco e tendências da mortalidade entre adolescentes de 10 a 19 anos. Revista Pan-americana de Saúde Pública. Vol. 1 (5), (P.389-398).
- SZWARCWALD, C. L. & LEAL M. do C. (1999) Sobrevivência Ameaçada dos Jovens Brasileiros: A Dimensão da Mortalidade por Armas de Fogo. In BERQUÓ, E. (org) Jovens Acontecendo nas Trilhas das Políticas Públicas. Brasília: CNPD.

Saúde e vulnerabilidade na adolescência: uma questão da contemporaneidade I

Marta Iossi Silva
Universidade de São Paulo
maioffi@eerp.usp.br

Beatriz Oliveira Pereira
Universidade do Minho
beatriz@iec.uminho.pt

Maria das Graças Carvalho Ferriani
Universidade de São Paulo
caroline@eerp.usp.br

Resumo: O objetivo deste estudo foi identificar como os adolescentes percebem sua realidade em termos da vulnerabilidade da sua saúde. O campo de estudo foram duas escolas de educação fundamental de Ribeirão Preto – SP - Brasil, tendo como sujeitos 283 adolescentes de 10 a 19 anos.

O estudo é de natureza qualitativa. Realizaram-se 18 grupos focais com cerca de 15 adolescentes cada um; a partir dos grupos focais, os sujeitos foram convidados a participar espontaneamente de entrevistas individuais semi-estruturadas, sendo realizadas 17 entrevistas, as quais foram alcançadas, considerando-se a representatividade e saturação da amostra. A análise dos dados foi realizada com base na análise temática de conteúdo e em princípios hermenêutico-dialéticos.

A partir das falas dos sujeitos, identificaram-se cinco núcleos temáticos relacionados à sexualidade e prevenção, ao contexto violento vivido, ao uso de drogas, à pobreza e à falta de acesso à saúde e educação como fatores de vulnerabilidade. Os fatores estão apresentados de forma distinta, a fim de possibilitar um melhor entendimento, no entanto, entende-se que estes estão

imbricados em uma complexa rede de interação e multifatorialidade que tem no conceito de vulnerabilidade sua perspectiva de compreensão e que se faz necessário não pensar as políticas públicas, a prevenção ou a assistência na adolescência a partir de um único referencial ou setor, e sim reconhecer a pluralidade do ser adolescente, nas três dimensões da vulnerabilidade: social, político-institucional e pessoal, e não mais na idéia de universalidade do sujeito adolescente.
Palavras-chave: adolescência, saúde, vulnerabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Cada etapa do ciclo vital oferece ao ser humano novas oportunidades de inserção no mundo. A adolescência constitui um período da vida onde, em maior intensidade que em outros, se manifesta a interação entre os aspectos individuais, biológicos, sociais e os conhecimentos e valores construídos ao longo das experiências de vida, além de um potencial para o desenvolvimento de novas habilidades e oportunidades que se configuram no conjunto de características que dão unidade ao fenômeno da adolescência.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.º 8.069/90 (Brasil, 2007), circunscreve a adolescência como o período de vida que vai dos 12 aos 18 anos de idade, já a Organização Mundial da Saúde (Organização Mundial da Saúde [OMS], 1997) delimita a adolescência como a segunda década de vida - 10 aos 19 anos -, fronteira cronológica que adotaremos no presente estudo.

Se por um lado, historicamente a adolescência vem sendo definida como um período de transição da infância para a vida adulta, carregando expressões como “fase de transição”, “crise de identidade”, “busca de autonomia” e “processo de afirmação”, cabe destacar que, na atualidade, o ponto de partida para a (re) construção de um conceito de adolescência é a sua abordagem como uma fase específica do desenvolvimento humano, caracterizada por mudanças e transformações múltiplas e fundamentais, para que o ser humano possa atingir a maturidade e se inserir na sociedade no papel de adulto (Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], 2002).

A concepção do ser adolescente deve estar pautada em uma visão sistêmica e construtivista do processo de adolecer, onde o sujeito desse processo seja visto dentro de suas singularidades e interações com o seu contexto familiar e social, em um dado momento histórico e cultural. Neste sentido, é paradigmático reconhecer, de acordo com Ayres (1994, p.55, grifo nosso), o “sujeito social adolescente” como um segmento populacional com demandas particulares e potencialmente privilegiadas na perspectiva da construção da cidadania.

A população adolescente no Brasil, aquela na faixa etária entre 10 e 19 anos, é um grupo com grande expressividade populacional, que corresponde a 21% da população nacional, são 35.302.872 adolescentes, dos quais 50,4% são homens e 49,5% são mulheres (Brasil, 2006).

À medida que o tamanho relativo da população adolescente cresce, também aumenta a necessidade de se conhecer e interferir no contexto em que o seu crescimento e desenvolvimento ocorrem, bem como nas políticas públicas de proteção e atenção integral.

A proposta de atenção integral à saúde dos adolescentes é intervir nesse processo por meio de ações que satisfaçam suas necessidades e permitam o desenvolvimento de competências e habilidades, tornando-os parte de redes sociais e diminuindo sua vulnerabilidade.

A noção de vulnerabilidade procura particularizar as diferentes situações dos sujeitos em três planos analíticos ou componentes, ou seja, a vulnerabilidade individual, social e programática, cuja pretensão é a busca da “síntese”, em contraste ao caráter eminentemente analítico do conceito de risco, pedindo, portanto, olhares para múltiplos planos e, em particular, para estruturas sociais vulnerabilizantes ou condicionamentos de vulnerabilidades, reconhecendo a determinação social dos agravos e necessidades dos sujeitos e se colocando como um convite para a renovação das práticas de saúde, como práticas sociais e históricas, envolvendo diferentes setores da sociedade (Ayres, França JR., Calazans & Saletti Filho, 2003; Sánchez & Bertolozzi, 2007).

Mediante tal quadro, temos como objeto de estudo, adolescentes escolares envolvidos em grupos de educação em saúde desenvolvidos em escolas públicas do município de Ribeirão Preto.

Subsidiados nos objetivos da presente pesquisa, procuramos responder a questões como: os adolescentes se reconhecem como um grupo vulnerável? A que tipo de vulnerabilidade estão expostos, considerando o contexto em que estão inseridos?

A partir dessas considerações, torna-se relevante, então, compreender e identificar como os adolescentes percebem sua realidade, em termos da vulnerabilidade da sua saúde.

2 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

Os adolescentes são sujeitos únicos que possuem uma história e uma consciência crítica. Suas ações possuem intenção e significado capazes de revelar sua visão de mundo e suas percepções.

Assim sendo, buscamos, na abordagem qualitativa, uma alternativa metodológica que poderá nos ajudar a entender a realidade expressa pelas percepções desses adolescentes, aqui entendida como aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais e como

práticas interpretativas que contemplam os sentidos que os sujeitos atribuem aos fenômenos (Minayo, 2002; Denzin & Lincoln, 2000; Deslandes & Gomes, 2004).

O presente trabalho configura-se como parte de um projeto maior intitulado “O adolescente enquanto protagonista no seu espaço social”, por meio do qual buscamos compreender como os adolescentes percebem sua realidade, em termos da vulnerabilidade da sua saúde, e qual sua participação nesse contexto com relação ao protagonismo juvenil.

O campo de investigação, enquanto realidade a ser compreendida e investigada, foram duas escolas municipais de ensino fundamental, localizadas em bairros periféricos da cidade de Ribeirão Preto, e que contam com o trabalho de extensão da universidade e ações de equipes de saúde da família que vêm realizando, durante o ano, grupos de educação em saúde com os adolescentes.

O trabalho de educação em saúde pauta-se na abordagem participativa e lúdica e é desenvolvido a partir da quarta série do ensino fundamental, por meio do qual se realizam grupos que abordam temáticas de interesse dos adolescentes, com ênfase na sexualidade, prevenção das DST/Aids, da gravidez e do uso e abuso de drogas, tendo como responsáveis professores, enfermeiros da unidade de saúde de referência da escola ou estagiários da universidade com acompanhamento do docente responsável.

Nos anos de 2006 e 2007, pudemos levantar por meio dos registros da escola e com os próprios estudantes que 283 adolescentes de 10 a 19 anos haviam participado ou estavam participando deste tipo de atividade, adolescentes que constituíram nossa amostra de conveniência, considerando-se as duas escolas em estudo.

A coleta dos dados se apoiou na realização de grupos focais e entrevistas semi-estruturadas. Entre as técnicas de que se vale a abordagem compreensiva, uma das mais proficuas são os grupos focais. O grupo focal é uma técnica de pesquisa na qual os membros do grupo narram e discutem visões e valores sobre eles próprios e o mundo que os rodeia. Caracteriza-se como um foro de expressão de características psicossociológicas e culturais que prevê a obtenção de dados, a partir de discussões cuidadosamente planejadas onde os participantes expressam suas percepções, crenças, valores, atitudes e representações sociais sobre uma questão específica num ambiente permissivo e não-constrangedor (Westphal, Bógus & Faria, 1996).

Tendo como fundamentação os critérios básicos para a definição de uma amostra, proposto por Minayo (2002), a amostra de conveniência para os grupos focais e entrevistas foi composta a partir dos seguintes princípios (i) privilegiar os adolescentes, nossos atores sociais, que detêm os atributos que pretendemos conhecer, ou seja, adolescentes de 10 a 19 anos que participam ou participaram de grupos de adolescentes na escola. Isso significa um cuidado para a escolha do locus e do grupo que contenham o conjunto das experiências e expressões que se pretende objetivar com a pesquisa; (ii) tê-los como número suficiente para permitir a reincidência e homogeneidade das informações; (iii) considerar a possibilidade de inclusões sucessivas de sujeitos até que seja possível uma discussão aprofundada das questões da pesquisa. Assim, a amostra não buscou uma representatividade numérica e sim um aprofundamento da temática.

Neste estudo, constituíram-se 18 grupos focais com cerca de 15 adolescentes cada um, mantendo-se uma proporcionalidade entre o número de grupos e o total de adolescentes que haviam participado de atividades educativas nas escolas, assim nesta etapa da investigação a amostra foi definida por exaustão, ou seja, os participantes foram todos aqueles que faziam parte do universo dos grupos de educação em saúde, realizados nos anos de 2006 e 2007. Os grupos foram compostos mediante as séries de cada estudante participante, onde procuramos agregar alunos de cada turma em grupos de uma mesma série. O contato com os adolescentes realizou-se fora da sala de aula, ocasião em que foi possível explicitar o objetivo do grupo focal e propiciar aos adolescentes um tempo para pensar sobre o tema. Cada grupo compreendeu uma sessão. A sessão do grupo focal iniciava-se com a apresentação dos objetivos do estudo e com a discussão do conceito de vulnerabilidade, a partir de duas questões disparadoras: o que é estar vulnerável? Todos nós sabemos que os adolescentes hoje estão sujeitos a muitos problemas, em casa, na escola, no bairro, na roda de amigos. Na opinião de vocês quais são os principais problemas relacionados à saúde aos quais os adolescentes estão vulneráveis ou enfrentam hoje?

A partir das sessões de grupos focais, os adolescentes foram convidados a participar espontaneamente das entrevistas individuais na própria escola. Para tanto, explicamos a cada adolescente entrevistado, de forma clara e objetiva, o que pretendíamos e também sobre a necessidade de gravação das entrevistas, pedindo-lhes permissão para tal. O fato de já termos mantido contato com os adolescentes através do grupo focal facilitou o diálogo durante as entrevistas, criando um clima de tranquilidade e desinibição. Realizamos um total de 17 entrevistas individuais, as quais foram alcançadas, considerando-se a representatividade da amostra a partir da sua saturação (Fontanella, Ricas & Turato, 2008).

Em termos de tratamento dos depoimentos, utilizou-se o método de análise temática de conteúdo (Minayo, 2002; Bardin, 2002). Para Bardin (2002), o tema é uma unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado, segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura, está ligado a uma afirmação a respeito de um assunto, podendo ser representado através de palavras, resumos ou frases.

Para a análise de conteúdo atingir a compreensão das significações e ultrapassar as tendências quantitativas, esta deve relacionar os significados e significantes, articulando a superfície dos textos descrita e analisada com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem. Para tanto, para a análise dos discursos, nos baseamos em princípios hermenêutico-dialéticos os quais nos possibilitou o confronto de diferentes posicionamentos na interpretação dos sentidos, uma vez que este método coloca a fala em seu contexto, para compreendê-la a partir do seu interior, e no campo da especificidade histórica e totalizante em que é produzida (Minayo, 2002).

Assim, a hermenêutico-dialética nos permitiu compreender a realidade expressa por estes adolescentes, a partir de uma reconstrução histórica, objetiva e ao mesmo tempo subjetiva dos seus discursos, discernindo o sentido oculto num sentido aparente.

A trajetória analítico-interpretativa percorreu os seguintes passos: (i) contato exaustivo com o material, procedendo, inicialmente, à leitura geral e compreensiva das comunicações para contato com o todo de cada entrevista, buscando as primeiras familiarizações com o conteúdo, sem, no entanto definir classificações (leitura flutuante); (ii) apreensão das particularidades do material gerado pela pesquisa original, identificação e recorte temático dos depoimentos acerca da seguintes questão: quais são os principais fatores de vulnerabilidade relacionados à saúde que os adolescentes enfrentam hoje; (iii) organização do material, considerando critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (constituição do corpus); (iv) determinação de palavras-chaves ou frases, recortes, modalidade de codificação e conceitos teóricos a serem analisados no estudo; (v) exploração do material, visando a alcançar os núcleos temáticos e, na seqüência, correlacionar os núcleos de sentidos de cada fala; e (vi) elaboração da síntese interpretativa.

Para garantir o caráter sigiloso das informações e dos sujeitos, na transcrição dos depoimentos, os grupos focais foram codificados por letras onde "G1A" refere-se ao grupo focal um da escola A; "G1B" ao grupo focal um da escola B; "E1A" refere-se à entrevista número um da escola A; "E2A" à entrevista número dois da escola A e "E1B" refere-se à entrevista número um da escola B; "E2B" à entrevista número dois da escola B e assim sucessivamente.

O projeto de pesquisa no qual se insere este trabalho foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, em cumprimento à Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 AS IDÉIAS ASSOCIADAS À VULNERABILIDADE NA ADOLESCÊNCIA

Antes de discutirmos os fatores de vulnerabilidade à saúde a que os adolescentes acreditam estar expostos, procuramos discutir com eles, nos grupos focais, o que é vulnerabilidade. Muitos adolescentes consideram estar vulnerável a correr risco de "pegar alguma doença" ou "sofrer algum dano que traga problema para a sua saúde":

"Estar vulnerável é quando a gente corre o risco de pegar alguma coisa" (G2B)

"Acho que é quando os jovens não sabem fazer a coisa certa pra se proteger" (G5A)

"[...] é a gente se expor e corre o risco de sofrer alguma coisa ruim" (G8B)

Tradicionalmente a expressão vulnerabilidade esteve ligada à idéia de risco, no entanto, a partir da década de 1990, observamos diferentes estudos que apontam um novo conceito de vulnerabilidade que busca superar o marco do conceito de risco, tradicionalmente empregado no âmbito da epidemiologia clássica (Kalepini, 2000; Ayres, 2002; Ayres et al., 2003; Meyer, Mello, Valadão, Ayres, 2006; Sánchez, Bertolozzi, 2007).

Observamos, no entanto, que muitos adolescentes avançam na idéia de que a vulnerabilidade não está ligada somente a fatores individuais, reforçando a idéia de que a vulnerabilidade se associa às diferenças individuais e às formas de lidar com elas associadas às dificuldades ambientais, culturais e sociais.

"[...] mais se a gente não tem uma boa escola ou um posto de saúde que atenda a gente direito a gente também fica em mais perigo ... como é... vulnerável" (G2A)

"Sabe pra ficar mais protegido a gente precisa de mais apoio, mais condições mais o governo não vê isso" (G8B).

"[...] se nós tivesse mais dinheiro, mais comida, se o salário do meu pai fosse melhor nós podia estar melhor" (G6A).

Essas falas denotam a idéia da complexa interação entre a predisposição individual à vulnerabilidade, o ambiente vivenciado e a presença/ausência de estrutura social (Delor & Hubert, 2000; Yunes & Szymanski, 2001; Ayres et al., 2003).

Esta noção de vulnerabilidade vem confirmar a visão de um homem plural, construído na sua diversidade, a partir das suas diferenças, não cabendo mais a idéia de pensar as políticas públicas e as ações comunitárias, a partir de uma perspectiva de universalidade do sujeito.

Temos de falar não da adolescência, mas das adolescências, que são definidas por aquilo que está ao redor, pelos contextos socioculturais, pela sua realidade, situando-as em seu tempo, em sua cultura.

“Mas existem adolescentes que são mais vulneráveis que outros, nós aqui, por exemplo, temos mais problemas que os lá do alto da cidade” (G3A).

Considerando o apontado pela literatura e pela nossa experiência profissional, algumas questões se mostram relevantes quando falamos da vulnerabilidade dos adolescentes, seja com relação a sua saúde, a exemplo da gravidez na adolescência, da infecção pelo HIV/Aids, do uso e abuso de drogas, da violência intrafamiliar e urbana, da pobreza, da exclusão social, da limitação de acesso a bens e serviços (Rodriguez, 2003; Castro & Abramovay, 2002; Castro, Abramovay, Rua, Andrade, 2001.; Waiselfisz, 2004).

No conjunto das falas dos adolescentes entrevistados, a vulnerabilidade se encontra associada a idéias que foram agrupadas em cinco temáticas: sexualidade e prevenção - “pra fazer mais seguro”, violência - “aqui é muito violento”, drogas - “amizade não é nada de drogas”, pobreza - “a gente não precisa só disso” e saúde e educação - “nem saúde, nem educação” que passaremos a discutir a seguir.

3.2 SEXUALIDADE E PREVENÇÃO - “PRA FAZER MAIS SEGURO”

Nos discursos apresentados pelos sujeitos da presente pesquisa, este núcleo de sentido aborda a sexualidade e a prevenção indicando as DST/HIV/Aids e a gravidez como fatores de vulnerabilidade em função da não-prevenção ou imaturidade dos adolescentes.

“Só que o menino ou ela poderia ter pegado AIDS, poderia ter tido algum problema, porque eu acho que deve fazer com a camisinha [...] pra fazer mais seguro”(E1A).

Tem adolescentes que a saúde deles estão muito ruim, porque eles também começam a fazer muitas coisas que prejudicam o corpo deles,[...] eles também fazem sexo, eles podem também pega AIDS, podem também pega muitas doenças. (E3A)

Tem também a gravidez né, na adolescência, muitos jovens que não têm prevenido, acaba ocorrendo isso. E a AIDS, porque as pessoas fazem e não se cuidam né, acaba acontecendo isso. (E5B)

A sexualidade é uma dimensão fundamental de todas as etapas da vida de homens e mulheres, envolvendo práticas e desejos relacionados à satisfação, à afetividade, ao prazer, aos sentimentos, ao exercício da liberdade e à saúde. A sexualidade humana é uma construção histórica, cultural e social e se transforma conforme mudam as relações sociais. No entanto, em nossa sociedade, foi histórica e culturalmente limitada em suas possibilidades de vivência, devido a tabus, mitos, preconceitos, interdições e relações de poder.

Para os adolescentes entrevistados, esta dimensão se traduz em um campo de descobertas, experimentações e vivência da liberdade, como também na construção da capacidade para a tomada de decisões, de escolhas, de responsabilidades.

“Ah, falta de camisinha né, que às vezes os jovens faz isso tipo assim, por uma brincadeira assim sabe, e eu acho que pra faze isso eles tinham que te mais responsabilidade” (E7B).

“As meninas tão enfrentando muita gravidez, na adolescência, porque não fez com segurança” (E12A).

A sexualidade se destaca como um campo em que a busca por autonomia de projetos e práticas é exercida de forma singular e com urgência própria da juventude (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 2003).

Porque eles querem, eles querem fazer sexo na hora errada, não querem esperar a hora certa, para fazer sexo. (E6A)

Segundo estudo da Unicef (2002), dos adolescentes brasileiros com faixa etária entre 12 e 17 anos, 32,8% já haviam tido relações sexuais. Quanto à prática do sexo seguro (uso do preservativo nas relações sexuais), 52% dos adolescentes com vida sexual utilizaram o preservativo, nas relações sexuais já vivenciadas.

A gravidez na adolescência tem sido um tema amplamente discutido nos debates sobre saúde sexual e saúde reprodutiva na adolescência. Em geral, a gravidez na adolescência tem sido considerada uma situação de vulnerabilidade como elemento determinante na reprodução do ciclo de pobreza das populações, ao colocar impedimentos na continuidade de estudos e no acesso ao mercado de trabalho, sobretudo entre as adolescentes (Brasil, 2005).

No entanto, devemos olhar com certo cuidado essas afirmações, uma vez que este fato está sim associado à vulnerabilidade social e programática, porém a exclusão social e educacional a que muitas adolescentes estão expostas já se apresenta anteriormente à ocorrência da gravidez, ou seja, muitas adolescentes quando engravidam já estão fora da escola.

A reflexão mais crítica sobre essa questão permite considerar a gravidez na adolescência como um acontecimento que está associado a diversos fatores sociais, como também pessoais e familiares. Com efeito, em muitos casos, a gravidez na adolescência está relacionada com a situação de vulnerabilidade social, bem como ao acesso aos serviços de saúde, e ao baixo status de adolescentes mulheres nas relações sociais vigentes, sobretudo das pobres e negras. Ao mesmo tempo, nesta faixa etária, a gravidez pode ainda estar relacionada com o desejo de se tornar mãe e de constituir uma família.

Estudos realizados em diferentes países e grupos sociais demonstram aumento da taxa de fecundidade nas adolescentes, em confronto com a diminuição dessas taxas na população geral (Unicef, 2002), este crescimento não se apresenta somente entre os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, embora seja comum destacar-se que as taxas de fecundidade entre as jovens que vivem em regiões consideradas mais desenvolvidas tendem a ser menores (Castro & Abromavay, 2002).

Nas falas dos adolescentes, a questão das DST/Aids também está presente como um fator de vulnerabilidade atual na adolescência. Isto se associa à questão do uso do preservativo como um fator de proteção e diminuição da vulnerabilidade.

“Ah, sobre uma doença, ah sobre não usa camisinha, preservativo né? Muito importante” (E2B).

“É com certeza não é por falta de aviso, porque tem as DSTs que a gente sabe”(E15B).

“Sobre as doenças sexuais da juventude, porque tem muita gente que não é prevenida, que não se cuida, anda por aí em tudo quanto é lugar, sem camisinha. Eu tive uma amiga na quinta série, ela tava grávida, hoje ela tem três filhos” (E14B).

A epidemia de HIV/Aids e seus índices entre a juventude e adolescência brasileira representam um importante campo de intervenção da saúde sexual e da saúde reprodutiva, seja no plano da prevenção, seja no da assistência e da promoção da saúde.

3.3 CONTEXTO VIOLENTO – “AQUI É MUITO VIOLENTO”

Gostaríamos aqui de apreender o fenômeno da violência em especial na sua conceituação, formas e expressões, considerando sua complexidade, polissemia, subjetividade e controvérsia, além de reconhecer e assinalar que também se trata de um problema multifacetado e multidimensional.

Os diversos tipos de violência costumam se expressar de forma associada, conformando uma rede onde aquelas que expressam os conflitos do sistema social se articulam nos níveis interpessoais (Minayo, 2002).

Os adolescentes situam como fator de vulnerabilidade a violência a que estão expostos em seu cotidiano, ou no âmbito privado de seus lares ou público, a exemplo da escola, das ruas.

“Tipo assim, vou da um exemplo... uma série acima, é ela parece que tem o poder né, ela pensa que tem mais poder do que a série abaixo. Então que acontece, tem ameaças, tipo assim, ah vou te bater na rua, esse tipo de ameaça ta acontecendo sempre, e acho que isso acaba influenciando depois os menores, que vai pra uma série acima, fazer isso com os debaixo [...] bate na hora da saída” (E5A).

“Aqui na escola às vezes tem muita briga aqui dentro e lá fora” (E9B)

Esses adolescentes se vêem marcados tanto pela violência estrutural como pela violência doméstica, pela delinquência e a violência de resistência, onde se sustentam as desigualdades sociais, as situações de miséria e

pobreza, característica das sociedades marcadas pela dominação de classes, por enormes desigualdades na distribuição de renda e pela reação dos sujeitos e grupos socialmente dominados por outros (Minayo, 2002).

Nos debates sobre vulnerabilidades contemporâneas e juventudes, é comum ressaltar-se a exposição a diversos tipos de violências (Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima & Martinelli, 2002; Waiselfisz, 2004), considerando em particular a alta incidência de mortes por causas externas (homicídios e assassinatos) entre os jovens.

“ Tem muita gente, principalmente jovem morrendo de acidente, acho que eles gostam de correr perigo”. (G2A)

“ Você vê todo dia nas notícias adolescentes morrendo , matando se envolvendo em crime, aqui mesmo é assim” (E6A)

Os adolescentes percebem, seja no seu cotidiano mais próximo ou não, a violência externa, de delinquência e interpessoal como um fator que os vulnerabiliza, que coloca uma margem tênue entre a própria adolescência “acho que eles gostam de correr perigo” e ação que os exclui e os vitimiza ou os faz réu “adolescentes morrendo , matando”.

Outro fator apontado diz respeito à prostituição juvenil, a explorações sexuais de adolescentes e jovens, caracterizando-se como uma cruel expressão da desigualdade social. No cenário social estudado, a questão da exploração sexual ultrapassa a questão de gênero, quando os sujeitos apontam que este fato se insere no mundo “tanto pra meninas como pros meninos”.

“Eu vejo muitos adolescentes se prostituindo, porque querem ganhar dinheiro, mas não tem como, vai lá pega o dinheiro, compra álcool, droga, não tá nem aí, vai lá faz o que que, na hora que que.” (E5A)

“Tem também a prostituição, né que também os adolescentes não gostam” (E3A).

“Tipo assim, a prostituição tá caindo muito no mundo dos jovens tanto pra meninas como pros meninos” (E1B).

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes compreende o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie à criança, ao adolescente, a uma terceira pessoa ou várias. A criança e o adolescente são tratados como objeto sexual e mercadoria, esta prática se constitui em uma forma de coerção e violência a qual pode implicar o trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão. É determinada não apenas pela violência estrutural, que constitui seu pano de fundo, como pela violência social e interpessoal, é uma prática disseminada no Brasil – atingindo cidades grandes, médias e pequenas de todo o país – embora a situação seja mais grave em algumas regiões e cidades do país, a exemplo das regiões Nordeste e Sudeste.

No Brasil, não existem dados confiáveis sobre a problemática, apenas estimativas, a partir dos atendimentos do Conselho Tutelar (encaminhados ao Sistema Nacional de Informações para Infância e Adolescência – SIPIA), do Programa Sentinela (programa de governo voltado à proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e sexual) e da Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. Dentre as denúncias enviadas ao SIPIA pelos Conselhos Tutelares dos municípios brasileiros, a violação ao direito de “liberdade, respeito e dignidade” (que inclui a violência física, psicológica e sexual) é responsável por 25% dos casos (Unicef, 2005).

Esse problema, uma das mais graves violações dos direitos humanos de adolescentes e jovens no país, tem impactos diretos sobre a saúde sexual e a saúde reprodutiva, onde as políticas de saúde, educação, segurança e assistência social deveriam ocupar um papel fundamental na constituição de uma rede institucional e intersetorial de enfrentamento.

3.4 DROGAS - “AMIZADE NÃO É NADA DE DROGA”

Alguns sujeitos apontaram a questão do uso de drogas na adolescência e a influência do contexto particular para o uso ou início do uso, como um fator de vulnerabilidade a que muitos adolescentes estão expostos.

“Ah acho que muito assim, pela má influência dos colegas, pelo uso de droga, entendeu?” (E5A).

“Olha, principalmente o negócio das drogas, que as drogas também é muito influenciado, às vezes a gente escuta assim, droga é pra aliviar, pra esquecer os problemas, eu acho que traz mais problemas, do que pra alivia e pra influência... amizade não é droga, pra mim amizade não é nada de droga” (E11B).

“Todo dia que você vai sai com um amigo seu, pra algum lugar atrás dele, ou quando ele vai fumá, aí todo hora ele vai te fala: Tu qué um pouquinho, tu vai fala não... vai indo, vai indo, vai passando o tempo, aí um dia você vai querer experimentar, dá um pouco, só um pouquinho aí, não faz mal, aí o que que ele faz, quando ele fuma ele se vicia, igual cocaína” (E6A).

“[...] tem também as drogas, eles também sabem que faz mal à saúde. Eu não sei pra mim se é por pressão, ou por motivo de chamar atenção dos pais, entendeu? Eu acho que é por isso” (E3B).

“Uma também, sobre drogas, fuma droga”(E2B).

Diversos estudos têm apontado que o uso e abuso de drogas têm sido uma das principais causas de transtornos na adolescência, a exemplo dos acidentes, suicídios, homicídios, violência (Schenker & Minayo, 2005; Sanchez ; Oliveira & Nappo 2005). A dependência ao uso de drogas tem sido associada ao envolvimento com o crime e a prostituição. Não fosse o consumo de drogas um problema suficientemente grave, temos ainda a problemática do tráfico, o qual representa, no Brasil, e em outros países, uma séria ameaça à estabilidade social.

É que agora eu moro em outro bairro, mas quando morava aqui, tinha muito roubo de adolescente sabe falta de dinheiro que eles fumam droga, daí eles precisam de dinheiro pra fuma.(E1B)

Esta realidade é comprovada pelos dados apresentados pelo Mapa da Violência (Waiselfisz, 2004) que aponta para o aumento de homicídios entre adolescentes e jovens, sendo que, nas comparações internacionais, o Brasil ocupa o 3º lugar com uma taxa de 47,8 /100.000 jovens. Ainda segundo esta publicação, a taxa de óbitos por homicídios e outras violências entre adolescentes e jovens no Brasil é elevada, superando em 82% a taxa da população total.

Assim como todo ser humano, o adolescente não é uno e nem homogêneo, dentro de si habitam múltiplas personagens que o impelem a viver diferentes experiências, desafiando o desconhecido – reflexo do desejo de conhecer sempre mais e romper limites, podendo algumas dessas experiências atender a estes desejos, a exemplo das drogas.

Falar do uso e abuso de drogas, da prevenção ao uso de drogas é um desafio que se tem imposto àqueles que trabalham e buscam a motivação para a atenção e para educação preventiva na adolescência. O adolescente precisa discutir as razões da adoção de um comportamento preventivo e aprender a resistir às pressões, por exemplo, para experimentar drogas.

Precisa, também, aprender a expressar seus sentimentos, opiniões, dúvidas, inseguranças e medos e trabalhá-los de forma a que possa enfrentar e resolver problemas e dificuldades do dia-a-dia, e, sem dúvida, o universo familiar se constitui na base para o desenvolvimento das potencialidades dentro de um contexto de afeto e cuidado (Schenker & Minayo, 2003; Schenker & Minayo, 2005).

3.5 POBREZA - “A GENTE NÃO PRECISA SÓ DISSO”

A vulnerabilidade, como já visto, não está isolada das relações econômicas, políticas, culturais que configuram a estrutura de uma sociedade. Diversos estudos apontam que os condicionantes estruturais colocam ou aumentam a vulnerabilidade das pessoas ou grupos, e que a melhoria da situação socio-econômica das famílias, e a garantia de políticas e serviços sociais, diferenciados, ajustados e mais apropriados para cada caso, são mediações para diminuir esta vulnerabilidade (Villalobos, 2000; McKay & Lawson, 2002; Unicef, 2005; Sánchez & Bertolozzi, 2007).

“Então, tem muitas famílias que não tem condição, porque eu queria assim que o governo, centrasse muito bem no que fazer, porque alguns pensam que chegando lá, fala... fala, e chegando lá muda totalmente, pode ser o máximo de esquerda, que chegando lá você vira direita. O Lula por exemplo, ele era super de esquerda, agora ele tá mais de direita. Tem bolsa escola, bolsa família, mas a gente não precisa só disso, precisa de muito mais” (E17B).

“Sabe pra fica mais protegido a gente precisa de mais apoio, mais condições mais o governo não vê isso” (G3B).

“[...] se nós tivesse mais dinheiro, mais comida, se o salário do meu pai fosse melhor nós podia está melhor” (E8A).

A desigualdade social, hoje presente na percepção dos adolescentes, mostra a incapacidade brasileira em incorporar sua população à cidadania, à garantia de direitos políticos, civis e sociais, já que estamos longe da incorporação da população nos direitos sociais.

Segundo o estudo realizado por Kliksberg (2001), através do qual o autor analisa as falácias do desenvolvimento social na América Latina, aproximadamente um de cada dois latino-americanos está abaixo da linha da pobreza, e seis de cada dez crianças são pobres. A taxa de desemprego geral é duplicada em função da taxa de desemprego juvenil. Os problemas de saúde e de saneamento básico são crescentes, assim como a criminalidade, que é quase seis vezes o que se considera internacionalmente uma criminalidade moderada. A isto se soma a expansão de um novo tipo de pobreza, oriundo da queda socioeconômica das classes médias, os chamados "novos pobres".

Segundo Ribas (2007), o padrão da pobreza no Brasil tem se alterado, observando-se uma redução da incidência da pobreza, o que se deve mais a um efeito de mudanças entre gerações do que alterações específicas nos períodos. Em relação à composição da pobreza, o processo mais acelerado de redução é do componente crônico. Em contrapartida, o componente transitório apresenta uma tendência de aumento entre a população, especialmente jovem. Aponta ainda a perspectiva de que, ao longo do tempo, a incidência de pobreza na população brasileira se dará cada vez menos pela condicionalidade média à baixa renda e cada vez mais pela vulnerabilidade à transição de estados.

Além da pobreza, a situação social da América Latina e do Brasil se caracteriza por acentuadas desigualdades sociais, pois se converteu na região de maior polarização social do mundo (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe [CEPAL], 2000). Segundo o Informe do Progresso Econômico e Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID - 1998/1999 - citado por Kliksberg (2001), os 5% mais ricos da população recebem 25% da renda, por sua vez, é a região onde os 30% mais pobres da população recebem a menor porcentagem de renda, 7,6%, em relação a todos os outros continentes.

Estudos apontam a pressão e angústia do jovem na atualidade frente à impossibilidade de adquirir os bens que almeja, de satisfazer os desejos criados pelo mercado e apresentados como necessidades de consumo, sendo que a população de baixa renda, a exemplo dos adolescentes da periferia das cidades, percebe essa necessidade com uma expansão no grau de vulnerabilidade e incerteza (Carmo 2001; Marió 2005).

“É porque, igual, você é uma pessoa pobre, e anda com um amigo que é meio assim, que tem mais sabe?! Aí vai vendo, toda hora e pensa, nossa queria ter uma coisa dessa. Aí vai pedindo pro pai, o pai não dá, porque não tem condições, aí que que faz, vai começando a catá dinheiro dentro de casa, vai comprando as coisa, entendeu? Eu uma vez roubei 25 centavos da minha vó..”.(E4A)

“Muitos adolescentes vive numa condição completamente precária, [...] ninguém, nem a casa dele não tem condições”. (E4B)

“[...] é também condição financeira pra comprar remédio, pra ir pros lugares né? E também os pais não ligam pros filhos, influenciam, não leva eles no médico, no dentista, não querem nem saber da alimentação”. (E17B)

3.6 FALTA DE ACESSO À SAÚDE E EDUCAÇÃO - “NÃO TEM SAÚDE NEM EDUCAÇÃO”

De forma objetiva e muito crítica, os adolescentes revelam a sua percepção, enfatizando a importância de se ter serviços de saúde de qualidade e voltados para esta faixa etária, como um fator preponderante para a diminuição da vulnerabilidade. Não ter acesso aos serviços de saúde, aos fatores que determinam a saúde e a educação, é para eles algo fundamental.

“Não tem condições, de tipo assim, aqui no posto de saúde que tem aqui, não é muito bom, porque tipo, a gente marca uma consulta daqui 2 meses, três meses, nunca é agendado muito bem, aí as pessoas ficam numa situação muito precária” (E4B)

“A maioria das pessoas não vai, a maioria das pessoas que vão no posto, são os idosos, que fazem consultas diárias, tem gente que vai quase todo dia, e não deixa espaço pras outras que precisam mesmo, como os jovens”. (E15B)

“Não só de dinheiro, mas o povo precisa de muita coisa né? Educação é o mais importante[...] educação traz tudo, traz o emprego, que traz alimento, que traz o dinheiro, pra compra alimento, vai atualizando a mente, que vai vendo as coisas, que vai pensando na vida.” (E17B)

“Ah, muitas vezes falta de medicamento, tem médico, que fica três meses só pra esperar uma consulta porque tá com aquela dor, com aquele negócio lá...e passa, demora tudo aquele tempo, três meses pra você fazer[...]” (E5B)

“Muitos adolescentes vive numa condição completamente precária, fora ele não ter saúde, as crianças não têm escola, pais, ninguém, nem a casa dele não tem condições.” (E4B)

As desigualdades apontadas no núcleo de sentido “pobreza” afetam as diferentes dimensões da vida social dos adolescentes, em particular em relação à atenção à saúde e educação.

As diferenças socioculturais e econômicas, os diferentes contextos e níveis de vulnerabilidade implicam em diferenciadas necessidades de saúde para os adolescentes que precisam ser considerados na implementação das políticas sociais e de uma rede de proteção social (Abramovay et al., 2002; Abramovay, 2003; Castro et al., 2001).

O acesso aos serviços de saúde é, por exemplo, um emergente fator a ser considerado na atenção a esta população, especialmente no que toca à saúde sexual e saúde reprodutiva, com respeito às questões de gênero, etnia, valores, cultura e crenças dos adolescentes e suas comunidades.

Segundo Abramovay (2003), comumente, nas escolas públicas, as proporções de alunos que declaram que a escola ensina são poucas ou que a escola não ensina quase nada ou nada são superiores aos casos encontrados nas escolas privadas. Entre os resultados encontrados, as autoras ainda apontam para o fato de os jovens insistirem em serem sujeitos participantes de políticas que lhe dizem respeito, como nas demandas por uma escola de qualidade.

Diante disso, o Estado, as instituições e a sociedade civil vêm constantemente sendo chamados a um reordenamento para sua adequação à nova proposta de atenção integral à criança e ao adolescente, como sujeitos de direitos.

Novas políticas, projetos e programas foram criados no esteio dessa implantação, para formar uma rede pública de atendimento, de maneira articulada, imprimindo-lhes funcionalidade, a fim de atingirem resultados conseqüentes, capazes de possibilitar aos adolescentes atendidos a proteção e melhoria da qualidade de vida a que têm direito.

Assegurar o direito à saúde e aos serviços de saúde aos adolescentes é outro desafio a ser enfrentado, que exige rupturas com mitos e práticas institucionalizadas de não-reconhecimento desta população como sujeitos de direitos.

4 CONCLUSÕES

A busca da identidade e do novo, a curiosidade, a onipotência e a contestação despertam no adolescente uma sensação de invulnerabilidade que associada a pouca experiência de vida e a fatores como: falta de informação adequada; dificuldade de “administrar” esperas, adiar desejos; virtualidade do futuro; existência de um sistema educacional pobre e desestimulante para a individualização e capacitação à sociabilidade rica e a carência e baixa qualidade de serviços de saúde voltados para essa faixa etária fazem com que eles se tornem altamente vulneráveis, considerando-se os aspectos individuais, sociais, contextuais, institucionais e programáticos.

Consideramos importante destacar que os fatores de vulnerabilidade apontados pelos adolescentes entrevistados foram aqui apresentados de forma distinta, a fim de demonstrar um melhor entendimento, no entanto, entendemos que estes estão imbricados em uma complexa rede de interação e multifatorialidade que tem no conceito de vulnerabilidade tão amplamente aqui apresentado sua perspectiva de compreensão.

Embora, estar vulnerável a alguma situação seja próprio do ser humano, só muito recentemente este conceito foi retomado, ajudando a clarear os objetivos e contribuindo na estruturação, realização e avaliação do trabalho junto aos adolescentes.

Os fatores de vulnerabilidade aqui apontados pelos sujeitos estudados nos levam a considerar que falar da vulnerabilidade na adolescência é reconhecer a diversidade humana e, como decorrência, a necessidade do reconhecimento da diversidade própria da adolescência e de lançarmos nosso olhar para o contexto destes adolescentes.

A grande pergunta para os profissionais que trabalham diretamente com adolescentes é: como fazer com que nossas intervenções realmente possam contribuir para que os adolescentes consigam cuidar-se e prevenir-se de situações que os colocam em situação de vulnerabilidade?

Na prática, significa que não podemos mais pensar a prevenção ou a assistência a esta faixa etária a partir de um único referencial, de uma idéia de universalidade de sujeito, que não existe. Somos diferentes, diferenças estas construídas no momento histórico e sociocultural de cada sujeito, portanto em constante mudança.

Assim, o conceito da vulnerabilidade traz a possibilidade de compreendermos os adolescentes como sujeitos únicos, já que devemos reconhecer a pluralidade da adolescência nas três dimensões definidas no conceito: social, programática ou política institucional e pessoal e não mais a idéia da universalidade.

Sabemos que o produto final é sempre provisório, não esgota em si mesmo, sendo possível sua ampliação através de novos olhares. Neste sentido, esperamos com este estudo lançar algumas reflexões acerca da percepção dos

adolescentes, impulsionar novos estudos e colaborar tanto para a melhoria da práxis dos profissionais como para ampliar o saber na área de saúde do adolescente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, M. (coord). (2003). Abrindo espaços. Bahia. Avaliação do Programa. Brasília: UNESCO,.
- Abramovay, M., Castro, M. G., Pinheiro, L. C., Lima, F. S. & Martinelli, C.C. (2002). Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO.
- Ayres JRCM. (2002). Sobre o risco: para compreender a epidemiologia. São Paulo: Hucitec.
- Ayres, J. R. C. M., França Jr., I., Calazans, G. J., Saletti Filho, H. C. (2003). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: Czeresnia, D., Freitas, C.M. (Org.). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, (p.117-39).
- Bardin, L. (2002). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70.
- Brasil. Ministério da Saúde (2005). Marco legal: saúde, um direito de adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- Brasil. Ministério da Saúde (2006). Marco teórico e referencial: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens. Brasília: Ministério da Saúde. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- Brasil. Ministério da Saúde. (2007). Estatuto da Criança e do Adolescente. 3rd ed. Brasília: Ministério da Saúde.
- Carmo, S. P. (2001). Juventude no singular e no plural. Cadernos Adenauer II, nº 06, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer.
- Castro, M. G., Abramovay, M., Rua, M. G., Andrade, E. R. (2001). Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- Castro, M. G., Abramovay, M. (2002). Drogas nas Escolas. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Fundação Ford, CONSED, UNDIME.
- Castro MG, Abramovay M. (2002). Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. Cadernos de Pesquisa, 116, 143-176.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). (2000). Adolescencia y juventud en América Latina y el Caribe: oportunidades y desafios en el comienzo de un nuevo siglo. Santiago: CEPAL, OIJ.
- Delor, F. & Hubert, M. (2000). Revisiting the concept vulnerability. http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MIimg&_imagekey=B6VBF-3YS909B-4-5&_cdi=5925&_user=2459786&_orig=search&_coverDate=06%2F30%2F2000&_sk=999499988&view=c&wchp=dGLbVzz-zSkzk&md5=e51cc37b62fdd858fec2d666642fafec&ie=/sdarticle.pdf (consultado na internet em 12 de agosto de 2008).
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y.S. (2000). Introduction: the discipline and practice of qualitative research. In: Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (editors). Handbook of qualitative research. London: Sage Publications, (pp. 1-29).
- Deslandes, S. F & Gomes, R. (2004). A pesquisa qualitativa em serviços de saúde: notas teóricas. In: Bosi, M. L. M. & Mercado, F.J. (Org.). Pesquisa qualitativa de serviços de saúde. Petrópolis: Editora Vozes, (pp. 99-120).
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. Cad. Saúde Pública, 24(1), 17-27.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População (IBGE). Projeção da população. <http://www.ibge.gov.br> (consultado na internet em 23 de agosto de 2008).
- Kalipeni, E. Health and disease in southern Africa: a comparative and vulnerability perspective. http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MIimg&_imagekey=B6VBF-3YDGNP-6-1&_cdi=5925&_user=2459786&_orig=search&_coverDate=04%2F01%2F2000&_sk=999499992&view=c&wchp=dGLbVlz-zSkWA&md5=6a7fcf343087cae917631d199126e697&ie=/sdarticle.pdf (consultado na internet em 12 de agosto de 2008).
- Kliksberg, B. (2001). Falácias e mitos do desenvolvimento social. São Paulo: Cortez.
- Marió, E. G. (2005). Conclusões e recomendações. In: Marió EG, Woolcock M. (organizadores). Exclusão social e mobilidade no Brasil. Brasília: Ipea, Banco Mundial, (pp.131-145).
- Meyer D. E. E, Mello D. F., Valadão, M. M., Ayres, J. R. C. M. (2006). Você aprende. A gente ensina? Interrogando relações entre educação e saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade. Cad. Saúde Pública, 22 (6), 1335-1342.
- Mckay, A. & Lawson, D. (2002). Chronic poverty: a review of current quantitative evidence. Working paper, 15. Manchester: IDPM/Chronic Poverty Research Centre.
- Minayo, M. C. S. (2002). O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes. In: Westphal MF. (Org.). Violência e criança. São Paulo: EDUSP, (pp. 95-114).
- Minayo, M. C. S. (2007). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10ed. São Paulo: Hucitec.

- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). (2003). Juventude e sexualidade. Brasília: UNESCO.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (1997). Saúde dos Adolescentes. Quadro conceitual e plano de ação 1998-2001 sobre saúde e desenvolvimento dos adolescentes nas Américas. Resolução CD 40/21. Washington - D.C.
- Ribas, R. P. (2007). A caracterização da pobreza urbana ao longo do tempo: aplicação do modelo idade-período-coorte na estimação das tendências de privações crônica e transitória no Brasil. *Rev. bras. estud. popul.* 24 (1), 139-161.
- Rodriguez, E. (2003). Políticas públicas de juventud en América Latina: de la construcción de espacios específicos al desarrollo de una perspectiva generacional. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Infancia y Juventud*. Manizales, 2, 430-436.
- Sánchez, A. I. M & Bertolozzi, M. R. (2007). Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? *Ciênc. Saúde coletiva*, 12(2) 256-61.
- Sanchez, Z. V. M, Oliveira, L. G & Nappo, A. S. (2005). Razões para o não-uso de drogas ilícitas entre jovens em situação de risco. *Rev. Saúde Pública*, 39(4), 599-605.
- Schenker, M. & Minayo, M. C. S. (2003). A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. *Ciênc. Saúde Coletiva* 8(1), 299-306.
- Schenker, M. & Minayo, M. C. S. (2005). Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciênc. Saúde Coletiva* 10 (3), 279-285.
- UNICEF. (2002). Situação da adolescência brasileira. Brasília: UNICEF Brasil.
- UNICEF. (2005). Situação das crianças e dos adolescentes na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: desafios e recomendações. UNICEF, ITAIPU Binacional, TACRO; Curitiba: ITAIPU Binacional.
- Villalobos, V. S. (2000). O estado de bem-estar social na América Latina: necessidade de redefinição. *Caderno Adenauer 1: pobreza e política social*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, (p p.49-69).
- Yunes, M. A. M. & Szymanski, H. (2001). Resiliência: a noção, conceitos afins e considerações críticas. In: Tavares J (organizador) *Resiliência e Educação*. Cortez: São Paulo.
- Waiselfisz, J. J. (2004). Mapa da violência IV: os jovens do Brasil - juventude, violência e cidadania, Brasília: UNESCO.
- Westphal, M. F., Bógus, C. M. & Faria, M. M. (1996). Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. *Bol Of. Sanit. Panam.* 120 (6), 472-481.

Trabalho enviado e apresentado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES, Ministério da Educação, Brasil.

Oficinas de educação ambiental: discutindo temas da agenda 21 com jovens do projeto florir Toledo

Marli Renate von Borstel Roesler¹ UNIOESTE - marliroesler@hotmail.com;
Ineiva Terezinha Kreutz Louzada² UNIOESTE - ineivalouzada@brturbo.com.br
Franciele Margarida Doré³ UNIOESTE – franhdore@gmail.com
Andréia Cristine Zimpel⁴ UNIOESTE - deiazimpel@yahoo.com.br
Elisabete de Albuquerque⁵ UNIOESTE -
Tais Aline Scherer⁶ UNIOESTE - tais_kilida@hotmail.com
Andreine Aline Roos⁷ UNIOESTE – andreine_ros@hotmail.com
Silvana da Costa Macetto⁸ UNIOESTE – silvaninhasitio@hotmail.com
Caio Guilherme Secco de Souza⁹ UNIOESTE – caioguilherme_11@hotmail.com
Claudia Marisa Genehr¹⁰ UNIOESTE – cmg_claudia@hotmail.com
Douglas Jardelino de Camargo¹¹ UNIOESTE
Marcelo P. Painelli¹² UNIOESTE
Francy Rodrigues da Guia Nyanien¹³ UNIOESTE
Edilson Eberhardt¹⁴ UNIOESTE
Rosalvo Chütz¹⁵ UNIOESTE
Ibanez Duarte Junior¹⁶
Bernardo A. Mayta Sakamoto¹⁷ UNIOESTE
Adir Airton Parizzotto¹⁸ UNIOESTE
Elizandra Aparecida de Andrade¹⁹ UNIOESTE - elizandradite@hotmail.com

Resumo: As Oficinas Socioambientais direcionadas à Educação Ambiental para Jovens são ações processuais da Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade–SEIPAS, do Curso de Serviço Social – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, e estão concentradas nas áreas de estudos, informações e pesquisas em meio ambiente, gestão e educação ambiental, políticas de população, desenvolvimento territorial, ética e sustentabilidade. Toma-se por base na implementação das oficinas a difusão e execução de políticas ambientais e a efetivação dos princípios da educação ambiental para sociedades sustentáveis. O objetivo geral das oficinas socioambientais junto ao Projeto Florir Toledo, em 2007 e 2008, com encontros semanais de 2 horas, foi de fomentar com os jovens inscritos no projeto discussões de questões sociais e ambientais e suas implicações com o estilo de vida da juventude para um futuro seguro e saudável. As dinâmicas centraram-se em metodologias participativas estimuladas a partir de discussões de textos recortados da Agenda 21 Global, Agenda 21 Paraná, da Carta da Terra, das 8 Metas do Milênio (ONU), das Deliberações das Conferências Nacionais de Meio Ambiente, da Política Nacional de Educação Ambiental, do ECA, da Declaração Universal dos Direitos humanos e outros documentos de reconhecimento nacional e internacional. As atividades fizeram parte do então Projeto de Extensão: Oficinas socioambientais e ações processuais da Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – SEIPAS: 2006-2007, e ora se desenvolvem através do Programa de Extensão: Ação socioambiental e formação e educação em educação ambiental da Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – SEIPAS – Ano 2008-2010.

¹ – Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA/UNIOESTE/Campus de Toledo. Coordenadora do Programa de Extensão: Ação socioambiental e formação e educação em educação ambiental da Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – SEIPAS – Ano 2008-2010. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa: Agronegócio e Desenvolvimento Regional - GEPEC. Email: marliroesler@hotmail.com; marliroesler@unioeste.br

² - Professora Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA/UNIOESTE/Campus de Toledo. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa “Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social”. E-mail: ineivalouzada@brturbo.com.br. Participante do programa de Extensão.

³ Acadêmica do curso de Serviço Social da UNIOESTE/Campus de Toledo. Bolsista PIBIC/UNIOESTE-PRPPG. Participante do Programa de Extensão.

⁴ Acadêmica do curso de Serviço Social da UNIOESTE/Campus de Toledo. Participante do programa de Extensão.

⁵ Técnica Administrativa, UNIOESTE/Toledo. Especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Participante do programa de Extensão.

⁶ Acadêmica do curso de Serviço Social da UNIOESTE/Campus de Toledo. Participante e Bolsista do Programa de Extensão.

⁷ Acadêmica do curso de Química – Licenciatura da UNIOESTE/Campus de Toledo. Participante do Programa de Extensão.

⁸ Acadêmica do curso de Química – Licenciatura da UNIOESTE/Campus de Toledo. Participante do Programa de Extensão. Bolsista PET/q da UNIOESTE.

⁹ Acadêmico do curso de Química – Licenciatura da UNIOESTE/Campus de Toledo. Participante do Programa de Extensão. Bolsista PET/q da UNIOESTE.

¹⁰ Bióloga, participante do FEA/Núcleo de Toledo. Participante do Programa de Extensão.

¹¹ Acadêmico do Curso de Engenharia de Pesca. Participante do programa de Extensão.

¹² Técnico Administrativa, UNIOESTE/Toledo. Participante do programa de Extensão.

¹³ Professora do Curso de Filosofia. Participante do programa de Extensão.

¹⁴ Técnico Administrativa, UNIOESTE/Toledo. Participante do programa de Extensão

¹⁵ Professor do Curso de Filosofia. Participante do programa de Extensão.

¹⁶ Participante e Bolsista do Programa de Extensão.

¹⁷ Professor do Curso de Filosofia. Participante do programa de Extensão

¹⁸ Professor do Curso de Ciências Econômicas. Participante e Sub-Coordenador do programa de Extensão

¹⁹ Acadêmica do curso de Serviço Social da UNIOESTE/Campus de Toledo. Participante e Bolsista do Programa de Extensão.

1 INTRODUÇÃO

Entendendo o quanto à diversidade cultural está presente em nossa sociedade, enfatiza-se a importância de existirem discussões extensionistas na universidade relativas à defesa dos direitos humanos e ambientais considerando que estes versam sobre a dignidade, a liberdade, a igualdade e condições de qualidade de vida entre todos os seres vivos, homens e mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos, independente do credo religioso, etnia, convicção política ou filosófica. Esta perspectiva de defesa dos direitos humanos está diretamente relacionada à defesa da e pela vida, pelas condições materiais/objetivas e espirituais/subjetivas de existência do ser humano como integrante do meio ambiente em seu sentido mais amplo.

Discutir e defender os direitos humanos e, conseqüentemente, o ambiente em que este ser humano vive é, também, de responsabilidade das universidades em seus projetos de ensino, pesquisa e extensão e, de acordo com Casal e Fábrica, “(...) a responsabilidade da universidade é dupla. Em primeiro lugar precisa fornecer a formação necessária, que capacite os estudantes para um exercício profissional que respeite o meio ambiente [e os direitos humanos]” (apud Pérez, 2007, p. 43). Por outro lado, a universidade precisa conscientizá-los da necessidade do exercício profissional de acordo com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do desenvolvimento sustentável, ao discutir elementos e práticas relativos às conseqüências e impactos sociais, econômicos, ambientais e políticos das atividades dos futuros graduandos no exercício de sua profissão.

Ainda que algumas estratégias defendam medidas paliativas e/ou “ilhas de excelência tecnológica” com elevados investimentos públicos e privados, verifica-se que, de modo geral, tais medidas nem sempre apontam alternativas para a sociedade em termos de geração de trabalho e renda, desenvolvimento social, respeito aos direitos humanos, acesso à educação, saúde, lazer.

Apesar das recentes mudanças em favor das economias de mercado, da democracia multipartidária, a maioria da população do mundo praticamente carece de participação nos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que determinam a vida, sua própria vida. As lutas de hoje são muito mais do que lutas pelo acesso ao poder político: são lutas pelo acesso às oportunidades normais de vida, terra, água, trabalho, espaço de moradia, serviços sociais básicos, portanto, respeito aos direitos humanos.

Corroborar-se o entendimento de que a extensão universitária pressupõe uma abordagem teórico-metodológica que sustenta a intencionalidade e coerência da práxis mediadora no processo de mudança sócio-cultural, econômico, tecnológico e político, fundamentada na concepção do desenvolvimento social, do respeito aos direitos humanos e do meio ambiental. Significa, portanto, melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão amanhã (desenvolvimento sustentável).

A conquista da sustentabilidade passa, obrigatoriamente, pela implementação local de processos sócio-educativos que respeitem a vida e o ambiente nas múltiplas relações que se estabelecem num contexto historicamente situado. A interdependência destas relações constitui uma característica atribuível às comunidades humanas que resolvem assumir, localmente, a universalização da cidadania como princípio orientador de sua prática social.

Nessa direção se preconiza as atividades de extensão desenvolvidas pelo Programa de Extensão: Ação socioambiental e formação e educação em educação ambiental da Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – SEIPAS – Ano 2008-2010, com os adolescentes que freqüentam o Projeto Florir Toledo nos anos de 2007 e 2008. Ações essas respaldadas não apenas na discussão, problematização e formação para o entendimento e enfrentamento de questões ambientais, mas também na potencialização e sensibilização destes adolescentes conhecerem os seus direitos individuais e coletivos de acesso aos recursos naturais enquanto ser humano-natureza e de responsabilidades na defesa de todas as formas de vida. Sobretudo, de exercerem de forma consciente e emancipadora o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à saudável qualidade de vida.

Conforme o texto da Agenda XXI, Capítulo 25 - A infância e a juventude no desenvolvimento sustentável (2001, p. 205), a juventude representa no mundo cerca de 30 por cento da população do mundo. É imprescindível dessa forma que os jovens, em sua ampla representatividade populacional mundial, participe ativamente de tomadas de decisões relativas ao desenvolvimento e meio ambiente, pois estas afetam sua vida pessoal atual, do entorno e tem repercussões no seu futuro e se tornam estratégicas para o êxito dos objetivos da Agenda 21.

Um documento aprovado pelos 179 países participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, no mês de junho de 1992, e que estabelece compromissos para o crescimento, baseados em mudanças no padrão de desenvolvimento que priorizem métodos equilibrados de proteção ambiental, justiça social e eficácia econômica, de modo a garantir a sustentabilidade da vida na Terra (Brasil, 2008, p. 4).

Além de sua contribuição intelectual e de grande capacidade de mobilização, os jovens trazem novas perspectivas e alternativas aos processos de desenvolvimento humano integral e societário sustentável, e que devem ser estimulados e considerados no planejamento e execução dos projetos coletivos, relevando-se nas inquietações e discussões avaliativas das agendas governamentais oficiais: que rumo tomará o processo de desenvolvimento em curso - social, econômico, cultural, técnico, tecnológico, ético? Como são priorizados os direitos e necessidades dos segmentos mais excluídos no desenho de

políticas de interesse público? Quais compromissos somos capazes de assumir nos discursos oficiais, nas legislações e nas práticas com o uso sustentável dos recursos naturais?

As oficinas Socioambientais e ações processuais da Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade, ora institucionalizado num programa extensionista da UNIOESTE, em sua aproximação com o tema infância e juventude no desenvolvimento sustentável desenvolve-se gradativamente com o contato com as atividades do Projeto Florir Toledo, a partir do ano de 2007, inicialmente com o turno: vespertino (Unioeste, 2007a).

O Projeto Florir Toledo executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Toledo/Departamento de Atendimento à Criança e Adolescente, desde 2006, tem por propósito no contexto da política para a juventude, incentivar o protagonismo juvenil através da participação dos jovens em ações que extrapolam o âmbito de seus interesses individuais e familiares, passando por ações de interesse coletivo criando, construindo e principalmente solucionando os problemas reais da sociedade, objetivando resultados que visam a transformação social da realidade em que estão inseridos (Toledo, 2006, pp. 4-5).

Um projeto voltado a atender um público alvo de adolescentes de 15 a 18 anos de idade oriundos das medidas sócio-educativas, e/ou em situação de risco e vulnerabilidade social, tendo como critérios de acesso: estar freqüentando instituição de ensino; renda per capita igual ou superior a meio salário mínimo; faixa etária entre 15 e 18 anos de idade; encaminhamento de programas governamentais e não-governamentais; encaminhamentos realizados por órgão fiscalizador – Conselho Tutelar. E como critérios de permanência; freqüência na escola; freqüência no programa; participação nas propostas; tempo de permanência no programa – período de 2 anos (máximo). Como objetivo geral, o Projeto Florir Toledo propõe: capacitar os jovens envolvidos no projeto com ações ativas na proteção do meio ambiente, fomentando o desenvolvimento econômico, social e de geração de renda. (Toledo, 2006, pp.17-18)

Uma formação e iniciação profissional para estes jovens que levem em conta na metodologia e execução das ações suas especificidades e expectativas; e de prever estratégias que ampliem as oportunidades de trabalho e de renda e ao mesmo tempo tenha um caráter educacional e promocional com resgate da cidadania dos jovens.

O Projeto Florir Toledo justifica-se assim na necessidade de se efetuar uma profunda revisão de modelos de programa social voltado à juventude, no qual propõe um novo modelo de desenvolvimento sustentável que integram objetivos sociais, econômicos e ambientais, e que possam superar em suas ações – oficinas inicialmente previstas, o caráter de um programa de cunho assistencial, comprometendo-se com o desenvolvimento econômico de caráter ecológico e com a sustentabilidade em vários aspectos do contexto social e econômico em que os jovens estão inseridos (Toledo, 2006, p. 4).

A participação dos jovens em atividades educacionais, de formação e conscientização contribui para a busca de soluções para os problemas ambientais e de desenvolvimento, em especial, quanto à responsabilidade pública e adoção de decisões em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável (Agenda XXI, 2001, p. 206). Assim, o envolvimento dos jovens com a temática de proteção ambiental, envolvendo as concepções de qualidade de vida e de direito a um ambiente saudável, pode contribuir para uma maior aproximação destes com a percepção ambiental do meio em que vivem, já que o termo meio ambiente é entendido como “tudo o que cerca o ser vivo, que o influencia e que é indispensável à sua sustentação, incluindo solo, clima, recursos hídricos, ar, nutrientes e outros organismos” (Urban, 2000, p. 57). Estimulando-se com que os jovens participantes do projeto percebam através da própria complexidade do termo meio ambiente uma forma de garantia implícita dos seus direitos de vida na sustentabilidade da natureza, dos recursos naturais que, conforme o artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8069/90 estabelece: “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana [...]” (In: CRESS, 2007, p 321). Atribuimos a estes jovens os mesmos direitos que contemplam o seguimento criança e adolescente, entendendo que estes são seres humanos dotados de direitos tanto quanto qualquer outra pessoa. Em especial, se entendermos que o meio ambiente “não é constituído apenas do meio físico e biológico, mas também do meio sócio-cultural e sua relação com os modelos de desenvolvimento adotados pelo homem” (Urban, 2000, p. 57).

As ações extensionistas coordenadas pela SEIPAS buscam e pautam-se em novos pensamentos, entendimentos e atitudes de reapropriação social da natureza, num contexto da transformação ambiental, de diversidades de vidas e culturas. E que não escapam à questão do poder e à produção de sentidos civilizatórios para as estratégias do saber ambiental.

A problemática ambiental tem sido explicada sob esse ponto de vista a partir de uma diversidade de perspectivas ideológicas: por um lado entendida como resultado da pressão exercida pelo crescimento da população sobre os limitados recursos do planeta; por outro, vista como efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucros em curto prazo, que estimulam padrões tecnológicos de usos e ritmos de exploração da natureza, bem como suas formas de consumo. (Roesler, 2007, p.117). Esquecendo-se ou recusando-se de se pensar nos direitos de cada pessoa como parte integrante da natureza, do seu direito de escolher pela sua opção de liberdade de expressão e escolhas dos padrões de consumo, muitas vezes lhes impostos por lógicas mercantilistas e capitalistas dominantes.

Entende-se também que a problemática ambiental não é, ideologicamente neutra, nem alheia aos interesses econômicos, sociais, políticos e culturais no contexto da questão ambiental, por isso, é possível analisá-la em sua gênese intrínseca no processo histórico da humanidade dominado pela expansão do modo de produção material e tecnológica numa ordem econômica mundial marcada pelas desigualdades entre nações e classes sociais na esfera pública. Neste sentido, mudanças globais em sistemas sociais e para as condições de sustentabilidade do planeta passam a subsidiar e motivar a internalização de bases ecológicas e de princípios jurídicos, políticos e sociais no alcance da gestão dos recursos naturais na relação sociedade-natureza sustentável.

As transformações ambientais futuras dependerão da inércia ou da transformação de um conjunto de processos sociais que determinarão as formas de apropriação da natureza e suas transformações tecnológicas por meio da participação social no processo de gestão social do desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade subentende uma equação entre as demandas ambientais e as necessidades de desenvolvimento dos assentamentos humanos, ou seja, o desenvolvimento não pode ser feito a qualquer custo e ritmo, comprometendo irresponsavelmente o espaço e os recursos das cidades e do campo, a qualidade de vida da população e das demais espécies (Roesler, 2007, p. 129).

Tentamos aproximar as ações da SEIPAS e das oficinas de educação ambiental para jovens e outros segmentos, dentre eles, crianças, adultos, idosos, a um processo de aprendizagem permanente e participativo, baseado no respeito ético a todas as formas de vida, enfocando a relação entre o ser humano na natureza, para fomentar um debate público mais amplo sobre questões ambientais e de desenvolvimento. As ações de educação ambiental priorizadas nessa iniciativa de extensão universitária favorecem a participação institucional em projetos sociais locais com foco educativo informal e popular e de capacitação para a preservação ecológica, em tempos e territórios que marcam crise de civilização, de diversidade e de ameaças a sustentabilidade dos recursos naturais.

Aqui aproximamos também a definição de educação ambiental apresentada no Fichário d@ Educador Ambiental, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2008, como sendo “um conjunto de ensinamentos teóricos e práticos com o objetivo de levar à compreensão e de despertar a percepção do indivíduo sobre a importância de ações e atitudes para a conservação e a preservação do meio ambiente, em benefício da saúde e do bem-estar de todos” (Brasil, 2008, p.4-5).

Como chama atenção o Ministério do Meio Ambiente e os demais órgãos gestores da política nacional da educação ambiental nessa publicação: seja qual for a definição ou o entendimento de educação ambiental com o propósito de ampliarmos o nosso grau de desenvolvimento intelectual e moral em relação ao meio ambiente, o que importa é criarmos e aperfeiçoarmos condições para aumentar a consciência do indivíduo ou do grupo na sua relação com o ambiente e os recursos naturais. O que desejamos sem dúvidas com a execução das oficinas de educação ambiental voltadas para os adolescentes do Projeto Florir Toledo.

Pensar e transmitir assim ações e atitudes coletivas que tenham a harmonia como ponto de relacionamento com o meio ambiente indica uma postura de percepção crítica, consciente e ética de que somos integrantes e participantes do fantástico conjunto natural de seres, organismos e elementos. E quando atingimos essa percepção como coletivo formador de educadores ambientais é um sinal de que o nosso equilíbrio interior está mais próximo e em sintonia com as energias que regem a pensar em desenvolvimento sustentável ou em sustentabilidade. O que pressupõe ações práticas e teóricas de EA e o compromisso em concretizarmos os princípios da Agenda 21 também com os segmentos populacionais mais jovens.

“Educar ambientalmente” passa pela sensibilização a respeito da importância de ações ligadas à preservação e conservação do meio ambiente. Também do correto uso dos recursos naturais que, sem dúvida, refletem no nosso bem-estar e ainda nos fazem desejar o mesmo estado de satisfação física, mental e moral para os nossos descendentes (Brasil, 2008, p. 6).

A comunidade científica e tecnológica deve contribuir de forma plural, ética, e participativa na elaboração de políticas de desenvolvimento sustentável, resultando em significativas melhorias no processo de educação, comunicação, planejamento, gestão, cooperação e práticas com consequências positivas para o meio ambiente e territórios.

2 OBJETIVOS DAS OFICINAS

Conforme dados do Projeto Oficinas de Educação Ambiental para Adolescentes – Projeto Florir Toledo, executado em 2007 e em sua versão revisada em 2008 (turmas do período da manhã e tarde), os objetivos são:

Oportunizar discussões referentes às questões sócio-ambientais e cidadania e as implicações destas com o estilo de vida e acesso aos jovens à qualidade de vida, à educação, à formação e emprego, visando seu desenvolvimento econômico, tendo como princípio o bem estar humano e respeito a todas as formas de vida em suas variadas manifestações.

Fomentar discussões de políticas de proteção do meio ambiente, educação ambiental e cidadania, como caminhos desejáveis para a construção da sustentabilidade do Planeta Terra;

Propor atividades formativas em educação ambiental e de construção de saberes ambientais;

Incentivar a discussão sobre a correlação entre as questões ambientais e o acesso a uma sadia qualidade de vida, à educação e formação para o emprego dos adolescentes e jovens;

Estimular que os jovens se tornem centros efetivos de atenção para a sensibilização em relação a questões ambientais, observados os objetivos do Projeto Florir Toledo (Unioeste,2007a).

3 MÉTODOS

As ações processuais administradas e fomentadas pela SEIPAS desde sua institucionalização nos anos de 2006/2007, possibilitaram a execução de importantes atividades dentre elas Oficinas Socioambientais, agrupadas para grupos mais específicos, jovens e idosos, e que contribuíram para avaliar e fortalecer os objetivos inicialmente planejados para a mesma na área de estudos, informações e pesquisas em meio ambiente, gestão e educação ambiental, políticas de população, desenvolvimento territorial, ética e sustentabilidade.

Dentre os objetivos da SEIPAS encontra-se a constituição de acervo documental e bibliográfico sobre recursos naturais (regionais, nacionais e globais), fomento a atividades de qualificação e formação de recursos humanos, publicações

técnicas e informações sobre ações e políticas ambientais sustentáveis em página eletrônica, e outros meios de comunicação, e que estão sendo consolidando gradativamente. Em especial, com a potencialização de materiais para atividades integradas de ensino e outras iniciativas de projetos de extensão e pesquisa (Unioeste, 2006)

As ações da SEIPAS e a ocupação de seu espaço físico tornam-se uma referência interna e externa para além do Curso de Serviço Social e do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA/Unioeste/Toledo. As ações gradativamente foram implementadas com a metodologia de fomentar o pensar e agir crítico em relação às diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente e da Política Nacional de Educação Ambiental, seja na instituição de ensino ou em outros espaços de convívio social; de oportunizar capacitação de atores sociais para o envolvimento mais ativo e participativo nas discussões e execução das políticas ambientais e de gestão dos recursos naturais nas esferas federal, estadual e municipal. Ainda, de fortalecer atividades para além da formação dos profissionais do Serviço Social no planejamento e execução de políticas públicas setoriais, em especial, com atividades socioeducativas e pedagógicas criativas e populares envolvendo equipes multidisciplinares e interinstitucionais para a compreensão da magnitude dos problemas ambientais e do saber ambiental, tal necessário à compreensão de todas as formas de vida e das relações humano-sociedade-natureza.

Para tal, contou-se para a realização das atividades diversas e oficinas com materiais didáticos como livros, filmes, folders, mapas, textos, reportagens, recursos de fotografias, revistas, papéis, slides, canetas, fantoches, jornais, materiais recicláveis, dentre outros. Priorizou-se muito os relatos e percepções ambientais dos jovens, convidados e equipe técnica – os acadêmicos e profissionais (docentes e técnicos administrativos) colaboradores do projeto de extensão. As atividades foram implementadas na forma de oficinas interativas, semanalmente nas terças-feiras com duas horas de duração, com exposição de temas e dinâmicas focadas nas Diretrizes da Agenda 21 Global e do Estado do Paraná, e em especial no capítulo 25 que trata da Infância e da Juventude no Desenvolvimento Sustentável, nas diretrizes das Conferências Nacionais de Meio Ambiente, das 8 Metas do Milênio, Política Nacional de Educação Ambiental, e outros documentos planetários. Temas orientados e aproximados também as diretrizes do Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e em execução na Bacia do Paraná III em parceria com o IBAMA, Itaipu Binacional, Parque Nacional do Iguaçu dentre outros colaboradores, como a Unioeste, conforme seguem (Unioeste, 2007b):

Educação Ambiental e Carta da Terra; Agricultura Sustentável; Segurança Nutricional e Alimentar; Gestão Socioambiental e Terceiro Setor; Biodiversidade; Gestão dos Recursos Hídricos; Diversidade Espacial e Integração Regional; Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável; Produção Científica e Tecnológica; Padrões de Produção e Consumo; Socialização dos relatórios.

As primeiras oficinas socioambientais formativas em educação ambiental²⁰ com jovens foram realizadas no período de 02 de outubro a 11 de dezembro de 2007, perfazendo um total de 28 horas, com 12 encontros.

Atividades realizadas no Projeto: Oficinas de Educação Ambiental para Adolescentes - Projeto Florir Toledo.

Cronograma de Execução:

Apresentação do projeto e Carta da Terra. Responsáveis pela Oficina: Professora Coordenadora: Marli Renate von Borstel Roesler; Acadêmicas: Franciele Margarida Doré; Andréia Cristine Zimpel; Jaci Cielo Bonetti; Maria Helena dos Santos; Elisabete de Albuquerque Grando;

Educação Ambiental e Agenda XXI - Capítulo 25: A infância e a juventude no desenvolvimento sustentável – Dia 09. 10. 2007 (duas horas). Responsáveis pela Oficina: Professora Coordenadora: Marli Renate von Borstel Roesler; Acadêmicas: Franciele Margarida Doré; Andréia Cristine Zimpel; Jaci Cielo Bonetti; Maria Helena dos Santos;

Biodiversidade – Dia 16.10. 2007 (duas horas). Responsável pela Oficina: Maria do Socorro Baungartner;

Gestão Socioambiental e Terceiro Setor – Dia 23.10.2007 (três horas). Responsáveis pela Oficina: Eliana Aparecida Vittos, representante da ONG Chico Mendes; e representantes do Eco Clube de Toledo;

Produção Científica e Tecnológica Dia 30. 10. 2007 (duas horas). Responsável pela Oficina: Professor Cleber Lindino;

Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável - Dia 06. 11. 2007 (três horas). Responsáveis pela Oficina: Professora Coordenadora: Marli Renate von Borstel Roesler; Acadêmicas: Andréia Cristine Zimpel; Maria Helena dos Santos. Elisabete de Albuquerque Grando;

Agricultura Sustentável – Dia 13. 11. 2007 (quatro horas). Responsável pela Oficina: Professor Dr. Luis Antônio de Mendonça Costa;

Padrões de Produção e Consumo - Dia 20. 11. 2007 (duas horas). Acadêmicas: Maria Helena dos Santos; Andréia Cristine Zimpel; Franciele Margarida Doré.

Diversidade Espacial e Integração Regional – Dia 27. 11. 2007 (duas horas). Responsável pela Oficina: Edílson Eberhardt;

Gestão dos Recursos Hídricos: a bacia hidrográfica do Paraná III como referência - Dia 04. 12. 2007 (duas horas). Responsáveis pela Oficina: Professora Coordenadora: Marli Renate von Borstel Roesler; Acadêmicas: Franciele Margarida Doré; Maria Helena dos Santos;

²⁰ Enfatizamos que no ano de 2007 a SEIPAS também realizou oficinas de educação ambiental com idosos da Universidade Aberta à Terceira Idade – UNATI/Unioeste, no campus de Toledo, com foco nos temas da Agenda 21.

Socialização dos relatórios, confecção de cartões natalinos de materiais recicláveis e confraternização – Dia 11. 12. 2007 (quatro horas). Responsáveis pela Oficina: Acadêmicas: Franciele Margarida Doré; Maria Helena dos Santos. Jaci Cielo Bonetti, Eliane Pereira. (UNIOESTE,2007b)

3 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Participaram dessa forma diretamente das atividades em 2007, 22 jovens inscritos no Projeto Florir Toledo – Turno: Vespertino. No ano de 2008, 20 jovens participaram do projeto desenvolvido no período matutino, com carga horária de 28 horas e outros 20 jovens participaram das atividades que foram desenvolvidas no período vespertino, com carga horária das oficinas com 46 horas. A execução do projeto foi da SEIPAS, Curso de Serviço Social CCSA- Unioeste/ Toledo, em parceria com a Secretaria de Assistência Social - Projeto Florir Toledo. Contou com o apoio de profissionais de importantes órgãos, dentre eles a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; do ProFEA/ Núcleo de Toledo, do Conselho dos Municípios Lindeiros, educadores ambientais, professores, acadêmicos (dos Cursos de Serviço Social, Química – Programa de Educação Tutorial - PETq, Engenharia de Pesca), e técnicos administrativos da Unioeste7Toledo.

Desejou-se inicialmente como resultado das oficinas socioambientais, ampliar os espaços de debate sobre as políticas ambientais e sustentabilidade junto à juventude; efetivar as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental na Unioeste/Campus de Toledo, através de ações educativas formais e informais (ensino, pesquisa e extensão); oportunizar a capacitação de atores sociais (jovens do Projeto Florir Toledo) para o envolvimento mais ativo nas discussões e também na execução de políticas ambientais e práticas educativas locais; - fortalecer atividades do Serviço Social na implementação de políticas ambientais integradas, em especial, em atividades de educação ambiental para a promoção de sociedades sustentáveis; e, difundir e fomentar atividades da Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – SEIPAS integradas no espaço acadêmico e comunitário próximo: bairro Jardim Santa Maria.

Atividades desenvolvidas em 2008 no Projeto Florir Toledo e em fase de finalização no mês de dezembro:

Oficinas realizadas no período matutino: 28 horas, com 20 jovens :

Dia 26/08/08- Apresentação do Projeto

Dia 02/09/08- Agenda 21 e o Meio Ambiente

Dia 09/09/08- Agricultura Sustentável

Dia 16/09/08- Conhecendo o outro

Dia 23/09/08- Conhecendo as flores

Dia 30/09/08- Água: uma grande preocupação

Dia 07/10/08- Compostagem

Dia 14/10/08- Dinâmica de convivência

Dia 21/10/08- Separação do Lixo

Dia 28/10/08- Documentário: Expedição Florianópolis (Filmado no interior do Parque Nacional do Iguaçu)

Dia 04/11/08- Entendendo o Meio Ambiente

Dia 11/11/08- Cartazes sobre o Meio Ambiente

Dia 18/11/08- Biodiversidade

Dia 02/12/08- Encerramento e avaliação das atividades.

Oficinas realizadas no período vespertino: 48 horas, com 20 jovens :

Dia 20/05/2008 - Apresentação do Projeto “Vai ter para todo mundo?”

Dias 03, 05 e 10/06/2008 – Fome Mundial e Participação nas atividades da Unioeste na Semana do Meio Ambiente

Dia 17/06/2008 - Carta da Terra

Dia 24/06/2008 - Os quatro princípios da Carta da Terra

Dia 01/07/2008 - Conhecendo a si próprio

Dia 24/07/2008 - A água

Dias 29/07/2008 à 12/08/2008 - Como economizar água

Dias 19 e 26/08/2008 - Biodiversidade

Dias 02 e 09/09/2008 Mapeamento do Projeto Florir Toledo

Dia 23/09/2008- Socialização e valores pessoais

Dia 30/09/2008 - Cidadania e Direitos Humanos

Dia 07/10/2008 e 14/10/2008. - ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

Dia 04/11/2008 - Documentário: Expedição Florianópolis (Filmado no interior do Parque Nacional do Iguaçu)

Dia 11/11/2008 - Coleta Seletiva

Dia 18/11/2008 - Compostagem

Dia 25/11/2008 - Doenças Sexualmente Transmissíveis e Diga NÃO as drogas

Dia 02/12/2008 - Encerramento e avaliação das atividades.

4. CONCLUSÃO

Avaliamos como positiva a execução das ações formativas em educação ambiental coordenadas pela Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – SEIPAS, em especial através do Projeto: Oficinas de Educação Ambiental para Adolescentes - Projeto Florir Toledo, inicialmente em 2007 com 22 jovens do Projeto Florir Toledo no período vespertino, no ano de 2008 com mais 40 jovens, e num total de 78 horas de formação. Os resultados podem ser percebidos e avaliados pelo tempo de permanência com os participantes e interesse demonstrado pelos mesmos nas discussões e realização das atividades dirigidas, bem como a sua ampliação através de novos projetos elaborados e em execução em outras localidades, como no Município de Diamante do Oeste, envolvendo jovens que freqüentam programas sociais coordenados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, e em iniciativas que envolvem educadores ambientais populares do ProFEA, ação desenvolvida na Bacia do Paraná III.

Os temas discutidos nas oficinas aproximaram-se assim dos objetivos elencados nos projetos institucionalizados e de expectativa dos participantes. As discussões desmembrados e priorizadas semanalmente centraram-se nas diretrizes da Agenda 21 e nos propósitos do Programa Formação de Educadores Ambientais (ProFEA), e em outros documentos já referendado, dentre eles os textos legais da Política Nacional do Meio Ambiente e da Educação Ambiental. Acreditamos que de certa forma iniciamos uma caminhada de formação de educadores ambientais populares com reflexão teórica, saberes plurais e aprendizados singulares de modos a interagir com os educandos na tradução do sentido crítico e transformador da educação ambiental informal em suas práticas sociais. Uma formação para a compreensão da magnitude dos problemas ambientais atuais e do saber ambiental necessário à compreensão da vida e da relação humano-sociedade-natureza. A população humana está crescendo: temos que buscar o ponto de equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais, em benefício do nosso bem-estar, e a conservação e preservação do meio ambiente.

Chegar a esse ponto não é tarefa simples. Podemos começar com discussões e reflexões locais ao ampliarmos nossas percepções sobre a teia da vida, que une a todos nós: crianças, jovens, adultos e idosos, ou seja, somos cerca de 6,5 bilhões de pessoas no globo (Brasil, 2008). Nossas atitudes para com o meio ambiente definirão o cenário que a humanidade encontrará daqui para a frente. E a garantia dos nossos direitos humanos e das demais formas de vida de viver a e na natureza.

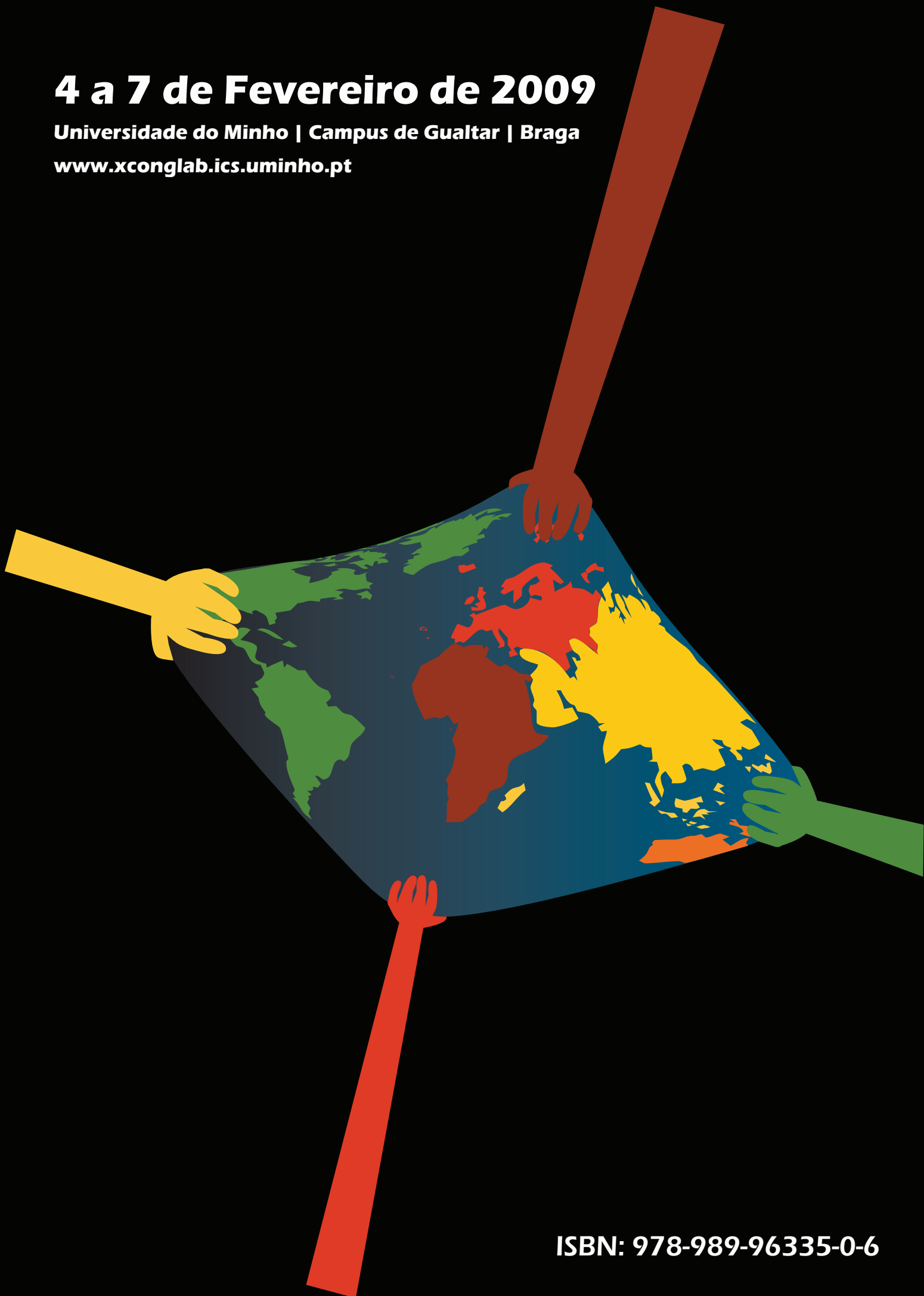
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Brasil. (2005). II Conferência Nacional de Meio Ambiente. Brasília, dez.
- Brasil. (2008). Coleção: fichário d@ Educador Ambiental. Órgão Gestor/Programa Nacional de Educação Ambiental/Departamento de Educação Ambiental/Ministério do meio Ambiente/ Coordenação Geral de Educação Ambiental/Ministério de Educação (produção); Mauro, Fabiano – DEA/MMA. (Coordenação Editorial). Vol. 1. Ano 1. julho-agosto 2008. www.mma.gov.br. (consultado na Internet em Julho de 2008)
- Conferência das Nações Unidas. (2001). Agenda 21 – Global. Curitiba: IPARDES.
- CRESS – Conselho Regional de Serviço Social - 11º Região. (2007). Legislação Social: cidadania, políticas públicas e exercício profissional. 2º ed. Curitiba.
- Pérez, Alejandro Gaona. (2007). Necessidades de formação do assistente social no campo ambiental. In: Gómez, J.A.D, Aguado, O.V. & Pérez, A.G (Ogs). Serviço Social e Meio Ambiente. São Paulo, Cortez.
- Roesler, Marli Renate von Borstel. (2007). Gestão ambiental e sustentabilidade: a dinâmica da Hidrelétrica Binacional de Itaipu nos municípios lindeiros. Cascavel: EDUNIOESTE.
- Roesler, Marli Renate von Borstel et al. (2008). Oficinas de Educação Ambiental para adolescentes no Projeto Florir Toledo. Trabalho apresentado no VIII Seminário de Extensão da UNIOESTE. FOZ do Iguaçu: PROEX/UNIOESTE.
- SATO, Michéle. (2003). Educação Ambiental. RiMa Editora : São Carlos.
- Toledo. (2006). Projeto Florir Toledo. Secretaria de Assistência Social./Departamento da Criança e do Adolescente.
- Unioeste. (2005). Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – SEIPAS. Roesler, Marli Renate von Borstel (Coordenadora). UNIOESTE/Curso de Serviço Social/CCSA, Toledo.
- _____. (2006). Projeto de Extensão: Oficinas Socioambientais e ações processuais da Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – SEIPAS – Ano 2006-2007. Roesler, Marli Renate von Borstel (Coordenadora). UNIOESTE/Curso de Serviço Social/CCSA, Toledo.
- _____. (2007a) .Oficinas de Educação Ambiental para Adolescentes - Projeto Florir Toledo. Roesler, Marli Renate von Borstel (Coordenadora). UNIOESTE/Curso de Serviço Social/CCSA, Toledo.
- _____. (2007b). Relatório Final do Projeto de Extensão: Oficinas Socioambientais da Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – SEIPAS – Ano 2006-2007. Roesler, Marli Renate von Borstel (Coordenadora). UNIOESTE/Curso de Serviço Social/CCSA, Toledo, dez..
- _____. (2008^a) . Ação socioambiental e formação e educação em educação ambiental da Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – SEIPAS – Ano 2008-2010. Roesler, Marli Renate von Borstel (Coordenadora). UNIOESTE/Curso de Serviço Social/CCSA, Toledo.
- _____. (2008b). Oficinas de Educação Ambiental: discutindo temas da Agenda 21 com Jovens do Projeto Florir Toledo. Roesler, Marli Renate von Borstel (Coordenadora). UNIOESTE/Curso de Serviço Social/CCSA, Toledo.
- Urban, Teresa (Compilado). (2002). Em outras palavras: meio ambiente para jornalistas. Curitiba: SENAR- Pr/ SEMA.

4 a 7 de Fevereiro de 2009

Universidade do Minho | Campus de Gualtar | Braga

www.xconglab.ics.uminho.pt



ISBN: 978-989-96335-0-6